SIGPUB - SISTEMA GERENCIADOR DE PUBLICAÇÕES LEGAIS
DIÁRIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ

Paraná , 27 de Agosto de 2026 • Diário Oficial dos Municípios do Paraná • ANO XV | Nº 3604

Expediente:
Associação dos Municípios do Paraná - AMP

Diretoria AMP
Diretoria 2023 / 2024

CHAPA: "JUNTOS, CONSTRUIR O PARANÁ QUE QUEREMOS!"

CARGO	NOME PREFEITO	MUNICÍPIO	REGIÃO
PRESIDENTE	EDIMAR APARECIDO PEREIRA DOS SANTOS	SANTA CECILIA DO PAVÃO	AMUNOP
1º VICE-PRESIDENTE	SERGIO ONOFRE	ARAPONGAS	AMEPAR
2º VICE-PRESIDENTE	ROBERTO REIS DE LIMA	GOIOERÊ	COMCAM
3º VICE-PRESIDENTE	EDEMÉTRIO BENATO JÚNIOR	INÁCIO MARTINS	AMCESPAR
1º SECRETÁRIO	MARCIANO VOTTRI	VITORINO	AMSOP
2º SECRETÁRIO	JULIO CESAR DA SILVA LEITE	TERRA RICA	AMUNPAR
1º TESOUREIRO	EMERSON TOLEDO PIRES	CAMBIRA	AMUVI
2º TESOUREIRO	SUZIE PUCILLO ZANATTA	ASTORGA	AMUSEP
DIRETOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E POLÍTICAS	ROBERTO CORDEIRO JUSTUS	GUARATUBA	AMLIPA

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
AVISO DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 010.2026

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 010/2026

AMPLA CONCORRÊNCIA

O Município de Boa Esperança do Iguaçu, inscrito no CNPJ sob nº 95.589.255/0001-48, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, sob o critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, em regime de execução de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, objetivando a **Contratação de empresa especializada para execução de obra de engenharia destinada à pavimentação em Tratamento Superficial Triplo (TST) em estrada rural localizada na Linha Morro Azul, sentido Linha Palmital, compreendendo a execução de base em brita graduada, imprimação asfáltica, revestimento em Tratamento Superficial Triplo, fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, sinalização temporária, controle tecnológico e demais serviços necessários à perfeita execução da obra, conforme projetos, memorial descritivo, planilha orçamentária e especificações técnicas, com recursos provenientes do Instrumento de Repasse nº 4103024/2023, celebrado entre a Caixa Econômica Federal, na qualidade de representante da Itaipu Binacional, e o Município de Boa Esperança do Iguaçu, no âmbito do Programa Itaipu Mais que Energia**, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123/2006 e das condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.

MODO DE DISPUTA: "ABERTO".

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h00 min do dia 27/08/2026 até às 08h30min do dia 15/09/2026.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 08h31min até às 08h59min do dia 15/09/2026.
INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: às 09h00min do dia 15/09/2026.
LOCAL: www.bll.org.br "Acesso Identificado no link – licitações"
VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO: R$ 1.957.550,99 (um milhão novecentos e cinquenta e sete mil quinhentos e cinquenta reais e noventa e nove centavos).
Para todas as referências de tempo será observado o horário oficial de Brasília/DF.
O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Boa Esperança do Iguaçu/PR, situada na Avenida Vereador Valmir Antônio Alexandre, nº 278, Centro, pelo telefone **(46) 3191-1364**, pelo e-mail **licitacao01@boaesperancadoiguacu.pr.gov.br**, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, na plataforma da BLL Compras no endereço eletrônico https://bllcompras.com e no Portal da Transparência do Município.
Boa Esperança do Iguaçu/PR, 26 de agosto de 2026.

GIVANILDO TRUMI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:99B8A285

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

CÂMARA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO
PORTARIA Nº 19, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

A **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO,** ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, inciso III, do Regimento Interno,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar nº 68, de 02 de fevereiro de 2012, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Chopinzinho/PR e dá outras providências;

CONSIDERANDO o constante do Memorando nº 4.604/2026;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER à servidora Nataly Klabunde, matrícula funcional nº 62-3, ocupante do cargo de Analista Legislativa, dezenove dias de férias, referentes ao período aquisitivo de 1º de julho de 2024 a 30 de junho de 2025, para fruição no período de 14 de setembro a 02 de outubro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Chopinzinho/PR, 26 de agosto de 2026.

(Assinado Digitalmente)
LÍDIA POSSO
Presidente da Câmara Municipal de Chopinzinho

Registre-se e publique-se.

Publicado por:
Nataly Klabunde
Código Identificador:ADEC4CFC

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 90056/2026 - CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA AUTORIZADA PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS E TAXAS DIVERSAS, ATRAVÉS DE BOLETO BANCÁRIO REGISTRADO

MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO/PR
AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade: Pregão. Edital nº 90056/2026. (SRP 987503 - 20/2026). Forma: Eletrônico. Local: https://www.gov.br/compras/pt-br/. Data da Licitação: Dia 14 de setembro de 2026, às 09:00 (nove) horas. Objeto: Contratação de Instituição Financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil para prestação de serviços de arrecadação de tributos municipais e taxas diversas, através de boleto bancário registrado, emitidos pelo setor responsável do município de chopinzinho, por intermédio de suas agências, com prestação de contas por meio *eletrônico* dos valores arrecadados. Valor máximo estimado: R$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais). Gênero: Serviços. O Edital encontra-se à disposição dos interessados no Prédio da Prefeitura de Chopinzinho, Divisão de Licitações e Contratos, Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811 – Chopinzinho/PR, das 08:00/12:00 e das 13:00/17:00hrs, e no endereço eletrônico: www.chopinzinho.pr.gov.br, https://www.gov.br/pncp/pt-br. Informações pelo telefone: (46) 9 9937-0154.

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich
Código Identificador:5C4F0A43

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
CC 90027/2026 - HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

REF.: LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA nº 90027/2026

Tendo em vista o resultado do processo licitatório, na modalidade Concorrência, tipo Menor Preço - Empreitada por Preço Global, nº 90027/2026, e após expirado o prazo recursal, eu Álvaro Denis Ceni Scolaro, Prefeito, torno público a HOMOLOGAÇÃO do procedimento licitatório em epígrafe e a ADJUDICAÇÃO do objeto às empresas:

Empresas	Valor Total – R$
MARIN E SIMIONATO SERVICOS DE ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA	232.999,99

Que apresentou o menor preço.
Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, autorizo a elaboração do Contrato.
É A DECISÃO.

Chopinzinho - PR, 13 de agosto de 2026.

ÁLVARO DENIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich
Código Identificador:34BD5A9A

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
CC 90032/2026 - DECLARAÇÃO DE DESERTA

DECLARAÇÃO DE LICITAÇÃO DESERTA

Processo Licitatório: nº 145/2026
Concorrência Presencial: nº 90032/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada em construção civil para sistema de abastecimento de água potável, incluindo materiais e mão de obra, conforme projetos e especificações técnicas, a ser realizado no município de Chopinzinho/PR

O Prefeito de Chopinzinho, no uso de suas atribuições legais, declara que, quanto a Concorrência Presencial acima referenciada, resta à licitação **DESERTA**.

Chopinzinho- PR, 26 de agosto de 2026.

ÁLVARO DENIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich
Código Identificador:F1316267

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 90055/2026 - REGISTRO DE PREÇOS, POR UM PERÍODO DE 1 ANO, PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAL PERÍODO, PARA FUTURA E EVENTUAL DE AQUISIÇÃO DE INSUMOS DE USO VETERINÁRIO PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, PEC

MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO/PR
AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade: Pregão. Edital nº 90055/2026 (SRP 987503 - 19/2026). Forma: Eletrônico. Local: https://www.gov.br/compras/pt-br/. Data da Licitação: 11 de setembro de 2026, às 09:00 (nove) horas. Objeto: Registro de Preços para futura e eventual de Aquisição de Insumos de Uso Veterinário para atender as demandas da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente, através do Programa de Desenvolvimento Rural de Chopinzinho. Valor máximo estimado: R$ 23.810,85 (vinte e três mil, oitocentos e dez reais e oitenta e cinco centavos). Gênero: Material de consumo. O Edital encontra-se à disposição dos interessados no Prédio da Prefeitura de Chopinzinho, Divisão de Licitações e Contratos, Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811 – Chopinzinho/PR, das 08:00/12:00 e das 13:00/17:00 horas, e no endereço eletrônico: www.chopinzinho.pr.gov.br, https://www.gov.br/pncp/pt-br. Informações pelo telefone: (46) 9 9937-0154.

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich
Código Identificador:57BDAA67

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90049/2026.

Extrato da Ata de Registro de Preço do Pregão Eletrônico nº 90049/2026. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLAYGROUNDS INFANTIS EM ESCOLAS, CMEIS E PRAÇAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO. EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO: A entrega do objeto relativo à licitação deverá dar-se sob a forma de fornecimento parcelado, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, sendo que somente serão pagos os valores relativos aos playgrounds efetivamente entregues instalados, conforme necessidade solicitada pela Secretaria requisitante. Após a solicitação, a entrega do playground instalado deverá ser realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data de emissão da Nota de Empenho, no endereço indicado pela secretaria solicitante. A empresa contratada deverá atender integralmente às demandas solicitadas, independentemente da quantidade ou do montante solicitado, bem como do local de entrega definido pela Administração, dentro dos limites territoriais abrangidos pelo contrato, observados os prazos e condições estabelecidos. O não atendimento a essas determinações, sem justificativa formal aceita pela Administração, caracterizará descumprimento contratual, ensejando a aplicação das sanções previstas em lei e no instrumento contratual. FORMA, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação de certificado de regularidade fiscal (CRF), e/ou documentos destinados a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual e Municipal (inclusive do Município de Chopinzinho para os licitantes

sediados em outro Município da Federação), com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada: Secretaria de Assistência Social, Mulher e Direitos Humanos Gestão/Unidade: 08.03 - FUNDO MUN. DTOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE Fonte de Recursos: 5880 - Contrib.elegados de entid.n gov-eca/FNDA Programa de Trabalho: 0824300095.001 - Aquisição/Reposição de Máquinas, Equipamentos e Veículos para area da Infancia Elemento de Despesa: 4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE Desdobrado: 2770 - Aparelhos e equipamentos para esportes e diversões Nota de Empenho: Não se aplica. Secretaria de Educação, Cultura e Esporte Gestão/Unidade: 06.02 - DEPTO DE COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA Fonte de Recursos: 103 - 5% sobre Transferências Constitucionais Programa de Trabalho: 1236100031.011 - Aquisição/Reposição de Máquinas, Equipamentos e Veículos Ensino Fundamental Elemento de Despesa: 4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE Desdobrado: 2822- Aparelhos e equipamentos para esportes e diversões Gestão/Unidade: 06.02 - DEPTO DE COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA. Secretaria de Obras e Urbanismo Gestão/Unidade: 04.02 – Depto de Manut Patrimonio Pub e Serv Urb Fonte de Recursos: 000 - Recursos Ordinários (Livres) 504 - Royalties e Outras Compensações Financeiras Não Previdenciárias - Exercício Corrente Programa de Trabalho: 1545200131.037 - Aquisição/Reposição de Equipamentos e Veículos da Secretaria Elemento de Despesa: 4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE Desdobrado: 2627/2821- Aparelhos e equipamentos para esportes e diversões Nota de Empenho: Não se aplica. Partes: Município de Chopinzinho e
Contrato nº 249/2026 – PLASGOMES BRINQUEDOS LTDA - Contratada, Valor Total do Contrato: R$ 313.604,00 (trezentos e treze mil, seiscentos e quatro reais). Contrato nº 250/2026 – JULIANO CESAR CESLINSKI LTDA - Contratada, Valor Total do Contrato: R$ 41.000,00 (quarenta e um mil reais). Contrato nº 251/2026 – KSF ELETRONICOS LTDA - Contratada, Valor Total do Contrato: R$ 52.250,00 (cinquenta e dois mil, duzentos e cinquenta reais). Data da assinatura, Chopinzinho-PR, 20 de agosto de 2026.

ÁLVARO DENIS CENI SCOLARO –
Prefeito.

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich
Código Identificador:A3C5C068

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO DA CONCORRÊNCIA N° 90027/2026

Extrato do Contrato da Concorrência n° 90027/2026. Objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA REFORMA UBS DE SÃO FRANCISCO, INCLUINDO MATERIAIS E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, A SER REALIZADO NO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO/PR**. As despesas com a execução do objeto deste contrato correrão à conta dos recursos advindos da dotação orçamentária: Gestão/Unidade: 07.02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Fonte de Recursos: 500 - Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde Programa de Trabalho: 1030100071.025 - Reforma, Construção e Ampliação de Estruturas da Saúde Elemento de Despesa: 4.4.90.51 - OBRAS E INSTALAÇÕES Desdobrado: 2761 - POSTOS DE SAÚDE Nota de Empenho: Não se aplica. Partes: Município de Chopinzinho e: Contrato nº 242/2026 – MARIN E SIMIONATO SERVICOS DE ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDAMARIN E SIMIONATO SERVICOS DE ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA, Valor Total R$ 232.999,99 (duzentos e trinta e dois reais, novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos). VIGÊNCIA: 180 dias após o término da execução.

Chopinzinho - PR, 13 de agosto de 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO –
Prefeito.

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich
Código Identificador:1AD17DCE

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PE 90049/2026 - HOMOLOGAÇÂO

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
REF.: LICITAÇÃO NA MODALIDADE Pregão Nº 90049/2026
Tendo em vista o resultado do processo licitatório, na modalidade Pregão, tipo Menor Preço - Serviços nº 90049/2026, de 03/08/26, para Registro de Preços e após expirado o prazo recursal, eu ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO, Prefeito, torno público o RESULTADO e a HOMOLOGAÇÃO do procedimento licitatório em epígrafe, inclusive o Ato de ADJUDICAÇÃO do objeto à(s) empresa(s):

Empresa(s)	Valor Total Estimado de Contratação
PLASGOMES BRINQUEDOS LTDA	R$ 313.604,00
KSF ELETRONICOS LTDA	R$ 52.250,00
JULIANO CESAR CESLINSKI LTDA	R$ 41.000,00
VALOR TOTAL	R$ 406.854,00

Que apresentou o Menor Preço para Registro.
Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, autorizo a elaboração da Ata de Registro de Preços.

É A DECISÃO.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 20 de agosto de 2026

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich
Código Identificador:A700F780

GABINETE DO PREFEITO
LEI 4.246/2026 - ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 3.914/2021

LEI N° 4.246, DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº3.914/2021, QUE ESTABELECE NORMAS PARA O PAGAMENTO DE DIÁRIAS AOS AGENTES PÚBLICOS NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO/PR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,
Faz saber, que a Câmara Municipal aprovou o Projeto de Lei 062/2026, de autoria da Mesa Diretora e eu sanciono e promulgo a seguinte:
LEI:
Art. 1º O art. 2º da Lei nº 3.914, de 30 de julho de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações e acréscimos:

"Art. 2º O valor unitário das diárias, independentemente do destino, terá como valores aqueles estabelecidos no Anexo I desta Lei.
§ 1º A diária será creditada em moeda do País, mediante depósito prévio em conta corrente do agente, de acordo com os critérios desta Lei.
§ 2º Do valor da diária, com ou sem pernoite, será descontado, de forma proporcional aos dias de afastamento da sede, o valor correspondente ao auxílio-alimentação eventualmente percebido pelo agente público no mesmo período.
§ 3º O desconto previsto no § 2º incidirá sobre a integralidade dos dias compreendidos no afastamento, incluindo os dias de deslocamento de

ida e de retorno, e será calculado com base no valor diário do auxílio-alimentação vigente à época da viagem, apurado pela divisão do valor mensal do benefício pelo parâmetro de 22 (vinte e dois) dias, na forma do § 4º do art. 2º da Lei Municipal nº 4.046, de 19 de dezembro de 2023 e demais legislações pertinentes." (NR)

Art. 2º O art. 3º da Lei nº 3.914, de 30 de julho de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º O valor das diárias será atualizado anualmente, no mês de janeiro, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado nos 12 (doze) meses anteriores ou por outro índice oficial que vier a substituí-lo.
§ 1º Para fins do disposto no caput, a atualização será formalizada por Resolução de Mesa, publicada no diário oficial do Município e no Portal da Transparência, indicando o índice aplicado e os valores atualizados das diárias.

§ 2º Em nenhuma hipótese a Resolução de Mesa de atualização implicará aumento real de valores, devendo restringir-se à aplicação do índice de recomposição inflacionária definido neste artigo.
§ 3º Na hipótese de não ser editada, em determinado exercício, a Resolução de Mesa prevista no § 1º, a Mesa Diretora poderá, em ato posterior, promover a recomposição inflacionária correspondente aos períodos em que houver ocorrido a omissão, observando-se o mesmo procedimento e os limites estabelecidos neste artigo.
§ 4º A Resolução de Mesa editada nos termos do § 3º não produzirá efeitos retroativos, não gerando direito à recomposição de diárias já percebidas, limitando-se seus efeitos à atualização das diárias que venham a ser concedidas após sua publicação." (NR)

Art. 3º O parágrafo único do art. 4º da Lei nº 3.914, de 30 de julho de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo único. Somente poderá conduzir o veículo da frota do Poder Legislativo Municipal o agente público que detenha Carteira Nacional de Habilitação (CNH) compatível para condução do respectivo veículo disponibilizado." (NR)

Art. 4º O art. 6º da Lei nº 3.914, de 30 de julho de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações e acréscimos:

"Art. 6º O ato de concessão da diária, mediante prévia e formal solicitação e expedição de ato autorizativo pela Presidência da Câmara Municipal, na forma do Termo de Solicitação de Viagem indicado no Anexo II desta Lei, deverá conter:
I - nome do beneficiário;
II - cargo ou função;
III - número de documento oficial de identificação civil;
IV - número da matrícula;
V - objetivo da viagem;
VI - data da saída e de retorno;
VII - origem e destino;
VIII - meio de transporte utilizado;
IX - quantidade de diárias e valor correspondente.
§ 1º O requerimento de diária deverá ser assinado pelo agente público e, quando houver, por seu superior hierárquico, devendo ser protocolado na Secretaria, sob pena de indeferimento do pedido.
§ 2º Quando o beneficiário da diária for o Presidente da Câmara Municipal, este deverá solicitar a emissão de empenho ao Departamento Contábil, seguindo os trâmites previstos para os agentes públicos, submetido posteriormente à fiscalização do Sistema de Controle Interno.
§ 3º O requerimento de diária de que trata o § 1º deste artigo deverá ser protocolado com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, contados da data do deslocamento, a fim de viabilizar o processamento e o pagamento prévio da diária.

§ 4º Na hipótese de o requerimento ser protocolado em prazo inferior ao previsto no § 3º deste artigo, o pedido observará o trâmite regular da despesa, não sendo garantido o pagamento prévio da diária." (NR)

Art. 5º O art. 10 da Lei nº 3.914, de 30 de julho de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10. A concessão e o pagamento de diárias serão publicados no Portal da Transparência do Município, com indicação do nome do beneficiário, cargo ou função que exerce, destino, atividade a ser desenvolvida, período de afastamento, valor total das diárias e o número do processo administrativo a que se refere a autorização." (NR)

Art. 6º O art. 11 da Lei nº 3.914, de 30 de julho de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 11. As diárias serão concedidas por dia de afastamento, com ou sem pernoite, conforme os valores constantes do Anexo I desta Lei, devendo ser incluídas as datas de partida e de chegada.
§ 1º Exigindo o afastamento pernoite em território nacional, fora da sede administrativa, será devida diária integral.
§ 2º Quando não houver pernoite fora do domicílio ou da sede administrativa de lotação do servidor, o valor devido pela diária será reduzido à metade em relação à diária com pernoite prevista para o mesmo destino.
§ 3º As diárias internacionais serão concedidas a partir da data do afastamento do território nacional e contadas integralmente da data da partida até a data do retorno ao território nacional.
§ 4º Na hipótese de ser autorizada a prorrogação do prazo de afastamento, o agente público fará jus à complementação do valor de diárias correspondente aos dias adicionais, calculada com base nos valores vigentes na data da prorrogação.
§ 5º Quando o período de afastamento do domicílio ou sede do agente público for inferior a 4 (quatro) horas, não havendo pernoite, não será concedida diária, devendo o deslocamento ocorrer preferencialmente em veículo oficial, ressalvada a hipótese prevista no art. 5º desta Lei." (NR)

Art. 7º O art. 16 da Lei nº 3.914, de 30 de julho de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 16. O beneficiário da diária, ao final da missão, deverá apresentar comprovantes do cumprimento das finalidades que justificaram a realização da viagem, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após o retorno, mediante a apresentação dos seguintes documentos:
[...]
II - declaração emitida por unidade administrativa, certificado ou lista de presença em eventos, seminários, treinamentos ou assemelhados, em que conste o nome do beneficiário presente;" (NR)

Art. 8º O Anexo I da Lei nº 3.914, de 30 de julho de 2021, passa a vigorar conforme o Anexo I desta Lei.

Art. 9º O Anexo II da Lei nº 3.914, de 30 de julho de 2021, passa a vigorar conforme o Anexo II desta Lei.

Art. 10. O Anexo IV da Lei nº 3.914, de 30 de julho de 2021, passa a vigorar conforme o Anexo III desta Lei.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO/PR, EM 26 DE AGOSTO DE 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito Municipal

ANEXO I

ANEXO I DA LEI MUNICIPAL 3.914/2021
VALOR DE DIÁRIAS

Cargo ou Função	Cidades do Interior do Paraná e da região do Planalto Catarinense	Curitiba, Foz do Iguaçu e cidades do interior de outros Estados	Brasília e outras capitais de Estado	Exterior
Presidente da Câmara Municipal, Vereadores e Servidores	VALOR DE DIÁRIAS COM PERNOITE			
	R$ 258,94	R$ 523,75	R$ 818,00	R$ 823,88
	VALOR DE DIÁRIAS SEM PERNOITE			
	R$ 129,47	R$ 261,88	R$ 409,00	R$ 411,94

1. Para viagens a destinos que tenham cidades geminadas ou limítrofes de Estados diversos da Federação, será concedida a diária de menor valor aplicável para cidade do destino;
2. Para viagens a cidades de outros países e que sejam fronteiriças com o Brasil, será concedida diária, se necessário, equivalente ao menor valor aplicável para cidades brasileiras limítrofes ao destino.

ANEXO II

ANEXO II DA LEI MUNICIPAL 3.914/2021
TERMO DE SOLICITAÇÃO DE VIAGEM

DADOS DO SOLICITANTE
Nome: _____ Matrícula: _____
Órgão de Lotação: _____ Cargo ou função: _____
Acompanhantes: _____

DADOS DA VIAGEM
Data e horário da saída: __/__/____ às __h__
Data e horário do retorno: __/__/____ às __h__
Destino: _____
Valor total de diárias: _____
Transporte utilizado: _____
Finalidade da viagem: _____
Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: _____

Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº 3.914/2021, que disciplina a concessão de diárias. Declaro também e para todos os fins que são verídicas as informações prestadas, sem rasuras, nesta solicitação de diária e me responsabilizo por eventuais equívocos e omissões, sendo que autorizo o desconto em folha de pagamento de eventuais créditos não utilizados e não ressarcidos ao erário.

Informações complementares: _____

_____, ___/___/_____.

_____
Nome do Beneficiário

ANEXO III

ANEXO IV DA LEI MUNICIPAL 3.914/2021
RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE VIAGEM

1. Identificação
Órgão: _____ Unidade Administrativa: _____
Nome do Beneficiário: _____ Matrícula: _____
Nº do Empenho da Liberação de Diárias: ___/_____

2. Destino do Beneficiário
Destino: _____
Data de Saída: ___/___/____ Data de Chegada: ___/___/____

3. Justificativa
Informar a razão da viagem realizada e descrever, de forma sucinta, as atividades realizadas na cidade de destino.

4. Valores Solicitados
Número de Diárias: ____
Valor Unitário da Diária: R$ _____
Valor Total das Diárias: R$ _____

5. Locomoção (informar somente se a viagem foi realizada com veículo oficial)
Veículo: _____ Frota: _____

6. Comprovantes das passagens de ônibus ou avião (anexar, quando houver).

7. Certificado ou documento que comprove participação em evento de interesse público ou o serviço prestado, se for o caso (anexar).

É o relatório.
_____, ___/___/_____.

_____
Nome do Beneficiário
Cargo do Beneficiário

Publicado por:
Herica Gabriele Pasqualotto
Código Identificador:7CC81013

GABINETE DO PREFEITO
LEI 4.247/2026 - ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 4.062

LEI N° 4.247, DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 4.062, DE 28 DE MAIO DE 2024, QUE FIXA OS SUBSÍDIOS DO PREFEITO, VICE-PREFEITO E SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE CHOPINZINHO, PARA O PERÍODO DA GESTÃO DE 2025 A 2028.

O **PREFEITO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ,** no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Faz saber, que a Câmara Municipal aprovou o Projeto de Lei 061/2026, de autoria da Mesa Diretora e eu sanciono e promulgo a seguinte:
LEI:

Art. 1º O artigo 3º da Lei nº 4.062, de 28 de maio de 2024, passa a vigorar acrescido dos §§ 4º, 5º e 6º, com a seguinte redação:

"§ 4º Aos Secretários Municipais, independentemente de vínculo efetivo com o quadro permanente do Município, é assegurado o direito a trinta dias de férias anuais remuneradas, acrescidas do terço constitucional de férias, e ao décimo terceiro subsídio anual.
§ 5º O décimo terceiro subsídio anual corresponderá a 1/12 (um doze avos) do subsídio mensal por mês de efetivo exercício no cargo, sendo a fração igual ou superior a 15 (quinze) dias de exercício considerada como mês integral.
§ 6º As férias de que trata o § 4º deste artigo serão proporcionais a 1/12 (um doze avos) por mês de efetivo exercício no cargo, observado o mesmo critério de fração estabelecido no § 5º deste artigo."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, vedada a produção de efeitos retroativos.

Gabinete do Prefeito de Chopinzinho/PR, 26 DE AGOSTO DE 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Herica Gabriele Pasqualotto
Código Identificador:1FC8E283

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 920/2026 - DESIGNA JUNTA MÉDICA OFICIAL

PORTARIA Nº 920/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo n° 63, inciso X, da Lei Orgânica e artigos n° 19 e 20 da Lei Complementar n° 068/2012, de 02/02/2012,

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico n.º 4.838/2025,

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR para comporem a Junta Médica Oficial do Município, os seguintes médicos: Vivian Giacomini Tonello, matrícula funcional nº 2319-3; Claudia Andrea Cabanas Mourão,

matrícula funcional nº 1579-4; Fabricio Utiyama, credenciado pelo CONIMS.

Art. 2º. DESIGNAR para suplente o médico Adão Rodrigues Viana, matrícula funcional nº 3804-3.

Art. 3º. REVOGAR as Portarias nº 244/2025 e nº 989/2025 a partir da publicação desta.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 26 DE AGOSTO DE 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração

Publicado por:
Camila Cancelier
Código Identificador:55189744

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
LEI 4.245/2026 - DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA 2027 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI N° 4.245, DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA 2027 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,
Faz saber, que a Câmara Municipal aprovou o Projeto de Lei 059/2026, de autoria do Poder Executivo e eu sanciono e promulgo a seguinte:
LEI:
Art. 1º. Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no § 2°, do art. 165, da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, no art. 4°, da Lei Complementar Federal n° 101, de 4 de maio de 2000, e da Lei Orgânica do Município de Chopinzinho, de 5 de abril de 1990, as diretrizes orçamentárias do Município de Chopinzinho, relativas ao exercício de 2027, compreendendo:
- As metas e prioridades da Administração Pública Municipal;
- A organização e estrutura dos orçamentos;
- As disposições sobre as Reservas de Contingência/Orçamentária
– Do Regime de Execução das Emendas Parlamentares Impositivas
- As diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos e suas alterações;
- As disposições sobre os créditos suplementares e especiais;
- As disposições sobre as alterações na legislação tributária;
- As disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- As disposições relativas à destinação de recursos provenientes de operações de crédito;
- Dos Ajustamentos do Plano Plurianual;
- As disposições transitórias;
- As disposições gerais.

CAPÍTULO I
DAS METAS E PRIORIDADES
DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL
Art. 2º. As metas e as prioridades são especificadas no Anexo I – Das Metas e Prioridades da Administração Municipal, sendo estabelecidas por funções, programas e ações, e deverão estar compatíveis com a Lei Municipal n° 4.122, de 16 de junho 2025 e alterações, a qual dispõe sobre o Plano Plurianual, para o período de 2026 a 2029 e, ainda, a Lei Orçamentária Anual para 2027, sendo que esta última será encaminhada à Câmara Municipal.

Parágrafo único – A regra contida no **caput** deste artigo, não se constitui em limite à programação das despesas.
Art. 3º. As Metas Fiscais e os Riscos Fiscais são especificados no Anexo II, elaborado de acordo com os §§ 1° e 3°, do art. 4°, da Lei Complementar Federal n°101, de 2000, abrangendo todos os órgãos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

CAPÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º. A Lei Orçamentária Anual compreenderá o Orçamento Fiscal e o Orçamento da Seguridade Social:
- O Orçamento Fiscal, refere-se aos Poderes Executivo e Legislativo, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta;
- O Orçamento da Seguridade Social abrange os fundos, entidades e órgãos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, vinculados à saúde, assistência social e previdência;
Art. 5º. Para os efeitos desta lei, entende-se por:
– Órgão orçamentário – maior nível da classificação institucional, cuja finalidade é agrupar unidades orçamentárias;
– Unidade orçamentária – menor nível da classificação institucional;
– Função – é o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público;
– Subfunção – Representa uma partição da função, visando agregar determinado subconjunto de despesa do setor público, evidenciando cada área de atuação governamental e identificar a natureza básica das ações que se aglutinam em torno das funções;
– Programa – instrumento de organização da ação governamental, o qual visa à concretização dos objetivos pretendidos, mensurados pelos indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;
– Ação – especifica a forma de alcance do objetivo do programa de governo, onde descreve o produto e a meta física programada e sua finalidade;
– Projeto – Instrumento de programação, que visa alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta em um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento das ações do governo, está atrelado à codificação da ação;
– Atividade – instrumento de programação que visa alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em um produto necessário à manutenção das ações do governo, está atrelado à codificação da ação;
– Operações especiais – são despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações do governo, das quais não resultam em um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços, estão atrelados à codificação da ação;
– Produto – bem ou serviço que resulta da ação orçamentária;
– Meta física – quantidade estimada para o produto no exercício financeiro.
§ 1º - A classificação funcional será composta por funções e subfunções, identificadas por um código de cinco dígitos, sendo dois dígitos para a função e três dígitos para a subfunção.
§ 2° - A classificação da estrutura programática será composta por programas e ações, identificados por um código de oito dígitos, sendo quatro dígitos para o programa e quatro dígitos para a ação:
– Cada programa identificará as ações necessárias para atingir seus objetivos, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação;
– Cada ação será identificada por operação especial, projeto ou atividade e participará de apenas um programa, sendo classificada na função e subfunção respectiva.
§ 3°. A classificação da estrutura programática para 2027, poderá sofrer alterações para a adequação ao Plano de Contas Único da Administração Pública Federal, regulamentado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, do Ministério da Fazenda e pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE-PR.
Art. 6°. Os Orçamentos Fiscal e Seguridade Social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com as suas respectivas dotações, especificando a unidade orçamentária, as categorias econômicas, os grupos de natureza da despesa, as modalidades de aplicação, os

elementos de despesa, o identificador de uso, o grupo de destinação de recursos e as fontes de recursos.
§ 1° Nos grupos de natureza da despesa será observado o seguinte detalhamento:
– Pessoal e encargos sociais – 1;
– Juros e encargos da dívida – 2;
– Outras despesas correntes – 3;
– Investimentos – 4;
– Inversões financeiras – 5;
– Amortização da dívida – 6;
– Reserva de contingência – 9.
§ 2° A Reserva de Contingência e a Reserva do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, previstas nos arts. 10 e 11 desta lei serão identificadas pelo dígito nove no que se refere ao grupo de natureza da despesa.
§ 3° A especificação por elemento de despesa será apresentada por unidade orçamentária, conforme a sua aplicação.
§ 4° Na especificação das modalidades de aplicação será observada, no mínimo, o seguinte detalhamento:
– Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos – 50;
– Transferências a Consórcios Públicos – 71;
– Transferências a Instit. Privadas C/ Fins Lucrativos - 60;
– Aplicações diretas – 90;
– Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – 91. – Reserva de Contingência – 99.
§ 5° A Lei Orçamentária Anual para 2027 conterá as Fontes de Recursos, regulamentadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE – PR, podendo o Município incluir na Lei Orçamentária Anual, outras fontes de recursos para atender as suas peculiaridades.
§ 6° A Reserva de Contingência prevista nos artigos 10 e 11 desta lei serão identificadas pela classificação quanto à sua natureza da despesa com o código "9.9.99.99".
§ 7° As programações dos Fundos Municipais serão abertas como atividades e projetos nas unidades orçamentárias a que estiverem subordinadas.
§ 8° Os orçamentos estarão em conformidade com a estrutura organizacional da Prefeitura.
Art. 7°. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à criação e a alteração da modalidade de aplicação, nos procedimentos orçamentários, técnicos e contábeis, em atendimento à legislação vigente.
Art. 8°. Fica o Poder Executivo autorizado a classificar no elemento de despesa 92 – Despesas de Exercícios Anteriores, a despesa não empenhada no exercício correspondente, conforme a classificação da despesa realizada.
Art. 9°. A proposta orçamentária, que o Poder Executivo encaminha ao Poder Legislativo, até o dia 15 de outubro, compor-se-á de:
- Mensagem;
- Projeto de lei orçamentária;
-Tabelas explicativas das receitas e despesas dos três últimos exercícios.
Parágrafo único – Integrarão a lei orçamentária anual:
- Sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções de governo;
- Sumário geral da receita e despesa, por categorias econômicas;
- Sumário da receita por fontes, e respectiva legislação;
- Quadro das dotações por órgãos do governo e da administração;
- Demais demonstrativos exigidos pela Lei Federal nº 4.320, e Lei de Responsabilidade Fiscal.

CAPÍTULO III
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE AS RESERVAS DE CONTINGÊNCIA/ORÇAMENÁRIA E EMENDAS PARLAMENTARES

Art. 10. A Reserva de Contingência será constituída, exclusivamente, com recursos do Orçamento Fiscal que, no Projeto de Lei Orçamentária Anual, equivalerá, no mínimo, a 0,3% da Receita Corrente Líquida apurada no exercício anterior, para atender às determinações da Lei Complementar Federal n° 101, de 2000.
Parágrafo único - Além de atender às determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal, a Reserva de Contingência poderá ser utilizada como recurso para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais e emendas à Lei Orçamentária Anual.

Art. 11. A Reserva Orçamentária do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, incluído no Orçamento da Seguridade Social, para 2027, não poderá ser executada orçamentariamente, servirá de fonte de recursos para custeio das despesas previdenciárias respectivas em exercícios futuros.

CAPÍTULO IV
DO REGIME DE EXECUÇÃO DAS EMENDAS PARLAMENTARES IMPOSITIVAS

Art. 12. O projeto de lei orçamentária para 2027 conterá reserva específica para atendimento de emendas individuais, no montante equivalente a 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida do exercício anterior ao do encaminhamento do projeto, conforme estabelecido no § 3º do art. 113-A da Lei Orgânica do Município.
§ 1º A reserva específica que trata o caput deste artigo, deverá destinar a metade deste percentual para ações e serviços públicos de saúde.
§ 2º A execução do montante destinado a ações e serviços públicos de saúde previsto no parágrafo anterior, inclusive custeio, será computada para fins do cumprimento do art. 25, vedada a destinação para pagamento de pessoal ou encargos sociais.(NR)
Art. 13. Para fins de atendimento aos dispositivos relacionados às emendas individuais impositivas ao orçamento público municipal, os órgãos de execução observarão, nos termos desta Lei, o seguinte cronograma para análise e verificação de eventuais impedimentos das programações e demais procedimentos necessários à viabilização da execução dessas emendas:
- até o dia 15 de março de 2027, o Poder Executivo enviará ao Poder Legislativo as justificativas do impedimento;
- até o dia 15 de abril de 2027, o Poder Legislativo indicará ao Poder Executivo o remanejamento da programação cujo impedimento seja insuperável;
- até o dia 15 de maio de 2027, o remanejamento será implementado por ato do Poder Executivo, nos termos previstos na Lei Orçamentária Anual.
§ 1º O não cumprimento do prazo previsto no inciso II deste artigo caracteriza impedimento técnico e desobriga o Poder Executivo de executar a emenda.
§ 2º Caso a emenda parlamentar individual defina a alocação de recursos para órgão ou entidade que não possua competência para executá-la, ou para grupo de natureza de despesa que impossibilite sua execução, fica o Poder Executivo autorizado, cientificando o autor da emenda, a remanejar o respectivo valor para o programa de trabalho do órgão ou entidade da Administração Pública municipal com atribuição para a execução da despesa ou a transferi-lo de grupo de natureza de despesa.
§ 3º O remanejamento de que trata o § 2º deste artigo não será considerado no cômputo dos limites de créditos adicionais estabelecidos na Lei Orçamentária Anual.
Art. 14. As programações orçamentárias com origem nas emendas individuais não serão de execução obrigatória nos casos de impedimentos de ordem técnica insuperáveis, considerando-se impedimentos de ordem técnica insuperáveis:
- emendas individuais que desconsiderem os preceitos constitucionais previstos no art. 37 da Constituição Federal;
- emendas que apresentem a adoção de ações e serviços públicos para realização de objeto de forma insustentável ou incompleta;
- emendas que apresentem alocação de recursos insuficientes para execução do seu objeto, salvo em atividade dividida por etapas e tecnicamente viável;
- emendas que não atendam às metas previstas em planos estratégicos do Município;
- não comprovação de que os recursos orçamentários ou financeiros são suficientes para a conclusão do projeto ou de etapa útil com funcionalidade que permita o imediato usufruto dos benefícios pela sociedade;
- incompatibilidade com a política pública setorial aprovada no âmbito do órgão setorial responsável pela programação;
- incompatibilidade do objeto da emenda com a finalidade do programa ou da ação orçamentária emendada;
- incompatibilidade do valor proposto com o cronograma físico-financeiro de execução do projeto, no caso de emendas relativas à execução de obras;

- emenda individual que conceda dotação para a instalação ou o funcionamento de serviço público ainda não criado por lei, em desacordo com o disposto na alínea "c" do art. 33 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, e alterações posteriores;
- aprovação de emenda individual que conceda dotação para o início de obra cujo projeto não esteja aprovado pelos órgãos competentes, em desacordo com o disposto na alínea "b" do art. 33 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, e alterações posteriores;
- destinação de dotação a entidade que não atenda aos critérios estabelecidos pela Lei Federal nº 13.019, de 2014;
- destinação de dotação a entidade em situação irregular, em desacordo com o disposto no art. 17 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, e alterações posteriores;
- criação de despesa de caráter continuado para o Município, direta ou indiretamente;
- impedimentos cujo prazo para superação inviabilize o empenho ou o pagamento dentro do exercício financeiro.

§ 1º Os impedimentos de ordem técnica de que trata este artigo serão apurados pelos gestores responsáveis pela execução das respectivas programações orçamentárias, nos órgãos setoriais e nas unidades orçamentárias, e comporão relatório a ser formalmente comunicado pelo Poder Executivo.

§ 2º A parcela da reserva de recursos a que se refere o caput do art. 41 desta Lei que não for utilizada pelos parlamentares para indicação de emendas individuais durante o processo de tramitação da Lei Orçamentária de 2027 poderá ser utilizada pelo Poder Executivo como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais.

§ 3º As entidades privadas eventualmente indicadas como beneficiadas deverão, para fins de operacionalização das emendas individuais de execução obrigatória a elas destinadas, apresentar plano de trabalho, sujeito à avaliação técnica do Poder Executivo, que deverá conter:
- cronograma físico e financeiro;
- plano de aplicação das despesas;
- informações de conta corrente específica.

CAPÍTULO V
DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 15. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária Anual, deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo o amplo acesso da sociedade às informações relativas a cada uma destas etapas.

Parágrafo único. O Poder Executivo dará ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso ao público, para:
– A estimativa das receitas de que trata § 3°, do art. 12, da Lei Complementar Federal n° 101, de 2000;
– A proposta de Lei Orçamentária Anual para 2027 e seus anexos;
– A Lei Orçamentária Anual para 2027 e seus anexos.

Art. 16. As receitas e as despesas serão estimadas, tomando-se por base o índice de inflação apurado nos últimos doze meses, a tendência e o comportamento da arrecadação municipal mês a mês, tendo em vista principalmente os reflexos dos planos de estabilização econômica editados pelo governo federal, em conformidade com os Anexos de Metas Fiscais, e atendendo-se os demais critérios estabelecidos no artigo 12 da L.R.F.

§ 1º - Na estimativa das receitas deverão ser consideradas, também, as eventuais modificações da legislação tributária, para melhoria da arrecadação, e ainda:
- A atualização dos elementos físicos das unidades imobiliárias;
- A edição de uma planta genérica de valores de forma a minimizar a diferença entre as alíquotas nominais e as efetivas;
- A expansão do número de contribuintes;
- A atualização do cadastro imobiliário fiscal;
- Outras alterações, no sentido de melhoria da receita.

§ 2º - As taxas de polícia administrativa e de serviços públicos deverão remunerar a atividade municipal de maneira a equilibrar as respectivas despesas.

§ 3º - Nenhum compromisso será assumido sem que exista dotação orçamentária e recursos financeiros previstos na programação de desembolso, e a inscrição de Restos a Pagar estará limitada ao montante das disponibilidades de caixa, visando evitar-se déficit orçamentário e atendimento ao Art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 17. Para atender o dispositivo na Lei de Responsabilidade Fiscal, o Poder Executivo se incumbirá do seguinte:
- Elaborar e publicar a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, nos termos do art. 8º, da Lei Complementar Federal n° 101 de 2000, visando ao cumprimento da meta de resultado primário, estabelecido nesta lei.
- O Poder Legislativo deverá enviar até quinze dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual ao Poder Executivo, a programação de desembolso mensal para o referido exercício.
- O Poder Executivo deverá publicar a Programação Financeira e o Cronograma De Execução Mensal de Desembolso até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual.
- Caso seja necessária a limitação de empenhos, das dotações orçamentárias e da movimentação financeira, para o cumprimento do disposto no art. 9°, da Lei Complementar Federal n° 101, de 2000, serão fixados em ato próprio, os percentuais e os montantes estabelecidos para cada órgão, entidade e fundo, bem como excluídas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal de execução, bem como as despesas essenciais para a prestação dos serviços públicos, as destinadas ao atendimento à criança e ao adolescente, e de forma proporcional à participação dos poderes, no total das dotações iniciais constantes da Lei Orçamentária Anual.
- O Poder Executivo realizará nos meses fevereiro, maio e setembro, audiência pública para avaliação do cumprimento das Metas Fiscais do quadrimestre, perante a comissão de Finanças e Orçamento.
- Os Planos, LDO, Orçamentos, prestações de contas, parecer do TCE-PR, serão amplamente divulgados, inclusive na internet, e ficará à disposição de comunidade.
- O desembolso dos recursos financeiros consignados a Câmara Municipal, será feito até o dia 20 de cada mês, sob a forma de duodécimos, ou de comum acordo entre os poderes, em parcela única.

Art. 18. As metas, avaliações, demonstrativos da receita, despesa, dívida pública, despesas de caráter obrigatório e os riscos fiscais estão definidos nos quadros anexos da presente Lei.

Art. 19. Será garantida a destinação de recursos orçamentários para a oferta de programas públicos de atendimento à infância, à adolescência e ao jovem no Município, conforme disposto no art. 227, da constituição Federal, de 1988, modificado pelo art. 2°, da Emenda Constitucional n° 65, de 13 de julho de 2010, no art. 4°, da Lei Federal n° 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, e suas alterações, e na Instrução Normativa n° 36, de 2009, do Tribunal do Estado do Paraná – TCE-PR.

Art. 20. As despesas com pessoal e encargos sociais não poderão exceder o limite estabelecido na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e da Constituição Federal do Brasil.

Art. 21. Na fixação das despesas serão observadas as prioridades e metas determinadas nesta Lei, bem como a manutenção e funcionamento dos serviços já implantados.

Art. 22. É autorizada a inclusão, tanto na Lei Orçamentária quanto em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais e auxílios, destinados a entidades privadas sem fins lucrativos, que desenvolvam atividades de natureza continuada e atendam diretamente o público, de forma gratuita, nas áreas de educação, saúde, cultura, esporte e assistência social, conforme disposto no § 3°, do art. 12, e nos arts. 16 e 17, da Lei Federal n°4.320/64.

§ 1° Aplicam-se ao artigo anterior políticas públicas destinadas ao fomento de áreas de reserva indígena do Município de Chopinzinho.

§ 2° As entidades privadas beneficiadas com recursos de subvenção e/ou auxílio do Município, submeter-se-ão à fiscalização do poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

§ 3° Os repasses de recursos a entidades previstas no caput, deverão ser procedidas da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio, devendo ser observadas a legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n° 101 de 2000.

§ 4° As entidades beneficiadas por subvenções ou auxílio nos termos deste artigo, encaminharão ao órgão repassador a prestação de contas dos recursos recebidos, nos termos da regulamentação vigente.

Art. 23. Os programas de assistência social que contemplem fornecimento de cestas básicas, passagens e a cobertura de outras

necessidades de pessoas físicas, deverão ser autorizadas e disciplinados por meio de lei específica.
Art. 24. Os programas de fomento industrial e rural que contemplem fornecimento de infraestrutura básica e a cobertura de outras necessidades de pessoas físicas e jurídicas privadas deverão ser autorizadas e disciplinadas por meio de lei especifica.
Art. 25. O município aplicará, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das receitas resultantes de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos do art. 212 da Constituição Federal, bem como atenderá os dispositivos da Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000, nos serviços públicos de saúde, com a aplicação de no mínimo, 15% (quinze por cento) das referidas receitas.
Art. 26. O Orçamento do Legislativo Municipal deverá ser elaborado considerando-se limitações da Emenda Constitucional n.º 25.
Art. 27. Constará do Projeto de Lei Orçamentária demonstração dos efeitos do aumento das despesas obrigatórias de caráter continuado, observado o disposto do Anexo de Metas Fiscais.
Art. 28. O orçamento do Poder Legislativo deverá estar compatível com a Lei Municipal n°4.122, de 16 de junho de 2025, a qual dispõe sobre o Plano Plurianual, para o período de 2026 a 2029, podendo ser alterado pelo Poder Legislativo até 30 de setembro de 2026, para a consolidação do Orçamento Geral do Município.
Art. 29. A programação de investimento do Projeto de Lei Orçamentária, deverá apresentar consonância com as prioridades municipais incluídas no Plano Plurianual.
Parágrafo único – As obras já iniciadas sob a responsabilidade do Município, terão prioridade na alocação dos recursos para a sua continuidade.
Art. 30. As despesas destinadas ao pagamento de precatórios judiciais correrão à conta de dotações consignadas nas Unidades Orçamentárias responsáveis pelos débitos.
§ 1º - Os recursos alocados no Projeto de Lei Orçamentária com destinação prevista ao contido no caput deste artigo, não poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade.
§ 2º - A relação dos débitos constantes de precatórios judiciais, inscritos até **1º de fevereiro de 2026**, será incluída no orçamento de 2027, especificando:
- Número e ano do ajuizamento da ação originária;
– Tipo e número do precatório;
- Tipo de causa julgada;
– Data da autuação do precatório;
– Nome do beneficiário;
– Valor do precatório a ser pago.
Art. 31. A Receita Total do Município, prevista nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, será programada na Despesa Municipal de acordo com as seguintes prioridades:
– Pessoal e encargos sociais;
– Contribuições, aportes e transferências ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS;
– Pagamento de amortizações e encargos da dívida;
– Cumprimento dos princípios constitucionais coma saúde e com a educação básica, bem como a garantia no que se refere à criança, ao adolescente e ao jovem;
– Cumprimento do princípio constitucional com o Poder Legislativo;
– Custeios administrativos e operacionais;
– Aporte local para as operações de crédito;
– Aporte local para os convênios firmados com o Estado e com a União;
– Investimentos em andamento;
– Novos investimentos.
Art. 32. Os recursos remanescentes de que trata o artigo anterior, serão distribuídos para os demais órgãos do Executivo Municipal.
Art. 33. A proposta orçamentária, que não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e a fixação da despesa, face à Constituição Federal, será elaborada com estrita observância ao equilíbrio entre receitas e despesas.
Art. 34. As unidades orçamentárias, quando da elaboração de suas propostas parciais, deverão atender a estrutura orçamentária e as determinações emanadas pelos setores competentes da área.
Art. 35. A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter e ducativo, assistencial, recreativo, cultural esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica.
Art. 36. A proposta orçamentária será elaborada em consonância com as disposições constantes da Lei Complementar n.º 101/2000 tendo seu valor fixado em reais, com base na previsão de receita.
Art. 37. Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2027 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios.
Art. 38. A execução do Orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001 e alterações posteriores.
Art. 39. Toda geração da despesa deverá observar no que couber os arts. 15, 16 e 17 da Lei Complementar Federal n° 101, de 2000.

CAPÍTULO VI
DOS CRÉDITOS SUPLEMENTARES E ESPECIAIS

Art. 40. Com fundamento no § 8º do art. 165 da Constituição Federal e nos arts. 7º e 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, a Lei Orçamentária de 2027 conterá autorização para o Poder Executivo proceder à abertura de créditos adicionais suplementares e estabelecerá as condições e os limites percentuais a serem observados para tanto.
§ 1º Os projetos de lei relativos à abertura de créditos adicionais serão apresentados na forma e com os detalhamentos idênticos aos da Lei Orçamentária Anual.
§ 2º Acompanharão os projetos de lei, relativos aos créditos adicionais, exposições de motivos circunstanciados que justifiquem e que indiquem as conseqüências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das ações desdobradas em operações especiais, projetos e atividades.
Art. 41. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme o disposto no § 2°, do art. 167, da Constituição Federal, de 1988, será efetivada mediante decreto do Poder Executivo.
Art. 42. A execução da Lei Orçamentária Anual e dos créditos adicionais obedecerá aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na Administração Pública.
Art. 43. Fica o Poder Executivo, mediante decreto, autorizado a transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária Anual, nos créditos adicionais, e por decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos, entidades ou fundos, bem como de alterações de suas competências e atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definida no art. 6°, desta lei.
§ 1º A autorização de que trata o caput deste artigo, não poderá resultar em alteração de valores das programações, aprovadas pela Lei Orçamentária Anual, ou em créditos adicionais, podendo haver ajuste na classificação funcional/programática.
§ 2º Ficam os Poderes Executivo e Legislativo Municipal autorizados a abrir Créditos Adicionais Suplementares até o limite de 10% do total da despesa autorizada, para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, nos termos previstos no inciso III, do § 1°, do art. 43, da Lei Federal n° 4.320, de 1964, por meio de decreto do Poder Executivo.
§ 3º Fica autorizado e não será computado para efeito do limite fixado no parágrafo anterior, o crédito destinado a suprir a insuficiência das dotações de pessoal e encargos sociais, dívida pública e débitos constantes de precatórios judiciais.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE AS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 44. Na estimativa das receitas do Projeto de Lei Orçamentária Anual serão considerados os efeitos de alterações na Legislação Tributária até 30 de setembro de 2026, em especial:
- A concessão e redução de isenções fiscais;
- A revisão de alíquotas dos tributos de competência;
- Aperfeiçoamento da cobrança da Dívida Ativa do Município.

§ 1º Para fins deste artigo dever-se-á observar o disposto no artigo 14 da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000.
§ 2º Os Tributos, cujo recolhimento poderá ser efetuado em parcelas, serão corrigidos monetariamente segundo a variação estabelecida pela unidade fiscal do município.
Art. 45. O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes, devendo esses benefícios, serem considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes.
Art. 46. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita.
Art. 47. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor se adotadas, conjunta ou isoladamente, as medidas de compensação:
– Aumento de receita proveniente de elevação de alíquota, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição;
– Cancelamento, durante o período em que vigorar o benefício, de despesas em valor equivalente.
Art. 48. O desconto para pagamento integral e à vista do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, no exercício de 2027, por ato do Poder Executivo, não poderá ser superior a 15%.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 49. As despesas com pessoal e encargos sociais serão fixadas, observando-se ao disposto nas normas constitucionais aplicáveis, na Lei Complementar Federal n°101, de 2000, e legislação municipal em vigor.
Art. 50. O reajuste salarial dos servidores públicos municipais deverá seguir os preceitos estabelecidos por Lei municipal, conforme previsão de recursos orçamentário e financeiro, previstos na Lei Orçamentária Anual para 2027, em categoria de programação específica, observado os limites de que tratam os arts. 19 e 20, da Lei Complementar Federal m° 101, de 2000.**Art. 51.** A instituição, concessão e o aumento de qualquer vantagem pecuniária ou remuneração, a criação de cargos, a adaptação e implementação nos planos de carreira e seus respectivos, crescimento horizontal, crescimento vertical, transição, mudança de área de atuação e atividade, os programas de qualidade, produtividade e remuneração variável, mobilidade nos limites legais vigentes, a admissão de pessoal a qualquer título e a licença prêmio em pecúnia, pelos órgãos, observado o contido no inciso II, do art. 37, da Constituição Federal de 1988, no inciso II, poderão ser levados a efeito para o exercício de 2027, de acordo com os limites estabelecidos na Emenda Constitucional n° 25, de 2000, na Lei Complementar Federal n° 101, de 2000, e na legislação municipal vigente, desde que comprovada a existência de disponibilidade orçamentária e financeira.
Art. 52. O poder Legislativo, durante o exercício financeiro de 2027, deverá atender as determinações dos arts. 49, 50 e 51 desta lei, com relação às despesas com pessoal e encargos sociais.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS A DESTINAÇÃO DE RECURSOS PROVENIENTE DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Art. 53. O Poder Executivo é autorizado, nos termos da Constituição Federal a:
- Realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;
- Realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor.
Art. 54. O valor das Operações de Crédito orçado para o exercício não poderá ser superior ao montante de despesas de capital fixadas no orçamento.

CAPÍTULO X
DOS AJUSTAMENTOS DO PLANO PLURIANUAL

Art. 55. Os programas constantes do Plano Plurianual – PPA 2026-2029, serão observados anualmente na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
Parágrafo Único - Os programas de governo constantes no Anexo I - Das Metas e Prioridades da Administração Municipal, integram a Lei do Plano Plurianual, para o período de 2026 a 2029.
Art. 56. A inclusão, a exclusão ou a alteração das principais iniciativas, prioridades e metas, serão propostas pelo Poder Executivo, por meio de Projeto de Lei específico, de seus Créditos Adicionais Especiais ou pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.**Art. 57**. O Poder executivo encaminhará à Câmara Municipal de Chopinzinho, até o dia 15 de abril de cada exercício, relatório de avaliação dos resultados alcançados.

CAPÍTULO XI
DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 58. O Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2027, deverá também considerar as disposições das demais normas legais que vierem a ser aprovadas até a data de seu encaminhamento ao Legislativo Municipal.

CAPÍTULO XII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 59. As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual deverão ser elaboradas de conformidade com o disposto no Art. 134 da Constituição do Estado do Paraná, observadas as disposições da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000.
Art. 60. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria.
Art. 61. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.
Art. 62. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios, aditivos, participação de consórcios, fundos de garantia de investimento com o Governo Federal, Estadual e outros Municípios, através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município, parcerias em programas habitacionais, entre outros.
Art. 63. Os Poderes deverão manter sistema de registro, avaliação, atualização e controle de seu ativo permanente, de forma a possibilitar o estabelecimento do real Patrimônio Líquido do Município.
Art. 64. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber doações de pessoas físicas e jurídicas para o desenvolvimento de programas assistenciais.
Art. 65. As despesas consideradas irrelevantes e de pequeno valor, conforme dispuser a lei, serão processadas em regime de adiantamento, de conformidade com o que dispõe o art. 68, da Lei Federal n° 4.320, de 17 de março de 1964 e legislação municipal.
Art. 66. Se o projeto de Lei Orçamentária Anual não for encaminhado à sanção do Prefeito Municipal até 30 de dezembro de 2026, a programação dele constante poderá ser executada em cada mês, até o limite de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação, na forma da Proposta do Orçamento remetida à Câmara Municipal, enquanto não se completar o ato sancionatório.
Art. 67. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO/PR, EM 26 DE AGOSTO DE 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Herica Gabriele Pasqualotto
Código Identificador:22C4A1B8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 922 - 2026 - DIARIAS FABIANE GRASIELLE AGULHÓ

PORTARIA Nº 922/2026

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal nº 265/2025,
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder à servidora Fabiane Grasielle Agulhó, Nutricionista, matrícula nº 22608-1, CPF nº 039.***.***-41, 02 (duas) diárias de viagem, no valor total de R$ 720,00, conforme Art. 11, § 1º, Anexo I, da Lei 3.908/2021, com pernoite, com saída no dia 27 de agosto de 2026 e retorno no dia 29 de agosto de 2026, para Curitiba PR, para participar do II Encontro Presencial do Curso de Aperfeiçoamento em Organização da Atenção Nutricional no SUS, a serviço da Administração Municipal.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PR, 26 DE AGOSTO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Neide Caldato
Código Identificador:64BB0BF4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 921 - 2026 - DESIGNA GESTOR E FISCAL CONVÊNIO - CASA FAMILIAR RURAL

PORTARIA Nº 921/2026

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal nº 265/2025 e, e tendo em vista a celebração de Termo de Parceria a ser firmado entre o Município de Chopinzinho e a Associação da Casa Familiar Rural de Chopinzinho,

RESOLVE:
Art. 1º Designar a servidora **LUCIANI GUBERT** para atuar como Gestor e os servidores **ELISANGELA APARECIDA RODRIGUES TAVARES** e **DIOGO ANTÔNIO MARGREITER** para atuarem como fiscal titular e fiscal substituto, respectivamente, do Termo de Parceria, estabelecendo-se as seguintes atribuições:
I – Ao Gestor compete:
a) acompanhar a execução do Termo de Parceria;
b) controlar o andamento das atividades e a conformidade dos resultados;
c) supervisionar o desempenho global da parceria;
d) comunicar formalmente eventuais irregularidades;
e) adotar as providências necessárias para a fiel execução do ajuste.
II – Aos Fiscais compete:
a) fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela entidade parceira;
b) avaliar a execução física e operacional das atividades previstas;
c) registrar e reportar ao Gestor quaisquer desconformidades observadas;
d) subsidiar o Gestor com informações técnicas para as medidas corretivas necessárias.
Art. 2º Os designados deverão desempenhar suas funções em conformidade com a legislação aplicável e as orientações administrativas pertinentes, zelando pela proteção do interesse público.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PR, 26 DE AGOSTO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Neide Caldato
Código Identificador:A77D0192

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 59/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO REGISTRO DE PREÇO Nº 18/2026

MENOR PREÇO POR LOTE

O Município de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, em conformidade com Art. 75, Inciso II e Parágrafo 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público aos interessados que a administração municipal pretende realizar a Contratação de empresa para o fornecimento futuros e eventuais de materiais esportivos destinados às atividades desenvolvidas pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), em atendimento à Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme anexo I, parte integrante do processo administrativo.

Limite para Apresentação da Proposta de Preços: 01/09/2026 às 08h00min (oito horas).

Os interessados deverão se inscrever realizando o devido credenciamento junto à BNC - Bolsa Nacional de Compras; telefone: (42) 3026-4550; e-mail: contato@bnc.org.br; até o horário fixado neste Edital para o início da apresentação das propostas; devendo apresentar toda a documentação exigida para o respectivo cadastramento/credenciamento.

Informações e esclarecimentos relativos ao edital, modelos e anexos poderão ser obtidos no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura de Corumbataí do Sul e na plataforma eletrônica BNC. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma

CORUMBATAÍ DO SUL – PR, 26 de agosto de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Capassi Filho
Código Identificador:C696B65D

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2026 - PSS Nº 01/2026

PROCESO SELETIVO SIMPLIFICADO - PSS Nº 01/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2026

O Prefeito Municipal de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, Senhor **ALEXANDRE DONATO**, no uso de suas atribuições legais e conforme o Edital de Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 01/2026, de 24 de julho de 2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, órgão oficial de publicação do município de Corumbataí do Sul, no dia 24/07/2026:
CONVOCA os candidatos aprovados abaixo relacionados **(anexo I)**, seguindo rigorosamente a ordem de classificação do aludido certame, cujo resultado foi homologado através do Edital nº 04/2026 do PSS nº 01/2026, Publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, órgão oficial de publicação deste município, no dia 21/08/2026, **para**

comparecer no dia 28 de agosto de 2026, na Cetarh Ambiental Ltda., situada na Rua São Paulo, nº 393 – Jardim Country Club, Campo Mourão - PR, no horário das 16h45 (dezesseis horas e quarenta e cinco minutos), para proceder a consulta médica admissional necessária.

Após o feito, o convocado deverá **comparecer na Sede da Prefeitura Municipal de Corumbataí do Sul, sito a Rua Tocantins, 153, centro, Corumbataí do Sul – Pr, no dia 31 de agosto de 2026, as 09:00 horas**, munidos de fotocópia devidamente autenticada de toda documentação **(anexo II)**, além da declaração de não acumulação de cargos ou empregos públicos - art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal **(anexo III)** ou quando for o caso, a declaração de acumulação de cargo ou emprego público **(anexo IV)** e ainda a declaração de existência ou ausência de penalidade disciplinar de suspensão ou demissão, aplicada por qualquer órgão público ou entidade na esfera Federal, Estadual ou Municipal **(anexo V),** para fim de serem apreciados tais documentos e somente após, ser contratado e entrar no exercício de suas funções, de acordo com a respectiva lotação dentro das prioridades e necessidades do Município de Corumbataí do Sul.

Esclarece por oportuno, que **o não comparecimento no prazo do presente edital, implicará em reconhecimento de DESISTÊNCIA TÁCITA**, do classificado, autorizando o Executivo Municipal, se for conveniente para a administração, convocar outro candidato, obedecendo rigorosamente à ordem de classificação. Esclarece finalmente, que a **apresentação de documentação incompleta ou fraudulenta, implicará na sua imediata exclusão do certame**, sem prejuízo das demais penalidades legais cabíveis á espécie.

Corumbataí do Sul, PR, 26 de agosto de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

ANEXO I

Cargo: PROFESSOR (CARGA HORÁRIA 40 HORAS)

Classificação	Nome	Inscrição	CPF
1º	Jéssica Isidoro Martins	104/2026	081.568.829-62
2º	Sandra Judite Aliano de Andrade de Aguiar	091/2026	070.483.379-40
3º	Monica Batista Baguete	052/2026	059.958.519-69

Cargo: PROFESSOR (CARGA HORÁRIA 20 HORAS)

Classificação	Nome	Inscrição	CPF
1º	Maria Aparecida dos Santos Paulo	058/2026	011.297.909-24
2º	Paloma Teodoro de Oliveira da Silva	220/2026	042.148.939-13
3º	Marcia Regina Zangari Robuste	125/2026	021.661.749-90
4º	Erica Mangolin Fernandes	137/2026	066.078.039-97

Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Classificação	Nome	Inscrição	CPF
1º	Catia Maria Gimenez Farias	097/2026	024.871.989-07

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

ANEXO II

RELAÇAO DA DOCUMENTAÇÃO QUE DEVERÁ SER APRESENTADA A FOTOCÓPIA DEVIDAMENTE AUTENTICADA

1. Fotocópia da Cédula de Identidade (RG);
2. Fotocópia do CPF;
3. Fotocópia do cadastro/extrato de inscrição do NIT/PIS/PASEP;
4. Fotocópia da CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social;
5. Fotocópia do Título de Eleitor;
6. Fotocópia do Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação do Serviço Militar (se do sexo masculino);
7. Fotocópia da Certidão de nascimento/casamento;
8. Fotocópia da Certidão de nascimento do dependente, juntamente com o CPF do mesmo;
9. Fotocópia do comprovante de residência;
10. Fotocópia do (Diploma) e/ou Certificado de Conclusão juntamente com o Histórico Escolar exigido para o cargo pretendido;
11. Fotocópia do Registro no Conselho de Classe (quando exigido para o cargo);
12. Certidão de regularidade junto ao Conselho de Classe (quando exigido para o cargo)
13. Certidão de Antecedentes Criminais (caso seja positiva, apresentar a certidão explicativa da mesma) da:

a) Justiça Federal Criminal (4ª região): solicitar pelo link abaixo:
https://www2.trf4.jus.br/trf4/processos/certidao/index.php

b) Justiça Federal Civil (4ª região); solicitar pelo link abaixo:

c) Justiça Estadual – a ser retirada no Fórum criminal da Cidade/Comarca que reside;

d) Polícia Federal; solicitar pelo link: https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico/

e) Crimes eleitorais; solicitar pelo link:
https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/certidoes/certidao-de-crimes-eleitorais

f) Quitação eleitoral (pra comprovar que está em dia com as obrigações eleitorais) solicitar pelo link: https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral

14. Declaração de não acúmulo de Cargo ou Emprego Público **(anexo III)** deste Edital de Convocação;
15. Declaração de acúmulo de Cargo ou Emprego Público **(anexo IV)**, constando (outro vínculo, Órgão/Entidade do outro vínculo, carga horária do outro vínculo, horário de trabalho do outro vínculo, bem como a remuneração do mesmo), para os casos que o candidato exercer outro Cargo ou Emprego que se enquadrar nas exceções da Constituição Federal;
16. Declaração de existência ou ausência de penalidade disciplinar de suspensão ou demissão, aplicada por qualquer órgão público ou entidade na esfera Federal, Estadual ou Municipal **(anexo V)**;
17. Declaração de bens (constando bens e valores) ou cópia da declaração de IRRF;
18. Exame Médico de Capacitação funcional, emitida pelo médico do trabalho;
19. 01 (uma) foto 3X4.

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE NÃO ACÚMULO DE CARGOS OU EMPREGO PÚBLICO

Eu, _____, CPF nº _____ Inscrição nº _____, aprovado (a) na _____colocação para o cargo de _____, do Processo Seletivo Simplificado - PSS nº 01/2026, declaro sob as penalidades da Lei (**art. 299 CP***), que **não exerço** nenhum cargo ou emprego público em qualquer das esferas do governo, que se enquadre nos **impedimentos legais previstos no art. 37, inciso XVI e XVII da Constituição Federal**, bem como não recebo benefício proveniente do Regime Próprio de Previdência Social ou do Regime Geral de Previdência Social (art. 37, § 10 da CF), AUTORIZANDO o Poder Público Municipal, a qualquer tempo e por qualquer modo, verificar a veracidade da presente declaração, estando ciente de que, caso seja encontrado incompatibilidade, **além de responder na esfera penal, estarei automaticamente excluído do aludido concurso público, anulando-se todos os atos decorrentes da minha nomeação**, respondendo, inclusive, pelos danos causados ao erário público.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente Declaração, que vai devidamente assinada por mim, para que produza os legais efeitos jurídicos.

*** Art. 299 do Código Penal – Pena: Reclusão de 01 (um) a 05 (cinco) anos e multa.**

Corumbataí do Sul, Pr, em _____de _____de _____.

_____
Declarante

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE CARGO OU EMPREGO PÚBLICO

Eu, _____, CPF nº_____ Inscrição nº _____, aprovado (a) na _____colocação para o cargo de _____, do Processo Seletivo Simplificado - PSS nº 01/2026, declaro sob as penalidades da Lei (**art. 299 CP***), que **exerço** outro cargo ou emprego público, da forma abaixo especificada:
Esfera: ( ) Federal ( ) Estadual ( ) Municipal
Tipo de Vínculo: ( ) Efetivo ( ) Cargo em Comissão ( ) Cargo Eletivo ( ) Aposentadoria pelo Regime: _____ ( ) Outros _____
Cargo/Emprego Público: _____
Instituição: _____
Carga Horária Semanal: _____
Horário de expediente: _____
AUTORIZO o Poder Público Municipal, a qualquer tempo e por qualquer modo, verificar a veracidade da presente declaração, estando ciente de que, caso seja encontrado incompatibilidade, **além de responder na esfera penal, estarei automaticamente excluído do aludido certame, anulando-se todos os atos decorrentes da minha contratação**, respondendo, inclusive, pelos danos causados ao erário público.
Por ser expressão da verdade, firmo a presente Declaração, que vai devidamente assinada por mim, para que produza os legais efeitos jurídicos.
*** Art. 299 do Código Penal – Pena: Reclusão de 01 (um) a 05 (cinco) anos e multa.**

Corumbataí do Sul, Pr, em _____de _____de _____.

_____
Declarante

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE NÃO TER SOFRIDO PENALIDADES NO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO PÚBLICA

Eu,_____, infra-assinado, brasileiro(a), portador (a) do RG n°_____, inscrito (a) no CPF sob o n° _____, DECLARO para todos os efeitos legais, não haver sofrido ou estar cumprindo, no exercício profissional ou de qualquer função pública, penalidade disciplinar de suspensão ou demissão, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal.
Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Cidade/UF, _____, _____ de _____de _____.

_____
Declarante

Publicado por:
Irenilson Pereira de Oliveira
Código Identificador:09B584F4

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
DECRETO 6587-2026

DECRETO Nº 6587/2026

Decreta Estabilidade Servidora Concursada.

Jean Carlos Cardoso, Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, nos termos que assegura o Art. **41º** da Constituição Federal combinado com o Art.**15º** da Lei Municipal nº **073/1994**.

DECRETA:

Art. 1º Fica assegurada a Estabilidade da Servidora nomeada mediante **CONCURSO PÚBLICO** e, que completou três **(03)** anos de efetivo exercício, conforme abaixo descrito:

NOME:	RG:	DATA ADMISSÃO
SAMARA DE CESARO CAVALER	10.239.***-*	22/08/2023

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu, Estado do Paraná, aos vinte e cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito

Registre-se
Publique-se e
Cumpra-se.

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor De Políticas Públicas E Responsável Pela Secretaria De Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkoski Vieira
Código Identificador:71181F65

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
LEI 1700-2026 PRORROGA CONCESSÃO

LEI No 1700/2026

Altera a redação do Art. 1º da Lei Municipal nº 1.595, de 09 de julho de 2025, que dispõe sobre a prorrogação de concessão de uso de terras com encargos e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Vereadores de Cruzeiro do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e nos termos que assegura o artigo 53, combinado com o artigo 21, ambos da Lei Orgânica Municipal aprovou, e eu, **JEAN CARLOS CARDOSO**, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º O Art. 1º da Lei Municipal nº 1.595, de 09 de julho de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a prorrogar a concessão de uso, com encargos, de uma área de terras com **1.341,13m²** (um mil, trezentos e quarenta e um metros e treze decímetros quadrados), encravada no Lote nº 36-R1 da Gleba nº 47-FB, constante da matrícula nº R-1-M - 30.241, de propriedade desta Municipalidade, objeto constante na Lei Municipal nº 1.078/2015, de 07/07/2015."

Art. 2º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito

Registre-se,
Publique-se e
Cumpra-se.

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor De Políticas Públicas E Responsável Pela Secretaria De Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkoski Vieira
Código Identificador:774D5939

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
MINUTA CONVÊNIO 001-2026

CONVÊNIO Nº 001/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE **CRUZEIRO DO IGUAÇU-PR** E O **CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE** COM VISTAS A OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA DO SUS NO MUNICÍPIO.

Por este instrumento, de um lado a **Prefeitura Municipal de** Cruzeiro do **Iguaçu** pessoa jurídica de direito público, inscrito no **CNPJ n.º08.889.908/0001-00,** com sede à Rua Avenida 26 de abril 403 nesta cidade de Cruzeiro do Iguaçu - Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Jean Carlos Cardoso, portador da cédula de identidade RG n.º 7.889.518-7 e do CPF n.º 034.526.049-00, residente e domiciliado em PR 473 KM 82 N° 30 Cruzeiro do Iguaçu, e de outro lado o **CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE**, CNPJ nº 03.273.207/0001-28,
doravante simplesmente CONSÓRCIO, neste ato representado pelo seu Presidente **Marcelo José Bernardeli Palhares,** portador da Cédula de Identidade/RG nº 7.789.283-4 SSP-PR, do CPF nº 031.836.199-03, residente e domiciliado na Rua Coronel Cecílio Rocha, 702 **,** em Jacarezinho (PR) – CEP 86400-000, com base no previsto no artigo 19º, inciso III, do estatuto do Consórcio, e nas Leis nºs 8.080/90 e 8.142/90, firmam o presente Convênio de acordo com os termos e condições a seguir estabelecidos:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO - O presente Termo tem por objetivo operacionalizar ações de Assistência Farmacêutica, através da aquisição e distribuição de medicamentos essenciais, à população usuária do SUS (Sistema Único de Saúde).

CLÁUSULA SEGUNDA: DO COMPROMISSO DAS PARTES - Comprometem-se os signatários: I – PREFEITURA MUNICIPAL:
repassar ao Consórcio, recursos financeiros no valor de R$75.000,00 em duas parcelas de R$ 37.500,00, as quais deverão ser depositadas em conta corrente nº 5024-5 específica do Banco do Brasil, Agência 3793-1, até o dia 05 dos meses de Setembro, Dezembro/2026 conforme plano de aplicação em anexo;

estruturar a Assistência Farmacêutica no município;

garantir que a dispensação Farmacêutica seja realizada sob responsabilidade técnica do Profissional Farmacêutico;

manter dados consistentes sobre o consumo de medicamentos e demanda (atendida e não atendida) de cada produto;

efetuar a programação de medicamentos utilizando-se do perfil epidemiológico, consumo histórico e oferta de serviços;

quantificar os medicamentos definindo um ponto de reposição, considerando o Consumo Médio Mensal e o tempo médio para aquisição/ressuprimento;

monitorar a qualidade dos medicamentos recebidos, subsidiando a Diretoria do Consórcio, para que esta reavalie os requisitos de qualidade para aquisição e proceda a validação de fornecedores;

receber, armazenar e distribuir, adequadamente os medicamentos;

organizar a distribuição dos medicamentos, exclusivamente na rede SUS, garantindo prescrição e utilização adequada dos mesmos;

promover o uso racional dos medicamentos junto à população, aos prescritores e aos dispensadores;

disponibilizar e capacitar os recursos humanos em saúde, necessários a uma Assistência Farmacêutica de qualidade.

II - AO CONSÓRCIO:

seguir o elenco proposto na pactuação aprovada pela Comissão Intergestores Bipartite e Conselho Estadual de Saúde, integrantes da Relação de Medicamentos Essenciais para a Atenção Básica e constantes do Plano Estadual de Assistência Farmacêutica Básica;

adquirir os medicamentos de acordo com a programação do município, elaborada com o recurso financeiro disponível, conforme plano de aplicação em anexo;

incentivar os municípios a participarem da formulação da Política de Assistência Farmacêutica do Estado e a organizarem sua estrutura no município;

manter um sistema de comunicação com os municípios, para que esses obtenham informações atualizadas das programações, aquisições e movimentação financeira de seus recursos;

manter o cronograma de programação e aquisição, tentando evitar a descontinuidade no fornecimento;

efetuar as aquisições de medicamentos dentro de requisitos técnicos, legais e de qualidade, estabelecidos para esses produtos;

monitorar as entregas dos produtos até o seu destino final, intermediando possíveis transtornos durante seu percurso;

intermediar junto ao Fornecedor, a substituição dos produtos, quando comprovado desvio da qualidade originada no processo de fabricação ou transporte.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS - O valor referente ao recurso financeiro destinado à execução do presente convênio correrão à conta da Dotação Orçamentária n.º1890 , elemento de despesa – 33.72.30.00.00 , Fonte: livre

CLÁUSULA QUARTA: DO ACOMPANHAMENTO – O acompanhamento do presente convênio será realizado a cada período vigência, com base em avaliações do cumprimento de seu objeto.

CLÁUSULA QUINTA: DA DENÚNCIA E RESCISÃO – O presente termo de convênio poderá ser rescindido sem comunicação prévia, caso ocorra descumprimento das obrigações ora estipuladas, sujeitando-se a parte inadimplente a eventuais perdas e danos, respondendo ainda por todo e qualquer ônus decorrente de procedimentos judiciais que se fizerem

necessários podendo, entretanto, ser resolvido por mútuo consenso, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

CLÁUSULA SEXTA – Ficam sem efeito quaisquer disposições estabelecidas em convênios ou consequentes termos aditivos, anteriores ao presente, que contrariem direta ou indiretamente o disposto nas cláusulas deste Instrumento.

CLAUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA - Este Termo de Convênio entrará em vigor a partir da data de sua assinatura e terá vigência até 31 de dezembro de 2026.

CLÁUSULA OITAVA: DAS ALTERAÇÕES - Quaisquer alterações dos termos e condições do presente convênio deverão ser objeto de termos aditivos firmados a qualquer tempo e farão parte integrante, para todos os efeitos e direitos.

CLÁUSULA NONA: DO FORO - As partes elegem o Foro da Comarca de Curitiba para dirimir as dúvidas fundadas neste Instrumento e que não puderem ser resolvidas de comum acordo. E assim por estarem de pleno acordo e ajustados depois de lido e achado conforme, o presente Instrumento vai, a seguir, assinado em 03 (três) vias pelos representantes dos respectivos signatários na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo firmadas, para publicação e execução.

Cruzeiro do Iguaçu, 24 de Agosto de 2026.

Prefeito Municipal

Presidente do Conselho Deliberativo do Consórcio

TESTEMUNHAS:

– Patricia Moresqui Coordenadora Geral de Saúde 059.150.399-95

– Fabiele Kreff Cardoso Secretária Municipal de Saúde 060.934.839-67

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkoski Vieira
Código Identificador:300308AA

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
PORTARIA 8077-2026

PORTARIA Nº 8077/2026

Concede DIÁRIA.

Jean Carlos Cardoso, Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com o que dispõe a Lei n° **1354/2020** de **15** de **maio** de **2020** e Decreto nº **5928/2025** de **17/03/2025**.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder diárias a servidora pública municipal, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, conforme segue:

Servidora: **MARGARETE INÊS CAPPELLESSO VIGANÓ**
Função: **Coordenadora Geral de Educação**
Cidade: **Foz do Iguaçu – PR**
Datas: **01 a 03/09/2026**
Quantidade de Diárias:**01 diária x R$ 327,95 correspondente a 100% = R$ 327,95**
Quantidade de Diárias:**01 diária x R$ 327,95 correspondente a 50% = R$ 163,98**
Justificativa: **Seminário Educa Juntos.**
Meio de Transporte: **Terrestre**
Veículo Oficial: **Sim**
Passagens e Despesas com Locomoção: **Sim**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, aos vinte e seis dias do mês de agosto ano de dois mil e vinte e seis.

Datado e assinado digitalmente

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se e
Cumpra-se.

Datado e assinado digitalmente

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável Pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkoski Vieira
Código Identificador:9B16B6CD

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
PORTARIA 8078-2026

PORTARIA Nº 8078/2026

Concede férias.

Jean Carlos Cardoso, Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que dispõe o Art. **89º** da **Lei Municipal** nº **073/1994** de **19/09/1994**.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder quinze **(15)** dias de Férias a servidora **MARA SALETE MARQUES LUZ DOS REIS**, portadora do RG **9.233.***-***, função Conselheira Tutelar, a contar de **28/setembro/2026** a **12/outubro/2026**, referente ao período aquisitivo de **01/08/2024** a **31/07/2025**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

Datado e Assinado Digitalmente

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se e
Cumpra-se.

Datado e Assinado Digitalmente

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável Pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkoski Vieira
Código Identificador:072E6AAA

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
PORTARIA 8079-2026

PORTARIA Nº 8079/2026

Concede DIÁRIA.

Jean Carlos Cardoso, Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com o que dispõe a Lei n° **1354/2020** de **15** de **maio** de **2020** e Decreto nº **5928/2025** de **17/03/2025**.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder diárias a servidora pública municipal, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, conforme segue:

Servidora: **GRASIELE FILIPIAK**
Função: **Coordenadora Pedagógica**
Cidade: **Foz do Iguaçu – PR**
Datas: **01 a 03/09/2026**
Quantidade de Diárias:**01 diária x R$ 327,95 correspondente a 100% = R$ 327,95**
Quantidade de Diárias:**01 diária x R$ 327,95 correspondente a 50% = R$ 163,98**
Justificativa: **Seminário Educa Juntos.**
Meio de Transporte: **Terrestre**
Veículo Oficial: **Sim**
Passagens e Despesas com Locomoção: **Sim**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, aos vinte e seis dias do mês de agosto ano de dois mil e vinte e seis.

Datado e Assinado Digitalmente

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se e
Cumpra-se.

Datado e Assinado Digitalmente

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável Pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkoski Vieira
Código Identificador:FC3FE0C0

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
PORTARIA 8080-2026

PORTARIA Nº 8080/2026

Concede DIÁRIA.

Jean Carlos Cardoso, Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com o que dispõe a Lei n° **1354/2020** de **15** de **maio** de **2020** e Decreto nº **5928/2025** de **17/03/2025**.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder diárias a servidora pública municipal, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, conforme segue:

Servidora: **ELIANE TATSCH GUGLIELMELLO**
Função: **Coordenadora Pedagógica**
Cidade: **Foz do Iguaçu – PR**
Datas: **01 a 03/09/2026**
Quantidade de Diárias:**01 diária x R$ 327,95 correspondente a 100% = R$ 327,95**
Quantidade de Diárias:**01 diária x R$ 327,95 correspondente a 50% = R$ 163,98**
Justificativa: **Seminário Educa Juntos.**
Meio de Transporte: **Terrestre**
Veículo Oficial: **Sim**
Passagens e Despesas com Locomoção: **Sim**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, aos vinte e seis dias do mês de agosto ano de dois mil e vinte e seis.

Datado e assinado digitalmente

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se e
Cumpra-se.

Datado e assinado digitalmente

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável Pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkoski Vieira
Código Identificador:13777BF3

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
PORTARIA 8081-2026

PORTARIA Nº 8081/2026

Concede férias.

Jean Carlos Cardoso, Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que dispõe o Art. **89º** da **Lei Municipal** nº **073/1994** de **19/09/1994**.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder vinte **(20)** dias de Férias ao servidor **TIAGO LENIN RECK**, portador do RG **9.977.***-***, função Operador de Máquina Pesada, a contar de **31/agosto/2026** a **19/setembro/2026**, referente ao período aquisitivo de **15/02/2024** a **14/02/2025**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

Datado e Assinado Digitalmente
JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se e
Cumpra-se.

Datado e Assinado Digitalmente
VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkoski Vieira
Código Identificador:A628F996

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE ENÉAS MARQUES

DPTO DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES
DECRETO 2300

DECRETO N.º 2300/2026

SÚMULA: Abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento do Município de Enéas Marques para o exercício de 2026 e efetua alterações nos Anexos da LDO e PPA exercício 2026 e dá outras providências.

EDSON LUPATINI, Prefeito do Município de Enéas Marques, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais, e de conformidade com a Lei Ordinária nº 1604/2026 de 26/08/2026;
DECRETA:
Art. 1º - Abre no Orçamento Anual do Município de Enéas Marques, para o exercício de 2026, um **CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR** no valor de **R$ 1.242.555,33 (um milhão, duzentos e quarenta e dois mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e trinta e três centavos)** com a seguinte classificação orçamentária:

Crédito Adicional					
Lote	**Tipo**	**Ref.**	**Dotação**	**Vínculo**	**Valor**
1	Suplementar	337	07.002.0015.0451.0070.1013 - INFRAESTRUTURA URBANA.3449051000000000000 - Obras e instalações	07083	1.000.000,00
2	Suplementar	190	07.002.0015.0451.0070.1013 - INFRAESTRUTURA URBANA.3449051000000000000 - Obras e instalações	00000	242.555,33
			Total		**1.242.555,33**

Origem de Recursos				
Tipo	**Ref.**	**Dotação/Receita**	**Vínculo**	**Valor**
Excesso		4242999012300000000 CONVÊNIO 909/2026 - SECID REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA	07083	1.000.000,00

Anulação Dotação	10	03.001.0004.0122.0009.2001 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.3319011000000000000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	00000	242.555,33
		Total	**1.242.555,33**	

Resumo por Vínculos			
Vínculo	**Anulação**	**Superavit**	**Excesso**
0	242.555,33	0,00	0,00
7083	0,00	0,00	1.000.000,00
Total	**242.555,33**	**0,00**	**1.000.000,00**

Art. 2º Fica alterado os anexos da LDO e do PPA 2026.

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO HILÁRIO MICHELS
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES/PR
Em 26 de agosto de 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Maria Cataneo
Código Identificador:7104B421

SETOR DE PESSOAL
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 002/2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 002/2026

Ementa: Institui a Estrutura Municipal de Governança da Política de Alfabetização no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Enéas Marques e estabelece sua composição, atribuições, regime de trabalho e organização administrativa.

WAGNO ANTONIO DA SILVA, Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esporte de Enéas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/1996;
CONSIDERANDO as metas do Plano Nacional de Educação e do Plano Municipal de Educação;
CONSIDERANDO as diretrizes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e demais políticas públicas voltadas à garantia do direito à alfabetização;
CONSIDERANDO a necessidade de instituir uma estrutura permanente de planejamento, coordenação, acompanhamento e monitoramento das ações de alfabetização da Rede Municipal de Ensino.

RESOLVE:

Art. 1º Instituir a Estrutura Municipal de Governança da Política de Alfabetização da Rede Municipal de Ensino de Enéas Marques, PR.

Art. 2º A estrutura tem por finalidade planejar, coordenar, executar, monitorar e avaliar as ações destinadas à garantia da alfabetização das crianças, promovendo a melhoria contínua da aprendizagem.

CAPÍTULO I
DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º A estrutura municipal será composta pelos seguintes cargos e funções:
Secretário (a) Municipal de Educação;
Coordenador (a) Municipal da Política de Alfabetização;
Equipe Técnica Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação;
Diretores das Escolas Municipais;
Coordenadores Pedagógicos;
Professores dos 1º e 2º anos do Ensino Fundamental;
Professores da Educação Infantil (Pré-escola);
Professores do Atendimento Educacional Especializado, quando necessário;
Outros profissionais designados pela Secretaria Municipal de Educação.

CAPÍTULO II
DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 4º Compete ao Secretário Municipal de Educação:
Coordenar a política municipal de alfabetização;
Aprovar planos de ação;
Acompanhar indicadores;
Garantir recursos necessários à execução das ações.

Art. 5º Compete ao Coordenador Municipal da Política de Alfabetização:
Elaborar o Plano Municipal de Acompanhamento das Aprendizagens;
Organizar formações continuadas;
Acompanhar os resultados das avaliações e a execução das metas municipais ;
Realizar visitas técnicas às escolas;
Produzir relatórios técnicos;
Orientar gestores e coordenadores pedagógicos.

Art. 6º Compete à Equipe Técnica Pedagógica:
Assessorar pedagogicamente as escolas;
Acompanhar os indicadores de aprendizagem;
Analisar avaliações diagnósticas;
Propor intervenções pedagógicas;
Acompanhar a execução das ações previstas.
Art. 7º Compete aos Diretores Escolares:
Garantir a execução das ações na escola;
Acompanhar os indicadores de aprendizagem;
Promover reuniões pedagógicas;
Assegurar a participação dos profissionais nas formações.

Art. 8º Compete aos Coordenadores Pedagógicos:
Acompanhar o planejamento docente;
Realizar devolutivas pedagógicas;
Orientar intervenções;
Monitorar a aprendizagem dos estudantes.

Art. 9º Compete aos Professores:
Desenvolver práticas pedagógicas alinhadas ao currículo;
Realizar avaliações diagnósticas, formativas e somativas;
Registrar a evolução das aprendizagens;
Executar intervenções pedagógicas;
Participar das formações continuadas.

CAPÍTULO III
DO REGIME DE TRABALHO

Art. 10. Os profissionais atuarão em conformidade com o regime jurídico e com a carga horária estabelecidos pela legislação municipal aplicável, ficando expressamente estabelecido que o exercício das atividades previstas neste instrumento não ensejará o recebimento de qualquer valor adicional, gratificação, indenização ou outra forma de acréscimo remuneratório além da remuneração regularmente percebida pelo profissional em razão de seu cargo ou função.
§1º As atividades da Coordenação Municipal da Política de Alfabetização serão desenvolvidas durante a jornada de trabalho destinada às funções pedagógicas e administrativas.
§2º As atividades compreendem:
Planejamento;
Monitoramento;
Visitas técnicas;
Observação de sala de aula;
Formação continuada;
Análise de indicadores;
Reuniões pedagógicas;
Elaboração de relatórios.

CAPÍTULO IV
DA DEDICAÇÃO ÀS ATIVIDADES DE ALFABETIZAÇÃO

Art. 11. As ações de alfabetização serão desenvolvidas continuamente durante todo o ano letivo, incluindo:
Acompanhamento pedagógico das escolas;
Monitoramento dos indicadores;
Análise das avaliações externas e internas;
Acompanhamento da fluência leitora;
Reuniões periódicas com gestores;
Formação continuada;
Planejamento das intervenções pedagógicas.

CAPÍTULO V
DO ORGANOGRAMA

Art. 12. A estrutura organizacional da Política Municipal de Alfabetização observará o seguinte organograma:

CAPÍTULO VI
DO MONITORAMENTO

Art. 13. O monitoramento ocorrerá por meio de:
Visitas técnicas;
Observação de sala de aula;
Reuniões de acompanhamento;
Análise dos resultados das avaliações;
Relatórios técnicos;
Acompanhamento do Plano Municipal de Acompanhamento das Aprendizagens.

Art. 13-A. A Coordenação Municipal da Política de Alfabetização realizará reuniões periódicas de planejamento, acompanhamento e avaliação das ações com a equipe técnica, gestores escolares e coordenadores pedagógicos, garantindo a articulação entre as unidades escolares e a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Parágrafo único. O monitoramento da Política Municipal de Alfabetização ocorrerá de forma contínua, por meio da análise de indicadores educacionais, visitas técnicas, observação de sala de aula, acompanhamento das avaliações internas e externas, monitoramento da fluência leitora, elaboração de relatórios técnicos e acompanhamento da execução do Plano Municipal de Acompanhamento das Aprendizagens.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. A composição nominal dos servidores responsáveis pela execução desta Instrução Normativa será formalizada por ato administrativo específico da Secretaria Municipal de Educação, sempre que houver necessidade de atualização.

Art. 15. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 16. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Enéas Marques – PR, 26 de Agosto de 2026.

WAGNO ANTONIO DA SILVA
Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esporte

Publicado por:
Evelin Nurmberg
Código Identificador:BB71D269

SETOR DE PESSOAL
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 003/2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DE ENÉAS MARQUES – PR
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 003/2026

Institui o Plano Municipal de Comunicação das ações da Política Municipal de Alfabetização e do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte de Enéas Marques – PR.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DE ENÉAS MARQUES, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,

RESOLVE:
Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte de Enéas Marques, o Plano Municipal de Comunicação das ações da Política Municipal de Alfabetização e do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), que passa a constituir instrumento oficial de planejamento, orientação, execução, monitoramento e divulgação das ações de comunicação relacionadas à alfabetização no território municipal, em articulação com as diretrizes do Compromisso, com a finalidade de assegurar comunicação institucional sistemática, transparência, mobilização social, participação da comunidade escolar e divulgação das ações, estratégias e resultados relacionados à garantia do direito à alfabetização.

Art. 2º O Plano Municipal de Comunicação tem por finalidade estabelecer diretrizes, objetivos, públicos-alvo, canais, periodicidade, estratégias de mobilização, formas de divulgação e mecanismos de monitoramento das ações de comunicação vinculadas à Política Municipal de Alfabetização e às iniciativas desenvolvidas no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, passando a integrar esta Instrução Normativa na forma do Anexo I.

Art. 3º Compete à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte coordenar, acompanhar, monitorar e avaliar a execução das ações previstas neste Plano, em articulação com as unidades escolares, equipes gestoras, profissionais da educação, famílias, conselhos e demais parceiros, promovendo as adequações necessárias ao seu aperfeiçoamento.

Art. 4º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Enéas Marques – PR, 26 de Agosto de 2026.

ANEXO I

PLANO MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO

Política Municipal de Alfabetização e Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA

1. Objetivo Geral

Estabelecer e organizar estratégias de comunicação institucional, interna e externa, alinhadas à Política Municipal de Alfabetização e às ações desenvolvidas no território no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), de modo a assegurar ampla circulação de informações, transparência, mobilização, participação social, fortalecimento do regime de colaboração e divulgação das ações, práticas, resultados e avanços da Rede Municipal de Ensino na garantia do direito à alfabetização.

Objetivos Específicos:

Divulgar, de forma sistemática e acessível, as ações, programas, projetos, metas e estratégias que integram a Política Municipal de Alfabetização e as iniciativas do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada no território municipal;
Fortalecer a comunicação entre Secretaria Municipal de Educação, unidades escolares, profissionais da educação, estudantes, famílias, conselhos e demais atores envolvidos na política de alfabetização;
Ampliar a participação das famílias e da comunidade no acompanhamento do processo de alfabetização e aprendizagem das crianças;

Dar visibilidade às ações de formação continuada, acompanhamento pedagógico, avaliação da aprendizagem, leitura, escrita, letramento e demais estratégias desenvolvidas pela rede;
Promover transparência e publicidade dos processos, ações realizadas, resultados alcançados e encaminhamentos decorrentes do monitoramento da alfabetização;
Valorizar e socializar práticas pedagógicas exitosas, experiências das unidades escolares e iniciativas que contribuam para a melhoria da aprendizagem;
Divulgar indicadores, resultados de avaliações e evidências de acompanhamento da aprendizagem, utilizando linguagem clara e respeitando os princípios de proteção e não exposição indevida dos estudantes;
Mobilizar os diferentes segmentos da comunidade para participação nas ações e iniciativas relacionadas à alfabetização no território.

2. Públicos-Alvo

O Plano contempla ações de comunicação direcionadas aos diferentes sujeitos e instituições que participam, acompanham ou apoiam a Política Municipal de Alfabetização e as ações do Compromisso no território:

Gestores escolares;
Coordenadores pedagógicos;
Professores e demais profissionais da educação;
Equipes técnicas da Secretaria Municipal de Educação;
Estudantes;
Pais e responsáveis;
Conselho Municipal de Educação;
Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB;
Demais órgãos e instituições parceiras;
Comunidade em geral.

3. Canais de Comunicação

A comunicação das ações da Política Municipal de Alfabetização e do Compromisso será realizada por canais institucionais adequados a cada público e finalidade, buscando assegurar alcance, clareza, acessibilidade e regularidade das informações:

Site oficial da Prefeitura Municipal;
Página oficial da Secretaria Municipal de Educação;
Redes sociais institucionais;
Grupos oficiais de comunicação das escolas, por WhatsApp e outros aplicativos autorizados;
Comunicados e informativos institucionais às unidades escolares;
Reuniões pedagógicas e encontros de planejamento;
Reuniões com pais e responsáveis;
Eventos educacionais, seminários, encontros e ações formativas;
Materiais informativos impressos e digitais;
Imprensa local e demais meios institucionais disponíveis.

4. Periodicidade das Ações

Ação de comunicação	Periodicidade
Divulgação das ações da Política Municipal de Alfabetização e do CNCA	Mensal e sempre que houver ação relevante
Publicações nas redes sociais e canais institucionais	Mensal e conforme calendário de ações
Informativos às unidades escolares	Trimestral e conforme necessidade
Reuniões com gestores escolares	Mensal
Reuniões com professores e equipes pedagógicas	Trimestral e conforme planejamento
Reuniões e ações de comunicação com famílias	Semestral e conforme calendário escolar
Divulgação de resultados de avaliações e acompanhamento da aprendizagem	Após cada ciclo avaliativo
Divulgação de boas práticas pedagógicas	Trimestral
Prestação pública das ações e resultados da política de alfabetização	Semestral

5. Estratégias de Mobilização

Para fortalecer a comunicação como instrumento de mobilização social e participação na Política Municipal de Alfabetização, serão desenvolvidas estratégias articuladas às ações da rede municipal e às iniciativas do Compromisso:

Realização de campanhas institucionais de incentivo à leitura, à escrita, à alfabetização e ao acompanhamento da aprendizagem.
Divulgação permanente de ações e boas práticas pedagógicas desenvolvidas pelas unidades escolares.
Realização de encontros com famílias para orientação sobre o processo de alfabetização, acompanhamento da aprendizagem e formas de participação.
Promoção e divulgação de eventos, projetos e ações escolares relacionados à alfabetização.
Divulgação das ações de formação continuada e de acompanhamento pedagógico dos profissionais da educação.
Produção e circulação de materiais informativos impressos e digitais relacionados às ações e orientações da Política Municipal de Alfabetização.
Campanhas institucionais nos canais oficiais de comunicação;
Divulgação de projetos e práticas de leitura, escrita, oralidade e letramento desenvolvidos pela rede.
Compartilhamento de experiências exitosas e estratégias pedagógicas entre as unidades escolares.
Socialização de resultados, avanços e desafios da alfabetização, acompanhada dos encaminhamentos adotados pela rede.
Mobilização de conselhos, famílias e comunidade para participação e acompanhamento das ações de alfabetização.

6. Mecanismos de Divulgação dos Resultados

Os resultados das ações da Política Municipal de Alfabetização e do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada serão divulgados de maneira planejada, transparente e compatível com cada público, utilizando diferentes instrumentos institucionais:

Boletins e informativos institucionais;
Reuniões pedagógicas com gestores, coordenadores e professores;
Reuniões e encontros com famílias;
Eventos educacionais promovidos pela Secretaria Municipal de Educação e pelas unidades escolares;
Publicações no site oficial da Prefeitura e nos canais institucionais da Secretaria;
Redes sociais institucionais;
Relatórios técnicos de acompanhamento e monitoramento;
Divulgação de indicadores de aprendizagem, frequência escolar e resultados de avaliações internas e externas;
Apresentação dos avanços, desafios e encaminhamentos em reuniões com gestores, Conselhos e comunidade escolar;
Socialização de boas práticas e experiências exitosas desenvolvidas no território.

7. Monitoramento e Avaliação

O acompanhamento da execução deste Plano será realizado de forma contínua e articulada ao monitoramento da Política Municipal de Alfabetização, permitindo verificar a efetividade das estratégias de comunicação, o alcance das ações, a participação dos públicos envolvidos e a divulgação dos resultados. Para fins de acompanhamento e comprovação, serão considerados, entre outros, os seguintes registros e evidências:

Atas e registros de reuniões;
Relatórios de acompanhamento e monitoramento das ações;
Registros fotográficos das atividades e eventos;
Publicações realizadas nos canais institucionais;
Materiais informativos impressos e digitais produzidos e divulgados;
Listas de presença e registros de participação;
Registros de campanhas, mobilizações e ações de comunicação com as famílias e a comunidade;
Indicadores de aprendizagem e registros de acompanhamento pedagógico;
Resultados das avaliações municipais, estaduais e nacionais;
Registros de divulgação de boas práticas e experiências exitosas;
Relatórios ou registros que evidenciem a comunicação das ações e resultados da Política Municipal de Alfabetização e do CNCA.

O monitoramento subsidiará a revisão periódica das estratégias de comunicação, possibilitando adequações de canais, linguagem,

periodicidade e formas de mobilização, conforme as necessidades identificadas no território.

8. DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente Plano Municipal de Comunicação integra as ações da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte voltadas à implementação e ao fortalecimento da Política Municipal de Alfabetização e do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, constituindo instrumento orientador para a comunicação, mobilização, transparência e divulgação das ações desenvolvidas no território.
As unidades escolares deverão colaborar com a execução das estratégias previstas, fornecendo informações, registros e evidências das ações de alfabetização e apoiando a comunicação com os diferentes públicos, observadas as orientações da Secretaria Municipal de Educação e os princípios de proteção, respeito e não exposição indevida dos estudantes.
O Plano poderá ser atualizado sempre que necessário, especialmente diante de alterações nas políticas educacionais, nos instrumentos de acompanhamento ou nas necessidades identificadas no processo de implementação da Política Municipal de Alfabetização e das ações do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

Publicado por:
Evelin Nurmberg
Código Identificador:394907DC

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE FÊNIX

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO: 20/2026

PROCESSO LICITATÓRIO:
76/2026

PREGÃO ELETRÔNICO:
20/2026

CONTRATANTE:
MUNICÍPIO DE FÊNIX

OBJETO:
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA TERCEIRIZADOS, COM DEDICAÇÃO DE MÃO DE OBRA EXCLUSIVA, DE NATUREZA CONTINUADA DE MOTORISTAS E OPERADORES DE MAQUINAS PESADAS.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:
R$ 2.104.417,26 (Dois milhões cento e quatro mil quatrocentos e dezessete reais e vinte e seis centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA:
Dia 10/09/2026 às 09h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
Menor Preço Global

MODO DE DISPUTA:
Aberto

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP/EQUIPARADAS:
NÃO

DATA:
26/08/2026

Publicado por:
Nilson Cristiano Meira Aleixo
Código Identificador:3ED6C3F8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO MANUAL DO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA – PSE 2025/2026, DA ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE CONTINGÊNCIA DAS ARBOVIROSES – DENGUE, ZIKA E CHIKUNGUNYA 2025/2026, DA RESOLUÇÃO SESA Nº 739/2026 E DO PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRÃO – POP DO PRO

RESOLUÇÃO 08/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação do Manual do Programa Saúde na Escola – PSE 2025/2026, da Atualização do Plano de Contingência das Arboviroses – Dengue, Zika e Chikungunya 2025/2026, da Resolução SESA nº 739/2026 e do Procedimento Operacional Padrão – POP do Pronto Atendimento.

O Conselho Municipal de Saúde de Fênix – PR, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e pela Lei Municipal nº 013/1991, de 10 de outubro de 1991, e suas alterações, e em conformidade com as deliberações ocorridas em Reunião Ordinária realizada no dia 26 de agosto de 2026,

Considerando a necessidade de organização, acompanhamento e fortalecimento das ações desenvolvidas no âmbito do Programa Saúde na Escola – PSE, visando à articulação entre as políticas de saúde e educação e à promoção da saúde e prevenção de agravos junto à comunidade escolar;

Considerando a apresentação do Manual do Programa Saúde na Escola – PSE 2025/2026, contendo orientações para o desenvolvimento, acompanhamento e execução das ações previstas para o período, bem como a necessidade de orientar as equipes responsáveis pela sua implementação no município;

Considerando a necessidade de manter atualizado o Plano de Contingência das Arboviroses – Dengue, Zika e Chikungunya 2025/2026, considerando a situação epidemiológica do município e a importância da continuidade das ações de vigilância, prevenção e controle do *Aedes aegypti*;

Considerando a importância da manutenção e do fortalecimento das estratégias de controle das arboviroses, incluindo a utilização de armadilhas de oviposição (ovitrampas) para monitoramento da infestação vetorial e a borrifação residual intradomiciliar (BRI), com intensificação das ações nos períodos de aumento da transmissão ou de ocorrência de epidemias, conforme a situação epidemiológica;

Considerando a apresentação da Resolução SESA nº 739/2026, que aprova a habilitação dos municípios e autoriza o repasse de incentivo financeiro aos municípios do Estado do Paraná, como parte integrante do Programa Estadual de Fortalecimento da Vigilância em Saúde – PROVIGIA PARANÁ, para o exercício de 2026;

Considerando a apresentação do respectivo Plano de Aplicação dos recursos financeiros destinados ao município de Fênix, compreendendo recursos de custeio no valor de R$ 32.479,17 (trinta e dois mil, quatrocentos e setenta e nove reais e dezessete centavos) e recursos de capital no valor de R$ 76.826,95 (setenta e seis mil, oitocentos e vinte e seis reais e noventa e cinco centavos), conforme proposta apresentada ao Conselho Municipal de Saúde;

Considerando a necessidade de padronização dos procedimentos realizados no Pronto Atendimento Municipal, visando à organização dos fluxos de trabalho, à segurança dos usuários e dos profissionais e à melhoria da qualidade da assistência prestada;

Considerando a apresentação do Procedimento Operacional Padrão – POP do Pronto Atendimento, contendo orientações e procedimentos destinados a padronizar as rotinas e condutas das equipes,

contribuindo para a organização dos serviços e para a qualificação do atendimento aos usuários;

Considerando a apreciação das matérias pelo Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Fênix, em reunião ordinária realizada no dia 26 de agosto de 2026, tendo sido todas as pautas submetidas à análise e discussão dos conselheiros e aprovadas por unanimidade;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Manual do Programa Saúde na Escola – PSE 2025/2026, apresentado ao Conselho Municipal de Saúde de Fênix.

Art. 2º Aprovar a Atualização do Plano de Contingência das Arboviroses – Dengue, Zika e Chikungunya 2025/2026, incluindo a continuidade das estratégias de vigilância, prevenção e controle previstas no Plano, com intensificação das ações nos períodos de aumento da transmissão ou de ocorrência de epidemias, conforme a situação epidemiológica do município.

Art. 3º Aprovar a Resolução SESA nº 739/2026 e o respectivo Plano de Aplicação dos recursos destinados ao município de Fênix, no âmbito do Programa Estadual de Fortalecimento da Vigilância em Saúde – PROVIGIA PARANÁ, para o exercício de 2026, nos termos da proposta apresentada ao Conselho Municipal de Saúde.

Art. 4º Aprovar o Procedimento Operacional Padrão – POP do Pronto Atendimento, destinado à padronização das rotinas e procedimentos realizados no serviço, observadas as normas técnicas e demais disposições aplicáveis.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Fênix-PR, 26 de agosto de 2026.

MARISA APARECIDA LOPES
Presidente em Exercício do Conselho Municipal de Saúde

Publicado por:
Ana Paula Zaki Biff
Código Identificador:8BAFDCE2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
INSTITUI A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (PME) DO MUNICÍPIO DE FÊNIX – PARANÁ REFERENTE AO DECÊNIO 2026–2036 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 77/2026

Institui a estrutura organizacional para elaboração do Plano Municipal de Educação (PME) do Município de Fênix – Paraná referente ao decênio 2026–2036 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FÊNIX, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais normas aplicáveis,
CONSIDERANDO o disposto no artigo 214 da Constituição Federal, que estabelece o Plano Nacional de Educação como instrumento articulador do Sistema Nacional de Educação, com vigência decenal;
CONSIDERANDO a Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026, que institui o Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2026–2036 e estabelece objetivos, metas e estratégias para a política educacional brasileira, organizados em torno dos pilares acesso, qualidade e equidade;
CONSIDERANDO que o Plano Nacional de Educação constitui referência obrigatória para a elaboração dos Planos Estaduais, Distrital e Municipais de Educação, no regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;
CONSIDERANDO que o Plano Municipal de Educação é instrumento de planejamento de longo prazo, responsável por definir diretrizes, metas e estratégias para a educação no âmbito municipal, devendo ser elaborado de forma democrática, com ampla participação da sociedade civil, dos profissionais da educação e do poder público;
CONSIDERANDO as orientações metodológicas da Secretaria de Articulação Intersetorial e com os Sistemas de Ensino (SASE) do Ministério da Educação, expressas no Guia Metodológico de Elaboração dos Planos Decenais de Educação e disseminadas no âmbito da Rede de Cooperação Técnica;
CONSIDERANDO que as etapas de elaboração, implementação, monitoramento e avaliação do PME constituem processo contínuo, articulado e baseado em evidências;
CONSIDERANDO a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação em assegurar apoio técnico e administrativo ao processo,

DECRETA:

CAPÍTULO I — DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Fica instituída a estrutura organizacional para elaboração do Plano Municipal de Educação (PME) do Município de Fênix, referente ao decênio 2026–2036, composta pelas seguintes instâncias:
I — Comissão Gestora;
II — Equipe Técnica;
III — Grupos de Trabalho (GTs).
Parágrafo único. As instâncias de que trata o caput atuarão de forma articulada, complementar e contínua, visando assegurar qualidade técnica, participação social, viabilidade institucional e coerência metodológica ao Plano Municipal de Educação.

Art. 2º - A elaboração do Plano Municipal de Educação observará as diretrizes metodológicas da Secretaria de Articulação Intersetorial e com os Sistemas de Ensino (SASE) do Ministério da Educação, contemplando, no mínimo, as seguintes etapas:
I — diagnóstico da realidade educacional do Município, fundamentado em dados oficiais e em escuta participativa;
II — identificação e análise dos problemas educacionais prioritários;
III — definição de objetivos, metas e estratégias compatíveis com o PNE 2026–2036 e com as especificidades locais;
IV — consulta e validação social;
V — elaboração e revisão do texto-base do Projeto de Lei do PME;
VI — encaminhamento ao Poder Legislativo Municipal.

CAPÍTULO II — DA COMISSÃO GESTORA

Art. 3º - A Comissão Gestora constitui instância de coordenação política, institucional e deliberativa do processo de elaboração do Plano Municipal de Educação.

Art. 4º - Compete à Comissão Gestora:
I — coordenar o processo geral de elaboração do PME;
II — definir diretrizes, cronograma e organização dos trabalhos;
III — instituir e supervisionar a Equipe Técnica e os Grupos de Trabalho;
IV — garantir a participação social e a transparência do processo;
V — validar o diagnóstico educacional do Município;
VI — deliberar sobre objetivos, metas e estratégias do PME;
VII — aprovar o texto-base do Plano Municipal de Educação;
VIII — acompanhar a tramitação do Projeto de Lei junto ao Poder Legislativo;
IX — articular-se com os Poderes Executivo e Legislativo, com o Conselho Municipal de Educação, com o Fórum Municipal de Educação e com a Rede de Cooperação Técnica do MEC;
X — assegurar condições institucionais e operacionais para o desenvolvimento dos trabalhos;
XI — designar os Coordenadores dos Grupos de Trabalho;
XII — definir e distribuir os eixos temáticos dos Grupos de Trabalho, com base no PNE 2026–2036;
XIII — deliberar sobre casos omissos e questões supervenientes ao processo de elaboração.

Art. 5º - A Comissão Gestora será composta por representantes das seguintes instituições:
I - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;
II - 1 (um) representante do Conselho Municipal de Educação;
III - 1 (um) representante da Câmara Municipal;

IV - 1 (um) representante do Poder Executivo;
V - 1 (um) representante dos Professores da Educação Infantil;
VI -1 (um) representante dos Professores do Ensino Fundamental;
VII - 1 (um) representante dos Professores do Ensino Médio;
VIII - 1 (um) representante dos Professores da Educação Especial;
IX - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;
X – 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
XI – 1 (um) representante da Secretaria de Esportes;
XII - 1 (um) representante do Conselho Tutelar;
XIII – 1 (um) representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
§ 1º - Cada uma das instituições referidas neste artigo indicará formalmente 1 (um) membro titular e 1 (um) suplente.
§ 2º - Os membros da Comissão Gestora serão nomeados por ato do Poder Executivo Municipal, mediante indicação formal das respectivas instituições, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da publicação deste Decreto.
§ 3º - A coordenação geral da Comissão Gestora será exercida por representante da Secretaria Municipal de Educação, a quem competirá presidir as reuniões e representar a Comissão externamente.
§ 4º - A Comissão Gestora reunir-se-á ordinariamente conforme cronograma aprovado e, extraordinariamente, mediante convocação de seu Coordenador ou de um terço de seus membros.
§ 5º - As deliberações da Comissão Gestora serão tomadas por maioria simples dos presentes, exigida a presença mínima da maioria absoluta de seus membros, e registradas em ata.
§ 6º - A participação na Comissão Gestora é considerada serviço público relevante e não enseja remuneração de qualquer natureza.

CAPÍTULO III — DA EQUIPE TÉCNICA

Art. 6º - A Equipe Técnica constitui instância de caráter técnico-operacional, responsável pela condução metodológica, levantamento, análise e sistematização de dados, bem como pela elaboração do conteúdo do Plano Municipal de Educação.

Art. 7º - Compete à Equipe Técnica:
I — levantar, analisar e sistematizar dados educacionais oriundos de fontes oficiais, especialmente do INEP, do IBGE e da Plataforma do PAR;
II — elaborar o diagnóstico da realidade educacional do Município, com identificação dos principais problemas e desigualdades;
III — analisar indicadores e metas dos planos vigentes, especialmente os resultados do PME do ciclo anterior;
IV — apoiar os Grupos de Trabalho na identificação e análise de problemas e na construção da árvore de problemas;
V — orientar a construção metodológica dos trabalhos, observando o Guia Metodológico do MEC;
VI — sistematizar as contribuições oriundas da participação social;
VII — garantir coerência entre diagnóstico, objetivos, metas e estratégias;
VIII — elaborar documentos técnicos, relatórios e o texto-base do PME;
IX — padronizar conceitos, terminologia e metodologia ao longo do processo;
X — assessorar tecnicamente a Comissão Gestora;
XI — subsidiar decisões com base em evidências;
XII — articular-se com a Rede de Cooperação Técnica do MEC e com a Coordenação Estadual da SASE, quando aplicável.
Parágrafo único - A Equipe Técnica não possui caráter deliberativo, cabendo-lhe formular subsídios e recomendações à Comissão Gestora.

Art. 8º - A Equipe Técnica será composta por, no mínimo, 5 (cinco) membros titulares, designados pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação por meio de Portaria específica.
§ 1º - A equipe deverá ser composta, preferencialmente, por servidores públicos de carreira, com perfil multidisciplinar, contemplando experiência em:
I — estatísticas e indicadores educacionais;
II — planejamento e gestão pública;
III — orçamento público e financiamento da educação;
IV — elaboração de documentos técnicos e normativos;
V — currículo, avaliação e práticas pedagógicas das diferentes etapas e modalidades de ensino.
§ 2º - Poderão integrar a Equipe Técnica, como membros convidados, técnicos de outras secretarias municipais, representantes de instituições de ensino superior, especialistas e o (a) Técnico (a) Local da Rede de Cooperação para Elaboração dos Planos Decenais do Ministério da Educação.
§ 3º - Em razão do caráter contínuo e técnico das atividades, não haverá suplência na Equipe Técnica, podendo, contudo, ser realizada substituição mediante novo ato de designação.
§ 4º - A Equipe Técnica contará com o suporte administrativo da Secretaria Municipal de Educação.
§ 5º - A coordenação da Equipe Técnica será exercida por servidor designado no ato de sua composição.

CAPÍTULO IV — DOS GRUPOS DE TRABALHO

Art. 9º - Os Grupos de Trabalho (GTs) constituem instâncias de caráter participativo e temático, vinculadas aos eixos estruturantes do Plano Nacional de Educação 2026–2036.

Art. 10 - Compete aos Grupos de Trabalho:
I — analisar a realidade educacional do Município no respectivo eixo temático, com base em dados e evidências;
II — identificar e formular problemas educacionais prioritários;
III — contribuir para a construção da árvore de problemas e da matriz de causas e efeitos;
IV — propor objetivos, metas e estratégias para o PME, em diálogo com o PNE;
V — participar das discussões, escutas e validações coletivas;
VI — submeter as contribuições à Equipe Técnica para sistematização.

Art. 11 - Os Grupos de Trabalho serão organizados por eixos temáticos alinhados ao PNE 2026–2036, podendo contemplar, entre outros:
I — Educação Infantil;
II — Alfabetização e Ensino Fundamental;
III — Ensino Médio e articulação com a Educação Profissional e Tecnológica;
IV — Educação Integral e em tempo integral;
V — Diversidade, Inclusão e Equidade (Educação Especial, Indígena, Quilombola, do Campo e Educação de Jovens e Adultos);
VI — Valorização dos Profissionais da Educação;
VII — Gestão Democrática, Estrutura e Funcionamento da Educação Básica;
VIII — Financiamento da Educação;
IX — Conectividade, Infraestrutura e Tecnologias Educacionais;
X — Articulação com a Educação Superior, quando pertinente à realidade local.
Parágrafo único - Caberá à Comissão Gestora a definição e distribuição final dos eixos temáticos, bem como o agrupamento de eixos correlatos, conforme a realidade do Município e a disponibilidade de participantes.

Art. 12 - Cada Grupo de Trabalho contará com:
I — 1 (um) Coordenador, designado pela Comissão Gestora em articulação com a Secretaria Municipal de Educação, preferencialmente entre profissionais com conhecimento técnico ou trajetória reconhecida no eixo temático;
II — 1 (um) Relator, escolhido entre os participantes do próprio Grupo de Trabalho na primeira reunião.
§ 1º - Compete ao Coordenador conduzir as reuniões, zelar pelo cumprimento da metodologia e articular-se com a Equipe Técnica.
§ 2º - Compete ao Relator registrar as discussões, sistematizar deliberações preliminares e encaminhar as contribuições à Equipe Técnica nos prazos definidos pelo cronograma.

Art. 13 - A participação nos Grupos de Trabalho será aberta ao público, mediante chamamento divulgado pelos canais oficiais do Município.
§ 1º - A inscrição dos participantes ocorrerá por meio de instrumento próprio definido pela Comissão Gestora, em articulação com a Secretaria Municipal de Educação.

§ 2º - A participação será voluntária e não remunerada e, quando se tratar de servidores públicos municipais, deverá ocorrer, preferencialmente, fora do horário regular de trabalho.

§ 3º - Poderá ser estabelecido limite de participantes por Grupo de Trabalho, considerando critérios de organização e representatividade.
§ 4º - Deverá ser assegurada, sempre que possível, diversidade de representação, contemplando profissionais da educação, gestores, estudantes maiores de idade, famílias, sociedade civil organizada e demais atores interessados.
§ 5º - A relação de participantes inscritos por Grupo de Trabalho será registrada e publicizada por meio de Portaria de homologação a ser publicada pela Secretaria Municipal de Educação.
§ 6º - A participação não gera vínculo de qualquer natureza com a Administração Pública Municipal.

CAPÍTULO V — DA ARTICULAÇÃO ENTRE AS INSTÂNCIAS

Art. 14 - A articulação entre as instâncias instituídas por este Decreto observará o seguinte fluxo metodológico:

I — a Equipe Técnica fornece dados, subsídios e orientação metodológica aos Grupos de Trabalho;
II — os Grupos de Trabalho realizam debates, formulam problemas e apresentam propostas de objetivos, metas e estratégias;
III — a Equipe Técnica sistematiza as contribuições e elabora versão preliminar do texto-base;
IV — a Comissão Gestora analisa, valida e delibera sobre o texto-base;
V — o texto validado é submetido a consulta pública e/ou audiência pública, quando assim deliberado pela Comissão Gestora;
VI — o documento final é consolidado e encaminhado, na forma de Projeto de Lei, ao Poder Legislativo Municipal.

Art. 15 - Todas as etapas do processo serão registradas em atas, relatórios e demais documentos, assegurando-se transparência, publicidade e rastreabilidade das deliberações.

CAPÍTULO VI — DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16 - As instâncias instituídas por este Decreto têm caráter temporário e finalidade exclusiva, sendo responsáveis unicamente pelo processo de elaboração do Plano Municipal de Educação referente ao decênio 2026–2036.

Art. 17 - Após a aprovação do Plano Municipal de Educação, o processo de implementação, monitoramento e avaliação das metas e estratégias será conduzido pelas instâncias permanentes de acompanhamento da política educacional, especialmente pela Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação do PME e pelo Fórum Municipal de Educação, nos termos da legislação vigente e dos atos normativos próprios.

Art. 18 - As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta de dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Educação, suplementadas, se necessário.

Art. 19 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Gestora, ouvida, quando necessário, a Procuradoria-Geral do Município.

Art. 20 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Fênix, em 26 de agosto de 2026.

EURÍPEDES MOLINA TASCA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Zaki Biff
Código Identificador:7660CCDF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FÊNIX, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E CONSIDERADO: DO PLANO DE CARGOS, CARREIRA E REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL DE FÊNIX QUE DISPÕE SOBRE O AVANÇO HORIZONTAL NA CARREIRA

DECRETO Nº 75/2026

O Prefeito do município de Fênix, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerado:

a) Os artigos 40 a 47 da Lei Municipal nº 9, de 07 de fevereiro de 2024, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Fênix que dispõe sobre o avanço horizontal na Carreira;
b) O resultado das avaliações de desempenho e qualidade regulamentadas pelo Decreto nº 107 de 22 de outubro de 2024, que conclui pela progressão do profissional do magistério para a Classe seguinte dentro do mesmo Nível.
RESOLVE

Art. 1º Reenquadrar os profissionais do magistério integrantes do Quadro Próprio do Magistério de Fênix que obtiveram os pontos necessários para a progressão horizontal na Carreira, na Classe seguinte e que estavam posicionados, conforme relação abaixo:

Nome do Profissional	Cargo	Enquadramento Atual		Enquadramento após Avaliação	
		Nível	Classe	Nível	Classe
Feranda de Araújo Borri	Atendente de Educação Infantil	A	10	A	11
Maria Aparecida Pereira	Atendente de Educação Infantil	A	10	A	11
Vera Lúcia José	Atendente de Educação Infantil	A	10	A	11
Dalva Líbera Molina Santiago	Professora	C	11	C	12
Maria Regina A. de Abreu Farias	Professora	C	13	C	14
Vilma Rodrigues Andrade Hiibner	Professora	C	13	C	14

Art. 2º O vencimento básico do integrante do Quadro do Magistério reenquadrado será correspondente à nova Classe do mesmo Nível, de acordo com as Tabelas de Vencimentos da Lei Municipal nº 9/2024 que institui o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Fênix, 26 de agosto de 2026.

EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Zaki Biff
Código Identificador:6A7E6142

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
REGULAMENTA A COBRANÇA DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA – TFS, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026.

DECRETO Nº 76/2026.

Súmula: Regulamenta a Cobrança da Taxa de Fiscalização Sanitária – TFS, para o Exercício Financeiro de 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FÊNIX, ESTADO DO PARANÁ, no uso e gozo de suas atribuições legais.

DECRETA:

Art 1º: Em conformidade com o Capítulo IX, da Lei Municipal nº. 019/2001, os valores correspondentes ao pagamento da Taxa de Fiscalização Sanitária – TFS, de Estabelecimentos de Produção, Indústria, Comércio, Prestação de Serviços e Congêneres, referente ao exercício financeiro de 2026, cobrados mediante DAM (Documento de Arrecadação Municipal) expedido pelo Setor de Tributação e poderão ser pagos em cota única até o dia 12 **de outubro de 2026 (12/10/2026) com 5% de desconto.**

Art 2º: Considera-se custo da respectiva atividade pública, todos os gastos diretos e indiretos envolvidos no desempenho, pelo órgão competente da Vigilância Sanitária, previstos no artigo 271, da Lei Municipal nº. 019/2001.

Art 3º: As aplicações dos descontos de 5% (Cinco por Cento) somente ocorrerão com pagamentos na pontualidade até o dia 12 de outubro de 2026, os pagamentos posteriores a esta data incidem cobrança conforme artigo 4º deste decreto**.**

Art 4º: Os pagamentos não efetuados no prazo previsto do artigo 1º serão acrescidos de multa de 2% (dois por cento) e juros de 1% (um por cento) ao mês além de correção monetária.

ARTIGO 5º: Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

.

Fênix, 26 de agosto de 2026.

EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Zaki Biff
Código Identificador:ADB2DF47

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
DECRETO Nº 97, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

Nomeia os membros da primeira composição do Conselho Municipal de Contribuintes constituída sob a vigência do Decreto nº 65/2026, com mandato até 31 de janeiro de 2029.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, Estado do Paraná, no uso da atribuição conferida pelo art. 61, inciso VI, e art. 83, inciso I, da Lei Orgânica do Município, tendo em vista o disposto nos artigos 7º, 8º, 71 e 72 do Decreto nº 65/2026, e considerando o contido no Processo Oxy nº 354/2026,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros da primeira composição do Conselho Municipal de Contribuintes previsto no art. 534 da Lei nº 424/2001 (Código Tributário Municipal), na forma do Decreto nº 65/2026:

I – representantes titulares da Fazenda Pública Municipal:

a) ANDREIA SCABELLO PEROZINI, Secretária Municipal de Fazenda, matrícula nº 1.186 (Presidente);
b) MAURO VIALLE JUNIOR, Auditor Fiscal da Receita Municipal, matrícula nº 1.334;

II – representantes titulares dos contribuintes:

a) MARCÍLIO CLOVIS FARIAS, representante dos contabilistas, CRC nº PR-081832/O;
b) LUCAS ALAN FIORESE PATTARO, representante da Associação Comercial e Empresarial, CPF nº ***.688.409-**;

III – representantes suplentes da Fazenda Pública Municipal:

a) LEONARA FERREIRA, Diretora da Secretaria de Fazenda, matrícula nº 1.302;
b) LORENA COUTINHO IANI, Fiscal Sanitária e Fiscal de Obras e Posturas, matrícula nº 1.147;

IV – representantes suplentes dos contribuintes:

a) LEDA MARIA MARATTA, representante dos contabilistas, CRC nº MS-006488/O;
b) WESLEY MENDONÇA DOS SANTOS, representante da Associação Comercial e Empresarial, CPF nº ***.534.019-**.

Art. 2º Os conselheiros nomeados tomarão posse na forma estabelecida no Decreto nº 65/2026 e exercerão mandato até 31 de janeiro de 2029, conforme o disposto no art. 71 do referido Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Nossa Senhora das Graças (PR), 26 de agosto de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:EAF63BA0

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 533/2026

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n°.764/2017.

RESOLVE

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de R$ 420,00 (Quatrocentos e vinte reais) a favor da Sra. Vanessa da Silva Maziero, motorista, referente ao pagamento de 1(uma) diária, face a viagem do dia 25/08/2026 à 26/08/2026 para Carlopolis-PR, a serviço da Secretaria Municipal de Saúde.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, em 26 de agosto de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:A1AC3367

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 534/2026

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n°.764/2017.

RESOLVE

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de R$ 125,00 (Cento e vinte cinco reais) a favor da Sra. Laryssa Claudia Mariano, motorista, referente ao pagamento de 1/2 (meia) diária, face a viagem do dia 25/08/2026 à 25/08/2026 para Cornélio Procopio-PR, a serviço da Secretaria Municipal de Saúde.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE

COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, em 26 de agosto de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:AE34BB0B

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 537/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e
CONSIDERANDO, a Lei Municipal nº 323/1994 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.
CONSIDERANDO, o art. 202 - Estatuto dos Servidores Públicos - A sindicância administrativa deverá ser iniciada dentro de 03 (três) dias, contados da publicação do ato designatório dos membros da comissão, no órgão oficial do município e concluída no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogáveis.
CONSIDERANDO, o art. 204 - Estatuto dos Servidores Públicos - Ultimada a sindicância, remeterá a comissão, à autoridade que a instaurou, relatório que configure o fato.
CONSIDERANDO, o art. 205 - Estatuto dos Servidores Públicos - Decorrido o prazo do artigo 202, sem que seja apresentado o relatório, a autoridade competente deverá promover a responsabilidade dos membros da comissão.
CONSIDERANDO, o art. 206 - Estatuto dos Servidores Públicos - A autoridade competente deverá pronunciar-se sobre a sindicância no prazo máximo de 10 (dez) dias, a partir da data do recebimento do relatório.
RESOLVE
Art. 1º Dar encerramento aos trabalhos da Comissão de Sindicância Administrativa, instaurada pela **Portaria nº 467/2026**, por ter concluído e emitido relatório de seus trabalhos, conforme o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Nossa Senhora das Graças/PR, 26 de agosto de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:75BE1534

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 538/2026

Designa Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 03/2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 03/2026 autorizado pela Lei Municipal nº 1.215/2026, que será composta pelos seguintes membros:

NOME	MATRÍCULA	CARGO	QUALIFICAÇÃO
Luana Paula de Lima	1180	Assistente Administrativo	Ensino Superior Incompleto
Marcos Paulo Ladislau	668	Agente Comunitário de Saúde	Nível Superior Completo Tecnologia em Gestão Ambiental
Naiani Tizziani	883	Psicóloga	Nível Superior Completo em Psicologia

Art. 2º A Comissão de que trata esta Portaria, sob a presidência do primeiro, será responsável pela condução administrativa do Processo Seletivo Simplificado – PSS nº
03/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nossa Senhora das Graças/PR, 26 de agosto de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:E4D4101B

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 540/2026

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n°.764/2017.

RESOLVE

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de R$ 1.050,00 (Mil e cinquenta reais) a favor da Sra. Hellen Bruna de Souza Maurício, Assistente Social, referente ao pagamento de 2 e 1/2 (duas e meia) diárias, face a viagem do dia 26/08/2026 a 29/08/2026 para Curitiba - PR, tratar de assuntos de interesse do município.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, em 26 de agosto de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:A55E314B

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 541/2026

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n°.764/2017.

RESOLVE

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de R$ 1.050,00 (Mil e cinquenta reais) a favor da Sra. Zilda Lopes de Souza, Assistente Social - CRAS, referente ao pagamento de 2 e 1/2 (duas e meia) diárias, face a viagem do dia 26/08/2026 a 29/08/2026 para Curitiba - PR, tratar de assuntos de interesse do município.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, em 26 de agosto de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:0A3FBF03

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 542/2026

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n°.764/2017.

RESOLVE:

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de R$ 1.050,00 (Mil e cinquenta reais) a favor do Sr. Luimarlon Christian Cuba Osis, motorista, referente ao pagamento de 2 e 1/2 (duas e meia) diárias, face a viagem do dia 26/08/2026 a 29/08/2026 para Curitiba-PR, tratar de assunto de interesse do município.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, em 26 de agosto de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:260FB153

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 534/2026

O Prefeito do Município de Nossa Senhora das Graças, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder férias aos funcionários abaixo relacionados:

- MEWRIEN GABRIELY NEVES MACEDO, matrícula nº 1252 – 15 (quinze) dias de férias, referentes ao exercício: 03/06/2025 à 02/06/2026.
- Período de férias: 08/09/2026 à 22/09/2026.
Ficando 15 (quinze) dias a desfrutar posteriormente conforme Lei 1077/2025.

- BRUNA AMARAL AZEVEDO GOUVEA, matrícula nº **930** – 15 (quinze) dias de férias restantes em conformidade com a portaria n° 473/2026, referentes ao exercício: 08/01/2025 à 07/01/2026.
- Período de férias: 16/09/2026 à 30/09/2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças,
Aos 26 dias do mês Agosto do ano de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luana Paula de Lima
Código Identificador:C0FB51F7

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 539/2026 ERRATA DA PORTARIA Nº 479/2026

O Prefeito do Município de Nossa Senhora das Graças, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

ONDE SE LÊ:
ART. 1º - Interromper a pedido da servidora abaixo, a Portaria nº 89/2026, referente a licença sem remuneração da funcionária pública municipal, Senhora:**Elaine Angelim da Silva**, matrícula nº 1148, a partir do dia: 03/08/2026, onde a mesma retornará a suas atividades normais.

LEIA-SE:
ART. 1º - Interromper a pedido da servidora abaixo, a Portaria nº 89/2026, referente a licença sem remuneração da funcionária pública municipal, Senhora:**Elaine Angelim da Silva**, matrícula nº 1148, a partir do dia: 10/08/2026, onde a mesma retornará a suas atividades normais.

Edifício da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças,
Aos 26 dias do mês de Agosto do ano de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luana Paula de Lima
Código Identificador:CB3D6305

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 543/2026

O Prefeito do Município de Nossa Senhora das Graças, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:
Conceder 10 dias de férias em forma de abono pecuniário, ao funcionário:
WENLLIGTON DE SOUZA BARRETO, matrícula nº 921 – Referente ao exercício: 06/12/2024 à 05/12/2025.

Edifício da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças, Aos 26 dias do mês de Agosto do ano de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luana Paula de Lima
Código Identificador:554ABA46

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 536/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em especial a conferida pelo artigo 61, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, tendo em vista o disposto nos artigos 534 a 543 da Lei Municipal nº 424, de 14 de maio de 2001 (Código Tributário Municipal), no Decreto Municipal nº 65, de 15 de junho de 2026, e considerando o contido no Processo Oxy nº 354/2026,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor Mauro Vialle Junior, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auditor Fiscal da Receita Municipal, matrícula funcional nº 1334, para o exercício da função de Secretário do Conselho Municipal de Contribuintes (CMC), com mandato até 31 de janeiro de 2029, nos termos do artigo 8º, *caput* e § 2º, e do artigo 71 do Decreto Municipal nº 65/2026, combinados com o artigo 536 da Lei Municipal nº 424/2001.

Art. 2º CONCEDER ao servidor a Gratificação de Secretário do Conselho Municipal de Contribuintes, no valor previsto em lei, processada em folha de pagamento, com fulcro no artigo 10 do Decreto Municipal nº 65/2026 e no artigo 536, parágrafo único, da Lei Municipal nº 424/2001.

Art. 3º ESTABELECER que o exercício da função secretarial ocorrerá de forma cumulativa com a condição de Conselheiro Titular representante da Fazenda Pública Municipal (artigo 5º, inciso I, alínea

"b", do Decreto Municipal nº 65/2026), sem prejuízo de suas prerrogativas regimentais como membro do colegiado e do direito à percepção do *jeton* por comparecimento a sessão, na forma do artigo 9º do Decreto Municipal nº 65/2026 e dos artigos 535, parágrafo único, e 543 da Lei Municipal nº 424/2001.

Art. 4º Fica resguardada a aplicação do artigo 76, parágrafo único, do Decreto Municipal nº 65/2026, autorizando o afastamento temporário de suas funções originais pelo tempo estritamente necessário à realização de sessões, estudos e diligências do Conselho, sem prejuízo do exercício das atribuições de fiscalização tributária e das demais atividades que fundamentaram a concessão do regime de tempo integral, nos termos do ato administrativo que o concedeu, observadas a compatibilidade entre as atribuições e as normas relativas ao teto remuneratório constitucional.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nossa Senhora das Graças (PR), 26 de agosto de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luana Paula de Lima
Código Identificador:34DFAF7C

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

CAMARA DE VEREADORES
INSTITUI E ESTABELECE O SÍTIO ELETRÔNICO OFICIAL E OS ENDEREÇOS DE CORREIO ELETRÔNICO INSTITUCIONAIS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE SÃO JORGE D'OESTE, ESTADO DO PARANÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA N.º 21/2026

Institui e estabelece o sítio eletrônico oficial e os endereços de correio eletrônico institucionais do Poder Legislativo Municipal de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, e dá outras providências.

ROSANE FÁTIMA LOTTI, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Jorge D'Oeste, no uso de suas atribuições legais, regimentais, e,
CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer formalmente os canais oficiais de comunicação eletrônica do Poder Legislativo Municipal;
CONSIDERANDO a necessidade de garantir maior segurança, padronização, transparência e confiabilidade nas comunicações institucionais realizadas por meio eletrônico;
CONSIDERANDO que a utilização de domínio institucional próprio contribui para a identificação oficial dos agentes, departamentos e setores da Câmara Municipal;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar que as informações e comunicações oficiais do Poder Legislativo sejam realizadas por canais institucionais devidamente identificados;

RESOLVE:
Art. 1º. Fica oficialmente estabelecido como Sítio Eletrônico Oficial do Poder Legislativo Municipal de São Jorge D'Oeste o endereço:
https://www.camarasjo.pr.gov.br
Parágrafo único. O sítio eletrônico referido no caput constitui o canal oficial de divulgação das informações institucionais, administrativas, legislativas, financeiras, de transparência e demais conteúdos de interesse público da Câmara Municipal, observadas as disposições legais aplicáveis.
Art. 2º. Fica estabelecido como domínio eletrônico institucional oficial da Câmara Municipal de São Jorge D'Oeste o domínio:
@camarasjo.pr.gov.br
Parágrafo único. Os endereços de correio eletrônico institucionais vinculados ao domínio oficial deverão ser utilizados para as comunicações relacionadas às atividades administrativas, legislativas, jurídicas, contábeis, de imprensa e demais atribuições institucionais da Câmara Municipal.
Art. 3º. Os endereços de correio eletrônico oficiais atualmente utilizados pelos setores e servidores da Câmara Municipal são os constantes do Anexo I desta Portaria, que passa a integrá-la para todos os fins.
Art. 4º. Os endereços de correio eletrônico institucionais deverão ser utilizados, preferencialmente, para:
I – comunicação entre os setores e agentes públicos do Poder Legislativo;
II – comunicação com órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta;
III – encaminhamento e recebimento de documentos e informações de natureza institucional;
IV – atendimento de demandas administrativas e legislativas;
V – comunicação com cidadãos, fornecedores, prestadores de serviços e demais interessados, quando relacionada às atividades oficiais da Câmara Municipal;
VI – demais atividades relacionadas ao exercício das atribuições institucionais do Poder Legislativo.
Art. 5º. É vedada a utilização de endereços de correio eletrônico pessoais ou particulares para a prática de atos que, por sua natureza, devam ser realizados por meio dos canais oficiais do Poder Legislativo, ressalvadas situações excepcionais devidamente justificadas.
Art. 6º. Os documentos, mensagens e demais comunicações encaminhados ou recebidos por meio dos endereços institucionais deverão observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, segurança da informação e proteção de dados, nos termos da legislação vigente.
Art. 7º. Compete ao setor responsável pela administração dos recursos tecnológicos da Câmara Municipal, ou ao servidor formalmente designado para essa finalidade:
I – manter os endereços institucionais em funcionamento;
II – administrar, quando cabível, as contas de correio eletrônico institucional;
III – promover a criação, alteração, suspensão ou exclusão de contas institucionais, mediante autorização competente;
IV – adotar medidas destinadas à segurança e à preservação das informações institucionais;
V – manter atualizada a relação dos endereços eletrônicos oficiais.
Art. 8º. A criação de novos endereços de correio eletrônico institucionais ou a alteração dos endereços constantes do Anexo I deverá observar o domínio oficial @camarasjo.pr.gov.br e ser previamente autorizada pela autoridade competente.
Art. 9º. O Anexo I desta Portaria poderá ser atualizado sempre que houver alteração na estrutura administrativa, criação ou extinção de setores, alteração de responsáveis ou necessidade de atualização dos endereços institucionais.
Art. 10. Os casos omissos serão resolvidos pela Presidência da Câmara Municipal, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.
Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores de São Jorge D' Oeste, Gabinete da Presidência, aos dezoito dias do mês de agosto de 2026.

ROSANE FÁTIMA LOTTI
Presidente da Câmara de Vereadores.

ANEXO I

RELAÇÃO DOS ENDEREÇOS DE CORREIO ELETRÔNICO OFICIAIS

Portaria nº. 21/2026

Em conformidade com o disposto na Portaria nº. 21/2026, ficam relacionados os endereços de correio eletrônico institucionais oficiais da Câmara Municipal de São Jorge D'Oeste:

SETOR / FUNÇÃO	ENDEREÇO ELETRÔNICO INSTITUCIONAL
GERAL / ADMINISTRAÇÃO	administracao@camarasjo.pr.gov.br

DIRETOR ADMINISTRATIVO	**leandrojacobs@camarasjo.pr.gov.br**
ASSESSORA JURÍDICA DA MESA DIRETORA	**fernandamaroneze@camarasjo.pr.gov.br**
CONTABILIDADE	**contabil@camarasjo.pr.gov.br**
DEPARTAMENTO JURÍDICO	**watsonmueller@camarasjo.pr.gov.br**
IMPRENSA	**imprensa@camarasjo.pr.gov.br**

CANAL INSTITUCIONAL OFICIAL

Sítio eletrônico:
https://www.camarasjo.pr.gov.br

Domínio oficial de correio eletrônico:
@camarasjo.pr.gov.br

Os endereços acima relacionados constituem canais institucionais destinados às comunicações oficiais da Câmara Municipal de São Jorge D'Oeste, devendo ser utilizados de acordo com as atribuições de cada setor ou função.

Publicado por:
Leandro Pagliari Jacobs
Código Identificador:72E0FAE7

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATAS 146 A 153

PUBLICAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 29/2026
O Município de São Jorge D´Oeste/Pr, Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, com base no Art. 94 da Lei Federal n.º 14.133/2021 e Decreto Municipal n.º nº 3927/2023, torna público o(a)**REGISTRO DE PREÇOS, objetivando a futura ou eventual aquisição de materiais e equipamentos esportivos para a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Município de São Jorge D'Oeste-PR**, através da Ata de Registro de Preços decorrente do Pregão Eletrônico n.º**29/2026**, com prazo de execução/vigência de 12 (doze) meses.

Ata nº	Empresa Detentora	CNPJ Nº.	Valor R$
146/2026	ANSAH COMERCIO LTDA	54.496.178/0001-02	4.990,00
147/2026	ARENA ESPORTES LTDA	48.348.052/0001-80	28.550,14
148/2026	JEVERSON IVAN PAESE PITTY SPORTS	25.371.647/0001-50	118.498,78
149/2026	KEMARY ESPORTES LTDA	58.546.968/0001-06	4.288,60
150/2026	LUIZ TADEO DAMASCHI - EPP	01.424.128/0001-45	230,70
151/2026	RMM SPORTS COMERCIO DE PRODUTOS ESAPORTIVOS LTDA	22.382.705/0001-53	1.912,20
152/2026	TRAUM ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA	02.441.945/0001-74	15.270,50
153/2026	VANINHA UTILIDADES LTDA	58.421.861/0001-23	4.908,82

Os preços registrados poderão ser consultados na íntegra junto ao endereço eletrônico http://pmsjorge.com.br

São Jorge D" Oeste/Pr, 26/08/2026 –

GELSON COELHO DO ROSÁRIO -
Prefeito.

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:C51144A2

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DISPENSA 22

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Licitação Modalidade: Dispensa Nº 022/2026

Objeto:
Contratação, por DISPENSA DE LICITAÇÃO (Art. 75, inciso VIII da Lei nº 14.133/2021), em caráter emergencial, da empresa: WORLDMED – EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA (representante/distribuidora vinculada à assistência técnica autorizada pelo fabricante), inscrita no CNPJ sob o nº 08.344.903/0001-00, localizada no logradouro Rua Engenheiro Benedito Mário da Silva, 635, Bairro Cajuru, CEP 82.970-000, Curitiba/PR, objetivando a prestação de serviços de manutenção corretiva (com verificação de colimador) e fornecimento de 02 (duas) baterias DRTECH compatíveis com o detector digital do aparelho de Raio-X Fixo (Marca VMI, Modelo Apolo D), para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de São Jorge D'Oeste/PR.

Em cumprimento ao disposto no art. 75, inciso III, da Lei 14.133/2021, torna público o resultado da Dispensa de licitação em epigrafe:

O valor total será de **R$ 33.367,40 (trinta e três mil trezentos e sessenta e sete reais e quarenta centavos).**

Homologo a presente Dispensa de Licitação.

São Jorge D'Oeste – Pr, 26/08/2026

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:458E45E4

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO COMPRAS.GOV Nº 926478 –9/2026 EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO INTERNO N° 44/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE D'OESTE-PR
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
O prefeito municipal de São Jorge D' Oeste - PR, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores, resolve: Homologar e Adjudicar a presente licitação nos seguintes termos.
Edital PE COMPRAS.GOV 926478 – nº 9/2026.Edital de PE internon° 44/2026.Processo Administrativon° 169/2026.Data da realização:25/08/2026.
OBJETO: Contratação de empresa objetivando a aquisição de Grade Aradora Intermediaria Controle Remoto, visando o atendimento as associações rurais do município. Conforme Termo de Convênio Nº 918866/2021 do município de São Jorge D'Oeste/PR com o Ministério da Agricultura e Pecuária.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021; da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; e, no que couber, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022 e Decreto Municipal 3.927/2023.
EMPRESA VENCEDORA
1 – METALÚRGICA FREITAS LTDA - CNPJ 05.852.250/0001-73. Item: 01 – R$ 29.900,00. VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R$ 29.900,00 (Vinte e nove mil reais).

São Jorge D'Oeste-PR, 26 de agosto de 2026.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Clodoaldo Blank
Código Identificador:63A0BF68

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
HOMOLOGAÇÃO DO CREDENCIAMENTO Nº 01/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE D'OESTE-PR
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
O prefeito municipal de São Jorge D' Oeste - PR, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores, resolve: Homologar e Adjudicar a presente licitação nos seguintes termos.
Edital de Chamamento nº 01/2026

OBJETO: Chamamento Público para inscrição de profissionais formados em comunicação, publicidade ou marketing e/ou que atuem na área de atuação de comunicação, publicidade e marketing com o intuito de constituir subcomissão técnica para a contratação de agência de publicidade/propaganda, nos termos da Lei Federal nº 12.232/2010. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021; da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; e, no que couber, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022 e Decreto Municipal 3.927/2023.

NOME: Claudio Erwin Alves Pinto - CPF: 027.659.619-64
NOME: Maria Aparecida Bacaicoa de Ribeiro - CPF: 111.848.828-86
NOME: Rafhaela Rocha Zimmer - CPF: 083.722.539-60

São Jorge D'Oeste-PR, 26 de agosto de 2026.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Clodoaldo Blank
Código Identificador:5A6CE7F6

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RETIFICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO PE 90025/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE D'OESTE-PR
RETIFICAÇÃO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 900 25/2026 – Processo nº 130/2026.
OBJETO:, Destinado à REGISTRO DE PREÇOS, objetivando a futura e/ou eventual contratação de empresa especializada para o fornecimento de peças (originais ou de reposição) e prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos sistemas elétricos e de ar-condicionado automotivo, incluindo ainda serviços de manutenção/calibração de tacógrafos e serviços de guincho, destinados a atender toda a frota de veículos leves, vans, caminhões, ônibus e máquinas pesadas do Município de São Jorge D'Oeste/PR.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021; da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; e, no que couber, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022 e Decreto Municipal 3.927/2023.
2º SESSÃO PÚBLICA
Onde se lê:
EMPRESA VENCEDORA
1 – ANDRE SERGIO PEZENATTO 10239261992, inscrita no CNPJ sob o nº 41.573.090/0001-97, classificada no **LOTE: 2 -** R$ 148.800,00 (Cento e quarenta e oito mil e oitocentos reais); e no **LOTE 3** - R$ 148.800,00 (cento quarenta e oito mil e oitocentos reais). **VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R$ 297.600,00 (Duzentos e noventa e sete mil e seiscentos reais).**
2 – DIONE JOSE DOS SANTOS, inscrita no CNPJ sob o nº 49.427.330/0001-57, classificada no **LOTE 4: –** R$ 198.800,00 (cento e noventa e oito mil e oitocentos reais). **VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R$ 198.800,00 (Cento e noventa e oito mil e oitocentos reais).**
3 – HERBERT MAZUTTI, inscrita no CNPJ sob o nº 01.686.805/0001-01, classificada no **LOTE 5: –** R$ 209.380,00 (duzentos e nove mil e trezentos e oitenta reais). **VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R$ 209.380,00 (Duzentos e nove mil e trezentos e oitenta reais).**
Leia-se

1 – ANDRE SERGIO PEZENATTO 10239261992, inscrita no CNPJ sob o nº 41.573.090/0001-97, classificada no **LOTE: 2 – ITEM 1 DESCONTO DE 18%; ITEM 2 DESCONTO DE 16% -** R$ 148.800,00 (Cento e quarenta e oito mil e oitocentos reais); e no **LOTE 3 – ITEM 1 DESCONTO DE 11%; ITEM 2 DESCONTO DE 11%** - R$ 148.800,00 (cento quarenta e oito mil e oitocentos reais). **VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R$ 297.600,00 (Duzentos e noventa e sete mil e seiscentos reais).**
2 – DIONE JOSE DOS SANTOS, inscrita no CNPJ sob o nº 49.427.330/0001-57, classificada no **LOTE 4: ITEM 1 DESCONTO DE 25%; ITEM 2 DESCONTO DE 20% –** R$ 198.800,00 (cento e noventa e oito mil e oitocentos reais). **VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R$ 198.800,00 (Cento e noventa e oito mil e oitocentos reais).**
3 – HERBERT MAZUTTI, inscrita no CNPJ sob o nº 01.686.805/0001-01, classificada no **LOTE 5: ITEM 1 DESCONTO DE 10%; ITEM 2 DESCONTO DE 5% –** R$ 209.380,00 (duzentos e nove mil e trezentos e oitenta reais). **VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R$ 209.380,00 (Duzentos e nove mil e trezentos e oitenta reais).**

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Clodoaldo Blank
Código Identificador:B25A5C2F

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE APROVADOS Nº 005 2026
DO PSS EDITAL 004/2025

Edital de Convocação dos Aprovados 005/2026

Processo Seletivo Simplificado nº 004/2025

O Sr. **GELSON COELHO DO ROSÁRIO** – Prefeito do Município de São Jorge D'Oeste – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II da Constituição Federal, resolve,
TORNAR PÚBLICO
1º - A convocação dos candidatos abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo PSS nº 004/2025, conforme Edital nº 004/2025 e Edital 007/2025 de Homologação do Resultado Final, publicado em 19 de maio de 2025, edição nº 3278 na A.M.P.

2º - O candidato deverá comparecer na Prefeitura Municipal de São Jorge do Oeste, PR, no prazo de **03 (três) dias úteis, contados a partir da data de publicação**, obrigatoriamente munidos de todos os documentos comprobatórios para o cargo, conforme item 9. do EDITAL nº 004/2025 e documentos indicados no anexo I deste edital.

3º - O não comparecimento para atender o presente Edital e confirmar a aceitação da vaga, será considerado como desistência, e o candidato perderá o direito de aprovação do Processo Seletivo PSS 004/2025.

Monitor Escolar 30h			
Classificação	**Nome do Candidato**	**Nota**	**Status**
50º	Josieli Malaquias Bertoleti	20	30h
51º	Thailane Taylis Rozoenski	20	30h
52º	Suelem Grondek	20	30h

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D´Oeste, Estado do Paraná, aos vinte seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, 63º ano de emancipação.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Alceu Antonio Bordignon
Código Identificador:3B1D13D0

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE APROVADOS Nº 006 2026
DO PSS EDITAL Nº 004 2025

Edital de Convocação dos Aprovados 006/2026

Processo Seletivo Simplificado nº 004/2025

O Sr. **GELSON COELHO DO ROSÁRIO** – Prefeito do Município de São Jorge D'Oeste – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II da Constituição Federal, resolve,
TORNAR PÚBLICO

1º - A convocação dos candidatos abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo PSS nº 004/2025, conforme Edital nº 004/2025 e Edital 007/2025 de Homologação do Resultado Final, publicado em 19 de maio de 2025, edição nº 3278 na A.M.P.

2º - O candidato deverá comparecer na Prefeitura Municipal de São Jorge do Oeste, PR, no prazo de **03 (três) dias úteis, contados a partir da data de publicação**, obrigatoriamente munidos de todos os documentos comprobatórios para o cargo, conforme item 9. do EDITAL nº 004/2025 e documentos indicados no anexo I deste edital.

3º - O não comparecimento para atender o presente Edital e confirmar a aceitação da vaga, será considerado como desistência, e o candidato perderá o direito de aprovação do Processo Seletivo PSS 004/2025.

Monitor Escolar 30h			
Classificação	**Nome do Candidato**	**Nota**	**Status**
54º	Ana Claudia Locatelli Gabardo	20	30h
55º	Jessica Poliana De Oliveira Souza	20	30h
56º	Hellen Maria Da Silva	20	30h
57º	Fernanda Maria Palharim	20	30h
58º	Edieli Carmelinda Leite Da Silva	20	30h
59º	Katieli Roberta Santana	20	30h

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D´Oeste, Estado do Paraná, aos vinte seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, 63º ano de emancipação.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Alceu Antonio Bordignon
Código Identificador:684C3CDF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS
PORTARIA Nº. 3242/2026. APROVA O PLANO MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2026 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº. 3242/2026.

Aprova o Plano Municipal de Comunicação da Política Municipal de Alfabetização para o exercício de 2026 e dá outras providências.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO, Prefeito de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e em especial pela Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais pertinentes, e
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1.232/2026, que institui a Política Municipal de Alfabetização para o desenvolvimento das ações de alfabetização no Município de São Jorge D'Oeste – PR;
CONSIDERANDO a necessidade de organizar, fortalecer e dar transparência às ações de comunicação, divulgação e mobilização relacionadas à Política Municipal de Alfabetização;
CONSIDERANDO a importância de ampliar a participação da comunidade escolar, das famílias, dos profissionais da educação e da sociedade nas ações voltadas à alfabetização e à recomposição das aprendizagens;

RESOLVE:
Art. 1º Aprovar o Plano Municipal de Comunicação da Política Municipal de Alfabetização para o exercício de 2026, elaborado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes de São Jorge D'Oeste.
Art. 2º O Plano Municipal de Comunicação tem por finalidade orientar e organizar as ações de comunicação institucional, divulgação, mobilização, acompanhamento e socialização de informações e resultados relacionados à Política Municipal de Alfabetização.
Art. 3º As ações previstas no Plano deverão contemplar os diferentes públicos da comunidade educacional e utilizar os canais institucionais e estratégias de mobilização definidos no próprio instrumento, observando a periodicidade e o cronograma estabelecidos.
Art. 4º Compete à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes coordenar a execução, o acompanhamento e a avaliação do Plano Municipal de Comunicação, em articulação com as unidades escolares, equipes pedagógicas, Articuladora Municipal do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, equipe técnica e demais responsáveis envolvidos.
Art. 5º O Plano Municipal de Comunicação da Política Municipal de Alfabetização – 2026 integra esta Portaria na forma de Anexo Único.
Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, 63º ano de emancipação.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Clair Mariano da Costa
Código Identificador:C3C58030

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2026 - PMSI

MUNICIPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU - ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2026-PMSI
PROCESSO N.º 79/2026
REGIDO PELA LEI 14.133/2021

A Prefeitura Municipal de Saudade do Iguaçu-PR, avisa aos interessados que fará realizar no dia 10 de setembro de 2026, a abertura de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, que tem por objeto a aquisição de equipamentos para a Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com as especificações estabelecidas no termo de referência e nos termos do edital e seus anexos.
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R$ 163.241,44 (cento e sessenta e três mil, duzentos e quarenta e um reais e quarenta e quatro centavos).
MODO DE DISPUTA: "ABERTO".
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 8h do dia 10 de setembro de 2026.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 8h01 do dia 10 de setembro de 2026.
RECEBIMENTO DOS LANCES: a partir das **8h30 do dia 10 de setembro de 2026**, no endereço eletrônico: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (www.bll.org.br) "acesso identificado no link – licitações".
Edital na íntegra: à disposição dos interessados na Divisão de Licitações e Contratos, na Rua Frei Vito Berscheid, nº 708 - site http://www.saudadedoiguacu.pr.gov.br/licitações, também através do site: www.bll.org.br e PNCP Portal Nacional de Contratações Públicas.
Informações complementares através dos telefones 0800 090 6545 – ramal 212.

Saudade do Iguaçu, 25 de agosto de 2026.

ROGÉRIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto José Kwapis
Código Identificador:485FDB49

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
DISTRATO AMIGÁVEL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 76/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2026 - PMSI

TERMO DE RESCISÃO
DISTRATO AMIGÁVEL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 76/2026-PMSI

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021, Art. 138, inciso II.

ID Nº: 168/2026
PROCESSO Nº: 64/2026
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº: 30/2026
1.DOC Nº: 2.242/2026
CONTRATANTE: O **MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU**, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ/MF sob o nº 95.585.477/0001-92, com sede administrativa na Rua Frei Vito Berscheid, nº 708, centro, Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, representado pelo Prefeito, Sr. **ROGERIO GALLINA**, brasileiro, residente e domiciliado neste Município de Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, portador da Carteira de Identidade nº 4.675.022-5 SESP/PR e do CPF/MF nº 788.204.059-20, de ora em diante denominado CONTRATANTE.
CONTRATADA: Z1 INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PEÇAS EIRELI, inscrita no CNPJ nº 09.436.050/0001-90, com sede à Rua das Canelas, S/N, Bairro Cristo Rei, CEP 85.560-000, Município de Chopinzinho, Estado do Paraná, e-mail: licitacoesmartinelli1@outlook.com, telefone: (46) 99117-0081, representada neste ato por sua representante legal a Sr.ª **SANDRA LUCIA ZANELATO**, residente e domiciliada na Rua Sete de Setembro, 3835, apto 201, Bairro Centro, CEP 85.560-000, Município de Chopinzinho, Estado do Paraná, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 6.808.287-0 e CPF n.º 023.395.739–12.
As partes acima qualificadas, por mútuo e livre acordo, resolvem celebrar o presente Termo de Rescisão Amigável, com fundamento no art. 138, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante as seguintes cláusulas e condições:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1. O presente termo tem por objeto a rescisão amigável da Ata de Registro de Preços nº 76/2026-PMSI, firmada em 03/08/2026, que tem como objeto o Registro de Preços para contratação de serviço especializado de manutenção preventiva e corretiva nas máquinas pesadas da frota Municipal, com fornecimento de peças, acessórios e componentes da marca das máquinas de cada grupo.
1.2. A rescisão operará seus efeitos a partir da data de assinatura deste instrumento.
CLÁUSULA SEGUNDA - DA JUSTIFICATIVA
2.1. A rescisão amigável ocorre por conveniência da Administração Pública, tendo em vista que a proponente alegou não ter verificado adequadamente as regras do edital e a forma de execução e solicitou que não há mais interesse na continuidade.
CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES E DOS SALDOS FINANCEIROS
As partes declaram que a presente rescisão se dá sem a incidência de multas rescisórias ou ônus de qualquer natureza para ambas as partes.
CLÁUSULA QUARTA - DA QUITAÇÃO
4.1. Por força deste Termo de Rescisão, as partes dão por terminado o contrato original, conferindo, neste ato, ampla, geral e irrestrita quitação, para nada mais reclamarem uma da outra, seja a que título for, judicial ou extrajudicialmente, com relação aos direitos e obrigações decorrentes do contrato ora rescindido.
CLÁUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO
5.1. Caberá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste Termo no Diário Oficial, conforme exigência legal.
CLÁUSULA SEXTA - DO FORO
6.1. Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste termo, as partes elegem o foro da comarca da cidade de Chopinzinho, Estado do Paraná, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
E, por estarem assim justas e acordadas, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma.
Saudade do Iguaçu, PR, 26 de agosto de 2026.

ROGÉRIO GALLINA
Representante da Contratante

SANDRA LUCIA ZANELATO
Representante da Contratada

Publicado por:
Roberto José Kwapis
Código Identificador:FBC13B21

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº. 04, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

RESOLUÇÃO Nº. 04, de 26 de agosto de 2026
Conselho Municipal de Saúde do Município de Saudade do Iguaçu

Dispõe sobre Aprovação do Plano Municipal de Contingência da Dengue para o ano de 2026. Aprovação da REMUME 2026. Aprovação do protocolo municipal de dispensação do implante contraceptivo subdérmico de Etonogestrel (Implanon).

O Conselho Municipal de Saúde de Saudade do Iguaçu, em reunião ordinária realizada em 20 de agosto de 2026, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal nº 8.080, de 19/09/90, Lei Federal nº 8.142, de 28/12/90, e pela Lei Municipal nº 12/93;
Considerando as prerrogativas e atribuições estabelecidas pela Lei Complementar nº 141, de 13/01/2012;
Considerando o inciso IV, do art. 4º, da Lei Federal nº 8.142, de 28/12/90, o qual determina que para receber os recursos de que trata o art. 3º dessa mesma lei, os municípios deverão elaborar o Relatório de Gestão; e
Considerando o § 4º do art. 33, da Lei Federal nº 8.080, de 19/09/90, Lei Orgânica da Saúde,
Resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano Municipal de Contingência da Dengue para o ano de 2026;

Art. 2º Aprovar a REMUME (Relação Municipal de Medicamentos Essenciais) 2026.

Art. 3º Aprovar o protocolo municipal de dispensação do implante contraceptivo subdérmico de Etonogestrel (Implanon).

Saudade do Iguaçu, 26 de agosto de 2026.

CLEBER GALLINA
Presidente do CMS/Saudade do Iguaçu/PR

Homologo a Resolução Conselho Municipal de Saúde nº 09/2025 nos termos do § 2º, Art. 1º, da Lei Federal nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990 e Resolução no453, de 10 de maio de 2012, Quarta Diretriz, Inciso XII.

FABIANE GRIGOLETTO MARTIMIANOS
Secretária Municipal de Saúde/Saudade do Iguaçu PR

Publicado por:
Gilmara Dalla Riva
Código Identificador:6D1C4673

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABATIÁ

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO- PREGÃO ELETRÔNICO N° 021/2026

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ABATIÁ – PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO- PREGÃO ELETRÔNICO N° 021/2026

O Município de Abatiá – Estado do Paraná, torna público que realizará Licitação na Modalidade Pregão Eletrônico nº 021/2026, que tem por objeto **"REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS CONSTANTES NA RELAÇÃO MUNICIPAL DE MEDICAMENTOS ESSENCIAIS (REMUME), DESTINADOS À REPOSIÇÃO DE ESTOQUES E GARANTIA DO ABASTECIMENTO REGULAR DA**

FARMÁCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABATIÁ/PR, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES. O VALOR TOTAL GLOBAL ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO É DE R$ 146.523,10 (cento e quarenta e seis mil, quinhentos e vinte e três reais e dez centavos)". O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço **www.bll.org.br**. A abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO **ocorrerá no dia 11 de setembro de 2026 às 09h00min, no site www.bll.org.br.** A íntegra o edital e outras informações poderão ser obtidas no endereço **licitacao@abatia.pr.gov.br**, em horário de expediente das 8:00 às 11:30 horas e das 13:00 às 16:30 horas, pelo telefone (43) 3556-1222 ou pelo Portal de Transparência no site **www.abatia.pr.gov.br**.

Abatiá PR, 25 de agosto de 2026**.**

SÔNIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES
Prefeita

RICARDO JOSÉ DE CARVALHO
Pregoeiro

Publicado por:
Ricardo Jose de Carvalho
Código Identificador:BFEB3EE9

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 176/2026

Portaria Nº 176, de 25 de Agosto de 2026.

A Prefeita Municipal de Abatiá, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

I – Conceder, a Servidora, **PATRICIA APARECIDA VIEIRA,** ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de **PROFESSOR, PADRÃO 593,** deste Município, **45 (quarenta e cinco)** dias restantes de Licença Prêmio, adiadas pela Portaria **nº 275/2024**, a partir de **26/08/2026**, com retorno em **10/10/2026.**

II- Revogam-se as disposições em contrário.

III- Registre-se e publique-se.

Gabinete da Prefeita, em 25 de Agosto de 2026.

SÔNIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Robson José Simões
Código Identificador:746D76C2

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 177/2026

Portaria Nº 177, de 26 de Agosto de 2026.

A Prefeita Municipal de Abatiá, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

I – Conceder, ao servidor **JOCIEL DE OLIVEIRA PINTO,** ocupante do Cargo de Provimento em Comissão de **DIRETOR DA DIVISÃO DE FINANÇAS,** deste Município, as férias que lhe são de direito, referente ao período de trabalho compreendido entre **2025/2026,** a partir de **08/09/2026,** com retorno em **08/10/2026.**

II- Revogam-se as disposições em contrário.

III- Registre-se e publique-se.

Gabinete da Prefeita, em 26 de Agosto de 2026.

SÔNIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Robson José Simões
Código Identificador:B9E27A8B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS

ADRIPREV
ATO DE CONCESSÃO Nº 070/2022 - BENEFÍCIO N° AC.070.P.133.2022 - RETIFICAÇÃO - OZENI BUENO ESPINELI DANGUI

ATO DE CONCESSÃO nº 070/2022
BENEFÍCIO n° AC.070.P.133.2022
RETIFICAÇÃO

Processo nº 133/2022

Súmula: "Dispõe sobre a concessão de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, com proventos integrais a OZENI BUENO ESPINELI DANGUI"

MÁRCIA CRISTINA MOTTIN SANTOS, Diretora Presidente do Instituto de Previdência Municipal, e **TAÍS DE OLIVEIRA DE JESUS**, Diretora Executiva, usando das atribuições que lhe conferem o **Inciso V do Art. 19 da Lei nº 571/2004**;

Considerando o pedido de Aposentadoria por Tempo de Contribuição formalizado pela servidora **OZENI BUENO ESPINELI DANGUI,** ocupante do cargo de Professora, protocolado sob o nº. 006/2022, estando devidamente dentro dos trâmites legais e jurídicos e com todos os procedimentos regulares;

Decidimos, nos termos da Regra Transitória 3 - Art. 36, da Lei Municipal nº 1052/2022, que fica concedida **Aposentadoria por Tempo de Contribuição**, com proventos integrais, correspondentes a 100% da base contributiva, no valor de R$ 3.144,74 (três mil, cento e quarenta e quatro reais e setenta e quatro centavos), a partir de 1 de setembro de 2022.

Adrianópolis, 26 de agosto de 2 .026.

MÁRCIA CRISTINA MOTTIN SANTOS
Diretora Presidente
Decreto 017/2023

TAÍS DE OLIVEIRA DE JESUS
Diretora Executiva
Decreto 017/2023

Publicado por:
Marcia Cristina Mottin Santos
Código Identificador:38B48265

ADRIPREV
PORTARIA Nº 003/2026 - EXTINÇÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO - MAVILDA CLIMECK DE OLIVEIRA

PORTARIA nº 003/2026, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

Súmula: "Dispõe sobre extinção de Benefício Previdenciário e da outras providencias"

A Presidente do Instituto de Previdência Municipal de Adrianópolis, **MARCIA CRISTINA MOTTIN SANTOS**, usando de suas atribuições legais...

Resolve baixar a seguinte **PORTARIA**

ARTIGO 1º - Fica extinto o **BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA,** em nome de **MAVILDA CLIMECK DE OLIVEIRA**, em razão de seu falecimento em 31.07.2026 (conforme Certidão Óbito).

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrara em vigor nesta data, ficando revogadas as disposições em contrario.

REGISTRE-SE. CUMPRA-SE. PUBLICA-SE. ARQUIVE-SE.

Adrianópolis, 26 de Agosto de 2026.

MARCIA CRISTINA MOTTIN SANTOS
Diretora Presidente

Publicado por:
Marcia Cristina Mottin Santos
Código Identificador:C39260FD

LICITAÇÕES
RESOLUÇÃO Nº 154/2026 ALTERAÇÃO DO AVISO DE ABERTURA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2026

RESOLUÇÃO Nº 154/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS
Estado do Paraná

AVISO DE ABERTURA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2026
TIPO: Menor preço por Item
DATA: 10 / setembro / 2026 **HORÁRIO:** 10h.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de Medicamentos, Equipamentos, Materiais e Insumos de Enfermagem, destinados ao abastecimento das Unidades Básicas de Saúde, Unidade de Pronto Atendimento (UPA), Farmácia Municipal, Programas de Saúde Pública e demais serviços vinculados à Secretaria Municipal de Saúde de Adrianópolis/PR.

Adrianópolis, 26 de agosto de 2026.

FABIO CARRIEL DE SOUZA
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Tales Henrique Farias Zamierwski
Código Identificador:36B4B297

LICITAÇÕES
RESOLUÇÃO Nº 155/2026 EXTRATO DE 3ª PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 096/2023 PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2023

RESOLUÇÃO Nº 155/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS
Estado do Paraná

EXTRATO DE 3ª PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 096/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2023
OBJETO: Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços Funerários
CONTRATADA: JOÃO CORREIA DA SILVA & CIA LTDA
PRAZO: 12 (doze) meses a partir de 19/08/2026

Adrianópolis, 26 de agosto de 2026.

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tales Henrique Farias Zamierwski
Código Identificador:A655306A

LICITAÇÕES
RESOLUÇÃO Nº 156/2026 ERRATA A RESOLUÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 027/2026 Nº 141/2026

RESOLUÇÃO Nº 156/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS
Estado do Paraná

ERRATA A RESOLUÇÃO Nº 141/2026

CONSIDERAR AS SEGUINTES INFORMAÇÕES:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 027/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA A PEDIDO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

CONTRATADA: BONTORIN & CIA LTDA
VALOR TOTAL: R$ 8.187,70 (oito mil cento e oitenta sete reais e setenta centavos).
PRAZO: 05 (cinco) dias.

Adrianópolis, 07 de agosto de 2026

FABIO CARRIEL DE SOUZA
Presidente da Comissão de Contratações.

Publicado por:
Tales Henrique Farias Zamierwski
Código Identificador:21FBEC21

LICITAÇÕES
RESOLUÇÃO Nº 157/2026 ERRATA A RESOLUÇÃO Nº 142/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 028/2026

RESOLUÇÃO Nº 157/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS
Estado do Paraná

ERRATA A RESOLUÇÃO Nº 142/2026

CONSIDERAR AS SEGUINTES INFORMAÇÕES:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 028/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE PALCO, SISTEMA DE SONORIZAÇÃO PROFISSIONAL, SISTEMA DE ILUMINAÇÃO CÊNICA, PAINEL DE LED, PRATICÁVEIS E EQUIPE TÉCNICA ESPECIALIZADA.

CONTRATADA: 43.231.094 JOAO EVANDRO MONTICELLI JUNIOR
VALOR TOTAL: R$ 17.000,00 (dezessete mil reais).
PRAZO: 02 (dois) dias.

Adrianópolis, 07 de agosto de 2026

FABIO CARRIEL DE SOUZA
Presidente da Comissão de Contratações

Publicado por:
Tales Henrique Farias Zamierwski
Código Identificador:92FEA2D0

LICITAÇÕES
RESOLUÇÃO Nº 158/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 029/2026

RESOLUÇÃO Nº 158/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS
Estado do Paraná

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 029/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL MULTIDICIPLINAR A PEDIDO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

CONTRATADA: 53.654.181 REGINA APARECIDA SEVERO DE SOUZA
VALOR TOTAL: R$ 22.637,79 (vinte dois mil seiscentos e trinta e sete reais e setenta e nove centavos).
PRAZO: 05 (cinco) dias.

Adrianópolis, 27 de Julho de 2026

FABIO CARRIEL DE SOUZA
Presidente da Comissão de Contratações.

Publicado por:
Tales Henrique Farias Zamierwski
Código Identificador:6724C2E9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDOS DO SUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 118 E 119/2026

EXTRATO DA ATASDE REGISTRO DE PREÇOS Nº 118 e 119/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2026
DETENTOR: MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CASA GUERREIRO LTDA
CNPJ: 06.372.701/0001-38
TELEFONE: (41) 99265-4531
E-MAIL: casaguerreiro.financeiro@hotmail.com / casaguerreiro@yahoo.com.br
DATA DE ASSINATURA: 24/08/2026
VIGÊNCIA: 24/08/2027

Lote	Item	Especificação	Unid.	Qtde	Valor Unitário
01	1	BOCA DE LOBO 80X50 CM	UN	80	R$ 83,50
	3	MEIA MANILHA 0,30 SIMPLES	UN	100	R$ 21,50
	4	MEIA MANILHA 0,40 SIMPLES	UN	80	R$ 35,50
	8	TUBO DE CONCRETO ARMADO Ø 1,00	UN	80	R$ 403,50
	9	TUBO DE CONCRETO Ø 0,20 SIMPLES	UN	80	R$ 36,20
	10	TUBO DE CONCRETO Ø 0,30 SIMPLES	UN	80	R$ 39,00
	11	TUBO DE CONCRETO Ø 0,40 ARMADO	UN	120	R$ 86,70
	12	TUBO DE CONCRETO Ø 0,40 SIMPLES	UN	100	R$ 55,10
	13	TUBO DE CONCRETO Ø 0,60 ARMADO	UN	160	R$ 173,00
	14	TUBO DE CONCRETO Ø 0,60 SIMPLES	UN	160	R$ 110,80
	15	TUBO DE CONCRETO Ø 0,80 ARMADO	UN	80	R$ 293,00
	16	TUBO DE CONCRETO Ø 0,80 SIMPLES	UN	80	R$ 224,90
	17	TUBO DE CONCRETO Ø 1,00 SIMPLES	UN	80	R$ 449,80
	18	TUBO DE CONCRETO Ø 1,20 ARMADO	UN	80	R$ 727,00
	19	TUBO DE CONCRETO Ø 1,20 SIMPLES	UN	80	R$ 764,20

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2026
DETENTOR: TECNICA BLOCOS LTDA
CNPJ: 40.227.372-0001-70
TELEFONE: (41) 99928-0689
E-MAIL: tecnica@agenciadelicitacao.com.br / licitacao@camouza.com.br
DATA DE ASSINATURA: 24/08/2026
VIGÊNCIA: 24/08/2027

Lote	Item	Especificação	Unid.	Qtde	Valor Unitário
02	2	LAJOTA QUADRADA 45X45	UN	200	R$ 16,40
	5	MEIO-FIO CONCRETO 80x15CM	UN	100	R$ 39,93
	6	MEIO-FIO CONCRETO 80X29,5CM	UN	400	R$ 65,20
	7	PAVER 10x20x6CM 35MPa	M2	800	R$ 45,80

GENEZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Debora Nogueira Fagundes Rocha
Código Identificador:AE2582C4

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 384, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA Nº 384, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

O Prefeito Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, nos termos da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando o disposto no art. 179 do Decreto Municipal nº 161/2023 e na Lei de Licitações e Contratos Administrativos 14.133/2021, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução das atas,por representantes da Administração;

R E S O L V E

Art. 1º DESIGNAR como gestor e fiscal das atas de registro de preços, os servidores abaixo relacionados, conforme dados abaixo:

Modalidade:	PREGÃO ELETRÔNICO	**Nº licitação:**	27/2026
Objeto:	REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE ARTEFATOS DE CONCRETO, PARA MANUTENÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS		
Gestor:	BRAULI GONÇALVES DA LUZ	**Cpf:**	***.151.699-**
Fiscal:	ELISIANE ROSÁRIO DA CRUZ	**Cpf:**	***.267.579-**
ARP:	118/2026	**Vigência:**	24/08/2026 a 24/08/2027
Detentor:	MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CASA GUERREIRO LTDA CNPJ: 06.372.701/0001-38		

Modalidade:	PREGÃO ELETRÔNICO	**Nº licitação:**	27/2026
Objeto:	REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE ARTEFATOS DE CONCRETO, PARA MANUTENÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS		
Gestor:	BRAULI GONÇALVES DA LUZ	**Cpf:**	***.151.699-**
Fiscal:	ELISIANE ROSÁRIO DA CRUZ	**Cpf:**	***.267.579-**
ARP:	119/2026	**Vigência:**	24/08/2026 a 24/08/2027
Detentor:	TECNICA BLOCOS LTDA CNPJ: 40.227.372/0001-70		

Art. 2º - Os servidores serão responsáveis pela gestão e fiscalização da execução das atas de registro de preços, mediante a execução das atividades de orientação, acompanhamento, controle e aceite do objeto pactuado.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação e tem validade enquanto permanecer vigente os Contratos acima mencionados.

Cumpra-se e registre-se.

Agudos do Sul, em 26 de agosto de 2026.

GENEZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Debora Nogueira Fagundes Rocha
Código Identificador:E46A4574

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N 07/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N°07/2026

O Instituto de Previdência do Município de Almirante Tamandaré (IPMAT), neste ato representado por sua Diretora Presidente Sra. Maria Silvana Buzato, no uso de suas atribuições legais e com base no, Art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e alicerçado no Parecer Jurídico, RATIFICA a Dispensa supracitada, no processo administrativo nº 641/2026, cujo objeto é a "Aquisição de materiais de limpeza, higiene e copa destinados ao consumo interno do IPMAT", que será fornecido pela empresa Marklimp Comercio de Produtos de Limpeza LTDA (CNPJ nº 18.317.058/0001-29), pelo valor global de R$ 12.937,60 (doze mil, novecentos e trinta e sete reais e sessenta centavos). Publique-se.

Almirante Tamandaré, 26 de agosto de 2026.

MARIA SILVANA BUZATO
Diretora Presidente do IPMAT

Publicado por:
Luana Agner
Código Identificador:A96CF55D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
EXTRATO DE TERMO DE PERMISSÃO Nº 262.2026

EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO Nº 262/2026
PARTES:MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E A EMPRESA VEC SERVIÇOS DE SEGURANÇA PRIVADA LTDA.
OBJETO:" OUTORGA DE PERMISSÃO DE USO ONEROSA DE ESPAÇO PÚBLICO, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, DISCRICIONÁRIO E REVOGÁVEL NO INTERESSE PÚBLICO, VISANDO À EXPLORAÇÃO COMERCIAL DE ÁREAS DESTINADAS À COMERCIALIZAÇÃO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS E NÃO ALCOÓLICAS DURANTE A REALIZAÇÃO DA 5ª FESTA MUNICIPAL DO MORANGO DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR".
PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA: O PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA SERÁ ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2026, NA FORMA DA LEI N° 14.133/2021.
VALOR: R$ 176.650,00 (CENTO E SETENTA E SEIS MIL SEISCENTOS E CINQUENTA REAIS).
DATA DA ASSINATURA: 17/08/2026
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO
23.01	**Secretaria Municipal de Cultura e Turismo**
04.122.0004.2.108	Eventos Municipais
3.3.90.39.00-1000	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 525

Almirante Tamandaré, 26 de agosto de 2026.

Publicado por:
Sandra Maria Cumin
Código Identificador:2AB8B8F4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO 273/2026

EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO Nº 273/2026
PARTES: **MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E A EMPRESA VEC SEG & SERVIÇOS LTDA.**
OBJETO: **"OUTORGA DE PERMISSÃO DE USO ONEROSA DE ESPAÇO PÚBLICO, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, DISCRICIONÁRIO E REVOGÁVEL NO INTERESSE PÚBLICO, VISANDO A EXPLORAÇÃO COMERCIAL DE ÁREAS DESTINADAS À COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS E BEBIDAS NÃO ALCOÓLICAS DURANTE A REALIZAÇÃO DA 5ª FESTA MUNICIPAL DO MORANGO DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR".**
PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA: O CONTRATO TERÁ VIGÊNCIA DE **180 (CENTO E OITENTA) DIAS**, CONTADOS A PARTIR DA DATA DE SUA ASSINATURA, PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAIS OU MENORES PERÍODOS, CONFORME O INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.
VALOR: **R$ 87.025,00 (OITENTA E SETE MIL E VINTE E CINCO REAIS).**
DATA DA ASSINATURA: **21/08/2026.**
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

DOTAÇÃO	**DESCRIÇÃO**
23.01	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
04.122.0004.2.108	Eventos Municipais
3.3.90.39.00-1000	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 525

Almirante Tamandaré, 26 de agosto de 2026.

Publicado por:
Luana Pereira Lopes
Código Identificador:524C4869

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DO PROCESSO Nº067/2026

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA Nº 067/2026

PROTOCOLO 0018.000015121/2026

O Prefeito Municipal de Almirante Tamandaré, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no Art. 75, inciso II da Lei 14.133/2021 **RATIFICA** a Dispensa supracitada, cujo objeto é a "**COMPRA DE BEBEDOURO - CAPS, 24H, CENTRO DE ATENDIMENTOS ESPECIALIZADOS",** a favor da empresa **S.A PEÇAS, EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS LTDA**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, devidamente inscrita no **CNPJ sob o nº 28.568.742/0001-37,** com o valor global de **R$ 52.209,00 (Cinquenta e dois mil, duzentos e nove reais),** conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde. Publique-se o presente no prazo de 05 (cinco) dias na imprensa oficial.

Almirante Tamandaré, 26 de AGOSTO de 2026.

DANIEL LOVATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Karolynny Pereira Gulin
Código Identificador:701F93B3

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO N° 129/2026

''Institui o Sistema Municipal de Arrecadação de Receitas Públicas no âmbito da Administração Pública Municipal e dá outras Providências.''

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o art. 69, inc. IV, Lei Orgânica Municipal, e considerando o disposto na Lei Federal n° 14.133, de 21 de de 01 de abril de 2021, conforme art. 62, III, art. 78, I, art. 79, I e regulamento.
DECRETA:

CAPÍTULO I
DO SISTEMA DE ARRECADAÇÃO DE RECEITAS PÚBLICAS MUNICIPAIS POR INTERMÉDIO DOS ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS
Seção I
Das Disposições Preliminares

Art. 1º Este decreto institui e regulamenta a arrecadação de receitas públicas da Administração Municipal por instituições bancárias, consoante o artigo 111, parágrafo único da Lei Orgânica do município.
Art. 2º A arrecadação de receitas públicas do município, incluindo os juros, multas e acréscimos legais, será efetuada pelas instituições bancárias autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, por meio de seus estabelecimentos bancários, desde que cumpridos os requisitos contidos neste decreto;
Parágrafo único. Para fins do disposto neste decreto, entende-se por:
I - estabelecimentos bancários: a agência matriz, às agências filiais, os postos de atendimento e os correspondentes bancários;
II - agente arrecadador: o conjunto dos estabelecimentos bancários de uma mesma instituição, autorizada a arrecadar as receitas públicas municipais.
Art. 3º As instituições bancárias interessadas em se tornarem agentes arrecadadores do Município deverão realizar seu credenciamento, mediante o cumprimento do prazo e requisitos do edital de abertura de credenciamento.
§ 1º Excepcionalmente para o exercício fiscal do ano vigente, a instituição bancária encaminhará o ofício mencionado no caput com o pedido de autorização para o ano em curso.
§ 2º A adesão de novas instituições poderá ocorrer para o ano da solicitação, após o cumprimento dos requisitos técnicos e legais constantes do artigo 5º e incisos deste decreto;
§ 3º Os pedidos de credenciamento e autorização de arrecadação previstos no caput, e §1º, virão sempre acompanhados da documentação comprobatória de regularidade fiscal, trabalhista e outras, de conformidade com o estabelecido no inciso III, do artigo 62, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, bem como de

documentação hábil capaz de comprovar a habilitação junto ao Banco Central.
Art. 4º A prestação dos serviços de arrecadação das receitas municipais se dará nos termos de contrato a ser firmado com as instituições bancárias interessadas, conforme minuta constante do Anexo I (tributos em geral), deste decreto, pelo prazo de 3 anos.
§ 1º O pedido de credenciamento a que se refere o artigo 3º deverá especificar para qual (ais) grupo(s) de arrecadação o Agente Arrecadador tem interesse em contratar, conforme caput, atendendo ao detalhamento técnico e normas pertinentes a cada grupo.
§ 2º Nos contratos a que se refere o caput deste artigo, competirá à Secretaria e Departamentos da Administração Municipal responsáveis pela arrecadação de tributos em geral e pelos valores envolvidos na gestão do trânsito:
I - acompanhar e fiscalizar a sua execução para fazer cumprir os encargos e as obrigações, bem como atestar a realização dos serviços efetivamente prestados, observadas as regras estabelecidas na legislação que trata dos contratos administrativos, em especial a Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
II - apurar e informar a quantidade de registros processados pelo sistema, para efeito de remuneração pelos serviços prestados relativos ao artigo 14.
Art. 5º Após a formalização do contrato de prestação dos serviços bancários de que trata este decreto, o agente arrecadador do Município deverá, previamente ao início da prestação dos serviços:
I - adotar padrões de arquivos eletrônicos compatíveis com a receita arrecadada e os procedimentos bancários usualmente empregados (padrão FEBRABAN, e outros);
II - executar testes de transmissão/recepção e processamento de arquivos;
III - dispor de mecanismos de transmissão de arquivos eletrônicos, obrigatoriamente com protocolos de transmissão e recepção de arquivos, não podendo alterá-lo sem que haja comunicação prévia ao Departamento de Controle Financeiro ou disponibilização de mecanismo alternativo.

Seção II
Do Banco Centralizador

Art. 6º O Secretário Municipal de Fazenda, por meio de ofício circular, informará aos agentes arrecadadores qual será a instituição financeira centralizadora dos valores da arrecadação de que trata este decreto, identificando-a como banco centralizador, bem como os dados bancários para transferência do produto da arrecadação.
Parágrafo único. Poderão ser informadas mais de uma conta corrente, bem como mais de uma instituição financeira em função dos vínculos legais das receitas arrecadadas.

Seção III
Das Receitas Que Deverão Ser Arrecadadas Pelos Agentes Arrecadadores

Art. 7º Os agentes arrecadadores contratados nos termos do presente decreto, ficam autorizados a receber as seguintes receitas do Município:
I - Imposto sobre Serviços de qualquer natureza - ISS;
II - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU;
III - Imposto sobre Transferência de Bens Imóveis e direitos a eles relativos - ITBI;
IV - Taxas de Serviços;
V - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia;
VI - Contribuições;
VII - Preços Públicos;
VIII - Outras Receitas.

Seção IV
Das Obrigações Gerais dos Agentes Arrecadadores e dos Prazos de Repasses Financeiros e de Dados

Art. 8º Os agentes arrecadadores deverão:
I - proceder à abertura de conta corrente de livre movimentação, em nome do Município de Almirante Tamandaré, por onde deverão transitar obrigatoriamente todos os valores das importâncias arrecadadas;
II – dispor de meios eletrônicos para transferência através de TED ou outro meio equivalente o produto financeiro da arrecadação, que será transferido diariamente, para as contas correntes informadas de acordo com o artigo 6º deste decreto, isento de tarifa;
III - implantar o recebimento de receitas municipais por meio do Documento de Arrecadação do Município de Almirante Tamandaré - DAM, ou outros instrumentos de arrecadação, em todos os canais de recebimento citados no artigo 14 deste decreto;
IV - receber as receitas municipais por meio de DAM e outros instrumentos, observadas as instruções específicas de cada tributo, baixadas a qualquer tempo pela Secretaria Municipal de Fazenda - SMF, em especial:
a) até a data de vencimento contida no documento de arrecadação;
b) pelo valor integral contido no documento de arrecadação, incluindo o principal, juros, multas e os acréscimos legais, efetuando os cálculos quando necessário;
c) sem emendas ou rasuras;
V - autenticar, mecânica ou eletronicamente, os documentos de arrecadação nos campos próprios, de modo a identificar o estabelecimento recebedor, a máquina utilizada, o número da operação, a data e a quantia recebida ou disponibilizar para o contribuinte, o comprovante de pagamento, quando for o caso;
VI - disponibilizar no prazo de até 48 horas, até às 12h00min do segundo dia ao da arrecadação, o arquivo com informação referente ao produto financeiro da arrecadação das receitas municipais decorrentes dos contratos firmados de acordo com o Anexo I referenciado no artigo 4º deste decreto, através do Portal Web do banco;
VII - não proceder a nenhum estorno, uma vez lançado em conta o valor recebido, sem a prévia anuência do Departamento de Controle Financeiro da Secretaria Municipal de Finanças;
VIII - se houver depósito não identificado em conta corrente emitir aviso de crédito.
IX - providenciar o envio de extratos mensais da conta corrente mencionada no artigo 8º, I, ao Departamento de Controle Financeiro da Secretaria Municipal de Finanças, contendo toda a movimentação, até o 5º dia útil do mês subsequente, ou disponibilizar mecanismo de consulta diária à movimentação (home banking ou similar);
X - disponibilizar no portal eletrônico da instituição bancária, os avisos de crédito e débito da conta corrente mencionada no inciso I deste artigo.
Parágrafo único. A utilização de outros instrumentos bancários de cobrança (cobrança registrada, DDA's e outros) dependerá de adaptação tecnológica do Município.
Art.9º O agente arrecadador responderá por quaisquer erros e/ou omissões cometidos na arrecadação efetuada por seu intermédio, ainda que cometidos pelos seus funcionários ou prepostos.
§ 1º A utilização dos serviços de autoatendimento e/ou Internet/Office Banking, não exime o agente arrecadador dos erros e omissões a ele imputáveis, em especial a utilização de códigos de barras com digitação incorreta e demais critérios com inconsistência no recebimento.
§ 2º Ressalvada a responsabilidade por declaração do próprio contribuinte ou do interessado, consignada nos documentos de arrecadação, a instituição bancária é obrigada a verificar o exato preenchimento dos campos do documento de arrecadação, efetuar os cálculos quando necessário e/ou conferir a soma dos valores dele constantes.
Art. 10. A instituição bancária sucessora será responsável pelo cumprimento das obrigações da instituição integrante da rede arrecadadora do Município que for sucedida, com relação às ações e omissões ocorridas antes da sucessão.
Art.11. Os agentes arrecadadores deverão apresentar relatório mensal de cobrança à Secretaria Municipal da Fazenda, até o 5º dia útil após o encerramento do período de apuração da prestação de serviços, contendo documento com a discriminação dos serviços prestados e o respectivo recibo.
Art. 12 O acatamento de cheques, pelo agente arrecadador, bem como o débito efetivado em conta corrente de seus clientes para pagamentos das receitas públicas, ficará a critério do agente, que assume a inteira responsabilidade pela integral liquidação.
Art. 13 Os agentes arrecadadores não poderão, para os seus clientes, restringir o recebimento de valores devidos ao Município, a qualquer título, por conta do valor a ser recolhido.

Parágrafo único. A condição imposta no caput não se aplica quando da utilização de correspondentes bancários.

Seção V

Dos Canais de Atendimento e do valor pago pela prestação dos serviços

Art. 14. A tarifa a ser paga pela prestação de serviços, objeto do presente decreto, por diferentes canais de atendimento abaixo identificados, será aquela previamente acordada entre os contratantes, mediante proposta apresentada:

I - Guichês das agências, por documento autenticado;

II - Débito Automático em conta corrente, por documento autenticado;

III - Outros meios eletrônicos, excetuado o débito automático (item II) por documento autenticado;

IV - Correspondentes bancários por documento autenticado;

Parágrafo único. Os valores acordados e contratados previstos no inciso I a IV deverão renumerar todo o serviço prestado, incluídas as transferências mencionadas no artigo 8º, II deste decreto.

Art. 15. A precificação de outros instrumentos bancários, tais como a cobrança registrada e o DDA - Débito Direto Autorizado, ocorrerá após a implantação, pelo Município, dos instrumentos tecnológicos necessários;

Art. 16. Alterações nos valores constantes do artigo 14 e implantação de valores do artigo 15 se darão por ato do Prefeito Municipal conforme IPCA/IBGE ou média de precificação de mercado, sendo o menor desses;

Art. 17. A implantação de mecanismo de cobrança que por sua natureza implique a utilização de uma única instituição financeira serão precedidos de procedimentos licitatórios concorrenciais específicos que regulamentarão a escolha do contratado.

Art. 18. Fica facultado aos agentes arrecadadores substituir a arrecadação por meio do canal "Guichê de Caixa", em suas agências, para seus clientes e não clientes, mediante comunicação prévia ao Departamento de Controle Financeiro/SMF e o estabelecimento de prazo mínimo de 2 meses de aviso nas agências e nos meios eletrônicos (internet/office banking e caixas eletrônicos), desde que disponibilizem, comprovadamente, outros canais de atendimento presenciais, equivalentes a correspondentes bancários, em quantidade no mínimo igual à rede de agências da instituição bancária no Município de Almirante Tamandaré.

Seção VI

Do Repasse Financeiro em Atraso

Art. 19. O produto da arrecadação das receitas públicas municipais, quando não for depositado dentro do prazo previsto no inciso II do artigo 8º deste decreto, será atualizado monetariamente com base na variação do Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, calculada entre a data em que o depósito deveria ter ocorrido e a data em que o depósito efetivamente ocorrer, sem prejuízo das demais sanções contratuais que poderão ser imputadas ao agente arrecadador.

§ 1º O valor da atualização monetária deverá ser recolhido na mesma data em que se efetivar o depósito em atraso.

§ 2º Quando o valor da atualização monetária não for recolhido na mesma data em que se efetuar o depósito em atraso, será atualizado desde a data em que ocorreu o referido depósito com atraso, até o dia do seu efetivo pagamento, com base na variação do Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE.

§ 3º Os encargos previstos neste artigo terão aplicação automática e os valores apurados serão parte integrante na conciliação do arquivo de prestação de contas com o repasse financeiro.

Seção VII

Da Guarda dos Documentos de Controle de Arrecadação

Art. 20 Os agentes arrecadadores manterão pelo prazo de 5 anos, em meio eletrônico, as informações e os documentos de controle de arrecadação. Excepcionalmente poderão manter a guarda em papel ou outros meios legais correspondentes.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não desobriga o agente arrecadador de, a qualquer tempo, certificar a legitimidade de autenticação aposta em documento de arrecadação, nos termos do inciso V do artigo 8º deste decreto.

Seção VIII

Das Diferenças de Arrecadação

Art. 21. O agente arrecadador é responsável por quaisquer diferenças de arrecadação resultantes da não observância do artigo 9º deste decreto.

Art. 22. Os agentes arrecadadores ficam autorizados a inibir o recebimento de documentos bancários com diferença de valores.

Art. 23. Nos casos de valores arrecadados e não repassados ao Município de Almirante Tamandaré, mesmo de exercícios anteriores, ficam os bancos obrigados, logo após o recebimento da notificação do Departamento de Controle Financeiro, no prazo máximo de 30 dias, a recolher os tributos com juros, multas e correção, conforme variação do Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, da data do recolhimento até a data do devido crédito, evitando-se assim a cobrança judicial contra o contribuinte que cumpriu com sua obrigação e a defasagem de numerário do Erário Municipal, sendo que os expedientes serão enviados diretamente ao responsável pelo setor de arrecadação de cada banco.

CAPÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Seção I

Do Cancelamento da Autorização

Art. 24. Durante a execução do contrato, o agente arrecadador que descumprir as regras estabelecidas pelo presente decreto, após procedimento de verificação e respeitado o direito de defesa, poderá ter sua autorização cancelada, arcando com o ônus deste cancelamento, bem como estando sujeito às penalidades estabelecidas pela Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

Seção II

Das Disposições Gerais

Art. 25. Aos agentes arrecadadores com contratos de prestação de serviços de arrecadação de receitas municipais vigentes na data de publicação deste decreto, também se aplica o disposto no artigo 3º deste decreto, para adesão a novos contratos.

Parágrafo único. A publicação deste decreto respeitará a vigência dos contratos de prestação de serviços assinados com as instituições bancárias arrecadadoras até seu término.

Art. 26. Para efeito de contagem dos prazos de repasse financeiro e de prestação de contas será considerado útil o dia em que houver expediente nos estabelecimentos bancários localizados nesta Cidade, ainda que não estejam abertos ao público.

Parágrafo único. Para fins do disposto neste decreto, o município considera dias não úteis apenas:

I - sábados;

II - domingos;

III - feriados nacionais;

IV - feriados no Estado do Paraná;

V - feriados no Município de Almirante Tamandaré;

VI - o último dia do ano, conforme artigo 2º da Resolução CMN 2.932/2002.

Art. 27. Por razões de interesse público e observados os princípios que regem a Administração Pública, fica ressalvado ao Município o direito de destacar determinadas receitas, subordinando-as ao recolhimento por meio de canais de recebimento e agentes arrecadadores específicos, com a aquiescência dos estabelecimentos eleitos, cujas instruções e comunicações dar-se-ão em atos normativos específicos.

Art. 28. Fica delegada à Secretaria Municipal da Fazenda a expedição de ofícios atinentes à atividade de arrecadação bancária.

Art. 29. Os casos omissos e as dúvidas que venham a ser suscitadas quanto à aplicação deste decreto serão dirimidas pela Secretaria Municipal da Fazenda - SMF.

Art. 30. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se expressamente o Decreto de n°022, de 25 de fevereiro de 2019.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, NO PALÁCIO ALMIRANTE TAMANDARÉ, em 26 de agosto de 2026.

DANIEL LOVATO

Prefeito Municipal

ANEXO I

Termo de Autorização Nº. ____ de Prestação de Serviços de Arrecadação de Receitas Públicas Municipais, entre o MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ e o BANCO _____

Aos ____ dias do mês de _____ de 20___, nesta cidade de Almirante Tamandaré, presente de um lado o MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Fazenda, Sr. _____, CPF/MF Nº. _____, e de outro lado o BANCO _____, doravante denominado BANCO, inscrito no CNPJ/MF Nº. _____, com sede na Rua _____, Cidade de _____, representado pelos seus diretores Sr. _____, CPF/MF Nº. _____ e Sr. _____, CPF/MF Nº. _____, tendo em vista do contido no Processo Administrativo 01- _____/20___, resolvem firmar o presente Termo de Prestação de Serviços de Arrecadação, com fundamento no DECRETO MUNICIPAL _____/2026, mediante as seguintes cláusulas:

Cláusula primeira. Do Objeto:

O presente contrato tem por objeto a autorização, pelo MUNICÍPIO ao BANCO, da prestação de serviços de arrecadação de receitas públicas municipais, nos termos do Artigo 4º. do Decreto _____/2026 - Anexo I - Tributos em Geral:

Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN;
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU;
Imposto sobre a Transferência de Bens Imóveis - ITBI;
Taxas de Serviços;
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia;
Contribuições;
Preços Públicos;
Outras Receitas.

Cláusula segunda. Da Vigência:

A presente autorização terá vigência até o término do exercício fiscal de XXXX, iniciando-se, excepcionalmente, em ____ de janeiro de XXXX, em atendimento ao contido no Artigo 3º. e seu parágrafo primeiro do Decreto ____/2026.

Cláusula terceira. Das dotações orçamentárias para cobertura das despesas

As despesas decorrentes do presente Termo de Autorização, relativas às tarifas estabelecidas no Artigo 14 do Decreto _____/2026, correrão à conta da dotação orçamentária _____._____.____.____._____._._.___, relativa ao exercício de XXXX e para o exercício de XXXX será informada nova dotação, de acordo com a Lei Orçamentária Anual - LOA para o referido exercício.

Cláusula quarta. Do Valor

O valor estimado para o presente contrato é de R$ _____ (_____ reais), considerando-se as tarifas aplicáveis e o histórico de documentos arrecadados pelo BANCO.

Cláusula quinta. Do Pagamento O pagamento pela prestação dos serviços será feito nos termos do Artigo 11 do Decreto _____/2026 e nos prazos estabelecidos pelo Artigo 92, Lei Federal 14.133/2021, após o adimplemento das despesas, cujo requerimento deverá vir acompanhado das seguintes certidões:

Certidão Negativa conjunta expedida pela Secretaria de Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, referente a tributos federais e à Dívida Ativa da União, por ela administrados, no âmbito de suas competências;
Certidão Negativa de Débitos ou de não contribuinte, expedida pelo Estado e pelo Município em que estiver localizada a sede da instituição autorizada;
Certidão Negativa de Débitos junto a Previdência Social, em vigor na data de apresentação dos documentos de habilitação;
Certificado de Regularidade de Situação junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, em vigor na data de apresentação dos documentos de habilitação;
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, nos termos da legislação de regência.

Parágrafo único. O BANCO deverá fazer constar no requerimento de pagamento a indicação de conta bancária (banco, agência e conta corrente) para crédito do valor referente aos serviços prestados.

Cláusula sexta. Da Sistemática Operacional e das Obrigações

As condições da prestação do serviço, os prazos, os instrumentos e obrigações do contratado são os estabelecidos no Decreto _____/2026.

Cláusula sétima. Do Foro

Fica eleito o Foro Regional da Comarca de Almirante Tamandaré, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná, como competente para solucionar eventuais pendências decorrentes do presente Termo de Autorização, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E para constar, foi lavrado o presente, que depois de lido e achado conforme, vai por todos assinado, na presente de duas testemunhas, em única via, de onde serão extraídas as cópias necessárias.

Almirante Tamandaré, ___ de _____ de 20___

Secretário Municipal de Fazenda

Banco_____
CPF/MF

1ª. Testemunha

Banco _____
CPF/MF

2ª. Testemunha

Publicado por:
Erick Adriano Pedroso de Moraes
Código Identificador:FCF386D9

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 083/2026 – PSS/SMRH

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 083/2026 – PSS/SMRH

A Secretária Municipal de Recursos Humanos, no uso das atribuições, considerando o disposto no inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, com base no Artigo 1º, §4º da Lei Complementar nº 019/2011, Artigo 3º da Lei Complementar 018/2011 e parágrafo 1º, Inciso IV do Artigo 8° da Lei nº 173/2020 e na autorização exarada no Parecer Jurídico nº 005/2025, resolve:

TORNAR PÚBLICO

1.CONVOCAR os candidatos contidos no **Anexo I** deste Edital, para o cargo de **ENFERMEIROS- PSS** a comparecer **na Secretaria Municipal de Saúde localizado na Rua Coronel João Candido de Oliveira, 203 - Vila Santa Terezinha – Almirante Tamandaré– PR** para ENTREGA DE ATESTADO MÉDICO E DOCUMENTAÇÃO em conformidade com o item 13.4 do Edital 053/2025– PSS/SMRH.

2.O Candidato deve cumprir o contido no item 14.2 do Edital nº 053/2025 – PSS/SMRH **"Quando convocado para contratação, o candidato deverá apresentar Atestado de Saúde, expedido por médico registrado no Conselho Regional de Medicina do Paraná**, considerando-o **APTO** para o exercício da função".

3.Além do Atestado de Saúde **original**, considerando APTO, o candidato deverá apresentar os documentos exigidos no item 13.4 do Edital nº 053/2025 – PSS/SMRH contidos no **ANEXO II**, apresentar as **CÓPIAS JUNTAMENTE COM O DOCUMENTO ORIGINAL**, para que um servidor público possa dar fé ou cópias autenticadas em cartório.

4.O não comparecimento em local, data e hora determinados e o não cumprimento dos itens contidos neste Edital fará com que o candidato **SEJA ELIMINADO DO CERTAME,** conforme item 13.5 do Edital nº 053/2025 – PSS/SMRH.

5.Os candidatos relacionados no **Anexo IV** que não compareceram para o cumprimento do Edital nº 067/2025 - PSS/SMRH, denominado como **AUSENTES**, estão eliminados do certame.

Almirante Tamandaré, 26 de agosto de 2026.

RUBIAMARA PAVIN COLODEL
Secretária Municipal de Recursos Humanos

ANEXO I
CONVOCAR PARA ENTREGA DE **ATESTADO MÉDICO E DOCUMENTAÇÃO**
DIA 02 DE SETEMBRO DE 2026
Horário: 08h30 às 11h30 e 13h30 às 16h00
CARGO: ENFERMEIROS – PSS/SMRH 2025

CLASS	NOME	R.G	DATA NASC.	NOTA
30°	AMANDA BALIUTIS	9.***.***-1	28/04/1994	45

ANEXO II
De acordo com o item 13.4 do Edital 053/2025 – PSS/SMRH
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA ENTREGA

Apresentar as cópias juntamente com os originais ou autenticadas em cartório
a) cópia e original da Certidão de Nascimento e/ou da Certidão de Casamento;
b) prova de quitação com a Justiça Eleitoral - comprovante de votação da última eleição ou Certidão do Cartório Eleitoral;
c) prova de quitação como serviço militar para o candidato do sexo masculino;
d) cópia e original do documento de Identificação com foto;
e) cópia e original do Cartão do CPF;
f) cópia e original do Certificado de Conclusão do Curso/escolaridade exigido pelo requisito do cargo - Diploma/Certificado devidamente registrado no MEC ou habilitação legal equivalente de conclusão do curso;
g) cópia e original da Certidão de Nascimento e cartão do CPF do(s) filho(s), menores de 14 (quatorze) anos;
h) **certidão Negativa Criminal (ORIGINAL)** expedida pelo respectivo Cartório Distribuidor da Comarca (Município) onde reside;
i) cópia e original do comprovante de residência;
j) cópia da carteira de trabalho constando páginas de identificação, dados pessoais do trabalhador e o número do PIS/PASEP **(ATUALIZADO)**;
k) Declaração de existência ou inexistência de acúmulo de cargo público.
l) cópia e original do cartão do Sistema Único de Saúde;
m) **Atestado de Saúde ORIGINAL,** expedido por médico registrado no Conselho Regional de Medicina do Paraná, considerando-o APTO para o exercício da função, objeto da contratação;
n) 01 (uma) fotos ¾ recentes;
j) Conta no Banco Caixa;

ANEXO III

CARGO:_____
DADOS PESSOAIS:
Nome: _____
RG: _____Emissão: / / _____UF:_____
CPF:_____
PIS/PASEP:_____ Cart. De Trabalho: _____ UF:_____ Série: _____
Titulo Eleitoral: Zona: Seção:
Sexo: Masculino ( ) Feminino ( ) Estado civil _____Nasc. _____
Endereço Residencial:_____
_____nº:_____Bairro: _____
CEP: _____Cidade: _____ Estado: _____
Telefones: residencial: (____) _____ celular: (____) _____
E-mail: _____

QUANT. DOC.	DOCUMENTAÇÃO ENTREGUE
	Exame admissional
	cópia e original da **Certidão de Nascimento e/ou da Certidão de Casamento**;
	prova de **quitação com a Justiça Eleitoral** - comprovante de votação da última eleição ou Certidão do Cartório Eleitoral;
	prova de **quitação como serviço militar** para o candidato do sexo masculino;
	cópia e original do **documento de Identificação** com foto;
	cópia e original do **Cartão do CPF**;
	cópia e original do **Certificado de Conclusão do Curso/escolaridade** exigido pelo requisito do cargo - Diploma/Certificado devidamente registrado no MEC ou habilitação legal equivalente de conclusão do curso;
	Cópia e original do Registro no Conselho de Classe com anuidade vigente
	cópia e original da Certidão de Nascimento de(s) filho(s), menores de 14 (quatorze) anos;
	cópia e original do CPF de(s) filho(s), menores de 14 (quatorze) anos;
( ) SIM ( ) NÃO	**Autorizo a inclusão do menor acima mencionado como dependente do Imposto de Renda.**
	certidão Negativa **Criminal** expedido pelo respectivo Cartório Distribuidor da Comarca (Município) onde reside;
	cópia e original do **comprovante de residência**;
	Cópia da carteira de trabalho **(identificação e número do PIS/PASEP);**
	Declaração de existência ou inexistência de acúmulo de cargo público.
	Cópia e original do Cartão Único de Saúde
	01 (uma) fotos ¾ recentes;
	Conta no Banco Caixa

Almirante Tamandaré/PR em _____/_____/_____

_____
Assinatura do Candidato

_____
Assinatura e Carimbo do Funcionário Receptor da Entrega da Documentação

ANEXO IV
RELAÇÃO DE COMPARECIMENTO PARA ENTREGA DE DOCUMENTAÇÃO
CARGO: ENFERMEIROS – PSS/SMRH 2025 – EDITAL 067/2026

CLASS	NOME	R.G	DATA NASC.	CHAMAMENTO
29°	CINTHIA CHRISTINA COSTA CRISTO	8.***.***-5	25/10/1981	AUSENTE

Publicado por:
Amanda Milleck Purkote
Código Identificador:1E9E9381

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
DECRETO Nº 042/2026

SÚMULA: Declara inservíveis bens móveis pertencentes ao patrimônio do Município de Altamira do Paraná e autoriza sua alienação mediante leilão, na forma da legislação aplicável.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e em conformidade com o Decreto Municipal nº 023/2023,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados inservíveis, para fins de alienação mediante leilão, os bens móveis pertencentes ao patrimônio do Município de Altamira do Paraná, relacionados no Anexo Único deste Decreto, em razão de apresentarem problemas mecânicos, necessidade de manutenção e reparos, desgaste decorrente do uso, desnecessidade para a Administração ou outras condições que recomendam sua retirada do patrimônio operacional do Município.

Parágrafo único. Os bens de que trata o caput serão submetidos aos procedimentos de avaliação e alienação, observadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Art. 2º Fica a Administração Municipal autorizada a promover os atos necessários à avaliação, organização, baixa patrimonial, regularização documental e demais providências indispensáveis à alienação dos bens mediante procedimento de leilão.

Art. 3º A alienação dos bens declarados inservíveis por este Decreto será realizada mediante leilão, observando-se a legislação vigente e as disposições constantes do respectivo edital.

Art. 4º Integra o presente Decreto, para todos os fins, o **Anexo Único – Relação dos Bens Declarados Inservíveis para Alienação mediante Leilão**.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, Estado do Paraná, em 26 de Agosto de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

ANEXO ÚNICO
RELAÇÃO DOS BENS DECLARADOS INSERVÍVEIS PARA ALIENAÇÃO MEDIANTE LEILÃO

Item	Descrição do Bem	Placa	Patrimônio
01	Volkswagen Gol 1.0, 4 portas, ano 2021	RHJ-6H44	003394
02	Ônibus Saúde, 48 lugares, ano 2018, 226 CV	BCJ-7183	2290
03	Ambulância Renault Master, ano 2018, 130 CV	BCE-4621	2306
04	Van Sprinter 312, 15 lugares, ano 2017, 146 CV	BCD-3923	2300
05	Rolo Compactador Bomag BW 211 D40, ano 2014	S/N	2308
06	Retroescavadeira 4x4 XCMG, ano 2020	S/N	2666
07	Ônibus Mercedes-Benz/Masc Granmini, cor amarela, ano 2009, 115 CV	ARJ-5517	2331
08	Ônibus Volkswagen 15.190, amarelo, 49 passageiros, ano 2012, 186 CV	AWJ-3269	2274
09	Ônibus Volkswagen/15.190 EOD, cor amarela, ano 2012, 186 CV	AWF-9436	2275
10	Ônibus Volkswagen/15.190 EOD E.HD, cor amarela, ano 2012, 186 CV	AWV-4401	2330
11	Camionete L200 Triton, ano 2018, cabine dupla, 4 portas, 190 CV	BDP-8F63	2593
12	Fiat Mobi Like Flex, 4 portas, ano 2022, 74 CV	SEC-0E83	003267
13	Ambulância Montana Chevrolet, ano 2018, 99 CV	BDH-0C75	2299
14	Ambulância Montana Chevrolet, ano 2018, 99 CV	BCJ-7174	2301
15	Fiat Siena, ano 2018, 1.0	BCE-0645	2291
16	Caminhão Iveco	BBX-5735	2280
17	Caminhão Atron Mercedes	AYH-9228	—
18	Ônibus Iveco/Cityclass 70C16, cor amarela, ano/modelo 2011/2012	AVF-2353	2271
19	Trator Agrícola Massey Ferguson 283, ano 2002	S/N	2323
20	Volkswagen Gol MC4 1.0	BEX-9C41	003219
21	Ambulância Renault Master All, ano 2013	AXJ-1667	2302
22	Máquina extrusora de concreto para meio-fio/sarjeta/calçada	S/N	3279
23	Caminhão Mercedes-Benz caçamba, comodato, ano 1985	ADU-3751	2311

Publicado por:
Andréa da Cruz Alves
Código Identificador:B62A0F54

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
DECRETO Nº 044/2026

SÚMULA: Nomeia os membros que passarão a compor o Comitê Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa de Altamira do Paraná, e dá outras providências.

ELZA APARECIDA DA SILVA, Prefeita do Município de Altamira do Paraná, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 22.189, de 13 de novembro de 2024, que institui o Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa;

CONSIDERANDO a finalidade de promover e proteger os direitos, a dignidade e o bem-estar da população idosa e de seus familiares, cuidadores e comunidade, asseguradas a intersetorialidade e a interseccionalidade;

CONSIDERANDO a necessidade de instituir e organizar o Comitê Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa no Município de Altamira do Paraná;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros que passarão a compor o Comitê Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa de Altamira do Paraná/PR, conforme representação por setorialidade, ficando assim constituído:

I – Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social:
Titular: Izilda Aparecida de Ramos
Suplente: Josiane Aparecida da Silva

II – Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:
Titular: Jaqueline Nauroski
Suplente: Aparecida Nunes Carneiro

III – Representantes da Secretaria Municipal de Educação e Cultura:
Titular: Gilmara de Couto Lopes
Suplente: Vivian Fugiwara Schimer

IV – Representantes da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer:
Titular: Monica dos Santos Silva
Suplente: Raiane Pio dos Santos

V – Representantes da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente:
Titular: Kleiton Alves da Silveira
Suplente: Walinson Campos de Assis

VI – Representantes da Secretaria Municipal da Mulher:
Titular: Silvana Maria Pereira da Silva
Suplente: Hellen Maraina Barbosa Andrade

VII – Representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa –CMDPI:
Titular: Elisabete Santiago Soares da Silva
Suplente: Marlize Priscila de Oliveira Souza

VIII – Representantes da Pastoral da Pessoa Idosa:
Titular: Jocelia Julia Rocha de Oliveira
Suplente: Idazina Aparecida Ramos

IX – Representantes da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE:
Titular: Selma Terezinha Locatalli
Suplente: Lucimara Alves Godoi da Silva

Art. 2º O mandato dos membros do Comitê Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa de Altamira do Paraná/PR será correspondente ao período em que estiverem representando seu respectivo órgão, entidade ou setor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Altamira do Paraná-PR, em 26 de agosto de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Andréa da Cruz Alves
Código Identificador:EF54095E

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA Nº 343/2026

SÚMULA: Concede licença prêmio regulamentares ao servidor público municipal.

***ELZA APARECIDA DA SILVA**, Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei.*

RESOLVE

***Art. 1º - CONCEDER** a partir do dia 26 (vinte e seis) de agosto de 2026, 30 (trinta) dias de LICENÇA PRÊMIO, ao servidor **VALDIR ANTONIO FORTUNATO,** matrícula funcional nº **13510**, exercendo o cargo efetivo de VIGIA, lotado no Pátio Rodoviário, referente ao período aquisitivo de 10/02/2018 à 09/02/2023, conforme Lei 130/2005, Seção VII, Artigo 91.*

***Art. 2º** - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.*
***REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE**.*
Gabinete da Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, aos 26 (vinte e seis) dias do mês de agosto de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maura Rainha de Oliveira
Código Identificador:AF09DD3E

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA Nº 344/2026

SÚMULA: Designa a servidora CRISLAINE GALVÃO TAVELA para exercer a função pública de Diretora do Centro Municipal de Educação Infantil Aparecida Solange dos Santos Góis – CMEI.

ELZA APARECIDA DA SILVA, Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e considerando o Resultado Final e Homologação Administrativa do Edital nº 006/2026 do Processo Seletivo para a função de Diretor Escolar;

RESOLVE

Art. 1º - DESIGNAR a partir do dia 27 (vinte e sete) de agosto de 2026, a servidora **CRISLAINE GALVÃO TAVELA**, matrícula funcional nº 508630, ocupante do cargo efetivo de EDUCADORA INFANTIL para exercer a função de DIRETORA DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL APARECIDA SOLANGE DOS SANTOS GÓIS – CMEI, por 40 horas semanais.

Art. 2º - Em virtude da designação acima, fica concedido à servidora o adicional de 30% (trinta por cento) sobre seu salário base a título de Gratificação de Direção conforme Art. 10, inciso I, da Lei 132/2005 (Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Altamira do Paraná).

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, aos 26 (vinte e seis) dias do mês de agosto de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Andréa da Cruz Alves
Código Identificador:5BA4FD13

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA Nº 345/2026

SÚMULA: Designa a servidora SILMARA FIGUEIREDO RAK para exercer a função pública de Diretora da Escola Municipal Dr. Augustinho Kauling.

ELZA APARECIDA DA SILVA, Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e considerando o Resultado Final e Homologação Administrativa do Edital nº 006/2026 do Processo Seletivo para a função de Diretor Escolar;

RESOLVE

Art. 1º - DESIGNAR a partir do dia 27 (vinte e sete) de agosto de 2026, a servidora **SILMARA FIGUEIREDO RAK**, matrícula funcional nº 508639, ocupante do cargo de PROFESSOR(A) para exercer a função de DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL DR. AUGUSTINHO KAULING, por 40 horas semanais.

Art. 2º - Em virtude da designação acima, fica concedida à servidora o adicional de 130% (cento e trinta por cento) sobre o salário base da matrícula nº 508639, a título de Gratificação, conforme Art. 10, inciso II, da Lei 132/2005, alterado pela Lei Municipal nº. 768/2025.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, aos 26 (vinte e seis) dias do mês de agosto de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Andréa da Cruz Alves
Código Identificador:6E419B47

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAPORÃ

CONTABILIDADE MUNICIPAL
CONVÊNIO Nº. 01/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE AMAPORÃ/PR E O CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE COM VISTAS A OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA DO SUS NO MUNICÍPIO

CONVÊNIO Nº. 01/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE AMAPORÃ/PR E O CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE COM VISTAS A OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA DO SUS NO MUNICÍPIO.

Por este instrumento, de um lado a **Prefeitura Municipal de Amaporã/PR,** pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n.º 75.475.038/0001-10, com sede à Rua Sete de Setembro, nº 21, nesta cidade de Amaporã/PR - Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Marcos Marin, portador da cédula de identidade RG n.º 8457343-4 PR e do CPF n.º 144.142.109-17, residente e domiciliado em Rua Minas Gerais, Q04 LT22, Centro, e de outro lado o **CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE**, CNPJ nº 03.273.207/0001-28, doravante simplesmente CONSÓRCIO, neste ato representado pelo seu Presidente **Marcelo José Bernardeli Palhares,** portador da Cédula de Identidade/RG nº 7.789.283-4 SSP-PR, do CPF nº 031.836.199-03, residente e domiciliado na Rua Coronel Cecílio Rocha, 702**,** em Jacarezinho (PR) – CEP 86400-000, com base no previsto no artigo 19º, inciso III, do estatuto do Consórcio, e nas Leis nºs 8.080/90 e 8.142/90, firmam o presente Convênio de acordo com os termos e condições a seguir estabelecidos:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO - O presente Termo tem por objetivo operacionalizar ações de Assistência Farmacêutica, através da aquisição e distribuição de medicamentos essenciais, à população usuária do SUS (Sistema Único de Saúde).

CLÁUSULA SEGUNDA: DO COMPROMISSO DAS PARTES - Comprometem-se os signatários:

I – PREFEITURA MUNICIPAL:

a) repassar ao Consórcio, recursos financeiros no valor de R$ 70.000,00 em duas parcelas de R$ 35.000,00, as quais deverão ser depositadas em conta corrente nº 5024-5 específica do Banco do Brasil, Agência 3793-1, até o dia 05 dos meses de Setembro, Dezembro/2026 conforme plano de aplicação em anexo;

b) estruturar a Assistência Farmacêutica no município;

c) garantir que a dispensação Farmacêutica seja realizada sob responsabilidade técnica do Profissional Farmacêutico;

d) manter dados consistentes sobre o consumo de medicamentos e demanda (atendida e não atendida) de cada produto;

e) efetuar a programação de medicamentos utilizando-se do perfil epidemiológico, consumo histórico e oferta de serviços;

f) quantificar os medicamentos definindo um ponto de reposição, considerando o Consumo Médio Mensal e o tempo médio para aquisição/ressuprimento;

g) monitorar a qualidade dos medicamentos recebidos, subsidiando a Diretoria do Consórcio, para que esta reavalie os requisitos de qualidade para aquisição e proceda a validação de fornecedores;

h) receber, armazenar e distribuir, adequadamente os medicamentos;

i) organizar a distribuição dos medicamentos, exclusivamente na rede SUS, garantindo prescrição e utilização adequada dos mesmos;

j) promover o uso racional dos medicamentos junto à população, aos prescritores e aos dispensadores;

k) disponibilizar e capacitar os recursos humanos em saúde, necessários a uma Assistência Farmacêutica de qualidade.

II - AO CONSÓRCIO:

a) seguir o elenco proposto na pactuação aprovada pela Comissão Intergestores Bipartite e Conselho Estadual de Saúde, integrantes da Relação de Medicamentos Essenciais para a Atenção Básica e constantes do Plano Estadual de Assistência Farmacêutica Básica;

b) adquirir os medicamentos de acordo com a programação do município, elaborada com o recurso financeiro disponível, conforme plano de aplicação em anexo;

c) incentivar os municípios a participarem da formulação da Política de Assistência
Farmacêutica do Estado e a organizarem sua estrutura no município;

d) manter um sistema de comunicação com os municípios, para que esses obtenham
informações atualizadas das programações, aquisições e movimentação financeira de seus recursos;

e) manter o cronograma de programação e aquisição, tentando evitar a descontinuidade no fornecimento;

f) efetuar as aquisições de medicamentos dentro de requisitos técnicos, legais e de qualidade, estabelecidos para esses produtos;

g) monitorar as entregas dos produtos até o seu destino final, intermediando possíveis transtornos durante seu percurso;

h) intermediar junto ao Fornecedor, a substituição dos produtos, quando comprovado desvio da qualidade originada no processo de fabricação ou transporte.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS - O valor referente ao recurso financeiro destinado à execução do presente convênio correrão à conta da Dotação Orçamentária n.º 09.001.10.301.0010.2064, elemento de despesa - 3.3.90.32.00.00, Fonte: 1000, Recursos Livres.

CLÁUSULA QUARTA: DO ACOMPANHAMENTO – O acompanhamento do presente convênio será realizado a cada período vigência, com base em avaliações do cumprimento de seu objeto.

CLÁUSULA QUINTA: DA DENÚNCIA E RESCISÃO – O presente termo de convênio poderá ser rescindido sem comunicação prévia, caso ocorra descumprimento das obrigações ora estipuladas, sujeitando-se a parte inadimplente a eventuais perdas e danos, respondendo ainda por todo e qualquer ônus decorrente de procedimentos judiciais que se fizerem necessários podendo, entretanto, ser resolvido por mútuo consenso, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

CLÁUSULA SEXTA – Ficam sem efeito quaisquer disposições estabelecidas em convênios ou consequentes termos aditivos, anteriores ao presente, que contrariem direta ou indiretamente o disposto nas cláusulas deste Instrumento.

CLAUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA - Este Termo de Convênio entrará em vigor a partir da data de sua assinatura e terá vigência até 31 de dezembro de 2026.

CLÁUSULA OITAVA: DAS ALTERAÇÕES - Quaisquer alterações dos termos e condições do presente convênio deverão ser objeto de termos aditivos firmados a qualquer tempo e farão parte integrante, para todos os efeitos e direitos.

CLÁUSULA NONA: DO FORO - As partes elegem o Foro da Comarca de Curitiba para dirimir as dúvidas fundadas neste Instrumento e que não puderem ser resolvidas de comum acordo. E assim por estarem de pleno acordo e ajustados depois de lido e achado conforme, o presente Instrumento vai, a seguir, assinado em 03 (três) vias pelos representantes dos respectivos signatários na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo firmadas, para publicação e execução.

Amaporã/PR, 25 de agosto de 2026.

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Presidente do Conselho

Deliberativo do Consórcio

TESTEMUNHAS:

1 – Nome, cargo e CPF:
.....

2 – Nome, cargo e CPF:

.....

Publicado por:
Gabriel Bento Galdino
Código Identificador:C012C9B5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAHY

SECRETARIA GERAL
PORTARIA N° 7.528/2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias a servidor público municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.126 de 18 de dezembro de 2025;

RESOLVE:

Art. 1° Conceder em favor do servidor efetivo Célio Roberto Scandolari, motorista, portador do RG. 7.099.957-9/PR, lotado no Departamento de Saúde sob a matrícula nº 7617/1, meia diária para empreender viagem a serviço do Departamento Municipal de Saúde, sendo:

Data:	25 de agosto de 2026.
Destino:	Jandaia do Sul - PR
Objetivo:	Transportar (buscar) com o veículo HB20 placa: UCE4J87, a paciente Vanessa Aparecida da Rocha Bandeira e acompanhante que se encontra de alta médica no Hospital Regional Vale do Ivaí.
Protocolo nº	363/2026.
Quant. de Diária:	Meia diária.
Valor Total:	R$ 150,00

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 26 dias do mês de agosto de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:A9E09256

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 20.307 DE 26 DE AGOSTO DE 2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, e.

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder 15 dias de férias finais, a partir do dia 01 de setembro de 2026, a Servidora Pública Municipal **TATIANE APARECIDA MARCHIORI** ocupante do cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO,** lotada na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, referente ao período aquisitivo: 02-03-2022 a 01-03-2023.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 26 de agosto de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:0AF65EB9

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 20.308 DE 26 DE AGOSTO DE 2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, e.

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder 15 dias de férias finais, a partir do dia 01 de outubro de 2026, a Servidora Pública Municipal**DANIELE REGINA DOS SANTOS** ocupante do cargo de **AGENTE DE SERVIÇOS,** lotada na Secretaria Municipal de Viação e Serviços Públicos, referente ao período aquisitivo: 12-05-2024 a 11-05-2025.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 26 de agosto de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:A1B2EE53

GABINETE DA PREFEITA
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ - PR PREGÃO ELETRÔNICO N° 044/2026

PROCESSO DE LICITAÇÃO: 376/2026
DATA DE HOMOLOGAÇÃO: 26/08/2026
DATA DE ADJUDICAÇÃO: 26/08/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE COMBUSTÍVEIS, SENDO ÓLEO DIESEL COMUM S-500, ÓLEO DIESEL S-10, GASOLINA COMUM, ETANOL HIDRATADO E ARLA 32 A GRANEL, DESTINADOS AO ABASTECIMENTO E MANUTENÇÃO OPERACIONAL DA FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PERTENCENTES OU À DISPOSIÇÃO DO MUNICÍPIO DE ANDIRÁ/PR, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E DO FUNPESPA.

EMPRESA VENCEDORA:

MAGIOLI & MILANI LTDA, inscrito no **CNPJ: 23.883.405/0001-10** no valor total dos itens vencidos de **R$ 4.963.800,00** (quatro milhões, novecentos e sessenta e três mil e oitocentos reais).

CYNDI THAYNÁ SUBIRÁ ANTUNES
Pregoeira

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:DD3AA83A

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA Nº 01/2026

OBJETO: IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA DO SAMAE DE ANDIRÁ, NO ÂMBITO DA CHAMADA PÚBLICA PEE COPEL 009/2024, PARA IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS PARA GERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA E SUBSTITUIÇÃO DO SISTEMA DE BOMBEAMENTO DA CAPTAÇÃO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO, POR BOMBAS MAIS EFICIENTES. **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** Até as 08h:00 do dia 20/10/2026; **INÍCIO DA SESSÃO**: 09h:00m do dia 20/10/2026. **LOCAL:** BNC (Bolsa Nacional de Compras) - www.bnc.org.br. **AQUISIÇÃO DO EDITAL**: O edital completo encontra-se no site do SAMAE de Andirá https://samaeandira.com.br/licitacoes ou www.bnc.org.br, maiores informações no Departamento de Licitações e Compras - Rua Minas Gerais, nº 828 – Jardim Centenário – Andirá – PR, das 08h:00m às 12h:00m, e das 13h:30m às 17h:00m, ou pelo telefone 43 3538 – 7575. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

Andirá, 26 de agosto de 2026.

RONIVALDO VISOTO
Agente de Contratação.

Publicado por:
Fabiane Raiane Petrin
Código Identificador:107CDB3B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº: 033/2026

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 110/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº: 033/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 072/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ANTONINA/PR
CONTRATADA: 49.090.032 ADRIANA DE FATIMA DA SILVA
CNPJ: 49.090.032/0001-14
OBJETO: Contratação de apresentação musical da Banda Rock Santeiro, a ser realizada durante o 6º Encontro de Motos de Antonina, no Município de Antonina/PR, no dia 23 de agosto de 2026, com duração de 2h30min (duas horas e trinta minutos) e repertório de Rock Clássico e Flashback, visando ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Patrimônio Histórico do Município de Antonina/PR, conforme Termo de Convênio n.º 0471/2026, Protocolo n.º 25.518.413-0.
VALOR: R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais).
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, II da Lei Federal 14.133/2021
PRAZO DE VIGÊNCIA: 160 (cento e sessenta) dias.
DATA DO FIRMAMENTO: 21/08/2026.
ASSINAM: Sra. Rozane Maristela Benedetti Osaki, Prefeita do Município de Antonina/PR; Sr. Thiago Afonso de Souza, Secretário Municipal de Turismo, Cultura e Patrimônio Histórico; e Sra. Adriana de Fátima da Silva, representante legal da contratada.

Publicado por:
Ilziliane Cardoso Maurício
Código Identificador:D2B9AA46

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº: 034/2026

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 111/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº: 034/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 073/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ANTONINA/PR
CONTRATADA: 63.312.396 DOROTI PIRES TEIXEIRA MEI
CNPJ: 63.312.396/0001-22
OBJETO: Contratação de apresentação musical com a Banda Meu Caneco, para apresentação durante o 6º Encontro de Motos de Antonina, no Município de Antonina/PR, no dia 23 de agosto de 2026, com duração de 2 horas, com repertório de Rock Nacional dos anos 80 e 90 (época de ouro do Rock), em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Patrimônio Histórico do Município de Antonina/PR, conforme Termo de Convênio n.º 0471/2026, Protocolo n.º 25.518.413-0.
VALOR: R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais).
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, II da Lei Federal 14.133/2021
PRAZO DE VIGÊNCIA: 160 (cento e sessenta) dias.
DATA DO FIRMAMENTO: 21/08/2026.
ASSINAM: Sra. Rozane Maristela Benedetti Osaki, Prefeita do Município de Antonina/PR; Sr. Thiago Afonso de Souza, Secretário Municipal de Turismo, Cultura e Patrimônio Histórico; e Sra. Doroti Pires Teixeira, representante legal da contratada.

Publicado por:
Ilziliane Cardoso Maurício
Código Identificador:D85BC74F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO - TERMO ADITIVO

2° TERMO ADITIVO DE PRAZO E REAJUSTE DE VALOR
CONTRATO N° PMA 325/2024 - ID N° 3907
PREGÃO ELETRONICO N° 19/2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ANTONINA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ Nº 76022516/0001-07, com sede administrativa à Rua XV de Novembro, n.º 150, Antonina-PR, neste ato representado por sua Prefeita, **Sra. Rozane Maristela Benedetti Osaki,** brasileira, casada, CPF nº. 061.409.458-52; portadora da cédula de identidade RG n.º 50.6488275/SSP, residente e domiciliada na Rua Dr. Mello, nº 60, Primavera, CEP 83370-000 - Antonina-PR, através do Secretário Municipal de Finanças, que abaixo assina.
CONTRATADA: TS INTERNET LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 27.706.433/0001-13, estabelecida na Rua Edith Amatuzzi de Pinho, nº 281– Bairro Jardim Paranaguá, CEP 83.215-110 – na cidade de Paranaguá, Estado do Paraná, neste ato representado por **Cadmiel Abner Moras**, portador do RG nº. 12.783.941-7, e CPF nº 099.081.749-08.

As partes, acima qualificadas, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e o parecer jurídico exarado pela Procuradoria-Geral do Município, firmam o presente 2° TERMO ADITIVO, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: Termo aditivo de prorrogação do prazo de vigência e reajuste de valor do contrato que tem por objeto *"Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de telecomunicações, para fornecimento de links de internet com manutenções corretiva e preventiva, sendo 01 link de IP Dedicado e 50 links de IP Dinâmico, via cabo/fibra ótica e com instalação e construção de acesso (infraestrutura) para ativação na Sede da Prefeitura Municipal de Antonina, Secretarias Municipais e seus departamentos e Estabelecimentos de Ensino na área Urbana e Rural".*

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO: O presente termo prorroga a vigência do contrato em 12 (doze) meses, contados a partir de 20 de agosto de 2026.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR: Em razão da aplicação do reajuste contratual pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, correspondente à variação acumulada de 4,4430% no período de agosto de 2025 a agosto de 2026, respeitada a disponibilidade dos índices publicados até o presente momento, e considerando que o valor do contrato, com os aditivos, é de R$ 49.866,99 (quarenta e nove mil, oitocentos e sessenta e seis reais e noventa e nove centavos), o valor do contrato passa a ser de R$ 52.082,59 (cinquenta e dois mil e oitenta e dois reais e cinquenta e nove centavos).

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTAMENTO: Fica estabelecido que os valores contratados serão reajustados anualmente, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses e a data-base estabelecida no contrato.

Parágrafo Primeiro: *Para o presente reajustamento, será aplicado o percentual de 4,4430% (quatro vírgula quatro mil quatrocentos e trinta por cento), correspondente à variação acumulada do IPCA, conforme índices oficialmente publicados.*
Parágrafo Segundo: Os reajustes posteriores observarão o interregno mínimo de 12 (doze) meses, mediante aplicação do IPCA acumulado no período, ou do índice oficial que venha a substituí-lo.

CLÁUSULA QUINTA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos financeiros sairão por conta das seguintes dotações orçamentárias:
02.001.04.122.0002.2003 – Manutenção do Gabinete do Prefeito
Red 24 – 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 – Recursos Ordinários (Livres)

03.004.04.122.0003.2006 – Manutenção do gabinete do secretário da Sec. Adm.
Red 47 – 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 – Recursos Ordinários (Livres)
04.001.04.123.0002.2010 – Manut. do gab. do secret. financeiro
Red 59 – 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 – Recursos Ordinários (Livres)
04.002.04.123.0003.2011 – Divisão de Contabilidade e tesouraria
Red 72 – 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 – Recursos Ordinários (Livres)
04.003.04.123.0003.2012 – Administração de rec. e pagamentos
Red 77 – 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 – Recursos Ordinários (Livres)
04.004.04.129.0003.2013 – Administração fiscal tributos municipais
Red 84 – 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 – Recursos Ordinários (Livres)
04.006.04.126.0014.2106 – Centro de processamento de dados
Red 89 – 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 – Recursos Ordinários (Livres)
05.001.04.122.0007.2031 – Manutenção da Equipe da Secretaria de Obras
Red 97 – 3 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 – Recursos Ordinários (Livres)
05.003.15.451.0007.2035 – Planejamento e Execução de Obras Públicas
Red 147 – 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 – Recursos Ordinários (Livres)
06.002.12.361.0021.2020 – Manutenção da rede municipal Ensino Fundamental
Red 207 – 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte: 1103 – 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB
Red 208 – 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte: 1104 – Demais impostos vinculados à educação básica
07.001.10.301.0030.2015 – Assistencia Medica, Odontologica e Sanitária
Red 299 – 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 – Recursos Ordinários (Livres)
Red 300 – 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte: 1303 – Saúde – Receitas Vinculadas (EC 29/00 – 15%)
Red 556 – 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte: 1494 – Recursos da saúde
07.001.10.304.0030.2015 – Assistencia Medica, Odontologica e Sanitária
Red 323 – 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 – Recursos Ordinários (Livres)
08.001.04.122.0051.2300 – Manut. gab. sec. de meio ambiente
Red 333 – 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 – Recursos Ordinários (Livres)
09.001.04.122.0003.2004 – Manut. gab. sec. ind. e comercio
Red 351 – 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 – Recursos Ordinários (Livres)
10.001.08.122.0005.2050 – Gab. da sec. assist. social
Red 372 – 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 – Recursos Ordinários (Livres)
11.001.04.131.0003.2048 – Desenvolvimento dos assuntos de Comunicação e Cult
Red 407 – 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 – Recursos Ordinários (Livres)
11.001.04.131.0003.2065 – Manutenção do gab. Secretário de Comunicação
Red 413 – 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 – Recursos Ordinários (Livres)
12.002.04.131.0003.2068 – Desenv. dos assuntos de com. e cultura e Patr. Histórico
Red 422 – 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 – Recursos Ordinários (Livres)
12.002.13.122.0003.2022 – Preservação trad. e desenv. da cultura
Red 457 – 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 – Recursos Ordinários (Livres)
14.001.18.541.0052.2181 – Manutenção do gabinete do Secretario de Agricultura
Red 457 – 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 – Recursos Ordinários (Livres)
16.001.06.182.0037.2320 – Manutenção do gabinete do secretario da Seg Publica
Red 477 – 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 – Recursos Ordinários (Livres)
18.001.14.422.0003.2319 – Manutenção do Gabinete do Sec. da Secretaria da Mulher
Red 492 – 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 – Recursos Ordinários (Livres)
19.001.03.062.0002.2002 – Assessoramento Jurídico
Red 505 – 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 – Recursos Ordinários (Livres**)**

CLÁUSULA SEXTA DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 107 e seguintes da Lei Federal no 14.133/2021.

CLAUSULA SÉTIMA - DA RATIFICAÇÃO: Permanecem ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e parágrafos do contrato original, as quais se aplicam ao presente termo aditivo.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO: O foro competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato será o da Comarca de Antonina, Estado do Paraná, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas assinam o presente instrumento de Termo Aditivo, por seus representantes legais, em 03 (três) vias de igual teor, forma e rubricadas para todos os fins de direito.

Antonina, 20 de agosto de 2026.

ASSINADO POR:
ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI – Prefeita Municipal
RAFAEL NEVES ALVES – Secretário Municipal de Finanças
CADMIEL ABNER MORAS – Representante Legal da TS INTERNET LTDA.

Publicado por:
Camila Schwonka
Código Identificador:BCBCAF05

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 015/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 015/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 051/2026

A Prefeita Municipal de Antonina/PR torna pública a RATIFICAÇÃO da Dispensa de Licitação nº 015/2026, que prevê a Aquisição de gêneros alimentícios (leite integral UHT, leite sem lactose e creme de leite sem lactose), destinados ao atendimento dos alunos da Rede Municipal de Ensino de Antonina/PR, visando garantir a segurança alimentar e o cumprimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), conforme Termo de Referência, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Esportes, pela Empresa MERCADO & MATERIAL DE CONSTRUCAO PONTES LTDA., inscrita no CNPJ nº 42.433.719/0001-66, no valor de R$ 92.622,00 (noventa e dois mil, seiscentos e vinte e dois reais) com fundamento no art. 75, inciso III, alínea "a", da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, de acordo com o parecer jurídico proferido pela Procuradoria-Geral do Município.

Antonina, 26 de agosto de 2026.

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita

Publicado por:
Ilziliane Cardoso Maurício
Código Identificador:8D1303A6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA

ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 168/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 168/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de SERVIÇOS FUNERÁRIOS destinados ao atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade social residentes no Município, nos termos estabelecidos no Edital e seus anexos.

VALOR MÁXIMO ESTIMADO: **R$ 163.586,00 (cento e sessenta e três mil, quinhentos e oitenta e seis reais).**

Recebimento das Propostas: das 08h00min do dia 28/08/2026 às 08h29min. do dia 14/09/2026.
Abertura das Propostas: das 08h30min. do dia 14/09/2026 às 08h59min. do dia 14/09/2026.
Início da Sessão da Disputa de Preços: 09h00min do dia 14/09/2026.

O edital poderá ser obtido junto ao portal de transparência acessando o site www.balsanova.pr.gov.br *https://balsanova.oxy.elotech.com.br/portaltransparencia/1/licitacoes* e no site da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil *https://bllcompras.com/Process/ProcessSearchPublic?param1=1* . Demais informações poderão ser solicitados pelo endereço de e-mail licitacao@balsanova.pr.gov.br; bianca@balsanova.pr.gov.br; ou pelo telefone: (41) 3636-8013/8015/8067.

Balsa Nova/PR, 26 de agosto de 2026.

Assinado Digitalmente
BIANCA APARECIDA MARREIRO
Pregoeira / Agente de Contratação
Portaria nº 570/2026

Publicado por:
Bianca Aparecida Marreiro
Código Identificador:AFAF2B8A

ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 125/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 125/2026

OBJETO: "**Aquisição de implementos agrícolas",** nos termos estabelecidos no Edital e seus anexos.

VALOR MÁXIMO ESTIMADO: R$120.438,33 (cento e vinte mil, quatrocentos e trinta e oito reais e trinta e três centavos).

Recebimento das Propostas: das 08h00min do dia 28/08/2026 às 08h14min. do dia 11/09/2026.
Abertura das Propostas: das 08h15min. do dia 11/09/2026 às 08h59min. do dia 11/09/2026.
Início da Sessão da Disputa de Preços: 09h do dia 11/09/2026.

O edital poderá ser obtido junto ao portal de transparência acessando o site www.balsanova.pr.gov.br *https://balsanova.oxy.elotech.com.br/portaltransparencia/1/licitacoes* e no site da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil *https://bllcompras.com/Process/ProcessSearchPublic?param1=1* . Demais informações poderão ser solicitados pelo endereço de e-mail licitacao@balsanova.pr.gov.br ou pelo telefone: (41) 3636-8013/8015/8067.

Balsa Nova/PR, 26 de agosto de 2026.

Assinado Digitalmente
RENATA WENCELOSKI CÓSTA
Pregoeira / Agente de Contratação
Portaria nº 570/2026

Publicado por:
Renata Wenceloski Costa
Código Identificador:740565F2

ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 056/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 156/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 056/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 156/2026

OBJETO: Aquisição de medalhas e troféus destinados às premiações de eventos esportivos, competições escolares, torneios e demais atividades promovidas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte", nos termos estabelecidos no Edital e seus anexos.

VALOR MÁXIMO ESTIMADO: **R$ 65.710,94 (sessenta e cinco mil, setecentos e dez reais e noventa e quatro centavos).**

Recebimento das Propostas: das 08h00 do dia 02/09/2026 às 08h29min. do dia 16/09/2026.
Abertura das Propostas: das 08h30min. do dia 16/09/2026 às 08h59min. do dia 16/09/2026.
Início da Sessão da Disputa de Preços: 09h00min. do dia 16/09/2026.

O edital poderá ser obtido junto ao portal de transparência acessando o site www.balsanova.pr.gov.br *https://balsanova.oxy.elotech.com.br/portaltransparencia/1/licitacoes* e no site da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil *https://bllcompras.com/Process/ProcessSearchPublic?param1=1* . Demais informações poderão ser solicitados pelo endereço de e-mail licitacao@balsanova.pr.gov.br; bianca@balsanova.pr.gov.br; ou pelo telefone: (41) 3636-8013/8015/8067.

Balsa Nova/PR, 26 de agosto de 2026.

Assinado Digitalmente
BIANCA APARECIDA MARREIRO
Pregoeira / Agente de Contratação
Portaria nº 570/2026

Publicado por:
Bianca Aparecida Marreiro
Código Identificador:4FF64182

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 66/2025

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 66/2025
Contratante: MUNICÍPIO DE BALSA NOVA
Contratada: PINHEIRO'S VEICULOS LTDA.
Objeto: Aditamento correspondente a prorrogação do prazo de entrega do Contrato Administrativo nº. 066/2025 pelo período de 90 (noventa) dias.
Foro: Regional de Campo Largo, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.
Fundamentação Legal: Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 02/2024.
Informações Complementares: Permanecem inalteradas às demais disposições do Contrato Administrativo nº 66/2025.

Balsa Nova, 19 de agosto de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:001836D6

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 598/2026 - REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

PORTARIA Nº 598/2026
Republicada por incorreção

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO** da Prefeitura Municipal de Balsa Nova**,** Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe confere o Decreto nº 391/2022, considerando o processo administrativo nº 20404/2026.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedida Licença Prêmio ao servidor relacionado abaixo:

Nome	Matricula	Início	Término	Período aquisitivo	Secretaria
ADRIANO BRUSNICKI	30791	25/08/2026	08/10/2026	2017/2022	SMS

Art. 2º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura de Balsa Nova, em 24 de agosto de 2026.

Assinatura Eletrônica
Decreto nº 113/2023
FABRICIO FAGIOLI BUBNIAK
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Amanda Franco
Código Identificador:A1A8E51C

GABINETE
DECRETO DE HOMOLOGAÇÃO N°. 172/2026

DECRETO DE HOMOLOGAÇÃO N°. 172/2026

SÚMULA: "Dispõe sobre a homologação do Resultado final do Processo Seletivo Simplificado para contratação de TERAPEUTA OCUPACIONAL", veiculado ao Edital 11/2026, instrumentalizado nos autos do Processo Administrativo nº 1084/2026, nos termos das Leis Municipais nº879/2015, sob regime de excepcional interesse público e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei municipal nº 879/2015, e sob a coordenação, fiscalização e responsabilidade técnica da Comissão Especial Organizadora do Processo Seletivo Simplificado, designada pela Portaria nº 380/2026 e demais disposições aplicáveis a espécie, conforme instrumentalizado no Processo Administrativo nº 1084/2026,

DECRETA:

Art. 1°. Fica homologado o resultado final do Processo Seletivo Simplificado veiculado através do Edital nº. 11/2026, instrumentalizado nos autos do Processo Administrativo nº 1084/2026, para provimento do cargo de "**TERAPEUTA OCUPACIONAL**" a serem contratados por tempo determinado e excepcional interesse público nos termos da Lei Municipal 879/2015, conforme ordem classificatória, publicada no Diário Oficial em 26/08/2026.

Art. 2º. O prazo de vigência deste Processo Seletivo Simplificado - PSS é de 12 (doze) meses podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, em 27 de agosto de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito Municipal de Balsa Nova/PR

Publicado por:
Lucimara Silva Oliveira Falarz
Código Identificador:D1079397

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 127/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 51/2026 LOTE MENOR VALOR

PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICRO EMPRESAS - ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI "SEDIADAS REGIONALMENTE (COMCAM)"

O Município de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná, em conformidade com Lei 14133/2021 Art. 75 - II - para contratação, no caso de outros serviços e compras e decretos municipal 26/2023, torna público aos interessados que a Administração municipal que realizará **DISPENSA** objetivando obter a proposta mais vantajosa para: AQUISIÇÃO DE KIMONOS DE JIU JITSU, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ/PR conforme edital.

Limite para Apresentação da Proposta de Preços e habilitação até **DIA 31/08/2026, ÀS 17:00:00 HORAS.**

A Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação deverão ser entregues ao setor de licitação através do E-mail proposta@barbosaferraz.pr.gov.br ou pelo protocolo geral https://barbosaferraz.oxy.elotech.com.br/protocolo/consultaProcesso até a data limite estipulada no edital.

O Edital e seus anexos estão disponíveis no site do Município www.barbosaferraz.pr.gov.br, portal da transparência (https://barbosaferraz.oxy.elotech.com.br/portaltransparencia/1/licitacoes) ou obtidos através de solicitação ao e-mail

licitacao@barbosaferraz.pr.gov.br Outras informações poderão ser obtidas no setor de licitação da Prefeitura Municipal.

BARBOSA FERRAZ – PR, 26/08/2026

HENRIQUE WARKEN
Presidente CPL

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:70AC179C

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 05/2026

O MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ torna público que fará realizar, às 09:00 horas do dia 15 de setembro do ano de 2026, na plataforma https://bnccompras.com/Home/Login, CONCORRÊNCIA, na forma Eletrônica, com OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA DESTINADA À CONSTRUÇÃO DA PRAÇA DO MIRANTE, NO MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ/PR, COMPREENDENDO A EXECUÇÃO DO CENTRO RECEPTIVO AO TURISTA, MONUMENTO, MOBILIÁRIO URBANO, CALÇAMENTO, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E DEMAIS SERVIÇOS NECESSÁRIOS, EM CONFORMIDADE COM OS PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E DEMAIS DOCUMENTOS TÉCNICOS, VINCULADOS AO CONVÊNIO Nº 985187/2024 – CONTRATO DE REPASSE Nº 1105697-99.
VALOR GLOBAL MÁXIMO: R$ 409.046,40 (quatrocentos e nove mil, quarenta e seis reais e quarenta centavos).
RETIRADA DO EDITAL: portal de transparência https://barbosaferraz.oxy.elotech.com.br/portaltransparencia/1/licitacoes;
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Departamento de Compras e Licitações - Av. Presidente Kennedy 363, centro, Barbosa Ferraz-PR, Fones: (44) 3275-1377 - E-mail: licitacao@barbosaferraz.pr.gov.br.

BARBOSA FERRAZ –PR, 26 de agosto de 2026.

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:886B5491

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
RESOLUÇÃO Nº 014/2026- CMAS

RESOLUÇÃO Nº 014/2026- CMAS

SÚMULA: Dispõe sobre aprovação do Aditivo ao Projeto de Trabalho 2026, do Lar do Idoso Santa Rita de Cassia de Barbosa Ferraz/Pr.

O Conselho Municipal de Assistência Social no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Municipal nº. 2.262/2017, e

CONSIDERANDO a deliberação realizada na reunião extraordinária Conselho Municipal de Assistência Social de Barbosa Ferraz - CMAS realizado dia 26 de agosto de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º - Deliberar quanto a aprovação do Aditivo no Projeto de Trabalho 2026, convênio com repasse do recurso destinado para estabelecer a cooperação para o fortalecimento e desenvolvimento de serviços assistenciais a população idosa residentes na instituição de Longa Permanência para idosos, que passará ser de 45.000,00 mensal ao Lar do Idoso Santa Rita de Cassia de Barbosa Ferraz/Pr.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Barbosa Ferraz, 26 de agosto de 2026.

VIVIAN REZENDE DA SILVA CAPEL
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Karolaine Gandra Pereira
Código Identificador:C06C7BE8

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
RESOLUÇÃO Nº 015/2026- CMAS

RESOLUÇÃO Nº 015/2026- CMAS

SÚMULA: Dispõe sobre aprovar o Plano de trabalho referente ao repasse da Emenda impositiva n°11/2025, para a entidade Lar do Idoso Santa Rita de Cassia de Barbosa Ferraz/Pr.

O Conselho Municipal de Assistência Social no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Municipal nº. 2.262/2017, e

CONSIDERANDO a deliberação realizada na reunião extraordinária Conselho Municipal de Assistência Social de Barbosa Ferraz - CMAS realizado dia 26 de agosto de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º - Deliberar quanto a aprovação o Plano de trabalho referente ao repasse da Emenda impositiva n°11/2025, no valor de R$ 7.928,60, para garantir melhores condições de assistência de higiene, conforto e qualidade de vida aos idosos institucionalizados por meio de aquisição de fraldas geriátricas destinada ao atendimento dos idosos do Lar do Idoso Santa Rita de Cassia de Barbosa Ferraz/Pr.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Barbosa Ferraz, 26 de agosto de 2026.

VIVIAN REZENDE DA SILVA CAPEL
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Karolaine Gandra Pereira
Código Identificador:3A933798

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ

CONTABILIDADE
PORTARIA Nº 128/2026

SÚMULA: Designa Responsável pela Fiscalização das Transferências no Concedente, no âmbito do Sistema Integrado de Transferências – SIT, referentes aos SIT nº 74299 e nº 73842, decorrentes do Aditivo nº 01/2026, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ, ESTADO DO PARANÁ**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e considerando o disposto na Resolução nº 28/2011 e na Instrução Normativa nº 61/2011, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná,
RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora **SUSAN CARLA POLIZEL MENEGASSO**, ocupante do cargo de **Secretária Municipal de Saúde**, para exercer a função de **Responsável pela Fiscalização da Transferência no Concedente**, no âmbito do Sistema Integrado de Transferências – **SIT**, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE-PR.

Art. 2º A designação de que trata o artigo anterior refere-se às transferências registradas no Sistema Integrado de Transferências – SIT, vinculadas ao **Aditivo nº 01/2026**, correspondentes aos seguintes registros:
I – **SIT nº 74299**;
II – **SIT nº 73842**.

Art. 3º Compete à responsável designada acompanhar e fiscalizar a execução das transferências mencionadas no artigo anterior, especialmente quanto ao cumprimento do objeto pactuado, à execução das metas previstas, à correta aplicação dos recursos públicos e à observância das condições estabelecidas nos respectivos instrumentos e aditivos.

Art. 4º A responsável pela fiscalização deverá realizar o acompanhamento da execução das transferências e adotar as providências necessárias diante de eventuais irregularidades ou inconformidades verificadas, promovendo os registros e manifestações exigidos pelo Sistema Integrado de Transferências – SIT e pela legislação aplicável.

Art. 5º A responsável designada deverá emitir e assinar os documentos e relatórios de fiscalização de sua competência, observando os prazos e procedimentos estabelecidos pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 6º A presente designação permanecerá vigente durante o período de execução das respectivas transferências, inclusive quanto às obrigações decorrentes do Aditivo nº 01/2026, salvo revogação ou substituição por ato posterior.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Barra do Jacaré, Estado do Paraná, em 26 de agosto de 2026.

LUIZ FABIANO ZANNATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucas Nascimento
Código Identificador:B35E080E

RECURSOS HUMANOS
EDITAL Nº. 03.34/2026 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Referente ao PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO (PSS) – EDITAL RETIFICADO nº. 03/2025 de 08/05/2025 **"Dispõe sobre a abertura de Processo Seletivo Simplificado para preenchimento extraordinário de vagas de Prefeitura Municipal de Barra do Jacaré – PR".** para os cargos de: PSICÓLOGO EDUCACIONAL, MONITOR DE ALUNOS, TÉCNICO DE ENFERMAGEM, OFICINEIRO DE PINTURA, OFICINEIRO DE CORTE E COSTURA, OPERADOR BRAÇAL, COVEIRO, CADASTRO RESERVA OFICINEIRO DE MÚSICAS E FANFARRAS, CADASTRO RESERVA DE PROFESSOR DE ARTE E PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, *(publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – AMP – em 12/05/2025 – Edição 3273 – págs.490 A 501)*.

O Prefeito Municipal de Barra do Jacaré, Estado do Paraná, LUIZ FABIANO ZANATTA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

CONSIDERANDO a portaria nº. 043/2025 de 29/01/2025 (Comissão Organizadora) *(publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – AMP – em 30/01/2025 – Edição 3205)*.

CONSIDERANDO a regularidade formal dos procedimentos adotados na formalização do Processo Seletivo Simplificado (PSS) – EDITAL nº. 03/2025 de 08/05/2025 *(publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – AMP – em 12/05/2025 – Edição 3273 – págs.490 a 501)*.

CONSIDERANDO que o resultado do Processo Seletivo Simplificado (PSS) foi Homologado através do Edital nº. 03.06/2025 de 26/06/2025 (*publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – AMP – em 27/06/2025 – Edição 3307 – págs. 457 a 459*).

CONSIDERANDO o Ofício n.º 161/2026 em 11 de agosto de 2026 solicitando convocação de servidora para cargo: Psicóloga Educacional, protocolado sob o nº.406 de 13 de agosto de 2026.

CONSIDERANDO a Portaria de desistência de candidato nº 122/2026 de 24/08/2026.

CONVOCA a candidata aprovada para o cargo abaixo, conforme processo seletivo 03/2025 (PSS), a saber:

PSICÓLOGA EDUCACIONAL – 30 HORAS:

NOME:	DATA DE NASCIMENTO:	RECLASSIFICAÇÃO FIM DE LISTA:
MARINÊS SILVEIRA MARCONDES	24/01/1985	6º

A candidata acima relacionada deverá comparecer no Departamento de Recursos Humanos desta municipalidade, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data da publicação do Edital de Convocação, ou seja, de **27/08/2026 à 31/08/2026** munida de documentos relacionados (conf. Edital de abertura nº. 03/2025 no art. 13 em seus itens 13.3). conforme abaixo descrito.

13.3 Documentos para admissão:
ATESTADO DE SAÚDE (emitido pelo médico do trabalho);
CERTIDÃO DE NASCIMENTO e/ou CERTIDÃO DE CASAMENTO;
TÍTULO ELEITORAL;
PROVA DE QUITAÇÃO COM A JUSTIÇA ELEITORAL;
PROVA DE QUITAÇÃO COM O SERVIÇO MILITAR PARA O CANDIDATO DO SEXO MASCULINO;
DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO: RG e/ou CNH;
CARTÃO DO CPF;
CTPS – CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL;
CERTIFICADO DE ESCOLARIDADE/CONCLUSÃO DE CURSO (conforme consta no edital de concurso);
02 (DUAS) FOTOS 3x4 RECENTES;
CERTIDÃO NEGATIVA CRIMINAL (expedida pela Comarca onde reside);
COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA (conta de água, luz, telefone, por exemplo);
CADASTRO NÚMERO DO PIS/PASEP;
DECLARAÇÃO DE ACÚMULO OU NÃO DE EMPREGO OU FUNÇÃO PÚBLICA (NAS
ESFERAS MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL);
DECLARAÇÃO DE QUE NÃO PERCEBE PROVENTOS DE APOSENTADORIA; CONTA SALÁRIO OU CONTA CORRENTE PARA RECEBIMENTO DE SALÁRIO NA COOPERATIVA SICREDI.

E, para conhecimento dos interessados expede-se este Edital que será fixado no mural da Prefeitura Municipal, bem como publicado no Diário Oficial do Município *(diariomunicipal.com.br/amp/)*, no Portal de Transparência *(barradojacare.pr.gov.br/transparencia/adm/pss)* que também poderá ser encaminhado via e-mail e contato telefone (cadastrado na inscrição) (conf. previsto no item 13.1 do art. 13 do Edital de abertura RETIFICADO nº. 03/2025).

Prefeitura Municipal de Barra do Jacaré-PR, em 26 de agosto de 2026.

LUIZ FABIANO ZANATTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leticia da Silva Fernandes Dias
Código Identificador:088E4D72

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 125/2026, DE 25 DE AGOSTO DE 2026.

SÚMULA: Dispõe sobre reenquadramento de professor, conforme Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Barra do Jacaré, decorrente da progressão-Avanço horizontal.

O Prefeito Municipal de Barra do Jacaré, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no Capítulo II, Art. 7º ítem XVII, Referência e Capítulo VII, Art. 37, da Lei Municipal nº. 820/2023 de 22/08/2023, Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Barra do Jacaré que dispõem sobre o avanço horizontal a passagem de uma classe para outra.

RESOLVE:
Art. 1º – Reenquadrar a partir de ***01/08/2026,*** em nova progressão horizontal do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Barra do Jacaré, conforme anexo IV (Tabela de Vencimentos - Jornada 20 horas) da Lei Municipal nº. 820/2023 de 22/08/2023, aos professores:

Nome do Professor:	Admissão:	Enquadramento atual:	Enquadramento após avaliação:
360495 Franciele de F. Aguiar Barbosa	05/08/2019	**C03 07 anos**	**C04 08 anos**
4761 Julcilea Aline Dutra	01/08/2011	**C07 15 anos**	**C08 16 anos**
4771 Mônica Ap. R. Myao Camilotti	29/08/2011	**C07 15 anos**	**C08 16 anos**
4811 Pedro Martins Bezerra	01/08/2011	**C07 15 anos**	**C08 16 anos**

Art. 2º – A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 01/08/2026, revogadas as disposições em contrário. Cumpra-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Barra do Jacaré-PR, em 25 de agosto de 2026.

LUIZ FABIANO ZANATTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leticia da Silva Fernandes Dias
Código Identificador:30D1B65A

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 126/2026, DE 25 DE AGOSTO DE 2026.

O Prefeito Municipal de Barra do Jacaré, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO o artigo 13à17 e anexo I da Lei Municipal nº. 821/2023 de 18/09/2023, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Servidores Públicos Municipais de Barra do Jacaré, que dispõem sobre o enquadramento dos atuais servidores efetivos:
RESOLVE:
Art. 1º – Efetuar a progressão horizontal na tabela de remuneração, a partir de ***01/08/2026***, aos servidores efetivos desta municipalidade, em nova faixa de vencimento do cargo – progressão na tabela de vencimentos, conforme abaixo:

Matr. /Nome do Servidor:	**Admissão/Cargo:**	**Tabela Atual:**	**Tabela após progressão:**
4711 Ademilson Antônio dos Santos	01/08/2011 Motorista	**G07 15 anos**	**H07 16 anos**
4731 Benedito de Paula Procópio	01/08/2011 Motorista	**G07 15 anos**	**H07 16 anos**
4641 Bruno Luciano P. Simoni	22/08/2011 Dentista	**G16 15 anos**	**H16 16 anos**
4631 Claudinei Garcia Gebin	01/08/2011 Auxiliar de Serv. Gerais	**G01 15 anos**	**H01 16 anos**
4651 Donizete Gusmão	01/08/2011 Eletricista	**G05 15 anos**	**H05 16 anos**
4571 Everton Aparecido Cano	01/08/2011 Auxiliar de Serv. Gerais	**G01 15 anos**	**H05 16 anos**
4741 Júlio de Paula Calixto	01/08/2011 Motorista	**G07 15 anos**	**H07 16 anos**
4751 Lorena Capucho de Souza	01/08/2011 Nutricionista	**G12 15 anos**	**H12 16 anos**
4611 Luciano Garcia Gibin	01/08/2011 Auxiliar de Serv. Gerais	**G01 15 anos**	**H01 16 anos**
6751 Maria Teresinha Scabio da Silva	01/08/2017 Merendeira	**D01 09 anos**	**E01 10 anos**
4691 Mary Helen Baptista Jorge	05/08/2011 Fisioterapeuta	**G17 15 anos**	**H17 16 anos**
360652 Rafaela Sedassari Moraes	14/08/2023 Advogada	**A17 03 anos**	**B17 04 anos**

Art. 2º – O vencimento básico de cada servidor efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Barra do Jacaré, será correspondente à nova Estrutura do Plano de Cargos e Salários – Artigos 13,14,15 e anexo I da Lei nº. 821/2023 de 18/09/2023 – que dispõe sobre o Plano de Cargos e Salários da Prefeitura Municipal de Barra do Jacaré.

Art. 3º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 01/08/2026, revogando as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.
Prefeitura Municipal de Barra do Jacaré-PR, em 25 de agosto de 2026.

LUIZ FABIANO ZANATTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leticia da Silva Fernandes Dias
Código Identificador:3455ABEC

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 130/2026 DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

Portaria de reclassificação para fim de lista.

O Prefeito Municipal de Barra do Jacaré, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Art. 1º – Tornar público que o candidato Srº. Genel de Lima Souza, aprovado para o cargo de MOTORISTA - 40 HORAS, na 9ª (nona) colocação, residente e domiciliado na cidade de Barra do Jacaré - PR e convocado através do Edital nº 04.11/2026 de 25/08/2026; Conforme Edital nº 04/2025 de 25/08/2025, fica recolocado na 21ª (vigésima primeira) posição da lista de classificação, a pedido, mediante formalização de requerimento de final de fila.

Art. 2º – Fica, portanto, o referido candidato, na Homologação do Resultado do Teste Seletivo Simplificado PSS nº 04/2025 de 25/08/2025 ciente que o próximo candidato aprovado para o mesmo cargo, será convocado para a respectiva vaga, neste momento liberada.

Art. 3º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra do Jacaré-PR, em 26 de agosto de 2026.

LUIZ FABIANO ZANATTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leticia da Silva Fernandes Dias
Código Identificador:8B9AF6B9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO PREGÃO ELETRÔNICO Nº PR53/2026

O MUNICÍPIO DE BELA VISTA DA CAROBA torna público a realização do **Pregão Eletrônico Nº PR53/2026.**
1. OBJETO DA LICITAÇÃO: ***CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE LICENÇA DE DIREITO DE USO DE SISTEMA WEB DE GESTÃO PÚBLICA DESTINADO A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, INCLUINDO O SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO DE DADOS, HOSPEDAGEM, MANUTENÇÕES, ATUALIZAÇÕES, TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO.***

2. DATA DE ABERTURA: Dia 10/09/2026, às 08:00 horas.
3. LOCAL DA ABERTURA: www.licitanet.com.br.
O Edital e Anexos estarão disponíveis em www.licitanet.com.br.
Bela Vista da Caroba - PR - 26 de agosto de 2026.

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Publicado por:
João L. N.
Código Identificador:96C432BD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 130/2026

SÚMULA: Institui a Comissão Municipal para Enfrentamento das Violências (CMEV) contra a criança e o adolescente, a pessoa com deficiência, a mulher e a pessoa idosa e regulamenta a atuação intersetorial entre as políticas sociais no enfrentamento e atendimento às situações de violências e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, Estado doParaná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela legislação vigente,

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 23, II, 227 e 230 da ConstituiçãoFederal;
CONSIDERANDO a Lei Nacional nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Nacional nº 13.431, de 04 de abril de 2017, que estabelece o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente vítima ou testemunha de violência;
CONSIDERANDO o Decreto Nacional nº 9.603, de 10 de dezembro de 2018, que regulamenta a Lei Nacional nº 13.431, de 04 de abril de 2017;
CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 8.116, de 16 de julho de 2021, que regulamenta Lei Nacional nº 13.431, de 04 de abril de 2017 no âmbito do Estado do Paraná;
CONSIDERANDO a Resolução CONANDA nº 113, de 19 de abril de 2006, que dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA);
CONSIDERANDO a Resolução CONANDA nº 169, de 13 de novembro de 2014, que dispõe sobre a proteção dos direitos de crianças e adolescentes em atendimento por órgãos e entidades do Sistema de Garantia de Direitos, em conformidade com a política nacional de atendimento da criança e do adolescente prevista nos arts. 86, 87, incisos I, III, V e VI e 88, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990;
CONSIDERANDO a Resolução CONANDA nº 213, de 20 de novembro de 2018, que dispõe sobre estratégias para o Enfrentamento da Violência Letal contra crianças e adolescentes;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Nacional nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências;
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 5º, 26 e 27 da Lei Nacional º 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Nacional nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Nacional nº 10.778, de 24 de novembro de 2003, que estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados;
CONSIDERANDO o disposto no Decreto Nacional nº 11.431, de 8 de março de 2023, que institui o Programa Mulher Viver sem Violência;
CONSIDERANDO a Lei nº 637, de 30 de março de 2023, que dispõe sobre a política municipal dos direitos da criança e do adolescente;
CONSIDERANDO a Lei nº 350, de 17 de junho de 2010, que dispõe sobre a política municipal dos direitos da pessoa idosa;
CONSIDERANDO a Lei nº 661, 10 de dezembro de 2024, que dispõe sobre a política municipal dos direitos da pessoa com deficiência;
CONSIDERANDO que a intersetorialidade é um dos pilares para a efetivação das políticas públicas focadas na promoção, proteção e garantia de direitos;
CONSIDERANDO que a Política de Assistência Social possui, em sua natureza, o caráter articulador das demais políticas, no intuito de assegurar atendimento e proteção integral ao munícipe para enfrentamento e superação de situações de vulnerabilidade e risco social;
CONSIDERANDO a necessidade de desenvolver um trabalho intersetorial e integrado para enfrentamento das violências contra a criança e o adolescente, a pessoa com deficiência, a mulher e a pessoa idosa;
CONSIDERANDO a necessidade de instituir e regulamentar uma comissão municipal para enfrentamento das violências contra a criança e o adolescente, a pessoa com deficiência, a mulher e a pessoa idosa como instância de gestão intersetorial,

DECRETA:

Art. 1º - Fica criada a Comissão Municipal para Enfrentamento das Violências (CMEV) contra a criança e o adolescente, a pessoa com deficiência, a mulher e a pessoa idosa no Município de Bela Vista da Caroba - PR, nos termos deste Decreto.
Art. 2º - A CMEV atuará como um órgão colegiado de caráter mediador, consultivo e articulador da Rede de Proteção Social, a fim de promover integração e articulação dos programas, projetos, serviços e benefícios voltados ao atendimento, à garantia e à defesa de direitos de famílias e indivíduos, em prol da superação de vulnerabilidades, riscos e violações de direitos e a prevenção e intervenção em situações de violências.
Parágrafo único. A organização da CMEV está fundamentada em relações horizontais, dinâmicas e de múltiplos níveis e lideranças, sem hierarquia.

CAPÍTULO I DOS OBJETIVOS

Art. 3º - A CMEV tem os seguintes objetivos:

I – articular, mobilizar, planejar, acompanhar e avaliar as ações intersetoriais dos serviços e instituições envolvidas;
II – fomentar e subsidiar a implementação de serviços governamentais e não governamentais que atendam os grupos vulneráveis, às situações de violências e suas famílias;
III – promover a integração e articulação dos programas, projetos e serviços da Rede de Proteção Social voltados ao atendimento, à garantia e à defesa dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, da pessoa com deficiência, da mulher e da pessoa idosa, em prol da superação de vulnerabilidades, riscos e violações;
IV – propor e estabelecer protocolos e fluxos de atendimentos das situações de violência que contemplem as realidades locais e possibilitem a atuação articulada dos órgãos que compõem a Rede de Proteção Social;
V – elaborar, propor e implementar instrumentos para atuação intersetorial, registros e diagnósticos;
VI – definir os indicadores e informações relevantes para estabelecimento de metas e procedimentos para monitorar as atividades relacionadas à atuação intersetorial no enfrentamento das violências;
VII – contribuir para formulação de critérios e parâmetros para as políticas públicas setoriais para proteção das vítimas de violências;
VIII – identificar necessidades, propor ações ou instrumentos necessários à implementação, acompanhamento, monitoramento e avaliação de políticas setoriais, serviços, programas e projetos relevantes para garantia dos direitos fundamentais das vítimas de violências;
IX – garantir uma comunicação entre os diversos profissionais e setores que atuarão no caso para que se evitem sobreposições de ações, contradições entre os vários procedimentos e encaminhamentos realizados pelos integrantes da Rede de Proteção Social;
X – debater situações de violências contra a crianças e o adolescente, a pessoa com deficiência, a mulher e a pessoa idosa, a fim de propor

ações que possam amenizar e/ou superar as situações demandadas nas diversas áreas;
XI – organizar os fluxos e instrumentos de registro para discussão e acompanhamento dos casos;
XII – configurar-se como espaço de educação permanente para capacitação e qualificação dos atores da Rede de Proteção Social;
XIII – compartilhar metodologias, conteúdos e conhecimentos;
XIV – propor, incentivar e apoiar a realização de eventos, processos de formação continuada, estudos e pesquisas para o enfrentamento das violências;
XV – mobilizar a sociedade para o enfrentamento das situações de violência através de campanhas e divulgação de informações em mídias digitais e meios de comunicação;
XVI – assegurar que as informações sejam compartilhadas e entendidas por todos os atores da Rede de Proteção Social para que o atendimento seja qualificado e a proteção integral, garantida.

CAPÍTULO II

DA COMPOSIÇÃO, ATRIBUIÇÕES E FUNCIONAMENTO DA CMEV

Seção I

Da Composição e Atribuições

Art. 4º - A CMEV será composta por representantes governamentais e não governamentais integrantes da Rede de Proteção Social.
Art. 5º - A Rede de Proteção Social é uma rede intersetorial constituída pelos serviços, governamentais e não governamentais, relacionados à efetivação das políticas públicas de enfrentamento das violências contra a criança e o adolescente, a pessoa com deficiência, a mulher e a pessoa idosa.
Art. 6º - A estrutura da CMEV é composta pelos representantes das seguintes políticas e serviços:
I – Política de Assistência Social:

a) Serviços da Proteção Social Básica;

b) Serviços da Proteção Social Especial e Órgão Gestor da Assistência Social.

II – Política de Saúde:

a) Coordenação da Atenção Primária à Saúde e Coordenação de Saúde Mental;

b) Coordenação da Vigilância Epidemiológica e Gestão Municipal do SUS;

III – Política de Educação e Cultura:

a) Educação Infantil - CMEI;

b) Ensino Fundamental séries iniciais – Escola Municipal Bom Jesus;

c) Gestão Municipal de Educação e Cultura.

IV - Educação Estadual:

a) Ensino Fundamental séries finais e Ensino Médio - Colégio Estadual
Santo Antão.

IV – Política de Esporte;

V – Política de Segurança Pública - Polícia Militar;

VI – Conselho Tutelar;

VII – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE).

§1º - Cada órgão, setor ou serviço elencado nos incisos do caput deste artigo indicará um profissional/representante titular e outro suplente para integrar a

CMEV, sendo 1 (um) dos indicados, preferencialmente, o gestor e 1 (um) profissional ocupante de cargo efetivo.
§2º - Os membros indicados serão nomeados por ato do Prefeito para o exercício da representação pelo período de dois anos, permitida a recondução por iguais e sucessivos períodos.
Art. 7º - São atribuições da CMEV:

I – articular a previsão dos recursos financeiros no orçamento municipal para o desenvolvimento das ações da Rede de Proteção Social por meio dos departamentos municipais responsáveis;
II – mobilizar os órgãos e instituições que fazem parte da Rede de Proteção Social para discutir, analisar, divulgar e sistematizar os dados das notificações de violência;
III – analisar lacunas e necessidades da Rede de Proteção Social que prejudicam o bom desenvolvimento do trabalho intersetorial e propor alternativas para as ações com os responsáveis;
IV – definir a metodologia, elaborar instrumentos e realizar o monitoramento contínuo e a avaliação anual dos documentos de atuação da Rede de Proteção Social, propondo alterações quando necessário e oportuno;
V – propor e organizar atividades de formação continuada dos profissionais da Rede de Proteção Social.
Parágrafo único. No desempenho de suas atribuições, a CMEV será auxiliada pela Procuradoria Jurídica do Município, para dirimir dúvidas e fornecer as informações jurídico-legais necessárias, inclusive na elaboração dos instrumentos pactuados.
Art. 8º - A CMEV, sempre que necessário, poderá contar com a participação de outros órgãos e entidades que integram o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescentes - SGDCA, inclusive estaduais e federais, bem como tem autonomia para convidar participantes que possam contribuir com as ações e proposições.
Art. 9º - Poderão ser criadas comissões temáticas e grupos de trabalho, permanentes ou temporárias, para o desenvolvimento de atividades específicas relacionadas ao enfrentamento das violências ou para atender demandas pontuais, tais como:
I – estudos e produção de documentos que subsidiem as ações daCMEV;

II – elaboração de protocolos e fluxos de atendimento e comunicação intersetorial;

III – elaboração de documentos em rede;

IV – organização de eventos de formação continuada;

V – planejamento de campanhas educativas para enfrentamentos dasviolências.

Parágrafo único. Os produtos finais das comissões temáticas e grupos de trabalho serão aprovados em reunião da CMEV.
Art. 10 - A função de representante da CMEV é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.
Art. 11 - A CMEV terá uma mesa diretiva composta por coordenador(a), vice-coordenador(a) e secretário(a) e, preferencialmente, cada função representando uma política social.
Parágrafo único. A escolha da mesa diretiva será realizada entre os pares na primeira reunião após a constituição da CMEV, fazendo constar em ata.
Art. 12 - O(a) coordenador(a) e o(a) vice-coordenador(a) da CMEV terão por atribuições:

I – convocar e coordenar as reuniões ordinárias e extraordinárias;

II – organizar as reuniões de discussão dos casos em rede;
III – elaborar a pauta das reuniões e enviar a todos os integrantes da CMEV, com antecedência de, no mínimo, dois dias;
IV – convidar outros profissionais para participarem da reunião, quando necessário;
V – prestar informações sobre as demandas e encaminhamentos da Rede de Proteção Social aos seus representados;

VI – garantir a guarda e arquivo dos materiais e documentos da CMEV.

§1º - As atribuições previstas neste artigo serão compartilhadas entre o(a) coordenador(a) e o(a) vice-coordenador(a) da CMEV, para melhor desempenho das atividades e para não gerar sobrecarga.
§2º - O(a) Coordenador(a) e o vice-coordenador(a) terão mandato anual, permitida a recondução por iguais e sucessivos períodos.

Art. 13 - O(a) Secretário(a) será escolhido dentre os representantes dos órgãos governamentais e não-governamentais e terá as seguintes atribuições:
I – colaborar com a coordenação na organização das atividades daCMEV;

II – registrar a assinatura dos participantes das reuniões;

III – elaborar os relatórios e atas ou memórias das reuniões;

IV – publicizar as informações e os documentos da CMEV aos gestores das políticas sociais e coordenadores das instituições, nos e-mails e grupos de WhatsApp dos profissionais.
Parágrafo único. O(a) Secretário(a) terá mandato anual, permitida a recondução por iguais e sucessivos períodos.

Seção II

Das Reuniões

Art. 14 - As decisões pertinentes à Rede de Proteção Social serão viabilizadas através das reuniões da CMEV e das reuniões para discussão dos casos.
Art. 15 - As reuniões da CMEV serão realizadas conforme a convocação do(a) Coordenador(a), sempre que necessário, devendo ser realizada, no mínimo, uma reunião por mês.
I – na primeira reunião será elaborado e aprovado o calendário anual das reuniões da CMEV;
II – o calendário anual deverá ser amplamente publicizado aos gestores das políticas sociais, aos coordenadores dos órgãos e serviços, aos conselhos e demais instituições que integram a Rede de Proteção Social.
Art. 16 - As reuniões da CMEV são públicas, podendo qualquer cidadão ou representante de entidades públicas ou privadas dela participar e, mediante convite ou prévio requerimento, fazer uso da palavra.
Parágrafo único. Quando houver necessidade de abordar casos com necessidade de sigilo, as reuniões serão restritas aos membros da CMEV e profissionais convidados.
Art. 17 - As reuniões para a discussão dos casos em rede acontecerão conforme a necessidade, a partir da comunicação dos casos pelos órgãos que integram a Rede de Proteção Social à Coordenação da CMEV, responsável pela organização das reuniões, devendo ser observadas as seguintes diretrizes:

I – o agendamento das reuniões e mobilização dos trabalhadores envolvidos com os casos a serem discutidos compete a coordenação da CMEV;
II – a pauta com as informações e os dados de identificação das famílias que serão objeto de discussão em rede deverá ser publicizada entre os interessados, no mínimo, com 24h de antecedência;
III – deverá ser garantida a escuta e a participação informada e ativa do usuário e de sua família no processo de discussão de caso em rede, com entrega, sempre que possível, de cópia do Plano de Ação constando os compromissos por ela assumidos durante o período de acompanhamento;
IV – as deliberações das reuniões de estudo de caso serão registradas no Plano Intersetorial de Acompanhamento Familiar (PIAF), ou outro instrumento similar que venha a ser pactuado, constando, no mínimo, uma breve explanação do caso discutido, as ações deliberadas, os responsáveis, prazo para a execução e previsão de reavaliação e, se necessário, em ata ou memória, acompanhada da lista dos presentes.
§1º - Todos os profissionais envolvidos no acompanhamento intersetorial do caso terão acesso à cópia do instrumento que trata o inciso IV deste artigo.
§2º - Para acompanhamento do cumprimento das ações deliberadas, deverá ser compartilhado documento em rede para anotações e observações entre os profissionais envolvidos nos atendimentos.
Art. 18 - Todos os integrantes da Rede de Proteção Social devem observar os princípios e direitos pertinentes no debate dos casos apresentados, além dos princípios e deveres de ética e sigilo profissional.

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO INTERSETORIAL

Art. 19 - A Rede de Proteção Social atuará com a finalidade de integrar as políticas públicas voltadas à prevenção e intervenção em situações vulnerabilidade e risco social, de violência contra a criança e do adolescente, a pessoa com deficiência, a mulher e a pessoa idosa, observando o disposto na legislação federal e estadual específica para cada grupo vulnerável, a fim de articular as ações governamentais e não-governamentais da União, do Estado e do Município.
Seção I

Das Atribuições Comuns dos Atores e Serviços

Art. 20 - São atribuições e responsabilidades comuns de todos os atores e serviços que integram a Rede de Proteção Social:
I – identificar os sinais de violência e prestar atendimento humanizado a todos, seja à vítima, à família ou ao agressor;
II – acolher todas as vítimas de violência de forma humanizada, sem preconceitos e juízos de valor;
III – garantir privacidade no atendimento e estabelecer um ambiente de confiança e respeito;
IV – zelar pelo sigilo das informações prestadas pela vítima ou pelo seu responsável, comunicando a outros profissionais apenas o necessário para garantir o atendimento apropriado;
V – escutar atentamente o relato da vítima ou do responsável, a fim de obter informações suficientes para identificar as necessidades de atendimento do caso, ainda que preliminares;
VI – avaliar o nível de gravidade da situação de violência (possibilidade de risco de vida ou de repetição da violência sofrida);
VII – prestar atendimento de acordo com a especificidade e gravidade do caso, encaminhando a outros serviços, quando necessário, seguindo os fluxos preestabelecidos;
VIII – orientar as vítimas ou os responsáveis sobre seus direitos e deveres, bem como procedimentos e serviços disponíveis;
IX – notificar os casos de violência, sendo obrigatório o preenchimento da Ficha de Notificação de Violência Interpessoal e Autoprovocada do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), conforme fluxos específicos estabelecidos;
X – comunicar imediatamente ao Conselho Tutelar os casos de violência contra a criança e adolescente através da Ficha de Revelação Espontânea;
XI – encaminhar as vítimas de violência aos serviços de saúde conforme previsto no protocolo de atendimento;
XII – nos casos de gravidez decorrente de violência sexual, orientar as vítimas e suas famílias sobre a possibilidade de interrupção da gestação, bem como da entrega legal para a adoção;
XIII – encaminhar, quando necessário, os casos moderados e graves de violência para atendimento de saúde mental, incluindo a vítima, a família e o agressor, efetuando relatos resumidos da ocorrência e seguindo os fluxos de comunicação;
XIV – realizar debates e atividades educativas com a comunidade e profissionais relacionados às causas, consequências e formas para o enfrentamento das diversas violências;
XV – incentivar e contribuir na formação de grupos de diálogo entre os profissionais e com as famílias para troca de experiências e reflexões sobre estratégias de cuidado, de fortalecimento de vínculos afetivos, das habilidades protetivas das famílias e cuidadores, dentre outros;
XVI – definir procedimentos, intervenções e acompanhamentos para o enfrentamento coletivo e intersetorial das problemáticas vivenciadas;
XVII – manter capacitados os profissionais para que identifiquem os sinais de violência, e prestem um atendimento humanizado a todos, seja a vítima, a família ou o agressor, e para que sigam o protocolo de encaminhamento estabelecido;

XVIII – participar de capacitações que possibilitem a melhor atuação nos casos atendidos pela Rede.
Parágrafo único. As ações relacionadas ao cumprimento do inciso XVII do caput deste artigo serão de responsabilidade dos gestores responsáveis pelas Políticas da Educação, Saúde e Assistência Social.

Seção II

Do atendimento na rede de saúde

Art. 21 - A atenção à saúde da vítima de violência será realizada por equipe multiprofissional do Sistema Único de Saúde (SUS), nos diversos níveis de atenção, englobando o acolhimento, o atendimento, o tratamento especializado, a notificação e o seguimento da rede.
Art. 22 - Nos casos de violência sexual, o atendimento deverá incluir acolhimento, anamnese, exame físico, exames clínicos e ginecológicos, registro e coleta de vestígios de violência sexual, notificação no SINAN, profilaxias HIV, IST's, Hepatite B, contracepção de emergência, exames complementares, acompanhamento social e psicológico e em situação de gestação decorrente da violência sexual, informar sobre os direitos e encaminhar ao serviço de referência.
§1º - Para o atendimento dos casos previstos neste artigo será observado o Protocolo de Atenção Integral à Saúde das Pessoas em Situação de Violência Sexual: abordagem multidisciplinar da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná (2021), suas atualizações ou outro que vier a substituí-lo.
§2º - Nos casos de interrupção da gestação prevista em lei, além do protocolo mencionado no §1º, também será observado o Protocolo para Interrupção daGravidez Resultante de Violência Sexual do Hospital Universitário do Oeste do Paraná (2023), suas atualizações ou outro que vier a substituí-lo.
§3º - Os profissionais da rede de saúde também deverão observar os prazos fixados para cada procedimento e para encaminhamento aos serviços de referência, segundo protocolos vigentes e Fluxo de Atendimento às Pessoas em Situação de Violência Sexual.
§4º - Além do disposto nos §1º, 2º e 3º deste artigo, a vítima de violência será encaminhada, se necessário, para atendimento em saúde mental e, receberá o atendimento psicoterapêutico aplicável, de forma prioritária.
Art. 23 - Para garantir o seguimento no atendimento em saúde, o serviço de atenção primária à saúde realizará, se necessário, a busca ativa após receber o encaminhamento dos casos de outros órgãos e serviços da Rede de Proteção Social.

Seção III

Do atendimento na Assistência Social

Art. 24 - A Assistência Social disporá de serviços, programas, projetos e benefícios para prevenção das situações de vulnerabilidades, riscos e violações das pessoas vítimas de violência e de suas famílias no âmbito da proteção social básica e especial.
§1º - A Proteção Social Básica deverá fortalecer a capacidade protetiva das famílias e prevenir as situações de violência e de violação de direitos, além de direcioná-los à Proteção Social Especial para o atendimento especializado quando essas situações forem identificadas.
§2º - O acompanhamento especializado das pessoas em situação de violência e de suas famílias será realizado preferencialmente pela equipe de Proteção Social Especial em articulação com os demais serviços, programas e projetos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).
Art. 25 - As equipes da Assistência Social deverão observar os Parâmetros de atuação do SUAS no Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente vítima ou testemunha de violência.

Seção IV

Do atendimento na Educação

Art. 26 - Os profissionais da educação que identificarem ou receberem a revelação espontânea da suspeita de violências contra a criança ou adolescente, inclusive no ambiente escolar, deverão:

I – Acolher a criança ou o adolescente em local apropriado que garanta sigilo e privacidade;

II – realizar a escuta atenta e sem interrupções do relato da criança ou adolescente;
III – informar à criança ou ao adolescente, ou ao responsável ou à pessoa de referência, sobre direitos, procedimentos de comunicação à autoridade policial e ao conselho tutelar;
IV – registrar o relato da criança no instrumento pactuado no município denominado Ficha de Revelação Espontânea, ou em caso de realização de procedimento de Escuta Especializada preencher o instrumental denominado Ficha de Escuta Especializada;
V – Preencher a Ficha SINAN e encaminhar ao setor de epidemiologia do município, conforme fluxo pactuado;
VI – comunicar o Conselho Tutelar.

Parágrafo único. Em situações que eventualmente houver dúvidas nos procedimentos a serem adotados, o profissional da educação deverá contactar o profissional de referência da unidade, habilitados na realização da escuta especializada.

Seção V

Do Atendimento no Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) vítima ou testemunha de violência
Art. 27 - Os órgãos, os programas, os serviços e os equipamentos das políticas setoriais que integram os eixos de promoção, controle e defesa dos direitos da criança e do adolescente compõem o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente e são responsáveis pela detecção dos sinais de violência.
Art. 28 - A CMEV corresponde ao Comitê de Gestão Colegiada da rede de cuidado e de proteção social da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência previsto no art. 9º do Decreto nacional nº 9.603, de 2018.
Art. 29 - Qualquer pessoa que tenha conhecimento ou presencie ação ou omissão, praticada em local público ou privado, que constitua violência contra criança ou adolescente tem o dever de comunicar o fato imediatamente ao Conselho Tutelar ou
à autoridade policial, os quais, por sua vez, cientificarão imediatamente o Ministério Público.
Art. 30 - Recebida a comunicação de que trata o art. 29 deste Decreto, o Conselho Tutelar deverá efetuar o registro do atendimento realizado no Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (SIPIA), no qual deverão constar as informações coletadas com o familiar ou o acompanhante da criança ou do adolescente e aquelas necessárias à aplicação da medida de proteção da criança ou do adolescente.
Art. 31 - Os profissionais envolvidos no Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente primarão pela não revitimização da criança ou adolescente e darão preferência à abordagem de questionamentos mínimos e estritamente necessários ao atendimento.
Parágrafo único. Poderá ser coletada informação do caso com outros profissionais do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, além de familiar ou acompanhante da criança ou do adolescente.
Art. 32 - Os profissionais da Rede de Proteção Social deverão utilizar os procedimentos e instrumentos previstos no Capítulo IV deste Decreto para o atendimento da criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência, sem prejuízo do disposto na legislação federal e estadual aplicável e de protocolos específicos pactuados.

CAPÍTULO IV

DAS COMUNICAÇÕES, INSTRUMENTOS E DOCUMENTOS

Art. 33 - A CMEV poderá elaborar documentos e/ou instrumentos que facilitem a comunicação, orientação e encaminhamentos realizados entre os serviços, respeitados os protocolos e fluxos internos.
Art. 34 - Os fluxos e instrumentos de atendimento intersetoriais serão pactuados no âmbito da CMEV, com a participação dos diversos órgãos e setores que integram a Rede de Proteção Social, a fim de evitar a superposição de tarefas, priorizar a cooperação, estabelecer mecanismos de compartilhamento das informações e definir o papel de cada instância e serviço.

§1º - Os protocolos e fluxos são instrumentos de organização e padronização dos encaminhamentos entre os serviços de cada política, os quais poderão ser elaborados, alterados ou extintos conforme a demanda apresentada pela Rede de Proteção Social.
§2º - Os protocolos poderão ser apresentados na forma de fluxogramas com a devida descrição de cada processo.
§3º - Cada serviço poderá elaborar instrumentos normativos, protocolos e fluxos internos de atendimento, guardada a compatibilidade com os fluxos intersetoriais pactuados na rede.
§4º - Os protocolos e instrumentos normativos, pactuados na CMEV ou internamente em cada serviço, serão apreciados e aprovados pelos conselhos das respectivas políticas.

Seção I

Da Comunicação e Atendimento dos Casos de Violência

Art. 35 - Os casos suspeitos ou confirmados de violência devem ser notificados e encaminhados dentro da Rede de Proteção Social, segundo instrumentos e fluxos pactuados para cada tipo de violência.
Art. 36 - A CMEV deverá elaborar fluxos por segmento populacional para a identificação e atendimento da violência contra a criança e o adolescente, a pessoa com deficiência, a mulher e a pessoa idosa, a ser observado pelos atores da Rede de Proteção Social.
Art. 37 - O serviço de porta de entrada que efetuou a primeira verificação da situação de violência deve realizar os encaminhamentos de acordo com os fluxos pactuados intersetorialmente.
Parágrafo único. Considera-se como porta de entrada todo serviço, programa ou projeto, governamental ou da sociedade civil, que prestam atendimento à população.
Art. 38 - O atendimento dos casos deve contemplar os meios técnicos e metodológicos necessários à preservação da integridade física, psíquica e moral da vítima de violência, respeitando suas vulnerabilidades.
§1º - O atendimento deverá ser realizado, sempre que possível, por equipe técnica interprofissional, respeitando-se a autonomia técnica no manejo das intervenções.
§2º - O atendimento deverá proporcionar o devido acolhimento à vítima de violência, promovendo a atenção e o suporte às suas necessidades e peculiaridades.
§3º - O compartilhamento de informações entre os diversos órgãos e serviços da Rede de Proteção Social deverá ser realizado resguardando as questões éticas e o respeito à privacidade e ao sigilo.

Seção II

Dos Instrumentos de Comunicação da Violência

(SINAN - Ficha de Notificação de Violência Interpessoal e Autoprovocada do Sistema Nacional de Informação de Agravos de Notificação)
Art. 39 - A notificação dos casos suspeitos ou confirmados de violência é obrigatória e deve ser efetuada através da Ficha Notificação de Violência Interpessoal e Autoprovocada do Sistema Nacional de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) do Ministério da Saúde, pelos diferentes equipamentos e serviços de proteção às vítimas considerados porta de entrada.
§1º - É obrigatória a entrega da via original da Ficha de Notificação no órgão responsável pela Vigilância Epidemiológica municipal, seguindo os fluxos pactuados.
§2º - A notificação de que trata este artigo não substitui os instrumentos próprios de comunicação intersetorial dos casos de violência, que devem seguir os fluxos específicos pactuados.
§3º - Se a vítima de violência for criança ou adolescente, é obrigatória a comunicação imediata ao Conselho Tutelar, seguindo o fluxo de comunicação pactuado intersetorialmente.
§4º - Se a vítima de violência for mulher, pessoa com deficiência ou pessoa idosa, além da notificação no SINAN, o serviço porta de entrada realizará o encaminhamento para a equipe da Proteção Social Especial da Assistência Social.

Seção III

Dos Procedimentos e Instrumentos para atuação do Sistema de Garantia de Direitos da Crianças e do Adolescente vítima ou testemunha de violência
Art. 40 - Para todos os procedimentos de escuta protegida previstos nesta Seção, a criança ou o adolescente vítima ou testemunha de violência deve ser respeitada na sua iniciativa de não falar sobre a violência sofrida.

Subseção I

Da Revelação Espontânea

Art. 41 - O documento de registro de informações da criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência conterá, no mínimo:

I – os dados pessoais da vítima;

II – a descrição do atendimento;

III – o relato espontâneo, quando houver;

IV – identificação do órgão ou serviço que realizou o atendimento; e

V – os encaminhamentos efetuados.

Parágrafo único. O modelo do documento de registro para comunicação dos casos de violência terá como referência o contido no Anexo Único do Decreto Estadual nº 8.116, de 2021 ou outro que vier a substituí-lo.
Art. 42 - O documento de registro de informações de revelação espontânea deverá ser preenchido e encaminhado ao Conselho Tutelar, com cópia arquivada no órgão responsável por sua confecção, precedida, quando necessário, por contato telefônico.
§1º - O arquivamento da cópia do documento de registro de informações de revelação espontânea deve dar-se em pasta própria, física ou digital, sob responsabilidade da administração do órgão em que ocorreu sua confecção, a qual deve, além das informações registradas no próprio documento, trazer a identificação da pessoa responsável pela colheita das informações.
§2º - O compartilhamento de informações entre os órgãos e serviços necessários ao atendimento do caso deverá primar pelo sigilo dos dados pessoais da vítima ou testemunha de violência.
§3º - O modelo do documento de registro de informações de revelação espontânea deve ser adotado por todos os profissionais da Rede de Proteção Social.
Art. 43 - Para fins de cooperação entre os órgãos e serviços, ao receber o documento de registro de informações de revelação espontânea o Conselho Tutelar deverá dar retorno das medidas, encaminhamentos e atos realizados para atendimento do caso.
§1º - A devolutiva acontecerá através de e-mail ou outro instrumento utilizado pelo órgão, precedida, quando necessário, por contato telefônico.
§2º - Todos os órgãos e serviços que compõem a Rede de Proteção Social indicarão o e-mail e o nome das pessoas de referência para o contato.
§3º - Compete à CMEV a organização e constante atualização do nome, telefone e e-mail das pessoas de referência, com ampla divulgação entre os serviços da Rede de Proteção Social.
§4º - Os serviços deverão compartilhar entre si, de forma integrada, as informações coletadas junto às vítimas, aos membros da família e a outros sujeitos de sua rede afetiva por meio de relatórios, em conformidade com o fluxo estabelecido, preservado o sigilo das informações.
§5º - Como instrumentos de acompanhamento, poderão ser utilizados as discussões de caso em rede, o Plano Individual de Atendimento (PIA), o Plano Intersetorial de Acompanhamento Familiar (PIAF).
§6º - Poderão ser adotados outros procedimentos, além dos previstos neste regulamento, quando o profissional avaliar, no caso concreto, que haja essa necessidade.
Art. 44 - Após a revelação espontânea nenhum outro profissional deverá abordar a criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência senão mediante os procedimentos adequados previstos no §1º, do art. 4º, da Lei nacional nº 13.431, de 2017, sendo que o acionamento da Rede de Proteção Social e das autoridades policial e

judiciária será promovido pelo Conselho Tutelar ou conforme fluxo e protocolo municipal a ser pactuado.

Subseção II

Da Escuta Especializada

Art. 45 - A escuta especializada é o procedimento realizado pelos órgãos da Rede de Proteção Social nos campos da educação, da saúde e da assistência social, segurança pública e direitos humanos com o objetivo de assegurar o acompanhamento da vítima ou da testemunha de violência para a superação das consequências da violação sofrida, limitado ao estritamente necessário para o cumprimento da finalidade de proteção social e de provimento de cuidados.
§1º - A criança ou o adolescente deve ser informado em linguagem compatível com o seu desenvolvimento acerca dos procedimentos formais pelos quais terá que passar e sobre a existência de serviços específicos da Rede de Proteção Social, de acordo com as demandas de cada situação.
§2º - A busca de informações para o acompanhamento da criança e do adolescente deverá ser priorizada com os profissionais envolvidos no atendimento, com seus familiares ou acompanhantes.
§3º - O profissional envolvido no atendimento primará pela liberdade de expressão da criança ou do adolescente e sua família e evitará questionamentos que fujam aos objetivos da escuta especializada.
§4º - A escuta especializada não tem o escopo de produzir prova para o processo de investigação e de responsabilização, e fica limitada estritamente ao necessário para o cumprimento de sua finalidade de proteção social e de provimento de cuidados.

Art. 46 - A escuta especializada será realizada por profissional capacitado, dentro de um fluxo de atendimento previamente estabelecido pelos órgãos da Rede de Proteção Social.
Art. 47 - A escuta especializada produzirá um relatório informativo que obrigatoriamente deverá ser encaminhado ao Conselho Tutelar, que por sua vez, encaminhará aos órgãos que darão prosseguimento ao atendimento da vítima ou testemunha de violência.
§1º - No que se refere às informações da escuta da criança ou adolescente, a transcrição será fidedigna ao relato ou narrativa, sem prejuízo de anotações da percepção do profissional que a realizou.
§2º - Na eventualidade da escuta especializada ser realizada na Delegacia, a autoridade policial encaminhará o relatório ao Conselho Tutelar.

Subseção III

Do Depoimento Especial

Art. 48 - O depoimento especial é o procedimento de oitiva de criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência perante autoridade policial ou judiciária com a finalidade de produção de provas e deve ser conduzido nos termos do Ato Conjunto Interinstitucional nº 19/2019 do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR) e da Resolução Conjunta CNJ/CNMP nº 16/2026 e alterações posteriores.

CAPÍTULO V

DA CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA REDE DE PROTEÇÃO

Art. 49 - A Administração Municipal deverá estabelecer um programa de formação continuada para os profissionais que atuam nos serviços da Rede de Proteção Social para o desempenho adequado das funções previstas neste Decreto.
§1º - A CMEV contribuirá com os gestores das pastas relacionadas para o planejamento dos processos de capacitação dos profissionais, a fim de indicar as temáticas e necessidades específicas.
§2º - A organização e a execução do processo de formação continuada serão de responsabilidade dos órgãos gestores das políticas sociais de educação, da assistência social e da saúde.
§3º - Os recursos financeiros para a efetivação da formação continuada serão previstos nas leis orçamentárias municipais para cada política social.

Art. 50 - Cada gestor deverá organizar a capacitação interna dos profissionais de seu departamento para os protocolos específicos da saúde, da educação e da assistência social.
Art. 51 - É dever dos gestores e servidores que atuam nos serviços integrantes da Rede de Proteção participar das capacitações e reuniões que serão realizadas.
Parágrafo único. O servidor designado para participar da capacitação e/ou reunião da Rede de Proteção Social deverá compartilhar as informações recebidas com o restante da equipe relacionada em seu departamento, quando pertinente.

CAPÍTULO VI

DOS RECURSOS PARA AS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO DAS VIOLÊNCIAS

Art. 52 - A proposta orçamentária de cada exercício financeiro deverá prever e alocar recursos públicos destinados a custear as despesas para execução de ações de enfrentamento das violências contra a criança e o adolescente, a pessoa com deficiência, a mulher e a pessoa idosa, os quais deverão ser suportados e executados nos programas de governo das Secretarias de Saúde, de Educação e de Assistência Social, observada a programação e a disponibilidade orçamentária e financeira de cada órgão.
Art. 53 - O apoio técnico, logístico, administrativo e financeiro necessário à execução dos trabalhos e demandas da CMEV será fornecido pelos órgãos gestores das Secretarias de Saúde, de Educação e de Assistência Social, a fim de garantir seu regular funcionamento.
Art. 54 - O órgão gestor de Assistência Social deverá empregar esforços para promover as ações destinadas ao fortalecimento da Rede de Proteção Social, incumbindo-lhe provocar e instar as Secretarias de Saúde e Educação para que aportem recursos suficientes a custear, dentre outras finalidades:

I – o funcionamento da CMEV;
II – as ações de capacitação da Rede de Proteção Social para enfrentamento das violências contra a criança e adolescente, a pessoa com deficiência, a mulher e a pessoa idosa;
III – as campanhas municipais para conscientização, educação, prevenção e enfrentamento das violências contra a criança e o adolescente, a pessoa com deficiência, a mulher e a pessoa idosa;
IV – as ações de formação e capacitação continuada dos Conselheiros Tutelares e dos membros dos conselhos municipais relacionados às políticas públicas atendidas pela Rede de Proteção Social.
§1º - Os recursos mencionados neste artigo não impedem que na execução dos programas cada departamento busque captações de outras fontes, inclusive do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA), do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (FMDI) e do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – (FMDPD), em cada caso.
§2º - O gestor público, ao executar os recursos destinados aos programas relacionados ao enfrentamento das violências contra a criança e o adolescente, a pessoa com deficiência, a mulher e a pessoa idosa deverão observar o disposto na legislação orçamentária, na Lei de Responsabilidade Fiscal e demais atos normativos infralegais, respeitada a programação e a disponibilidade orçamentária e financeira de cada órgão.

CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS
Art. 55 - Os órgãos gestores das Secretarias Municipais de Assistência Social, da Saúde, do Esporte e da Educação e Cultura promoverão as diligências necessárias à composição da CMEV no prazo de trinta dias após a publicação deste Decreto.
Art. 56 - Os gestores dos órgãos das Secretarias de Assistência Social, da Saúde, do Esporte e da Educação e Cultura deverão garantir a participação dos servidores nas atividades da Rede de Proteção Social, inclusive reuniões da CMEV e formação continuada, reorganizando os serviços quando necessário.
Art. 57 - As propostas de alteração deste Decreto deverão ser discutidas e aprovadas pela CMEV.
Art. 58 – Ficam revogados o artigo 11 e o inciso V do artigo 12 ambos do Decreto Municipal nº 163/2019, bem como o Decreto Municipal nº 030/2018 em sua integralidade.

Art. 59 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bela Vista da Caroba, em 26 de agosto de 2026.

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Clair Juliane Levandoski Severo
Código Identificador:14E81A4D

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 10/2026 | CMDI

Resolução 10/2026 | CMDI

SÚMULA: Dispõe sobre a Prestação de Contas Trimestral referente ao segundo trimestre de dois mil e vinte e seis dos recursos vinculados ao Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - FMDI de Bela Vista da Caroba - Paraná.

O Plenário do **Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDI**, de Bela Vista da Caroba - Paraná, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 350/2010, de 17 de junho de 2010, após Reunião Plenária Ordinária, realizada no dia 26 de agosto de 2026, conforme registro em ATA nº 07/2026,

RESOLVE:

Art. 1° - Aprovar em Reunião Plenária Ordinária, de maneira unânime e sem ressalvas, a **Prestação de Contas Trimestral**, referente às despesas realizadas no **segundo trimestre de dois mil e vinte e seis**, com recursos alocados no Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - FMDI, provenientes de deliberações estaduais (Deliberação nº 035/2024 e 049/2025 CEDIPI/PR) e Recursos Ordinários (Livres).

Art. 2° - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Bela Vista da Caroba – PR, 26 de agosto de 2026.

MARLEI TEREZINHA JUNKES
Presidente do CMDI

Publicado por:
Mayara Nonnenmacher
Código Identificador:BF2D2D1A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
7º ADITIVO AO CONTRATO Nº 140-2023

7º ADITIVO AO CONTRATO Nº 140-2023

7º TERMO ADITIVO DE RETIFICAÇÃO AO CONTRATO N.º 140-2023, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE E A EMPRESA NORTE SUL SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA.

O MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Cidade de Boa Ventura de São Roque, inscrito no CNPJ nº 01.612.906/0001-20, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, NESTOR KENEAR, portador do CPF nº 436.314.289-87, residente e domiciliado neste Município, e a empresa NORTE SUL SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 19.850.311/0001-78, com sede na Rua Ver. Humberto Moacir Schenna, 432, Centro, Ibaiti/PR, CEP 84.900-000, representada neste ato pelo Sr. CRISTIANO PARRA VIEIRA, portador do CPF nº 055.174.029-92, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO DE RETIFICAÇÃO, mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo Aditivo tem por objeto a retificação do 6º Termo Aditivo ao Contrato nº 140/2023, firmado em 14 de janeiro de 2026, a fim de corrigir erro material referente ao valor e quantitativo contratual, considerando o acréscimo anteriormente formalizado por meio do 5º Termo Aditivo, firmado em 26 de novembro de 2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RETIFICAÇÃO
Fica retificada a Cláusula Primeira do 6º Termo Aditivo ao Contrato nº 140/2023, para que sejam considerados, além das 2.700 (duas mil e setecentas) horas, no valor de R$ 102.600,00 (cento e dois mil e seiscentos reais), as 675 (seiscentas e setenta e cinco) horas, no valor de R$ 25.650,00 (vinte e cinco mil, seiscentos e cinquenta reais), anteriormente acrescidas por meio do 5º Termo Aditivo.

Dessa forma, para o período abrangido pela prorrogação formalizada no 6º Termo Aditivo, passa-se a considerar o quantitativo total de 3.375 (três mil, trezentas e setenta e cinco) horas, ao valor unitário de R$ 38,00 (trinta e oito reais), perfazendo o valor total de R$ 128.250,00 (cento e vinte e oito mil, duzentos e cinquenta reais).

A presente retificação não constitui novo acréscimo contratual, destinando-se exclusivamente à correção do erro material constante do 6º Termo Aditivo, de modo a contemplar o acréscimo já formalizado anteriormente no 5º Termo Aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO
Permanecem inalteradas e em pleno vigor todas as demais cláusulas e condições do Contrato nº 140/2023 e de seus Termos Aditivos que não tenham sido expressamente modificadas pelo presente instrumento.
E, por assim estarem ajustados, firmam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 19/08/2026.

Contratante	Contratado
NESTOR KENEAR	***CRISTIANO PARRA VIEIRA***
Prefeito Municipal	Representante

TESTEMUNHAS:
_____
_____

Publicado por:
Ana Gabrieli Pires da Silva
Código Identificador:B5BE38F5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 34/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 385/2026

CONSIDERANDO que o presente processo administrativo foi regularmente instruído, contendo os elementos necessários à caracterização da necessidade da contratação, à demonstração da inviabilidade de competição, à justificativa da singularidade do imóvel, à certificação da inexistência de imóveis públicos aptos ao atendimento da necessidade administrativa, à comprovação da compatibilidade do preço com o valor de mercado, mediante avaliação técnica, bem como à motivação da escolha do imóvel, conforme consta dos autos;

CONSIDERANDO que foram observados os requisitos previstos nos arts. 72 e 74, inciso V e § 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021, com a juntada da documentação necessária à instrução do processo,

incluindo a demonstração da disponibilidade orçamentária e os demais documentos exigidos para a contratação direta;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico que atesta a possibilidade jurídica da contratação direta por inexigibilidade de licitação, condicionado ao saneamento das ressalvas apontadas, as quais foram devidamente atendidas mediante a complementação da instrução processual.

RATIFICO todos os atos praticados no âmbito do presente processo e, nos termos do art. 72, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, **AUTORIZO** a **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 34/2026**, nos termos abaixo:

Objeto da contratação	LOCAÇÃO DO SALÃO SÃO MIGUEL ARCANJO, DESTINADO À REALIZAÇÃO DA FESTVENTURA 2026, EVENTO ALUSIVO ÀS COMEMORAÇÕES DO 31º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE – PR.
Contratada	MITRA EPARQUIAL NOSSA SENHORA IMACULADA CONCEIÇÃO DE RITO CATÓLICO UCRANIANO, CNPJ: 21.543.643/0008-28.
Valor Total	R$ 20.000,00 (vinte mil reais).
Fundamento Legal	Art. 74, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Determino a adoção das providências necessárias para a formalização da contratação, a celebração do contrato administrativo e a publicação do respectivo ato, na forma da legislação vigente.

Boa Ventura de São Roque, 26 de agosto de 2026.

Assinado Digitalmente
NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silas Dos Santos
Código Identificador:78457982

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 35/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 348/2026
CONSIDERANDO que o presente processo administrativo foi regularmente instruído, contendo os elementos necessários à caracterização da necessidade da contratação, à demonstração da compatibilidade do preço com os valores praticados no mercado e à devida justificativa do valor apresentado, conforme consta dos autos;
CONSIDERANDO que foram observados os requisitos previstos no art. 72 da Lei nº 14.133/2021, com a juntada da documentação que comprova a habilitação e a qualificação técnica da contratada para a execução do objeto pretendido;
CONSIDERANDO o parecer jurídico que atesta a regularidade do procedimento e a presença dos requisitos legais para a contratação direta por inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, inciso III, alínea "f", da Lei nº 14.133/2021, bem como o saneamento das inconsistências apontadas durante a instrução processual;
RATIFICO todos os atos praticados no âmbito do presente processo e, nos termos do art. 72, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, **AUTORIZO** a **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N°35/2026**, nos termos abaixo:

Objeto a ser contratado:	CURSO EM ANÁLISE DO COMPORTAMENTO APLICADA (ABA), DESTINADO, PRIORITARIAMENTE, AOS PROFESSORES DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE), AOS PROFESSORES DE APOIO AO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (PAEE) E AOS PROFESSORES QUE ATENDEM ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) E DEMAIS TRANSTORNOS DO NEURODESENVOLVIMENTO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE.
Contratado:	**HÉLIO VIEIRA DOS SANTOS CURSOS PREPARATÓRIOS, CNPJ:17.437.761/0001-08**
Prazo de Vigência:	12 (doze) meses
Valor Total:	R$ 35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais).
Fundamento Legal:	Art. 74, Inc. III, f, da Lei 14.133/2021

Determino a adoção das providências necessárias para a formalização da contratação e a publicação do respectivo ato.

Boa Ventura de São Roque, 25 de Agosto de 2026

Assinado Digitalmente
NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silas Dos Santos
Código Identificador:6921DDE0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONVÊNIO Nº03/2026

CONVÊNIO Nº03/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE E O CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE COM VISTAS A OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA DO SUS NO MUNICÍPIO.

Por este instrumento, de um lado a **Prefeitura Municipal de** Boa Ventura de São Roque, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n.º 01.612.906/0001-20, com sede à Rua Moises de Miranda nesta cidade de Boa Ventura de São Roque - Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Nestor Kenear, portador da cédula de identidade RG n.º38970941 PR e do CPF n.º436.314.289-87, residente e domiciliado em Boa Ventura de são Roque Bairro Cristo Rei e de outro lado o **CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE**, CNPJ nº 03.273.207/0001-28, doravante simplesmente CONSÓRCIO, neste ato representado pelo seu Presidente **Marcelo José Bernardeli Palhares,** portador da Cédula de Identidade/RG nº 7.789.283-4 SSP-PR, do CPF nº 031.836.199-03, residente e domiciliado na Rua Coronel Cecílio Rocha, 702**,** em Jacarezinho (PR) – CEP 86400-000, com base no previsto no artigo 19º, inciso III, do estatuto do Consórcio, e nas Leis nºs 8.080/90 e 8.142/90, firmam o presente Convênio de acordo com os termos e condições a seguir estabelecidos:
CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO - O presente Termo tem por objetivo operacionalizar ações de Assistência Farmacêutica, através da aquisição e distribuição de medicamentos essenciais, à população usuária do SUS (Sistema Único de Saúde).
CLÁUSULA SEGUNDA: DO COMPROMISSO DAS PARTES - Comprometem-se os signatários:
I – PREFEITURA MUNICIPAL:
a) repassar ao Consórcio, recursos financeiros no valor de R$ 101.000,00 em duas parcelas de R$ 50.500,00, as quais deverão ser depositadas em conta corrente nº 5024-5 específica do Banco do Brasil, Agência 3793-1, até o dia 05 dos meses de Setembro, Dezembro/2026 conforme plano de aplicação em anexo;
b) estruturar a Assistência Farmacêutica no município;
c) garantir que a dispensação Farmacêutica seja realizada sob responsabilidade técnica do Profissional Farmacêutico;
d) manter dados consistentes sobre o consumo de medicamentos e demanda (atendida e não atendida) de cada produto;
e) efetuar a programação de medicamentos utilizando-se do perfil epidemiológico, consumo histórico e oferta de serviços;
f) quantificar os medicamentos definindo um ponto de reposição, considerando o Consumo Médio Mensal e o tempo médio para aquisição/ressuprimento;
g) monitorar a qualidade dos medicamentos recebidos, subsidiando a Diretoria do Consórcio, para que esta reavalie os requisitos de qualidade para aquisição e proceda a validação de fornecedores;
h) receber, armazenar e distribuir, adequadamente os medicamentos;
i) organizar a distribuição dos medicamentos, exclusivamente na rede SUS, garantindo prescrição e utilização adequada dos mesmos;
j) promover o uso racional dos medicamentos junto à população, aos prescritores e aos dispensadores;
k) disponibilizar e capacitar os recursos humanos em saúde, necessários a uma Assistência Farmacêutica de qualidade.
II - AO CONSÓRCIO:
a) seguir o elenco proposto na pactuação aprovada pela Comissão Intergestores Bipartite e Conselho Estadual de Saúde, integrantes da Relação de Medicamentos Essenciais para a Atenção Básica e constantes do Plano Estadual de Assistência Farmacêutica Básica;
b) adquirir os medicamentos de acordo com a programação do município, elaborada com o recurso financeiro disponível, conforme plano de aplicação em anexo;

c) incentivar os municípios a participarem da formulação da Política de Assistência Farmacêutica do Estado e a organizarem sua estrutura no município;
d) manter um sistema de comunicação com os municípios, para que esses obtenham informações atualizadas das programações, aquisições e movimentação financeira de seus recursos;
e) manter o cronograma de programação e aquisição, tentando evitar a descontinuidade no fornecimento;
f) efetuar as aquisições de medicamentos dentro de requisitos técnicos, legais e de qualidade, estabelecidos para esses produtos;
g) monitorar as entregas dos produtos até o seu destino final, intermediando possíveis transtornos durante seu percurso;
h) intermediar junto ao Fornecedor, a substituição dos produtos, quando comprovado desvio da qualidade originada no processo de fabricação ou transporte.
CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS - O valor referente ao recurso financeiro destinado à execução do presente convênio correrá à conta da Dotação Orçamentária n. º3520, elemento de despesa - 3.3.72.32.00.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA, Fonte: 00303 Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%).
CLÁUSULA QUARTA: DO ACOMPANHAMENTO – O acompanhamento do presente convênio será realizado a cada período vigência, com base em avaliações do cumprimento de seu objeto.

CLÁUSULA QUINTA: DA DENÚNCIA E RESCISÃO – O presente termo de convênio poderá ser rescindido sem comunicação prévia, caso ocorra descumprimento das obrigações ora estipuladas, sujeitando-se a parte inadimplente a eventuais perdas e danos, respondendo ainda por todo e qualquer ônus decorrente de procedimentos judiciais que se fizerem necessários podendo, entretanto, ser resolvido por mútuo consenso, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.
CLÁUSULA SEXTA – Ficam sem efeito quaisquer disposições estabelecidas em convênios ou consequentes termos aditivos, anteriores ao presente, que contrariem direta ou indiretamente os dispostos nas cláusulas deste Instrumento.
CLAUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA - Este Termo de Convênio entrará em vigor a partir da data de sua assinatura e terá vigência até 31 de dezembro de 2026.
CLÁUSULA OITAVA: DAS ALTERAÇÕES - Quaisquer alterações dos termos e condições do presente convênio deverão ser objeto de termos aditivos firmados a qualquer tempo e farão parte integrante, para todos os efeitos e direitos.
CLÁUSULA NONA: DO FORO - As partes elegem o Foro da Comarca de Curitiba para dirimir as dúvidas fundadas neste Instrumento e que não puderem ser resolvidas de comum acordo. E assim por estarem de pleno acordo e ajustados depois de lido e achado conforme, o presente Instrumento vai, a seguir, assinado em 03 (três) vias pelos representantes dos respectivos signatários na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo firmadas, para publicação e execução.

Boa Ventura de São Roque, 25 de agosto de 2026.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Presidente do Conselho Deliberativo do Consórcio

TESTEMUNHAS:

1 – Nome, cargo e CPF:
.....

2 – Nome, cargo e CPF:
.....

Publicado por:
Rosangela Gulanoski
Código Identificador:6557C139

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N.º 135/2026.

EXTRATO DE CONTRATO N.º 135/2026.

PARTES:
CONTRATANTE: **O MUNICIPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE - PR**
CONTRATADO: GWS GLOBAL LIMITADA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 53.080.207/0001-80, sita na Rua Alpercata, , Ana Malaquias, Timóteo/ MG, CEP: 35182183.
OBJETO (S): CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DE COZINHA A PEDIDO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E O SAMAE.
VALOR CONTRATUAL: R$ 1.312,91 (Um mil, trezentos e doze reais e noventa e um centavos.)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Recursos provenientes do Orçamento Geral Vigente, conforme contrato.
PERÍODO/VIGÊNCIA: Até 17 de agosto de 2027.
DATA DA ASSINATURA: 17/08/2026.
FORO: Pitanga - Pr.

Boa Ventura de São Roque, 17/08/2026.

Contratante	Contratado
NESTOR KENEAR	***GUSTAVO HENRIQUE SEVERINO PINTO***
Prefeito Municipal	CNPJ sob n.º 53.080.207/0001-80

Publicado por:
Ana Gabrieli Pires da Silva
Código Identificador:DAEA1510

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 310/2026

PORTARIA Nº 310/2026

O SENHOR NESTOR KENEAR, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:

CONCEDER: Ao Servidor O Senhor Vilsinei Bernardino De Ramos**,** Matricula de Nº 417991 nomeado pelo decreto de 003/2025, para o Cargo em Comissão de Agente Politico Secretario Municipal de desenvolvimento Econômico, Inovação e Turismo.05 (cinco) dias de férias, referentes ao período aquisitivo compreendido entre 01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025 , a serem usufruídas no período de 21 de setembro de 2026 até 25 de setembro de 2026, devendo retornar ao exercício de suas funções em 28 de setembro de 2026. E o pagamento do adicional constitucional de 1/3 (um terço) sobre a remuneração das férias, e também o pagamento de 10 dias convertidos em abano pecuário referente ao mesmo período. Nos termos do artigo 101 da Lei Municipal nº 832/2015, com a expressa concordância do servidor.
Revogadas as disposições em contrário, esta portaria passa a vigorar a partir da data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque – PR, 26 de agosto de 2026.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal – Mat. 417983

Publicado por:
Rosangela Gulanoski
Código Identificador:C4AA037A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 311/2026

PORTARIA Nº 311/2026

O SENHOR NESTOR KENEAR, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:

CONCEDER: A Sra**.** Ana Patricia Bezusko, Matricula 418078, para exercer o cargo em Comissão de Diretor de Departamento de Cultura junto à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes 05 (cinco) dias de férias relativas ao período 02/09/2025 a 31/08/2026 que serão fruídos nos períodos de 21/09/2026 a 25/09/2026 e adicional de 1/3 (um terço) da sua remuneração. Conforme Lei 832/2015 art. 101. Com plena anuência do servidor.

Revogadas as disposições em contrário, esta portaria passa a vigorar a partir da data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque, 26 de agosto de 2026.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosangela Gulanoski
Código Identificador:659CD237

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 312/2026

PORTARIA Nº 312/2026

O SENHOR NESTOR KENEAR, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:

DESIGNAR: O Servidor Rudinel Cezar Ricaldes Ervite, Matricula de Nº165-1, nomeado através da Portaria 268/2002 para exercer o cargo de Professor, Designado para exercer o Cargo de Diretor da Escola Municipal Dom Frederico Helmel - EIEF, de acordo com a Lei Municipal nº 236/2005 Artigo 48, artigo 53 § 3º, artigo 54 e artigo 56 § 1º e 2º da referida Lei.

Revogadas as disposições em contrário à portaria de Nº 66/2026, esta portaria passa a vigorar a partir da data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque, 26 de agosto de 2026.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosangela Gulanoski
Código Identificador:0A16BEEA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 313/2026

PORTARIA Nº 313/2026

O SENHOR NESTOR KENEAR, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:

DESIGNAR: A Servidora Edicleia Kelner de Paula, Matricula 418144, nomeada através do Decreto 41/2026 para exercer o Cargo de Professora, Designada para exercer o Cargo de Diretor da Escola Municipal João Pessoa - EIEF, de acordo com a Lei Municipal nº 236/2005 Artigo 48, artigo 53 § 3º, artigo 54 e artigo 56 § 1º e 2º da referida Lei.

Revogadas as disposições em contrário, esta portaria passa a vigorar a partir da data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque, 26 de agosto de 2026.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosangela Gulanoski
Código Identificador:A7D18FF6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 314/2026

PORTARIA Nº 314/2026

O SENHOR NESTOR KENEAR, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:
Art. 1º: Designar os servidores abaixo relacionados, vinculados à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Turismo, para comporem a Comissão Organizadora da FEST VENTURA 2026:

I – Titular:José Rodrigues de Quadros.
II – Suplentes: Vilsinei Bernardino de Ramos;
Cricieli Kloster Leite;
Nardina Perreira dos Santos.

Art. 2º Compete à Comissão Organizadora planejar, organizar, coordenar, acompanhar e executar as ações necessárias à realização da FEST VENTURA 2026, bem como articular-se com as demais Secretarias Municipais, órgãos públicos, entidades, empresas, patrocinadores e demais parceiros envolvidos na realização do evento.
Art. 3º A participação dos servidores designados nesta Comissão será considerada de relevante interesse público, não implicando em remuneração adicional.
Revogadas as disposições em contrário, esta portaria passa a vigorar a partir da data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque – PR, 26 de Agosto de 2026.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosangela Gulanoski
Código Identificador:F927CDB2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 315/2026

PORTARIA Nº 315/2026

O SENHOR NESTOR KENEAR, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:

CONCEDER: A Servidora Janice Bueno de Oliveira, Matricula de Nº 640-1, nomeada através do decreto 075/2008 para exercer o cargo de Assistente Administrativo, concede 20 (vinte) dias do período de férias referente ao período 18/02/2025 a 17/02/2026 e que serão fruídas de 31/08/2026 a 19/09/2026 com retorno ao trabalho dia 21/09/2026. Conforme Lei 832/2015 art. 101 e plena anuência da Servidora.

Revogadas as disposições em contrário, esta portaria passa a vigorar a partir da data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque, 26 de agosto de 2026.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosangela Gulanoski
Código Identificador:033DF30C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N°26/2026
O MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE (PR), pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº01.612.906.0001/20 e com sede localizada na Rua Moises Miranda, 422, centro, CEP 85.225-000, Boa Ventura de São Roque-PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Nestor Kenear, nos termos do inciso IV do art. 71 da Lei Federal nº14.133/2021, considerando a regularidade do procedimento executado, a adequação das propostas de preço e dos documentos relativos à habilitação das empresas melhores classificadas face às descrições e exigências previstas pelo documento convocatório e parecer jurídico, **ADJUDICO e HOMOLOGO**, o processo licitatório desenvolvido na modalidade pregão Eletrônico nº26/2026, cujo objeto é AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS ZERO KM (POPULAR, PICK-UP, PICK-UP 4X4, VAN). PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS E DO SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO SAMAE DO MUNICIPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE/PR. A AQUISIÇÃO CONTEMPLA VEÍCULOS DESTINADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL, COM RECURSOS PROVENIENTES DA EMENDA INDIVIDUAL Nº 202640890014 E DA DELIBERAÇÃO Nº 13/2025 – CEDCA/PR. BEM COMO VEÍCULOS DESTINADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, COM RECURSOS ORIUNDOS DA RESOLUÇÃO SESA/PR
Torna-se público o resultado da licitação realizada no dia 13 de Agosto de 2026, às 08 horas em epigrafe, adjudicando como vencedor pelo critério menor preço por item, as seguintes proponentes.
Adjudica-se e Homologa-se para as Proponentes conforme classificação:
PROPONENTE 01: **COMERCIAL OESTE LTDA**CNPJ:77.882.587/0001-34 com o lote: 2 no valor total de R$ 191.000,00 (cento e noventa e um mil reais).
PROPONENTE 02: **ALMAJ COMERCIAL LTDA**CNPJ: 64.076.816/0001-81 com o lote: 3 no valor total de R$ 216.900,00 (duzentos e dezesseis mil e novecentos reais).
PROPONENTE 03: **D + SAUDE VEICULOS ESPECIAIS LTDA**CNPJ: 54.977.710/0001-03 com o lote: 4 no valor total de R$ 292.600,00 (duzentos e noventa e dois mil e seiscentos reais).
PROPONENTE 04:**ZACARIAS VEÍCULOS LTDA**CNPJ: 79.138.608/0006-41 com o lote: 1 no valor total de R$ 639.000,00 (seiscentos e trinta e nove mil reais).

Totalizando valor total de: R$ 1.339.500,00(um milhão e trezentos e trinta e nove mil e quinhentos reais)
Tudo em conformidade com a Ata de Abertura, Habilitação e Julgamento lavrada pelo Agente de Contratação/Pregoeiro do Município (Portaria 34/2025).
Encaminha-se os autos para celebração de contrato ou emissão instrumento competente.

Boa Ventura de São Roque, 26 de agosto de 2026

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo Koleska
Código Identificador:9A3A0B88

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 183/2026

PORTARIA Nº 183/2026
Data: 26/08/2026

Súmula: Designa Comissão Avaliadora para realização e julgamento da Prova de Conceito no procedimento licitatório destinado à contratação de solução de gestão territorial integrada do Município de Boa Vista da Aparecida/PR, e dá outras providências.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS, Prefeito do Município de Boa Vista da Aparecida, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,
CONSIDERANDO a realização de procedimento licitatório cujo objeto consiste na contratação de empresa especializada para implantação de Sistema de Informações Geográficas em ambiente web, atualização do Cadastro Técnico Multifinalitário Municipal, fornecimento de imagens aéreas georreferenciadas de alta resolução e imagens 360° terrestres e aéreas, geração de nuvem de pontos 3D, vetorização de edificações, atualização cadastral imobiliária, mapeamento de estradas rurais, bem como licenciamento, hospedagem, suporte e manutenção de software para gestão territorial integrada do Município de Boa Vista da Aparecida/PR;
CONSIDERANDO que o Termo de Referência prevê a realização de **Prova de Conceito**, destinada à comprovação do atendimento, pelo sistema ofertado pela licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar, aos requisitos técnicos e funcionais estabelecidos no instrumento convocatório;
CONSIDERANDO a necessidade de designação de Comissão Avaliadora para acompanhamento, análise e julgamento técnico da referida Prova de Conceito;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica constituída a **Comissão Avaliadora da Prova de Conceito**, destinada a acompanhar, avaliar e emitir manifestação técnica acerca da solução apresentada no âmbito do procedimento licitatório cujo objeto é a contratação de solução para gestão territorial integrada do Município de Boa Vista da Aparecida/PR.

Art. 2º. Ficam designados para compor a Comissão Avaliadora os seguintes servidores:

I – CLEBER TEODORO BECKER, Assessor Especial de Desenvolvimento e Estratégias, matrícula funcional nº 1181280, **Presidente**;
II – MÁRIO HENRICHS, Contador, matrícula nº 1178555, **Membro**;
III – ROSMIR MARCOS DALLABRIDA, Engenheiro Civil, matrícula nº 113786, **Membro**.

Art. 3º. Compete à Comissão Avaliadora:

I – acompanhar integralmente a realização da Prova de Conceito;
II – verificar a conformidade do sistema apresentado com os requisitos técnicos e funcionais previstos no Edital, Termo de Referência e demais documentos que integram o procedimento licitatório;
III – solicitar à licitante a demonstração das funcionalidades e operações necessárias à comprovação do atendimento de cada requisito submetido à Prova de Conceito;
IV – registrar, em instrumento próprio, o resultado da avaliação de cada requisito ou funcionalidade demonstrada;
V – verificar o percentual de atendimento aos requisitos funcionais exigidos pelo instrumento convocatório;
VI – receber e analisar os questionamentos escritos eventualmente apresentados pelos representantes das demais licitantes durante a realização da Prova de Conceito, observadas as disposições do Edital;
VII – registrar em ata as ocorrências relevantes verificadas durante a realização da Prova de Conceito;
VIII – elaborar, ao final da avaliação, **Relatório Técnico Conclusivo**, indicando o percentual de atendimento obtido e concluindo, de forma fundamentada, pela **aprovação ou reprovação da solução**

apresentada, de acordo com os critérios estabelecidos no instrumento convocatório;
IX – encaminhar o Relatório Técnico Conclusivo ao Agente de Contratação/Pregoeiro responsável pela condução do procedimento licitatório, para adoção das providências pertinentes.

Art. 4º. A avaliação realizada pela Comissão deverá observar estritamente os requisitos, critérios, percentuais e procedimentos previamente estabelecidos no Edital e no Termo de Referência, sendo vedada a criação, durante a realização da Prova de Conceito, de requisitos ou critérios de avaliação não previstos no instrumento convocatório.

Art. 5º. A Comissão Avaliadora exercerá função exclusivamente técnica, não lhe competindo praticar atos próprios do Agente de Contratação/Pregoeiro ou da autoridade competente, especialmente quanto à classificação, desclassificação, habilitação, inabilitação, adjudicação ou homologação do procedimento licitatório.

Parágrafo único. O resultado da Prova de Conceito será formalizado mediante Relatório Técnico Conclusivo da Comissão e encaminhado ao responsável pela condução do certame para a adoção das providências previstas no Edital e na legislação aplicável.

Art. 6º. Os membros da Comissão deverão atuar com imparcialidade e observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, igualdade, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e demais princípios aplicáveis às contratações públicas.

Art. 7º. Os trabalhos desenvolvidos pelos membros da Comissão serão considerados serviço público relevante, não ensejando remuneração adicional.

Art. 8º. A Comissão permanecerá constituída até a conclusão das Provas de Conceito eventualmente necessárias no respectivo procedimento licitatório e apresentação do respectivo Relatório Técnico Conclusivo.

Art. 9º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Boa Vista da Aparecida/PR, em 26 de agosto de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marilucia de Campos
Código Identificador:90648D61

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE EMPREITADA GLOBAL N° 66/2025

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE EMPREITADA GLOBAL N° 66/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: CONSTRUTORA DE OBRAS CONSKOVA LTDA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE VIAS URBANAS EM CBUQ 2.015,40 M², NA RUA PRIMO MARCON (ENTRE A RUA EUNICE TOLENTINO E RUA CARIMÉ + 174,37M), INCLUINDO SERVIÇOS PRELIMINARES, TERRAPLENAGEM, DRENAGEM, BASE E SUB-BASE, REVESTIMENTO, MEIO-FIO COM SARJETA, SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO, SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, ENSAIOS TECNOLÓGICOS E PLACA DE COMUNICAÇÃO VISUAL, EM CONFORMIDADE COM OS PROJETOS, ORÇAMENTO, CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO E MEMORIAL DESCRITIVO, NOS TERMOS DA TABELA ABAIXO, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO..

VALOR DO CONTRATO ORIGINAL: R$ 533.971,62 (quinhentos e trinta e três mil e novecentos e setenta e um mil e sessenta e dois centavos).

VALOR DO CONTRATO REAJUSTADO: R$ 578.502,87 (quinhentos e setenta e oito mil e quinhentos e dois reais e oitenta e sete centavos)

VALOR DO CONTRATO GLOSADO: R$ 532.188,68 (quinhentos e trinta e dois mil, cento e oitenta e oito reais e sessenta e oito centavos).

Boa Vista da Aparecida – PR, em **26 de agosto de 2026.**

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Aline Dos Passos
Código Identificador:BE37ECCE

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO / ADJUDICAÇÃO C.E. 009/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO / ADJUDICAÇÃO

Tendo em vista o parecer do Agente de Contratações, do departamento jurídico e autorização do PARANACIDADE, e estando cumpridas todas as exigências da Concorrência Eletrônica n° 009/2026.

HOMOLOGO E ADJUDICO

O resultado da licitação referente à **contratação de empresa especializada para Execução de pavimentação asfáltica em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) na Estrada Vicinal Arcelino Pichek, localizada na Linha Flor da Serra, no Município de Boa Vista da Aparecida/PR, compreendendo a execução de serviços preliminares, terraplenagem, base e sub-base, revestimento asfáltico, execução de meio-fio com sarjeta, sinalização viária, ensaios tecnológicos de controle de qualidade e instalação de placas de comunicação visual, conforme projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias e demais elementos técnicos,** conforme abaixo:

LOTE	EMPRESA VENCEDORA	VALOR GLOBAL
ÚNICO	JUMBO PAVIMENTACAO LTDA	R$ 3.270.000,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 3.270.000,00 (três milhões e duzentos e setenta mil reais).

Boa Vista da Aparecida, em 26 de agosto de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mateus Panisson Zucco
Código Identificador:C8EB1C3D

LICITAÇÃO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - COMPEC - COMERCIO DE PECAS E SERVICOS PARA TRATORES LTDA

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
LICITAÇÃO MODALIDADE: CHAMAMENTO PÚBLICO N° 001/2026
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 001/2026

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE SERVIÇOS MECÂNICOS, TROCA DE ÓLEO E ALINHAMENTO NOS VEÍCULOS E MÁQUINAS PESADAS DE DIVERSAS MARCAS E MODELOS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA/PR**.**

EMPRESA - HABILITADA	SITUAÇÃO
COMPEC - COMERCIO DE PECAS E SERVICOS PARA TRATORES LTDA	CREDENCIADA

Boa Vista da Aparecida – PR, em 26 de agosto de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mateus Panisson Zucco
Código Identificador:4869B9BA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 755/2026

DECRETO Nº 755/26

Súmula: Exonera a pedido Cargo em Comissão.

O Prefeito de Bocaiúva do Sul, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado a pedido a partir de 31 de agosto de 2026, IVAN FELIPE ANACLETO CPF Nº ***.485.009-** Pr, ocupante do cargo em provimento em Comissão de Diretor de Departamento CC2, lotado na Secretaria Municipal de Administração.

Ar. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Bocaiúva do Sul, 24 de agosto de 2026.

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Pedrinha Arsie de Oliveira
Código Identificador:E9CBFB28

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 756/2026

DECRETO Nº 756/2026

Súmula: Fica exonerada a pedido Classificada em PSS (Processo Seletivo Simplificado).

João de Lima, Prefeito Municipal de Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições conferidas por Lei:

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada a pedido a classificada em Processo Seletivo Simplificado – PSS, conforme abaixo especificado:

Nome	Cargo	Data
Jacqueline Guth Costa	Professora	24.08.2026

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Bocaiúva do Sul, 24 de agosto de 2026.

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Pedrinha Arsie de Oliveira
Código Identificador:7C431477

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CANCELAMENTO DO CONTRATO 109/2026

AVISO DE CANCELAMENTO DE CONTRATAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Bocaiúva do Sul, torna pública o **cancelamento da contratação** referente ao **Pregão Eletrônico nº 40/2026**, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A ORGANIZAÇÃO, COORDENAÇÃO E EXECUÇÃO DE CORRIDA DE RUA, A SER REALIZADA NO MÊS DE AGOSTO, EM ALUSÃO À CAMPANHA AGOSTO LILÁS DE CONSCIENTIZAÇÃO, PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, COM O OBJETIVO DE ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, em razão de a empresa **WV SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 42.129.716/0001-33, não ter assinado o **contrato 109/2026** dentro do prazo estabelecido, conforme previsto no instrumento convocatório.

Dessa forma, fica cancelada a contratação da referida empresa.

Bocaiúva do Sul, 11 de agosto de 2026.

CAMILLE MARIA ARCIE DOMINGOS
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Estefania Tavares Freitas Silva Busato
Código Identificador:1FA0CB60

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA N.172/2026

PORTARIA N.172/2026

Dispõe sobre a designação de servidor para atuar como FISCAL de Contratos e Atas de Registros de Preços, regidos pela Lei n. 8.666/93 ou 14.133/21.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo art. 12 do Decreto Municipal n. 1284/2023, que regulamenta a Lei Federal n. 14.133/21;

CONSIDERANDO as exigências legais para o processo de fiscalização de contratos que determinam que a execução dos contratos seja gerenciada e fiscalizada por representantes da Administração Pública;

CONSIDERANDO as boas práticas pertinentes ao processo de gestão e fiscalização contratual;

CONSIDERANDO a necessidade de indicação de fiscal de contrato em razão dos Memorandos enviados,
RESOLVE:
Art. 1°. Designar o servidor listados abaixo para atuar como fiscal de contrato/ ata de registro de preço:
Secretaria Municipal de Administração:

• Ari Bernardi - Matrícula 21288 (Contratos e Atas relacionados a equipamentos e patrimônio)

•Emmily Isabella Castilho Ribeiro - Matrícula 21514 (Contratos e Atas relacionados a rotinas administrativas)

•Francisco Augusto Santos - Matrícula 18813 (Contratos e Atas relacionados à veículos)

•Sthephany Eloize Falcade Taborda - Matrícula 21318 (Contratos e Atas relacionados a rotinas administrativas)

Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente:

•Keila Cristine Ribeiro Mehl - Matrícula 21336 (todos os contratos/ atas)

Secretaria Municipal de Assistência Social:

•Alenise Maria Ceccon - Matrícula 8133 (Contratos e Atas relacionados a Casa Acolhedora)

•Carlos Henrique Kaviak Elias - Matrícula 15318 (Contratos e Atas relacionados ao Armazém da Família)

•Daiane de Mattos dos Santos - Matrícula 21396 (Contratos e Atas relacionados a rotinas administrativas)

•Jaci Maciel da Rosa – Matrícula 21366 (Contratos e Atas relacionados ao CREAS)

•Silvio Nei Batista de Souza - Matrícula 21375 (Contratos e Atas relacionados aos prestadores de serviço)

•Valdir Tomé – Matrícula 21253 (Contratos e Atas relacionados à veículos)

Secretaria Municipal de Cultura:

•Lucia Aparecida Milak Carvalho Bernardi – Matrícula 9482 (todos os contratos/ atas)

Secretaria Municipal de Educação:

•Andrea Brand Castro – Matrícula 4863 (Contratos e Atas relacionados a material didático / departamento infantil)

•Edmar Rocha Damasceno – Matrícula 21401 (Contratos e Atas relacionados a Alimentação Escolar)

•Gabriela Oliveira Falcade - Matrícula 21362 (Contratos e Atas relacionados a Estagiários)

•Gildo Alves Moreira Santos – Matrícula 17655 (Contratos e Atas relacionados a Manutenção e Limpeza)

•Gizele Aparecida Barbana Nodari – Matrícula 2178 (Contratos e Atas relacionados a departamento infantil)

•Liamara Ripplinger - Matrícula 18384 (Contratos e Atas relacionados a Tecnologia e equipamentos)

•Marcelo Rodrigues Pereira – Matrícula 19100 (Contratos e Atas relacionados a Transporte escolar)

Secretaria Municipal de Esportes e Lazer:

•Luiz Guilherme de franco Abrahão - Matrícula 15237(todos os contratos/ atas)

Secretaria Municipal de Finanças:

•Angélica de Fátima Ribas dos Santos - Matrícula 17078 (Contratos e Atas relacionados a Tributação)

•Elvis Pedro Silva de Souza - Matrícula 17604 (Contratos e Atas relacionados a Tributação)

•Michelen Cristina Bandeira da Silva Blum - Matrícula 15660 (Contratos e Atas relacionados a Tesouraria e Contabilidade)

Secretaria Municipal de Trabalho,Comércio e Indústria:

•Alessandra Maria Bernardi dos Santos - Matrícula 18961 (todos os contratos/ atas)

Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos:

•Robson Eduardo Castro Kotos - Matricula 17221 - (Contratos e Atas relacionados a secretaria de Obras, Viação e Serviços Urbanos exceto relacionados a arquitetura)

•Marcelo Marcos - Matricula 21554 - (Contratos e Atas relacionados a arquitetura)

Secretaria Municipal de Saúde:

•Claudia Adriana Bandeira - Matrícula 7536 (Contratos e Atas relacionados a odontologia das UBS)

•Cleiton José Polli - Matrícula 18988 (Contratos e Atas relacionados a rotinas administrativas)

•Fabiano Kanehiro Tajiri - Matrícula 16543 (Contratos e Atas relacionados a Dietas e Gêneros Alimentícios do Hospital)

•Francisco José Borges Ferreira - Matrícula 21518 (Contratos e Atas relacionados a Farmácia)

•Luciano Ceccon Neto - Matrícula 17426 (Contratos e Atas relacionados à Vigilância Sanitária)

•Paulo Jardel Cardoso Porcote - Matrícula 2828 (Contratos e Atas relacionados à veículos)

•Tamires Valeria Polli Porkote - Matrícula 21521 (Contratos e Atas relacionados ao Hospital)

•Virginia Beatriz Maciel - Matrícula 15245 (Contratos e Atas relacionados às UBS)

Art. 2°. Caberá ao fiscal ora designado exercer as funções em rigorosa obediência às disposições formais e legais que regem a matéria, podendo a qualquer momento, receber assistência do Órgão de Controle Interno e/ou da assessoria desta administração.
Art. 3°. Para o desenvolvimento das atribuições pertinentes, o servidor designado assinará o Termo de Ciência, recebendo a documentação necessária à execução das suas funções em cada contrato ou instrumento substitutivo para o quais forem indicados.
Art. 4°. Após assinado o Termo de Ciência, o fiscal que se encontrar temporariamente impedido de exercer suas funções na contratação específica, deverá protocolar nos autos Pedido de Substituição Temporária, informando as razões do seu afastamento e o tempo em que o agente substituto atuará em seu lugar.
Art. 5°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 163/2026.

Bocaiúva do Sul/PR, 26 de agosto de 2026.

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estefania Tavares Freitas Silva Busato
Código Identificador:2DC635C1

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO DE HOMOGAÇÃO - LEILÃO Nº 01/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Bocaiúva do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133, de 1º de Abril de 2021 e alterações posteriores, nos termos do Parecer da Procuradoria Geral deste Município e dos trabalhos conclusivos da Comissão Permanente de Licitação, resolve:

HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

Licitação nº:	1/2026
Modalidade nº:	Leilão
Data Homologação:	03/08/2026
Objeto da Licitação:	REALIZAÇÃO DE LEILÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS, PERTENCENTES À PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL/PR, CONFORME RELAÇÃO ABAIXO, NO QUAL CONSTA AS INFORMAÇÕES SOBRE O BEM E VALOR DE LANCE INICIAL.

Participantes com itens Homologados:
1) CLAUDINEI SLOMPO VIANA inscrito no CNPJ/CPF Nº 025.705.829-05 no valor total dos itens vencidos de R$ 89.500,00 (oitenta e nove mil e quinhentos reais).
2) CRISTIANO BARROS PORCEL inscrito no CNPJ/CPF Nº 331.174.598-12 no valor total dos itens vencidos de R$ 70.850,00 (setenta mil, oitocentos e cinquenta reais).
3) Itaciano Mocelin Araujo inscrito no CNPJ/CPF Nº 394.339.789-00 no valor total dos itens vencidos de R$ 67.750,00 (sessenta e sete mil, setecentos e cinquenta reais).
4) WILLIAN JEFFERSON AGUIAR inscrito no CNPJ/CPF Nº 216.955.068-20 no valor total dos itens vencidos de R$ 65.900,00 (sessenta e cinco mil e novecentos reais).
5) JOSÉ CARLOS VIEIRA inscrito no CNPJ/CPF Nº 795.790.278-20 no valor total dos itens vencidos de R$ 55.500,00 (cinquenta e cinco mil e quinhentos reais).
6) PAULO ENRIQUE GOMES inscrito no CNPJ/CPF Nº 006.325.599-50 no valor total dos itens vencidos de R$ 49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais).
7) CARLOS EDUARDO HACHMAM inscrito no CNPJ/CPF Nº 288.279.818-02 no valor total dos itens vencidos de R$ 44.800,00 (quarenta e quatro mil e oitocentos reais).
8) BUENOTERR LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 65.426.731/0001-49 no valor total dos itens vencidos de R$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais).
9) EMANUEL RAZOTO DA SILVA inscrito no CNPJ/CPF Nº 029.714.659-93 no valor total dos itens vencidos de R$ 37.750,00 (trinta e sete mil, setecentos e cinquenta reais).
10) COMERCIAL DE PECAS P/ TRATORES MONTE CLARO LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 78.449.063/0001-17 no valor total dos itens vencidos de R$ 30.450,00 (trinta mil, quatrocentos e cinquenta reais).
11) KELEN DARIANE DE LARA POLLS inscrito no CNPJ/CPF Nº 063.374.879-07 no valor total dos itens vencidos de R$ 28.900,00 (vinte e oito mil e novecentos reais).
12) RIBAMAR MOCELIN POLLI inscrito no CNPJ/CPF Nº 082.961.939-90 no valor total dos itens vencidos de R$ 28.250,00 (vinte e oito mil, duzentos e cinquenta reais).
13) Janete Santos Bernardi Araujo inscrito no CNPJ/CPF Nº 664.237.759-15 no valor total dos itens vencidos de R$ 17.800,00 (dezessete mil e oitocentos reais).
14) FAGNER LOPES DA SILVA inscrito no CNPJ/CPF Nº 51.884.267/0001-20 no valor total dos itens vencidos de R$ 16.450,00 (dezesseis mil, quatrocentos e cinquenta reais).
15) GIOVANA ZAVANELLA MARIANI inscrito no CNPJ/CPF Nº 360.601.838-08 no valor total dos itens vencidos de R$ 13.600,00 (treze mil e seiscentos reais).
16) ELAINE GONÇALVES FRANCISCO inscrito no CNPJ/CPF Nº 032.840.539-64 no valor total dos itens vencidos de R$ 9.550,00 (nove mil, quinhentos e cinquenta reais).
17) MICHAEL SCHMIDT BARRETO inscrito no CNPJ/CPF Nº 404.101.328-37 no valor total dos itens vencidos de R$ 8.300,00 (oito mil e trezentos reais).
18) ANTONIO CARLOS DELGADO DE FIGUEIREDO inscrito no CNPJ/CPF Nº 339.685.688-00 no valor total dos itens vencidos de R$ 7.950,00 (sete mil, novecentos e cinquenta reais).
19) CARLOS SIKORA inscrito no CNPJ/CPF Nº 523.883.019-04 no valor total dos itens vencidos de R$ 7.400,00 (sete mil e quatrocentos reais).
20) REGINALDO DE PAULA PEDROSO inscrito no CNPJ/CPF Nº 056.527.206-38 no valor total dos itens vencidos de R$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).
21) ANTONIO NILDO DE JESUS OLIVEIRA inscrito no CNPJ/CPF Nº 053.115.815-22 no valor total dos itens vencidos de R$ 500,00 (quinhentos reais).

Bocaiúva do Sul, 03 de agosto de 2026.

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estefania Tavares Freitas Silva Busato
Código Identificador:568406DC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 134-2026

DECRETO Nº 134-2026 em 25 de agosto de 2026

Abre Crédito Orçamentário pela Movimentação de Dotações no Orçamento programa de 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 1186/2025 de 22 de dezembro de 2025.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Orçamentário, para a seguinte dotação orçamentária no valor de R$ 32,76 (trinta e dois reais e setenta e seis centavos):
1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
26000 - SECRETARIA DA FAMÍLIA, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO
26001 - SECRETARIA DA FAMÍLIA, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO
8 - Assistência Social
122 - Administração Geral
38 - ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA TODOS
2.63 - GESTÃO ADMINISTRATIVA
1294 - 3.3.90.93.00 - Indenizações e Restituições
7001 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica (SUAS)
R$ 32,76 (trinta e dois reais e setenta e seis centavos)
Art. 2º - Para atendimento do Crédito Orçamentário de que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação no valor de R$ 32,76 (trinta e dois reais e setenta e seis centavos):

FONTE DE RECEITA	VALOR R$
7001 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica (SUAS)	R$ 32,76

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos para 25 de agosto de 2026, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, em 25 de agosto de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito

Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul					
Rua São Paulo, 185 - Centro - 85.708-000 - Bom Jesus do Sul/ PR					
CNPJ: 01.612.443/0001-04 Fone: (46)3548-2000	licitacoes@bomjesusdosul.pr.gov.br	**Usuário:** Adriano Junior Dias	**Chave de Autenticação Digital Página**		
http://www.bomjesusdosul.pr.gov.br			1836-9774-166		
Relação de Alterações Orçamentárias					
Fundamento: Decreto 134-2026 de 25/08/2026					
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul					
Órgão orçamentário: 26000 - SECRETARIA DA FAMÍLIA, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO					
Unidade orçamentária: 26001 - SECRETARIA DA FAMÍLIA, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO					
Função: 8 - Assistência Social					
Subfunção: 122 - Administração Geral					
Programa: 38 - ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA TODOS					
Ação: 2.63 - GESTÃO ADMINISTRATIVA					
Despesa 1294 - 3.3.90.93.00 - Indenizações e Restituições					
Fonte de recurso: 7001 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica (SUAS) - 1.661.0000					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscim**	**Decréscim**

				os (R$)	os (R$)
25/08/2026	2644266	Suplementação Orçamentária excesso de arrecadação 7001	Excesso de Arrecadação	32,76	
			Total da despesa:	32,76	0,00
			Total da unidade orçamentária:	32,76	0,00
			Total do órgão orçamentário:	32,76	0,00
			Total do fundamento:	32,76	0,00
			Total geral	32,76	0,00

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:52C238C1

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 1487/2026

Exonera a pedido Servidor Público Municipal.

HELIO JOSE SURDI, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido a Servidora Pública Senhora **JANDIRA PINNO**, matrícula nº. 2823, ocupante do Cargo Técnico em Enfermagem nomeada através do Decreto nº 1372/2025 de 27 de outubro de 2025.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data, ficando revogadas as disposições em contrário, em especial a Decreto nº 1372/2025 de 27 de outubro de 2025.

Bom Jesus do Sul-PR, 26 de agosto de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:6563214D

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N°161-2026

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N°161/2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL – PR.
CONTRATADA: AGGIORNARE ASSESSORIA E CAPACITAÇÃO LTDA.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para elaborar o Projeto de Trabalho Social – PTS no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida/FNHIS Sub-50.
VIGÊNCIA: 26/08/2026 à 25/02/2028.
VALOR: R$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais).
FUNDAMENTO: Dispensa de Licitação N°26/2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:63B386A7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL

CHEFE DE GABINETE
LEI Nº 1.802, DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a Política Municipal de Meio Ambiente do Município de Bom Sucesso do Sul, institui e disciplina o Conselho Municipal de Meio Ambiente – CMMA e o Fundo Municipal de Meio Ambiente – FMMA e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:
TÍTULO I
DA POLÍTICA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Meio Ambiente do Município de Bom Sucesso do Sul, destinada à proteção, preservação, conservação, recuperação e melhoria da qualidade ambiental, visando assegurar o meio ambiente ecologicamente equilibrado e o desenvolvimento sustentável.
Art. 2º São princípios da Política Municipal de Meio Ambiente:
A proteção do meio ambiente e dos recursos naturais;
A prevenção e reparação dos danos ambientais;
O uso racional e sustentável dos recursos naturais;
A proteção dos recursos hídricos, do solo, do ar, da fauna e da flora;
A educação ambiental;
A participação da sociedade na gestão ambiental;
A integração da política ambiental com as políticas de desenvolvimento urbano, rural, saúde, saneamento básico e demais políticas públicas municipais;
A observância da legislação ambiental federal e estadual.

Art. 3º São objetivos da Política Municipal de Meio Ambiente:
Preservar, conservar e recuperar a qualidade ambiental;
Promover o desenvolvimento sustentável;
Prevenir e controlar atividades potencialmente causadoras de degradação ambiental;
Promover a recuperação de áreas degradadas e a proteção de mananciais e recursos hídricos;
Incentivar a educação e a conscientização ambiental;
Assegurar a participação da sociedade na gestão ambiental;
Promover a adequada gestão dos resíduos e dos recursos naturais, observadas as competências estabelecidas na legislação específica de saneamento básico.

Art. 4º São instrumentos da Política Municipal de Meio Ambiente:
O planejamento ambiental municipal;
O Conselho Municipal de Meio Ambiente – CMMA;
O Fundo Municipal de Meio Ambiente – FMMA;
O licenciamento e a fiscalização ambiental, no âmbito das competências municipais;
A educação ambiental;
Os programas, projetos e ações de proteção e recuperação ambiental;
O monitoramento e a divulgação de informações ambientais;
Os instrumentos de participação e controle social;
Os convênios, termos de cooperação e demais instrumentos celebrados para execução da política ambiental.

TÍTULO II
DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Art. 5º Fica instituído o Conselho Municipal de Meio Ambiente – CMMA, órgão colegiado de caráter consultivo, deliberativo, normativo e de controle social, vinculado ao órgão municipal responsável pela política ambiental.
Art. 6º Compete ao CMMA:

Acompanhar e propor diretrizes para a Política Municipal de Meio Ambiente;
Acompanhar os planos, programas e ações municipais relacionados ao meio ambiente;
Propor medidas destinadas à proteção, conservação e recuperação ambiental;
Acompanhar ações relativas aos recursos hídricos, áreas verdes, matas ciliares e demais recursos naturais;
Propor e acompanhar ações de educação ambiental;
Promover a participação da sociedade nas questões ambientais;
Acompanhar e propor medidas relativas ao controle e fiscalização ambiental, respeitadas as competências dos órgãos responsáveis;

Deliberar sobre as diretrizes e o Plano Anual de Aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente;
Acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos do Fundo;
Apreciar o relatório anual de gestão do Fundo;
Solicitar aos órgãos municipais informações necessárias ao exercício de suas atribuições;
Elaborar e aprovar seu Regimento Interno;
Exercer outras atribuições relacionadas à Política Municipal de Meio Ambiente previstas em lei ou regulamento.
Art. 7º O Conselho Municipal de Meio Ambiente – CMMA será composto por, no mínimo, 06 (seis) membros titulares e respectivos suplentes, assegurada a participação do Poder Público Municipal e da sociedade civil.**§ 1º** A composição do CMMA buscará, sempre que possível, representação equilibrada entre o Poder Público e a sociedade civil, consideradas a realidade local e a existência de entidades, organizações e segmentos aptos a participar do Conselho.
§ 2º Para fins de representação da sociedade civil, poderão participar, entre outros, representantes de:
Associações comunitárias, de moradores ou de produtores rurais;
Cooperativas;
Entidades empresariais, comerciais ou profissionais;
Instituições de ensino;
Organizações, grupos ou entidades com atuação ambiental, social, cultural, comunitária ou rural;
Outras entidades ou organizações da sociedade civil com atuação ou representação no Município.
§ 3º A inexistência ou insuficiência de entidades da sociedade civil em número necessário à composição equilibrada do Conselho **não impedirá sua constituição e funcionamento**, desde que assegurada a participação de representantes da sociedade civil e observada a predominância do interesse público na atuação do colegiado.
§ 4º Os órgãos, entidades e segmentos representados no CMMA serão definidos por Decreto do Poder Executivo, observadas as disposições desta Lei.
§ 5º Os membros serão nomeados por Decreto do Chefe do Poder Executivo para mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução.
§ 6º A participação no Conselho será considerada serviço público relevante e não será remunerada.
Art. 8º O Conselho elegerá dentre seus membros Presidente, Vice-Presidente e Secretário, na forma de seu Regimento Interno.
Art. 9º O funcionamento, periodicidade das reuniões, convocação, quóruns e demais regras de organização do CMMA serão disciplinados em Regimento Interno.
Parágrafo único. As reuniões do Conselho serão públicas, ressalvadas as hipóteses legais de sigilo, e suas deliberações serão objeto de publicidade.

TÍTULO III
DO FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Art. 10. Fica instituído o Fundo Municipal de Meio Ambiente – FMMA, de natureza contábil, vinculado ao órgão municipal responsável pela política ambiental, destinado ao financiamento de programas, projetos e ações de proteção, conservação, recuperação e melhoria da qualidade ambiental.
Art. 11. Constituem receitas do FMMA:
Dotações orçamentárias destinadas ao Fundo;
Recursos provenientes de multas ambientais, quando legalmente destinados ao Município;
Receitas decorrentes do licenciamento ambiental, quando de competência municipal e legalmente destinadas ao Fundo;
Recursos provenientes de compensações ambientais;
Recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, decisões judiciais ou acordos destinados a finalidades ambientais;
Transferências, convênios, contratos, termos de cooperação e instrumentos congêneres;
Doações, contribuições e legados;
Rendimentos decorrentes da aplicação financeira de seus recursos;
Outras receitas legalmente destinadas ao Fundo.
Art. 12. Os recursos do FMMA serão aplicados em:
Proteção, conservação e recuperação do meio ambiente e dos recursos naturais;
Recuperação de áreas degradadas, matas ciliares e mananciais;
Educação e conscientização ambiental;
Estudos, planos, projetos e programas ambientais;
Ações de controle, monitoramento e fiscalização ambiental de competência municipal;
Aquisição de equipamentos e materiais necessários à execução das ações ambientais;
Capacitação e fortalecimento da gestão ambiental municipal;
Outras ações diretamente relacionadas às finalidades da Política Municipal de Meio Ambiente.

Parágrafo único. É vedada a utilização dos recursos do FMMA em despesas estranhas às suas finalidades.
Art. 13. A administração financeira do FMMA caberá ao órgão municipal responsável pela política ambiental.
§ 1º A programação anual de aplicação dos recursos será submetida à apreciação e deliberação do CMMA.
§ 2º A gestão financeira e orçamentária observará a legislação de direito financeiro, responsabilidade fiscal, contabilidade pública e as normas dos órgãos de controle.
§ 3º O órgão gestor apresentará anualmente ao CMMA relatório da aplicação dos recursos do Fundo.
TÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS
Art. 14. As ações da Política Municipal de Meio Ambiente serão articuladas com a Política Municipal de Saneamento Básico e Ambiental, preservadas as competências do CMMA, do CMSBA, do FMMA e do FMSBA.
Art. 15. Permanecem válidos os atos administrativos, nomeações, deliberações, contratos, convênios e demais instrumentos praticados com fundamento na Lei Municipal nº 1.570, de 1º de outubro de 2021, desde que compatíveis com esta Lei.
Art. 16. Os recursos financeiros, bens, direitos, obrigações, documentos e arquivos vinculados ao Fundo Municipal de Meio Ambiente passam a reger-se pelas disposições desta Lei, independentemente de qualquer formalidade adicional.
Art. 17. O Conselho Municipal de Meio Ambiente atualmente constituído permanecerá em funcionamento até a edição dos atos necessários à sua adequação às disposições desta Lei.
Art. 18. O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei no que for necessário à sua execução.
Art. 19. Fica revogada integralmente a Lei Municipal nº 1.570, de 1º de outubro de 2021.
Parágrafo único. A revogação prevista no caput não implica descontinuidade do Conselho Municipal de Meio Ambiente, do Fundo Municipal de Meio Ambiente, das políticas públicas, programas, projetos ou demais atos administrativos regularmente praticados.
Art. 20. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos 26(vinte e seis) dias mês de agosto de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:F48DC874

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 437, DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

Concede diária de viagem ao servidor Marcos Cesar Pilonetto.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições e com fundamento na Lei nº 1.790, de 19 de junho de 2026:
RESOLVE
Art. 1º Conceder ao servidor **Marcos Cesar Pilonetto,** ocupante do cargo efetivo de **motorista,** matrícula nº **645-9/1**, **½ (meia) diária de viagem**, retroativa ao dia **16 de agosto de 2026**, em deslocamento à cidade de **Guarapuava – PR**, com veículo oficial, a serviço do Departamento Municipal de Saúde, para realização de transporte de pacientes para tratamento fora do domicílio junto ao **Hospital Regional do Centro-Oeste.**
Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 16 de agosto de 2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos **26 (vinte e seis) dias do mês de agosto do ano de 2026.**

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:917D6DD4

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 438, DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

Concede diária de viagem ao servidor Wilson Junior Perondi.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições e com fundamento na Lei nº 1.790, de 19 de junho de 2026:
RESOLVE
Art. 1º Conceder ao servidor **Wilson Junior Perondi**, ocupante do cargo efetivo de **Motorista**, matrícula nº **684-0/1**, **½ (meia) diária de viagem**, retroativa ao dia **21 de agosto de 2026**, em deslocamento à cidade de **Cascavel– PR**, com veículo oficial, a serviço do Departamento Municipal de Saúde, para realização de transporte de pacientes para tratamento fora do domicílio junto ao **CEONC.**
Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 21 de agosto de 2026.
Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos 26 (vinte e seis) dias do **mês de agosto do ano de 2026**.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:B107A211

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 439, DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

Concede diária de viagem ao servidor Wilson Junior Perondi.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições e com fundamento na Lei nº 1.790, de 19 de junho de 2026:
RESOLVE
Art. 1º Conceder ao servidor **Wilson Junior Perondi**, ocupante do cargo efetivo de **Motorista**, matrícula nº **684-0/1**, **½ (meia) diária de viagem**, retroativa ao dia **25 de agosto de 2026**, em deslocamento à cidade de **Clevelândia– PR**, com veículo oficial, a serviço do Departamento Municipal de Saúde, para realização de transporte de pacientes para tratamento fora do domicílio junto a **Associação Pro Saúde de Clevelândia.**
Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 25 de agosto de 2026.
Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos 26 (vinte e seis) dias do **mês de agosto do ano de 2026**.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:D9F4D35B

RECURSOS HUMANOS
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2024

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 019/2026

O Prefeito Municipal de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 46, XXV da Lei Orgânica Municipal, **CONVOCA** o(a) candidato(a) relacionado(a) abaixo, aprovado(a) no Concurso Público nº 01/2024, à comparecer, **até o dia 03 de setembro de 2026**, das 8h às 11h e das 13:30h às 17h, na sede da Prefeitura Municipal de Bom Sucesso do Sul, localizada na cidade de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, na Rua Cândido Merlo, nº 290, para entrega de toda a documentação exigida no item 20.9, do Edital nº 01/2024, do Concurso Público nº 01/2024 e encaminhamento aos exames médicos admissionais, para efeito de tomar posse no respectivo cargo, sob pena de perda da vaga e convocação dos demais candidatos aprovados.

TÉCNICO DE INFORMÁTICA – FINAL DE FILA

Classificação	Inscrição	Nome
01º	122922	RAFAEL MARINHUK

ZELADORA

Classificação	Inscrição	Nome
03º	122453	RENATA OLIVEIRA MACARINI

Bom Sucesso do Sul, 26 de agosto de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Valentina Rosecler Marinhuk
Código Identificador:3B5B9D76

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 440, DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

Designa servidor público municipal para o exercício de Função por Encargo Especial, concede adicional pelo exercício de encargo especial, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, especialmente as conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e com fundamento no **art. 225, § 2º, da Lei Complementar Municipal nº 047/2026, e no Decreto Municipal nº 3.864, de 06 de julho de 2026,**
CONSIDERANDO que o Decreto Municipal nº 3.864/2026 regulamentou a concessão de adicional pelo exercício de encargo especial aos servidores públicos efetivos do Município de Bom Sucesso do Sul;
CONSIDERANDO que a designação para o exercício de encargo especial depende de ato formal do Chefe do Poder Executivo, mediante portaria;
CONSIDERANDO a necessidade administrativa de designação de servidor efetivo para o exercício de atribuições de direção, coordenação, responsabilidade técnica ou gestão de atividade administrativa de maior complexidade, sem prejuízo das atribuições ordinárias do cargo efetivo;
RESOLVE:
Art. 1º Designar **LUIZ CARLOS DUARTE**, matrícula nº 594-0/1, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Segurança no Trabalho, para exercer a Função por Encargo Especial de Coordenador de Planejamento, nos termos do Decreto Municipal nº 3.864/2026.
§ 1º Em razão da designação de que trata o caput, fica concedido adicional pelo exercício de encargo especial no percentual de 20% (vinte por cento) do vencimento básico do servidor, durante o período de efetivo exercício da função.
§ 2º A designação de que trata esta Portaria produz efeitos a partir de 1º de agosto de 2026.
Art. 2º Compete ao servidor designado exercer as atribuições previstas no Anexo II do Decreto Municipal nº 3.864/2026 para a respectiva Função por Encargo Especial, sem prejuízo das atribuições ordinárias do cargo efetivo e das determinações da chefia imediata.
Art. 3º O adicional pelo exercício de encargo especial possui natureza transitória, precária e vinculada ao efetivo exercício da função, não se incorporando ao vencimento do servidor para qualquer efeito.
Art. 4º A designação poderá ser revogada a qualquer tempo por interesse da Administração Pública, cessando automaticamente o pagamento do adicional quando houver o afastamento do servidor das

atribuições do encargo especial, a revogação do ato ou a cessação da necessidade administrativa.
Art. 5º A Divisão de Recursos Humanos deverá adotar as providências necessárias ao registro da presente designação nos assentamentos funcionais do servidor e ao lançamento financeiro do adicional, observada a disponibilidade orçamentária e os limites legais de despesa com pessoal.
Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2026.
Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, em 26 de agosto de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Valentina Rosecler Marinhuk
Código Identificador:EA815FB4

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 441, DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

Determina a lotação da servidora Jaine Fátima Grein Cararo.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições que lhe confere o Art. 46, XXV, Art. 61, inciso II, alínea 'b', ambos da Lei Orgânica,
RESOLVE
Art. 1º Determina a lotação da servidora Jaine Fátima Grein Cararo, matricula nº 653-0/1, ocupante do cargo efetivo de Psicóloga, para exercer suas funções junto ao Departamento Municipal de Assistência Social.
Art. 2º A lotação da servidora decorre da necessidade do serviço e do interesse público.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 24 de agosto de 2026.
Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, em 26 de agosto de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Valentina Rosecler Marinhuk
Código Identificador:2B885B31

RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS Nº 001/2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 37/2026

O Prefeito Municipal de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 46, XXV da Lei Orgânica Municipal, **CONVOCA** o (a) candidato (a) relacionado (a) abaixo, aprovado (a) no Processo Seletivo Simplificado – PSS Nº 001/2025, à comparecer, **até o dia 03 de setembro de 2026**, das 8h às 11h e das 13:30h às 17h, na sede da Prefeitura Municipal de Bom Sucesso do Sul, localizada na cidade de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, na Rua Cândido Merlo, nº 290, para entrega de toda a documentação exigida nos itens 10.4 e 10.5, do Edital nº 001/2025, do Processo Seletivo Simplificado – PSS Nº 001/2025 e encaminhamento aos exames médicos admissionais, para efeito de tomar posse no respectivo cargo, sob pena de perda da vaga e convocação dos demais candidatos aprovados.

ASSISTENTE SOCIAL

Classificação	Nome
12º	TISSIANE CAMILA JAKUBOWSKI

ENFERMEIRO

Classificação	Nome
13º	MARGARIDA SKARLATTY XAVIER MARCELINO

Bom Sucesso do Sul, 26 de agosto de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Valentina Rosecler Marinhuk
Código Identificador:AF006315

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANEY

CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANEY
PORTARIA 12/2026

PORTARIA Nº. 12/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Braganey, estado do Paraná no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Vinte (20) dias de Férias, a Servidora Maria da Silva Gandara dos Santos, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo da Câmara Municipal de Braganey, a ser usufruído no Período de **31/08/2026 a 19/09/2026,** referente ao período aquisitivo de 30/01/2025 a 29/01/2026, nos termos da Legislação vigente**.**
Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Câmara Municipal de Braganey, Estado do Paraná, aos 26 de Agosto de 2026.

ADRIANO DA SILVA
Presidente do Legislativo

Publicado por:
Elaine Salete da Rocha
Código Identificador:03E1B944

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATO N° 098/2026 VINCULADA AO PREGÃO ELETRÔNICO 025/2026

EXTRATO
CONTRATO N° 098/2026 VINCULADA AO PREGÃO ELETRÔNICO 025/2026

PREÂMBULO
Pelo presente CONTRATO:
1. De um lado, o MUNICÍPIO DE BRAGANEY pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob Nº 78.121.902/0001-73 com sede à Avenida Arthur Pereira, nº. 860, centro, nesta cidade, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **VALDIR ZIELINSKI**, brasileiro, empresário, portador da C.I.R.G. 7.505.162-0 SESP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº. 031.294.849-22, residente e domiciliado na Cidade de BRAGANEY Estado do Paraná, doravante denominado **CONTRATANTE.**
2. E, de outro lado, o Sr. LEANDRO RUDNICKI**,** pessoa física, inscrito no **CPF/MF Nº. 566.260.299-91,** sediada na RUA VIOLETA, 465 CENTRO - CORBELIA, Estado do PR, CEP: 85420-000, doravante denominada CONTRATADA. "As partes acima nomeadas e qualificadas, acordam e ajustam firmar o presente contrato, nos termos da Lei n.º 14.133/21, suas alterações e demais legislações pertinentes, assim como pelas condições do Edital Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO 025/2026** e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidade das partes."
CLÁUSULA – DO OBJETO
O objeto desta ATA é **Contratação de serviços de engenharia para elaboração de projeto de instalações elétricas e de projeto de instalações de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA) do Centro de Eventos do Município de Braganey – PR, com 1.805,65 m² de área total construída, compreendendo o desenho, a lista de materiais, o memorial descritivo e a respectiva Anotação de**

Responsabilidade Técnica (ART), conforme especificações técnicas e quantitativos constantes deste instrumento.
CLÁUSULA - DO VALOR CONTRATUAL
Dá-se ao contrato o valor total de **R$ 9.300,00 (nove mil, trezentos reais).**
CLÁUSULA – DA VIGÊNCIA
O presente Contrato terá vigência até **26/08/2027** podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/21.
CLÁUSULA – DO FORO
Fica eleito o foro da Comarca de Corbélia – PR, para dirimir dúvidas ou questões decorrentes do presente Contrato.
E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente termo contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito, na presença de duas testemunhas.

Braganey – Pr 26 de agosto de 2026.
.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:AF55BD87

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATO N° 099/2026 VINCULADA A DISPENSA NORMAL 028/2026

EXTRATO
CONTRATO N° 099/2026 VINCULADA A DISPENSA NORMAL 028/2026

PREÂMBULO
Pelo presente CONTRATO:
1. De um lado, o MUNICÍPIO DE BRAGANEY pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob Nº 78.121.902/0001-73 com sede à Avenida Arthur Pereira, nº. 860, centro, nesta cidade, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **VALDIR ZIELINSKI**, brasileiro, empresário, portador da C.I.R.G. 7.505.162-0 SESP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº. 031.294.849-22, residente e domiciliado na Cidade de BRAGANEY Estado do Paraná, doravante denominado **CONTRATANTE.**
2. E, de outro lado, a empresa PARANA EQUIPAMENTOS S.A.**,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF sob Nº** 76.527.951/0005-09, sediada na, AV; Aracy Tanaka Biazetto,Nº 8258 na cidade de CASCAVEL, Estado do PR, CEP: 0, neste ato representada pelo **Sr** LEOCIR SALVINI**,** portador do **CPF/MF Nº. 025.800.089-93** doravante denominada CONTRATADA. "As partes acima nomeadas e qualificadas, acordam e ajustam firmar o presente contrato, nos termos da Lei n.º 14.133/21, suas alterações e demais legislações pertinentes, assim como pelas condições do Edital Modalidade **DISPENSA NORMAL 028/2026** e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidade das partes."
CLÁUSULA – DO OBJETO
O objeto desta ATA é **Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva programada de 500 horas, com fornecimento de peças, filtros, lubrificantes, graxas, kits de análise e mão de obra especializada para a retroescavadeira Caterpillar 416, série 0L9P20568, pertencente à frota do Município de Braganey/PR, em conformidade com o Programa de Manutenção Preventiva (PMP) do fabricante.**
CLÁUSULA - DO VALOR CONTRATUAL
Dá-se ao contrato o valor total de **R$ 6.096,05 (seis mil e noventa e seis reais e cinco centavos).**
CLÁUSULA – DA VIGÊNCIA
O presente Contrato terá vigência até **24/11/2026** podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/21.
CLÁUSULA – DO FORO
Fica eleito o foro da Comarca de Corbélia – PR, para dirimir dúvidas ou questões decorrentes do presente Contrato.
E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente termo contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito, na presença de duas testemunhas.

Braganey – Pr 26 de Agosto de 2026.
.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:5BB82A99

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 975/2026

CRIA O FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (FMHIS), INSTITUI O CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (CGFMHIS), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANEY**, Estado do Paraná, aprovou, e eu, **VALDIR ZIELINSKI**, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

SEÇÃO I
DA CRIAÇÃO E DOS OBJETIVOS

Artigo 1º - Ficam criados, no âmbito do Município de Braganey, o **Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS)** e o **Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (CGFMHIS)**, nos termos desta Lei.
Artigo 2º - O Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS), de natureza contábil e financeira, constitui instrumento de captação, gerenciamento e aplicação de recursos destinados à implementação da Política Municipal de Habitação de Interesse Social, voltada prioritariamente ao atendimento da população de baixa renda, observadas as diretrizes da Política Nacional de Habitação, do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e da legislação pertinente.
Parágrafo primeiro - Constituem objetivos do FMHIS:
I – Ampliar o acesso da população de baixa renda à moradia digna;
II – Promover programas de construção, aquisição, reforma, ampliação e melhoria habitacional;
III – Fomentar ações de regularização fundiária urbana e rural;
IV – Incentivar a urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda;
V – Promover a melhoria das condições de habitabilidade da população em situação de vulnerabilidade social;
VI – Apoiar programas de produção de lotes urbanizados destinados à habitação de interesse social;
VII – Viabilizar a celebração de convênios e parcerias voltados ao desenvolvimento da política habitacional do Município.
Parágrafo 2º - Para fins de enquadramento como pessoa ou família de baixa renda, para os efeitos desta Lei, serão adotados os mesmos critérios de avaliação socioeconômica e classificação utilizados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, observadas as normas legais, regulamentares e os instrumentos técnicos vigentes aplicáveis à concessão de benefícios e programas sociais.

SEÇÃO II
DAS RECEITAS DO FUNDO

Artigo 3º - Constituem receitas do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS):
I – As dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento anual do Município;
II – Recursos provenientes da União, do Estado do Paraná e de outros entes públicos destinados à habitação;

III – Recursos provenientes de convênios, contratos, termos de cooperação e instrumentos congêneres;
IV – Recursos provenientes de operações de crédito destinadas a programas habitacionais;
V – Transferências voluntárias de órgãos públicos;
VI – Doações, auxílios, subvenções, contribuições e legados de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas;
VII – Receitas decorrentes de aplicações financeiras dos recursos do Fundo;
VIII – Recursos provenientes de restituições, ressarcimentos e devoluções;
IX – Recursos provenientes de alienação de bens vinculados aos programas habitacionais, quando autorizados em lei;
X – Receitas provenientes da amortização de financiamentos habitacionais;
XI – Outras receitas que lhe forem legalmente destinadas.
Parágrafo único - Os saldos financeiros apurados ao final de cada exercício serão automaticamente transferidos para o exercício seguinte, permanecendo vinculados às finalidades do Fundo.

SEÇÃO III
DA ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO

Artigo 4º - O Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social será administrado pelo Secretário Municipal de Assistência Social, em conjunto com o Chefe do Poder Executivo Municipal.
Parágrafo 1º - O Secretário Municipal de Assistência Social exercerá a função de Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social.
Parágrafo 2º - Compete ao Gestor do Fundo:
I – Administrar os recursos financeiros e patrimoniais do FMHIS;
II – Executar as deliberações do Conselho Gestor;
III – Promover a execução dos programas habitacionais financiados pelo Fundo;
IV – Ordenar as despesas do Fundo, observada a legislação financeira vigente;
V – Encaminhar ao Conselho Gestor os demonstrativos financeiros e as prestações de contas;
VI – Celebrar, após autorização do Poder Executivo, os atos administrativos necessários à execução dos programas habitacionais;
VII – Exercer outras atribuições necessárias ao funcionamento do Fundo.
Artigo 5º - Os recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social serão depositados em conta bancária específica.
Parágrafo 1º - A movimentação financeira da conta bancária do Fundo será realizada conjuntamente pelo Prefeito Municipal e pelo Secretário Municipal de Assistência Social.
Parágrafo 2º - Os recursos do Fundo somente poderão ser utilizados mediante autorização do Conselho Gestor.

CAPÍTULO II
DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

SEÇÃO I
DA NATUREZA E DAS FINALIDADES

Artigo 6º - O Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (CGFMHIS) é órgão colegiado de caráter deliberativo, consultivo, fiscalizador e de controle social, responsável pelo acompanhamento, fiscalização e deliberação sobre a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social.
Parágrafo único - O Conselho Gestor exercerá suas atribuições com observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, transparência e participação popular.

SEÇÃO II
DA COMPOSIÇÃO

Artigo 7º - O Conselho Gestor será composto por 07 (sete) membros, nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo, observada a seguinte composição:
I – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
II – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração;
III – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
IV - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;
V – 03 (três) representantes da sociedade civil organizada.
Parágrafo 1º - O mandato dos membros será de 02 (dois) anos, permitida uma recondução por igual período.
Parágrafo 2º - A função de Conselheiro será considerada serviço público relevante e não será remunerada.

SEÇÃO III
DA DIRETORIA DO CONSELHO

Artigo 8º - O Conselho Gestor possuirá uma Diretoria composta pelos seguintes membros:
I – Presidente;
II – Secretário;
III – Tesoureiro.
Parágrafo 1º - O cargo de Presidente será exercido, obrigatoriamente, pelo Secretário Municipal de Assistência Social.
Parágrafo 2º - O Secretário e o Tesoureiro serão eleitos dentre os membros do Conselho Gestor por maioria simples dos votos.
Parágrafo 3º - A Diretoria terá mandato coincidente com o mandato dos Conselheiros.
Parágrafo 4º - Em caso de vacância de qualquer cargo da Diretoria, será realizada nova eleição para complementação do mandato.

SEÇÃO IV
DAS COMPETÊNCIAS DA DIRETORIA

SUBSEÇÃO I
DO PRESIDENTE

Artigo 9º - Compete ao Presidente do Conselho Gestor:
I – Representar o Conselho Gestor perante os órgãos públicos e entidades públicas e privadas;
II – Convocar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias;
III – Elaborar a pauta das reuniões;
IV – Coordenar os trabalhos do Conselho, assegurando o regular funcionamento de suas atividades;
V – Cumprir e fazer cumprir esta Lei, o Regimento Interno e as deliberações do Conselho;
VI – Exercer voto de qualidade em caso de empate nas deliberações;
VII – Assinar, juntamente com o Secretário, as resoluções, atas, pareceres e demais documentos expedidos pelo Conselho;
VIII – Solicitar aos órgãos municipais informações necessárias ao desempenho das atividades do Conselho;
IX – Encaminhar ao Poder Executivo as deliberações aprovadas pelo Conselho;
X – Exercer outras atribuições previstas nesta Lei ou no Regimento Interno.

SUBSEÇÃO II
DO SECRETÁRIO

Artigo 10 - Compete ao Secretário do Conselho Gestor:
I – Secretariar as reuniões do Conselho;
II – Elaborar, lavrar e manter atualizadas as atas das reuniões;
III – Organizar e manter sob sua guarda os arquivos, livros, registros e documentos do Conselho;
IV – Expedir convocações e comunicações oficiais;
V – Elaborar a correspondência oficial do Conselho;
VI – Providenciar a publicação das resoluções quando necessário;
VII – Controlar a frequência dos Conselheiros;
VIII – Organizar o calendário anual de reuniões;
IX – Auxiliar o Presidente no desempenho de suas atribuições;
X – Exercer outras funções previstas nesta Lei ou no Regimento Interno.

SUBSEÇÃO III
DO TESOUREIRO

Artigo 11 - Compete ao Tesoureiro:
I – Acompanhar a execução financeira e orçamentária do Fundo;

II – Examinar os balancetes, relatórios financeiros e prestações de contas;
III – Acompanhar a movimentação dos recursos do FMHIS;
IV – Emitir pareceres financeiros quando solicitado pelo Conselho;
V – Apresentar ao Conselho informações sobre a situação financeira do Fundo;
VI – Acompanhar a correta aplicação dos recursos públicos destinados à habitação de interesse social;
VII – Comunicar ao Conselho qualquer irregularidade constatada na execução financeira;
VIII – Exercer outras atribuições previstas nesta Lei e no Regimento Interno.

SEÇÃO V
DAS COMPETÊNCIAS DO CONSELHO GESTOR

Artigo 12 - Compete ao Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social:
I – Estabelecer diretrizes, prioridades e critérios para aplicação dos recursos do Fundo;
II – Criar e aprovar o Plano Anual de Habitação de Interesse Social;
III – Deliberar sobre a utilização dos recursos financeiros do FMHIS;
IV – Acompanhar, controlar e fiscalizar a execução dos programas habitacionais;
V – Acompanhar a execução física e financeira das obras e projetos financiados pelo Fundo;
VI – Deliberar sobre a prestação de contas anual do Fundo;
VII – Acompanhar a elaboração da proposta orçamentária anual relativa ao FMHIS;
VIII – Sugerir medidas destinadas ao aperfeiçoamento da Política Municipal de Habitação;
IX – Acompanhar a celebração de convênios relacionados à habitação de interesse social;
X – Promover estudos, debates e audiências públicas sobre habitação;
XI – Incentivar a participação popular na formulação da política habitacional;
XII – Deliberar sobre casos omissos relacionados à aplicação dos recursos do Fundo;
XIII – Aprovar seu Regimento Interno;
XIV – Deliberar sobre a criação de comissões temáticas ou grupos de trabalho;
XV – Acompanhar e avaliar os resultados dos programas habitacionais executados pelo Município;
XVI – Aprovar critérios para seleção dos beneficiários dos programas habitacionais, observada a legislação federal e estadual;
XVII – Estabelecer normas destinadas a impedir a alienação, cessão, locação ou qualquer forma de transferência do imóvel concedido antes da quitação das obrigações assumidas pelo beneficiário;
XVIII – Estabelecer critérios destinados a impedir que a mesma unidade familiar, inclusive cônjuge ou companheiro, seja beneficiada mais de uma vez por programas habitacionais custeados com recursos do FMHIS;
XIX – Exercer outras competências previstas na legislação.
Parágrafo primeiro - Sempre que julgar necessário, o Conselho poderá realizar audiências públicas, consultas populares e reuniões abertas à comunidade.
Parágrafo segundo - Os critérios de priorização e as regras de preferência para seleção dos beneficiários dos programas habitacionais serão elaborados e regulamentados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, observadas as diretrizes desta Lei e a legislação aplicável.
Parágrafo terceiro – Compete ao Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (CGFMHIS) acompanhar, fiscalizar e deliberar sobre a observância e a correta aplicação dos critérios estabelecidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme previsto no parágrafo segundo deste artigo, assegurando a transparência, a impessoalidade e a observância do interesse público no processo de seleção dos beneficiários.

SEÇÃO VI
DO FUNCIONAMENTO

Artigo 13 - O Conselho Gestor reunir-se-á:
I – Ordinariamente, no mínimo, uma vez a cada semestre;
II – Extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou por requerimento da maioria absoluta de seus membros.
Parágrafo 1º - As reuniões serão realizadas com a presença da maioria absoluta dos membros.
Parágrafo 2º - Não havendo quórum, a reunião será automaticamente transferida para data a ser definida pelo Presidente.
Parágrafo 3º - As reuniões do Conselho serão públicas, ressalvadas as hipóteses previstas em lei.
Parágrafo 4º - As deliberações serão registradas em ata e disponibilizadas para consulta pública.
Artigo 14 - As decisões do Conselho serão tomadas por maioria simples dos membros presentes, salvo disposição legal em contrário.
Parágrafo 1º - Em caso de empate, caberá ao Presidente o voto de qualidade.
Parágrafo 2º - Somente terão direito a voto os membros titulares.
Artigo 15 - Poderão participar das reuniões, sem direito a voto:
I – Representantes de órgãos públicos;
II – Representantes de entidades privadas;
III – Membros do Ministério Público;
IV – Representantes do Poder Legislativo;
V – Técnicos convidados;
VI – Cidadãos interessados.
Parágrafo único - A participação dos convidados dependerá de aprovação do Presidente ou da maioria simples do Conselho.

SEÇÃO VII
DO REGIMENTO INTERNO

Artigo 16 - O Conselho Gestor elaborará e aprovará seu Regimento Interno no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, contados de sua instalação.
Parágrafo único - O Regimento Interno disciplinará, entre outros assuntos:
I – Funcionamento das reuniões;
II – Convocação;
III – Processo de votação;
IV – Constituição de comissões;
V – Substituição de membros;
VI – Procedimentos administrativos;
VII – Demais normas necessárias ao funcionamento do Conselho.

CAPÍTULO III
DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Artigo 17 - Os recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS) serão aplicados exclusivamente na implementação da Política Municipal de Habitação de Interesse Social, observadas as deliberações do Conselho Gestor, as dotações orçamentárias e a legislação aplicável.
Artigo 18 - Os recursos do FMHIS poderão ser destinados às seguintes ações:
I – Aquisição, construção, conclusão, reconstrução, reforma, ampliação, recuperação e melhoria de unidades habitacionais urbanas e rurais;
II – Aquisição de imóveis destinados à implantação de programas habitacionais;
III – Produção de lotes urbanizados destinados à habitação de interesse social;
IV – Regularização fundiária urbana e rural;
V – Urbanização de assentamentos precários;
VI – Implantação, ampliação ou melhoria da infraestrutura urbana vinculada aos empreendimentos habitacionais;
VII – Implantação de redes de abastecimento de água, energia elétrica, drenagem, pavimentação, saneamento básico e demais obras de infraestrutura relacionadas aos programas habitacionais;
VIII – Aquisição de materiais de construção destinados à execução de programas habitacionais;
IX – Recuperação de imóveis destinados à habitação de interesse social;
X – Pagamento integral ou parcial de prestações decorrentes de financiamentos habitacionais destinados às famílias de baixa renda;
XI – Elaboração de estudos, projetos, levantamentos topográficos, georreferenciamento, laudos técnicos, projetos arquitetônicos e complementares;

XII – Assistência técnica para habitação de interesse social, nos termos da legislação vigente;
XIII – Contratação de serviços técnicos especializados relacionados à execução da política habitacional;
XIV – Aquisição de equipamentos necessários à execução dos programas habitacionais;
XV – Outras ações aprovadas pelo Conselho Gestor compatíveis com os objetivos do Fundo.
Parágrafo único. A aquisição de áreas destinadas à implantação de programas habitacionais de interesse social poderá ser realizada com recursos do FMHIS, desde que previamente aprovada pelo Conselho Gestor e observada a legislação pertinente.

CAPÍTULO IV
DOS INSTRUMENTOS CONTRATUAIS

Artigo 19 - As pessoas beneficiadas pelos programas habitacionais financiados pelo FMHIS celebrarão contrato específico com o Município, contendo, no mínimo:
I – Identificação do beneficiário e de seu núcleo familiar;
II – Descrição do benefício concedido;
III – Direitos e obrigações das partes;
IV – Condições de utilização, conservação e manutenção do imóvel;
V – Hipóteses de perda do benefício;
VI – Penalidades pelo descumprimento das obrigações assumidas;
VII – Forma, prazo e condições de eventual contraprestação financeira, quando exigida.
Parágrafo único - A minuta-padrão dos contratos será regulamentada pela Lei Municipal n° 940/2026.

CAPÍTULO V
DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Artigo 20 - O Gestor do Fundo apresentará ao Conselho Gestor, no mínimo uma vez por ano, relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas, acompanhado da prestação de contas e dos demonstrativos financeiros do FMHIS.
Parágrafo 1º A prestação de contas deverá conter, no mínimo:
I – Demonstrativo das receitas arrecadadas;
II – Demonstrativo das despesas realizadas;
III – Saldo financeiro;
IV – Programas executados;
V – Metas alcançadas;
VI – Relação dos beneficiários dos programas habitacionais, observada a legislação relativa à proteção de dados pessoais.
Parágrafo 2º A prestação de contas aprovada pelo Conselho Gestor será encaminhada aos órgãos de controle competentes, na forma da legislação vigente.

CAPÍTULO VI
DAS PARCERIAS

Artigo 21 - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênios, contratos, termos de cooperação, acordos, ajustes e demais instrumentos congêneres com:
I – União;
II – Estado do Paraná;
III – Municípios;
IV – Instituições financeiras oficiais;
V – Empresas públicas;
VI – Sociedades de economia mista;
VII – Autarquias;
VIII – Fundações públicas;
IX – Organizações da sociedade civil;
X – Entidades privadas sem fins lucrativos;
XI – Organismos nacionais e internacionais;
XII – Demais entidades públicas ou privadas, visando à implementação da Política Municipal de Habitação de Interesse Social.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 22 - A execução desta Lei observará as diretrizes da Política Nacional de Habitação, do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, da Lei Federal nº 11.124, de 16 de junho de 2005, e demais normas federais, estaduais e municipais aplicáveis.
Artigo 23 - Os bens adquiridos com recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social integrarão o patrimônio público municipal, ressalvadas as hipóteses previstas em programas específicos ou na legislação aplicável.
Artigo 24 - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.
Artigo 25 - O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei, no que couber, mediante Decreto.
Artigo 26 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Gestor, observada a legislação vigente e, quando necessário, submetidos ao Chefe do Poder Executivo.
Artigo 27 - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL JOÃO CAPPELLETTO, 26 de agosto de 2026.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ingrid Aparecida Ribeirode Aquino
Código Identificador:2C89658C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 976/2026

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA OUVIDORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BRAGANEY, INSTITUI O SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO (SAC), AUTORIZA A DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO PARA EXERCER A FUNÇÃO DE OUVIDOR GERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANEY**, Estado do Paraná, aprovou, e eu, **VALDIR ZIELINSKI**, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica criada a Ouvidoria Geral do Município de Braganey, vinculada diretamente ao Gabinete do Prefeito, destinada a receber, registrar, analisar, encaminhar, acompanhar e responder às manifestações dos cidadãos relativas à prestação dos serviços públicos municipais.

Artigo 2º - Compete à Ouvidoria Geral:

I – Receber denúncias, reclamações, sugestões, elogios, solicitações e demais manifestações dos usuários dos serviços públicos;
II – Encaminhar as manifestações aos órgãos e entidades competentes para análise e providências;
III – Acompanhar a tramitação das demandas até sua conclusão;
IV – Responder aos cidadãos dentro dos prazos legais;
V – Propor medidas destinadas ao aperfeiçoamento dos serviços públicos municipais;
VI – Produzir relatórios estatísticos e gerenciais acerca das manifestações recebidas;
VII – Promover a transparência, a participação social e o controle social da Administração Pública;
VIII – Exercer outras atribuições correlatas.

Artigo 3º - Fica instituído o Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC), destinado ao atendimento presencial, telefônico e eletrônico da população.

Parágrafo único - O SAC terá como finalidade:
I – Prestar informações sobre os serviços públicos municipais;
II – Orientar os cidadãos quanto aos procedimentos administrativos;
III – Protocolizar solicitações, sugestões, reclamações e denúncias;
IV – Encaminhar as demandas à Ouvidoria Geral quando necessário;

V – Promover atendimento humanizado, eficiente e acessível.

Artigo 4º - A Ouvidoria Geral e o SAC poderão utilizar atendimento presencial, telefônico, aplicativo de mensagens, correio eletrônico, sítio eletrônico oficial e demais meios tecnológicos disponíveis.

Artigo 5º - Fica o Poder Executivo autorizado a designar servidor público efetivo ou ocupante de cargo em comissão para exercer as atribuições de Ouvidor Geral do Município, sem criação de novo cargo efetivo.

Parágrafo 1º - A designação será realizada por Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo 2º - O servidor designado responderá pela coordenação da Ouvidoria Geral e do Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC).

Parágrafo 3º - A designação poderá ser revogada a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo.

Artigo 6º - São atribuições do Ouvidor Geral:

I – Coordenar os trabalhos da Ouvidoria;
II – Supervisionar o atendimento prestado pelo SAC;
III – Requisitar informações aos órgãos da Administração Municipal;
IV – Elaborar relatórios periódicos;
V – Recomendar melhorias na prestação dos serviços públicos;
VI – Garantir o sigilo das informações quando exigido pela legislação;
VII – Exercer outras atribuições compatíveis com a função.

Artigo 7º - Todos os órgãos da Administração Direta e Indireta deverão colaborar com a Ouvidoria Geral, fornecendo informações e adotando as providências necessárias ao atendimento das manifestações recebidas.

Artigo 8º - As manifestações recebidas observarão, sempre que aplicável, as disposições da Lei Federal nº 13.460, de 26 de junho de 2017, e da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Artigo 9º - O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei mediante Decreto, disciplinando os procedimentos administrativos, prazos de resposta, forma de funcionamento da Ouvidoria e do SAC e demais aspectos necessários à sua execução.

Artigo 10 - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Artigo 11 - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL JOÃO CAPPELLETTO, 26 de agosto de 2026.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ingrid Aparecida Ribeirode Aquino
Código Identificador:2F0194C1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 147/2026

EMENTA: CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BRAGANEY, ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais e com base na Legislação Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias a servidora **INGRID APARECIDA RIBEIRO DE AQUINO**, inscrita no CPF: 125.***.569-93, devidamente lotada no Gabinete do Prefeito, no período de 27 de agosto a 30 de agosto de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, sendo imediatamente revogadas as disposições em contrário e inalterado as demais.

Registre-se, publique-se e cumpre-se.

PAÇO MUNICIPAL JOÃO CAPPELLETO, 26 de agosto de 2026.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ingrid Aparecida Ribeirode Aquino
Código Identificador:56FDBD80

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 148/2026

EMENTA: CONVOCAR O APROVADO DO PSS DE 001/2026

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BRAGANEY, ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais e com base na Legislação Municipal,
RESOLVE:

Art. 1º - Convocar o aprovado do PSS N° 01/2026, conforme descrito abaixo:

INSC.	NOME	CLASSIF.
4225	VICTOR SAMUEL PEREIRA BRANDÃO	05

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, sendo imediatamente revogadas as disposições em contrário e inalterado as demais.
Registre-se, publique-se e cumpre-se.

PAÇO MUNICIPAL JOÃO CAPPELLETO, 26 de agosto de 2026.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ingrid Aparecida Ribeirode Aquino
Código Identificador:10BA5629

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 149/2026

EMENTA: EXONERAR DO CARGO DE ASSESSOR DE UNIDADE ADMINISTRATIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BRAGANEY, ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais e com base na Legislação Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Acatar o pedido de exoneração da **Sra. MICHELE APARECIDA CORREIA**, inscrita no CPF: 102.***.269-03, do cargo de ASSESSOR DE UNIDADE ADMINISTRATIVA – Símbolo CC-5.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 31 de julho de 2026, sendo imediatamente revogadas as disposições em contrário e inalterado as demais.

Registre-se, publique-se e cumpre-se.

PAÇO MUNICIPAL JOÃO CAPPELLETO, 26 de agosto de 2026.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ingrid Aparecida Ribeirode Aquino
Código Identificador:3F2CD859

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 150/2026

EMENTA: NOMEAR CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DE DIVISÃO DE DEPARTAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BRAGANEY, ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais e com base na Legislação Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a **Sra. MICHELE APARECIDA CORREIA**, inscrita no CPF: 102.***. 629-03, para exercer o cargo de CHEFE DA DIVISÃO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO – Símbolo CC-4, devidamente lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos aos dias 03 de agosto sendo imediatamente revogadas as disposições em contrário e inalterado as demais.

Registre-se, publique-se e cumpre-se.

PAÇO MUNICIPAL JOÃO CAPPELLETO, 26 de agosto de 2026.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ingrid Aparecida Ribeirode Aquino
Código Identificador:9FCDC76E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 151/2026

EMENTA: NOMEAR CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSORA DE UNIDADE ADMINISTRATIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BRAGANEY, ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais e com base na Legislação Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a **Sra. JULIANA DOS SANTOS**, inscrita no CPF: 048.***.869-01, para exercer o cargo de ASSESSORA DE UNIDADE ADMINISTRATIVA – Símbolo CC-5, devidamente lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos aos dias 03 de agosto de 2026, sendo imediatamente revogadas as disposições em contrário e inalterado as demais.

Registre-se, publique-se e cumpre-se.

PAÇO MUNICIPAL JOÃO CAPPELLETO, 26 de agosto de 2026.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ingrid Aparecida Ribeirode Aquino
Código Identificador:DEB3AAC9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 152/2026

EMENTA: NOMEAR CARGO PROFESSOR SUBSTITUTO (PSS) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BRAGANEY, ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais e com base na Legislação Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o **Sr. LUIZ HENRIQUE BUEKER BERNARDI**, inscrito no CPF: 094.***. 399-70, para exercer o cargo de PROFESSOR SUBSTITUTO (PSS), devidamente lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos aos dias 10 de agosto, sendo imediatamente revogadas as disposições em contrário e inalterado as demais.

Registre-se, publique-se e cumpre-se.

PAÇO MUNICIPAL JOÃO CAPPELLETO, 26 de agosto de 2026.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ingrid Aparecida Ribeirode Aquino
Código Identificador:02B264BF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DISPENSA NORMAL N°. 25/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 119/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
Dispensa Normal N°. 25/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 119/2026

O Prefeito Municipal de Braganey, em cumprimento ao disposto na Lei 14.133/2021 e legislação pertinente, torna-se público o resultado da licitação, apresentando o vencedor pelo critério de Menor Valor Por Item, conforme segue, e considerando o disposto na Legislação Vigente.
OBJETO: Contratação de serviços de engenharia para elaboração de projeto de instalações elétricas e de projeto de instalações de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA) do Centro de Eventos do Município de Braganey – PR, com 1.805,65 m² de área total construída, compreendendo o desenho, a lista de materiais, o memorial descritivo e a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), conforme especificações técnicas e quantitativos constantes deste instrumento.

RESOLVE: Fica homologado e adjudicado o objeto na licitação na modalidade de **Dispensa Normal N°. 25/2026,**

conforme segue o vencedor:

FORNECEDOR	CNPJ	VALOR TOTAL
LEANDRO RUDNICKI	566.260.299-91	R$ 9.300,00

Braganey, 25 de agosto de 2026.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:FA04106D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DISPENSA NORMAL N°. 26/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 120/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
Dispensa Normal N°. 26/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 120/2026

O Prefeito Municipal de Braganey, em cumprimento ao disposto na Lei 14.133/2021 e legislação pertinente, torna-se público o resultado da licitação, apresentando o vencedor pelo critério de Menor Valor Por Item, conforme segue, e considerando o disposto na Legislação Vigente.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de torno e solda em máquinas pesadas, compreendendo a execução de soldagem com eletrodo (vareta), eletrodo cromo e solda MIG, destinados à manutenção corretiva da frota e dos equipamentos do Município de Braganey/PR.

RESOLVE: Fica homologado e adjudicado o objeto na licitação na modalidade de **Dispensa Normal N°. 26/2026,** conforme segue o vencedor:

FORNECEDOR	CNPJ	VALOR TOTAL
ONEIDE PEREIRA BARROS 62638807168	11.647.560/0001-59	R$ 17.000,40

Braganey, 26 de agosto 2026.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:DC93799A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DISPENSA NORMAL N°. 28/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 122/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
Dispensa Normal N°. 28/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 122/2026

O Prefeito Municipal de Braganey, em cumprimento ao disposto na Lei 14.133/2021 e legislação pertinente, torna-se público o resultado da licitação, apresentando o vencedor pelo critério de Menor Valor Por Item, conforme segue, e considerando o disposto na Legislação Vigente.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva programada de 500 horas, com fornecimento de peças, filtros, lubrificantes, graxas, kits de análise e mão de obra especializada para a retroescavadeira Caterpillar 416, série 0L9P20568, pertencente à frota do Município de Braganey/PR, em conformidade com o Programa de Manutenção Preventiva (PMP) do fabricante.

RESOLVE: Fica homologado e adjudicado o objeto na licitação na modalidade de **Dispensa Normal N°. 28/2026,**

conforme segue o vencedor:

FORNECEDOR	CNPJ	VALOR TOTAL
PARANA EQUIPAMENTOS S.A.	76.527.951/0005-09	R$ 6.096,05

Braganey, 28 de agosto 2026.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:DC1ED754

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEARA

GOVERNO MUNICIPAL
AVISO DE LITAÇÃO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 32/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 70/2026

O município de Cafeara**,** Estado do Paraná, torna público que estará recebendo propostas adicionais para realização de processo de contratação direta, conforme segue:

OBJETO: Prestação Serviços de Medicina do Trabalho, Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho a serem realizados no município de Cafeara-PR e prestação de serviço de realização de perícias médicas, com deslocamento dos servidores até o local ou clínica do médico do trabalho para grupos de até 4 servidores, e o deslocamento do Médico Perito até o município de Cafeara-PR para grupos de mais de 5 servidores.

VALOR ESTIMADO: R$ 46.000,00 (Quarenta e seis mil reais)
RECEBIMENTO DE PROPOSTAS ADICIONAIS: até às 23h59min do dia 02/09/2026.

REFERÊNCIA DE HORÁRIO: Horário de Brasília/DF

DISPOSIÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS: O termo de referência e seus anexos estão disponíveis para consulta no site da Prefeitura Municipal de Cafeara, sito https://www.cafeara.pr.gov.br/; Também poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Cafeara, sito a Av. Brasil, 188, Centro, das 07h30min às 17h00min, ou através de solicitação para o email *licitacao@cafeara.pr.gov.br*.

ENVIO DE PROPOSTAS ADICIONAIS: A proposta adicional poderá ser encaminhada para o email ***licitacao@cafeara.pr.gov.br*** ou também ser protocolada presencialmente, na Prefeitura Municipal de Cafeara, até a data limite estipulada acima.

INFORMAÇÕES: A Administração Pública isenta-se de responsabilidade pelo não recebimento de emails de terceiros, atribuindo eventuais falhas à indisponibilidade da internet dos remetentes, mau funcionamento de provedores de email ou outros problemas técnicos alheios ao seu controle. Mantendo o compromisso com canais de comunicação eficientes, a Administração esclarece que obstáculos enfrentados por terceiros ao enviar correspondências eletrônicas não podem ser imputados à instituição, colocando-se à disposição para solucionar questões sob sua alçada.

Prefeitura Municipal de Cafeara, 26 de agosto de 2026

Publicado por:
Caique Handa de Oliveira
Código Identificador:D1711886

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - CONCORRÊNCIA N° 006.2026 - SISTEMA INCÊNDIO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Em estrita observância aos preceitos legais contidos na Lei nº 14.133/2021, e segundo as informações constantes na Ata nº 051/2026, referente ao Processo Administrativo nº 107/2026, confeccionada pelo Agente de Contratação do Município de Cafelândia/PR, concernente ao procedimento licitatório na modalidade Concorrência Eletrônica nº 006/2026, vinculada à Contratação nº 987985-10/2026, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para a execução das obras e dos serviços de engenharia necessários à implantação do sistema de prevenção e

combate a incêndio da Escola Municipal Teotônio Vilela, incluindo o fornecimento de materiais, equipamentos, mão de obra e todos os demais recursos necessários à integral execução do objeto, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos, verificou-se como vencedora do certame a empresa abaixo relacionada:

Vencedores do lote				
Participante/Vencedor	Valor R$	Valor R$ por extenso	Condições de pagamento	Lote
ANTIFIRE PREVENCAO CONTRA INCENDIO LTDA CNPJ nº 37.485.592/0001-99	89.900,00	oitenta e nove mil e novecentos reais	Em até 30 dias contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura	item 01

O valor total a ser adjudicado e homologado perfaz a quantia de R$ 89.900,00 (oitenta e nove mil e novecentos reais), contemplando o princípio da economicidade. Diante do exposto, **ADJUDICO e HOMOLOGO** o procedimento licitatório em favor da empresa vencedora acima elencada, para que produza seus legais e jurídicos efeitos, determinando o encaminhamento do respectivo contrato ao setor competente para as providências cabíveis.

Cafelândia/PR, 18 de agosto de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:F0D2BF2C

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - CONCORRÊNCIA N° 007.2026 - REVITALIZAÇÃO PRAÇAS

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Em estrita observância aos preceitos legais contidos na Lei nº 14.133/2021, e segundo as informações constantes na Ata nº 052/2026, referente ao Processo Administrativo nº 108/2026, confeccionada pelo Agente de Contratação do Município de Cafelândia/PR, concernente ao procedimento licitatório na modalidade Concorrência Eletrônica nº 007/2026, vinculada à Contratação nº 987985-11/2026, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para a execução das obras e dos serviços de engenharia destinados à revitalização de praças públicas e parques infantis do Município de Cafelândia/PR, incluindo o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas e todos os demais recursos necessários à integral execução do objeto, em conformidade com os projetos, planilhas orçamentárias, Memorial Descritivo, composições de custos e cronograma físico-financeiro integrantes do Edital, verificou-se como vencedora do certame a empresa abaixo relacionada:

Vencedores do lote				
Participante/Vencedor	Valor R$	Valor R$ por extenso	Condições de pagamento	Lote
INFOELETRO CONSOLATA LTDA CNPJ nº 05.497.038/0001-35	600.000,00	seiscentos mil reais	Em até 30 dias contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura	item 01

O valor total a ser adjudicado e homologado perfaz a quantia de R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), contemplando o princípio da economicidade. Diante do exposto, **ADJUDICO e HOMOLOGO** o procedimento licitatório em favor da empresa vencedora acima elencada, para que produza seus legais e jurídicos efeitos, determinando o encaminhamento do respectivo contrato ao setor competente para as providências cabíveis.

Cafelândia/PR, 19 de agosto de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:2FD89EA5

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO Nº 051.2026 - TINTAS

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Em estrita observância aos preceitos legais contidos na Lei nº 14.133/2021, e segundo as informações constantes na Ata nº 055/2026, referente ao Processo Administrativo nº 111/2026, confeccionada pelo Agente de Contratação do Município de Cafelândia/PR, concernente ao procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº 051/2026, vinculado à Contratação nº 987985-13/2026, que tem por objeto o Registro de Preços para eventuais e futuras aquisições de materiais de pintura, compreendendo massa acrílica, tinta, solvente, diluente, rolo de lã, pincel e correlatos, destinados à continuidade dos serviços prestados pela Secretaria de Viação e Obras do Município de Cafelândia/PR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos, verificou-se como vencedoras do certame as empresas abaixo relacionadas:

Participante/Vencedor	Valor R$	Valor R$ por extenso	Condições de pagamento	Itens/Lotes
CASA & CORES COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA CNPJ nº 37.364.053/0001-00	R$ 86.457,60	oitenta e seis mil quatrocentos e cinquenta e sete reais e sessenta centavos	Em até 30 dias mediante Nota Fiscal/Fatura	04, 05, 06 e 22
K.S INDUSTRIA E COMERCIO DE TINTAS LTDA CNPJ nº 57.951.680/0001-46	R$ 52.950,00	cinquenta e dois mil novecentos e cinquenta reais	Em até 30 dias mediante Nota Fiscal/Fatura	01, 02, 03, 08 e 09
ZANELLI & BARROS DE SOUZA LTDA CNPJ nº 84.806.264/0001-27	R$ 42.550,00	quarenta e dois mil quinhentos e cinquenta reais	Em até 30 dias mediante Nota Fiscal/Fatura	07, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 21

O valor total a ser adjudicado e homologado perfaz a quantia de R$ 181.957,60 (cento e oitenta e um mil novecentos e cinquenta e sete reais e sessenta centavos), contemplando o princípio da economicidade. Diante do exposto, **ADJUDICO e HOMOLOGO** o procedimento licitatório em favor da empresa vencedora acima elencada, para que produza seus legais e jurídicos efeitos, determinando o encaminhamento do presente processo ao setor competente para adoção das providências administrativas cabíveis, especialmente quanto à emissão e formalização da respectiva Ata de Registro de Preços e/ou Contrato, conforme a natureza do objeto e disposições constantes no instrumento convocatório.

Cafelândia/PR, 21 de agosto de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:915ED8D2

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO Nº 055.2026 - CONCRETO USINADO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Em estrita observância aos preceitos legais contidos na Lei nº 14.133/2021, e segundo as informações constantes na Ata nº 056/2026, referente ao Processo Administrativo nº 117/2026, confeccionada pelo Agente de Contratação do Município de Cafelândia/PR, concernente ao procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº 055/2026, vinculado à Contratação SRP nº 987985-17/2026, que tem por objeto o Registro de Preços para eventuais e futuras aquisições de concreto usinado destinado à continuidade das obras de construção e manutenção da infraestrutura do Município de Cafelândia/PR, conforme especificações técnicas, quantitativos e condições estabelecidas no Edital e seus anexos, verificou-se como vencedora do certame a empresa abaixo relacionada:

Participante/Vencedor	Valor R$	Valor R$ por extenso	Condições de pagamento	Itens/Lotes
MINERACAO CONCRETO LTDA CNPJ nº 79.618.476/0001-40	918.811,00	novecentos e dezoito mil oitocentos e onze reais	Em até 30 dias contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura	001 AO 006

O valor total a ser adjudicado e homologado perfaz a quantia de R$ 918.811,00 (novecentos e dezoito mil oitocentos e onze reais), contemplando o princípio da economicidade. Diante do exposto,

ADJUDICO e HOMOLOGO o procedimento licitatório em favor da empresa vencedora acima elencada, para que produza seus legais e jurídicos efeitos, determinando o encaminhamento do presente processo ao setor competente para adoção das providências administrativas cabíveis, especialmente quanto à emissão e formalização da respectiva Ata de Registro de Preços e/ou Contrato, conforme a natureza do objeto e disposições constantes no instrumento convocatório.

Cafelândia/PR, 21 de agosto de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:07BBFCE4

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
ATA Nº 051.2026 - CONCORRÊNCIA Nº 006.2026 - SISTEMA INCENDIO

ATA Nº 051/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 006/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 107/2026

Aos dezessete dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis, às 09h00min, por meio da plataforma eletrônica www.gov.br/compras, foi aberta a sessão pública da Concorrência Eletrônica nº 006/2026, vinculada à Contratação nº 987985-10/2026 e ao Processo Administrativo nº 107/2026, promovida pelo Município de Cafelândia/PR, cujo objeto consiste na contratação de empresa especializada para a execução das obras e dos serviços de engenharia necessários à implantação do sistema de prevenção e combate a incêndio da Escola Municipal Teotônio Vilela, incluindo o fornecimento de materiais, equipamentos, mão de obra e todos os demais recursos necessários à integral execução do objeto, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. O procedimento foi processado com fundamento na Lei nº 14.133/2021, com valor máximo estimado de R$ 146.305,89, adotando-se o critério de julgamento de menor preço global, no modo de disputa aberto, com participação de ampla concorrência. Durante a sessão, o Agente de Contratação acompanhou a fase competitiva de lances e procedeu à análise da proposta da licitante provisoriamente vencedora. Considerando que o valor ofertado de R$ 89.900,00 correspondia a aproximadamente 61,45% do orçamento da Administração, foram realizadas diligências para comprovação da exequibilidade da proposta, sendo solicitados proposta ajustada, Planilha de Composição de Preços, Cronograma Físico-Financeiro, documentos de habilitação e demais elementos comprobatórios. Após solicitação da licitante, houve prorrogação do prazo para complementação da documentação. Também foi registrada ciência quanto às garantias de execução e adicional previstas no item 13 do Edital. Após análise dos documentos apresentados, a proposta foi considerada compatível com as exigências mínimas do Edital e julgada classificada. Na sequência, foram analisados os documentos de habilitação da licitante, tendo sido constatado o atendimento às exigências mínimas do instrumento convocatório, razão pela qual a empresa ANTIFIRE PREVENCAO CONTRA INCENDIO LTDA foi declarada habilitada. Foram abertos os prazos para manifestação de intenção de recurso nas fases de julgamento da proposta e de habilitação, não havendo registro de manifestação recursal, operando-se a preclusão do direito recursal e seguindo o processo para a fase de adjudicação e homologação pela Autoridade Competente.

Participante/Vencedor	Valor R$	Valor R$ por extenso	Condições de pagamento	Itens/Lotes
ANTIFIRE PREVENCAO CONTRA INCENDIO LTDA CNPJ nº 37.485.592/0001-99	89.900,00	oitenta e nove mil e novecentos reais	Em até 30 dias contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura	item 01

O valor total a ser adjudicado é de R$ 89.900,00 (oitenta e nove mil e novecentos reais), contemplando o princípio da economicidade. O Agente de Contratação informou que a adjudicação e homologação do Pregão fica a cargo do Prefeito Municipal, assim como o Contrato será encaminhado ao setor competente. Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão dia 18/08/2026, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Agente de Contratação.

ADRIANO EFFTING
Agente de Contratação

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:467DAFB7

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
ATA Nº 052.2026 - CONCORRÊNCIA Nº 007.2026 - REVITALIZAÇÃO PRAÇAS

ATA Nº 052/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 007/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 108/2026

Aos dezessete dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis, às 14h00min, por meio da plataforma eletrônica www.gov.br/compras, foi aberta a sessão pública da Concorrência Eletrônica nº 007/2026, vinculada à Contratação nº 987985-11/2026 e ao Processo Administrativo nº 108/2026, promovida pelo Município de Cafelândia/PR, cujo objeto consiste na contratação de empresa especializada para a execução das obras e dos serviços de engenharia destinados à revitalização de praças públicas e parques infantis do Município de Cafelândia/PR, incluindo o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas e todos os demais recursos necessários à integral execução do objeto, em conformidade com os projetos, planilhas orçamentárias, Memorial Descritivo, composições de custos e cronograma físico-financeiro integrantes do Edital. O procedimento foi processado com fundamento na Lei nº 14.133/2021, com valor máximo estimado de R$ 801.972,84, adotando-se o critério de julgamento de menor preço global, no modo de disputa aberto, com participação de ampla concorrência. Durante a sessão, o Agente de Contratação acompanhou a fase competitiva de lances e procedeu à análise da proposta da licitante provisoriamente vencedora, com solicitação de proposta ajustada, planilha de composição de preços, cronograma físico-financeiro e documentos de habilitação. Mediante solicitação da licitante, foram concedidas prorrogações de prazo para apresentação da documentação. Após análise dos documentos encaminhados, a proposta da empresa INFOELETRO CONSOLATA LTDA, no valor global de R$ 600.000,00, foi considerada em conformidade com as exigências mínimas do Edital e julgada classificada. Na fase de habilitação, verificou-se que os arquivos relativos ao Balanço Patrimonial e à Demonstração do Resultado do Exercício não constavam entre os documentos anexados diretamente pela licitante, tendo sido localizados pelo Agente de Contratação mediante consulta ao SICAF. Após análise da documentação disponível, foi constatado o atendimento às exigências mínimas do instrumento convocatório, sendo a empresa INFOELETRO CONSOLATA LTDA declarada habilitada. Foram abertos os prazos para manifestação de intenção de recurso nas fases de julgamento da proposta e de habilitação, não havendo registro de manifestação recursal, operando-se a preclusão do direito recursal e seguindo o processo para a fase de adjudicação e homologação pela Autoridade Competente.

Participante/Vencedor	Valor R$	Valor R$ por extenso	Condições de pagamento	Itens/Lotes
INFOELETRO CONSOLATA LTDA CNPJ nº 05.497.038/0001-35	600.000,00	seiscentos mil reais	Em até 30 dias contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura	item 01

O valor total a ser adjudicado é de R$600.000,00 (seiscentos mil reais), contemplando o princípio da economicidade. O Agente de Contratação informou que a adjudicação e homologação do Pregão fica a cargo do Prefeito Municipal, assim como o Contrato será encaminhado ao setor competente. Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão dia 19/08/2026, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Agente de Contratação.

ADRIANO EFFTING
Agente de Contratação

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:E1B7BA69

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
ATA Nº 056.2026 - PREGÃO Nº 055.2026 - CONCRETO USINADO

ATA Nº 056/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N° 055/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 117/2026

Aos dezenove dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis, às 09h00min, por meio da plataforma eletrônica www.gov.br/compras, foi aberta a sessão pública do Pregão Eletrônico nº 055/2026, vinculado à Contratação SRP nº 987985-17/2026 e ao Processo Administrativo nº 117/2026, promovido pelo Município de Cafelândia/PR, cujo objeto consiste no Registro de Preços para eventuais e futuras aquisições de concreto usinado destinado à continuidade das obras de construção e manutenção da infraestrutura do Município de Cafelândia/PR, conforme especificações técnicas, quantitativos e condições estabelecidas no Edital e seus anexos. O procedimento foi processado com fundamento na Lei nº 14.133/2021, com valor máximo estimado de R$ 918.811,00, adotando-se o critério de julgamento de menor preço por item, no modo de disputa aberto, sob o Sistema de Registro de Preços e com participação de ampla concorrência. Durante a sessão, o Agente de Contratação acompanhou a fase de disputa e procedeu à análise das propostas. Considerando que a empresa ABCJ ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA, inicialmente classificada, possui sede no Distrito Federal, a aproximadamente 1.450 km de Cafelândia/PR, foi realizada diligência para que esclarecesse a forma de produção, transporte e entrega do concreto usinado, diante da vedação à subcontratação, da natureza parcelada das aquisições e da necessidade de execução direta do objeto. Após reavaliação da logística, a empresa solicitou sua própria desclassificação, informando impossibilidade de cumprir adequadamente o objeto. Na sequência, foi convocada a empresa MINERACAO CONCRETO LTDA, que apresentou proposta ajustada e documentos de habilitação, tendo sua proposta sido posteriormente considerada classificada e sua documentação julgada regular. Após a análise das propostas e dos documentos de habilitação, a empresa MINERACAO CONCRETO LTDA foi declarada vencedora dos itens 01 a 06. Foram abertos os períodos para manifestação de intenção de recurso nas fases de julgamento e habilitação, não havendo registro de manifestação recursal no relatório final, encerrando-se a sessão de julgamento e habilitação em 20/08/2026, às 14h13min33s, operando-se a preclusão e seguindo o processo para adjudicação e homologação pela Autoridade Competente.

Participante/Vencedor	Valor R$	Valor R$ por extenso	Condições de pagamento	Itens/Lotes
MINERACAO CONCRETO LTDA CNPJ nº 79.618.476/0001-40	918.811,00	novecentos e dezoito mil oitocentos e onze reais	Em até 30 dias contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura	001 AO 006

O valor total a ser adjudicado é de R$ 918.811,00 (novecentos e dezoito mil oitocentos e onze reais), contemplando com o princípio da economicidade. O Agente de Contratação informou que a adjudicação e homologação do Pregão fica a cargo do Prefeito Municipal, assim como o Contrato será encaminhado ao setor competente. Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão dia 20/08/2026, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Agente de Contratação.

ADRIANO EFFTING
Agente de Contratação

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:3D2A230A

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
ATA SORTEIO LEILOEIROS - CREDENCIAMENTO N° 004.2026

ATA DO SORTEIO PÚBLICO
CREDENCIAMENTO Nº 004/2026 – LEILOEIROS PÚBLICOS OFICIAIS
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 019/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 073/2026

Aos **vinte e seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis**, às **08h30min**, no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Cafelândia, situado na Rua Vereador Luiz Picolli, nº 299, Centro, Cafelândia/PR, foi realizada a sessão pública destinada ao **sorteio da ordem inicial de classificação e distribuição das demandas entre os Leiloeiros Públicos Oficiais credenciados e habilitados no Credenciamento nº 004/2026**, vinculado à Inexigibilidade de Licitação nº 019/2026 e ao Processo Administrativo nº 073/2026.

O procedimento tem por objeto o credenciamento de Leiloeiros Públicos Oficiais, devidamente matriculados na Junta Comercial competente, para prestação de serviços técnicos especializados de preparação, organização, divulgação e realização de leilões públicos destinados à alienação de bens móveis inservíveis, antieconômicos, recuperáveis, irrecuperáveis, veículos, máquinas, equipamentos, sucatas e demais bens patrimoniais pertencentes ao Município de Cafelândia/PR.

Conforme previamente divulgado, a sessão e o sorteio foram realizados **independentemente da presença dos Leiloeiros credenciados**, sendo assegurada a possibilidade de acompanhamento pelos interessados.

Para a definição da ordem inicial de distribuição das demandas, foram incluídos no sorteio os **29 (vinte e nove) Leiloeiros Públicos Oficiais credenciados e habilitados durante o período inicial de credenciamento, encerrado em 24 de junho de 2026**, conforme relação previamente divulgada pela Administração.

O sorteio foi realizado eletronicamente por meio da ferramenta **Sorteador.com**, tendo sido inseridos os 29 (vinte e nove) credenciados habilitados. O sistema registrou a realização do sorteio às **08h34min do dia 26 de agosto de 2026**, horário de Brasília, sorteando as 29 (vinte e nove) opções e estabelecendo a seguinte **ordem de classificação**:

Classificação	Leiloeiro Público Oficial	Matrícula
1º	LUIZ BARBOSA DE LIMA JUNIOR	10/030-L
2º	LUIZ CARLOS DALL AGNOL	639
3º	PATRICIA PIMENTEL GROCOSKI COSTA	22/352 L
4º	GUILHERME EDUARDO STUTZ TOPOROSKI	12/049-L
5º	PEDRO LERNER KRONBERG	20/322-L
6º	SIDNEY BELARMINO FERREIRA JUNIOR	19/309-L
7º	JAQUELINE SPERANÇA	21/328-L
8º	DIEGO WOLF DE OLIVEIRA	20/317-L
9º	GUSTAVO MORETTO GUIMARÃES DE OLIVEIRA	22/344-L
10º	HELCIO KRONBERG	653
11º	FÁBIO MARLON MACHADO	23/374-L
12º	GIANCARLO PETERLONGO LORENZINI MENEGOTTO	24/405-L
13º	LELIA MARIA DE PAULA LENZ CÉSAR	630
14º	ALEX SANDRO VIEIRA FELIX	18/297-L
15º	GELSON BOURSCHIET	23/379-L
16º	DANIEL ELIAS GARCIA	20/316-L
17º	RICARDO FERREIRA GOMES	21/332-L
18º	JEREMY WU SANTIAGO DA COSTA E SILVA	24/400-L
19º	LUCAS RAFAEL ANTUNES MOREIRA	24/399-L
20º	JONAS GABRIEL ANTUNES MOREIRA	24/402-L
21º	JORGE MARCO AURELIO BIAVATI	17/289-L
22º	ADALBERTO SCHERER FILHO	21/329-L
23º	TATIANA PAULA ZANI DE SOUSA	22/358-L
24º	CAMILA DE MOURA GAIA PELLISSARI	23/376-L
25º	CAROLINE DE SOUSA RIBAS	22/359-L
26º	CÁTIA FERNANDA ALIEVI TOPOROSKI	24/390 L
27º	JOACIR MONZON POUEY	18/295-L
28º	FERNANDO CAETANO MOREIRA FILHO	24/401 L
29º	CONRADO AUGUSTO CARVALHO DE MAGALHÃES	22/343-L

Fica, portanto, estabelecida a ordem acima como **ordem inicial de distribuição das demandas e de rodízio** do Credenciamento nº 004/2026, devendo ser observada nas futuras convocações realizadas pelo Município de Cafelândia/PR.

Nos termos do Edital, após a realização de cada leilão, o Leiloeiro convocado passará automaticamente para o final da lista de rodízio, assegurando-se a alternância e a igualdade de oportunidades entre os credenciados. Os Leiloeiros que vierem a ser credenciados após o sorteio inicial serão incluídos ao final da lista de rodízio vigente, observada a ordem cronológica de seu credenciamento.

Registro, ainda, que o resultado eletrônico emitido pela ferramenta **Sorteador.com** será juntado ao Processo Administrativo nº 073/2026, juntamente com a presente Ata, para fins de comprovação, publicidade, rastreabilidade e transparência do procedimento.

Nada mais havendo a registrar, foi encerrada a sessão, sendo lavrada a presente Ata, que, após lida e considerada conforme, segue para assinatura e juntada aos autos.

Cafelândia/PR, 26 de agosto de 2026.

ADRIANO EFFTING
Agente de Contratação
Município de Cafelândia/PR

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:39710767

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
AVISO PREGÃO N° 061.2026 - UNIFORMES ESPORTIVOS

AVISO DE ABERTURA LICITAÇÃO / PREGÃO ELETRÔNICO N° 061/2026
O Município de Cafelândia, Estado do Paraná, torna público que estará realizando **Certame Licitatório n° 125/2026**, na modalidade **Pregão Eletrônico n°** 061/2026, PROCESSO COMPRASGOV: Contratação:987985 - 23/2026, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Edital, do tipo menor preço por item, tendo por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de uniformes esportivos, incluindo camisetas, calções, shorts, agasalhos, conjuntos esportivos e demais peças destinadas à composição dos uniformes das equipes e participantes das atividades promovidas pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer do Município de Cafelândia/PR, conforme as condições, quantidades e exigências descritas no Termo de Referência (Anexo I) deste Edital e demais anexos. VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO: R$ 539.963,35 (quinhentos e trinta e nove mil, novecentos e sessenta e três reais e trinta e cinco centavos). O edital completo se encontra disponível no departamento de licitações da Prefeitura Municipal, na Rua Vereador Luiz Picolli, nº 299, Centro, Município de Cafelândia/PR, das 07h30min às 11h30min e das, 13h30min às 17h30min, e através dos sites www.cafelandia.pr.gov.br ou www.gov.br/compras. A abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO ocorrerá **09 de setembro de 2026 às 09h00min**, no site www.gov.br/compras nos termos das condições descritas no Edital.

Cafelândia/PR, 26 de agosto de 2026.

ADRIANO EFFTING
Agente de Contratação
Portaria n° 632/2023 - DRH

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:8083BCA3

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - EXTRATO DO CONTRATO Nº 154/2026 – PREGÃO - ELETRÔNICO Nº 050/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 154/2026 – Pregão - Eletrônico nº 050/2026

Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro, Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675.

Contratado: ALMAJ COMERCIAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF Nº 64.076.816/0001-81, R 21 DE ABRIL, 406 - CEP: 80060265 - BAIRRO: ALTO DA GLÓRIA, E-MAIL: grupoalmajcomercial@gmail.com, Telefone, (41) 99216-3666 CIDADE: Curitiba/PR, neste ato representado pelo seu sócio administrador ou representante legal pelo(a) Sr.(a) LARISSA TESCHE VALE.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO AUTOMOTOR, TIPO VAN DE PASSAGEIROS, NOVO, ZERO QUILÔMETRO, DESTINADO AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAFELÂNDIA/PR.

Valor Total: R$ 303.900,00 (Trezentos e Três Mil e Novecentos Reais).
Assinaturas: Sr. Junior Motter, LARISSA TESCHE VALE
Vigência: 25/08/2026 a 24/08/2027.
Data da Assinatura:25/08/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:7DC80C61

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA N.º 424/2026-DRH

PORTARIA N.º 424/2026-DRH

SÚMULA: Concede Licença Especial de 03 (três) meses ao servidor efetivo.

O Prefeito Municipal de Cafelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art.1º CONCEDER Licença Especial de 03 (três) meses ao Servidor **CLAYSON DAMAZIO** matrícula 79451, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de **PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA**, referente ao quinquênio 2019-2024 no período de 27/08/2026 a 27/11/2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data supracitada.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, em 26 de agosto de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:148AEEBE

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 019.2026 - LEILOEIRO

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 019/2026
CREDENCIAMENTO N° 004/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 073/2026

Fundamenta-se a presente contratação na hipótese prevista nos arts. 74, inciso IV, 78 e 79 da Lei Federal nº 14.133/2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos, razão pela qual **RATIFICO** a inexigibilidade de licitação para CREDENCIAMENTO de Leiloeiros Públicos Oficiais, regularmente matriculados na Junta Comercial competente, para prestação dos serviços previstos no instrumento convocatório.

Objeto: **CREDENCIAMENTO** de Leiloeiros Públicos Oficiais, pessoas físicas ou jurídicas, devidamente matriculados na Junta Comercial competente, para a prestação de serviços técnicos especializados de preparação, organização, divulgação e realização de leilões públicos destinados à alienação de bens móveis inservíveis, antieconômicos, recuperáveis, irrecuperáveis, veículos, máquinas, equipamentos, sucatas e demais bens patrimoniais pertencentes ao Município de Cafelândia/PR, conforme necessidade da Administração Municipal.

EMPRESA CREDENCIADA	LOTE CREDENCIADO
LUIZ BARBOSA DE LIMA JUNIOR CPF: 397.601.709-49 Matricula Jucepar: 10/030-L	001

A remuneração do Leiloeiro Oficial ocorrerá exclusivamente mediante **comissão de 5% (cinco por cento) sobre o valor do lance vencedor/arrematação, paga diretamente pelo arrematante**, não gerando ônus financeiro direto ao Município, nos termos estabelecidos no Edital de Credenciamento.

Cafelândia/PR, 26 de agosto de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:FF12E34F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALIFÓRNIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
2O TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 020/2026

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 020/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CALIFORNIA – ESTADO DO PARANÁ E PINHEIROS VEICULOS LTDA – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº017/2026 – DISPENSA Nº 008/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua 17 de Dezembro, nº 149, em Califórnia/PR, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.771.279/0001-06, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito PAULO SERGIO CHILEIDE, portador da Cédula de Identidade Civil RG sob nº 9.306.997-8 SSP-PR e inscrito no CPF/MF nº 049.302.529-46, residente e domiciliado neste Município e;

CONTRATADA:PINHEIROS VEICULOS LTDA, CNPJ 01.692.763/0001-03, localizada na Avenida T-09, nº 500, Setor Marista, em Goiânia - GO, representada por BRENO FIGUEIREDO PINHEIRO, portador da cédula de identidade R.G. nº (não informado), inscrito no CPF sob nº 005.273.631-89, residente na cidade de Goiânia - GO, denominada CONTRATADA.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução contratual, compreendendo o prazo para entrega do objeto previsto no Contrato Administrativo nº 020/2026, decorrente do Pregão Eletrônico nº 116/2025 – SECID/PR, Ata de Registro de Preços nº 132/2025 e Convênio nº 1473/2025.

A alteração ora formalizada refere-se à aquisição de 01 (um) veículo utilitário tipo pick-up, cabine dupla, marca Fiat, modelo Strada Turbo CD Flex, correspondente ao Item 03, permanecendo inalterados o objeto, as especificações e as demais condições originalmente pactuadas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO

2.1. Fica prorrogado o prazo de execução do Contrato Administrativo nº 020/2026 até o dia 25 de novembro de 2026, data limite para a entrega do veículo objeto da contratação.

2.2. A prorrogação estabelecida nesta cláusula decorre das circunstâncias supervenientes relacionadas às restrições incidentes durante o período eleitoral de 2026 e aos procedimentos estabelecidos pelo PARANACIDADE para a execução e pagamento das despesas vinculadas às transferências voluntárias, conforme justificativas constantes dos autos.

2.3. O novo prazo compreenderá o período necessário à conclusão da entrega do veículo e dos procedimentos administrativos diretamente relacionados ao recebimento e processamento da despesa, observadas as disposições contratuais aplicáveis.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO RECONHECIMENTO DA PRORROGAÇÃO

3.1. As partes reconhecem que o período compreendido entre o término do prazo de execução originalmente estabelecido e a nova data prevista na Cláusula Segunda decorre de prorrogação expressamente autorizada pela Administração, não caracterizando, durante esse período, inadimplemento da CONTRATADA quanto ao prazo de entrega.

3.2. A prorrogação ora formalizada não implica alteração do objeto contratado, tampouco modificação das condições econômicas do ajuste, permanecendo mantido o valor contratual vigente.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

4.1. Permanece inalterado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 020/2026, que se estende até 23 de fevereiro de 2027, considerando-se suficiente para abranger a execução do objeto e os procedimentos administrativos decorrentes da contratação.

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO

5.1. Permanecem ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 020/2026 e de seus termos aditivos anteriores que não tenham sido expressamente alteradas pelo presente instrumento.

CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

6.1. O CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do presente Termo Aditivo, na forma e nos prazos previstos na legislação aplicável.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente Termo Aditivo, em 03 (três) vias de igual teor e validade, diante das testemunhas abaixo.

Califórnia, 18 de agosto de 2026.

MUNICÍPIO DE CALIFORNIA - PR	*PINHEIROS VEICULOS LTDA*
Contratante	Contratada
Testemunha:	Testemunha:

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:2FC23BB3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO 220

DECRETO 220/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE CALIFÓRNIA - PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2188/2025 de 19/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
05 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE - SAUDE

05.001 DEPARTAMENTO DE SAUDE / FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE
05.001.10.122.0034.2.021 MANUTENCAO DA SECRETARIA DE SAUDE.
3.1.90.11.00.00 303 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 8.000,00

05.001.10.301.0007.2.022 MANUTENCAO DA ATENCAO PRIMARIA.
3.1.90.11.00.00 303 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 92.000,00
3.1.90.13.00.00 303 CONTRIBUICOES PATRONAIS 20.000,00

05.001.10.301.0007.2.026 MANUTENCAO DOS AGENTES COMUNITARIOS DE SAUDE - PACS -
3.1.90.11.00.00 151 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 7.000,00

05.001.10.301.0007.2.029 MANUTENCAO DA FARMACIA DE DISTRIBUICAO DE MEDICAMENTOS.
3.1.90.11.00.00 494 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 4.000,00
3.1.90.13.00.00 494 CONTRIBUICOES PATRONAIS 1.000,00

05.001.10.782.0006.2.030 MANUTENCAO DO TRANSPORTE DA SAUDE.
3.1.90.11.00.00 303 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 40.000,00
3.1.90.13.00.00 303 CONTRIBUICOES PATRONAIS 4.000,00

Total Suplementação: 176.000,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Anulação de dotações, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descrição abaixo:

Redução
05 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE - SAUDE
05.001 DEPARTAMENTO DE SAUDE / FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE
05.001.10.301.0007.2.022 MANUTENCAO DA ATENCAO PRIMARIA.
3.1.90.13.00.00 494 CONTRIBUICOES PATRONAIS 5.000,00

05.001.10.301.0010.2.023 CONSORCIOS INTERMUNICIPAIS E INSTITUICOES EQUIPARADAS
3.3.72.39.00.00 1000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 164.000,00

05.001.10.305.0008.2.027 MANUTENCAO DO PROGRAMA VIGILANCIA EM SAUDE E DA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA.
3.1.90.11.00.00 151 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 7.000,00

Total Redução: 176.000,00

Art 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de CALIFÓRNIA - PR, em 26 de agosto de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Valdir de Souza
Código Identificador:FB0B5E0E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO 221 - EXONERAÇÃO

DECRETO Nº 221/2026

SÚMULA: Exonerar o funcionário.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA, ESTADO DO PARANÁ, SR. PAULO SERGIO CHILEIDE, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI.

D E C R E T A :

Artº. 1º - EXONERAR, na data de 26/08/2026, A servidora, **MONIQUE ANDRESSA MATOS AMADIO PAZINI**, o qual deixará o cargo de Provimento em Comissão de Secretário S1, junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento - SEAFIPLAN - conforme Lei Complementar 001/2015 e demais Leis correlatas

Artº. 2º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Califórnia/PR,
ao 26º dia do mês de agosto de 2026.

PAULO SERGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Sirlei Juventino Nunes
Código Identificador:9AEF7231

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO N° 141/2026

EXTRATO DO CONTRATO N° 141/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 105/ 2026
MODALIDADE Pregão [[Nº 54/ 2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de software gestão do ITR, ISS, ICMS E IQEP com profissionais qualificados para realizar serviços de consultoria tributária junto ao setor de tributação, sob a forma de licença de uso, agrupando serviços de implantação, treinamento, conversão de dados, manutenção e suporte técnico com atendimento in loco, com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas mensais.
FORNECEDOR: MS CONSULTORIA TRIBUTÁRIA LTDA
CNPJ/CPF: 29.077.447/0001-40
REPRESENTANTE LEGAL: MURILO SAMPAIO DOS SANTOS
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: R$ 40.668,00
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 26/08/2026

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:BE3BBA1F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RESOLUÇÃO 005/2026

RESOLUÇÃO 005/2026

Altera a Resolução nº 008/2025 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, que aprovou o Termo de Adesão, o Plano de Ação e os Planos de Trabalho do Incentivo Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes, conforme Deliberação CEDCA/FIA nº 013/2025.

O **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE CALIFÓRNIA – PR**, no uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Municipal nº 1.959/2022,

CONSIDERANDO a Constituição Federal de 1988, especialmente o artigo 227, que estabelece a prioridade absoluta dos direitos da criança e do adolescente;
CONSIDERANDO o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei Federal nº 8.069/1990;

CONSIDERANDO a **Deliberação CEDCA/FIA nº 013/2025**, que estabelece os procedimentos de repasse de recursos, na modalidade fundo a fundo, para fortalecimento, em âmbito municipal, do Sistema Estadual da Política da Criança e do Adolescente – SEPCA/PR;

CONSIDERANDO a **Resolução nº 008/2025 – CMDCA**, de 21 de agosto de 2025, que aprovou o Termo de Adesão, o Plano de Ação e os Planos de Trabalho do Incentivo Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes;

CONSIDERANDO a impossibilidade de execução do **Programa de Iniciação à Natação**, em razão da não disponibilização de profissional habilitado para sua execução, conforme previsto no Plano de Trabalho, que estabelece a necessidade de professor de natação com formação em Educação Física e curso de salvamento aquático;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação do Plano de Trabalho à realidade do Município, visando garantir a efetiva execução das ações e dos recursos;

CONSIDERANDO que a proposta inicialmente aprovada não contemplava de forma específica ações destinadas à **primeira infância**;

CONSIDERANDO a apresentação e aprovação pelo CMDCA do **Projeto Vivências Corporais e Movimento na Educação Infantil**, destinado às crianças da Educação Infantil, com ações voltadas ao movimento, expressão corporal, desenvolvimento motor, autonomia e socialização;

CONSIDERANDO a deliberação e aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente quanto à alteração do Plano de Trabalho, que ocorreu em 24 de agosto de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º Fica alterado o Plano de Trabalho aprovado pela **Resolução nº 008/2025 – CMDCA,** vinculado à **Deliberação CEDCA/FIA nº 013/2025**.

Art. 2º Fica **retirado do Plano de Trabalho o Programa de Iniciação à Natação**, previsto no Eixo 4 – Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer, em razão da impossibilidade de disponibilização de profissional habilitado para sua execução.

Art. 3º Fica **incluído no Plano de Trabalho o Projeto Vivências Corporais e Movimento na Educação Infantil**, destinado ao atendimento de crianças da primeira infância, com ações lúdicas, corporais e pedagógicas voltadas ao desenvolvimento motor, à expressão corporal, à autonomia, à socialização e à convivência.

Art. 4º A alteração prevista nesta Resolução tem por objetivo **adequar o Plano de Trabalho à realidade municipal, possibilitar a efetiva execução das ações e ampliar a garantia de direitos, contemplando de forma específica a primeira infância**, público que não havia sido contemplado na proposta inicial.

Art. 5º Permanecem **inalterados e em pleno vigor os demais projetos, ações e disposições constantes do Plano de Trabalho aprovado pela Resolução nº 008/2025 – CMDCA**, que não sejam expressamente modificados por esta Resolução.

Art. 6º A execução do projeto incluído deverá observar a finalidade dos recursos, a **Deliberação CEDCA/FIA nº 013/2025**, o Plano de Ação aprovado e as demais normas aplicáveis.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Califórnia, 25 de agosto de 2026.

MARIA INÊS GOMES DE LIMA
Presidente do CMDCA

Eixo 4. Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer:

GARANTIA DE DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

PLANO DE TRABALHO

1. DADOS CADASTRAIS
1.1 Dados Cadastrais do Município Proponente

Nome do Município Proponente Califórnia		**CNPJ nº** 75.771.279/0001-06
Nome do Proponente Secretaria Municipal de Educação e Cultura		**CNPJ nº** 75.771.279/0001-06
Endereço Rua São Francisco,84		**CEP** 86820-000
Telefone (43) 3429-1242		**E-mail institucional** gabinete@california.pr.gov.br
Nome do Secretário responsável pela Política da Cultura Mirene Fátima da Costa Dias		
Telefone (43) 3429-1242	**Celular** (43)	**E-mail institucional** gestao.california@hotmail.com

2. CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO OU MODALIDADE DO COLETIVO

Nome do Programa/Serviço
PROGRAMA DE BALLET BABY
Local / Endereço onde será executado o Programa
Academia da Saúde – Praça Severino Belonci, 35 – Califórnia / PR
Parceiros
Prefeitura de Califórnia e Secretaria Municipal de Educação e Cultura

3. DIAGNÓSTICO
O município de Califórnia-PR, localizado ao norte do Paraná, apresenta carência de programas artísticos e culturais para a primeira infância, especialmente nas áreas de dança e expressão corporal. Embora haja interesse crescente por atividades voltadas ao desenvolvimento motor e artístico de crianças, a oferta de projetos estruturados para idades iniciais ainda é limitada.
O balé, como forma de expressão artística e disciplina corporal, oferece benefícios significativos para crianças desde o primeiro ano de vida, contribuindo para o desenvolvimento físico, cognitivo, emocional e social, sendo que a ausência de um programa sistemático nessa área deixa uma lacuna na formação cultural e motora das crianças.
Neste sentido, pensando em promover melhores condições ao desenvolvimento de nossas crianças, em nosso município identificamos a seguintes situações:

• Necessidade de promover cultura, disciplina, postura e musicalidade desde a primeira infância;
• Falta de iniciativas voltadas para a dança e expressão corporal na primeira infância;
• Existência de demanda da comunidade por aulas de balé estruturadas, com metodologia adequada à faixa etária;
• Potencial de utilização de espaços já existentes para atividades artísticas.

4- CARACTERIZAÇÃO DO SERVIÇO A SER IMPLANTADO
O serviço consiste na criação do **Programa de Iniciação ao Balé Infantil**, gratuito e organizado por faixa etária (1 a 6 anos), com aulas conduzidas por professor(a) especializado(a) em dança.
A proposta busca estimular a coordenação motora, musicalidade, criatividade, postura, disciplina e socialização, respeitando o desenvolvimento natural de cada criança.
Turmas e horários:

• **Grupo 1:** 1 e 2 anos → Seg, Qua e Sex, das 17:00 às 18:15
• **Grupo 2:** 3 e 4 anos → Seg, Qua e Sex, das 18:15 às 19:30
• **Grupo 3:** 5 e 6 anos → Seg, Qua e Sex, das 19:30 às 20:30

5. OBJETIVOS
5.1 Objetivo Geral
Promover o desenvolvimento físico, motor, artístico e social de crianças de 2 a 6 anos por meio do balé, incentivando a expressividade corporal, disciplina e outros atributos essenciais ao desenvolvimento pleno do cidadão.
5.2 Objetivos Específicos

• Desenvolver coordenação motora, equilíbrio e postura;
• Estimular a criatividade e musicalidade;
• Promover hábitos saudáveis e disciplina;
• Estimular a socialização e o respeito;
• Oferecer acesso à cultura e dança para todas as crianças, especialmente em situação de vulnerabilidade social.

6. METAS DE ATENDIMENTO
Atender até 78 crianças por ciclo (12 meses), distribuídas entre os três grupos.
Critérios de participação:

• Idade de 2 a 3 anos (até 6 crianças);
• Idade de 3 a 4 anos (10 crianças);
• Idade de 5 a 6 anos (10 crianças);
• Estar matriculado em instituição de ensino ou frequentar a educação infantil;
• Estar com esquema vacinal atualizado;
• Residir no município de Califórnia-PR.

Será dada prioridade de vagas para crianças inseridas no SCFV, respeitando o número de vagas disponíveis em cada grupo.
Indicadores de alcance da meta:

• Número total de alunos matriculados por grupo;
• Frequência mensal dos alunos nas aulas;
• Percentual de participação mínima (75% de presença);
• Taxa de evasão e rotatividade por faixa etária;
• Percentual de alunos prioritários (SCFV) atendidos.

7. METODOLOGIA DE TRABALHO
7.1 Organização das Atividades

• Atividades lúdicas e jogos rítmicos;
• Exercícios de coordenação motora, alongamento e postura;
• Introdução aos passos básicos do balé, de forma adaptada à idade;
• Trabalhos com músicas e coreografias simples;
• Apresentações internas e, eventualmente, para a comunidade.

7.2 Equipe Técnica

• Instrutora de dança/balé com experiência no ensino infantil.

7.3 Periodicidade e Carga Horária

Dia da Semana	Horário	Grupo
Seg, Qua, Sex	17h – 18h15	Grupo 1 (2–3)
Seg, Qua, Sex	18h15 – 19h30	Grupo 2 (3–4)
Seg, Qua, Sex	19h30 – 20h30	Grupo 3 (5–6)

8. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DO COLETIVO
8.1 Instrumentos

• Fichas de acompanhamento individual;
• Relatórios mensais;
• Registro de frequência;
• Avaliação semestral com pais e responsáveis.

8.2 Indicadores de Avaliação

• Frequência mínima de 75%;
• Participação ativa nas atividades;
• Evolução motora e artística observada pelos instrutores.

8.3 Responsáveis pela Avaliação
Coordenação do Programa e equipe técnica da Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

EIXO 3. DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA

GARANTIA DE DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
Plano de Trabalho

1. DADOS CADASTRAIS
1.1 Dados Cadastrais do Município Proponente

Nome do Município Proponente Califórnia		**CNPJ nº** 75.771.279/0001-06
Endereço Rua 17 de Dezembro, 149		**CEP** 86820-000
Telefone (43) 3429-1242		**E-mail institucional** gabinete@california.pr.gov.br
Nome do Secretário responsável pela Política da Criança e do Adolescente Juliete Andressa Breganholi		
Telefone (43) 3429-1242	**Celular** (43)	**E-mail institucional** gestao.california@hotmail.com

2. CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO OU MODALIDADE DO COLETIVO

Nome do Programa/Serviço
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
Local / Endereço onde será executado o Programa
Clube do Irmão Caçula - Rua Jose Antonio Gimeni, 70 – Califórnia / PR

3. DIAGNÓSTICO

O Município de Califórnia encontra-se situado ao norte do Paraná e pertence à Comarca de Marilândia do Sul, possui população estimada de 8.129 habitantes (IBGE/2012), distribuída entre os meios rural e urbano. Tem sua economia voltada à agricultura e às pequenas indústrias.
Vizinho de Apucarana, o município é atravessado pela rodovia BR376 que liga as cidades do interior do Paraná à sua capital. Devido à proximidade de centros e subcentros regionais, como: Londrina, Maringá e Apucarana, o comércio local sofre com essa realidade, pois a população prefere consumir nestes centros, o que acaba enfraquecendo esse setor.
O principal meio de produção da cidade, é a atividade voltada para a área rural/pecuária/agrícola. Destacando-se na agricultura o cultivo de soja, milho, feijão, madeira e café; e na pecuária, bovinocultura, avicultura de corte e sericultura.
Em novembro/2005 foi implantado no município de Califórnia o Centro de Referência da Assistência Social – Casa da Cidadania. Esse equipamento realiza o acolhimento e recepção de novos usuários em situação de vulnerabilidade; realiza cadastramento da família; Acompanhamento de famílias; Acompanhamento prioritário de famílias em descumprimento de condicionalidades do PBF; Acompanhamento prioritário dos beneficiários do BPC (idosos); Acompanhamento a famílias atendidas com benefícios eventuais; Atendimento de indivíduos; Grupo/oficina de convivência e atividades socioeducativas com famílias; Visitas Domiciliares; Palestras; Apoio para obtenção de Documentação pessoal; Orientação/acompanhamento para inserção do BPC; Encaminhamento de famílias ou indivíduos para a rede de serviço socioassistencial; Encaminhamento de famílias ou indivíduos para outras políticas públicas; Encaminhamento para obtenção de Benefícios Eventuais; Encaminhamento para inserção de famílias no Cadastro Único. Porém, até o momento o CRAS não realiza atividades com adolescentes. Diante do exposto, o Incentivo Garantia de Direitos a Crianças e Adolescentes vem de encontro com a necessidade municipal.
Apesar do ambiente predominantemente rural e comunitário, observa-se a **vulnerabilidade social de diversas famílias**, marcada por **baixa renda, acesso limitado a atividades culturais, esportivas e de lazer**, e **fragilidade dos vínculos familiares e comunitários**. Há relatos de **evasão escolar, situações de negligência, trabalho infantil informal e carência de espaços de convivência saudável para os jovens.**

4- CARACTERIZAÇÃO DO SERVIÇO A SER IMPLANTADO

O serviço proposto é o **Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)**, voltado a **crianças e adolescentes de 06 a 17 anos em situação de vulnerabilidade social, na m**odalidade coletiva, complementar ao trabalho social com famílias do PAIF, voltado à prevenção de situações de risco social. Será ofertado em dois turnos (manhã e tarde), respeitando a frequência escolar e o desenvolvimento integral dos participantes.

O SCFV será ofertado no **contraturno escolar**, com atividades estruturadas em grupos, promovendo a convivência, o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e o desenvolvimento de competências pessoais e sociais. Considerando as características do município de Califórnia, o projeto será planejado para atender tantos os adolescentes residentes na zona urbana e como na rural.
O projeto com adolescentes será desenvolvido até 05 (cinco) vezes na semana, utilizando o espaço do Clube do Irmão Caçula, sito a Rua José Antonio Gimeni, nº 70, o qual conta com uma excelente infraestrutura de salas de aula, quadra de esporte coberta, piscina, anfiteatro, laboratório de informática e refeitório.
Durante a execução do projeto serão desenvolvidas ações socioeducativas, entre elas atividades esportivas, culturais e artísticas, além de outras atividades de formação, tendo como base os seguintes eixos norteadores: 1) Juventude e os Vínculos Familiares; 2) Juventude e Comunidade; 3) Práticas Formativas, Socializadoras e de Cidadania; 4) Abordagens Educativas Frente ao Uso de Álcool e Outras Drogas; 5) Protagonismo Juvenil.
Paralelamente as atividades desenvolvidas com os adolescentes no Programa, as famílias das crianças e adolescentes estarão sendo acompanhadas pela equipe do CRAS e participarão dos serviços por ele ofertados, bem como de cursos de capacitação profissional, que serão firmados com instituições parceiras. Essas famílias terão um plano de ação, elaborado pela equipe do CRAS e demais políticas, onde serão levantadas as demandas de cada uma delas e serão planejadas as estratégias para suas resoluções.

5. OBJETIVOS

5.1. Objetivo Geral
Proporcionar ações socioeducativas que fortaleçam vínculos familiares e comunitários, promovam a socialização e previnam situações de risco social, contribuindo para o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes.

5.2. Objetivos Específicos
- Oferecer espaço seguro e de convivência para crianças e adolescentes no contraturno escolar;
- Realizar o cadastro no CADÚnico dos jovens e suas famílias que acessarem as atividades lúdicas, esportivas, artísticas, culturais e de convivência comunitária;
- Desenvolver habilidades sociais, cognitivas e emocionais;
- Incentivar a permanência na escola e combater a evasão escolar;
- Promover atividades culturais, esportivas e de lazer;
- Estimular a participação cidadã e o protagonismo juvenil;
Fortalecer a relação entre os participantes, suas famílias e a comunidade
- Prevenir a ocorrência de violações de direitos.
- Promover espaços de debates participativos com temas de interesse trazidos pelos jovens.
- Abordagens educativas frente ao uso de álcool e outras drogas.
- Aliar o potencial de liderança e conhecimento dos adolescentes à necessidade de atenção prioritária à população infanto-juvenil mais vulnerabilizada.
- Viabilizar oportunidades efetivas para os adolescentes atuarem a favor de suas comunidades, em especial das crianças e dos adolescentes que necessitam ter seus direitos garantidos.
- Despertar a capacidade analítica e crítica de crianças e adolescentes acerca de suas realidades e de sua história, assim se espera reduzir os índices de violências praticadas por adolescentes.

6. METAS DE ATENDIMENTO

Crianças e adolescentes de **06 a 17 anos**, em situação de vulnerabilidade social, priorizando:

• Beneficiários do **Programa Bolsa Família (atual Cadastro Único);**
• Situação de trabalho infantil;

Vivência de violência e/ou negligência;
Afastamento do convívio familiar;
Deficiência;
Número total de atendidos: 100 crianças e adolescentes
Grupos de convivência: 4 grupos de até 25 participantes, com encontros semanais;
Cobertura geográfica: bairros urbanos e rurais com maior vulnerabilidade social;
Período de implantação: 12 meses (renovável).

Mês	Meta de Atendimento (nº de crianças e adolescentes)
Janeiro a Dezembro	100 crianças e adolescentes atendidos por mês (100%)
Frequência	Mínima de 75% de presença nas atividades

7. METODOLOGIA DE TRABALHO

Conforme a **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**, o SCFV será realizado com as seguintes diretrizes:

7.1. Organização das Atividades:
Oficinas socioeducativas (artes, esportes, música, teatro);
Roda de conversas temáticas (direitos, cidadania, diversidade cultural);
Atividades de lazer e cultura (visitas a espaços culturais e recreativos);
Ações comunitárias (feiras culturais, campanhas de conscientização);
Atividades de reforço de vínculos familiares (eventos intergeracionais);
Atividades de apoio à escolarização e incentivo à leitura.

7.2. Equipe Técnica:

• 1 coordenador pedagógico – 40h semanais;
• 2 orientadores sociais (um para cada faixa etária) – 40h semanais cada;
• 1 assistente social – 30 horas semanais;
• Oficineiros – 20h semanais cada;
• Parcerias com escolas, unidades de saúde, conselhos tutelares, rede de proteção e outras organizações locais.

7.3. Periodicidade e Carga Horária das Atividades

• Atividades em grupo: 03 vezes por semana cada grupo, 1 hora por encontro;
• Oficinas: 05 vezes por semana para cada grupo, 1 horas por oficina;
• Reuniões com famílias: bimestrais;
• Ações comunitárias: bimestrais;
• Reuniões de equipe: quinzenais;
• Atendimento individualizado (quando necessário): sob agendamento.

8. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DO COLETIVO

8.1. Instrumentos

• Fichas de inscrição e acompanhamento individual;
• Relatórios mensais das atividades realizadas;
• Registros de frequência e participação;
• Avaliação semestral junto aos participantes e suas famílias (questionários e grupos focais).

8.2. Indicadores de Avaliação

• Percentual de assiduidade nas atividades (mínimo de 75%);
• Número de atividades realizadas conforme o planejado (mínimo de 90%);
• Percepção de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, apurada em avaliações semestrais.

8.3. Responsáveis pela Avaliação
Coordenador do Serviço e a equipe técnica, com apoio da gestão municipal da Assistência Social e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente.

Eixo 4. Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer:

PROJETO VIVÊNCIAS CORPORAIS E MOVIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL
INFANTIL 4 E 5

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Vivências Corporais e Movimento na Educação Infantil
Área: Campo de experiência "Corpo, gestos e movimentos" / Vivências Corporais e Movimento
Público-alvo: Crianças do Infantil 4 e 5
Instituições atendidas: CMEI João Gimeni e CMEI Alegria do Saber
Parceria institucional: Secretaria Municipal de Educação e Setor Municipal de Esportes
Período de execução: Ano letivo de 2026, com início em 27/04/2026.

Organização do atendimento:

CMEI João Gimeni: sexta-feira, com 3 horas no período da manhã e 3 horas no período da tarde, podendo as atividades ser desenvolvidas na quadra do CMEI ou no Estádio Municipal, conforme planejamento pedagógico, organização institucional e condições adequadas.

• Manhã: Fernando e Kesley
• Tarde: Milena e Kesley

CMEI Alegria do Saber: segunda-feira, com 3 horas no período da manhã e 3 horas no período da tarde, com atividades desenvolvidas no Estádio Municipal, no próprio CMEI ou em outro estabelecimento do município que possua espaço adequado para a realização das vivências corporais e de movimento.

• Manhã: Fernando e Marcelo
• Tarde: Milena e Marcelo

Materiais utilizados: Serão utilizados, prioritariamente, os materiais disponíveis nos respectivos CMEIs, podendo também ser utilizados materiais do Setor Municipal de Esportes, quando necessários ao desenvolvimento das atividades.

2. JUSTIFICATIVA

As **Vivências Corporais e Movimento** na Educação Infantil desempenham papel importante no desenvolvimento integral da criança, favorecendo experiências relacionadas ao corpo, ao movimento, à expressão, à socialização, à autonomia e à interação com o espaço e com os outros. Nessa etapa, o movimento constitui uma das linguagens fundamentais da infância, por meio da qual a criança explora o mundo, conhece a si mesma, comunica-se, interage e amplia suas possibilidades de aprendizagem.
O presente projeto justifica-se pela necessidade de garantir às crianças do Infantil 4 e 5 experiências corporais planejadas, significativas, lúdicas e adequadas à faixa etária, contribuindo para o desenvolvimento motor, cognitivo, social, afetivo e expressivo. A proposta fundamenta-se na Base Nacional Comum Curricular — BNCC, especialmente no campo de experiências **"Corpo, gestos e movimentos"**, que valoriza a exploração do espaço, do próprio corpo, das brincadeiras motoras, da dança, do teatro, da música, dos gestos e das diferentes formas de expressão corporal.
A denominação **Vivências Corporais e Movimento** é adotada por ser mais adequada à organização pedagógica da Educação Infantil, evitando a caracterização disciplinar própria das etapas posteriores da Educação Básica e respeitando a concepção curricular dessa etapa, organizada por campos de experiências.
A proposta será desenvolvida em parceria entre a Secretaria Municipal de Educação e o Setor Municipal de Esportes, ampliando as possibilidades de uso dos espaços e materiais disponíveis e fortalecendo ações voltadas ao desenvolvimento integral das crianças e à promoção de uma educação de qualidade.

3. FUNDAMENTAÇÃO PEDAGÓGICA

O projeto fundamenta-se na BNCC, com destaque para o campo de experiências **"Corpo, gestos e movimentos"**, que reconhece o corpo como meio de interação, expressão, comunicação e aprendizagem da criança. As atividades propostas buscarão valorizar a exploração do espaço, do movimento e do próprio corpo, por meio de brincadeiras motoras, jogos, dança, dramatizações, atividades rítmicas, circuitos, desafios corporais e outras práticas adequadas à Educação Infantil.
As ações previstas contribuirão para o desenvolvimento da coordenação motora ampla, do equilíbrio, da lateralidade, da orientação espacial, da expressão corporal, da autonomia, da convivência e da participação, respeitando as especificidades da infância e o caráter lúdico do processo educativo.

4. OBJETIVO GERAL

Promover experiências corporais, lúdicas e pedagógicas para as crianças do Infantil 4 e 5, por meio da parceria entre a Secretaria Municipal de Educação e o Setor Municipal de Esportes, visando ao desenvolvimento integral, com ênfase no movimento, na expressão corporal, na socialização, na autonomia, na exploração do espaço e no fortalecimento das interações infantis.

5. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

• Desenvolver práticas pedagógicas alinhadas ao campo de experiências **"Corpo, gestos e movimentos"** da BNCC;
• Proporcionar vivências corporais diversificadas, lúdicas e adequadas à faixa etária;
• Desenvolver habilidades motoras amplas, como correr, saltar, equilibrar-se, rolar, arremessar, chutar, deslocar-se, rastejar e explorar diferentes movimentos;
• Estimular a coordenação motora ampla, o equilíbrio, a lateralidade e a orientação espacial;
• Favorecer a expressão corporal por meio de brincadeiras, gestos, dança, música, dramatizações e atividades rítmicas;
• Incentivar a socialização, a cooperação, a autonomia, a participação e o respeito às regras combinadas nas atividades propostas;
• Valorizar o brincar, o movimento e a expressão corporal como elementos fundamentais do desenvolvimento infantil.

6. PÚBLICO-ALVO

O projeto destina-se às crianças matriculadas no Infantil 4 e 5 dos seguintes Centros Municipais de Educação Infantil:

• CMEI João Gimeni;
• CMEI Alegria do Saber.

7. ORGANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO

O atendimento será realizado semanalmente, conforme a seguinte organização:
No **CMEI Alegria do Saber**, as atividades serão desenvolvidas todas as segundas-feiras, com carga horária de 3 horas no período da manhã e 3 horas no período da tarde, tendo como local de execução o Estádio Municipal, o próprio CMEI ou outro estabelecimento do município que possua espaço adequado para a realização das vivências corporais e de movimento.
No **CMEI João Gimeni**, as atividades serão desenvolvidas todas as sextas-feiras, com carga horária de 3 horas no período da manhã e 3 horas no período da tarde, podendo ocorrer na quadra do CMEI ou no Estádio Municipal, conforme planejamento pedagógico, logística institucional e condições adequadas para o atendimento.
Durante a execução do projeto, os professores regentes e/ou docentes responsáveis pelas turmas deverão acompanhar seus alunos durante a realização das atividades, colaborando com a organização, o deslocamento, a participação das crianças, a segurança e o acompanhamento pedagógico.

8. METODOLOGIA

A metodologia adotada privilegiará experiências corporais coerentes com o campo de experiências **"Corpo, gestos e movimentos"**, contemplando atividades que incentivem a exploração do espaço, o conhecimento do próprio corpo, a expressão gestual, a ludicidade, a dança, o teatro, as brincadeiras motoras e os movimentos orientados e livres.
O trabalho será desenvolvido por meio de práticas lúdicas, participativas e adequadas ao desenvolvimento infantil, incluindo jogos, circuitos motores, brincadeiras orientadas, desafios corporais,

percursos, atividades rítmicas, rodas cantadas, dramatizações, movimentos com música e exploração dos espaços disponíveis.
As atividades serão conduzidas pelo profissional responsável pelas vivências corporais e de movimento, em articulação com os professores das turmas, garantindo acompanhamento contínuo das crianças, integração com a rotina escolar, segurança e adequação pedagógica às necessidades de cada grupo.

9. ATIVIDADES PROPOSTAS ALINHADAS À BNCC

As atividades do projeto serão organizadas de modo a contemplar os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento do campo de experiências **"Corpo, gestos e movimentos"**, com maior ênfase nas experiências relacionadas ao uso do corpo, à exploração do espaço, à expressão corporal, às brincadeiras motoras e ao desenvolvimento das habilidades de movimento.
Serão priorizadas atividades relacionadas aos objetivos **EI03CG01, EI03CG02 e EI03CG03**, especialmente aquelas voltadas à expressão corporal, ao controle e adequação do uso do corpo, à criação de movimentos, gestos, olhares e mímicas em brincadeiras, jogos, dança, teatro e música.
Também serão contempladas, de forma complementar, experiências relacionadas aos objetivos **EI03CG04 e EI03CG05**, especialmente no que se refere ao autocuidado, à autonomia e à coordenação das habilidades manuais em situações diversas.
Entre as atividades propostas, destacam-se:

• circuitos motores com obstáculos, cones, arcos, cordas e outros materiais;
• brincadeiras de correr, saltar, pular, rastejar, rolar e equilibrar-se;
• jogos com bola, envolvendo lançar, pegar, chutar, conduzir e rolar;
• brincadeiras de imitação, mímicas, dramatizações e faz de conta;
• dança, movimento com música e atividades rítmicas;
• brincadeiras de orientação espacial, com comandos como dentro, fora, perto, longe, frente, atrás, direita e esquerda;
• atividades em espaços amplos, especialmente no Estádio Municipal, favorecendo a exploração do ambiente e maior liberdade de movimento;
• atividades de convivência, cooperação, escuta, respeito aos combinados e participação coletiva.

10. RECURSOS

Recursos materiais: bolas, cones, bambolês, cordas, colchonetes, arcos, fitas, lenços, materiais pedagógicos disponíveis nos CMEIs, materiais esportivos disponibilizados pelo Setor Municipal de Esportes e outros recursos adequados às propostas pedagógicas.
Recursos humanos: profissional responsável pelas vivências corporais e de movimento, equipe gestora dos CMEIs, professores regentes das turmas, auxiliares quando necessário, além de apoio da Secretaria Municipal de Educação e do Setor Municipal de Esportes.

11. AVALIAÇÃO

A avaliação será contínua, processual e qualitativa, realizada por meio da observação do desenvolvimento das crianças durante as atividades propostas. Serão considerados aspectos como participação, interesse, socialização, autonomia, coordenação motora, equilíbrio, deslocamento, expressão corporal, interação com os colegas, respeito aos combinados e envolvimento nas vivências.
A avaliação não terá caráter classificatório, servindo como instrumento de acompanhamento pedagógico e de reorganização das práticas, conforme as necessidades das crianças e das turmas.

12. RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se que, com a execução do projeto, as crianças:

• ampliem suas experiências corporais e motoras;
• desenvolvam habilidades básicas de movimento de forma progressiva;
• fortaleçam a coordenação motora ampla, o equilíbrio e a orientação espacial;
• apresentem maior autonomia, segurança e participação nas atividades;
• ampliem a convivência social, a cooperação e a expressão corporal;
• explorem diferentes espaços, movimentos, gestos e formas de comunicação por meio do corpo;
• participem das atividades de maneira lúdica, segura e integrada à rotina da Educação Infantil.

O planejamento poderá ser ajustado conforme o calendário escolar, as condições climáticas, a organização institucional e as necessidades pedagógicas das turmas.

13. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente projeto visa fortalecer as **Vivências Corporais e Movimento** na Educação Infantil, por meio de uma ação articulada entre a Secretaria Municipal de Educação e o Setor Municipal de Esportes, assegurando às crianças do Infantil 4 e 5 experiências corporais significativas, lúdicas e adequadas à faixa etária.
Ao valorizar o corpo, o movimento, o brincar, a expressão e a interação como elementos centrais do processo educativo, o projeto contribui para o desenvolvimento integral das crianças e para a promoção de uma educação infantil de qualidade, em consonância com a BNCC e com a organização curricular própria dessa etapa da Educação Básica.

14. ESPAÇO PARA ASSINATURAS

Responsável Pelo Projeto / Vivências Corporais E Movimento

Secretaria Municipal de Educação

Setor Municipal de Esportes

Publicado por:
Luiz Eduardo Aparecido de Ananias
Código Identificador:0D197B3F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO Nº 54/2026

RESULTADO DO JULGAMENTO
DAS PROPOSTAS DE PREÇOS
Processo Licitatório nº 105/2026
Pregão Eletrônico nº 54/2026

O Município de Califórnia, Estado do Paraná, através do Agente de contratação e da Equipe de Apoio, designada pela **Portaria nº 047/2026**, **TORNA PÚBLICO** o resultado do julgamento das propostas do processo acima, que tem por objeto descrição: Contratação de empresa especializada para fornecimento de software gestão do ITR, ISS, ICMS E IQEP com profissionais qualificados para realizar serviços de consultoria tributária junto ao setor de tributação, sob a forma de licença de uso, agrupando serviços de implantação, treinamento, conversão de dados, manutenção e suporte técnico com atendimento in loco, com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas mensais.

FORNECEDOR: MS CONSULTORIA TRIBUTÁRIA LTDA
CNPJ: 29.077.447/0001-40

DESCRIÇÃO DO ITEM					
ITEM	**QNT**	**UND**	**DESCRIÇÃO**	**R$ UNITÁRIO**	**R$ TOTAL**
1	12	MESES	Contratação de empresa especializada para fornecimento de software gestão do ITR, ISS, ICMS E IQEP com profissionais qualificados para realizar serviços de consultoria tributária junto ao setor de tributação, sob a forma de licença de uso, agrupando serviços de implantação, treinamento, conversão de dados, manutenção e suporte técnico com atendimento in loco, com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas mensais.	40.668,00	40.668,00
VALOR TOTAL:					**R$ 40.668,00**

Califórnia 19/08/2026.

DANIEL LUCAS DOS SANTOS MATTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:74495591

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 – Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes Termos:

Nº Processo: 105/2026
Nº Licitação: 054/2026
Modalidade: Pregão Eletrônico

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de software gestão do ITR, ISS, ICMS E IQEP com profissionais qualificados para realizar serviços de consultoria tributária junto ao setor de tributação, sob a forma de licença de uso, agrupando serviços de implantação, treinamento, conversão de dados, manutenção e suporte técnico com atendimento in loco, com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas mensais.

FORNECEDOR: MS CONSULTORIA TRIBUTÁRIA LTDA
CNPJ: 29.077.447/0001-40

DESCRIÇÃO DO ITEM					
ITEM	**QNT**	**UND**	**DESCRIÇÃO**	**R$ UNITÁRIO**	**R$ TOTAL**
1	12	MESES	Contratação de empresa especializada para fornecimento de software gestão do ITR, ISS, ICMS E IQEP com profissionais qualificados para realizar serviços de consultoria tributária junto ao setor de tributação, sob a forma de licença de uso, agrupando serviços de implantação, treinamento, conversão de dados, manutenção e suporte técnico com atendimento in loco, com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas mensais.	40.668,00	40.668,00
VALOR TOTAL:					**R$ 40.668,00**

Valor Total do Pregão: R$ 71.600,04 (setenta e um mil, seiscentos reais e quatro centavos).
Total Homologado do Processo: R$ 40.668,00 (quarenta mil, seiscentos e sessenta e oito reais).

02 – Autorizar a emissão da(s) de nota(s) de empenho correspondente(s):

DOTAÇÃO:
Manutenção do Departamento de Arrecadação de Tributos e Fiscalização
03.003.04.123.0003.2008 – 3.3.90.39 Fonte 1000 - Red. 47
Valor global máximo: R$ 71.600,04 (setenta e um mil, seiscentos reais e quatro centavos).

Califórnia, 26 de agosto de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:CA239F09

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA DO SIMÃO

CAMARA MUNICIPAL DE CAMPINA DO SIMÃO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA DO SIMÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 11/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N° 04/2026

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O Presidente da Câmara Municipal de Campina do Simão, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e com fundamento no art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, torna pública a **ADJUDICAÇÃO** do Processo Administrativo nº 11/2026, **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2026 - CMCS**, cujo objeto consiste na **AQUISIÇÃO DE NOTEBOOKS PARA ATENDER À DEMANDA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA DO SIMÃO**, em favor da empresa **ALEXANDRE AUGUSTO VIANTE**, inscrita no **CNPJ Nº 32.816.440/0001-08**, localizada na Rua Minas Gerais n° 684, Bairro dos Estados, Guarapuava, estado do Paraná, CEP 85035-040, neste ato representada por seu Sócio Administrador **Sr. Alexandre Augusto Viante,** vencedor do **Lote 01** com valor global de **R$ 44.000,00** (quarenta e quatro mil reais), e **HOMOLOGA** o presente procedimento licitatório para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Campina do Simão, 26 de agosto de 2026.

ESTEVÃO DA CRUZ PETRICOVSKI
Presidente Câmara Municipal

Publicado por:
Leomarcio de Lima Santos
Código Identificador:8B397029

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATAS REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 46/2026
PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 23/2026

EXTRATO ATAS REGISTRO DE PREÇOS (ARP's)

O Município de Campina do Simão/PR, inscrito no CNPJ sob nº **01.611.489/0001-09,** com sede na cidade de Campina do Simão/PR, Estado do Paraná, na Rua José Pedro Seleme, 3516, Centro, doravante denominado Câmara Municipal, representado pelo seu Prefeito Municipal,**André Junior de Paula.**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DESTINADOS AO MONITORAMENTO AMBIENTAL E APOIO OPERACIONAL DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO MUNICIPAIS.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 47/2026.
C. A. C. PRESENTES LTDA, situada a Avenida João Ferreira Neves, nº 2838, Bairro Centro – Cep: 85.148-000 no Município de Campina do Simão/Pr, **inscrita no CNPJ n.º 08.911.480/0001-54,** vencedora dos **Lotes 01, 03 e 04** com valor global de R$ 17.584,00 (Dezessete mil quinhentos e oitenta e quatro reais).

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 48/2026.
CARLOS HENRIQUE SFORCA LTDA, situada a Rua Eugenio Rabello, nº 98, Bairro Jardim Embaixador – Cep: 18040-436 no Município de Sorocaba/SP, **inscrita no CNPJ n.º 55.268.986/0001-77,** vencedora do **Lote 02** com valor global de R$ 37.100,00 (trinta e sete mil e cem reais).

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 49/2026.
SMARTIASTOR LTDA, situada a Rua Floriano Peixoto, nº 1349, Bairro Centro – Cep: 87190-000 no Município de São Jorge do

Ivaí/Pr**, inscrita no CNPJ n.º 51.784.579/0001-61,** vencedora dos **Lotes 05 e 06** com valor global de R$ 9.950,00 (nove mil novecentos e cinquenta reais).

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 50/2026.
B&B TECNOLOGIA LTDA, situada a Avenida João Ferreira Neves, nº 2952, Bairro Centro – Cep: 85148-000 no Município de Campina do Simão/Pr, **inscrita no CNPJ n.º 59.887.526/0001-88,** vencedora do **Lote 07** com valor global de R$ 749,00 (setecentos e quarenta e nove reais).

VALIDADE DAS ATAS: 24 DE AGOSTO DE 2027.
ASSINATURA DAS ATAS: 25 DE AGOSTO DE 2026.
FORO: GUARAPUAVA – PR.

Publicado por:
Leomarcio de Lima Santos
Código Identificador:0F08905F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL

GABINETE
DECRETO N.º 2.720, DE 20 DE AGOSTO DE 2026

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação amigável ou judicial, o imóvel que especifica, neste Município de Campina Grande do Sul.

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando que conforme o artigo 5º, inciso XXIV da Constituição Federal, a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade, utilidade ou por interesse social;

Considerando que conforme o artigo 67, inciso XIV, da Lei Orgânica do Município, compete privativamente ao Prefeito Municipal decretar, nos termos legais, desapropriação por necessidade, utilidade ou por interesse social;

Considerando que o ato expropriatório é remédio legal para aquisição originária da propriedade por ato administrativo discricionário de exclusiva conveniência do Poder Público, visando condicionar o seu uso ao bem-estar social e promover o bem comum

Considerando o Memorando n.º 638/2026, da Secretaria Municipal da Educação, protocolado sob o n.º 21493/2026;

Considerando o Despacho n.º 202/2026, da Secretaria Municipal de Administração e o Parecer Jurídico Consultivo n.º 136/2026, da Procuradoria Geral do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública para fins de desapropriação amigável ou judicial, o seguinte imóvel localizado na área urbana do Município de Campina Grande do Sul, objeto da Matrícula sob n.º 9.703 do Registro de Imóveis da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – Foro Regional de Campina Grande do Sul:

"Lote nº "2/6" (dois-seis), com 752,23 m², oriundo da subdivisão da Área n° 02 (dois) com 7.049,49m², resultante da subdivisão do Terreno com área de 8.136,49m², situado no lugar denominado TIMBÚ, neste Município e Comarca, com as seguintes características: frente: 21,75m para a área n° 01, atingida pelo prolongamento da Rua Mário Perboni; fundos: 21,24m confrontando com parte do lote nº "2/10" e com o lote "2/11"; lado esquerdo: 35,02m confrontando com área do Município de Campina Grande do Sul; lado direito: 34,97m confrontando com o lote "2/5", sem benfeitorias."

Art. 2º Havendo concordância quanto ao preço e forma de pagamento far-se-á expropriação amigável desde que o expropriado apresente certidão de ônus do imóvel, bem como prova de sua propriedade.

Art. 3º Não havendo concordância com o valor da avaliação, a desapropriação se fará judicialmente, atendidas as determinações estabelecidas pela legislação específica.

Art. 4º As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por dotação orçamentária própria, suplementadas se necessário.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campina Grande do Sul, 20 de agosto de 2026

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leonardo Sehnem Neto
Código Identificador:828D7B59

GABINETE
DECRETO N.º 2.721, DE 20 DE AGOSTO DE 2026

Altera o Decreto Municipal n.º 2.611, de 13 de janeiro de 2026, que institui a Comissão Especial para Implantação do Processo Digital no âmbito da Administração Municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando a necessidade de recomposição da Comissão Especial para Implantação do Processo Digital, em razão da aposentadoria de um de seus membros;

Considerando a necessidade de designação de novo servidor para integrar a referida Comissão, a fim de assegurar a continuidade de seus trabalhos;

Considerando a solicitação formulada pela Secretaria Municipal da Teconologia, Inovação e Transformação Digital, por meio do Memorando n.º 084/2026, protocolado sob o n.º 29641/2026,

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto altera o Decreto Municipal n.º 2.611, de 13 de janeiro de 2026, que institui a Comissão Especial para Implantação do Processo Digital no âmbito da Administração Municipal, e dá outras providências, na forma que especifica.

Art. 2º A alínea "b" do Inciso II do artigo 4º do Decreto Municipal n.º 2.611, de 13 de janeiro de 2026, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º (...)
II – (...)
(...)
b) Taciane Guidolin de Oliveira Mocelin – Matrícula n.º 329445;
(...)"

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campina Grande do Sul, 20 de agosto de 2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leonardo Sehnem Neto
Código Identificador:2E9ADCDF

GABINETE
DECRETO N.º 2.727, DE 25 DE AGOSTO DE 2026

Nomeia os membros da Câmara Municipal Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o art. 11, § 2º, II, do Decreto Federal n.º7.272, de 25 de agosto de 2010, que determina como requisito para a adesão ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional a instituição de câmara ou instância governamental de gestão intersetorial de segurança alimentar e nutricional;

Considerando o inciso III do art. 9º da Lei Municipal n.º914, de 02 de outubro de 2023, que estabelece a Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional –CAISAN, como componente municipal do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN;

Considerando a necessidade de adequar a composição da Câmara Municipal Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN à atual estrutura administrativa do Município;

Considerando a solicitação formulada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, por meio do Memorando n.º 652/2026, protocolado sob o n.º 30758/2026,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para compor a Câmara Municipal Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN, os seguintes membros:
I – Representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social:
a) Secretário(a): Felipe Veiga;
b) Membro Titular: Catia Vanuza Carcereri;
c) Membro Suplente: Isabeli da Rocha de Ramos.

II – Representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável:
a) Secretário(a): Andréia Marina Trevisan Del Zotto;
b) Membro Titular: Richard Fernandes Vieira;
c) Membro Suplente: Camila Paola de Almeida de Siqueira.

III – Representantes da Secretaria Municipal da Educação:
a) Secretário(a): Belenice Koffke Buff Rotini;
b) Membro Titular: Tereza Cristina Pereira Ferreira;
c) Membro Suplente: Suzana Ceccon.

IV – Representantes da Secretaria Municipal da Saúde:
a) Secretário(a): Marilda Barros de Lima Schwartz;
b) Membro Titular: Izabela Regina Lima Ramos Broch;
c) Membro Suplente: Laurita Alves Cugler.

Art. 2º Fica nomeada a servidora Carolina Ribas para exercer a função de Secretária-Executiva da CAISAN.

Art. 3º A atuação dos membros da Câmara é considerada atividade de relevante interesse social e não será remunerada.

Art. 4º Fica revogado o Decreto Municipal n.º 2.169, de 26 de fevereiro de 2024.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campina Grande do Sul, 25 de agosto de 2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leonardo Sehnem Neto
Código Identificador:90C3A43E

SETOR DE COMPRAS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO - PG Nº. 37/2025 - ATA Nº. 111/2025

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
1º Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 111/2025, decorrente do Pregão Eletrônico nº 37/2025, celebrado entre o Município de Campina Grande do Sul e a empresa FGV NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob nº 36.658.861/0001-09. Objeto: prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços nº 111/2025, cujo objeto consiste no Sistema de Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada em locação e fornecimento de mão de obra para montagem e desmontagem de barracas, coberturas tipo pirâmide, cadeiras, mesas, palcos e sanitários químicos, para atendimento das necessidades das Secretarias Municipais, conforme descritivo e quantitativo constantes no edital e em seus anexos, com a renovação das quantidades registradas até o limite dos quantitativos originais.
Prorrogação: da vigência da Ata fica prorrogada por mais 12 (doze) meses, compreendendo o período de 20 de agosto de 2026 a 19 de agosto de 2027, com fundamento no art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.Reajuste: o preço inicialmente registrado foi atualizado com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), considerando o período de agosto de 2025 a julho de 2026, mediante aplicação do percentual acumulado de 4,443020%. Permanecem mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços originária que não contrariem o presente Termo Aditivo. Campina Grande do Sul, 19 de agosto de 2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Macedo Dos Santos
Código Identificador:0C1D96A8

SETOR DE COMPRAS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO - PG Nº. 37/2025 - ATA Nº. 112/2025

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
1º Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 112/2025, decorrente do Pregão Eletrônico nº 37/2025, celebrado entre o Município de Campina Grande do Sul e a empresa MARCO AULRELIO DIAS TEIXEIRA EVENTOS ME., inscrita no CNPJ/MF sob nº 16.651.256/0001-07. Objeto: prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços nº 112/2025, cujo objeto consiste no Sistema de Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada em locação e fornecimento de mão de obra para montagem e desmontagem de barracas, coberturas tipo pirâmide, cadeiras, mesas, palcos e sanitários químicos, para atendimento das necessidades das Secretarias Municipais, conforme descritivo e quantitativo constantes no edital e em seus anexos, com a renovação das quantidades registradas até o limite dos quantitativos originais.
Prorrogação: a vigência da Ata fica prorrogada por mais 12 (doze) meses, compreendendo o período de 20 de agosto de 2026 a 19 de agosto de 2027, com fundamento no art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.
Reajuste: os preços inicialmente registrados foram atualizados com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA), considerando o período de agosto de 2025 a julho de 2026, mediante aplicação do percentual acumulado de 4,443020%. Permanecem mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços originária que não contrariem o presente Termo Aditivo.

Campina Grande do Sul, 19 de agosto de 2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Macedo Dos Santos
Código Identificador:030973ED

SETOR DE COMPRAS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO - PG Nº. 37/2025 - ATA Nº. 113/2025

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
1º Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 113/2025, decorrente do Pregão Eletrônico nº 37/2025, celebrado entre o Município de Campina Grande do Sul e a empresa TENDAS PARANÁ LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.756.934/0001-74. Objeto: prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços nº 113/2025, cujo objeto consiste no Sistema de Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada em locação e fornecimento de mão de obra para montagem e desmontagem de barracas, coberturas tipo pirâmide, cadeiras, mesas, palcos e sanitários químicos, para atendimento das necessidades das Secretarias Municipais, conforme descritivo e quantitativo constantes no edital e em seus anexos, com a renovação das quantidades registradas até o limite dos quantitativos originais.
Prorrogação: *a vigência da Ata fica prorrogada por mais 12 (doze) meses, compreendendo o período de 20 de agosto de 2026 a 19 de agosto de 2027*, com fundamento no art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.Reajuste: o preço inicialmente registrado foi atualizado com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), considerando o período de agosto de 2025 a julho de 2026, mediante aplicação do percentual acumulado de 4,443020%. Permanecem mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços originária que não contrariem o presente Termo Aditivo. Campina Grande do Sul, 19 de agosto de 2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Camila Macedo Dos Santos
Código Identificador:C53C1FD1

SETOR DE COMPRAS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PG Nº. 57/2026

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
Pregão nº 57/2026
Processo nº 94/2026
Eu, Luiz Carlos Assunção, **Prefeito Municipal**, no uso das atribuições que me foram conferidas na Lei Federal nº 14.133/21 e com base no Parecer Jurídico que atesta que foram cumpridas as exigências legais e os requisitos mínimos para a contratação, **ADJUDICO** e **HOMOLOGO** o julgamento proferido pelo Agente de Contratação, referente ao processo Pregão nº 57/2026, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DE CORTE RASO (SUPRESSÃO) E PODAS DE GALHOS DE INDIVÍDUOS ARBÓREOS, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL., em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionada(s), conforme relatório(s) de julgamento disponível(is) no sistema eletrônico Compras BR (www.comprasbr.com.br) e no Portal de Transparência do Município (www.campinagrandedosul.pr.gov.br).

Fornecedor	CNPJ	Valor Total
ABG SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA	39.330.398/0001-60	R$ 261.000,00

Determino, ainda, que o presente Termo de Adjudicação e Homologação seja devidamente publicado, para que fique à disposição do público em sítio eletrônico oficial no Diário Oficial dos Municípios do Paraná - AMP (www.diariomunicipal.com.br/amp/) e no Portal de Transparência do Município (www.campinagrandedosul.pr.gov.br).

Campina Grande do Sul, 26/08/2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Macedo Dos Santos
Código Identificador:786802EB

SETOR DE COMPRAS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PG Nº. 68/2026

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
Pregão nº 68/2026
Processo nº 148/2026
Eu, Luiz Carlos Assunção, **Prefeito Municipal**, no uso das atribuições que me foram conferidas na Lei Federal nº 14.133/21 e com base no Parecer Jurídico que atesta que foram cumpridas as exigências legais e os requisitos mínimos para a contratação, **ADJUDICO** e **HOMOLOGO** o julgamento proferido pelo Agente de Contratação, referente ao processo Pregão nº 68/2026, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE BUFFET E MARMITEX NA ÁREA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL, PARA ATENDER DIVERSAS PROGRAMAÇÕES DESENVOLVIDAS PELAS SECRETÁRIAS MUNICIPAIS, CONFORME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTE NO EDITAL E SEUS ANEXOS. , em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionada(s), conforme relatório(s) de julgamento disponível(is) no sistema eletrônico Compras BR (www.comprasbr.com.br) e no Portal de Transparência do Município (www.campinagrandedosul.pr.gov.br).

Fornecedor	CNPJ	Valor Total
CAPIVARI LANCHES E REFEIÇÕES LTDA	24.834.875/0001-57	R$ 344.431,44
RESTAURANTE E CHURRASCARIA BOSSARDI LTDA	07.723.768/0001-32	R$ 363.040,20
TODESCHINI SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO LTDA	11.875.462/0001-79	R$ 221.313,20

Determino, ainda, que o presente Termo de Adjudicação e Homologação seja devidamente publicado, para que fique à disposição do público em sítio eletrônico oficial no Diário Oficial dos Municípios do Paraná - AMP (www.diariomunicipal.com.br/amp/) e no Portal de Transparência do Município (www.campinagrandedosul.pr.gov.br).

Campina Grande do Sul, 26/08/2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Macedo Dos Santos
Código Identificador:90A342ED

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1130/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Decreto Municipal nº. 1897, de 15 de dezembro de 2022, no qual estabelece os critérios para a liberação de diárias destinadas ao custeio das despesas dos servidores públicos municipais efetivos, ocupantes de cargos em comissão, celetistas, temporários, agentes políticos, conselheiros tutelares ou conselheiros governamentais e não governamentais que se deslocarem do Município,

A U T O R I Z A

A concessão de diária, ao servidor **EDSON LUCAS QUANDT DOS SANTOS PAULA - Matrícula nº. 329373,** ocupante do cargo em comissão de Coordenador II, lotado na Agência do Trabalhador, conforme abaixo discriminado:

I	Número de diárias;	02 (duas) diárias valor de 25%
II	Valor da diária;	R$ 83,62 (Oitenta e três reais e sessenta e dois centavos)
III	Valor total da diária;	R$ 167,24 (Cento e sessenta e sete reais e vinte e quatro centavos)
IV	Destino;	Curitiba – PR
V	Objetivo da viagem;	Deslocamento até a cidade de Curitiba para participar do evento **"Capacitação em Seguro-Desemprego, Abono Salarial e Carteira de Trabalho"**.
VI	Período da viagem;	Dias 25 e 26 de agosto de 2026.
VII	Meio de locomoção.	Veículo Oficial.

Campina Grande do Sul, 24 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 24 de agosto de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:FBA561BC

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1131/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Decreto Municipal nº. 1897, de 15 de dezembro de 2022, no qual estabelece os critérios para a liberação de diárias destinadas ao custeio das despesas dos servidores públicos municipais efetivos, ocupantes de cargos em comissão, celetistas, temporários, agentes políticos, conselheiros tutelares ou conselheiros governamentais e não governamentais que se deslocarem do Município,

A U T O R I Z A

A concessão de diária, ao servidor **PABLO CAVALLI GRUDZINSKI - Matrícula nº. 328975,** ocupante do cargo em comissão de Assistente Técnico, lotado no Setor de Controle Interno, conforme abaixo discriminado:

I	Número de diárias;	04 (duas) diárias valor de 25%
II	Valor da diária;	R$ 83,62 (Oitenta e três reais e sessenta e dois centavos)
III	Valor total da diária;	R$ 334,48 (Trezentos e trinta e quatro reais e quarenta e oito centavos)
IV	Destino;	Curitiba – PR
V	Objetivo da viagem;	Deslocamento até a cidade de Curitiba para participar do evento **"I Semana ProGov de Auditoria Interna"**.
VI	Período da viagem;	De 25 a 28 de agosto de 2026.
VII	Meio de locomoção.	Veículo Oficial.

Campina Grande do Sul, 24 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 24 de agosto de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:F894B902

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1132/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Decreto Municipal nº. 1897, de 15 de dezembro de 2022, no qual estabelece os critérios para a liberação de diárias destinadas ao custeio das despesas dos servidores públicos municipais efetivos, ocupantes de cargos em comissão, celetistas, temporários, agentes políticos, conselheiros tutelares ou conselheiros governamentais e não governamentais que se deslocarem do Município,

A U T O R I Z A

A concessão de diária, ao servidor **RICARDO SOARES - Matrícula nº. 131611,** ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo, lotado no Setor de Controle Interno, conforme abaixo discriminado:

I	Número de diárias;	04 (duas) diárias valor de 25%
II	Valor da diária;	R$ 83,62 (Oitenta e três reais e sessenta e dois centavos)
III	Valor total da diária;	R$ 334,48 (Trezentos e trinta e quatro reais e quarenta e oito centavos)
IV	Destino;	Curitiba – PR
V	Objetivo da viagem;	Deslocamento até a cidade de Curitiba para participar do evento **"I Semana ProGov de Auditoria Interna"**.
VI	Período da viagem;	De 25 a 28 de agosto de 2026.
VII	Meio de locomoção.	Veículo Oficial.

Campina Grande do Sul, 24 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 24 de agosto de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:873099C1

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1133/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Decreto Municipal nº. 1897, de 15 de dezembro de 2022, no qual estabelece os critérios para a liberação de diárias destinadas ao custeio das despesas dos servidores públicos municipais efetivos, ocupantes de cargos em comissão, celetistas, temporários, agentes políticos, conselheiros tutelares ou conselheiros governamentais e não governamentais que se deslocarem do Município,

A U T O R I Z A

A concessão de diária, à servidora **ADRIANA HORZEY DE SOUZA VOLTOLINI - Matrícula nº. 290331,** ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, conforme abaixo discriminado:

I	Número de diárias;	01 (uma) diária valor de 25%
II	Valor da diária;	R$ 83,62 (Oitenta e três reais e sessenta e dois centavos)
III	Valor total da diária;	R$ 83,62 (Oitenta e três reais e sessenta e dois centavos)
IV	Destino;	Curitiba – PR
V	Objetivo da viagem;	Deslocamento até a cidade de Curitiba para participar do evento **"Etapa de Planificação 4.2 – Gestão do Cuidado com Ênfase em Saúde Mental"**.
VI	Período da viagem;	Dia 26 de agosto de 2026.
VII	Meio de locomoção.	Veículo Oficial.

Campina Grande do Sul, 24 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 24 de agosto de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:F253F3F7

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1134/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Decreto

Municipal nº. 1897, de 15 de dezembro de 2022, no qual estabelece os critérios para a liberação de diárias destinadas ao custeio das despesas dos servidores públicos municipais efetivos, ocupantes de cargos em comissão, celetistas, temporários, agentes políticos, conselheiros tutelares ou conselheiros governamentais e não governamentais que se deslocarem do Município,

A U T O R I Z A

A concessão de diária, à servidora **YARA BATISTA DA LUZ - Matrícula nº. 327453,** ocupante do cargo de provimento efetivo de Terapeuta Ocupacional, lotada no Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, conforme abaixo discriminado:

I	Número de diárias;	01 (uma) diária valor de 25%
II	Valor da diária;	R$ 83,62 (Oitenta e três reais e sessenta e dois centavos)
III	Valor total da diária;	R$ 83,62 (Oitenta e três reais e sessenta e dois centavos)
IV	Destino;	Curitiba – PR
V	Objetivo da viagem;	Deslocamento até a cidade de Curitiba para participar do evento **"Etapa de Planificação 4.2 – Gestão do Cuidado com Ênfase em Saúde Mental"**.
VI	Período da viagem;	Dia 26 de agosto de 2026.
VII	Meio de locomoção.	Veículo Oficial.

Campina Grande do Sul, 24 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 24 de agosto de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:65B0188D

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1135/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Decreto Municipal nº. 1897, de 15 de dezembro de 2022, no qual estabelece os critérios para a liberação de diárias destinadas ao custeio das despesas dos servidores públicos municipais efetivos, ocupantes de cargos em comissão, celetistas, temporários, agentes políticos, conselheiros tutelares ou conselheiros governamentais e não governamentais que se deslocarem do Município,

A U T O R I Z A

A concessão de diária, ao servidor **DOUGLAS MARQUES DE OLIVEIRA - Matrícula nº. 327974,** ocupante do cargo de provimento efetivo de Psicólogo, lotado no Centro de Especialidades Médicas - CEM, conforme abaixo discriminado:

I	Número de diárias;	03 (três) diárias valor de 25%
II	Valor da diária;	R$ 83,62 (Oitenta e três reais e sessenta e dois centavos)
III	Valor total da diária;	R$ 250,86 (Duzentos e cinquenta reais e oitenta e seis centavos)
IV	Destino;	Curitiba – PR
V	Objetivo da viagem;	Deslocamento até a cidade de Curitiba para participar do evento **"VII Congresso Internacional: Saúde Mental e Direitos Humanos das Populações Vulnerabilizadas"**.
VI	Período da viagem;	De 27 a 29 de agosto de 2026.
VII	Meio de locomoção.	Veículo Oficial.

Campina Grande do Sul, 24 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 24 de agosto de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:6F866556

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1136/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Decreto Municipal nº. 1897, de 15 de dezembro de 2022, no qual estabelece os critérios para a liberação de diárias destinadas ao custeio das despesas dos servidores públicos municipais efetivos, ocupantes de cargos em comissão, celetistas, temporários, agentes políticos, conselheiros tutelares ou conselheiros governamentais e não governamentais que se deslocarem do Município,

A U T O R I Z A

A concessão de diária, ao servidor **JOÃO HENRIQUE PALUDO - Matrícula nº. 329437,** ocupante do cargo de provimento efetivo de Psicólogo, lotado no Centro de Especialidades Médicas - CEM, conforme abaixo discriminado:

I	Número de diárias;	03 (três) diárias valor de 25%
II	Valor da diária;	R$ 83,62 (Oitenta e três reais e sessenta e dois centavos)
III	Valor total da diária;	R$ 250,86 (Duzentos e cinquenta reais e oitenta e seis centavos)
IV	Destino;	Curitiba – PR
V	Objetivo da viagem;	Deslocamento até a cidade de Curitiba para participar do evento **"VII Congresso Internacional: Saúde Mental e Direitos Humanos das Populações Vulnerabilizadas"**.
VI	Período da viagem;	De 27 a 29 de agosto de 2026.
VII	Meio de locomoção.	Veículo Oficial.

Campina Grande do Sul, 24 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 24 de agosto de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:E8B5A0B9

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1137/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Decreto Municipal nº. 1897, de 15 de dezembro de 2022, no qual estabelece os critérios para a liberação de diárias destinadas ao custeio das despesas dos servidores públicos municipais efetivos, ocupantes de cargos em comissão, celetistas, temporários, agentes políticos, conselheiros tutelares ou conselheiros governamentais e não governamentais que se deslocarem do Município,

A U T O R I Z A

A concessão de diária, à servidora **LIZ TOMI HARTKOFF MATSUNE - Matrícula nº. 327164,** ocupante do cargo de provimento efetivo de Psicólogo, lotada no Centro de Especialidades Médicas - CEM, conforme abaixo discriminado:

I	Número de diárias;	03 (três) diárias valor de 25%
II	Valor da diária;	R$ 83,62 (Oitenta e três reais e sessenta e dois centavos)
III	Valor total da diária;	R$ 250,86 (Duzentos e cinquenta reais e oitenta e seis centavos)
IV	Destino;	Curitiba – PR
V	Objetivo da viagem;	Deslocamento até a cidade de Curitiba para participar do evento **"VII Congresso Internacional: Saúde Mental e Direitos Humanos das Populações Vulnerabilizadas"**.
VI	Período da viagem;	De 27 a 29 de agosto de 2026.
VII	Meio de locomoção.	Veículo Oficial.

Campina Grande do Sul, 24 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal
Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 24 de agosto de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:867B61AA

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1138/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Decreto Municipal nº. 1897, de 15 de dezembro de 2022, no qual estabelece os critérios para a liberação de diárias destinadas ao custeio das despesas dos servidores públicos municipais efetivos, ocupantes de cargos em comissão, celetistas, temporários, agentes políticos, conselheiros tutelares ou conselheiros governamentais e não governamentais que se deslocarem do Município,

A U T O R I Z A

A concessão de diária, à servidora **ADRIANA HORZEY DE SOUZA VOLTOLINI - Matrícula nº. 290331,** ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, conforme abaixo discriminado:

I	Número de diárias;	01 (uma) diária valor de 25%
II	Valor da diária;	R$ 83,62 (Oitenta e três reais e sessenta e dois centavos)
III	Valor total da diária;	R$ 83,62 (Oitenta e três reais e sessenta e dois centavos)
IV	Destino;	Curitiba – PR
V	Objetivo da viagem;	Deslocamento até a cidade de Curitiba para participar do evento **"Nós na Rede – 5º Encontro Presencial"**.
VI	Período da viagem;	Dia 01 de setembro de 2026.
VII	Meio de locomoção.	Veículo Oficial.

Campina Grande do Sul, 24 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 24 de agosto de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:A1B72607

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1139/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Decreto Municipal nº. 1897, de 15 de dezembro de 2022, no qual estabelece os critérios para a liberação de diárias destinadas ao custeio das despesas dos servidores públicos municipais efetivos, ocupantes de cargos em comissão, celetistas, temporários, agentes políticos, conselheiros tutelares ou conselheiros governamentais e não governamentais que se deslocarem do Município,

A U T O R I Z A

A concessão de diária, à servidora **CAROLINE DO ROCIO LUIZ - Matrícula nº. 329433,** ocupante do cargo de provimento efetivo de Psicólogo, lotada no Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, conforme abaixo discriminado:

I	Número de diárias;	01 (uma) diária valor de 25%
II	Valor da diária;	R$ 83,62 (Oitenta e três reais e sessenta e dois centavos)
III	Valor total da diária;	R$ 83,62 (Oitenta e três reais e sessenta e dois centavos)
IV	Destino;	Curitiba – PR
V	Objetivo da viagem;	Deslocamento até a cidade de Curitiba para participar do evento **"Nós na Rede – 5º Encontro Presencial"**.
VI	Período da viagem;	Dia 01 de setembro de 2026.
VII	Meio de locomoção.	Veículo Oficial.

Campina Grande do Sul, 24 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 24 de agosto de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:823FFB21

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1140/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Decreto Municipal nº. 1897, de 15 de dezembro de 2022, no qual estabelece os critérios para a liberação de diárias destinadas ao custeio das despesas dos servidores públicos municipais efetivos, ocupantes de cargos em comissão, celetistas, temporários, agentes políticos, conselheiros tutelares ou conselheiros governamentais e não governamentais que se deslocarem do Município,

A U T O R I Z A

A concessão de diária, à servidora **SHARON DE FREITAS DA SILVA - Matrícula nº. 329438,** ocupante do cargo de provimento efetivo de Terapeuta Ocupacional, lotada no Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, conforme abaixo discriminado:

I	Número de diárias;	01 (uma) diária valor de 25%
II	Valor da diária;	R$ 83,62 (Oitenta e três reais e sessenta e dois centavos)
III	Valor total da diária;	R$ 83,62 (Oitenta e três reais e sessenta e dois centavos)
IV	Destino;	Curitiba – PR
V	Objetivo da viagem;	Deslocamento até a cidade de Curitiba para participar do evento **"Nós na Rede – 5º Encontro Presencial"**.
VI	Período da viagem;	Dia 01 de setembro de 2026.
VII	Meio de locomoção.	Veículo Oficial.

Campina Grande do Sul, 24 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 24 de agosto de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:3FD77FD5

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1141/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Decreto Municipal nº. 1897, de 15 de dezembro de 2022, no qual estabelece os critérios para a liberação de diárias destinadas ao custeio das despesas dos servidores públicos municipais efetivos, ocupantes de cargos em comissão, celetistas, temporários, agentes políticos, conselheiros tutelares ou conselheiros governamentais e não governamentais que se deslocarem do Município,

A U T O R I Z A

A concessão de diária, à servidora **YARA BATISTA DA LUZ - Matrícula nº. 327453,** ocupante do cargo de provimento efetivo de Terapeuta Ocupacional, lotada no Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, conforme abaixo discriminado:

I	Número de diárias;	01 (uma) diária valor de 25%
II	Valor da diária;	R$ 83,62 (Oitenta e três reais e sessenta e dois centavos)
III	Valor total da diária;	R$ 83,62 (Oitenta e três reais e sessenta e dois centavos)
IV	Destino;	Curitiba – PR
V	Objetivo da viagem;	Deslocamento até a cidade de Curitiba para participar do evento **"Nós na Rede – 5º Encontro Presencial"**.
VI	Período da viagem;	Dia 01 de setembro de 2026.
VII	Meio de locomoção.	Veículo Oficial.

Campina Grande do Sul, 24 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 24 de agosto de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:48734F3B

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1142/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a legislação vigente, e

Considerando o Memorando nº. 168/2026, emitido pela Secretaria Municipal de Ordem Pública e Segurança, protocolado sob o nº. 30.469/2026;

D E S I G N A

O servidor **CLEBER CARVALHO DE CASTRO - Matrícula nº. 187911,** ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente da Guarda Civil Municipal – Nível C17 da Tabela de Vencimentos Anexo I da Lei Complementar Municipal nº. 31/2017, para exercer a função gratificada de Supervisor da Guarda Civil, o qual responderá interinamente pela equipe, com efeitos retroativos ao período de 20 de agosto de 2026 a 06 de setembro de 2026, em substituição do Agente da Guarda Civil Municipal Evandro Chesman Moraes Silva - Matrícula nº. 284601, que estará de licença médica neste período.

Campina Grande do Sul, 24 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 24 de agosto de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:A306F409

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1146/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

N O M E I A

CLAUDIMAR DA SILVA MUNERATTO - R.G.: nº. 13.036.049-1-PR, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Comunicação, responsável em assessorar o Departamento de Comunicação do Município, com o desenvolvimento de artes, designers, material de divulgação e apoio à promoção das políticas públicas municipais; assessorar o Prefeito Municipal no relacionamento com a imprensa, bem como formular subsídios para os pronunciamentos; exercer as atividades de cerimonial dos eventos oficiais; realizar a cobertura fotográfica dos eventos institucionais; gerenciar a presença digital do Município nas redes sociais, websites e outros meio digitais; desenvolver ações para divulgar informações institucionais e aproximar a administração pública da sociedade; promover uma comunicação clara, eficiente e alinhada aos objetivos institucionais, com fiel observância às normas legais vigentes, junto à Secretaria Municipal de Governo e Assuntos Jurídicos, com efeito retroativo a partir do dia 21 de agosto de 2026.

Campina Grande do Sul, 24 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 24 de agosto de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:0D74B553

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1147/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Decreto Municipal nº. 1897, de 15 de dezembro de 2022, no qual estabelece os critérios para a liberação de diárias destinadas ao custeio das despesas dos servidores públicos municipais efetivos, ocupantes de cargos em comissão, celetistas, temporários, agentes políticos, conselheiros tutelares ou conselheiros governamentais e não governamentais que se deslocarem do Município,

A U T O R I Z A

A concessão de diária, à servidora **GISLAINE REGIANE CARNEIRO - Matrícula nº. 329050,** ocupante do cargo em comissão de Supervisor Técnico, lotada na Agência do Trabalhador, conforme abaixo discriminado:

I	Número de diárias;	02 (duas) diárias valor de 25%
II	Valor da diária;	R$ 83,62 (Oitenta e três reais e sessenta e dois centavos)
III	Valor total da diária;	R$ 167,24 (Cento e sessenta e sete reais e vinte e quatro centavos)
IV	Destino;	Curitiba – PR
V	Objetivo da viagem;	Deslocamento até a cidade de Curitiba para participar do evento **"Capacitação em Seguro-Desemprego, Abono Salarial e Carteira de Trabalho"**.
VI	Período da viagem;	Dias 25 e 26 de agosto de 2026.
VII	Meio de locomoção.	Veículo Oficial.

Campina Grande do Sul, 25 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 25 de agosto de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:E9D1F512

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1148/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a legislação vigente, e

Considerando o Memorando nº. 649/2026, emitido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, protocolado sob nº. 30.623/2026;

E X O N E R A

Com efeito retroativo a partir do dia 01 de agosto de 2026, a função gratificada de Supervisor, do servidor **WESLEY JOSÉ PEREIRA - Matrícula nº. 326929,** ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista – Nível C05 da Tabela de Vencimentos Anexo IX da Lei Complementar Municipal nº. 07/2012.

Campina Grande do Sul, 25 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 25 de agosto de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:13733F71

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1149/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a legislação vigente, e

Considerando o Memorando nº. 255/2026, emitido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável, protocolado sob o nº. 30.603/2026;

R E S O L V E

Designar as servidoras, **REBECCA MAYRE MIRANDA DE JESUS - Matrícula nº. 329604 (Gestora) e ANA PAULA BISCARO DE MATOS - Matrícula nº. 148851 (Fiscal),** para atuarem neste Município, como responsáveis pela fiscalização do Programa de Esterilização Permanente de Cães e Gatos – CASTRAPET-PR, promovido pelo Governo do Estado do Paraná.

Campina Grande do Sul, 25 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 25 de agosto de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:AA13FF94

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 702/2026

Exonera a pedido, JEANINE LUZIA FERREIRA DE PAULA, na forma em que dispõe.

O Prefeito do Município de Campo Magro – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando:

a) Solicitação feita através do Protocolo n.º 5735/2026.

D E C R E T A

Art. 1º - **EXONERA A PEDIDO**, do cargo comissionado de Secretário Municipal, da Secretaria Municipal de Assistência Social – SAS, símbolo CC1, Anexo I, da Lei Municipal n.º 1226/2022, a servidora **JEANINE LUZIA FERREIRA DE PAULA,** matrícula n.º 3552, a partir de 28 de agosto de 2026.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 28/08/2026.

Paço Municipal de Campo Magro,
em 26 de agosto de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:2259FBF5

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 703/2026

Retira Função Gratificada de simbologia FG1, do servidor EDUARDO ALVES DE SOUZA, na forma em que dispõe.

O Prefeito do Município de Campo Magro – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando:

a) O solicitado no Memorando SEDU n.º 0232/2026.

D E C R E T A

Art. 1º - **RETIRA** a Função Gratificada de simbologia FG1, do servidor **EDUARDO ALVES DE SOUZA,** matrícula n.º 2169, a partir 03/08/2026.

Art. 2º - Este Decreto entra vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a partir de 03/08/2026.

Paço Municipal de Campo Magro,
em 26 de agosto de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:997204FB

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DO RESULTADO DE CONVOCAÇÃO N.º 116/2026
ASSISTENTE SOCIAL, PSICÓLOGO E FARMACÊUTICO
CONCURSO PÚBLICO EDITAL N.º 05/2024

O Prefeito do Município de Campo Magro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista as disposições da Lei Municipal n.º 126/00 e considerando o disposto no inciso II, do Art. 37 da Constituição Federal e o inciso II, do Art. 86 da Lei Orgânica do Município de Campo Magro, torna público o presente edital para o seguinte fim:

1 - Tornar público resultado da convocação do Edital n.º 116/2026, destinado para apresentação dos documentos referentes à habilitação do Edital CP n.º 05/2024 dos candidatos aprovados para os cargos de **ASSISTENTE SOCIAL, PSICÓLOGO E FARMACÊUTICO.**

2 - Ressaltar que os candidatos que **NÃO COMPARECERAM A CONVOCAÇÃO**, perderam o direito à investidura ao cargo.

Paço Municipal de Campo Magro,
em 26 de agosto de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Cargo: ASSISTENTE SOCIAL

CLASSIFICAÇÃO	NOME	SITUAÇÃO DOCUMENTAÇÃO	EXAME ADMISSIONAL
25	MICHELE FERNANDA DOS SANTOS	Ausente	Ausente

Cargo: PSICÓLOGO

CLASSIFICAÇÃO	NOME	SITUAÇÃO DOCUMENTAÇÃO	EXAME ADMISSIONAL
31	HILLARI NICOLI KULEVICZ	Ausente	Ausente
32	MARIA EDUARDA CAMPAGNARO	Em Análise	Apta para Função

Cargo: FARMACÊUTICO

CLASSIFICAÇÃO	NOME	SITUAÇÃO DOCUMENTAÇÃO	EXAME ADMISSIONAL
22	LARISSA FERNANDES DA SILVA	Ausente	Ausente
23	FERNANDA RIZZATO SANCHEZ	Ausente	Ausente

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:A4FF69A6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 12.2026 - CMDCA

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Campo Magro, em reunião ordinária nº 07.2026, realizada aos onze dias do mês de agosto de 2026.

RESOLVE

Art. 1º – Aprovar a Ata da Reunião Ordinária nº 06.2026 – CMDCA, sem ressalvas.

Art. 2º – Aprovar, por maioria dos votos, a inscrição do Projeto Criança Semente, exercício 2027, realizado pela Associação Ita Wegman inscrita no CNPJ 10.311.690/0001-53 para fins de captação de recursos de até R$870.000,00 (oitocentos e setenta mil reais) no formulário de seleção de projetos do Itaú Social.

Art. 3º – Aprovar o encaminhamento do expediente remetido pelo Ministério Público referente ao Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (Ofício 522/2026 MPPR), à Comissão de Análise Documental Legislação e Normas, para devido acompanhamento das adequações e dos prazos estabelecidos, bem como deliberar pelo encaminhamento de ofício à Secretaria Municipal de Assistência Social – SAS, comunicando que o CMDCA está ciente e que, no exercício de suas atribuições, realizará o acompanhamento e a fiscalização das providências relativas ao serviço, solicitando que sejam encaminhadas ao Conselho cópias dos documentos, respostas e demais comprovações encaminhadas pela SAS ao Ministério Público referentes às adequações apontadas, para fins de acompanhamento e registro pelo CMDCA.

Art. 4º – Aprovar o encaminhamento da demanda decorrente do Ofício nº 466, do Ministério Público, à Comissão de Permanente de Políticas Básicas e Garantias de Direitos, para que, em conjunto com o Conselho Tutelar, representado por Kauê Lacerda, realize o levantamento das necessidades identificadas, acompanhe as demandas apresentadas e proponha medidas destinadas ao fortalecimento das políticas públicas e da rede de proteção dos direitos de crianças e adolescentes, bem como deliberar à Mesa Diretora responsável pela elaboração da resposta ao Ministério Público, no prazo estabelecido de 30 (trinta) dias, utilizando as informações já disponíveis no Conselho e, quando necessário, solicitando informações complementares às Secretarias Municipais competentes.

Art. 5º – Aprovar sem ressalvas, a solicitação retificada de 5º termo aditivo de prazo e recursos ao Termo de Fomento nº 001/2025 (Ofício nº 16/2026), referente ao Projeto Criança Semente da Associação Solar Ita Wegman, CNPJ 10.311.690/0001-53, conforme Plano de Trabalho e Aplicação bem como da anulação da aprovação constante na Resolução nº 11/2026 do CMDCA. O plano de aplicação proposto corresponde ao repasse de recursos no valor de R$ 263.527,56, correspondente a 90% do montante captado através de destinação dirigida de pessoas físicas e jurídicas via FMDCA, bem como aproveitamento de rendimentos de aplicação financeira auferidos entre janeiro e junho de 2026, que totalizam R$ 1.100,68. Desta forma, o Plano de Ação e Aplicação proposto, que anteriormente totalizava R$833.827,12, com o 5º aditivo passa a totalizar R$ 1.098.455,36. O Plano de Trabalho apresenta, ainda, a previsão de aditivo de prazo, prevendo 26 meses, contados a partir da data de assinatura do Termo de Fomento como vigência da parceria.

Art. 6º – Aprovar o Projeto Serviço de Acolhimento Institucional, apresentado pela Fundação Solidariedade, inscrita no CNPJ sob o nº 81.652.513/0001-89, autorizando, para fins de chancela do CMDCA e captação de recursos nos termos da Lei Municipal nº 1252/2022, o valor de R$ 2.370.000,00 (dois milhões trezentos e setenta mil reais), para execução no exercício de 2027. O valor aprovado corresponde à meta de captação, incluindo os 10% incidentes sobre a captação.

Art. 7º – Aprovar a recomposição da representação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA no Conselho Municipal de Educação, ficando Amanda Ataele Lovato como representante titular e Sonia Maria Gonçalves Kudlawiec como representante suplente, determinando-se o encaminhamento de ofício à Secretaria Municipal de Educação – SEMEC, para ciência da referida recomposição.

Art. 8º – Aprovar a recomposição das Comissões Temáticas do CMDCA, com a seguinte representação:

I – Comissão Permanente de Política Básica e Garantias de Direitos: Representação Governamental: Tatiane Cristina Dembicki (SAS) e Elisangela Ramos Martins Ribeiro (SESAU). Representação da Sociedade Civil: Amanda Ataele Lovato e Joziany Silva Fernandes.

II – Comissão de Comunicação, Articulação e Mobilização: Representação Governamental: Sonia Maria Kudlawiec (SEMEC) e Elisangela Ramos Martins Ribeiro (SESAU). Representação da Sociedade Civil: Amanda Ataele Lovato e Daniel Havro da Silva.

III – Comissão Permanente do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente: Representação Governamental: Tatiane Cristina Dina Dembicki (SAS) e Karina Alves da Silva (SEFAZ). Representação da Sociedade Civil: Amanda Ataele Lovato e Daniel Havro da Silva.

IV – Comissão Setorial Permanente de Orçamento: Representação Governamental: Tatiane Cristina Dina Dembicki (SAS) e Karina Alves da Silva (SEFAZ). Representação da Sociedade Civil: Amanda Ataele Lovato e Daniel Havro da Silva.

V – Comissão de Análise Documental, Legislação e Normas: Representação Governamental: Elisangela Ramos (SESAU) e Edson Pereira de Paula. Representação da Sociedade Civil: Joziany Silva Fernandes e Ana Heloisa Baratto Milleo.

§ 1º Ficam delegadas à **Comissão Permanente de Política Básica e Garantias de Direitos** as atribuições da **Comissão de Acompanhamento do Plano de Medidas Socioeducativas – MSE,** passando aquela Comissão a acompanhar, também, as matérias relacionadas às medidas socioeducativas, com a mesma composição.

§ 2º A composição e a participação nas Comissões Temáticas do CMDCA deverão observar a representatividade da respectiva cadeira governamental ou da sociedade civil, abrangendo o(a) conselheiro(a) titular e seu(sua) respectivo(a) suplente, não ficando vinculadas à indicação nominal de integrantes.

Art. 9º – Aprovar o encaminhamento de ofício à Secretaria Municipal de Assistência Social – SAS, reiterando a solicitação de informações constante do Ofício nº 34/2026 – CMDCA, especialmente quanto à continuidade do serviço de equoterapia destinado a crianças e adolescentes e às providências adotadas pela Secretaria, estabelecendo-se o prazo de 5 (cinco) dias para apresentação de

resposta. Determinar, ainda, o encaminhamento da documentação e das respostas recebidas à Comissão Permanente de Política Básica e Garantias de Direitos e ao Conselho Tutelar, para análise, acompanhamento e proposição dos encaminhamentos necessários junto à rede de atendimento.

Art. 10º – Dar ciência ao Plenário acerca da execução das metas previstas na Resolução nº 05/2026 - CMDCA, especialmente quanto às ações de capacitação previstas no Plano de Ação e Aplicação do Fundo. A execução das metas e as respectivas despesas deverão ser encaminhadas às Comissões Permanente do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e de Comunicação, Articulação e Mobilização, para acompanhamento e análise, com posterior ciência ao Plenário, observada a vinculação das despesas às metas estabelecidas no Plano de Ação e Aplicação do Fundo.

Art. 11º – Aprovar o encaminhamento de Ofício à Secretaria Municipal de Assistência Social, solicitando informações acerca da situação atual e do processo de elaboração do novo Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, encaminhando-se posteriormente a resposta da Secretaria à Comissão de Acompanhamento do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo para conhecimento e providências pertinentes.

Art. 12º – Aprovar o encaminhamento de ofício à Secretaria Municipal de Assistência Social, solicitando justificativa quanto à perda do prazo da Capacitação da Escola dos Conselhos, a fim de subsidiar a avaliação de eventuais ajustes nos fluxos internos de comunicação.

Art. 13º – Aprovar o encaminhamento à Comissão de Comunicação, Articulação e Mobilização das demandas relacionadas à atualização, organização e adequação do site do CMDCA.

Art. 14º – Dar ciência ao Plenário acerca do Ofício nº 39/2026 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, referente à consulta pública destinada à contribuição para o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, registrando-se a deliberação pela participação do CMDCA na consulta, cujo preenchimento ficará a cargo da Secretaria Executiva, em conjunto com a Mesa Diretora.

Art. 15º –Dar ciência aos Conselheiros acerca da realização do Módulo II da capacitação sobre o SIPIA, realizado presencialmente em Curitiba, nos dias 13 e 14 de agosto de 2026, das 8h às 17h, contemplando atividades práticas relacionadas ao registro de atendimentos, identificação de violações de direitos, aplicação de medidas de proteção e encaminhamentos.

Art. 16º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE

Campo Magro, 25 de agosto de 2026.

EDSON PEREIRA DE PAULA
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:EC865ABB

SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO – COMTUR DE CAMPO MAGRO/PR

Aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, às dezoito horas, nas dependências do Restaurante Recanto Nativo, no município de Campo Magro, Estado do Paraná, realizou-se reunião do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, em articulação com a Secretaria Municipal de Planejamento e a Secretaria Municipal de Turismo, tendo como principais objetivos deliberar sobre a sinalização turística regional por meio de convênio com a Itaipu Binacional, apresentar o Inventário da Oferta Turística Municipal, alinhar questões técnicas referentes ao Plano de Manejo do Morro da Palha e apresentar as diretrizes iniciais do Manual de Eventos Municipal.

Participaram da reunião o Sr. Altair dos Santos (Taka), Presidente do COMTUR; o Sr. Alex, Vice-Presidente do COMTUR e Diretor da Secretaria Municipal de Turismo; a Sra. Norma, Secretária Municipal de Turismo de Campo Magro; o Sr. Robson, representante da Secretaria Municipal de Planejamento; as Sras. Dafne e Camila, representantes da Secretaria Municipal de Turismo; e a Sra. Emily, Engenheira Ambiental e Técnica Regional da Grande Curitiba pelo Parque Tecnológico Itaipu. Representando o trade turístico, os empreendedores, a comunidade e convidados, estiveram presentes o Sr. Edinho, conselheiro e empreendedor; a Sra. Sandra e o Sr. Ozir, proprietários do Restaurante Recanto Nativo; o Sr. Danilo e o Sr. Jean, representantes da Chácara Pedra Lisa; a Sra. Roseli e a Sra. Jozélia, representantes do Café Colonial Mirante do Palha; o Sr. Flávio e a Sra. Cínthia, representantes do Restaurante Galpão Colônia; o Sr. Elovanir e a Sra. Evelyn, representantes do Sítio Pedra Sobre Pedra; o Sr. Ricardo, representante do Galpão dos Vales; o Sr. Valdir Costa; o Sr. Igor, morador da região do Morro da Palha; e o Sr. Apolo, músico instrumental/jazz, na condição de convidado.

A reunião foi aberta pelo Presidente do COMTUR, Sr. Altair dos Santos (Taka). Na sequência, a Secretária Municipal de Turismo, Sra. Norma agradeceu a presença dos participantes e destacou a importância da atuação integrada entre o Poder Público, o Conselho, os empreendedores e os demais segmentos envolvidos com o turismo, visando ao fortalecimento do setor e ao desenvolvimento econômico municipal. O Conselho reforçou a necessidade de ampliar a articulação entre o COMTUR e as associações civis, especialmente na busca de soluções para os problemas relacionados ao acesso e ao deslocamento até os empreendimentos turísticos. Os empresários Edinho, Danilo e Sandra relataram dificuldades decorrentes das condições de determinadas estradas, da insuficiência de iluminação e da sinalização viária e turística, ressaltando que tais fatores dificultam o deslocamento e a localização dos atrativos, comprometendo o acesso dos visitantes e a frequência nos empreendimentos turísticos do município.

Dando continuidade à pauta, a Sra. Dafne apresentou o projeto inicial do Inventário da Oferta Turística Municipal, destacando a necessidade de atualizar, organizar e ampliar as informações referentes aos empreendimentos turísticos. Foi identificado que diversos estabelecimentos apresentam informações incompletas ou desatualizadas nos mecanismos de pesquisa e plataformas digitais, especialmente quanto aos dias e horários de funcionamento, contatos, localização, serviços oferecidos e faixa de preços.

Em relação aos erros de localização e roteamento identificados nos aplicativos Google Maps e Waze, que, em alguns casos, direcionam motoristas para rotas obstruídas ou vias inexistentes, ficou registrada a possibilidade de a Prefeitura Municipal acionar as plataformas e instâncias responsáveis para solicitar a correção das informações da malha digital. Como medida emergencial, a equipe técnica converterá os dados validados pelo Inventário em rotas customizadas no Google My Maps, possibilitando a criação de trajetos controlados e mais seguros para orientação dos visitantes até os empreendimentos e atrativos turísticos.

Na sequência, foi apresentada a pesquisa realizada pela Secretaria Municipal de Turismo junto à população, correspondente à Fase 1 – Munícipe, destinada a identificar o sentimento de pertencimento e contribuir para a definição da identidade gastronômica e turística de Campo Magro. Foi solicitado o apoio dos empreendimentos na divulgação da pesquisa, com o objetivo de ampliar o número de participantes e possibilitar a conclusão da primeira etapa. Posteriormente, será iniciada a Fase 2, direcionada ao levantamento do perfil e do ticket médio dos turistas que visitam o município.

Prosseguindo, o Diretor Alex apresentou informações sobre a transição da tutela jurídica do Morro da Palha, oficialmente instituído como Parque Ambiental Municipal, bem como o balanço das ações de manejo e silvicultura realizadas em parceria com o Instituto Água e Terra – IAT. Também foram apresentadas as ações executadas pela

iniciativa Campo Gerais, incluindo o corte e a erradicação de espécies de *Pinus*, consideradas invasoras e prejudiciais à biodiversidade local. Foi informado que a Prefeitura iniciará o replantio de espécies nativas da Mata Atlântica, visando à recuperação ambiental e à valorização da biodiversidade. O plano básico de infraestrutura prevê a instalação de guarita com cancela para controle de acesso, carga e fluxo de pessoas; posto de atendimento do Centro de Informações Turísticas – CIT; e mobiliário ornamental no platô superior, como bancos e/ou balanço para utilização fotográfica. Informou-se, ainda, que o projeto se encontra em fase de elaboração e que sua execução deverá ser viabilizada por meio de parceria e aditivo ao convênio com a Itaipu Binacional.

No âmbito das capacitações, a Secretária Municipal de Turismo, Sra. Norma, apresentou o calendário de eventos e cursos desenvolvidos em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, além das possibilidades de capacitação por meio do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR.

Em seguida, foram apresentadas as diretrizes iniciais do novo Manual de Eventos do Município, atualmente em elaboração, com o objetivo de estabelecer critérios e procedimentos relativos à organização, análise e liberação de eventos. Foi informado que o documento deverá regulamentar procedimentos e restrições considerando os impactos ambientais e a necessidade de preservação dos espaços públicos e naturais, estabelecendo critérios específicos para atividades com potencial de degradação ambiental.

Na continuidade, a Secretária Municipal de Turismo apresentou as novas diretrizes para o turismo local e destacou o interesse na retomada do projeto "Caminhadas na Natureza", iniciativa com histórico de grande adesão popular no município. Como contribuição, a Sra. Sandra sugeriu que o evento seja dividido em diferentes rotas realizadas simultaneamente, estratégia que poderá descentralizar o fluxo de visitantes, reduzir superlotação e filas e distribuir os turistas entre diferentes estabelecimentos parceiros, favorecendo o comércio local e a geração de renda para produtores e microempresários.

Posteriormente, a Engenheira Ambiental Emily apresentou as diretrizes operacionais do projeto "Coleta Mais", desenvolvido pela Itaipu Binacional e pelo Parque Tecnológico Itaipu. Considerando os baixos índices de materiais recicláveis provenientes do turismo rural encaminhados à triagem manual da cooperativa, foi apresentada proposta de cooperação entre os empreendimentos turísticos e a CARFES. Entre as medidas apresentadas, destacou-se a possibilidade de acionamento do caminhão-baú sob demanda, especialmente em dias de grandes eventos ou períodos de geração atípica de resíduos, permitindo aos estabelecimentos do trade turístico rural solicitar diretamente à CARFES o recolhimento programado do excedente. Também foi ressaltada a necessidade de triagem dos resíduos na fonte, mediante a separação, no mínimo, entre recicláveis secos, como papelão, vidro e plástico, e rejeitos úmidos ou orgânicos. Ressaltou-se que a mistura de resíduos orgânicos com materiais recicláveis, especialmente papelão, prejudica ou inviabiliza o processo de reciclagem e pode gerar custos adicionais de destinação ao aterro sanitário, custeados pelo município. Por fim, recomendou-se a adoção de composteiras internas nos restaurantes e empreendimentos que disponham de condições adequadas, bem como a utilização de elementos de identidade visual relacionados às práticas de sustentabilidade e gestão adequada de resíduos.

Ao final da reunião, foi registrada a necessidade de agendamento de Audiência Pública destinada à apresentação e definição das rotas turísticas municipais, bem como à apresentação das placas de identificação e da sinalização turística. Ficou definido que a data e o local da próxima reunião do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR serão estabelecidos posteriormente, nas próximas semanas. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Altair dos Santos (Taka), Presidente do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, declarou encerrada a reunião. Para constar, lavrou-se a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente do Conselho, Sr. Altair dos Santos,, sendo posteriormente juntada ao livro próprio, juntamente com a respectiva lista de presença.

Campo Magro/PR, 18 de agosto de 2026.

SR. ALTAIR DOS SANTOS (TAKA)
Presidente do COMTUR

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:EE13A118

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 263/2026

DECRETO Nº. 263/2026
DATA: 26/08/2026

Declara de interesse social, os imóveis que menciona, especifica e estabelece outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CANDÓI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica Municipal, e considerando o projeto da empresa vencedora do leilão 90.001/2026 apresentado no procedimento de pré-qualificação 90.004/2025;

DECRETA

Art. 1º Fica Declarada de Interesse Social, nos termos do art. 3º, Inciso IX e art. 8º, da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, o imóvel objeto da matrícula nº 19.125 do 1º Oficio de Registro de Imóveis de Guarapuava – PR com área total de 14,3637 hectares, localizado a margem da Rodovia BR 277 s/n, Lagoa Seca no município de Candói – PR; para viabilizar o desenvolvimento de projetos que compreendam coleta e destinação final de resíduos, biodigestores, posto de abastecimento de combustíveis, incluindo gás bio metano, energia elétrica e demais combustíveis fosseis, compostagem de resíduos orgânicos; armazenamento temporário de resíduos não perigosos; estação de tratamento de efluentes provenientes de terceiros; biodigestor de resíduos e/ou efluentes orgânicos; aterro classe II; armazenamento temporário e transbordo de resíduos classe I e resíduos da saúde; transporte de cargas e resíduos classe I e II; transporte de cargas e resíduos perigosos e não perigosos; serviço de coleta, tratamento e destinação final de resíduos industriais e urbanos; unidade de triagem de resíduos; produção de biocombustível (CDR- combustível derivado de resíduos) para posterior produção de energia elétrica; ponto de abastecimento de combustíveis, incluindo biometano.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Candói, em 26 de agosto de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Maria Caroline Dias de Ramos
Código Identificador:F3962F4E

GABINETE DO PREFEITO
SECRETARIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA PROCESSO DE SELEÇÃO DE PRODUTORES/AGRICULTORES Nº 01/2026 EDITAL COMPLEMENTAR Nº 07/2026

O COMITÊ DO PROGRAMA CAMPO FORTE: CANDÓI DESENVOLVIDO, em atenção do
disposto no § 4º, Art. 16, da Lei Municipal nº 1.619 de 08 de junho de 2021, alterada pela Lei Municipal nº 1.619/2025, **TORNA PÚBLICA o** CHAMAMENTO COMPLEMENTARDO(S) SELECIONADO(S), para o ano de 2026, conforme a seguir:

A seleção complementar prevista neste edital, se deu em razão da desistência de um dos selecionados no edital 06/2026 .

1.1 RELAÇÃO COMPLEMENTAR DE SELECIONADO

NOME	LOCALIDADE
KARINE BODENAR	PASSO GRANDE

Publique-se,

Candói, 26 de Agosto de 2026.

JONILSON ANTÔNIO ARAÚJO
Presidente do Comitê Campo Forte: Candói Desenvolvido

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:E7AE4099

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECISÃO ADMINISTRATIVA FINAL PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PORTARIA Nº 304/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº 2.174/2026
EMPRESA: BIO LOGICA DISTRIBUIDORA LTDA - CNPJ: 06.175.908/0001-12

I – RELATÓRIO
Trata-se de Processo Administrativo instaurado para apurar descumprimento de obrigação contratual atribuída à empresa **BIO LOGICA DISTRIBUIDORA LTDA**, decorrente do fornecimento do Item 30 em desconformidade com as especificações estabelecidas no Edital Pregão Eletrônico nº 90.114/2025, Termo de Referência, Ata de Registro de Preços nº 135/2026 e Requisição de Compra nº 37953.

II – DO ACATAMENTO DO RELATÓRIO FINAL
Considerando o conjunto probatório produzido nos autos, o regular processamento do feito, a garantia do contraditório e da ampla defesa, bem como a análise das alegações finais apresentadas pela contratada, **ACOLHO INTEGRALMENTE o Relatório Final elaborado pela Comissão Processante**, adotando seus fundamentos como razões desta decisão. Reconheço, portanto, a ocorrência do descumprimento contratual e a caracterização da infração administrativa prevista no **art. 155, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021**, conforme fundamentação constante dos autos.

Diante ao exposto, **DECIDO:**

III – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
Diante da gravidade da conduta, das circunstâncias do caso concreto e dos critérios estabelecidos no **art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133/2021**, e considerando a necessidade de resguardar o interesse público e a adequada prestação dos serviços de saúde, **APLICO** à empresa BIO LOGICA DISTRIBUIDORA LTDA as seguintes sanções administrativas:

MULTA ADMINISTRATIVA, no percentual de **3% (três por cento)** sobre o valor do contrato, com fundamento no art. 156, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, e no item 21.4 do Edital de Pregão Eletrônico nº 90.114/2025.

IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR com o Município de Candói, pelo prazo de **02 (dois) anos**, com fundamento no art. 156, inciso III e § 4º, da Lei nº 14.133/2021.

III – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO NA ATA
Quanto à **Ata de Registro de Preços nº 135/2026**, determino o **cancelamento do registro da empresa BIO LOGICA DISTRIBUIDORA LTDA**, o cancelamento constitui providência decorrente do descumprimento das condições assumidas pela detentora da Ata no âmbito do Sistema de Registro de Preços, encontrando fundamento no **art. 114, incisos III e IV, do Decreto Municipal nº 296/2023**.

Candoi-Pr, 26 de agosto de 2026

Publique-se

LICIELE ALBANIO
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:60451603

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA | DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011/2026

ATO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Dispensa de Licitação nº 011/2026
Processo nº 3.502/2026

I - Relatório

Trata-se de procedimento administrativo instaurado para a aquisição emergencial de 01 (uma) Bomba de Infusão Contínua de Insulina MiniMed 780G, acompanhada de seus acessórios, componentes e insumos indispensáveis ao tratamento, destinada ao estrito e imediato cumprimento de determinação judicial proferida nos autos de Procedimento Comum Infância e Juventude nº 0010777-22.2026.8.16.0031, em trâmite perante a Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Guarapuava/PR.

A demanda visa ao atendimento contínuo da adolescente E. L. B., portadora de Diabetes Mellitus Tipo 1 (CID10 - E10) com histórico severo de instabilidade glicêmica, conforme laudo médico constantes dos autos. A ordem judicial impôs ao Estado do Paraná e ao Município de Candói, em responsabilidade solidária, o fornecimento do tratamento em prazo exíguo.

Assim, a aquisição mostra-se indispensável para assegurar o cumprimento da ordem judicial e, consequentemente, garantir o acesso ao tratamento prescrito, considerando que o equipamento possui finalidade específica e está diretamente relacionado à necessidade individual da paciente, não sendo possível postergar sua disponibilização sem risco de prejuízo à efetividade do tratamento.

A Secretaria Municipal de Saúde instruiu o processo demonstrando que não há outra via capaz de assegurar o fornecimento imediato sem a realização da contratação direta. A instauração de certame licitatório comum resultaria em lapso temporal incompatível com o prazo judicial e com a necessidade clínica da paciente, gerando risco de descompensação metabólica severa, agravo irreversível à integridade física de menor de idade e penalidades processuais por descumprimento de ordem judicial.

II - Do Cumprimento dos Requisitos do Art. 72 da Lei nº 14.133/2021

Verifica-se que a instrução processual atende a todas as exigências do art. 72 da Lei Federal nº 14.133/2021, cujos elementos constam expressa e pormenorizadamente demonstrados nos autos:
Documento de Formalização de Demanda e ETP (Inciso I): O Estudo Técnico Preliminar - ETP (Processo nº 3.487/2026) fundamentou a necessidade e encontrou a solução a ser contratada;
Estimativa da Despesa (Inciso II): Apurada no Memorial de Cálculo e Pesquisa de Preços (Despachos 4 a 7), em estrita observância ao Decreto Municipal nº 250/2022;
Parecer Jurídico (Inciso III): Autos instruídos com a devida manifestação jurídica no Despacho 19;
Demonstração da Disponibilidade Orçamentária (Inciso IV): Atestada na dotação 08.003.10.301.0007-2029 (Conta 2370, Fonte 00303 - ASPS Saúde 15%, Natureza 3.3.90.32.00.00);
Comprovação da Habilitação e Qualificação (Inciso V): Os fornecedores foram convocados a apresentar a documentação, conforme item 10.3 do Termo de Referência, e a documentação foi juntada nos autos através dos Ofícios 1.489/2026 e 1.490/2026;

Razão da Escolha dos Contratados (Inciso VI): Seleção das empresas que ofertaram o menor preço válido por lote, com divisão técnica justificada no Termo de Referência para resguardar a compatibilidade da bomba e a vantajosidade nos insumos;
Justificativa do Preço (Inciso VII): Demonstrada a conformidade das propostas com a cesta de preços de mercado e a fixação do menor preço coletado junto aos fornecedores como teto vantajoso à Administração;
Autorização da Autoridade Competente (Inciso VIII): Materializada por meio do presente ato decisório.

III - Fundamentação

A contratação direta subsume-se perfeitamente à hipótese legal de Dispensa de Licitação prevista no art. 75, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021:

Art. 75. É dispensável a licitação:
(...)
VIII - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, de obras, de serviços, de equipamentos e de outros bens, públicos ou particulares, e somente para a aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos e a recontratação de empresa já contratada com base neste inciso;"

No presente caso, a urgência está devidamente demonstrada pela existência de decisão judicial determinando o fornecimento do equipamento, sendo necessária a adoção de providências administrativas imediatas para assegurar o cumprimento da obrigação e evitar prejuízo à saúde da beneficiária.

A urgência consubstancia-se na iminência de dano à vida e à integridade física de pessoa vulnerável (segurança de pessoa) cumulada com a obrigatoriedade inafastável de cumprimento de determinação judicial de tutela de urgência (direito à saúde – arts. 6º e 196 da CF/88).

IV - Decisão

Diante do exposto, com fundamento no art. 75, inciso VIII, c/c art. 72, inciso VIII, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021, e considerando a estrita urgência fática e jurídica demonstrada no Processo Administrativo nº 3.502/2026:

AUTORIZO A CONTRATAÇÃO DIRETA, por Dispensa de Licitação nº 011/2026, dos seguintes fornecedores, adjudicando o objeto conforme a divisão em lotes constante do Termo de Referência:

Lote	Contratado / CNPJ	Resumo do Objeto	Valor Global (R$)
1	AUTO SUTURE DO BRASIL LTDA / CNPJ Nº 01.645.409/0003-90	Bomba de Infusão, Transmissor Guardian, Sensores, Reservatórios, Aplicador Quick-Set e Adaptador CareLink USB	30.776,00
2	ECO FARMAS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / CNPJ Nº 85.477.586/0001-32	Cateter Set, Fitas Accu-Chek Active, Pilhas e Tiras FreeStyle Optium Ketone	13.045,60
VALOR GLOBAL DA CONTRATAÇÃO			**43.821,60**

DETERMINO a adoção das seguintes providências pelo setor competente:
Publicação deste ato de autorização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Diário Oficial do Município, no prazo legal;
Formalização dos contratos;
Comunicação da formalização do cumprimento da ordem judicial à Procuradoria Geral do Município para informação nos autos judiciais nº 0010777-22.2026.8.16.0031.

É a decisão. Publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Candói, em 26 de agosto de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Rodrigo Miss
Código Identificador:5E26385D

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 2° TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 21/2026

CONTRATO Nº 21/2026
PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 438/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANDÓI - ESTADO DO PARANÁ - CNPJ nº 95.684.478/0001-94.
CONTRATADO: COSTA & SKOROPAD EMPREENDIMENTOS LTDA - CNPJ nº 19.168.221/0001-00.
OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência e do valor do Contrato Administrativo nº 21/2026, Contratação de serviço de agente de defesa e proteção civil, através do regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para atuação no âmbito do Programa Bombeiro Comunitário, conforme características, quantitativos e demais exigências do edital.
FUNDAMENTO: O presente instrumento tem como fundamento legal as disposições contidas no art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, em conformidade com o previsto na Cláusula 2.1, § 1º, do Contrato Administrativo.
VALOR: R$ 51.249,60 (cinquenta e um mil, duzentos e quarenta e nove reais e sessenta centavos
DATA VIGÊNCIA: 26/02/2027
DATA DE ASSINATURA: 26/08/2026.

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:00D1C6AA

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO Nº 3.255/2026 DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 063/2026. NUMERO DA CONTRATAÇÃO PNCP 985499 - 022/2026.

ÓRGÃO LICITANTE: Município de Candói, Estado do Paraná, CNPJ/MF nº 95.684.478/0001-94. **UASG:** 985499. **OBJETO:** Registro de preços de graxas, óleos lubrificantes e pano para limpeza, destinados à manutenção da frota municipal de máquinas e veículos (itens Fracassados Pregão 047/2026). **VALOR ESTIMADO: R$ 200.860,71** (duzentos mil oitocentos e sessenta reais e setenta e um centavos). **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Menor Preço. **LOCAL:** Sistema Compras.gov.br (https://www.gov.br/compras/pt-br). **DATA E HORA DE INÍCIO DA SESSÃO:** 11/09/2026 – 08h30min. **OBTENÇÃO DO EDITAL:** A íntegra do Edital e seus anexos poderão ser obtidos no sitio oficial do Município www.candoi.pr.gov.br ou Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). **ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:** através de protocolo pelo sistema de Processos Digitais do município (https://candoi.1doc.com.br/b.php?pg=o/wp) ou pelo e-mail licitacao@candoi.pr.gov.br.

Assinado Digitalmente em 26/08/2026 Por

SILVESTRE GONÇALVES FERREIRA FILHO,
Agente de Contratação, Portaria nº 217/2023.

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:CD49E63B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
ATA CREDENCIAMENTO 010/2026

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E DE PROPOSTAS

Às dez horas do dia vinte e seis do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Capitão Leônidas Marques, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, nomeados pelo **Decreto nº 001 de 08.01.2026,** com redação dada pelo **Decreto nº 244 de 02.07.2026**, para procederem a abertura e julgamento dos envelopes contendo a proposta e documentação referentes ao ***Credenciamento 010/2026 de 21.07.2026,*** destinado ao credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços de torno e solda no Município de Capitão Leônidas Marques/PR, visando atender às demandas das Secretarias Municipais, conforme especificações do Termo de Referência, bem como os critérios para credenciamento. Foi registrado, conforme protocolo em anexo ao processo, o interesse da seguinte empresa em se credenciar: ***PAULO CESAR ZANARDI-TORNEARIA,*** inscrita no CNPJ sob nº 03.282.378/0001-13; que manifestou interesse em todos os itens. Não houve a presença de representantes para acompanhar o julgamento, porém, a empresa, ao se apresentar para este processo de credenciamento, declara ter conhecimento e sujeitar-se às condições nele estabelecidas. Os membros da Comissão deram prosseguimento ao processo com a abertura do envelope. Em todos os procedimentos, foram verificadas as regularidades às vistas das exigências deste edital, nos termos do item 3 (habilitação jurídica, regularidade fiscal, econômico-financeira). Foram analisados também os documentos complementares, compreendendo declarações e a solicitação de credenciamento e a carta proposta. A empresa acima relacionada, foi habilitada atendendo a todos os requisitos do edital. Não houve quaisquer tipos de questionamentos, quanto aos procedimentos adotados no processo. A Comissão deliberou credenciar a empresa acima mencionada para a execução do objeto em consideração. Fica aqui registrado que a empresa declara ciência de que o serviço a ser prestado será remunerado de acordo com os valores constantes do Termo de Referência, cuja aceitação já foi expressa por meio da Declaração do Anexo III, e que também está ciente de todas as condições da prestação dos serviços. Após transcorridos todos os procedimentos, o resultado será publicado no Diário Oficial do Município. Poderão ser apresentados recursos no prazo de 03 (três) dias a contar da data da publicação do Diário Oficial do Município, sendo este protocolado na sede da Prefeitura Municipal de Capitão Leônidas Marques-Pr, ou no e-mail licitacaorecursos@clm.pr.gov.br e dirigido à Comissão de Licitação. Vencido os prazos e inexistindo recurso ou após devidamente julgados, a documentação será encaminhada ao Departamento de Compras para autorização de abertura do Processo de Inexigibilidade de Licitação. Após o deferimento do credenciamento, o interessado será comunicado via correio eletrônico para assinatura do Contrato, o qual estabelecerá com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos do Edital e da proposta a que se vinculam, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data da notificação/convocação, sob pena de decadência desse direito. Este julgamento proferido pela Comissão Permanente de Licitação será encaminhado ao Senhor Prefeito Municipal, cabendo-lhe o direito de revogar a presente licitação, por justas razões de conveniência e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, mediante parecer devidamente fundamentado, como consta no Termo de Referência deste edital. O presente Edital continua em validade de 12 (doze) meses contados a partir da data da primeira publicação. Ultrapassada a data e horário de hoje, onde realizou-se um julgamento, os demais interessados poderão solicitar credenciamento, durante a vigência do edital, obedecidas às exigências estabelecidas no mesmo, todavia, a contratação dependerá da disponibilidade de serviços objeto deste processo, necessidade e conveniência da administração. Os atos administrativos que dizem respeito a este Credenciamento Público, serão sempre interpretados visando assegurar o aproveitamento da licitação, devendo ser anulados somente aqueles que não sejam passíveis de saneamento, à luz o Regulamento de licitações e contratos, aproveitando-se todos os demais atos antecedentes, prosseguindo-se com o processo até o seu termo final. Nada mais havendo e no aguardo dos prazos encerra-se a presente sessão.

De acordo,

NATALI APARECIDA PAGEL DA SILVEIRA
Agente de Contratação

JAQUELINE ROHR GROHALSKI GOMES
Membro

HENRIQUE XAVIER DE SOUZA
Membro

KAUANY DAMIÃO GOMES
Membro

PATRICIA SINHORIN PRATES
Membro

Publicado por:
Maiara Daiane Teixeira
Código Identificador:952BB7C0

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
INEX. 138/2026 - EXTRATO CTO 398/2026

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 138/2026.

Processo Adm. nº 244/2026.

Declaro inexigível a licitação, com fundamento no artigo 74, inciso IV, 79, inciso I, ambos da Lei nº 14.133/2021 e art. 213 do Decreto nº 385 de 11 de dezembro de 2023, no valor total de R$ 7.509,00 (sete mil, quinhentos e nove reais), a favor da empresa ***J. EVANDRO SIGNORINI & CIA LTDA,*** com sede na Rua Miguel Arcanjo Prevedello, nº 281, Campo da Baixada, em Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, CEP: 85.790-000, inscrita no CNPJ sob n. º 33.957.177/0001-30, para prestação de serviços de instalação, manutenção e substituição de cercas em áreas urbanas e rurais no Município de Capitão Leônidas Marques/PR, visando atender às demandas identificadas pela Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Públicos em conjunto com o interesse da administração pública, conforme especificações do Termo de Referência, bem como os critérios para credenciamento, em atendimento a solicitação nº 292/2026 da Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Públicos.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 26 de agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 398/2026.

Referências de origem:
TERMO DE INEXIGIBILIDADE nº 138/2026.
Processo Adm. Nº 244/2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES – PR.

CONTRATADA: J. EVANDRO SIGNORINI & CIA LTDA.

OBJETO: É objeto do presente instrumento a contratação de empresa para prestação de serviços de instalação, manutenção e substituição de cercas em áreas urbanas e rurais no Município de Capitão Leônidas Marques/PR, visando atender às demandas identificadas pela Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Públicos em conjunto com o interesse da administração pública, conforme especificações do Termo de Referência, bem como os critérios para credenciamento, em atendimento a solicitação n. º 292/2026 da Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Públicos.

Vinculam-se a este instrumento, todas as condições do Edital de Credenciamento nº 012/2026, Processo Adm. nº 216/2026.

VALOR: R$ 7.509,00 (sete mil, quinhentos e nove reais).

VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses a partir da data do contrato na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

RECURSOS: A despesa do presente onerará da seguinte dotação orçamentária:
*** 471 – 13.001.15.451.1010.2204.3.3.90.39.00 – livre;**
*** 496 – 13.002.26.782.1011.2208.3.3.90.39.00 – livre, 511 e 504.**

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 26 de agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maiara Daiane Teixeira
Código Identificador:2E2BC475

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
INEX. 139/2026 - EXTRATO CTO 399/2026

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 139/2026.

Processo Adm. nº 245/2026.

Declaro inexigível a licitação, com fundamento no artigo 74, inciso IV, 79, inciso I, ambos da Lei nº 14.133/2021 e art. 213 do Decreto nº 385 de 11 de dezembro de 2023, no valor total de R$ 7.509,00 (sete mil, quinhentos e nove reais), a favor da empresa ***CONSTRUSINAL LTDA,*** com sede na Rua Ocaí, 06,Jardim Santa Rita, em Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, CEP: 85.792-012, inscrita no CNPJ sob n. º 22.280.892/0001-64, para prestação de serviços de instalação, manutenção e substituição de cercas em áreas urbanas e rurais no Município de Capitão Leônidas Marques/PR, visando atender às demandas identificadas pela Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Públicos em conjunto com o interesse da administração pública, conforme especificações do Termo de Referência, bem como os critérios para credenciamento, em atendimento a solicitação nº 293/2026 da Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Públicos.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 26 de agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 399/2026.

Referências de origem:
TERMO DE INEXIGIBILIDADE nº 139/2026.
Processo Adm. nº 245/2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES – PR.

CONTRATADA: CONSTRUSINAL LTDA.

OBJETO: É objeto do presente instrumento a contratação de empresa para prestação de serviços de instalação, manutenção e substituição de cercas em áreas urbanas e rurais no Município de Capitão Leônidas Marques/PR, visando atender às demandas identificadas pela Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Públicos em conjunto com o interesse da administração pública, conforme especificações do Termo de Referência, bem como os critérios para credenciamento, em atendimento a solicitação nº 293/2026 da Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Públicos.

Vinculam-se a este instrumento, todas as condições do Edital de Credenciamento nº 012/2026, Processo Adm. nº 216/2026.

VALOR: R$ 7.509,00 (sete mil, quinhentos e nove reais).

VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses a partir da data do contrato na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

RECURSOS: A despesa do presente onerará da seguinte dotação orçamentária:
*** 471 – 13.001.15.451.1010.2204.3.3.90.39.00 – livre;**
*** 496 – 13.002.26.782.1011.2208.3.3.90.39.00 – livre, 511 e 504.**

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 26 de agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maiara Daiane Teixeira
Código Identificador:DD706D4D

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
INEX. 140/2026 - EXTRATO CTO 400/2026

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 140/2026.

Processo Adm. nº 246/2026.

Declaro inexigível a licitação, com fundamento no artigo 74, inciso IV, 79, inciso I, ambos da Lei nº 14.133/2021 e art. 213 do Decreto nº 385 de 11 de dezembro de 2023, no valor total de R$ 7.509,00 (sete mil, quinhentos e nove reais), a favor da empresa ***61.851.971 MÁRCIO ANTÔNIO PASSAGLIA*** com sede na Rua Fortaleza 113, Casa, Jardim Santa Rita, em Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, CEP: 85.792-036, inscrita no CNPJ sob n. º 61.851.971/0001-30, para prestação de serviços de instalação, manutenção e substituição de cercas em áreas urbanas e rurais no Município de Capitão Leônidas Marques/PR, visando atender às demandas identificadas pela Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Públicos em conjunto com o interesse da administração pública, conforme especificações do Termo de Referência, bem como os critérios para credenciamento, em atendimento a solicitação nº 294/2026 da Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Públicos.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 26 de agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 400/2026.

Referências de origem:
TERMO DE INEXIGIBILIDADE nº 140/2026.
Processo Adm. nº 246/2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES – PR.

CONTRATADA: 61.851.971 MÁRCIO ANTÔNIO PASSAGLIA.

OBJETO: É objeto do presente instrumento a contratação de empresa para prestação de serviços de instalação, manutenção e substituição de cercas em áreas urbanas e rurais no Município de Capitão Leônidas Marques/PR, visando atender às demandas identificadas pela Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Públicos em conjunto com o interesse da administração pública, conforme especificações do Termo de Referência, bem como os critérios para credenciamento, em atendimento a solicitação nº 294/2026 da Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Públicos.

Vinculam-se a este instrumento, todas as condições do Edital de Credenciamento nº 012/2026, Processo Adm. nº 216/2026.

VALOR: R$ 7.509,00 (sete mil, quinhentos e nove reais).

VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses a partir da data do contrato na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

RECURSOS: A despesa do presente onerará da seguinte dotação orçamentária:
*** 471 – 13.001.15.451.1010.2204.3.3.90.39.00 – livre;**
*** 496 – 13.002.26.782.1011.2208.3.3.90.39.00 – livre, 511 e 504.**

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 26 de agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maiara Daiane Teixeira
Código Identificador:2EF8DB27

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
INEX. 141/2026 - EXTRATO CTO 401/2026

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 141/2026.

Processo Adm. nº 247/2026.

Declaro inexigível a licitação, com fundamento no artigo 74, inciso IV, 79, inciso I, ambos da Lei nº 14.133/2021 e art. 213 do Decreto nº 385 de 11 de dezembro de 2023, no valor total de R$ 7.470,50 (sete mil, quatrocentos e setenta reais e cinquenta centavos), a favor da empresa ***51.387.988 CLAUDEMIR MORAES BASTOS,*** com sede na Rua Vereador Ari da Rosa, Linha Bom Jesus, em Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, CEP: 85.793-499, inscrita no CNPJ sob n. º 51.387.988/0001-24, para prestação de serviços de instalação, manutenção e substituição de cercas em áreas urbanas e rurais no Município de Capitão Leônidas Marques/PR, visando atender às demandas identificadas pela Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Públicos em conjunto com o interesse da administração pública, conforme especificações do Termo de Referência, bem como os critérios para credenciamento, em atendimento a solicitação nº 295/2026 da Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Públicos.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 26 de agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 401/2026.

Referências de origem:
TERMO DE INEXIGIBILIDADE nº 141/2026.
Processo Adm. nº 247/2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES – PR.

CONTRATADA: 51.387.988 CLAUDEMIR MORAES BASTOS.

OBJETO: É objeto do presente instrumento a contratação de empresa para prestação de serviços de instalação, manutenção e substituição de cercas em áreas urbanas e rurais no Município de Capitão Leônidas Marques/PR, visando atender às demandas identificadas pela Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Públicos em conjunto com o interesse da administração pública, conforme especificações do Termo de Referência, bem como os critérios para credenciamento, em atendimento a solicitação nº 295/2026 da Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Públicos.

Vinculam-se a este instrumento, todas as condições do Edital de Credenciamento nº 012/2026, Processo Adm. nº 216/2026.

VALOR: R$ 7.470,50 (sete mil, quatrocentos e setenta reais e cinquenta centavos).

VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses a partir da data do contrato na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

RECURSOS: A despesa do presente onerará da seguinte dotação orçamentária:
*** 471 – 13.001.15.451.1010.2204.3.3.90.39.00 – livre;**
*** 496 – 13.002.26.782.1011.2208.3.3.90.39.00 – livre, 511 e 504.**

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 26 de agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maiara Daiane Teixeira
Código Identificador:A7C46807

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO
DECRETO 338/2026 UTILIDADE PUBLICA

DECRETO Nº 338 DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

Declara de Utilidade Pública, o Lote Urbano nº 09-D, da Quadra 74, matricula nº 11.057, do núcleo urbano informal consolidado denominado SANTA CLARA para fins de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social – REURB.

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, no uso de suas atribuições, à vista do disposto a Lei Orgânica, e do que consta do Processo Administrativo nº 003/2026,

D E C R E T A

Art. 1º- Fica declarada de utilidade pública, para fins de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social, a área de terra, com as benfeitorias nelas existentes, pertencentes a quem de direito, totalizando 350,10m², Lote Urbano nº 09-D, da Quadra nº 74, matricula nº 11.057, do Registro de Imóveis da Comarca de Capitão Leônidas Marques, de propriedade do município, conforme mapa e Memorial em anexo.
Parágrafo único -A área de terra de que trata este artigo destinam-se à regularização fundiária dos imóveis nelas inseridos para atendimento da comunidade local.
Art. 2º- Fica a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, através do Divisão de Habitação, autorizada a promover os atos administrativos e judiciais, caso necessário em caráter de urgência, com vistas à efetivação da regularização fundiária de que trata este Decreto.
Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capitão Leônidas Marques, PR, 26 de agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fany Sofia Figueroa Zeniewicz
Código Identificador:531D00A6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 339/2026 DATA: 26-08-2016

SÚMULA: Concede e eleva o Adicional por Tempo de Serviço, Qüinqüênio, aos Servidores Públicos que menciona e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições Legais, com base no Artigo 162, da Lei Municipal nº 1.784/2012 de 23/03/2012,

D E C R E T A

Art. 1º - Fica concedido e elevado o Adicional por Tempo de Serviço, Qüinqüênio, a partir do mês de agosto de 2026, aos Servidores Públicos abaixo relacionados:

MATR.	SERVIDOR (A)	CARGO	PERCENTUAL
121112/1	Cristiane Teresinha da Cás Lorenzetti	Professora – LF 02	**15%**
116082/1	Elaene Madalosso	Professora – LF 02	**25%**
122151/1	Fátima Fernanda Balestrin Miguel	Professora – LF 01	**15%**
123590/1	Ivone Zanatta	Agente Comunitário de Saúde	**10%**
122141/1	Juliana Fátima Biczkovski Haag	Professora – LF 01	**15%**
123865/1	Jussara Nunes da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais	**05%**
122171/1	Luciani Fiuza de Oliveira	Professora – LF 01	**15%**
118582/1	Valdecir Pires dos Santos	Pedreiro	**15%**
13821/1	Valdir Giachini	Técnico em Piscicultura	**35%**

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capitão Leônidas Marques - PR, 26 de agosto de 2016.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiano Junior Bertramelli
Código Identificador:D58CBD23

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DECRETO Nº 340 DE 26 DE AGOSTO DE 2026

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS NOVOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – CME E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAXWELL SCAPINI, Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques – PR, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pela Lei nº 2.166/2016,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os Conselheiros e Suplentes abaixo relacionados para compor o Conselho Municipal de Educação – CME com prazo de vigência de 03 (três) anos:

I – Representantes do Poder Executivo Municipal:
Titular: Cristiano Júnior Bertramelli
Suplente: Adriana Thibes de Melo

II – Representantes da Secretaria Municipal de Educação:
Titular: Luiz Carlos Ledur
Suplente: Elaine Maria de Moura de Oliveira

III – Representantes dos trabalhadores da educação da Rede Municipal de Ensino de qualquer nível e modalidade:
Titular: Luana Andrieli Scherer Pontes
Suplente: Amanda Locks da Silva

IV - Representantes dos trabalhadores da educação da Rede Estadual de Ensino de qualquer nível e modalidade:
Titular: Andreo Francisco Steuernagel
Suplente: Thaisy Galdino Pivato

V – Representantes dos Professores dos Centros Municipais de Educação Infantil:
Titular: Francieli Pereira Anders
Suplente: Maryzangela Bonfanti

VI – Representantes dos Professores da Rede Municipal de Ensino:
Titular: Sheila da Silva
Suplente: Rosméri Prause da Silva

VII - Representantes dos Professores da Rede Estadual de Ensino:
Titular: Teresinha Cristina Bertramelli Casali
Suplente: Cláudia Regina Pelizzari da Silva

VIII - Representante dos Professores Rede Privada de Ensino:
Titular: Henri Vinícius Corrêa

IX – Representantes da Escola de Educação Básica na modalidade de Educação Especial:
Titular: Fabíola Nardin
Suplente: Márcia Raulino Barea Vcozak

X – Representantes dos Conselhos Escolares da Rede Municipal de Ensino:
Titular: Eliane Maia de Oliveira Nunes
Suplente: Jacqueline Viviane do Nascimento

XI- Representantes dos Conselhos Escolares da Rede Estadual de Ensino:
Titular: Geraldina Marli das Dores Rossi
Suplente: Paulo Batista

XII- Representantes do Conselho Tutelar:
Titular: Tayna Kananda Ribeiro
Suplente: Francielli das Dores

XIII – Representantes dos diretores da Rede Municipal de Ensino:
Titular: Jandira Salete Fernandes Graciolli
Suplente: Rosângela Rosemeri da Rosa Bernardi

XIV- Representantes dos diretores da Rede Estadual de Ensino:
Titular: Solange Neves Pain Grosseli
Suplente: Rosimary Rocha dos Santos Kuhn

XV – Representantes dos pais de alunos da Rede Municipal de Ensino:
Titular: Marli de Chechi Afonso
Suplente: Cleidir Maria Sfolia

XVI- Representantes dos pais de alunos da Rede Estadual de Ensino:
Titular: Iara Pessatto
Suplente: Regiane Cristina Carraro

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 325, de 21 de agosto de 2026.

Capitão Leônidas Marques, Paraná, 26 de agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaqueline Rohr Grohalski Gomes
Código Identificador:FE64C574

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 357, DE 25 DE AGOSTO DE 2026

Institui o Grupo de Trabalho para elaboração da minuta da Política Municipal de Educação Ambiental do Município de Capitão Leônidas Marques e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES, MAXWELL SCAPINI, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica do Município e ainda considerando:
a Política Nacional de Educação Ambiental - Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999;
a Política Estadual de Educação Ambiental - Lei Estadual nº 17.505, de 11 de janeiro de 2013;
as Políticas Setoriais de Meio Ambiente;
a necessidade de instituir a Política Municipal de Educação Ambiental de forma participativa, integrada e permanente,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir o Grupo de Trabalho (GT) com a finalidade de elaborar a minuta da Política Municipal de Educação Ambiental de Capitão Leônidas Marques.
Art. 2º O Grupo de Trabalho será composto pelos seguintes membros, representantes dos respectivos órgãos e entidades:

Secretaria Municipal de Educação:
Titular: Elaine Maria de Moura de Oliveira
Suplente: Janice Bazaretti Bortolini

Secretaria Municipal de Administração:
Titular: Nakiely Cristina Lopes
Suplente: Eliana Maria Magnabosco

Secretaria de Assistência Social e Cidadania:
Titular: Ana Paula Neves Capeleti
Suplente: Gabriel Patricio Zaleski

Secretaria Municipal de Meio Ambiente:
Titular: Rosane Thomas
Suplente: Tatiane Girardi

Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental (CMSBA):
Titular: Leandro Chiodi
Suplente: Valmocir Brisch

Representante da Sociedade Civil Organizada:
Titular: Elenite Trevisan
Suplente: Luiz Carlos Kuhn

Representante da Cooperativa de Reciclagem do Município:
Titular: Nilto Pedro Marion
Suplente: Dirceu Miranda Felício

Representante das Instituições de Ensino da Rede Municipal de Ensino:
Titular: Elaene Madalosso
Suplente: Carla Aparecida Bitencourt Borba de Oliveira
Art. 3º A coordenação dos trabalhos caberá ao representante titular da Secretaria Municipal de Educação.
Art. 4º Compete ao Grupo de Trabalho (GT), formalizado por meio desta Portaria, o desempenho das seguintes atribuições:
I. Elaborar a agenda e o cronograma detalhado das atividades;
II. Enviar ao GAEMA/Ministério Público do Paraná cópia deste ato normativo e do cronograma de trabalho estabelecido;
III. Documentar todas as fases do processo de elaboração mediante lavratura de atas e registros fotográficos das reuniões;
IV. Assegurar a integração, a articulação e o fortalecimento das ações, projetos e programas de educação ambiental no município;
V. Mobilizar a participação de diversos segmentos que possam contribuir na no processo de elaboração da PMEA do município,
VI. Garantir a efetividade das contribuições recebidas e o respeito à integridade das proposições, apresentando justificativa formalizada na hipótese de impossibilidade técnica ou jurídica de seu acatamento.
Art. 5º O Grupo de Trabalho terá o prazo de 180 dias, a contar da publicação desta Portaria, para apresentar a versão final da minuta da Política Municipal de Educação Ambiental.
Parágrafo único: O prazo estabelecido no caput poderá ser prorrogado por igual período, mediante justificativa fundamentada da coordenação.
Art. 6º A participação no Grupo de Trabalho é considerada serviço público relevante e não será remunerada.
Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Capitão Leônidas Marques - PR, 25 de agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaqueline Rohr Grohalski Gomes
Código Identificador:26203C75

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 115/2026 PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 36/2026 PROCESSO INTERNO Nº 105/2026

Contratante	**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS – PR - CNPJ Nº 76.965.789/0001-87**
Contratado	**CLEBER ROBERTO DA SILVA E CIA LTDA - ME – CNPJ Nº 19.283.815/0001-53**
Objeto	Contratação de empresa para prestação de serviços destinados ao atendimento das demandas da XV FRUTFEST e demais eventos promovidos pelo Município, conforme necessidades da Administração Municipal
Vigência da Ata de Registro de Preços	26/08/2026 à 26/08/2027
Valor Contratual	**R$ 223.775,00 (duzentos e vinte e três mil, setecentos e setenta e cinco reais)**
Foro	Carlópolis – Estado do Paraná
	Data de Assinatura: 26 de agosto de 2026.

NILTON JOSÉ TELES
Secretario Municipal de Turismo e Cultura
CLEBER ROBERTO DA SILVA E CIA LTDA - ME
Contratada

Publicado por:
Danieli Aparecida da Silva
Código Identificador:1FE49CAE

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 116/2026 PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 36/2026 PROCESSO INTERNO Nº 105/2026

Contratante	**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS – PR - CNPJ Nº 76.965.789/0001-87**
Contratado	**MUNDIAL FOGOS LTDA-ME – CNPJ Nº 07.203.347/0001-80**
Objeto	Contratação de empresa para prestação de serviços destinados ao atendimento das demandas da XV FRUTFEST e demais eventos promovidos pelo Município, conforme necessidades da Administração Municipal
Vigência da Ata de Registro de Preços	26/08/2026 à 26/08/2027
Valor Contratual	**R$ 41.680,00 (quarenta e um mil, seiscentos e oitenta reais)**
Foro	Carlópolis – Estado do Paraná
	Data de Assinatura: 26 de agosto de 2026.
NILTON JOSÉ TELES	
Secretario Municipal de Turismo e Cultura	
MUNDIAL FOGOS LTDA-ME	
Contratada	

Publicado por:
Danieli Aparecida da Silva
Código Identificador:3F997CEE

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 117/2026 PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 36/2026 PROCESSO INTERNO Nº 105/2026

Contratante	**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS – PR - CNPJ Nº 76.965.789/0001-87**
Contratado	**NAZZA SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA – CNPJ Nº 20.555.377/0001-14**
Objeto	Contratação de empresa para prestação de serviços destinados ao atendimento das demandas da XV FRUTFEST e demais eventos promovidos pelo Município, conforme necessidades da Administração Municipal
Vigência da Ata de Registro de Preços	26/08/2026 à 26/08/2027
Valor Contratual	**R$ 529.910,85 (quinhentos e vinte e nove mil, novecentos e dez reais e oitenta e cinco centavos)**
Foro	Carlópolis – Estado do Paraná
	Data de Assinatura: 26 de agosto de 2026.
NILTON JOSÉ TELES	
Secretario Municipal de Turismo e Cultura	
NAZZA SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA	
Contratada	

Publicado por:
Danieli Aparecida da Silva
Código Identificador:DA1D12EF

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 118/2026 PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 36/2026 PROCESSO INTERNO Nº 105/2026

Contratante	**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS – PR - CNPJ Nº 76.965.789/0001-87**
Contratado	**WJ ESTRUTURAS LTDA – CNPJ Nº 24.894.922/0001-58**
Objeto	Contratação de empresa para prestação de serviços destinados ao atendimento das demandas da XV FRUTFEST e demais eventos promovidos pelo Município, conforme necessidades da Administração Municipal
Vigência da Ata de Registro de Preços	26/08/2026 à 26/08/2027
Valor Contratual	**R$ 70.630,00 (setenta mil, seiscentos e trinta reais)**
Foro	Carlópolis – Estado do Paraná
	Data de Assinatura: 26 de agosto de 2026.

NILTON JOSÉ TELES
Secretario Municipal de Turismo e Cultura
WJ ESTRUTURAS LTDA
Contratada

Publicado por:
Danieli Aparecida da Silva
Código Identificador:156D81A1

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 306/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 41/2026 PROCESSO INTERNO Nº 134/2026

Contratante	PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS – PR - CNPJ Nº 76.965.789/0001-87
Contratado	**CENTRO DE APOIO ESPERANCA - CNPJ 05.030.509/0001-09**
Objeto	Contratação de Casa de Apoio no Município de Londrina para atender os pacientes do Município de Carlópolis
Vigência do Contrato	26/08/2026 à 26/08/2027
Valor Contratual	**R$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais)**

Dotação Orçamentária
31.001.10.301.0339.2.486.3.3.90.39.00.00. - 1494 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
31.001.10.301.0339.2.486.3.3.90.39.00.00. - 2494 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
31.001.10.301.0339.2.486.3.3.90.39.00.00. - 303 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Data de Assinatura: 26 de agosto de 2026.

LILIAN MARIA CAETANO CLARO
Secretaria Municipal De Saúde
Contratante
CENTRO DE APOIO ESPERANCA
Contratada

Publicado por:
Danieli Aparecida da Silva
Código Identificador:E2DF89B3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

CAMARA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
RESOLUÇÃO Nº 002/2026

SÚMULA: Concede licença ao Vereador Milton Kultz, e dá outras Providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Catanduvas no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica concedida licença ao Vereador MILTON KULTZ, para tratar de interesses particulares conforme solicitado, a partir de 30 de agosto até o dia 1º de outubro de 2026.

Art. 2º Fica convocado a primeiro suplente do partido União Brasil (UNIÃO), senhor **LEOCIR RECK**, para tomar posse na vaga aberta.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Catanduvas, aos 25 dias do mês de agosto de 2026.

AIRTON FERREIRA
Presidente

Publicado por:
Josseline Gaspar
Código Identificador:006D6250

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 139/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 139/2026

CONTRATANTE: Município de Catanduvas, Estado do Paraná, com sede à Avenida dos Pioneiros, 500, centro, na cidade de Catanduvas, inscrito no CGC/MF nº 76.208.842/0001-03, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Ademar Luiz Burckhardt, portador da Cédula de Identidade RG nº 9152917-3 e do CPF/MF nº 065.545.259-01, e

CONTRATADA: AMT ENGENHARIA LTDA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL TIRADENTES, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS/PR, EM ATENDIMENTO AO CONVÊNIO Nº 1679/2025 FIRMADO COM A SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES DO PARANÁ – SECID/PR, INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS E DEMAIS SERVIÇOS NECESSÁRIOS À PERFEITA EXECUÇÃO DO OBJETO.

VALOR: R$ 1.212.000,00 (um milhão duzentos e doze mil reais).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 270 dias

PRAZO DE VIGÊNCIA: 540 dias.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 26 de agosto de 2026.

FORO: Comarca de Catanduvas, Estado do Paraná.

Catanduvas, 26 de agosto de 2026.

Publicado por:
Juliana Cristina da Silva (Depto de Licitações)
Código Identificador:3FCA7AD1

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
PORTARIA Nº 58/2026

Súmula: Nomeia gestora do termo de fomento e dá outras providencias.

O Prefeito do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, no exercício da função e no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,

RESOLVE

Art. 1º. Nomear, nos termos do "termo de fomento nº 91/2025" de 12 de maio de 2025, a servidora abaixo como "gestora" da parceria em

que envolve o Município de Catanduvas e a Associação Pestalozzi de Catanduvas.
Gestora: Patrícia Pavan Zardo, Psicóloga Social, Matrícula nº 997668.

Art. 2º. Das obrigações da gestora.
I - Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
II - Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
III - Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação de que trata o art. 59 da Lei Federal nº 13.019/2014 e o parágrafo único do art. 71 e art. 72 deste Decreto;
IV - Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Catanduvas/PR, em 26 de agosto de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKAHARDT
Prefeito

Publicado por:
Alaor Carlos de Oliveira (Departamento Jurídico)
Código Identificador:9FEC6535

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
PORTARIA Nº 59/2026

Súmula: Nomeia gestora do termo de fomento e dá outras providencias.

O Prefeito do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, no exercício da função e no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,

RESOLVE

Art. 1º. Nomear, nos termos do "termo de fomento nº 101/2026", a servidora abaixo como "gestora" da parceria em que envolve o Município de Catanduvas e a APMIF -Associação de Proteção a Maternidade, Infância, Idoso e a Família de Catanduvas.
Gestora: Patrícia Pavan Zardo, Psicóloga Social, Matrícula nº 997668.

Art. 2º. Das obrigações da gestora.
I - Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
II - Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
III - Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação de que trata o art. 59 da Lei Federal nº 13.019/2014 e o parágrafo único do art. 71 e art. 72 deste Decreto;
IV - Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Catanduvas/PR, em 26 de agosto de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKAHARDT
Prefeito

Publicado por:
Alaor Carlos de Oliveira (Departamento Jurídico)
Código Identificador:DC4A944D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº 0217/2026

DECRETO Nº 0217/2026

EMENTA: Regulamenta o Plano de Contratações Anual (PCA) no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Centenário do Sul – PR., nos termos do art. 12, inciso VII, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, dispõe sobre o Documento de Formalização de Demanda (DFD), e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em estrita consonância com a Lei Federal nº 14.133/2021,
DECRETA:
CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E DEFINIÇÕES
Art. 1º Fica regulamentado, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Centenário do Sul, o Plano de Contratações Anual (PCA), como instrumento de governança e planejamento das contratações de bens, serviços, alienações e obras, com o objetivo de racionalizar as compras públicas e subsidiar a elaboração das leis orçamentárias.
Art. 2º Para os efeitos deste Decreto, considera-se:
I – Plano de Contratações Anual (PCA): documento formal que consolida todas as contratações e aquisições que o Município pretende realizar ou prorrogar no exercício financeiro subsequente;
II – Documento de Formalização de Demanda (DFD): documento inicial elaborado pelo setor requisitante que materializa e justifica a necessidade de uma contratação;
III – Setor Requisitante: unidade administrativa ou secretaria municipal que demanda a execução de uma contratação de bem, serviço ou obra;
IV – Unidade Central de Planejamento e Compras: órgão ou equipe intersetorial (Equipe de Planejamento da Contratação) formalmente designada para coordenar, consolidar e gerenciar o PCA municipal;
V – Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP): sítio eletrônico oficial instituído pela Lei Federal nº 14.133/2021 para divulgação obrigatória dos atos de contratação.

CAPÍTULO II – DA ELABORAÇÃO E DO DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA (DFD)
Art. 3º Cada Secretaria Municipal ou setor requisitante correspondente deverá encaminhar à Unidade Central de Planejamento e Compras, **até o dia 31 de Agosto de cada ano**, os seus respectivos DFDs contendo as contratações pretendidas para o exercício subsequente.
Parágrafo único. O descumprimento do prazo previsto no *caput* implicará a não inclusão da demanda no PCA do ano seguinte, ressalvadas as hipóteses de excepcionalidade superveniente devidamente justificadas pelo Secretário da pasta e autorizadas pelo Chefe do Poder Executivo.
Art. 4º O Documento de Formalização de Demanda (DFD) será obrigatoriamente padronizado e conterá, no mínimo:
I – Identificação inequívoca do setor requisitante;
II – Descrição sumária do objeto e sua finalidade pública;
III – Unidade de Medida;
III – Estimativa preliminar da quantidade pretendida, acompanhada da respectiva unidade de medida;
IV – Estimativa preliminar do valor global da contratação, baseada em parâmetros sumários de mercado;
V – Grau de prioridade da demanda (alta, média ou baixa);
VI – Cronograma estimado contendo a previsão da data em que se pretende iniciar o certame ou contratação direta;
VII – Fonte de Recursos

CAPÍTULO III – DA CONSOLIDAÇÃO E DO CRONOGRAMA

Art. 5º O processo de consolidação e publicação do PCA obedecerá ao seguinte cronograma anualizado:
I – Até 15 de Julho: A Unidade Central de Compras promoverá a triagem e consolidação de todos os DFDs recebidos, agregando os objetos por similaridade para fins de economia de escala e prevenção ao fracionamento ilegal de despesa;
II – Até 31 de Julho: O PCA preliminar será encaminhado à Secretaria Municipal de Finanças para análise de viabilidade fiscal e compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) e com as diretrizes da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO);
III – Até 15 de agosto: Elaboração da versão final consolidada do PCA, adequando-a aos limites previstos para o Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA);
IV – Até 31 de agosto: Submissão do documento final à aprovação do Prefeito Municipal e subsequente publicação obrigatória no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no site oficial do Município.
CAPÍTULO IV – DA APROVAÇÃO E DAS ALTERAÇÕES
Art. 6º O PCA será aprovado pelo Prefeito Municipal por meio de ato homologatório, permitida a delegação expressa dessa atribuição ao Secretário Municipal de Administração.
Art. 7º O PCA poderá ser alterado ou revisado ao longo do exercício de sua execução, mediante lavratura de justificativa técnica formal da Secretaria interessada, nas seguintes hipóteses específicas:
I – Alteração substancial na disponibilidade orçamentária que impacte o planejamento de gastos;
II – Surgimento de demandas urgentes ou imprevistas de interesse público;
III – Ingresso ou recebimento de emendas parlamentares ou repasses de convênios federais/estaduais não previstos originalmente;
IV – Declaração de situação de emergência ou estado de calamidade pública;
V – Necessidade de adequação técnica decorrente de evolução tecnológica ou mercadológica do objeto.
Parágrafo único. Toda e qualquer alteração aprovada no PCA deverá ser enviada para atualização e republicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, contados de sua formalização.
CAPÍTULO V – DA INEXISTÊNCIA DE DOTAÇÃO PRÉVIA E DA VINCULAÇÃO
Art. 8º A inclusão de uma demanda no PCA não gera obrigação de contratar para a Administração Pública, tampouco configura direito subjetivo ao fornecedor ou contratante.
Parágrafo único. A inexistência de dotação orçamentária prévia e específica no momento da elaboração do PCA não impede a inclusão de itens sob a modelagem do Sistema de Registro de Preços (SRP), ficando o início efetivo da licitação e o empenho condicionados à oportuna e futura previsão de recursos orçamentários.
CAPÍTULO VI – DA RESPONSABILIZAÇÃO E DA GOVERNANÇA
Art. 9º Os Secretários Municipais e Diretores são os responsáveis solidários pela fidedignidade das informações prestadas nos DFDs de suas respectivas pastas, bem como pela fiscalização do cumprimento dos prazos assinalados neste Decreto.
Art 10º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação oficial, revogadas todas as disposições em contrário.

Centenário do Sul, 26 de Agosto de 2026.

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:19BF65B3

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO N.º 219/2026

DECRETO N.º 219/2026

SÚMULA: Regulamenta o regime e a concessão da vantagem pecuniária de dedicação exclusiva, prevista no artigo 46, inciso II, e § 1.º, da Lei Municipal n 2.583/2012 (Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores Públicos do Município de Centenário do Sul), especificamente ao cargo e função de Coordenador da Defesa Civil do Município, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL**, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, em consonância com o disposto no art. 83 e no art. 46, inciso II e § 1.º, da Lei Municipal n.º 2.583/2012, bem como no art. 84, inciso IV, da Constituição Federal; e

CONSIDERANDO que o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais (Lei Municipal n.º 2.583/2012) estabelece expressamente em seu artigo 46, inciso II, a possibilidade de percepção da vantagem pecuniária decorrente de dedicação exclusiva, a ser regulamentada pelo Poder Executivo Municipal nos termos de seu § 1.º;

CONSIDERANDO a relevância, a complexidade técnica e a necessidade de prontidão ininterrupta das atividades desempenhadas pela Coordenadoria Municipal da Defesa Civil, exigindo disponibilidade permanente, atuação imediata em situações de emergência, calamidade pública e resposta contínua a desastres climáticos ou ambientais no território municipal;

CONSIDERANDO a imperiosa necessidade de estabelecer critérios objetivos para a concessão, a fiscalização, os deveres funcionais e a vedação ao acúmulo de outras atividades remuneradas durante o regime de dedicação plena;

DECRETA:

Art. 1.º Fica regulamentada, no âmbito da Administração Pública Direta do Município de Centenário do Sul, a concessão da vantagem pecuniária de dedicação exclusiva, disciplinada no art. 46, inciso II, e § 1.º, da Lei Municipal n.º 2.583/2012, conferida ao servidor público municipal designado para o exercício da função de Coordenador da Defesa Civil do Município.

Art. 2.º O regime de dedicação exclusiva compreende a obrigação funcional de prestar serviços com disponibilidade integral e ininterrupta ao Município de Centenário do Sul, visando ao atendimento imediato das demandas ordinárias, preventivas, mitigatórias e emergenciais da Defesa Civil.

Art. 3.º A sujeição ao regime de dedicação exclusiva impõe ao beneficiário o impedimento absoluto do exercício de qualquer outra atividade remunerada, pública ou privada, ressalvadas exclusivamente as hipóteses de acumulação expressamente autorizadas pela Constituição Federal de 1988, desde que haja estrita compatibilidade de horários.

Art. 4.º Pelo cumprimento das obrigações decorrentes do regime de dedicação exclusiva, será concedida ao Coordenador da Defesa Civil do Município uma retribuição pecuniária mensal correspondente a R$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais).
Parágrafo único. O valor da gratificação será reajustado na mesma data e com o mesmo índice da revisão geral anual dos servidores do Poder Executivo Municipal.

Art. 5.º A vantagem de dedicação exclusiva ostenta caráter transitório e condição remuneratória *propter laborem*, sujeita às seguintes diretrizes:
a) não se incorpora aos vencimentos do cargo sob qualquer hipótese, nos termos do art. 50 da Lei Municipal n.º 2.583/2012;
b) extingue-se automaticamente com a cessação das funções de Coordenador da Defesa Civil do Município, com a exoneração ou dispensa do servidor, ou com a revogação formal da concessão;
c) não serve de base de cálculo para a concessão de outras gratificações, adicionais ou vantagens pecuniárias, evitando o efeito cascata;
d) não gera direito adquirido à sua manutenção após o desligamento da respectiva atribuição.

Art. 6.º A concessão da dedicação exclusiva dar-se-á mediante ato administrativo próprio do Chefe do Poder Executivo Municipal, devidamente publicado no órgão oficial de imprensa do Município.

Art. 7.º A vantagem pecuniária será sumariamente suspensa ou cancelada nas seguintes hipóteses:
a) constatação de exercício simultâneo de atividade remunerada incompatível com o regime de dedicação exclusiva, sem prejuízo da apuração disciplinar cabível;
b) recusa injustificada ao comparecimento em convocações emergenciais fora da jornada padrão de expediente;
c) afastamento das atividades por período superior a 30 (trinta) dias, ressalvadas as férias regulamentares;
d) revogação da designação do servidor para a função de Coordenador da Defesa Civil.

Art. 8.º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta de dotações orçamentárias próprias do Poder Executivo Municipal consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário, nos termos do artigo 92 da Lei Municipal nº 2.583/2012.

Art. 9.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centenário do Sul/PR, 20 de agosto de 2026.

MELQUIADES TAVIAN JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:6D714656

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº 220/2026

DECRETO Nº 220/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a atualização dos valores da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública (COSIP) do Município de Centenário do Sul, Estado do Paraná, para o exercício de 2027, em 19,85% (dezenove vírgula oitenta e cinco por cento), com base na Resolução Homologatória ANEEL nº 3.592/2026 e na Lei Municipal nº 1.863/2002, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL**, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e pela legislação em vigor;
CONSIDERANDO a previsão expressa contida no art. 149-A da Constituição Federal de 1988, que atribui aos Municípios a competência para instituir e regulamentar a contribuição destinada ao custeio, à expansão e à melhoria dos serviços de iluminação pública, bem como faculta sua arrecadação conjunta na fatura de consumo de energia elétrica;
CONSIDERANDO as disposições da **Lei Municipal nº 1.863/2002**, que instituiu no âmbito do Município de Centenário do Sul a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública (COSIP), estabelecendo expressamente que a atualização anual dos valores da exação deve observar o índice de reajuste da tarifa de energia elétrica incidente sobre a iluminação pública;
CONSIDERANDO a edição da **Resolução Homologatória nº 3.592, de 24 de junho de 2026**, da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que homologou o reajuste tarifário anual da concessionária distribuidora (COPEL Distribuição S.A.), fixando o índice de reajuste da tarifa de energia elétrica aplicável à iluminação pública no percentual de **19,85% (dezenove vírgula oitenta e cinco por cento)**;
CONSIDERANDO a manifestação formal encaminhada pela COPEL Distribuição S.A. por meio do Ofício nº DGCP/VRPPB/037/2026, autuado no e-protocolo sob nº 24.519.835-3, noticiando a homologação do índice pela agência reguladora e solicitando o posicionamento formal do Poder Executivo Municipal quanto à atualização dos valores para o exercício subsequente;
CONSIDERANDO que a mera atualização dos valores monetários de base de cálculo e das faixas de custeio com base em índice oficial predeterminado e autorizado por lei formal não configura majoração de tributo, nos termos do § 2º do art. 97 do Código Tributário Nacional, preservando a higidez do princípio da legalidade estrita;
DECRETA:
Artigo 1º Ficam atualizados em **19,85% (dezenove vírgula oitenta e cinco por cento)** os valores da **Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública (COSIP)**, instituída pela Lei Municipal nº 1.863/2002, para lançamento e cobrança no **exercício de 2027**.
Parágrafo único. O percentual de atualização definido no *caput* corresponde integralmente ao índice de reajuste tarifário de energia elétrica incidente sobre a classe de iluminação pública, homologado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) mediante a Resolução Homologatória nº 3.592, de 24 de junho de 2026.
Artigo 2º A cobrança dos valores atualizados continuará a ser efetivada na respectiva fatura de consumo de energia elétrica emitida pela concessionária distribuidora (COPEL Distribuição S.A.), em consonância com a legislação municipal e com a autorização contida no parágrafo único do art. 149-A da Constituição Federal.
Artigo 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a formalizar a comunicação oficial deste Decreto à concessionária COPEL Distribuição S.A., por meio do envio da documentação pertinente ao e-protocolo estadual nº 24.519.835-3 e ao correio eletrônico institucional indicado pelo órgão de distribuição, para a devida parametrização nos sistemas de arrecadação.
Artigo 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 1º de janeiro de 2027, revogadas as disposições em contrário.
Edifício da Prefeitura Municipal de Centenário do Sul, Estado do Paraná, em 20 de agosto de 2026.

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE.

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:6327B859

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº 228/2026

DECRETO Nº 228/2026

SÚMULA: Admissão do(a) servidor(a): DANIELA APARECIDA DA SILVA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:

DECRETA:

Artigo 1º - A admissão, a partir de 26 de Agosto de 2026, em face à aprovação e conseqüente habilitação em Concurso Público Municipal, aberto pelo edital nº 001/2025, de 05 de Dezembro de 2025.
DANIELA APARECIDA DA SILVA, para ocupar o cargo de **PROFESSOR(A)**.

Artigo 2º - Revogadas neste ato as demais disposições em contrário.

Centenário do Sul/PR, 26 de Agosto de 2026

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:64AE043B

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº229/2026

DECRETO Nº229/2026

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR, Prefeito Municipal de Centenário do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei,

DECRETA:
Artigo 1º- CONSIDERANDO a solicitação da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente e a necessidade de revisão das especificações técnicas do objeto (potência do trator agrícola e compatibilidade com os implementos), caracterizando fato superveniente nos termos do art. 71, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021;
Artigo 2º- Declara a **REVOGAÇÃO** do Processo Administrativo nº 17/2026, Processo Eletrônico nº 59/2026 – Pregão Eletrônico nº 07/2026, destinado à aquisição de 01 (um) trator agrícola novo.
Artigo 3º- Revogadas neste ato as demais disposições em contrário.
Centenário do Sul, 26 de Agosto de 2026.

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:AF388229

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 061/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 061/2026

O **MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ**, através do presente **EDITAL**, convoca o(a) candidato(a) aprovado(a) no Concurso Público nº 001/2025, abaixo relacionado(a), para **comparecer no prazo de 10 (dez) dias úteis,** a contar da data da publicação deste, conforme item 19.6 do edital de abertura do referido concurso, junto ao **Departamento de Recursos Humanos da Administração Pública Municipal**, sito à Praça Padre Aurélio Basso, nº 378, centro, Centenário do Sul-PR, para **apresentar** os documentos conforme estabelecido no item 8.2, quando for o caso, e 19.7.1 do edital de abertura e consoante o rol abaixo mencionado. O não comparecimento dentro do prazo estipulado implicará na eliminação do(a) candidato(a) no concurso público.
Cédula de Identidade (RG) ou protocolo da identidade acompanhado do Boletim de Ocorrência;
Cadastro de Pessoa Física CPF conforme certidão de nascimento/casamento/averbação de divórcio;
Registro Civil de Nascimento/Casamento/Casamento com Averbação de Divórcio;
Certificado de Reservista, Certificado de Alistamento Militar, Certificado de Dispensa de Incorporação/Isenção ou Carta Patente e fotocópia, se do sexo masculino;
Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;
Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;
Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos, acompanhado do atestado de vacinas, da declaração de matrícula e frequência escolar (até 14 anos), quando houver;
Uma foto 3x4 recente, colorida e com fundo branco;
Número PIS/PASEP/NIT/NIS;
CNH para os candidatos aos cargos cuja habilitação se faz necessária;
Registro junto ao Conselho de Classe do candidato a cargo profissional exigido e comprovante de pagamento da última anuidade;
Comprovante de residência atual (conta de água, energia elétrica ou telefone fixo) em nome do candidato, do cônjuge (se casado) ou dos pais (se solteiro);
Declaração de que o candidato não se encontra vinculado a cargo ou função pública federal, estadual, ou municipal, conforme prevê em os Incisos XVI e XVII, do Art. 37 da Constituição Federal; e quando acumulável declaração do órgão empregador constando o cargo ocupado, carga horária, horário de trabalho e remuneração;
Declaração sobre recebimento de provento decorrente de aposentadoria e pensão;
Declaração de não estar cumprindo e nem ter sofrido, no exercício da função pública, penalidade por prática de improbidade administrativa aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;
Declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual, municipal;
Declaração de imposto de renda e proventos de qualquer natureza, nos termos do art. 13 da Lei nº 8.429/1992, (incluído pela Lei nº 14.230/2021);
Certidão Civil, Criminal e Vara de Execuções Penais (emitidas pelas Justiça Estadual, Federal e o Local de Residência do Candidato). Caso a CND seja positiva deverá apresentar também a Certidão Explicativa;
Atestado de Saúde Ocupacional – ASO emitido por um Médico do Trabalho;
Para cargo de Agente Comunitário Saúde comprovante de residência conforme item 2.4.1 deste edital.
Auto declaração de que é pertencente ao grupo racial negro e de que possui os traços fenótipos que o caracterizam como de cor preta ou parda, quando for o caso.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO	CARGO
ANA FLAVIA NUNES BARBOSA	11°	Técnico(a) em Enfermagem

Centenário do Sul/PR, 25 de Agosto de 2026.

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:0B0FF581

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 064/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 064/2026

O **MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ**, através do presente **EDITAL**, convoca o(a) candidato(a) aprovado(a) no Concurso Público nº 001/2025, abaixo relacionado(a), para **comparecer no prazo de 10 (dez) dias úteis,** a contar da data da publicação deste, conforme item 19.6 do edital de abertura do referido concurso, junto ao **Departamento de Recursos Humanos da Administração Pública Municipal**, sito à Praça Padre Aurélio Basso, nº 378, centro, Centenário do Sul-PR, para **apresentar** os documentos conforme estabelecido no item 8.2, quando for o caso, e 19.7.1 do edital de abertura e consoante o rol abaixo mencionado. O não comparecimento dentro do prazo estipulado implicará na eliminação do(a) candidato(a) no concurso público.
Cédula de Identidade (RG) ou protocolo da identidade acompanhado do Boletim de Ocorrência;
Cadastro de Pessoa Física CPF conforme certidão de nascimento/casamento/averbação de divórcio;
Registro Civil de Nascimento/Casamento/Casamento com Averbação de Divórcio;
Certificado de Reservista, Certificado de Alistamento Militar, Certificado de Dispensa de Incorporação/Isenção ou Carta Patente e fotocópia, se do sexo masculino;
Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;
Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;
Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos, acompanhado do atestado de vacinas, da declaração de matrícula e frequência escolar (até 14 anos), quando houver;
Uma foto 3x4 recente, colorida e com fundo branco;
Número PIS/PASEP/NIT/NIS;
CNH para os candidatos aos cargos cuja habilitação se faz necessária;
Registro junto ao Conselho de Classe do candidato a cargo profissional exigido e comprovante de pagamento da última anuidade;
Comprovante de residência atual (conta de água, energia elétrica ou telefone fixo) em nome do candidato, do cônjuge (se casado) ou dos pais (se solteiro);
Declaração de que o candidato não se encontra vinculado a cargo ou função pública federal, estadual, ou municipal, conforme prevê em os Incisos XVI e XVII, do Art. 37 da Constituição Federal; e quando

acumulável declaração do órgão empregador constando o cargo ocupado, carga horária, horário de trabalho e remuneração;
Declaração sobre recebimento de provento decorrente de aposentadoria e pensão;
Declaração de não estar cumprindo e nem ter sofrido, no exercício da função pública, penalidade por prática de improbidade administrativa aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;
Declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual, municipal;
Declaração de imposto de renda e proventos de qualquer natureza, nos termos do art. 13 da Lei nº 8.429/1992, (incluído pela Lei nº 14.230/2021);
Certidão Civil, Criminal e Vara de Execuções Penais (emitidas pelas Justiça Estadual, Federal e o Local de Residência do Candidato). Caso a CND seja positiva deverá apresentar também a Certidão Explicativa;
Atestado de Saúde Ocupacional – ASO emitido por um Médico do Trabalho;
Para cargo de Agente Comunitário Saúde comprovante de residência conforme item 2.4.1 deste edital.
Auto declaração de que é pertencente ao grupo racial negro e de que possui os traços fenótipos que o caracterizam como de cor preta ou parda, quando for o caso.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO	CARGO
CLEONICE FELIX DE LIMA DIAS	19° AFRO (50° AMPLA)	Educador(a) Infantil

Centenário do Sul/PR, 26 de Agosto de 2026.

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:4ECEE2F6

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EDITAL DE DESCLASSIFICAÇÃO Nº 063/2026

EDITAL DE DESCLASSIFICAÇÃO Nº 063/2026

O **MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ**, através do presente **EDITAL**, torna público a **DESCLASSIFICAÇÃO PELA COTA AFRO** do(a) candidato(a), no concurso publicado pelo edital nº 001/2025.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO	CARGO
LUCIANA GONÇALVES	18° AFRO	Educador(a) Infantil

Centenário do Sul/PR, 26 de Agosto de 2026.

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:5693479C

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EDITAL DE NOMEAÇÃO Nº 062/2026

EDITAL DE NOMEAÇÃO Nº 062/2026

O **MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ,** pelo presente, torna pública a convocação para a **NOMEAÇÃO**, após exames médicos admissionais, o(a) candidato(a) abaixo mencionado(a), aprovado(a) no Concurso Público de Edital nº 001/2025, já convocado(a) para a apresentação da documentação conforme Edital nº 054/2026.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO	CARGO
DANIELA APARECIDA DA SILVA	11º	PROFESSOR(A)

O(A) candidato(a) deverá comparecer na Prefeitura Municipal de Centenário do Sul, sito à Praça Padre Aurélio Basso, nº 378, no dia **26 de Agosto de 2026, às 09h00min** para sua nomeação e posse.

Centenário do Sul/PR, 26 de Agosto de 2026.

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:9B1933A1

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 085/2026

PORTARIA Nº 085/2026

Ementa: Constitui a Equipe de Planejamento da Contratação para elaboração, monitoramento e revisão do Plano de Contratações Anual (PCA) do Município de Centenário do Sulpara o exercício de 2027, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL – PR.,** no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e no Decreto Municipal nº 0217/2026.
RESOLVE:
Art. 1º Designar a Equipe de Planejamento da Contratação, com a finalidade de elaborar, monitorar e revisar o Plano de Contratações Anual (PCA) do Município de Centenário do Sul - PR, que passa a ser composta pelos seguintes servidores:
I – Coordenador:AMILTON APARECIDO DA SILVA, Secretário Municipal de Planejamento e Gestão;
II – Membro:DAIANE DE MOURA BEZERRA LOPES, representante da Secretaria Municipal de Fazenda (interface orçamentária);
III -Membro:BRUNO HIDEKI NAKASSUGUI FUKUDA, Contador Municipal;
III – Membro:DENIS MUNIZ DA SILVA, representante da Secretaria Municipal de Administração;
IV – Membro: FÁBIO JOSÉ ALVES representante da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão;
V – Membro:MARIANA SOCORRO FERREIRA DOS SANTOS ALMEIDA, Representante Departamento de Compras e Licitação;
VI – Membro:REBEKA DESSIRÊE DE ALMEIDA, Representante Departamento de Compras e Licitação;
Parágrafo único. A Procuradoria Geral do Município, por meio do Procurador Jurídico**CLAUDEMIR TEODORO DA SILVEIRA**, prestará o apoio jurídico necessário à Equipe, resguardada a sua autonomia funcional de controle de legalidade.
Art. 2º Compete à Equipe de Planejamento da Contratação:
I – Estabelecer o cronograma e as diretrizes para que as secretarias setoriais enviem suas demandas;
II – Consolidar as requisições de bens e serviços enviadas pelos órgãos municipais;
III – Elaborar a proposta preliminar do Plano de Contratações Anual (PCA);
IV – Promover as adequações e revisões necessárias no PCA ao longo do exercício;
V – Apoiar o Prefeito Municipal e as Secretarias na gestão estratégica das contratações.
Art. 3º A Equipe reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Coordenador ou pela maioria de seus membros.
§ 1º As reuniões e decisões da Equipe serão registradas em ata, assinada por todos os membros presentes.
§ 2º As deliberações da Equipe serão tomadas por maioria simples de votos, cabendo ao Coordenador o voto de qualidade em caso de empate.
Art. 4º Os trabalhos desenvolvidos pelos membros da Equipe de Planejamento são considerados de relevante interesse público e serão exercidos sem prejuízo de suas atribuições ordinárias.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centenário do Sul, 26 de Agosto de 2026.

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:E24AF126

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº 14/2026

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CENTENÁRIO DO SUL - PR

RESOLUÇÃO Nº 014/2026

Súmula: O Conselho Municipal de Assistência Social de Centenário do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 2.404/2010.

RESOLVE:

Artigo 1º – Aprovar, por unanimidade, após sessão plenária realizada no dia 25/08/2026, o **Relatório de Execução Físico-Financeira dos Serviços e Programas Socioassistenciais do Governo Federal**, referente ao ano de 2025.
Artigo 2º – Aprovar, por unanimidade, após sessão plenária realizada no dia 25/08/2026, o **Relatório da Utilização dos Recursos do IGD/SUAS**, referente ao ano de 2025.
Artigo 3º – Aprovar, por unanimidade, após sessão plenária realizada no dia 25/08/2026, o **Relatório da Utilização dos Recursos do IGD/PBF**, referente ao ano de 2025.
Artigo 4º – Aprovar, por unanimidade, após sessão plenária realizada no dia 25/08/2026, o **Relatório da Utilização dos Recursos de Transferências Estrutura SUAS**, referente ao ano de 2025.
Artigo 5º – Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centenário do Sul, 25 de Agosto de 2026.

PAULA ALESSANDRA DE MELO MARQUES
Presidente do CMAS

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:C43E078B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO AZUL

SECRETARIA DE GOVERNO
DECRETO Nº: 326/2026.

Exonerar, a partir de 24 de agosto de 2026, JACIARA ROCIO DONATO, portadora do CPF nº 081.***.***-82, do cargo de Diretora do Departamento de Enfermagem, Cargo de Provimento em Comissão Símbolo CC-02, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 047, de 07 de julho de 2026, que dispõe sobre a estrutura administrativa e organizacional,
DECRETA:
Art. 1º Exonerar, a partir de 24 de agosto de 2026, JACIARA ROCIO DONATO portadora do CPF nº 081.***.***-82, do cargo de Diretora do Departamento de Enfermagem, Cargo de Provimento em Comissão Símbolo CC-02, ficando lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cientifique-se, registre-se e publique-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito, em 25 de agosto de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Henrique Mottim
Código Identificador:E2EF1743

SECRETARIA DE GOVERNO
DECRETO Nº: 327/2026.

Nomear, a partir de 24 de agosto de 2026, BRUNA LAIS RIBEIRO DA SILVA portadora do RG n° 13.***.***-1 – SESP/PR e CPF nº 099.***.***-43, para o cargo de Diretora do Departamento de Enfermagem, Cargo de Provimento em Comissão Símbolo CC-02, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 047, de 07 de julho de 2026, que dispõe sobre a estrutura administrativa e organizacional,
DECRETA:
Art. 1º Nomear, a partir de 24 de agosto de 2026, BRUNA LAIS RIBEIRO DA SILVA portadora do RG n° 13.***.***-1 – SESP/PR e CPF nº 099.***.***-43, para o cargo de Diretora do Departamento de Enfermagem, Cargo de Provimento em Comissão Símbolo CC-02, ficando lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cientifique-se, registre-se e publique-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito, em 25 de agosto de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Henrique Mottim
Código Identificador:8E644D89

SECRETARIA DE GOVERNO
DECRETO Nº: 328/2026.

Exonerar, a partir de 04 de agosto de 2026, o senhor RODRIGO AUGUSTO NAVARETE, portador do RG nº. 98*****64- SSP/PR e CPF n° 064. *****-70, do exercício da função gratificada (FG2), ficando lotado na Secretaria Municipal de Administração.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade a Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Nº 057, de 14 de outubro de 2025, dispõe sobre alteração do cargo em comissão de assessor jurídico de gabinete, e dá outras providências,

DECRETA:

ART.1º - Exonerar, a partir de 04 de agosto de 2026, o senhor RODRIGO AUGUSTO NAVARETE, portador do RG nº 98. ******-64 SSP/PR e CPF n° 064. ******-70, do exercício da função gratificada (FG2), ficando lotado na Secretaria Municipal de Administração.

ART. 2º - Este Decreto entrar em vigor na data de sua publicação.

Cientifique-se, registre-se e publique-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito em 26 de agosto de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Henrique Mottim
Código Identificador:A6C35445

SECRETARIA DE GOVERNO
DECRETO Nº: 329/2026.

DECRETO Nº: 329/2026.

Nomear, a partir de 05 de agosto de 2026, o senhor RODRIGO AUGUSTO NAVARETE, portador do RG nº. 98*****64- SSP/PR e CPF n° 064. *****-70, do exercício da função Agente de Contratação e Pregoeiro, ficando lotado na Secretaria Municipal de Administração.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade **LEI COMPLEMENTAR Nº 04, DE 31 DE JULHO DE 2026**, que INSTITUI GRATIFICAÇÃO PELO EXERCÍCIO DAS FUNÇÕES DE AGENTE DECONTRATAÇÃO E PREGOEIRO NO MUNICÍPIO DE CERRO AZUL.

DECRETA:

ART.1º - Nomear, a partir de 05 de agosto de 2026, o senhor RODRIGO AUGUSTO NAVARETE, portador do RG nº 98. **-64 SSP/PR e CPF n° 064. **-70, do exercício da função de Agente de Contratação e Pregoeiro, ficando lotado na Secretaria Municipal de Administração.

ART. 2º - Este Decreto entrar em vigor na data de sua publicação.

Cientifique-se, registre-se e publique-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito em 26 de agosto de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Henrique Mottim
Código Identificador:AAC2E058

SECRETARIA DE GOVERNO
DECRETO Nº: 330/2026.

Nomear, a partir de 10 de agosto de 2026, JOAO CARDOSO, portador do CPF nº 038.***.***-07, para o cargo de Diretor do Departamento de Manutenção, Cargo de Provimento em Comissão Símbolo CC-02, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Viação.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 047, de 07 de julho de 2026, que dispõe sobre a estrutura administrativa e organizacional,
DECRETA:
Art. 1º Nomear, a partir de 10 de agosto de 2026, JOAO CARDOSO, portador do CPF nº 038.***.***-07, para o cargo de Diretor do Departamento de Manutenção, Cargo de Provimento em Comissão Símbolo CC-02, ficando lotado na Secretaria Municipal de Obras e Viação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cientifique-se, registre-se e publique-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito, em 26 de agosto de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Henrique Mottim
Código Identificador:D5B75F9A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1160, DE 26 DE AGOSTO DE 2026 REVOGAR A PORTARIA N°1139, DE 24 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 1160, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

Revogar a portaria n°1139, de 24 de agosto de 2026.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:
Art. 1º - Revogar a portaria n°1139, de 24 de agosto de 2026, devido a solicitação do memorando n°845 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, referente ao cancelamento da diária da Adriana Chaves da Silva.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 26 de agosto do ano 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:390721A1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO ELETRÔNICO - Nº 018/2026

O Prefeito Municipal, Edson Cordeiro do Nascimento, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, em face aos princípios ordenados através da **Lei Federal nº 14.133/2021** e alterações posteriores, considerando a análise e o relatório conclusivo exarado pelo Pregoeiro, **resolve:**

I. HOMOLOGAR o resultado do **Pregão Eletrônico nº 018/2026**, que tem como objeto a Aquisição de equipamento odontológico do tipo consultório, em conformidade com as especificações técnicas previstas na Resolução SESA nº 773/2019, destinado às Unidades de Atenção Primária à Saúde, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Cerro Azul, nas seguintes condições:

II. ADJUDICAR O LOTE ÚNICO EM FAVOR DA EMPRESA:

· **BHDENTAL COMERCIAL LTDA - CNPJ: 29.312.896/0001-26**.
VALOR TOTAL: R$ 57.240,00 (cinquenta e sete mil, duzentos e quarenta reais).

Prefeitura Municipal de Cerro Azul, em 26 de agosto de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo Augusto Navarete
Código Identificador:336295AF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA

GABINETE
DECRETO: 208/2026

DECRETO: 208/2026

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação no Orçamento de 2026, do Município de Clevelândia, Estado do Paraná no valor de R$ 51.000,00 (cinquenta e um mil reais)

A Prefeita Municipal de Clevelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e devidamente autorizado pela Lei Municipal nº 2929 de 22 de Dezembro de 2025.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento Geral do Município de Clevelândia, Estado do Paraná, para o ano de 2026, destinado ao suporte das despesas a serem realizadas com recursos de excesso de arrecadação no valor de R$ 51.000,00 (cinquenta e um mil reais), para atender despesas no seguinte Órgão e Dotações Orçamentárias.

06 - Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania

06.003 - Fundo Municipal de Assistência Social

06.003.0008.0244.0018.2035 - TRANSFERENCIAS DO SISTEMA UNICO DA ASSISTENCIA SOCIAL - SUAS

3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica
R$ 51.000,00
Total: R$ 51.000,00

Art. 2º - Para cobertura do referido Crédito Adicional suplementar previsto no Art. Anterior, serão utilizados recursos de anulação:

Excesso de Arrecadação

956 - ESTRUTURAÇÃO DA GESTÃO E REDE DE PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER - CUSTEIO - Delegação 007 2026
R$ 51.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor desta data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Clevelândia, 26 de agosto de 2026.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:A9E708D4

GABINETE
SUMÚLA- SEMA

SÚMULA: O Município de Clevelândia, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob nº 76.161.199/0001-00, torna público que está requerendo junto ao Instituto Água e Terra – IAT a Licença Ambiental Simplificada – LAS, referente ao imóvel objeto da Matrícula nº 12.414, do Cartório de Registro de Imóveis de Clevelândia/PR, com área de 4,36 hectares, denominado Quinhão nº 2-C-3 do Imóvel Campo de Fora, destinado à implantação e operação de área de triagem e transbordo de resíduos provenientes da limpeza urbana, não perigosos.

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:794C65AE

LICITAÇÃO
EXTRATO DO 2° (SEGUNDO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO PARTICULAR DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N°. 039/25, DE 07/07/2025, DECORRENTE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 013/25, CONFORME ABAIXO SE DECLARA:

EXTRATO DO 2° (SEGUNDO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO PARTICULAR DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N°. 039/25, DE 07/07/2025, DECORRENTE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 013/25, CONFORME ABAIXO SE DECLARA:

PARTES: Município de Clevelândia e IDS Desenvolvimento de Software e Consultoria Ltda

OBJETO: "Reajuste do valor do contrato".

ÍNDICE DE REAJUSTE: em **4,71%** (quatro vírgula setenta e um por cento) de acordo com o índice apurado pelo IPC-A (índice de Preços ao Consumidor Amplo) do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

VALOR DO ADITAMENTO: R$ 1.125,36 (mil, cento e vinte e cinco reais e trinta e seis centavos)

PERÍODO DE EXECUÇÃO: 09/07/2026 a 09/07/2027.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 08/07/2025 a 09/09/2027.

FORO: CLEVELÂNDIA – PR.

Clevelândia, 24 de agosto de 2026.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Joao Vinicius Viana
Código Identificador:A3E8591A

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N°. 47/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025 – PROCESSO Nº. 41/2026

EXTRATO DO CONTRATO N°. 47/2026 PREGÃO ELETRÔNICO nº 025 – PROCESSO Nº. 41/2026
PARTES: MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA e FABIANE PORTELA BARBOSA ESPORTES – ME OBJETO: Contratação de serviços especializados, por meio de pessoa física ou jurídica, para a execução continuada de oficinas socioeducativas no âmbito do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) deste Município, a serem desenvolvidas no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), destinadas ao atendimento de crianças, adolescentes e mulheres em situação de vulnerabilidade social. VALOR TOTAL: R$ 48.010,56 (QUARENTA E OITO MIL, DEZ REAIS E CINQUENTA E SEIS CENTAVOS). CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: O pagamento ocorrerá no dia 14 (quatorze) do mês subsequente a efetiva aquisição dos itens. DO PRAZO DE CONTRATAÇÃO: O prazo da contratação será de 12 (doze) meses a contar a partir de 26/08/2026 e findando em 26/08/2027. PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência será de 14 (quatorze) meses, contados a partir de 26/08/2026 e findando em 26/08/2027. FORO: Clevelândia - PR DATA DE ASSINATURA: 26/08/2026 Clevelândia, 26 de agosto de 2026.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rodrigo Antonio Mendes da Silva
Código Identificador:C275A587

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 50/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 011/2026 PROCESSO Nº 060/2026

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 50/2026

INEXIGIBILIDADE Nº 011/2026
PROCESSO Nº 060/2026

CREDENCIANTE: MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ nº
76.161.199/0001-00.

CREDENCIADA: BARASUOL E STEDILE CLINICA MEDICA LTDA, pessoa jurídica de direito
privado, inscrita no CNPJ sob nº 34.752.843/0001-66.

OBJETO: TERMO DE CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS EM GERIATRIA, PARA ATENDER A POPULAÇÃO 60+, DEVENDO O SERVIÇO SER PRESTADO NO MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA – PARANÁ.

VALOR MÁXIMO ESTIMADO: R$ 165.216,00 (cento e sessenta e cinco mil, duzentos e
dezesseis reais).

VIGÊNCIA/EXECUÇÃO: 12 (doze) meses, com início em 26 de agosto de 2026 e término em
26 de agosto de 2027.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021, Inexigibilidade nº 011/2026 e Edital de
Credenciamento nº 011/2026.

Clevelândia/PR, 26 de agosto de 2026.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rodrigo Antonio Mendes da Silva
Código Identificador:A8E122F5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO

COLOMBO PREVIDÊNCIA
EXTRATO DE CONTRATO

Extrato de Contrato

Contrato nº: 13/2026
Processo Administrativo nº: 34238/2026
Inexigibilidade nº: 12/2026
Partes: Colombo Previdência e Clínica Médica e Cursos Profissionalizantes Dr Minozzo Ltda.
Objeto: Palestra Longevidade e Aposentadoria para o 1º Seminário Previdenciário da Colombo Previdência.
Valor: O contratante pagará à contratada, o valor total estimado de R$ 5.800,000 (cinco mil e oitocentos reais).
Vigência: O prazo de vigência é de 3 (meses) meses, com início em 27 de agosto de 2026 e término em 26 de novembro de 2027.
Data: 26 de agosto de 2026.
Assinatura: Wilton Luiz Carrão - Diretor Superintendente

Publicado por:
Joice Lagos Marone
Código Identificador:E19E9BC9

COLOMBO PREVIDÊNCIA
EXTRATO DE CONTRATO

Extrato de Contrato

Contrato nº: 12/2026
Processo Administrativo nº: 33807/2026
Inexigibilidade nº: 11/2026
Partes: Colombo Previdência e Paulo Fernandes Costa.
Objeto: Palestra "Finanças pessoais e sua relevância na preparação para a aposentadoria" para o 1º Seminário Previdenciário da Colombo Previdência.
Valor: O contratante pagará à contratada, o valor total estimado de R$ 9.500,000 (nove mil e quinhentos reais).
Vigência: O prazo de vigência é de 3 (meses) meses, com início em 27 de agosto de 2026 e término em 26 de novembro de 2027.
Data: 26 de agosto de 2026.
Assinatura: Wilton Luiz Carrão - Diretor Superintendente

Publicado por:
Joice Lagos Marone
Código Identificador:ECE2631D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 767/2026

PORTARIA N.º 767/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os senhores abaixo relacionados, para atuarem, sem prejuízo de suas funções, como Gestor e Fiscal de Contrato, da ATAS n.º 316/26 a 327/2026, Processo Licitatório: Pregão Eletrônico n.º 010/2026, com objeto de Aquisição de materiais médico hospitalares para o atendimento das demandas nos estabelecimentos de saúde do Município de Colombo/Pr, conforme segue:

Gestora do Contrato:
Ana Mara Harbs de Oliveira, matrícula funcional n.º 17.522.

Fiscal de Contrato:
Jocieli Maschio, matrícula funcional n.º 13.483;

Fiscal de Contrato:
Emanuelle Sanches B. Veronesi, matrícula funcional n.º 10.791.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 24 de agosto de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:50C4DC39

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 768/2026

PORTARIA N.º 768/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os senhores abaixo relacionados, para atuarem, sem prejuízo de suas funções, como Gestor e Fiscal de Contrato, dos 312/2026 a 315/2026, Processo Licitatório: Chamamento Público n.º 016/2026 - Inexigibilidade n.º 052/2026, com objeto de a Cota de Patrocínio no valor de **R$5.000,00 (cinco mil reais)**, para a execução das ações do projeto denominado" 14ª Festa do Agricultor", que será realizado no período de 22 a 23 de agosto de 2026, no Parque Municipal da Uva, Rua Marechal Floriano Peixoto, 8771, na cidade de Colombo-PR, conforme segue:

Gestora de Contrato:
Josiane De Fátima Ferreira, inscrito CPF n.º 040***.***-27.

Fiscal de Contrato:
Fabiano Mores Machado, inscrito no CPF n.° 019.***.***-51.

Secretaria Municipal da Agricultura, Abastecimento e Agronegóco.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 24 de agosto de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:AC3D2896

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 769/2026

PORTARIA N.º 769/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os senhores abaixo relacionados, para atuarem, sem prejuízo de suas funções, como Gestor e Fiscal de Contrato, do **TERMO DE COMPROMISSO:** 002/2026 á 017/2026, Processo Licitatório: Chamamento Público n.º 009/2026 - Inexigibilidade n.º 053/2026, com objeto de Credenciamento para permissão não-onerosa de uso de espaço público destinado à exploração comercial de áreas específicas para a realização de uma Feira de Agronegócios, a ser realizada durante a 14ª da Festa Do Agricultor no Parque Municipal da Uva, em Colombo – PR, nos dias 22 e 23 de agosto de 2026, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, conforme segue:

Gestora de Contrato:
Josiane de Fátima Ferreira, inscrito CPF nº 040***.***-27.

Fiscal de Contrato:
Fabiano Mores Machado, inscrito no CPF n° 019.***.***-51.

Secretaria Municipal da Agricultura, Abastecimento e Agronegóco.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 24 de agosto de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:06CF2350

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CHAMAMENTO PÚBLICO 018/2026 - CREDENCIAMENTO DE CERVEJARIAS PARA 6ª FESTA DA CERVEJA

Aviso de Licitação
Edital – Chamamento Público Nº 018/2026
Objeto: O Credenciamento de CERVEJARIAS para participação na 6ª Edição da Festa da Cerveja Artesanal de Colombo 2026 a ser realizada nos dias 18, 19 e 20 de setembro de 2026 no Parque Municipal da Uva, Colombo/PR.
Recebimento das Propostas: De 27 de AGOSTO de 2026 à 10 de SETEMBRO de 2026.
Local do Credenciamento: Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Colombo / PR, localizado na Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo - PR - CEP 83.414-000.
Informações Complementares poderão ser obtidas na Secretaria Municipal da Administração, sito Rua XV de Novembro nº. 105 – Centro – Colombo - Paraná, ou pelo fone: (41) 99165.6711 ou pelo site: www.colombo.pr.gov.br.
Colombo, 26 de agosto de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mauro Mazepa Goncalves
Código Identificador:6E917FC3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 318/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026

Processo: 39.862/2025
Contratante: Município de Colombo/PR – Secretaria Municipal de Saúde
Contratada: MEDVERSUS COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ n.º 57.394.275/0001-74
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade das seguintes servidoras: Gestora de Contrato: Srª Ana Mara Harbs de Oliveira, matrícula funcional n.º 17.522; Fiscal de Contrato: Srª Jocieli Maschio, matrícula funcional n.º 13.483; Fiscal de Contrato: Srª Emanuelle Sanches Bueno Veronesi, matrícula funcional n.º 10.791
Objeto: Aquisição de materiais médico hospitalares para o atendimento das demandas nos estabelecimentos de saúde do Município de Colombo/Pr.
Valor: O valor total é de R$ 3.925,00 (três mil, novecentos e vinte e cinco reais).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1882/2025.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogada por igual período e com o restabelecimento do quantitativo ou previsão de gastos inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos.
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link licitações.
Local e data de emissão: Colombo, 21 de agosto de 2026
Assinatura: Marilda França Gimenes Zanoni

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:60C12C9D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 263/2026 - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 007/2026 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 049/2026

Processos: 18.726/2026 e 34.292/2026
Contratante: Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Agronegócio
Contratado(a): COACOL AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA, CNPJ n.º 17.952.459/0001-98
Fiscalização: A fiscalização será de responsabilidade da Gestora do Contrato Sr.ª Josiane de Fátima Ferreira Perin, matrícula funcional n.º 16404 e a Fiscalização Técnica Sr.ª Eliane Maria Cavalheiro de Carvalho, matrícula funcional n.º 6370.
Objeto: Credenciamento de grupos formais, organizações produtivas detentoras de DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) ou CAF (Cadastro Nacional da Agricultura Familiar) e grupos informais detentores de CAD/PRO (Cadastro de Produtores Rurais), DAP ou CAF do município de Colombo/PR, para fornecimento de hortifrútis orgânicos e convencionais destinados ao Programa Eco Troca.
Valor: O valor do contrato é de R$ 360.400,00 (trezentos e sessenta mil e quatrocentos reais).

Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1882/2025.
Prazo: O prazo de vigência é de 01 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Local e data da assinatura: Colombo, 12 de agosto de 2026
Assinatura: Jeronimo Strapasson

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:6E5BB422

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 264/2026 - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 007/2026 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 049/2026

Processos: 18.726/2026 e 34.161/2026
Contratante: Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Agronegócio
Contratado(a): EDILSON RONALDE CECCON, CPF n.º 718.XXX.XXX-10
Fiscalização: A fiscalização será de responsabilidade da Gestora do Contrato Sr.ª Josiane de Fátima Ferreira Perin, matrícula funcional n.º 16404 e a Fiscalização Técnica Sr.ª Eliane Maria Cavalheiro de Carvalho, matrícula funcional n.º 6370.
Objeto: Credenciamento de grupos formais, organizações produtivas detentoras de DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) ou CAF (Cadastro Nacional da Agricultura Familiar) e grupos informais detentores de CAD/PRO (Cadastro de Produtores Rurais), DAP ou CAF do município de Colombo/PR, para fornecimento de hortifrútis orgânicos e convencionais destinados ao Programa Eco Troca.
Valor: O valor do contrato é de R$ 28.535,94 (vinte e oito mil, quinhentos e trinta e cinco reais e noventa e quatro centavos).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1882/2025.
Prazo: O prazo de vigência é de 01 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Local e data da assinatura: Colombo, 12 de agosto de 2026
Assinatura: Jeronimo Strapasson

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:E002B398

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 265/2026 - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 007/2026 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 049/2026

Processos: 18.726/2026 e 34.161/2026
Contratante: Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Agronegócio
Contratado(a): ELITON CECCON, CPF n.º 093.XXX.XXX-74
Fiscalização: A fiscalização será de responsabilidade da Gestora do Contrato Sr.ª Josiane de Fátima Ferreira Perin, matrícula funcional n.º 16404 e a Fiscalização Técnica Sr.ª Eliane Maria Cavalheiro de Carvalho, matrícula funcional n.º 6370.
Objeto: Credenciamento de grupos formais, organizações produtivas detentoras de DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) ou CAF (Cadastro Nacional da Agricultura Familiar) e grupos informais detentores de CAD/PRO (Cadastro de Produtores Rurais), DAP ou CAF do município de Colombo/PR, para fornecimento de hortifrútis orgânicos e convencionais destinados ao Programa Eco Troca.
Valor: O valor do contrato é de R$ 28.535,94 (vinte e oito mil, quinhentos e trinta e cinco reais e noventa e quatro centavos).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1882/2025.
Prazo: O prazo de vigência é de 01 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Local e data da assinatura: Colombo, 12 de agosto de 2026
Assinatura: Jeronimo Strapasson

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:65600F5E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 266/2026 - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 007/2026 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 049/2026

Processos: 18.726/2026 e 34.161/2026
Contratante: Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Agronegócio
Contratado(a): EDISON LUIZ CECCON, CPF n.º 354.XXX.XXX-53
Fiscalização: A fiscalização será de responsabilidade da Gestora do Contrato Sr.ª Josiane de Fátima Ferreira Perin, matrícula funcional n.º 16404 e a Fiscalização Técnica Sr.ª Eliane Maria Cavalheiro de Carvalho, matrícula funcional n.º 6370.
Objeto: Credenciamento de grupos formais, organizações produtivas detentoras de DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) ou CAF (Cadastro Nacional da Agricultura Familiar) e grupos informais detentores de CAD/PRO (Cadastro de Produtores Rurais), DAP ou CAF do município de Colombo/PR, para fornecimento de hortifrútis orgânicos e convencionais destinados ao Programa Eco Troca.
Valor: O valor do contrato é de R$ 28.535,94 (vinte e oito mil, quinhentos e trinta e cinco reais e noventa e quatro centavos).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1882/2025.
Prazo: O prazo de vigência é de 01 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Local e data da assinatura: Colombo, 12 de agosto de 2026
Assinatura: Jeronimo Strapasson

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:C40AC83B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 267/2026 - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 007/2026 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 049/2026

Processos: 18.726/2026 e 34.161/2026
Contratante: Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Agronegócio
Contratado(a): ELTON GABRIEL CECCON, CPF n.º 126.XXX.XXX-12
Fiscalização: A fiscalização será de responsabilidade da Gestora do Contrato Sr.ª Josiane de Fátima Ferreira Perin, matrícula funcional n.º 16404 e a Fiscalização Técnica Sr.ª Eliane Maria Cavalheiro de Carvalho, matrícula funcional n.º 6370.
Objeto: Credenciamento de grupos formais, organizações produtivas detentoras de DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) ou CAF (Cadastro Nacional da Agricultura Familiar) e grupos informais detentores de CAD/PRO (Cadastro de Produtores Rurais), DAP ou CAF do município de Colombo/PR, para fornecimento de hortifrútis orgânicos e convencionais destinados ao Programa Eco Troca.
Valor: O valor do contrato é de R$ 28.535,94 (vinte e oito mil, quinhentos e trinta e cinco reais e noventa e quatro centavos).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1882/2025.
Prazo: O prazo de vigência é de 01 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Local e data da assinatura: Colombo, 12 de agosto de 2026
Assinatura: Jeronimo Strapasson

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:9C05F983

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 268/2026 - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 007/2026 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 049/2026

Processos: 18.726/2026 e 34.161/2026
Contratante: Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Agronegócio
Contratado(a): BELMIRA DE FÁTIMA GUIMARÃES, CPF n.º 034.XXX.XXX-98
Fiscalização: A fiscalização será de responsabilidade da Gestora do Contrato Sr.ª Josiane de Fátima Ferreira Perin, matrícula funcional n.º 16404 e a Fiscalização Técnica Sr.ª Eliane Maria Cavalheiro de Carvalho, matrícula funcional n.º 6370.
Objeto: Credenciamento de grupos formais, organizações produtivas detentoras de DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) ou CAF (Cadastro Nacional da Agricultura Familiar) e grupos informais detentores de CAD/PRO (Cadastro de Produtores Rurais), DAP ou CAF do município de Colombo/PR, para fornecimento de hortifrútis orgânicos e convencionais destinados ao Programa Eco Troca.
Valor: O valor do contrato é de R$ 28.535,94 (vinte e oito mil, quinhentos e trinta e cinco reais e noventa e quatro centavos).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1882/2025.
Prazo: O prazo de vigência é de 01 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Local e data da assinatura: Colombo, 12 de agosto de 2026
Assinatura: Jeronimo Strapasson

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:9BC42F27

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 269/2026 - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 007/2026 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 049/2026

Processos: 18.726/2026 e 34.161/2026
Contratante: Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Agronegócio
Contratado(a): MARCELO GUIMARÃES, CPF n.º 071.XXX.XXX-01
Fiscalização: A fiscalização será de responsabilidade da Gestora do Contrato Sr.ª Josiane de Fátima Ferreira Perin, matrícula funcional n.º 16404 e a Fiscalização Técnica Sr.ª Eliane Maria Cavalheiro de Carvalho, matrícula funcional n.º 6370.
Objeto: Credenciamento de grupos formais, organizações produtivas detentoras de DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) ou CAF (Cadastro Nacional da Agricultura Familiar) e grupos informais detentores de CAD/PRO (Cadastro de Produtores Rurais), DAP ou CAF do município de Colombo/PR, para fornecimento de hortifrútis orgânicos e convencionais destinados ao Programa Eco Troca.
Valor: O valor do contrato é de R$ 28.535,94 (vinte e oito mil, quinhentos e trinta e cinco reais e noventa e quatro centavos).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1882/2025.
Prazo: O prazo de vigência é de 01 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Local e data da assinatura: Colombo, 12 de agosto de 2026
Assinatura: Jeronimo Strapasson

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:CEA531E2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 270/2026 - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 007/2026 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 049/2026

Processos: 18.726/2026 e 34.161/2026
Contratante: Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Agronegócio
Contratado(a): VALERIO STRAPASSON, CPF n.º 976.XXX.XXX-15
Fiscalização: A fiscalização será de responsabilidade da Gestora do Contrato Sr.ª Josiane de Fátima Ferreira Perin, matrícula funcional n.º 16404 e a Fiscalização Técnica Sr.ª Eliane Maria Cavalheiro de Carvalho, matrícula funcional n.º 6370.
Objeto: Credenciamento de grupos formais, organizações produtivas detentoras de DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) ou CAF (Cadastro Nacional da Agricultura Familiar) e grupos informais detentores de CAD/PRO (Cadastro de Produtores Rurais), DAP ou CAF do município de Colombo/PR, para fornecimento de hortifrútis orgânicos e convencionais destinados ao Programa Eco Troca.
Valor: O valor do contrato é de R$ 28.535,94 (vinte e oito mil, quinhentos e trinta e cinco reais e noventa e quatro centavos).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1882/2025.
Prazo: O prazo de vigência é de 01 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Local e data da assinatura: Colombo, 12 de agosto de 2026
Assinatura: Jeronimo Strapasson

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:02C9C5E5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 271/2026 - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 007/2026 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 049/2026

Processos: 18.726/2026 e 34.161/2026
Contratante: Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Agronegócio
Contratado(a): VALTER BIANCHINI, CPF n.º 710.XXX.XXX-91
Fiscalização: A fiscalização será de responsabilidade da Gestora do Contrato Sr.ª Josiane de Fátima Ferreira Perin, matrícula funcional n.º 16404 e a Fiscalização Técnica Sr.ª Eliane Maria Cavalheiro de Carvalho, matrícula funcional n.º 6370.
Objeto: Credenciamento de grupos formais, organizações produtivas detentoras de DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) ou CAF (Cadastro Nacional da Agricultura Familiar) e grupos informais detentores de CAD/PRO (Cadastro de Produtores Rurais), DAP ou CAF do município de Colombo/PR, para fornecimento de hortifrútis orgânicos e convencionais destinados ao Programa Eco Troca.
Valor: O valor do contrato é de R$ 28.535,94 (vinte e oito mil, quinhentos e trinta e cinco reais e noventa e quatro centavos).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1882/2025.
Prazo: O prazo de vigência é de 01 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Local e data da assinatura: Colombo, 12 de agosto de 2026
Assinatura: Jeronimo Strapasson

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:0B458318

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 272/2026 - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 007/2026 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 049/2026

Processos: 18.726/2026 e 34.161/2026
Contratante: Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Agronegócio
Contratado(a): JULIO RICARDO JULIANI, CPF n.º 076.XXX.XXX-33
Fiscalização: A fiscalização será de responsabilidade da Gestora do Contrato Sr.ª Josiane de Fátima Ferreira Perin, matrícula funcional n.º

16404 e a Fiscalização Técnica Sr.ª Eliane Maria Cavalheiro de Carvalho, matrícula funcional n.º 6370.
Objeto: Credenciamento de grupos formais, organizações produtivas detentoras de DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) ou CAF (Cadastro Nacional da Agricultura Familiar) e grupos informais detentores de CAD/PRO (Cadastro de Produtores Rurais), DAP ou CAF do município de Colombo/PR, para fornecimento de hortifrútis orgânicos e convencionais destinados ao Programa Eco Troca.
Valor: O valor do contrato é de R$ 28.535,94 (vinte e oito mil, quinhentos e trinta e cinco reais e noventa e quatro centavos).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1882/2025.
Prazo: O prazo de vigência é de 01 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Local e data da assinatura: Colombo, 12 de agosto de 2026
Assinatura: Jeronimo Strapasson

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:73BB9C44

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 273/2026 - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 007/2026 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 049/2026

Processos: 18.726/2026 e 34.161/2026
Contratante: Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Agronegócio
Contratado(a): JEAN LEANDRO JULIANI, CPF n.º 093.XXX.XXX-20
Fiscalização: A fiscalização será de responsabilidade da Gestora do Contrato Sr.ª Josiane de Fátima Ferreira Perin, matrícula funcional n.º 16404 e a Fiscalização Técnica Sr.ª Eliane Maria Cavalheiro de Carvalho, matrícula funcional n.º 6370.
Objeto: Credenciamento de grupos formais, organizações produtivas detentoras de DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) ou CAF (Cadastro Nacional da Agricultura Familiar) e grupos informais detentores de CAD/PRO (Cadastro de Produtores Rurais), DAP ou CAF do município de Colombo/PR, para fornecimento de hortifrútis orgânicos e convencionais destinados ao Programa Eco Troca.
Valor: O valor do contrato é de R$ 28.535,94 (vinte e oito mil, quinhentos e trinta e cinco reais e noventa e quatro centavos).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1882/2025.
Prazo: O prazo de vigência é de 01 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Local e data da assinatura: Colombo, 12 de agosto de 2026
Assinatura: Jeronimo Strapasson

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:4861576F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 274/2026 - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 007/2026 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 049/2026

Processos: 18.726/2026 e 34.161/2026
Contratante: Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Agronegócio
Contratado(a): MARIZA REGINA CECCON VOIGT, CPF n.º 063.XXX.XXX-76
Fiscalização: A fiscalização será de responsabilidade da Gestora do Contrato Sr.ª Josiane de Fátima Ferreira Perin, matrícula funcional n.º 16404 e a Fiscalização Técnica Sr.ª Eliane Maria Cavalheiro de Carvalho, matrícula funcional n.º 6370.
Objeto: Credenciamento de grupos formais, organizações produtivas detentoras de DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) ou CAF (Cadastro Nacional da Agricultura Familiar) e grupos informais detentores de CAD/PRO (Cadastro de Produtores Rurais), DAP ou CAF do município de Colombo/PR, para fornecimento de hortifrútis orgânicos e convencionais destinados ao Programa Eco Troca.
Valor: O valor do contrato é de R$ 28.535,94 (vinte e oito mil, quinhentos e trinta e cinco reais e noventa e quatro centavos).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1882/2025.
Prazo: O prazo de vigência é de 01 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Local e data da assinatura: Colombo, 12 de agosto de 2026
Assinatura: Jeronimo Strapasson

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:3BCFCEA5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 275/2026 - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 007/2026 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 049/2026

Processos: 18.726/2026 e 34.161/2026
Contratante: Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Agronegócio
Contratado(a): SIMONE VOIGT, CPF n.º 071.XXX.XXX-79
Fiscalização: A fiscalização será de responsabilidade da Gestora do Contrato Sr.ª Josiane de Fátima Ferreira Perin, matrícula funcional n.º 16404 e a Fiscalização Técnica Sr.ª Eliane Maria Cavalheiro de Carvalho, matrícula funcional n.º 6370.
Objeto: Credenciamento de grupos formais, organizações produtivas detentoras de DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) ou CAF (Cadastro Nacional da Agricultura Familiar) e grupos informais detentores de CAD/PRO (Cadastro de Produtores Rurais), DAP ou CAF do município de Colombo/PR, para fornecimento de hortifrútis orgânicos e convencionais destinados ao Programa Eco Troca.
Valor: O valor do contrato é de R$ 28.535,94 (vinte e oito mil, quinhentos e trinta e cinco reais e noventa e quatro centavos).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1882/2025.
Prazo: O prazo de vigência é de 01 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Local e data da assinatura: Colombo, 12 de agosto de 2026
Assinatura: Jeronimo Strapasson

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:7922AD89

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 276/2026 - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 007/2026 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 049/2026

Processos: 18.726/2026 e 34.161/2026
Contratante: Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Agronegócio
Contratado(a): EMILLY STRAPASSON, CPF n.º 103.XXX.XXX-00
Fiscalização: A fiscalização será de responsabilidade da Gestora do Contrato Sr.ª Josiane de Fátima Ferreira Perin, matrícula funcional n.º 16404 e a Fiscalização Técnica Sr.ª Eliane Maria Cavalheiro de Carvalho, matrícula funcional n.º 6370.
Objeto: Credenciamento de grupos formais, organizações produtivas detentoras de DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) ou CAF (Cadastro Nacional da Agricultura Familiar) e grupos informais detentores de CAD/PRO (Cadastro de Produtores Rurais), DAP ou CAF do município de Colombo/PR, para fornecimento de hortifrútis orgânicos e convencionais destinados ao Programa Eco Troca.
Valor: O valor do contrato é de R$ 28.535,94 (vinte e oito mil, quinhentos e trinta e cinco reais e noventa e quatro centavos).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1882/2025.

Prazo: O prazo de vigência é de 01 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Local e data da assinatura: Colombo, 12 de agosto de 2026
Assinatura: Jeronimo Strapasson

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:52A2E7C0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 277/2026 - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 007/2026 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 049/2026

Processos: 18.726/2026 e 34.161/2026
Contratante: Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Agronegócio
Contratado(a): GILSON EDUARDO FARIAS, CPF n.º 111.XXX.XXX-06
Fiscalização: A fiscalização será de responsabilidade da Gestora do Contrato Sr.ª Josiane de Fátima Ferreira Perin, matrícula funcional n.º 16404 e a Fiscalização Técnica Sr.ª Eliane Maria Cavalheiro de Carvalho, matrícula funcional n.º 6370.
Objeto: Credenciamento de grupos formais, organizações produtivas detentoras de DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) ou CAF (Cadastro Nacional da Agricultura Familiar) e grupos informais detentores de CAD/PRO (Cadastro de Produtores Rurais), DAP ou CAF do município de Colombo/PR, para fornecimento de hortifrútis orgânicos e convencionais destinados ao Programa Eco Troca.
Valor: O valor do contrato é de R$ 28.535,94 (vinte e oito mil, quinhentos e trinta e cinco reais e noventa e quatro centavos).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1882/2025.
Prazo: O prazo de vigência é de 01 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Local e data da assinatura: Colombo, 12 de agosto de 2026
Assinatura: Jeronimo Strapasson

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:59CCDFC0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 278/2026 - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 007/2026 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 049/2026

Processos: 18.726/2026 e 34.161/2026
Contratante: Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Agronegócio
Contratado(a): RENATA POLLI STRAPASSON, CPF n.º 047.XXX.XXX-79
Fiscalização: A fiscalização será de responsabilidade da Gestora do Contrato Sr.ª Josiane de Fátima Ferreira Perin, matrícula funcional n.º 16404 e a Fiscalização Técnica Sr.ª Eliane Maria Cavalheiro de Carvalho, matrícula funcional n.º 6370.
Objeto: Credenciamento de grupos formais, organizações produtivas detentoras de DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) ou CAF (Cadastro Nacional da Agricultura Familiar) e grupos informais detentores de CAD/PRO (Cadastro de Produtores Rurais), DAP ou CAF do município de Colombo/PR, para fornecimento de hortifrútis orgânicos e convencionais destinados ao Programa Eco Troca.
Valor: O valor do contrato é de R$ 28.535,94 (vinte e oito mil, quinhentos e trinta e cinco reais e noventa e quatro centavos).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1882/2025.
Prazo: O prazo de vigência é de 01 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Local e data da assinatura: Colombo, 12 de agosto de 2026
Assinatura: Jeronimo Strapasson

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:264504DE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 279/2026 - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 007/2026 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 049/2026

Processos: 18.726/2026 e 34.161/2026
Contratante: Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Agronegócio
Contratado(a): ELIENE BORATO FRAZON, CPF n.º 835.XXX.XXX-30
Fiscalização: A fiscalização será de responsabilidade da Gestora do Contrato Sr.ª Josiane de Fátima Ferreira Perin, matrícula funcional n.º 16404 e a Fiscalização Técnica Sr.ª Eliane Maria Cavalheiro de Carvalho, matrícula funcional n.º 6370.
Objeto: Credenciamento de grupos formais, organizações produtivas detentoras de DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) ou CAF (Cadastro Nacional da Agricultura Familiar) e grupos informais detentores de CAD/PRO (Cadastro de Produtores Rurais), DAP ou CAF do município de Colombo/PR, para fornecimento de hortifrútis orgânicos e convencionais destinados ao Programa Eco Troca.
Valor: O valor do contrato é de R$ 28.535,94 (vinte e oito mil, quinhentos e trinta e cinco reais e noventa e quatro centavos).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1882/2025.
Prazo: O prazo de vigência é de 01 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Local e data da assinatura: Colombo, 12 de agosto de 2026
Assinatura: Jeronimo Strapasson

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:2FA99929

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 039/2026 - AQUISIÇÃO MATERIAL MED-HOSPITALAR - REPUBLICADO

Aviso de Licitação -REPUBLICADO
Edital – Pregão Eletrônico Nº 039/2026
Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de Material Médico-Hospitalar Permanente para atender as necessidades dos estabelecimentos municipais de saúde.
Recebimento das Propostas: das 09:00 HORAS do dia 28 de agosto de 2026 até às 08:00 HORAS do 15 de setembro de 2026.
Início da sessão de Disputa de Preços: Às 09:00 HORAS do dia 15 de setembro de 2026. (Horário de Brasília).
Local de Abertura: Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - Acesso Identificado no link (bllcompras.org.br).
Preço Máximo: Constante no edital.
Critério de Julgamento: Menor preço “por ITEM”.
Informações Complementares poderão ser obtidas na Secretaria Municipal da Administração, sito a rua XV de novembro Nº. 105, Centro, Colombo - Paraná, ou pelo fone: (04) 3656–8117 ou pelo site: www.colombo.pr.gov.br.
Colombo, 25 de agosto de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Carlos Vieira
Código Identificador:0D03D5E1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 059/2026 - MAT. MED-HOSP INSTRUMENTAIS

Aviso de Licitação
Edital – Pregão Eletrônico Nº 059/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de Material Médico-Hospitalar INSTRUMENTAIS para atender as necessidades dos estabelecimentos municipais de saúde.
Recebimento das Propostas: das 09:00 HORAS do dia 28 de agosto até às 08:00 HORAS do dia 15 de setembro de 2026.
Início da sessão de Disputa de Preços: Às 09:00 HORAS do dia 15 de setembro de 2026. (Horário de Brasília).
Local de Abertura: Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - Acesso Identificado no link (bllcompras.org.br).
Preço Máximo: Constante no edital.
Critério de Julgamento: Menor preço "por ITEM".
Informações Complementares poderão ser obtidas na Secretaria Municipal da Administração, sito a rua XV de novembro Nº. 105, Centro, Colombo - Paraná, ou pelo fone: (04) 3656–8117 ou pelo site: www.colombo.pr.gov.br.

Colombo, 25 de agosto de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Carlos Vieira
Código Identificador:29FEE0D8

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
AUTO DE INFRAÇÃO 01336

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente, no uso de suas atribuições legais COMUNICA o(a) Sr(a). JOSE MAURICIO JORDAO, CPF/CNPJ nº 696.945.756-15 que V.Sª foi autuado conforme Lei Municipal 1.795/2024 art. 9 no Processo Administrativo Ambiental 35419/2026.
O valor da multa foi arbitrado em: 8,25 UFC (Oito virgula vinte e cinco Unidades Fiscais Municipais):

Publicado por:
Roberio Marcolino Filho
Código Identificador:08CB1861

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
AUTO DE INFRAÇÃO N° 1160

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente, no uso de suas atribuições legais COMUNICA o(a) Sr(a). Thiago da Cruz da Silva, CPF/CNPJ nº 085.641.379-84que V.Sª foi autuado conforme Lei Municipal 1.795/2024 art. 9 no Processo Administrativo Ambiental 36983/2026.

O valor da multa foi arbitrado em: 24UFC (Vinte e quatro unidades Fiscais Municipais) e cumprir coma as seguintes obrigação (ões): Realocar o cão, para imóvel habitado por responsável, providenciando água, alimento, abrigo e companhia ao mesmo.

Publicado por:
Roberio Marcolino Filho
Código Identificador:11ACE8C1

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
TERMO DE APREENSÃO N° 202

Em 26/08/2026 foram apreendidos dois equinos, sendo dois machos, um de pelagem baio e outro de pelagem castanha. Ambos foram encontrados dentro de um terreno sem autorização da proprietária na Rua Cascavel, 1546, no bairro Guaraituba, sem a presença de responsável.

Responsável pelos animais dispões de 3 (três) dias úteis para apresentar recurso, mediante protocolo, solicitando a devolução dos referidos equinos.

Publicado por:
Roberio Marcolino Filho
Código Identificador:2C9A6113

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 254/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 175/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 254/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 175/2026
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 40, inciso II, 78 IV e 82 e 87 da Lei Federal 14.133/2021 regulamentada pelo decreto Municipal nº 288/2023.
OBJETO: Registro de preços para fornecimento de marmitas
VALOR TOTAL: R$ 23.402,40 (vinte e três mil, quatrocentos e dois reais e quarenta centavos)
CONTRATADA: PASTELARIA E CAFETERIA NIZER LTDA, CNPJ sob nº 31.646.402/0001-91
DATA: 19/08/2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabio Santos Fernandes
Código Identificador:C8273FFF

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 255/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 147/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 255/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 147/2026
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 40, inciso II, 78 IV e 82 e 87 da Lei Federal 14.133/2021 regulamentada pelo decreto Municipal nº 288/2023.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de salgados, doces, bolos, lanches e gêneros alimentícios correlatos, destinados ao atendimento das demandas das Secretarias Municipais
VALOR TOTAL: R$ 1.159,00 (mil cento e cinquenta e nove reais)
CONTRATADA: MR ALIMENTOS SAUDAVEIS LTDA ME, CNPJ sob nº 22.077.561/0001-21
DATA: 14/08/2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabio Santos Fernandes
Código Identificador:4E369FF2

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 256/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 147/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 256/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 147/2026
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 40, inciso II, 78 IV e 82 e 87 da Lei Federal 14.133/2021 regulamentada pelo decreto Municipal nº 288/2023.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de salgados, doces, bolos, lanches e gêneros alimentícios correlatos, destinados ao atendimento das demandas das Secretarias Municipais
VALOR TOTAL: R$ 292.346,94 (duzentos e noventa e dois mil, trezentos e quarenta e seis reais e noventa e quatro centavos)
CONTRATADA: LEINEKER LANCHONETE E CAFETERIA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 40.817.773/0001-80
DATA: 14/08/2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabio Santos Fernandes
Código Identificador:B084CBDD

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 257/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 147/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 257/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 147/2026
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 40, inciso II, 78 IV e 82 e 87 da Lei Federal 14.133/2021 regulamentada pelo decreto Municipal nº 288/2023.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de salgados, doces, bolos, lanches e gêneros alimentícios correlatos, destinados ao atendimento das demandas das Secretarias Municipais
VALOR TOTAL: 15.447,06 (quinze quatrocentos e quarenta e sete reais e seis centavos)
CONTRATADA: MATHEUS DOMINGOS SANTOS SINHUK, inscrita no CNPJ sob nº 62.948.246/0001-47
DATA: 14/08/2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabio Santos Fernandes
Código Identificador:FB5FF2FB

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 046/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 192/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N° 046/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 192/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de operação da Central Municipal de Videomonitoramento, mediante disponibilização de operadores de videomonitoramento, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para monitoramento das vias públicas do Município de Contenda/PR, nos termos estabelecidos no Edital e seus anexos.
Valor Máximo: O preço total máximo é de **R$ 378.864,72 (Trezentos e setenta e oito mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e setenta e dois centavos)**
Recebimento das Propostas: das 08h00m do dia 28/08/2026 as 08h30m do dia 15/09/2026.
Abertura das Propostas: das 08h31m do dia 15/09/2026 as 09h:00m do dia 15/09/2026.
Início da Sessão da Disputa de Preços: 09:01m. do dia 15/09/2026.

Informações Complementares: O Edital poderá ser examinado e adquirido, através dos sites **www.contenda.pr.gov.br** e **bllcompras.com** ou n23Departamento de Licitações, das 08:00h às 12:00h e das 13:00 h às 17:00h. Outras informações poderão ser obtidas pelos telefones: (41) 3625-1212.

Contenda/PR, 26 de agosto de 2026

FABIO SANTOS FERNANDES
Pregoeiro
Decreto nº 008/2024

Publicado por:
Fabio Santos Fernandes
Código Identificador:3CFADD30

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO 1º TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 118/2025 PREGÃO ELETRONICO N° 024/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 104/2025

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
1º TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 118/2025
PREGÃO ELETRONICO N° 024/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 104/2025
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 105 da Lei nº 14.133 de 2021.
OBJETO: Aquisição de ração seca para cães, gatos e equinos, visando à alimentação saudável e equilibrada de animais em situação de vulnerabilidade, atendidos pelo Programa Banco de Ração e Utensílios para Animais do Município de Contenda
PRAZO DE VIGÊNCIA: 29 de agosto de 2026 até 29 de agosto de 2027
PRAZO DE EXECUÇÃO: 29 de agosto de 2026 até 29 de agosto de 2027
CONTRATADO: NUTRIGERO NUTRIÇÃO ANIMAL LTDA, CNPJ nº 09.051.762/0001-91
DATA: 25 de agosto de 2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabio Santos Fernandes
Código Identificador:C9EA67B6

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO 1º TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 119/2025 PREGÃO ELETRONICO N° 024/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 104/2025

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
1º TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 119/2025
PREGÃO ELETRONICO N° 024/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 104/2025
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 105 da Lei nº 14.133 de 2021.
OBJETO: Aquisição de ração seca para cães, gatos e equinos, visando à alimentação saudável e equilibrada de animais em situação de vulnerabilidade, atendidos pelo Programa Banco de Ração e Utensílios para Animais do Município de Contenda
PRAZO DE VIGÊNCIA: 29 de agosto de 2026 até 29 de agosto de 2027
PRAZO DE EXECUÇÃO: 29 de agosto de 2026 até 29 de agosto de 2027
CONTRATADO: FBS COMERCIO E SERVICOS LTDA e CNPJ n º 15.057.972/0002-70
DATA: 25 de agosto de 2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabio Santos Fernandes
Código Identificador:6A52EF80

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 164/2024 CONCORRÊNCIA ELETRONICA N° 008/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 228/2024

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 164/2024
CONCORRÊNCIA ELETRONICA N° 008/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 228/2024
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 105 da Lei nº 14.133 de 2021.
OBJETO: Contratação de empresa de engenharia para execução de pavimentação em bloco de concreto sextavado de dois trechos localizados no bairro de Pedro Machado, incluindo serviços preliminares, terraplanagem, drenagem, base e subbase, revestimento, meio-fio e sarjeta, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, iluminação pública e ensaios tecnológicos da Rua Olímpio Ferreira Padilha e Rua Francisco Vaz de Jesus.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 29 de agosto de 2026 até 25 de fevereiro de 2027

CONTRATADO: AACS- ENGENHARIA E EMPREENDIMENTO LTDA - CNPJ nº 15.082.833/0001-16
DATA: 25 de agosto de 2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabio Santos Fernandes
Código Identificador:118E1107

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA CONVOCAÇÃO DE CREDENCIAMENTO Nº 005/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA

CONVOCAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

Nº 005/2026

A Prefeitura Municipal de Contenda, por meio da comissão de licitação nº 136/2026, no uso de suas atribuições CONVOCA os candidatos a baixo relacionados, devidamente habilitados no edital de credenciamento nº 005/2026, e obedecida a classificação publicada em diário oficial, a comparecerem neste departamento Avenida João Franco n° 400, no prazo improrrogável de 03 (três) dias úteis, a partir da data de publicação deste, a fim de manifestarem o interesse em assumir a vaga e dar cumprimento às providências estabelecidas no referido edital.

Decorrido o prazo estabelecido, serão considerados DESISTENTES os credenciados que não atenderem a presente convocação.

SERVIÇO	CLASSIFICAÇÃO	NOME
PEDREIRO	1º	FELIPE GIOVANI DA SILVA

Contenda, 26 de agosto de 2026

JAIME KFIATKOSKI
Presidente Da Comissão De Licitações

Publicado por:
Fabio Santos Fernandes
Código Identificador:0E421068

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 299/2026

SÚMULA: Nomeia candidato (a) aprovado (a) em Concurso Público.

O Prefeito do Município de Contenda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, obedecendo ao disposto no art. 37, inciso II da CF, na Lei Municipal nº 1344/2012 de 19 de abril de 2012, e ainda conforme o ato homologatório do resultado final do Concurso Público nº 001/2024, por meio do Edital de Homologação nº 017/2024,

D E C R E T A

Art.1º Fica nomeado (a) o (a) candidato (a) abaixo relacionado (a) e aprovado (a) no Concurso Público nº 001/2024, para provimento ao cargo de PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, em conformidade com as disposições contidas na Lei Complementar Municipal nº 032/2025.

Candidato	CPF	CLASSIFICAÇÃO	DATA
DANIELE DOS ANJOS	068.168.769-03	75º	27/08/2026

Art.2º As despesas da presente nomeação correrão pela seguinte dotação orçamentária: 3.1.90.11.00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Contenda, 26 de agosto de 2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabio Luis Malinovski Padilha
Código Identificador:FD593666

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 060/2026

Súmula: Autoriza Promoção Funcional na Carreira.

O Prefeito do Município de Contenda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1342/2012, de 04 de abril de 2012.

R E S O L V E

Art.1º Autorizar a promoção funcional por Avaliação Especial de Desempenho, Escolaridade e Tempo de Serviço, conforme validação da Comissão de Avaliação, aos seguintes servidores relacionados abaixo:

Nome	Cargo	Do nível	Para o nível
BRENDA CRISTINA DIAS KASEKER	Enfermeiro	E03	E05
CAROLINE DE ALMEIDA LEITE	Psicólogo (40 horas)	NN11	NN13
MARCIELE BROGIAN	Técnico em Enfermagem	B05	B07
PRICILLA APARECIDA DOS REIS DA SILVA	Técnico em Enfermagem	B05	B07

Art.2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir da competência agosto de 2026.

Prefeitura do Município de Contenda, 26 de agosto de 2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabio Luis Malinovski Padilha
Código Identificador:A981381D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2026

AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2026
TIPO MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO - POR LOTE – AMPLA CONCORRÊNCIA
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA MOTOSSERRAS, ROÇADEIRAS, PODADORES, SOPRADORES E EQUIPAMENTOS CORRELATOS. Início do cadastro das propostas: a partir das 08h do dia 28/08/2026 até às 08h do dia 14/09/2026. Abertura das propostas após as 08h do dia 14/09/2026. Início da disputa de preços às 09h do dia 14/09/2026. VALOR MÁXIMO TOTAL ESTIMADO: R$ 118.495,00. Percentual mínimo de desconto admitido para o lote de 1% (um por cento). Prazo de vigência: 12 meses. Os procedimentos para acesso ao Pregão Eletrônico estão disponíveis no site www.bnc.org.br. O edital está disponível nos sites www.coronelvivida.pr.gov.br / www.bnc.org.br / https://www.gov.br/pncp/pt-br. Informações: 0800 046 0102. Coronel Vivida, 26 de agosto de 2026.

JULIANO RIBEIRO,
Diretor do Departamento de Compras e Patrimônio.

Publicado por:
Fernando de Quadros Abatti
Código Identificador:4378BFED

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PUBLICAÇÃO APOSTILAMENTO 02

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ-EXTRATO DE APOSTILAMENTO
Segundo Apostilamento ao Termo de Fomento Nº 06/2025, Processo Administrativo 1DOC Nº:7.278/2026. Participantes:Município De Coronel Vivida e a Casa Familiar Rural De Coronel Vivida, CNPJ n° 97.515.423/0001-86. OBJETO:alteração da fiscal responsável pelo acompanhamento, supervisão e fiscalização da execução do Termo de Fomento nº 06/2025 a pedido da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, parecer jurídico e Deliberação Superior.Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Termo de Fomento original. Coronel Vivida - PR, 24 de agosto de 2026.

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maira Soares
Código Identificador:07D9F378

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
RESUMO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 74/2026-CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 13/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA, situado na Praça Angelo Mezzomo, s/n - Centro, Estado do Paraná- PR, inscrito no CNPJ nº 76.995.455/0001-56, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Anderson Manique Barreto, portador da cédula de identidade RG nº 5.228.761-8, inscrito no CPF sob nº 967.311.099-91
CONTRATADA: F. ZANCANARO TERRAPLENAGEM LTDA, inscrito no CNPJ nº 05.461.328/0001-29, localizada na Rodovia BR 158, 2800, KM 513 – São Francisco, na cidade de Pato Branco (85.501-970), Estado do Paraná, (Caixa Postal 156), representada por seu representante legal, Sr. Fernando Zancanaro, portador da cédula de identidade RG nº 7.115.542-0, inscrito no CPF sob nº 006.839.409-88.
OBJETO: Pavimentação de Estrada Vicinal em CBUQ, 34.800 m2, incluindo serviços preliminares, terraplenagem, base e sub-base, revestimento, meio-fio com sarjeta, sinalização de trânsito, drenagem, ensaios tecnológicos e placa de obra. Trechos: - Estrada do Alto Caravaggio.
VALOR: R$ 7.861.099,65.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 180 dias
PRAZO DE VIGÊNCIA: 360 dias.
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: Coronel Vivida, 26 de agosto de 2026.
FORO: Comarca de Coronel Vivida, Estado do Paraná.

Coronel Vivida, 26 de agosto de 2026.

Publicado por:
Iana Roberta Schmid
Código Identificador:488153DE

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2.405/2025

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2.405/2025
O **MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA,** Estado do Paraná, com sede na Praça Ângelo Mezzomo, Centro, s/n, em Coronel Vivida, inscrito no CNPJ nº 76.995.455/0001-56, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **ANDERSON MANIQUE BARRETO**, vem, por meio deste edital, **NOTIFICAR** a todos os moradores, ocupantes, titulares, confrontantes e a quem interessar, que o núcleo urbano informal denominado de "**Nossa Senhora Aparecida e Lot. Tomalack"** está em fase de regularização fundiária nos Autos de REURB nº 2.405/2025, em formato de **REURB-S/E,** por meio da **LEGITIMAÇÃO FUNDIÁRIA,** nos termos do art. 23 da Lei nº 13.465/2017. No núcleo em questão foi realizado o levantamento planialtimétrico e cadastral, com georreferenciamento, subscrito por profissional competente, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), a fim de emissão de matriculas individualizadas aos detentores dos lotes do núcleo objeto das matrículas 531 e 21.134, registrada no Cartório de Registro de Imóveis de Coronel Vivida/PR.
DA ÁREA OBJETO DA REURB.
A área de 62.949,18 m², localizada no "**Bairro Nossa Senhora Aparecida"**, possui a descrição a seguir:
Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice **1**, de coordenadas **N 7.127.247,7769m** e E **344.319,7387m**; situado no limite da **Paulo Vitor Lazarin** com o **Abel Zuconeli Dalpiva;** deste, segue confrontando com **Abel Zuconeli Dalpiva,** com azimute **165°26'44"** e distância de **37,572 m** até o vértice 2, de coordenadas **N 7.127.211,4104m** e E **344.329,1806m;** com azimute **253°21'38"** e distância de **45,056 m** até o vértice 3, de coordenadas **N 7.127.198,5087m** e E **344.286,0109m;** com azimute **253°14'39"** e distância de **38,302 m** até o vértice 4, de coordenadas **N 7.127.187,4664m** e E **344.249,3352m;** com azimute **202°22'15"** e distância de **17,805 m** até o vértice 5, de coordenadas **N 7.127.171,0012m** e E **344.242,5585m;** com azimute **224°20'04"** e distância de **22,794 m** até o vértice 6, de coordenadas **N 7.127.154,6973m** e E **344.226,6290m;** com azimute **258°17'33"** e distância de **32,598 m** até o vértice 7, de coordenadas **N 7.127.148,0827m** e E **344.194,7095m;** com azimute **251°36'37"** e distância de **42,988 m** até o vértice 8, de coordenadas **N 7.127.134,5208m** e E **344.153,9164m;** com azimute **356°30'38"** e distância de **5,300 m** até o vértice 9, de coordenadas **N 7.127.139,8114m** e E **344.153,5938m;** com azimute **251°42'40"** e distância de **20,969 m** até o vértice 10, de coordenadas **N 7.127.133,2310m** e E **344.133,6836m;** com azimute **350°51'22"** e distância de **23,805 m** até o vértice 11, de coordenadas **N 7.127.156,7336m** e E **344.129,9006m;** com azimute **255°27'19"** e distância de **47,826 m** até o vértice 12, de coordenadas **N 7.127.144,7227m** e E **344.083,6074m;** situado no limite da **Abel Zuconeli Dalpiva** com o **Luvanir da Silva Dutra;** deste, segue confrontando com **Luvanir da Silva Dutra,** com azimute **239°01'45"** e distância de **19,312 m** até o vértice 13, de coordenadas **N 7.127.134,7845m** e E **344.067,0484m;** com azimute **239°01'45"** e distância de **18,398 m** até o vértice 14, de coordenadas **N 7.127.125,3169m** e E **344.051,2735m;** com azimute **239°01'45"** e distância de **18,353 m** até o vértice 15, de coordenadas **N 7.127.115,8726m** e E **344.035,5374m;** com azimute **239°01'45"** e distância de **18,308 m** até o vértice 16, de coordenadas **N 7.127.106,4515m** e E **344.019,8399m;** com azimute **239°01'45"** e distância de **18,263 m** até o vértice 17, de coordenadas **N 7.127.097,0534m** e E **344.004,1808m;** com azimute **239°01'45"** e distância de **18,033 m** até o vértice 18, de coordenadas **N 7.127.087,7736m** e E **343.988,7188m;** com azimute **214°15'18"** e distância de **33,852 m** até o vértice 19, de coordenadas **N 7.127.059,7935m** e E **343.969,6643m;** com azimute **289°48'32"** e distância de **10,240 m** até o vértice 20, de coordenadas **N 7.127.063,2638m** e E **343.960,0299m;** com azimute **179°39'00"** e distância de **23,010 m** até o vértice 21, de coordenadas **N 7.127.040,2546m** e E **343.960,1705m;** com azimute **178°10'34"** e distância de **23,330 m** até o vértice 22, de coordenadas **N 7.127.016,9360m** e E ***Métrica TOPO 2025 - 64x ® { 64.17.4-1 }*** - Sistema profissional para cálculos, desenhos e projetos topográficos **343.960,9130m;** situado no limite da **Luvanir da Silva Dutra** com o **Rui Carlos;** deste, segue confrontando com **Rui Carlos,** com azimute **278°04'42"** e distância de **43,374 m** até o vértice 23, de coordenadas **N 7.127.023,0313m** e E **343.917,9692m;** situado no limite da **Rui Carlos** com o **RUA PEDRO POLEZE;** deste, segue confrontando com **RUA PEDRO POLEZE,** com azimute **322°55'23"** e distância de **10,051 m** até o vértice 24, de coordenadas **N 7.127.031,0506m** e E **343.911,9093m;** situado no limite da **RUA PEDRO POLEZE** com o **Adão Celso Alves Da Cunha;** deste, segue confrontando com **Adão Celso Alves Da Cunha,** com azimute **259°02'34"** e distância de **51,300 m** até o vértice 25, de coordenadas **N 7.127.021,2998m** e E **343.861,5448m;** com azimute **261°24'26"** e distância de **100,622 m** até o vértice 26, de coordenadas **N 7.127.006,2657m** e E **343.762,0525m;** situado no limite da **Adão Celso Alves Da Cunha** com o **Leopoldina Borges da Silva;** deste, segue confrontando com **Leopoldina Borges da Silva,** com azimute **351°50'48"** e distância de

85,291 m até o vértice 27, de coordenadas **N 7.127.090,6948m** e E **343.749,9562m;** com azimute **85°36'25"** e distância de **25,722 m** até o vértice 28, de coordenadas **N 7.127.092,6650m** e E **343.775,6022m;** com azimute **21°26'18"** e distância de **111,728 m** até o vértice 29, de coordenadas **N 7.127.196,6627m** e E **343.816,4386m;** situado no limite da **Leopoldina Borges da Silva** com o **Suelen Angelica Battistuz;** deste, segue confrontando com **Suelen Angelica Battistuz,** com azimute **82°56'37"** e distância de **63,677 m** até o vértice 30, de coordenadas **N 7.127.204,4852m** e E **343.879,6336m;** com azimute **87°41'59"** e distância de **87,474 m** até o vértice 31, de coordenadas **N 7.127.207,9961m** e E **343.967,0370m;** situado no limite da **Suelen Angelica Battistuz** com o **RUA PEDRO PELEZE;** deste, segue confrontando com **RUA PEDRO PELEZE,** com azimute **148°03'01"** e distância de **7,970 m** até o vértice 32, de coordenadas **N 7.127.201,2333m** e E **343.971,2546m;** situado no limite da **RUA PEDRO PELEZE** com o **Paulo Vitor Lazarin;** deste, segue confrontando com **Paulo Vitor Lazarin,** com azimute **90°17'15"** e distância de **47,076 m** até o vértice 33, de coordenadas **N 7.127.200,9971m** e E **344.018,3305m;** com azimute **69°46'12"** e distância de **63,842 m** até o vértice 34, de coordenadas **N 7.127.223,0731m** e E **344.078,2346m;** com azimute **85°21'38"** e distância de **71,913 m** até o vértice 35, de coordenadas **N 7.127.228,8898m** e E **344.149,9117m;** com azimute **85°08'45"** e distância de **44,288 m** até o vértice 36, de coordenadas **N 7.127.232,6375m** e E **344.194,0413m;** com azimute **80°18'02"** e distância de **43,032 m** até o vértice 37, de coordenadas **N 7.127.239,8876m** e E **344.236,4586m;** com azimute **84°39'19"** e distância de **37,737 m** até o vértice 38, de coordenadas **N 7.127.243,4026m** e E **344.274,0312m; 84°32'00"** e **45,916 m** até o vértice **1**, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema U T M, referenciadas ao Meridiano Central 51°00' WGr, tendo como o Datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção U T M.

O referido Núcleo Urbano pertence às matrículas nº 21.131, 21.132, 21.133 e 21.134 e aos R: 13,51, 52,55 da matrícula nº 531, registradas no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Coronel Vivida/PR.

A área total a ser regularizada é de 62.949,18 m², sendo composta por quatorze (14) unidades imobiliárias aderentes.

O Núcleo Urbano "Nossa Senhora Aparecida e Lot. Tomalack" tem acesso pela Rua Pedro Poleze, e de acordo com o memorial descritivo, é atendido por dois (2) arruamentos que serão chamados de Rua Pedro Poleze e o outro de Rua UM e, dois (2) acessos, denominados Acesso 01 e Acesso 02, que passarão ao domínio público municipal, conforme o art. 53 da Lei nº 13.465/2017.

QUADRO DE ÁREAS	
Quadra 01	14.273,63 m²
Quadra 02	8.642,39 m²
Quadra 03	6.477,95 m²
Quadra 04	2.273,85 m²
Quadra 05	2.039,84 m²
Rua Pedro Poleze	1.306,92 m²
Rua UM	2.212,89 m²
Acesso 01	323,41 m²
Acesso 02	90,88 m²
Área total de lotes não aderentes (área remanescente)	25.307,42 m²
Área total da REURB	62.949,18 m²

DOS EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS.

A área de intervenção é atendida pelos seguintes equipamentos comunitários:

Escola de educação básica onde as crianças e adolescentes do núcleo são atendidas;

Arruamento na área da intervenção;

Energia elétrica pública e residencial, de maneira parcial;

Abastecimento de água potável, de maneira parcial;

Esgotamento sanitário individual, através de fossa;

DAS CONFRONTAÇÕES.

Os **confinantes internos** foram notificados pessoalmente por meio dos documentos constantes nos autos do processo, salvo os ocupantes que por motivos desconhecidos não foram encontrados, cujos, serão alvo deste edital, sendo que a ausência de manifestação será tida como aceite, conforme art. 13, § 1º, do Decreto nº 9.310/2018, e art. 20, § 1º, da Lei nº 13.465/2017.

Os **titulares de domínio** presentes nas matrículas: **21.131, 21.132, 21.133 e 21.134 e aos R: 13,51, 52,55 da Matrícula nº 531**, terão 30 dias para a manifestação, conforme art. 13, § 1º, do Decreto nº 9.310/2018, e art. 20, § 1º da Lei Federal nº 13.465/2017.

Os **confrontantes externos** terão 30 dias para a manifestação, conforme art. 13, § 1º, do Decreto nº 9.310/2018, e art. 20, § 1º, da Lei Federal nº 13.465/2017, sendo eles:

Município de Coronel Vivida – PR, Rui Carlos da Silva, Luvanir da Silva Dutra, Abel Zuconelli Dalpiva, Paulo Vitor Lazarin, Suelen Angelica Battistuz, Leopoldina Borges da Silva e Adão Celso Alves da Cunha.

DOS REQUERENTES.

Os requerentes e beneficiários da referida área para fins de Regularização Fundiária Urbana, por meio da Lei nº 13.465/2017 são:

QUADRA: 1		
Lote	**REQUERENTES**	**Área (m²)**
02	ADEMIR LUIZ BARBOSA e ROSECLEIDE MAZETTO BARBOSA	9.117,25 m²
03	MARIA TEREZINHA DE CARVALHO e JOÃO MARIA ANTUNES DE CARVALHO	5.156,38 m²

Quadra: 2		
Lote	**REQUERENTES**	**Área(m2)**
02	NELSON ROSSIGNOL e JORACI CAMARGO ROSSIGNOL	3.395,89 m²
03	JACKSON TOMALACK e STEPHANIE DE CARVALHO PENTEADO TOMALACK	1.964,75 m²
04	EMANUEL CANDIDO e JESSICA DE SOUZA HASCHEL	859,79 m²
05	LUCIANE DAS NEVES TOMALACK	523,89 m²
06	KELEN FÁTIMA TOMALACK e PAULO MAURÍCIO THEODOROVICZ	1.898,07 m²
	Quadra: 3	
Lote	**REQUERENTES**	**Área(m2)**
01	LUCIANE DAS NEVES TOMALACK	1.175,35 m²
02	CLECI LORES TOMALACK e JOVENIR TOMALACK	2.799,05 m²
03	JULIANO TOMALACK e JULIANA COLLA TOMALACK	1.608,77 m²
04	DANIELA APARECIDA TOMALACK e IGOR OVANDO PEDRÃO	894,78 m²
	Quadra: 4	
Lote	**REQUERENTES**	**Área(m2)**
02	JUCIMARA DUTRA E LUVANIR DA SILVA DUTRA	2.273,85 m
	Quadra: 5	
Lote	**REQUERENTES**	**Área(m2)**
01	FELIPE DUTRA e VANESSA BRUSTOLIN	1.010,03 m²
02	HERSON DUTRA e MAIARA VANESSA JOST	1.029,81 m²

DAS IMPUGNAÇÕES.

As impugnações deverão ser apresentadas no prazo de trinta (30) dias a contar da data da publicação do presente edital no Diário Oficial, sendo que as impugnações deverão ser apresentadas no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Coronel Vivida, com as devidas justificativas plausíveis, as quais serão analisadas pela Comissão Municipal de Regularização Fundiária do Município de Coronel Vivida, conforme art. 20 da Lei Federal 13.465/2017.

Não havendo manifestação em contrário no período de 30 (trinta) dias, considerar-se-á como aceito os elementos do anexo e teor desse edital, tanto pelos titulares internos como pelos confrontantes externos da área objeto de REURB, sendo que transcorrido o prazo legal para manifestações será efetivado o ato, na forma do art. 31, § 5º e § 6º, da Lei nº 13.465/2017.

Coronel Vivida/PR, 26 de agosto de 2026.

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito

Publicado por:
Maria Olivia da Conceição Rodrigues
Código Identificador:AD45F8DA

GABINETE DO PREFEITO
LEI 3650 = ELEIÇÃO DIRETORES ESCOLA

LEI Nº 3.650, DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

Súmula: Altera e Revoga dispositivos da Lei Municipal nº 2.990, de 27 de abril de 2020, e dá outras providências.

Autoria: Executivo Municipal

A Câmara Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a redação do art. 7º *caput* e dos parágrafos 1º, 4º e 5º, da Lei Municipal nº 2.990, de 27 de abril de 2020, passando a vigorar nos seguintes termos:

"Art. 7º O processo de escolha para o cargo de Diretor de Escola deverá ocorrer com efetiva participação da comunidade escolar, por meio do voto direto e secreto.

§ 1º O processo de escolha deverá ser realizado pela Secretaria Municipal de Educação, cada 4 (quatro) anos, até o dia 30 de novembro do último ano do mandato do Diretor de Escola.

§ 4º A indicação realizada pela comunidade escolar vincula a escolha do Prefeito ao candidato mais votado, desde que preenchidos os requisitos de mérito e desempenho estabelecidos em lei.

§ 5º A consulta à comunidade escolar servirá exclusivamente para a indicação ao cargo de Diretor de Escola."

Art. 2º Ficam revogados os parágrafos 2º e 3º do art. 7º, da Lei Municipal nº 2.990, de 27 de abril de 2020.

Art. 3º Fica alterada a redação do art. 8º *caput* e do parágrafo único da Lei Municipal nº 2.990, de 27 de abril de 2020, passando a vigorar nos seguintes termos:
"Art. 8º O processo de escolha para o cargo de Diretor das Escolas Municipais será realizado nas unidades que tenham 50 (cinquenta) ou mais alunos matriculados, de acordo com o censo escolar realizado no período da consulta.

Parágrafo único. Em caso de não haver inscritos para o processo de escolha, independentemente do número de alunos da escola, haverá nomeação direta pelo Prefeito Municipal do diretor, respeitados os requisitos legais exigidos para o preenchimento do cargo, nos termos do art. 10 desta Lei, possibilitando, inclusive, a nomeação de servidor vinculado a outra unidade escolar."

Art. 4º Fica alterada a redação do art. 10 *caput* da Lei Municipal nº 2.990, de 27 de abril de 2020, passando a vigorar nos seguintes termos:

"Art. 10. Poderá participar do processo de escolha e ocupar o cargo de Diretor de Escola o professor integrante do quadro de cargos do magistério público municipal que preencha os seguintes requisitos:"

Art. 5º Fica alterada a redação do art. 13 *caput* da Lei Municipal nº 2.990, de 27 de abril de 2020, passando a vigorar nos seguintes termos:

"Art. 13. A comunidade escolar apta a participar do processo de escolha compõe-se de:"

Art. 6º Fica alterada a redação do enunciado da Seção V, do Capítulo II, e do art. 15 da Lei Municipal nº 2.990, de 27 de abril de 2020, passando a vigorar nos seguintes termos:

"Seção V - Do Processo de Escolha"

"Art. 15. O processo de escolha para o cargo de Diretor será realizado ainda que haja apenas 01 (um) candidato inscrito, desde que este atenda aos requisitos de mérito e desempenho e obtenha a aprovação mínima da comunidade escolar prevista no art. 10-A desta Lei."

Art. 7º Ficam revogados o art. 16 *caput* e seus respectivos parágrafos, da Lei Municipal nº 2.990, de 27 de abril de 2020.

Art. 8º Fica alterada a redação do art. 19 *caput* da Lei Municipal nº 2.990, de 27 de abril de 2020, passando a vigorar nos seguintes termos:

"Art. 19. Contados os votos, o resultado do processo de escolha será registrado em ata, com a indicação do candidato que obteve a maior votação e o respectivo número de votos auferidos no pleito."

Art. 9º. Fica alterada a redação do art. 22 da Lei Municipal nº 2.990, de 27 de abril de 2020, passando a vigorar nos seguintes termos:

"Art. 22. No âmbito da Secretaria Municipal da Educação será constituída uma Comissão Coordenadora, observado o disposto nos art. 20 e 21, com a atribuição de regulamentação, organização e acompanhamento geral do processo de escolha."

Art. 10. Fica alterada a redação dos incisos III, IX e XII, do art. 23 da Lei Municipal nº 2.990, de 27 de abril de 2020, passando a vigorar nos seguintes termos:

"III - convocar e orientar o processo de escolha, divulgando amplamente as normas do processo através de Edital de Convocação;
IX - convocar a Comunidade Escolar para participar do processo de escolha, mediante edital que deverá ser afixado na escola com 48 (quarenta e oito horas) de antecedência do início do processo;
XII - encaminhar formalmente o resultado final do processo de escolha, especificando o número de votos que o candidato mais votado auferiu no pleito, à Secretaria Municipal de Educação e ao Prefeito."

Art. 11. A majoração do prazo de duração do mandato do cargo de Diretor de Escola constante no art. 7º, § 1º, não altera o prazo dos mandatos vigentes na data da publicação desta Lei.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 26 (vinte e seis) dias do mês de agosto do ano de dois e vinte e seis (2026).

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CARLOS LOPES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Inês Delmira Poletto
Código Identificador:EF22EC12

GABINETE DO PREFEITO
LEI 3651 = POLÍTICA MUNICIPAL ALFABETIZAÇÃO

LEI N° 3.651, DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

Súmula: Institui a Política Municipal de Alfabetização no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Coronel Vivida, cria o Comitê Estratégico Municipal de Alfabetização – CEMA, estabelece diretrizes para sua implementação, e dá outras providências.

Autoria: Executivo Municipal

A Câmara Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Alfabetização no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Coronel Vivida, com a finalidade de assegurar o direito à alfabetização das crianças, promover a aprendizagem nos anos iniciais do Ensino Fundamental e

fortalecer a articulação entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental.

Art. 2º A Política Municipal de Alfabetização fundamenta-se nas diretrizes estabelecidas pelo Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, pelo Programa Educa Juntos, do Estado do Paraná, pela Estratégia Alfabetiza Juntos e demais legislações aplicáveis.

Art. 3º São princípios da Política Municipal de Alfabetização:
I– o regime de colaboração entre União, Estado e Município para o desenvolvimento das ações de alfabetização;
II– a garantia do direito à alfabetização das crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;
III– a promoção da equidade educacional;
IV– a valorização da avaliação como instrumento formativo e de acompanhamento das aprendizagens;
V– a formação continuada dos profissionais da educação;
VI– a utilização de evidências e indicadores educacionais para subsidiar a tomada de decisões;
VII– a garantia de condições pedagógicas adequadas, incluindo materiais didáticos e recursos de apoio.

At. 4º São objetivos da Política Municipal de Alfabetização:
I– elevar a qualidade da alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental;
II– promover a alfabetização de todas as crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;
III– contribuir para o cumprimento das metas do Plano Municipal de Educação;
IV– fortalecer práticas pedagógicas fundamentadas em evidências científicas;
V– promover o uso de recursos e tecnologias educacionais que contribuam para o processo de alfabetização;
VI– socializar experiências exitosas desenvolvidas pelas unidades escolares;
VII– reconhecer e disseminar boas práticas pedagógicas e de gestão voltadas à alfabetização;
VIII– fortalecer a articulação entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, assegurando a continuidade do processo educativo;
IX– ofertar formação continuada aos profissionais da educação da rede municipal;
X– reduzir as desigualdades educacionais por meio de estratégias de intervenção pedagógica.

Art. 5º Constituem diretrizes da Política Municipal de Alfabetização:
I– priorização da alfabetização até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;
II– desenvolvimento da leitura, da escrita, da oralidade, da compreensão leitora, da produção textual e da alfabetização matemática, assegurando a construção dos conhecimentos e habilidades essenciais em Língua Portuguesa e Matemática;
III– assistência técnico-pedagógica às equipes gestoras das unidades escolares;
IV– fortalecimento da gestão pedagógica nas escolas;
V– acompanhamento e monitoramento sistemático das aprendizagens;
VI– implementação de estratégias de recomposição das aprendizagens;
VII– incentivo ao desenvolvimento da linguagem oral e escrita, bem como do pensamento lógico-matemático, desde a Educação Infantil;
VIII– fortalecimento da participação das famílias no processo educativo;
IX– oferta de apoio técnico-pedagógico contínuo às unidades escolares;

Art. 6º Constitui público-alvo da Política Municipal de Alfabetização:
I– crianças matriculadas na Pré-Escola (Infantil IV e V);
II– estudantes matriculados nos anos iniciais do Ensino Fundamental;

Art. 7º São agentes responsáveis pela implementação da Política Municipal de Alfabetização:
I– Secretaria Municipal de Educação;
II– equipes pedagógicas da Secretaria Municipal de Educação;
III– gestores escolares;
IV– professores da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental;
V– demais profissionais da educação envolvidos no processo de alfabetização;
VI– comunidade escolar.

Art. 8º A Política Municipal de Alfabetização será implementada por meio das seguintes ações:
I– definição de orientações curriculares e metas de aprendizagem;
II– oferta de formação continuada aos profissionais da educação;
III– disponibilização de materiais didáticos e pedagógicos complementares;
IV– realização de avaliações diagnósticas, formativas e externas;
V– monitoramento contínuo dos indicadores educacionais;
VI– implementação de ações de recomposição das aprendizagens;
VII– fortalecimento da gestão pedagógica e do acompanhamento das escolas;
VIII– incentivo à participação das famílias no processo de alfabetização.

Art. 9º Constituem mecanismos de monitoramento e avaliação da Política Municipal de Alfabetização:
I– acompanhamento dos resultados de aprendizagem dos estudantes;
II– definição e monitoramento de indicadores educacionais;
III– sistematização e análise de dados por estudante, turma, escola e rede;
IV– avaliação periódica da efetividade das ações implementadas;
V– utilização dos resultados para o replanejamento das políticas públicas e das práticas pedagógicas.

Art. 10. Compete à Secretaria Municipal de Educação coordenar, implementar, acompanhar, monitorar e avaliar as ações decorrentes desta Lei, podendo expedir normas complementares necessárias à sua execução.

Art. 11. Fica instituído o Comitê Estratégico Municipal de Alfabetização – CEMA, órgão consultivo, articulador e de acompanhamento da Política Municipal de Alfabetização.

Art. 12. A composição do Comitê será a seguinte:
I– Secretário(a) Municipal de Educação;
II– Diretor(a) do Departamento de Educação;
III– Articulador Municipal Renalfa;
IV– representante da equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação;
V– representante dos diretores escolares;
VI– representante dos coordenadores pedagógicos;
VII– representante dos professores da Educação Infantil;
VIII– representante dos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental;

Parágrafo único. Compete ao Comitê Estratégico Municipal de Alfabetização:
I– coordenar, acompanhar, monitorar e avaliar a implementação da Política Municipal de Alfabetização;
II– promover a articulação institucional entre os órgãos da administração pública, as unidades escolares e demais instituições parceiras envolvidas na execução da política;
III– propor estratégias, metas e ações voltadas ao fortalecimento da alfabetização e da recomposição das aprendizagens;
IV– acompanhar os indicadores educacionais e os resultados das avaliações internas e externas, subsidiando o planejamento e a tomada de decisões;
V– incentivar a formação continuada dos profissionais da educação e a disseminação de práticas pedagógicas exitosas;
VI– acompanhar a execução das ações previstas nesta Lei e propor medidas para seu aperfeiçoamento;

Art. 13. A Secretaria Municipal de Educação manterá estrutura administrativa e pedagógica específica para coordenar, implementar, acompanhar, monitorar e avaliar a Política Municipal de Alfabetização, com a finalidade de ampliar a capacidade institucional para o planejamento, execução e avaliação das ações previstas nesta Lei.

§ 1º A estrutura administrativa e pedagógica atuará de forma articulada com o Comitê Estratégico Municipal de Alfabetização – CEMA, assegurando a coordenação técnica, o acompanhamento pedagógico, o monitoramento dos indicadores educacionais e a implementação das ações previstas nesta Lei.

§ 2º Compete à estrutura administrativa e pedagógica:
I– elaborar, executar e monitorar a Política Municipal de Alfabetização;
II– coordenar as ações da Política Municipal de Alfabetização em consonância com as diretrizes nacionais, estaduais e municipais;
III– prestar assessoramento técnico e pedagógico às unidades escolares;
IV– promover e coordenar a formação continuada dos profissionais da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental;
V– acompanhar e orientar a implementação das práticas pedagógicas voltadas à alfabetização e à alfabetização matemática;
VI– organizar, sistematizar, analisar e divulgar os indicadores e os resultados das avaliações educacionais internas e externas;
VII– coordenar estratégias de recomposição das aprendizagens e de atendimento aos estudantes com defasagens de aprendizagem;
VIII– promover a articulação entre a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental, assegurando a continuidade do processo de alfabetização;
IX– acompanhar a execução dos planos de ação das unidades escolares e propor intervenções pedagógicas sempre que necessário;
X– incentivar a utilização de materiais didáticos, recursos pedagógicos e tecnologias educacionais fundamentados em evidências científicas;
XI– fortalecer a participação das famílias no processo de alfabetização e no acompanhamento da aprendizagem dos estudantes;
XII– subsidiar técnica e administrativamente o Comitê Estratégico Municipal de Alfabetização – CEMA no exercício de suas atribuições;
XIII– elaborar relatórios periódicos de monitoramento da Política Municipal de Alfabetização, apresentando indicadores, resultados, desafios e propostas de aprimoramento.

§ 3º A estrutura administrativa e pedagógica será composta, pelos seguintes cargos e funções:
I– Secretário(a) Municipal de Educação;
II– Diretor(a) do Departamento de Educação;
III– Articulador Municipal Renalfa;
IV– Coordenadores Pedagógicos da Secretaria Municipal de Educação;
VI– Diretores das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino;
VII– Coordenadores Pedagógicos das unidades escolares;
XI– Equipe multidisciplinar da Secretaria Municipal de Educação;

§ 4º Os profissionais que integram a estrutura administrativa e pedagógica atuarão de forma articulada com o Comitê Estratégico Municipal de Alfabetização – CEMA, assegurando a coordenação técnica, o acompanhamento pedagógico, o monitoramento dos indicadores educacionais, a implementação das ações previstas nesta Lei e o fortalecimento do regime de colaboração entre as unidades escolares e a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 14. Esta Lei entrar em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, aos 26 (vinte e seis) dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis (2026).

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CARLOS LOPES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Inês Delmira Poletto
Código Identificador:F23955D9

GABINETE DO PREFEITO
LEI 3652 = COORDENADORIA DE DEFESA CIVIL

LEI Nº 3.652, de 26 DE AGOSTO DE 2026.

Súmula: Cria a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC, institui o Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil – SIMPDEC, cria o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil – CMPDEC, e dá outras providências.

Autoria: Executivo Municipal

A Câmara Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica criada a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC, órgão central do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil – SIMPDEC, vinculada à estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal, com a finalidade de coordenar as ações de proteção e defesa civil no âmbito do Município de Coronel Vivida.

Parágrafo único. A COMPDEC integrará o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC, instituído pela Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, e o Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil do Paraná – SEPDEC/PR, instituído pela Lei Estadual nº 18.519, de 23 de julho de 2015.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, consideram-se:
I- Proteção e Defesa Civil: conjunto de ações de prevenção, de preparação, de resposta e de recuperação destinado a evitar ou a reduzir os riscos de acidentes ou desastres, a minimizar seus impactos socioeconômicos e a recuperar as áreas afetadas;
II- Desastre: resultado de evento adverso, natural, tecnológico ou causado pelo homem, sobre cenário vulnerável, causando dano ou prejuízo que implique em comprometimento de toda ou de parte da sociedade, prejudicando seriamente o funcionamento de uma comunidade ou de uma sociedade envolvendo perdas e impactos humanos, materiais, econômicos ou ambientais de grande extensão, que excedem a capacidade da comunidade ou da sociedade afetada de arcar com seus próprios recursos;
III- Situação de Emergência: situação anormal, provocada por desastre, causando danos e prejuízos que impliquem o comprometimento parcial da capacidade de resposta do Poder Público do ente atingido;
IV- Estado de Calamidade Pública: situação anormal, provocada por desastre, causando danos e prejuízos que impliquem o comprometimento substancial da capacidade de resposta do Poder Público do ente atingido;
V- Prevenção: ações de planejamento, de ordenamento territorial e de investimento destinadas a reduzir a vulnerabilidade dos ecossistemas e das populações e a evitar a ocorrência de acidentes ou de desastres ou a minimizar sua intensidade, por meio da identificação, do mapeamento e do monitoramento de riscos e da capacitação da sociedade em atividades de proteção e defesa civil;
VI- Preparação: ações destinadas a preparar os órgãos do Sistema Municipal, a comunidade e o setor privado, incluídas, entre outras ações, a capacitação, o monitoramento e a implantação de sistemas de alerta e da infraestrutura necessária para garantir resposta adequada aos acidentes ou desastres e para minimizar danos e prejuízos;
VII- Resposta: ações imediatas destinadas a socorrer a população atingida, incluindo a busca e salvamento, os primeiros socorros, o atendimento pré-hospitalar e o atendimento médico e cirúrgico de urgência, bem como o restabelecimento de serviços essenciais;
VIII- Recuperação: ações de curto, médio e longo prazo, destinadas à normalização social, ao retorno da rotina da comunidade e à reconstrução das áreas afetadas pelo desastre;
IX- Risco: probabilidade de ocorrência de um evento danoso, combinada com a magnitude de suas consequências;

X- Vulnerabilidade: grau de suscetibilidade ou de fragilidade de uma população, sistema ou comunidade a eventos adversos, determinado por fatores físicos, sociais, econômicos e ambientais;
XI- Área de Risco: área passível de ser atingida por fenômenos ou processos naturais, tecnológicos ou induzidos pelo homem que causem efeito adverso.

CAPÍTULO II
DA POLÍTICA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Art. 3º A Política Municipal de Proteção e Defesa Civil tem por objetivo promover o desenvolvimento de uma cultura de prevenção de desastres, estimular o ordenamento da ocupação do solo urbano e rural e promover ações integradas para redução de riscos e desastres no território do Município de Coronel Vivida.

Art. 4º São diretrizes da Política Municipal de Proteção e Defesa Civil:
I- atuação articulada entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para redução de desastres e apoio às comunidades atingidas;
II- abordagem sistêmica das ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação;
III- prioridade às ações preventivas relacionadas à minimização de desastres;
IV- adoção da bacia hidrográfica como unidade de análise das ações de prevenção de desastres relacionados a corpos d'água;
V- planejamento com base em pesquisas e estudos sobre áreas de risco e incidência de desastres no território municipal;
VI- participação da sociedade civil nas decisões e ações de proteção e defesa civil;
VII- integração das políticas de ordenamento territorial, desenvolvimento urbano, saúde, meio ambiente, mudanças climáticas, gestão de recursos hídricos e proteção e defesa civil.

Art. 5º São objetivos da Política Municipal de Proteção e Defesa Civil:
I- reduzir os riscos de desastres;
II- prestar socorro e assistência às populações atingidas por desastres;
III- recuperar as áreas afetadas por desastres;
IV- incorporar a redução do risco de desastre e as ações de proteção e defesa civil entre os elementos da gestão territorial e do planejamento das políticas setoriais;
V- promover a continuidade das ações de proteção e defesa civil;
VI- estimular o desenvolvimento de cidades resilientes e os processos sustentáveis de urbanização;
VII- promover a identificação e avaliação das ameaças, suscetibilidades e vulnerabilidades a desastres, de modo a evitar ou reduzir sua ocorrência;
VIII- monitorar os eventos meteorológicos, hidrológicos, geológicos e outros potencialmente causadores de desastres;
IX- produzir alertas antecipados sobre a possibilidade de ocorrência de desastres;
X- estimular o ordenamento da ocupação do solo urbano e rural, tendo em vista sua conservação e a proteção da vegetação nativa, dos recursos hídricos e da vida humana;
XI- combater a ocupação de áreas ambientalmente vulneráveis e de risco e promover a realocação da população residente nessas áreas;
XII- estimular comportamentos de prevenção capazes de evitar ou minimizar a ocorrência de desastres;
XIII- estimular a reorganização do setor produtivo e a reestruturação econômica das áreas atingidas por desastres;
XIV- estabelecer medidas preventivas de segurança contra desastres em escolas e hospitais situados em áreas de risco;
XV- oferecer capacitação de recursos humanos para as ações de proteção e defesa civil;
XVI- fornecer dados e informações para o sistema nacional e estadual de informações e monitoramento de desastres;
XVII- desenvolver cultura nacional de prevenção de desastres, destinada ao desenvolvimento da consciência nacional acerca dos riscos de desastre no Município.

CAPÍTULO III
DO SISTEMA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Art. 6º Fica instituído o Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil – SIMPDEC, com a finalidade de promover a articulação e a coordenação das ações de proteção e defesa civil em todo o território do Município.

Art. 7º Integram o SIMPDEC:
I- a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC;
II- o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil – CMPDEC;
III- os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal que possuam competência ou participação nas ações de proteção e defesa civil;
IV- as entidades públicas e privadas de atuação significativa na área de proteção e defesa civil, mediante termo de adesão ou convênio.

Parágrafo único. O SIMPDEC atuará de forma integrada com o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC e com o Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil do Paraná – SEPDEC/PR.

CAPÍTULO IV
DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Seção I
Das Competências

Art. 8º A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC tem as seguintes competências:
I- coordenar as ações do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil;
II- articular-se com os órgãos municipais, estaduais e federais de proteção e defesa civil;
III- identificar e mapear as áreas de risco de desastres no Município;
IV- elaborar e implementar o Plano Municipal de Proteção e Defesa Civil;
V- elaborar Planos de Contingência para áreas de risco e para eventos sazonais;
VI- vistoriar edificações e áreas de risco e promover, quando necessário, a intervenção preventiva, o abandono temporário de moradias e a evacuação da população de áreas de risco intensificado, em iminência ou em situação de desastre;
VII- realizar monitoramento em tempo real das áreas classificadas como de risco alto e muito alto;
VIII- produzir alertas antecipados sobre a possibilidade de ocorrência de desastres no território municipal;
IX- manter sistema de alerta e alarme para situações de risco de desastre, articulado com a Coordenadoria Estadual da Defesa Civil do Paraná – CEDEC/PR;
X- coordenar as ações de resposta aos desastres, incluindo a mobilização de recursos humanos e materiais;
XI- prestar socorro e assistência às populações atingidas por desastres;
XII- prover abrigos temporários e distribuir suprimentos em situações de desastre;
XIII- proceder à avaliação de danos e prejuízos das áreas atingidas por desastres;
XIV- provocar a instauração de estado de emergência e estado de calamidade pública, submetendo a decisão ao Chefe do Poder Executivo Municipal;
XV- elaborar diagnósticos sobre ameaças, vulnerabilidades e riscos no território municipal;
XVI- promover a educação para prevenção de desastres, por meio de programas de capacitação de agentes e de informação à população;
XVII- promover exercícios simulados de preparação para desastres, com a participação da população;
XVIII- desenvolver ações de conscientização e capacitação da população para autoproteção;
XIX- promover programas de capacitação de recursos humanos em proteção e defesa civil;
XX- fomentar a implantação de Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil – NUPDEC;
XXI- cadastrar voluntários para atuação nas ações de proteção e defesa civil;

XXII- manter banco de dados atualizado sobre áreas de risco e ocorrências de desastres;
XXIII- integrar informações ao Sistema Nacional e Estadual de Informações sobre Desastres;
XXIV- solicitar recursos financeiros aos órgãos estaduais e federais para ações de prevenção e resposta a desastres;
XXV- prestar contas dos recursos recebidos para ações de proteção e defesa civil;
XXVI- articular-se com instituições de ensino e pesquisa para desenvolvimento de estudos e tecnologias aplicadas à redução de riscos de desastres;
XXVII- promover e participar de campanhas e eventos relacionados à proteção e defesa civil;
XXVIII- fiscalizar o cumprimento das normas municipais de prevenção contra desastres;
XXIX- integrar comitês e grupos de trabalho relacionados à redução de riscos de desastres;
XXX- executar outras atividades correlatas à proteção e defesa civil.

Seção II
Da Estrutura

Art. 9º A COMPDEC terá a seguinte estrutura organizacional básica:
I- Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil;
II- Setor de Apoio Administrativo;
III- Setor de Apoio Técnico;
IV- Setor de Apoio Operacional.

Parágrafo Único. O Coordenador e os responsáveis pelos setores serão designados pelo Prefeito Municipal.

Art. 10. O Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil será nomeado pelo Prefeito Municipal, dentre servidores de carreira do Município ou militares estaduais cedidos ao Município, preferencialmente com formação ou experiência comprovada na área de proteção e defesa civil, gestão de riscos ou áreas correlatas.

Parágrafo único. Em caso de impedimento temporário do Coordenador, suas funções serão exercidas por substituto designado pelo Prefeito Municipal.

Art. 11. Compete ao Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil:
I- representar a COMPDEC junto aos órgãos públicos e privados;
II- dirigir e coordenar as atividades da COMPDEC;
III- convocar e presidir reuniões do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil;
IV- mobilizar os órgãos integrantes do SIMPDEC em situações de desastre;
V- propor ao Prefeito Municipal a decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública;
VI- solicitar apoio dos órgãos estaduais e federais em situações que extrapolem a capacidade de resposta municipal;
VII- autorizar a mobilização e o emprego de recursos humanos e materiais em operações de defesa civil;
VIII- firmar convênios, acordos e parcerias para execução das ações de proteção e defesa civil;
IX- apresentar relatórios periódicos das atividades da COMPDEC ao Prefeito Municipal e ao Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil;
X- propor a atualização da legislação municipal de proteção e defesa civil;
XI- exercer outras atribuições que lhe forem delegadas pelo Prefeito Municipal.

Art. 12. Compete ao Setor de Apoio Administrativo:
I- manter atualizados cadastros de recursos humanos, materiais e equipamentos;
II- prestar suporte técnico e administrativo às reuniões e atividades da COMPDEC e do Conselho.

Art. 13. Compete ao Setor de Apoio Técnico:
I- implantar o banco de dados e elaborar mapas temáticos sobre ameaças, vulnerabilidades e riscos de desastres;
II- implementar programas de treinamento para o voluntariado da COMPDEC;
III- promover campanhas educativas, estimulando a participação da população;
IV- acompanhar alertas de órgãos oficiais de previsão e monitoramento, executando os planos operacionais em tempo oportuno.
Art. 14. Compete ao Setor de Apoio Operacional:
I- executar medidas estruturais e não estruturais de redução de riscos;
II- coordenar logística e distribuição de suprimentos em situações de desastre.

CAPÍTULO V
DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Art. 15. Fica instituído o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil – CMPDEC, órgão colegiado de caráter consultivo e deliberativo, com as seguintes competências:
I- propor diretrizes e aprovar o Plano Municipal de Proteção e Defesa Civil;
II- deliberar sobre a Política Municipal de Proteção e Defesa Civil;
III- aprovar planos de contingência e planos de aplicação de recursos;
IV- manifestar-se sobre a decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública;
V- propor medidas para fortalecimento do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil;
VI- promover estudos, debates e pesquisas sobre proteção e defesa civil;
VII- incentivar a participação comunitária nas ações de prevenção de desastres;
VIII- fiscalizar a execução das políticas de proteção e defesa civil;
IX- manifestar-se sobre convênios e parcerias relacionados à proteção e defesa civil;
X- elaborar e aprovar seu regimento interno.

Art. 16. O Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil será composto por 10 (dez) membros titulares e respectivos suplentes, com mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução, sendo:
I- o Prefeito Municipal, que o presidirá;
II- o Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil, que exercerá a vice-presidência e a secretaria executiva;
III- um representante da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo;
IV- um representante da Secretaria Municipal de Saúde;
V- um representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
VI- um representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;
VII- um representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
VIII- um representante do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná;
IX- dois representantes da sociedade civil organizada, sendo preferencialmente de associações de bairro ou comunitárias de áreas de risco;
X- um representante do Poder Legislativo Municipal.

§ 1º Os membros do Conselho e seus suplentes serão indicados pelos respectivos órgãos ou entidades representadas e nomeados pelo Prefeito Municipal.

§ 2º A participação no Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil não será remunerada, sendo considerada serviço relevante prestado ao Município.

§ 3º O Conselho reunir-se-á ordinariamente a cada 03 (três) meses e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente ou pela maioria absoluta de seus membros.

§ 4º O quórum mínimo para instalação das reuniões do Conselho será de maioria simples de seus membros, e as deliberações serão tomadas por maioria simples dos presentes.

§ 5º Em caso de decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública, o Conselho será imediatamente convocado para reunião extraordinária.

§ 6º O Conselho poderá convidar especialistas, técnicos e representantes de outros órgãos para participar de suas reuniões, com direito a voz, mas sem direito a voto.

§ 7º O regimento interno do Conselho será elaborado por seus membros e aprovado em reunião ordinária, devendo ser homologado por decreto do Prefeito Municipal.

CAPÍTULO VI
DO PLANO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Art. 17. O Plano Municipal de Proteção e Defesa Civil é o instrumento de planejamento das ações de proteção e defesa civil no Município, devendo conter, no mínimo:
I- identificação e mapeamento das áreas de risco do Município;
II- diagnóstico das vulnerabilidades e ameaças existentes;
III- diretrizes de ação governamental de proteção e defesa civil;
IV- programas e projetos de prevenção e mitigação de riscos;
V- protocolos de alerta e alarme para situações de risco;
VI- procedimentos de resposta a emergências e desastres;
VII- ações de preparação e capacitação de agentes e da população;
VII - estratégias de recuperação de áreas afetadas;
IX- definição de responsabilidades e atribuições dos órgãos do SIMPDEC;
X- previsão de recursos humanos, materiais e financeiros necessários;
XI- cronograma de implantação e execução das ações.

§ 1º O Plano Municipal de Proteção e Defesa Civil deverá ser elaborado pela COMPDEC, com participação dos órgãos integrantes do SIMPDEC e da sociedade civil, no prazo de 12 (doze) meses contados da vigência desta Lei.

§ 2º O Plano será submetido à aprovação do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil e homologado por Decreto do Prefeito Municipal.

§ 3º O Plano Municipal de Proteção e Defesa Civil será revisado anualmente e atualizado a cada 02 (dois) anos, ou sempre que houver alterações significativas no cenário de riscos do Município.

§ 4º O Plano deverá ser amplamente divulgado à população e disponibilizado no portal eletrônico oficial do Município.

CAPÍTULO VII
DOS NÚCLEOS COMUNITÁRIOS DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Art. 18. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover e apoiar a criação de Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil – NUPDECs, nas comunidades, bairros e localidades do Município, especialmente nas áreas de risco.

Parágrafo único. Os NUPDECs são entidades civis de caráter voluntário, sem fins lucrativos, que atuarão em articulação com a COMPDEC nas ações de prevenção, preparação, resposta e recuperação de desastres.

Art. 19. São objetivos dos NUPDECs:
I- mobilizar e conscientizar a comunidade para as ações de proteção e defesa civil;
II- auxiliar na identificação e mapeamento de áreas de risco;
III- participar de programas de capacitação em proteção e defesa civil;
IV- divulgar informações sobre prevenção de desastres na comunidade;
V- colaborar com as ações de monitoramento de áreas de risco;
VI- auxiliar nas ações de resposta e assistência à população em situações de desastre;
VII- participar de exercícios simulados de preparação para desastres.

Art. 20. A criação, organização e regulamentação dos NUPDECs será estabelecida por Decreto do Poder Executivo, observadas as diretrizes desta Lei e do Manual de Proteção e Defesa Civil, incluindo a definição mínima de composição técnica e atribuições específicas de cada membro.

§ 1º A COMPDEC priorizará a capacitação continuada de suas equipes e voluntários, em articulação com secretarias municipais e programas federais.

§ 2º No exercício de suas atribuições, a COMPDEC poderá solicitar colaboração de pessoas físicas ou jurídicas para ações preventivas ou de resposta a desastres.

CAPÍTULO VIII
DAS AÇÕES EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA E CALAMIDADE PÚBLICA

Art. 21. Compete ao Prefeito Municipal decretar situação de emergência ou estado de calamidade pública no território do Município, mediante proposta fundamentada do Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil, com manifestação do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil.

§ 1º O Decreto de situação de emergência ou de estado de calamidade pública conterá:
I- caracterização do desastre;
II- delimitação da área afetada;
III- declaração de situação de anormalidade;
IV- decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública;
V- determinação de medidas a serem adotadas.

§ 2º O Decreto deverá ser comunicado imediatamente ao Corpo de Bombeiros Militar, à Coordenadoria Estadual da Defesa Civil do Paraná – CEDEC/PR e à Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, para as providências cabíveis.

§ 3º O reconhecimento federal ou estadual da situação de emergência ou do estado de calamidade pública dependerá de requerimento do Prefeito Municipal, acompanhado dos documentos exigidos pela legislação específica.

Art. 22. Decretada a situação de emergência ou o estado de calamidade pública, o Poder Executivo Municipal fica autorizado a:
I- mobilizar todos os recursos humanos e materiais da administração pública municipal;
II- requisitar bens e serviços de pessoas físicas e jurídicas, mediante posterior indenização;
III- realizar contratações emergenciais, dispensadas as formalidades ordinárias, na forma da legislação vigente;
IV- realizar despesas emergenciais para atendimento à população afetada;
V- estabelecer regime especial de trabalho para os servidores municipais;
VI- solicitar apoio de outros entes federados e de organizações privadas.

Parágrafo único. As medidas previstas neste artigo deverão ser proporcionais à gravidade da situação e limitadas ao período de vigência do decreto.

Art. 23. Cessadas as causas que justificaram a decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública, o Prefeito Municipal publicará Decreto de encerramento da situação de anormalidade.

CAPÍTULO X
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 24. A COMPDEC articular-se-á com os órgãos de proteção e defesa civil dos municípios vizinhos para ações conjuntas de prevenção e resposta a desastres que possam afetar mais de um município.

Art. 25. O Município poderá firmar convênios, contratos e acordos de cooperação com órgãos públicos e entidades privadas, nacionais ou internacionais, para execução de ações de proteção e defesa civil.

Art. 26. As escolas municipais deverão incluir em seus currículos conteúdos relacionados à educação para prevenção de desastres e proteção e defesa civil, conforme diretrizes estabelecidas pela COMPDEC em articulação com a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 27. O Município promoverá, sempre que possível, a capacitação continuada dos servidores municipais que atuam na área de proteção e defesa civil.

Art. 28. A COMPDEC manterá cadastro atualizado de:
I- áreas de risco no território municipal;
II- população residente em áreas de risco;
III- recursos humanos e materiais disponíveis para ações de defesa civil;
IV- voluntários cadastrados para atuação em situações de desastre;
V- entidades parceiras do SIMPDEC.

Art. 29. O Poder Executivo Municipal regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias contados de sua publicação.

Art. 30. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 32. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, aos 26 (vinte e seis) dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis (2026).

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CARLOS LOPES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Inês Delmira Poletto
Código Identificador:57E0DC2B

GABINETE DO PREFEITO
LEI 3653 = FUNDO DE DEFESA CIVIL

LEI N° 3.653, DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

Súmula: Cria o Fundo Municipal de Defesa Civil – FUMDEC, e dá outras providências.

Autoria: Executivo Municipal

A Câmara Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica criado o Fundo Municipal de Defesa Civil – FUMDEC, de natureza contábil e financeira, vinculado à Coordenadoria Municipal de Defesa Civil ou órgão equivalente, com o objetivo de prover recursos para ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação de desastres no âmbito do Município de Coronel Vivida.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, consideram-se:
I- Defesa Civil: conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e reconstrutivas destinadas a evitar ou minimizar os desastres, preservar a moral da população e restabelecer a normalidade social;
II- Desastre: resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais;
III- Situação de Emergência: reconhecimento legal pelo poder público de situação anormal, provocada por desastre, causando danos superáveis pela comunidade afetada;
IV- Estado de Calamidade Pública: reconhecimento legal pelo poder público de situação anormal, provocada por desastre, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade ou à vida de seus integrantes.

CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS E DAS FINALIDADES

Art. 3º Constituem objetivos do FUMDEC:
I- garantir recursos financeiros para o desenvolvimento de ações de Defesa Civil no Município;
II- viabilizar investimentos em equipamentos, materiais, capacitação de pessoal e infraestrutura necessários às atividades de Defesa Civil;
III- promover a cultura de prevenção de riscos de desastres junto à população;
IV- assegurar recursos para resposta imediata a situações de emergência e estado de calamidade pública;
V- financiar programas de recuperação de áreas atingidas por desastres.

Art. 4º O FUMDEC tem por finalidade custear:
I- Ações de Prevenção e Mitigação:
a) mapeamento de áreas de risco;
b) monitoramento de riscos geológicos, hidrológicos e meteorológicos;
c) obras de contenção, drenagem e outras medidas estruturais de redução de riscos;
d) programas de educação preventiva e capacitação comunitária;
II- Ações de Preparação:
a) treinamento e capacitação de agentes de Defesa Civil;
b) aquisição e manutenção de equipamentos de resposta;
c) realização de simulados e exercícios;
d) elaboração e atualização de planos de contingência;
III- Ações de Resposta:
a) socorro e assistência às vítimas de desastres;
b) fornecimento de abrigo temporário, alimentação e itens de primeira necessidade;
c) mobilização de recursos humanos e materiais para atendimento emergencial;
d) montagem de estruturas provisórias de apoio;
IV - Ações de Recuperação:
a) reconstrução de infraestrutura pública danificada;
b) apoio à recuperação de moradias e meios de subsistência;
c) recuperação ambiental de áreas degradadas por desastres;
d) ações de recuperação psicossocial das comunidades afetadas.

CAPÍTULO III
DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 5º Constituem receitas do FUMDEC:
I- dotações orçamentárias e créditos adicionais do Município que lhe forem destinados;
II- transferências de recursos da União e do Estado do Paraná;
III- transferências de recursos de organismos internacionais;
IV- doações, legados e contribuições de entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais;
V- rendimentos de aplicações financeiras de recursos do Fundo;
VI- produto de multas administrativas aplicadas por infrações à legislação municipal de proteção e defesa civil;
VII- recursos provenientes de convênios, contratos e acordos celebrados com entidades públicas ou privadas;
VIII- recursos oriundos de fundos estaduais ou federais de defesa civil;
IX- reversão de saldos anuais não utilizados;
X- outras receitas que lhe vierem a ser destinadas.

§ 1º Os recursos financeiros do FUMDEC serão depositados em conta bancária específica, em instituição financeira oficial.

§ 2º Os recursos do FUMDEC que não forem utilizados no exercício financeiro permanecerão no Fundo, vedada sua incorporação ao orçamento geral do Município.

§ 3º Os recursos do FUMDEC poderão ser aplicados em operações financeiras de baixo risco, observada a legislação pertinente, devendo os rendimentos reverterem ao próprio Fundo.

CAPÍTULO IV
DA GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO

Art. 6º A administração do FUMDEC compete ao Coordenador Municipal de Defesa Civil designado pelo Prefeito Municipal.

Parágrafo único. O administrador do FUMDEC responderá civil, penal e administrativamente pela má gestão dos recursos.

Art. 7º Compete ao administrador do FUMDEC:
I- elaborar o plano de aplicação dos recursos do Fundo;
II- executar a programação financeira aprovada;
III- ordenar despesas e autorizar pagamentos;
IV- apresentar relatórios periódicos de execução física e financeira ao Conselho Municipal de Defesa Civil;
V- manter atualizado o cadastro de doadores e parceiros;
VI- celebrar convênios, contratos e acordos necessários ao cumprimento dos objetivos do Fundo;
VII- prestar contas anualmente ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 8º Fica criado o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Defesa Civil – CGFUMDEC, órgão colegiado de caráter consultivo e fiscalizador, com as seguintes competências:
I- aprovar o plano de aplicação dos recursos do FUMDEC;
II- acompanhar e fiscalizar a execução financeira do Fundo;
III- emitir parecer sobre as contas anuais do FUMDEC;
IV- propor diretrizes e prioridades para aplicação dos recursos;
V- deliberar sobre doações e contribuições ao Fundo;
VI- elaborar seu regimento interno.

Art. 9º O Conselho Gestor do FUMDEC será composto por 07 (sete) membros titulares e respectivos suplentes, com mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução, sendo:
I- um representante da Secretaria Municipal de Fazenda;
II- um representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
III- um representante da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo;
IV- um representante do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná;
V- um representante da sociedade civil organizada ligada à área de Defesa Civil;
VI- um representante das entidades comunitárias de áreas de risco;
VII- um representante do Poder Legislativo Municipal.

§ 1º Os membros do Conselho Gestor exercerão suas funções gratuitamente, sendo o serviço prestado considerado relevante para o Município.

§ 2º O Prefeito Municipal designará os membros do Conselho Gestor.

CAPÍTULO V
DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Art. 10. Os recursos do FUMDEC serão aplicados mediante:
I- execução direta pela Coordenadoria Municipal de Defesa Civil;
II- celebração de convênios com órgãos públicos federais, estaduais ou municipais;
III- parcerias com organizações da sociedade civil, nos termos da legislação vigente.

Art. 11. A aplicação dos recursos do FUMDEC observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Parágrafo único. É vedada a utilização dos recursos do FUMDEC para:
I- pagamento de pessoal permanente;
II- despesas de custeio ordinário da administração municipal;
III- finalidades estranhas aos objetivos da Defesa Civil.

Art. 12. Em situações de emergência ou estado de calamidade pública, declarados nos termos da legislação vigente, o administrador do FUMDEC poderá autorizar despesas imediatas, dispensadas as formalidades ordinárias, devendo submeter a prestação de contas ao Conselho Gestor na primeira reunião subsequente.

CAPÍTULO VI
DA PRESTAÇÃO DE CONTAS E TRANSPARÊNCIA

Art. 13. O administrador do FUMDEC apresentará, trimestralmente, ao Conselho Gestor, relatório circunstanciado das receitas e despesas realizadas.

Art. 14. As contas do FUMDEC serão anualmente submetidas à auditoria do órgão de Controle Interno do Município e ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 15. O Poder Executivo Municipal dará ampla publicidade às receitas e despesas do FUMDEC, disponibilizando as informações no portal da transparência do Município, atualizadas mensalmente.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 16. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias contados de sua publicação.

Art. 17. O Conselho Gestor do FUMDEC deverá ser constituído no prazo de 60 (sessenta) dias contados da publicação do decreto regulamentador.

Art. 18. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 19. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, aos 26 (vinte e seis) dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis (2026).

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CARLOS LOPES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Inês Delmira Poletto
Código Identificador:AA17F1D0

GABINETE DO PREFEITO
LEI 3654= CRIA O FUNDO MUNICIPAL DE INCENTIVO À CULTURA

LEI N° 3.654, DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

Súmula: Cria o Fundo Municipal de Incentivo à Cultura, e dá outras providências.

Autoria: Executivo Municipal

A Câmara Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica Criado o Fundo Municipal de incentivo à Cultura, com a finalidade de prestar apoio financeiro a projetos de natureza cultural, a ser concedida a pessoa física ou jurídica domiciliada no Município.

Art. 2º O Fundo Municipal de Incentivo à Cultura é de natureza contábil especial, que funcionará sob as formas de apoio a fundo perdido ou com contrapartida do beneficiário.

Art. 3º Os recursos do Fundo serão provenientes de:
Receitas provenientes de dotação orçamentária própria que serão indicadas no montante que constar na Lei Orçamentária Municipal anual, utilizando-se de rubrica própria;
Contribuições ou doações dos setores públicos ou privados;
Resultados de convênios, contratos, alugueis ou acordos celebrados com instituições públicas ou privados, na área cultural;
Outros recursos, créditos ou rendas adicionais ou extraordinárias que por sua natureza, lhe possam ser destinados.

Art. 4º As disponibilidades do Fundo serão aplicadas em projetos que visem promover, fomentar, manter e estimular as ações culturais que envolvem os diversos eventos culturais no município e deverão se enquadrar entre as seguintes áreas:
Na implementação, desenvolvimento e manutenção de projetos culturais diversificados no Município;
na aquisição de materiais de consumo e permanentes, destinados aos projetos e programas culturais;
na promoção, apoio, participação em torneios, campeonatos, olimpíadas e/ou na realização de eventos desportivos, por atletas ou entidades culturais;
na divulgação das potencialidades culturais do município por intermédio dos meios de comunicação a mídia a nível local, estadual, nacional e internacional;
nos programas e projetos de qualificação e aprimoramento profissional da área cultural;
Levantamentos, estudos e pesquisas na área desportiva;
Realização de cursos de caráter cultural destinados à formação, especialização e aperfeiçoamento de pessoal na área da cultura;
em outros programas ou atividades, integrantes ou do interesse da política municipal da cultura;
na contratação de profissionais específicos para o desenvolvimento de técnicas culturais;
na promoção de Intercâmbio cultural;
na organização de torneios e campeonatos municipais, em diferentes modalidades cultural.

Parágrafo único. É obrigatório a divulgação da marca/logotipo do município durante o evento, que dispunha de recursos originários do Fundo Municipal de Incentivo à Cultura.

Art. 5º O Departamento Municipal de Cultura estabelecerá o limite máximo de incentivo a ser concedido a cada entidade cultural ou artistas, utilizando critérios técnicos específicos.

Parágrafo único. Percentual do valor do Fundo deverá ser destinado obrigatoriamente à práticas culturais.

Art. 6º A existência de patrimônio financeiro oriundo de outras entidades e/ou pessoas físicas não poderá ser considerado óbice para avaliação e seleção dos projetos.

Art. 7º O responsável pelo projeto deverá comprovar domicílio no município de Coronel Vivida.

Art. 8º Os projetos deverão apresentar proposta de contrapartida social, entendida como ação a ser desenvolvida arrecadar valores com o evento promovido.

Art. 9º A contrapartida social deve estar relacionada à descentralização, a universalização e democratização do acesso às ações culturais, com a participação de entidades carentes.

Art. 10. Além das sanções penais cabíveis, o empreendedor que não comprovar a aplicação dos recursos nos prazos estipulados será multado em 2 (duas) vezes o valor recebido corrigido monetariamente, e excluído de qualquer projeto apoiado pelo Fundo.

Art. 11. O Fundo Municipal de Incentivo à Cultura será administrado pelo Conselho Municipal da Cultura, com poderes de gestão e destinação financeira, e será presidida pelo Diretor Municipal de Cultura.

Art. 12. O Prefeito enviará anualmente à Câmara Municipal relatório sobre a gestão do Fundo Municipal de Incentivo à Cultura.

Art. 13. Aplicar-se-ão ao Fundo as normas legais de Controle Interno da Prefeitura Municipal, sem prejuízo da competência específica do Tribunal de Contas do Estado.

Art. 14. Caberá ao Executivo Municipal a regulamentação da presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias, a contar de sua vigência.

Art. 15. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, aos 26 (vinte e seis) dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis (2026).

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CARLOS LOPES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Inês Delmira Poletto
Código Identificador:08506F54

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - ÓRGÃO GESTOR
CMDI RESOLUÇÃO 09/2026

CMDI – CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA PESSOA IDOSA CORONEL VIVIDA – PR
RESOLUÇÃO Nº 09/2026
O CMDI – Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa de Coronel Vivida, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2800/2017, e, Deliberação em Plenária realizada na data de 26 de agosto de 2026:
CONSIDERANDO:
A DELIBERAÇÃO nº 024/2025 - CEDIPI/PR, a qual dispõe do repasse de recursos financeiros aos municípios do Estado do Paraná, na modalidade fundo a fundo para investimento em obras de construção, reforma e ampliação da política da pessoa idosa.
A RESOLUÇÃO SEMIPI nº 25/2025, a qual dispõe sobre a transferência de recursos financeiros aos municípios do Paraná para investimento em obras das políticas de direitos da pessoa idosa.
RESOLVE:
Art. 1º - Aprovar o repasse estadual no valor de R$ 214.497,85 (Duzentos e quatorze mil, quatrocentos e noventa e sete reais e oitenta e cinco centavos), correspondente a 6ª parcela da medição de execução de obra em prol de políticas para a pessoa idosa.
Art. 2° - Esta resolução entra em vigor na data de publicação.
Coronel Vivida, 26 de agosto de 2026.

MARIA ODETE JACQUES MENEZES
Presidente do CMDI

Publicado por:
Aline Mari Dos Santos Canova
Código Identificador:4B821805

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE
DECRETO LEGISLATIVO 15 2026

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTE D´OESTE
DECRETO LEGISLATIVO Nº. 15/2026

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamentodo Legislativo Municipal para o exercício de 2026 e dá outrasprovidências.

O Presidente da Câmara Municipal de Diamante D´Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições conferidas pela legislação vigente e de acordo com o art. 6º da Lei Orçamentária Anual Municipal para o exercício de 2026.

DECRETA:

Art. 1º.- Fica aberto no Orçamento Geral do Legislativo Municipal para o exercício de 2025, o Crédito Adicional Suplementar no valor de**R$10.134,90 (Dez mil, cento e trinta e quatro reais e noventa centavos)**, para a cobertura das dotações orçamentárias abaixo:
01 - CÂMARA MUNICIPAL
001 - Câmara Municipal
01.031.0001.2001 - Manutenção das Atividades do Legislativo Municipal
6 - 3.1.90.46.00.00 AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO R$10.134,90

TOTAL..... R$ 10.134,90

Art. 2º.- Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar, de que trata a presente lei e artigo anterior, fica indicado como recurso de acordo com o artigo 43 da Lei Federal nº. 4320/64 de 17 de março de 1.964, a anulação total da dotação orçamentária, conforme segue:

01 - CÂMARA MUNICIPAL
001 - Câmara Municipal
01.031.0001.2001 – Equipamentos para a Câmara Municipal
9 - 3.3.90.33.00.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO.....R$10.134,90

TOTAL.....R$10.134,90

Art. 3º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Diamante D´Oeste - PR, Gabinete do Presidente do Legislativo, em 26 de agosto de 2026.

ORESTES CLÁUDIO BATISTA
Presidente do Legislativo Municipal
Biênio 2025/2026

Publicado por:
Salete Lucio da Costa
Código Identificador:62967AD0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2933/2026

SÚMULA: Aprova sub-divisão da Chácara Urbana nº 20 do Perímetro Urbano do Município de Diamante D'Oeste – Estado do Paraná.

O PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTE D OESTE, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS:
DECRETA
ART. 1° Fica aprovada nos termos da Lei Municipal n° 008/2010 de 27/04/2010 a Planta de subdivisão e denominação da Chácara Urbana nº 20 (vinte) com a área de 11.760,88 m²,(Onze mil setecentos e sessenta metros e oitenta e oito centímetros quadrados), localizada perímetro urbano do Município de Diamante D Oeste PR inscrito na Matricula nº 6.349, do CRI da Comarca, de Matelândia - PR. De Propriedade do Sra. GENI FLORES, portadora do MF/CPF Nº 142.488.409-87. Agora denominados de: Chácaras Urbanas nºs: 20-A), e Chácara Urbana nº 20-B, de acordo com as dimensões e confrontações abaixo especificadas:
MEMORIAL DESCRITIVO

DE SUB-DIVISÃO DA CHÁCARA N° 20 COM ÁREA TOTAL 11.760,88 m2, LOCALIZADO NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE DIAMANTE D'OESTE, COMARCA DE SANTA HELENA - PR, FORMANDO AS SEGUINTES CHÁCARAS URBANAS NºS: 20-A E 20-B.ORIGEM DA MATRÍCULA Nº 6.349.

LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
CHÁCARA 20-A COM AREA DE 5.881,06 m2
NORTE: Limita-se numa distância de 60.19 m. confrontando-se com a chácara nº 06.
SUL: Limita-se na distância de 34,14 m. confrontando-se com a Avenida Brasil.
LESTE: Limita-se distância de 133,00 m. confrontando-se com o Lote nº 01, da Quadra nº 45 e com a chácara nº 21, através de uma Sanga sem denominação.
OESTE Limita-se numa distância de 129,00 m, confrontando-se com a chácara nº 20-B,

LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
CHÁCARA URBANA Nº 20-B COM ÁREA DE 5.879,82 m2
NORTE: .Limita-se numa distância de 45,58 m. confrontando-se com a chácara nº 06:
SUL: Limita-se na distância de 45,58 m. confrontando-se com a Avenida Brasil.
LESTE: Limita-se distância de 129,00 m. confrontando-se com chácara nº 20-A.
OESTE: Limita-se na distância de 129,00m, confrontando-se com a chácara nº 19-B.
Gabinete do Prefeito Municipal aos dezenove dias do mês de agosto de 2024.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriane Hilgert
Código Identificador:31C96832

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
ADITIVO PRAZO PR 41/2025

TERMO DE ADITIVO
Exercício: 2026
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE
Estado do Paraná
1° Termo aditivo do contrato nº.299/2025, decorrente de Pregão n° 41/2025 de CONTRATAÇÃO
DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO PARA TRATORES,
ENSILADEIRAS, GRADES, ESCARIFICADORES E OUTROS IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS, COM
O OBJETIVO DE GARANTIR A MANUTENÇÃO E O PLENO FUNCIONAMENTO DAS MÁQUINAS
UTILIZADAS NAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO
AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE DIAMANTE D'OESTE/PR..
A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE, pessoa jurídica de direito público interno,
inscrito no CNPJ sob n° 77.817.476/0001-44, com endereço em R.MAL.CASTELO BRANCO, 596,
CENTRO, DIAMANTE DO OESTE-PR, 85896000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr.
Amarildo Aparecido da Silva, e a empresa MISSAL MÁQUINAS AGRICOLAS LTDA , inscrita no
CNPJ sob nº. 08.824.155/0001-54, com sede no endereço RUA BRASILIA, 52, CENTRO, CENTRO
MISSAL-PR neste ato representada por RONALDO LUIS GLESSE, portador do RG n° 44437657,
portador do CPF sob n° 718.547.469-87, acordam por meio deste o que segue:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência término 20/08/2027
com finalidade de CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica aditivado o Contrato sob nº 299/2025, referente à

licitação Pregão Eletrônico sob nº 41/2025, com base na cláusula quinta e décima primeira, do
contrato primitivo e na lei 14.133/21, estender por 12 (doze) meses o vencimento do contrato,
renovando o vencimento primitivo da cláusula sexta do contrato supra descrito, para o dia 20 do mês
de Agosto do ano de dois mil e vinte e sete (20-08-2027).
com fundamento art. 65, I, alínea b, c/c §1º, da Lei nº. 8.666/93.
CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.
CONTRATANTE CONTRATADA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE MISSAL MÁQUINAS AGRICOLAS LTDA
D'OESTE
CNPJ:77.817.476/0001-44 CNPJ:088.241.550-00154
RONALDO LUIS GLESSE
PREFEITO MUNICIPAL RG:44437657
CPF:718.547.469-87
DIAMANTE DO OESTE 26 de agosto de 2026.

Representante Legal

AMARILDO APARECIDO DA SILVA

www.elotech.

Publicado por:
Melquisedeque Abraao Barretos Teixeira
Código Identificador:9FDF0C81

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
ADITIVO PRAZO PR 43/2025

TERMO DE ADITIVO
Exercício: 2026
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE
Estado do Paraná
1° Termo aditivo do contrato nº.302/2025, decorrente de Pregão n° 43/2025 de CONTRATAÇÃO
DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE SACARIAS PARA A COLETA SELETIVA,
ATENDENDO AS NECESSIDADES DA COLETA SELETIVA/ASSOCIAÇÃO DE CATADORES
BRILHA DIAMANTE, CABENDO AO MUNICÍPIO O DIREITO DE CONTRATAR NO TODO OU EM
PARTE O OBJETO LICITADO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO
AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE DIAMANTE D'OESTE/PR..
A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE, pessoa jurídica de direito público interno,
inscrito no CNPJ sob n° 77.817.476/0001-44, com endereço em R.MAL.CASTELO BRANCO, 596,
CENTRO, DIAMANTE DO OESTE-PR, 85896000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr.
Amarildo Aparecido da Silva, e a empresa PRIME LONAS COMERCIO DE PRODUTOS
PLASTICOS LTDA - EPP , inscrita no CNPJ sob nº. 39.450.493/0001-05, com sede no endereço
RODOVIA BR-277 CURITIBA-PONTA GROSSA, 5001, CENTRO, CIDADE INDUSTRIAL
CURITIBA-PR neste ato representada por BENEDITO CARLOS BENTO, portador do RG n°
1898783-0, portador do CPF sob n° 448.394.139-91, acordam por meio deste o que segue:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência término 22/08/2027
com finalidade de CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica aditivado o Contrato sob nº 302/2025, referente à
licitação Pregão Eletrônico sob nº 43/2025, com base na cláusula quinta e décima primeira, do
contrato primitivo e na lei 14.133/21, estender por 12 (doze) meses o vencimento do contrato,
renovando o vencimento primitivo da cláusula quinta do contrato supra descrito, para o dia 22 do
mês de Agosto do ano de dois mil e vinte e sete (22-08-2027).
com fundamento art. 65, I, alínea b, c/c §1º, da Lei nº. 8.666/93.
CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

CONTRATANTE CONTRATADA
PRIME LONAS COMERCIO DE PRODUTOS
PLASTICOS LTDA - EPP
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE
D'OESTE
CNPJ:77.817.476/0001-44 CNPJ:394.504.930-00105
BENEDITO CARLOS BENTO
PREFEITO MUNICIPAL RG:1898783-0
CPF:448.394.139-91

DIAMANTE DO OESTE 26 de agosto de 2026.

Representante Legal

AMARILDO APARECIDO DA SILVA

www.elotech.

Publicado por:
Melquisedeque Abraao Barretos Teixeira
Código Identificador:331BEB6E

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
ADITIVO VALOR PR 43/2025

TERMO DE ADITIVO
Exercício: 2026
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE
Estado do Paraná
2° Termo aditivo do contrato nº.302/2025, decorrente de Pregão n° 43/2025 de CONTRATAÇÃO
DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE SACARIAS PARA A COLETA SELETIVA,
ATENDENDO AS NECESSIDADES DA COLETA SELETIVA/ASSOCIAÇÃO DE CATADORES
BRILHA DIAMANTE, CABENDO AO MUNICÍPIO O DIREITO DE CONTRATAR NO TODO OU EM
PARTE O OBJETO LICITADO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO
AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE DIAMANTE D'OESTE/PR..
A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE, pessoa jurídica de direito público interno,
inscrito no CNPJ sob n° 77.817.476/0001-44, com endereço em R.MAL.CASTELO BRANCO, 596,
CENTRO, DIAMANTE DO OESTE-PR, 85896000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr.
Amarildo Aparecido da Silva, e a empresa PRIME LONAS COMERCIO DE PRODUTOS
PLASTICOS LTDA - EPP , inscrita no CNPJ sob nº. 39.450.493/0001-05, com sede no endereço
RODOVIA BR-277 CURITIBA-PONTA GROSSA, 5001, CENTRO, CIDADE INDUSTRIAL
CURITIBA-PR neste ato representada por BENEDITO CARLOS BENTO, portador do RG n°
1898783-0, portador do CPF sob n° 448.394.139-91, acordam por meio deste o que segue:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto - Recomposição (equilíbrio financeiro) na importância
de R$ 162,40 (cento e sessenta e dois reais e quarenta centavos) , corresponde ao acréscimo
de 0,0% com finalidade de CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica aditivado o Contrato sob nº 302/2025,

referente à licitação pregão eletrônico sob nº 43/2025, com base na lei 14.133/21, fazer
realinhamento de preço dos itens do contrato, aumento de 4,10%, aplicando índice INPC; sendo
aumento global do contrato de R$ 162,40 (cento e sessenta e dois reais e quarenta centavos).
com fundamento art. 65, I, alínea b, c/c §1º, da Lei nº. 8.666/93.
CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.
CONTRATANTE CONTRATADA
PRIME LONAS COMERCIO DE PRODUTOS
PLASTICOS LTDA - EPP
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE
D'OESTE
CNPJ:77.817.476/0001-44 CNPJ:394.504.930-00105
BENEDITO CARLOS BENTO
PREFEITO MUNICIPAL RG:1898783-0
CPF:448.394.139-91
DIAMANTE DO OESTE 26 de agosto de 2026.
REPRESENTANTE LEGAL
Amarildo Aparecido da Silva
www.elotech.

Publicado por:
Melquisedeque Abraao Barretos Teixeira
Código Identificador:B859C800

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
AVISO DE LICITAÇÃO PR SRP 31/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
O Município de Diamante D'Oeste/PR; Inscrita no CNPJ/MF 77.817.476/0001-44, torna público que, fará realizar o **Processo Licitatório sob nº 117/2026**, na modalidade Pregão na forma Eletrônica por **Registro de Preço sob nº 31/2026**, do tipo menor preço por item unitário, para contratação de profissionais para desenvolvimento de oficinas, sendo um (01) professor de Artes Marciais (Kickboxing), e um (01) professor de Circo**,** ambos atuarão como instrutores das aulas, junto à rede municipal vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social de Diamante d'Oeste/PR, devendo as propostas e documentações, serem anexadas no Portal de Compras do Governo Federal – www.compras.gov.br, até o dia **11-09-2026 às 9h (nove horas)**. Ficam convocados à competição Licitatória todos aqueles que tiverem o interesse na matéria e que se enquadrarem nas condições estabelecidas no inteiro teor do EDITAL, cujas cópias poderão ser obtidas, no setor de Licitação, em qualquer dia útil e no endereço acima mencionado. Maiores informações, pelo telefone (45)3272-1141/3272-1235 e pelo site www.diamantedoeste.pr.gov.br.

Diamante D' Oeste, 25 de Agosto de 2026.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Melquisedeque Abraao Barretos Teixeira
Código Identificador:9A87C34E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23759/2026

DECRETO Nº 23759/2026

Concede férias à servidora Adriana Nicaretta Nunes.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º CONCEDE férias a servidora abaixo mencionada, com base no Artigo 90 da Lei 577/93 e suas alterações:

Matricula Funcional	Nome	Período aquisitivo	Período de gozo
6459-1	Adriana Nicaretta Nunes	2024/2025	24/08/2026 a 12/09/2026

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 24 de agosto de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos vinte dias do mês de agosto do ano de dois mil vinte e seis, 65° ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:875BCF0C

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23760/2026

DECRETO Nº 23760/2026

Exonera, a pedido, o servidor Gilmar Adriano Basilio Oliveira do cargo de provimento temporário de Advogado.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais**.**

D E C R E T A:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, o servidor **GILMAR ADRIANO BASILIO OLIVEIRA,** matrícula 20844-1, ocupante do cargo de provimento temporário de Advogado, lotado junto ao Gabinete do Prefeito/Procuradoria Jurídica, a partir de 18 de agosto de 2026.

Art. 2º Revoga-se o Decreto nº 23646/2026.

Art. 3º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 18 de agosto de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos vinte dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:505E605A

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23761/2026

DECRETO Nº 23761/2026

Exonera, a pedido, a servidora Mirian Amabile Walsak do cargo de provimento efetivo de Professora de Educação Infantil com Habilitação em Licenciatura Plena + Pós - 20H.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais**.**

D E C R E T A:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora **MIRIAN AMABILE WALSAK,** matrícula 20128-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora de Educação Infantil com Habilitação em Licenciatura Plena + Pós - 20H, lotada junto à Secretaria de Educação e Cultura/ Escola Municipal 28 de Novembro, a partir de 20 de agosto de 2026.

Art. 2º Revoga-se o Decreto nº 20817/2024.

Art. 3º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 20 de agosto de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos vinte dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:E746F60A

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23762/2026

DECRETO Nº 23762/2026

Concede Licença por morte em pessoa da família a servidora Rosineide Aparecida Alves.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º CONCEDE Licença por Morte em Pessoa da Família (pai) a servidora **ROSINEIDE APARECIDA ALVES**, matrícula funcional 13798-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, lotada junto a Secretaria de Saúde, no período de 20 a 27 de agosto de 2026, com base no artigo 10, Inciso VII, alínea "b", da Lei 1875/2014 e suas alterações.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 20 de agosto de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:E6639F55

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23763/2026

DECRETO Nº 23763/2026

Contrata a Senhora Luana Bernardo da Silva para o cargo de provimento temporário de Professora de Educação Infantil com Habilitação em Licenciatura Plena + Pós.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Contrata a Senhora **LUANA BERNARDO DA SILVA,** matrícula funcional 20858-1, regularmente classificada no Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 12/2025, para o cargo de provimento temporário de Professora de Educação Infantil com Habilitação em Licenciatura Plena + Pós, para desempenhar suas atividades junto a Secretaria de Educação e Cultura/ Escola Municipal João Paulo II, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 24 de agosto de 2026 a 17 de dezembro de 2027, com base na Lei nº 2917/2025 e posteriores alterações.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 24 de agosto de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:7244A935

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23764/2026

DECRETO Nº 23764/2026

Concede Bolsa Auxílio à servidores municipais.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Concede Bolsa Auxílio, no percentual de 10% (dez por cento) sobre o nível 01 da tabela de vencimentos dos servidores efetivos do Município, no período de 01 de agosto a 31 de dezembro de 2026, com base no Art. 108 da Lei n° 1666/2011, Lei n° 2541/2021, Portaria 128/2025 e Artigo 47 da Lei 2902/2025.

MATRICULA	NOME	CARGO	CURSO	INSTITUIÇÃO
19555-1	Fabiano Borba Meure	Motorista	Pós-Graduação em Gestão Pública	Faculdade Iguaçu
20591-1	Julia Sophia Mendes de Oliveira Leonardi	Cirurgiã Dentista	Pós-Graduação em Odontopediatria	Faculdade São Leopoldo Mandic
20561-1	Juliane Carneiro	Agente Comunitário de Saúde	Graduação em Gestão Pública	Centro Universitário UniFatecie
20583-1	Marilsa Pereira Mendes	Técnico Em Enfermagem	Graduação em Gestão Pública	Faculdade Focus
20141-1	Osmar Agostinho Camargo	Agente da Autoridade de Trânsito	Graduação em Gestão Pública	Centro Universitário UniFatecie
19417-1	Taline de Campos Medeiros	Assistente Social	Graduação em Gestão Pública	Centro Universitário UNIFAEL
20119-1	Wagner Junior Provensi	Agente da Autoridade de Trânsito	Graduação em Gestão Pública	Centro Universitário UniFatecie

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de agosto de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:A740FA92

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23765/2026

DECRETO Nº 23765/2026

Concede ajuda de custo a professora.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º Concede ajuda de custo (difícil acesso) no percentual de 15% (quinze por cento) da classe em que se encontra, para auxiliar nas despesas de deslocamento, com base no art. 77º, §1º, da Lei 2902/2025, à professora abaixo relacionada:

Matrícula Funcional	Nome do (a) Servidor (a)	Deslocamento Origem/Destino	Período
13187-1 e 13187-2	Denize Lohn Vodzicki	Linha São Pedro dos Poloneses/ Escola Municipal Santa Luzia	01.08.2026 a 18.12.2026

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de agosto de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:0D029C4E

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23766/2026

DECRETO Nº 23766/2026

Concede Gratificação pelo exercício de Docência em Educação no Campo a professora.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Concede Gratificação pelo exercício de Docência em Educação no Campo, no percentual de 15% (quinze por cento), com base no Artigo 79, inciso V, Parágrafo Único, da Lei 2902/2025, a professora abaixo relacionada:

Matrícula	Nome	Escola em que atua	Período
20768-1	Gizele Vieira	Escola Municipal do Campo Plínio Salgado	01/08/2026 a 18/12/2026

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de agosto de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:9A34E61B

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23767/2026

DECRETO Nº 23767/2026

Revoga a concessão de Bolsa Auxilio aos servidores.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º Revoga a concessão de Bolsa Auxilio aos servidores abaixo relacionados, a partir de 01 de julho de 2026 nos termos da legislação vigente.

Matrícula	Nome	Revoga-se o Decreto
20151-1	Alini Gomes dos Santos	23275/2026 - Dispositivo
19711-1	Any Carolyne Caetano Ferreira	22961/2026
19355-1	Bruna Kemper Ballem	22983/2026
20195-1	Bruno Henrique Drun	22980/2026
20451-1	Camila Lorenzo Martins	23495/2026 - Dispositivo
18516-1	Danieli Pessini	23012/2026
20073-1	Debora Belusso	22978/2026
18063-1	Edenilson Alves de Moraes	23275/2026 - Dispositivo
20140-1	Eduardo Ishii Neckel	22982/2026
20518-1	Eduardo Portes de Lima	23495/2026 - Dispositivo
19819-1	Eliane Dambros Andretta	23004/2026
20552-1	Fabiane Barbosa dos Santos Baranoski	22979/2026
19555-1	Fabiano Borba Meure	23275/2026 - Dispositivo
19855-1	Franciane Tadiotto Falcao	22951/2026
19408-1	Gabriela Daniel de Campos	22943/2026
18868-1	Jalciane Dagostin	23275/2026 - Dispositivo
20114-1	Jaqueline Antunes Valentini	23275/2026 - Dispositivo
20517-1	Jean de Jesus	23564/2026 - Dispositivo
20084-1	Joao Luiz Pereira Soares	
19570-1	Jobson Lorel Oliveira da Silveira	22991/2026
19550-1	Jose Alves Siqueira Neto	23275/2026 - Dispositivo
13322-1	Jose Gilvani Bertholdo	22990/2026
19695-1	Juliana Leria	23275/2026 - Dispositivo
20213-1	Katiane Rodrigues Ishii	22977/2026
17847-1	Lilian Pasa Alexandre	23006/2026
18794-1	Lucas Luiz Gilioli	22984/2026
20070-1	Luciane Kurkievicz	22945/2026
17865-1	Martha Daniela Carboni	22949/2026
20461-1	Mauricio Lucas Honetta Anziliero	23275/2026 - Dispositivo
20778-1	Nilson Rodrigo Dalmagro	23564/2026 - Dispositivo
19823-1	Paula Jennifer de Oliveira Leal	22946/2026
20111-1	Saulo Jovino Toledo	23275/2026 - Dispositivo
20188-1	Solange Haas de Medeiros Bueno	23017/2026
20248-1	Suzana de Fatima Ribeiro	22976/2026
18197-1	Talita Klock Kayser	22948/2026
20071-1	Vitoria Honorato Felippi	23016/2026
20119-1	Wagner Junior Provensi	22967/2026

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de julho de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:EEA1E247

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23771/2026

DECRETO Nº 23771/2026

Concede Gratificação de Assiduidade.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º CONCEDE Gratificação de Assiduidade com base no Artigo 150, parágrafo único da Lei 577/93 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais) e suas alterações, aos servidores abaixo relacionados:

MÊS DE PAGAMENTO AGOSTO/2026

Matrícula Funcional	Nome do (a) Servidor (a)
18368-1	Adriana Staziaki Kovaleski
18369-1	Ana Valeria Gonçalves Pitz
13401-1	Claudinei Schreiber
18304-1	Cleusa Alves de Meira
13333-1	Marivone Belusso
17955-1	Mirian Meireles de Medeiros
13725-1	Olisses de Lima Bueno

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de agosto de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos vinte e cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:BF316F11

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23772/2026

DECRETO Nº 23772/2026

Concede férias à servidora Ivanete Jasinski.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º CONCEDE férias a servidora abaixo mencionada, com base no Artigo 90 da Lei 577/93 e suas alterações:

Matricula Funcional	Nome	Período aquisitivo	Período de gozo
18653-1	Ivanete Jasinski	2024/2025	24/08/2026 a 07/09/2026

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 24 de agosto de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos vinte e cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil vinte e seis, 65° ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:AA6302D7

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23773/2026

DECRETO Nº 23773/2026

Concede Licença para Casamento à servidora Aline Teles de Souza.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1° CONCEDE Licença para Casamento à servidora **ALINE TELES DE SOUZA**, matrícula funcional 20422-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnica Em Enfermagem, lotada junto a Secretaria de Saúde/CIEM, no período de 22 a 29 de agosto de 2026, com base no artigo 152, Inciso I, da Lei 577/93 e suas alterações.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 22 de agosto de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos vinte e cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:7AF4CD54

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23774/2026

DECRETO Nº 23774/2026

Nomeia a Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN, e dá outras providências.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º Nomeia a Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN de Dois Vizinhos, composta pelos seguintes membros:

Segmento	Titular	Suplente
Secretaria de Desenvolvimento Rural	Irival Di Domênico	Cleverson Aléssio da Silva
Secretaria de Educação e Cultura	Leda Maria Ferrari	Ana Luisa Barbosa
Secretaria de Assistência Social e Cidadania	Adilson Rosa	Alex Junior Bacchi
Secretaria de Saúde	Claudete Meurer	Gilmara Rompkovski Camargo

Art. 2º Revoga-se o Decreto n.º 23748/2026.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos vinte e cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:52C70AC1

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23777/2026

DECRETO Nº 23777/2026

Altera o Anexo Único do Decreto nº 23625/2026.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Altera o Anexo Único do Decreto nº 23625/2026, que passa a ter a seguinte redação:

ANEXO ÚNICO

Secretaria	Metas e Medidas
Secretaria Geral de Governo, Secretaria de Administração e Finanças e Gabinete.	Suspender 100% das horas extras; Suspender 100% das diárias; Suspender processos de contratação de capacitações, palestras e congêneres; Revisar Gratificações; Revisar quadro de servidores Comissionados; Revisar o quadro de terceirizados; Intensificar cobrança da dívida ativa; Revisar todos os contratos administrativos e despesas mensais; Não autorizar despesas não essenciais ou sem justificativa fundamentada.
Planejamento e Ações Estratégicas	Suspender 100% das horas extras e diárias; Suspender obras de pavimentação realizadas com recursos livres; Revisar Gratificações; Revisar quadro de servidores Comissionados; Revisar o quadro de terceirizados; Revisar contratos de consultorias.
Saúde	Reduzir 30% a concessão de Horas Extras e Diárias; Revisar contratos administrativos e despesas mensais; Priorizar ações que tenham recursos vinculados para seu custeio; Revisar Gratificações; Revisar quadro de servidores Comissionados; Revisar o quadro de terceirizados; Reduzir o deslocamento dentro e fora do Município.
Educação	Suspender 100% das horas extras e diárias; Reduzir os gastos com eventos, cerimônias e atividades extracurriculares que gerem despesas adicionais; Revisar o quadro de terceirizados; Atuar junto às Unidades de Ensino visando racionalizar o consumo de materiais de expediente, limpeza, cozinha, armarinho, alimentos, entre outros;
Assistência Social	Suspender 100% das horas extras e diárias; Utilizar prioritariamente recursos vinculados para custeio das ações; Revisar Gratificações; Revisar quadro de servidores Comissionados; Revisar o quadro de terceirizados; Revisar contratos de prestação de serviços custeados com recursos livres;
Viação, Obras e Serviços Urbanos	Suspender 100% das horas extras, ressalvadas situações excepcionais, mediante justificativa e prévia autorização expressa do Chefe do Poder Executivo; Suspender serviços particulares, ressalvadas situações excepcionais, mediante justificativa e prévia autorização expressa do Chefe do Poder Executivo; Reduzir o consumo de materiais de construção; Reduzir em 20% a utilização de combustível; Postergar obras com recursos próprios, suspendendo-as;
Desenvolvimento Rural	Suspender 100% das horas extras e diárias, ressalvadas situações excepcionais, mediante justificativa e prévia autorização expressa do Chefe do Poder Executivo; Suspender serviços em propriedades privadas do Programa Caminhos da Produção, ressalvadas situações excepcionais de interesse público, mediante justificativa e prévia autorização expressa do Chefe do Poder Executivo; Suspender serviços públicos exceto os urgentes ou essenciais; Revisar Gratificações; Revisar quadro de servidores Comissionados; Revisar o quadro de terceirizados; Revisar contratos de prestação de serviços Reduzir em 20% o consumo de combustível; Priorizar exclusivamente programas essenciais de apoio ao produtor rural.
Desenvolvimento Econômico	Suspender 100% das horas extras e diárias; Revisar contratos de prestação de serviços; Revisar Gratificações; Revisar quadro de servidores Comissionados; Revisar o quadro de terceirizados; Reduzir em 20% o consumo de combustível
Meio Ambiente	Suspender 100% das horas extras e diárias; Suspender Programa de Proteção de Fontes; Revisar quadro de servidores Comissionados; Revisar o quadro de terceirizados; Diminuir os custos com destinação de inservíveis; Reduzir em 20% o consumo de combustível
Esporte e Lazer	Suspender 50% das horas extras e diárias, excetuando eventos esportivos de caráter oficial já agendados; Reduzir ou cancelar eventos esportivos planejados para 2026; Revisar apoios financeiros à entidades e associações; Reduzir em 50% o deslocamento para outros Municípios; Vetar transporte para times, associações e congêneres; Revisar quadro de servidores Comissionados; Revisar o quadro de terceirizados; Reduzir em 20% o consumo de combustível.
Habitação, Mulher, Idoso e Juventude, Comunicação Social	Suspender horas extras; Reduzir diárias; Revisar Gratificações; Revisar quadro de servidores Comissionados; Revisar o quadro de terceirizados; Priorizar recursos externos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 27 de agosto de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:0389B90D

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO PARA FINS DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATOS, ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS, CONVÊNIOS, TERMOS Nº 096/2026

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
Extrato para fins de publicação de Contratos, Atas de Registro de Preços, Convênios, Termos nº 096/2026

Contrato	378/2026 – Pregão Eletrônico nº 90045/2026
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	Editora Progressiva Ltda - CNPJ/MF nº 04.772.585/0001-19.
Objeto	Aquisição de material gráfico e contratação de serviços gráficos, para atender às diversas Secretarias do Município de Dois Vizinhos, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor	R$ 3.000,00 (três mil reais).
Prazo de Vigência	12 (doze) meses.
Data de Assinatura	21 de agosto de 2026.

Dois Vizinhos, 26 de agosto de 2026.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:7B0BD8F8

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 096/2026

PORTARIA Nº 096/2026

Concede diária a servidores municipais.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o disposto nas Lei nº 1662/2011 e suas alterações,

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER diária aos servidores municipais conforme especificado abaixo:

Nome do servidor	Caroline Stodulny Andrade
Matrícula Funcional	20150-1
Função	Psicóloga
Secretaria	Secretaria de Educação e Cultura
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Participar do 3º Seminário Regional dos Direitos da Criança e do Adolescente
Período	12 e 13/08/2026
Valor das diárias	R$ 205,50 (duzentos e cinco reais e cinquenta centavos)
Proc. Administrativo n° 2.588/2026 – 1 Doc	

Nome do servidor	Maria Cristina Carioletti
Matrícula Funcional	17538-1
Função	Professora/Suporte Pedagógico
Secretaria	Secretaria de Educação e Cultura
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Participar do 3º Seminário Regional dos Direitos da Criança e do Adolescente
Período	12 e 13/08/2026
Valor das diárias	R$ 205,50 (duzentos e cinco reais e cinquenta centavos)
Proc. Administrativo n° 2.588/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Talita Klock Kayser
Matrícula Funcional	18197-1
Função	Psicóloga
Secretaria	Secretaria de Educação e Cultura
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Participar do 3º Seminário Regional dos Direitos da Criança e do Adolescente
Período	12 e 13/08/2026
Valor das diárias	R$ 205,50 (duzentos e cinco reais e cinquenta centavos)
Proc. Administrativo nº 2.588/2026 - 1Doc	

Nome do servidor	Rubia Regina da Silva Lucheze
Matrícula Funcional	20830-1
Função	Assistente Social
Secretaria	Secretaria de Educação e Cultura
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Participar do 3º Seminário Regional dos Direitos da Criança e do Adolescente
Período	12 e 13/08/2026
Valor das diárias	R$ 205,50 (duzentos e cinco reais e cinquenta centavos)
Proc. Administrativo nº 2.588/2026 - 1Doc	

Nome do servidor	Alex Junior Bachi
Matrícula Funcional	20424-1
Função	Educador Artístico I
Secretaria	Secretaria de Assistência Social e Cidadania
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Participar do 3º Seminário Regional dos Direitos da Criança e do Adolescente
Período	12 e 13/08/2026
Valor das diárias	R$ 205,50 (duzentos e cinco reais e cinquenta centavos)
Proc. Administrativo 2.577/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Carine Armani
Matrícula Funcional	18312-1
Função	Educadora Artística II
Secretaria	Secretaria de Assistência Social e Cidadania
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Participar do 3º Seminário Regional dos Direitos da Criança e do Adolescente
Período	12 e 13/08/2026
Valor das diárias	R$ 205,50 (duzentos e cinco reais e cinquenta centavos)
Proc. Administrativo 2.577/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Elaine da Silva
Matrícula Funcional	17989-1
Função	Educadora Artística
Secretaria	Secretaria de Assistência Social e Cidadania
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Participar do 3º Seminário Regional dos Direitos da Criança e do Adolescente
Período	12 e 13/08/2026
Valor das diárias	R$ 205,50 (duzentos e cinco reais e cinquenta centavos)
Proc. Administrativo 2.577/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Emanuel Cláudio Ghizzi
Matrícula Funcional	20094-1
Função	Assistente Social
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Participar do 3º Seminário Regional dos Direitos da Criança e do Adolescente
Período	12 e 13/08/2026
Valor das diárias	R$ 205,50 (duzentos e cinco reais e cinquenta centavos)
Proc. Administrativonº 2.577/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Kelly Miola Alves
Matrícula Funcional	20538-1
Função	Psicóloga
Secretaria	Secretaria de Assistência Social e Cidadania
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Participar do 3º Seminário Regional dos Direitos da Criança e do Adolescente
Período	12 e 13/08/2026
Valor das diárias	R$ 205,50 (duzentos e cinco reais e cinquenta centavos)
Proc. Administrativo nº 2.577/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Lucas Luiz Gilioli
Matrícula Funcional	18784-1
Função	Psicólogo
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Participar do 3º Seminário Regional dos Direitos da Criança e do Adolescente
Período	12 e 13/08/2026
Valor das diárias	R$ 205,50 (duzentos e cinco reais e cinquenta centavos)
Proc. Administrativo nº 2.577/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Lucélia Almeida Rocha de Goes
Matrícula Funcional	17862-1
Função	Assistente Social
Secretaria	Secretaria de Assistência Social e Cidadania
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Participar do 3º Seminário Regional dos Direitos da Criança e do Adolescente
Período	12 e 13/082026
Valor das diárias	R$ 205,50 (duzentos e cinco reais e cinquenta centavos)
Proc. Administrativo 2.577/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Marivani Oliveira Paz Silva
Matrícula Funcional	18026-1
Função	Assistente Social
Secretaria	Secretaria de Assistência Social e Cidadania
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Participar do 3º Seminário Regional dos Direitos da Criança e do Adolescente
Período	12 e 13/08/2026
Valor das diárias	R$ 205,50 (duzentos e cinco reais e cinquenta centavos)
Proc. Administrativo 2.577/2026 – 1 Doc	

Nome do servidor	Odirlei Galon
Matrícula Funcional	19239-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Assistência Social e Cidadania
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Transportar servidores para participarem do 3º Seminário Regional dos Direitos da Criança e do Adolescente
Período	12 e 13/08/2026

Valor das diárias	R$ 205,50 (duzentos e cinco reais e cinquenta centavos)
Proc. Administrativo nº 2.577/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Giovane Cezar Rosin
Matrícula Funcional	20609-1
Função	Chefe de Relações Políticas e Institucionais
Secretaria	Gabinete do Prefeito
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Reunião com o diretor e o presidente do IAT para tratar de assuntos de interesse do município, alinhar demandas e buscar encaminhamentos junto ao órgão
Período	14/08/2026
Valor das diárias	R$ 163,19 (cento e sessenta e três reais e dezenove centavos)
Proc. Administrativo n° 2.631/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Luis Carlos Turatto
Matrícula Funcional	19023-1
Função	Prefeito
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Reunião com o diretor e o presidente do IAT para tratar de assuntos de interesse do município, alinhar demandas e buscar encaminhamentos junto ao órgão
Período	14/08/2026
Valor das diárias	R$ 211,56 (duzentos e onze reais e cinquenta e seis centavos)
Proc. Administrativo nº 2.631 /2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Giovane Cezar Rosin
Matrícula Funcional	20609-1
Função	Chefe de Relações Políticas e Institucionais
Secretaria	Gabinete do Prefeito
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Foz do Iguaçu
Objetivo da viagem	Participação em encontro institucional promovido pela Itaipu Binacional
Período	15/08/2026
Valor das diárias	R$ 229,69 (duzentos e vinte e nove reais e sessenta e nove centavos)
Proc. Administrativo n° 2.632/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Adelir Antonio Coscode
Matrícula Funcional	17361-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão e Cascavel
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Período	11,12,13,14 e 17/08/2026
Valor das diárias	R$ 598,37 (quinhentos e noventa e oito reais e trinta e trinta e seis centavos)
Proc. Administrativo n° 2.646/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Adenilso Vieira Schmitz
Matrícula Funcional	16594-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Cascavel e Curitiba
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Período	11,12,13,14 e 17/08/2026
Valor das diárias	R$ 906,63 (novecentos e seis reais e sessenta e três centavos)
Proc. Administrativo nº 2.646/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Adilson Nicolodi
Matrícula Funcional	13152-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Pato Branco
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Período	11,12,13 e 17/08/2026
Valor das diárias	R$ 411,00 (quatrocentos e onze reais)
Proc. Administrativo n° 2.646/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Angelo Cardoso da Silva
Matrícula Funcional	18148-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Período	06,11,12,13,14 e 17/08/2026
Valor das diárias	R$ 616,50 (seiscentos e dezesseis reais e cinquenta centavos)
Proc. Administrativo n° 2.646/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Edenilson Alves de Moraes
Matrícula Funcional	18063-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão e Curitiba
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Data	11,13,14,15 e 16/08/2026
Valor das diárias	R$ 791,55 (setecentos e noventa e um reais e cinquenta e cinco centavos)
Proc. Administrativo n° 2.646/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Edivaldo Rocha de Paula
Matrícula Funcional	14923-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Curitiba, Cascavel e Foz do Iguaçu
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Período	10,11,12 e 13/08/2026
Valor das diárias	R$ 719,26 (setecentos e dezenove reais e vinte e seis centavos)
Proc. Administrativon° 2.646/2026– 1Doc	

Nome do servidor	Fabiano Borba Meure
Matrícula Funcional	19555-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão e Curitiba
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Data	10,11,12,17 e 18/08/2026
Valor das diárias	R$ 779,70 (setecentos e setenta e nove reais e setenta centavos)
Proc. Administrativo n° 2.646 /2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Gilberto Morais
Matrícula Funcional	17828-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Cascavel e Curitiba
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Período	12,13 e 14/08/2026
Valor das diárias	R$ 658,82 (seiscentos e noventa e oito reais e oitenta e dois centavos)
Proc. Administrativo n° 2.646/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Itamar Jose Frantz
Matrícula Funcional	4650-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão, Cascavel e Curitiba
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Período	03,04,05,0607,10,12,13,14 e 15/08/2026
Valor das diárias	R$ 1.075,81 (um mil, setenta e cinco reais e oitenta e um centavos)
Proc. Administrativo n° 2.646/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Jocemar Aloisio Assmann
Matrícula Funcional	19168-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão, Nova Aurora e Guarapuava
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Período	11,12,13 e 17/08/2026
Valor das diárias	R$ 537,93 (quinhentos e trinta e sete reais e noventa e três centavos)
Proc. Administrativo n° 2.646/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Leocir Paulo Tranker
Matrícula Funcional	14338-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Guarapuava, Ampere e Curitiba
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Data	10,12,13 e 14/08/2026
Valor das diárias	R$ 719,26 (setecentos e dezenove reais e vinte e seis centavos)
Proc. Administrativo n° 2.646/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Mizael Gonçalves de Menezes
Matrícula Funcional	18065-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Cascavel e Jesuítas
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Período	12 e 13/08/2026
Valor das diárias	R$ 290,12 (duzentos e noventa reais e doze centavos)
Proc. Administrativo n° 2.646/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Natanael do Nascimento Silva
Matrícula Funcional	19565-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Assistência Social e Cidadania
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Data	12/08/2026
Valor das diárias	R$ 42,30 (quarenta e dois reais e trinta centavos)
Proc. Administrativo n° 2.646/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Nilson Rodrigo Dalmagro
Matrícula Funcional	20778-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão e Guarapuava
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Período	12,13,14,16 e 17/08/2026
Valor das diárias	R$ 513,75 (quinhentos e treze reais e setenta e cinco centavos)
Proc. Administrativo n° 2.646/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Rafael Muttoni
Matrícula Funcional	17790-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão e Curitiba
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Data	13,14 e 17/08/2026
Valor das diárias	R$ 676,95 (seiscentos e setenta e seis reais e noventa e cinco centavos)
Proc. Administrativo n° 2.646/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Rafael Krupinski
Matrícula Funcional	18268-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Data	12,13,14,15 e 17/08/2026
Valor das diárias	R$ 453,30 (quatrocentos e cinquenta e três reais e trinta centavos)
Proc. Administrativo n° 2.646/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Ricardo Besson
Matrícula Funcional	18060-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Data	06,07,08 e 11/08/2026
Valor das diárias	R$ 187,35 (cento e oitenta e sete reais e trinta e cinco centavos)
Proc. Administrativo nº 2.646/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Sebastião Josmar Borba da Silva
Matrícula Funcional	17835-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Pato Branco e Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Data	11,13 e 17/08/2026
Valor das diárias	R$ 308,25 (trezentos e oito reais e vinte e cinco centavos)
Proc. Administrativo n° 2.646/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Vanderlei Venassi
Matrícula Funcional	13154-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Curitiba e Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Data	09,10,11,12,13,14,15 e 17/08/2026
Valor das diárias	R$ 1.353,90 (um mil, trezentos e cinquenta e três reais e noventa centavos)
Proc. Administrativo n° 2.646/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Jose Gilvani Bertholdo
Matrícula Funcional	13322-1
Função	Técnico de Enfermagem
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Cascavel e Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Acompanhamento de pacientes
Período	13,14,15 e 16/08/2026
Valor das diárias	R$ 290,10 (duzentos e noventa reais e dez centavos)
Proc. Administrativo nº 2.647/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Micheli Szczepkowski Favero
Matrícula Funcional	19822-1
Função	Técnica de Enfermagem
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Acompanhamento de pacientes
Período	12,14 e 17/08/2026
Valor das diárias	R$ 187,35 (cento e oitenta e sete reais e trinta e cinco centavos)
Proc. Administrativo nº 2.647/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Paula Jennifer de Oliveira Leal
Matrícula Funcional	19823-1
Função	Técnica de Enfermagem
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Acompanhamento de pacientes
Período	15/08/2026
Valor das diárias	R$ 42,30 (quarenta e dois reais e trinta centavos)
Proc. Administrativo n° 2.647/2026 – 1Doc	

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 03 de agosto de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:36802290

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA DISPENSA ELETRÔNICA Nº 0011/2026 – TIPO MENOR PREÇO

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
DISPENSA ELETRÔNICA *Nº 0011/2026* – TIPO MENOR PREÇO

CONTRATANTE
Secretaria Municipal de Meio Ambiente – MUNICÍPIO DE DOUTOR ULYSSES

OBJETO
Contratação de empresa especializada para realização de estudo geofísico destinado à definição do ponto mais adequado para perfuração de poço tubular profundo na Comunidade Sete Quedas do Geliet, zona rural do Município de Doutor Ulysses – PR.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R$ 17.760,00 (DEZESSETE MIL SETECENTOS E SESSENTA REAIS)

RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: até o dia 01/09/2026 às 09h:00min.
DATA DE ABERTURA DA FASE DE DISPUTA: 01/06/2026
HORÁRIO DE INÍCIO DA FASE DE DISPUTA: 09h: 05min
DURAÇÃO DA DISPUTA: 06 (SEIS) HORAS
LINK PARA REALIZAÇÃO DA SESSÃO DA DISPUTA: https://www.bll.org.br.
REFERENCIA DE HORÁRIO: Horário de Brasília/DF.

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: NÃO

DISPOSIÇÃO DO AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA E SEUS ANEXOS: O Aviso de Contratação Direta e seus anexos estão disponíveis para consulta no site da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, sito http://www.doutorulysses.pr.gov.br/licitacao/; e no Site da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, sito o Site: http://www.bll.org.br.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: poderá ser obtido junto a Superintendência de Compras e Licitação da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, sito a Rua Olívio Gabriel de Oliveira, 10, Centro, das 08h00minh às 16h00minh. O Aviso de Contratação Direta e seus anexos encontram-se disponíveis no endereço eletrônico www.doutorulysses.pr.gov.br no link licitações.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses/PR, 26 de agosto de 2026.

HELISSON PATRICK BESTEL
Agente de Contratação

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:05B8B39F

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº0263/2026 NOMEAR, O SENHOR GABRIEL DA SILVA FITZ, PORTADOR DO CPF/MF Nº 101.XXX.XXX-63, NO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE, RECREAÇÃO E TURISMO.

DECRETO Nº0263/2026

A Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, através do Prefeito Municipal;
CONSIDERANDO que o servidor nomeado em cargo em comissão tem declarado como livre sua nomeação e exoneração, conforme dispõe o art. 37° II da CF de 88;
DECRETA

Artigo 1º – NOMEAR, o senhor **GABRIEL DA SILVA FITZ,** portador do CPF/MF nº 101.XXX.XXX-63, no cargo em comissão de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE, RECREAÇÃO E TURISMO;

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor a partir da presente data, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e Publique-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito em 25 de agosto de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:A23198E3

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DUP - DEFINE O CALENDÁRIO ANUAL DE PAGAMENTOS DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E DOS SALÁRIOS DOS SERVIDORES DO DOUTOR ULYSSES PREV., REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2026.

Resolução 005/2026

A Diretora Presidente do Conselho de Administração do ***DOUTOR ULYSSES PREV***, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal 013/2020 de 20 de agosto de 2020;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer previsão para o pagamento dos benefícios previdenciários aos beneficiários do Doutor Ulysses Prev.

RESOLVE

Art. 1° - Define o calendário anual de pagamentos dos benefícios previdenciários e dos salários dos servidores do Doutor Ulysses Prev., referente ao exercício de 2026, que será observado conforme as datas especificadas a seguir:

Competência	Data	Status
Janeiro	***	Realizado
Fevereiro	***	Realizado
Março	***	Realizado
Abril	***	Realizado
Maio	***	Realizado
Junho	***	Realizado
Julho	***	Realizado
Agosto	**28/08/2026**	**Aguardando**
Setembro	**29/09/2026**	**Aguardando**
Outubro	**29/10/2026**	**Aguardando**
Novembro	**27/11/2026**	**Aguardando**
Dezembro	**28/12/2026**	**Aguardando**
13º Salario (parc. única)	**04/12/2026**	**Aguardando**

Art. 2° - Em situações excepcionais, as datas poderão ser alteradas, sendo emitido novo calendário, o qual será devidamente divulgado no site oficial do Doutor Ulysses Prev.

Art. 3° - Esta Resolução entra em vigor a partir da presente data, revogados as disposições em contrário.

Doutor Ulysses - Paraná, em 26 de agosto de 2026.

MARILAND ANTONIA DE CARVALHO
Dirª. Presidente

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:41E63ABA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 0080/2026. ORIGEM: DISPENSA ELETRONICA N°0010/2026.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0080/2026.

ORIGEM: DISPENSA ELETRONICA N°0010/2026.

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 25 de agosto de 2026.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, CNPJ: 95.422.911/0001-13;

EMPRESA: CAROLINE SIMÃO DOS SANTOS, inscrita no CNPJ/MF sob nº 66.015.583/0001-32, sediada na Margem esquerda, cep 83570-000, Cerro Azul, Estado do Paraná.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO EM LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS), POR MEIO DA REALIZAÇÃO DE CURSO PRESENCIAL DESTINADO AOS USUÁRIOS DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS – SCFV "CIDADÃO DO FUTURO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS DO PROCESSO LICITATÓRIO.

VALOR R$ 46.560,00 (QUARENTA E SEIS MIL QUINHENTOS E SESSENTA REAIS).

Doutor Ulysses/PR, 25 de agosto de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:F275A1F0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 106/2026 PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 051/2026

INÍCIO: 26/08/2026 **VALIDADE:** 25/08/2027

Objeto: Execução de sondagens de reconhecimento do subsolo do tipo SPT (Standard Penetration Test), ensaios de CBR (California Bearing Ratio) e ensaios de percolação de solo no Município De Fernandes Pinheiro.

Razão Social: KOPAS PROJETOS E SERVIÇOS LTDA
CNPJ: 34.145.662/0001-71
Endereço: Rua da Liberdade, nº 760, Centro, Irati/ PR, CEP: 84.500-049
Telefone: (42) 98803-5294
E-mail: contato.kopas@gmail.com
Representante Legal: Marcio Piala

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E PREÇO REGISTRADO
1.1. Constitui o objeto da presente Ata de Registro de Preços **a Execução de sondagens de reconhecimento do subsolo do tipo SPT (Standard Penetration Test), ensaios de CBR (California Bearing Ratio) e ensaios de percolação de solo no Município De Fernandes Pinheiro.**
1.2 A presente Ata de Registro de Preços tem por valor total estimado a quantia de R$ 197.000,00 (cento e noventa e sete mil reais), ressalvando-se o direito de o Município efetuar o pagamento do que efetivamente for utilizado, conforme preços unitários e quantidades especificados abaixo:

Item	Descrição	Qtde	Valor unit	Valor total
01	Com o objetivo de atender às necessidades dos projetos de engenharia da Prefeitura Municipal de Fernandes Pinheiro, será executado o serviço de sondagem a percussão com ensaio de penetração padrão (SPT - Standard Penetration Test), método de investigação geotécnica realizado in loco que visa caracterizar o subsolo e obter parâmetros técnicos essenciais para o dimensionamento de fundações, obras de pavimentação, drenagem e demais estruturas de infraestrutura. A sondagem permite identificar os diferentes tipos de solo ao longo da profundidade, determinar o nível do lençol freático, obter o índice de resistência à penetração (NSPT), utilizado no cálculo da capacidade de carga do solo, e coletar amostras deformadas para análise visual e classificação tátil-visual. A execução ocorrerá conforme as necessidades de cada projeto e os laudos deverão ser assinados por profissional habilitado.	200 uni	511,80	102.360,00
02	Com o objetivo de subsidiar tecnicamente os projetos de pavimentação e infraestrutura urbana e rural da Prefeitura Municipal de Fernandes Pinheiro, será realizado o ensaio de CBR (California Bearing Ratio), um dos principais métodos laboratoriais para avaliar a capacidade de suporte dos solos utilizados em subleitos e bases de pavimentos. O ensaio tem como finalidade determinar a resistência do solo à penetração, avaliar a qualidade do solo compactado e sua adequação para aplicação em obras viárias, servindo de base para o dimensionamento das espessuras de pavimentos flexíveis e rígidos. Os resultados deverão ser apresentados em laudo técnico assinado por profissional habilitado, com indicação do índice CBR (%) e informações necessárias aos projetos de engenharia.	200 uni	246,30	49.260,00
03	Serão realizados ensaios de percolação de solo com a finalidade de avaliar a capacidade de infiltração e absorção do terreno, fornecendo parâmetros técnicos para o planejamento de soluções de drenagem, dispositivos de infiltração, sistemas de disposição local de efluentes quando aplicável e demais intervenções que dependam do comportamento hidráulico do solo. O procedimento deverá ser executado em campo, nos locais indicados pela Administração, com registro das condições do terreno, metodologia adotada, resultados obtidos e emissão de laudo técnico assinado por profissional habilitado, apto a subsidiar decisões de projeto.	100 uni	453,80	45.380,00

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS, HORÁRIOS E LOCAL DE EXECUÇÃO
2.1. O prazo de validade das propostas para o ato de julgamento do Pregão é de 60 (sessenta) dias.
2.2. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, após a assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, dependendo da demanda do objeto, saldo a retirar e comum acordo entre as partes.
2.3. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, tendo eficácia legal após a publicação de seu extrato no Diário Oficial do Município, contudo prorrogável por igual período, atestando ainda que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, e desde que atendido as determinações dos Artigos 106 e 107 da lei 14.133/21.
2.4. Os serviços deverão ser executados, conforme a necessidade da Administração, sendo feita solicitação através de Ordem de Serviços no prazo mínimo de 5 (cinco) dias de antecedência, devendo o serviço ser prestado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis quando do início do mesmo.
2.5. Os serviços serão deverão ser prestados conforme descrição em termo de referência do edital e nos termos da minuta do contrato de prestação de serviços.
2.6. Todos os custos relativos à execução serão do proponente vencedor;
2.7. Deixando o adjudicatário de prestar o serviço, poderá o pregoeiro, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas ao faltoso, examinar as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
3.1 O pagamento será efetuado observando a ordem cronológica para cada fonte de recursos, em observação ao Decreto Municipal nº 161/2023.
3.2. Sendo que estes serão efetuados mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo setor competente, devendo o faturamento ocorrer 02 (duas) vezes ao mês, da seguinte forma:
3.1.3 O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de até 15 (quinze) dias após a apresentação do respectiva Nota Fiscal, desde que não haja fator impeditivo imputável ao Contratado.
3.1.4 A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do contrato estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo município e conforme relatório dos serviços prestados.
3.2. Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.
3.3. As notas fiscais deverão ser emitidas em sistema eletrônico (Nota Fiscal Eletrônica) em moeda corrente do país, exceto para empresas que estejam instaladas em municípios que ainda não possuam tal sistema.
3.4. O CNPJ da contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.
3.5. As notas fiscais deverão ser emitidas constando a informação Pregão, na forma Eletrônica nº XXX/2026, conforme descrição na Ordem de Fornecimento:
09 SEC. MUN. DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
15.451.0901.2-041 MANTER O DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS
03680 00000 3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
09.003 DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS RURAIS
26.782.0902.2-047 MANTER O DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS R
04250 00000 3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
3.6. ***De quando da emissão das notas fiscais, deverão obedecer às regras de retenção de Imposto de Renda previstas no Decreto Municipal nº 234/2023, conforme link: https://www.diariomunicipal.com.br/amp/materia/E112774E/6d980aa2863a0ccf5dc2cca13834667c6d980aa2863a0ccf5dc2cca13834667c***

4. CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

4.1 Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses previstas no Art. 124, inciso II alínea "d" da Lei 14133/2021.

4.2. A Ata de Registro de preços poderá sofrer alterações, obedecidas ás disposições contidas nos artigos 124 á 136 da Lei 14133/2021.

4.3. O preço registrado poderá ser revisto, por iniciativa do município, em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou a pedido do fornecedor, em razão de fato superveniente que eleve o custo do objeto registrado, desde que autorizado pela autoridade competente desde que apresentadas as devidas justificativas, podendo o município, se julgar conveniente, optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

4.4. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o município convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

I. O fornecedor que não aceitar reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

II.A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

4.5. Para se habilitar à revisão dos preços, o interessado deverá formular pedido, mediante requerimento protocolado, devidamente fundamentado, e acompanhado dos seguintes documentos:

I . Planilha de composição do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente registrados, devidamente assinada sobre carimbo da empresa;

II – Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do novo preço;

III – Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do preço original na época da apresentação das propostas;

IV – Outros documentos que comprovem o direito ao reequilíbrio, como por exemplo: demonstrativo de que a alteração dos custos foi superior aos índices oficiais de inflação; histórico de preços do mercado; histórico de preços de compras anteriores da própria Administração Pública; matérias de jornais que constatem tratar-se de elevação extraordinária do preço, etc.

4.6. Faculta-se a juntada à proposta de preços de orçamentos de fornecedores, com a intenção de se comprovar aumento de preços em eventual solicitação de revisão.

4.7. Nos casos em que restem dúvidas quanto à comprovação do desequilíbrio por parte da Detentora da Ata, a Administração Pública poderá solicitar documentação complementar, além da constante no §5°.

4.8. A fundamentação da concessão de reequilíbrio em favor do particular levará em conta:

I. A alteração de fato que torne mais onerosa a relação existente entre o conjunto dos encargos impostos ao particular e a remuneração correspondente por ocasião do ajuste;

II. A superveniência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda a ocorrência de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe;

III. A configuração de álea econômica extraordinária e extracontratual;

IV. O cumprimento das exigências previstas no Edital da Licitação ou Ata de Registro de Preços.

4.9. Sendo procedente o requerimento da empresa, o equilíbrio econômico financeiro será concedido a partir da data do protocolo do pedido.

I. A detentora da Ata de Registro de Preços deverá cumprir com a entrega de todos os produtos empenhados anteriormente a data do protocolo do pedido de realinhamento.

II. A detentora da Ata não poderá interromper o fornecimento durante o período de tramitação do processo de revisão dos preços.

4.10. Sem prejuízo de outras hipóteses fundamentadas, será indeferido o requerimento de reequilíbrio econômico- financeiro quando a Administração constate:

I. Ausência de elevação dos encargos do particular;

II. Ocorrência do evento que se pretende fundamentar o pedido antes do aceite da proposta;

III. Ausência de vínculo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos da detentora da Ata;

IV. Culpa da detentora da Ata pela majoração dos seus encargos, incluindo-se a desídia na previsão da ocorrência do evento que se pretende fundamentar o pedido;

4.11. Na situação do parágrafo acima, a Detentora continuará obrigada a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei, no Edital e nesta ata de registro de preços.

4.12. Em qualquer hipótese os preços decorrentes de revisão não ultrapassarão os praticados no mercado, mantendo-se a relação entre o valor originalmente registrado.

4.13. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o município poderá:

I- Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

II - Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação, observada a classificação original.

4.14. Não havendo êxito nas negociações, o município deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.15. Os aditamentos efetuados na ata de registro de preço serão igualmente publicados no Diário Oficial do Município.

4.16. O município realizará periodicamente pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade.

5. CLÁUSULA QUINTA - DAS MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1 A recusa injustificada das empresas com propostas classificadas na licitação e indicadas para registro dos respectivos preços em assinar a Ata de Registro de Preços, ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no Art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021 e no Art. 7º, Inc. XIV, do Decreto nº 11.462/2023.

5.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a Ata.

5.3. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, assegurada a ampla defesa, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Impedimento de licitar e contratar e

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

5.4 A advertência será aplicada em casos de faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízo de monta ao interesse do produto contratado.

5.5. Por atraso da entrega do objeto, fica o fornecedor sujeito à multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Ata de Registro de Preço a ser calculado desde o dia estabelecido para entrega até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias.

5.6. Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado cancelada a Ata de Registro de Preços e aplicado à multa de 30% (trinta por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

5.7. Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento) do valor contratado, a critério da Administração, considerando a gravidade da infração cometida.

5.8 A penalidade pecuniária prevista nesta cláusula será calculada sobre o valor contratado e descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração.

5.9. As penalidades pecuniárias serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções, administrativas e/ou penais, previstas na legislação vigente.

5.10. As penalidades acima descritas quando de sua aplicação serão cumulativas, ou seja, a aplicação de uma não exclui as aplicadas anteriormente.
5.11. Os dias de atraso serão corridos e contados a partir da data de entrega prevista.
5.12 A cobrança da multa será efetivada por desconto no pagamento das faturas, nas garantias ou ainda diretamente da contratada.
5.13. No caso de cobrança de multa diretamente da contratada, está deverá ser recolhida dentro do prazo de 03 (três) dias úteis a contar da correspondente notificação.
5.14 A penalidade de suspensão temporária de licitar e contratar com o "Município", pelo prazo de até 03 (três) anos, poderá ser aplicada nos seguintes casos, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao "Município":
a) Reincidência em descumprimento de prazo contratual;
b) Descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual;
c) Cancelamento da Ata de Registro de Preços.
5.15 A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta à contratada que descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao "Município".
5.16 As penalidades de suspensão temporária de licitar e contratar com o "Município" e de declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas, ainda, à contratada que tenha sofrido condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixe de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais.
5.17 As penalidades de impedimento temporário para licitar e contratar com o "Município" e a de declaração de inidoneidade serão aplicadas por competente autoridade, após a instrução do respectivo processo, no qual fica assegurada a ampla defesa da contratada.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA INEXECUÇÃO E CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
6.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
a). Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
b). Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
c). Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no Art. 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
d). Sofrer sanção prevista nos Inc. III ou IV, do caput do Art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021.
6.2. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos Inc. III ou IV, do caput do Art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
6.3 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 6.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
6.4. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
6.5 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
a). Por razão de interesse público;
b) A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
c) Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do Art. 26, § 3º e Art. 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462/2023.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA ALOCAÇÃO DE RISCOS
7.1 Ajustes de Preço: Fica estabelecido que qualquer aumento de custos relacionado à aquisição de insumos ou produtos destinados à execução do objeto contratual será de responsabilidade exclusiva da Contratada até o limite de 10% (dez por cento) em relação ao valor originalmente pactuado no contrato, quando for por preço global, ou por item, nos casos de licitação por item.
7.2 Reequilíbrio Econômico-Financeiro: Na hipótese de ocorrer variação de preços superior ao limite estipulado no item anterior, a Contratada poderá pleitear o reequilíbrio econômico-financeiro, que será analisado pela Administração, desde que cumpridos os requisitos estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021. Esses requisitos incluem, mas não se limitam a:
a) Incidência de Fatos Supervenientes e Imprevisíveis: O pleito deve se basear em eventos que não poderiam ser previstos no momento da contratação, ou que sejam extraordinários e alheios à vontade das partes, conforme previsto no art. 124, incisos I e II da Lei nº 14.133/2021.
b) Demonstrativo de Impacto Econômico: A Contratada deve apresentar documentação comprobatória que demonstre de maneira detalhada o impacto econômico sofrido, conforme exigido pelo art. 125, inciso II.
c) Não Configuração de Desequilíbrio Natural: O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro não será aceito para cobrir variações naturais do mercado que poderiam ser previstas pelas partes durante a licitação ou contratação, conforme estabelecido no art. 124, inciso III.
7.3 Documentação Necessária: A Contratada deve apresentar documentos que comprovem as variações de preços e os impactos financeiros, como notas fiscais, estudos de mercado e outros que permitam à Administração avaliar a viabilidade e legalidade do pleito, conforme previsto no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.
7.4 Prazo para Análise: A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para analisar o pedido de reequilíbrio, podendo prorrogar este prazo por igual período mediante justificativa formal.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA FRAUDE E CORRUPÇÃO
8.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto licitado.
8.2. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:
a) "Prática Corrupta": Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução da Ata de Registro de Preços;
b) "Prática Fraudulenta": A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução da Ata de Registro de Preços;
c) "Prática Colusiva": Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
d) "Prática Coercitiva": Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços;
e) "Prática Obstrutiva": (I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, do Edital; (II) Atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.
8.3 Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de Atas de Registro de Preços financiadas pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de uma Ata de Registro de Preços financiada pelo organismo.
8.4 Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de a Ata de Registro de Preços vir a ser financiada, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução da Ata de Registro de Preços

e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução da Ata de Registro de Preços.

9. CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao bom desempenho das atividades.

9.2. Relacionar-se com a contratada exclusivamente por meio de pessoas por ela indicada.

9.3. Nomear o gestor e fiscal responsável pelo acompanhamento da contratação.

9.4. Acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços em conformidade com o objeto contratado.

9.5. Atestar o recebimento do objeto contratado após verificação das especificações, rejeitando o que não tiver de acordo por meio de notificação à contratada.

9.6. Proporcionar, todas as facilidades indispensáveis à boa execução dos fornecimentos.

9.7. Efetuar os pagamentos à contratada na forma e nos prazos previstos no Edital e na Ata de Registro de Preços, após o cumprimento das formalidades legais.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

10.1 Manter durante todo ata de registro as condições de habilitação e qualificação previstas no Edital, informando ao Pregoeiro (a) a ocorrência de qualquer alteração nas referidas condições

10.2 Atender as condições descritas no Anexo I – Termo de Referência e da ata.

10.3 Prestar os serviços de acordo com o disposto neste Edital e seus anexos, assim como em sua proposta de preços;

10.4 Arcar com todos os ônus necessários ao completo fornecimento do serviço licitado, incluindo taxas, inclusive administrativa, e emolumentos, seguros, impostos, encargos sociais e trabalhistas, transportes, despesas administrativas, bem como quaisquer despesas referentes ao fornecimento do objeto contratado;

10.5 Responder por quaisquer danos de qualquer natureza, que venha a sofrer seus empregados, terceiros ou a Contratada, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de preposto da Contratada ou de quem em seu nome agir, decorrentes do fornecimento do objeto contratado;

10.6 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, NEM SUBCONTRATAR QUALQUER DAS PRESTAÇÕES A QUE ESTÁ OBRIGADA, sem prévio assentimento por escrito da Contratante;

10.7 Em tudo agir segundo as diretrizes da Contratante.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o licitante se obriga a cumprir, na sua íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às multas e sanções administrativas previstas no Edital, pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

11.2 O compromisso de entrega dos serviços só estará caracterizado mediante o recebimento da Requisição de Compra, enviada pelo Departamento de Compras do Município de Fernandes Pinheiro/PR.

11.3 O fornecedor fica obrigado a atender todos os pedidos empenhados durante a execução da Ata de Registro de Preços, a critério da Administração.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 A fiscalização da Ata de Registro de Preços será realizada pelo(a) servidor (a) designado pela Portaria nº 045/2025.

12.2 A Administração reserva-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os itens objeto da Ata de Registro de Preços.

12.3. Caberá, também, a Fiscalização da Administração Municipal:

a). Notificar à contratada quanto às irregularidades encontradas na execução da Ata de Registro de Preços;

b). Fiscalizar para que a contratada se mantenha regularizada ante as obrigações assumidas, especialmente quanto à habilitação;

c). Indicar fiscal substituto para eventual necessidade, repassando àquele todas as condições contratuais pactuadas.

12.4. O fiscal será responsável por encaminhar a Administração Municipal as informações para procedimentos administrativos relativos à aplicação das sanções administrativas pertinentes à advertência e multas, sendo garantido à empresa o prazo de, até 05 (cinco) dias úteis, para o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.

12.5 A advertência será anotada em registro próprio, com a devida assinatura da empresa e informada no processo respectivo.

12.6. Sendo ainda cabível a aplicação das multas, a Administração deverá iniciar processo administrativo pertinente, notificando expressamente à contratada, iniciando-se prazo para o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa, após o que será encaminhado para análise jurídica.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA CONFIDENCIALIDADE, SIGILO E LEI LGPD

13.1 Partes, se obrigam a manter o mais absoluto sigilo com a relação à toda e qualquer informação a que tiverem acesso sobre os dados do contrato;

13.2 Para fins deste acordo, serão consideradas confidenciais todas as informações, transmitidas por meios escritos, eletrônicos, verbais ou quaisquer outros e de qualquer natureza, incluindo, mas não se limitando a: know-how, design, especificações técnicas, mídias, contratos, planos de negócios, propostas comerciais, processos, nome de cliente, financeiras, comerciais, dentre outros;

13.3 Este termo de confidencialidade é firmado com o intuito de evitar a divulgação e utilização não autorizada das informações confidenciais trocadas entre as PARTES por ocasião da realização.

13.4 CONTRATADA e a CONTRATANTE, obriga-se a atuar no presente Contrato em conformidade com a Legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/2018, além das demais normas e políticas de proteção de dados de cada país onde houver qualquer tipo de tratamento dos dados dos clientes, o que inclui os dados dos clientes desta;

13.5 Manter e utilizar medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais mantidos ou consultados/transmitidos eletronicamente, para garantir a proteção desses dados contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 A proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

14.2. Reserva-se o pregoeiro ou à autoridade superior o direito de solicitar, em qualquer fase da licitação, informações complementares e promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório.

14.3 O Pregoeiro poderá transformar o processo em diligência para apuração de dados e condições indispensáveis ao julgamento da Habilitação e Proposta, bem como se valer dos préstimos de técnicos, consultores ou empresas especializadas para subsidiar suas análises e julgamento.

14.4 É facultado ao Município de Fernandes Pinheiro/PR, solicitar a atualização de qualquer documento relativo a presente licitação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.7 A proponente é responsável por quaisquer ônus decorrentes de marcas, registros e patentes relativas ao objeto cotado, assumindo todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.8 A contratada não poderá ceder a Ata de Registro de Preços a nenhuma pessoa, física ou jurídica.
14.9 Em nenhuma hipótese haverá vínculos empregatícios e encargos trabalhistas entre a contratada e o contratante, responsabilizando-se cada qual pelos encargos que lhes forem pertinentes.
14.10 Toda a execução do objeto dar-se-á, obrigatoriamente, através de profissionais devidamente habilitados, capacitados, treinados, equipados e regularmente inscritos junto ao órgão competente (quando necessário).
14.11. Os casos omissos serão dirimidos pelo pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, de comum acordo entre as partes, com base na legislação vigente.
14.12. As partes contratuais ficam obrigadas a responder pelo cumprimento da Ata de Registro de Preços, perante o Foro da Comarca de Teixeira Soares, Estado do Paraná, o qual é designado como o competente para dirimir quaisquer controvérsias pelo pregoeiro e pela Equipe de Apoio, à luz da legislação vigente, relativas a este Pregão e a adjudicação, contratação e execução dela decorrentes.
14.13 E por estarem, assim, justos e combinados, firmam o presente Documento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, nas disposições da legislação vigente.

Fernandes Pinheiro, 26 de agosto de 2026.

Município De Fernandes Pinheiro
OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

KOPAS PROJETOS E SERVIÇOS LTDA
Contratada

Publicado por:
Carmen Luciane Andreola Cabral
Código Identificador:5F98EEC1

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
AVISO DE CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 012/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 157/2026
CONTRATO Nº 044/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
CNPJ: 01.619.323/0001-20

CONTRATADO: SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA
CNPJ: 06.224.121/0002-84

Objeto: Aquisição de um rolo compactador tipo A para reforço da frota municipal, destinada ao atendimento das necessidades da secretaria de Viação, Obras e Serviços Urbanos, através de adesão à Ata de Registro de Preços nº 007/2025 do Consórcio Público do Extremo Sul.

VALOR: R$ 549.000,00 (quinhentos e quarenta e nove mil reais).
PRAZO DE ENTREGA: 90 (noventa) dias;

Fundamentação Legal: Art. 74, Caput da Lei Federal 14.133/21.

Gabinete do Prefeito, em 26 de agosto de 2026.

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gabriel Eduardo Rodrigues
Código Identificador:7902A348

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 061/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 154/2026

CONTRATO Nº 045/2026

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE FERNANDES PINHEIRO
CNPJ: 01.619.323/0001-20

CONTRATADO: MUCHAU BEBIDAS LTDA
CNPJ: 36.060.970/0001-20

OBJETO: Contratação de empresa especializada em organização de evento do 4º Rodeio Crioulo do CTG Potro Caborteiro, a ser realizado nos dias 04, 05 e 06 de setembro de 2026, conforme descrição dos serviços, condições, quantidades e exigências estabelecidas no termo de referência.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 30 (trinta) dias.
VALOR GLOBAL: R$57.552,64 (cinquenta e sete mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e sessenta e quatro centavos).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Fernandes Pinheiro, 26 de agosto de 2026.

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carmen Luciane Andreola Cabral
Código Identificador:B5A8D204

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
DECRETO Nº 221/2026

Súmula: Dispõe sobre a prorrogação do prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado – PSS, regido pelo Edital n°. 02/2025 de 08/08/2025.

O Prefeito Municipal de Fernandes Pinheiro, no Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e
CONSIDERANDO o disposto no art. 37, inciso II da Constituição Federal, e,
CONSIDERANDO o contido no item 11.1 do EDITAL nº 02/2025, o qual prevê a possibilidade de renovação do Processo Seletivo,

DECRETA:

Art. 1º - Fica PRORROGADO por mais 1 (um) ano, contados a partir do dia 27 de agosto de 2026, o prazo de validade do Processo Seletivo – PSS, regido pelo Edital n° 02/2025, para preenchimento extraordinário de vagas de Merendeira- Escola Bituva dos Machados, Merendeira- Sede do Município e Professor de Apoio Educacional Especializado- Escola Bituva dos Machados.
Parágrafo único. Será mantida na base de dados, durante o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado – PSS, a estrita ordem de classificação obtida pelos candidatos.
Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Fernandes Pinheiro, em 26 de agosto de 2026.

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Ricardo Santos
Código Identificador:CB563652

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
LEI Nº 920/2026

Autoriza o Município a receber imóvel em doação sem encargo, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Fernandes Pinheiro, Estado do Paraná, aprovou, e Eu, Prefeito Municipal, **SANCIONO** a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber, em doação, duas áreas urbanas, de propriedade do Espólio de Basílio Carmelo Serpe, e de Alda Vizinoni Solda e espólio de Braz Solda, destinadas à implantação de infraestrutura urbana.
§1º A primeira área objeto da doação, oriunda da **Gleba 01,** com área total de **49.789,02 m²**, sendo a área a ser doada uma fração ideal, de **1.988,18 m² (mil novecentos e oitenta e oito vírgula dezoito metros quadrados),** a ser desmembrada do imóvel objeto da matrícula imobiliária nº **8.333**, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Teixeira Soares, Estado do Paraná, situa-se às margens da Avenida Ivo Leão, atravessando a Rodovia PR-438, no Município de Fernandes Pinheiro, Estado do Paraná, conforme memorial descritivo e planta anexos, que passam a integrar a presente Lei.
§2º A segunda área objeto da doação, oriunda da **Gleba 02**, com área total de **18.988,94 m²,** sendo a área a ser doada uma fração ideal de **1.606,86 m² (mil seiscentos e seis vírgula oitenta e seis metros quadrados)**, a ser igualmente desmembrada do imóvel objeto da matrícula imobiliária nº **8.334,** com área total de **68.777,96 m²,** do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Teixeira Soares, Estado do Paraná, situa-se às margens da Avenida Ivo Leão, atravessando a Rodovia PR-438, no Município de Fernandes Pinheiro, Estado do Paraná, conforme memorial descritivo e planta anexos, que passam a integrar a presente Lei.
Art. 2º O imóvel objeto da presente Lei será recebido pelo Município mediante doação sem encargo, e será destinado à implantação de infraestrutura urbana.
Art. 3º O Município de Fernandes Pinheiro obriga-se a:
I – responder, após formalização da presente doação, perante os Poderes Públicos por todos os tributos incidentes sobre o imóvel e por quaisquer outras obrigações que sobre ele possam incidir;
II – arcar com todas as despesas decorrentes da presente doação, inclusive as relativas ao registro da competente escritura pública de doação.
Art. 4º As partes deverão formalizar escritura pública de doação contendo as condições descritas na presente Lei.
Art. 5º Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal em Exercício de Fernandes Pinheiro, em 26 de agosto de 2026.

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Ricardo Santos
Código Identificador:8164EC28

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 01/2026

Dispõe sobre a transferência temporária do recinto de realização das sessões da Câmara Municipal de Flor da Serra do Sul, em razão das obras de reforma do Plenário.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE FLOR DA SERRA DO SUL**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo Regimento Interno,
CONSIDERANDO o disposto no art. 23, § 1º, da Lei Orgânica Municipal, que autoriza, comprovada a impossibilidade de acesso ao recinto destinado às sessões ou outra causa que impeça sua utilização, a realização das sessões em local diverso, por decisão do Presidente da Casa;
CONSIDERANDO o disposto no art. 3º, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal, que autoriza, comprovada a impossibilidade de acesso ao recinto ou outra causa que impeça sua utilização, a realização das sessões em outro local, por decisão do Presidente, mediante lavratura de Termo de Transferência de Local no Livro de Presença;
CONSIDERANDO a realização de obras de reforma nas dependências da Câmara Municipal, que impossibilitam temporariamente a utilização do Plenário para a realização regular das sessões legislativas;
CONSIDERANDO que a impossibilidade de utilização restringe-se ao Plenário, permanecendo disponíveis outras dependências da sede da Câmara Municipal aptas à continuidade dos trabalhos legislativos;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade das atividades legislativas durante o período de execução das obras;
RESOLVE:
Art. 1º Fica determinada, **a partir de 26 de agosto de 2026**, a transferência temporária do recinto de realização das sessões da Câmara Municipal de Flor da Serra do Sul, do Plenário da Câmara Municipal para o saguão de entrada, situado nas próprias dependências da sede do Poder Legislativo Municipal.
Parágrafo único. A medida prevista no caput não implica alteração da sede da Câmara Municipal, constituindo exclusivamente mudança temporária do recinto interno destinado à realização das sessões legislativas.

Art. 2º A transferência prevista neste Ato permanecerá vigente **até a conclusão das obras de reforma e o restabelecimento das condições necessárias à regular utilização do Plenário**, quando as sessões retornarão ao Plenário.
§ 1º A Presidência dará prévia publicidade à data de retorno das sessões ao Plenário.

Art. 3º As sessões continuarão a ser realizadas nos dias e horários estabelecidos regimentalmente, ressalvadas as alterações e convocações realizadas na forma da Lei Orgânica Municipal e do Regimento Interno.

Art. 4º Durante o período de utilização da Sala de Reuniões deverão ser preservadas a publicidade e a transparência das sessões legislativas, observadas a capacidade física do recinto e as condições de segurança existentes.
§ 1º O acesso presencial ao recinto observará sua capacidade física e as condições de segurança, mediante critérios objetivos e impessoais.
§ 2º As sessões continuarão a ser transmitidas pelos meios eletrônicos institucionais da Câmara Municipal, como instrumento complementar de publicidade e de acompanhamento dos trabalhos legislativos pela população.

Art. 5º A Secretaria da Câmara deverá promover a divulgação da transferência temporária do recinto das sessões nos meios oficiais e institucionais disponíveis.

Art. 6º Em cumprimento ao art. 3º, § 2º, do Regimento Interno, será lavrado **Termo de Transferência de Local no Livro de Presença**, consignando-se a impossibilidade temporária de utilização do Plenário e a realização das sessões na Sala de Reuniões da própria Câmara Municipal.
Art. 7º Concluídas as obras e restabelecidas as condições necessárias à utilização do Plenário, as sessões voltarão a ser realizadas no Plenário, mediante prévia divulgação.

Art. 8º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, 26 de agosto de 2026.

JUNIOR BERNO
Presidente

Publicado por:
Francieli Regina Caus
Código Identificador:D1A72FD5

JURIDICO
LEI N° 999/2026

LEI Nº 999/2026

EMENTA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder, mediante contrato de comodato, imóvel

público municipal à Associação Comercial e Empresarial de Flor da Serra do Sul – ACEFSS, e dá outras providências.

VALMOR FELIPE JUNIOR, Prefeito do Município de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, mediante Contrato de Comodato, à Associação Comercial e Empresarial de Flor da Serra do Sul – ACEFSS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 15.279.727/0001-27, o imóvel público abaixo descrito:

Lote Urbano nº 10, da Quadra nº 31, com área de 395,56 m², situado no Loteamento Colina da Cascata – 3ª Parte, Município de Flor da Serra do Sul – Paraná, matriculado sob nº 11.859 junto ao Registro de Imóveis da Comarca de Marmeleiro/PR.

Art. 2º O imóvel objeto desta Lei destina-se exclusivamente à implantação, manutenção e funcionamento da sede administrativa da Associação Comercial e Empresarial de Flor da Serra do Sul – ACEFSS, bem como ao desenvolvimento de atividades voltadas ao fortalecimento do comércio, da indústria, da prestação de serviços, do empreendedorismo e do desenvolvimento econômico do Município.

Art. 3º O comodato será concedido pelo prazo de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado mediante interesse público devidamente justificado e autorização legislativa, se necessária.

Art. 4º São obrigações da comodatária:

I – utilizar o imóvel exclusivamente para as finalidades previstas nesta Lei;
II – conservar e manter o imóvel em perfeitas condições de uso;
III – realizar, às suas expensas, as obras, ampliações, reformas e benfeitorias necessárias ao desenvolvimento de suas atividades, observada a legislação vigente;
IV – obter todas as licenças e autorizações exigidas pelos órgãos competentes;
V – permitir a fiscalização do Município sempre que solicitado;
VI – não ceder, transferir, locar, emprestar ou permitir a utilização do imóvel por terceiros, total ou parcialmente, sem autorização expressa do Poder Executivo.

Art. 5º O Município poderá rescindir unilateralmente o contrato de comodato, independentemente de indenização, nas seguintes hipóteses:

I – utilização do imóvel em finalidade diversa da prevista nesta Lei;
II – paralisação injustificada das atividades da Associação;
III – descumprimento das obrigações legais ou contratuais;
IV – extinção ou dissolução da Associação;
V – necessidade pública devidamente fundamentada.

Parágrafo único. Na hipótese de rescisão, o imóvel deverá ser restituído ao Município, livre de pessoas e bens, no prazo estabelecido no instrumento de comodato.

Art. 7º Todas as despesas decorrentes da utilização do imóvel, inclusive água, energia elétrica, internet, manutenção, conservação, tributos incidentes sobre a utilização, taxas e demais encargos, correrão por conta exclusiva da comodatária.

Art. 8º Fica o Poder Executivo autorizado a firmar o competente Contrato de Comodato, podendo estabelecer cláusulas complementares necessárias ao fiel cumprimento desta Lei, desde que não contrariem suas disposições.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Flor da Serra do Sul/PR, 26 de agosto de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adalberto Luiz Klauck
Código Identificador:9B9F8652

RECURSOS HUMANOS
DECRETO 040/2026

DECRETO Nº 49/2026

SÚMULA: Altera o Decreto n° 20/2026 e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FLOR DA SERRA DO SUL**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e considerando o disposto no artigo 24 da Lei Complementar nº 936, de 2025,
DECRETA:

Art. 1º Revoga-se o inciso III do Artigo 10 do Decreto 20/2026.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Flor da Serra do Sul, 14 de agosto de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kellen Maria Vargas da Silva
Código Identificador:5D942664

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 323/2026

PORTARIA Nº 323/2026

CONCEDE QUINQUÊNIO PARA SERVIDORES

VALMOR FELIPE JUNIOR, Prefeito Municipal de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições legais que lhe são conferidas nos termos da Legislação vigente:

R E S O L V E:

Art. 1º - Art. 1º - Conceder de acordo com o Artigo nº 103 da Lei Municipal Nº 935/2025 de 16 de setembro de 2025, adicional de 5% do vencimento no seu cargo efetivo correspondente a quinquênio, aos servidores abaixo descritos:

Matrícula	NOME	CARGO	Efeito em
916	CLAIDE IRENE WEIPPERT BORTOLI	PROFESSORA DE ED. INFANTIL	01/07/2026
586	CLAUDETE FATIMA MARCON	ATENDENTE EM SAÚDE	31/07/2026
480	ROSELI ALVES MACHADO	ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO	12/08/2026

Art. 2º- Os efeitos financeiros decorrentes da concessão do quinquênio retroagirá conforme data constante na tabela.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, entrando a presente Portaria em vigor na data de sua publicação.

Flor da Serra do Sul - Pr, em 26 de agosto de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kellen Maria Vargas da Silva
Código Identificador:EF20AE00

RH
PORTARIA 324/2026

PORTARIA Nº 324/2026

Dispõe sobre a instituição do Comitê Estratégico Municipal da Política Municipal de Alfabetização do Município de Flor da Serra do Sul – Paraná.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FLOR DA SERRA DO SUL, Estado do Paraná, Sr. VALMOR FELIPE JUNIOR, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais, em conformidade com o Decreto Municipal nº 046/2026, que institui a Política Municipal de Alfabetização, com o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, instituído pela Lei Federal nº 15.247, de 31 de outubro de 2025, e com a Estratégia Alfabetiza Juntos, do Estado do Paraná,

RESOLVE

Art. 1º Instituir o Comitê Estratégico Municipal da Política Municipal de Alfabetização de Flor da Serra do Sul – Paraná, órgão de caráter consultivo, articulador e de acompanhamento, responsável por apoiar o planejamento, a implementação, o monitoramento e a avaliação das ações previstas na Política Municipal de Alfabetização.
Art. 2º O Comitê Estratégico Municipal da Política Municipal de Alfabetização será composto pelos seguintes membros:
I – Representante da Secretaria Municipal de Educação
Iliana Rodrigues Ferazzo
II – Coordenadora Municipal do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada
Iliane de Fatima Tavares dos Santos
III – Representante dos Diretores Escolares
Solange Rippel Rombaldi
IV – Representantes dos Coordenadores Pedagógicos
Aline Zanella Lamera
Mara Tatiane Holscher
V – Representante do Conselho Municipal de Educação
Giovana Fátima Kunsler Furlan
VI – Representante dos Professores dos Anos Iniciais
Gessica Thais Mignoni
VII – Representante da Educação Infantil
Tauana Canesso dos Santos
VIII – Representante da Equipe Técnica da Secretaria Municipal de Educação
Débora Frigo Fim
Art. 3º Compete ao Comitê Estratégico Municipal da Política Municipal de Alfabetização:
I – acompanhar a implementação da Política Municipal de Alfabetização;
II – acompanhar a elaboração, execução, monitoramento e avaliação do Plano de Ação Anual previsto no art. 7º do Decreto Municipal nº 046/2026;
III – acompanhar o desenvolvimento das ações do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, da Estratégia Alfabetiza Juntos e de demais programas correlatos;
IV – monitorar os indicadores de aprendizagem, alfabetização e fluência leitora da Rede Municipal de Ensino;
V – acompanhar os resultados das avaliações internas e externas utilizadas pela Secretaria Municipal de Educação;
VI – propor estratégias e ações voltadas à melhoria da alfabetização, da recomposição das aprendizagens e da qualidade da educação;
VII – fortalecer a articulação entre a Secretaria Municipal de Educação, as unidades escolares, os gestores, coordenadores pedagógicos e professores;
VIII – acompanhar a realização das formações continuadas destinadas aos profissionais da educação;
IX – acompanhar a execução das ações de acompanhamento pedagógico previstas no Decreto Municipal, incluindo visitas técnicas, devolutivas pedagógicas e análise das práticas de ensino;
X – contribuir para o cumprimento das metas, princípios, diretrizes e objetivos estabelecidos pela Política Municipal de Alfabetização;
XI – elaborar registros, atas, pareceres e relatórios de acompanhamento das ações desenvolvidas;
XII – sugerir adequações e aperfeiçoamentos na execução da Política Municipal de Alfabetização sempre que necessário.
Art. 4º O Comitê Estratégico Municipal da Política Municipal de Alfabetização, em articulação com a Secretaria Municipal de Educação, promoverá a publicidade, a transparência e o controle social das ações desenvolvidas, mediante divulgação, no Portal da Transparência e/ou no sítio eletrônico oficial do Município, dos seguintes documentos:
I – Política Municipal de Alfabetização;
II – Plano de Ação Anual;
III – relatórios de monitoramento e avaliação;
IV – indicadores de alfabetização e aprendizagem;
V – documentos orientadores, normativos e demais instrumentos relacionados à implementação da Política Municipal de Alfabetização.
§ 1º A divulgação observará os princípios da publicidade, transparência, acesso à informação, participação social e proteção de dados pessoais, nos termos da legislação vigente.
Art. 5º O Comitê reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por semestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pela Secretaria Municipal de Educação ou por seu Coordenador.
§ 1º Das reuniões serão lavradas atas.
§ 2º Poderão ser convidados representantes de outras instituições ou especialistas para colaborar com as atividades do Comitê, sem direito a voto.
Art. 6º A participação dos membros do Comitê será considerada serviço público relevante, não remunerado.
Art. 7º Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, observadas as disposições do Decreto Municipal que institui a Política Municipal de Alfabetização.
Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Flor da Serra do Sul – PR, 26 de agosto de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:61F32E9B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLÓRIDA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO-DIVISÃO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 54/2026

Contratante: MUNICÍPIO DE FLÓRIDA
Contratada: CLINICA MIRANDA & LIMA LTDA
Objeto: Contratação de empresa ou profissional especializado para a prestação de serviços de capacitação e formação continuada voltada aos profissionais da Educação Infantil e do Ensino Fundamental I, abrangendo palestras, avaliação institucional, planejamento, teoria, estudos de caso e acompanhamento em sala de aula.
Valor Total Contratação: R$ 14.000,00 (quatorze mil reais).
Vigência do contrato: Até 24/08/2027.

Flórida, 25 de agosto de 2026.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniele Cristina de Carvalho
Código Identificador:C5B48727

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO-DIVISÃO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
-HOMOLOGAÇÃO- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2026

Pelo presente termo, fica **HOMOLOGADO** o procedimento licitatório acima referido, haja vista a observância, em toda a sua tramitação, do disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.
Fica **HOMOLOGADA**, ainda, a adjudicação do objeto constante nos autos feita pelo Pregoeiro.
EMPRESAS VENCEDORAS:
66.842.412 ANA JULIA CASTELLANI, com valor total de R$ 20.409,00 (vinte mil, quatrocentos e nove reais);

CHSF DISTRIBUIDORA TEXTIL LTDA, com valor total de R$ 22.811,73 (vinte e dois mil, oitocentos e onze reais e setenta e três centavos);
HERNANDES & CIA. LTDA - ME, com valor total de R$ 13.191,15 (treze mil, cento e noventa e um reais e quinze centavos);
J.S.A COMÉRCIO LTDA, com valor total de R$ 4.431,00 (quatro mil, quatrocentos e trinta e um reais);
SIMONE KACIANO DE ARAÚJO ME, com valor total de R$ 442,71 (quatrocentos e quarenta e dois reais e setenta e um centavos);
TECELAGEM MADRYTEX LTDA, com valor total de R$ 28.251,00 (vinte e oito mil, duzentos e cinquenta e um reais).

Total Geral Homologado: R$ 89.536,59 (oitenta e nove mil e quinhentos e trinta e seis reais e cinquenta e nove centavos).

Flórida, 26 de agosto de 2026.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luis Eduardo Cesnik Cardoso
Código Identificador:D3AE63C0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO-DIVISÃO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 30/2026 – PMF

Pelo presente instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE FLÓRIDA (Contratante), e de outro a empresa CAMMINARE MÁQUINAS E EMPREENDIMENTOS LTDA (Contratada), já qualificados no Contrato nº 30/2026, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo de Supressão, mediante as seguintes cláusulas:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DA SUPRESSÃO
A Contratante, visando à vantajosidade e à economicidade, formaliza a supressão parcial do valor contratual em razão da incompatibilidade do veículo com os requisitos do edital e da inviabilidade de sua substituição.
CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DA SUPRESSÃO
A supressão ora pactuada corresponde à redução do valor originalmente previsto no Contrato nº 30/2026, de R$ 215.000,00 (duzentos e quinze mil reais) para R$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais), gerando abatimento total de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).
CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEMAIS CONDIÇÕES
Permanecem inalteradas e em pleno vigor todas as demais cláusulas e condições do Contrato nº 30/2026 que não conflitem com o presente aditivo.
CLÁUSULA QUARTA – DO FUNDAMENTO LEGAL
As partes declaram, para os devidos fins, que o presente aditivo foi celebrado nos termos da Lei nº 14.133/2021, especialmente no que se refere à possibilidade de supressão contratual e à busca da vantajosidade e economicidade para a Administração Pública.
E por estarem justos e contratados, firmam o presente Termo Aditivo em 02 vias de igual teor e forma.
Flórida, 26 de agosto de 2026.

De Acordo:

MUNICÍPIO DE FLÓRIDA
Contratante

CAMMINARE MAQUINAS E EMPREENDIMENTOS LTDA
Contratada

Publicado por:
Daniele Cristina de Carvalho
Código Identificador:11C72278

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO-DIVISÃO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 64/2026

Pelo presente, de um lado o **MUNICÍPIO DE FLÓRIDA** (contratante) e, de outro, a empresa **A & T COMERCIAL LTDA,** e (contratada), ambos já qualificados no contrato administrativo em questão, estabelecem entre si o seguinte termo, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Cláusula Primeira – O presente termo tem por seu objetivo aditar a avença original com fim de promover o aumento de 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade do item referente a Ata de Registro de Preços n° 64/2026.

Lote	Descrição	Quantidade Originária	Acréscimo	Quantidade do acréscimo	Valor Unitário
7	Brinquedo pedagógico para a faixa etária de 0 a 2 anos.	20	25%	5	R$ 106,00

Cláusula Segunda – Fundamenta-se, este aditivo, no disposto no art. 125 da lei nº 14.133, de 2021 haja vista a vantagem administrativa consistente na vantajosidade da aquisição em razão da importância, oportunidade e conveniência para o contratante.

Cláusula Terceira – Em decorrência do presente aditivo previsto na Cláusula Primeira, fica acrescido ao valor original a importância de **R$ 530,00 (quinhentos e trinta reais)**, perfazendo o valor global do contrato de **R$ 2.650,00 (dois mil seiscentos e cinquenta reais).**

Cláusula Quarta – Ficam inalteradas as demais disposições contratuais.

E por ser esta a manifestação de vontade das partes, firma-se o presente, em duas vias de igual teor com a assinatura das testemunhas.

Flórida, 25 de agosto de 2026.

De Acordo:

MUNICÍPIO DE FLÓRIDA
Contratante

A & T COMERCIAL LTDA
Contratada

Publicado por:
Daniele Cristina de Carvalho
Código Identificador:5A6618EA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA

ATA Nº 003 - POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC (PNAB)

ATA DE REUNIÃO – ERRATA, JUSTIFICATIVA DE CRONOGRAMA E PRORROGAÇÃO DE PRAZOS
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2026

DATA: 25 de agosto de 2026
LOCAL: Reunião virtual (on-line).
OBJETIVO: Retificação de erro material na numeração de Ata anterior, justificativa referente à publicação em Diário Oficial e readequação do cronograma da fase de Habilitação do Edital de Chamamento Público n° 002/2026.

1. DA COMPOSIÇÃO DA MESA
Estiveram presentes os seguintes membros e representantes:
REPRESENTANTE APEG: TAIS MARQUES DE SOUZA
MEMBROS DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO: ALINE KATHIUCE RUSSIANO E ROSANA SESNIK

2. DA ERRATA DE NUMERAÇÃO DA ATA ANTERIOR
A Comissão de Acompanhamento e a representante da APEG vêm a público realizar a correção de erro material unicamente na numeração da Ata de Reunião referente à Homologação do Resultado Final da Seleção (Mérito), datada de 20 de agosto de 2026.

• **Onde se lê:** ATA Nº 003 - POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC (PNAB)
• **Leia-se:** ATA Nº 002 - POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC (PNAB)

Ficam ratificadas e inalteradas todas as demais disposições, notas e resultados da referida Ata.

3. DA JUSTIFICATIVA DE PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DE MÉRITO
A Comissão delibera e registra a justificativa referente à data de publicação do Resultado Final do Mérito, ocorrida em 20/08/2026. O referido atraso em relação ao cronograma original ocorreu porque a publicação do Resultado Preliminar no Diário Oficial do Município só foi efetivada no dia 13/08/2026. Para respeitar rigorosamente o prazo recursal obrigatório de 03 (três) dias úteis garantido à ampla defesa dos proponentes, conforme preconiza o **Art. 16, inciso III, do Decreto Federal nº 11.453/2023**, o prazo encerrou-se em 18/08/2026. Em estrita observância ao **Princípio Administrativo da Razoabilidade**, a Administração Pública utilizou o prazo impróprio subsequente para os trâmites internos de verificação de recursos, lavratura de ata e coleta de assinaturas, resultando na homologação regular no dia 20/08/2026.

4. DA PRORROGAÇÃO DE PRAZOS DA FASE DE HABILITAÇÃO (ALTERAÇÃO DE CRONOGRAMA)
Considerando os atrasos supervenientes decorrentes dos trâmites de publicação em Diário Oficial; considerando o princípio da **Supremacia do Interesse Público**, que busca garantir a ampla participação, a isonomia e a efetiva execução dos recursos federais oriundos da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB); E com fulcro (com base) no **Item 19 do Edital de Chamamento Público Nº 002/2026**, o qual estabelece expressamente que *"O Cronograma pode sofrer alterações, sendo necessário a publicação de novo cronograma vinculada a ATA que justifica a alteração no cronograma"*; A Comissão decide **PRORROGAR** o prazo de envio da documentação de Habilitação e retificar o cronograma, que passa a vigorar com as seguintes datas:

PRAZO FINAL PARA ENVIO DA HABILITAÇÃO (VIA LINK FORMS)	PRORROGADO ATÉ **28/08/2026** (SEXTA-FEIRA) ÀS 23:59.
PUBLICAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR DA HABILITAÇÃO	31/08/2026
PRAZO PARA RECURSOS DA HABILITAÇÃO	01/09/2026 A 03/09/2026
PUBLICAÇÃO DA ANÁLISE DE RECURSOS E RESULTADO FINAL	04/09/2026
ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL	A PARTIR DE **04/09/2026**.

5. ENCERRAMENTO
Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lavrada por mim, TAIS MARQUES DE SOUZA, e assinada pelas Sras. ALINE KATHIUCE RUSSIANO e ROSANA SESNIK.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLÓRIDA, 25 DE AGOSTO DE 2026

ROSANA SESNIK
Membro da Comissão

ALINE KATHIUCE RUSSIANO
Membro da Comissão

TAIS MARQUES DE SOUZA
Representante APEG

Publicado por:
Fernanda Dall Ago Barbosa
Código Identificador:5DAD7750

SECRETARIA DE FAZENDA-DIVISÃO DE CONTABILIDADE
DECRETO N.º 5137 DE 26 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO N. º 5137/2026.

Abre Crédito Especial e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Flórida Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei n.º 822/2026 de 26 de Agosto de 2026:
DECRETA
Art. 1.º - Fica aberto no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Flórida para o exercício financeiro de 2026, um Crédito Especial no valor de R$ 612.000,00 (seiscentos e doze mil reais) para a criação das seguintes dotações:

08			**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES**	
08.004			**Divisão de Cultura**	
08.004.13.392.0011.2.052			**Desenvolvimento de Ações Culturais**	
670	3.3.90.48.00.00	11063	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	10.000,00
10			**SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL**	
10.001			**Fundo Municipal de Assistência Social**	
10.001.20.608.0014.2.067			**Promoção das Atividades Agropecuárias**	
671	3.1.90.16.00.00	01000	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	2.000,00
12			**SECRETARIA DE SAÚDE**	
12.001			**Fundo Municipal de Saúde**	
12.001.22.661.0015.1.042			**Atenção Primária em Saúde**	
672	4.4.90.61.00.00	31878	Aquisição de Imóveis	24.472,67
673	4.4.90.61.00.00	33878	Aquisição de Imóveis	575.527,33
			Total das Suplementações	**612.000,00**

Art. 2.º - Os recursos necessários para a abertura do Crédito Especial descrito no Art. 3.º deste Decreto serão provenientes do Superávit Financeiro da Fonte 31878 no valor de R$ 575.527,33, apurada no Balanço Patrimonial do exercício de 2025, conforme o Art. 43 § 1.º, II da Lei Federal 4.320/64, do Excesso de Arrecadação da Fonte 11063 e 31878 contabilizado na Receitas 1.3.21.01.11.01.00.00.00.00 e 1.7.19.60.01.00.00.00.00.00, apurados no exercício de 2026, no valor de R$ 34.472,67, conforme Art. 43 § 1.º, II da Lei Federal 4.320/64, e da anulação parcial da dotações no valor de R$ 2.000,00, conforme Art. 43 § 1.º, II da Lei Federal 4.320/64.

02			**GABINETE DO PREFEITO**	
02.001			**Gabinete do Prefeito**	
02.001.04.122.0002.2.002			**Manutenção do Gabinete do Prefeito**	
4	3.3.90.30.00.00	01000	Material de Consumo	2.000,00
			Total dos Cancelamentos	**2.000,00**

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a data de sua assinatura.

Edifício da Prefeitura Municipal de Florida, aos 26 de Agosto de 2026.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Sergio Pereira
Código Identificador:A8CA4FD7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
DISPENSA DE LICITAÇÃO SCD

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO COMPRA DIRETA

Solicitação de Dispensa de Licitação: 021/2026
Processo Administrativo n° 437/2026
A vista dos elementos contidos no presente processo devidamente justificado.
Eu, Francisco Clei da Silva, Prefeito Municipal de Foz do Jordão PR, no uso das atribuições legais, tenho ciência e autorizo a realização da Solicitação de Compra Direta Dispensa de Licitação baixo valor para **Custeio da participação na Copa Garotinho de Futsal em Laranjeiras do Sul/Pr, com equipe Masculina de Foz do Jordao, nas categorias Adulto, Sub 11 e Sub 09, qual compreende taxa de Inscrição, taxa de participação/arbitragem, no período que compreendera a participação da equipe no mesmo** sendo o Gestor da pasta **Sr. Dieicson Siqueira Bitencourt .**

Empresa Prestadora do **FUNDAÇÃO ATLETICO SOCIAL ESPORTIVA DA U.H.S.S.-FASE**, inscrita no CNPJ n° 78.122.520/0001-64. RUA COM LINHA GRAMADINHO S/N°, bairro zona rural, CEP: 85.301-970, LARANJEIRAS DO SUL com o valor de R$ 925,00(Novecentos e vinte e cinco reais).

Foz do Jordao/PR, 26 de agosto de 2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Perpétua Custódio Ramos
Código Identificador:A2887049

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO ADITIVO 1 CONTRATO Nº 175/2025.

PROCESSO: Inexigibilidade nº 32/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO (CNPJ Nº 01.603.719/0001-80).
CONTRATADO: CARTÓRIO DO DISTRITO JUDICIÁRIO DE FOZ DO JORDÃO (CNPJ Nº 06.208.455/0001-83)
OBJETO: "Dilatação do prazo de vigência através da revisão do Contrato nº 175/2025 do Inexigibilidade nº 32/2025 qual tem por objeto a "CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CARTÓRIO REGISTRO CIVIL E TABELIONATO PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO/PR"
PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente termo visa a dilatação do prazo de vigência do contrato acima descrito, pelo período de 12 (doze) meses, com vigência até a data de 20 de agosto de 2027.
DATA DE ASSINATURA: 20/08/2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odycleia Christiane de Oliveira Zenaro
Código Identificador:FBAD578B

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 1 ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 230/2025

Pregão Nº 43/2025
PARTES: Município de Foz do Jordão e a Empresa NIENDIEKER E CIA LTDA
OBJETO: O reequilíbrio financeiro em tela visa atender à solicitação do FORNECEDOR, na qual assim requer ao demonstrar a elevação dos custos na matéria prima para fabricaçao de artefatos de concreto que como consequencia terá aumento no produto final. Devido ao aumento considerável nos custos conforme documentos fiscais e planilhas demonstrativos acostados aos autos do processo.

ITENS					
Lote	Item	Código do produto/ serviço	Descrição do produto/serviço	Valor registrado	Preço reajustado
2	1	27200	GALERIA TIPO ADUELA QUADRADO DE CONCRETO COMPRIMENTO: 2,50; ESPESSURA:20CM; TIPO ADUELA; APLICAÇÃO: SISTEMA SANEAMENTO BASICO AGUAS PLUVIAIS; CARACTERISTICAS ADICIONAIS; CONCRETO ARMAD, CONCRETO MINIMO 20FCK	4.000,00	4.240,00
3	1	24935	MEIO FIO PADRÃO ALTO 0,80 CM DE COMPRIMENTO	34,00	36,04
4	1	15833	MEIO FIO PADRÃO BAIXO 0,80 CM DE COMPRIMENTO	32,00	33,92
10	1	24937	TUBO DE CALHA DE CONCRETO DE 0,20X1,00 DIAMETRO: 20CM; COMPRIMENTO: 1M; PESO: 27KG; TIPO: JUNTA PONTA; APLICAÇÃO: DRENAGEM SUPERFICIAL	42,00	44,52
11	1	24936	TUBO DE CALHA DE CONCRETO DE 0,40X1,00 DIAMAETRO 40 CM; COMPRIMENTO 1M; PESO:69KG; TIPO: BOLSA MACHO E FEMEA; APLICAÇÃO DRENAGEM SUPERFICIAL	60,00	63,60
12	1	17173	TUBO DE CONCRETO (MANILHA) 0,40X1,00	75,90	80,45
13	1	17174	TUBO DE CONCRETO (MANILHA) 0,60X1,00 MACHO E FEMEA	105,00	111,30
14	1	17175	TUBO DE CONCRETO (MANILHA) 1,00X1,00 MACHO E FEMEA COM MALHA DE FERRO	495,00	524,70

VIGÊNCIA: 18/11/2025 a 17/11/2026

Foz do Jordão, 21 de agosto de 2026

Publicado por:
Odycleia Christiane de Oliveira Zenaro
Código Identificador:52B8940E

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 71/2026

DECRETO Nº 71/2026

Dispõe sobre a instauração do procedimento de Regularização Fundiária Urbana (REURB), nos termos da Lei Federal nº 13.465/2017, no Núcleo Urbano Informal Consolidado Tulipa e Margaridas e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e com fundamento na Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, e no Decreto Federal nº 9.310, de 15 de março de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica instaurado o procedimento administrativo de Regularização Fundiária Urbana (REURB) nos Núcleo Urbano Informal Consolidado denominado Tulipa e Margaridas localizado no bairro Centro, neste Município de Foz do Jordão - PR.
§ 1º O núcleo a que se refere **Tulipa** é formado pela quadra situada entre a Avenida Morro Verde, a Rua São Pedro, a Rua Costa e Silva e a Rua São Paulo.
§ 2º O núcleo a que se refere **Margaridas** é formado pelas quadras situada entre a Avenida Morro Verde, Rua Manoel Paz de Oliveira, a Rua Jacir Antunes e Rua Domingos Correia Ribas e Rua Rita Tavares.
§ 3º O procedimento de regularização fundiária de que trata este Decreto fica classificado na modalidade **REURB-E (Interesse Específico)**, com base na Lei Federal nº 13.465/2017 e no Decreto Federal nº 9.310/2018.
§ 4º Os núcleo referido encontra-se consolidado desde o ano de 1980, sendo dotado de infraestrutura essencial mínima, nos termos do inciso II do art. 31 da Lei Federal nº 13.465/2017, que consiste em:
I – sistema de abastecimento de água potável;
II – sistema de fornecimento de energia elétrica residencial;
III – vias de circulação.

Art. 2º Fica autorizada a individualização de matrículas para as ruas, servidões e lotes que integram o referido núcleo, observados os parâmetros do art. 53 da Lei Federal nº 13.465/2017.

Parágrafo único. Nos termos da legislação federal vigente, o registro da Certidão de Regularização Fundiária (CRF) perante o Serviço de Registro de Imóveis competente incorporará automaticamente ao patrimônio público municipal as áreas destinadas ao uso comum do povo, as vias públicas, os espaços livres, os equipamentos urbanos e comunitários e os demais bens indicados no projeto de regularização fundiária.

Art. 3º Fica autorizado o lançamento e a cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) em nome dos ocupantes cadastrados, independentemente da abertura prévia das matrículas individualizadas, em estrita observância aos princípios da regularização fundiária e da segurança jurídica.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Foz do Jordão - PR, aos 26 dias do mês de Agosto do ano de 2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joselaine Presa
Código Identificador:5CCD6168

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 016/2026.
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 012/2026.

EXTRATO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 016/2026.
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 012/2026.

MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO/PR

CONTRATADA: UNYFLEX - UNYGOV CAPACITAÇÃO E TREINAMENTOS GOVERNAMENTAIS LTDA
CNPJ: 55.930.096/0001-89

OBJETO: Contratação da empresa para a aquisição de 01 inscrição para o **SEMINÁRIO "GESTÃO DE MÍDIAS SOCIAIS NO SETOR PÚBLICO - OPERAÇÃO, PUBLICIDADE E LGPD"**, a ser realizado nos dias 18, 19, 20 e 21 de AGOSTO de 2026, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

TIPIFICAÇÃO LEGAL: Artigo 74, inciso III, alínea "*f* "da Lei nº 14.133/2021

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01.001.2.001.3.3.90.39.

Órgão: Poder Legislativo
Unidade: 01
Projeto/atividade: 2.001
Elemento: 3.3.90.39
Saldo atual: R$ 59.729,15

PRAZO DE VIGÊNCIA: 10/09/2026.

Valor: R$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais).
Registre-se e Publique-se.

General Carneiro/PR, 26.08.2026.

MELCHISEDEQUE DE OLIVEIRA MACHADO FILHO
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores.

Publicado por:
Alexsander Martendal
Código Identificador:4325E029

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 017/2026.
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 013/2026.

EXTRATO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 017/2026.
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 013/2026.

MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO/PR

CONTRATADA: UNYFLEX - UNYGOV CAPACITAÇÃO E TREINAMENTOS GOVERNAMENTAIS LTDA.
CNPJ: 55.930.096/0001-89

OBJETO: Contratação da empresa para a aquisição de 01 inscrição para o curso **"PORTAL E LGPD E-SIC E OUVIDORIA - GUIA ATUALIZADO PARA MUNICÍPIOS"**, a ser realizado nos dias 18, 19, 20 e 21 de AGOSTO de 2026, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

TIPIFICAÇÃO LEGAL: Artigo 74, inciso III, alínea "*f* "da Lei nº 14.133/2021

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01.001.2.001.3.3.90.39.

Órgão: Poder Legislativo
Unidade: 01
Projeto/atividade: 2.001
Elemento: 3.3.90.39
Saldo atual: R$ 59.729,15

PRAZO DE VIGÊNCIA: 10/09/2026.

Valor: R$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais).
Registre-se e Publique-se.

General Carneiro/PR, 26.08.2026.

MELCHISEDEQUE DE OLIVEIRA MACHADO FILHO
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores.

Publicado por:
Alexsander Martendal
Código Identificador:A59D2B94

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA N.° 026/2026

PORTARIA N.° 026/2026, de 26 de AGOSTO de 2026.

EMENTA: DISPÕE SOBRE AS FÉRIAS REGULARES DO SERVIDOR DO PODER LEGISLATIVO DE GENERAL CARNEIRO/PR.

Melchisedeque de Oliveira Machado Filho, Vereador Presidente da Câmara Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

Considerando: A Portaria de n.º 013/2026;

RESOLVE:

Art. 1º Define o segundo período de férias do servidor Alison Bruno Nicolaico de Jesus.

Art. 2º As férias referente ao segundo período deverão ser gozadas na data de **01/09/2026 a 05/09/2026.**

Art. 3º O saldo de férias será gozado em período(s) a ser(em) definido(s) posteriormente.

Art. 4º Esta **PORTARIA** entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário Sebastião Branco Costa, Câmara Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, 26 de AGOSTO de 2026.

Registre-se e Publique-se.

MELCHISEDEQUE DE OLIVEIRA MACHADO FILHO
Presidente da Câmara Municipal de General Carneiro/PR.

Publicado por:
Alexsander Martendal
Código Identificador:B36FE7A6

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº. 534 DE 26 DE AGOSTO DE 2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, prefeito Municipalde General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o CONCURSO PÚBLICO - Edital nº 01/2023 com Homologação de resultado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 01 de Novembro de 2023, Edição n° 2890.

DECRETA

ART. 1° - Fica **EXONERADA, a pedido,** no dia 27 de AGOSTO de 2026**, CRISLAINE DE MELLO DOS SANTOS - matrícula n.° 3268,** do cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS DIVERSOS – MODALIDADE ESTATUTÁRIO**, do CONCURSO PÚBLICO N° 01/2023, do Quadro de Servidores efetivos desta Municipalidade.

ART. 2° - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Gabinete do Executivo Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, em 26 de Agosto de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:090BFE9C

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº 535/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar.

Art. 1º - Na conformidade do disposto no art. 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, bem como em observância ao art. 8º, §1º e §2º, inciso I e II, e art. 9º, parágrafo único, da Lei Orçamentária Anual – Lei Municipal nº 2.149/2025, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, no Orçamento vigente, Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ R$ 325.000,00 (trezentos e vinte e cinco mil reais), conforme valores e discriminações a seguir especificados:

Desp.	Fonte	Funcional Programática	Descrição	Elemento	Valor
175	2402	03.002.10.301.0024.2.035	MANUT. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	3.3.90.30	R$ 55.000,00
369	2402	03.002.10.301.0024.2.035	MANUT. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	3.3.90.32	R$ 52.000,00
178	2402	03.002.10.301.0024.2.035	MANUT. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	3.3.90.39	R$ 26.000,00
182	303	03.002.10.301.0024.2.035	MANUT. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	4.4.90.52	R$ 20.000,00
309	103	06.001.12.361.0016.2.080	MANUT. DOS SERVIÇOS ADMIN. DA EDUCAÇÃO	3.3.90.36	R$ 100.000,00
39	000	02.002.04.122.0003.2.042	MANUT. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	4.4.90.52	R$ 32.000,00
222	000	04.002.08.122.0015.2.068	GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FMAS	3.3.90.36	R$ 40.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito adicional de que trata o artigo anterior decorrerão de superávit financeiro, excesso de arrecadação e anulações parciais de dotações orçamentárias abaixo especificadas, nos termos do art. 43, § 1º, incisos I, II e III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Desp.	Fonte	Funcional Programática	Descrição	Elemento	Valor
4	000	02.001.04.122.0002.2.002	MANUT. DO GABINETE DO PREFEITO	3.3.90.30	R$ 15.500,00
40	000	02.002.04.122.0003.2.042	MANUT. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	4.4.90.91	R$ 19.500,00
209	000	04.001.08.122.0015.2.067	GESTÃO DE BENEFICIOS EVENTUAIS	3.3.90.39	R$ 13.000,00
210	000	04.001.08.122.0015.2.067	GESTÃO DE BENEFICIOS EVENTUAIS	3.3.90.40	R$ 3.000,00
225	000	04.002.08.122.0015.2.068	GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FMAS	3.3.90.48	R$ 21.000,00

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a promover as alterações necessárias no Plano Plurianual – PPA 2026–2029, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e na Lei Orçamentária Anual – LOA vigente, a fim de viabilizar a inclusão das suplementações previstas no art. 1º deste Decreto.

Gabinete do Prefeito Municipal de General Carneiro – Paraná, 26 de agosto de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Suzana de Oliveira Machado
Código Identificador:E76ED24B

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 108 DE 26 DE AGOSTO DE 2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, através do presente Edital, convoca os(as) candidatos(as) aprovados(as) no **Concurso Público 002-2023 – Regime ESTATUTARIO,** conforme EDITAL Nº 007/2023 de HOMOLOGAÇÃO FINAL CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – Edição 2890 em 01 de novembro de 2023. https://www.diariomunicipal.com.br.

CONVOCA abaixo relacionado para comparecer no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação deste, junto ao Departamento de Recursos Humanos da Administração Pública Municipal, sito à Avenida Presidente Getúlio Vargas, N.º 601, centro, em General Carneiro, Estado do Paraná, para apresentarem os documentos conforme estabelecido no Item 17.5 do Edital de abertura do referido Concurso e consoante o rol abaixo mencionado. **O não comparecimento dentro do prazo estipulado implicará na eliminação do candidato no concurso público.**

1) Cópia da Carteira de Identidade;
2) Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF;
3) Cópia do Título de Eleitor e comprovante de regularidade eleitoral;
4) Cópia da Carteira e Certificado de reservista ou dispensa (se do sexo masculino);
5) Uma foto 3x4 recente e tirada de frente;
6) Cópia da certidão de nascimento ou casamento;
7) Cópia da certidão de nascimento dos filhos de até 16 (dezesseis) anos;
8) Carteira de vacinação dos filhos até 05 (cinco) anos;
9) Certidão negativa de antecedentes criminais, no âmbito Estadual: (http://www.institutodeidentificacao.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=102).
10) Certidão negativa de antecedentes criminais Federal: (https://www.gov.br/pt-br/servicos/emitir-certidao-de-antecedentes-crminais).
11) Cópias dos documentos comprobatórios da escolaridade e pré-requisitos mínimos constantes do Anexo I do Edital de Abertura do Concurso;
12) Cópia do Registro no órgão de classe, quando for requisito do emprego;
13) Comprovante de Endereço, (cópia conta de luz, água ou telefone);
14) Carteira de Habilitação Categoria “C” e “D” e “E”, conforme requisito exigido para o cargo;
15) Declarar expressamente o exercício ou não de cargo, emprego ou função pública nos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, Federal ou Municipal, para fins de verificação do acúmulo de cargos;
16) O candidato convocado será submetido ao exame médico admissional e avaliação psicológica e caso seja considerado inapto para exercer o cargo, não será admitido, perdendo automaticamente a vaga. (conforme item 17.4 do Edital de Abertura do Concurso)
17) Dados para cadastro: Número de telefone e e-mail; Conta Salário ou Corrente no Banco do Brasil S/A;

1.

Classificação	Nome	Cargo	Concorrência
61º	SIMONE WALTER FERREIRA	Auxiliar de Serviços Diversos	Ampla concorrência

Gabinete do Executivo Municipal, General Carneiro, Estado do Paraná, em 26 de agosto de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Suzana de Oliveira Machado
Código Identificador:7E010B69

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 2.221 DE 26 DE AGOSTO DE 2026

SÚMULA "Institui a Política Municipal de Alfabetização no âmbito do Município de General Carneiro, Estado do Paraná, e dá outras providências."

A Câmara Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná aprovou por unanimidade de votos o Projeto de Lei do Executivo **Nº.057/2026,** e Eu, **Joel Ricardo Martins Ferreira, Prefeito Municipal**, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Alfabetização do Município de General Carneiro-PR como política pública permanente destinada a assegurar o direito de todas as crianças à alfabetização na idade adequada, promovendo a aprendizagem, a equidade educacional e a melhoria da qualidade da educação básica da Rede Municipal de Ensino.

Art. 2º Constituem princípios da Política Municipal de Alfabetização:
I - a garantia do direito à alfabetização de todas as crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;
II - o regime de colaboração entre os entes federativos;
III - a promoção da equidade educacional, considerando as diferenças sociais, culturais, econômicas, étnico-raciais, territoriais e de inclusão;
IV - a valorização da avaliação como instrumento de diagnóstico, acompanhamento e melhoria da aprendizagem;
V - a formação continuada dos profissionais da educação;
VI - a utilização de evidências científicas e indicadores educacionais para subsidiar as decisões pedagógicas;
VII - a garantia de condições pedagógicas adequadas para o processo de alfabetização.

Art. 3º São objetivos da Política Municipal de Alfabetização:
I - elevar a qualidade da alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental;
II - assegurar a alfabetização das crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;
III - contribuir para o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Municipal de Educação;
IV - fortalecer práticas pedagógicas fundamentadas em evidências científicas;
V - promover a utilização de tecnologias educacionais no processo de alfabetização;
VI - incentivar a socialização de experiências pedagógicas exitosas;
VII - reconhecer e disseminar boas práticas de gestão e de ensino;
VIII - fortalecer a articulação entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental;
IX - implementar ações permanentes de recomposição das aprendizagens.

Art. 4º São diretrizes da Política Municipal de Alfabetização:
I - priorizar a alfabetização até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;
II - promover práticas pedagógicas voltadas ao desenvolvimento da leitura, escrita, oralidade, escuta, compreensão leitora e produção textual;
III - fortalecer a gestão pedagógica das unidades escolares;
IV - oferecer assistência técnico-pedagógica às equipes escolares;
V - acompanhar sistematicamente a aprendizagem dos estudantes;
VI - implementar ações permanentes de recomposição das aprendizagens;
VII - incentivar o desenvolvimento da linguagem oral e escrita desde a Educação Infantil;
VIII - fortalecer a participação das famílias no processo educativo;
IX - promover ações articuladas entre a pré-escola e o 1º ano do Ensino Fundamental;
X - assegurar práticas pedagógicas inclusivas aos estudantes público-alvo da Educação Especial.

Art. 5º São público-alvo da Política Municipal de Alfabetização:
I - as crianças matriculadas na pré-escola;
II - os estudantes matriculados nos anos iniciais do Ensino Fundamental da Rede Municipal

Art. 6º Participam da implementação da Política Municipal de Alfabetização:
I - a Secretaria Municipal de Educação;
II - os gestores municipais;
III - os diretores escolares;
IV - as equipes pedagógicas;
V - os professores da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental;
VI - os demais profissionais da educação;
VII - a comunidade escolar e as famílias.

Art. 7º A Política Municipal de Alfabetização será desenvolvida mediante:
I - definição de orientações curriculares;
II - estabelecimento de metas de aprendizagem;
III - formação continuada dos profissionais da educação;
IV - disponibilização de materiais didáticos e pedagógicos;
V - elaboração, organização e aplicação de avaliação interna e externa de larga escala nas turmas de 1º e 2º ano do Ensino Fundamental em unidades municipais de ensino;
VI - monitoramento contínuo da aprendizagem;
VII - desenvolvimento de programas de recomposição das aprendizagens;
VIII - utilização de indicadores educacionais para planejamento e tomada de decisões;
IX - incentivo ao uso de metodologias e tecnologias educacionais inovadoras;
X - fortalecimento das ações de transição entre Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Art. 8º O monitoramento da Política Municipal de Alfabetização compreenderá:
I - acompanhamento periódico dos resultados de aprendizagem;
II - análise de indicadores educacionais;
III - sistematização de dados por estudante, turma e unidade escolar;
IV - avaliação da efetividade das ações implementadas;
V - utilização dos resultados para o replanejamento das ações pedagógicas;
VI - acompanhamento das avaliações internas e externas.

Art. 9º Compete à Secretaria Municipal de Educação:
I - coordenar a implementação da Política Municipal de Alfabetização;
II - elaborar o Documento Orientador da Execução da Política Municipal de Alfabetização e demais normas complementares necessárias à sua execução;
III - promover formação continuada dos profissionais da educação;
IV - acompanhar e avaliar os resultados obtidos;
V - estabelecer parcerias institucionais necessárias ao fortalecimento da política;
VI - divulgar periodicamente indicadores e resultados da alfabetização no Município;
VII - exercer a coordenação estratégica dos programas e ações decorrentes desta Política.

Art. 10. A Política Municipal de Alfabetização será implementada por meio do Documento Orientador da Execução da Política Municipal de Alfabetização do Município de General Carneiro-PR, elaborado e atualizado pela Secretaria Municipal de Educação, com acompanhamento do Conselho Municipal de Educação, observado o disposto nesta Lei.

§ 1º O Documento Orientador estabelecerá as diretrizes técnicas, pedagógicas e operacionais necessárias à implementação, ao monitoramento e à avaliação da Política Municipal de Alfabetização, devendo contemplar, no mínimo:

I - o diagnóstico da realidade educacional do Município;
II - os objetivos, as metas e os indicadores de aprendizagem;
III - as estratégias pedagógicas para a alfabetização e a recomposição das aprendizagens;
IV - as ações de formação continuada dos profissionais da educação;
V - as estratégias de inclusão e de atendimento às necessidades específicas dos estudantes;
VI - os mecanismos de monitoramento e avaliação da aprendizagem;
VII - as formas de articulação com as famílias, a comunidade escolar e demais instituições parceiras;
VIII - o planejamento anual das ações, com definição dos responsáveis por sua execução.

§ 2º O Documento Orientador poderá contemplar outros eixos, estratégias e instrumentos necessários ao aperfeiçoamento da Política Municipal de Alfabetização.

§ 3º O Documento Orientador será atualizado sempre que necessário ao aperfeiçoamento da Política Municipal de Alfabetização ou em razão de alterações na legislação educacional aplicável.

Art. 11. A assistência financeira correrá por conta das dotações orçamentárias consignadas na Lei Orçamentária Anual, Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentária e suas rubricas vinculadas para a Educação Infantil e Ensino Fundamental - Manutenção da Educação, observados a disponibilidade e os limites estabelecidos na legislação orçamentária e financeira vigente.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, General Carneiro, Estado do Paraná, em 26 de agosto de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Suzana de Oliveira Machado
Código Identificador:72371BF2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

ERRATA DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

Dispensa de Licitação nº 058/2026
Processo Licitatório nº 143/2026
Contratada: **56.705.191 STEPHANY CRISTINA ORTIZ SERPA**

Onde se lê:

"R$ 64.581,00 (sessenta e quatro mil, quinhentos e oitenta e um reais)."

Leia-se:

"R$ 30.900,00 (trinta mil e novecentos reais)."

General Carneiro - Paraná, 26 de agosto de 2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:BF977663

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ADJUDICAÇÃO/ HOMOLOGAÇÃO

EXTRATO ADJUDICAÇÃO/ HOMOLOGAÇÃO

Inexigibilidade de Licitação nº 022/2026
Processo Licitatório nº 123/2026
Adjudicação/Homologação: 26/08/2026
Credenciadas: **COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEL MARINHO LIDER LTDA** – CNPJ nº 61.467.872/0001-59
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro– PR

Objeto: "Chamamento Público para o credenciamento de postos revendedores de combustíveis automotivos, localizados no Município de General Carneiro/PR, para o fornecimento parcelado de **Etanol Hidratado Combustível, Gasolina Comum, Óleo Diesel S10, Óleo Diesel S500 e ARLA 32 (Agente Redutor Líquido Automotivo)**, destinados ao abastecimento da frota municipal de veículos, máquinas e equipamentos, conforme as necessidades das Secretarias Municipais.**"**

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:EE146D24

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ADJUDICAÇÃO/ HOMOLOGAÇÃO

EXTRATO ADJUDICAÇÃO/ HOMOLOGAÇÃO

Dispensa Eletrônica nº 054/2026
Processo Licitatório nº 131/2026
Adjudicação/Homologação: 26/08/2026
Contratada: **GARAGNANI & GARANHANI LTDA**
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro – PR

Objeto: "**Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de desenvolvimento, implantação, licenciamento de uso, hospedagem, manutenção e suporte técnico de Portal Institucional Oficial da Prefeitura Municipal de General Carneiro – PR, incluindo sistema administrativo para gerenciamento de conteúdo, migração de dados, serviços de e-mail institucional, treinamento, atualizações, segurança e demais funcionalidades necessárias ao pleno funcionamento da solução.**"

Valor da Despesa: **R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais).**

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:6A5046E9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL

EXTRATOS CONTRATUAIS
Processo Administrativo Licitatório: 126/2026
Pregão Eletrônico: 046/2026
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro/PR.
Vigência dos Contratos: 27/08/2026 à 27/08/2027
Objeto: Registro de Preço para futura e eventual Aquisição de conjunto de recipientes para resíduos sólidos e orgânicos em plástico vazado e lixeira externa dupla tipo container, em atendimento à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de General Carneiro – PR.
--
Contratada: D.D.S. COM. DE LIXEIRAS E PLACAS LTDA
Contrato: 288/2026
Valor Estimado da Despesa: R$ 22.800,00 (vinte e dois mil e oitocentos reais).
--
Contratada: S O S PARQUES IND. COM. E MANUTENÇÃO DE PARQUES E ARTEFATOS DE METAL LTDA - ME
Contrato: 289/2026
Valor Estimado da Despesa: R$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Item	Valor R$	Secretaria	Dotação	Fonte de Recurso
1	138.951,00	Meio Ambiente	94	000 (livre)

Valor Estimado da Despesa: R$ 138.951,00 (cento e trinta e oito mil, novecentos e cinquenta e um reais).

General Carneiro – Estado do Paraná, 26 de agosto de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:4DDB6BAD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL

EXTRATO CONTRATUAL

Processo Licitatório nº: 137/2026
Inexigibilidade de Licitação nº: 025/2026
Contrato n°: 272/2026
Adjudicação/Homologação: 20/08/2026
Contratada: **35.014.727 MILENE APARECIDA PADILHA GALVÃO**
Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO**
Vigência: 20/08/2026 à 20/08/2027

Valor: R$ **5.000,00 (cinco mil reais).**

Objeto: "**Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria, capacitação e assessoramento técnico voltados à operacionalização, execução e acompanhamento das ações vinculadas ao Ciclo 2 da Política Nacional Aldir Blanc – PNAB, compreendendo a capacitação de gestores públicos, servidores, fazedores de cultura e agentes culturais, bem como o suporte técnico desde a criação de editais até a prestação de contas dos recursos".**

General Carneiro – Estado do Paraná, 26 de agosto de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:4E027BF4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL

EXTRATO CONTRATUAL

Dispensa de Licitação nº 058/2026
Processo Licitatório nº 143/2026
Homologação: 25/08/2026
Contrato nº 287/2026
Contratada: **56.705.191 STEPHANY CRISTINA ORTIZ SERPA**
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro – PR.
Vigência: 26/08/2026 à 25/10/2026

Objeto: **"Contratação emergencial, pelo período de 60 (sessenta) dias, de empresa especializada para a prestação de serviços de transporte escolar, com fornecimento de veículo adequado e motorista devidamente habilitado, destinada ao atendimento dos alunos residentes na localidade Sinkol Interna, conforme itinerário, horários, condições e especificações estabelecidas."**

Valor da Despesa: **R$ 30.900,00 (trinta mil e novecentos reais).**

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:12ECF294

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório nº 126/2026
Pregão Eletrônico nº 046/2026
Adjudicação e Homologação: 26/08/2026
Objeto: Registro de Preço para futura e eventual Aquisição de conjunto de recipientes para resíduos sólidos e orgânicos em plástico vazado e lixeira externa dupla tipo container, em atendimento à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de General Carneiro – PR.

Fornecedores Vencedores:

EMPRESAS	QNT ITEM
D.D.S. COM. DE LIXEIRAS E PLACAS LTDA	01
S O S PARQUES IND. COM. E MANUTENÇÃO DE PARQUES E ARTEFATOS DE METAL LTDA - ME	01

General Carneiro - Paraná, 26 de agosto de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:DF5CA10F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ

CÂMARA MUNICIPAL DE GOIOERÊ
PORTARIA Nº. 030/2026/CM

EMENTA: "Concede férias regulamentares a servidor do Poder Legislativo Municipal, de acordo com os dispositivos da Resolução nº. 001/2018, de 09/04/2018, e dá outras providencias".

O Presidente da Câmara Municipal de Goioerê, Estado do Paraná, Vereador **JOAQUIM RAFAEL NETO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e Regimento Interno da Câmara Municipal de Goioerê,

RESOLVE

Art. 1º. – Conceder a senhora **POLLYANA CAMPOS DO NASCIMENTO**, matrícula n.º 145, lotada no quadro de servidores efetivos da Câmara Municipal de Goioerê, Estado do Paraná, férias regulamentares por 05 (cinco) dias, para gozá-las no período de **31/08/2026 a 04/09/2026**, relativo ao período aquisitivo **05/01/2025 a 04/01/2026**.

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Câmara Municipal de Goioerê, Estado do Paraná, 26 de agosto de 2026.

JOAQUIM RAFAEL NETO
Presidente da Câmara

Publicado por:
Ronny Cristiano da Silva Santos
Código Identificador:31C956C4

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
TERMO DE RETIFICAÇÃO AO EXTRATO DO CONTRATO Nº 102/2026

O senhor PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO, Prefeito do Município de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê,
Considerando, que foi constatada a existência de erro material na redação do extrato do Contrato nº 102/2026, tratando-se de equívoco

meramente formal, sem alteração do objeto, das condições essenciais da contratação, dos direitos e obrigações das partes ou do equilíbrio econômico-financeiro do ajuste.
Considerando, que a correção de erro material constitui medida destinada exclusivamente a adequar o instrumento ao que efetivamente foi pactuado e formalizado pelas partes, preservando a exatidão e a segurança jurídica dos atos administrativos.
Considerando, os princípios da legalidade, da autotutela, da eficiência e da segurança jurídica, bem como a possibilidade de correção de erros materiais pela Administração Pública, nos termos da Lei, sem que isso configure alteração contratual substancial.
Considerando, por fim, a necessidade de promover a retificação do referido equívoco para assegurar a fiel correspondência entre a vontade das partes e o instrumento contratual formalizado.
Resolve assim, retificar o Contrato nº 102/2026, nos seguintes termos:
Onde se lê:
"Oferta ao Poder Concedente:"
Leia-se:
"Valor:"
Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do Contrato, naquilo que não contrariem a presente retificação.
PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO"
Goioerê – Paraná, 26 de agosto de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Município de Goioerê

Publicado por:
Elen Caroline Bezerra Muniz
Código Identificador:63BBA81C

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
LIBERAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS

LIBERAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS

Município de Goioerê - Estado do Paraná. Em cumprimento a determinação contida na Lei Federal nº. 9.452, de 20 de março de 1997. Notifica aos partidos políticos, sindicatos dos trabalhadores e entidades empresariais, com sede neste município, a liberação dos recursos federais conforme contido em seu art.2º.

Órgão Repassador	Convenio/repasse	Data	Valor
FNS – FUNDO NACIONAL DE SAÚDE	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	26/08/2026	R$ 49.278,40
FNS – FUNDO NACIONAL DE SAÚDE	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	26/08/2026	R$ 2.593,60
SECRETARIA TESOURO NACIONAL	FUNDEB	26/08/2026	R$ 190.775,53
SECRETARIA TESOURO NACIONAL	SIMPLES NACIONAL	26/08/2026	R$ 2.622,94

Goioerê, 26 de agosto de 2.026.

ISABELA ZABOT ROCHA
Secretária da Fazenda

Publicado por:
Hellen Izzo Palicer Cairos
Código Identificador:A41B662F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

MUNICIPIO DE GOIOXIM
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA DISPENSA ELETRÔNICA Nº 41/2026

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 41/2026
PROCESSO Nº 83

LICITAÇÃO: Dispensa Eletrônica nº 41/2026 (Lei nº 14.133, de 2021, Art. 75, inciso II).

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DE PABX VIRTUAL EM NUVEM, BASEADO EM PROTOCOLO SIP COM TECNOLOGIA DE VOZ SOBRE IP (VoIP), COM SERVIÇO DE TELEFONIA FIXA DIGITAL, FORNECIMENTO/DISPONIBILIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS, INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, TREINAMENTO, MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO

ÓRGÃO LICITANTE: Município de Goioxim, Estado do Paraná, CNPJ/MF nº 01.607.627/0001-78.

LOCAL: Sistema LICITANET (https://licitanet.com.br/).

DATA DE INÍCIO DAS PROPOSTAS: 27/08/2026.

DATA E HORÁRIO DA ETAPA DE LANCES: 02/09/2026 - das 8:00h às 14:00h.

INFORMAÇÕES: através do protocolo digital acessível no site oficial do Município ou através do e-mail licitagoioxim@yahoo.com.br.

A íntegra do edital e seus anexos poderão ser obtidos no sitio oficial do Município www.goioxim.pr.gov.br ou Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Goioxim, 26/08/2026.

FLÁVIO BALDUINO SOARES
Agente de Contratação

Publicado por:
Flavio Balduino Soares
Código Identificador:A0011CE0

MUNICIPIO DE GOIOXIM
PORTARIA Nº 188 DE 26 DE AGOSTO DE 2026, JOSE MARTINS DOS SANTOS.

PORTARIA Nº 188 DE 26 DE AGOSTO DE 2026

Súmula: Concede férias ao servidor(a) JOSE MARTINS DOS SANTOS, dando outras providências.

EDER DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANA, com base na Lei Complementar Municipal nº 03 de 31 de março de 2025; e Lei Complementar 01/2006 de 10 de abril de 2006
R E S O L V E
Art. 1º. Conceder férias de 30 (trinta) dias, a contar de 12 de agosto de 2026, ao servidor(a) JOSE MARTINS DOS SANTOS, ocupante do cargo de Coordenador de Equipe de Fomento a Agricultura Familiar, matricula funcional nº138061, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 2º. - Esta portaria tem efeitos retroativos a contar de **12 de agosto de 2026**, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANÁ, em 26 de agosto de 2026.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleiton Alves
Código Identificador:2866F617

MUNICIPIO DE GOIOXIM
PORTARIA Nº 189 DE 26 DE AGOSTO DE 2026 EXONERA JOÃO VICTOR RATES

PORTARIA Nº 189 DE 26 DE AGOSTO DE 2026

Exonera a pedido servidor público municipal, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais – Gari, dando outras providências.

EDER DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANA, com base na Lei Complementar Municipal nº 03 de 31 de março de 2025; e Lei Complementar 01/2006 de 10 de abril de 2006.

RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, o servidor JOÃO VICTOR RATES, matricula funcional nº 137920, a partir da data de 25 de agosto de 2026, do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais – Gari.

Artigo 2. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANA, 26 de agosto de 2026.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tassiele Maria Pedroso
Código Identificador:BCAEA894

MUNICIPIO DE GOIOXIM
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 123/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 123/2025

INEXIGIBILIDADE Nº 07/2025 - CREDENCIAMENTO Nº 02/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 059/2025
TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA, DEFINIÇÃO DE QUANTITATIVOS E MANUTENÇÃO DE PREÇOS
Pelo presente instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE GOIOXIM, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 01.607.627/0001-78, com sede na Rua Laurindo Cordeiro de Souza, nº 184, Centro, Goioxim/PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. EDER DOS SANTOS, doravante denominado CONTRATANTE; e, de outro lado, APEX SAÚDE INTELIGENTE E SERVIÇOS LTDA., inscrita no CNPJ nº 29.276.398/0001-75, com sede na Rua Manoel Correa, nº 568, Bairro Costeira, CEP 83.203-430, Paranaguá/PR, telefones (41) 3723-1911 e (41) 2106-4721, e-mails comercial02@gruporcz.med.br e direcao@gruporcz.med.br, neste ato representada por ALCYR DOS REIS MIRANDA, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 123/2025, com fundamento nos arts. 105, 107, 132 e 136 da Lei Federal nº 14.133/2021, no Edital de Credenciamento nº 02/2025, no Parecer Jurídico nº 74/2026 e nas demais peças que instruem o processo, mediante as cláusulas seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar por mais 06 (seis) meses a vigência do Contrato Administrativo nº 123/2025, destinado à prestação continuada de serviços médicos complementares no Município de Goioxim/PR, abrangendo consultas de Pediatria, plantões médicos e serviços/consultas de Ginecologia/Obstetrícia, nos limites do objeto efetivamente contratado.
1.2. A prorrogação não amplia materialmente o objeto originário, não cria nova especialidade e não confere exclusividade à CONTRATADA, permanecendo aplicáveis as regras de distribuição da demanda previstas no Credenciamento nº 02/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA
2.1. A vigência do Contrato Administrativo nº 123/2025 fica prorrogada por 06 (seis) meses, no período de 27 de agosto de 2026 a 26 de fevereiro de 2027, sem solução de continuidade.
2.2. A presente prorrogação é formalizada ainda durante a vigência jurídica do ajuste originário, em observância ao Parecer Jurídico nº 74/2026 e ao art. 132 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS QUANTITATIVOS, PREÇOS E VALOR ESTIMADO
3.1. Para o período prorrogado, ficam fixados os seguintes quantitativos máximos estimados, equivalentes a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos do período originário de 12 meses, adequados ao período de 06 meses:

Item	Descrição	Unid.	Qtd.	Valor unitário	Valor total
1	Consulta médica - Pediatria	Consulta	1.500	R$ 155,29	R$ 232.935,00
2	Plantões médicos	Hora	3.500	R$ 153,93	R$ 538.755,00
3	Consulta especializada - Ginecologia/Obstetrícia	Serviço/consulta	1.200	R$ 161,24	R$ 193.488,00
VALOR MÁXIMO ESTIMADO PARA 6 MESES					**R$ 965.178,00**

3.2. O valor máximo estimado para o período prorrogado é de R$ 965.178,00 (novecentos e sessenta e cinco mil, cento e setenta e oito reais), sem garantia de execução integral dos quantitativos, sendo devidos somente os serviços efetivamente demandados, executados, medidos e atestados.
3.3. Para fins deste aditivo, a unidade do item Ginecologia/Obstetrícia fica consolidada como serviço/consulta por atendimento efetivamente realizado, preservada a natureza do objeto originário.

CLÁUSULA QUARTA - DA MANUTENÇÃO DOS PREÇOS E DA AUSÊNCIA DE REAJUSTE
4.1. Permanecem inalterados os preços unitários nominais do Contrato nº 123/2025, conforme discriminados na Cláusula Terceira deste instrumento.
4.2. Por expressa anuência da CONTRATADA, o presente período prorrogado será executado sem aplicação de reajuste anual, ficando afastada, para esta prorrogação, a incidência do índice previsto na Cláusula Sétima do contrato originário.
4.3. A manutenção dos preços decorre da manifestação expressa da CONTRATADA e da análise de vantajosidade juntada aos autos, que demonstrou compatibilidade econômica dos valores atualmente praticados. Eventual recomposição do equilíbrio econômico-financeiro somente poderá ocorrer nas hipóteses legalmente cabíveis, mediante processo próprio e comprovação dos respectivos pressupostos.
CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
5.1. As despesas executadas no exercício financeiro de 2026 correrão à conta da seguinte classificação orçamentária: Órgão 10 - Secretaria Municipal de Saúde; Unidade 003 - Fundo Municipal de Saúde; Projeto/Atividade 10.301.0010.20026; Elemento de Despesa 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; Fonte de Recurso 1002.
5.2. As obrigações que recairão no exercício financeiro de 2027 ficarão condicionadas às dotações próprias e suficientes consignadas na respectiva Lei Orçamentária Anual e à correspondente disponibilidade de créditos, conforme art. 105 da Lei nº 14.133/2021.
CLÁUSULA SEXTA - DA HABILITAÇÃO, REGULARIDADE E EXECUÇÃO
6.1. A CONTRATADA deverá manter, durante toda a vigência prorrogada, as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento, inclusive regularidade jurídica, fiscal, trabalhista, social, técnica e profissional, bem como as condições dos profissionais efetivamente disponibilizados.
6.2. Permanecem aplicáveis as regras de gestão, fiscalização, medição, pagamento, obrigações das partes, sanções, distribuição da demanda e demais condições estabelecidas no contrato originário, no Termo de Referência e no Edital de Credenciamento nº 02/2025, naquilo que não conflitarem com este aditivo.
CLÁUSULA SÉTIMA - DA GARANTIA CONTRATUAL
7.1. Em atendimento ao Parecer Jurídico nº 74/2026, a questão da garantia de execução deverá observar a certificação administrativa específica juntada aos autos antes da assinatura deste instrumento, destinada a esclarecer se houve garantia efetivamente prestada no

período originário, o fundamento de sua exigência e sua manutenção no período prorrogado.
7.2. Caso a Administração certifique que a garantia de execução foi validamente exigida e prestada no período originário e determine sua manutenção, a CONTRATADA deverá providenciar sua prorrogação para abranger integralmente o novo período, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021. Caso a Administração certifique que não houve garantia exigível ou prestada, este aditivo não instituirá obrigação nova sem decisão administrativa específica e motivada.

CLÁUSULA OITAVA - DA RATIFICAÇÃO

8.1. Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 123/2025 que não tenham sido expressamente modificadas por este Termo Aditivo.

CLÁUSULA NONA - DA PUBLICIDADE E EFICÁCIA

9.1. O CONTRATANTE providenciará a divulgação deste Termo Aditivo no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e nos demais meios legalmente exigidos, observando o art. 94 da Lei nº 14.133/2021 e a regulamentação municipal aplicável.
E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente instrumento.
Goioxim/PR, 25 de agosto de 2026.

EDER DOS SANTOS	Apex Saúde Inteligente E Serviços LTDA.
Prefeito Municipal	***ALCYR DOS REIS MIRANDA***
Contratante	Contratada

Dispensam-se testemunhas, se adotada assinatura eletrônica pelas partes, nos termos admitidos pela legislação processual aplicável e pelo procedimento eletrônico municipal.

Publicado por:
Flavio Balduino Soares
Código Identificador:27911070

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

COMPRAS E LICITAÇÕES
ADITIVO CONTRATUAL Nº 253/2026

Extrato do Segundo Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 431/2025, Contrato nº 645/2025,
decorrentes do Edital de Pregão Eletrônico nº 106/2025

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **VENTURY AGRODISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ nº 11.052.224/0001-63**

Objeto do Contrato: Fornecimento de semente de milho a fim de atender a demanda da Diretoria de Agropecuária, desse Município de Guaíra/PR.

Objetivo do Aditivo: o objetivo do presente aditivo é a prorrogação do prazo de vigência e reajuste de valor da Ata de Registro de Preços nº 431/2025 - Contrato nº 645/2025.

Da prorrogação do prazo de vigência: Fica prorrogado o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços e Contrato por mais **12 (doze) meses**, até **20 de agosto de 2027**.

Do Reajuste do Valor Contratual: A Contratante pagará à Contratada, pelo período aditado, o valor total máximo reajustado conforme o INCP (IBGE), de **R$ 36.330,00 (trinta e seis mil e trezentos e trinta reais).**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços e Contrato original.

Guaíra, Paraná, 20 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:B8690FB5

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 398/2026

Pregão Eletrônico nº 134/2026
Processo Administrativo nº 215/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Detentora da Ata: **TURFGREEN COMERCIO DE GRAMA SINTETICA E CONSTRUCAO DE QUADRA ESPORTIVA LTDA., CNPJ nº 29.252.265/0001-69.**

Objeto da Ata: Para futura e eventual fornecimento e instalação de grama sintética e serviço de manutenção de gramado sintético, a serem utilizados em espaços esportivos e recreativos desse município, conforme Termo de Referência do edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 134/2026, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se ainda, a proposta da contratada.

Valor Total: R$ 174.996,00 (cento e setenta e quatro mil, novecentos e noventa e seis reais).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **26 de agosto de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 26 de agosto de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 26 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:D0658A2B

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 399/2026

Pregão Eletrônico nº 134/2026
Processo Administrativo nº 215/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Detentora da Ata: **EURO GRASS BR GRAMADOS SINTETICOS LTDA, CNPJ nº 22.599.861/0001-70.**

Objeto da Ata: Para futura e eventual fornecimento e instalação de grama sintética e serviço de manutenção de gramado sintético, a serem utilizados em espaços esportivos e recreativos desse município, conforme Termo de Referência do edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 134/2026, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se ainda, a proposta da contratada.

Valor Total: R$ 93.800,00 (noventa e três mil e oitocentos reais).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **26 de agosto de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 26 de agosto de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 26 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:0C76DB5E

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 400/2026

Pregão Eletrônico nº 145/2026
Processo Administrativo nº 247/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Detentora da Ata: **PECANHA'S RUNNERS COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA, CNPJ nº 18.618.735/0001-49.**

Objeto da Ata: Para futura e eventual aquisição de dispositivo para medição e exibição da velocidade de pedestres/corredores, destinado à realização de testes de velocidade pela Diretoria de Esporte e Lazer do Município de Guaíra/PR, conforme Termo de Referência do edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 145/2026, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se ainda, a proposta da contratada.

Valor Total: R$ 79.800,00 (setenta e nove mil e oitocentos reais).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **26 de agosto de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 26 de agosto de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 26 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:34D01E04

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 549/2026

decorrente da Ata de Registro de Preços nº 398/2026,do Edital de Pregão Eletrônico nº 134/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **C F L COMUNICACAO VISUAL LTDA, CNPJ nº 05.512.624/0001-01.**

Objeto do Contrato: Para futura e eventual fornecimento e instalação de grama sintética e serviço de manutenção de gramado sintético, a serem utilizados em espaços esportivos e recreativos desse município, conforme Termo de Referência do edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 134/2026, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se ainda, a proposta da contratada.

Valor Total: R$ 174.996,00 (cento e setenta e quatro mil, novecentos e noventa e seis reais).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **26 de agosto de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 26 de agosto de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 26 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:70477F74

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 550/2026

decorrente da Ata de Registro de Preços nº 399/2026, do Edital de Pregão Eletrônico nº 134/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **EURO GRASS BR GRAMADOS SINTETICOS LTDA, CNPJ nº 22.599.861/0001-70.**

Objeto do Contrato: Para futura e eventual fornecimento e instalação de grama sintética e serviço de manutenção de gramado sintético, a serem utilizados em espaços esportivos e recreativos desse município, conforme Termo de Referência do edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 134/2026, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se ainda, a proposta da contratada.

Valor Total: R$ 93.800,00 (noventa e três mil e oitocentos reais).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **26 de agosto de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 26 de agosto de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 26 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:E718B874

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 551/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 056/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 266/2026

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

CONTRATADA: **ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL DE GUAÍRA, CNPJ nº 75.564.625/0001-85**

Objeto do Contrato: Contrato tem por objeto a contratação da Associação Assistencial de Guaíra – Hospital Beneficente AssisteGuaíra, entidade privada sem fins lucrativos para execução complementar de ações e serviços especializados de saúde, bem como à prestação complementar de ações e serviços especializados de saúde destinados aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

Fundamentação: Art. 74, caput da Lei nº 14.133/2021.

Valor Total: R$ 100.000,00 (cem mil reais), sendo os valores estimados de R$ 80.000,00 (Oitenta mil reais) vinculados à Proposta nº 36000782009202600, destinados ao custeio de serviços técnicos profissionais e operacionais previstos no Plano de Aplicação, e R$ 20.000,00 (vinte mil reais) vinculados à Proposta nº

36000791471202600, destinados à realização de até 250 consultas ortopédicas**.**

Recursos Orçamentários:

1831.09.01.2056.3339039510000000000.430

Prazo de Vigência: O prazo de vigência do presente contrato será de **12 (doze) meses**, término em **26 de agosto de 2027**, podendo ser prorrogado por igual período, conforme nos termos da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 26 de agosto de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná

Guaíra, Paraná, 26 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:E793E1E9

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 552/2026

decorrente da Ata de Registro de Preços nº 400/2026,
do Edital de Pregão Eletrônico nº 145/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **PECANHA'S RUNNERS COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA, CNPJ nº 18.618.735/0001-49.**

Objeto do Contrato: Para futura e eventual aquisição de dispositivo para medição e exibição da velocidade de pedestres/corredores, destinado à realização de testes de velocidade pela Diretoria de Esporte e Lazer do Município de Guaíra/PR, conforme Termo de Referência do edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 145/2026, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se ainda, a proposta da contratada.

Valor Total: R$ 79.800,00 (setenta e nove mil e oitocentos reais).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **26 de agosto de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 26 de agosto de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 26 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:C0D06F9E

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 553/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 057/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 267/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2024 – CIEDEPAR – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2024

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

CONTRATADA: **RENTAL SAAS SERVICOS E SOLUCOES EM INFORMATICA LTDA, CNPJ nº 31.766.438/0001-09**

Objeto do Contrato: Contratação de adesão ao pregão eletrônico nº 002/2024, ata de registro de preço n° 002/2024, do**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO DO PARANÁ (CIEDEPAR)**e a empresa RENTAL SAAS SERVIÇOS E SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA, para aquisição de telas interativas, com sistema integrado e módulo OPS, decorrente do Plano de Ação 09032023-038140, Programa 09032023, Emenda Parlamentar 202340740002.

Fundamentação: Art. 86 da Lei nº 14.133/2021.

Valor Total: R$ 99.202,53 (noventa e nove mil, duzentos e dois reais e cinquenta e três centavos).

Recursos Orçamentários:

2009.08.02.2048.3449052000000000000.871

Prazo de Vigência: O prazo de vigência do presente contrato será pelo período estabelecido no respectivo instrumento, observado o prazo de vigência da **Ata de Registro de Preços nº 002/2024**, cuja vigência é até **12 de novembro de 2026**, bem como o prazo específico estabelecido no **Aceite nº 109/2026**, que fundamenta a presente adesão.

Data de Assinatura: 26 de agosto de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná

Guaíra, Paraná, 26 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:002674DD

COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 520/2026

Ementa: Homologa julgamento proferido pelo Pregoeiro sobre propostas apresentadas ao edital de Pregão Eletrônico nº 134/2026 - MUNICÍPIO DE GUAÍRA / PR

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUAÍRA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:
Art. 1º - Homologar o julgamento proferido pelo Pregoeiro sobre propostas apresentadas ao edital de Pregão Eletrônico nº 134/2023, cujo objeto é futura e eventual fornecimento e instalação de grama sintética e serviço de manutenção de gramado sintético, a serem utilizados em espaços esportivos e recreativos desse município, sendo as empresas vencedoras:

TURFGREEN COMERCIO DE GRAMA SINTETICA E CONSTRUCAO DE QUADRA ESPORTIVA LTDA., inscrita no **CNPJ nº 29.252.265/0001-69**, vencedora do lote 1 da licitação, com valor total máximo de **R$ 174.996,00 (cento e setenta e quatro mil, novecentos e noventa e seis reais).**

EURO GRASS BR GRAMADOS SINTETICOS LTDA, inscrita no **CNPJ nº 22.599.861/0001-70**, vencedora do lote 1 da licitação, com valor total máximo de **R$ 93.800,00 (noventa e três mil e oitocentos reais)**.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaíra, Paraná, 26 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:602043EF

COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 521/2026

Ementa: Homologa julgamento proferido pelo Pregoeiro sobre propostas apresentadas ao edital de Pregão Eletrônico nº 145/2026 - MUNICÍPIO DE GUAÍRA / PR

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUAÍRA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:
Art. 1º - Homologar o julgamento proferido pelo Pregoeiro sobre propostas apresentadas ao edital de Pregão Eletrônico nº 145/2026, cujo objeto é a futura e eventual aquisição de dispositivo para medição e exibição da velocidade de pedestres/corredores, destinado à realização de testes de velocidade pela Diretoria de Esporte e Lazer do Município de Guaíra/PR, sendo as empresas vencedoras:

PECANHA'S RUNNERS COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA, inscrita no **CNPJ nº 18.618.735/0001-49**, vencedora do item 1 da licitação, com valor total máximo de **R$ 79.800,00 (setenta e nove mil e oitocentos reais).**

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaíra, Paraná, 26 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:2963B81C

COMPRAS E LICITAÇÕES
REPUBLICAÇÃO POR CORREÇÃO DO NÚMERO DA PORTARIA

PORTARIA Nº 519/2026

Ementa: Homologa e adjudica julgamento proferido pela Comissão de Licitação sobre propostas apresentadas ao edital de Concorrência Pública nº 010/2026 - MUNICÍPIO DE GUAÍRA / PR.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUAÍRA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:
Art. 1º - Homologar e adjudicar o julgamento proferido pela Comissão de Licitação sobre propostas apresentadas ao edital de **Concorrência Pública nº 010/2026,** cujo objeto é a execução de construção nova destinada à implantação de 02 (dois) barracões industriais, com área individual de 280 m², totalizando 560 m² de área construída, através dos seguintes convênios: nº 09032025-082176 e nº 09032024-072627, a serem executadas em conformidade com os projetos e demais documentações técnicas do Edital e seus anexos, sendo a empresa vencedora:

DIOGO NANDI ENGENHARIA LTDA, inscrita no **CNPJ nº 40.949.543/0001-74**, vencedora global da licitação, com valor total máximo de **R$ 1.088.415,62 (um milhão e oitenta e oito mil e quatrocentos e quinze reais e sessenta e dois centavos);**

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaíra, Paraná, 25 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:E2C6F1DD

COMPRAS E LICITAÇÕES
REPUBLICAÇÃO POR CORREÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 548/2026
Processo Administrativo nº 056/2026
Concorrência Pública nº 010/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **DIOGO NANDI ENGENHARIA LTDA, CNPJ nº 40.949.543/0001-74**

Objeto do Contrato: Execução de construção nova destinada à implantação de 02 (dois) barracões industriais, com área individual de 280 m², totalizando 560 m² de área construída, através dos seguintes convênios: nº 09032025-082176 e nº 09032024-072627, a serem executadas em conformidade com os projetos e demais documentações técnicas do Edital e seus anexos.

Valor Total: R$ 549.990,00 (quinhentos e quarenta e nove mil e novecentos e noventa reais).

Recurso Orçamentário:
12.01.1027.3449051010200000000.871

Prazo de Execução: O prazo de execução da contratação é de **10 (dez) meses,** conforme cronograma físico-financeiro, contados a partir do 11º (décimo primeiro) dia corrido subsequente ao recebimento da Ordem de Serviço ou, caso esse recaia em dia não útil, no primeiro dia útil subsequente.

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, contados da assinatura deste instrumento, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

Data de Assinatura: 25 de agosto de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 25 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:324C7949

CONSAMU
EDITAL DE RETIFICAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAODINÁRIA Nº 153/2026

O Presidente do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 11, do Estatuto Social, torna pública a RETIFICAÇÃO do Edital de Convocação para Assembleia Geral Extraordinária nº 146/2026, publicado em 14 de agosto de 2026, nos seguintes termos:

Onde se lê:
"...a realizar-se na sede da AMOP, Rua Pernambuco, número 1936, Centro, no dia 27 de agosto de 2026, às 9h, em primeira convocação, e, após trinta minutos, em segunda convocação..."

Leia-se:

"... a realizar-se no Centro Comunitário Fernando Daniel Schanoski, Rua Castro Alves, Maripá – PR, no dia 27 de agosto de 2026, às 09h, em primeira convocação, e, após trinta minutos, em segunda convocação..."

Cascavel, 26 de Agosto de 2026

THIAGO DAROSS STEFANELLO
Presidente do CONSAMU

Publicado por:
Lilyanara da Silva de Lima Almeida
Código Identificador:F1A8F849

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
CONVITE PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOA – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2027

O Prefeito Municipal o Senhor**Marcos Antônio de Souza**, Prefeito Municipal de Guaraci, no uso de suas atribuições e comprometido com os princípios da transparência, participação popular e gestão democrática, tem a honra de convidar a população, os nobres Vereadores, os líderes comunitários e toda a comunidade em geral para participarem da:
AUDIÊNCIA PÚBLICA APRESENTAÇÃO DA LOA – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA 2027
Data: 28/08/2026
Horário:09h00 (nove horas da manhã)
Local:Câmara Municipal de Guaraci

Este momento representa muito mais do que uma obrigação legal — é uma oportunidade singular para que cada cidadão acompanhe de perto onde serão aplicados os recursos públicos municipais no ano de 2027.
Contamos com a sua valiosa participação!

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:3DACB575

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
1ª ANÁLISE DO DOCUMENTO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 010/2026 INEXIGIBILIDADE Nº31/2026

Município de Guaraqueçaba torna público nova rodada de análise dos documentos do EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 010/2026, inexigibilidade 31/2026, com o objeto:**CHAMADA PÚBLICA É A AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) NA REDE DE ENSINO MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA/PR DURANTE O ANO LETIVO DE 2026**

Informa que realizará análise dos documentos protocolizados até o dia 26/08/2026, através do Setor de Protocolo da Prefeitura do Município de Guaraqueçaba.

A abertura dos envelopes será realizada as 14:00 horas, pela comissão no dia 27/08/2026 e realizará a publicação da ATA com o resultado preliminar dos credenciados.

Guaraqueçaba, 26 de agosto de 2026

JEFFERSON SUNDADOZO TERESA
Comissão de Licitação

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:ECC2E0E4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
3ª HOMOLOGAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 08/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 28/2026

3ª HOMOLOGAÇÃO
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 08/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 28/2026

O MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 76.022.508/0001-52, com sede travessa Sete de Setembro, Bairro Centro, Guaraqueçaba/PR – CEP 83.390-000, por intermédio de seu Departamento de Compras e Licitações, torna público, para os fins do art. 75, § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que pretende homologar os credenciados habilitados considerando ATA CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 08/2026 da inexigibilidade 28/2026, do objeto a seguir especificado:

1. HOMOLOGO, EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 08/2026, inexigibilidade 28/2026, com o objeto:Credenciamento de pessoas físicas prestadoras de serviços de motorista para condução de veículos pertencentes à frota da Secretaria Municipal de Saúde de Guaraqueçaba (veículos leves, médios, pesados, transporte sanitário eletivo, TFD, ambulâncias de emergência e demais atividades assistenciais - CNH B, D ou E com observação EAR), mediante remuneração por diárias (plantões de 12 horas) e/ou horas efetivamente trabalhadas., os credenciados abaixo:

MOTORISTA B
4256/26 | Valdirene Cordeiro da Silva | 054.849.139-93
4255/26 | Claytom Gonçalves Constantino | 083.862.929-62
4287/26 | Rafael Silva Manoel | 084.756.759-13
4352/26 | Luiz Gustavo Soares Crisanto | 112.381.219-50
4380/26 | Ismael Barreto Junior | 109.106.859-32
4389/26 | Roaldo Roza Reded | 071.662.819.47
4488/26 | Vinicius Rodrigues de Miranda | 146.178.139-69

HABILITADO: MOTORISTA D
4317/26 | Vilmar Cordeiro da Silva | 073.763.809-57

2. PRAZO DE VIHENCIA E EXECUÇÃO:O prazo de vigência do contrato será de 12 meses, a contar da data de sua assinatura do contrato.

Guaraqueçaba/PR, 26 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:6F3FB924

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
7ª ANÁLISE DO DOCUMENTO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 08/2026 INEXIGIBILIDADE Nº28/2026

Município de Guaraqueçaba torna público nova rodada de análise dos documentos do EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 08/2026, inexigibilidade 28/2026, com o objeto:**Credenciamento de pessoas físicas prestadoras de serviços de motorista para condução de veículos pertencentes à frota da Secretaria Municipal de Saúde de Guaraqueçaba (veículos leves, médios, pesados, transporte sanitário eletivo, TFD, ambulâncias de emergência e demais atividades assistenciais - CNH B, D ou E com observação EAR), mediante remuneração por diárias (plantões de 12 horas) e/ou horas efetivamente trabalhadas.**

Informa que realizará análise dos documentos protocolizados até o dia 26/08/2026, através do Setor de Protocolo da Prefeitura do Município de Guaraqueçaba.

A abertura dos envelopes será realizada as 15:00 horas, pela comissão no dia 27/08/2026 e realizará a publicação da ATA com o resultado preliminar dos credenciados.

Guaraqueçaba, 26 de agosto de 2026

JEFFERSON SUNDADOZO TERESA
Comissão de Licitação

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:BD3CF2B1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI ORDINÁRIA N.º 1.055 DE 26 DE AGOSTO DE 2026

O Prefeito Municipal de Guaraqueçaba, do Estado do Paraná-PR, Sr. **ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI**, no uso das atribuições legais e de acordo com o que dispõe o artigo 77, inciso V da Lei Orgânica Municipal, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal **APROVOU** e eu **SANCIONO** a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica alterado o Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal (SIM/POA), no âmbito do Município de Guaraqueçaba.

Art. 2º Torna-se obrigatória a fiscalização e a inspeção prévia industrial e sanitária de todos os produtos de origem animal, quais sejam:

I - comestíveis;
II - preparados;
III - transformados;
IV - manipulados;
V - recebidos;
VI - acondicionados;
VII - depositados; e
VIII - em trânsito.

Art. 3º A fiscalização e a inspeção tratadas nesta Lei abrangem, entre outros, os seguintes procedimentos:

I - realizar inspeção ante mortem e post mortem das diferentes espécies animais;
II - verificar as condições higiênico-sanitárias das instalações, dos equipamentos e do funcionamento dos estabelecimentos;
III - verificar a prática de higiene e dos hábitos higiênicos pelos manipuladores de alimentos;
IV - verificar os programas de autocontrole dos estabelecimentos;
V - verificar a rotulagem e os processos tecnológicos dos produtos de origem animal quanto ao atendimento da legislação específica;
VI - coletar amostras para análises fiscais e avaliação dos resultados de análises:
a) físicas;
b) microbiológicas;
c) físico-químicas;
d) de biologia celular e molecular;
e) histológicas; e
f) demais análises que se fizerem necessárias à verificação da conformidade dos processos produtivos ou dos produtos de origem animal, podendo abranger também aqueles existentes nos mercados de consumo.
VII - avaliar as informações inerentes à produção primária com implicações na saúde animal e na saúde pública ou das informações que façam parte de acordos internacionais com os países importadores;
VIII - avaliar o bem-estar dos animais destinados ao abate;
IX - verificar a água de abastecimento;
X - verificar as fases de:
a) obtenção;
b) recebimento;
c) manipulação;
d) beneficiamento;
e) industrialização;
f) fracionamento;
g) conservação;
h) armazenagem;
i) acondicionamento;
j) embalagem;
k) rotulagem;
l) expedição; e
m) transporte de todos os produtos comestíveis, e suas matérias-primas, com adição ou não de vegetais;
XI - verificar a classificação de produtos e derivados, de acordo com os tipos e os padrões fixados em legislação específica ou em fórmulas registradas;
XII - examinar as matérias-primas e os produtos em trânsito no município**.**
XIII - averiguar os meios de transporte de animais vivos e produtos derivados e suas matérias-primas destinados à alimentação humana;
XIV - promover o controle de resíduos e contaminantes em produtos de origem animal;
XV - verificar os controles de rastreabilidade dos animais, das matérias-primas, dos insumos, dos ingredientes e dos produtos ao longo da cadeia produtiva, a partir de seu recebimento nos estabelecimentos;
XVI - averiguar a certificação sanitária dos produtos de origem animal; e
XVII - outros procedimentos de inspeção considerados pertinentes à prática e ao desenvolvimento da indústria de produtos de origem animal.

Art. 4º Estão sujeitos à fiscalização prevista nesta Lei:

I - os animais destinados ao abate, a carne e seus derivados;
II - o pescado e seus derivados**;**
III - o leite e seus derivados;
IV - o ovo e seus derivados; e
V - os produtos de abelhas e seus derivados.

Art. 5º A fiscalização de que trata esta Lei, far-se-á:

I - nas propriedades rurais fornecedoras de matérias-primas destinadas à manipulação ou ao processamento de produtos de origem animal**;**
II - nos estabelecimentos que recebam as diferentes espécies de animais previstas neste Decreto para abate ou industrialização;
III - nos estabelecimentos que recebam o pescado e seus derivados para manipulação, distribuição ou industrialização;
IV - nos estabelecimentos que produzam e recebam ovos e seus derivados para distribuição ou industrialização;
V - nos estabelecimentos que recebam o leite e seus derivados para beneficiamento ou industrialização;
VI - nos estabelecimentos que extraiam ou recebam produtos de abelhas e seus derivados para beneficiamento ou industrialização;
VII - nos estabelecimentos que recebam, manipulem, armazenem, conservem, acondicionem ou expediçam matérias-primas e produtos de origem animal comestíveis e não comestíveis, procedentes de estabelecimentos registrados ou relacionados; e
VIII - nos portos, aeroportos, postos de fronteira, aduanas especiais e recintos especiais de despacho aduaneiro de exportação.

Art. 6º O trabalho de fiscalização e inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal será realizado:

I - nos estabelecimentos e localizações descritas no art. 5º;
II — por fiscais com formação em Medicina Veterinária, e demais cargos efetivos de atividades técnicas de fiscalização agropecuária, lotados na Secretaria ou Departamento de Agricultura do município de Guaraqueçaba respeitadas as devidas competências;

Art. 7º Fica expressamente proibido, em todo o território do município de Guaraqueçaba, a duplicidade de fiscalização e inspeção industrial e sanitária em qualquer estabelecimento industrial ou entreposto de produtos de origem animal. Parágrafo único. A fiscalização prevista no caput será exercida por um único órgão, na esfera federal, estadual ou municipal.

Art. 8º Nos estabelecimentos de abate de animais torna-se obrigatória a inspeção industrial e sanitária em caráter permanente, para a realização dos procedimentos de inspeção e fiscalização ante mortem e post mortem, durante as operações de abate das diferentes espécies de açougue, de caça, de anfíbios e répteis nos estabelecimentos.

Art. 9º Nos demais estabelecimentos registrados e nas outras instalações industriais dos estabelecimentos de que trata o art. 5º, excetuado o abate, a inspeção industrial e sanitária será em caráter periódico para a realização dos procedimentos de inspeção e fiscalização.

Art. 10º Nenhum estabelecimento industrial de produtos de origem animal poderá funcionar no município sem que esteja previamente registrado no órgão competente para a fiscalização da sua atividade.

Art. 11º Consideram-se infrações a esta Lei:

I - atos que procurem embaraçar a ação dos servidores do SIM/POA no exercício de suas funções, visando impedir, dificultar ou burlar os trabalhos de fiscalização;
II - desacato, suborno, ou simples tentativa;
III - informações inexatas sobre dados estatísticos referentes à quantidade, à qualidade e à procedência dos produtos; e
IV - qualquer sonegação que seja feita sobre assunto que direta ou indiretamente interesse ao SIM/POA.
Art. 12º O infrator que descumprir as disposições previstas nesta Lei será punido em caráter administrativo. § 1º Sem prejuízo da responsabilidade penal cabível, a infração à legislação referente aos produtos de origem animal, acarretará, isolada ou cumulativamente, as seguintes sanções ao infrator:
I - advertência, quando o infrator for primário e não tiver agido com dolo ou má-fé;
II - multa, no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) a R$ 10.000,00 (dez mil reais), nos casos não compreendidos no inciso I, observados a gravidade da infração, a extensão do dano ou risco causado e os demais critérios estabelecidos nesta Lei;
III - apreensão ou condenação das matérias-primas, produtos, subprodutos e derivados de origem animal, quando não apresentarem condições higiênico-sanitárias adequadas ao fim a que se destinam, ou forem adulterados;
IV - suspensão de atividade que cause risco ou ameaça de natureza higiênico-sanitária ou no caso de embaraço à ação fiscalizadora; e
V - interdição, total ou parcial do estabelecimento, quando a infração consistir na adulteração ou falsificação habitual do produto ou se verificar, mediante inspeção técnica realizada pela autoridade competente, a inexistência de condições higiênico-sanitárias adequadas.
§ 2º As multas previstas no inciso II do § 1º serão aplicadas em seu grau máximo, correspondente a R$ 10.000,00 (dez mil reais), nos casos de**:**
I – artifício;
II – ardil;
III – simulação;
IV – desacato;
V – embaraço; ou
VI – resistência à ação fiscal.
§ 3º A autoridade administrativa competente, para a definição do valor da multa dentro dos limites estabelecidos no inciso II do § 1º deste artigo, deverá considerar, isolada ou conjuntamente:
I – a gravidade e a natureza da infração;
II – a extensão do dano ou do risco causado à saúde pública;
III – as circunstâncias atenuantes ou agravantes;
IV – a vantagem eventualmente obtida pelo infrator;
V – a existência de reincidência;
VI – a situação econômico-financeira do infrator e os meios ao seu alcance para cumprir a legislação; e
VII – a colaboração do infrator para a correção da irregularidade e para a cessação de seus efeitos.
§ 4º A interdição de que trata o inciso V do § 1º poderá ser levantada, após o atendimento das exigências que motivaram a sanção.
§ 5º Se a interdição não for levantada nos termos do parágrafo anterior, decorridos 12 (doze) meses, será cancelado o registro.
§ 6º Quando for o caso, o infrator será punido mediante responsabilidade civil e criminal.
§ 7º As sanções previstas no caput serão aplicadas pela autoridade administrativa, no âmbito de sua atribuição, podendo ser aplicadas cumulativamente, inclusive por medida cautelar, antecedente ou incidente de procedimento administrativo, conforme descrito no Código de Defesa do Consumidor.
§ 8º Caso o infrator venha a transgredir outras normas existentes que versam sobre os produtos de origem animal, será punido conforme o disposto nessas normas.

Art. 13º Ficará a cargo do Serviço de Inspeção Municipal, fazer cumprir esta lei e as normas e regulamentos que vierem a ser implantados, por meios de dispositivos legais que dizem respeito à fiscalização e à inspeção sanitária e industrial dos estabelecimentos.

Art. 14º O Poder Executivo Municipal regulamentará a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias, após a data de sua publicação oficial.

Parágrafo único. Caberá ao Poder Executivo Municipal regulamentar os aspectos inerentes ao fiel cumprimento desta Lei.

Art. 15º As despesas decorrentes da execução desta lei, ocorrerão por conta de dotações orçamentárias próprias, e suplementadas se necessário.

Art. 16º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial
.
§ 1º A regulamentação prevista no art. 14 deverá ser realizada no prazo estabelecido nesta Lei, devendo disciplinar os procedimentos necessários à plena implementação do Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal – SIM/POA.
§ 2º Até a publicação do regulamento e a efetiva implementação das disposições desta Lei, ficam preservados os atos administrativos, registros, procedimentos e atividades de inspeção e fiscalização sanitária realizados com fundamento na legislação municipal anteriormente vigente.
§ 3º A legislação municipal anteriormente vigente permanecerá aplicável, no que couber, durante o período de transição previsto neste artigo, exclusivamente para assegurar a continuidade das atividades de inspeção e fiscalização, até a plena implementação do regime estabelecido por esta Lei.
§ 4º Após a regulamentação e a efetiva implementação do Serviço de Inspeção Municipal nos termos desta Lei, ficam revogadas as disposições da legislação municipal anterior que sejam incompatíveis com o presente diploma legal.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA, em 26 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito Municipal de Guaraqueçaba/PR

Publicado por:
Arivaldo Carneiro Soares
Código Identificador:B42255DA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 203/2026 "CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES ABAIXO NOMINADOS".

PORTARIA Nº 203/2026

"CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES ABAIXO NOMINADOS".

O Prefeito Municipal de Guaraqueçaba, Alessandro Carneiro Soares Truchinski, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º -Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias, computados a partir de 01/09/2026, aos servidores abaixo nominados, relativo aos períodos aquisitivos que mencionam:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

• 01 – **Celso Costa Filho** (matrícula 422) — 01/08/2023 à 31/07/2024
• 02 – **Arivaldo Barbosa Galdino** (matrícula 580) — 01/08/2025 à 31/07/2026
• 03 – **Esmaldo de Lara Rocha** (matrícula 765) — 01/06/2025 à 31/05/2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

• 04 – **Weridiana das Graças Lopes Calado** (matrícula 513) — 01/07/2025 à 30/06/2026
• 05 – **Gisele da Veiga França** (matrícula 1592) — 20/08/2025 à 19/08/2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL

• 06 – **Jose Severino da Silva** (matrícula 590) — 10/06/2025 à 09/06/2026

• 07 – **Antonio Alvaro Terezin** (matrícula 629) — 01/12/2023 à 30/11/2024

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

• 08 – **Ian Lenon Franca Lorenzo** (matrícula 1544) — 15/06/2025 à 14/06/2026

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se.
Informe ao Departamento de Recursos Humanos.
Anote-se em sua ficha funcional.

Paço Municipal de Guaraqueçaba, em 26 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kassiana Pontes Gonçalves
Código Identificador:C7A301EA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE HONÓRIO SERPA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO N° 170/2026 ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL

DECRETO nº 170/2026

SÚMULA: Abre Crédito Especial no Orçamento do Exercício Financeiro de 2026.

A Câmara Municipal de Honório Serpa, aprovou e eu, Prefeito Municipal de Honório Serpa, Estado do Paraná, no uso das atribuições a mim conferidas, e com base na Lei nº 1.113, publicada em 26 de agosto de 2026, Decreto;
Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município para o exercício de 2026, crédito Especial no valor de **R$ 90.000,00** (noventa mil reais) para as dotações consignadas no orçamento vigente:

Órgão: 6 - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO			
Unidade: 1 – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO			
Ação: 2012 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DP DE ADMINISTRAÇÃO		**Funcional: 0004.0122.0017**	
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**VALOR**
513	319096000000000000 – Ressarcimento de despesas de pessoal requisitado	1000	90.000,00
Total Ação			**90.000,00**
TOTAL GERAL			**90.000,00**

Art. 2º: Para cobertura do crédito a serem abertos no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos de Anulação de dotação vigente detalhado na sequência.

Órgão: 12 – DPTO. MUN. DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE			
Unidade: 5 – DIVISÃO DE GERENCIAMENTO E SUPORTE AO AGRICULTOR			
Ação: 2048 - GERENCIAMENTO E SUPORTE AO AGRICULTOR		**Funcional: 0020.0608.0003**	
Referência	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**VALOR**
129	339030000000000000- Material de consumo	1000	90.000,00
Total Ação			**90.000,00**
TOTAL GERAL			**90.000,00**

Art. 3º - Sejam realizadas as modificações orçamentárias necessárias, no Plano Plurianual - PPA, instituído pela Lei Municipal n° 1.050/2025, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO instituída pela Lei Municipal n° 1.074/2025 e na Lei Orçamentária Anual – LOA n° 1.081/2025.
Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Honório Serpa, em 26 de agosto de 2026.

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adilson Antonio Boller
Código Identificador:D9ACB98B

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO N° 171/2026 ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL

DECRETO nº 171/2026

SÚMULA: Abre Crédito Especial no Orçamento do Exercício Financeiro de 2026.

A Câmara Municipal de Honório Serpa, aprovou e eu, Prefeito Municipal de Honório Serpa, Estado do Paraná, no uso das atribuições a mim conferidas, e com base na Lei nº 1.115, publicada em 26 de agosto de 2026, Decreto;
Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município para o exercício de 2026, Crédito Especial de **R$ 448.102,87 (Quatrocentos e quarenta e oito mil, cento e dois reais e oitenta e sete centavos)**, para as dotações consignadas no orçamento vigente:

Órgão: 17 – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Unidade: 1 – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Ação: 2056 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES VOLTADAS AOS IDOSOS			Funcional: 0008.0241.0023
Referência	Modalidade de Aplicação	Vínculo	VALOR
516	449051000000000000 – Obras e Instalações	93412	448.102,87
Total Ação			**448.102,87**

Art. 2º - Para cobertura do crédito a ser aberto, será utilizado recurso oriundo do excesso de arrecadação de Recursos Vinculados para o exercício vigente, mediante detalhamentos na sequência:
Excesso de arrecadação na **Fonte 93412 – Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica Estadual**. Referente ao **Repasse Fundo a Fundo, firmado entre o Município de Honório Serpa e a Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa do Paraná (SEMIPI – PR),** que tem por objeto **"Centro de Convivência para Idosos"** no valor de **R$ 448.102,87 (Quatrocentos e quarenta e oito mil, cento e dois reais e oitenta e sete centavos)**.
Art. 3º - Sejam realizadas as modificações orçamentárias necessárias, no Plano Plurianual - PPA, instituído pela Lei Municipal n° 1.050/2025, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO instituída pela Lei Municipal n° 1.074/2025 e na Lei Orçamentária Anual – LOA n° 1.081/2025.
Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Honório Serpa, em 26 de agosto de 2026.

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adilson Antonio Boller
Código Identificador:2FC6EB96

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO DE TRABALHO-27

PREFEITURA MUNICIPAL DE HONÓRIO SERPA		
ESTADO DO PARANÁ		
Rua Elpídio dos Santos, n° 541 –Fone (46) 3245-1130		
CEP – 85548-000 – Honório Serpa – PR		
Contrato de Trabalho Nº 27/2026		
Empregador: Município de Honório Serpa	**CNPJ:95585444/0001-42**	
Endereço: Rua Elpídio dos Santos,541	**Cidade: Honório Serpa**	**Estado: Paraná**
Empregado(a): Roselei de Fatima Pilantil		
Endereço: Rua Minas Gerais	**Cidade: Honório Serpa**	**Estado: Paraná**

Por este instrumento particular, as partes acima denunciadas, **CONTRATANTE e CONTRATADO,** celebram contrato de trabalho **POR PRAZO DETERMINADO** e passam adiante, a ser denominadas de a primeira de CONTRATANTE e a segunda de EMPREGADO, com as cláusulas e seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O EMPREGADO(A) exercerá o Emprego de **PROFESSOR PSS,** com jornada de 40 (Quarenta) horas semanais, de acordo com a habilitação no Processo de Seleção Simplificado nº. 004/2025, do Edital nº. 09-A de 18 de novembro de 2025 e Edital de Convocação nº 09-Z/2026 de 24 de agosto de 2026, cumprindo, entre outras, as atribuições, deveres e proibições aplicadas ao contratado correspondem aqueles estabelecidos para os demais servidores estatutários descritas na Lei Municipal nº 247/2008.
CLÁUSULA SEGUNDA: Com retribuição pecuniária pelo exercício do Emprego o EMPREGADO(A) receberá mensalmente, o valor de R$ 5.131,04 (cinco mil cento e trinta e um reais e quatro centavos) importância sobre a qual incidirão os descontos de Lei.
CLÁUSULA TERCEIRA: O valor da remuneração líquida do EMPREGADO será pago através de depósito em conta corrente no Banco do Brasil, devendo o EMPREGADO informar o número da conta corrente por ocasião da admissão.Fica, porém, ciente, que a modalidade hoje existente poderá ser modificada a qualquer tempo e o CONTRATANTE obrigado a avisá-la com antecedência para que não acarrete prejuízo econômico.
CLÁUSULA QUARTA: O EMPREGADO(A) trabalhará no Departamento Municipal de Educação deste Município, ficando a disposição deste Departamento, e trabalhara na zona rural e/ou urbana deste Município, a critério do Departamento Municipal de Educação.
CLÁUSULA QUINTA: O EMPREGADO(A) responde pelos prejuízos que causar, com dolo ou culpa.
CLÁUSULA SEXTA: O presente contrato é por PRAZO DETERMINADO, podendo ser rescindido a qualquer tempo, por qualquer uma das partes, respeitados os preceitos contidos no Estatuto Municipal da Prefeitura de Honório Serpa- PR.
CLÁUSULA SÉTIMA: Este Contrato entra em vigor na data de 26 de agosto de 2026, vencendo em 19 de dezembro de 2026, podendo ser prorrogado, uma vez por igual período, de acordo com as necessidades da Administração Municipal.
CLÁUSULA OITAVA: O EMPREGADO(A) ora contratada fica subordinado ao Sistema Administrativo do Município de Honório Serpa, Estado do Paraná, de acordo com o que dispõem as Leis Municipais e demais disposições legais vigentes, inclusive naquelas que venham a serem criadas, alteradas, modificadas após a assinatura do presente contrato de trabalho.
E por estarem assim acertados, CONTRATANTE e EMPREGADO assinam este instrumento, em duas vias, no dia 26 de agosto de 2026.

Honório Serpa, 26 de agosto de 2026

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal
Empregador

ROSELEI DE FATIMA PILANTIL
Empregado(a)

Publicado por:
Ederson Luiz Dos Santos
Código Identificador:21E83969

RECURSOS HUMANOS
DECRETO EXONERAÇÃO-172

DECRETO Nº 172/2026 DE 26 DE AGOSTO DE 2026

SÚMULA: Dispõe sobre a exoneração da funcionária aprovada em concurso público.

O Prefeito Municipal de Honório Serpa, Estado do Paraná, senhor **João Carlos Garbin**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica Exonerada por Aposentadoria a senhora **Neles Terezinha Custódio**, portadora do RG 6998832-6 SSP/PR, aprovada em Concurso público no Cargo de Auxiliar Serviços Gerais, com uma carga horaria de 40 horas semanais, lotada no Departamento de Saúde, desta Prefeitura Municipal de Honório Serpa, fica exonerada a partir de 26/08/2026.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação 26/08/2026 e após sua publicação revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Honório Serpa, estado do Paraná, aos 26 de agosto de 2026.

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ederson Luiz Dos Santos
Código Identificador:D45E5855

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CHAMAMENTO-09 W

EDITAL 01-W DE 26 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a convocação de candidato aprovado no Teste Seletivo Simplificado nº 001/2026, Edital de Abertura nº 01-A/2026 e Edital de Homologação do Resultado nº 01-I/2026 de 27 de março de 2026.

O Prefeito Municipal de Honório Serpa Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE
Art. 1.º Convocar os nomes abaixo relacionados, devidamente aprovados (a), para tomar posse da vaga oriunda do Teste Seletivo Simplificado n° 01-A/2026, devendo comparecer junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Honório Serpa-Pr, munidos dos documentos exigidos no referido edital, no prazo de 24 (vinte e quatro horas) após a publicação.

CARGO: NUTRICIONISTA PSS

Nº Ordem	Candidato(a)	CLASSIFICAÇÃO
02	Orlando Vilela Junior	2º

Gabinete do Prefeito Municipal de Honório Serpa, 26 de agosto de 2026.

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ederson Luiz Dos Santos
Código Identificador:C6EE04A3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU

CHEFIA DE GABINETE
DECRETO Nº 169/2026

DECRETO Nº 169/2026

Súmula: Exonera servidora Pública do quadro funcional efetivo, Sra. VANDA APARECIDA FARIA DOS SANTOS e dá outras providências.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN, Prefeito no Município de Iguaraçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, a contar do dia 01 de setembro de 2026, a pedido, a Sra. VANDA APARECIDA FARIA DOS SANTOS, portadora do CPF/MF sob o n.º 785.***.***-49, do cargo público efetivo, regido pelo regime estatutário, de PROFESSOR 20 HORAS, disciplinado pela Lei Municipal n.º 086/2013.

Art. 2º - Este Decreto estará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná, 26 de agosto de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal de Iguaraçu

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:F0971842

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE INÁCIO MARTINS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DA AMCESPAR
RESOLUÇÃO 161/2026

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS Amcespar, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS para ANGELA MARIA DA CRUZ CARDOSO, durante o período de 31/08/2026 à 04/09/2026.

Art. 2º - Considera-se como período aquisitivo de férias, janeiro de 2025 a janeiro de 2026 para o gozo de férias supramencionado.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições contrárias.

Irati, 26 de agosto de 2026.

BERTOLDO ROVER
Presidente CIS AMCESPAR

Publicado por:
Daniele
Código Identificador:F816B717

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORÃ

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
CONVOCAÇÃO

O MUNICÍPIO DE IPORÃ, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº.75.738.484/0001-70, com sede administrativa à Rua Pedro Álvares Cabral, nº. 2677, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. ROBERTO DA SILVA, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade com RG sob n.º 5.xxx.xxx-4 SESP-Pr., e inscrito no CPF/MF sob nº. 916.xxx.xxx-34, **CONVOCA** o servidor o Sr. ARAMILSON APARECIDO FRANCISCO DA SILVA, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 8.xxx.xxx-2 SSP-PR e inscrito no CPF nº. 077.xxx.xxx-31, ocupante do cargo de Professor, para o retorno, considerando que Vossa Senhoria não comparece ao trabalho desde 30/07/2026, data do retorno estipulado judicialmente.
As faltas injustificadas acarretarão em prejuízos salariais e poderá configurar em abandono de cargo depois de transcorrido o prazo legal de 30 dias.

Iporã - PR, 26 de Agosto de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:DC636972

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 185/2026

HOMOLOGA E ADJUDICA O JULGAMENTO PROFERIDO PELO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO SOBRE PROPOSTAS APRESENTADAS AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 061/2026.

O Prefeito Municipal de Iporã-PR, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela pregoeira e equipe de apoio sobre propostas apresentadas no Pregão Eletrônico nº 061/2026, objetivando a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços e o fornecimento de materiais necessários à realização de eventos promovidos pelo Município de Iporã, conforme a necessidade da Administração Municipal, tendo sido declaradas vencedoras as empresas abaixo especificadas, nos termos da ata anexada no referido processo:

FORNECEDOR	VALOR TOTAL R$
P. C. R. ESTRUTURAS PARA EVENTOS LTDA	R$ 425,500,00

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Iporã-PR, 26 de Agosto de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:E5993BB1

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
EXTRATOS DE CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 123/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026
PROCESSO Nº 072/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IPORÃ – PR, inscrito no CNPJ/MF sob nº 75.738.484/0001-70.
CONTRATADA: P.C.R. ESTRUTURAS PARA EVENTOS EIRELI, inscrita no CNPJ sob nº 07.598.569/0001-55.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para locação, montagem e desmontagem de stand externo e fechamento metálico, destinado aos eventos do Município de Iporã/PR, compreendendo a execução dos serviços conforme especificações e quantitativos constantes no contrato, Termo de Referência e proposta da contratada.
VALOR TOTAL: R$293.222,00 (duzentos e noventa e três mil, duzentos e vinte e dois reais).
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da publicação do extrato do contrato, nos termos do art. 105 da Lei Federal nº 14.133/2021, podendo ser prorrogada nas condições previstas no instrumento contratual e na legislação aplicável.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislação aplicável.
FORO: Comarca de Iporã – Estado do Paraná.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 124/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026
PROCESSO Nº 072/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IPORÃ – PR, inscrito no CNPJ/MF sob nº 75.738.484/0001-70.
CONTRATADA: J J GRANA PROMOÇÕES E EVENTOS – ME, inscrita no CNPJ sob nº 30.167.372/0001-78.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para locação, montagem e desmontagem de stand externo e fechamento metálico, destinado aos eventos do Município de Iporã/PR, especificamente para fornecimento de banheiros químicos, incluindo locação das cabines, manutenção, limpeza e fornecimento de produtos químicos bactericidas e papel higiênico, conforme especificações constantes no Termo de Referência e na proposta da contratada.
VALOR TOTAL: R$ 5.820,00 (cinco mil, oitocentos e vinte reais).
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da publicação do extrato do contrato, nos termos do art. 105 da Lei Federal nº 14.133/2021,

podendo ser prorrogada nas condições previstas no instrumento contratual e na legislação aplicável.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislação aplicável.
DATA DA ASSINATURA: 29 de junho de 2026.
FORO: Comarca de Iporã – Estado do Paraná.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:2A80B19C

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1356/2026

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA ADRIANA DA SILVA DIOMASIO LOZANO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**.**

ROBERTO DA SILVA – Prefeito municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao protocolo e-447/2026.

RESOLVE;

I – Conceder **FÉRIAS**, a servidora **ADRIANA DA SILVA DIOMASIO LOZANO**, brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº. 049.xxx.xxx-31, residente e domiciliada na cidade e Comarca de Altônia, Estado do Paraná, aprovada em Concurso Público, para o cargo de **ENFERMEIRO**, lotada na Secretaria de Assistência à Saúde, férias de 05 (cinco) dias, referente ao período aquisitivo de 10/07/2024 à 09/07/2025 a contar de 10/09/2026

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 26 de agosto de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:16116987

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1357/2026

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR MARCELINO MOISÉS DE SOUZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**.**

ROBERTO DA SILVA – Prefeito municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao memorando 2264/2026.

RESOLVE;
I – Conceder **FÉRIAS**, ao servidor, **MARCELINO MOISÉS DE SOUZA,** brasileiro, inscrito no CPF/MF Sob nº. 026.xxx.xxx-95, residente e domiciliado nesta cidade e comarca de Iporã – Paraná, no cargo de **ASSISTENTE SOCIAL**, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, férias de 10 (dez) dias, referente ao período aquisitivo de 14/07/2025 à 13/07/2026 a contar de 14/09/2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 26 de agosto de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:15907B52

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1358/2026

CONTRATA A SERVIDORA ELIDIANE PADOVANI RAMOS PARA O CARGO DE PROFESSOR EM REGIME DE JORNADA SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e considerando o disposto nos artigos 31 e 34 da Lei nº 1048/2009, de 29/10/2009 e em atendimento ao memorando 2273/2026.

RESOLVE;

I – Contratar, a partir de 12 de agosto de 2026, a Servidora **ELIDIANE PADOVANI RAMOS**, brasileira, inscrito no C.P.F. sob nº. 059.xxx.xxx-63, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, contratada através do contrato nº. 030/2026, aprovada em Processo Seletivo Simplificado, para o cargo de **PROFESSOR**, contratar em regime de Jornada Suplementar, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria de Educação e Cultura.

II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 12 de agosto de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 26 de agosto de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:0DFF43DD

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1359/2026

REVOGA A PORTARIA N°. 037/2025 de 07/01/2025, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

I – **REVOGAR,** a partir de 23 de fevereiro de 2026 a Portaria n°. 037/2025 de 07 de janeiro de 2025, que **DESIGNA A SERVIDORA SANDRA MARIA UDENAL ROCHINSKI, PARA A FUNÇÃO DE SECRETÁRIA ESCOLAR, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 23 de fevereiro de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 26 de agosto de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:F926E796

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO EXTRATOS DE CONTRATO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 130/2026
PROCESSO: Nº 054/2026
LICITAÇÃO: Pregão (Eletrônico) nº 022/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IPORÃ/PR - **CNPJ: 75.738.484/0001-70**
CONTRATADA: JHP AR CONDICIONADO LTDA - **CNPJ:** 61.941.298/0001-29
OBJETO: Aquisição de aparelhos de ar condicionado tipo Split Hi-Wall, ciclo frio, com tecnologia Inverter, nas capacidades de 12.000, 18.000 e 24.000 BTU/h, com fornecimento de condensadora e evaporadora, destinados às unidades CMEIs do Município.
VALOR: R$27.335,00 (vinte e sete mil trezentos e trinta e cinco reais)
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da publicação do extrato do contrato
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis.
FORO: Comarca de Iporã – Estado do Paraná.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 131/2026
PROCESSO: Nº 054/2026
LICITAÇÃO: Pregão (Eletrônico) nº 022/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IPORÃ/PR - **CNPJ: 75.738.484/0001-70**
CONTRATADA: M FELIPE GALVÃO LTDA - **CNPJ:** 24.183.988/0001-30
OBJETO: Aquisição de aparelhos de ar condicionado tipo Split Hi-Wall, ciclo frio, com tecnologia Inverter, nas capacidades de 12.000, 18.000 e 24.000 BTU/h, com fornecimento de condensadora e evaporadora, destinados às unidades CMEIs do Município.
VALOR: R$ 7.468,72 (SETE MIL QUATROCENTOS E SESSENTA E OITO REAIS E SETENTA E DOIS CENTAVOS).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da publicação do extrato do contrato.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis.
FORO: Comarca de Iporã – Estado do Paraná.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 132/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 054/2026
CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE IPORÃ – PR, CNPJ: 75.738.484/0001-70.
CONTRATADA:VALE COMERCIO DE MATERIAIS LTDA, CNPJ: 49.287.699/0001-01.
OBJETO:Aquisição de aparelhos de ar condicionado tipo Split Hi-Wall, ciclo frio, com tecnologia Inverter, nas capacidades de 12.000, 18.000 e 24.000 BTU/h, com fornecimento de condensadora e evaporadora, destinados às unidades CMEIs do Município.
VALOR: R$ 120.326,76 (CENTO E VINTE MIL TREZENTOS E VINTE E SEIS REAIS E SETENTA E SEIS CENTAVOS).
PRAZO DE VIGÊNCIA:12 (doze) meses, contados da publicação do extrato do contrato.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável.
FORO: Comarca de Iporã – Estado do Paraná.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal de Iporã

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:DA1C7C0A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI

PROCURADORIA
DECRETO Nº 624/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o que preconiza o Art. 6º, incisos L e LX, da Lei Federal n° 14.133/2021;

CONSIDERANDO as disposições constantes nos Arts. 7° e 8°, §§ 1°, 2° e 3°, da Lei Federal n° 14.133/2021;

CONSIDERANDO as disposições constantes no Art. 9º, §§ 1° e 2°, da Lei Federal n° 14.133/2021,

DECRETA

Art. 1º - Designar os servidores Aline Carla Brandalise, Mirian Cristiane Kropniski e Elike Alceu Vasco para desempenho da função de Agente de Contratação, aptos a tomarem decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação. Ainda, os mesmos serão responsáveis pelo perfil de Demandante do órgão comprador (Contrata + Brasil).

Art. 2° - Em licitação que envolva bens ou serviços especiais, desde que observados os requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei Federal n° 14.133/2021, o agente de contratação poderá ser substituído por comissão de contratação formada por, no mínimo, 3 (três) membros dentre os nomeados no Art. 1°, que responderão solidariamente por todos os atos praticados pela comissão, ressalvado o membro que expressar posição individual divergente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que houver sido tomada a decisão.
Parágrafo Único: A presidência da Comissão de Contratação, incumbirá a Sra. Aline Carla Brandalise que em suas ausências e/ou impedimentos será substituída pela Sra. Mirian Cristiane Kropniski ou ao Sr. Elike Alceu Vasco, nesta ordem.

Art. 3° - O Agente de Contratação ou a Comissão de Contratação possuem a prerrogativa de solicitar assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções essenciais à execução do disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 4º - Os membros da Comissão de Contratação e Agente de Contratação desempenharão suas atividades concomitantemente com as atribuições pertinentes aos cargos, empregos ou funções efetivas e receberão a gratificação instituída na Seção IV da Lei Municipal n° 4.614/2018.

Art. 5º - Este decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário ou anteriores.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, em 26 de agosto de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:D0795ABC

PROCURADORIA
DECRETO Nº 625/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º- Ficam designados os servidores abaixo relacionados para comporem a Comissão de Pregão, tanto na forma presencial como na forma eletrônica da Prefeitura Municipal de Irati:

Aline Carla Brandalise- Pregoeira
Mirian Cristiane Kropniski - Pregoeira
Elike Alceu Vasco - Pregoeiro
Eder Ricardo Silva Buccini - equipe de apoio
Luciane de Fatima Jonsson - equipe de apoio
Bruno Marcos Obal - equipe de apoio

Art. 2º- Compete à Comissão de Pregão o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor, quando não houver interposição recursal, nos certames para aquisição de bens e serviços comuns em processos licitatórios da modalidade pregão tanto na forma presencial como na forma eletrônica, atendendo ao disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislações pertinentes.

Art. 3º- A homologação e adjudicação da licitação no sistema somente poderá ser feita após a homologação e adjudicação da Autoridade Competente no respectivo processo.

Art. 4º- Fica assegurada a Comissão a faculdade de convocar servidor efetivo da Prefeitura Municipal de Irati para prestar assessoramento técnico e pareceres específicos.

Art. 5º- Os membros da Comissão de Pregão desempenharão suas atividades concomitantemente com as atribuições pertinentes aos cargos, empregos ou funções efetivos e receberão a gratificação instituída na Seção IV da Lei 4.614/2018.

Art. 6º- Este decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário e anteriores.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, em 26 de agosto de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:AD3FEFFF

PROCURADORIA
INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO 47/2026

OBJETO: Processo de Inexigibilidade de Chamamento Público, com vistas à celebração de parceria estabelecida pela administração pública e ASI - Associação Santos Inocentes, inscrita no CNPJ: 95.683.223/0001-07, para a consecução de suas finalidades de interesse público.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 31, inciso II, da Lei 13.019/2014 com alterações da Lei 13.204/2015
ENTIDADE: ASI - Associação Santos Inocentes Irati -PR, inscrita no CNPJ: 95.683.223/0001-07, Irati-PR.
DA JUSTIFICATIVA
ASI - Associação Santos Inocentes exerce um papel fundamental para a comunidade iratiense e faz um trabalho para assegurar absoluta prioridade a todas essas crianças e adolescentes e de efetivação dos direitos referente à vida, a saúde, a alimentação, a educação, ao esporte, ao lazer, a cultura, a dignidade, ao respeito, a liberdade e a convivência familiar e comunitária. Os projetos são executados em sua quase totalidade dentro da entidade. A programação e cronograma das atividades são realizados pela administração da instituição juntamente com todos os parceiros e voluntários no início de cada ano, estipulando uma grade diária de atividades a serem desempenhadas no decorrer do ano.
Assim, consoante o que dispõe a Lei Federal n° 13.019/2014, em seu art. 31 (alterada pela Lei 13204/15), para que não haja paralização ou descontinuidade dos serviços e conseqüente prejuízo ao Município e especialmente ao público alvo atendido, apresentamos a justificativa de Inexigibilidade de Chamamento Público com vista à celebração de parceria por meio de Termo de Colaboração entre a Administração Pública Municipal com o Provopar Municipal de Irati

DA RAZÃO DA ESCOLHA DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL
Não existindo outra entidade de natureza similar no Município, há patente hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto do Plano de Trabalho apresentado.

.
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS
O valor do repasse será de até R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil).
Os recursos destinados, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:
Dotação: 10.001.08.243.0801.2.074.4.4.50.42.00.00 – FUNDO MUN 1A INFANCIA, CÇA E ADOLESCENTES - AUXÍLIOS – FONTE 32312 - R$150.000,00.
DA CONCLUSÃO
Diante do exposto verificamos que a INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO se torna imperiosa, visando a melhoria na qualidade dos serviços prestados, especialmente por dinamizar e tornar mais eficiente a prestação dos serviços pela Entidade.
DO PRAZO DE IMPUGNAÇÃO:
Fica concedido o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da publicação desta justificativa, para impug- nação da presente Inexigibilidade, nos termos do § 2º do art.32 da ei 13.019/2014 e alterações posteriores.

Irati, 24 de agosto de 2026

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal de Irati

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:2D8585F0

PROCURADORIA
LEI Nº 5.378, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

Súmula: Denomina a Rua Projetada "02", no Loteamento Aurora, bairro Vila São João, de RUA OTAVIO DA LUZ

A CÂMARA MUNICIPAL DE IRATI, Estado do Paraná, APROVOU e eu PREFEITO MUNICIPAL, no uso das atribuições legais, SANCIONO a seguinte Lei:

DECRETA

Art. 1º - A Rua Projetada "02", localizada no Loteamento Aurora, bairro Vila São João, passa a denominar-se **RUA OTAVIO DA LUZ.**

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, 26 de agosto de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:6F0240F6

PROCURADORIA
LEI Nº 5.379, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

Súmula: Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder subvenção social à Irmandade do Hospital de Caridade de Irati - Santa Casa de Irati no valor de até R$ 690.000,00 (seiscentos e noventa mil reais).

A CÂMARA MUNICIPAL DE IRATI, Estado do Paraná, APROVOU e eu PREFEITO MUNICIPAL, no uso das atribuições legais, SANCIONO a seguinte Lei:

DECRETA

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar recursos financeiros, sob a modalidade de subvenção social, à Irmandade do Hospital de Caridade de Irati (Santa Casa de Irati), associação civil filantrópica sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 78.143.153/0001-85, com sede na Rua Zeferino Bittencourt, nº 1111, Centro, no Município de Irati, Estado do Paraná, CEP 84.504-458, no valor total de R$ 690.000,00 (seiscentos e noventa mil reais).
Parágrafo único. O repasse do valor total autorizado será realizado de forma parcelada, em 6 (seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas de R$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais) cada, em consonância com o cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta da seguinte dotação orçamentária, consignada no orçamento vigente, suplementada, se necessário:

Dotação: 08.001.10.122.1001.2.143.3.3.50.43.00.00 – ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA EM SAÚDE – SUBVENÇÕES SOCIAIS
Valor: R$ 690.000,00 (seiscentos e noventa mil reais)
Fonte: 1000

Art. 3º - A entidade beneficiária deverá apresentar a prestação de contas dos recursos recebidos no prazo de até 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, 26 de agosto de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:CE966D91

PROCURADORIA
PORTARIA Nº 35/2026

Designa os membros dos Grupos de Trabalho, organizados por eixos temáticos, para participação no processo de elaboração do Plano Municipal de Educação – PME 2026–2036 do Município de Irati, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IRATI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº4.956/2022, que dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo, e demais normas aplicáveis,

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal nº 311 de 07 de maio de 2026, que instituiu a estrutura organizacional para elaboração do Plano Municipal de Educação do Município de Irati/PR, referente ao decênio 2026–2036;

CONSIDERANDO a necessidade de formalizar a composição dos Grupos de Trabalho responsáveis pelo desenvolvimento das atividades previstas no processo de elaboração do Plano Municipal de Educação – PME 2026–2036;

CONSIDERANDO a importância da participação articulada dos diferentes segmentos e setores relacionados à educação municipal, de modo a assegurar a contribuição técnica, institucional e social na construção do Plano Municipal de Educação;

CONSIDERANDO a necessidade de organizar os trabalhos de elaboração do PME 2026–2036 em eixos temáticos, possibilitando o estudo, a análise, a discussão e a proposição de objetivos, metas e estratégias a partir das diferentes dimensões da política educacional;

CONSIDERANDO que o § 5º do referido Decreto atribui à Secretária Municipal de Educação a competência de registrar e publicizar por meio de Portaria de homologação a relação de participantes por Grupo de Trabalho e seus respectivos eixos;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam designados os membros dos Grupos de Trabalho, organizados por eixos temáticos, para participação no processo de elaboração do Plano Municipal de Educação do Município de Irati/PR referente ao decênio 2026–2036:

GRUPO 1 – EDUCAÇÃO INFANTIL
Coordenadora: Ariane Fátima Rodrigues Pepe
Membros:
Deise Terezinha Peleke Iara Zene
Flaviane de Souza
Franciele de Paula Cordeiro
Letycia Chylajenko

GRUPO 2 – ALFABETIZAÇÃO
Coordenadora: Giselle Opata Zorek
Membros:
Camila Santos Cornelo
Daniele Regina Santos
Mônica Luiza Simião Pinto
Pablo Jonathan Prado

GRUPO 3 – ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO
Coordenadora: Verônica Barbosa Furmanowicz
Membros:
Dione Cristina Antunes
Jussara Ruppel
Luciane Likes
Natanaela Siona Triopek

GRUPO 4 – EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL E CONECTIVIDADE, EDUCAÇÃO DIGITAL E TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS
Coordenadora: Kellen Crovador
Membros:
Genilton Maneira
Isabel Cristina Secatto Ruva
Jacieli Domingues Pereira
Tayanara Talita Franco dos Santos

GRUPO 5 – DIVERSIDADE E EQUIDADE
Coordenadora: Edna Aparecida Pereira
Membros:
Cíntia Josiele Zanlorensi
Gleici Vudala
Letícia Roanita Domanovski
Marisa Ianitski

GRUPO 6 – EDUCAÇÃO ESPECIAL
Coordenadora: Ivana Carla Cordeiro da Silva
Membros:
Alessandra Kaminski
Denielli Kendrick
Elisângela Szychta
Giovana Rodrigues
Luciane Aparecida Brongel Rossa
Teresa Cristina Magnobosco,
Terezinha Veres Miranda

GRUPO 7 – EDUCAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS
Coordenadora: Claudete Schimanski
Membros:
Kauan Eduardo Pereira Wachols

Lady Laura Ribas
Lúcio Mauro Onorio

GRUPO 8 – EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
Coordenadora: Silvana Teresinha Rzepka
Membros:
Elisangela Cristina Mendes Dlugosz
Lucimari Dwulatka
Mari Eliane Blem da Silva
Raphael Pagliarini

GRUPO 9 - EDUCAÇÃO SUPERIOR
Coordenadora: Andréa de Paula Pires
Membros:
Júlia Ribeiro Tkatchuk
Leonardo Antonio Gomes
Luís Fernando Lopes
Marta Rosani Taras Vaz

GRUPO 10 – FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA
Coordenadora: Jacieli Domingues Pereira
Membros:
Eliceia Halatiki Szereda
Kauan Eduardo Pereira Wachols
Loriane Tribek Brandalise
Luan Felipe Biscaia
Maria Rosangela Likes
Michele Angela Adamski de Paula
Sônia Teresinha Piekarski Zanlorensi

GRUPO 11 – PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL, GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO PÚBLICA E FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO
Coordenadora: Michele Angela Adamski de Paula
Membros:
Eliceia Halatiki Szereda
Jacieli Domingues Pereira
Kauan Eduardo Pereira Wachols
Loriane Tribek Brandalise
Luan Felipe Biscaia
Maria Rosangela Likes
Sônia Teresinha Piekarski Zanlorensi

Art. 2º Compete aos Grupos de Trabalho:
I — analisar a realidade educacional do Município no respectivo eixo temático, com base em dados e evidências;
II — identificar e formular problemas educacionais prioritários;
III — contribuir para a construção da árvore de problemas e da matriz de causas e efeitos;
IV — propor objetivos, metas e estratégias para o PME, em diálogo com o PNE;
V — participar das discussões, escutas e validações coletivas;
VI — submeter as contribuições à Equipe Técnica para sistematização.
Parágrafo único.
Os Grupos de Trabalho não possuem caráter deliberativo, cabendo-lhe formular subsídios e recomendações à Comissão Gestora.

Art. 3º Os membros dos Grupos de Trabalho exercerão suas funções até a conclusão do processo de elaboração do Plano Municipal de Educação e o respectivo encaminhamento do Projeto de Lei ao Poder Legislativo Municipal.

Art. 4º A participação não gera vínculo de qualquer natureza com a Administração Pública Municipal.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Irati-PR, 26 de agosto de 2026.

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:2E754E73

PROCURADORIA
RESOLUÇÃO CONJUNTA Nº 01/2026

Convoca a XII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Irati/PR.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI**, o **PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA**, o **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS** e o **COORDENADOR DO DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO À PRIMEIRA INFÂNCIA, CRIANÇA E ADOLESCENTE**, no uso de suas atribuições legais, em conjunto,

CONSIDERANDO o disposto na legislação municipal que institui e regulamenta o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA;

CONSIDERANDO a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação de políticas públicas voltadas à promoção, proteção e garantia dos direitos da criança e do adolescente no Município de Irati;

CONSIDERANDO a deliberação favorável do Plenário do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, em reunião ordinária realizada no dia **20 de agosto de 2026**, conforme registrado na **Ata nº 550/2026**;

RESOLVEM:

Art. 1º Fica convocada a **XII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Irati/PR**, a ser realizada nos dias **02 de dezembro de 2026, das 18h às 22h, e 03 de dezembro de 2026, das 8h às 17h**, no Centro Universitário Campo Real – Campus Irati, localizado na Rua José Freitas dos Santos, nº 767, Engenheiro Gutierrez, Irati/PR, tendo como tema central: **"Fortalecendo o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) e a Democracia Participativa".**

Art. 2º A Conferência desenvolverá seus trabalhos com base nos seguintes eixos temáticos:
I – Aprimoramento do controle social e fortalecimento da participação social;
II – Fortalecimento dos Conselhos Tutelares;
III – Promoção da convivência familiar e comunitária;
IV – Prevenção e enfrentamento das violências;
V – Prevenção e erradicação do trabalho infantil e proteção de adolescentes no trabalho;
VI – Aprimoramento da execução das medidas socioeducativas.

Art. 3º As despesas decorrentes da realização da XII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente correrão por conta de dotações próprias do orçamento da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, podendo ser utilizados recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, mediante prévia deliberação do CMDCA e observada a legislação aplicável.

Art. 4º A organização da XII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será coordenada pela Comissão Organizadora, **designada pela Resolução nº 013/2026-CMDCA**, observada a composição paritária entre representantes governamentais e da sociedade civil, com apoio técnico e administrativo do Departamento de Atenção à Primeira Infância, Criança e Adolescente.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Irati, Paraná, 24 de agosto de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal de Irati

GUSTAVO DE OLIVEIRA
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA

DENIS CÉSAR MUSIAL
Secretário Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos

THIAGO VINICIUS MATTOSO GORTE
Coordenador do Departamento de Atenção à Primeira Infância, Criança e Adolescente

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:00832D71

PROCURADORIA
RESOLUÇÃO Nº 013/2026-CMDCA

SÚMULA: Dispõe sobre a designação da Comissão Organizadora da XII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Irati/PR.

O **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE IRATI – CMDCA**, no uso de suas atribuições legais, especialmente as previstas na legislação municipal que institui e regulamenta o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, e em seu Regimento Interno,

CONSIDERANDO o disposto na legislação municipal que regulamenta o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA;

CONSIDERANDO a deliberação favorável do Plenário do CMDCA, em reunião ordinária realizada no dia 16 de junho de 2026, conforme registrado na Ata nº 549/2026;

RESOLVE:

Art. 1º Designar a Comissão Organizadora da **XII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Irati/PR**, a ser realizada no mês de dezembro de 2026, composta por representantes das seguintes instituições:
I – Representantes Governamentais:
a) Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos;
b) Secretaria Municipal de Educação.
II – Representantes Não Governamentais:
a) Associação Santos Inocentes (Cidade da Criança);
b) Guarda Mirim.

Art. 2º A Comissão Organizadora deverá promover, sempre que possível e observadas as condições adequadas à sua participação, a inclusão de crianças e adolescentes nas atividades relacionadas à organização da Conferência.

Art. 3º O Departamento de Atenção à Primeira Infância, Criança e Adolescente, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, ficará responsável pelo suporte técnico e administrativo necessário à realização da Conferência.

Art. 4º Ficam autorizados a assinar os expedientes administrativos relacionados à organização da Conferência a **Secretária Executiva do CMDCA, BARBARA KOSTRZEWYCZ PEREIRA**, e o **Coordenador do Departamento de Atenção à Primeira Infância, Criança e Adolescente, THIAGO VINICIUS MATTOSO GORTE**.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Irati, Paraná, 24 de agosto de 2026.

GUSTAVO DE OLIVEIRA
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:628C14B0

PROCURADORIA
RESOLUÇÃO Nº 014/2026-CMDCA

SÚMULA: Aprova a submissão do projeto "CONECTADOS PARA PROTEGER" ao processo de avaliação do Itaú Social, no âmbito do Fundo da Infância e da Adolescência – FIA.

O **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE IRATI – CMDCA**, no uso de suas atribuições legais, especialmente as previstas na legislação municipal que institui e regulamenta o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, e em seu Regimento Interno,

CONSIDERANDO o disposto na legislação municipal que regulamenta o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA;

CONSIDERANDO a competência do CMDCA para deliberar sobre as políticas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente e sobre a aplicação e destinação dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes;

CONSIDERANDO as diretrizes e os objetivos do Edital Fundos da Infância e da Adolescência – FIA, do Itaú Social, destinado ao apoio de projetos que contribuam para a promoção, proteção e garantia dos direitos de crianças e adolescentes;

CONSIDERANDO a análise do projeto denominado **"CONECTADOS PARA PROTEGER"**, que tem por objetivo fortalecer a prevenção das violências e de outras violações de direitos contra crianças na primeira infância no Município de Irati;

CONSIDERANDO que o projeto apresentado está em consonância com as diretrizes da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente e com as prioridades estabelecidas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Irati;

CONSIDERANDO a deliberação favorável do Plenário do CMDCA, em reunião ordinária realizada no dia **20 de agosto de 2026**, conforme registrado na **Ata nº 550/2026**;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a submissão do projeto denominado **"CONECTADOS PARA PROTEGER"**, de iniciativa do Departamento de Atenção à Primeira Infância, Criança e Adolescente, ao processo de avaliação do Itaú Social, no âmbito do Fundo da Infância e da Adolescência – FIA, no valor total de **R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)**, observadas as regras e condições estabelecidas pelo respectivo instrumento de submissão.

Art. 2º Fica autorizada a submissão do projeto referido no art. 1º pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Irati, para participação no respectivo processo de avaliação e seleção.

Art. 3º A aprovação da submissão do projeto não implica garantia de seleção ou de recebimento de recursos, ficando eventual destinação de recursos condicionada à avaliação e aprovação da proposta pelo Itaú Social, bem como ao cumprimento das exigências previstas no respectivo instrumento de seleção e na legislação aplicável.

Art. 4º Em caso de seleção do projeto, a execução das ações e a aplicação dos recursos deverão observar o plano de trabalho aprovado, as normas estabelecidas pelo Itaú Social, a legislação aplicável ao

Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA e as deliberações do CMDCA.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Irati, Paraná, 26 de agosto de 2026.

GUSTAVO DE OLIVEIRA
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:D62EB584

SECRETARIA MUNICIPAL DE TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E PLANEJAMENTO
TERMO ADITIVO DE TERMO DE FOMENTO 004-2025

Termo Aditivo 01 do termo de Fomento n° 04-2025 que entre si celebram o Município de Irati e a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Irati), para os fins que especifica.

O Município de Irati - PR, inscrito no CNPJ sob n° 75.654.574/0001-82, com sede a Rua Cel. Emílio Gomes, 22, Centro, Irati-PR, doravante denominado ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr Emiliano Augusto Rocha Gomes, portador do RG nº XX.XXX.XXX-X SSP/PR, inscrito no CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado à Rua Pedro Colaço Vaz, nº 03 – Floresta, Irati-Pr e APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Irati), inscrito no CNPJ sob n° 78.148.707/0001-37, com sede a situado no Pov. Rio Bonito, s/n (Área Rural) Irati-PR, doravante denominado ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, neste ato representada pelo Presidente da Instituição, Sr. Valdenei Dal Santo, portador do RG nºXX.XXX.XXX-X SSP/PRCPF nºXXX.XXX.XXX-XX, domiciliado à Rua VITORIO WOJCIK, 481, bairro Rio Bonito, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo do Termo de Fomento, mediante as cláusulas e condições a seguir relacionadas:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente INSTRUMENTO tem por objetivo alterar o Responsável pela fiscalização da Transferência Voluntária, membro da comissão de monitoramento e avaliação referente ao Termo de Fomento 04/2026 da seguinte forma;
Fica designada como membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação -Responsável pela fiscalização da transferência:
Michele Angela Adamski de Paula, inscrito (a) no CPF sob o n.º XXX.XXX.XXX.XX e na Matrícula Funcional n.º 164890 –
CLÁUSULA SEGUNDA
Ficam ratificadas em todos os seus termos e condições cláusulas do termo ora aditado, ficando este Termo Aditivo fazendo parte integrante e complementar daquele, a fim de que juntos produzam um só efeito.
O presente instrumento está sendo firmado em duas vias de igual teor e forma.
Irati, 26/08/2026

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES,
Prefeito Municipal de Irati

VALDENEI DAL SANTO
APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Irati)

Publicado por:
Andreia Leonora Teixeira Likes
Código Identificador:281B2CDE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
ERRATA

Na publicação da Portaria nº 325/2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná em 20/08/2026 – Edição 3599.

ONDE SE LÊ: PERÍODO AQUISITIVO: 21/10/2024 A 20/10/2025

O CORRETO É: PERÍODO AQUISITIVO: 21/10/2023 A 20/10/2024

Publicado por:
Maria Luciene Jussiani
Código Identificador:8AB9164B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
PORTARIA Nº 334/2026

Súmula: Dispõe sobre a concessão de Férias na forma do Art.69, V e Art. 108 e seguintes da Lei Municipal nº 687 de 24 de março de 1994 - Estatuto dos Servidores Públicos e dá outras providências.

AMARILDO TOSTES, Prefeito Municipal de Itambaracá, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 62 e inciso VI, alínea A, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o Protocolo nº 1033/2026 do Ofício nº 255/2026 da Secretária Municipal de Saúde que solicita Férias ao servidor abaixo:

R E S O L V E :

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de Férias Regulamentares na forma do Art. 69, V e Art. 108 e seguintes da Lei Municipal nº 687 de 24 de março de 1994 - Estatuto dos Servidores Públicos, ao servidor abaixo relacionado:

NOME	MAT.	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE FRUIÇÃO	
				INICIO	FIM
CRISTIAN GUILHERME ZAMBONI	200846	MOTORISTA	21/10/2024 A 20/10/2025	31/08/2026	29/09/2026

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 26 DE AGOSTO DE 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Luciene Jussiani
Código Identificador:C2FA62DF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
PORTARIA Nº 335/2026

Súmula: Dispõe sobre a concessão de Gozo de Férias na forma do Art.69, V e Art. 108 e seguintes da Lei Municipal nº 687 de 24 de março de 1994 - Estatuto dos Servidores Públicos e dá outras providências.

AMARILDO TOSTES, Prefeito Municipal de Itambaracá, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 62 e inciso I, alínea A, do Art. 82 da Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO, o Protocolo nº 1009/2026 do Ofício nº 243/2026 da Secretaria Municipal de Saúde que autoriza Gozo de Férias da referida servidora abaixo;

R E S O L V E :

Art. 1º. Conceder 15 (quinze) dias de Gozo de Férias na forma na forma do Art. 069, V e Art. 108 e seguintes da Lei Municipal nº 687 de 24 de março de 1994 - Estatuto dos Servidores Públicos, a servidora abaixo relacionada:

NOME	MAT.	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	Período de Fruição	
				INICIO	FIM
VIVIANE OKABE ALVES	200822	ENFERMEIRA	04/08/2024 A 03/08/2025	31/08/2026	14/09/2026

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 26 DE AGOSTO DE 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Luciene Jussiani
Código Identificador:91FB8928

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
PORTARIA Nº 336/2026

Súmula: Dispõe sobre a concessão de Férias na forma do Art.69, V e Art. 108 e seguintes da Lei Municipal nº 687 de 24 de março de 1994 - Estatuto dos Servidores Públicos e dá outras providências.

AMARILDO TOSTES, Prefeito Municipal de Itambaracá, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 62 e inciso VI, alínea A, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o Protocolo nº 1016/2025 do Ofício nº 013/2025 – DC ao Secretário Municipal de Administração que solicita Férias do servidor abaixo:

R E S O L V E :

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de Férias Regulamentares na forma do Art. 69, V e Art. 108 e seguintes da Lei Municipal nº 687 de 24 de março de 1994 - Estatuto dos Servidores Públicos, a servidora abaixo relacionada:

NOME	MAT.	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE FRUIÇÃO	
				INICIO	FIM
JÚLIO CESAR DIAS	200655	AGENTE ADMINISTRATIVO	06/04/2025 A 05/04/2026	08/09/2026	17/09/2026

Art.2 º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 26 DE AGOSTO DE 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Luciene Jussiani
Código Identificador:D84C2269

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
PORTARIA Nº 337/2026

Súmula: Dispõe sobre a concessão de Férias na forma do Art.69, V e Art. 108 e seguintes da Lei Municipal nº 687 de 24 de março de 1994 - Estatuto dos Servidores Públicos e dá outras providências.

AMARILDO TOSTES, Prefeito Municipal de Itambaracá, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 62 e inciso I, alínea A, do Art. 82 da Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO, o Protocolo nº 1039/2026 do Ofício nº 028/2026 do Diretor do Depto de Tributação ao Secretário Municipal de Administração que solicita Férias da referida servidora abaixo;

R E S O L V E :

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de Férias Regulamentares na forma na forma do Art. 069, V e Art. 108 e seguintes da Lei Municipal nº 687 de 24 de março de 1994 - Estatuto dos Servidores Públicos, ao servidor abaixo relacionado:

NOME	MAT.	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	Período de Fruição	
				INICIO	FIM
BRUNA T. L. PICCIONI	200819	FISCAL DE TRIBUTOS	05/08/2025 A 04/08/2026	08/09/2026	07/10/2026

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 26 DE AGOSTO DE 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Luciene Jussiani
Código Identificador:2FEAE84E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
PORTARIA Nº 338/2026

Súmula: Dispõe sobre a concessão de Licença por 30 (trinta) dias, na forma do Art. 132 da Lei Municipal nº 687 de 24 de março de 1994 - Estatuto dos Servidores Públicos e dá outras providências.

AMARILDO TOSTES, Prefeito Municipal de Itambaracá, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 62 e inciso VI, alínea A, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o Protocolo nº 1037/2026 do Ofício nº 151/2026 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura que solicita Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família da referida servidora abaixo;

R E S O L V E :

Art. 1º - Conceder a Senhora **MICHELI CRISTIANA NEVES ROBERTO,** funcionária concursada, Matrícula nº 400629 e 400811, no cargo de **PROFESSOR** do Quadro Próprio do **MAGISTÉRIO** da Prefeitura Municipal de Itambaracá, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, **LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMILIA** pelo período de **30 (TRINTA) DIAS** de acordo com o disposto no Artigo n.º 132 da Lei Municipal n.º 687 de 24 de março de 1994, (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais) pelo período de **24/08/2026 a 22/09/2026.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 24 de agosto de 2026, revogados as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 26 DE AGOSTO DE 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Luciene Jussiani
Código Identificador:C4FE29D9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
CONVOCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2025

Ananias Soares Vieira, Prefeito do Município de Itambé, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, considerando o teor do Edital n.º 001-C/2025 (Edital de Classificação Final),

RESOLVE:

1. CONVOCAR EDNA ALVES DA SILVA, aprovada no Processo Seletivo Simplificado (PSS) aberto pelo Edital nº 001/2025, no cargo de Auxiliar de Creche, para comparecer junto à Unidade de Recursos Humanos, no Paço Municipal de Itambé/PR, sito à Praça Rui Barbosa, 34 – Centro, no prazo de 03 (Três) dias úteis a contar desta publicação, das 8:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas, para fins de cumprimento do processo de admissão junto ao Poder Executivo desta municipalidade, ou, se do eventual desinteresse por parte do(a) mesmo(a), para fins de expedição de declaração formal de desistência na assunção do cargo público correspondente, munido de fotocópias dos documentos abaixo relacionado.

Documentos:
a) Cédula de Identidade (RG) e fotocópia;
b) CPF e fotocópia;
c) Registro no Conselho Regional de Classe e fotocópia e Certidão de regularidade do respectivo conselho;
d) Registro Civil de nascimento ou casamento e fotocópia;
e) Certificado de Reservista/Isenção e fotocópia, se do sexo masculino (até 45 anos);
f) Título de eleitor e fotocópia, junto com o comprovante de votação da última eleição ou a justificativa da ausência e fotocópia, ou declaração de quitação eleitoral;
g) Carteira de Trabalho e cadastro do PIS/PASEP e fotocópia;
h) Comprovante de escolaridade exigida para o cargo e fotocópia;
i) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos e fotocópia, acompanhado da declaração de vacina da criança (até 6 anos) e da declaração de matrícula e frequência escolar (de 7 a 14 anos), quando houver;
j) Uma foto 3x4 recente, tirada de frente;
k) Cópia do RG e CPF do cônjuge e dos filhos, quando houver;
l) Certidão negativa de antecedentes criminais, fornecida pela Justiça Estadual e Federal, no local de residência do candidato;
m) Comprovante de residência atual (conta de água, luz ou telefone) e fotocópia;
n) Declaração de bens e valores que compõem seu patrimônio privado;
o) Declaração de desvinculação para o candidato que exerce cargo ou função pública federal, estadual, ou municipal, conforme prevê os Incisos XVI e XVII, do Art. 37 da Constituição Federal; e quando acumulável declaração do órgão empregador constando o cargo ocupado, carga horária, horário de trabalho e remuneração.
p) Declaração sobre recebimento de provento decorrente de aposentadoria e pensão;
q) cópia do comprovante do tipo sanguíneo;
r) Exames médicos e clínicos para avaliação de capacidade física e mental para o desempenho das atividades e atribuições do cargo, pela Perícia Médica Oficial ou por órgão devidamente indicado pelo Poder Público Municipal.

2. A desobediência e/ou não comparecimento no prazo previsto no presente instrumento, acarretará as sanções previstas na legislação vigente disciplinadora da matéria, c/c ditames do Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 001/2025.

Edifício da Municipalidade de Itambé, Estado do Paraná, aos 26 dias do mês de agosto de 2026.

ANANIAS SOARES VIEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Cristina da Costa Vieira
Código Identificador:313585B9

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE DESISTÊNCIA

REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO SIMPLICADO – PSS nº 001/2025 PARA O CARGO DE AUXILIAR DE CRECHE

Eu, **SARA MAYARA DA SILVA FRANÇA,** portadora da cédula de identidade sob nº 10.871.xxx-x/PR e CPF 099.551.xxx-xx, brasileira, classificada para o cargo de Auxiliar de Creche, através do Edital de Processo Seletivo Simplificado - PSS nº 001/2025, venho por minha livre e espontânea vontade **DESISTIR** da vaga a que tenho direito, deixando livre o cargo para o próximo candidato classificado.

Itambé-Pr., 26 de agosto de 2026.

SARA MAYARA DA SILVA FRANÇA
Desistente

Publicado por:
Katia Cristina da Costa Vieira
Código Identificador:04FB5FE7

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PARCIAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2026

Para que produzam-se os efeitos legais em sua plenitude e com respaldo no inciso IV do art. 71 da Lei n° 14.133/2021, **HOMOLOGO** a decisão do Pregoeiro e respectiva equipe de apoio, devidamente designados pelas Portarias Nº 049/2025 e Nº 174/2025, referente ao **Pregão Eletrônico nº 17/2026**, e **ADJUDICO** o objeto ora licitado, o qual resume-se por: **Aquisição de uniformes destinados aos servidores da Secretaria Municipal de Saúde**, em favor das empresas **A.S. SEMEGHINI - ENXOVAIS**, com cadastro CNPJ/MF sob o n.º 23.206.130/0001-80, com os lotes: 6, 7, 8 no valor total de R$ 7.024,60 (sete mil e vinte e quatro reais e sessenta centavos);**VEST BEM UNIFORMES, CONFECCOES E LIMPEZA LTDA**, com cadastro CNPJ/MF sob o n.º 49.613.182/0001-65 com os lotes: 4, 5 no valor total de R$ 12.240,00 (doze mil e duzentos e quarenta reais); **D.H BRINQUEDOS E CONFECÇÃO LTDA**, com cadastro CNPJ/MF sob o n.º 59.783.143/0001-60 com os lotes: 1, 2 no valor total de R$ 8.662,60 (oito mil e seiscentos e sessenta e dois reais e sessenta centavos).

Edifício da Prefeitura Municipal, em Itambé/PR, aos 26 de agosto de 2026.

ANANIAS SOARES VIEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Cristina Silva Messias
Código Identificador:FF4EF30D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEJARA D'OESTE

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 196/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ
DECRETO Nº 196/2026
DATA: 26.08.2026

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão de férias à servidora pública municipal e dá outras providências.

Vilmar Schmoller, Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, e
Considerando a necessidade de regularização de férias dos Servidores da Administração Municipal;
CONSIDERANDO que a servidora possui saldo remanescente de férias decorrente de fracionamento realizado anteriormente, em razão da necessidade de revezamento dos servidores e da manutenção da continuidade dos serviços prestados pelo Departamento de Saúde;
DECRETA:
Art. 1º Ficam concedidos **16 (dezesseis) dias de férias** à servidora **Mariane Slompo de Lima**, a serem usufruídos no período de

08.09.2026 a 23.09.2026, correspondentes ao saldo remanescente do período aquisitivo 2024-2025, decorrente de fracionamento anterior.
Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, aos 26 (vinte e seis) dias do mês de agosto de 2026.

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

DAIANI HOFFMAN,
Diretora do Depto de Administração

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:8F3F1E57

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIÁRIA Nº 679 A Nº 694/2026

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 679/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: João Carlos da Costa, Matrícula: 017.187-1. Órgão de Lotação: Depto de Saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhantes: Adriane Porochow, Daiane Brandão e Vilmar Berlanda, todos com acomp. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 18.08.2026 as 03h00 e retorno dia 18.08.2026 as 20h00. Destino: Cascavel. Valor de diárias: R$ 125,00. Transporte utilizado: Transit (oficial). Finalidade da viagem: Consultas e exames. Local: CEONC e UOPECCAN. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias.

Itapejara D'Oeste, 18.08.2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 680/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: João Carlos da Costa, Matrícula: 017.187-1. Órgão de Lotação: Depto de Saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhantes: Josi Giroletto, Celmira Giroletto, Vaodir Gubert com acomp e Darcy Biolchi com acomp. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 21.08.2026 as 03h00 e retorno dia 21.08.2026 as 19h00. Destino: Cascavel. Valor de diárias: R$ 125,00. Transporte utilizado: Transit (oficial). Finalidade da viagem: Consultas e exames. Local: CEONC e Dr. Prime. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias.

Itapejara D'Oeste, 18.08.2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 681/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: João Carlos da Costa, Matrícula: 017.187-1. Órgão de Lotação: Depto de Saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhantes: Josi Giroletto, Celmira Giroletto, Genair Schuastz, Lindamir Schuastz, Valdira Reis com acomp , Adriane Porochow e Fernando da Silva. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 25.08.2026 as 03h00 e retorno dia 25.08.2026 as 18h00. Destino: Cascavel. Valor de diárias: R$ 125,00. Transporte utilizado: Transit (oficial). Finalidade da viagem: Consultas e exames. Local: CEONC. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias.

Itapejara D'Oeste, 18.08.2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 682/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: João Carlos da Costa, Matrícula: 017.187-1. Órgão de Lotação: Depto de Saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhantes: Lurdes Menegon. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 27.08.2026 as 03h00 e retorno dia 27.08.2026 as 18h00. Destino: Cascavel. Valor de diárias: R$ 125,00. Transporte utilizado: HB20 (oficial). Finalidade da viagem: Consultas e exames. Local: UOPECCAN. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias.

Itapejara D'Oeste, 18.08.2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 683/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: João Carlos da Costa, Matrícula: 017.187-1. Órgão de Lotação: Depto de Saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhantes: Joanino Leite com acomp e Andreia Soares com acomp. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 31.08.2026 as 03h00 e retorno dia 31.08.2026 as 20h00. Destino: Cascavel. Valor de diárias: R$ 125,00. Transporte utilizado: HB20 (oficial). Finalidade da viagem: Consultas e Pet-Ct. Local: UOPECCAN. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias.

Itapejara D'Oeste, 18.08.2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 684/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Thiago T. de Camargo, Matrícula: 017.063-1. Órgão de Lotação: Depto de Saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhantes: Marta Bruno com acomp e Vilmar Berlanda com acomp. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 19.08.2026 as 03h00 e retorno dia 19.08.2026 as 18h00. Destino: Cascavel. Valor de diárias: R$ 125,00. Transporte utilizado: HB20 (oficial). Finalidade da viagem: Consultas e exames. Local: CEONC e Dr. Prime. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias.

Itapejara D'Oeste, 18.08.2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 685/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Thiago T. de Camargo, Matrícula: 017.063-1. Órgão de Lotação: Depto de Saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhantes: Daiane Brandão e Lurdes Menegon com acomp. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 20.08.2026 as 03h00 e retorno dia 20.08.2026 as 17h00. Destino: Cascavel. Valor de diárias: R$ 125,00. Transporte utilizado: HB20 (oficial). Finalidade da viagem: Consultas e exames. Local: CEONC. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias.

Itapejara D'Oeste, 18.08.2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 686/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Thiago T. de Camargo, Matrícula: 017.063-1. Órgão de Lotação: Depto de Saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhantes: Salete Inhoatto, Zenilde Inhoatto e Daiane Brandão com acomp. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 24.08.2026 as 03h00 e retorno dia 24.08.2026 as 20h00. Destino: Cascavel. Valor de diárias: R$ 125,00. Transporte utilizado: HB20 (oficial). Finalidade da viagem: Consultas e quimio. Local: CEONC. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias.

Itapejara D'Oeste, 18.08.2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 687/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Thiago T. de Camargo, Matrícula: 017.063-1. Órgão de Lotação: Depto de Saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhantes: Marta Bruno com acomp e Tereza Antunes com acomp. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 26.08.2026 as 03h00 e retorno dia 26.08.2026 as 19h00. Destino: Cascavel. Valor de diárias: R$ 125,00. Transporte utilizado: HB20 (oficial). Finalidade da viagem: Consultas e aplic. de medicamento. Local: Dr. Prime. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias.

Itapejara D'Oeste, 18.08.2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 688/2026
DADOS DO SOLICITANTE

Nome: Thiago T. de Camargo, Matrícula: 017.063-1. Órgão de Lotação: Depto de Saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhantes: Mareli Mitrut com acomp. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 28.08.2026 as 03h00 e retorno dia 28.08.2026 as 18h00. Destino: Cascavel. Valor de diárias: R$ 125,00. Transporte utilizado: HB20 (oficial). Finalidade da viagem: Quimio. Local: CEONC. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias.

Itapejara D'Oeste, 18.08.2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 689/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Márcio Strassburger, Matrícula: 016.962-1. Órgão de Lotação: Depto de Saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhantes: Samuel Clein, Simeia Clein, Emily Lorengian e Karla de Campos. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 23.08.2026 as 09h00 e retorno dia 24.08.2026 as 22h00. Destino: Curitiba. Valor de diárias: R$ 375,00. Transporte utilizado: Transit (oficial). Finalidade da viagem: Consultas e exames. Local: Hospital Pequeno Príncipe. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias.

Itapejara D'Oeste, 21.08.2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 690/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Vilson Nonato, Matrícula: 112.356-1. Órgão de Lotação: Depto de Saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhantes: Victor da Silva, Alessandra da Silva e Marli Schuastz. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 24.08.2026 as 09h00 e retorno dia 25.08.2026 as 22h00. Destino: Curitiba. Valor de diárias: R$ 375,00. Transporte utilizado: HB20 (oficial). Finalidade da viagem: Consultas e exames. Local: Hospital Angelina Caron e Hospital de Clinicas. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias.

Itapejara D'Oeste, 21.08.2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 691/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Rodrigo Schuastz, Matrícula: 111.546-1. Órgão de Lotação: Depto de A. Social. Cargo ou função: Motorista. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 23.08.2026 as 12h00 e retorno dia 23.08.2026 as 19h00. Destino: Coronel Vivida. Valor de diárias: R$ 75,00. Transporte utilizado: Ônibus (oficial). Finalidade da viagem: Levar os Idosos do Centro. Local: Centro de Idoso Barro Preto. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias.

Itapejara D'Oeste, 21.08.2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 692/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Luis F. Pedroso, Matrícula: 101.558-3. Órgão de Lotação: Divisão de Esportes. Cargo ou função: Chefe. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 27.08.2026 as 12h00 e retorno dia 30.08.2026 as 20h30. Destino: Chopinzinho. Valor de diárias: R$ 525,00. Transporte utilizado: Spin (oficial). Finalidade da viagem: Jogos Escolares do Paraná Bom de Bola. Local: Modulo Esportivo. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias.

Itapejara D'Oeste, 24.08.2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 693/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Augusto Gadini, Matrícula: 101.553-2. Órgão de Lotação: Depto de Esportes e Cultura. Cargo ou função: Diretor. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 27.08.2026 as 12h00 e retorno dia 30.08.2026 as 20h30. Destino: Chopinzinho. Valor de diárias: R$ 700,00. Transporte utilizado: Spin (oficial). Finalidade da viagem: Jogos Escolares do Paraná Bom de Bola. Local: Modulo Esportivo. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias.

Itapejara D'Oeste, 24.08.2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 694/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Edson Tolotti, Matrícula: 101.463-3. Órgão de Lotação: Depto de Esportes e Cultura. Cargo ou função: Prof. de Ed. Física. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 27.08.2026 as 12h00 e retorno dia 30.08.2026 as 20h30. Destino: Chopinzinho. Valor de diárias: R$ 525,00. Transporte utilizado: Spin (oficial). Finalidade da viagem: Jogos Escolares do Paraná Bom de Bola. Local: Modulo Esportivo. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias.

Itapejara D'Oeste, 24.08.2026.

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:5A29FD92

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUÇU

CAMARA MUNICIPAL
ERRATA AO AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2026 - AQUISIÇÃO DE ÁGUA E GÁS

Processo Administrativo nº 10/2026 - Ref. Publicação Código 536A8249 de 24/08/2026

O Agente de Contratação, Sr. Ademir Urbano dos Santos – Decreto nº 06/2026, torna público a RETIFICAÇÃO do Aviso de Dispensa nº 10/2026:

ONDE SE LÊ: Valor estimado: R$ 30.490,00

LEIA-SE: OBJETO: Aquisição de Água e Gás. Valor estimado da contratação: R$ 36.263,68 (Trinta e seis mil, duzentos e sessenta e três reais e sessenta e oito centavos).

Data da Errata: 25/08/2026. Novo prazo limite para propostas: 01/09/2026 às 16:00 horas, na sede da Câmara Municipal, Av. Crispim Furquim de Siqueira, 1.060, Butieirinho, Itaperuçu/PR ou pelo e-mail camaralicitacoesita@gmail.com. Critério: Menor preço global.

Itaperuçu/PR, 26 de agosto de 2026.

ADEMIR URBANO DOS SANTOS
Agente de Contratação - Decreto 06/2026

Publicado por:
Jose Luiz Peokon
Código Identificador:E2FBD129

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO 4º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 153/2023 – PRAZO E REAJUSTE

CONTRATO Nº 153/2023
MODALIDADE PREGÃO ELETRONICO Nº 071/2023
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ITAPERUÇU
CONTRATADO: L C DA LUZ BUHRER TELAS ME
CNPJ: 16.713.222/0001-91
OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE ARTEFATOS DE CIMENTO"
DO PRAZO: 12 (DOZE) MÊSES, COM VIGÊNCIA DE 25 DE SETEMBRO DE 2026 A 24 DE SETEMBRO DE 2027.
DO REAJUSTE: R$ 18.273,80 (DEZOITO MIL, DUZENTOS E SETENTA E TRÊS REAIS E OITENTA CENTAVOS).
DATA DA ASSINATURA: 14 DE AGOSTO DE 2026.

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:E2A106ED

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 124/2025 – PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA

CONTRATO: Nº 124/2025
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU.
CONTRATADA: ANDREIA RUTZ SCHNEIDER DE BARROS MERCADO.
CNPJ: 13.243.880/0001-79.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O CAPS.
DATA DA ASSINATURA: 24 DE AGOSTO DE 2026.
VIGÊNCIA: 6 (SEIS) MESES DE 05 DE OUTUBRO DE 2026 E 04 DE ABRIL DE 2027.

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:D835FCBC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 2° TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N°211/2025 – PRAZO E ACRESCIMO QUANTITATIVO

CONTRATO: Nº 211/2025
PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 74/2025
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ITAPERUÇU
CONTRATADO: GÁS VALLE LTDA
CNPJ: 53.147.001/0001-20
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE GÁS – GLP, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.
DO VALOR: R$ 29.141,89 (VINTE E NOVE MIL, CENTO E QUARENTA E UM REAIS E OITENTA E NOVE CENTAVOS).
DATA DA ASSINATURA: 13 DE AGOSTO DE 2026.

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:10444BBD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 043/2026 – PRORROGAÇÃO DE PRAZO

CONTRATO Nº 043/2026.
MODALIDADE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 01/2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU/PR.
CONTRATADO: MEP ARQUITETURA E PLANEJAMENTO LTDA.
CNPJ: 06.164.906/0001-28.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PROJETOS ARQUITETÔNICOS.
DO PRAZO: 30 (TRINTA) DIAS, DE 29 DE AGOSTO DE 2026 A 27 DE SETEMBRO DE 2026.
DATA DA ASSINATURA: 24 DE AGOSTO DE 2026.

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:BEBC8519

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 155/2023 – RENOVAÇÃO E REAJUSTE

CONTRATO Nº 155/2023
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE Nº 025/2023
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ITAPERUÇU
CONTRATADA: PEGASO CONSULTORIA EDUCACIONAL S.S. LTDA.
CNPJ nº 10.476.540/0001-08
OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM ASSESSORIA E CONSULTORIA NAS ÁREAS DE GESTÃO E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO EDUCACIONAL".
DO REAJUSTE: R$ 2.559,60 (DOIS MIL, QUINHENTOS E CINQUENTA E NOVE REAIS E SESSENTA CENTAVOS)
DA RENOVAÇÃO: R$ 60.123,60 (SESSENTA MIL, CENTO E VINTE E TRÊS REAIS E SESSENTA CENTAVOS)
DO PRAZO: 12 (DOZE) MESES, DE 26 DE SETEMBRO DE 2026 e 25 DE SETEMBRO DE 2027.
DATA DA ASSINATURA: 25 DE AGOSTO DE 2025.

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:AE0EC4F3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 86/2026

LICITAÇÃO COM LOTES PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE E LOTES AMPLA CONCORRENCIA
Data Limite para Abertura de Proposta: até: 10/09/2026 à 08h15min.
Data Para Abertura da Sala de Disputa: 10/09/2026 às 09h00min.
Objeto: **Aquisição de Medicação Injetável, a fim de atender as necessidades do Hospital Municipal, conforme documentação em anexo, pelo período de 12 (doze) meses.**
VALOR MÁXIMO: R$ 3.400.746,40 (três milhões quatrocentos mil setecentos e quarenta e seis reais e quarenta centavos).
Local de Abertura: Por meio do endereço eletrônico *http://www.bnc.org.br no Portal: Bolsa Nacional de Compras – BNC Informações Complementares: O Edital poderá ser retirados por meio do endereço eletrônico http://www.bnc.org.br ou site da Prefeitura através do Portal da Transparência: http://72.44.30.34:7474/transparencia/licitacoes.*
Itaperuçu/PR, 26 de agosto de 2026.

LETÍCIA FERNANDA CAVALLI
Pregoeira Oficial
Portaria Nº 380/2025

Publicado por:
Leticia Fernanda Cavalli
Código Identificador:577721DE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 87/2026

LICITAÇÃO PARA MICRO EMPRESA E EPP
Data Limite para Abertura de Proposta: até: 11/09/2026 à 08h15min.
Data Para Abertura da Sala de Disputa: 11/09/2026 às 09h00min.
Objeto: ***Aquisição de camisetas personalizadas para atendimento aos eventos, projetos, campanhas e ações institucionais promovidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo, bem como de jalecos destinados aos professores da Rede Municipal de Ensino e camisas polo destinadas aos servidores da Secretaria.***
VALOR MÁXIMO: Valor Total 111.871,55 (cento onze mil oitocentos e setenta e um reais e cinquenta e cinco centavos).
Local de Abertura: Por meio do endereço eletrônico *http://www.bnc.org.br no Portal: Bolsa Nacional de Compras – BNC Informações Complementares: O Edital poderá ser retirados por meio do endereço eletrônico http://www.bnc.org.br ou site da Prefeitura através do Portal da Transparência: http://72.44.30.34:7474/transparencia/licitacoes.*
Itaperuçu/PR, 26 de agosto de 2026.

LETÍCIA FERNANDA CAVALLI
Pregoeira Oficial
Portaria Nº 380/2025

Publicado por:
Leticia Fernanda Cavalli
Código Identificador:A51D4665

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 88/2026

LICITAÇÃO DE AMPLA CONCORRÊNCIA
Data Limite para Abertura de Proposta: até: 14/09/2026 à 08h15min.
Data Para Abertura da Sala de Disputa: 14/09/2026 às 09h00min.
Objeto: ***"Contratação de empresa para fornecimento de Massa asfáltica (CBUQ) FAIXA C e F, para utilização em operações de tapa buraco, impermeabilização de áreas e pavimentações viárias de baixa complexidade, com e sem transporte".***
VALOR MÁXIMO: R$ 2.865.530,00 (dois milhões oitocentos e sessenta e cinco mil quinhentos e trinta reais)
Local de Abertura: Por meio do endereço eletrônico *http://www.bnc.org.br no Portal: Bolsa Nacional de Compras – BNC Informações Complementares: O Edital poderá ser retirados por meio do endereço eletrônico http://www.bnc.org.br ou site da Prefeitura através do Portal da Transparência: http://72.44.30.34:7474/transparencia/licitacoes.*
Itaperuçu/PR, 26 de agosto de 2026.

LETÍCIA FERNANDA CAVALLI
Pregoeira Oficial
Portaria nº 380/2025

Publicado por:
Leticia Fernanda Cavalli
Código Identificador:A5F5041E

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
"REPUBLICADO POR INCORREÇÃO" PORTARIA N° 010/2026 DE 28 DE JULHO DE 2026

O SECRETÁRIO DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DO MUNICÍPIODE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder período de gozo de férias ao servidor **NIVALDO SABADIN,** portador da Cédula de Identidade RG**:** ********/PR**,** matrícula 6451-1, ocupante do cargo comissionado de **Coordenador de Projetos e Programas,** referente ao Período Aquisitivo 2024 a 2025, a serem usufruídas no período compreendido entre os dias 02 de Setembro de 2026 a 21 de Setembro de 2026.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas suas disposições em contrário.

JOAQUIM GREGÓRIO RAUSIS
Secretario Municipal de Agricultura e Abastecimento

Publicado por:
Larissa Tayna Faria Thibes
Código Identificador:BA50632A

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 350/2026 DE 09 DE AGOSTO DE 2026 - SMS

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, bem como considerando a Lei n° 642/2020 de 04 de março de 2020, o qual dispõe sobre a indenização de gasto com alimentação com os motoristas de ambulância e transporte de pacientes em serviço fora do município.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder em caráter indenizatório, o equivalente a **16** dias de auxilio alimentação referente ao mês de julho de 2026, para o servidor **Denilson Jose de Faria,** portador do **RG: 5*******-9 PR**, matricula **38311,** ocupante do cargo de **Motorista ll**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogada suas disposições em contrário.

RUBIENE FATIMA COSTA PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elton Joao de Moura
Código Identificador:B9863DFB

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 351/2026 DE 07 DE AGOSTO DE 2026 - SMS

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, bem como considerando a Lei n° 642/2020 de 04 de março de 2020, o qual dispõe sobre a indenização de gasto com alimentação com os motoristas de ambulância e transporte de pacientes em serviço fora do município.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder em caráter indenizatório o equivalente a **14** auxílio alimentação referente ao mês de julho de 2026, para o servidor **Giovane de Faria Ramos,** portador do **RG 8*******3/PR**, matricula **60491**, ocupante do cargo de **Motorista de Ambulância**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogada suas disposições em contrário.

RUBIENE FATIMA COSTA PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elton Joao de Moura
Código Identificador:5C5FF7FF

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N°352/2026 DE 09 DE AGOSTO DE 2026 - SMS

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, bem como considerando a Lei n° 642/2020 de 04 de março de 2020, o qual dispõe sobre a indenização de gasto com alimentação com os motoristas de ambulância e transporte de pacientes em serviço fora do município.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder em caráter indenizatório o equivalente a **16** auxílio alimentação referente ao mês de julho de 2026, para o servidor **Maicon dos Santos Faria,** portador do **RG 8*******8/PR**, matricula **67411**, ocupante do cargo de **Motorista de Ambulância**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogada suas disposições em contrário.

RUBIENE FATIMA COSTA PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elton Joao de Moura
Código Identificador:A6737800

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 353/2026 DE 08 DE AGOSTO DE 2026 - SMS

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, bem como considerando a Lei n° 642/2020 de 04 de março de 2020, o qual dispõe sobre a indenização de gasto com alimentação com os motoristas de ambulância e transporte de pacientes em serviço fora do município.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder em caráter indenizatório, o equivalente a **16** dias de auxilio alimentação referente ao mês de julho de 2026, para o servidor **João dos Santos Machado,** portador do **RG: 7.*******6 PR**, matricula **378161,** ocupante do cargo de **Motorista ll**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogada suas disposições em contrário.

RUBIENE FATIMA COSTA PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elton Joao de Moura
Código Identificador:8461803B

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 354/2026 DE 07 DE AGOSTO DE 2026 - SMS

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, bem como considerando a Lei n° 642/2020 de 04 de março de 2020, o qual dispõe sobre a indenização de gasto com alimentação com os motoristas de ambulância e transporte de pacientes em serviço fora do município.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder em caráter indenizatório, o equivalente a **06** dias de auxilio alimentação referente ao mês de julho de 2026, para o servidor **Lenilson Jose Mendes Ouriques,** portador do **RG: RG: 8********3 PR**, matricula **42501,** ocupante do cargo de **Motorista ll**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogada suas disposições em contrário.

RUBIENE FATIMA COSTA PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elton Joao de Moura
Código Identificador:8AF6DFF6

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 355/2026 DE 07 DE AGOSTO DE 2026 - SMS

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, bem como considerando a Lei n° 642/2020 de 04 de março de 2020, o qual dispõe sobre a indenização de gasto com alimentação com os motoristas de ambulância e transporte de pacientes em serviço fora do município.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder em caráter indenizatório, o equivalente a **16** dias de auxilio alimentação referente ao mês de julho de 2026, para o servidor **Ademar Bonfim dos Santos,** portador do **RG: 1********7PR**, matricula **65711,** ocupante do cargo de **Motorista de Ambulância**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogada suas disposições em contrário.

RUBIENE FATIMA COSTA PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elton Joao de Moura
Código Identificador:891FA5E8

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 356/2026 DE 07 DE AGOSTO DE 2026 - SMS

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, bem como considerando a Lei n° 642/2020 de 04 de março de 2020, o qual dispõe sobre a indenização de gasto com alimentação com os motoristas de ambulância e transporte de pacientes em serviço fora do município.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder em caráter indenizatório o equivalente a **16** auxílio alimentação referente **ao** mês de julho de 2026, para o servidor **Alessandro Castro dos Santos,** portador do **RG 1********6/PR**, matricula **38181**, ocupante do cargo de **Motorista II**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogada suas disposições em contrário.

RUBIENE FATIMA COSTA PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elton Joao de Moura
Código Identificador:D9BBDF3C

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 357/2026 DE 08 DE AGOSTO DE 2026 - SMS

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, bem como considerando a Lei n° 642/2020 de 04 de março de 2020, o qual dispõe sobre a indenização de gasto com alimentação com os motoristas de ambulância e transporte de pacientes em serviço fora do município.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder em caráter indenizatório o equivalente a **16** auxílio alimentação referente **ao** mês de julho de 2026, para o servidor **Rodrigo Rodrigues da Silva,** portador do **RG 1*******0 /PR**, matricula **60571**, ocupante do cargo de **Motorista de Ambulância**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogada suas disposições em contrário.

RUBIENE FATIMA COSTA PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elton Joao de Moura
Código Identificador:1DE4C2C5

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 358/2026 DE 07 DE AGOSTO DE 2026 - SMS

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, bem como considerando a Lei n° 642/2020 de 04 de março de 2020, o qual dispõe sobre a indenização de gasto com alimentação com os motoristas de ambulância e transporte de pacientes em serviço fora do município.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder em caráter indenizatório, o equivalente a **23** dias de auxilio alimentação referente ao mês de julho de 2026, para o servidor **Osvaldir Jussiel Melnik,** portador do **RG: 1*******3/ PR**, matricula **66821,** ocupante do cargo de **Motorista de Ambulância.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogada suas disposições em contrário.

RUBIENE FATIMA COSTA PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elton Joao de Moura
Código Identificador:FDC3AB18

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 359/2026 DE 07 DE AGOSTO DE 2026 - SMS

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, bem como considerando a Lei n° 642/2020 de 04 de março de 2020, o qual dispõe sobre a indenização de gasto com alimentação com os motoristas de ambulância e transporte de pacientes em serviço fora do município.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder em caráter indenizatório, o equivalente a 30 auxílio alimentação referente ao mês de Julho de 2026, para o servidor **Antoniel Gonçalves,** portador do **RG 8******6/PR**, matricula **60511**, ocupante do cargo de **Motorista ll**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogada suas disposições em contrário.

RUBIENE FATIMA COSTA PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elton Joao de Moura
Código Identificador:2753C71F

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 360/2026 DE 07 DE AGOSTO DE 2026 - SMS

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, bem como considerando a Lei n° 642/2020 de 04 de março de 2020, o qual dispõe sobre a indenização de gasto com alimentação com os motoristas de ambulância e transporte de pacientes em serviço fora do município.

RESOLVE:
Art. 1º - Conceder em caráter indenizatório o equivalente a **23** auxílio alimentação referente ao mês de julho de 2026, para o servidor **Peterson Luiz de Cristo,** portador do **RG: 1*******6/PR**, matricula **42411**, ocupante do cargo de **Motorista.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogada suas disposições em contrário.

RUBIENE FATIMA COSTA PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elton Joao de Moura
Código Identificador:C838FE06

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 361/2026 DE 17 DE AGOSTO DE 2026 - SMS

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, bem como considerando a Lei n° 642/2020 de 04 de março de 2020, o qual dispõe sobre a indenização de gasto com alimentação com os motoristas de ambulância e transporte de pacientes em serviço fora do município.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder em caráter indenizatório o equivalente a **30** auxílio alimentação referente ao mês de julho de 2026, para o servidor **Edgar Dolinski Batista,** portador do **RG 1*******0 /PR**, matricula **67971**, ocupante do cargo de **Motorista de ambulância**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogada suas disposições em contrário.

JAQUELINE PORTES DE BARROS AMARAL
Secretária de Saúde - Substituta
Portaria 349/2026 - SMS

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elton Joao de Moura
Código Identificador:3707FDBD

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 362/2026 DE 07 DE AGOSTO DE 2026 - SMS

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, bem como considerando a Lei n° 642/2020 de 04 de março de 2020, o qual dispõe sobre a indenização de gasto com alimentação com os motoristas de ambulância e transporte de pacientes em serviço fora do município.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder em caráter indenizatório o equivalente a **22** auxílio alimentação referente ao mês de julho de 2026, para o servidor **Ageu Lapola Costa,** portador do **RG 8*******6/PR**, matricula **60501**, ocupante do cargo de **Motorista.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogada suas disposições em contrário.

RUBIENE FATIMA COSTA PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elton Joao de Moura
Código Identificador:BBCB85B7

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 363/2026 DE 07 DE AGOSTO DE 2026 - SMS

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, bem como considerando a Lei n° 642/2020 de 04 de março de 2020, o qual dispõe sobre a indenização de gasto com alimentação com os motoristas de ambulância e transporte de pacientes em serviço fora do município.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder em caráter indenizatório, o equivalente a **12** dias de auxilio alimentação referente ao mês de julho de 2026, para o servidor Adriano Jose de Souza**,** portador do **RG 8*******0/PR**, matricula **60481**, ocupante do cargo de **Motorista ll**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogada suas disposições em contrário.

RUBIENE FATIMA COSTA PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elton Joao de Moura
Código Identificador:84552E6E

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 364/2026 DE 17 DE AGOSTO DE 2026 - SMS

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, bem como considerando a Lei n° 642/2020 de 04 de março de 2020, o qual dispõe sobre a indenização de gasto com alimentação com os motoristas de ambulância e transporte de pacientes em serviço fora do município.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder em caráter indenizatório o equivalente a **32** auxílio alimentação referente **ao** mês de julho de 2026, para o servidor **Florentino Machado de Miranda,** portador do **RG: 3*******7/PR**, matricula **7641**, ocupante do cargo de **Motorista de Ambulância**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogada suas disposições em contrário.

JAQUELINE PORTES DE BARROS AMARAL
Secretária de Saúde - Substituta
Portaria 349/2026 - SMS

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elton Joao de Moura
Código Identificador:250755B6

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 365/2026 DE 07 DE AGOSTO DE 2026 - SMS

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, bem como considerando a Lei n° 642/2020 de 04 de março de 2020, o qual dispõe sobre a indenização de gasto com alimentação com os motoristas de ambulância e transporte de pacientes em serviço fora do município.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder em caráter indenizatório o equivalente a **23** auxílio alimentação referente **ao** mês de julho de 2026, para o servidor **Alex Sandro Pereira Campos,** portador do **RG 7*******8 PR**, matricula **10331**, ocupante do cargo de **Motorista II**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogada suas disposições em contrário.

RUBIENE FATIMA COSTA PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elton Joao de Moura
Código Identificador:2516AD5A

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 366/2026 DE 08 DE AGOSTO DE 2026 - SMS

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, bem como considerando a Lei n° 642/2020 de 04 de março de 2020, o qual dispõe sobre a indenização de gasto com alimentação com os motoristas de ambulância e transporte de pacientes em serviço fora do município.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder em caráter indenizatório o equivalente a **16** auxílio alimentação referente ao mês de julho de 2026, para o servidor **José Mazur de Freitas,** portador do **RG 4.*******8 /PR**, matricula **10311**, ocupante do cargo de **Motorista de Ambulância**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogada suas disposições em contrário.

RUBIENE DE FATIMA COSTA PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elton Joao de Moura
Código Identificador:50635E84

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 367/2026 DE 07 DE AGOSTO DE 2026 - SMS

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, bem como considerando a Lei n° 642/2020 de 04 de março de 2020, o qual dispõe sobre a indenização de gasto com alimentação com os motoristas de ambulância e transporte de pacientes em serviço fora do município.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder em caráter indenizatório, o equivalente a **18** auxilio alimentação referente ao mês de julho de 2026, para o servidor **Nelson Adelino dos Santos,** portador do**RG: 5********9 PR**, matricula **10321,** ocupante do cargo de **Motorista**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogada suas disposições em contrário.

RUBIENE FATIMA COSTA PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elton Joao de Moura
Código Identificador:EA31EEE6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL

ADMINISTRAÇÃO RH
PORTARIA Nº 334/2026

PORTARIA Nº 334/2026

SÚMULA: Concede Licença para Tratamento de Saúde ao servidor com Cargo em Comissão Silvino Vieira Cavalcante Sobrinho, e dá outras providências.

GILSON JOSÉ DE GÓIS, Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal n.º 085/90 e Lei Complementar Municipal nº 02/2022;
CONSIDERANDO o atestado médico apresentado pelo Servidor;
CONSIDERANDO os artigos 81 a 86, da Lei Municipal 085/90, de 18 de dezembro de 1990 e Lei Complementar Municipal nº 02/2022,
RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença para Tratamento de Saúde, ao servidor Silvino Vieira Cavalcante Sobrinho, matrícula nº 967, portador da Cédula de Identidade RG nº 7.2**.***-0/PR e inscrito no CPF sob o nº 025.1**.***-23, cargo comissionado de Diretor do Departamento de Administração, lotado junto a Secretaria de Administração e Planejamento – Divisão de Administração.

Art. 2º A Licença para Tratamento de Saúde ora concedida, será no período de 18/08/2026 a 16/10/2026, totalizando 60 (sessenta) dias conforme atestado médico.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 18/08/2026, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 26 dias do mês de agosto de 2026.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ANDRESSA DA SILVA
Diretor Executivo de Administração.

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:352A5EB3

DEPARTAMENTO JURÍDICO
DECRETO MUNICIPAL 101/2026

DECRETO Nº 101/2026

Regulamenta o procedimento administrativo de reconhecimento da prescrição e a baixa dos créditos tributários municipais, na forma da Lei Complementar nº 007/2025, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;
CONSIDERANDO que a prescrição extingue o crédito tributário, nos termos do art. 156, inciso VII, e do art. 174 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172/1966);
CONSIDERANDO que a Lei Complementar Municipal nº 007/2025 autoriza a remissão e a baixa contábil dos créditos tributários atingidos pela prescrição;
CONSIDERANDO o entendimento do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, a exemplo do Acórdão nº 1827/07 – Tribunal Pleno, no sentido de que a baixa de créditos definitivamente prescritos não constitui renúncia de receita;
CONSIDERANDO os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e veracidade dos demonstrativos contábeis, bem como a conveniência de uniformizar o rito de reconhecimento da prescrição;
DECRETA:
CAPÍTULO I — DO OBJETO E DOS CONCEITOS
Art. 1º Este Decreto regulamenta o procedimento administrativo de reconhecimento da prescrição dos créditos tributários do Município de Itaúna do Sul e a respectiva baixa nos cadastros fiscais e nos registros contábeis, na forma da Lei Complementar nº 007/2025.
Art. 2º Considera-se prescrito o crédito tributário em relação ao qual tenha decorrido o prazo de 5 (cinco) anos, contado da sua constituição definitiva, sem interrupção ou suspensão válida, nos termos do art. 174 do Código Tributário Nacional.
Parágrafo único. No exame de cada crédito serão observadas as causas de interrupção e suspensão da prescrição, especialmente as do parágrafo único do art. 174 e do art. 151 do Código Tributário Nacional, registrando-se a respectiva análise nos autos.
CAPÍTULO II — DA INSTAURAÇÃO
Art. 3º O procedimento poderá ser instaurado:
I – de ofício, pelo Setor de Tributação, mediante levantamento dos créditos potencialmente prescritos, admitido o processamento em lote por exercício ou por critério objetivo; ou
II – a requerimento do contribuinte ou interessado (Anexo I).
Art. 4º A instauração será formalizada por despacho da autoridade competente, instruído com demonstrativo dos créditos analisados, contendo, no mínimo: a identificação do contribuinte e do crédito, a natureza e o exercício, a data da constituição definitiva, a existência ou não de causas de interrupção/suspensão e a situação na Dívida Ativa (inscrição, ajuizamento).
CAPÍTULO III — DA INSTRUÇÃO E DAS MANIFESTAÇÕES
Art. 5º Instruído o procedimento, manifestar-se-ão sucessivamente:
I – a Procuradoria Jurídica, por parecer reconhecendo, ou não, a prescrição, admitido o parecer referencial uniforme para lotes homogêneos de créditos;
II – o Departamento de Contabilidade, sobre a baixa patrimonial dos créditos, em observância ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP);
III – a Controladoria Interna, atestando a regularidade do procedimento.
CAPÍTULO IV — DA DECISÃO
Art. 6º A autoridade competente decidirá, fundamentadamente, reconhecendo a prescrição e determinando a baixa dos créditos, ou indeferindo o reconhecimento quanto aos créditos não alcançados pela prescrição.
Parágrafo único. Reconhecida a prescrição, fica vedada a cobrança administrativa ou judicial dos respectivos créditos, expedindo-se a certidão de reconhecimento (Anexo II).
CAPÍTULO V — DA BAIXA E DA TRANSPARÊNCIA
Art. 7º Reconhecida a prescrição, o Setor de Tributação promoverá a baixa nos cadastros fiscais e na Dívida Ativa, e o Departamento de Contabilidade promoverá a baixa patrimonial dos créditos, lançando-os em conta de variação patrimonial diminutiva, na forma do MCASP.
Art. 8º O valor global dos créditos baixados será evidenciado, exclusivamente para fins de transparência, nos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária (RREO) e de Gestão Fiscal (RGF), sem que isso implique a compensação de que tratam o caput e o § 1º do art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000, por inexistir impacto orçamentário-financeiro.
CAPÍTULO VI — DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 9º O procedimento aplica-se aos créditos já inscritos em Dívida Ativa, ajuizados ou não, cabendo à Procuradoria, nos processos judiciais correspondentes, requerer o reconhecimento da prescrição e o arquivamento.
Art. 10 Integram este Decreto os Anexos: Requerimento, Despacho de Instauração, Demonstrativo, Parecer Referencial, Decisão, Certidão de Reconhecimento e Termo de Baixa Contábil.
Art. 11 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Paço Municipal, Gabinete do Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 26 dias do mês de agosto de 2026.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito

ANEXO I — REQUERIMENTO DE RECONHECIMENTO DE PRESCRIÇÃO

Ao Setor de Tributação / Secretaria Municipal de Finanças do Município de Itaúna do Sul.
Requerente: _____
CPF / CNPJ: _____ Inscrição/Cadastro: _____
Endereço: _____

Débito(s) a que se refere (inscrição em Dívida Ativa / exercício): _____
_____
Requer o reconhecimento da prescrição do(s) débito(s) acima, com a consequente baixa nos cadastros fiscais, nos termos do art. 156, VII, e do art. 174 do Código Tributário Nacional, da Lei Complementar nº 007/2025 e do Decreto nº ____/2026.

_____
Assinatura do requerente

ANEXO II – CERTIDÃO DE RECONHECIMENTO DE PRESCRIÇÃO

Procedimento Administrativo nº _____ / 2026

Certifico, para os devidos fins, que foi reconhecida administrativamente a prescrição dos créditos tributários indicados no procedimento em epígrafe, nos termos do art. 156, VII, e do art. 174 do Código Tributário Nacional, da Lei Complementar nº 007/2025 e do Decreto nº ____/2026, com a consequente baixa nos cadastros fiscais e na Dívida Ativa, ficando vedada a sua cobrança.
Itaúna do Sul – PR, _____ de _____ de _____.

_____
Responsável Pelo Setor de Tributação
Município de Itaúna do Sul – PR

Publicado por:
Caio Cesar de Santi Ferreira
Código Identificador:10289E82

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 151/2026

DECRETO Nº 151/2026

Súmula: Nomeia os membros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Turismo de Ivaí — COMTUR/Ivaí, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE IVAÍ**, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais, especialmente pela Lei Municipal nº 1.594, de 14 de agosto de 2026, e
CONSIDERANDO a criação do Conselho Municipal de Turismo de Ivaí — COMTUR/Ivaí, órgão colegiado destinado a integrar o Poder Público, a comunidade e a iniciativa privada na formulação e execução da Política Municipal de Turismo;
CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 1.594/2026 estabelece que os membros titulares e suplentes do COMTUR/Ivaí serão nomeados por Decreto do Poder Executivo;
CONSIDERANDO a relação de representantes constante da documentação encaminhada ao Poder Executivo e a ata da reunião de instalação, posse e eleição da Mesa Diretora do COMTUR/Ivaí, realizada em 15 de julho de 2026;
CONSIDERANDO a competência municipal para legislar sobre assuntos de interesse local e organizar a prestação dos serviços públicos de interesse local, nos termos do art. 30, incisos I e V, da Constituição Federal;
DECRETA:
Art. 1º Ficam nomeados, para compor o Conselho Municipal de Turismo de Ivaí — COMTUR/Ivaí, com mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução, os seguintes representantes:
I — REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL:
a) Titulares:
1. LEANDRO SANSANA DE CRISTO, representante da Secretaria Municipal de Esportes e Turismo;
2. LUIZ CARLOS LEMES, representante da Secretaria Municipal de Administração;
3. LUCIANO TOMACHESKI, representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;
4. MARIA CHAIDA, representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
b) Suplentes:
1. NAGILA MARIA FERIGOTTI, representante da Secretaria Municipal de Esportes e Turismo;
2. ALAN RITLER DE MATOS, representante da Secretaria Municipal de Administração;
3. JOSIANE MARGARETE CHOPEK, representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
II — REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL E DA INICIATIVA PRIVADA:
a) Titulares:
1. ELESSAVETA ZATCERKONY BRIZOLLA, representante do setor de alimentação e restaurantes;
2. DAIANE HYEDA, representante de associação comercial ou do comércio local;
3. SUELI REGINA CONRADO, representante de entidade religiosa promotora de eventos e festas tradicionais.
b) Suplentes:
1. OSCAR MUZEKA, representante do setor de hospedagem;
2. JOSIANE MOURA MANFRON, representante de associação de produtores rurais ou de turismo rural;
3. MÁRCIO CHANHUKA, representante da comunidade de descendência ucraniana ou de outras entidades culturais;
4. JOSÉ MARCIO BOBEK, representante de associação comercial ou do comércio local.
Art. 2º A composição nomeada por este Decreto corresponde à relação de representantes encaminhada ao Poder Executivo, totalizando 7 (sete) membros titulares e 7 (sete) membros suplentes.
Art. 3º A Diretoria Executiva do COMTUR/Ivaí, eleita pelos membros do Conselho na reunião de instalação realizada em 15 de julho de 2026, fica assim constituída:
I — LEANDRO SANSANA DE CRISTO, Presidente;
II — SUELI REGINA CONRADO, Vice-Presidente;
III — MÁRCIO CHANHUKA, Secretário.
Art. 4º O exercício da função de Conselheiro do COMTUR/Ivaí constitui serviço relevante e de interesse público, não sendo remunerado.
Art. 5º Compete aos membros do COMTUR/Ivaí exercer as atribuições previstas na Lei Municipal nº 1.594/2026 e no Regimento Interno do Conselho.
Art. 6º Os membros titulares serão substituídos pelos respectivos suplentes nas hipóteses de ausência, impedimento, vacância ou afastamento, observadas as disposições legais e regimentais aplicáveis.
Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, em 26 de agosto de 2026.

ORLI ANTÔNIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wicto Eduardo Bonette
Código Identificador:29883534

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATUBA

GABINETE DO PREFEITO
DECLARAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS EDITAL Nº 001/2025

O MUNICÍPIO DE IVATUBA, Estado do Paraná, por meio do Gabinete do Prefeito, torna público que o candidato abaixo relacionado, inscrito e classificado no Processo Seletivo Simplificado – PSS Edital nº 001/2025, convocado por meio de Edital de Convocação, publicado no Diário Oficial do Município em 19/08/2026 e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná em 20/08/2026, **não compareceu** no prazo estabelecido para apresentação da documentação exigida, conforme previsto no edital, para fins de comprovação dos requisitos e efetivação da contratação.

Flávio Santos França, inscrito sob o número 087 e classificado em 26º lugar para o cargo de Professor (temporário).

Considerando o disposto no Item 13 do Edital de Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 001/2025 e considerando o não comparecimento do candidato no prazo legal, **fica o Senhor** Flávio Santos França**, remetido para o fim da lista de candidatos**.

Ivatuba (PR), 26 de agosto de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:9037B0B7

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE IVATUBA, Estado do Paraná, através do presente Edital, e com base no resultado final do Processo Seletivo Simplificado - PSS nº 001/2025, **CONVOCA** a candidata abaixo relacionada, aprovada e classificada, para comparecer no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação deste Edital, na Gerência de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Ivatuba, localizada na Rua Marechal Floriano, nº 797, Centro, Ivatuba-PR, no horário das 07h30 às 11h30 e das 13h00 às 17h00, a fim de apresentar a documentação necessária para contratação, conforme previsto no Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado.

Cargo: Professor (temporário)		
Classificação	**Nº Inscrição**	**Nome**
30º	103	Gleice Kelli Braga da Silva Corona

A candidata convocada deverá apresentar original e cópia ou cópia autenticada dos seguintes documentos:

Documentos FASE 1 – APRESENTAÇÃO DOS TÍTULOS:
Títulos/documentos para comprovação dos critérios de escolaridade, aperfeiçoamento e experiência (conforme edital), informados na Ficha de Inscrição;

Documentos FASE 2 – DA CONVOCAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO
Carteira de identidade (RG);
CPF;
Título de eleitor;
Comprovante de quitação eleitoral;
Carteira de trabalho e previdência social - CTPS;
Número do PIS/PASEP;
Certidão de nascimento ou casamento;
Prova de quitação com o serviço militar para o convocado do sexo masculino;
Comprovante de escolaridade exigida para o cargo e registro no conselho da Classe quando houver;
Certidão de nascimento dos filhos, menores de 21 anos, quando houver;
Comprovante de residência;
Atestado de antecedentes civis e criminais, fornecido pelo Cartório do Distribuidor do FÓRUM;
Comprovante de aptidão física e mental;
Uma foto 3X4 recente;
Declaração de não ter sofrido no exercício de função pública, penalidade decorrente de processo administrativo disciplinar;
Declaração de não ter sido demitido ou exonerado a bem do serviço público nos últimos 05 (cinco) anos;
Outros documentos exigidos no edital do processo seletivo.

O não comparecimento no prazo estabelecido ou a não apresentação da documentação exigida e demais fatos enumerados no Item 13 do Edital de Processo Seletivo Simplificado - PSS nº 001/2025, implicará na perca da colocação original de classificação e será o convocado remetido para o fim da respectiva lista de classificados, exceto comprovante de escolaridade, que resultará em exclusão do candidato. Serão considerados desistentes aqueles que estiverem enquadrados nas hipóteses previstas no Item 14 do Edital de Processo Seletivo Simplificado - PSS nº 001/2025.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATUBA, aos 26 (vinte e seis) dias do mês de agosto de 2026 (dois mil e vinte e seis).

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:5E3E8DE8

GABINETE DO PREFEITO
TERMO ADITIVO DE CONTRATO DE FINANCIMANTO - FINISA

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO nº 0622.454-60, QUE ENTRE SI FAZEM A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E O MUNICÍPIO DE IVATUBA/PR, NA FORMA ABAIXO.

I – AGENTE FINANCEIRO - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, instituição financeira sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada pelo Decreto-Lei nº. 759, de 12.08.69, alterado pelo Decreto-Lei nº. 1.259, de 19 de fevereiro de 1973, e constituída pelo Decreto nº. 66.303, de 06.03.70, regendo-se pelo estatuto vigente, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 04, Lote 3/4, em Brasília-DF, inscrita sob CNPJ/MF nº. 00.360.305/0001-04, neste ato representada pelo Gerente de Filial da Gerência Executiva de Governo de Maringá/PR, Sr. HENRIQUE MEN MARTINS, brasileiro, casado, economiário, portador da Carteira de Identidade RG nº 8.XXX.XXX-0 II/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 055.XXX.XXX-04, com endereço profissional à Rua Santos Dumont, 2881, CEP 87013-050, Maringá/PR, doravante designada simplesmente **CAIXA.**

II – TOMADOR - MUNICÍPIO DE IVATUBA/PR, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 76.285.337/0001-54, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. VARLEI VERCEZI, CPF nº. 568.XXX.XXX-68, RG nº 4.XXX.XXX-0, brasileiro, casado, Prefeito Municipal, doravante designado **TOMADOR.**

CAIXA e **TOMADOR,** isoladamente, também podem ser designados **PARTE** e, quando considerados em conjunto **PARTES.**

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente instrumento tem por objetivo alterar o Anexo II – Cronograma de Desembolso do Contrato de Financiamento nº 0622.454-60, de 01/09/2023, referido na CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FORMA DE UTILIZAÇÃO, subitem 11.1.1, que passa a vigorar conforme Anexo II deste Termo Aditivo;

CLÁUSULA SEGUNDA - Ficam ratificadas os demais termos, cláusulas e condições do contrato ora aditado, ficando o presente Termo Aditivo a fazer parte integrante e complementar daquele, a fim de que juntos produzam um só efeito.

E, por estarem assim de pleno acordo com as cláusulas, termos e condições deste instrumento, assinam o presente.

ANEXO II – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

CT nº	**Estado/Município/Distrito Federal**	**UF**
0622.454-60	Ivatuba	PR

Programa	**TOMADOR**
FINISA	Prefeitura Municipal de Ivatuba

Valor do Financiamento
R$ 3.500.000,00

Total por Exercício

ANO	**VALOR**
2024	R$ 2.301.835,67

2026	R$ 1.198.164,33

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:631224F7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RATIFICAÇÃO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 029/2026-PMI

Ratifico o ato de Dispensa de Licitação da Senhora Drielle Tomaz Lino, Agente de Contratação de Licitação, que dispensou com fundamento no Artigo 75 da Lei Federal nº. 14.133/2021, a favor da proponente INDUSTRIAS OXFORD LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 52.414.096/0001-38, por apresentar a proposta mais vantajosa para a Administração Municipal para o objeto: **Contratação de Pessoa Jurídica para Aquisição e Instalação de cortinas**, conforme especificações constantes nos autos do Processo de Dispensa de Licitação nº. 029/2026-PMI, no valor de R$ 15.590,50 (quinze mil quinhentos e noventa reais e cinquenta centavos).

Ivatuba/Pr, 26 de agosto de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:8D2E16B3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RATIFICAÇÃO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 030/2026-PMI

Ratifico o ato de Dispensa de Licitação da Senhora Drielle Tomaz Lino, Agente de Contratação de Licitação, que dispensou com fundamento no Artigo 75 da Lei Federal nº. 14.133/2021, a favor da proponente CONSULT COM. DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 48.536.860/0001-70, por apresentar a proposta mais vantajosa para a Administração Municipal para o objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva do sistema de monitoramento por câmeras do Município de Ivatuba/PR, conforme especificações constantes nos autos do Processo de Dispensa de Licitação nº. 030/2026-PMI, no valor de R$ 62.959,08 (sessenta e dois mil novecentos e cinquenta e nove reais e oito centavos).

Ivatuba/Pr, 26 de agosto de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:06DE1BC2

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DECRETO Nº 108/2026 DE 21/08/2026

MUNICIPIO DE IVATUBA
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 108/2026 de 21/08/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de IVATUBA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 989/2025 de 10/12/2025.
Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 18.999,19 (dezoito mil novecentos e noventa e nove reais e dezenove centavos)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
06.002.00.000.0000.0.000.		GERÊNCIA DE ENSINO FUNDAMENTAL	
06.002.12.361.0005.2.029.		MANUTENÇÃO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	
374 - 4.4.90.52.00.00	01107	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.599,19
08.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE	
08.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
08.001.10.301.0011.2.037.		MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA	
459 - 3.3.90.46.00.00	01303	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	8.400,00
		Total Suplementação:	**18.999,19**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
06.002.00.000.0000.0.000.		GERÊNCIA DE ENSINO FUNDAMENTAL	
06.002.12.361.0005.2.029.		MANUTENÇÃO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	
373 - 3.3.90.39.00.00	01107	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	10.599,19
08.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE	
08.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
08.001.10.301.0011.2.034.		MANUTENÇÃO DO GABINETE DO SECRETÁRIO	
412 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	8.400,00
		Total Redução:	**18.999,19**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de IVATUBA , Estado do Paraná, em 21 de agosto de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

AUREA APARECIDA ANDRADE MELO
Contador

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:87A61C23

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

GOVERNO MUNICIPAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO - CREDENCIAMENTO N° 011/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 129/2026 PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 055/2026

O Município de Jaguapitã – Estado do Paraná, por intermédio do Prefeito Municipal, torna público, que promovera contratação através de credenciamento.

OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA SELEÇÃO E FOMENTO DE PROJETOS CULTURAIS, DESTINADOS A AGENTES CULTURAIS PESSOAS JURÍDICAS COM E SEM FINS LUCRATIVOS, COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA (PNAB), CONFORME PLANO DE AÇÃO Nº 30882120250002-023278 E PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS (PAR) – CÓDIGO #6IMLPZGDJ3O1, DO CICLO II DO MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ/PR.

LEGISLAÇÃO: Lei Federal n. 14.399/2022 e 14.903/2024.

LOCAL DE ENTREGA DOS ENVELOPES: Setor de PROTOCOLOS da Prefeitura Municipal de Jaguapitã, localizados no

Paço Municipal, sito na Av. Minas Gerais, 220, Centro, na cidade de Jaguapitã/PR.

PERÍODO PARA PROTOCOLO: De 27 de agosto de 2026 das 08h00m até às 17h00m do dia 09 de setembro de 2026.

LOCAL E DATA PARA ABERTURA DOS ENVELOPES: a abertura dos envelopes e a análise dos méritos culturais ocorrerão entre os dias **10 de setembro de 2026 a 14 de setembro de 2026,** na Casa de Cultura Prof. Elena Maria Trapp, localizada na Rua Pará, 70, Centro, na cidade de Jaguapitã (PR).

EDITAL: O presente edital estará à disposição dos interessados no site da Prefeitura Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, ou poderá ser solicitado através do email cultura@jaguapita.pr.gov.br

MAIS INFORMAÇÕES: Casa de Cultura Prof. Elena Maria Trapp, localizada na Rua Pará, 70, Centro, na cidade de Jaguapitã (PR) – Fone: (43) 3272-1122.

Jaguapitã - PR, 26 de agosto de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Joao Paulo Gomes Figueira
Código Identificador:A9BB429F

GOVERNO MUNICIPAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO AVISO DE RESULTADO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA N° 010/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 111/2026.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA DE QUADRA POLIESTPORTIVA, SITUADA NA AVENIDA MANOEL RIBAS 220 JAGUAPITÃ/PR, COM RECURSOS DO CONTRATO DE REPASSE Nº 984467/2025/MESP/CAIXA, COMPREENDENDO: SERVIÇOS PRELIMINARES, DEMOLIÇÕES E REMOÇÕES, ALVENARIA E FECHAMENTOS, COBERTURA, SISTEMA DE DRENAGEM, PINTURAS E ACABAMENTOS, ILUMINAÇÃO ESPORTIVA, MOBILIÁRIO E EXTRAS.

O Prefeito Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, torna público o resultado do procedimento licitatório em epígrafe, Adjudicando e Homologando, para que surta os efeitos legais, a proposta da empresa vencedora, conforme segue:

FORNECEDOR: CARVALHO & CARVALHO SOLUCOES EM SERVICOS E EVENTOS LTDA
CNPJ: 31.561.462/0001-01
Valor do contrato: R$ 349.900,00 (Trezentos e quarenta e nove mil e novecentos reais).

Valor Total desta Concorrência: R$ 349.900,00 (Trezentos e quarenta e nove mil e novecentos reais).

Prefeitura Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, em 26 de agosto de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joao Paulo Gomes Figueira
Código Identificador:B1AECD48

GOVERNO MUNICIPAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO AVISO DE RESULTADO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA ELETRÔNICA N° 028/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 122/2026.

Objeto: AQUISIÇÃO DE PLAYGROUND INFANTIL COMPLEMENTAR COMPOSTO POR UMA TORRE, UMA ESCADA, UM ESCORREGADOR E DOIS BALANÇOS PARA ATENDER O CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA IVONE DAMASCENO DE ALMEIDA A PEDIDO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO CUSTEADOS COM RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DE SALDO RESÍDUAL DO CMEI PROF. IVONE DAMASCENO DE ALMEIDA.

O Prefeito Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, torna público o resultado do procedimento licitatório em epígrafe, Adjudicando e Homologando, para que surta os efeitos legais, a proposta das empresas vencedoras, conforme segue:

FORNECEDOR: FL BRINQUEDOS E EQUIPAMENTOS LTDA
CNPJ: 56.393.999/0001-30
VALOR TOTAL: R$ 14.500,00 (Quatorze mil e quinhentos reais).

Valor Total desta Dispensa Eletrônica: R$ 14.500,00 (Quatorze mil e quinhentos reais).

Prefeitura Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, em 26 de agosto de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joao Paulo Gomes Figueira
Código Identificador:06DFAFD1

GOVERNO MUNICIPAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO AVISO DE RESULTADO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 021/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 097/2026.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, DESTINADOS À MANUTENÇÃO E CONTINUIDADE DOS ATENDIMENTOS REALIZADOS PELO HOSPITAL MUNICIPAL PREFEITO JOAQUIM RODRIGUES DA SILVA, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JAGUAPITÃ/PR.

O Prefeito Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, torna público o resultado do procedimento licitatório em epígrafe, Adjudicando e Homologando, para que surta os efeitos legais, a proposta da empresa vencedora, conforme segue:

FORNECEDOR: NOROESTE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ: 06.974.929/0001-06
Valor: R$ 9.791,77 (Nove mil, setecentos e noventa e um reais e setenta e sete centavos).

FORNECEDOR: CIRURGICA NOSSA SENHORA LTDA
CNPJ: 24.586.988/0001-80
Valor: R$ 25.780,90 (Vinte e cinco mil, setecentos e oitenta reais e noventa centavos).

FORNECEDOR: DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BOEING LTDA
CNPJ: 30.547.487/0001-98
Valor: R$ 58.981,80 (Cinquenta e oito mil, novecentos e oitenta e um reais e oitenta centavos).

FORNECEDOR: LOVIAN MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ: 48.097.911/0001-05
Valor: R$ 255,00 (Duzentos e cinquenta e cinco reais).

FORNECEDOR: SANTO REMEDIO -COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO-HOSPITALAR LTDA
CNPJ: 28.643.008/0001-95

Valor: R$ 7.478,00 (Sete mil, quatrocentos e setenta e oito reais).

FORNECEDOR: CAMBE MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 46.073.134/0001-33
Valor: R$ 120.771,32 (Cento e vinte mil, setecentos e setenta e um reais e trinta e dois centavos).

FORNECEDOR: BR SUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ: 21.438.123/0001-89
Valor: R$ 36,75 (Trinta e seis reais e setenta e cinco centavos).

FORNECEDOR: MEDINGA COMERCIAL LTDA
CNPJ: 57.742.953/0001-42
Valor: R$ 292.003,31 (Duzentos e noventa e dois mil, três reais e trinta e um centavos).

FORNECEDOR: OESTE SUL CIRURGICA LTDA
CNPJ: 61.828.536/0001-94
Valor: R$ 41.601,21 (Quarenta e um mil, seiscentos e um reais e vinte e um centavos).

VALOR TOTAL DESTE PREGÃO: R$ 556.700,06 (Quinhentos e cinquenta e seis mil, setecentos reais e seis centavos).

Prefeitura Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, em 26 de agosto de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joao Paulo Gomes Figueira
Código Identificador:88098791

GOVERNO MUNICIPAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 03/2026 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 02.01/2026

A Seção de Pessoal desta Prefeitura Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais,
CONVOCA com base no edital resultado definitivo nº 07.02/2026 de 11/08/2026, para o ingresso no Contrato Temporário de Excepcional Interesse Público, com resultado final homologado pelo Decreto nº 086/2026 de 17/08/2026, os (as) candidatos (as) abaixo relacionados (as):
MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR
ANDRE GOMES DA SILVA
ANTONIO PAVAO ESCOBAR
ANDRE LUIZ TRASSI DA SILVA

Os (as) convocados (as) acima deverão comparecer na Seção de Pessoal desta Prefeitura, no horário das 08:30 as 11:00 ou das 14:00 as 16:30, no período de 27/08 a 02/09/2026, munidos (as) dos seguintes documentos originais e 01 (uma) fotocópia simples conforme discriminado abaixo:

•
RG e CPF.

•
CNH, Categoria "D" ou superior, com registro/observação "EAR" – Exerce Atividade Remunerada.

•
Certificado de Curso Especializado para Transporte Escolar/CONTRAN.

•
Título de eleitor.

•
Carteira de trabalho e N. º do PIS.

•
Certificado de reservista (homem).

•
01 (uma) foto 3x4 atual.

•
Comprovante de grau de instrução.

•
Comprovante de residência, N.º. de Telefone e e-mail.

•
Certidões Negativa de antecedentes criminais dos seguintes órgãos públicos (**1**- Federal /DPF, **2**- Estadual/Instituto Identif. Polícia Civil e **3**- Tribunal de Justiça/Juizado especial criminal), do lugar de residência dos últimos 05 anos.

•
Certidão de nascimento ou casamento.

•
Certidão de quitação com a obrigação eleitoral.

•
Certidão de nascimento e CPF dos filhos menores de 14 anos e declaração da Unidade Escolar onde o mesmo está regularmente matriculado.

•
Declaração completa de Imposto de renda pessoa física, exercício 2026 (exceto se for isento).

•
Auto declaração de raça/etnia

•
Apresentar Atestado Médico que comprove Aptidão física e mental para o exercício das funções. (Retirar Guia)

•
Declaração que não foi demitido do serviço público municipal, estadual ou federal, conforme modelo fornecido pelo Recursos Humanos.

•
Declaração de recebimento ou não de proventos de aposentadoria, com código de benefício e a espécie, conforme modelo fornecido pelo Recursos Humanos.

•
Comprovação de carteira de vacina atualizada (apresentar atestado).

Edifício da Prefeitura Municipal de Jaguapitã, 26 de agosto de 2026.

_____
Divisão de Recursos Humanos

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:F817FE09

GOVERNO MUNICIPAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 04/2026 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 02.01/2026

A Seção de Pessoal desta Prefeitura Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais,
CONVOCA com base no edital resultado definitivo nº 07.02/2026 de 11/08/2026, para o ingresso no Contrato Temporário de Excepcional Interesse Público, com resultado final homologado pelo Decreto nº 086/2026 de 17/08/2026, as (os) candidatas (os) abaixo relacionadas (os):
MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR
GEISIANE PEREIRA LIMA BERNARDO
JULIA FERNANDA SOARES PAULINO

HEDERSON RYAN JERONIMO

As (Os) convocadas (os) acima deverão comparecer na Seção de Pessoal desta Prefeitura, no horário das 08:30 as 11:00 ou das 14:00 as 16:30, no período de 27/08 a 02/09/2026, munidas (os) dos seguintes documentos originais e 01 (uma) fotocópia simples conforme discriminado abaixo:

•
RG e CPF.

•
Título de eleitor.

•
Carteira de trabalho e N. º do PIS.

•
01 (uma) foto 3x4 atual.

•
Comprovante de grau de instrução.

•
Certificado de reservista (homem)

•
Comprovante de residência, N.º. de Telefone e e-mail.

•
Certidões Negativa de antecedentes criminais dos seguintes órgãos públicos (**1**- Federal /DPF, **2**- Estadual/Instituto Identif. Polícia Civil e **3**- Tribunal de Justiça/Juizado especial criminal), do lugar de residência dos últimos 05 anos.

•
Certidão de nascimento ou casamento.

•
Certidão de quitação com a obrigação eleitoral.

•
Certidão de nascimento e CPF dos filhos menores de 14 anos e declaração da Unidade Escolar onde o mesmo está regularmente matriculado.

•
Declaração completa de Imposto de renda pessoa física, exercício 2026 (exceto se for isento).

•
Auto declaração de raça/etnia

•
Apresentar Atestado Médico que comprove Aptidão física e mental para o exercício das funções. (Retirar Guia)

•
Declaração que não foi demitido do serviço público municipal, estadual ou federal, conforme modelo fornecido pelo Recursos Humanos.

•
Declaração de recebimento ou não de proventos de aposentadoria junto ao INSS e a espécie do benefício, conforme modelo fornecido pelo Recursos Humanos.

•
Comprovação de carteira de vacina atualizada (apresentar atestado)

Edifício da Prefeitura Municipal de Jaguapitã, 26 de agosto de 2026.

_____
Divisão de Recursos Humanos

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:C9FF1948

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA N°. 574/2026

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

R E S O L V E

NOMEAR os membros da CÂMARA INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - **CAISAN**, composto por 08 (oito) membros titulares e respectivos suplentes, com mandato de dois anos, a partir da posse, sendo os seguintes:
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE
Titular – JOÃO RICARDO BORTOLASSI
Suplente – JOSÉ ANTONIO GOLFETTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Titular – NÁDIA TEIXEIRA CAIRIS
Suplente – PÂMILA VIDIGAL BAZONI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO
Titular – CELSO HIDEKI MATIHARA
Suplente – HELENA CATELI RODRIGUES OLIVEIRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Titular – ELAINE BELLO DA SILVA
Suplente – IRACELES PATRICIA STRINGUINI CARNEIRO

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
Titular – TELIANA CAMPOS E PRADO PAIXÃO
Suplente – LUCAS WILLIAN SANTOS DE SOUZA
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
Titular – MARLENE DOS SANTOS CÉZAR
Suplente – RENAN DEZOTTI DE ALMEIDA
APAE
Titular – SILVIA RODRIGUES GONÇALVES
Suplente – CRISTIANE FRANCISCO
INSTITUTO SÃO JOSÉ – CASA SAGRADA FAMÍLIA
Titular – SOLANGE BELISARI MARTINELI
Suplente – NAYARA MIRIÃ DOMINGOS ELIAS
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE, CUMPRA-SE.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ,
Em 26 de agosto de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:E47AEE05

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA N°. 575/2026

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

R E S O L V E

NOMEAR os membros do CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - **COMSEA**, composto por 09 (nove) membros titulares e respectivos suplentes, com mandato de dois anos, a partir da posse, sendo os seguintes:
REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO LOCAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE
Titular – JOÃO RICARDO BORTOLASSI
Suplente – IRACELES PATRICIA STRINGUINI CARNEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Titular – NÁDIA TEIXEIRA CAIRIS
Suplente – PÂMILA VIDIGAL BAZONI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Titular – CELSO HIDEKI MATIHARA
Suplente – HELENA CATELI RODRIGUES OLIVEIRA

REPRESENTANTES DE ORGANIZAÇÃO NÃO-GOVERNAMENTAL
PASTORAL DA CRIANÇA
Titular – SALVIANA DE OLIVEIRA FONSECA
Suplente – AMÉLIA APARECIDA AMARO BARROS
ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE JESUS DE NAZARÉ - VICENTINOS
Titular – JOÃO ALTINO
Suplente – JOSÉ LUIZ PAPARAZZO
SINDICATO PATRONAL RURAL
Titular – RODIVAN GONDIM
Suplente – MARIA LUIZA GOMES PALMA
INSTITUTO SÃO JOSÉ – CASA SAGRADA FAMÍLIA
Titular – SOLANGE BELISARI MARTINELI
Suplente – NAYARA MIRIÃ DOMINGOS ELIAS
APAE JAGUAPITÃ
Titular – SILVIA RODRIGUES GONÇALVES
Suplente - CRISTIANE FRANCISCO
IGREJA METODISTA RENOVADA
Titular – AMANDA STIFANY WAINASSKY ROSA SINTI
Suplente – ROGÉRIO JOSÉ DA SILVA
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE, CUMPRA-SE.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ,
Em 26 de agosto de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:C6AC6C8D

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 572/2026

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n°.058/2022.

RESOLVE

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de **R$ 47,92** (quarenta e sete reais e noventa e dois centavos) a favor da servidora pública municipal Sra. **JOSELAINE LIMA FERREIRA**, Assistente Social, referente ao pagamento de 01(uma) diária, para arcar com as despesas de alimentação face ao deslocamento que fará a cidade de Londrina – Pr., no dia 28/08/2026, para participar de capacitação continuada a gestores municipais, ofertada pela SEDEF. Saída às 07h30 e retorno às 15h00, conforme Processo nº.3875/2026.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ,
Em 26 de agosto de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:0EC9E0FA

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 573/2026

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n°.058/2022.

RESOLVE

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de **R$ 479,28** (quatrocentos e setenta e nove reais e vinte e oito centavos) a favor do servidor público municipal Sr**. CRISTIANO FERREIRA LIMA**, motorista, referente ao pagamento de 01 (uma) diária, face a viagem a Curitiba – Pr., para levar paciente para consulta. Saída no dia 20/08/2026 às 22h00, e retorno às 19h00 do dia 21/08/2026, conforme Processo nº.3890/2026.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ,
Em 26 de agosto de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:2B305FCB

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JAGUAPITÃ
ANEXO ÚNICO DO EDITAL N.º 10.01/2026 - CONVOCAÇÃO PARA PROVA PRÁTICA

ANEXO ÚNICO DO EDITAL N.º 10.01/2026 - CONVOCAÇÃO PARA PROVA PRÁTICA					
SAMAE - SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JAGUAPITÃ - PR - RECEPÇÃO 30/08/2026 10:00					
INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	ENDEREÇO	VAGA	MODALIDADE
42226	JHONATAN PINHEIRO BARBOSA	28/03/2000	Avenida Manoel Ribas, 420, Centro, Jaguapitã - PR	8641 - OPERADOR DE MÁQUINA PESADA	Ampla Concorrência
42245	MURILO LUAN DA SILVA	13/06/2002	Avenida Manoel Ribas, 420, Centro, Jaguapitã - PR	8641 - OPERADOR DE MÁQUINA PESADA	Ampla Concorrência
SAMAE - SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JAGUAPITÃ - PR - RECEPÇÃO 30/08/2026 11:00					
INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	ENDEREÇO	VAGA	MODALIDADE
42593	REGIANE DOS SANTOS LIMA	04/06/1990	Avenida Manoel Ribas, 420, Centro, Jaguapitã - PR	8641 - OPERADOR DE MÁQUINA PESADA	Ampla Concorrência
42508	VALDECIR JOAQUIM PORTUGUÊZ	22/04/1971	Avenida Manoel Ribas, 420, Centro, Jaguapitã - PR	8641 - OPERADOR DE MÁQUINA PESADA	Ampla Concorrência

Publicado por:
Diogo Alves
Código Identificador:2BA56B7D

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JAGUAPITÃ
EDITAL N.º 09.01/2026 RESULTADO DEFINITIVO DA PROVA OBJETIVA

EDITAL N.º 09.01/2026
RESULTADO DEFINITIVO DA PROVA OBJETIVA

O Diretor do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaguapitã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICO** o **Resultado definitivo da prova objetiva** do Concurso Público n.º 01/2026, nos seguintes termos.

Art.1° Após análise dos recursos administrativos interpostos contra o resultado provisório da prova objetiva, fica **MANTIDO** a listagem preliminar divulgada na data pregressa de 18 de agosto de 2026.

I. Os candidatos que interpuseram recurso contra o resultado preliminar da prova objetiva poderão consultar a resposta individualmente na "Área do Candidato", disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br, consulta esta, que deverá ser realizada no prazo de 05 (cinco) dias, a contar a partir desta publicação.

Art.2º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Jaguapitã (PR), 26 de agosto de 2026.

ANTÔNIO PAULINO DE MELLO
Diretor do SAMAE

Publicado por:
Diogo Alves
Código Identificador:A33A42FA

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JAGUAPITÃ
EDITAL N.º 10.01/2026 CONVOCAÇÃO PARA PROVA PRÁTICA

EDITAL N.º 10.01/2026

CONVOCAÇÃO PARA PROVA PRÁTICA

O Diretor do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaguapitã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICA** a **Convocação para prova prática** do Concurso Público n.º 01/2026, nos seguintes termos.

Art.1° Ficam **CONVOCADOS** os candidatos relacionados no **ANEXO ÚNICO** deste edital, para Prova Prática que realizar-se-á no dia **30 DE AGOSTO DE 2026** (**DOMINGO**), no **SAMAE - Serviço Municipal de Água e Esgoto de Jaguapitã - PR**, situado na Avenida Manoel Ribas, 420, Centro, Jaguapitã – PR.

Art. 2° A **PROVA PRÁTICA** será aplicada ao cargo de **OPERADOR DE MÁQUINA PESADA.**

Art. 3º Para conhecer o endereço do local de realização da prova prática, o candidato poderá acessar o **LINK** – *Consulta do local de prova* e imprimir o **CARTÃO DE CONVOCAÇÃO**, disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br ou acessar o **ANEXO ÚNICO** deste edital. A identificação do local de realização das provas é de responsabilidade exclusiva do candidato, não podendo o mesmo realizar a prova em desconformidade com as disposições estabelecidas neste Edital.

Art. 4º Os candidatos deverão comparecer ao local de prova com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência, munidos de documento oficial de identificação com foto (original).

I. Os candidatos que se candidataram, em razão da tarefa avaliativa exigir a operação de máquina/equipamento e direção veicular, será necessário apresentação de Carteira Nacional de Habilitação – CNH (original), válida, com categoria compatível com o requisito do cargo, bem como 01 (uma) cópia simples da mesma.

II. O candidato que não apresentar a CNH, não poderá realizar a prova prática e estará automaticamente eliminado do certame.

Art. 5º A Prova Prática realizar-se-á, independentemente das diversidades físicas ou climáticas, na data estabelecida para a realização da mesma.

Art. 6º O candidato convocado para a Prova Prática deverá observar todo o disposto no item 13 do Edital de Concurso n.º 01/2026.

Art. 7º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Jaguapitã (PR), 26 de agosto de 2026.

ANTÔNIO PAULINO DE MELLO
Diretor do SAMAE

Publicado por:
Diogo Alves
Código Identificador:98957220

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JAGUAPITÃ
EDITAL N.º 11.01/2026 CONVOCAÇÃO PARA PROVA DE TÍTULOS

EDITAL N.º 11.01/2026

CONVOCAÇÃO PARA PROVA DE TÍTULOS

O Diretor do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaguapitã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICA** a **Convocação para prova de títulos** do Concurso Público n.º 01/2026, nos seguintes termos.

Art. 1º Ficam **CONVOCADOS** a participar da prova de títulos os candidatos relacionados no **ANEXO ÚNICO** deste edital.

Art. 2º Os candidatos convocados e interessados em participar da prova de títulos deverão atentar-se os seguintes pontos:

I. no período das **08h00min do dia 27/08/2026 às 23h59min do dia 31/08/2026**, observado o horário oficial de Brasília/DF, preencher o formulário de cadastramento eletrônico disponível no endereço www.fundacaofafipa.org.br;

II. recomenda-se que o candidato efetue o acesso ao link de cadastramento citado na alínea anterior, com antecedência de até 30 (trinta) minutos do horário de término, para que seja possível a juntada de todos os documentos desejados.

Art. 3° O candidato convocado e interessado em participar da prova de títulos deverá observar todo o regramento posto no item 14 do edital de abertura.

Art. 4° Os títulos cadastrados no endereço eletrônico da Instituição Organizadora, deverão ser apresentados em cópias legíveis de frente e verso, preferencialmente autenticadas por cartório competente ou acompanhadas por autenticação eletrônica.

I. É de exclusiva responsabilidade do candidato o anexo dos títulos no endereço eletrônico da Instituição organizadora, como forma de comprovação.

Art. 5° A inobservância das regras dispostas nesta convocação, bem como das regras colacionadas no edital de abertura, acarretará na invalidação dos títulos anexados, e por consequência na **ELIMINAÇÃO DO CANDIDATO** da etapa em comento.

Art. 6º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Jaguapitã (PR), 26 de agosto de 2026.

ANTÔNIO PAULINO DE MELLO
Diretor do SAMAE

Publicado por:
Diogo Alves
Código Identificador:85032995

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRONICO 16-2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA através do Pregoeiro e Equipe de Apoio no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria nº 001 de 02 de janeiro de 2025, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia **10 de Setembro de 2026, às 09h00min** horas no endereço eletrônico: https://bnccompras.com, Sistema BNC – Bolsa Nacional de Compras, conforme especificado no Edital de Licitação de Pregão nº 16/2026.
Informamos que a integra do Edital encontra-se disponível no endereço supra citado e no Portal da Transparência do Município.
Objeto da Licitação:
O objeto deste Pregão é o **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR OFICINA DE MUSICA, NAS MODALIDADES DE AULAS DE VIOLÃO, CANTO E TECLADO, DESTINADAS AOS USUÁRIOS DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS DO DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, e conforme especificações descritas no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, parte integrante deste edital.

Jardim Olinda, 26 de Agosto de 2026.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliano Ortiz da Silva
Código Identificador:E0A195A5

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO - 191-2026

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 191/2026
ID Nº 2324
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 98/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 15/2026

ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06-4/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026 – CIS/AMUNPAR
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARDIM OLINDA/PR, inscrito no CNPJ nº 76.970.383/0001-92.
CONTRATADA: METRONORTE COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA., inscrita no CNPJ nº 05.035.532/0001-88.
OBJETO: Aquisição de 01 (um) veículo utilitário, zero quilômetro, por meio de adesão à Ata de Registro de Preços nº 06-4/2026, oriunda do Pregão Eletrônico nº 05/2026 do CIS/AMUNPAR, destinado ao Departamento Municipal de Saúde de Jardim Olinda/PR.
VEÍCULO: Chevrolet/GM Montana 1.2 Turbo, mecânica, ano/modelo 2026/2026, pick-up cabine dupla, 05 lugares (4+1), conforme especificações do Termo de Referência.
VALOR TOTAL: R$ 128.390,00 (cento e vinte e oito mil trezentos e noventa reais).
PRAZO DE ENTREGA: Até 60 (sessenta) dias, contados da emissão da ordem de fornecimento ou nota de empenho.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da publicação do extrato do contrato.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 710.05.002.10.301.0500.1.106.4.4.90.52.00.00 – Fonte 30500 – Equipamentos e Material Permanente.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021, Processo Administrativo nº 98/2026, Inexigibilidade nº 15/2026, Pregão Eletrônico nº 05/2026 do CIS/AMUNPAR e Ata de Registro de Preços nº 06-4/2026.
GESTOR DO CONTRATO: Ronil Paulo Gomes.
FISCAL DO CONTRATO: Cleicy Santos Almeida.
DATA DA ASSINATURA: 25 de agosto de 2026.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliano Ortiz da Silva
Código Identificador:837174FB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ DO SUL

DIRETORIA DE CONTABILIDADE
DECRETO N° 67/2026

SÚMULA: Abre Crédito Adicional, no orçamento geral do município de Jundiaí do Sul, autorizado pela Lei Municipal n°. 825 de 26 de agosto de 2026, para o exercício de 2026 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUNDIAI DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:

DECRETA:

Artigo 1°. Fica aberto no orçamento corrente, um Crédito Adicional no valor de R$ 1.294.473,73 (Um Milhão, Duzentos e Noventa e Quatro Mil, Quatrocentos e Setenta e Três Reais e Setenta e Três Centavos), no exercício de 2026, conforme dotações abaixo:

Especial		
Códigos	Descrição	Valor
08	Depto. de Agricultura, Abast. e Meio Ambiente	
08.001	AGRICULTURA	
20.608.0010.2017	MANUTENÇAÕ DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE	
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	
1296	00797-ESTRADA RURAL 2024 - EMENDA DE BANCADA FR 797	124.837,13
4.4.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	
1315	00000-Recursos Ordinários (Livres)	230.312,60
1316	00797-ESTRADA RURAL 2024 - EMENDA DE BANCADA FR 797	382.000,00
	SUBTOTAL	737.149,73
12	Departamento de Saúde	
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
10.301.0025.2050	PROGRAMA MUNICIPAL DE ATENÇÃO BASICA - PAB FR 1494 FEDERAL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
3015	01494-EMENDA Nº 50410002 - INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	410.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
3025	01494-EMENDA Nº 50410002 - INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	90.000,00
10.302.0025.2048	MANUTENÇAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
3.3.72.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2865	00495-Atenção Básica	57.324,00
	SUBTOTAL	557.324,00
	TOTAL	1.294.473,73

Artigo 2º- Para dar cobertura ao Crédito aberto no artigo anterior, fica indicado como recurso o seguinte:
I - Na forma do disposto no artigo 43, Parágrafo 1º, Inciso I da Lei Federal nº. 4.320/64, o Superávit Financeiro nas seguintes fontes de recursos:

Fonte		
Fonte	Descrição	Valor
00000	Recursos Ordinários (Livres)	230.312,60
00797	ESTRADA RURAL 2024 - EMENDA DE BANCADA FR 797	451.855,75
	TOTAL	682.168,35

II - Na forma do disposto no artigo 43, Parágrafo 1º, Inciso II da Lei Federal nº. 4.320/64, o Excesso de Arrecadação nas seguintes rubricas de receitas e fontes de recursos:

Conta de receita		
Receita	Descrição	Valor
1.3.2.1.01.1.1.01.54.00.00.00	RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA FR 797	54.981,38
	TOTAL	54.981,38

III - Na forma do disposto no artigo 43, Parágrafo 1º, Inciso III da Lei Federal nº. 4.320/64, a anulação das seguintes dotações:

Artigo 3º- Ficam incluídas na programação financeira e no cronograma de desembolso os valores declarados no Artigo 2º, inciso II.

Artigo 4º- Este decreto entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário

Jundiaí do Sul, 26 de agosto de 2026.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Priscila Fernanda Martins
Código Identificador:C0E61AB2

DIRETORIA DE CONTABILIDADE
EXTRATO DE DIÁRIAS N°269/2026

EXTRATO DE DIÁRIAS CONCEDIDAS Nº269/2026 - De 23/08/2026 à 26/08/2026 .
Em cumprimento do dispositivo no Art. 07 da Lei nº 738/2024, publica-se o extrato de diárias concedidas pelo Poder Executivo Municipal para o custeio das despesas com alimentação, hospedagem e transporte urbanos dos agentes públicos em deslocamento da sede do domicílio de trabalho efetivo, a serviço do município.

NOME	CARGO	DESTINO	PERÍODO	ATIVIDADE	VALOR
Fernanda Aline de Andrade	Controle Interno e Coordenadora Executiva de Proteção e Defesa Civil	Curitiba	23/08/2026 à 26/08/2026	. Participar dos Cursos Protege em Crise e Semana do Progov	R$ 1.590,00

Edifício do Município de Jundiaí do Sul-PR,24de Agosto de 2026.

Publicado por:
Priscila Fernanda Martins
Código Identificador:DDE469DB

DIRETORIA DE CONTABILIDADE
EXTRATO DE DIÁRIAS N°271/2026

EXTRATO DE DIÁRIAS CONCEDIDAS Nº 271/2026 - De 24/08/2026
Em cumprimento do dispositivo no Art. 07 da Lei nº 738/2024, publica-se o extrato de diárias concedidas pelo Poder Executivo Municipal para o custeio das despesas com alimentação, hospedagem e transporte urbanos dos agentes públicos em deslocamento da sede do domicílio de trabalho efetivo, a serviço do município.

NOME	CARGO	DESTINO	PERÍODO	ATIVIDADE	VALOR
Ademar Marcilio Bernardes	Motorista	Bandeirantes	24/08/2026	Buscar ônibus.	R$ 40,00

Edifício do Município de Jundiaí do Sul-PR, 24 de julho de 2026.

Publicado por:
Priscila Fernanda Martins
Código Identificador:5289DBA2

EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 147/2026

PORTARIA nº. 147/2026

Súmula: Designa Profissional para acompanhamento e fiscalizaçãodo cumprimento do convênio e gestor do convenio, que especifica Sr. Paulo Roberto Pedro, Prefeito Municipal de Jundiaí do Sul, usando de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Designa-se, pelo Município, Profissional para acompanhamento e fiscalização do cumprimento do convênio o Sr. **Alexandre Augusto Ormeneze**, Arquiteto e Urbanista – CAU/BR – A66860-5, e o Sr. **Donizete Aparecido de Carvalho**, ocupante do Cargo de Diretor do Departamento Municipal de Obras Públicas, Habitação, Urbanismo e Saneamento, Matricula Funcional n.º 220627, como Gestor do Convênio referente ao CONVÊNIO Nº 931/2026 - SECID, firmado entre o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado das Cidades - SECID e o Município de Jundiaí do Sul PR. Objeto do Convênio: PAVIMENTAÇÃO DE VIA URBANA - SIT nº: 87208

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com posterior publicação e revoga disposições em contrário.

Jundiaí do Sul/PR, 26 de agosto de 2026.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito

Ciência Dos Designados:

ALEXANDRE AUGUSTO ORMENEZE

DONIZETE APARECIDO DE CARVALHO

Publicado por:
Odair Rosildo Farinha
Código Identificador:D0D05AB3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAPA

GABINETE
DECRETO N° 29898, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

Súmula: Nomeia membros para compor o CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – COMSEA do Município da Lapa.

O Prefeito Municipal da Lapa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no inciso XI do Artigo n° 69 da Lei Orgânica do Município e,

• Considerando o disposto na Lei Municipal n° 2597, de 24.05.2011, alterada pela Lei n° 4161, de 30.11.2023, sobre o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA;

• Considerando o contido no Processo Digital n° 351/2024, da Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente,

DECRETA:

Art. 1° - Ficam nomeados para compor o CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - COMSEA, os representantes titulares e suplentes, como abaixo se relaciona:

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE
TITULAR: André Rezende Cherubini
SUPLENTE: Thalise da Silva Gaio

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
TITULAR: Anderson Carlos dos Santos
SUPLENTE: Eloisa Prestes Santos Lima

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
TITULAR: Gina Guzzoni Hammerschmidt
SUPLENTE: Cristianne Hiromi Miazaka

SECRETARIA DE MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER
TITULAR: Janaina Piovezan Ribas
SUPLENTE: Gabriela Sampaio da Silva Santos

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

ASSOCIAÇÃO DAS DAMAS DE CARIDADE DO LAR EDUCANDÁRIO SÃO VICENTE DE PAULO
TITULAR: Thais Almeida Coelho
SUPLENTE: Arlene Bresolin

ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DOS ALVES - AGROALVES
TITULAR: Rosa Lesnioski Fieszt
SUPLENTE: Verônica Iareck

ASSOCIAÇÃO DE COMPRA E VENDA COMUNITÁRIA DA LAPA - ALACOVEC
TITULAR: Debora Santos Honório
SUPLENTE: Beatriz Teixeira Kulka

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DA LAPA
TITULAR: Carin Kleinschimidt
SUPLENTE: Marli Eugênio Ferreira

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DA LAPA
TITULAR: Aline de Cassia Moraes Stanchak
SUPLENTE: Anderson Matheus Pinto dos Santos
PASTORAL DA CRIANÇA
TITULAR: Silmara Aparecida Ferreira Picuslki
SUPLENTE: Érick Krainski Pedro

ASSOCIAÇÃO DOS QUILOMBOLAS
TITULAR: Adão Gomes dos Anjos
SUPLENTE: Tatiane da Conceição Batista

COOPERATIVA TERRA LIVRE ALIMENTOS AGROECOLÓGICOS - ASSENTAMENTO
TITULAR: Julia Mariglod
SUPLENTE: Antonio Capitani

Art. 2° - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto n° 27505, de 09.01.2024 e as demais disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 26 de Agosto de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:A102B0A2

GABINETE
DECRETO N° 29900, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

Súmula: Nomeia membros para compor a CÂMARA INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - CAISAN do Município da Lapa.

O Prefeito Municipal da Lapa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no inciso XI do Artigo nº 69 da Lei Orgânica do Município e,

Considerando o disposto na Lei Municipal nº 2597, de 24.05.2011, alterada pela Lei nº 4161, de 30.11.2023, sobre o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA;

Considerando o disposto no Decreto Municipal n° 29898/2026, o qual nomeou os membros do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA;

Considerando o contido no Processo Digital nº 6193/2024, da Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente,

DECRETA:

Art. 1° Ficam nomeados para compor a CÂMARA INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - CAISAN do Município da Lapa, os representantes titulares e suplentes, como abaixo se relaciona:

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE

TITULAR: André Rezende Cherubini
SUPLENTE: Adriana Ribas Bianchini

REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

TITULAR: Giovane Colaço Horning
SUPLENTE: Fernanda Giordani Abrantes

REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER

TITULAR: Janaína Piovezan Ribas
SUPLENTE: Gabriela Sampaio

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

TITULAR: Neuzeli Schmidt Camargo
SUPLENTE: Gina Guzzoni Hammerschimidt

Art. 2° - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto n° 27604, de 12.03.2024 e as demais disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 26 de Agosto de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:3EA90681

GABINETE
DECRETO Nº 29899, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

Súmula: Nomeia CLEVERSON LUIZ DIAS MAYER, para provimento do cargo de ENGENHEIRO AMBIENTAL.

O Prefeito do Município da Lapa, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, com base no Edital n.º 17/2025 de 08 de agosto de 2025, que homologou o resultado do concurso público 01/2024 e na Lei Municipal n° 1773/2004 e suas alterações,

• Considerando o que consta no Decreto nº 24.284, de 04.11.2019 e em seus anexos I, II e III;

• Considerando o Processo Digital nº 2533/2026, tramitado pelo Departamento de Recursos Humanos, da Secretaria de Administração;

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica NOMEADO (A), a partir de 01.09.2026 o(a) candidato(a) aprovado(a) no referido Concurso Público, para provimento do cargo de ENGENHEIRO AMBIENTAL, abaixo relacionado(a):

CLEVERSON LUIZ DIAS MAYER
RG: 064.680.179-12
CARGO: ENGENHEIRO AMBIENTAL
GRUPO OCUPACIONAL NIVEL SUPERIOR
CLASSE B REFERÊNCIA 1
CARGA HORÁRIA 30 HORAS SEMANAIS
LOTAÇÃO SECRETARIA MUNICIPAL DE AGROPECUARIA E MEIO AMBIENTE

Art. 2º - A nomeação acima mencionada reger-se-á conforme o Regime Jurídico Estatutário.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 26 de Agosto de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:385C6484

GABINETE
LEI N° 4594, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

Súmula: Acrescenta a alínea 'M' ao inciso I do artigo 1º da Lei Municipal n° 2748/2012.

A Câmara Municipal de Lapa, Estado do Paraná, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º - Acrescenta a alínea 'M' ao inciso I do artigo 1º da Lei Municipal n° 2748/2012, o qual passará ter a seguinte redação:

"M – praticados contra criança e adolescente, conforme previsto no Código Penal, bem como os previstos na Lei Federal n° 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente."

Art. 2º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 26 de Agosto de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:39547034

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE CREDENCIAMENTO
CREDENCIAMENTO 002/2026

Informamos que a ATA Nº 024/2026, relativa a divulgação do resultado das empresas habilitadas e ou inabilitadas, no CREDENCIAMENTO Nº 002/2026, que tem por objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA para a prestação, sob demanda, de serviços de manutenção preditiva, preventiva e corretiva, incluindo mão de obra, fornecimento de peças, componentes e acessórios, bem como serviços de funilaria, tapeçaria e vidraçaria, serviços de remoção e auxílio mecânico e serviços de guincho, destinados aos veículos leves, utilitários, veículos de médio porte, ônibus, caminhões, veículos especiais (ambulâncias); e ainda, serviços de manutenção com fornecimento de peças, componentes e acessórios em equipamentos a combustão (roçadeiras, sopradores, motosserras, tratores de corte, etc.) pertencentes à frota do Município da Lapa, está disponível para consulta no Portal do Cidadão – Município da Lapa, endereço: lapa.atende.net "acesso Identificado no link – licitações" ou no site https://www.gov.br/pncp/pt-br. Outras informações poderão ser obtidas na Coordenação de Licitações da Prefeitura Municipal da Lapa/PR, situada na Rua Barão do Rio Branco 1709 (Fundos) – Centro, no horário compreendido das 9h às 12h e das 13h30m às 17h, ou pelo telefone(41) 3547-8029.

Lapa, 26 de agosto de 2026.

APARÍCIO LEVI DE QUEVEDO
Agente de Contratação

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:9A7E6C0A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o Edital nº. 04/2026, de 06 de agosto de 2026, que homologou o Processo Seletivo Simplificado nº 02/2026, **CONVOCA** os candidatos abaixo relacionados a comparecer no Departamento de Recursos Humanos, a fim de assumir a vaga para a qual foi aprovado.
O candidato convocado deve comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, situado na Rua Barão do Rio Branco, nº 1709, Centro, no período das 09h00min às 12h00min ou das 13h30min às 17h00min, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da publicação do presente Edital no Diário Oficial do Município, portando os documentos da relação contida no anexo deste, acarretando, o descumprimento deste requisito, na perda do direito a vaga e consequente não contratação.

AMPLA CONCORRÊNCIA

NOME	CARGO
MARIA JOSE SANTOS LIMA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Lapa, 25 de agosto de 2026.

CARLOS ANDRÉ SCHAPHAUSER MARTINS SILVA
Secretário Municipal de Administração

ANEXO EDITAL DE CONVOCAÇÃO
DOCUMENTOS **ORIGINAIS** E **CÓPIAS** A SEREM ENTREGUES NO RH PARA AUTENTICAÇÃO:

RG (Identidade)
CPF (Cadastro de Pessoa Física)
Título de Eleitor
Comprovante de votação (última eleição) ou prova de quitação com as obrigações eleitorais
Carteira de reservista se do sexo masculino
Comprovante Escolaridade, de acordo com as exigências do cargo
Comprovante de Escolaridade apresentada na titulação, se for o caso
Certidão de casamento
Certidão de nascimento filho(s)
CPF filho(s)
RG filho(s), se possuir
Carteira de vacinação filho(s) menores de 14 anos
RG e CPF do cônjuge se casado(a) ou união estável
Carteira Nacional de Habilitação – CNH, se possuir
Carteira de Trabalho (CTPS), identificação e registros
Comprovante de inscrição PIS/PASEP
Comprovante de residência: água, luz, telefone, etc.
Uma foto 3X4 colorida tirada de frente e recente
Atestado de Antecedentes criminais **(https://www.policiacivil.pr.gov.br/)**
Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio
Declaração se possui outro cargo público
Declaração que não participa de gerência ou administração de empresa que preste serviço a prefeitura, Inciso X do Art. 171 da Lei Municipal n º 2280/2008
Declaração, firmada pelo próprio interessado e sob as penalidades da Lei, de que não se enquadra nas vedações da Lei Municipal nº 2748, de 26 de junho de 2012, Lapa-PR
Declaração de não ter sido demitido por justa causa do serviço público

Certidões, eleitoral de 1º grau e eleitoral de 2° grau, fornecidas pela Justiça Federal da 4ª Região
Certidões, cível e criminal, fornecidas pelo órgão de distribuição da Justiça Est. do Paraná**(Para residentes da Lapa (41) 9560-0237)**
Certidão de crimes eleitorais, fornecida pelo Tribunal Superior Eleitoral
Certidão de órgão da Administração Pública em que tenha ocupado cargo ou emprego público mais recente, e dentro do prazo de oito anos, atestando que o interessado não foi demitido do serviço público em decorrência de processo administrativo no respectivo órgão e prazo mencionados.
Exames: VHS (hemossedimentação) – Hemograma completo – Parasitológico – Parcial Urina – Glicose – Raio X do Tórax.

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:F60C1691

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o Edital nº. 04/2026, de 06 de agosto de 2026, que homologou o Processo Seletivo Simplificado nº 02/2026, **CONVOCA** os candidatos abaixo relacionados a comparecer no Departamento de Recursos Humanos, a fim de assumir a vaga para a qual foi aprovado.
O candidato convocado deve comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, situado na Rua Barão do Rio Branco, nº 1709, Centro, no período das 09h00min às 12h00min ou das 13h30min às 17h00min, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da publicação do presente Edital no Diário Oficial do Município, portando os documentos da relação contida no anexo deste, acarretando, o descumprimento deste requisito, na perda do direito a vaga e consequente não contratação.

AMPLA CONCORRÊNCIA

NOME	CARGO
VILMA TABORDA SCHEBEUKA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Lapa, 25 de agosto de 2026.

CARLOS ANDRÉ SCHAPHAUSER MARTINS SILVA
Secretário Municipal de Administração

ANEXO EDITAL DE CONVOCAÇÃO
DOCUMENTOS **ORIGINAIS** E **CÓPIAS** A SEREM ENTREGUES NO RH PARA AUTENTICAÇÃO:

RG (Identidade)
CPF (Cadastro de Pessoa Física)
Título de Eleitor
Comprovante de votação (última eleição) ou prova de quitação com as obrigações eleitorais
Carteira de reservista se do sexo masculino
Comprovante Escolaridade, de acordo com as exigências do cargo
Comprovante de Escolaridade apresentada na titulação, se for o caso
Certidão de casamento
Certidão de nascimento filho(s)
CPF filho(s)
RG filho(s), se possuir
Carteira de vacinação filho(s) menores de 14 anos
RG e CPF do cônjuge se casado(a) ou união estável
Carteira Nacional de Habilitação – CNH, se possuir
Carteira de Trabalho (CTPS), identificação e registros
Comprovante de inscrição PIS/PASEP
Comprovante de residência: água, luz, telefone, etc.
Uma foto 3X4 colorida tirada de frente e recente
Atestado de Antecedentes criminais **(https://www.policiacivil.pr.gov.br/)**
Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio
Declaração se possui outro cargo público
Declaração que não participa de gerência ou administração de empresa que preste serviço a prefeitura, Inciso X do Art. 171 da Lei Municipal n º 2280/2008
Declaração, firmada pelo próprio interessado e sob as penalidades da Lei, de que não se enquadra nas vedações da Lei Municipal nº 2748, de 26 de junho de 2012, Lapa-PR
Declaração de não ter sido demitido por justa causa do serviço público
Certidões, eleitoral de 1º grau e eleitoral de 2° grau, fornecidas pela Justiça Federal da 4ª Região
Certidões, cível e criminal, fornecidas pelo órgão de distribuição da Justiça Est. do Paraná**(Para residentes da Lapa (41) 9560-0237)**
Certidão de crimes eleitorais, fornecida pelo Tribunal Superior Eleitoral
Certidão de órgão da Administração Pública em que tenha ocupado cargo ou emprego público mais recente, e dentro do prazo de oito anos, atestando que o interessado não foi demitido do serviço público em decorrência de processo administrativo no respectivo órgão e prazo mencionados.
Exames: VHS (hemossedimentação) – Hemograma completo – Parasitológico – Parcial Urina – Glicose – Raio X do Tórax.

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:3298271A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o Edital nº. 04/2026, de 06 de agosto de 2026, que homologou o Processo Seletivo Simplificado nº 02/2026, **CONVOCA** os candidatos abaixo relacionados a comparecer no Departamento de Recursos Humanos, a fim de assumir a vaga para a qual foi aprovado.
O candidato convocado deve comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, situado na Rua Barão do Rio Branco, nº 1709, Centro, no período das 09h00min às 12h00min ou das 13h30min às 17h00min, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da publicação do presente Edital no Diário Oficial do Município, portando os documentos da relação contida no anexo deste, acarretando, o descumprimento deste requisito, na perda do direito a vaga e consequente não contratação.

AMPLA CONCORRÊNCIA

NOME	CARGO
MARISA SILVEIRA LOURES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Lapa, 25 de agosto de 2026.

CARLOS ANDRÉ SCHAPHAUSER MARTINS SILVA
Secretário Municipal de Administração

ANEXO EDITAL DE CONVOCAÇÃO
DOCUMENTOS **ORIGINAIS** E **CÓPIAS** A SEREM ENTREGUES NO RH PARA AUTENTICAÇÃO:

RG (Identidade)
CPF (Cadastro de Pessoa Física)
Título de Eleitor
Comprovante de votação (última eleição) ou prova de quitação com as obrigações eleitorais
Carteira de reservista se do sexo masculino
Comprovante Escolaridade, de acordo com as exigências do cargo
Comprovante de Escolaridade apresentada na titulação, se for o caso
Certidão de casamento
Certidão de nascimento filho(s)
CPF filho(s)
RG filho(s), se possuir
Carteira de vacinação filho(s) menores de 14 anos
RG e CPF do cônjuge se casado(a) ou união estável
Carteira Nacional de Habilitação – CNH, se possuir
Carteira de Trabalho (CTPS), identificação e registros
Comprovante de inscrição PIS/PASEP
Comprovante de residência: água, luz, telefone, etc.

Uma foto 3X4 colorida tirada de frente e recente
Atestado de Antecedentes criminais **(https://www.policiacivil.pr.gov.br/)**
Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio
Declaração se possui outro cargo público
Declaração que não participa de gerência ou administração de empresa que preste serviço a prefeitura, Inciso X do Art. 171 da Lei Municipal n º 2280/2008
Declaração, firmada pelo próprio interessado e sob as penalidades da Lei, de que não se enquadra nas vedações da Lei Municipal nº 2748, de 26 de junho de 2012, Lapa-PR
Declaração de não ter sido demitido por justa causa do serviço público
Certidões, eleitoral de 1º grau e eleitoral de 2° grau, fornecidas pela Justiça Federal da 4ª Região
Certidões, cível e criminal, fornecidas pelo órgão de distribuição da Justiça Est. do Paraná**(Para residentes da Lapa (41) 9560-0237)**
Certidão de crimes eleitorais, fornecida pelo Tribunal Superior Eleitoral
Certidão de órgão da Administração Pública em que tenha ocupado cargo ou emprego público mais recente, e dentro do prazo de oito anos, atestando que o interessado não foi demitido do serviço público em decorrência de processo administrativo no respectivo órgão e prazo mencionados.
Exames: VHS (hemossedimentação) – Hemograma completo – Parasitológico – Parcial Urina – Glicose – Raio X do Tórax.

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:24032CA5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o Edital nº. 17/2025, de 08/08/2025, que homologou o **Concurso Público** 01/2024, **CONVOCA**o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s) a comparecer no Departamento de Recursos Humanos, sito à Rua Barão do Rio Branco, nº. 1709, a fim de assumir a vaga para a qual foi aprovado.
O (s) candidato (s) aprovado (s) deve (m) apresentar os documentos relacionados no anexo do ofício, o qual deverá ser retirado no Departamento de Recursos Humanos, de segunda a sexta-feira, das 09:00h às 12:00h ou das 13:30h às 17:00h, no endereço acima mencionado, no prazo de 10 (dez) dias corridos, acarretando, o descumprimento deste requisito, na perda do direito a vaga e consequente não nomeação.

NOME	CARGO
JOHNNY HYMOWSKI LEANDRO SILVA	AUXILIAR OPERACIONAL

Lapa, 25 de agosto de 2026.

CARLOS ANDRÉ SCHAPHAUSER MARTINS SILVA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:0C209F4F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o Edital nº. 03/2026, de 18 de maio de 2026, que homologou o Processo Seletivo Simplificado nº 01/2026, **CONVOCA** os candidatos abaixo relacionados a comparecer no Departamento de Recursos Humanos, a fim de assumir a vaga para a qual foi aprovado.
O candidato convocado deve comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, situado na Rua Barão do Rio Branco, nº 1709, Centro, no período das 09h00min às 12h00min ou das 13h30min às 17h00min, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da publicação do presente Edital no Diário Oficial do Município, portando os documentos da relação contida no anexo deste, acarretando, o descumprimento deste requisito, na perda do direito a vaga e consequente não contratação.

AMPLA CONCORRÊNCIA

NOME	CARGO
ANA PAULA REGGIANI	PSICOLOGO

Lapa, 26 de agosto de 2026.

CARLOS ANDRÉ SCHAPHAUSER MARTINS SILVA
Secretário Municipal de Administração

ANEXO EDITAL DE CONVOCAÇÃO
DOCUMENTOS **ORIGINAIS** E **CÓPIAS** A SEREM ENTREGUES NO RH PARA AUTENTICAÇÃO:

RG (Identidade)
CPF (Cadastro de Pessoa Física)
Título de Eleitor
Inscrição no órgão de classe
Comprovante de votação (última eleição) ou prova de quitação com as obrigações eleitorais
Carteira de reservista se do sexo masculino
Comprovante Escolaridade, de acordo com as exigências do cargo
Comprovante de Escolaridade apresentada na titulação, se for o caso
Certidão de casamento
Certidão de nascimento filho(s)
CPF filho(s)
RG filho(s), se possuir
Carteira de vacinação filho(s) menores de 14 anos
RG e CPF do cônjuge se casado(a) ou união estável
Carteira Nacional de Habilitação – CNH, se possuir
Carteira de Trabalho (CTPS), identificação e registros
Comprovante de inscrição PIS/PASEP
Comprovante de residência: água, luz, telefone, etc.
Uma foto 3X4 colorida tirada de frente e recente
Atestado de Antecedentes criminais **(https://www.policiacivil.pr.gov.br/)**
Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio
Declaração se possui outro cargo público
Declaração que não participa de gerência ou administração de empresa que preste serviço a prefeitura, Inciso X do Art. 171 da Lei Municipal n º 2280/2008
Declaração, firmada pelo próprio interessado e sob as penalidades da Lei, de que não se enquadra nas vedações da Lei Municipal nº 2748, de 26 de junho de 2012, Lapa-PR
Declaração de não ter sido demitido por justa causa do serviço público
Certidões, eleitoral de 1º grau e eleitoral de 2° grau, fornecidas pela Justiça Federal da 4ª Região
Certidões, cível e criminal, fornecidas pelo órgão de distribuição da Justiça Est. do Paraná**(Para residentes da Lapa (41) 9560-0237)**
Certidão de crimes eleitorais, fornecida pelo Tribunal Superior Eleitoral
Certidão de órgão da Administração Pública em que tenha ocupado cargo ou emprego público mais recente, e dentro do prazo de oito anos, atestando que o interessado não foi demitido do serviço público em decorrência de processo administrativo no respectivo órgão e prazo mencionados.
Exames: VHS (hemossedimentação) – Hemograma completo – Parasitológico – Parcial Urina – Glicose – Raio X do Tórax.

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:B47D9A04

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 829, DE 24 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de licença especial por produtividade.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença Especial por Produtividade, ao(a) servidor(a) ANTONIO JOSE SANTOS SILVA, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS, matriculado(a) sob nº 138-1.
Art. 2º O período de fruição compreende entre 3 de novembro de 2026 a 2 de dezembro de 2026, correspondente ao período aquisitivo de 29 de maio de 2020 a 28 de maio de 2025, restando 60 dias a serem usufruídos posteriormente.
Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 3 de novembro de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:1B9066E9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 830, DE 24 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de licença especial por produtividade.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença Especial por Produtividade, ao(a) servidor(a) SANDRO HOFFMANN SCARDANZAN, ocupante do cargo de MOTORISTA HABILITACAO D, matriculado(a) sob nº 9095-1.
Art. 2º O período de fruição compreende entre 3 de agosto de 2026 a 1° de setembro de 2026, correspondente ao período aquisitivo de 9 de janeiro de 2017 a 8 de janeiro de 2022, restando 60 dias a serem usufruídos posteriormente.
Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 3 de agosto de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:AEB3682B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 831, DE 24 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de licença especial por produtividade.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença Especial por Produtividade, ao(a) servidor(a) IARA SAMPAIO PEREIRA, ocupante do cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, matriculado(a) sob nº 11512-1.
Art. 2º O período de fruição compreende entre 28 de julho de 2026 a 19 de agosto de 2026, correspondente ao período aquisitivo de 4 de abril de 2016 a 3 de abril de 2021, restando 37 dias a serem usufruídos posteriormente.
Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 28 de julho de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:069689E2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 832, DE 24 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de licença especial por produtividade.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença Especial por Produtividade, ao(a) servidor(a) BERNADETE GOLL VALDEIRA, ocupante do cargo de COZINHEIRA, matriculado(a) sob nº 81427-1.
Art. 2º O período de fruição compreende entre 1° de agosto de 2026 a 30 de agosto de 2026, correspondente ao período aquisitivo de 2 de março de 2020 a 1° de março de 2025, restando 60 dias a serem usufruídos posteriormente.
Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1° de agosto de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:E81DDD72

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 833, DE 24 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de licença especial por produtividade.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença Especial por Produtividade, ao(a) servidor(a) VALDERES BORBA, ocupante do cargo de CIRURGIAO DENTISTA, matriculado(a) sob nº 1562-2.
Art. 2º O período de fruição compreende entre 3 de agosto de 2026 a 1° de setembro de 2026, correspondente ao período aquisitivo de 20 de junho de 2015 a 19 de junho de 2020, restando 30 dias a serem usufruídos posteriormente.
Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 3 de agosto de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:05C778EA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 834, DE 24 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de licença especial por produtividade.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença Especial por Produtividade, ao(a) servidor(a) SANDRA MARA DA SILVA, ocupante do cargo de COZINHEIRA, matriculado(a) sob nº 81244-1.
Art. 2º O período de fruição compreende entre 1° de setembro de 2026 a 30 de setembro de 2026, correspondente ao período aquisitivo de 9 de abril de 2019 a 8 de abril de 2024
Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1° de setembro de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:40B571B3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 835, DE 24 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a designação de Comissão Fiscal Administrativa Setorial.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Ficam Designados os servidores abaixo relacionados para, sob a Presidência do primeiro, constituírem a COMISSÃO FISCAL ADMINISTRATIVA SETORIAL nos termos do Decreto 26.815 de 2023:
I - PAULO CESAR URBANICH, ocupante do cargo de ANALISTA DE LICITACOES, matriculado(a) sob nº 9305-2.

II - ROGERIO KRAINSKI DALLABONA, ocupante do cargo de FISCAL DE OBRAS E POSTURAS, matriculado(a) sob nº 81612-2.

III - PAULINO SCHIMALSKI, ocupante do cargo de AUXILIAR DE FARMACIA, matriculado(a) sob nº 1267-1.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria n° 1161 de 20 de agosto de 2024.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:B9922C3B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 836, DE 24 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de licença especial por produtividade.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença Especial por Produtividade, ao(a) servidor(a) CARLOS BENEDITO PFUTZ DA SILVA, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS, matriculado(a) sob nº 81144-1.
Art. 2º O período de fruição compreende entre 18 de setembro de 2026 a 16 de dezembro de 2026, correspondente ao período aquisitivo de 9 de outubro de 2018 a 8 de outubro de 2023.
Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18 de setembro de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:98F0592A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 837, DE 24 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de licença especial por produtividade.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença Especial por Produtividade, ao(a) servidor(a) JULIANO LEINEKER SATLER, ocupante do cargo de AUXILIAR DE MECANICO, matriculado(a) sob nº 8526-3.
Art. 2º O período de fruição compreende entre 18 de setembro de 2026 a 16 de dezembro de 2026, correspondente ao período aquisitivo de 15 de janeiro de 2019 a 14 de janeiro de 2024.
Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18 de setembro de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:47517D2F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 838, DE 24 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de licença especial por produtividade.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença Especial por Produtividade, ao(a) servidor(a) PATRICIA DO ROCIO COLACO GONCALVES, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS, matriculado(a) sob nº 80966-1.
Art. 2º O período de fruição compreende entre 3 de agosto de 2026 a 31 de outubro de 2026, correspondente ao período aquisitivo de 1° de março de 2018 a 28 de fevereiro de 2023.
Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 3 de agosto de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:89E44B6A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 839, DE 24 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de licença especial por produtividade.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença Especial por Produtividade, ao(a) servidor(a) ROSA MARIA PACHECO SCHEBEUKA, ocupante do cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, matriculado(a) sob nº 8166-1.
Art. 2º O período de fruição compreende entre 1° de setembro de 2026 a 30 de setembro de 2026, correspondente ao período aquisitivo de 17 de janeiro de 2016 a 16 de janeiro de 2021.
Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1° de setembro de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:903848EA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 840, DE 24 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de serviço extraordinário temporário.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica concedido SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO TEMPORÁRIO 100% às servidoras abaixo qualificadas.

MATRÍCULA	NOME	CARGO	LOCAL EXERCÍCIO EXTRAORDINÁRIO	DATA INÍCIO
10851-4	ANDRESSA	PROFESSOR	ESCOLA MUNICIPAL DR	10/08/2026

	RAFAELA FERREIRA BARROS		MANOEL PEDRO	
80741-2	MILENA PAES STEKLAIN	PROFESSOR	ESCOLA MUNICIPAL ABIGAIL CORTES	10/08/2026

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir das datas da coluna " DATA INÍCIO".

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:42568AEA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 841, DE 25 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre realização de junta médica para fins de avaliação laboral.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art.1ºArt.1º Fica determinada aos servidores abaixo especificados a realização de junta médica para avaliação laboral.

Matrícula		Nome	Cargo
4434	1	GUILHERME BZUNEK NETO	OPERADOR DE MAQUINA RODOVIARIA
9062	1	JOAO SKRZYPIETZ	OPERADOR DE MAQUINA RODOVIARIA
81692	2	JOSE LUIZ DOS SANTOS JUNIOR	EDUCADOR INFANTIL

Art. 2º Fica designada a equipe médica, abaixo relacionada, para atuarem como membros da Junta Médica Oficial:
I - Amanda Mazzotti de Lacerda, brasileiro, médica, inscrita no CRM nº 40921/PR.
Il - Paulo Lucas Capelini Frisso, brasileiro, médico, devidamente no CRM nº 47634/PR.
Ill - Rafaela Maia Hammerschmidt, brasileiro, médica, devidamente inscrita no CRM nº 54694 /PR.
Art. 3º A Junta Médica será realizada no dia 28 de agosto de 2026, às 15:30 horas, no Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município da Lapa - LAPAPREVI, situado na Rua Tenente Henrique dos Santos, nº 408, Lapa-PR.
Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 28 de agosto de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:53B4DC07

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
EXTRATO DO 10º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR Nº 201/2023

ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 086/2022, (PD Nº 18286/2022)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SUA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, (NOMEADA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28391 DE 05.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 24.319/2019, DE 28.11.2019), SRA. NEUZELI SCHMIDT CAMARGO.
CONTRATADO: MAPE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS LTDA - ME, CNPJ SOB O Nº 34.594.251/0001-63, REPRESENTADA POR SEU PROCURADOR SR. PEDRO HENRIQUE PAULISTA.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, DE ACORDO COM O CALENDÁRIO ESCOLAR – INCLUINDO VEÍCULO, MOTORISTA E MONITOR – PARA 39 LINHAS (ROTAS), ITEM 26 – LINHA 51.
CONSIDERANDO A REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 795/2026 (PD Nº 12676/2026) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER E O PARECER JURÍDICO Nº 710/2026, NOS TERMOS DO ART. 57, II DA LEI Nº 8666/93:
FICA PRORROGADO O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR Nº 201/2023 ESTENDENDO-SE PELO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 01.09.2026 A 31.08.2027, DEVENDO SER EMPENHADO PARA AS DESPESAS DO PERÍODO O VALOR CONTRATUAL DE R$ 170.400,00 (CENTO E SETENTA MIL E QUATROCENTOS REAIS), SENDO R$ 7,10 (SETE REAIS E DEZ CENTAVOS) O VALOR UNITÁRIO DO QUILÔMETRO RODADO, VEÍCULO: **PAS/ONIBUS VW/15.190 EOD E.S.ORE, COMBUSTÍVEL DIESEL, ANO FABRICAÇÃO/MODELO 2012/2012, 60 PASSAGEIROS, COR AMARELA, RENAVAM 01004048340, PLACA OXO5J05.**
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 19/08/2026
DATA ASSINATURA: 25/08/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:1208C7AC

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
EXTRATO DO 11º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR Nº 198/2023

ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 086/2022, (PD Nº 18286/2022)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SUA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, (NOMEADA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28391 DE 05.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 24.319/2019, DE 28.11.2019), SRA. NEUZELI SCHMIDT CAMARGO.
CONTRATADO: MAPE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS LTDA - ME, CNPJ SOB O Nº 34.594.251/0001-63, REPRESENTADA POR SEU PROCURADOR SR. PEDRO HENRIQUE PAULISTA.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, DE ACORDO COM O CALENDÁRIO ESCOLAR – INCLUINDO VEÍCULO, MOTORISTA E MONITOR – PARA 39 LINHAS (ROTAS), ITEM 09 – LINHA 16.
CONSIDERANDO A REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 793/2026 (PD Nº 12665/2026) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E O PARECER JURÍDICO Nº 708/2026/PGM, NOS TERMOS DO ART. 57, II DA LEI Nº 8666/93:
FICA PRORROGADO O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR Nº 198/2023 ESTENDENDO-SE PELO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 01.09.2026 A 31.08.2027, DEVENDO SER EMPENHADO PARA AS DESPESAS DO PERÍODO O VALOR CONTRATUAL DE R$ 191.040,00 (CENTO E NOVENTA E UM MIL E QUARENTA REAIS), SENDO R$ 7,96 (SETE REAIS E NOVENTA E SEIS CENTAVOS) O VALOR UNITÁRIO DO QUILÔMETRO RODADO, VEÍCULO: **PAS/ONIBUS VW/15.190 EOD E. HD ORE, COMBUSTÍVEL DIESEL, ANO FABRICAÇÃO/MODELO 2012/2013, 48 PASSAGEIROS, COR AMARELA, RENAVAM 00501702172, PLACA ITW7F39.**
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 19/08/2026
DATA ASSINATURA: 25/08/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:B0DA835D

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
EXTRATO DO 11º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR Nº 200/2023

ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 086/2022, (PD Nº 18286/2022)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SUA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, (NOMEADA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28391 DE 05.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 24.319/2019, DE 28.11.2019), SRA. NEUZELI SCHMIDT CAMARGO.
CONTRATADO: MAPE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS LTDA - ME, CNPJ SOB O Nº 34.594.251/0001-63, REPRESENTADA POR SEU PROCURADOR SR. PEDRO HENRIQUE PAULISTA.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, DE ACORDO COM O CALENDÁRIO ESCOLAR – INCLUINDO VEÍCULO, MOTORISTA E MONITOR – PARA 39 LINHAS (ROTAS), ITEM 20 – LINHA 30.
CONSIDERANDO A REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 794/2026 (PD Nº 12670/2026) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER E O PARECER JURÍDICO Nº 707/2026/PGM, NOS TERMOS DO ART. 57, II DA LEI Nº 8666/93:
FICA PRORROGADO O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR Nº 200/2023 ESTENDENDO-SE PELO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 01.09.2026 A 31.08.2027, DEVENDO SER EMPENHADO PARA AS DESPESAS DO PERÍODO O VALOR CONTRATUAL DE R$ 187.250,00 (CENTO E OITENTA E SETE MIL, DUZENTOS E CINQUENTA REAIS), SENDO R$ 7,49 (SETE REAIS E QUARENTA E NOVE CENTAVOS) O VALOR UNITÁRIO DO QUILÔMETRO RODADO, VEÍCULO: **PAS/ONIBUS VW/15.190 EOD E.HD ORE, CAP. 48P, COR AMARELA, COMBUSTÍVEL DIESEL, ANO DE FABRICAÇÃO/MODELO 2012/2013, PLACA PFY 2B64, RENAVAM SOB Nº 00527892017.**
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 19/08/2026
DATA ASSINATURA: 25/08/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:9CE9C074

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
EXTRATO DO 12º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR Nº 197/2023

ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 086/2022, (PD Nº 18286/2022)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SUA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, (NOMEADA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28391 DE 05.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 24.319/2019, DE 28.11.2019), SRA. NEUZELI SCHMIDT CAMARGO.
CONTRATADO: MAPE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS LTDA - ME, CNPJ SOB O Nº 34.594.251/0001-63, REPRESENTADA POR SEU PROCURADOR SR. PEDRO HENRIQUE PAULISTA.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, DE ACORDO COM O CALENDÁRIO ESCOLAR – INCLUINDO VEÍCULO, MOTORISTA E MONITOR – PARA 39 LINHAS (ROTAS), ITEM 06 – LINHA 11.
CONSIDERANDO A REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 792/2026 (PD Nº 12658/2026) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER E O PARECER JURÍDICO Nº 714/2026/PGM, NOS TERMOS DO ART. 57, II DA LEI Nº 8666/93:
FICA PRORROGADO O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR Nº 197/2023 ESTENDENDO-SE PELO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 01.09.2026 A 31.08.2027, DEVENDO SER EMPENHADO PARA AS DESPESAS DO PERÍODO O VALOR CONTRATUAL DE R$ 210.000,00 (DUZENTOS E DEZ MIL REAIS), SENDO R$ 8,40 (OITO REAIS E QUARENTA CENTAVOS) O VALOR UNITÁRIO DO QUILÔMETRO RODADO, VEÍCULO: **PAS/ONIBUS MARCOPOLO/VOLARE V8L EO, COMBUSTÍVEL DIESEL, ANO FABRICAÇÃO/MODELO 2020/2021, 46 PASSAGEIROS, COR BRANCA, RENAVAM 01235977592, PLACA BEG4B24.**
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 19/08/2026
DATA ASSINATURA: 25/08/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:97EA1A19

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO 11º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS Nº 031/2023

ORIGEM: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 10/2023 (PD Nº 3388/2023)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28429, DE 06.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 24.319/2019, DE 28.11.2019), SR. GIOVANNE COLAÇO HORNING.
CONTRATADO: SR. DANIEL HENRIQUE SOLDERA, CPF/MF SOB Nº 046.923.589-63.
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS MÉDICOS, NA ESPECIALIDADE DE CLINICO GERAL DIARISTA PARA REALIZAR ATENDIMENTO NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS.
CONSIDERANDO A REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 1102/2026 (PD Nº 15554/2026) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E O PARECER JURÍDICO Nº 717/2026/PGM, NOS TERMOS DO ART. 57, II DA LEI Nº 8666/93:
FICA PRORROGADO O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS Nº 031/2023, POR 12 (DOZE) MESES, ESTENDENDO-SE PELO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 01.09.2026 E 31.08.2027, COM O VALOR CONTRATUAL DE R$ 263.226,48 (DUZENTOS E SESSENTA E TRÊS MIL, DUZENTOS E VINTE E SEIS REAIS E QUARENTA E OITO CENTAVOS).
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 21/08/2026
DATA ASSINATURA: 21/08/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:7525CEBA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

EXTRATO ADITIVO DE CONTRATO Nº 92-2025
CONTRATANTE: Município de Laranjal, Estado do Paraná, com sede à Rua Pernambuco, inscrito no CGC/MF nº 95.684.536/0001-80, neste ato representado pelo senhor Maycon Lopes Simioni Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, portador da Cédula de Identidade RG nº 10.065.395-8 SSP/PR e do CPF/MF nº ***.805.019. **.

CONTRATADA: AUTO POSTO ANILA inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.112.780/0001-73, com sede na Rodovia BR 277 km 232,5 – S/N Queimadinhas – Fernandes Pinheiro – Paraná CEP 84435000, neste ato representado por Rafael Felipe Schuck brasileiro empresário, inscrita no CPF sob nº:008.708.369-86 residente e domiciliada no endereço acima citado.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA AO LONGO DA RODOVIA BR 277 NAS PROXIMIDADES DE IRATI PARANA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS PARA VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE LARANJAL, COM MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE O PREÇO MÉDIO DIVULGADO PELA ANP (AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO).

VALOR: Permanece Inalterado.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 90 dias

FORO: Comarca de Palmital, Estado do Paraná.

Laranjal, 26 de agosto de 2026

EXTRATO ADITIVO DE CONTRATO Nº 92-2025
CONTRATANTE: Município de Laranjal, Estado do Paraná, com sede à Rua Pernambuco, inscrito no CGC/MF nº 95.684.536/0001-80, neste ato representado pelo senhor Maycon Lopes Simioni Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, portador da Cédula de Identidade RG nº 10.065.395-8 SSP/PR e do CPF/MF nº ***.805.019. **.

CONTRATADA: AUTO POSTO ANILA inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.112.780/0001-73, com sede na Rodovia BR 277 km 232,5 – S/N Queimadinhas – Fernandes Pinheiro – Paraná CEP 84435000, neste ato representado por Rafael Felipe Schuck brasileiro empresário, inscrita no CPF sob nº:008.708.369-86 residente e domiciliada no endereço acima citado.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA AO LONGO DA RODOVIA BR 277 NAS PROXIMIDADES DE IRATI PARANA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS PARA VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE LARANJAL, COM MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE O PREÇO MÉDIO DIVULGADO PELA ANP (AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO).

VALOR: Permanece Inalterado.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 90 dias

FORO: Comarca de Palmital, Estado do Paraná.

Laranjal, 26 de agosto de 2026

Publicado por:
Helenita Francisca Trabuco Monteiro
Código Identificador:6744D72B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 376/2026

PORTARIA Nº 376/2026

Súmula: Retifica a Portaria nº 374/2026 que revoga portaria 431/2025 de designação Adão Guilheverson Bonfim Aragão.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LARANJAL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE
Art. 1º Fica retificada para correção de texto a Portaria nº374/2026, referente ao desligamento do Servidor **ADÃO GUILHEVERSON BONFIM ARAGÃO**, das funções de UCI Unidade de Controle Interno.
Passa a constar:
Art. 2º Revogar, a partir de 26 de Agosto de 2026, Portaria nº 431/2025, que designou o servidor público municipal ADÃO GUILHEVERSON BOMFIM ARAGÃO, matrícula nº 8421, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Documentação, para desempenhar as funções junto à UCI – Unidade de Controle Interno do Município de Laranjal, Estado do Paraná.
Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de 26 de Agosto de 2026.

Edifícios da Prefeitura Municipal de Laranjal, em 26 de Agosto de 2026.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patricia Reis Dutra
Código Identificador:309072B1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 377/2026

PORTARIA Nº377/2026

Prefeito Municipal de Laranjal Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais resolve:
Designar,

Art. 1º - Fica designado a servidora SOLANGE KERVALD MARTINS, servidora efetiva, com a matricula de nº 286556, para desempenhar as funções de UCI Unidade de Controle Interno.
Art. 2º - Revogada as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de 26 de agosto de 2026.
Edifício da Prefeitura Municipal de Laranjal, 26 de agosto de 2026.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patricia Reis Dutra
Código Identificador:BC14F5CB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO 168.2026_LEI 91.2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 168/2026 de 26/08/2026

Ementa: Abre Crédito Especial e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Loanda, Estado do Paraná, no uso desuas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 91/2026 de 25/08/2026.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Especial, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL-SETAS	
09.005.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	

09.005.08.244.0024.2.141.		BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE (MAC)	
1946 - 4.4.90.52.00.00	33971	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15.000,00
		Total Suplementação:	**15.000,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos o Superávit Financeiro do exercício anterior verificado na fonte a seguir, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64: fica utilizado o Superavit Financeiro;
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Loanda , Estado do Paraná, em 26 de agosto de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Manoel Messias Firmino
Código Identificador:6F012F31

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO 169.2026_LEI 91.2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 169/2026 de 26/08/2026

Ementa: Abre Crédito Especial e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Loanda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 91/2026 de 25/08/2026.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Especial, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL-SETAS	
09.005.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
09.005.08.244.0024.2.141.		BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE (MAC)	
1947 - 4.4.90.52.00.00	31971	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.000,00
Total Suplementação:			**2.000,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos o Superávit Financeiro do exercício anterior verificado na fonte a seguir, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64: fica utilizado o Excesso de Arrecadação;

Receita: 1.3.2.1.01.11.01.00000000	Fonte: 1000	2.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Loanda , Estado do Paraná, em 26 de agosto de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Manoel Messias Firmino
Código Identificador:F607B55F

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO 170.2026_LEI 92.2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 170/2026 de 26/08/2026

Ementa: Abre Crédito Especial e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Loanda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 92/2026 de 25/08/2026.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Especial, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 17.000,00 (dezessete mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL-SETAS	
09.006.00.000.0000.0.000.		ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL	
09.006.08.243.0021.5.001.		EXECUÇÃO DO PROJETO CONVÊNIO FIA	
1948 - 4.4.90.52.00.00	33968	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17.000,00
		Total Suplementação:	**17.000,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos o Superávit Financeiro do exercício anterior verificado na fonte a seguir, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64: fica utilizado o Superavit Financeiro;
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Loanda , Estado do Paraná, em 26 de agosto de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Manoel Messias Firmino
Código Identificador:1BC3C984

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO 171.2026_LEI 92.2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 171/2026 de 26/08/2026

Ementa: Abre Crédito Especial e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Loanda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 92/2026 de 25/08/2026.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Especial, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL-SETAS	
09.006.00.000.0000.0.000.		ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL	
09.006.08.243.0021.5.001.		EXECUÇÃO DO PROJETO CONVÊNIO FIA	
1949 - 4.4.90.52.00.00	31968	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.000,00
Total Suplementação:			**3.000,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos o Superávit Financeiro do exercício anterior verificado na fonte a seguir, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64: fica utilizado o Excesso de Arrecadação;

Receita: 1.3.2.1.01.11.01.00000000	Fonte: 1000	3.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Loanda , Estado do Paraná, em 26 de agosto de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Manoel Messias Firmino
Código Identificador:F85EFE76

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO 172.2026_LEI 94.2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 172/2026 de 26/08/2026

Ementa: Abre Crédito Especial e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Loanda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 94/2026 de 25/08/2026.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Especial, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 929.333,33 (novecentos e vinte e nove mil trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS-SESU	
07.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE VIAÇÃO	
07.002.26.782.0017.1.016.		REEQUIPAR PARQUE DE MáQUINAS	
1950 - 4.4.90.52.00.00	32038	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	929.333,33
		Total Suplementação:	**929.333,33**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos o Superávit Financeiro do exercício anterior verificado na fonte a seguir, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64: fica utilizado o Excesso de Arrecadação;

Receita: 1.3.2.1.01.11.01.00000000	Fonte: 1000	46.466,67
Receita: 2.4.2.2.99.01.52.00000000	Fonte: 1000	882.866,66

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Loanda , Estado do Paraná, em 26 de agosto de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Manoel Messias Firmino
Código Identificador:3A14EF88

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2026 - PML

LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 050/2026 - PML

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para a eventual contratação de empresa especializada para fornecer materiais de construção em geral, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Serviços Urbano, Meio Ambiente, Finanças e Administração, Indústria e Comércio, Agricultura, Planejamento, Esporte, Lazer e Turismo, Educação e Cultura, Trabalho e Serviço Social, Políticas Públicas para Mulheres, Saúde e Habitação do Município de Loanda-PR, conforme quantidades e especificações constantes do **Anexo I**, que integra o presente Edital.

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE LICITAÇÃO

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito Municipal de Loanda, no uso de suas atribuições legais, **H O M O L O G A** o procedimento licitatório em epígrafe cujos itens, foram adjudicados pelo Pregoeiro em favor das empresas vencedoras a seguir:
· **R LUX ILUMINAÇÃO LTDA,** devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº23.535.805/0001-35, vencedora do Lote 145, perfazendo o valor global de R$1.071,00(um mil e setenta e um reais);
· **R. M. COMÉRCIO DE MERCADORIAS E MATERIAIS LTDA,** devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº20.784.313/0001-95, vencedora dos Lotes 15, 84, 303, 413, 417, perfazendo o valor global de R$29.364,70(vinte e nove mil, trezentos e sessenta e quatro reais e setenta centavos);
· **FERMETAL INDUSTRIA E COMÉRCIO DE ARAMES LTDA,** devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº48.925.960/0001-99, vencedora dos Lotes 425, 427, 428, 429, 430, perfazendo o valor global de R$7.446,87(sete mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e oitenta e sete centavos);
· **VRM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA,** devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº31.868.626/0001-48, vencedora dos Lotes 12, 26, 90, 131, 206, 236, 285, 288, 379, 380, 384, perfazendo o valor global de R$8.907,40(oito mil, novecentos e sete reais e quarenta centavos);
· **E C F COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA,** devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº63.273.105/0001-34, vencedora dos Lotes 85, 89, 106, 111, 129, 136, 160, 161, 162, 196, 198, 204, 207, 212, 216, 319, 320, perfazendo o valor global de R$6.729,00(seis mil, setecentos e vinte nove reais);
· **FRONT COMERCIAL LTDA,** devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº43.731.740/0001-00, vencedora dos Lotes 07, 09, 11, 25, 27, 29, 32, 92, 146, 177, 180, 199, 258, 267, 269, 289, 305, 317, 365, perfazendo o valor global de R$20.491,10(vinte mil, quatrocentos e noventa e um reais e dez centavos);
· **DEPOSITO XV DE NOVEMBRO LTDA,** devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº84.992.155/0001-41, vencedora dos Lotes 16, 17, 21, 57, 91, 138, 148, 183, 213, 214, 249, 252, 253, 256, 284, 291, 292, 300, 327, 328, 329, 331, 336, 458, 468, 472, 474, 476, 479, 481, 482, perfazendo o valor global de R$264.430,60(duzentos e sessenta e quatro mil, quatrocentos e trinta reais e sessenta centavos);
· **EMPORIUM FOR HOME LTDA,** devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº20.550.625/0001-34, vencedora dos Lotes 33, 36, 37, 87, 103, 104, 112, 118, 156, 164, 165, 166, 167, 184, 201, 202, 203, 209, 210, 211, 215, 218, 219, 221, 222, 223, 224, 225, 230, 231, 238, 316, 325, 326, 377, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 398, 399, 400, 401, 407, 434, 446, 448, perfazendo o valor global de R$15.386,43(quinze mil, trezentos e oitenta e seis reais e quarenta e três centavos);
· **TEIXEIRA, MONTAGNANI E CIA LTDA,** devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº81.175.556/0001-10, vencedora dos Lotes 01, 02, 03, 04, 05, 06, 08, 10, 13, 14, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 28, 30, 31, 34, 35, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 86, 88, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 105, 107, 108, 109, 110, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 132, 133, 134, 135, 137, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 147, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 157, 158, 159, 163, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 178, 179, 181, 182, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 200, 205, 208, 217, 220, 226, 227, 228, 229, 232, 233, 234, 235, 237, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 250, 251, 254, 255, 257, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 268, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 286, 287, 290, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 301, 302, 304, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 318, 321, 322, 323, 324, 330, 332, 333, 334, 335, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 381, 385, 386, 387, 397, 405, 406, 408, 409, 410, 411, 412, 414, 415, 416, 418, 419, 420, 421, 422, 423, 424, 426, 431, 432, 433, 435, 436, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 443, 444, 445, 447, 449, 450, 451, 452, 453, 454, 455, 456, 457, 459, 460, 461, 462, 463, 464, 465, 466, 467, 469, 470, 471, 473, 475, 477, 478, 480, 483, 484, 485, 486, 487, 488, 489, 490, 491, 492, perfazendo o valor global de R$1.207.007,46(um milhão, duzentos e sete mil, sete reais e quarenta e seis centavos);
· **ITENS DESERTOS**: 395, 396, 402, 403, 404.
· **ITENS FRACASSADOS**: 378, 382, 383.

Loanda, 26 de agosto de 2.026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal de Loanda

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:8BB616FB

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO Nº 001 CONTRATO Nº126/2025-PML

TERMO ADITIVO Nº 001

CONTRATO Nº126/2025-PML
CONCORRÊNCIA Nº002/2025-PML
PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº038/2025-PML
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE LOANDA
EMPRESA CONTRATADA: TURFGREEN CÓMÉRCIO DE GRAMA SINTÉTICA E CONSTRUÇÃO DE QUADRA ESPORTIVA LTDA

Pelo presente instrumento particular que celebram o **MUNICÍPIO DE LOANDA**, Estado do Paraná, já qualificado no Contrato ora aditivado, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. José Maria Pereira Fernandes, em pleno exercício de seu mandato e funções, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº.2.045.879-8 SSP/PR e do CPF/MF nº.389.032.969-15, e a Empresa **TURFGREEN CÓMÉRCIO DE GRAMA SINTÉTICA E CONSTRUÇÃO DE QUADRA ESPORTIVA LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Ottokar Doerffel, nº 730, Bairro Atiradores, Telefone: (47) 3026-7232, CEP: 89.203-212, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF nº 29.252.265/0001-69, neste por seu representante legal, Senhor, Osmair de Farias Martins, brasileiro, divorciado, comerciante, residente e Rua Ottokar Doerffel, nº 730, Apto. 101, Atiradores, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, portador da Cédula de Identidade RG nº. 3.211.503-9 SSP/PR, e do CPF/MF nº. 429.063.429-04, ajustam e acordam entre si o presente TERMO ADITIVO Nº 001 ao Contrato de nº126/2025-PML, Concorrência nº002/2025-PML, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente termo aditivo tem como objeto o acréscimo de valor ao Contrato nº126/2025-PML que tem como finalidade a execução de obra de engenharia para construção de quadras poliesportivas, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, em consonância com o cronograma físico-financeiro, os projetos, especificações técnicas e demais peças e documentos da CONCORRÊNCIA ELETRONICA n. º 002/2025-PML.

CLÁUSULA SEGUNDA

O TERMO ADITIVO Nº 001 ao Contrato de nº126/2025-PML, possui amparo no Art.111, Art. 124, Inciso I, letra "b" e Art. 125 da Lei 14.133/2021, juntamente com a solicitação da Secretária Municipal de Saúde, devidamente avaliado pelo Engenheiro Civil responsável pelo Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA
As partes, por conveniência administrativa e com respaldo no Art.124, Inciso I, letra "b" e Art. 125 da Lei 14.133/21, resolvem acrescer valor ao Contrato nº126/2025-PML no montante de R$123.946,73(cento e vinte e três mil, novecentos e quarenta e seis reais e setenta e três centavos) aproximadamente 13,60% do valor contratual inicial, considerando o ajuste quantitativo dos materiais e serviços a serem executados, conforme justificativas apresentadas no parecer técnico, com base no Art. 111 da Lei 14.133/21 resolver aditar o prazo de execução contratual em mais 90 (noventa) dias.

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato de nº126/2025-PML, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim justos e acordados, firmam o presente Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Fornecimento, em 03 (três) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.

Loanda Pr, 25 de agosto de 2.026

Contratante:
JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal de Loanda

Contratada:
OSMAIR DE FARIAS MARTINS
Turfgreen – Comércio de Gramas Sintetica e Construção de Quadra Esportiva LTDA

Testemunhas:

_____

_____

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:833E501C

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 567/2026

PORTARIA Nº. 567/2026

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:
Retificar e ratificar a portaria nº. 548/2026 de 12/08/2026, passando a vigorar com a seguinte redação:

Conceder aos servidores abaixo relacionados, 30 (trinta) dias de férias nos termos do artigo 101 c/c o artigo 105, da Lei Municipal nº 003/92, conforme segue:

Matricula	Nome	Cargo	Período Aquisitivo	Período de Férias
966196	Cintia Teixeira Bueno Fernandes	Técnico em Saúde Bucal	14/02/2025 a 13/02/2026	08/09/2026 a 07/10/2026
107821	Elenir Maria Zardo	Dentista - PSF	22/05/2025 a 21/05/2026	08/09/2026 a 07/10/2026
85241	José Cícero N. Silva de Jesus	Atendente	05/03/2025 a 04/03/2026	08/09/2026 a 07/12/2026
965985	Mathilde Canuto da Silva	Aux. de Enfermagem Plantonista	20/01/2024 a 19/01/2025	16/09/2026 a 15/10/2026

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de agosto do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:D1B1CB28

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 568/2026

PORTARIA Nº. 568/2026

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o atestado médico e o resultado da Inspeção Médica;

Resolve:

Conceder ao servidor MAURITI ARMANDO CORRADI, ocupante do cargo de provimento efetivo MOTORISTA, matrícula n° 115761,

auxilio doença sem prejuízo do salário de contribuição, conforme o artigo 42 da Lei nº.002/2014, c/c o parágrafo único do artigo 31 da Lei Municipal nº 049/2014, que dispõe sobre o regime próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Loanda, pelo período compreendido de 11/08/2026, até realização de nova pericia médica.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de agosto do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:D7E55148

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 569/2026

PORTARIA Nº. 569/2026

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o atestado médico e o resultado da Inspeção Médica;

Resolve:

Conceder a servidora APARECIDA BATISTA CRUSCO, ocupante do cargo de provimento efetivo MARGARIDA, matrícula n° 61811, auxilio doença sem prejuízo do salário de contribuição, conforme o artigo 42 da Lei nº.002/2014, c/c o parágrafo único do artigo 31 da Lei Municipal nº 049/2014, que dispõe sobre o regime próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Loanda, pelo período compreendido de 23/08/2026, até realização de nova pericia médica.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de agosto do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:007E63CD

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 570/2026

PORTARIA Nº. 570/2026

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o atestado médico e o resultado da Inspeção Médica,

Resolve:

Conceder a servidora SABRINA DA SILVEIRA SOARES GARCIA, ocupante do cargo de provimento efetivo de EDUCADOR INFANTIL, matrícula n° 966612, auxílio-doença sem prejuízo do salário de contribuição, conforme o artigo 42 da Lei nº.002/2014, c/c o parágrafo único do artigo 31 da Lei Municipal nº 049/2014, que dispõe sobre o regime próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Loanda, pelo período até 24/08/2026, devendo retornar ao trabalho em 25/08/2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de agosto do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:3300FF99

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 571/2026

PORTARIA Nº. 571/2026

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o atestado médico e o resultado da Inspeção Médica,

Resolve:

Conceder ao servidor ADRIANO DE SOUZA, ocupante do cargo de provimento efetivo OPERADOR DE MAQUINA PESADA, matrícula n° 967120, auxílio-doença sem prejuízo do salário de contribuição, conforme o artigo 42 da Lei nº.002/2014, c/c o parágrafo único do artigo 31 da Lei Municipal nº 049/2014, que dispõe sobre o regime próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Loanda, pelo período compreendido entre 22/08/2026 a 02/10/2026, devendo realizar nova perícia em 03/10/2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de agosto do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:7EFA53C9

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 572/2026

PORTARIA Nº. 572/2026

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o atestado médico e o resultado da Inspeção Médica,

Resolve:

Conceder a servidora BIANCA GOMES DE OLIVEIRA ORSO, ocupante do cargo de provimento efetivo SERVENTE matrícula n° 967008, auxílio-doença sem prejuízo do salário de contribuição, conforme o artigo 42 da Lei nº.002/2014, c/c o parágrafo único do artigo 31 da Lei Municipal nº 049/2014, que dispõe sobre o regime próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Loanda, pelo período compreendido entre 16/08/2026 a 16/09/2026, devendo retornar ao trabalho em 17/09/2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de agosto do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:835F1FC5

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 573/2026

PORTARIA Nº. 573/2026

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o aviso de férias datado de 24/08/2026;

Resolve:

Conceder ao servidor JOSE ALDO INO JUNIOR, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SÁUDE, matrícula nº950281, 30 dias de férias pelo período de trabalho prestado entre 29/04/2025 a 30/09/2026, a partir de 01/09/2026 a 30/09/2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de agosto do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:82099E1B

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 574/2026

PORTARIA Nº. 574/2026

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Resolve:

Exonerar, o senhor LUCAS CAMILO DA SILVA, CPF/MF n° 09*.***.***-20, do cargo de provimento em comissão de DIRETOR GERAL DE SERVIÇOS URBANOS, CC.2 - SESU, matrícula n° 967142, constante na Lei Complementar nº. 01/2026 de 11/02/2026, que altera a LC nº. 002/2013, a partir de 31/08/2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de agosto do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:D85B1E21

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 575/2026

PORTARIA Nº. 575/2026

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Resolve:

Exonerar, o senhor HÉLIO JOSE VASCONCELOS FLORENTINO, CPF/MF n° 05*.***.***-08, do cargo de provimento em comissão de DIRETOR GERAL DE FINANÇAS, CC.2 - SEFA, matrícula n° 967167, constante na Lei Complementar nº. 01/2026 de 11/02/2026, que altera a LC nº. 002/2013, a partir de 31/08/2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de agosto do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:20DF82E9

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 576/2026

PORTARIA Nº. 576/2026

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Resolve:

Exonerar, o senhor ANTONIO VINICIUS NUNES MORETTO, CPF/MF n° 12*.***.***-02, do cargo de provimento em comissão de DIRETOR GERAL, CC.2 - SEIC, matrícula n° 967144, constante na Lei Complementar nº. 01/2026 de 11/02/2026, que altera a LC nº. 002/2013, a partir de 31/08/2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de agosto do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:E9C86790

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO 20/2026 - CMDCA

RESOLUÇÃO 20/2026

Sumula - Dispõe sobre a vacância de cargo de Conselheiro Tutelar do Município de Loanda/PR, em razão de renúncia, e determina a adoção de providências para realização de novo processo de escolha para preenchimento da vaga.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE LOANDA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais,
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, especialmente as disposições relativas ao Conselho Tutelar;
CONSIDERANDO a legislação municipal que regulamenta o Conselho Tutelar do Município de Loanda/PR e o processo de escolha de seus membros;
CONSIDERANDO o pedido formal de renúncia apresentado pelo Conselheiro Tutelar PEDRO CESAR MAZO, ao cargo de Conselheiro Tutelar do Município de Loanda/PR;
CONSIDERANDO que a renúncia apresentada ocasiona a vacância de um cargo titular do Conselho Tutelar;
CONSIDERANDO que não há Conselheiros Tutelares suplentes aptos a serem convocados para assumir a vaga decorrente da renúncia;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a continuidade e o regular funcionamento do Conselho Tutelar, assegurando a existência do número legal de membros para o exercício de suas atribuições;
CONSIDERANDO ser competência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA organizar e conduzir os procedimentos necessários ao processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, nos termos da legislação vigente;
RESOLVE:
Art. 1º Fica registrada a renúncia apresentada pelo Conselheiro Tutelar PEDRO CESAR MAZO ao cargo de Conselheiro Tutelar do Município de Loanda/PR, nos termos do requerimento formal apresentado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.
Art. 2º Em decorrência da renúncia de que trata o artigo anterior, fica reconhecida a vacância de 01 (um) cargo titular do Conselho Tutelar do Município de Loanda/PR.
Art. 3º Considerando a inexistência de Conselheiros Tutelares suplentes para preenchimento da vaga, o CMDCA adotará as providências necessárias para a realização de novo processo de escolha destinado ao preenchimento da vaga decorrente da renúncia, observadas as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente, da legislação municipal e das demais normas aplicáveis.
Art. 4º O novo processo de escolha deverá observar os procedimentos legais e regulamentares pertinentes, inclusive quanto à convocação, inscrição, habilitação, divulgação, votação, apuração e proclamação do candidato escolhido, conforme regulamentação específica a ser expedida pelo CMDCA.
Art. 5º O candidato escolhido no novo processo exercerá o cargo pelo período remanescente do mandato em curso, observado o disposto na legislação aplicável.
Art. 6º Compete à Presidência do CMDCA e à

Comissão responsável pelo processo de escolha, quando constituída, adotar as providências administrativas necessárias para o cumprimento desta Resolução.
Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Loanda, 25 de Agosto de 2026.

AMANDA CARLA FLORIANI DIAS PETTENUCI
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Dulce Maria Lunardon Godoy
Código Identificador:4AAC7D39

GABINETE DO PREFEITO
TERMO ADITIVO Nº 004 - REPUBLICADO

TERMO ADITIVO Nº 004

Termo Aditivo nº 004 ao Termo de Fomento nº 010/2024- PML/GAB, celebrado entre o Município de Loanda e a CASA DE ABRIGO DE LONGA PERMANÊNCIA DE IDOSOS.

O MUNICÍPIO DE LOANDA, Estado do Paraná, Pessoa Jurídica de Direito Público, devidamente inscrita no CNPJ Nº 76.972.074/0001-51, com sede de governo à Rua Mato Grosso, 354, CEP: 87900-000, nesta cidade de Loanda-PR, neste ato representada por seu Prefeito Municipal atual, JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES, portador da cédula de identidade RG nº 2.045.879-8 e do CPF nº 379.032.969-15 e a CASA DE ABRIGO DE LONGA PERMANÊNCIA DE IDOSOS, devidamente inscrita no CNPJ/MF nº 76.971.282/0001-36, declarada de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 11/65, com sede em Loanda-PR, doravante denominada ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, neste ato representado por seu presidente Senhor EDSON PAULO DA SILVA, brasileiro, maior, portador da cédula de Identidade Civil RG nº 6.731.940-0, devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº 025.497.389-26, celebram o presente Termo, mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Tem o presente a finalidade de Aditivar o Termo de Fomento nº 010/2024 –PML/GAB, o qual tem por objeto o repasse de recurso financeiro com a finalidade especifica de acolhimento de idosos a parir de 60 anos, ambos os sexos, independente ou com diversos graus de dependência com acolhimento de natureza provisória ou longa permanência, conforme detalhado no Plano de Trabalho, devidamente aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social, parte integrante do presente instrumento, apresentado nos termos do artigo 8º, § 1º da Resolução TCE-PR nº 028/2011 e demais atos normativos.

CLÁUSULA SEGUNDA

O presente TERMO ADITIVO 004 ao Termo de Fomento nº 010/2024 – PML, possui amparo legal na Lei nº 029/2020 (art 2º) e na Clausula Nona do referido instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA

As partes de comum acordo, por conveniência administrativa, resolve prorrogar os prazos de execução para 28/02/2027 e de vigência para 31/03/2027, com consequente reformulação do Plano de Trabalho (cronograma desembolso), desse modo atenderemos às necessidades da CASA DE ABRIGO DE LONGO PERMANÊNCIA DE IDOSOS, e, sobretudo aos Princípios Basilares da Administração Pública.

CLÁUSULA QUARTA

As demais Cláusulas do Termo de Fomento nº 010/2024 – PML/GAB, não atingidas por este Termo, permanecem inalteradas.

E, por estarem assim justos e acordados, firmam o presente Termo Aditivo ao Instrumento Particular acima citado, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.

Loanda, 25 de agosto de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

EDSON PAULO DA SILVA
Presidente

Publicado por:
Aline Regina Zangari Spinardi
Código Identificador:9F193667

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PORTARIA Nº 577

PORTARIA Nº 577/2026.

SÚMULA: Designa os membros do Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização do Município de Loanda e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LOANDA, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 79/2026, que institui a Política Municipal de Alfabetização do Município de Loanda e o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização;

CONSIDERANDO o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, o Programa Educa Juntos e a Estratégia Alfabetiza Juntos;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar o planejamento, acompanhamento, monitoramento

RESOLVE:

Art. 1º Designar os membros do **Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização do Município de Loanda**, responsável pelo planejamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação das

ações relacionadas à implementação da Política Municipal de Alfabetização, nos termos do Decreto Municipal nº 79/2026.

Art. 2º O Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização será composto pelos seguintes membros:
– Representante da Secretaria Municipal de Educação:
Silvia Cristiana Rossin Norte;
Gislaine Pontes de Barros

– Articulador (a) Municipal do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada:
Alexandra Pereira de Souza Scaliante;

– **Representante dos Diretores das Unidades Escolares:**
Isabelle Ortiz Padovini;

– **Representante dos Coordenadores Pedagógicos:**
Roseane das Dores Silva;

– **Representante do Conselho Municipal de Educação:**
Josilene Ferreira Gomes;

– **Representante dos Professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.**
Dayane Ramos da Silva;

– **Representante dos Profissionais da Educação Infantil:**
Simone Araujo Negrisoli Avila;

§ 1º A coordenação do Comitê será exercida pelo representante da Secretaria Municipal de Educação indicado no inciso I deste artigo.

§ 2º Nas ausências e impedimentos do Coordenador, a coordenação dos trabalhos será exercida por membro indicado pelo próprio Comitê.

§ 3º A substituição de qualquer dos membros do Comitê será realizada mediante ato próprio do Chefe do Poder Executivo.

A composição segue os segmentos indicados no modelo encaminhado: Secretaria de Educação, Coordenação Municipal do Compromisso, diretores, coordenação pedagógica, Conselho Municipal de Educação, professores dos anos iniciais, Educação Infantil.

Art. 3º Compete ao Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização, observadas as disposições do Decreto Municipal nº 79/2026:

– Acompanhar a implementação da Política Municipal de Alfabetização;

– Apoiar a execução das ações do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, do Programa Educa Juntos e da Estratégia Alfabetiza Juntos;

– Acompanhar e monitorar os indicadores de alfabetização e aprendizagem da Rede Municipal de Ensino;
– Propor ações e estratégias destinadas à melhoria dos resultados educacionais;

– Contribuir para a elaboração, revisão, execução e acompanhamento do Plano de Ação da Política Municipal de Alfabetização;

– Promover a articulação entre as unidades escolares, a Secretaria Municipal de Educação e os demais órgãos e instituições envolvidos;

– Acompanhar as ações de formação continuada destinadas aos profissionais da educação;

– Acompanhar as estratégias destinadas à recomposição das aprendizagens;

- Identificar, incentivar e contribuir para a disseminação de práticas exitosas relacionadas à alfabetização;

– Acompanhar a execução das metas, estratégias e ações estabelecidas no âmbito da Política Municipal de Alfabetização;

– Elaborar e manter registros das atividades desenvolvidas;

– Elaborar relatórios de acompanhamento e monitoramento das ações, resultados e indicadores de alfabetização;

– Propor medidas destinadas ao aperfeiçoamento da Política Municipal de Alfabetização.

As competências correspondem às funções indicadas no modelo encaminhado pelo Estado, especialmente acompanhamento da Política, monitoramento dos indicadores, acompanhamento do Plano de Ação, formação continuada e elaboração de relatórios.

Art. 4º O Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização reunir-se-á ordinariamente sempre que necessário ao adequado acompanhamento das ações da Política Municipal de Alfabetização e, extraordinariamente, quando convocado por seu Coordenador.

§ 1º As reuniões serão registradas em ata ou instrumento equivalente, contendo, no mínimo:
– data e local da reunião;

– Identificação dos participantes;

– Assuntos discutidos;

– Deliberações e encaminhamentos realizados;

– Quando cabível, indicação dos responsáveis e prazos para cumprimento dos encaminhamentos.

§ 2º As atas, listas de presença, relatórios e demais documentos produzidos no âmbito do Comitê deverão ser organizados e mantidos sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação.

§ 3º Os documentos de que trata o § 2º poderão ser utilizados para fins de acompanhamento, avaliação e comprovação das ações desenvolvidas no âmbito da Política Municipal de Alfabetização.

Art. 5º O Comitê Estratégico Municipal, em articulação com a Secretaria Municipal de Educação, promoverá a publicidade e a transparência das ações desenvolvidas no âmbito da Política Municipal de Alfabetização.

§ 1º Serão disponibilizados, preferencialmente em espaço específico no sítio eletrônico oficial do Município ou no Portal da Transparência:

– O Decreto Municipal que institui a Política Municipal de Alfabetização;

– Esta Portaria e suas eventuais alterações;

– O Plano de Ação da Política Municipal de Alfabetização;

– Os relatórios de acompanhamento e monitoramento das ações, dos resultados e dos indicadores de alfabetização;

– Os documentos orientadores, normativos e demais instrumentos relacionados à implementação da Política Municipal de Alfabetização.

§ 2º A divulgação dos documentos e informações observará os princípios da publicidade, transparência, participação social e acesso à informação, resguardadas as hipóteses legais de sigilo e as normas relativas à proteção de dados pessoais.
Essa parte acompanha de perto o modelo recebido, que prevê expressamente a publicidade da Política, Plano de Ação, relatórios de monitoramento e documentos orientadores.

Art. 6º A participação dos membros no Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização será considerada **serviço público**

relevante e não remunerado, não gerando direito à percepção de gratificação, vantagem ou remuneração adicional.

Art. 7º A Secretaria Municipal de Educação prestará o apoio administrativo, técnico e operacional necessário ao funcionamento do Comitê e à execução de suas atribuições.

Art. 8º Os casos omissos relativos ao funcionamento do Comitê serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, observadas as disposições do Decreto Municipal nº 79/2026 e a legislação aplicável.

Art. 9º Revogadas as disposições contrárias, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, estado do Paraná, aos 26 dias do mês de agosto do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

SILVIA CRISTIANA ROSSIN NORTE
Secretária de Educação e Cultura

Publicado por:
Silvia Cristiana Rossin Norte
Código Identificador:C28DDDB1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOBATO

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 278/2026, DE 26 DE AGOSTO DE 2026
DESIGNA GESTOR E FISCAL DO CONVÊNIO FIRMADO COM A COHAPAR – PROGRAMA CASA FÁCIL PARANÁ – MODALIDADE MUNICÍPIOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Súmula: Designa Gestor e Fiscal do Convênio Firmado com a Cohapar – Programa Casa Fácil Paraná – Modalidade Municípios, e dá outras providências.

FÁBIO CHICAROLI, Prefeito Municipal de Lobato, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade de nomeação de servidor responsável pelo acompanhamento da execução do Convênio firmado entre o Município de Lobato e a COHAPAR, bem como de servidor para atuar como fiscal do referido instrumento;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora **TIHARA KELI MACIEL SIQUEIRA**, matrícula nº 201546, ocupante do cargo de ASSISTENTE SOCIAL, para exercer a função de GESTORA do Convênio para repasse de recursos financeiros destinados à produção de até 10 (dez) moradias para famílias de baixa renda, no âmbito do Programa Casa Fácil Paraná – Modalidade Municípios, totalizando investimento de R$ 1.300.000,00, cabendo-lhe o acompanhamento da execução técnica e administrativa do ajuste, a interlocução com o órgão concedente e a adoção das providências necessárias à boa e regular aplicação dos recursos.

Art. 2º. Designar a servidora **ANA PAULA KANEKO**, matrícula nº 201397, ocupante do cargo de ENGENHEIRO CIVIL, para exercer a função de FISCAL do Convênio para repasse de recursos financeiros destinados à produção de até 10 (dez) moradias para famílias de baixa renda, no âmbito do Programa Casa Fácil Paraná – Modalidade Municípios, totalizando investimento de R$ 1.300.000,00, cabendo-lhe o acompanhamento da execução técnica e administrativa do ajuste.

Art. 3º. Os servidores designados deverão observar rigorosamente os princípios da legalidade, moralidade, economicidade, publicidade, eficiência e demais normas aplicáveis à gestão de recursos públicos.

Art. 4.º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 396/2025 de 26/11/25.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura do Município de Lobato/PR., aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

FÁBIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patriny Leosina Maciel Siqueira Romanin
Código Identificador:47237A60

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 78/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 60/2026 CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 11/2026

CREDENCIANTE: Município de Lobato, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 76.970.367/0001-08.

CREDENCIADO: NPG MED LTDA, inscrita no CNPJ nº. **52.549.351/0001-50**, estabelecida na Rua Santa Fé, n°. 945, Bairro Centro, CEP 86.650-000, município de Santa Fé, Estado Paraná**.**

OBJETO DA CONTRATAÇÃO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS COMPLEMENTARES, POR PROFISSIONAIS LEGALMENTE HABILITADOS, PARA ATUAÇÃO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE, COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DE MÉDICO CLÍNICO GERAL NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF), MÉDICO CLÍNICO GERAL PLANTONISTA E MÉDICO ESPECIALISTA EM GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE LOBATO/PR.

VALOR ANUAL ESTIMADO: R$= 470.480,16 (quatrocentos e setenta mil, quatrocentos e oitenta reais e dezesseis centavos).

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

Reduzido	Organograma	Descrição da Despesa	Máscara
157	06.003	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	10.301.0014.2.046.3.3.90.39.00.00.00.00-00303.003030.10.20.00.01

VIGÊNCIA E EXECUÇÃO: De 26 de Agosto de 2026 a 26 de Agosto de 2027.
Lobato/PR, 26 de agosto de 2026.

FÁBIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marli Dos Santos Silva Bergamo
Código Identificador:FE0FEC7B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 79/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 60/2026 CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2026

CREDENCIANTE: Município de Lobato, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 76.970.367/0001-08.

CREDENCIADO: ABSOLUT CLINICA MEDICA E GESTÃO EM SAUDE LTDA, inscrita no CNPJ nº. 26.740.375/0001-81, estabelecida na Av. Munhoz da Rocha, n°.1693, SLJ, SALA 02, Bairro Centro Sul, CEP 87.160-276, município de Mandaguaçu, Estado Paraná.

OBJETO DA CONTRATAÇÃO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS COMPLEMENTARES, POR PROFISSIONAIS LEGALMENTE HABILITADOS, PARA ATUAÇÃO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE, COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DE MÉDICO CLÍNICO GERAL NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF), MÉDICO CLÍNICO GERAL PLANTONISTA E MÉDICO ESPECIALISTA EM GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE LOBATO/PR.

VALOR ANUAL ESTIMADO: R$= 1.321.586,40 (um milhão, trezentos e vinte e um mil, quinhentos e oitenta e seis reais e quarenta centavos

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

Reduzido	Organograma	Descrição da Despesa	Máscara
157	06.003	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	10.301.0014. 2.046.3.3.90. 39.00.00.00.00- 00303. 003030. 10.20.00.01

VIGÊNCIA E EXECUÇÃO: De 26 de Agosto de 2026 a 26 de Agosto de 2027.
Lobato/PR, 26 de agosto de 2026.

FÁBIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marli Dos Santos Silva Bergamo
Código Identificador:9933D059

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 80/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 60/2026 CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2026

CREDENCIANTE: Município de Lobato, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 76.970.367/0001-08.

CREDENCIADO: J P VALERIO SERVIÇO MEDICO LTDA, inscrita no CNPJ nº. **61.551.434/0001-74**, estabelecida na Rua Marcelino Alves de Alcantará, n°.416, Bairro Centro, CEP 86.650-000, município de Santo Inácio, Estado Paraná.

OBJETO DA CONTRATAÇÃO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS COMPLEMENTARES, POR PROFISSIONAIS LEGALMENTE HABILITADOS, PARA ATUAÇÃO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE, COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DE MÉDICO CLÍNICO GERAL NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF), MÉDICO CLÍNICO GERAL PLANTONISTA E MÉDICO ESPECIALISTA EM GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE LOBATO/PR.

VALOR ANUAL ESTIMADO: R$= R$= 470.480,16 (quatrocentos e setenta mil, quatrocentos e oitenta reais e dezesseis centavos)

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

Reduzido	Organograma	Descrição da Despesa	Máscara
157	06.003	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	10.301.0014.2.046.3.3.90.39.00.00.00.00-00303.003030.10.20.00.01

VIGÊNCIA E EXECUÇÃO: De 26 de Agosto de 2026 a 26 de Agosto de 2027.

Lobato/PR, 26 de agosto de 2026.

FÁBIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marli Dos Santos Silva Bergamo
Código Identificador:FA51E1D8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS

CÂMARA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS
REPUBLICAÇÃO - TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 05/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Fundamentado no artigo 74, na alínea "f" do inciso III da Lei nº 14.133/2021, em conformidade com os princípios administrativos, RATIFICO a **contratação direta, por meio de Inexigibilidade de Licitação,** cujo objeto é a prestação de serviço de Capacitação e Treinamento destinados à formação dos servidores públicos, com foco em: **Temas referentes à reorganização e atualização do Regimento Interno da Câmara Municipal e** da Lei Orgânica do Município**, de forma a harmonizá-los entre si e com a legislação superior vigente, além de proporcionar melhor desempenho das atribuições dos Vereadores e da Mesa Diretora,** conforme a comprovação de plausibilidade e razoabilidade do valor a ser despedido para realização desta capacitação, pelos demais serviços comprovadamente prestados acostados aos autos. DATALEGIS - CONSULTORIA, ENSINO & PESQUISA EIRELI, CNPJ/MF 01.031.983/0001-96 – Valor global: R$ 29.900,00
Dotação: 3.3.90.39.00.00.

BRUNO NEVES DA SILVA
Presidente da Câmara Municipal de Lupionópolis

Publicado por:
Michelle Angelini
Código Identificador:C3EA8F4B

GABINETE/SECRETARIA
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 147/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 69/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUPIONÓPOLIS – PR.
CONTRATADA: GSS – GESTÃO SERVIÇOS À SAÚDE LTDA, inscrita no CNPJ nº 18.670.594/0001-03.
OBJETO: Prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços nº 147/2025, cujo objeto é o registro de preços para prestação de serviços de diagnóstico de imagem (ultrassonografia) em favor da Secretaria Municipal de Saúde de Lupionópolis.
VIGÊNCIA: Prorrogada por 12 (doze) meses, de 28/08/2026 a 27/08/2027, nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.
VALOR: Mantido o valor total registrado de R$ 319.982,00 (trezentos e dezenove mil, novecentos e oitenta e dois reais), permanecendo os preços unitários fixos e irreajustáveis. O pedido de reajuste de 4,37% foi indeferido no estágio atual, ficando apartado para procedimento próprio.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021 e Cláusula Nona, subitem 9.1, da Ata de Registro de Preços nº 147/2025.
DATA: Lupionópolis/PR, 17 de agosto de 2026.

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:3DA0BCB9

GABINETE/SECRETARIA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 112/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUPIONÓPOLIS – PR.

CONTRATADA: DEVOPS TECNOLOGIAS E INTERDEPENDENCIAS LTDA – CNPJ nº 28.788.813/0001-07.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 68/2026.
DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº: 22/2026.
OBJETO: Contratação de empresa especializada em tecnologia da informação para o fornecimento de infraestrutura em nuvem (Cloud Computing), pelo período de 12 (doze) meses, compreendendo solução de infraestrutura em nuvem corporativa gerenciada, com servidor cloud dedicado para centralização, armazenamento seguro, compartilhamento e rotinas automatizadas de backup de documentos e arquivos digitais, incluindo licenciamento de software, segurança perimetral e suporte técnico especializado.
VALOR TOTAL: R$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais).
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, com início na data de sua assinatura, observadas as disposições contratuais.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 370 – 03.002.04.122.0003.2005 – 0 – 3.3.90.40.99.00 – Do Exercício.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente artigo 75, inciso II, e Decreto Municipal nº 147/2023.
DATA DA ASSINATURA: 24 de agosto de 2026.
Lupionópolis – PR, 24 de agosto de 2026.

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:0D40BA6B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 85/2026

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUPIONÓPOLIS, convoca os Candidatos abaixo relacionados e selecionados pela Décima Segunda seleção no Programa de Assistência ao Trabalhador - PAT, realizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme divulgado pela Resolução nº 50/2026, devidamente publicado em 03/06/2026.

A Secretaria Municipal de Assistência Social no uso de sua atribuição que lhe é conferida pela lei nº 05/2021, lei nº 05/2023, alterada pela lei nº 06/2025, convoca:

NOME	PONTUAÇÃO	DATA DE NASCIMENTO	CLASSIFICAÇÃO
LUIZ HENRIQUE DA SILVA	25	06/03/2008	36º
DANIEL JUNIOR DA SILVA	23	28/08/2007	37º

Os candidatos acima relacionados no âmbito do Programa de Assistência ao Trabalhador – PAT, já foram devidamente comunicados, conforme contato oficial e individual realizado quanto ao local, data e horário em que deverão comparecer, de acordo com a vaga disponível, para fins de manifestação de interesse e demais providências relativas ao benefício.
O não comparecimento a presente convocação será considerado desistência, sem direito de recursos administrativos.

Lupionópolis, 25 de agosto de 2026.

DHAIANE CAMPOS BUENO
Secretária Municipal de Assistência Social
Portaria: 143/2025

Publicado por:
Sara Lais de Lima Boqui
Código Identificador:FB023DDD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 86/2026

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUPIONÓPOLIS, convoca os Candidatos abaixo relacionados e selecionados pela Décima Segunda seleção no Programa de Assistência ao Trabalhador - PAT, realizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme divulgado pela Resolução nº 50/2026, devidamente publicado em 03/06/2026.

A Secretaria Municipal de Assistência Social no uso de sua atribuição que lhe é conferida pela lei nº 05/2021, lei nº 05/2023, alterada pela lei nº 06/2025, convoca:

NOME	PONTUAÇÃO	DATA DE NASCIMENTO	CLASSIFICAÇÃO
JOSÉ BENEDITO DO CARMO	22	23/08/1964	38º
AILTON RODRIGUES DA SILVA	22	12/05/1970	39º

Os candidatos acima relacionados no âmbito do Programa de Assistência ao Trabalhador – PAT, já foram devidamente comunicados, conforme contato oficial e individual realizado quanto ao local, data e horário em que deverão comparecer, de acordo com a vaga disponível, para fins de manifestação de interesse e demais providências relativas ao benefício.
O não comparecimento a presente convocação será considerado desistência, sem direito de recursos administrativos.

Lupionópolis, 26 de agosto de 2026.

DHAIANE CAMPOS BUENO
Secretária Municipal de Assistência Social
Portaria: 143/2025

Publicado por:
Sara Lais de Lima Boqui
Código Identificador:C3888458

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO - PREGÃO 29/2026

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA DE LUPIONÓPOLIS
CNPJ 75.845.511/0001-03
AVISO DE RETIFICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 70/2026.
PREGÃO ELETRÔNICO -SRP Nº 29/2026.
O Pregoeiro Henrique Alves Constante, designado pela portaria 72/2026, torna público, a todas as empresas interessadas em participar do referido certame, a retificação do Edital do Pregão Eletrônico-SRP 29/2026, que tem como objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO À FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES, MATERIAIS PARA PROCEDIMENTOS CLÍNICOS, MATERIAIS DE ENFERMAGEM, MATERIAIS PARA URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, INSUMOS PARA CURATIVOS, MATERIAIS PARA ESTERILIZAÇÃO, DISPOSITIVOS MÉDICOS, EQUIPAMENTOS DE APOIO ASSISTENCIAL E DEMAIS MATERIAIS CORRELATOS DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DA CENTRAL DE ABASTECIMENTO FARMACÊUTICO (CAF) E AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES OPERACIONAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUPIONÓPOLIS/PR, e alterar a data de realização do mesmo para o dia 10 de setembro de 2026 às 09 (nove) horas. O Edital completo, estará à disposição dos interessados na Plataforma Bolsa de Licitações BLL, disponível também na Prefeitura Municipal, com retirada no endereço acima especificado, ou via internet através do site PNCP (Portal Nacional de Contratações Públicas). Maiores informações poderão ser obtidas pelo email: licitacaolupionopolis@gmail.com fone (43) 3660-1100 no horário das 08h às 12h e das 14h às 16h.

Lupionópolis, 26 de agosto de 2026.

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Henrique Alves Constante
Código Identificador:3CD0815C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 375/2026

DECRETO Nº 375/2026

Designa Membros da Câmara Municipal Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN do Município de Mallet, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Mallet, Estado do Paraná**, PEDRO KOWALCZYK**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 65, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e com fundamento nas disposições da Lei Municipal nº 1.363/2018,
CONSIDERANDO o contido no art. 5º do Decreto Municipal n° 259/2018;
CONSIDERANDO o contido no processo Cloud n° 000002969/2026;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam designados, para fazerem parte da Câmara Municipal Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN do Município de Mallet, de acordo com o Decreto nº 259/2018 de 28 de agosto de 2018, os seguintes integrantes:

Membros da Câmara Municipal Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional:

I - Presidente: Maria Paulina Salles, CPF nº 074.xxx.xxx-01
II – Vice-Presidente: Luiza Arlete Sieklicki, CPF nº 033.xxx.xxx-18

a) Secretaria Municipal de Educação:
1. Titular: Cláudia Bonete Mierzva, CPF nº 008.xxx.xxx-05
2. Suplente: Carla Cassiana Machado Nowacki, CPF nº 037.xxx.xxx-01

b) Secretaria Municipal de Saúde:
1. Titular: Débora Lunara Passemko, CPF nº 061.xxx.xxx-03
2. Suplente: Beatriz Tomal, CPF nº 041.xxx.xxx-80

c) Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social:
1. Titular: Luiza Arlete Sieklicki, CPF nº 033.xxx.xxx-18
2. Suplente: Nayara Scharam, CPF nº 009.xxx.xxx-97

d) Secretaria Municipal de Agropecuária e Abastecimento:
1. Titular: Maria Paulina Salles, CPF nº 074.xxx.xxx-01
2. Suplente: Mateus Francisco Krinski, CPF nº 115.xxx.xxx-59

Art. 2º. Fica designada Claudia Bonete Mierzva, Nutricionista, Matrícula n° 4.027 como Secretária-executiva da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN, nos termos do art. 5°, do Decreto Municipal n° 259/2018.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário e em específico o Decreto n° 140/2025.

Art. 4º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mallet, em 26 de agosto de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Carlos Carvalho de Lima
Código Identificador:EF031E99

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 376/2026

DECRETO Nº 376/2026

Designa Membros do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de Mallet – COMSEA e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Mallet - Paraná, **PEDRO KOWALCZYK,** no uso de suas atribuições legais (artigo 65, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Mallet);
CONSIDERANDO o contido no processo cloud n° 00000853/2026;
CONSIDERANDO o contido no processo cloud n° 00003005/2026;

D E C R E T A

Art. 1º. Ficam designados, para fazerem parte do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA do Município de Mallet, de acordo com a Lei Municipal nº 1.243/2015, que terá a seguinte composição:

Membros do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional:
I - Presidente: Débora Carla Makoski Tibes, CPF nº 063.xxx.xxx-65;
II – Vice-Presidente: Maria Paulina Salles, CPF nº 074.xxx.xxx-01;
Representantes da APAE:
Titular: Eliane Fronczak, CPF nº 869.xxx.xxx-91;
Suplente: Marciele Juliana Tesluk, CPF nº 052.xxx.xxx-08;
Representantes do Grupo da 3º idade Nova Esperança:
Titular: Tereza Seretne, CPF nº 972.xxx.xxx-72;
Suplente: Irena Marceniuk, CPF nº 214.xxx.xxx-34;
Representantes de Conselho Municipal de Alimentação Escolar:
Titular: Débora Carla Makoski Tibes, CPF nº 063.xxx.xxx-65;
Suplente: Maurinho Romanichen, CPF nº 499.xxx.xxx-00;
Representantes da Associação dos Produtores da Agricultura Familiar e Produtos Coloniais de Mallet-PR:
Titular: Marcelo Lachman, CPF nº 022.xxx.xxx-48;
Suplente: Dirceu Francisco Kieltyka, CPF nº 981.xxx.xxx-30;
Representantes dos docentes da Educação Infantil:
Titular: Ines Rachwal Dilay, CPF nº 015.xxx.xxx-47;
Suplente: Mariluz Cristiane Hluszko da Silva, CPF nº 047.xxx.xxx-41;
Representantes de Órgãos Governamentais
Secretaria Municipal de Agropecuária e Abastecimento:
Titular: Maria Paulina Salles, CPF nº 074.xxx.xxx-01;
Suplente: Marcelo Trojan, CPF nº 090.xxx.xxx-82;
Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social:
Titular: Luiza Arlete Sieklicki, CPF nº 033.xxx.xxx-18;
Suplente: Nayara Scharam, CPF nº 009.xxx.xxx-97;
Secretaria Municipal de Educação:
Titular: Cláudia Bonete Mierzva, CPF nº 008.xxx.xxx-05;
Suplente: Carla Cassiana Machado Nowacki, CPF nº 037.xxx.xxx-01;
Secretaria Municipal de Saúde:
Titular: Débora Lunara Passemko, CPF nº 061.xxx.xxx-03;
Suplente: Beatriz Tomal, CPF nº 041.xxx.xxx-80.

Art. 2º. Fica designada Claudia Bonete Mierzva, Nutricionista, Matrícula n° 4.027 como Secretária-executiva do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de Mallet – COMSEA.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário e em específico o Decreto n° 119/2026.

Art. 4º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mallet, em 26 de agosto de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Carlos Carvalho de Lima
Código Identificador:B25B5019

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO Nº 147/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 147/2026

DATA DE ASSINATURA: 21 de agosto de 2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MALLET, Estado do Paraná, CNPJ 75.654.566/0001-36, representado pelo Prefeito Municipal, senhor **PEDRO KOWALCZYK.**

CONTRATADA: SMARTIASTOR LTDA CNPJ 51.784.579/0001-61, domiciliada à Rua Floriano Peixoto, nº 1349, bairro centro, no município de São Jorge do Ivaí, estado do Paraná, representada pelo Sócio Responsável, senhor **LEANDRO JEFFERSON MACKERT, CPF 813.926.729-53**, residente à Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 71, bairro centro, no município de São Jorge do Ivaí, estado do Paraná.

OBJETO: Aquisição de equipamentos e acessórios de áudio, vídeo, fotografia e iluminação para atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Mallet.

VALOR: Pelo fornecimento do produto ora adquirido, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de **R$ 477,00 (quatrocentos e setenta e sete reais).**

PRAZO: A vigência deste contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura e encerrar-se-á **12 (doze) meses após.**

FORO: Comarca de Mallet, Estado do Paraná.

Publicado por:
Felipe Zolondek
Código Identificador:26895E7C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO Nº 149/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 149/2026

DATA DE ASSINATURA: 26 de agosto de 2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MALLET, Estado do Paraná, CNPJ 75.654.566/0001-36, representado pelo Prefeito Municipal, senhor **PEDRO KOWALCZYK.**

CONTRATADA: JOAO MARIA DA ROSA PALESTRAS CNPJ 62.723.761/0001-29, domiciliada à Rua Luiz Caldato, nº 448, centro, no município de Campo Ere, Estado de Santa Catarina, representada pelo Senhor, **JOAO MARIA DA ROSA CPF 973.657.189-00**, residente à Rua Luiz Caldato, nº 448, no município de Campo Ere, Estado de Santa Catarina.

OBJETO: Contratação da apresentação artística denominada 'Palestra Show – Agosto Lilás', com Deivid Freitas e equipe, por intermédio de seu empresário exclusivo João Maria da Rosa Palestras, a ser realizada em 27 de agosto de 2026, no Município de Mallet/PR.

VALOR: Pelo serviço ora contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R$ 5.950,00 (cinco mil novecentos e cinquenta reais) após comprovada execução dos serviços.

PRAZO: A vigência deste contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura e encerrar-se-á **06 (seis) meses após.**

FORO: Comarca de Mallet, Estado do Paraná.

Publicado por:
Felipe Zolondek
Código Identificador:7547EE1D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROTOCOLO CLOUD Nº 1084.016.00252.000000003/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 109/2026
ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 013/2024, PROVINIENTE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2024

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

DO OBJETO

O presente ato visa a formalização da adesão (carona) à Ata de Registro de Preços nº 013/2024, oriunda do Pregão Eletrônico nº 005/2024 do Consórcio Público Intermunicipal de Inovação e Desenvolvimento do Estado de São Paulo - CINDESP, para a aquisição de uniformes escolares e tênis para os alunos da rede municipal de ensino.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente adesão fundamenta-se no art. 86, § 3º da Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações) e no Decreto Municipal nº 229/2026, tendo em vista o Parecer Jurídico nº 231/2026/PROC, que atesta a legalidade do procedimento.

DA JUSTIFICATIVA E VANTAGEM

Conforme justificativa presente nos autos, a aquisição de uniformes escolares destinados aos alunos da rede municipal de ensino justifica-se pela necessidade de garantir condições adequadas de segurança, conforto, igualdade e identificação dos estudantes, contribuindo diretamente para o fortalecimento do ambiente escolar e para a promoção da inclusão social.
O fornecimento de uniformes escolares desempenha relevante função social e pedagógica, uma vez que promove o sentimento de pertencimento dos alunos à comunidade escolar, além de contribuir para a redução das desigualdades socioeconômicas entre os estudantes, assegurando tratamento isonômico e maior integração no ambiente educacional.
Ademais, a utilização de vestimentas padronizadas com a identidade visual do município reforça a segurança dos alunos, facilitando sua identificação tanto no ambiente escolar quanto em atividades externas, minimizando possíveis situações de risco e proporcionando maior tranquilidade às famílias e à equipe escolar.
Ressalta-se ainda que o uniforme escolar proporciona maior conforto e praticidade aos estudantes, especialmente durante as atividades físicas e no cotidiano em sala de aula, favorecendo a mobilidade, o bem-estar e o adequado desenvolvimento das atividades pedagógicas.
Atualmente, a rede municipal de ensino conta com 1.227 alunos matriculados, sendo necessária a aquisição de kits completos de uniforme escolar para atendimento integral da demanda. Cada kit será composto por calça, camiseta, jaqueta, bermuda/saia e tênis, contemplando um kit por aluno para o ano letivo de 2026. Além disso, prevê-se a aquisição de quantitativo adicional de peças em diferentes tamanhos, considerando eventuais novas matrículas, reposições e possíveis variações de demanda, evitando prejuízos à adequada distribuição dos uniformes.
Considerando que o ano letivo já se encontra em andamento desde 05 de fevereiro de 2026, torna-se imprescindível que a contratação ocorra com a maior brevidade possível, de forma a garantir tempo hábil para confecção, fornecimento e entrega dos materiais aos estudantes. Nesse contexto, justifica-se a adesão à Ata de Registro de Preços, em razão da maior celeridade e eficiência no processo de aquisição, assegurando o atendimento tempestivo da necessidade pública apresentada.

DA ANUÊNCIA

O processo conta com a devida anuência do Órgão Gerenciador (CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO - CINDESP) e a aceitação expressa da empresa detentora da ata para fornecimento nas mesmas condições e preços registrados, além de declaração expressa de inexistência de pendências administrativas ou judiciais referentes ao Pregão Eletrônico nº 005/2024 que levou a efeito a presente contratação.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta de dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Educação para o exercício de 2026, conforme detalhado abaixo:

100 02.005.12.361.0007.2.013.3.3.90.32.00.1000 MANUTENÇÃO E INVESTIMENTOS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS.

90 02.005.12.122.0007.2.012.3.3.90.32.00.1000 MANUTENÇÃO E INVESTIMENTOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

110 02.005.12.365.0007.2.014.3.3.90.32.00.1000 MANUTENÇÃO E INVESTIMENTOS NOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CMEIS – CRECHE.

120 02.005.12.365.0007.2.015.3.3.90.32.00.1000 MANUTENÇÃO E INVESTIMENTOS NOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CMEIS - PRÉ-ESCOLA.

131 02.005.12.367.0007.2.016.3.3.90.32.00.1000 MANUTENÇÃO E INVESTIMENTOS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL.

Mallet/PR, 26 de agosto de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Felipe Zolondek
Código Identificador:44A93C3D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL Nº 002/2026 - DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE PARA ASSUNÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR SUPLENTE

EDITAL Nº 002/2026 - DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE PARA ASSUNÇÃO
DE CONSELHEIRO TUTELAR SUPLENTE

PEDRO KOWALCZYK, Prefeito Municipal de Mallet, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 65, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando, que o artigo 31, da Lei Municipal nº 1.359/2018, estabelece o dever de convocação de suplente para preenchimento de vaga de Conselheiro Tutelar, nos casos de licenças regulamentares, vacância, férias ou afastamento, para fins de regularização da composição do equipamento, em atenção ao disposto nos artigos 131 e 132, da Lei Federal nº 8.069/1990;

Considerando, a necessidade de substituição de Conselheiros, período de 01 de setembro de 2026 a 30 de dezembro de 2026;

TORNA PÚBLICA:

1. O chamamento dos suplentes abaixo relacionados para manifestar, no **prazo de 03 (três) dias úteis**, interesse em assumir a função de CONSELHEIRO TUTELAR, pelo período de 01 de setembro de 2026 a 30 de dezembro de 2026;

a) Daniele Andressa Daczkowski;
b) Andreia Schram Correia;
c) Liliane Inês Koslvski;
d) Sandra Aparecida das Chagas;
e) Elineia Bagniuk Talamini;
f) Nelson Machado;
g) Lorena Vanessa Karachuk Dilay;
h) Lucia Korioluk Pinto.

2. A CONVOCAÇÃO dos Conselheiros Tutelares Suplentes, eleitos na Eleição Unificada realizada em 01 de outubro do ano de 2023, conforme resultado homologado por meio da Resolução nº 011/2023 - CMDCA, para assumir o cargo de Conselheiro Tutelar Suplente, nos termos dos artigos 19, §6º e 31, ambos da Lei Municipal nº 1.359/2018, e Decreto Municipal nº 899/2024 de 09 de janeiro de 2024.

3. A nomeação do candidato ao cargo de Conselheiro Tutelar Suplente fica condicionada ao atendimento dos requisitos básicos para a investidura constante neste Edital e da legislação vigente, bem como a aprovação em Exame de Saúde Física e Mental a ser expedido por Médico registrado no Conselho Regional de Medicina - CRM ou Registro do Ministério da Saúde-RMS.

4.O candidato convocado para a nomeação terá o prazo improrrogável de **05 (cinco) dias úteis da publicação do Edital de Convocação** para se apresentar na Secretaria Municipal de Administração, a fim de cumprir com todas as formalidades exigíveis para a concretização do ato, no prazo supracitado.

5. O candidato deverá no prazo estipulado pelo Município comprovar que preenche os requisitos para nomeação, previstos na Legislação pertinente, sob pena de eliminação, devendo ainda apresentar os documentos abaixo relacionados:
Cédula de Identidade;
Para fins de registro, é imprescindível que o candidato possua número no cadastro de pessoa física – CPF – regularizado (atualizado).
inscrição no PIS ou PASEP, ou, se não estiver cadastrado, negativa expedida pela Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil, respectivamente;
Certidão de Nascimento dos filhos com até 18 anos;
Uma foto 3x4, recente;
CNH (Categoria B);
apresentar os documentos comprovando a escolaridade;
estar em dia com as obrigações eleitorais, mediante apresentação do título de eleitor e certidão emitida pela Justiça Eleitoral ou comprovantes de votação das 02 últimas eleições;
estar quite com o serviço militar, quando do sexo masculino, mediante apresentação do certificado de reservista ou dispensa de incorporação;
não registrar antecedentes criminais, encontrando-se no pleno exercício dos seus direitos civis e políticos, mediante apresentação de certidão negativa de antecedentes criminais expedidas pela Justiça Estadual, Federal, Militar e Eleitoral, dos locais de residência dos últimos 05 (cinco) anos;
não haver sofrido, no exercício de função pública, penalidade por prática de atos desabonadores, mediante declaração própria sobre essa condição;
comprovante de residência (água, luz ou telefonia) atualizado e em nome próprio ou em nome de seu cônjuge, companheiro ou genitor, ou, no caso de comprovante em nome de terceiros, declaração do titular, devidamente reconhecida em cartório, de que o candidato reside no respectivo endereço;
documento de identidade, certidão de nascimento, casamento ou equivalente e cadastro de pessoa física – CPF – regularizado;
conta salário junto ao Sicredi para recebimento do vencimento;
certidão de Casamento ou Nascimento, sendo que na hipótese de existir Escritura Pública de União Estável;
impressão da tela de consulta de Qualificação Cadastral do eSocial, na qual conste a mensagem “Os dados estão corretos”.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mallet, 26 de agosto de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Pirog
Código Identificador:87F52BE4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUARI

ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 24/2026- CMDCA

Resolução nº 24/2026

Súmula: Aprovação dos Planos de Trabalhos apresentados pelas Organizações da Sociedade Civil – OSC referente aos Editais de Chamamento Público 07/2026, para o exercício de 2026 a 2027, com recursos do Fundo Municipal da Criança e Adolescente - FMDCA

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Mandaguari – CMDCA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2.484/2015 de 12 de maio de 2015;
Considerando o disposto no inciso III, do artigo 30 da Lei Federal 8.742/93;
Considerando a Resolução nº 20/2020 do CMDCA, que aprova o retorno das reuniões presenciais e online;
Considerando a Resolução nº 12/2026 do CMDCA, que cria a nova comissão de chamamento público;
Considerando a Resolução nº 21/2026 do CMDCA, que aprova o edital do chamamento público;
Considerando a deliberação da plenária realizada em 26 de agosto de 2026.

Resolve:
Artigo 1º - Aprovar os Planos de Trabalhos apresentados com base nos Editais de **Chamamento Público 07/2026**, que tem como objetivo selecionar propostas de Organização da Sociedade Civil - OSC para prestação de serviço complementar, na área da política da Criança e Adolescente, por meio de parceria voluntária e obtenção de resultado comum, em regime de mútua cooperação, com transferência de recursos financeiros, durante o exercício de 2026 a 2027:
Artigo 2º - O valor anual da parceria será custeado com recursos do Fundo Municipal da Criança e Adolescente – FMDCA, conforme descrição abaixo:

ORÇAMENTO CRIANÇA E ADOLESCENTE:

Edital nº 07/2026:
Entidade: Associação Maria Aparecida Gomes - AMAG, título do projeto "Caminhando Para o Futuro" no valor **R$ 27.286,23** (vinte e sete mil duzentos e oitenta e seis reais e vinte e três centavos);

Entidade: Instituto Promocional Jesus de Nazaré – IPJN, título do projeto: "Construindo Oportunidades" no valor **R$ 27.286,24** (vinte e sete mil duzentos e oitenta e seis reais e vinte e quatro centavos);

Entidade: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, título do projeto: "Cultivando Cidadania – Inclusão Produtiva e Educação Ambiental da APAE de Mandaguari", no valor **R$ 27.286,24** (vinte e sete mil duzentos e oitenta e seis reais e vinte e quatro centavos);

Entidade: Comunidade Social Cristã Beneficente – CSCB, título do projeto: "Arte e Cultura para Transformar Vidas II - 2026/2027" no valor **R$ 27.286,23** (vinte e sete mil duzentos e oitenta e seis reais e vinte e três centavos);

Entidade: Centro de Atendimento a Criança e Adolescente e Família – CECAF, título do projeto:
"Nosso Lar 2026", no valor **R$ 27.286,23** (vinte e sete mil duzentos e oitenta e seis reais e vinte e três centavos);

Artigo 3° - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publica

Mandaguari, 26 de agosto de 2026.

ROSÁRIA GRAZIELLE VAZ
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Tielly Zanelli Gomes
Código Identificador:760A8D56

CÂMARA MUNICIPAL DE MANDAGUARI
4º TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO E EXECUÇÃO

4º TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO E EXECUÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 37/2022
PREGÃO ELETRÔNICO N° 002/2022
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 020/2022
CÂMARA MUNICIPAL DE MANDAGUARI - UASG 928198

Ao vigésimo quinto dia do mês de agosto de dois mil e vinte e seis, a **CÂMARA MUNICIPAL DE MANDAGUARI**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede junto a rua Manoel Antunes Pereira, nº. 297, na cidade de Mandaguari-PR, inscrita no CNPJ sob nº. 95.639.548/0001-92, neste ato representado pelo seu Presidente, Sr **EDILSON DOS SANTOS MONTANHERI**, brasileiro, agente público, portador da R.G. nº. 6.821.614-1 e do CPF sob o nº. 016.861.329-80, e do outro lado a empresa **VIRTUALIZA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA - EPP** inscrita no CNPJ sob n. 03.476.831/0001-22 com sede na Avenida Hercílio Amante, n. 360, 2º andar, Prospera, na cidade de Criciúma - SC, representada neste ato pela representante legal **JANAINA JANUARIO CAMILO CAETANO**, brasileira, casada, portador da cédula de identidade n. 3.934.461, e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n. 006.812.699-95, residente e domiciliada na cidade de Criciúma – SC, firmam o presente termo aditivo de prorrogação de prazo de execução e vigência, com fulcro na Lei Geral de Licitações e suas disposições, em especial o art. 57, inciso II, art. 65 e as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO
Fica prorrogado por mais 12 (doze) meses o contrato firmado entre a Contratante e a Contratada, estendendo a vigência contratual até 24 de agosto de 2027.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE
Nos termos do item 10.2 do contrato firmado entre as partes, o valor contratual fica reajustado, conforme índice INPC, nos seguintes termos:

Item	Descrição	Unidade de Medida	Quant.	Valor máximo Unitário	Valor máximo Total
01	Licença de uso do seguintes módulos do software, nos termos das descrições dos módulos contidas no Termo de Referência: · Módulo de tramitação do processo legislativo e administrativo · Módulo de votação eletrônica e gestão de sessões plenárias · Módulo de portal web · Módulo aplicativo tecnológico para uso de cidadãos e Câmara Nestes serviços estão inclusos todo o suporte técnico necessário que o Poder Legislativo necessitar, além da hospedagem dos e-mails.	Mês	12	R$ 4.022,41	R$ 48.268,92
02*	Serviços de customização e desenvolvimento de novas funcionalidades, não enquadradas no conceito de suporte técnico.	Hora	50	R$ 123,71	R$ 6.185,50
TOTAL					**R$ 54.454,42**

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO
Permanecem inalteradas as demais cláusulas contratuais. Este termo aditivo aderirá ao Contrato Primitivo e será devidamente publicado no Órgão de publicação oficial do Município, para todos os efeitos legais.

Justas e acordadas as partes, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias, na presença de duas testemunhas, a fim de que produza os efeitos legais e pretendidos.

Mandaguari, 24 de agosto de 2026.

Publicado por:
Claudia Pereira Velasco Lessa
Código Identificador:46A38BE3

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 418/2026 - INSTITUI E NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL BOM PASTOR, COM VIGÊNCIA DE 21/08/2026 A 21/08/2028, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº. 418/2026

Súmula: Institui e nomeia membros do Conselho Escolar da Escola Municipal Bom Pastor, com vigência de 21/08/2026 a 21/08/2028, e dá outras providências.

A Prefeita do Munícipio de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeadas as pessoas abaixo relacionadas para compor o Conselho Escolar da Escola Municipal Bom Pastor, com vigência de 21/08/2026 a 21/08/2028, do Município de Mandaguari, Estado do Paraná, a saber:
Presidente: Fernanda Cristina Bassetto Monteiro
Vice-presidente: Denilson Aparecido da Silva

Art. 2º REPRESENTANTES DA EQUIPE PEDAGÓGICA E CORPO DOCENTE

Titular: Ana Carolina Moraes Massignani
Suplente: Rosana Cristina da Mota
Titular: Vanessa Rossi
Suplente: Marlene Pereira de Paula Dutra
Titular: Denilson Aparecido da Silva
Suplente: Maria Edna de Mello

REPRESENTANTES DA EQUIPE TÉCNICO-ADMINISTRATIVO E FUNCIONÁRIOS.
Titular: Fátima Beatriz Rodrigues
Suplente: Eliane Muniz de Oliveira
Titular: Tatiana Aparecida Domingues
Suplente: Rosangela Pinheiro Vieira
REPRESENTANTES DE PAIS E/OU RESPONSÁVEIS
Titular: Carla Marques da Silva Anami
Suplente: Daniele Mara Arbano Wiederwild Silva

REPRESENTANTES DE ALUNOS
Titular: Giuseppe Martinez Montanheri
Responsável Legal: Edilson dos Santos Montanheri
Suplente: Heitor Henrique Silva de Oliveira
Responsável Legal: Carmem Daiane da Silva

REPRESENTANTES DA APM
Titular: Vania Lopes de Araújo
Suplente: Eliane Aparecida Pereira Barcos

REPRESENTANTES DA COMUNIDADE LOCAL
Titular: Giovanna Ferreira Luchetti Dias
Suplente: Abel de Camargo Pinheiro
Titular: Valéria da Silva
Suplente: Geovane Lopes Sanches

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao vigésimo sexto dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis (26/08/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:668BF70F

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 420/2026 - INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MANDAGUARI, ESTABELECE PRINCÍPIOS, DIRETRIZES, PILA-RES PEDAGÓGICOS E METAS DE ALFABETIZAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊN-CIAS.

DECRETO Nº 420/2026

Súmula: Institui a Política Municipal de Alfabetização da Rede Municipal de Ensino de Mandaguari, estabelece princípios, diretrizes, pilares pedagógicos e metas de alfabetização, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que define, em seu art. 205, a educação como direito de todos e dever do Estado e da família;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, especialmente seus arts. 22 e 32, que estabelecem a formação básica do cidadão e asseguram o domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

CONSIDERANDO a Base Nacional Comum Curricular - BNCC, que estabelece os direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento e orienta a organização curricular da Educação Básica;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, especialmente quanto ao tratamento, à proteção e à divulgação de dados e informações educacionais;

CONSIDERANDO as metas e estratégias do Plano Nacional de Educação, instituído pela Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026;

CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 11.556, de 12 de junho de 2023, que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 15.247/2025, que dispõe sobre o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;

CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 12.048/2024, que institui o Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens, Adultos e Idosos;

CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 12.391/2025, que institui o Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens;

CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 21.323, de 20 de dezembro de 2022, que cria o Programa Educa Juntos no âmbito do Estado do Paraná e dá outras providências;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 5.158, de 7 de agosto de 2023, da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, que institui a estratégia Alfabetiza Juntos para o desenvolvimento das ações do Programa Educa Juntos;

CONSIDERANDO as diretrizes, metas e estratégias estabelecidas no Plano Municipal de Educação de Mandaguari, especialmente aquelas relacionadas à alfabetização, à qualidade da educação e à garantia do direito à aprendizagem;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 395/2026, que institui o Programa Municipal de Reconhecimento das Boas Práticas Pedagógicas e Valorização dos Profissionais da Educação da Rede Municipal de Ensino de Mandaguari;

CONSIDERANDO a Instrução Normativa nº 21/2025, da Secretaria Municipal de Educação de Mandaguari, que instituiu e regulamentou o Projeto de Reforço Escolar no Contraturno, destinado ao acompanhamento e à recuperação da aprendizagem dos estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental, com ações voltadas à Língua Portuguesa e à Matemática;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar o direito à alfabetização de todas as crianças, promover a recomposição e a consolidação das aprendizagens, reduzir as desigualdades educacionais e contribuir para a melhoria contínua da qualidade da Educação Básica no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Mandaguari;

Decreta:

CAPÍTULO I
DA INSTITUIÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO

Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Alfabetização da Rede Municipal de Ensino de Mandaguari, com a finalidade de assegurar o direito à alfabetização de todas as crianças, garantindo sua alfabetização até o final do 2º ano do Ensino Fundamental e a consolidação das habilidades de leitura, escrita, oralidade e compreensão de textos até o final do 5º ano do Ensino Fundamental.

Art. 2º A Política Municipal de Alfabetização será implementada pela Secretaria Municipal de Educação, em articulação com as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino, observadas as diretrizes da legislação educacional vigente, com acompanhamento do Conselho Municipal de Educação de Mandaguari, no âmbito de suas competências legais.
Parágrafo único. A implementação da Política Municipal de Alfabetização será desenvolvida de forma articulada entre a Secretaria Municipal de Educação, as equipes gestoras e pedagógicas das unidades escolares, os professores, os profissionais envolvidos nas ações de apoio à aprendizagem e de Educação Especial, o Conselho Municipal de Educação e as famílias, observadas as competências e atribuições próprias de cada segmento.

CAPÍTULO II
DOS CONCEITOS FUNDAMENTAIS

Art. 3º Para os fins deste Decreto, consideram-se:
I – Alfabetização: processo de apropriação do sistema de escrita alfabética, articulado ao desenvolvimento das habilidades de leitura, escrita, oralidade, compreensão e produção de textos, possibilitando ao estudante participar, de forma crítica, autônoma e significativa, das práticas sociais da linguagem.

II – Letramento: processo de desenvolvimento das competências relacionadas ao uso da leitura, da escrita, da oralidade e das diferentes linguagens nas práticas sociais, culturais, digitais e escolares.

III – Letramento Matemático: processo de desenvolvimento das competências necessárias para formular, empregar, interpretar e comunicar conhecimentos matemáticos na resolução de problemas em diferentes contextos da vida cotidiana, escolar e social.

IV – Alfabetização Matemática: processo de apropriação e desenvolvimento dos conhecimentos matemáticos fundamentais, envolvendo números, operações, grandezas e medidas, geometria, estatística, probabilidade e resolução de problemas, de modo a possibilitar ao estudante compreender, interpretar e utilizar conhecimentos matemáticos em diferentes situações escolares e sociais.

V – Analfabetismo absoluto: condição da pessoa que não desenvolveu as habilidades básicas de leitura e escrita, impossibilitando sua participação plena nas práticas sociais que envolvem a linguagem escrita.

VI – Analfabetismo funcional: condição da pessoa que, embora seja capaz de ler e escrever palavras, frases ou pequenos textos, apresenta dificuldades para compreender, interpretar, produzir e utilizar a leitura, a escrita e os conhecimentos matemáticos em situações do cotidiano.

VII – Consciência fonológica: capacidade de perceber, identificar, segmentar e manipular as diferentes unidades sonoras da fala, favorecendo a aprendizagem da leitura e da escrita.

VIII – Consciência fonêmica: capacidade de identificar, discriminar e manipular os fonemas, compreendidos como as menores unidades sonoras da língua, favorecendo a compreensão das relações entre fonemas e grafemas.
IX – Fluência leitora: capacidade de realizar a leitura oral e silenciosa com precisão, automaticidade, ritmo, prosódia adequada e compreensão, favorecendo a construção de sentidos dos textos.

X – Recomposição das aprendizagens: conjunto de ações pedagógicas planejadas, contínuas e intencionais destinadas à identificação, recuperação, consolidação e ampliação das aprendizagens essenciais dos estudantes, assegurando o direito à aprendizagem.

XI – Intervenção pedagógica: conjunto de estratégias, metodologias e ações educativas planejadas para atender às necessidades específicas de aprendizagem dos estudantes, com base nas evidências produzidas pelas avaliações e pelo acompanhamento pedagógico.

XII – Avaliação diagnóstica: processo contínuo sistemático de identificação das aprendizagens desenvolvidas, das potencialidades e das necessidades educacionais dos estudantes, destinado a subsidiar o planejamento pedagógico e as intervenções necessárias.

XIII – Avaliação formativa: processo contínuo de acompanhamento da aprendizagem, realizado durante o desenvolvimento das atividades pedagógicas, com a finalidade de orientar o ensino, fornecer devolutivas qualificadas e promover avanços na aprendizagem.

XIV – Equidade: princípio que assegura condições para que todos os estudantes tenham acesso, participação, permanência e oportunidades efetivas de aprendizagem, considerando suas características, necessidades, potencialidades e contextos socioculturais.

XV – Educação inclusiva: conjunto de políticas, práticas pedagógicas e estratégias que asseguram o acesso, a permanência, a participação, a aprendizagem e o desenvolvimento de todos os estudantes, respeitando suas especificidades, eliminando barreiras e promovendo a equidade, nos termos da legislação vigente.

XVI – Multiletramentos: práticas de leitura, escrita, comunicação e produção de significados que envolvem diferentes linguagens, mídias, culturas e tecnologias digitais, considerando a diversidade cultural e os múltiplos modos de expressão contemporâneos.

XVII – Práticas de linguagem: ações de leitura, produção escrita, oralidade e análise linguística e semiótica desenvolvidas em diferentes contextos sociais, culturais e escolares, conforme as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular.

CAPÍTULO III
DOS PRINCÍPIOS

Art. 4º A Política Municipal de Alfabetização da Rede Municipal de Ensino de Mandaguari fundamenta-se nos seguintes princípios:

I – Garantia do direito à aprendizagem, assegurando a alfabetização de todas as crianças na idade adequada e a continuidade do desenvolvimento das aprendizagens ao longo da Educação Básica;

II – Equidade, inclusão educacional e respeito às diferenças, assegurando condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem para todos os estudantes;

III – Valorização dos profissionais da educação, por meio da formação inicial e continuada, do desenvolvimento profissional e do fortalecimento das práticas pedagógicas;

IV – Adoção de práticas pedagógicas fundamentadas em evidências científicas, em consonância com a legislação educacional vigente, respeitada a autonomia docente, o Projeto Político-Pedagógico das unidades escolares e as especificidades dos estudantes;

V – Gestão educacional e pedagógica orientada pela garantia do direito à aprendizagem, pelo monitoramento dos resultados educacionais e pela melhoria contínua da qualidade da educação;

VI – Colaboração entre o Poder Público, a família, a escola e a comunidade, fortalecendo a corresponsabilidade pela aprendizagem e pelo desenvolvimento integral dos estudantes;

VII – Respeito à diversidade humana, cultural, social, étnico-racial, linguística e territorial, promovendo a educação inclusiva, a valorização das diferenças e a garantia da igualdade de oportunidades.

CAPÍTULO IV
DOS PILARES DA ALFABETIZAÇÃO

Art. 5º A Política Municipal de Alfabetização será orientada pelos seguintes pilares pedagógicos:
I – Consciência fonológica;
II – Conhecimento do sistema de escrita alfabética;
III – Fluência em leitura;
IV – Desenvolvimento do vocabulário;
V – Compreensão leitora;
VI – Produção escrita.

Parágrafo único. Os pilares previstos neste artigo são interdependentes e deverão orientar o planejamento pedagógico, a formação continuada dos profissionais da educação, a seleção e a utilização de materiais didáticos, as práticas de ensino e os processos de avaliação da aprendizagem, em consonância com as diretrizes da Política Municipal de Alfabetização, respeitada a autonomia pedagógica das unidades escolares e dos docentes.

CAPÍTULO V
DOS OBJETIVOS

Art. 6º São objetivos da Política Municipal de Alfabetização:
I – Garantir a alfabetização de todas as crianças na idade adequada, assegurando a consolidação das habilidades de leitura, escrita e compreensão leitora;
II – Fortalecer a transição pedagógica entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, promovendo a continuidade das aprendizagens;
III – Ampliar o acesso à literatura infantil e às práticas permanentes de leitura e escrita no ambiente escolar;
IV – Assegurar a formação continuada dos professores alfabetizadores e dos demais profissionais da educação envolvidos no processo de alfabetização;
V – Desenvolver estratégias de acompanhamento, monitoramento e intervenção pedagógica, considerando as necessidades de aprendizagem dos estudantes;
VI – Promover a equidade educacional, reduzindo as desigualdades de aprendizagem entre os estudantes;
VII – Garantir práticas pedagógicas inclusivas, assegurando o atendimento às necessidades educacionais dos estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação e demais públicos da educação especial, em consonância com a legislação vigente;
VIII – Fortalecer a cultura da leitura, da escrita e da produção textual no ambiente escolar;
IX – Incentivar a participação das famílias e da comunidade no processo de alfabetização e no desenvolvimento das aprendizagens;
X – Contribuir para a prevenção e a superação do analfabetismo, em articulação com políticas públicas voltadas à educação de jovens, adultos e idosos;
XI – Promover o monitoramento contínuo dos resultados da alfabetização, subsidiando o planejamento, a tomada de decisões e o aperfeiçoamento das práticas pedagógicas.
XII – Promover a comunicação e a divulgação das ações, metas e resultados da Política Municipal de Alfabetização, favorecendo a participação dos profissionais da educação, das famílias e da comunidade.

CAPÍTULO VI
DOS EIXOS ESTRUTURANTES DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO

Art. 7º A Política Municipal de Alfabetização será implementada em consonância com as diretrizes nacionais de alfabetização, especialmente as estabelecidas no Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e no Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens, Adultos e Idosos organizando-se a partir dos seguintes eixos estruturantes:
I – Gestão e Governança;
II – Formação dos Profissionais da Educação;
III – Infraestrutura Física, Pedagógica e Recursos Educacionais;
IV – Valorização e Reconhecimento de Boas Práticas Pedagógicas;
V – Avaliação, Monitoramento e Acompanhamento da Aprendizagem.

Parágrafo único. Os eixos estruturantes previstos neste artigo são complementares e deverão orientar o planejamento, a implementação, o acompanhamento e a avaliação das ações da Política Municipal de Alfabetização, de forma integrada entre a Secretaria Municipal de Educação, as unidades escolares e os demais órgãos e instituições parceiras.

SEÇÃO I
DA GESTÃO E GOVERNANÇA

Art. 8º O eixo Gestão e Governança tem por finalidade fortalecer a organização, a coordenação, a implementação e o monitoramento das ações da Política Municipal de Alfabetização, assegurando o planejamento, a articulação institucional e o acompanhamento dos resultados educacionais.
Parágrafo único. Constituem ações do eixo Gestão e Governança:
I – Implementar mecanismos de gestão, acompanhamento e monitoramento da Política Municipal de Alfabetização;
II – Promover a articulação entre as diferentes etapas e modalidades da educação básica, assegurando a continuidade do processo de alfabetização;
III – Fortalecer o regime de colaboração e a cooperação técnica entre a União, o Estado do Paraná e o Município, em consonância com a legislação educacional vigente;
IV – Estabelecer metas, indicadores e estratégias de acompanhamento da aprendizagem, em conformidade com o planejamento educacional do Município;
V – Realizar o acompanhamento sistemático dos resultados educacionais, subsidiando o planejamento, a tomada de decisões e o aperfeiçoamento das práticas pedagógicas;
VI – Promover a integração entre a Secretaria Municipal de Educação, as unidades escolares e os órgãos colegiados, visando à implementação, ao acompanhamento e à avaliação da Política Municipal de Alfabetização.

SEÇÃO II
DA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Art. 9º O eixo Formação dos Profissionais da Educação tem por objetivo assegurar a formação inicial e continuada dos profissionais da educação que atuam nos processos de alfabetização na Rede Municipal de Ensino, visando ao fortalecimento das práticas pedagógicas, à melhoria da aprendizagem e à garantia do direito de todas as crianças à alfabetização.
Parágrafo único. Constituem ações do eixo Formação dos Profissionais da Educação:

I – Promover a formação continuada dos professores da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, com foco no desenvolvimento das competências profissionais necessárias ao processo de alfabetização;

II – Ofertar formação continuada aos gestores escolares, coordenadores pedagógicos e demais profissionais da educação envolvidos no acompanhamento do processo de alfabetização, fortalecendo a gestão pedagógica e o acompanhamento das aprendizagens;

III – Fomentar o desenvolvimento de práticas pedagógicas fundamentadas em evidências científicas, em referenciais teórico-metodológicos e nas diretrizes da Política Municipal de Alfabetização;

IV – Assegurar formação voltada à educação inclusiva, contemplando estratégias pedagógicas que promovam a aprendizagem, a participação e o desenvolvimento dos estudantes da educação especial, em consonância com a legislação vigente;

V – Incentivar a constituição de comunidades de aprendizagem entre os profissionais da Rede Municipal de Ensino, promovendo a troca de experiências, o compartilhamento de boas práticas, a reflexão sobre a prática pedagógica e o desenvolvimento profissional colaborativo;

VI – Promover ações formativas voltadas à utilização de instrumentos de avaliação, ao acompanhamento da aprendizagem e ao planejamento de intervenções pedagógicas baseadas nos resultados educacionais;

VII – Estimular a integração entre formação continuada, planejamento pedagógico e acompanhamento das aprendizagens, assegurando a articulação entre teoria, prática e avaliação.
VIII – Planejar e desenvolver as ações de formação continuada considerando as necessidades identificadas no acompanhamento pedagógico, nas avaliações diagnósticas e formativas e nos resultados do monitoramento das aprendizagens.

SEÇÃO III
DA INFRAESTRUTURA FÍSICA E PEDAGÓGICA

Art. 10. O eixo Infraestrutura Física e Pedagógica tem por objetivo assegurar condições adequadas de infraestrutura, acessibilidade e disponibilidade de recursos pedagógicos para o desenvolvimento das práticas de alfabetização nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino.
Parágrafo único. Constituem ações do eixo Infraestrutura Física e Pedagógica:

I – Ampliar, adequar, manter e qualificar os espaços de aprendizagem, assegurando ambientes acolhedores, seguros, acessíveis e favoráveis ao desenvolvimento do processo de alfabetização;

II – Fortalecer as bibliotecas escolares, os cantinhos de leitura e os demais espaços destinados à promoção da leitura, da literatura infantil e da formação de leitores;

III – Assegurar a oferta de materiais didáticos, literários e pedagógicos, jogos educativos, recursos tecnológicos e outros instrumentos de apoio adotados pela Rede Municipal de Ensino, adequados às diferentes etapas e às necessidades do processo de alfabetização e da recomposição das aprendizagens.

IV – Promover o uso pedagógico de recursos tecnológicos e de tecnologias educacionais como instrumentos de apoio ao ensino, à aprendizagem e ao acompanhamento do desenvolvimento dos estudantes;

V – Garantir a acessibilidade física, pedagógica, comunicacional e tecnológica, assegurando a participação, a aprendizagem e o desenvolvimento de todos os estudantes, em conformidade com a legislação vigente;

VI – Incentivar a organização, a ampliação e a atualização permanente dos acervos literários e pedagógicos das unidades escolares, favorecendo o acesso dos estudantes e dos profissionais da educação a materiais diversificados e de qualidade.

SEÇÃO IV
DO RECONHECIMENTO DE BOAS PRÁTICAS

Art. 11. O eixo Valorização e Reconhecimento de Boas Práticas Pedagógicas tem por objetivo identificar, valorizar, sistematizar e disseminar experiências pedagógicas exitosas desenvolvidas na Rede Municipal de Ensino, contribuindo para o fortalecimento da colaboração, da formação entre pares, do desenvolvimento profissional e da melhoria da qualidade da alfabetização, em articulação com o Programa Municipal de Reconhecimento das Boas Práticas Pedagógicas e Valorização dos Profissionais da Educação, instituído pelo Decreto Municipal nº 395/2026.

Parágrafo único. Constituem ações do eixo Reconhecimento de Boas Práticas:

I – Identificar, registrar, sistematizar e divulgar práticas pedagógicas exitosas relacionadas à alfabetização, à recomposição das aprendizagens e à melhoria dos resultados educacionais;

II – Reconhecer e valorizar os profissionais da educação, as equipes pedagógicas, os gestores, as turmas e as unidades escolares que desenvolvam práticas relevantes para a garantia do direito à aprendizagem;

III – Incentivar práticas que contribuam para a evolução das aprendizagens e para a melhoria dos indicadores educacionais;

IV – Promover seminários, encontros pedagógicos, mostras de experiências e outros espaços destinados à socialização das práticas reconhecidas;

V – Incentivar o registro, a documentação e a disseminação das experiências pedagógicas exitosas, favorecendo a troca de experiências entre os profissionais da Rede Municipal de Ensino;
VI – Estimular a inovação pedagógica, o desenvolvimento profissional e a formação colaborativa entre os profissionais da educação;

VII – Desenvolver ações de reconhecimento e valorização profissional, em consonância com o Programa Municipal de Reconhecimento das Boas Práticas Pedagógicas e Valorização dos Profissionais da Educação;

VIII – Observar, nas ações de reconhecimento, critérios técnicos, pedagógicos, quantitativos e qualitativos, respeitadas as especificidades das etapas, modalidades e contextos educacionais.

SEÇÃO V
DA AVALIAÇÃO E DO MONITORAMENTO DAS APRENDIZAGENS

Art. 12. O eixo Avaliação e Monitoramento das Aprendizagens tem por finalidade acompanhar, de forma contínua e sistemática, o desenvolvimento dos estudantes no processo de alfabetização, produzindo informações que subsidiem o planejamento pedagógico, as intervenções necessárias, a recomposição das aprendizagens e a tomada de decisões voltadas à melhoria da qualidade da educação.
Parágrafo único. Constituem ações deste eixo:

I – Realizar avaliações diagnósticas e formativas periódicas, com a finalidade de identificar os conhecimentos, os avanços e as necessidades de aprendizagem dos estudantes e orientar o planejamento pedagógico;

II – Elaborar e aplicar instrumentos próprios de avaliação da Rede Municipal de Ensino, alinhados aos objetivos de aprendizagem, às diretrizes curriculares e às especificidades dos estudantes;

III – Acompanhar e analisar os indicadores de aprendizagem por meio dos instrumentos e sistemas de avaliação adotados pela Rede Municipal de Ensino de Mandaguari;

IV – Utilizar os resultados das avaliações internas e externas para orientar o planejamento pedagógico, o acompanhamento dos estudantes, a formação continuada dos profissionais da educação e o aperfeiçoamento das práticas de ensino;

V – Utilizar, quando adequados, instrumentos, atividades e parâmetros de avaliação constantes dos materiais pedagógicos adotados pela Rede Municipal de Ensino, de forma articulada às avaliações da Rede e ao acompanhamento contínuo das aprendizagens;

VI – Acompanhar o desenvolvimento das habilidades de leitura, escrita, oralidade, fluência leitora, compreensão leitora e produção textual dos estudantes;

VII – Definir indicadores e parâmetros para o acompanhamento dos resultados da alfabetização, considerando as metas desta Política e as especificidades da Rede Municipal de Ensino;

VIII – Assegurar o registro e a análise sistemática dos resultados das avaliações, respeitada a trajetória de aprendizagem de cada estudante;

IX – Elaborar relatórios periódicos sobre os indicadores educacionais, as ações desenvolvidas e os resultados alcançados;

X – Utilizar os resultados da avaliação e do monitoramento para planejar intervenções pedagógicas e ações de recomposição, consolidação e ampliação das aprendizagens;

XI – Promover a devolutiva dos resultados às unidades escolares, aos professores e às equipes pedagógicas, de modo a contribuir para o acompanhamento e o aprimoramento do trabalho pedagógico.

SEÇÃO VI
DA RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS E DO APOIO PEDAGÓGICO

Art. 13. A Rede Municipal de Ensino de Mandaguari promoverá ações de recomposição das aprendizagens e de apoio pedagógico aos estudantes que apresentarem dificuldades no processo de alfabetização, considerando os resultados das avaliações diagnósticas e formativas e o acompanhamento realizado pelos professores e equipe pedagógica.

§ 1º As ações de recomposição das aprendizagens e de apoio pedagógico poderão ser realizadas individualmente ou em pequenos grupos, no turno ou no contraturno escolar, de acordo com as necessidades dos estudantes e com as condições de organização da Rede Municipal de Ensino.

§ 2º As ações previstas neste artigo deverão estar articuladas ao planejamento docente, ao acompanhamento da equipe pedagógica e ao Projeto Político-Pedagógico da unidade escolar.

§ 3º A organização das turmas de alfabetização deverá considerar as especificidades do processo de aprendizagem da leitura e da escrita, buscando assegurar um número de estudantes compatível com a qualidade do atendimento pedagógico e com a possibilidade de acompanhamento individualizado.

§ 4º Os critérios para a organização das turmas e para a realização das ações previstas neste artigo serão definidos pela Secretaria Municipal de Educação em regulamentação própria, observada a legislação educacional vigente.

§ 5º Para os estudantes público-alvo da Educação Especial, as ações de alfabetização, acompanhamento e recomposição das aprendizagens deverão considerar as necessidades educacionais específicas, os recursos de acessibilidade e as estratégias pedagógicas adequadas, em articulação entre os profissionais envolvidos no processo educativo, assegurada a participação no currículo e observada a legislação vigente.

SEÇÃO VII
DA ARTICULAÇÃO ENTRE A EDUCAÇÃO INFANTIL E O ENSINO FUNDAMENTAL

Art. 13-A. A Política Municipal de Alfabetização assegurará a continuidade pedagógica entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, compreendendo a transição entre as etapas como processo de continuidade das aprendizagens e do desenvolvimento infantil.
Parágrafo único. Para fins do disposto neste artigo, a Secretaria Municipal de Educação e as unidades escolares deverão:

I – Promover momentos de articulação entre os profissionais da Educação Infantil e do 1º ano do Ensino Fundamental;

II – Favorecer a troca de informações pedagógicas sobre o desenvolvimento e as aprendizagens das crianças;

III – Orientar práticas que assegurem a continuidade do trabalho pedagógico entre as etapas;

IV – Garantir que as experiências desenvolvidas na Educação Infantil relacionadas à oralidade, às diferentes linguagens, à consciência fonológica, à literatura e à cultura escrita respeitem as especificidades do desenvolvimento infantil, sem antecipação das práticas formais de alfabetização próprias do Ensino Fundamental.

CAPÍTULO VII
DA PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS E DA COMUNIDADE

Art. 14. A Secretaria Municipal de Educação e as unidades escolares promoverão ações destinadas ao fortalecimento da participação das famílias e da comunidade no processo de alfabetização e no desenvolvimento das aprendizagens.
Parágrafo único. As ações previstas no caput poderão compreender:
I – Promover estratégias de comunicação e devolutiva às famílias acerca do desenvolvimento e das aprendizagens dos estudantes;
II – Orientar as famílias quanto à importância da leitura, da oralidade, da escrita, da literatura e das experiências matemáticas no cotidiano;
III – Incentivar a participação das famílias em ações, projetos, reuniões e atividades voltadas à promoção da leitura, da escrita e da aprendizagem;
IV – Assegurar formas de comunicação acessíveis e adequadas às diferentes realidades sociais, culturais e educacionais das famílias;
V – Fortalecer a corresponsabilidade entre família, escola e comunidade, respeitadas as atribuições próprias de cada instituição.

CAPÍTULO VIII
DO PÚBLICO-ALVO

Art. 15. A Política Municipal de Alfabetização destina-se aos estudantes da Rede Municipal de Ensino de Mandaguari, observadas as diretrizes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e do Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens, Adultos e Idosos.

§ 1º Constituem público-alvo prioritário da Política Municipal de Alfabetização:

I – Crianças matriculadas na Educação Infantil, especialmente na Pré-Escola, assegurando experiências educativas voltadas ao desenvolvimento da oralidade, das diferentes linguagens, da consciência fonológica, da literatura e da cultura escrita, respeitadas as especificidades do desenvolvimento infantil e sem antecipação das práticas formais de alfabetização próprias do Ensino Fundamental;

II – Estudantes matriculados no 1º e no 2º ano do Ensino Fundamental, com foco na garantia da alfabetização até o final do 2º ano de escolaridade;

III – Estudantes matriculados do 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental que apresentem dificuldades ou defasagens no processo de alfabetização, assegurando ações pedagógicas de recomposição e fortalecimento das aprendizagens em leitura, escrita e matemática;

IV – Jovens, adultos e idosos atendidos pela Educação de Jovens, Adultos e Idosos – EJAI, que não tiveram acesso ou permanência na escola na idade apropriada, garantindo oportunidades de alfabetização e continuidade dos estudos;

V – Estudantes público-alvo da Educação Especial, incluindo aqueles com deficiência, transtorno do espectro autista, altas habilidades ou superdotação e demais estudantes público-alvo da Educação Especial, na forma da legislação vigente, assegurando condições de acessibilidade, recursos pedagógicos, tecnologias assistivas e práticas educacionais inclusivas.

§ 2º As ações da Política Municipal de Alfabetização deverão considerar as especificidades dos diferentes públicos atendidos,

respeitando as etapas e modalidades da educação, os princípios da equidade, da inclusão, da diversidade e as necessidades educacionais dos estudantes.

CAPÍTULO IX
DAS METAS DE ALFABETIZAÇÃO

Art. 16. As metas da Política Municipal de Alfabetização serão estabelecidas em consonância com as diretrizes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, com os instrumentos de planejamento educacional vigentes e com as necessidades da Rede Municipal de Ensino de Mandaguari, tendo horizonte de implementação de quatro anos, sem prejuízo de sua revisão e atualização periódicas.

§ 1º As metas da Política Municipal de Alfabetização poderão ser detalhadas nos instrumentos de planejamento já adotados pela Secretaria Municipal de Educação, observadas as diretrizes nacionais, as necessidades da Rede Municipal de Ensino e a legislação educacional vigente.

§ 2º A definição e a revisão das metas de alfabetização e de aprendizagem dos estudantes da Rede Municipal de Ensino de Mandaguari deverão considerar:

I – os indicadores de aprendizagem e os resultados das avaliações internas, externas e próprias da Rede Municipal de Ensino;

II – as diretrizes e as metas estabelecidas no Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e nos demais instrumentos de planejamento educacional aplicáveis;

III – as especificidades, as necessidades e o contexto educacional da Rede Municipal de Ensino;

IV – o princípio da equidade, com a adoção de ações voltadas à redução das desigualdades de aprendizagem, à garantia do direito à alfabetização de todos os estudantes e ao atendimento daqueles que não tenham alcançado as aprendizagens esperadas na etapa de escolarização prevista.

CAPÍTULO X
DA GESTÃO E DO MONITORAMENTO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO

Art. 17. Compete à Secretaria Municipal de Educação de Mandaguari:

I – Coordenar a implementação da Política Municipal de Alfabetização;

II – Planejar e coordenar as ações necessárias à implementação da Política Municipal de Alfabetização, em consonância com suas diretrizes e com o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;

III – Encaminhar ao Conselho Municipal de Educação, no âmbito de suas competências, os instrumentos de planejamento, os relatórios e as informações referentes à implementação desta Política;

IV – Acompanhar, monitorar e avaliar os indicadores de alfabetização e de aprendizagem dos estudantes da Rede Municipal de Ensino;

V – Promover a formação continuada dos profissionais da educação envolvidos no processo de alfabetização;

VI – Divulgar, periodicamente, os resultados do monitoramento e da avaliação da Política Municipal de Alfabetização;

VII – Articular parcerias e desenvolver ações interinstitucionais, inclusive com instituições de ensino superior e de pesquisa, destinadas ao fortalecimento, acompanhamento, avaliação e aperfeiçoamento da Política Municipal de Alfabetização;

VIII – Elaborar e divulgar, anualmente, o Relatório Municipal de Alfabetização, observadas as disposições deste artigo.

§ 1º O Relatório Municipal de Alfabetização conterá, no mínimo:
I – Análise dos indicadores de alfabetização e aprendizagem da Rede Municipal de Ensino;
II – Resultados das avaliações internas, externas e próprias da Rede Municipal de Ensino, quando houver;
III – Análise do desenvolvimento e do cumprimento das metas estabelecidas;
IV – Síntese das ações de formação, acompanhamento pedagógico e recomposição das aprendizagens realizadas;
V – Identificação dos avanços, desafios e necessidades da Rede Municipal de Ensino;
VI – Proposição de estratégias e encaminhamentos para o período subsequente.

§ 2º O Relatório Municipal de Alfabetização será encaminhado ao Conselho Municipal de Educação para acompanhamento e apreciação, no âmbito de suas competências.

§ 3º A divulgação de dados, indicadores, relatórios e resultados decorrentes da implementação desta Política observará a legislação relativa à proteção de dados pessoais, especialmente a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), assegurada a preservação da identidade e dos dados pessoais dos estudantes.

§ 4º O Conselho Municipal de Educação de Mandaguari acompanhará a implementação da Política Municipal de Alfabetização e apreciará, no âmbito de suas competências, os instrumentos de planejamento e os relatórios encaminhados pela Secretaria Municipal de Educação, observada a legislação vigente.

CAPÍTULO XI
DO ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO

Art. 18. Compete ao Conselho Municipal de Educação de Mandaguari, no âmbito de suas atribuições legais, acompanhar a implementação, o monitoramento e a avaliação da Política Municipal de Alfabetização, cabendo-lhe:

I – Acompanhar a implementação da Política Municipal de Alfabetização no âmbito da Rede Municipal de Ensino;

II – Analisar os indicadores educacionais relacionados à alfabetização, incluindo os resultados das avaliações internas e externas;

III – Acompanhar o cumprimento das metas e o desenvolvimento das ações previstas nesta Política e nos instrumentos de planejamento adotados pela Secretaria Municipal de Educação;

IV – Apresentar recomendações para o aprimoramento da implementação da Política Municipal de Alfabetização, respeitadas as competências da Secretaria Municipal de Educação e a autonomia pedagógica das unidades escolares;

V – Emitir pareceres, recomendações ou relatórios de acompanhamento, quando necessário, no âmbito de suas competências;

VI – Contribuir para o fortalecimento da articulação entre a Secretaria Municipal de Educação, as unidades escolares e o Conselho Municipal de Educação.

CAPÍTULO XII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19. A Secretaria Municipal de Educação de Mandaguari poderá expedir normas complementares necessárias à execução deste Decreto, inclusive orientações de natureza técnico-pedagógica relativas à implementação, ao acompanhamento, à avaliação e à utilização de materiais pedagógicos complementares.

Art. 20. As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 21. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao vigésimo sexto dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis (26/08/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

ANEXO I

DAS CARACTERÍSTICAS DOS MATERIAIS PEDAGÓGICOS COMPLEMENTARES

Art. 1º Os materiais pedagógicos complementares adotados no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Mandaguari destinam-se a apoiar o planejamento e a prática pedagógica, bem como a contribuir para o fortalecimento, a consolidação e a recomposição das aprendizagens dos estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Art. 2º Os materiais pedagógicos complementares deverão estar articulados:
I – à Base Nacional Comum Curricular – BNCC;
II – ao currículo e aos documentos orientadores da Rede Municipal de Ensino;
III – às habilidades e competências previstas para cada ano de escolarização;
IV – às matrizes de referência das avaliações externas aplicáveis à Educação Básica;
V – às necessidades de aprendizagem identificadas por meio do acompanhamento pedagógico e dos processos de avaliação.

Art. 3º Os materiais deverão apresentar atividades contextualizadas, diversificadas e organizadas em diferentes níveis de complexidade, favorecendo a problematização, a sistematização dos conhecimentos e a utilização dos conteúdos em situações escolares e sociais.

Parágrafo único. As atividades terão caráter complementar e poderão ser selecionadas e organizadas pelo professor de acordo com o planejamento pedagógico, o nível de aprendizagem e as necessidades dos estudantes, não sendo obrigatória sua utilização de forma sequencial.

DA LÍNGUA PORTUGUESA
Art. 4º Na área de Língua Portuguesa, os materiais pedagógicos complementares deverão contemplar atividades destinadas ao desenvolvimento e à consolidação das aprendizagens relacionadas:
I – à alfabetização e à apropriação do sistema de escrita alfabética;
II – à leitura e à compreensão de textos;
III – à oralidade;
IV – à produção de textos escritos e multissemióticos;
V – à análise linguística e semiótica;
VI – à ampliação e consolidação da fluência leitora;
VII – ao trabalho com diferentes gêneros textuais e seus respectivos campos de atuação;
VIII – ao desenvolvimento progressivo das habilidades previstas para cada ano de escolarização.

DA MATEMÁTICA

Art. 5º Na área de Matemática, os materiais pedagógicos complementares deverão favorecer o desenvolvimento das competências e habilidades relacionadas às seguintes unidades temáticas:

I – Números;
II – Álgebra;
III – Geometria;
IV – Grandezas e Medidas;
V – Probabilidade e Estatística.

§ 1º As atividades deverão contribuir para a compreensão e aplicação de conceitos e procedimentos matemáticos, bem como para o desenvolvimento do raciocínio, da resolução de problemas, da interpretação, da argumentação e das diferentes formas de representação matemática.
§ 2º Poderão ser contempladas atividades objetivas e de resposta construída, de modo a possibilitar diferentes formas de expressão do raciocínio e do conhecimento matemático.

DO ACOMPANHAMENTO DAS APRENDIZAGENS

Art. 6º Os materiais pedagógicos complementares poderão contemplar instrumentos destinados ao acompanhamento das aprendizagens, com a finalidade de:
I – identificar as habilidades consolidadas e aquelas que necessitam de retomada;
II – subsidiar o diagnóstico das necessidades de aprendizagem dos estudantes;
III – orientar o planejamento e as intervenções pedagógicas;
IV – contribuir para as ações de recomposição e consolidação das aprendizagens;
V – possibilitar o acompanhamento da evolução individual e coletiva dos estudantes;
VI – fornecer subsídios para análise dos resultados por estudante, turma, unidade escolar e Rede Municipal de Ensino.

DOS RECURSOS DE APOIO PEDAGÓGICO

Art. 7º Os materiais poderão ser disponibilizados em formato impresso e/ou digital e ser acompanhados de recursos destinados ao apoio ao trabalho pedagógico, tais como:
I – orientações pedagógicas para os professores;
II – atividades complementares de aprendizagem;
III – atividades de revisão, sistematização e recomposição;
IV – instrumentos de avaliação e acompanhamento;
V – banco de atividades e questões;
VI – recursos digitais destinados ao fortalecimento das aprendizagens;
VII – materiais de apoio à alfabetização, à leitura, à escrita e ao raciocínio lógico-matemático;
VIII – recursos de apoio ao planejamento docente.

DA UTILIZAÇÃO PEDAGÓGICA

Art. 8º A utilização dos materiais pedagógicos complementares deverá ocorrer de forma articulada ao planejamento docente e aos demais materiais didáticos e pedagógicos adotados pela Rede Municipal de Ensino.

§ 1º Os materiais complementares não substituirão o trabalho pedagógico do professor nem os materiais didáticos adotados pela Rede, constituindo-se como recursos adicionais de apoio ao processo de ensino e aprendizagem.
§ 2º Caberá ao professor, com acompanhamento da equipe pedagógica, selecionar e utilizar as atividades de acordo com os objetivos de aprendizagem, o planejamento, as características da turma e as necessidades identificadas no acompanhamento dos estudantes.

Art. 9º A Secretaria Municipal de Educação poderá estabelecer orientações complementares para a utilização, o acompanhamento e a avaliação dos materiais pedagógicos previstos neste Anexo, observadas as diretrizes da Política Municipal de Alfabetização e a legislação educacional vigente.

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:5780118E

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 421/2026 - AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO PARA 2026, INCLUSÃO NAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA PARA 2026,

DECRETO Nº. 421/2026

Ementa: Abre Crédito Especial no Orçamento para 2026, inclusão nas Diretrizes Orçamentária para 2026, e inclusão no Plano Plurianual 2026-2029 do Município.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e com base na Lei Municipal nº 4.551/2026 de 26/08/2026

Decreta:

Art. 1º Este Decreto abre crédito Especial para o exercício de 2026 (Lei Orçamentária 4421/2025) do Município de Mandaguari-PR, inclusão nas diretrizes orçamentárias para o exercício de 2026 (Lei n° 4278/2025) e inclusão no Plano Plurianual de 2026 a 2029 (Lei n° 4.422/2025) do Município de Mandaguari-Pr.

Art. 2º Fica o Executivo Municipal autorizado no Orçamento do município de Mandaguari-PR para o exercício de 2026, um crédito Especial no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), mediante a inclusão de rubricas e fontes de receita e despesa das dotações orçamentárias.

Suplementação			
08		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.005		FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER	
08.005.08.244.0031.1.248		Qualificação da Atuação do Organismo de políticas para Mulheres- Aquisição de Veículo-CEDM/PR	
1105 - 4.4.90.52.00.00	000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15.000,00
Total Suplementação:			15.000,00

Art. 3º Para cobertura do crédito aberto no artigo 2°, é utilizado como recurso o Superávit financeiro, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), de acordo com o Art.43, Parágrafo 1°, Inciso I, da Lei Federal 4320/64.

Superávit Financeiro nas Fontes:			
1002	Recursos Ordinários (Livres) - Exercícios Anteriores	000	15.000,00
Total Superávit Financeiro:			15.000,00

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao vigésimo sexto dia do mês de agosto de dois mil e vinte e seis (26/08/2026).

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:D894F184

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 422/2026 - ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO PARA 2026, INCLUSÃO NAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA PARA 2026, E INCLUSÃO NO PLANO PLURIANUAL 2026-2029

DECRETO Nº. 422/2026

Ementa: Abre crédito Especial no Orçamento para 2026, inclusão nas Diretrizes Orçamentária para 2026, e inclusão no Plano Plurianual 2026-2029 do Município de Mandaguari-Paraná.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e com base na Lei Municipal nº 4.552/2026 de 26/08/2026

Decreta:

Art. 1º Este Decreto abre crédito especial para o exercício de 2026 (Lei Orçamentária 4421/2025) do Município de Mandaguari-PR, inclusão nas diretrizes orçamentárias para o exercício de 2026 (Lei n° 4278/2025) e inclusão no Plano Plurianual de 2026 a 2029 (Lei n° 4.422/2025) do Município de Mandaguari-Pr.

Art. 2º Fica o Executivo Municipal autorizado no Orçamento do município de Mandaguari-PR para o exercício de 2026, um crédito especial no valor de R$ 162.013,35 (cento e sessenta e dois mil e treze reais e trinta e cinco centavos), mediante a inclusão de rubricas e fontes de receita e despesa das dotações orçamentárias.

Suplementação			
09		SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	
09.001		UNIDADE DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	
09.001.20.605.0033.1.177		RECUPERAÇÃO/READEQUAÇÃO/ PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS RURAIS	
1128 - 4.4.90.93.00.00	1226	INDENIZACOES E RESTITUICOES	162.013,35
Total Suplementação:			162.013,35

Art. 3º Para cobertura do crédito aberto no artigo 2°, é utilizado como recurso o superávit financeiro, no valor de R$ 162.013,35 (cento e sessenta e dois mil e treze reais e trinta e cinco centavos), de acordo com o Art.43, Parágrafo 1°, Inciso I, da Lei Federal 4320/64.

Superávit Financeiro nas Fontes:			
3226	PMM Pavimentação - Programa Estradas da Integração - Pedras Irregulares-	1226	162.013,35
Total Superávit Financeiro:			162.013,35

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao vigésimo sexto dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis (26/08/2026).

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:1F3D602D

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 287/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO-PSS PRORROGAÇÃO DE PRAZO - DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DO MUNICÍPIO, ESTADO DO PARANÁ - EDITAL Nº 252/2025 HOMOLOGADO EM 01/09/2025.

EDITAL Nº 287/2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO-PSS
PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Dispõe sobre a PRORROGAÇÃO DO PRAZO do Processo Seletivo Simplificado do Município, Estado do Paraná - Edital Nº 252/2025 homologado em 01/09/2025.

A Prefeita do Município de Mandaguari, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR PÚBLICO:

Fica prorrogado por mais 12 (doze) meses o Processo Seletivo Simplificado - Edital Nº 252/2025, homologado em 01/09/2025, visando a contratação do cargo:
AUXILIAR EDUCACIONAL
INSTRUTOR DE MUSICALIZAÇÃO
INSTRUTOR DE CULTURA E ARTE
MONITOR DO ENSINO INTEGRAL

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao vigésimo sexto dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis (26/08/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:11B1976D

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 288/2026 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO-PSS PRORROGAÇÃO DE PRAZO DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DO MUNICÍPIO, ESTADO DO PARANÁ - EDITAL Nº 246/2025 HOMOLOGADO EM 28/08/2025.

EDITAL Nº 288/2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO-PSS
PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Dispõe sobre a PRORROGAÇÃO DO PRAZO do Processo Seletivo Simplificado do Município, Estado do Paraná - Edital Nº 246/2025 homologado em 28/08/2025.

A Prefeita do Município de Mandaguari, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR PÚBLICO:

Fica prorrogado por mais 12 (doze) meses o Processo Seletivo Simplificado - Edital Nº 246/2025, homologado em 28/08/2025, visando a contratação do cargo FISIOTERAPEUTA- 20H.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao vigésimo sexto dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis (26/08/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:19EA6150

GABINETE DO PREFEITO
LEI ORDINÁRIA Nº 4549/2026 - AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO PARA 2026, INCLUSÃO NAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA PARA 2026

Lei Ordinária Nº 4549/2026

Ementa: Autoriza o Executivo Municipal a efetuar a abertura de crédito Especial no Orçamento para 2026, inclusão nas Diretrizes Orçamentária para 2026, e inclusão no Plano Plurianual 2026-2029 do Município de Mandaguari-Paraná

A Câmara Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, aprovou e eu, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Esta Lei autoriza o Executivo municipal a efetuar a abertura de crédito Especial para o exercício de 2026 (Lei Orçamentária 4421/2025) do Município de Mandaguari-PR, inclusão nas diretrizes orçamentárias para o exercício de 2026 (Lei n° 4278/2025) e inclusão no Plano Plurianual de 2026 a 2029 (Lei n° 4.422/2025) do Município de Mandaguari-Pr.

Art. 2º Fica o Executivo Municipal autorizado no Orçamento do Município de Mandaguari-PR para o exercício de 2026, um crédito especial no valor de R$ 278.723,93 (duzentos e setenta e oito mil e setecentos e vinte e três reais e noventa e três centavos), mediante a inclusão de rubricas e fontes de receita e despesa das dotações orçamentárias.

Suplementação			
08		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.001		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.001.08.241.0024.2.249		Incentivo Projeto Viaja Mais 60- Fase III-CIDIPI /PR	
1106 - 3.3.90.39.00.00	1294	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	50.000,00
08.001.08.241.0024.2.250		Incentivo Cuida Mais Paraná-Envelhecimento Ativo- CEDIPI/PR	
1107 - 3.3.90.30.00.00	1295	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
1108 - 3.3.90.39.00.00	1295	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	15.000,00
08.001.08.244.0024.2.240		Estruturação da Rede de Serviços do Suas-Estrutura SUAS-FNAS	
1075 - 3.3.50.43.00.00	1257	SUBVENCOES SOCIAIS	248,58
1075 - 3.3.50.43.00.00	1264	SUBVENCOES SOCIAIS	1.671,93
08.005		FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER	
08.005.08.244.0031.1.248		Qualificação da Atuação do Organismo de políticas para Mulheres- Aquisição de Veículo-CEDM/PR	
1105 - 4.4.90.52.00.00	1290	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	111.803,42
08.006		FUNDO MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	
08.006.08.244.0032.2.251		Fortalecimento de Políticas de Promoção à Igualdade Racial- CONSEPIR/PR	
1109 - 3.3.90.14.00.00	1289	DIARIAS - CIVIL	3.000,00
1110 - 3.3.90.30.00.00	1289	MATERIAL DE CONSUMO	18.000,00
1111 - 3.3.90.36.00.00	1289	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	6.000,00
1112 - 3.3.90.39.00.00	1289	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	23.000,00
Total Suplementação:			278.723,93

Art. 3º Para cobertura do crédito aberto no artigo 2°, é utilizado como recurso o Excesso de arrecadação, no valor de R$ 278.723,93 (duzentos e setenta e oito mil e setecentos e vinte e três reais e noventa e três centavos), de acordo com o Art.43, Parágrafo 1°, Inciso II, da Lei Federal 4320/64.

Receita	
Receita: 1.3.2.1.01.1.1.01 Fonte: 1290	1.803,42
Receita: 1.3.2.1.01.1.1.01 Fonte: 1257	248,58
Receita: 1.3.2.1.01.1.1.01 Fonte: 1264	187,23
Receita: 1.7.2.9.51.0.1 Fonte: 1294	50.000,00
Receita: 1.7.2.9.51.0.1 Fonte: 1295	65.000,00
Receita: 1.7.2.9.51.0.1 Fonte: 1289	50.000,00
Receita: 1.9.2.2.99.0.1.99.10 Fonte: 1264	1.484,70
Receita: 2.4.2.9.99.0.1.01.06 Fonte: 1290	110.000,00
Total da Receita:	278.723,93

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao vigésimo sexto dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis (26/08/2026).

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:933107EF

GABINETE DO PREFEITO
LEI ORDINÁRIA Nº 4552/2026 - AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO PARA 2026, INCLUSÃO NAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA PARA 2026

Lei Ordinária Nº 4552/2026

Ementa: Autoriza o Executivo Municipal a efetuar a abertura de crédito Especial no Orçamento para 2026, inclusão nas Diretrizes Orçamentária para 2026, e inclusão no Plano Plurianual 2026-2029 do Município de Mandaguari-Paraná.

A Câmara Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, aprovou e eu, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Esta Lei autoriza o Executivo municipal a efetuar a abertura de crédito especial para o exercício de 2026 (Lei Orçamentária 4421/2025) do Município de Mandaguari-PR, inclusão nas diretrizes orçamentárias para o exercício de 2026 (Lei n° 4278/2025) e inclusão no Plano Plurianual de 2026 a 2029 (Lei n° 4.422/2025) do Município de Mandaguari-Pr.

Art. 2º Fica o Executivo Municipal autorizado no Orçamento do município de Mandaguari-PR para o exercício de 2026, um crédito especial no valor de R$ 162.013,35 (cento e sessenta e dois mil e treze reais e trinta e cinco centavos), mediante a inclusão de rubricas e fontes de receita e despesa das dotações orçamentárias.

Suplementação			
09		SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	
09.001		UNIDADE DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	
09.001.20.605.0033.1.177		RECUPERAÇÃO/READEQUAÇÃO/ PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS RURAIS	
1128 - 4.4.90.93.00.00	1226	INDENIZACOES E RESTITUICOES	162.013,35
Total Suplementação:			162.013,35

Art. 3º Para cobertura do crédito aberto no artigo 2°, é utilizado como recurso o superávit financeiro, no valor de R$ 162.013,35 (cento e sessenta e dois mil e treze reais e trinta e cinco centavos), de acordo com o Art.43, Parágrafo 1°, Inciso I, da Lei Federal 4320/64.

Superávit Financeiro nas Fontes:			
3226	PMM Pavimentação - Programa Estradas da Integração - Pedras Irregulares-	1226	162.013,35
Total Superávit Financeiro:			162.013,35

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao vigésimo sexto dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis (26/08/2026).

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:59B956E0

GABINETE DO PREFEITO
REPUBLICAÇÃO DECRETO Nº 411/2026 - DISPÕE SOBRE AS POSSIBILIDADES DE ISENÇÃO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO – I.P.T.U..

REPUBLICAÇÃO

DECRETO Nº 411/2026

Súmula: Dispõe sobre as possibilidades de Isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano – I.P.T.U..

A Prefeita do Município de Mandaguari, Estado do Paraná, IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso IV do art. 89 da Lei Orgânica do Município e com fulcro no Art. 1º, inciso IV, art. 122 à 130 da Lei Complementar nº 2254/2013 e art. 304, inciso II, art. 364 à 367 da Lei Complementar nº 706/2001.

CONSIDERANDO a necessidade de controle e eficiência da arrecadação tributária;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar o benefício de isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU -.

DECRETA:

DOS PEDIDOS DE ISENÇÃO DE IPTU

Art. 1º As isenções de que trata o artigo 124 da Lei Complementar nº. 2.254/2013 serão reconhecidas anualmente, mediante declaração de solicitação do interessado comprovando sua condição de beneficiário.
§1º A declaração de solicitação deverá conter todos os elementos comprobatórios necessários ao reconhecimento da isenção constantes no art. 125 da Lei Complementar nº. 2.254/2013.
§2º A declaração de solicitação de isenção do IPTU referente ao exercício fiscal de 2027 deverá ser protocolizada no Município até a data de **20/11/2026**.
§3º Com base no artigo 125. § 4º da Lei Complementar nº 2.254/2013, os contribuintes que tiveram seu pedido de isenção deferido para o exercício de 2025 e 2026 ficam isentos de apresentar a documentação comprobatória para o exercício de 2027.
§4º Não são alcançados pelo disposto no §3º deste artigo os pedidos deferidos para isenção de tributos protocolizados nos exercícios anteriores.
§5º Será admitido somente um único pedido de isenção para cada exercício e, em caso de indeferimento por qualquer um dos órgãos competentes, caberá à comissão competente avaliar a situação.
§6º Fica regulamentado, conforme modelo constante no Anexo I deste Decreto, as **"Declarações de Solicitação para isenção de tributos municipais sobre Propriedade Territorial Urbana"** instituída com base na alínea 'g', dos incisos I, II e III do artigo 125 da Lei Complementar nº. 2.254/2013.

Art. 2º Quando não cumpridas as exigências determinadas no Titulo IV da Lei Complementar nº. 2.254/2013, a autoridade administrativa, fundamentadamente, cancelará o despacho que efetiva o beneficio.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor a partir da publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao vigésimo sexto o dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis (26/08/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

PEDIDO DE ISENÇAO
Declaração de Solicitação para isenção de tributos municipais sobre Propriedade Territorial Urbana para o EXERCÍCIO DE 2027

CADASTRO	QUADRA	LOTE	BAIRRO	Área Construída
PROPRIETÁRIO				

Identificação do Requerente:			
Nome do Requerente:			
RG.:		CPF:	
TELEFONE:		E-mail:	
Condição do Beneficiário:	( ) Aposentado ( ) Pensionista		
	( ) Beneficiário de Renda Vitalícia ( ) Portador de Doenças Graves		
Estado Civil:	( ) Casado ( ) Solteiro ( ) Viúvo ( ) Divorciado		
	( ) Outros_____		
Endereço:		Número:	
Bairro:			
Complemento:			

Declaração:
Eu, acima identificado, declaro para os efeitos do disposto na Lei Complementar nº 2254/2013 que:
O imóvel supra identificado, no qual efetivamente resido, integra o meu patrimônio;
Não possuo outro imóvel neste Município;
Minha renda mensal familiar per capita objeto deste pedido não ultrapassa o valor de 1(um) salário mínimo.
No imóvel Existe: ( ) Uma única Moradia ( ) Mais de uma moradia ( ) Uso Misto: residência/comercial

Documentos que devem ser anexados ao pedido (somente cópia)	**SIM**	**OK**
Cédula de identidade(RG) e CPF do requerente	X	
Cédula de identidade(RG) e CPF de todos os moradores do imóvel	X	
Documento de aquisição do Imóvel (escritura, contrato, etc.)	X	
Comprovante de residência em nome do requerente (conta de luz, agua, etc.)	X	
Se viúvo, forma de partilha ou, na sua ausência, certidão de óbito	X	

Certidão Negativa de Débitos Municipal do imóvel	X	
Certidão de propriedade única (Cartório de Registro de Imóveis)	X	
Demonstrativo dos rendimentos de todas as pessoas que constituem a renda bruta mensal familiar do beneficiário;	X	
Declaração do órgão pagador, com o valor e tipo do benefício, para o qual está solicitando a isenção	X	
Em se tratando de portador de deficiências, declaração ou atestado médico informando a deficiência do proprietário do imóvel		

Declaro que no imóvel possui ( ) moradores no total e dentre estes ( ) possuem renda.
Declaro, por fim, sob as penas da Lei, que as informações aqui prestadas são verdadeiras e que são conhecidas as penalidades previstas no Art. 299 do Código Penal, no Art.1º da Lei Federal nº 8.137, de 27/12/1990.

Documentação recebida e conferida em _____/_____/_____	Termo em que, peço deferimento.
Carimbo e Assinatura do Servidor Municipal	Mandaguari, _____/_____/_____
	---------- Assinatura do Requerente

RENOVAÇAO ISENÇAO IPTU 2027
Declaração de Solicitação para isenção de tributos municipais sobre Propriedade Territorial Urbana–para o EXERCÍCIO DE 2027

CADASTRO	QUADRA	LOTE	BAIRRO	Área Construída
PROPRIETÁRIO				

Identificação do Requerente:			
Nome do Requerente:			
RG.:		CPF:	
TELEFONE:		E-mail:	
Condição do Beneficiário:	( ) Aposentado ( ) Pensionista		
	( ) Beneficiário de Renda Vitalícia ( ) Portador de Doenças Graves		
Estado Civil:	( ) Casado ( ) Solteiro ( ) Viúvo ( ) Divorciado		
	( ) Outros_____		
Logradouro:		Número:	
Bairro:			
Complemento:			

Declaração:

Eu, acima identificado, declaro para os efeitos do disposto na Lei Complementar nº 2254/2013 que:
O imóvel supra identificado, no qual efetivamente resido, integra o meu patrimônio, não havendo alteração nos últimos anos;
Não possuo outro imóvel neste Município;
Minha renda mensal familiar **per capita** objeto deste pedido não ultrapassa o valor de 1(um) salário mínimo.
No imóvel Existe: ( ) Uma única Moradia ( ) Mais de uma moradia ( ) Uso Misto: residência/comercial.
Quantidade de moradores no imóvel_____, quantos possuem renda_____.
Declaro que foi apresentado todos os documentos comprobatórios no protocolo _____
Declaro, por fim, sob as penas da Lei, que as informações aqui prestadas são verdadeiras e que são conhecidas as penalidades previstas no Art. 299 do Código Penal, no Art.1º da Lei Federal nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990.

Documentos que devem ser anexados ao pedido (somente cópia)	**SIM**	**OK**
Certidão de isenção do ano anterior ou protocolo da solicitação	X	

Documentação recebida e conferida em	Termo em que, peço deferimento.
_____/_____/_____	Mandaguari,_____/_____/_____
Carimbo e Assinatura do Servidor Municipal	---------- Assinatura do Requerente

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:46F917EB

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO Nº 04/2026 - DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MANDAGUARI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RESOLUÇÃO Nº 04/2026

Súmula: Dispõe sobre a aprovação da Política Municipal de Alfabetização da Rede Municipal de Ensino de Mandaguari e dá outras providências.

O Conselho Municipal de Educação de Mandaguari, gestão 2025/2027, em Reunião Ordinária realizada aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, neste ato representado por seu Presidente, no uso de suas atribuições legais, resolve:

CONSIDERANDO a legitimidade deste Conselho conforme disposto no Art. 18, inciso III, da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional);

CONSIDERANDO as competências atribuídas a este Conselho conforme estabelecem os Arts. 2º e 3º da Lei Municipal nº 913, de 31 de maio de 2004;

CONSIDERANDO a legitimidade ativa de seus membros devidamente instados a compor o corpo colegiado deste Conselho, conforme determina o Decreto Municipal nº 358/2025;

CONSIDERANDO a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, especialmente o art. 205, que estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado e da família;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, especialmente seus arts. 22 e 32;

CONSIDERANDO a Base Nacional Comum Curricular - BNCC, que estabelece os direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento e orienta a organização curricular da Educação Básica;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 15.388, de 14 de abril de 2026, que institui o Plano Nacional de Educação;

CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 11.556, de 12 de junho de 2023, que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 15.247/2025, que dispõe sobre o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;

CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 21.323, de 20 de dezembro de 2022, que cria o Programa Educa Juntos no âmbito do Estado do Paraná e dá outras providências;

CONSIDERANDO as diretrizes, metas e estratégias estabelecidas no Plano Municipal de Educação de Mandaguari, especialmente aquelas relacionadas à alfabetização, à qualidade da educação e à garantia do direito à aprendizagem;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar o direito à alfabetização de todas as crianças, promover a recomposição e a consolidação das aprendizagens, reduzir as desigualdades educacionais e contribuir para a melhoria contínua da qualidade da Educação Básica no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Mandaguari;

CONSIDERANDO a análise da proposta da Política Municipal de Alfabetização apresentada pela Secretaria Municipal de Educação;

CONSIDERANDO as deliberações advindas da reunião do Conselho Municipal de Educação de Mandaguari.

ESTE CONSELHO RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, no âmbito das competências do Conselho Municipal de Educação de Mandaguari, a Política Municipal de Alfabetização da Rede Municipal de Ensino de Mandaguari, para fins de sua instituição e implementação pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 2º A Política Municipal de Alfabetização tem por finalidade assegurar o direito à alfabetização de todas as crianças, garantindo sua alfabetização até o final do 2º ano do Ensino Fundamental e a consolidação das habilidades de leitura, escrita, oralidade e compreensão de textos até o final do 5º ano do Ensino Fundamental.

Art. 3º A implementação da Política Municipal de Alfabetização ficará sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação de Mandaguari, em articulação com as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino, observadas as diretrizes e disposições constantes do documento aprovado.

Art. 4º Caberá ao Conselho Municipal de Educação de Mandaguari, no âmbito de suas atribuições legais, acompanhar a implementação, o monitoramento e a avaliação da Política Municipal de Alfabetização, bem como apreciar os instrumentos de planejamento, relatórios e informações encaminhados pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 5º A Política Municipal de Alfabetização aprovada por esta Resolução observará os princípios, objetivos, pilares pedagógicos, eixos estruturantes, ações de recomposição das aprendizagens, metas, formas de monitoramento e demais disposições constantes do documento apresentado e aprovado pelo Conselho Municipal de Educação.
Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Mandaguari, 25 de agosto de 2026.

ALISSON PAVAN LOPES BARBOZA
Presidente do Conselho Municipal de Educação de Mandaguari

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:1AE94DFD

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO Nº 05/2026 - DISPÕE ACERCA DA APROVAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL NO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI/PR.

RESOLUÇÃO Nº 05/2026

Súmula: Dispõe acerca da aprovação da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral no município de Mandaguari/PR.

O Conselho Municipal de Educação de Mandaguari, gestão 2025/2027, em Reunião Ordinária realizada aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, neste ato representado por seu Presidente, no uso de suas atribuições legais, resolve:

CONSIDERANDO a legitimidade deste Conselho conforme disposto no Art. 18, inciso III, da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional);

CONSIDERANDO as competências atribuídas a este Conselho conforme estabelecem os Arts. 2º e 3º da Lei Municipal nº 913, de 31 de maio de 2004;

CONSIDERANDO a legitimidade ativa de seus membros devidamente instados a compor o corpo colegiado deste Conselho, conforme determina o Decreto Municipal nº 358/2025;

CONSIDERANDO as deliberações advindas da reunião do Conselho Municipal de Educação de Mandaguari.

ESTE CONSELHO RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, no âmbito das competências do Conselho Municipal de Educação de Mandaguari, a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral no município de Mandaguari/PR.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Mandaguari, 26 de agosto de 2026.

ALISSON PAVAN LOPES BARBOZA
Presidente do Conselho Municipal de Educação de Mandaguari

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:E43B5CA6

LICITAÇÃO
ATO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO/RATIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE Nº.60/2026

Pelo presente, face os contidos no processo licitatório em referência, eu Enfª Ivonéia de Andrade Ap° Furtado, Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, **ADJUDICO/HOMOLOGO/RATIFICO**, o presente processo licitatório, a favor das proponentes:

FORNECEDOR	CNPJ	VALOR TOTAL
SYSMAR INFORMÁTICA LTDA	00.850.753/0001-96	R$ 30.996,00

Mandaguari (PR), 28 de agosto de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:28E0A5E7

LICITAÇÃO
ATO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO/RATIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE Nº.61/2026

Pelo presente, face os contidos no processo licitatório em referência, eu Enfª Ivonéia de Andrade Ap° Furtado, Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, **ADJUDICO/HOMOLOGO/RATIFICO**, o presente processo licitatório, a favor das proponentes:

FORNECEDOR	CNPJ	VALOR TOTAL
BECK ASSESSORIA LTDA	61.480.229/0001-65	R$ 3.500,00

Mandaguari (PR), 26 de agosto de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:CC247EA9

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026
MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE DE VALORIZAÇÃO DE RECICLÁVEIS (UVR), SEDE DA ACAMAN, DE MANDAGUARI/PR

RECEBIMENTO PROPOSTAS: Até às 08h00min do dia 13 de outubro de 2026.

ABERTURA: Às 09h00min do dia 13 de outubro de 2026, pelo Portal de Compras do Governo Federal, disponível em compras.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas no Departamento de Licitações, no horário de expediente, de Segunda a Sexta-feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas. Fone: (44) 3233-8422, ou no endereço eletrônico www.mandaguari.pr.gov.br acessando o Portal da Transparência.

Mandaguari (PR), 26 de agosto de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:18C0EFA8

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 04/2026
MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA A CONSTRUÇÃO DE BUEIROS ECOLÓGICOS NO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI-PR, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA.

RECEBIMENTO PROPOSTAS: Até às 08h00min do dia 13 de outubro de 2026.

ABERTURA: Às 09h00min do dia 13 de outubro de 2026, pelo Portal de Compras do Governo Federal, disponível em compras.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas no Departamento de Licitações, no horário de expediente, de Segunda a Sexta-feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas. Fone: (44) 3233-8422, ou no endereço eletrônico www.mandaguari.pr.gov.br acessando o Portal da Transparência.

Mandaguari (PR), 26 de agosto de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:C6F3A96B

LICITAÇÃO
AVISO DE RESCISÃO UNILATERAL

A Prefeitura Municipal de Mandaguari – PR, no uso de suas atribuições legais, após solicitação da secretaria, parecer jurídico e demais documentos que instruem o processo, resolve **RESCINDIR UNILATERALMENTE a Ata de Registro de Preços nº 284/2025 – Pregão Eletrônico nº 52/2025 do Processo Administrativo nº 134/2025,** firmado com a empresa **ILHA BELA DISTRIBUIDORA LTDA,** tendo em vista o descumprimento contratual, caracterizando a inexecução da Ata de Registro de Preços nº 284/2025.
A presente Rescisão, não isenta esta municipalidade de aplicar as penalidades previstas na ata de registro de preços, bem como na lei 14.133/21, pelo descumprimento de condições previstas no instrumento convocatório.
Fica intimado o interessado para querendo, apresentar recurso no prazo da Lei 14.133/21.

Mandaguari/PR, 26 de agosto de 2026.

ENFª IVONEIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:DAE1CCD0

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 06/2026

OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE PROPOSTAS DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMPLEMENTAR, CORRESPONDENTE A EXECUÇÃO DE PROJETOS VOLTADOS À PROMOÇÃO, À PROTEÇÃO E A DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA POR MEIO DE PARCERIA VOLUNTÁRIA E OBTENÇÃO DE RESULTADO COMUM, EM REGIME DE MÚTUA COOPERAÇÃO, COM TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2026.

Após o parecer favorável da documentação apresentada pelas proponentes ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS PENSIONISTAS E IDOSOS DE MANDAGUARI – AAPIM e ASILO SAO VICENTE DE PAULO DE MANDAGUARI, realizado pela comissão nomeada pela Resolução nº 12/2026, comunicamos o credenciamento das seguintes participantes:

ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS PENSIONISTAS E IDOSOS DE MANDAGUARI – AAPIM
CNPJ 95.639.498/0001-43

ASILO SAO VICENTE DE PAULO DE MANDAGUARI
CNPJ 95.639.506/0001-51

Mandaguari, 26 de agosto de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:CCB3D753

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 81/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 81/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. Enfª **IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: FONTENELLE & MENDONCA COMERCIO DE ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 41.080.638/0001-67, com endereço na Rua Deputado Nilson Ribas, nº 1138, Jardim Champagnat, CEP: 86.062-090, na cidade de LONDRINA/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor **PAULO VITOR MENDONÇA GUEDES**, portador da Cédula de Identidade RG nº 6332718 SESP/PR, e inscrito no CPF sob o nº 046.068.239-33.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE BUFFET, PARA ATENDER A SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E LAZER.

VALOR: 44.616,00.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 17 de Agosto de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:45B944B8

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 85/2026

INEXIGIBILIDADE Nº 56/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 85/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. Enfª **IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: THM & THG - PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.449.004/0001-54, com endereço na AV. DOUTOR ADHEMAR PEREIRA DE BARROS, 1500, BELA SUICA, CEP: 86050-190, na cidade de Londrina/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor **FABIO JOSÉ ELIAS**, inscrito no CPF sob o nº 293.307.138-07.

OBJETO: Contratação de Pessoa Jurídica Especializada em Apresentação de Show Artístico, para compor a programação em comemoração das festividades natalinas do município de Mandaguari em 2026.

VALOR: 250.000,00.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 20 de Agosto de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:8B3FC5C4

LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO DE TROCA DE MARCA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 309/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2025
PROCESSO Nº 131/2025

O **MUNICÍPIO DE MANDAGUARI,** Estado do Paraná pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça dos Três Poderes, 500 centro, no Município de Mandaguari – Estado do Paraná**,** neste ato representado pela Prefeita Municipal **IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade nº 4.291.301-4 e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o CPF/MF nº 539.360.609-59, residente e domiciliada na cidade de Mandaguari – PR e do outro lado a empresa **RAVI E-COMMERCE LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 52.954.144/0001-80, com endereço na ATUM, 466, CENTRO, CEP: 88200-714, na cidade de Tijucas/SC, neste ato representada pelo seu representante legal, a Senhora **NEIDE APARECIDA DE OLIVEIRA RODRIGUES**, inscrita no CPF sob o nº 058.405.838-12, têm justo e acertado o presente Termo Aditivo *a* **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 309/2025**, nos termos do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2025,** bem como pela legislação vigente em especial a Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações e pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA:
É do objeto do presente aditivo a substituição da marca do produto abaixo relacionado:

Lote	Descrição	Marca homologada	Marca (TROCA)
64	PNEU NOVO 205.75 R16 C	LANDSPIDER	SUNFULL
65	PNEU NOVO 225.75 R16 C RADIAL	DOUBLE KING	SUNFULL
68	PNEU NOVO 205/60/R16	SUNWIDE	SUNFULL

CLÁUSULA SEGUNDA: O presente aditivo fundamenta-se nas informações contidas no requerimento da Contratada solicitando a substituição da marca dos itens acima, bem como, parecer exarado pela secretaria responsável.

CLÁUSULA TERCEIRA:
Permanecem inalteradas as demais disposições.

E por estarem cientes e acordes, os participes assinam o presente Termo Aditivo à ata de registro de preços em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Mandaguari/PR, 20 de Agosto de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:8ED4DCB9

LICITAÇÃO
TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 295/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 52/2025
PROCESSO Nº 134/2025

MUNICÍPIO DE MANDAGUARI, Estado do Paraná pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça dos Três Poderes, 500, centro, no Município de Mandaguari – Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções o **Sra. Enfª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO,** portadora do RG nº 4.291.301-4 e CPF/MF nº 539.360.609-59, brasileira, casada, residente e domiciliado nesta cidade e do outro lado a empresa **LOJA TRADICAO LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.652.542/0001-07, com endereço na RUA 15 DE NOVEMBRO, 398, ZONA 01, CEP: 87200-282, na cidade de Cianorte/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, a Senhora **DAIANY DIAS PEREIRA BORNIA**, inscrito no CPF sob o nº 046.830.129-10, têm justo e acertado o presente Termo de Rescisão Amigável nos termos do comunicado interno nº 376/2026 exarado pela Secretaria de Planejamento, Finanças e Gestão, datado do dia 11 de agosto de 2026, bem como pela legislação vigente em especial o art. 138 da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações e pela seguinte cláusula:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Com o presente fica rescindido a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 295/2025**, conforme parecer da secretaria responsável exarado e justificativas apresentadas pela empresa, sem quaisquer aplicações de multas, sanções ou impedimentos para licitar a empresa contratada.

Mandaguari (PR) 24 de agosto de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:1DC20D57

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 26/2026

MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2026.

O MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA, torna público que às 09:00 horas do dia 11 de Setembro, na plataforma https://www.gov.br/compras (Comprasgov), realizará licitação na modalidade Pregão eletrônico, do tipo menor preço, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, de acordo com as especificações do edital, para aquisição de:

OBJETO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL	PRAZO
Veículo Utilitário tipo PICK-Up CS	1	R$ 133.785,00	120 dias

Informações e esclarecimentos relativos ao edital, modelos e anexos poderão ser obtidos no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura de Mandirituba e na plataforma https://www.gov.br/compras (Comprasgov). Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Pregoeiro, por meio da plataforma.

Mandirituba, 25 de agosto de 2026.

SILVIO GALVAN
Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Publicado por:
Gisele Kimiecik
Código Identificador:F5C11CEB

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
DECRETO CREDITO ESPECIAL 1938- 2026

DECRETO N° 001938/2026 de 26 de Agosto de 2026

Abertura de crédito adicional especial - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Mandirituba e autorização contida na Lei Municipal n° 001561/2026 de 24 de Agosto de 2026.

D E C R E T A :

Art. 1° Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 1.700.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
05.001 - DEPARTAMENTO DE TESOURARIA E CONTABILIDADE
04.123.0002.2007 - MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA DE FINANÇAS

4.4.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0610) 1.700.000,00

Art. 2° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO
11.001 - DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E URBANISMO
15.452.0003.2040 - MANUTENÇÃO DA SEC. DE OBRAS E URBANISMO

4.4.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0610) 700.000,00
4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - (Grupo/Fonte 0610) 1.000.000,00

Art. 3 Este decreto entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 26 de Agosto de 2026

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aderbal Pires de Oliveira
Código Identificador:2F9D30FA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
NOTA DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO - CONCORRÊNCIA NR.:7/2026 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA SERVIÇOS DE REPAROS E REVITALIZAÇÃO, COM PAVIMENTAÇÃO EM CBUQ COM ÁREA DE 2.936,06 M² DA RUA JOÃO BARBOSA MENDES, CONFORME CONTRATO DE RE

ESTADO DO PARANÁ	**Concorrência eletrônica**
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA	**Nr.: 7/2026 - CE**
CNPJ: 76105550000137	**Nr. do Processo: 61/2026**
Rua Augusto Dissenha, 44	**Data do Processo: 19/05/2026**
C.E.P: 83800058 - Mandirituba	

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA SERVIÇOS DE REPAROS E REVITALIZAÇÃO, COM PAVIMENTAÇÃO EM CBUQ COM ÁREA DE 2.936,06 M² DA RUA JOÃO BARBOSA MENDES, CONFORME CONTRATO DE REPASSE N.º 947188/2023/MCIDADES/CAIXA

NOTA DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO - CONCORRÊNCIA Nr.:7/2026

MOTIVO: EM RAZÃO DA INABILITAÇÃO DAS LICITANTES PARTICIPANTES POR NÃO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E PELA NÃO APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA AJUSTADA E MANUTENÇÃO DE VALOR OFERTADO ACIMA DO VALOR ESTIMADO NO EDITAL.

24 de Agosto de 2026

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto Inocencio Pereira
Código Identificador:C9D1F18D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DISPENSA 09-2026

AVISO DE LICITAÇÃO
Dispensa Nº 9/2026
RECURSOS: próprios e ou oriundos de convênios.
O **MUNICÍPIO DE MANFRINÓPOLIS**, Estado do Paraná, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o n° **01.614.343/0001-09**, torna público que fará realizar dia **03/09/2026**, no sistema de disputa da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil **bll.org.br**, abertura da sessão pública do **Dispensa** Nº 9/2026 do tipo: MENOR PREÇO POR ITEM, Regido pela Lei Federal nº 14.133, de 01/04/2021, Decreto Municipal nº 1714/2024 de 25/01/2024 Lei Complementar 123/2016 alterada pela Lei nº147/2014 e Lei Complementar Municipal nº01/2015, para:
OBJETO: Contratação de empresa para disponibilização temporária de profissional de enfermagem para atuação junto a Secretaria Municipal de Saúde de Manfrinópolis, mediante licitação.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até dia **03/09/2026,** às **07:00 horas**.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia **03/09/2026,** às **08:00 horas**.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: dia **03/09/2026,** às **08:30 horas**
EDITAL: outras informações complementares poderão obtidas na Prefeitura Municipal de Manfrinópolis, no endereço supracitado, de 2ª a 6ª feira, no horário normal de expediente ou pelo telefone/fax: **(0xx46) 3199-0070** e também através do e-mail: **licitacao@manfrinopolis.pr.gov.br**.
Manfrinópolis, em 26/08/2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jozinei Dos Santos
Código Identificador:7DBEBC06

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO 51-2026

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
O Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO, Regido pela Lei Federal n° 14.133/2021 e legislações complementar, EXTRATO DE CONTRATO.
CONTRATO Nº 51 de 2026.
OBJETO: **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**
contratação de empresa especializada em confecção de materiais de comunicação visual como placas, adesivos, banners, perfurados e afins para suprir as necessidades das Secretarias Municipais de Manfrinópolis, conforme processo de Pregão - Eletrônico nº 28/2026.
CONTRATADO: BELTRAO UNIFORMES LTDA. CNPJ: 65.672.880/0001-98
VALOR CONTRATADO: 45.750,00 (Quarenta e Cinco Mil, Setecentos e Cinquenta Reais).
DATA DA ASSINATURA: 26/08/2026.
INICÍO DA EXECUÇÃO: 26/08/2026
RECURSOS: próprios e ou oriundos de Convênios.
PAGAMENTO: O pagamento será efetuado **Até 30 dias após entrega dos materiais e emissão de nota fiscal**.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 meses após a assinatura do contrato**.**
Manfrinópolis, 26/08/2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jozinei Dos Santos
Código Identificador:65F46A34

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO 52-2026

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
O Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO, Regido pela Lei Federal n° 14.133/2021 e legislações complementar, EXTRATO DE CONTRATO.
CONTRATO Nº 52 de 2026.
OBJETO: **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**
contratação de empresa especializada em confecção de materiais de comunicação visual como placas, adesivos, banners, perfurados e afins para suprir as necessidades das Secretarias Municipais de Manfrinópolis, conforme processo de Pregão - Eletrônico nº 28/2026.
CONTRATADO: LIRA LICITAÇÃO LTDA. CNPJ: 63.047.858/0001-21
VALOR CONTRATADO: 192.806,00 (Cento e Noventa e Dois Mil, Oitocentos e Seis Reais).
DATA DA ASSINATURA: 26/08/2026.
INICÍO DA EXECUÇÃO: 26/08/2026
RECURSOS: próprios e ou oriundos de Convênios.
PAGAMENTO: O pagamento será efetuado **Até 30 dias após entrega dos materiais e emissão de nota fiscal**.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 12meses após a assinatura do contrato**.**

Manfrinópolis, 26/08/2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jozinei Dos Santos
Código Identificador:52F77BBC

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2026

A Câmara municipal de Vereadores de Manfrinópolis, Estado do Paraná, com sede na Avenida São Cristóvão s/n, inscrita no CNPJ sob nº 02.015.603/0001-92, representada pelo seu Presidente Senhor Marcos Antonio Francisconi, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei e atendendo a Instrução Normativa nº 04/2006 de 04 de maio de 2006 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná:
CONVOCA
Toda a população do Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná para participar da 3ª Audiência Pública de 2026 onde serão tratados os seguintes assuntos da Ordem do Dia:
-Prestação de contas do 2º Quadrimestre do Exercício de 2026 e da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais, do Legislativo Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, os documentos enumerados do § Primeiro ao § quinto, do Art. 9º, da Lei 101/2000-LRF, fazendo remissão ao Parágrafo 1º, do Art. 166, da Constituição Federal.
A ser realizada no dia 30 de setembro de 2026 às 13h30, nas dependências da Sala de Sessões do Legislativo Municipal, sita a Avenida São Cristóvão s/n, centro – Manfrinópolis, Estado do Paraná.

Manfrinópolis, Estado do Paraná, aos 26 dias do mês de agosto de 2026.

MARCOS ANTONIO FRANCISCONI
Presidente da Câmara de Vereadores

Publicado por:
Carla Regina Rodrigues
Código Identificador:FFD202BD

EXECUTIVO MUNICIPAL
DECRETO Nº 4149/2026 - 21.08.2026

Sumula: Dispõe sobre a denominação de localidades rurais e regulamenta o procedimento de georreferenciamento de imóveis no Município de Manfrinópolis

Amarildo Alves Carneiro, Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA
Art. 1º Para fins de padronização, regulamentação, normatização e compatibilização, ficam denominadas as localidades rurais do Município de Manfrinópolis, conforme mapeamento e delimitação poligonal geográfica constantes do Anexo Único deste Decreto.
Parágrafo Único: Nos casos em que uma propriedade rural, registrada em matrícula única, abranja áreas em mais de uma localidade rural, a sua classificação principal será definida:
I. Pela localização da sede administrativa ou operativa da propriedade; ou
II. Pela localidade que contiver o maior percentual da área total do imóvel, a critério do proprietário.
Art. 2º A denominação das localidades rurais estabelecida por este Decreto deverá ser utilizada por todos os órgãos públicos e nos registros públicos, devendo ser atualizada sempre que houver alteração de qualquer natureza
Art. 3º Para fins de endereçamento, cada localidade rural terá equivalência a um bairro, seguida do termo genérico "Linha". Essa equivalência não altera o uso e a classificação rural da área.
Art. 4º A retificação, ratificação, assentamento e averbação de georreferenciamento na matrícula de imóvel rural somente serão registrados mediante a apresentação de declaração expedida pelo Município de Manfrinópolis, que indicará a localização da parcela e sua respectiva localidade rural.
Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Manfrinópolis, em 21 de agosto de 2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito municipal

Publicado por:
Susana Francisconi
Código Identificador:9B77C884

SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 0250/2026

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 0250/2026

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS	**REQUISIÇÃO Nº 0250/2026**
LEI MUNICIPAL Nº: 704/2020 DE 13/02/2020	

PARA FINS DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS, AUTORIZAMOS O SETOR DE FINANÇAS E CONTABILIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, A EFETUAR O PAGAMENTO DA(S) DIÁRIA(S), CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:

DADOS DO SERVIDOR				
SERVIDOR	MATEUS F. FEREIRA DA COSTA		**MATR.**	**1012214**
CARGO/FUNÇÃO	MOTORISTA	**LOTAÇÃO:** SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS	

						VEÍCULO:
	VÍNCULO				**TIPO DE TRANSPORTE**	FIAT ARGO
X	**EFETIVO**		**COMISSIONADO**			
	AGENTE POLÍTICO		**MEMBRO DE CONSELHOS**	**AVIÃO ( )**	**PLACA** UBS-5E97	
	OUTROS COLABORADORES		**DIARIAS EXTERIOR**	**OUTROS (X)**		

MOTIVO DA VIAGEM					
SEMANA DE VIAGEM		**CIDADE DESTINO**	**UF**	**OBJETIVO DA VIAGEM**	**TOTAL DE DIÁRIAS**
DE	**A**				
25/08/2026	25/08/2026	CASCAVEL	PR	TRANSPORTE DE PACIENTES PARA CONSULTA E TRATAMENTO DE SAÚDE FORA DOMICILIO .	0,5

TCE-PR EVENTOS E TREINAMENTOS		**TCE-PR E OUTROS OBJETIVOS**	
EVENTOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR		**CURSOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR E OUTROS**	
TRANSPORTE DE PACIENTES	X	**OUTROS NÃO LIGADOS AO TCE-PR**	
PACIENTE CASCAVEL/PR ;			
JOSIÉL FOGAÇA (DIA 25/08/2026) .			

Manfrinópolis – PR,25 de agosto de 2026

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Cordeiro Padilha
Código Identificador:47FCD7F9

SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 0251/2026

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 0251/2026

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS	**REQUISIÇÃO Nº 0251/2026**
LEI MUNICIPAL Nº: 704/2020 DE 13/02/2020	

PARA FINS DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS, AUTORIZAMOS O SETOR DE FINANÇAS E CONTABILIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, A EFETUAR O PAGAMENTO DA(S) DIÁRIA(S), CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:

DADOS DO SERVIDOR				
SERVIDOR	MATEUS F. FEREIRA DA COSTA		**MATR.**	**1012214**
CARGO/FUNÇÃO	MOTORISTA	**LOTAÇÃO:** SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS	

						VEÍCULO:
	VÍNCULO				**TIPO DE TRANSPORTE**	FIAT ARGO
X	**EFETIVO**		**COMISSIONADO**			
	AGENTE POLÍTICO		**MEMBRO DE CONSELHOS**	**AVIÃO ( )**	**PLACA** UBS-5E97	
	OUTROS COLABORADORES		**DIARIAS EXTERIOR**	**OUTROS (X)**		

MOTIVO DA VIAGEM					
SEMANA DE VIAGEM		**CIDADE DESTINO**	**UF**	**OBJETIVO DA VIAGEM**	**TOTAL DE DIÁRIAS**
DE	**A**				
24/08/2026	24/08/2026	CURITIBA	PR	TRANSPORTE DE PACIENTES PARA CONSULTA E TRATAMENTO DE SAÚDE FORA DOMICILIO .	01

TCE-PR EVENTOS E TREINAMENTOS		**TCE-PR E OUTROS OBJETIVOS**	
EVENTOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR		**CURSOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR E OUTROS**	
TRANSPORTE DE PACIENTES	X	**OUTROS NÃO LIGADOS AO TCE-PR**	
PACIENTE CURITIBA/PR ;			
CARMEN DE ALMEIDA (DIA 24/08/2026) .			

Manfrinópolis – PR,25 de agosto de 2026

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Cordeiro Padilha
Código Identificador:CB2ECDB3

SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 0252/2026

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 0252/2026

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS	**REQUISIÇÃO Nº 0252/2026**
LEI MUNICIPAL Nº: 704/2020 DE 13/02/2020	

PARA FINS DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS, AUTORIZAMOS O SETOR DE FINANÇAS E CONTABILIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, A EFETUAR O PAGAMENTO DA(S) DIÁRIA(S), CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:

DADOS DO SERVIDOR				
SERVIDOR	MATEUS F. FEREIRA DA COSTA		**MATR.**	**1012214**
CARGO/FUNÇÃO	MOTORISTA	**LOTAÇÃO:** SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS	

						VEÍCULO:
	VÍNCULO				**TIPO DE TRANSPORTE**	FIAT ARGO
X	**EFETIVO**		**COMISSIONADO**			
	AGENTE POLÍTICO		**MEMBRO DE CONSELHOS**	**AVIÃO ( )**	**PLACA** UBS-5E97	
	OUTROS COLABORADORES		**DIARIAS EXTERIOR**	**OUTROS (X)**		

MOTIVO DA VIAGEM					
SEMANA DE VIAGEM		**CIDADE DESTINO**	**UF**	**OBJETIVO DA VIAGEM**	**TOTAL DE DIÁRIAS**
DE	**A**				
17/08/2026	17/08/2026	FOZ DO IGUAÇU	PR	TRANSPORTE DE PACIENTES PARA CONSULTA E TRATAMENTO DE SAÚDE FORA DOMICILIO .	0,5

TCE-PR EVENTOS E TREINAMENTOS		**TCE-PR E OUTROS OBJETIVOS**	
EVENTOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR		**CURSOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR E OUTROS**	
TRANSPORTE DE PACIENTES	X	**OUTROS NÃO LIGADOS AO TCE-PR**	
PACIENTE FOZ DO IGUAÇU/PR ;			
AGENOR TAVARES DOS SANTOS (DIA 17/08/2026) .			

Manfrinópolis – PR,25 de agosto de 2026

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Cordeiro Padilha
Código Identificador:DE494C76

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA

CÂMARA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA
DECRETO LEGISLATIVO N.º 002/2026 ACOLHE O VETO PARCIAL APOSTO PELO CHEFE DO PODER EXECUTIVO AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 046/2026.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 002/2026

Acolhe o veto parcial aposto pelo Chefe do Poder Executivo ao Projeto de Lei Ordinária nº 046/2026.

O Presidente da Câmara Municipal de Mangueirinha, Vereador **DIOGO ANDRÉ CARNIEL NOLL**, com fundamento no artigo 21, inciso V, do Regimento Interno da Câmara Municipal Mangueirinha, **PROMULGA** o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Fica acolhido o veto parcial aposto pelo Chefe do Poder Executivo ao Projeto de Lei Ordinária nº 046/2026.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Mangueirinha, 26 de agosto de 2026.

DIOGO ANDRÉ CARNIEL NOLL
Presidente da Câmara Municipal de Mangueirinha

Publicado por:
Jean Felipe Dos Santos
Código Identificador:0089CE1B

CÂMARA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA
PAUTA DA 12ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO SEGUNDO ANO LEGISLATIVO DA 19ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA (27/08/2026) ÀS 16H.

Pauta da 12ª Sessão Extraordinária do segundo ano legislativo da 19ª legislatura da Câmara Municipal de Mangueirinha (27/08/2026) às 16h.

- Matérias constantes na Ordem do Dia:
-Em segunda votação:
-Projeto de lei 066/2026 – Autoriza o Poder Executivo Municipal a aderir ao Parcelamento Excepcional de Débitos Previdenciários dos Municípios – PEM 2025, relativamente aos créditos tributários constituídos no Procedimento Fiscal nº 0910200.2025.00884, e dá outras providências.

DIOGO ANDRÉ CARNIEL NOLL
Presidente da Câmara Municipal de Mangueirinha

Publicado por:
Jean Felipe Dos Santos
Código Identificador:52885E93

PROCURADORIA
DECRETO Nº 208, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Políticas Culturais - CMPC do Município de Mangueirinha e dá outras providências.

O Prefeito em exercício do Município de Mangueirinha, Estado do Paraná Sr. **LEANDRO DORINI**, no uso de suas atribuições legais; e

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 2.013, de 11 de maio de 2018, que instituiu o Sistema Municipal de Cultura de Mangueirinha, criou o Conselho Municipal de Políticas Culturais - CMPC e o Fundo Municipal de Incentivo Cultural - FMIC;

CONSIDERANDO a necessidade de formalizar a composição do Conselho Municipal de Políticas Culturais para o exercício de suas competências legais;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Políticas Culturais - CMPC do Município de Mangueirinha, para o mandato de agosto de 2026 a agosto de 2028, conforme a composição constante do art. 2º deste Decreto.

I - REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL

TITULAR: Leonilda Rodrigues da Fonseca
SUPLENTE: Paulo Cesar Ganze
TITULAR: Solange Giordani
SUPLENTE: Raiane Colla
TITULAR: Vilmar Sbalcheiro
SUPLENTE: Vilmar Cabral

II - REPRESENTANTES DOS MOVIMENTOS CULTURAIS

TITULAR: Ivaneres Lima
SUPLENTE: Vanessa Alves Lima
TITULAR: Claudecir Pagnussatti
SUPLENTE: Thyago Arnoldo da Fonseca

III - REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

TITULAR: Danuza Piacentini
SUPLENTE: Ivana Chaves
TITULAR: Jociele Luiz
SUPLENTE: Eraldo Cardoso
Art. 2º O Conselho Municipal de Políticas Culturais - CMPC fica composto pelos seguintes representantes:

Art. 3º As atribuições, a organização e o funcionamento do Conselho Municipal de Políticas Culturais - CMPC observarão o disposto na Lei Municipal nº 2.013/2018 e em seu Regimento Interno.

Art. 4º A função de membro do Conselho será exercida gratuitamente e considerada serviço público de relevante interesse social.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em exercício do Município de Mangueirinha, Estado do Paraná, aos vinte e seis dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis.

LEANDRO DORINI
Prefeito de Mangueirinha

Publicado por:
Raiane Colla
Código Identificador:EF3742AB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 003/2026

ESPÉCIE: CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OBRA;

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA – PR CNPJ Nº 75.971.010/0001-73;

CONTRATADA: TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO SANTA FÉ LTDA - CNPJ 08.898.134/0001-83.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, PARA A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE ESTRADA RURAL EM CBUQ, TOTALIZANDO 2.975,00 (DOIS MIL NOVECENTOS E SETENTA E CINCO) M2, INCLUINDO SERVIÇOS: TERRAPLENAGEM, SUB-BASE E BASE, REVESTIMENTO, SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, ENSAIOS TECNOLÓGICOS E PLACA DE COMUNICAÇÃO VISUAL DO PROGRAMA NO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ, CONFORME DETALHAMENTO CONTRATO DE REPASSE Nº 917800/2021/MAPA.

VALOR DO CONTRATO ORIGINAL: R$ 360.000,00 (TREZENTOS E SESSENTA MIL REAIS).

FONTE DE RECURSOS:

09.002.17.451.0009.1009.4.4.90.51 – PAVIMENTAÇÃO URBANA - OBRAS E INSTALAÇÕES.
FONTE DE RECURSOS: 01000 – RECURSOS ORDINARIOS LIVRES EX. CORRENTE

ALTERAÇÃO PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGENCIA: COM BASE NO ART 124 DA LEI FEDERAL N° 14.133/2021, MEDIANTE SOLICITAÇÃO DA CONTRATADA ALTERA-SE A CLÁUSULA QUARTA DO CONTRATO ORIGINAL, PARA MAIS 60 (SESSENTA) DIAS DE EXECUÇÃO E MAIS 30 (TRINTA) DIAS DE VIGÊNCIA. O PRAZO DE EXECUÇÃO FICA PRORROGADO ATÉ O DIA 25 DE SETEMBRO DE 2026 E O PRAZO DE VIGÊNCIA FICA PRORROGADO ATÉ O DIA 26 DE SETEMBRO DE 2026, PARA QUE SEJA FEITA EXECUÇÃO TOTAL DO TÉRMINO DA OBRA.

ESTE EXTRATO ENTRARÁ EM VIGOR A PARTIR DA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO PERMANECENDO INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES ESTIPULADAS E NÃO ALTERADAS POR ESTE INSTRUMENTO.

MARILENA-PR, 26 DE AGOSTO DE 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA
Contratante

Publicado por:
Rosimére Molina Giacobbo
Código Identificador:2E082BA6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÓPOLIS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE MARIÓPOLIS
AVISO DE LICITAÇÃO. EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2026. UASG Nº 987693. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO NO COMPRASGOV - PREGÃO ELETRÔNICO 987693 - 16/2026. PROCESSO Nº 536/2026. Critério de Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM. Data da realização: **11 de SETEMBRO de 2026. Abertura da Sessão: 08h00 horas**. Local: www.gov.br/compras/pt-br. O Município de Mariópolis/PR, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal Mario Eduardo Lopes Paulek que o presente instrumento subscreve e pela Agente de Contratação/Pregoeira Oficial da municipalidade Vanusa Martins, tornam público que se encontra aberto, certame licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº. 41/2026, com critério de julgamento de MENOR PREÇO POR ITEM – Processo n.º 536/2026, objetivando a implantação de REGISTRO DE PREÇOS para futura eventual aquisição de materiais de higiene, limpeza, copa e cozinha que serão utilizados pelos diversos departamentos municipais, conforme condições, quantidades, exigências e demais especificações estabelecidas no Anexo II – Termo de Referência, que faz parte do edital, que será regido pela Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 110/2023, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA A PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS - ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP,AO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI E Sociedade Cooperativa (S.C.). As propostas deverão obedecer às especificações estabelecidas por este instrumento convocatório e seus anexos, que dele fazem parte integrante. Os envelopes contendo a proposta de preços e os documentos de habilitação serão recebidos conforme mencionado no edital, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame no site www.gov.br/compras/pt-br. A sessão de processamento do Pregão será realizada eletronicamente no site: www.gov.br/compras/pt-br, iniciando-se no dia 11/09/2026 às 08h00 horas e será conduzida pelo Agente de Contratação/Pregoeiro Oficial com o auxílio da Comissão de Contratação, designados nos autos do processo em epígrafe. INFORMAÇÃO/EDITAL: O Edital de Pregão Eletrônico nº 41/2026 completo encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitação do Paço Municipal – Rua Seis, nº 1030 - Centro – CEP: 85.525-000 – Mariópolis, Estado do Paraná, no horário de expediente, de Segunda a Sexta-Feira entre as 08h00 ás 11h30min e das 13h00 às 17h00, E-mail: francisco.bueno@mariopolis.pr.gov.br Portal Transparência do Município ou pelos sites www.mariopolis.pr.gov.br, na aba licitações – Pregão Eletrônico e www.gov.br/compras/pt-br - UASG Nº 987693.

Mariópolis/PR, 26 de Agosto de 2026.

MARIO EDUARDO LOPES PAULEK **-**
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Francisco Valdomiro Bueno
Código Identificador:223066DD

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 22/2026 - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 22/2026

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023
Mario Eduardo Lopes Paulek, Prefeito Municipal de Mariópolis, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município tendo em vista o resultado final do **Concurso Público** realizado através do **Edital Nº 01/2023** com resultado homologado pelo **Edital Nº 10/2023** de 06de Novembro de 2023**. Resolve:** Convocar os candidatos abaixo, para comparecerem no prazo de **05 (cinco)** dias úteis, a contar da data da publicação deste Edital, na Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Mariópolis, na Rua Seis, nº 1030, na cidade de Mariópolis, munidos da documentação necessária, constantes na relação publicada abaixo deste edital na Página Oficial da Prefeitura, para a devida nomeação no Cargo para o qual se habilitaram no referido Concurso Público. O não comparecimento no prazo estipulado ou não apresentação da documentação necessária serão considerados desistentes.

INSC.	NOME	CARGO	CLAS.
767	ANELIZE PRISCILA SPILMANN	FISIOTERAPEUTA	02º

Gabinete do Prefeito Municipal de Mariópolis, Estado do Paraná, em 26 de Agosto de 2026.

MARIO EDUARDO LOPES PAULEK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Helena da Costa Liscano
Código Identificador:C90B9302

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS

GABINETE
DECRETO Nº 5192/2026

Abre o Crédito Suplementar por Anulação de dotação no Orçamento Geral do Município de Matinhos no valor de R$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) e alterar no PPA 2026/2029 e na LDO 2026 e dá outras providências."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MATINHOS**, no uso de suas atribuições, tendo por base a Lei Federal nº. 4.320/64 e a autorização constante da Lei nº. 2727 de 01 de dezembro de 2025.
Decreta:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento de 2026, em conformidade com a Lei Federal 4.320, no valor de R$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) na forma abaixo especificada:

Programa de Trabalho	Cat. Eco. Despesa	Descrição Cat. Eco. Despesa	Valor	Fonte
11.001.0015.0452.0111.2041	3339030000000000000	Material de consumo	800.000,00	00000

Art. 2º - Como recurso à abertura do Crédito mencionado no artigo anterior, fica autorizado o Poder Executivo Municipal, conforme prescreve a Lei Federal nº 4.320/64, em seu artigo 43, a Anular dotação no valor de **R$ 800.000,00 (oitocentos mil reais)** conforme segue abaixo:

Programa de Trabalho	Cat. Eco. Despesa	Descrição Cat. Eco. Despesa	Valor	Fonte
19.001.0027.0812.0119.2063	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	150.000,00	00000
19.001.0027.0812.0119.2064	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	100.000,00	00000
19.001.0027.0812.0119.2064	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	100.000,00	00000
19.001.0027.0812.0119.2064	3339030000000000000	Material de consumo	100.000,00	00000
11.001.0015.0452.0111.2040	3449061000000000000	Aquisição de imóveis	100.000,00	00000
11.001.0015.0452.0111.2042	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	50.000,00	00000
11.001.0015.0452.0111.2042	3449051000000000000	Obras e instalações	100.000,00	00000
11.001.0015.0452.0111.2042	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	50.000,00	00000
11.001.0015.0452.0111.2042	3339030000000000000	Material de consumo	50.000,00	00000

Art. 3º – Fica alterado o Anexo da Lei Municipal n° 2723, de Dezembro de 2025 – PPA 2026/2029, e suas alterações, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional, instituindo-se para tal junto à matéria orçamentária em execução.
Art. 4º – Fica alterada a Lei nº. 2724 de 01 de Dezembro de 2025 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026, e suas alterações, em conformidade com o disposto neste ato, objetivando ao atendimento de despesas inerentes a execução da Secretaria.
Art. 5º – Fica alterado o Cronograma de Desembolso Mensal.
Art. 6º – Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua Assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Matinhos, 25 de agosto de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:06004C5C

GABINETE
DECRETO Nº 5193/2026

(Processo Digital nº 22380/2026)

Ementa: Altera a redação do Art. 1º do Decreto nº 4.518/2025, alterado pelo Decreto nº 4.884/2026, para promover a substituição de membro da Comissão Permanente de Sindicância do Município de Matinhos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MATINHOS, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e em estrita observância ao Estatuto dos Servidores Públicos (Lei nº 1165/2008);
CONSIDERANDO o pedido de desligamento da Comissão Permanente de Sindicância formulado pela servidora Luciana Rocha dos Santos Farias, devidamente instruído no Processo Digital nº 22380/2026;
CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 39/2026 da Procuradoria Geral do Município exarado nos referidos autos, opinando pelo deferimento do pedido de desligamento, com fundamento na inviabilidade operacional de remanejamento ou compartilhamento de escala junto à Secretaria Municipal de Saúde, bem como no motivo de foro íntimo aduzido pela requerente;
CONSIDERANDO o despacho de deferimento exarado pelo Chefe do Poder Executivo nos autos do referido processo;
CONSIDERANDO a necessidade de se preservar o número regulamentar de integrantes da Comissão Permanente de Sindicância, nos termos do art. 235 da Lei nº 1165/2008 e do Decreto nº 4.884/2026;
CONSIDERANDO o mecanismo de suplência natural entre os membros das turmas de trabalho, previsto no art. 1º, § 3º, do Decreto nº 4.884/2026, aplicável, desde logo, aos processos em curso nos quais a servidora ora desligada atuava como titular;
DECRETA:
Art. 1º Fica a servidora LUCIANA ROCHA DOS SANTOS FARIAS (Matrícula 53295/2) desligada da Comissão Permanente de Sindicância do Município de Matinhos, atendendo ao requerimento por ela formulado no Processo Digital nº 22380/2026.
Art. 2º O Art. 1º do Decreto nº 4.518, de 24 de novembro de 2025, com a redação dada pelo Decreto nº 4.884, de 06 de abril de 2026, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 1º A Comissão Permanente de Sindicância passa a ser composta pelos seguintes servidores efetivos:

CARGO NA COMISSÃO	NOME DO SERVIDOR	MATRÍCULA
PRESIDENTE	Henrique Buck Zella	100682/1
MEMBRO	Nathalia Battistella	74926
MEMBRO	Ernesto Cordeiro Junior	82600/1
MENBRO	Edicleia Espinel Santos	101226
MENBRO	Tatiani Ribeiro	77330/2

§ 1º Para fins de celeridade e eficiência administrativa, a Comissão poderá organizar-se em turmas de trabalho (Turma I e Turma II), sendo cada uma composta por 03 (três) membros, sob a presidência do servidor constante no inciso I deste artigo.
§ 2º A Portaria de instauração de cada processo de sindicância designará, dentre os membros listados no inciso II, quais atuarão como titulares (02 membros) e quais atuarão como suplentes para o caso específico, respeitando-se o quórum tríade previsto no Art. 235 da Lei nº 1165/2008.
§ 3º Os membros de uma turma atuarão como suplentes naturais da outra em casos de impedimento, suspeição ou afastamentos legais, garantindo-se a continuidade da instrução processual.
§ 4º O servidor Jeferson Almar Borges (Matrícula 72486/1) atuará no apoio jurídico à comissão, sem integrá-la na condição de membro julgador.
Art. 3º Para os processos de sindicância em curso, instaurados por Portaria anterior à publicação deste Decreto, nos quais a servidora referida no art. 1º atuava como titular, aplica-se de imediato o mecanismo de suplência natural previsto no art. 1º, § 3º, do Decreto nº 4.518/2025, na redação dada pelo Decreto nº 4.884/2026, independentemente de novo ato individual, cabendo ao Presidente da Comissão Permanente de Sindicância o levantamento dos feitos afetados e a confirmação da suplência aplicável a cada caso, para fins de eventual consolidação em Portaria específica, caso necessária.
Art. 4º Permanecem inalteradas as demais disposições do Decreto nº 4.518/2025 e do Decreto nº 4.884/2026, bem como a plena validade das comissões processantes designadas em portarias editadas antes da vigência deste Decreto, as quais concluirão os feitos sob sua responsabilidade observado o disposto no art. 3º deste Decreto.
Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Matinhos,25 de agosto de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito Municipal de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:1883ED2B

GABINETE
DECRETO Nº 5194, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

SÚMULA: Dispõe sobre o desligamento, a pedido, de empregado público municipal.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MATINHOS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Determinar o desligamento, a pedido, do empregado público **ADRIANO KENZO GIACOMIN**, matrícula nº 101658-1, inscrito no CPF sob nº 044.***.***-20, ocupante do emprego público de Dentista – Estratégia Saúde da Família – ESF, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, conforme requerido por meio do Requerimento nº 28.476, de 17 de agosto de 2026.

Art. 2º O empregado cumprirá o período de 30 (trinta) dias de aviso-prévio, com início em 17 de agosto de 2026, sendo o desligamento efetivado a partir de 17 de setembro de 2026, nos termos da legislação trabalhista aplicável.

Art. 3º Durante o período de aviso-prévio, o empregado permanecerá em regular exercício de suas atribuições, observadas as disposições da legislação trabalhista.

Art. 4º O Departamento de Recursos Humanos adotará as providências necessárias à formalização do desligamento, atualização dos assentamentos funcionais e processamento das verbas rescisórias eventualmente devidas, observada a legislação trabalhista aplicável.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos quanto ao desligamento a partir de 17 de setembro de 2026, revogando as disposições em contrário.

Matinhos/PR, 26 de agosto de 2026.

EDUARDO ANTÔNIO DALMORA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:ADDC354B

GABINETE
PORTARIA Nº 922/2026

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, em face ao processo nº 25680/2026 e memorando nº331/2026, resolve:

CONCEDER

Art.1º A servidora **SANDY CHRISTINNE DOS SANTOS JOSÉ**, matrícula nº **100529/1,** ocupante do cargo público de **Educador Infantil**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, 02 (dois) anos de **LICENÇA SEM VENCIMENTOS**, para tratar de assuntos de interesse particular, a contar do **dia 01 de setembro de 2026 a 31 de agosto de 2028**, conforme artigo n° 114 da Lei Municipal nº1165/2008 – (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Matinhos).

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 01 de setembro de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 25 de agosto de 2026

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:CAF76796

GABINETE
PORTARIA Nº 923/2026

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora** no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em face ao Laudo Pericial em anexo, resolve:

CONCEDER

Art. 1° LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a servidora pública abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com o Artigo n° 98, da Lei Municipal nº 1165/2008 – (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Matinhos) e de acordo com o Laudo Pericial expedido.

Matrícula	Nome	Cargo	Período	Abono
101642/1	Milaiza Caroline Pinto Mariano	Educador Social	13/08/2026 A 26/08/2026 (14) dias	Não

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 13 de agosto de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 25 de agosto de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:6EDF4A7F

GABINETE
PORTARIA Nº 924/2026

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora** no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em face ao Laudo Pericial em anexo, resolve:

CONCEDER

Art. 1° LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a servidora pública abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, em conformidade com o Artigo n° 98, da Lei Municipal nº 1165/2008 – (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Matinhos) e de acordo com o Laudo Pericial expedido.

Matrícula	Nome	Cargo	Período	Abono
101321/1	Andrea Luiza Mazetto Pesch	Fiscal do Meio Ambiente	11/08/2026 A 09/09/2026 (30) dias	Sim

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 11 de agosto de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 25 de agosto de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:85308087

GABINETE
PORTARIA Nº 925/2026

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em face ao Laudo Pericial em anexo, resolve:

CONCEDER

Art. 1° LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a servidora pública abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, em conformidade com o Artigo n° 98, da Lei Municipal nº 1165/2008 – (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Matinhos) e de acordo com o Laudo expedido.

Matrícula	Nome	Cargo	Período	Abono
15229/1	Maria Lucia do Carmo	Auxiliar de Serviços Gerais	11/08/2026 A 12/09/2026 (30) dias	Não

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 11 de agosto de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 25 de agosto de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:14AE37DA

GABINETE
PORTARIA Nº 926/2026

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em conformidade com as Leis Municipais nº 1165/2008 e nº 1819/2016 e suas alterações, e em face ao memorando nº 335/2026-SME,

RESOLVE

Art.1° Fica revogada a Portaria nº 099/2026 que colocou à disposição da Prefeitura Municipal de Guaratuba a servidora KARYNA BRUNETTI LUCINDA, matrícula nº 70025/1, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em regime de permuta com a professora KELLY CARON DE OLIVEIRA.

Art.2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 01 de setembro de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 26 de agosto de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:B6FC5784

GABINETE
PORTARIA Nº 927/2026

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, mediante memorando n°395/2026-SME, resolve:

CONCEDER

Art.1° A Gratificação pelo exercício de **SECRETÁRIO DE ESCOLA**, ao (a) servidor (a) abaixo relacionado (a):

Matrícula	Nome	Unidade Escolar/Porte	Simbologia
80268/1	Geisiele da Silva Gonçalves Brustolin	Centro de Educação Infantil Sininho Dourado Porte 4 - até 200 alunos	FG-4

Art.2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos
a partir do dia 01 de agosto de 2026, revogando as disposições em contrário.

Matinhos, PR, 26 de agosto de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:22F75426

GABINETE
PORTARIA Nº 928/2026

O Prefeito do Município de Matinhos, Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora,** no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em conformidade com a Lei Municipal nº 1819/2016 e suas alterações, resolve:

Art.1° REVOGAR a Gratificação de 25% pelo exercício de docência em Classe de Ensino Especial, ao servidor abaixo relacionado:

MATRÍCULA	NOME
77763/3	Thais Cristina Ali Chiah

Art.2° CONCEDER a Gratificação de 25% pelo exercício de docência em Classe de Ensino Especial, ao servidor abaixo relacionado:

MATRÍCULA	NOME
77771/1	Taysa Regina Rosalin Maiorky

Art.3° Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 23 de agosto de 2026.

Matinhos, 26 de agosto de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:CAFA37A4

GABINETE
PORTARIA Nº 929/2026

O Prefeito do Município de Matinhos, Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora,** no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em conformidade com a Lei Municipal nº 1819/2016 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art.1° A Gratificação de 25% pelo exercício de docência em Classe de Ensino Especial, ao servidor abaixo relacionado:

MATRÍCULA	NOME
69973/4	Maura do Carmo Marques

Art.2° Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a partir do dia 30 de abril de 2026.

Matinhos, 26 de agosto de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:BBDF91F4

GABINETE
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO DECRETO Nº 5188/2026

Abre Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação no valor de R$ 2.207.280,00 (dois milhões, duzentos e sete mil e duzentos e oitenta reais) e a efetuar alterações de natureza técnica no orçamento vigente do Município.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MATINHOS**, no uso de suas atribuições, tendo por base a Lei Federal nº. 4.320/64 e a autorização constante da Lei nº. 2727 de 01 de dezembro de 2025.
Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento vigente o Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação para o exercício de 2026 em conformidade com a Lei Federal 4.320, no valor total de R$

2.207.280,00 (dois milhões, duzentos e sete mil e duzentos e oitenta reais) conforme abaixo:

Programa de Trabalho	Cat. Eco. Despesa	Descrição Cat. Eco. Despesa	Valor	Fonte
12.001.0010.0302.0112.2028	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	2.200.000,00	00303
12.001.0010.0301.0112.2027	3339030000000000000	Material de consumo	6.575,00	01494
12.001.0010.0301.0112.2027	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	705,00	01494

Art. 2º - Como recurso à abertura do Crédito mencionado no artigo anterior, fica autorizado o Poder Executivo Municipal, conforme prescreve a Lei Federal nº 4.320/64, em seu artigo 43, a abrir por Excesso de Arrecadação no valor de R$ 2.207.280,00 (dois milhões, duzentos e sete mil e duzentos e oitenta reais) nas fontes de recursos 00303 e 01494.

Art. 3º – Fica alterado conforme a Lei 2724, fica alterado o valor global das ações, no exercício de 2026, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme alterações orçamentárias disposta neste Decreto.
Art. 4º – Fica alterado, conforme a Lei 2723, de Dezembro de 2025 - Lei do PPA 2026/2029 em seus artigos 11 e 12, o valor global das ações, no exercício de 2026.
Art. 5º – Fica alterado o Cronograma de Desembolso mensal.
Art. 6º – Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua Assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Matinhos, 21 de agosto de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:E848C7E0

GABINETE
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO LEI Nº 2.748, DE 13 DE JANEIRO DE 2026

Altera dispositivos da Lei Municipal nº 2.319/2022 e da Lei Municipal nº 1.430/2011, cria o cargo de Diretor de Departamento de Trânsito e altera a função na Divisão de Engenharia de Tráfego, altera a composição dos membros da JARI, institui o pagamento de JETON e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MATINHOS, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO 1
DA CRIAÇÃO DOS CARGOS E REESTRUTURAÇÃO

Art. 1º Fica alterada a denominação do Departamento Municipal de Trânsito - DETRAMAT, que passa a ser denominado Departamento Municipal de Trânsito - DEMUTRAN, devendo todas as referências feitas à antiga sigla ou nomenclatura, na legislação municipal vigente, serem interpretadas como referidas ao novo nome institucional.
Art. 2º Fica alterado o Anexo I da Lei nº 2.319/2022 no que tange à Diretoria e à Divisão de Engenharia de Tráfego, que passam a vigorar nos seguintes termos:

Diretor do DETRAMAT	CCE ou FG-1	01	Agente de Trânsito ou Guarda Municipal, investido como Agente da Autoridade municipal de Trânsito ou sob convênio.

I - exercer a administração e gestão geral do DEMUTRAN, planejando, organizando, dirigindo e controlando as atividades de engenharia, fiscalização e educação de trânsito;
II - cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito no âmbito de suas atribuições;
III - aplicar as penalidades de advertência por escrito e multa, bem como as medidas administrativas cabíveis, pelas infrações de circulação, estacionamento e parada previstas no Código de Trânsito Brasileiro (CTB);
IV - celebrar convênios e consórcios com vistas a maior eficiência do sistema de trânsito;
V - gerir o Fundo Municipal de Trânsito, autorizando despesas e zelando pela aplicação dos recursos conforme legislação;
VI - representar o município junto ao Conselho Estadual de Trânsito (CETRAN) e demais órgãos do Sistema Nacional de Trânsito;
VII - fiscalizar a atuação dos agentes de trânsito;
VIII - promover a articulação com os demais órgãos da administração municipal para o planejamento viário e urbano;
IX - exercer outras funções correlatas determinadas pela autoridade superior.
Art. 3º Altera o art. 13 da Lei Municipal nº 2.319/2022, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"§ 2º A remuneração via JETON para os membros das Juntas adicionais seguirá as mesmas regras, valores e limites de sessões mensais estabelecidos para a Junta titular, sendo vedada a acumulação de remuneração por participação em mais de uma Junta pelo mesmo membro."
Art. 4º O cargo de Agente de Tráfego/Trânsito, anteriormente classificado sob o CBO 4221-05 - Recepcionista, passa a ser enquadrado na classificação CBO 5172-20 - Agente de Trânsito, conforme Classificação Brasileira de Ocupações.
Art. 5º Acresce 01 (um) cargo de Engenheiro Civil no quadro de servidores efetivos, alterando o Anexo I da Lei nº 1.430/2011:

64	Engenheiro Civil	40 Hs	6	7.530,94

CAPÍTULO 2
DA REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DA JARI (JETON)

Art. 6º Fica instituído o pagamento de JETON aos membros da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI do Município de Matinhos, por sessão que comparecerem e efetivamente atuarem nos julgamentos.
§ 1º O JETON de que trata o caput deste artigo será devido aos membros titulares presentes às reuniões e, aos suplentes, apenas quando no efetivo desempenho da função em substituição ao titular.
§ 2º Considera-se efetiva atuação do membro da JARI nas sessões de julgamento o comprovado comparecimento e o cumprimento das funções julgadoras, mediante assinatura em ata.
Art. 7º O pagamento do JETON não caracteriza vínculo empregatício com a Administração Municipal aos membros representantes da sociedade civil que não sejam servidores públicos municipais.
Art. 8º Não será devido o JETON em caso de o membro afastar-se do efetivo desempenho das funções na Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI, seja por licença, férias ou ausência injustificada.

CAPÍTULO 3
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.
Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Matinhos, 13 de janeiro de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:ECC08DA4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N°084/2025

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N° 084/2025

INEXIGIBILIDADE Nº 034/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MATINHOS

CONTRATADO: IVG BRASIL LTDA

CNPJ/MF: 36.519.422/0001-15

OBJETO: ÔNIBUS RURAL ESCOLAR (ORE 2)

Item	Especificação	QUANT	Valor Unit	Valor TOTAL
2	ORE 2	1	R$ 421.971,65	R$ 421.971,65

VALOR TOTAL: R$ 421.971,65 (quatrocentos e vinte e um mil, novecentos e setenta e um reais e sessenta e cinco centavos)

PRAZO DE VIGÊNCIA: 320 dias.

DATA DA ASSINATURA: 11/12/2025

Publicado por:
Elisiane Dos Santos
Código Identificador:588B121E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO RICO

MUNICÍPIO DE MATO RICO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº21/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 21/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº105/2026

O Município de Mato Rico, Estado do Paraná, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, bem como nas demais normas regulamentares aplicáveis, torna público que realizará, às09h00 do dia 14 de setembro de 2026, por meio do Portal de Compras daBolsa Nacional de Compras – BNC (www.bnc.org.br),PREGÃO ELETRÔNICO nº21/2026, pelo critério demenor preço por item, pararegistro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais elétricos destinados ao atendimento das demandas do Município de Mato Rico – PR**.** Observadas as características e demais condições especificadas no Edital e em seus Anexos. O edital e anexos encontram-se disponíveis na Prefeitura Municipal de Mato Rico, sito a Avenida das Araucárias, s/nº, centro, no site www.matorico.pr.gov.br, e informações pelo Fone 0800 888 5155, WhatsApp (42) -3633 1160, **42 9 2002 9738** ou pelo e-mail licitacoes@matorico.pr.gov.br, e no portal BNC **https://www.bnc.org.br** de segunda a sexta feira, nos horários de 08:00 as 11:30 e 13:30 as 17:00 horas.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mato Rico, 26 de agosto de 2026.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Marcelo Bednarczuk
Código Identificador:003C3253

MUNICÍPIO DE MATO RICO
PORTARIA 288/2026 - EXONERAR CONSELHEIRO TUTELAR - JOSILENE SEGURO

PORTARIA Nº 288/2026

SÚMULA – Exonera Conselheira Tutelar suplente em substituição temporária em razão de férias.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA, Prefeito Municipal de Mato Rico, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Resolve:

EXONERAR:
Artigo 1º. – Conselheira Tutelar Suplente, abaixo relacionada em razão do termino do período de férias 2025/2026 dos demais conselheiros titulares, a partir do dia 31/08/2026.

MEMBRO	C P F
JOSILENE SEGURO	088.218.239-03

Artigo 2º. – Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando as disposições em contrário.

Publique-se,

Edifício da Prefeitura Municipal de Mato Rico,
26 de agosto de 2026.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Fernando Jaskiu
Código Identificador:8D7F1535

MUNICÍPIO DE MATO RICO
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº149/2025

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 149/2025, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO RICO E A EMPRESA UNITE CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA

Pelo presente Termo, de um lado o MUNICÍPIO DE MATO RICO, inscrito no CNPJ sob o nº 95.684.510/0001-31, com sede administrativa na Avenida das Araucárias, s/n, na cidade de Mato Rico, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal Edelir de Jesus Ribeiro da Silva, residente e domiciliado nesta Cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.12-6 – PR e inscrito no CPF nº 464..919-**, e de outro lado a empresa UNITE CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 01.584.022/0001-09, doravante denominada CONTRATADA, considerando o Contrato Administrativo nº 149/2025, oriundo da Dispensa de Licitação nº 16/2025, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente nos artigos 6º, inciso LV, 92, 106, 107 e 124, mediante as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira – OBJETO
O presente Contrato tem por objeto contratação de empresa especializada para elaboração de projeto básico de pavimentação asfáltica.

Cláusula Segunda – prazo de vigência
O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 149/2025. Com fundamento no art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, fica prorrogado o prazo de vigência contratual por mais 90 (noventa) dias úteis, a contar do término da vigência anterior, passando seu termo final para 21 de janeiro de 2027.

Cláusula Terceira- DAS DEMAIS CLÁUSULAS
Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original, não alteradas por este termo.
E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.
Mato Rico, 07 de agosto de 2026.

Município De Mato Rico
EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Contratante

Unite Construtora de Obras LTDA
GRACIELA LEDI MARKUS ROSA
Contratada

Publicado por:
Marcelo Bednarczuk
Código Identificador:8A866B02

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 078/2022 – ID Nº 263/2022

DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 078/2022 – ID Nº 263/2022, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE MORRETES E A EMPRESA AUTO POSTO MOREIRA LTDA

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE MORRETES, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com registro no CNPJ/MF nº 76.022.490/0001-99 e sede à Praça Rocha Pombo nº 10-Centro – Morretes – Paraná, CEP 83.350-000, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Infraestrutura, o Sr. **EUDES GUSTAVO DA SILVA SKAU KEMMER,** brasileiro, casado, portador do CPF/MF nº 047.XXX.XXX-23 e RG nº 13.XXX.XXX-9 SSP/PR, residente e domiciliado na Travessa Cruz Alta, nº 137 – América de Baixo, no Município de Morretes/PR, CEP nº 83.350-000, em conformidade com a Delegação constante no Decreto Municipal nº 560/2022.

CONTRATADA AUTO POSTO MOREIRA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob nº 75.140.848/0001-15, estabelecida na Rod. BR 277, KM 32, Rio Sagrado de Baixo, Morretes-PR, neste ato representada pelo Sr. **DIOGO JOSÉ MOREIRA**, brasileiro, portador da identidade nº 7.XXX.XXX-6 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 003.XXX.XXX-60.

As partes acima qualificadas, de comum acordo, considerando o Contrato Administrativo nº 078/2022 – ID nº 263/2022, oriundo do Pregão Presencial nº 036/2022, cujo objeto compreende o fornecimento de Óleo Diesel S-10 e ARLA 32 destinados ao abastecimento da frota municipal, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO**, **E ALTERAÇÃO DOS VALORES UNITÁRIOS**, mediante as cláusulas seguintes. O instrumento deverá observar o regime jurídico aplicável ao contrato originário e o parecer jurídico constante do processo.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

Ficam prorrogados os prazos de vigência e de execução do Contrato Administrativo nº 078/2022 pelo período de 03 (três) meses, contado do término da vigência atual, com a finalidade de assegurar a continuidade do fornecimento até a conclusão do novo procedimento licitatório.

Parágrafo único. A data final exata da prorrogação deverá observar a forma de contagem definida no contrato originário e a orientação da Procuradoria Geral do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORES UNITÁRIOS PARA O PERÍODO DA PRORROGAÇÃO

Em razão da pesquisa de preços e da negociação realizada com a CONTRATADA, os valores unitários aplicáveis ao período da prorrogação ficam estabelecidos da seguinte forma:

Lote	Descritivo	Unid.	Custo Unitário
01	ÓLEO DIESEL S-10 – COTA RESERVADA	Litro	R$ 6,99
02	ÓLEO DIESEL S-10 – COTA PRINCIPAL	Litro	R$ 6,99
03	ARLA 32 – GALÃO COM 20 LITROS	Galão	R$ 120,00

Parágrafo único. O valor do Diesel S-10 resulta da contraproposta apresentada pela CONTRATADA, reduzindo o preço anteriormente praticado de R$ 7,81 para R$ 6,99 por litro. Para o ARLA 32 permanece o valor de R$ 120,00 por galão de 20 litros.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO ADITIVO

Para atendimento das necessidades estimadas das Secretarias Municipais durante o período adicional de 03 (três) meses, ficam acrescidos ao contrato os quantitativos abaixo:

Lote	Descritivo	Unid.	Quantidade	Custo Unit	Custo Total
01	ÓLEO DIESEL S10 - COTA RESERVADA	Litro	23.330,50	R$6,99	R$ 163.080,20
02	ÓLEO DIESEL S10 - COTA PRINCIPAL	Litro	73.562,05	R$6,99	R$ 514.198,73
03	ARLA 32 - GALÃO COM 20 LITROS	Litro	209	R$120	R$25.080,00
VALOR					RR 702.358,93

Parágrafo primeiro. O quantitativo total adicional de Diesel S-10 corresponde a 96.892,55 litros, distribuído entre a cota reservada e a cota principal, conforme proporção adotada no contrato.

Parágrafo segundo. O valor total estimado do presente aditivo é de R$ 702.358,93(setecentos e dois mil, trezentos e cinquenta e oito reais e noventa e dois centavos).

Parágrafo terceiro. Os quantitativos ora acrescidos foram dimensionados especificamente para o período de 03 (três) meses, conforme as manifestações das Secretarias participantes constantes do Processo nº 524/2026, não correspondendo aos quantitativos originalmente contratados.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo correrão por conta das dotações orçamentárias indicadas pelas Secretarias participantes e validadas pela Secretaria Municipal de Fazenda, conforme Parecer Financeiro e documentos integrantes do processo administrativo.

CLÁUSULA QUINTA – DA JUSTIFICATIVA E VANTAJOSIDADE

A prorrogação e os quantitativos adicionais destinam-se a assegurar a continuidade do abastecimento da frota municipal durante o período necessário à conclusão do novo procedimento licitatório. A análise administrativa registrou pesquisa de mercado com média de R$ 6,91 por litro para o Diesel S-10 e R$ 151,77 por galão de ARLA 32. Após solicitação de adequação, a CONTRATADA apresentou contraproposta de R$ 6,99 por litro para o Diesel S-10 e manteve o ARLA 32 em R$ 120,00 por galão de 20 litros, valores considerados na análise de vantajosidade constante do processo.

CLÁUSULA SEXTA – DA RATIFICAÇÃO

Permanecem ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 078/2022 – ID nº 263/2022 e de seus termos aditivos anteriores que não conflitarem com o presente instrumento.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Morretes, 21 de agosto de 2026.

EUDES GUSTAVO DA SILVA SKAU KEMMER
Secretário Municipal de Infraestrutura Interino
Gestor

DIOGO JOSÉ MOREIRA
Representante do Auto Posto Moreira LTDA - EPP
Contratada

Publicado por:
Renan Luiz Fragoso
Código Identificador:23B26322

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DÉCIMO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 025/2023 – ID Nº 037/2023

DÉCIMO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 025/2023 – ID Nº 037/2023, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE MORRETES E A EMPRESA AUTO POSTO MOREIRA LTDA

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE MORRETES, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com registro no CNPJ/MF nº 76.022.490/0001-99 e sede à Praça Rocha Pombo nº 10-Centro – Morretes – Paraná, CEP 83.350-000, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Infraestrutura, o Sr. **EUDES GUSTAVO DA SILVA SKAU KEMMER,** brasileiro, casado, portador do CPF/MF nº 047.XXX.XXX-23 e RG nº 13.XXX.XXX-9 SSP/PR, residente e domiciliado na Travessa Cruz Alta, nº 137 – América de Baixo, no Município de Morretes/PR, CEP nº 83.350-000, em conformidade com a Delegação constante no Decreto Municipal nº 560/2022.

CONTRATADA AUTO POSTO MOREIRA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob nº 75.140.848/0001-15, estabelecida na Rod. BR 277, KM 32, Rio Sagrado de Baixo, Morretes-PR, neste ato representada pelo Sr. **DIOGO JOSÉ MOREIRA**, brasileiro, portador da identidade nº 7.XXX.XXX-6 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 003.XXX.XXX-60.

As partes acima qualificadas, de comum acordo e nos termos da legislação aplicável ao contrato originário, em especial a Lei Federal nº 8.666/1993, considerando o Contrato Administrativo nº 025/2023 – ID nº 037/2023, oriundo do Pregão Presencial nº 056/2022, cujo objeto é o fornecimento de combustíveis destinados ao abastecimento

da frota municipal, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO, E ALTERAÇÃO DOS VALORES UNITÁRIOS**, mediante as cláusulas seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

Ficam prorrogados os prazos de vigência e de execução do Contrato Administrativo nº 025/2023 pelo período de 03 (três) meses, contado do término da vigência atual, com a finalidade de assegurar a continuidade do fornecimento até a conclusão do novo procedimento licitatório.

Parágrafo único. A data final exata da prorrogação observará a forma de contagem definida no contrato originário e a orientação constante do parecer jurídico do processo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORES UNITÁRIOS

Em decorrência da pesquisa de preços e da negociação realizada com a CONTRATADA, os valores unitários aplicáveis ao período da prorrogação ficam estabelecidos da seguinte forma:

Lote	Descrição	Unidade	Valor unitário
01	Gasolina Comum A	Litro	R$ 6,79
02	Gasolina Comum B	Litro	R$ 6,79
03	Etanol	Litro	R$ 4,81
04	Diesel A	Litro	R$ 6,59
05	Diesel B	Litro	R$ 6,59

Parágrafo único. Os valores da Gasolina Comum e do Diesel resultam da negociação realizada com a CONTRATADA. Para o Etanol, adota-se, para fins desta minuta, o valor de R$ 4,81 por litro constante da tabela de cálculo do aditivo e da média de preços apurada no processo, ficando sua formalização condicionada à concordância expressa da CONTRATADA e à análise jurídica.

CLÁUSULA TERCEIRA –DO VALOR DO ADITIVO

Para atendimento das necessidades estimadas das Secretarias Municipais durante o período adicional de 03 (três) meses, ficam contemplados os seguintes quantitativos:

Lote	Descritivo	Unid.	Quantidade	Custo Unit	Custo Total
01	Gasolina Comum A	Litro	22.617,77	R$6,79	R$153.574,66
02	Gasolina Comum B	Litro	8.699,25	R$6,79	R$59.067,91
03	Etanol	Litro	10.057,04	R$4,81	R$48.374,36
04	Diesel A	Litro	15.225,00	R$6,59	R$100.332,75
05	Diesel B	Litro	9.075,00	R$6,59	R$59.804,25
VALOR					R$421.153,93

Parágrafo primeiro. O valor total estimado do presente aditivo é de R$ 421.126,92 (quatrocentos e vinte e um mil, cento e vinte e seis reais e noventa e dois centavos.)

Parágrafo segundo. Os quantitativos foram dimensionados especificamente para o período adicional de 03 (três) meses, conforme as manifestações das Secretarias participantes consolidadas no Processo nº 524/2026, não correspondendo automaticamente aos quantitativos originalmente contratados.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo correrão por conta das dotações orçamentárias indicadas pelas Secretarias participantes e validadas pela Secretaria Municipal de Fazenda, conforme Parecer Financeiro e demais documentos integrantes do processo administrativo.

CLÁUSULA QUINTA – DA JUSTIFICATIVA E DA VANTAJOSIDADE

A prorrogação possui caráter transitório e objetiva assegurar o fornecimento ininterrupto de combustíveis à frota municipal enquanto se conclui o novo procedimento licitatório. A pesquisa de preços constante do processo apurou médias de R$ 6,68 por litro para Gasolina Comum, R$ 4,81 por litro para Etanol e R$ 6,81 por litro para Diesel. Após negociação, a CONTRATADA apresentou contraproposta de R$ 6,79 por litro para Gasolina Comum e R$ 6,59 por litro para Diesel, valores considerados na análise de vantajosidade administrativa.

CLÁUSULA SEXTA – DA RATIFICAÇÃO

Permanecem ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 025/2023 – ID nº 037/2023 e de seus termos aditivos anteriores que não conflitarem com o presente instrumento.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Morretes, 21 de agosto de 2026.

EUDES GUSTAVO DA SILVA SKAU KEMMER
Secretário Municipal de Infraestrutura Interino
Gestor

DIOGO JOSÉ MOREIRA
Representante do Auto Posto Moreira LTDA - EPP
Contratada

Publicado por:
Renan Luiz Fragoso
Código Identificador:415EB59D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9270 DE 25 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA Nº 9270 DE 25 DE AGOSTO DE 2026

Súmula: Rescisão de contrato por aposentadoria do Sr. Albino Cezar Turbay Grandi, Veterinário, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Inovação, a partir de 21/08/2026.

O Prefeito Municipal de Morretes – Estado do Paraná, Senhor **SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais, especialmente no disposto no art. 72, Parágrafo Único, alínea "a", e 87, inciso II, alínea "a", ambos da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir por motivos de aposentadoria, o contrato de trabalho do Sr. Albino Cezar Turbay Grandi, matrícula funcional nº 217901, CPF 551.333.639-15, RG 3.523.748-8 SESP/PR, PIS nº 20368106335 a partir de 21 de agosto de 2026, ocupante do cargo Veterinário, vinculado à Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Inovação.

A Divisão de Recursos Humanos deverá promover as devidas anotações a respeito.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes em 25 de agosto de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:C760235D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9271 DE 25 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA Nº 9271 DE 25 DE AGOSTO DE 2026

"Autoriza a servidora Pollyana Carla Noskoski Taveira a exercer suas atividades funcionais em regime de trabalho remoto, e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Morretes – Estado do Paraná, Senhor **SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais, especialmente no disposto no art. 87, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o disposto no **Decreto Municipal nº 2.641, de 10 de fevereiro de 2026**, que regulamenta o Trabalho Remoto no âmbito da Administração Pública Direta do Município de Morretes;

CONSIDERANDO que o desempenho das atividades em regime remoto não prejudica a continuidade, a eficiência e a regularidade dos serviços públicos, permanecendo assegurado o atendimento às demandas administrativas e o cumprimento integral das atribuições funcionais;

CONSIDERANDO o interesse da Administração na manutenção da continuidade e eficiência dos serviços desempenhados na Procuradoria-Geral do Município;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica autorizado o exercício das atividades funcionais em regime de trabalho remoto pela servidora Pollyana Carla Noskoski Taveira, ocupante do cargo de Superintendente de Solução Alternativa de Conflitos, Matrícula Funcional nº 115593, nos termos do Decreto Municipal nº 2.641/2026.

Art. 2º. Durante o regime de trabalho remoto, a servidora deverá cumprir integralmente a carga horária semanal regimental, permanecendo acessível e disponível durante o horário regular de expediente da Prefeitura Municipal de Morretes, por meio dos canais de comunicação utilizados pela Administração Municipal.

Parágrafo único. A servidora poderá ser convocada para comparecimento presencial às dependências da Prefeitura Municipal de Morretes para reuniões ou quaisquer outros atos que demandem sua presença física, observado o prazo de antecedência estabelecido no Decreto Municipal nº 2.641/2026.

Art. 3º. O desempenho das atividades em regime de trabalho remoto observará integralmente as obrigações, condições, limitações e responsabilidades estabelecidas no Decreto Municipal nº 2.641/2026.

Art. 4º. O regime de trabalho remoto autorizado por esta Portaria não constitui direito adquirido e poderá ser revogado a qualquer tempo, por necessidade do serviço ou interesse público devidamente motivado, nos termos do Decreto Municipal nº 2.641/2026.

Art. 5º. Compete à Procuradoria-Geral do Município acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições estabelecidas nesta Portaria e no Decreto Municipal nº 2.641/2026.

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, 25 de agosto de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:3A1754BB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9272 DE 25 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA Nº 9272 DE 25 DE AGOSTO DE 2026

"Autoriza a servidora Alaíde Cristina Bergamo a exercer suas atividades funcionais em regime parcial de trabalho remoto, e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Morretes – Estado do Paraná, Senhor **SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais, especialmente no disposto no art. 87, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o disposto no **Decreto Municipal nº 2.641, de 10 de fevereiro de 2026**, que regulamenta o Trabalho Remoto no âmbito da Administração Pública Direta do Município de Morretes;

CONSIDERANDO que o desempenho das atividades em regime remoto não prejudica a continuidade, a eficiência e a regularidade dos serviços públicos, permanecendo assegurado o atendimento às demandas administrativas e o cumprimento integral das atribuições funcionais;

CONSIDERANDO o interesse da Administração na manutenção da continuidade e eficiência dos serviços desempenhados na Procuradoria-Geral do Município;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica autorizado o exercício das atividades funcionais em regime parcial de trabalho remoto pela servidora Alaíde Cristina Bergamo, ocupante do cargo de Diretor Administrativo Especial, Matrícula Funcional nº 515174, nos termos do Decreto Municipal nº 2.641/2026.

Parágrafo único. O regime de trabalho previsto no caput será cumprido mediante comparecimento presencial da servidora a cada 15 (quinze) dias, permanecendo em regime de trabalho remoto nos demais dias, observada a jornada de trabalho e as demais disposições legais.

Art. 2º. Durante o regime de trabalho remoto, a servidora deverá cumprir integralmente a carga horária semanal regimental, permanecendo acessível e disponível durante o horário regular de expediente da Prefeitura Municipal de Morretes, por meio dos canais de comunicação utilizados pela Administração Municipal.

Parágrafo único. A servidora poderá ser convocada para comparecimento presencial às dependências da Prefeitura Municipal de Morretes para reuniões ou quaisquer outros atos que demandem sua presença física, observado o prazo de antecedência estabelecido no Decreto Municipal nº 2.641/2026.

Art. 3º. O desempenho das atividades em regime de trabalho remoto observará integralmente as obrigações, condições, limitações e responsabilidades estabelecidas no Decreto Municipal nº 2.641/2026.

Art. 4º. O regime de trabalho remoto autorizado por esta Portaria não constitui direito adquirido e poderá ser revogado a qualquer tempo, por necessidade do serviço ou interesse público devidamente motivado, nos termos do Decreto Municipal nº 2.641/2026.

Art. 5º. Compete à Procuradoria-Geral do Município acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições estabelecidas nesta Portaria e no Decreto Municipal nº 2.641/2026.

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, 25 de agosto de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:24F812DC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9273 DE 25 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA Nº 9273 DE 25 DE AGOSTO DE 2026

"Autoriza a servidora Loisla Ribeiro a exercer suas atividades funcionais em regime parcial de trabalho remoto, e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Morretes – Estado do Paraná, Senhor **SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais, especialmente no disposto no art. 87, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o disposto no **Decreto Municipal nº 2.641, de 10 de fevereiro de 2026**, que regulamenta o Trabalho Remoto no âmbito da Administração Pública Direta do Município de Morretes;

CONSIDERANDO que o desempenho das atividades em regime remoto não prejudica a continuidade, a eficiência e a regularidade dos

serviços públicos, permanecendo assegurado o atendimento às demandas administrativas e o cumprimento integral das atribuições funcionais;

CONSIDERANDO o interesse da Administração na manutenção da continuidade e eficiência dos serviços desempenhados na Procuradoria-Geral do Município;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica autorizado o exercício das atividades funcionais em regime parcial de trabalho remoto pela servidora Loisla Ribeiro, ocupante do cargo de Superintendente de Controle de Processos Administrativos, Matrícula Funcional nº 515088, nos termos do Decreto Municipal nº 2.641/2026.

Parágrafo único. O regime de trabalho previsto no caput será cumprido mediante 3 (três) dias semanais de trabalho presencial e 2 (dois) dias semanais de trabalho remoto, observada a jornada de trabalho e as demais disposições legais.

Art. 2º. Durante o regime de trabalho remoto, a servidora deverá cumprir integralmente a carga horária semanal regimental, permanecendo acessível e disponível durante o horário regular de expediente da Prefeitura Municipal de Morretes, por meio dos canais de comunicação utilizados pela Administração Municipal.

Parágrafo único. A servidora poderá ser convocada para comparecimento presencial às dependências da Prefeitura Municipal de Morretes para reuniões ou quaisquer outros atos que demandem sua presença física, observado o prazo de antecedência estabelecido no Decreto Municipal nº 2.641/2026.

Art. 3º. O desempenho das atividades em regime de trabalho remoto observará integralmente as obrigações, condições, limitações e responsabilidades estabelecidas no Decreto Municipal nº 2.641/2026.

Art. 4º. O regime de trabalho remoto autorizado por esta Portaria não constitui direito adquirido e poderá ser revogado a qualquer tempo, por necessidade do serviço ou interesse público devidamente motivado, nos termos do Decreto Municipal nº 2.641/2026.

Art. 5º. Compete à Procuradoria-Geral do Município acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições estabelecidas nesta Portaria e no Decreto Municipal nº 2.641/2026.

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, 25 de agosto de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:6E72EE35

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9274 DE 25 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA Nº 9274 DE 25 DE AGOSTO DE 2026

Súmula: "Designar como Gestor e Fiscal, referente ao convênio firmando entre o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal de Morretes."

O **Prefeito Municipal de Morretes** – Estado do Paraná, Senhor **SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais, especialmente no disposto no art. 87, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, para atuar como Gestor e Fiscal do convênio a ser firmado como Governo do Estado, para o Programa de Esterilização Permanente de Cães e Gatos, Castrapet/PR, os seguintes servidores:

I –Gestora: MARITZA SANTOS VELLIOS, Veterinária;
II –Fiscal: HAMILLY STOCCO SOARES, Diretora de Políticas Ambientais e Preservacionismo.

Art. 2º - A designação é feita sem prejuízo das demais atribuições da função, não fazendo jus a qualquer gratificação ou vantagem adicional.

Art.3º - Revoga-se a portaria nº 6578/2025.

Art.4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 25 de agosto de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:3A446234

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 77/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
Processo Administrativo nº 77/2026
Pregão Eletrônico nº 30/2026

Objeto:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA COMUM, ETANOL, ÓLEO DIESEL S-10 E S-500), DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE MORRETES/PR.

Com base nas informações constantes do Procedimento Licitatório N.º 77/2026 e Pregão Eletrônico N.º 30/2026, por força do inciso IV, art. 71 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, a(s) autoridade(s) competente(s) resolve(m) **ADJUDICAR** o(s) objeto(s) do processo licitatório epigrafado, considerando o julgamento das propostas, lances, habilitação e análise recursal realizada pelo Agente de Contratação à(s) seguinte(s) empresa(s):

AUTO POSTO MOREIRA LTDA, inscrita no CNPJ n.º75.140.848/0001-15, vencedora do(s) item(ns) 1, 2, 3 e 4 no valor total de R$ 3.096.438,75 (três milhões e noventa e seis mil e quatrocentos e trinta e oito reais e setenta e cinco centavos), com desconto apresentado de 0,01% em relação a tabela da ANP.

Em sequência, resolve(m) então **HOMOLOGAR** o referido procedimento, conforme delegação atribuída em seu Art. 1° do Decreto 560/2022.

[...]" Decreto Municipal 560/2022: art. 1º em razão de circunstâncias de índole técnica e jurídica e com intuito de acelerar o trâmite dos processos administrativos internos, fica delegada aos Secretários Municipais a competência para homologação das licitações e subscrição dos contratos administrativos municipais e aditivos, incluindo os convênios, termos de parceria e contratos de gestão, referentes a contratações da respectiva Secretaria." [...]

Por fim, convoca(m)-se a(s) proponente(s) supramencionada(s) para assinatura do respectivo instrumento contratual, nos termos do art. 90 da lei 14.133/2021.

Morretes, 26 de agosto de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO	***MARIA CRISTINA MORAES DA COSTA PINTO***	***JÉSSICA RONCHINI MONTALVÃO***
Secretário Municipal de Saúde	Secretária Municipal de Assistência Social	Secretária Municipal de Governo
ADRIANA ASSUMPÇÃO	***MARIANA MEDUNA MOSCARDI CHARELLO***	***ANDERSON LUIS DE AMORIM FERREIRA***
Secretária Municipal de Educação	Secretária Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	Secretário Municipal de Resiliência Climática e Defesa Civil
NATHÁLIA OZÓRIO BET	***EUDES GUSTAVO DA SILVA SKAU KEMMER***	
Secretária Municipal de Comunicação	Secretário Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas – Interino	
	Secretário Municipal de Agricultura, Abastecimento e Inovação	

Publicado por:
Renan Luiz Fragoso
Código Identificador:E8D7504D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PRATA DO IGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ADITIVO DE LICITAÇÃO

TERMO ADITIVO Nº 034/2026
CONTRATO Nº 040/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026
CONTRATANTE: Município de Nova Prata do Iguaçu – Paraná - CNPJ Nº 78.103.884/0001-05.
CONTRATADA: Prata Comércio de Combustíveis Ltda – CNPJ Nº 36.307.580/0001-01 – Nova Prata do Iguaçu – Pr.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO - fornecimento parcelado de combustíveis para os veículos da frota municipal: óleo diesel S10, óleo diesel comum, gasolina comum e Arla 32, a serem fornecidos mediante abastecimento diretamente nas bombas da empresa contratada.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA MOTIVAÇÃO – Considerando a necessidade do município o acréscimo é embasado conforme preceitua o artigo nº 124 da Lei nº 14.233/21, que autoriza com preceito na cláusula *Décima sexta* do contrato: contrato poderá ser alterado em quaisquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, que autoriza a supressão de até 25% (vinte e cinco por cento) dos valores contratados.
§ 1º - Em consulta dos preços médios dos combustíveis, efetuada pelo fiscal de contratos do município, apurou-se que os valores propostos pela contratada estão dentro dos parâmetros praticados pelo mercado atual.
CLÁUSULA TERCEIRA – DOS VALORES AJUSTADOS – Fica ajustado os valores unitários conforme descrito abaixo:

Item 04 – Arla 32 – Quantitativo restante = **1.402,4012 litros** - Passando o valor unitário de R$ 3,19 (três reais e dezenove centavos) para R$ 2.89 (dois reais e oitenta e nove centavos).

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR – Fica suprimido do contrato original o valor de **R$ 420,72 (quatrocentos e vinte reais e setenta e dois centavos)**, para reequilíbrio econômico financeiro do saldo remanescente dos itens acima descritos.
CLÁUSULA QUINTA - DAS DEMAIS - As demais cláusulas do contrato original, que não foram objeto deste Termo Aditivo, permanecem inalteradas em todos os seus termos.
E, por estarem em pleno acordo, firmam o presente TERMO ADITIVO em duas vias de igual teor e forma, o qual fica integrado ao contrato original.
Nova Prata do Iguaçu – Pr, 21 de agosto de 2026.

TERMO ADITIVO Nº 008/2026 – PRORROGAÇÃO
CONTRATO Nº 241/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 085/2022
CONTRATANTE: Município de Nova Prata do Iguaçu – Paraná - CNPJ Nº 78.103.884/0001-05.
CONTRATADA: RC Segurança do Trabalho Ltda - CNPJ nº 38.928.121/0001-70 – Pato Branco - Pr.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO - Contratação de empresa prestadora de serviços de Segurança e Medicina do Trabalho, visando a elaboração de LTCAT - Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho; PGR – Programa de Gerenciamento de Riscos; PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional e Laudo Técnico de Insalubridade, para os servidores do Município de Nova Prata do Iguaçu –Pr, conforme descrição do item 01.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA MOTIVAÇÃO DO ADITIVO – Considera-se viável para a Administração Municipal o seguimento da referida contratação, amparado nos termos previsto no art. 57, inciso IV, da Lei Federal n° 8.666/93, que trata da prestação de serviços a serem executados de forma contínua, fica prorrogado o contrato mantendo-se o mesmo objeto e as demais condições contratuais em conformidade com a legislação vigente.
CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO – Conforme *cláusula quinta* do contrato, fica estabelecido o prazo de vigência, para mais 12 (doze) meses a contar da data do vencimento, ou seja, até **30/08/2027.**
CLÁUSULA QUINTA - DAS DEMAIS - As demais cláusulas do contrato original, que não foram objeto deste Termo Aditivo, permanecem inalteradas em todos os seus termos.
E, por estarem em pleno acordo, firmam o presente TERMO ADITIVO em duas vias de igual teor e forma, o qual fica integrado ao contrato original.
Nova Prata do Iguaçu – Pr, 26 de agosto de 2026.

TERMO ADITIVO Nº 010/2026 - PRAZO
CONTRATO Nº 240/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 085/2022
CONTRATANTE: Município de Nova Prata do Iguaçu – Paraná - CNPJ Nº 78.103.884/0001-05.
CONTRATADA: Baldo, Gerber & Cia Ltda – CNPJ Nº 02.675.272/0001-17 – Francisco Beltrão - Pr.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO - Contratação de empresa prestadora de serviços de Perícias – Validação e Atestado Médicos, para os servidores do Município de Nova Prata do Iguaçu – Pr, conforme descrição do item 03.
CLÁUSULA SEGUNDA - DO MOTIVAÇÃO – Tendo em vista o saldo remanescente da contratação inicial, sabendo da necessidade da prestação dos serviços contratados e considerando a viabilidade da continuidade da contratação dentro dos valores praticados, optamos pelo aditamento do prazo de vigência do presente instrumento, com a anuência da contratada.
CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO - Conforme cláusula nona do contrato, fica estabelecido o prazo de vigência para mais 12 (doze) meses a contar do seu vencimento, ou seja, até **30/08/2027.**
CLÁUSULA QUARTA - DAS DEMAIS - As demais cláusulas do contrato original, que não foram objeto deste Termo Aditivo, permanecem inalteradas em todos os seus termos.
E, por estarem em pleno acordo, firmam o presente TERMO ADITIVO em duas vias de igual teor e forma, o qual fica integrado ao contrato original.
Nova Prata do Iguaçu – Pr, 26 de agosto de 2026.

Publicado por:
Gracieli Garcia Toneli
Código Identificador:AEF65422

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO EXCLUSIVA MEI/ME/EPP - Sistema de Registro de Preços.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2026
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (S.R.P.) – CONTRATAÇÃO 987995-19/2026 (COMPRAS.GOV.BR)
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 086/2026
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM
OBJETO: Registro de Preço para 01 (um) ano, prorrogável por igual período, para a aquisição de kits natalidade destinados à execução do Projeto Laços Maternos, em atendimento ao Eixo 1 – Direito à Vida e à Saúde da Deliberação nº 013/2025-CEDCA/PR, bem como à concessão do Auxílio Natalidade, na modalidade de Benefício Eventual da Política de Assistência Social, destinado às famílias em situação de vulnerabilidade social, nos termos da Lei Municipal nº 1.656/2021.
DATA DA REALIZAÇÃO: 16/09/2026.
HORÁRIO DE INÍCIO DA DISPUTA: 08:30 horas.
Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

LOCAL: Prefeitura do Município de Nova Prata do Iguaçu – Paraná.
www.comprasgovernamentais.gov.br
Todas as informações pertinentes ao presente edital, inclusive as características quanto ao objeto licitado, estarão à disposição dos interessados no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Prata do Iguaçu, ou pelo site **www.npi.pr.gov.br**, ou pelo fone (46) 3545-8000, em dias úteis, nos horários das 08:00 as 12:00 horas e das 13:30 as 17:30 horas.
Nova Prata do Iguaçu - Pr, 26 de agosto de 2026.

ELIZETE CAVAZIN –
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gracieli Garcia Toneli
Código Identificador:E0CE9832

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
TERMO DE POSSE DE CONSELHEIRA TUTELAR SUPLENTE

TERMO DE POSSE
CONSELHEIRA TUTELAR SUPLENTE

Aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, na sala de reuniões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, do município de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, perante a Presidente do CMDCA, Sra. Niqueli Duarte, tomou posse a Senhora **ALICE ALVES SOMAVILA**, inscrita no CPF sob nº 0**.***.***-*7, conselheira tutelar suplente eleita em 01 de outubro de 2023, conforme Resolução CMDCA/NPI/PR nº 025/2023, para substituição de conselheira tutelar durante o período de férias, por 30 (trinta) dias iniciando as atividades em 03/09/2026, conforme convocação estabelecida pela Resolução CMDCA/NPI/PR nº 018/2026.
Tendo-se pelo presente termo, comprometido a desempenhar fiel e honradamente os deveres inerentes a função, foi-lhe dado a posse e obedecendo ao contido na legislação vigente, bem como a Resolução CMDCA/NPI/PR nº 007/2023.
Declara ainda a conselheira que não exerce atividade incompatível com o exercício da função de membro do Conselho Tutelar, observadas as vedações constitucionais, bem como que os membros do Conselho Tutelar exercerão suas atividades em regime de dedicação exclusiva, durante o horário previsto no artigo 41 da Lei Municipal n° 1715/2022 para o funcionamento do órgão, sem prejuízo do atendimento em regime de plantão/sobreaviso, assim como da realização de outras diligência e tarefas inerentes ao órgão.
Para constar lavrou-se o presente termo, subscrito por mim, Eloir Filipini, secretário executivo, que vai assinado pela Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente (CMDCA) e pela Conselheira Tutelar empossada como titular durante o período descrito.
Nova Prata do Iguaçu - Pr, 26 de agosto de 2026.

ALICE ALVES SOMAVILA
Conselheira Tutelar

NIQUELI DUARTE
Presidente CMDCA/NPI/PR

Publicado por:
Eloir Filipini
Código Identificador:7309988D

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
TERMO DE POSSE DE CONSELHEIRO TUTELAR SUPLENTE

TERMO DE POSSE
CONSELHEIRO TUTELAR SUPLENTE

Aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Assistência Social, do município de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, perante a Presidente do CMDCA, Sra. Niqueli Duarte, tomou posse o Senhor **ANTONIO MAIER**, inscrito no CPF sob nº 5**.***.***-*9, conselheiro tutelar suplente eleito em 01 de outubro de 2023, conforme Resolução CMDCA/NPI/NPI nº 025/2023, convocado através da Resolução CMDCA/NPI/NPI nº 020/2026, para substituição de conselheiro tutelar durante o período de licença sem remuneração, por 30 (trinta) dias, iniciando as atividades em 04/09/2026.
Tendo-se pelo presente termo, comprometido a desempenhar fiel e honradamente os deveres inerentes a função e obedecendo ao contido na legislação vigente, bem como a Resolução CMDCA/NPI/NPI nº 007/2023, foi-lhe dado a posse.
Declara ainda o conselheiro que não exerce atividade incompatível com o exercício da função de membro do Conselho Tutelar, observadas as vedações constitucionais, bem como que os membros do Conselho Tutelar exercerão suas atividades em regime de dedicação exclusiva, durante o horário previsto no artigo 41 da Lei Municipal n° 1715/2022 para o funcionamento do órgão, sem prejuízo do atendimento em regime de plantão/sobreaviso, assim como da realização de outras diligência e tarefas inerentes ao órgão.
Para constar lavrou-se o presente termo, subscrito por mim, Eloir Filipini, secretário executivo, que vai assinado pela Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente (CMDCA) e pelo Conselheiro Tutelar empossado como titular durante o período descrito.
Nova Prata do Iguaçu - Pr, 26 de agosto de 2026.

ANTONIO MAIER
Conselheiro Tutelar

NIQUELI DUARTE
Presidente CMDCA/NPI/PR

Publicado por:
Eloir Filipini
Código Identificador:C65B66D0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
TERMO DE FOMENTO RESIDUAL APAE

EXTRATO TERMO DE FOMENTO Nº 07/2026

ORIGEM:	INEXIGIBILIDADE Nº. 07/2026
CONCEDENTE:	FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO
ENTIDADE:	**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PAIÇANDU (APAE)**
CNPJ/CPF:	79.696.647/0001-50
OBJETO:	Termo de Fomento entre a Fundação de Educação e a Entidade, visando atender as especificidades educacionais dos alunos, para que estes tenham uma formação humana e possam exercer seus direitos como cidadãos, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE).
VALOR GLOBAL:	**R$ 164.078,34 (cento e sessenta e quatro mil reais, setenta e oito reais e trinta e quatro centavos).**

.
Paiçandu, 26 de agosto de 2026**.**

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Presidente da Fundação de Educação

Publicado por:
Lorrayne Vitoria Barbosa Ribeiro
Código Identificador:255BD70A

FUNDAÇÃO DE SAÚDE
EXTRATO DO 1º TERMO DE APOSTILAMENTO PREGÃO Nº 25/2021 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 64/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 76.282.664/0001-52.
CONTRATADO: VEROCHEQUE REFEIÇÕES LTDA inscrita no CNPJ sob n. 06.344.497/0001-41.

FUNDAMENTO LEGAL: Na forma da Lei nº 8.666/1993.

Fica acertado entre as partes o 1º termo de apostilamento ALTERAÇÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA a partir de 25 de agosto de 2026**,** nos termos da Lei nº 8.666/93, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada em Prestação de serviços contínuos/permanentes de administração e intermediação de cartões de alimentação, para atender as necessidades desta fundação de saúde**, ficando da seguinte forma:**

CLAUSULA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA
Inclui-se a seguinte dotação orçamentária:
Funcional Programática: 10.122.1001-2.600.000 MANUTENCAO DAS AÇÕES DA FUNDAÇÃO DE SAÚDE
FONTE: 00002 / FICHA 990

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RETIFICAÇÃO
Altera-se a cláusula terceira, incluindo-se a dotação orçamentaria da cláusula anterior e ratifica-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas Pregão 25/2021, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.

.

Paiçandu-Pr., 25 de agosto de 2026.

THIAGO ALVES CÉFALO
Presidente da Fundação de Saúde

Publicado por:
Bruna Boza Pires
Código Identificador:6E65A380

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 101-2026 - CASA DO ASFALTO DISTRIBUIDORA

MUNICIPIO DE PAICANDU
PAIÇANDU-PR
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 101
Pelo presente instrumento, o órgão contratante **MUNICIPIO DE PAICANDU,** inscrito no CNPJ nº 76.282.664/0001-52, com endereço R. SETE DE SETEMBRO, 499, na cidade de PAIÇANDU-PR, neste ato representado pelo ordenador, **ISMAEL BATISTA** portador da Cédula de Identidade nº 5.028.456-5, e inscrito no CPF/MF sob o nº 634.229.219-15, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações, dos Decretos Municipais nºs , e considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 35/2026, homologado em 24/08/2026, integrante do Processo Administrativo nº 86/2026, por deliberação do Pregoeiro designado por esta Municipalidade, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa CASA DO ASFALTO DISTRIBUIDORA INDUSTRIA E COMERCIO DE ASFALTO LTDA, CNPJ nº 06.218.782/0001-16, com endereço ROD. BR 376, LOTES 6/7/7-A-3-1, CEP 86990000, representada por EDNA MARIA GASPAR, Carteira de identidade nº [Documento2Representante], inscrito no CPF nº 598.993.289-87, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que seguem:
1. **DO OBJETO:**
2. A presente **ATA** tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para aquisição de **Pregão eletrônico, Registro de preços para eventual aquisição de Emulsão Asfáltica RR -1C, para atender às necessidades da Secretaria de Serviços Públicos.** para atender a as necessidades do órgão contratante por 12 meses.
3. Do órgão contratante , descritos no **"DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS",** anexo a esta **ATA;**
As obrigações assumidas, as normas e instruções constam do Edital Licitatório e seus respectivos anexos, juntamente com a proposta, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrições.
1. **DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**
2. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem anexo a este documento.
3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.
4. **ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**
5. O órgão gerenciador será a Secretaria de Gestão, com participação dos Órgãos da Administração Pública
6. **DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**
7. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
8. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
9. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
10. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
11. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
12. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
13. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
14. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
15. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.
16. **Dos limites para as adesões**
17. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
18. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
19. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.
Vedação a acréscimo de quantitativos
1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.
2. **VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**
3. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
4. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa,

autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
7. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
8. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
10. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
11. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
12. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
13. Mantiverem sua proposta original.
14. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
15. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
16. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
17. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
18. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
19. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
20. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
21. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
22. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
23. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
24. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
25. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
26. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
27. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
28. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
29. **O Prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano podendo ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação da quantidade desde que atendida as disposições do art. 84, parágrafo único e inciso III do art. 40 da Lei Federal 14.133/21, parecer n. 00453/2024 da AGU e Enunciado 42 do Conselho da Justiça Federal e Art. 31 do Decreto Municipal n 304/2024.**
30. **ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**
31. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
32. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
33. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
34. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
35. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
36. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
37. **NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**
38. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
39. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
40. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
41. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
42. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
43. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
44. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
45. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
46. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
47. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

48. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
49. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
50. **REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**
51. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
52. O remanejamento somente poderá ser feito:
53. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
54. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
55. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
56. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
57. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
58. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
59. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.
60. **CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**
61. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
62. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
63. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
64. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
65. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
66. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
67. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
68. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
69. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
70. Por razão de interesse público;
71. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
72. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.
73. **DAS PENALIDADES**
74. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
75. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
76. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
77. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.
78. **CONDIÇÕES GERAIS**
79. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.
80. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
81. A entrega do produto / prestação de serviço será conforme foi especificado no termo de referência.
82. Nas notas deverão conter as especificações da prestação de serviço de acordo com a descrição do contrato e número do empenho da solicitação e número de recursos vinculo caso seja solicitado
83. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em PAIÇANDU, 25 de agosto de 2026 vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

_____
ISMAEL BATISTA

_____
CASA DO ASFALTO DISTRIBUIDORA INDUSTRIA E COMERCIO DE ASFALTO LTDA

DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS				
LOTE 1	Quant.: 1	Num: 800	5.150,00	**Total: 257.500,00**
Item: 1	Unidade: TONELADA	Marca: PRÓPRIA	Modelo: RR1C	
Descrição: EMULSÃO ASFÁLTICA TIPO RR-1C - EMULSÃO ASFÁLTICA TIPO RR-1C				
Quantidade: 50	**Valor Unit.: 5.150,00**		Total Item: 257.500,00	
VALOR TOTAL DO CONTRATO:			**257.500,00**	

Publicado por:
Alvaro Leonardo Pereira
Código Identificador:717844DF

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
DECRETO 271-2026

Prefeitura Municipal de Paiçandu
Rua 7 de Setembro, 499 - Centro - Fone: 44 31251101 - CEP: 87.140-000
CNPJ (MF): 76.282.664/0001-52 PAICANDU/PR
DECRETO N.º 271/2026

Abre no orçamento vigente crédito adicional SUPLEMENTAR , por SUPERÁVIT FINANCEIRO e da outras providências.

O Prefeito Municipal de PAICANDU/PR, no uso das atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei nº 3445/2025, de 12 de dezembro de 2025.
DECRETA:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional SUPLEMENTAR, por SUPERÁVIT FINANCEIRO, no Orçamento

Geral do Município, no valor de R$ 227.980,93 , destinados ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação(ões)	
Órgão - 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
Unidade - 03003 - DIVISAO DE RECURSOS HUMANOS	
Funcional - 04.122.0302.2030000 - MANUTENCAO DA DIVISAO DE RECUROS HUMANOS	
Despesa - 389 - 339047 - 02000 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	**157.980,93**
Órgão - 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
Unidade - 03001 - DEPARTAMENTO DA SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	
Funcional - 04.122.0301.2008000 - MANUTENCAO DO GABINETE DO SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO	
Despesa - 507 - 339046 - 02000 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	**70.000,00**
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES =>	**227.980,93**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos o Superávit Financeiro do exercício anterior verificado na(s) fonte(s) a seguir, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso I , da Lei Federal nº 4.320/64:

Fontes:
02000 - RECURSOS ORDINARIOS LIVRES
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as diposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de PAICANDU/PR, em 25 de agosto de 2026

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizete Zanetti Monteschio
Código Identificador:C85B9209

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
DECRETO 272-2026

Prefeitura Municipal de Paiçandu
Rua 7 de Setembro, 499 - Centro - Fone: 44 31251101 - CEP: 87.140-000
CNPJ (MF): 76.282.664/0001-52 PAICANDU/PR
DECRETO N.º 272/2026

Abre no orçamento vigente crédito adicional SUPLEMENTAR , por REDUÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - DENTRO DO LIMITE DA LOA/LDO e da outras providências.

O Prefeito Municipal de PAICANDU/PR, no uso das atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei nº 3445/2025, de 12 de dezembro de 2025.
DECRETA:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional SUPLEMENTAR, por REDUÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - DENTRO DO LIMITE DA LOA/LDO, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 210.300,00, destinados ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias

Suplementação(ões)	
Órgão - 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
Unidade - 03001 - DEPARTAMENTO DA SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	
Funcional - 04.122.0301.2008000 - MANUTENCAO DO GABINETE DO SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO	
Despesa - 39 - 339040 - 00000 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO -	**2.000,00**
Órgão - 14 - SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS	
Unidade - 14001 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PUBLICOS	
Funcional - 15.452.1401.2010000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SERV. PUBLICOS	
Despesa - 271 - 339030 - 00504 - MATERIAL DE CONSUMO	**208.300,00**
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES =>	**210.300,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução(ões)	
Órgão - 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
Unidade - 03001 - DEPARTAMENTO DA SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	
Funcional - 04.122.0301.2008000 - MANUTENCAO DO GABINETE DO SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO	
Despesa - 34 - 339030 - 00000 - MATERIAL DE CONSUMO	**2.000,00**
Órgão - 14 - SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS	
Unidade - 14001 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PUBLICOS	
Funcional - 15.452.1401.2010000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SERV. PUBLICOS	
Despesa - 275 - 339039 - 00504 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	**208.300,00**
TOTAL DAS ANULAÇÕES =>	**210.300,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as diposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de PAICANDU/PR, em 25 de agosto de 2026

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizete Zanetti Monteschio
Código Identificador:7BC8EAED

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
DECRETO 273-2026

Fundação de Saúde de Paiçandu
Rua Sete de Setembro, 713 - Centro - Fone: - CEP: 87.140-000
CNPJ (MF): 30.372.673/0001-33 PAICANDU/PR
DECRETO N.º 273/2026

Abre no orçamento vigente crédito adicional SUPLEMENTAR , por REDUÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - DENTRO DO LIMITE DA LOA/LDO e da outras providências.

O Prefeito Municipal de PAICANDU/PR, no uso das atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei nº 3445/2025, de 12 de dezembro de 2025.
DECRETA:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional SUPLEMENTAR, por REDUÇÕES ORÇAMENTÁRIAS – DENTRO DO LIMITE DA LOA/LDO, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 21.720,09, destinados ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação(ões)	
Órgão - 18 - FUNDAÇÃO DE SAUDE DE PAIÇANDU	
Unidade - 18006 - FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE PAIÇANDU	
Funcional - 10.302.1005.2655000 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE	
Despesa - 916 - 339014 - 00303 - DIÁRIAS - CIVIL	**21.720,09**
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES =>	**21.720,09**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução(ões)	
Órgão - 18 - FUNDAÇÃO DE SAUDE DE PAIÇANDU	
Unidade - 18006 - FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE PAIÇANDU	
Funcional - 10.122.1001.1600000 - ESTRUTURAÇÃO DAS AÇÕES DA FUNDAÇÃO DE SAÚDE	
Despesa - 802 - 449052 - 00303 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	**21.720,09**
TOTAL DAS ANULAÇÕES =>	**21.720,09**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as diposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de PAICANDU/PR, em 25 de agosto de 2026

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizete Zanetti Monteschio
Código Identificador:BF17BC3A

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
DECRETO 274-2026

Fundação de Educação de Paiçandu
Rua Onésio Francisco de Farias, 782 - Centro - Fone: (44)32441049 - CEP: 87.140-000
CNPJ (MF): 30.372.351/0001-94 PAICANDU/PR
DECRETO N.º 274/2026

Abre no orçamento vigente crédito adicional SUPLEMENTAR , por SUPERÁVIT FINANCEIRO e da outras providências.

O Prefeito Municipal de PAICANDU/PR, no uso das atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei nº 3445/2025, de 12 de dezembro de 2025.
DECRETA:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional SUPLEMENTAR, por SUPERÁVIT FINANCEIRO, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 537.144,87 , destinados ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação(ões)	
Órgão - 17 - FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU	
Unidade - 17009 - ENSINO INFANTIL (CRECHE)	
Funcional - 12.365.0909.2422000 - MANUTENCAO DO ENSINO INFANTIL (CRECHE)	
Despesa - 808 - 339039 - 02001 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	**300.000,00**
Órgão - 17 - FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU	
Unidade - 17009 - ENSINO INFANTIL (CRECHE)	
Funcional - 12.365.0909.2422000 - MANUTENCAO DO ENSINO INFANTIL (CRECHE)	
Despesa - 809 - 339040 - 02001 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO -	**11.602,94**
Órgão - 17 - FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU	
Unidade - 17001 - FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU	
Funcional - 12.122.0901.2400000 - MANUTENCAO DA ADMINISTRAÇÃO DA FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO	
Despesa - 810 - 339039 - 02103 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	**65.000,00**
Órgão - 17 - FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU	
Unidade - 17002 - DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL	
Funcional - 12.361.0913.2405000 - MANUT ENSINO FUNDAMENTAL - TRANSPORTE ESCOLAR	
Despesa - 811 - 339030 - 02103 - MATERIAL DE CONSUMO	**107.186,00**
Órgão - 17 - FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU	
Unidade - 17002 - DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL	
Funcional - 12.361.0913.2405000 - MANUT ENSINO FUNDAMENTAL - TRANSPORTE ESCOLAR	
Despesa - 812 - 339030 - 02104 - MATERIAL DE CONSUMO	**53.355,93**
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES =>	**537.144,87**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos o Superávit Financeiro do exercício anterior verificado na(s) fonte(s) a seguir, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso I , da Lei Federal nº 4.320/64:

Fontes:
02001 - Recursos do Tesouro (descentralizado)
02103 - Educaçao 5% Sobre Transferencia Constitucionais
02104 - Educaçao 25% Demais Impostos Vinculados a Educação Basica

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as diposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de PAICANDU/PR, em 26 de agosto de 2026

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizete Zanetti Monteschio
Código Identificador:D720AE6D

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 240/2026

de 25 de agosto de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

Convocar a candidata abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado – PSS, aberto pelo Edital de Abertura nº 001/2025, de 7 de julho de 2025, para **comparecer ao Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura no dia 03 de setembro de 2026, às 09h00min**, munida de todos os documentos comprobatórios abaixo relacionados, com a finalidade de submeter-se ao Processo Admissional para o Emprego Público de **AUXILIAR ADMINISTRATIVO 35 HORAS PSS.**

Nome da candidata	Classificação
ADRIELLY SABRINA CASSIMIRO DA COSTA	49ª

a) ser brasileiro nato ou naturalizado, ou português amparado pela reciprocidade de direitos advinda da legislação específica;
b) Certidão de Quitação Eleitoral, disponível em **www.tre-pr.jus.br/eleitor/certidoes/quitacao eleitoral;**
c) estar com o cadastro de pessoa física – CPF em situação regular perante a Receita Federal; **(www.receita.fazenda.gov.br);**
d)Comprovante de endereço atualizado,emitido nos últimos 60(sessenta) dias anteriores à contratação;
e) ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos completos no ato da convocação;
f) Fotocópia e original do Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação, se do sexo masculino;
g) Certidão Negativa de Cadastro Civil e Antecedentes Criminais, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, obtida conforme orientações no endereço eletrônico **www.institutodeidentificacao.pr.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
h) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, emitida pela Polícia Federal, obtida através do endereço eletrônica **www.dpf.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
i) Fotocópia e original do comprovante de escolaridade para atender aos requisitos solicitados para o provimento do Cargo, de acordo com a escolaridade exigida no presente Edital;
j) Atestado de Saúde Ocupacional, emitido por Médico do Trabalho registrado no Conselho Regional de Medicina, atestando que o candidato possui plenas condições de saúde física e mental para desempenhar o cargo para o qual se inscreveu emitido nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
k) Fotocópia e original: da certidão de nascimento ou casamento, da cédula do Registro Geral, do título de eleitor, do CPF e Carteira de Trabalho e Previdência Social contendo o PIS/PASEP;

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
RUA 7 DE SETEMBRO, 499
CENTRO – 3244.0408

l) CPF, fotocópia e original da certidão de nascimento dos filhos menores de 14 (quatorze) anos, juntamente com declaração da Unidade Escolar onde a mesmo está regularmente matriculado;
m) Carteira de Vacinação dos filhos com idade até 06(seis) anos;
n) 1 (uma) foto 3x4 tirada de frente.
o) Conta Salário na Caixa Econômica Federal de Paiçandu, CNPJ: 30.372.673/0001-33.

Em razão do não comparecimento de Helena Cristina Borges.

Será remetido para Final de Lista, o candidato que se manifestar, por escrito, esse interesse, dentro do prazo estabelecido na presente convocação.

Paço Municipal de Paiçandu, 25 de agosto de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:4665237E

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº241/2026

de 25 de agosto de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

Convocar a candidata abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado – PSS, aberto pelo Edital de Abertura nº 001/2025, de 7 de julho de 2025, para **comparecer ao Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura no dia 03 de setembro de 2026, às 10h20min**, munida de todos os documentos comprobatórios abaixo relacionado, com a finalidade de submeter-se ao Processo Admissional para o Emprego Público de **PSICÓLOGO PSS.**

Nome da candidata	Classificação
LARAYNE NAYELE DE SOUZA	17ª

a) ser brasileiro nato ou naturalizado, ou português amparado pela reciprocidade de direitos advinda da legislação específica;
b) Certidão de Quitação Eleitoral, disponível em **www.tre-pr.jus.br/eleitor/certidoes/quitacao eleitoral;**
c) estar com o cadastro de pessoa física – CPF em situação regular perante a Receita Federal; **(www.receita.fazenda.gov.br);**
d) Comprovante de endereço atualizado, emitido nos últimos 60 (sessenta) dias anteriores à contratação;
e) ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos completos no ato da convocação;
f) Fotocópia e original do Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação, se do sexo masculino;
g) Certidão Negativa de Cadastro Civil e Antecedentes Criminais, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, obtida conforme orientações no endereço eletrônico **www.institutodeidentificacao.pr.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
h) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, emitida pela Polícia Federal, obtida através do endereço eletrônica **www.dpf.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
i) Fotocópia e original do comprovante de escolaridade para atender aos requisitos solicitados para o provimento do Cargo, de acordo com a escolaridade exigida no presente Edital;
j) Atestado de Saúde Ocupacional, emitido por Médico do Trabalho registrado no Conselho Regional de Medicina, atestando que o candidato possui plenas condições de saúde física e mental para desempenhar o cargo para o qual se inscreveu emitido nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;

k) Fotocópia e original: da certidão de nascimento ou casamento, da cédula do Registro Geral, do título de eleitor, do CRP, do CPF e da Carteira de Trabalho e Previdência Social contendo o PIS/PASEP;
l) CPF, fotocópia e original da certidão de nascimento dos filhos menores de 14 (quatorze) anos, juntamente com declaração da Unidade Escolar onde a mesmo está regularmente matriculado;
m) Carteira de Vacinação dos filhos com idade até 06(seis) anos;
n) 1 (uma) foto 3x4 tirada de frente.) Conta Salário na Caixa Econômica Federal de Paiçandu, CNPJ: 30.372.673/0001-33.
o) Conta Salário na Caixa Econômica Federal de Paiçandu, CNPJ: 30.372.673/0001-33.

Em razão do não comparecimento de Taise Silva de Oliveira Benites.

Será remetido para Final de Lista, o candidato que se manifestar, por escrito, esse interesse, dentro do prazo estabelecido na presente convocação.

Paço Municipal de Paiçandu, 25 de agosto de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:8752916B

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 242/2026

de 25 de agosto de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

Convocar os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado – PSS, aberto pelo Edital de Abertura nº 001/2025, de 7 de julho de 2025, para **comparecerem ao Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura no dia 03 de setembro de 2026, às 09h50min**, munidos de todos os documentos comprobatórios abaixo relacionados, com a finalidade de submeterem-se ao Processo Admissional para o Emprego Público de **MOTORISTA categoria "D" ou "E" 40 horas.**

Nome dos candidatos	Classificação
CARLOS EDUARDO DA SILVA	55°
ALEKSANDER CANTAO	56°

a) ser brasileiro nato ou naturalizado, ou português amparado pela reciprocidade de direitos advinda da legislação específica;
b) Certidão de Quitação Eleitoral, disponível em **www.tre-pr.jus.br/eleitor/certidoes/quitacao eleitoral;**
c) estar com o cadastro de pessoa física – CPF em situação regular perante a Receita Federal; **(www.receita.fazenda.gov.br);**
d) Comprovante de endereço atualizado, emitido nos últimos 60 (sessenta) dias anteriores à contratação;
e) ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos completos no ato da convocação;
f) Fotocópia e original do Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação, se do sexo masculino;
g) Certidão Negativa de Cadastro Civil e Antecedentes Criminais, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, obtida conforme orientações no endereço eletrônico **www.institutodeidentificacao.pr.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
h) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, emitida pela Polícia Federal, obtida através do endereço eletrônica **www.dpf.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
i) Fotocópia e original do comprovante de escolaridade para atender aos requisitos solicitados para o provimento do Cargo, de acordo com a escolaridade exigida no presente Edital;
j) Atestado de Saúde Ocupacional, emitido por Médico do Trabalho registrado no Conselho Regional de Medicina, atestando que o candidato possui plenas condições de saúde física e mental para desempenhar o cargo para o qual se inscreveu emitido nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;

k) Fotocópia e original: da certidão de nascimento ou casamento, da cédula do Registro Geral, do título de eleitor, da Carteira Nacional de Habilitação "D" ou "E", do CPF e da Carteira de Trabalho e Previdência Social contendo o PIS/PASEP;
l) CPF, fotocópia e original da certidão de nascimento dos filhos menores de 14 (quatorze) anos, juntamente com declaração da Unidade Escolar onde a mesmo está regularmente matriculado;
m) Carteira de Vacinação dos filhos com idade até 06(seis) anos;
n) 1 (uma) foto 3x4 tirada de frente.
o) Conta Salário na Caixa Econômica Federal de Paiçandu, CNPJ: 30.372.673/0001-33.

Em razão do não comparecimento de Wagner de Souza Gomes e Jamil Alves El Alam.

Será remetido para Final de Lista, o candidato que se manifestar, por escrito, esse interesse, dentro do prazo estabelecido na presente convocação.

Paço Municipal de Paiçandu, 25 de agosto de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:E2FD2B63

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 494/2026

de 24 de agosto de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Conceder 10 (dez) dias de férias, **de 8 a 17 de setembro de 2026**, a Servidora Pública Municipal senhora ELIZETE ZANETTI MONTESCHIO, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral número *.304.019-*/SESP-PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.177.759-**, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar Administrativo, desde 16 de julho de 1990.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal de Paiçandu, 24 de agosto de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:F6269B11

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 495/2026

de 24 de agosto de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias, **de 1** a **30 de setembro de 2026**, a Servidora Pública Municipal senhora ROSIANE FRANCISCO PIRES, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral número *.007.715-*/SESP-PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.990.319-**, ocupante do Cargo de Agente Político de Conselheira Tutelar, desde 10 de janeiro de 2024.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal de Paiçandu, 24 de agosto de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:6037975F

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 496/2026

de 24 de agosto de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Conceder 10 (dez) dias de férias, **de 8 a 17 de setembro de 2026**, a Servidora Pública Municipal senhora PALMA GARDINAL, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral número *.227.855-*-/SESP-PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.111.509-**, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar Administrativo, desde 9 de março de 1992.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal de Paiçandu, 24 de agosto de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:E3F09739

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO 42/2026

Extrato de publicação

PREGÃO ELETRÔNICO - 42/2026
Nº PROC. ADM. 99/2026

Extrato de publicação gerado automaticamente pelo sistema BNC torna público para conhecimento dos interessados que o órgão MUNICIPIO DE PAICANDU, de acordo com a regulamentação realizará PREGÃO ELETRÔNICO sendo conduzido por VERÔNICA SIMÃO BENATTI e tendo como autoridade ISMAEL BATISTA.

PUBLICAÇÃO: 26/08/2026 08:56
INÍCIO REC. PROPOSTA: 26/08/2026 09:20
FIM REC. PROPOSTA: 15/09/2026 08:30
INÍCIO DISPUTA: 15/09/2026 09:00
TIPO DE LANCE: MENOR LANCE
TIPO ENCERRAMENTO: ABERTO
EXCLUSIVO ME: NÃO
VALOR TOTAL DO PROCESSO: R$ 73.660,0000

OBJETO DO PROCESSO

REGISTRO DE PREÇO para aquisição de sacos plásticos para acondicionamento de materiais recicláveis para atender às necessidades da Secretaria de Meio Ambiente.

Para demais informações contato via e-mail: compras@paicandu.pr.gov.br, telefone: 4432440400 ou acesso pelo link: https://bnccompras.com/Process/ProcessView?param1=%5Bgkz%5DlhnmcZWW1K2YRZ%2F0kh9KWZdbNA2mcoM1nwMmxrUUQSaqS8FVbT2UtExtfHn8PK%2FwosACAJ2U69JNF4y6QpYxUX2br3uK13tvrGJjVJqtX_k%3D

_____
VERÔNICA SIMÃO BENATTI

PAIÇANDU-PR - 26/08/2026

Publicado por:
Verônica Simão Benatti
Código Identificador:3FA58E88

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA RENOVAÇÃO DE CONTRATO 63

EXTRATO DA RENOVAÇÃO DO CONTRATO Nº 63/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 08/2025
PROCESSO Nº 44/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
CONTRATADO: GIROTTO & GIROTTO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 34.353.366/0001-66.

OBJETO: O objeto desta é a contratação de professores para ministrar aula modalidade OFICINA para atender as necessidades da Secretaria de Esportes e Lazer do município de Paiçandu.
Conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	V. UNIT	V. TOTAL
6	**Instrutor de Skate:** Comprovação de experiência em projetos sociais e certificação de qualificação e aptidão técnica da modalidade. Capacidade técnica para inclusão de PCD e TEA.	HORAS	528	R$ 54,66	R$ 28.860,48
7	**Instrutor de Kung-Fu:** Com qualificação mínima em faixa preta 3ºDAN, e titulo reconhecido por Federação com participação em eventos regionais. Capacidade técnica para inclusão de PCD e TEA	HORAS	528	R$ 56,95	R$ 30.069,60
8	**Instrutor de Handebol:** Com Registro no Conselho Regional de Educação Física (CREF) e Certificação de qualificação e aptidão técnica na modalidade. Capacidade técnica para inclusão de PCD e TEA	HORAS	572	R$ 59,00	R$ 33.748,00
	VALOR TOTAL				**R$ 92.678,08**

VALOR: R$ 92.678,08 (noventa e dois mil, seiscentos, setenta e oito reais e oito centavos).
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Paiçandu, 18 de agosto de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:620130C3

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO 1º TERMO DE APOSTILAMENTO

EXTRATO DO 1º TERMO DE APOSTILAMENTO – REAJUSTE DO VALOR CONTRATO Nº 070/2025 – CONCORRÊNCIA Nº 003/2025

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAIÇANDU-PR, situado na Avenida Ivaí, 1632, PAIÇANDU-PR, sob o CNPJ nº 09.113.516/0001-17
CONTRATADO: CONSTRUTORA L.7. LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n. 37.523.127/0001-03
FUNDAMENTO LEGAL: CLAUSULA OITAVA do contrato nº 070/2025 e com fundamento legal nos art. 6º, LVIII; art. 25, §7º; art. 92, §3º e art. 136, I todos da Lei 14.133/21 e condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO REAJUSTE (clausula OITAVA do contrato)
Fica acertado entre as partes o 1º termo de apostilamento REAJUSTE DO VALOR CONTRATUAL, nos termos do art. 6º, LVIII; art. 25, §7º; art. 92, §3º e art. 136, I todos da Lei 14.133/21 e condições descritas na cláusula OITAVA do contrato nº 070/2025, cujo objeto é Contratação de empresa especializada Construção Civil para CONSTRUÇÃO DE MURO DE ARRIMO NA UBS MADRI, QUADRA 07 – DATA 11/12 -NO JD MADRI, em consonância com o
cronograma físico-financeiro, os projetos, especificações técnicas, partes integrantes deste edital**,** ficando da seguinte forma:

CLAUSULA SEGUNDA – DO VALOR
§ 1º - A Planilha Orçamentária inicial constante no processo licitatório foi elaborada em data de **07/08/2025 e a tabela SINAPI de referência foi de 12/2024.**
§ 2º - O valor inicialmente contratado foi de **R$ 527.798,39** foram realizadas várias medições e pagamentos, aditivos de glosa e acréscimo, que deduzidos do valor inicial restam serem executados e pagos **R$ 156.454,60** conforme tabela **SINAPI 12/2024.** Os mesmos itens a serem executados quando aplicados na tabela **SINAPI 06/2026** passam a totalizar um valor de **R$ 168.598,41**.

Portanto, a contratada faz jus a um **reajuste de no valor de R$ 12.143,81** proveniente da diferença da tabela SINAPI 12/24 e 06/26, conforme planilha do Departamento de obras em anexo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RETIFICAÇÃO
Altera-se o **VALOR A RECEBER** pela contratada, para o valor atualizado de **R$ 168.598,41** tendo por base a concessão de reajuste contratual com base na atualização da tabela SINAPI, ratificando-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas.

Paiçandu - PR 20 de agosto de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Fundação de Saude de Paiçandu

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:28EF69B6

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO – PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 40/2024 - INEXIGIBILIDADE Nº 14/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU.

CONTRATADO JULIO CESAR FERNANDES 26986917864, inscrita no CNPJ sob n° 19.824.212/0001-11.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, II, "b" e por analogia art. 30, § 10º da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA PRIMEIRA:
Fica acertado entre as partes o 4º termo aditivo de **PRORROGAÇÃO DE PRAZO POR MAIS 06 (SEIS) MESES, ATÉ DIA 12/03/2027,** nos termos do art. 65, II, "b" e por analogia art. 30, § 10º da Lei nº 8.666/93, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para ministrar curso e oficinas nas áreas de: CAPOEIRA, CAPOEIRA ADAPTADA, ARTESANATO, GINASTICA E ALONGAMENTO, SOCIEDUCATIVO**,** PEDAGOGIA**,** ARTES MARCIAIS, TEATRO E FANFARRA, para atender as necessidades da Secretaria de Assistência Social, nas quantidades, forma e condições estabelecidas no processo.
CLÁUSULA SEGUNDA
Considerando ter havido interesse recíproco, entre os contratantes, segue os valores a previstos em contrato.
CLÁUSULA TERCEIRA
O valor do contrato é de R$ 24.750,00 (vinte e quatro mil, setecentos e cinquenta reais), com o 1º termo aditivo passou ao acumulado de R$ 49.500,00 (quarenta e nove mil, quinhentos reais), com o 2º termo aditivo de meta passou ao acumulado de R$ 55.660,00 (cinquenta e cinco mil, seiscentos e sessenta reais) com o 3º termo aditivo passou ao acumulado de R$ 86.570,00 (oitenta e seis mil, quinhentos e setenta reais).
Permanecem inalteradas as demais disposições do Contrato Original.
E por estarem cientes e acordes, os participes assinam o presente Termo Aditivo.

Paiçandu – PR, 13 de agosto de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:4A00CA88

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO GIROTTO

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO – PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 38/2024 - INEXIGIBILIDADE Nº 14/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU.

CONTRATADO: GIROTTO & GIROTTO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 34.353.366/0001-66.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, II, "b" e por analogia art. 30, § 10º da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA PRIMEIRA:
Fica acertado entre as partes o 4º termo aditivo de **PRORROGAÇÃO DE PRAZO POR MAIS 06 (SEIS) MESES, ATÉ DIA 11/03/2027,** nos termos do art. 65, II, "b" e por analogia art. 30, § 10º da Lei nº 8.666/93, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para ministrar curso e oficinas nas áreas de: CAPOEIRA, CAPOEIRA ADAPTADA, ARTESANATO, GINASTICA E ALONGAMENTO, SOCIEDUCATIVO**,** PEDAGOGIA**,** ARTES MARCIAIS, TEATRO E FANFARRA, para atender as necessidades da Secretaria de Assistência Social, nas quantidades, forma e condições estabelecidas no processo.
CLÁUSULA SEGUNDA
Considerando ter havido interesse recíproco, entre os contratantes, segue os valores previstos em contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA
O valor do contrato é de R$ 37.200,00 (trinta e sete mil, duzentos reais), com o 1º termo aditivo passou ao acumulado de R$ 74.400,00 (setenta quatro mil, quatrocentos reais), com o 2º termo aditivo de meta passou ao acumulado de R$ 83.700,00 (oitenta três mil, setecentos reais) com o esse passou ao acumulado de R$ 130.200,00 (cento e trinta mil, duzentos reais).
Permanecem inalteradas as demais disposições do Contrato Original.
E por estarem cientes e acordes, os participes assinam o presente Termo Aditivo.

Paiçandu – PR, 13 de agosto de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:1347D341

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO INSTITUTO MAKRO

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO – PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 39/2024 - INEXIGIBILIDADE Nº 14/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU.

CONTRATADO: INSTITUTO MAKRO MARKETING CURSOS E TREINAMENTOS EIRELI, inscrita no CNPJ sob n° 05.501.153/0001-36.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, II, "b" e por analogia art. 30, § 10º da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA PRIMEIRA:
Fica acertado entre as partes o 4º termo aditivo de **PRORROGAÇÃO DE PRAZO POR MAIS 06 (SEIS) MESES, ATÉ DIA 11/03/2027,** nos termos do art. 65, II, "b" e por analogia art. 30, § 10º da Lei nº 8.666/93, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para ministrar curso e oficinas nas áreas de: CAPOEIRA, CAPOEIRA ADAPTADA, ARTESANATO, GINASTICA E ALONGAMENTO, SOCIEDUCATIVO**,** PEDAGOGIA**,** ARTES MARCIAIS, TEATRO E FANFARRA, para atender as necessidades da Secretaria de Assistência Social, nas quantidades, forma e condições estabelecidas no processo.
CLÁUSULA SEGUNDA
Considerando ter havido interesse recíproco, entre os contratantes, segue os valores a previstos em contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA
O valor do contrato é de R$ 83.570,00 (oitenta e três mil, quinhentos e setenta reais), com o 1º termo aditivo passou ao acumulado de R$ 167.140,00 (cento e sessenta e sete mil, cento e quarenta reais), com o 2º termo aditivo de meta passou ao acumulado de R$ 176.325,00 (cento e setenta e seis mil, trezentos e vinte e cinco reais), com o 3º termo aditivo passou ao acumulado de R$ 269.080,00 (duzentos e sessenta e nove mil, oitenta reais).
Permanecem inalteradas as demais disposições do Contrato Original.
E por estarem cientes e acordes, os participes assinam o presente Termo Aditivo.

Paiçandu – PR, 13 de agosto de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:B96A5E6E

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO SINEIDE

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO – PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 41/2024 - INEXIGIBILIDADE Nº 14/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU.

CONTRATADO: SINEIDE CORSINO MAGALHÃES 07284990961, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 18.674.719/0001-73.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, II, "b" e por analogia art. 30, § 10º da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA PRIMEIRA:
Fica acertado entre as partes o 4º termo aditivo de **PRORROGAÇÃO DE PRAZO POR MAIS 06 (SEIS) MESES, ATÉ DIA 11/03/2027,** nos termos do art. 65, II, "b" e por analogia art. 30, § 10º da Lei nº 8.666/93, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para ministrar curso e oficinas nas áreas de: CAPOEIRA, CAPOEIRA ADAPTADA, ARTESANATO, GINASTICA E ALONGAMENTO, SOCIEDUCATIVO**,** PEDAGOGIA**,** ARTES MARCIAIS, TEATRO E FANFARRA, para atender as necessidades da Secretaria de Assistência Social, nas quantidades, forma e condições estabelecidas no processo.
CLÁUSULA SEGUNDA
Considerando ter havido interesse recíproco, entre os contratantes, segue os valores a previstos em contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA
O valor do contrato é de R$ 52.250,00 (cinquenta e dois mil, duzentos e cinquenta reais), com o 1º termo aditivo passou ao acumulado de R$ 104.500,00 (cento e quatro mil, quinhentos reais), com o 2º termo aditivo de meta passou ao acumulado de R$ 117.535,00 (cento e dezessete mil, quinhentos e trinta e cinco reais), com o 1º termo aditivo passou ao acumulado de R$ 179.820,00 (cento e setenta e nove mil, oitocentos e vinte reais).
Permanecem inalteradas as demais disposições do Contrato Original.
E por estarem cientes e acordes, os participes assinam o presente Termo Aditivo.

Paiçandu – PR, 13 de agosto de 2026.
.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:3071ABEE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO TERMO DE ADITIVO DE PRAZO

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO – PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 026/2023 – TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2023

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO DE SAUDE DE PAIÇANDU, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 30.372.673/0001-33.

CONTRATADO: CONSTRUTORA L.7. LTDA, inscrita no CNPJ sob n. 37.523.127/0001-03.

FUNDAMENTO LEGAL: ART. 57, inc. II, DA LEI Nº 8.666/93.

CLÁUSULA PRIMEIRA –
§ 1º Fica acertado entre as partes o 3º termo aditivo de **PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DO CONTRATO POR 12 (DOZE) MESES, ATÉ 30/08/2027**, nos termos do art. 57, inc. II, da Lei nº 8666/93, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada em Construção Civil para **Construção da UBS Madri**, para atender às necessidades do Município, Incluso na Resolução SESA Nº 257/2022, de acordo com o memorial descritivo, especificações gerais, projeto básico e projeto executivo, cronograma físico financeiro, termo de referência, partes integrantes deste edital.
Sem mais alterações.
Paiçandu – PR, 13 de agosto de 2026.

Fundação de Saúde de Paiçandu
THIAGO ALVES CEFALO

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:F272B5A8

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
PREFEITO ISMAEL BATISTA ,no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:
01 - HOMOLOGAR a presente licitação neste termo:

a) Licitação Nº :	56 /2026			
b) Modalidade :	Pregão			
c) Data Homologação :	25/08/2026			
d) Objeto Homologado :	Aquisição de UNIFORMES, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração			
e) Fornecedor e Itens declarados Vencedores:				
Fornecedor				
BELTRAO UNIFORMES LTDA				
Lote: *1*	*LOTE 1*			
Item	**Descrição**	**Quantidade**	**Vlr. Unit.**	**Vlr. Total**
1	CAMISETA POLO UNISSEX COM GOLA POLO , 67 % POLIÉSTER E 33 %	100,000	34,5000	3.450,0000
		Total:		3.450,00
Fornecedor				
RIOLLI&LIMA CONFECCOES LTDA				
Lote: *2*	*LOTE 2*			
Item	**Descrição**	**Quantidade**	**Vlr. Unit.**	**Vlr. Total**
2	CAMISETA SOCIAL FEMININA E MASCULINA MANGA CURTA UNIFORME	100,000	73,4000	7.340,0000
3	CAMISETA SOCIAL FEMINIA E MASCULINA MANGA LONGA UNIFORME	100,000	82,1000	8.210,0000
		Total:		15.550,00

Paiçandu, 25/08/2026

ISMAEL BATISTA
Prefeito

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:FAF269DB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
PORTARIA Nº 1519/2026 - CONCEDE DIÁRIAS AO SERVIDOR GILBERTO LORDANI DE LIMA JÚNIOR

PORTARIA Nº 1519/2026

Ementa: Concede diárias ao servidor Gilberto Lordani de Lima Júnior

O Presidente da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais, em conformidade com a Resolução nº 82/2011 do Poder Legislativo Municipal, a Lei Municipal nº 3.693/2014 e o processo nº 6632/2026

RESOLVE

Art. 1º Autorizar a concessão de 02 (duas) diárias ao servidor abaixo identificado, com a finalidade de custear o deslocamento para participação no curso "**Fundamentos Constitucionais e Legais do Orçamento Público e Emendas Impositivas – Competências, Indicação, Elaboração, Execução e Fiscalização "**, a realizar-se na cidade de **Curitiba/PR**, no período de **02 a 04/09/2026**.

Previsão orçamentária
Dotação: 01.001.01.031.0001.2002
Desdobramento: 3.3.90.14.00.00

Servidor	Cargo	Matrícula	Total das diárias
Gilberto Lordani de Lima Júnior	Chefe Parlamentar	136	R$ 1.059,60 (um mil, cinquenta e nove reais e sessenta centavos).

Registre-se e publique-se.

Sede da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, em 26 de agosto de 2026.

DIEGO FABRÍCIO ZANETTI
Presidente da Câmara

Publicado por:
Luigi Costa
Código Identificador:D5C9A738

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 71/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 231/2026
PROCESSO DIGITAL Nº. 6198/2026

Objeto: Publicação de extratos de editais, contratos e demais atos oficiais de interesse do Município em jornal diário de grande circulação no estado.

Fundamentação: Art. 74, *Inciso I*, da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Dotação Orçamentária:

Reduzido 117 – **06001041220008202233900390000 Fonte: 1001** OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

Empresa Contratada: INCO – EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA – ME, inscrita no CNPJ: 09.570.162/0001-30, com valor total de R$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais).

Mediante o exposto HOMOLOGO e RATIFICO o referido processo, ficando adjudicado o resultado desta contratação.

Publique-se.

26 de agosto de 2026

CARLA BEATRIZ TURMINA
Autoridade Competente

Publicado por:
Denise Baggio
Código Identificador:7C2C562A

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RESULTADO DE JULGAMENTO CREDENCIAMENTO Nº. 01/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 14893/2025

A Comissão de Contratação do Município de Palmeira torna público o resultado da análise do pedido de credenciamento ao Credenciamento nº. 01/2025 cujo objeto prevê o credenciamento para contratação de empresa especializada para a prestação de serviços visando a realização de exames diagnóstico por imagem de forma complementar para atender a demanda dos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS do Município de Palmeira.

Proponente	CPF/CNPJ	Processo Digital	Resultado
CENTRO DE IMAGEM DE CASTRO LTDA – CICASTRO	**24.012.574/0001-48**	**6462/2026**	HABILITADO

Os documentos de habilitação foram disponibilizados para acesso através do Portal da Transparência do Município (acesso pelo site www.palmeira.pr.gov.br). Abre-se a partir da data de publicação deste extrato, o prazo de 03 (três) dias úteis para interposição de recursos. Eventuais recursos deverão ser apresentados nos termos do item 4.2.10 do edital.

Publique-se.

OSMAIR LEDERER
Presidente da Comissão de Contratação

Publicado por:
Denise Baggio
Código Identificador:C67F09F7

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RESUMO DE CONTRATAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 65/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 211/2026
PROCESSO DIGITAL Nº. 4537/2026

Objeto: Pagamento da taxa de inscrição da equipe de voleibol masculino e feminino nos Jogos Abertos do Paraná.

Fundamentação: art. 74, *Inciso I*, da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Solicitação: Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.

Dotação Orçamentária:
Reduzido 439 – **11001278110026208033900390000 Fonte: 21000** OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.

Contratada: Município de Paranaguá – PR, inscrita no **CNPJ nº 76.017.458/0001-15,** com valor total de **R$ 200,00 (duzentos reais).**

Instrumento hábil da contratação: Nota de Empenho nº **9668/2026**.
Data de emissão: 12/08/2026.

Publique-se.

THIAGO HENRIQUE RIGONI DE PONTES
Autoridade Competente

Publicado por:
Denise Baggio
Código Identificador:7EC9326B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 26.512, DE 26/08/2026 - DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE TRAMITAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

Dispõe sobre a prorrogação do prazo de tramitação de processo administrativo.

O **Prefeito Municipal de Palmeira**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que o cargo lhe confere, considerando o contido no Procedimento Administrativo n° 5219/2026;

Considerando a necessidade de assegurar a observância dos princípios do contraditório, da ampla defesa, da legalidade e do devido processo administrativo;

Considerando a solicitação formulada pela Comissão Processante de Fornecedores II;

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogado por 30 (trinta) dias o prazo de tramitação do Processo Administrativo nº 5219/2026, com a finalidade de possibilitar sua regular instrução e conclusão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, 26 de agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Isadora Stadler Rocha Leite
Código Identificador:F95F0F08

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO Nº 19.497 DE 26/08/2026 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$131.000,00

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pelas Leis Municipais nº 6.116 DE 25-07-2025– LDO e nº 6.216-2025 DE 18-12-2025– LOA,

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de R$131.000,00 (cento e trinta e um mil reais), e demais suplementações que se fizerem necessárias integrando e alterando a Lei nº 6.216-2025 – Lei Orçamentária Anual e destinado ao reforço da seguinte dotação orçamentária:

Suplementação

09.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E COMUNICACAO
09.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA - FMC
09.002.13.392.0021.2.064. Manutenção do Fundo Municipal de Cultura
364 – 3.3.90.31.00.00 - 562 - PREMIACOES CULTURAIS, ARTISTICAS, CIENTIFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS – R$131.000,00

Total Suplementação: R$131.000,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste decreto, servirá como recurso Anulação de dotação, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

09.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E COMUNICACAO
09.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA - FMC
09.002.13.392.0021.2.064. Manutenção do Fundo Municipal de Cultura
363 – 3.3.90.30.00.00 - 562 – MATERIAL DE CONSUMO – R$65.000,00
365 – 3.3.90.36.00.00 – 562 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA – R$66.000,00

Total Redução: R$131.000,00

Artigo 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, Sede do Município de Palmeira Estado do Paraná, em 26 de Agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito Municipal de Palmeira

Publicado por:
Erison Fernando Muller
Código Identificador:42023E22

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO Nº 19.498 DE 26/08/2026 ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R$245.000,00

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Municipal nº 6.430/2026

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o Crédito Adicional Especial no Orçamento Geral do Município, no valor de R$245.000,00 (duzentos e quarenta e cinco mil reais), e demais suplementações que se fizerem necessárias integrando e alterando a Lei nº. 6.216/2025 – Lei Orçamentária Anual e destinado à criação das seguintes dotações orçamentárias:

Dotação a ser criada

15.000.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Saúde
15.001.00.000.0000.0.000. Departamento de Gestão em Saúde
15.001.10.301.0040.6.106. Pagamento de salários e encargos sociais
569 – 3.1.90.16.00.00 485 OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL R$245.000,00

Total Suplementação: R$245.000,00

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso anulação de dotação orçamentária, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

15.000.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Saúde
15.001.00.000.0000.0.000. Departamento de Gestão em Saúde
15.001.10.301.0040.6.106. Pagamento de salários e encargos sociais
567 - 3.1.90.11.00.00 485 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL R$245.000,00

Total Redução: R$245.000,00

Art. 3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 26 de Agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erison Fernando Muller
Código Identificador:2723ADF7

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO Nº 19.499 DE 26/08/2026 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$24.285,61

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Municipal nº 6.431/2026

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de R$24.285,61 (vinte e quatro mil e duzentos e oitenta e cinco reais e sessenta e um centavos), e demais suplementações que se fizerem necessárias integrando e alterando a Lei nº. 6.216/2025 – Lei Orçamentária Anual e destinado à criação das seguintes dotações orçamentárias:

Suplementação

11.000.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
11.001.00.000.0000.0.000. Departamento de Esporte e Lazer
11.001.27.812.0026.5.081. Ampliação e reforma da estrutura
447 – 4.4.90.52.00.00 000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE R$24.285,61

Total Suplementação: R$24.285,61

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso anulação de dotação orçamentária, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

99.000.00.000.0000.0.000. Reserva de Contingência
99.999.00.000.0000.0.000. Reserva de Contingência
99.999.99.999.0099.9.999. Reserva de Contingência
826 - 9.9.99.99.00.00 000 RESERVA DE CONTINGÊNCIA R$24.285,61

Total Redução: R$24.285,61

Art. 3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 26 de Agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erison Fernando Muller
Código Identificador:C5CA5826

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO Nº 19.500 DE 26/08/2026 ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R$370,00

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Municipal nº 6.432/2026

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o Crédito Adicional Especial no Orçamento Geral do Município, no valor de R$370,00 (trezentos e setenta reais), e demais suplementações que se fizerem necessárias integrando e alterando a Lei nº. 6.216/2025 – Lei Orçamentária Anual e destinado à criação das seguintes dotações orçamentárias:

Dotação a ser criada

19.000.00.000.0000.0.000. AUTARQUIA DO REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL DE PALMEIRA
19.001.00.000.0000.0.000. AUTARQUIA DO REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL DE PALMEIRA
19.001.09.122.0013.2001. MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
20 - 3.3.90.93.00.00 – 1000 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES R$370,00

Total Suplementação: R$370,00

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso anulação de dotação orçamentária, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

19.000.00.000.0000.0.000. AUTARQUIA DO REGIME PROPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE PALMEIRA
19.001.00.000.0000.0.000. AUTARQUIA DO REGIME PROPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE PALMEIRA
19.001.09.122.0013.2001. MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
02 - 3.3.90.30.00.00 1000 - MATERIAL DE CONSUMO R$370,00

Total Redução: R$370,00

Art. 3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 26 de Agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erison Fernando Muller
Código Identificador:42A123FC

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO Nº 19.501 DE 26/08/2026 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$2.000,00

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pelas Leis Municipais nº 6.116/2025 – LDO e nº 6.216/2025 – LOA,

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de R$2.000,00 (dois mil reais), e demais suplementações que se fizerem necessárias integrando e alterando a Lei nº 6.216/2025 – Lei Orçamentária Anual e destinado ao reforço das seguintes dotações orçamentárias:

Suplementação

05.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS
05.001.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE, FINANCAS E ORCAMENTO
05.001.04.123.0006.2.016. MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE, FINANCAS E ORCAMENTO
75 - 3.3.90.47.00.00 563 OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS R$2.000,00

Total Suplementação: R$2.000,00

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º desta Lei, servirá como recurso o excesso de arrecadação, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso II da Lei Federal nº 4.320/64.

Receita

Receita:1.7.1.2.51.01.00.00000000 Fonte: 563 R$2.000,00

Total da Receita: R$2.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 26 de Agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erison Fernando Muller
Código Identificador:519BE86B

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
LEI Nº 6.430 DE 26/08/2026 AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R$245.000,00

A Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte,

Lei:

Art. 1º - Fica autorizada no corrente exercício a Abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento Geral do Município, no valor de R$245.000,00 (duzentos e quarenta e cinco mil reais), e demais suplementações que se fizerem necessárias integrando e alterando a Lei nº. 6.216/2025 – Lei Orçamentária Anual e destinado à criação das seguintes dotações orçamentárias:

Dotação a ser criada

15.000.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Saúde
15.001.00.000.0000.0.000. Departamento de Gestão em Saúde
15.001.10.301.0040.6.106. Pagamento de salários e encargos sociais
569 – 3.1.90.16.00.00 485 OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL R$245.000,00

Total Suplementação: R$245.000,00

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º desta Lei, servirá como recurso anulação de dotação orçamentária, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

15.000.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Saúde
15.001.00.000.0000.0.000. Departamento de Gestão em Saúde
15.001.10.301.0040.6.106. Pagamento de salários e encargos sociais
567 - 3.1.90.11.00.00 485 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL R$245.000,00

Total Redução: R$245.000,00

Art. 3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 26 de Agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erison Fernando Muller
Código Identificador:59789190

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
LEI Nº 6.431 DE 26/08/2026 AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$24.285,61

A Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte,

Lei:

Art. 1º - Fica autorizada no corrente exercício a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de R$24.285,61 (vinte e quatro mil e duzentos e oitenta e cinco reais e sessenta e um centavos), e demais suplementações que se fizerem necessárias integrando e alterando a Lei nº. 6.216/2025 – Lei Orçamentária Anual e destinado à criação das seguintes dotações orçamentárias:

Suplementação

11.000.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
11.001.00.000.0000.0.000. Departamento de Esporte e Lazer
11.001.27.812.0026.5.081. Ampliação e reforma da estrutura
447 – 4.4.90.52.00.00 000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE R$24.285,61

Total Suplementação: R$24.285,61

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º desta Lei, servirá como recurso anulação de dotação orçamentária, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

99.000.00.000.0000.0.000. Reserva de Contingência
99.999.00.000.0000.0.000. Reserva de Contingência
99.999.99.999.0099.9.999. Reserva de Contingência
826 - 9.9.99.99.00.00 000 RESERVA DE CONTINGÊNCIA R$24.285,61

Total Redução: R$24.285,61

Art. 3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 26 de Agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erison Fernando Muller
Código Identificador:A8EA242F

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
LEI Nº 6.432 DE 26/08/2026 AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R$370,00

A Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte,

Lei:

Art. 1º - Fica autorizada no corrente exercício a Abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento Geral do Município, no valor de R$370,00 (trezentos e setenta reais), e demais suplementações que se fizerem necessárias integrando e alterando a Lei nº. 6.216/2025 – Lei Orçamentária Anual e destinado à criação das seguintes dotações orçamentárias:

Dotação a ser criada

19.000.00.000.0000.0.000. AUTARQUIA DO REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL DE PALMEIRA
19.001.00.000.0000.0.000. AUTARQUIA DO REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL DE PALMEIRA
19.001.09.122.0013.2001. MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
20 - 3.3.90.93.00.00 – 1000 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES R$370,00

Total Suplementação: R$370,00

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º desta Lei, servirá como recurso anulação de dotação orçamentária, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

19.000.00.000.0000.0.000. AUTARQUIA DO REGIME PROPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE PALMEIRA
19.001.00.000.0000.0.000. AUTARQUIA DO REGIME PROPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE PALMEIRA
19.001.09.122.0013.2001. MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
02 - 3.3.90.30.00.00 1000 - MATERIAL DE CONSUMO R$370,00

Total Redução: R$370,00

Art. 3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 26 de Agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erison Fernando Muller
Código Identificador:7EC001E8

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
COMUNICADO – CHAMADA AGENTE EDUCACIONAL - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 02/2025

Palmeira, 26 de agosto de 2026.

A Secretaria Municipal de Educação, solicita o comparecimento dos candidatos abaixo, no dia 28 de agosto do corrente ano, às 08:30 horas, na sede da Secretaria Municipal de Educação, para substituição de Agente Educacional, conforme Processo Seletivo Simplificado – PSS nº. 02/2025, o não comparecimento no prazo de 24h após o chamamento, será considerado como desistente e substituído, na sequência pelo imediato classificado, conforme processo nº. 3742/2026.

AGENTE EDUCACIONAL:

ÉRICA TERTULIANO PINTO;
LUANA CRISTINA VIANTE;
MARCIANA FERREIRA DE ARAÚJO

Atenciosamente,

DIRLENE APARECIDA DELFRATE
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:EC363A1D

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
COMUNICADO – CHAMADA AGENTE EDUCACIONAL - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 02/2025

Palmeira, 26 de agosto de 2026.

A Secretaria Municipal de Educação, solicita o comparecimento dos candidatos abaixo, no dia 28 de agosto do corrente ano, às 08:30 horas, na sede da Secretaria Municipal de Educação, para substituição de Agente Educacional, conforme Processo Seletivo Simplificado – PSS nº. 02/2025, o não comparecimento no prazo de 24h após o chamamento, será considerado como desistente e substituído, na sequência pelo imediato classificado, conforme processo nº. 13496/2026.

AGENTE EDUCACIONAL:

ALESSANDRA ALVES VIEIRA;
BARBARA KAROLYNE MORAIS SANTANA;
VITÓRIA VANTROBA BREDA

Atenciosamente,

DIRLENE APARECIDA DELFRATE
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:84DE28C7

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
COMUNICADO – CHAMADA PROFESSOR 20H CONCURSO PÚBLICO Nº. 01/2023

Palmeira, 26 de agosto de 2026.

A Secretaria Municipal de Educação, solicita o comparecimento dos candidatos abaixo, no dia 28 de agosto do corrente ano, às 08:00 horas, na sede da Secretaria Municipal de Educação, para assumir o cargo de Professor 20 H, conforme Concurso Público 01/2023 homologado através do Decreto nº. 16.712 de 28/12/2023, o não comparecimento no prazo de 24h após o chamamento, será considerado como desistente e substituído, na sequência pelo imediato classificado, conforme processo nº. 3569/2026.

Professor 20 H:

FABIANA RODRIGUES SZALUF;
NAJILA CURY

Atenciosamente,

DIRLENE APARECIDA DELFRATE
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:5EA92C55

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
COMUNICADO – CHAMADA PROFESSOR 20H CONCURSO PÚBLICO Nº. 01/2023

Palmeira, 26 de agosto de 2026.

A Secretaria Municipal de Educação, solicita o comparecimento do candidato abaixo, no dia 28 de agosto do corrente ano, às 08:00 horas, na sede da Secretaria Municipal de Educação, para assumir o cargo de Professor 20 H, conforme Concurso Público 01/2023 homologado através do Decreto nº. 16.712 de 28/12/2023, o não comparecimento no prazo de 24h após o chamamento, será considerado como desistente e substituído, na sequência pelo imediato classificado, conforme processo nº. 3684/2026.

Professor 20 H:

ADMARI SCHULHI PRIMO DA SILVA

Atenciosamente,

DIRLENE APARECIDA DELFRATE
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:03BFC44A

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
COMUNICADO – CHAMADA PROFESSOR 40H - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 02/2025

Palmeira, 26 de agosto de 2026.

A Secretaria Municipal de Educação, solicita o comparecimento do candidato abaixo, no dia 28 de agosto do corrente ano, às 08:30 horas, na sede da Secretaria Municipal de Educação, para substituição de Professor 40H, conforme Processo Seletivo Simplificado – PSS nº. 02/2025, o não comparecimento no prazo de 24h após o chamamento, será considerado como desistente e substituído, na sequência pelo imediato classificado, conforme processo nº. 2748/2026.

PROFESSOR 40H:

ESTER MENDES LEVANDOSKI

Atenciosamente,

DIRLENE APARECIDA DELFRATE
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:1F83BBCF

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
COMUNICADO – CHAMADA PROFESSOR 40H - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 02/2025

Palmeira, 26 de agosto de 2026.

A Secretaria Municipal de Educação, solicita o comparecimento do candidato abaixo, no dia 28 de agosto do corrente ano, às 08:30 horas, na sede da Secretaria Municipal de Educação, para substituição de Professor 40H, conforme Processo Seletivo Simplificado – PSS nº. 02/2025, o não comparecimento no prazo de 24h após o chamamento, será considerado como desistente e substituído, na sequência pelo imediato classificado, conforme processo nº. 3687/2026.

PROFESSOR 40H:

EDNA COSTA LEMOS

Atenciosamente,

DIRLENE APARECIDA DELFRATE
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:A79E9887

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
DECRETO Nº. 19.502 DE 26/08/2026 - DISPÕE SOBRE RATIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº. 1.316, BAIXADA PELA DIRETORA-PRESIDENTE DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS, DATADA EM 14 DE AGOSTO DE 2026 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, no uso de suas atribuições legais e em obediência à legislação aplicável, considerando o contido nos processos protocolados neste município sob nº. 5745/2026 e 379/2026, resolve baixar o presente Decreto:

Considerando mais o Art. 100 da Lei Municipal n.º 2.404 de 30/09/2005 que dispõe sobre a aposentadoria dos servidores públicos municipais através do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, bem como com fundamento no Art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 – Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição.

Artigo 1º - Fica ratificada a Portaria 1.316, baixada pela Diretora-Presidente do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, datada em 14 de agosto de 2026, que dispõe sobre **Aposentadoria Voluntária por idade e por Tempo de Contribuição**, a partir de 01 de setembro de 2026, para a servidora **Janete Neri Anunciação**, matrícula funcional n.º 201708 , portadora do R.G. 6.1xx.xx9-5 PR e inscrita no CPF sob n.º 897.xxx.xx9-34, ocupante do cargo efetivo de "Auxiliar de Serviços Gerais", lotada na Secretaria Municipal de Educação, sendo que os proventos corresponderão à última remuneração do servidora, ou seja, R$ 5.878,25 (cinco mil, oitocentos e setenta e oito reais e vinte e cinco centavos) e o benefício será suportado financeiramente pelo Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

Artigo 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação,

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 26 de agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:4A35B920

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
DECRETO Nº. 19.503 DE 26/08/2026 - DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO POR APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO DA SERVIDORA JANETE NERI ANUNCIAÇÃO, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe foram especialmente deferidas pelo cargo, considerando o contido no processo protocolado neste município sob nº. 5745/2026 e nº. 379/2026

Decreta:

Artigo 1º - Exonerar, por motivo de **Aposentadoria Voluntária por idade e por Tempo de Contribuição**, a servidora **JANETE NERI ANUNCIACAO,** matrícula funcional n.º 201708, inscrita no CPF sob n.º 897.xxx.xx9-34, ocupante do cargo efetivo de "AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS", lotada na Secretaria Municipal de Educação, do quadro de pessoal deste município, a partir de 01/09/2026.

Artigo 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação,

Prefeitura Municipal, Sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 26 de agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:2E79C056

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
DISTRATO DE CONTRATO A PEDIDO – 19/2026 – ENFERMEIRO – PSS - LUCEMARA CAMARGO DE OLIVEIRA

Processo nº. 6251/2026

Distrato nº. 19/2026

Distratante: LUCEMARA CAMARGO DE OLIVEIRA

Matrícula: 600991

Distratada: PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

Cargo: ENFERMEIRO - PSS
Regime: C.L.T.

Vencimento: R$5.159,21 (Cinco mil, cento e cinquenta e nove reais e vinte e um centavos)

Vigência: 01/10/2025 à 29/12/2025

Prorrogação 1: 30/12/2025 à 29/03/2026

Prorrogação 2: 30/03/2026 à 31/05/2026

Prorrogação 3: 01/06/2026 à 27/11/2026

Aviso Prévio: 21/08/2026 à 19/09/2026

Distrato a partir de: 20/09/2026

Data: 26/08/2026

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:32EA2825

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 1574/2024

Pelo presente instrumento, de um lado **MUNICÍPIO DE PALMEIRA**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº **76.179.829/0001-65**, com sede na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº 134, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, **Sr. FABIANO BISHOP CASSANTA,** brasileiro, inscrito no CPF/MF sob n.º 029.655.819-28, portador da Cédula de Identidade Civil **RG sob nº 7.631.137-4,** o qual foi nomeado como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto nº 17.961/2025, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa **SW SOLAR E ENERGIA LTDA**, CNPJ: 38.327.855/0001-02, localizada na Rua Ermelino de Leão, nº 1251, Bairro Olarias, Ponta Grossa /PR, a seguir denominada **CONTRATADA,** representada por Ruben Cristiano Schuhli Da Silva, portador da cédula de identidade R.G. nº 12.804.658-5, inscrito no CPF sob n. º 070.124.439-95, residente na Rua Lopes Trovão, n° 416, Bairro Vila Estrela, Ponta Grossa/PR, tem entre si, justo e avençado, e celebram através do **Processo Administrativo nº 5702/2026**, por força do presente instrumento e de conformidade com a Lei Federal nº 14133/2021, com as alterações posteriores, o presente **TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 1574/2024**, mediante a seguinte cláusula e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO: Quanto à execução do contrato fica ajustada a prorrogação de prazo pelo período de 120 (cento e vinte) dias a contar de 30 de maio de 2026 até a data de 27 de setembro de 2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO
As disposições do Contrato nº 1574/2024, não alcançadas pelo presente TERMO ADITIVO, permanecem inalteradas e continuam a produzir seus jurídicos e legais efeitos.

Palmeira/PR, data da assinatura.

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:4326BA9A

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 26.513, DE 26/08/2026 - CONCESSÃO DE ADIANTAMENTO À SERVIDORA FABIELE RAMOS DE PROENÇA

Dispõe sobre concessão de adiantamento.

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 5840/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014.

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 10 (dez) dias, a contar da data de entrega do valor à servidora abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, com fundamento na Lei nº 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica a servidora tomadora do adiantamento compromissada a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

Previsão orçamentária:

Dotação: 15.001.10.301.0041.6.108.3.3.90.39.00.00
Fonte: 1001

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Fabiele Ramos de Proença	*061.xxx.xxx-85*	*R$ 240,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 26 de agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Isadora Stadler Rocha Leite
Código Identificador:F5AFFFA9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL
ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 060/2026

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 060/2026

SÚMULA: Concede Diária(s) ao Vereador da Câmara Municipal e dá outras providências.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e com base nas Leis Municipais nº 1.110/2018 e nº 1.322/2025, resolve CONCEDER diária ao Vereador desta Casa de Leis, conforme especificado abaixo:

Nome do Vereador: ANTONIO MACHADO DE JESUS FILHO
Data início: 27/08/2026
Data fim: 28/08/2026
Nº de Diárias:
01 (UMA) DIÁRIA COM PERNOITE DENTRO DO ESTADO VALOR UNIT. R$ 700,00 (setecentos reais).
01 (UMA) DIÁRIA SEM PERNOITE DENTRO DO ESTADO VALOR UNIT. R$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais).
VALOR TOTAL: R$ 1.050,00 (mil e cinquenta reais).
Município de destino/UF: CURITIBA/PR
Código do IBGE do Município destino: 4106902
Tipo objetivo: Outros objetivos não ligados ao TCE/PR.
Objetivo da viagem: Cumprir agenda na Superintendência Regional do DNIT no Estado do Paraná.
Meio de Transporte: Veículo Oficial do Legislativo.

Palmital, 26 de agosto de 2026.

SALETE APARECIDA DE LIMA
Presidente

Publicado por:
Jairo Jose Menezes
Código Identificador:5C048AC9

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL
ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 061/2026

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 061/2026

SÚMULA: Concede Diária(s) à Servidor da Câmara Municipal e dá outras providências.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e com base nas Leis Municipais nº 1.110/2018 e nº 1.322/2025, resolve CONCEDER diária à Servidor desta Casa de Leis, conforme especificado abaixo:

Nome do Servidor: FERNANDO CARNEIRO
Data início: 27/08/2026
Data fim: 28/08/2026
Nº de Diárias:
01 (UMA) DIÁRIA COM PERNOITE DENTRO DO ESTADO VALOR UNIT. R$ 600,00 (seiscentos reais).
01 (UMA) DIÁRIA SEM PERNOITE DENTRO DO ESTADO VALOR UNIT. R$ 270,00 (duzentos e setenta reais).
VALOR TOTAL: R$ 870,00 (oitocentos e setenta reais).
Município de destino/UF: CURITIBA/PR
Código do IBGE do Município destino: 4106902
Tipo objetivo: Outros objetivos não ligados ao TCE/PR.
Objetivo da viagem: Realizar o transporte do vereador Antonio Machado de Jesus Filho, para cumprir agenda na Superintendência Regional do DNIT no Estado do Paraná.
Meio de Transporte: Veículo Oficial do Legislativo.

Palmital, 26 de agosto de 2026.

SALETE APARECIDA DE LIMA
Presidente

Publicado por:
Jairo Jose Menezes
Código Identificador:91F0C81A

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
12º TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 194/2021

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
Pregão Presencial Nº 08/2021
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 11/2021

12º TERMO ADITIVO DE Prazo DO CONTRATO Nº 194/2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM VEÍCULOS APROPRIADOS E EM BOM ESTADO DE FUNCIONAMENTO PARA O TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ANO LETIVO DE 2021 NO MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR

Que fazem entre si, de um lado, o MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion, n° 1001, Centro, Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal ROBERTO CARLOS ROSSI, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 8**.***.***-91, domiciliado na Rua

Vicente Machado, nº ***, Centro, Palmital-PR, denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a Empresa ELEANDRO DOCHVAT, pessoa jurídica de direito privado com endereço à EST AGUA QUENTE, S/N - CEP: 85270000 - BAIRRO: RURAL, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 40.277.940/0001-47, neste ato representado por ELEANDRO DOCHVAT, inscrito no CPF/MF sob o nº 0**.***.***-12, denominada CONTRATADA resolvem firmar o presente TERMO ADITIVO, em consonância com a Lei Federal n.º 14.133/2021 e suas alterações ao Contrato Administrativo nº 194/2021, em consonância com a Lei Federal n.º 14.133/2021 e suas alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA – PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo de vigência do contrato nº194/2021 do Pregão 08/2021, supramencionado fica prorrogado até 31/12/2026 àquele constante da contratação original , nos termos das cláusulas postas àquele contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – O presente Aditivo foi realizado Conforme Pedido da Secretaria Municipal de Município de Palmital, Parecer Jurídico e descrição constante no contrato em epígrafe, respeitando as disposições da Lei 14.133/2021, de 01 de abril de 2021 e alterações posteriores.
CLÁUSULA TERCEIRA – Permanecem inalteradas as demais Cláusulas do Contrato Original desde que não colidam as deste Termo. E por assim estarem às partes ajustadas assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, para que produza plena eficácia jurídica.
Palmital, 07/08/2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal
Contratante

ELEANDRO DOCHVAT
ELEANDRO DOCHVAT
0**.***.***-12
Contratada

Gestor:
ANDRESSA NAIRNE

Fiscal:
DILCELIA REGINA MARTINS

Publicado por:
Danilo Giovanni Aguiar Bonassoli
Código Identificador:40694DC8

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
13º TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 193/2021

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
Pregão Presencial Nº 08/2021
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 11/2021

13º TERMO ADITIVO DE Prazo DO CONTRATO Nº 193/2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM VEÍCULOS APROPRIADOS E EM BOM ESTADO DE FUNCIONAMENTO PARA O TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ANO LETIVO DE 2021 NO MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR

Que fazem entre si, de um lado, o MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion, n° 1001, Centro, Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal ROBERTO CARLOS ROSSI, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 8**.***.***-91, domiciliado na Rua Vicente Machado, nº ***, Centro, Palmital-PR, denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a Empresa EDER PAULOSKI, pessoa jurídica de direito privado com endereço à SIT POV SAIDA RIO DA CASA, S/N PI 91 - CEP: 85270000 - BAIRRO: RURAL, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 40.375.493/0001-69, neste ato representado por EDER PAULOSKI, inscrito no CPF/MF sob o nº 0**.***.***-23, denominada CONTRATADA resolvem firmar o presente TERMO ADITIVO, em consonância com a Lei Federal n.º 14.133/2021 e suas alterações ao Contrato Administrativo nº 193/2021, em consonância com a Lei Federal n.º 14.133/2021 e suas alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA – PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo de vigência do contrato nº193/2021 do Pregão 08/2021, supramencionado fica até 31/12/2026 àquele constante da contratação original , nos termos das cláusulas postas àquele contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – O presente Aditivo foi realizado Conforme Pedido da Secretaria Municipal de Município de Palmital, Parecer Jurídico e descrição constante no contrato em epígrafe, respeitando as disposições da Lei 14.133/2021, de 01 de abril de 2021 e alterações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA – Permanecem inalteradas as demais Cláusulas do Contrato Original desde que não colidam as deste Termo. E por assim estarem às partes ajustadas assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, para que produza plena eficácia jurídica.
Palmital, 07/08/2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal
Contratante

EDER PAULOSKI
EDER PAULOSKI
0**.***.***-23
Contratada

Gestor:
ANDRESSA NAIRNE

Fiscal:
DILCELIA REGINA MARTINS

Publicado por:
Danilo Giovanni Aguiar Bonassoli
Código Identificador:52074AA0

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
14º TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 204/2021

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Pregão Presencial Nº 08/2021
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 11/2021

14º TERMO ADITIVO DE Prazo DO CONTRATO Nº 204/2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM VEÍCULOS APROPRIADOS E EM BOM ESTADO DE FUNCIONAMENTO PARA O TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ANO LETIVO DE 2021 NO MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR

Que fazem entre si, de um lado, o MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion, n° 1001, Centro, Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal ROBERTO CARLOS ROSSI, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 8**.***.***-91, domiciliado na Rua Vicente Machado, nº ***, Centro, Palmital-PR, denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a Empresa RODRIGO JOSE AMREIN LTDA, pessoa jurídica de direito privado com endereço à R PRINCIPAL , S/N - CEP: 85270000 - BAIRRO: LINHA CANTUANA, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 40.243.608/0001-

61, neste ato representado por RODRIGO JOSE AMREIN, inscrito no CPF/MF sob o nº 0**.***.***-52, denominada CONTRATADA resolvem firmar o presente TERMO ADITIVO, em consonância com a Lei Federal n.º 14.133/2021 e suas alterações ao Contrato Administrativo nº 204/2021, em consonância com a Lei Federal n.º 14.133/2021 e suas alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA – PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo de vigência do contrato nº 204/2021 do Pregão 08/2021, supramencionado fica prorrogado 31/12/2026 àquele constante da contratação original , nos termos das cláusulas postas àquele contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – O presente Aditivo foi realizado Conforme Pedido da Secretaria Municipal de Educação do Município de Palmital, Parecer Jurídico e descrição constante no contrato em epígrafe, respeitando as disposições da Lei 14.133/2021, de 01 de abril de 2021 e alterações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA – Permanecem inalteradas as demais Cláusulas do Contrato Original desde que não colidam as deste Termo. E por assim estarem às partes ajustadas assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, para que produza plena eficácia jurídica.

Palmital, 07/08/2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal
Contratante

Rodrigo Jose Amrein LTDA
RODRIGO JOSE AMREIN
0**.***.***-52
Contratada

ANDRESSA NAIRNE
Gestor

DILCELIA REGINA MARTINS
Fiscal

Publicado por:
Danilo Giovanni Aguiar Bonassoli
Código Identificador:71D5DF41

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
TERMO APOSTILAMENTO 04/2026

TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 04/2026
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 67/2026
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 07/2026
CREDENCIAMENTO DE FORNECEDORES DE COMBUSTÍVEIS
PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO ao Contrato nº 64/2026, firmado entre o Município de Palmital, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82 a COMERCIO DE COMBUSTIVEIS VIEIRA LTDA, pessoa jurídica de direito privado com endereço à Maximiliano Vicentin, 1284 Centro - CEP: 85270000 - Bairro: Centro Palmital/PR, inscrita no CNPJ/MF sob 17.201.058/0001-04, , para fornecimento parcelado de combustível **Óleo Diesel S-10**, para promover reajuste de preço, nos seguintes termos:
Município de Palmital, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82 neste ato representado por seu Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais e com fundamento no art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como na **Cláusula Quarta do Contrato nº 64/2026**, que prevê reajustamento com base na tabela divulgada pela Agência Nacional do Petróleo – ANP, resolve formalizar o presente apostilamento, mediante as seguintes disposições:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo de Apostilamento tem por objeto a **alteração do valor unitário do item Óleo Diesel S-10**, em razão da atualização do preço de referência conforme tabela da Agência Nacional do Petróleo – ANP, promovendo a redução do valor contratado.
CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE
Fica reajustado o valor do litro do combustível **Óleo Diesel S-10**, passando de:

• Valor anterior: **R$ 6,63** por litro
• Novo valor reajustado: **R$ 6,56** por litro

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DO NOVO VALOR
O novo valor passa a vigorar **a partir de 09 de Junho de 2026**, aplicando-se aos abastecimentos realizados a partir desta data.
CLÁUSULA QUARTA – DA FUNDAMENTAÇÃO
O presente apostilamento decorre de mera atualização de preços prevista contratualmente, não caracterizando alteração do objeto contratado, nos termos do **artigo 136, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021**, sendo formalizado por apostila, dispensando a celebração de termo aditivo.
CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO
Permanecem inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato nº 61/2026 não modificadas por este apostilamento.
E por ser expressão da legalidade administrativa, lavra-se o presente Termo de Apostilamento para que produza seus jurídicos e legais efeitos.
Palmital-Pr 25 de Agosto de 2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

EVELIN TACIANE SUERO DA CRUZ
Fiscal do Contrato

Publicado por:
Antonio Ferraz de Lima Neto
Código Identificador:58519F8C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 10/2024

ORIGEM: Processo Administrativo nº 20.881/2026.
CONSULTA PROCESSO DIGITAL: Cód. Verificador 6N7QV191
CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ.
CONTRATADA: ELEVADORES ATLAS SCHINDLER LTDA

OBJETO: Fica prorrogado o prazo de execução dos serviços referentes ao objeto do Contrato n° 10/2024 – "Contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de manutenção corretiva e preventiva com fornecimento de peças originais para o elevador Atlas", por mais 12 (doze) meses, a partir de 30 de agosto de 2026.

VALOR TOTAL: R$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais)

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 107 da Lei n° 14.133/2021

Paranaguá, 25 de agosto de 2026.

ADALBERTO MARCOS DE ARAÚJO
Presidente

Publicado por:
Danielle Alves da Costa
Código Identificador:E5EAF709

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ - CISLIPA
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO CONTRATO N.º 35/2024 PROCESSO LICITATÓRIO N.º 22/2024 DISPENSA ELETRÔNICA N.º 08/2024

Contratante:	Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná – CISLIPA
CNPJ:	13.681.884/0001-39
Responsável pela assinatura:	RODOLFO NOGUEIRA PEDRO BOM – DIRETOR EXECUTIVO
Contratada:	VALE SOLUÇÕES EM GESTÃO LTDA
CNPJ:	11.175.340/0001-70
Responsável pela assinatura:	MEIRE LEINE COLAUTO DE OLIVEIRA
Objeto:	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de hospedagem, do site do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná – CISLIPA e servidor de e-mail, Diário Oficial, bem como suporte técnico do servidor integrado.
Justificativa	Conforme Lei Federal 14.133/2021, Art. 54 Parágrafo § 1º e inteiro teor no processo Adm. nº 223/2024.
Dotação	01.001.10.122.0901.2001.3.3.90.40.00.00
Valor	R$ 6.619,20 (seis mil, seiscentos e dezenove reais e vinte centavos).
Prazo/Vigência	06 (seis) meses
Foro	Comarca de Paranaguá – PR
Data da Homologação	24/08/2026

Paranaguá, 24 de agosto de 2026.

RODOLFO NOGUEIRA PEDRO BOM
Diretor ExecutIvo do CISLIPA

Publicado por:
Carlos Augusto Machado Filho
Código Identificador:3BC556F6

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ - CISLIPA
PORTARIA Nº 55/2026

PORTARIA N° 55/2026

"Nomeia empregado público comissionado da estrutura do CISLIPA, conforme o Protocolo de Intenções."

O Presidente do CISLIPA no uso de suas atribuições e de acordo com a Estrutura Organizacional Interna, nomeia:

Artigo 1°. Fica NOMEADA a Sra. ANA CAROLINA MARTINS SILVA, portadora do documento de identidade n° 9.369.XXX-X SESP/PR, no emprego público comissionado de **ASSESSORA DE DEPARTAMENTO** da estrutura do CISLIPA conforme protocolo de intenções.

Artigo 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 24 de agosto de 2026.

Paranaguá, 26 de agosto de 2026.

ADRIANO RAMOS
Presidente do CISLIPA

Publicado por:
Carlos Augusto Machado Filho
Código Identificador:945B4EC6

SECRETARIA MUNICIPAL DA MULHER, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E IGUALDADE RACIAL
RESOLUÇÃO Nº 032/2026 – CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Dispõe sobre a prorrogação do prazo de inscrições e a alteração do cronograma do processo de escolha dos membros do Comitê de Participação Adolescente – CPA, previsto no Edital nº 03/2026 – CMDCA.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE PARANAGUÁ, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 3.176, de 15 de agosto de 2011.

CONSIDERANDO a Resolução nº 004/2026 – CMDCA, que dispõe sobre a criação e regulamentação do Comitê de Participação Adolescente – CPA;

CONSIDERANDO o Edital nº 03/2026 – CMDCA, que convocou a Assembleia Municipal de Adolescentes para o processo de escolha dos membros do Comitê de Participação Adolescente – CPA;

CONSIDERANDO a ausência de inscrições no período inicialmente estabelecido e a necessidade de ampliar a divulgação e promover maior participação dos adolescentes do Município de Paranaguá no processo de composição do CPA;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a efetiva participação de adolescentes no processo de escolha, em observância aos princípios da participação, protagonismo e representatividade adolescente;

CONSIDERANDO a deliberação da Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, realizada em 11 de agosto de 2026, que aprovou a prorrogação do período de inscrições por mais 30 (trinta) dias, bem como a atualização do cronograma do processo de escolha;

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogado, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para inscrição dos adolescentes interessados em participar do processo de escolha dos membros do Comitê de Participação Adolescente – CPA, previsto no Edital nº 03/2026 – CMDCA.

Art. 2º O novo período de inscrições será de 26 de agosto de 2026 a 23 de setembro de 2026, mediante preenchimento do formulário eletrônico disponibilizado pelo CMDCA.

Parágrafo único. As inscrições realizadas deverão observar integralmente os requisitos e documentos estabelecidos no Edital nº 03/2026 – CMDCA e na Resolução nº 004/2026 – CMDCA.

Art. 3º Em razão da prorrogação do período de inscrições, fica alterado o cronograma previsto no Edital nº 03/2026 – CMDCA, que passa a observar as seguintes datas:

ETAPA	DATA
Publicação da presente Resolução	27/08/2026
Novo período de inscrições	28/08/2026 a 23/09/2026
Análise das inscrições pela Comissão Eleitoral	24/09/2026 a 28/09/2026
Divulgação dos candidatos habilitados	29/09/2026
Assembleia Municipal de Adolescentes e eleição	02/10/2026
Publicação do resultado	06/10/2026
Homologação dos eleitos pelo CMDCA	09/10/2026
Posse dos membros do CPA	16/10/2026
Primeira reunião ordinária do CPA	16/10/2026 ou até 30/10/2026
Eleição do(a) Coordenador(a), Vice-Coordenador(a) e Secretário(a)	Na primeira reunião ordinária
Aprovação do calendário anual de reuniões	Na primeira reunião ordinária
Formação inicial dos membros do CPA	2º semestre de 2026

Art. 4º A Comissão Eleitoral designada pelo CMDCA permanecerá responsável pela condução do processo de escolha, competindo-lhe, nos termos do Edital nº 03/2026 – CMDCA:

I – receber e analisar as inscrições;
II – verificar o cumprimento dos requisitos estabelecidos;
III – divulgar a relação dos candidatos habilitados;
IV – coordenar o credenciamento dos participantes da Assembleia Municipal de Adolescentes;
V – organizar e fiscalizar o processo de votação;
VI – realizar a apuração dos votos;
VII – elaborar a ata do processo eleitoral; e
VIII – encaminhar o resultado ao CMDCA para homologação.

Art. 5º A Assembleia Municipal de Adolescentes e o processo de escolha observarão as disposições estabelecidas no Edital nº 03/2026 – CMDCA, na Resolução nº 004/2026 – CMDCA e demais atos regulamentares expedidos pelo Conselho.

Art. 6º Permanecem inalteradas e em pleno vigor todas as demais disposições do Edital nº 03/2026 – CMDCA e da Resolução nº 004/2026 – CMDCA que não forem incompatíveis com a presente Resolução.

Art. 7º A presente Resolução deverá ser publicada no Diário Oficial do Município e nos demais canais oficiais de comunicação do CMDCA, para conhecimento dos interessados.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Paranaguá-PR, em 26 de agosto de 2026, 205° da Independência e 138° da República

MARCINEY SANTOS DE OLIVEIRA
Presidente do CMDCA
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Publicado por:
Gabriel Neves Martinatto Silva
Código Identificador:32E2E1E8

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.788

PORTARIA Nº 2.788

"Concede licença especial remunerada, por motivo de falecimento de pessoa da família, ao servidor Manoel Xavier de Melo Junior."

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 897/2018, em conformidade com o que dispõe a Lei Complementar nº 203/2017, considerando o que dispõe o art. 123, § 3°, inciso II, da Lei Complementar nº 46, de 11 de maio de 2006 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá), e tendo em vista o contido no protocolado nº 70.944/2026,

RESOLVE:

I - Conceder licença especial remunerada, por motivo de falecimento de pessoa da família, pelo prazo de 08 (oito) dias, ao servidor MANOEL XAVIER DE MELO JUNIOR, matrícula nº 10.220-1, ocupante do cargo de Agente Operacional, lotado na Secretaria Municipal de Administração, com início em 19 de agosto de 2026 e término em 26 de agosto de 2026.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 26 de agosto de 2026.

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:60940A05

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE ADITIVO 02 AO CONTRATO N° 157/2024
EDITORA BEM PARANÁ CNPJ: 76.637.305/0001-70

EXTRATO DE ADITIVO 02 AO CONTRATO N° 157/2024
EDITORA BEM PARANÁ
CNPJ: 76.637.305/0001-70

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
EDITORA BEM PARANÁ

Data: 27/08/2026

Objeto: Aditivo 02 ao Contrato nº **157/2024**. "Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato originário, mencionado no preâmbulo por mais **12 (DOZE) MESES** contados a partir de **12 DE AGOSTO DE 2026**, devendo encerrar-se no dia **11 DE AGOSTO DE 2027**, conforme autorização, pareceres e anexos constantes do processo administrativo mencionado."

Prazo de Vigência: 12 (doze) meses.
Pregão Eletrônico n°: 022/2024
Processo Administrativo n°: 57485/2025

Valor: R$ 163.800,00 (cento e sessenta e três mil e oitocentos reais).

Empenho: Conforme Dotação Orçamentária.

Assinaturas:
CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
RONEY RODRIGUES PEREIRA

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:63BEBDEC

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO N° 092/2026 CAZZA IMÓVEIS LTDA CNPJ: 27.193.884/0001-02

EXTRATO DE CONTRATO N° 092/2026
CAZZA IMÓVEIS LTDA
CNPJ: 27.193.884/0001-02

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
CAZZA IMÓVEIS LTDA

Data: 27/08/2026

Objeto: Contrato nº **092/2026**. "Constitui objeto do presente contrato a locação do imóvel situado na Rua Conselheiro Corrêa, nº 499, 29 de Julho, Paranaguá-PR, possuindo 344,80m² de área total."

Prazo de vigência: 12 (doze) meses.
Inexigibilidade de Licitação nº: 067/2026
Processo Administrativo n°: 40571/2026

Valor: R$ 168.000,00 (cento e sessenta e oito mil reais).

Empenho: Conforme Dotação Orçamentária.

Assinaturas:
CAROLINA DE MIRANDA EVANGELISTA LOURENÇO
OTÁVIO SILVA CORDEIRO

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:FD7528BB

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
AVISO DE PREGÃO

MUNICIPIO DE PARANAGUÁ/PR
AVISO DE PREGÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2026
REGISTRO DE PREÇOS Nº 042/2026
PROCESSO Nº 20.205/2026 – UASG 987745 – 12/2026
OBJETO: Contratação de Empresa Especializada, Regularmente Constituída como Clínica Veterinária para Prestação de Serviços de Esterilização Cirúrgica e Microchipagem de Cães e Gatos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal do Meio Ambiente.
TIPO: Menor Preço.
DATA DA ABERTURA: 15/09/2026 – **HORÁRIO:** 09:00 horas.
VALOR ESTIMADO: R$ 1.197.492,35 (um milhão, cento e noventa e sete mil, quatrocentos e noventa e dois reais e trinta e cinco centavos).
ENDEREÇO: O edital estará disponível nos seguintes endereços: www.gov.br/compras/pt-br e https://pncp.gov.br/app/editais.
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei Complementar Federal nº 123, de 14/12/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, Decretos

Municipais nºs 4.319/2023 e 683/2018 a ser processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis, bem como as condições estabelecidas no Edital e em seus Anexos.
Outros esclarecimentos poderão ser fornecidos pela Pregoeira na Rua Júlia da Costa, nº 322, Centro, no horário das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 18:00 horas ou pelo e-mail: cpl@paranagua.pr.gov.br e lucianechiarelli@paranagua.pr.gov.br.
Paranaguá, 26 de agosto de 2026.

LUCIANE CHIARELLI MAGALHÃES
Pregoeira

Publicado por:
Marilete Rodrigues da Silva do Rosario
Código Identificador:780193D0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
AVISO - PREGÃO ELETRÔNICO 15/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 45/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO 15/2026

AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENE PESSOAL E MATERIAIS E UTENSÍLIOS DE COPA, COZINHA, EXPEDIENTE, ESCOLAR E PEDAGÓGICO

Informamos aos interessados que o Consórcio Intermunicipal de Saúde e Serviços/Amunpar, realizará licitação na modalidade de PREGÃO na sua forma ELETRÔNICO, em obediência a Lei nº 14.133/21, regulamentada pela Resolução nº 25/2023-CIS/AMUNPAR, conforme as seguintes especificações:

1 – Objeto do Pregão**: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENE PESSOAL E MATERIAIS E UTENSÍLIOS DE COPA, COZINHA, EXPEDIENTE, ESCOLAR E PEDAGÓGICO,** conforme descritivo completo no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

2 **– DATA E HORÁRIO DO CERTAME:**

1.1.1. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: **A partir de sua publicação até as 08:00 horas do dia 10 de Setembro de 2026.**
1.1.2. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: **10 de Setembro de 2026 às 08:01 horas.**
1.1.3. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: **às 08:15 horas do dia 10 de Setembro de 2.026.**
1.1.4. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).
1.1.5. LOCAL: www.bll.org.br "Acesso Identificado"
1.1.6. FORMA DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO, por Lote.

3 **–** O prazo de execução da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano**,** podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

4 –O valor máximo estimado para licitação é de **R$783.878,99 (setecentos e oitenta e três mil, oitocentos e setenta e oito reais e noventa e nove centavos).**

5 – Tipo: **MENOR PREÇO, Lote.**

6 – Dotação: As despesas decorrentes da aquisição ou contratação do objeto da presente licitação correrão por conta de recursos da dotação orçamentária:**01.001.0008.0243.2010.1000.3.3.3.90.30.00.00 - Fonte 017 e 01.001.0010.0302.2009.2001.3.3.3.90.30.00.00 - Fontes 001 e 013.**

7 – Poderão participar do processo interessados que atenderem às exigências deste Edital e seu(s) anexo(s), e efetivem seu cadastramento junto ao **Bolsa de Licitações e Leilões (www.bll.org.br).**

O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) https://pncp.gov.br/, no Portal Transparência, através do endereço eletrônico https://cisamunpar.atende.net/transparencia e endereço eletrônico **Bolsa de Licitações e Leilões (www.bll.org.br),** ou junto ao setor de licitações do Consórcio Intermunicipal de Saúde e Serviços/Amunpar, até 24 horas antes da abertura da licitação, por meio de solicitação por e-mail: licitacoes@consorciodesaude.com.br. Telefone para contato:(44) 3421-5174 – 3421-5180 – 3421-5183 e (44) 92004-8034 WhatsApp.

Paranavaí, 26 de agosto de 2026.

EDIVAN GUERREIRO BARÃO
Direção Geral do CIS/AMUNPAR

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:B9B68DE6

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
EXTRATO ADMISSÃO

EXTRATO DE CONTRATO DE ADMISSÃO
Contratante: Consórcio Intermunicipal de Saúde/AMUNPAR
Contratada: Juliana Marcelo Xavier
Cargo: Assistente Administrativo
Carga Horária: 40 horas semanais
Data de admissão: 17/08/2026
Período: Indeterminado
Regime: CLT
Paranavaí, 17 de agosto de 2026.

ULISSES DE SOUZA
Presidente doCIS/AMUNPAR

Publicado por:
Vinicius Augusto Felizardo
Código Identificador:A2BC2DCC

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
PORTARIA 100-26

PORTARIA Nº 100/26

Dispõe sobre a nomeação para o cargo em comissão de Diretor de Unidade Operacional II e estabelece suas atribuições.

Pelo presente instrumento e na melhor forma direito,o **PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS/AMUNPAR (CIS/AMUNPAR)**, Sr. Ulisses de Souza, no uso regular das atribuições legais e regulamentares, estatutárias e administrativas que lhe são conferidas, pelo estatuto da entidade, pela legislação aplicável aos consórcios públicos e demais normas pertinentes,
CONSIDERANDO que o Consórcio Intermunicipal de Saúde e Serviços/AMUNPAR, pessoa jurídica de direito público, constituído sob a égide da Lei Federal nº 11.107/2005, detém autonomia administrativa para prover os cargos e funções de seu quadro de pessoal, nos termos de seu Estatuto Social e do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração vigente;
CONSIDERANDO que o grupo ocupacional dos cargos em comissão do CIS/AMUNPAR contempla a função de Diretor de Unidade Operacional II, de livre nomeação e exoneração pela autoridade competente, destinada ao exercício de atividades de direção, chefia e assessoramento, nos termos do art. 37, inciso V, da Constituição Federal;
CONSIDERANDO que o candidato **KETHILIN ALINI DOS SANTOS** preenche os requisitos legais e técnicos exigidos para o

exercício da função, notadamente a formação em nível superior na área jurídica e o perfil de competências compatível com as atribuições gerenciais e administrativas inerentes ao cargo;
CONSIDERANDO a conveniência e a oportunidade administrativas que recomendam a presente nomeação, em consonância com os princípios da eficiência, da impessoalidade e da moralidade que regem a Administração Pública, previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal;
RESOLVE
Art. 1º - Nomear **KETHILIN ALINI DOS SANTOS**, brasileira, capaz, com união estavel, portador da Cédula de Identidade RG nº 12.569.571-0 SSP-PR e inscrito no CPF/MF sob nº 084.264.119-08, residente e domiciliado nesta cidade e Comarca de Loanda/PR, à Rua Jair Lopes Borba, nº 99, Cep: 87.900-000, para exercer a função de **Diretor de Unidade Operacional II**, na Unidade Operacional CAPS , pertencente ao grupo ocupacional dos cargos em comissão do Consórcio Intermunicipal de Saúde e Serviços/AMUNPAR, com efeitos a contar a partir de 19/08/2026.
Art. 2º - ODiretor de Unidade Operacional II nomeado incumbe, sem prejuízo de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Coordenador Geral do Cis/Amunpar:
I – dirigir, planejar, coordenar e supervisionar as atividades da Unidade Operacional sob sua responsabilidade, assegurando o alinhamento com as diretrizes institucionais e o cumprimento das metas estabelecidas;
II – gerir os recursos humanos, materiais e operacionais da unidade, promovendo a adequada alocação de pessoal e a otimização dos processos de trabalho;
III – acompanhar e avaliar o desempenho da unidade, por meio de indicadores de produtividade, qualidade e eficiência, adotando medidas corretivas quando necessário;
IV – elaborar, propor e executar o planejamento estratégico e operacional da unidade, em consonância com os objetivos institucionais do Consórcio;
V – supervisionar a execução de contratos, convênios e demais instrumentos administrativos vinculados à unidade, garantindo sua regularidade, eficiência e conformidade legal;
VI – assegurar o cumprimento da legislação vigente, normas internas, regulamentos e orientações dos órgãos de controle, no âmbito de sua atuação;
VII – promover a integração entre a unidade sob sua direção e os demais setores do Consórcio, visando à eficiência administrativa e à prestação adequada dos serviços;
VIII – propor a implementação de melhorias, inovações e racionalização de rotinas administrativas e operacionais, com foco na economicidade e na qualidade dos serviços prestados;
IX – prestar informações, elaborar relatórios gerenciais e apresentar resultados à administração superior, sempre que solicitado;
X – atuar como representante institucional da unidade, em reuniões técnicas e administrativas internas e externas, quando designado;
XI – supervisionar e garantir a adequada tramitação de processos administrativos no âmbito da unidade, assegurando a observância dos princípios da legalidade, eficiência e transparência;
XII – identificar riscos operacionais e administrativos, adotando medidas preventivas e corretivas para mitigação de impactos;
XIII – colaborar na formulação de políticas públicas, diretrizes e normas internas relacionadas à área de atuação da unidade;
XIV – exercer outras atribuições correlatas que lhe forem conferidas pela autoridade superior.
Art. 3º - O nomeado perceberá remuneração correspondente ao nível e referência estabelecidos no Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração do Cis/Amunpar para a função de Diretor de Unidade Operacional II, acrescida dos demais benefícios previstos em lei e nos regulamentos internos do Consórcio.
Art. 4º - O nomeado fará jus, ainda, ao recebimento de **Vale Alimentação no valor de R$ 747,39 (setecentos e quarenta e sete reais e trinta e nove centavos) mensais**, conforme política de benefícios do Cis/Amunpar, a ser pago mensalmente enquanto perdurar o exercício da função, nos termos dos regulamentos internos do Cis/Amunpar.
Art. 5º - O cargo de que trata esta Portaria é de livre nomeação e exoneração, nos termos do art. 37, inciso V, da Constituição Federal, não gerando, sua ocupação, direito à estabilidade ou à incorporação de vantagens pecuniárias aos vencimentos permanentes.
Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paranavaí, 19 de agosto de 2026.

ULISSES DE SOUZA
Presidente do CIS/AMUNPAR

Publicado por:
Vinicius Augusto Felizardo
Código Identificador:93B981C5

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
PORTARIA 101-26

PORTARIA Nº 101/2026

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde/AMUNPAR, Ulisses de Souza, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Admitir para o quadro de pessoal do Consórcio Intermunicipal de Saúde/AMUNPAR, nos termos da Resolução 07/2018, a partir da data de 24/08/2026, o jovem aprendiz , conforme a seguir:

NOME	CARGO	NÍVEL
Ana Beatriz de Souza Ferreira	Assistente Administrativo-Jovem Aprendiz	Médio

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Paranavaí, 21 de agosto de 2026.

ULISSES DE SOUZA
Presidente

Publicado por:
Vinicius Augusto Felizardo
Código Identificador:2B562390

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
PORTARIA 103-26

PORTARIA Nº 103/2026

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde/AMUNPAR, Ulisses de Souza, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

PORTARIA Nº 13/21

A Coordenadora do Consórcio Intermunicipal de Saúde/AMUNPAR, Nair Maria Vichietti Dinis, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Desligar do quadro de funcionários do Consórcio Intermunicipal de Saúde/AMUNPAR, a partir da data de 19/02/2021:

NOME	CARGO	NÍVEL
Eduarda Lopes de Paula	Assistente Administrativo – Jovem Aprendiz	Médio

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Paranavaí, 19 de fevereiro de 2021.

NAIR MARIA VICHIETTI DINIS
Coordenadora

Art. 1º. – Admitir para o quadro de pessoal do Consórcio Intermunicipal de Saúde/AMUNPAR, nos termos da Resolução 07/2018, a partir da data de 24/08/2026, o jovem aprendiz , conforme a seguir:

NOME	CARGO	NÍVEL
Isabela Ambrosio	Assistente Administrativo-Jovem Aprendiz	Médio

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Paranavaí, 21 de agosto de 2026.

ULISSES DE SOUZA
Presidente

Publicado por:
Vinicius Augusto Felizardo
Código Identificador:7C2CB0CF

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
PORTARIA 104-26

PORTARIA N.º 104/2026

Concede vale-transporte a empregada pública do CIS/AMUNPAR e dá outras providências.

Art. 1º – Autorizo a concessão de vale-transporte em favor da empregada pública do Consórcio Intermunicipal de Saúde e Serviços – CIS/AMUNPAR, Sra. **ELNICE TUZI DOMICILIANO**, telefonista do Ambulatório Médico de Especialidades – AME/Paranavaí, matrícula n.º 349-1, nos termos da Lei n.º 7.418/1995 e Decreto n.º 10.854/2021.
Art. 2º – Será descontado da empregada citada no artigo anterior a importância de 6% (seis por cento) do seu salário-base para a concessão de vale-transporte para a realização do deslocamento de sua residência em Paraíso do Norte até o AME de Paranavaí e o retorno até a sua moradia.
Parágrafo único. O CIS/AMUNPAR ficará obrigado a suportar os custos do vale-transporte que ultrapassar o percentual indicado no caput deste artigo.
Art. 3º – A comprovação dos gastos com vale-transporte e seus respectivos aumentos deverão ser demonstrados à Gerência de Recursos Humanos até o dia 20 (vinte) de cada mês para fins de ressarcimento, que será debitado na próxima Folha de Pagamento, no caso de falta ou de indisponibilidade dos passes, nos termos do art. 110 do Decreto n.º 10.854/2021.
Art. 4º – O desconto a título de vale-transporte, bem como a importância paga em pecúnia em seu contracheque será feito por meio de rubricas específicas, cabendo ao Setor Contábil criá-las e adequá-las ao orçamento vigente, se necessário.
Art. 5º – Eventuais mudanças de endereço deverão ser comunicadas a Gerência de Recursos Humanos para fins de adequação no fornecimento de vale-transporte ou reembolso correspondente, sob pena de responsabilização funcional.
Art. 6º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paranavaí/PR, 24 de agosto de 2026.

EDIVAN GUERREIRO BARÃO
Diretor-Geral do CIS/AMUNPAR

Publicado por:
Vinicius Augusto Felizardo
Código Identificador:E3D106B3

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
PORTARIA 105-26

PORTARIA Nº 105/2026

DISPÕE SOBRE REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE EMPREGADO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, **o Diretor-Geral do Consórcio Intermunicipal de Saúde e Serviços – CIS/AMUNPAR**, Sr. **EDIVAN GUERREIRO BARÃO**, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias que lhe são conferidas:

Considerando o **Tema n.º 1.097 do Supremo Tribunal Federal – STF** de repercussão geral, que fixou a possibilidade de redução da jornada de trabalho dos servidores públicos estaduais e municipais que tenha filho ou dependente portador de deficiência, aplicando para todos os efeitos, o art. 98, § 2º e § 3º, da Lei n.º 8.112/1990;

Considerando a **aplicação analógica** do contido nos §§ 2º e 3º do art. 98 da Lei n.º 8.112/1990 **aos empregados públicos** em respeito ao princípio da isonomia, o Tribunal Superior do Trabalho – TST fixou tese que garante a redução de horário de trabalho a empregados públicos municipais e estaduais, pais e mães de crianças autistas, sem redução de salário e compensação de horário;

Considerando a **Resolução n.º 17/2026** que instituiu regras para a redução de jornada de trabalho para colaboradores do CIS/AMUNPAR que possuam filhos, dependentes ou sejam portadores do Transtorno do Espectro Autista – TEA, sem prejuízo de sua remuneração;

E, considerando o preenchimento de todos os requisitos dispostos no art. 1º e ss. da Resolução n.º 174/2026 para a concessão de redução de jornada de trabalho, sem redução de salário ou compensação de horas;

RESOLVE

Art. 1º - Autorizar a redução da jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas para 30 (trinta) horas semanais, nos termos do inciso I do art. 5º da Resolução n.º 17/2026 do CIS/AMUNPAR, a serem cumpridas no período matutino, sem redução proporcional da remuneração e tampouco da necessidade de compensação de jornada, da empregada pública Sra. **DANIELA REGINA PEREIRA**, inscrita no CPF n.º 035.926.299-64, matrícula nº xxxx-x, ocupante do cargo de **Auxiliar de Serviços Gerais**, pelo prazo de xx de agosto de 2026 a xx de agosto de 2028, conforme especificado em laudo médico, nos termos do § 1º do art. 5º da Resolução n.º 17/2026.

Art. 2º – Para a manutenção do benefício descrito no caput do artigo anterior, a empregada pública não poderá incorrer em quaisquer das situações vedadas no art. 8º e art. 14 da Resolução n.º 17/2026.

Parágrafo único. A avaliação biopsicossocial e demais documentos que comprovem a continuidade e o acompanhamento do tratamento da pessoa com TEA, poderá ser requerida pela Gerência de Recursos Humanos, com as devidas justificativas, nos termos do art. 18 da Resolução n.º 17/2026.

Art. 3º – A nova jornada de trabalho será cumprida de forma direta e ininterrupta, assegurando o direito de 15 (quinze) minutos de intervalo para descanso e alimentação, nos termos do §1º do art. 71 da CLT.
§ 1º – A pedido da empregada o intervalo para descanso e alimentação previsto no caput poderá ser estendido para 1 (uma) hora, caso não haja concordância pelo perfazimento da jornada de trabalho de forma ininterrupta.

§2º – O intervalo para descanso e alimentação descritos neste artigo não são computados na duração da jornada de trabalho.

§ 3º – Com a redução da carga horária e modificação da forma de cumprimento da jornada de trabalho é de rigor a alteração do contrato de trabalho firmado com a empregada pública por mútuo consentimento, nos termos do art. 468 da CLT.

Art. 4º – Os casos omissivos serão dirimidos pela Administração Geral do CIS/AMUNPAR, com o auxílio da Gerência de Recursos Humanos.

Art. 5º – Está portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paranavaí-PR, 24 de agosto de 2026.

EDIVAN GUERREIRO BARÃO
Diretor-Geral do CIS/AMUNPAR

Publicado por:
Vinicius Augusto Felizardo
Código Identificador:55BA26FB

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
PORTARIA 82-26

PORTARIA Nº 82/2026

EMENTA: CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA DE RESPONSÁVEL SETORIAL NÍVEL I À SERVIDORA PÚBLICA EFETIVA CAROLINE MARIS DE ANDRADE LIMA, COM ESTEIO NA RESOLUÇÃO Nº 07/2026 E NO REGIMENTO INTERNO DO CIS/AMUNPAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **COORDENADOR GERAL** DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS DA REGIÃO DA AMUNPAR (CIS/AMUNPAR), no uso das atribuições legais, regimentais e estatutárias que lhe são conferidas, em especial pelo artigo 24, alínea "c" , do Estatuto Social Consolidado da entidade, registrado sob nº 0059391 no Livro B-387 do Serviço Registral de Paranavaí, e pelo artigo 19 do Regimento Interno do CIS/AMUNPAR, combinado com as disposições da Lei Federal nº 11.107/2005 (Lei dos Consórcios Públicos) e do Decreto Federal nº 6.017/2007;
CONSIDERANDO que o Cis/Amunpar constitui associação pública de direito público, com personalidade jurídica própria, integrando a administração indireta de todos os entes federativos consorciados, nos termos do artigo 6º, §1º, da Lei Federal nº 11.107/2005;
CONSIDERANDO que o Estatuto Social Consolidado do Cis/Amunpar, em seu artigo 24, alínea "c" , atribui ao Coordenador Geral a competência para *"contratar, enquadrar, promover, demitir e punir empregados, bem como praticar todos os atos relativos à administração de pessoal"*, incluindo-se nessa esfera de atribuições a **concessão de funções gratificadas** a empregados efetivos do quadro permanente do Consórcio;
CONSIDERANDO que o Regimento Interno do Cis/Amunpar, em seu **artigo 10, caput e §1º** , estabelece que *"a função gratificada é vantagem acessória ao vencimento do funcionário e é atribuída pelo exercício de encargos de chefia, assessoramento, secretariado e outros para cujo desempenho não se justifique a criação de cargo em comissão"*, e que *"desde que haja recursos orçamentários para esse fim, o Consórcio poderá criar funções gratificadas, para atribuições previstas em regulamento próprio"*;
CONSIDERANDO a disponibilidade de recursos orçamentário, exarada pelo Setor de Contabilidade do Cis/Amunpar, a qual atesta a existência de prévia dotação orçamentária e suficiência financeira na rubrica de despesas com pessoal para o exercício de 2026, em cumprimento ao artigo 10, § 1º, do Regimento Interno e aos ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal;"
CONSIDERANDO que a Resolução nº 07/2026 do Cis/Amunpar, aprovada nos termos do Processo Administrativo nº 1777/2026 e da Assembleia Geral Ordinária do SINDESP, estabeleceu os parâmetros remuneratórios e de benefícios dos empregados públicos do Consórcio, fixando em seu Anexo Único o valor de **R$ 677,04 (seiscentos e setenta e sete reais e quatro centavos)** para a **Função Gratificada de Responsável Setorial Nível I**;
CONSIDERANDO que o exercício de funções de maior responsabilidade técnica e operacional pela servidora justifica a concessão da Função Gratificada de Responsável Setorial Nível I, nos termos do artigo 10, caput e §1º, do Regimento Interno e do Anexo Único da Resolução nº 07/2026, em contrapartida ao acréscimo de atribuições e responsabilidades inerentes ao desempenho da referida função;
CONSIDERANDO, por fim, a inexistência de prejuízo ao interesse público ou a terceiros, nos termos do artigo 55 da Lei Federal nº 9.784/1999 e do artigo 10, §1º, do Regimento Interno do CIS/AMUNPAR;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a contar da publicação desta Portaria, à servidora **CAROLINE MARIS DE ANDRADE LIMA**, brasileira, solteira, ocupante do cargo de provimento efetivo de Farmacêutica do CIS/AMUNPAR, matrícula nº 149-01, a **Função Gratificada de Responsável Setorial Nível I**, no valor mensal de **R$ 677,04 (seiscentos e setenta e sete reais e quatro centavos)**, nos termos do Anexo Único da Resolução nº 07/2026 e do artigo 10 do Regimento Interno do CIS/AMUNPAR.
Art. 2º A Função Gratificada de que trata esta Portaria é concedida em razão do exercício de funções de maior responsabilidade técnica e operacional compatíveis com a formação profissional e o cargo de provimento permanente da servidora, sendo devida enquanto perdurar o exercício das referidas atribuições.
Art. 3º O valor da Função Gratificada será pago mensalmente, de forma proporcional aos dias de efetivo exercício na função, e será automaticamente cessado no momento em que a servidora deixar de exercer as atribuições que justificaram sua concessão.
Art. 4º A concessão da Função Gratificada não altera, suspende ou interrompe o vínculo empregatício celetista original da servidora com o CIS/AMUNPAR.
Art. 5º A presente Função Gratificada observará o regime jurídico estabelecido no artigo 10, caput e §1º, do Regimento Interno e no artigo 24, alínea "c", do Estatuto Social Consolidado do CIS/AMUNPAR.
Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 7º Publique-se no Diário Eletrônico Oficial do CIS/AMUNPAR, dando-se ciência à servidora e ao Departamento de Recursos Humanos, para os devidos fins.

Paranavaí, 14 de julho de 2026.

EDIVAN GUERREIRO BARÃO
Coordenadora Geral - CIS/AMUNPAR

Publicado por:
Vinicius Augusto Felizardo
Código Identificador:317C8EB6

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
PORTARIA 96-26

PORTARIA Nº 96/2026

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde/AMUNPAR, Ulisses de Souza, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Admitir para o quadro de pessoal do Consórcio Intermunicipal de Saúde/AMUNPAR, nos termos da Resolução 07/2018, a partir da data de 10/08/2026, o jovem aprendiz , conforme a seguir:

NOME	CARGO	NÍVEL
Gabriel Bueno da Silva	Assistente Administrativo-Jovem Aprendiz	Médio

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Paranavaí, 10 de agosto de 2026.

ULISSES DE SOUZA
Presidente

Publicado por:
Vinicius Augusto Felizardo
Código Identificador:A57AEA20

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
PORTARIA 97-26

PORTARIA N.º 97/2026

Dispõe sobre a exoneração, a pedido da servidora Terezinha de Fatima Pereirado cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS – CIS/AMUNPAR, Sr. **Ulisses de Souza**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, especialmente as previstas noArt. 18, alínea "e"do Estatuto Social Consolidado, e:
CONSIDERANDO o pedido de desligamento formalizado pela servidora **TEREZINHA DE FATIMA PEREIRA**, ocupante do emprego público de **Auxiliar de Serviços Gerais com matrícula 338-1,** apresentado pela servidora ao setor de Recursos Humanos e datado em **13 de agosto de 2026** ;
CONSIDERANDO a manifestação de vontade expressa da servidora em deixar ao cargo efetivo por **motivos de pessoais;**
CONSIDERANDO que o desligamento refere-se ao vínculo funcional da servidora como **Auxiliar de Serviços Gerais** deste Cis/Amunpar;
*CONSIDERANDO*o disposto noArt. 18, alínea "e"do Estatuto Social Consolidado, que **atribui ao Presidente a competência** para nomear e contratar funcionários, o que atrai, por simetria jurídica, a competência para os atos de exoneração e ou desligamento ;
*CONSIDERANDO*que, embora oArt. 24, alínea "c"do Estatuto preveja competências executivas ao Coordenador-Geral para a administração de pessoal, os atos que envolvem a vacância de cargos efetivos ou funções de direção demandam a formalização pela autoridade máxima do Cis/Amunpar;
CONSIDERANDO a autonomia administrativa do Cis/Amunpar para a organização de seu quadro de pessoal e a necessidade de formalização dos atos de gestão, em observância aos princípios da **publicidade** e **eficiência** previstos no **Art. 4º da Resolução nº 25/2023**;
RESOLVE:
1. DO DESLIGAMENTO DO FUNÇÃO
Art. 1º. EXONERAR, do quadro de empregados público do Consórcio Intermunicipal de Saúde e Serviços, a servidora **TEREZINHA DE FATIMA PEREIRA** , portadora do CPF nº 929.908.009-72, cargo efetivo de **Auxiliar de Serviços Gerais**deste **Consórcio Intermunicipal de Saúde e Serviços/ Amunpar**.
Art. 2º. Os efeitos desta exoneração passam a vigorar nesta data.
2. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 4º. Esta Portaria entra em nesta data.
Art. 5º. Publique-se no Diário Oficial do Cis/Amunpar e registre-se nos assentamentos funcionais da servidora para os fins administrativos e contábeis necessários.
Paranavaí/PR, 13 de agosto de 2026.

ULISSES DE SOUZA
Presidente Do CIS/AMUNPAR

Publicado por:
Vinicius Augusto Felizardo
Código Identificador:6A99A75B

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
PORTARIA 98-26

PORTARIA Nº 98/2026
ATO DE NOMEAÇÃO

O **Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde e Serviços/Amunpar (CIS/AMUNPAR)**, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 18, alínea "e", do Estatuto Social Consolidado, combinado com o art. 6º da Resolução nº 25/2023 e demais disposições legais aplicáveis,
CONSIDERANDO que o Consórcio Intermunicipal de Saúde e Serviços/AMUNPAR, doravante denominado CIS/AMUNPAR, é uma associação pública, com personalidade jurídica de direito público, sem fins lucrativos, nos termos da Lei Federal nº 11.107/2005;
CONSIDERANDO o princípio constitucional da impessoalidade e a obrigatoriedade de prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos para a investidura em cargo ou emprego público, nos termos do art. 37, inciso II, da Constituição Federal;
CONSIDERANDO a realização da **Seleção Competitiva Pública nº 01/2022**, regida pelo Edital nº 01.01/2022, para provimento de vagas no quadro de pessoal do Consórcio sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT);
CONSIDERANDO que a candidata **Juliana Marcelo Xavier** foi aprovada e classificada em 25º lugar para o cargo de **Assistente Administrativo**, com lotação no município de **Paranavaí/PR,** conforme resultado homologado em 23/11/2022;
CONSIDERANDO a convocação publicada no **Diário Oficial dos Municípios do Paraná** em 12/08/2026 (Edição 3593), na qual a candidata foi convocada para apresentar a documentação necessária à admissão no prazo de 5 (cinco) dias úteis;
CONSIDERANDO que a candidata **apresentou a documentação exigida** no Edital (Carteira de Identidade RG nº 001459895, CPF nº 009.013.531-83, comprovantes de escolaridade, demais documentos), comprovando o preenchimento de todos os requisitos para o cargo;
CONSIDERANDO que a candidata foi considerada **apta física e mentalmente** para o exercício do cargo após submeter-se aos exames médicos admissionais realizados pelo CIS/AMUNPAR;
CONSIDERANDO a necessidade de provimento do cargo para assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços públicos de saúde prestados pelo Consórcio aos municípios consorciados;
CONSIDERANDOas normas e diretrizes funcionais que regulam a conduta, a hierarquia, a disciplina, as responsabilidades e o desempenho das atividades técnicas estabelecidas no Regimento Interno do CIS/AMUNPAR, especialmente nos artigos 8º, 9º, 14, 15 e 20, aplicáveis a todos os servidores públicos sob regime celetista em exercício nas unidades administrativas e especializadas do Consórcio;
RESOLVE:
Art. 1º - Nomear **JULIANA MARCELO XAVIER,** brasileira, portadora do RG nº 001459895 e inscrita no CPF sob o nº 009.013.531-83, para o cargo de **Assistente Administrativo**, com lotação na unidade de **Paranavaí/PR**, sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), com salário inicial de **R$ 2.481,36 (dois mil, quatrocentos e oitanta e um reais e trinta e seis centavos)** e jornada de trabalho de **40 (quarenta) horas semanais**, observadas as demais condições estabelecidas no Edital nº 01.01/2022.
Art. 2º - A nomeação de que trata esta Portaria produzirá efeitos a partir da data de assinatura do respectivo contrato de trabalho, nos termos do art. 20 do Regimento Interno e do art. 19 do Estatuto Social do CIS/AMUNPAR, cabendo à candidata apresentar-se para assinatura do contrato no prazo estipulado no ato convocatório.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Paranavaí/PR, 17 de agosto de 2026.

ULISSES DE SOUZA
Presidente do CIS/AMUNPAR

Publicado por:
Vinicius Augusto Felizardo
Código Identificador:82BB5598

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
RESOLUÇÃO 17-26

RESOLUÇÃO N° 17/2026, DE 28 DE JULHO DE 2026

Estatui regras para a redução de jornada de trabalho para colaboradores do CIS/AMUNPAR que possuam filhos, dependentes ou sejam portadores do Transtorno do Espectro Autista – TEA, sem prejuízo de sua remuneração e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE/AMUNPAR, Sr. **Ulisses de Souza**, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias e;

Considerando o dever constitucional de proteção à família descrito no art. 226 da Constituição Federal e a garantia da proteção integral às pessoas com deficiência, assegurada pela Lei n.º 13.146/2015 e pela Convenção Internacional sobre Direitos das Pessoas com Deficiência, incorporada ao ordenamento jurídico com status de emenda constitucional por meio do Decreto n.º 6.949/2009;

Considerando a Lei Berenice Piana, Lei n.º 12.764/2012 que nos termos do art. 1º, § 2º, equiparou a pessoa com Transtorno do Espectro Autista – TEA como pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais;

Considerando a Lei n.º 13.146/2015 que nos termos do art. 2º considera pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas;

Considerando o Tema n.º 1.097 do Supremo Tribunal Federal – STF de repercussão geral, que fixou a possibilidade de redução da jornada de trabalho dos servidores públicos estaduais e municipais que tenha filho ou dependente portador de deficiência, aplicando para todos os efeitos, o art. 98, § 2º e § 3º, da Lei n.º 8.112/1990;

Considerando a aplicação analógica do contido nos §§ 2º e 3º do art. 98 da Lei n.º 8.112/1990 aos empregados públicos em respeito ao princípio da isonomia, o Tribunal Superior do Trabalho – TST fixou tese que garante a redução de horário de trabalho a empregados públicos municipais e estaduais, pais e mães de crianças autistas, sem redução de salário e compensação de horário;

Considerando que o TEA no Estado do Paraná é reconhecido como uma deficiência nos termos do § 2º art. 1º da Lei Estadual n.º 21.964/2024 e pelo art. 3º c/c o art. 51 do Estatuto da Pessoa com Deficiência do Estado do Paraná, Lei Estadual n.º 18.419/2015, assegurando o direito a dignidade da pessoa com deficiência ao pleno exercício ao trabalho e de outros direitos que propiciem o seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Considerando que o quadro funcional dos CIS/AMUNPAR possui colaboradores com TEA ou filhos ou dependentes com este transtorno que necessitam de condições especiais de trabalho e de acompanhamento multiprofissional especializado e;

Considerando a necessidade de regulamentação e comprovação do Transtorno do Espectro Autista – TEA no âmbito do CIS/AMUNPAR para a concessão de redução de jornada de trabalho, sem redução salarial ou compensação de horários de modo a assegurar o equilíbrio entre o direito do colaborador do consórcio e a continuidade do serviço público, **RESOLVE** expedir a presente resolução:

Art. 1º Fica instituído no Consórcio Intermunicipal de Saúde e Serviços – CIS/AMUNPAR, o direito a redução de jornada de trabalho para todos os colaboradores que comprovarem, nos termos desta resolução, sua deficiência no Transtorno do Espectro Autista – TEA ou de seus filhos ou dependentes.

§ 1º – A comprovação de TEA será feita por meio de equipe multiprofissional e interdisciplinar através de laudo médico atualizado por especialistas (neurologista, psiquiatria, geneticista, pediatra do desenvolvimento etc.) contendo:
I – a Classificação Internacional de Doenças – CID;
II – o Diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista – TEA conforme o CID-10 (Código Internacional de Doenças) ou o DSM-5 (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais);
III – Nível de Suporte (se aplicável);
IV – Atestado da necessidade de acompanhamento contínuo e/ou terapias específicas (ex. ABA, fonoaudiologia, terapia ocupacional, psicomotricidade, entre outras);
V – Data, carimbo e assinatura do médico;
VI – Outros documentos que o colaborador entender pertinentes à avaliação da necessidade da concessão da redução da jornada de trabalho.

§ 2º – Além dos requisitos dispostos no parágrafo anterior, o requerimento administrativo deverá conter:
I – Cópia da Carteira de Identidade – RG e CPF do colaborador;
II – Cópia da Carteira de Identidade – RG e CPF da pessoa com autismo, no caso de filho ou dependente;
III – Cópia da Carteira da Ciptea;
IV – Comprovante de vínculo: certidão de nascimento ou documento que comprove a filiação ou dependência (termo de tutela, curatela, guarda provisória ou definitiva, etc.)
V – Comprovante de residência atualizado;
VI – Comprovantes de matrícula e frequência em terapias ou outro procedimento;
VII – Qualquer documento que demonstre a necessidade da redução de jornada.

§ 3º – A apresentação da Carteira da Ciptea não dispensa o laudo médico disposto no parágrafo primeiro deste artigo;

§ 4º – Na falta de alguma documentação exigida será concedido prazo ao colaborador pela Gerência de Recursos Humanos do consórcio, de 15 (quinze) dias, a contar de sua ciência, para juntar o documento faltante ou a justificativa da impossibilidade de fazê-lo no prazo concedido, sob pena de indeferimento do requerimento apresentado.

Art. 2º Para os fins desta resolução, considera-se:
I – colaborador: empregado público ocupante de cargo efetivo ou em comissão, ou função submetidos ao Plano de Carreira, Cargos e Salários do CIS/AMUNPAR e servidores públicos cedidos para o consórcio e temporários;
II – dependentes:
a) o filho, de qualquer condição, que atenda a um dos seguintes requisitos:

1. seja menor de 21 (vinte e um) anos de idade, solteiro;
2. seja inválido;
3. tenha deficiência grave ou deficiência intelectual ou mental;

b) o cônjuge;
c) o companheiro ou a companheira que faça prova material de união estável;
d) o menor que esteja sob sua tutela judicial;
e) a mãe, o pai, o irmão, a irmã, o enteado e a enteada, desde que comprovada a dependência econômica com o colaborador e, conforme o caso, atenda a um dos requisitos previstos na alínea “a” deste inciso;
III - pessoa com deficiência: a pessoa que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas, nos termos do artigo 2º da Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015.
IV – pessoa do espectro autista: pessoa que apresenta o Transtorno do Espectro Autista – TEA, distúrbio do neurodesenvolvimento caracterizado por desenvolvimento atípico, manifestações comportamentais, déficit na comunicação e na interação social, padrões de comportamentos repetitivos e estereotipados, podendo apresentar um repertório restrito de interesses e atividades;
V – Carteira Ciptea: Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista é um documento gratuito que garante atendimento prioritário em serviços públicos e privados.
VI – redução de carga horária: diminuição do número de horas semanais da jornada de trabalho do colaborador.
Parágrafo único. A dependência econômica das pessoas referidas nas alíneas “a” a “d” do inciso II do “caput” deste artigo é presumida e a das demais deverá ser comprovada.

Art. 3º – Quando os pais ou responsáveis do portador de TEA forem ambos empregados públicos do CIS/AMUNPAR, somente um deles poderá usufruir do direito à redução da jornada de trabalho semanal de que trata esta resolução, sendo permitida a troca do beneficiário a cada período de seis meses.

Art. 4º – Na hipótese do colaborador do CIS/AMUNPAR acumular cargos/funções, a redução de jornada semanal incidirá sobre cada vínculo funcional, desde que comprovada a necessidade e nos termos e percentuais definidos pela junta médica, levando em consideração a carga horária semanal do empregado.

Parágrafo único. Em respeito aos princípios da eficiência e da economicidade, será realizada uma única avaliação abrangendo todos os vínculos funcionais do colaborador.

Art. 5º – A redução de carga horária semanal para fins do disposto no art. 1º desta resolução, será feita da seguinte forma:

I – 25% (vinte e cinco por cento) para quem labora até 40 (Quarenta) horas semanais, com a devida justificativa apresentado via laudo médico público ou privado;

§ 1º – A redução da jornada de trabalho disposta acima será concedida de acordo com o especificado em laudo médico, e avaliação biopsicossocial;

§ 2º – No caso de omissão do laudo médico quanto ao período de redução, será aplicado os incisos I deste artigo que levará em consideração a jornada de trabalho semanal do colaborador, os tratamentos e cuidados necessários ao portador do TEA.

Art. 6º – Os laudos médicos entregues pelos colaboradores serão submetidos à Gerência de Recursos Humanos e, se necessário, poderá ser submetido ao Diretor Clínico do CIS/AMUNPAR que poderá:
I – Acatar integralmente o laudo e indicar a redução da jornada de trabalho do colaborador;
II – Pedir documentos e informações complementares para robustecer os laudos que foram entregues;
III – Rejeitar os laudos entregues o solicitar a realização de novo laudo conclusivo quanto a sujeição ou não do colaborador, filho ou dependente no TEA.

Parágrafo único. O Diretor-Geral do Consórcio poderá, com o auxílio do Diretor Clínico do Ambulatório Médico de Especialidades – AME de Paranavaí, acatar e ratificar os laudos médicos entregues pelos colaboradores em caso de ausência ou inexistência de junta médica oficial no âmbito do CIS/AMUNPAR.

Art. 7º – O pedido de redução de jornada, após a devida comprovação, será deferido pelo Diretor-Geral do CIS/AMUNPAR por meio de Portaria, expedida pela Gerência de Recursos Humanos do consórcio.

Parágrafo único. Qualquer alteração nas condições de tratamento, consultas entre outros que torne inviável a realização da redução da jornada concedida, deverá ser comunicada à Gerência de Recursos Humanos para a devida avaliação e alteração da jornada para mais ou menos, conforme a necessidade do colaborador, desde que devidamente comprovada.

Art. 8º – Durante o período de gozo da redução de jornada de trabalho semanal, o colaborador deve se abster de se dedicar a qualquer outra atividade remunerada, sob pena de ser revogada a concessão de redução de jornada, sem prejuízo da abertura de processo administrativo disciplinar para apuração e aplicação de sanções cabíveis.

Parágrafo único. O colaborador para atendimento das condições fixadas no caput deste artigo, firmará Termo de Responsabilidade quanto ao não exercício de outra atividade remunerada enquanto tiver a redução de jornada de que trata o art. 1º desta Resolução.

Art. 9º – A verificação, a qualquer tempo, da inexatidão das informações ou de irregularidades nos documentos apresentados para fins de redução da jornada de trabalho, bem como o descumprimento do parágrafo único do art. 7º e art. 8º desta resolução, acarretará a cessação do benefício e a apuração da responsabilidade funcional do colaborador por meio da abertura de processo administrativo disciplinar – PAD para aplicação das sanções pertinentes.

Art. 10 – Ao beneficiário da redução de jornada de trabalho, não haverá desconto salarial e tampouco compensação de horário nos termos desta resolução, ficando vedada:
I – a convocação e o perfazimento de horas extraordinárias;
II – o percebimento de adicional noturno em relação as horas suprimidas.

Art. 11 – A concessão da redução de jornada de trabalho levará em consideração os documentos entregues pelo requerente, a avaliação médica e biopsicossocial, a análise jurídica do caso e as circunstâncias particulares do trabalho desenvolvido pelo colaborador.

Art. 12 – A redução de jornada de trabalho não poderá implicar diminuição da remuneração do colaborador ou de quaisquer outros benefícios trabalhistas, previdenciários ou de carreira e tampouco a obrigação de compensação de horário, garantindo-se ao colaborador com TEA, pessoa com o espectro autista, ou com filhos ou dependentes com este transtorno, o recebimento integral de seus vencimentos.

Art. 13 – Sendo indeferido o pedido de redução da jornada de trabalho para fins de tratamento de TEA de que trata esta resolução, o requerente poderá interpor recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar de sua ciência, para o Presidente do Consórcio que conhecerá do recurso e no prazo de 10 (dez) dias úteis proferirá decisão devidamente fundamentada com parecer jurídico acerca da manutenção ou reforma da decisão vergastada.

Parágrafo único. Na seara administrativa, a decisão do Presidente do CIS/AMUNPAR que manter ou reformar a decisão tomada pelo Diretor-Geral é irrecorrível.

Art. 14 – A redução de jornada de trabalho cessará:
I – Em decorrência da falta de acompanhamento do portador de TEA e de avaliação biopsicossocial;
II – A qualquer tempo, em caso de verificação da inexatidão das informações prestadas e documentos juntados para a concessão de redução da jornada de trabalho;
III – Descumprimento das obrigações contidas nos artigos 7º e 8º desta resolução;
IV – Se a nova avaliação demonstrar que não subsiste a necessidade de redução de jornada de trabalho;
V – Em caso de recusa do colaborador ao cumprimento do dever de realizar nova avaliação;
VI – Em caso de perda da guarda da criança ou adolescente com espectro autista;
VI – Em caso de falecimento da pessoa com espectro autista.

Parágrafo único. O colaborador será comunicado pela Gerência de Recursos Humanos para a realização de nova avaliação médica, com antecedência mínima de seis meses do seu termo, não podendo a cessação do benefício ser efetivada antes da comprovação da ciência do beneficiário da necessidade da entrega de novo laudo para a continuidade do benefício.

Art. 15 – A avaliação biopsicossocial deverá apontar o tempo mínimo necessário para a realização de atividades, exames, tratamentos médicos, acompanhamentos, suporte, entre outros para o portador de TEA, para que a redução da jornada de trabalho deferida seja compatível com o disposto no art. 5º desta resolução.

Art. 16 – A avaliação biopsicossocial será exigida nos casos em que o pedido esteja relacionado a transtornos do neurodesenvolvimento, TEA, ou a condições de natureza psicológica ou psiquiátrica, que demandem análise integrada dos aspectos médicos, psicológicos e socioambientais.

§ 1º – A avaliação biopsicossocial será realizada mediante a elaboração de relatório de visita por equipe multiprofissional e interdisciplinar, própria do consórcio ou contratada para esta finalidade, que considerará os impedimentos e nas estruturas do corpo, os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais, a limitação no desempenho de atividades e a restrição de participação.

§ 2º – Em caso de visita domiciliar a fim de realização de levantamento da equipe multiprofissional e interdisciplinar, nos casos submetidos a análise, o agendamento será realizado com comunicação prévia de 5 (cinco) dias úteis por meio de telefone, de forma pessoal ou por meios eletrônicos.

§ 3º – Frustrada a visita domiciliar, esta poderá ser reagendada uma única vez, não sendo exitosa o requerimento de redução de jornada será indeferido por falta de avaliação biopsicossocial.

Art. 17 – A Direção-Geral do consórcio e sua presidência deverão assegurar a preservação do emprego do colaborador, não podendo

discriminar, demitir ou prejudicar o desenvolvimento profissional do pai, mãe ou responsável legal que usufruir da redução de jornada de trabalho de que trata esta resolução, em virtude do cuidado dedicado ao filho ou ao dependente com TEA, ou a si próprio quando caracterizado como pessoa do espectro autista.

Art. 18 – Os laudos e relatórios médicos e biopsicossociais que atestam o TEA possuem prazo de validade indeterminado por força do art. 2º Lei Estadual n.º 21.964/2024, podendo a Gerência de Recursos Humanos, com as devidas justificativas, pedir nova avaliação biopsicossocial para readequação da redução da jornada do colaborador, cabendo ao Diretor-Geral o seu deferimento.

Art. 19 – Os pedidos de concessão de redução de jornada de trabalho de que trata o art. 1º desta resolução, tramitarão com prioridade, nos termos do inciso VII do art. 9º da Lei n.º 13.146/2015.

Art. 20 – Compete ao Diretor-Geral com o auxílio da Gerência de Recursos Humanos dirimir os casos omissos levando em consideração a continuidade da prestação do serviço público e a dignidade do colaborador do consórcio portador do TEA ou com filhos ou dependentes nesta condição.

Art. 21 – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Paranavaí/PR, 28 de julho de 2026.

ULISSES DE SOUZA
Presidente

Publicado por:
Vinicius Augusto Felizardo
Código Identificador:4DF832FF

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
RESOLUÇÃO 21-2026

RESOLUÇÃO N.º 21/2026

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE VALE-TRANSPORTE E O RESSARCIMENTO DE DESPESAS EFETUADAS COM VALE-TRANSPORTE EM RAZÃO DA INDISPONIBILIDADE OPERACIONAL DO FORNECIMENTO DE TICKETS, DE PASSES OU DE VALE-TRANSPORTEE DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ESERVIÇOS – CIS/AMUNPAR, Sr. **Ulisses de Souza**, no uso de suas atribuições legais,contratuais e estatutárias, em conformidade com as disposições do Contratode Consórcio Público, do Estatuto Social Consolidado e pela legislação vigente, em especial quanto ao fornecimento de vale-transporte para os colaboradores que dele necessitar para o deslocamento de sua residência até o local de trabalho e vice-versa, nos moldes da Lei n.º 7.418/1985 e Decreto Federal n.º 10.854/2021, **RESOLVE** expedir a presente resolução:
Art. 1º - A concessão de vale-transporte aos colaboradores do Consórcio Intermunicipal de Saúde e Serviços – CIS/AMUNPAR será feita nos moldes da Lei n.º 7.418/1985 e do Decreto Federal n.º 10.854/2021, com as modificações constantes nesta resolução.
Art. 2º - O vale-transporte, que o CIS/AMUNPAR, antecipará ao empregado do consórcio para a utilização efetiva em despesas de deslocamento residência-trabalho e vice-versa, por meio da utilização de transporte coletivo público, urbano municipal, intermunicipal e/ou interestadual, será feito até o dia 20 (vinte) de cada mês, levando em consideração os dias estimados que serão laborados no mês seguinte.
§ 1º - Entende-se como deslocamento a soma dos segmentos componentes da viagem do beneficiário, por um ou mais meios de transporte, entre a sua residência e o local de trabalho.
§ 2º - É vedada a concessão de vale-transporte para o deslocamento da residência-trabalho e seu retorno por meios particulares ou alternativos ao transporte coletivo público e urbano.
Art. 3º - O Vale-Transporte de que trata esta resolução,no que se refere à contribuição do empregador:
a) não tem natureza salarial, nem se incorpora à remuneração para quaisquer efeitos;
b) não constitui base de incidência de contribuição previdenciária ou de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
c) não é considerado para fins de pagamento da gratificação natalina; e
c) não se configura como rendimento tributável do trabalhador.
Art. 4º - A concessão do Vale-Transporte implica a aquisição dos mesmos pelo CIS/AMUNPAR necessários aos deslocamentos do trabalhador no percurso residência-trabalho e vice-versa, no serviço de transporte público urbano que melhor se adequar.
§ 1º - O CIS/AMUNPAR participará dos gastos de deslocamento do trabalhador com a ajuda de custo equivalente à parcela que exceder a 6% (seis por cento) de seu salário básico.
§ 2º - Na eventualidade da falta de disponibilidade operacional de ticket, de passe ou de vale-transporte, o CIS/AMUNPAR efetuará o ressarcimento dos gastos realizados no mês com vale-transporte em pecúnia na próxima Folha de Pagamento do colaborador mediante rubrica específica em seu holerite, cabendo ao Setor Contábil a sua criação e adequação ao orçamento vigente, se necessário.
§ 3º - A comprovação do montante de gasto com Vale-transporte deverá ser demonstrada pelo empregado até o dia 20 (vinte) de cada mês, por meio de recibo ou notas fiscais que será enviado a Gerência de Recursos Humanos para fins de ressarcimento nos moldes do parágrafo anterior.
§ 4º - Será descontando 6% (seis por cento) do salário-base do empregado que utilizar o vale-transporte, ainda que mediante ressarcimento, limitado ao efetivo gasto com o transporte público coletivo urbano, ainda que sob o regime de fretamento.
§ 5º - O CIS/AMUNPAR fica autorizado a descontar mensalmente o valor da parcela de que trata o § 4º deste artigo do salário básico ou vencimento do empregado que utilizar o vale-transporte.
Art. 4º - A concessão ou interrupção do vale-transporte é feita mediante requerimento para a Gerência de Recursos Humanos, que responderá o pedido no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data do protocolo do pedido realizado pelo colaborador.
§ 1º - Compete ao colaborador do consórcio comprovar a sua residência por meio de talões de água, energia elétrica, telefone etc., bem como as linhas do transporte público urbano municipal, intermunicipal e interestadual necessários ao seu deslocamento residência-trabalho e vice-versa, devendo somar todos os gastos com transporte para fins de ressarcimento, na eventualidade de indisponibilidade operacional de ticket, de passe ou de vale-transporte.
§ 2º - O endereço do empregado deverá ser atualizado anualmente, sob pena de suspensão do benefício até o cumprimento desta exigência.
§ 3º- A utilização de endereço de outrem para fins de obtenção de Vale-transporte, sem a devida necessidade ou a declaração falsa e o uso indevido do vale-transporte constituem falta grave, sujeitando o colaborador a processo administrativo disciplinar – PAD para apuração e responsabilização do empregado, sem prejuízo da devolução dos valores recebidos indevidamente.
§ 6º - A concessão de vale-transporte por meio de ressarcimento será feita através de Portaria exarada pela Direção-Geral do CIS/AMUNPAR.
Art. 5º - O ressarcimento do vale-transporte não será feito durante as férias e afastamentos do colaborador, momento em que a concessão do vale-transporte ficará suspensa até o retorno do empregado ao seu posto de trabalho.
Art. 6º - Aplicam-se as disposições do Decreto Federal n.º 10.854/2021ao CISW/AMUNPARrelacionadas a concessão de vale-transporte, desde que não conflitem com as normas fixadas nesta resolução.
Art. 7º - Os casos omissos serão dirimidos pela Direção-Geral do CIS/AMUNPAR com o auxílio do Departamento Jurídico, se necessário.
Art. 8º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paranavaí/PR, 21 de agosto de 2026.

ULISSES DE SOUZA
Presidente do CIS/AMUNPAR

Publicado por:
Vinicius Augusto Felizardo
Código Identificador:BC9A0C60

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
2º ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 009/2025 DE ALTERAÇÃO DO PLANO DE APLICAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PARANAVAI - APAE

De um lado, o **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 76.977.768/0001-81, com sede e foro nesta cidade, na Rua Getúlio Vargas, 900, Centro, neste ato representado pelo Controlador Geral do Município Carlos Alberto Vieira, por meio dos poderes delegados no Decreto Municipal nº 18.093/2017, residente e domiciliado nesta Cidade de Paranavaí – PR, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 5.337.225-2, e inscrito no CPF sob o nº 756.344.739-34, doravante denominada **ENTIDADE MUNICIPAL PARCEIRA** e de outro lado a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC, denominada **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PARANAVAI – APAE / Escola Carmem Lúcia Rauen Lopes Educação Infantil e Ensino Fundamental na Modalidade de Educação Especial,** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº **76.136.589/0001-11,** com sede na Cidade de Paranavaí, no endereço **Rua Guanabara, 371 – Jardim Morumbi**, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) **Thiago Alberto Aparecido,** conforme documento que fica arquivado no setor competente, doravante denominada simplesmente **OSC PARCEIRA**, resolvem firmar o 2º Aditivo ao Termo de Colaboração nº 009/2025, com fundamento na Lei Federal nº 13.019, de 31 de Julho de 2014 e alterações, no Decreto Municipal nº 18.294, de 20 de setembro de 2017, nos termos do Edital de Chamamento Público **nº 02/2024** e seus anexos e Plano de Trabalho aprovado, todos parte integrante deste 2º Aditivo, como se transcrito fossem, têm entre si justo e avençado o quanto segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente Aditivo tem por objeto o remanejamento do Plano de aplicação e o repasse financeiro conforme previsto na Portaria Interministerial MEC MF nº 6 de 29 de abril de 2026, a fim de garantir o atendimento devidamente capacitado denominado Educação Infantil e Ensino Fundamental na Modalidade de Educação Especial, conforme Edital de Chamamento Público **nº 02/2024.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO
O Termo de Colaboração nº 009/2025 passa a vigorar com o valor de **R$ 3.590.708,89 (três milhões, quinhentos e noventa mil, setecentos e oito reais e oitenta e nove centavos).**

CLÁUSULA TERCEIRA – DO ADITIVO DE ALTERAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO E APLICAÇÃO
Através do presente Termo Aditivo e, em conformidade com o item 3.1 da Cláusula terceira da Minuta do Termo do Colaboração do Edital 02/2024, a Entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Paranavaí - Apae, apresentou por meio de oficio nº 25/2026 datado de 18/05/2026, solicitação de repasse financeiro conforme previsto na Portaria Interministerial MEC MF nº 6, de 29 de abril de 2026, conforme valores abaixo:
Valor concedente em janeiro/2025: **R$1.708.866,65 (um milhão, setecentos e oito mil, oitocentos e sessenta e seis reais e sessenta e cinco centavos).**

1º aditivo de acréscimo a partir de novembro/2025: **R$ 50.288,19 (cinquenta mil, duzentos e oitenta e oito reais e dezenove centavos).**

Rendimentos do ano de 2025 acrescido no Plano de Aplicação **R$ 23.734,30 (vinte e três mil, setecentos e trinta e quatro reais e trinta centavos)**

Valor atualizado – **R$ 1.782.889,14 (um milhão, setecentos e oitenta e dois mil, oitocentos e oitenta e nove reais e quatorze centavos),** referente ao ano de 2025, sendo o valor da prorrogação para o ano de 2026 de **R$ 1.759.154,84 (um milhão, setecentos e cinquenta e nove mil, cento e cinquenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos)**, passando a vigorar com a seguinte redação: **R$ 3.542.043,98 (três milhões, quinhentos e quarenta e dois mil, quarenta e três reais e noventa e oito centavos).**

2º Aditivo de acréscimo a partir de junho/2026: **R$ 48.664,91 (quarenta e oito mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e noventa e um centavos).**

PLANO DE APLICAÇÃO
7. VALOR CONCEDENTE: R$ 3.590.708,89 (três milhões, quinhentos e noventa mil, setecentos e oito reais e oitenta e nove centavos).

ITEM 01	MATERIAL DE CONSUMO	VALOR (R$)
1.1	Gás e Materiais engarrafados	R$ 34.010,00
1.2	Material de Expediente	R$ 109.945,42
1.3	Material processamento de dados	R$ 59.998,85
1.4	Material cama, mesa e banho	R$ 15.000,00
1.5	Material de Limpeza e Produtos de Higienização	R$ 174.984,95
1.6	Material para manutenção de veículos	R$ 85.245,54
1.7	Material copa e cozinha	R$ 80.872,41
1.8	Material para manutenção de bens imóveis	R$ 70.897,56
1.9	Material elétrico e eletrônico	R$ 90.000,00
1.10	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	R$ 10.000,00
1.11	Uniformes, tecidos e aviamentos	R$ 49.487,94
1.12	Material Educativo e Esportivo	R$ 20.912,91
1.13	Ferramentas	R$ 40.000,00
	SUBTOTAL	**R$ 841.355,58**
ITEM 02	**SERVIÇO DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA**	
2.1	Serviços de energia elétrica	R$ 75.000,00
2.2	Serviços de água e esgoto	R$ 90.000,00
2.3	Manutenção e conservação de bens imóveis	R$ 120.573,70
2.4	Manutenção e conservação de veículos	R$ 15.000,00
2.5	Serviços de telecomunicação	R$ 24.752,00
2.6	Manutenção e cons. de maquinas e equipamentos	R$ 15.000,00
2.7	Auxílio Alimentação	R$ 485.600,00
	SUBTOTAL	**R$ 825.925,70**
ITEM 03	**PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**	
3.1	Vencimentos e Salários	R$ 345.000,00
3.2	INSS	R$ 20.000,00
3.3	13º Salário	R$ 40.000,00
3.4	Férias	R$ 50.278,96
3.5	FGTS	R$ 38.000,00
	SUBTOTAL	**R$ 493.278,96**
ITEM 04	**MATERIAL PERMANENTE**	
4.1	Equipamentos e processamentos de dados	R$ 110.000,00
4.2	Mobiliário em geral	R$ 119.373,65
4.3	Aparelhos e utensílios domésticos	R$ 60.000,00
4.4	Maquinas, utensílios e equipamentos diversos	R$ 60.000,00
4.5	Equipamentos de áudio, vídeo e foto	R$ 50.000,00
4.6	Outros Materiais Permanente	R$ 10.000,00
	SUBTOTAL	**R$ 409.373,65**
ITEM 05	**BENFEITORIAS EM PROPRIEDADES DE TERCEIROS**	**R$ 1.020.775,00**
	SUBTOTAL	**R$ 1.020.775,00**
	TOTAL DOS ITENS (01+02+03+04+05)	**R$ 3.590.708,89**

CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do presente Termo de Colaboração 009/2025, este extrato de aditivo entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Paranavaí, 17 de agosto de 2026

CARLOS ALBERTO VIEIRA WANESSA DURANTE
Controlador Geral do Município
Decreto Municipal nº 18.093/2017

WANESSA DURANTE
Secretária Municipal de Educação
Decreto Municipal nº 27.051/2025

THIAGO ALBERTO APARECIDO
Membro Interventor da OSC Parceira

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:EC61BDF1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
3º ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 002/2025 DE ALTERAÇÃO DO PLANO DE APLICAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE PARANAVAÍ E A ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE PARANAVAÍ

De um lado, o **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 76.977.768/0001-81, com sede e foro nesta cidade, na Rua Getúlio Vargas, 900, Centro, neste ato representado pelo Controlador Geral do Município Carlos Alberto Vieira, por meio dos poderes delegados no Decreto Municipal nº 18.093/2017, residente e domiciliado nesta Cidade de Paranavaí – PR, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 5.337.225-2, e inscrito no CPF sob o nº 756.344.739-34, doravante denominada **ENTIDADE MUNICIPAL PARCEIRA** e de outro lado a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC, denominada **ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE PARANAVAÍ – SEMENTE DA ESPERANÇA,** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 76.728.302/0001-42**,** com sede na Cidade de Paranavaí, no endereço Rua: Farroupilha Nº 730 – Jardim São Jorge, neste ato representado por seu(s) representante(s) legal (is) **Eunice da Silva Pereira** conforme documento que fica arquivado no setor competente, doravante denominada simplesmente **OSC PARCEIRA**, resolvem firmar o 3º Aditivo ao Termo de Colaboração nº 002/2025, com fundamento na Lei Federal nº 13.019, de 31 de Julho de 2014 e alterações, no Decreto Municipal nº 22.889/2021 nos termos do Edital de Chamamento Público nº **02/2024** e seus anexos e Plano de Trabalho aprovado, toda a parte integrante deste 3º Aditivo como se transcrito fossem, têm entre si justo e avençado o quanto segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente Aditivo tem por objeto o repasse financeiro conforme previsto na Portaria Interministerial MEC MF nº 6 de 29 de abril de 2026, a fim de garantir o atendimento devidamente capacitado denominado Educação Infantil, conforme Edital de Chamamento Público **nº 02/2024.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO
O Termo de Colaboração nº 002/2025 passa a vigorar com o valor de **R$ 3.400.054,81 (três milhões, quatrocentos mil, cinquenta e quatro reais e oitenta e um centavos).**

CLÁUSULA TERCEIRA – DO ADITIVO DE ALTERAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO E APLICAÇÃO
Através do presente Termo Aditivo e, em conformidade com o item 3.1 da Cláusula Terceira da Minuta do Termo da Colaboração do Edital 02/2024, a Entidade **ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE PARANAVAÍ – SEMENTE DA ESPERANÇA** apresentou por meio de oficio nº 28/2026 datado de 18/05/2026, solicitação de repasse financeiro conforme previsto na Portaria Interministerial MEC MF nº 6, de 29 de abril de 2026, conforme valores abaixo:

Valor concedente em janeiro/2025: R$**1.582.466,99 (um milhão, quinhentos e oitenta e dois mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e noventa e nove centavos).**
1º Aditivo de acréscimo a partir de julho/2025: R$ **66.483,63 (sessenta e seis mil quatrocentos e oitenta e três reais e sessenta e três centavos).**
2º Aditivo de acréscimo a partir de novembro/2025: **R$ 23.138,81 (vinte e três mil, cento e trinta e oito reais e oitenta e um centavos.**

Rendimentos do ano de 2025 acrescido no Plano de Aplicação **R$ 9.619,59 (nove mil seiscentos e dezenove reais e cinquenta e nove centavos).**

Valor atualizado de: R$ **1.681.709,02 (um milhão, seiscentos e oitenta e um mil, setecentos e nove reais e dois centavos)**, referente ao ano de 2025, sendo o valor da prorrogação para o ano de 2026 de R$ **1.672.089,43 (um milhão, seiscentos e setenta e dois mil, oitenta e nove reais e quarenta e três centavos)** passando a vigorar com a seguinte redação: **R$ 3.353,798,45 (três milhões, trezentos e cinquenta e três mil, setecentos e noventa e oito reais e quarenta e cinco centavos).**

3º Aditivo de acréscimo a partir de junho/2026 **R$ 46.256,36 (quarenta e seis mil, duzentos e cinquenta e seis reais e trinta e seis centavos).**

PLANO DE APLICAÇÃO
7. VALOR CONCEDENTE: R$ 3.400.054,81 (três milhões e quatrocentos mil, cinquenta e quatro reais e oitenta e um centavos).

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR (R$)
1	**MATERIAL DE CONSUMO**	
1.1	-Combustíveis e lubrificantes Automotivos	R$ 1.900,00
1.2	-Material de Expediente	R$ 45.000,00
1.3	-Material para Manutenção de Bens Imóveis	R$123.500,00
1.4	-Material de Processamento de Dados	R$ 1.400,00
1.5	-Gêneros Alimentícios	R$ 40.000,00
1.6	-Gás	R$ 18.983,00
1.7	-Material de Limpeza	R$ 20.000,00
1.8	-Material elétrico e eletrônico	R$ 5.000,00
1.9	-Material para manutenção de veículo	R$ 500,00
1.10	-Material educativo e esportivo	R$ 3.000,00
1.11	-Ferramentas	R$ 600,00
1.12	-Material para manutenção de equipamentos	R$ 2.600,00
	SUBTOTAL	**R$ 262.483,00**
2	**SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA**	
2.1	- Serviços de Água e Esgoto	R$ 32.923,44
2.2	- Serviços de Energia Elétrica	R$ 8.000,00
2.3	- Serviços de Comunicação	R$ 5.032,00
2.4	- Vigilância Ostensiva Monitorada	R$ 4.500,00
2.5	- Honorários Contábeis	R$ 37.114,00
2.6	- Serviços técnicos profissionais	R$ 8.000,00
2.7	- Serviço de seleção e treinamento	R$ 3.000,00
2.8	- Manutenção e conservação de veículos	R$ 1.650,00
2.9	-Manutenção de Bens Imóveis	R$ 110.094,13
2.10	- Manutenção em equipamentos	R$ 5.000,00
2.11	-Seguros	R$ 26.711,86
	SUBTOTAL	**R$ 242.025,43**
3	**PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**	
3.1	-Pessoal	R$ 1.701.958,93
3.2	-13º Salário	R$ 239.404,45
3.3	-Férias + 1/3	R$ 350.000,00
3.4	-FGTS	R$ 240.378,38
3.5	-INSS	R$ 197.105,44
3.6	-Imposto de renda	R$ 45.699,18
3.7	-Rescisões	R$ 66.000,00
3.8	Auxílio Alimentação	R$ 50.000,00
	SUBTOTAL	**R$ 2.890.546,38**
4	**SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA**	
4.1	**Estagiários**	R$ 5.000,00
	SUBTOTAL	**R$ 5.000,00**
	TOTAL DAS DESPESAS (1+2+3+4)	**R$ 3.400.054,81**

p
CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do presente Termo de Colaboração 002/2025, este extrato de aditivo entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Paranavaí, 17 de agosto de 2026

CARLOS ALBERTO VIEIRA
Controlador Geral do Município
Decreto Municipal nº 18.093/2017

WANESSA DURANTE
Secretária Municipal de Educação
Decreto Municipal nº 27.051/2025

EUNICE DA SILVA PEREIRA
Presidente da OSC Parceira

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:64D779CD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
3º ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 006/2025 DE ALTERAÇÃO DO PLANO DE APLICAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ E O GRUPO NOSSA SENHORA DE FÁTIMA

De um lado, o **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 76.977.768/0001-81, com sede e foro nesta cidade, na Rua Getúlio Vargas, 900, Centro, neste ato representado pelo Controlador Geral do Município Carlos Alberto Vieira, por meio dos poderes delegados no Decreto Municipal nº 18.093/2017, residente e domiciliado nesta Cidade de Paranavaí – PR, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 5.337.225-2, e inscrito no CPF sob o nº 756.344.739-34, doravante denominada **ENTIDADE MUNICIPAL PARCEIRA** e de outro lado a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC, denominada **GRUPO NOSSA SENHORA DE FÁTIMA,** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº **01.053.188/0001-07,** com sede na Cidade de Paranavaí, no endereço Rua Malvina Vicente Danelute, 787, Jardim Tarumã, neste ato representada por seu representante legal Salvador Amercê de Brito**,** conforme documento que fica arquivado no setor competente, doravante denominada simplesmente **OSC PARCEIRA**, resolvem firmar o 3º Aditivo ao Termo de Colaboração nº 006/2025, com fundamento na Lei Federal nº 13.019, de 31 de Julho de 2014 e alterações, no Decreto Municipal nº 18.294, de 20 de setembro de 2017, nos termos do Edital de Chamamento Público **nº 02/2024** e seus anexos e Plano de Trabalho aprovado, todos parte integrante deste 3º Aditivo, como se transcrito fossem, têm entre si justo e avençado o quanto segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Aditivo tem por objeto o repasse financeiro conforme previsto na Portaria Interministerial MEC MF nº 6 de 29 de abril de 2026, a fim de garantir o atendimento devidamente capacitado denominado Educação Infantil, conforme Edital de Chamamento Público **nº 02/2024.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO

O Termo de Colaboração nº 006/2025 passa a vigorar com o valor de **R$ 1.620.503,84 (Um milhão, seiscentos e vinte mil, quinhentos e três e oitenta e quatro centavos).**

CLÁUSULA TERCEIRA – DO ADITIVO DE ALTERAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO E APLICAÇÃO

Através do presente Termo Aditivo e, em conformidade com o item 3.1 da Cláusula Terceira da Minuta do Termo do Colaboração do Edital 02/2024, a Entidade Grupo Nossa Senhora de Fátima, apresentou por meio de ofício nº 08/2026 datado de 18/05/2026, solicitação de repasse financeiro conforme previsto na Portaria Interministerial MEC MF nº 6, de 29 de abril de 2026, conforme valores abaixo:

Valor concedente em janeiro/2025: **739.186,85 (setecentos e trinta e nove mil, cento e oitenta seis reais e oitenta e cinco centavos).**

1º Aditivo de acréscimo a partir de julho/2025: **R$ 43.616,39 (quarenta e três mil, seiscentos e dezesseis reais e trinta e nove centavos).**

2º Aditivo de acréscimo a partir de novembro/2025: **R$ 10.984,81 (dez mil, novecentos e oitenta e quatro reais e oitenta e um centavos).**

Rendimentos do ano de 2025 acrescido no Plano de Aplicação **R$ 10.968,50 (dez mil novecentos e sessenta e oito reais e cinquenta centavos)**

Valor atualizado - **R$ 804.756,55 (oitocentos e quatro mil setecentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos)**, referente ao ano de 2025, sendo o valor da prorrogação para o ano de 2026 de R$ 793.788,05 **(setecentos e noventa e três mil setecentos e oitenta e oito reais e cinco centavos)** passando a vigorar com a seguinte redação: **R$ 1.598.544,60 (Um milhão quinhentos e noventa e oito mil quinhentos e quarenta e quatro reais e sessenta centavos).**

3º Aditivo de acréscimo a partir de junho/2026: **R$ 21.959,24 (vinte um mil, novecentos e cinquenta e nove reais e vinte e quatro centavos).**

PLANO DE APLICAÇÃO

7. VALOR CONCEDENTE: R$ 1.620.503,84 (Um milhão seiscentos e vinte mil quinhentos e três reais e oitenta e quatro centavos).

ITEM 01	MATERIAL DE CONSUMO	VALOR (R$)
	Gêneros Alimentícios	R$ 81.780,02
	Gás	R$ 11.500,00
	Material de Expediente	R$ 7.811,50
	Material de Processamento de Dados	R$ 13.106,77
	Material de Limpeza e Produção de Higienização	R$ 12.000,00
	Material para Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	R$ 29.600,00
	SUBTOTAL	**R$ 155.798,29**
ITEM 02	**SERVIÇO DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA**	
	Honorários Contábeis	R$ 36.852,00
	Serviços de Água e Esgoto	R$ 23.254,20
	Serviços de Energia Elétrica	R$ 12.000,00
	Serviços de Telecomunicação	R$ 5.625,42
	Vigilância Ostensiva/Monitorada	R$ 3.552,00
	Manutenção e Cons. de Máquinas e Equipamentos	R$ 11.484,89
	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	R$ 29.950,00
	Estagiários - CIEE	R$ 3.000,00
	SUBTOTAL 126.017,57	**R$ 125.718,51**
ITEM 03	**PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**	
	Salários	R$ 847.739,20
	Férias	R$ 188.494,26
	13º Salário	R$ 85.267,22
	FGTS	R$ 91.797,16
	INSS	R$ 110.688,36
	Imposto de Renda Retido na Fonte	R$ 10.143,24
	Pensão Alimentícia	R$ 4.857,60
	SUBTOTAL	**R$1.338.987,04**
	TOTAL DOS ITENS (01+02+03)	**R$1.620.503,84**

CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do presente Termo de Colaboração 006/2025, este extrato de aditivo entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Paranavaí, 17 de agosto de 2026

CARLOS ALBERTO VIEIRA
Controlador Geral do Município
Decreto Municipal Nº 18.093/2017

WANESSA DURANTE
Secretária Municipal de Educação
Decreto Municipal Nº 27.051/2025

SALVADOR AMERCÊ DE BRITO
Presidente da OSCParceira

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:FC46FD7C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
3º ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 007/2025 DE ALTERAÇÃO DO PLANO DE APLICAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ E A CASA DA CRIANÇA DE PARANAVAÍ

De um lado, o **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 76.977.768/0001-81, com sede e foro nesta cidade, na Rua Getúlio Vargas, 900, Centro, neste ato representado pelo Controlador Geral do Município Carlos Alberto Vieira, por meio dos poderes delegados no Decreto Municipal nº 18.093/2017, residente e domiciliado nesta Cidade de Paranavaí – PR, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 5.337.225-2, e inscrito no CPF sob o nº 756.344.739-34, doravante denominada **ENTIDADE MUNICIPAL PARCEIRA** e de outro lado a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC, denominada **CASA DA CRIANÇA DE PARANAVAÍ**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do

Ministério da Fazenda sob o nº 79.710.141/0001-58, com sede na Cidade de Paranavaí, no endereço **Avenida: Martin Luther King, Nº 3355 – Jardim André Luiz**, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) Nelci Borges, conforme documento que fica arquivado no setor competente, doravante denominada simplesmente OSC PARCEIRA, resolvem firmar o 3º Aditivo ao Termo de Colaboração nº 007/2025, com fundamento na Lei Federal nº 13.019, de 31 de Julho de 2014 e alterações, no Decreto Municipal nº 18.294, de 20 de setembro de 2017, nos termos do Edital de Chamamento Público nº 02/2024 e seus anexos e Plano de Trabalho aprovado, todos parte integrante deste 3º Aditivo, como se transcrito fossem, têm entre si justo e avençado o quanto segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente Aditivo tem por objeto o repasse financeiro conforme previsto na Portaria Interministerial MEC MF nº 6 de 29 de abril de 2026, a fim de garantir o atendimento devidamente capacitado denominado Educação Infantil, conforme Edital de Chamamento Público nº 02/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO
O Termo de Colaboração passa a vigorar com o valor de **R$ 2.961.755,60 (Dois milhões novecentos e sessenta e um mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e sessenta centavos).**

CLÁUSULA TERCEIRA – DO ADITIVO DE ALTERAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO E APLICAÇÃO
Através do presente Termo Aditivo e, em conformidade com o item 3.1 da Cláusula Terceira da Minuta do Termo do Colaboração do Edital 02/2024, a Entidade **Casa da Criança de Paranavaí**, apresentou por meio de oficio nº 36/2026 datado de 18/05/2026, solicitação de repasse financeiro conforme previsto na Portaria Interministerial MEC MF nº 6, de 29 de abril de 2026, conforme valores abaixo:
Valor concedente em janeiro/2025: **1.344.539,50 (Um milhão trezentos e quarenta e quatro mil quinhentos e trinta e nove reais e cinquenta centavos).**
1º Aditivo de acréscimo a partir de julho/2025: **R$ 92.748,70 (Noventa e dois mil setecentos e quarenta e oito reais e setenta centavos).**

2º Aditivo de acréscimo a partir de novembro/2025: **R$ 20.169,50 (Vinte mil cento e sessenta e nove reais e cinquenta centavos).**
Rendimentos do ano de 2025 acrescido no Plano de Aplicação **R$ 6.521,60 (Seis mil quinhentos e vinte e um reais e sessenta centavos)**
Valor atualizado - **R$ 1.463.979,30 (um milhão quatrocentos e sessenta e três mil novecentos e setenta e nove reais e trinta centavos)**, referente ao ano de 2025, sendo o valor da prorrogação para o ano de 2026 de R$ 1.457.457,70 **(um milhão quatrocentos e cinquenta e sete mil quatrocentos e cinquenta e sete reais e setenta centavos)** passando a vigorar com a seguinte redação: **R$ 2.921.437,00 (Dois milhões novecentos e vinte e um mil e quatrocentos e trinta sete reais).**

3º Aditivo de acréscimo a partir de junho/2026: **R$ 40.318,60 (Quarenta mil, trezentos e dezoito reais e sessenta centavos)**

PLANO DE APLICAÇÃO

7. VALOR CONCEDENTE: R$ 2.961.755,60 (Dois milhões novecentos e sessenta e um mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e sessenta centavos).

Item	Especificação	Valor Total Elemento
1	**MATERIAL DE CONSUMO**	**R$ 357.478,40**
1.2	Gêneros alimentícios	R$ 73.478,40
1.3	Materiais de limpeza e IPIS	R$ 40.000,00
1.4	Gás	R$ 40.000,00
1.5	Material de expediente	R$ 15.000,00
1.6	Material de Copa e Cozinha	R$ 13.000,00
1.7	Material de Processamento de dados	R$ 18.000,00
1.8	Materiais para manutenção de bens e imóveis	R$ 100.000,00
1.9	Material esportivo educativo	R$ 14.000,00
1.10	Uniformes, tecidos e aviamentos	R$ 6.000,00
1.11	materiais elétricos	R$ 38.000,00
2	**SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA**	**R$ 329.198,20**
2.1	Serviço de energia elétrica	R$ 21.140,00
2.2	Serviço de água e esgoto	R$ 53.043,20
2.3	Serviço de manut. e conservação de bens e imóveis	R$ 96.497,40
2.4	Manutenção e cons de maquinas e equipamentos	R$ 68.317,60
2.5	Honorários	R$ 53.000,00
2.6	telecomunicação	R$ 8.000,00
2.7	vigilância	R$ 29.200,00
3	**PESSOAL E ENCARGOS**	**R$ 2.275.079,00**
3.1	Vencimentos e salários	R$ 1.492.877,03
3.2	Rescisão	R$ 50.000,00
3.3	13° Salário	R$ 150.000,00
3.4	Férias	R$ 194.000,00
3.5	INSS	R$ 200.000,00
3.6	FGTS	R$ 180.000,00
3.7	IRRF/PIS	R$ 8.201,97
TOTAL DE DESPESAS (1+2+3)		**R$ 2.961.755,60**

CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do presente Termo de Colaboração 007/2025, este extrato de aditivo entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Paranavaí, 17 de agosto de 2026

CARLOS ALBERTO VIEIRA
Controlador Geral do Município
Decreto Municipal nº 18.093/2017

WANESSA DURANTE
Secretária Municipal de Educação
Decreto Municipal nº 27.051/2025

NELCI BORGES
Presidente da OSC PARCEIRA

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:4F16EE19

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 158/2026

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 158/2026 (ALTERAÇÃO DO CNPJ DA CONTRATADA) PROCESSO DIGITAL 46417/2026

REF.: INEXIGIBILIDADE Nº 41/2026

REF.: 1º (Primeiro) Termo Aditivo ao CONTRATO Nº 158/2026 que entre si celebram MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ e a Empresa NEW MOVE ARTS LTDA na forma abaixo:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito interno, com sede à Rua Getúlio Vargas, 900, inscrito no CNPJ sob nº 76.977.768/0001-81, neste ato devidamente representado por delegação pelo Ilmo. Secretário Municipal de Administração Sr. LUCAS DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob nº 011.609.069-39.

CONTRATADA: NEW MOVE ARTS LTDA, estabelecida à RUA barão do rio branco, nº 633, SALA 2, conjunto pacheco, Paraíso do Norte - PR, CEP: 87780000, inscrita no CNPJ. sob nº 68.053.670/0001-00, neste ato devidamente representada por Felipe Oliveira da Silva, brasileiro, solteiro, empresário, nascido(a) em 27/07/1988, n° do CPF 068.854.159-36, residente e domiciliado na cidade de Paraíso do Norte - PR, na rua barão do rio branco, nº 633, conjunto pacheco, CEP: 87780-000.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO CONTRATO ORIGINAL

1.1. Contratação do artista Felipe Oliveira da Silva para realização de pintura mural artística em técnica de graffiti, abrangendo o espaço público do Município denominado Casa da Cultura Carlos Drummond de Andrade, contemplando duas fachadas (frontal de 135,53 m² e

lateral de 121,26 m², totalizando256,79 m²), incluídas todas as despesas necessárias à execução dos serviços.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO DO CNPJ DA CONTRATADA

2.1. Com base no requerimento formalizado por e-mail pela empresa contratada e dos documentos constantes no Processo Digital nº 46417/2026-IPM — especificamente o Memorando nº 216/2026 e a análise contida no Parecer Jurídico nº 358/2026/PGM —, registra-se a alteração do CNPJ nº 17.457.399/0001-37 da empresa 17.457.399 Felipe Oliveira da Silva para o CNPJ sob o nº 68.053.670/0001-00, ambas localizadas no endereço: Rua Barão do Rio Branco, nº 633, Sala 2, Conjunto Pacheco, Paraíso do Norte - PR, CEP: 87780-000.

Parágrafo primeiro: A alteração de CNPJ não afeta a execução do contrato, pois trata-se da mesma finalidade do contrato administrativo nº 158/2026 ora formalizado.

Parágrafo segundo: com a alteração do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica da contratada, permanecerá inalterada todas as demais cláusulas, prazos e condições financeiras estabelecidas no contrato administrativo nº 158/2026, especialmente no tocante ao valor pactuado de R$ 64.000,00 e ao cronograma de desembolso.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA SUB-ROGAÇÃO E ASSUNÇÃO INTEGRAL E IRRESTRITA

3.1. A empresa contratada, por meio deste aditamento, sub-roga-se e assume, de forma integral e irrestrita, todos os direitos, deveres, garantias e obrigações contratuais anteriormente atribuídos à empresa New Move Arts Ltda., assumindo-os, ainda, em caráter pessoal e solidário com o artista Felipe Oliveira da Silva, inclusive no que se refere à responsabilidade técnica pela autoria e execução material do mural artístico, bem como à garantia dos serviços prestados.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1. Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do CONTRATO Nº 158/2026, datado em 07 de julho de 2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, DATA DA ÚLTIMA ASSINATURA DIGITAL.

RAFAEL LUCAS TORRENTE
Diretor-Presidente da Fundação Cultural de Paranavaí
Contratante

NEW MOVE ARTS LTDA
Contratada

Publicado por:
Sérgio Luís Borges Hernandes
Código Identificador:F4941BF9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - 2º TERMO ADITIVO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 130/2024

2º TERMO
2º TERMO ADITIVO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 130/2024
(PRORROGAÇÃO DE PRAZO)
(PROCESSO DIGITAL Nº 27706/2026)

REF: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 45/2024

2º (Segundo) Termo Aditivo do CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 130/2024 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ e Sr. ADROALDO BELLANDA e Sra. SONIA MARIA CAZELA BELLANDA, na forma abaixo:

O M**UNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí-PR, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde Sra. **ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA**, portadora da Cédula de Identidade RG Nº. 843.459-46 PR, e inscrita no CPF sob nº 042.081.609-77 e o Sr. **ADROALDO BELLANDA**, brasileiro, inscrito sob CPF nº 161.473.759-20, e portador do RG nº 914227-4 SESP/PR, e Sra. **SONIA MARIA CAZELA BELLANDA**, brasileira, inscrita sob CPF 004.473.869-21, portadora do RG nº 1.125.225-7, casados entre si, residente e domiciliada na Rua Luiz Durigan, 115, nº 504, Q6 D20, na Cidade de Paranavaí, Estado do Paraná, doravante denominados CONTRATADO resolvem celebrar contrato, que será regido pelas cláusulas a seguir expostas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
Constitui objeto do presente contrato a - Locação de imóvel para sediar as dependências do SINAS - Sistema Integrado de Atendimento em Saúde. O imóvel localizado no endereço Rua Rio Grande do Norte, nº 1.840, Centro de Paranavaí - Paraná, com área de 540 m2 de área total e 294,25 m2 de área construída, Matrícula 10.151, na modalidade de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 45/2024 e ao Processo Administrativo nº 120/2024, no valor global firmado entre as partes através do **Contrato de Locação nº 130/2024** de **R$ 43.000,00 (quarenta e três mil reais)**, a ser pago pelo LOCATÁRIO em 12 (doze) parcelas mensais, iguais e consecutivas de **R$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais);** Nos termos do **1º Termo Aditivo** do Contrato Administrativo nº 130/2024 e reajuste firmado, o valor mensal do aluguel consta na importância de **R$ 3.788,11 (três mil, setecentos e oitenta e oito reais e onze centavos)**, totalizando para o período de 12 (doze) meses o valor estimado de **R$ 45.457,32 (quarenta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais e trinta e dois centavos).**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO
Através do presente Termo Aditivo, as partes resolvem prorrogar o prazo da locação do imóvel objeto do Contrato nº 130/2024 por mais 12 (doze) meses, passando o vencimento do prazo de locação para **30 de Agosto de 2027**, nos termos da Cláusula Sexta do Contrato de Locação de Imóvel nº 130/2024, tendo em vista as justificativas e autorização para prorrogação contratual apresentadas pela Secretaria Municipal de Saúde através do **Memorando Nº 371/2026** e considerando ainda o Parecer Jurídico Referencial nº 003/2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná em 28 de dezembro de 2023, edição 2928.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO ADITIVO DE VALOR
As partes resolvem ainda reajustar os valores contratados, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato em conformidade com a cláusula oitava do Contrato Administrativo nº 130/2024, no percentual de **4,443025%**, referente variação do IPCA/IBGE no período de agosto/2025 a agosto/2026, conforme cálculo de Atualização Monetária.

Parágrafo Primeiro – Após reajuste firmado por meio deste termo aditivo, o valor mensal do Contrato Administrativo nº 130/2024 passa a ser de **R$ 3.956,42 (três mil, novecentos e cinquenta e seis reais e quarenta e dois centavos), totalizando para o período de 12 (doze) meses o montante estimado de R$ 47.477,04 (quarenta e sete mil, quatrocentos e setenta e sete reais e sessenta e quatro centavos).**

Parágrafo Segundo: O pagamento da importância originada pela presente prorrogação de prazo e reajuste de valor correrá à conta dos recursos provenientes da Dotação Orçamentária:

Órgão: Secretaria Municipal de Saúde
Elemento/Complemento: 33.90.36.15
2026
Referências: 397 - 04.001.0010.0305.0006.2260.3339036

CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo (CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 130/2024), datado de 30 de Agosto de 2024.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, data da assinatura eletrônica.

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde
Contratante

ADROALDO BELLANDA
Locatário

Publicado por:
Kethelin Camila Santos Lima
Código Identificador:8B973B2A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2026

O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, Estado do Paraná, através da Diretora Especial de Compras, torna público, que na forma da Lei nº 14.133/2021, fará realizar às 08:30 horas do dia 09 de SETEMBRO de 2026, PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, por meio da INTERNET, através da Plataforma eLicita, disponível no endereço eletrônico https://elicita.atende.net/, objetivando o **Registro de preço para futura e eventual aquisição de quadros-negros (lousas), visando ao atendimento das necessidades da Rede Municipal de Ensino, abrangendo escolas municipais e Centros Municipais de Educação Infantil - CMEIs.**

As propostas deverão ser cadastradas na Plataforma eLicita até 08:29 horas do dia 09 de SETEMBRO de 2026. A documentação completa do edital correspondente estará disponível na página eletrônica da Plataforma eLicita: https://elicita.atende.net/.

Esclarecimentos quanto ao Edital serão fornecidos através do e-mail: compras@paranavai.pr.gov.br ou pelo telefone: (44) 3421-2323.

Esclarecimentos quanto ao acesso no sistema operacional serão fornecidos através do e-mail atende.elicita@ipm.com.br ou telefone (47) 3531-1500.

PARANAVAÍ/PR, EM 26 DE AGOSTO DE 2026.

THAÍS SOARES DA SILVA
Diretora Especial de Compras

Publicado por:
Wellington Jose Ferreira de Lima Batista da Silva
Código Identificador:8EABFD32

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2026

O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, Estado do Paraná, através da Diretora Especial de Compras, torna público, que na forma da Lei nº 14.133/2021, fará realizar às 08:30 horas do dia 11 de setembro de 2026, PREGÃO, na forma ELETRÔNICO, por meio da INTERNET, através da **Plataforma eLicita**, disponível no endereço eletrônico atende.elicita@ipm.com.br, objetivando o **Registro de preços para locação de equipamentos e prestação de serviços a serem utilizados na realização dos eventos do município de Paranavaí.**, com valor máximo estimado em **R$ 1.782.823,19** (um milhão, setecentos e oitenta e dois mil, oitocentos e vinte e três reais, dezenove centavos)**.**

As propostas deverão ser cadastradas na **Plataforma eLicita** até 08:29 horas do dia 11 de setembro de 2026. A documentação completa do edital correspondente estará disponível na página eletrônica da Prefeitura do Município de Paranavaí: https://paranavai.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais.

Esclarecimentos quanto ao Edital serão fornecidos através do e-mail: compras@paranavai.pr.gov.br ou pelo telefone: (44) 3421-2323.

Esclarecimentos quanto ao acesso no sistema operacional serão fornecidos através do e-mail atende.elicita@ipm.com.br ou telefone (47) 3531-1500.

PARANAVAÍ/PR, EM 26 DE AGOSTO DE 2026.

THAÍS SOARES DA SILVA
Diretora Especial de Compras

Publicado por:
Andrew Picioneri Salme
Código Identificador:F78A2043

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS AVISO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046/2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046/2026
Registro de preço para o fornecimento de refeições (almoço tipo self-service)

O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, Estado do Paraná, através da Diretoria Especial de Compras, torna público que realizará procedimento licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tipo menor preço por ITEM e da seguinte forma:

OBJETO:É objeto da presente licitação: Registro de Preços para o fornecimento de refeições (almoço tipo self-service) destinado aos participantes de eventos promovidos pela Fundação Cultural de Paranavaí., conforme descritos e especificados no Anexo I do instrumento convocatório.

Se houver divergência entre as especificações técnicas do objeto descritas neste edital e aquelas utilizadas para incluir o item no sistema, prevalecerão sempre os presentes neste instrumento convocatório, o qual vinculará a proposta da empresa

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08:00 horas do dia 27/08/2026 às 08:00 horas do dia 14/09/2026.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08:00 horas do dia 14/09/2026 às 09:00 horas do dia 14/09/2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 14/09/2026.

LOCAL: https://www.gov.br/compras/pt-br

VALOR MÁXIMO ESTIMADO: R$ 11.833,25 (onze mil oitocentos e trinta e três reais e vinte e cinco centavos)
INFORMAÇÕES: Diretoria Especial de Compras do Município de Paranavaí, Premier Shopping Business, Rua Manoel Ribas, 763, Sala 14/15- 1º Piso, Paranavaí- Pr, Centro, pelo telefone: (44) 3421-2323 ou pelos sites www.paranavai.atende.net. compras@paranavai.pr.gov.br compras.pvai@gmail.com

Paranavaí - Paraná, em 26 de agosto de 2026.

THAIS SOARES DA SILVA
Diretora Especial de Compras

Publicado por:
Aline da Silva Ferreira
Código Identificador:E9D576DD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 11/2026

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 11/2026
REF. EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº17/2026

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí-PR, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Meio Ambiente, o Sr. ALESSANDRO CORDEIRO GARCIA, inscrito no CPF: 025.202.639-03, e o Secretário Municipal de Segurança e Trânsito, o Sr. ADEMIR GIANDOTTI JUNIOR, inscrito no CPF: 020.387.629-61, doravante denominados **CREDENCIADOR** e a empresa **C A DE SOUZA JUNIOR SERVIÇOS**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 36.448.252/0001-25, estabelecida à Rua Rio Grande do Sul, nº 1970, Conj. Hab. Iolanda Ferrarezi, 86.160-000, e-mai visionariolimpeza@gmail.com, Porecatu – PR, neste ato representado(a) pelo Sr(a). **CLAUDINEI ALVES DE SOUZA JUNIOR**, inscrito(a) no CPF 113.077.859-21, doravante denominado(a) **CREDENCIADO(A)** resolvem celebrar TERMO DE CREDENCIAMENTO, que será regido pelas cláusulas a seguir expostas.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO
O objeto do presente Termo de Credenciamento é relacionado a prestadora de serviços continuados, sem dedicação de mão de obra exclusiva, de limpeza e roçada de espaços públicos sob responsabilidade do Município de Paranavaí em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Secretaria Municipal Segurança e Trânsito nos termos do Edital de Credenciamento nº 17/2026.

CLÁUSULA 2ª: VIGÊNCIA
O prazo de vigência deste termo de credenciamento vigorará enquanto perdurar a vigência do Edital de Credenciamento nº 17/2026, ou conforme critério da administração, caso a demanda seja suprida.

CLÁUSULA 3ª: DESCRIÇÃO DA EXECUÇÃO E VALORES
Conforme disponível em edital, a CREDENCIADA deverá prestar os seguintes serviços e seus respectivos valores, conforme abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNDE	QTDE	VL. UNIT.
01	SERVIÇO DE LIMPEZA E ROÇADA DOS ESPAÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS, INCLUINDO CAPINA E REMOÇÃO DE RESÍDUOS.	m²	8.302.356	R$ 0,35

CLÁUSULA 4ª: LOCAL DE EXECUÇÃO
O local e o prazo de entrega / execução, assim como outras descrições da solução e requisitos da contratação constam do Anexo I - Especificações do edital e faz parte deste termo de credenciamento.

CLÁUSULA 5ª: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
O pagamento será realizado 15 (quinze) dias contados da medição, mediante apresentação da nota fiscal emitida pelo contratado acompanhado, quando couber, das devidas comprovações de regularidade fiscal e trabalhista. A forma de pagamento adotada pelo Município, bem como as condições de prestação de serviços, é similar aos contratados pela iniciativa privada.
O prazo de pagamento será suspenso nos casos de descumprimento total da obrigação exigidos neste termo de credenciamento.
Nos casos de descumprimento parcial da obrigação será realizado o pagamento relativo à parcela incontroversa.
Caso o credenciado não emita a nota fiscal dentro do prazo para o pagamento, o credenciador aguardará a entrega da nota fiscal para autorizar o pagamento, que deverá ocorrer, nestes casos, em até 15 (quinze) dias, contados da entrega da nota fiscal.
A nota fiscal que for apresentada com erro será devolvida ao credenciado, para retificação ou substituição, sendo que os trâmites para o pagamento se reiniciarão a partir da data de sua reapresentação.
Nos casos de multas aplicadas ao credenciado, os valores serão descontados dos pagamentos seguintes, desde que tenha ocorrido o julgamento do recurso no processo administrativo.
O fiscal da execução comunicará previamente ao credenciado a ocorrência de eventual atraso no pagamento, indicando os motivos e a perspectiva de regularização, com a data provável de pagamento, quando possível.
Em caso de atraso no pagamento pelo credenciador, a atualização monetária, remuneração do capital e a compensação da mora serão objeto de incidência, uma única vez, até o efetivo pagamento, da taxa referencial do SELIC - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, acumulado mensalmente.
Caso ainda não estejam disponíveis os valores dos índices necessários, serão considerados os últimos índices disponíveis que correspondam ao mesmo período desejado.

CLÁUSULA 6ª: CABERÁ AO CREDENCIADO
CONFORME OBRIGAÇÕES DISPONÍVEL NO ITEM 2.6 DO ANEXO I - ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO, REFERENTE A ESTE EDITAL DE CREDENCIAMENTO.

CLÁUSULA 7ª: CABERÁ AO CREDENCIADOR
CONFORME OBRIGAÇÕES DISPONÍVEL NO ITEM 2.7 DO ANEXO I - ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO, REFERENTE A ESTE EDITAL DE CREDENCIAMENTO.

CLÁUSULA 9ª: SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
As infrações praticadas pelo credenciado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa, seguindo o rito processual detalhado no item 5.7. do Termo de Referência.

CLÁUSULA 10ª: CANCELAMENTO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO
O credenciado poderá solicitar seu descredenciamento mediante o envio de solicitação escrita ao órgão ou entidade contratante, por meio dos canais indicados no edital, o qual surtirá efeitos a partir do protocolo do pedido.
O credenciado que deixar de cumprir às exigências do edital ou descumprir contratos firmados com a Administração Municipal será descredenciado, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, conforme disciplinado nos respectivos instrumentos.

CLÁUSULA 11ª: FORO
O foro competente para dirimir qualquer questão contratual é o da comarca de Paranavaí.

Paço municipal, data da última assinatura digital.

ALESSANDRO CORDEIRO GARCIA
Secretário Municipal de Meio Ambiente
Credenciador

ADEMIR GIANDOTTI JÚNIOR
Secretário Municipal de Segurança e Trânsito
Credenciador

C A DE SOUZA JUNIOR SERVIÇOS
Credenciado

Publicado por:
Sérgio Luís Borges Hernandes
Código Identificador:E7C6CDC9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - TERMO DE RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 51/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 51/2026

A Fundação Cultural de Paranavaí a Secretaria Municipal de Administração e a Procuradoria Geral do Município, no uso das atribuições que lhe são, decidem e ratifica, nos termos do Art. 74, inciso III, alínea "f", da Lei nº 14.133/21, e suas alterações posteriores, a Inexigibilidade de Licitação nº 51/2026, referente à Contratação de inscrições para participação de servidores municipais no curso "Contratação Direta, Dispensa e Inexigibilidade na Nova Lei de Licitações", de forma Presencial, a ser realizado nos dias 14 e 15 de setembro de 2026., constante das Dotações Orçamentárias: 17.001.011.2880.3339039480000000000 (1827) - Serviços de seleção e treinamento, 12.001.022.2034.3339039480000000000 (2048) - Serviços de seleção e treinamento, 18.001.001.2661.3339039480000000000 (1893) - Serviços de seleção e treinamento, pela seguinte pessoa jurídica: INFORMAÇÕES EXPRESSAS DE LICITAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 01.095.841/0001-92, no valor total de R$ 8.550,00 (oito mil quinhentos e cinquenta reais), diante das justificativas e fundamentações apresentadas.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, data da assinatura digital.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

RAFAEL LUCAS TORRENTE
Diretor-Presidente da Fundação Cultural de Paranavaí

CELIA APARECIDA ZANATTA JORGE ELIAS
Procuradora Geral do Município

Publicado por:
Andrew Picioneri Salme
Código Identificador:44427EDD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 172/2026

Dispõe sobre a convocação do candidato nomeado para o cargo de provimento efetivo de Fiscal Ambiental.

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR, convoca o candidato abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público nº 001/2025, no cargo de provimento efetivo de **FISCAL AMBIENTAL**, nomeado nos termos da **PORTARIA MUNICIPAL nº 1.583/2026**, a comparecer junto à Diretoria Especial de Recursos Humanos **ATÉ O DIA 16 DE SETEMBRO DE 2026**, das 08h00min às 11h00min e das 13h30min às 16h30min.

CLASS.	CONVOCADO	CPF	MODALIDADE
4º	WILLIAM ANTONIO DE ABREU FERREIRA	XXX.840.219-XX	A.C.

DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS:
O candidato devera se apresentar junto a Diretoria Especial de Recursos Humanos, munidos dos documentos e exames abaixo relacionados:
a) 01 (uma) foto 3x4 (atualizada dos últimos 12 meses);
b) Carteira de identidade – cópia e original ou cópia autenticada;
c) CPF – cópia e original ou cópia autenticada;
d) Certidão de Nascimento (quando for solteiro) ou casamento ou declaração de União Estável feita perante Tabelião (se for o caso), ou ainda com averbação de óbito se viúvo – cópia e original ou cópia autenticada;
e) Título de eleitor com quitação eleitoral emitida pelo endereço eletrônico do Tribunal Regional Eleitoral ou comprovante de votação na última eleição ou justificativa da ausência – cópia e original ou cópia autenticada;
f) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação (sexo masculino) - cópia e original ou cópia autenticada;
g) Comprovante de PIS/PASEP – cópia e original ou cópia autenticada;
h) Certidão de nascimento dos dependentes ou termo de guarda ou tutela ou termo de adoção (se for o caso) - cópia e original ou cópia autenticada;
i) CPF dos dependentes (se for o caso) - cópia e original ou cópia autenticada;
j) Documentos dos dependentes, conforme item 23.3 do Edital de Abertura – cópia e original ou cópia autenticada:
K) Comprovante de residência no nome do candidato com o CEP, ou comprovante do vínculo anexo ao comprovante de residência, ou ainda declaração junto ao contrato de aluguel, se for o caso – cópia e original ou cópia autenticada;
l) Ficha de cadastro (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);
m) Declaração de que não ocupa outro cargo ou emprego público em qualquer das esferas do governo, bem como não percebe benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do Regime Geral de Previdência Social relativo a emprego público (art. 37, § 10 da CF), salvo se tratar das exceções previstas no art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal, hipótese nas quais deverá ser informada a função e a remuneração do outro cargo, a carga horária em cada vínculo e os horários de trabalho em ambos e, no caso de percepção de proventos de aposentadoria, especificação do cargo/emprego que originou o benefício previdenciário, com atenção aos limites remuneratórios estipulados pelo inciso XI do art. 37, da CF; (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);
n)Aos candidatos nomeados que tiverem vínculo de emprego ou cargo público, para comprovação da acumulação legal de acordo com o Art. 37 da Constituição Federal, deverão apresentar declaração do órgão ou entidade em que acumule cargo, contendo as seguintes informações atualizadas:
I – Regime do vínculo: celetista, estatutário, etc;
II – Identificação do órgão ou entidade em que possui vínculo público (cargo ou emprego);
III – Carga horária do outro vínculo;
IV – Horário de trabalho do outro vínculo;
V – Remuneração do outro vínculo.
o) Certidão que não tenha sido demitido do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de 08 (oito) anos, contado da decisão, salvo se o ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);
p) Declaração de bens e imóveis; (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);
q) Última declaração de imposto de renda, com o recibo de entrega na Receita Federal – cópia e original ou cópia autenticada;
r) Declaração de enquadramento na Lei Municipal nº 3.891/2012; (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);
s) Declaração de nepotismo (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);
t) Declaração que não tem sofrido ou estar cumprindo, no exercício profissional ou de qualquer função pública, penalidade disciplinar ou de suspensão ou demissão, aplicada por qualquer órgão público ou de entidade de esfera Federal, Estadual ou Municipal.
u) Declaração Negativa de Cargo ou Emprego Público (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos)
v) Certidão que não tenha sido demitido do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da decisão, salvo se o ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);
w) Documento que comprove a conclusão da escolaridade exigida para o cargo e o registro no Conselho de Classe, quando for o caso. Para comprovação da escolaridade serão aceitas fotocópias acompanhadas dos originais do diploma registrado ou certificado acompanhado de histórico escolar, reconhecidos pelo Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação – CNE ou Secretárias ou Conselhos Estaduais de Educação;
x) Carteira de trabalho – folhas onde constem o número e a série, caso de registro, a folha com a data do 1º emprego, número do PIS/PASEP – cópia e original ou cópia autenticada;
y) Além dos documentos supracitados, os candidatos também deverão providenciar as certidões abaixo relacionadas:

I – Certidão cível da Justiça Federal, disponíveis no endereço eletrônico:
https://www2.trf4.jus.br/trf4/processos/certidao/index.php
II – Certidão cível da Justiça Estadual (residência nos últimos 5 anos);
***Requisitado no Fórum da Comarca que em que tenha residência nos últimos 5 anos.**
III – Certidão Negativa de Antecedentes Criminais – SINIC, expedida pelo endereço eletrônico: https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico/
IV – Certidão criminal da Justiça Militar Federal (residência dos últimos 5 anos), se exerceu ou exerce cargo na Polícia Militar, disponível no endereço eletrônico:
https://www.stm.jus.br/servicos-stm/certidao-negativa/emitir-certidao-negativa
***Caso o servidor não tenha exercido cargo na Polícia Militar Federal o mesmo deverá preencher e assinar a declaração disposta no Anexo I do Decreto Municipal nº 16.104/2015 (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);**
V – Certidão criminal da Justiça Militar Estadual (residência dos últimos 5 anos), se exerceu cargo na Polícia Militar, disponível no endereço eletrônico: https://www.tjmrs.jus.br/certidoes/
https://tjmmg.jus.br/certidao-negativa/
https://certidoes.tjmsp.jus.br/#/
***Caso o servidor não tenha exercido cargo na Polícia Militar Estadual o mesmo deverá preencher e assinar a declaração disposta no Anexo II, do Decreto Municipal nº 16.104/2015 (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);**
VI – Certidão do Tribunal de Justiça do Estado (residência dos últimos 5 anos), se ocupou cargo de Deputado Estadual, Vice-governador do Estado, Prefeito, Secretário de Estado, Juiz de Direito, Juiz de Direito Substituto, membro do Ministério Público, disponível no endereço eletrônico:
***Caso o servidor não tenha exercido cargos previstos acima, o mesmo deverá preencher e assinar a declaração disposta no Anexo III do Decreto Municipal nº 16.104/2015 (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);**
VII – Certidão criminal da Justiça Eleitoral, disponível no endereço eletrônico: https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/autoatendimento-eleitoral#/certidoes-eleitor
VIII – Certidão de contas julgadas irregulares de pessoa física do Tribunal de Contas da União, disponível no endereço eletrônico: https://contasirregulares.tcu.gov.br/ordsext/f?p=105:21:::NO:3,4,5,21:P21_FINS_ELEITORAIS:N
IX – Certidão de contas julgadas irregulares de pessoa física do Tribunal de Contas do Estado (residência nos últimos 5 anos);
X – Certidão do Conselho Nacional de Justiça do Cadastro Nacional de Condenações Civis por ato de improbidade administrativa – CNIA, disponível no endereço eletrônico: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php

EXAMES MÉDICOS:
O candidato deverá apresentar todos os exames clínicos e laboratoriais solicitados, os quais correrão às suas expensas.

a) Atestado de boa saúde física e mental, a ser fornecido por profissional médico, devendo obrigatoriamente constar no carimbo a especialidade profissional médica;
b) Radiografia do Tórax em PA e Perfil (com laudo e assinatura do médico Radiologista);
c) Radiografia de Coluna Cervical, Torácica e Lombar (com laudo e assinatura do médico radiologista);
d) Eletrocardiograma (com laudo, carimbo e assinatura do médico Cardiologista);
e) Hemograma;
f) Glicose de Jejum;
g) Hemoglobina Glicada;
h) Provas de função hepática (TGO, TGP, Gama GT, Fosfatase Alcalina, Bilirrubina Total e Frações, Eletroforese de Proteínas);
i) Tipagem sanguínea;
j) Creatinina;
k) Sorologia para doença de chagas (detecção por 2 métodos distintos: IgG Quimioluminescência e Imunofluorescência Indireta);
l) VDRL;
m) Colpocitologia Oncótica Parasitária (para mulheres);
n) PSA (para homens acima de 45 anos);
o) Teste de Esforço (Esteira ou Bicicleta) - Com laudo do médico cardiologista (candidatos a partir de 40 anos);
p) Sangue oculto nas fezes (candidatos a partir de 50 anos);
q) Ficha de exame admissional (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);

Além dos exames citados acima, o candidato deverá apresentar os exames de acordo com a especificidade do cargo.
a) Cargos da área da saúde:
• Anti-HBS;
• HBsAG;
• Anti-HCV.

b) Cargo de Cozinheiro:
• Parasitológico de fezes.

c) Cargo de Motorista:
• Audiometria;
• Eletroencefalograma.

PARECERES ESPECIALIZADOS (ANEXO V DO EDITAL DE ABERTURA Nº. 01.001/2025 DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2025):

•**FISCAL AMBIENTAL:** Parecer Oftalmológico, Parecer Psiquiátrico e Parecer Dermatológico – contendo o carimbo com a especialidade do médico (RQE).

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – A Avaliação Médica Admissional será realizada pela Medicina do Trabalho da Prefeitura, após a entrega de todos os documentos e exames;

II - Os documentos e exames listados nos itens anteriores deverão ser entregues na Diretoria Especial de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Paranavaí e, em caso de não comparecimento no citado prazo, o convocado será considerado como desistente da vaga;
III - O candidato poderá optar uma única vez pelo final de lista, na forma e no prazo descrito no item 23.1.1 do Edital de Abertura do Concurso Público Municipal n°. 001/2025;
IV - O presente edital segue as normas contidas no Edital de Abertura do Concurso Público Municipal n°. 001/2025, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, na data de 16 de abril de 2025.

Registre-se e publique-se.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 26 DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:436C981C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 173/2026

Dispõe sobre a convocação do candidato nomeado no Concurso Público nº 002/2025.

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR, convoca o candidato abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público nº 002/2025, nomeado nos termos da **PORTARIA MUNICIPAL nº 1584/2026**, a comparecer junto à Diretoria Especial de Recursos Humanos **ATÉ O DIA 16 DE SETEMBRO DE 2026**, das 08h00min às 11h00min e das 13h30min às 16h30min.

MÉDICO CLÍNICO GERAL			
CLASS.	CONVOCADO	CPF	MODALIDADE
26º	LUCAS VILICZINSKI DE OLIVEIRA	XXX.118.079-XX	AMPLA

DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS:
O candidato deve se apresentar junto a Diretoria Especial de Recursos Humanos, munidos dos documentos e exames abaixo relacionados:
a) 01 (uma) foto 3x4 (atualizada dos últimos 12 meses);
b) Carteira de identidade – cópia e original ou cópia autenticada;
c) CPF – cópia e original ou cópia autenticada;
d) Certidão de Nascimento (quando for solteiro) ou casamento ou declaração de União Estável feita perante Tabelião (se for o caso), ou ainda com averbação de óbito se viúvo – cópia e original ou cópia autenticada;
e) Título de eleitor com quitação eleitoral emitida pelo endereço eletrônico do Tribunal Regional Eleitoral ou comprovante de votação na última eleição ou justificativa da ausência – cópia e original ou cópia autenticada;
f) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação (sexo masculino) - cópia e original ou cópia autenticada;
g) Comprovante de PIS/PASEP – cópia e original ou cópia autenticada;
h) Certidão de nascimento dos dependentes ou termo de guarda ou tutela ou termo de adoção (se for o caso) - cópia e original ou cópia autenticada;
i) CPF dos dependentes (se for o caso) - cópia e original ou cópia autenticada;
j) Documentos dos dependentes, conforme abaixo – cópia e original ou cópia autenticada:
I – Cônjuge: Documento oficial de identificação com foto (RG, carteira nacional de habilitação ou registro profissional, com validade em todo território nacional e emitida por órgão de regulamentação profissional); CPF e Certidão de casamento;
II – Companheiro(a): Documento oficial de identificação com foto (RG, carteira nacional de habilitação ou registro profissional, com validade em todo território nacional e emitida por órgão de regulamentação profissional); CPF; Declaração pública ou particular de união estável (com reconhecimento das assinaturas) e Certidão de Nascimento, se solteiro, ou Certidão de Casamento atualizada e averbada, se viúvo, divorciado ou separado judicialmente;
III – Filho (a) não emancipado, menor de 18 anos: CPF (independentemente da idade) e certidão de nascimento;
IV – Filho (a) não emancipado, maior inválido: Documento oficial de Identificação com Foto (RG; Carteira Nacional de Habilitação ou Registro Profissional, com validade em todo território nacional e emitida por órgão de regulamentação profissional); CPF; Certidão de nascimento e Laudo ou atestado de Invalidez com a indicação do CID;
V – Enteado (a) não emancipado (a), menor de 18 anos ou menor tutelado: CPF (independente da idade); Certidão de nascimento; Declaração de dependência econômica (modelo a ser fornecido pelo RH) e Termo de Tutela em vigor;
VI – Enteado (a) não emancipado (a), inválido: Documento Oficial de identificação com Foto (RG; Carteira Nacional de Habilitação ou Registro Profissional, com validade em todo território nacional e emitida por órgão de regulamentação profissional); CPF; Certidão de Nascimento; Declaração de dependência econômica (modelo a ser fornecido pelo RH) e Laudo ou atestado de Invalidez com a indicação do CID;
VII – Para o caso de representação por tutela ou curatela do dependente: Além dos documentos pessoais do dependente de acordo com a condição descrita anteriormente, apresentar: Termo de curatela/tutela; Laudo ou atestado médico, com a indicação do CID; Documento Oficial de Identificação do representante legal com Foto (RG; Carteira Nacional de Habilitação ou Registro Profissional, com validade em todo território nacional e emitida por órgão de regulamentação profissional); CPF do representante legal e Comprovante de residência do representante legal.
VIII – São considerados dependentes: O cônjuge, a companheira, o companheiro, inclusive do mesmo sexo, e o filho não emancipado, menor de dezoito anos ou inválido de qualquer idade; O enteado e o menor tutelado equiparam-se aos filhos, mediante declaração escrita do servidor e desde que comprovada à dependência econômica; O filho e o enteado não emancipado manterão a condição de dependente até os dezoito anos se ainda estiverem cursando estabelecimento de ensino superior ou escola técnica de segundo grau;
IX – Os documentos listados nos itens anteriores deverão ser entregues na Diretoria Especial de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Paranavaí e, em caso de não comparecimento no citado prazo, o convocado será considerado como desistente da vaga.
K) Comprovante de residência no nome do candidato com o CEP, ou comprovante do vínculo anexo ao comprovante de residência, ou ainda declaração junto ao contrato de aluguel, se for o caso – cópia e original ou cópia autenticada;
l) Currículo atualizado;
m) Última declaração de imposto de renda, com o recibo de entrega na Receita Federal – cópia e original ou cópia autenticada;
n) Declaração de bens e imóveis; (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);
o) Declaração de enquadramento na Lei Municipal nº 3.891/2012; (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);
p) Declaração de nepotismo (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);
q) Documento que comprove a conclusão da escolaridade exigida para o cargo e o registro no Conselho de Classe, quando for o caso. Para comprovação da escolaridade serão aceitas fotocópias acompanhadas dos originais do diploma registrado ou certificado acompanhado de histórico escolar, reconhecidos pelo Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação – CNE ou Secretárias ou Conselhos Estaduais de Educação;
r) Carteira de trabalho – folhas onde constem o número e a série, caso de registro, a folha com a data do 1º emprego, número do PIS/PASEP – cópia e original ou cópia autenticada;
s) Declaração de que não ocupa outro cargo ou emprego público em qualquer das esferas do governo, bem como não percebe benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do Regime Geral de Previdência Social relativo a emprego público (art. 37, § 10 da CF), salvo se tratar das exceções previstas no art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal, hipótese nas quais deverá ser informada a função e a remuneração do outro cargo, a carga horária em cada vínculo e os horários de trabalho em ambos e, no caso de percepção de proventos de aposentadoria, especificação do cargo/emprego que originou o benefício previdenciário, com atenção aos limites remuneratórios estipulados pelo inciso XI do art. 37, da CF; (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);
t) Aos candidatos nomeados que tiverem vínculo de emprego ou cargo público, para comprovação da acumulação legal de acordo com o Art. 37 da Constituição Federal, deverão apresentar declaração do órgão ou entidade em que acumule cargo, contendo as seguintes informações atualizadas:
I – Regime do vínculo: celetista, estatutário, etc;
II – Identificação do órgão ou entidade em que possui vínculo público (cargo ou emprego);
III – Carga horária do outro vínculo;
IV – Horário de trabalho do outro vínculo;
V – Remuneração do outro vínculo.
u) Firmar declaração de não ter sido demitido "a bem do serviço público" no âmbito da administração federal, estadual, distrital ou municipal, nos últimos cinco anos anteriores à sua posse, observados os períodos de incompatibilização. Se ex-servidor do Município de Paranavaí (modelo fornecido pela Diretoria Especial de Recursos Humanos);
v) O candidato poderá optar uma única vez pelo final de lista, na forma e no prazo descrito no item 21.1.1 do Edital de Abertura do Concurso Público Municipal n°. 02/2025;
w) Além dos documentos supracitados, os candidatos também deverão providenciar as certidões abaixo relacionadas:
I – Certidão cível e criminal da Justiça Federal, disponíveis no endereço eletrônico: https://www2.trf4.jus.br/trf4/processos/certidao/index.php
II – Certidão cível e criminal da Justiça Estadual (residência nos últimos 5 anos);
*Requisitado no **Fórum da Comarca** que em que tenha residência nos últimos 5 anos.
III – Certidão criminal da Justiça Militar Federal (residência dos últimos 5 anos), se exerceu ou exerce cargo na Polícia Militar, disponível no endereço eletrônico:

https://www.stm.jus.br/servicos-stm/certidao-negativa/emitir-certidao-negativa
*Caso o servidor não tenha exercido cargo na Polícia Militar Federal o mesmo deverá preencher e assinar a declaração disposta no Anexo I do Decreto Municipal nº 16.104/2015. Disponível no endereço eletrônico:
http://www.ingabyte.com.br/sistema/arquivos/12101/250316190528_decreto_municipal_regulamenta_leis_42882014_e_43912015__ficha_limpa_municipal_pdf.pdf
IV – Certidão criminal da Justiça Militar Estadual (residência dos últimos 5 anos), se exerceu cargo na Polícia Militar, disponível no endereço eletrônico: https://www.tjmrs.jus.br/certidoes/
https://tjmmg.jus.br/certidao-negativa/
https://certidoes.tjmsp.jus.br/#/
*Caso o servidor não tenha exercido cargo na Polícia Militar Estadual o mesmo deverá preencher e assinar a declaração disposta no Anexo II, do Decreto Municipal nº 16.104/2015. Disponível no endereço eletrônico:
http://www.ingabyte.com.br/sistema/arquivos/12101/250316190528_decreto_municipal_regulamenta_leis_42882014_e_43912015__ficha_limpa_municipal_pdf.pdf
V – Certidão do Tribunal de Justiça do Estado (residência dos últimos 5 anos), se ocupou cargo de Deputado Estadual, Vice-governador do Estado, Prefeito, Secretário de Estado, Juiz de Direito, Juiz de Direito Substituto, membro do Ministério Público, disponível no endereço eletrônico:
*Caso o servidor não tenha exercido cargos previstos acima, o mesmo deverá preencher e assinar a declaração disposta no Anexo III do Decreto Municipal nº 16.104/2015.
http://www.ingabyte.com.br/sistema/arquivos/12101/250316190528_decreto_municipal_regulamenta_leis_42882014_e_43912015__ficha_limpa_municipal_pdf.pdf
VI – Certidão criminal da Justiça Eleitoral, disponível no endereço eletrônico: https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/autoatendimento-eleitoral#/certidoes-eleitor
VII – Certidão de contas julgadas irregulares de pessoa física do Tribunal de Contas da União, disponível no endereço eletrônico: https://contasirregulares.tcu.gov.br/ordsext/f?p=105:21:::NO:3,4,5,21:P21_FINS_ELEITORAIS:N
VIII – Certidão de contas julgadas irregulares de pessoa física do Tribunal de Contas do Estado (residência nos últimos 5 anos);
IX – Certidão do Conselho Nacional de Justiça do Cadastro Nacional de Condenações Civis por ato de improbidade administrativa – CNIA, disponível no endereço eletrônico: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php
EXAMES MÉDICOS:
O candidato deverá apresentar todos os exames clínicos e laboratoriais solicitados, os quais correrão às suas expensas.
a) Atestado de boa saúde física e mental, a ser fornecido por profissional médico, devendo obrigatoriamente constar no carimbo a especialidade profissional médica;
b) Radiografia do Tórax em PA e Perfil (com laudo e assinatura do médico Radiologista);
c) Radiografia de Coluna Cervical, Torácica e Lombar (com laudo e assinatura do médico radiologista);
d) Eletrocardiograma (com laudo, carimbo e assinatura do médico Cardiologista);
e) Hemograma;
f) Glicose de Jejum;
g) Hemoglobina Glicada;
h) Provas de função hepática;
i) Tipagem sanguínea;
j) Creatinina;
k) Sorologia para doença de chagas (detecção de IGG por 2 métodos distintos);
l) VDRL;
m) Colpocitologia Oncótica Parasitária (para mulheres);
n) PSA (para homens acima de 45 anos);
o) Teste de Esforço (Esteira ou Bicicleta) - Com laudo do médico cardiologista (candidatos a partir de 40 anos);
q) Sangue oculto nas fezes (candidatos a partir de 50 anos);
r) Anti-HBS;
s) HBsAG;
t) Anti-HCV.

PARECERES ESPECIALIZADOS (ANEXO V DO EDITAL DE ABERTURA Nº. 01.002/2025 DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 002/2025):
• **Médico Clínico Geral:** Parecer Psiquiátrico e Oftalmológico;
O presente edital segue as normas contidas no Edital de Abertura do Concurso Público Municipal n°. 002/2025, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, na data de 16 de abril de 2025.
Registre-se e publique-se.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 26 DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:8495B2BC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 174/2026

Dispõe sobre a convocação de candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025.

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, convoca o candidato abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025, a comparecer junto a Secretaria Municipal Administração Pública até o dia **02 DE SETEMBRO DE 2026,** das 08h00min às 11h00min e das 13h30min às 16h00min:

MÉDICO PLANTONISTA – 72 HORAS			
CLASS.	**CONVOCADO**	**CPF**	**MODALIDADE**
30º	CARLOS ROBERTO BUENO JUNIOR	XXX.200.149-XX	AMPLA

DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS
Os candidatos deverão se apresentar junto a Diretoria de Recursos Humanos, munidos (as) dos seguintes documentos originais necessários à posse e acompanhados de cópias a serem autenticadas no seu recebimento:
a) Uma foto 3 x 4, recente;
b) Documento que comprove a conclusão da escolaridade exigida para o cargo e o registro no Conselho de Classe;
c) Carteira de Identidade (cópia simples e original);
d) Cadastro de Pessoa Física – CPF, da Receita Federal (cópia simples e original);
e) Cadastro de Pessoa Física – CPF, da Receita Federal, dos dependentes do candidato (cópia simples e original);
f) Certidão de Nascimento ou Casamento (cópia simples e documento original);
g) Cartão do PIS/PASEP, ou CTPS contendo o nº. do PIS, se possuir (cópia simples e original);
h) Comprovante de endereço atual (cópia simples e original);
i) Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação, se candidato do sexo masculino (cópia simples e original);
j) Título de Eleitor (cópia simples e original);
k) Certidão de quitação eleitoral, expedida pelo Tribunal Regional Eleitoral em que possui domicílio eleitoral, ou impressa no portal eletrônico: www.tse.jus.br, expedida nos últimos 30 (trinta) dias;
l) Certidão negativa cível da Justiça Estadual (residência nos últimos 5 anos);
***Requisitado no Fórum da Comarca que em que tenha residência nos últimos 5 anos**;
m) Certidão negativa cível da Justiça Federal, disponíveis no endereço eletrônico:
https://www2.trf4.jus.br/trf4/processos/certidao/index.php;
n) Declaração de que não tenha sido demitido em consequência de aplicação de pena disciplinar do serviço público Federal, Estadual, Distrital ou Municipal, nos últimos 05 (cinco) anos, nem perdeu o cargo em razão de ordem judicial transitada em julgado a ser cumprida ou em cumprimento;

o) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais – SINIC, expedida pelo endereço eletrônico: https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico/;
p) Declaração negativa de acumulação de cargo, emprego ou função pública, conforme disciplina a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 37, XVI e suas emendas;
q) Aos candidatos nomeados que tiverem vínculo de emprego ou cargo público, para comprovação da acumulação legal de acordo com o Art. 37 da Constituição Federal, deverão apresentar declaração do órgão ou entidade em que acumule cargo ou emprego público, contendo as seguintes informações atualizadas:
q1. Regime do vínculo: Celetista, Estatutário etc;
q2. Identificação do órgão ou entidade em que possui vínculo público (cargo ou emprego);
q3. Carga horária do outro vínculo;
q4. Horário de trabalho do outro vínculo;
q5. Remuneração do outro vínculo.
r) Declaração expressa do candidato relacionando todos os Municípios e os seus respectivos Estados que residiu nos últimos 05 (cinco) anos;
s) Carteirinha de vacinação (frente e verso);
t) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) original, para registro.

DO EXAME MÉDICO E DISPOSIÇÕES FINAIS

Na data a ser estabelecida pela Diretoria Especial de Recursos Humanos, os candidatos supracitados deverão comparecer junto a Divisão de Segurança e Medicina do Trabalho, situada na Secretaria Municipal de Administração Pública, Rua Getúlio Vargas - nº 900, para a realização do exame médico admissional, de caráter eliminatório, que consistirá em exame médico clínico e, se necessário, exames complementares que serão realizados às custas dos candidatos.
O presente edital segue as normas contidas no Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2025, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, na data de 07 de janeiro de 2025.

Registre-se e publique-se.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 26 DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:B8C4FA02

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 175/2026

Dispõe sobre a convocação de candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2026.

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, convoca os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2026, a comparecerem junto à Diretoria de Recursos Humanos, no dia **02 de setembro de 2026,** das 08h00min às 11h00min e das 13h30min às 16h00min:

CUIDADOR			
CLASS.	**CONVOCADO**	**CPF**	**MODALIDADE**
31º	ELISANGELA SOARES SANTOS CARDOSO	XXX.737.359-XX	AMPLA
8º	CARLOS ALVES FERREIRA	XXX.923.709-XX	AFRO

ODONTÓLOGO			
CLASS.	**CONVOCADO**	**CPF**	**MODALIDADE**
1º	CHRISTIELLE ALENCAR NERY	XXX.196.432-XX	AFRO

DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS

a) Uma foto 3x4 recente (até dois anos);
b) Comprovante de escolaridade (conforme requisitos do Edital), (cópia simples e original);
c) Registro no Conselho de Classe (cópia simples e original), aos cargos que exijam;
d) Carteira de Identidade e Cadastro de Pessoa Física – CPF, da Receita Federal (cópia simples e original);
e) Certidão de nascimento ou casamento (cópia simples e original);
f) Ao cargo de cuidador: Laudo psiquiátrico atestando a sanidade mental (formulário para preenchimento fornecido pelo RH);
g) Cadastro de Pessoa Física – CPF, da Receita Federal, dos dependentes do candidato (cópia simples e original);
h) Cartão do PIS/PASEP ou CTPS contendo o nº do PIS, se possuir (cópia simples e original);
i) Comprovante de endereço atual (cópia simples e original);
j) Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação, se candidato do sexo masculino (cópia simples e original);
k) Título de Eleitor (cópia simples e original);
l) Certidão de quitação eleitoral, expedida pelo Tribunal Regional Eleitoral em que possui domicílio eleitoral, ou impressa no portal eletrônico: www.tse.jus.br, expedida nos últimos 30 (trinta) dias;
m) Certidão Negativa de Antecedentes Cíveis, da Justiça Estadual (Fórum da Comarca).
n) Certidão Negativa de Antecedentes Cíveis da Justiça Federal, da 4ª região, em 1ª e 2ª instância (documento original) expedida pelo endereço eletrônico: https://www2.trf4.jus.br/trf4/processos/certidao/index.php
o) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais – SINIC, expedida pelo endereço eletrônico: https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico/
p) Declaração de que não tenha sido demitido em consequência de aplicação de pena disciplinar do serviço público Federal, Estadual, Distrital ou Municipal, nos últimos 05 (cinco) anos, nem perdeu o cargo em razão de ordem judicial transitada em julgado a ser cumprida ou em cumprimento, conforme Anexo III deste Edital;
q) Declaração negativa de acumulação de cargo, emprego ou função pública, conforme disciplina a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 37, XVI e suas emendas, conforme Anexo IV deste Edital;
r) Declaração expressa do candidato relacionando todos os Municípios e os seus respectivos Estados que residiu nos últimos 05 (cinco) anos, conforme Anexo VI deste Edital;
s) Aos candidatos nomeados que tiverem vínculo de emprego ou cargo público, para comprovação da acumulação legal de acordo com o Art. 37 da Constituição Federal, deverão apresentar declaração do órgão ou entidade em que acumule cargo ou emprego público, em conjunto com o Anexo V deste Edital, contendo as seguintes informações atualizadas:
r1. Regime do vínculo: Celetista, Estatutário, etc.;
r2. Identificação do órgão ou entidade em que possui vínculo público (cargo ou emprego);
r3. Carga horária do outro vínculo;
r4. Horário de trabalho do outro vínculo;
r5. Remuneração do outro vínculo.

DO EXAME MÉDICO E DISPOSIÇÕES FINAIS

Na data a ser estabelecida pela Diretoria Especial de Recursos Humanos, os candidatos supracitados deverão comparecer junto a Divisão de Segurança e Medicina do Trabalho, situada no Paço Municipal Prefeito "Antônio José Messias" - Térreo, para a realização do exame médico admissional, de caráter eliminatório, que consistirá em exame médico clínico e, se necessário, exames complementares que serão realizados às custas dos candidatos.

O presente edital segue as normas contidas no Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, na data de 30 de janeiro de 2026.

Registre-se e publique-se.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 26 DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:67F5C500

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1576/2026

Fica sem efeito a nomeação e desclassifica a candidata aprovada em Concurso Público nº 001/2025 para o cargo de Fonoaudiólogo, de provimento efetivo.

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a nomeação da candidata abaixo relacionada, nomeada nos termos da Portaria nº 1296/2026, no cargo de **FONOAUDIÓLOGO**, por não atender à convocação, conforme Edital n° 150/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 13 de julho de 2026.

CLASS.	CONVOCADO	CPF	MODALIDADE
1º	THAIS MARTINS NEVES	XXX.026.999-XX	A.C.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AO 25 DIA DO MÊS DE AGOSTO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:7AB4B267

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1577/2026

Fica sem efeito a nomeação e desclassifica o candidato aprovado em Concurso Público nº 001/2025 para o cargo de Fiscal Ambiental, de provimento efetivo.

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a nomeação do candidato abaixo relacionado, nomeado nos termos da Portaria nº 1446/2026, no cargo de **FISCAL AMBIENTAL**, por não atender à convocação, conforme Edital n° 166/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 05 de agosto de 2026.

CLASS.	CONVOCADO	CPF	MODALIDADE
3º	EDUARDO MAKIYAMA KLOSOWSKI	XXX.578.789-XX	A.C.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AO 25 DIA DO MÊS DE AGOSTO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:C8C0299C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1578/2026

Dispõe sobre a desclassificação, a pedido, da candidata aprovada no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025, para o cargo de ocupação temporária de Médico Plantonista – 72 horas.

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1º Desclassificar, a pedido, a candidata abaixo relacionada do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025, para o cargo de ocupação temporária de **MÉDICO PLANTONISTA – 72 HORAS**, conforme Edital n° 171/2026, tendo em vista renúncia definitiva ao cargo, conforme solicitação via Termo de Renúncia Definitiva.

CLASS.	CANDIDATO	CPF	TIPO DE VAGA
29º	FLAVIA MARQUES CONSTANCIO	XXX.494.618-XX	AMPLA

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 25 DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:8EF0EAC8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1579/2026

Dispõe sobre a desclassificação do candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2026, para o cargo de ocupação temporária de Odontólogo, por não atender à convocação.

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Art. 1º Desclassificar, o candidato abaixo relacionado**,** do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2026, para o cargo de ocupação temporária de **ODONTÓLOGO**, por não atender à convocação, conforme Edital n° 169/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 17 de agosto de 2026.

CLASS.	CANDIDATO	CPF	TIPO DE VAGA
1º	GUSTAVO CAFIEIRO DE TOLEDO	XXX.591.569-XX	PCD

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AO 25 DIA DO MÊS DE AGOSTO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:DDC485ED

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1580/2026

Dispõe sobre a desclassificação, a pedido, da candidata aprovada no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2026, para o cargo de Cuidador, de ocupação temporária.

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1º Desclassificar, a pedido, a candidata abaixo relacionada, do Processo Seletivo Simplificado nº 169/2026, para o cargo de **CUIDADOR**, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 17 de agosto de 2026, tendo em vista a renúncia definitiva ao cargo, conforme solicitação formalizada por meio de Termo de Renúncia Definitiva.

CLASS.	CONVOCADA	CPF	TIPO DE VAGA
25º	ERIKA PEREIRA ANDRADE DA SILVA	XXX.263.799-XX	AMPLA

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 26 DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:556EF867

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1582/2026

Dispõe sobre a desclassificação, a pedido, da candidata aprovada no Concurso Público nº 002/2025, para o cargo de provimento efetivo de Médico Clínico Geral.

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE

Art. 1º Desclassificar, a pedido, a candidata abaixo relacionada, nomeada nos termos da Portaria Municipal nº 1459/2026, no cargo de provimento efetivo de **MÉDICO CLÍNICO GERAL**, tendo em vista a renúncia definitiva ao cargo, conforme solicitação via Termo de Renúncia Definitiva.

CLASS.	CANDIDATO	CPF	MODALIDADE
22º	ISABELA NACHI	XXX.899.241-XX	AMPLA

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 26 DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:21D109F3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1583/2026

Dispõe sobre a nomeação do candidato aprovado no Concurso Público nº 001/2025 no cargo de provimento efetivo de Fiscal Ambiental.

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o candidato abaixo relacionado em virtude da sua aprovação no cargo de provimento efetivo de **FISCAL AMBIENTAL,** referente ao **CONCURSO PÚBLICO nº. 001/2025,** cujo resultado final foi homologado e publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná em 15 de outubro de 2025.

CLASS.	CONVOCADO	CPF	MODALIDADE
4º	WILLIAM ANTONIO DE ABREU FERREIRA	XXX.840.219-XX	A.C.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 26 DIAS DE AGOSTO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:0D3353E4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1584/2026

Dispõe sobre a nomeação do candidato aprovado no Concurso Público nº 002/2025.

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o candidato abaixo relacionado em virtude da sua aprovação no **Concurso Público nº 002/2025**, homologado e publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná em 21 de agosto de 2025.

MÉDICO CLÍNICO GERAL			
CLASS.	CONVOCADO	CPF	MODALIDADE
26º	LUCAS VILICZINSKI DE OLIVEIRA	XXX.118.079-XX	AMPLA

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 26 DIAS DE AGOSTO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:970C0889

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1588/2026

Dispõe sobre a desclassificação da candidata aprovada no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2026, para o cargo de ocupação temporária de Cuidador, por não atender à convocação.

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Art. 1º Desclassificar, a candidata abaixo relacionada**,** do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2026, para o cargo de ocupação temporária de **CUIDADOR**, por não atender à convocação, conforme Edital n° 169/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 17 de agosto de 2026.

CLASS.	CANDIDATO	CPF	TIPO DE VAGA
27º	VALDIRENE INACIO DE MORAIS	XXX.892.848-XX	AMPLA

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 26 DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:7C8E60C9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1589/2026

PORTARIA Nº 1589/2026

Designa servidor(es) para exercer a função de Fiscal Suplente do Contrato nº 96/2026 referente ao Pregão Eletrônico nº 09/2026.

A Diretora Especial de Compras, no uso de suas atribuições legais, e considerando os dispostos nos arts. 7º e 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por representante(s) da Administração e, caput do art. 132 do Decreto Municipal nº 24.731/2023, resolve:

Art. 1º Designar o servidor para atuar como fiscal suplente, conforme descrito abaixo:
Objeto:
Contratação de empresa especializada para Revitalização da iluminação de vias urbanas, com a substituição de luminárias tradicionais por luminárias que utilizam tecnologia LED com serviços de: fornecimento e instalação de 11.845 und de luminárias para iluminação pública em LED (conforme especificado em projeto); conjuntos ornamentais de braços de iluminação; relés foto controladores eletrônicos; cabos de cobre flexível tipo PP e demais acessórios; serviços de retirada, transporte e descarte de conjuntos de iluminação e acessórios, com a emissão de Certificado de Destinação Final - CDF, conforme especificação no Termo de Referência e demais documentos do projeto; e Placa de comunicação visual do Programa. Projeto 129 - Ilumina Paraná - convênio 1252/2025 SECID.

Fiscal Suplente: Carlos Henrique da Silva Fonseca

Art. 2º A designação formal está conforme indicada pelo(s) ordenador(es) de despesa constante no processo digital IPM 32584/2026.

Art. 3º Permanece em vigor a Portaria n.º 776/2026.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, 26 de agosto de 2026.

THAÍS SOARES DA SILVA
Diretora Especial de Compras

Publicado por:
Guilherme do Prado Eickhoff
Código Identificador:8FAAB6BC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.592/2026.

Dispõe sobre a designação de servidores para compor e constituir Junta Médica Oficial com o objetivo de promover inspeção médica em servidores públicos municipais.

Considerando *o artigo 87, parágrafo único da Lei Municipal nº 3.891/2012, onde prevê que a Administração Municipal, julgando necessário, poderá submeter o servidor à junta médica oficial e especializada, independente do prazo de licença;*
Considerando *o artigo 32, do Decreto Municipal nº 27.462/2026, que prevê que o servidor será submetido à junta médica oficial a qualquer momento, mediante recomendação do médico designado pelo Município, a pedido da chefia do servidor ou da Secretaria Municipal de Administração;*
Considerando *a Lei Federal nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência;*
Considerando *a Lei Municipal nº 5.150/2022, alterada pela Lei Municipal nº 5.559/2025, que dispõe sobre o pagamento do auxílio-alimentação nos casos de pessoa com deficiência;*
Considerando *as disposições da Lei Municipal nº 3.891/2012, com as alterações introduzidas pela Lei Municipal nº 5.544/2025, que garantem ao servidor público municipal o direito ao horário especial com redução da jornada de trabalho, sem prejuízo da remuneração e independente de compensação, quando o próprio servidor ou seu dependente (cônjuge, companheiro, pai, mãe, tutor, curador ou responsável legal) for pessoa com deficiência, transtorno do espectro autista ou doença rara, mediante comprovação por Junta Médica Oficial;*
Considerando *a solicitação de Junta Médica Oficial expedida em 09 de julho de 2026 que solicita o retorno após o prazo de 30 (trinta) dias da servidora municipal de matrícula nº 8500-2 para inspeção por Junta Médica Oficial;*
Considerando *a solicitação de Junta Médica Oficial expedida em 13 de agosto de 2026 referente ao resultado de Perícia Médica que requisita o encaminhamento da servidora municipal de matrícula nº 7382-1 para inspeção por Junta Médica Oficial;*
Considerando *a solicitação de Junta Médica Oficial expedida em 10 de agosto de 2026 referente ao Processo 44627/2026 que requisita o encaminhamento da servidora municipal de matrícula nº 11004-1 para inspeção por Junta Médica Oficial;*
Considerando *a solicitação de Junta Médica Oficial expedida em 21 de agosto de 2026 referente ao Processo 46860/2026 que requisita o encaminhamento da servidora municipal de matrícula nº 10180-1 para inspeção por Junta Médica Oficial;*
Considerando *a solicitação de Junta Médica Oficial expedida em 21 de agosto de 2026 referente ao Processo 46877/2026 que requisita o encaminhamento da servidora municipal de matrícula nº 8730-2 para inspeção por Junta Médica Oficial;*

O SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:
Art. 1º Designar os servidores municipais, ocupantes dos cargos de provimento efetivo de médicos, abaixo relacionados, para compor e constituir Junta Médica Oficial dos servidores públicos municipais de matrículas nº 8500-2, *nº 7382-1, nº 11004-1, nº 10180-1 e nº 8730-2.*

I – Ettore Fernandes Giovine - CRM nº 30966/PR, Matrícula nº 10122-2;
II - Michele Fernanda Ricci Peres – CRM nº 33521/PR, Matrícula nº 11104-1;
III – Paula Graziela Wessler – CRM nº 42873/PR, Matrícula nº 10621-3;
§ 1º A data, horário e local da perícia médica será determinada pelos servidores designados no *caput* deste artigo e os servidores a serem periciados serão notificados oficialmente por aviso de recebimento e ou notificação pessoal quanto as respectivas informações;
§ 2º Havendo interesse por parte dos servidores periciados os mesmos poderão estar acompanhados por profissionais médicos, da sua escolha, no ato da perícia, sendo que os custos para tal, serão suportados integralmente pelos servidores.

Art. 2º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 26 DIAS DE AGOSTO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretario Municipal de Administração

Publicado por:
Cristina Brescansin Prates
Código Identificador:19B45D0A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.593/2026.

Concede Licença-maternidade à servidora pública municipal, ALANE MARQUES RIBEIRO DOS SANTOS DE SÁ.

Considerando *o protocolo nº 770163252/2026, solicitando* Licença-maternidade, *o Atestado Médico e a Certidão de Nascimento anexado ao referido Processo*

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:

Art.1º Conceder 180 (cento e oitenta) dias de Licença-maternidade**,** à servidora **ALANE MARQUES RIBEIRO DOS SANTOS DE SÁ**, Matrículas nº 10051-1 e nº 10051-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR**, junto a Secretaria Municipal de Educação, conforme dispõe o artigo 93 da Lei Municipal nº 3.891, de 12 de janeiro de 2012, com início em 14/08/2026 e término em 09/02/2027.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 14 de agosto de 2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 26 DIAS DE AGOSTO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristina Brescansin Prates
Código Identificador:294BF66C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.594/2026.

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde a servidor público municipal.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:

Art. 1° Conceder ao servidor **ELIAS GOULART DA SILVA,** Matrícula n° 12033-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de **MOTORISTA GERAL** junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família, 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 19 de agosto de 2026, conforme perícia médica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos em 19 de agosto de 2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 26 DIAS DE AGOSTO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristina Brescansin Prates
Código Identificador:86C9C165

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.595/2026.

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde a servidor público municipal.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:

Art. 1° Conceder à servidora **PRISCILLA DE SOUZA RAPKIEWICZ,** Matrícula n° 7424-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de **AGENTE DE CONSERVAÇÃO** junto a Secretaria Municipal de Educação, 45 (quarenta e cinco) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 19 de agosto de 2026, conforme perícia médica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos em 19 de agosto de 2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 26 DIAS DE AGOSTO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristina Brescansin Prates
Código Identificador:11FF6C5B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.596/2026.

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde a servidor público municipal.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:

Art. 1° Conceder à servidora **KATIA DOS SANTOS FERMINO DE LIMA,** Matrícula n° 10981-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de **COZINHEIRA** junto a Secretaria Municipal de Educação, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 20 de agosto de 2026, conforme perícia médica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos em 20 de agosto de 2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 26 DIAS DE AGOSTO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristina Brescansin Prates
Código Identificador:83268117

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.597/2026.

Dispõe sobre a readaptação a servidor público municipal.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:

Art.1º Conceder readaptação à servidora **GISELA MARTINEZ REINALDO HAYASHI,** Matrícula nº 3876-3, ocupante do cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR,** conforme verificado em Inspeção Médica Oficial, observando-se as restrições clínicas contidas no Laudo Médico, nos termos do art.25 da Lei Municipal nº 3.891/2012.
§1° A readaptação prevista no caput deste artigo se dá a partir da data de **24 de agosto de 2026** pelo período de **180 (cento e oitenta) dias.**
§2° Havendo necessidade de solicitar a prorrogação de prazo o (a) servidor (a) deverá protocolar novo laudo do seu médico assistente, até a data de encerramento do período estabelecido no § 1° deste artigo.
Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos em 24 de agosto de 2026

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 26 DIAS DE AGOSTO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristina Brescansin Prates
Código Identificador:D2811887

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.598/2026.

Dispõe sobre a readaptação a servidor público municipal.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:

Art.1º Conceder readaptação à servidora **JACYARA MARTA POMIN GOMES,** Matrícula nº 5055-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR,** conforme verificado em Inspeção Médica Oficial, observando-se as restrições clínicas contidas no Laudo Médico, nos termos do art.25 da Lei Municipal nº 3.891/2012.
§1° A readaptação prevista no caput deste artigo se dá a partir da data de **24 de agosto de 2026** pelo período de **180 (cento e oitenta) dias.**
§2° Havendo necessidade de solicitar a prorrogação de prazo o (a) servidor (a) deverá protocolar novo laudo do seu médico assistente, até a data de encerramento do período estabelecido no § 1° deste artigo.
Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos em 24 de agosto de 2026

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 26 DIAS DE AGOSTO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristina Brescansin Prates
Código Identificador:479C580C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.599/2026

Dispõe sobre a readaptação a servidor público municipal.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:

Art.1º Conceder readaptação à servidora **JOSENAI REIS DE ALMEIDA SILVA,** Matrícula nº 8189-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de **AGENTE DE APOIO EDUCACIONAL,** conforme verificado em Inspeção Médica Oficial, observando-se as restrições clínicas contidas no Laudo Médico, nos termos do art.25 da Lei Municipal nº 3.891/2012.
§1° A readaptação prevista no caput deste artigo se dá a partir da data de **24 de agosto de 2026** pelo período de **120 (cento e vinte) dias.**
§2° Havendo necessidade de solicitar a prorrogação de prazo o (a) servidor (a) deverá protocolar novo laudo do seu médico assistente, até a data de encerramento do período estabelecido no § 1° deste artigo.
Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos em 24 de agosto de 2026

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 26 DIAS DE AGOSTO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristina Brescansin Prates
Código Identificador:764F48CB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.600/2026.

Dispõe sobre a readaptação a servidor público municipal.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:

Art.1º Conceder readaptação à servidora **KARINA BEATRIZ EICKHOFF,** Matrícula nº 4460-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA,** conforme verificado em Inspeção Médica Oficial, observando-se as restrições clínicas contidas no Laudo Médico, nos termos do art.25 da Lei Municipal nº 3.891/2012.
§1° A readaptação prevista no caput deste artigo se dá a partir da data de **24 de agosto de 2026** pelo período de **120 (cento e vinte) dias.**
§2° Havendo necessidade de solicitar a prorrogação de prazo o (a) servidor (a) deverá protocolar novo laudo do seu médico assistente, até a data de encerramento do período estabelecido no § 1° deste artigo.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos em 24 de agosto de 2026

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 26 DIAS DE AGOSTO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristina Brescansin Prates
Código Identificador:ABD41B16

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1601/ 2026

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio ao servidor (a) de cargo efetivo de Ajudante Geral.

Considerando *o requerimento do (a) servidor (a) NEREIDE CRISTINA RODRIGUES GUABIRABA, protocolado sob n° 47302/2026, que solicita licença-prêmio.*

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM O DECRETO MUNICIPAL Nº 7.529/2003 E AS LEIS MUNICIPAIS Nº 1.775/1995, 2.391/2003 E 3.891/2012,
RESOLVE:

Art. 1° Conceder licença-prêmio por assiduidade o (a) servidor (a) **NEREIDE CRISTINA RODRIGUES GUABIRABA,** efetivo (a) no cargo de **AJUDANTE GERAL –** Matrícula n° 8565-2 lotado (a) na **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,** referente ao período aquisitivo de 22/06/2021 A 21/06/2026 (20 dias), conforme requerimento protocolado sob o nº 47302/2026.

Art. 2° O período de fruição de licença-prêmio concedida será de 04 dias, com início em 25/08/2026 e término em 28/08/2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 26 DE AGOSTO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Deborah Avila Saiz
Código Identificador:B015A22E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1602/ 2026

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio ao servidor (a) de cargo efetivo de Técnico de Enfermagem.

Considerando *o requerimento do (a) servidor (a) GILMAR NEVES DOS SANTOS, protocolado sob n° 47471/2026, que solicita licença-prêmio.*

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM O DECRETO MUNICIPAL Nº 7.529/2003 E AS LEIS MUNICIPAIS Nº 1.775/1995, 2.391/2003 E 3.891/2012,
RESOLVE:

Art. 1° Conceder licença-prêmio por assiduidade o (a) servidor (a) **GILMAR NEVES DOS SANTOS,** efetivo (a) no cargo de **TÉCNICO DE ENFERMAGEM –** Matrícula n° 5718-2 lotado (a) na **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,** referente ao período aquisitivo de 07/01/2017 A 06/01/2022 (18 dias), conforme requerimento protocolado sob o nº 47471/2026.

Art. 2° O período de fruição de licença-prêmio concedida será de 10 dias, com início em 08/09/2026 e término em 17/09/2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 26 DE AGOSTO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Deborah Avila Saiz
Código Identificador:B429A38E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1603/ 2026

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio ao servidor (a) de cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde.

Considerando *o requerimento do (a) servidor (a) SOLANGE PRESTES MOSCARDI, protocolado sob n° 47483/2026, que solicita licença-prêmio.*

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM O DECRETO MUNICIPAL Nº 7.529/2003 E AS LEIS MUNICIPAIS Nº 1.775/1995, 2.391/2003 E 3.891/2012,
RESOLVE:

Art. 1° Conceder licença-prêmio por assiduidade o (a) servidor (a) **SOLANGE PRESTES MOSCARDI,** efetivo (a) no cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE –** Matrícula n° 10356-1 lotado (a) na **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,** referente ao período aquisitivo de 02/02/2021 A 01/02/2026 (40 dias), conforme requerimento protocolado sob o nº 47483/2026.

Art. 2° O período de fruição de licença-prêmio concedida será de 02 dias, com início em 13/08/2026 e término em 14/08/2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 26 DE AGOSTO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Deborah Avila Saiz
Código Identificador:89EE2CC6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1604/ 2026

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio ao servidor (a) de cargo efetivo de Agente de Conservação.

Considerando *o requerimento do (a) servidor (a) MARISA DE LIMA ROCHA, protocolado sob n° 47566/2026, que solicita licença-prêmio.*

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM O DECRETO MUNICIPAL Nº 7.529/2003 E AS LEIS MUNICIPAIS Nº 1.775/1995, 2.391/2003 E 3.891/2012,
RESOLVE:

Art. 1° Conceder licença-prêmio por assiduidade o (a) servidor (a) **MARISA DE LIMA ROCHA,** efetivo (a) no cargo de **AGENTE DE CONSERVAÇÃO –** Matrícula n° 8209-1 lotado (a) na **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA,** referente ao período aquisitivo de 20/10/2019 A 19/10/2024 (20 dias), conforme requerimento protocolado sob o nº 47566/2026.

Art. 2° O período de fruição de licença-prêmio concedida será de 20 dias, com início em 27/08/2026 e término em 15/09/2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 26 DE AGOSTO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Deborah Avila Saiz
Código Identificador:D3DD0DE2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1605/ 2026

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio ao servidor (a) de cargo efetivo de Orientador de Trânsito.

Considerando *o requerimento do (a) servidor (a) ALESSANDRO MONTANHA TEIXEIRA, protocolado sob n° 47645/2026, que solicita licença-prêmio.*

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM O DECRETO MUNICIPAL Nº 7.529/2003 E AS LEIS MUNICIPAIS Nº 1.775/1995, 2.391/2003 E 3.891/2012,
RESOLVE:

Art. 1° Conceder licença-prêmio por assiduidade o (a) servidor (a) **ALESSANDRO MONTANHA TEIXEIRA,** efetivo (a) no cargo de **ORIENTADOR DE TRÂNSITO –** Matrícula n° 5409-1 lotado (a) na **SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO,** referente ao período aquisitivo de 07/01/2017 A 06/01/2022 (30 dias), conforme requerimento protocolado sob o nº 47645/2026.

Art. 2° O período de fruição de licença-prêmio concedida será de 05 dias, com início em 11/09/2026 e término em 15/09/2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 26 DE AGOSTO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Deborah Avila Saiz
Código Identificador:9305E601

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.606/2026.

Dispõe sobre a readaptação a servidor público municipal.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:

Art.1º Conceder readaptação à servidora **ROSANA GONÇALVES DE OLIVEIRA CURTY,** Matrícula nº 5385-3, ocupante do cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR,** conforme verificado em Inspeção Médica Oficial, observando-se as restrições clínicas contidas no Laudo Médico, nos termos do art.25 da Lei Municipal nº 3.891/2012.
§1° A readaptação prevista no caput deste artigo se dá a partir da data de **24 de agosto de 2026** pelo período de **30 (trinta) dias.**
§2° Havendo necessidade de solicitar a prorrogação de prazo o (a) servidor (a) deverá protocolar novo laudo do seu médico assistente, até a data de encerramento do período estabelecido no § 1° deste artigo.
Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos em 24 de agosto de 2026

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 26 DIAS DE AGOSTO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristina Brescansin Prates
Código Identificador:327AB346

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.607/2026.

Dispõe sobre a readaptação a servidor público municipal.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:

Art.1º Conceder readaptação à servidora **SONIA MARIA DOS SANTOS SALLES,** Matrícula nº 5353-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR,** conforme verificado em Inspeção Médica Oficial, observando-se as restrições clínicas contidas no Laudo Médico, nos termos do art.25 da Lei Municipal nº 3.891/2012.
§1° A readaptação prevista no caput deste artigo se dá a partir da data de **24 de agosto de 2026** pelo período de **120 (cento e vinte) dias.**
§2° Havendo necessidade de solicitar a prorrogação de prazo o (a) servidor (a) deverá protocolar novo laudo do seu médico assistente, até a data de encerramento do período estabelecido no § 1° deste artigo.
Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos em 24 de agosto de 2026

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 26 DIAS DE AGOSTO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristina Brescansin Prates
Código Identificador:EEB1303C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.608/2026.

Dispõe sobre a readaptação a servidor público municipal.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:

Art.1º Conceder readaptação à servidora **VANESSA MOREIRA DE SOUZA,** Matrícula nº 8087-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de **COZINHEIRA,** conforme verificado em Inspeção Médica Oficial, observando-se as restrições clínicas contidas no Laudo Médico, nos termos do art.25 da Lei Municipal nº 3.891/2012.

§1° A readaptação prevista no caput deste artigo se dá a partir da data de **24 de agosto de 2026** pelo período de **60 (sessenta) dias.**
§2° Havendo necessidade de solicitar a prorrogação de prazo o (a) servidor (a) deverá protocolar novo laudo do seu médico assistente, até a data de encerramento do período estabelecido no § 1° deste artigo.
Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos em 24 de agosto de 2026

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 26 DIAS DE AGOSTO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristina Brescansin Prates
Código Identificador:9E2484FB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.609/2026.

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde a servidor público municipal.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:

Art. 1° Conceder à servidora **ELIZABETE MARCELINO GARCIA,** Matrículas n° 6779-1 e nº 6779-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR** junto a Secretaria Municipal de Educação, 120 (cento e vinte) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 12 de agosto de 2026, conforme perícia médica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos em 12 de agosto de 2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 26 DIAS DE AGOSTO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristina Brescansin Prates
Código Identificador:AFD971C3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.610/2026.

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde a servidor público municipal.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:

Art. 1° Conceder à servidora **MARCIA REGINA NAVARRO VACELI,** Matrícula nº 8176-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de **AGENTE DE CONSERVAÇÃO** junto a Secretaria Municipal de Educação, 60 (sessenta) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 12 de agosto de 2026, conforme perícia médica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos em 12 de agosto de 2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 26 DIAS DE AGOSTO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristina Brescansin Prates
Código Identificador:7633A6C9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.611/2026.

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde a servidor público municipal.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:

Art. 1° Conceder ao servidor **RODRIGO DE STEFANI,** Matrícula nº 10653-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de **TÉCNICO DE ENFERMAGEM GERAL** junto a Secretaria Municipal de Saúde, 20 (vinte) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 17 de agosto de 2026, conforme perícia médica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos em 17 de agosto de 2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 26 DIAS DE AGOSTO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristina Brescansin Prates
Código Identificador:B1A4B3AB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
REPUBLICAÇÃO PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.587/2026.

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde a servidor público municipal.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:

Art. 1° Conceder à servidora **SIRLEI BORTOLOTTO,** Matrícula n° 4871-3, ocupante do cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR** junto a Secretaria Municipal de Educação, 45 (quarenta e cinco) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 18 de agosto de 2026, conforme perícia médica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos em 18 de agosto de 2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 20 DIAS DE AGOSTO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristina Brescansin Prates
Código Identificador:D6A1CF91

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DECRETO MUNICIPAL Nº 27.979/2026

Institui o Programa Municipal Paranavaí Sem Dor e organiza o Serviço Municipal de Referência em Dor Crônica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) do Município de Paranavaí, e dá outras providências.

MAURICIO GEHLEN, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, III e V do art. 60 da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 6º, 23, inciso II, 30, incisos I, II e VII, 196 e 198 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, especialmente quanto à integralidade da assistência e à competência da direção municipal do SUS para planejar, organizar, controlar, avaliar, gerir e executar os serviços públicos de saúde;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 15.422, de 3 de junho de 2026, que institui diretrizes básicas para a melhoria da saúde das pessoas com dor crônica e assegura seu direito ao atendimento integral pelo SUS;

CONSIDERANDO o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Dor Crônica, aprovado pela Portaria Conjunta SAES/SAPS/SECTICS/MS nº 1, de 22 de agosto de 2024;

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 128 a 132 da Lei Orgânica do Município de Paranavaí, especialmente a exigência de discussão e aprovação, pelo Conselho Municipal de Saúde, da instalação de novos serviços públicos de saúde;

CONSIDERANDO as competências atribuídas à Secretaria Municipal de Saúde pelos arts. 43 e 44 da Lei Municipal nº 4.396, de 11 de junho de 2015;

CONSIDERANDO a Resolução do Conselho Municipal de Saúde nº 030, de 12 de agosto de 2026, que aprovou, ad referendum, o Protocolo Institucional Padronizado de Triagem, Encaminhamento, Acompanhamento e Alta do Programa Municipal Paranavaí Sem Dor,

DECRETA:

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, o Programa Municipal Paranavaí Sem Dor, destinado à organização da linha municipal de cuidado integral às pessoas com dor crônica.
§ 1º O Programa Municipal Paranavaí Sem Dor será executado por meio do Serviço Municipal de Referência em Dor Crônica, integrado à Rede Municipal de Atenção à Saúde e subordinado administrativa e tecnicamente à Secretaria Municipal de Saúde.

§ 2º O Serviço Municipal de Referência em Dor Crônica poderá utilizar, para fins de identificação assistencial e comunicação institucional com a população, a denominação "Clínica Multidiciplinar Paranavaí Sem Dor" e a denominação abreviada "Pvai Sem Dor".

§ 3º As denominações previstas no § 2º não implicam a criação de órgão ou entidade dotada de personalidade jurídica própria, autonomia administrativa, unidade orçamentária, cargo público ou estrutura organizacional distinta da Secretaria Municipal de Saúde.

§ 4º O enquadramento e o cadastramento do estabelecimento no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) deverão observar sua efetiva classificação assistencial e as normas do Ministério da Saúde.

Art. 2º Para os efeitos deste Decreto, considera-se:
I - dor crônica: dor persistente ou recorrente com duração igual ou superior a três meses, independentemente de sua intensidade, localização ou causa inicial;
II - linha de cuidado: conjunto articulado e contínuo de ações e serviços destinado a assegurar a atenção à pessoa com dor crônica nos diferentes pontos da Rede Municipal de Atenção à Saúde;
III - Plano Terapêutico Singular - PTS: conjunto individualizado de propostas de cuidado elaborado pela equipe multiprofissional, pactuado com o usuário e fundamentado em sua condição clínica, funcional, emocional, ocupacional e social;
IV - Serviço Municipal de Referência em Dor Crônica: ponto de atenção municipal responsável pela avaliação e pelo acompanhamento multiprofissional dos casos que preencham os critérios clínico-assistenciais estabelecidos em protocolo;
V - ciclo terapêutico: período programado de acompanhamento multiprofissional, com objetivos, intervenções, indicadores de evolução e momento de reavaliação definidos no PTS;
VI - Práticas Integrativas e Complementares em Saúde - PICS: recursos terapêuticos reconhecidos no âmbito do Sistema Único de Saúde, utilizados de maneira complementar e integrada ao cuidado convencional;
VII - usuário ativo: pessoa regularmente admitida no Programa, com cadastro assistencial vigente, PTS em execução e acompanhamento periódico pela equipe do Serviço.

Art. 3º O Programa Municipal Paranavaí Sem Dor constitui estratégia de execução da política municipal de saúde e possui caráter contínuo, multiprofissional, interdisciplinar, regulado e integrado à Rede de Atenção à Saúde.

Parágrafo único. O Programa Municipal Paranavaí Sem Dor é distinto e complementar ao Programa Paraná Sem Dor, gerido pela Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, não substituindo nem modificando os critérios, responsabilidades e fluxos estaduais de acesso a medicamentos, procedimentos ou serviços.

Art. 4º. O Programa e o Serviço Municipal de Referência em Dor Crônica poderão adotar logotipo, identidade visual, cores, símbolos e demais elementos gráficos oficialmente aprovados pela Secretaria Municipal de Saúde, destinados exclusivamente à identificação institucional, assistencial, informativa e educativa de suas ações.
§ 1º A utilização da identidade visual observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade institucional, sendo vedada sua associação a nome, imagem, fotografia, slogan pessoal, número eleitoral, partido político, autoridade, agente público ou elemento destinado à promoção pessoal ou político-partidária.

§ 2º A utilização, na identidade visual do Programa, de cores ou elementos gráficos também empregados na comunicação institucional do Município ou de determinada gestão não caracteriza, por si só, promoção pessoal, desde que preservados o caráter público, impessoal e permanente da marca e as vedações previstas no § 1º.

§ 3º A identidade visual deverá ser preservada, sempre que possível, como patrimônio institucional da política pública, independentemente da alternância de autoridades ou gestões municipais, admitida sua atualização por razões técnicas, comunicacionais, sanitárias ou de acessibilidade.

CAPÍTULO II – DOS OBJETIVOS E DAS DIRETRIZES

Art. 5º. São objetivos do Programa Municipal Paranavaí Sem Dor:
I - organizar a linha municipal de cuidado da pessoa com dor crônica;
II - ampliar o acesso regulado à avaliação multiprofissional e ao tratamento integral da dor crônica;
III - promover a funcionalidade, a autonomia, a participação social e a qualidade de vida dos usuários;

IV - reduzir incapacidades evitáveis e o agravamento funcional associado à dor crônica;
V - qualificar a integração entre a Atenção Primária à Saúde, a atenção especializada, a assistência farmacêutica, a reabilitação, a saúde mental e os demais pontos da Rede de Atenção à Saúde;
VI - promover o uso seguro, racional e responsável de medicamentos;
VII - fortalecer a educação em dor, o autocuidado apoiado e a corresponsabilização do usuário e de sua família;
VIII - reduzir, quando clinicamente evitável, a utilização repetida de serviços de urgência e emergência relacionada à dor crônica;
IX - estimular intervenções não farmacológicas, atividade física orientada, reabilitação e PICS;
X - instituir mecanismos de monitoramento de resultados clínicos, funcionais, assistenciais, farmacológicos e econômicos;
XI - promover formação, pesquisa, inovação e desenvolvimento de soluções tecnológicas aplicáveis à linha de cuidado, preservados o interesse público e a proteção dos dados pessoais.

Art. 6º. O Programa Municipal Paranavaí Sem Dor observará as seguintes diretrizes:
I - universalidade, equidade e integralidade da atenção à saúde;
II - gratuidade das ações e dos serviços oferecidos pelo SUS;
III - coordenação do cuidado pela Atenção Primária à Saúde;
IV - atenção centrada na pessoa e orientada por suas necessidades biopsicossociais;
V - abordagem multiprofissional, interdisciplinar e multimodal;
VI - humanização, acolhimento qualificado e respeito à autonomia do usuário;
VII - prática assistencial fundamentada em evidências científicas e nos protocolos oficiais do SUS;
VIII - segurança do paciente e prevenção de eventos adversos;
IX - continuidade do cuidado, referência e contrarreferência;
X - transparência dos critérios de acesso, priorização, permanência, alta e reingresso;
XI - motivação das decisões clínico-administrativas e possibilidade de reavaliação;
XII - proteção dos dados pessoais, sigilo profissional e segurança da informação;
XIII - participação e controle social;
XIV - avaliação periódica da capacidade operacional e da sustentabilidade assistencial do Serviço.

CAPÍTULO III
DO PÚBLICO-ALVO, DO ACESSO E DA CAPACIDADE OPERACIONAL

Art. 7º. O Programa destina-se aos usuários do SUS residentes no Município de Paranavaí, com idade igual ou superior a dezoito anos, que apresentem dor persistente ou recorrente por período igual ou superior a três meses, repercussão funcional ou psicossocial e indicação de acompanhamento multiprofissional especializado.

§ 1º A condição de dor crônica, isoladamente, não assegura o ingresso no Programa, que dependerá da avaliação da Atenção Primária à Saúde, do preenchimento dos critérios previstos no protocolo institucional, da análise de elegibilidade e da capacidade operacional do Serviço.

§ 2º Os usuários com idade inferior a dezoito anos serão acompanhados pelos fluxos próprios da Rede Municipal de Atenção à Saúde.

§ 3º A participação nas avaliações e atividades previstas no PTS constitui condição necessária para o acompanhamento, ressalvadas as impossibilidades justificadas e as adaptações clinicamente indicadas.

Art. 8º. O Serviço Municipal de Referência em Dor Crônica não constitui serviço de porta aberta, pronto atendimento, unidade de urgência, ambulatório de livre demanda ou ponto de dispensação de medicamentos por procura espontânea.

§ 1º O acesso ocorrerá exclusivamente mediante encaminhamento formal realizado pela Atenção Primária à Saúde, por meio do sistema oficial do Município, acompanhado da avaliação clínica inicial, do instrumento de triagem e das informações exigidas no protocolo institucional.

§ 2º A Atenção Primária à Saúde permanecerá responsável pela coordenação e pelo acompanhamento longitudinal do usuário durante o período de espera, o acompanhamento especializado e o período posterior à alta.

§ 3º O encaminhamento não gera direito à admissão imediata nem à obtenção automática de consulta, procedimento, prática terapêutica ou medicamento específico.

§ 4º Os encaminhamentos incompletos poderão ser devolvidos à unidade de origem para complementação, com indicação objetiva da pendência, sem que a devolução seja caracterizada como recusa definitiva ou exclusão do usuário.

§ 5º Os casos de urgência ou emergência deverão ser direcionados aos serviços apropriados da Rede de Atenção à Saúde, não se destinando o Programa ao manejo imediato de intercorrências agudas.

Art. 9º. Os critérios de inclusão, exclusão, triagem, classificação, prioridade, admissão, permanência, alta e reingresso serão detalhados no protocolo institucional.

§ 1º Não serão elegíveis, entre outras hipóteses definidas no protocolo, os usuários com condição clínica aguda que demande atendimento imediato, necessidade de intervenção cirúrgica prioritária, dor exclusivamente relacionada a processo oncológico ativo ou situação que possa ser adequadamente acompanhada pela Atenção Primária à Saúde.

§ 2º As decisões de inclusão, exclusão, priorização, redirecionamento ou alta deverão ser tecnicamente fundamentadas, registradas no prontuário e vinculadas aos critérios objetivos do protocolo.

§ 3º O usuário, a unidade encaminhadora ou o profissional assistente poderá solicitar nova avaliação, mediante justificativa técnica dirigida à Coordenação do Programa.

Art. 10. Quando a demanda superar a capacidade operacional, os usuários elegíveis serão inseridos em lista regulada de espera, observando-se, sucessivamente, a prioridade clínica e funcional e a ordem cronológica de recebimento do encaminhamento completo.

§ 1º A classificação prioritária não assegura admissão imediata e deverá ser compatibilizada com a gravidade do caso, a disponibilidade de vagas e a segurança assistencial.

§ 2º Durante o período de espera, a Atenção Primária à Saúde deverá manter o acompanhamento e adotar as medidas terapêuticas cabíveis no seu âmbito de atuação.

Art. 11. A capacidade operacional inicial do Programa será de até cinquenta usuários admitidos por ano.

§ 1º A capacidade poderá ser ampliada, por ato fundamentado da Secretaria Municipal de Saúde, até o limite de cem usuários admitidos por ano, mediante avaliação da demanda, dos recursos humanos, da estrutura física, dos insumos, da disponibilidade orçamentária, da segurança assistencial e dos resultados do Programa.

§ 2º O limite previsto neste artigo constitui parâmetro de planejamento e organização do Serviço e não restringe o direito dos usuários ao acompanhamento pelos demais pontos da Rede Municipal de Atenção à Saúde.

§ 3º A Secretaria Municipal de Saúde poderá estabelecer implantação progressiva, distribuição de vagas por períodos, ciclos ou grupos terapêuticos e critérios de revisão da capacidade, observado o limite anual estabelecido neste artigo.

CAPÍTULO IV

DA ORGANIZAÇÃO ASSISTENCIAL E DO PLANO TERAPÊUTICO SINGULAR

Art. 12. O cuidado ofertado pelo Programa terá caráter multiprofissional, interdisciplinar e multimodal e poderá compreender:
I - avaliação clínica, funcional, psicossocial e ocupacional;
II - classificação do mecanismo predominante da dor e da complexidade assistencial;
III - educação em dor e autocuidado apoiado;
IV - tratamento farmacológico e monitoramento da segurança dos medicamentos;
V - fisioterapia, exercícios terapêuticos, reabilitação funcional e programas domiciliares;
VI - acompanhamento psicológico e estratégias de enfrentamento da dor;
VII - acompanhamento nutricional, quando indicado;
VIII - PICS;
IX - atividades coletivas, grupos educativos e ações de promoção da saúde;
X - encaminhamento compartilhado para outros pontos da Rede de Atenção à Saúde;
XI - monitoramento da evolução, revisão terapêutica, alta e plano de manutenção pós-alta.

Art. 13. Todo usuário admitido deverá possuir PTS elaborado pela equipe multiprofissional, pactuado com o usuário e registrado em prontuário.

§ 1º O PTS deverá conter, no mínimo, diagnóstico ou hipótese clínica, mecanismo predominante da dor, perfil de complexidade, objetivos funcionais, intervenções propostas, responsabilidades dos profissionais e do usuário, indicadores de evolução, periodicidade das reavaliações e critérios de alta ou redirecionamento.

§ 2º O PTS será reavaliado periodicamente e sempre que houver ausência de resposta satisfatória, piora clínica ou funcional, evento adverso, alteração do contexto biopsicossocial, necessidade de inclusão ou suspensão de modalidade terapêutica ou encaminhamento para outro serviço.

§ 3º O objetivo terapêutico central será a melhora funcional e da qualidade de vida, não se exigindo a eliminação completa da dor para caracterização de resposta ou alta.

Art. 14. O Serviço contará com equipe multiprofissional organizada para atuação interdisciplinar, composta, no mínimo, por:
I - médico com atuação e qualificação compatíveis com o manejo da dor crônica;
II - enfermeiro;
III - fisioterapeuta;
IV - psicólogo;
V - nutricionista.
§ 1º O acompanhamento por médico ortopedista e por outros especialistas será assegurado por meio dos fluxos de referência da Rede Municipal de Atenção à Saúde, conforme indicação clínica.

§ 2º Outros profissionais poderão integrar as ações do Programa conforme a necessidade assistencial, a disponibilidade da Secretaria Municipal de Saúde e a regulamentação das respectivas profissões.

§ 3º A equipe realizará reuniões periódicas para discussão de casos, revisão dos PTS, definição de condutas, análise de altas, monitoramento dos indicadores e avaliação da segurança assistencial.

§ 4º O quantitativo de profissionais, a carga horária e a organização das agendas serão definidos em ato administrativo próprio, conforme a capacidade operacional e a disponibilidade de recursos humanos, sem criação automática de cargos ou funções.

Art. 15. O Programa poderá constituir campo de estágio curricular obrigatório ou não obrigatório para estudantes regularmente matriculados em instituições de ensino conveniadas com o Município, observada a Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

§ 1º A atuação do estudante dependerá de termo de compromisso, plano de atividades, compatibilidade com o projeto pedagógico do curso, professor orientador, supervisor profissional e seguro contra acidentes pessoais, quando exigido pela legislação.

§ 2º O estagiário atuará exclusivamente em atividades compatíveis com seu nível de formação e sob supervisão efetiva, sendo vedada a realização autônoma de diagnóstico, prescrição, dispensação de medicamentos, procedimento privativo ou decisão terapêutica reservada a profissional habilitado.

§ 3º A participação do estagiário em atendimentos deverá preservar a intimidade, a autonomia, o sigilo e a proteção dos dados do usuário, observado o consentimento quando exigido pela natureza da atividade.

§ 4º O estágio não criará vínculo empregatício e não poderá substituir cargo, emprego, função, contrato profissional ou suprir de forma permanente insuficiência de pessoal.

§ 5º O número de estagiários será compatível com a capacidade de supervisão do Serviço e com os limites estabelecidos na legislação.

CAPÍTULO V
DAS PRÁTICAS INTEGRATIVAS, DO TRATAMENTO FARMACOLÓGICO
E DA SEGURANÇA DO PACIENTE

Art. 16. As PICS serão consideradas parte das estratégias não farmacológicas de prevenção, controle e manejo da dor crônica e poderão ser recomendadas quando clinicamente indicadas, sempre de forma complementar e integrada ao cuidado multiprofissional.

§ 1º A oferta das PICS dependerá de previsão no PTS, da disponibilidade da Rede Municipal, da existência de profissional legalmente habilitado ou capacitado, de estrutura e insumos adequados, do consentimento do usuário e da observância das normas sanitárias, profissionais e dos protocolos oficiais do SUS.

§ 2º Poderão ser ofertadas, entre outras práticas reconhecidas pelo Ministério da Saúde, acupuntura, auriculoterapia, fitoterapia, meditação, práticas mente-corpo, Tai Chi Chuan, Lian Gong, yoga, terapia comunitária integrativa e dança circular.

§ 3º A indicação ou a previsão de determinada prática neste Decreto não gera direito subjetivo à sua disponibilização individual e imediata, ficando a oferta condicionada à avaliação clínica, à disponibilidade assistencial e ao planejamento da Secretaria Municipal de Saúde.

§ 4º As PICS não substituirão tratamentos convencionais clinicamente indicados, devendo seus resultados, intercorrências e contraindicações ser registrados em prontuário.

§ 5º A utilização de plantas medicinais, medicamentos fitoterápicos, agulhas ou outros insumos sujeitos à vigilância sanitária observará as normas de aquisição, armazenamento, prescrição, dispensação, uso e descarte.

Art. 17. O tratamento farmacológico no âmbito do Programa Paranavaí Sem Dor observará o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Dor Crônica (PCDT), aprovado pela Portaria Conjunta SAES/SAPS/SECTICS/MS nº 1, de 22 de agosto de 2024, o Protocolo Municipal de Dor Crônica de Paranavaí, a Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME), os protocolos da Assistência Farmacêutica Municipal, os fluxos e protocolos estaduais aplicáveis, inclusive os relacionados ao Programa Paraná Sem Dor, bem como o Projeto Terapêutico Singular (PTS).

§ 1º A prescrição deverá considerar o mecanismo predominante da dor, a funcionalidade, as comorbidades, os tratamentos previamente realizados, as interações medicamentosas, a tolerabilidade e o risco individual de eventos adversos.

§ 2º A manutenção do tratamento dependerá de resposta clínica ou funcional relevante e tolerabilidade aceitável, devendo a estratégia ser

revista quando houver ausência de benefício, eventos adversos, contraindicação, uso inadequado ou risco superior ao benefício.

§ 3º A dispensação observará os controles sanitários, farmacêuticos e administrativos aplicáveis, com rastreabilidade por usuário e registro das quantidades fornecidas.

Art. 18. Os estoques municipais de duloxetina e tramadol adquiridos e destinados especificamente ao Programa constituirão medicamentos de gestão específica, com dispensação restrita aos usuários ativos do Programa Paranavaí Sem Dor.

§ 1º A dispensação dependerá de indicação clínica, prescrição emitida por médico do Serviço, registro no PTS, cadastro ativo, reavaliação periódica e assinatura do Termo de Ciência e Responsabilidade previsto no protocolo.

§ 2º Não serão aceitas, para fins de retirada dos estoques específicos do Programa, prescrições emitidas por profissionais ou serviços não vinculados ao acompanhamento do usuário pela Clínica Paranavaí Sem Dor.

§ 3º O fornecimento ocorrerá, em regra, por período máximo de seis meses, vinculado ao ciclo terapêutico.
§ 4º Excepcionalmente, o fornecimento poderá ser prorrogado até o limite total de doze meses, mediante reavaliação clínica e multiprofissional, justificativa expressa em prontuário, atualização do PTS e autorização do responsável técnico definido no protocolo institucional.

§ 5º A prorrogação não será automática e dependerá da demonstração de benefício clínico ou funcional, adesão ao acompanhamento, ausência de eventos adversos impeditivos e avaliação favorável da relação entre riscos e benefícios.

§ 6º O uso de tramadol observará as normas de controle especial, a menor dose eficaz pelo menor tempo necessário, o monitoramento de sedação, quedas, interações, tolerância, dependência, uso inadequado e síndrome serotoninérgica, quando aplicável.

§ 7º A ausência de resposta terapêutica, os eventos adversos intoleráveis, o uso inadequado, o risco de dependência, a contraindicação ou a perda de eficácia deverão motivar redução, substituição ou interrupção planejada do tratamento, conforme avaliação clínica.

§ 8º Ao término do prazo de fornecimento, não haverá renovação automática pelo Programa, devendo ser elaborado plano seguro de transição, inclusive com redução gradual quando clinicamente indicada, continuidade do cuidado pela Atenção Primária à Saúde e avaliação de outros fluxos regulares do SUS.

§ 9º A gestão específica dos estoques prevista neste artigo não impede a utilização dos mesmos princípios ativos em outros serviços ou componentes da assistência farmacêutica quando houver previsão legal, padronização e fluxo próprios.

Art. 19. Os usuários em tratamento farmacológico serão reavaliados periodicamente quanto à intensidade da dor, funcionalidade, qualidade de vida, adesão, eventos adversos e necessidade de continuidade.

§ 1º A periodicidade das reavaliações será definida no PTS e no protocolo institucional, devendo ser mais frequente durante a introdução, titulação, substituição ou retirada de medicamentos.

§ 2º Todo evento adverso relevante, suspeita de uso inadequado ou falha terapêutica deverá ser registrado, avaliado e comunicado aos setores competentes quando exigido pelas normas de farmacovigilância e segurança do paciente.

CAPÍTULO VI
DO MONITORAMENTO, DA ALTA E DO REINGRESSO

Art. 20. O acompanhamento será organizado em ciclos terapêuticos, com reavaliações formais nos momentos definidos no protocolo e no PTS.

§ 1º A duração ordinária do acompanhamento multiprofissional será de até seis meses, sem prejuízo de alta anterior quando alcançados os objetivos terapêuticos.

§ 2º A permanência além de seis meses dependerá de justificativa técnica individualizada, discussão multiprofissional e autorização da Coordenação do Programa, respeitadas as regras específicas de fornecimento de medicamentos.
§ 3º A permanência prolongada não poderá decorrer exclusivamente da persistência de dor residual, devendo ser demonstrada a necessidade de acompanhamento especializado e o benefício esperado.

Art. 21. A alta será fundamentada na evolução clínica e funcional, na qualidade de vida, na autonomia, na capacidade de autogerenciamento e na possibilidade de continuidade do cuidado pela Atenção Primária à Saúde, não sendo necessária a remissão completa da dor.

§ 1º A alta será definida pela equipe multiprofissional, registrada em prontuário e acompanhada de relatório de contrarreferência contendo diagnóstico, mecanismo predominante da dor, intervenções realizadas, medicamentos em uso, resultados obtidos, orientações de autocuidado e critérios de eventual reencaminhamento.

§ 2º Após a alta, o usuário será acompanhado pela Unidade Básica de Saúde de referência e poderá ser encaminhado para Academia da Saúde, grupos de atividade física, práticas corporais, PICS e outras ações territoriais de promoção e manutenção da funcionalidade.

§ 3º A alta poderá ocorrer por melhora clínica, estabilização funcional, conclusão do ciclo terapêutico, redirecionamento para serviço mais adequado, contraindicação, mudança de linha de cuidado ou abandono.

Art. 22. Será caracterizado abandono quando o usuário faltar a três atendimentos consecutivos sem justificativa, interromper voluntariamente o acompanhamento ou deixar de aderir de forma persistente às ações essenciais do PTS.

§ 1º Antes da alta por abandono, a equipe realizará, no mínimo, duas tentativas de contato por meios distintos, com registro em prontuário.

§ 2º A falta de adesão não produzirá desligamento automático, devendo ser avaliadas barreiras sociais, clínicas, funcionais, cognitivas ou de acesso que possam ser enfrentadas pela equipe e pela Rede.

§ 3º A alta por abandono não impede novo encaminhamento.

Art. 23. O reingresso ocorrerá mediante novo encaminhamento da Atenção Primária à Saúde, relatório clínico atualizado, justificativa terapêutica, aplicação dos critérios de elegibilidade e priorização e disponibilidade operacional do Serviço.

Parágrafo único. O reingresso não assegura retomada automática do PTS anterior nem do fornecimento de medicamento específico, devendo o caso ser integralmente reavaliado.

CAPÍTULO VII
DAS RESPONSABILIDADES, DA GESTÃO E DOS INDICADORES

Art. 24. Compete à Atenção Primária à Saúde:
I - identificar e avaliar inicialmente os usuários com dor persistente ou crônica;
II - realizar triagem, iniciar as medidas terapêuticas de primeira linha e encaminhar os casos elegíveis;
III - manter o acompanhamento longitudinal durante a espera e o acompanhamento especializado;

IV - monitorar adesão, funcionalidade, efeitos adversos e condições clínicas no âmbito de sua competência;
V - receber a contrarreferência e assegurar a continuidade do cuidado após a alta;
VI - estimular atividade física, autocuidado, Academia da Saúde, PICS e ações territoriais de promoção da saúde.

Art. 25. Compete à equipe do Serviço Municipal de Referência em Dor Crônica:
I - analisar os encaminhamentos e confirmar a elegibilidade;
II - realizar avaliação multiprofissional e classificar o mecanismo da dor e a complexidade assistencial;
III - elaborar, executar e revisar o PTS;
IV - instituir e ajustar intervenções farmacológicas e não farmacológicas;
V - prescrever e monitorar os medicamentos de gestão específica do Programa;
VI - solicitar ou indicar avaliações complementares e encaminhamentos para outros pontos da Rede;
VII - monitorar a resposta terapêutica e a segurança do paciente;
VIII - decidir, de forma fundamentada, sobre manutenção, alta, redirecionamento ou reencaminhamento;
IX - orientar o usuário e sua família quanto ao tratamento, riscos, responsabilidades e critérios de encerramento;
X - manter registros clínicos completos, padronizados e rastreáveis.

Art. 26. A Coordenação do Programa será designada pela Secretaria Municipal de Saúde e responderá pela gestão técnica, clínica, organizacional e administrativa da linha de cuidado.
I - planejar e organizar o fluxo assistencial;
II - supervisionar a aplicação do protocolo e dos critérios de acesso, permanência, alta e reingresso;
III - monitorar a capacidade operacional, a lista de espera, o absenteísmo e o tempo de permanência;
IV - supervisionar a prescrição, a dispensação e o consumo dos medicamentos de gestão específica;
V - articular a integração entre a Atenção Primária, o Serviço, a assistência farmacêutica, a reabilitação e os demais pontos da Rede;
VI - produzir relatórios periódicos e propor ajustes assistenciais;
VII - coordenar ações de educação permanente, pesquisa, inovação e cooperação institucional;
VIII - propor atualização do protocolo com base nas evidências científicas, nos resultados locais e nas normas vigentes.

Art. 27. São corresponsabilidades do usuário e, quando pertinente, de seus familiares ou cuidadores:
I - participar da elaboração e da execução do PTS;
II - comparecer às consultas, sessões e reavaliações programadas ou justificar a impossibilidade;
III - utilizar os medicamentos de acordo com a prescrição e informar eventos adversos ou piora clínica;
IV - não compartilhar medicamentos nem interromper tratamento sem orientação profissional;
V - participar das ações de educação, reabilitação e autocuidado indicadas;
VI - fornecer informações verdadeiras e atualizadas necessárias à segurança do cuidado;
VII - assinar os termos de ciência e responsabilidade quando aplicáveis.
Art. 28. O Programa será monitorado por indicadores assistenciais, clínicos, funcionais, farmacológicos, administrativos e econômicos.

§ 1º Serão acompanhados, no mínimo, o número de encaminhamentos, admissões e altas, o tempo de espera, a taxa de ocupação, o absenteísmo, a proporção de usuários com PTS ativo, a adesão às intervenções, a evolução da dor e da funcionalidade, a incidência de eventos adversos, o consumo de medicamentos específicos, o tempo médio de permanência e a taxa de reingresso.

§ 2º Os relatórios de gestão deverão utilizar dados agregados ou anonimizados sempre que possível e poderão subsidiar o planejamento, o controle social, a avaliação de efetividade e a revisão da capacidade operacional.

§ 3º A avaliação de resultados não poderá ser utilizada para seleção discriminatória de usuários ou interrupção coletiva de tratamentos sem análise individualizada.

CAPÍTULO VIII
DA COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL, DA INOVAÇÃO E DA PARTICIPAÇÃO DE COLABORADORES

Art. 29. A Secretaria Municipal de Saúde poderá celebrar convênios, acordos de cooperação, termos de parceria, instrumentos de ensino-serviço, pesquisa, extensão, inovação ou outros ajustes juridicamente admitidos com órgãos públicos, instituições de ensino e pesquisa, organizações da sociedade civil, entidades profissionais e pessoas jurídicas de direito privado.

§ 1º Os instrumentos poderão ter por objeto formação e capacitação, campo de estágio, pesquisa, produção de conhecimento, desenvolvimento ou cessão de tecnologia, elaboração de materiais educativos, apoio à ambientação do espaço, ações de comunicação institucional e outras iniciativas de interesse do Programa.

§ 2º As parcerias não poderão transferir a direção, a regulação, a decisão clínica, a gestão dos medicamentos ou a responsabilidade sanitária do Serviço.

§ 3º A celebração de parceria não gerará exclusividade, preferência comercial, publicidade institucional indevida, promoção pessoal ou direito à utilização de dados de usuários para finalidade estranha ao instrumento.

§ 4º Toda parceria deverá preservar a autonomia administrativa e técnico-assistencial do Município e observar a legislação de contratações, parcerias, integridade, propriedade intelectual, ética em pesquisa e proteção de dados.

Art. 30. Poderão ser recebidas doações de bens, materiais, serviços, licenças, soluções tecnológicas, elementos de comunicação visual e melhorias de ambientação, mediante avaliação prévia e formalização administrativa.

§ 1º A aceitação dependerá da compatibilidade com o interesse público, da inexistência de encargo desproporcional, da avaliação de custos de manutenção e da observância das normas patrimoniais, sanitárias, de segurança, acessibilidade e identidade institucional.

§ 2º A doação não assegurará ao doador direito de nomear o Serviço, explorar publicidade no ambiente assistencial, interferir em condutas clínicas ou acessar dados pessoais.
§ 3º A identificação do apoio institucional, quando admitida, deverá ser discreta, impessoal, proporcional e previamente autorizada, vedada a promoção de autoridade, agente público, partido político, gestão governamental, produto ou serviço incompatível com a política de saúde.

Art. 31. O desenvolvimento, a cessão ou a doação de aplicativo, sistema ou solução digital para acompanhamento da dor dependerá de instrumento próprio e de avaliação técnica dos setores competentes do Município.

§ 1º O instrumento deverá disciplinar, conforme o caso, a titularidade ou licença de uso, a entrega do código-fonte e da documentação, a interoperabilidade, a acessibilidade, a hospedagem, a manutenção, a continuidade do serviço, a portabilidade, a segurança cibernética, o tratamento de incidentes e o encerramento da parceria.

§ 2º O Município permanecerá controlador dos dados pessoais tratados no âmbito da política pública, sem prejuízo da definição formal de operadores e das responsabilidades de cada participante.

§ 3º É vedado o uso de dados de saúde para publicidade, prospecção comercial, formação de banco de dados privado, pesquisa não autorizada ou finalidade incompatível com a assistência.

§ 4º A adoção da solução tecnológica dependerá de validação assistencial, segurança da informação, proteção de dados, compatibilidade com os sistemas municipais e ausência de dependência tecnológica injustificada.

Art. 32. O Programa poderá receber colaboração técnica voluntária para atividades de orientação, capacitação, educação permanente, discussão científica e apoio à elaboração de materiais, mediante termo de adesão ou instrumento equivalente, nos termos da Lei Federal nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998.

§ 1º A colaboração voluntária não será remunerada, não gerará vínculo empregatício, obrigação trabalhista ou previdenciária, nem conferirá função pública, poder decisório, acesso irrestrito a prontuários ou autorização para prática de ato privativo de profissão.

§ 2º A atuação assistencial direta somente poderá ocorrer quando o colaborador estiver legalmente habilitado, formalmente autorizado, submetido à coordenação técnica do Serviço e abrangido pelas regras de responsabilidade profissional e sanitária.

§ 3º O instrumento deverá definir o objeto, as condições, a duração, as responsabilidades, o dever de sigilo, a proteção de dados, a inexistência de conflito de interesses e a vedação à promoção pessoal ou comercial.

CAPÍTULO IX
DA PROTEÇÃO DE DADOS, DO FINANCIAMENTO E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 33. O tratamento de dados pessoais no âmbito do Programa observará a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, o sigilo profissional, a finalidade pública, a necessidade, a segurança, a prevenção e os direitos dos titulares.

§ 1º O acesso a prontuários, sistemas e relatórios será restrito às pessoas autorizadas e limitado às informações necessárias ao exercício de suas atribuições.

§ 2º Estagiários, voluntários, pesquisadores, parceiros e prestadores de serviço deverão assumir compromisso de confidencialidade e somente acessar dados quando indispensável, autorizado e compatível com o instrumento jurídico aplicável.

§ 3º A utilização de informações para pesquisa, avaliação externa ou produção científica dependerá das autorizações éticas, administrativas e legais pertinentes, com anonimização sempre que possível.

Art. 34. A implantação e a execução do Programa ocorrerão de forma gradual, conforme a capacidade assistencial e administrativa da Secretaria Municipal de Saúde.

§ 1º A execução do Programa não implica criação automática de cargos, empregos, funções, gratificações, unidades orçamentárias, benefícios ou despesas permanentes.

§ 2º Os recursos humanos poderão ser disponibilizados por meio de servidores municipais, remanejamento, contratação legalmente admitida, cooperação interinstitucional, estágio e outras formas previstas na legislação.

§ 3º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta de dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Saúde, suplementadas, se necessário, podendo, ainda, ser custeadas com recursos provenientes de transferências da União e do Estado do Paraná, de convênios, incentivos, programas específicos, emendas parlamentares e outras fontes legalmente constituídas, observadas as disponibilidades orçamentárias e financeiras.

Art. 35. A Secretaria Municipal de Saúde aprovará e manterá atualizado, por ato próprio, o Protocolo Institucional de Triagem, Encaminhamento, Acompanhamento e Alta do Programa Paranavaí Sem Dor e seus anexos técnicos.

§ 1º O protocolo disciplinará, entre outras matérias, os instrumentos de triagem, os critérios clínicos complementares, o fluxo assistencial, a classificação de complexidade, as escalas de avaliação, o PTS, as diretrizes farmacológicas, a segurança e o monitoramento, os critérios de alta e reingresso e os termos de ciência.

§ 2º As atualizações de natureza técnica, clínica ou operacional poderão ser promovidas pela Secretaria Municipal de Saúde, mediante fundamentação, registro administrativo e observância das normas do SUS, sem necessidade de alteração deste Decreto, desde que não modifiquem seus elementos essenciais.

§ 3º A alteração dos limites anuais de capacidade previstos no art. 11 dependerá da observância dos limites e do procedimento ali estabelecidos.

Art. 36. A Secretaria Municipal de Saúde poderá editar normas complementares necessárias à execução deste Decreto.

Art. 37. O Programa será submetido ao acompanhamento do Conselho Municipal de Saúde, nos termos da legislação aplicável, e seus resultados gerais deverão integrar os instrumentos de planejamento e gestão do SUS.

Art. 38. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, EM 26 DE AGOSTO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Bruno Jabur
Código Identificador:1D9308B7

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.591/2026

Aprova o Protocolo Institucional de Triagem, Encaminhamento, Acompanhamento e Alta do Programa Municipal Paranavaí Sem Dor, estabelece sua observância no âmbito da Rede Municipal de Atenção à Saúde e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARANAVAÍ, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 43 e 44 da Lei Municipal nº 4.396, de 11 de junho de 2015, e demais disposições legais aplicáveis;

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 6º, 196, 197 e 198 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, especialmente quanto à integralidade da assistência, à organização regionalizada e hierarquizada dos serviços e à competência da direção municipal do Sistema Único de Saúde (SUS);

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 15.422, de 3 de junho de 2026, que institui diretrizes básicas para a melhoria da saúde das pessoas com dor crônica e assegura seu direito ao atendimento integral pelo SUS;

CONSIDERANDO o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Dor Crônica, aprovado pela Portaria Conjunta SAES/SAPS/SECTICS/MS nº 1, de 22 de agosto de 2024;

CONSIDERANDO a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 27.979, de 26 de agosto de 2026, que institui o Programa Municipal Paranavaí Sem Dor e organiza o Serviço Municipal de Referência em Dor Crônica;

CONSIDERANDO a Resolução do Conselho Municipal de Saúde nº 030, de 12 de agosto de 2026, que aprovou, ad referendum, o Protocolo Institucional Padronizado de Triagem, Encaminhamento, Acompanhamento e Alta do Programa Municipal Paranavaí Sem Dor,

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar os critérios de triagem, encaminhamento, elegibilidade, admissão, acompanhamento, monitoramento, alta e reingresso dos usuários com dor crônica na Rede Municipal de Atenção à Saúde;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar acesso regulado, cuidado integral, segurança do paciente, uso racional de medicamentos e integração entre a Atenção Primária à Saúde, o Serviço Municipal de Referência em Dor Crônica e os demais pontos da Rede Municipal de Atenção à Saúde,

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o Protocolo Institucional de Triagem, Encaminhamento, Acompanhamento e Alta do Programa Municipal Paranavaí Sem Dor, na forma do Anexo Único desta Portaria.

§ 1º O protocolo aprovado por esta Portaria estabelece as normas técnicas e operacionais para organização da linha municipal de cuidado da pessoa com dor crônica.

§ 2º O protocolo e seus anexos constituem instrumentos oficiais da Secretaria Municipal de Saúde para triagem, avaliação, encaminhamento, admissão, acompanhamento, estratificação clínica, elaboração do Plano Terapêutico Singular (PTS), monitoramento, alta e reingresso dos usuários no Programa Municipal Paranavaí Sem Dor.

§ 3º O protocolo deverá ser observado por todos os profissionais, unidades, serviços e setores envolvidos na linha municipal de cuidado da pessoa com dor crônica.

Art. 2º Integram o Protocolo Institucional aprovado por esta Portaria, independentemente de transcrição:

Art. 2º Integram o Protocolo Institucional aprovado por esta Portaria, independentemente de transcrição:
I – Anexo I – Instrumento de Triagem para Encaminhamento;
II – Anexo II – Critérios Clínicos Complementares;
III – Anexo III – Fluxo Assistencial;
IV – Anexo IV – Critérios de Complexidade Assistencial;
V – Anexo V e seus subanexos – Instrumentos e escalas padronizadas de avaliação clínica, funcional e de qualidade de vida;
VI – Anexo VI – Modelo de Plano Terapêutico Singular;
VII – Anexo VII – Diretrizes Farmacológicas para o Manejo da Dor Crônica;
VIII – Anexo VIII – Fluxo de Solicitação de Medicamentos pelos Componentes e Programas da Assistência Farmacêutica;
IX – Anexo IX – Normas de Segurança e Monitoramento Farmacológico;
X – Anexo X – Termo de Ciência e Responsabilidade sobre o Uso de Duloxetina e Tramadol;
XI – Anexo XI – Diretrizes Fisioterapêuticas;
XII – Anexo XII – Instrumentos, termos, orientações e critérios complementares de acompanhamento e alta, conforme a organização constante do Protocolo Institucional.

§ 1º A numeração e a denominação dos anexos deverão observar a versão final aprovada e publicada juntamente com esta Portaria.

§ 2º Havendo divergência de numeração ou denominação entre os arquivos técnicos e o sumário do protocolo, a Coordenação do Programa deverá promover sua correção antes da publicação, sem alteração do conteúdo técnico aprovado.
Art. 3º O ingresso no Programa Municipal Paranavaí Sem Dor ocorrerá exclusivamente mediante encaminhamento formal realizado pela Atenção Primária à Saúde, observados os critérios de elegibilidade, os instrumentos de triagem, a análise técnica e a capacidade operacional do Serviço.

§ 1º O Serviço Municipal de Referência em Dor Crônica não constitui serviço de porta aberta, pronto atendimento, unidade de urgência, ambulatório de livre demanda ou ponto de dispensação de medicamentos por procura espontânea.§ 2º O encaminhamento não assegura admissão imediata no Programa nem gera direito automático a consulta, procedimento, prática terapêutica ou medicamento específico.

§ 3º A Atenção Primária à Saúde permanecerá responsável pela coordenação e pelo acompanhamento longitudinal do usuário durante o período de espera, o acompanhamento especializado e o período posterior à alta.

Art. 4º Os encaminhamentos ao Programa Paranavaí Sem Dor deverão ser realizados por meio do sistema oficial de regulação adotado pelo Município e deverão ser acompanhados dos seguintes documentos e informações:
I – avaliação inicial do paciente;
II – Instrumento de Triagem, constante do Anexo I, devidamente preenchido e, quando aplicável, dos Critérios Clínicos Complementares, constantes do Anexo II;
III – informações relativas ao tempo de evolução, à intensidade e às características da dor;
IV – descrição da repercussão funcional, ocupacional e/ou psicossocial da condição dolorosa;
V – descrição dos tratamentos previamente realizados e da respectiva resposta clínica;
VI – exames complementares disponíveis e pertinentes ao caso, quando houver;
VII – justificativa clínica para o encaminhamento.

§ 1º Os encaminhamentos incompletos poderão ser devolvidos à unidade de origem para complementação, com indicação objetiva das informações ou documentos pendentes.

§ 2º A devolução para complementação não caracteriza exclusão ou recusa definitiva do usuário.

Art. 5º A análise dos encaminhamentos será realizada pela equipe do Programa quanto:
I - ao preenchimento dos critérios administrativos e clínico-assistenciais;
II - à adequação das informações apresentadas;
III - à classificação de prioridade clínica e funcional;
IV - à necessidade de complementação de informações;
V - à capacidade operacional do Serviço.

§ 1º Os usuários considerados elegíveis serão inseridos em lista regulada de espera e convocados conforme a prioridade clínica e funcional e, subsidiariamente, a ordem cronológica de recebimento do encaminhamento completo.

§ 2º As decisões de inclusão, exclusão, priorização ou redirecionamento deverão ser fundamentadas e registradas no prontuário ou no sistema oficial.

§ 3º O usuário, a unidade encaminhadora ou o profissional assistente poderá solicitar nova avaliação do caso, mediante justificativa técnica dirigida à Coordenação do Programa.

Art. 6º A admissão no Programa será precedida de avaliação multiprofissional destinada a:

I - confirmar os critérios de elegibilidade;
II - caracterizar a condição dolorosa;
III - identificar o mecanismo predominante da dor;
IV - avaliar o impacto funcional, ocupacional, emocional e social;
V - analisar os tratamentos previamente realizados;
VI - classificar a complexidade assistencial;
VII - definir as intervenções iniciais e a necessidade de elaboração do PTS.

Art. 7º Todo usuário admitido no Programa deverá possuir PTS individualizado, elaborado pela equipe multiprofissional, pactuado com o usuário e registrado em prontuário.

§ 1º O PTS deverá conter os objetivos terapêuticos, as intervenções propostas, os profissionais responsáveis, as responsabilidades do usuário, os indicadores de evolução, a periodicidade das reavaliações e os critérios de alta ou redirecionamento.

§ 2º O PTS deverá ser revisto periodicamente e sempre que houver ausência de resposta satisfatória, piora clínica ou funcional, evento adverso, alteração do contexto biopsicossocial ou necessidade de modificação da estratégia terapêutica.

Art. 8º O cuidado oferecido no âmbito do Programa será multiprofissional, interdisciplinar e multimodal, podendo compreender:
I - educação em dor e autocuidado apoiado;
II - tratamento farmacológico;
III - fisioterapia e reabilitação funcional;
IV - acompanhamento psicológico;
V - acompanhamento nutricional;
VI - atividade física orientada;
VII - Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS);
VIII - atividades individuais ou coletivas;
IX - encaminhamento compartilhado para outros pontos da Rede Municipal de Atenção à Saúde.

Art. 9º As PICS poderão integrar o PTS como estratégias complementares ao tratamento convencional, conforme indicação clínica, disponibilidade da Rede Municipal, habilitação ou capacitação do profissional e observância das normas sanitárias e profissionais.
§ 1º Poderão ser ofertadas acupuntura, auriculoterapia, fitoterapia, meditação, práticas mente-corpo, Tai Chi Chuan, Lian Gong, yoga, terapia comunitária integrativa, dança circular e outras práticas reconhecidas pelo Ministério da Saúde.
§ 2º A previsão de determinada prática no protocolo não gera direito à sua disponibilização individual e imediata.
§ 3º As PICS não substituirão tratamentos convencionais clinicamente indicados.

Art. 10. O tratamento farmacológico no âmbito do Programa Paranavaí Sem Dor observará o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Dor Crônica (PCDT), aprovado pela Portaria Conjunta SAES/SAPS/SECTICS/MS nº 1, de 22 de agosto de 2024, o Protocolo Municipal de Dor Crônica de Paranavaí, a Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME), os protocolos da Assistência Farmacêutica Municipal, os fluxos e protocolos estaduais aplicáveis, inclusive os relacionados ao Programa Paraná Sem Dor, bem como o Projeto Terapêutico Singular (PTS).

§ 1º A prescrição deverá considerar o mecanismo da dor, a funcionalidade, as comorbidades, os tratamentos anteriormente realizados, a tolerabilidade, as interações medicamentosas e os riscos de eventos adversos.

§ 2º A manutenção do tratamento dependerá da demonstração de benefício clínico ou funcional e de tolerabilidade aceitável.

§ 3º A ausência de resposta, os eventos adversos, a contraindicação, o uso inadequado ou a avaliação desfavorável da relação entre riscos e benefícios deverão motivar revisão, substituição ou interrupção do tratamento.Art. 11. A duloxetina e o tramadol adquiridos especificamente para o Programa serão dispensados exclusivamente aos usuários ativos e regularmente acompanhados pelo Serviço Municipal de Referência em Dor Crônica.

§ 1º A dispensação dependerá de:
I - indicação clínica;
II - prescrição emitida por médico do Serviço;
III - registro no PTS;
IV - cadastro ativo;
V - reavaliação periódica;
VI - assinatura do Termo de Ciência e Responsabilidade.

§ 2º O fornecimento ocorrerá, em regra, pelo prazo máximo de seis meses.

§ 3º Excepcionalmente, o fornecimento poderá ser prorrogado até o limite total de doze meses, mediante reavaliação clínica e multiprofissional, justificativa expressa em prontuário, atualização do PTS e autorização do responsável técnico.

§ 4º A prorrogação não será automática e dependerá da demonstração de benefício clínico ou funcional, adesão ao acompanhamento, ausência de eventos adversos impeditivos e avaliação favorável da relação entre riscos e benefícios.

§ 5º Ao término do prazo, deverá ser estabelecido plano seguro de transição, inclusive com redução gradual quando clinicamente indicada e continuidade do acompanhamento pela Atenção Primária à Saúde.

Art. 12. O uso de tramadol deverá observar as normas sanitárias de controle especial, com prescrição pelo menor tempo e na menor dose eficazes, além do monitoramento de:
I - sedação e risco de quedas;
II - interações medicamentosas;
III - tolerância e perda de eficácia;
IV - dependência e uso inadequado;
V - síndrome serotoninérgica, quando aplicável;
VI - eventos adversos e contraindicações.

Art. 13. A dispensação dos medicamentos específicos do Programa será realizada pela unidade farmacêutica designada pela Secretaria Municipal de Saúde, mediante prescrição padronizada e controle individualizado por usuário.
§ 1º A unidade responsável deverá assegurar:
I - rastreabilidade da dispensação;
II - controle de estoque e validade;
III - registro das quantidades fornecidas;
IV - guarda dos documentos exigidos;
V - monitoramento de perdas, devoluções e descarte;
VI - comunicação de eventos adversos e inconsistências à equipe do Programa.

§ 2º Não serão aceitas, para retirada dos estoques específicos do Programa, prescrições emitidas por profissionais ou serviços não vinculados ao acompanhamento do usuário pela Clínica Paranavaí Sem Dor.

Art. 14. O acompanhamento será organizado em ciclos terapêuticos, com reavaliações clínicas e multiprofissionais periódicas, conforme o PTS.§ 1º A duração ordinária do acompanhamento será de até seis meses, sem prejuízo de alta anterior quando alcançados os objetivos terapêuticos.

§ 2º A permanência por período superior dependerá de justificativa técnica individualizada, discussão multiprofissional e autorização da Coordenação do Programa, respeitadas as regras específicas relativas ao fornecimento de medicamentos.

Art. 15. A alta será fundamentada na evolução clínica e funcional, na qualidade de vida, na autonomia, na capacidade de autogerenciamento e na possibilidade de continuidade do cuidado pela Atenção Primária à Saúde.

§ 1º A eliminação completa da dor não constitui requisito obrigatório para a alta.
§ 2º A alta deverá ser acompanhada de relatório de contrarreferência contendo, no mínimo:
I - diagnóstico e mecanismo predominante da dor;
II - intervenções realizadas;
III - medicamentos em uso;
IV - resultados alcançados;
V - orientações de autocuidado;
VI - recomendações para continuidade do cuidado;
VII - critérios para eventual reencaminhamento.

Art. 16. Será caracterizado abandono quando o usuário:
I - faltar a três atendimentos consecutivos sem justificativa;
II - interromper voluntariamente o acompanhamento;
III - deixar de aderir, de forma persistente, às ações essenciais do PTS.

§ 1º Antes da alta por abandono, deverão ser realizadas, no mínimo, duas tentativas de contato por meios distintos, com registro em prontuário.

§ 2º A alta por abandono não impede novo encaminhamento, observados os critérios de elegibilidade e a capacidade operacional do Serviço.

Art. 17. O reingresso no Programa dependerá de novo encaminhamento pela Atenção Primária à Saúde, relatório clínico atualizado, justificativa terapêutica, avaliação dos critérios de elegibilidade e existência de disponibilidade operacional.

Parágrafo único. O reingresso não assegura retomada automática do PTS anterior nem do fornecimento de medicamento específico.
Art. 18. Compete à Atenção Primária à Saúde:
I - identificar, avaliar e acompanhar os usuários com dor persistente ou crônica;
II - realizar a triagem e iniciar as medidas terapêuticas de primeira linha;III - encaminhar os casos elegíveis;
IV - manter o acompanhamento durante a espera e o acompanhamento especializado;
V - monitorar adesão, funcionalidade e eventos adversos no âmbito de sua competência;
VI - receber a contrarreferência e dar continuidade ao cuidado após a alta.

Art. 19. Compete à equipe do Programa:
I - analisar os encaminhamentos;
II - realizar a avaliação multiprofissional;
III - elaborar e revisar o PTS;
IV - instituir e ajustar as intervenções terapêuticas;
V - prescrever e monitorar os medicamentos específicos do Programa;
VI - acompanhar a resposta terapêutica e a segurança do paciente;
VII - decidir fundamentadamente sobre permanência, alta ou redirecionamento;VIII - orientar o usuário e sua família;
IX - manter registros clínicos completos e padronizados.

Art. 20. Compete à Coordenação do Programa:
I - organizar o fluxo assistencial;
II - supervisionar a aplicação do protocolo;
III - monitorar a capacidade operacional e a lista de espera;
IV - acompanhar os indicadores clínicos e assistenciais;
V - supervisionar o uso dos medicamentos específicos;
VI - promover a integração entre a Atenção Primária, o Serviço, a assistência farmacêutica e os demais pontos da Rede;
VII - produzir relatórios periódicos;
VIII - propor atualizações do protocolo e de seus anexos.

Art. 21. O Programa será monitorado por indicadores assistenciais, clínicos, funcionais, farmacológicos, administrativos e econômicos.
Parágrafo único. Serão acompanhados, no mínimo:
I - número de encaminhamentos, admissões e altas;
II - tempo de espera;
III - taxa de ocupação;
IV - absenteísmo;
V - proporção de usuários com PTS ativo;
VI - evolução da dor e da funcionalidade;
VII - adesão às intervenções;
VIII - eventos adversos;
IX - consumo dos medicamentos específicos;
X - tempo médio de permanência;
XI - taxa de reingresso.

Art. 22. O protocolo e seus anexos poderão ser atualizados pela Secretaria Municipal de Saúde sempre que houver:
I - alteração das normas do Ministério da Saúde ou da Secretaria de Estado da Saúde;
II - evolução das evidências científicas;
III - modificação da organização da Rede Municipal de Atenção à Saúde;
IV - necessidade de aperfeiçoamento dos processos assistenciais;
V - identificação de risco à segurança do paciente;
VI - necessidade de adequação dos instrumentos clínicos ou operacionais.

§ 1º As atualizações deverão ser tecnicamente fundamentadas e registradas em processo administrativo.

§ 2º Alterações substanciais que modifiquem os critérios essenciais de acesso, a capacidade operacional, a estrutura do Programa ou direitos e responsabilidades dos usuários deverão observar o Decreto Municipal nº 27.979/2026 e, quando cabível, ser submetidas ao Conselho Municipal de Saúde.

Art. 23. A Coordenação do Programa deverá promover, antes do início dos atendimentos:
I - capacitação das equipes da Atenção Primária à Saúde;
II - orientação dos setores de regulação e assistência farmacêutica;
III - divulgação do fluxo oficial de encaminhamento;
IV - disponibilização dos instrumentos e formulários;
V - organização da lista regulada de espera;
VI - definição dos canais de comunicação entre o Serviço e as unidades encaminhadoras.

Art. 24. A divulgação do Programa deverá esclarecer que:
I - o Serviço não é porta aberta;
II - o acesso ocorre mediante encaminhamento pela Atenção Primária à Saúde;
III - o encaminhamento não assegura admissão imediata;
IV - as intervenções são definidas individualmente no PTS;
V - a inclusão no Programa não gera direito automático a medicamento ou prática terapêutica específica.

Art. 25. Os casos omissos ou excepcionais serão analisados pela Coordenação do Programa, em conjunto com a Diretoria de Atenção à Saúde e, quando necessário, com as áreas técnicas competentes da Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. As decisões deverão ser fundamentadas, registradas e observar as evidências científicas, a legislação e os princípios do SUS.

Art. 26. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 27. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, EM 26 DE AGOSTO DE 2026.

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
João Bruno Jabur
Código Identificador:BBFF69CC

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO CMS-DIR-PLE 037/2026 – 26/08/2026

O Conselho Municipal de Saúde de Paranavaí, tendo em vista suas atribuições de formular estratégias, controlar a execução e fiscalizar ações, obras, serviços e recursos da saúde pública, com base na Lei Federal 8.142 de 28/12/1990, conforme deliberação em reunião realizada em 18/08/2026, às 19h e 30 min, votou e aprovou a seguinte RESOLUÇÃO.
SÚMULA. Ratifica a Resolução CMS-DIR-PLE nº 030/2026, que aprovou, *ad referendum*, o Protocolo Institucional Padronizado de Triagem, Encaminhamento, Acompanhamento e Alta do Programa Paranavaí Sem Dor.
Art. 1o. Fica ratificada pelo Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Paranavaí, em todos os seus termos, a Resolução CMS-DIR-PLE nº 030/2026, de 12 de agosto de 2026, que aprovou, *ad referendum*, o

Protocolo Institucional Padronizado de Triagem, Encaminhamento, Acompanhamento e Alta do Programa Paranavaí Sem Dor.

Art. 2º. A ratificação de que trata esta Resolução confirma a deliberação anteriormente adotada, mantendo-se íntegros os efeitos produzidos pela Resolução CMS-DIR-PLE nº 030/2026 desde 11 de agosto de 2026.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Paranavaí, 26 de agosto de 2026.

ARNOLDO LUIZ VICTOR
Vice-Presidente
Conselho Municipal de Saúde

SÔNIA MARIA SILVESTRE BOTINI –	***JOÃO BRUNO NAVARRO FERNANDES JABUR –***
Presidenta	2ª Secretário
ARNOLDO LUIZ VICTOR –	***DRIELE DE SOUZA SAUCEDO –***
1º Vice-Presidente	1º Tesoureira
LEILA VANDA AGUIAR –	***MARIA LEILA LUCAS DE LIMA –***
2º Vice-Presidenta	2º Tesoureira
VANEIDE NOGUEIRA LIMA –	***KAMILA CRUZ TREICHEL –***
1ª Secretária	Ouvidora

HOMOLOGAÇÃO
Homologo esta Resolução, com base na Lei Federal 8142, de 28/12/1990, na Resolução Federal 453, de 10/05/2012 e na Lei Municipal 2651, de 23/12/2005.

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
João Bruno Jabur
Código Identificador:95ABF2BA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO CMS-DIR-PLE 038/2026 – 26/08/2026

O Conselho Municipal de Saúde de Paranavaí, tendo em vista suas atribuições de formular estratégias, controlar a execução e fiscalizar ações, obras, serviços e recursos da saúde pública, com base na Lei Federal 8.142 de 28/12/1990, conforme deliberação por *ad referendum* da Mesa Diretora, em reunião realizada em 11/08/2026, às 19h e 30 min, votou e aprovou a seguinte RESOLUÇÃO.
SÚMULA. Ratifica a Resolução CMS-DIR-PLE nº 031/2026, que aprovou, *ad referendum*, a locação de imóvel que concentrará os serviços multiprofissionais da Atenção Primária à Saúde.
Art. 1o. Fica ratificada pelo Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Paranavaí, em todos os seus termos, a Resolução CMS-DIR-PLE nº 031/2026, de 12 de agosto de 2026, que aprovou, *ad referendum*, a locação de imóvel que concentrará os serviços multiprofissionais da Atenção Primária à Saúde, vinculados à Secretaria Municipal de Saúde de Paranavaí, compreendendo a Sede da equipe Multiprofissional da Atenção Primária à Saúde (eMulti) e do Programa Municipal de Controle do Tabagismo, bem como, para o atendimento das áreas de Psicologia, Fonoaudiologia e Nutrição, integrantes da composição multiprofissional dá e Multi nos termos da Portaria GM/MS no 635/2023.

Art. 2º. A ratificação de que trata esta Resolução confirma a deliberação anteriormente adotada, mantendo-se íntegros os efeitos produzidos pela Resolução CMS-DIR-PLE nº 031/2026 desde 11 de agosto de 2026.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Paranavaí, 12 de agosto de 2026.

ARNOLDO LUIZ VICTOR
Vice-Presidente
Conselho Municipal de Saúde

SÔNIA MARIA SILVESTRE BOTINI –	***JOÃO BRUNO NAVARRO FERNANDES JABUR –***
Presidenta	2ª Secretário
ARNOLDO LUIZ VICTOR –	***DRIELE DE SOUZA SAUCEDO –***
1º Vice-Presidente	1º Tesoureira
LEILA VANDA AGUIAR –	***MARIA LEILA LUCAS DE LIMA –***
2º Vice-Presidenta	2º Tesoureira
VANEIDE NOGUEIRA LIMA –	***KAMILA CRUZ TREICHEL –***
1ª Secretária	Ouvidora

HOMOLOGAÇÃO
Homologo esta Resolução, com base na Lei Federal 8142, de 28/12/1990, na Resolução Federal 453, de 10/05/2012 e na Lei Municipal 2651, de 23/12/2005.

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
João Bruno Jabur
Código Identificador:74BADE6A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026 – PROCESSO Nº 131/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços turísticos para organização e execução de viagem turística destinada a grupo de pessoas idosas participantes das atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social, compreendendo o fornecimento de pacote turístico completo para o Município de Foz do Iguaçu – PR, incluindo transporte rodoviário, hospedagem com 02 (duas) pernoites, alimentação, seguro viagem, acompanhamento por guia de turismo habilitado, ingressos para visita às Cataratas do Iguaçu, Parque das Aves, Itaipu Binacional, Aquário de Foz e Marco das Três Fronteiras, bem como todos os demais serviços necessários à execução integral do objeto, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social.
PREÇO MÁXIMO GLOBAL: R$ 49.016,00.
DATA DE ABERTURA: 14 de setembro de 2026, às 09h00min, no endereço eletrônico: www.bnc.org.br.
O Edital pode ser obtido no site www.patobranco.pr.gov.br – www.canaldecomprasbrasil.com.br - https://www.gov.br/pncp/pt-br a qualquer tempo. Demais informações pelo e-mail: licita2@patobranco.pr.gov.br.

NAUDIERI PROVENSI –
Pregoeira.

Publicado por:
Naudieri Provensi
Código Identificador:94251FD4

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 136/2026 – PROCESSO N.º 138/2026 - EMENDA INDIVIDUAL 198/2025

Considerando o disposto no art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014:
"*Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei*";

Considerando o disposto no art. 31, II, da Lei Federal nº 13.019/2014:
"Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:
[...]

II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista noinciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto noart. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000."

Considerando Emenda Impositiva Individual 198/2025, que destinou recursos orçamentários a Organização da Sociedade Civil, contemplando o valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais).
Justifica-se a **INEXIGIBILIDADE** de Chamamento Público para celebrar Termo de Fomento, nos termos do art. 2º, Inciso VIII da Lei 13.019/2014 e Art 2º, Inciso I, do Decreto Municipal n.º 9.309/2022, visando a transferência de recurso acima descrito, em favor da Organização da Sociedade Civil ***Associação Esporte Ativo 60+,*** inscrita no CNPJ nº 62.507.336/0001-00, com sede na Rua Jaciretã, nº 702, Bairro Parzianello, Pato Branco/PR, CEP 85.504-440, telefone (46) 98822-7261, endereço eletrônico: esporteativoassociacao@gmail.com Para execução de projeto esportivo voltado à pessoa idosa, com a realização de treinamentos regulares, preparação técnica e participação em competições oficiais estaduais e regionais, incluindo os Jogos de Integração do Idoso – JIIDO e os Jogos do Sudoeste do Paraná – JISP, contemplando modalidades esportivas adaptadas, com acompanhamento técnico e estrutura adequada.
Na forma do art. 32, § 2º, da Lei Federal n.º 13.019/2014, fica aberto o prazo para impugnação à presente justificativa de 05 (cinco) dias, contados da publicação deste no site oficial do Município de Pato Branco (www.patobranco.pr.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (www.diariomunicipal.com.br/amp), a ser dirigida ao Sr. Fernando Henrique Mayer, através do endereço eletrônico, secretario.esporte@patobranco.pr.gov.br.
Pato Branco, 24 de Agosto de 2026.

FERNANDO HENRIQUE MAYER
Secretário Municipal de Esporte e Lazer

GERI NATALINO DUTRA
Prefeito
Município de Pato Branco

Publicado por:
Alana Luiza Nunez Schuh Chiochetta
Código Identificador:4290C836

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 138/2026 – PROCESSO N.º 140/2026 - EMENDA IMPOSITIVA DE BANCADA 156/2025

Considerando o disposto no art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014:
"*Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei*";

Considerando o disposto no art. 31, II, da Lei Federal nº 13.019/2014:
"Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:
[...]
II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista noinciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto noart. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000."

Considerando Emenda impositiva de Bancada n°156/2025, que destinou recursos orçamentários a Organização da Sociedade Civil, contemplando o valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais).
Justifica-se a **INEXIGIBILIDADE** de Chamamento Público para celebrar Termo de Fomento, nos termos do art. 2º, Inciso VIII da Lei 13.019/2014 e Art 2º, Inciso I, do Decreto Municipal n.º 9.309/2022, visando a transferência de recurso acima descrito, em favor da Organização da Sociedade Civil ***Associação de Artes Marciais Frajola,*** inscrita no CNPJ nº 44.168.621/0001-54, com sede na Rua Iguaçú, nº 372, Bairro Centro, Pato Branco/PR, CEP 85.501-052, telefone (46) 99917-1622, endereço eletrônico: alessandrofurtoso@yahoo.com.br, Para o desenvolvimento de um projeto social que promoverá treinamentos gratuitos na modalidade de Kickboxing para 25(vinte e cinco) atendidos, adolescente entre 12 a 18 anos e adultos entre 18 e 59 anos de ambos os sexos, para os populares e bairros vizinhos da escola.
Na forma do art. 32, § 2º, da Lei Federal n.º 13.019/2014, fica aberto o prazo para impugnação à presente justificativa de 05 (cinco) dias, contados da publicação deste no site oficial do Município de Pato Branco (www.patobranco.pr.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (www.diariomunicipal.com.br/amp), a ser dirigida ao Sr. Fernando Henrique Mayer, através do endereço eletrônico, secretario.esporte@patobranco.pr.gov.br.

Pato Branco, 24 de Agosto de 2026.

FERNANDO HENRIQUE MAYER
Secretário Municipal de Esporte e Lazer

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito
Município de Pato Branco

Publicado por:
Alana Luiza Nunez Schuh Chiochetta
Código Identificador:36280E2F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 139/2026 – PROCESSO N.º 141/2026 - EMENDA IMPOSITIVA INDIVIDUAL N°32/2025

Considerando o disposto no art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014:
"*Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei*";

Considerando o disposto no art. 31, II, da Lei Federal nº 13.019/2014:
"Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:
[...]
II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista noinciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto noart. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000."

Considerando Emenda impositiva Individual n°32/2025, que destinou recursos orçamentários a Organização da Sociedade Civil, contemplando o valor de R$ 25.000,00 (vinte cinco mil reais).
Justifica-se a **INEXIGIBILIDADE** de Chamamento Público para celebrar Termo de Fomento, nos termos do art. 2º, Inciso VIII da Lei 13.019/2014 e Art 2º, Inciso I, do Decreto Municipal n.º 9.309/2022, visando a transferência de recurso acima descrito, em favor da Organização da Sociedade Civil ***Quebra freio bike clube Pato Branco,*** inscrita no CNPJ nº 24.592.400/0001-00, com sede na Rua Tapajós, nº 152, Centro, em Pato Branco/PR, CEP 85.501-045,

telefone: (46) 99915 6475, endereço eletrônico: quebrafreio@gmail.com. Para Realizar o evento "Desafio Pato Branco 2026", com participação estimada de 500 ciclistas sendo crianças e adultos de diversas cidades e mais de 700 pessoas em torno do evento. Na forma do art. 32, § 2º, da Lei Federal n.º 13.019/2014, fica aberto o prazo para impugnação à presente justificativa de 05 (cinco) dias, contados da publicação deste no site oficial do Município de Pato Branco (www.patobranco.pr.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (www.diariomunicipal.com.br/amp), a ser dirigida ao Sr. Fernando Henrique Mayer, através do endereço eletrônico, secretario.esporte@patobranco.pr.gov.br.

Pato Branco, 25 de Agosto de 2026.

FERNANDO HENRIQUE MAYER
Secretário Municipal de Esporte e Lazer

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito
Município de Pato Branco

Publicado por:
Alana Luiza Nunez Schuh Chiochetta
Código Identificador:32520738

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICÍPIO DE PATO BRANCO AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 49/2026 – PROCESSO Nº 130/2026

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços técnicos de planejamento, configuração, programação, integração, testes, documentação e suporte operacional de sistemas eletrônicos de iluminação cênica programável, destinados aos elementos decorativos do Natal de Pato Branco, em atendimento às necessidades da Secretaria de Educação e Cultura.
PREÇO MÁXIMO GLOBAL: R$ 160.666,67
DATA DE ABERTURA: 15 de Setembro de 2026, às 09h00min, no endereço eletrônico: www.bnc.org.br.
O Edital pode ser obtido no site www.patobranco.pr.gov.br – www.bnc.org.br - https://www.gov.br/pncp/pt-br a qualquer tempo. Demais informações pelo e-mail: licitacao3@patobranco.pr.gov.br.

REGIANE RUFATO –
Pregoeira.

Publicado por:
Regiane Rufato
Código Identificador:B5BA0F99

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICÍPIO DE PATO BRANCO HOMOLOGAÇÃO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026 PROCESSO N° 01/2026

Em concordância ao resultado de classificação, apresentado pela Comissão de Seleção, designada pela Portaria nº 07/2025, e estando o chamamento público de acordo com as disposições legais contidas na Lei Federal n.º 13.019/2014, Decreto Municipal nº 9.309/2022, Lei Federal nº 10.741/2003, Lei Municipal n.º 3.494/2010, Decreto Municipal n.º 8.192/2017 e demais legislação pertinente à matéria, **HOMOLOGO** o presente chamamento público que tem por **OBJETO** a seleção de Organizações da Sociedade Civil (OSC), sem fins lucrativos, na área - Assistência Social - para a execução de ações continuadas e planejadas, voltadas ao fortalecimento da convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, por meio de atividades socioeducativas, oficinas de apoio à parentalidade, acompanhamento familiar e ações Inter geracionais, atendendo às seguintes especificidades: Objeto 1 - Região Sul: Apoiar projeto voltado ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social residentes na Região Sul do município, com atendimento mínimo de 150 (cento e cinquenta) crianças e adolescentes, execução diária e continuada, abrangendo acompanhamento socioeducativo, oficinas de apoio à parentalidade, atividades intergeracionais e metodologias de prevenção de rupturas familiares. Objeto 2 - Região Oeste: Apoiar projeto voltado ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social residentes na Região Oeste do município, com atendimento mínimo de 150 (cento e cinquenta) crianças e adolescentes, execução diária e continuada, mediante metodologias culturais, esportivas ou artísticas de caráter socioeducativo, favorecendo o convívio familiar e comunitário, e determino que sejam elaborados os respectivos Termos de Colaboração, nos termos legais, para as OSC Remanso da Pedreira CNPJ nº 09.379.739/0001-20 e Fundação Patobranquense do Bem-Estar – FUNDABEM CNPJ nº 77.013.506/0001-60, com o valor de R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), para cada OSC. Em concordância ao resultado de classificação, apresentado pela Comissão de Seleção, designada pela Portaria nº 07/2025, e estando o chamamento público de acordo com as disposições legais contidas na Lei Federal n.º 13.019/2014, Decreto Municipal nº 9.309/2022, Lei Federal nº 10.741/2003, Lei Municipal n.º 3.494/2010, Decreto Municipal n.º 8.192/2017 e demais legislação pertinente à matéria, HOMOLOGO o presente chamamento público que tem por OBJETO a seleção de Organizações da Sociedade Civil (OSC), sem fins lucrativos, na área - Assistência Social - para a execução de ações continuadas e planejadas, voltadas ao fortalecimento da convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, por meio de atividades socioeducativas, oficinas de apoio à parentalidade, acompanhamento familiar e ações Inter geracionais, atendendo às seguintes especificidades: Objeto 1 - Região Sul: Apoiar projeto voltado ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social residentes na Região Sul do município, com atendimento mínimo de 150 (cento e cinquenta) crianças e adolescentes, execução diária e continuada, abrangendo acompanhamento socioeducativo, oficinas de apoio à parentalidade, atividades intergeracionais e metodologias de prevenção de rupturas familiares. Objeto 2 - Região Oeste: Apoiar projeto voltado ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social residentes na Região Oeste do município, com atendimento mínimo de 150 (cento e cinquenta) crianças e adolescentes, execução diária e continuada, mediante metodologias culturais, esportivas ou artísticas de caráter socioeducativo, favorecendo o convívio familiar e comunitário, e determino que sejam elaborados os respectivos Termos de Colaboração, nos termos legais, para as OSC Remanso da Pedreira CNPJ nº 09.379.739/0001-20 e Fundação Patobranquense do Bem-Estar – FUNDABEM CNPJ nº 77.013.506/0001-60, com o valor de R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), para cada OSC.

Pato Branco, 26 de agosto de 2026.

GERI NATALINO DUTRA
Prefeito

Publicado por:
Liciane Cristina Puttkamer
Código Identificador:BDCD99D5

DEPARTAMENTO DE TRANSITO
NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

<

277510 PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO				
Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPATRAN - PATO BRANCO até 08/09/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.				
Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração
EYG9114	116100T003614705	07/05/2026	56650	R$ 130.16

Publicado por:
Elisangela Bach Dallazane
Código Identificador:04DFEC8B

DEPARTAMENTO DE TRANSITO
NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

<

277510 PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO
Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a

penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPATRAN - PATO BRANCO até 08/09/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Documento de Habilitação
ECM5A50	116100T003614704	07/05/2026	56650	

Publicado por:
Elisangela Bach Dallazane
Código Identificador:8F866743

DEPARTAMENTO DE TRANSITO
NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

<

277510 PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO			
Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à DEPATRAN - PATO BRANCO até 08/09/2026.			
Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
BCF3F29	116100T003222419	11/07/2026	56731
BEC7G24	116100T000699344	12/07/2026	55250
MIJ2434	277510NIC0030014	23/06/2026	50020
OXV8B96	116100T003734267	11/07/2026	54521
QIC0C31	116100T003239112	12/07/2026	55250
TBU5J04	116100T003222418	11/07/2026	55411

Publicado por:
Elisangela Bach Dallazane
Código Identificador:20426E7C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
1ª RETIFICAÇÃO AO EDITAL

1ª RETIFICAÇÃO AO EDITAL
DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 52/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2026

O Município de Paula Freitas, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob nº 75.687.954/0001-13, através do Pregoeiro e Agente de Contratação Municipal Sr. TADEU RAFAEL CORDEIRO, torna pública a **PRIMEIRA RETIFICAÇÃO AO EDITAL**, sendo o *objeto deste: : Registro de Preço para futura e eventual aquisição de Medicamentos em atendimento a Secretaria de Saúde do Município de Paula Freitas/PR, conforme características, quantidades e especificações constantes neste Edital;*

ALTERAÇÕES AO EDITAL

ONDE SE LÊ:
~~**DATA DA SESSÃO PÚBLICA**~~
~~**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08h00min do dia 26/08/2026**~~
~~**ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08h15min do dia 26/08/2026**~~
TERMO DE REFERÊNCIA

8.1.2 Prazo de entrega: A CONTRATADA deverá entregar os materiais/serviços objeto da contratação em no máximo 03 (três) dias úteis, a contar do 1º dia útil subsequente do recebimento do empenho/requisição de compra/autorização de fornecimento.

LEIA-SE:

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08h00min do dia 09/09/2026
ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08h15min do dia 09/09/2026.
.

TERMO DE REFERÊNCIA

8.1.2 Prazo de entrega: A CONTRATADA deverá entregar os materiais/serviços objeto da contratação em no máximo 10 (dez) dias úteis, a contar do 1º dia útil subsequente do recebimento do empenho/requisição de compra/autorização de fornecimento.

Permanecendo as demais cláusulas inalteradas.

Paula Freitas-PR, 26 de agosto de 2026.

TADEU RAFAEL CORDEIRO
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Henry Marcel Valigura Domingues
Código Identificador:D6DBA310

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N. º 213/2026–26 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre progressão funcional por titulação e passagem de nível de servidores efetivo.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, Sr. **SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA,** no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1. º - Enquadrar a servidora municipal abaixo relacionada, ocupante do cargo de Professor Ensino Fundamental-20 horas, o qual passara para referência e nível em conformidade com a Lei Municipal 1.335/2014, de 26 de setembro de 2014 em seu Título VI, Capítulo Único, Artigo 18:

NOME	REFERÊNCIA ATUAL	REFERÊNCIA AVANÇADA
Vanessa Verbanek Lopes	A-01	B-01

Art. 2.º - Enquadrar a servidora municipal **Vanessa Verbanek Lopes**, ocupante do cargo de Professor Ensino Fundamental - 20 horas, o qual passará para o nível em conformidade com a Lei Municipal 1.335/2014, de 26 de setembro de 2014, de acordo com o certificado de conclusão do curso de Graduação em Pedagogia, ofertado pela Faculdade Alfa América, sob-registro n° 118288, passando para o **Nível B-01.**

Art. 3. º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4. º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, 26 de agosto de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito

Publicado por:
Patricia Hermann Domingues
Código Identificador:18AF9228

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO - 028/2026 Nº PROC. ADM. 087/2026

Extrato de publicação

PREGÃO ELETRÔNICO - 028/2026
Nº PROC. ADM. 087/2026

Extrato de publicação gerado automaticamente pelo sistema BLLCOMPRAS torna público para conhecimento dos interessados que o órgão MUNICIPIO DE PAULO FRONTIN, de acordo com a regulamentação Edital realizará PREGÃO ELETRÔNICO sendo conduzido por EDER RENATO STELMACH e tendo como autoridade IRENEU INÁCIO ZACHARIAS.

PUBLICAÇÃO: 26/08/2026 09:18
INÍCIO REC. PROPOSTA: 26/08/2026 12:00
FIM REC. PROPOSTA: 11/09/2026 09:01
INÍCIO DISPUTA: 11/09/2026 09:30
TIPO DE LANCE: MENOR LANCE
TIPO ENCERRAMENTO: ABERTO
EXCLUSIVO ME: NÃO
VALOR TOTAL DO PROCESSO: R$ 324.286,0000

OBJETO DO PROCESSO

AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO DESTINADOS À EXECUÇÃO E À MANUTENÇÃO DE OBRAS DE DRENAGEM PLUVIAL, BUEIROS, GALERIAS E TRAVESSIAS EM ÁREAS URBANAS E RURAIS DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN-PR.

Publicado por:
Eder Renato Stelmach
Código Identificador:FAF5BA5B

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.548/2026

LEI Nº 1.548/2026

ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 1.480, DE 20 DE MAIO DE 2025, PARA INCLUIR OS PREÇOS PÚBLICOS DE INSCRIÇÃO EM COMPETIÇÕES ESPORTIVAS ENTRE OS RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL PARA O ESPORTE, AUTORIZAR O CUSTEIO DE PREMIAÇÕES E OPERACIONALIZAÇÃO DE CAMPEONATOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
.

Ireneu Inácio Zacharias, Prefeito Municipal de Paulo Frontin, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, faço saber, em cumprimento a Lei Orgânica Municipal, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:
Art. 1º A Lei Municipal nº 1.480, de 20 de maio de 2025, passa a vigorar com as seguintes alterações:
"Art. 19. Constituirão recursos do Fundo Municipal para o Esporte:
I — dotação consignada anualmente na Lei Orçamentária Anual;
II — créditos especiais ou suplementares a ele destinados;
III — retorno e resultados de suas aplicações;
IV — multas, correção monetária e juros, em decorrência de suas operações;
V - Preços públicos arrecadados a título de inscrição em campeonatos, torneios e competições esportivas realizadas por particulares [pessoas físicas e jurídicas] junto aos espaços esportivos municipais;
VI — preços públicos arrecadados a título de uso, por terceiros, das estruturas esportivas municipais, em especial ginásios, campos, quadras e demais espaços destinados à prática esportiva;
VII — doações, contribuições, patrocínios, convênios e transferências de pessoas físicas e jurídicas, públicas ou privadas;
VIII — outras receitas que lhe forem destinadas em lei.
§ 1º As receitas descritas neste artigo serão depositadas em conta específica do Fundo, mantida em instituição financeira oficial, em nome do Município de Paulo Frontin, com identificação contábil individualizada por fonte de recurso.
§ 2º Os saldos positivos do Fundo, apurados no encerramento do exercício, serão transferidos para o exercício seguinte, a crédito do mesmo Fundo, na forma do art. 73 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964."
"Art. 21. Os recursos do Fundo Municipal para o Esporte serão aplicados, exclusivamente, na execução de projetos e atividades que visem:
I — melhorar o andamento das atividades esportivas do Município;
II — promover o acesso de todos os interessados às práticas esportivas;
III — incentivar a criação de projetos e competições esportivas;
IV — captar recursos para o Fundo por meios públicos e privados;
V — custear a organização, a realização e a manutenção de campeonatos municipais oficiais, abrangendo, entre outras, despesas com arbitragem, material esportivo, serviços de apoio, transporte, divulgação e estrutura dos eventos;
VI — custear a premiação de participantes de campeonatos municipais oficiais, na forma do Plano de Ação e Aplicação aprovado pelo Conselho Municipal de Esporte e do regulamento expedido pelo Poder Executivo, observadas as retenções tributárias devidas;
VII — custear o pagamento de taxas de inscrição de equipes representativas do Município, assim consideradas aquelas oficialmente reconhecidas como tais pelo Conselho Municipal de Esporte, mediante prévio cadastro e na forma de regulamento, em campeonatos, torneios e competições oficiais promovidos por entidades de administração do esporte municipais, regionais, estaduais ou nacionais."
Art. 2º A Lei Municipal nº 1.480, de 20 de maio de 2025, passa a vigorar acrescida dos arts. 21-A e 21-B, com a seguinte redação:

"Art. 21-A. A premiação custeada pelo Fundo Municipal para o Esporte observará:
I — critérios objetivos de classificação previamente definidos no edital de cada competição, garantida a impessoalidade e a publicidade;
II — vedação à premiação dos membros do Conselho Municipal de Esporte e dos servidores públicos diretamente envolvidos na organização do evento;
III — retenção, na fonte, do imposto de renda, nos termos da legislação federal aplicável;
IV — vedação à destinação para auxílios ou subvenções a instituições privadas com fins lucrativos, nos termos do art. 174, § 1º, da Lei Orgânica do Município, de 2007;
V — limite máximo de premiação por competição, a ser fixado em decreto, observado o Plano de Ação e Aplicação aprovado pelo Conselho Municipal de Esporte, na forma do art. 22 desta Lei, e demonstrada a disponibilidade financeira do Fundo."
"Art. 21-B. O uso das estruturas esportivas municipais por terceiros, mediante o preço público de que trata o art. 19, VI, observará:
I — prioridade, em qualquer hipótese e independentemente de pagamento, do programa esportivo municipal, das escolas da rede pública e das entidades amadoristas e colegiais locais, nos termos do art. 174 da Lei Orgânica do Município, de 2007;
II — formalização por termo de cessão de uso oneroso, do qual constarão a finalidade, o prazo, a contraprestação, a responsabilidade por danos, as obrigações de limpeza e devolução do espaço e a vedação à sublocação;
III — calendário público de disponibilidade, mantido e atualizado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;
IV — vedação ao uso para atividade político-partidária ou religiosa."
Art. 3º Os preços públicos referidos nos incisos V e VI do art. 19 da Lei nº 1.480, de 2025, serão fixados por decreto do Poder Executivo, podendo ser reduzidos ou dispensados, de forma fundamentada, em razão de hipossuficiência econômica do interessado, de finalidade beneficente ou de outras políticas públicas de inclusão esportiva.
Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias do Fundo Municipal para o Esporte, suplementadas se necessário, observado o disposto nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.
Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Paulo Frontin, 26 de agosto de 2026.

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:8CEE3687

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.549/2026

LEI Nº 1.549/2026

INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO NO ÂMBITO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PAULO FRONTIN/PR E ESTABELECE PRINCÍPIOS, OBJETIVOS, DIRETRIZES E INSTRUMENTOS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE

ALFABETIZAÇÃO, EM CONSONÂNCIA COM O PROGRAMA EDUCA JUNTOS, COM A ESTRATÉGIA ALFABETIZA JUNTOS E COM O COMPROMISSO NACIONAL CRIANÇA ALFABETIZADA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Ireneu Inácio Zacharias, Prefeito Municipal de Paulo Frontin, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, faço saber, em cumprimento a Lei Orgânica Municipal, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

PROJETO DE LEI:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Município de Paulo Frontin/PR, a Política Municipal de Alfabetização, com a finalidade de assegurar o direito de toda criança à alfabetização na idade certa, por meio de ações estruturadas, articuladas e permanentes, executadas em regime de colaboração com a União e com o Estado do Paraná.

§ 1º A Política observará, no que couber, a Lei Federal nº 15.247, de 31 de outubro de 2025 (Compromisso Nacional Criança Alfabetizada), a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), o Decreto Federal nº 12.391, de 28 de fevereiro de 2025 (Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens), a Lei Estadual nº 21.323, de 20 de dezembro de 2022, e o Decreto Estadual nº 2.435, de 7 de junho de 2023 (Programa Educa Juntos), a Resolução GS/SEED nº 5.158, de 7 de agosto de 2023 (estratégia Alfabetiza Juntos), a Base Nacional Comum Curricular e o Referencial Curricular do Paraná.

§ 2º A Política fundamenta-se, ainda, no art. 23, V, no art. 30, I e VI, e nos arts. 205, 208 e 211, § 2º, da Constituição da República, e nos arts. 7º, VI, 161 a 166 e 172 da Lei Orgânica Municipal.

§ 3º A Política Municipal de Alfabetização integra o Sistema Municipal de Ensino e articula-se com o Plano Municipal de Educação, observadas as atribuições normativas do Conselho Municipal de Educação previstas no art. 165 da Lei Orgânica Municipal.

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:

I — ciclo de alfabetização: o período compreendido entre o 1º e o 2º ano do ensino fundamental, precedido pelas ações de desenvolvimento da linguagem oral e escrita realizadas na educação infantil;

II — criança alfabetizada: aquela que atinge o nível de proficiência em leitura e escrita definido pela União, na forma do art. 26 da Lei Federal nº 15.247/2025, aferido pelos instrumentos nacionais, estaduais e municipais de avaliação;

III — recomposição das aprendizagens: o conjunto de ações pedagógicas destinadas a recuperar aprendizagens não consolidadas, ofertadas de forma adicional e não substitutiva à carga horária regular;

IV — avaliação diagnóstica: instrumento de caráter formativo, aplicado no início e ao longo do ano letivo, destinado a identificar o nível de aprendizagem de cada estudante e a orientar o planejamento pedagógico.

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS, DOS OBJETIVOS E DAS DIRETRIZES

Art. 3º São princípios da Política Municipal de Alfabetização:

I — o regime de colaboração entre a União, o Estado do Paraná e o Município;

II — a garantia do direito à alfabetização de todas as crianças até o final do 2º ano do ensino fundamental;

III — a equidade educacional, consideradas as desigualdades regionais, socioeconômicas, étnico-raciais e de gênero;

IV — a educação inclusiva, com atendimento educacional especializado aos estudantes público-alvo da educação especial, na forma do art. 164, VI, da Lei Orgânica Municipal;

V — o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e o respeito à autonomia pedagógica da unidade escolar, observado o art. 162, III, da Lei Orgânica Municipal;

VI — a valorização da avaliação como instrumento formativo e de acompanhamento das aprendizagens;

VII — a formação continuada e a valorização dos profissionais da educação;

VIII — o uso de evidências e de dados educacionais para a tomada de decisão;

IX — a garantia de condições pedagógicas adequadas, incluídos materiais didáticos e recursos de apoio;

X — a gestão democrática, a participação das famílias e a transparência dos resultados.

Art. 4º São objetivos da Política Municipal de Alfabetização:

I — assegurar a alfabetização de todas as crianças até o final do 2º ano do ensino fundamental;

II — elevar a qualidade da alfabetização e do letramento nos anos iniciais do ensino fundamental;

III — contribuir para o cumprimento das metas de alfabetização do Plano Municipal de Educação e para a erradicação do analfabetismo, na forma do art. 166, I, da Lei Orgânica Municipal;

IV — fortalecer práticas pedagógicas fundamentadas em evidências;

V — promover o uso de tecnologias educacionais no processo de alfabetização;

VI — socializar as experiências e as produções em alfabetização e letramento desenvolvidas em sala de aula;

VII — reconhecer e disseminar práticas exitosas, pedagógicas e de gestão;

VIII — garantir a articulação entre a educação infantil e o ensino fundamental;

IX — reduzir a evasão e a infrequência escolar no ciclo de alfabetização;

X — promover estratégias de recomposição das aprendizagens e o acompanhamento pedagógico contínuo.

Art. 5º São diretrizes para a implementação da Política Municipal de Alfabetização:

I — a priorização da alfabetização até o 2º ano do ensino fundamental;

II — a promoção de práticas pedagógicas que desenvolvam a leitura, a escuta, a escrita, a oralidade, a produção textual e a compreensão leitora;

III — a assistência pedagógica às equipes gestoras das unidades escolares;

IV — o fortalecimento da gestão pedagógica nas unidades escolares;

V — o acompanhamento e o monitoramento sistemático das aprendizagens dos estudantes;

VI — a implementação de estratégias de recomposição das aprendizagens;

VII — o incentivo às práticas de desenvolvimento da linguagem oral e escrita desde a educação infantil;

VIII — a promoção da participação das famílias no processo educativo;

IX — o apoio técnico-pedagógico contínuo às unidades escolares;

X — a articulação intersetorial com as políticas de saúde e de assistência social;

XI — o desenvolvimento de ações pedagógicas conjuntas voltadas à transição da pré-escola para o 1º ano do ensino fundamental;

XII — a garantia de metodologias de ensino acessíveis e inclusivas, voltadas ao atendimento do público-alvo da educação especial.

CAPÍTULO III

DA RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS, DO PÚBLICO-ALVO E DOS AGENTES

Art. 6º O estudante que concluir o 2º ano do ensino fundamental sem atingir o nível de proficiência de que trata o art. 2º, II, desta Lei terá plano individual de recomposição das aprendizagens, com acompanhamento sistemático e comunicação à família.

Parágrafo único. As metas anuais, os indicadores e os prazos de aferição da Política Municipal de Alfabetização serão fixados no Plano Municipal de Alfabetização, observadas as metas do Plano Municipal de Educação.

Art. 7º Constituem público-alvo da Política Municipal de Alfabetização:

I — as crianças matriculadas na educação infantil, na etapa da pré-escola (4 e 5 anos de idade);

II — os estudantes matriculados nos anos iniciais do ensino fundamental da rede municipal de ensino.

Art. 8º São agentes da Política Municipal de Alfabetização:

I — os gestores municipais, por meio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

II — as equipes pedagógicas da administração central e das unidades escolares;

III — os gestores escolares;

IV — os professores da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental;

V — os profissionais da educação especial e de apoio;

VI — as famílias e a comunidade escolar;

VII — o Conselho Municipal de Educação.

CAPÍTULO IV

DOS INSTRUMENTOS E DAS AÇÕES DE IMPLEMENTAÇÃO

Art. 9º São instrumentos de implementação da Política Municipal de Alfabetização:

I — o Plano Municipal de Alfabetização;

II — o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização;

III — a equipe técnica de alfabetização da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

IV — o programa municipal de formação continuada de professores e gestores;

V — o sistema de avaliação, monitoramento e recomposição das aprendizagens;

VI — a adesão aos programas federais e estaduais de alfabetização;

VII — o relatório anual de execução.

Art. 10. A Política Municipal de Alfabetização será implementada por ações que incluam:

I — a definição de orientações curriculares e de metas mensuráveis e objetivas;

II — a adesão e a oferta de formação continuada para professores e gestores;

III — a utilização de materiais didáticos e pedagógicos complementares de apoio para professores e estudantes;

IV — o desenvolvimento de estratégias de recomposição das aprendizagens;

V — a adesão às avaliações formativas e externas;

VI — o monitoramento contínuo das aprendizagens;

VII — a recomposição das aprendizagens para os estudantes que não tenham sido alfabetizados até o 2º ano do ensino fundamental;

VIII — o planejamento das ações pedagógicas a partir da análise dos resultados e dos dados da unidade escolar.

Art. 11. O Plano Municipal de Alfabetização, aprovado por decreto do Poder Executivo, terá vigência de 4 (quatro) anos e conterá, no mínimo:

I — o diagnóstico da alfabetização na rede municipal de ensino;

II — as metas anuais e os indicadores de acompanhamento;

III — o cronograma das ações e das avaliações;

IV — o plano de formação continuada;

V — as estratégias de recomposição das aprendizagens;

VI — a previsão dos recursos necessários e as respectivas fontes;

VII — a forma de divulgação dos resultados.

§ 1º O Plano será submetido à manifestação prévia do Conselho Municipal de Educação e revisado anualmente.

§ 2º O Plano Municipal de Alfabetização não substitui nem altera o Plano Municipal de Educação, constituindo instrumento administrativo de planejamento e gestão da Política Municipal de Alfabetização.

Art. 12. Fica o Poder Executivo autorizado a instituir, por decreto, o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização, órgão colegiado de caráter consultivo e de acompanhamento, incumbido de planejar, acompanhar, monitorar e avaliar as ações da Política Municipal de Alfabetização.

§ 1º O Comitê será integrado por representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, das unidades escolares, dos professores alfabetizadores, da educação especial, do Conselho Municipal de Educação, das Secretarias Municipais de Saúde e de Assistência Social e das famílias, na forma do regulamento.

§ 2º A composição do Comitê será definida por cargo, função ou representação, cabendo a designação nominal de seus membros e respectivos suplentes a ato do Chefe do Poder Executivo, na forma do art. 85, II, "c", da Lei Orgânica Municipal.

§ 3º A participação no Comitê é considerada prestação de serviço público relevante e não será remunerada a qualquer título, não gerando vínculo funcional nem direito a gratificação, jetom, diária ou qualquer vantagem pecuniária.

Art. 13. A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto organizará equipe técnica de alfabetização, destinada à coordenação, à implementação, ao monitoramento e à avaliação da Política Municipal de Alfabetização.

§ 1º A equipe técnica será composta por servidores ocupantes de cargos efetivos ou em comissão já integrantes do quadro de pessoal do Município, designados por portaria, sem criação de cargos, funções ou empregos públicos e sem aumento de despesa com pessoal.

§ 2º A criação de cargos, de funções gratificadas ou de quaisquer vantagens pecuniárias destinadas à equipe técnica dependerá de lei específica, de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, instruída com a estimativa de impacto orçamentário-financeiro e a declaração de adequação de que tratam os arts. 16 e 17 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

§ 3º A designação dos servidores observará o perfil técnico, a experiência profissional, a formação compatível com a função, a disponibilidade para o acompanhamento sistemático das unidades escolares e o interesse público.

CAPÍTULO V

DA ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL

Art. 14. A Política Municipal de Alfabetização será executada em articulação com as políticas municipais de saúde e de assistência social, especialmente para:

I — a identificação e o encaminhamento de estudantes com indícios de dificuldades sensoriais, de linguagem, de aprendizagem ou de saúde que interfiram na alfabetização;

II — a busca ativa dos estudantes infrequentes ou evadidos, na forma do art. 164, § 3º, da Lei Orgânica Municipal;

III — o apoio às famílias em situação de vulnerabilidade social.

Parágrafo único. A articulação de que trata este artigo observará as competências próprias de cada órgão e a legislação de regência.

CAPÍTULO VI

DA AVALIAÇÃO, DO MONITORAMENTO E DA TRANSPARÊNCIA

Art. 15. Constituem mecanismos de avaliação e de monitoramento da Política Municipal de Alfabetização:

I — a aplicação de avaliações diagnósticas no início e ao final do ciclo de alfabetização;

II — a adesão e a participação nas avaliações externas nacionais e estaduais;

III — o acompanhamento dos resultados de aprendizagem;

IV — a definição, a análise e o monitoramento de indicadores educacionais;

V — a sistematização de dados por estudante, turma e unidade escolar;

VI — a avaliação da efetividade das ações implementadas;

VII — a utilização dos resultados para o replanejamento das ações pedagógicas;

VIII — o acompanhamento dos resultados das avaliações internas e externas.

Art. 16. O tratamento dos dados pessoais dos estudantes observará a Lei Federal nº 13.709/2018 — Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, em especial o disposto em seu art. 14.

Parágrafo único. É vedada a divulgação pública de resultados individualizados que permitam a identificação do estudante, assegurado o acesso das famílias aos resultados de seus filhos ou tutelados.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17. Fica o Poder Executivo autorizado a formalizar a adesão do Município ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, na forma do art. 6º da Lei Federal nº 15.247/2025, e a celebrar termo de adesão ao Programa Educa Juntos, na forma do art. 4º da Lei Estadual nº 21.323/2022, bem como a firmar convênios, acordos de cooperação e ajustes congêneres com a União, com o Estado do Paraná e com entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos para a consecução dos objetivos desta Lei.

Art. 18. Compete à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto a coordenação estratégica, o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação das ações decorrentes da Política Municipal de Alfabetização, bem como a expedição das normas complementares necessárias à execução desta Lei.

Art. 19. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de até 90 (noventa) dias, contados de sua publicação, dispondo sobre o Comitê Estratégico Municipal, a equipe técnica de alfabetização, o Plano Municipal de Alfabetização e os demais procedimentos operacionais.

Parágrafo único. O regulamento será adequado às orientações elaboradas pela União, de que tratam o art. 20 da Lei Federal nº 15.247/2025 e o art. 25 do Decreto Federal nº 11.556/2023, tão logo publicadas.

Art. 20. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de

Educação, Cultura e Desporto, podendo ser suplementadas, observados os arts. 16 e 17 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).
§ 1º Poderão ser utilizados, na forma da legislação de regência, os recursos da manutenção e do desenvolvimento do ensino de que trata o art. 172 da Lei Orgânica Municipal, os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação — FUNDEB e os recursos oriundos de transferências, convênios e instrumentos congêneres firmados com a União e com o Estado do Paraná.
§ 2º A propositura não cria cargos, funções ou empregos públicos, não concede vantagem pecuniária e não institui despesa obrigatória de caráter continuado, sendo executada com a estrutura e o quadro de pessoal existentes, na forma do art. 13 desta Lei.
Art. 21. Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor 30 (trinta) dias após a sua publicação.

Paulo Frontin/PR, 26 de agosto de 2026.

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:3444A473

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 192/2026

PORTARIA Nº 192/2026

Homologa o Resultado Definitivo do Procedimento para Concessão de Gratificação por Escolaridade para os servidores efetivos da Prefeitura Municipal de Paulo Frontin/PR, nos termos do Art. 18 da Lei Municipal nº 930/2013, e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Municipal nº 930/2013, e tendo em vista o Artigo 85, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º. Homologar o Resultado Definitivo do Procedimento para Concessão de Gratificação por Escolaridade presente no Edital nº 003/2025 da Comissão de Avaliação de Documentos instituída pela Portaria nº 146/2026, à luz do art. 18 da Lei Municipal nº 930/2013, de modo a conceder Gratificação por Escolaridade para os seguintes servidores públicos desde Município:
I – Concede-se Gratificação por Escolaridade no percentual de 10% para o(a) servidor(a) de matrícula nº 1212 da Prefeitura Municipal, nos termos do art. 18, § 2º, da Lei Municipal nº 930/2013;
II – Concede-se Gratificação por Escolaridade no percentual de 10% para o(a) servidor(a) de matrícula nº 725 da Fundação Municipal de Saúde, nos termos do art. 18, § 1º, da Lei Municipal nº 930/2013;
III – Concede-se Gratificação por Escolaridade no percentual de 15% para o(a) servidor(a) de matrícula nº 1235 da Prefeitura Municipal, nos termos do art. 18, §§ 3º e 4º, da Lei Municipal nº 930/2013;
IV – Concede-se Gratificação por Escolaridade no percentual de 10% para o(a) servidor(a) de matrícula nº 1231 da Prefeitura Municipal, nos termos do art. 18, § 2º, da Lei Municipal nº 930/2013;
V – Concede-se Gratificação por Escolaridade no percentual de 15% para o(a) servidor(a) de matrícula nº 957 da Prefeitura Municipal, nos termos do art. 18, §§ 3º e 4º, da Lei Municipal nº 930/2013;
VI – Concede-se Gratificação por Escolaridade no percentual de 10% para o(a) servidor(a) de matrícula nº 1201 da Prefeitura Municipal, nos termos do art. 18, § 1º, da Lei Municipal nº 930/2013;
VII – Concede-se Gratificação por Escolaridade no percentual de 10% para o(a) servidor(a) de matrícula nº 1205 da Prefeitura Municipal, nos termos do art. 18, § 1º, da Lei Municipal nº 930/2013;
VIII – Concede-se Gratificação por Escolaridade no percentual de 15% para o(a) servidor(a) de matrícula nº 778 da Fundação Municipal de Saúde, nos termos do art. 18, §§ 3º e 4º, da Lei Municipal nº 930/2013;
IX – Concede-se Gratificação por Escolaridade no percentual de 10% para o(a) servidor(a) de matrícula nº 1200 da Prefeitura Municipal, nos termos do art. 18, § 1º, da Lei Municipal nº 930/2013;
X – Concede-se Gratificação por Escolaridade no percentual de 10% para o(a) servidor(a) de matrícula nº 1059 da Prefeitura Municipal, nos termos do art. 18, § 1º, da Lei Municipal nº 930/2013;
XI – Concede-se Gratificação por Escolaridade no percentual de 10% para o(a) servidor(a) de matrícula nº 655 da Prefeitura Municipal, nos termos do art. 18, § 1º, da Lei Municipal nº 930/2013;
XII – Concede-se Gratificação por Escolaridade no percentual de 15% para o(a) servidor(a) de matrícula nº 768 da Fundação Municipal de Saúde, nos termos do art. 18, §§ 3º e 4º, da Lei Municipal nº 930/2013;
XIII – Concede-se Gratificação por Escolaridade no percentual de 10% para o(a) servidor(a) de matrícula nº 1206 da Prefeitura Municipal, nos termos do art. 18, § 1º, da Lei Municipal nº 930/2013;
XIV – Concede-se Gratificação por Escolaridade no percentual de 15% para o(a) servidor(a) de matrícula nº 1197 da Prefeitura Municipal, nos termos do art. 18, §§ 3º e 4º, da Lei Municipal nº 930/2013;
XV – Concede-se Gratificação por Escolaridade no percentual de 10% para o(a) servidor(a) de matrícula nº 1240 da Prefeitura Municipal, nos termos do art. 18, § 2º, da Lei Municipal nº 930/2013;
XVI – Concede-se Gratificação por Escolaridade no percentual de 10% para o(a) servidor(a) de matrícula nº 781 da Fundação Municipal de Saúde, nos termos do art. 18, § 1º, da Lei Municipal nº 930/2013;
XVII – Concede-se Gratificação por Escolaridade no percentual de 10% para o(a) servidor(a) de matrícula nº 780 da Fundação Municipal de Saúde, nos termos do art. 18, § 1º, da Lei Municipal nº 930/2013;
XVIII – Concede-se Gratificação por Escolaridade no percentual de 10% para o(a) servidor(a) de matrícula nº 941 da Prefeitura Municipal, nos termos do art. 18, § 1º, da Lei Municipal nº 930/2013;
XIX – Concede-se Gratificação por Escolaridade no percentual de 05% para o(a) servidor(a) de matrícula nº 281 da Prefeitura Municipal, nos termos do art. 18, § 1º, da Lei Municipal nº 930/2013;
XX – Concede-se Gratificação por Escolaridade no percentual de 10% para o(a) servidor(a) de matrícula nº 1204 da Prefeitura Municipal, nos termos do art. 18, § 1º, da Lei Municipal nº 930/2013;
XXI – Concede-se Gratificação por Escolaridade no percentual de 10% para o(a) servidor(a) de matrícula nº 1146 da Prefeitura Municipal, nos termos do art. 18, § 1º, da Lei Municipal nº 930/2013;

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paulo Frontin/PR, 26 de agosto de 2026.

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:3AB6D5D3

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 193/2026

PORTARIA Nº 193/2026

Concede férias regulamentares à servidora pública municipal e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Paulo Frontin, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o Artigo 85, inciso II, alínea "A", da Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o requerimento escrito apresentado pela servidora interessada, no qual solicita a concessão de férias regulamentar;
CONSIDERANDO a autorização expressa das respectivas autoridades superiores, após análise da conveniência administrativa e da possibilidade de afastamento da servidora;
RESOLVE
Art. 1º. Conceder férias regulamentares à servidora pública municipal lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme o item a seguir:

I. LUCILENE APARECIDA BARTH, Psicóloga, matrícula **586**, referente ao período aquisitivo de **01/08/2025 a 31/07/2026**, com **30 (trinta) dias** de gozo, compreendidos entre os dias **08/09/2026 a 07/10/2026**;

Art. 2º. Os períodos de férias de que trata o artigo anterior foram programados mediante requerimento escrito da respectiva servidora e autorização das autoridades competentes, observada a conveniência administrativa e a continuidade dos serviços públicos.

Art. 3º. O pagamento da remuneração das férias e do respectivo adicional constitucional será realizado na forma e no prazo previstos na legislação aplicável.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **produzindo seus efeitos a partir da respectiva data de início do gozo das férias**.

Publique-se. Anote-se. Cumpra-se.

Paulo Frontin, Estado do Paraná, 25 de agosto de 2026.

IRENEU INACIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:2356A845

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 194/2026

PORTARIA Nº 194/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão de férias regulamentares aos servidores da Fundação Municipal de Saúde de Paulo Frontin.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN**, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 85, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 129 a 153 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar o direito constitucional às férias anuais remuneradas dos servidores da Fundação Municipal de Saúde;

CONSIDERANDO o cronograma de férias elaborado pelas chefias imediatas e homologado pela Administração;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias regulamentares aos servidores da Fundação Municipal de Saúde, conforme segue:

I – FABIANA VIEIRA, matrícula nº 678, ocupante do cargo de ENFERMEIRO, referente ao período aquisitivo de **24/07/2025 a 23/07/2026**, concedendo-lhe **10 (dez) dias de férias**, no período de **20/08/2026 a 29/08/2026**, sem conversão em abono pecuniário, devendo retornar às suas atividades em **30/08/2026**.

II – MARLENE PROCHERA, matrícula nº 513, ocupante do cargo de ENFERMEIRO, referente ao período aquisitivo de **01/03/2025 a 28/02/2026**, concedendo-lhe **15 (quinze) dias de férias**, no período de **08/09/2026 a 22/09/2026**, sem conversão em abono pecuniário, devendo retornar às suas atividades em **23/09/2026**.

III – MILENA NATHALI KCHEVE, matrícula nº 732, ocupante do cargo de AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS, referente ao período aquisitivo de **01/02/2025 a 31/01/2026**, concedendo-lhe **15 (quinze) dias de férias**, no período de **09/09/2026 a 23/09/2026**, sem conversão em abono pecuniário, devendo retornar às suas atividades em **24/09/2026**.

IV – HELENA ZULKIEVICZ DIDUCH, matrícula nº 437, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, referente ao período aquisitivo de **01/12/2024 a 30/11/2025**, concedendo-lhe **15 (quinze) dias de férias**, no período de **09/09/2026 a 23/09/2026**, sem conversão em abono pecuniário, devendo retornar às suas atividades em **24/09/2026**.

V – FRANCIELE DA ROSA BRAZ, matrícula nº 724, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – SÃO ROQUE, referente ao período aquisitivo de **10/10/2024 a 09/10/2025**, concedendo-lhe **5 (cinco) dias de férias**, no período de **08/09/2026 a 12/09/2026**, com conversão de **10 (dez) dias em abono pecuniário**, devendo retornar às suas atividades em **13/09/2026**.

VI – BARBARA RAQUEL DE OLIVEIRA, matrícula nº 728, ocupante do cargo de TECNICO EM ENFERMAGEM, referente ao período aquisitivo de **10/10/2024 a 09/10/2025**, concedendo-lhe **30 (trinta) dias de férias**, no período de **01/09/2026 a 30/09/2026**, sem conversão em abono pecuniário, devendo retornar às suas atividades em **01/10/2026**.

VII – JISIANE FATIMA SOBCZAK MAIA, matrícula nº 719, ocupante do cargo de FARMACEUTICO, referente ao período aquisitivo de **02/10/2024 a 01/10/2025**, concedendo-lhe **15 (quinze) dias de férias**, no período de **14/09/2026 a 28/09/2026**, sem conversão em abono pecuniário, devendo retornar às suas atividades em **29/09/2026**.

VIII – IZABELA BRAZ DE OLIVEIRA, matrícula nº 778, ocupante do cargo de FARMACEUTICO, referente ao período aquisitivo de **01/08/2025 a 31/07/2026**, concedendo-lhe **10 (dez) dias de férias**, no período de **21/09/2026 a 30/09/2026**, sem conversão em abono pecuniário, devendo retornar às suas atividades em **01/10/2026**

Art. 2º O Departamento de Recursos Humanos adotará as providências necessárias ao registro das férias concedidas nesta Portaria, promovendo as anotações funcionais e os lançamentos na folha de pagamento, em conformidade com a legislação vigente.

Art. 3º Os servidores deverão reassumir suas funções na data de retorno estabelecida nesta Portaria, observada a escala de trabalho da Fundação Municipal de Saúde.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos às respectivas datas de início de gozo de cada servidor.

Publique-se. Anote-se. Cumpra-se.

Paulo Frontin, Estado do Paraná, 25 de agosto de 2026.

IRENEU INACIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:C85A590C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 195/2026

PORTARIA Nº 195/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão de férias regulamentares a servidor da Secretaria Municipal de Saúde de Paulo Frontin.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN**, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 85, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 129 a 153 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar o direito constitucional às férias anuais remuneradas dos servidores da Secretaria Municipal de Saúde;

CONSIDERANDO o cronograma de férias elaborado pelas chefias imediatas e homologado pela Administração;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias regulamentares ao servidor da Secretaria Municipal de Saúde, conforme segue:

I – JOAO ELIAS PECH, matrícula nº 280, ocupante do cargo de MOTORISTA, referente ao período aquisitivo de **04/10/2024 a 03/10/2025**, concedendo-lhe **20 (vinte) dias de férias**, no período de **14/09/2026 a 03/10/2026**, com conversão de **10 (dez) dias em abono pecuniário**, devendo retornar às suas atividades em **04/10/2026**.

Art. 2º O Departamento de Recursos Humanos adotará as providências necessárias ao registro das férias concedidas nesta Portaria, promovendo as anotações funcionais e os lançamentos na folha de pagamento, em conformidade com a legislação vigente.

Art. 3º O servidor deverá reassumir suas funções na data de retorno estabelecida nesta Portaria, observada a escala de trabalho da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à respectiva data de início de gozo.

Publique-se. Anote-se. Cumpra-se.
Paulo Frontin, Estado do Paraná, 25 de agosto de 2026.

IRENEU INACIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:66C4E716

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
AVISO DE CONVOCAÇÃO PARA ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE PÉROLA D'OESTE, Estado do Paraná, através da Comissão Permanente de licitações, designada pela Portaria nº 38/2026, expedida pelo Prefeito Municipal, pelo presente Edital de Convocação, **TORNA PÚBLICO** para ciência dos interessados, que o Município dará prosseguimento ao Processo Licitatório nº 30/2026 – Concorrência nº 06/2026, cujo objeto é construção de Barracão Industrial, contendo: indústria, escritórios, sanitárias feminino e masculino e PCD, casa de reservatórios, calçadas e grama, **estará realizando sessão pública de abertura dos envelopes de habilitação no dia 02/09/2026 as 08:30 horas** no setor de Licitações da Prefeitura Municipal, sito à Rua Presidente Costa e Silva n º 290. Dúvidas e esclarecimentos poderão ser solicitados através do e-mail licitacao@peroladoeste.pr.gov.br ou pelo telefone (46) 3556-1223.

Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, 26 de abril de 2026.

ANDRESSA MAIARA LANG
Agente de Contratação

Publicado por:
Andressa Maiara Lang
Código Identificador:EF102CE8

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2026 — SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 43/2026

O MUNICÍPIO DE PÉROLA D'OESTE – PR torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tipo MENOR PREÇO POR LOTE, para REGISTRO DE PREÇOS, com o seguinte OBJETO: registro de preços para futura e eventual aquisição, parcelada e conforme a demanda, dos bens duráveis discriminados no Anexo I da Lei Municipal nº 1.620/2026 — câmaras frias modulares, equipamentos e utensílios industriais, expositores e balcões refrigerados, gôndolas e estruturas de armazenagem, bancas e mobiliário de apoio —, incluída, quando indicada, a montagem e instalação, destinando-se os bens, exclusivamente, à concessão de uso de que trata a mesma Lei, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e da Lei Municipal nº 1.620/2026. VALOR MÁXIMO GLOBAL ESTIMADO: R$ 4.786.954,49.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até 11/09/2026, às 08h00.
ABERTURA DA SESSÃO: 11/09/2026, às 09h00 (horário de Brasília), na plataforma Bolsa de Licitações e Leilões (https://bllcompras.com/).
EDITAL: íntegra disponível no sítio eletrônico oficial www.peroladoeste.pr.gov.br, na plataforma eletrônica e, em versão física, no Setor de Licitações, Rua Presidente Costa e Silva, nº 290, Centro — fone (46) 3556-1223 — e-mail licitacao@peroladoeste.pr.gov.br.
Pérola D'Oeste – PR, 26/08/2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andressa Maiara Lang
Código Identificador:0F5644AA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 49/2026.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 49/2026.

OBJETO: Aditar a quantidade do item 01 e o valor contratual.
CONTRATANTE: Município de Pérola D'Oeste/PR.
CONTRATADA: **GRAMAJET HIDROSSEMEADURA LTDA.**
ORIGEM: Dispensa nº 11/2026 e Contrato de Prestação de Serviços nº 49/2026.
VALOR ORIGINAL: R$ 40.455,00 (quarenta mil, quatrocentos e cinquenta e cinco centavos).
VALOR COM ADITIVO: R$ 50.568,75 (cinquenta mil, quinhentos e sessenta e oito reais e setenta e cinco centavos).
BASE LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021.
DATA DO FIRMAMENTO: 26/08/2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Salete Werner
Código Identificador:D25CF989

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 010/2026.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 010/2026.
Objeto: **CREDENCIAMENTO DE FORNECEDORES DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DE MANUTENÇÃO, REPAROS E PEQUENAS REFORMAS DE PRÉDIOS PÚBLICOS E DA INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE PÉROLA D'OESTE - PR.**

Fundamento legal – Lei 14.133/2021 – Art. 79 – Decreto nº 24/2023;

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Extrato do Contrato nº 59/2026.

Processo Inexigibilidade nº 010/2026.

Contratante: MUNICIPIO DE PÉROLA D'OESTE.
CNPJ/MF nº 75.924.290/0001-69
Endereço Avenida Brasil, 766 – Pérola D´Oeste – PR.
CEP 85.740-000.

Contratada AGROPECUARIA LEIRIA LTDA.
CNPJ/MF nº 00.203.691/0001-20.
Endereço: Av.Brasília, n° 1221, Bairro Centro, na cidade de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, CEP: 85.740-000.

OBJETO:	**CREDENCIAMENTO DE FORNECEDORES DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DE MANUTENÇÃO, REPAROS E PEQUENAS REFORMAS DE PRÉDIOS PÚBLICOS E DA INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE PÉROLA D'OESTE - PR.**

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Salete Werner
Código Identificador:D585910D

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 010/2026.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 010/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 37/2026

O MUNICÍPIO DE PÉROLA D'OESTE, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ nº 75.924.290/0001-69, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **EDSOM LUIZ BAGETTI**, residente e domiciliado na rua Manoel Ribas, 22, centro, nesta cidade, portador da Cédula de identidade RG nº 3.719.625-8 SSP/PR e do CPF/MF sob nº 629.393.609-44, torna público a Inexigibilidade de Licitação a seguir:

A vista do contido no processo em referência, certifico que RESTA CREDENCIADA, conforme o julgamento levado a efeito pela Comissão de Licitações, a empresa em referência, conforme na tabela abaixo:

EMPRESA LICITANTE	SITUAÇÃO
AGROPECUARIA LEIRIA LTDA	CREDENCIADA

Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, 26 de agosto de 2026.

ANDRESSA MAIARA LANG
Agente de Contratação

Publicado por:
Lilian Salete Werner
Código Identificador:08694927

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 010/2026.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 010/2026.
Objeto: **CREDENCIAMENTO DE FORNECEDORES DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DE MANUTENÇÃO, REPAROS E PEQUENAS REFORMAS DE PRÉDIOS PÚBLICOS E DA INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE PÉROLA D'OESTE - PR.**

Fundamento legal – Lei 14.133/2021 – Art. 79 – Decreto nº 24/2023;

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Extrato do Contrato nº 60/2026.

Processo Inexigibilidade nº 010/2026.

Contratante: MUNICIPIO DE PÉROLA D'OESTE.
CNPJ/MF nº 75.924.290/0001-69
Endereço Avenida Brasil, 766 – Pérola D´Oeste – PR.
CEP 85.740-000.

Contratada CLAUDIO FACHINELLO LTDA.
CNPJ/MF nº 04.480.625/0001-59.
Endereço: Rua Parana, n° 42, Bairro Centro, na cidade de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, CEP: 85.740-000.

OBJETO:	**CREDENCIAMENTO DE FORNECEDORES DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DE MANUTENÇÃO, REPAROS E PEQUENAS REFORMAS DE PRÉDIOS PÚBLICOS E DA INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE PÉROLA D'OESTE - PR.**

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Salete Werner
Código Identificador:10DB2CCF

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 010/2026.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 010/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 37/2026

O MUNICÍPIO DE PÉROLA D'OESTE, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ nº 75.924.290/0001-69, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **EDSOM LUIZ BAGETTI**, residente e domiciliado na rua Manoel Ribas, 22, centro, nesta cidade, portador da Cédula de identidade RG nº 3.719.625-8 SSP/PR e do CPF/MF sob nº 629.393.609-44, torna público a Inexigibilidade de Licitação a seguir:

A vista do contido no processo em referência, certifico que RESTA CREDENCIADA, conforme o julgamento levado a efeito pela Comissão de Licitações, a empresa em referência, conforme na tabela abaixo:

EMPRESA LICITANTE	SITUAÇÃO
CLAUDIO FACHINELLO LTDA	CREDENCIADA

Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, 25 de agosto de 2026.

ANDRESSA MAIARA LANG
Agente de Contratação

Publicado por:
Lilian Salete Werner
Código Identificador:F73931DA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 010/2026.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 010/2026.
Objeto: **CREDENCIAMENTO DE FORNECEDORES DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DE MANUTENÇÃO, REPAROS E PEQUENAS REFORMAS DE PRÉDIOS PÚBLICOS E DA INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE PÉROLA D'OESTE - PR.**

Fundamento legal – Lei 14.133/2021 – Art. 79 – Decreto nº 24/2023;

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Extrato do Contrato nº 61/2026.

Processo Inexigibilidade nº 010/2026.

Contratante: MUNICIPIO DE PÉROLA D'OESTE.
CNPJ/MF nº 75.924.290/0001-69
Endereço Avenida Brasil, 766 – Pérola D´Oeste – PR.
CEP 85.740-000.

Contratada CAW – SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA.
CNPJ/MF nº 04.726528/0001-01.
Endereço: Estv Chacara Pedreira, n° 48, Bairro Centro, na cidade de Planalto, Estado do Paraná, CEP: 85.750-000.

OBJETO:	**CREDENCIAMENTO DE FORNECEDORES DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DE MANUTENÇÃO, REPAROS E PEQUENAS REFORMAS DE PRÉDIOS PÚBLICOS E DA INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE PÉROLA D'OESTE - PR.**

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Salete Werner
Código Identificador:54A63790

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 010/2026.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 010/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 37/2026

O MUNICÍPIO DE PÉROLA D'OESTE, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ nº 75.924.290/0001-69, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **EDSOM LUIZ BAGETTI**, residente e domiciliado na rua Manoel Ribas, 22, centro, nesta cidade, portador da Cédula de identidade RG nº 3.719.625-8 SSP/PR e do CPF/MF sob

nº 629.393.609-44, torna público a Inexigibilidade de Licitação a seguir:

A vista do contido no processo em referência, certifico que RESTA CREDENCIADA, conforme o julgamento levado a efeito pela Comissão de Licitações, a empresa em referência, conforme na tabela abaixo:

EMPRESA LICITANTE	SITUAÇÃO
CAW – SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA	CREDENCIADA

Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, 26 de agosto de 2026.

ANDRESSA MAIARA LANG
Agente de Contratação

Publicado por:
Lilian Salete Werner
Código Identificador:4423A081

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 010/2026

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 010/2026

Ratifico em todos os seus termos e reconheço a Inexigibilidade de licitação para o **CREDENCIAMENTO DE FORNECEDORES DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DE MANUTENÇÃO, REPAROS E PEQUENAS REFORMAS DE PRÉDIOS PÚBLICOS E DA INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE PÉROLA D'OESTE - PR.**

Fundamento legal – Lei 14.133/2021 – Art. 79 – Decreto nº 24/2023;

Contratada AGROPECUARIA LEIRIA LTDA.
CNPJ/MF nº 00.203.691/0001-20.
Endereço: Av.Brasília, n° 1221, Bairro Centro, na cidade de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, CEP: 85.740-000.

OBJETO:	**CREDENCIAMENTO DE FORNECEDORES DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DE MANUTENÇÃO, REPAROS E PEQUENAS REFORMAS DE PRÉDIOS PÚBLICOS E DA INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE PÉROLA D'OESTE - PR.**

Perola D'Oeste-Pr, 26 de agosto de 2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Salete Werner
Código Identificador:31A437D5

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 010/2026

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 010/2026

Ratifico em todos os seus termos e reconheço a Inexigibilidade de licitação para o **CREDENCIAMENTO DE FORNECEDORES DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DE MANUTENÇÃO, REPAROS E PEQUENAS REFORMAS DE PRÉDIOS PÚBLICOS E DA INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE PÉROLA D'OESTE - PR.**

Fundamento legal – Lei 14.133/2021 – Art. 79 – Decreto nº 24/2023;

Contratada CLAUDIO FACHINELLO LTDA.
CNPJ/MF nº 04.480.625/0001-59.
Endereço: Rua Parana, n° 42, Bairro Centro, na cidade de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, CEP: 85.740-000.

OBJETO:	**CREDENCIAMENTO DE FORNECEDORES DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DE MANUTENÇÃO, REPAROS E PEQUENAS REFORMAS DE PRÉDIOS PÚBLICOS E DA INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE PÉROLA D'OESTE - PR.**

Perola D'Oeste-Pr, 26 de agosto de 2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Salete Werner
Código Identificador:00EEDB40

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 010/2026

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 010/2026

Ratifico em todos os seus termos e reconheço a Inexigibilidade de licitação para o **CREDENCIAMENTO DE FORNECEDORES DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DE MANUTENÇÃO, REPAROS E PEQUENAS REFORMAS DE PRÉDIOS PÚBLICOS E DA INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE PÉROLA D'OESTE - PR.**

Fundamento legal – Lei 14.133/2021 – Art. 79 – Decreto nº 24/2023;

Contratada CAW – SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA.
CNPJ/MF nº 04.726528/0001-01.
Endereço: Estv Chacara Pedreira, n° 48, Bairro Centro, na cidade de Planalto, Estado do Paraná, CEP: 85.750-000.

OBJETO:	**CREDENCIAMENTO DE FORNECEDORES DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DE MANUTENÇÃO, REPAROS E PEQUENAS REFORMAS DE PRÉDIOS PÚBLICOS E DA INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE PÉROLA D'OESTE - PR.**

Perola D'Oeste-Pr, 26 de agosto de 2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Salete Werner
Código Identificador:94B15DF3

PODER LEGISLATIVO - CAMARA MUNICIPAL DE PEROLA D OESTE
DIARIAS Nº22/2026

AUTORIZAÇÃO DE DIÁRIAS

FOLHA DE DIÁRIA Nº: 22/2026

NOME: **Mauro Cirineu Palharini** CARGO: **Vereador**

DATA DE SAÍDA:	DATA DE RETORNO:	
26/08/2026	**26/08/2026**	DIAS DE AFASTAMENTO: **01**

DESTINO	Nº DE DIÁRIAS	VALOR UNITÁRIO	TOTAL A PAGAR
Francisco Beltrao-PR	**01**	**306,76**	**306,76**

Autorizo a concessão e pagamento da diária acima especificada, conforme estabelecido através da Resolução nº 03/2026, de 16/03/2026, à Francisco Beltrão-PR, para o Vereador (a) participar:

Para participação da apresentação do Projeto de Gestão de Resíduos Sólidos, que será realizada no dia 26 de agosto de 2026, às 8h30, no Auditório da AMSOP, em Francisco Beltrão.
O Workshop do Projeto CONSUD, oportunidade em que serão apresentados os principais aspectos da estruturação da concessão

regionalizada de resíduos sólidos, bem como serão promovidos esclarecimentos e debates sobre o projeto.

O encontro contará com a participação do Ministério Público do Paraná (MPPR), do Presidente do CONSUD, Prefeito Jean Catto, e demais representantes envolvidos na iniciativa.

Objetivo do Workshop Promover um ambiente de diálogo, transparência e alinhamento institucional, permitindo que os participantes conheçam melhor o projeto, compreendam seus benefícios para os municípios.

Matrícula: **101** Número de Empenho: Número da Ordem de Pagamento:

Relatório de Viagem: Trajeto percorrido de carro.

Pérola D'Oeste, 25 de agosto de 2026.

LEONARDO SEREDNICKI BAGETTI
Presidente da Câmara Municipal

RECEBI A QUANTIA DE R$ 306,76 (Trezentos e seis reais e setenta e seis centavos) 25/08/2026.

MAURO CIRINEU PALHARINI
Vereador(a)

Publicado por:
Lairo Marcelo Postal
Código Identificador:59072DF2

PODER LEGISLATIVO - CAMARA MUNICIPAL DE PEROLA D OESTE
DIARIAS Nº23/2026

AUTORIZAÇÃO DE DIÁRIAS

FOLHA DE DIÁRIA Nº: 23/2026

NOME: **Leonardo Serednicki Bagetti** CARGO: **Vereador**

DATA DE SAÍDA:	DATA DE RETORNO:	
26/08/2026	**26/08/2026**	DIAS DE AFASTAMENTO: **01**

DESTINO	Nº DE DIÁRIAS	VALOR UNITÁRIO	**TOTAL A PAGAR**
Francisco Beltrão- PR	**01**	**306,76**	**306,76**

Autorizo a concessão e pagamento da diária acima especificada, conforme estabelecido através da **Resolução nº 03/2026, de 16/03/2026**, à Francisco Beltrão –PR para participar:

Para participação da apresentação do Projeto de Gestão de Resíduos Sólidos, que será realizada no dia 26 de agosto de 2026, às 8h30, no Auditório da AMSOP, em Francisco Beltrão.
O Workshop do Projeto CONSUD, oportunidade em que serão apresentados os principais aspectos da estruturação da concessão regionalizada de resíduos sólidos, bem como serão promovidos esclarecimentos e debates sobre o projeto.

O encontro contará com a participação do Ministério Público do Paraná (MPPR), do Presidente do CONSUD, Prefeito Jean Catto, e demais representantes envolvidos na iniciativa.

Objetivo do Workshop Promover um ambiente de diálogo, transparência e alinhamento institucional, permitindo que os participantes conheçam melhor o projeto, compreendam seus benefícios para os municípios.

Matrícula: 100 Número de Empenho: Número da Ordem de Pagamento:

Relatório de Viagem: Trajeto percorrido de carro.

Pérola D'Oeste, 25 de agosto de 2026.

Mesa Diretora:

LEONARDO SEREDNICKI BAGETTI
Presidente

MAURO CIRINEU PALHARINI
Vice-Presidente

CLEVERSON RICARDO PIGOSO
1º Secretário

NEUZA TEREZINHA CAPRA PAVANELO
2º Secretário

RECEBI A QUANTIA DE R$ 306,76 (Trezentos e seis reais e setenta e seis centavos) 25/08/2026.

LEONARDO SEREDNICKI BAGETTI
Vereador

Publicado por:
Lairo Marcelo Postal
Código Identificador:051BBDBD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 006/2026

REFERENTE A CONCORRÊNCIA 016/2025

1º ADITIVO AO CONTRATO DE EMPREITADA DE OBRA POR PREÇO GLOBAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PIÊN E A EMPRESA STRABE COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA.

O **MUNICÍPIO DE PIÊN**, pessoa jurídica de direito público interno, estabelecido a Rua Amazonas, nº. 373, Bairro Centro, inscrita no CNPJ nº. 76.002.666/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito, Senhor **MAICON GROSSKPF**, brasileiro, residente e domiciliado em Piên, portador da CI RG nº 10094176-7, inscrito no CPF/MF sob o nº 080.xxx.589-xx, neste ato assistido pela Procuradoria Jurídica do Município Sr. Wagner Albuquerque, OAB/PR nº 132.993/PR em conjunto com o Secretário Municipal de Planejamento, Obras e Urbanismo Sr. Douglas Lietz, Decreto 147/2026 doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa e **STRABE COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA,** CNPJ 05.133.291/0001-00, localizada na Rodovia BR 280, nº 3290, Bairro: Industrial Sul em Rio Negrinho/SC, telefone: (47) 3635-1348, e-mail: engbrunajantsch@hotmail.com, representada por Lilian Baumel Maahs, portador da cédula de identidade R.G. n. º 5.841.377, inscrito no CPF sob n. º 008.xxx.959-xx a seguir denominada **CONTRATADA,** e perante as testemunhas abaixo firmadas, resolvem FIRMAR TERMO ADITIVO ao Contrato nº 006/2026, nos termos da Lei nº 14.133/21, dos documentos constantes no processo 3720/2026 e das cláusulas e condições abaixo discriminadas, que as partes declaram conhecer e mutuamente se outorgam, a saber:

Cláusula Primeira: Fica aditivado o prazo de execução e vigência do contrato em 150 (cento e cinquenta) dias.
EXECUÇÃO: de 01/08/2026 a 29/12/2026
VIGÊNCIA: de 28/01/2027 A 27/06/2027

Cláusula Segunda: As demais cláusulas do instrumento original permanecem inalteradas.

Piên/PR, 26 de agosto de 2026

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:A35B0EB3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 001/2026

REFERENTE À INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 060/2026

1º TERMO ADITIVO DE PARCERIA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PIÊN E A ENTIDADE ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PIÊN – APAE DE PIÊN (Escola Padre Ramiro), PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Pelo presente instrumento, de um lado **Município de Piên**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 76.002.666/0001-40, com sede e foro em Piên, Estado do Paraná, na Rua Amazonas, nº 373, Centro, neste ato representado pelo Prefeito **Sr. Maicon Grosskopf,** portador do RG nº 10.094.176-7- SSP-PR e inscrito no CPF/MF sob o nº. 080.xxx.589-xx, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado simplesmente **CONCEDENTE** e a organização da sociedade civil **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PIÊN – APAE DE PIÊN (Escola Padre Ramiro)**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.055.458/0001-64, com sede e foro em Piên, Estado do Paraná, na Rua Duque de Caxias, nº 201, Centro, em Piên/PR, CEP 83.860-000, fone (41) 3632-1981, declarada de utilidade pública pela Lei nº 1049, de 24 de fevereiro de 2010, neste ato representada por seu Presidente, **Sr. Givanildo Martins do Rosário,** brasileiro portador da CI nº 7.801.840-2, inscrito no CPF sob nº 023.xxx.049-xx, doravante denominada **CONVENENTE,** resolvem **FIRMAR TERMO ADITIVO** ao Termo de Colaboração nº **001/2026**, nos termos da Lei nº 14.133/21 e das cláusulas e condições abaixo discriminadas, que as partes declaram conhecer e mutuamente se outorgam, a saber:

Cláusula Primeira: Solicitação de Alterações no Plano de Trabalho conforme processo protocolo 3850/2026.

Cláusula Segunda: As demais cláusulas do instrumento original permanecem inalteradas.

Piên 26 de agosto de 2026

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:E6599ED6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONTRATO Nº 136/2026

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 136/2026

MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE Nº 115/2026

CONTRATADO: ALTO URUGUAI EVENTOS LTDA

CNPJ: 14.810.579/0001-62

OBJETO: Contratação de show musical do Grupo Cordiona para apresentação no dia 01 de novembro, durante as festividades em comemoração ao aniversário do município de Piên/PR com duração de 1h30, incluso hospedagem e diária de alimentação.

VALOR ESTIMADO: R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
PRAZO DE VIGÊNCIA: 120 (cento e vinte) dias a partir da data da publicação

FISCAL: Alexandra Aparecida da Cruz Laurindo

DATA DE ASSINATURA: 24 de agosto de 2026.

Coordenação de Contratos.
Compras e licitações

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:0CCAE817

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONTRATO Nº 137/2026

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 137/2026

MODALIDADE: DISPENSA Nº 041/2026

CONTRATADO: A BARTOLI DE SOUZA LTDA

CNPJ: 58.733.521/0001-38
OBJETO: Dispensa emergencial para contratação de serviços de limpeza e conservação nas áreas públicas.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE	UNID.	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
1	**Equipe 1** - Prestação de serviço de execução de Limpeza e Conservação de áreas públicas, calçadas e demais prédios públicos (exceto escolas e postos de saúde) – Localidade: Centro e Avencal, – **Contendo 5 funcionários** **Equipe 2** - Parque Municipal de Eventos - **contendo 1 funcionário.** **Total de Funcionários LOTE 1: 6** Resumo dos serviços: 1.1 – Roçadas, capinação, raspagem, desobstrução de boca de lobo, corte de grama; 1.2 – Limpeza e varrição de calçadas, ruas e sarjetas, 1.3 – Pintura de meio-fio, lavagens de ruas e logradouros públicos; 1.4 – Podas e manutenção em arbustos e buxinhos.	3	Mês	R$ 35.000,00	R$ 105.000,00

VALOR 3 MESES: R$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais)
PRAZO DE VIGÊNCIA: 3 (três) meses a partir da data da publicação

FISCAL: Sandrieli Aparecida Ludvinski matrícula 4765920 e Guilherme Cruz – Matrícula 4765249
DATA DE ASSINATURA: 24 de agosto de 2026.

Coordenação de Contratos.
Compras e licitações

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:FC5C8D78

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONTRATO Nº 138/2026

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 138/2026
REFERENTE A DISPENSA Nº 039/2026

CONTRATADO: MJ SONDAGEM E TOPOGRAFIA LTDA
CNPJ: 37.611.592/0001-98
OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de sondagem de simples reconhecimento do solo à percussão (SPT), conforme ABNT NBR 6484:2020.

VALOR ESTIMADO: R$ 4.616.78 (Quatro mil e seiscentos e dezesseis reais e setenta e oito centavos)
OBS: Caso seja necessária a perfuração além dos 15,00 m para atingir a camada impenetrável, o excedente será medido e pago por metro linear perfurado no valor de R$ 80,00 por metro.

FISCAL: Willyan Viana Barboza – Matrícula: 4766196

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses podendo ser prorrogado

DATA DE ASSINATURA: 25 de agosto de 2026.

Coordenação de Contratos.
Compras e Licitações

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:6850BB71

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONTRATO Nº 139/2026

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 139/2026

MODALIDADE: REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO N° 055/2026

CONTRATADO: KAILANY VITORIA MINICKOVSKI FERREIRA
CNPJ: 66.785.961/0001-67
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de zeladoria, conservação, limpeza, apoio operacional e administração de espaços públicos, sob regime de execução indireta e SEM dedicação exclusiva de mão de obra, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer do Município de Piên/PR.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE MEDIDA	QUANT	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
1	Contratação de serviço de zeladoria e administração de espaço público. **LOCAL:** Ginásio de Esportes Claudio de Oliveira Mendes e Estadio Patamares, 44 bairro Avencal em Piên/PR.	MÊS	12	R$ 2.490,40	R$ 29.884,80

VALOR TOTAL: R$ 29.884,80 (vinte e nove mil e oitocentos e oitenta e quatro reais e oitenta centavos)
FISCAL: Estefany kauany de Lima Moreira

PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar da publicação no diário podendo ser prorrogado.

DATA DE ASSINATURA: 26 de agosto de 2026.

Coordenação de Contratos.
Compras e Licitações

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:0B8BDBFE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO N°271 DE 26 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO N.º 271 DE 26 DE AGOSTO DE 2026

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional SUPLEMENTAR junto ao orçamento do Município de Piên, para o Exercício de 2026 no total de R$ 60.405,00.

O Prefeito Municipal de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e em conformidade com as disposições da Lei Federal n.º 4.320/64, Lei Orgânica Municipal art. 66, item IX, combinados com as Leis Municipais n.º 1598 de 25 de setembro de 2025 e 1609 de 11 de dezembro de 2025 resolve:

DECRETAR

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a Abertura de Crédito Adicional SUPLEMENTAR junto ao orçamento do Município para o exercício de 2026, na importância de R$ 60.405,00, mediante as seguintes providências:

· **Suplementação de rubricas de despesa nas dotações orçamentárias:**

Suplementar		
Códigos	**Descrição**	**Valor**
08	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
08.001	EDUCAÇÃO	
12.361.9.2.20	GESTÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2151	1102 Fundeb 40% / Fundeb máximo 30% - inciso XI do art. 212-A da CF	60.405,00
	SUBTOTAL	60.405,00
	TOTAL	60.405,00

TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO.....60.405,00

Artigo 2.º - Como fontes de recurso para cobertura dos créditos abertos no artigo 1.º serão utilizados:

1. O Provável Excesso de Arrecadação por Conta de Receita, de acordo com o inciso II e § 3º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, conforme demonstrativo a seguir:

Conta da receita		
Receita	**Descrição**	**Valor**
1.7.5.1.50.0.1.00.00.00.00.00	FONTE 1102 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB - PRINCIPAL	60.405,00
	TOTAL	60.405,00

TOTAL GERAL DOS RECURSOS.....60.405,00
Artigo 3º - Das alterações constantes deste Decreto ficam também alteradas as ações do PPA instituídas através da Lei Municipal n.º 1587/2025 e o Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n.º 1598/2025 Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, no que couber.

Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Piên, 26 de agosto de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Eliane Pimentel Jubainski Streit
Código Identificador:1E93E8B3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO N.º 270 DE 26 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO N.º 270 DE 26 DE AGOSTO DE 2026

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional SUPLEMENTAR junto ao orçamento do Município de Piên, para o Exercício de 2026 no total de R$ 716.000,00.

O Prefeito Municipal de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e em conformidade com as disposições da Lei Federal n.º 4.320/64, Lei Orgânica Municipal art. 66, item IX, combinados com as Leis Municipais n.º 1598 de 25 de setembro de 2025 e 1609 de 11 de dezembro de 2025 resolve:

DECRETAR

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a Abertura de Crédito Adicional SUPLEMENTAR junto ao orçamento

do Município para o exercício de 2026, na importância de R$ 716.000,00, mediante as seguintes providências:

· **Suplementação de rubricas de despesa nas dotações orçamentárias:**

Suplementar		
Códigos	**Descrição**	**Valor**
07	**SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**	
07.002	**AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**	
20.606.8.2.17	**MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**	
3.1.90.16.00.00	**OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL**	
1710	**0000 Recursos Ordinários (Livres)**	**1.000,00**
	SUBTOTAL	**1.000,00**
08	**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**	
08.001	**EDUCAÇÃO**	
12.361.9.2.20	**GESTÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL**	
3.1.90.11.00.00	**VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL**	
1991	**0102 Fundeb 40%**	**300.000,00**
3.1.90.13.00.00	**CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS**	
2030	**0104 Demais Impostos Vinculados à Educação Básica**	**5.000,00**
3.1.91.13.00.00	**CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS**	
2101	**0102 Fundeb 40%**	**10.000,00**
3.3.90.46.00.00	**AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO**	
2280	**0104 Demais Impostos Vinculados à Educação Básica**	**10.000,00**
	SUBTOTAL	**325.000,00**
11	**SECRETARIA DE SAUDE**	
11.001	**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**	
10.301.14.2.33	**MANUTENÇÃO DA GESTÃO EM SAÚDE**	
3.1.90.11.00.00	**VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL**	
3902	**0483 Emenda de Comissão - 50410002 - Portaria GM/MS 11222 - Atenção Primária à Saúde**	**310.000,00**
3.1.90.13.00.00	**CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS**	
3932	**0483 Emenda de Comissão - 50410002 - Portaria GM/MS 11222 - Atenção Primária à Saúde**	**10.000,00**
3.1.91.13.00.00	**CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS**	
3952	**0483 Emenda de Comissão - 50410002 - Portaria GM/MS 11222 - Atenção Primária à Saúde**	**50.000,00**
10.301.14.2.34	**MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE**	
3.1.90.13.00.00	**CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS**	
4040	**0303 Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)**	**20.000,00**
	SUBTOTAL	**390.000,00**
	TOTAL	**716.000,00**

TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO.....716.000,00

Artigo 2.º - Como fontes de recurso para cobertura dos créditos abertos no artigo 1.º serão utilizados:

O cancelamento parcial das dotações a seguir relacionadas, conforme previsto no inciso III, do § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº. 4.320/64:

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
07	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
07.002	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
20.606.8.2.17	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1690	0000 Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00
	SUBTOTAL	1.000,00
08	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
08.001	EDUCAÇÃO	
12.361.9.2.20	GESTÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
2060	0104 Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	15.000,00
	SUBTOTAL	15.000,00
11	SECRETARIA DE SAUDE	
11.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.14.2.34	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
4030	0303 Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	20.000,00
	SUBTOTAL	20.000,00
	TOTAL	36.000,00

2. O Provável Excesso de Arrecadação por Conta de Receita, de acordo com o inciso II e § 3º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, conforme demonstrativo a seguir:

Conta da receita		
Receita	**Descrição**	**Valor**
1.7.1.9.57.0.1.00.00.00.00.00	**TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DA UNIÃO - PRINCIPAL**	**370000.00**
1.7.5.1.50.0.1.00.00.00.00.00	**TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB - PRINCIPAL**	**310000.00**
	TOTAL	**680.000,00**

TOTAL GERAL DOS RECURSOS.....716.000,00

Artigo 3º - Das alterações constantes deste Decreto ficam também alteradas as ações do PPA instituídas através da Lei Municipal n.º 1587/2025 e o Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n.º 1598/2025 Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, no que couber.

Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Piên, 26 de agosto de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
José Luiz de Barros
Código Identificador:77EC3D56

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2026

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, HOMOLOGA o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2026**, o qual tem como objeto a "**Registro de Preços para futura e eventual aquisição de kits de videoconferência, compostos por equipamento integrado de áudio e vídeo, cabo ativo compatível de 5 metros e Suporte para o equipamento de videoconferência e monitor ou televisão, destinados ao atendimento das necessidades da Prefeitura Municipal de Piên/PR**", e ADJUDICA o objeto em favor da seguinte empresa:

AK SOLUCOES EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA - ME, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 21.345.281/0001-94, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 39.658,00 (trinta e nove mil e seiscentos e cinquenta e oito reais).

Piên/PR, 26 de agosto de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:570337CE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
DIARIA 25-2026

AUTORIZAÇÃO DE DIARIA
LEI MUNICIPAL N.º 498/2016 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016
PUBLICADA EM 18/06/2018

N.º 25 /2026

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores**,** neste ato devidamente acompanhado do respectivo controlador interno, vem através deste liberar, 02 (Duas) diárias sem pernoite, para o Servidor Edemilson Dachery Gomes CPF 010.271.989-61, lotado nesta casa de leis, nos

dias 13 e 14 de março de 2026, para deslocamento até a Francisco Beltrão - PR, para participar do **curso PROLEGIS Governança e Desempenho nas Câmaras Municipais**, ressalvando que deverá ser apresentado o devido relatório de viagens ao Departamento de Contabilidade, a fim de ser anexada a presente autorização, em cumprimento ao art. 6.º da Lei acima indicada.
DIARIAS R$: 180,00 (Cento e oitenta reais) 02 X 90,00 – ART. 2º, III, DA LEI N.º 498/2016.

_____
Mesa Diretora

MÁRCIO SILVINO BEPPLER
Controlador Interno
Autorizado
Em 10/08/2026.

Publicado por:
Edemilson Dachery Gomes
Código Identificador:064A3482

CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
DIARIA 26-2026

AUTORIZAÇÃO DE DIARIA
LEI MUNICIPAL N.º 498/2016 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016
PUBLICADA EM 18/06/2018

N.º 26 /2026

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores**,** neste ato devidamente acompanhado do respectivo controlador interno, vem através deste liberar, 02 (Duas) diárias sem pernoite, para o Servidor **MAICKEL LIMA HANCK** CPF 065.195.379-00, matrícula 31, lotado nesta casa de leis, nos dias 13 e 14 de março de 2026, para deslocamento até a Francisco Beltrão - PR, para participar do **curso PROLEGIS Governança e Desempenho nas Câmaras Municipais**, realizado pela ACAMSOP, ressalvando que deverá ser apresentado o devido relatório de viagens ao Departamento de Contabilidade, a fim de ser anexada a presente autorização, em cumprimento ao art. 6.º da Lei acima indicada.
DIARIAS R$: 180,00 (Cento e oitenta reais) 02 X 90,00 – ART. 2º, III, DA LEI N.º 498/2016.

_____
Mesa Diretora

MÁRCIO SILVINO BEPPLER
Controlador Interno
Autorizado
Em 10/08/2026.

Publicado por:
Edemilson Dachery Gomes
Código Identificador:1A369C5C

CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
DIARIA 27-2026

AUTORIZAÇÃO DE DIARIA
LEI MUNICIPAL N.º 498/2016 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016
PUBLICADA EM 18/06/2018

N.º 27 /2026

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores**,** neste ato devidamente acompanhado do respectivo controlador interno, vem através deste liberar, 02 (Duas) diárias sem pernoite, para o Vereador **MARCIO MENIN** CPF 065.369.619-19, com assento nesta casa de leis, nos dias 13 e 14 de março de 2026, para deslocamento até a Francisco Beltrão - PR, para participar do **curso PROLEGIS Governança e Desempenho nas Câmaras Municipais**, realizado pela ACAMSOP, ressalvando que deverá ser apresentado o devido relatório de viagens ao Departamento de Contabilidade, a fim de ser anexada a presente autorização, em cumprimento ao art. 6.º da Lei acima indicada.
DIARIAS R$: 300,00 (Trezentos reais) 02 X 150,00 = 300,00 – ART. 2º, III, DA LEI N.º 498/2016.

_____
Mesa Diretora

MÁRCIO SILVINO BEPPLER
Controlador Interno

Autorizado
Em 10/08/2026.

Publicado por:
Edemilson Dachery Gomes
Código Identificador:A5D64078

CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
DIARIA 28-2026

AUTORIZAÇÃO DE DIARIA
LEI MUNICIPAL N.º 498/2016 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016
PUBLICADA EM 18/06/2018

N.º 28 /2026
O Presidente da Câmara de Vereadores Senhor **MARCIO MENIN,** neste ato devidamente acompanhado do respectivo controlador interno, vem através deste liberar, 04 (quatro) diárias com pernoite, para o Vereador **SILVESTRE BARCKI CPF 905.873.919-87**, nos dias 25 à 28 de Agosto de 2026, para deslocamento até a Cidade de (Capital do Estado – PR), para participar do curso **"COMO O VEREADOR PODE ARTICULAR RECURSOS E OPORTUNIDADES PARA O MUNICÍPIO",** realizado pela CEAP BRASIL, ressalvando que deverá ser apresentado o devido relatório de viagens ao Departamento de Contabilidade, a fim de ser anexada a presente autorização, em cumprimento ao art. 6.º da Lei acima indicada.
DIARIAS R$: 2.400,00 (Dois mil e quatrocentos reais) 04 X 600,00 = R$: 2.400,00 – ART. 2º, III, DA LEI N.º 498/2016..

MARCIO MENIN
Presidente

MÁRCIO SILVINO BEPPLER
Controlador Interno

Autorizado
Em 25/08/2026.

Publicado por:
Edemilson Dachery Gomes
Código Identificador:B21ABAC9

CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
DIARIA 29-2026

AUTORIZAÇÃO DE DIARIA
LEI MUNICIPAL N.º 498/2016 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016
PUBLICADA EM 18/06/2018

N.º 29/2026

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores**,** neste ato devidamente acompanhado do respectivo controlador interno, vem através deste liberar, 01 (Uma) diária sem pernoite, para o Vereador **MARCIO MENIN** CPF 065.369.619-19, com assento nesta casa de leis, no dia 26 de Agosto de 2026, para deslocamento até a Cidade de Cruzeiro do Iguaçu-PR, para participar do **evento Caravana da Acamsop PROLEGIS**, realizado pela ACAMSOP, ressalvando que deverá ser apresentado o devido relatório de viagens ao Departamento de Contabilidade, a fim de ser anexada a presente autorização, em cumprimento ao art. 6.º da Lei acima indicada.
DIARIAS R$: 150,00 (Cento e cinquenta reais) 1 X 150,00 = 150,00 – ART. 2º, III, DA LEI N.º 498/2016.

Mesa Diretora

MÁRCIO SILVINO BEPPLER
Controlador Interno

Autorizado
Em 26/08/2026.

Publicado por:
Edemilson Dachery Gomes
Código Identificador:A44CDDD8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO DECRETO N° 158/2026

Município de Pinhal de São Bento - 2026			
RELATÓRIO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR FUNCIONAL PROGRAMÁTICA			
Período: 01/01/2026 até 31/12/2026			
Lei/Ato n° 5883 - Decreto n° 158/2026 de 25/08/2026	**Escopo**	**Nº documento**	**Ano**
Lei: 5201 Lei ordinária	Lei Orçamentária Anual - LOA	1104	2025

Crédito adicional	**Recurso do crédito adicional**	**Valor**
Suplementar	Excesso de Arrecadação	38.600,00
Despesa		
06 Fundo Municipal de Saúde	**Tipo de alteração:** Acréscimo	26.000,00
06.002 Fundo Municipal de Saúde	**Tipo de operação:** Abertura	
10.301.1001.2043 RECURSOS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA - EQUIPE MULTIDISCIPLINAR		
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO		
1941 389 RESOLUÇÃO SESA Nº 709/2025 - FORTALECIMENTO ATENÇÃO PRIMÁRIA - PROAPS		
Crédito adicional: Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Excesso de Arrecadação	
06 Fundo Municipal de Saúde	**Tipo de alteração:** Acréscimo	12.600,00
06.002 Fundo Municipal de Saúde	**Tipo de operação:** Abertura	
10.301.1001.2043 RECURSOS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA - EQUIPE MULTIDISCIPLINAR		
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
2011 389 RESOLUÇÃO SESA Nº 709/2025 - FORTALECIMENTO ATENÇÃO PRIMÁRIA - PROAPS		
Crédito adicional: Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Excesso de Arrecadação	

Resumo acumulado	**Recurso do crédito adicional**	**Tipo de alteração**	**Valor**
Suplementar	Excesso de Arrecadação	Acréscimo	38.600,00

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:927EA868

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO DECRETO N° 160/2026

Município de Pinhal de São Bento - 2026			
RELATÓRIO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR FUNCIONAL PROGRAMÁTICA			
Período: 01/01/2026 até 31/12/2026			
Lei/Ato n° 5885 - Decreto n° 160/2026 de 25/08/2026	**Escopo**	**Nº documento**	**Ano**
Lei: 5888 Lei ordinária	Créditos Adicionais	1155	2026

Crédito adicional	**Recurso do crédito adicional**	**Valor**
Especial	Excesso de Arrecadação	56.000,00
Despesa		
08 Secretaria de Assistência Social	**Tipo de alteração:** Acréscimo	10.000,00
08.005 Secretaria de Assistência Social	**Tipo de operação:** Abertura	
08.245.0802.2133 CONSEPIR/PR - Promoção da Igualdade Racial do Paraná		
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO		
4571 457 Deliberação 009.2026 - CONSEPIR/PR - Promoção da Igualdade Racial do Paraná		
Crédito adicional: Especial	**Recurso do crédito adicional:** Excesso de Arrecadação	
08 Secretaria de Assistência Social	**Tipo de alteração:** Acréscimo	40.000,00
08.005 Secretaria de Assistência Social	**Tipo de operação:** Abertura	
08.245.0802.2133 CONSEPIR/PR - Promoção da Igualdade Racial do Paraná		
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
4572 457 Deliberação 009.2026 - CONSEPIR/PR - Promoção da Igualdade Racial do Paraná		
Crédito adicional: Especial	**Recurso do crédito adicional:** Excesso de Arrecadação	
08 Secretaria de Assistência Social	**Tipo de alteração:** Acréscimo	5.000,00
08.005 Secretaria de Assistência Social	**Tipo de operação:** Abertura	
08.245.0802.2133 CONSEPIR/PR - Promoção da Igualdade Racial do Paraná		
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
4582 458 Deliberação 010.2026 - Fundo a fundo PCT. - Promoção da Igualdade Racial do Paraná		
Crédito adicional: Especial	**Recurso do crédito adicional:** Excesso de Arrecadação	
08 Secretaria de Assistência Social	**Tipo de alteração:** Acréscimo	500,00
08.005 Secretaria de Assistência Social	**Tipo de operação:** Abertura	
08.245.0802.2133 CONSEPIR/PR - Promoção da Igualdade Racial do Paraná		
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
457000 0 Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Especial	**Recurso do crédito adicional:** Excesso de Arrecadação	
08 Secretaria de Assistência Social	**Tipo de alteração:** Acréscimo	500,00
08.005 Secretaria de Assistência Social	**Tipo de operação:** Abertura	
08.245.0802.2133 CONSEPIR/PR - Promoção da Igualdade Racial do Paraná		
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO		
458000 0 Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Especial	**Recurso do crédito adicional:** Excesso de Arrecadação	

Resumo acumulado	**Recurso do crédito adicional**	**Tipo de alteração**	**Valor**
Especial	Excesso de Arrecadação	Acréscimo	56.000,00

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:3523FF66

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO DECRETO N° 161/2026

Município de Pinhal de São Bento - 2026			
RELATÓRIO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR FUNCIONAL PROGRAMÁTICA			
Período: 01/01/2026 até 31/12/2026			
Lei/Ato n° 5886 - Decreto n° 161/2026 de 25/08/2026	**Escopo**	**Nº documento**	**Ano**
Lei: 5889 Lei ordinária	Créditos Adicionais	1156	2026

Crédito adicional	**Recurso do crédito adicional**	**Valor**
Especial	Excesso de Arrecadação	6.000,00
Despesa		
08 Secretaria de Assistência Social	**Tipo de alteração:** Acréscimo	6.000,00
08.002 Secretaria de Assistência Social	**Tipo de operação:** Abertura	
08.244.0801.2127 Fundo da Mulher		
3.3.90.14.00.00 DIÁRIAS - CIVIL		
5583 456 Deliberação nº 07/2026 CEDM/PR -Estruturação da Gestão e da Rede de Proteção e Defesa dos Direitos da		
Crédito adicional: Especial	**Recurso do crédito adicional:** Excesso de Arrecadação	

Resumo acumulado	**Recurso do crédito adicional**	**Tipo de alteração**	**Valor**
Especial	Excesso de Arrecadação	Acréscimo	6.000,00

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:7AFFC890

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 158/2026

DECRETO 158/2026

Autoriza o Executivo Municipal proceder à abertura de crédito adicional especial suplementar da Lei nº 1.104/2025 no exercício de 2026**.**

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida em Lei.

Art. 1º - Fica autorizado à abertura de crédito adicional especial no Orçamento Geral do Município de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, para o Exercício de 2026 no valor de R$ 38.600,00 (Trinta e oito mil e seiscentos reais) conforme anexos:
Art. 2º - Para cobertura do crédito adicional especial a ser aberto em conformidade com a autorização do artigo anterior serão utilizados recursos oriundos de anulação de dotação das contas e excesso de arrecadação e superavit conforme anexos
Art.3º- Determina o ajuste da Lei nº 1094/2025 de 07/10/2025 – Plano Plurianual (PPA), e a Lei nº1064/2025 de 06/05/2025 – Lei de

Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2025, nas ações correspondentes

Município de Pinhal de São Bento, em 25 de Agosto de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:886ACCBC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 159/2026

DECRETO 159/2026

Autoriza o Executivo Municipal proceder à abertura de crédito adicional suplementar especial da Lei nº 1.154/2026 no exercício de 2026**.**

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida em Lei.

Art. 1º - Fica autorizado à abertura de crédito adicional especial no Orçamento Geral do Município de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, para o Exercício de 2026 no valor de R$40.000,00(Quarenta mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias.

09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E PECUÁRIA			
003	DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA PECUÁRIA			
20.608.2001.2134	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA PECUÁRIA			
13400	33.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO.	000	10.000,00
13401	33.90.32.00.00	MATERIAL P/DISTR.GRAT.	000	15.000,00
13402	33.90.39.00.00	OSPJ	000	15.000,00
	Total.....			40.000,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito adicional especial a ser aberto em conformidade com a autorização do artigo anterior serão utilizados recursos oriundos de cancelamento da conta 4080 R$ 29.000,00 e conta 4160 R$ 11.000,00
Art.3º- Determina o ajuste da Lei nº 1094/2025 de 07/10/2025 – Plano Plurianual (PPA), e a Lei nº1064/2025 de 06/05/2025 – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2025, nas ações correspondentes.
Município de Pinhal de São Bento, em 25 de Agosto de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:2276A2C5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 160/2026

DECRETO 160/2026

Autoriza o Executivo Municipal proceder à abertura de crédito adicional suplementar especial da Lei nº 1.155/2026 no exercício de 2026**.**

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida em Lei.

Art. 1º - Fica autorizado à abertura de crédito adicional especial no Orçamento Geral do Município de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, para o Exercício de 2026 no valor de R$ 56.000,00 (Cinquenta e seis mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias.

08	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL			
005	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
08.245.0802.2133	CONSEPI/PR PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DO PARANA			
04571	33.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	457	10.000,00
458000	33.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	000	500,00
4572	33.90.39.00.00	OUTROS SERV P.JURIDICA	457	40.000,00
4582	33.90.39.00.00	OUTROS SERV.P.JURID.	458	5.000,00
457000	33.90.39.00.00	OUTROS SERV.TP.JURID	000	500.00
	Total.....			56.000,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito adicional especial a ser aberto em conformidade com a autorização do artigo anterior serão utilizados recursos oriundos por excesso da receita 172951011300000000 R$ 50.000,00 Fonte 457 e receita 172951011400000000 R$ 5.000,00 Fonte 458.
Art.3º- Determina o ajuste da Lei nº 1094/2025 de 07/10/2025 – Plano Plurianual (PPA), e a Lei nº1064/2025 de 06/05/2025 – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2025, nas ações correspondentes

Município de Pinhal de São Bento, em 25 de Agosto de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:E7C55533

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 161/2026

DECRETO 161/2026

Autoriza o Executivo Municipal proceder à abertura de crédito adicional suplementar especial da Lei nº 1.156/2026 no exercício de 2026**.**

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida em Lei.

Art. 1º - Fica autorizado à abertura de crédito adicional especial no Orçamento Geral do Município de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, para o Exercício de 2026 no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias.

08	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL			
002	DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL			
08.244.0801.2127	FUNDO DA MULHER.			
05583	33.90.14.00.00	DIÁRIA CIVIL	456	6.000,00
	Total.....			6.000,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito adicional especial a ser aberto em conformidade com a autorização do artigo anterior serão utilizados recursos oriundos por excesso da receita 171999010700000000.
Art.3º- Determina o ajuste da Lei nº 1094/2025 de 07/10/2025 – Plano Plurianual (PPA), e a Lei nº1064/2025 de 06/05/2025 – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2025, nas ações correspondentes

Município de Pinhal de São Bento, em 25 de Agosto de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:02CE739F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 162/2026

DECRETO 162/2026

Autoriza o Executivo Municipal proceder à abertura de crédito adicional especial suplementar da Lei nº 1.104/2025 no exercício de 2026**.**

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida em Lei.

Art. 1º - Fica autorizado à abertura de crédito adicional especial no Orçamento Geral do Município de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, para o Exercício de 2026 no valor de R$ 70.000,00 (Setenta mil reais) conforme anexos:
Art. 2º - Para cobertura do crédito adicional especial a ser aberto em conformidade com a autorização do artigo anterior serão utilizados recursos oriundos de anulação de dotação das contas e excesso de arrecadação e superavit conforme anexos
Art.3º- Determina o ajuste da Lei nº 1094/2025 de 07/10/2025 – Plano Plurianual (PPA), e a Lei nº1064/2025 de 06/05/2025 – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2025, nas ações correspondentes
Município de Pinhal de São Bento, em 25 de Agosto de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:F897B7D4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 163/2026

DECRETO 163/2026

Autoriza o Executivo Municipal proceder à abertura de crédito adicional especial suplementar da Lei nº 1.104/2025 no exercício de 2026**.**

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida em Lei.

Art. 1º - Fica autorizado à abertura de crédito adicional especial no Orçamento Geral do Município de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, para o Exercício de 2026 no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais) conforme anexos:
Art. 2º - Para cobertura do crédito adicional especial a ser aberto em conformidade com a autorização do artigo anterior serão utilizados recursos oriundos de anulação de dotação das contas e excesso de arrecadação e superavit conforme anexos
Art.3º- Determina o ajuste da Lei nº 1094/2025 de 07/10/2025 – Plano Plurianual (PPA), e a Lei nº1064/2025 de 06/05/2025 – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2025, nas ações correspondentes

Município de Pinhal de São Bento, em 25 de Agosto de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:26F127F9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 124/2026
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Day Use destinado ao grupo de idosos do Programa Viaja Mais 60

CONTRATADO: TERRA IGUASSU HOTEIS E TURISMO LTDA
CNPJ: 45.529.581/0001-91
VALOR TOTAL CONTRATADO: R$ 6.955,20 (Seis mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e vinte centavos).
DATA DA ASSINATURA: 26/08/2026
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2026	03376	08.007.10.241.0801.2069	00376	3.3.90.39.00.00	Recursos do Exercício Corrente

PAGAMENTO: : Em até 30 dias após a emissão da nota fiscal.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Pinhal de São Bento/PR, 26 de agosto de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tailine Maiara da Silva
Código Identificador:3D4BBC7E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 118/2026

LICITAÇÃO: CHAMADA PÚBLICA nº 6/2026.

OBJETO: "Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para alimentação escolar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE conforme a Lei Federal nº 11.947/2009, Resolução CD FNDE, nº 26/2013 e nº 04/2015".
CONTRATADO: FATIMA TEREZINHA REBELATO
VALOR CONTRATADO: R$ 25.744,00 (Vinte e Cinco Mil e Setecentos e Quarenta e Quatro Reais).
DATA DA ASSINATURA: 26/08/2026
RECURSOS:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2026	01110	05.002.12.306.1203.2024	01117	3.3.90.30.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2026	01080	05.002.12.306.1203.2023	01114	3.3.90.30.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2026	01112	05.002.12.306.1203.2024	01112	3.3.90.30.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2026	01100	05.002.12.306.1203.2024	01116	3.3.90.30.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2026	01060	05.002.12.306.1203.2022	01115	3.3.90.30.00.00	Recursos do Exercício Corrente

PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após emissão da nota fiscal.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 (doze) dias após a assinatura e homologação do contrato.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Pinhal de São Bento/PR, 26 de agosto de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tailine Maiara da Silva
Código Identificador:102D22C2

SECRETARIA DE SAUDE
DIÁRIA N° 293/2026

ANEXO II DA LEI MUNICIPAL N° 871/2022 E LEI MUNICIPAL N° 1.123/2026 ALTERA O ART. 3° E LEI MUNICIPAL N° 1.124/2026 QUE ALTERA O ANEXO I
SOLICITAÇÃO DE VIAGEM

DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Gilson de Aquino Froes Matrícula: 604-1
Órgão de Lotação: Secretaria Municipal de Saúde Cargo ou função: Motorista
ACOMPANHANTES
DADOS DA VIAGEM
Data da Viagem: 27/08/2026 (saída as 05:00 horas)

Destino: Guarapuava/PR
Valor de diárias: 242,15 x 0,75 = 181,61
Transporte utilizado: carro oficial
Finalidade da viagem: Levar o paciente Natalio Farias dos Santos com acompanhante para consulta no Hospital Regional do Centro Oeste em Guarapuava/PR.
Órgão/locais a serem visitados ou eventos: Hospital Regional do Centro Oeste em Guarapuava/PR.
Dotação Orçamentária Liberação Orçamentária: 33.90.14.00.00 F: 303 Cta: 2140

BANCO	AGENCIA	CONTA	CPF
756	4342	57974-2	063.731.779-39

Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal n° 871/2022, que aprova o regimento das diárias e lei municipal n° 1.124/2026 que altera o Anexo II da Lei Municipal n° 871/2022. Declaro também e para todos os fins que são verídicas as informações prestadas, sem rasuras, nesta solicitação de diária e me responsabilizo por eventuais equívocos e omissões, sendo que autorizo o desconto em folha de pagamento de eventuais créditos não gastos e não ressarcidos ao erário.
Informações Complementares:
Pinhal de São Bento, 27 de agosto de 2026.
Solicitante da viagem: Gilson de Aquino Froes
(X) Autorizado ( ) Não autorizado
Titular da Pasta: Katiuça Mara Pasa

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:C9F46C6F

SECRETARIA DE SAUDE
DIÁRIA N° 294/2026

ANEXO II DA LEI MUNICIPAL N° 871/2022 E LEI MUNICIPAL N° 1.123/2026 ALTERA O ART. 3° E LEI MUNICIPAL N° 1.124/2026 QUE ALTERA O ANEXO I
SOLICITAÇÃO DE VIAGEM
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Paulo Roberto Kreiner Silveira Matrícula: 623-1
Órgão de Lotação: Secretaria Municipal de Saúde Cargo ou função: Motorista
ACOMPANHANTES
DADOS DA VIAGEM
Data da Viagem: 27/08/2026 (saída as 05:00 horas)
Destino: Cascavel/PR
Valor de diárias: 242,15 x 0,5= 121,08
Transporte utilizado: carro oficial
Finalidade da viagem: Levar os pacientes Olivia Fatima Martini de Moraes com acompanhante e Itacir Domingos Dartora para consulta no Dr. Prime Assistência a Saúde Familiar em Cascavel/PR.
Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: Dr. Prime Assistência a Saúde Familiar em Cascavel/PR.
Dotação Orçamentária Liberação Orçamentária: 33.90.14.00.00 F: 303 Cta: 2140

BANCO	AGENCIA	CONTA	CPF
756	4342	108467-4	027.617.539-50

Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal n° 871/2022, que aprova o regimento das diárias e lei municipal n° 1.124/2026 que altera o Anexo II da Lei Municipal n° 871/2022. Declaro também e para todos os fins que são verídicas as informações prestadas, sem rasuras, nesta solicitação de diária e me responsabilizo por eventuais equívocos e omissões, sendo que autorizo o desconto em folha de pagamento de eventuais créditos não gastos e não ressarcidos ao erário.

Informações Complementares:
Pinhal de São Bento, 26 de agosto de 2026.
Solicitante da viagem: Paulo Roberto Kreiner Silveira
(X) Autorizado ( ) Não autorizado
Titular da Pasta: Katiuça Mara Pasa

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:14EF91CE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 14.977/2026

Dispõe sobre a nomeação dos membros para compor o Grupo de Trabalho Intersetorial para elaboração do Plano Municipal de Juventude de Piraquara.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e com base nas disposições constantes na Lei Municipal nº 1.252/2013,

DECRETA:
Art. 1° Ficam nomeados (as) os membros para compor o Grupo de Trabalho Intersetorial para elaboração do Plano Municipal de Juventude de Piraquara, conforme segue:

I – Representantes Governamentais:
Alyce Steberl Lourenço – matrícula n° 997292
Bruna Teixeira de Quadros – matrícula n° 9582921615
Caiê Alonso – matrícula n° 9582922722
Cristina Maria Rizzi Galerani – matrícula n° 614091
Diego Leonardo Stamm Paza – matrícula n° 1001146
Gabriely Ramos Teixeira – matrícula n° 1001194
Guilherme Cristiano Gomes – matrícula n° 1000680
Jackline Antunes Nunes Macedo – CPF: XXX.848.XXX-71
Jeniffer Fernanda Fernandes de Carvalho Dias – matrícula n° 1001212
Joyce Schmidt Gonçalves – matrícula n° 613791
Julia Maria Marcondes Diniz Krsizanowski – matrícula n° 1000819
Marlon Galdino Gonçalves de Lima – matrícula n° 9582922735
Maria Eduarda Pinheiro Aime – matrícula n° 1000760
Matheus Saimon Gonçalves da Silva – matrícula n° 4829226712
Mayara Moraes dos Santos – matrícula n° 9582921021
Vanessa Medianeira da Silva Flôres – matrícula n° 1001066
Vera Lucia Rodrigues – matrícula n° 992642
Weislla Mabilly Silverio Pires – matrícula n° 9582921213
Wellington Lucas da Silva Otto – matrícula n° 1000585

I – Representantes da Sociedade Civil:
Bruno Henrique Paulino dos Santos – CPF: XXX.306.XXX-19
Daniele Pelegrine de Souza – CPF: XXX.449.XXX-70
David Henrique Freitas Dos Santos – CPF: XXX.581.XXX-35
Elizabeth Mondesir – CPF: 013.408.949-98
Ester Vitoria Mucke Soares – CPF: XXX.668.XXX-03
Everaldo de Oliveira Cruz – CPF: XXX.730.XXX-28
Giovanna Vitória Vilela – CPF: XXX.093.XXX-85
Henrique Schuetz Theodoro da Luz – CPF: XXX.695.XXX
Jackline Antunes Nunes Macedo – CPF: XXX.848.XXX-71
Jheniffer Lopes de Almeida – CPF: XXX.048.XXX-27
José Vitor dos Santos Moreira – CPF: XXX.210.XXX-85
Kethrellen Paloma Scharniovski – CPF: XXX.574.XXX-75
Lucas Henrique Gonçalves da Silva – CPF: XXX.380.XXX-35
Marcelo Correia de Andrade Junior – CPF: XXX.720.XXX
Mario Jacintho Junior – CPF: XXX.807.XXX-84
Matheus Pereira Dos Santos – CPF: XXX.123.XXX-04
Murilo Henrique Amaral Vieira – CPF: XXX.572.XXX-02
Natalia de Fatima dos Santos Magno – CPF: XXX.237.XXX-97
Nicolly Vieira Borges – CPF: XXX.158.XXX-51
Pollyana Ferreira Sora – CPF: XXX.444.XXX-60
Rafael da Costa – CPF: XXX.413.XXX-92
Sabrina Guimarães de Sales da Silva – CPF: XXX.727.XXX-79
Sophia Millena Moreira Barbosa – CPF: XXX.488.XXX-60
Syllas Moreira da Fonseca Neto – CPF: XXX.413.XXX-66
Taynara Gdla de Souza – CPF: XXX.986.XXX-29
Yoná Kuita Jacintho – CPF: XXX.660.XXX-95

Art. 2° Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 26 de Agosto de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:85FFEDE1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 091/2026

O Prefeito do Município de Piraquara, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o Concurso Público realizado em conformidade com o Edital Nº 723/2024, com homologação através do Edital Nº 824/2024, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná Nº 3060/2024 de 05/07/2024, RESOLVE TORNAR PÚBLICO O RESULTADO DO EXAME DE SAÚDE PRÉ-ADMISSIONAL DO CANDIDATO CONVOCADO ATRAVÉS DO EDITAL N° 079/2026, SENDO CONSIDERADO:
CARGO: NUTRICIONISTA

Classif.	Nome	Resultado
12	VICTORIA ALINE BALAN	APTA

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 25 de agosto de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:9B10B37C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 092/2026

O Prefeito do Município de Piraquara, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o Concurso Público realizado em conformidade com o Edital Nº 723/2024, com homologação através do Edital Nº 824/2024, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná Nº 3060/2024 de 05/07/2024, RESOLVE CONVOCAR O CANDIDATO APROVADO E APTO NO EXAME DE SAÚDE EDITAL N° 091/2026, PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS:

CARGO: NUTRICIONISTA

Classif.	Nome	Resultado
12	VICTORIA ALINE BALAN	APTA

O candidato acima mencionado deverá proceder à entrega dos documentos, cujo rol segue em frente, no **dia 27/08/2026, às 9h:00min,** na Superintendência de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Piraquara, **Av. Getúlio Vargas nº 1990 – Centro – Piraquara / PR.**
Documentos Exigidos
a) 01 (uma) foto 3 X 4 recente;
b) FOTOCÓPIA e ORIGINAL da Carteira de Identidade;
c) FOTOCÓPIA e ORIGINAL CPF;
d) PIS/PASEP ATUALIZADO (Extrato emitido pela Caixa Econômica Federal);
e) FOTOCÓPIA e ORIGINAL Título de eleitor
f) Certidão de quitação eleitoral;
g) FOTOCÓPIA e ORIGINAL da Carteira Nacional de Habilitação – CNH (se prestou concurso para motorista);
h) FOTOCÓPIA e ORIGINAL da Carteira de Trabalho;
i) FOTOCÓPIA e ORIGINAL da Carteira e/ou Certificado de Reservista ou dispensa(se masculino);
j) FOTOCÓPIA e ORIGINAL dos Documentos comprobatórios de escolaridade e pré-requisitos mínimos constantes no Edital;
k) FOTOCÓPIA e ORIGINAL Carteira de Registro Profissional (ex. COREN, CREA, CRM, CRO);
l) FOTOCÓPIA e ORIGINAL da Certidão de Casamento;
m) FOTOCÓPIA e ORIGINAL do Comprovante de residência (luz, água ou telefone);
n) Certidão negativa de Criminal, expedida pela Comarca onde reside;
o) Certidão negativa de Antecedentes Criminais Estadual;
p) Certidão negativa de Antecedentes Criminais Federal;
q) conta bancária no Banco Bradesco (agência Piraquara);
r) FOTOCÓPIA e ORIGINAL da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 16 (dezesseis) anos;
s) FOTOCÓPIA e ORIGINAL da Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 (cinco) anos;
t) FOTOCÓPIA e ORIGINAL do Termo de Curatela (se for o caso);
u) FOTOCÓPIA e ORIGINAL do Atestado de invalidez (se for o caso);

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 25 de agosto de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:DF42ABCC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 093/2026

O Prefeito do Município de Piraquara, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o Concurso Público realizado em conformidade com o Edital Nº 018/2026, com homologação através do Edital Nº 042/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná Nº 3521/2026 de 04/05/2026, RESOLVE TORNAR PÚBLICO A DESISTÊNCIA DO CANDIDATO NA ENTREGA DE DOCUMENTOS, SENDO CONSIDERADO:

CARGO: ENFERMEIRO

Classif.	Nome	Resultado
08	LETICIA MARIA BOARÃO YOSHII DE FREITAS	DESISTENTE

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 25 de agosto de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:42DCEDF9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 094/2026

O Prefeito do Município de Piraquara, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o Concurso Público realizado em conformidade com o Edital Nº 018/2026, com homologação através do Edital Nº 042/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná Nº 3521/2026 de 04/05/2026, RESOLVE TORNAR PÚBLICO OS RESULTADOS DOS EXAMES DE SAÚDE PRÉ-ADMISSIONAL DOS CANDIDATOS CONVOCADOS ATRAVÉS DO EDITAL N°084/2026 SENDO CONSIDERADOS:
CARGO: ENFERMEIRO

Classif.	Nome	Resultado
***02**	MARRIANE SILVA	DESISTENTE DA VAGA RESERVADA
09	ELEN PRISCILA GARCIA ASSUNÇÃO DE CASTRO	APTA

CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Classif.	Nome	Resultado
***02**	LOIDE ALVES DA LUZ RATUCHENSKI	APTA

CARGO: TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL

Classif.	Nome	Resultado
09	SIMONE SANTOS NUNES	FINAL DE LISTA
10	ELISANGELA MEIRA	AUSENTE

***Candidato pertencente à reserva de vagas para afro.**

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 26 de agosto de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:5AD614C7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 095/2026

O Prefeito do Município de Piraquara, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o Concurso Público realizado em conformidade com o Edital Nº 018/2026, com homologação através do Edital Nº 042/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná Nº 3521/2026 de 04/05/2026, RESOLVE CONVOCAR OS CANDIDATOS APROVADOS E APTOS NO EXAME DE SAÚDE EDITAL N° 094/2026, PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS:

CARGO: ENFERMEIRO

Classif.	Nome	Resultado
09	ELEN PRISCILA GARCIA ASSUNÇÃO DE CASTRO	APTA

CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Classif.	Nome	Resultado
*02	LOIDE ALVES DA LUZ RATUCHENSKI	APTA

***Candidato pertencente à reserva de vagas para afro.**
Os candidatos acima mencionados deverão proceder à entrega dos documentos, cujo rol segue em frente, no **dia 31/08/2026, às 10h:00min,** na Superintendência de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Piraquara, **Av. Getúlio Vargas nº 1990 – Centro – Piraquara / PR.**
Documentos Exigidos
a) 01 (uma) foto 3 X 4 recente;
b) FOTOCÓPIA e ORIGINAL da Carteira de Identidade;
c) FOTOCÓPIA e ORIGINAL CPF;
d) PIS/PASEP ATUALIZADO (Extrato emitido pela Caixa Econômica Federal);
e) FOTOCÓPIA e ORIGINAL Título de eleitor
f) Certidão de quitação eleitoral;
g) FOTOCÓPIA e ORIGINAL da Carteira Nacional de Habilitação – CNH (se prestou concurso para motorista);
h) FOTOCÓPIA e ORIGINALda Carteira de Trabalho;
i) FOTOCÓPIA e ORIGINAL da Carteira e/ou Certificado de Reservista ou dispensa(se masculino);
j) FOTOCÓPIA e ORIGINAL dosDocumentos comprobatórios de escolaridade e pré-requisitos mínimos constantes no Edital;
k) FOTOCÓPIA e ORIGINALCarteira de Registro Profissional (ex. COREN, CREA, CRM, CRO);
l) FOTOCÓPIA e ORIGINAL da Certidão de Casamento;
m) FOTOCÓPIA e ORIGINALdo Comprovante de residência (luz, água ou telefone);
n) Certidão negativa deCriminal, expedida pela Comarca onde reside;
o) Certidão negativa deAntecedentes Criminais Estadual;
p) Certidão negativa deAntecedentes Criminais Federal;
q) conta bancária no Banco Bradesco (agência Piraquara);
r) FOTOCÓPIA e ORIGINALda Certidão de Nascimento dos filhos menores de 16 (dezesseis) anos;
s) FOTOCÓPIA e ORIGINALda Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 (cinco) anos;
t) FOTOCÓPIA e ORIGINALdo Termo de Curatela (se for o caso);
u) FOTOCÓPIA e ORIGINALdo Atestado de invalidez (se for o caso);
Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 26 de agosto de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:A633A71A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º 321/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 35.784/2023 - DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 18/2023

Contratante: Município de Piraquara. **Contratada:** Associação dos Coletores de Materiais Recicláveis Novo Guarituba – RECIQUARA. **Objeto do Aditivo**: Prorrogação do prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, com início em 30/08/2026 a 30/08/2027 e a concessão de reequilíbrio econômico-financeiro e acréscimo quantitativo de 25% (6,75 toneladas mensais, fixando o novo limite em 33,75 t/mês).**Valor Global Atualizado**: R$ 469.929,11 (quatrocentos e sessenta e nove mil, novecentos e vinte e nove reais e onze centavos) anual, correspondente ao valor mensal de R$ 39.160,75 (trinta e nove mil, cento e sessenta reais e setenta e cinco centavos). fundamentado no Art. 65, inciso I, alínea "b" (acréscimo quantitativo), e Art. 65, inciso II, alínea "d" (reequilíbrio econômico-financeiro), c/c art. 61, parágrafo único, da Lei Federal n.º 8.666/1993. **Data da assinatura**: 24 de agosto de 2026.

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:CE84DB2E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO PROCESSO Nº 13.950/2026 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 25/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, nos termos dos artigos 72, VIII e 74, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021, **AUTORIZA** a **Inexigibilidade de Licitação nº 25/2026 - Processo nº 13.950/2026**, para locação de imóvel visando a instalação das Secretaria, Órgãos e equipamentos públicos, de propriedade de ADECIR FELIPETTO, CPF n° 253.546.630-91, sob o valor total de R$ 660.000,00 (seiscentos e sessenta mil reais). Piraquara, 25 de agosto de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:DB13F1DF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO PROCESSO Nº 24.204/2026 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 26/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, nos termos dos artigos 72, VIII e 74, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021, **AUTORIZA** a **Inexigibilidade de Licitação nº 26/2026 - Processo nº 24.204/2026**, para locação de imóvel visando a instalação do CAPS AD, de propriedade de URSULA MARLEY FISCHER SBRISSIA, CPF n° 815.216.859-91, ANDRE FISCHER SBRISSIA, CPF n° 021.427.359-83, GUSTAVO FISCHER SBRISSIA, CPF n° 023.635.769-77, LARISSA FISCHER SBRISSIA DISSENHA, CPF n° 038.654.759-90, sob o valor total de R$ 94.800,00 (noventa e quatro mil e oitocentos reais).

Piraquara, 25 de agosto de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:EDBF1903

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RETIFICAÇÃO POR INCORREÇÃO

PORTARIA Nº 385/2026

O CORREGEDOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE PIRAQUARA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nos artigos, 7°, inciso IV, do Decreto Municipal n.º 6636/2018, e, tendo em vista o artigo

182, da Lei Municipal n.º 863/2006, que trata do Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Piraquara, RESOLVE:
Art. 1.º - Retificar a epígrafe da Portaria n° 383/2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 26 de agosto de 2026, Edição 3603. Assim, onde se lê: "PORTARIA Nº 383/202", leia-se "PORTARIA Nº 383/2026".
Art. 2.º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, permanecendo inalteradas as demais informações constantes da Portaria n° 383/2026.

Piraquara, 26 de agosto de 2026.

LUCIANO DA COSTA LARA
Corregedor-Geral do Município
Decreto n.º 13.741/2025

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:33BA15E5

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RETIFICAÇÃO / ERRATA À RESOLUÇÃO Nº 28, DE 21 DE JULHO DE 2026

A Secretaria Municipal de Saúde, por meio do Conselho Municipal de Saúde de Piraquara – COMUSP, torna pública a presente **RETIFICAÇÃO/ERRATA da Resolução nº 28, de 21 de julho de 2026**, que dispõe sobre o Regimento Interno para a eleição da Mesa Diretora do Conselho Municipal de Saúde.
ONDE SE LÊ:
"Dispõe sobre o Regimento Interno, para eleição da Mesa Diretora do Conselho Municipal de Saúde – Gestão 2026–2029."
LEIA-SE:
"Dispõe sobre o Regimento Interno para eleição da Mesa Diretora do Conselho Municipal de Saúde – Gestão 2026–2028."
Ficam **ratificados todos os demais termos e disposições constantes da Resolução nº 28, de 21 de julho de 2026**, permanecendo inalterados os demais dispositivos que não foram objeto da presente retificação.
Piraquara, 26 de agosto de 2026.

COMISSÃO PROVISÓRIA
Conselho Municipal de Saúde de Piraquara – COMUSP

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:ABAAAEEE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE PITANGA
PORTARIA N° 29/2026

PORTARIA N° 29/2026

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, CONFERIDAS PELO ARTIGO 27 DO REGIMENTO INTERNO,

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias regulamentares a servidora Adriana Terezinha Lorenzetti Merigo, ocupante do cargo de Contadora, contadas de 07 de outubro de 2024 a 06 de outubro de 2025, para usufruí-las a partir de 31 de agosto de 2026 a até 04 de setembro de 2026, conforme requerimento nº 73/2026, protocolado sob nº 1082/2026 e deferido em 26 de agosto de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PITANGA, 26 DE AGOSTO DE 2026.

AMADEUS PENGA
Presidente da Câmara

Publicado por:
Iuri de Oliveira
Código Identificador:20939C96

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PLANO MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO

PLANO MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO

Vigência: 2026–2028
Pitanga – Paraná
FICHA TÉCNICA
Município: Pitanga – Paraná

Prefeito Municipal: Dirceu Moraes
Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esporte:
Sidiney Heidemann
Coordenação da Política Municipal de Alfabetização:
Comitê Gestor Municipal da Política Municipal de Alfabetização
Coordenação Pedagógica Municipal: Vianei Aparecida do Carmo

APRESENTAÇÃO
A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, Cultura e Esporte de Pitanga apresenta o presente Plano Municipal de Comunicação da Política Municipal de Alfabetização, instrumento de planejamento destinado a organizar, fortalecer e ampliar a divulgação das ações desenvolvidas no âmbito da Política Municipal de Alfabetização.
A comunicação institucional representa importante ferramenta de gestão pública, contribuindo para a transparência das ações governamentais, o fortalecimento da participação social, a valorização do trabalho desenvolvido pelas unidades escolares e a consolidação do regime de colaboração entre Município, Estado e União.
O Plano estabelece diretrizes para a divulgação sistemática das ações de alfabetização desenvolvidas pela Rede Municipal de Ensino, promovendo o acesso da comunidade escolar às informações, fortalecendo a participação das famílias e ampliando a visibilidade das iniciativas implementadas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
O presente documento busca consolidar uma cultura permanente de comunicação pública voltada à educação, fortalecendo o compromisso do Município com a aprendizagem, a equidade e a qualidade da educação básica.

1. INTRODUÇÃO
A comunicação pública constitui elemento essencial para a efetividade das políticas educacionais, possibilitando maior integração entre gestores, profissionais da educação, estudantes, famílias e comunidade.
No contexto da Política Municipal de Alfabetização, comunicar significa tornar públicas as ações desenvolvidas, divulgar resultados, incentivar a participação social, fortalecer o acompanhamento das metas educacionais e ampliar o reconhecimento das práticas exitosas desenvolvidas pela Rede Municipal de Ensino.
Nesse sentido, o presente Plano organiza as estratégias de comunicação institucional para o período de 2026 a 2028, estabelecendo objetivos, canais oficiais, responsabilidades, cronograma de divulgação e mecanismos de monitoramento das ações.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
O presente Plano fundamenta-se nos seguintes dispositivos legais e normativos:
Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
Plano Nacional de Educação;
Plano Municipal de Educação de Pitanga;
Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;

Decreto Municipal nº 169, de 17 de agosto de 2026, que institui a Política Municipal de Alfabetização de Pitanga e cria o Comitê Gestor Municipal;
Normativas expedidas pelo Ministério da Educação;
Normativas da Secretaria de Estado da Educação do Paraná;
Resoluções, Portarias e demais atos administrativos da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte de Pitanga relacionados à Política Municipal de Alfabetização.

3. JUSTIFICATIVA
A comunicação institucional desempenha papel estratégico na implementação das políticas públicas educacionais.
A ampla divulgação das ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte fortalece a transparência administrativa, amplia a participação da comunidade escolar e contribui para o acompanhamento das metas relacionadas à alfabetização das crianças.
Além disso, a organização de um fluxo permanente de comunicação favorece a integração entre os profissionais da educação, assegura maior divulgação das formações continuadas, incentiva o envolvimento das famílias e possibilita maior visibilidade às ações realizadas pelas unidades escolares.
A elaboração deste Plano demonstra o compromisso do Município de Pitanga com uma gestão pública participativa, transparente e orientada por resultados.

4. OBJETIVO GERAL
Estabelecer diretrizes para a comunicação institucional das ações desenvolvidas no âmbito da Política Municipal de Alfabetização, promovendo ampla divulgação das iniciativas implementadas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, fortalecendo a participação da comunidade escolar e assegurando transparência na execução das políticas públicas voltadas à alfabetização.

5. OBJETIVOS ESPECÍFICOS
São objetivos específicos deste Plano:
I – Divulgar as ações desenvolvidas pela Política Municipal de Alfabetização;
II – Ampliar o acesso da comunidade escolar às informações relativas às ações educacionais;
III – Fortalecer a participação das famílias no processo de alfabetização;
IV – Divulgar formações continuadas destinadas aos profissionais da educação;
V – Promover a transparência das ações executadas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte;
VI – Divulgar resultados, indicadores e boas práticas desenvolvidas pelas unidades escolares;
VII – Fortalecer a integração entre Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, unidades escolares e comunidade;
VIII – Incentivar a valorização dos profissionais da educação envolvidos nas ações de alfabetização;
IX – Ampliar a divulgação dos programas estaduais e federais relacionados à alfabetização;
X – Promover campanhas educativas voltadas ao incentivo da leitura e da aprendizagem.

6. PRINCÍPIOS
As ações previstas neste Plano observarão os seguintes princípios:
transparência;
publicidade dos atos administrativos;
participação social;
gestão democrática;
cooperação entre os entes federativos;
acesso à informação;
inclusão;
equidade;
respeito à diversidade;
fortalecimento da aprendizagem;
valorização dos profissionais da educação;
ética e responsabilidade na comunicação institucional.

7. PÚBLICO-ALVO
As ações de comunicação previstas neste Plano destinam-se aos seguintes públicos:
Público Interno
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte;
Diretores escolares;
Coordenadores pedagógicos;
Professores;
Equipes administrativas das escolas;
Articuladora Municipal da RENALFA;
Formadora Municipal do PROLEEI;
Comitê Gestor Municipal da Política Municipal de Alfabetização;
Conselhos vinculados à educação.

Público Externo
estudantes da Rede Municipal de Ensino;
famílias;
comunidade local;
Prefeitura Municipal;
Ministério da Educação;
Secretaria de Estado da Educação do Paraná;
instituições parceiras;
sociedade civil.

8. ABRANGÊNCIA
O presente Plano aplica-se às ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, Cultura e Esporte de Pitanga, abrangendo:
Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs;
Escolas Municipais de Ensino Fundamental;
Escolas Municipais do Campo;
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte;
demais espaços utilizados para desenvolvimento das ações da Política Municipal de Alfabetização.

9. EIXOS ESTRATÉGICOS DA COMUNICAÇÃO
As ações de comunicação da Política Municipal de Alfabetização serão organizadas em cinco eixos estratégicos, visando assegurar ampla divulgação, participação da comunidade escolar e fortalecimento das ações educacionais.

Eixo I – Transparência Institucional
Objetiva garantir o acesso da população às informações relacionadas às ações, programas, projetos, resultados e investimentos destinados à Política Municipal de Alfabetização.

Ações:
divulgação de atos oficiais;
publicação de cronogramas;
divulgação das formações;
divulgação dos programas estaduais e federais;
publicação de resultados e relatórios.

Eixo II – Mobilização da Comunidade Escolar
Visa fortalecer a participação das famílias e da comunidade nas ações desenvolvidas pelas unidades escolares
Ações:
campanhas educativas;
reuniões com famílias;
divulgação de eventos escolares;
incentivo à leitura em família;
ações de conscientização sobre alfabetização.

Eixo III – Valorização das Boas Práticas
Busca divulgar experiências exitosas desenvolvidas pelos profissionais da Rede Municipal de Ensino.
Ações:
divulgação de projetos pedagógicos;
compartilhamento de experiências;
registros fotográficos;
reconhecimento de professores;
divulgação de práticas inovadoras.

Eixo IV – Formação Continuada

Tem como finalidade divulgar e fortalecer as ações de formação dos profissionais da educação.
Ações:
divulgação das formações;
envio de cronogramas;
compartilhamento de materiais pedagógicos;
divulgação de cursos;
divulgação das ações da RENALFA e PROLEEI.

Eixo V – Prestação de Contas
Objetiva apresentar à sociedade os resultados alcançados pela Política Municipal de Alfabetização.
Ações:
divulgação de indicadores;
publicação de relatórios;
apresentação de resultados das avaliações;
divulgação das metas atingidas;
publicação das ações executadas.

10. CANAIS OFICIAIS DE COMUNICAÇÃO

A divulgação das ações ocorrerá por meio dos canais institucionais do Município.

Canal	Finalidade	Periodicidade
Site Oficial da Prefeitura	Publicações oficiais, notícias, documentos e resultados	Sempre que necessário
Facebook Oficial da Prefeitura	Divulgação de ações, campanhas e eventos	Sempre que necessário
Instagram Oficial da SEMECE	Divulgação de atividades, registros fotográficos e campanhas	Sempre que necessário
WhatsApp Institucional	Informações rápidas às equipes escolares	Conforme necessidade
Murais das Escolas	Informações destinadas à comunidade escolar	Atualização contínua

11. ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO

Serão adotadas as seguintes estratégias:
Comunicação Institucional
divulgação permanente das ações;
linguagem clara e objetiva;
padronização das publicações;
utilização da identidade visual institucional.

Comunicação com as Escolas
compartilhamento de orientações;
envio de materiais pedagógicos;
divulgação dos cronogramas;
divulgação de reuniões.

Comunicação com as Famílias
convites para reuniões;
campanhas educativas;
incentivo à leitura;
divulgação das ações pedagógicas.

Comunicação com a Comunidade
divulgação de projetos;
publicação de notícias;
prestação de contas;
valorização da educação pública.

12. PLANO DE AÇÃO 2026–2028

Ação	Público-alvo	Canal	Frequência	Responsável
Divulgação das formações	Professores	Site, Facebook, Instagram e WhatsApp	Mensal	SEMECE
Divulgação de reuniões	Comunidade Escolar	WhatsApp e Murais	Sempre que necessário	Escolas
Publicação de notícias	Comunidade	Site e Redes Sociais	Sempre que necessário	SEMECE
Campanhas de incentivo à leitura	Famílias	Redes Sociais e Murais	contínua	SEMECE e Escolas
Divulgação de projetos	Comunidade	Site e Facebook	Sempre que necessário	Escolas
Divulgação dos resultados	Sociedade	Site Oficial	Semestral	SEMECE

13. CRONOGRAMA ANUAL

Mês	Principais ações
Janeiro	Planejamento das ações de comunicação
Fevereiro	Divulgação do calendário escolar
Março	Campanhas de incentivo à leitura
Abril	Divulgação das formações
Maio	Divulgação de projetos escolares
Junho	Prestação parcial de resultados
Julho	Divulgação das ações do primeiro semestre
Agosto	Campanhas educativas
Setembro	Divulgação das boas práticas
Outubro	Divulgação de projetos pedagógicos
Novembro	Socialização dos resultados
Dezembro	Relatório anual das ações

14. IDENTIDADE VISUAL

Todas as publicações relacionadas à Política Municipal de Alfabetização deverão observar um padrão visual institucional, contendo, sempre que aplicável:
Brasão do Município de Pitanga;
Identificação da Prefeitura Municipal;
Identificação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, Cultura e Esporte;
Título da ação ou programa;
Data e local da atividade;
Registros fotográficos institucionais;
Linguagem acessível e objetiva.
Quando as ações forem realizadas em parceria com programas estaduais ou federais, poderão ser utilizadas as respectivas identidades visuais, observadas as normas de uso de cada programa.

15. RESPONSABILIDADES

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte
Compete à Secretaria:
coordenar a execução deste Plano;
organizar o calendário de divulgação;
produzir materiais institucionais;
acompanhar os indicadores;
elaborar relatórios anuais.

Direção Escolar
Compete às unidades escolares:
divulgar as ações locais;
manter atualizados os murais;
encaminhar registros fotográficos;
comunicar eventos à Secretaria.
Coordenação da Política Municipal de Alfabetização / Comitê Gestor Municipal
Compete à Coordenação:
acompanhar as ações de comunicação relacionadas à alfabetização;
orientar as unidades escolares;
articular a divulgação das ações da RENALFA, PROLEEI e demais programas;
contribuir para a produção dos relatórios técnicos.

16. MONITORAMENTO DAS AÇÕES

O monitoramento das ações previstas neste Plano será realizado de forma contínua pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, Cultura e Esporte, em articulação com a Coordenação da Política Municipal de Alfabetização e as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino.
O acompanhamento das ações tem como finalidade verificar o cumprimento das metas estabelecidas, a efetividade das estratégias de comunicação e a participação da comunidade escolar.
O monitoramento compreenderá:
acompanhamento das publicações realizadas;
controle das campanhas desenvolvidas;
registro das ações executadas;
acompanhamento da participação da comunidade escolar;
levantamento de registros fotográficos;
organização de documentos comprobatórios;
consolidação de relatórios periódicos.

17. AVALIAÇÃO DO PLANO

A avaliação ocorrerá de forma permanente, considerando a efetividade das estratégias de comunicação e os resultados obtidos.
Serão observados os seguintes aspectos:
alcance das informações divulgadas;
participação da comunidade escolar;
divulgação das ações da Política Municipal de Alfabetização;

cumprimento do cronograma estabelecido;
qualidade das informações publicadas;
fortalecimento da transparência institucional;
integração entre Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte e unidades escolares.
Ao final de cada ano letivo será elaborado um Relatório Anual de Execução do Plano.

18. INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO
Para acompanhamento da execução deste Plano serão observados os seguintes indicadores:

Indicador	Meta
Publicações institucionais realizadas	Mínimo de 2 por mês
Campanhas educativas promovidas	Mínimo de 1 por semestre
Reuniões divulgadas	100% das reuniões institucionais
Formações divulgadas	100% das formações realizadas
Projetos pedagógicos divulgados	Todas as unidades escolares
Atualização dos murais escolares	Contínua
Relatório anual elaborado	1 por ano
Divulgação dos resultados da Política de Alfabetização	1 por ano

Esses indicadores poderão ser revistos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte sempre que necessário.

19. PLANO DE CONTINGÊNCIA
Caso ocorram situações que impeçam a utilização de determinado canal de comunicação, serão adotadas medidas alternativas para garantir a continuidade da divulgação das ações.
Poderão ser utilizadas, conforme a necessidade:
comunicados impressos;
reuniões presenciais;
murais escolares;
grupos institucionais de WhatsApp;
site oficial da Prefeitura;
redes sociais oficiais.
Sempre que possível, as informações deverão ser divulgadas simultaneamente em mais de um canal oficial, ampliando o alcance junto à comunidade escolar.

20. DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA
Para fins de acompanhamento, transparência e prestação de contas, deverão ser arquivados os seguintes documentos:
cópias das publicações realizadas;
registros fotográficos;
lista de presença;
atas de reuniões;
materiais de divulgação;
convites;
folders;
cartazes;
relatórios técnicos;
cronogramas;
capturas de tela (prints) das publicações em redes sociais e no site institucional.
Toda a documentação deverá permanecer arquivada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte pelo período estabelecido na legislação aplicável.

21. RELATÓRIO ANUAL DE EXECUÇÃO
Ao término de cada exercício será elaborado Relatório Anual contendo, no mínimo:
I – Ações executadas;
II – Campanhas realizadas;
III – Canais de comunicação utilizados;
IV – Público alcançado;
V – Registros fotográficos;
VI – Indicadores atingidos;
VII – Dificuldades encontradas;
VIII – Propostas de aperfeiçoamento;
IX – Anexos comprobatórios.
O relatório será apresentado à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte e poderá subsidiar a prestação de contas dos programas educacionais e a participação do Município em iniciativas de reconhecimento da gestão pública.

22. DISPOSIÇÕES FINAIS
O presente Plano poderá ser atualizado sempre que houver necessidade de adequação às normas federais, estaduais ou municipais, bem como em razão de novas estratégias de comunicação adotadas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
A execução deste Plano dependerá da atuação integrada entre Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, unidades escolares, profissionais da educação, famílias, conselhos e demais parceiros institucionais.
Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, Cultura e Esporte, observadas as normas legais vigentes.

23. VIGÊNCIA
O presente Plano Municipal de Comunicação da Política Municipal de Alfabetização terá vigência de 2026 a 2028, podendo ser revisado a qualquer tempo, mediante justificativa técnica, para aperfeiçoamento de suas ações e estratégias.

Pitanga – Paraná, 25 de agosto de 2026.

SIDINEY HEIDEMANN
Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esporte

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:A0D5D1FD

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 673, DE 25 DE AGOSTO DE 2026

Conceder férias a servidora Geovana Mendes Vaz, matricula nº 50043, no cargo de Fiscal Geral 40 h.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO: O requerimento da servidora.

RESOLVE

Art.1º – Conceder 3**0 (trinta)** dias de **FÉRIAS**, a servidora **GEOVANA MENDES VAZ,** matrícula nº **50043,** no cargo de Fiscal Geral 40 h, referente ao período aquisitivo de 2023/2024 – 20 (vinte) dias e 2024/2025 – 10 (dez) dias, a contar de 24 de agosto de 2026.

Art. 2º – Decorrido o prazo do Artigo 1º, a servidora deverá apresentar-se ao trabalho no dia 23 de setembro de 2026.

Art. 3º – Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 25 de agosto de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito
IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:4CE2B65A

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 674, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

Designa os membros do Comitê Gestor Municipal da Política Municipal de Alfabetização do Município de Pitanga – PR, instituído pelo Decreto Municipal nº 169, de 17 de agosto de 2026, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e,
CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal nº 169, de 17 de agosto de 2026, que institui a Política Municipal de Alfabetização no âmbito do Município de Pitanga – Paraná e cria o Comitê Gestor Municipal da Política Municipal de Alfabetização;

CONSIDERANDO que o art. 10 do Decreto Municipal nº 169/2026 estabelece a composição do Comitê Gestor Municipal, mediante representação dos diversos segmentos envolvidos na implementação da Política Municipal de Alfabetização;
CONSIDERANDO que os membros titulares e suplentes do Comitê Gestor devem ser nomeados mediante Portaria do Chefe do Poder Executivo, após indicação dos respectivos segmentos;

RESOLVE

Art. 1º Designar os membros titulares e suplentes abaixo relacionados para compor o Comitê Gestor Municipal da Política Municipal de Alfabetização, instituído pelo Decreto Municipal nº 169, de 17 de agosto de 2026:
I – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
Titular: Sidiney Heidemann, matrícula nº 207031;
Suplente: Vianei Aparecida do Carmo, matrícula nº 25043;
II – COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA MUNICIPAL
Titular: Franciele Carvalho, matrícula n° 25043;
Suplente: Solange Snak, matrícula nº 50274;
III – DIRETORES ESCOLARES
Titular: Solange Motta Sarabun, matrícula nº 50335;
Suplente: Franciele Prestes da Silva, matrícula nº 50252;
IV – COORDENADORES PEDAGÓGICOS
Titular: Ivonete Iurkiv, matrícula nº 50128;
Suplente: Elma Kovalim de Souza Godinhos, matrícula nº 50402;
V – PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL
Titular: Suzamar Colombelli da Silva, matrícula n° 51004;
Suplente: Iracema Alves de Oliveira, matrícula nº 50272;
VI – PROFESSORES DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL
Titular: Cleide Candido de Freitas, matrícula nº 52986;
Suplente: Maria Izabel Botko, matrícula nº 205371;
VII – CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – CME
Titular: Simone Loch, matrícula nº 50071;
Suplente: Cleverson Alves Oliveira, matrícula nº 51005;
VIII – CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB – CACS/FUNDEB
Titular: Celma Aparecida Miranda, matrícula nº 52990;
Suplente: Leonardo Vaz, matrícula nº 165431;
IX – REPRESENTANTES DAS FAMÍLIAS
Titular: João Adilson Maciel;
Suplente: Vanilza Carla Euzebio;
X – ARTICULADORES ESTADUAL E REGIONAL DO PROGRAMA
Titular: Cleverson Gonçalves
Suplente: Lucia Grande Conrado
Art. 2º O Comitê Gestor Municipal da Política Municipal de Alfabetização constitui órgão colegiado de natureza consultiva, propositiva, articuladora, mobilizadora e de acompanhamento, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, nos termos do art. 8º do Decreto Municipal nº 169/2026.
Art. 3º Compete aos membros do Comitê Gestor Municipal, em conformidade com o art. 11 do Decreto Municipal nº 169/2026:
I – participar das reuniões ordinárias e extraordinárias;
II – estudar, analisar e deliberar sobre matérias submetidas ao Comitê;
III – acompanhar a implementação das ações de alfabetização em seus respectivos segmentos;
IV – apresentar propostas de aperfeiçoamento das políticas públicas de alfabetização;
V – acompanhar indicadores, avaliações externas e diagnósticas;
VI – colaborar na elaboração do Plano de Ação da Política Municipal de Alfabetização;
VII – disseminar, junto às unidades escolares, as deliberações e orientações do Comitê;
VIII – promover a integração entre escolas, Secretaria Municipal de Educação e comunidade escolar;
IX – propor estratégias de intervenção pedagógica e recomposição das aprendizagens;
X – participar das ações de monitoramento, visitas técnicas e acompanhamento das escolas;
XI – sugerir ações de formação continuada;
XII – acompanhar a execução dos programas federais e estaduais relacionados à alfabetização;
XIII – zelar pelo cumprimento das metas pactuadas;
XIV – emitir pareceres e manifestações técnicas quando solicitados;
XV – manter sigilo sobre informações de caráter restrito obtidas no exercício da função; e
XVI – cumprir o Regimento Interno e as deliberações do Comitê.
Art. 4º O Presidente do Comitê Gestor Municipal será escolhido/designado na forma estabelecida para a organização interna do colegiado, competindo-lhe:
I – convocar e presidir as reuniões;
II – representar o Comitê perante os órgãos públicos;
III – organizar a pauta das reuniões;
IV – encaminhar as deliberações;
V – supervisionar a execução das decisões;
VI – solicitar apoio técnico quando necessário; e
VII – exercer voto de qualidade em caso de empate.
Art. 5º O Secretário Executivo do Comitê será definido no âmbito do colegiado e terá as seguintes atribuições:
I – elaborar convocações;
II – organizar a documentação;
III – lavrar atas;
IV – manter arquivo atualizado;
V – elaborar relatórios;
VI – controlar a frequência dos membros; e
VII – prestar apoio administrativo.
Art. 6º O mandato dos membros do Comitê Gestor Municipal será de 02 (dois) anos, permitida a recondução.
Art. 7º A participação dos membros no Comitê Gestor Municipal constitui serviço público relevante e não será remunerada.
Art. 8º A substituição de representantes titulares ou suplentes poderá ser realizada mediante alteração desta Portaria, após indicação do respectivo segmento, independentemente de alteração do Decreto Municipal nº 169/2026.
Art. 9º O funcionamento do Comitê observará integralmente as disposições do Decreto Municipal nº 169/2026, inclusive quanto à realização das reuniões, deliberações, registro em ata e elaboração do Regimento Interno.
Art. 10 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga/PR, em 26 de agosto de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:B5246896

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ADITIVO DE PRAZO DE EXECUÇÃO CONTRATO 322-2025 PITANBASE

TERMO ADITIVO Nº 01
CONTRATO Nº 322/2025

TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO AO CONTRATO Nº 322/2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PITANGA E A EMPRESA PITANBASE LTDA, NA FORMA A SEGUIR:

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE PITANGA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 76.172.907/0001-08, com sede no Centro Administrativo 28 de Janeiro, nº 171, Centro, Pitanga/PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, **Dirceu Moraes**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa **PITANBASE LTDA**, inscrita no CNPJ nº 55.536.538/0001-07, com sede na Rua Caetano Munhoz da Rocha, nº 350, Sala B, Centro, Pitanga/PR, neste ato representada por seu sócio **Ederaldo de Andrade**, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente **Termo Aditivo**, mediante as cláusulas e condições seguintes:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a **prorrogação do prazo de execução** do Contrato nº 322/2025, referente à execução da **Creche do Programa Infância Feliz Paraná**, conforme solicitação e justificativas pela empresa Contratada, parecer da fiscalização e justificativas constantes do Processo Administrativo, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e das disposições contratuais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO

O prazo de execução do Contrato nº 322/2025, originalmente previsto para 270 (duzentos e setenta) dias, (19/07/2026) fica prorrogado por mais **210 (duzentos e dez) dias**, contados a partir do término do prazo originalmente previsto, passando o prazo total de execução para **480 (quatrocentos e oitenta) dias**, com novo término previsto para **14 de fevereiro de 2027**.

Parágrafo único. O prazo de vigência do Contrato nº 322/2025 permanece em **540 (quinhentos e quarenta) dias**, com término previsto para **23 de março de 2027.**

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas e em pleno vigor todas as demais cláusulas e condições do Contrato nº 322/2025 que não conflitarem com o presente Termo Aditivo.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma.

Pitanga/PR, 25 de agosto de 2026.

Originalmente assinado

DIRCEU MORAES
Prefeito de Pitanga PR

EDERALDO DE ANDRADE
Pitanbase LTDA

Publicado por:
Marcio Sokoloski
Código Identificador:A3911E32

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGUEIRAS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 760/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a nomeação de servidora aprovada em concurso público.

O VICE-PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:–

Art. 1º – Fica nomeada, em virtude de aprovação em Concurso Público, a **Srtª. Maria Eduarda Sodre Franco**, portadora do RG/CPF n° ***.089.37*-**, para ocupar o cargo de **Enfermeiro(a)**, Nível 10, do Plano de Cargos, Carreira e Salários deste Município, **a partir desta data**, conforme Memorando 1Doc n° 1.379/2026.

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, em 26 de agosto de 2026.

CARLOS ALEXANDRE SGORLON
Vice- Prefeito em Exercício

Publicado por:
Paulo Sergio Gonçalves
Código Identificador:6FDADA69

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 204/2026

O VICE-PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:–

Art. 1º – Conceder diárias ao servidor **Hugo Danilo Machado da Silva**, ocupante do cargo efetivo de Oficial Administrativo II, no exercício da função de Controlador Interno, para seu deslocamento até a cidade de Foz do Iguaçu/PR, com saída no dia 01/09/2026, e retorno no dia 04/09/2026, com a finalidade de acompanhar a Secretária Municipal de Educação no Seminário de Cooperação Pedagógica com os Municípios, conforme Processo Administrativo 1Doc nº 3.058/2026, de 26/08/2026.

Art. 2º – As diárias serão concedidas nos termos do Art. 14, § 1°, alínea "a", e tabela constante do Anexo I, da Lei Municipal nº 689/2021, de 26 de março de 2021, alterada pela Lei Municipal n° 881/2025, de 05 de dezembro de 2025.

Art. 3º – O valor concedido será de R$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais), correspondente à 3,0 (três) diárias com pernoite, e 1,0 (uma) diária sem pernoite, calculado na forma do disposto no Art. 14 da referida Lei.

Art. 4º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, em 26 de agosto de 2026.

CARLOS ALEXANDRE SGORLON
Vice- Prefeito em Exercício

Publicado por:
Paulo Sergio Gonçalves
Código Identificador:1F109F3B

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 44/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 80/2026

OBJETO: Obedecido o disposto na lei Federal nº 14.133/21, suas atualizações e legislação correlata, fica instaurando Processo Administrativo para eventual aquisição de material de expediente.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

VALOR MÁXIMO: R$ 452.436,06 (quatrocentos e cinquenta e dois mil, quatrocentos e trinta e seis reais e seis centavos).

ABERTURA E RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: dia 14/09/2026, às 09h00min.

INÍCIO DA FASE DE DISPUTA DE PREÇOS: dia 14/09/2026, às 09h30min.

LINK DE ACESSO AO PROCESSO: O Pregão Eletrônico Para Registro de Preços será realizado em sessão pública, via rede mundial de computadores (internet) através do Sistema de Pregão Eletrônico da Bolsa de Licitações e Leilões (BLL) no endereço eletrônico https://bllcompras.com.

CONSULTAS AO EDITAL E INFORMAÇÕES: www.pitangueiras.pr.gov.br ou Avenida Central, nº 408, Pitangueiras-Pr.

ESCLARECIMENTOS: através do telefone (43) 3257-1143, na Avenida Central, 408, na cidade de Pitangueiras – PR, pessoalmente ou via protocolo online, conforme item 3.2. do Edital.

Pitangueiras, 26 de agosto de 2026.

ALINE SARRI GONÇALVES BENETOLLI
Pregoeira

Publicado por:
Heloise Resqueti Almeida
Código Identificador:7F662AC4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO

ADMINISTRATIVO / RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 08 CONCURSO PUBLICO 2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 08/2026

REFERENTE CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2026
O Prefeito do Município de Planalto, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a homologação do Concurso Público objeto do Edital nº 17.001/2026, torna pública a CONVOCAÇÃO dos candidatos relacionados no Anexo I deste Edital, para nomeação e posse, mediante as cláusulas seguintes:

1. O candidato convocado deverá comparecer presencialmente e portando documento de identidade com foto, junto ao Departamento de Recursos Humanos do Município de Planalto no prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, desde que devidamente fundamentado, a contar do primeiro dia útil subsequente à data de publicação deste Edital, a fim de formalizar a Declaração de Aceite ou de Recusa da Vaga (ou requerer a opção de final de lista, se aplicável).
2. No ato do comparecimento, o candidato deverá declarar se aceita a vaga ou, neste mesmo prazo, poderá formalizar pedido de opção por final de lista, oportunidade em que passará a figurar como último candidato aprovado, sendo neste caso convocado o candidato classificado imediatamente posterior.
3. O candidato que deixar de comparecer no prazo fixado neste Edital de convocação será considerado como desistente e substituído, na sequência, pelo imediatamente classificado.
4. A posse será precedida de inspeção médica oficial do Município ou por órgão devidamente indicado pela Administração Pública Municipal. O candidato convocado somente será nomeado se for julgado APTO física e mentalmente para o exercício do cargo.
5. Para a posse no cargo público, o candidato deverá apresentar, no prazo de 10 (dez) dias úteis após o comparecimento perante o órgão de administração de pessoal, que trata o item 1, os seguintes documentos:
a) Cópia da Certidão de Nascimento e/ou da Certidão de Casamento;
b) Prova de quitação com o serviço militar para o candidato do sexo masculino;
c) Cópia do documento de Identificação;
d) Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF;
e) Cópia do Certificado de Conclusão do Curso/escolaridade exigido pelo requisito do cargo;
f) Cópia do Registro no órgão de classe, quando for requisito do cargo;
g) 01 (uma) fotografia 3X4 recente;
h) Declaração de bens e valores que integram seu patrimônio privado, conforme prescrito na Lei nº 8.429/1992;
i) Declaração de que não ocupa outro cargo ou emprego público em qualquer das esferas do governo, bem como não percebe benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do Regime Geral de Previdência Social relativo a emprego público (art. 37, § 10 da CF), salvo se tratar das exceções previstas no art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal, hipótese nas quais deverá ser observada a carga horária semanal, a compatibilidade de horários e a atenção aos limites remuneratórios estipulados pelo inciso XI do art. 37 da CF. Neste caso deverá o candidato declarar o acúmulo de cargos e quanto ganha em cada um sob pena de desclassificação;
j) Firmar declaração, a ser preenchida em formulário próprio, no ato da posse, de não ter sido demitido do serviço público estadual, federal ou municipal, nos últimos 5 (cinco) anos anteriores à sua posse;
k) Cópia da Certidão de Nascimento do(s) filho(s), menores de 14 (quatorze) anos;
l) Certidão Negativa Criminal expedida pela Polícia Judiciária (Civil e Federal) e pelo Poder Judiciário (Estadual e Federal) da Comarca e Região onde reside ou residiu nos últimos 05 (cinco) anos;
m) Cópia do comprovante de residência;
n) Número do PIS/PASEP;
o) Título de Eleitor com a Certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Regional Eleitoral ou através do endereço eletrônico;
p) Certidão de Casamento com averbação de óbito se viúvo; e se divorciado com averbação de divórcio;
6. A falta de comprovação de quaisquer dos requisitos para a investidura até a data da posse tornará sem efeito o respectivo ato de nomeação do candidato, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.
7. Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Planalto/PR, 26 de Agosto de 2026.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito

ANEXO I

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE POSSE N.º 08/2026
CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2026
RELAÇÃO DE CANDIDATOS

PARA O CARGO DE FONOAUDIÓLOGO

N. INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
0005436	JANETE FRITZEN FINKEN	4º

PARA O CARGO DE PSICÓLOGO

N. INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
0006816	CESAR SANT ANA XOTTA	1º

Publicado por:
Sandra Andrea Budel
Código Identificador:9DD5DEC9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

CAMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANA
CAMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANA EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 026/2026

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Pontal do Paraná
Cnpj: 01.636.881/0001-02.

CONTRATADA: UNIÃO DE CÂMARAS, VEREADORES E GESTORES PUBLICOS DO PARANÁ.
Cnpj: 81.398.232/0001-41

OBJETO: "Contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços técnicos de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, compreendendo a inscrição e participação de 01 (uma) Vereadora, mediante solicitação expressa da própria, no curso presencial intitulado "Inteligência Artificial Aplicada À Fiscalização e o Exercício dos Controles Interno e Externo." O evento possui carga horária total de 13 (Treze) horas técnicas pedagógicas e será realizado entre os dias 26 a 28 de agosto de 2026, no município de Curitiba/PR (nas dependências do Hotel Del Rey), sob a coordenação técnica e pedagógica do Instituto de Desenvolvimento Técnico-administrativo (UVEPAR)."

VALOR :R$ 2.390,00 (dois mil, trezentos e noventa reais)

Dotação; 01001010310001200133900390000 1001
Reduzido: 16 Outros serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas

Pontal do Paraná, em25 de agosto de 2026.

ELINETE GUIMARÃES ROCHA
Presidente

Publicado por:
Marcela Mendes
Código Identificador:A7C21CC2

CAMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANA
CAMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANA EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 012/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2025

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Pontal do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 01.636.881/0001-02, com sede na Avenida Beira Mar, S/N, Balneário Pontal do Sul, Pontal do Paraná - PR, CEP 83255-000, neste ato representada por sua Presidente, Senhora Elinete Guimarães Rocha, CPF nº XXX.614.XXX-15. (Protegido pela Lei LGPD)

CONTRATADA: **SEGUROS SURA S.A**., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.065.699/0001 27, com sede na Av. Padre Antônio José dos Santos, nº 1530, Cidade Monções, São Paulo/SP, neste ato representada pela **Sra.** Ana Paula Araújo Santana, brasileira, casada, securitária, portadora do RG nº 5xxx6087X, SSP/SP, inscrita no CPF nº 405.xxx168-xx, (***Lei***Geral de Proteção de Dados -***LGPD***).

O OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência e o reajuste do valor contratual do Contrato Original nº 012/2025-CMPPR, cujo objeto consiste na prestação de serviços de seguro veicular total (cobertura compreensiva), abrangendo proteção contra colisão, incêndio, roubo, furto, danos a terceiros (RCF-V), danos a vidros, faróis, lanternas e retrovisores, bem como assistência 24 horas, sem limite de quilometragem para guincho e carro reserva, para os 03 (três) veículos oficiais da frota da Câmara Municipal de Pontal do Paraná/PR.

DOS VALORES: 2.584,61 (dois mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e sessenta e um centavos).

AMPARO LEGAL: LEI FEDERAJ Nº 14.133/21 E POSTERIORES ALTERAÇÕES**.**

DATA: 26/08/2026

AUTORIZOo aditamento contratual. Reiteramos a formalização do Termo Aditivo e promover as publicações necessárias para que o ato possa produzir todos os efeitos legais.

ELINETE GUIMARÃES ROCHA
Vereadora- Presidente

Publicado por:
Marcela Mendes
Código Identificador:6827944E

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ EXTRATO DE RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 405/2026 INEXIGIBILIDADE Nº. 301/2026

Eu, Prefeito Municipal de Pontal do Paraná, no uso de minhas atribuições legais, ratifico e homologo a inexigibilidade nº 301/2026, que tem por objeto: **:** Credenciamento de **Microempreendedores Individuais (MEI)** especializados no fornecimento e preparo de alimentos para prestação de serviços de coffee break, incluindo o fornecimento de gêneros alimentícios, bebidas, utensílios descartáveis e demais itens necessários à execução do serviço, destinados ao atendimento de eventos promovidos pelas Secretarias Municipais de Pontal do Paraná, tais como seminários, conferências, reuniões técnicas, capacitações, workshops, inaugurações e demais atividades institucionais da Administração Pública Municipal. Contratada 33.356.019 JOSE ADEMAR KOWALSKI inscrita no CNPJ n.º 33.356.019/0001-24 Data da ratificação e homologação**:** 21 de agosto de 2026. Valor homologado: **R$ 45.930,00 (quarenta e oito mil, novecentos e trinta reais).**
Dotação orçamentária:
06003082460009201633903900000 FONTE 1000
02001041220002200233903900000 FONTE1000
12001103010053212933903900000 FONTE 510
10001123610061204133903900000 FONTE 104
03001041220003200733903900000 FONTE 1000

Pontal do Paraná,26 de agosto de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Carolina Leitoles de Mello
Código Identificador:C0486FBC

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ EXTRATO DE RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 407/2026 INEXIGIBILIDADE Nº. 303/2026

Eu, Prefeito Municipal de Pontal do Paraná, no uso de minhas atribuições legais, ratifico e homologo a inexigibilidade nº 303/2026, que tem por objeto: **:** Credenciamento de **Microempreendedores Individuais (MEI)** especializados no fornecimento e preparo de alimentos para prestação de serviços de coffee break, incluindo o fornecimento de gêneros alimentícios, bebidas, utensílios descartáveis e demais itens necessários à execução do serviço, destinados ao atendimento de eventos promovidos pelas Secretarias Municipais de Pontal do Paraná, tais como seminários, conferências, reuniões técnicas, capacitações, workshops, inaugurações e demais atividades institucionais da Administração Pública Municipal. Contratada 67.691.641 ANDREIA IVANIKI inscrita no CNPJ n.º 67.691.641/0001-00Data da ratificação e homologação**:** 21 de agosto de 2026. Valor homologado: **R$ 45.930,00 (quarenta e oito mil, novecentos e trinta reais).**
Dotação orçamentária:
06003082460009201633903900000 FONTE 1000
02001041220002200233903900000 FONTE1000
12001103010053212933903900000 FONTE 510
10001123610061204133903900000 FONTE 104
03001041220003200733903900000 FONTE 1000

Pontal do Paraná,26 de agosto de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Carolina Leitoles de Mello
Código Identificador:331BF10D

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ EXTRATO DE RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 408/2026 INEXIGIBILIDADE Nº. 304/2026

Eu, Prefeito Municipal de Pontal do Paraná, no uso de minhas atribuições legais, ratifico e homologo a inexigibilidade nº 304/2026, que tem por objeto: **:** Credenciamento de **Microempreendedores Individuais (MEI)** especializados no fornecimento e preparo de alimentos para prestação de serviços de coffee break, incluindo o fornecimento de gêneros alimentícios, bebidas, utensílios descartáveis e demais itens necessários à execução do serviço, destinados ao atendimento de eventos promovidos pelas Secretarias Municipais de Pontal do Paraná, tais como seminários, conferências, reuniões técnicas, capacitações, workshops, inaugurações e demais atividades institucionais da Administração Pública Municipal. Contratada CASSIANA FROHLICH CANZONE SIKORSKI inscrita no CNPJ n.º 57.803.864/0001-69 Data da ratificação e homologação**:** 21 de agosto de 2026. Valor homologado: **R$ 45.930,00 (quarenta e oito mil, novecentos e trinta reais).**
Dotação orçamentária:
06003082460009201633903900000 FONTE 1000
02001041220002200233903900000 FONTE1000
12001103010053212933903900000 FONTE 510
10001123610061204133903900000 FONTE 104
03001041220003200733903900000 FONTE 1000

Pontal do Paraná,26 de agosto de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Carolina Leitoles de Mello
Código Identificador:1B14E38B

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ EXTRATO DE RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 416/2026 INEXIGIBILIDADE Nº. 310/2026

MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ
Extrato de ratificação/homologação
Processo Licitatório nº 416/2026
Inexigibilidade Nº. 310/2026
Eu, Prefeito Municipal de Pontal do Paraná, no uso de minhas atribuições legais, ratifico e homologo a inexigibilidade nº 310/2026, que tem por Objeto: Prestação de Serviços com fornecimento de material na execução de Projeto de Eficiência Energética seguindo determinações dos Editais de Concessionárias de Energia Elétrica - Chamada Pública nº 010/2025 da Copel Distribuição S/A TCT Copel 2026 PONTAL III. Empresa Contratada: PYRALIS ILUMINACAO E TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ n.º 22.119.698/0001-00. Data da ratificação e homologação**:** 26 de agosto de 2026. Valor homologado: **R$ 3.516.134,41 (três milhões, quinhentos e dezesseis mil e cento e trinta e quatro reais e quarenta e um centavos).** Dotação orçamentária: 11.001.15.452.0029.2.050.3.3.90.39.00.00 - CR 492 - FR 373. Pontal do Paraná, 26 de agosto de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renato Koeke Tramujas
Código Identificador:4C71F7A7

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ EXTRATO DE RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 417/2026 INEXIGIBILIDADE Nº. 311/2026

Eu, Prefeito Municipal de Pontal do Paraná, no uso de minhas atribuições legais, ratifico e homologo a inexigibilidade nº 309/2026, que tem por credenciamento de profissionais habilitados para a execução de oficinas, a serem desenvolvidas nos espaços públicos de ensino Escolas e CMEIS do Município de Pontal do Paraná, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Educação. Empresa Contratada 60.525.560 ELIZANGELA ANUNCIADA DE LIMA SANTOS inscrita no CNPJ n.º 60.525.560. Data da ratificação e homologação**:** 26 de agosto de 2026. Valor homologado: **R$ 28.042,00 (vinte e oito mil e quarenta e dois reais).** Dotação orçamentária: 10.002.12.365.0062.2.042.3.3.90.39.00.00-
CR 415 - FR 103.

Pontal do Paraná,26 de agosto de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Carolina Leitoles de Mello
Código Identificador:B5B91EFF

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ EXTRATO DE RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 418/2026 INEXIGIBILIDADE Nº. 312/2026

Eu, Prefeito Municipal de Pontal do Paraná, no uso de minhas atribuições legais, ratifico e homologo a inexigibilidade nº 312/2026, que tem por credenciamento de profissionais habilitados para a execução de oficinas, a serem desenvolvidas nos espaços públicos de ensino Escolas e CMEIS do Município de Pontal do Paraná, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Educação. Empresa Contratada 58.468.464 MOLINARY DA VEIGA MIRANDA inscrita no CNPJ n.º 58.468.464/0001-07. Data da ratificação e homologação**:** 26 de agosto de 2026. Valor homologado: **R$ 28.042,00 (vinte e oito mil e quarenta e dois reais).** Dotação orçamentária: 10.002.12.365.0062.2.042.3.3.90.39.00.00-CR 415 - FR 103.

Pontal do Paraná,26 de agosto de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Carolina Leitoles de Mello
Código Identificador:B29277D0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DECRETO N° 13638/2026 DE 25/08/2026

MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 13638/2026 de 25/08/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2781/2025 de 18/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$0,00 (zero), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.
Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Anulação de dotações;

Redução			
02		PODER EXECUTIVO	
02.001		GABINETE DO PODER EXECUTIVO	
02.001.04.128.0002.2.004		GERENCIAMENTO DAS ACOES DE RECURSOS HUMANOS	
34 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	30.000,00
02.001.04.131.0002.2.005		GERENCIAMENTO DAS ACOES DA COMUNICACAO SOCIAL	
41 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
03		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO, INOVACAO E TECNOLOGIA	
03.001		DIRETORIA GERAL	
03.001.04.122.0003.2.007		GESTAO DA ADMINISTRACAO MUNICIPAL	
53 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	100.000,00
06		SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMILIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
06.003		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
06.003.08.246.0009.2.016		GESTAO DE POLITICAS PUBLICAS DE PROTECAO SOCIAL	
166 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	25.000,00
09		SECRETARIA MUN DE MEIO AMBIENTE AGRICULTURA E PESCA	
09.001		DIRETORIA GERAL	
09.001.18.541.0020.2.034		GERENCIAMENTO AMBIENTAL	
305 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	40.000,00
09.001.18.541.0020.2.124		ITAIPU BINACIONAL - PROGRAMA ITAIPU MAIS QUE ENERGIA - EQUIPAMENTOS E SERVICOS	
307 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	19.000,00
09.003		DEPART DE PESCA E AGRICULTURA	
09.003.20.334.0024.1.079		AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS AGRICOLAS	
348 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	31.000,00
14		SECRETARIA MUN DE PLANEJAMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA	
14.001		DIRETORIA GERAL	
14.001.15.451.0034.2.063		GERENCIAMENTO DOS PROJETOS DE PLANEJAMENTO URBANO	
734 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	22.500,00
15		SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITACAO E ASSUNTOS FUNDIARIOS	
15.001		DIRETORIA GERAL	
15.001.16.122.0035.2.099		GESTAO ADMINISTRATIVA, ORCAMENTARIA, FINANCEIRA E TECNICA	
Redução			
748 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	22.500,00
		Total Redução:	300.000,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, Estado do PR, em 25 de Agosto de 2026.

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:8DAE3197

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 13639/2026 DE 26/08/2026

MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 13639/2026 de 26/08/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2781/2025 de 18/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$2.000.000,00 (dois milhões de reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
10		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
10.002		DEPARTAMENTO DE ENSINO INFANTIL	
10.002.12.365.0062.2.042		MANUTENCAO DOS CENTROS DE EDUCACAO INFANTIL - CMEI'S	
404 - 3.1.90.11.00.00	103	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	600.000,00
404 - 3.1.90.11.00.00	104	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	250.000,00
410 - 3.3.90.30.00.00	103	MATERIAL DE CONSUMO	80.000,00
415 - 3.3.90.39.00.00	103	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	120.000,00
417 - 3.3.90.46.00.00	103	AUXILIO-ALIMENTACAO	200.000,00
10.003		DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL	
10.003.12.361.0063.2.045		MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
447 - 3.1.90.11.00.00	104	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	450.000,00
455 - 3.3.90.30.00.00	104	MATERIAL DE CONSUMO	100.000,00
461 - 3.3.90.39.00.00	104	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	100.000,00
463 - 3.3.90.46.00.00	104	AUXILIO-ALIMENTACAO	100.000,00
Total Suplementação:			2.000.000,00

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Excesso de arrecadação;

Receita	
Receita: 1.1.1.2.50.0.1 IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL	1.000.000,00
Receita: 1.7.1.1.51.1.1 COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS -	1.000.000,00
Total da Receita:	2.000.000,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, Estado do PR, em 26 de Agosto de 2026.

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:543C0342

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 13640/2026 DE 26/08/2026

MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026

Decreto n° 13640/2026 de 26/08/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2781/2025 de 18/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$500.000,00 (quinhentos mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
10		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
10.002		DEPARTAMENTO DE ENSINO INFANTIL	
10.002.12.306.0039.2.043		MERENDA ESCOLAR - CMEI'S	
393 - 3.3.90.32.00.00	1000	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA	150.000,00
10.003		DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL	
10.003.12.306.0042.2.046		MERENDA ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL	
421 - 3.3.90.32.00.00	1000	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA	150.000,00
10.003.12.361.0044.2.150		MANUTENCAO DO EJA	
431 - 3.3.90.18.00.00	1000	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	200.000,00
		Total Suplementação:	500.000,00

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Excesso de arrecadação;

Receita	
Receita: 1.1.1.2.50.0.1 IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL	500.000,00
Total da Receita:	500.000,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, Estado do PR, em 26 de Agosto de 2026.

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:794FC051

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORECATU

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N°92/2026

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU
EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO n° 92/2026
Procedimento Licitatório: 63/2026
Pregão Eletrônico: 22/2026

Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES ZERO QUILÔMETRO, destinados à Secretaria Municipal de Saúde de Porecatu/PR, conforme especificações técnicas detalhadas no Termo de Referência (Anexo I), distribuídos da seguinte forma: nas condições estabelecidas no Termo de Referência e na Proposta de Preços.

Contratada: MATRIX X COMERCIAL LTDA.
CNPJ: 63.014.631/0001-80

Valor: **R$ 519.398,00 (quinhentos e dezenove mil, e trezentos e noventa e oito reais)**.
Dotação Orçamentária: 4.4.90.52.52 – 1938

Data de Assinatura: 26/08/2026
Vigência: 12 meses

Publicado por:
Adrian Fablicio Goncalves
Código Identificador:AAF46863

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 420, DE 25 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 420, DE 25 DE AGOSTO DE 2026.

"Dispõe sobre a designação temporária de Agente de Contratação na Fase Interna e Instrução Processual, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Município de Porecatu/PR e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORECATU, **ESTADO DOPARANÁ**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 43, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal; e
CONSIDERANDO a observância ao disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como, o princípio de segregação de funções;

CONSIDERANDO a publicação do Decreto Municipal nº 009/2024, de 30 de janeiro de 2024, que dispõe sobre a atuação dos agentes públicos das contratações na Nova Lei de Licitações – NLL;

RESOLVE:
Art. 1º. Designar o servidor EDUARDO DIAS NORONHA – matrícula n° 1662-7 para atuar de forma temporária como Agente de Contratação na fase interna das licitações e dos processos de contratação direta, no período de afastamento da atual agente FRANCIELE REGINA DE OLIVEIRA – matrícula n° 1666-0, que se iniciou em 21 de agosto de 2026.
Art. 2º. O agente público que atuar na elaboração dos estudos técnicos preliminares das contratações fará jus à gratificação descrita no art. 4º da Lei 1.989/2024.
Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Os efeitos financeiros retroagirão a 21 de agosto de 2026. Revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORECATU, Estado do Paraná, aos vinte e cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis (25/08/2026).

AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Márcia de Fátima Lima Andrade Ribeiro
Código Identificador:1EC0E99A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS
EDITAL - AVISO DE DISPENSA ELETRÔNCIA N.º 03/2026

EDITAL AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 3/2026

A Câmara Municipal de Porto Amazonas, com sede na Rua Guilherme Schiffer, 75, Centro, Porto Amazonas, a partir da abertura do Processo Administrativo nº 14, de 21 de agosto de 2026, nos termos do Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e subsidiariamente do Decreto Municipal nº 61, de 23 de março de 2023 (Diário Oficial Edição 2841), torna pública a contratação direta, no formato de dispensa eletrônica, para elaboração de projeto técnico para adaptar o prédio da Câmara Municipal às regras de acessibilidade. O critério de julgamento será o menor preço global, considerando o valor inicialmente apurado em R$ 4.000,00 (quatro mil reais). Durante o período compreendido entre 8h (oito horas) do dia 31 de agosto de 2026 e 17h (dezessete horas) do dia 2 de setembro de 2026, serão recepcionados os protocolos físicos, e durante o período das 8h do dia 31 de agosto 2026 até 7h59'59" do dia 3 de setembro de 2026, serão recepcionadas propostas eletrônicas feitas a partir do web site institucional <https://www.cmportoamazonas.pr.gov.br/>, caminho no menu principal (canto superior da página, lado direito): Atendimento – Protocolo Online – Tipo de Protocolo "Correspondências".

Porto Amazonas (PR), 26 de agosto de 2026.

JOÃO EDUARDO CORDEIRO
Presidente

SOLANGE APARECIDA DE OLIVEIRA GONÇALVES
Agente de Contratação

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:79D01AFF

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA N°017/2026

AVISO DE EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO N°017/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 26.416.880-5/2026

EXCLUSIVA PARA MEI, ME E EPP

MENOR VALOR POR LOTE

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de buffet, que inclui café da manhã, almoço e café da tarde para a realização do "X Encontro das Secretarias Municipais de Educação", a ser realizado pelo Departamento Municipal de Educação e Cultura.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 08:00 horas do dia 02 de setembro de 2026.

ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: das 09:00 horas até às 15:00 horas do dia 02 de setembro de 2026.

VALOR GLOBAL MÁXIMO: R$ 13.010,20 (treze mil, dez reais e vinte centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

ORGÃO – 05 – Departamento de Educação e Cultura
UNIDADE – 05.001 – Departamento de Educação e Cultura
PROJETO/ATIVIDADE – 12.361.0007.2007 – Manutenção do Ensino Fundamental
NATUREZA DE DESPESA – 3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Reduzido		Programática	Fonte	Desdobramento	Descrição
00700		05.001.12.361.0007.2007	00104	3.3.90.39.41.00	FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: Conforme item 7 do edital.

OBSERVAÇÃO: A Proposta Ajustada deverá ser anexada na Plataforma BLL.

Pasta Técnica com inteiro teor da Dispensa poderá ser examinada através dos sites http://bllcompras.org.br/ e www.portoamazonas.pr.gov.br.

Informações através do telefone (42) 2018-1122 ou e-mail licitacao@portoamazonas.pr.gov.br

Porto Amazonas, 26 de agosto de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:BBAD5379

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO PE 023/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO - PROCESSO Nº1177/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº023/2026 - SRP

EXCLUSIVA PARA ME E EPP

TIPO: MENOR VALOR POR ITEM

OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa especializada para a prestação contínua de serviços de coleta, transporte externo, tratamento (autoclavagem, incineração ou outro método ambientalmente adequado, conforme a classificação dos resíduos) e destinação final ambientalmente adequada dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) gerados pelas unidades públicas de saúde do Município, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 09:00 horas do dia 14 de setembro de 2026.

ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 10:00 horas do dia 14 de setembro de 2026.

VALOR GLOBAL MÁXIMO: R$ 64.574,88 (Sessenta e quatro mil e quinhentos e setenta e quatro reais e oitenta e oito centavos).
Pasta Técnica com inteiro teor do Edital e seus respectivos anexos poderão ser examinados no endereço acima indicado em horário de expediente ou através do site http://bllcompras.org.br/ e www.portoamazonas.pr.gov.br.
Informações através do e-mail licitacao@portoamazonas.pr.gov.br

Porto Amazonas, 26 de agosto de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:6F95B6C3

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE INEXIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 06/2026 - APAE

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 06/2026
PARTES: Município de Porto Amazonas e APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Amazonas.
OBJETO: O presente procedimento tem por objeto a formalização de parceria entre o Município de Porto Amazonas e a APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Amazonas, visando à destinação de equipamentos e eletrodomésticos provenientes da adesão ao Programa Fortalece Paraná, instituído pela Lei Estadual nº 22.155/2024 e regulamentada pelo Decreto nº 9773/2025, do Governo do Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família – SEDEF, nos termos da Resolução nº 630/2025 – SEDEF. A destinação dos bens tem por finalidade o fortalecimento institucional da entidade, mediante sua utilização nas atividades desenvolvidas pela APAE no atendimento às pessoas com deficiência intelectual e múltipla, contribuindo para a melhoria das condições estruturais e operacionais necessárias à execução de suas atividades de interesse público.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 31, *caput* e inciso I, c/c o art. 32, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e Decreto Municipal nº 030, de 27 de setembro de 2017, observadas as disposições da Resolução nº 630/2025 – SEDEF e demais normas aplicáveis.
JUSTIFICATIVA:
O Município de Porto Amazonas foi contemplado pelo Programa Fortalece Paraná, instituído pelo Governo do Estado do Paraná e regulamentado, no âmbito da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família – SEDEF, pela Resolução nº 630/2025.O Programa tem por finalidade fortalecer instituições sem fins lucrativos que desenvolvem ações voltadas à garantia de direitos e ao desenvolvimento social, mediante a entrega de bens de consumo e equipamentos destinados ao aprimoramento das atividades desenvolvidas pelas entidades beneficiárias. A Resolução nº 630/2025 estabelece, ainda, que compete ao Município contemplado selecionar e indicar as instituições a serem beneficiadas, observados os critérios e finalidades estabelecidos pelo Programa. No âmbito do Município de Porto Amazonas, foram indicadas instituições da sociedade civil que desenvolvem atividades de relevante interesse público e que possuem finalidade institucional compatível com os objetivos do Programa Fortalece Paraná. Entre as entidades indicadas encontra-se a **APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Amazonas**, organização da sociedade civil sem fins lucrativos, com atuação consolidada no Município e reconhecida atuação no atendimento às pessoas com deficiência intelectual e múltipla. A APAE desenvolve atividades voltadas à promoção e defesa dos direitos das pessoas com deficiência, incluindo ações nas áreas de assistência social, educação, habilitação e reabilitação, inclusão social, fortalecimento da autonomia e apoio às famílias. A entidade possui estrutura, experiência e capacidade operacional compatíveis com a utilização dos equipamentos objeto da presente parceria, sendo sua atuação diretamente relacionada à finalidade pública que fundamenta a destinação dos bens. A destinação dos equipamentos à APAE contribuirá para o fortalecimento de sua estrutura institucional e para a melhoria das condições materiais necessárias à execução das atividades desenvolvidas em benefício das pessoas atendidas. Registra-se, ainda, que o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, por meio da Ata nº 297, manifestou-se favoravelmente quanto à destinação dos equipamentos às instituições indicadas no Município, constituindo elemento integrante da instrução do processo administrativo. Nesse contexto, considerando a origem específica dos bens, sua vinculação ao Programa Fortalece Paraná, a finalidade previamente estabelecida para sua utilização, a seleção da entidade no âmbito municipal e a compatibilidade entre as atividades desenvolvidas pela APAE e a finalidade dos equipamentos, entende-se caracterizada a situação de inviabilidade de competição que fundamenta a inexigibilidade de chamamento público, desde que atendidos os demais requisitos legais e regulamentares. A Lei Federal nº 13.019/2014 estabelece que o chamamento público é inexigível quando houver inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil em razão da natureza singular do objeto ou quando as metas somente puderem ser atingidas por entidade específica, prevista no art. 31. A ausência de chamamento deve ser devidamente justificada pelo administrador público e publicada na forma do art. 32 da mesma Lei. Dessa forma, considerando as características específicas da destinação, a finalidade pública envolvida, a origem dos equipamentos e a atuação da APAE no atendimento especializado às pessoas com deficiência intelectual e múltipla, mostra-se cabível a formalização da parceria mediante inexigibilidade de chamamento público, observadas as demais exigências legais, regulamentares e administrativas aplicáveis. A parceria será formalizada inicialmente mediante **Acordo de Cooperação**, ficando a eventual transferência definitiva da propriedade dos bens condicionada à formalização posterior de instrumento próprio de **Termo de Doação de Bens Móveis**, após o cumprimento das exigências legais, patrimoniais e administrativas pertinentes.
VALOR: Sem ônus financeiro para o Município e para a entidade beneficiária, por se tratar de destinação gratuita de bens móveis provenientes do Programa Fortalece Paraná, recebidos pelo município através de Temo de Adesão firmado com a SEDEF.
BENS MÓVEIS:
a) 01 fogão industrial de 04 bocas;
b) 01 freezer horizontal de 01 porta;
c) 01 geladeira de 02 portas;
d) 01 liquidificador industrial de 08 litros;
e) 01 lavadora de roupas de 17 kg;

f) 01 caixa de som.
VIGÊNCIA: O instrumento de parceria terá vigência a partir da data de sua assinatura, pelo período necessário à execução do objeto, observadas as condições estabelecidas no respectivo Acordo de Cooperação.
PROCESSO ADMINISTRATIVO: Processo nº 729/2026.
LOCAL E DATA: Porto Amazonas, 26 de agosto de 2026.

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:D12AA11E

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 07/2026 - AMAS

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 07/2026
PARTES: Município de Porto Amazonas e AMAS – Associação Menonita de Assistência Social.
OBJETO: O presente procedimento tem por objeto a formalização de parceria entre o Município de Porto Amazonas e a AMAS – Associação Menonita de Assistência Social, visando à destinação de equipamentos e eletrodomésticos provenientes da adesão ao Programa Fortalece Paraná, instituído pela Lei Estadual nº 22.155/2024 e regulamentada pelo Decreto nº 9773/2025, do Governo do Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família – SEDEF, nos termos da Resolução nº 630/2025 – SEDEF. A destinação dos bens tem por finalidade o fortalecimento institucional da entidade, mediante sua utilização nas atividades socioassistenciais, educacionais e de convivência desenvolvidas pela AMAS, contribuindo para a melhoria das condições estruturais e operacionais destinadas ao atendimento de crianças, adolescentes e suas famílias.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 31, *caput* e inciso I, c/c o art. 32, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e Decreto Municipal nº 030, de 27 de setembro de 2017, observadas as disposições da Resolução nº 630/2025 – SEDEF e demais normas aplicáveis.
JUSTIFICATIVA:
O Município de Porto Amazonas foi contemplado pelo Programa Fortalece Paraná, instituído pelo Governo do Estado do Paraná e regulamentado, no âmbito da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família – SEDEF, pela Resolução nº 630/2025. O Programa tem por finalidade fortalecer instituições sem fins lucrativos que desenvolvem ações voltadas à garantia de direitos e ao desenvolvimento social, mediante a entrega de bens de consumo e equipamentos destinados ao aprimoramento das atividades desenvolvidas pelas entidades beneficiárias. A Resolução n.º 630/2025 estabelece, ainda, que compete ao Município contemplado selecionar e indicar as instituições beneficiárias, observados os critérios e finalidades estabelecidos pelo Programa. No âmbito do Município de Porto Amazonas, foram indicadas instituições da sociedade civil que desenvolvem atividades de relevante interesse público e que possuem finalidade institucional compatível com os objetivos do Programa Fortalece Paraná. Entre as entidades indicadas encontra-se a **AMAS – Associação Menonita de Assistência Social**, organização da sociedade civil sem fins lucrativos, com atuação consolidada no Município e desenvolvimento de atividades de interesse social voltadas especialmente ao atendimento de crianças, adolescentes e suas famílias. A entidade desenvolve atividades socioassistenciais, educacionais e de convivência e fortalecimento de vínculos, contribuindo para a proteção social, o desenvolvimento e a garantia de direitos do público atendido. A AMAS dispõe de estrutura e capacidade operacional compatíveis com a utilização dos equipamentos objeto da presente parceria, havendo relação direta entre a destinação dos bens e as atividades desenvolvidas pela entidade. A disponibilização dos equipamentos contribuirá para o fortalecimento da estrutura institucional da AMAS, proporcionando melhores condições materiais para a execução das atividades e serviços desenvolvidos em benefício das crianças, adolescentes e famílias atendidas.
Registra-se, ainda, que o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, por meio da Ata nº 297, manifestou-se favoravelmente quanto à destinação dos equipamentos às instituições indicadas no Município, constituindo elemento integrante da instrução do processo administrativo. Considerando a origem específica dos equipamentos, sua vinculação ao Programa Fortalece Paraná, a finalidade previamente estabelecida para sua utilização, a seleção da entidade no âmbito municipal e a compatibilidade entre as atividades desenvolvidas pela AMAS e a finalidade dos bens, entende-se caracterizada a situação de inviabilidade de competição que fundamenta a inexigibilidade de chamamento público, desde que atendidos os demais requisitos legais e regulamentares. A Lei Federal nº 13.019/2014 estabelece a inexigibilidade do chamamento público quando caracterizada a inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto ou quando as metas somente puderem ser atingidas por entidade específica, prevista no do art. 31. O art. 32 determina que a ausência de chamamento seja devidamente justificada pelo administrador público e que o respectivo extrato seja publicado na forma legal. Dessa forma, considerando as características específicas da destinação, a finalidade pública envolvida, a origem dos equipamentos e a atuação da AMAS na execução de atividades de interesse social, mostra-se cabível a formalização da parceria mediante inexigibilidade de chamamento público, observadas as demais exigências legais, regulamentares e administrativas aplicáveis. A parceria será formalizada inicialmente mediante **Acordo de Cooperação**, ficando a eventual transferência definitiva da propriedade dos bens condicionada à formalização posterior de instrumento próprio de **Termo de Doação de Bens Móveis**, após o cumprimento das exigências legais, patrimoniais e administrativas pertinentes.
VALOR: Sem ônus financeiro para o Município e para a entidade beneficiária, por se tratar de destinação gratuita de bens móveis provenientes do Programa Fortalece Paraná, recebidos pelo município através de Termo de Adesão firmado com a SEDEF.
BENS MÓVEIS:
a) 01 fogão industrial de 04 bocas;
b) 01 freezer horizontal de 01 porta;
c) 01 geladeira de 02 portas;
d) 01 liquidificador industrial de 08 litros;
e) 01 lavadora de roupas de 17 kg;
f) 01 caixa de som.
VIGÊNCIA: O instrumento de parceria terá vigência a partir da data de sua assinatura, pelo período necessário à execução do objeto, observadas as condições estabelecidas no respectivo Acordo de Cooperação.
PROCESSO ADMINISTRATIVO: Processo nº 955/2026.
LOCAL E DATA: Porto Amazonas, 26 de agosto de 2026.

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:21B372D4

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
LEI N.º 1371/2026

LEI Nº 1.371
DE 26 DE AGOSTO DE 2026

Institui o auxílio-alimentação aos Diretores de Departamento do Poder Executivo Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º Fica instituído o auxílio-alimentação aos Diretores de Departamento, ocupantes de cargos de provimento em comissão equiparados a Secretários Municipais no âmbito do Poder Executivo Municipal.
Parágrafo único. Os valores do vale-alimentação, pelo princípio da moralidade administração, serão os mesmos pagos aos empregados públicos do município.

Art. 2º O benefício concedido por esta Lei possui natureza estritamente indenizatória e ressarcitória, destinando-se exclusivamente a recompor as despesas com alimentação realizadas pelo agente público no efetivo desempenho de suas atribuições institucionais.
Parágrafo único. O auxílio-alimentação de que trata este artigo não possui caráter salarial, não se incorpora ao subsídio ou remuneração do agente para qualquer efeito jurídico ou previdenciário, e não integra a base de cálculo do décimo terceiro salário, das férias ou de qualquer outra vantagem remuneratória.

CAPÍTULO II
DAS REGRAS DE CONTROLE, PROPORCIONALIDADE E VEDAÇÕES

Art. 3º O pagamento do auxílio-alimentação será proporcional aos dias de efetivo exercício da atividade administrativa pelo Diretor de Departamento, competindo ao Departamento Municipal de Administração o registro e a apuração mensal da efetividade.

Art. 4º Fica vedada a concessão ou o pagamento do benefício instituído por esta Lei nas seguintes hipóteses:
I - nos dias de afastamento do cargo, licenças de qualquer natureza, suspensões ou períodos de gozo de férias regulares pelo agente público;
II - nos dias em que o diretor de departamento receber diárias destinadas a cobrir despesas de viagem, de forma a evitar a dupla indenização pelo mesmo fato gerador.
Parágrafo único. O desconto será proporcional ao valor do auxílio alimentação corresponde a um (dia), a cada diária paga.

Art. 5º O pagamento do auxílio-alimentação dar-se-á em pecúnia por meio de depósito em conta bancária específica destinada ao recebimento da remuneração, preservando-se sua natureza puramente indenizatória em âmbito constitucional-administrativo.

CAPÍTULO III
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS, FONTE DE CUSTEIO E VIGÊNCIA

Art. 6º O valor mensal fixado para o auxílio-alimentação corresponderá àquele estabelecido para os servidores públicos do Poder Executivo municipal, mantida a correlação e razoabilidade de valores fixados no âmbito da administração direta.

Art. 7º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias constantes do orçamento vigente, ficando o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos adicionais suplementares necessários para a cobertura dos gastos fiscais gerados.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

Edifício da Prefeitura Municipal de Porto Amazonas, Estado do Paraná, em 26 de agosto de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito de Porto Amazonas

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:6BD76F60

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
LEI N.º 1372/2026

LEI Nº 1.372
DE 26 DE AGOSTO DE 2026

Autoriza o Município de Porto Amazonas a aprovar a alteração da natureza jurídica do Consórcio Intermunicipal SAMU Campos Gerais (CIMSAMU), de direito privado para direito público, nos termos da Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Município de Porto Amazonas autorizado a aprovar a alteração do contrato de consórcio público do Consórcio Intermunicipal SAMU Campos Gerais (CIMSAMU), com o objetivo de transformar sua personalidade jurídica de direito privado para personalidade jurídica de direito público, nos termos do disposto no Art. 6º, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005, combinado com o seu Art. 12-A, que exige aprovação legislativa para alterações contratuais.

Art. 2º A alteração da natureza jurídica implicará a celebração de novo contrato de consórcio público ou a adaptação do contrato atual, com posterior registro e publicação conforme exige o Decreto Federal nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Porto Amazonas, Estado do Paraná, em 26 de agosto de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito de Porto Amazonas

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:A13AFCE9

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
LEI N.º 1373/2026

LEI Nº 1.373
DE 26 DE AGOSTO DE 2026

Institui a Política Municipal de Alfabetização do Município de Porto Amazonas, Estado do Paraná, estabelece diretrizes, objetivos, mecanismos de monitoramento, valorização dos profissionais da educação e incentivo à aprendizagem dos estudantes, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Alfabetização do Município de Porto Amazonas, como instrumento permanente de planejamento, orientação e implementação de ações voltadas à garantia do direito à alfabetização, destinada a assegurar o desenvolvimento das competências de leitura, escrita e numeracia dos estudantes da rede municipal de ensino, desde a Educação Infantil (Infantil 4 e Infantil 5) até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, estendendo-se às ações de recomposição das aprendizagens nos anos subsequentes.
Parágrafo único. A Política Municipal de Alfabetização fundamenta-se nas diretrizes da Constituição Federal, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, do Plano Nacional de Educação, do Plano Municipal de Educação, do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, do Programa Educa Juntos e das demais normas federais, estaduais e municipais aplicáveis, sendo desenvolvida com base em evidências científicas e em regime de colaboração entre o Município, o Estado do Paraná e a União.

Art. 2º Para os fins desta Lei, consideram-se:
I – Alfabetização: processo de apropriação do sistema de escrita alfabética, que compreende o desenvolvimento das habilidades de leitura, escrita e compreensão da linguagem escrita, possibilitando ao estudante ler e produzir textos com autonomia;
II – Analfabetismo absoluto: condição da pessoa que não desenvolveu as habilidades básicas de leitura e escrita;

III – Analfabetismo funcional: condição da pessoa que, embora possua conhecimentos elementares de leitura, escrita ou cálculo, apresenta limitações para compreender, interpretar e utilizar essas habilidades nas situações da vida cotidiana;
IV – Consciência fonêmica: capacidade de identificar, segmentar, manipular e relacionar os fonemas que compõem as palavras;
V – Consciência fonológica: capacidade de perceber, identificar e manipular os diferentes segmentos sonoros da fala, como palavras, sílabas, rimas, aliterações e fonemas;
VI – Fluência em leitura oral: capacidade de ler textos com precisão, velocidade, prosódia e compreensão;
VII – Literacia: conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionados à leitura, à escrita e à oralidade, que possibilitam o uso competente da linguagem nas práticas sociais;
VIII – Literacia familiar: conjunto de práticas, interações e experiências de linguagem, leitura e escrita desenvolvidas no ambiente familiar, que contribuem para o desenvolvimento da aprendizagem da criança;
IX – Literacia emergente: conjunto de conhecimentos, habilidades e experiências relacionadas à linguagem oral e escrita que se desenvolvem antes da alfabetização formal;
X – Numeracia: conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionados ao desenvolvimento do raciocínio lógico-matemático, à compreensão de conceitos numéricos e à resolução de situações-problema no cotidiano;
XI – Educação não formal: processos educativos organizados que ocorrem fora do sistema regular de ensino, voltados ao desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e competências ao longo da vida;
XII – Multiletramentos: conjunto de práticas de leitura, escrita e produção de sentidos realizadas por meio de diferentes linguagens, mídias e tecnologias, considerando a diversidade cultural, social e digital;
XIII – Sistema de Escrita Alfabética (SEA): sistema de representação da língua escrita baseado na correspondência entre grafemas e fonemas;
XIV – Recomposição das aprendizagens: conjunto de ações pedagógicas planejadas para assegurar o desenvolvimento das habilidades e competências não consolidadas pelos estudantes;
XV – Ensino baseado em evidências: organização das práticas pedagógicas fundamentadas em conhecimentos produzidos por pesquisas científicas de reconhecida qualidade, associados à experiência docente e ao contexto educacional.

CAPÍTULO II
DA ABRANGÊNCIA E DO PÚBLICO-ALVO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO

Art. 3º A Política Municipal de Alfabetização será desenvolvida no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Porto Amazonas, abrangendo as etapas e modalidades da educação básica relacionadas ao processo de alfabetização.

Art. 4º São públicos-alvo da Política Municipal de Alfabetização:
I – as crianças matriculadas na Educação Infantil, especialmente nas turmas de Infantil 4 e Infantil 5, considerando o desenvolvimento das habilidades precursoras da alfabetização;
II – os estudantes matriculados no 1º e 2º anos do Ensino Fundamental, considerados público prioritário para a consolidação da alfabetização;
III – os estudantes matriculados do 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental que apresentem defasagens de aprendizagem em leitura, escrita e matemática, por meio de ações de recomposição das aprendizagens;
V – os estudantes público-alvo da Educação Especial, matriculados nas etapas e modalidades abrangidas por esta Lei, asseguradas as condições de acesso, participação e aprendizagem.
Parágrafo único. As ações da Política Municipal de Alfabetização terão como público prioritário as crianças matriculadas na Educação Infantil (Infantil 4 e Infantil 5) e nos 1º e 2º anos do Ensino Fundamental, sem prejuízo do atendimento aos demais públicos previstos neste artigo.

CAPÍTULO III
DOS PRINCÍPIOS, DOS OBJETIVOS E DAS DIRETRIZES
Seção I
Dos Princípios

Art. 5º A Política Municipal de Alfabetização observará os seguintes princípios:
I – garantia do direito à aprendizagem, assegurando a todas as crianças o acesso à alfabetização na idade adequada;
II – equidade, com promoção de oportunidades educacionais que respeitem as diferenças individuais, sociais, culturais e territoriais;
III – ensino fundamentado em evidências científicas e em práticas pedagógicas eficazes para o desenvolvimento da alfabetização, da literacia e da numeracia;
IV – valorização dos profissionais da educação, mediante formação continuada, acompanhamento pedagógico e desenvolvimento profissional;
V – monitoramento contínuo da aprendizagem e utilização de avaliações diagnósticas e formativas para subsidiar o planejamento pedagógico;
VI – intervenção pedagógica oportuna para prevenção e superação das defasagens de aprendizagem;
VII – articulação entre a Educação Infantil e os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, assegurando a continuidade do processo de alfabetização;
VIII – desenvolvimento integral da criança, considerando os aspectos cognitivos, linguísticos, físicos, emocionais, sociais e culturais;
IX – fortalecimento da participação da família e da comunidade escolar como corresponsáveis pelo processo educativo;
X – garantia da inclusão, da acessibilidade e da aprendizagem dos estudantes público-alvo da Educação Especial;
XI – regime de colaboração entre o Município, o Estado do Paraná e a União para o fortalecimento das políticas públicas de alfabetização.

Seção II
Dos Objetivos

Art. 6º São objetivos da Política Municipal de Alfabetização:
I – assegurar que as crianças da Rede Municipal de Ensino tenham garantido o processo de alfabetização, respeitados seus diferentes ritmos, necessidades e trajetórias de aprendizagem, preferencialmente até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;
II – fortalecer a Educação Infantil como etapa fundamental para o desenvolvimento das habilidades precursoras da alfabetização;
III – garantir a continuidade do processo de aprendizagem entre a Educação Infantil e os Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
IV – promover o desenvolvimento da literacia, da numeracia e dos multiletramentos, respeitadas as especificidades de cada etapa de ensino;
V – implementar práticas pedagógicas fundamentadas em evidências científicas e alinhadas à Base Nacional Comum Curricular e ao Referencial Curricular do Paraná;
VI – promover a recomposição das aprendizagens dos estudantes que apresentem defasagens em leitura, escrita e matemática;
VII – monitorar sistematicamente os indicadores de aprendizagem, utilizando avaliações diagnósticas, processuais e de fluência leitora;
VIII – fortalecer a formação continuada dos professores, gestores escolares e equipes pedagógicas;
IX – incentivar a participação das famílias no desenvolvimento da leitura, da escrita e da oralidade das crianças;
X – assegurar o atendimento educacional inclusivo aos estudantes público-alvo da Educação Especial, observadas suas especificidades;
XI – contribuir para a melhoria dos indicadores educacionais da Rede Municipal de Ensino e para a efetivação das metas do Plano Municipal de Educação.

Seção III
Das Diretrizes

Art. 7º Constituem diretrizes da Política Municipal de Alfabetização:
I – desenvolvimento das habilidades precursoras da alfabetização na Educação Infantil, respeitadas as características dessa etapa da educação básica;
II – priorização da alfabetização e da numeracia nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental;

III – fortalecimento das práticas permanentes de leitura, oralidade, escrita e produção textual em todas as unidades escolares;
IV – organização de rotinas pedagógicas estruturadas e intencionais, compatíveis com os objetivos de aprendizagem de cada etapa;
V – utilização de materiais didáticos, recursos pedagógicos e tecnologias educacionais alinhados às evidências científicas e às diretrizes curriculares vigentes;
VI – realização de avaliações diagnósticas e formativas para subsidiar o planejamento pedagógico e a recomposição das aprendizagens;
VII – acompanhamento sistemático do processo de alfabetização por meio de ações de monitoramento e apoio pedagógico às unidades escolares;
VIII – promoção da formação continuada dos profissionais da educação envolvidos no processo de alfabetização;
IX – incentivo à participação das famílias nas práticas de leitura, escrita e desenvolvimento da linguagem das crianças;
X – identificação precoce das dificuldades de aprendizagem e implementação de intervenções pedagógicas adequadas;
XI – garantia da inclusão, da acessibilidade e da oferta de recursos e estratégias pedagógicas que assegurem a aprendizagem dos estudantes público-alvo da Educação Especial;
XII – desenvolvimento das ações da Política Municipal de Alfabetização em regime de colaboração com os programas e políticas públicas das esferas federal e estadual.

CAPÍTULO IV
DA GOVERNANÇA E DAS COMPETÊNCIAS
Seção I
Da Gestão e Implementação da Política Municipal de Alfabetização

Art. 8º A implementação da Política Municipal de Alfabetização será organizada por meio de um Plano Anual de Ação, elaborado pelo Departamento Municipal de Educação e Cultura (DEMEC) no início de cada ano letivo, como instrumento de planejamento, execução, acompanhamento e avaliação das ações pedagógicas, formativas e de monitoramento da aprendizagem.
§ 1º O Plano Anual de Ação contemplará, entre outras, as seguintes ações:
I – formação continuada de professores, gestores escolares e equipes pedagógicas;
II – acompanhamento pedagógico sistemático das unidades escolares;
III – avaliação, monitoramento e análise dos resultados de aprendizagem;
IV – apoio didático, metodológico e pedagógico às unidades escolares;
V – definição de estratégias de intervenção e recomposição das aprendizagens.
§ 2º O Plano Anual de Ação será elaborado considerando o diagnóstico da realidade educacional do Município, os resultados das avaliações internas e externas, os indicadores de aprendizagem e as necessidades identificadas, contendo objetivos, metas, ações, responsáveis, cronograma e formas de acompanhamento.

Seção II
Do Acompanhamento Pedagógico

Art. 9º O acompanhamento pedagógico das ações de alfabetização será realizado pelo Departamento Municipal de Educação e Cultura, em articulação com as equipes gestoras e pedagógicas das unidades escolares, por meio de:
I – visitas técnicas às unidades escolares;
II – observação e análise das práticas pedagógicas desenvolvidas;
III – devolutivas formativas aos professores e equipes pedagógicas;
IV – construção coletiva de estratégias de intervenção e melhoria da aprendizagem;
V – acompanhamento das rotinas pedagógicas e dos processos de ensino e aprendizagem.

Seção III
Das Competências

Art. 10. Compete ao Departamento Municipal de Educação e Cultura:
I – coordenar a implementação da Política Municipal de Alfabetização;
II – elaborar, executar e acompanhar o Plano Anual de Ação;
III – promover ações de formação continuada para os profissionais envolvidos no processo de alfabetização;
IV – organizar, aplicar e analisar avaliações diagnósticas, formativas e de acompanhamento da aprendizagem;
V – monitorar os indicadores educacionais relacionados à alfabetização;
VI – prestar apoio técnico, pedagógico e metodológico às unidades escolares;
VII – articular ações de colaboração com programas e políticas públicas estaduais e federais de alfabetização;
VIII – garantir a execução das ações previstas nesta Lei.

Art. 11. Compete às unidades escolares:
I – implementar as diretrizes da Política Municipal de Alfabetização no planejamento e nas práticas pedagógicas;
II – utilizar os resultados das avaliações para orientar o planejamento docente e as intervenções pedagógicas;
III - acompanhar a hora-atividade dos docentes para analisar os resultados de aprendizagem e, em conjunto, traçar estratégias que promovam o avanço no processo de alfabetização;
IV – assegurar práticas pedagógicas voltadas ao desenvolvimento da leitura, da escrita, da oralidade e da numeracia;
V – acompanhar o desenvolvimento individual dos estudantes;
VI – promover ações de intervenção pedagógica sempre que identificadas dificuldades de aprendizagem;
VII – envolver as famílias no acompanhamento do processo de alfabetização dos estudantes.

CAPÍTULO IV
DA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO

Art. 12. A Política Municipal de Alfabetização será implementada por meio de programas, projetos e ações articuladas pelo Departamento Municipal de Educação e Cultura, em regime de colaboração com a União e o Estado do Paraná, observadas as diretrizes curriculares nacionais, estaduais e municipais.
Parágrafo único. A implementação da Política Municipal de Alfabetização considerará as especificidades da Educação Infantil, dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, respeitando as características e necessidades dos diferentes públicos atendidos.

Art. 13. Constituem ações de implementação da Política Municipal de Alfabetização:
I – elaboração e atualização de orientações curriculares, planos de ação e estratégias pedagógicas voltadas ao desenvolvimento da alfabetização, da literacia e da numeracia;
II – estabelecimento de objetivos, metas e estratégias de acompanhamento da aprendizagem dos estudantes da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
III – promoção de formação continuada para professores da Educação Infantil, dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental com foco em alfabetização, letramento, numeracia e práticas pedagógicas baseadas em evidências;
IV – seleção, aquisição, elaboração e utilização de materiais didático-pedagógicos alinhados aos processos de alfabetização, literacia e numeracia;
V – desenvolvimento de ações de recuperação e recomposição das aprendizagens dos estudantes que não tenham consolidado as habilidades esperadas de leitura, escrita e matemática;
VI – promoção de práticas de literacia familiar, incentivando a participação das famílias no processo de desenvolvimento da linguagem, leitura e escrita das crianças;
VIII – valorização e divulgação de conhecimentos científicos, experiências exitosas e boas práticas relacionadas à alfabetização, literacia e numeracia;
IX – fortalecimento do ensino dos conhecimentos linguísticos, da Língua Portuguesa e da Matemática nos programas de formação continuada dos profissionais da educação;
X – formação das equipes gestoras e pedagógicas para acompanhamento e apoio ao trabalho desenvolvido pelos professores alfabetizadores;

XI – incentivo ao acesso e à utilização de recursos educacionais, tecnologias pedagógicas e materiais de apoio ao ensino da leitura, da escrita e da matemática;
XII – estímulo à ampliação do acesso à literatura infantil e a diferentes gêneros textuais, considerando os níveis de desenvolvimento e aprendizagem dos estudantes;
XIII – elaboração e utilização de instrumentos de avaliação diagnóstica e formativa para acompanhamento da aprendizagem;
XIV – implementação de avaliações periódicas de acompanhamento da alfabetização, especialmente nas turmas de Infantil 4, Infantil 5, 1º e 2º anos do Ensino Fundamental;
XV – desenvolvimento de ações específicas de apoio à alfabetização dos estudantes que apresentem dificuldades de aprendizagem, respeitadas suas necessidades educacionais.

Art. 14. As práticas pedagógicas desenvolvidas no âmbito da Política Municipal de Alfabetização deverão ser estruturadas e fundamentadas em evidências científicas, contemplando:
I – ensino explícito e sistemático do Sistema de Escrita Alfabética;
II – desenvolvimento da consciência fonológica e fonêmica, incluindo atividades com rimas, aliterações, segmentação silábica e identificação dos sons da fala;
III – apropriação progressiva das relações entre grafemas e fonemas;
IV – práticas diárias e permanentes de leitura mediada pelo professor, visando ao desenvolvimento da fluência leitora e da compreensão textual;
V – produção escrita com progressão de complexidade, respeitando o desenvolvimento e as hipóteses de escrita dos estudantes;
VI – desenvolvimento da oralidade, ampliação do vocabulário e construção de conhecimentos relacionados aos diferentes gêneros textuais;
VII – integração entre práticas de literacia, numeracia e multiletramentos.

Art. 15. A Política Municipal de Alfabetização poderá contar com uma Comissão Municipal de Alfabetização, com a finalidade de acompanhar, propor estratégias e fortalecer as ações desenvolvidas pela Rede Municipal de Ensino.
§ 1º A Comissão Municipal de Alfabetização será composta por representantes do Departamento Municipal de Educação e Cultura, equipes pedagógicas, professores da Educação Infantil, professores alfabetizadores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, representantes das unidades escolares e outros profissionais da educação, conforme regulamentação do Poder Executivo.
§ 2º A Comissão Municipal de Alfabetização atuará de acordo com regulamentação própria, em articulação com o Departamento Municipal de Educação e Cultura, observadas as diretrizes estabelecidas nesta Lei.

CAPÍTULO V
DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO

Art. 16. O monitoramento e a avaliação da Política Municipal de Alfabetização constituem processos permanentes destinados ao acompanhamento da implementação das ações, à análise dos resultados educacionais e ao aprimoramento das práticas pedagógicas desenvolvidas na Rede Municipal de Ensino de Porto Amazonas.

Art. 17. As unidades escolares organizarão suas práticas pedagógicas em consonância com as diretrizes da Política Municipal de Alfabetização, assegurando:
I – rotina pedagógica permanente com atividades de leitura, escrita, oralidade e desenvolvimento da consciência fonológica e da numeracia;
II – planejamento estruturado por meio de sequências didáticas, projetos, atividades permanentes e outras estratégias pedagógicas adequadas aos objetivos de aprendizagem;
III – priorização do tempo pedagógico destinado à alfabetização nas turmas do Infantil 4, Infantil 5, 1º e 2º anos do Ensino Fundamental;
IV – organização de ambientes alfabetizadores, com materiais acessíveis, diversificados e significativos para os estudantes;
V – adequação das práticas pedagógicas às necessidades individuais e coletivas dos estudantes, considerando seus diferentes ritmos e formas de aprendizagem;
VI – acompanhamento contínuo do desenvolvimento dos estudantes, com intervenções pedagógicas sempre que identificadas dificuldades de aprendizagem.

Art. 18. O sistema de avaliação da alfabetização da Rede Municipal de Ensino de Porto Amazonas deverá contemplar instrumentos diversificados de acompanhamento da aprendizagem, incluindo:
I – avaliações diagnósticas de leitura, escrita e conhecimentos matemáticos;
II – sondagens periódicas para identificação das hipóteses de escrita e desenvolvimento das habilidades de alfabetização;
III – avaliações de fluência em leitura oral, considerando precisão, velocidade e prosódia;
IV – avaliações internas de acompanhamento da aprendizagem;
V – utilização dos resultados das avaliações externas realizadas pelos sistemas de ensino;
VI – registros sistemáticos da evolução individual e coletiva dos estudantes.

Art. 19. Os resultados das avaliações realizadas no âmbito da Política Municipal de Alfabetização deverão subsidiar:
I – o planejamento pedagógico contínuo das unidades escolares;
II – a definição de estratégias de intervenção pedagógica;
III – as ações de recomposição das aprendizagens dos estudantes;
IV – o acompanhamento individualizado dos estudantes;
V – a reorganização das práticas pedagógicas e das ações formativas dos profissionais da educação.

Art. 20. Constituem mecanismos de monitoramento e avaliação da Política Municipal de Alfabetização:
I – acompanhamento da execução das ações previstas no Plano Anual de Ação da Política Municipal de Alfabetização;
II – análise dos resultados das avaliações internas e externas e dos indicadores educacionais relacionados à alfabetização;
III – elaboração de relatórios de acompanhamento pedagógico pelas unidades escolares e pelo Departamento Municipal de Educação e Cultura;
IV – realização de análises devolutivas dos resultados das avaliações, com utilização pedagógica das informações para melhoria da aprendizagem;
V – desenvolvimento e acompanhamento de indicadores municipais de alfabetização, considerando, entre outros aspectos, a fluência em leitura oral, a proficiência em escrita e os conhecimentos matemáticos;
VI – acompanhamento das ações pelo Departamento Municipal de Educação e Cultura, em articulação com as equipes gestoras, pedagógicas e demais órgãos vinculados à educação municipal.

Art. 21. Os processos de monitoramento e avaliação da Política Municipal de Alfabetização deverão observar os princípios da transparência, do acompanhamento contínuo, da utilização pedagógica dos resultados e da melhoria permanente da qualidade da educação.

CAPÍTULO VI
DA EDUCAÇÃO ESPECIAL
Seção I
Da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva

Art. 22. A Política Municipal de Alfabetização assegurará a inclusão, a acessibilidade e o direito à aprendizagem dos estudantes público-alvo da Educação Especial, garantindo condições de participação, desenvolvimento e progressão no processo de alfabetização.
§ 1º Consideram-se público-alvo da Educação Especial, para os fins desta Lei, os estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades ou superdotação, conforme a legislação vigente.
§ 2º O atendimento aos estudantes público-alvo da Educação Especial será realizado de acordo com suas necessidades educacionais específicas, podendo contemplar:
I – atendimento educacional especializado, quando necessário;

II – oferta de professor de apoio e/ou profissional de apoio escolar, conforme avaliação das necessidades do estudante e legislação vigente;
III – atendimento em Sala de Recursos Multifuncionais;
IV – adaptação e adequação de materiais didáticos, recursos pedagógicos e instrumentos avaliativos;
V – utilização de recursos de acessibilidade e tecnologias assistivas;
VI – flexibilização das estratégias e práticas pedagógicas, respeitando as potencialidades, necessidades e o ritmo de aprendizagem de cada estudante.
§ 3º O acompanhamento da aprendizagem dos estudantes público-alvo da Educação Especial deverá ocorrer de forma contínua, formativa e inclusiva, considerando o desenvolvimento individual e as especificidades de cada estudante.
§ 4º As ações previstas neste artigo serão desenvolvidas em consonância com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência e demais normas educacionais vigentes.

CAPÍTULO VII
DA VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E DOS INCENTIVOS

Art. 23. O Município promoverá ações de valorização dos profissionais da educação envolvidos na implementação da Política Municipal de Alfabetização, especialmente professores da Educação Infantil, professores alfabetizadores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, equipes pedagógicas e gestores escolares.
Parágrafo único. A valorização profissional compreenderá ações de formação continuada, reconhecimento de práticas pedagógicas exitosas, apoio técnico-pedagógico e incentivo ao desenvolvimento de estratégias inovadoras voltadas à melhoria da aprendizagem dos estudantes.

Art. 24. A Política Municipal de Alfabetização promoverá a valorização e o reconhecimento dos profissionais da educação que desenvolvam práticas pedagógicas exitosas no âmbito da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, especialmente aquelas voltadas à alfabetização, à literacia, à numeracia, à inclusão e à recomposição das aprendizagens, em consonância com o Programa Sou Profissional da Educação de Destaque, instituído por legislação municipal específica.
Parágrafo único. As ações de reconhecimento previstas no caput observarão os critérios e procedimentos estabelecidos na legislação própria do Programa Sou Profissional da Educação de Destaque, sem prejuízo da divulgação e socialização das práticas pedagógicas exitosas desenvolvidas na Rede Municipal de Ensino.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E ORÇAMENTÁRIAS

Art. 25. Compete ao Departamento Municipal de Educação e Cultura a coordenação, o acompanhamento e a articulação das ações decorrentes da Política Municipal de Alfabetização, em consonância com as diretrizes estabelecidas nesta Lei e com os demais instrumentos de planejamento educacional do Município.

Art. 26. A implementação da Política Municipal de Alfabetização poderá ocorrer em regime de colaboração com a União, o Estado do Paraná, instituições públicas ou privadas e demais parceiros, mediante adesão voluntária e observadas as normas e instrumentos jurídicos próprios.

Art. 27. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento municipal, especialmente aquelas destinadas à manutenção e desenvolvimento do ensino, podendo ser suplementadas, se necessário, observadas as disposições legais vigentes.

Art. 28. Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar esta Lei no que couber, estabelecendo procedimentos necessários à sua implementação e operacionalização.

Art. 29. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Porto Amazonas, Estado do Paraná, em 26 de agosto de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito de Porto Amazonas

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:DCCC1B60

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
LEI N.º 1374/2026

LEI Nº 1.374
DE 26 DE AGOSTO DE 2026

Abre crédito especial no Orçamento 2026, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica aberto um crédito especial no orçamento vigente no valor de R$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), conforme especificação feita abaixo:

11 – DEPARTAMENTO DE FOMENTO AGROPECUÁRIO
11.001 – DEPARTAMENTO DE FOMENTO AGROPECUÁRIO
18.542.0034.2033 – Manutenção do Fundo do Meio Ambiente
3.3.50.43.00.00 – SUBVENÇÕES SOCIAIS
2404 00000 – Recursos Ordinários (Livres) R$ 55.000,00
Total R$ 55.000,00

Art. 2º Para cobertura do valor previsto no Art. 1º, será utilizado o seguinte recurso:

Anulação de Dotação
11 – DEPARTAMENTO DE FOMENTO AGROPECUÁRIO
11.001 – DEPARTAMENTO DE FOMENTO AGROPECUÁRIO
18.542.0034.2033 – Manutenção do Fundo do Meio Ambiente
3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
2405 00000 – Recursos Ordinários (Livres) R$ 55.000,00
Total R$ 55.000,00

Art. 3º Fica autorizada a compatibilização desta lei e respectivo orçamento com Plano Plurianual (PPA) e Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) vigentes.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Porto Amazonas, Estado do Paraná, em 26 de agosto de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito de Porto Amazonas

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:BEF47D0F

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO - DECISÃO ADMINISTRATIVA - PROTOCOLO ELETRÔNICO N.º 26.417.840-1/2026

REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO
DECISÃO ADMINISTRATIVA
PROTOCOLO Nº 26.417.840-1/2026

ASSUNTO: DECISÃO ADMINISTRATIVA
INTERESSADO: S3A ALIMENTOS LTDA
CNPJ: 42.548.822/0001-51
ASSUNTO: Solicitação de concessão de incentivos empresariais – Lei Municipal nº 1.092/2018.

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Vistos.

Trata-se de requerimento apresentado pela empresa S3A Alimentos Ltda., visando à concessão de incentivos empresariais previstos na Lei Municipal nº 1.092/2018, para implantação de unidade industrial no imóvel de propriedade do Município de Porto Amazonas, matriculado sob nº 12.141, especialmente nas Áreas 05 e 06, destinadas à implantação da unidade industrial, e na Área 02, destinada à estrutura de estoque e armazenamento.

A Assessoria Jurídica, por meio do Parecer Jurídico nº 21/2026-AJ, manifestou-se favoravelmente quanto à aptidão documental da empresa e ao seu enquadramento no Plano de Incentivo Empresarial, ressaltando, contudo, que a concessão dos incentivos depende de decisão administrativa quanto à conveniência e oportunidade, bem como do atendimento às exigências legais específicas.

Considerando os elementos constantes dos autos, especialmente o investimento estimado entre R$ 1.500.000,00 e R$ 2.000.000,00, a previsão inicial de geração de 30 a 40 empregos diretos, com possibilidade de expansão, e o potencial de desenvolvimento econômico local, reconheço a existência de interesse público na implantação do empreendimento, em consonância com os objetivos da Lei Municipal nº 1.092/2018.

No que se refere à disponibilização das áreas públicas, considerando que o imóvel é de propriedade do Município e que o empreendimento pretende utilizar as Áreas 05, 06 e 02, DEFIRO, neste momento, exclusivamente o prosseguimento da disponibilização dessas áreas para fins de Concessão de Direito Real de Uso, condicionada à prévia autorização por lei municipal específica, nos termos da legislação aplicável.

A efetiva formalização da concessão somente ocorrerá após a aprovação da respectiva lei autorizativa e a adoção das providências administrativas, patrimoniais e registrais pertinentes, mediante instrumento próprio, no qual deverão ser estabelecidas a finalidade da concessão, o prazo de utilização, as obrigações da empresa e as hipóteses de reversão ou extinção em caso de descumprimento das condições estabelecidas.

Quanto ao ITBI, não há, neste momento, incentivo fiscal a ser concedido. Isso porque a operação pretendida consiste na disponibilização do imóvel mediante Concessão de Direito Real de Uso, não havendo transferência onerosa da propriedade do bem. Assim, não se identifica, na operação ora analisada, fato gerador do ITBI, razão pela qual não há imposto a ser isentado ou benefício tributário a ser concedido. Eventual operação futura que implique efetiva transmissão onerosa da propriedade deverá ser analisada de acordo com a legislação tributária então vigente.

Quanto ao incentivo de terraplanagem, não o concedo neste momento, uma vez que a Lei Municipal nº 1.092/2018, em seu art. 5º, § 3º, condiciona a concessão do benefício à prévia aprovação do projeto de construção. O memorial descritivo apresentado não substitui a aprovação do projeto técnico pelo setor competente. Após a apresentação e aprovação do projeto de construção, o pedido de incentivo poderá ser novamente analisado, observados os requisitos legais e o limite previsto na legislação municipal.

Diante do exposto, **DECIDO**:

DEFERIR, neste momento, exclusivamente a disponibilização das Áreas 05, 06 e 02, integrantes do imóvel matriculado sob nº 12.141, de propriedade do Município de Porto Amazonas, para fins de futura Concessão de Direito Real de Uso, destinada à implantação do empreendimento industrial da empresa S3A Alimentos Ltda., condicionada à prévia autorização legislativa;

DETERMINAR que a Concessão de Direito Real de Uso seja formalizada somente após a edição de lei municipal específica, com a posterior celebração do respectivo instrumento de concessão e adoção das providências registrais.

REGISTRAR que não há incentivo de ITBI a ser concedido, por inexistir, na operação de Concessão de Direito Real de Uso ora pretendida, transferência onerosa da propriedade que configure fato gerador do referido tributo;

CONCEDER incentivo relativo à terraplanagem, ficando eventual concessão condicionada à apresentação e aprovação do projeto de construção pelo setor técnico competente, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei Municipal nº 1.092/2018;

DETERMINAR o encaminhamento dos autos à Procuradoria Geral do Município, para elaboração da minuta de Projeto de Lei Municipal autorizando a Concessão de Direito Real de Uso das áreas acima indicadas, com a definição das condições, finalidade, prazo, obrigações da cessionária e hipóteses de reversão, observadas as disposições da Lei Municipal nº 1.092/2018 e demais normas aplicáveis;

APÓS, retornem os autos para apreciação e demais providências administrativas necessárias.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Porto Amazonas/PR, 24 de agosto de 2026

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA

Prefeito Municipal

Publicado por:

Rosângela Fátima de Paula Orchanheski

Código Identificador:94E62AF6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
COMUNICADO INICIAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

(Contratação Direta por Dispensa de Licitação – Art. 75, inciso III, da Lei nº 14.133/2021)

Processo Administrativo nº: 173/2026
Dispensa de Licitação nº: 056/2026

O Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná – CISPAR, em atendimento aos princípios da publicidade e transparência, torna público o presente comunicado inicial referente à instauração de processo administrativo para análise de contratação direta por dispensa de licitação, nos termos do art. 75, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Objeto: O objeto desta demanda é idêntico ao originalmente licitado no âmbito do **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 114/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 22/2025,** não havendo qualquer modificação quanto às especificações técnicas, à unidade e condições de execução ou fornecimento, conforme descrito abaixo:

OBJETO GERAL:

Nº do Item no Pregão Descrição Quantidade Situação
11 Solução Padrão de Condutividade 147 06 Fracassada
18 Solução Padrão de Fosfato MRC 02 Fracassada
08 Solução Padrão de Fluoreto MRC 02 Fracassada
19 Solução Padrão de Nitrito MRC 02 Fracassada
14 Solução Padrão de Cianeto MRC 03 Fracassada

A presente demanda decorre de necessidade administrativa atual do setor requisitante, relacionada ao reaproveitamento de objeto anteriormente licitado, em razão de licitação deserta ou fracassada, circunstância que será formalmente verificada no decorrer da instrução processual, mediante análise da documentação pertinente e da manutenção das condições originalmente definidas.

O presente comunicado possui caráter exclusivamente informativo, não se tratando de procedimento competitivo, edital, aviso de disputa ou chamamento público, não havendo, nesta fase, recebimento de propostas ou abertura de prazo para participação de interessados.

Este documento tem por finalidade unicamente dar publicidade ao processo administrativo em fase inicial de instrução, não representando, por si só, aprovação final da contratação direta.

Maringá – PR, 26 de agosto de 2026.

GABRIELA BARABASZ

Coordenadora Administrativa

Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná – CISPAR

Publicado por:
Gabriel Puiatti Rios
Código Identificador:D4CA23E9

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 237/2026

O Prefeito do Município de Prado Ferreira, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e em conformidade com o art. 33-A da Lei Municipal nº 084/2001 e com o art. 2º da Lei Municipal nº 491/2018, que dispõe sobre a concessão de diárias aos agentes públicos municipais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao Prefeito Municipal, **SILVIO ANTONIO DAMACENO**, inscrito no CPF nº ***.***.059-91, **01 (uma) diária, no valor de R$ 1.054,74 (um mil e cinquenta e quatro reais e setenta e quatro centavos)**, destinada à cobertura de despesas com alimentação, hospedagem e deslocamento, em razão de viagem oficial ao Município de **Jaú/SP**, no período de **27 a 28 de agosto de 2026**.

Parágrafo único. O deslocamento tem por finalidade o **cumprimento de agenda institucional no Município de Jaú/SP, para tratar de assuntos de interesse da Administração Pública Municipal**.

Art. 2º O beneficiário deverá apresentar relatório de viagem e demais documentos comprobatórios, na forma e nos prazos estabelecidos pela Lei Municipal nº 491/2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE

Paço Municipal "Deputado Homero Oguido", aos 26 de agosto de 2026.

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Cristina Lopes de Souza
Código Identificador:FB1160F4

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 238/2026

O Prefeito do Município de Prado Ferreira, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e em conformidade com o art. 33-A da Lei Municipal nº 084/2001 e com o art. 2º da Lei Municipal nº 491/2018, que dispõe sobre a concessão de diárias aos agentes públicos municipais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor **Carlos Aimar Vaz**, CPF nº ***.***.829-87, **01 (uma) diária, no valor de R$ 1.054,74 (um mil e cinquenta e quatro reais e setenta e quatro centavos),** destinada à cobertura de despesas com alimentação, hospedagem e deslocamento, em razão de viagem oficial ao Município de **Jaú/SP**, no período de **27 a 28 de agosto de 2026**, acompanhando o Prefeito Municipal **Silvio Antonio Damaceno**.

Parágrafo único. O deslocamento tem por finalidade **acompanhar o Prefeito Municipal no cumprimento de agenda institucional no Município de Jaú/SP, para tratar de assuntos de interesse da Administração Pública Municipal**.

Art. 2º O beneficiário deverá apresentar relatório de viagem e demais documentos comprobatórios, na forma e nos prazos estabelecidos pela Lei Municipal nº 491/2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE

Paço Municipal "Deputado Homero Oguido", aos 26 de agosto de 2026.

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Cristina Lopes de Souza
Código Identificador:3901191D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 11.906/2026

Institui o Comitê Municipal de Enfrentamento aos Impactos do Fenômeno El Niño – Operação El Niño 2026/2027 no âmbito do Município de Quatro Barras, estabelece a estrutura de governança intersetorial para a execução do Plano Municipal de Trabalho e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS**, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais e constitucionais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Quatro Barras, e:
CONSIDERANDO a competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, bem como para promover a proteção do meio ambiente, a mitigação dos riscos de desastres e a preservação da integridade e segurança da população, nos termos da Constituição Federal;
CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC, especialmente quanto às competências municipais para a execução das ações de proteção civil, mapeamento e fiscalização de áreas de risco, articulação intersetorial e elaboração de planos de contingência em âmbito local;
CONSIDERANDO as diretrizes e alertas técnicos veiculados pelas Notas Técnicas Conjuntas nº 02/2026, nº 03/2026 e nº 04/2026, emitidas pela Coordenadoria Estadual da Defesa Civil do Paraná (CEDEC/PR) e pelo Sistema de Tecnologia e Monitoramento Ambiental do Paraná (SIMEPAR), as quais indicam a elevada probabilidade de consolidação do fenômeno climático El Niño de intensidade moderada a muito forte no biênio 2026-2027, com o consequente aumento na frequência de eventos meteorológicos severos, tais como chuvas intensas, vendavais, alagamentos, enxurradas e deslizamentos na Região Sul do País;
CONSIDERANDO que a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC elaborou e formalizou o Plano Municipal de Trabalho – Operação El Niño 2026/2027, devidamente autuado e protocolado junto à Coordenadoria Estadual da Defesa Civil do Paraná sob o eProtocolo nº 26.336.393-0;
CONSIDERANDO a necessidade imperativa de formalizar uma estrutura de governança pública intersetorial e transversal no Município de Quatro Barras, garantindo a articulação, integração e sinergia operacional entre os diversos órgãos da Administração Pública Municipal, concessionárias de serviços públicos e entidades parceiras durante as fases de mobilização, diagnóstico, engenharia preventiva, preparação e prontidão operacional;
CONSIDERANDO o teor da solicitação formal encaminhada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Bem-Estar Animal por meio do Memorando nº 0341/2026-SMMAABEA, respaldada na estrutura normativa de gestão de riscos e desastres,

DECRETA

Art. 1º Fica instituído o Comitê Municipal de Enfrentamento aos Impactos do Fenômeno El Niño – Operação El Niño 2026/2027 no âmbito do Município de Quatro Barras, órgão colegiado temporário de articulação, planejamento, coordenação e governança intersetorial, vinculado diretamente ao Gabinete do Prefeito.

Art. 2º O Comitê Municipal da Operação El Niño 2026/2027 será presidido e coordenado estrategicamente pelo Prefeito Municipal, tendo a sua coordenação geral e operacional exercida pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC, que também atuará como Secretaria Executiva do colegiado.

Art. 3º O Comitê Municipal será composto pelos titulares ou representantes formalmente indicados das seguintes secretarias, órgãos e entidades públicas:
I – Gabinete do Prefeito;
II – Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC;
III – Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Bem-Estar Animal;
IV – Secretaria Municipal de Obras;
V – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano;
VI – Secretaria Municipal de Infraestrutura, Logística e Frotas;
VII – Secretaria Municipal de Saúde;
VIII – Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer e Juventude;
IX – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Família;
X – Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento;
XI – Secretaria Municipal de Ordem Pública e Segurança;
XII – Procuradoria Geral do Município;
XIII – Departamento de Comunicação;
XIV – Subprefeitura Distrital da Borda do Campo;
XV – Subprefeitura do Jardim Menino Deus;
XVI – Coordenadoria de Controle Interno;
XVII – Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR;
XVIII – Companhia Paranaense de Energia – COPEL.
§ 1º Cada órgão integrante indicará, no prazo de até cinco dias úteis a contar da publicação deste Decreto, um membro titular e seu respectivo suplente como ponto focal para as deliberações e comunicações operacionais do Comitê.
§ 2º Poderão ser convidados a participar das reuniões e a colaborar com as ações preventivas e de resposta desenvolvidas pelo Comitê representantes de secretarias municipais não listadas nos Incisos I ao XVIII deste artigo, das COMPDECs de outros municípios, da Coordenadoria Estadual da Defesa Civil do Paraná, do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná, da Polícia Militar do Estado do Paraná, da Polícia Civil do Estado do Paraná, do Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná – DER/PR, de concessionárias de rodovias e de entidades da sociedade civil organizada.

Art. 4º Compete ao Comitê Municipal da Operação El Niño 2026/2027:
I – promover a integração das políticas públicas municipais para a implementação, execução e acompanhamento do Plano Municipal de Trabalho – Operação El Niño 2026/2027;
II – assegurar o fluxo contínuo de informações interinstitucionais, dados meteorológicos e alertas antecipados emitidos pelo SIMEPAR e pela Coordenadoria Estadual da Defesa Civil do Paraná;
III – supervisionar o cumprimento do cronograma de metas relativas às obras de engenharia preventiva, diagnóstico técnico de vulnerabilidades e preparação operacional;
IV – deliberar sobre a alocação prioritária de recursos humanos, financeiros, equipamentos, maquinários e insumos para as ações preventivas e emergenciais de defesa civil;
V – coordenar a atuação conjunta dos órgãos municipais em situações de emergência ou estado de calamidade pública decorrentes de precipitações severas, vendavais, alagamentos, enxurradas e deslizamentos de terra.

Art. 5º Fica a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC incumbida da gestão operacional da Sala Municipal de Situação, competindo-lhe manter monitoramento diário do cenário hidrometeorológico, emitir alertas locais e articular-se permanentemente com o 1º Núcleo de Atuação Regional da CEDEC/PR.

Art. 6º Em consonância com o Plano Municipal de Trabalho – Operação El Niño 2026/2027, as atribuições específicas dos órgãos integrantes do Comitê abrangem:
I – à Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC: a coordenação geral da Operação, a atualização contínua do Plano Municipal de Contingência, a gestão dos alertas, coordenar as ações de resposta e o envio de relatórios mensais ao 1º Núcleo de Atuação Regional da CEDEC/PR;
II – à Secretaria Municipal de Obras e à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano: a identificação e o mapeamento de galerias pluviais, pontos de alagamento, bueiros, pontes, taludes, áreas de erosão e a vistoria preventiva em prédios públicos, bem como a elaboração, contratação, acompanhamento, fiscalização e execução de projetos e obras de engenharia necessários à prevenção, correção e mitigação dos riscos identificados, incluindo a adoção das providências administrativas para contratação de empresas e serviços especializados, quando necessários;
III – à Secretaria Municipal de Infraestrutura, Logística e Frotas, em conjunto com as Subprefeituras Distritais da Borda do Campo e do Jardim Menino Deus: a execução de obras não estruturais e estruturais de engenharia preventiva, compreendendo a desobstrução de canais, limpeza de galerias, bocas de lobo, córregos e sarjetas, manutenção de estradas rurais, disponibilização de maquinários, recolhimento e destinação adequada de entulhos, bem como a realização de manutenção preventiva e corretiva das estruturas e sistemas existentes, com a adoção das medidas necessárias para correção de falhas, danos ou obstruções identificadas;
IV – à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Bem-Estar Animal: o monitoramento de áreas ambientalmente sensíveis, a avaliação e poda preventiva de árvores com risco de queda, a coleta regular de resíduos (comum e reciclável), o apoio aos produtores rurais, a identificação de comunidades rurais isoladas e a avaliação, proteção e assistência aos animais afetados por situações de emergência ou desastre, incluindo o apoio ao resgate, manejo, atendimento, acolhimento temporário e reunificação com seus responsáveis, em articulação com a COMPDEC e demais órgãos envolvidos;
V – à Secretaria Municipal de Saúde: a manutenção dos serviços de atendimento pré-hospitalar e ambulatorial, o monitoramento epidemiológico, a revisão dos geradores e estoques estratégicos de medicamentos e a atualização dos planos de contingência de saúde;
VI – à Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer e Juventude: a inspeção em escolas e creches municipais, o desenvolvimento de atividades educativas de prevenção e a disponibilização de unidades escolares, cadastradas no Plano de Contingência, para servir como abrigos temporários quando necessário;
VII – à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Família: a atualização do cadastro de famílias vulneráveis, idosos, pessoas com deficiência e acamadas, a gestão dos abrigos temporários, e o suprimento benefícios eventuais e assistência humanitária;
VIII – à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento e à Coordenadoria de Controle Interno: a viabilização ágil de processos de contratação de bens e serviços emergenciais, suporte logístico, orçamentário e gestão contratual;
IX – ao Departamento de Comunicação: a difusão de campanhas preventivas, divulgação do cadastro no serviço de alerta via SMS 40199 e combate à desinformação.
X – à Procuradoria-Geral do Município – PGM: o assessoramento jurídico ao Comitê e aos órgãos municipais envolvidos na Operação El Niño 2026/2027, especialmente quanto à análise e orientação jurídica para adoção de medidas preventivas, emergenciais e de resposta, elaboração e revisão de atos normativos, decretos, termos e instrumentos necessários à atuação municipal, bem como o suporte jurídico nas situações de emergência ou calamidade pública, observadas as competências institucionais da Procuradoria;
XI – à Secretaria Municipal de Ordem Pública e Segurança: o apoio à atuação integrada dos órgãos de segurança e ordem pública durante as ações de prevenção, preparação, resposta e recuperação, especialmente na organização e controle do trânsito e da circulação de pessoas em áreas afetadas ou de risco, no apoio à interdição e isolamento de locais que apresentem risco à população, na fiscalização e ordenamento de áreas públicas, no apoio às operações de evacuação e deslocamento preventivo, quando necessário, e na

articulação com os órgãos de segurança pública estaduais e demais instituições competentes, em conjunto com a COMPDEC.

Art. 7º A execução da Operação El Niño 2026/2027 dar-se-á em cinco fases operacionais sucessivas e integradas:
I – Fase I – Mobilização Institucional;
II – Fase II – Diagnóstico Técnico;
III – Fase III – Engenharia Preventiva;
IV – Fase IV – Preparação Operacional;
V – Fase V – Prontidão Operacional (novembro de 2026 a março de 2027).
Parágrafo único. A execução da Operação El Niño 2026/2027 deverá seguir o cronograma estipulado e definido no Plano Municipal de Trabalho.

Art. 8º O Comitê Municipal da Operação El Niño reunir-se-á ordinariamente com periodicidade mensal nas fases preparatórias, quinzenal durante a Fase de Prontidão Operacional, e extraordinariamente a qualquer tempo por convocação do Prefeito Municipal ou do Coordenador da COMPDEC.
Parágrafo único. A COMPDEC consolidará mensalmente os indicadores de execução física, obras de engenharia, capacitações, ações sociais e registros georreferenciados em relatórios dirigidos ao 1º Núcleo de Atuação Regional da CEDEC/PR.

Art. 9º O Comitê Municipal instituído por este Decreto será automaticamente extinto após ato formal de encerramento da Operação El Niño 2026/2027 emitido pela Coordenadoria Estadual da Defesa Civil do Paraná, mediante a prévia apresentação e aprovação do Relatório Final de Execução elaborado pela COMPDEC.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Quatro Barras, 26 de agosto de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:26592C21

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 11910/2026 DE 26/08/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de QUATRO BARRAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1751/2025 de 19/12/2025.

Decreta:

Artigo 1 º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 44.166,70 (quarenta e quatro mil cento e sessenta e seis reais e setenta centavos),** destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação		
22.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E BEM ESTAR ANIMAL	
22.002.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	
22.002.20.606.0011.2.015.	Ações para Fomento ao Desenvolvimento Agropecuário	
1002 - 4.4.90.52.00.00	3557 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	44.166,70
Total Suplementação:		**44.166,70**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Superavit Financeiro;

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de QUATRO BARRAS, Estado do Paraná, em 26 de agosto de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:31C650ED

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 11.912/2026

Altera o Decreto nº 9388/2023 que "Regulamenta o programa de assistência à saúde suplementar na forma de auxílio, mediante reembolso, para servidores efetivos ou comissionados do Poder Executivo Municipal de Quatro Barras, e dá outras providências".

O Prefeito do Município de Quatro Barras, Estado do Paraná**, no uso de suas atribuições legais e,**

DECRETA

Art. 1º Altera o art. 10 do Decreto nº 9388/2023 para que passe a vigorar com a seguinte redação:

Art. 10. As comprovações deverão ser efetuadas por todos os beneficiários titulares, independentemente da data de adesão ao benefício, instruídas com os documentos constantes no artigo 7º no período de 1º a 30 de setembro, comprovando os pagamentos relativos aos últimos 12 (doze) meses.
Parágrafo único. O servidor deverá apresentar comprovante através de documentos, declaração, constando, expressamente, o valor da mensalidade por mês e individualizada por associado, acompanhada da relação mensal dos beneficiários e seus dependentes, em conformidade com os ditames da Lei nº. 1595/2023 e deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Quatro Barras, 26 de agosto de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Município

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:0F8E5370

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 11.913/2026

Altera o Decreto nº 9830/2024 que "Constitui Comissão de execução do Incentivo Financeiro por Desempenho aos trabalhadores da Secretaria Municipal de Saúde no Município de Quatro Barras, instituído pela Lei Municipal nº 1645/2024".

O Prefeito Municipal de Quatro Barras, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor,
Considerando o requerimento realizado através do Processo Administrativo nº 9880/2026,

DECRETA

Art. 1º Altera as alíneas "a" e "e" do inciso III do art. 1º do Decreto nº 9830/2024 para que passe a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º
...
III - ....
a) Ana Maria Caroline Schuks;
...
e) Mari Elaine Magalhães dos Santos;
...

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Quatro Barras, 26 de agosto de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:C3F4023D

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 11.914/2026

Altera o inciso VIII do art. 5º do Decreto nº 11.332/2025, que dispõe sobre o recolhimento dos impostos e taxas municipais que especifica, para o exercício de 2026, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Quatro Barras/PR, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA

O Prefeito Municipal de Quatro Barras, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor,

DECRETA:

Art. 1º O inciso VIII do art. 5º do Decreto nº 11.332/2025 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 5º ....
....
VIII – Dia 29 de setembro de 2026 para a 8ª parcela;

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Quatro Barras, 26 de agosto de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:28580592

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 106/2026

NOMEIA A EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA EM EDUCAÇÃO INTEGRAL, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE QUATRO BARRAS/PR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE QUATRO BARRAS/PR, no uso das atribuições legais;
CONSIDERANDO as disposições do art. 70 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;
CONSIDERANDO que a Educação Integral está prevista no Plano Nacional de Educação e no Plano Municipal de Educação.
CONSIDERANDO o Decreto nº 11.079, de 23 de maio de 2022 que Institui a Política Nacional para Recuperação das Aprendizagens na Educação Básica.
CONSIDERANDO a Lei 14.640 de 31 de julho de 2023 que institui o Programa Escola em Tempo Integral; e altera a Lei nº 11.273 de 06 de fevereiro de 2006, a Lei 13.415 de 16 de fevereiro de 2017 e a Lei nº 14.172 de 10 de junho 2021.
CONSIDERANDO o Art. 1 da Portaria nº 1 – SMEELJ, de 24 de Agosto de 2026, que regulamenta a Política de Educação em Tempo Integral no Município de Quatro Barras/PR
RESOLVE:
Art. 1º - NOMEAR, a Equipe Técnica responsável pelo Programa de Educação em Tempo Integral, para realização do planejamento, acompanhamento pedagógico e logística e execução do programa, gestão de insumos e recursos para a oferta com qualidade da jornada em Tempo Integral, no âmbito do município de Quatro Barras/PR.

MEMBRO	REPRESENTAÇÃO
Fredinei Silva Rodrigues	Secretário Municipal de Educação, Esporte, Lazer e Juventude de Quatro Barras (SMEELJ)
Gleice de Lara Esperanceta	Coordenação Geral - SMEELJ
Clarissa Strapasson Pires	Direção de Educação Integral
Elisabete Aparecida Comin Paschoal	Coordenação de Educação Infantil - SMEELJ
Mariana Aparecida Ferreira da Costa Zanini	Depto. De Compras - SMEELJ
Marlene do Perpétuo Socorro Pires da Silva	Coordenação de Educação Infantil - SMEELJ
Grace Kelly Rossi	Coordenação de Ensino Fundamental - SMEELJ
Graciele Alves Pires	Diretora Escolar - Esc. Pres. Tancredo de Almeida Neves
Noeli Aparecida Lovato	Chefe de Departamento dos Programas Federais e PME - SMEELJ
Scheila Morais da Rosa	Coordenação de Educação Integral - SMEELJ
Roberson Ramos	Diretor Escolar - Esc. Municipal Ernesto Milani

Art. 2º - A Equipe Municipal ficará responsável pela gestão do cumprimento do anexo III da Portaria nº 1.495, de 02 de agosto de 2023, para elaboração e/ou revisão da Política Municipal de Educação em Tempo Integral, nos termos do Art. 6º da Portaria supramencionada.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Quatro Barras, 26 de agosto de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:DBB3AADA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 107/2026

Revoga a Portaria nº 64/2026 que "Instaura e constitui Comissão Especial de Sindicância Administrativa".

O Prefeito Municipal de Quatro Barras, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor,
Considerando a solicitação expedida através do Processo Administrativo nº 7558/2026,

Art. 1º Revoga a Portaria nº 64/2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Quatro Barras, 26 de agosto de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:68B5BAF9

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 108/2026

Indica a Sra. Ieda Inês Tolardo como Coordenadora da Promoção da Igualdade Racial, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Quatro Barras, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor,
Considerando a solicitação expedida através do Processo Administrativo nº 13097/2026;
Considerando a necessidade de adesão ao SINAPIR - Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial,

Art. 1º Indica a Sra. Ieda Inês Tolardo como Coordenadora da Promoção da Igualdade Racial.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Quatro Barras, 26 de agosto de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:A9815B01

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
ATA Nº 34 – ANÁLISE DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO CREDENCIAMENTO Nº 10/2024

Parecer técnico: referente à habilitação final.

OBJETO: **Credenciamento de pessoas física e jurídica para prestação de serviços de motorista de transporte escolar, motorista categoria "B" e motorista categoria "D", conforme especificações contidas no termo de referências (anexo 01) e no estudo técnico preliminar (anexo 02) do referido Edital.**

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de agosto de 2026, às 14:00 (quatorze horas), na sede da Prefeitura Municipal de Quatro Barras, após decorrido o prazo recursal, segue a habilitação final:

ALEX SCHROEDER – CPF: XXX.160.XXX-42, para o item 03 "Prestação de serviço de Motorista Categoria D". **- PROPONENTE HABILITADO.**

A ata de resultado de análise dos documentos foi enviada via e-mail aos licitantes participantes e publicada no site da Prefeitura. Depois de decorrido o prazo recursal, não houve nenhuma manifestação. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente Ata que vai assinada pela presidente da comissão de contratação e membros. Edifício da Prefeitura Municipal de Quatro Barras, 26 (vinte e seis) dias do mês agosto de 2026.

Nada mais havendo a tratar, transcrevemos a presente ata.

APARECIDA ALVES DE PAULA SBRISSIA
Presidente da Comissão de Contratação

CHERON ROTHEMANN
Membro

GLEICE DE LARA ESPERANCETA
Membro

GILSON SYDOR
Membro

Publicado por:
Aparecida Alves de Paula Sbrissia
Código Identificador:118F72BA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE

ADMINISTRAÇÃO GERAL
CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE

PORTARIA Nº 111/2026

SÚMULA: Concede Licença Maternidade.

Alex Sandro Fernandes, Prefeito de Querência do Norte, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,
RESOLVE:

Conceder Licença Maternidade por 120 (cento e vinte) dias a servidora temporária **CAMILA PEREIRA**, portadora da Cédula de Identidade com RG n° 6.***.*11 e do CPF n°066.***.***-96, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – FEMININO no município de Querência do Norte, Estado do Paraná, de acordo com o Art.392 da Consolidação das Leis do Trabalho, conforme Licença Médica, retroativo em 05/08/2026.

Registre-se e
Publique-se.

Querência do Norte, PR, 26 de Agosto de 2026.

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Natalia Rogerio Peixoto
Código Identificador:79974065

ADMINISTRAÇÃO GERAL
LEI MUNICIPAL N°2.128/2026

LEI Nº 2.128/2026

SÚMULA: dá nova redação a dispositivos da Lei 1.737/2020.

Faço saber que a Câmara Municipal de Querência do Norte, Estado do Paraná, aprovou, e eu **ALEX SANDRO FERNANDES**, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O artigo 18 da Lei 1.737/2020 passa a vigorar com a seguinte redação:

Artigo 18 – Fica criado o Conselho Municipal de Saneamento como órgão consultivo e deliberativo da administração municipal, com competência para definição das diretrizes e mecanismos de acompanhamento, fiscalização e controle do Fundo Municipal de saneamento básico e ambiental.

Artigo 2º - Acrescenta o inciso VII no artigo 20, com a seguinte redação:

Artigo 20 (....)
VII – Os representantes dos incisos V e VI devem estar ligados, direta ou indiretamente, ao setor de saneamento básico, conforme resolução 10/2022 da Agepar.

Artigo 3º - O artigo 22 passa a vigorar com a seguinte redação:

Artigo 22 – Fica criado o Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – FMSBA, vinculado à Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos, com as seguintes especificações:
I - Os recursos do FMSBA serão aplicados exclusivamente em saneamento básico no Município, após consulta ao Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – CMSBA, e voltadas à universalização e ao aprimoramento dos serviços públicos de saneamento básico e ambiental.
II – Conformidade com o Plano Municipal de Saneamento Básico e Ambiental.
III – Que as ações sejam de competência do Município e não constituam obrigação contratual do prestador, com exceção daquelas previstas em contrato com a empresa concessionária de água e esgoto no Município.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Querência do Norte, Estado do Paraná, em 25 de agosto de 2026.

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Borges Oliveira
Código Identificador:D1ECF0EC

ADMINISTRAÇÃO GERAL
LEI MUNICIPAL N°2.129/2026

LEI Nº 2.129/2026

SÚMULA: Dá nova redação a enquadramento de beneficiários da Lei 2.089/2025.

Faço saber que a Câmara Municipal de Querência do Norte, Estado do Paraná, aprovou, e eu **ALEX SANDRO FERNANDES**, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Beneficiário ADRIANO APARECIDO DA SILVA, constante da Lei Municipal nº.2.089/2025, passa a vigorar com a seguinte redação:

ADRIANO APARECIDO DA SILVA (CPF 018.187.651-52): LOTE 14, QUADRA 48-A, COM ÁREA DE 675 METROS QUADRADOS.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Querência do Norte, Estado do Paraná, em 25 de agosto de 2026.

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Borges Oliveira
Código Identificador:191B5EBC

ADMINISTRAÇÃO GERAL
PORTARIA N°109/2026

PORTARIA Nº109/2026

Súmula: Concede PENSÃO POR MORTE

ALEX SANDRO FERNANDES, Prefeito do Município de Querência do Norte, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e considerando o processo de Pensão por Morte do servidor público municipal inativo ARGEU MARCELINO DA SILVA,

RESOLVE:
Art. 1º. Fica concedido PENSÃO POR MORTE a ANTONIA LUIZA DANTAS DA SILVA brasileira, viúva, residente e domiciliada na cidade de Querência do Norte–PR, na qualidade de beneficiária do servidor público municipal inativo ARGEU MARCELINO DA SILVA, a quota de 60% da pensão, sendo 50% para quota familiar e 10% para cada dependente, com fundamento no artigo 55 da Lei Complementar 051/2026.
Art. 2º. Fica estipulado como provento mensal da pensão o valor de R$ 1.878,56 (um mil oitocentos e setenta e oito reais e cinquenta e seis centavos), conforme cálculo de proventos e distribuição de quotas.
Art. 3°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Querência do Norte, PR, 26 de Agosto de 2026.

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Silvana Borges Oliveira
Código Identificador:7645D3BE

ADMINISTRAÇÃO GERAL
PORTARIA N°110/2026

PORTARIA Nº110/2026

Súmula: Concede PENSÃO POR MORTE

ALEX SANDRO FERNANDES, Prefeito do Município de Querência do Norte, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e considerando o processo de Pensão por Morte do servidor público municipal inativo JOSÉ NOGUEIRA DA SILVA,

RESOLVE:
Art. 1º. Fica concedido PENSÃO POR MORTE a ANTONIA ALEXANDRINA DA SILVA, brasileira, viúva, residente e domiciliada na cidade de Querência do Norte–PR, na qualidade de beneficiária do servidor público municipal inativo JOSÉ NOGUEIRA DA SILVA, a quota de 60% da pensão, sendo 50% para quota familiar e 10% para cada dependente, com fundamento no artigo 55 da Lei Complementar 051/2026.
Art. 2º. Fica estipulado como provento mensal da pensão o valor de R$ 1.290,14 (um mil duzentos e noventa reais e quatorze centavos), conforme cálculo de proventos e distribuição de quotas.
Art. 3°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Querência do Norte, PR, 26 de Agosto de 2026.

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Silvana Borges Oliveira
Código Identificador:8832A254

CÂMARA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - AUDÊNCIA PÚBLICA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Presidente da Câmara Municipal de Querência do Norte, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, **CONVOCA**, a população em geral para partiicipar de **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, que será realizada no dia **02 de setembro de 2026, às 19:00 horas**, nas dependências da Câmara Municipal de Querência do Norte/PR, localizada à Rua Waldemar dos Santos, nº 1213, Centro.

I - DO TEMA:

A Audiência Pública terá como finalidade discutir e debater:
“Altera a Lei nº 104, de 29 de dezembro de 2003 (Código Tributário do Município de Querência do Norte), para **reformular a base de cálculo, o critério de enquadramento e o lançamento daTaxa de Coleta de Lixo, autorizar sua arrecadação por intermédio da concessionária de saneamento exclusivamente quanto aos imóveis vinculados à unidade consumidora, instituir os Anexos V-A e V-B, e dá outras providências.”**

II - DA PARTICIPAÇÃO:

A Audiência Pública será aberta à participação da população, representantes do Poder Executivo, Legislativo, entidades, associações, órgãos públicos e demais interessados.
Os participantes poderão apresentar sugestões, questionamentos e manifestações relacionadas ao tema objeto da audiência, observadas as regras estabelecidas pela Mesa Diretora.

III - DA DIVULGAÇÃO:

Apresente convocação será divulgada pelos meios oficiais da Câmara Municipal e do Município, bem como outros meios que possibilitem o conhecimento da população.

IV - DISPOSIÇÕES FINAIS:

A Audiência Pública será conduzida pela Presidência da Câmara Municipal ou por representante por ela designado, observando-se as disposições da Lei Orgânica Municipal e do Regimento Interno.
E, para que chegue ao conhecimento de todos, publica-se o presente Edital.

Edifício da Câmara Municipal de Querência do Norte/PR, em 25 de agosto de 2026.

RICARDO PAULINO DA SILVA
Presidente do Legislativo
Querência do Norte/PR

Publicado por:
Ângela Santos Barcelos
Código Identificador:9F5DF787

LICITAÇÃO
TA CONT.232.2025 FUNDO DE VALE

TERMO DE ADITIVO
Exercício: 2026
MUNICIPIO DE QUERENCIA DO NORTE
Estado do Paraná

1° Termo aditivo do contrato nº.232/2025, decorrente de Concorrência n° 13/2025 RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADAS DE FUNDO DE VALE- PORTO BRASILIO - CONVENIO IAT Nº 14/2018.

O MUNICIPIO DE QUERENCIA DO NORTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.973.692/0001-16, com endereço em Rua Waldemar dos Santos, 1197, Centro, Querência do Norte/PR, CEP. 87930-000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr. ALEX SANDRO FERNANDES, portador do CPF/MF nº 083.***.979-** e Cédula de Identidade RG nº 10.***.514-* SSP/PR e a empresa CONSTRUTORA E DEPOSITO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO REALIZANDO SONHO LTDA, CNPJ 26.225.478/0001-03, localizada na Avenida São Paulo, 1242, centro, Querência do Norte – PR, neste ato representada por EUGENIA GELLI RAIMUNDO, inscrito no CPF sob n. º 507.***.239-**, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto - dilatação do prazo de EXECUÇÃO e VIGÊNCIA com término em 16 de novembro de 2026 , nos termos do artigo no artigo 105 da Lei nº. 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS

As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.

E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

MUNICIPIO DE QUERENCIA DO NORTE

CONTRATADA

CONTRATANTE

CNPJ:76.973.692/0001-16

www.elotech.com.br

LONGUINI INDUSTRIA E COMERCIO DE PAVIMENTAÇÕES LTDA, CNPJ: 03.716.753/0001-96

Querência do Norte, 20 de Agosto de 2026

Publicado por:
Mônica Isabel de Novaes
Código Identificador:7AA18DAA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUITANDINHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONCURSO PÚBLICO N° 001/2026

CONCURSO PÚBLICO N° 001/2026
EDITAL Nº 004/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE QUITANDINHA, ESTADO DO PARANÁ, **JOSÉ RIBEIRO DE MOURA,** no uso de suas atribuições legais;
Considerando o Edital nº 001/2026 de Abertura do Concurso Público do Município de Quitandinha – PR, publicado em 29 de julho de 2026;
Considerando o Edital nº 002/2026 com o resultado preliminar dos pedidos de isenção, publicado em 21 de julho de 2026;

TORNA PÚBLICO

Art. 1º - O resultado dos pedidos de isenção, conforme estabelecido no Edital de Abertura do Concurso Público de Quitandinha – PR, para os candidatos de acordo com anexos deste Edital.
Art. 2º - O Anexo I contém o resultado dos pedidos de isenção após prazo para recursos e o Anexo II contém o status dos recursos contra o resultado preliminar dos pedidos de isenção cadastrados do site da UNIOESTE/COGEPS durante o prazo estabelecido em cronograma.
Art. 3º - Os candidatos que interpuseram recurso contra o resultado preliminar dos pedidos de isenção poderão consultar a resposta individualmente na "Área do Candidato", disponível no endereço eletrônico https://concursos.unioeste.br/.
Art. 4º - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Quitandinha, Estado do Paraná,26 de agosto de 2026.

JOSÉ RIBEIRO DE MOURA
Prefeito do Município de Quitandinha - PR

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:43762582

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONCURSO PÚBLICO N° 001/2026 - ANEXO AO EDITAL 04/2026

ANEXO II – STATUS DOS RECURSOS CONTRA O RESULTADO PRELIMINAR DOS PEDIDOS DE ISENÇÃO

Inscrição	Status
002017	INDEFERIDO
002017	INDEFERIDO
000776	INDEFERIDO
001007	INDEFERIDO
000879	INDEFERIDO
000181	INDEFERIDO
002697	INDEFERIDO
002697	INDEFERIDO
002657	INDEFERIDO
002856	INDEFERIDO
002266	INDEFERIDO
002969	INDEFERIDO
002080	INDEFERIDO
002265	INDEFERIDO
000420	INDEFERIDO
000420	INDEFERIDO
002750	INDEFERIDO
001090	DEFERIDO
002588	INDEFERIDO
002588	INDEFERIDO
000259	INDEFERIDO
001941	DEFERIDO
000451	DEFERIDO
000451	DEFERIDO
002688	INDEFERIDO
002664	INDEFERIDO
002409	DEFERIDO
002409	DEFERIDO
001813	INDEFERIDO
000186	DEFERIDO
001050	INDEFERIDO
000372	INDEFERIDO
000372	INDEFERIDO
000881	INDEFERIDO
002780	INDEFERIDO
002412	DEFERIDO
001674	DEFERIDO
000037	INDEFERIDO

002358	INDEFERIDO
001287	INDEFERIDO
001287	INDEFERIDO
002740	INDEFERIDO
002538	INDEFERIDO
000250	INDEFERIDO
001636	DEFERIDO

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:402E5C8C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N° 275/2026

PORTARIA N° 275/2026

O Prefeito do Município de Quitandinha, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, especialmente embasado no art. 62, XXIX da Lei Orgânica Municipal e no art. 37, inciso I da Lei Municipal nº. 419/98 de 10/02/98,

RESOLVE

Art. 1º Fica exonerada, MILLENA GABRIELA FABIENSKI, portadora do RG nº 14.672.927-4/PR, do cargo em comissão de Assessor de Secretário, com exercício de suas funções na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Comunitário, Cultura, Esporte e Turismo.

Art. 2º A presente portaria entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Quitandinha, Estado do Paraná, 18 de agosto de 2026.

Gabinete do Prefeito

JOSÉ RIBEIRO DE MOURA
Prefeito Municipal

ANTONIO IARGAS
Secretário Municipal de Desenvolvimento Humano, Administração, Finanças e Inovação

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:093B2339

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N° 277/2026

PORTARIA N° 277/2026

O Prefeito do Município de Quitandinha, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, especialmente embasada no art. 62, XXIX da Lei Orgânica Municipal, no art. 85 da Lei Municipal nº. 419/98 de 10 de fevereiro de 1998 e protocolo nº 4366/2026,

RESOLVE

Art. 1º Prorroga a licença para tratamento de saúde a partir de 19/08/2026 a 25/08/2026, para MARIA FRANCIANI KRUPA CANTELE, RG nº. 8.018.015-2/PR, funcionária pública municipal efetiva e estável, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saude, com exercício de suas funções na Secretaria Municipal de Desenvolvimento em Saúde e Bem-Estar.

Art. 2º A presente portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 19/08/2026, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Quitandinha, Estado do Paraná, 20 de agosto de 2026.

Gabinete do Prefeito

JOSÉ RIBEIRO DE MOURA
Prefeito Municipal

ANTONIO IARGAS
Secretário Municipal de Desenvolvimento Humano, Administração, Finanças e Inovação

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:BE962657

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D' OESTE

ADMINISTRAÇÃO
1º TERMO ADITIVO PRORROGAÇÃO DE PRAZO E VALOR CONTRATO N° 075/2025

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 028/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 080/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE - PR
CONTRATADA: M R BENTO & CIA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 06.011.607/0001-53

OBJETO: Contratação de Empresa especializada para Locação Espaço Físico com Piscina (Aquecimento Térmico, Tratamento de Água, Escadas de Acesso e Piso Antiderrapante) e 01 profissional capacitado para o desenvolvimento de atividades de Aulas de Hidroginástica aos Membros do Grupo da Melhor Idade em atendimento a necessidade do Departamento de Assistência Social do Município de Rancho Alegre D'Oeste-Pr, conforme especificações constantes no Anexo I - Termo de Referência.

VALOR TOTAL DO ADITIVO: R$ 105.362,04 (Cento e cinco mil, trezentos e sessenta e dois reais e quatro centavos).
DATA DO ADITIVO: 24/08/2026
VIGÊNCIA DO ADITIVO: 08/09/2026 a 08/09/2027
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: **Artigo 74, Inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021.**

Rancho Alegre D'Oeste/PR, 26 de agosto de 2026.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rose Silva Moreira Mourão
Código Identificador:45C0C4E9

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATOS ATAS REGISTROS

EXTRATO DA ATA REGISTRO Nº 065/2026
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 031/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 063/2026

CONTRATANTE: Município de Rancho Alegre D'Oeste – PR
CONTRATADA: MEDINGA COMERCIAL LTDA - EPP, inscrita no **CNPJ N° 57.742.953/0001-42**
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR, em atendimento ao Departamento de Saúde do Município de Rancho Alegre D'Oeste de acordo com as especificações e quantidades descritas no Anexo I – Termo de Referência;
VALOR TOTAL DOS LOTES: R$ 4.528,00 (Quatro mil quinhentos e vinte oito reais).
DATA HOMOLOGAÇÃO:19/08/2026
DATA DA ATA REGISTRO:20/08/2026

VIGÊNCIA DA ATA REGISTRO: Até 20/08/2027
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 2021, Lei Complementar n.º 123/2006, Lei Municipal nº 814/08/2021 e Decreto Municipal n.º 1.783/2024 e demais legislação aplicável.

Rancho Alegre D'Oeste – PR, 20 de Agosto de 2026

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO Nº 066/2026
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 031/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 063/2026

CONTRATANTE: Município de Rancho Alegre D'Oeste – PR
CONTRATADA: YNEMED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA – ME, inscrita no **CNPJ N° 51.740.794/0001-60**
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR, em atendimento ao Departamento de Saúde do Município de Rancho Alegre D'Oeste de acordo com as especificações e quantidades descritas no Anexo I – Termo de Referência;
VALOR TOTAL DOS LOTES: R$ 4.678,30 (Quatro mil seiscentos e setenta oito reais e trinta centavos).
DATA HOMOLOGAÇÃO:19/08/2026
DATA DA ATA REGISTRO:20/08/2026
VIGÊNCIA DA ATA REGISTRO: Até 20/08/2027
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 2021, Lei Complementar n.º 123/2006, Lei Municipal nº 814/08/2021 e Decreto Municipal n.º 1.783/2024 e demais legislação aplicável.

Rancho Alegre D'Oeste – PR, 20 de Agosto de 2026

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO Nº 067/2026
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 031/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 063/2026

CONTRATANTE: Município de Rancho Alegre D'Oeste – PR
CONTRATADA: MEDMED COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA, inscrita no **CNPJ N°34.064.557/0001-08**
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR, em atendimento ao Departamento de Saúde do Município de Rancho Alegre D'Oeste de acordo com as especificações e quantidades descritas no Anexo I – Termo de Referência;
VALOR TOTAL DOS LOTES: R$ 851,30 (Oitocentos e cinquenta um reais e trinta centavos).
DATA HOMOLOGAÇÃO:19/08/2026
DATA DA ATA REGISTRO:20/08/2026
VIGÊNCIA DA ATA REGISTRO: Até 20/08/2027
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 2021, Lei Complementar n.º 123/2006, Lei Municipal nº 814/08/2021 e Decreto Municipal n.º 1.783/2024 e demais legislação aplicável.

Rancho Alegre D'Oeste – PR, 20 de Agosto de 2026

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO Nº 068/2026
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 031/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 063/2026

CONTRATANTE: Município de Rancho Alegre D'Oeste – PR
CONTRATADA: DS MED – EQUIPAMENTOS & SUPRIMENTOS MEDICOS LTDA – EPP, inscrita no **CNPJ N° 63.278.264/0001-21**
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR, em atendimento ao Departamento de Saúde do Município de Rancho Alegre D'Oeste de acordo com as especificações e quantidades descritas no Anexo I – Termo de Referência;
VALOR TOTAL DOS LOTES: R$ 699,00 (Seiscentos e noventa nove reais).
DATA HOMOLOGAÇÃO:19/08/2026
DATA DA ATA REGISTRO:20/08/2026
VIGÊNCIA DA ATA REGISTRO: Até 20/08/2027
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 2021, Lei Complementar n.º 123/2006, Lei Municipal nº 814/08/2021 e Decreto Municipal n.º 1.783/2024 e demais legislação aplicável.

Rancho Alegre D'Oeste – PR, 20 de Agosto de 2026

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO Nº 069/2026
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 031/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 063/2026

CONTRATANTE: Município de Rancho Alegre D'Oeste – PR
CONTRATADA: L & P LIFE COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA – ME, inscrita no **CNPJ N° 49.875.336/0001-97.**
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR, em atendimento ao Departamento de Saúde do Município de Rancho Alegre D'Oeste de acordo com as especificações e quantidades descritas no Anexo I – Termo de Referência;
VALOR TOTAL DOS LOTES: R$ 7.184,00 (Sete mil cento e oitenta quatro reais).
DATA HOMOLOGAÇÃO:19/08/2026
DATA DA ATA REGISTRO:20/08/2026
VIGÊNCIA DA ATA REGISTRO: Até 20/08/2027
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 2021, Lei Complementar n.º 123/2006, Lei Municipal nº 814/08/2021 e Decreto Municipal n.º 1.783/2024 e demais legislação aplicável.

Rancho Alegre D'Oeste – PR, 20 de Agosto de 2026

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO Nº 070/2026
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 031/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 063/2026

CONTRATANTE: Município de Rancho Alegre D'Oeste – PR
CONTRATADA: HOSP MEDIC SERVIÇOS LTDA – ME, inscrita no **CNPJ N° 20.861.961/0001-06.**
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR, em atendimento ao Departamento de Saúde do Município de Rancho Alegre D'Oeste de acordo com as especificações e quantidades descritas no Anexo I – Termo de Referência;
VALOR TOTAL DOS LOTES: R$ 9.115,00 (Nove mil cento e quinze reais).
DATA HOMOLOGAÇÃO:19/08/2026
DATA DA ATA REGISTRO:20/08/2026
VIGÊNCIA DA ATA REGISTRO: Até 20/08/2027
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 2021, Lei Complementar n.º 123/2006, Lei Municipal nº 814/08/2021 e Decreto Municipal n.º 1.783/2024 e demais legislação aplicável.

Rancho Alegre D'Oeste – PR, 20 de Agosto de 2026

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO Nº 071/2026
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 031/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 063/2026

CONTRATANTE: Município de Rancho Alegre D'Oeste – PR
CONTRATADA: LIAMED – DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS MEDICOS HOSPITALARES LTDA – EPP, com sede Av. Osvaldo Cruz, N°1420 Loja 101 Km 3, Bairro Nossa Senhora das Dores, na cidade de Santa Maria/RS, devidamente inscrita no **CNPJ N° 50.694.319/0001-32.**
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR, em atendimento ao Departamento de Saúde do Município de Rancho Alegre D'Oeste de acordo com as especificações e quantidades descritas no Anexo I – Termo de Referência;
VALOR TOTAL DOS LOTES: R$ 775,00 (Setecentos e setenta cinco reais).
DATA HOMOLOGAÇÃO:19/08/2026
DATA DA ATA REGISTRO:20/08/2026
VIGÊNCIA DA ATA REGISTRO: Até 20/08/2027
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 2021, Lei Complementar n.º 123/2006, Lei Municipal nº 814/08/2021 e Decreto Municipal n.º 1.783/2024 e demais legislação aplicável.

Rancho Alegre D'Oeste – PR, 20 de Agosto de 2026

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO Nº 072/2026
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 031/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 063/2026

CONTRATANTE: Município de Rancho Alegre D'Oeste – PR
CONTRATADA: SSZ DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – EPP, com sede Rua Cuiabá N°5548, Bairro Alto Alegre, na cidade de Cascavel/PR, devidamente inscrita no **CNPJ N° 49.648.233/0001-94.**
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR, em atendimento ao Departamento de Saúde do Município de Rancho Alegre D'Oeste de acordo com as especificações e quantidades descritas no Anexo I – Termo de Referência;
VALOR TOTAL DOS LOTES: R$ 3.200,00 (Três mil e duzentos reais).
DATA HOMOLOGAÇÃO:19/08/2026
DATA DA ATA REGISTRO:20/08/2026
VIGÊNCIA DA ATA REGISTRO: Até 20/08/2027
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 2021, Lei Complementar n.º 123/2006, Lei Municipal nº 814/08/2021 e Decreto Municipal n.º 1.783/2024 e demais legislação aplicável.

Rancho Alegre D'Oeste – PR, 20 de Agosto de 2026

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO Nº 073/2026
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 031/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 063/2026

CONTRATANTE: Município de Rancho Alegre D'Oeste – PR
CONTRATADA: G. GIRARDI COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA – ME, inscrita no **CNPJ N° 30.090.371/0001-72.**
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR, em atendimento ao Departamento de Saúde do Município de Rancho Alegre D'Oeste de acordo com as especificações e quantidades descritas no Anexo I – Termo de Referência;
VALOR TOTAL DOS LOTES: R$ 1.189,50 (Um mil cento e oitenta nove reais e cinquenta centavos).
DATA HOMOLOGAÇÃO:19/08/2026
DATA DA ATA REGISTRO:20/08/2026
VIGÊNCIA DA ATA REGISTRO: Até 20/08/2027
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 2021, Lei Complementar n.º 123/2006, Lei Municipal nº 814/08/2021 e Decreto Municipal n.º 1.783/2024 e demais legislação aplicável.

Rancho Alegre D'Oeste – PR, 20 de Agosto de 2026.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO Nº 074/2026
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 031/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 063/2026

CONTRATANTE: Município de Rancho Alegre D'Oeste – PR
CONTRATADA: ECO-FARMAS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA – EPP, inscrita no **CNPJ N° 85.477.586/0001-32.**
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR, em atendimento ao Departamento de Saúde do Município de Rancho Alegre D'Oeste de acordo com as especificações e quantidades descritas no Anexo I – Termo de Referência;
VALOR TOTAL DOS LOTES: R$ 300,00 (Trezentos reais).
DATA HOMOLOGAÇÃO:19/08/2026
DATA DA ATA REGISTRO:20/08/2026
VIGÊNCIA DA ATA REGISTRO: Até 20/08/2027
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 2021, Lei Complementar n.º 123/2006, Lei Municipal nº 814/08/2021 e Decreto Municipal n.º 1.783/2024 e demais legislação aplicável.

Rancho Alegre D'Oeste – PR, 20 de Agosto de 2026

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO Nº 075/2026
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 031/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 063/2026

CONTRATANTE: Município de Rancho Alegre D'Oeste – PR
CONTRATADA: F. COMM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA – EPP, inscrita no **CNPJ N° 49.535.491/0001-64.**
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR, em atendimento ao Departamento de Saúde do Município de Rancho Alegre D'Oeste de acordo com as especificações e quantidades descritas no Anexo I – Termo de Referência;
VALOR TOTAL DOS LOTES: R$ 1.039,98 (Um mil trinta e nove reais e noventa oito centavos).
DATA HOMOLOGAÇÃO:19/08/2026
DATA DA ATA REGISTRO:20/08/2026
VIGÊNCIA DA ATA REGISTRO: Até 20/08/2027
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 2021, Lei Complementar n.º 123/2006, Lei Municipal nº 814/08/2021 e Decreto Municipal n.º 1.783/2024 e demais legislação aplicável.

Rancho Alegre D'Oeste – PR, 20 de Agosto de 2026

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sueli Batista Alves
Código Identificador:B1B65E43

ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO CMDCA 015/2026

Dispõe sobre a substituição de membros da Comissão Disciplinar instituída pela Resolução CMDCA nº 009/2026 para a apuração das Sindicâncias Administrativas nº 001/2026, nº 002/2026 e nº 003/2026.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA do Município de Rancho Alegre d'Oeste, Estado do Paraná, por meio de sua Presidente, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 597/06/2015,
Considerando o disposto no artigo 52 da Lei Municipal nº 597/06/2015;
Considerando a necessidade de assegurar a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, devido processo legal, contraditório, ampla defesa e, especialmente, do princípio da imparcialidade na condução dos processos administrativos disciplinares;
Considerando as deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente em reunião ordinária realizada em 30 de julho de 2026 e 20 de agosto de 2026 que aprovou a substituição de membros da Comissão Disciplinar para atuação exclusiva nas Sindicâncias Administrativas nº 001/2026, nº 002/2026 e nº 003/2026;
RESOLVE:
Art. 1º Ficam substituídos para a apuração das Sindicâncias Administrativas nº 001/2026, nº 002/2026 e nº 003/2026, os membros da Comissão Disciplinar designados pela Resolução CMDCA nº 009/2026, em observância ao princípio da imparcialidade.
Art. 2º A Comissão Disciplinar, para atuação exclusiva nas Sindicâncias Administrativas nº 001/2026, nº 002/2026 e nº 003/2026, passa a ser composta pelos seguintes membros:
I – Representante Governamental: Sandra Nunes Machado.
II – Representante do Conselho Tutelar: Elizia Viel Simão
III – Representante Não Governamental: Anderson Alves Macedo.
Art. 3º Esta Resolução produzirá efeitos sobre todos os atos administrativos decorrentes das Sindicâncias Administrativas nº 001/2026, nº 002/2026 e nº 003/2026, inclusive aqueles constantes das Resoluções CMDCA nº 006/2026, nº 007/2026 e nº 008/2026, bem como de quaisquer atos posteriores relacionados aos respectivos procedimentos administrativos.
Parágrafo único. Em todas as referências constantes das Resoluções CMDCA nº 006/2026, nº 007/2026 e nº 008/2026, bem como nos atos administrativos posteriores vinculados às Sindicâncias Administrativas nº 001/2026, nº 002/2026 e nº 003/2026, onde se lê **"Resolução CMDCA nº 005/2026"** e **"Resolução CMDCA nº 009/2026"** passa-se a ler **"Resolução CMDCA nº 015/2026"**, para fins de identificação da composição da Comissão Disciplinar competente.
Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos aos atos administrativos praticados no âmbito das Sindicâncias Administrativas nº 001/2026, nº 002/2026 e nº 003/2026, desde que não haja prejuízo aos direitos das partes.
Rancho Alegre d'Oeste/PR, 26 de agosto de 2026.

JANAÍNA LETÍCIA DA SILVA
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Vanessa Rayane Macedo da Cruz Ferreira
Código Identificador:2E5EDFAB

SAÚDE
PORTARIA 291/09/2026

O Prefeito Municipal de Rancho Alegre D´Oeste, Estado do Paraná, Senhor **EVERTON CÁSSIO ZANUTO**, no uso de suas atribuições legais conforme a Lei nº 959/09/2025, resolve:

AUTORIZAR

I – O Servidor **THIAGO SENNA BARBOSA**, ocupante do cargo de **MOTORISTA II** para se ausentar a Serviço do Município de Rancho Alegre D´Oeste;
II – Concessão de diárias para **Transporte de Pacientes em Tratamento de Saúde na cidade de Curitiba e RMC**.
III – Data: **27/08/2026** a **29/08/2026.**
IV – Cidade de **Curitiba/PR**.
V – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições ao contrário.

PAÇO MUNICIPAL "20 DE MARÇO".

Rancho Alegre D'Oeste - PR, 26 de agosto de 2026.

EVERTON CÁSSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vagner Duarte
Código Identificador:41C9A857

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE REALEZA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE RESULTADO E HOMOLOGAÇÃO
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 09/2026

O **MUNICÍPIO DE REALEZA**, Estado do Paraná, por intermédio do Prefeito Municipal, Sr. **Paulo Cezar Casaril**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 2.289/2026, com a Lei Federal nº 14.133/2021 e demais disposições aplicáveis, torna público o **RESULTADO FINAL E CELEBRAÇÃO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO ONEROSA DE ESPAÇO PÚBLICO** referente ao **Chamamento Público nº 09/2026**.

OBJETO: Permissão de Uso Onerosa de espaços públicos municipais para a instalação, operação, manutenção e exploração econômica de 09 (nove) totens digitais de LED destinados à comunicação urbana, veiculação de publicidade comercial e campanhas institucionais do Município.
EMPRESA VENCEDORA / PERMISSIONÁRIA:
Razão Social: 67.950.281 DIONEIA FERREIRA CASARIL
CNPJ: 67.950.281/0001-14
Representante Legal: Dioneia Ferreira Casaril
PRAZO DE VIGÊNCIA: 05 (cinco) anos, contados a partir da data de assinatura do Termo.
CONTRAPARTIDA INSTITUCIONAL: A permissão de uso estabelece a disponibilização gratuita de, no mínimo, 30% (trinta por cento) do tempo total de exibição diária de cada equipamento para veiculação de campanhas, programas e conteúdos institucionais da Prefeitura Municipal de Realeza.
DATA DA ASSINATURA DO TERMO: 26 de agosto de 2026.
DOCUMENTAÇÃO NA INTEGRA: https://www.realeza.pr.gov.br/chamamentos/chamamento-publico

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:A981A5C4

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9.055/2026 26/08/2026

PAULO CEZAR CASARIL, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE REALEZA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º - EXONERAR a pedido a servidora abaixo relacionada do cargo Temporário do PSS 01/2025 de Auxiliar Administrativo, a partir da data de hoje 26 de agosto de 2026.
MARINES PALMEIRA DEMBISKI BUENO

Art. 2º - Esta Portaria vigora a partir de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Realeza, Estado do Paraná, aos vinte e seis dias do mês de Agosto de dois mil e vinte e seis.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:4801C088

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9.056/2026 DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

Instaura Processo Administrativo Disciplinar Nº 02/2026.

PAULO CEZAR CASARIL, Prefeito do Município de Realeza, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto nos artigos 215 e 227 da Lei Complementar nº 01/2022,

CONSIDERANDO o Memorando nº 01/2026, da REALTRAN – Realeza/PR, por meio do qual foi solicitada a instauração de Processo Administrativo Disciplinar para apuração de possíveis irregularidades funcionais atribuídas ao servidor F. F. G., ocupante do cargo de Agente de Trânsito;

CONSIDERANDO as denúncias, manifestações e relatos encaminhados por meio da Ouvidoria Municipal, relacionados à atuação funcional do servidor no exercício das atribuições inerentes ao cargo de Agente de Trânsito, especialmente quanto a possíveis condutas incompatíveis com os deveres funcionais e a possíveis excessos ou condutas inadequadas no exercício de suas atribuições;

CONSIDERANDO a necessidade de apuração, mediante procedimento administrativo próprio, da materialidade e autoria dos fatos relatados, bem como de eventual responsabilidade funcional, assegurados ao servidor o contraditório e a ampla defesa;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 187, 188, 203, 215 e 227 da Lei Complementar nº 01/2022;

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar o Processo Administrativo Disciplinar nº 02/2026, com fundamento nos artigos 215 e 227 da Lei Complementar nº 01/2022, em face do servidor F. F. G., matrícula nº 3106482, ocupante do cargo de Agente de Trânsito, destinado a apurar, de forma individualizada, os fatos e condutas funcionais atribuídos ao servidor nos documentos e manifestações que integram ou venham a integrar os autos, relacionados ao exercício das atribuições do cargo de Agente de Trânsito.

§ 1º A apuração compreenderá, especialmente, a verificação da eventual ocorrência de condutas funcionais incompatíveis com as atribuições e deveres inerentes ao cargo, inclusive quanto aos relatos de possível tratamento inadequado ou, em tese, incompatível com os deveres de cordialidade, educação e respeito no atendimento e abordagem de munícipes, bem como de possíveis excessos no exercício das atribuições de Agente de Trânsito mencionados nas denúncias e manifestações encaminhadas à Administração Municipal.

§ 2º Os fatos deverão ser apurados quanto à sua materialidade, autoria, circunstâncias e eventual responsabilidade funcional do servidor, podendo a Comissão Processante, durante a instrução, promover o enquadramento jurídico dos fatos de acordo com os elementos efetivamente produzidos nos autos, sem prejuízo da observância do contraditório e da ampla defesa.

§ 3º Poderá ser objeto de apuração, em tese, eventual descumprimento dos deveres previstos nos incisos I, II e VII do art. 187 da Lei Complementar nº 01/2022, bem como eventual ocorrência de infrações previstas no art. 188 do mesmo diploma legal, inclusive para fins de verificação da eventual incidência das hipóteses de aplicação da penalidade de demissão previstas no art. 203 da referida Lei Complementar, caso os fatos e elementos de prova produzidos no curso da instrução assim o indiquem.

§ 4º Poderão ser considerados, para fins de apuração, todos os elementos de prova relacionados diretamente aos fatos objeto deste Processo Administrativo Disciplinar, inclusive documentos, denúncias, manifestações da Ouvidoria Municipal, registros administrativos, relatórios de serviço, escalas de trabalho, registros de atendimento e fiscalização, depoimentos, bem como imagens e áudios provenientes de câmeras de gravação corporal, sistemas de gravação instalados nos veículos utilizados no serviço e demais registros audiovisuais eventualmente existentes, quando existentes e disponíveis, observada a legislação aplicável.

§ 5º A presente instauração não implica antecipação de juízo quanto à responsabilidade funcional do servidor, ficando eventual caracterização de infração disciplinar, seu respectivo enquadramento e a eventual aplicação de penalidade condicionados aos elementos de prova produzidos durante a instrução, ao exercício do contraditório e da ampla defesa e ao julgamento do processo pela autoridade competente.

§ 6º Caso sejam comprovados, no curso da instrução, fatos que se enquadrem nas infrações previstas no art. 188 da Lei Complementar nº 01/2022 e que, em razão de sua natureza e das circunstâncias apuradas, possam ensejar a aplicação da penalidade de demissão, nos termos do art. 203 do mesmo diploma legal, a Comissão Processante deverá analisar e consignar expressamente tais circunstâncias em seu relatório conclusivo, indicando os respectivos fundamentos legais e os elementos de prova que sustentem sua conclusão, sem prejuízo do contraditório e da ampla defesa e da competência da autoridade julgadora para a decisão final.

Art. 2º Determinar que a Comissão Processante, nomeada pela Portaria nº 8.359/2025, de 08 de setembro de 2025, promova a instalação e instrução dos autos, adotando todas as providências necessárias à completa apuração dos fatos, inclusive aquelas destinadas à preservação, obtenção e análise dos elementos de prova pertinentes, assegurando-se ao servidor o contraditório e a ampla defesa, na forma da legislação aplicável.

Art. 3º A Comissão Processante deverá proceder à apuração imparcial dos fatos, podendo realizar diligências, requisitar documentos, relatórios, registros e imagens, solicitar a preservação de registros audiovisuais, promover a oitiva de testemunhas, inclusive de agentes que tenham atuado conjuntamente com o servidor, e promover a oitiva do servidor, bem como adotar outras medidas necessárias ao esclarecimento dos fatos, desde que pertinentes ao objeto deste Processo Administrativo Disciplinar.

Parágrafo único. A Comissão deverá, sempre que possível, identificar nos autos as datas, horários, locais e circunstâncias correspondentes aos fatos objeto das denúncias, de modo a possibilitar a adequada individualização das condutas e a análise dos respectivos elementos de prova.

Art. 4º O prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar será de até 120 (cento e vinte) dias, contados da data da publicação desta Portaria, admitida prorrogação mediante justificativa fundamentada, na forma da legislação aplicável.

Art. 5º Concluída a instrução, a Comissão Processante deverá apresentar relatório conclusivo, contendo a síntese dos fatos apurados, os elementos de prova produzidos, a análise das alegações apresentadas pelo servidor, a apreciação individualizada das condutas objeto da apuração e a conclusão quanto à existência ou não de responsabilidade funcional, indicando, se for o caso, os dispositivos legais ou regulamentares eventualmente infringidos, inclusive as infrações previstas no art. 188 da Lei Complementar nº 01/2022, bem como, quando cabível, a eventual possibilidade de aplicação da penalidade de demissão, nos termos do art. 203 do mesmo diploma legal, além das circunstâncias relevantes para o julgamento.

Art. 6º Os trabalhos da Comissão Processante deverão observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência, razoabilidade, proporcionalidade, contraditório e ampla defesa,

assegurando-se ao servidor o pleno exercício dos direitos previstos na legislação aplicável.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Realeza, Estado do Paraná, aos 26 (vinte e seis) dias do mês de agosto de 2026.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:D3864124

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9.057/2026 26/08/2026

PAULO CEZAR CASARIL, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE REALEZA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER jornada de Regime Suplementar a servidora **ELIANE BERNARDO DA SILVA ALVES**, cadastrada sob a matrícula Nº6801, ocupante do cargo efetivo de Professor, na da data do dia de hoje 26/08/2026 para suprir o afastamento por atestado da servidora **DIENIFER DE MEIRA LOURENSSI**, Matricula Nº276771 em cargo efetivo de Professor, conforme Art.55 da Lei complementar Nº03 de janeiro de 2022.

Art. 2º - Esta Portaria vigora a partir de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Realeza, Estado do Paraná, aos vinte e seis dias do mês de Agosto de dois mil e vinte e seis.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:15FA6454

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO PE-RP 41

AVISO DE LICITAÇÃO

A **PREFEITURA DE REALEZA**, Estado do Paraná, torna público e para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação, na seguinte modalidade e características:
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2026
PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 90/2026 - TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM
PROCESSO COMPRASGOV: Nº 987805-13/2026
OBJETO: O objeto da presente licitação éREGISTRO DE PREÇOS PARA SERVIÇOS DE segurança desarmada,conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
SESSÃO DE DISPUTA: Dia 14 de setembro de 2026 às 08:30h.
FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: O referido edital poderá ser obtido junto ao Setor de Licitações do Município de Realeza, a partir do dia 27 de agosto de 2026, durante o horário de expediente da Prefeitura, através de solicitação via e-mail: licitacao2@realeza.pr.gov.br.
SISTEMA ELETRÔNICO: COMPRASGOV

REALEZA, AOS vinte e seis dias de agosto de 2026.

KELLY CRISTINA MELLO
Pregoeira

Publicado por:
Nicoly Eduarda Engester Martini
Código Identificador:D6A418CF

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA - PE-RP 81/2025

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 261/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: ALFA LICITAÇÕES LTDA
OBJETO: O objeto da presente licitação é REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE móveis, eletrodoméstico e utensílios conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
REFERENTE LICITAÇÃO PREGÃO - Nº 81/2025
VALOR TOTAL: R$91.554,85 (Noventa e Um Mil, Quinhentos e Cinqüenta e Quatro Reais e Oitenta e Cinco Centavos)
DATA DA ASSINATURA: 20/08/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 262/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: BARBARA TALLITA ALMEIDA COSTA SILVA
OBJETO: O objeto da presente licitação é REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE móveis, eletrodoméstico e utensílios conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
REFERENTE LICITAÇÃO PREGÃO - Nº 81/2025
VALOR TOTAL: R$4.904,85 (Quatro Mil, Novecentos e Quatro Reais e Oitenta e Cinco Centavos)
DATA DA ASSINATURA: 20/08/2026

Publicado por:
Nicoly Eduarda Engester Martini
Código Identificador:482CC80E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO - PE-RP 31

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 300/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: PAULO DANIEL R DA SILVA
OBJETO: O objeto da presente licitação é Aquisição de refeições prontas (marmitas), destinadas aos servidores, no perímetro rural e urbano, conforme especificações de qualidade, quantidade e condições de entrega estabelecidas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
REFERENTE LICITAÇÃO PREGÃO - Nº 31/2026
VALOR TOTAL: R$34.252,15 (Trinta e Quatro Mil, Duzentos e Cinqüenta e Dois Reais e Quinze Centavos)
DATA DA ASSINATURA: 25/08/2026

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 301/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: DEONILDA RUSSI CAZALI LTDA
OBJETO: O objeto da presente licitação é Aquisição de refeições prontas (marmitas), destinadas aos servidores, no perímetro rural e urbano, conforme especificações de qualidade, quantidade e condições de entrega estabelecidas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
REFERENTE LICITAÇÃO PREGÃO - Nº 31/2026
VALOR TOTAL: R$97.427,24 (Noventa e Sete Mil, Quatrocentos e Vinte e Sete Reais e Vinte e Quatro Centavos)
DATA DA ASSINATURA: 25/08/2026

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 302/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: BRUNA KETLLY GROLLI
OBJETO: O objeto da presente licitação é Aquisição de refeições prontas (marmitas), destinadas aos servidores, no perímetro rural e urbano, conforme especificações de qualidade, quantidade e condições

de entrega estabelecidas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
REFERENTE LICITAÇÃO PREGÃO - Nº 31/2026
VALOR TOTAL: R$29.203,20 (Vinte e Nove Mil, Duzentos e Três Reais e Vinte Centavos)
DATA DA ASSINATURA: 25/08/2026

Publicado por:
Nicoly Eduarda Engester Martini
Código Identificador:79B07E2C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA

CAMARA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº 008, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

RESOLUÇÃO Nº 008, DE 26 DE AGOSTO DE 2026
A CÂMARA MUNICIPAL DE RENASCENÇA, Estado do Paraná, aprovou, e eu, **PRESIDENTE,** promulgo a seguinte Resolução:

AUTORIZA A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE RENASCENÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
Art. 1º. Fica o Presidente da Câmara Municipal autorizado a adotar as providências necessárias à realização de concurso público para o provimento de cargos efetivos vagos integrantes do quadro de pessoal do Poder Legislativo, criados pelas Resoluções n°. 01, de 07 de outubro de 2009, e n° 005, de 29 de agosto de 2018, e suas alterações posteriores.
Art. 2º. As vagas a serem abertas no concurso público serão as seguintes:

Cargo	Escolaridade	Carga horária	Vagas
Secretário	Ensino Superior Completo	40 horas	1
Agente de Apoio	Ensino Fundamental Completo	40 horas	1

Art. 3º. A realização do concurso publico autorizado por esta Resolução dependerá:
I – da disponibilidade orçamentária e financeira;
II – da observância dos limites legais relativos à despesa com pessoal;
III – quando o concurso for realizado em conjunto ou regime de cooperação com o Poder Executivo, da prévia celebração de Termo ou Acordo de Cooperação Técnica, devidamente autorizado por lei específica.
Art. 4º. As despesas decorrentes da execução desta Resolução correrão à conta das dotações próprias, suplementadas, se necessário.
Art. 5º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Vereadores de Renascença, aos dias 26 de agosto de 2026.

MARCOS ANTÔNIO VALANDRO
Presidente

Publicado por:
Aline Cristina Valandro
Código Identificador:1591F1C0

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2026

O Agente de contratação e equipe de apoio tornam público o resultado do Credenciamento que tem como objeto **CREDENCIAMENTO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS "PLANTÕES MÉDICOS", PARA ATUAR JUNTO A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE RENASCENÇA-PR,** conforme segue:

Nº PROTOCOLO	EMPRESA	CNPJ	MÉDICO HABILITADO
4332/2026	BALDESSAR SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA	64.339.544/0001-65	*1 - LUAN DA ROSA BALDESSAR*
4352/2026	AVIVE GESTÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	33.458.003/0001-22	*1 - DAVID BONINI VIEIRA CAMPANHÃ*
4430/2026	C V PANCERA CLÍNICA MÉDICA LTDA	58.014.255/0001-93	*1 - CAROLINE VINTIGUERA PANCERA*
4437/2026	G. LUGNANI LOPES CLÍNICA MÉDICA LTDA	53.404.933/0001-00	*1 - GABRIEL LUGNANI LOPES*
4481/2026	FLD SAÚDE INTEGRADA LTDA	60.849.995/0001-91	*1 - FLAVIA LUIZA DAMO*
4495/2026	GFC CLÍNICA MÉDICA LTDA	58.510.002/0001-00	*1 - GALEANO FERRAZ DA CUNHA*
4544/2026	REAL SAÚDE GESTÃO LTDA	25.126.895/0001-36	*1 – PABLO DO NASCIMENTO DE LIMA* *2 – DAYAN RIBEAUX GONZALEZ*
4547/2026	DORNELAS SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA	42.435.382/0001-26	*1 – BRAIAN RODRIGUES CAMPOS*
4583/2026	MARIA LUISA BASEGGIO LTDA	59.885.018/0001-60	*1 – MARIA LUISA BASEGGIO*
4595/2026	OTAVIO A S BALDISSERA CLINICA MÉDICA LTDA	58.070.659/0001-02	*1 – OTAVIO AUGUSTO SPOLTI BALDISSERA*
4708/2026	NORTE SUL SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA	19.850.311/0001-78	*1 - LUARA AP. TEIXEIRA GONÇALVES* *2 - CAIO MARIS PRETTI* *3 - MARCELO DE ALMEIDA COSTA* *4 - PAULO HENRIQUE ROCHA DE CARVALHO* *5 - EVELYN RODRIGUES DE ANDRADE* *6 - IGOR VINICIUS CAVALCANTE GOIS* *7 - CARLA LUCILENE TOMALACK DOS ANJOS* *8 - EDNA MARQUES BENEDITO*
4728/2026	KAMILLA ISABEL NARDI LTDA	57.661.450/0001-42	*1 – KAMILLA ISABEL NARDI*
4729/2026	LUMED – CLÍNICA MEDICA LTDA	33.704.539/0001-80	*1 – LUZVIA CORREA COLUMBIE*
4781/2026	MEDBLANC GESTÃO EM SAÚDE E IMAGEM LTDA	42.488.597/0001-05	*1 - ADRIANO PAVAN RODRIGUES DE BARROS* *2 - ALI SAID NETO* *3 - ANDRESSA MAISA SCHNEIDER* *4 - GUSTAVO AFFONSO DOS SANTOS*
4782/2026	MEDECIN GESTÃO DE SAÚDE DE IMAGEM LTDA	54.658.840/0001-75	*1 - ALCIDES JOSÉ BRANCO FILHO* *2 - CLAUDIA SAVARIS BRANCO*
4784/2026	ALVES & FREITAS SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA	28.459.025/0001-77	*1 – LETICIA FREITAS* *2 – EDUARDO AUGUSTO SOUZA ALVES*
4794/2026	ESFERA SAÚDE LTDA	37.600.279/0001-54	*1 – THIAGO AUGUSTO DA SILVA BACHIO* *2 – THAIS CAROLINA DA SILVA BACHIO* *3 – MATEUS LEMES DE MELO BRUM*
4818/2026	3R GESTÃO EM SAÚDE LTDA	55.853.806/0001-14	*1 – GUILHERME ERDMANN MAIA* *2 – GIELY DEISY DA CUNHA* *3 – DANIELLY MAXIMINO DA ROCHA*
4832/2026	MEDICAL PRIME GESTÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	43.403.587/0001-92	*1 – LUIZ FELIPE FERREIRA RIBEIRO* *2 – HENRIQUE MATHEUS CAMARGO*
4847/2026	INVICTUS GESTÃO EM SAÚDE S/S LTDA	26.775.172/0001-20	*1 - BRUNA FERNANDA DYSARZ MORETTI* *2 - DIOGO DE FRANÇA SOUZA CAMARGO* *3 - ELBER HENRIQUE DUMKE* *4 - ROGER DONIZETI CARVALHO MEDEIROS*
4848/2026	KR SERVIÇOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA	50.795.142/0001-60	*1 – MARCELO OSÓRIO CASSIANO*
4857/2026	KJR GESTÃO, VIDA E SAÚDE S/A	35.157.507/0001-38	*1 – YOLIMA JIMENEZ PENA*
4880/2026	NEOMED GESTÃO CLÍNICA E SAÚDE S/A	26.714.417/0001-00	*1 - JORGE WALDINO ESCOBAR SANTACRUZ* *2 - ADRIANE MELO* *3 - HUGO CESAR PIVA*
4881/2026	LITOMEDIC SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA	46.461.363/0001-25	*1 – ANDRE LUIZ BALLIANA* *2 – FERNANDA LUDER* *3 – MARYE ARCANE SOUSA SANTOS*
4882/2026	ARES GESTÃO EM SAÚDE LTDA	44.889.935/0001-46	*1 – ANTONIO FRANCISCO ALMEIDA DA SILVA* *2 – EDSON LUIZ ZEMIANI* *3 – MATHES WALDOW PAREDES*
4883/2026	DIRETRIZ SERVIÇOS MÉDICOS, CONSERVAÇÃO E GESTÃO EMPRESARIAL LTDA	15.352.600/0001-96	*1 – JOÃO PAULO RODRIGUES* *2 – GABRIELA LUIZA VAZQUEZ*
4884/2026	GR SAÚDE LTDA	18.990.522/0001-43	*1 – RAMONN RAYNIB BRITO DE BARROS VARELA* *2 – THIAGO JUNIOR ALVES DOS SANTOS* *3 – THELMA LILIAN SANT ANA DE SOUZA*
4895/2026	VÉRTICE GESTÃO DE CONTRATOS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA	66.430.492/0001-63	*1 – ANA FLÁVIA CURY IVANTES* *2 – RHYLLARI MAZZOTI MINUCI*
4903/2026	NICARETA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	62.165.200/0001-51	*1 – GABRIELA LUIZA VAZQUEZ NICARETA*
4904/2026	MEDFÁCIL SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA	46.695.791/0001-12	*1 – DIOGENES ROSSI* *2 – PEDRO JOSÉ RICHARD* *3 – FREDERICKA WALESKA*

			STRICKERT
4905/2026	ESSENCIAL MED. SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA	59.677.869/0001-18	*1 – PHYETRA PERRI LADEIA BENHOSI* *2 – PEDRO JOSÉ RICHARD* *3 – JOÃO ANTÔNIO BREDA NETO*

Renascença, 26 de agosto de 2026.

LUCIANA ALMERI MORCELLI
Agente de Contratação

Publicado por:
Luciana Almeri Morcelli Lochs
Código Identificador:3FD992A1

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Nº 115/2025.
(Pregão Eletrônico Nº 051/2025 - PMR)

CONTRATANTE: Município de Renascença
CONTRATADA: VANESSA FERRAZ MAFRA.
OBJETO: Constitui objeto deste termo a rescisão unilateral da Ata de Registro de Preços nº 115/2025, decorrente do Pregão Eletrônico nº 051/2025, que tem por objeto o Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para aquisição de Materiais de Informática destinado às necessidades das Secretarias solicitantes, conforme especificações e condições constantes no Termo de Referência
DATA DE ASSINATURA DO RESCISÃO UNILATERAL: 26 de agosto de 2026.
FORO: Comarca de Marmeleiro, Estado do Paraná.

Renascença, 26 de agosto de 2026.

FABIELI MANFREDI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mayara Eloy da Silva
Código Identificador:EC3D7A53

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL Nº 219/2026 - PROCESSO SELETIVO PARA O PROGRAMA JOVEM APRENDIZ

EDITAL Nº 219/2026 - PROCESSO SELETIVO PARA O PROGRAMA JOVEM APRENDIZ

A Prefeita de Renascença, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido no item 5, do Edital nº. 202/2026, que regulamenta o processo de escolha do Programa Jovem Aprendiz, torna público a homologação das inscrições:

CANDIDATOS DEFERIDOS

Nº de inscrição	NOME DO CANDIDATO	DATA DE NASCIMENTO
01	MARCIELI MEDEIROS SALDANHA	24/07/2011
03	LARISSA MEDLEN BUSS	26/12/2009
06	ISABELA LETÍCIA DE OLIVEIRA OTTOBELI	14/05/2011
07	WELLYNGTON DE LIMA ROSA MARTINS ANTUNES	20/10/2010
08	ADRIAN RUAN ANTUNES	13/09/2007
09	BRUNA EDUARDA RODRIGUES	15/03/2010
10	HEITOR NUNES GIACOMIN	10/08/2011
11	MARIA GABRIELA GOMES	11/12/2010
13	MIGUEL SANGI ALVES	03/11/2009
14	PIETRO SANGI DE SOUZA	21/12/2011
15	ÉMERSON PEREIRA MENDES	19/11/2011
16	FELIPE DA SILVA DE MEDEIROS	19/06/2010
17	LUANA MICHELI SOMAVILLA	27/08/2010
18	GABRIEL DE SOUZA MACHADO	02/08/2009
19	DANIEL DE SOUZA MACHADO	04/07/2012
21	LUAN VICTOR BOELTER DA SILVA	17/03/2012
23	JOSYAS TELLES ANTUNES	30/01/2012

Prova Objetiva será aplicada na seguinte data, local e horário:

DATA: 08 de setembro de 2026.
LOCAL: Escola Municipal Professora Ida Kummer (acesso pelo portão do lado)
ENDEREÇO: Rua Luiz Caovilla, s/nº - Bairro Cristo Rei
HORÁRIO: 08h00min abertura dos portões
As provas terão duração máxima de 3 horas, sendo aplicada das 08h30min às 11h30min.

As **portas de acesso ao recinto de provas serão abertas às 08h00min (oito horas) e fechadas pontualmente às 08h20min (oito horas e vinte minutos),** independente do motivo do atraso, depois das 8h20min, não será permitida a entrada de candidatos no recinto de provas.

Depois deste horário somente entrarão nas salas de provas os candidatos que já se encontravam dentro do recinto de provas, em processo de identificação ou solucionando dúvidas junto à comissão executora. Extraordinariamente e a critério da comissão executora do Processo Seletivo, poderá ser prorrogado o horário de fechamento dos portões de acesso ao local de provas bem como o horário de início das provas, em razão de fatores excepcionais e prejudiciais à realização do Processo Seletivo.

O candidato deverá comparecer ao seu local de prova portando:
a) original de documento de identidade pessoal com foto;
b) caneta esferográfica de tinta azul ou preta, em material transparente.

Renascença, 26 de agosto de 2026.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Valeria Dallagnol
Código Identificador:447FA6F0

SECRETARIA DE SAÚDE
CONVOCAÇÃO REUNIÃO ORDINÁRIA CMS

CONVOCAÇÃO 011/2026

Ilmos(as) Senhores(as)
Conselheiros(as)
Municipais de Saúde Renascença – Paraná

A Presidente de Conselho Municipal de Saúde, Sra. **Tereza Ana Giacomini**, por meio da Secretária Executiva deste conselho, vem através deste, **CONVOCAR** os membros do Conselho Municipal de Saúde do Município de Renascença, Estado do Paraná, para Reunião, a realiza-se no dia 27 de agosto, quinta-feira, às **08h30min** na Sala de Reuniões da Secretaria Municipal de Saúde, para tratar da seguinte pauta:
Mortalidade infantil;
Dengue;
Eleição Presidente Conselho Saúde;
Assuntos em Geral.
Na oportunidade, convocam-se os (as) membros (as) listados (as) abaixo, eleitos (as) na Conferência Municipal de Saúde de 2026, para compor o Conselho Municipal de Saúde, posse e recepção de boas-vindas:
Titular: Edina Cassiane Padilha –
Suplente: Leticia Dall'Agnol Colla
Titular: Daniela Felipetto
Suplente: Aline Suzane Corlassoli
Titular: Mariana Risso
Suplente: Eliz Cassiele Pereira Pinto Boaretto
Titular: Sandra Vendrusculo Colla
Suplente: Marcia Camiccia
Titular: Elizandra Backof
Suplente: Rafaela Faversani
Titular: Tereza Ana Giacomini
Suplente: Zelia Zanella

Titular: Mariana A. Mendes
Suplente: Oldair Camiccia
Titular: Andressa Martinello
Suplente: Edosn Domingos Ciliprandi
Titular: Luane Bernardi
Suplente: Eulice Barato Laitarte
Titular: Matilde dos Passos Torres
Suplente:Joao Osmar Carvalho da Silva

Atenciosamente.

TEREZA ANA GIACOMINI
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Publicado por:
Edina Cassiane Padilha
Código Identificador:E5EC57D2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
AVISO DO PREGÃO ELETRONICO SRP Nº 34/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3.428/2026

A Prefeitura Municipal de Reserva do Iguaçu, por meio da Pregoeira Luciana Antunes Pereira, tendo em vista a Lei Federal nº. 14.133/2021 e suas alterações, e as Leis Complementares nº. 123/2006 e 147/2014, torna público que fará realizar-se o PREGÃO ELETRÔNICO nº34/2026, cujo objeto é o visa a " **REGISTRO DE PREÇOS VISANDO À AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS OBJETIVANDO ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE, NOS TERMOS DA TABELA ABAIXO, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO", sendo a licitação do tipo MENOR PREÇO POR ITEM.**

INÍCIO REC. PROPOSTA: 27/08/2026 08:00
FIM REC. PROPOSTA: 15/09/2026 08:29
INÍCIO DISPUTA: 15/09/2026 09:00
TIPO DE LANCE: MENOR LANCE
TIPO ENCERRAMENTO: ABERTO
LOCAL: https://bll.org.br

VALOR ESTIMADO SIGILOSO. O Edital e seus anexos deverão ser solicitados através do e-maiI, na sede da Prefeitura Municipal, departamento de licitações, ou no endereço eletrônico http://www.reservadoiguacu.pr.gov.br/site/.

Reserva do Iguaçu – PR,26 de agosto de 2026

LUCIANA ANTUNES PEREIRA
Pregoeira
Portaria Municipal Nº 32/2025

Publicado por:
Luciana Antunes Pereira
Código Identificador:30086EB1

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
AVISO DO PREGÃO ELETRONICO SRP Nº 35/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3.428/2026

A Prefeitura Municipal de Reserva do Iguaçu, por meio da Pregoeira Luciana Antunes Pereira, tendo em vista a Lei Federal nº. 14.133/2021 e suas alterações, e as Leis Complementares nº. 123/2006 e 147/2014, torna público que fará realizar-se o PREGÃO ELETRÔNICO nº35/2026, cujo objeto é o visa a " **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL "AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, TUBOS PEAD E ADUELAS PRÉ-MOLDADAS", DESTINADOS À EXECUÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS DE DRENAGEM PLUVIAL, BUEIROS, TRAVESSIAS E DEMAIS OBRAS MUNICIPAIS NO MUNICIPIO DE RESERVA DO IGUAÇU, sendo a licitação do tipo MENOR PREÇO POR ITEM.**

INÍCIO REC. PROPOSTA: 27/08/2026 08:00
FIM REC. PROPOSTA: 24/09/2026 08:29
INÍCIO DISPUTA: 24/09/2026 09:00
TIPO DE LANCE: MENOR LANCE
TIPO ENCERRAMENTO: ABERTO
LOCAL: https://bll.org.br

VALOR ESTIMADO R$ 2.003.450,40 (dois milhões e três mil quatrocentos e cinquenta reais e quarenta centavos). O Edital e seus anexos deverão ser solicitados através do e-maiI, na sede da Prefeitura Municipal, departamento de licitações, ou no endereço eletrônico http://www.reservadoiguacu.pr.gov.br/site/.

Reserva do Iguaçu – PR,26 de agosto de 2026

LUCIANA ANTUNES PEREIRA
Pregoeira
Portaria Municipal Nº 32/2025

Publicado por:
Luciana Antunes Pereira
Código Identificador:08B4E6E4

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIENCIA - DECRETO 144

SUMULA: ALTERA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIENCIA E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei; e em conformidade com a Lei Municipal nº 861/2013 e pela Lei Municipal nº 1350/2026;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica alterado membros governamentais e não governamentais do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, com sua composição disposta da seguinte forma:

ENTIDADES GOVERNAMENTAIS

I - REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Renilda Dalmazio Mello –Titular
Everton de Paula - Suplente
II - REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Janete Varnier - Titular
Luciane Aparecida Mendes - Suplente
III - REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Mario Lucas Farias da Rosa - Titular
Thabatta Malaggi dos Passos - Suplente
IV - REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, TRANSPORTE E OBRAS
Adão dos Santos Lara - Titular
Jozélia de Lima Ribas - Suplente

V- REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Suzana Andria - Titular
Vinicius Caldas - Suplente

ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS
REPRESENTAÇÃO:
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, OU RESPONSÁVEIS.
I - Transtorno do Espectro Autista (TEA)
Nubia Cristina Dias - mãe representante – Titular
Marlei Ribas - mãe representante - Suplente
II - Deficiência física
Danielle Pereira Pires –- Titular
Soeli Rodrigues - Suplente
III - Deficiência Visual
Simone Vieira – Titular
Daisy Fedex – Suplente
IV - Deficiência fala e audição (múltipla)
Rafaelle Gulgielmim - Titular
Vanessa Saturi Blem - Suplente
V - Deficiência Intelectual
Jean Junior Rodrigues dos Santos- Titular
Rosemar Aparecida Souza - Suplente

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito do Município de Reserva do Iguaçu, 24 de agosto de 2.026.

VITORIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jumara Regina de Oliveira Dallagnol
Código Identificador:B952B621

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 204/2026 - DISPENSA N.º 014/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 204/2026

CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE RESERVA DO IGUAÇU, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n.º 01.612.911/0001-32, com sede administrativa na Avenida 4 de setembro, n.º 614.
CONTRATADO: INSTITUTO OMNI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 48.956.604/0001-32, com sede na R ARAUCARIA, 550 TERREOC SALA 03 - CEP: 87043630 - BAIRRO: JARDIM PINHEIROS.
LICITAÇÃO: Dispensa 14/2026
OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços especializados de planejamento, organização e aplicação de Processo Seletivo Simplificado (PSS), para provimento de cargos temporários, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
VALOR TOTAL: R$ 10.000,00(Dez Mil Reais)
PRAZO DE VIGÊNCIA:12 (Doze) meses
DATA DE ASSINATURA:26 de agosto de 2026

Reserva do Iguaçu, 26 de agosto de 2026.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Junior Augusto de Souza
Código Identificador:8A3CDF9A

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 205/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90024/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 205/2026

CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE RESERVA DO IGUAÇU, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n.º 01.612.911/0001-32, com sede administrativa na Avenida 4 de setembro, n.º 614.
CONTRATADO: AMS COMERCIO DE PRODUTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 59.060.397/0001-50, com sede na AV HERMELINDO VIGNOTO , 78 - CEP: 87116116 - BAIRRO: JARDIM AURORA LL.
LICITAÇÃO: Pregão - Eletrônico 90024/2026
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, OBJETIVANDO ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE, NOS TERMOS DA TABELA ABAIXO, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO
VALOR TOTAL: R$ 22.440,00(Vinte e Dois Mil, Quatrocentos e Quarenta Reais)
PRAZO DE VIGÊNCIA:12 (Doze) meses
DATA DE ASSINATURA:26 de agosto de 2026

Reserva do Iguaçu, 26 de agosto de 2026.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Junior Augusto de Souza
Código Identificador:2489DD56

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 206/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90024/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 206/2026

CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE RESERVA DO IGUAÇU, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n.º 01.612.911/0001-32, com sede administrativa na Avenida 4 de setembro, n.º 614.
CONTRATADO: MEDICAL IMPORT LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 67.680.402/0001-55, com sede na R RIO GRANDE DO SUL431, 431 - CEP: 86870059 - BAIRRO: Centro.
LICITAÇÃO: Pregão - Eletrônico 90024/2026
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, OBJETIVANDO ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE, NOS TERMOS DA TABELA ABAIXO, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO
VALOR TOTAL: R$ 1.129,00(Um Mil, Cento e Vinte e Nove Reais)
PRAZO DE VIGÊNCIA:12 (Doze) meses
DATA DE ASSINATURA:26 de agosto de 2026

Reserva do Iguaçu, 26 de agosto de 2026.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Junior Augusto de Souza
Código Identificador:960C4BB0

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 207/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90024/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 207/2026

CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE RESERVA DO IGUAÇU, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n.º 01.612.911/0001-32, com sede administrativa na Avenida 4 de setembro, n.º 614.
CONTRATADO: MICRON INFORMATICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº.

39.791.096/0001-99, com sede na R NIDOLFO MATTJE 616, 0 - CEP: 89874000 - BAIRRO: CENTRO.
LICITAÇÃO: Pregão - Eletrônico 90024/2026
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, OBJETIVANDO ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE, NOS TERMOS DA TABELA ABAIXO, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO
VALOR TOTAL: R$ 2.156,00(Dois Mil, Cento e Cinqüenta e Seis Reais)
PRAZO DE VIGÊNCIA:12 (Doze) meses
DATA DE ASSINATURA:26 de agosto de 2026

Reserva do Iguaçu, 26 de agosto de 2026.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Junior Augusto de Souza
Código Identificador:DBDB6FE5

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
LEI 1368/2026 - CRÉDITO ADICIONAL

Lei 1368 de 26/08/2026

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, Vitório Antunes de Paula, no uso das atribuições que me são conferidas pela Lei Orgânica no Art. 80, Inciso VIII;

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal de Reserva do Iguaçu, autorizado a abrir no Orçamento-Geral do Município para o exercício de 2026, Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 1.300.000,00 (Um Milhão e Trezentos Mil Reais), conforme se especifica a seguir:

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
04	SECRETARIA DE VIAÇÃO, TRANSPORTE E OBRAS	
04.001	DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO, TRANSPORTE E OBRAS	
15.122.0004.2046	DEPARTAMENTO DE URBANISMO	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
581	01125-Transferências Voluntárias Públicas Estaduais - UNIDADES HABITACIONAIS COHAPAR SIT:85841	1.300.000,00
	SUBTOTAL	1.300.000,00
	TOTAL	1.300.000,00

Art. 2º - Para cobertura dos Créditos abertos no artigo anterior, serão utilizados recursos da seguinte forma:
I – Excesso de arrecadação;

Receita	Descrição	Valor
2.4.2.2.99.01.15.00.00.00.00	01125-Transferências Voluntárias Públicas Estaduais - UNIDADES HABITACIONAIS COHAPAR SIT:85841	1.300.000,00
	TOTAL	1.300.000.00

Parágrafo único – O executivo está autorizado a remanejar/suplementar via decreto caso seja necessário para ajuste do orçamento, sendo por excesso, superávit ou anulação de dotação.
Art. 3º - Esta Lei altera PPA – Plano Plurianual bem como compatibiliza LDO – Lei de Diretrizes Orçamentária e LOA – Lei Orçamentária Anual.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Iguaçu, em 26 de agosto de 2026.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Suzana Andria
Código Identificador:46BED541

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA 76/2026

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA 76/2026
O Município de Rio Azul, Estado do Paraná, torna público para o conhecimento dos interessados, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACESSO À INTERNET VIA FIBRA ÓPTICA, INCLUINDO O FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, PARA ATENDIMENTO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE RIO AZUL, REFERENTE AOS ITENS DESERTOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026, não houve apresentação de propostas dentro do prazo estipulado no edital, restando a presente licitação **DESERTA**, conforme previsto no art. 90, § 7ºda Lei nº 14.133/2021 aplicando subsidiariamente o Decreto Municipal nº 07/2024.

Rio Azul, 25 de agosto de 2026.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberta Dos Santos de Andrade
Código Identificador:981A813D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA 89/2026

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA 89/2026
O Município de Rio Azul, Estado do Paraná, torna público para o conhecimento dos interessados, REGISTRO DE PREÇOS DE INSUMOS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E RECREAÇÃO, E SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, CONFORME ITENS FRACASSADOS NO PREGÃO ELETRÔNICO nº 57/2026, não houve apresentação de propostas dentro do prazo estipulado no edital, restando a presente licitação **DESERTA**, conforme previsto no art. 90, § 7ºda Lei nº 14.133/2021 aplicando subsidiariamente o Decreto Municipal nº 07/2024.

Rio Azul, 26 de agosto de 2026.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberta Dos Santos de Andrade
Código Identificador:D08303E6

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE ARTISTAS LOCAIS – FEIRA DA PRIMAVERA

O MUNICÍPIO DE RIO AZUL, Estado do Paraná, por intermédio do Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, torna público o presente Edital de Chamamento Público, destinado à seleção de artistas locais, cantores e instrumentistas, para participação na programação cultural da FEIRA DA PRIMAVERA, no dia 05 de setembro de 2026, no Município de Rio Azul/PR.
O presente edital observará, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 14.903, de 27 de junho de 2024, que estabelece o marco regulatório do fomento à cultura no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, isonomia e transparência.

1. DO OBJETO
1.1. O presente Edital tem por objeto selecionar artistas locais, cantores e/ou instrumentistas, residentes ou com atuação comprovada no Município de Rio Azul/PR, para realização de apresentação artística durante a programação da Feira da Primavera, no dia 05 de setembro de 2026.
1.2. Cada artista selecionado deverá realizar uma apresentação artística, composta por até 03 (três) músicas, conforme programação e organização estabelecidas pela Secretaria Municipal de Cultura.
1.3. A participação no presente chamamento tem por finalidade valorizar, incentivar e promover os artistas locais, proporcionando espaço para divulgação e apresentação de seus trabalhos junto à comunidade.
1.4. Serão selecionados até 25 (vinte e cinco) artistas, observados os critérios estabelecidos neste Edital e a disponibilidade de tempo e estrutura para as apresentações.

2. DA PREMIAÇÃO
2.1. Será destinado o valor total de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) para premiação dos artistas selecionados que efetivamente realizarem sua apresentação na Feira da Primavera.
2.2. Cada artista que cumprir integralmente sua apresentação fará jus à premiação de **R$ 200,00 (duzentos reais).**
2.3. O pagamento da premiação estará condicionado à efetiva participação do artista selecionado no evento e à realização das 02 (duas) músicas previstas neste Edital.
2.4. A ausência injustificada ou o não cumprimento da apresentação implicará a perda do direito à respectiva premiação.
2.5. O valor destinado à premiação será pago diretamente ao artista selecionado, observadas as exigências administrativas, orçamentárias e fiscais aplicáveis.
2.6. Caso o número de artistas selecionados seja inferior a 25 (vinte e cinco), o pagamento observará o valor individual de R$ 200,00 por artista, não havendo obrigação de utilização integral do montante previsto no item 2.1.
2.7. A premiação prevista neste Edital possui caráter de incentivo e valorização cultural, não constituindo contratação de prestação de serviços pelo Município.

3. DOS REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO
3.1. Poderão participar do presente chamamento pessoas físicas que:
I – sejam artistas, cantores e/ou instrumentistas;
II – sejam residentes no Município de Rio Azul/PR ou comprovem atuação artística no Município;
III – exerçam a atividade artística no Município de Rio Azul/PR;
IV – tenham disponibilidade para realizar a apresentação no dia 05 de setembro de 2026;
V – estejam em situação regular perante as exigências previstas neste Edital.

4. DAS INSCRIÇÕES
4.1. As inscrições serão realizadas de maneira *online*, mediante preenchimento do formulário constante no seguinte link: https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdTenTU6LbI2YoSUSp8RQQpvLHttiPjTb8r9ZZJplRiw-0kCw/viewform ou presencialmente na Secretaria Municipal de Cultura de Rio Azul, localizada na Antiga Escola Vanda Hessel, no período de: **27 a 31 de agosto de 2026.**
4.2. O atendimento para inscrições presenciais ocorrerá no horário de expediente da Secretaria Municipal de Cultura.
4.4. A inscrição será gratuita.
4.5. A inscrição implica a plena concordância do interessado com todas as condições estabelecidas neste Edital.

5. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO
5.1. Os artistas serão selecionados por ordem de inscrição, desde que atendam aos requisitos estabelecidos no Item 03 do presente edital, até o limite de 25 (vinte e cinco) artistas.
5.2. Em caso de empate, será realizado sorteio público.

6. DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO
6.1. O resultado da seleção será divulgado nos canais oficiais do Município de Rio Azul e/ou da Secretaria Municipal de Cultura.
6.2. Do resultado caberá recurso no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da publicação.
6.3. O recurso deverá ser protocolado junto à Secretaria Municipal de Cultura, contendo a identificação do candidato e os fundamentos do pedido de revisão.
6.4. Havendo recursos, após análise destes, será publicado o resultado final do chamamento.

7. DA APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA
7.1. Os artistas selecionados deverão apresentar-se no local e horário definidos pela Secretaria Municipal de Cultura para participação na Feira da Primavera, no dia 05 de setembro de 2026.
7.2. Cada artista selecionado deverá executar até 03 (três) músicas.
7.3. A ordem e o horário das apresentações serão definidos pela Secretaria Municipal de Cultura e comunicados previamente aos artistas selecionados.
7.4. O artista deverá comparecer com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário previamente estabelecido para sua apresentação, salvo orientação diversa da organização do evento.
7.5. A Secretaria Municipal de Cultura disponibilizará a estrutura de som necessária ao evento, conforme disponibilidade técnica e planejamento da organização.
7.6. O artista deverá informar previamente eventuais necessidades técnicas indispensáveis à realização de sua apresentação.
7.7. A participação no evento não gera vínculo empregatício, funcional ou contratual entre o artista e o Município.

8. DO PAGAMENTO DA PREMIAÇÃO
8.1. O pagamento da premiação será realizado após a realização do evento e a confirmação da efetiva apresentação do artista selecionado.
8.2. O valor da premiação será de R$ 200,00 (duzentos reais) por artista, limitado ao montante total de R$ 5.000,00 (cinco mil reais).
8.3. O pagamento será realizado mediante os procedimentos administrativos adotados pelo Município, mediante apresentação da documentação necessária.
8.4. Eventuais retenções tributárias serão realizadas quando legalmente exigíveis.

9. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
9.1. As despesas decorrentes deste Edital correrão por conta de dotação orçamentária própria do Município de Rio Azul, a ser indicada no processo administrativo correspondente.

10. DAS OBRIGAÇÕES DOS ARTISTAS SELECIONADOS
10.1. São obrigações dos artistas selecionados:
I – comparecer ao evento no dia, horário e local estabelecidos;
II – realizar a apresentação de 02 (duas) músicas;
III – cumprir as orientações da organização do evento;
IV – informar previamente qualquer impossibilidade de comparecimento;
V – responsabilizar-se pelas informações fornecidas no momento da inscrição;
VI – autorizar, de forma gratuita, a utilização de sua imagem e voz pelo Município exclusivamente para fins de divulgação institucional do evento e das atividades culturais realizadas.

11. DA DESISTÊNCIA E DA SUBSTITUIÇÃO
11.1. O artista selecionado que não puder participar deverá comunicar sua desistência à Secretaria Municipal de Cultura com a maior antecedência possível.
11.2. Em caso de desistência ou impossibilidade de participação, poderá ser convocado o próximo candidato classificado, respeitada a ordem de classificação e a disponibilidade de tempo e estrutura do evento.
11.3. O artista que não realizar sua apresentação não fará jus ao pagamento da premiação.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
12.1. A inscrição implica ciência e aceitação integral das regras estabelecidas neste Edital.
12.2. A Secretaria Municipal de Cultura poderá solicitar informações ou documentos complementares necessários à análise da inscrição.
12.3. A participação dos artistas estará condicionada à disponibilidade de espaço, equipamentos e condições técnicas para realização das apresentações.

12.4. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Cultura, observada a legislação aplicável e os princípios que regem a Administração Pública.
12.5. O presente Edital poderá ser revogado ou anulado, total ou parcialmente, por razões de interesse público ou por ilegalidade, mediante decisão devidamente fundamentada, sem que disso decorra direito à indenização.
12.6. A eventual alteração de datas, horários ou local da Feira da Primavera será comunicada aos artistas selecionados pelos meios oficiais disponíveis.

Rio Azul/PR, 26 de agosto de 2026.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carina Fatima Fucilini Debacz
Código Identificador:84712564

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DA SÉTIMA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO BRANCO DO SUL

Aos vinte e nove dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis, ocorreu nas dependências da sala do Conselho Municipal de Saúde (anexo à Secretaria Municipal de Saúde), situada à Rua Manoel Borges de Macedo, nº 128, Bairro Tiririca, município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná, a Sétima Reunião Plenária Ordinária do Conselho Municipal de Saúde, com início às 09h10min, conforme convocação enviada. A reunião teve como pauta a seguinte ordem do dia: **Item 2 - Aprovação da Ata da Sexta Reunião Plenária Ordinária realizada no dia 24/06/2026; Item 3 - Solicitação de Remanejamento da Natureza da Despesa; Item 4 - Protocolo Municipal de Produção do Agente Comunitário de Saúde – ACS; Item 5 - Protocolo Municipal de Acolhimento com Escuta Qualificada e Classificação de Risco; Item 6 - Protocolo Municipal para Utilização, Manutenção e Controle das Bicicletas Elétricas destinadas aos ACS; Item 7 - Fluxo de encaminhamentos para Consultas e Exames Especializados; Item 8 - Fluxos e Procedimentos da Odontologia; Item 9 - Fluxo de Investigação de acidente de trabalho; Item 10 - Fluxo da vigilância sanitária para atendimento a denuncias; Item 11 - Fluxo de emissão de licenças sanitárias; Item 1 - Informes e Expedientes; Item 12 - Encerramento.** De modo a realizar a abertura dos trabalhos, a Coordenadora Executiva deu as boas-vindas aos presentes, verificou o quórum regimental e registrou as presenças dos conselheiros e convidados em lista própria, justificando a ausência dos conselheiros: Marta do Rocio Dobrila Nazário, José Carlos Amora, Rosani de Fátima Araújo, Marta Geffer Costa e Luciano Guilherme Souza Haenisch. Antes da leitura da pauta, a Secretária Municipal de Saúde destacou a importância da participação efetiva dos conselheiros nas reuniões e nas deliberações do Conselho. A Secretaria Executiva informou que a conselheira Thelma Faria Mamede, suplente representante do segmento dos trabalhadores, comunicou sua impossibilidade de participação em razão de suas atividades profissionais, havendo mais de três ausências consecutivas. Diante disso, será orientada a formalizar seu desligamento por escrito, possibilitando a adoção das providências necessárias para recomposição da representação do segmento. Na sequência, foi realizada a leitura da pauta do dia. Seguidamente, no **Item 2 - Aprovação da Ata da Sexta Reunião Plenária Ordinária,** em conformidade com a deliberação na 6ª reunião ordinária, encaminhou-se a ata da reunião anterior previamente aos conselheiros para apreciação, sendo dispensada sua leitura em plenário. Solicitada e efetuada a correção na linha 29, a ata foi aprovada por unanimidade e assinada pelos conselheiros presentes. Continuamente, no **Item 3 - Solicitação de Remanejamento da Natureza da Despesa**, o contador Deivison apresentou a solicitação de remanejamento da natureza da despesa referente ao recurso de emenda parlamentar de bancada, no valor de R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), destinados à Atenção Primária à Saúde. A proposta consistiu na alteração da natureza da despesa de material de consumo para prestação de serviços, mantendo a finalidade do recurso exclusivamente para ações de custeio da Atenção Primária. A gestora da pasta da Saúde complementou que a alteração decorre das necessidades atuais da rede, abrangendo despesas relacionadas ao funcionamento das Unidades de Saúde, transporte sanitário terceirizado, credenciamento médico e materiais gráficos vinculados à Atenção Básica. Após os esclarecimentos, os conselheiros manifestaram-se favoravelmente, aprovando por unanimidade a proposta de remanejamento da natureza da despesa. Consecutivamente, no **Item 4 - Protocolo Municipal de Produção do Agente Comunitário de Saúde – ACS,** a Diretora da Atenção Primária, Gizele, discorreu sobre o Protocolo Municipal de Produção dos Agentes Comunitários de Saúde, desenvolvido para estabelecer parâmetros no acompanhamento da produção, qualidade dos registros e atuação dos ACS nos territórios. Frisou que os profissionais já haviam sido orientados quanto ao cumprimento da produção mensal e que está em andamento o Processo Seletivo Público para recomposição das equipes, em razão da existência de áreas descobertas e da atualização da territorialização municipal. A Coordenadora das Agentes Comunitárias de Saúde (ACS), Letícia, é responsável pelo monitoramento da produção realizada pelas ACS no sistema IDS, visando garantir a realização das visitas domiciliares e a qualidade das informações registradas. A Coordenadora Letícia explicitou os parâmetros de produção estabelecidos para as áreas urbana e rural, considerando as características de cada território, bem como destacou a importância da atualização cadastral, do acompanhamento dos grupos prioritários, da busca ativa e da correta inserção dos dados no sistema, fatores que impactam diretamente os indicadores e o financiamento da Atenção Primária à Saúde. Ficou estabelecido que, no mês de novembro, será disponibilizada ao Conselho uma avaliação comparativa dos resultados obtidos com a implantação do protocolo. O conselheiro Dr. José Antonio Assis Zerbetto Filho sugeriu a inclusão de indicador de absenteísmo para verificação dos usuários faltosos, proposta acolhida pela gestão. Recomendou-se que os ACS orientassem quanto à renovação de receitas, que permanece sob responsabilidade da equipe de enfermagem, de acordo as atribuições legais de cada categoria, estando em elaboração protocolos específicos para consulta e prescrição de enfermagem. Realizadas as observações, o Plenário aprovou, por unanimidade, o Protocolo Municipal de Produção dos Agentes Comunitários de Saúde. Posteriormente, no **Item 5 - Protocolo Municipal de Acolhimento com Escuta Qualificada e Classificação de Risco,** a Diretora da Atenção Primária detalhou o Protocolo Municipal de Acolhimento com Escuta Qualificada e Classificação de Risco, voltado à padronização do acolhimento nas Unidades Básicas de Saúde. Foram esclarecidas as atribuições da equipe de enfermagem prevendo que o acolhimento inicial seja efetuado pelo técnico, seguido da avaliação clínica e da classificação de risco pelo enfermeiro. A dirigente da Saúde solicitou revisão da redação para melhor definição das competências de cada profissional, conferindo maior segurança técnica e jurídica ao protocolo. O conselheiro Dr. José indicou a inclusão de parâmetro de tempo para o acolhimento, tomando como referência até cinco minutos para situações usuais, preservando o atendimento diferenciado nos casos que demandarem maior complexidade. Observou-se que os futuros protocolos de enfermagem estabelecerão parâmetros para organização dos atendimentos. Após as discussões, o protocolo foi acolhido e aprovado com adequações em sua estrutura geral, ficando a versão final condicionada aos ajustes das atribuições profissionais. Prosseguindo, no **Item 6 - Protocolo Municipal para Utilização, Manutenção e Controle das Bicicletas Elétricas destinadas aos ACS,** a Dirigente Gizele expôs o protocolo que regulamenta a utilização, guarda, manutenção e controle das bicicletas elétricas destinadas, inicialmente, aos Agentes Comunitários de Saúde da área rural. A secretária Nice noticiou a aquisição de 20 (vinte) bicicletas elétricas, com recursos estaduais anteriormente aprovados pelo Conselho, permanecendo saldo financeiro para eventual aquisição de novas unidades. Esclareceu que a distribuição observará as características territoriais e que a utilização do equipamento será facultativa, mediante assinatura de termo de responsabilidade. Durante a discussão, abordaram-se questões relacionadas à guarda,

manutenção, seguro, fornecimento de equipamentos. Submetida à votação, a proposta referente ao protocolo das bicicletas elétricas recebeu manifestação favorável com aprovação unânime dos conselheiros presentes. Em continuidade à pauta, no **Item 7 - Fluxo de encaminhamentos para Consultas e Exames Especializados,** a Diretora Gizele, demonstrou o fluxo preparado pela Secretaria Municipal de Saúde e Central de Marcação a fim de padronizar os encaminhamentos para consultas e exames especializados, definindo as responsabilidades das Unidades de Saúde, da Central de Marcação e do médico auditor. Evidenciou que as solicitações com elementos insuficientes poderão ser devolvidas para complementação, reforçando a importância do retorno ao atendimento especializado para garantir o seguimento do processo. Salientou, que o fluxo passará a ser efetivado eletronicamente por meio do sistema IDS, e até sua implantação, continua o procedimento atualmente adotado. Reforçou-se que a comunicação dos agendamentos é de responsabilidade das UBS, cabendo ao Agente Comunitário de Saúde atuar apenas em situações excepcionais de vulnerabilidade, lembrando que o fluxo de pacientes faltosos, já aprovado pelo Conselho, prevê o retorno do usuário ao final da fila quando não houver justificativa para a ausência. Sanadas as dúvidas, os membros do conselho deliberaram, por unanimidade, pela aprovação do fluxo. Ato continuo, no **Item 8 - Fluxos e Procedimentos da Odontologia,** a Coordenadora de Saúde Bucal, Adrineila, procedeu a explicação dos fluxos para uniformizar os atendimentos odontológicos nas Unidades Básicas de Saúde. Explicou que, diante da insuficiência de referências para alguns procedimentos especializados, os pacientes são encaminhados, por meio da Associação Brasileira de Odontologia (ABO), para instituições de ensino que oferecem atendimento gratuito, como a Faculdade Herrero, a Pontifícia Universidade Católica (PUC) e a Universidade Tuiuti, contemplando diferentes especialidades odontológicas. Explicou também os fluxos específicos para gestantes, idosos, crianças e os grupos de Hiperdia. Ressaltou que há critérios de organização das agendas, atendimentos de urgência, retornos e tratamentos, destacando que o planejamento deverá ser definido desde a primeira consulta, observando os princípios de equidade e acesso aos serviços. Relatou o fluxo para acesso às próteses dentárias, mediante avaliação odontológica e realização prévia dos tratamentos necessários, sendo organizados por ordem de demanda. O serviço é financiado com recursos específicos da Saúde Bucal e possui, atualmente, capacidade para a confecção de cerca de 30 (trinta) próteses mensais. A conselheira Leila perguntou se haveria possibilidade de instalação de um equipamento odontológico recebido pela associação através de emenda parlamentar, na região do Capiru. A equipe técnica respondeu que o local não dispõe da estrutura necessária para funcionamento de consultório odontológico, já existindo o atendimento da região por meio do Odonto Móvel. Detalharam-se o fluxo de manutenção dos equipamentos odontológicos, designando o envio para as manutenções preventivas e corretivas, garantindo rastreabilidade até o retorno dos mesmos às UBS. Não havendo manifestações, todos os fluxos da Odontologia tiveram aprovação unânime pela equipe do conselho. Finalizando a pauta, nos **Itens 9 - Fluxo de Investigação de acidente de trabalho; 10 - Fluxo da vigilância sanitária para atendimento à denuncias e 11 - Fluxo de emissão de licenças sanitárias,** a representante da gestão anunciou que, em razão da ausência da Diretora da Vigilância em Saúde, devido a um outro compromisso que surgiu, os fluxos seriam relatados de forma resumida. Foram expostos os procedimentos referentes à investigação de acidentes de trabalho, atendimento e análise de denúncias sanitárias, bem como à emissão, renovação, suspensão e cancelamento de licenças sanitárias, com o objetivo de padronizar as atividades desenvolvidas pela Vigilância em Saúde. Comentou que os fluxos orientam a atuação dos profissionais, definem os procedimentos administrativos aplicáveis às situações de irregularidade e asseguram o caráter reservado das investigações, sem promover alterações na política municipal de saúde. Após as anotações, o colegiado deliberou, por unanimidade, pela aprovação dos fluxos da Vigilância em Saúde. Por fim, no **Item 1 - Informes e Expedientes,** a responsável pela secretaria executiva deu ciência aos presentes da realização de oficina promovida pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE), no dia 4 de agosto, destinada aos integrantes do Conselho Municipal de Saúde, com horário e local a ser definido. A Diretora Administrativa Adriana avisou que os conselheiros participarão do preenchimento do ProGOV, instrumento utilizado pelo Tribunal de Contas para avaliação da organização dos serviços, ações, fluxos e protocolos municipais. Acrescentou que o acesso será disponibilizado por meio de link encaminhado aos conselheiros, que também contarão com suporte técnico e computador disponibilizado pelo Conselho para o preenchimento do instrumento. Pontuou que os dados deverão refletir a realidade do Município, podendo ser solicitados documentos comprobatórios. A Secretária registrou que o Hospital e Maternidade de Rio Branco do Sul já realizaram mais de sete mil procedimentos especializados nos últimos seis meses. O conselheiro Dr. José declarou a previsão de abertura gradual da maternidade, a partir de 1º (primeiro) de novembro, para atendimento aos partos de usuárias dos municípios de Cerro Azul e Doutor Ulysses, mediante pactuação regional e observada a aptidão instalada do serviço, sem prejuízo ao atendimento da população de Rio Branco do Sul. O conselheiro Carlos Alberto questionou a comunicação entre os usuários do SUS e a Central de Marcação, tendo sido orientado que os agendamentos são encaminhados às Unidades de Saúde, responsáveis pela comunicação e orientação, podendo ser utilizados outros meios de contato e, quando necessário, o apoio do Agente Comunitário de Saúde em situações de vulnerabilidade, com o intuito de reduzir o absenteísmo em consultas e exames. O conselheiro Levi indagou se a obra da Unidade de Saúde São Pedro estaria paralisada. Em resposta a gestora de saúde informou que a empresa responsável encontra-se em processo de rescisão contratual e instauração de PAS (Processo Administrativo Sancionatório) por descumprimento de contrato, aguardando a formalização do procedimento. Com relação à obra do ponto de apoio na Localidade do Jacaré, a referida está em andamento e cumprindo o prazo previsto no contrato. **Item 8 – Encerramento,** nada mais havendo a tratar, a Vice Presidente do Conselho agradeceu a presença dos conselheiros e demais participantes, destacando a importância da atuação do Conselho Municipal de Saúde na fiscalização e deliberação das ações, recursos públicos, protocolos e fluxos assistenciais. Mencionou que a participação do Conselho no ProGOV e nos demais instrumentos fortalece a transparência, a gestão pública e o controle social. **Eu ( ), Michele Cristina de Faria Lara, lavrei a presente ata, que será lida, apreciada e assinada pelos Conselheiros na próxima reunião.**

NOME	RG/CPF	ASSINATURA
Adriana Amparo de Cristo	XXXXXXX-0	
Andréia Aparecida do Nascimento	XXXXXXX-0	
Carlos Alberto Aparecido Jerônimo	XXXXXXX-6	
Jaqueline Taborda dos Santos	XXXXXXX-4	
José Antonio Assis Zerbetto Filho	XXXXXXX-2	
José Carlos Amora	XXXXXXX-1	
Leila de Moura Faria	XXXXXXX-4	
Levi Prestes Monteiro	XXXXXXX-4	
Luciano Guilherme Souza Haenisch	XXXXXXX-7	
Marta do Rocio Dobrila Nazário	XXXXXXX-7	
Marta Geffer Costa	XXXXXXX-3	
Nice Andreia de Moraes Almeida Lara	XXXXXXX-9	
Patricia Deziele Vaz Correa	XXXXXXXX-4	
Rosani de Fátima Araújo	XXXXXXX-7	
Telma Faria Mamede	XXXXXXXX-6	

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:A8BADE0D

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 8.726/2026

*"*Dispõe sobre a designação de membros para comporem o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM) em substituição à nomeação feita através do decreto municipal n°8.118/2025*".*

AILTON LUIZ NODARY, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica alterado o item do inciso I do art. 1º do Decreto Municipal nº 8.118/2025, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 1º (...)
I – (...)
Suplente: Eloina Chechi de Cristo Pflanzer – RG x.xxx.186-8"

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Rio Branco do Sul, em 26 de agosto de 2026.

AILTON LUIZ NODARY
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:38713774

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 8.727/2026

*"*Dispõe sobre a designação de membros para comporem o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) em substituição à nomeação feita através do decreto municipal n°7.695/2025*".*

AILTON LUIZ NODARY, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica alterado o item do inciso III do art. 1º do Decreto Municipal nº 7.695/2025, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 1º (...)
III – (...)
Titular: Salete Aparecida Faria – RG xx.xxx.985-9;
Suplente: Sandra Mara de Oliveira – RG x. xxx.818-9"

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Rio Branco do Sul, em 26 de agosto de 2026.

AILTON LUIZ NODARY
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:5F14B30C

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 8.728/2026

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em excesso de arrecadação no valor de R$ 262.000,00 (duzentos e sessenta e dois mil reais)."

AILTON LUIZ NODARY, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ no uso de suas atribuições legais, com base nos Artigos 41, I, 42, 43, § 1º, II, § 3º e § 4º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Municipal nº 1536 de 01 de Janeiro de 2026:

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em excesso de arrecadação, no valor de R$ 262.000,00 (duzentos e sessenta e dois mil reais), para reforço no exercício financeiro de 2026 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 10.001	Fundo Municipal de Saúde	
Funcional Programática: 10.001.0010.0301.0009.2070	**Atividade:**Manutenção das Atividades da Atenção Básica	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390930000 - Indenizações e restituições	00303 - Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	R$ 262.000,00
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO:		**R$262.000,00**

Art. 2º Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) utilizado(s) recurso(s) proveniente(s) do excesso de arrecadação da(s) receita(s): 1711511100 - Cota-parte do fundo de participação dos municípios - cota mensal - principal da fonte 303 - Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%) nos termos do inciso II, § 1º, artigo 43, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Rio Branco do Sul, em 26 de agosto de 2026.

AILTON LUIZ NODARY
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:352E150A

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL N º 005/2026 – 05ª CONVOCAÇÃO –PSS Nº 001/2026– SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

AILTON LUIZ NODARY, PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ,

R E S O L V E,

1 – CONVOCAR os candidatos, a seguir relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2026 - SMASH:

Cargo/Função: ASSISTENTE SOCIAL

CLASS.	NOME DO CANDIDATO
11º	**PIETRA SABRINA DOS SANTOS**

Cargo/Função: EDUCADOR SOCIAL

CLASS.	NOME DO CANDIDATO
14º	**ALZIRA DA LUZ LEITE DA SILVA**

2-Os candidatos convocados na forma deste Edital, deverão se apresentar no Departamento de Gestão de Pessoal da Prefeitura do Município de Rio Branco do Sul, situado na Rua Horacy Santos, nº 222, na Cidade de Rio Branco do Sul, no período compreendido entre **27/08/2026 à 02/09/2026**, nos horários de 08h00min às 12h00min e de 13h00min às 17h00min, com todos os documentos necessários (originais e cópias), conforme a lista abaixo, para manifestar sobre o seu interesse de assumir sua respectiva vaga no cargo especificado ou declarar a opção pela desistência definitiva:
a) Cópia da Certidão de Nascimento e/ou da Certidão de Casamento;
b) Prova de quitação com a Justiça Eleitoral;
c) Prova de quitação com o serviço militar para o candidato do sexo masculino;
d) Cópia do documento de Identificação RG;
e) Cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF;
f) 01 (uma) fotografia 3X4 recente;
g) Cópia da Certidão de Nascimento do (s) filho(s), menores de 14 (quatorze) anos;
h) Cópia do Registro no Órgão de Classe e comprovante de pagamento da última anuidade;
i) Certidão Negativa Criminal, **expedida pela Comarca onde reside;**
j) Certidão Negativa Criminal **expedida pela Polícia Federal;**
k) Cópia do comprovante de residência ou documento equivalente;
l) Número do PIS/PASEP;
m) Cópia Ctps (Carteira de Trabalho);
n) Cópia Diploma / Certificado Conclusão de Curso;
o) Outros documentos listados no momento do ato convocatório

Gabinete do Prefeito do Município de Rio Branco do Sul, 26 de agosto 2026.

AILTON LUIZ NODARY
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:E3F1A69A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 047/2026

"Dispõe sobre alteração de concessões de fruições de férias para os servidores do Município de Rio Branco do Sul."

AILTON LUIZ NODARY, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ no uso de suas atribuições legais, com base do disposto na Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E:

Art. 1° ALTERAR a concessão de férias contida na linha nº 35 do ANEXO ÚNICO da Portaria nº 045/2026 publicado no dia 20 de agosto de 2026, sob edição 3599 do Diário Oficial dos Municípios do Paraná, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Nº LINHA	MATRÍCULA-CONTRATO	NOME DO SERVIDOR	DATA INÍCIO FÉRIAS	QUANTIDADE DE DIAS	DATA TÉRMINO FÉRIAS
35	54121-01	JOCELAINE GEFFER FERMINO	08/09/2026	20	27/09/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Rio Branco do Sul, em 26 de agosto de 2026.

AILTON LUIZ NODARY
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:3F03288E

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 025/2026

Contrato: 224/2026. Modalidade: Dispensa de Licitação N.º 025/2026. **Objeto**: Contratação de empresa para realizar elaboração do Plano Municipal Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação. **Dispositivo legal:** Artigo 75, II, Lei 14.133/2021. **Contratado: OYÁ CONSULTORIA E GESTÃO DE PROJETOS SOCIAIS LTDA. Valor: R$ 12.150,00**. **Prazo de Execução**: O contrato terá execução de **06 (seis)** meses, contados do dia **13/08/2026 a 12/02/2027** e **10 (dez) meses** de vigência até **11/06/ 2027. Responsável pelo Contrato:** Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação. **Fiscal da Contratação:** Jennifer Christiane Geffer Paes Schwartz. **Data da ratificação:** 24/08/2026.

ARION LUCAS DE SOUZA DE CRISTO
Agente de Contratação - Decreto N.º 8.513/2026
Departamento de Compras e Licitações

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:75C95532

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE N.º 065/2026

Modalidade: Inexigibilidade de Licitação n.º 065/2026. **Objeto**: Análise jurídica da viabilidade de contratação de microempreendedor individual para a prestação de serviço de pintura de parede, com área aproximada de 10 m², nas dependências do Centro de Referência de Atendimento à Mulher – CRAM, em Rio Branco do Sul/PR, com base em edital de credenciamento do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos nº 03/2025, operacionalizado via Plataforma + Brasil. **Dispositivo legal:** Lei Federal 14.133/2021; Artigo 74; Dispositivo IV. **Contratado:** 67.973.944 FERNANDO DA SILVA ARAUJO – CNPJ N.º 67.973.944/0001-16. **Valor Unitário:** R$ 1.000,00. **Valor Total:** R$ 1.000,00. **Responsável pelo Contrato:** Secretaria Municipal De Assistência Social E Habitação. **Fiscal da Contratação**: Alana Mayara Nunes Lovato Santos. **Data da ratificação:** 26/08/2026.

ARION LUCAS DE SOUZA DE CRISTO
Agente de Contratação - Decreto 8.513/2026
Departamento de Compras e Licitações

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:3E1AEBA8

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE N.º 066/2026

Modalidade: Inexigibilidade de Licitação n.º 066/2026. **Objeto**: Análise jurídica da viabilidade de contratação de microempreendedor individual para a prestação de serviços de montagem e acabamento de móveis, visando atender às necessidades da Administração Pública Municipal, com base em edital de credenciamento do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos nº 03/2025, operacionalizado via Plataforma + Brasil. **Dispositivo legal:** Lei Federal 14.133/2021; Artigo 74; Dispositivo IV. **Contratado:** 67.973.944 FERNANDO DA SILVA ARAUJO – CNPJ N.º 67.973.944/0001-16. **Valor Unitário:** R$ 300,00. **Valor Total:** R$ 300,00. **Responsável pelo Contrato:** Secretaria Municipal De Assistência Social E Habitação. **Fiscal da Contratação**: Alana Mayara Nunes Lovato Santos. **Data da ratificação:** 26/08/2026.

ARION LUCAS DE SOUZA DE CRISTO
Agente de Contratação - Decreto 8.513/2026
Departamento de Compras e Licitações

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:B6A3518F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

CÂMARA MUNICIPAL DE RIO NEGRO - PARANÁ
PORTARIA 011/2026

PORTARIA Nº 011, DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

O Presidente da Câmara Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, Vereador **ODAIR PEREIRA**, em conformidade com os Artigos 25, Inciso II, e 71, ambos do Regimento Interno da Câmara,
R E S O L V E:

Art. 1º - Exonerar a pedido, a partir de 27 de agosto de 2026, o servidor Senhor **WILLIAM ADOLFO MAZUR,** com matrícula 1085-01, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor de Imprensa, Símbolo CC-2.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE RIO NEGRO, ESTADO DO PARANÁ.
GABINETE DA PRESIDÊNCIA, EM 26 DE AGOSTO DE 2026.

ODAIR PEREIRA
Presidente

Publicado por:
Wilson Mendes Junior
Código Identificador:434B8020

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº 137/2026

Institui o Programa Municipal de Reconhecimento de Boas Práticas de Alfabetização e Recomposição das Aprendizagens nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Rio Negro – PR e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,
CONSIDERANDO a Constituição Federal e a legislação educacional vigente, especialmente a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar o direito à alfabetização e à aprendizagem dos estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental;
CONSIDERANDO a importância da valorização dos profissionais da educação e das unidades escolares que desenvolvem práticas pedagógicas exitosas;
CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer as ações de alfabetização e recomposição das aprendizagens na Rede Municipal de Ensino;
CONSIDERANDO a importância do acompanhamento dos resultados de aprendizagem e da utilização de evidências educacionais para o planejamento e aperfeiçoamento das práticas pedagógicas;
CONSIDERANDO as ações desenvolvidas pelo Município de Rio Negro no âmbito das políticas públicas de alfabetização e do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
CONSIDERANDO a importância de identificar, reconhecer, sistematizar e disseminar práticas pedagógicas e de gestão que contribuam para a melhoria dos resultados educacionais;
DECRETA:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Rio Negro – Paraná, o Programa Municipal de Reconhecimento de Boas Práticas de Alfabetização e Recomposição das Aprendizagens, destinado a identificar, valorizar, reconhecer e disseminar práticas pedagógicas e de gestão que contribuam para a melhoria da aprendizagem dos estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental.
Art. 2º O Programa terá caráter institucional e pedagógico e será desenvolvido anualmente pela Secretaria Municipal de Educação, em articulação com as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino.
Art. 3º O Programa tem como objetivos:
I – reconhecer e valorizar escolas, gestores, docentes e equipes escolares que desenvolvam práticas exitosas voltadas à alfabetização e à recomposição das aprendizagens;
II – incentivar práticas pedagógicas que contribuam para a melhoria dos resultados de aprendizagem dos estudantes;
III – estimular o acompanhamento sistemático do desenvolvimento dos estudantes;
IV – promover a utilização de avaliações e evidências educacionais para o planejamento das ações pedagógicas;
V – identificar e disseminar experiências exitosas desenvolvidas nas unidades escolares;
VI – promover a troca de experiências e o compartilhamento de estratégias entre os profissionais da Rede Municipal de Ensino;
VII – incentivar a melhoria contínua dos indicadores de alfabetização e aprendizagem;
VIII – fortalecer a cultura de acompanhamento dos resultados educacionais e de intervenção pedagógica baseada em evidências.

CAPÍTULO II
DO PÚBLICO CONTEMPLADO

Art. 4º Poderão ser contemplados pelo Programa:
I – unidades escolares da Rede Municipal de Ensino;
II – gestores escolares;
III – professores que atuam nos anos iniciais do Ensino Fundamental;
IV – equipes pedagógicas e demais profissionais envolvidos diretamente em ações de alfabetização e recomposição das aprendizagens.

CAPÍTULO III
DOS CRITÉRIOS E INDICADORES
Art. 5º Para fins de reconhecimento, serão consideradas as práticas pedagógicas e de gestão que apresentem contribuição relevante para a alfabetização e/ou recomposição das aprendizagens.
Art. 6º Na análise das práticas e dos resultados poderão ser considerados, entre outros, os seguintes critérios:
I – contribuição da prática para o processo de alfabetização dos estudantes;
II – contribuição para a recomposição das aprendizagens;
III – evolução dos resultados de aprendizagem;
IV – utilização de avaliações diagnósticas, formativas e/ou outros instrumentos de acompanhamento;
V – planejamento e desenvolvimento de intervenções pedagógicas a partir dos resultados obtidos;
VI – acompanhamento sistemático do desenvolvimento individual e coletivo dos estudantes;
VII – participação e envolvimento dos profissionais da unidade escolar;
VIII – inovação, criatividade e adequação da prática ao contexto escolar;
IX – possibilidade de compartilhamento e utilização da experiência por outras unidades da Rede Municipal de Ensino;
X – apresentação de evidências que demonstrem a execução e os resultados alcançados.

Art. 7º Poderão ser utilizados como indicadores para fins de reconhecimento:
I – resultados de avaliações internas e externas;
II – evolução do desempenho dos estudantes em leitura, escrita e demais habilidades relacionadas à alfabetização;
III – indicadores de fluência leitora;
IV – resultados de avaliações diagnósticas e de acompanhamento da aprendizagem;
V – redução das defasagens de aprendizagem;
VI – frequência e participação dos estudantes nas ações pedagógicas;
VII – registros de acompanhamento dos estudantes;
VIII – estratégias de intervenção e recomposição das aprendizagens;
IX – registros de planejamento, execução e avaliação das ações;
X – produções dos estudantes e demais evidências pedagógicas pertinentes.

CAPÍTULO IV
DA IDENTIFICAÇÃO, APRESENTAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO DAS PRÁTICAS
Art. 8º A identificação das boas práticas poderá ocorrer por meio da indicação das unidades escolares, gestores, docentes e equipes pedagógicas da Rede Municipal de Ensino.
Art. 9º As práticas indicadas poderão ser apresentadas em momentos institucionais de socialização de práticas exitosas, promovidos pela Secretaria Municipal de Educação.
§ 1º Os momentos de socialização terão como finalidade valorizar, reconhecer e disseminar experiências que contribuam para a melhoria da alfabetização e da recomposição das aprendizagens.
§ 2º As práticas apresentadas poderão ser registradas por meio de relatórios, relatos de experiência, fotografias, produções dos estudantes, resultados de avaliações e demais evidências pertinentes.
§ 3º As experiências consideradas relevantes poderão ser divulgadas nos canais institucionais da Secretaria Municipal de Educação e utilizadas em momentos de formação e compartilhamento de experiências da Rede Municipal de Ensino.

CAPÍTULO V
DAS FORMAS DE RECONHECIMENTO

Art. 10. O reconhecimento institucional das boas práticas poderá ocorrer mediante:
I – entrega de Certificado de Reconhecimento às unidades escolares, gestores, docentes e/ou equipes escolares que apresentarem resultados ou práticas de destaque relacionados à alfabetização e à recomposição das aprendizagens;
II – concessão de Menção Honrosa às escolas, gestores ou docentes que se destacarem pela relevância, inovação, alcance ou contribuição

de suas práticas para a alfabetização e a recomposição das aprendizagens;
III – apresentação e socialização das práticas reconhecidas em momentos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação, visando à valorização dos profissionais e à disseminação das experiências exitosas entre as unidades da Rede Municipal de Ensino;
IV – divulgação institucional das práticas reconhecidas, quando pertinente, nos canais oficiais da Secretaria Municipal de Educação e do Município.
§ 1º O Certificado de Reconhecimento poderá ser concedido às unidades escolares em razão de resultados alcançados nos indicadores de alfabetização, especialmente quanto ao percentual de estudantes que atingirem os níveis esperados de fluência leitora.
§ 2º A Menção Honrosa poderá ser concedida em razão da qualidade, relevância, inovação, alcance ou contribuição comprovada da prática desenvolvida.
§ 3º Os critérios e indicadores utilizados para a concessão dos reconhecimentos serão definidos no Regulamento Técnico do Programa, considerando os resultados de aprendizagem, a evolução dos estudantes e as evidências das práticas desenvolvidas.
§ 4º O reconhecimento terá caráter institucional e pedagógico, destinando-se à valorização das escolas e dos profissionais que contribuam para a melhoria dos resultados de alfabetização e recomposição das aprendizagens.

CAPÍTULO VI
DAS EVIDÊNCIAS
Art. 11. As práticas apresentadas para reconhecimento deverão, sempre que possível, ser acompanhadas de evidências que demonstrem sua realização e contribuição para a aprendizagem dos estudantes.
Art. 12. Poderão ser consideradas como evidências:
I – planejamento ou plano de ação da prática;
II – registros de execução;
III – instrumentos de avaliação;
IV – resultados de aprendizagem;
V – registros de acompanhamento individual e coletivo dos estudantes;
VI – produções dos estudantes;
VII – registros fotográficos e/ou audiovisuais, quando pertinentes;
VIII – relatos ou sistematização da experiência;
IX – dados de fluência leitora;
X – resultados de avaliações diagnósticas, formativas ou externas;
XI – demais documentos que comprovem a execução e os resultados da prática.

CAPÍTULO VII
DO CRONOGRAMA E DA EXECUÇÃO

Art. 13. O Programa será desenvolvido anualmente, observando-se, preferencialmente, as seguintes etapas:
I – divulgação da iniciativa junto às unidades escolares;
II – identificação e indicação de práticas desenvolvidas por escolas, gestores e docentes;
III – organização e sistematização das experiências e respectivas evidências;
IV – realização de momento institucional para apresentação e socialização das práticas exitosas;
V – análise dos registros e evidências das práticas apresentadas;
VI – reconhecimento institucional das escolas, gestores, docentes e/ou equipes que se destacarem;
VII – divulgação e disseminação das experiências reconhecidas.

Art. 14. A Secretaria Municipal de Educação promoverá, anualmente, momentos específicos para **apresentação e socialização de práticas exitosas voltadas à alfabetização e à recomposição das aprendizagens,** conforme cronograma estabelecido pela Secretaria.
Parágrafo único. O cronograma anual das ações será definido pela Secretaria Municipal de Educação, considerando o calendário escolar e as necessidades da Rede Municipal de Ensino.

CAPÍTULO VIII
DAS RESPONSABILIDADES

Art. 15. Compete à Secretaria Municipal de Educação:
I – coordenar e acompanhar a execução do Programa;
II – orientar as unidades escolares quanto à apresentação das práticas e respectivas evidências;
III – organizar os momentos de socialização das práticas exitosas;
IV – analisar os registros e evidências apresentados;
V – providenciar os certificados e menções honrosas;
VI – promover a divulgação e disseminação das práticas reconhecidas.

Art. 16. Compete às unidades escolares:
I – identificar e indicar práticas desenvolvidas no âmbito da escola;
II – organizar as evidências das ações realizadas;
III – participar dos momentos de socialização promovidos pela Secretaria Municipal de Educação;
IV – compartilhar experiências e estratégias que possam contribuir para a melhoria da aprendizagem na Rede Municipal de Ensino.
CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17. A Secretaria Municipal de Educação poderá expedir orientações complementares necessárias à execução do Programa.

Art. 18. Os casos omissos serão analisados pela Secretaria Municipal de Educação, observada a legislação vigente.

Art. 19. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Negro, 26 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:CE825CB4

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº 138/2026

Regulamenta o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização de Rio Negro, correspondente ao Comitê Municipal de Alfabetização previsto na Lei Municipal nº 3.525, de 7 de agosto de 2026, como instância de governança estratégica, articulação institucional, coordenação, acompanhamento e monitoramento da Política Municipal de Alfabetização, em alinhamento ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e às diretrizes da Política de Alfabetização do Estado do Paraná, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e demais disposições legais aplicáveis,
CONSIDERANDO o disposto na Constituição Federal, que assegura a educação como direito de todos e dever do Estado e da família;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
CONSIDERANDO o disposto no Decreto Federal nº 11.556, de 12 de junho de 2023, que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, destinado a garantir o direito à alfabetização das crianças brasileiras;
CONSIDERANDO que o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada prevê a colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios para a implementação de ações destinadas à alfabetização e à melhoria da aprendizagem;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 3.525, de 7 de agosto de 2026, que institui a Política Municipal de Alfabetização de Rio Negro e prevê, em seu art. 34, a instituição do Comitê Municipal de Alfabetização;
CONSIDERANDO que o art. 35 da Lei Municipal nº 3.525, de 7 de agosto de 2026, estabelece a necessidade de regulamentação da

composição e do funcionamento do Comitê Municipal de Alfabetização;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a governança sistêmica da Política Municipal de Alfabetização, mediante articulação institucional, coordenação, acompanhamento e monitoramento das ações desenvolvidas no território municipal;
CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer a articulação entre o Município de Rio Negro, o Estado do Paraná e a União, em regime de colaboração, para a garantia do direito à alfabetização;
CONSIDERANDO as diretrizes e estratégias estabelecidas pelo Estado do Paraná para a promoção da alfabetização e para o fortalecimento do regime de colaboração com os municípios;
CONSIDERANDO a importância do planejamento, da utilização de evidências educacionais, do acompanhamento dos indicadores de aprendizagem e da avaliação dos resultados para o aprimoramento das ações de alfabetização;

DECRETA:

CAPÍTULO I
DA INSTITUIÇÃO E DA FINALIDADE

Art. 1º Fica regulamentado, no âmbito do Município de Rio Negro, Estado do Paraná, o **Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização,** correspondente ao **Comitê Municipal de Alfabetização** previsto no art. 34 da Lei Municipal nº 3.525, de 7 de agosto de 2026, como instância de **governança estratégica, articulação institucional, coordenação, acompanhamento e monitoramento da Política Municipal de Alfabetização.**
Parágrafo único. Para fins deste Decreto, a denominação **Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização** corresponde ao Comitê Municipal de Alfabetização instituído pela Lei Municipal nº 3.525, de 7 de agosto de 2026.

Art. 2º O Comitê tem por finalidade promover a articulação e a coordenação das ações da **Política Municipal de Alfabetização**, instituída pela Lei Municipal nº 3.525, de 7 de agosto de 2026, em alinhamento ao **Compromisso Nacional Criança Alfabetizada** e às diretrizes da **Política de Alfabetização do Estado do Paraná**, contribuindo para a garantia do direito à alfabetização e à aprendizagem das crianças no território municipal.

Art. 3º O Comitê atuará de forma articulada com a Secretaria Municipal de Educação e com os demais órgãos, instituições e segmentos envolvidos na implementação da Política Municipal de Alfabetização, observadas as competências legais de cada órgão ou entidade.
Parágrafo único. A atuação do Comitê observará os princípios da colaboração entre os entes federativos, da equidade educacional, da garantia do direito à aprendizagem, da valorização dos profissionais da educação, da utilização de evidências educacionais e da melhoria contínua da qualidade da educação.

CAPÍTULO II
DAS COMPETÊNCIAS

Art. 4º Compete ao Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização:
I – acompanhar a implementação da Política Municipal de Alfabetização;
II – exercer a governança estratégica das ações municipais relacionadas à alfabetização;
III – promover a articulação institucional entre os diferentes órgãos, setores, instituições e profissionais envolvidos com a política de alfabetização;
IV – acompanhar e contribuir para a implementação, no Município, das ações relacionadas ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
V – promover o alinhamento das ações municipais às diretrizes e estratégias da Política de Alfabetização do Estado do Paraná e às orientações nacionais;
VI – acompanhar os indicadores educacionais e os resultados das avaliações relacionados à alfabetização;
VII – analisar dados de aprendizagem e demais evidências educacionais para subsidiar o planejamento e a tomada de decisões;
VIII – propor estratégias para a melhoria dos resultados de aprendizagem e para a redução das desigualdades educacionais;
IX – acompanhar as ações de formação continuada dos profissionais da educação relacionadas à alfabetização;
X – acompanhar as ações de recomposição das aprendizagens, especialmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental;
XI – acompanhar as metas e estratégias estabelecidas na Política Municipal de Alfabetização;
XII – contribuir para a articulação entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, visando à continuidade e à progressão das aprendizagens;
XIII – promover o compartilhamento de experiências e práticas pedagógicas exitosas relacionadas à alfabetização;
XIV – acompanhar estratégias destinadas à garantia do acesso, da permanência, da participação e da aprendizagem dos estudantes;
XV – propor ações e encaminhamentos destinados ao fortalecimento da Política Municipal de Alfabetização;
XVI – acompanhar os resultados das ações desenvolvidas e propor ajustes ou estratégias de melhoria, quando necessário;
XVII – elaborar recomendações e encaminhamentos relacionados à implementação da Política Municipal de Alfabetização;
XVIII – produzir e manter registros das reuniões, ações, encaminhamentos e resultados do Comitê;
XIX – elaborar, quando necessário, relatórios de acompanhamento da Política Municipal de Alfabetização;
XX – exercer outras atribuições compatíveis com sua finalidade e com as disposições da Lei Municipal nº 3.525, de 7 de agosto de 2026.

CAPÍTULO III
DA COMPOSIÇÃO

Art. 5º O Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização será composto por representantes dos segmentos previstos na Lei Municipal nº 3.525, de 7 de agosto de 2026.
§ 1º A composição do Comitê observará, especialmente, a representação dos seguintes segmentos:
I – Secretaria Municipal de Educação;
II – gestores das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino;
III – coordenadores pedagógicos;
IV – professores da Rede Municipal de Ensino;
V – Articulador(a) Municipal do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
VI – outros representantes, quando previstos ou indicados nos termos da legislação municipal e das necessidades de implementação da Política Municipal de Alfabetização.
§ 2º A composição nominal dos membros titulares e suplentes do Comitê será formalizada por **ato específico de designação,** expedido pela autoridade competente.
§ 3º A coordenação do Comitê será definida no ato de designação de seus membros, observadas as disposições da Lei Municipal nº 3.525, de 7 de agosto de 2026.
§ 4º A participação no Comitê será considerada de relevante interesse público e não será remunerada.

CAPÍTULO IV
DO FUNCIONAMENTO

Art. 6º O Comitê reunir-se-á ordinariamente, no mínimo, **trimestralmente,** e extraordinariamente sempre que necessário, mediante convocação de sua coordenação.

Art. 7º As reuniões do Comitê serão registradas em ata, contendo, no mínimo:
I – data, horário e local da reunião;
II – identificação dos participantes;
III – pauta dos assuntos tratados;
IV – deliberações e encaminhamentos.

Art. 8º O Comitê poderá constituir grupos de trabalho ou comissões temporárias para análise e desenvolvimento de temas específicos relacionados à Política Municipal de Alfabetização.

Art. 9º A Secretaria Municipal de Educação prestará o apoio técnico e administrativo necessário ao funcionamento do Comitê.

Art. 10. O Comitê poderá solicitar informações e dados aos órgãos e unidades da Rede Municipal de Ensino necessários ao acompanhamento e monitoramento das ações de alfabetização, observadas as disposições legais aplicáveis.

CAPÍTULO V
DO ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO

Art. 11. O Comitê realizará o acompanhamento periódico da implementação da Política Municipal de Alfabetização e de seus resultados, utilizando indicadores educacionais, avaliações da aprendizagem e demais evidências disponíveis.

Art. 12. O acompanhamento realizado pelo Comitê poderá subsidiar:
I – o planejamento das ações de alfabetização;
II – a definição de estratégias pedagógicas e de gestão;
III – a identificação de desafios e necessidades da rede municipal;
IV – a proposição de ações de melhoria;
V – o acompanhamento do cumprimento das metas e estratégias da Política Municipal de Alfabetização.

Art. 13. Os documentos produzidos pelo Comitê, incluindo atas, relatórios, recomendações, registros e demais evidências de suas atividades, deverão ser organizados e mantidos pela Secretaria Municipal de Educação.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. O Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização atuará em articulação com as ações desenvolvidas pelo Município no âmbito do regime de colaboração com o Estado do Paraná e a União.
Art. 15. A Secretaria Municipal de Educação poderá expedir orientações complementares necessárias ao funcionamento do Comitê, observadas as disposições da Lei Municipal nº 3.525, de 7 de agosto de 2026, e deste Decreto.

Art. 16. Os casos omissos serão analisados pela Secretaria Municipal de Educação, observadas as disposições legais aplicáveis.

Art. 17. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Negro, 26 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:6B364D93

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº 139/2026

Institui a Estrutura Administrativa e Pedagógica da Política Municipal de Alfabetização no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Rio Negro, estabelece sua composição, atribuições e forma de articulação, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e demais disposições legais aplicáveis,
CONSIDERANDO o disposto na Constituição Federal, que estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado e da família;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
CONSIDERANDO o disposto no Decreto Federal nº 11.556, de 12 de junho de 2023, que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 3.525, de 7 de agosto de 2026, que institui a Política Municipal de Alfabetização de Rio Negro;
CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer a capacidade institucional da Secretaria Municipal de Educação para planejar, implementar, acompanhar, monitorar e avaliar as ações da Política Municipal de Alfabetização;
CONSIDERANDO a importância da articulação entre a gestão educacional, a Educação Infantil, o Ensino Fundamental, a formação continuada dos profissionais da educação, as ações de alfabetização e as estratégias de recomposição das aprendizagens;
CONSIDERANDO a necessidade de organizar formalmente a estrutura administrativa e pedagógica responsável pelo planejamento, acompanhamento, implementação e monitoramento das ações de alfabetização no âmbito da Secretaria Municipal de Educação;

DECRETA:

CAPÍTULO I
DA INSTITUIÇÃO E DA FINALIDADE

Art. 1º Fica instituída, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Rio Negro, a Estrutura Administrativa e Pedagógica da Política Municipal de Alfabetização, destinada a ampliar a capacidade institucional do Município para a elaboração, implementação, acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações da Política Municipal de Alfabetização.

Art. 2º A Estrutura Administrativa e Pedagógica da Política Municipal de Alfabetização atuará em alinhamento à Política Municipal de Alfabetização, ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e às diretrizes da Política de Alfabetização do Estado do Paraná, observadas as competências legais da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º A estrutura terá atuação administrativa e pedagógica integrada com as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino, visando:
I – fortalecer a capacidade institucional para implementação da Política Municipal de Alfabetização;
II – apoiar o planejamento e a execução das ações de alfabetização;
III – acompanhar e monitorar os resultados de aprendizagem;
IV – promover a utilização de evidências educacionais para subsidiar decisões pedagógicas e de gestão;
V – fortalecer a articulação entre as diferentes etapas e modalidades da Educação Básica;
VI – contribuir para a garantia do direito à alfabetização e à aprendizagem.

CAPÍTULO II
DA COMPOSIÇÃO DA ESTRUTURA

Art. 4º A Estrutura Administrativa e Pedagógica da Política Municipal de Alfabetização será constituída por profissionais da Secretaria Municipal de Educação que exerçam funções relacionadas à gestão educacional, articulação, coordenação, acompanhamento e implementação das ações de alfabetização.
§ 1º A estrutura compreenderá, no mínimo:
I – gestão da Secretaria Municipal de Educação;
II – responsável pela articulação e acompanhamento das ações municipais de alfabetização e do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
III – profissional responsável pelo acompanhamento das estratégias metodológicas e pedagógicas de alfabetização e das ações de intervenção e apoio à aprendizagem;
IV – Coordenação do Ensino Fundamental;
V – Coordenação da Educação Infantil.

§ 2º Os profissionais que integram a estrutura serão aqueles formalmente vinculados às respectivas funções e cargos existentes na organização administrativa municipal.
§ 3º A composição nominal, o número de servidores, os cargos ou funções, as respectivas jornadas de trabalho e o tempo dedicado às atividades relacionadas à alfabetização serão registrados em Relatório

Técnico específico, elaborado e assinado pela Secretaria Municipal de Educação.
§ 4º A atualização da composição nominal da estrutura poderá ser realizada sempre que houver alteração na organização administrativa, nas funções exercidas ou nas necessidades de implementação da Política Municipal de Alfabetização.

CAPÍTULO III
DAS ATRIBUIÇÕES GERAIS

Art. 5º Compete à Estrutura Administrativa e Pedagógica da Política Municipal de Alfabetização:
I – planejar, coordenar, apoiar e acompanhar a implementação das ações da Política Municipal de Alfabetização;
II – promover a articulação entre a Secretaria Municipal de Educação e as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino;
III – acompanhar indicadores educacionais, avaliações da aprendizagem e demais evidências relacionadas à alfabetização;
IV – analisar dados de aprendizagem para subsidiar o planejamento e a tomada de decisões;
V – identificar desafios e necessidades relacionados ao processo de alfabetização e propor estratégias de intervenção;
VI – acompanhar ações de formação continuada dos profissionais da educação relacionadas à alfabetização;
VII – apoiar ações de recomposição das aprendizagens;
VIII – promover a articulação entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, visando à continuidade e progressão das aprendizagens;
IX – acompanhar e apoiar a implementação das ações relacionadas ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
X – promover o alinhamento das ações municipais às diretrizes da Política de Alfabetização do Estado do Paraná;
XI – apoiar a implementação de estratégias pedagógicas destinadas à melhoria da aprendizagem;
XII – promover o compartilhamento de práticas pedagógicas exitosas;
XIII – acompanhar as necessidades formativas dos profissionais da educação;
XIV – sistematizar informações e resultados das ações de alfabetização;
XV – elaborar relatórios, registros e documentos técnicos relacionados às ações desenvolvidas;
XVI – propor estratégias para melhoria dos resultados de aprendizagem e redução das desigualdades educacionais;
XVII – acompanhar a execução das metas e estratégias estabelecidas na Política Municipal de Alfabetização;
XVIII – exercer outras atribuições compatíveis com a finalidade desta estrutura e com as competências da Secretaria Municipal de Educação.

CAPÍTULO IV
DAS ATRIBUIÇÕES DAS ÁREAS INTEGRANTES

Art. 6º Compete à gestão da Secretaria Municipal de Educação assegurar as condições administrativas, técnicas e institucionais necessárias à implementação da Política Municipal de Alfabetização.

Art. 7º Compete à área responsável pela articulação das ações de alfabetização e do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada:
I – articular e acompanhar a implementação das ações de alfabetização;
II – acompanhar indicadores e resultados de aprendizagem;
III – apoiar o planejamento, monitoramento e avaliação das ações;
IV – promover a articulação entre a Secretaria Municipal de Educação e as unidades escolares;
V – organizar registros, relatórios e evidências das ações desenvolvidas;
VI – acompanhar ações de formação, recomposição das aprendizagens e demais estratégias relacionadas à alfabetização.

Art. 8º Compete à área responsável pelo acompanhamento das estratégias metodológicas e pedagógicas de alfabetização e das ações de intervenção e apoio à aprendizagem:
I – apoiar a implementação de estratégias pedagógicas de alfabetização;
II – acompanhar ações de intervenção pedagógica e apoio à aprendizagem;
III – orientar e apoiar os profissionais da educação quanto às estratégias metodológicas adotadas pela Rede Municipal de Ensino;
IV – contribuir para a identificação das necessidades de aprendizagem dos estudantes;
V – colaborar com ações de formação e acompanhamento pedagógico.

Art. 9º Compete à Coordenação do Ensino Fundamental:
I – acompanhar as ações pedagógicas relacionadas à alfabetização no Ensino Fundamental;
II – apoiar gestores escolares e coordenadores pedagógicos;
III – acompanhar dados e resultados de aprendizagem;
IV – contribuir para o planejamento de ações de intervenção e recomposição das aprendizagens;
V – promover a articulação pedagógica entre as unidades escolares e a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 10. Compete à Coordenação da Educação Infantil:
I – acompanhar as ações pedagógicas relacionadas ao desenvolvimento das aprendizagens na Educação Infantil;
II – fortalecer a articulação entre Educação Infantil e Ensino Fundamental;
III – acompanhar estratégias voltadas ao desenvolvimento das habilidades necessárias à continuidade das aprendizagens;
IV – contribuir para a transição entre as etapas educacionais;
V – promover ações que favoreçam a continuidade e progressão das aprendizagens.

CAPÍTULO V
DA ARTICULAÇÃO COM A REDE MUNICIPAL DE ENSINO

Art. 11. A Estrutura Administrativa e Pedagógica da Política Municipal de Alfabetização atuará de forma articulada com os gestores escolares, coordenadores pedagógicos e professores da Rede Municipal de Ensino.

Art. 12. A articulação com as unidades escolares terá como finalidade:
I – acompanhar a implementação das ações de alfabetização;
II – identificar necessidades pedagógicas e formativas;
III – acompanhar resultados de aprendizagem;
IV – apoiar a definição de estratégias de intervenção;
V – compartilhar práticas pedagógicas exitosas;
VI – fortalecer a cultura de acompanhamento e utilização de evidências educacionais.

CAPÍTULO VI
DO ORGANOGRAMA E DO ACOMPANHAMENTO

Art. 13. A Estrutura Administrativa e Pedagógica da Política Municipal de Alfabetização será representada em organograma próprio, que demonstrará sua vinculação à Secretaria Municipal de Educação e a articulação entre as áreas e funções que a integram.

Art. 14. O acompanhamento das ações desenvolvidas pela estrutura será realizado de forma contínua, mediante análise de indicadores educacionais, avaliações da aprendizagem, registros, relatórios e demais evidências disponíveis.

Art. 15. A Secretaria Municipal de Educação manterá organizados os documentos e registros relacionados à implementação da Política Municipal de Alfabetização, assegurando sua disponibilidade para fins de acompanhamento, avaliação e prestação de informações.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. A atuação dos profissionais integrantes da estrutura ocorrerá no âmbito de seus respectivos cargos, funções, atribuições e jornadas de trabalho oficialmente estabelecidos pelo Município.
Parágrafo único. A instituição da estrutura prevista neste Decreto não implica criação de novos cargos, alteração de regime jurídico ou aumento de despesas, salvo se houver previsão legal específica.

Art. 17. A Secretaria Municipal de Educação poderá expedir orientações complementares necessárias à organização e ao funcionamento da estrutura, observadas as disposições deste Decreto e da legislação vigente.

Art. 18. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, observadas as disposições legais aplicáveis.

Art. 19. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Negro, 26 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:5843CC48

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
EDITAL N.º 106/2026

CONVOCAÇÃO PARA ADMISSÃO DE CANDIDATO APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Edital do Concurso Público nº 01, de 13 de dezembro de 2024, convoca a pessoa através de sua inscrição abaixo relacionada, para comparecer a partir do dia 27 (vinte e sete) de agosto do corrente ano, dentro do horário de funcionamento, na sede da Prefeitura Municipal de Rio Negro, sito à Rua Juvenal Ferreira Pinto, n.º 2070, Bairro Seminário, para assumir a respectiva vaga no Quadro de Pessoal da Administração da Prefeitura do Município de Rio Negro:

PROFESSOR DE INGLÊS - Sede (Ampla Concorrência)

Número	*Nome*	*Classificação*
	Convocados pelo Edital nº 16, de 10/2/2026, Edital nº 33, de 25/3/2026, Edital nº 61, de 21/5/2026, Edital nº 83, de 24/6/2026 e Edital nº 95, de 27/7/2026. O classificado em 3º lugar solicitou o prazo de 30 dias para assumir e após requereu que seu nome seja deslocado para final de lista. Os classificados em 4º e 5º lugares não compareceram dentro do prazo estabelecido em edital para manifestação. O classificado em 7º lugar requereu que seu nome seja deslocado para final de lista.	1º à 7º
0013403	Jefferson Danieleviz Fernandes	8º

O não comparecimento do acima convocado no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação do presente Edital, implicará em reconhecimento da desistência da vaga, autorizando o Município a proceder chamada do próximo classificado.

Rio Negro, 26 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:014112F5

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
LEI Nº 3529/2026

Dispõe sobre alterações na Lei Municipal nº 2519, de 26 de março de 2015, que reestrutura o Conselho Tutelar de Rio Negro - PR e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei Municipal nº 2519, de 26 de março de 2015, que reestrutura o Conselho Tutelar de Rio Negro - PR, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 29...

§ 1º...

I - Além da remuneração mencionada no *caput*, os Conselheiros Tutelares farão jus ao auxílio-alimentação, em valor e forma definidos em ato do Poder Executivo, observado o mesmo tratamento concedido aos servidores municipais, não possuindo natureza remuneratória, nem se incorporando à remuneração para quaisquer efeitos."

Art. 2º Permanecem inalterados os demais dispositivos da Lei Municipal nº 2519, de 2015.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Negro, 26 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:06AA001C

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 907/2026

Concede férias aos servidores e empregados públicos municipais.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder, no mês de agosto de 2026, férias aos servidores e empregados municipais abaixo relacionados:

NOME	MATRÍCULA	PERÍODO AQUISITIVO
Alberto Tadamitsu Namazu	2267-5/2	2023/2024
Alessandra Pereira	110197-6/1	2025/2026
Ana Carolina Rauen Sprotte	110102-0/3	2025/2026
Ana Helena Stolte do Nascimento	2227-6/1	2025/2026
Carlos Ricardo Erhardt Neto	886-9/1	2024/2025
Carlos Roberto Alves Boeira da Rosa	1404-4/1	2024/2025
Cássio Gramlich Coelho	110169-9/2	2025/2026
Clarice dos Santos	110197-8/1	2025/2026
Cleide Aparecida Sweigert Duarte	2127-0/1	2024/2025
Cleverson José Rachid	1492-3/1	2025/2026
Daniel Teixeira da Cruz	469-3/1	2025/2026
Dirlei Alves	1702-7/2	2024/2025
Edilson Kohut	1941-0/1	2025/2026
Eduarda Bruffi	110075-3/3	2025/2026
Emilly Vitória Niedzelski	110199-0/1	2025/2026
Everton Marcelo de Melo	1063-4/1	2025/2026
Fabiano Schroeder	110198-7/1	2025/2026
Felipe Kraus	110195-2/1	2025/2026
José Vanderlei Uhlick	110198-6/1	2025/2026
Juliana Aparecida Ribas	1572-5/2	2025/2026
Kelly Cristiane Peters	0827-3/2	2024/2025
Leandro Kendy Takiguchi	110197-3/1	2025/2026
Lincoln Francisco do Nascimento	2456-2/2	2025/2026
Marcos Aurélio Pereira da Cruz	1746-9/1	2025/2026
Maurício Diego Brambila	1039-1/1	2025/2026
Paulo Roberto de Lima	2302-7/1	2024/2025
Pedro Luiz Valério	110146-7/2	2025/2026
Rafael Ciola Matos	2034-6/1	2025/2026
Ramon Muller Rodrigues	110196-4/1	2025/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Negro, 26 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:37D874BD

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 908/2026

Concede licença para tratamento de saúde a servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com as Subseções I e II, da Seção V, do Capítulo I, do Título III, da Lei Municipal nº 1.318, de 05 de dezembro de 2002,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, no período de 26 de julho à 24 de agosto de 2026, para a servidora municipal ***Bruna Fernandes Cardoso Perosa,*** com matrícula de nº 1013-8/1, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 26 de julho de 2026.

Rio Negro, 26 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:063F4A45

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 909/2026

Concede licença para tratamento de saúde a servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com as Subseções I e II, da Seção V, do Capítulo I, do Título III, da Lei Municipal nº 1.318, de 05 de dezembro de 2002,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, no período de 18 à 31 de agosto de 2026, para a servidora municipal ***Bruna Volani Toneto,*** com matrícula de nº 110225-6/1, lotada na Secretaria Municipal de Educação.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18 de agosto de 2026.

Rio Negro, 26 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:898E1F9A

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 910/2026

Concede licença para tratamento de saúde a servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com as Subseções I e II, da Seção V, do Capítulo I, do Título III, da Lei Municipal nº 1.318, de 05 de dezembro de 2002,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, no período de 28 de julho à 10 de setembro de 2026, para o servidor municipal ***Claudimar Antonio Moreira Borges,*** com matrícula de nº 1381-1/1, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Habitação.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 28 de julho de 2026.

Rio Negro, 26 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:37D6B052

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 911/2026

Concede licença para tratamento de saúde a servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com as Subseções I e III, da Seção V, do Capítulo I, do Título III, da Lei Municipal nº 1.318, de 05 de dezembro de 2002,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 10 de agosto à 3 de setembro de 2026, para a servidora municipal ***Cristiane Maria França Turnes,*** matrícula nº 1778-7/1, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de agosto de 2026.

Rio Negro, 26 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:DCE4F1AD

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 912/2026

Concede licença para tratamento de saúde a servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com as Subseções I e II, da Seção V, do Capítulo I, do Título III, da Lei Municipal nº 1.318, de 05 de dezembro de 2002,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, no período de 11 de agosto à 9 de outubro de 2026, para a servidora municipal ***Daiane Fernandes Wieczorkievicz,*** com matrícula de nº 110088-9/2, lotada na Secretaria Municipal de Educação.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11 de agosto de 2026.

Rio Negro, 26 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:91B6F406

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 913/2026

Concede licença para tratamento de saúde a servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com as Subseções I e III, da Seção V, do Capítulo I, do Título III, da Lei Municipal nº 1.318, de 05 de dezembro de 2002,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 28 de julho à 10 de agosto de 2026, para a servidora municipal ***Dirlei Maria de Lima,*** matrícula de nº 1386-2/1, lotada na Secretaria Municipal de Administração.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 28 de julho de 2026.

Rio Negro, 26 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:83BDB75D

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 914/2026

Concede licença para tratamento de saúde a servidor municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com as Subseções I e II, da Seção V, do Capítulo I, do Título III, da Lei Municipal nº 1.318, de 05 de dezembro de 2002,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, no período de 25 de julho a 9 de agosto de 2026, para o servidor municipal ***Edson Luiz Gonçalves***, com matrícula nº 1405-2/1, lotado na Secretaria Municipal de Administração.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 25 de julho de 2026.

Rio Negro, 26 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:408686A3

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 915/2026

Concede licença para tratamento de saúde a servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com as Subseções I e II, da Seção V, do Capítulo I, do Título III, da Lei Municipal nº 1.318, de 05 de dezembro de 2002,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, no período de 25 de julho à 7 de agosto de 2026, para a servidora municipal ***Indiara Regina Sacramento de Oliveira,*** com matrícula de nº 2482-1/3, lotada na Secretaria Municipal de Educação.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 25 de julho de 2026.

Rio Negro, 26 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:00689AC4

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 916/2026

Concede licença para tratamento de saúde a servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com as Subseções I e II, da Seção V, do Capítulo I, do Título III, da Lei Municipal nº 1.318, de 05 de dezembro de 2002,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, no período de 27 de julho à 5 de agosto de 2026, para a servidora municipal ***Iraci de Fátima Spuldaro da Silva,*** com matrícula de nº 2593-3/1, lotada na Secretaria Municipal de Educação.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 27 de julho de 2026.

Rio Negro, 26 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:1FCB91E8

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 917/2026

Concede licença para tratamento de saúde a servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com as Subseções I e II, da Seção V, do Capítulo I, do Título III, da Lei Municipal nº 1.318, de 05 de dezembro de 2002,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, no período de 10 de agosto à 24 de agosto de 2026, para a servidora municipal ***Iraci de Fátima Spuldaro da Silva,*** com matrícula de nº 2593-3/1, lotada na Secretaria Municipal de Educação.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de agosto de 2026.

Rio Negro, 26 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:818C1ECF

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 918/2026

Concede licença para tratamento de saúde a servidor municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com as Subseções I e II, da Seção V, do Capítulo I, do Título III, da Lei Municipal nº 1.318, de 05 de dezembro de 2002,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, no período de 7 de agosto a 20 de agosto de 2026, para o servidor municipal ***Jeronimo Nisgoski***, com matrícula de nº 1084-7/1, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Habitação.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 7 de agosto de 2026.

Rio Negro, 26 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:2A45AA64

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 919/2026

Concede licença para tratamento de saúde a servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com as Subseções I e II, da Seção V, do Capítulo I, do Título III, da Lei Municipal nº 1.318, de 05 de dezembro de 2002,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, no período de 20 de agosto de 2026 a 15 de fevereiro de 2027, para a servidora municipal ***Jocelis de Fátima Endler Ruthes,*** com matrícula de nº 2292-6/1, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20 de agosto de 2026.

Rio Negro, 26 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:D54AB039

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 920/2026

Concede licença para tratamento de saúde a servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com as Subseções I e II, da Seção V, do Capítulo I, do Título III, da Lei Municipal nº 1.318, de 05 de dezembro de 2002,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, no período de 17 de agosto à 14 de dezembro de 2026, para a servidora municipal ***Joziane Bicheski Schelbauer,*** com matrícula de nº 2479-1/1, lotada na Secretaria Municipal de Educação.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 17 de agosto de 2026.

Rio Negro, 26 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:AF7403A7

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 921/2026

Concede licença para tratamento de saúde a servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com as Subseções I e III, da Seção V, do Capítulo I, do Título III, da Lei Municipal nº 1.318, de 05 de dezembro de 2002,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 14 de agosto à 23 de agosto de 2026, para a servidora municipal ***Mariehti Regina Becker de Luca,*** matrícula de nº 934-2/2, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14 de agosto de 2026.

Rio Negro, 26 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:5FC0F062

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 922/2026

Concede licença para tratamento de saúde a servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com as Subseções I e II, da Seção V, do Capítulo I, do Título III, da Lei Municipal nº 1.318, de 05 de dezembro de 2002,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, no período de 10 de agosto à 24 de agosto de 2026, para a servidora municipal ***Tatiana Aparecida Novak Baumgarten,*** com matrícula de nº 108323-2/4, lotada na Secretaria Municipal de Educação.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de agosto de 2026.

Rio Negro, 26 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:36C15964

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 009/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 058/2026

O Município de Rio Negro torna público que estará recebendo em sua sede, situada na rua Juvenal Ferreira Pinto, nº 2070, Bairro Seminário, no período de **27 de agosto de 2026** até **27 de agosto de 2027**, DOCUMENTAÇÃO e PROPOSTAS DE PESSOAS JURÍDICAS, para realizarem **SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS DE ANÁLISES CLÍNICAS,** de acordo com as condições estabelecidas no Edital. OBJETO: **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS DE ANÁLISES CLÍNICAS,** conforme disposto na Constituição Federal, Lei 14.133/21, Decreto municipal 88/2023, e as demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie. Os interessados poderão ter acesso ao Edital através do site rionegro.atende.net.

Rio Negro, 25 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:A6EC224A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
DISPENSA POR LIMITE N° 122 – PROCESSO N° 250/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de limpeza, manutenção, inspeção, reparos e adequações no sistema de captação e drenagem de águas pluviais do prédio sede da Prefeitura Municipal de Rio Negro/PR. PRAZO DE EXECUÇÃO: 30 (trinta) dias. Em conformidade com o inciso II, art. 75, da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público que pretende realizar dispensa de licitação. Mais informações através do site rionegro.atende.net ou pessoalmente no endereço: Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070 – Rio Negro – PR de 08h00min as 11h30min e de 13h30min às 17h00min.

Rio Negro, 26 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:098E114E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 247/2026 - MODALIDADE – DISPENSA PRESENCIAL N° 121/2026

OBJETO: Aquisição de camisetas institucionais personalizadas destinadas às integrantes do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.

Item	Qtde	Un.	Especificação	Preço unitário	Fornecedor Vencedor
1	20,00	UN	CAMISETAS - Camisetas na cor Marsala, confeccionada em Poliviscose, com logo do Conselho Municipal dos direitos da mulher na parte frontal e logo Prefeitura de Rio Negro - PR na manga. Segue modelo anexo. Tamanhos: P = 03 - M= 10 - G= 03 - GG= 04	34,50	NINNA NANA INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES LDTA EPP

Rio Negro, 26 de agosto de 2026 –

JOÃO GUILHERME SCHELBAUER –
Agente de Contratação

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:91EC80BB

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 059/2026

OBJETO: Aquisição de peças para manutenção corretiva de câmaras científicas da rede de frio INDREL modelo RVV 22 D. INTERESSADO: 62.294.866 JOEL HENRIQUE PAVAN. CNPJ.: 59.669.953/0001-90. JUSTIFICATIVA: Empresa detentora de exclusividade para a execução de serviços de manutenção corretiva, preditiva e preventiva e vendas de peças em todos os equipamentos fabricados pela empresa INDREL INDÚSTRIA DE REFRIGERAÇÃO LONDRINENSE LTDA. Fundamentação Legal: Caput do Artigo 74 da Lei 14.133/21 e suas alterações. Rio Negro, 26 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:650FF357

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

SECRETARIA GERAL
DECRETO 412, 25 DE AGOSTO DE 2026

SÚMULA: Nomeia membro titular da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,
CONSIDERANDO o Decreto nº 378/2026, que instituiu a Comissão e nomeou seus membros;
CONSIDERANDO a necessidade de substituição por motivos de saúde da servidora DAIANA DE ANDRADE, membro titular da referida Comissão;
CONSIDERANDO que a servidora MARIZA CRISTINA GOULART DE LIMA foi designada como suplente no mesmo decreto,
DECRETA:

Art. 1º- Fica **nomeada**, como **membro titular** da Comissão de Processo Administrativo instituída pelo Decreto nº 378/2026, a servidora **MARIZA CRISTINA GOULART DE LIMA**, em substituição a servidora **DAIANA DE ANDRADE.**

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor nesta data.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ em 25 de março de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:C650269A

SECRETARIA GERAL
LEI Nº 4.409, DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

SÚMULA: Institui e inclui no Calendário Oficial de Eventos do Município de Rolândia a Festa Julina da Paróquia da Ressurreição, localizada no Conjunto Habitacional San Fernando, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, **PREFEITO MUNICIPAL,** sanciono a seguinte **LEI:**

Art. 1º Fica incluída no Calendário Oficial de Eventos do Município de Rolândia a Festa Julina da Paróquia da Ressurreição, localizada no Conjunto Habitacional San Fernando, a ser realizada anualmente no mês de julho.

Art. 2º A festividade passa a integrar o calendário cultural, turístico, religioso e comunitário do Município, com a finalidade de preservar as tradições populares, fortalecer os vínculos comunitários e incentivar a participação da população em atividades culturais, religiosas e sociais.

Art. 3º O evento é tradicionalmente composto por programação religiosa, apresentações culturais, atividades gastronômicas, show de prêmios, ações de confraternização familiar e demais atividades promovidas pela comunidade paroquial.

Art. 4º O Poder Executivo Municipal poderá apoiar a realização do evento por meio da disponibilização de infraestrutura, apoio logístico, divulgação institucional, segurança e demais medidas cabíveis, observada a disponibilidade orçamentária e financeira do Município.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 26 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO	*FLÁVIA GALBERO COSTA RAMOS*
Prefeito Municipal	Secretária de Cultura e Turismo

Autógrafo Nº 45/2026
Projeto de Lei Ordinária Nº 054/2026
Autoria: Reginaldo Silva; Vilmar Boy

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:640BDE67

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
12º ADITIVO DO CONTRATO 105/2020

12º ADITIVO DO CONTRATO Nº 105/2020

CONCORRÊNCIA PÚBLICA N° 001/2020 PMR

Que entre si fazem de um lado, **MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA**, Pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF. sob o nº 76.288.760/0001-08, com sede à Av. Pres. Bernardes, 809, na cidade de Rolândia-Pr., neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **AILTON APARECIDO MAISTRO,** portador da Cédula de Identidade/RG nº 865.371-2 SSP/PR e do CPF/MF nº 152.150.919-00, residente e domiciliado na Rua Mal. Deodoro Fonseca, nº 500, na cidade de ROLÂNDIA – PR, CEP 86.600-218, doravante apenas designado **OUTORGANTE**, e, de outro lado, **VYSA – TURISMO E TRANSPORTES LTDA - ME**, cadastrado no CNPJ/MF sob nº 20.727.820/0001-97, estabelecida na Rua Shoshichi Sassaki, nº 330, Jardim Rosangelo, na cidade de ROLÂNDIA – PR, CEP nº 86.602-336, neste ato legalmente representada pelo Sr. **JEFERSON MARQUES DA SILVA**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade/RG nº 53.783.851-x e do CPF/MF nº 607.770.289-72, residente a Rua João Gomes, 60, Jardim Vila Rica, na cidade de CAMBÉ - PR, CEP 86.192-450, doravante denominada **OUTORGADA**, ajustam e outorgam o presente **ADITIVO DE CONTRATO**, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO VALOR
Fica alterada a Cláusula Segunda do Contrato nº **105/2020,** passando o valor global de **R$ 31.694.557,60** (trinta e um milhões, seiscentos e noventa e quatro mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e sessenta centavos) para **R$ 32.218.342,24** (trinta e dois milhões, duzentos e dezoito mil, trezentos e quarenta e dois reais e vinte e quatro centavos), representando um acréscimo de **R$ 523.784,64** (quinhentos e vinte e três mil, setecentos e oitenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos), conforme planilha de custos dos serviços aprovada por meio da Ata da Comissão de Concessão de Transporte Coletivo Municipal, datada de 07 de agosto de 2026. Em decorrência da referida recomposição, a remuneração mensal pelos serviços prestados passa de **R$ 534.637,74** (quinhentos e trinta e quatro mil, seiscentos e trinta e sete reais e setenta e quatro centavos) para **R$ 545.549,92** (quinhentos e quarenta e cinco mil, quinhentos e quarenta e nove reais e noventa e dois centavos), com efeitos a partir de 1º de maio de 2026, considerando-se o período remanescente de 48 (quarenta e oito) meses do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORO
Para assegurar a execução do objeto definido no contrato original, as demais cláusulas permanecem inalteradas. E assim, por estarem justos e contratados, assinam juntamente com duas testemunhas, para que surta seus legais e jurídicos efeitos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 19 de agosto de.

MUNÍCIPIO DE ROLÂNDIA	*VYSA – TURISMO E TRANSPORTES LTDA - ME*
Contratante	Contratada

Testemunhas:

_____ PAULO ROGÉRIO DE LIMA	_____ MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI
Secretário Municipal de Administração	Secretário Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio

ODYR GIORDANI JUNIOR
Fiscal do Contrato

Publicado por:
Creonice Maria Tozini
Código Identificador:2DBF8627

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
1º ADITIVO DO CONTRATO Nº 166/2025

1º ADITIVO DO CONTRATO Nº 166/2025

REFERENTE A DISPENSA Nº 026/2025

De um lado, o MUNICÍPIO DEROLÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 76.288.760/0001-08, com sede à Avenida Presidente Bernardes, n.º 809, na cidade de ROLÂNDIA-PR, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor AILTON APARECIDO MAISTRO, portador da Cédula de Identidade/RG n.º 865.371-2 SSP/PR e do CPF/MF n.º 152.150.919-00, residente e domiciliado na cidade de ROLÂNDIA – PR, CEP 86600-218, doravante designado CONSORCIADO, e de outro lado, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO PARANAPANEMA – CISMEPAR, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.445.188/0001-81, estabelecida na Travessa Goiânia, n.º152,centro,na cidade de LONDRINA-PR,CEP86020-170,e-mail:cismepar@cismepar.org.br,nesteato, legalmente representado por seu presidente, o Senhor ONÍCIO DE SOUZA, portador da Cédula de Identidade/RG n.º 7.195.223-1 e do CPF/MF n.º 023.700.329-52,residente e domiciliado na cidade de FLORESTÓPOLIS - PR, doravante designado CONSÓRCIO, considerando a adesão dos municípios consorciados ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Paranapanema, nos termos do artigo 8º, da Lei n.° 11.107/05, nos termos da Resolução n.º 313, de 12 de novembro de 2021, ratificado pela Lei Municipal n.° 4.054, de 01 de dezembro de 2021, conseguinte acompanhando as normativas previstas na Lei n.º 14.133/2021, ajustam e outorgam o presente **ADITIVO DE CONTRATO**, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO VALOR
Fica aditivada a cláusula terceira deste contrato atendendo aos limites da Lei 14.133/2021, um acréscimo de **12%** (doze por cento), passando o valor de **R$ 2.674.000,00** (dois milhões seiscentos e setenta e quatro mil reais) para **R$ 2.994.880,00** (dois milhões novecentos e noventa e quatro mil e oitocentos e oitenta reais) conforme tabela abaixo:
DE

Programas	Valor estimado da programação anual
Potencialização da Atenção Especializada em Saúde	R$350.000,00
TOTAL R$ 2.674.000,00	

PARA

Programas	Valor estimado da programação anual
Potencialização da Atenção Especializada em Saúde	R$ 392.000,00
TOTAL R$ 2.994.880,00	

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORO
Fica eleito o foro da Comarca de Rolândia, Estado do Paraná, para dirimir questões resultantes ou relativas à aplicação deste Edital ou execução do ajuste, não resolvidas na esfera administrativa. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes assinam e rubricam o presente instrumento para um só efeito, na presença de duas testemunhas.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 25 de agosto de 2026.

MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA	***CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO* PARANAPANEMA –CISMEPAR**
Consorciado	Consórcio

Testemunhas:

MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI	**ERIKA FERNANDA DOS SANTOS BEZERRA LUDWIG**
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio	Secretária Municipal de Saúde
VANIA BONFIM SANTOS YOSHIDA	
Fiscal do contrato	

Publicado por:
Creonice Maria Tozini
Código Identificador:49B7A84A

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
20º ADITIVO DO CONTRATO Nº 259-2020

20º ADITIVO DO CONTRATO Nº 259/2020

REF.: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2020

Que entre si fazem, de um lado o **MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08, com sede à Avenida Pres. Bernardes, nº 809, na cidade de ROLÂNDIA - PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. AILTON APARECIDO MAISTRO, portador da Cédula de Identidade/RG nº 865.371-2 SSP/PR e do CPF/MF nº 152.150.919-00, residente e domiciliado na Rua Mal. Deodoro Fonseca, nº 500, na cidade de ROLÂNDIA – PR, CEP 86.600-218, assim denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado a empresa **VYSA – TURISMO E TRANSPORTES LTDA - ME**, cadastrado no CNPJ/MF nº 20.727.820/0001-97, estabelecida na Rua Shoshichi Sassaki, nº 330, Jardim Rosangelo, na cidade de ROLÂNDIA – PR, CEP nº 86.602-336, neste ato, legalmente representada pelo Sr. **JEFERSON MARQUES DA SILVA**, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade/RG nº 53.783.851-x e do CPF/MF nº 607.770.289-72, residente e domiciliado na cidade de CAMBÉ - PR, CEP 86.192-450, doravante denominada **CONTRATADA**, ajustam e outorgam o presente **ADITIVO DE CONTRATO**, nos termos do Artigo 65 da Lei 8.666/93, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO VALOR
Fica aditivada a Cláusula Quarta deste Contrato, em razão do reequilíbrio econômico-financeiro, no valor de **R$ 183.200,67** (cento e oitenta e três mil, duzentos reais e sessenta e sete centavos), passando o valor contratual de **R$ 7.192.786,37** (sete milhões, cento e noventa e dois mil, setecentos e oitenta e seis reais e trinta e sete centavos) para **R$ 7.375.987,04** (sete milhões, trezentos e setenta e cinco mil, novecentos e oitenta e sete reais e quatro centavos), com efeitos a partir de**1º de maio de 2026**, conforme os valores apurados na planilha de custos que integra o presente procedimento, visando à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos da**Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993**

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FORO
Para assegurar a execução do objeto definido no contrato original, as demais cláusulas permanecem inalteradas. E assim, por estarem justos e contratados, assinam juntamente com duas testemunhas, para que surta seus legais e jurídicos efeitos.

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia Estado do Paraná, 19 de agosto 2026.

Município de Rolândia	VYSA – Turismo E Transportes LTDA – ME
Contratante	Contratada
MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI	***LEISE MÁRCIA DE MORAES CAMARGO***
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio	Secretária Municipal de Educação

ANA PAULA PIRANI
Fiscal do Contrato

Publicado por:
Creonice Maria Tozini
Código Identificador:0311870E

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
8º ADITIVO DO CONTRATO 182/2023

8º ADITIVO DO CONTRATO Nº 182/2023
REF.: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2023

Que entre si fazem, de um lado o **MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08, com sede à Avenida Pres. Bernardes, nº 809, na cidade de ROLÂNDIA - PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. **AILTON APARECIDO MAISTRO,** portador da Cédula de Identidade/RG nº 865.XXX-X SSP/PR e do CPF/MF nº 152.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado na cidade de **ROLÂNDIA – PR**, CEP 86.600-218, assim denominado **CONTRATANTE**; e, de outro lado a empresa **NEXX LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF nº 33.707.999/0001-62, estabelecida na Avenida Expedicionários, nº 342, sala 04,, Centro, na cidade de **ROLÂNDIA - PR**, CEP 86.600-091, telefone (43) 3255-1835, e-mail: **transnexx@hotmail.com**, neste ato, legalmente representada pelo Sr. **YAGO RADAR MARQUES E SILVA** portador da Cédula de Identidade/RG nº 125.XXX.XXX SSP/PR e do CPF/MF nº 063.XXX.XXX-XX, residente e domiciliada em **CAMBÉ – PR**, doravante designada **CONTRATADA**, ajustam e outorgam o presente **ADITIVO DE CONTRATO**, nos termos do Artigo 65 da Lei 8.666/93, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO VALOR
Fica aditivada a cláusula quarta deste contrato no valor de **R$ 412.232,16** (quatrocentos e doze mil duzentos e trinta dois reais e dezesseis centavos) passando o valor **R$ 2.761.328,65** (dois milhões setecentos e sessenta e um mil trezentos e vinte oito reais e sessenta e cinco centavos), para **R$ 3.173.560,81** (três milhões cento e setenta e três mil quinhentos e sessenta reais e oitenta e um centavo) com início em 01 de maio de 2.026, considerando os valores apontados na planilha de custos inicial deste contrato referente ao Equilíbrio Econômico-Financeiro, de acordo com Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu artigo 65, denominado **"VALOR CONTRATUAL"**

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORO
Para assegurar a execução do objeto definido no contrato original, as demais cláusulas permanecem inalteradas. E assim, por estarem justos e contratados, assinam juntamente com duas testemunhas, para que surta seus legais e jurídicos efeitos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, em 19 de agosto de 2026.

MUNÍCIPIO DE ROLÂNDIA	***NEXX LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA***
Contratante	Contratada

TESTEMUNHAS:

MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI	**LEISE MÁRCIA DE MORAES CAMARGO**
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio	Secretária Municipal de Educação

ANA PAULA PIRANI
Fiscal Do Contrato

Publicado por:
Creonice Maria Tozini
Código Identificador:135C5D36

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
PORTARIA N.º 045/2026 - DE 24 DE AGOSTO DE 2026 (CONTRATOS)

PORTARIA N.º 045/2026

DE 24 DE AGOSTO DE 2026.

SÚMULA: Nomeia os Fiscais dos Contratos Vigentes do ano de 2024.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, com fundamento no artigo 117 da Lei Federal n.º 14.133/2021, c/c Decreto n.º 388/2024, resolve:

DESIGNAR:

I – O servidor: **ROBSON TADASHI SAITO**, como fiscal do Contrato n.º 146/2024, empresa: PEQUENO COTOLENGO DO PARANA DOM ORIONE, vigência: de 30/12/2024 a 30/12/2026.

II - A servidora: **EMILLI ZULIANI DE ASSIS**, como fiscal do Contrato n.º 133/2024, empresa: SIMONE NUNES, vigência: de 14/11/2024 a 13/11/2026.

III – As servidoras: **VÂNIA BONFIM SANTOS YOSHIDA**, e, **TATIANE RIBEIRO DOS SANTOS D'APARECIDO**, como fiscais do Contrato n.º 132/2024, empresa: EUGÊNIO & MARQUES LTDA, vigência: de 07/11/2024 a 05/11/2026.

IV - As servidoras: **VÂNIA BONFIM SANTOS YOSHIDA**, e, **WANIA CRISTINA DE BARROS**, como fiscais do Contrato n.º 129/2024, empresa: SERQUIP TRATAMENTOS RESIDUOS PR LTDA, vigência: de 31/10/2024 a 30/10/2026.

V - A servidora: **ANA LUISA DIAS**, como fiscal do Contrato n.º 128/2024, empresa: NORTE SUL SERVICOS DE SAUDE LTDA, vigência: de 31/10/2024 a 31/10/2026.

VI - A servidora: **WANIA CRISTINA DE BARROS**, como fiscal do Contrato n.º 126/2024, empresa: MVI NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA, vigência: de 29/10/2024 a 29/10/2026.

VII - A servidora: **FLAVIANA ANHEZINI**, como fiscal do Contrato n.º 117/2024, empresa: MUOVE BRASIL S/A, vigência: de 02/10/2024 a 01/10/2026.

VIII - O servidor: **FABRICIO SIMÕES DE MORAIS**, como fiscal do Contrato n.º 106/2024, empresa: VITTI ENGENHARIA LTDA, vigência: de 21/08/2024 a 19/09/2026.

IX - O servidor: **JOSÉ AUGUSTO LIASCH DA SILVA**, como fiscal do Contrato n.º 098/2024, empresa: WEB PORTAL PARANA LTDA, vigência: de 12/08/2024 a 12/08/2027.

X - O servidor: **JORGE AUGUSTO CAMPANER**, como fiscal do Contrato n.º 077/2024, empresa: CONTROL LAB CONTROLE DE QUALIDADE PARA LABORATÓRIOS LTDA, vigência: 18/06/2024 a 17/06/2027.

XI - O servidor: **CLAUDIO ALBERTO METZGER**, CREA/PR n.º 21991-D, como fiscal do Contrato n.º 070/2024, empresa: ROCHAPAVI LTDA, vigência: 11/06/2024 a 24/09/2026.

XII - Os servidores: **MAURÍLIO PULIQUESI, GRACE KELLY BERNARDELLI CARVALHO, RENATE KOPP**, e, **FERNANDA DE OLIVEIRA SILVA**, como fiscais do Contrato n.º 038/2024, empresa: GOVERNANÇABRASIL S/A TECNOLOGIA E GESTÃO EM SERVIÇOS, vigência: 15/04/2024 a 15/04/2027.

XIII - Os servidores: **ADRIANA COUTINHO FARIA BOCATE, ANDERSON MOREIRA BERNINI, DANIELLE BARZON CORTEZ, FABIANA HIROKO OSAWA, LUCIANE LUMI KIMURA MORIYAMA CORTEZ, MARIANGELA PORTELLO CANUTO, PATRICIA FRANCIELI M. LAMPA**, e, **PAULA ANDREA TONIN**, como fiscais do Contrato n.º 034/2024, empresa: STUDIO PILATES RIZZO, vigência: de 11/04/2024 a 10/04/2027.

XIV - A servidora: **ADRIANA TAKAOKA LINHARES**, CREA/CAU n.º 143431-D, como fiscal do Contrato n.º 026/2024, empresa: ROCHAPAVI LTDA, vigência: de 05/03/2024 a 18/06/2027.

XV - Os servidores: **MARCELO FRANCISCO MARINS**, **RAFAEL SOARES FOLCO** e, **WANIA CRISTINA DE BARROS**, como fiscais do Contrato n.º 018/2024, empresa: GOVERNANÇABRASIL S/A TECNOLOGIA E GESTÃO EM SERVIÇOS, vigência: de 23/02/2024 a 01/03/2027.

XVI - A servidora: **ADRIANA SILVA**, como fiscal do Contrato n.º 014/2024, empresa: LANCHONETE LORENSA LTDA, vigência: de 26/01/2024 a 26/01/2029.

XVII - Os servidores: **MARCELO FRANCISCO MARINS, VÂNIA BONFIM YOSHIDA, FABIO MARTINS, GISELE SAYURI IWAKURA, RAFAEL ANDRÉ DIAS, WANIA CRISTINA DE BARROS, BRUNA SUELEN SANTOS DE MORAES, ADRIANO SOARES, LUCAS RODRIGUES SCHAUFF, ROSIMEIRE DE FARIA B. ADAS, DIONE RAMOS DA SILVA, TALITA S. MARINO SILVESTRE, EVANDRO GABRIEL DEPETRIS, ISABELY KAROLINE B. DOS SANTOS, FLAVIANA ANHEZINI,** e, **JESSICA RODRIGUES AMORIM,** como fiscais do Contrato n.º 011/2024, empresa: MITALCOPY MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA, vigência: de 17/01/2024 a 17/01/2027.

XVIII - O servidor: **JORGE AUGUSTO CAMPANER**, como fiscais do Contrato n.º 006/2024, empresa: SUPRITECNICA LTDA, vigência: 08/01/2024 a 08/01/2027.

XIX - As servidoras: **FLÁVIA GALBERO COSTA RAMOS**, e, **BRUNA SUELEN SANTOS MORAES**, como fiscais do Contrato n.º 004/2024, empresa: CASSIA MARIA POPOLIN, vigência: 04/01/2024 a 04/01/2027.

XX - O servidor: **MARCELO FRANCISCO MARINS**, como fiscal do Contrato n.º 003/2024, empresa: OLIVEIRA & SOUSA COMUNICACOES LTDA, vigência: 04/01/2024 a 04/01/2027.

XXI - Os servidores: **MARCELO FRANCISCO MARINS**, e, **JOSÉ GALBERO JUNIOR**, como fiscais do Contrato n.º 001/2024, empresa: CESTARO & CESTARO LTDA, vigência: 02/01/2024 a 02/01/2027.

XXII - As atribuições dos fiscais de contratos são as previstas no artigo 117 da Lei Federal n.º 14.133/2021, c/c Decreto n.º 388/2024.

XXIII - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e perdurará durante cada vigência dos contratos supracitados.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 24 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio

Publicado por:
Ana Paula Pereira da Silva
Código Identificador:2378F0D8

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
PORTARIA N.º 055 /2026

PORTARIA N.º 055 /2026
DE 24 DE AGOSTO DE 2026.

SÚMULA: Nomeia o Fiscal da Ata n.º 180/2026 Pregão nº 073/2026 referente ao Processo Administrativo Licitatório n.º 11.205/2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, com fundamento no artigo 117 da Lei Federal n.º 14.133/2021, c/c Decreto n.º 388/2024, resolve:

DESIGNAR:

I – O servidor **MARCELO JORGE CORRÊA**, como fiscal.

II – O servidor **LUIZ PEDRO MESSIANO**, como suplente.

III – As atribuições dos fiscais de atas e contratos são as previstas no artigo 117 da Lei Federal n.º 14.133/2021, c/c Decreto n.º 388/2024.

IV - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e perdurará durante toda a vigência das Atas supracitadas.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, 24 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio

Publicado por:
Silvia Quintino
Código Identificador:AD74F09F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
DECRETO Nº 95 DE 25 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO Nº 95 DE 25 DE AGOSTO DE 2026

SÚMULA: Altera os membros do Comitê Municipal do Transporte Escolar, do município de Salgado Filho, Paraná, e dá outras providencias;

VOLMAR DUARTE, Prefeito Municipal de Salgado Filho, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,
DECRETA:
Artigo 1º - Fica alterado os membros que integram o Comitê Municipal do Transporte Escolar:
I - Representantes da Secretaria Municipal de Educação:
Titular: Vanessa Lougen - CPF nº 087.xxx.249-39.
Suplente: Marise Milkiewicz - CPF nº 620.xxx.749-15.

II- Representantes dos Diretores da Rede Estadual de Ensino:
Titular: - Ângela Maria Mazzaro de Camargo CPF nº 857. Xxx. 809-49.
Suplente Eloir wronski: - CPF nº 017.XXX .498-71

III- Representantes dos Diretores da Rede Municipal de Ensino:
Titular: Rozane Cordeiro Pilger - CPF nº 016xxx839-03
Suplente: Silviana Machado- e CPF nº 046xx129-86

IV- Representantes de Pais de Alunos:
Titular: Cibelli Royer- CPF nº 064xxx789-13
Suplente: Dilamar Berticcelli - CPF nº 016.xxx249-27

Art. 2º Fica eleita, como Presidente deste Comitê a Srª Cibelli Royer representante de Pais de Alunos.

Art. 3º O mandato dos membros ora nomeados é de 02 (dois) anos, contados da data da publicação deste Decreto.

Art 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 96 de 15 de agosto de 2024.

Gabinete do Prefeito Municipal de Salgado Filho, Estado do Paraná, 25 de agosto de 2026.

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilvana Canesso
Código Identificador:B6934914

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 105/2026

OBJETO:	Contratação de locação de licença anual de software para orçamentação web eletrônica de peças automotivas para veículos baixos, vans, ônibus, Caminhões, selecionados por marca e modelos contendo descritivos e valores atualizados, para uma licença principal e mais um usuário, incluindo treinamento, com suporte e internet para a todas as Secretarias e Departamentos da Administração Municipal
CONTRATADO:	AUDATEX BRASIL SERVIÇOS LTDA
CNPJ:	02.144.891/0001-85
VALOR:	11.463,93
VIGÊNCIA:	26/08/27
FORO:	Comarca de Salto do Lontra - Pr

Salto do Lontra, Quarta-Feira, 26 de agosto de 2026

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:2D23AB9F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DOTERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 107/2025

OBJETO:	Contratação de empresa para pavimentação asfáltica conforme convênio com PARANACIDADE projeto nº 67
CONTRATADO:	SM RESENDE CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA
CNPJ:	08.715.392/0001-87
SUPRESSÃO:	42.250,43
FORO:	Comarca de Salto do Lontra - Pr

Salto do Lontra, Quarta-Feira, 26 de agosto de 2026

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:2BD9125F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 117/2024

OBJETO:	Contratação de empresa especializada para futura e eventual manutenção de poço artesiano com fornecimento de peças e mão de obra em atendimento a secretaria municipal de Administração Planejamento e Finanças do município de Salto do Lontra/PR
CONTRATADO:	PERFURIBEL POÇOS ARTESIANOS LTDA
CNPJ:	04.949.630/0001-68
VALOR:	111.900,00
VIGÊNCIA:	26/08/26
FORO:	Comarca de Salto do Lontra - Pr

Salto do Lontra, Quarta-Feira, 26 de agosto de 2026

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:EDE320C8

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 130/2024

OBJETO:	Contratação de empresa para prestação de serviços de esterilização para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde
CONTRATADO:	ESTERIBEL CENTRAL DE ESTERILIZACAO LTDA
CNPJ:	48.565.324/0001-01
REAJUSTE:	ITEM Nº 01: R$ 16.173,59
FORO:	Comarca de Salto do Lontra - Pr

Salto do Lontra, Quarta-Feira, 26 de agosto de 2026

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:2737E07A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 137/2025

OBJETO:	Contratação de empresa especializada para fornecimento de ARLA-32 (agente redutor líquido de nox para motores á diesel) para manutenção e reposição nos veículos em geral para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração Planejamento e Finanças
CONTRATADO:	GEMEOS SERVICOS GERAIS LTDA
CNPJ:	34.661.978/0001-16
VALOR:	22.812,00
VIGÊNCIA:	12/09/27
FORO:	Comarca de Salto do Lontra - Pr

Salto do Lontra, Quarta-Feira, 26 de agosto de 2026

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:99A079B9

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 144/2025

OBJETO:	Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte escolar para atender a demanda da secretaria municipal de educação esporte e cultura
CONTRATADO:	ROBERTO JOCONDO SEGATTO - ME
CNPJ:	19.845.095/0001-72
VALOR:	274.160,00
VIGÊNCIA:	24/09/27
FORO:	Comarca de Salto do Lontra - Pr

Salto do Lontra, Quarta-Feira, 26 de agosto de 2026

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:127EF0D0

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 24/2026

OBJETO:	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de engenharia, voltados para a elaboração de projetos que atendam à demanda de infraestrutura do município de Salto do Lontra/PR.
CONTRATADO:	PROJETBIM ASSESSORIA E PROJETOS - LTDA
CNPJ:	43.579.755/0001-03
VALOR:	15.875,00
FORO:	Comarca de Salto do Lontra - Pr

Salto do Lontra, Quarta-Feira, 26 de agosto de 2026

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:8AB13888

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO 94.2026

Decreto nº 94/2026

Súmula: Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar autorizado pela Lei nº 1.676 de 23 de dezembro de 2025.

Inivaldo Batista, Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA:

Art. 1º- Fica aberto no Orçamento Geral do Município, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 702.048,92 (Setecentos e Dois Mil e Quarenta e Oito Reais e Noventa e Dois Centavos) para as seguintes dotações orçamentárias, conforme segue:

03– SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/FINANÇAS E PLANEJAMENTO
03.001 – DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
04.122.0003.2.003 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
3.3.90.40.00.00 – SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ
00340 – 00000 – Recursos Ordinários (Livres) .....R$118.448,92
4.4.90.52.00.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
00400 – 00000 – Recursos Ordinários (Livres) .....R$2.000,00

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
05.001 – EDUCAÇÃO BÁSICA
12.361.0005.2.015 – MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL
3.3.90.32.00.00 – MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
00950–00103– Transferências Constitucionais FUNDEB.....R$1.600,00
12.361.0005.2.018 – PROGRAMA TRANSPORTE ESCOLAR – PNATE/PETE
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
01295 – 00104 – Demais Impostos Vinculados à Educação Básica.....R$100.000,00
12.367.0005.2.021 – EDUCAÇÃO ESPECIAL
3.1.90.94.00.00 – INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS
01400 – 00103– Transferências Constitucionais FUNDEB.....R$35.000,00

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
06.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.007.2.023 – MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
4.4.90.52.00.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
01510–00303– Saúde – Receitas Vinculadas.....R$5.000,00
10.301.007.2.024 – MANUTENÇÃO DA SAÚDE BÁSICA
3.1.90.11.00.00 – VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL
01530–00303– Saúde – Receitas Vinculadas.....R$350.000,00
33.90.32.00.00 – MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
01610–00303– Saúde – Receitas Vinculadas.....R$40.000,00

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO E LAZER
09.001 – CULTURA, TURISMO E LAZER
13.392.0002.2.036 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA
3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

02720–00000 – Recursos Ordinários (Livres) .....R$50.000,00

Art. 2º - Como recursos para abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão utilizados os provenientes da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, conforme disposto no art. 43, parágrafo 1º, inciso "III" da Lei 4.320/64, de acordo com a especificação a seguir:

03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/FINANÇAS E PLANEJAMENTO
03.001 – DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
04.122.0003.2.003 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
3.1.90.11.00.00 – VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL
00220 – 00000 – Recursos Ordinários (Livres) .....R$555.448,92

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
05.001 – EDUCAÇÃO BÁSICA
12.361.0005.2.018 – PROGRAMA TRANSPORTE ESCOLAR – PNATE/PETE
3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
01140 – 00103– Transferências Constitucionais FUNDEB-.....R$101.600,00

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
06.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.007.2.024 – MANUTENÇÃO DA SAÚDE BÁSICA
3.3.90.34.00.00 – OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATO DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO
01630–00303– Saúde – Receitas Vinculadas -..... R$45.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data revogando as disposições em contrário.

Santa Amélia, 01 de julho de 2026

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafael Rodrigues
Código Identificador:BD9ABA3A

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.701, DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

Inivaldo Batista, Prefeito Municipal de Santa Amélia/PR, nos termos das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 62, III, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores de Santa Amélia/PR, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei.

SÚMULA: INSTITUI, NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA-PR, O PROJETO "VEREADOR MIRIM – FORMAÇÃO CIDADÃ PARA JOVENS LÍDERES".

A Câmara Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, reunida em Sessões ordinárias e pela maioria simples de seus vereadores APROVOU

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Câmara Municipal de Santa Amélia-PR, o projeto "Vereador Mirim – Formação Cidadã para Jovens Líderes", com a finalidade de promover a educação para a cidadania, o conhecimento do processo legislativo e a participação democrática de estudantes.
Parágrafo único. As escolas interessadas em participar poderão solicitar uma visita com os alunos para conhecer as atividades realizadas pelo Poder Legislativo e enviar proposições.
Art. 2º Serão recebidos durante a primeira quinzena de outubro as proposições que tenham a participação de estudantes regularmente matriculados no ensino fundamental e médio.
Parágrafo único. As proposições a serem apresentadas deverão ser projetos visando à melhoria da qualidade de vida da comunidade em matérias de interesse público local.
Art. 3º A participação no projeto será facultada a estudantes de instituições de ensino públicas e privadas sediadas no Município mediante adesão voluntária das unidades escolares interessadas e encaminhamento de projetos.
Art. 4º O professor e os alunos da turma com a melhor proposição, conforme indicação da maioria dos vereadores poderão ser convidados a comparecer na Câmara Municipal na segunda quinzena do mês de outubro para a realização de uma sessão plenária simulada.
Art. 5º A sessão plenária simulada terá caráter educativo e as proposições apresentadas pelos participantes terão natureza sugestiva.
Art. 6º O projeto poderá ser realizado anualmente no mês de outubro, conforme disponibilidade administrativa da Câmara Municipal.
Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Amélia/PR, em 26 de agosto de 2026.

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:0FF9A532

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.702, DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

Inivaldo Batista, Prefeito Municipal de Santa Amélia/PR, nos termos das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 62, III, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores de Santa Amélia/PR, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE SANTA AMÉLIA-PR.

A Câmara Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, reunida em Sessões ordinárias e pela maioria simples de seus vereadores APROVOU

Art. 1º As audiências públicas convocadas pelos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Santa Amélia-PR, destinadas à discussão de temas de interesse público, deverão ocorrer preferencialmente fora do horário comercial.
Parágrafo Único. A audiência pública ocorrerá em horário comercial quando houver justa causa devidamente motivada no ato de convocação.
Art. 2º Para os fins desta Lei considera-se:
I – **Horário comercial:** Período compreendido entre 8h e 17h, de segunda a sexta-feira, excetuando-se feriados;
II – **Fora de horário comercial**: Período anterior às 8h ou posterior às 17h, bem como finais de semana e feriados.
Art. 3º As audiências públicas deverão ser amplamente divulgadas com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência e por meios oficiais e acessíveis a população, incluindo-se:
I – Publicação no site oficial do autor da convocação;
II – Afixação em murais públicos em sede de órgãos públicos municipais;
III – Divulgação em redes sociais ou em outros meios de comunicação locais.
Art. 4º Perfaz temas de interesse público, mas não se limita as seguintes situações:
I – Discussão de leis orçamentárias (PPA, LDO e LOA);
II – Apresentação de prestação de contas e relatórios de gestão fiscal;
III – Implantação de obras, serviços e políticas públicas de grande impacto;
IV – Elaboração ou revisão de planos diretores.
Art. 5º Deverá ser realizada a transmissão ao vivo da audiência pública no portal oficial do responsável pela convocação.
Art. 6º O órgão público deve deixar disponível para consulta pública, com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, informações a respeito da questão a ser discutida na Audiência.

Parágrafo Único. O ato de convocação deverá definir como será a dinâmica da Audiência, em que ordem os temas serão discutidos, quanto tempo será reservado para cada intervenção dos participantes e qual será a duração prevista para a Audiência.
Art. 7º A inobservância desta lei a partir de sua publicação poderá implicar em nulidade do ato e a responsabilização nos termos da lei.
Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Santa Amélia/PR, em 26 de agosto de 2026.

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:1D983B00

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.703, DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

Inivaldo Batista, Prefeito Municipal de Santa Amélia/PR, nos termos das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 62, III, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores de Santa Amélia/PR, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei.

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a celebrar parceria através de Termo de Convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Amélia - APAE, visando o repasse de R$ 100.000,00 (cem mil reais), provenientes de emenda parlamentar, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, reunida em Sessões ordinárias e pela maioria simples de seus vereadores APROVOU

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a firmar Termo de Convênio com a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Amélia - APAE, consistente no repasse de R$ 100.000,00 (cem mil reais) no ano de 2026, para dar cobertura às despesas necessárias com custeio.
Parágrafo único. A pecúnia repassada é proveniente da emenda parlamentar direcionada pelo senador Sérgio Moro, a qual deverá ser aplicada conforme especificação no plano de trabalho apresentado pela Associação.
Art. 2° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Amélia/PR, em 26 de agosto de 2026.

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:33885251

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.704, DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

Inivaldo Batista, Prefeito Municipal de Santa Amélia/PR, nos termos das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 62, III, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores de Santa Amélia/PR, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei.

SÚMULA: Declara de utilidade pública a Associação dos Trabalhadores Intermunicipais de Santa Amélia/PR e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, reunida em Sessões ordinárias e pela maioria simples de seus vereadores APROVOU

Art. 1º Fica declarada utilidade pública, para todos os efeitos, no âmbito do Município de Santa Amélia, a Associação dos Trabalhadores Intermunicipais de Santa Amélia/PR - ATISA portadora do CNPJ 53.867.047/0001-13.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Amélia/PR, em 26 de agosto de 2026.

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:85E2A88C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 572/2026

INIVALDO BATISTA , Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:
Art. 1° Conceder 15 (quinze) dias de férias ao servidor público municipal **JOSENILTON ROSSI MARCELINO ,** matrícula n° 15011 ocupante do cargo de provimento efetivo de **ELETRICISTA**, Dia 08/09/2026 a 22/09/2026 correspondentes ao período aquisitivo de 2024/2025, a servidora deverá retornar as atividades normais no dia 23 de Setembro de 2026
Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando- se as disposições em contrário.
Registre-se
Publique-se

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 26 de agosto de 2026.

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:353E2DAB

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 573/2026

INIVALDO BATISTA , Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:

Art. 1º. Receber a devolução de diárias concedidas a servidores que estavam com viagem prevista e por motivo de força maior não realizaram.

Alínea	Nome	cargo	Referente ao período	Valor
A	Nathan Campos Neves	Técnico desportivo	25/08/2026	R$ 45,00

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se
Publique-se

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 26 de Agosto de 2026

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:7872C5DB

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 574/2026

INIVALDO BATISTA , Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:
Art. 1° Conceder 30(trinta) dias de férias ao servidor publico **NILSON RAMOS JUNIOR,** matrícula n° 37111 ocupante do cargo

de **ESTAGIÁRIO**, Dia 31/08/2026 a 29/09/2026 correspondentes ao período aquisitivo de 2025/2026, o servidor deverá retornar as atividades normais no dia 30 de setembro de 2026
Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando- se as disposições em contrário.
Registre-se
Publique-se

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 26 de agosto de 2026.

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:880D2F89

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 575/2026

INIVALDO BATISTA , Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:
Art. 1º. Receber a devolução de diárias concedidas a servidores que estavam com viagem prevista e por motivo de força maior não realizaram.

Alínea	Nome	cargo	Referente ao período	Valor
A	Paulo Edson Pereira	Motorista de veículos pesados	23 e 24/08/2026	R$ 90,00

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se
Publique-se

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 26 de Agosto de 2026

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:B75825D5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 576/2026

INIVALDO BATISTA, Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:
Art. 1º Conceder diárias nos termos abaixo relacionados, de acordo com a lei Municipal nº 1.527/2022.
I – Secretaria Municipal de saúde

Alínea	Nome	Destino	Veículo	Valor	Data
A	André Vilalva Leal	HEMODIÁLISE	RHP0B83	225,00	31/08 a 04/09/2026
B	Douglas Ricardo Vasconcelos	Cornélio Procópio	RHP0B84	225,00	31/08 a 04/09/2026
C	José Marcelo Galdino	Cornélio Procópio /Posto	SES4E21	225,00	31/08 a 04/09/2026
D	José Roberto Vilalva	Londrina	RHT7F51	225,00	31/08 a 04/09/2026
E	Luiz Paulo Bratz	Londrina/ Posto	BAL-1747	225,00	31/08 a 04/09/2026
F	Paulo Edson Pereira	Jacarezinho	TBW6A27	225,00	31/08 a 04/09/2026
G	Rafael Abner severino	Jacarezinho posto	BEP8A06	225,00	31/08 a 04/09/2026
H	Luiz Walter Brazilino	Bandeirantes	RTW7H10	225,00	31/08 a 04/09/2026
I	Manoel Marquito	Bandeirantes/Posto	SES4E20	225,00	31/08 a 04/09/2026
J	Luiz Antonio Camilo	Rib. Do Pinhal	BBZ9571	180,00	31/08 ,01/09, 02/09, 04/09
K	Luiz Antonio Camilo	Maringa/Pr	BBZ9571	140,00	03/09/2026

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Registre-se.
Publique-se.

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 26 de Agosto de 2026

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:0A055FF5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 080/2026

PORTARIA N.º 080/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO, ESTADO DO PARANÁ, CLAUDIO COVRE, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO.

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR o Sr. **AUGUSTO HIROSHI FUJIMURA,** portador da cédula de identidade RG n.º 11.XXX.215 - SP, inscrito no CPF sob n.º 551.XXX.XXX-87, CRM n.º 9318, para o Cargo de **DIRETOR CLÍNICO DA SECRETARIA DE SAÚDE E PREVENÇÃO,** a partir de 01 de setembro de 2026, das seguintes unidades:
- UAPSF – UNIDADE DE ATENDIMENTO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA, CNES 7128398;
- UAPSA – UNIDADE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE AMPLIADA, CNES 2576309.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cecília do Pavão, 26 de agosto de 2026.

CLAUDIO COVRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:8B3A3BC0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º020/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º020/2026
CONTRATANTE: A Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, inscrita no CNPJ de n.º75.462.820/0001-02.
CONTRATADA: **LA DALLA PORTA JUNIOR LTDA-DEMAIS,** inscrita no CNPJ de n.º 11.145.401/0001-56, Rua Pascoal Gomes Libretto, n.º20, Andar Primeiro, Dom Antônio Reis, CEP: 97.065-290, na cidade de Santa Maria, Estado de Rio Grande do Sul**.**
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES, PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DESTA MUNICIPALIDADE.**
VALOR ESTIMADO: R$ 99.732,00 (noventa e nove mil setecentos e trinta e dois reais)..
PRAZO DE ENTREGA: A entrega não poderá ser superior às 05 (cinco) dias contados da solicitação.
DEMAIS CONDIÇÕES: Condições estabelecidas no Pregão Eletrônico nº 020/2026.

SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO-PR, 29 de julho de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º020/2026
CONTRATANTE: A Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, inscrita no CNPJ de n.º75.462.820/0001-02.
CONTRATADA: **MED COMPANY – INDÚSTRIA TEXTIL LTDA-EPP,** inscrita no CNPJ de n.º 27.468.000/0001-77, Rua Manoel Ramires, n.º6992, Parque Industrial I, CEP: 87.507-011, na cidade de Umuarama, Estado de Paraná**.**
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES, PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DESTA MUNICIPALIDADE.**
VALOR ESTIMADO: R$ 83.700,00 (oitenta e três mil e setecentos reais).
PRAZO DE ENTREGA: A entrega não poderá ser superior às 05 (cinco) dias contados da solicitação.
DEMAIS CONDIÇÕES: Condições estabelecidas no Pregão Eletrônico nº 020/2026.

SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO-PR, 29 de julho de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º020/2026
CONTRATANTE: A Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, inscrita no CNPJ de n.º75.462.820/0001-02.
CONTRATADA: **A.D. DAMINELLI LTDA-EPP,** inscrita no CNPJ de n.º 10.749.758/0001-80, Rua General Andrade Neves, n.º1108, Jardim São Jorge, CEP: 87.710-040, na cidade de Paranavaí, Estado de Paraná**.**
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES, PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DESTA MUNICIPALIDADE.**
VALOR ESTIMADO: R$ 3.308,00 (três mil reais e trezentos e oito reais).
PRAZO DE ENTREGA: A entrega não poderá ser superior às 05 (cinco) dias contados da solicitação.
DEMAIS CONDIÇÕES: Condições estabelecidas no Pregão Eletrônico nº 020/2026.

SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO-PR, 29 de julho de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º020/2026
CONTRATANTE: A Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, inscrita no CNPJ de n.º75.462.820/0001-02.
CONTRATADA: **COMERCIAL MARK ATACADISTA LTDA-DEMAIS,** inscrita no CNPJ de n.º 09.315.996/0001-07, Rua Presidente Costa e Silva, n.º 231, Centro, CEP: 85.937-004, na cidade de Assis Chateaubriand, Estado do Paraná**.**
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES, PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DESTA MUNICIPALIDADE.**
VALOR ESTIMADO: R$ 15.816,00 (quinze mil oitocentos e dezesseis reais).
PRAZO DE ENTREGA: A entrega não poderá ser superior às 05 (cinco) dias contados da solicitação.
DEMAIS CONDIÇÕES: Condições estabelecidas no Pregão Eletrônico nº 020/2026.

SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO-PR, 29 de julho de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º020/2026
CONTRATANTE: A Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, inscrita no CNPJ de n.º75.462.820/0001-02.
CONTRATADA: **GET MED COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-EPP,** inscrita no CNPJ de n.º 41.836.567/0001-80, Av. José Tussi, n.º 128, Centro, CEP: 99.740-000, na cidade de Barão de Cotegipe, Estado do Rio Grande do Sul**.**
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES, PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DESTA MUNICIPALIDADE.**
VALOR ESTIMADO: R$ 12.412,00 (doze mil quatrocentos e doze reais).
PRAZO DE ENTREGA: A entrega não poderá ser superior às 05 (cinco) dias contados da solicitação.
DEMAIS CONDIÇÕES: Condições estabelecidas no Pregão Eletrônico nº 020/2026.

SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO-PR, 29 de julho de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º020/2026
CONTRATANTE: A Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, inscrita no CNPJ de n.º75.462.820/0001-02.
CONTRATADA: **CIRURGICA UNIÃO LTDA-DEMAIS,** inscrita no CNPJ de n.º 04.063.331/0001-21, Rua 25, n.º 1908, 1928, CEP: 13.503-010, na cidade de Rio Claro, Estado do São Paulo**.**
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES, PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DESTA MUNICIPALIDADE.**
VALOR ESTIMADO: R$ 205.300,20 (duzentos e cinco mil trezentos reais e vinte centavos).
PRAZO DE ENTREGA: A entrega não poderá ser superior às 05 (cinco) dias contados da solicitação.
DEMAIS CONDIÇÕES: Condições estabelecidas no Pregão Eletrônico nº 020/2026.

SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO-PR, 29 de julho de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º020/2026
CONTRATANTE: A Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, inscrita no CNPJ de n.º75.462.820/0001-02.
CONTRATADA: **DIMASTER – COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-DEMAIS,** inscrita no CNPJ de n.º 02.520.829/0001-40, Rod. BR 480, n.º 180, centro, CEP: 99.740-000, na cidade de Barão de Cotegipe, Estado do Rio Grande do Sul.
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES, PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DESTA MUNICIPALIDADE.**
VALOR ESTIMADO: R$ 19.450,00 (dezenove mil quatrocentos e cinquenta reais).
PRAZO DE ENTREGA: A entrega não poderá ser superior às 05 (cinco) dias contados da solicitação.
DEMAIS CONDIÇÕES: Condições estabelecidas no Pregão Eletrônico nº 020/2026.

SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO-PR, 29 de julho de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º020/2026
CONTRATANTE: A Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, inscrita no CNPJ de n.º75.462.820/0001-02.
CONTRATADA: **BRAZMIX COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA LTDA-DEMAIS,** inscrita no CNPJ de n.º 10.972.948/0001-62, Rod. Da Uva, n.º 7120, BRCAO 01 e 02, Embu, CEP: 83.414-300, na cidade de Colombo, Estado do Paraná.
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES, PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DESTA MUNICIPALIDADE.**
VALOR ESTIMADO: R$ 2.160,00 (dois mil cento e sessenta reais).
PRAZO DE ENTREGA: A entrega não poderá ser superior às 05 (cinco) dias contados da solicitação.

DEMAIS CONDIÇÕES: Condições estabelecidas no Pregão Eletrônico nº 020/2026.

SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO-PR, 29 de julho de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º020/2026
CONTRATANTE: A Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, inscrita no CNPJ de n.º75.462.820/0001-02.
CONTRATADA: **CIRURGICA ITAMARATY COMERCIAL LTDA-EPP,** inscrita no CNPJ de n.º 29.426.310/0001-54, Rua Santos Dumont, n.º 1750, Loja 01, Jardim Curitiba, CEP: 87.303-322, na cidade de Campo Mourão, Estado do Paraná.
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES, PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DESTA MUNICIPALIDADE.**
VALOR ESTIMADO: R$ 28.967,40 (vinte e oito mil novecentos e sessenta e sete reais e quarenta centavos).
PRAZO DE ENTREGA: A entrega não poderá ser superior às 05 (cinco) dias contados da solicitação.
DEMAIS CONDIÇÕES: Condições estabelecidas no Pregão Eletrônico nº 020/2026.

SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO-PR, 29 de julho de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º020/2026
CONTRATANTE: A Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, inscrita no CNPJ de n.º75.462.820/0001-02.
CONTRATADA: **ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA-DEMAIS,** inscrita no CNPJ de n.º 00.802.002/0001-02, Est. Boa Esperança, n.º 2320, Fundos Canoas, CEP: 89.163-554, na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina.
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES, PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DESTA MUNICIPALIDADE.**
VALOR ESTIMADO: R$ 164.320,00 (cento e sessenta e quatro mil trezentos e vinte reais).
PRAZO DE ENTREGA: A entrega não poderá ser superior às 05 (cinco) dias contados da solicitação.
DEMAIS CONDIÇÕES: Condições estabelecidas no Pregão Eletrônico nº 020/2026.

SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO-PR, 29 de julho de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º020/2026
CONTRATANTE: A Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, inscrita no CNPJ de n.º75.462.820/0001-02.
CONTRATADA: **NEWARIS LIFESCIENCES LTDA-EPP,** inscrita no CNPJ de n.º 37.407.347/0001-63, Rua Polaris, n.º 57, Galpão Térreo, CEP: 06.716-825, na cidade de Cotia, Estado de São Paulo.
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES, PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DESTA MUNICIPALIDADE.**
VALOR ESTIMADO: R$ 79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)..
PRAZO DE ENTREGA: A entrega não poderá ser superior às 05 (cinco) dias contados da solicitação.
DEMAIS CONDIÇÕES: Condições estabelecidas no Pregão Eletrônico nº 020/2026.

SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO-PR, 29 de julho de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º020/2026
CONTRATANTE: A Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, inscrita no CNPJ de n.º75.462.820/0001-02.
CONTRATADA: **PEROLA IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA-ME,** inscrita no CNPJ de n.º 30.888.187/0001-72, Rua Pedra Vermelha, n.º 112, Tabuleiro (Monte Alegre), CEP: 88.348-012, na cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina.
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES, PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DESTA MUNICIPALIDADE.**
VALOR ESTIMADO: R$ 44.328,00 (quarenta e quatro mil trezentos e vinte e oito reais).
PRAZO DE ENTREGA: A entrega não poderá ser superior às 05 (cinco) dias contados da solicitação.
DEMAIS CONDIÇÕES: Condições estabelecidas no Pregão Eletrônico nº 020/2026.

SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO-PR, 29 de julho de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º020/2026
CONTRATANTE: A Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, inscrita no CNPJ de n.º75.462.820/0001-02.
CONTRATADA: **TECH-SUL MEDICAL INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA-EPP,** inscrita no CNPJ de n.º 21.831.246/0001-85, Rua Nelson Espindola, n.º 138, centro, CEP: 88.390-000, na cidade de Barra Velha, Estado de Santa Catarina.
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES, PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DESTA MUNICIPALIDADE.**
VALOR ESTIMADO: R$ 92,50 (noventa e dois reais e cinquenta centavos).
PRAZO DE ENTREGA: A entrega não poderá ser superior às 05 (cinco) dias contados da solicitação.
DEMAIS CONDIÇÕES: Condições estabelecidas no Pregão Eletrônico nº 020/2026.

SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO-PR, 29 de julho de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º020/2026
CONTRATANTE: A Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, inscrita no CNPJ de n.º75.462.820/0001-02.
CONTRATADA: **BALESTRIN & RIL – DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALRES LTDA-EPP,** inscrita no CNPJ de n.º 49.238.875/0001-15, Rua Flor de Abril, n.º 95, sala 01, centro, CEP: 99.740-000, na cidade de Barão de Cotegipe, Estado de Rio Grande do Sul.
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES, PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DESTA MUNICIPALIDADE.**
VALOR ESTIMADO: R$ 21.770,40 (vinte e um mil setecentos e setenta reais e quarenta centavos).
PRAZO DE ENTREGA: A entrega não poderá ser superior às 05 (cinco) dias contados da solicitação.
DEMAIS CONDIÇÕES: Condições estabelecidas no Pregão Eletrônico nº 020/2026.

SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO-PR, 29 de julho de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º020/2026
CONTRATANTE: A Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, inscrita no CNPJ de n.º75.462.820/0001-02.
CONTRATADA: **L & P LIPE COMERCIO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA-ME,** inscrita no CNPJ de n.º

49.875.336/0001-97, Rua Manoel Lopes de Oliveira, n.º 2759, sala 01, Votoroes, CEP: 85.140-000, na cidade de Candoi, Estado de Paraná.
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES, PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DESTA MUNICIPALIDADE.**
VALOR ESTIMADO: R$ 18.926,40 (dezoito mil novecentos e vinte e seis reais e quarenta centavos)
PRAZO DE ENTREGA: A entrega não poderá ser superior às 05 (cinco) dias contados da solicitação.
DEMAIS CONDIÇÕES: Condições estabelecidas no Pregão Eletrônico nº 020/2026.

SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO-PR, 29 de julho de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º020/2026
CONTRATANTE: A Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, inscrita no CNPJ de n.º75.462.820/0001-02.
CONTRATADA: **CIRURGICA NOSSA SENHORA LTDA-EPP,** inscrita no CNPJ de n.º 24.586.988/0001-80, Rua Pavão, n.º 540, Jardim Bandeirantes, CEP: 86.703-250, na cidade de Arapongas, Estado de Paraná.
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES, PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DESTA MUNICIPALIDADE.**
VALOR ESTIMADO: R$ 245.451,00 (duzentos e quarenta e cinco mil quatrocentos e cinquenta e um reais).
PRAZO DE ENTREGA: A entrega não poderá ser superior às 05 (cinco) dias contados da solicitação.
DEMAIS CONDIÇÕES: Condições estabelecidas no Pregão Eletrônico nº 020/2026.

SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO-PR, 29 de julho de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º020/2026
CONTRATANTE: A Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, inscrita no CNPJ de n.º75.462.820/0001-02.
CONTRATADA: **CIRURGICA ITAMBÉ LTDA-ME,** inscrita no CNPJ de n.º 26.847.096/0001-02, Rua Machado de Assis, n.º 583, Zona 06, CEP: 87.015-580, na cidade de Maringá, Estado de Paraná.
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES, PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DESTA MUNICIPALIDADE.**
VALOR ESTIMADO: R$ 17.740,00 (dezessete mil setecentos e quarenta reais).
PRAZO DE ENTREGA: A entrega não poderá ser superior às 05 (cinco) dias contados da solicitação.
DEMAIS CONDIÇÕES: Condições estabelecidas no Pregão Eletrônico nº 020/2026.

SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO-PR, 29 de julho de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º020/2026
CONTRATANTE: A Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, inscrita no CNPJ de n.º75.462.820/0001-02.
CONTRATADA: **CIRURGICA PRIME LTDA-EPP,** inscrita no CNPJ de n.º 46.116.717/0001-11, Av. Brasil, n.º 5709, Zona 05, CEP: 87.015-280, na cidade de Maringá, Estado de Paraná.
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES, PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DESTA MUNICIPALIDADE.**
VALOR ESTIMADO: R$ 177.671,64 (cento e setenta e sete mil seiscentos e setenta e um reais e sessenta e quatro centavos).
PRAZO DE ENTREGA: A entrega não poderá ser superior às 05 (cinco) dias contados da solicitação.
DEMAIS CONDIÇÕES: Condições estabelecidas no Pregão Eletrônico nº 020/2026.

SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO-PR, 29 de julho de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º020/2026
CONTRATANTE: A Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, inscrita no CNPJ de n.º75.462.820/0001-02.
CONTRATADA: **ANGULAR PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA-DEMAIS,** inscrita no CNPJ de n.º 24.118.004/0001-37, Av. Jacob Macanhan, n.º 4316, BRCAO C, CEP: 83.326-000, na cidade de Pinhais, Estado de Paraná.
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES, PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DESTA MUNICIPALIDADE.**
VALOR ESTIMADO: R$ 1.712,40 (um mil setecentos e doze reais e quarenta centavos).
PRAZO DE ENTREGA: A entrega não poderá ser superior às 05 (cinco) dias contados da solicitação.
DEMAIS CONDIÇÕES: Condições estabelecidas no Pregão Eletrônico nº 020/2026.

SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO-PR, 29 de julho de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º020/2026
CONTRATANTE: A Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, inscrita no CNPJ de n.º75.462.820/0001-02.
CONTRATADA: **DIMEBRAS COMERCIAL HOSPITALAR LTDA-DEMAIS,** inscrita no CNPJ de n.º 56.081.482/0001-06, Rua Paulo de Frontim, n.º 25, Vila Virginia, CEP: 14.030-430, na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES, PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DESTA MUNICIPALIDADE.**
VALOR ESTIMADO: R$ 7.526,04 (sete mil quinhentos e vinte e seis reais e quatro centavos).
PRAZO DE ENTREGA: A entrega não poderá ser superior às 05 (cinco) dias contados da solicitação.
DEMAIS CONDIÇÕES: Condições estabelecidas no Pregão Eletrônico nº 020/2026.

SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO-PR, 29 de julho de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º020/2026
CONTRATANTE: A Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, inscrita no CNPJ de n.º75.462.820/0001-02.
CONTRATADA: **YNEMED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALRES LTDA-ME,** inscrita no CNPJ de n.º 51.740.794/0001-60, Rua Saíra Ouro, n.º 210, Jardim Universitário, CEP: 86.702-820, na cidade de Arapongas, Estado de Paraná.
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES, PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DESTA MUNICIPALIDADE.**
VALOR ESTIMADO: R$ 2.093,76 (dois mil e noventa e três reais e setenta e seis centavos).
PRAZO DE ENTREGA: A entrega não poderá ser superior às 05 (cinco) dias contados da solicitação.
DEMAIS CONDIÇÕES: Condições estabelecidas no Pregão Eletrônico nº 020/2026.

SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO-PR, 29 de julho de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º020/2026
CONTRATANTE: A Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, inscrita no CNPJ de n.º75.462.820/0001-02.
CONTRATADA: **LICITE SAÚDE COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-EPP,** inscrita no CNPJ de n.º 34.223.536/0001-98, Rod PR-317, n.º 6752, BRCAO, Parque Industrial, CEP: 87.035-510, na cidade de Maringá, Estado de Paraná.
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES, PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DESTA MUNICIPALIDADE.**
VALOR ESTIMADO: R$ 14.119,80 (quatorze mil cento e dezenove reais e oitenta centavos).
PRAZO DE ENTREGA: A entrega não poderá ser superior às 05 (cinco) dias contados da solicitação.
DEMAIS CONDIÇÕES: Condições estabelecidas no Pregão Eletrônico nº 020/2026.

SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO-PR, 29 de julho de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º020/2026
CONTRATANTE: A Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, inscrita no CNPJ de n.º75.462.820/0001-02.
CONTRATADA: **MEDINGA COMERCIAL LTDA-EPP,** inscrita no CNPJ de n.º 57.742.953/0001-42, Av. Herval, n.º 3326, Jardim Imperial II, CEP: 87.023-055, na cidade de Maringá, Estado de Paraná.
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES, PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DESTA MUNICIPALIDADE.**
VALOR ESTIMADO: R$ 22.181,00 (vinte e dois mil cento e oitenta e um reais).
PRAZO DE ENTREGA: A entrega não poderá ser superior às 05 (cinco) dias contados da solicitação.
DEMAIS CONDIÇÕES: Condições estabelecidas no Pregão Eletrônico nº 020/2026.

SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO-PR, 29 de julho de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º020/2026
CONTRATANTE: A Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, inscrita no CNPJ de n.º75.462.820/0001-02.
CONTRATADA: **ESPAÇO GUAMIRANGA COMERCIO, IMPORTAÇÃO E EXPOSTAÇÃO LTDA-ME,** inscrita no CNPJ de n.º 39.430.487/0001-88, Rua Antônio Cagiano, n.º 27, sala 01, centro, CEP: 84.435-000, na cidade de Guamiranga, Estado de Paraná.
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES, PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DESTA MUNICIPALIDADE.**
VALOR ESTIMADO: R$ 64.800,00 (sessenta e quatro mil e oitocentos reais).
PRAZO DE ENTREGA: A entrega não poderá ser superior às 05 (cinco) dias contados da solicitação.
DEMAIS CONDIÇÕES: Condições estabelecidas no Pregão Eletrônico nº 020/2026.

SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO-PR, 29 de julho de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º020/2026
CONTRATANTE: A Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, inscrita no CNPJ de n.º75.462.820/0001-02.
CONTRATADA: **MEDLIPE DISPOSITIVOS MEDICOS LTDA-ME,** inscrita no CNPJ de n.º 51.190.230/0001-00, Rua Antônio Candido Cavalim, n.º 45, sala 07, Cond. Cavalim CT CMRL, Bairro Alto, CEP: 82.820-300, na cidade de Curitiba, Estado de Paraná.
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES, PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DESTA MUNICIPALIDADE.**
VALOR ESTIMADO: R$ 1.530,00 (um mil quinhentos e trinta reais).
PRAZO DE ENTREGA: A entrega não poderá ser superior às 05 (cinco) dias contados da solicitação.
DEMAIS CONDIÇÕES: Condições estabelecidas no Pregão Eletrônico nº 020/2026.

SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO-PR, 29 de julho de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º020/2026
CONTRATANTE: A Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, inscrita no CNPJ de n.º75.462.820/0001-02.
CONTRATADA: **VITIMED COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA-EPP,** inscrita no CNPJ de n.º 51.578.226/0001-05, Rua Ezídio Zago, n.º 1497, Parque Presidencial Viena, CEP: 87.507-660, na cidade de Umuarama, Estado de Paraná.
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES, PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DESTA MUNICIPALIDADE.**
VALOR ESTIMADO: R$ 12.688,80 (doze mil seiscentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos).
PRAZO DE ENTREGA: A entrega não poderá ser superior às 05 (cinco) dias contados da solicitação.
DEMAIS CONDIÇÕES: Condições estabelecidas no Pregão Eletrônico nº 020/2026.

SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO-PR, 29 de julho de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º020/2026
CONTRATANTE: A Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, inscrita no CNPJ de n.º75.462.820/0001-02.
CONTRATADA: **NOROESTE MEDICAMENTOS LTDA-EPP,** inscrita no CNPJ de n.º 06.974.929/0001-06, Rua Indústria Antônio Fachin, n.º 2085, centro, CEP: 87.702-060, na cidade de Paranavaí, Estado de Paraná.
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES, PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DESTA MUNICIPALIDADE.**
VALOR ESTIMADO: R$ 365.897,29 (trezentos e sessenta e cinco mil oitocentos e noventa e sete reais e vinte e nove centavos).
PRAZO DE ENTREGA: A entrega não poderá ser superior às 05 (cinco) dias contados da solicitação.
DEMAIS CONDIÇÕES: Condições estabelecidas no Pregão Eletrônico nº 020/2026.

SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO-PR, 29 de julho de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º020/2026
CONTRATANTE: A Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, inscrita no CNPJ de n.º75.462.820/0001-02.
CONTRATADA: **PROMEFARMA MEDICMANETOS E PRODUTOS HOSPITALATES LTDA-DEMAIS,** inscrita no CNPJ de n.º 81.706.251/0001-98, Rua João Amaral de Almeida, n.º 100, Cidade Industrial, CEP: 81.170-520, na cidade de Curitiba, Estado de Paraná.
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES, PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DESTA MUNICIPALIDADE.**
VALOR ESTIMADO: R$ 2.250,00 (dois mil duzentos e cinquenta reais).
PRAZO DE ENTREGA: A entrega não poderá ser superior às 05 (cinco) dias contados da solicitação.

DEMAIS CONDIÇÕES: Condições estabelecidas no Pregão Eletrônico nº 020/2026.

SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO-PR, 29 de julho de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º020/2026
CONTRATANTE: A Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, inscrita no CNPJ de n.º75.462.820/0001-02.
CONTRATADA: **EBD BIOTECH IMPORTAÇÃO E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA-ME,** inscrita no CNPJ de n.º 13.977.106/0001-91, Rua Juruá, n.º 46, loja 04, graça, CEP: 31.140-020, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES, PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DESTA MUNICIPALIDADE.**
VALOR ESTIMADO: R$ 112.480,00 (cento e doze mil quatrocentos e oitenta reais).
PRAZO DE ENTREGA: A entrega não poderá ser superior às 05 (cinco) dias contados da solicitação.
DEMAIS CONDIÇÕES: Condições estabelecidas no Pregão Eletrônico nº 020/2026.

SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO-PR, 29 de julho de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:6EE3C574

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 1º ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 014/2025. PREGÃO ELETRÔNICO N.º 022/2025

EXTRATO DO 1º ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 014/2025.
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 022/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 085/2025

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, inscrito no CNPJ de n.º 75.462.820/0001-02, com sede na Avenida Paulo Libânio, 700; **CONTRATADO**: **IBIPORA ADESIVOS LTDA-ME**, com sede na Rua Vitoriano Valente, 2120, Jd. Boa Vista I, CEP: 86.200-000, inscrita no CNPJ (MF) sob o n° 45.005.979/0001-29 ;
Fundamentação Legal: O presente termo de aditamento obedece às normas fixadas no **PREGÃO ELETRÔNICO 022/2025**, em consonância com todos os elementos da Lei Federal 14.133/21 e suas alterações, bem como às condições abaixo relacionadas, declarando as partes terem integral conhecimento do texto legal relacionado e que a eles se submetem.
Objeto do Aditamento Fica alterada a cláusula sexta da ata de registro de preço nº 014/2025, prorrogando a vigência do prazo por mais 3 (três) meses, ou seja, de 11/08/2026 a 11/11/2026.
Demais Condições: As demais cláusulas do contrato primitivo, não alcançadas pelo presente instrumento, permanecem inalteradas, PREGÃO ELETRÔNICO 022/2025.

Santa Cruz de Monte Castelo/PR, aos 11 de agosto de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:E0C73629

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 1º ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 014/2025. PREGÃO ELETRÔNICO N.º 022/2025

EXTRATO DO 1º ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 014/2025.
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 022/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 085/2025

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, inscrito no CNPJ de n.º 75.462.820/0001-02, com sede na Avenida Paulo Libânio, 700; **CONTRATADO**: **ABSOLUTE COMUNICACAO E COMERCIO LTDA**, com sede na ST SCIA Q8 CJ 11 LT 15, S/N, SCIA, Brasília-DF, CEP: 71.250-725, inscrita no CNPJ (MF) sob o n° 13.813782/0001-20;
Fundamentação Legal: O presente termo de aditamento obedece às normas fixadas no **PREGÃO ELETRÔNICO 022/2025**, em consonância com todos os elementos da Lei Federal 14.133/21 e suas alterações, bem como às condições abaixo relacionadas, declarando as partes terem integral conhecimento do texto legal relacionado e que a eles se submetem.
Objeto do Aditamento Fica alterada a cláusula sexta da ata de registro de preço nº 014/2025, prorrogando a vigência do prazo por mais 3 (três) meses, ou seja, de 11/08/2026 a 11/11/2026.
Demais Condições: As demais cláusulas do contrato primitivo, não alcançadas pelo presente instrumento, permanecem inalteradas, PREGÃO ELETRÔNICO 022/2025.

Santa Cruz de Monte Castelo/PR, aos 11 de agosto de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:0B564FF3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 2.997/2026

PORTARIA N.º 2.997/2026

Súmula: Concede Licença Prêmio ao Servidora Sra. VERA LUCIA TEODORO GHIRALDI e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e

RESOLVE:

Art. 1.º - Fica concedido a servidora **Sra. VERA LUCIA TEODORO GHIRALDI**, portador da Carteira de Identidade RG nº 4-----0 SSP-PR e CPF/MF sob o nº 607.---.----20, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, lotado na Secretaria Municipal de Educação, licença prêmio de 03 (três) meses, de acordo com o disposto no artigo 100, Parágrafo Único da Lei Municipal nº 003/93, de 26/02/93, (Estatuto do Servidor Público Municipal), relativo ao período aquisitivo de 30/06/2013 à 29/06/2018, a partir de 10 de Agosto de 2026, devendo o servidor retornar as suas atividades no dia 08 de Novembro de 2026.

Art. 2.º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir do dia 10/08/2026, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, aos 25 dias do mês de Agosto do ano de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:FE921B6A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 2.998/2026

PORTARIA N.º 2.998/2026

Súmula: Concede Licença Prêmio a Servidora Sra. SUELI MARIA DOS SANTOS SILVA e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e

RESOLVE:

Art. 1.º - Fica concedido a servidora **Sra. SUELI MARIA DOS SANTOS SILVA**, portador da Carteira de Identidade RG nº 5-----2 SESP-PR e CPF/MF sob o nº 638.---.----00, ocupante do Cargo efetivo de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, licença prêmio de 03 (três) meses, de acordo com o disposto no artigo 100, Parágrafo Único da Lei Municipal nº 003/93, de 26/02/93, (Estatuto do Servidor Público Municipal), relativo ao período aquisitivo de 01/09/2011 à 30/08/2016, a partir de 18 de Agosto de 2026, devendo o servidor retornar as suas atividades no dia 16 de Novembro de 2026.

Art. 2.º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir do dia 18/08/2026, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, aos 25 dias do mês de Agosto do ano de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:505248E6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 2.999/2026

PORTARIA N.º 2.999/2026

Súmula: Concede Licença Prêmio a Servidora Sra. ANTONIA SANDRA COSTA e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e

RESOLVE:

Art. 1.º - Fica concedido a servidora **Sra. ANTONIA SANDRA COSTA** , portador da Carteira de Identidade RG nº 4-----9 SSP-PR e CPF/MF sob o nº 815.---.----72, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, lotado na Secretaria Municipal de Educação, licença prêmio de 03 (três) meses, de acordo com o disposto no artigo 100, Parágrafo Único da Lei Municipal nº 003/93, de 26/02/93, (Estatuto do Servidor Público Municipal), relativo ao período aquisitivo de 30/06/2018 à 29/06/2023, a partir de 18 de Agosto de 2026, devendo o servidor retornar as suas atividades no dia 16 de Novembro de 2026.

Art. 2.º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir do dia 18/08/2026, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, aos 25 dias do mês de Agosto do ano de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:544582F2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 3.000/2026

PORTARIA Nº 3.000/2026

O Prefeito do Município de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando os ditames da Lei Municipal n.º 003/1993 – Estatuto dos Servidores Públicos desta municipalidade

RESOLVE

Art. 1.º - Concede licença para tratar de interesses particulares de 02 (dois) anos, a **Sra. ANDRIELI CRISTINA POMARO PEDERSOLI**, detentora do cargo efetivo de PROFESSOR, nos termos do artigo 104 da Lei n.º 003/1993, a partir 10/08/2026.

Parágrafo Único: A licença sem vencimento de que trata o *caput* do presente artigo poderá ser interrompida a qualquer momento, podendo ser a pedido do próprio servidor ou a critério da administração, quando caracterizado o real interesse público com relação à necessidade de convocação do servidor.

Art. 2.º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a partir do dia 10/08/2026, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, aos 26 de Agosto de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:D0B1A857

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 3.001/2026

PORTARIA N.º 3.001/2026

Súmula: Concede licença para tratamento de saúde ao servidor Sr. EUDNEI MAQUEDA RODRIGUES, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o atestado médico incluído no sistema eletrônico de controle de frequência na data de 05/08/2026;

RESOLVE

Art. 1.º - Fica concedido Licença Para Tratamento de Saúde ao Sr. EUDNEI MAQUEDA RODRIGUES, matrícula 1407, por um período de 60 dias a contar de 04/08/2026 até 02/10/2026, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Fica estabelecido seu retorno às atividades habituais a partir do dia 03/10/2026 mediante avaliação médica.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, aos 26 de Agosto de 2026.

Registre-se

Publique-se

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:6DB3CE46

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 3.002/2026

PORTARIA Nº 3.002/2026

Súmula: Prorroga a Licença Para Tratamento de Saúde a Sr. MARIO ROBERTO TIRADO, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica prorrogada a Licença Para Tratamento de Saúde do **Sr. MARIO ROBERTO TIRADO,** matrícula 2, por um período de 90 dias a contar de 12/08/2026 até 09/11/2026, conforme atestado médico entregue ao Departamento de Recursos Humanos, que reconheceu a incapacidade do trabalhador em sua atividade habitual até 09/11/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir do dia 12/08/2026, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, aos 26 dias do mês de Agosto do ano de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:2C63F53C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 3.003/2026

PORTARIA N.º 3.003/2026

Súmula: Concede férias a servidora Sra. DEVANIR SCANACAPRA DE ARAUJO e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1.º - Concede a servidora **Sra. DEVANIR SCANACAPRA DE ARAUJO** matrícula 909, ocupante do Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO, lotado na Secretaria De Assistência Social, férias regulamentares de (30) dias referente ao período aquisitivo de 08/08/2024 a 07/08/2025 a partir de 14/09/2026, devendo retornar ao seu trabalho em 14/10/2026.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 14/09/2026, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, aos 26 dias do mês de Agosto do ano de 2026.

Registre-se

Publique-se

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:490D7EEA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 3.004/2026

PORTARIA N.º 3.004/2026

Súmula: Concede férias a servidora Sra. ANA CLAUDIA DE ARAUJO SILVA e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1.º - Concede a servidora **Sra. . ANA CLAUDIA DE ARAUJO SILVA** matrícula 759, ocupante do Cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, férias regulamentares de (30) dias referente ao período aquisitivo de 06/05/2025 a 05/05/2026 a partir de 08/09/2026, devendo retornar ao seu trabalho em 08/10/2026.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 08/09/2026, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, aos 25 dias do mês de Agosto do ano de 2026.

Registre-se

Publique-se

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:3AB3D8C9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 075/2025 - PMSF

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Fé – PR
CONTRATADO: MARIA JOSE FREGONEIS – FREGONEIS DECOR - EPP.,
RESUMO DO OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de vidraçaria, compreendendo instalação, manutenção, substituição e consertos diversos, incluindo o fornecimento dos vidros e todos materiais necessários para execução dos serviços, para atender às demandas de todas as Secretarias da Administração Municipal.
OBJETIVO DO ADITIVO: promover a prorrogação do prazo de vigência e valor contratual por mais 12 (doze) meses, especificamente de 28 de agosto de 2026 a 28 de agosto de 2027, conforme especificações a seguir:

ITEM	QTD.	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID.	VALOR R$ UNITÁRIO	VALOR R$ TOTAL
01	39,50	MANUTENÇÃO DE ESQUADRIAS DE METAL E VIDROS, COM TODOS OS MATERIAIS INCLUSOS.	HORAS	30,00	1.185,00
02	27,40	INSTALAÇÃO DE VIDRO 6 MM CRISTAL COM ESQUADRIA DE ALUMÍNIO E TODOS OS MATERIAIS INCLUSOS.	M²	470,00	12.878,00
03	49,80	INSTALAÇÃO DE VIDRO 8 MM CRISTAL COM ESQUADRIA DE ALUMÍNIO E TODOS OS MATERIAIS INCLUSOS.	M²	600,00	29.880,00
04	24,90	INSTALAÇÃO DE VIDRO 10 MM CRISTAL COM ESQUADRIA DE ALUMÍNIO E TODOS OS MATERIAIS INCLUSOS.	M²	700,00	17.430,00

VALOR DO ADITIVO: R$ 61.373,00 (sessenta e um mil e trezentos e setenta e três reais).
DATA DA ASSINATURA: 26 de agosto de 2026.

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:BF2BA90A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 108/2024 - PMSF

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Fé – PR

CONTRATADO: José Carlos Neves - ME.
RESUMO DO OBJETO: prestação de serviços de gravações e edição de spots institucionais, elaboração de textos para cerimoniais, locução de cerimoniais e abertura de eventos gerais do Município.
OBJETIVO DO ADITIVO: promover a prorrogação do prazo de vigência e valor contratual por mais 12 (doze) meses, especificamente de 28 de agosto de 2026 a 28 de agosto de 2027.
VALOR DO ADITIVO: R$ 15.000,00 (quinze mil reais) para o período aditivado.
DATA DA ASSINATURA: 26 de agosto de 2026.

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:03FA04DC

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 01/2026

A Prefeitura Municipal de Santa Fé, por meio da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, mantenedora do Centro Municipal de Educação Infantil Professora Marly Batista de Azevedo Silva, no uso das atribuições legais conferidas pelas Deliberações nº 02 e 03/2018 - CP/CEE/PR e pelo Parecer de Legalidade nº568/2026 NRE - MARINGÁ

HOMOLOGA

Art. 1º - O Projeto Político-Pedagógico do Centro Municipal de Educação Infantil Professora Marly Batista de Azevedo Silva do município de Santa Fé, com a oferta de: Educação Infantil.

Art. 2º – O Projeto Político-Pedagógico homologado por este Ato de Homologação entra em vigor a partir do início do ano/período letivo de 2026, ficando revogado o Ato de Homologação n.º 12/2022 e disposições em contrário.

Santa Fé, 26 de agosto de 2026.

LÉSLIER MARIA PELEGRINI
Secretária de Educação, Cultura e Esportes

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:BD3A5237

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA IZABEL DO OESTE

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
ATA DE CREDENCIAMENTO N° 04/2026

ATA DE SESSÃO PÚBLICA Nº 20/2026
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 04/2026

OBJETO: Credenciamento de agroindústrias e/ou produtores rurais para aquisição de gêneros alimentícios provenientes diretamente da agricultura familiar, para o atendimento ao Programa de Incentivo à Produção de Alimentos, com base na Lei N° 2.492, de 18 de março de 2022, afim de atender às necessidades da Administração Municipal, alimentação escolar, hospitalar e programas da assistência social do Município de Santa Izabel do Oeste, por um período de 12 (doze) meses, com Recursos Próprios. Aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e trinta minutos, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Oeste, Estado do Paraná, reuniram-se a Presidente da Comissão Permanente de Licitação, Senhora Camila de Carli Grabovski, e os membros, Senhores Clenir Teixeira e Anderson Defante, designados pela Portaria 15.632, de 10 de novembro de 2025, para os procedimentos inerentes à presente sessão. O Aviso de Licitação do presente procedimento licitatório foi devidamente publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 24 de junho de 2026, no Diário Oficial do Paraná no dia 24 de junho de 2026 e no Jornal Novo Tempo no dia 25 de junho de 2026.
A Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, conforme Portaria 15.632, de 10 de novembro de 2025, analisou a documentação das proponentes, conforme descrito a seguir:
CREDENCIADO 01

06 – Dados do Fornecedor
Razão Social: TIAGO SETTI
CNPJ: 063.201.339-70
Endereço: Rio da Prata
Bairro: Zona Rural
CEP: 85650-000
Cidade: Santa Izabel do Oeste - PR
Na sequência ao certame licitatório, foi solicitado da Proponente, em conformidade com o constante acima, conforme critérios estabelecidos no Edital, para apresentar os documentos de Habilitação, os quais foram inseridos no Memorando 6250/2026. Após terem sido analisados pela presidente da Comissão de Licitação e membros, constatou-se que a proponente apresentou todos os documentos solicitados em consonância com o estabelecido no Edital deste procedimento licitatório e, por consequência, foi considerada HABILITADA.

Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que vai assinada pelos presentes.

CAMILA DE CARLI GRABOVSKI
Presidente da CPL

CLENIR TEIXEIRA
Membro da CPL

ANDERSON DEFANTE
Membro da CPL

Publicado por:
Leticia Lodi Woicheowski Tavares
Código Identificador:2EC9A1CA

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
AVISO DE LICITAÇÃO PE 43 RETIFICADO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 91/2026
CONTRATANTE UASG 987851 N° 14/2026

RETIFICADO

AMPLA CONCORRENCIA

O MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, torna público que fará realizar, às **08h30 do dia 17 de setembro de 2026**, nas dependências da Prefeitura Municipal, sita à Rua Canela esquina com a Rua Angico, "**Registro de Preços" para contratação de empresa especializada no fornecimento de gêneros alimentícios, visando atender às necessidades das unidades administrativas vinculadas às Secretarias Municipais, incluindo Secretaria da Administração, Agricultura e Desenvolvimento Rural, Assistência Social, Cultura e Turismo, Educação, Esporte, Geral e do Planejamento, Meio Ambiente, Saúde e Serviços Públicos, garantindo o abastecimento contínuo de alimentos destinados ao preparo da alimentação escolar nas Escolas Municipais e Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), alimentação hospitalar, ações e programas socioassistenciais, eventos institucionais, reuniões, capacitações e demais atividades desenvolvidas pela Administração Pública Municipal, pelo**

período de 12 (doze) meses" Critério de Julgamento: **MENOR PREÇO POR ITEM**. Abertura das propostas e recebimentos dos lances: a partir das 08h30 do dia 17 de setembro de 2026, no endereço eletrônico: www.comprasgovernamentais.gov.br. A Pasta Técnica, com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderão ser examinados no endereço acima indicado ou pelo site https://santaizabeldooeste.atende.net/. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser dirigidos à Comissão de Licitação no endereço acima mencionado ou pelo e-mail licitacao@sio.pr.gov.br.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal Nº 14.133/2021 e suas alterações e Lei Municipal nº 2.598/2023.

Santa Izabel do Oeste – PR, 26 de agosto de 2026

ONEIDE MIGUEL MATCIULEVICZ JUNIOR
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Clenir Teixeira
Código Identificador:000C8AAC

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
AVISO DE LICITAÇÃO PE 52

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 52/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 107/2026
NUMERO LICITAÇÃO NO PNCP E COMPRASGOV Nº 987851-21/2026
O MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, torna público que fará realizar, às **08h00min do dia 15 de setembro de 2026**, nas dependências da Prefeitura Municipal, sita à Rua Canela esquina com a Rua Angico, 731, Centro, em Santa Izabel do Oeste, Paraná, Brasil, **PREGÃO ELETRÔNICO**. **OBJETO: "Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de higiene e limpeza para atender às necessidades de todas as secretariais municipais de Santa Izabel do Oeste/PR, por um período de 12 (doze) meses, com Recursos Próprios, Estaduais e Federais"** Critério de Julgamento: **MENOR PREÇO POR ITEM**. Abertura das propostas e recebimentos dos lances: a partir das 08h00 do dia 15 de setembro de 2026, no endereço eletrônico: www.gov.br/compras. A Pasta Técnica, com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderão ser examinados no endereço acima indicado ou pelo site https://santaizabeldooeste.atende.net/. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser dirigidos à Comissão de Licitação no endereço acima mencionado ou pelo e-mail licitacao@sio.pr.gov.br.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal Nº 14.133/2021.
Santa Izabel do Oeste – PR, 26 de agosto de 2026.

ONEIDE MIGUEL MATCIULEVICZ JUNIOR
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Camila de Carli Grabovski
Código Identificador:3F2E110F

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°298/2025

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE PRAZO N° 191/2026 AO CONTRATO N° 298/2025
INEXIGIBILIDADE N° 16/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 95/2025
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e Marcio Buligon & CIA LTDA.
OBJETO: Aditivo de prazo.
DATA: 24/08/2026.

Publicado por:
Leticia Lodi Woicheowski Tavares
Código Identificador:977ED5E0

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO N°265/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 265/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 56/2026
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e BHDental Comercial LTDA.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de equipamentos, mobiliário e materiais diversos, destinados a atender às necessidades da Casa de Saúde Santa Izabel e Unidades Básicas da Secretaria da Saúde de Santa Izabel do Oeste - PR, pelo período de 1 (um) ano, com Recursos Federais, Estaduais e Municipais.
VIGÊNCIA: 12/08/2027.
VALOR TOTAL: R$ 2.517,50 (dois mil quinhentos e dezessete reais e cinquenta centavos).
DATA: 12/08/2026.

Publicado por:
Leticia Lodi Woicheowski Tavares
Código Identificador:C4C6E7BA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
LISTA DE CREDENCIADOS LICITAÇÃO MODALIDADE INEXIGIBILIDADE CREDENCIAMENTO/CHAMAMENTO Nº 46/2025 O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, R E S O L V E

LISTA DE CREDENCIADOS

LICITAÇÃO MODALIDADE
Inexigibilidade Credenciamento/Chamamento
Nº 46/2025

O Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Divulgara lista de Credenciados do Credenciamento nº 13/2025, que teve como objeto ***Credenciamento de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo mão de obra e serviços de socorro, bem como o fornecimento de peças para a manutenção de veículos leves, semileves e pesados pertencentes a Frota Municipal do Município de Santa Lúcia - PR.***
Após verificada a conformidade com o edital e legislações pertinentes, comporão a lista pela ordem de protocolo do envelope as empresas da seguinte maneira:

HYDRAUFORCE PEÇAS E SERVIÇOS MECANICOS LTDA
27.014.321/0001-00
INSPETOR EVERALDO XAVIER, 569 - CEP: 85803630 - BAIRRO: UNIVERSITARIO CIDADE/UF: Cascavel/PR
EDSON JOSE JUSTINO DE SOUSA
050.863.859-38

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, em vinte e seis dias de agosto de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:C3A2536C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PORTARIA Nº 138/2026 DATA: 26/08/2026

O Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 1128/2023,

R E S O L V E
Art. 1º - Autorizar o lançamento de **meia diária** para o servidor **ELISON CANTIDIO NOGEKOSKI** (Motorista), para levar paciente para internamento na cidade de Foz do Iguaçú - PR, no dia 23 de agosto de 2026. Saída e retorno no dia 23 de agosto de 2026.

TRANSPORTE: GOL
PLACA: BEX 9I36

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data, com efeito retroativo a 23 de agosto de 2026, revogando-se as disposições em contrário.

Santa Lúcia, Estado do Paraná, em 26 de agosto de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Mara Dalek
Código Identificador:B171F4A3

EXECUTIVO MUNICIPAL
DECRETO Nº164/2026 DE 26/08/2026

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO E NORMATIZAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA – FMC DE SANTA LÚCIA, ESTADO DO PARANÁ.

SILVANO TORTELLI, Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, no uso legal de suas atribuições legais e:
Considerando a Constituição Federal nos artigos 215, 216, 216-A e 167;
Considerando a Lei Federal nº 14.903 de 2024, que estabelece o marco do fomento à cultura;
Considerando a Lei nº 1196 de 2024, que dispõe sobre o Sistema Municipal de Cultura de Santa Lúcia, seus princípios, objetivos, estrutura, organização, gestão, interrelação entre seus componentes, recursos humanos, financiamento e dá outras providências;
Considerando a necessidade de regulamentar e normatizar o Fundo Municipal de Cultura de Santa Lúcia – FMC

DECRETA:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Decreto regulamenta e normatiza o Fundo Municipal de Cultural de Santa Lúcia – FMC, gerido pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Santa Lúcia, como fundo de natureza contábil e financeira, com prazo indeterminado de duração.

Art. 2º O Fundo Municipal de Cultura de Santa Lúcia – FMC constitui-se em um dos mecanismos de financiamento das políticas públicas de cultura no município, com recursos destinados a programas, projetos e ações culturais implementados de forma descentralizada, autônoma podendo ter a colaboração do Estado e da União.

CAPÍTULO II
DAS FINALIDADES

Art. 3º O FMC tem como finalidade fomentar as manifestações culturais e artísticas no município de Santa Lúcia, de modo a contribuir para:
I - a valorização da expressão cultural dos diferentes indivíduos, grupos e comunidades mediante o estímulo à criação e a produção independentes, ao consumo e a circulação de bens culturais e artísticos originários do município, valorizando recursos humanos e conteúdos locais;
II - a preservação e apropriação pela comunidade do patrimônio cultural do município, em suas dimensões material e imaterial;
III - a produção e difusão de bens culturais de valor universal, formadores e informadores de conhecimento, cultura, história e memória;
IV - o pleno exercício dos direitos culturais e o livre acesso às fontes de cultura;
V - a ampliação do acesso da população à fruição e à produção dos bens e serviços culturais;
VI - o desenvolvimento da economia da cultura local, permitindo a geração de emprego, ocupação e renda;
VII - a realização de atividades culturais que busquem erradicar todas as formas de discriminação e preconceito;
VIII - a caracterização da relevância das atividades culturais de caráter inovador ou experimental;
IX - o processo de formação, capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos e para o desenvolvimento da produção e difusão cultural;
X - a valorização da diversidade cultural de Santa Lúcia.

Art. 4º Constituem também objetivos do FMC:
I - apoiar projetos, mediante a publicação de editais específicos para os diversos segmentos culturais;
Il - oferecer contrapartida para projetos e parcerias dos quais o FMC seja proponente e que visem à captação de verbas nas diversas instâncias governamentais, conforme art. 2º deste Decreto.

CAPÍTULO III
DA COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS

Art. 5º São receitas do FMC:
I – dotações e créditos específicos consignados no orçamento do Município;
II – recursos de arrecadação de bilheteria, cessão de espaços e outras rendas provenientes de atividades regimentais da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
III – transferências do Estado e da União;
IV – resultados de convênios, contratos ou acordos, contribuições, transferências, subvenções, auxílios ou doações de setores públicos ou privados, nacionais ou internacionais;
V – valores provenientes da devolução de recursos relativos a projetos que apresentes saldos remanescentes e projetos não iniciados ou interrompidos, com ou sem justa causa;
VI – multas e devoluções por utilização indevida de recursos recebidos por meio do FMC;
VII – juros e dividendos, bem como quaisquer outras rendas provenientes de aplicações financeiras;
VIII – outros recursos, créditos e rendas adicionais ou extraordinárias que, por sua natureza, possam ser destinados ao FMC;

Parágrafo único. A cada final de exercício financeiro, os recursos repassados ao FMC não utilizados, serão transferidos para utilização pelo exercício financeiro subsequente.

CAPÍTULO IV
DA APLICAÇÃO

Art. 6º É permitida a aplicação de 50% (cinquenta por cento) de recursos do FMC em programas e projetos da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, na conservação e restauração de bens imóveis culturais públicos, bem como de imóveis tombados pertencentes ao Município, mediante aprovação prévia do Conselho Municipal de Políticas Culturais de Santa Lúcia.

Art. 7º A Secretaria Municipal de Educação e Cultura poderá utilizar, anualmente, até 5% (cinco por cento) dos recursos do FMC para pagamento de despesas com hospedagem, transportes, consultorias e pareceres técnicos, divulgação, contratações de serviços e eventuais exigências necessárias à administração do fundo.

Parágrafo único. Os recursos referentes ao caput deste artigo poderão ser remanejados para as referidas despesas com a anuência do Conselho Municipal de Políticas Culturais.

Art. 8º É vedada a aplicação de recursos do FMC em projetos, cujo produto final ou atividade, sejam destinados a coleções particulares, bem como projetos que beneficiem exclusivamente seu proponente, na qualidade de sociedade com fins lucrativos, seus sócios ou titulares.

Art. 9º O FMC pode garantir até 100% (cem por cento) do custo do projeto aprovado, ficando a cargo de cada Edital estabelecer contrapartida do proponente, de modo que não inviabilize a sua execução.

Art. 10º Os projetos concorrentes ao FMC devem atender o local de produção, promoção e execução definidos em edital específico, sempre visando à difusão da cultura do município.

Art. 11º A transferência financeira será mediante depósito em conta corrente vinculada ao projeto.

CAPÍTULO V
DA DIVULGAÇÃO

Art. 12º Nos projetos apoiados pelo FMC deve constar, no corpo do produto, em destaque, apenas a seguinte expressão: Projeto Desenvolvido com Recursos do Fundo Municipal de Cultura e o brasão do município.
§ 1º Em caso de apoio financeiro proveniente de outros apoiadores poderá constar no material a respectiva logomarca;
§ 2º Os proponentes deverão zelar pelo bom nome das instituições envolvidas e incluir em todo material promocional (impresso, virtual e audiovisual) e no produto cultural resultante do projeto a logomarca do município de Santa Lúcia.
§ 3º Os eventos promovidos poderão ser filmados e/ou fotografados por pessoas credenciadas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para registro e divulgação institucional.
§ 4º A Secretaria Municipal de Educação e Cultura poderá utilizar peças publicitárias, fichas técnicas, material audiovisual e fotografias dos eventos selecionados para a divulgação.
§ 5º Caberá exclusivamente ao proponente, a responsabilidade pela legalidade da utilização dos elementos artísticos discriminados no respectivo projeto, atendendo em especial às disposições nas legislações pertinentes aos "direitos de autor" e "direitos de imagem", isentando a Secretaria Municipal de Cultura de qualquer ônus nesse sentido.
§ 6º Os produtos e subprodutos, resultantes dos projetos selecionados por meio de edital, poderão ser totalmente ou parcialmente indicados, citados, descritos, transcritos ou utilizados pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura em trabalhos, publicações internas ou externas, passíveis ou não de comercialização, cartazes ou quaisquer outros meios de promoção e divulgação do patrimônio cultural, inclusive por meio da mídia, mediante inclusão do respectivo crédito de autoria, sem que caiba, entretanto, ao autor direito à percepção de qualquer valor, inclusive a título de direitos autorais.
§ 7º Quando envolver direito de terceiros, deverá o proponente, por escrito, autorizar o uso pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura para utilização com caráter cultural sem fins lucrativos.
§ 8º Todo material de divulgação deverá ser apresentado previamente à Secretaria Municipal de Educação e Cultura para a devida aprovação pelo Conselho Municipal de Políticas Culturais de Santa Lúcia.
§ 9o Em caso de ano eleitoral, a aplicação das logomarcas seguirá as orientações determinadas pela Justiça Eleitoral para o pleito ou legislação pertinente.

CAPÍTULO VI
DOS EDITAIS E PROJETOS

Art. 13º Por meio do FMC poderão ser realizados até 5 (cinco) editais por ano, de acordo com a disponibilidade de seu orçamento.

Art. 14º Os projetos culturais que pretendam apoio financeiro do FMC deverão atender às normas a serem estabelecidas por meio de edital.
§ 1º O Edital, a que se refere o caput deste artigo, deverá conter instruções específicas, como:
a) modalidade;
b) fundamentação Legal;
c) objetivo;
d) área de Atuação;
e) discriminação de valores destinados a projetos;
f) requisitos para participação;
g) contrapartida;
h) critérios de Seleção;
i) minuta de contrato.
§ 2º São indispensáveis, na apresentação dos projetos:
a) identificação do proponente;
b) título do projeto;
c) apresentação;
d) objetivos;
e) justificativa;
f) plano de ação;
g) cronograma das atividades;
h) contrapartida;
i) orçamento.

Art. 15º Cabe à Secretaria Municipal de Educação e Cultura e ao Conselho Municipal de Políticas Culturais de Santa Lúcia, elaborar os editais, estabelecendo os prazos, a tramitação interna dos projetos e a padronização de sua apreciação, definindo, ainda, os formulários de apresentação, bem como a documentação a ser exigida.

Art. 16º Os projetos culturais devem apresentar obrigatoriamente propostas de fruição e acesso a bens culturais, contrapartida ou retorno de interesse público.
§ 1º O proponente deverá estruturar a proposta de fruição, contrapartida ou retorno de interesse público apresentando objetivos, público-alvo proposto, estratégias e dimensionamento (carga horária, quantitativo de público estimado, metodologia de trabalho, dentre outros) visando possibilitar a avaliação da sua relevância cultural e social, conforme previsto em edital.
§ 2º No caso de projeto aprovado resultar em obra de caráter permanente, se utilizando dos meios magnéticos e gráficos, tais como CD, DVD, livro, entre outros, o retorno consistirá em doação de percentual de material impresso e/ou gravado ao acervo municipal bem como para uso público, conforme definido em edital.
§ 3º Os projetos que proponham como contrapartida a formação/capacitação para educadores e outros agentes multiplicadores de conhecimento, deverão, obrigatoriamente, apresentar projeto para esta capacitação indicando fundamentação teórica e contendo conteúdo a ser ministrado, cronograma de ações e mecanismos de avaliação.
§ 4º Será ainda considerado para efeitos deste artigo:
I - realização de apresentações dos espetáculos incentivados com entrada franca;
Il - ações que contribuam para a maior aproximação entre o público em geral e os produtos culturais resultantes dos projetos;
III - ações que sejam planejadas de modo a permitir a sua execução em espaços alternativos (escolas, associações de moradores, templos religiosos, dentre outros), situados no município de Santa Lúcia;
IV - realização de ações junto à população em situação de vulnerabilidade envolvendo os grupos sociais compostos por crianças, adolescentes e/ou idosos.

CAPÍTULO VII
DAS CONDIÇÕES GERAIS DO PROPONENTE

Art. 17º Os benefícios do presente Decreto serão concedidos:
1- às pessoas físicas estabelecidas ou domiciliadas no município de Santa Lúcia há no mínimo 06 (seis) meses, que apresentarem projetos culturais candidatos a receber os recursos FMC;
II - às pessoas jurídicas, de direito público ou privado, que tenham como objeto atividades artísticas e culturais, estabelecidas ou domiciliadas no município de Santa Lúcia há no mínimo 06 (seis) meses, responsáveis pela apresentação de projetos culturais a serem beneficiados pelos recursos do FMC.
§ 1º Os benefícios a que se refere este Decreto não serão concedidos a proponentes inadimplentes para com a União, o Estado e/ou o Município.
§ 2º Fica vedada a utilização dos recursos do FMC para projetos culturais em que sejam beneficiários a pessoa jurídica contribuinte,

seus proprietários, sócios ou diretores, bem como seus cônjuges e parentes em até segundo grau.
§ 3º Não poderão ser beneficiados com a concessão dos recursos previstos neste decreto, na modalidade do FMC, órgãos ou entidades da administração pública, direta ou indireta, de qualquer esfera federativa.
§ 4º As Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), as Organizações Sociais (OS) e as Organizações da Sociedade Civil (OSC) que possuam, respectivamente, termo de parceria ou contrato de gestão com a administração pública municipal, não poderão inscrever projetos a fim de obter financiamento por meio do FMC.
§ 5º Não poderá participar do FMC, como proponente, o servidor ativo ocupante de cargo ou emprego público na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Santa Lúcia e nas entidades a ela vinculadas.
§ 6º Aos membros da Direção Geral do FMC é vedada a participação no referido fundo, tanto na categoria de proponente como de prestador de serviço.
§ 7º É vedada a apresentação de projeto cultural pelo proponente que estiver inadimplente com o FMC.
§ 8º A comprovação de residência para efeito de participação em editais poderá ser feita, além do atestado firmado por autoridade policial ou judicial, mediante a apresentação de:
I - notificação do Imposto de Renda dos dois últimos exercícios ou recibo da declaração referente ao exercício em curso;
II - contrato de locação em que figure como locatário;
III - conta de luz ou água, correspondente ao período exigido.
§ 9º Ao proponente, pessoa jurídica, deverá constar em seu Estatuto ou Contrato Social a descrição de atividades com fins.

CAPÍTULO VIII
DAS CONDIÇÕES GERAIS DOS PROJETOS

Art. 18º O proponente poderá ter aprovado até 02 (dois) projetos por ano, de acordo com as seguintes normas:
I - o proponente poderá inscrever somente um projeto para cada edital;
Il - será vedado a qualquer participante integrar a equipe artística, equipe técnica e ministrante de oficinas de mais de 2 (dois) projetos aprovados.
§ 1º O proponente que tiver 02 (dois) projetos aprovados, só poderá concorrer novamente aos recursos do FMC após a conclusão de um deles, com a respectiva aprovação da prestação de contas, observada a limitação estabelecida no caput do artigo.
§ 2º Caso o projeto utilize recursos complementares oriundos de fontes diversas do FMC, eles deverão ser informados no formulário de apresentação do projeto, discriminando origem e valor dos demais financiamentos, com orçamento detalhado.

Art. 19º Os projetos aprovados e desenvolvidos anteriormente, que forem concorrer novamente aos benefícios do FMC com a repetição de seus conteúdos fundamentais, devem anexar relatório de atividades contendo as ações previstas e executadas, bem como explicitar os benefícios planejados para a continuidade, atentando às especificidades de cada edital.
Parágrafo único. Os projetos culturais deverão se enquadrar nas seguintes áreas de atuação:
| - artes plásticas e visuais (gráfica, gravura, fotografia, exposição);
II - artesanato;
III - música;
IV - artes cênicas (teatro, circo, ópera, mímica);
V - dança;
VI - cinema e audiovisual (vídeo, CD-ROM, rádio, televisão, exibição, eventos, multimídia, cinema);
VII - culturas populares;
VIII - literatura;
IX - patrimônio cultural material e imaterial;

CAPÍTULO IX
DA GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA DE SANTA LÚCIA

Art. 20º Os recursos constitutivos do FMC serão obrigatoriamente depositados em agência bancária oficial, em conta especial, mediante conta remunerada e movimentada pelo ordenador de despesas do município, conforme regulamento.

Art. 21º A gestão do Fundo Municipal de Cultura de Santa Lúcia será de responsabilidade do Secretário(a) Municipal de Educação e Cultura, cabendo-lhe a função de agente executor do fundo.

Art. 22º A aplicação dos recursos do FMC é feita pelas seguintes instâncias:
I - Direção Geral do FMC, sob a responsabilidade do Secretário Municipal de Educação e Cultura;
II - Conselho Municipal de Políticas Culturais de Santa Lúcia.
§ 1º Concluída a fase de análise, os projetos serão colocados em pauta para apreciação, seleção e deliberação da Comissão Municipal de Incentivo à Cultura de Santa Lúcia.

Art. 23º A tesouraria do FMC será exercida pela Secretaria Municipal de Finanças a quem compete:
I - receber os recursos previstos no art. 5º e depositá-lo na conta especial do FMC;
Il - realizar a movimentação dos recursos financeiros da conta do FMC conforme regulamentação vigente;
III - manter sob sua guarda todos os documentos da receita e despesa do FMC.

Art. 24º Além da Direção Geral do FMC compete ao Secretário Municipal de Educação e Cultura:
I - homologar os membros do Conselho Municipal de Política Cultural de Santa Lúcia, bem como das Comissões Especiais de Avaliação;
Il - designar e nomear os componentes da Conselho Municipal de Políticas Culturais de Santa Lúcia;
III - autorizar expressamente todas as despesas e pagamentos realizados pelo FMC;
IV - firmar contratos, convênios e congêneres;
V - aprovar o Plano de Aplicação dos Recursos do FMC;
VI - encaminhar, nas épocas aprazadas, demonstrativos e prestações de contas, Plano de Aplicação de Recursos e outros documentos informativos necessários ao acompanhamento e controle dos órgãos competentes.

CAPÍTULO X
DAS COMISSÕES

Art. 25º Compete à Comissão Municipal de Incentivo à Cultura de Santa Lúcia:
I - emitir e encaminhar parecer técnico prévio de habilitação de projetos apresentados ao FMC, considerando seus aspectos legais, de compatibilidade orçamentária, de viabilidade técnico e financeiro, de adequação ao previsto no edital;
II - acompanhar os projetos aprovados, encaminhando ao Secretário Municipal de Educação e Cultura e ao Conselho Municipal de Políticas Culturais, ao seu término, ou a qualquer tempo, laudo técnico com a avaliação sobre o cumprimento das obrigações assumidas pelo proponente do projeto cultural;
III - opinar sobre cláusulas de convênios, contratos, prestações de contas ou outras questões pertinentes relacionadas a projetos apresentados ao FMC;
IV - atender normas e critérios referentes à apreciação dos projetos culturais, princípio de publicidade, dando visibilidade a essas normas e critérios.
Parágrafo único. A Comissão Municipal de Incentivo à Cultura de Santa Lúcia será coordenado por um de seus membros, indicado pelo Secretário Municipal de Educação e Cultura de Santa Lúcia.

Art. 26º O Conselho Municipal de Políticas Culturais de Santa Lúcia pode convocar o apoio de pareceristas e/ou especialistas.

Art. 28º A Secretaria Municipal de Educação e Cultura fica incumbida do acompanhamento e fiscalização da execução dos projetos até seu término.
§ 1º A avaliação comprovará os resultados esperados e atingidos, objetivos previstos e alcançados, os custos estimados e reais e a repercussão da iniciativa na sociedade.

§ 2º O Conselho Municipal de Política Cultural de Santa Lúcia, acompanhará o desenvolvimento dos projetos durante sua execução e apresentação de resultados.
§ 3º A avaliação culminará em laudo final, que será submetido ao Secretário Municipal de Educação e Cultura e ao Conselho Municipal de Política Cultural de Santa Lúcia.

Art. 29º O acompanhamento dos projetos financiados apoiadas será na forma de visitas aos locais de execução e da apresentação, por parte dos executores, de relatórios das atividades e execução financeira, com periodicidade definida no edital, em formulário próprio.

Art. 30º As comissões de que trata este capítulo terão caráter temporário e serão nomeadas por Decreto.

CAPÍTULO XI
DO PROJETO E SELEÇÃO

Art. 31º A tramitação dos projetos ocorrerá da seguinte forma:
I - parecer do Conselho Municipal de Políticas Culturais de Santa Lúcia garantindo as solicitações contidas em edital;
II - encaminhamento do parecer para seleção e avaliação;
III - seleção e parecer da Comissão Municipal de Incentivo à Cultura de Santa Lúcia para posterior homologação;
IV - encaminhamento da homologação do Conselho Municipal de Políticas Culturais para publicação do resultado final pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Educação e Cultura publicará no Diário Oficial do Município de Santa Lúcia o resultado final dos editais, identificando os proponentes e os projetos aprovados, assim como o valor autorizado para repasse.

Art. 32º Para aprovação dos projetos a Comissão Municipal de Incentivo à Cultura de Santa Lúcia seguirá os seguintes critérios:
I - relevância e clareza do projeto;
Il - caráter inovador e/ou de continuidade do projeto;
III - acesso da população aos bens e serviços culturais propostos;
IV - potencialidade de impacto no desenvolvimento cultural por meio das contrapartidas propostas;
V - adequação orçamentária e viabilidade de execução do projeto;
VI - currículo anexado à documentação comprobatória do proponente e equipe.

CAPÍTULO XII
DAS SANSÕES

Art. 33º A não apresentação dos relatórios de atividades e execução financeira, nos prazos fixados, implica na aplicação sequencial das seguintes sanções ao proponente:
I - advertência;
|| - suspensão da análise e arquivamento de projetos que envolvam seus nomes;
III - paralisação e tomada de contas do projeto em execução;
IV - impedimento de pleitear qualquer outro incentivo como contratado de eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
V - inclusão como inadimplente perante aos editais geridos pela Secretaria de Educação e Cultura de Santa Lúcia e no órgão de controle de contratos e convênios do município de Santa Lúcia, além de sofrer ações administrativas, cíveis e penais, conforme o caso.
Parágrafo único. O proponente será declarado inadimplente, para fins do disposto no inciso V deste artigo, quando:
I - não disponibilizar a documentação solicitada;
II - não apresentar a prestação de contas no prazo exigido;
III - tiver a prestação de contas reprovada;
IV - não cumprir o objeto do projeto ou qualquer cláusula do edital.

Art. 34º Em caso de impedimento do proponente, durante a execução do projeto, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura pode assumir ou indicar outro executor, conforme sua avaliação, com a aprovação em Assembleia do Conselho Municipal de Política Cultural de Santa Lúcia, para garantir a viabilidade do projeto, salvaguardadas as questões de direitos autorais.

Art. 35º No caso de quitação da pendência, o proponente é reabilitado e, se houver reincidência da inadimplência no período de 3 (três) anos, é excluído por igual prazo, como proponente beneficiário do FMC, bem como de outros mecanismos municipais de financiamento à cultura.
Parágrafo único. A utilização indevida dos recursos financeiros obtidos por meio do FMC sujeita o proponente, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, à devolução ao município da totalidade dos recursos aprovados no edital.

CAPÍTULO XIII
DA PRESTAÇÃO DE CONTAS E RECURSOS

Art. 36º Havendo interposição de recursos pelos proponentes em relação ao resultado dos editais do FMC, estes serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal de Políticas Culturais de Santa Lúcia.

Art. 37º A prestação de contas será obrigatória respeitando as normas da legislação vigente.

Art. 38º O relatório final do projeto e a prestação de contas dos recursos obtidos por meio do FMC deverão ser entregues pelo proponente na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do encerramento da execução do projeto, conforme cronograma de atividades.
§ 1o A Secretaria Municipal de Finanças emitirá parecer da prestação de contas dos recursos obtidos por meio do FMC, encaminhando-o para a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
§ 2o A prestação de contas e o relatório final deverão ser apresentados conforme modelo disponibilizado no anexo do edital.
§ 3o A prestação de contas e o relatório final do projeto serão analisados no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da entrega dos referidos documentos.

Art. 39º O responsável pelo projeto, cuja prestação de contas for rejeitada pela Secretaria Municipal de Finanças, pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura e pelo Conselho Municipal de Políticas Culturais terá acesso à documentação que sustentou a decisão, bem como pode interpor recurso junto à administração pública municipal, conforme previsão de edital, para reavaliação do laudo final, acompanhado, se for o caso, de elementos não apresentados inicialmente.

CAPÍTULO XIV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 40º A Secretaria Municipal de Educação e Cultura publicará, no Diário Oficial do Município de Santa Lúcia, no site oficial da Prefeitura Municipal de Santa Lúcia e redes sociais, editais convocando os interessados em apresentar projetos culturais para fins de obtenção de recursos provenientes do FMC, discriminando o período e as normas para as inscrições.

Art. 41º O processo de seleção dos projetos culturais apoiados pelo FMC seguirá os termos da legislação vigente.

Art. 42º Este Decreto entra em vigor a partir da sua publicação.

Santa Lúcia - Pr, 26 de agosto de 2026

SILVANO TORTELLI
Prefeito

Publicado por:
Sandra Mara Dalek
Código Identificador:42889111

EXECUTIVO MUNICIPAL
DECRETO Nº 165/2026 DATA 26/08/2026

Exonera servidor ocupante Cargo de Provimento em Comissão e da outras providências.

SILVANO TORTELLI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA - PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;
Considerando a Lei Municipal nº 410/2011, resolve e;
D E C R E T A

Art. 1º Exonera o Sr. **EDUARDO VINICIUS FORCELLINI BURATTI**, portador da Cédula de Identidade nº 13.***.**5 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº 097.***.***-25, a ocupante do Cargo de **DIRETOR DE DEPARTAMENTO, lotado na Secretaria Municipal de Esportes**.
Art. 2º. Este decreto entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, em 26 de agosto de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Mara Dalek
Código Identificador:220AED0C

EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 139/2026 DATA: 26/08/2026

O Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 1128/2023,

R E S O L V E
Art. 1º - Autorizar o lançamento de **uma diária** para os servidores **EVERALDO DECEZARO** (Motorista) e **ROSALIA SOUZA MEIRA VIEIRA** (Técnica de Enfermagem), para levarem paciente para internamento na cidade de Ponta Grossa - PR, no dia 24 de agosto de 2026. Saída no dia 24 de agosto de 2026 e retorno no dia 25 de agosto de 2026.

TRANSPORTE: AMB
PLACA: UBO 2J09

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data, com efeito retroativo a 24 de agosto de 2026, revogando-se as disposições em contrário.

Santa Lúcia, Estado do Paraná, em 26 de agosto de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Mara Dalek
Código Identificador:B09592CB

SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL
EDITAL 01-2026

EDITAL DE PROCESSO ELEITORAL PARA ESCOLHA DAS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – CMDM DE SANTA LÚCIA/PR
Edital nº. 001/2026

Dispõe sobre a abertura de inscrições para o processo eleitoral destinado à escolha das representantes da sociedade civil que integrarão o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM do Município de Santa Lúcia/PR, e dá outras providências.

A Comissão Eleitoral, designada conforme Decreto Municipal n°. 125/2026, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 1.237/2025 e com observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e transparência...

TORNA PÚBLICO

O presente Edital, que estabelece normas e procedimentos para a realização do processo eleitoral destinado à escolha das representantes da Sociedade Civil que comporão o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM do Município de Santa Lúcia/PR.

CAPÍTULO I
DA ORGANIZAÇÃO E DO OBJETO
Art. 1º O presente Edital estabelece as normas para o processo eleitoral destinado à escolha das representantes da Sociedade Civil que integrarão o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM do Município de Santa Lúcia/PR, em conformidade com a Lei Municipal nº 1.237/2025.

§1º O processo eleitoral destina-se ao preenchimento de 03 (três) vagas para representantes titulares da Sociedade Civil e seus respectivos suplentes, observada a composição prevista na Lei Municipal nº 1.237/2025.
§2º O mandato das representantes eleitas será de 02 (dois) anos, permitida uma recondução, na forma da legislação municipal.

Art. 2º Nos termos do art. 6º da Lei Municipal nº 1.237/2025, poderão participar do processo eleitoral, como representantes da Sociedade Civil, organizações sediadas ou com atuação no Município de Santa Lúcia pertencentes aos seguintes segmentos:

I – Associações e/ou Cooperativas com política institucional voltada à promoção e defesa dos direitos da mulher;
II – Instituições de Ensino Médio ou Superior privadas sediadas no Município;
III – Associações de Clubes de Serviço instaladas no Município.

§1º A inexistência de organizações habilitadas em determinado segmento não impedirá a realização do processo eleitoral para os demais segmentos, permanecendo a respectiva vaga vacante até que seja possível seu preenchimento, sem prejuízo do funcionamento do Conselho, observado o disposto na Lei Municipal nº 1.237/2025.

§2º Cada organização habilitada poderá indicar uma representante para participar da Assembleia Eleitoral, com direito a voz e voto.

§3º A organização candidata deverá indicar, no ato da inscrição, uma representante titular e uma suplente para composição do Conselho, caso seja eleita.

§4º A participação das organizações da sociedade civil no processo eleitoral fica condicionada ao cumprimento dos requisitos de inscrição e habilitação previstos neste Edital.

CAPÍTULO II
DA COMISSÃO ELEITORAL
Art. 3º A Comissão Eleitoral responsável pela organização, coordenação e execução do processo eleitoral destinado à escolha das representantes da sociedade civil para composição do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM foi instituída por meio do Decreto Municipal nº 125/2026, competindo-lhe conduzir o processo eleitoral na forma deste Edital.

Art. 4º Compete à Comissão Eleitoral praticar os atos necessários à execução do processo eleitoral, observado o disposto no Decreto Municipal nº 125/2026 e neste Edital, especialmente:

I – receber e analisar os pedidos de inscrição;
II – divulgar a relação preliminar e definitiva das organizações habilitadas;
III – analisar e julgar os recursos interpostos;
IV – organizar e conduzir a Assembleia Eleitoral;
V – realizar a apuração dos votos, quando houver votação;
VI – lavrar as atas do processo eleitoral;
VII – encaminhar o resultado final ao Chefe do Poder Executivo para a nomeação das representantes da sociedade civil.

CAPÍTULO III
DAS ORGANIZAÇÕES PARTICIPANTES

Art. 5º Poderão participar do processo eleitoral, na condição de candidatas e votantes, as organizações da sociedade civil pertencentes aos segmentos previstos na Lei Municipal nº 1.237/2025 que:
I – possuam sede ou atuação comprovada no Município de Santa Lúcia;
II – indiquem formalmente representante para participar da Assembleia Eleitoral;
III – atendam aos requisitos de inscrição e habilitação previstos neste Edital.

Parágrafo único. A atuação da organização poderá ser comprovada por meio de documentos institucionais, atas, declarações, registros fotográficos, certificados, relatórios de atividades ou outros documentos idôneos que demonstrem sua atuação no Município.
Art. 6º A inexistência de organização habilitada em qualquer dos segmentos previstos na Lei Municipal nº 1.237/2025 não impedirá a realização da Assembleia Eleitoral para os demais segmentos, permanecendo a respectiva vaga vacante até seu regular preenchimento, observado o disposto na legislação municipal
Art. 7º Cada organização habilitada poderá:
I – indicar uma representante para exercer o direito de voz e voto na Assembleia Eleitoral;
II – indicar uma representante titular e uma suplente para composição do CMDM, caso seja eleita.

CAPÍTULO IV
DAS VEDAÇÕES
Art. 8º É vedada a participação no processo eleitoral, na condição de representante da sociedade civil:
I – de órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Direta e Indireta, por constituírem o segmento governamental do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM;
II – de pessoa indicada para representar o Poder Público na composição do CMDM;
III – de organizações que não atendam aos requisitos previstos na Lei Municipal nº 1.237/2025 e neste Edital.
Parágrafo único. Aplicam-se ao presente processo eleitoral as hipóteses de impedimento e demais vedações previstas no Decreto Municipal nº 125/2026, observadas as disposições da Lei Municipal nº 1.237/2025.

CAPÍTULO V
DAS INSCRIÇÕES E DA HABILITAÇÃO
Art. 9º As inscrições das organizações da sociedade civil interessadas em participar do processo eleitoral serão realizadas presencialmente na Secretaria Municipal de Assistência Social, durante o período previsto no cronograma deste Edital.
Art. 10. Para fins de habilitação, as organizações deverão apresentar:
I – requerimento de inscrição, conforme Anexo II deste Edital;
II– documento que comprove a existência da organização, quando aplicável, ou declaração de existência e atuação para grupos, coletivos ou movimentos não formalizados;
III – documento que comprove o atendimento aos requisitos do segmento ao qual pertence, conforme previsto na Lei Municipal nº 1.237/2025;
IV – documento oficial de identificação da representante credenciada para participar da Assembleia Eleitoral;
V – indicação da representante titular e da representante suplente para composição do CMDM, caso a organização seja eleita;
VI – documentos que demonstrem atuação compatível com o segmento representado.
§1º Serão aceitos como comprovantes de atuação declarações emitidas por órgãos públicos, atas, certificados, registros fotográficos, relatórios de atividades, publicações institucionais ou outros documentos idôneos.
§2º A Comissão Eleitoral poderá conceder prazo para complementação de documentos, quando verificar a existência de pendências sanáveis, observado o princípio da isonomia entre as participantes.
§3º A Comissão Eleitoral poderá realizar diligências para esclarecer informações ou confirmar documentos apresentados pelas organizações, desde que observados os princípios da legalidade, impessoalidade, isonomia e transparência.
Art. 11. Encerrado o prazo de inscrições, a Comissão Eleitoral analisará a documentação apresentada e divulgará a relação preliminar das organizações habilitadas e inabilitadas.
Art. 12. As organizações inabilitadas poderão interpor recurso no prazo previsto no cronograma deste Edital.
Art. 13. Após a análise dos recursos, a Comissão Eleitoral publicará a relação definitiva das organizações habilitadas a participar da Assembleia Eleitoral.

CAPÍTULO VI
DO PROCESSO ELEITORAL
Art. 14. O processo eleitoral será realizado em Assembleia Eleitoral, especialmente convocada para esse fim, observando-se a data, horário e local previstos no cronograma deste Edital.
Art. 15. A Assembleia Eleitoral será conduzida pela Comissão Eleitoral, obedecendo, preferencialmente, à seguinte ordem:
I – credenciamento das representantes das organizações habilitadas;
II – abertura da Assembleia;
III – leitura das normas do processo eleitoral;
IV – apresentação das organizações habilitadas, quando necessário;
V – processo de escolha das representantes da sociedade civil;
VI – proclamação do resultado;
VII – lavratura da ata da Assembleia.
Art. 16. Encerrada a fase de habilitação, a escolha das representantes da sociedade civil será realizada em Assembleia Eleitoral, observadas as seguintes hipóteses:
I – quando o número de organizações habilitadas for igual ao número de vagas do respectivo segmento, a escolha poderá ocorrer por aclamação, com registro em ata;
II – quando o número de organizações habilitadas for superior ao número de vagas, a escolha será realizada por votação;
III – quando não houver organização habilitada para determinado segmento, ou quando o número de organizações habilitadas for inferior ao número de vagas previstas, a vaga remanescente permanecerá vacante, observado o disposto na Lei Municipal nº 1.237/2025.
Art. 17. Cada organização habilitada terá direito a um único voto, exercido por sua representante previamente credenciada, quando houver necessidade de votação.
§1º A representante deverá apresentar documento oficial de identificação com foto no momento do credenciamento.
§2º Não será admitido voto por procuração ou por qualquer outro meio diverso do previsto neste Edital.
Art. 18. Quando necessária, a votação será realizada de forma presencial, conforme os procedimentos definidos pela Comissão Eleitoral no início da Assembleia, assegurados a igualdade entre as participantes, a transparência e a regularidade do processo.
Art. 19. Encerrada a votação, quando houver, a Comissão Eleitoral procederá imediatamente à apuração pública dos votos.
§1º A apuração poderá ser acompanhada pelas representantes credenciadas das organizações participantes.
§2º Ao final da apuração será lavrada ata contendo, no mínimo:
I – o número de organizações habilitadas;
II – o número de organizações participantes da Assembleia;
III – o resultado da escolha em cada segmento;
IV – os votos válidos, nulos e, quando houver, em branco;
V – as ocorrências registradas durante a Assembleia.
Art. 20. Serão consideradas eleitas as organizações escolhidas na Assembleia Eleitoral, sendo representantes titular e suplente aquelas previamente indicadas no ato da inscrição.
Art. 21. Em caso de empate na votação, serão adotados, sucessivamente, os seguintes critérios:
I – maior tempo de constituição da organização, quando aplicável;
II – maior tempo de atuação no Município de Santa Lúcia;
III – persistindo o empate, sorteio público realizado pela Comissão Eleitoral, com registro em ata.

CAPÍTULO VII
DOS RECURSOS

Art. 22. Caberá recurso administrativo contra:
I – o indeferimento da inscrição;
II – a inabilitação de organização participante;
III – o resultado preliminar do processo eleitoral.

Art. 23. Os recursos deverão ser protocolados junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, no prazo estabelecido no cronograma deste Edital, devidamente fundamentados e acompanhados dos documentos que a recorrente entender pertinentes.
Art. 24. A Comissão Eleitoral analisará os recursos apresentados e divulgará a decisão, juntamente com a relação definitiva das organizações habilitadas ou com o resultado final do processo eleitoral, conforme o caso.
Art. 25. As decisões da Comissão Eleitoral sobre os recursos terão caráter definitivo no âmbito do processo eleitoral.

CAPÍTULO VIII
DO RESULTADO FINAL E DA POSSE

Art. 26. Encerrado o prazo para interposição e julgamento dos recursos, a Comissão Eleitoral homologará o resultado final do processo eleitoral e o encaminhará ao Chefe do Poder Executivo para a nomeação das representantes da sociedade civil.
Art. 27. O resultado final será publicado nos meios oficiais de divulgação do Município, contendo a relação das organizações eleitas, bem como das respectivas representantes titulares e suplentes.
Art. 28. As representantes da sociedade civil eleitas serão designadas por ato do Chefe do Poder Executivo, para mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução, nos termos da Lei Municipal nº 1.237/2025.
Art. 29. Na inexistência de organização habilitada em qualquer dos segmentos previstos na Lei Municipal nº 1.237/2025, ou quando o número de organizações habilitadas for insuficiente para o preenchimento das vagas correspondentes, a respectiva vaga permanecerá vacante até que seja regularmente preenchida, observada a legislação municipal.
Art. 30. A posse das representantes da sociedade civil ocorrerá em data a ser definida pelo Poder Executivo, preferencialmente na primeira reunião do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM.

CAPÍTULO IX
DO CRONOGRAMA
Art. 31. O processo eleitoral observará o cronograma constante do Anexo I deste Edital.

Parágrafo único. As datas previstas no cronograma poderão ser alteradas pela Comissão Eleitoral, mediante justificativa e ampla divulgação nos meios oficiais do Município, preservada a regularidade do processo eleitoral**.**

CAPÍTULO X
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 32. Os casos omissos e as situações não previstas neste Edital serão resolvidos pela Comissão Eleitoral, observadas as disposições da Lei Municipal nº 1.237/2025, do Decreto Municipal nº 125/2026 e os princípios da Administração Pública.
Art. 33. Todas as publicações referentes ao presente processo eleitoral serão realizadas nos meios oficiais de divulgação do Município, sem prejuízo de outros meios que ampliem a publicidade dos atos.
Art. 34. A participação das organizações da sociedade civil no processo eleitoral implica a aceitação das normas estabelecidas neste Edital.
Art. 35. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

RAQUEL DE OLIVEIRA DA SILVA
Presidente da Comissão Eleitoral do CMDM

ANEXOS
ANEXO I – Cronograma do Processo Eleitoral

Atividade	**Data/Período**
Publicação do Edital	27 de agosto de 2026
Período de inscrições	08 a 15 de Setembro de 2026
Análise da documentação pela Comissão Eleitoral	16 a 18 de Setembro de 2026
Publicação da relação preliminar das organizações habilitadas e inabilitadas	21 de Setembro de 2026
Prazo para interposição de recursos	22 a 23 de Setembro de 2026
Julgamento dos recursos	24 e 25 de Setembro de 2026
Publicação da relação definitiva das organizações habilitadas	38 de Setembro de 2026
Assembleia de Apresentação das Entidades Candidatas	30 de Setembro de 2026
Assembleia Eleitoral (processo de escolha das representantes da sociedade civil)	02 de Outubro de 2026
Publicação do resultado final da eleição	05 de Setembro de 2026
Publicação do Decreto de nomeação	07 de Setembro de 2026
Posse das Conselheiras representantes da sociedade civil	09 de Setembro de 2026

ANEXO II- FICHA DE INSCRIÇÃO E CREDENCIAMENTO

EDITAL Nº 01/2026

1. IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO

Nome da organização:
CNPJ (quando houver):
Endereço:
Telefone:
E-mail:

2. SEGMENTO (LEI MUNICIPAL Nº 1.237/2025):
Marque apenas uma opção:
( ) Associação e/ou Cooperativa com política institucional voltada à promoção e defesa dos direitos da mulher.
( ) Instituição de Ensino Médio ou Superior Privada.
( ) Associação de Clube de Serviço.

3. REPRESENTANTE CREDENCIADA PARA A ASSEMBLEIA ELEITORAL

Nome:
CPF:
Telefone:
E-mail:

4. INDICAÇÃO PARA COMPOSIÇÃO DO CMDM
Titular

Nome:
CPF:
Telefone:
E-mail:

Suplente

Nome:
CPF:
Telefone:
E-mail:

Declaração de Aceite das Indicadas
A organização declara que as representantes acima indicadas têm ciência de sua indicação e aceitam exercer, respectivamente, as funções de Conselheira Titular e Conselheira Suplente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM, caso a organização seja eleita, nos termos da Lei Municipal nº 1.237/2025.

5. DOCUMENTOS APRESENTADOS
5.1 Organizações formalizadas
( ) Requerimento de Inscrição e Credenciamento devidamente preenchido e assinado.
( ) Estatuto ou documento equivalente que comprove a existência da organização.
( ) Ata de posse da atual diretoria ou documento equivalente.
( ) Comprovante de endereço atualizado.
( ) Comprovante de inscrição no CNPJ, quando houver.
( ) Documento oficial de identificação da representante credenciada para votação.
( ) Documento oficial de identificação das representantes titular e suplente indicadas.
( ) Relatório de atividades ou documentos comprobatórios da atuação no município.
( ) Documentos que comprovem atuação relacionada à promoção e defesa dos direitos das mulheres.
5.2 Grupos, coletivos ou movimentos não formalizados:
( ) Requerimento de Inscrição e Credenciamento devidamente preenchido e assinado.

( ) Declaração de existência e atuação do grupo/coletivo.
( ) Comprovante de endereço ou referência de atuação.
( ) Documento de identificação dos responsáveis pela declaração.
( ) Documento oficial de identificação da representante credenciada para votação.
( ) Documento oficial de identificação das representantes titular e suplente indicadas.
( ) Relatório descritivo das atividades desenvolvidas.
( ) Documentos comprobatórios de atuação.

6. DECLARAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO
A organização declara, para os devidos fins, que:
I – atende aos requisitos previstos no Edital nº 01/2026 e na Lei Municipal nº 1.237/2025 para participar do processo eleitoral;
II – as informações prestadas neste requerimento são verdadeiras;
III – os documentos apresentados são autênticos e correspondem à realidade da organização;
IV – está ciente e concorda com as normas estabelecidas no Edital nº ___/2026.
Santa Lúcia/PR, ____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura da representante da Organização

ANEXO III- DECLARAÇÃO DE ATUAÇÃO

EDITAL Nº 01/2026

A Organização/Grupo/Coletivo_____, representado(a) por _____, inscrito(a) no CPF nº _____, na condição de representante da organização/grupo/coletivo. Declara, para os devidos fins, que desenvolve atividades no Município de Santa Lúcia/PR relacionadas à promoção, garantia e defesa dos direitos das mulheres, fortalecimento da cidadania, participação social e enfrentamento das desigualdades de gênero.

( ) Organização formalizada com CNPJ nº _____.
( ) Grupo, coletivo ou movimento social não formalizado.

Endereço ou local de referência para atuação:
Telefone/contato:

Principais atividades desenvolvidas no Município:
_____
Declara, ainda, que as informações prestadas são verdadeiras e correspondem às ações desenvolvidas pela organização, grupo ou coletivo, estando ciente da responsabilidade pelas informações apresentadas para fins de participação no processo eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM, conforme estabelecido no Edital nº 01/2026 e na Lei Municipal nº 1.237/2025.

Santa Lúcia/PR, ____ de _____ de 2026.

Nome do representante :
CPF:

_____
Assinatura

Para grupos, coletivos ou movimentos não formalizados:

Assinatura:	**CPF:**
Assinatura:	**CPF:**
Assinatura:	**CPF:**

Esse dispositivo não altera a composição prevista na lei. Apenas disciplina uma situação prática: se não há entidade privada de ensino no município, não há como preencher essa vaga.

como a Lei nº 1.237/2025 prevê **uma vaga para cada segmento específico**, eu **não permitiria que uma vaga "sobrando" fosse ocupada por outro segmento**. Se não houver entidade privada de ensino, por exemplo, essa vaga deve permanecer vacante até que possa ser regularmente preenchida. Isso preserva integralmente a composição definida pela lei.

busca resolver situação da inexistência de instituições privadas de ensino, sem alterar a composição prevista na lei.

Publicado por:
Silvana Marisa Korth Scalco
Código Identificador:DA7E2753

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE

LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 28/2026

DESPACHO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA

Nos termos do Parecer da Assessoria Jurídica, declaro a ***DISPENSA DE LICITAÇÃO***, referente a **"AQUISIÇÃO EMERGENCIAL DE TELHAS DE FIBROCIMENTO E DEMAIS MATERIAIS NECESSÁRIOS À RECUPERAÇÃO DE RESIDÊNCIAS ATINGIDAS PELA CHUVA DE GRANIZO EM 14 DE AGOSTO DE 2026, NO MUNICIPIO DE SANTA MARIA DO OESTE/PR."**
Assim, com base no Art. 75, Inciso VIII da Lei n.º 14.133/2021, RATIFICO A DISPENSA.

Publique-se.

Santa Maria do Oeste – Pr, 26 de Agosto de 2026.

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO N.º 88/2026
REFERENTE: DISPENSA N.º 028/2026

OBJETO: "AQUISIÇÃO EMERGENCIAL DE TELHAS DE FIBROCIMENTO E DEMAIS MATERIAIS NECESSÁRIOS À RECUPERAÇÃO DE RESIDÊNCIAS ATINGIDAS PELA CHUVA DE GRANIZO EM 14 DE AGOSTO DE 2026, NO MUNICIPIO DE SANTA MARIA DO OESTE/PR."
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste – Pr.
CONTRATADO: CAMILO MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ 44.561.648/0001-02, com Sede na Rua Generoso Karpinski, nº771, centro,Municipio de Santa Maria do Oeste/PR, CEP 85.230-000.

VALOR TOTAL: R$ 179.175,00 (Cento e setenta e nove mil cento e setenta e cinco reais)
JUSTIFICATIVA:. De acordo com o art.75, Inciso VIII da Lei n.º 14.133/2021 e alterações posteriores.

Santa Maria do Oeste - PR, 26 de Agosto de 2026.

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane
Código Identificador:249F34D6

LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº29/2026

DESPACHO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA

Nos termos do Parecer da Assessoria Jurídica, declaro a ***DISPENSA DE LICITAÇÃO***, referente a **"AQUISIÇÃO EMERGENCIAL DE ÓLEO S10, DESTINADO AO ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA FROTA DO MUNICIPIO DE SANTA MARIA DO OESTE/PR."**
Assim, com base no Art. 75, Inciso VIII da Lei n.º 14.133/2021, RATIFICO A DISPENSA.

Publique-se.

Santa Maria do Oeste – Pr, 26 de Agosto de 2026.

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO N.º 89/2026
REFERENTE: DISPENSA N.º 029/2026

OBJETO: "AQUISIÇÃO EMERGENCIAL DE ÓLEO S10, DESTINADO AO ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA FROTA DO MUNICIPIO DE SANTA MARIA DO OESTE/PR."
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste – Pr.
CONTRATADO: HF COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA, inscrita no CNPJ 39.476.146/0001-43, com Sede na Rua José de França Pereira, nº106, Centro, Municipio de Santa Maria do Oeste/PR, CEP 85.230-000.
VALOR TOTAL: R$ 497.800.69 (Quatrocentos e noventa e sete mil e oitocentos reais e sessenta e nove centavos)
JUSTIFICATIVA:. De acordo com o art.75, Inciso VIII da Lei n.º 14.133/2021 e alterações posteriores.

Santa Maria do Oeste - PR, 26 de Agosto de 2026.

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane
Código Identificador:EBC76A23

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 075/2026

PRORROGA O PRAZO DE INSCRIÇÕES E ALTERA O CRONOGRAMA DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026 – PNAB, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO a situação de emergência declarada no Município em razão dos danos ocasionados pelo evento meteorológico de granizo, conforme Decreto Municipal nº 072/2026;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar aos agentes culturais condições adequadas para participação no Edital de Chamamento Público nº 01/2026;
DECRETA:
Art. 1º Fica prorrogado por 02 (dois) dias o prazo para inscrições do Edital de Chamamento Público nº 01/2026 – PNAB, passando o encerramento de 25 de agosto de 2026 para 27 de agosto de 2026, às 16h00min.
Art. 2º Em razão da prorrogação, o cronograma do Edital nº 01/2026 passa a vigorar conforme segue:

ETAPA	ATIVIDADE	PERÍODO/DATA
01	Publicação do Edital / Prazo de Inscrição	- 12 a 27/08/2026
02	Período de Avaliação	- 28/08 a 0/09/2026
03	Publicação do Resultado de Mérito	- 04/09/2026
04	Recurso de Mérito	- 09 e 11/09/2026
05	Publicação do Resultado Final de Mérito	- 11/09/2026
06	Entrega da Documentação de Habilitação	- 14 a 16/09/2026
07	Publicação do Resultado Preliminar de Habilitação	- 18/09/2026
08	Recurso de Habilitação	- 21 a 23/09/2026
09	Publicação do Resultado Final	- 25/09/2026
10	Assinatura do Termo	- 28 a 30/09/2026
11	Início dos Pagamentos	A partir de 01/10/2026

Art. 3º Ficam mantidas as demais disposições do Edital de Chamamento Público nº 01/2026 que não forem incompatíveis com este Decreto.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Maria do Oeste – Paraná, 25 de agosto de 2026.

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Agnes de Oliveira
Código Identificador:A18831CC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 76/2026

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO AVALIADORA RESPONSÁVEL PELA ANÁLISE E SELEÇÃO DAS PROPOSTAS CULTURAIS APRESENTADAS NO ÂMBITO DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB, REVOGA O DECRETO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDOa Lei Federal nº 14.399, de 8 de julho de 2022, que institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB;

CONSIDERANDOa necessidade de constituir Comissão Avaliadora para proceder à análise técnica, avaliação, classificação e seleção das propostas culturais apresentadas no âmbito da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB no Município de Santa Maria do Oeste;

DECRETA:
Art. 1º Fica instituída a Comissão Avaliadora responsável pela análise técnica, avaliação, classificação e emissão de pareceres das propostas culturais apresentadas no âmbito da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB, no Município de Santa Maria do Oeste.

Art. 2ºA Comissão Avaliadora será composta pelos seguintes pareceristas:
I – Parecerista 01: Julie Caroline Corrêa, CPF nº 077.***.***-25
II – Parecerista 02: Gisleine Aparecida Stimer da Silva, CPF nº 036.***.***-00
III – Parecerista 03:Lucilene Costa, CPF nº 655.***.***-15

Art. 3º Compete à Comissão Avaliadora:
I – analisar as propostas culturais inscritas, observando os critérios estabelecidos no respectivo edital;
II – emitir parecer técnico sobre cada proposta;
III – atribuir pontuação e classificação às propostas, conforme os critérios de avaliação previstos no edital.

Art. 4º Os membros da Comissão Avaliadora deverão atuar com imparcialidade, observando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como as normas previstas na legislação vigente e no edital.

Art. 5ºA participação na Comissão Avaliadora encerra-se com a conclusão dos trabalhos de avaliação das propostas e a entrega do resultado final à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 6º Fica**REVOGADO o Decreto Municipal nº 057/2026, anteriormente publicado**, passando o presente Decreto a disciplinar a composição e as atribuições da Comissão Avaliadora responsável pela análise e seleção das propostas culturais no âmbito da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Maria do Oeste, Estado do Paraná, em 26 de agosto de 2026.

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Agnes de Oliveira
Código Identificador:C1728485

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 3535/2026

LEI Nº 3535/2026

Institui medidas para o incremento e a racionalização da cobrança da dívida ativa do Município de Santo Antônio do Sudoeste, disciplina o protesto extrajudicial das certidões de dívida ativa, autoriza a não propositura, a desistência e a extinção de execuções fiscais de baixo valor, dispõe sobre o reconhecimento da prescrição e sobre o exercício transitório das funções fiscais até o provimento do cargo de Auditor Fiscal da Receita Municipal, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Santo Antônio do Sudoeste, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei institui medidas para o incremento e a racionalização da cobrança da dívida ativa do Município de Santo Antônio do Sudoeste, disciplinando o protesto extrajudicial das certidões de dívida ativa, a fixação de patamares para o ajuizamento de execuções fiscais, a não propositura, a desistência e a extinção de execuções fiscais de baixo valor e o reconhecimento da prescrição, ressalvados os créditos com exigibilidade suspensa, observados o Código Tributário Municipal, o Tema 1.184 da repercussão geral do Supremo Tribunal Federal e a Resolução nº 547/2024 do Conselho Nacional de Justiça.
Parágrafo único. As certidões de dívida ativa emitidas a partir do exercício de 2026 somente serão protestadas ou executadas após a confirmação, pelo Departamento de Tributação da Secretaria Municipal de Contabilidade e Finanças, da higidez dos dados cadastrais do contribuinte e do crédito.

CAPÍTULO II
DOS LIMITES DE PROTESTO E DE AJUIZAMENTO

Art. 2º Não serão objeto de protesto extrajudicial nem de execução fiscal os créditos, tributários e não tributários, inscritos em dívida ativa cujo valor consolidado, na data do encaminhamento, seja igual ou inferior a:
I – 48 (quarenta e oito) Unidades Fiscais do Município – UFM, para fins de protesto;
II – 96 (noventa e seis) Unidades Fiscais do Município – UFM, para fins de ajuizamento de execução fiscal.
§ 1º Entende-se por valor consolidado o somatório das dívidas ativas pendentes, da mesma natureza, atualizadas na forma da legislação municipal, por inscrição no Cadastro de Contribuintes do ISSQN e, nos demais casos, por CPF ou CNPJ do devedor.
§ 2º O Município promoverá a cobrança administrativa dos créditos não sujeitos a protesto ou a execução fiscal, obstando o fornecimento de certidão negativa de débitos.
§ 3º Tratando-se de certidão relativa ao ISSQN, o protesto somente ocorrerá se ativa a inscrição do devedor no Cadastro de Contribuintes do imposto.
§ 4º Ato do Procurador do Município poderá determinar o ajuizamento ou o protesto de créditos de valor inferior aos limites deste artigo, em especial nos casos tipificados como crime contra a ordem tributária, nos de substituição e de retenção tributárias e naqueles em que houver interesse público na cobrança.
§ 5º Os limites previstos neste artigo poderão ser atualizados por ato do Poder Executivo, observados a eficiência administrativa e o custo de administração e cobrança.
§ 6º Previamente ao protesto e ao ajuizamento, o Departamento de Tributação notificará o contribuinte, por meio eletrônico ou por via postal com aviso de recebimento, concedendo-lhe o prazo de 30 (trinta) dias para regularização; não localizado o devedor, a notificação far-se-á por edital no Diário Oficial eletrônico do Município.

CAPÍTULO III
DO PROTESTO EXTRAJUDICIAL

Art. 3º Fica autorizado o protesto extrajudicial das certidões de dívida ativa do Município, de suas autarquias e fundações, na forma do art. 167, § 2º, da Lei Complementar nº 3.262/2024 (Código Tributário Municipal) e do art. 1º, parágrafo único, da Lei federal nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, observados os limites do art. 2º desta Lei.
§ 1º O protesto será promovido depois de esgotada a notificação administrativa e sem ônus para o Município, cabendo ao devedor as custas e os emolumentos cartorários.
§ 2º O protesto extrajudicial interrompe a prescrição, nos termos do art. 174, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, com a redação dada pela Lei Complementar nº 208, de 2024.
§ 3º Os efeitos do protesto alcançam os responsáveis tributários, na forma do art. 135 do Código Tributário Nacional, desde que seus nomes constem da certidão de dívida ativa.
§ 4º O procedimento operacional do protesto, a remessa das certidões e o seu cancelamento e baixa serão disciplinados em decreto.

CAPÍTULO IV
DA NÃO PROPOSITURA, DA DESISTÊNCIA E DA PRESCRIÇÃO

Art. 4º Fica a Procuradoria Jurídica autorizada a não propor execução fiscal e a encaminhar a protesto os créditos de valor consolidado igual ou inferior ao limite do inciso II do art. 2º, na forma do art. 168, § 11, da Lei Complementar nº 3.262/2024 e do Tema 1.184 do Supremo Tribunal Federal.

Art. 5º Fica a Procuradoria Jurídica autorizada a desistir das execuções fiscais ajuizadas de valor consolidado igual ou inferior a 96 (noventa e seis) UFM, desde que inexistente causa de suspensão da exigibilidade do crédito ou constrição judicial sobre bens do executado, observados o Tema 1.184 do Supremo Tribunal Federal e a Resolução nº 547/2024 do Conselho Nacional de Justiça.
Parágrafo único. As certidões relativas às execuções de que trata o caput poderão ser encaminhadas a protesto extrajudicial, após análise de sua viabilidade.

Art. 6º Fica a Procuradoria Jurídica autorizada, ainda, a desistir das execuções fiscais:
I – sobrestadas com base no art. 40 da Lei federal nº 6.830, de 1980, há mais de 5 (cinco) anos;
II – ajuizadas contra devedor não identificado no Cadastro de Pessoas Físicas ou Jurídicas, não fornecidos os dados de identificação no prazo assinalado pelo Procurador;
III – ajuizadas contra devedor falecido, sem substituição processual pelo espólio ou pelos herdeiros.

Art. 7º Fica a Procuradoria Jurídica autorizada a reconhecer, de ofício, mediante despacho fundamentado, a prescrição dos créditos tributários e não tributários, inscritos ou não, ajuizados ou não, verificada a inexistência de causa de suspensão ou de interrupção, com a consequente extinção do crédito, nos termos do art. 156, inciso V, do Código Tributário Nacional, e a respectiva baixa na dívida ativa.
Parágrafo único. O reconhecimento da prescrição dar-se-á de forma individualizada, por crédito ou por inscrição, vedado o cancelamento genérico e indiscriminado.

CAPÍTULO V

DA BAIXA, DO CONTROLE E DA ADEQUAÇÃO FISCAL

Art. 8º Os créditos que não alcançarem os patamares do art. 2º e não forem quitados até o decurso do prazo prescricional serão baixados pelo órgão competente, mediante despacho fundamentado, inexistente causa interruptiva ou suspensiva da prescrição.

Art. 9º As medidas previstas nesta Lei não configuram renúncia de receita, por incidência do art. 14, § 3º, inciso I, da Lei Complementar federal nº 101, de 2000, e não conferem direito à restituição ou à compensação de importâncias pagas.
Parágrafo único. A Procuradoria Jurídica e o Departamento de Tributação manterão controles gerenciais das desistências, das baixas e das prescrições reconhecidas, com ciência da Unidade de Controle Interno.

CAPÍTULO VI
DO EXERCÍCIO TRANSITÓRIO DAS FUNÇÕES FISCAIS

Art. 10. Enquanto não provido, por concurso público, o cargo de Auditor Fiscal da Receita Municipal, as funções fiscais privativas de que trata o art. 7º da Lei nº 3.527, de 2026, serão exercidas, em caráter transitório, por servidor público efetivo designado por ato do Prefeito, integrante do Departamento de Tributação, com atribuições compatíveis e mediante capacitação, vedada a designação de ocupante exclusivamente de cargo em comissão ou função de confiança.
§ 1º A designação observará a estrutura administrativa da Lei nº 3.280, de 2025, podendo recair sobre o responsável pelo Departamento de Tributação, desde que ocupante de cargo de provimento efetivo.
§ 2º A designação vigorará até a posse do servidor aprovado em concurso público, que o Município promoverá no prazo estimado de até 12 (doze) meses.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11. O Poder Executivo regulamentará esta Lei, especialmente quanto ao procedimento de protesto, à remessa das certidões de dívida ativa e ao cancelamento e à baixa do protesto.

Art. 12. Aos casos omissos aplicam-se, subsidiariamente, o Código Tributário Municipal, o Código Tributário Nacional, a Lei federal nº 6.830, de 1980, o Código de Processo Civil e a legislação federal e estadual pertinente.

Art. 13. A Administração terá o prazo de 90 (noventa) dias, contado da publicação, para adequar-se às disposições desta Lei.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santo Antônio do Sudoeste, 26 de agosto de 2026.

RICARDO ANTONIO ORTINÃ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cintia Fernanda Lanzarin
Código Identificador:0BEADC8F

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO DE Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0132/2026 CONCORRÊNCIA Nº 010/2025

EXTRATO ADITIVO DE Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0132/2026
Concorrência Nº 010/2025

OBJETO: Contratação de empresa para execução de reforma da UBS IX POSTO DE SAUDE BLOCO B na Rua Rua Percy Schreiner, Centro, com área total construída de 485,57 m², localizada no Município de Santo Antônio do Sudoeste Paraná, conforme planilhas e cronograma..

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: ALEXANDRE EMANUEL SCHREINER EPP.
EXECUÇÃO ATUAL: 23/11/2026.
DATA DA ASSINATURA: 25/08/2026.

Pela Contratante
RICARDO ANTONIO ORTINA -
Prefeito Municipal

E Pela Contratada:
ALEXANDRE EMANUEL SCHREINER -
Representante Legal.

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:C32759CD

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO Nº 1 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 151/2026 DISPENSA Nº 28/2026

EXTRATO ADITIVO Nº 1 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 151/2026
Dispensa Nº 28/2026

OBJETO: Aquisição de solução integrada de impressão multifuncional a jato de tinta colorida, de padrão corporativo, ou equivalente técnico de desempenho igual ou superior, destinada ao uso em ambiente administrativo de alto volume.O equipamento deverá ser fornecido com sistema de abastecimento contínuo de tinta (Bulk Ink), devidamente instalado e configurado para operação contínua, garantindo alta autonomia de impressão, redução de custos operacionais e continuidade dos serviços administrativos..

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: BELINKI E SOUZA LTDA;
VALOR: R$ 5.980,00 (Cinco Mil, Novecentos e Oitenta Reais).
DATA DA ASSINATURA: 26/08/2026
PELA CONTRATANTE: RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal e pela contratada: PAULO RODRIGO DE SOUZA - Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:CC9B54F2

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO Nº 1 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 490/2025 DISPENSA Nº 90/2025

EXTRATO ADITIVO Nº 1 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 490/2025
Dispensa Nº 90/2025

OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços de publicações em jornal diário de grande circulação para divulgação de atos oficiais e processos licitatórios em atendimento às necessidades da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Sudoeste - PR.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: REDE DIARIO DE COMUNICAÇÃO LTDA;
VALOR: R$ 3.000,00 (Três Mil Reais).
DATA DA ASSINATURA: 24/08/2026
PELA CONTRATANTE: RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal
e pela contratada: WILLIAN DA SILVA - Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:621F4BE6

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO Nº 2 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 250/2025 PREGÃO Nº 18/2025

EXTRATO ADITIVO Nº 2 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 250/2025
Pregão Nº 18/2025

OBJETO: Aquisição de móveis, utensílios diversos e eletrodomésticos para atender a secretaria de educação e demais secretarias da administração municipal.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: RIO DAS PEDRAS COMERCIO DE ARTIGOS PLASTICOS EIRELI;
VALOR: R$ 3.634,00 (Três Mil, Seiscentos e Trinta e Quatro Reais).
DATA DA ASSINATURA: 26/08/2026
PELA CONTRATANTE: RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal
e pela contratada: PAOLA PUPO ZANELLO - Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:85F37E17

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO Nº 3 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 153/2024 DISPENSA Nº 50/2024

EXTRATO ADITIVO Nº 3 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 153/2024
Dispensa Nº 50/2024

OBJETO: Contratação de serviço de manutenção e reparos civis e elétricos para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: FRANCISCO PARENTI NETO MEI;
VALOR DO REEQUILÍBRIO: R$ 4.000,00 (Quatro Mil Reais).
DATA DA ASSINATURA: 25/08/2026
PELA CONTRATANTE: RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal
e pela contratada: FRANCISCO PARENTI NETO - Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:F1F8ADA7

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO Nº 7 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 287/2025 CONCORRÊNCIA Nº 5/2025

EXTRATO ADITIVO Nº 7 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 287/2025
Concorrência Nº 5/2025

OBJETO: Pavimentação Poliédrica de Estradas Rurais com Pedras Irregulares em trechos do interior de Santo Antonio do Sudoeste, conforme projeto, memorial descritivo e planilhas, convênio SEAB.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: ERI ANTUNES E CIA LTDA;
VALOR: R$ 19.679,3 (Dezenove Mil, Seiscentos e Setenta e Nove Reais e Trinta e Quatro Centavos).
DATA DA ASSINATURA: 25/08/2026
PELA CONTRATANTE: RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal
e pela contratada: ERI ANTUNES - Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:5FC67A45

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº 415/2025
IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES CONTRATANTES

EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº 415/2025
IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES CONTRATANTES

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE – PR
CNPJ/MF sob nº 75.927.582/0001-55
RICARDO ANTONIO ORTINA
C.P.F. nº 213.037.039-04
CONTRATADO: MULTI ACAO - PRODUTOS E EQUIPAMENTOS PARA LIMPEZA LTDA
CNPJ sob nº 73.244.337/0001-18
SALETE GASPARIM CORAZZA
CPF Nº 476.099.829-20

FUNDAMENTO - Art. 138, inciso II da Lei nº 14.133/21.
DO OBJETO DA RESCISÃO - Cláusula 1ª. A presente rescisão tem como objeto, o contrato administrativo celebrado entre as partes supra mencionadas, com o seguinte objeto: Aquisição de materiais de higiene e limpeza em atendimento as secretarias municipais de Santo Antonio do Sudoeste, Pregão Nº 33/2025.

Santo Antonio do Sudoeste – PR, 25/08/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA **-**
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:7260A908

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLV. DO TERRITÓRIO DO NORDESTE DO PARANÁ
CONSÓRCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO NORDESTE DO PARANÁ – CODENOP. HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026 PROCEDIMENTO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026 RESULTADO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

CONSÓRCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO NORDESTE DO PARANÁ – CODENOP.

HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026
PROCEDIMENTO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026
RESULTADO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
O Município de São Jerônimo da Serra – Estado do Paraná, torna público a homologação do procedimento de licitação em epígrafe, com objeto: **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PÓ DE PEDRA 3/8 AO FUNDO FAIXA II DER, COM EQUIVALÊNCIA DE AREIA (EA) MÍNIMA DE 65 (PARA RETIRADA NA PEDREIRA), BRITA GRADUADA (PARA RETIRADA NA PEDREIRA), LAJOTA DE CONCRETO SEXTAVADA 25×25×8 CM, BLOCO INTERTRAVADO DE CONCRETO (PAVER) 10×20×8 CM E BLOCO INTERTRAVADO DE CONCRETO (PAVER) 10×20×10 CM, DESTINADOS À EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO, MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE VIAS URBANAS E RURAIS, CALÇADAS, PASSEIOS PÚBLICOS, PRAÇAS, ESTACIONAMENTOS E DEMAIS OBRAS DE INFRAESTRUTURA, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO NORDESTE DO PARANÁ – CODENOP.**

Empresas Vencedoras:

01. FELIPE GURGEL CANDIDO DE MELO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na cidade de Jaboticabal – Alameda Silvio Borsari, nº 650, bairro Vale do Sol, cep: 14876-155, fone (16) 98129-3699 e-mail felipe.gurgel@gmail.com, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 44.142.368/0001-60, neste ato representada pelo Sr. Felipe Gurgel Candido de Mello, brasileiro, casado, portador do CPF Nº 369.400.848-67, RG nº 40.053.911-1, residente na Alameda Silvio Borsani, nº 650 – Vale do Sol – Cep: 14876-155 cidade de Jaboticabal - SP. Com o valor de R$ 6.101.400,00 (seis milhões, cento e um mil e quatrocentos reais).

02. ALMEIDA & ALMEIDA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na cidade de Tomazina – Rod. PR 422, Parque Industrial, cep: 84.935-000, fone (43) 988295260, e-mail artefatosdecimentos@outlook.com, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 15.189.149/0001-38, neste ato representada pelo Sr. Leodir de Oliveira, brasileiro, maior, portadora do CPF Nº 962.236.779-87, RG nº 6187383-0, residente na Rua Randolfo Jose Caproni, nº 113, centro, Cep: 84.935-000 cidade de Tomazina – PR. Com o valor de R$ 4.076.000,00 (quatro milhões e setenta e seis mil reais).

São Jerônimo da Serra, 25 de agostos de 2026

VENICIUS DJALMA ROSA
Presidente do Consórcio

Publicado por:
Aliciany Maria de Oliveira Correa
Código Identificador:D5748260

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLV. DO TERRITÓRIO DO NORDESTE DO PARANÁ
EXTRATO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇO PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 009/2026

EXTRATO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 009/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 024/2026

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PÓ DE PEDRA 3/8 AO FUNDO FAIXA II DER, COM EQUIVALÊNCIA DE AREIA (EA) MÍNIMA DE 65 (PARA RETIRADA NA PEDREIRA), BRITA GRADUADA (PARA RETIRADA NA PEDREIRA), LAJOTA DE CONCRETO SEXTAVADA 25×25×8 CM, BLOCO INTERTRAVADO DE CONCRETO (PAVER) 10×20×8 CM E BLOCO INTERTRAVADO DE CONCRETO (PAVER) 10×20×10 CM, DESTINADOS À EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO, MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE VIAS URBANAS E RURAIS, CALÇADAS, PASSEIOS PÚBLICOS, PRAÇAS, ESTACIONAMENTOS E DEMAIS OBRAS DE INFRAESTRUTURA, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO NORDESTE DO PARANÁ – CODENOP.**
CONTRATADA:
FELIPE GURGEL CANDIDO DE MELO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na cidade de Jaboticabal – Alameda Silvio Borsari, nº 650, bairro Vale do Sol, cep: 14876-155, fone (16) 98129-3699 e-mail felipe.gurgel@gmail.com, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 44.142.368/0001-60, neste ato representada pelo Sr. Felipe Gurgel Candido de Mello, brasileiro, casado, portador do CPF Nº 369.400.848-67, RG nº 40.053.911-1, residente na Alameda Silvio Borsani, nº 650 – Vale do Sol – Cep: 14876-155 cidade de Jaboticabal - SP. Com o valor de R$ 6.101.400,00 (seis milhões, cento e um mil e quatrocentos reais).
CONTRATANTE: **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO NORDESTE DO PARANÁ- CODENOP**, pessoa jurídica de Direito Público, CNPJ nº. 08.146.697/0001-15, com sede junto ao Centro Administrativo localizado na Praça Coronel Deolindo, s/n - ,Centro, São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná.
VIGÊNCIA: 365(trezentos e sessenta e cinco) dias.
São Jerônimo da Serra/PR, 25 de agosto de 2026.
Assinaturas: **VENICIUS DJALMA ROSA – Presidente do Consórcio**
Felipe Gurgel Candido de Mello – Representante da Empresa FELIPE GURGEL CANDIDO DE MELO LTDA

EXTRATO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 009/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 025/2026

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PÓ DE PEDRA 3/8 AO FUNDO FAIXA II DER, COM EQUIVALÊNCIA DE AREIA (EA) MÍNIMA DE 65 (PARA RETIRADA NA PEDREIRA), BRITA GRADUADA (PARA RETIRADA NA PEDREIRA), LAJOTA DE CONCRETO SEXTAVADA 25×25×8 CM, BLOCO INTERTRAVADO DE CONCRETO (PAVER) 10×20×8 CM E BLOCO INTERTRAVADO DE CONCRETO (PAVER) 10×20×10 CM, DESTINADOS À EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO, MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE VIAS URBANAS E RURAIS, CALÇADAS, PASSEIOS PÚBLICOS, PRAÇAS, ESTACIONAMENTOS E DEMAIS OBRAS DE INFRAESTRUTURA, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO NORDESTE DO PARANÁ – CODENOP.**
CONTRATADA:
ALMEIDA & ALMEIDA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na cidade de Tomazina – Rod. PR 422, Parque Industrial, cep: 84.935-000, fone (43) 988295260, e-mail artefatosdecimentos@outlook.com, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 15.189.149/0001-38, neste ato representada pelo Sr. Leodir de Oliveira, brasileiro, maior, portadora do CPF Nº 962.236.779-87, RG nº 6187383-0, residente na Rua Randolfo Jose Caproni, nº 113, centro, Cep: 84.935-000 cidade de Tomazina – PR. Com o valor de R$ 4.076.000,00 (quatro milhões e setenta e seis mil reais).
CONTRATANTE: **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO NORDESTE DO PARANÁ- CODENOP**, pessoa jurídica de Direito Público, CNPJ nº. 08.146.697/0001-15, com sede junto ao Centro Administrativo localizado na Praça Coronel Deolindo, s/n - ,Centro, São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná.
VIGÊNCIA: 365(trezentos e sessenta e cinco) dias.
São Jerônimo da Serra/PR, 25 de agosto de 2026.

Assinaturas: **VENICIUS DJALMA ROSA – Presidente do Consórcio**
Leodir de Oliveira – Representante da Empresa ALMEIDA & ALMEIDA LTDA

Publicado por:
Aliciany Maria de Oliveira Correa
Código Identificador:AAA5BB52

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA 045/2026

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA 045/2026

O Município de SÃO JERÔNIMO DA SERRA -PR avisa os interessados que realizará no dia **02/09/2026 às 09:00**, no portal de COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL HTTPS://WWW.GOV.BR/COMPRAS/PT-BR, A LICITAÇÃO na modalidade **DISPENSA DE LICITAÇÃO,** QUE TEM POR OBJETO **CONTRATAÇÃO DIRETA, POR DISPENSA DE**

LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR, DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE PRODUTOS, MATERIAIS, ACESSÓRIOS E INSUMO AUTOMOTIVO DESTINADOS À LIMPEZA, HIGIENIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DA FROTA VEICULAR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA – PR, COMPREENDENDO VEÍCULOS LEVES, VANS, AMBULÂNCIAS, ÔNIBUS, MICRO-ÔNIBUS E DEMAIS VEÍCULOS OFICIAIS UTILIZADOS NOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE. VALOR ESTIMADO: R$ 8.385,60 (oito mil, trezentos e oitenta e cinco reais e sessenta centavos). A retirada do edital poderá ser feita nos sítios eletrônicos: https://www.gov.br/compras/pt-br e www.saojeronimodaserra.pr.gov.br, a partir do dia 27 de agosto de 2026 as 08:00 hrs até 02 de setembro de 2026 às 08:30. **AS PROPOSTA DEVERÃO SER ANEXADAS EXCLUSIVAMENTE NO PORTAL COMPRAS.GOV.BR.**

São Jerônimo da Serra, 26 de agosto de 2026.

ALICIANY MARIA DE OLIVEIRA CORRÊA
Agente de Contratação

Publicado por:
Aliciany Maria de Oliveira Correa
Código Identificador:E8502BBB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 169/2026 – DE 05 DE AGOSTO DE 2026.

SÚMULA: - HOMOLOGA A 4º ALTERAÇÃO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA 001/2021 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Sr. Prefeito Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, no uso das atribuições e deveres legais especificados na Lei Orgânica do Município, e

***Considerando** a necessidade de adequação da Instrução Normativa as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde;*
***Considerando** a necessidade de regulamentação do Plantão Médico sem equipe de Apoio, haja vista a disponibilização de servidores efetivos no Hospital Municipal, e face a necessidade de pagamento pelos serviços médicos;*
***Considerando** o interesse público;*

RESOLVE:

Art. 1º. Homologar a 4º Alteração Normativa, a Instrução Normativa 001/2021 da Secretaria Municipal de Saúde, que regula os Assistência em Plantões Médicos de 12 (doze) horas a fim de atender as necessidades dos serviços de Urgência e Emergência hospitalar ao fim de readequar a Instrução Normativa a realidade dos serviços complementares da Administração Municipal.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Publique-se no Diário Oficial Municipal, e disponibilize-se no sitio eletrônico do Município de São Jerônimo da Serra, dando ampla publicidade e transparência.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA, ESTADO DO PARANÁ, AOS 26 DE AGOSTO DE 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciani Cereijo Betim
Código Identificador:31AE251A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 225/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA – ESTADO DO PARANA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE, **CONCEDER,** AVANÇO VERTICAL, a Sra. **CRISTIANA RIBEIRO DOS SANTOS SILVA, matrícula 75110,** Professora do Ensino Fundamental, PD-A, para PD-D, RG 10.532.947-4, conforme Lei Municipal nº 15/98 de 16/04/1998, Art. 45, § 2º, a partir de **01 de agosto de 2026**.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

São Jerônimo da Serra, 24 de agosto de 2026

VENICIUS DAJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Monaris
Código Identificador:A6CABDFB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 227/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA – ESTADO DO PARANA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:

CONCEDER, a Sra. **ARIANE DA SILVA BISCAIA, GARI**, contratada por esta Prefeitura Municipal em 01/02/2024, conforme Portaria 028/2024 de 01/02/2024, 30 (trinta) dias de férias a que tem direito pelo período de trabalho de 01/02/2025 a 31/01/2026, a partir de 26/08/2026, devendo retornar ao trabalho em 25/09/2026.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

São Jerônimo da Serra, 26 de agosto de 2026

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Monaris
Código Identificador:0AFA074D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 228/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA – ESTADO DO PARANA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE

CONCEDER, a Sra. **VELANIA APARECIDA MACARIO PEDROSO, RG** 6.205.985-0, **45 (quarenta e cinco**) dias de Licença Prêmio, a que tem direito pelo período de trabalho de de **22/07/1999 a 21/07/2004**, **PADRÃO VELHO,** matrícula 31501, e pelo período de trabalho de 01/06/2011 a 31/05/2016, **PADRÃO NOVO,** matrícula 47801, co**nforme Artigo** 102 e seu Parágrafo Único do ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA-PR, e Ofício nº 84/2026-SEMED de 25/08/2026, a partir de 28/08/2026, devendo retornar ao trabalho em 12/10/2026.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

São Jerônimo da Serra, 26 de agosto de 2026.

VANICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Monaris
Código Identificador:65A09B91

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 224/2026 – DE 24 DE AGOSTO DE 2026

SUMULA: DISPÕE SOBRE ARQUIVAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR SOB PORTARIA Nº 116/2026 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, NOS TERMOS DO ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS, LEI MUNICIPAL 073/1995, e

CONSIDERANDO *os termos da investigação realizada em desfavor de servidor público efetivo no uso de suas atribuições estatutárias;*
CONSIDERANDO *que em instrução administrativa do Processo Disciplinar não foi possível localizar comprovação, robustez, ou prova inequívoca de que o servidor agiu em ilícito administrativo;*
CONSIDERANDO *a superveniência da exoneração em função de Aposentadoria;*
CONSIDERANDO *as conclusões do referido Relatório Final, que afastaram a responsabilidade do servidor em razão da ausência de instrumentos irrefutáveis que comprovasse a ocorrência de ilícito, recomendando a este a prevalência da boa-fé.*
CONSIDERANDO *a preservação das normas regimentais, e o atendimento dos princípios da Administração e Constitucionais;*

RESOLVE:

Art. 1º. DETERMINAR, O ARQUIVAMENTO do Processo Administrativo Disciplinar - PAD, instaurado por meio da Portaria nº116/2026, para apurar a responsabilidade disciplinar do servidor público municipal P.R.A, matrícula nº 25101, para o cargo de motorista, atualmente aposentado e exonerado, à vista do que consta do Relatório Final e do Julgamento prolatado nos autos do presente Processo Administrativo Disciplinar, que tramitou perante a Primeira Comissão de Processo Administrativo de Sindicância e Disciplinar.

Art. 2º. Esta Portaria passa a viger na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA, ESTADO DO PARANÁ, AOS 24 DE AGOSTO DE 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciani Cereijo Betim
Código Identificador:AF36760B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 229/2026 – DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

SÚMULA: PRORROGAR POR 60 (SESSENTA) DIAS O PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR INSTAURADA PELA PORTARIA Nº 124/2026 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Sr. Prefeito Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, no uso das atribuições e deveres legais especificados na Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO *a justificativa apresentada pela Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar para conclusão do objeto após oitivas;*
CONSIDERANDO *a necessidade de continuidade avaliação dos fatos e provas trazidas na instrução realizada;*
CONSIDERANDO *sobretudo o interesse público;*

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Processante, designada pela Portaria nº 124/2026 em face às razões apresentadas pela Presidente da Comissão.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO SEDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA, AOS 26 DE AGOSTO DE 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciani Cereijo Betim
Código Identificador:9CB234E1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 208/2026

JOSÉ LÁZARO FERRAZ, Prefeito Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 42, XXX e XXXI, da Lei Orgânica do Município, na forma da Lei;

Considerando os encerramentos de contratos temporário e pedido de desligamentos de servidores.

RESOLVE:

Artigo 1º- EXONERAR desta Prefeitura, a servidora temporária, abaixo relacionada, em razão de término do contrato de trabalho, conforme respectiva função e respectiva data.

Matr.	Servidor	Função	Data Exoneração
1551/2	Danieli Aparecida Pinto	Auxiliar de Serviços Gerais	30/08/2026

Artigo 2º- EXONERAR desta Prefeitura, a pedido da mesma, a servidora temporária abaixo relacionada, conforme respectiva função e respectiva data.

Matr.	Servidor	Função	Data Exoneração
24887/1	Daiane Barbosa de Oliveira	Auxiliar de Serviços Gerais	26/08/2026

Artigo 3º- A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Comunique-se, publique-se, cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, em 26 de agosto de 2026; 66º ano da Emancipação Política do Município.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Dias
Código Identificador:8EBBE608

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 051/2026 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 15/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 051/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 15/2026

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de materiais de higiene, consistentes em papel higiênico neutro, e papel toalha

interfolhado, destinados à reposição de estoque e ao atendimento das necessidades das unidades administrativas do Município de São José das Palmeiras/PR.
CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS.
CONTRATADA:DBP EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.451.887/0001-29.
VALOR:R$ 3.936,00 (três mil novecentos e trinta e seis reais).
VIGÊNCIA:O prazo de vigência e de execução será de 90 (noventa) dias, contados da data da assinatura do contrato.
São José das Palmeiras/PR, em 25 de agosto de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:0B67ED80

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 052/2026 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 15/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 052/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 15/2026

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de materiais de higiene, consistentes em papel higiênico neutro, e papel toalha interfolhado, destinados à reposição de estoque e ao atendimento das necessidades das unidades administrativas do Município de São José das Palmeiras/PR.

CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS.
CONTRATADA:V & S CONFECÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.386.774/0001-60.
VALOR:R$ 14.490,00 (quatorze mil quatrocentos e noventa reais).
VIGÊNCIA:O prazo de vigência e de execução será de 90 (noventa) dias, contados da data da assinatura do contrato.

São José das Palmeiras/PR, em 26 de agosto de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:63BC7922

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 015/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 056/2026

HOMOLOGAÇÃO

Homologo a presente contratação, de acordo com o resultado exarado pelo Agente de Contratação, referente à Dispensa Eletrônica nº 015/2026 – Processo Licitatório nº 056/2026, adjudicando os itens do objeto licitado, consistente na aquisição de equipamentos de proteção individual (EPIs), uniformes funcionais, materiais de identificação institucional e equipamentos de apoio operacional destinados aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), Agentes de Combate às Endemias (ACE), servidores da Vigilância Sanitária e demais profissionais da Secretaria Municipal de Saúde que atuem direta ou indiretamente nas ações de Vigilância em Saúde.
Fica homologado o resultado em favor das seguintes empresas:
DBP EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **61.451.887/0001-29**, vencedora dos **itens 03 e 04**, pelo valor total de **R$ 3.936,00 (três mil novecentos e trinta e seis reais)**;
V & S CONFECÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **24.386.774/0001-60**, vencedora dos **itens 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11 e 12**, pelo valor total de **R$ 14.490,00 (quatorze mil quatrocentos e noventa reais)**.
O valor total adjudicado e homologado da contratação é de **R$ 18.426,00 (dezoito mil quatrocentos e vinte e seis reais)**.
Fica autorizado o órgão competente da Prefeitura Municipal à expedição dos documentos respectivos para a plena consolidação do presente procedimento.
São José das Palmeiras/PR, 25 de Agosto de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:935DDB4A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS/PR - EXTRATO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 015/2026

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS/PR
EXTRATO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 015/2026

Processo Licitatório nº 056/2026. Objeto: Dispensa de licitação, na forma eletrônica, para Aquisição de equipamentos de proteção individual (EPIs), uniformes funcionais, materiais de identificação institucional e equipamentos de apoio operacional destinados aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), Agentes de Combate às Endemias (ACE), servidores da Vigilância Sanitária e demais profissionais da Secretaria Municipal de Saúde que atuem direta ou indiretamente nas ações de Vigilância em Saúde.
Contratante: Município de São José das Palmeiras/PR.
Contratada: DBP EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO LTDA.
CNPJ/MF: 61.451.887/0001-29.
Endereço: Avenida Brasil, nº 1655, Sala 03, Bairro Centro.
Cidade: Santa Helena/PR – CEP 85.892-002.
Itens: 03 e 04.
Valor total: R$ 3.936,00 (três mil novecentos e trinta e seis reais).
Contratada: V & S CONFECÇÕES LTDA.
CNPJ/MF: 24.386.774/0001-60.
Endereço: Rua Amadeu Simonetti, nº 1239, Bairro Loteamento Social.
Cidade: Entre Rios do Oeste/PR – CEP 85.988-000.
Itens: 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11 e 12.
Valor total: R$ 14.490,00 (quatorze mil quatrocentos e noventa reais).
Valor total da contratação: R$ 18.426,00 (dezoito mil quatrocentos e vinte e seis reais).
São José das Palmeiras/PR, 25 de agosto de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:9A524A98

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 056/2026 - TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 015/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 056/2026
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 015/2026

Com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e considerando a regular instrução do procedimento, ratifico a Dispensa Eletrônica nº 015/2026 – Processo Licitatório nº 056/2026, destinada à aquisição de equipamentos de proteção individual (EPIs), uniformes funcionais, materiais de identificação institucional e equipamentos de apoio operacional destinados aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), Agentes de Combate às Endemias (ACE), servidores da Vigilância Sanitária e demais profissionais da Secretaria Municipal de Saúde que atuem direta ou indiretamente nas ações de Vigilância em Saúde, em favor das seguintes empresas:
DBP EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.451.887/0001-29, com sede na Avenida Brasil, nº 1655, Sala 03, Bairro Centro, Santa Helena/PR, CEP 85.892-002, vencedora dos itens 03 e 04, pelo valor total de R$ 3.936,00 (três mil novecentos e trinta e seis reais);

V & S CONFECÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.386.774/0001-60, com sede na Rua Amadeu Simonetti, nº 1239, Bairro Loteamento Social, Entre Rios do Oeste/PR, CEP 85.988-000, vencedora dos itens 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11 e 12, pelo valor total de R$ 14.490,00 (quatorze mil quatrocentos e noventa reais).
O valor total da contratação é de **R$ 18.426,00 (dezoito mil quatrocentos e vinte e seis reais)**.

São José das Palmeiras/PR, 25 de agosto de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:27C92786

SECRETARIA DE SAÚDE
RESOLUÇÃO N° 009/2026 - DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE (PAS) DO EXERCÍCIO DE 2026 DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS, ESTADO DO PARANÁ

RESOLUÇÃO N° 009/2026

DispÕe sobre a aprovação da Programação Anual de Saúde (PAS) do exercício de 2026 do Município de São José das Palmeiras, Estado do Paraná.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÂO JOSÉ DAS PALMEIRAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Federal n° 8.142, de 28 de dezembro de 1990, pela Lei Complementar n° 141, de 13 de janeiro de 2012; e
CONSIDERANDO que a Programação Anual de Saúde (PAS) é o instrumento que operacionaliza as intenções expressas no Plano Municipal de Saúde, delimitando as metas a serem alcançadas no exercício e orientando a alocação dos recursos orçamentários;
CONSIDERANDO a apresentação e apreciação da proposta da PAS 2026 realizada pela Secretaria Municipal de Saúde em reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde;
CONSIDERANDO a deliberação favorável do Plenário deste Conselho realizada na reunião do dia 18 de agosto de 2026;
RESOLVE:
Art. 1º APROVAR a Programação Anual de Saúde (PAS) para o exercício financeiro de 2026 do Município de São José das Palmeiras, Estado do Paraná.
Art. 2-• Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São José das Palmeiras — PR, 18 de agosto de 2026.

CLEITON LUIZ PEREIRA DE ALMEIDA
Presidente do Conselho Municipal
Saúde São José das Palmeiras — PR

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:7441CE41

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO Nº 87/2026 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 87/2026
DATA: 26 de agosto de 2026.

SÚMULA: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 8º, do parágrafo |II da Lei nº 753 de 07 de outubro de 2025.

DECRETA

Art. 1º - Fica o poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de até R$ 179.500,00 (Cento e setenta e nove mil e quinhentos reais), incorporando ao Orçamento Geral do município para o exercício financeiro de 2026 a seguinte dotação orçamentária:

05 – SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
001 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
12.365.0004-2020 – Manutenção do Ensino Infantil – CMEI de 00 á 05
1310 - 3.1.90.11.00.00 – 01040 – Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoa Civil R$ 125.000,00
1340 - 3.1.90.13.00.00 – 01040 – Contribuição Patronal R$ 25.000,00

12.365.0004-2021 – Manutenção do Ensino Infantil – Pré-Escolar
1500 – 3.1.90.13.00.00 – 00103 – Contribuição Patronal R$ 12.000,00

06 – SECRETARIA DE SAUDE
002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10.301.0007.2034 – Manutenção das Ações e do Fundo Municipal de Saúde
2321 - 3.3.90.30.00.00 – 01017 – Material de Consumo R$ 500,00
2323 - 3.3.90.30.00.00 – 10182 – Material de Consumo R$ 5.000,00

09 – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
001 – DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.244.0012-2053 - Manutenção da Secretaria de Assistência Social
3620 – 3.1.90.16.00.00 - 0000 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil R$ 12.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo anterior será utilizado como recursos o provável excesso de arrecadação, conforme prevê o artigo 43, § 1º, Inciso I e II da Lei Federal nº 4320/64, da fonte que segue:

Provável Excesso da Fonte 00000 R$ 12.000,00
Provável Excesso da Fonte 01040 R$ 150.000,00
Provável Excesso da Fonte 00103 R$ 12.000,00
Provável Excesso da Fonte 01017 R$ 500,00
Provável Excesso da Fonte 10182 R$ 5.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 26 de agosto de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isabela Aparecida Arboleya
Código Identificador:19CD2F66

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ

CONTROLADORIA INTERNA
EXTRATO DE CONTRATO INEXIGIBILIDADE Nº 57/2026

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - ESTADO DO PARANÁ e
MEDICAL PRIME GESTÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
CNPJ/MF nº 43.403.587/0001-92

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA/JURIDICA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA MÉDICA (CLÍNICO GERAL PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÃO), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ

MODALIDADE: Inexigibilidade de Licitação nº 57/2026 – 19 de agosto de 2026.

07.001.10.301.0022.2060 PAB - Programa de Atenção Básica
3.3.90.34.00.00 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO
3.3.90.36.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

Fica estabelecido o valor do presente contrato:

ITEM	PROFISSIONAL / SERVIÇOS	UNIDADE/HORA	VALOR UNIT.
01	MÉDICO PLANTONISTA CLÍNICO GERAL **05 HORAS**	PLANTÃO 05 HORAS	R$ 500,00
02	MÉDICO PLANTONISTA CLÍNICO GERAL **08 HORAS**	PLANTÃO 08 HORAS	R$ 800,00
03	MÉDICO PLANTONISTA CLÍNICO GERAL **12 HORAS**	PLANTÃO 12 HORAS	R$ 1.200,00

Prazo de vigência: 12 meses a partir da data da assinatura do contrato.

São Pedro do Paraná-PR, 25 de agosto de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Roma Ramos Gurson
Código Identificador:B9702B5A

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO DISPENSA Nº 43/2026

EXTRATO DE CONTRATO

PARTES: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - ESTADO DO PARANÁ E SPITTER INDUSTRIA E COMERCIO DE REDES E CORDAS LTDA – ME
CNPJ/MF nº 82.672.221/0001-70

MODALIDADE: DISPENSA Nº 43/2026, de 24 de agosto de 2026
OBJETO: aquisição de placar poliesportivo
06.001.27.812.0021.1007 - REEQUIPAMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE
4.4.90.52.00.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Fonte: 32069 - FUNDO MUNICIPAL ESPORTES - DELIB. Nº 01/2026 CCE - INVESTIMENTO

Valor global: **R$ 9.864,00 (nove mil, oitocentos e sessenta e quatro reais),** cujo pagamento será efetuado conforme orçamento fornecido pela contratada, de acordo com a entrega do material.

Prazo de Validade: 12 (doze) meses.

São Pedro do Paraná-PR, 26 de agosto de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Roma Ramos Gurson
Código Identificador:D6E93854

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO DISPENSA Nº 44/2026

EXTRATO DE CONTRATO
PARTES: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - ESTADO DO PARANÁ e C M MOTA, CNPJ/MF nº 67.997.441/0001-80

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 44/2026 DE 24/08/2026.
OBJETO: segurança do trabalho
03.001.04.122.00002.2008 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

Descrição	Unidade Medida	Quant	Valor Unitário	Valor Total
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VISITA TÉCNICA PARA VERIFICAÇÃO DE INSALUBRIDADE E AVALIAÇÃO DOS RISCOS OCUPACIONAIS DOS SERVIDORES, INCLUINDO VISITA PARA COLETA DE DADOS PARA ELABORAR O LTCAT / LIP E PGR.	MÊS	12	2.000,00	24.000,00
EXAMES MÉDICOS OCUPACIONAIS E DE AUDIOMETRIA, PARA A ELABORAÇÃO DE LTCAT, PCMSO E PGR.	MÊS	01	16.469,40	16.469,40
LTCAT – LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DE TRABALHO.	UND.	01	3.000,00	3.000,00
LIP- LAUDO DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE.	UND.	01	3.000,00	3.000,00
PCMSO – PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAIS.	UND.	01	3.000,00	3.000,00
PGR – PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS/GRO – GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS.	UND.	01	3.000,00	3.000,00
TOTAL				52.469,40

Valor global: **R$ 52.469,40 (cinquenta e dois mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e quarenta centavos)**, cujo pagamento será efetuado conforme orçamento fornecido pela contratada, de acordo com a prestação do serviço.

Prazo de Validade: 12 (doze) meses.

São Pedro do Paraná-PR, 25 de agosto de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Roma Ramos Gurson
Código Identificador:33940A0B

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO INEXIGIBILIDADE Nº 52/2026

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - ESTADO DO PARANÁ e
ABMED LTDA, CNPJ/MF nº 64.191.833/0001-69

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA/JURIDICA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA MÉDICA (CLÍNICO GERAL PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÃO), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ

MODALIDADE: Inexigibilidade de Licitação nº 52/2026 – 19 de agosto de 2026.
07.001.10.301.0022.2060 PAB - Programa de Atenção Básica
3.3.90.34.00.00 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO
3.3.90.36.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

Fica estabelecido o valor do presente contrato:

ITEM	PROFISSIONAL / SERVIÇOS	UNIDADE/HORA	VALOR UNIT.
01	MÉDICO PLANTONISTA CLÍNICO GERAL **05 HORAS**	PLANTÃO 05 HORAS	R$ 500,00
02	MÉDICO PLANTONISTA CLÍNICO GERAL **08 HORAS**	PLANTÃO 08 HORAS	R$ 800,00
03	MÉDICO PLANTONISTA CLÍNICO GERAL **12 HORAS**	PLANTÃO 12 HORAS	R$ 1.200,00

Prazo de vigência: 12 meses a partir da data da assinatura do contrato.

São Pedro do Paraná-PR, 25 de agosto de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Roma Ramos Gurson
Código Identificador:6B1B91A4

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO INEXIGIBILIDADE Nº 55/2026

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - ESTADO DO PARANÁ e
MARILIA S.H. SERVIÇOS MEDICOS LTDA, CNPJ/MF nº 53.932.061/0001-53

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA/JURIDICA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA MÉDICA (CLÍNICO GERAL PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÃO), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ

MODALIDADE: Inexigibilidade de Licitação nº 55/2026 – 19 de agosto de 2026.
07.001.10.301.0022.2060 PAB - Programa de Atenção Básica
3.3.90.34.00.00 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO
3.3.90.36.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

Fica estabelecido o valor do presente contrato:

ITEM	PROFISSIONAL / SERVIÇOS	UNIDADE/HORA	VALOR UNIT.
01	MÉDICO PLANTONISTA CLÍNICO GERAL **05 HORAS**	PLANTÃO 05 HORAS	R$ 500,00
02	MÉDICO PLANTONISTA CLÍNICO GERAL **08 HORAS**	PLANTÃO 08 HORAS	R$ 800,00
03	MÉDICO PLANTONISTA CLÍNICO GERAL **12 HORAS**	PLANTÃO 12 HORAS	R$ 1.200,00

Prazo de vigência: 12 meses a partir da data da assinatura do contrato.

São Pedro do Paraná-PR, 26 de agosto de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Roma Ramos Gurson
Código Identificador:302965DA

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO INEXIGIBILIDADE Nº 59/2026

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - ESTADO DO PARANÁ e
VERTICE GESTÃO DE CONTRATOS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA
CNPJ/MF nº 66.430.492/0001-63

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA/JURIDICA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA MÉDICA (CLÍNICO GERAL PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÃO), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ

MODALIDADE: Inexigibilidade de Licitação nº 59/2026 – 19 de agosto de 2026.
07.001.10.301.0022.2060 PAB - Programa de Atenção Básica
3.3.90.34.00.00 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO
3.3.90.36.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

Fica estabelecido o valor do presente contrato:

ITEM	PROFISSIONAL / SERVIÇOS	UNIDADE/HORA	VALOR UNIT.
01	MÉDICO PLANTONISTA CLÍNICO GERAL **05 HORAS**	PLANTÃO 05 HORAS	R$ 500,00
02	MÉDICO PLANTONISTA CLÍNICO GERAL **08 HORAS**	PLANTÃO 08 HORAS	R$ 800,00
03	MÉDICO PLANTONISTA CLÍNICO GERAL **12 HORAS**	PLANTÃO 12 HORAS	R$ 1.200,00

Prazo de vigência: 12 meses a partir da data da assinatura do contrato.

São Pedro do Paraná-PR, 25 de agosto de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Roma Ramos Gurson
Código Identificador:5DAB36A0

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - LEI 51/2026

LEI Nº 051/2026

Súmula: Autoriza a homologação da Concorrência Eletrônica nº 08/2026 e dá outras providências.

Eu, Vanderlei Caetano de Castro, Prefeito do Município de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, no uso das atribuições que me são conferidas pela Lei Orgânica do Município, sanciono o seguinte **PROJETO DE LEI**:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do parágrafo único do art. 3º da Lei Municipal nº 063/2013, autorizado a homologar o **Processo Administrativo nº 81/2026**, na modalidade **Concorrência Eletrônica nº 08/2026**, em favor da empresa vencedora **24.501.632 PAULETE APARECIDA CRESPILHO DA CUNHA**, inscrita no **CNPJ sob nº 24.501.632/0001-05**, relativamente ao Lote 1.

Parágrafo único. A licitação tem por objeto a concessão de direito real de uso do imóvel localizado na Área Industrial, constituído pelo Lote 03 da Quadra C, objeto da Matrícula nº 52.468, com área de 478,09 m², de propriedade do Município de São Pedro do Paraná, destinada à instalação e implantação de empreendimento no ramo de suvenires, bijuterias e artesanatos.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de São Pedro do Paraná em 25 de agosto de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Marcelo Aparecido Silveira Gurson
Código Identificador:FB29B3E5

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - LEI 52/2026

LEI Nº 052/2026

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a promover a alienação, mediante leilão público, de veículos inservíveis pertencentes ao patrimônio do Município de São Pedro do Paraná e dá outras providências.

Eu, **Vanderlei Caetano de Castro**, Prefeito do Município de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, no uso das atribuições que me são

conferidas pela Lei Orgânica Municipal, sanciono o seguinte PROJETO DE LEI:
Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alienar, mediante leilão público, observado o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e nas demais disposições pertinentes à matéria, os seguintes veículos pertencentes ao patrimônio do Município de São Pedro do Paraná, considerados inservíveis, antieconômicos ou obsoletos para a Administração Pública:
I – Mercedes-Benz 416 Sprinter, adaptada para ambulância, ano/modelo 2022/2022, cor branca, chassi nº 8AC907643NE207754;
II – Volkswagen Voyage 1.6 L, ano/modelo 2020/2021, cor branca, chassi nº 9BWDB45U6MT091011;
III – Volkswagen Gol TL MCV, ano/modelo 2018/2018, cor branca, chassi nº 9BWAG45UXJT050977.
§ 1º Os bens descritos neste artigo foram previamente avaliados, conforme o Laudo de Avaliação que integra esta Lei como Anexo I, totalizando o valor estimado arredondado de R$ 156.300,00 (cento e cinquenta e seis mil e trezentos reais).
§ 2º Os valores mínimos para arrematação observarão a avaliação individual de cada veículo constante do Anexo I.
§ 3º Fica autorizada a contratação de leiloeiro oficial, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis.
Art. 2º Os veículos descritos no art. 1º são considerados inservíveis por estarem ociosos, defasados, ultrapassados ou por apresentarem recuperação antieconômica, não sendo mais conveniente sua utilização nas atividades e nos serviços prestados pelo Município.
Art. 3º A alienação ocorrerá na modalidade leilão, preferencialmente eletrônico, observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e interesse público.
Art. 4º Os bens serão alienados no estado de conservação em que se encontram, cabendo aos interessados vistoriá-los previamente, na forma estabelecida no edital.
Art. 5º Os recursos obtidos com a alienação serão classificados como receita de capital e terão a destinação prevista na legislação vigente.
Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.
Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
São Pedro do Paraná/PR, 25 de agosto de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo Aparecido Silveira Gurson
Código Identificador:38437A7F

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - LEI 53/2026

LEI Nº 053/2026

SÚMULA: Institui o Programa Municipal "Cata Treco" no Município de São Pedro do Paraná e dá outras providências.

Eu, **Vanderlei Caetano de Castro**, Prefeito do Município de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, no uso das atribuições que me são conferidas pela Lei Orgânica do Município, apresento o seguinte PROJETO DE LEI:
Art. 1º Fica instituído no Município de São Pedro do Paraná o Programa Municipal "Cata Treco", destinado ao recolhimento e à destinação ambientalmente adequada de móveis, utensílios domésticos e demais materiais volumosos em desuso descartados pela população**.**
Art. 2º O Programa "Cata Treco" tem por objetivos:
I – promover a limpeza urbana;
II – evitar o descarte irregular de móveis e utensílios domésticos em vias públicas, terrenos baldios, áreas verdes e demais espaços públicos;
III – contribuir para a preservação do meio ambiente;
IV – assegurar a destinação ambientalmente adequada dos materiais recolhidos;
V – incentivar a conscientização da população acerca da correta disposição de resíduos volumosos.
Art. 3º O recolhimento dos materiais será realizado pelo Poder Executivo Municipal na última sexta-feira de cada mês, abrangendo os distritos e localidades urbanas do Município de São Pedro do Paraná e Porto São José.
Art. 4º Os moradores que desejarem utilizar o serviço deverão:
I – disponibilizar os materiais para coleta somente no dia da realização do serviço ou, no máximo, no dia anterior;
II – acondicionar os materiais de forma organizada na calçada em frente ao imóvel;
III – não obstruir a passagem de pedestres ou veículos.
Art. 5º É proibido depositar os materiais objeto desta Lei em vias públicas em datas diversas daquelas previamente divulgadas pela Administração Municipal para realização da coleta.

Parágrafo único. O descumprimento do disposto neste artigo sujeitará o infrator às penalidades previstas na legislação municipal aplicável.
Art. 6º Os materiais recolhidos serão encaminhados para empresa ou entidade devidamente habilitada para recebimento, reciclagem, reaproveitamento ou destinação final ambientalmente adequada.
Art. 7º O Poder Executivo poderá firmar convênios, termos de cooperação ou parcerias com empresas, associações, cooperativas e demais entidades para execução do Programa.
Art. 8º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no que couber.
Art. 9º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.
Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Pedro do Paraná/PR, 25 de agosto de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo Aparecido Silveira Gurson
Código Identificador:79880633

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA 021/2026

Ementa: *"Dispõe sobre ponto facultativo no âmbito da Câmara Municipal de São Sebastião da Amoreira – PR, e da outras providências."*

O Presidente da Câmara Municipal de São Sebastião da Amoreira, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais, amparado pela Lei Orgânica do Município de São Sebastião da Amoreira-PR, bem como, pelo Regimento Interno da Câmara Municipal de São Sebastião da Amoreira-PR, especialmente pelo seu artigo 26, inciso XXI:

CONSIDERANDO as comemorações alusivas à Semana da Pátria, período destinado à valorização do civismo e das celebrações relacionadas à Independência do Brasil;

CONSIDERANDO a realização do Desfile Cívico Municipal no dia 04 de setembro de 2026, com a participação de instituições, autoridades e da comunidade local;

CONSIDERANDO o Decreto Executivo nº 215 de 06 de agosto de 2026, o qual Dispõe sobre a realização do Desfile Cívico em comemoração à Semana da Pátria, e estabelece o ponto facultativo nas repartições públicas municipais;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica estabelecido ponto facultativo no âmbito da Câmara Municipal de São Sebastião da Amoreira – PR, no dia 04 de setembro de 2026 (sexta-feira), em razão da realização do Desfile Cívico em comemoração à Semana da Pátria.

Art. 2º Durante o período estabelecido no artigo anterior, não haverá expediente administrativo nas dependências da Câmara Municipal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Edifício da Câmara Municipal de São Sebastião da Amoreira – PR, 26 de agosto de 2026

JOSÉ APARECIDO BRAGA
Presidente da Câmara
Biênio 2025-2026

Publicado por:
Edilaine Ferreira Dos Santos Silva
Código Identificador:8A5E357F

DIVISÃO DE CONTABILIDADE
DECRETO Nº 234, DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

Súmula: Abre crédito adicional especial no valor de R$ 137.071,00 (cento e trinta e sete mil e setenta e um reais), e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEI FEDERAL Nº 4.320/64 E A LEI MUNICIPAL Nº 2.299/2026, DECRETA:

Art. 1º - Abre crédito adicional especial no valor de R$ *137.071,00 (cento e trinta e sete mil e setenta e um reais)*, para criação de dotações específica oriundas do repasse da Resolução SESA nº 746/2026 destinada ao Atendimento de procedimentos de Média Complexidade – MCA gerido pela Secretaria Municipal de Saúde, a saber:

07 – Secretária de Saúde
07.001 – Fundo Municipal de Saúde
10.302.0006.1047 Resolução SESA nº 746/2026
3.3.90.39.00.00.00.00 495 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.....R$ 137.071,00

Art. 2º - Como recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior é oferecido o excesso de arrecadação, como segue:

-EXCESSO DE ARRECADAÇÃO:
Fonte 495 – Atenção Básica.....R$ 137.071,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira, aos 26 de agosto de 2.026.

EXILAINE GASPAR	***PRISCILA SOUZA DERBLI***	***UBIRATAN TONCOVITCH JÚNIOR***
Prefeita Municipal	Secretária Municipal de Saúde	Contador

Publicado por:
Debora Kesia de Farias da Cruz
Código Identificador:7CA741EE

DIVISÃO DE CONTABILIDADE
DECRETO Nº 238, DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

DECRETO Nº 238 DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

Súmula: Abre crédito adicional suplementar no valor de R$ 38.967,95 (trinta e oito mil, novecentos e sessenta e sete reais e noventa e cinco centavos), e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEI FEDERAL Nº 4.320/64 E A LEI MUNICIPAL Nº 2.222/2025 e Nota Técnica N 03/2024 - CNM, DECRETA:

Art. 1º - Abre crédito adicional suplementar no valor de R$ 38.967,95 (trinta e oito mil, novecentos e sessenta e sete reais e noventa e cinco centavos), para reforço de dotação específica ao atendimento das despesas da Complementação VAAT - Fundeb, a saber:

05 – Secretaria de Educação e Cultura
05.001 – Setor Educacional
12.361.0004.2029 Manutenção do Ensino Fundamental
113 – 4.4.90.52.00.00.00.00 1039 Equipamentos e Material Permanente.....R$ 6.406,33

12.365.0004.2033 Manutenção da Educação Infantil
118 – 3.1.90.11.00.00.00.00 1038 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....R$ 25.561,62
119 – 3.1.90.13.00.00.00.00 1038 Contribuições Patronais.....R$ 7.000,00

Art. 2º - Como recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior é oferecido o excesso de arrecadação, como segue:

Fonte 1038 – Transferências do Fundeb – Complementação da União-VAAT 70%.....R$ 32.561,62
Fonte 1039 - Transferências do Fundeb – Complementação da União-VAAT 30%.....R$ 6.406,33

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira, aos 26 de agosto de 2.026.

EXILAINE GASPAR	***FRANCISCA B. DA SILVA BUENO***	***UBIRATAN TONCOVITCH JÚNIOR***
Prefeita Municipal	Secretária Municipal de Educação e Cultura	Contador

Publicado por:
Debora Kesia de Farias da Cruz
Código Identificador:272BAF17

DIVISÃO DE PESSOAL
DECRETO Nº 236/2026

Súmula: Convoca candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado - PSS 06/2025 e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o Processo Seletivo Simplificado nº06/2025, Edital de abertura nº 18/2025, Resultado Final Edital nº 21/2025 e Protocolo nº5345/2026;

DECRETA:

Art. 1º- Conforme disposto no Processo Seletivo Simplificado – PSS 06/2025 fica convocados (a) o/a candidatos (a) aprovados (a), abaixo relacionados (a), para comparecer na Divisão de Pessoal da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da publicação, no horário normal de atendimento, portando os documentos pessoais, 01 (uma) foto 3x4 e comprovante de escolaridade e demais documentos apresentados para o PSS, a fim de formalizar contrato conforme o referido Edital.

Art. 2º- O (a) candidato (a) deverá atender os requisitos especificados no item 11 e seus subitens do Edital nº018/2025.

Art. 3º- Os (a) candidatos (a) que não comparecerem no prazo determinado será considerado desistente da vaga.

PROFESSOR LINGUA INGLESA - CLASSIFICAÇÃO GERAL

NOME DO CANDIDATO	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
ANA HELENA DELL' ANHOL DANIEL	65	03º

Art. 4º- Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira, 26 de agosto de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

CHRISTIANE F. BONARDI
Dir. do Depto de Rec. Humanos
Decreto nº 67/2026

Publicado por:
Esthefany Mayara Teixeira de Lima
Código Identificador:0B7BEF6A

DIVISÃO DE PESSOAL
DECRETO Nº 237/2026

Súmula: Nomeia candidatos aprovados em Concurso Público e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º- Ficam nomeados os candidatos abaixo descritos, aprovados no concurso público Edital de Abertura Publicação nº 001/2024, Edital de Classificação Final Publicação nº18/2024 e Edital de Homologação Classificação Final Publicação nº19/2024, convocados através do Decreto municipal nº222/2026.

AUXILIAR ADMISTRATIVO– CLASSIFICAÇÃO GERAL –

NOME DO CANDIDATO	NOTA FINAL	CLASSIFICAÇÃO
DIRCE TIEMI OMORI	66,70	25º
JOÃO VITOR MOREIRA DA SILVA	66,70	26º

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira, 26 de agosto de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

CHRISTIANE F. BONARDI
Dir. do Depto de Rec. Humanos
Decreto nº 67/2026

Publicado por:
Esthefany Mayara Teixeira de Lima
Código Identificador:547D652F

DIVISÃO DE PESSOAL
DECRETO Nº 239/2026

Súmula: Convoca candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado - PSS 06/2025 e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o Processo Seletivo Simplificado nº06/2025, Edital de abertura nº 18/2025, Resultado Final Edital nº 21/2025 e Protocolo nº5414/2026;

DECRETA:

Art. 1º- Conforme disposto no Processo Seletivo Simplificado – PSS 06/2025 fica convocados (a) o/a candidatos (a) aprovados (a), abaixo relacionados (a), para comparecer na Divisão de Pessoal da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da publicação, no horário normal de atendimento, portando os documentos pessoais, 01 (uma) foto 3x4 e comprovante de escolaridade e demais documentos apresentados para o PSS, a fim de formalizar contrato conforme o referido Edital.

Art. 2º- O (a) candidato (a) deverá atender os requisitos especificados no item 11 e seus subitens do Edital nº018/2025.

Art. 3º- Os (a) candidatos (a) que não comparecerem no prazo determinado será considerado desistente da vaga.

AUXILIAR DE SERVIÇOS – CLASSIFICAÇÃO GERAL

NOME DO CANDIDATO	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
CRISTIANA DA SILVA	74	38º

Art. 4º- Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira, 26 de agosto de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

CHRISTIANE F. BONARDI
Dir. do Depto de Rec. Humanos
Decreto nº 67/2026

Publicado por:
Esthefany Mayara Teixeira de Lima
Código Identificador:B1D2BE12

DIVISÃO DE PESSOAL
PORTARIA Nº 227/2026

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Tornar público o resultado do exame pré-admissional:

De acordo com Edital de Abertura Publicação nº 001/2024, Edital de Classificação Final Publicação nº18/2024 e Edital de Homologação Classificação Final Publicação nº19/2024, **os candidatos abaixo relacionados, convocados através do Decreto Municipal nº222/2026 foram considerados aptos com sua admissão a partir do dia 01 de setembro de 2026.**

AUXILIAR ADMISTRATIVO– CLASSIFICAÇÃO GERAL –

NOME DO CANDIDATO	NOTA FINAL	CLASSIFICAÇÃO
DIRCE TIEMI OMORI	66,70	25º
JOÃO VITOR MOREIRA DA SILVA	66,70	26º

Publica-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira, 26 de agosto de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

CHRISTIANE F. BONARDI
Dir. do Depto de Rec. Humanos
Decreto nº 67/2026

Publicado por:
Esthefany Mayara Teixeira de Lima
Código Identificador:3B0E6FEB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL
DECRETO Nº 233 DE 25 DE AGOSTO DE 2026

Ementa: Dispõe sobre a criação do Grupo de Trabalho Intersetorial para Mitigação e Enfrentamento dos Impactos do Fenômeno El Niño no Município de São Sebastião da Amoreira, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em especial os artigos 66, item VII, e 100, § 3º da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO os prognósticos meteorológicos referentes às alterações climáticas decorrentes do fenômeno *El Niño* e seus potenciais impactos na infraestrutura, agricultura e abastecimento local;

CONSIDERANDO a necessidade de adotar medidas preventivas e emergenciais para mitigar os riscos de desastres naturais, como secas prolongadas ou chuvas intensas, garantindo a proteção da população;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica criado o Grupo de Trabalho Intersetorial (GTI) com a finalidade de planejar, coordenar e executar ações preventivas, mitigatórias e emergenciais de resposta aos impactos do fenômeno climático *El Niño* no Município.

Art. 2º O Grupo de Trabalho será composto por 1 (um) representante titular e 1 (um) suplente de cada um dos seguintes órgãos:
Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Desenvolvimento Local (Coordenação Geral)
Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC) (Secretaria Executiva)
Secretaria Municipal de Urbanismo, Agricultura e Meio Ambiente
Secretaria Municipal de Saúde
Secretaria Municipal de Assistência Social
Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Turismo
Representantes de Organizações Religiosas ativas no município;
Representantes de Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e Associações Comerciais.

§ 1º Os membros do GTI serão indicados pelos titulares de suas respectivas pastas no prazo de 5 (cinco) dias a contar da publicação deste Decreto e designados por Portaria.

§ 2º A participação no Grupo de Trabalho é considerada de relevante interesse público e não será remunerada.

Art. 3º Compete ao Grupo de Trabalho:
Mapeamento: Identificar as áreas de risco vulneráveis a eventos extremos causados pelo *El Niño*.
Planejamento: Elaborar o Plano Contingencial Municipal de Enfrentamento ao *El Niño*.
Articulação: Articular ações conjuntas entre os órgãos públicos municipais, estaduais e a sociedade civil.
Monitoramento: Acompanhar boletins meteorológicos e manter a população informada sobre alertas socioambientais.
Assistência: Coordenar o suporte emergencial às famílias afetadas e o abastecimento de insumos essenciais.
Mobilização Comunitária: Estabelecer canal direto de comunicação e cooperação com igrejas, associações de moradores e entidades sociais para uso de estruturas físicas como pontos de apoio, triagem de doações e cadastramento de famílias vulneráveis.

Art. 4º O GTI apresentará relatório quinzenal ao Gabinete do Prefeito com o diagnóstico atualizado e as medidas adotadas.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Sebastião da Amoreira, 25 de agosto de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal
Gestão 2025/2028

Publicado por:
Wanderley Ferreira Figueiredo
Código Identificador:8DD4C1FA

SETOR DE LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 21/2026

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA

Nº 21/2026

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Em vista da justificativa e fundamentações retro relatadas e, levando-se em considerações os termos da Ata da Sessão, expedida pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, aprovamos a realização da despesa.

Ratificamos com Dispensa de Licitação, nos termos da justificativa acima e com base no Art. 21 Inciso III do Decreto Municipal 111/2025, a contratação da seguinte empresa:

PROMPT CONSULTORIA LTDA, estabelecida na Rua do Futuro, nº 564, CEP: 52 050 005, no Município de **Graças Recife,** no Estado de **Pernambuco**, inscrita no CNPJ **sob nº 53.844.960/0001-02**.

Valor total da despesa: R$ 37.158,00 (trinta e sete mil e cento e cinquenta e oito reais).

Pagamento: Conforme previsão.

São Sebastião da Amoreira, 26 de agosto de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

ISABELLA LOURENÇO PARAIZO FIORI
Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Desenvolvimento Local

Publicado por:
Maria Aparecida Leandro Ferreira
Código Identificador:1F7DF8FA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPOPEMA

ADMINISTRAÇÃO GERAL
AVISO DE LEILÃO ELETRÔNICO Nº. 02/2026

Aviso de Licitação Leilão Eletrônico Público de Bens Inservíveis nº. 02/2026
O Município de Sapopema-Pr, pessoa jurídica de direito público, com fundamento na Lei Federal n.º 14.133/2021, Lei Municipal nº 1.686/2026, nos termos da autorização do Excelentíssimo Prefeito Municipal, bem como autorização legislativa, a **ALIENAÇÃO DE BENS INSERVÍVEIS PERTENCENTES AO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL**. Nas condições previstas neste Edital. Abertura será dia 22/09/2026 as 09:00 h, na plataforma eletrônica https://comprasbr.com.br . O edital completo encontra-se à disposição dos interessados no site www.pncp.gov.br www.sapopema.pr.gov.br , dúvidas e esclarecimentos através do E-mail licitacoessapopema@yahoo.com.br , Tel: 0800 090 4201 . Sapopema, 26 de agosto de 2026.

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR-
Prefeito

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:2CE54DEE

ADMINISTRAÇÃO GERAL
DECRETO Nº 217/2026

DECRETO Nº 217/2026

O Prefeito Municipal em Exercício, Paulo Maximiano de Souza Junior, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Municipal nº 336/1993 (Estatuto dos Servidores Municipais),

R E S O L V E

Art. 1º - Registrar a concessão de Licença Prêmio por Assiduidade a Servidora Sr.ª Angela Camargo da Silva, Mat.: 618-1, referente ao período aquisitivo de 11/01/2010 a 10/01/2015, Período de fluência de:
- 26/09/2022 a 02/10/2022 (7 dias),
- 04/05/2023 a 28/05/2023 (25 dias),
- 17/07/2023 a 23/07/2023 (7 dias),
- 14/09/2023 a 18/09/2023 (5 dias),
- 26/09/2024 a 30/09/2024 (5 dias),
- 21/07/2025 a 28/07/2025 (8 dias),
- 11/02/2026 a 15/02/2026 (5 dias),
- 16/07/2026 a 03/08/2026 (19 dias),
- 09 (nove) dias de fluência aleatória

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
.
Sapopema, 26 de agosto de 2026.

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:CB496F6F

ADMINISTRAÇÃO GERAL
EDITAL Nº 100/2026 (CONVOCAÇÃO)

EDITAL nº 100/2026 (CONVOCAÇÃO)

(Relativo ao Processo Seletivo Simplificado no 03/2025)

O Prefeito Municipal de Sapopema, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **Faz Saber** que de acordo com o **Edital de Processo Seletivo Simplificado nº. 03/2025,** em observância ao princípio Constitucional da Publicidade estabelecido no artigo 37 da Constituição Federal, e considerando a necessidade da mão-de-obra, a continuidade do serviço público, a eficiência e a conveniência administrativa, **resolve** convocar os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado no **03/2025**, homologado pelo Decreto nº. 044/2026 de 12 de fevereiro de 2026, para comparecerem na sede da Prefeitura Municipal de Sapopema, situada a Avenida Manoel Ribas, 858, centro, nos horários da 08:30 as 11:30 horas e das 13:00 às 16:00 horas, de segunda a sexta feira, no prazo máximo de 02 (dois) dias para habilitação nos exames médicos pré-admissional, bem como apresentação dos documentos conforme segue:

Atestado de Saúde Admissional, Certidão Negativa de Antecedentes Criminais.
Documentos Pessoais
CANDIDATOS QUE TEM DOCUMENTOS PESSOAIS ARQUIVADOS NO RH DA PREFEITURA NÃO PRECISA APRESENTAR
Os (as) candidatos (as) aprovados (as) deverão se apresentar dentro do prazo estipulado acima, conforme abaixo:

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

CLASSIF.	Nome	PONTUAÇÃO TOTAL
2º	Mariclelia de Almeida Dutra	49,7

Sapopema, 26 de agosto 2026

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:BF33DBAE

ADMINISTRAÇÃO GERAL
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 118/2024

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 118/2024

INEXIGIBILIDADE Nº 15/2024

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 118/2024, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SAPOPEMA, POR INTERMÉDIO DO PREFEITO MUNICIPAL E A EMPRESA RIBEIRO VEÍCULOS LTDA.

O **MUNICÍPIO DE SAPOPEMA - ESTADO DO PARANÁ**, com sede na Avenida Manoel Ribas, 858, na cidade de Sapopema/Estado Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 76.167.733/0001-87, neste ato representado pelo sr. **Paulo Maximiano de Souza Junior,** Prefeito Municipal, nomeado pela Ata de Posse Biênio 2025 a 2028, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná do dia 03 de janeiro do ano de 2025, Edição 3186, portador da Matrícula nº 80421, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa

RIBEIRO VEÍCULOS LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 75.642.256/0001-00, sediada na Avenida Colombo, 199, Zona 18, CEP 87.045-000, no município de Maringá/Paraná, telefone (44) 3261-6400 - (44) 3261 6428 - (44) 98821 6046, e-mail verillo@rivesa.com.br, doravante designado CONTRATADO, neste ato representada pelo sr. **Andre Gandolfi Feio Ribeiro**, portador da cédula de identidade RG n. º 5.999.431-0 - SSP/PR, inscrito no CPF sob n. º 018.668.739-70, residente na Cidade de Maringá-PR, tendo em vista o que consta no Processo nº 20214222985 da Junta Comercial, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente **Termo Aditivo de Prazo**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO
1.1. O presente termo aditivo tem por objeto o acréscimo de R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), ou seja, 12,5%, ao lote 01, item 02 (reposição de peças), no contrato 118/2024, conforme o Art. 125 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA
2.1. Na forma do art. 125 da Lei nº 14.133/2021, fica acrescido o valor de R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) ao lote 01, item 02 (reposição de peças) do contrato 118/2024, totalizando o valor de R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO
3.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do Contrato naquilo que não contrariem o presente Termo Aditivo.

CLAÚSULA QUARTA – DO FORO
4.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Curiúva-PR com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente Termo Aditivo e Contrato que não puderam ser resolvidos pelas partes.

E, por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo assinadas.

Sapopema/PR, 26 de agosto de 2026.

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:2A33CF74

ADMINISTRAÇÃO GERAL
RESOLUÇÃO Nº 18/2026 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 18/2026 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SAPOPEMA – ESTADO DO PARANÁ

Dispõe sobre a aprovação e formalização da nova composição do Conselho Municipal de Saúde de Sapopema para o mandato 2026–2030.

O **CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SAPOPEMA – PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais e regimentais,
CONSIDERANDO a legislação municipal aplicável ao Conselho Municipal de Saúde de Sapopema;
CONSIDERANDO as normas e disposições do Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde de Sapopema;
CONSIDERANDO a necessidade de formalização da composição dos segmentos representativos do Conselho Municipal de Saúde para o mandato 2026–2030;
CONSIDERANDO a deliberação realizada em Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde de Sapopema, realizada em 12 de agosto de 2026, conforme registrada na **Ata nº 19**;
CONSIDERANDO que, após apreciação e discussão, a nova composição do Conselho Municipal de Saúde de Sapopema para o mandato 2026–2030 foi **aprovada por unanimidade** dos conselheiros presentes;
RESOLVE:
Art. 1º Fica aprovada e formalizada a nova composição do **Conselho Municipal de Saúde de Sapopema**, para o mandato **2026–2030**, conforme deliberação constante da Ata nº 19, de 12 de agosto de 2026.
Art. 2º O Conselho Municipal de Saúde de Sapopema fica composto pelos seguintes segmentos representativos e respectivos representantes titulares e suplentes:
I – REPRESENTAÇÃO DOS USUÁRIOS
Pastoral da Criança
Titular: Elizangela Luiza Vilagra da Silva
Suplente: Emília Yamada
Sindicato dos Trabalhadores Rurais
Titular: Silvana Maria de Oliveira Candido
Suplente: Silveri de Toledo Crabios
Sindicato dos Funcionários Públicos de Sapopema
Titular: Cleuzélia da Costa Veiga
Suplente: Marli Carneiro
Copasol
Titular: Eraldo Roque Brizola
Suplente: Flávio Guerreiro
Associação Ação Comunitária Lar Santana
Titular: Fransiele Cristina Veiga da Silva
Suplente: Laura Lima Pereira Guerreiro
II – REPRESENTAÇÃO DO GOVERNO/GESTÃO
Secretaria Municipal de Saúde – Administração
Titular: Emanuele Antonia Chede Subtil
Suplente: Elissa Maria Lima da Silva
III – REPRESENTAÇÃO DOS TRABALHADORES DA SAÚDE
Titular: Cinthia Carneiro de Oliveira
Suplente: Renan Martins Maciel
Titular: Guilherme Sabino do Amaral Moraes
Suplente: Eliza Saeko Sassaki
IV – REPRESENTAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS APAE
Titular: Patrícia dos Santos Costa Silva
Suplente: Rosimeire Cristina Wiechaz Fernandes
Art. 3º A composição de que trata esta Resolução observará a representação dos respectivos segmentos, entidades e instituições indicados na Ata nº 19, de 12 de agosto de 2026.
Art. 4º A documentação referente à nova composição deverá ser encaminhada aos órgãos competentes para as providências necessárias quanto à sua formalização e nomeação, observada a legislação aplicável e as normas do Conselho Municipal de Saúde.
Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho Municipal de Saúde.
Sapopema/PR, 12 de agosto de 2026.

ERALDO ROQUE BRIZOLA
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

EMANUELE ANTONIA CHEDE SUBTIL
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:DE25653E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SARANDI - PRESERV
COMUNICADO DE SUSPENSÃO E REABERTURA

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 9-0003/2026 – PRESERV

OBJETO: Contratação de empresa para Cessão de Licença de Uso de Software de Produtividade e Colaboração (Microsoft 365 E3, com Microsoft Teams), visando atender às necessidades administrativas e operacionais desta Autarquia, com suporte técnico e atualizações inclusas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste aviso de contratação direta e seus anexos.

Comunicamos aos interessados em participar do processo licitatório, na modalidade Dispensa Eletrônica nº 9-0003/2026, que tem por objeto o acima descrito, que a sessão pública de abertura das propostas, anteriormente marcada para o dia 28/08/2026, às 8h, horário de Brasília, fica SUSPENSA. A suspensão faz-se necessária em virtude da análise da impugnação apresentada pela empresa SPASSU TECNOLOGIA E SERVIÇOS S/A.

Informa-se, ainda que a nova data de abertura da sessão pública será:

RECEBIMENTO DA PROPOSTAS:
ATÉ AS 07:59H DO DIA 04 (QUATRO) DE SETEMBRO DE 2026.

ETAPA DE LANCES:
DAS 08:00H ÀS 14:00H DO DIA 04 (QUATRO) DE SETEMBRO DE 2026 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).

LOCAL: HTTPS://WWW.GOV.BR/COMPRAS/PR-BR - COMPRASNET - UASG:929269

O EDITAL COMPLETO ESTARÁ DISPONÍVEL NO SITE https://www.preserv.pr.gov.br/ - PORTAL TRANSPARÊNCIA - https://sarandi.eloweb.net/portaltransparencia/2/ - FONE/ WHATSAPP (44) 3032-6400 – E-MAIL: preserv@sarandi.pr.gov.br / licitacao@preserv.pr.gov.br

Sarandi-PR, 26 de agosto de 2026.

SAMARA DE OLIVEIRA AMARAL SILVA
Pregoeira

Publicado por:
Vinicius Ziv Masukawa
Código Identificador:102B4559

CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Processo Administrativo nº 21/2026-CMS
Requisição de compras nº 109-24/2026-CMS
Participação exclusiva para micro e pequenas empresas

Legislação aplicável: Lei 14.133/2021; Lei Complementar 123/2006; Lei Municipal 3.008/2024

Por meio deste, a **CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI, ESTADO DO PARANÁ,** nos termos do art. 75, §3º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, manifesta o interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados em relação à contratação direta, por meio de Dispensa de Licitação, para o objeto abaixo, visando selecionar a proposta mais vantajosa:

OBJETO: Contratação, **mediante registro de preços**, de empresa ou profissional para a realização de serviços de roçada e manutenção do jardim, conforme especificações estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA e seus anexos, disponíveis através do link: https://cms.pr.gov.br/licitacao-aberta

LOCAL E PRAZO PARA ENTREGA DAS PROPOSTAS:
Preferencialmente no endereço eletrônico: compras2@cms.pr.gov.br
Início: às 8h de 27/08/2026; **Término**: às 12h de 03/08/2026.
Propostas enviadas fora do prazo estabelecido não serão aceitas.

Sarandi, 26 de julho de 2026.

WESLEY HENRIQUE SANGUINO
Agente de Contratação

Publicado por:
Wesley Henrique Sanguino
Código Identificador:987ED384

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO 1º TERMO ADITIVO INEXIGIBILIDADE Nº 31/2026 CONTRATO N° 229/2026 - ID: 10861

ORIGEM:	**INEXIGIBILIDADE N° 31/2026– PMS**
CONTRATANTE:	**Município de Sarandi – PR**
CONTRATADA:	**PUBLICAÇÕES BRASIL CULTURAL LTDA**
CNPJ/CPF:	**05.641.768/0001-68**
OBJETO:	**Aquisição de kits de livros didáticos de Língua Portuguesa e Matemática, destinados aos alunos do 1° ao 5° ano do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Sarandi/PR, incluindo a realização de formação continuada para os professores.**
OBJETO DO ADITIVO:	Acréscimo quantitativo de 176 (cento e setenta e seis) kits de livros didáticos, distribuídos entre os itens contratados, em razão do aumento superveniente das matrículas da Rede Municipal de Ensino. Fundamento Legal: Artigos 124, inciso I, alínea "b", e 125 da Lei Federal nº 14.133/2021. Valor do Acréscimo: R$ 63.360,00 (sessenta e três mil, trezentos e sessenta reais). Valor Atualizado do Contrato: R$ 2.985.840,00 (dois milhões, novecentos e oitenta e cinco mil, oitocentos e quarenta reais). Percentual de Acréscimo: 2,17%.
ASSINATURA:	**24 de julho de 2026**.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Justino Dos Santos
Código Identificador:02274BC8

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO 3° TERMO ADITIVO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 09/2023 CONTRATO Nº 434/2024 – ID 9934

ORIGEM:	CONCORRÊNCIA PÚBLICA 09/2023
CONTRATANTE:	Município de Sarandi – PR
CONTRATADA:	AMBROZIM & CANDIDO CONSTRUTORA E ENGENHARIA LTDA
CNPJ/CPF:	31.329.981/0001-49
OBJETO:	Contratação de empresa especializada para executar a obra de construção de uma Escola Padrão Tipo 12 salas no Jardim Ouro Verde III, no Município de Sarandi, Estado do Paraná, incluindo o fornecimento de todos os materiais, equipamentos e mão de obra necessários.
ADITIVO:	**CLÁUSULA I - DO OBJETO** 1.1 O presente instrumento tem por objeto I. O aditamento quantitativo e qualitativo de serviços necessários à execução da obra de construção da Escola Padrão Tipo 12 Salas no Jardim Ouro Verde III; II. A glosa de itens originalmente previstos e/ou substituídos tecnicamente, conforme planilha técnica aprovada pela fiscalização da obra. **CLÁUSULA V - DO VALOR** 5.1 O presente Termo Aditivo importa no acréscimo líquido de R$ 420.105,76 (quatrocentos e vinte mil, cento e cinco reais e setenta e seis centavos), correspondente ao percentual aproximado de 5,66% do valor inicial contratado, apurado a partir da diferença entre o valor total dos serviços aditados, no montante de R$ 449.016,40 (quatrocentos e quarenta e nove mil, dezesseis reais e quarenta centavos), e o valor dos serviços glosados/suprimidos, correspondente a R$ 28.910,64 (vinte e oito mil, novecentos e dez reais e sessenta e quatro centavos), conforme planilha aprovada pela fiscalização técnica.
ASSINATURA:	**30 de julho de 2026.**

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Elaine Justino Dos Santos
Código Identificador:E02EDC89

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO CHAMAMENTO 02/2025 INEXIGIBILIDADE Nº 57/2026 CONTRATO N° 388/2026 ID: 11020

ORIGEM:	**INEXIGIBILIDADE Nº 57/2026– PMS**
CONTRATANTE:	**Município de Sarandi – PR**
CONTRATADA:	**GPM SERVIÇOS MEDICOS LTDA**
CNPJ/CPF:	**49.042.973/0001-82**
OBJETO:	**Credenciamento de Pessoa Jurídica para prestação de serviços complementares na saúde pública, contemplando consultas nas especialidades de CLÍNICO GERAL, PEDIATRIA, GINECOLOGIA e OBSTETRÍCIA, para atuação nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), do Município de Sarandi/PR**
VALOR GLOBAL:	**R$ 78.000,00(Setenta e oito mil reais).**
VIGÊNCIA:	**27 de agosto de 2026 a 26 de agosto de 2027.**
ASSINATURA:	**24 de agosto de 2026.**

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Justino Dos Santos
Código Identificador:21B391BB

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO DE APOSTILAMENTO CONTRATUAL INEXIGIBILIDADE N°53/2026 CONTRATO N° 365/2026 – ID: 10997 PMS CHAMAMENTO PÚBLICO 02/2025- PMS

ORIGEM:	**Chamamento Público 02/2025 - PMS**
CONTRATANTE:	**Município de Sarandi – PR**
CONTRATADA:	**SARA SUELEN SERVIÇOS MÉDICOS LTDA- 961167061**
CNPJ/CPF:	**57.685.025/0001-93**
OBJETO:	**CLÁUSULA PRIMEIRA:** Apostilamento do **Contrato nº 365/2026** oriundo da Inexigibilidade nº 53/2026, incluindo profissional ao corpo clínico da empresa, a serem empregados na prestação de serviços de médicos, a Sra. **Giovana Coimbra Zequim,** médica, inscrita no CRM/PR n. 62129, para prestação de serviços de acordo com o Chamamento Público n. 02/2025.
ASSINATURA:	**07 de agosto de 2026.**

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamela Cristina Castro
Código Identificador:11EA23E9

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO DISPENSA ELETRÔNICA N° 15/2026 CONTRATO N°456/2026 ID: 11088

ORIGEM:	**DISPENSA ELETRÔNICA N° 15/2026 – PMS**
CONTRATANTE:	**Município de Sarandi – PR**
CONTRATADA:	**ELO CONFECCOES LTDA**
CNPJ/CPF:	**67.541.914/0001-30**
OBJETO:	**Aquisição de BONÉS PERSONALIZADOS para atender a solicitação da Secretaria Municipal de Educação de Sarandi/PR, para serem utilizados no desfile cívico em comemoração ao aniversário do Município, nas condições estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.**
VALOR GLOBAL:	**R$ 22.389,00 (Vinte e dois mil, trezentos e oitenta e nove reais).**
VIGÊNCIA:	**26 de agosto de 2026 a 25 de agosto de 2027.**
ASSINATURA:	**26 de agosto de 2026.**

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamela Cristina Castro
Código Identificador:DA028B5A

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO INEXIGIBILIDADE N° 69/2026 TERMO DE COLABORAÇÃO N° 450/2026 ID: 11082

ORIGEM:	**INEXIGIBILIDADE N° 69/2026– PMS**
CONTRATANTE:	**Município de Sarandi – PR**
CONTRATADA:	**ACESA ASSOCIACAO DE CEGOS DE SARANDI**
CNPJ/CPF:	**80.288.467/0001-18**
OBJETO:	**Colaboração é a Termo De Colaboração entre o Município De Sarandi e Organização da Sociedade Civil sem fins Lucrativos, visando a execução do projeto inovação – fase 2026, voltado ao atendimento de pessoas com deficiência visual no Município.**
VALOR GLOBAL:	**R$ 97.259,00 (noventa e sete mil e duzentos e cinquenta e nove reais)**
VIGÊNCIA:	**26 de agosto de 2026 a 25 de agosto de 2027.**
ASSINATURA:	**26 de agosto de 2026.**

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamela Cristina Castro
Código Identificador:9BB26DE7

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO INEXIGIBILIDADE N° 70/2026 CONTRATO N° 451/2026 ID: 11083

ORIGEM:	**INEXIGIBILIDADE N° 70/2026– PMS**
CONTRATANTE:	**Município de Sarandi – PR**
CONTRATADA:	**ARIOSVALDO CORREA LEITE**
CNPJ/CPF:	**276.xxx-xxx-34**
OBJETO:	**Locação de imóvel destinado a instalação e funcionamento de setores administrativos da Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 12 (doze) meses**
VALOR GLOBAL:	**R$ 18.600,00 (dezoito mil e seiscentos reais)**
VIGÊNCIA:	**27 de agosto de 2026 a 26 de agosto de 2027.**
ASSINATURA:	**26 de agosto de 2026.**

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamela Cristina Castro
Código Identificador:3AB9A6FE

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS RETIFICAÇÃO DO EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO 2° TERMO ADITIVO CHAMAMENTO PÚBLICO N°07/2025 CONTRATO N° 406/2025 - ID: 10611 MATÉRIA PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ NO DIA 19/06/2026. EDIÇÃO 3555A

Onde se lê:
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
2º TERMO ADITIVO
CHAMAMENTO PÚBLICO nº 07/2025
Inexigibilidade Nº 86/2025

ORIGEM:	**Inexigibilidade N° 86/2025 – PMS**
CONTRATANTE:	**Município de Sarandi – PR**
CONTRATADA:	**FREITAS E SOUZA SERVIÇOS MÉDICOS S/S**
CNPJ/CPF:	**16.689.639/0001-66**
OBJETO:	**Credenciamento de Pessoa Jurídica para prestação de serviços complementares na saúde pública, contemplando consultas nas especialidades de PSIQUIATRIA para atuar no Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas – CAPS AD, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde de Sarandi/PR, conforme condições para atuação nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), do Município de Sarandi/PR**
ADITIVO	**Cláusula Primeira:** Conforme Aditivo de prazo de vigência, pelo período de 19 de junho de 2026 a 15 de dezembro de 2026, fica aditivado o valor global do contrato é de R R$ 38.400,00 (trinta e oito mil e quatrocentos reais), de conformidade com a Cláusula III – Preço, do referido contrato.
ASSINATURA	**17 de junho de 2026.**

Carlos Alberto de Paula Júnior
Prefeito

Deve-se ler:
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
2º TERMO ADITIVO
Contrato N° 406/2025 - id: 10611
CHAMAMENTO PÚBLICO nº 07/2025
Inexigibilidade Nº 86/2025

ORIGEM:	**Inexigibilidade N° 86/2025 – PMS**
CONTRATANTE:	**Município de Sarandi – PR**
ENTIDADE:	**FREITAS E SOUZA SERVIÇOS MÉDICOS S/S**
CNPJ/CPF:	**16.689.639/0001-66**
OBJETO:	**Credenciamento de Pessoa Jurídica para prestação de serviços complementares na saúde pública, contemplando consultas nas especialidades de PSIQUIATRIA para atuar no Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas – CAPS AD, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde de Sarandi/PR.**
ADITIVO	**Cláusula Primeira:** Conforme Aditivo de prazo de vigência, pelo período de 19 de junho de 2026 a 15 de dezembro de 2026, fica aditivado o valor global do contrato é de R R$ 38.400,00 (trinta e oito mil e quatrocentos reais), de conformidade com a Cláusula III – Preço, do referido contrato.
ASSINATURA	**17 de junho de 2026.**

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Justino Dos Santos
Código Identificador:D92A0FC4

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS RETIFICAÇÃO DO EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO 2° TERMO ADITIVO CHAMAMENTO PÚBLICO N°07/2025 INEXIGIBILIDADE Nº 82/2025 CONTRATO N° 407/2025 - ID: 10612 MATÉRIA PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ NO DIA 19/06/2026. EDIÇÃO 3555A

Onde se lê:
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
2º TERMO ADITIVO
CHAMAMENTO PÚBLICO nº 07/2025
Inexigibilidade Nº 82/2025
CONTRATO N° 407/2025 - ID: 10612

ORIGEM:	**Inexigibilidade N° 82/2025 – PMS**
CONTRATANTE:	**Município de Sarandi – PR**
CONTRATADA:	**AVIVE GESTÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**
CNPJ/CPF:	**33.458.003/0001-22**
OBJETO:	**Credenciamento de Pessoa Jurídica para prestação de serviços complementares na saúde pública, contemplando consultas nas especialidades de PSIQUIATRIA para atuar no Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas – CAPS AD, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde de Sarandi/PR, conforme condições para atuação nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), do Município de Sarandi/PR**
ADITIVO	**Cláusula Primeira:** Conforme Aditivo de prazo de vigência, pelo período de 19 de junho de 2026 a 15 de dezembro de 2026, fica aditivado o valor do contrato é de R$ 38.400,00 (trinta e oito mil e quatrocentos reais), de conformidade com a Cláusula III – Preço, do referido contrato.
ASSINATURA	**17 de junho de 2026.**

CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR
Prefeito

Deve-se ler:
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
2º TERMO ADITIVO
CHAMAMENTO PÚBLICO nº 07/2025
Inexigibilidade Nº 82/2025
CONTRATO N° 407/2025 - ID: 10612

ORIGEM:	**Inexigibilidade N° 82/2025 – PMS**
CONTRATANTE:	**Município de Sarandi – PR**
ENTIDADE:	**AVIVE GESTÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**
CNPJ/CPF:	**33.458.003/0001-22**
OBJETO:	**Credenciamento de Pessoa Jurídica para prestação de serviços complementares na saúde pública, contemplando consultas nas especialidades de PSIQUIATRIA para atuar no Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas – CAPS AD, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde de Sarandi/PR.**
ADITIVO	**Cláusula Primeira:** Conforme Aditivo de prazo de vigência, pelo período de 19 de junho de 2026 a 15 de dezembro de 2026, fica aditivado o valor global do contrato é de R R$ 38.400,00 (trinta e oito mil e quatrocentos reais), de conformidade com a Cláusula III – Preço, do referido contrato.
ASSINATURA	**17 de junho de 2026.**

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Justino Dos Santos
Código Identificador:FB6C6DE3

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS
RETIFICAÇÃO DO EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
DISPENSA N° 10/2026 CONTRATO N° 379/2026 - ID: 11011
MATÉRIA PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ NO DIA 18/08/2026. EDIÇÃO 3597

Onde se lê:
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
DispensaNº 10/2026
CONTRATO N° 379/2026
ID: 11011

ORIGEM:	**DispensaN° 10/2026– PMS**
CONTRATANTE:	**Município de Sarandi – PR**
CONTRATADA:	**SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI**
CNPJ/CPF:	**03.776.284/0005-24**
OBJETO:	**Contratação de empresa especializada em ministrar cursos profissionalizantes de capacitação no âmbito do Programa Municipal de Qualificação e Desenvolvimento Econômico de Sarandi/PR**
VALOR GLOBAL:	**R$ 259.232,28 (duzentos e cinquenta e nove mil, duzentos e trinta e dois reais e vinte e oito centavos).**
VIGÊNCIA:	**17 de agosto de 2026 a 16 de agosto de 2027.**
ASSINATURA:	**1 de agosto de 2026.**

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Deve-se ler:
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
DispensaNº 10/2026
CONTRATO N° 379/2026
ID: 11011

ORIGEM:	**DispensaN° 10/2026– PMS**
CONTRATANTE:	**Município de Sarandi – PR**
CONTRATADA:	**SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI**
CNPJ/CPF:	**03.776.284/0005-24**
OBJETO:	**Contratação de empresa especializada em ministrar cursos profissionalizantes de capacitação no âmbito do Programa Municipal de Qualificação e Desenvolvimento Econômico de Sarandi/PR**
VALOR GLOBAL:	**R$ 259.232,28 (duzentos e cinquenta e nove mil, duzentos e trinta e dois reais e vinte e oito centavos).**
VIGÊNCIA:	**17 de agosto de 2026 a 16 de agosto de 2027.**
ASSINATURA:	**17 de agosto de 2026.**

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Justino Dos Santos
Código Identificador:0714E31B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

CONVOCAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL HOMOLOGADO EM 05 DE MARÇO DE 2024.

O Exm. Sr. Gerson Nunes, Prefeito Municipal de Sengés, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, convoca o (a) aprovado (a) no concurso público, objeto do edital 002/2023, para comparecer no Depto. de Recursos Humanos desta Prefeitura, no prazo de 2 dias úteis a contar da publicação, para fins de tomar ciência da documentação necessária para investidura no cargo e demais providências.

CARGO : Técnico em Enfermagem

NOME	INSCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Rosicléia Deppa de Andrade	013.802.900-35	7º

Obs. o não comparecimento para entrega da documentação acarretará a desclassificação do candidato do certame.

Prefeitura Municipal de Sengés, Estado do Paraná, em 26 de agosto de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sheila Solange Savagin de Lima
Código Identificador:21E16E09

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 5.167/2026

SÚMULA: DESLIGAMENTO DE SERVIDOR MARIA VALERIA DA SILVA RIBEIRO

O Prefeito Municipal de Sengés, Estado do Paraná, Gerson Nunes, no uso das atribuições de seu cargo, *com fundamento no art. 82.º e art.83.º, da Lei n.º 595/2022.*

D E C R E T A

Art. 1º Fica desligada a Sra. Maria Valéria da Silva Ribeiro, matrícula funcional de n.º 5381, servidora efetiva deste Município, devidamente inscrita no PIS/PASEP sob n.º 125.XXX.489.XX, ocupante do cargo efetivo de Professor MG3-23, em face da concessão de sua Aposentadoria pelo INSS - (Instituto Nacional do Seguro Social), conforme Benefício n.º 212.480.707.7 de espécie 42- Aposentadoria por Tempo de Contribuição .

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Sengés, Estado do Paraná, em 25 agosto de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sheila Solange Savagin de Lima
Código Identificador:3D9971DE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LEILÃO VIRTUAL

O MUNICÍPIO DE SENGÉS comunica que se encontra instaurado a licitação abaixo especificada:

LEILÃO ELETRÔNICO N.º 001/2026
(PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 183/2026)

OBJETO: Leilão Virtual, pelo critério de MAIOR LANCE de alienação de bens móveis inservíveis ou antieconômicos, sucatas e grãos, no estado em que se encontram e conforme especificações constantes no anexo I deste edital, através de leilão público oficial on-line, onde o cadastro dos interessados e os lanços serão efetuados exclusivamente perante o Leiloeiro Público Oficial: RICARDO FERREIRA GOMES com Matricula na JUCESC sob o n° AARC 452 / JUCEPAR n.º 21/332-L.

PREÇO TOTAL DOS BENS A SEREM LEILOADOS: R$ 927.900,00 (novecentos e vinte e sete mil e novecentos reais).

O leilão encerrará no dia 22 de Setembro de 2026, a partir das 09h00min horas no portal www.ricardogomesleiloes.com.br**, somente on-line.**
DO LOCAL DA VISITAÇÃO DOS BENS: Os interessados poderão realizar visita para exame e identificação visual, sendo vedada a sua experimentação. As visitações ocorrerão nos dias **08h às 10h30m e das 13h às 16h30m**, nos dias 18 e 21 de Setembro de 2026 no mesmo horário compreendido. Os interessados deverão entrar em contato com a Prefeitura de Sengés - PR pelo telefone **(43) 3567-1222** ou através do e-mail patrimonio.senges@hotmail.com com o servidor Wagner da Silva santos para agendamento de visita.
INFORMAÇÕES GERAIS: O Edital encontra-se à disposição dos interessados através do site www.senges.pr.gov.br. Mais informações poderão ser obtidas através do telefone **(43) 3567-1222**, no endereço

eletrônico: deptolicitacao@senges.pr.gov.br/ www.ricardogomesleiloes.com.br/patrimonio.senges@hotmail.com**.**

Sengés, 26 de Agosto de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:A844AA52

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA

Na publicação do aviso da Licitação do Pregão Presencial nº 082/2026, veiculada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, na edição de 26 de agosto de 2026, Ano XV, nº 3603, página 449, onde se lê:
[...] **LOCAL**: Edifício sede da Prefeitura Municipal de Sengés
Sala de Reuniões - Travessa Senador Souza Naves, n.º 95, Centro, Sengés – PR
DIA: 30 de julho de 2026.
HORÁRIO: 13h30min
Leia-se:
[...] **LOCAL**: Edifício sede da Prefeitura Municipal de Sengés
Sala de Reuniões - Travessa Senador Souza Naves, n.º 95, Centro, Sengés – PR
DIA:- 09 de setembro de 2026.
HORÁRIO: 13h30min
Permanecem inalteradas as demais informações.

Sengés, 26 de agosto de 2026

Departamento de Licitações

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:196DB3A4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 184/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 035/2026.

OBJETO: contratação de **serviços de consultoria e assessoria técnica, prestados por profissional qualificado, para a elaboração do Plano Municipal de Educação**, conforme requerido e justificado pela Secretaria Municipal de Educação, através de Inexigibilidade de Licitação.

Homologo e Adjudico a Decisão da Comissão Permanente de Licitação, que considerou a empresa abaixo listada como **HABILITADA**:

65.081.933 MARCIA APARECIDA BALDINI, inscrita no **CNPJ sob o n.º 65.081.933/0001-04,** para o objeto desta licitação com o valor global de **R$ 39.950,00 (trinta e nove mil novecentos e cinqüenta reais)**

Sengés, 26 de Agosto de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:E6FA49EC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 184/2026.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 035/2026.

O MUNICÍPIO DE SENGÉS comunica que se encontra instaurado a Inexigibilidade de licitação abaixo especificada:

Objeto: contratação de **serviços de consultoria e assessoria técnica, prestados por profissional qualificado, para a elaboração do Plano Municipal de Educação**, conforme requerido e justificado pela Secretaria Municipal de Educação, através de Inexigibilidade de Licitação, fixando seu preço máximo total em **R$ 39.950,00 (trinta e nove mil novecentos e cinqüenta reais)**

Autorizo a Inexigibilidade de Licitação disposição no artigo 74 inciso III alínea "c" da Lei 14.133/21.

Sengés, 26 de Agosto de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:B8EDD1C6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 83/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS - PR
Exercício: 2026

TERMO DE ADITIVO

1° Termo Aditivo ao Contrato nº. 83/2025, decorrente da Dispensa n°214/ 2025 de Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de sistemas tributários e seus respectivos módulos. (Conforme termo de referência).

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANOPOLIS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.245.034/0001-08, com endereço em AV DR VACYR GONCALVES PEREIRA, 342, CENTRO, SERTANÓPOLIS-PR, 86170000, representada pela Prefeita Municipal a Sra. ANA RUTH SECCO, e a empresa **SIMPLISS SISTEMAS DE INFORMACAO LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ sob nº. 07.677.625/0001-31, com sede no endereço Rua Getúlio Vargas, nº 507, Centro, São João da Boa Vista - SP - neste ato representada por **LEVY HENRIQUE MARTINS LEITE,** portador do CPF sob n° 04293570870, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência com término em 27 de agosto de 2027 e Reajuste de Valores na importância de R$ 47.574,48 (quarenta e sete mil, quinhentos e setenta e quatro reais e quarenta e oito centavos), com atualização monetária pelo índice INPC (IBGE) de 4,33%, em decorrência da prorrogação deste Contrato com o reestabelecimento do quantitativo inicial com finalidade de atender ao pedido do Departamento de Fazenda que justificou a necessidade e a vantajosidade, com fundamento art. 105 e 106 da Lei nº. 14.133/21, conforme tabela abaixo:

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	Contratação de empresa para fornecimento de licença de uso de sistemas tributários e seus respectivos módulos (conforme termo de referência)	12,00 Meses	R$ 3.964,54	R$ 47.574,48

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.
Sertanópolis, 26 de agosto de 2026

MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS	***SIMPLISS SISTEMAS DE INFORMACAO LTDA - EPP***
Contratante	Contratada

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:67DF6696

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 283/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 049/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS – PR
AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 283/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 049/2026
A Prefeita Municipal de Sertanópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no art. 71, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, torna pública a **REVOGAÇÃO** do procedimento licitatório em epígrafe, cujo objeto era o Registro de Preços para aquisição de garrafas squeeze térmicas em aço inoxidável. **Motivo:** Interesse público superveniente decorrente da inadequação do objeto às necessidades atuais do Departamento Municipal de Educação, conforme justificativa técnica constante nos autos. Fica aberto o prazo legal de 03 (três) dias úteis para eventual manifestação dos interessados, contados desta publicação. Os autos estão disponíveis no portal da transparência.
Sertanópolis - PR, 26 de agosto de 2026.

ANA RUTH SECCO –
Prefeita Municipal.

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:C0359C2B

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 217/2026

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 217/2026
LEI FEDERAL N.º 14.133/2021
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público, com sede na cidade de Sertanópolis, Estado do Paraná, sito à Av. Doutor Vacyr Gonçalves Pereira nº342, inscrita no CNPJ/MF nº76.245.034/0001-08, neste ato representado por sua prefeita municipal, senhora **Ana Ruth Secco**.

CONTRATADO: LARA COMERCIAL LTDA.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS TIPO BLOCOS MAGNÉTICOS PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.
VALOR: 9.794,00(NOVE MIL, SETECENTOS E NOVENTA E QUATRO REAIS).

EMBASAMENTO LEGAL: O presente é celebrado por adjudicação direta, face à dispensa de licitação, com fulcro no artigo 75, II da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Sertanópolis, 26 de agosto de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:8717E6C7

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 218/2026

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 218/2026
LEI FEDERAL N.º 14.133/2021
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público, com sede na cidade de Sertanópolis, Estado do Paraná, sito à Av. Doutor Vacyr Gonçalves Pereira nº342, inscrita no CNPJ/MF nº76.245.034/0001-08, neste ato representado por sua prefeita municipal, senhora **Ana Ruth Secco**.

CONTRATADO: BRUNO HENRIQUE GARCIA PAES-MEI.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL.
VALOR: 9.720,00(NOVE MIL, SETECENTOS E VINTE REAIS).

EMBASAMENTO LEGAL: O presente é celebrado por adjudicação direta, face à dispensa de licitação, com fulcro no artigo 75, II da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Sertanópolis, 26 de agosto de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:50ADDE44

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
PORTARIA Nº. 105/2026

O Prefeito Municipal de Sulina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista Lei Orgânica do Município, e ainda os Artigos 139 a 143 da Lei Municipal 1.139/2023, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Sulina,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder Licença para tratar de interesses particulares, sem remuneração, para o Servidor Público Municipal Senhor **CLAUDIO CENI,** CPF nº. 019.269.339-58, Matrícula Funcional nº 3891/1, ocupante do Cargo efetivo de **MÉDICO VETERINÁRIO**, compreendendo o período de 24/08/2026 à 23/08/2027.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sulina, Estado do Paraná, em 21 de agosto de 2026.

WALTERCIR ERNZEN
Prefeito em Exercício

Registre-se e Publique-se
Em 21/08/2026.

Publicado em 24/08/2026, Edição _____, Página _____ Diário Eletrônico Dos Municípios do Paraná

Publicado em 22/08/2026, Edição _____, Página _____do Jornal de Beltrão

Publicado por:
Elenice Minuzzi
Código Identificador:DBD0A2A9

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
PORTARIA Nº. 108/2026

O Prefeito Municipal de Sulina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista Lei Orgânica do Município, e ainda os Artigos 139 a 143 da Lei Municipal 1.139/2023, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Sulina,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder Licença para tratar de interesses particulares, sem remuneração, para o Servidor Público Municipal Senhor **OSCAR VICENTE BORTH,** CPF nº. 076.914.609-02, Matrícula Funcional nº 7412/1, ocupante do Cargo efetivo de **Trabalhador Braçal**, compreendendo o período de 26/08/2026 à 23/11/2026.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sulina, Estado do Paraná, em 26 de agosto de 2026.

GILBERTO JOÃO ROSSI
Prefeito

Registre-se e Publique-se
Em 26/08/2026.

PUBLICADO EM 27/08/2026, EDIÇÃO _____, PÁGINA ____ DIÁRIO ELETRÔNICO DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ

PUBLICADO EM 27/08/2026, EDIÇÃO _____, PÁGINA _____DO JORNAL DE BELTRÃO

Publicado por:
Elenice Minuzzi
Código Identificador:F7A3BF10

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026

O Município de Sulina – Paraná, torna público, que no dia **15/09/2026**, às **09:00 horas**, estará realizando licitação na modalidade **Pregão Eletrônico**, **tipo MENOR PREÇO POR ITEM**, que tem por objeto a **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE KIT DE MATERIAL DE INFORMÁTICA PARA AS ESCOLAS MUNICIPAIS"**.
INÍCIO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: a partir do dia 27/08/2026 até dia 15/09/2026 às 08h:30min.
ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 15/09/2026, às 09h:00min.
LOCAL: http://www.comprasgovernamentais.gov.br/.
Para todas as referências de tempo será observado o horário oficial de Brasília (DF).
Oedital estará disponível nos sites: http://www.comprasgovernamentais.gov.br/ewww.sulina.pr.gov.br. Informações e esclarecimentos na Rua Tupinambá, nº 68, Centro, Sulina – PR, na Secretaria da Comissão de Licitação. Fone/WhatsApp: (46) 98800-1015 – e-mail: licitasulinapr@hotmail.com.

Sulina, 26 de agosto de 2026.

GILBERTO JOÃO ROSSI,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ediceia Schafer Rosa
Código Identificador:7D41ACE4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA

LICITAÇÕES
AVISO DE INEXIGIBILIDADE Nº 38-2026

AVISO DE LICITAÇÃO
Objeto: CREDENCIAMENTO de pessoas físicas e jurídicas especializadas na prestação de serviços de INSTRUTOR DE CANTO E MÚSICA, destinado a atender às atividades da Jornada Ampliada do Programa Escola em Tempo Integral da Rede Municipal de Ensino, nos termos da Lei Federal nº 14.640/2023 e da Resolução FNDE nº 18/2023, mediante as condições estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência (Anexo I) e nos demais anexos.
Departamento Solicitante: Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Processo: 158/2026
Modalidade: INEXIGIBILIDADE/Credenciamento nº 38/2026
Tipo: seleção dos interessados
Valor total estimado: R$ R$ 29.664,00 (vinte e nove mil seiscenetos e sessenta e quatro reais).
Fundamentação Legal: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei n.º 14.133/2021 Lei n° 14.640/2023 e na Resolução FNDE n° 18/2023.
PERÍODO DE CREDENCIAMENTO:
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO: **A partir do dia 27/08/2026.**

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília. Na hipótese de não haver expediente na data fixada, ficará a sessão adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, salvo as disposições em contrário.
Informações: O Edital de Licitação com detalhes do Credenciamento nº 38/2026 estará à disposição dos interessados a partir do dia 27 de agosto de 2026, no endereço eletrônico: www.terraboa.pr.gov.br *em "Portal da Transparência" e* na Departamento de Licitação situada no Paço Municipal ou através do e-mail licitacao@terraboa.pr.gov.br

Publicado por:
Valeria Ap. Zancan Sotocorno
Código Identificador:354F0E44

LICITAÇÕES
AVISO DE INEXIGIBILIDADE Nº 39-2026

AVISO DE LICITAÇÃO
Objeto: Credenciamentos de empresa especializada com vistas à prestação de serviços de profissional médico especializado, para atendimento de: ANESTESISTA conforme especificações neste termo de referência.
Departamento Solicitante: Secretaria Municipal de Saúde

Processo: 159/2026
Modalidade: INEXIGIBILIDADE/Credenciamento nº 39/2026
Tipo: seleção dos interessados
Valor total estimado: R$ 1.390.285,00 (um milhão, trezentos e noventa mil, duzentos e oitenta e cinco reais).
Fundamentação Legal: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei n.º 14.133/2021 Lei Federal nº. 8.080/90, Lei Federal nº. 8.142/90, Lei Complementar 141/2012, Resoluções n°. 5351/04-TC de 10/08/2004 e 1420/04-TC de 18/04/2004, Acórdão nº 408/2012, Acórdão nº 352/2016, Acórdão nº 784/2018 todos do TCU, Acórdão nº 549/11 - Tribunal Pleno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) Portaria do Sistema Único de Saúde nº 2567/2016 e demais legislações aplicáveis.
PERÍODO DE CREDENCIAMENTO:
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO: **A partir do dia 27/08/2026.**

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília. Na hipótese de não haver expediente na data fixada, ficará a sessão adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, salvo as disposições em contrário.
Informações: O Edital de Licitação com detalhes do Credenciamento nº 39/2026 estará à disposição dos interessados a partir do dia 27 de agosto de 2026, no endereço eletrônico: www.terraboa.pr.gov.br *em "Portal da Transparência" e* na Departamento de Licitação situada no Paço Municipal ou através do e-mail licitacao@terraboa.pr.gov.br

Publicado por:
Valeria Ap. Zancan Sotocorno
Código Identificador:27AA2ACB

LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO ELETRONICO Nº 82-2026

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 82/2026

A Prefeitura Municipal de Terra Boa - PR torna público, para conhecimento dos interessados, que estará realizando Pregão Eletrônico, tipo menor preço, UNITÁRIO.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de fretamento de veículo recreativo estilo trenzinho com reboque para passageiros para atendimento a Secretaria Municipal de Educação, Cultura.

Edital completo disponível na plataforma https://bnc.org.br/ e também no site da Prefeitura - https://terraboa.eloweb.net/portaltransparencia/licitacoes.
As propostas devem ser encaminhadas a partir do dia 26.08.2026 através do https://bnc.org.br/

Data e horário da sessão de abertura: 14.09.2026, às 08h30 (horário de Brasília).

Mais informações: licitacao@terraboa.pr.gov.br ou pelo telefone (44) 3641-8000, Setor de Licitações.

Terra Boa, 26 de agosto 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Valeria Ap. Zancan Sotocorno
Código Identificador:78CB9777

LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO: 300/2026 REF: DISPENSA N° 33/2026

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: AGAPE SOLUÇÕES EM GESTAO PUBLICA LTDA - ME, CNPJ nº 11.666.404/0001-35, com sede RUA RIO BRANCO, 437, CENTRO, CEP 87155000, Doutor Camargo - PR, tendo como representante legal o(a) Sr(a). ADRIANA FRANCIELI VIEIRA GONZAGA, CPF: 020.388.689-56, carteira de Identidade nº 62273054.

OBJETO: Prestação de serviços técnicos especializados de assessoria e consultoria administrativa para elaboração, estruturação, acompanhamento e implementação do Plano Anual de Contratações – PCA do Município de Terra Boa/PR..

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até R$ 23.000,00 (vinte e três mil reais) , valor esse que será pago em conforme termo de referencia.

PRAZO: O presente contrato terá vigência a partir de 26 de agosto de 2026, com vencimento até 26 de dezembro de 2026, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/21, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 26 de agosto de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:8B118B7E

LICITAÇÕES
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 319/2023 PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE N° 29/2023

O **MUNICÍPIO DE TERRA BOA**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ do MF sob o nº 75.793.786/0001-40, com sede na Rua Tancredo Neves, 240 - centro, no Município de Terra Boa, Estado do Paraná, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Senhor **VALTER PERES**, neste ato denominado **CONTRATANTE** e, de outro, o Leiloeiro **ANDRÉ LUIZ WUITSCHIK**, matriculado na Junta Comercial do Estado do Paraná sob nº 20/327-L, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.932.625-5 SSP-SC, CPF nº 028.240.179-29, residente e domiciliado junto a Rua Santa Luzia, 332, Vale das Palmeiras, CEP 84400-000, Prudentópolis, Estado do Paraná, doravante denominado **CONTRATADO**, tendo em vista a homologação da licitação realizada pelo processo de Inexigibilidade nº 29/2023, nos termos da Lei nº. 8.666/93 e legislação pertinente, assinam pelas condições avençada no Contrato nº 319/2023, que tem por objeto a **contratação de leiloeiro para prestação de serviços de alienação, avaliação, fotos e descrições de bens móveis e sucatas em geral de propriedade do município de Terra Boa – PR.** e pelos termos da proposta da Contratada as cláusulas a seguir expressas, definidoras de direito, obrigações e responsabilidades das partes, assim, celebram o presente aditivo ao contrato em epigrafe, que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA
O presente instrumento tem por finalidade prorrogar o prazo de vigência do referido contrato até 31 de agosto de 2027, com base no art. 57, da Lei 8666/93.

Paragrafo Primeiro: A fundamentação legal encontra-se amparada na lei ora revogada, que se encontrava vigente na época da celebração do contrato, embora a lei 8.666/93 tenha sido revogada, por força do contido no artigo 191§1º da Lei 14.133/2021, prevendo que aos contratos firmados com base na Lei antiga, seguirão por ela regidos até o final de sua vigência, considerando suas prorrogações.

CLÁUSULA SEGUNDA
As demais cláusulas do contrato originário, não atingidas por este instrumento, permanecem inalteradas.

Estando as partes justas e contratadas, firmam o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas, conforme segue.

Município de Terra Boa, Estado do Paraná, aos vinte e seis dias do mês de agosto de 2026.

VALTER PERES
Contratante

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:958A7DA3

LICITAÇÕES
RATIFICAÇÃO DISPENSA 33-2026

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico a pretendida Dispensa de nº. 33/2026 tudo em conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo e ainda, com fundamento no inciso II do Artigo 75, da Lei nº. 14.133/2021, a favor da empresa AGAPE SOLUÇÕES EM GESTÃO PUBLICA, CNPJ: 11.666.404/0001-35, com sede na AV. BRASIL, 4312, SALA 104, MARINGA -PR, quanto à Prestação de serviços técnicos especializados de assessoria e consultoria administrativa para elaboração, estruturação, acompanhamento e implementação do Plano Anual de Contratações – PCA do Município de Terra Boa/PR, conforme especificações desta solicitação**.**
O valor total depreendido com a contratação será de R$ 23.000,00 (vinte e três mil reais)

Face ao disposto no Artigo 72 da Lei nº. 14.133/2021, vez que o processo se encontra devidamente instruído.

Publique.

Terra Boa/PR, 26 de agosto de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

Publicado por:
Valeria Ap. Zancan Sotocorno
Código Identificador:FB0B5BC6

LICITAÇÕES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO Nº 46/2026

Licitação Modalidade: **Pregão No 46/2026**

REGISTRO DE PREÇOS PARA UMA EVENTUAL Contratação de empresa para aquisição de equipamentos de informática, para atendimento das necessidades das secretarias municipais.

Expirado o prazo recursal, torna-se pública a homologação do procedimento licitatório em epígrafe e a adjudicação para a empresa:

1) LICITAINFO LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 52.277.278/0001-04 no valor total dos itens vencidos de R$ 127.450,00 (cento e vinte e sete mil, quatrocentos e cinquenta reais).

2) MALKUT E BOHN LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 10.868.068/0001-40 no valor total dos itens vencidos de R$ 126.079,62 (cento e vinte e seis mil e setenta e nove reais e sessenta e dois centavos).

3) CENTRINUNS COMERCIO VAREJISTA DE COMPUTADORES LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 34.009.638/0001-05 no valor total dos itens vencidos de R$ 46.410,00 (quarenta e seis mil, quatrocentos e dez reais).

4) B2G PARTICIPAÇÕES LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 58.959.886/0001-85 no valor total dos itens vencidos de R$ 25.479,93 (vinte e cinco mil, quatrocentos e setenta e nove reais e noventa e três centavos).

5) FABBRO IT IND COM E DISTRIBUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS EIRELI inscrito no CNPJ/CPF Nº 39.304.546/0001-71 no valor total dos itens vencidos de R$ 22.200,00 (vinte e dois mil e duzentos reais).

6) M M MOREIRA E MOREIRA LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 01.720.305/0001-30 no valor total dos itens vencidos de R$ 18.649,99 (dezoito mil, seiscentos e quarenta e nove reais e noventa e nove centavos).

7) MC INFORMATICA LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 09.299.377/0001-68 no valor total dos itens vencidos de R$ 2.505,00 (dois mil, quinhentos e cinco reais).

8) V3 ELETRÔNICOS E MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 05.060.654/0001-24 no valor total dos itens vencidos de R$ 1.956,00 (um mil, novecentos e cinquenta e seis reais).

9) MM NEGÓCIOS LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 64.467.408/0001-50 no valor total dos itens vencidos de R$ 1.776,00 (um mil, setecentos e setenta e seis reais).

Terra Boa, 26 de agosto de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:5443A316

SECRETARIA DE FAZENDA
DECRETO DE SUPLEMENTAÇÃO N.º 4.426/2026

MUNICIPIO DE TERRA BOA
Estado do Paraná

Exercício: 2026
Decreto nº 4426/2026 de 26/08/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de TerraBoa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1839/2025 de 05/11/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 52,11 (cinqüenta e dois reais e onze centavos)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
10.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Saúde	
10.001.00.000.0000.0.000.		Fundo Municipal de Saúde	
10.001.10.302.0007.2.116.		MANUTENÇÃO DAS ENTIDADES FILANTRÓPICAS E PRIVADAS	
1699 - 3.3.90.39.00.00	857	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	52,11
		Total Suplementação:	**52,11**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;

Receita:1.7.1.3.50.91.02.00000000	Fonte: 857	52,11
	Total da Receita:	**52,11**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Terra Boa , Estado do Paraná, em 26 de agosto de 2026.

VALTER PERES	***LUIZ HENRIQUE TAVERAZ DE OLIVEIRA***
Prefeito Municipal	Contador

Publicado por:
Valdir Batista Gonçalves Junior
Código Identificador:8D744A13

SECRETARIA DE SAÚDE
CONVÊNIO Nº 01./2026

CONVÊNIO Nº 01./2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE TERRA BOA E O CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE COM VISTAS A OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA DO SUS NO MUNICÍPIO.

Por este instrumento, de um lado a **Prefeitura Municipal de Terra Boa**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº75.793.786/0001-40 com sede a Rua Tancredo de Almeida Neves, 240 na cidade de Terra Boa – Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal VALTER PERES, portador da Cédula de Identidade RG n.º 2.003.293-6. PR e do CPF n.º 534.948.579-20, residente e domiciliado em Terra Boa, Paraná à Rua Gastão Vidigal, nº 221 e de outro lado o **CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE**, CNPJ nº 03.273.207/0001-28, doravante simplesmente CONSÓRCIO, neste ato representado pelo seu Presidente **Marcelo José Bernardeli Palhares,** portador da Cédula de Identidade/RG nº 7.789.283-4 SSP-PR, do CPF nº 031.836.199-03, residente e domiciliado na Rua Coronel Cecílio Rocha, 702**,** em Jacarezinho (PR) – CEP 86400-000, com base no previsto no artigo 19º, inciso III, do estatuto do Consórcio, e nas Leis nºs 8.080/90 e 8.142/90, firmam o presente Convênio de acordo com os termos e condições a seguir estabelecidos:
CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO - O presente Termo tem por objetivo operacionalizar ações de Assistência Farmacêutica, através da aquisição e distribuição de medicamentos essenciais, à população usuária do SUS (Sistema Único de Saúde).

CLÁUSULA SEGUNDA: DO COMPROMISSO DAS PARTES - Comprometem-se os signatários: I – PREFEITURA MUNICIPAL:
repassar ao Consórcio, recursos financeiros no valor de R$ 380.000,00. em duas parcelas de R$ 190.000,00, as quais deverão ser depositadas em conta corrente nº 5024-5 específica do Banco do Brasil, Agência 3793-1, até o dia 05 dos meses de Setembro, Dezembro/2026 conforme plano de aplicação em anexo;
estruturar a Assistência Farmacêutica no município;

garantir que a dispensação Farmacêutica seja realizada sob responsabilidade técnica do Profissional Farmacêutico;

manter dados consistentes sobre o consumo de medicamentos e demanda (atendida e não atendida) de cada produto;
efetuar a programação de medicamentos utilizando-se do perfil epidemiológico, consumo histórico e oferta de serviços;

quantificar os medicamentos definindo um ponto de reposição, considerando o Consumo Médio Mensal e o tempo médio para aquisição/ressuprimento;
monitorar a qualidade dos medicamentos recebidos, subsidiando a Diretoria do Consórcio, para que esta reavalie os requisitos de qualidade para aquisição e proceda a validação de fornecedores;

receber, armazenar e distribuir, adequadamente os medicamentos;
organizar a distribuição dos medicamentos, exclusivamente na rede SUS, garantindo prescrição e utilização adequada dos mesmos;

promover o uso racional dos medicamentos junto à população, aos prescritores e aos dispensadores;
disponibilizar e capacitar os recursos humanos em saúde, necessários a uma Assistência Farmacêutica de qualidade.

II - AO CONSÓRCIO:

seguir o elenco proposto na pactuação aprovada pela Comissão Intergestores Bipartite e Conselho Estadual de Saúde, integrantes da Relação de Medicamentos Essenciais para a Atenção Básica e constante do Plano Estadual de Assistência Farmacêutica Básica;
adquirir os medicamentos de acordo com a programação do município, elaborada com o recurso financeiro disponível, conforme plano de aplicação em anexo;

incentivar os municípios a participarem da formulação da Política de Assistência Farmacêutica do Estado e a organizarem sua estrutura no município;
manter um sistema de comunicação com os municípios, para que esses obtenham informações atualizadas das programações, aquisições e movimentação financeira de seus recursos;

manter o cronograma de programação e aquisição, tentando evitar a descontinuidade no fornecimento;
efetuar as aquisições de medicamentos dentro de requisitos técnicos, legais e de qualidade, estabelecidos para esses produtos;

monitorar as entregas dos produtos até o seu destino final, intermediando possíveis transtornos durante seu percurso;
intermediar junto ao Fornecedor, a substituição dos produtos, quando comprovado desvio da qualidade originada no processo de fabricação ou transporte.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS - O valor referente ao recurso financeiro destinado à execução do presente convênio correrão à conta da Dotação Orçamentária n.º 10.01.10.301.0075.2069, elemento de despesa – 3.3.72.30.00, Fonte: 303.
CLÁUSULA QUARTA: DO ACOMPANHAMENTO – O acompanhamento do presente convênio será realizado a cada período vigência, com base em avaliações do cumprimento de seu objeto.
CLÁUSULA QUINTA: DA DENÚNCIA E RESCISÃO – O presente termo de convênio poderá ser rescindido sem comunicação prévia, caso ocorra descumprimento das obrigações ora estipuladas, sujeitando-se a parte inadimplente a eventuais perdas e danos, respondendo ainda por todo e qualquer ônus decorrente de procedimentos judiciais que se fizerem necessários podendo, entretanto, ser resolvido por mútuo consenso, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

CLÁUSULA SEXTA – Ficam sem efeito quaisquer disposições estabelecidas em convênios ou consequentes termos aditivos, anteriores ao presente, que contrariem direta ou indiretamente o disposto nas cláusulas deste Instrumento.

CLAUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA - Este Termo de Convênio entrará em vigor a partir da data de sua assinatura e terá vigência até 31 de dezembro de 2026.
CLÁUSULA OITAVA: DAS ALTERAÇÕES - Quaisquer alterações dos termos e condições do presente convênio deverão ser objeto de termos aditivos firmados a qualquer tempo e farão parte integrante, para todos os efeitos e direitos.

CLÁUSULA NONA: DO FORO - As partes elegem o Foro da Comarca de Curitiba para dirimir as dúvidas fundadas neste Instrumento e que não puderem ser resolvidas de comum acordo. E assim por estarem de pleno acordo e ajustados depois de lido e achado conforme, o presente Instrumento vai, a seguir, assinado em 03 (três) vias pelos representantes dos respectivos signatários na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo firmadas, para publicação e execução.

Terra Boa, 25 de agosto de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

MARCELO JOSÉ BERNARDELI PALHARES
Pres. do Conselho Deliberativo do Consórcio

1- LEUKTEMBERGG M. DA COSTA
CPF 019.978.389-66

2- ANTONIO APARECIDO MARI
CPF 737.693.809-59

Publicado por:
Cleber Amilcar de Souza
Código Identificador:584CAA5D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 272/2026

O Município de Terra Rica, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, cadastrado no CNPJ. Sob nº 76.978.881/0001-81, sito na Av. Euclides da Cunha, 1120, Terra Rica, Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGNALDO DE SOUZA COSTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Avenida Nelson Maior, 79, portador do RG nº 5.994.543-2, e do CPF n° 919.243.329-49, a seguir denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa **COMERCIO DE COMB. TBM LTDA, CNPJ 40.195.342/0001-29** com endereço na AV. JAGMES PATRICK CLARK, 174 - CEP: 87890000 - BAIRRO: CENTRO, neste ato representada por EDUARDO DE OLIVEIRA MORAES ocupando o cargo de Representante legal, CPF nº 058.016.429-27, com domicilio na AVENIDA JAMES PATRICK CLARCK, 746 - CEP: 87890000 - BAIRRO: CENTRO, a seguir denominada CONTRATADA.

CLÁUSULA PRIMEIRA: O **CONTRATANTE** com apoio na Lei nº. 14.133/21, expediu Edital de Licitação na Modalidade Pregão - Eletrônico 67/2026, objetivando a **Registro de preço para compra de combustível diesel, diesel S10, etanol e gasolina.**

CLÁUSULA SEGUNDA: Através do presente termo aditivo, na Ata de Registro de Preços acima identificada, fica reajustado o item do lote 001, conforme tabela abaixo:

Lote	Item	Produto	Valor Atual	valor do reajuste	Valor reajustado
001	1	DIESEL S10	R$ 6,98	R$ (-) 0,09	R$ 6,89

CLAUSULA TERCEIRA: Considerando os valores ajustados do lote acima mencionado e a quantidade de saldo restante, será necessário **suprimir** ao contrato o valor de R$ 20.317,68 (Vinte mil, trezentos e dezessete reais e sessenta e oito centavos).

CLÁUSULA QUARTA: Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato originário nº 272/2026 de 25/08/2026.

Terra Rica-Pr, 25/08/2026.

AGNALDO DE SOUZA COSTA	*EDUARDO DE OLIVEIRA MORAES*
Prefeito Municipal	Comercio De Comb. Tbm LTDA

Testemunhas:

_____

_____

Nome: Nome:

Publicado por:
Natalia Alvarez Cazetta
Código Identificador:0ABAE03A

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
DECRETO Nº 376/2026

SÚMULA: EXONERA O SENHOR PAULO SERGIO LOPES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS...

DECRETA:

Artigo 1º. Fica **EXONERADO,** por término de contrato, o Sr. **PAULO SERGIO LOPES**, ocupante do cargo temporário de **TÉCNICO EM ENFERMAGEM (PSS),** do Município de Terra Rica, criado através da Lei Municipal nº 021/2022, a partir de 26 de Agosto 2026.

Artigo 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS VINTE E SEIS DIAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (26/08/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:D0350A1F

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
DECRETO N.º 377/2026

Súmula: Concede Pensão por Morte.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, Prefeito do Município de Terra Rica, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas por Lei, e **Considerando** o processo de Pensão por Morte do servidor aposentado Sr. **DANIEL FRANCISCO PAES.**

DECRETA:

Art. 1º- Fica concedido a partir de 15 de Agosto de 2026, **PENSÃO POR MORTE** a Sra. **ANTONIA ROMANA PAES**, brasileira, na condição de cônjuge do segurado falecido **DANIEL FRANCISCO PAES**, servidor público municipal inativo, matrícula nº 24.139, cota familiar e cota de dependente, com fundamento no artigo 55 da Lei Complementar nº 75/2024, conforme cálculo da pensão por morte.

Art. 2º- Fica estipulado como provento mensal de sua pensão, o valor de R$ 1.248,17 (um mil, duzentos e quarenta e oito reais e dezessete centavos), com fundamento no artigo 55 da Lei Complementar nº 75/2024 e com aplicação do disposto no artigo 24 da E.C. 103/2019.

Art. 3º- A pensão será reajustada anualmente na mesma data em que for dado reposição salarial aos servidores ativos e inativos com fundamento no § 8º do artigo 40 da C.F./88.

Art. 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS VINTE E SEIS DIAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (26/08/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:1C472585

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 068/2026

AGNALDO DE SOUZA COSTA, Prefeito Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, torna público o presente **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**, de acordo com o anexo I, para o cargo de **Técnico de Enfermagem(PSS),** selecionado por ordem de classificação no Processo Seletivo Simplificado nº 003/2025, devidamente homologado através do Edital nº 005/2026, de 20/01/2026.

O candidato convocado terá o prazo de **30 (trinta) dias corridos**, contados da data de publicação deste Edital, para apresentar à Divisão de Recursos Humanos do Município, os seguintes documentos:

1º. Providenciar nos serviços públicos ou privados de saúde a realização dos seguintes exames:

Raio-X de Tórax (*com laudo*);
Hemograma;
Glicemia;
Hepatite B;

2º. Providenciar a confecção de cópias autenticadas dos seguintes documentos pessoais:

a) Registro de Identidade – RG;
b) Cadastro de Pessoa Física – CPF;
c) Título de Eleitor com comprovante de votação da última eleição ou prova de quitação com a Justiça Eleitoral;
d) Prova de quitação com o serviço militar para o candidato do sexo masculino;
e) Carteira do PIS ou PASEP (*se já teve emprego anterior*);
f) Carteira de Trabalho (CTPS), contendo as páginas do número da carteira, da qualificação civil e dos contratos de trabalho;
h) Comprovante de residência;
i) Diploma ou Certificado de Conclusão de curso (*quando exigido para o cargo, conforme o Edital);*
J) Registro no órgão de classe e comprovante de pagamento da última anuidade, quando for requisito do cargo (*quando exigido para o cargo, conforme o Edital);*
k) Certidão de Nascimento/Casamento;
l) Registro de nascimento de filho(s) de até 21 anos, ou maior, se incapacitado física e/ou mentalmente para o trabalho ou filho de até 24 anos, se universitário ou cursando escola técnica de 2º grau;
m) 01 (uma) foto 3x4 recente.

3º. Providenciar as seguintes declarações/certidões.

a) Declaração de Bens (modelo no ANEXO II) ou Declaração de Imposto de Renda;
b) Certidão de antecedentes criminais expedida à no máximo seis (6) meses, respeitado o prazo de validade descrito na própria certidão, quando houver;
d) Declaração de não acúmulo de cargo, emprego ou função pública, nos termos dos incisos XVI e XVII do art. 37 da Constituição Federal, bem como de que não recebe proventos de aposentadoria decorrente do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 da Constituição Federal, que sejam inacumuláveis com o cargo em que tomará posse.

Realização da inspeção médica/exame médico pré-admissional

De posse de todos os documentos acima mencionados, o candidato deverá apresentar-se à Divisão de Recursos Humanos para encaminhamento ao médico credenciado pelo município para realização da inspeção médica/exame médico pré-admissional, que dar-se-á após prévio agendamento.
Após a realização da inspeção médica/exame médico pré-admissional, o candidato deverá encaminhar o resultado à Divisão de Recursos Humanos do município onde, caso apto, será confeccionado o devido decreto de nomeação do mesmo.

Se o candidato convocado não puder assumir o cargo ou manifestar desinteresse pelo mesmo, deverá procurar a Divisão de Recursos Humanos do Município para assinar a competente Declaração de Desistência ou solicitar o remanejamento de sua vaga para o final da lista de candidatos classificados.
A desobediência ou o não comparecimento do candidato convocado dentro do prazo estabelecido neste edital autoriza o município a convocar o candidato seguinte na ordem de classificação.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, aos vinte e seis dias de Agosto de 2026.

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

ANEXO I

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 068/2026

TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Cargo	Nome	Classif.
TÉCNICO DE ENFERMAGEM	CINTIA APARECIDA DA SILVA SANTOS	2º
TÉCNICO DE ENFERMAGEM	CELIA CRISTINA DA SILVA	3º
TÉCNICO DE ENFERMAGEM	GISELLY ALESSANDRA BRIANEZZI CAZETTA	4º

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS

Eu, _____, brasileiro(a), _____ (estado civil), RG nº _____, órgão emissor _____, CPF nº _____, residente à Rua/Avenida _____, nº_____, complemento _____, bairro_____, cidade_____, estado_____, DECLARO, sob as penas da lei, em consonância com o disposto no artigo 13, da Lei nº 8.429 de 02 de junho de 1992, que tenho o direito de posse/propriedade sobre os seguintes bens: _____

( ) DECLARO, sob as penas da lei, em consonância com o disposto no artigo 13, da Lei nº 8.429 de 02 de junho de 1992, não possuir bens sob minha posse/propriedade. Por ser verdade, firmo a presente declaração para que produza os efeitos legais, ciente de que a falsidade de seu conteúdo pode implicar na imputação de sanções civis, administrativas, bem como na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal, conforme transcrição abaixo: Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que nele deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante. Pena: reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa, se o documento é público e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, se o documento é particular.

Local, _____de _____ de _____

_____
Assinatura

Obs: PREENCHER COM LETRA DE FORMA NÃO É NECESSÁRIO O RECONHECIMENTO DE FIRMA

ANEXO III
DECLARAÇÃO DE ACÚMULO/NÃO ACÚMULO DE CARGOS

Eu, _____, portador (a) do RG n. _____, inscrito (a) no CPF sob o n. _____, DECLARO que:
( ) **NÃO ACUMULO** de cargo, emprego ou função pública, nos termos dos incisos XVI e XVII do art. 37 da Constituição Federal, bem como de que não recebo proventos de aposentadoria decorrente do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 da Constituição Federal, que sejam inacumuláveis com o cargo em que tomará posse.

( ) **EXERÇO** o(s) cargo(s) público(s), função(es) ou emprego(s) constitucionalmente admitidas abaixo:
Órgão ou Empresa: _____.
Natureza Jurídica (cargo, emprego, aposentadoria...): _____.
Cargo _____, remuneração _____.
Jornada de trabalho semanal é de _____ horas, nos horários: _____.
Declaro, ainda, que tomei conhecimento do inteiro teor das normas abaixo transcritas e que estou ciente de que estarei sujeito às penalidades previstas em Lei, caso venha a incorrer em acumulação ilegal, durante o exercício do cargo para o qual fui empossado.
ART. 37 - CONSTITUIÇÃO FEDERAL
• XVI - "É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários:
I. a de dois cargos de professor;
II. a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;
III. a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;"
• § 10 - É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos art. 42 e 142 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração."
CÓDIGO PENAL - DECRETO LEI 2848/40:
Art. 299 Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:
Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Terra Rica-PR, _____ de _____ de 20_____.

_____
DECLARANTE

Publicado por:
Arthur Santana Martins
Código Identificador:7CDF2BE6

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
PORTARIA Nº 372/2026

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIA PÚBLICA MUNICIPAL SENHORA ILDA DE

SOUZA LIMA GREGGIO, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNI-CIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI...

R E S O L V E:

Artigo 1º. - Conceder férias regulamentares a Sra. **ILDA DE SOUZA LIMA GREGGIO,** matrícula Nº 891, ocupante do cargo efetivo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (FEM),** referente ao período aquisitivo de 14/04/2024 a 13/04/2025, do Município de Terra Rica, que serão 10 (dez) dias usufruídos, que compreende entre **27/08/2026 a 05/09/2026.**

Artigo 2º. - Esta **PORTARIA** entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS VINTE E SEIS DIAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (26/08/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:E2943F01

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
PORTARIA Nº 373/2026

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIA PÚBLICA MUNICIPAL SENHORA ADRIANA KANABUSHI, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNI-CIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI...

R E S O L V E:

Artigo 1º. - Conceder férias regulamentares a Sra. **ADRIANA KANABUSHI,** matrícula Nº 1099, ocupante do cargo efetivo de **ENFERMEIRO(A) PADRÃO,** referente ao período aquisitivo de 15/09/2023 a 14/09/2024, do Município de Terra Rica, que serão 20 (vinte) dias usufruídos, que compreende entre **27/08/2026 a 15/09/2026.**

Artigo 2º. - Esta **PORTARIA** entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS VINTE E SEIS DIAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (26/08/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:0AA4C9EE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL AGUA E ESGOTO
AVISO DE PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 21/2026 PROCESSO 98/2026

O Samae de Terra Rica, Estado do Paraná, através do Senhor Diretor Adriano Sergio Nunes, torna público o Processo de Dispensa de Licitacão 21/2026, O objeto dessa licitação consiste em Aquisição de lacres antifraude com cordoalha em inox para utilização em hidrômetros do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de Terra Rica/PR., conforme detalhado no instrumento convocatório correspondente.

Data: A partir da data de publicação até 01/09/2026 (primeiro dia de setembro de 2026).

O edital completo está disponível no site: https://www.samaetr.com.br/ em processos licitatórios. Informações complementares poderão ser adquiridos na Av. James Patrick Clark, 233 Setor de Licitações, Fone: (44) 3441.2441 – 3441.1522, informando-se no pedido os seguintes dados: Razão Social do requerente, endereço, telefone, e-mail e nome da pessoa para contato.

Terra Rica, 26/08/2026

ADRIANO SERGIO NUNES
Diretor do SAMAE

Publicado por:
Leticia Aparecida da Silva
Código Identificador:C0ED0B8A

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL AGUA E ESGOTO
EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 20/2026

CONTRATANTE: SAMAE – SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE TERRA RICA, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ do MF sob o nº 73.897.589/0001-46, com sede na Av. James Patrick Clark, 233, no Município de Terra Rica, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Diretor Adriano Sergio Nunes, brasileiro, casado, portador do RG nº 274764775 SESP/PR e CPF nº.795.547.339-68, residente e domiciliado à Rua Rui Barbosa, nº1087, no Município de Terra Rica – Estado PR

CONTRATADA: WAGNER SANVEZZO PEREIRINHA 04625378974, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob **35.661.430/0001-39**.

DOMICÍLIO: AV. SÃO PAULO, 1217 - CEP: 87890000 - BAIRRO: JD BELA VISTA, Terra Rica/PR.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de instalação e manutenção de sistemas e equipamentos de monitoramento, automação, medição, comunicação e segurança, incluindo painéis de rádio frequência, centrais de comando, macromedidores ultrassônicos, câmeras de segurança, redes lógicas e portões eletrônicos, a serem executados na sede do SAMAE, nos poços artesianos, reservatórios e demais unidades operacionais da Autarquia, do Dispensa 18/2026, ratificado pelo CONTRATANTE em 25/08/2026.

VALOR TOTAL: R$ **20.730,00 (Vinte Mil, Setecentos e Trinta Reais).**

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias, a partir da publicação de seu extrato na Imprensa Oficial.

FORO: Comarca de Terra Rica. Estado do Paraná.

Terra Rica, 26/08/2026(vinte e seis dias de agosto de 2026).

SAMAE De Terra Rica
ADRIANO SERGIO NUNES

Wagner Sanvezzo Pereirinha 04625378974
WAGNER SANVEZZO PEREIRINHA

Publicado por:
Leticia Aparecida da Silva
Código Identificador:D90F3C22

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 17547/2026

PORTARIA Nº 17547/2026

SÚMULA: Autoriza viagem e concede diárias para servidores da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Terra Roxa – PR, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido no Decreto nº 2249/2013 de 25 de outubro de 2013, alterado pelo Decreto nº 3834/2022, de 02 de fevereiro de 2022.
RESOLVE:
Art. 1º - AUTORIZAR diárias para servidores da Secretaria Municipal de Saúde, com fins de encaminhamento e acompanhamento de pacientes a outros Centros médicos especializados, no mês de Agosto.

Nº	NOME	QUANTIDADE	VALOR
01	Adalto Nolácio da Silva	10	R$ 641,00
02	Adenilson José de Oliveira	13	R$ 883,30
03	André Scandilheiro	12	R$ 769,20
04	Anderson Martins	18	R$ 1.153,80
05	Alex Miranda de Sousa	5	R$ 320,50
06	Cesar Gon	22	R$ 1.410,20
07	Edi Junior Zanovello Diniz	10	R$ 641,00
08	Fagner Camargo José	11	R$ 705,10
09	Gedion Diogo de Araújo	6	R$ 384,60
10	Gilberto Aparecido Faria	22	R$ 1.410,20
11	Gilberto Gregor Ikert	10	R$ 641,00
12	José Amilton Viana	8	R$512,80
13	Ledivilson Souza dos Santos	10	R$641,00
14	Nilton Jofre Pereira	24	R$ 1.538,40
15	Paulo Cesar Alves	4	R$256,40
16	Renan de Oliveira	5	R$ 320,50
17	Tiago Pereira de Oliveira	15	R$ 961,50

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, aos 26 dias do mês de Agosto de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Julia Dos Santos
Código Identificador:1B7E94EB

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 17548/2026

PORTARIA Nº 17548/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a designação de servidor(a) para coordenação do Serviço de Inspeção Municipal (S.I.M)

O Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.271/2026.

RESOLVE:
Art. 1º. Designar o servidor(a) LETICIA GIRARDI ISRAEL, ocupante do cargo efetivo de Médico Veterinário, para coordenar o Serviço de Inspeção Municipal (S.I.M) desta municipalidade.
Art. 2º. Fica atribuído o poder de polícia administrativa no exercício da função de fiscalização dos estabelecimentos registrados no serviço de inspeção, seja ela permanente ou periódica, conforme a legislação pertinente, dentre outras atividades inerentes ao cargo.
Art. 3º. Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, aos 26 dias do mês de agosto de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Julia Dos Santos
Código Identificador:18D2CA5F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 005/2026

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 005/2026 DO CONTRATO Nº 315/2023, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 94/2023, PREGÃOELETRÔNICO Nº 49/2023.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA.
CONTRATADA: TOP PRINT SOLUCOES EM IMPRESSORAS LTDA..
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÕES DE MULTIFUNCIONAIS PARA ATENDER A DEMANDA COM IMPRESSÕES NOS DIVERSOS DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA-PR.

FINALIDADE:
O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA PARA O DIA 01/09/2027, NO VALOR DE R$ 107.045,12 (CENTO E SETE MIL, QUARENTA E CINCO REAIS E DOZE CENTAVOS), COM FULCRO NO ART.107, DA LEI 14133/21.
ASSINANTES: PELA CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA.
PELA CONTRATADA: TOP PRINT SOLUCOES EM IMPRESSORAS LTDA..

Publicado por:
Anelise Lana de Oliveira
Código Identificador:83A30B8A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 4-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA – PARANÁ.
AVISO DE ADJUDICAÇÃO DE LICITAÇÃO – Dispensa Presencial Nº 4/2026

A Prefeitura Municipal de Terra Roxa do Estado do Paraná, vem a público divulgar a ADJUDICAÇÃO da licitação na modalidade Dispensa Presencial nº 4/2026, Processo Administrativo nº 145 / 2026, que tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL, MEDIANTE A REALIZAÇÃO DE CURSO TEÓRICO E PRÁTICO NA ÁREA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, DESTINADO ÀS COZINHEIRAS, AUXILIARES DE SERVIÇOS GERAIS E AUXILIARES DE LIMPEZA E COPA QUE ATUAM NAS COZINHAS DAS UNIDADES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE TERRA ROXA - PR., do Município de Terra Roxa-PR, o qual teve como vencedora a(s) Empresa(s):

Fornecedor	Itens Vencedores
160709 - SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL	1

Terra Roxa, 26 de agosto de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:10680041

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 4-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA – PARANÁ.
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO 145/2026, MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 4/2026
Tendo em vista a decisão proferida pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, designada através da Portaria nº 17192/2026
Homologo:
Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor (es) da licitação, objeto do Processo Licitatório 145/2026, Modalidade:
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 4/2026, o(s) participante(s):

160709 - SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL					
Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL, MEDIANTE A REALIZAÇÃO DE CURSO TEÓRICO E PRÁTICO NA ÁREA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, DESTINADO ÀS COZINHEIRAS, AUXILIARES DE SERVIÇOS GERAIS E AUXILIARES DE LIMPEZA E COPA QUE ATUAM NAS COZINHAS DAS UNIDADES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE TERRA ROXA - PR, COM CARGA HORÁRIA DE 6 (SEIS) HORAS, CONTEMPLANDO ATIVIDADES TEÓRICAS E PRÁTICAS VOLTADAS AO APERFEIÇOAMENTO DAS TÉCNICAS DE PREPARAÇÃO, MANIPULAÇÃO E APROVEITAMENTO DOS ALIMENTOS NO AMBIENTE ESCOLAR.	SERVICOS		1	R$3.650,00	R$3.650,00
Total Fornecedor:					R$3.650,00

Terra Roxa, 26 de agosto de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:541C9AED

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO Nº 23/2026

RESOLUÇÃO Nº 23/2026, de 25 de agosto de 2026 do Conselho Municipal de Saúde do Município de Terra Roxa/PR.

Dispõe sobre a aprovação do Plano Municipal de Saúde de Terra Roxa/PR para o quadriênio 2026–2029, após as alterações realizadas para incorporar as propostas aprovadas na 13ª Conferência Municipal de Saúde.

O Conselho Municipal de Saúde de Terra Roxa – Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferidas pela Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, pela Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, e pela legislação municipal pertinente;
Considerando a competência do Conselho Municipal de Saúde para atuar na formulação de estratégias e no controle da execução da política municipal de saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros;
Considerando a Resolução nº 19/2026, de 26 de junho de 2026, que aprovou, com ressalvas, o Plano Municipal de Saúde de Terra Roxa/PR para o quadriênio 2026–2029;
Considerando que a referida ressalva determinou a revisão do Plano Municipal de Saúde para inclusão das propostas aprovadas na 13ª Conferência Municipal de Saúde;
Considerando as alterações realizadas no Plano Municipal de Saúde, com a finalidade de compatibilizar o instrumento de planejamento com as propostas emanadas da 13ª Conferência Municipal de Saúde e com os princípios da participação social no Sistema Único de Saúde – SUS;
Considerando a apreciação da versão revisada do Plano Municipal de Saúde em Reunião Extraordinária realizada no dia 25 de agosto de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Plano Municipal de Saúde do Município de Terra Roxa/PR para o quadriênio 2026–2029, após as alterações realizadas para incorporar as propostas aprovadas na 13ª Conferência Municipal de Saúde.

Art. 2º - O Plano Municipal de Saúde revisado passa a constituir o instrumento oficial de planejamento da política municipal de saúde para o quadriênio 2026–2029, devendo orientar a elaboração da Programação Anual de Saúde e dos respectivos instrumentos de monitoramento e avaliação.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Terra Roxa – Paraná, 25 de agosto de 2026.
.

VITOR GABRIEL VEREDIANO NABÃO
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Terra Roxa - PR
Decreto Nº 4421/2025

Publicado por:
Maria Julia Dos Santos
Código Identificador:05393B3C

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO Nº 24/2026

RESOLUÇÃO Nº 24/2026, de 25 de agosto de 2026 do Conselho Municipal de Saúde do Município de Terra Roxa/PR.

Dispõe sobre a aprovação das diretrizes do Plano Municipal de Saúde de Terra Roxa/PR para o quadriênio 2026–2029.

O Conselho Municipal de Saúde de Terra Roxa – Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferidas pela Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, pela Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, e pela legislação municipal pertinente;
Considerando a competência do Conselho Municipal de Saúde para atuar na formulação de estratégias e no controle da execução da política municipal de saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros;
Considerando que o Plano Municipal de Saúde constitui o instrumento central de planejamento das ações e dos serviços públicos de saúde no âmbito municipal;
Considerando a necessidade de estabelecer diretrizes para orientar a definição dos objetivos, das metas, dos indicadores e das ações da política municipal de saúde;
Considerando as necessidades de saúde da população, a análise da situação municipal e as propostas aprovadas na 13ª Conferência Municipal de Saúde;
Considerando a apreciação das diretrizes do Plano Municipal de Saúde em Reunião Extraordinária realizada no dia 25 de agosto de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar as seguintes diretrizes do Plano Municipal de Saúde de Terra Roxa/PR para o quadriênio 2026–2029:
I – Diretriz nº 1: Gestão Participativa;
II – Diretriz nº 2: Gestão do Sistema de Saúde, Gestão do Trabalho e Educação Permanente em Saúde;
III – Diretriz nº 3: Serviços Especializados, Urgência e Emergência;
IV – Diretriz nº 4: Fortalecimento da Atenção Primária à Saúde;

V – Diretriz nº 5: Atenção Primária à Saúde – implantação e implementação das linhas de cuidado vigentes pela Secretaria de Estado da Saúde do Paraná para a saúde da mulher e da gestante;
VI – Diretriz nº 6: Atenção Primária à Saúde – implantação e implementação das linhas de cuidado vigentes pela Secretaria de Estado da Saúde do Paraná para a saúde da criança e do adolescente;
VII – Diretriz nº 7: Atenção Primária à Saúde – implantação e implementação das linhas de cuidado vigentes pela Secretaria de Estado da Saúde do Paraná para a saúde da pessoa idosa;
VIII – Diretriz nº 8: Atenção Primária à Saúde – implantação e implementação das linhas de cuidado vigentes pela Secretaria de Estado da Saúde do Paraná para o cuidado em saúde mental;
IX – Diretriz nº 9: Atenção Primária à Saúde – implantação e implementação das linhas de cuidado vigentes pela Secretaria de Estado da Saúde do Paraná para o cuidado em saúde bucal;
X – Diretriz nº 10: Atenção Primária à Saúde – implantação e implementação das linhas de cuidado vigentes pela Secretaria de Estado da Saúde do Paraná para a saúde das pessoas com deficiência.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação, com efeito retroativo a 1º de janeiro de 2026.

Terra Roxa – Paraná, 25 de agosto de 2026.

.

VITOR GABRIEL VEREDIANO NABÃO
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Terra Roxa - PR
Decreto Nº 4421/2025

Publicado por:
Maria Julia Dos Santos
Código Identificador:C3D09B7B

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO Nº 25/2026

RESOLUÇÃO Nº 25/2026, de 25 de agosto de 2026 do Conselho Municipal de Saúde do Município de Terra Roxa/PR.

Dispõe sobre a aprovação da versão revisada da Programação Anual de Saúde de Terra Roxa/PR, referente ao exercício de 2026.

O Conselho Municipal de Saúde de Terra Roxa – Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferidas pela Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, pela Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, e pela legislação municipal pertinente;
Considerando a competência do Conselho Municipal de Saúde para atuar na formulação de estratégias e no controle da execução da política municipal de saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros;
Considerando a aprovação da versão revisada do Plano Municipal de Saúde de Terra Roxa/PR para o quadriênio 2026–2029;
Considerando as alterações realizadas no Plano Municipal de Saúde para incorporar as propostas aprovadas na 13ª Conferência Municipal de Saúde;
Considerando a necessidade de adequar a Programação Anual de Saúde de 2026 às alterações realizadas no Plano Municipal de Saúde;
Considerando a inclusão, na Programação Anual de Saúde de 2026, das propostas provenientes da 13ª Conferência Municipal de Saúde cuja execução ou início de cumprimento esteja previsto para o exercício de 2026;
Considerando a apreciação da versão revisada da Programação Anual de Saúde de 2026 em Reunião Extraordinária realizada no dia 25 de agosto de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a versão revisada da Programação Anual de Saúde do Município de Terra Roxa/PR, referente ao exercício de 2026.

Art. 2º - A versão revisada da Programação Anual de Saúde de 2026 contempla as adequações decorrentes das alterações realizadas no Plano Municipal de Saúde 2026–2029 e a inclusão das propostas aprovadas na 13ª Conferência Municipal de Saúde cuja execução ou início de cumprimento esteja previsto para o exercício de 2026.

Art. 3º - A Secretaria Municipal de Saúde deverá promover o monitoramento das ações, metas e indicadores constantes na Programação Anual de Saúde de 2026, apresentando os respectivos resultados nos instrumentos legais de acompanhamento e prestação de contas do Sistema Único de Saúde – SUS.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Terra Roxa – Paraná, 25 de agosto de 2026.

.

VITOR GABRIEL VEREDIANO NABÃO
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Terra Roxa - PR
Decreto Nº 4421/2025

Publicado por:
Maria Julia Dos Santos
Código Identificador:C303FF01

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO Nº 26/2026

RESOLUÇÃO Nº 26/2026, de 25 de agosto de 2026 do Conselho Municipal de Saúde do Município de Terra Roxa/PR.

Dispõe sobre a aprovação do Protocolo de Inserção, Acompanhamento e Remoção de Implante Subdérmico de Etonogestrel na Atenção Primária à Saúde.

O Conselho Municipal de Saúde de Terra Roxa – Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais;
Considerando a necessidade de regulamentar a oferta do implante subdérmico de etonogestrel na Atenção Primária à Saúde;
Considerando a apreciação da matéria em Reunião Extraordinária realizada em 25 de agosto de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Protocolo de Inserção, Acompanhamento e Remoção de Implante Subdérmico de Etonogestrel na Atenção Primária à Saúde, conforme documento anexo a esta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Terra Roxa – Paraná, 25 de agosto de 2026.
.

VITOR GABRIEL VEREDIANO NABÃO
Presidente do Conselho Municipal
de Saúde de Terra Roxa - PR
Decreto Nº 4421/2025

Publicado por:
Maria Julia Dos Santos
Código Identificador:A3F95FDD

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO Nº 27/2026

RESOLUÇÃO Nº 27/2026, de 25 de agosto de 2026 do Conselho Municipal de Saúde do Município de Terra Roxa/PR.

Dispõe sobre a aprovação do Procedimento Operacional Padrão – POP para Pequenos Procedimentos na Atenção Primária à Saúde.

O Conselho Municipal de Saúde de Terra Roxa – Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais;
Considerando a necessidade de padronizar e garantir a segurança na realização de pequenos procedimentos na Atenção Primária à Saúde;
Considerando a apreciação da matéria em Reunião Extraordinária realizada em 25 de agosto de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Procedimento Operacional Padrão – POP para Pequenos Procedimentos na Atenção Primária à Saúde, conforme documento anexo a esta Resolução.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Terra Roxa – Paraná, 25 de agosto de 2026..

VITOR GABRIEL VEREDIANO NABÃO
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Terra Roxa - PR
Decreto Nº 4421/2025

Publicado por:
Maria Julia Dos Santos
Código Identificador:437602CB

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO Nº 28/2026

RESOLUÇÃO Nº 28/2026, de 25 de agosto de 2026 do Conselho Municipal de Saúde do Município de Terra Roxa/PR.

Dispõe sobre a aprovação da prorrogação do Plano Municipal de Combate às Arboviroses até dezembro de 2026.

O Conselho Municipal de Saúde de Terra Roxa – Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais;
Considerando a necessidade de continuidade das ações de prevenção e combate às arboviroses no Município;
Considerando a apreciação da matéria em Reunião Extraordinária realizada em 25 de agosto de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a prorrogação do Plano Municipal de Combate às Arboviroses, conforme documento anexo, até 31 de dezembro de 2026.

Art. 2º - Compete à Secretaria Municipal de Saúde promover a execução, o acompanhamento e a avaliação das ações previstas no Plano durante o período prorrogado.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Terra Roxa – Paraná, 25 de agosto de 2026.
.

VITOR GABRIEL VEREDIANO NABÃO
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Terra Roxa - PR
Decreto Nº 4421/2025

Publicado por:
Maria Julia Dos Santos
Código Identificador:8520180F

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO Nº 29/2026

RESOLUÇÃO Nº 29/2026, de 25 de agosto de 2026 do Conselho Municipal de Saúde do Município de Terra Roxa/PR.

Dispõe sobre a aprovação da celebração de convênio para a construção da nova sede da Base do SAMU no Município de Terra Roxa/PR.

O Conselho Municipal de Saúde de Terra Roxa – Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais;
Considerando a importância de uma estrutura adequada para o funcionamento do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU;
Considerando a apreciação da matéria em Reunião Extraordinária realizada em 25 de agosto de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a celebração de convênio pelo Município de Terra Roxa/PR e a assinatura dos documentos necessários para viabilizar a construção da nova sede da Base do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Terra Roxa – Paraná, 25 de agosto de 2026.
.

VITOR GABRIEL VEREDIANO NABÃO
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Terra Roxa - PR
Decreto Nº 4421/2025

Publicado por:
Maria Julia Dos Santos
Código Identificador:7719D52D

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO Nº 30/2026

RESOLUÇÃO Nº 30/2026, de 25 de agosto de 2026 do Conselho Municipal de Saúde do Município de Terra Roxa/PR.

Dispõe sobre a adesão do Município de Terra Roxa à Resolução SESA nº 622/2026 e a aquisição de equipamentos e materiais permanentes para a Rede de Atenção à Saúde.

O Conselho Municipal de Saúde de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelas Leis Federais nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990;
Considerando a Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que dispõe sobre a aplicação e a transferência de recursos destinados às ações e aos serviços públicos de saúde;
Considerando a Resolução SESA nº 389/2023 e suas alterações promovidas pelas Resoluções SESA nº 788/2023 e nº 633/2024, que regulamentam a transferência de recursos financeiros para aquisição de equipamentos e materiais permanentes, na modalidade fundo a fundo;
Considerando a Resolução SESA nº 622, de 3 de junho de 2026, que habilitou o Município de Terra Roxa, pertencente à 20ª Regional de Saúde, a pleitear adesão ao recurso financeiro de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para aquisição de equipamentos e materiais permanentes;
Considerando o Termo de Referência apresentado pela Secretaria Municipal de Saúde, contendo a relação dos equipamentos a serem adquiridos, no valor total estimado de R$ 236.978,00 (duzentos e trinta e seis mil, novecentos e setenta e oito reais);
Considerando a deliberação do Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em reunião realizada no dia 26 de agosto de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a adesão do Município de Terra Roxa ao recurso financeiro de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), previsto na Resolução SESA nº 622/2026, destinado à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para consolidação e expansão da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.

Art. 2º - Aprovar a aquisição dos seguintes equipamentos e materiais permanentes:
I – 4 (quatro) andadores;
II – 4 (quatro) aparelhos de ar-condicionado;
III – 1 (um) aspirador de secreções elétrico móvel;
IV – 4 (quatro) balanças antropométricas para adultos;
V – 2 (duas) banquetas;
VI – 1 (um) bisturi elétrico de até 150 W;
VII – 2 (duas) braçadeiras para injeção;
VIII – 20 (vinte) cadeiras;
IX – 3 (três) cadeiras de rodas para adultos;
X – 2 (duas) caixas térmicas;
XI – 2 (dois) carros de curativos;
XII – 1 (um) compressor odontológico;
XIII – 1 (um) computador portátil – notebook;
XIV – 3 (três) concentradores de oxigênio;
XV – 1 (um) dermatoscópio para telessaúde;
XVI – 10 (dez) detectores fetais;
XVII – 2 (dois) eletrocardiógrafos;
XVIII – 4 (quatro) estadiômetros;
XIX – 1 (uma) estante;
XX – 4 (quatro) exercitadores de mãos e dedos;
XXI – 2 (duas) geladeiras/refrigeradores;
XXII – 3 (três) impressoras laser comuns;
XXIII – 3 (três) impressoras laser multifuncionais, com copiadora, scanner e fax opcional;
XXIV – 20 (vinte) longarinas;
XXV – 1 (uma) mesa de escritório;
XXVI – 3 (três) mochos;
XXVII – 2 (dois) nebulizadores portáteis;
XXVIII – 10 (dez) oftalmoscópios;
XXIX – 2 (dois) roteadores LAN;
XXX – 4 (quatro) televisores; e
XXXI – 2 (dois) aparelhos de ultrassom para fisioterapia.

Art. 3º - O valor total estimado para a aquisição dos equipamentos é de R$ 236.978,00 (duzentos e trinta e seis mil, novecentos e setenta e oito reais), sendo:
I – R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) provenientes do recurso estadual previsto na Resolução SESA nº 622/2026; e
II – R$ 36.978,00 (trinta e seis mil, novecentos e setenta e oito reais) correspondentes à contrapartida do Município de Terra Roxa.
Parágrafo Único. Os valores poderão ser ajustados em decorrência do procedimento de contratação, desde que sejam preservados o objeto, a finalidade do recurso e a legislação aplicável.

Art. 4º - A Secretaria Municipal de Saúde deverá apresentar ao Conselho Municipal de Saúde as informações necessárias ao acompanhamento e à fiscalização da execução do recurso, inclusive quanto à aquisição, à destinação e à instalação dos bens.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Terra Roxa – Paraná, 25 de agosto de 2026.

VITOR GABRIEL VEREDIANO NABÃO
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Terra Roxa - PR
Decreto Nº 4421/2025

Publicado por:
Maria Julia Dos Santos
Código Identificador:DF03B382

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 6344, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

Regula a contratação de estagiários na administração municipal.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,
Considerando a necessidade de regulamentar a contratação de estagiários no município em conformidade com a Lei Federal11.788/08.
Considerando o Art. 17 da Lei Federal11.788/08, o qual estabelece que acima de 25 (vinte e cinco) empregados, até 20% (vinte por cento) estagiários para níveis Médio e Pós-Graduação.
Considerando que para os níveis de ensino superior e Técnico, não há limitação de contratação conforme §4º do Art. 17 da Lei Federal11.788/08, mas aplicado o limite de 20% de estagiários sobre o número total de empregados.

DECRETA

Art. 1º A Administração Municipal Direta poderá contratar estagiários nos termos da legislação federal, até o máximo de 308 (trezentas e oito) contratados, sendo as seguintes vagas:
I – 100 (cem) para estudantes que estejam cursando ensino médio com carga horaria de 20 (vinte) horas semanais.
II – 54 (cinquenta e quatro) para estudantes que estejam cursando ensino profissionalizante, sendo 20 (vinte) com carga horária de 20 horas semanais e 34 (trinta e quatro) com carga horária de 30 horas semanais;
III – 100 (cem) para estudantes que estejam cursando ensino superior, sendo 20 (vinte) com carga horária de 20 horas semanais e 80 (oitenta) com carga horária de 30 horas semanais;
IV – 54 (cinquenta e quatro) para estudantes que estejam pós-graduação lato sensu com carga horaria de 30 (trinta) horas semanais.
V – 2 (duas) para adolescentes submetidos a execução de medidas socioeducativas em meio aberto com carga horaria de 30 (trinta) horas semanais.

Parágrafo Único. Fica assegurado às pessoas portadoras de necessidades especiais, o percentual de 10% (dez por cento) das vagas oferecidas.

Art. 2º A idade mínima para realizar estágio no âmbito dos órgãos da Administração Pública Municipal é de 21 (vinte e um) anos para estágio de pós-graduação e de 16 (dezesseis) anos para as demais modalidades.

Art. 3º É de um ano o prazo máximo de duração dos contratos referidos no artigo anterior, permitida uma única prorrogação por igual período.

Art. 4º O estagiário receberá bolsa e auxílio-transporte.

§ 1º A bolsa deverá ser paga nos seguintes valores:

I - Estagiário de nível médio:
a) com contrato de 20 horas semanais: R$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais) + Auxílio Transporte;

II - Estagiário de nível profissionalizante:
a) com contrato de 20 horas semanais: R$ 700,00 (setecentos reais) + Auxílio Transporte;
b) com contrato de 30 horas semanais: R$ 770,00 (setecentos e setenta reais) + Auxílio Transporte;

III - Estagiário de nível superior:
a) com contrato de 20 horas semanais: R$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais) + Auxílio Transporte;
b) com contrato de 30 horas semanais: R$ 1.000,00 (mil reais) + Auxílio Transporte;

IV - Estagiário de pós-graduação:
a) com contrato de 30 horas semanais: R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) + Auxílio Transporte.

V - Estagiário de adolescentes submetidos a execução de medidas socioeducativas em meio aberto:
a) com contrato de 30 horas semanais: R$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais) + Auxílio Transporte;

§ 2º Os estagiários receberão auxílio transporte correspondente a 10% do valor da bolsa auxílio do estagiário de nível superior 30 horas semanais.

Art. 5º Quando a contratação do estagiário se der através de serviços de agentes de integração, a estes ou à instituição de ensino caberá a contratação de seguro de acidentes pessoais em favor do estagiário.

Art. 6º Fica revogado o Decreto nº 5984/2026 e as demais disposições em contrário.

Art. 7º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 26 de agosto de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhennefer Lorrainny Santos Alcalde
Código Identificador:FCA09587

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 6345, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

Nomeia os membros do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

O Prefeito Municipal de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

DECRETA

Art. 1º Ficam nomeados os membros abaixo relacionados para compor o Conselho Municipal de Assistência Social de Tijucas do Sul, Estado do Paraná.

REPRESENTANTES TITULARES GOVERNAMENTAIS

NOME	REPRESENTAÇÃO	FUNÇÃO
Bruno Renan Cruz da Rocha	Secretaria de Assistência Social e Políticas Públicas para as Mulheres	Conselheiro Titular
Andrea Regina F. Assunção	Secretaria Municipal de Educação	Conselheiro Titular
Danuzia Borges	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	Conselheiro Titular
Bruna Duarte Bueno	Secretaria Municipal de Saúde	Conselheiro Titular
Odirlei de Oliveira	CRAS Lagoinha	Conselheiro Titular
Rodrigo Camargo	Secretaria Municipal de Urbanismo, Segurança e Trânsito	Conselheiro Titular

REPRESENTANTES SUPLENTES GOVERNAMENTAIS

NOME	REPRESENTAÇÃO	FUNÇÃO
Ariadne Caroline do Nascimento Saraiva	Secretaria de Assistência Social e Políticas Públicas para as Mulheres	Conselheiro Suplente
Suzielly dos Santos Martins	Secretaria Municipal de Educação	Conselheiro Suplente
Silvana Alves Machado Fagundes	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	Conselheiro Suplente
Ana Cristina Passos	Secretaria Municipal de Saúde	Conselheiro Suplente
José Lucas Januário de Menezes	CRAS Lagoinha	Conselheiro Suplente
Eduardo Knutz Loska	Secretaria Municipal de Urbanismo, Segurança e Trânsito	Conselheiro Suplente

REPRESENTANTES TITULARES DA SOCIEDADE CIVIL

NOME	REPRESENTAÇÃO	FUNÇÃO
Karina Silva Vilela dos Santos	**Usuários ou organização de usuários:** Associação dos Recicladores dos Agentes Ambientais -ARECICLA	Conselheiro Titular
Marli Catarina V. C. da Rocha	**Usuários ou organização de usuários:** Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Conselheiro Titular
Kellen Viviane Kujaski	**Entidades e Organizações de Assistência Social:** Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Tijucas do Sul - APAE	Conselheiro Titular
Nilda Beatriz Pinheiro	**Entidades e Organizações de Assistência Social:** ONG AMOR MAIOR - Associação de Atendimento e Apoio ao Autista de Tijucas do Sul	Conselheiro Titular
Maria Ulisseya Gomes de Siqueira	**Trabalhadores ou organizações de trabalhadores do setor:** Servidor SMASPM	Conselheiro Titular
Elivelto Train	**Trabalhadores ou organizações de trabalhadores do setor:** Servidor SMASPM	Conselheiro Titular

REPRESENTANTES SUPLENTES DA SOCIEDADE CIVIL

NOME	REPRESENTAÇÃO	FUNÇÃO
Marli Correa de Oliveira Gois	**Usuários ou organização de usuários:** Associação dos Recicladores dos Agentes Ambientais -ARECICLA	Conselheiro Suplente
Albina da Rocha	**Usuários ou organização de usuários:** USUÁRIOS DO SCFV PARA PESSOA IDOSA	Conselheiro Suplente
Leonice de Fátima de Souza	**Entidades e Organizações de Assistência Social:** Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Tijucas do Sul - APAE	Conselheiro Suplente
Elizangela Plantes Cordeiro Jarecki	**Entidades e Organizações de Assistência Social:** ONG AMOR MAIOR - Associação de Atendimento e Apoio ao Autista de Tijucas do Sul	Conselheiro Suplente
Marcelo Condor Lopes	**Trabalhadores ou organizações de trabalhadores do setor:** Servidor SMASPM	Conselheiro Suplente
Cleverson Adriano de Camargo	**Trabalhadores ou organizações de trabalhadores do setor:** Servidor SMASPM	Conselheiro Suplente

Art. 2º Revogando as disposições em contrário, este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhennefer Lorrainny Santos Alcalde
Código Identificador:149B67D7

GABINETE DO PREFEITO
LEI N° 1106, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

Institui a Política Municipal de Alfabetização no Município de Tijucas do Sul – PR.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Alfabetização como documento orientador de ações e estratégias para assegurar a alfabetização de estudantes desde a Educação Infantil (Infantil 4 e infantil 5) até o final do 2º Ano do Ensino Fundamental e da 1ª etapa - fase 1 da Educação de Jovens e Adultos, conforme orienta a Base Nacional Comum Curricular.

Art. 2º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

I - Alfabetização em Língua Portuguesa - aprendizagem do sistema de escrita alfabética, com domínio de suas convenções, com autonomia para a produção de textos escritos e leitura de textos com fluência e compreensão;

II - Letramento em Língua Portuguesa - uso da linguagem em práticas sociais de leitura e escrita;

III - Alfabetização em Matemática - realização de contagem e compreensão do sistema de numeração decimal até a terceira ordem, com a resolução de problemas envolvendo as quatro operações fundamentais; identificação de regularidades em sequências; reconhecimento e comparação de figuras geométricas e descrição de localização e deslocamento; compreensões elementares de medidas de comprimento, capacidade, massa, intervalos de tempo e valores monetários; leitura e compreensão de informações simples apresentadas em tabelas, quadros e gráficos de barras;

IV - Letramento em Matemática - uso de conceitos matemáticos em diferentes contextos e práticas sociais;

V - Compreensão de alfabetização e letramento como processos indissociáveis.

VI - Pensamento Computacional - capacidade de compreender, analisar e solucionar problemas de forma lógica, utilizando estratégias como decomposição, reconhecimento de padrões e algoritmos, de forma plugada ou desplugada.

Art. 3º A Política Municipal de Alfabetização aplica-se às instituições de Educação Infantil e Escolas de Ensino Fundamental- Anos Iniciais, assim como em turmas de Educação de Jovens e Adultos – EJA – Fase I, que compõem a Rede Pública Municipal de Ensino de Tijucas do Sul-Paraná.

Art. 4º São princípios da Política Municipal de Alfabetização:

I - Integração e cooperação entre os entes federativos, respeitando o disposto no § 1º do Art. 211 da Constituição da República Federativa do Brasil, promovendo a colaboração entre União, Estados e Municípios para a melhoria contínua do processo de alfabetização;

II - Adesão voluntária a programas e ações do Ministério da Educação que fomentem a educação municipal, assegurando que as iniciativas nacionais complementem e fortaleçam as diretrizes locais;

III - Implantação de programas e ações voltadas à alfabetização no âmbito da Rede Municipal de Ensino, com foco na promoção de práticas pedagógicas inovadoras e inclusivas;
IV - Valorização e desenvolvimento de programas de formação continuada de professores com turmas em processo de alfabetização e gestores, assegurando que os profissionais estejam constantemente atualizados com as práticas de ensino de alfabetização e letramento nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática;

V - Aquisição da língua escrita com função social, como instrumento de oportunidades, superação de vulnerabilidades sociais e condição para o exercício pleno da cidadania, sendo seu ensino por meio da sistematização de escrita alfabética e dos diferentes gêneros textuais;

VI - Valorização do letramento e das práticas sociais letradas desde a Educação Infantil ao Ensino Fundamental, respeitando as especificidades da criança por meio de eixos estruturantes como o brincar e as interações;

VII - Valorização de metodologia dialógica e reflexiva na alfabetização e no letramento matemático, que possibilite aos estudantes a construção e a compreensão dos conceitos matemáticos por meio da resolução de problemas.

Art. 5º São objetivos da Política Municipal de Alfabetização:

I - Assegurar que todos os estudantes desenvolvam habilidades precursoras da
alfabetização, na Educação Infantil e sejam alfabetizados até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, conforme orienta a Base Nacional Comum Curricular, e na 1ª etapa - fase 1 da Educação de Jovens e Adultos;

II - Aderir, implementar e fomentar programas e ações voltadas à alfabetização no âmbito da Rede Municipal de Ensino;

III - Ampliar a aquisição de tecnologias educacionais para a alfabetização, assegurando a diversidade de recursos, propostas pedagógicas e o desenvolvimento do pensamento computacional, bem como o acompanhamento dos resultados no processo de ensino-aprendizagem;

IV - Aplicar a avaliação própria em larga escala da Rede Municipal de Ensino, aos estudantes do Ensino Fundamental, para a Educação Infantil aplicar a sondagem nas turmas do Infantil IV e V e acompanhamento pedagógico;

V - Participar das avaliações externas de larga escala da alfabetização dos estudantes, bem como estimular as escolas a utilizarem os resultados obtidos no processo como instrumentos de monitoramento e avaliação das turmas, considerando a realidade das comunidades escolares, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os estudantes desde a Educação Infantil (Infantil 4 e infantil 5) até o final do 2º Ano do Ensino Fundamental, conforme orienta a Base Nacional Comum Curricular;

VI - Garantir que os estudantes desenvolvam o letramento matemático, capacitando-os a utilizar conceitos, procedimentos e fatos matemáticos para descrever, explicar e predizer fenômenos em diferentes contextos sociais.

VII - Fomentar a resolução de problemas como estratégia pedagógica central, permitindo que o aluno interprete situações cotidianas e tome decisões baseadas em raciocínio lógico-matemático.

VIII - Promover a articulação entre a alfabetização linguística e o letramento matemático, reconhecendo-os como linguagens complementares no processo de compreensão do mundo e exercício da cidadania.

IX - Fomento à cultura digital por meio de atividades de computação desplugada, integrando o raciocínio lógico e a resolução de problemas ao cotidiano escolar de forma lúdica e acessível.
X - Assegurar mecanismos de recomposição de aprendizagem imediata para estudantes que apresentem defasagem no processo de alfabetização, visando a equidade educacional;

XI - Garantir a progressão das aprendizagens na transição entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, assegurando o acolhimento e a continuidade do processo de alfabetização.

XII - implementar ações de alfabetização de jovens, adultos e idosos, com garantia de continuidade da escolarização básica, de forma a atender as demandas desses públicos e proporcionar condições para o exercício pleno da cidadania.

Art. 6º Constituem diretrizes para a implementação da Política Municipal de Alfabetização:

I - Priorização da alfabetização e do letramento matemático até os dois primeiros anos do Ensino Fundamental;

II - Incentivo às práticas de ensino para o desenvolvimento da linguagem oral, leitura e formação leitora a partir da Educação Infantil, sendo as ações intensificadas nas turmas de infantil 4 e infantil 5 e, mantidas nos demais anos escolares;

III - Estímulo aos hábitos de leitura, escrita de diferentes gêneros textuais e ao raciocínio lógico-matemático;

IV - Estímulo à apreciação literária por meio de ações que integrem alunos, prática cotidiana das famílias e/ou responsáveis, escolas, bibliotecas e outros;

V - Estímulo da contação de histórias pelos professores aos alunos, de forma a torná-la rotina nas instituições municipais de ensino;

VI - Valorização do Professor de Educação Infantil e do Professor, ora alfabetizador, reconhecendo seu papel fundamental no processo de ensino-aprendizagem;

VII - Fortalecimento das equipes pedagógicas por meio de formações continuadas relacionadas à alfabetização, letramento e práticas pedagógicas inovadoras;

VIII - Fortalecimento das equipes gestoras e docentes municipais na implantação e desenvolvimento do Método Fonovisuoarticulatório Boquinhas, método criado pela fonoaudióloga Dra. Renata Savastano Ribeiro Jardini;

IX - Fortalecimento das equipes pedagógicas com participação em formações continuadas, palestras ou seminários, sempre relacionados à alfabetização e ao letramento;

X - Aquisição de materiais pedagógicos específicos, incluindo recursos para o Método Fonovisuoarticulatório Boquinhas para as

Instituições de Ensino desenvolverem o método e materiais manipuláveis para o ensino da Matemática;

XI - Estímulo ao desenvolvimento do pensamento computacional e do raciocínio lógico por meio de atividades diversificadas que envolvam a identificação de padrões e a criação de algoritmos simples.; Incentivo ao uso de recursos didáticos que facilitem a transição do pensamento concreto para o abstrato no letramento matemático;

XII - Promoção do letramento estatístico e espacial desde a Educação Infantil, por meio da interpretação de informações em gráficos, tabelas e mapas simples;

XIII - Valorização de atividades lúdicas e jogos matemáticos que estimulem o engajamento e a construção coletiva de estratégias de resolução de desafios;

XIV - Incentivo à contextualização curricular, utilizando elementos da realidade local e social de Tijucas do Sul para dar sentido às aprendizagens;

XV - Fundamentação nos estudos e encaminhamentos orientados pela BNCC, pelo Referencial Curricular do Paraná.

Art. 7º A Política Municipal de Alfabetização tem por público-alvo:

I - Estudantes das turmas de infantil 4 e infantil 5;
II - Estudantes das turmas de 1º e 2º Anos do Ensino Fundamental;
III - Estudantes dos anos subsequentes do Ensino Fundamental que apresentam necessidade de recomposição nas aprendizagens;
IV - Estudantes da Educação de Jovens e Adultos – EJA fase I;
V - Estudantes das modalidades especializadas de educação - AEE.

Parágrafo único. São beneficiários prioritários da Política Municipal de Alfabetização os grupos a que se referem os incisos I e II do caput deste artigo.

Art. 8º São agentes envolvidos na Política Municipal de Alfabetização:
I - Professores da Educação Infantil atuantes nas turmas Infantil 4 e infantil 5;
II - Professores atuantes nas turmas de 1º e 2º Anos do Ensino Fundamental;
III - Professores em turmas de Sala de Recursos Multifuncional e Sala de Apoio à Aprendizagem (Reforço Escolar);
IV - Professores atuantes nas turmas de Educação de Jovens e Adultos – EJA fase I;
V - Articulares Renalfa;
VI - Professores Formadores PRO-LEEI;
VII - Coordenadores pedagógicos;
VIII - Diretores escolares;
IX. Equipe de Coordenadores Pedagógicos da Secretaria Municipal da Educação;
XI - Famílias e responsáveis, como parceiros essenciais no acompanhamento da vida escolar e no estímulo aos hábitos de leitura e raciocínio lógico em ambiente domiciliar.

Art. 9º A Política Municipal de Alfabetização será implementada por meio de programas e ações que incluam:
I - Adesão aos programas desenvolvidos e ofertados pelos governos estadual e federal voltados à alfabetização;

II - Orientações curriculares e estabelecimento de metas objetivas, propostas no Plano de Trabalho para a Alfabetização no Município de Tijucas do Sul;

III - Formação de professores atuantes nas turmas de Educação Infantil (Infantil 4 e infantil 5), Ensino Fundamental (1º e 2º Ano) e Educação de Jovens e Adultos – EJA, voltada para a alfabetização e letramento;

IV - Ênfase no ensino de conhecimentos linguísticos e matemáticos e de metodologia de ensino de Língua Portuguesa e Matemática em programas de formação continuada de professores da Educação Infantil atuantes nas turmas de infantil 4 e infantil 5 e, de professores de turmas de 1º e 2º ano do Ensino Fundamental;

V - Promoção de mecanismo para implantação de uma política de formação continuada para professores alfabetizadores, ampliando e atualizando seus conhecimentos e desempenho profissional em sala de aula.

VI - Promoção de formação continuada de gestores escolares, na área da alfabetização;

VII - Promoção de formação de professores alfabetizadores, voltada à utilização de materiais didático-pedagógicos destinados à alfabetização;
VIII - Produção e disseminação de materiais elaborados por professores alfabetizadores, tais como encaminhamentos metodológicos e/ou boas práticas de alfabetização;

IX - Difusão de recursos educacionais para ensino e aprendizagem de leitura, escrita e de matemática;

X - Recomposição de aprendizagens para estudantes que não tenham sido plenamente alfabetizados até o 2º ano do Ensino Fundamental;

XI - Documentação das ações planejadas para recompor as aprendizagens dos estudantes em processo de alfabetização, por meio de um plano de apoio pedagógico;

XII - Incentivo à elaboração e à validação de instrumentos de avaliação e diagnósticos internos;

XIII - Elaboração, organização e aplicação de avaliação interna e externa de larga escala nas turmas do Infantil 4 ao 5º Ano do Ensino Fundamental das instituições municipais de ensino.

Art. 10. Constituem mecanismos de monitoramento e avaliação da Política Municipal de Alfabetização:
I - Monitoramento e avaliação da qualidade, eficiência, eficácia e efetividade de programas e ações implementadas por meio da Secretaria Municipal da Educação;

II - Monitoramento da aprendizagem dos estudantes em processo de alfabetização, pelos gestores e professores das unidades educacionais e Equipe da Secretaria Municipal de Educação;

III - Acompanhamento dos registros das ações planejadas para recompor as aprendizagens dos estudantes em processo de alfabetização;
IV - Análise de resultados de avaliações internas e externas e incentivo ao uso desses processos de ensino-aprendizagem;

V - Desenvolvimento de indicadores municipais para avaliar a eficácia escolar na alfabetização, que priorizem a fluência em leitura oral, a competência leitora, a proficiência em escrita e em matemática.

Art. 11. Compete à Secretaria Municipal de Educação, juntamente ao Conselho Municipal de Educação, a coordenação, acompanhamento, monitoramento e execução desta Política Municipal de Alfabetização.

Art. 12º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 26 de agosto de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Jhennefer Lorrainny Santos Alcalde
Código Identificador:E8626932

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 387, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

Conceder férias a servidora CASSIANE DA SILVA OLIVEIRA

O Prefeito Municipal de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder férias, no período de 26 de agosto de 2026 a 04 de setembro de 2026, a servidora **CASSIANE DA SILVA OLIVEIRA,** ocupante do cargo de professora matrícula nº 369, e no período de 26 de agosto de 2026 a 04 de setembro de 2026, do cargo de professora matrícula nº 118601 portador da cédula de identidade com R.G. nº 94654645/SSP/PR, referente ao período aquisitivo 2021/2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 26 de agosto de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Guilherme Elias de Arruda Scheer
Código Identificador:3C136C61

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 388, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

Concede diária ao servidor CLEVERSON ADRIANO CAMARGO

O **Prefeito do Município de Tijucas do Sul**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, considerando a Lei nº 779/2021,

RESOLVE

Art. 1º Conceder diária, nos termos da Lei nº 779/2021, ao servidor **CLEVERSON ADRIANO CAMARGO**, inscrito no R.G. sob o nº 65980770/SSP/PR, ocupante do cargo de Educador Social, matrícula funcional nº 1489, em virtude de sua participação no "FINAL DO CURSO DE INTERVENÇÃO E GESTÃO DE DESASTRES DA SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMILIA E DEFESA CIVIL DO PARANÁ", a ser realizado no dia 31 de agosto de 2026, na cidade de Curitiba – PR, conforme memorando nº 566/2026 – Secretaria Municipal de Assistência Social e Políticas Públicas para as Mulheres.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 26 de agosto de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Guilherme Elias de Arruda Scheer
Código Identificador:31A354FF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO DE SUSPENSÃO DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 09/2026

AVISO DE SUSPENSÃO DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 09/2026

A Concorrência Eletrônica nº 09/2026, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DA CRECHE DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CMEI) PEDACINHO DO CÉU, MODELO FNDE, TIPO II, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO N° 977909/2025/FNDE/CAIXA DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DA PREFEITURA DE TIJUCAS DO SUL/PR**, encontra-se temporariamente suspensa para readequação, sendo que a nova data para continuidade do certame será oportunamente divulgada.
A publicação do aviso de suspensão é divulgada no Diário Oficial dos Municípios na edição do dia 27/08/2026.

Tijucas do Sul, 26 de agosto de 2026.

THAISA GABRIELI DOS SANTOS
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Publicado por:
Thaisa Gabrieli Dos Santos
Código Identificador:8CB276C4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAZINA

PODER EXECUTIVO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 008-2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2026

Tomazina, 26 de agosto de 2026.

A Prefeitura Municipal de Tomazina, Estado do Paraná, CONVOCA o(a) candidato(a) aprovados(as) no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2026, conforme estabelecido pelo Edital de número 01/2026, conforme descrição abaixo, para comparecer na Divisão de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura Municipal de Tomazina, sita a Praça Tenente João José Ribeiro, 99 - Centro, para apresentar os documentos e habilitações exigidas e tomar posse de seu respectivo cargo, até o dia **28 de agosto, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 as 16:00.**
O não comparecimento no prazo estipulado implicará na desclassificação e desistência automática do(a) candidato(a) aprovado(a), a saber:
Cargo: "MONITOR"

Nome	Documento	Nota final	Classificação
EDIVAN JUNIOR LIMA PEDRO	097.XXX.XXX-65	10,00	30º
RODRIGO GUSMÃO RIBEIRO	437.XXX.XXX-31	10,00	31º
CARLOS EDUARDO VIEIRA	011.XXX.XXX-26	10,00	32º
JOAO VITOR LOPES	119.XXX.XXX-51	10,00	33º
ANDERSON DAVILA CALAZANS	134.XXX.XXX-79	0,00	34º

Documentos para Admissão:

Originais:
(X) CTPS – Carteira de Trabalho Física ou CTPS Digital
(X) Comprovante do Pis/Pasep (Dcto emitido pela Caixa Econômica)
(X) 01 Foto 3x4
(X) Exame Médico (agendado pelo município)
(X) Comprovante da Conta Bancária (Banco do Brasil)

Fotocópias:
(X) CTPS – Carteira de Trabalho Física ou CTPS Digital
(X) Carteira de Identidade
(X) C.P.F.
(X) Título de Eleitor – comprovante de votação na última eleição
(X) Certidão de Nascimento, quando solteiro
(X) Certidão de Casamento, quando casado
(X) Certidão de Nascimento dos filhos menores de 18 anos + CPF
(X) Certificado Militar
(X) Comprovante de Residência (fatura água, luz ou telefone)
(X) Certificado Escolar

Por ser expressão da verdade firmamos á presente.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Gualiume
Código Identificador:E71DEF7D

PODER EXECUTIVO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 008-2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2026

Tomazina, 26 de agosto de 2026.

A Prefeitura Municipal de Tomazina, Estado do Paraná, CONVOCA o(a) candidato(a) aprovados(as) no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2026, conforme estabelecido pelo Edital de número 01/2026, conforme descrição abaixo, para comparecer na Divisão de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura Municipal de Tomazina, sita a Praça Tenente João José Ribeiro, 99 - Centro, para apresentar os documentos e habilitações exigidas e tomar posse de seu respectivo cargo, até o dia **28 de agosto, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 as 16:00.**
O não comparecimento no prazo estipulado implicará na desclassificação e desistência automática do(a) candidato(a) aprovado(a), a saber:
Cargo: "PROFESSOR"

Nome	Documento	Nota final	Classificação
IZIS LEITE DE CARVALHO OLIVEIRA	368.XXX.XXX-52	30,00	60º
MICHELI VIEIRA DA FONSECA	084.XXX.XXX-60	30,00	61º
PALOMA LIDIANA FREITAS DOS SANTOS	097.XXX.XXX-93	30,00	62º
SILVANA LOPES PEREIRA LIMA	043.XXX.XXX-48	20,00	63º
LAIS ALINE MIRANDA	086.XXX.XXX-50	20,00	64º
RICARDO LIMA DOS SANTOS	458.XXX.XXX-27	20,00	65º
BIANCA DE OLIVEIRA GOMES	063.XXX.XXX-80	20,00	66º
MYLENA DA SILVA MARTOS	106.XXX.XXX-95	20,00	67º
ALINE MACHADO DE AZEVEDO	112.XXX.XXX-04	20,00	68º
DANIEL RICIERE SENE DOS SANTOS	120.XXX.XXX-75	20,00	69º
SARAH RAMOS BATISTA	099.XXX.XXX-37	20,00	70º
JULIA BARBOSA GOMES	131.XXX.XXX-97	20,00	71º

Documentos para Admissão:

Originais:
(X) CTPS – Carteira de Trabalho Física ou CTPS Digital
(X) Comprovante do Pis/Pasep (Dcto emitido pela Caixa Econômica)
(X) 01 Foto 3x4
(X) Exame Médico (agendado pelo município)
(X) Comprovante da Conta Bancária (Banco do Brasil)

Fotocópias:
(X) CTPS – Carteira de Trabalho Física ou CTPS Digital
(X) Carteira de Identidade
(X) C.P.F.
(X) Título de Eleitor – comprovante de votação na última eleição
(X) Certidão de Nascimento, quando solteiro
(X) Certidão de Casamento, quando casado
(X) Certidão de Nascimento dos filhos menores de 18 anos + CPF
(X) Certificado Militar
(X) Comprovante de Residência (fatura água, luz ou telefone)
(X) Certificado Escolar

Por ser expressão da verdade firmamos á presente.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Gualiume
Código Identificador:4ECB62EE

PODER EXECUTIVO
PORTARIA Nº 347/2026

O senhor **CEZAR BEUENO DE MELO**, Prefeito do Município de Tomazina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Revogar em 26 de agosto de 2026, a portaria de nº 346/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de hoje, revogando no que couber a Portaria 346/2026, publicada em 26/08/2026, edição 3603.

CUMPRA-SE - REGISTRE-SE - PUBLIQUE-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Tomazina, em 26 de agosto de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Fernanda Cristina Sene
Código Identificador:341D800D

PODER EXECUTIVO
PORTARIA N.º 348/2026

O senhor **Cezar Bueno de Melo**, Prefeito do Município de Tomazina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1° - Ante o pedido do Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, designado pela Portaria nº 315/2026, de 06 de julho de 2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, edição nº 3567 em 07/07/2026, nos termos do art. 165 da Lei Municipal nº 12/97, prorroga-se o Processo Administrativo Disciplinar nº 01/2026, pelo prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 2º - Prorroga-se o afastamento do servidor acusado, C.A.S.C. (íntegra do nome no protocolo 5027) pelo prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE - REGISTRE-SE - PUBLIQUE-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Tomazina, em
26 de agosto de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Fernanda Cristina Sene
Código Identificador:3479AB9E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 07/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 059/2026

O **MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ** torna público que às **09h** do dia **17 DE SETEMBRO DE 2026**, na Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (www.bll.org.br) "acesso identificado no link – licitações", realizará licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA,** forma **ELETRÔNICA,** do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, regidos pela Lei N° 14.133/2021, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, de acordo com as especificações do edital, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO SOBRE PEDRAS**

IRREGULARES E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE VIAS URBANA EM CBUQ, 14.387,04 M2, INCLUINDO SERVIÇOS PRELIMINARES, REPERFILAMENTO E REVESTIMENTO, MEIO-FIO, SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO, SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, DRENAGEM, ENSAIOS TECNOLÓGICOS E PLACA DE OBRA.
Informações e esclarecimentos relativos ao Edital, modelos, adendos e anexos poderão ser solicitados junto ao Departamento de Licitações, no endereço Avenida Brasil, 245, centro, Três Barras do Paraná, Paraná - Telefone (45) 3235-1212 – e-mail: licitação@tresbarras.pr.gov.br. O Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinado no Portal da Transparência localizado no sitio do Município de Três Barras do Paraná-PR (www.tresbarras.pr.gov.br), na plataforma da BLL (www.bll.org.br), também poderão ser solicitados através do e-mail licitacao@tresbarras.pr.gov.br, ou pessoalmente no endereço citado, das 8h30 às 17 horas.

Três Barras do Paraná-PR, 25 de agosto de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanessa Macagnan
Código Identificador:49AB8E5B

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
C O M U N I C A D O

O PREFEITO MUNICIPAL TRÊS BARRAS DO PARANÁ, GERSO FRANCISCO GUSSO, considerando as exigências Legais para a realização do Concurso Público nº 001/2026, Edital nº 001/2026, para preenchimento de vagas cargo abaixo especificados:
CARGOS

Item	Especificação	Nº de Vagas	Carga Horária	Símbolo
I	Auxiliar de Serviços Gerais	03+ (CR)	40	2
II	Trabalhador Braçal	03+ (CR)	40	2
III	Cozinheiro	01+ (CR)	40	2
IV	Auditor Tributário Municipal	01+(CR)	40	22
V	Auxiliar de Serviços Gerais	01 +(CR)	20	1

Comunica aos órgãos de classe do cargo acima, que se será aberto edital, para a realização de Concurso Público.
Três Barras do Paraná em 26 de agosto de 2026

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:1C8E1097

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº 7261/2026

Data: 26/08/2026

Altera o item IV do art. 2º do Decreto nº 7248/2026, de 19/08/2026, que determinou providências para a realização de Concurso Público, e dá outras providências.

GERSO FRANCISCO GUSSO, Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei.
D E C R E T A
Art. 1º O item IV do art. 2º do Decreto nº 7248/2026, de 19/08/2026, que determinou providências para a realização de Concurso Público, passa a te a seguinte redação
CARGOS

Item	Especificação	Nº de Vagas	Carga Horária	Símbolo
I	.....			
II	.....			
III	.....			
IV	Auditor Fiscal da Receita Municipal	01+(CR)	40	22

Art. 2º Ratificam-se as demais disposições do Decreto nº 7248/2026, de 19/08/2026.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, 26 de agosto de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:05966FC5

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº 7262/2026

Data 26/08/2026

Altera o item IV do art. 1º do Decreto nº 7256/2026, de 24/08/2026, que criou a Comissão Especial para a realização do Processo de Concurso Público, para preenchimento de vagas, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, GERSO FRANCISCO GUSSO NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS EM ESPECIAL OS FUNDAMENTOS NO ART. 37, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.
DECRETA:
Art.1º O item IV do art. 1º do Decreto nº 7256/2026, de 24/08/2026, que criou a Comissão Especial para a realização do Processo de Concurso Público, para preenchimento de vagas, passa a ter a seguinte redação;
CARGOS

Item	Especificação	Nº de Vagas	Carga Horária	Símbolo
I	.....			
II	.....			
III	.....			
IV	Auditor Fiscal da Receita Municipal	01+(CR)	40	22
V	.....			

Art. 2º Ratificam-se as demais disposições do Decreto nº 7256/2026, de 24/08/2026.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, 26 de agosto de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:73A52D64

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
EXTRATO DO TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 19/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 081/2026

DESCRIÇÃO DO OBJETO
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ELABORAÇÃO E REVISÃO DE CÁLCULOS TRABALHISTAS, COMPREENDENDO A LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇAS, APURAÇÃO DE VERBAS RESCISÓRIAS, ANÁLISE DE VERBAS PLEITEADAS E CONTINGENCIAMENTO DO PASSIVO TRABALHISTA, RELATIVOS A PROCESSOS JUDICIAIS OU ADMINISTRATIVOS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ.

FUNDAMENTO LEGAL
Artigo 74, Inciso III, alínea “b” da Lei N° 14.133/2021

CONTRATADA
ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL ACORDI LTDA - CNPJ N° 07.819.704/0001-30

PREÇO
O valor da contratação totaliza R$ 51.000,00 (cinquenta e um mil reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA
O prazo de vigência será de 12 (doze) meses.

Publicado por:
Vanessa Macagnan
Código Identificador:3F7CFF6B

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
REAVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N° 32/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 069/2026

O **MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ** torna público que às **09h00** do dia **10 DE SETEMBRO DE 2026**, na Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (www.bll.org.br) "acesso identificado no link – licitações", realizará licitação na modalidade **PREGÃO,** forma **ELETRÔNICA,** do tipo **MENOR PREÇO UNITÁRIO**, regidos pela Lei N° 14.133/2021, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, de acordo com as especificações do edital, para o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DERIVADOS DE ROCHAS (PEDRA BRITA, PÓ DE PEDRA, PEDRA GRADUADA, PEDRISCO E RACHÃO) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE TODAS AS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.**
Informações e esclarecimentos relativos ao Edital, modelos, adendos e anexos poderão ser solicitados junto ao Departamento de Licitações, no endereço Avenida Brasil, 245, Centro, Três Barras do Paraná, Paraná - Telefone (45) 98824-6760 – e-mail: licitacao@tresbarras.pr.gov.br. O Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinado no Portal da Transparência localizado no sitio do Município de Três Barras do Paraná-PR (www.tresbarras.pr.gov.br), na plataforma da BLL (www.bll.org.br), também poderão ser solicitados através do e-mail licitacao@tresbarras.pr.gov.br, ou pessoalmente no endereço citado, das 8h30 às 17h00.

Três Barras do Paraná-PR, 26 de agosto de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carlos Sniezko
Código Identificador:B3550610

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
REPUBLICADO LEI Nº 3168/2026

Data 25/08/2026

Define valor a ser cobrado por serviços de carga de terra e caçamba de entulhos.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ APROVOU, E EU, GERSO FRANCISCO GUSSO, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:
Art. 1º O valor a ser cobrado por serviços de carga de terra e caçamba de entulhos, será como abaixo especificamos:

Tipo de Serviço	Valor em R$
Carga de terra caminhão – caçamba trucada	50,00
Caçamba de entulhos	50,00

Art. 2º O valor acima será majorado no mês de janeiro, pela variação acumulada no período, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Art. 3º Os pagamentos dos serviços deverão ser feitos antes da realização dos serviços.
Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, 25 de agosto de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:311960F3

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
RESULTADO DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, JULGAMENTO E HABILITAÇÃO DA LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2026.

O Pregoeiro, devidamente constituída, em cumprimento ao disposto na legislação, torna público e comunica aos interessados na execução do objeto do Edital do Pregão Eletrônico nº 33/2026, o resultado da classificação das propostas, julgamento e habilitação da licitação em epígrafe.

Classificações em primeiro lugar nos itens do objeto, conforme segue:

Ø LUMIX HEALTHCARE LTDA - CNPJ N° 48146804000200

ITEM	QNT	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	02	**BATERIA EVS 3643W – DRTECH**, COMPATÍVEL COM O EQUIPAMENTO DE RAIO X DO HOSPITAL MUNICIPAL **BATERIA RECARREGÁVEL PARA DETECTOR DIGITAL DE RAIO X DRTECH EVS 3643W, MODELO EVS-MBP-Y, ORIGINAL OU EQUIVALENTE TECNICAMENTE COMPATÍVEL**, com tecnologia Lithium Polymer (Li-Po), configuração 2S1P, tensão nominal de saída de 7,4 VDC, capacidade mínima de 4.000 mAh, energia mínima de 29,6 Wh, dimensões aproximadas de 163 x 148 x 7 mm e peso aproximado de 0,24 kg. Produto novo, sem uso, não recondicionado ou remanufaturado, acompanhado de ficha técnica, declaração de compatibilidade e garantia mínima de 12 meses.	DRTECH	R$ 8.500,00	R$ 17.000,00
02	01	**CARREGADOR PARA BATERIA EVS 3643W** – DRTECH, COMPATÍVEL COM O EQUIPAMENTO DE RAIO X DO HOSPITAL MUNICIPAL **CARREGADOR PARA BATERIA DO DETECTOR DIGITAL DE RAIO X DRTECH EVS 3643W, MODELO EVS-BCS, ORIGINAL OU EQUIVALENTE TECNICAMENTE COMPATÍVEL**, destinado ao carregamento das baterias modelo EVS-MBP-Y. Deve possuir capacidade para carregamento simultâneo de até 02 (duas) baterias; alimentação nominal de entrada em corrente contínua de 12 VDC, 6 A máximo; tempo de recarga de até 03 (três) horas; dimensões aproximadas de 180 x 255 x 35 mm; peso aproximado de 0,5 kg; compartimentos e conectores compatíveis com as baterias EVS-MBP; indicadores luminosos de alimentação e de carregamento; acompanhado de fonte/adaptador de energia e cabo de alimentação compatíveis. Produto novo, sem uso, não recondicionado ou remanufaturado, acompanhado de ficha técnica, declaração de	DRTECH	R$ 5.000,00	R$ 5.000,00

		compatibilidade e garantia mínima de 12 meses.			
				VALOR TOTAL	R$ 22.000,00

Valor total para o fornecedor: R$ 22.000,00 (Vinte e dois mil reais).

Lotes Fracassados / Lotes Desertos

Desclassificações / Inabilitações

Três Barras do Paraná/Pr. 26 de agosto de 2026.

CARLOS SNIEZKO
Pregoeiro

Publicado por:
Viviane Rodrigues
Código Identificador:01A3B0D2

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2026 PROCESSO ADM: Nº 64/2026

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE BATERIAS E CARREGADOR DESTINADOS AO EQUIPAMENTO DE RAIO X DO HOSPITAL MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
Empresas vencedoras valor total: R$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais): **LUMIX HEALTHCARE LTDA** (48146804000200) com os lotes: 1, 2 no valor total de R$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais).

TRÊS BARRAS DO PARANÁ (PR), quarta-feira, 26 de agosto de 2026

GERSO FRANCISCO GUSSO
Autoridade de Promotor

Publicado por:
Viviane Rodrigues
Código Identificador:E70E757C

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 081/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 19/2026

O Município de Três Barras do Paraná, inscrito no CNPJ nº 68.121.936/0001-68, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor Gerso Francisco Gusso, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 72, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, **HOMOLOGA** a decisão proferida pela Agente de Contratação e pela Equipe de Apoio no Processo Administrativo nº 081/2026 e **AUTORIZA** a contratação direta, por inexigibilidade de licitação, nos termos do artigo 74, inciso III, alínea "b", da Lei Federal nº 14.133/2021.

Fica homologada a contratação da empresa **ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL ACORDI LTDA**, inscrita no CNPJ nº 07.819.704/0001-30, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ELABORAÇÃO E REVISÃO DE CÁLCULOS TRABALHISTAS, COMPREENDENDO A LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇAS, APURAÇÃO DE VERBAS RESCISÓRIAS, ANÁLISE DE VERBAS PLEITEADAS E CONTINGENCIAMENTO DO PASSIVO TRABALHISTA, RELATIVOS A PROCESSOS JUDICIAIS OU ADMINISTRATIVOS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, pelo valor total de **R$ 51.000,00 (cinquenta e um mil reais)**.

Três Barras do Paraná/PR, 26 de agosto de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanessa Macagnan
Código Identificador:506160A7

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2026 PROCESSO ADM: Nº 64/2026

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE BATERIAS E CARREGADOR DESTINADOS AO EQUIPAMENTO DE RAIO X DO HOSPITAL MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
Empresas vencedoras valor total: R$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais): **LUMIX HEALTHCARE LTDA** (48146804000200) com os lotes: 1, 2 no valor total de R$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais).
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) Lei n° 14.133/21, Art. 28, inc. I, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.
TRÊS BARRAS DO PARANÁ (PR), quarta-feira, 26 de agosto de 2026

GERSO FRANCISCO GUSSO
Autoridade Competente

Publicado por:
Viviane Rodrigues
Código Identificador:C60CBA9B

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
TERMO DE RATIFICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTIATIVO Nº 081/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 19/2026

O Município de Três Barras do Paraná, inscrito no CNPJ nº 68.121.936/0001-68, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o senhor Gerso Francisco Gusso, e no uso de suas atribuições legais, de acordo com o dispositivo do inciso VIII, do artigo 72, da Lei Nº 14.133/2021, RATIFICA o procedimento de contratação direta por Inexigibilidade de Licitação, embasado no Artigo 74, inciso III, alínea "b" da Lei Federal nº 14.133/2021.

Ademais, concorda com o Parecer Jurídico e Parecer favorável da Agente de Contratação e Equipe de Apoio, para o procedimento de CONTRATAÇÃO DIRETA, por meio da INEXIGIBILIDADE nº 19/2026, embasado no Artigo 74, inciso III, alínea "b" da Lei Federal nº 14.133/2021, referente à contratação da empresa ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL ACORDI LTDA, cujo objetivo é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ELABORAÇÃO E REVISÃO DE CÁLCULOS TRABALHISTAS, COMPREENDENDO A LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇAS, APURAÇÃO DE VERBAS RESCISÓRIAS, ANÁLISE DE VERBAS PLEITEADAS E CONTINGENCIAMENTO DO PASSIVO TRABALHISTA, RELATIVOS A PROCESSOS JUDICIAIS OU ADMINISTRATIVOS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, com o valor total de R$ 51.000,00 (cinquenta e um mil reais).

Três Barras do Paraná/PR, 26 de agosto de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanessa Macagnan
Código Identificador:07919CD4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAS DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 254 DE 25 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO Nº 254 DE 25 DE AGOSTO DE 2026

Abre Crédito Adicional Suplementar e dá Outras Providências.

O Prefeito do Município de Tunas do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e das que lhe foram conferidas pela Lei Municipal nº 1038, de 10 de dezembro de 2025,

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município, para o corrente exercício, o Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 75.157,45 (setenta e cinco mil, cento e cinquenta e sete reais e quarenta e cinco centavos) destinados ao reforço da seguinte dotação orçamentária:

04.001.28.846.0020.0012 Outros Encargos Especiais
3.3.90.93.00.00 623 Indenizações e Restituições..... R$ 75.157,45

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito autorizado no artigo 1º, são indicados como recurso, consoante pelo inciso I, § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, o superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior na fonte 623 - Operação de Crédito Interna - PNAFM III - Lei Municipal n. 872/2021.

Art. 3º Para fins de compatibilização, ficam autorizadas a inclusão nos anexos do PPA, nos anexos de Prioridades e Metas da LDO e na Programação Financeira Anual, as alterações contidas neste decreto.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Tunas do Paraná, 25 de agosto de 2026.

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:C0C17571

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 255 DE 25 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO Nº 255 DE 25 DE AGOSTO DE 2026

Abre Crédito Adicional Suplementar e dá Outras Providências.

O Prefeito do Munícipio de Tunas do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Municipal nº 1038, de 10 de dezembro de 2025,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto no orçamento geral do município de Tunas do Paraná, para o corrente exercício, o crédito adicional suplementar no valor de R$ 5.655,32 (cinco mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e trinta e dois centavos) destinados ao reforço da seguinte dotação orçamentária:

04.001.28.846.0020.0012 Outros Encargos Especiais
3.3.90.93.00.00 623 Indenizações e Restituições..... R$ 5.655,32

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito autorizado no artigo 1º, são indicados como recurso consoante pelo inciso II, § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, o excesso de arrecadação na fonte 623 623 - Operação de Crédito Interna - PNAFM III - Lei Municipal n. 872/2021.

Art. 3º Para fins de compatibilização, ficam autorizadas a inclusão nos anexos do PPA, nos anexos de Prioridades e Metas da LDO e na Programação Financeira Anual, as alterações contidas neste decreto.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Tunas do Paraná, 25 de agosto de 2026.

MARCO ANTONIO BALDAO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:6ECAB928

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE CANCELAMENTO DA PUBLICAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGAO ELETRONICO Nº63/2026.

AVISO DE CANCELAMENTO DA PUBLICAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGAO ELETRONICO Nº63/2026.

Objeto: Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Prestação de Serviços**; "*LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS PARA EVENTOS (BANHEIRO QUÍMICO, BRINQUEDOS INFLÁVEIS, CAMARIM, GERADOR DE ENERGIA, GRADES DE CONTENÇÃO, PALCO, SOM E ILUMINAÇÃO, PISO TIPO TABLADO, INSTALAÇÃO DE PAINEL DE LED, TENDAS, CADEIRAS PLÁSTICAS), PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MAQUIAGEM ARTÍSTICA, SERVIÇO DE DECORAÇÃO E ORNAMENTAÇÃO PARA EVENTOS INTERNOS, SERVIÇOS DE SEGURANÇA DESARMADA*",** conforme especificações constantes do Anexo I do Edital**.**

Torna sem efeito a publicação do Aviso de Licitação **PREGAO ELETRONICO Nº63/2026.**publicado no Diário Oficial dos Municípios na data de 19/08/2026 Edição 1202, e no Diário Oficial Jornal União na data de 19/08/2026 Edição 3599, para adequação do mesmo.

Tunas do Paraná 26 de agosto de 2026.

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:68BA734B

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº65/2026
REGISTRO DE PREÇOS

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº65/2026
REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE TUNAS DO PARANÁ, através do Prefeito Municipal e de sua Pregoeira Oficial e Equipe de Apoio designados pela Portaria n.°47/2025, pelo presente, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar LICITAÇÃO, na modalidade: **PREGÃO ELETRÔNICO**, tipo **"MENOR PREÇO POR LOTE",** que será processado e julgado em conformidade com os preceitos da Lei Federal Nº 14.133 de 1º de abril 2021 e Lei Complementar Nº 123/06 alterada pela Lei n.º147/2014, Decreto n.º036/2011, sob as seguintes condições:

OBJETO: Registro de Preços para Futuras e Eventuais Aquisições de **Refeições prontas (marmitex)**, conforme especificações contidas no Anexo I do Edital.
PREÇO MÁXIMO: R$ 50.020,00 (Cinquenta mil com vinte reais).
DATA LIMITE PARA ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS: 21/09/2026 às 08h00min horas
DATA DA DISPUTA DE LANCES: 21 /09 /2026 Às 08h30min
O edital estará disponível a partir de 31/08/2026, no portal da transparência: www.tunasdoparana.pr.gov.br,
Informações pelo e-mail: licitacao@tunasdoparana.pr.gov.br
Problemas com conexão e /ou dúvidas sobre o site www.licitacoes-e2.bb.com.br. 0800-7290500.
Tunas do Paraná, 26 de agosto de 2026.

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:8F090C08

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESULTADO DA LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 12/2026

Por meio do presente termo torno público, para conhecimento de tantos quanto possa interessar, que foi declarada **FRACASSADA** a licitação conduzida pelo Município de Turvo na forma da "Concorrência Eletrônica nº 12/2026", cujo objeto visa o CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA EM LOTEAMENTO NO DISTRITO FAXINAL DA BOA VISTA, pelo valor máximo de R$ 713.595,84 (setecentos e treze mil, quinhentos e noventa e cinco reais e oitenta e quatro centavos), na qual nenhuma das empresas participantes apresentaram a proposta ajustada conforme as solicitações no sistema. Na oportunidade, então, considerando a manutenção das razões que ensejaram o procedimento infrutífero, determino, nesta oportunidade, a publicação do ato em Diário Oficial e o arquivamento do processo a que ele se refere, devendo, entretanto, serem reaproveitados todos os atos que puderem ser utilizados em novo procedimento licitatório. Nada mais havendo, publique-se e cumpra-se.

Turvo/PR, 26 de agosto de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Luiza Chamorra
Código Identificador:14F16F73

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 151/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 92/2026

Contrato Administrativo nº 151/2026 – Pregão Eletrônico Nº 92/2026– Contratante: Município de Turvo (PR), pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07 e com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-016, Turvo (PR) – **Contratada: EDUCAR MOVEIS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 20.132.150/0001-66, com sede localizada na Rua Planalto, Nº 2100, no Município de Três de Maio/RS, CEP 98.910-000, neste ato representada por Normelia Lottermann, portadora da cédula de identidade Nº 9009740251 e inscrita junto ao CPF/MF sob o nº 283.655.340-53 – **Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS PERMANENTES DESTINADOS À ESTRUTURAÇÃO DA SEDE DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE TURVO – ACET, CONFORME PLANO DE TRABALHO APROVADO, COM A FINALIDADE DE PROMOVER A MELHORIA DA INFRAESTRUTURA FÍSICA, TECNOLÓGICA E OPERACIONAL DA ENTIDADE, PROPORCIONANDO MELHORES CONDIÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DE REUNIÕES, CAPACITAÇÕES, CURSOS, EVENTOS EMPRESARIAIS E DEMAIS ATIVIDADES INSTITUCIONAIS VOLTADAS AO FORTALECIMENTO DO COMÉRCIO E AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL – **Prazo de Vigência:** 12 (doze) meses tendo sua vigência compreendida entre 25/08/2026 a 24/08/2027 - **Valor global:** R$ 17.000,00 (dezessete mil reais)– **Gestor:** Alan Tratch **- Fiscal:** Elaine Cristina Pereira Ribas **Foro:** Guarapuava (PR) – **Assinam, de um lado, o Prefeito de Turvo (PR) e, de outro, o representante da empresa contratada.**

Publicado por:
Priscila Martinelli
Código Identificador:D1299A8A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 152/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 92/2026

Contrato Administrativo nº 152/2026 – Pregão Eletrônico Nº 92/2026– Contratante: Município de Turvo (PR), pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07 e com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-016, Turvo (PR) – **Contratada: CORTINASUL PERSIANAS E CORTINAS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 61.863.326/0001-37, com sede localizada na Rua Cairu, Nº 1210, no Município de Porto Alegre/RS, CEP 90.230-030, neste ato representada por Elton Hauschild Luiz, portador da cédula de identidade Nº 8122446282 SSP/DI-RS e inscrito junto ao CPF/MF sob o nº 038.945.630-60 – **Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS PERMANENTES DESTINADOS À ESTRUTURAÇÃO DA SEDE DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE TURVO – ACET, CONFORME PLANO DE TRABALHO APROVADO, COM A FINALIDADE DE PROMOVER A MELHORIA DA INFRAESTRUTURA FÍSICA, TECNOLÓGICA E OPERACIONAL DA ENTIDADE, PROPORCIONANDO MELHORES CONDIÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DE REUNIÕES, CAPACITAÇÕES, CURSOS, EVENTOS EMPRESARIAIS E DEMAIS ATIVIDADES INSTITUCIONAIS VOLTADAS AO FORTALECIMENTO DO COMÉRCIO E AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL – **Prazo de Vigência:** 12 (doze) meses tendo sua vigência compreendida entre 25/08/2026 a 24/08/2027 - **Valor global:** R$ 7,022,00 (sete mil e vinte e dois reais). – **Gestor:** Alan Tratch **- Fiscal:** Elaine Cristina Pereira Ribas **Foro:** Guarapuava (PR) – **Assinam, de um lado, o Prefeito de Turvo (PR) e, de outro, o representante da empresa contratada.**

Publicado por:
Priscila Martinelli
Código Identificador:5DB6644D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 153/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 92/2026

Contrato Administrativo nº 153/2026 – Pregão Eletrônico Nº 92/2026– Contratante: Município de Turvo (PR), pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07 e com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-016, Turvo (PR) – **Contratada: ELETRO CENTRO COMERCIO DE PECAS E ELETROELETRONICOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 16.779.255/0003-04, com sede localizada na Rodovia ES-010, Nº 4255 A, no Município de Serra/ES, CEP 29.164-140, neste ato representada por Gervasio dos Santos Marques, portador da cédula de identidade Nº 5.418.890-3 SSP-SC e inscrito junto ao CPF/MF sob o nº 077.156.659-08 – **Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS PERMANENTES DESTINADOS À ESTRUTURAÇÃO DA SEDE DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE TURVO – ACET,

CONFORME PLANO DE TRABALHO APROVADO, COM A FINALIDADE DE PROMOVER A MELHORIA DA INFRAESTRUTURA FÍSICA, TECNOLÓGICA E OPERACIONAL DA ENTIDADE, PROPORCIONANDO MELHORES CONDIÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DE REUNIÕES, CAPACITAÇÕES, CURSOS, EVENTOS EMPRESARIAIS E DEMAIS ATIVIDADES INSTITUCIONAIS VOLTADAS AO FORTALECIMENTO DO COMÉRCIO E AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL – **Prazo de Vigência:** 12 (doze) meses tendo sua vigência compreendida entre 25/08/2026 a 24/08/2027 - **Valor global:** R$ 7.254,36 (sete mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e trinta e seis centavos) – **Gestor:** Alan Tratch **- Fiscal:** Elaine Cristina Pereira Ribas **Foro:** Guarapuava (PR) – **Assinam, de um lado, o Prefeito de Turvo (PR) e, de outro, o representante da empresa contratada.**

Publicado por:
Priscila Martinelli
Código Identificador:55729640

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 605-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias regulares para o servidor comissionado **Kaue Felipe Buhrer Conrado,** Chefe da Divisão de Obras Públicas, lotado na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Engenharia e Urbanismo, no período de 08 de setembro de 2026 a 17 de setembro de 2026, referente ao período aquisitivo de 26 de agosto de 2025 a 25 de agosto de 2026.
Parágrafo Único - Fica mantido o direito de gozo de 20(vinte) dias remanescentes de férias, relativo ao período aquisitivo mencionado no Art. 1º desta portaria, a ser usufruído pelo servidor em momento oportuno.

Art. 2º - Esta portaria terá efeito a partir desta data.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 21 de agosto de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:77663DED

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 606-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder 120 (cento e vinte) dias de licença maternidade para a servidora **Josiele Piatnoczka dos Santos**, inscrita no CPF nº 072.903.369-41, ocupante do cargo temporário de Professora, 20 horas semanais, lotada na Escola Municipal do Campo Infância Feliz, na Secretaria Municipal de Educação. No período de 20 de agosto de 2026 a 17 de dezembro de 2026, conforme a apresentação do atestado, através do protocolo nº 3.202/2026.

Art. 2º - Esta portaria terá efeito retroativo a 20 de agosto de 2026.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 21 de agosto de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:21C5CA52

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 607-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO DO MUNICIPIO DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, em especial o artigo 130, § 2°, inciso I da Lei Complementar Municipal N° 03/2023 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município,

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder 04 (quatro) dias de Licença por motivos de Doença em Pessoa da Família para a servidora efetiva **Vanessa Penteado dos Santos,** Professora, com carga horaria de 20 horas semanais, lotada no Cmei Vó Luiza, Secretaria Municipal de Educação, considerando o atestado médico apresentado através do protocolo nº 3.173/2026 e o parecer emitido pela Comissão Especial conforme despacho 2-3.173/2026. No período de 18 de agosto de 2026 a 21 de agosto de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria terá efeito retroativo a 18 de agosto de 2026
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 21 de agosto de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:1A4C6CED

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 608-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 15 (quinze) dias de férias regulares para o servidor efetivo **Johnni Peterson Wolff,** Motorista de Veículos Leves e Emergências, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 08 de setembro de 2026 a 22 de setembro de 2026, referente ao período aquisitivo de 28 de março de 2025 a 27 de março de 2026.
Parágrafo Único - Fica mantido o direito de gozo de 15(quinze) dias remanescentes de férias, relativo ao período aquisitivo mencionado no Art. 1º desta portaria, a ser usufruído pelo servidor em momento oportuno.

Art. 2º - Esta portaria terá efeito a partir desta data.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 21 de agosto de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:16E296EB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 609-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO DO MUNICIPIO DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, em especial o artigo 130, § 2°, inciso I da Lei

Complementar Municipal N° 03/2023 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município,

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder 05 (cinco) dias de Licença por motivos de Doença em Pessoa da Família para a servidora efetiva **Sandi Ellen Gloeden Tluscik,** Auxiliar Educação, com carga horaria de 20 horas semanais, lotada no Cmei Vó Luiza, Secretaria Municipal de Educação, considerando o atestado médico apresentado através do protocolo nº 3.168/2026 e o parecer emitido pela Comissão Especial conforme despacho 2-3.168/2026. No período de 19 de agosto de 2026 a 23 de agosto de 2026.
Art. 2º - Esta Portaria terá efeito retroativo a 19 de agosto de 2026
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 21 de agosto de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:ED7C1A54

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 610-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder o remanescente de 05 (cinco) dias de férias para a servidora, **Diocelia Aparecida Barbosa**, ocupante do cargo efetivo de Professora e atualmente Diretora do Cmei Vó Luiza, Secretaria Municipal de Educação, no período de 24 de agosto de 2026 a 28 de agosto de 2026. conforme concessão de férias realizada por meio da Portaria nº 1023/2025.

Art. 2º - Converter em abono pecuniário o remanescente de 05 (cinco) dias de férias da servidora mencionada no art. 1º desta portaria.

Art. 3º - Esta portaria terá efeito a partir desta data.
Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 24 de agosto de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:D16DC07A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 612-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO DO MUNICIPIO DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, em especial o artigo 130, § 2°, inciso I da Lei Complementar Municipal N° 03/2023 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município,

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder 07 (sete) dias de Licença por motivos de Doença em Pessoa da Família para a servidora efetiva **Aline Jacoski de Oliveira Kruger da Silva,** nutricionista, com carga horaria de 40 horas semanais, lotada Secretaria Municipal de Educação, considerando o atestado médico apresentado através do protocolo nº 3.214/2026 e o parecer emitido pela Comissão Especial conforme despacho 2-3.214/2026. No período de 20 de agosto de 2026 a 26 de agosto de 2026.
Art. 2º - Esta Portaria terá efeito retroativo a 20 de agosto de 2026
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 25 de agosto de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:FBFDC989

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 613-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º – Autoriza a conversão em abono pecuniário de 09 (nove) dias de férias da servidora comissionada **Maria Eduarda Portela Correa**, Assessora I, os quais foram cassados através da Portaria nº 186/2026.

Art. 2º - Esta portaria terá efeito a partir desta data.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 25 de agosto de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:9B6EA7E9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 614-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder o remanescente de 15 (quinze) dias de férias para a Conselheira Tutelar, **Franciele Maria Peske Neumann**, lotada na Secretaria Municipal da Familia e Desenvolvimento Social, no período de 08 de setembro de 2026 a 22 de setembro de 2026. conforme concessão de férias realizada por meio da Portaria nº 969/2025.

Art. 2º - Esta portaria terá efeito a partir desta data.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 25 de agosto de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:E434E8A8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 615-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder o remanescente de 15 (quinze) dias de férias para a Conselheira Tutelar, **Vania Varmuth da Silva**, lotada na Secretaria Municipal da Familia e Desenvolvimento Social, no período de 28 de setembro de 2026 a 12 de outubro de 2026. conforme concessão de férias realizada por meio da Portaria nº 16/2026.

Art. 2º - Esta portaria terá efeito a partir desta data.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 25 de agosto de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:70E9F1F0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO GABINETE DO PREFEITO TERMO DE RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 70/2026

Através do presente termo, **RATIFICO** o processo de Inexigibilidade de Licitação Nº 70/2026, objeto visa o repassede recursos financeiros à **ASSOCIACAO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE TURVO – ACET (00.827.823/0001-95),** mediante Inexigibilidade de Licitação, Termo de Fomento no valor total de R$ 12.060,05 (doze mil, sessenta reais e cinco centavos), considerando:
A regularidade do procedimento executado;
A justificativa para escolha da contratada;
Os documentos relativos à habilitação da beneficiada em face das exigências previstas pelo Art. 31, inciso II, da Lei n.º 13.019/2014.
Estando tudo em conformidade com o conteúdo do Parecer Jurídico, DETERMINO a adoção das medidas cabíveis para a celebração do contrato.
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Turvo/PR, 26 de agosto de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Priscila Martinelli
Código Identificador:639D97C6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ATA DE SESSÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 12/2026

Às 08h30min do dia 24 de agosto de 2026, reuniram-se no Departamento de Licitações e Contratos de Turvo a Pregoeira e a Equipe de Apoio para, nos termos na Lei Federal 14.133/2021, dar prosseguimento ao procedimento licitatório relativo ao Concorrência Eletrônica nº 12/2026, cujo procedimento visa a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA EM LOTEAMENTO NO DISTRITO FAXINAL DA BOA VISTA**,** pelo valor máximo de R$ 713.595,84 (setecentos e treze mil, quinhentos e noventa e cinco reais e oitenta e quatro centavos). Após, o Agente de Contratação deu prosseguimento ao certame, nos termos do Edital (com o acesso à plataforma digital do Compras.Gov <**www.comprasgovernamentais.gov.br** >) na fase de julgamento, em face aos requisitos do Edital, na qual nenhuma das empresas participantes apresentaram a proposta ajustada conforme as solicitações no sistema, assim a licitação foi declarada **FRACASSADA**. Foi declarada, então, o encerramento da sessão com a lavratura da presente Ata que, lida e achada conforme, que vai assinada pela Pregoeira da Comissão e Equipe de Apoio.

PRISCILA MARTINELLI
Agente de Contratação

DAIANE CORREA BATISTA DESSANOSKI
Secretária

CHEILA FERNANDA TORTELI
Membro

Publicado por:
Ana Luiza Chamorra
Código Identificador:2998818A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 103/2026 COMPRAS.GOV N° 37/2026

A pregoeira da Prefeitura Municipal de Turvo/PR, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar a licitação a seguir caracterizada:
Modalidade: Pregão Eletrônico
Tipo: Menor preço
Objeto: Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada para fornecimento de brindes institucionais das campanhas de saúde – agosto azul, setembro amarelo, outubro rosa e novembro vermelho – destinados ao atendimento dos programas de saúde pública da secretaria municipal de saúde do município de Turvo/PR.
Cadastro das Propostas: Até às 08h30min de 18 de setembro de 2026.
Início da Sessão: 18 de setembro de 2026 a partir das 08h30min.
Local: www.comprasgovernamentais.gov.br "**Acesso Identificado**"
Valor: R$ 735,00 (setecentos e trinta e cinco reais)
Comissão Julgadora: Constituída pela Decreto Nº 79/2026

O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei Federal N° 14.133/21 e suas alterações posteriores. O Edital completo se encontra a disposição dos interessados no site da Prefeitura Municipal (http://www.turvo.pr.gov.br/), bem como no portal da Compras.gov (www.comprasgovernamentais.gov.br). Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (42) 3642-1145 (ramal 206), através do e-mail licitacao@turvo.pr.gov.br, ou, ainda, na Prefeitura Municipal, com sede na Avenida 12 de Maio, 353, Turvo /PR, CEP 85150-016, de segunda a sexta – feira das 08h00m às 12h00m e das 13h00m às 17h00m.

Turvo/PR, 26 de agosto de 2026.

PRISCILA MARTINELLI
Pregoeira (Decreto Nº 79/2026)

Publicado por:
Ana Luiza Chamorra
Código Identificador:E73CDEF2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 70/2026

A Prefeitura Municipal de Turvo (PR) torna público, por meio da sua Comissão Permanente de Licitações (CPL), representada por sua presidente (designada pela Decreto nº 79/2026), para conhecimento de quantos possam se interessar, que realizou a **Inexigibilidade de Licitação nº 70/2026**, em atendimento ao solicitado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação, autorizado pelo Prefeito Municipal em 26/08/2026, cujos termos obedecem ao que segue:
Beneficiada: ASSOCIACAO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE TURVO – ACET (00.827.823/0001-95)

Objeto: Celebração de Termo de Fomento entre o Município de Turvo e a Associação Comercial e Empresarial de Turvo – ACET, visando orepasse de recurso financeiropara a execução das melhorias estruturais da sede da entidade.

Valor : R$ 12.060,05 (doze mil, sessenta reais e cinco centavos).

Fundamento legal: Lei Municipal n° 053/2023 e Decreto n°134/2025

Justificativa: A Associação Comercial e Empresarial de Turvo - ACET, ao longo de seus 30 anos de atuação, tem desempenhado um papel fundamental no fortalecimento do setor empresarial local, por meio da representação institucional do comércio, da indústria e dos prestadores de serviços do município. Sua atuação se dá através da promoção de cursos, formações, capacitações e treinamentos, além da realização de eventos, reuniões de conselhos municipais e grupos empresariais, que contribuem diretamente para a qualificação profissional, o fortalecimento das redes de cooperação e o crescimento sustentável do comércio local. O apoio à ACET, mediante o repasse de bens e serviços, justifica-se pela necessidade de aprimorar sua infraestrutura física e tecnológica, garantindo condições adequadas para a continuidade e ampliação das ações desenvolvidas em prol do desenvolvimento econômico e social de Turvo. A parceria entre a Prefeitura Municipal de Turvo e a Associação Comercial e Empresarial de Turvo - ACET representa uma iniciativa estratégica de fomento ao empreendedorismo e à geração de emprego e renda, fortalecendo a relação entre o setor público e o setor produtivo local, em consonância com o interesse público e com as diretrizes de desenvolvimento municipal.

As informações administrativas relativas à Inexigibilidade de Licitação nº 70/2026 poderão ser obtidas através dos seguintes meios: Postal: Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Turvo (PR), localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Turvo (PR), CEP 85150-000 – Telefone: (42) 3642-1145 – E-mail: < licitacao@turvo.pr.gov.br > – Horário de atendimento: de segunda à sexta-feira, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00.

Turvo (PR), 26 de agosto de 2026.

ANA LUIZA CHAMORRA
Membro da Comissão Permanente de Licitações (Decreto n˚ 79/2026)

Publicado por:
Priscila Martinelli
Código Identificador:9C20B1AD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA
INEXIGIBILIDADE 52-2026

Procedimento Licitatório 56/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 52/2025

De acordo com o disposto no art. 74, inciso I, da Lei 14.133/2021, e razões apresentadas pela Presidência desta Câmara Municipal, alinhada a dotação e saldo orçamentário pertinente, além da consonância com o parecer jurídico. O Agente de Contratação e Equipe de Apoio, nomeados pela Portaria nº 03/2026, declara Inexigível o ato Licitatório n° 56/2026 de Inexigibilidade 52/2026 referente à contratação da Empresa Jornalística Umuarama – LTDA – EPP CNPJ 04.233.582/0001-07, detentora exclusiva do jornal periódico "Jornal Umuarama Ilustrado" considerado o jornal oficial de Umuarama e região, para aquisição de 25 (vinte e cinco) assinaturas de jornais periódicos do Jornal Umuarama Ilustrado, sendo de caráter informativo, com notícias locais e regionais a fim de atender às necessidades da Câmara Municipal de Umuarama/PR, pelo período de 12 meses, no valor anual de R$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais).

Umuarama/PR, 25 de agosto de 2026.

Cássia Patrícia M.P. Ungaro Fabiano Lacotiz Maziero Simone A. Freitas
Agente de Contratação Equipe de Apoio Equipe de Apoio

Ratificação.

Ratifico as razões adotadas pelo Agente de Contratação e Equipe de Apoio, nomeados pela Portaria nº 03/2026, quanto ao Procedimento Licitatório n° 56/2026 de Inexigibilidade 52/2026, referente à contratação da Empresa Jornalística Umuarama – LTDA – EPP, CNPJ 04.233.582/0001-07, detentora exclusiva do jornal periódico "Jornal Umuarama Ilustrado" considerado o jornal oficial do Município de Umuarama, de circulação municipal e região, para aquisição de 25 (vinte e cinco) assinaturas de jornais periódicos do Jornal Umuarama Ilustrado, sendo de caráter informativo, com notícias locais e regionais a fim de atender às necessidades da Câmara Municipal de Umuarama/PR, pelo período de 12 meses, no valor anual de R$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais), conforme processo de Inexigibilidade de Licitação 52/2026, devidamente fundamentado.

Umuarama/PR, 25 de agosto de 2026.

LUIZ ANTONIO CAVIQUIOLI
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Cassia Patricia m P Ungaro
Código Identificador:9BF8C53F

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 026/2026 - PMU

AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS.
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2026/08/476.
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 026/2026 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.
VALOR DA CONTRATAÇÃO: R$ 1.050.000,00 (um milhão e cinqüenta mil reais).

Autorização do ato por mim praticado na autorização concedida à SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS, para contratação direta, **por Inexigibilidade de Licitação**, da empresa especializada: **PROJELUZ LUMINÁRIAS E ARTEFATOS DE METAIS EIRELI, INSCRITA NO CNPJ Nº 01.393.141/0001-84**, através de Sistema de Registro de Preços, para futura e eventual contratação, por inexigibilidade de licitação, de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção corretiva, sob demanda, das luminárias de LED fabricadas pela Projeluz, instaladas no sistema de iluminação pública do Município, compreendendo o fornecimento e a substituição de peças originais, tais como drivers, placas e dispositivos de proteção contra surtos (DPS), bem como mão de obra especializada, frete e demais insumos necessários à execução dos reparos, visando assegurar a continuidade, a eficiência e a segurança do sistema de iluminação pública, de acordo com o artigo 74, inciso I, da Lei 14.133/2021**.**

AUTORIZO, nos termos das razões elencadas no Processo Administrativo nº 2026/08/476, de 10 de agosto de 2026, anexo, conforme artigo 72, inciso VIII, da Lei 14.133/2021.

Umuarama, 25 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal
Município de Umuarama

Publicado por:
Roberta Almeida Moraes
Código Identificador:2B582AD4

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 063/2026 – PMU

AVISO DE PREGÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 063/2026 – PMU
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 2026/06/344

PARA AMPLA CONCORRÊNCIA COM LOTE EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI).

O MUNICÍPIO DE UMUARAMA, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento de quem possa interessar, que realizará a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO - SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 067/2023, demais legislações aplicáveis e das exigências estabelecidas neste edital, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

OBJETO: A presente contratação será destinada para aquisição de gêneros alimentícios perecíveis enviados pela Secretaria Municipal de Educação, através da Divisão de Alimentação Escolar, às escolas municipais e centros municipais de educação infantil para atender os alunos matriculados na rede municipal de ensino no ano de 2026/2027, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento**..**
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS: Até às 08:00 horas do dia 11/09/2026
ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08:00 às 09:00 horas do dia 11/09/2026
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 11/09/2026.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **MENOR PREÇO POR ITEM**
MODO DE DISPUTA: Aberto e Fechado
VALOR ESTIMADO PARA A LICITAÇÃO: R$1.205.450,00 um milhão, duzentos e cinco mil e quatrocentos e cinquenta reais).
LINK PARA REALIZAÇÃO DA SESSÃO DA DISPUTA: https://www.bll.org.br.
REFERÊNCIA DE HORÁRIO: Horário de Brasília/DF.
O EDITAL FICARÁ DISPONÍVEL: No site do Município de Umuarama (www.umuarama.pr.gov.br); **no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Umuarama, situado à Av. Rio Branco, 3717 E/OU** no **Portal Nacional de Compras** (http://www.bll.org.br).
Eventuais esclarecimentos poderão ser fornecidos diretamente na Diretoria de Licitações e Contratos, situada na Av. Rio Branco, nº 3717 – Umuarama-Pr, **E/OU** por meio do Telefone (44) 3621-4141 – Ramais 127 e 129.
Umuarama/Pr, 26 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

LETÍCIA LABIAK PEREIRA
Secretaria Municipal de Educação

CLEBER BONFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Gabriela Viana Cardozo
Código Identificador:2AB84AF3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 219/2026

Nomeia, em substituição, membros do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial - COMPIR.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO a Lei Municipal n.º 4.840/2025, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial de Umuarama/PR - COMPIR;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal n.º 114, de 05 de maio de 2025;
CONSIDERANDO o Decreto Municipal n.º 160, de 01 de julho de 2026;

CONSIDERANDO o Ofício expedido pelo Centro Umbandista Caboclo Aymoré, em 17 de agosto de 2026;

CONSIDERANDO a Comunicação Interna n.º 54/2026, expedida pela Secretaria Executiva dos Conselhos, em 24 de agosto de 2026.

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam nomeadas, para compor o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial, no restante do biênio 2025/2027, as seguintes representantes da sociedade civil:

I - ELIDIAMARA SIMÕES NUNES, portadora do CPF n.º 617.***.***-10, representante do Centro Umbandista Caboclo Aymoré, na categoria de Associações Ligadas à Cultura e Arte, como membro **titular**, em substituição a Tiago Soares dos Santos, nomeado nos termos do art. 1º, inciso II, alínea "d", item "d.2", do Decreto Municipal n.º 114, de 05 de maio de 2025;

II - JULIANA CAMARGO HAERDRICH, portadora do CPF n.º 087.***.***-03, representante do Centro Umbandista Caboclo Aymoré, na categoria de Associações Ligadas à Cultura e Arte, como membro **suplente**, em substituição a Elidiamara Simões Nunes, nomeada nos termos do art. 1º, inciso II, alínea "d", item "d.2", do Decreto Municipal n.º 114, de 05 de maio de 2025.

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições dos Decretos Municipais n.º 114, de 05 de maio de 2025, e n.º 160, de 01 de julho de 2026.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 25 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:6D1A4ED4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 220/2026

Altera dispositivos do Decreto nº 206, de 14 de agosto de 2026, que institui a Comissão Técnica Especial de Análise e Revisão da Planta de Valores Genéricos – CPVG, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 66 e 91 da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 19, 19-A e 20 da Lei Complementar Municipal nº 380, de 30 de setembro de 2014;

CONSIDERANDO a instituição da Comissão Técnica Especial de Análise e Revisão da Planta de Valores Genéricos – CPVG pelo Decreto nº 206, de 14 de agosto de 2026;

CONSIDERANDO a complexidade técnica, a amplitude e o volume dos trabalhos necessários à revisão da Planta de Valores Genéricos do Município, especialmente quanto ao levantamento, tratamento, análise e validação das informações relativas ao mercado imobiliário local;

CONSIDERANDO o prazo estabelecido para conclusão dos trabalhos da Comissão e a necessidade de assegurar maior capacidade

operacional para a realização das pesquisas, levantamentos e análises indispensáveis à elaboração da proposta técnica;

CONSIDERANDO a relevância da participação de profissionais com experiência e conhecimento direto do mercado imobiliário local, especialmente para a coleta, análise e validação de dados relativos às transações e ofertas imobiliárias, comportamento dos preços, características das diferentes regiões do Município e dinâmica de valorização dos imóveis;

CONSIDERANDO a conveniência de ampliar a representação do Conselho Regional de Corretores de Imóveis – CRECI e da Associação das Empresas do Ramo Imobiliário de Umuarama – Sistema Venda Rápida na Comissão, em razão da natureza eminentemente técnica e colaborativa dos trabalhos a serem desenvolvidos;

D E C R E T A :

Art. 1º O art. 2º do Decreto nº 206, de 14 de agosto de 2026, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art.2º.....
VI – 2 (dois) representantes indicados pela Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Umuarama – ACIU;
.....
X – 3 (três) representantes indicados pelo Conselho Regional de Corretores de Imóveis – CRECI;
XI – 4 (quatro) representantes indicados pela Associação das Empresas do Ramo Imobiliário de Umuarama – Sistema Venda Rápida;
.....
§ 4º Os órgãos e as entidades referidos nos incisos I a XII do *caput* indicarão os membros titulares em número correspondente ao quantitativo de representantes previsto em cada inciso, bem como igual número de suplentes, cabendo a cada suplente substituir o respectivo titular em suas ausências ou impedimentos.
....." (NR)

Art. 2º Permanecem válidas as indicações e as designações de membros já realizadas com fundamento no Decreto nº 206, de 14 de agosto de 2026, devendo a Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Umuarama – ACIU, o Conselho Regional de Corretores de Imóveis – CRECI e a Associação das Empresas do Ramo Imobiliário de Umuarama – Sistema Venda Rápida indicar os membros titulares e os respectivos suplentes adicionais necessários à complementação da composição decorrente das alterações promovidas por este Decreto.

Parágrafo único. Os membros adicionais de que trata o *caput* serão designados por portaria do Chefe do Poder Executivo, na forma do § 5º do art. 2º do Decreto nº 206, de 14 de agosto de 2026.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 25 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:3068F9D2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL N.º 100/2026

EDITAL N.º 100/2026

EDITAL N.º 100/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o que estabelecem o Edital nº 048/2026, de 06 de maio de 2026,

R E S O L V E

Convocar os candidatos abaixo relacionados, aprovados e classificados no Processo Seletivo Simplificado, para o provimento de emprego público de **Agente administrativo e Psicólogos,** a comparecerem na Diretoria de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Umuarama, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da data de publicação deste edital, para se manifestar sobre a aceitação ou não do Emprego Público, ocasião em que deverá apresentar os seguintes documentos para admissão:
* 01 foto colorida 3X4 (atual).
* antecedentes criminais (Fórum 1ª e 2ª vara criminal)
* fotocópia da carteira de identidade (R.G.)
* fotocópia do C.P.F. (se casada os documentos devem estar com o nome de casada)
* fotocópia do C.P.F. (cônjuge).
* fotocópia da carteira de trabalho (páginas: da foto e dos dados pessoais)
* fotocópia PIS ou PASEP
* certidão de quitação eleitoral (imprimir a Certidão no site www.tse.jus.br)
* fotocópia da certidão de nascimento ou casamento
* carteira de habilitação (quando couber)
* certificado de reservista ou dispensa de incorporação (quando couber)
*** fotocópia e original do comprovante de escolaridade exigido (histórico com certidão ou diploma)**
* registro no conselho da classe (quando couber)
* Comprovante (completo) de Imposto de Renda – Pessoa Física, Exercício do ano vigente (no caso de isenção preecher declaração de bens)
* comprovante de residência
* declaração de não ter sofrido, no exercício da função pública, penalidade por prática desabonadora ou demissão por justa causa nos últimos 05(cinco anos)
* tipo sanguineo
* comprovante (impresso) do nº. da conta bancária do BANCO ITAÚ para crédito do pagamento
(a declaração para abertura de conta bancária será disponibilizada ao candidato no ato de entrega de documentos)
* certidão de nascimento e CPF dos filhos menores de 14 anos
* carteira de vacinação dos filhos.
Posteriormente serão encaminhados(as) para se submeterem a Exame Médico Pré-admissional previsto no item 1.5 – do referido Edital.

ATENÇÃO
A ausência de qualquer um dos documentos, acima relacionados, dentro do prazo estabelecido para entrega, caracterizará o descumprimento das regras editalícias e consequentemente, a desclassificação do candidato do Processo Seletivo Simplificado previsto no item 11.6 - da Convocação - do referido Edital. Em caso de dúvidas, contatar-nos no telefone (44) 3621-4141 Diretoria de Recursos Humanos ou e-mail concursos@umuarama.pr.gov.br

Caso o(a) candidato(a) aprovado(a) e relacionado(a) neste Edital, não se pronuncie sobre a aceitação ou não do Emprego Público, no prazo estabelecido para esse fim, a Administração convocará o(a) candidato(a) seguinte, perdendo o(a) candidato(a) que não se pronunciou o direito de investidura no cargo para o qual se habilitou, conforme estabelecido no item 20.1 do Edital nº. 48/2026 – Da Assunção da Função Pública.

AGENTE ADMINISTRATIVO I – 40 HORAS SEMANAIS (PROVIMENTO DE 07 VAGAS - AC)

INSCR.	NOME	CPF/RG	CLASS.
0043040	MARIA EDUARDA DA SILVA OLIVEIRA	14527012967	60º
0042754	GEAN CHRISTOPHER DOS REIS FERREIRA	12397955997	61º
0043060	JOHNNATHAN APARECIDO ALVES DOS	5398945912	62º

	SANTOS		
0042526	IGOR MENDES MAIANTE	10995827923	64º
0042725	KAIO MIOTTI RIBEIRO	7007457932	65º
0043106	WALBER LIMA FERREIRA JÚNIOR	2127035364	66º
0041688	JOAO PEDRO CAMARGO JUVENCIO	8044761950	67º

PSICÓLOGOS – 40 HORAS SEMANAIS
(PROVIMENTO DE 02 VAGAS)

INSCR.	NOME	CPF/RG	CLASS.
0042574	CELIA SANTOS DA ROSA	7765454935	9º
0041708	LUANA JESSICA CAPELIN PETENO	8141788981	10º

PAÇO MUNICIPAL, 24 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA,
Prefeito Municipal.

ALEXANDRE FAKER RIBEIRO,
Diretor de Recursos Humanos.

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:19C1F061

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL N.º 101/2026

EDITAL N.º 101/2026

EDITAL N.º 101/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o que estabelecem o Edital nº 089/2025, de 20 de dezembro de 2025,

R E S O L V E

Convocar os candidatos abaixo relacionados, aprovados e classificados no Processo Seletivo Simplificado, para o provimento de emprego público de **SECRETÁRIO ESCOLAR e AGENTE DE APOIO ESCOLAR,** a comparecerem na Diretoria de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Umuarama, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da data de publicação deste edital, para se manifestar sobre a aceitação ou não do Emprego Público, ocasião em que deverá apresentar os seguintes documentos para admissão:
* 01 foto colorida 3X4 (atual).
* antecedentes criminais (Fórum 1ª e 2ª vara criminal)
* fotocópia da carteira de identidade (R.G.)
* fotocópia do C.P.F. (se casada os documentos devem estar com o nome de casada)
* fotocópia do C.P.F. (cônjuge).
* fotocópia da carteira de trabalho (páginas: da foto e dos dados pessoais)
* fotocópia PIS ou PASEP
* certidão de quitação eleitoral (imprimir a Certidão no site www.tse.jus.br)
* fotocópia da certidão de nascimento ou casamento
* carteira de habilitação (quando couber)
* certificado de reservista ou dispensa de incorporação (quando couber)
*** fotocópia e original do comprovante de escolaridade exigido (histórico com certidão ou diploma)**
* registro no conselho da classe (quando couber)
* Comprovante (completo) de Imposto de Renda – Pessoa Física, Exercício do ano vigente (no caso de isenção preecher declaração de bens)
* comprovante de residência
* declaração de não ter sofrido, no exercício da função pública, penalidade por prática desabonadora ou demissão por justa causa nos últimos 05(cinco anos)
* tipo sanguineo
* comprovante (impresso) do nº. da conta bancária do BANCO ITAÚ para crédito do pagamento (a declaração para abertura de conta bancária será disponibilizada ao candidato no ato de entrega de documentos)
* certidão de nascimento e CPF dos filhos menores de 14 anos
* carteira de vacinação dos filhos.
Posteriormente serão encaminhados(as) para se submeterem a Exame Médico Pré-admissional previsto no item 1.5 – do referido Edital.

ATENÇÃO
A ausência de qualquer um dos documentos, acima relacionados, dentro do prazo estabelecido para entrega, caracterizará o descumprimento das regras editalícias e consequentemente, a desclassificação do candidato do Processo Seletivo Simplificado previsto no item 11.6 - da Convocação - do referido Edital. Em caso de dúvidas, contatar-nos no telefone (44) 3621-4141 Diretoria de Recursos Humanos ou e-mail concursos@umuarama.pr.gov.br

Caso o(a) candidato(a) aprovado(a) e relacionado(a) neste Edital, não se pronuncie sobre a aceitação ou não do Emprego Público, no prazo estabelecido para esse fim, a Administração convocará o(a) candidato(a) seguinte, perdendo o(a) candidato(a) que não se pronunciou o direito de investidura no cargo para o qual se habilitou, conforme estabelecido no item 11.3 do Edital nº. 89/2025 – Da Convocação.

SECRETÁRIO ESCOLAR – 40 HORAS SEMANAIS
(PROVIMENTO DE 03 VAGAS)

INSCR.	NOME	CPF/RG	CLASS.
2.897	MATEUS HENRIQUE CESARIO ROCHA	103.957.089-58	26º
332	ALEXANDRE MORAES DE OLIVEIRA	052.693.467-02	27º
565	MARIANNE BATISTA MATTANO *PPP	131.177.579-02	64º

*** A candidata da classificação 64º está sendo convocada na vaga PPP.**

AGENTE DE APOIO ESCOLAR – 40 HORAS SEMANAIS
(PROVIMENTO DE 03 VAGAS)

INSCR.	NOME	CPF/RG	CLASS.
2.822	LORENA MARCELA DE MOURA SOUZA	094.150.109-40	91º
2.301	SAMARA AYUMI SATO	139.433.649-76	92º
1.113	GABRIELA ELIZ SANTOS	085.060.709-45	93º

PAÇO MUNICIPAL, 24 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA,
Prefeito Municipal.

ALEXANDRE FAKER RIBEIRO,
Diretor de Recursos Humanos.

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:7B484D5F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.119/2026

Admite servidoras para o provimento de emprego público municipal, em caráter temporário.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o Edital n. º 027 de 02 de fevereiro de 2026, publicado no Jornal "Umuarama Ilustrado" do dia 03 de fevereiro de 2026, que homologou o resultado do Processo Seletivo Simplificado, realizado em decorrência do Edital n.º 089/2025,

CONSIDERANDO o que estabelece o art. 37, II, da Constituição Federal; e a Lei Complementar nº 432 de 25 de maio de 2017 e suas alterações, que dispõe sobre a contratação de pessoal por tempo determinado,

CONSIDERANDO que as candidatas convocadas se encontravam em gozo de licença-maternidade na ocasião das admissões realizadas pela Portaria nº 563/2026;

R E S O L V E :

Art. 1º Admitir as servidoras abaixo relacionadas, para exercer o emprego público sob regime administrativo especial, por tempo determinado.

PROFESSOR – ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E/OU ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL
20 HORAS SEMANAIS
Item 01 – Classificação: 193º
Nome: AMANDA ZAMBERLAN DA SILVA
Lotação: Secretaria Municipal de Educação
Admissão: 01/09/2026
RG/CPF: 054.324.949-22
Salário: R$ 2.565,31
Item 02 – Classificação: 229º
Nome: CAMILLY CRISTINA SALTÃO DA COSTA
Lotação: Secretaria Municipal de Educação
Admissão: 01/09/2026
RG/CPF: 088.532.999-67
Salário: R$ 2.565,31

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 24 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:12A60DE5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.124/2026

Advertir o servidor GISELE PEREIRA DOS SANTOS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, conforme a conclusão do Relatório Final da Comissão Processante às fls. 211-216, e o Parecer Jurídico fl. 220, do Processo Administrativo Disciplinar n.º 2026/01/1119, instaurado pela Portaria n.º 097/2025,

CONSIDERANDO a Portaria n.º 097/2026;

CONSIDERANDO o Processo Administrativo Nº 2026/01/1119;

CONSIDERANDO o Relatório da Comissão Processante emitido em 21/07/2026;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico emitido em 11/08/2026.

CONSIDERANDO a Decisão emitida em 14/08/2026.

R E S O L V E:

Art. 1º Advertir a servidora **GISELE PEREIRA DOS SANTOS**, portadora da cédula de identidade RG nº 10.***.**8-1 SESP-PR, inscrita no CPF sob nº 073.***.**9-97, nomeada em 24/10/2022, para ocupar o cargo público de Auxiliar de Serviços Gerais, pelo regime estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com base no disposto no Art. 128, incisos III e XI, no Art. 138, inciso I, e no Art. 140 (segunda parte), da Lei Complementar nº 018/1992 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Umuarama.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 26 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretario Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:0B408570

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.125/2026

Exonera a pedido PAULO HENRIQUE DO NASCIMENTO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Exonerar a pedido **PAULO HENRIQUE DO NASCIMENTO,** portador da Cédula de Identidade nº 10.727.936-9 SSP-PR, inscrito no CPF nº 08305661989, nomeado em 07 de Janeiro de 2025 , ocupante do cargo em comissão de Assessor Especial - CC-8, lotado na Sec. Mun. de Industria, Comércio e Turismo, a partir de 25/08/2026, ficando revogada a portaria nº 47/2025 de 06 de Janeiro de 2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 26 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretario Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:EBF16B8E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.126/2026

Exonerar a pedido ANDREIA DA SILVA ZAMPERONI**.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Exonerar a pedido **ANDREIA DA SILVA ZAMPERONI,** portadora da Cédula de Identidade RG nº 10.286.455-7 SSP-PR, inscrita no CPF nº 074.588.469-50 nomeada em 06 de novembro de 2023, ocupante do cargo em carreira de Professor de Educação Infantil, pelo regime estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 26 de agosto de 2026, ficando revogada a Portaria nº 2181/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 26 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretario Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:84BAF8D8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
EXTRATO DA JUSTIFICATIVA PARA INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

Referência: Inexigibilidade de Chamamento Público – Repasse ao Terceiro Setor – Termo de Colaboração
Base Legal: Art. 31, inciso II, e art. 32 da Lei Federal n.º 13.019/14 e art. 4º, § 4º da Lei Municipal nº 6.059/2017 e art. 4º, § 4º, do Decreto Municipal nº 099/2017, Lei Municipal nº 6.744/2022.
Organização da Sociedade Civil: ASSOCIAÇÃO FUTSAL DE UMUARAMA - AFSU, denominada simplesmente **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídica CNPJ sob nº 05.505.588/0001-59, com sede a Avenida Pernambuco, n.º 3230, Zona II, na cidade de Umuarama, Estado do Paraná.

TIPO DE PARCERIA

A parceria será através de Termo de Colaboração.

OBJETIVO GERAL

Promover a modalidade esportiva denominada Futsal, sendo de caráter amador, social, comunitário e profissional junto a seus membros associados, bem como, difundi-la junto a sociedade através de eventos, campeonatos, promoções e outras formas de ações de utilidade pública, atuando em todo território nacional.

OBJETO DA PARCERIA

A parceria tem como objeto apoiar financeiramente a estruturação e manutenção das equipes de futsal adulto (masculino e feminino) e das categorias de base (infantil, infanto-juvenil, juvenil e sub-18) da Associação Futsal de Umuarama (AFSU). O projeto busca promover o desenvolvimento esportivo e social por meio do contraturno escolar e participação em competições oficiais estaduais e nacionais.

OBJETIVO ESPECÍFICO

Formalização de parceria entre o Município de Umuarama e a Organização da Sociedade Civil, com vistas ao atendimento do interesse público, para o fim de Estruturação e Manutenção das equipes de Futsal de Umuarama, tais como:

Estruturar e manter as equipes de base e alto rendimento;
Proporcionar acesso ao esporte para crianças e adolescentes em contraturno escolar;
Preparar as equipes para participação em campeonatos estaduais e nacionais;
Promover valores como disciplina, respeito e cidadania;
Incentivar o desempenho escolar e a convivência social dos participantes;
Identificar e desenvolver talentos no futsal local.

META

Proporcionar o exercício regular do esporte, em especial, o futsal, atendendo diretamente 550 (quinhentos e cinquenta) crianças e adolescentes da categoria de base; 50 (cinquenta) adultos das categorias de base e alto rendimento masculino; e 15 (quinze) atletas do time feminino.

Valor total da parceria: R$ 31.662,00 (trinta e um mil, seicentos e sessenta e dois reais).

Tipo de Parceria: Termo de Colaboração através de inexigibilidade de chamamento publico.

JUSTIFICATIVA PARA INEXGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PUBLICO

Considerando que a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, com suas alterações, estabelece o regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil (OSCs), em regime de mútua cooperação, visando à consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou projetos previamente definidos em planos de trabalho inseridos no Termo de Colaboração;

Considerando que, em conformidade com o art. 31, inciso II, da Lei Federal nº 13.019/2014, a parceria e/ou a transferência de recursos está devidamente autorizada, que autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar repasse financeiro à **ASSOCIAÇÃO FUTSAL DE UMUARAMA – AFSU**, reconhecida como Organização da Sociedade Civil (OSC), conforme respaldo do inciso III do art. 36 do Decreto Municipal nº 108/2017;

Considerando que o valor a ser repassado à **ASSOCIAÇÃO FUTSAL DE UMUARAMA – AFSU** tem origem em emenda impositiva, instrumento pelo qual os vereadores propõem alterações na LOA, destinando recursos do Município para obras, projetos ou instituições de interesse público. O orçamento impositivo assegura aos parlamentares a possibilidade de apresentar emendas até o limite de 1,2% do orçamento líquido do ano anterior, sendo que 50% desse percentual deve ser destinado à saúde, e os 50% restantes podem ser alocados em qualquer área, incluindo a saúde. Tais emendas, uma vez incorporadas ao orçamento do exercício subsequente, devem ser executadas conforme a destinação aprovada;

Em outras palavras, é por meio das emendas que os parlamentares conseguem aperfeiçoar a proposta orçamentária apresentada pelo Governo, no intuito de melhorar a destinação das verbas públicas. Neste sentido, a participação direta dos parlamentares nessas decisões é feita por meio das emendas.

Considerando que, a fiscalização do serviços prestados será realizado pela Comissão de Monitoramento e Avaliação, designada através da Portaria n.º 682/2025. Já o Gestor da parceria foi designado através da Portaria n.º 627/2026.

Diante do exposto, a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer possui interesse em formalizar a Parceria com a **ASSOCIAÇÃO FUTSAL DE UMUARAMA - AFSU**, através de Termo de Colaboração, por inexigibilidade de chamamento público.

Tendo esta Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, providenciado a documentação necessária, para firmar o Termo de Colaboração dentro das normas estabelecidas pela Lei 13.019/2014 e Decreto Municipal 108/2017, a situação que caracterize e motive a dispensa ou inexigibilidade de Chamamento Público, que se deve pela Emenda parlamentar impositiva.

Nos termos do § 2º do art. 32, da Lei Federal n.º 13.019/2014, admite-se a impugnação a presente justificativa, apresentada no prazo de cinco dias a contar de sua publicação, cujo teor deve ser analisado pelo administrador público responsável em até cinco dias da data do respectivo protocolo.

Determino este Extrato da Justificativa seja publicado no site e no diário oficial do Município, para que havendo algum interessado em impugnar a presente justificativa, manifeste suas razões por escrito no prazo de 05 (cinco) dias a contar de sua publicação, cujo teor será analisado pelo Secretário Municipal responsável em até 05 (cinco) dias da data do respectivo protocolo.

Umuarama-PR, 25 de agosto de 2026.

GENTIL SOARES DE LIMA
Secretário Municipal de Esporte e Lazer
Portaria n.º 1.473/2025 – CPF: 474.XXX.939-72

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:96C80991

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO 038/2026 - SMEL, FIRMADO ENTRE O MUNICIPIO DE UMUARAMA ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER E A ASSOCIAÇÃO FUTSAL DE UMUARAMA - AFSU

Tipo de Parceria: - Termo de colaboração n.º 038/2026 - SMEL, firmado entre o Município de Umuarama através da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer e a Associação Futsal de Umuarama - AFSU, inscrita o CNPJ sob o n.º 05.505.588/0001-59.

- Objetivo Geral: Promover a modalidade esportiva denominada Futsal, sendo de caráter amador, social, comunitário e profissional junto a seus membros associados, bem como, difundi-la junto a sociedade através de eventos, campeonatos, promoções e outras formas de ações de utilidade pública, atuando em todo território nacional, de acordo com o especificado no Plano de Trabalho/Plano de aplicação, que foi analisado e aprovado pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer e a Organização da Sociedade Civil, constituindo parte integrante do presente Termo de Colaboração, como se nele estivesse transcrito.

§ 1º O Plano de trabalho referido no caput é parte integrante e indissociável do Presente Termo de Colaboração.

- Objeto da Parceria: repasse financeiro para manutenção da equipe de rendimento (masculina e feminina) e base, de acordo com o especificado no Plano de Trabalho/Plano de aplicação.

- Objetivo Especifico: Formalização de parceria entre o Município de Umuarama e a Organização da Sociedade Civil, com vistas ao atendimento do interesse público, para o fim de Manutenção das equipes de Futsal Masculino de Umuarama, tais como:

Estruturar e manter as equipes de base e alto rendimento;
Proporcionar acesso ao esporte para crianças e adolescentes em contraturno escolar;
Preparar as equipes para participação em campeonatos estaduais e nacionais;
Promover valores como disciplina, respeito e cidadania;
Incentivar o desempenho escolar e a convivência social dos participantes;
Identificar e desenvolver talentos no futsal local.

- Metas: Proporcionar o exercício regular do esporte, em especial, o futsal, atendendo diretamente 550 (quinhentos e cinquenta) crianças e adolescentes da categoria de base; 50 (cinquenta) adultos das categorias de base e alto rendimento masculino; e 15 (quinze) atletas do time feminino.

Valor total da parceria:
R$ 31.662,00 (trinta e um mil, seicentos e sessenta e dois reais).

Dotação Orçamentária:
21.001.27.812.0019.1.458 - ED:3.3.50.41.00.00 - D:1423 - F:1000

Vigência:
A partir da assinatura do Termo de Colaboração 038/2026 - SMEL até Outubro/2026.

Umuarama-PR, 25 de agosto de 2026.

GENTIL SOARES DE LIMA
Secretário Municipal de Esporte e Lazer
Portaria n.º 1.473/2025 – CPF: 474.XXX.939-72

EDIVANILSON LOPES ROMEIRO
Presidente da Associação Futsal de Umuarama - AFSU
CPF n.º 598.XXX.309-15

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:B8AFFE04

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
TERMO DE COLABORAÇÃO 038/2026 - SMEL

que entre si celebram de um lado, o MUNICÍPIO DE UMUARAMA e de outro, a ASSOCIAÇÃO FUTSAL DE UMUARAMA - AFSU, em razão da Inexigibilidade de Chamamento Público.

Pelo presente Termo de Colaboração, de um lado, o **MUNICÍPIO DE UMUARAMA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.247.378/0001-56, com sede na Av. Rio Branco, n.º 3717, Centro, neste ato representado pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER** doravante denominada simplesmente **SECRETARIA**, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Esporte e Lazer, **Sr. GENTIL SOARES DE LIMA**, portador da Cédula de Identidade com RG sob o n.º 3.XXX.643-6-SESP-PR, inscrito no CPF sob o n.º 474.XXX.939-72, em razão da competência de delegação atribuída pela Portaria n.º 1.473/2025, e de outro a **ASSOCIAÇÃO FUTSAL DE UMUARAMA - AFSU**, doravante denominada simplesmente **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ sob n.º 05.XXX.588/0001-59, com sede a Av. Pernambuco, n.º 3230, Zona II, CEP 87.501-550, no município de Umuarama, Estado do Paraná, neste ato representada pelo seu dirigente **EDIVANILSON LOPES ROMEIRO**, portador da cédula de identidade com RG sob o 3.XXX.978-4 SESP/PR, inscrito no CPF sob o nº. 598.XXX.309-15, residente e domiciliado neste munícipio , Estado do Paraná, celebrado com fundamento na Lei Federal n.º 13.019/14, alterada pela Lei Federal nº 13.204/15, do Decreto Municipal n.º 108, de 08 de Junho de 2017, resolvem celebrar o presente **TERMO DE COLABORAÇÃO**, inexigindo a realização de Chamamento Público, consoante previsão contida o art. 31, da Lei 13019/2014, em conformidade com os demais dispositivos da referida legislação, Decreto Municipal nº 108/2017, nos termos das cláusulas a seguir:

PRIMEIRA - DO OBJETO GERAL DA PARCERIA, OBJETIVO ESPECIFICO, DAS METAS, RESULTADO ESPERADO, PUBLICO ALVO, DA CONTRAPARTIDA DA OSCD E DEFINIÇÃO DOS PARÂMETROS A SEREM UTILIZADOS PARA AFERIÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS.

- Objeto Geral da Parceria
Formalização de parceria entre o Município de Umuarama e a Organização da Sociedade Civil, **com vistas ao atendimento do interesse público**, tendo como objeto o repasse financeiro para manutenção da equipe de rendimento (masculina e feminina) e base, de acordo com o especificado no Plano de Trabalho/Plano de aplicação, que foi analisado e aprovado pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, constituindo parte integrante do presente Termo de Colaboração, como se nele estivesse transcrito.

§ 1º O Plano de trabalho referido no caput é parte integrante e indissociável do Presente Termo de Colaboração.

1.2 - Objetivo especifico:
Formalização de parceria entre o Município de Umuarama e a Organização da Sociedade Civil, com vistas ao atendimento do interesse público, para o fim de Estruturação e Manutenção das equipes de Futsal de Umuarama, tais como:

Estruturar e manter as equipes de base e alto rendimento;
Proporcionar acesso ao esporte para crianças e adolescentes em contraturno escolar;
Preparar as equipes para participação em campeonatos estaduais e nacionais;
Promover valores como disciplina, respeito e cidadania;
Incentivar o desempenho escolar e a convivência social dos participantes;
Identificar e desenvolver talentos no futsal local.

1.3 - Das Metas:

Meta 01 - Pagamento de taxas da Federação Paranaense de Futsal e liga nacional de futsal, Confederação Brasileira de Futsal e taxas de arbitragem.

1.4- Resultados Esperados
1.4.1 - Por meio da celebração desta parceria, espera-se promover a inclusão social e o acesso à prática esportiva para crianças, adolescentes e adultos, contribuindo para a formação cidadã e a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar; qualificar o futsal local, preparando atletas para competições em níveis municipal, estadual e nacional, incentivando-os a lutar por seus objetivos pessoais e profissionais; e desenvolver competências essenciais para a vida e o mercado de trabalho, como disciplina, responsabilidade e trabalho em equipe, contribuindo para a estabilidade e o sucesso dos participantes.

1.5 - Publico Alvo:
1.5.1 - O público alvo são 550 (quinhentos e cinquenta) crianças e adolescentes da categoria de base; 50 (cinquenta) adultos das categorias de base e alto rendimento masculino; e 15 (quinze) atletas do time feminino.

1.6 - Definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas.
1.6.1 - A avaliação do cumprimento das metas será realizada através da apresentação das notas fiscais comprovando a aquisição dos materiais, acompanhados com 03 (três) cotações de pesquisa de preços, prestação de contas, relatórios, fotos de todos os bens adquiridos etc.

§1° Para cotações de preços, também poderão ser utilizados panfletos de promoções, pesquisa pela Internet, desde que não contrarie o ordenamento jurídico vigente.

1.6.2 - Também serão apresentadas as listas de presença dos núcleos de treinamento.

SEGUNDA – DOS REPASSES
2.1. Para a execução das ações previstas na cláusula PRIMEIRA, o Município repassará à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL o montante de até **R$ 31.662,00** (trinta e um mil, seicentos e sessenta e dois reais) que será repassado em múltiplas parcelas, conforme definidas no Plano de Trabalho/Plano de Aplicação, cujos recurso são provenientes de:

Emenda Impositiva, aprovado pela LOA, através da Lei Municipal 4.827 de 17/12/2024.

2.1.1 Para a cobertura dos repasses oriundas do presente Termo de Colaboração, será utilizada a seguinte dotação orçamentária:

21.001.27.812.0019.1.458 - ED:3.3.50.41.00.00 - D:1423 - F:1000

2.2 A movimentação de recursos no âmbito desta parceria deverá ser realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final, com obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária, sendo que os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito em conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços. Os dados financeiros decorrentes serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de despesas realizadas e débitos bancários.
2.2.1 - A OSC deverá manter os recursos aplicados no mercado financeiro, enquanto não utilizados, na forma do disposto no § 1° do art. 61 do Decreto Municipal 108/2017.

2.3 - Fica designado como responsável pela fiscalização da transferência **MARCELO GABRIEL MORITA AZUMA,** RG nº 14.XXX.552-6 SESP-PR, inscrito no CPF nº. 120.XXX.619-09, nomeado como Gestor da Parceria através da Portaria nº 627/2026, ocupante do Cargo de Assistente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, residente neste município, o qual será devidamente cadastrado perante o Tribunal de Contas do Paraná.

2.4 O descumprimento, pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, de qualquer obrigação pactuada nesta parceria ou a falta de adoção de medidas saneadoras indicadas pelo MUNICIPIO ou pela Secretaria Municipal da Fazenda ensejará a suspensão do repasse dos recursos financeiros, até que seja regularizada a situação.
§1º – A parceria deverá ser executado em estrita observância às Cláusulas avençadas e às normas pertinentes, sendo vedado:
despesas a título de taxas e tarifas bancárias;
utilização, ainda que em caráter emergencial, dos recursos para finalidade diversa da estabelecida neste instrumento;
realização de despesas em data anterior ou posterior à vigência deste ajuste;
o pagamento de indenizações de aviso prévio quando da dispensa de funcionários vinculados ao Convênio, devendo o referido aviso ser cumprido de acordo com a legislação vigente.

2.5- No recebimento da parcela, conforme cronograma de desembolso, constante no Plano de Trabalho:
2.5.1-Será verificado a regularidade fiscal da OSC, por meio de consulta às certidões de que trata o inciso II do § 1° do art. 33 do Decreto Municipal nº108/2017;
§ 1° Quando as certidões, de que trata o item 2.5.1, não estiverem disponíveis eletronicamente, a OSC será notificada para regularizar a situação e apresentar a respetiva certidão para liberação da parcela prevista no cronograma de desembolso.

TERCEIRA – DA VIGÊNCIA
3.1 O presente termo terá sua vigência por 2 (dois) meses, a contar da data da publicação deste Termo de Colaboração, podendo ser denunciado pelos partícipes, a qualquer tempo, com as respectivas sanções e delimitações claras de responsabilidades, desde que comunicado por escrito, com no mínimo 60 (sessenta) dias de antecedência, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, desde que não exceda a 5 (cinco) anos.
Parágrafo único. A vigência prevista no caput poderá ser prorrogada de ofício, no caso de atraso na liberação de recursos por parte do **MUNICÍPIO**, por período equivalente ao atraso.

QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES
4.1 São obrigações do **MUNICÍPIO**:
4.1.1 monitorar e avaliar o cumprimento do objeto da parceria e dos atendimentos realizados pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, inclusive com a realização de visitas in loco;
4.1.2 realizar, sempre que possível, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas, podendo valer-se do apoio técnico de terceiros, delegar competência.
4.1.3 emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação das ações objeto do presente Termo de Colaboração, submetendo-o à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, nos termos do art. 59 da Lei Federal n.º 13.019/2014, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil.
4.1.4 através do gestor contratual:
4.1.4.1 acompanhar e fiscalizar a execução da parceria
4.1.4.2 informar ao **MUNICÍPIO** a existência de fatos que possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
4.1.4.3 emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei Federal 13.019/2014 e a cláusula antecedente;
4.1.4.4 - disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.
4.1.5. reter a parcela, quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida, quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação às obrigações deste Termo de Colaboração ou em caso de a organização da sociedade civil deixar de adotar, sem justificativa suficiente, as medidas saneadoras apontadas pelo Município ou pelos órgãos de controle interno e externo, até a efetiva regularização;

4.1.6. em caso de retenção da parcela, o **MUNICÍPIO** cientificará a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL para, querendo, apresentar justificativa que entender necessária no prazo de 10 (dez) dias;
4.1.7. em caso de apresentação de justificativa pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, o **MUNICÍPIO** analisará os argumentos trazidos, decidindo sobre a retomada ou não dos repasses, bem como quanto ao pagamento ou não das parcelas retidas, que só poderão ser liberadas em caso de manutenção do atendimento;
4.1.8. em caso de descumprimento das notificações e prazos apontados para saneamento de irregularidades ou impropriedades da prestação de contas e da execução do objeto, serão tomadas as providências previstas na cláusula OITAVA deste Termo de Colaboração.
4.1.9. deverá manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento, e os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria oriunda do presente Termo de Colaboração.
4.1.10- assegurar a continuidade na prestação de serviços gratuitos aos seguimentos da população atendida, conforme o previsto no plano de trabalho, no caso de paralização ou da ocorrência de fato relevante que envolva a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.
4.1.11- orientar, verbalmente, por escrito e por outros meios a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL quanto aos procedimentos técnicos e operacionais, em consonância com as diretrizes, de ações contidas na legislação social, nos planos e programas federais, estaduais e municipais

4.2. A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL obriga-se a
4.2.1. Com relação à execução técnica do objeto e suas peculiaridades
a) executar as ações em estrita consonância com a legislação pertinente, bem como com a diretrizes, objetivos e indicativos de estratégias metodológicas do específicas para cada serviço, nos termos do Plano de Trabalho devidamente aprovado e no Termo de Colaboração ;
b) desenvolver as ações seguindo as diretrizes do órgão gestor, qual seja, **MUNICÍPIO** submetendo-se à gestão pública operacional do serviço e disponibilizando o atendimento às metas referenciadas no Termo de Colaboração;
c) prestar ao **MUNICÍPIO**, todas as informações e esclarecimentos necessários durante o processo de monitoramento e avaliação do atendimento ao objeto do presente;
d) promover, no prazo a ser estipulado pela administração pública, quaisquer adequações apontadas no processo de monitoramento, avaliação e gestão operacional;
e) participar sistematicamente das reuniões de monitoramento, avaliação, gestão operacional e capacitações;
f) participar de reuniões dos Conselhos Municipais relacionados a sua área de atuação, fóruns e grupos de trabalho;
g) manter atualizados os registros de atendimento;
h) apresentar ao **MUNICÍPIO**, nos prazos e nos moldes por ela estabelecidos, os relatórios mensais e anual dos serviços executados;

i) comunicar por escrito e imediatamente ao **MUNICÍPIO**, todo fato relevante, bem como eventuais alterações estatutárias e constituição da diretoria;
j) comunicar por escrito, com prazo de no mínimo 60 (sessenta) dias de antecedência, eventuais pretensões de alterações no objeto, grupos, forma de execução ou intenção de denúncia da parceria;
k) preservar e prestar contas dos equipamentos adquiridos com recurso da parceria e que estarão sob sua responsabilidade;
l) destacar a participação do **MUNICÍPIO,** em toda e qualquer ação promocional divulgada nos meios de comunicação, mediante prévia aprovação pelo **MUNICÍPIO** Municipal de Comunicação Social;
m) observar as instruções do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, além dos dispositivos legais e estatutários em vigor, especialmente aqueles concernentes a não remuneração dos membros da diretoria executiva, do conselho fiscal ou de órgãos afins;
n) recolher ao erário municipal, eventual saldo de recursos, no prazo de 30 (trinta) dias contados da extinção, denúncia ou rescisão da parceria;
o) prestar contas na forma e nos prazos estabelecidos na Lei 13018/2014 e alterações e no Decreto Municipal 108/2017, e em conformidade com as instruções específicas emanadas do Tribunal de Contas do Estado;
p) as contratações de bens e serviços feitas pela OSC com recursos transferidos pela Administração Pública, deverão observar todos os princípios aplicáveis à atuação estatal, notadamente, os princípios da legalidade, da moralidade, da boa fé, da probidade, da impessoalidade, da economicidade, da eficiência, da isonomia, da publicidade, da razoabilidade, do julgamento objetivo e a busca permanente de qualidade e durabilidade
q) observar o regulamento de compras e contratações, a ser aprovado pela municipalidade, em que se estabeleça, no mínimo, a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, economicidade, publicidade e eficiência;
r) Manter escrituração contábil regular conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade, inclusive na hipótese de aquisição de bens com os recursos da parceria.
c) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações as parcerias celebradas com o Município de Umuarama, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;

4.2.2. Com relação à aplicação dos recursos financeiros nas ações a serem executadas:
a) aplicar integralmente os valores recebidos nesta parceria no atendimento do objeto constante da cláusula PRIMEIRA em estrita consonância com o Plano de Trabalho, previsão de receitas e despesas e cronograma de desembolso aprovados;
b) as contratações de bens e serviços pelas organizações da sociedade civil, feitas com o uso de recursos transferidos pela administração pública, deverão observar os princípios da impessoalidade, isonomia, economicidade, probidade, da eficiência.
c) manter conta corrente no estabelecimento bancário oficial indicado pelo Município, a ser utilizada exclusivamente para o recebimento de verbas oriundas da presente parceria, informando ao **MUNICÍPIO,** o número, procedendo toda movimentação financeira dos recursos na mesma, sendo vedadas as transferências bancárias;
d) efetuar todos os pagamentos com os recursos transferidos, dentro da vigência deste Termo de Colaboração, indicando no corpo dos documentos originais das despesas – inclusive a nota fiscal eletrônica - o número do presente Termo e o órgão público celebrante a que se referem, mantendo-os na posse para eventuais fiscalizações e/ou conferências;
e) prestar contas, mensal, bimestral, anual e final, conforme a Lei 13019/2014 e alterações e o Decreto Municipal 108/2017;
f) manter em seus arquivos os documentos originais que compuseram a prestação de contas, durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação das mesmas.

4.3 Constitui responsabilidade exclusiva da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL o gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos em virtude da presente parceria, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio e de pessoal;
Parágrafo único: As contratações de bens e serviços pelas organizações da sociedade civil, feitas com o uso de recursos transferidos pela administração pública, deverão observar os princípios da impessoalidade, isonomia, economicidade, probidade, da eficiência, publicidade, transparencia na aplicação dos recursos e da busca permanente de qualidade.

4.4 Constitui, também, responsabilidade exclusiva da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL o pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto neste termo de colaboração, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública sua inadimplência em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.

4.5 A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL obriga-se, ainda, a:
4.5.1 permitir o livre acesso dos agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondente aos

processos, aos documentos e às informações relacionadas ao termo de colaboração, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

4.5.2 abster-se, durante toda a vigência da parceria, de ter como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal direta ou indireta, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.

QUINTA - DA HIPÓTESE DE RETOMADA
5.1 Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, o MUNICÍPIO, poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:
I - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que o **MUNICÍPIO** assumir as responsabilidades
II - retomar os bens públicos eventualmente em poder da organização da sociedade civil
§ 1º As situações previstas no caput devem ser comunicadas pelo gestor da parceria ao **MUNICÍPIO**

SEXTA – DAS ALTERAÇÕES
- O **MUNICÍPIO** poderá autorizar ou propor a alteração do termo de colaboração ou, ainda, do plano de trabalho, após, respectivamente, solicitação fundamentada da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ou a sua anuência, desde que não haja alteração de seu objeto, da seguinte forma:
I - por termo aditivo à parceria para:
ampliação ou redução do valor global;
prorrogação da vigência;
alteração da destinação dos bens remanescentes; ou
II - por certidão de apostilamento, nas demais hipóteses de alteração, tais como:
ajustes da execução do objeto da parceria no plano de trabalho; ou
remanejamento de recursos sem a alteração do valor global.

Caso as alterações necessárias demandem aumento do valor, o aditamento ficará condicionado à existência de reserva de recursos suficientes a suportar as despesas decorrentes e de autorização do titular do **MUNICÍPIO**

SÉTIMA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO
7.1 Constituem motivos para rescisão ou denúncia dos instrumentos jurídicos a serem firmados o não cumprimento de qualquer de suas cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na Lei Federal nº 13.019/2014 e Decreto nº 108/2021.

OITAVA - DAS SANÇÕES
8.1 Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei Federal n.º 13.019/2014 e da legislação específica, o **MUNICÍPIO** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil as seguintes sanções:
I - advertência;
II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades do município, por prazo não superior a dois anos;
III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.
§ 1º As sanções estabelecidas nos incisos I, II e III desta cláusula são de competência exclusiva do **MUNICÍPIO,** facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.
§ 2º Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.
§ 3º A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

NONA – DOS BENS REMANESCENTES
9.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos em decorrência dessa parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.
9.2 – Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos em decorrência deste Termo de Colaboração.
9.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da OSC e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a OSC formalizar promessa de transferência da propriedade ao MUNICIPIO, na hipótese de sua extinção.
9.4 – Os bens remanescentes adquiridos em consequência dessa parceria poderão, a critério do MUNICIPIO, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização donatário, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado.
9.5 – Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste Termo de Colaboração, sob pena de reversão em favor do MUNICIPIO.
9.6 - Na hipótese de dissolução da OSC durante a vigência da parceria, os bens remanescentes deverão ser retirados pelo MUNICIPIO, no prazo de até 90 (noventa) dias contados da data de notificação da dissolução.
9.7 - No caso de término da execução da parceria antes da manifestação sobre a solicitação de alteração da destinação dos bens remanescentes, a custódia dos bens permanecerá sob a responsabilidade da OSC até a decisão do pedido.

DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
10.1 Pactuam, ainda, os partícipes, as seguintes condições:
I – todas as comunicações serão consideradas como regularmente efetuadas, se entregues nos endereços dos partícipes, mediante protocolo, enviadas por “fax símile” ou qualquer outro meio de comunicação, devidamente comprovado por recibo;
II – as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações na execução do objeto da parceria serão registradas em ata ou relatório circunstanciado;
III – O **MUNICÍPIO** não se responsabilizará por qualquer despesa excedente dos recursos a serem transferidos.

DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO
11.1. As partes elegem o foro da Comarca de Umuarama/PR para dirimir quaisquer questões oriundas deste Termo, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
11.2 É obrigatória, nos termos do art. 42, XVII da Lei Federal n.º 13.019/2014, a prévia tentativa de solução administrativa de eventuais conflitos, com a participação de órgão encarregado de assessoramento jurídico integrante da estrutura da administração pública; E por estarem certas e ajustadas, firmam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Umuarama-PR, 25 de agosto de 2026.

GENTIL SOARES DE LIMA
Secretário Municipal de Esporte e Lazer
Portaria n.º 245/2025 – CPF: 474.334.939-72

EDIVANILSON LOPES ROMEIRO
Presidente da Associação Futsal de Umuarama - AFSU
CPF n.º 598.663.309-15

Testemunhas:

Nome	Nome
CPF	CPF

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:2F65E3AD

UMUTRANS - DIRETORIA DE TRÂNSITO
NOTIFICAÇÕES DE PENALIDADE DE MULTAS DE TRÂNSITO.

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à UMUTRANS - UMUARAMA até 18/09/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
AQZ1B13	279350S000263043	07/05/2026	60503	R$ 293,47
DXQ2254	279350T000140903	16/05/2026	51851	R$ 195,23
ENR0701	279350T000140981	20/05/2026	51930	R$ 293,47

Publicado por:
Talita Luna Silva
Código Identificador:30269495

UMUTRANS - DIRETORIA DE TRÂNSITO
NOTIFICAÇÕES DE PENALIDADE DE MULTAS DE TRÂNSITO.

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à UMUTRANS - UMUARAMA até 24/09/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
ARO8H46	279350T000137260	26/05/2026	51930	R$ 293,47
CAI4B14	116100T003466066	24/05/2026	54522	R$ 195,23
FYI9D80	279350CND0001167	31/03/2026	50292	R$ 880,41
QLX1E53	116100T002542706	23/05/2026	54522	R$ 195,23

Publicado por:
Talita Luna Silva
Código Identificador:7599C162

UMUTRANS - DIRETORIA DE TRÂNSITO
NOTIFICAÇÕES DE PENALIDADE DE MULTAS DE TRÂNSITO.

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à UMUTRANS - UMUARAMA até 25/09/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
KOH2662	279350S000262284	27/04/2026	56732	R$ 130,16

Publicado por:
Talita Luna Silva
Código Identificador:AAA86B50

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE RETIFICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA
CNPJ: 75.967.760/0001- 71 – Rua: Dr. Cruz Machado, n. º 205 – CEP: 84.600-900
União da Vitória – Paraná.

RETIFICAÇÃO DE AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 29/2026 (PROCESSO N.º 94/2026)

Na publicação do Aviso de Homologação e Adjudicação da Inexigibilidade de Licitação nº 29/2026, referente à contratação da Imprensa Nacional (CNPJ nº 04.196.645/0001-00), efetuada em 21/08/2026:

Onde se lê: VALOR TOTAL: R$ 128.010,00 (Cento e vinte e oito mil e dez reais).
Leia-se: VALOR TOTAL: R$ 134.640,00 (Cento e trinta e quatro mil seiscentos e quarenta reais).

Permanecem inalteradas as demais disposições.

União da Vitória/PR, 26 de agosto de 2026

ARY CARNEIRO JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sheila Conceicao Rodrigues da Silva
Código Identificador:D1B45FA3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 439/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Nomeia o Senhor **PEDRO PAULO RODRIGUES DE BRITO**, portador do RG/CPF 579.524.779-00, para exercer o cargo de **SUPERVISOR DE MANUTENÇÃO**, da Secretaria Municipal de Esportes, a partir de 23 de agosto de 2026.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 26 de agosto de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:C4DC5532

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 612/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º Respaldado pela Lei Municipal nº 5208, de 08 de maio de 2025, a Administração Municipal, concede **FUNÇÃO GRATIFICADA**, ao seguinte Servidor Público conforme abaixo:

SÍMBOLO	PORCENTAGEM	SERVIDOR	FUNÇÃO	A PARTIR DE:
GF-05	30%	DOUGLAS BENICIO DE OLIVEIRA	COORDENADOR – GERAL (CEMITERIOS)	17/08/2026

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 26 de agosto de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:427F47D9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO ADITIVO N.º 1/2026 DO TERMO DE CONTRATO N.º 20/2025 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 7/2025 – PROCESSO Nº 52/2025

OBJETO DO ADITAMENTO: Do Prazo de Vigência e do Quantitativo.
OBJETO DO CONTRATO: *CREDENCIAMENTO do estabelecimento de saúde LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS WILLY CARLOS JUNG LTDA – FILIAL 01, para prestação de serviços de exames laboratoriais de análises clínicas, compreendendo a coleta de material biológico e a análise dos mesmos, baseados na Tabela Unificada de Procedimentos do SUS-SIGTAP, no Grupo 02 - Procedimentos com finalidade diagnóstica – Sub Grupo - Diagnóstico em laboratório Clínico - da Tabela em vigência, para os usuários do Sistema Único de Saúde, oriundos das Unidades de Saúde do Município de União da Vitória ou encaminhados pelos órgãos competentes do SUS.*
CONTRATADO: LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS DR. WILLY CARLOS JUNG LTDA - FILIAL 01 – CNPJ Nº 83.145.771/0002-85.
DO PRAZO DE VIGÊNCIA: Conforme solicitação e justificativa encaminhada pela Secretaria Municipal de Saúde, o Prazo de Vigência a que se refere à Cláusula 2ª Termo de Contrato n° 20/2025 fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, a iniciar 26/08/2026 e a terminar em 25/08/2027.
DO VALOR: Fica aditado ao Contrato nº 20/2025, para a prorrogação de 12 (doze) meses, o valor total de R$ 900.000,00 (Novecentos mil reais).
FUNDAMENTO LEGAL: Cláusula 3ª do Termo de Contrato n.º 20/2025 e Artigos 105 e 106 da Lei Federal n.º 14.133/2021.
FORO: Comarca de União da Vitória.

União da Vitória, 25 de agosto de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Jéssica Caroline Bindemann
Código Identificador:8A7EB85F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO ADITIVO N.º 1/2026 DO TERMO DE CONTRATO N.º 21/2025 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 8/2025 – PROCESSO Nº 53/2025

OBJETO DO ADITAMENTO: Do Prazo de Vigência e do Quantitativo.
OBJETO DO CONTRATO: *CREDENCIAMENTO do estabelecimento de saúde LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS WILLY CARLOS JUNG LTDA – POSTO DE COLETA SÃO CRISTÓVÃO, para prestação de serviços de exames laboratoriais de análises clínicas, compreendendo a coleta de material biológico e a análise dos mesmos, baseados na Tabela Unificada de Procedimentos do SUS-SIGTAP, no Grupo 02 - Procedimentos com finalidade diagnóstica – Sub Grupo - Diagnóstico em laboratório Clínico - da Tabela em vigência, para os usuários do Sistema Único de Saúde, oriundos das Unidades de Saúde do Município de União da Vitória ou encaminhados pelos órgãos competentes do SUS.*
CONTRATADO: LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS DR. WILLY CARLOS JUNG LTDA – POSTO DE COLETA SÃO CRISTÓVÃO – CNPJ Nº 83.145.771/0006-09.
DO PRAZO DE VIGÊNCIA: Conforme solicitação e justificativa encaminhada pela Secretaria Municipal de Saúde, o Prazo de Vigência a que se refere à Cláusula 2ª Termo de Contrato n° 21/2025 fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, a iniciar 26/08/2026 e a terminar em 25/08/2027.
DO VALOR: Fica aditado ao Contrato nº 21/2025, para a prorrogação de 12 (doze) meses, o valor total de R$ 900.000,00 (Novecentos mil reais).
FUNDAMENTO LEGAL: Cláusula 3ª do Termo de Contrato n.º 21/2025 e Artigos 105 e 106 da Lei Federal n.º 14.133/2021.
FORO: Comarca de União da Vitória.

União da Vitória, 25 de agosto de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Jéssica Caroline Bindemann
Código Identificador:BCE2F5CF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO ADITIVO N.º 1/2026 DO TERMO DE CONTRATO N.º 22/2025 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 9/2025 – PROCESSO Nº 54/2025

OBJETO DO ADITAMENTO: Do Prazo de Vigência e do Quantitativo.
OBJETO DO CONTRATO: *CREDENCIAMENTO do estabelecimento de saúde LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS WILLY CARLOS JUNG LTDA – MATRIZ, para prestação de serviços de exames laboratoriais de análises clínicas, compreendendo a coleta de material biológico e a análise dos mesmos, baseados na Tabela Unificada de Procedimentos do SUS-SIGTAP, no Grupo 02 - Procedimentos com finalidade diagnóstica – Sub Grupo - Diagnóstico em laboratório Clínico - da Tabela em vigência, para os usuários do Sistema Único de Saúde, oriundos das Unidades de Saúde do Município de União da Vitória ou encaminhados pelos órgãos competentes do SUS.*
CONTRATADO: LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS DR. WILLY CARLOS JUNG LTDA – MATRIZ – CNPJ Nº 83.145.771/0001-02.
DO PRAZO DE VIGÊNCIA: Conforme solicitação e justificativa encaminhada pela Secretaria Municipal de Saúde, o Prazo de Vigência a que se refere à Cláusula 2ª Termo de Contrato n° 22/2025 fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, a iniciar 26/08/2026 e a terminar em 25/08/2027.
DO VALOR: Fica aditado ao Contrato nº 22/2025, para a prorrogação de 12 (doze) meses, o valor total de R$ 900.000,00 (Novecentos mil reais).
FUNDAMENTO LEGAL: Cláusula 3ª do Termo de Contrato n.º 22/2025 e Artigos 105 e 106 da Lei Federal n.º 14.133/2021.
FORO: Comarca de União da Vitória.

União da Vitória, 25 de agosto de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Jéssica Caroline Bindemann
Código Identificador:D3FE5A06

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO ADITIVO N.º 1/2026 DO TERMO DE CONTRATO N.º 23/2025 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 10/2025 – PROCESSO Nº 55/2025

OBJETO DO ADITAMENTO: Do Prazo de Vigência e do Quantitativo.
OBJETO DO CONTRATO: *CREDENCIAMENTO do estabelecimento de saúde LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS GALILEU LTDA-ME, para prestação de serviços de exames laboratoriais de análises clínicas, compreendendo a coleta de material biológico e a análise dos mesmos, baseados na Tabela Unificada de Procedimentos do SUS-SIGTAP, no Grupo 02 - Procedimentos com finalidade diagnóstica – Sub Grupo - Diagnóstico em laboratório Clínico - da Tabela em vigência, para os usuários do Sistema Único de Saúde, oriundos das Unidades de Saúde do Município de União da Vitória ou encaminhados pelos órgãos competentes do SUS.*

CONTRATADO: LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS GALILEU LTDA-ME – CNPJ Nº 07.598.164/0001-01.
DO PRAZO DE VIGÊNCIA: Conforme solicitação e justificativa encaminhada pela Secretaria Municipal de Saúde, o Prazo de Vigência a que se refere à Cláusula 2ª Termo de Contrato n° 23/2025 fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, a iniciar 26/08/2026 e a terminar em 25/08/2027.
DO VALOR: Fica aditado ao Contrato nº 23/2025, para a prorrogação de 12 (doze) meses, o valor total de R$ 900.000,00 (Novecentos mil reais).
FUNDAMENTO LEGAL: Cláusula 3ª do Termo de Contrato n.º 23/2025 e Artigos 105 e 106 da Lei Federal n.º 14.133/2021.
FORO: Comarca de União da Vitória.

União da Vitória, 25 de agosto de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Jéssica Caroline Bindemann
Código Identificador:D473DA3A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO ADITIVO N.º 1/2026 DO TERMO DE CONTRATO N.º 24/2025 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 11/2025 – PROCESSO Nº 56/2025

OBJETO DO ADITAMENTO: Do Prazo de Vigência e do Quantitativo.
OBJETO DO CONTRATO: *CREDENCIAMENTO do estabelecimento de saúde LPW LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA, para prestação de serviços de exames laboratoriais de análises clínicas, compreendendo a coleta de material biológico e a análise dos mesmos, baseados na Tabela Unificada de Procedimentos do SUS-SIGTAP, no Grupo 02 - Procedimentos com finalidade diagnóstica – Sub Grupo - Diagnóstico em laboratório Clínico - da Tabela em vigência, para os usuários do Sistema Único de Saúde, oriundos das Unidades de Saúde do Município de União da Vitória ou encaminhados pelos órgãos competentes do SUS.*
CONTRATADO: LPW LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA – CNPJ Nº 80.792.385/0001-06.
DO PRAZO DE VIGÊNCIA: Conforme solicitação e justificativa encaminhada pela Secretaria Municipal de Saúde, o Prazo de Vigência a que se refere à Cláusula 2ª Termo de Contrato n° 24/2025 fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, a iniciar 26/08/2026 e a terminar em 25/08/2027.
DO VALOR: Fica aditado ao Contrato nº 24/2025, para a prorrogação de 12 (doze) meses, o valor total de R$ 900.000,00 (Novecentos mil reais).
FUNDAMENTO LEGAL: Cláusula 3ª do Termo de Contrato n.º 24/2025 e Artigos 105 e 106 da Lei Federal n.º 14.133/2021.
FORO: Comarca de União da Vitória.

União da Vitória, 25 de agosto de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Jéssica Caroline Bindemann
Código Identificador:B002FBA3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO ADITIVO N.º 1/2026 DO TERMO DE CONTRATO N.º 25/2025 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 12/2025 – PROCESSO Nº 57/2025

OBJETO DO ADITAMENTO: Do Prazo de Vigência e do Quantitativo.
OBJETO DO CONTRATO: *CREDENCIAMENTO do estabelecimento de saúde WH LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA, para prestação de serviços de exames laboratoriais de análises clínicas, compreendendo a coleta de material biológico e a análise dos mesmos, baseados na Tabela Unificada de Procedimentos do SUS-SIGTAP, no Grupo 02 - Procedimentos com finalidade diagnóstica – Sub Grupo - Diagnóstico em laboratório Clínico - da Tabela em vigência, para os usuários do Sistema Único de Saúde, oriundos das Unidades de Saúde do Município de União da Vitória ou encaminhados pelos órgãos competentes do SUS.*
CONTRATADO: WH LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA – CNPJ Nº 77.019.438/0001-46.
DO PRAZO DE VIGÊNCIA: Conforme solicitação e justificativa encaminhada pela Secretaria Municipal de Saúde, o Prazo de Vigência a que se refere à Cláusula 2ª Termo de Contrato n° 25/2025 fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, a iniciar 26/08/2026 e a terminar em 25/08/2027.
DO VALOR: Fica aditado ao Contrato nº 25/2025, para a prorrogação de 12 (doze) meses, o valor total de R$ 900.000,00 (Novecentos mil reais).
FUNDAMENTO LEGAL: Cláusula 3ª do Termo de Contrato n.º 25/2025 e Artigos 105 e 106 da Lei Federal n.º 14.133/2021.
FORO: Comarca de União da Vitória.

União da Vitória, 25 de agosto de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Jéssica Caroline Bindemann
Código Identificador:2ABA6883

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO
AVISO PE 36/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICIPIO DE VITORINO, ESTADO DO PARANÁ, torna público a realização às 08:00 horas do dia 11/09/2026, realização pela BLL, LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRONICO REGISTRO DE PREÇOS, tipo de Licitação MENOR PREÇO POR LOTE sob o n.º 36/2026, objetivando **REGISTRO DE PREÇO** para contratação do fornecimento de empresa especializada na prestação de serviços de coffe break e decoração, com fornecimento de todos os materiais, equipamentos, insumos e itens necessários, destinados à realização de eventos institucionais promovidos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e pela Secretaria Municipal de Saúde.
O edital poderá ser obtido junto à **PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO**, a partir do dia 26/08/2026 e informações pelo telefone (46) 3227-1222, também pelos e_mail: licita@vitorino.pr.gov.br e compras2@vitorino.pr.gov.br , site do município, WWW.vitorino.pr.gov.br.

Vitorino, 26/08/2026

Pregoeiro Oficial do Município

Publicado por:
Fernando Sinhorini
Código Identificador:BC0FCE4D

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO
EXTRATO INEXIGIBILIDADE 13/2026

Extrato da inexigibilidade nº 13/2026. Contratante Município de Vitorino Cnpj 76995463/0001-00 e Contratado LAINE ASSESSORIA E TREINAMENTO LTDA CNPJ 08.245.733/0001-06– objeto: Contratação de empresa especializada para a realização de apresentações artísticas destinadas a compor a programação oficial do Desfile Cívico em comemoração à Independência do Brasil, a ser realizado em 07 de setembro de 2026, e da Programação de Natal 2026, com apresentações previstas para os dias 28 e 29 de novembro

de 2026 - Valor. R$ 185.100,00- Dotação Orçamentária: 222 - Data 26/08/2026

Publicado por:
Fernando Sinhorini
Código Identificador:CC71B596

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
NOTA DE ANULAÇÃO PE 28/2026

NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE ADMINISTRATIVO Nr.:70/2026–Pregão Eletrônico Nr.: 28/2026 – PE, OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS, ELETRODOMÉSTICOS, ELETRÔNICOS, JOGOS PEDAGÓGICOS, PARA UTILIZAÇÃO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DO MUNICÍPIO DE VITORINO-PR, processo anulado para reformulação.

Publicado por:
Rafael Geremia
Código Identificador:152FB427

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA 400, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

Portaria 400, de 26 de agosto de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:

I – Autorizar o pagamento de 02 (duas) diárias ao servidor Valdemar dos Santos – Motorista, conforme requerimento de diárias nº. 252/2026, protocolo 6933/2026, para transporte da equipe de futebol 7 na fase Macrorregional dos Jogos Abertos do Paraná, em Marechal Cândido Rondon/PR, nos dias 21 de agosto a 23 de agosto de 2026.
II – Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, 26 de agosto de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:D88D5157

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA 401, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

Portaria 401, de 26 de agosto de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:

I – Autorizar o pagamento de 1,5 (uma e meia) diárias para o servidor Rodrigo Gularte Dezan – Motorista, conforme requerimento de diária n. º 281/2026, protocolo n.º 7058/2026, para o transporte de paciente do SUS, de Vitorino/PR até Curitiba/PR, nos dias 25 e 26 de agosto de 2026, utilizando o veículo oficial placa TBY-7J44.

II – Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 26 de agosto de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:B8578993

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA 402, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

Portaria 402, de 26 de agosto de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:

I – Autorizar o pagamento de 1,5 (uma e meia) diárias para o servidor Fabiano de Moura – Motorista, conforme requerimento de diárias n. º 279/2026, protocolo n. º 7071/2026, para o transporte de paciente do SUS, de Vitorino/PR até Cascavel/PR e Nova Aurora/PR, nos dias 25 e 26 de agosto de 2026, utilizando o veículo oficial placa UAW-8I31.

II – Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 26 de agosto de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:FC953288

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA 403, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

Portaria 403, de 26 de agosto de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:

I – Autorizar o pagamento de 01 (uma) diária para o servidor Lindones Miranda Machado – Motorista, conforme requerimento de diária nº 280/2026, protocolo n. º 7072/2026, para o transporte de paciente do SUS, de Vitorino/PR até Guarapuava/PR, no dia 25 de agosto de 2026, utilizando o veículo oficial placa UAW-8I37;

II – Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 26 de agosto de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:D518DDD8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA 404, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

Portaria 404, de 26 de agosto de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:

I – Autorizar o pagamento de 01 (uma) diária para o servidor Delmir Carlos Bueno – Motorista, conforme requerimento de diária n. º 282/2026, protocolo n. º 7073/2026, para o transporte de paciente do

SUS, de Vitorino/PR até Londrina/PR, no dia 25 de agosto de 2026, utilizando o veículo oficial placa TBY-7J44.

II – Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 26 de agosto de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:C7D70CD0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA 405, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

Portaria 405, de 26 de agosto de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:

I – Autorizar o pagamento de 01 (uma) diária para o servidor Elizandro de Borba do Nascimento – Motorista, conforme requerimentos de diárias n. º 283/2026, protocolo n. º 7074/2026, para o transporte de paciente do SUS, de Vitorino/PR até Guaraniaçu/PR, no dia 26 de agosto de 2026, utilizando o veículo oficial placa BEP-6F75.

II – Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 26 de agosto de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:CFAF60A1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA 406, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

Portaria 406, de 26 de agosto de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:

I – Autorizar o pagamento de 2,5 (duas e meia) diárias para as servidoras Ana Rubia Testa – Professora, e Luane Carla Vieira – Professora, conforme requerimentos de diárias n. º 247 e 248/2026, protocolo 6820/2026, para participação na Encontro de Gestores da Educação Pública, promovido pela FTD, em Foz do Iguaçu/PR, nos dias 25 a 27 de agosto de 2026.
II – Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra e vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 26 de agosto de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:2A855DEC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA 407, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

Portaria 407, de 26 de agosto de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:

I – Conceder férias aos servidores abaixo relacionados:

Servidor	Cargo	Período Aquisitivo	Período de Férias
Gabriel Almeida Stalhbaum	Secretário Executivo	2026/2027	27/08/2026 até 30/08/2026
Luiz Felipe Panozzo	Assessor de Comunicação	2024/2025	27/08/2026 até 30/08/2026

II – Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 26 de agosto de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Indrya Samara Eschembach
Código Identificador:B46B37D6

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E LAZER
RESOLUÇÃO Nº 03/2026 DE 26 DE AGOSTO DE 2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

RESOLUÇÃO Nº 03/2026

Dispõe sobre a instituição, composição e organização da Estrutura Administrativa e Pedagógica específica para coordenação e execução da Política Municipal de Alfabetização no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO VALMIR MARTINELLO, no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade de formalizar as ações de governança voltadas à alfabetização no município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, a Estrutura Administrativa e Pedagógica Específica responsável por coordenar, planejar, acompanhar e implementar as ações da Política Municipal de Alfabetização.

Art. 2º A estrutura pedagógica e administrativa de que trata esta Resolução tem por objetivos genéricos garantir a articulação das ações de alfabetização e assegurar o suporte técnico e pedagógico às unidades escolares da rede municipal de ensino.

Art. 3º A equipe oficial que compõe a referida Estrutura é constituída pelos seguintes membros e cargos dedicados:

I – Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer: Valmir Martinello – Secretário Municipal de Vitorino – Paraná.
II - Articuladora Municipal de Alfabetização: Adriani Franciscon – Articuladora RENALFA.
III - Coordenadora Pedagógica de Alfabetização: Lucene Barbosa Geremia – Gerente de Ensino.
IV – Esporte: João Maria Alves – Gerente de Esporte
V – Equipe Técnica da Secretária Municipal de Educação: Ana Rúbia Testa – Assessora Pedagógica.

VI – Equipe Técnica da Secretária Municipal de Educação: Luane Carla Vieira – Assessora Pedagógica.
VII – Equipe de Apoio Administrativo: Thalia Candido – Técnico Administrativo.
VIII – Equipe de Apoio Administrativo: Aline Carla Badia – Técnico Administrativo.
IX – Equipe de Apoio Administrativo: Daniana Carla Hoffmann Paulini – Administrativo.
X - Equipe de Apoio Administrativo: Diogo Ricardo Ribeiro – Gerente da Cultura.
XI – Equipe Multidisciplinar: Nair Fragata De Lima – Coordenadora da Educação Especial.
XII - Equipe Multidisciplinar: Janete Soratto – Assistente Social.
XIII - Equipe Multidisciplinar: Solange C. Martini – Psicóloga.
XIV - Equipe Multidisciplinar: Jaqueline L. De Souza – Nutricionista.
XV – Equipe de Documentação: Vitoria Folgassa – Gerente de Documentação Escolar.

Parágrafo único. O número total de servidores formalmente envolvidos nesta estrutura específica de governança é de 14 profissionais da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 4º Fica estabelecido o seguinte regime de trabalho e dedicação horária para os servidores formalmente designados:
I - Articulador(a) Municipal: regime de trabalho de 40 horas semanais, com dedicação horária integral/parcial de sua jornada exclusivamente voltada às ações de alfabetização;
II – Equipe Técnica e Administrativa: regime de trabalho de 40 horas semanais, com dedicação horária voltada às ações de alfabetização.
III - Equipe Multidisciplinar: Janete Soratto: regime de trabalho de 30 horas semanais, com dedicação horária integral/parcial de sua jornada exclusivamente voltada às ações de alfabetização;
IV - Gerente de Cultura: Diogo Ricardo Ribeiro: regime de trabalho de 30 horas semanais, com dedicação horária integral/parcial de sua jornada exclusivamente voltada às ações de alfabetização;
Art. 5º São atribuições específicas dos integrantes da Estrutura Administrativa e Pedagógica:
I - Ao Articulador Municipal de Alfabetização:
a) Coordenar a implementação local das diretrizes da Política Municipal de alfabetização;
b) Promover a articulação entre as frentes de formação continuada, avaliação e acompanhamento pedagógico;
c) Monitorar o cumprimento das metas locais de alfabetização e reportar os relatórios técnicos.
II - Ao Coordenador Pedagógico / Equipe de Apoio:
a) Executar o planejamento e o acompanhamento pedagógico direto nas escolas;
b) Subsidiar os professores alfabetizadores com materiais e orientações didáticas.

Art. 6º A organização interna e o fluxo hierárquico da Estrutura Administrativa e Pedagógica obedecerão ao seguinte organograma funcional:
Secretaria Municipal de Educação: Valmir Martinello - Articuladora Municipal de Alfabetização: Adriani Franciscon - Coordenadores/Equipe Pedagógica: Ana Rúbia Testa; Luane Carla Vieira e Lucene Barbosa Geremia - Equipe de Apoio Administrativo: Aline Carla Badia; Thalia Cândido; Daniana Carla Hoffmann Paulini
Equipe Multidisciplinar: Janete Soratto; Solange C. Martini; Nair Fragata De Lima; Jaqueline L. De Souza Gerente De Documentação Escolar: Vitória Folgassa
Gerente da Cultura: Diogo Ricardo Ribeiro João Maria Alves.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Vitorino, 26 de agosto de 2026.

VALMIR MARTINELLO
Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
Município de Vitorino – Paraná

Publicado por:
Daniana Carla Hoffmann Paulini
Código Identificador:CC3F30DE

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
EDITAL 154/2026 - CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA PSS EDUCADOR/CUIDADOR SOCIAL TEMPORÁRIO

EDITAL Nº 154/2026

CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EDUCADOR/CUIDADOR SOCIAL

O Presidente da Comissão Organizadora, Executora e Julgadora do Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária de Educador/Cuidador Social, da Prefeitura do Município de Chopinzinho, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital e no Edital de Abertura nº 140/2026, seus anexos e demais disposições atinentes à matéria,

TORNA PÚBLICO

Art. 1º - A **CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA** do Processo Seletivo Simplificado para o cargo temporário de Educador/Cuidador Social, considerando a pontuação da prova objetiva e aplicados os critérios de desempate, constantes no Anexo I.

Art. 2º - Mantêm-se em vigor as demais determinações editalícias e publicações complementares.

Chopinzinho, PR, 26 de agosto de 2026.

GISLAINE TANIA GALEAZZI
Presidente

EDITAL Nº 154/2026 – ANEXO I

QUADRO 1 – EDUCADOR/CUIDADOR SOCIAL – AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASSIFICAÇÃO	NOME	NASCIMENTO	NOTA
1º	CLAUDIOMIR GASPAR DA MAIA	07/03/1984	9,5
2º	AMANDA CRISTINA CARDOZO	19/08/2000	9,5
3º	PRISCILA GONÇALVES TIEQUIN	27/08/2005	9,5
4º	MATHEUS FELIPE GRAEBIM SOARES	01/04/2008	9,5

5º	JOILSE DINIZ	04/08/1992	9,0
6º	LEIDIANE CAMARGO GASPAR DA MAIA	29/04/1993	8,5
7º	EMILI ADRIANA BORGES	25/11/1999	8,5
8º	ELOÍSA LAZAROTTTO HARTMAN	16/02/2007	8,5
9º	EMANUEL MATHEUS QUADROS RAFAGNINI	05/07/2008	8,5
10º	ANA CAROLINA QUADROS RAFAGNINI	02/02/2006	7,5
11º	KAUANI NUNES MONTEIRO	04/02/2006	7,5
12º	ANGÉLICA AGATHA SCOPEL	11/03/2009	7,5
13º	BRENDA PIRES	19/10/1995	7,0
14º	NATHALIA ROSSI ALVES	17/09/2006	7,0
15º	EVERLANE DE FATIMA DAVID DA SILVA	24/09/1985	6,5
16º	DAIANE CRISTINA MELO DA SILVA	11/08/1988	6,5
17º	JESSICA PAULA DE OLIVEIRA	27/05/1990	6,5
18º	ALANA FERREIRA AMANCIO	14/01/2000	6,0
19º	GEISSI DOS SANTOS MONTEIRO	01/04/2000	6,0
20º	MÁRCIA VERLINDES	02/04/1983	5,5
21º	ROSANI APARECIDA DELGADO	29/12/1988	5,5
22º	DUANE KOGRE WOLLINGER FERNANDES	30/01/1998	5,5
23º	LETICIA DO CARMO PADILHA BUENO	27/03/2004	5,5
24º	MARISTEL DO ROCIO TARESZKIEWICZ FERREIRA DA COSTA	22/11/1963	5,0
25º	SANDRA MARA DE QUADROS	27/02/1992	5,0
26º	ALISSON DA SILVA GONÇALVES	29/09/2001	5,0
ELIMINADO	JULIA ISABEL DA SILVA	08/09/2005	4,5
ELIMINADO	NEIVA MAFIOLETTI	27/05/1961	4,0
ELIMINADO	MARIELI DALMASO	10/12/2000	3,5
ELIMINADO	ADRIANA DOS SANTOS DA SILVA	17/07/1986	AUSENTE
ELIMINADO	ALESSANDRO ANTUNES DE OLIVEIRA	09/08/1988	AUSENTE
ELIMINADO	ANDERSON EDER REFEJ GOITOTO	03/02/1996	AUSENTE
ELIMINADO	ANDRE CRISTÓVÃO ZUCUNELLI WRUBLEWSKI	13/09/1989	AUSENTE
ELIMINADO	ANTÔNIO SÉRGIO VIANA DA SILVA	18/01/1992	AUSENTE
ELIMINADO	ARIANE SALETE CESCO	29/12/1974	AUSENTE
ELIMINADO	CRISTINA APARECIDA DA SILVA	22/12/1996	AUSENTE
ELIMINADO	DANIELA SCHMITT DE SOUZA	12/04/2006	AUSENTE
ELIMINADO	ELIAS CAMARGO DOS SANTOS	23/02/2001	AUSENTE
ELIMINADO	ELIZANDRA DELGADO	23/06/1990	AUSENTE
ELIMINADO	GILVANI CASTIGLIONI	08/06/1988	AUSENTE
ELIMINADO	JAQUELINE FERNANDES DA SILVA	01/05/2004	AUSENTE
ELIMINADO	JESSICA ALVES	30/03/1999	AUSENTE
ELIMINADO	JOCIELI MARIA ZAGO	30/06/1989	AUSENTE
ELIMINADO	JOVANE GRAEBIN	15/04/1991	AUSENTE
ELIMINADO	JULIANA ALVES DA CONCEIÇÃO	10/07/1985	AUSENTE
ELIMINADO	KAYRA GOBETTI CORDEIRO	08/01/2009	AUSENTE
ELIMINADO	LEANDRO CEZAR DE RAMOS	24/07/1978	AUSENTE
ELIMINADO	LETÍCIA GONÇALVES	17/01/1999	AUSENTE
ELIMINADO	LORENZA LORIANY PEREIRA MACEDO	10/04/1987	AUSENTE
ELIMINADO	LUANA BORGA	02/05/2006	AUSENTE
ELIMINADO	LUCIANE APARECIDA ZUCONELLI	15/07/1981	AUSENTE
ELIMINADO	LUCIANO HASPER	15/11/1971	AUSENTE
ELIMINADO	MARCIELI CAROLINE DE OLIVEIRA	10/02/1992	AUSENTE
ELIMINADO	MARI EMELIA FERREIRA BORTH	27/10/1999	AUSENTE
ELIMINADO	MARIA ELISANGELA DA SILVA BLASER	21/05/1985	AUSENTE
ELIMINADO	MARINEZ SOARES NIENDICKER	29/05/1975	AUSENTE
ELIMINADO	NATHALIA SANTOS BELTRAME	14/01/2004	AUSENTE
ELIMINADO	PAULA DALIANE MACHADO DA FONSECA LOPES	19/07/1986	AUSENTE
ELIMINADO	RAQUEL CRUZ DE ARAÚJO	06/05/1989	AUSENTE
ELIMINADO	RAYANE DE FATIMA RAMBO	27/09/2003	AUSENTE
ELIMINADO	ROSANGELA MARCONDES DA CRUZ	22/10/1991	AUSENTE
ELIMINADO	SHERILLIN LINNETIS DOS PASSOS	27/03/1991	AUSENTE
ELIMINADO	SIRLEI SCHWADE	22/08/1972	AUSENTE
ELIMINADO	STEFFANI CAMILA ALVES DA SILVA	08/09/1998	AUSENTE
ELIMINADO	TAINARA APARECIDA RAMOS DA SILVA	05/11/2000	AUSENTE
ELIMINADO	TAYANE BERLANDA	18/05/2006	AUSENTE
ELIMINADO	VALERIA COZER	07/02/1989	AUSENTE
ELIMINADO	WILLIAN DE OLIVEIRA	08/08/2002	AUSENTE

Publicado por:
Camila Cancelier
Código Identificador:EAB69C38

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
EDITAL 155/2026 - CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA PSS ENFERMEIRO TEMPORÁRIO

EDITAL Nº 155/2026

CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE ENFERMEIRO

O Presidente da Comissão Organizadora, Executora e Julgadora do Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária de Enfermeiro, da Prefeitura do Município de Chopinzinho, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital e no Edital de Abertura nº 141/2026, seus anexos e demais disposições atinentes à matéria,

TORNA PÚBLICO

Art. 1º - A **CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA** do Processo Seletivo Simplificado para o cargo temporário de Enfermeiro, considerando a pontuação da prova objetiva e aplicados os critérios de desempate, constantes no Anexo I.

Art. 2º - Mantêm-se em vigor as demais determinações editalícias e publicações complementares.

Chopinzinho, PR, 26 de agosto de 2026.

KARLA CEVERO DA SILVA
Presidente

EDITAL Nº 155/2026 – ANEXO I

QUADRO 1 – ENFERMEIRO – AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASSIFICAÇÃO	NOME	NASCIMENTO	NOTA
1º	CAROLINE MOREIRA LEOPOLDINO ZANOLA	28/05/1987	10
2º	ALAUANA CLAUDIA SCHEFER	01/07/1994	10
3º	ADRIANE TEREZINHA BARBOSA	06/11/1994	10
4º	DILVANA RITTER	20/02/1987	9,5
5º	ALINE RITTERBUSCH	23/01/1993	9,5
6º	JESSICA KEILLA SANTIN	27/09/1993	9,5
7º	ALESSANDRA CAVASIN	11/07/1995	9,5
8º	KAROLINE MARTINS	26/12/1996	9,5
9º	GABRIELI FERREIRA	20/07/1998	9,5
10º	DUANA POMIECINSCKI	10/07/2004	9,5
11º	ELIANE APARECIDA DA ROSA	25/09/1981	9,0
12º	ADRIANA ARAUJO GIACOMINI CATTANEO	31/05/1984	9,0
13º	JULIANA LOPES DE QUADROS RIBEIRO	19/03/1994	9,0
14º	EDISON DIEGO DE MORAES	22/10/1996	9,0
15º	EMANOELE APARECIDA ZINKE	07/11/1998	9,0
16º	ANA BÁRBARA SCOPEL	08/10/1999	9,0
17º	CLAMARA FAVERO DOS SANTOS	17/06/2000	9,0
18º	GISIELI MONTEIRO	13/01/2003	9,0
19º	ANA DOS SANTOS CAMBRUZZI	04/07/1978	8,5
20º	FABIANA NOGUEIRA LEMOS	15/05/1981	8,5
21º	ROSILENE INÊS ECKERT KRUMMENAUER	23/02/1983	8,5
22º	PAOLA CASSOL	01/07/1983	8,5
23º	PAULO SERGIO GUIMARAES	29/09/1995	8,5
24º	MARCIA RICHETTI	18/03/1976	8,0
25º	JOCECLEIA DOS SANTOS	19/04/1987	8,0
26º	MAYCON RODRIGO PETRECHEN	07/01/1990	8,0
27º	LARISSA MAFFIOLETTI SANTOS	16/10/1996	8,0
28º	AMANDA GABRIELA SZINWELSKI	25/03/1998	8,0
29º	LAIZE APARECIDA VITORASSI	11/12/2001	8,0
30º	LILIAN SAMIRA DA SILVA BOM	31/07/1999	7,5
31º	FABIOLA ANY BOHRER	18/09/2002	7,0
ELIMINADO	ADRIANE DE FÁTIMA DOS SANTOS	22/04/1979	AUSENTE
ELIMINADO	ANA AMÉLIA MACHOSKI	14/10/2000	AUSENTE
ELIMINADO	CELSO TEIXEIRA DE OLIVEIRA	12/02/1978	AUSENTE
ELIMINADO	DAYANE PAULA REPUKNA	22/08/1991	AUSENTE
ELIMINADO	DEIVID SERGIO SANTOS SILVA	06/04/1982	AUSENTE
ELIMINADO	ELIZANDRA PORTO	17/04/1982	AUSENTE
ELIMINADO	ELIZIANE DE LIMA GONÇALVES DOS SANTOS	26/03/1996	AUSENTE
ELIMINADO	INES SCHROEDER	09/02/1984	AUSENTE
ELIMINADO	ISABELLA LUIZA PADILHA	28/08/1991	AUSENTE
ELIMINADO	JAQUELINE DOS SANTOS MACHADO	14/02/2001	AUSENTE
ELIMINADO	JOSLEI ADOLFO SILVESTRI	15/10/1996	AUSENTE
ELIMINADO	JOYCE APARECIDA SLUZALA HOTZ BUENO	25/10/1993	AUSENTE
ELIMINADO	JULIANO MARTINS DA SILVA	21/02/1982	AUSENTE
ELIMINADO	LETICIA ALVES DOS SANTOS	10/09/1997	AUSENTE
ELIMINADO	LILLIAN JIOVANA ZUCONELLI LUCION	02/02/2003	AUSENTE
ELIMINADO	LUAN DA SILVA BILHERI	31/12/1998	AUSENTE
ELIMINADO	LUANA APARECIDA ANTUNES	20/01/1993	AUSENTE
ELIMINADO	LUANA TONET PORTO	27/05/2002	AUSENTE
ELIMINADO	LUCAS GONZALES	17/05/1998	AUSENTE
ELIMINADO	LUCIANE SABEDOT	17/07/2026	AUSENTE
ELIMINADO	MACLEISE MARIA BONETI	30/07/1977	AUSENTE
ELIMINADO	MARISTELA VARGAS	27/09/1978	AUSENTE
ELIMINADO	MATHEUS ALVES OLIVEIRA	17/12/1997	AUSENTE
ELIMINADO	MAURA THEREZA DZIECINNY	06/01/2002	AUSENTE
ELIMINADO	NAIANA APARECIDA BOARETTO DOS SANTOS	12/05/1983	AUSENTE
ELIMINADO	PAULA CRISTINA WELTER	09/06/2004	AUSENTE
ELIMINADO	PAULA NATIELLI DE OLIVEIRA POSSO	26/03/1989	AUSENTE
ELIMINADO	ROSEMARI FATIMA QUEVEDO	26/08/1977	AUSENTE
ELIMINADO	ROSENILDA BORGES ALUCAS	02/02/1971	AUSENTE
ELIMINADO	SANDRO BLASER GOUVÊA	15/07/1979	AUSENTE
ELIMINADO	SILVANA BRANDT	02/01/1974	AUSENTE
ELIMINADO	THAÍS NAIANA BARELLA DA SILVA	07/10/2003	AUSENTE
ELIMINADO	TYLA VALENTINA DE OLIVEIRA LESNIESKI	29/09/1987	AUSENTE
ELIMINADO	VALDINEI JOSÉ PIRES	15/07/1979	AUSENTE
ELIMINADO	VERA LUCIA PEREIRA	11/04/1968	AUSENTE
ELIMINADO	YARA HELENA MAGELLA	05/03/1973	AUSENTE

QUADRO 1 – ENFERMEIRO – PCD – PESSOA COM DEFICIENCIA

CLASSIFICAÇÃO	NOME	NASCIMENTO	NOTA
ELIMINADO	ADENILSON FRANCISCO DA SILVA	16/04/1971	AUSENTE
ELIMINADO	LEANDRO TAVARES DA SILVA	29/03/1978	AUSENTE

Publicado por:
Camila Cancelier
Código Identificador:7731145A

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
DECRETO 6583-2026

Decreto nº 6583/2026

Declara bens móveis e imóveis inservíveis para fins de alienação, e dá outras providências.

JEAN CARLOS CARDOSO, Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pela legislação vigente,

CONSIDERANDO o interesse público na adequada gestão, conservação e destinação dos bens integrantes do patrimônio público municipal;
CONSIDERANDO que os bens relacionados no Anexo Único deste Decreto foram considerados inservíveis ou desnecessários à continuidade das atividades administrativas municipais, conforme avaliação administrativa e patrimonial que consta no Processo Administrativo 009/2025;
CONSIDERANDO a necessidade de promover a racionalização e a adequada gestão do patrimônio público municipal, mediante a destinação dos bens que não mais atendem ao interesse da Administração;
CONSIDERANDO o disposto no art. 76 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, segundo o qual a alienação de bens da Administração Pública está subordinada à existência de interesse público devidamente justificado e deve ser precedida de avaliação;
DECRETA:
Art. 1º Fica declarada a inservibilidade e/ou desnecessidade ao serviço público municipal dos bens móveis e do bem imóvel relacionados no Anexo Único deste Decreto, integrantes do patrimônio do Município de Cruzeiro do Iguaçu, para fins de adoção das providências necessárias à sua alienação.
Art. 2º Os bens móveis relacionados no Anexo Único poderão ser alienados mediante licitação, na modalidade **leilão**, observado o disposto no art. 76, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como as demais exigências legais e regulamentares aplicáveis.
§ 1º A alienação dos bens móveis será precedida da confirmação da avaliação e dos respectivos valores mínimos de alienação, sem prejuízo de eventual atualização ou complementação da avaliação quando necessária.
§ 2º O edital de leilão deverá conter a descrição individualizada dos bens, os respectivos valores mínimos, as condições de participação, pagamento, retirada e demais exigências aplicáveis.
Art. 3º A alienação, "*ad corpus*", do imóvel relacionado no Anexo Único observará o disposto no art. 76, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, e de acordo com a autorização da Lei Municipal nº 1676/2026.
Parágrafo único. A inclusão do imóvel neste Decreto constitui declaração administrativa de sua desnecessidade para o serviço público municipal e autorização para o prosseguimento dos atos preparatórios necessários à sua alienação.
Art. 4º Fica o Departamento de Patrimônio, juntamente com os demais setores competentes da Administração Municipal, autorizado a adotar as providências administrativas necessárias à preparação do procedimento de alienação dos bens relacionados no Anexo Único, inclusive:
I – conferência e atualização dos registros patrimoniais;
II – confirmação da situação física e documental dos bens;
III – avaliação ou atualização da avaliação dos bens, quando necessária;
IV – elaboração dos documentos preparatórios do procedimento licitatório;
V – encaminhamento dos autos aos setores competentes para análise e prosseguimento do procedimento de leilão;
VI – promover a baixa patrimonial dos bens efetivamente alienados.
Art. 5º Os valores mínimos indicados no Anexo Único correspondem aos valores de avaliação constantes dos documentos que instruem o processo administrativo, devendo ser utilizados como referência para a alienação, sem prejuízo de eventual atualização ou nova avaliação que se mostre necessária até a publicação do edital.
Art. 6º As receitas decorrentes da alienação dos bens serão recolhidas aos cofres públicos municipais e contabilizadas de acordo com a legislação orçamentária, financeira e patrimonial aplicável.
Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu, Estado do Paraná, aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito

Registre-se
Publique-se e
Cumpra-se.

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável pela Secretaria de Administração

ANEXO ÚNICO

RELAÇÃO DOS BENS MÓVEIS E IMÓVEL DECLARADOS INSERVÍVEIS E/OU DESNECESSÁRIOS PARA FINS DE ALIENAÇÃO "*ad corpus*"

It	Descrição/marca/modelo	Código patrimônio	Placas	Ano	Cor	RENAVAM	Valor mínimo (R$)
1	GM/Meriva Joy	2100	SUCATA	SUCATA			1.500,00
2	Toyota/Bandeirante (picape)	1547	AGR-5477	1982/1982	Branca	00515224839	3.000,00

3	Toyota/Bandeirante (BJ50)	1546	AHC-1822	1997/1997	Branca	00676642470	13.100,00
4	VW/Kombi	1541	SUCATA	SUCATA			1.200,00
5	Fiat/Fiorino Working	5324	SUCATA	SUCATA			1.200,00
6	Renault/Master (ambulância)	8805	ARE-9253	2008/2009	Branca	00134942442	22.100,00
7	Van FIAT/DUCATO	7783	BAS-4i53	2016/2016	Branca	1094681463	29.400,00
8	Van FIAT/DUCATO	7781	BAS-4i54	2016/2016	Branca	1094675641	32.600,00
9	GM/Onix 1.4 LT	8527	BBX-6i28	2017/2018	Branca	01143228631	24.300,00
10	Renault/Master (minibus - escolar)	9157	BCU-9i02	2018/2019	Branca	01178061199	46.400,00
11	GM/Spin 1.8 LT	9785	RHM-2D04	2021/2021	Branca	01277454555	36.100,00
12	VW/Quantum CL 1.8		SUCATA	SUCATA	-	-	250,00
13	Fiat/Idea		SUCATA	SUCATA	-	-	250,00
14	VW/Gol		SUCATA	SUCATA	-	-	250,00
15	Ford/Ranger		SUCATA	SUCATA	-	-	500,00
16	VW/Kombi		SUCATA	SUCATA	-	-	450,00
17	GM/Astra		SUCATA	SUCATA	-	-	350,00
18	Ônibus Scania		SUCATA	SUCATA	-	-	1.200,00
19	Sucata de um VW/Gol		SUCATA	SUCATA	-	-	250,00
20	Retroescavadeira JCB	4798	JCB1772071	-	-	-	24.100,00
21	Retroescavadeira XCMG	9547	XT870BR	-	-	-	60.700,00
22	Lote de terras urbano nº 06, quadra nº 4, matrícula 28.726 do CRI de Dois Vizinhos, localizado no Loteamento Sol Nascente, área total de 905,32m², área edificável de 374,80m² e área de preservação de 530,52m².						382.867,00
Valor total							**682.067,00**

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkoski Vieira
Código Identificador:EDA56476

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
EDITAL CHAMAMENTO 004-2026

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2026
SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

Olá, agentes culturais de cruzeiro do Iguaçu e toda a região!
Estamos muito felizes com o seu interesse em participar deste chamamento público. Este Edital é realizado com recursos do Governo Federal repassados pelo Ministério da Cultura, por meio da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB). Aqui você vai encontrar as regras do edital e como fazer para se inscrever.
Boa leitura. Desejamos sucesso!

1. POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA
A Lei nº 14.399/2022 institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), baseada na parceria da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a sociedade civil no setor da cultura, bem como no respeito à diversidade, à democratização e à universalização do acesso à cultura no Brasil.
A PNAB objetiva também estruturar o sistema federativo de financiamento à cultura mediante repasses da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios de forma continuada.
As condições para a execução da PNAB foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente edital destina-se a apoiar projetos apresentados pelos agentes culturais do município de cruzeiro do Iguaçu.
Deste modo, o departamento de cultura do município de Cruzeiro do Iguaçu, torna público o presente edital elaborado com base na Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento) e na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade).
2. INFORMAÇÕES GERAIS
2.1 Objeto do edital
O objeto deste Edital é a seleção de projetos culturais para receberem apoio financeiro nas categorias descritas no Anexo I, com o objetivo de incentivar as diversas formas de manifestações culturais do município de Cruzeiro do Iguaçu, a se realizar no decorrer do ano, oportunizando crianças, adolescentes e adultos as ações artísticas culturais no âmbito de dança em ritmos, variados com ballet, ginastica rítmica entre outros que o departamento juntamente com a equipe decidir em conformidade.

2.2 Quantidade de projetos selecionados
Será selecionado 01 projetos.
Contudo, caso haja orçamento e interesse público, o edital poderá ser suplementado, ou seja, caso haja saldo de recursos da PNAB oriundo de outros editais ou rendimentos, as vagas podem ser ampliadas.

2.3 Valor total do edital
Este projeto receberá o valor descrito no Anexo I.
O valor total deste edital é de até R$ 10,000 (dez mil reais) podendo utilizar somente a quantidade necessária.
A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: conforme instrução municipal
Sobre o valor total repassado pelo município ao agente cultural, não incidirá Imposto de Renda, Imposto Sobre Serviços – ISS, e eventuais impostos próprios da contratação de serviços.

2.4 Prazo de inscrição
De 00 horas do dia 02/09/2026 até às 00 horas do dia 16/09/2026.
As inscrições serão realizadas conforme orientações descritas no item 4 deste edital.

2.5 quem pode participar
Pode se inscrever no Edital qualquer agente cultural que atua ou reside no município de cruzeiro do Iguaçu e as demais regiões interligadas.

Agente Cultural é toda pessoa ou grupo de pessoas responsável por criar, produzir e promover manifestações culturais, como artistas, músicos, escritores, cineastas, dançarinos, artesãos, curadores, produtores culturais, gestores de espaços culturais, entre outros.

O agente cultural pode ser:
I - Pessoa física ou Microempreendedor Individual (MEI)
II- Pessoa jurídica com fins lucrativos (Ex.: empresa de pequeno porte, empresa de grande porte, etc.)

III - Pessoa jurídica sem fins lucrativos (Ex.: Associação, Fundação, Cooperativa, etc.) IV - Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física.
Na hipótese de agentes culturais que atuem como grupo ou coletivo cultural sem constituição jurídica (ou seja, sem CNPJ), será indicada pessoa física como responsável legal para o ato da assinatura do Termo de Execução Cultural e a representação será formalizada em declaração assinada pelos demais integrantes do grupo ou coletivo, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo VI.

2.6 Quem NÃO pode participar
Não pode se inscrever neste Edital, agentes culturais que:
I - Tenham participado diretamente da etapa de elaboração do edital, da etapa de análise de propostas ou da etapa de julgamento de recursos;
II - Sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e
III - Sejam Chefes do Poder Executivo (Governadores, Prefeitos), Secretários de Estado ou de Município, membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).
Atenção! O agente cultural que integrar o Conselho de Cultura somente ficará impossibilitado de concorrer neste Edital quando se enquadrar nas vedações previstas no item 2.6.
Atenção! Quando se tratar de agentes culturais que constituem pessoas jurídicas, estarão impedidas de apresentar projetos aquelas cujos sócios, diretores e/ou administradores se enquadrarem nas situações descritas neste item.

Atenção! A participação de agentes culturais nas consultas públicas não caracteriza participação direta na etapa de elaboração do edital. Ou seja, a mera participação do agente cultural nas audiências e consultas públicas não inviabiliza a sua participação neste edital.

2.7. Quantos projetos cada agente cultural pode apresentar neste edital
Cada agente cultural poderá concorrer neste edital com, no máximo dois e poderá ser contemplado com no máximo um.

3. ETAPAS
Este edital é composto pelas seguintes etapas:

● **Inscrições –** etapa de apresentação dos projetos pelos agentes culturais
● **Seleção –** etapa em que uma comissão analisa e seleciona os projetos
● **Habilitação –** etapa em que os agentes culturais selecionados na etapa anterior serão convocados para apresentar documentos de habilitação
● **Assinatura do Termo de Execução Cultural** – etapa em que os agentes culturais habilitados serão convocados para assinar o Termo de Execução Cultural

4. INSCRIÇÕES
O agente cultural deve encaminhar por meio de e-mail (cultura@cruzeirodoiguacu.pr.gov.br) ou WhatsApp (46 999855161) ou (46 976067405) diretamente com a diretora de departamento cultural, a seguinte documentação obrigatória:
a) Formulário de inscrição (Anexo II) que constitui o Plano de Trabalho (projeto);
b) Documentos específicos relacionados na categoria de apoio em que o projeto será inscrito conforme Anexo I, quando houver;
c) Autodeclararão étnico-racial ou de pessoa com deficiência, se for concorrer às cotas;
d) Declaração de representação, se for concorrer como um coletivo sem CNPJ; e
e) Outros documentos que o agente cultural julgar necessário para auxiliar na avaliação do mérito cultural do projeto.

Atenção! O agente cultural é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de seu projeto.
Atenção! A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei 14.399/2022 (Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - PNAB), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório de fomento à cultura), no Decreto 11.740/2023 (Decreto PNAB) e no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de fomento).

5. COTAS
5.1 Categoria de cotas
Ficam garantidas cotas em todas as categorias do edital para:
a) Pessoas negras (pretas e pardas);
b) Pessoas indígenas;
c) Pessoas com deficiência.
A quantidade de cotas destinadas a cada categoria do edital está descrita no Anexo I. Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão preencher uma auto declaração.

A auto declaração pode ser apresentada por escrito, em áudio, em vídeos ou em outros formatos acessíveis.

5.2 Concorrência concomitante
Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo seleção.
Os agentes culturais optantes por concorrer às cotas que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.

5.3 Desistência do optante pela cota

Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.

5.4 Remanejamento das cotas
No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.
Caso não haja agentes culturais inscritos em outra categoria de cotas, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.

5.5 Aplicação das cotas para pessoas jurídicas e coletivos
As pessoas jurídicas e coletivos sem CNPJ podem concorrer às cotas, desde que preencham algum dos requisitos abaixo:

I - Pessoas jurídicas em que mais da metade dos sócios são pessoas negras, indígenas ou com deficiência,
II - Pessoas jurídicas ou grupos e coletivos sem CNPJ que possuam pessoas negras, indígenas ou com deficiência em posições de liderança no projeto cultural;
III - Pessoas jurídicas ou coletivos sem CNPJ que possuam equipe do projeto cultural majoritariamente composta por pessoas negras, indígenas ou com deficiência; e
IV - Outras formas de composição que garantam o protagonismo de pessoas negras, indígenas ou com deficiência na pessoa jurídica ou no grupo e coletivo sem personalidade jurídica.
As pessoas físicas que compõem a pessoa jurídica ou o coletivo sem CNPJ devem preencher uma auto declaração, conforme modelos do Anexo VII e Anexo VIII.

6. COMO ELABORAR O PROJETO (PLANO DE TRABALHO)
6.1 Preenchimento do modelo
O agente cultural deve preencher o Anexo II - Formulário de Inscrição/Plano de Trabalho, documento que contém a ficha de inscrição, a descrição do projeto e a planilha orçamentária.
O agente cultural será o único responsável pela veracidade do projeto e documentos encaminhados, isentando o poder público deste município de qualquer responsabilidade civil ou penal.

6.2 Previsão de execução do projeto
Os projetos apresentados deverão ser executados no dia do dia 10 aodia 18 de dezembro do decorrente ano. Havendo possibilidade de mudança de datas conforme acordado pelacoordenação, porem deve contemplar os 8 dias

6.3 Custos do projeto
O agente cultural deve preencher a planilha orçamentária constante no Anexo II indicando os custos do projeto, por categoria, acompanhado dos valores condizentes com as práticas de mercado. O agente cultural pode informar qual a referência de preço utilizada, de acordo com as características e realidades do projeto.
Atenção! O projeto poderá apresentar valores divergentes das práticas de mercado convencionais na hipótese de haver significativa excepcionalidade no contexto de sua implementação, consideradas variáveis territoriais e geográficas e situações específicas, como a de povos indígenas, ribeirinhos, atingidos por barragens e comunidades quilombolas e tradicionais.
Atenção! O valor solicitado não poderá ser superior ao valor máximo destinado a cada projeto, conforme Anexo I do presente edital.
Atenção! O apoio concedido por meio deste Edital poderá ser acumulado com recursos captados por meio de leis de incentivo fiscal, patrocínio direto privado, e outros programas e/ou apoios federais, estaduais e municipais, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de um mesmo item de despesa.
Atenção! Em caso de cobrança de ingresso ou venda de produtos, os recursos provenientes deverão ser revertidos ao próprio projeto, devendo ser apresentada na planilha orçamentária a previsão de arrecadação, juntamente com a relação de quais itens serão custeados com esse recurso.

6.4 Recursos de acessibilidade
Os projetos devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as suas características, nos termos do disposto na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência).
São medidas de acessibilidade:
I - No aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;
II - No aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço; e
III - no aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.
Especificamente para pessoas com deficiência, mecanismos de protagonismo e
Participação poderão ser concretizados também por meio das seguintes iniciativas, entre outras:
I - Adaptação de espaços culturais com residências inclusivas;
II - Utilização de tecnologias assistivas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;
III - Medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais;
IV - Contratação de serviços de assistência por acompanhante; ou
V - Oferta de ações de formação e capacitação acessíveis a pessoas com deficiência.

7. ETAPA DE SELEÇÃO
7.1. Quem analisa os projetos
Uma comissão de seleção vai avaliar os projetos. Todas as atividades serão registradas em ata.
Farão parte desta comissão composta por membros do poder executivo municipal conforme descrito:
Margarete Inês Cappellesso Viganó- Secretária de Educação, Cultura e Esportes Regina Rodrigues da Luz Malaguti–Diretora de Cultura
Vando Vitor Soares de Almeida–Secretário de Turismo Grasiele Filipiak–Diretora de Ensino Fundamental Sirlei Rosária Rosa Ribeiro–Servente

7.2. Quem não pode analisar os projetos

Os membros da comissão de seleção e respectivos suplentes ficam impedidos de participar da apreciação dos projetos quando:
I - Tiverem interesse direto na matéria;
II - Tenham participado como colaborador na elaboração do projeto;
III- No caso de inscrição de pessoa jurídica, ou grupo/coletivo: tenham composto o quadro societário da pessoa jurídica ou tenham sido membros do grupo/coletivo nos últimos dois anos, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e
IV - Sejam parte em ação judicial ou administrativa em face do agente cultural ou do respectivo cônjuge ou companheiro.
Caso o membro da comissão se enquadre nas situações de impedimento, deve comunicar à comissão, e deixar de atuar, imediatamente, caso contrário todos os atos praticados podem ser considerados nulos.
Atenção! Os parentes de que trata o item III são: pai, mãe, filho/filha, avô, avó, neto/neta, bisavô/bisavó, bisneto/bisneta, irmão/irmã, tio/tia, sobrinho/sobrinha, sogro/sogra, genro/nora, enteado/enteada, cunhado/cunhada.

7.3 Análise do mérito cultural
Os membros da comissão de seleção farão a análise de mérito cultural dos projetos.
Entende-se por "Análise de mérito cultural" a identificação, tanto individual quanto sobre seu contexto social, de aspectos relevantes dos projetos culturais, concorrentes em uma mesma categoria de apoio, realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos no Anexo III deste edital.
Por análise comparativa compreende-se a análise dos itens individuais de cada projeto, e de seus impactos e relevância em relação a outros projetos inscritos na mesma categoria. A pontuação de cada projeto é atribuída em função desta comparação.

7.4 Análise da planilha orçamentária
Os membros da comissão de seleção vão avaliar se os valores informados pelo agente cultural são compatíveis com os preços praticados no mercado.
Os membros da comissão de seleção podem realizar a análise comparando os valores apresentados pelo agente cultural com tabelas referenciais de valores, ou com outros métodos de verificação.

7.5 Valores incompatíveis com o mercado
Os itens da planilha orçamentária poderão ser glosados, ou seja, vetados, total ou parcialmente, pela Comissão de Seleção, se, após análise, não forem considerados com preços compatíveis aos praticados no mercado ou forem considerados incoerentes e em desconformidade com o projeto apresentado.
Caso o agente cultural discorde dos valores glosados (vetados) poderá apresentar recurso da etapa de seleção, conforme dispõe o 7.6.

7.6 Recurso da etapa de seleção
O resultado provisório da etapa de seleção será divulgado no diário oficial do município de Cruzeiro do Iguaçu e no site oficial da prefeitura.
Contra a decisão da fase de seleção, caberá recurso destinado a comissão responsável citada a cima, que deve ser apresentado por meio de e-mail no prazo de 3 DIAS ÚTEIS, CONFORME INCISO III DO ART. 9º DA LEI Nº 14.903/2024. a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de seleção será divulgado no diário oficial do município.

8. REMANEJAMENTO DE VAGAS
Caso alguma categoria não tenha todas as vagas preenchidas, os recursos que seriam inicialmente desta categoria poderão ser remanejados para outra, conforme as seguintes regras:
OS RECURSOS NÃO UTILIZADOS EM UMA CATEGORIA SERÃO DESTINADOS AOS PROJETOS COM MAIOR PONTUAÇÃO GERAL, OU MAIOR PONTUAÇÃO NA CATEGORIA.
Caso não sejam preenchidas todas as vagas deste edital, os recursos remanescentes poderão ser utilizados em outro edital da PNAB.

9. ETAPA DE HABILITAÇÃO
9.1 Documentos necessários
O agente cultural responsável pelo projeto selecionado deverá encaminhar no prazo de 2 dias após a publicação do resultado final de seleção, por meio de e-mail e ou watts os seguintes documentos:

Se o agente cultural for **pessoa física**:
I – Documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc.);
II - Certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União;
III - Certidões negativas de débitos relativas aos créditos tributários estaduais e municipais, expedida pelos órgãos responsáveis.
IV - Certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;
V - Comprovante de residência, por meio da apresentação de contas relativas à residência ou de declaração assinada pelo agente cultural.

Atenção! A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais:
I - Pertencentes a comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense;
II- Pertencentes a população nômade ou itinerante; ou III - que se encontrem em situação de rua.

Se o agente cultural for **pessoa jurídica**:
I - Inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica - CNPJ, emitida no site da Secretaria da Receita Federal do Brasil;
II - Atos constitutivos, qual seja o contrato social, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos, ou estatuto, nos casos de organizações da sociedade civil;
III – Documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc.);
IV - Certidão negativa de falência e recuperação judicial, expedida pelo Tribunal de Justiça estadual, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos;
V - Certidão negativa de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
VI - Certidões negativas de débitos estaduais e municipais, expedidas pelo órgão competente

VII - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;
VIII - Certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;

Se o agente cultural for **grupo ou coletivo sem personalidade jurídica (sem CNPJ):**
I – Documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc.);
II - Certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União em nome do representante do grupo;
II - Certidões negativas de débitos relativas aos créditos tributários estaduais e municipais, expedidas pelo site oficial em nome do representante do grupo
IV - Certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho em nome do representante do grupo;
V - Comprovante de residência, por meio da apresentação de contas relativas à residência ou de declaração assinada pelo agente cultural, em nome do representante do grupo.

As certidões positivas com efeito de negativas servirão como certidões negativas, desde que não haja referência expressa de impossibilidade de celebrar instrumentos jurídicos com a administração pública.
Atenção! Caso o agente cultural esteja em débito com o ente público responsável pela seleção e com a União não será possível o recebimento dos recursos de que trata este Edital.
Na hipótese de inabilitação de alguns contemplados, serão convocados outros agentes culturais para apresentarem os documentos de habilitação, obedecendo a ordem de classificação dos projetos.

9.2 Recurso da etapa de habilitação
Contra a decisão da fase de habilitação, caberá recurso destinado a comissão responsável, que deve ser apresentado por meio de e-mail oficial do departamento de cultura no prazo de 3 dias úteis a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de habilitação será divulgado no diário oficial do município.
Após essa etapa, não caberá mais recurso.

10. ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOS FINANCEIROS
10.1 Termo de Execução Cultural
Finalizada a fase de habilitação, o agente cultural contemplado será convocado a assinar o Termo de Execução Cultural, conforme Anexo IV deste Edital, de forma presencial ou eletrônica.
O Termo de Execução Cultural corresponde ao documento a ser assinado pelo agente cultural selecionado neste Edital e pelo departamento de cultura do município contendo as obrigações dos assinantes do Termo.

10.2 Recebimento dos recursos financeiros
Após a assinatura do Termo de Execução Cultural, o agente cultural receberá os recursos em conta bancária específica aberta para o recebimento dos recursos deste Edital, em desembolso único ou em parcelas.

Para recebimento dos recursos, o agente cultural deve abrir conta bancária específica, em instituição financeira pública isenta de tarifas bancárias ou em instituição financeira privada.
Atenção! A assinatura do Termo de Execução Cultural e o recebimento dos recursos estão condicionados à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como expectativa de direito do agente cultural.

11. DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS
Os produtos artístico-culturais e as peças de divulgação dos projetos exibirão as marcas do Governo federal e do município de cruzeiro do Iguaçu, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições.
O material de divulgação dos projetos e seus produtos será disponibilizado em formatos acessíveis a pessoas com deficiência e conterá informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados.
O material de divulgação deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, nos termos do § 1º do art. 37 da Constituição Federal.

12. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS
12.1 Monitoramento e avaliação realizados pelo conselho municipal de cultura
Os procedimentos de monitoramento e avaliação dos projetos culturais contemplados, assim como a prestação de informação à administração pública, observarão a Lei nº 14.903/2024 e o Decreto nº 11.453/2023 que dispõem sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas às exigências legais de simplificação e de foco no cumprimento do objeto.

Como o agente cultural presta contas ao município de cruzeiro do Iguaçu
O agente cultural deve prestar contas por meio da apresentação do Relatório de Objeto da Execução Cultural, conforme documento constante no Anexo V deste edital.
O Relatório de Objeto da Execução Cultural, deve ser apresentado até 30 dias a contar do fim da vigência do Termo de Execução Cultural.
O Relatório Financeiro da Execução Cultural será exigido somente nas seguintes hipóteses:
I - Quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto por meio da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto; ou
II - Quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS
13.1 Desclassificação de projetos
Os projetos que apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificados, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição Federal, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
Atenção! Eventuais irregularidades constatadas a qualquer tempo, implicarão na desclassificação do agente cultural.

13.2 Acompanhamento das etapas do edital
O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no site oficial da prefeitura municipal.
O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos são de inteira responsabilidade dos agentes culturais. Para tanto, devem ficar atentos às publicações no diário oficial do município e nas mídias sociais oficiais.

13.3 Informações adicionais
Demais informações podem ser obtidas pelo e-mail cultura@cruzeirodoiguacu.pr.gov.br e telefone 46999855161 ou 46 976067405
Os casos omissos ficarão a cargo da comissão responsável pela lei.

13.4 Validade do resultado deste edital
O resultado do chamamento público regido por este Edital terá validade até 06 meses após a publicação do resultado final.

13.5 Anexos do edital
Compõem este Edital os seguintes anexos:
Anexo I – Categoria.
Anexo II - Formulário de Inscrição/Plano de Trabalho;
Anexo III - Critérios de seleção
Anexo IV - Termo de Execução Cultural;
Anexo V - Relatório de Objeto da Execução Cultural;
Anexo VI - Declaração étnico-racia

Anexo I

Categoria.

O presente edital tem finalidade contratar profissional habilitado para ministrar aulas de dança no decorrer do ano.

2. DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS E VALORES

Categoria	QTD DE VAGAS AMPLA CONCORRÊNCIA	COTAS PARA PESSOAS NEGRAS	COTAS PARA PESSOAS ÍNDIGENAS	COTAS PARA PCD	QUANTIDADE TOTAL DE VAGAS	VALOR MÁXIMO POR PROJETO	VALOR TOTAL D A CATEGORIA
Aluguel detrenzinho para apresentações de natal	1	---- -	---------	----- -	1	R$10,000	R$10,000

Anexo II
- Formulário de Inscrição/Plano de Trabalho;
PESSOA FÍSICA, MEI OU PARA GRUPO E COLETIVO SEM PERSONALIDADE JURÍDICA (SEM CNPJ)
DADOS DO AGENTE CULTURAL
Nome Completo:
Nome artístico ou nome social (se houver):
CPF:
CNPJ (Se a inscrição for realizada em nome do MEI):
RG:
Data de nascimento:
E-mail:
Telefone:
Endereço completo:
CEP:
Cidade:
Estado:
Mini Currículo ou Mini portfólio:
(Escreva aqui um resumo do seu currículo destacando as principais atuações culturais realizadas. Você encaminhar o currículo em anexo, se quiser)
( ) pertence a alguma comunidade tradicional
( ) Não pertenço a comunidade tradicional
( )Comunidades Extrativistas
( ) Comunidades Ribeirinhas
( ) Comunidades Rurais
( ) Indígenas
( ) Povos Ciganos
( ) Pescadores(as) Artesanais
( ) Povos de Terreiro
( ) Quilombolas
( ) Outra comunidade tradicional, indicar qual

Gênero:
( ) Mulher cisgênero
( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero
( ) Homem Transgênero
( ) Pessoa Não Binária
( ) Não informar

Raça, cor ou etnia:
( ) Branca

( ) Preta
( ) Parda
( ) Indígena
( ) Amarela

Você é uma Pessoa com Deficiência - PCD? ( ) Sim ( ) Não
Caso tenha marcado "sim", qual tipo de deficiência?
( ) Auditiva ( ) Física ( ) Intelectual ( ) Múltipla ( ) Visual ( ) Outro tipo, indicar qual

Qual o seu grau de escolaridade?
( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto
( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto
( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico Completo
( ) Ensino Superior Incompleto
( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós Graduação Completo
( ) Pós-Graduação Incompleto

Qual a sua renda mensal fixa individual (média mensal bruta aproximada) nos últimos 3 meses? (Calcule fazendo uma média das suas remunerações nos últimos 3 meses. Em 2023, o salário mínimo foi fixado em R$ 1.320,00.)
( ) Nenhuma renda.
( ) Até 1 salário mínimo
( ) De 1 a 3 salários mínimos
( ) De 3 a 5 salários mínimos
( ) De 5 a 8 salários mínimos
( ) De 8 a 10 salários mínimos
( ) Acima de 10 salários mínimos

Você é beneficiário de algum programa social?
( ) Não
( ) Bolsa família
( ) Benefício de Prestação Continuada
( ) Outro, indicar qual
Vai concorrer às cotas? ( ) Sim ( ) Não
Se sim Qual? ( ) Pessoa negra ( ) Pessoa indígena ( ) Pessoa com deficiência

Qual a sua principal função/profissão no campo artístico e cultural?
( ) Artista, Artesão (a), Brincante, Criador(a) e afins.
( ) Instrutor(a), oficineiro(a), educador(a) artístico(a)-cultural e afins.
( ) Curador(a), Programador(a) e afins.
( ) Produtor(a)
( ) Gestor(a)
( ) Técnico(a)
( ) Consultor(a), Pesquisador(a) e afins.
( )_____Outro(a)s

Você está representando um coletivo (sem CNPJ)?
( ) Não
( ) Sim Caso tenha respondido "sim": Nome do coletivo: Ano de Criação: Quantas pessoas fazem parte do coletivo? Nome completo e CPF das pessoas que compõem o coletivo:

PESSOA JURÍDICA DADOS DO AGENTE CULTURAL
Razão Social:
Nome fantasia:
CNPJ:
Endereço da sede:
Cidade:
Estado: Número de representantes legais:
Nome do representante legal:
CPF do representante legal:
E-mail do representante legal:
Telefone do representante legal:
Gênero do representante legal
( ) Mulher cisgênero
( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero
( ) Homem Transgênero
( ) Não Binária
( ) Não informar
Raça/cor/etnia do representante legal
( ) Branca

( ) Preta
( ) Parda
( ) Amarela
( ) Indígena
Representante legal é pessoa com deficiência - PCD?
( ) Sim
( ) Não
Caso tenha marcado "sim" qual o tipo de deficiência?
( ) Auditiva
( ) Física
( ) Intelectual
( ) Múltipla
( ) Visual
( ) Outra, indicar qual Escolaridade do representante legal
( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto
( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto
( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico completo
( ) Ensino Superior Incompleto
( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós Graduação completo
( ) Pós-Graduação Incompleto

2. DADOS DO PROJETO
Nome do Projeto:
Escolha a categoria a que vai concorrer:
Descrição do projeto
(Na descrição, você deve apresentar informações gerais sobre o seu projeto. Algumas perguntas orientadoras:
O que você realizará com o projeto? Por que ele é importante para a sociedade? Como a ideia do projeto surgiu? Conte sobre o contexto de realização.)
Objetivos do projeto (Neste campo, você deve propor objetivos para o seu projeto, ou seja, deve informar o que você pretende alcançar com a realização do projeto. É importante que você seja breve e proponha entre três e cinco objetivos.)
Metas (Neste espaço, é necessário detalhar os objetivos em pequenas ações e/ou resultados que sejam quantificáveis. Por exemplo: Realização de 02 oficinas de artes circenses; Confecção de 80 figurinos; 120 pessoas idosas beneficiadas.)
Perfil do público a ser atingido pelo projeto (Preencha aqui informações sobre as pessoas que serão beneficiadas ou participarão do seu projeto. Perguntas orientadoras: Quem vai ser o público do seu projeto? Essas pessoas são crianças, adultas e/ou idosas? Elas fazem parte de alguma comunidade? Qual a escolaridade delas? Elas moram em qual local, bairro e/ou região? No caso de públicos digitais, qual o perfil das pessoas a que seu projeto se direciona?) Sua ação cultural é voltada prioritariamente para algum destes perfis de público?
Pessoas vítimas de violência Pessoas em situação de pobreza Pessoas em situação de rua (moradores de rua)
Pessoas em situação de restrição e privação de liberdade (população carcerária)
Pessoas com deficiência Pessoas em sofrimento físico e/ou psíquico Mulheres LGBTQIAPN+ Povos e comunidades tradicionais Negros e/ou negras Ciganos Indígenas Não é voltada especificamente para um perfil, é aberta para todos Outros, indicar qual.
Medidas de acessibilidade empregadas no projeto (Marque quais medidas de acessibilidade serão implementadas ou estarão disponíveis para a participação de Pessoas com deficiência - PCD´s, tais como, intérprete de libras, audiodescrição, entre outras medidas de acessibilidade a pessoas com deficiência, idosos e mobilidade reduzida, conforme Instrução Normativa MINC nº 10/2023)
Acessibilidade arquitetônica:

( ) rotas acessíveis, com espaço de manobra para cadeira de rodas;
( ) piso tátil;
( ) rampas;
( ) elevadores adequados para pessoas com deficiência;
( ) corrimãos e guarda-corpos;
( ) banheiros femininos e masculinos adaptados para pessoas com deficiência;
( ) vagas de estacionamento para pessoas com deficiência;
( ) assentos para pessoas obesas;
( ) iluminação adequada;
( ) Outra Acessibilidade comunicacional:
( ) a Língua Brasileira de Sinais - Libras;
( ) o sistema Braille;
( ) o sistema de sinalização ou comunicação tátil;
( ) a audiodescrição;
( ) as legendas;
( ) a linguagem simples;
( ) textos adaptados para leitores de tela; e
( ) Outra Acessibilidade atitudinal:
( ) capacitação de equipes atuantes nos projetos culturais;
( ) contratação de profissionais com deficiência e profissionais especializados em acessibilidade cultural;
( ) formação e sensibilização de agentes culturais, público e todos os envolvidos na cadeia produtiva cultural; e
( ) outras medidas que visem a eliminação de atitudes capacitastes.
Informe como essas medidas de acessibilidade serão implementadas ou disponibilizadas de acordo com o projeto proposto. Local onde o projeto será executado (Informe os espaços culturais e outros ambientes, além de municípios e Estados onde a sua proposta será realizada)

Previsão do período de execução do projeto:
Data de início:
Data final:
Equipe:
Informe quais são os profissionais que atuarão no projeto, Conforme o exemplo a seguir:
Nome do profissional: Empresa:
Função no projeto:

CPF/CNPJ:
Mini currículo
Ex.: João Silva, apresentador, portador do rg 123456789101 e cpf 02365899999 Cronograma de Execução:
Descreva os passos a serem seguidos para execução do projeto.
Atividade Etapa:
Descrição: Início, Fim
Ex: Comunicação Pré-produção Divulgação do projeto nos veículos de imprensa Estratégia de divulgação apresente os meios que serão utilizados para divulgar o projeto. ex.: impulsiona mento em redes sociais.

Projeto possui recursos financeiros de outras fontes?
Se sim, quais? (Informe se o projeto prevê apoio financeiro, tais como cobrança de ingressos, patrocínio e/ou outras fontes de financiamento.
Caso positivo, informe a previsão de valores e onde serão empregados no projeto.)
( ) Não, o projeto não possui outras fontes de recursos financeiros
( ) Apoio financeiro municipal
( ) Apoio financeiro estadual
( ) Recursos de Lei de Incentivo Municipal
( ) Recursos de Lei de Incentivo Estadual
( ) Recursos de Lei de Incentivo Federal
( ) Patrocínio privado direto
( ) Patrocínio de instituição internacional
( ) Doações de Pessoas Físicas
( ) Doações de Empresas
( ) Cobrança de ingressos
( ) Outros Se o projeto tem outras fontes de financiamento, detalhe quais são, o valor do financiamento e onde os recursos serão empregados no projeto.

O projeto prevê a venda de produtos/ingressos? (Informe a quantidade dos produtos a serem vendidos, o valor unitário por produto e o valor total a ser arrecadado. Detalhe onde os recursos arrecadados serão aplicados no projeto.)

3. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Preencha a tabela informando todas as despesas indicando as metas/etapas às quais elas estão relacionadas. Pode haver a indicação do parâmetro de preço (Ex.: preço estabelecido no SALICNET, 3 orçamentos, etc.) utilizado com a referência específica do item de despesa para auxiliar a análise técnica da comissão de seleção.

Descrição do item	Justificativa	Unidade d e medida	Valor unitário	quantidade	Valo r total	Referência de preço (opcional)
Ex: apresentador	Profissional necessário para...	Serviço	R$	1	R$	

4. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES:

Caso queira, junte documentos que auxiliam na análise do seu projeto e da sua equipe técnica, tais como currículos e portfólios, entre outros documentos que achar necessário.

ANEXO III

CRITÉRIOS UTILIZADOS NA SELEÇÃO DE MÉRITO CULTURAL:
A avaliação dos projetos será realizada mediante atribuição de notas aos critérios de seleção, conforme descrição a seguir:
• Grau pleno de atendimento do critério - 10 pontos;
• Grau satisfatório de atendimento do critério – 6 pontos;
• Grau insatisfatório de atendimento do critério – 2 pontos;
• não atendimento do critério – 0 pontos:
•Agentes culturais do gênero feminino – 5 pontos;
•Agentes culturais negros e indígenas – 5 pontos;
•Agentes culturais com deficiência – 5 pontos;
•Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos compostos majoritariamente por pessoas negras ou indígenas – 5 pontos
•Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos com notória atuação em temáticas relacionadas a: pessoas negras, indígenas, pessoas com deficiência, mulheres, LGBTQIAP+, idosos, crianças, e demais grupos em situação de vulnerabilidade econômica e/ou social - 5 pontos;

Observações gerais:
A pontuação final de cada candidatura será POR MÉDIA DAS NOTAS ATRIBUÍDAS INDIVIDUALMENTE POR CADA MEMBRO.
● . Os bônus de pontuação são cumulativos e não constituem critérios obrigatórios de modo que a pontuação 0 em algum dos pontos bônus não desclassifica o agente cultural.
● em caso de empate, serão utilizados para fins de classificação dos projetos a maior nota nos critérios de acordo com a ordem abaixo definida: A, B, C, D, respectivamente.
● serão desclassificados os projetos que:
I - Apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
● A falsidade de informações acarretará desclassificação, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanções administrativas ou criminais.

ANEXO IV

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 02/2025
TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL Nº 01/2025–, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DA LEI Nº 14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DO FOMENTO À CULTURA), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DO DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

1. PARTES

1.1 O MUNICÍPIO DE Cruzeiro do Iguaçu, neste ato representado pela Diretora de Cultura, Senhora Regina Rodrigues Malaguti e o(a) AGENTE CULTURAL, _____, portador(a) do RG nº ____, expedida em____, CPF nº_____ , residente____ **, CEP: _____,** telefones: _____, resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO

2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), da LEI Nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), do DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) e do DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

3. OBJETO

3.1 Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural _____, contemplado no conforme processo administrativo nº_____ .

4. RECURSOS FINANCEIROS

4.1 Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de até R$ 10.000 dez mil reais.
4.2 Serão transferidos à conta do (a) AGENTE CULTURAL, especialmente aberta no [NOME DO BANCO], Agência [INDICAR AGÊNCIA], Conta Corrente nº [INDICAR CONTA], para recebimento e movimentação.

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS

5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES

6.1 São obrigações do DEPARTAMENTO DE CULTURA:
I) transferir os recursos ao (a) AGENTE CULTURAL;
II) orientar o (a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;

III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo (a) AGENTE CULTURAL;
IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;
V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
VI) monitorar o cumprimento pelo (a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.
6.2 São obrigações do (a) AGENTE CULTURAL:
I) executar a ação cultural aprovada;
II) aplicar os recursos concedidos na realização da ação cultural;
III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;
IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
V) prestar informações ao Departamento de Cultura por meio de Relatório de Execução do Objeto, até 10/11/2025;
VI) atender a qualquer solicitação regular feita pelo Departamento de Cultura a contar do recebimento da notificação;
VII) divulgar nos meios de comunicação a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições;
VIII)não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;
IX) guardar a documentação referente à prestação de informações e financeira pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;
X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;
XI) encaminhar os documentos do novo dirigente, bem como nova ata de eleição ou termo de posse, em caso de falecimento ou substituição de dirigente da entidade cultural, caso seja agente cultural pessoa jurídica.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES EM RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da apresentação de Relatório de Objeto da Execução Cultural, no prazo de até 120 dias a contar do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural.
7.1.1 O Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá:
I - Comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;
II - Conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
III - ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.

7.2 O agente público responsável pela análise do Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá elaborar parecer técnico em que concluirá:
I - Pelo cumprimento integral do objeto ou pela suficiência do cumprimento parcial devidamente justificada e providenciará imediato encaminhamento do processo à autoridade julgadora;
II - Pela necessidade de o agente cultural apresentar documentação complementar relativa ao cumprimento do objeto;
III - pela necessidade de o agente cultural apresentar Relatório Financeiro da Execução Cultural, caso considere os elementos contidos no Relatório de Objeto da Execução Cultural e na documentação complementar insuficientes para demonstrar o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado.
7.3. Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá: I - solicitar documentação complementar;
II - Aprovarem ressalvas a prestação de contas, quando estiver convencida do cumprimento integral do objeto;
III - aprovar com ressalvas a prestação de contas, quando for comprovada a realização da ação cultural, mas verificada inadequação na execução do objeto ou na execução financeira, sem má-fé;
IV - Rejeitar a prestação de contas, total ou parcialmente, e determinar uma das seguintes medidas: a) devolução de recursos em valor proporcional à inexecução de objeto verificada;
b) pagamento de multa, nos termos do regulamento;
c) suspensão da possibilidade de celebrar novo instrumento do regime próprio de fomento à cultura pelo prazo de 180 (cento e oitenta) a 540 (quinhentos e quarenta) dias.

7.4 O Relatório Financeiro da Execução Cultural será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:
I - Quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos nos itens anteriores; ou
II - Quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.
7.4.1 O prazo para apresentação do Relatório Financeiro da Execução Cultural será de 120 dias contados do recebimento da notificação.
7.5. Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:
I - Devolução parcial ou integral dos recursos ao erário; II - apresentação de plano de ações compensatórias; ou
III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.

7.5.1 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.
7.5.2. Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.
7.5.3. Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:
I - Prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa ao atraso na liberação de recursos; e
II - Alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto0
. 8.3. Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.
8.4. As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% do valor total poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
8.6. Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS

9.1. Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do Município de Cruzeiro do Iguaçu.

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

10.1. O presente Termo de Execução Cultural poderá ser: I - Extinto por decurso de prazo;
II - Extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial,
mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
IV - Rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;

b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
c) violação da legislação aplicável;
d) cometimento de falhas reiteradas na execução;
e) má administração de recursos públicos;
f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
10.2. Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
10.3. Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje danos ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública. 10.4. Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS

11.1 O Departamento de Cultura realizará o monitoramento das ações por meio de comissão, por envio de relatórios, entre outras medidas.

12. VIGÊNCIA

12.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

13. PUBLICAÇÃO

13.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná e no site oficial do Município de Cruzeiro do Iguaçu.

LOCAL, [INDICAR DIA, MÊS E ANO].

Pelo órgão: [NOME DO REPRESENTANTE]

Pelo Agente Cultural:
[NOME DO AGENTE CULTURAL]

ANEXO V
RELATÓRIO DE OBJETO DA EXECUÇÃO CULTURAL
DADOS DO PROJETO
Nome do projeto:

Nome do agente cultural proponente:
Valor repassado para o projeto:
Data de entrega desse relatório:

1. RESULTADOS DO PROJETO
2.1. Resumo: Descreva de forma resumida como foi a execução do projeto, destacando principais resultados e benefícios gerados e outras informações pertinentes.
2.2. As ações planejadas para o projeto foram realizadas?
( ) Sim, todas as ações foram feitas conforme o planejado.
( ) Sim, todas as ações foram feitas, mas com adaptações e/ou alterações.
( ) Uma parte das ações planejadas não foi feita.
( ) As ações não foram feitas conforme o planejado.
2.3. Ações desenvolvidas descreva as ações desenvolvidas, datas, locais, horários, etc. Fale também sobre eventuais alterações nas atividades previstas no projeto, bem como os possíveis impactos nas metas acordadas.
2.4. Cumprimento das Metas Metas integralmente cumpridas:
• META 1: [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
OBSERVAÇÃO DA META 1: [informe como a meta foi cumprida] Metas parcialmente cumpridas (SE HOUVER):
Justificativa para o não cumprimento integral: [Explique porque parte da meta não foi cumprida]
Metas não cumpridas (se houver)
• Meta 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ Justificativa para o não cumprimento: [Explique porque a meta não foi cumprida]

3. PRODUTOS GERADOS
3.1. A execução do projeto gerou algum produto? Exemplos: vídeos, produção musical, produção gráfica etc.
( ) Sim
( ) Não
3.1.1. Quais produtos culturais foram gerados?

Você pode marcar mais de uma opção. Informe também as quantidades.
( ) Publicação
( ) Livro
( ) Catálogo
( ) Live (transmissão on-line)
( ) Vídeo
( ) Documentário
( ) Filme
( ) Relatório de pesquisa
( ) Produção musical
( ) Jogo
( ) Artesanato
( ) Obras
( ) Espetáculo
( ) Show musical
( ) Site
( ) Música
( ) Outros: _____

3.1.2. Como os produtos desenvolvidos ficaram disponíveis para o público após o fim do projeto?
Exemplos: publicações impressas, vídeos no YouTube?
3.2. Quais foram os resultados gerados pelo projeto?
Detalhe os resultados gerados por cada atividade prevista no Projeto.
3.2.1 pensando nos resultados finais gerados pelo projeto, você considera que ele … (Você pode marcar mais de uma opção).
( ) Desenvolveu processos de criação, de investigação ou de pesquisa.
( ) Desenvolveu estudos, pesquisas e análises sobre o contexto de atuação.
( ) Colaborou para manter as atividades culturais do coletivo.
( ) Fortaleceu a identidade cultural do coletivo.
( ) Promoveu as práticas culturais do coletivo no espaço em que foi desenvolvido.
( ) Promoveu a formação em linguagens, técnicas e práticas artísticas e culturais.
( ) Ofereceu programações artísticas e culturais para a comunidade do entorno.
( ) Atuou na preservação, na proteção e na salvaguarda de bens e manifestações culturais

4. PÚBLICO ALCANÇADO
Informe a quantidade de pessoas beneficiadas pelo projeto, demonstre os mecanismos utilizados para mensuração, a exemplo de listas de presenças. Em caso de baixa frequência ou oscilação relevante informe as justificativas.
5. EQUIPE DO PROJETO
5.1. Quantas pessoas fizeram parte da equipe do projeto? Digite um número exato (exemplo: 23).
5.2. Houve mudanças na equipe ao longo da execução do projeto? ( ) Sim ( ) Não
Informe se entraram ou saíram pessoas na equipe durante a execução do projeto.

5.3. Informe os profissionais que participaram da execução do projeto: Nome do profissional
Empresa
Função no projeto CPF/CNPJ
Pessoa negra ou indígena? Pessoa com deficiência?
Ex.: João Silva 123456789101 Sim. Negra Não

6. LOCAIS DE REALIZAÇÃO
6.1. De que modo o público acessou a ação ou o produto cultural do projeto?
( )1. Presencial.
( ) 2. Virtual.
( ) 3. Híbrido (presencial e virtual).
Caso você tenha marcado os itens 2 ou 3 (virtual e híbrido):
6.2. Quais plataformas virtuais foram usadas? Você pode marcar mais de uma opção.
( )Youtube
( )Instagram / IGTV
( )Facebook
( )TikTok
( )Google Meet, Zoom etc.
( )Outros: _____
6.3. Informe aqui os links dessas plataformas:
Caso você tenha marcado os itens 1 e 3 (Presencial e Híbrido):

6.4. De que forma aconteceram as ações e atividades presenciais do projeto?
( )1. Fixas, sempre no mesmo local.

( )2. Itinerantes, em diferentes locais.
( )3. Principalmente em uma local base, mas com ações também em outros locais.
6.5. Em que município e Estado o projeto aconteceu?
6.6. Onde o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Equipamento cultural público municipal.
( )Equipamento cultural público estadual.
( )Espaço cultural independente
. ( )Escola.
( )Praça.
( )Rua.
( )Parque. ( )Outros

. DIVULGAÇÃO DO PROJETO Informe como o projeto foi divulgado.
Ex.: Divulgado no Instagram
8. TÓPICOS ADICIONAIS
Inclua aqui informações relevantes que não foram abordadas nos tópicos anteriores, se houver.
9. ANEXOS
Junte documentos que comprovem que você executou o projeto, tais como lista de presença, relatório fotográfico, vídeos, depoimentos, folders, materiais de divulgação do projeto, entre outros. Nome Assinatura do Agente Cultural Proponente.

ANEXO VI
DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL (Para agentes culturais concorrentes às cotas étnicoraciais – negros ou indígenas)
Eu, _____, CPF nº_____, RG nº _____, DECLARO para fins de participação no Edital (Nome ou número do edital) que sou_____(informar se é NEGRO OU INDÍGENA). Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

NOME ASSINATURA DO DECLARANTE

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkoski Vieira
Código Identificador:31D200CF

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
PLANO DE APLICAÇÃO

Programa Estadual de Fortalecimento da Vigilância em Saúde no Paraná
ProVigiA-PR

Plano de Aplicação Financeira

Município Cruzeiro do Iguaçu
2026

Jean Carlos Cardoso
PREFEITO MUCIPAL DE CRUZEIRO DO IGUAÇU

Alvir Guyss
VICE-PREFEITO: Alvir Guyss

Fabiele Kreff Cardoso
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Pedro Rodrigues Lisboa
COORDENADOR DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

ITAMAR ANTUNES
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

PLANO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA - RESOLUÇÃO SESA n.º 741/2026

Esse Plano de Aplicação trata do planejamento para execução financeira dos recursos transferidos por meio do Programa ProVigiA-PR, conforme disposto na Resolução Sesa nº 741/2026.

De acordo com o Art. 9º da Resolução Sesa n.º 741/2026, fica definido como contrapartida aos municípios a execução integral das ações de vigilância em saúde já pactuadas, aquelas definidas em instrumentos legais, e as que compõem o detalhamento das ações do ProVigiA-PR, nos termos da Deliberação CIB/PR que aprova a execução do Programa

Município: Cruzeiro do Iguaçu

Valor total recebido em 2026: R$ 25.974,74

Resolução de repasse financeiro: Resolução Sesa nº. 741/2026

Categoria Econômica: Custeio

SALDO REMANESCENTE

Conforme Resolução Sesa nº 741/2026:

Art. 11 O saldo remanescente referente às Resoluções de repasse financeiro de exercícios anteriores, do Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde, poderá ser utilizado, desde que aprovado novo Plano de aplicação para execução das despesas, apresentado junto ao respectivo Conselho Municipal de Saúde, e anexar no processo a Ata de aprovação.

§ 1º Para nova despesa ser executada deverá respeitar o objeto da antiga Resolução, assim como, a categoria econômica da despesa, sendo vedada a transposição de uma categoria econômica para outra.

§ 2º Caso o saldo remanescente não seja suficiente para adquirir algum item, o município poderá fazer uso de contrapartida municipal como complementação do valor para aquisição do item.

Recursos referentes a repasses anteriores: Se sim, descrever a Resolução, o quantitativo remanescente e a categoria (capital e/ou custeio)

PLANO DE APLICAÇÃO DOS INCENTIVOS FINANCEIROS

A utilização do incentivo financeiro é voltado à aquisição de materiais, bens e serviços para o fortalecimento da Vigilância em Saúde no município, e leva em conta as necessidades locais para programação e planejamento de execução. O Quadro 1 descreve o plano de aplicação municipal:

Quadro 1: Descritivo das despesas de custeio

Item	Exemplo de descritivo	Quantidade	Valor Estimado
Abafador Auricular	Protetor/abafador auditivo de segurança tipo concha, em tamanho único e de amplo ajuste/regulagem de altura de haste, com nível de redução de 23 dB (NRRsf), constituído por 2 conchas em plástico poliestireno de superfície resistente a produtos oleosos, com almofada de contato em espuma poliuretano nas laterais e interior da concha, com haste acima da cabeça em plástico rígido acolchoado e uma haste de fixação móvel com cabeça dobrável, para manter as conchas firmemente presas a região dasorelhas do usuário.	1 4 un	R$280,00
Álcool Etílico	Álcool etílico, tipo: hidratado, teor alcoólico: 70% (70°gl), apresentação: líquido.	10 un	R$ 111,00
Álcool Isopropílico P.A.A.C.S	Álcool isopropílico, tipo: hidratado, teor alcoólico:99%, apresentação: líquido.	10 un	R$ 780,00
Avental descartável não tecido de manga longa	Avental uso hospitalar, não estéril, em não tecido, 100% polipropileno (TNT), laminado, impermeável, com barreira de proteção hidro-repelente, hipoalérgico, barreira contra agentes contaminantes, com baixo desprendimento de partículas. Acabamento em overlock, maleável, resistente a rasgo e tração, manga longa, punhos em malha canelada, abertura para as costas, com tiras para ajuste na cintura, decote comum junto ao pescoço, com tiras para ajuste. Gramatura mínima de 60g/m², comprimento mínimo de 1,20 m (ou colocar tamanho 140 x 180 cm (a x l). Descartável, tamanho único. Deve apresentar laudo de BFE (eficiência de filtração bacteriana e viral) de no mínimo 98%. Embalagem com dados de identificação.	20 Un	R$ 440,00
Bacia plástica	Bacia plástica de cor branca, com 15cm x 4cm (DxA).	2 un	R$20,00
Bisturi descartável	Lâmina bisturi, material: aço carbono, tamanho: nº 24, tipo: descartável, esterilidade: estéril, características adicionais: embalada individualmente.	5 un	R$ 30,00
Bolsa de Lona	Bolsa de lona, impermeável; alça de algodão cru com regulagem de comprimento e com almofada para o ombro; duas divisões internas grandes e um bolso pequeno com zíper; com ou sem logotipo empresarial.	4 un	R$ 480,00
Boné	Fabricado com tecido 100% poliéster com fator de proteção solar UV50+; Aba de proteção para o pescoço alongada e com botões de pressão que permite o fechamento da parte anterior do pescoço, assim como, pode ser destacada permitindo melhor utilização em dias com pouco intensidade solar.	5 un	R$ 250,00
Bota de borracha	Material: PVC; Cor: Branca.	5 un	R$300,00
Coturno	Material em couro, Nobuck sola resistente, palmilha macia	5 un	R$ 500,00
Colete	**Colete para Fiscalização** – Vigilância Sanitária: confeccionando em tecido misto: tecno rip stop, algodão reforçado com polyester, (67% polyester e 33% algodao); peso std 220g/m2 (+/-5%), na cor a definir localmente. **Frente:** aberta em toda a extensão com fechamento até a extremidade da gola através de zíper de plástico extra forte , gola alta, bolsos superiores chapados (13cm x16cm), com lapela de 5cm, fechamento em velcro (5cm x 1,5cm) e fita para abertura na cor a definir localmente (2,5cm x 2,5cm), aplicação de bordado no bolso superior esquerdo e bolsos inferiores tipo sacola (22cm x 23cm) com zíper nylon embutido (18cm)r. Faixa refletiva 15mm 60 ciclos de lavagem. **Costas:** faixa refletiva 15mm 60 ciclos de lavagem, bolso tipo sacola (32cm x 37cm) com zíper de plástico extraforte na lateral com aplicação de bordado centralizado "Vigilância Sanitária" área de 3,5cm x 26cm, cinto (9,5cm x 4,5cm) fixado parcialmente ao colete pela costura lateral com fechamento em velcro, barra com tira dupla de 2cm. **Forro:** cava das costas com acabamento de revél e forro em tecido 100% poliéster na cor a definir localmente até a metade da altura das costas e a frente forro em rip stop com bolso superior embutido do lado direito, com zíper nylon 10 cm na cor a definir localmente e bolsos inferiores chapados com fechamento em velcro (5cm x 1,5cm) e fita para abertura na cor a definir localmente (2,5cm x 1,5cm). **Tamanhos:** P, M, G, GG, EG. **Etiquetas:** fabricante do tecido, confecção, tamanho (conforme legislação vigente a lei de etiquetagem).	5 un	R$ 600,00
Combustível	Aquisição de combustível para os veículos utilizados nas ações do PROVIGIA PARANÁ.	600 litros	R$ 4.000,00
Bateria	52 Amperes	2 un	R$ 667,48
Pneus	Veiculos, FIAT STRADA 175/70 R14 ONIX 195/65 R15	8 un	R$ 3.200,00
Concerto e pintura veículo	Troca de para brisa e funilaria do teto do veiculo FIAT STRADA	1	R$ 5.800,00
Congressos, Seminários e Outros	Aquisição de inscrição em congressos, eventos, seminários, oficinas e afins relacionados com a área de atuação do PROVIGIA PARANÁ.	5	R$ 3.000,00
Fita antropométrica	Destinado para a medição de perímetros corporais; deve ser de material maleável, inelástico, inextensível, resistente e de fácil higienização; fita fabricada em aço com escala numérica gravada em tinta resistente ao uso; escala numérica em centímetros, com graduação (precisão) de 1 mm; escala numérica com, no mínimo, 200 cm úteis; escala numérica com indicação da dezena (em números maiores) a cada 10 cm; fita com área em branco antes da linha "zero" para permitir mensuração adequada; fita deverá ter dispositivo de retração automática; caixa protetora da fita deve ser confeccionada em material resistente e leve. Opcionalmente, a caixa protetora da fita deverá ter dispositivos de trava; equipamento acompanhado de manual de instrução em português e garantia, mínima, de 1 ano.	3 un	R$ 100,00
Jaqueta	Japona em Nylon: Comprimento ¾, confeccionada em nylon tipo 70 dtex, 78/23, 100% poliamida na cor verde militar com duas camadas de repelante, possuindo dois bolsos laterais em diagonal e embutidos. Fechamento frontal com zíper de ferro na cor verde militar até a extremidade da gola, punhos com elásticos de 3,5 cm de largura e gola tipo social alta. Acolchoado: fibra 100% poliéster com 80 gr, matelassado ao forro em padrão 15 cm. Forro: nylon 70 dtex, 78/23 (sem resina), 100% poliamida na cor verde militar. Tamanhos: P, M, G, GG, EG.	5	R$ 600,00

	Bordados: Escrita "Vigilância em Saúde" área de 3,5cm x 26cm, área total de 26cm x 14,5cm). Etiquetas: fabricante do tecido, confecção, tamanho (conforme legislação vigente a lei de etiquetagem).		
Luva de látex para procedimentos	Confeccionada em látex, anatômica, ambidestra, com textura uniforme, sem falhas e isenta de furos, espessura média de 0,19mm e 240mm de comprimento, polimétricas, hipoalergênicas, lubrificada com Pó Bio Absorvível, não estéril, com punho com acabamento em bainha do mesmo material da luva. Embalado em caixa com sistema de abertura especial (picote). Deve atender a RDC 55 de 04/11/2011*1 e ser acompanhado de Certificado de Aprovação (CA), com registro no Ministério da Saúde, obedecendo a ABNT NBR ISO 11193 -1:2015.	1000 un	R$256,26
Máscara semi-facial e filtros	Mascara semi-facial, materiais filtrados: vapores orgânicos, gases ácidos, poeiras, névoas, fumos, filtros compatíveis baioneta, incluindo filtros, aplicação recomendada montagem e mecânica, limpeza química, manuseio de produtos químicos, pinturas, material elastômero sintético, quantidade de filtros 2, peso máximo 430g.	2 un	R$ 250,00
Material de escritório	Diversos, conforme necessidade da Vigilância em Saúde.		R$ 1.000,00
Material educativo	Confecção de material educativo em vigilância em saúde no formato de folder, cartaz, peças documentais, apostilas, cartilhas, elementos eletrônicos e outros.	1000 un	R$ 300,00
Mochila	Mochila em naylon ou lona tamanhos variáveis para uso diverso.	5 un	R$ 350,00
Prancheta	Prancheta em MDF ou acrílico, tamanho Ofício/A4 com prendedor metálico tradicional.	5 un	R$ 100,00
Protetor solar	Creme protetor/bloqueador solar, fator 30 FPS (fator de proteção solar), com repelente de insetos (Aedes aegypti, Cules e Anopheles), resistente a água e ao suor, produto hipoalergênico, não contendo comedogênico (sem obstrução de poros), *oil free* (livre de óleos), com proteção de no mínimo 10 horas, fornecer proteção contra queimaduras solares proveniente dos raios U.V.A e U.V.B. Produto de uso profissional	15 un	R$ 900,00
DPD Pó	Reagente em pó para determinação de cloro livre.	4 un	R$ 860,00
Repelente	Repelente sprayde insetos que proporcione até 8 horas de proteção contra os mosquitos Culex quinquefasciatus (pernilongo doméstico), Aedes aegypti (dengue, febra amarela, chikungunya, zika) e Anopheles sp (malária), além de evitar o ressecamento da pele. Longa duração e rápida absorção, não oleoso. Fragrância suave.	30 un	R$ 500,00
Serviços Gráficos	Contratação de serviços gráficos para confecção e impressão de material diverso, como: talonário de medicamentos controlados pela Portaria 344/98, cartilhas técnicas, material educativo, folder, banner, panfleto, filipetas, fundo de palco, entre outros.	1000 un	R$ 300,00

Obs 1. Caso haja recurso remanescente de custeio referente a repasses anteriores, os valores podem ser somados e a descrição incluída.
Obs 2. Caso haja recurso remanescente de capital referente a repasses anteriores, inserir novo quadro para descrição dos itens pertinentes.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

O município deverá informar a aplicação dos incentivos financeiros ao Conselho Municipal de Saúde, no Relatório Anual de Gestão (RAG), até o dia 30 de março do ano seguinte ao da execução financeira e/ou Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior – RDQA, cabendo ao Conselho emitir parecer conclusivo sobre o cumprimento ou não das normas estatuídas na Lei Complementar nº 141, de 13.01.2012, ao qual será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público.
Cruzeiro do Iguaçu, 25 de agosto de 2026

FABIELE KREFF CARDOSO
Secretária Municipal de Saúde

PEDRO RODRIGUES LISBOA
Coordenador de Vigilância em Saúde

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkoski Vieira
Código Identificador:361AC8BB

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE ENÉAS MARQUES

DPTO DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES
DECRETO 2301

DECRETO N.º 2301/2026

SÚMULA: Abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento do Município de Enéas Marques para o exercício de 2026 e efetua alterações nos Anexos da LDO e PPA exercício 2026 e dá outras providências.

EDSON LUPATINI, Prefeito do Município de Enéas Marques, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais, e de conformidade com a Lei Ordinária nº 1605/2026 de 26/08/2026;

DECRETA:

Art. 1º - Abre no Orçamento Anual do Município de Enéas Marques, para o exercício de 2026, um **CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR** no valor de **R$ 2.314.677,23 (dois milhões, trezentos e quatorze mil, seiscentos e setenta e sete reais e vinte e três centavos)** com a seguinte classificação orçamentária:

Crédito Adicional

Lote	Tipo	Ref.	Dotação	Vínculo	Valor
1	Suplementar	338	07.002.0015.0451.0070.1013 - INFRAESTRUTURA URBANA.3449051000000000000 - Obras e instalações	07116	2.100.000,00
2	Suplementar	190	07.002.0015.0451.0070.1013 - INFRAESTRUTURA URBANA.3449051000000000000 - Obras e instalações	00000	214.677,23
			Total		**2.314.677,23**

Origem de Recursos

Tipo	Ref.	Dotação/Receita	Vínculo	Valor
Excesso		4242999012400000000 CONVÊNIO 910/2026 - SECID CONSTRUÇÃO DE BARRACÃO PARA CENTRO DE EVENTOS	07116	2.100.000,00
Anulação Dotação	10	03.001.0004.0122.0009.2001 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.3319011000000000000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	00000	214.677,23
		Total	**2.314.677,23**	

Resumo por Vínculos

Vínculo	Anulação	Superavit	Excesso
0	214.677,23	0,00	0,00
7116	0,00	0,00	2.100.000,00
Total	**214.677,23**	**0,00**	**2.100.000,00**

Art. 2º Fica alterado os anexos da LDO e do PPA 2026.

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO HILÁRIO MICHELS
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES/PR
Em 26 de agosto de 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Maria Cataneo
Código Identificador:E71FA51F

DPTO DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES
DECRETO 2302

DECRETO N.º 2302/2026

SÚMULA: Abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL no Orçamento do Município de Enéas Marques para o exercício de 2026 e efetua alterações nos Anexos da LDO e PPA exercício 2026 e dá outras providências.

EDSON LUPATINI, Prefeito do Município de Enéas Marques, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais, e de conformidade com a Lei Ordinária nº 1606/2026 de 26/08/2026;
DECRETA:
Art. 1º - Abre no Orçamento Anual do Município de Enéas Marques, para o exercício de 2026, um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL no valor de **R$ 74.000,00 (setenta e quatro mil reais)** com a seguinte classificação orçamentária:

Crédito Adicional					
Lote	**Tipo**	**Ref.**	**Dotação**	**Vínculo**	**Valor**
1	Suplementar	20	03.001.0004.0122.0009.2001.3339036000000000000	00000	28.000,00
2	Suplementar	49	04.001.0010.0301.0042.2004.3339036000000000000	00303	5.000,00
3	Suplementar	92	05.001.0012.0361.0061.2013.3339036000000000000	00104	36.000,00
4	Especial	339	06.006.0008.0244.0038.2029.3339036000000000000	00000	5.000,00
			Total		**74.000,00**

Origem de Recursos				
Tipo	**Ref.**	**Dotação/Receita**	**Vínculo**	**Valor**
Anulação Dotação	21	03.001.0004.0122.0009.2001.3339039000000000000	00000	28.000,00
Anulação Dotação	50	04.001.0010.0301.0042.2004.3339039000000000000	00303	5.000,00
Excesso		4111250010000000000	00104	36.000,00
Anulação Dotação	21	03.001.0004.0122.0009.2001.3339039000000000000	00000	5.000,00
		Total	**74.000,00**	

Resumo por Vínculos			
Vínculo	**Anulação**	**Superavit**	**Excesso**
0	33.000,00	0,00	0,00
104	0,00	0,00	36.000,00
303	5.000,00	0,00	0,00
Total	**38.000,00**	**0,00**	**36.000,00**

Art. 2º Fica alterado os anexos da LDO e do PPA 2026.
Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO HILÁRIO MICHELS
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES/PR
Em 26 de agosto de 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Maria Cataneo
Código Identificador:78242715

DPTO DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES
LEI 1604

LEI ORDINÁRIA N.º 1604/2026

SÚMULA: Autoriza o Executivo Municipal a efetuar a abertura de CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento do Município de Enéas Marques para o exercício de 2026 e efetuar alterações nos Anexos da LDO e PPA exercício 2026 e dá outras providências.

EDSON LUPATINI, Prefeito do Município de Enéas Marques, Estado do Paraná, faz saber que, a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Anual do Município de Enéas Marques, para o exercício de 2026, um **CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR** no valor de **R$ 1.242.555,33 (um milhão, duzentos e quarenta e dois mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e trinta e três centavos)** com a seguinte classificação orçamentária:

Crédito Adicional					
Lote	**Tipo**	**Ref.**	**Dotação**	**Vínculo**	**Valor**
1	Suplementar	337	07.002.0015.0451.0070.1013 - INFRAESTRUTURA URBANA.3449051000000000000 - Obras e instalações	07083	1.000.000,00
2	Suplementar	190	07.002.0015.0451.0070.1013 - INFRAESTRUTURA URBANA.3449051000000000000 - Obras e instalações	00000	242.555,33
			Total		**1.242.555,33**

Origem de Recursos				
Tipo	**Ref.**	**Dotação/Receita**	**Vínculo**	**Valor**
Excesso		42429990123000000000 CONVÊNIO 909/2026 - SECID REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA	07083	1.000.000,00
Anulação Dotação	10	03.001.0004.0122.0009.2001 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.3319011000000000000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	00000	242.555,33
		Total	**1.242.555,33**	

Resumo por Vínculos			
Vínculo	**Anulação**	**Superavit**	**Excesso**
0	242.555,33	0,00	0,00
7083	0,00	0,00	1.000.000,00
Total	**242.555,33**	**0,00**	**1.000.000,00**

Art. 2º Fica o Executivo autorizado a efetuar alteração nos anexos da LDO e do PPA 2026.

Art. 3º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO HILÁRIO MICHELS
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES/PR
Em 26 de agosto de 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Maria Cataneo
Código Identificador:BE3F30D9

DPTO DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES
LEI 1605

LEI ORDINÁRIA N.º 1605/2026

SÚMULA: Autoriza o Executivo Municipal a efetuar a abertura de CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento do Município de Enéas Marques para o exercício de 2026 e efetuar alterações nos Anexos da LDO e PPA exercício 2026 e dá outras providências.

EDSON LUPATINI, Prefeito do Município de Enéas Marques, Estado do Paraná, faz saber que, a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Anual do Município de Enéas Marques, para o exercício de 2026, um **CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR** no valor de **R$ 2.314.677,23 (dois milhões, trezentos e quatorze mil, seiscentos e setenta e sete reais e vinte e três centavos)** com a seguinte classificação orçamentária:

Crédito Adicional					
Lote	**Tipo**	**Ref.**	**Dotação**	**Vínculo**	**Valor**
1	Suplementar	338	07.002.0015.0451.0070.1013 - INFRAESTRUTURA URBANA.3449051000000000000 - Obras e instalações	07116	2.100.000,00
2	Suplementar	190	07.002.0015.0451.0070.1013 - INFRAESTRUTURA URBANA.3449051000000000000 - Obras e instalações	00000	214.677,23
			Total		**2.314.677,23**

Origem de Recursos				
Tipo	**Ref.**	**Dotação/Receita**	**Vínculo**	**Valor**
Excesso		42429990124000000000 CONVÊNIO 910/2026 - SECID CONSTRUÇÃO DE BARRACÃO PARA CENTRO DE EVENTOS	07116	2.100.000,00
Anulação Dotação	10	03.001.0004.0122.0009.2001 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.3319011000000000000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	00000	214.677,23
		Total	**2.314.677,23**	

Resumo por Vínculos			
Vínculo	**Anulação**	**Superavit**	**Excesso**
0	214.677,23	0,00	0,00
7116	0,00	0,00	2.100.000,00
Total	**214.677,23**	**0,00**	**2.100.000,00**

Art. 2º Fica o Executivo autorizado a efetuar alteração nos anexos da LDO e do PPA 2026.

Art. 3º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO HILÁRIO MICHELS
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES/PR
Em 26 de agosto de 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Maria Cataneo
Código Identificador:246CC8BD

DPTO DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES
LEI 1606

LEI ORDINÁRIA N.º 1606/2026

SÚMULA: Autoriza o Executivo Municipal a efetuar a abertura de CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL no Orçamento do Município de Enéas Marques para o exercício de 2026 e efetuar alterações nos Anexos da LDO e PPA exercício 2026 e dá outras providências.

EDSON LUPATINI, Prefeito do Município de Enéas Marques, Estado do Paraná, faz saber que, a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Anual do Município de Enéas Marques, para o exercício de 2026, um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL no valor de **R$ 74.000,00 (setenta e quatro mil reais)** com a seguinte classificação orçamentária:

Crédito Adicional					
Lote	**Tipo**	**Ref.**	**Dotação**	**Vínculo**	**Valor**
1	Suplementar	20	03.001.0004.0122.0009.2001.3339036000000000000	00000	28.000,00
2	Suplementar	49	04.001.0010.0301.0042.2004.3339036000000000000	00303	5.000,00
3	Suplementar	92	05.001.0012.0361.0061.2013.3339036000000000000	00104	36.000,00
4	Especial	339	06.006.0008.0244.0038.2029.3339036000000000000	00000	5.000,00
			Total		**74.000,00**

Origem de Recursos				
Tipo	**Ref.**	**Dotação/Receita**	**Vínculo**	**Valor**
Anulação Dotação	21	03.001.0004.0122.0009.2001.3339039000000000000	00000	28.000,00
Anulação Dotação	50	04.001.0010.0301.0042.2004.3339039000000000000	00303	5.000,00
Excesso		4111250010000000000	00104	36.000,00
Anulação Dotação	21	03.001.0004.0122.0009.2001.3339039000000000000	00000	5.000,00
		Total	**74.000,00**	

Resumo por Vínculos			
Vínculo	**Anulação**	**Superavit**	**Excesso**
0	33.000,00	0,00	0,00
104	0,00	0,00	36.000,00
303	5.000,00	0,00	0,00
Total	**38.000,00**	**0,00**	**36.000,00**

Art. 2º Fica o Executivo autorizado a efetuar alteração nos anexos da LDO e do PPA 2026.
Art. 3º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
PAÇO MUNICIPAL PREFEITO HILÁRIO MICHELS
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES/PR
Em 26 de agosto de 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Maria Cataneo
Código Identificador:565BFFF8

SETOR DE PESSOAL
RELATÓRIO TÉCNICO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

RELATÓRIO TÉCNICO DA ESTRUTURA MUNICIPAL RESPONSÁVEL PELA POLÍTICA DE ALFABETIZAÇÃO

1. Identificação
Município: Enéas Marques – PR
Órgão: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte
Documento Vinculado: Instrução Normativa nº 002/2026
Objeto: Descrição da estrutura de governança responsável pela implementação, acompanhamento e monitoramento da Política Municipal de Alfabetização.

2. Apresentação
O presente Relatório Técnico tem por finalidade apresentar a estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte responsável pela coordenação, implementação, acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações da Política Municipal de Alfabetização da Rede Municipal de Ensino.
A estrutura foi organizada de forma a garantir o planejamento das ações pedagógicas, a formação continuada dos profissionais da educação, o acompanhamento das aprendizagens, o monitoramento dos indicadores educacionais, a análise dos resultados das avaliações internas e externas e o apoio técnico às unidades escolares, assegurando a efetivação do direito à alfabetização das crianças.

2.1 Articulação da Estrutura Municipal de Governança

A Estrutura Municipal de Governança da Política de Alfabetização está organizada de forma integrada, assegurando a articulação entre a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, a Coordenação Municipal da Política de Alfabetização, a equipe técnica pedagógica, diretores escolares, coordenadores pedagógicos, professores alfabetizadores, professores da Educação Infantil e demais profissionais envolvidos.
A atuação ocorre de maneira colaborativa e permanente, mediante planejamento conjunto, definição de metas, acompanhamento das aprendizagens, monitoramento dos indicadores educacionais, realização de visitas técnicas às unidades escolares, observação de sala de aula, reuniões pedagógicas, formações continuadas, análise dos resultados das avaliações internas e externas e elaboração de relatórios técnicos.
Essa organização garante a implementação das ações previstas na Política Municipal de Alfabetização, fortalecendo o regime de colaboração entre a Secretaria Municipal de Educação e as unidades escolares, assegurando o acompanhamento sistemático das práticas pedagógicas e promovendo intervenções fundamentadas em evidências para a melhoria da aprendizagem dos estudantes.

3. Estrutura da Equipe

A equipe responsável pela Política Municipal de Alfabetização é composta pelos seguintes profissionais:

Cargo/Função	Servidor(a)	Atribuição Principal
Secretário Municipal de Educação	**Wagno Antonio da Silva**	Coordenação Geral da Política Municipal de Alfabetização.
Coordenadora Municipal de Alfabetização	**Ires Eliana da Silva**	Organização da formação continuada, apoio administrativo e acompanhamento pedagógico.
Diretora Escolar	**Rozangela Baio Bellé, Silvia Alves da Silva.**	Gestão Pedagógica e Acompanhamento das Ações das Unidades Escolares.
Coordenadora Pedagógica	**Andressa Roselaine da Silva, Francieli das Graças Vogel Martins, Juliane Batista Legramanti.**	Acompanhamento Pedagógico e Monitoramento das Aprendizagens, bem como das recomposições.
Professoras Alfabetizadoras	**Alinne Berckenbrock Machado, Ana Marize da Silva dos Santos, Daiany Viana de Oliveira Cardoso, Liziane Itchack Moraes, Marciani da Silva, Nazarete Ramos Beneton, Tânia Regina Rossa Ardenglhi, Vanderleia da Silva Lima.**	Desenvolver ações de alfabetização e letramento, realizar avaliação contínua das aprendizagens, planejar intervenções pedagógicas, acompanhar o desenvolvimento dos estudantes e colaborar com as ações de formação continuada e monitoramento da Política Municipal de Alfabetização.
Professora de Educação Infantil	**Ediane Antunes Luchtemberg, Natyara Balboeno de Carvalho, Verlane Plazdo dos Santos Onofre, Zeila Geraudina Cristofolli.**	Desenvolver Práticas Pedagógicas voltadas à Educação Infantil, promovendo o desenvolvimento integral das crianças, estimulando a linguagem oral e escrita, a interação, a ludicidade e as experiências de aprendizagem que favoreçam a alfabetização na perspectiva da educação infantil.
Assistente Social	**Merielen Pizatto**	Monitoramento da Frequência Escolar, acompanhamento da infrequência e articulação com as famílias

4. Número Total de Cargos e Servidores

A estrutura é composta por:

Cargo	Quantidade
Secretário Municipal de Educação	01
Diretoras Escolares	02
Coordenadoras Pedagógicas	03
Coordenadora da Secretaria	01
Professoras Alfabetizadoras	08
Professoras de Educação Infantil	04
Assistente Social	01

Total de profissionais envolvidos: 20 servidores.

5. Regime de Trabalho

Os profissionais que integram a estrutura desenvolvem suas atividades conforme o regime jurídico dos servidores públicos municipais e a carga horária estabelecida na legislação municipal.
As ações relacionadas à alfabetização são desenvolvidas de forma permanente durante a jornada de trabalho, contemplando atividades de planejamento pedagógico, acompanhamento das unidades escolares, visitas técnicas, observação de sala de aula, monitoramento dos indicadores educacionais, análise dos resultados das avaliações, reuniões pedagógicas, formação continuada, elaboração de relatórios técnicos, acompanhamento da frequência escolar, orientação às equipes gestoras e docentes.

6. Tempo Dedicado às Atividades de Alfabetização

A equipe técnica dedica parte de sua jornada semanal às ações específicas da Política Municipal de Alfabetização, distribuídas entre:

• Acompanhamento pedagógico das escolas;
• Monitoramento das aprendizagens;
• Análise de dados das avaliações diagnósticas, internas e externas;
• Acompanhamento da fluência leitora;
• Planejamento de intervenções pedagógicas;
• Organização de formações continuadas;
• Reuniões técnicas com gestores e coordenadores pedagógicos;
• Acompanhamento da frequência escolar e busca ativa dos estudantes em situação de infrequência.

As atividades são desenvolvidas de forma contínua durante todo o ano letivo, conforme o calendário de acompanhamento da Secretaria Municipal de Educação.

6.1 Periodicidade das Ações de Acompanhamento

Ação	Periodicidade
Reuniões técnicas da Coordenação Municipal de Alfabetização para elaboração de relatórios pautados nos resultados com a transparência das ações, dos processos avaliativos ou de flexibilidade das ações no planejamento das atos metodológicos da rede e direcionamento para futuras ações.	Trimestral
Reuniões com diretores e coordenadores pedagógicos	Trimestral
Visitas técnicas às unidades escolares	Mensal
Observação de sala de aula	Conforme cronograma pedagógico da Secretaria
Formação continuada dos profissionais	Trimestral
Monitoramento dos indicadores educacionais	Contínuo
Acompanhamento da fluência leitora	Conforme cronograma municipal de avaliação
Análise das avaliações diagnósticas, internas e externas	Trimestral e após cada aplicação
Acompanhamento da execução do Plano Municipal de Acompanhamento das Aprendizagens (PMAA)	Contínuo

7. Atribuições Gerais da Estrutura

Compete à Estrutura Municipal:

• Coordenar a implementação da Política Municipal de Alfabetização;

Acompanhar os indicadores educacionais;
Monitorar o desempenho das unidades escolares;
Promover formações continuadas;
Orientar gestores, coordenadores e professores;
Acompanhar a execução do Plano Municipal de Acompanhamento das Aprendizagens;
Elaborar relatórios técnicos;
Realizar visitas pedagógicas;
Fortalecer ações de busca ativa e acompanhamento da frequência escolar;
Propor intervenções pedagógicas para melhoria dos resultados de aprendizagem.

8. Organograma da Estrutura Municipal de Alfabetização
9. Considerações Finais

A estrutura instituída pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte de Enéas Marques apresenta organização técnico-administrativa compatível com as diretrizes da Política Municipal de Alfabetização e do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.
A composição da equipe assegura a articulação entre gestão, coordenação pedagógica, formação continuada, acompanhamento das aprendizagens e monitoramento da frequência escolar, fortalecendo o desenvolvimento das ações voltadas à garantia do direito à alfabetização e à melhoria dos indicadores educacionais da Rede Municipal de Ensino.
Além da estrutura organizacional instituída por meio da Instrução Normativa, a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte mantém um processo permanente de coordenação, monitoramento e avaliação das ações de alfabetização, garantindo a integração entre gestão educacional, equipes pedagógicas e unidades escolares.
A definição das atribuições dos profissionais, a organização das ações de acompanhamento, a periodicidade das reuniões técnicas, das formações continuadas, das visitas às escolas e do monitoramento dos indicadores educacionais evidenciam a consolidação de uma estrutura permanente de governança da Política Municipal de Alfabetização.
Essa organização fortalece a implementação das ações previstas no Plano Municipal de Acompanhamento das Aprendizagens (PMAA), assegura o acompanhamento sistemático dos resultados educacionais e contribui para a melhoria contínua da aprendizagem, em consonância com os princípios do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

Enéas Marques – PR, 25 de Agosto de 2026.

WAGNO ANTONIO DA SILVA
Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esporte

Publicado por:
Evelin Nurmberg
Código Identificador:52AE6EA7

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA E REAJUSTE DE VALORES AO CONTRATO N°143/2024

ESPÉCIE: Prestação de serviços.
REF.: Pregão Eletrônico nº19/2024.
PARTES: Município de Nossa Senhora das Graças e a empresa Globo Informática Ltda.

CNPJ: 06.249.356/0001-40.

DO OBJETO : O presente termo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência por 12 (doze) meses e reajuste de valores com base no índice IPCA/IBGE ao contrato n°143/2024 oriundo do Pregão Eletrônico n°19/2024 que teve por objeto a Contratação de empresa especializada no fornecimento de acesso à internet via fibra óptica, utilizando links dedicados com no mínimo 800mb FULL, simétricos, e sistema de gestão e acesso de hotspots conforme condições, quantidades e exigências no termo de referência, em conformidade com as especificações técnicas constantes do Anexo I do edital.

DA VIGÊNCIA: O presente termo prorroga a vigência por 12 (doze) meses, passando a viger em **03/09/2026 à 02/09/2027**.

DO VALOR: Com o reajuste de 4,44% (quatro vírgula quarenta e quatro por cento) de acordo com o índice citado, o presente termo aditivo tem o valor de **R$183.972,60 (cento e oitenta e três mil novecentos e setenta e dois reais e sessenta centavos),** conforme tabelas abaixo:
*o saldo remanescente será zerado no momento do lançamento deste aditivo.

Item	Descrição	Quant. Meses	Valor Unit.	Valor Unit. Reajustado	Valor total	Valor total c/ reajuste
1	Paço Municipal - Rede Sistema; Fornecimento de acesso à internet por fibra óptica; Velocidade mínima simétrica de 800Mb; Já contemplando mudanças de endereço em transferência do ponto ilimitados; Fornecimento total do equipamento para conexão do serviço de interne (conversor de fira, roteador Wifi e outros que se fizerem necessário); I. Fixo, Válido, Público que permita a configuração de relógio ponto, câmeras Ip, servidores e necessidades semelhantes, quando solicitado pela contratante. Quando solicitado realizar gerenciamento do direcionamento de portas, restrições a sites e serviços semelhantes.	12	R$473,53	R$ 494,55	R$ 5.682,36	R$ 5.934,60
2	Paço Municipal Auxiliar Fornecimento de acesso à internet por fibra óptica; Velocidade mínima simétrica de 800Mb; JA contemplando mudanças de endereço em transferência do ponto ilimitados; Fornecimento total do equipamento para conexão do serviço de internet (conversor de fira, roteador Wifi e outros que se fizerem necessário); Ip Fixo, Válido, Público que permita a configuração de relógio ponto, câmeras Ip, servidores e necessidades semelhantes, quando solicitado pela contratante. Quando solicitado realizar gerenciamento do direcionamento de portas, restrições a sites e serviços semelhantes.	12	R$473,53	R$ 494,55	R$ 5.682,36	R$ 5.934,60
3	Complexo Hospital velho — Detran, Sec. Agricultura e Endemias; Fornecimento de acesso à internet por fibra óptica; Velocidade mínima simétrica de 800Mb; Já contemplando mudanças de endereço em transferência do ponto ilimitados; Fornecimento total do equipamento para conexão do serviço de internet (conversor de fira, roteador Wifi e outros que se fizerem necessário); Ip Fixo, Válido, Público que permita a configuração de relógio ponto, câmeras Ip, servidores e necessidades semelhantes, quando solicitado pela contratante. Quando solicitado realizar gerenciamento do direcionamento de portas, restrições a sites e serviços semelhantes.	12	R$473,53	R$ 494,55	R$ 5.682,36	R$ 5.934,60

4	Complexo Hospital velho — Tributação e Sala do Empreendedor; Fornecimento de acesso à internet por fibra óptica; Velocidade mínima simétrica de 800Mb; Já contemplando mudanças de endereço em transferência do ponto ilimitados; Fornecimento total do equipamento para conexão do serviço de internet (conversor de fira, roteador Wifi e outros que se fizerem necessário); Ip Fixo, Válido, Público que permita a configuração de relógio ponto, câmeras Ip, servidores e necessidades semelhantes, quando solicitado pela contratante. Quando solicitado realizar gerenciamento do direcionamento de portas, restrições a sites e serviços semelhantes.	12	R$473,53	R$ 494,55	R$ 5.682,36	R$ 5.934,60
5	Complexo antigo Posto de Saúde — Vigilância Sanitária e Posto Instituto de Identificação e Junta Militar; Fornecimento de acesso à internet por fibra óptica; Velocidade mínima simétrica de 800Mb; Já contemplando mudanças de endereço em transferência do ponto ilimitados; Fornecimento total do equipamento para conexão do serviço de internet (conversor de fira, roteador Wifi e outros que se fizerem necessário); Ip Fixo, Válido, Público que permita a configuração de relógio ponto, câmeras Ip, servidores e necessidades semelhantes, quando solicitado pela contratante. Quando solicitado realizar gerenciamento do direcionamento de portas, restrições a sites e serviços semelhantes.	12	R$473,53	R$ 494,55	R$ 5.682,36	R$ 5.934,60
6	CRAS e Oficinas; Fornecimento de acesso à internet por fibra óptica; Velocidade mínima simétrica de 800Mb; Já contemplando mudanças de endereço em transferência do ponto ilimitados; Fornecimento total do equipamento para conexão do serviço de internet (conversor de fira, roteador Wifi e outros que se fizerem necessário); Ip Fixo, Válido, Público que permita a configuração de relógio ponto, câmeras Ip, servidores e necessidades semelhantes, quando solicitado pela contratante. Quando solicitado realizar gerenciamento do direcionamento de portas, restrições a sites e serviços semelhantes.	12	R$473,53	R$ 494,55	R$ 5.682,36	R$ 5.934,60
7	Secretaria de Assistência Social; Fornecimento de acesso à internet por fibra óptica; Velocidade mínima simétrica de 800Mb; Já contemplando mudanças de endereço em transferência do ponto ilimitados; Fornecimento total do equipamento para conexão do serviço de interne (conversor de fira, roteador Wifi e outros que se fizerem necessário); Ip Fixo, Válido, Público que permita a configuração de relógio ponto, câmeras Ip, servidores e necessidades semelhantes, quando solicitado pela contratante. Quando solicitado realizar gerenciamento do direcionamento de portas, restrições a sites e serviços semelhantes.	12	R$473,53	R$ 494,55	R$ 5.682,36	R$ 5.934,60
8	Biblioteca Cidadã; Fornecimento de acesso a interne por fibra óptica; Velocidade mínima simétrica de 800Mb; Já contemplando mudanças de endereço em transferência do ponto ilimitados; Fornecimento total do equipamento para conexão do serviço de internet (conversor de fira, roteador Wifi e outros que se fizerem necessário); Ip Fixo, Válido, Público que permita a configuração de relógio ponto, câmeras lp, servidores e necessidades semelhantes, quando solicitado pela contratante. Quando solicitado realizar gerenciamento do direcionamento de portas, restrições a sites e serviços semelhantes.	12	R$473,53	R$ 494,55	R$ 5.682,36	R$ 5.934,60
9	Secretaria de Educação; Fornecimento de acesso à internet por fibra óptica; Velocidade mínima simétrica de 800Mb; Já contemplando mudanças de endereço em transferência do ponto ilimitados; Fornecimento total do equipamento para conexão do serviço de internet (conversor de fira, roteador Wifi e outros que se fizerem necessário); Ip Fixo, Válido, Público que permita a configuração de relógio ponto, câmeras Ip, servidores e necessidades semelhantes, quando solicitado pela contratante. Quando solicitado realizar gerenciamento do direcionamento de portas, restrições a sites e serviços semelhantes.	12	R$473,53	R$ 494,55	R$ 5.682,36	R$ 5.934,60
10	Conselho tutelar e Conselho de Saúde; Fornecimento de acesso à internet por fibra óptica; Velocidade mínima simétrica de 800Mb; Já contemplando mudanças de endereço em transferência do ponto ilimitados; Fornecimento total do equipamento para conexão do serviço de internet (conversor de fira, roteador Wifi e outros que se fizerem necessário); Ip Fixo, Válido, Público que permita a configuração de relógio ponto, câmeras Ip, servidores e necessidades semelhantes, quando solicitado pela contratante. Quando solicitado realizar gerenciamento do direcionamento de portas, restrições a sites e serviços semelhantes.	12	R$473,53	R$ 494,55	R$ 5.682,36	R$ 5.934,60
11	Consultório Odontológico centro, Clínica de Fisioterapia e Clínica Fonoaudiologia; Fornecimento de acesso à internet por fibra óptica; Velocidade mínima simétrica de 800Mb; Já contemplando mudanças de endereço em transferência do ponto ilimitados; Fornecimento total do equipamento para conexão do serviço de internet (conversor de fira, roteador Wifi e outros que se fizerem necessário); Ip Fixo, Válido, Público que permita a configuração de relógio ponto, câmeras Ip, servidores e necessidades semelhantes, quando solicitado pela contratante. Quando solicitado realizar gerenciamento do direcionamento de portas, restrições a sites e serviços semelhantes.	12	R$473,53	R$ 494,55	R$ 5.682,36	R$ 5.934,60
12	Garagem - Secretaria de Obras Viação e Serviços Urbanos; Fornecimento de acesso à internet por fibra óptica; Velocidade mínima simétrica de 800Mb; Já contemplando mudanças de endereço em transferência do ponto ilimitados; Fornecimento total do equipamento para conexão do serviço de internet (conversor de fira, roteador Wifi e outros que se fizerem necessário); Ip Fixo, Válido, Público que permita a configuração de relógio ponto, câmeras Ip, servidores e necessidades semelhantes, quando solicitado pela contratante. Quando solicitado realizar gerenciamento do direcionamento de portas, restrições a sites e serviços semelhantes.	12	R$473,53	R$ 494,55	R$ 5.682,36	R$ 5.934,60
13	Unidade Básica de Saúde, Secretaria de Saúde; Fornecimento de acesso à internet por fibra óptica; Velocidade mínima simétrica de 800Mb; .1á contemplando mudanças de endereço em transferência do ponto ilimitados; Fornecimento total do equipamento para conexão do serviço de internet (conversor de fira, roteador Wifi e outros que se fizerem necessário); Ip Fixo, Válido, Público que permita a configuração de relógio ponto, câmeras Ip, servidores e necessidades semelhantes, quando solicitado pela contratante. Quando solicitado realizar gerenciamento do direcionamento de portas, restrições a sites e serviços semelhantes.	12	R$473,53	R$ 494,55	R$ 5.682,36	R$ 5.934,60
14	Agendamento na Unidade Básica de Saúde; Fornecimento de acesso à internet por fibra óptica; Velocidade mínima simétrica de 800Mb; Já contemplando mudanças de endereço em transferência do ponto ilimitados; Fornecimento total do equipamento para conexão do serviço de internet (conversor de fira, roteador Wifi e outros que se fizerem necessário); Ip Fixo, Válido, Público que permita a configuração de relógio ponto, câmeras Ip, servidores e necessidades semelhantes, quando solicitado pela contratante. Quando solicitado realizar gerenciamento do direcionamento de portas, restrições a sites e serviços semelhantes.	12	R$473,53	R$ 494,55	R$ 5.682,36	R$ 5.934,60
15	CMEI — Professora Luiza Cuba de Oliveira; Fornecimento de acesso à internet por fibra óptica; Velocidade mínima simétrica de 800Mb; Já contemplando mudanças de endereço em transferência do ponto ilimitados; Fornecimento total do equipamento para conexão do serviço de internet (conversor de fira, roteador Wifi e outros que se fizerem necessário); Ip Fixo, Válido, Público que permita a configuração de relógio ponto, câmeras Ip, servidores e necessidades semelhantes, quando solicitado pela contratante. Quando solicitado realizar gerenciamento do direcionamento de portas, restrições a sites e serviços semelhantes.	12	R$473,53	R$ 494,55	R$ 5.682,36	R$ 5.934,60
16	CMEI -- Professora Cristiane Cardoso Benassi; Fornecimento de acesso a internet por fibra óptica; Velocidade mínima simétrica de 800Mb; Já contemplando mudanças de endereço em transferência do ponto ilimitados; Fornecimento total do equipamento para conexão do serviço de internet (conversor de fira, roteador Wifi e outros que se fizerem necessário); Ip Fixo, Wick), Público que permita a configuração de relógio ponto, câmeras Ip, servidores e necessidades semelhantes, quando solicitado pela contratante. Quando solicitado realizar gerenciamento do direcionamento de portas, restrições a sites e serviços semelhantes.	12	R$473,53	R$ 494,55	R$ 5.682,36	R$ 5.934,60
17	Extensão CMEIS, Barracão; Fornecimento de acesso à internet por fibra óptica; Velocidade mínima simétrica de 800Mb; JA contemplando mudanças de endereço em transferência do ponto ilimitados; Fornecimento total do equipamento para conexão do serviço de internet (conversor de fira, roteador Wifi e outros que se fizerem necessário); Ip Fixo, Válido, Público que permita a configuração de relógio ponto, câmeras Ip, servidores e necessidades semelhantes, quando solicitado pela contratante. Quando solicitado realizar gerenciamento do direcionamento de portas, restrições a sites e serviços semelhantes.	12	R$473,53	R$ 494,55	R$ 5.682,36	R$ 5.934,60
18	Escola Municipal Prof Francisca Sabino Ruiz — Administrativo; Fornecimento de acesso à internet por fibra óptica; Velocidade mínima simétrica de 800Mb; Já contemplando mudanças de endereço em transferência do ponto ilimitados; Fornecimento total do equipamento para conexão do serviço de internet (conversor de fira, roteador Wifi e outros que se fizerem necessário); Ip Fixo, Válido, Público que permita a configuração de relógio ponto, câmeras Ip, servidores e necessidades semelhantes, quando solicitado pela contratante. Quando solicitado realizar gerenciamento do direcionamento de portas, restrições a sites e serviços semelhantes.	12	R$473,53	R$ 494,55	R$ 5.682,36	R$ 5.934,60
19	Escola Municipal Prof Francisca Sabino Ruiz — Pedagógico; Fornecimento de acesso à internet por fibra óptica; Velocidade mínima simétrica de 800Mb; Já contemplando mudanças de endereço em transferência do ponto ilimitados; Fornecimento total do equipamento para conexão do serviço de internet (conversor de fira, roteador Wifi e outros que se fizerem necessário); Ip Fixo, Válido, Público que permita a configuração de relógio ponto, câmeras fp, servidores e necessidades semelhantes, quando solicitado pela contratante. Quando solicitado realizar gerenciamento do direcionamento de portas, restrições a sites e serviços semelhantes.	12	R$473,53	R$ 494,55	R$ 5.682,36	R$ 5.934,60
20	Pronto Atendimento UBS 24 horas; Fornecimento de acesso à internet por fibra óptica; Velocidade mínima simétrica de 800Mb; Já contemplando mudanças de endereço em transferência do ponto ilimitados; Fornecimento total do equipamento para conexão do serviço de internet (conversor de fira, roteador Wifi e outros que se fizerem necessário); Ip Fixo, Válido, Público que permita a configuração de relógio ponto, câmeras Ip, servidores e necessidades semelhantes, quando solicitado pela contratante. Quando solicitado realizar gerenciamento do direcionamento de portas, restrições a sites e serviços semelhantes.	12	R$473,53	R$ 494,55	R$ 5.682,36	R$ 5.934,60
21	Secretaria de Segurança Pública e Rodoviária; Fornecimento de acesso à internet por fibra óptica; Velocidade mínima simétrica de 800Mb; .1á contemplando mudanças de endereço em transferência do ponto ilimitados; Fornecimento total do equipamento para conexão do serviço de internet (conversor de fira, roteador Wifi e outros que se fizerem necessário); Ip Fixo, Válido, Público que permita a configuração de relógio ponto, câmeras Ip, servidores e necessidades semelhantes, quando solicitado pela contratante. Quando solicitado realizar gerenciamento do direcionamento de portas, restrições a sites e serviços semelhantes.	12	R$473,53	R$ 494,55	R$ 5.682,36	R$ 5.934,60
22	Posto de saúde de Mendeslândia; Fornecimento de acesso à internet por fibra óptica; Velocidade mínima simétrica de 800Mb; JA contemplando mudanças de endereço em transferência do ponto ilimitados; Fornecimento total do equipamento para conexão do serviço de internet (conversor de fira, roteador Wifi e outros que se fizerem necessário); Ip Fixo, Válido, Público que permita a configuração de relógio ponto, câmeras Ip, servidores e necessidades semelhantes, quando solicitado pela contratante.• Quando solicitado realizar gerenciamento do direcionamento de portas, restrições a sites e serviços semelhantes.	12	R$473,53	R$ 494,55	R$ 5.682,36	R$ 5.934,60
23	Secretaria de Esporte, Ginásio; Fornecimento de acesso à internet por fibra óptica; Velocidade mínima simétrica de 800Mb; JA contemplando mudanças de endereço em transferência do ponto ilimitados; Fornecimento total do equipamento para conexão do serviço de internet (conversor de fira, roteador Wifi e outros que se fizerem necessário); Ip Fixo, Válido, Público que permita a configuração de relógio ponto, câmeras Ip, servidores e necessidades semelhantes, quando solicitado pela contratante. Quando solicitado realizar gerenciamento do direcionamento de portas, restrições a sites e serviços semelhantes.	12	R$473,53	R$ 494,55	R$ 5.682,36	R$ 5.934,60
24	Academia da Saúde Clinica Nutricionista; Fornecimento de acesso à internet por fibra óptica; Velocidade mínima simétrica de 800Mb; Já contemplando mudanças de endereço em transferência do ponto ilimitados; Fornecimento total do equipamento para conexão do serviço de internet (conversor de fira, roteador Wifi e outros que se fizerem necessário); Ip Fixo, Válido, Público que permita a configuração de relógio ponto, câmeras Ip, servidores e necessidades semelhantes, quando solicitado pela contratante. Quando solicitado realizar gerenciamento do direcionamento de portas, restrições a sites e serviços semelhantes.	12	R$473,53	R$ 494,55	R$ 5.682,36	R$ 5.934,60
25	Casa Mortuária; Fornecimento de acesso à internet por fibra óptica; Velocidade mínima simétrica de 800Mb; Já contemplando mudanças de endereço em transferência do ponto ilimitados; Fornecimento total do equipamento para conexão do serviço de internet (conversor de fira, roteador Wifi e outros que se fizerem necessário); Ip Fixo, Válido, Público que permita a configuração de relógio ponto, câmeras Ip, servidores e necessidades semelhantes, quando solicitado pela contratante. Quando solicitado realizar gerenciamento do direcionamento de portas, restrições a sites e serviços semelhantes.	12	R$473,53	R$ 494,55	R$ 5.682,36	R$ 5.934,60
26	Trevo acesso BR 317; Fornecimento de acesso à internet por fibra óptica; Velocidade mínima simétrica de 800Mb; Já contemplando mudanças de endereço em transferência do ponto ilimitados; Fornecimento total do equipamento para conexão do serviço de internet (conversor de fira, roteador 'Wifi e outros que se fizerem necessário); Ip Fixo, Válido, Público que permita a configuração de relógio ponto, câmeras Ip, servidores e necessidades semelhantes, quando	12	R$473,53	R$ 494,55	R$ 5.682,36	R$ 5.934,60

	solicitado pela contratante. Quando solicitado realizar gerenciamento do direcionamento de portas, restrições a sites e serviços semelhantes.					
27	Deposito de Resíduos (Lixo desativado); Fornecimento de acesso à internet por fibra óptica; Velocidade mínima simétrica de 800Mb; JA contemplando mudanças de endereço em transferência do ponto ilimitados; Fornecimento total do equipamento para conexão do serviço de internet (conversor de fira, roteador Wifi e outros que se fizerem necessário); Ip Fixo, Válido, Público que permita a configuração de relógio ponto, câmeras Ip, servidores e necessidades semelhantes, quando solicitado pela contratante. Quando solicitado realizar gerenciamento do direcionamento de portas, restrições a sites e serviços semelhantes.	12	R$473,53	R$ 494,55	R$ 5.682,36	R$ 5.934,60
28	Abrigo dos Trabalhadores; Fornecimento de acesso à internet por fibra óptica; Velocidade mínima simétrica de 800Mb; Já contemplando mudanças de endereço em transferência do ponto ilimitados; Fornecimento total do equipamento para conexão do serviço de internet (conversor de fira, roteador Wifi e outros que se fizerem necessário); Ip Fixo, Válido, Público que permita a configuração de relógio ponto, câmeras Ip, servidores e necessidades semelhantes, quando solicitado pela contratante. Quando solicitado realizar gerenciamento do direcionamento de portas, restrições a sites e serviços semelhantes	12	R$473,53	R$ 494,55	R$ 5.682,36	R$ 5.934,60
29	Câmara Municipal; Fornecimento de acesso à internet por fibra óptica; Velocidade mínima simétrica de 800Mb; Já contemplando mudanças de endereço em transferência do ponto ilimitados; Fornecimento total do equipamento para conexão do serviço de internet (conversor de fira, roteador Wifi e outros que se fizerem necessário); 1p Fixo, Válido, Público que permita a configuração de relógio ponto, câmeras Ip, servidores e necessidades semelhantes, quando solicitado pela contratante. Quando solicitado realizar gerenciamento do direcionamento de portas, restrições a sites e serviços semelhantes.	12	R$473,53	R$ 494,55	R$ 5.682,36	R$ 5.934,60
30	Praga Distrito Mendenslandia; Fornecimento de acesso à internet por fibra óptica; Velocidade mínima simétrica de 800Mb; Já contemplando mudanças de endereço em transferência do ponto ilimitados; Fornecimento total do equipamento para conexão do serviço de internet (conversor de fira, roteador Wifi e outros que se fizerem necessário); Ip Fixo, Válido, Público que permita a configuração de relógio ponto, câmeras Ip, servidores e necessidades semelhantes, quando solicitado pela contratante. Quando solicitado realizar gerenciamento do direcionamento de portas, restrições a sites e serviços semelhantes.	12	R$473,53	R$ 494,55	R$ 5.682,36	R$ 5.934,60
31	Centro de Eventos; Fornecimento de acesso à internet por fibra óptica; Velocidade mínima simétrica de 800Mb; Já contemplando mudanças de endereço em transferência do ponto ilimitados; Fornecimento total do equipamento para conexão do serviço de internet (conversor de fira, roteador Wifi e outros que se fizerem necessário); Ip Fixo, Válido, Público que permita a configuração de relógio ponto, câmeras lp, servidores e necessidades semelhantes, quando solicitado pela contratante. Quando solicitado realizar gerenciamento do direcionamento de portas, restrições a sites e serviços semelhantes.	12	R$473,53	R$ 494,55	R$ 5.682,36	R$ 5.934,60

DATA DE ASSINATURA DO ADITIVO: 25/08/2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaella Vitória Pereira Gomes
Código Identificador:E1355031

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

DIVISÃO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS
5014 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - 2.371.431,94

Decreto nº. 5014/2026

Abre crédito adicional suplementar no orçamento geral do Município de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, para o exercício financeiro de 2026.

Gelson Coelho do Rosário, Prefeito do Município de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais;
DECRETA:
Art. 1º. Fica aberto no orçamento geral do Município de São Jorge D'Oeste para o exercício financeiro de 2026 crédito adicional suplementar no valor de R$ 2.371.431,94 (dois milhões, trezentos e setenta e um mil, quatrocentos e trinta e um reais e novena e quatro centavos) conforme Relatório de Alteração Orçamentária anexo I ao presente decreto.
Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.
Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de sua edição (10/08/2026).

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná aos dez dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, 63º anos de emancipação.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Município de São Jorge D'Oeste - 2026				
Relatório de alteração orçamentária por funcional programática				
Lei/Ato nº 11073 - Decreto nº 5014/2026 de 10/08/2026		**Escopo**	**Nº**	**Ano**
Autorização: 10462 Lei ordinária		Lei Orçamentária Anual - LOA	1213	2025
Crédito adicional	**Recurso do crédito adicional**	**Previsto**	**Realizado**	
Suplementar	Anulação de Dotações	96.700,00	96.700,00	
Suplementar	Excesso de Arrecadação	1.529.304,58	0,00	
Suplementar	Excesso de Arrecadação	0,00	1.529.304,58	
Suplementar	Superávit Financeiro	120.727,36	0,00	
Suplementar	Superávit Financeiro	0,00	25.727,36	
Suplementar	Superávit Financeiro	0,00	95.000,00	
Transferência	Anulação de Dotações	111.000,00	0,00	
Transferência	Anulação de Dotações	0,00	111.000,00	
Transposição	Anulação de Dotações	513.700,00	0,00	
Transposição	Anulação de Dotações	0,00	513.700,00	
Despesa				
02	GOVERNO MUNICIPAL	Anulação	14.000,00	
02.001	Secretaria Geral de Governo	Abertura		
04.122.0002.2002	Manutenção do Gabinete e dos órgão de Assessoramento do Prefeito			
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			
220 00000	Recursos Ordinários (Livres)			
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações		
03	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA MULHER	Anulação	24.000,00	
03.001	Departamento de Projetos Sociais	Abertura		
08.244.0008.1005	Programa Pão de Cada Dia	Transposição		
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO			
350 00000	Recursos Ordinários (Livres)			
Crédito adicional: Transposição		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações		

03	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA MULHER	Anulação	9.000,00
03.001	Departamento de Projetos Sociais	Abertura	
08.244.0008.1005	Programa Pão de Cada Dia	Transposição	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		
370 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Transposição		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
03	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA MULHER	Anulação	10.000,00
03.001	Departamento de Projetos Sociais	Abertura	
08.244.0008.1006	Programa de distribuição de presentes às crianças	Transposição	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		
390 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Transposição		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
03	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA MULHER	Anulação	9.000,00
03.001	Departamento de Projetos Sociais	Abertura	
08.244.0008.2009	Mautençao das Atividades da Secretaria de Assistência Social e da Mulher	Transposição	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		
590 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Transposição		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
03	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA MULHER	Anulação	9.000,00
03.001	Departamento de Projetos Sociais	Abertura	
08.244.0008.2009	Mautençao das Atividades da Secretaria de Assistência Social e da Mulher		
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES		
690 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
03	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA MULHER	Anulação	9.000,00
03.001	Departamento de Projetos Sociais	Abertura	
08.244.0008.2009	Mautençao das Atividades da Secretaria de Assistência Social e da Mulher		
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		
700 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
03	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA MULHER	Anulação	19.000,00
03.001	Departamento de Projetos Sociais	Abertura	
16.482.0008.1010	Construção, reforma e infra estrutura habitacional		
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES		
740 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
03	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA MULHER	Acréscimo	52.000,00
03.004	Fundo Municipal do Idoso	Abertura	
08.241.0008.2013	Fundo Municipal do Idoso	Transposição	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
1110 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Transposição		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
07	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS	Anulação	19.000,00
07.001	Departamento de Administração	Abertura	
04.122.0003.2022	Manutenção dos Serviços Administrativos	Transferência	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		
1780 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Transferência		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
07	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS	Acréscimo	14.000,00
07.001	Departamento de Administração	Abertura	
04.122.0003.2022	Manutenção dos Serviços Administrativos	Transposição	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
1790 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Transposição		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
07	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS	Acréscimo	47.000,00
07.001	Departamento de Administração	Abertura	
04.122.0003.2022	Manutenção dos Serviços Administrativos	Transferência	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
1790 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Transferência		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
07	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS	Anulação	9.000,00
07.001	Departamento de Administração	Abertura	
04.122.0003.2022	Manutenção dos Serviços Administrativos	Transferência	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES		
1940 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Transferência		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
07	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS	Anulação	19.000,00
07.001	Departamento de Administração	Abertura	
04.122.0003.2022	Manutenção dos Serviços Administrativos	Transferência	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		
1960 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Transferência		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
07	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS	Anulação	14.000,00
07.002	Departamento de Contabilidade e Finanças	Abertura	
04.123.0004.2023	Manutenção dos Serviços Contábeis e Financeiros	Transposição	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		
2120 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Transposição		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
09	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Anulação	23.000,00
09.001	Departamento de Agricultura	Abertura	
17.511.0012.1028	Saneamento Basico Rural		
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES		
2270 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
09	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Anulação	9.000,00
09.001	Departamento de Agricultura	Abertura	
20.605.0016.1029	Programa de formento a produção de hortifrutigranjeiros		
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
2310 00000	Recursos Ordinários (Livres)		

Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
09	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Acréscimo	10.000,00
09.001	Departamento de Agricultura	Abertura	
20.606.0016.2033	Manutenção da Atividade Agropecuária	Superávit Financeiro Livre	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO		
2480 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Superávit Financeiro	
09	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Acréscimo	5.000,00
09.001	Departamento de Agricultura	Abertura	
20.606.0016.2033	Manutenção da Atividade Agropecuária	Superávit Financeiro Livre	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
2510 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Superávit Financeiro	
09	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Anulação	13.700,00
09.001	Departamento de Agricultura	Abertura	
20.606.0016.2033	Manutenção da Atividade Agropecuária		
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		
2600 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
09	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Acréscimo	19.000,00
09.001	Departamento de Agricultura	Abertura	
20.608.0016.2035	Programa de melhoria genética e fomento da produção pecurária		
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
2650 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
09	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Acréscimo	4.000,00
09.001	Departamento de Agricultura	Abertura	
20.608.0016.2035	Programa de melhoria genética e fomento da produção pecurária		
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		
2660 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
09	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Acréscimo	35.000,00
09.002	Departamento de Meio Ambiente	Abertura	
18.541.0016.2037	Manutenção da Divisão de Meio Ambiente		
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
2740 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
09	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Acréscimo	2.700,00
09.002	Departamento de Meio Ambiente	Abertura	
18.541.0016.2037	Manutenção da Divisão de Meio Ambiente		
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		
2750 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
10	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	Anulação	182.000,00
10.001	Departamento de Educação	Abertura	
12.361.0013.2039	Fundeb - Fundo de Man. e Des. Ens. Fund. e Educ. Básica	Transposição	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
2830 00101	Fundeb 60%		
Crédito adicional: Transposição		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
10	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	Anulação	43.000,00
10.001	Departamento de Educação	Abertura	
12.361.0013.2039	Fundeb - Fundo de Man. e Des. Ens. Fund. e Educ. Básica	Transposição	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		
2840 00101	Fundeb 60%		
Crédito adicional: Transposição		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
10	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	Acréscimo	60.000,00
10.001	Departamento de Educação	Abertura	
12.361.0013.2040	Manutenção do Ensino	Transposição	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO		
2980 00104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica		
Crédito adicional: Transposição		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
10	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	Acréscimo	25.000,00
10.001	Departamento de Educação	Abertura	
12.361.0013.2041	Transporte Escolar	Transposição	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		
3220 00104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica		
Crédito adicional: Transposição		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
10	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	Acréscimo	182.000,00
10.001	Departamento de Educação	Abertura	
12.365.0013.2043	Educação Infantil	Transposição	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
3415 00101	Fundeb 60%		
Crédito adicional: Transposição		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
10	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	Anulação	85.000,00
10.001	Departamento de Educação	Abertura	
12.365.0013.2043	Educação Infantil	Transposição	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
3420 00104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica		
Crédito adicional: Transposição		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
10	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	Acréscimo	43.000,00
10.001	Departamento de Educação	Abertura	
12.365.0013.2043	Educação Infantil	Transposição	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		
3435 00101	Fundeb 60%		
Crédito adicional: Transposição		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
10	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	Acréscimo	17.000,00
10.006	Departamento de Esportes	Abertura	
27.812.0015.2048	Atividades Esportivas		
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		

3790 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
10	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	Anulação	25.000,00
10.006	Departamento de Esportes	Abertura	
27.812.0015.2048	Atividades Esportivas	Transferência	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		
3870 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Transferência		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
10	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	Acréscimo	25.000,00
10.006	Departamento de Esportes	Abertura	
27.812.0015.2048	Atividades Esportivas	Transferência	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
3880 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Transferência		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
10	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	Acréscimo	30.000,00
10.006	Departamento de Esportes	Abertura	
27.812.0015.2048	Atividades Esportivas	Superávit Financeiro Livre	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
3880 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Superávit Financeiro	
11	SECRETARIA DE SAÚDE	Anulação	50.000,00
11.001	Departamento de Administração em Saude	Abertura	
10.301.0011.2050	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde	Transposição	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
4000 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Transposição		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
11	SECRETARIA DE SAÚDE	Acréscimo	1.400.000,00
11.002	Departamento de Atenção em Saude	Abertura	
10.301.0011.2052	Bloco de estruturação da rede em Serviços de Saúde	Excesso de Arrecadação - Real - Vinculado	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		
4335 00419	INC FINANCEIRO INV AQUISIÇAO TRANSP SANITÁRIO RES. 1985/2025,		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Excesso de Arrecadação	
11	SECRETARIA DE SAÚDE	Acréscimo	32.000,00
11.002	Departamento de Atenção em Saude	Abertura	
10.301.0011.2053	Bloco de Atenção Básica em Saúde	Transferência	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
4345 00494	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde		
Crédito adicional: Transferência		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
11	SECRETARIA DE SAÚDE	Anulação	67.700,00
11.002	Departamento de Atenção em Saude	Abertura	
10.301.0011.2053	Bloco de Atenção Básica em Saúde	Transposição	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		
4350 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Transposição		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
11	SECRETARIA DE SAÚDE	Acréscimo	7.000,00
11.002	Departamento de Atenção em Saude	Abertura	
10.301.0011.2053	Bloco de Atenção Básica em Saúde	Transferência	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		
4355 00494	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde		
Crédito adicional: Transferência		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
11	SECRETARIA DE SAÚDE	Anulação	39.000,00
11.002	Departamento de Atenção em Saude	Abertura	
10.301.0011.2053	Bloco de Atenção Básica em Saúde	Transferência	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
4430 00494	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde		
Crédito adicional: Transferência		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
11	SECRETARIA DE SAÚDE	Acréscimo	58.304,58
11.002	Departamento de Atenção em Saude	Abertura	
10.301.0011.2053	Bloco de Atenção Básica em Saúde	Excesso de Arrecadação - Real - Vinculado	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		
4473 00304	Receitas de alienação de Ativos da Saúde/Indenização de Sinistros		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Excesso de Arrecadação	
11	SECRETARIA DE SAÚDE	Acréscimo	40.200,00
11.002	Departamento de Atenção em Saude	Abertura	
10.301.0011.2054	Consórcio de Saúde	Transposição	
3.1.71.70.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO		
4460 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Transposição		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
11	SECRETARIA DE SAÚDE	Acréscimo	97.500,00
11.002	Departamento de Atenção em Saude	Abertura	
10.301.0011.2054	Consórcio de Saúde	Transposição	
3.3.71.70.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO		
4470 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Transposição		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
11	SECRETARIA DE SAÚDE	Anulação	20.000,00
11.002	Departamento de Atenção em Saude	Abertura	
10.301.0011.2054	Consórcio de Saúde	Transposição	
3.3.72.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO		
4480 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Transposição		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
11	SECRETARIA DE SAÚDE	Acréscimo	50.000,00
11.002	Departamento de Atenção em Saude	Abertura	
10.301.0011.2054	Consórcio de Saúde	Superávit Financeiro Livre	
3.3.72.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		
4500 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Superávit Financeiro	
12	SECRETARIA DE OBRAS, INFRA ESTRUTURA RURAL E SERVIÇOS URBANOS	Acréscimo	25.727,36
12.002	Departamento de Infra Estrutura Rural	Abertura	
26.782.0009.1061	Aquisição de máquinas e equipamentos para o departamento rodoviário	Superávit Financeiro Vinculado	

4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		
4890 00501	Receitas de Alienações de Ativos		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Superávit Financeiro	
12	SECRETARIA DE OBRAS, INFRA ESTRUTURA RURAL E SERVIÇOS URBANOS	Acréscimo	71.000,00
12.002	Departamento de Infra Estrutura Rural	Abertura	
26.782.0009.1061	Aquisição de máquinas e equipamentos para o departamento rodoviário	Excesso de Arrecadação - Real - Vinculado	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		
4890 00501	Receitas de Alienações de Ativos		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Excesso de Arrecadação	
12	SECRETARIA DE OBRAS, INFRA ESTRUTURA RURAL E SERVIÇOS URBANOS	Acréscimo	19.000,00
12.003	Departamento de Serviços Urbanos	Abertura	
15.452.0010.2065	Gestão Integrada de Resíduos Sólidos		
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
5310 00000	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	

Resumo acumulado	Recurso do crédito adicional	Tipo de alteração	Previsto	Realizado	
Suplementar	Anulação de Dotações	Acréscimo	96.700,00	96.700,00	
Suplementar	Anulação de Dotações	Anulação	96.700,00	96.700,00	
Suplementar	Excesso de Arrecadação	Acréscimo	1.529.304,58	0,00	#
Suplementar	Excesso de Arrecadação	Acréscimo	0,00	1.529.304,58	#
Suplementar	Superávit Financeiro	Acréscimo	120.727,36	0,00	#
Suplementar	Superávit Financeiro	Acréscimo	0,00	95.000,00	#
Suplementar	Superávit Financeiro	Acréscimo	0,00	25.727,36	#
Transferência	Anulação de Dotações	Acréscimo	111.000,00	0,00	#
Transferência	Anulação de Dotações	Acréscimo	0,00	111.000,00	#
Transferência	Anulação de Dotações	Anulação	0,00	111.000,00	#
Transposição	Anulação de Dotações	Acréscimo	513.700,00	0,00	#
Transposição	Anulação de Dotações	Acréscimo	0,00	513.700,00	#
Transposição	Anulação de Dotações	Anulação	0,00	513.700,00	#

Publicado por:
Ivanir da Silva
Código Identificador:D0F4D4B2

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2026 - PMSI

MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU ESTADO DO PARANÁ
Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 83/2026 - PMSI
PREGÃO ELETRÔNICO – Nº. 30/2026.
VALIDADE: 12 (doze) meses

1.DO OBJETO

Registro de Preços para contratação de serviço especializado de manutenção preventiva e corretiva nas máquinas pesadas da frota Municipal.

2.O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

3.DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1.O Órgão Gerenciador da ata de registro de preços será a Prefeitura Municipal de Saudade do Iguaçu, que exercerá suas atribuições por intermédio da Comissão de Licitação e Cadastro.

4.DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1.Os preços, a empresa, as quantidades estimadas e as especificações dos objetos registrados na presente Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 83/2026 – PMSI TRATORMAX COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA; CNPJ/MF sob Nº 04.983.112/0001-60

Lt	Item	Qdte	Descrição	% Desconto	Und.	V. Unit.	V. Total
1	1	1	Trator de Esteira Komatsu D51 PEÇAS NOVAS, (ORIGINAIS/GENUÍNAS), PARA REPOSIÇÕES NECESSÁRIAS A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MECÂNICA EM GERAL PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA.	60%	UN	107.800,00	107.800,00
1	2	1	Trator de Esteira Komatsu SERVIÇO DE MECÂNICA EM GERAL PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA.		UN	26.950,00	26.950,00
2	1	1	MINICARREGADEIRA CATERPILLAR 226B3 PEÇAS NOVAS, (ORIGINAIS/GENUÍNAS), PARA REPOSIÇÕES NECESSÁRIAS A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MECÂNICA EM GERAL PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA.	59%	UN	25.280,00	25.280,00
2	2	1	MINICARREGADEIRA CATERPILLAR 226B3. SERVIÇO DE MECÂNICA EM GERAL PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA.		UN	6.300,00	6.300,00
3	1	1	ESCAVADEIRA LIUGONG 915. PEÇAS NOVAS, (ORIGINAIS/GENUÍNAS), PARA REPOSIÇÕES NECESSÁRIAS A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MECÂNICA EM GERAL PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA.	60%	UN	64.680,00	64.680,00
3	2	1	ESCAVADEIRA LIUGONG 915. SERVIÇO DE MECÂNICA EM GERAL PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA.		UN	16.170,00	16.170,00
4	1	1	ESCAVADEIRA JHON DEERE. PEÇAS NOVAS, (ORIGINAIS/GENUÍNAS), PARA REPOSIÇÕES NECESSÁRIAS A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MECÂNICA EM GERAL PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA.	70%	UN	96.000,00	96.000,00
4	2	1	ESCAVADEIRA JHON DEERE. SERVIÇO DE MECÂNICA EM GERAL PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA.		UN	24.000,00	24.000,00
6	1	1	MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K. PEÇAS NOVAS, (ORIGINAIS/GENUÍNAS), PARA REPOSIÇÕES NECESSÁRIAS A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MECÂNICA EM GERAL PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA.	59%	UN	78.800,00	78.800,00
6	2	1	MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K. SERVIÇO DE MECÂNICA EM GERAL PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E		UN	19.700,00	19.700,00

			CORRETIVA.				
VALOR TOTAL R$ 465.680,00							

Saudade do Iguaçu – PR 26 de agosto de 2026.

Prefeitura Municipal De Saudade Do Iguaçu – PR.
ROGÉRIO GALLINA –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto José Kwapis
Código Identificador:6F7EEAE5

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº 08/2026

RESOLUÇÃO Nº 08/2026

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, em reunião ordinária realizada no dia 18 de agosto de 2026, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 454/2008,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a alteração do **Plano de Trabalho,** para o *Incentivo Estadual voltado a Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes, Resolução nº013/2025 CEDCA* o qual segue publicado em sua integra nesta resolução**.**
Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Saudade do Iguaçu, 18 de agosto de 2026.

DENISE ADRIANA FLORES FERREIRA
Presidente do CMDCA

DELIBERAÇÃO Nº 013/2025 – CEDCA/PR
ANEXO I
PLANO DE TRABALHO

DADOS CADASTRAIS
– Dados Cadastrais do Órgão Gestor:

Município: **SAUDADE DO IGUAÇU**		**CNPJ:** **12.069.788/0001-71**
Endereço: **Rua Hilário Salvatori, 2191**		**CEP:** **85568-000**
Telefone **0800 090 6545**		**E-mail institucional: social@saudadedoiguacu.pr.gov.br**
Nome do Secretário Municipal responsável pela Política da Criança e do Adolescente: Herondi de Ávila Duarte Junior		
Telefone ( )	**Celular** 46 9906-9711	**E-mail:** **herondijr30@gmail.com**

Local de execução:
Secretaria Municipal de Assistência Social/CRAS
Duração do plano:
02 anos
Recursos:
Deliberação nº 013/2025 CEDCA/PR

DIAGNÓSTICO.

Adolescentes: O desinteresse escolar, o envolvimento com drogas e a ociosidade formam um quadro complexo que exige intervenções abrangentes.
Crianças: Necessidade de ampliar vagas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), além de aquisição de fórmulas infantis especiais e complementação alimentar para garantir seu bem-estar e desenvolvimento.
Saúde: Carência de estruturação de espaço para suporte e terapias voltadas à saúde mental.
Sistema de Garantia de Direitos e Rede: Necessidade de fortalecer o Conselho Tutelar (equipamentos, materiais de escritório e capacitação), aprimorar o programa Família Acolhedora, fornecer Auxílio Natalidade às famílias vulneráveis e estruturar recursos para saúde mental.
CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA/SERVIÇO

O município já oferta o serviço de convivencia e fortalecimento de vinculos para as crianças em situação de vulnerabilidade social e desenvolve ações juntamente com a secretaria municipal de saúde nas aréas de segurança alimentar e nutricional, esses projetos serão mantidos e ampliados.
As ações serão executadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social, em parceria com o CRAS e demais secretarias que compõem a rede de proteção (Saúde, Esporte e Cultura, e Educação).

PÚBLICO-ALVO
Serão atendidos com os recursos dessa deliberação Crianças e Adolescentes do município de 0 a 18 anos.

OBJETIVOS
Objetivo Geral: Promover o desenvolvimento integral, reduzir a vulnerabilidade, fortalecer vínculos, ampliar o acesso ao SCFV, garantir segurança alimentar, combater a ociosidade e o desinteresse escolar, reestruturar o Conselho Tutelar, fortalecer a Família Acolhedora, fornecer auxílio natalidade e estruturar a Sala Multissensorial para saúde mental.

Objetivos Específicos e suas Influências:
Para Adolescentes:
Reduzir a ociosidade, o desinteresse escolar dos adolescentes e o envolvimento com drogas: Oferecer atividades esportivas, estruturação de sala de informática com profissionais para cursos e passeios culturais.
Para Crianças:
Ampliar o acesso ao SCFV para crianças e adolescentes: Abrir novas turmas, realizar atividades lúdicas e pedagógicas, acompanhamento psicossocial familiar, reuniões com pais, fornecimento diário de lanches e aquisição de uniformes.
Acesso a fórmulas infantis especiais: Atender às necessidades nutricionais específicas de crianças com patologias garante seu desenvolvimento saudável e bem-estar, evitando complicações de saúde relacionadas à alimentação inadequada.
Prevenção e combate à obesidade de crianças e adolescentes: Articular ações com a Saúde e promover atividades físicas/esportivas.
Para Saúde Mental (Foco em Autismo):
Saúde Mental: Adquirir equipamentos e materiais para a Sala Multissensorial da Terapeuta Ocupacional

Para o Sistema de Garantia de Direitos:
Aquisição de equipamentos, materiais e capacitações para o Conselho Tutelar: Fortalecer o Conselho Tutelar com recursos e conhecimento aprimora sua capacidade de atuação na defesa dos direitos de crianças e adolescentes em situação de risco ou violação.
Capacitações para Famílias Acolhedoras: Preparar e dar suporte às famílias acolhedoras é essencial para garantir um ambiente familiar seguro e acolhedor para crianças e adolescentes que necessitam dessa medida de proteção.

METAS DE ATENDIMENTO
· **Combate à Ociosidade (Objetivo 1):** Ofertar atividades esportivas semanais/quinzenais.
· **Vagas e Atendimento no SCFV (Objetivo 2):** Abrir novas turmas de SCFV, realizar acompanhamento psicossocial, fornecer lanches diários conforme demanda.
· **Segurança Alimentar e Nutricional (Objetivo 3):** Identificar, cadastrar e atender mensalmente as crianças com fórmulas infantis especiais.
· **Reestruturação do Conselho Tutelar (Objetivo 4):** Adquirir equipamentos anualmente, prover materiais de escritório e realizar capacitações aos conselheiros.
· **Família Acolhedora (Objetivo 5):** Mobilizar novas famílias bimestralmente, realizar capacitações e efetuar o pagamento de bolsa-auxílio às famílias acolhedoras.
· **Auxílio Natalidade (Objetivo 6):** Atender a demanda de recém-nascidos de famílias vulneráveis.
· **Saúde Mental (Objetivo 7):** Adquirir equipamentos e materiais para a Sala Multissensorial da Terapeuta Ocupacional em etapa única.

METODOLOGIA DE TRABALHO

Esse plano de trabalho será desenvolvido de forma articulada entre a Secretaria Municipal de Assistência Social, o CRAS e as demais secretarias da rede de proteção, além da parceria com a Secretaria de Indústria e Comércio.
Coordenação: A Secretaria Municipal de Assistência Social será responsável pela coordenação geral do projeto, incluindo o planejamento, a gestão dos recursos, o monitoramento e a avaliação das ações.

ATIVIDADES E CRONOGRAMA

OBJETIVOS	ATIVIDADES	Periodicidade das atividades
1. Reduzir a ociosidade, o desinteresse escolar dos adolescentes e o envolvimento com drogas.	1.1. Atividades Esportivas (ex: futebol, vôlei, artes marciais).	Semanal/Quinzenal
2. Ampliar o acesso ao SCFV para crianças e Adolescentes.	2.1. Abertura de novas turmas no SCFV	Semestral
	2.2. Realização de atividades lúdicas, pedagógicas e de socialização.	Diária
	2.3. Acompanhamento psicossocial das crianças e suas famílias	Semanal/Quinzenal
	2.4. Reuniões com pais e responsáveis	Mensal
	2.5. Fornecimento de lanches para as crianças e adolescentes participantes do SCFV e Oficinas.	Diário
3. Garantir a segurança alimentar e nutricional das crianças vulneráveis.	3.1. Identificação e cadastramento das crianças com necessidade de fórmulas especiais e complementação alimentar (pela Secretaria de Saúde e CRAS)	Contínuo
	3.2. Aquisição e distribuição regular de fórmulas infantis especiais	Mensal
	3.3. Acompanhamento nutricional das crianças beneficiadas (quando necessário, pela Secretaria de Saúde)	Conforme necessidade
4. Reestruturação do Conselho Tutelar	4.1. Aquisição de equipamentos, para otimizar o trabalho administrativo.	Anual
	4.2.Aquisição materiais de escritório: Papel, canetas, pastas e outros itens essenciais para o dia a dia.	Conforme necessidade
	4.3. Capacitação para os Conselheiros.	Conforme necessidade
5. Aprimoramento do Programa Família Acolhedora	5.1. Mobilização para novas Famílias.	Bimestral
	5.2. Capacitação das Famílias.	Conforme necessidade
	5.3. Pagamento de bolsa auxílio para as famílias que estejam acolhendo crianças.	Conforme necessidade
6. Auxílio Natalidade	Entrega de itens de natalidade, para as famílias com recém-nascidos.	Conforme demanda
7. Saúde Mental	Aquisição de equipamentos e materiais para a Sala Multissensorial da Terapeuta Ocupacional.	Uma única vez

Influências na realidade:
Ao buscar o desenvolvimento integral, o programa atua em diversas dimensões da vida de crianças e adolescentes, fortalecendo a rede de proteção social do município. A redução da vulnerabilidade impacta diretamente a qualidade de vida do público atendido ao oferecer espaços seguros, educativos e integrativos por meio da ampliação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). O combate à ociosidade e ao desinteresse escolar proporciona alternativas saudáveis e estruturadas para os adolescentes, prevenindo o envolvimento com drogas e situações de risco social. Na área da saúde alimentar e física, a oferta de fórmulas infantis especiais combate a desnutrição na primeira infância, enquanto as ações preventivas e esportivas auxiliam no combate à obesidade infantil. Adicionalmente, a estruturação da Sala Multissensorial para saúde mental e o fortalecimento de órgãos essenciais — como o Conselho Tutelar, o Programa Família Acolhedora e a concessão do Auxílio Natalidade — garantem um ambiente de apoio completo, familiar e comunitário, promovendo o bem-estar e o pleno desenvolvimento de crianças e adolescentes

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO OU MODALIDADE
A avaliação do projeto será realizada de forma contínua, sistemática e processual, envolvendo todos os atores envolvidos e fiscalizado pelo Órgão Gestor e pelo CMDCA:

Nome do Técnico responsável pela elaboração do projeto	Edivania Strapasson – Coordenadora CRAS
Telefone	46 9918-0274
E-mail	edivaniastrapasson@gmail.com
Formação / Registro no Conselho	Pedagogia

Saudade do Iguaçu 18 de agosto de 2026

ROGERIO GALLINA
Nome do Gestor Municipal

HERONDI DE ÁVILA DUARTE JUNIOR
Nome do Gestor da Pasta vinculada a Política da Criança e do Adolescente

Publicado por:
Gilmara Dalla Riva
Código Identificador:499C9A0C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABATIÁ

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 173/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 173/2026

PROCESSO Nº 276/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 78/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ABATIÁ-PR, Estado do Paraná, com sede à Avenida João Carvalho de Mello, nº 135, centro, inscrito no CNPJ nº 75.743.567/0001-57, neste ato representado pela Prefeita Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sônia Aparecida de Souza Chaves, portadora da Cédula de Identidade RG nº 3.303.448-2 e do CPF/MF nº 447.258.179-53, e

CONTRATADA: NIKKEY COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 62.390.734/0001-81.

OBJETO: Aquisição de bolos, salgados e refrigerantes - COMEMORAÇÃO DIA DAS CRIANÇAS

ITENS								
Lote	Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
LOTE: 003 - Lote 003	1	18180	REFRIGERANTE 2L SABORES VARIADOS FARDO 6 UNIDADES Refrigerantes de primeira linha, em garrafas pet de 2L: Sabor Guaraná e Laranja. Fardo contendo 6 unidades.		FARDO	45,00	24,90	1.120,50
TOTAL								1.120,50

VALOR TOTAL: *R$ 1.120,50 (Um Mil, Cento e Vinte Reais e Cinqüenta Centavos)*

VIGÊNCIA: 26/08/2026 a 25/08/2027.

Publicado por:
Karina Castilho Okada
Código Identificador:F4BB0A39

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 174/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 174/2026

PROCESSO Nº 276/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 78/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ABATIÁ-PR, Estado do Paraná, com sede à Avenida João Carvalho de Mello, nº 135, centro, inscrito no CNPJ nº 75.743.567/0001-57, neste ato representado pela Prefeita Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sônia Aparecida de Souza Chaves, portadora da Cédula de Identidade RG nº 3.303.448-2 e do CPF/MF nº 447.258.179-53, e

CONTRATADA: SAMPAIO SALGADOS LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 21.803.914/0001-60

OBJETO: Aquisição de bolos, salgados e refrigerantes - COMEMORAÇÃO DIA DAS CRIANÇAS

ITENS								
Lote	Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
LOTE: 001 - EDUCAÇAO INFANTIL PRÉ ESCOLA	1	18178	BOLO DE BRIGADEIRO com Massa de Chocolate. RECHEIO: Brigadeiro, composto por: Leite Condensado, Creme de Leite, Cacau em pó 50% Trufado. COBERTURA: Chantilly, Leite Integral e Ganache Meio Amargo – Produtos de 1º Qualidade. Obs: não molhar a massa do bolo com refrigerante.		KILO	175,00	63,00	11.025,00
LOTE: 002 - Lote 002	1	18179	SALGADOS SORTIDOS FRITOS sendo: coxinha de frango, risólis de presunto e queijo, bolinha de queijo, pastelzinho de carne moída,		CTO	161,00	63,00	10.143,00

			kibe, etc... todos feitos com produtos de 1ª qualidade. Cada cento de salgados com 100 unidades de mini salgados.					
TOTAL								21.168,00

VALOR TOTAL: *R$ 21.168,00 (vinte e um mil cento e sessenta e oito reais)*

VIGÊNCIA: 26/08/2026 a 25/08/2027.

Publicado por:
Karina Castilho Okada
Código Identificador:F0E69A72

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
DECRETO Nº 043/2026

SÚMULA: Concede Promoção horizontal ao servidor estável, ocupante do cargo efetivo de Procurador Jurídico Municipal, do Quadro Geral de servidores do Município de Altamira do Paraná.

ELZA APARECIDA DA SILVA, Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO as disposições da Lei Municipal nº 130/2005 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais) e as diretrizes estabelecidas pela Lei Municipal nº 549/2017 (Plano de Cargos e Salários Município de Altamira do Paraná);

CONSIDERANDO os termos da Decisão Administrativa proferida pela Comissão de Avaliação de Desempenho dos Servidores Públicos Municipais em 31 de julho de 2026, nos autos do Recurso Administrativo interposto pelo servidor interessado;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida PROMOÇÃO HORIZONTAL na carreira ao servidor estável, ocupante do cargo efetivo de Procurador Jurídico Municipal, do Quadro Geral do Município de Altamira do Paraná, conforme tabela abaixo:

Matrícula	Servidor	Cargo	Data de Admissão	Data de Referência	Nível Anterior	Nível Atual
508418	Ricardo Maluf Widerski	Procurador Jurídico Municipal	09/05/2014	09/05/2026	GOP XIX-04	GOP XIX-05

Art. 2º - Os efeitos financeiros decorrentes da promoção horizontal de que trata este Decreto retroagirão à respectiva data de referência, sendo autorizado o pagamento das diferenças salariais apuradas, relativas ao período abrangido entre a data de referência do servidor até a data do presente ato.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, 26 (vinte e seis) dias do mês de agosto de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Andréa da Cruz Alves
Código Identificador:6C7C3E38

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ

GABINETE DA PREFEITA
1° TERMO DE RECOMPOSIÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 034/2026 PREGÃO ELETRÔNICO N° 072/2025

PARTES:
MUNICÍPIO DE ANDIRÁ – PR
MCW PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto - Recomposição (equilíbrio financeiro), na importância de **R$ 2.154,00** (dois mil e cento e cinquenta e quatro reais), com fundamento no Art. 124 da lei 14.133/2021.

Empresa	Lote	Descrição	Unid.	Valor Unit. Registrado	Valor Unit. Atual	Diferença Último Valor Unitário Registrado e Atual
MCW PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES	137	SACO PARA LIXO HOSPITALAR 50 LITROS - BRANCOS LEITOSO - SACO PLÁSTICO LIXO, 50 L, BRANCO LEITOSO, 70 CM, 57 CM, HOSPITALAR, POLIETILENO ALTA DENSIDADE - PACOTE COM 100 UNIDADES	PCT	R$ 17,65	R$ 28,42	R$ 10,77

Continuam em pleno vigor as demais cláusulas do contrato original, não modificadas pelo presente aditivo e, por estarem justas e pactuadas, as partes assinam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

DATA: 26 de agosto de 2026.

Pregão Eletrônico n° 072/2025

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

GUIDO ADÃO LAMBERT
Representante Legal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:B3ED48A8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA

ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 107/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 107/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 104/2026

Aos vinte dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, (20/08/2026), decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026**, foi expedida a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o disposto nas Leis Federais nº 14.133/2021 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o ÓRGÃO GERENCIADOR e o SIGNATÁRIO DA ATA:

Entidade: **MUNICÍPIO DE BALSA NOVA/PR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob Nº 76.105.527/0001-42, com sede à Av. Brasil, 665, em Balsa Nova-PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO**, portador da cédula de identidade RG n.º 7.523.394-9 e do CPF/MF n.º 039.931.399-09, residente e domiciliado na Rodovia Anibal Khoury, nº 1131, Bugre, em Balsa Nova/PR.
Órgão(s) Gerenciador(es)**: Secretaria Municipal de Saúde.**

DO FORNECEDOR
Consideram-se registrados os preços do Signatário da Ata: Empresa **AVF COMERCIO E IMPORTACAO EXPORTACAO LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº. **28.900.846/0001-05**, com endereço na Rua Areia, nº. 220, Sala A, bairro: Vitória, CEP: 31.970-710, na cidade de Belo Horizonte/MG, Telefone (31) 99748-5638 / (31) 99446-0679, endereço eletrônico e-mail higoremanuel@avfsolucoes.com.br, neste ato representado pela Sra. AUDREY VALESCA FIRMINO, inscrito no CPF sob nº. 086.625.836-10 e portadora do RG nº 45.997.719-2, conforme relação em anexo

OBJETO
O objeto desta ATA, futura e eventual **"Aquisição de Material de Consumo Hospitalar para atender as necessidades do Centro Médico Bom Jesus e Unidades Básicas de Saúde",** deverão ser entregues, conforme exigido no Edital do Pregão n° 035/2026.

DO FORNECIMENTO E RECEBIMENTO DOS MATERIAIS
O Órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao Signatário da Ata, através da entrega da Autorização de Fornecimento/Serviço ou Nota de Empenho por onde correrá a despesa, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive fac-símile, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico Nº 035/2026.
As quantidades serão descritas nas ordens de compra de acordo com as necessidades da Secretaria Requisitante.
Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência;
O Edital da Licitação;
A Proposta do contratado;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

DA FORMA DE PAGAMENTO
O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após o protocolo da Nota Fiscal, atestada pela Secretaria solicitante, acompanhada das CNDs do INSS, FGTS e CNDT (débitos trabalhistas), dentro dos seus prazos de validade.
Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo**CONTRATANTE**, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:
I = (TX / 100) / 365
EM = I x N x VP, onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes dos pedidos de fornecimento correrão por conta de recursos orçamentários vigentes no exercício. Serão indicadas as contas, anteriormente à solicitação dos produtos, pela indicação no contrato/nota empenho.

NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

Na hipótese prevista no subitem 6.1.1, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no item 7, subitem 7.1.3.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

Para fins do disposto nocaput, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no item 7, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas naLei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no subitem 6.2.2, o gerenciador convocará os fornecedores, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrado.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

Na hipótese de comprovação do disposto noitem 6.2e no subitem 6.2.1, o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo Município de Balsa Nova e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das penalidades administrativas previstas em Lei e no edital.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 6.2 subitem 6.2.2; ou

IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caputdo art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese prevista no inciso IV do item 7.1, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

O cancelamento do registro nas hipóteses previstas no item 7.1será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva,observada a ordem de classificação.

CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

I - por razão de interesse público;

II-a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no item 6.1 subitem 6.1.3 e no item 6.2 subitem 6.2.4.

DA VIGÊNCIA DA ATA

A Ata de Registro de Preços vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir da publicação, sem possibilidade de prorrogação.

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Nos casos de atraso injustificado, de inexecução parcial, de descumprimento de obrigação convencionada, de falha na execução da Ata ou da contratação respectiva, bem como nos de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, o fornecedor poderá ser apenado, isoladamente ou juntamente às multas definidas no item 10.3 (e seus subitens), com as seguintes penalidades:

Advertência;

Impedimento de licitar e contratar;

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Poderá ser aplicada a sanção de **advertência** nas seguintes condições:

Descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas, bem como, nas situações que ameacem a qualidade do produto/material, serviço ou a integridade patrimonial ou humana;

Outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município de Balsa Nova, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

Será aplicada **multa** nas seguintes condições:

No caso de atraso injustificado na execução do objeto da Ata de Registro de Preço, será aplicada multa de 0,5% (meio por cento) sobre o **valor da parcela inadimplida**, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.

No caso de reincidência, será aplicada a multa de 1,0% (um por cento) sobre o **valor da parcela inadimplida**, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.

No caso de inexecução parcial do objeto contratado, será aplicada multa de 15% (quinze por cento) **sobre o valor da parcela inadimplida**;

No caso de reincidência, será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) **sobre o valor da parcela inadimplida**;

No caso de inexecução total do objeto da Ata de Registro de Preço, a multa aplicada será de 30% (trinta por cento) **sobre o valor total do pedido**.

Será configurada a inexecução total na hipótese de descumprimento total das obrigações e responsabilidades assumidas ou quando houver atraso injustificado para início da execução do objeto contratado que supere o prazo máximo de 15 (quinze) dias.
Pelo descumprimento injustificado de outras obrigações que não configurem inexecução total ou parcial, bem como mora no adimplemento, será aplicada multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor **total do pedido**;
Em caso de reincidência, será aplicada a multa de 0,4% (zero vírgula quatro por cento) sobre o valor **total do pedido**.
A fixação da multa compensatória referida nos subitens 10.3.1, 10.3.2 e 10.3.3 não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar em favor do Município de Balsa Nova, sendo o dano superior ao percentual referido.
As sanções de que trata os subitens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 poderão ser aplicadas juntamente com as multas previstas no presente instrumento, garantindo o exercício de defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze)dias úteis.
O valor da multa poderá ser descontado da fatura devida ao fornecedor.
Se o valor da fatura for insuficiente, fica o fornecedor obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.
Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo fornecedor ao Município de Balsa Nova, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
O valor devido e não recolhido no prazo assinalado no subitem 10.10 será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa e cobrado mediante o processo de execução fiscal, com os encargos legais devidos, segundo o que estabelece a Lei nº 6.830/80.
A aplicação das penalidades não prejudica o direito do Município de recorrer às garantias contratuais, com o objetivo de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a pessoa física ou jurídica inadimplente, podendo ainda reter créditos decorrentes da Ata de Registro de Preços ou promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.

ANTICORRUPÇÃO
As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

PUBLICIDADE
O extrato desta ata será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná (AMP), pelo Município de Balsa Nova – PR.
Em virtude da indispensabilidade da divulgação dos dados constantes nos documentos de habilitação, da proposta de preço e das Atas de Registro de Preço, conforme a Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação – LAI) e a Lei n. º 13.709/18 – (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), o licitante desde já dá ciência e consentimento para a sua divulgação.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
O beneficiário do presente registro de preços assume o compromisso de fornecer os produtos objeto desta ata, até as quantidades máximas referidas/estimadas, pelo preço registrado, durante o prazo de validade da Ata, em conformidade com o edital do Pregão Eletrônico Nº 035/2026 para Registro de Preços.
O fornecedor não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização do Município de Balsa Nova.
Esta Ata de Registro de Preços não obriga o Órgão Gerenciador a firmar as contratações com o Signatário da Ata.
Ficará o SIGNATÁRIO, em caso da CONTRATANTE iniciar procedimento judicial relativo o cumprimento das obrigações, sujeito além das multas previstas, também ao pagamento das custas e Honorários Advocatícios de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa.
O Signatário da Ata deverá manter, enquanto vigorar o Registro de Preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pelo Edital de Pregão Eletrônico Nº 035/2026.
Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando todos os seus dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico Nº 035/2026, as Autorizações de Fornecimento/Empenho com os termos aditados e a proposta do Signatário da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.
As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a procedeu, serão dirimidas no Foro De Campo Largo/PR, esgotadas as vias administrativas.
Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Prefeito Municipal de Balsa Nova, e pelo representante do Signatário, e duas testemunhas.

MUNICÍPIO DE BALSA NOVA
Órgão Gerenciador

AVF COMERCIO E IMPORTACAO EXPORTACAO LTDA.
Signatário Da Ata De Registro De Preços

Testemunha:
CPF:

Testemunha:
CPF:

ANEXO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 107/2026

Signatário da Ata: Empresa **AVF COMERCIO E IMPORTACAO EXPORTACAO LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº. **28.900.846/0001-05**.

Relação de objetos registrados:

Lote	Item	Descrição	Marca/ Fabricante	Unid. Med.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
13	1	Aparelho de Tricotomia Descartável com 2 lâminas. Pacote com 5 unidades	HAI BRASIL	UNID.	150	4,26	639,00

VALOR TOTAL: R$ 639,00 (seiscentos e trinta e nove reais)

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:C3CDAFFC

ADMINISTRAÇÃO
LISTA PROVISÓRIA DE INSCRITOS – PSS AUXILIAR EM FARMÁCIA PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 9136/2026 LOCAL: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BALSA NOVA

LISTA PROVISÓRIA DE INSCRITOS – PSS AUXILIAR EM FARMÁCIA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 9136/2026
LOCAL: Prefeitura do Município de Balsa Nova

O Prefeito do Município de Balsa Nova, em conformidade com o Edital nº. 13/2026, que estabelece instruções destinadas à realização do **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS**, para contratações temporárias para exercer a função de **AUXILIAR EM FARMÁCIA**, em conformidade com as Leis Municipais nº 879/2015 e demais legislações cabíveis a espécie, de acordo com este ato convocatório, divulga a lista provisória de inscritos:

1 Lista de candidatos inscritos, em ordem alfabética:

CANDIDATOS	Nº DO PROCESSO	SITUAÇÃO DA INSCRIÇÃO
ALEXSANDRO DE OLIVEIRA FERNANDES	19440/2026	DEFERIDO
AMANDA MAYER ROCHA	20378/2026	INDEFERIDO
ANA CAROLINA BATISTA DE OLIVEIRA	19692/2026	INDEFERIDO
ANA CAROLINE BORA	20309/2026	INDEFERIDO
ANGELA ALESSI	19292/2026	INDEFERIDO
ANGELA ALESSI	19293/2026	DEFERIDO
ANTHONY PRUSS DOS SANTOS	20310/2026	DEFERIDO
CLARISSA FERREIRA JAVORSKI	19456/2026	INDEFERIDO
CLEONICE DE CARVALHO MACHADO	19900/2026	INDEFERIDO
CRISTIANE APARECIDA DE LIMA	20358/2026	DEFERIDO
DARIANE FERREIRA DE ANDRADE	20381/2026	INDEFERIDO
DIEGO DA SILVA RIBEIRO	19757/2026	INDEFERIDO
EDUARDA WHECHILEY DE MOURA	20170/2026	INDEFERIDO
ELZINELI DO SOCORRO POLITCHUK DAMBROSKI	20352/2026	DEFERIDO
FABIANA APARECIDA RIBEIRO DE ALMEIDA GONÇALVES	19429/2026	INDEFERIDO
FABIANA APARECIDA RIBEIRO DE ALMEIDA GONÇALVES	19435/2026	DEFERIDO
FRANCIELI DO CARMO DA ROCHA LIMA	19454/2026	INDEFERIDO
HAGDA GUIMARÃES GONÇALVES	19433/2026	DEFERIDO
HAILINNE RIGO DE LIMA	19306/2026	DEFERIDO
INGRID VALERIA ABREU DE OLIVEIRA	18894/2026	INDEFERIDO
INGRIDY FERNANDA DE FREITAS	19154/2026	DEFERIDO
IZADORA GABRIELLY ERUCHIKI	20055/2026	DEFERIDO
JANAINA GUIMARÃES	19432/2026	DEFERIDO
JEFERSON ALVES DE LIMA	19830/2026	DEFERIDO
JOSENILDO ALVES DA SILVA	19318/2026	INDEFERIDO
LAERTH DENNER COSTA LEITE	19714/2026	DEFERIDO
LUNA KARINA CAETANO KAVA	20333/2026	DEFERIDO
MARCOS AURELIO MIQUELASSO	20057/2026	DEFERIDO
MARLENE TEREZINHA CHUCHAIA	19455/2026	DEFERIDO
NICOLLY ROBERTA MARTINS DE ALMEIDA	19162/2026	DEFERIDO
PATRICIA LONGATO	20054/2026	INDEFERIDO
PATRICIA THAINA RUFINO FRANCO BARBOSA	19287/2026	INDEFERIDO
PATRICIA THAINA RUFINO FRANCO BARBOSA	19288/2026	INDEFERIDO
RYAN AMORIM DE SOUSA	19301/2026	DEFERIDO
SILVIA APARECIDA CORDEIRO GEQUELIN	19864/2026	INDEFERIDO
SILVIA APARECIDA CORDEIRO GEQUELIN	19872/2026	INDEFERIDO

2 Os candidatos interessados em interpor recursos relativos à situação das inscrições, poderão fazê-lo através de Protocolo Digital ou no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, do dia 27/08/2026 até 28/08/2026.
3 As justificativas referentes aos indeferimentos se encontram junto ao protocolo de cada processo.

Balsa Nova, 20 de agosto de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito De Balsa Nova

Publicado por:
Fernando Magatão
Código Identificador:A980D5BE

ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 87/2026

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 87/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 178/2026
PROTOCOLO Nº 19829/2026

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE BALSA NOVA - PR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob Nº 76.105.527/0001-42, com sede à Av. Brasil, 665, em Balsa Nova-PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO**, portador da cédula de identidade RG n.º 7.523.394-9 e do CPF/MF n.º 039.931.399-09, residente e domiciliado na Rodovia Anibal Khoury, nº 1131, Bugre, em Balsa Nova/PR

OBJETO

AUTORIZO a INEXIGIBILIDADE de licitação que tem por objetivo a **contratação de software de automação com a finalidade de validar, acompanhar e fiscalizar orçamentos provenientes dos processos de consertos e reparos da frota municipal**, nos termos do caput do artigo 74, da Lei Federal nº 14133/2021.

CONTRATADO(A)

FORNECEDOR: AUDATEX BRASIL SERVICOS LTDA., inscrito no CNPJ/CPF sob nº 02.144.891/0001-85, com sede na Avenida Maria Coelho Aguiar, nº 215, Bloco E, Andar 7, Bairro: Jardim São Luís, CEP: 05.805-000 na cidade de São Paulo/SP.

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	1	Contratação de software de automação para a Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo	SRV	1	140,89	140,89
1	2	Contratação de software de automação para a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	SRV	1	1.127,12	1.127,12
1	3	Contratação de software de automação para a Secretaria de Administração	SRV	1	1.268,74	1.268,74
1	4	Contratação de software de automação para a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes	SRV	1	2.254,24	2.254,24
1	5	Contratação de software de automação para a Secretaria de Saúde	SRV	1	4.226,70	4.226,70
1	6	Contratação de software de automação para a Secretaria de Assistência Social	SRV	1	1.268,01	1.268,01
1	7	Contratação de software de automação para a Secretaria de Obras	SRV	1	15.040,68	15.040,68

Total: R$ 25.326,38 (vinte e cinco mil, trezentos e vinte e seis reais e trinta e oito centavos).

DOTAÇÕES

PROGRAMÁTICA	FONTE	DESCRIÇÃO
07002231220002204333390400000	1000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA
09002041220002209433390400000	1000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA
05001041220002201833390400000	1000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA
08001123610009205233904000000	1001	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA
12001103010016211333904000000	1008	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA
13002081220015212933904000000	1000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA
06001041220002202933904000000	1000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA

Balsa Nova, em 26 de Agosto de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:D171EFA7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ATA SRP 024/2026

PREFEITURA MUNICIPAL
BELAVISTADACAROBA
SRP – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E PUBLICAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº047/2026
O Município de Bela Vista da Caroba, Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, com base na Lei Federal 14.133/21 e suas alterações, Decreto Municipal nº145/2023, torna público:
1) REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TECIDOS E AVIAMENTOS, PARA ATENDER O PROGRAMA DE SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMILIA – PAIF E O SCFV DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL, com vigência de 26 de agosto de 2026 a 25 de agosto de 2027, conforme segue:
ATA SRP Nº 024/2026

3290 - TECELAGEM MADRYTEX LTDA (84.816.867/0001-00)						
Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
9	26209 - FIBRA PARA ENCHIMENTO SILICONADA.	KG	PLANALTO	100	17,00	1.700,00
21	26219 - TECIDO EM MALHA, 100% ALGODÃO CORES VARIADAS, PENTEADA, FIO 30	M	QUATRO K	400	17,50	7.000,00

22	26220 - TECIDO ETAMINE - COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO, LARGURA: 1,40 MT, GRAMATURA: 190 GRAMAS POR METRO LINEAR, CORES VARIADAS.	M	SANTA MARGARIDA	200	20,50	4.100,00
23	30217 - TECIDO FELTRO, 100% POLIÉSTER, COM NO MINIMO 1,40M LARGURA, GRAMATURA MINIMA: 177 G/M², CORES E ESTAMPAS VARIADAS	M	SANTA FÉ	300	13,40	4.020,00
24	26221 - TECIDO JUTA 100% NATURAL 1.00 LARGURA, COR CRU , TRAMA C9.	M	EUROTEXTIL	100	8,80	880,00
25	26222 - TECIDO FLANELA INFANTIL ESTAMPADO, 100% ALGODÃO, 1,40 LARGURA, NAS CORES E ESTAMPAS VARIADAS	M	incomfral	200	12,90	2.580,00
26	26223 - TECIDO FRALDA DUPLO, COM ESTAMPAS DELICADAS PARA BEBÊ, COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO, 80 CM DE LARGURA, GRAMATURA 180G/M², FIO: 30A² PENTEADO	M	incomfral	300	5,90	1.770,00
27	27775 - TECIDO JACQUARD/JACAR, COMPOSIÇÃO 58% ALGODÃO 42% POLIÉSTER, LARGURA 2,80M, GRAMATURA DE NO MÍNIMO 560G/M LINEAR, CORES E ESTAMPAS DIVERSAS.	M	EUROTEXTIL	280	18,50	5.180,00
28	26224 - TECIDO NÃO TECIDO(TNT), LARGURA 140M, COMPOSIÇÃO:100% POLIPROPILENO, GRAMATURA 0,35/0,40, CORES VARIADAS	M	SANTA FÉ	600	1,20	720,00
29	26225 - TECIDO OXFORD, LARGURA DE NO MÍNIMO 1.4 M, 100% POLIÉSTER, NAS CORES VARIADAS	M	EUROTEXTIL	400	5,40	2.160,00
30	27776 - TECIDO PANO MÁGICO, DE NO MÍNIMO 1 M de largura, MATERIAL 80% POLIÉSTER 20% POLIAMIDA – MICROFIBRA, CORES VARIADAS.	M	EUROTEXTIL	200	14,00	2.800,00
31	26226 - TECIDO PARA CORTINA EM BLACKOUT MALHA, DE NO MÍNIMO 2,80 DE LARGURA, COR VARIADAS	M	EUROTEXTIL	400	18,00	7.200,00
32	26227 - TECIDO PARA VAGONITE, 100% ALGODÃO, 1,40M LARGURA, NAS CORES VARIADAS.	M	SANTA MARGARIDA	60	23,00	1.380,00
34	26229 - TECIDO TRICOLINE, ESTAMPADO, LARGURA DE NO MÍNIMO 1,50M, COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO	M	SÃO GERALDO	150	9,70	1.455,00
Total (R$):						42.945,00

2545 - NELCI BULAU CAMPRA (07.729.278/0001-43)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
2	26203 - AGULHA PARA COSTURA MANUAL DE AÇO INOXIDÁVEL, Nº 2.	UN	NYBC	80	0,65	52,00
5	26206 - ALFINETE Nº 29, COM 50 G, CONTENDO NO MÍNIMO 400 UNIDADES.	CX	ACC	6	11,20	67,20
36	26231 - TOALHA DE BANHO 100% ALGODÃO, COM FAIXA DE ETAMINE PARA BORDAR, TAM. 1,40M X 70 CM, NA COR BRANCA, BEGE, MARROM, LILÁS, AZUL NAVAL, ROSA BEBÊ, VERDE BEBÊ, LARANJA	UN	CIRCULO	200	19,50	3.900,00
37	26232 - TOALHA DE PLASTICO FLANELADA ESTAMPADAS PARA FORRAR MESA POR 140CM DE LARGURA	M	PLASTVINIL 80		9,40	752,00
40	26235 - VARÃO PARA CORTINA 3,00 METROS, 19 MM DE DIÂMETRO, 3 SUPORTES DE PAREDE, 2 PONTEIRAS, PARAFUSOS E BUCHAS PARA FIXAÇÃO, CORES VARIADAS	UN	VITORIA	15	30,50	457,50
41	26236 - VARÃO PARA CORTINA 2,00 METROS, 19 MM DE DIÂMETRO, 2 SUPORTES DE PAREDE, 2 PONTEIRAS, PARAFUSOS E BUCHAS PARA FIXAÇÃO, CORES VARIADAS	UN	VITORIA	15	39,00	585,00
Total (R$):						5.813,70

5850 - CHSF DISTRIBUIDORA TEXTIL LTDA (62.234.180/0001-23)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
33	26228 - TECIDO SACARIA, PANO DE PRATO, LARGURA DE NO MÍNIMO 69 CM, COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO	M	FISCHER	200	4,90	980,00
35	26230 - TECIDO XADREZ, 100% ALGODÃO, 1,40M LARGURA, PARA TOALHAS DE MESA, NAS CORES VARIADAS	M	ADAR	250	9,30	2.325,00
Total (R$):						3.305,00

613 - CASA DAS LINHAS HELUANA LTDA (75.084.079/0001-85)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	26202 - AGULHA CROCHÊ, NIQUELADO, 2,0 A 4,0MM.	UN	CIRCULO	60	4,50	270,00
3	26204 - AGULHA PARA TRICÔ, O PAR DE ALUMÍNIO, 35CM COMPRIMENTO, Nº 3,5.	UN	CIRCULO	50	8,70	435,00
4	26205 - AGULHA PARA TRICÔ, O PAR DE ALUMÍNIO, 35CM COMPRIMENTO, Nº 5,0.	UN	CIRCULO	50	9,70	485,00
6	30214 - ARGOLA ACRÍLICA/PLÁSTICA, TRANSPARENTE, MULTIUSO, MEDIDAS DE 03 CM A 10 CM, IDEAL PARA USO EM ARTESANATO	UN	RITAS	200	2,30	460,00
7	26207 - BARBANTE COMPOSIÇÃO TÊXTIL: 85% ALGODÃO 15% OUTRAS FIBRAS, ROLO 700 G, Nº. 06, NA CORES VARIADAS	UN	apolo	500	14,70	7.350,00
8	26208 - ELÁSTICO CHATO Nº 12, BRANCO, LARGURA: 7 MM.	M	Real	400	0,60	240,00
10	26210 - FITA DE CETIM 100% POLIESTER - 07 MM, ROLO C/ 100MTS (SIMPLES), NA CORES VARIADAS	UN	CIRCULO	50	13,20	660,00
11	30215 - LINHA MEADA, COM NO MÍNIMO 8 METROS, COM 6 FIOS SEPARADOS, 100% ALGODÃO EGÍPCIO, CORES VARIADAS.	UN	MOLINÉ	300	3,30	990,00
12	26211 - LINHA PARA CROCHÊ, FIO NE 8/2, 100% ALGODÃO MERCERIZADO, CORES VARIADAS. TIPO CLÉA.	UN	CIRCULO	500	12,40	6.200,00
13	26212 - LINHA BARBANTE, 100 % ALGODÃO, FIO: NE 4/6 COM 700G. CORES VARIADAS.	UN	apolo	540	14,40	7.776,00
14	30216 - LINHA BARBANTE, NÚMERO 12, COM NO MÍNIMO 600 GRAMAS A UNIDADE, CORES VARIADAS.	UN	EURO ROMA	200	13,50	2.700,00
15	26213 - LINHA PARA COSTURA EM CONE 100% ALGODÃO, 1828 MTS, CORES VARIADAS.	UN	SOL	90	5,50	495,00
16	26214 - LINHA PARA CROCHÊ, FIO NE 4/2, 500 MTS, 100% ALGODÃO MERCERIZADO. CORES VARIADAS. TIPO ANNE	UN	CIRCULO	80	17,50	1.400,00
17	26215 - LINHA PARA TRICÔ FIO TIPO SOFT, 100% POLEÉSTER, ROLO DE 100G CORES VARIADAS.	UN	Pingouim	350	14,30	5.005,00
18	26216 - MEIA PEROLA PARA COLAGEM, 08MM, EM ABS ,PACOTE COM 500GR.	PCT	CIRCULO	20	21,00	420,00
19	26217 - PASSA VARÃO DE CORTINA, DE NO MÍNIMO 09 CM DE LARGURA, COMPOSIÇÃO: 100% POLIÉSTER. CORES VARIADAS.	M	PARANA	500	4,80	2.400,00
20	26218 - PÉROLA 8MM ABS COM FURO – PACOTE COM 250G	PCT	CIRCULO	16	18,50	296,00
Total (R$):						37.582,00

5851 - BEATRIZ SULZBACH CORNELIUS LTDA (30.759.356/0001-74)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
38	26233 - TOALHA DE ROSTO 100% ALGODÃO, COM FAIXA DE ETAMINE PARA BORDAR, TAM. 80 CM X 50 CM, NAS CORES VARIADAS	UN	reistin	200	9,90	1.980,00
39	26234 - TOALHA LAVABO / MÃO, LARG. 30 CM, COMP. 45 CM, 100% ALGODÃO, COM FAIXA DE ETAMINE PARA BORDAR, NAS CORES VARIADAS	UN	reistin	300	3,30	990,00
Total (R$):						2.970,00

TOTAL GERAL: R$ 92.615,70

Bela Vista da Caroba, 26/08/2026.

GELSON MAFFI
Prefeito

Publicado por:
Maiara Marcante
Código Identificador:131E6EA2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 131-2026

DECRETO Nº 131-2026 em 17 de agosto de 2026

Abre Crédito Orçamentário pela Movimentação de Dotações no Orçamento programa de 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 1186/2025 de 22 de dezembro de 2025.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Orçamentário, para a seguinte dotação orçamentária no valor de R$ 12.196,28 (doze mil e cento e noventa e seis reais e vinte e oito centavos):
1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
24000 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
24003 - DIVISÃO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
20 - Agricultura
608 - Promoção da Produção Agropecuária
26 - INCENTIVO À PRODUÇÃO VEGETAL
2.37 - INCENTIVO À PRODUÇÃO VEGETAL
1165 - 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações
31501 - Alienação de Bens Móveis Recursos Livres
R$ 12.196,28 (doze mil e cento e noventa e seis reais e vinte e oito centavos)
Art. 2º - Para atendimento do Crédito Orçamentário de que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro no valor de R$ 12.196,28 (doze mil e cento e noventa e seis reais e vinte e oito centavos):

FONTE DE RECEITA	VALOR R$
31501 - Alienação de Bens Móveis Recursos Livres	R$ 12.196,28

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos para 17 de agosto de 2026, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, em 17 de agosto de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito

Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul					
Rua São Paulo, 185 - Centro - 85.708-000 - Bom Jesus do Sul/ PR					
CNPJ: 01.612.443/0001-04 Fone: (46)3548-2000 licitacoes@bomjesusdosul.pr.gov.br		**Usuário:** Adriano Junior Dias		**Chave de Autenticação Digital**	
http://www.bomjesusdosul.pr.gov.br				2183-7789-797	
Relação de Alterações Orçamentárias					
Fundamento: Decreto 131-2026 de 17/08/2026					
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul					
Órgão orçamentário: 24000 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE					
Unidade orçamentária: 24003 - DIVISÃO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA					
Função: 20 - Agricultura					
Subfunção: 608 - Promoção da Produção Agropecuária					
Programa: 26 - INCENTIVO À PRODUÇÃO VEGETAL					
Ação: 2.37 - INCENTIVO À PRODUÇÃO VEGETAL					
Despesa 1165 - 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações					
Fonte de recurso: 31501 - Alienação de Bens Móveis Recursos Livres - 2.755.0000					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
17/08/2026	2643553	Suplementação Orçamentária	Superavit Financeiro	12.196,28	
		Superavit 31501			
			Total da despesa:	12.196,28	0,00
			Total da unidade orçamentária:	12.196,28	0,00
			Total do órgão orçamentário:	12.196,28	0,00
			Total do fundamento:	12.196,28	0,00
			Total geral	12.196,28	0,00

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:0672B01B

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 132-2026

DECRETO Nº 132-2026 em 17 de agosto de 2026

Abre Crédito Orçamentário pela Movimentação de Dotações no Orçamento programa de 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 1186/2025 de 22 de dezembro de 2025.
DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Orçamentário, para a seguinte dotação orçamentária no valor de R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais):
1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
24000 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
24003 - DIVISÃO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
20 - Agricultura
608 - Promoção da Produção Agropecuária
26 - INCENTIVO À PRODUÇÃO VEGETAL
2.37 - INCENTIVO À PRODUÇÃO VEGETAL
1328 - 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações
1881 - Transf. Conv. 071/2024 - SEAB, PAVIMENTAÇÃO POLIEDRICA 25.200,00M² R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais)
Art. 2º - Para atendimento do Crédito Orçamentário de que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação no valor de R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais):

FONTE DE RECEITA	VALOR R$
1881 - Transf. Conv. 071/2024 - SEAB, PAVIMENTAÇÃO POLIEDRICA 25.200,00M²	R$ 400.000,00

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos para 17 de agosto de 2026, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, em 17 de agosto de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito

Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul		
Rua São Paulo, 185 - Centro - 85.708-000 - Bom Jesus do Sul/ PR		
CNPJ: 01.612.443/0001-04 Fone: (46)3548-2000 licitacoes@bomjesusdosul.pr.gov.br	**Usuário:** Adriano Junior Dias	**Chave de Autenticação Digital**
http://www.bomjesusdosul.pr.gov.br		1738-4156-000
Relação de Alterações Orçamentárias		
Fundamento: Decreto 132-2026 de 17/08/2026		
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul		
Órgão orçamentário: 24000 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		
Unidade orçamentária: 24003 - DIVISÃO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA		
Função: 20 - Agricultura		
Subfunção: 608 - Promoção da Produção Agropecuária		
Programa: 26 - INCENTIVO À PRODUÇÃO VEGETAL		
Ação: 2.37 - INCENTIVO À PRODUÇÃO VEGETAL		
Despesa 1328 - 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações		
Fonte de recurso: 1881 - Transf. Conv. 071/2024 - SEAB, PAVIMENTAÇÃO POLIEDRICA 25.200,00M² - 1.701.0000		

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
17/08/2026	2643556	Suplementação Orçamentária	Excesso de Arrecadação	400.000,00	
		Excesso de arrecadação f1881			
			Total da despesa:	400.000,00	0,00
			Total da unidade orçamentária:	400.000,00	0,00
			Total do órgão orçamentário:	400.000,00	0,00
			Total do fundamento:	400.000,00	0,00
			Total geral	400.000,00	0,00

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:8EC09FDD

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 133-2026

DECRETO Nº 133-2026 em 25 de agosto de 2026

Abre Crédito Orçamentário pela Movimentação de Dotações no Orçamento programa de 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 1186/2025 de 22 de dezembro de 2025.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Orçamentário, para a seguinte dotação orçamentária:

1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
26000 - SECRETARIA DA FAMÍLIA, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO
26001 - SECRETARIA DA FAMÍLIA, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO
8 - Assistência Social
122 - Administração Geral
38 - ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA TODOS
2.63 - GESTÃO ADMINISTRATIVA
1293 - 3.3.90.93.00 - Indenizações e Restituições
37001 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica (SUAS) Sup. exerc. ant. 499,31 (quatrocentos e noventa e nove reais e trinta e um centavos)

Art. 2º - Para atendimento do Crédito Orçamentário de que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações:

1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
26000 - SECRETARIA DA FAMÍLIA, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO
26010 - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL AO IDOSO
8 - Assistência Social
241 - Assistência à Pessoa Idosa
39 - ASSISTÊNCIA SOCIAL AO IDOSO
2.64 - FUNDO MUNICIPAL DA PESSOA IDOSA - FMDPI
1210 - 3.3.90.33.00 - Passagens e Despesas com Locomoção
37001 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica (SUAS) Sup. exerc. ant. 499,31 (quatrocentos e noventa e nove reais e trinta e um centavos)

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos para 25 de agosto de 2026, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, em 25 de agosto de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito

Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul					
Rua São Paulo, 185 - Centro - 85.708-000 - Bom Jesus do Sul/ PR					
CNPJ: 01.612.443/0001-04 Fone: (46)3548-2000 licitacoes@bomjesusdosul.pr.gov.br			**Usuário:** Adriano Junior Dias	**Chave de Autenticação Digital**	
http://www.bomjesusdosul.pr.gov.br				1261-4340-644	
Relação de Alterações Orçamentárias					
Fundamento: Decreto 133-2026 de 25/08/2026					
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul					
Órgão orçamentário: 26000 - SECRETARIA DA FAMÍLIA, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO					
Unidade orçamentária: 26001 - SECRETARIA DA FAMÍLIA, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO					
Função: 8 - Assistência Social					
Subfunção: 122 - Administração Geral					
Programa: 38 - ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA TODOS					
Ação: 2.63 - GESTÃO ADMINISTRATIVA					
Despesa 1293 - 3.3.90.93.00 - Indenizações e Restituições					
Fonte de recurso: 37001 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica (SUAS) Sup. exerc. ant. - 2.661.0000					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
25/08/2026	2644262	Suplementação Orçamentária	Anulação de Despesa	499,31	
		Remanejamento			
Total da despesa:				499,31	0,00
Total da unidade orçamentária:				499,31	0,00
Unidade orçamentária: 26010 - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL AO IDOSO					
Função: 8 - Assistência Social					
Subfunção: 241 - Assistência à Pessoa Idosa					
Programa: 39 - ASSISTÊNCIA SOCIAL AO IDOSO					
Ação: 2.64 - FUNDO MUNICIPAL DA PESSOA IDOSA - FMDPI					
Despesa 1210 - 3.3.90.33.00 - Passagens e Despesas com Locomoção					
Fonte de recurso: 37001 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica (SUAS) Sup. exerc. ant. - 2.661.0000					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
25/08/2026	2644264	Redução da Despesa			499,31
		Remanejamento			
Total da despesa:				0,00	499,31
Total da unidade orçamentária:				0,00	499,31
Total do órgão orçamentário:				499,31	499,31
Total do fundamento:				499,31	499,31
Total geral				499,31	499,31

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:AD40DB44

ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 35/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito HELIO JOSE SURDI no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob a Lei nº 14.133/21, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações e ou pelo(a) pregoeiro(a) e sua equipe de apoio, resolve:

1. HOMOLOGAR e ADJUDICAR a presente licitação nestes termos:

a) Licitação nº: PR35/2026
b) Modalidade: Pregão
c) Data de homologação: 26/08/2026
d) Objeto da licitação: Contratação de empresa especializada para o fornecimento, confecção sob medida e instalação de cortinas e persianas, incluindo materiais (tecidos blackout e telas screen), acessórios (varões de alumínio, suportes, ilhós em inox e bandôs) e mão de obra técnica.
e) Fornecedores e itens declarados vencedores (cfe. cotação):

7843 - KODILEO COMÉRCIO DE CORTINAS E DECORAÇÕES LTDA (80.278.310/0001-01)

Lote	Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	1	33226 - Cortina de tecido blackout liso cor branco gelo ou cinza, 80% vedação, franzimento de 3x1 tamanho 2,50x1,50 com ilhós em inox 28mm e varão de alumínio 28mm com 3 suportes compactos de plástico pintados na cor cromada, com instalação inclusa. Sala de capoeira.	UN	PRÓPRIA	2	614,00	1.228,00
1	2	33229 - Cortina de tecido blackout liso cor branco gelo ou cinza, 80% vedação, franzimento de 3x1 tamanho 2,50x1,00 com ilhós em inox 28mm e varão de alumínio 28mm com 3 suportes compactos de plástico pintados na cor cromada, com instalação inclusa. Sala de capoeira.	UN	PRÓPRIA	3	531,90	1.595,70
1	3	33234 - Cortina de tecido blackout liso cor branco gelo ou cinza, 80% vedação, franzimento de 3x1 tamanho 2,50x1,50 com ilhós em inox 28mm e varão de alumínio 28mm com 3 suportes compactos de plástico pintados na cor cromada, com instalação inclusa. Sala de teatro.	UN	PRÓPRIA	2	614,00	1.228,00
1	4	33236 - Cortina de tecido blackout liso cor branco gelo ou cinza, 80% vedação, franzimento de 3x1 tamanho 2,50x1,00 com ilhós em inox 28mm e varão de alumínio 28mm com 3 suportes compactos de plástico pintados na cor cromada, com instalação inclusa. Sala de teatro.	UN	PRÓPRIA	3	531,90	1.595,70
1	5	33239 - Cortina de tecido blackout liso, cor branco gelo ou cinza, vedação 80%, franzimento de 3x1, medida 1,40x1,50 (l x a) com ilhós em inox 28mm e varão de alumínio 28mm, 3 suportes compactos de plástico pintados na cor cromada, com instalação. Sala dos Professores.	UN	PRÓPRIA	3	344,30	1.032,90
1	6	33240 - Cortina sob medida de tecido blackout liso cor branco gelo ou cinza, 80% vedação, franzimento de 3x1 tamanho 5,85x0,90 com ilhós em inox 28mm e varão de alumínio 28mm com 3 suportes compactos de plástico pintados na cor cromada, com instalação inclusa. Sala de aula escola.	UN	PRÓPRIA	1	1.125,00	1.125,00
1	7	33250 - Cortina sob medida de tecido blackout liso cor branco gelo ou cinza, 80% vedação, franzimento de 3x1 tamanho 6,00x2,00 com ilhós em inox 28mm e varão de alumínio 28mm com 3 suportes compactos de plástico pintados na cor cromada, com instalação inclusa. Sala de aula escola.	UN	PRÓPRIA	1	1.395,90	1.395,90
1	8	33251 - Cortina de tecido blackout liso, cor branco gelo ou cinza, vedação 80%, franzimento de 3x1 tamanho 2,50x1,50 (l x a) com ilhós em inox 28mm e varão de alumínio 28mm, 3 suportes compactos de plástico pintados na cor cromada, com instalação inclusa. Sala nova 01.	UN	PRÓPRIA	2	614,00	1.228,00
1	9	33252 - Cortina de tecido blackout liso, cor branco gelo ou cinza, vedação 80%, franzimento de 3x1 tamanho 2,50x1,50 (l x a) com ilhós em inox 28mm e varão de alumínio 28mm, 3 suportes compactos de plástico pintados na cor cromada, com instalação inclusa. Sala nova 02.	UN	PRÓPRIA	2	614,00	1.228,00
1	10	33255 - Cortina sob medida de tecido blackout liso cor branco gelo ou cinza, 80% vedação, franzimento de 3x1 tamanho 2,95x0,90 com ilhós em inox 28mm e varão de alumínio 28mm e varão de alumínio 28mm com 3 suportes compactos de plástico pintados na cor cromada, com instalação inclusa. Sala da pedagoga.	UN	PRÓPRIA	1	528,50	528,50
1	11	33258 - Cortina sob medida de tecido blackout liso cor branco gelo ou cinza, 80% vedação, franzimento de 3x1 tamanho 2,95x0,90 com ilhós em inox 28mm e varão de alumínio 28mm: com 3 suportes compactos de plástico pintados na cor cromada, com instalação inclusa. Sala de direção:	UN	PRÓPRIA	1	528,50	528,50
1	12	33261 - Cortina de tecido blackout trabalhado coleção frankfurt cor bege, vedação 80%, franzimento de 3x1 tamanho 2,20x1,60 (l x a), ilhós em inox 28mm e varão de alumínio 28mm com 3 suportes compactos de plástico pintados na cor cromada, com instalação inclusa. Sala de Atendimento (CAE).	UN	PRÓPRIA	7	638,90	4.472,30
1	13	33263 - Cortina de tecido blackout liso cor branco gelo ou cinza, 80% vedação, franzimento de 3x1 tamanho 2,50x1,00 com ilhós em inox 28mm e varão de alumínio 28mm com 3 suportes compactos de plástico pintados na cor cromada, com instalação inclusa. Sala da amamentação CMEI.	UN	PRÓPRIA	1	417,90	417,90
1	14	33266 - Cortina de tecido blackout liso cor branco gelo ou cinza, 80% vedação, franzimento de 3x1 tamanho 1,90x1,70 com ilhós em inox 28mm e varão de alumínio 28mm com 3 suportes compactos de plástico pintados na cor cromada, com instalação inclusa. Secretaria CMEI janela 1.	UN	PRÓPRIA	1	424,30	424,30
1	15	33270 - Cortina de tecido blackout liso cor branco gelo ou cinza, 80% vedação, franzimento de 3x1 tamanho 3,40x1,70 com ilhós em inox 28mm e varão de alumínio 28mm com 3 suportes compactos de plástico pintados na cor cromada, com instalação inclusa. Secretaria CMEI janela 2.	UN	PRÓPRIA	1	638,80	638,80
1	16	33274 - Cortina de tecido blackout liso cor branco gelo ou cinza, 80% vedação, franzimento de 3x1 tamanho 3,40x1,70 com ilhós em inox 28mm : e varão de alumínio 28mm com 3 suportes compactos de plástico pintados na cor cromada, com instalação inclusa. Sala dos professores CMEI.	UN	PRÓPRIA	1	638,80	638,80
1	17	33276 - Cortina de tecido blackout liso cor branco gelo ou cinza, 80% vedação, franzimento de 3x1 tamanho 2,80x1,50 com ilhós em inox 28mm; e varão de alumínio 28mm com 3 suportes compactos de plástico pintados na cor cromada, com instalação inclusa. Sala pedagoga CMEI.	UN	PRÓPRIA	1	582,10	582,10
1	18	33277 - Cortina de tecido blackout trabalhado coleção frankfurt cor bege, vedação 80%, com xale tela lumina 100% poliéster com prendedor de fio, franzimento de 3x1 tamanho 2,20x2,33 (l x a), ilhós em inox 28mm e varão de alumínio 28mm com 3 suportes compactos de plástico pintados na cor cromada, com instalação inclusa. Sala de recepção Secretaria de Educação e Cultura.	UN	PRÓPRIA	1	950,20	950,20
1	19	33279 - Cortina de tecido blackout trabalhado coleção frankfurt cor bege, vedação 80%, franzimento de 3x1 tamanho 2,20x1,60 (l x a); ilhós em inox 28mm e varão de alumínio 28mm com 3 suportes compactos de plástico pintados na cor cromada, com instalação inclusa. Sala da Nutricionista.	UN	PRÓPRIA	1	638,80	638,80
1	20	33280 - Cortina de tecido blackout trabalhado coleção frankfurt cor bege, vedação 80%, franzimento de 3x1 tamanho 2,20x1,60 (l x a), ilhós em inox 28mm e varão de alumínio 28mm com 3 suportes compactos de plástico pintados na cor cromada, com instalação inclusa. Sala da Pedagoga.	UN	PRÓPRIA	1	638,80	638,80
1	21	33282 - Cortina de tecido blackout trabalhado coleção frankfurt cor bege, vedação 80%, com xale tela lumina 100% poliester com prendedor de fio, franzimento de 3x1 tamanho 2,40x2,33 (l x a), ilhós em inox 28mm e varão de alumínio 28mm com 3 suportes compactos de plástico pintados na cor cromada, com instalação inclusa. Sala da Secretaria 01.	UN	PRÓPRIA	1	1.020,30	1.020,30
1	22	33283 - Cortina de tecido blackout trabalhado coleção frankfurt cor bege, vedação 80%, franzimento de 3x1 tamanho 2,20x2,33 (l x a), ilhós em inox	UN	PRÓPRIA	1	697,90	697,90

		28mm e varão de alumínio 28mm com 3 suportes compactos de plástico pintados na cor cromada, com instalação inclusa. Sala da Secretaria 02.					
1	23	33284 - Cortina de tecido blackout trabalhado coleção frankfurt cor bege, vedação 80%, franzimento de 3x1 tamanho 2,20x1,60 (l x a): ilhós em inox 28mm e varão de alumínio 28mm com 3 suportes compactos de plástico pintados na cor cromada, com instalação inclusa. Sala de Reunião.	UN	PRÓPRIA	2	577,30	1.154,60
Total (R$):							24.989,00

7844 - LOFTY FLEX PERSIANAS LTDA (18.900.026/0001-51)

Lote	Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
2	24	33345 - Persiana rollo com bandô de alumínio coleção Screen 01 cor ivory, tecido 70% PVC e 30% poliéster tamanho 1,20x1,00, comando E, tamanho 1,20, com instalação inclusa. Sala de recepção UBS.	UN	PRÓPRIA	1	172,70	172,70
2	25	33346 - Persiana rollo com bandô de alumínio coleção Screen 01 cor ivory, tecido 70% PVC e 30% poliéster, tamanho 2,00x1,00, comando D, tamanho 1,10, com instalação inclusa. Consultório 01 e 02.	UN	PRÓPRIA	2	287,80	575,60
2	26	33347 - Persiana rollo com bandô de alumínio coleção Screen 01 cor ivory, tecido 70% PVC e 30% poliéster, tamanho 2,00x1,00, comando E, tamanho 1,10, com instalação inclusa. Consultório 03, sala de empacotamento, odontologia janela E, odontologia janela D, sala multiuso janela E e D.	UN	PRÓPRIA	6	287,80	1.726,80
2	27	33348 - Persiana rollo com bandô de alumínio coleção Screen 01 cor ivory, tecido 70% PVC e 30% poliéster tamanho 1,90x1,00, comando D, tamanho 1,10, com instalação inclusa. Consultório enfermagem 01:	UN	PRÓPRIA	1	277,20	277,20
2	28	33349 - Persiana rollo com bandô de alumínio coleção Screen 01 cor ivory, tecido 70% PVC e 30% poliéster, tamanho 2,00x1,00, comando D tamanho 1,10, com instalação inclusa. Consultório enfermagem 02, sala de vacinação, sala de medicação, sala de lavagem, sala de nebulização, sala de gestão, sala de curativos	UN	PRÓPRIA	7	287,80	2.014,60
2	29	33350 - Persiana rollo com bandô de alumínio coleção Screen 01 cor ivory, tecido 70% PVC e 30% poliéster, tamanho 1,93x1,00, comando E, tamanho 1,10, com instalação inclusa. Cozinha.	UN	PRÓPRIA	1	283,10	283,10
2	30	33351 - Persiana rollo com bandô de alumínio coleção Screen 01 cor ivory, tecido 70% PVC e 30% poliéster, tamanho 1,20x1,00, comando D, tamanho 1,10, com instalação inclusa. Sala de esterilização e farmácia.	UN	PRÓPRIA	2	175,00	350,00
3	31	33352 - Persiana rollo com bandô de alumínio, coleção Screen 01 cor platinum, tecido 70% PVC e 30% poliéster, tamanho 2,20x1,45, comando D, tamanho 1,45, com instalação inclusa. Janela 1, espaço 1 – Agricultura.	UN	PRÓPRIA	1	401,20	401,20
3	32	33354 - Persiana rollo com bandô de alumínio, coleção Screen 01 cor platinum, tecido 70% PVC e 30% poliéster, tamanho 0,87x1,15, comando E, tamanho 1,15, com instalação inclusa. Porta 1, espaço 1 – Agricultura.	UN	PRÓPRIA	1	151,50	151,50
3	33	33355 - Persiana rollo com bandô de alumínio, coleção Screen 01 cor platinum, tecido 70% PVC e 30% poliéster, tamanho 2,20x1,45, comando D, tamanho 1,45, com instalação inclusa. Janela 1, espaço 2 – Agricultura.	UN	PRÓPRIA	1	401,20	401,20
3	34	33357 - Persiana rollo com bandô de alumínio, coleção Screen 01 cor platinum, tecido 70% PVC e 30% poliéster, tamanho 2,20x1,45, comando D, tamanho 1,45, com instalação inclusa. Janela 1, espaço 3 – Agricultura:	UN	PRÓPRIA	1	402,30	402,30
3	35	33359 - Persiana rollo com bandô de alumínio, coleção Screen 01 cor platinum, tecido 70% PVC e 30% poliéster, tamanho 2,20x1,45, comando E, tamanho 1,45, com instalação inclusa. Janela 1, espaço 4 – Agricultura.	UN	PRÓPRIA	1	401,20	401,20
3	36	33360 - Persiana rollo com bandô de alumínio, coleção Screen 01 cor platinum, tecido 70% PVC e 30% poliéster, tamanho 2,20x1,45, comando E, tamanho 1,45 com instalação inclusa. Janela 1, espaço 5 – Agricultura.	UN	PRÓPRIA	1	401,20	401,20
3	37	33361 - Persiana rollo com bandô de alumínio, coleção Screen 01 cor platinum, tecido 70% PVC e 30% poliéster, tamanho 2,20x1,45, comando D, tamanho 1,45, com Persiana rollo com bandô de alumínio, coleção Screen	UN	PRÓPRIA	1	401,20	401,20
3	38	33362 - Persiana rollo com bandô de alumínio, coleção Screen 01 cor platinum, tecido 70% PVC e 30% poliéster, tamanho 2,20x1,45, comando E, tamanho 1,45 com instalação inclusa. Janela 1, espaço 7 – Agricultura.	UN	PRÓPRIA	1	401,20	401,20
3	39	33363 - Persiana rollo com bandô de alumínio, coleção Screen 01 cor platinum, tecido 70% PVC e 30% poliéster, tamanho 2,20x1,45, comando D, tamanho 1,45, com instalação inclusa. Janela 1, espaço 8 – Agricultura.	UN	PRÓPRIA	1	401,20	401,20
3	40	33364 - Persiana rollo com bandô de alumínio, coleção Screen 01 cor platinum, tecido 70% PVC e 30% poliéster, tamanho 0,87x1,15, comando D, tamanho 1,45, com instalação inclusa. Porta 1, espaço 8 – Agricultura.	UN	PRÓPRIA	1	149,40	149,40
3	41	33365 - Persiana rollo com bandô de alumínio, coleção Screen 01 cor platinum, tecido 70% PVC e 30% poliéster, tamanho 2,20x0,95, comando E, tamanho 2,50, com instalação inclusa. Janela 1, espaço 9 – Agricultura.	UN	PRÓPRIA	1	358,40	358,40
3	42	33366 - Persiana rollo com bandô de alumínio, coleção Screen 01 cor platinum, tecido 70% PVC e 30% poliéster, tamanho 2,20x0,95, comando E, tamanho 0,95, com instalação inclusa. Janela 2, espaço 9 – Agricultura	UN	PRÓPRIA	1	358,40	358,40
3	43	33367 - Persiana rollo com bandô de alumínio, coleção Screen 01 cor platinum, tecido 70% PVC e 30% poliéster, tamanho 2,20x0,95, comando E, tamanho 0,95, com instalação inclusa. Janela 1, espaço 10 – Agricultura	UN	PRÓPRIA	1	358,40	358,40
3	44	33368 - Persiana rollo com bandô de alumínio, coleção Screen 01 cor platinum, tecido 70% PVC e 30% poliéster, tamanho 2,20x0,95, comando E, tamanho 0,95, com instalação inclusa. Janela 2, espaço 10 – Agricultura.	UN	PRÓPRIA	1	358,40	358,40
3	45	33369 - Persiana rollo com bandô de alumínio, coleção Screen 01 cor platinum, tecido 70% PVC e 30% poliéster, tamanho 2,20x0,95, comando E, tamanho 0,95, com instalação inclusa. janela 03, espaço 10 – Agricultura.	UN	PRÓPRIA	1	358,40	358,40
3	46	33370 - Persiana rollo com bandô de alumínio, coleção Screen 01 cor platinum, tecido 70% PVC e 30% poliéster, tamanho 2,20x0,95, comando E, tamanho 0,95, com instalação inclusa. Janela 4, espaço 10 – Agricultura	UN	PRÓPRIA	1	358,40	358,40

3	47	33371 - Persiana rollo com bandô de alumínio, coleção Screen 01 cor platinum, tecido 70% PVC e 30% poliéster, tamanho 0,65x2,20, comando E, tamanho 1,70, com instalação inclusa. Porta 1, espaço 11 – Agricultura	UN	PRÓPRIA	1	165,70	165,70
3	48	33372 - Persiana rollo com bandô de alumínio, coleção Screen 01 cor platinum, tecido 70% PVC e 30% poliéster, tamanho 1,00x2,20, comando D, tamanho 1,70, com instalação inclusa. Porta 2, espaço 11 – Agricultura	UN	PRÓPRIA	1	250,80	250,80
3	49	33373 - Persiana rollo com bandô de alumínio, coleção Screen 01 cor platinum, tecido 70% PVC e 30% poliéster, tamanho 0,65x2,20, comando E, tamanho 1,70, com instalação inclusa. Porta 3, espaço 11 – Agricultura.	UN	PRÓPRIA	1	165,70	165,70
3	50	33374 - Persiana rollo com bandô de alumínio, coleção Screen 01 cor platinum, tecido 70% PVC e 30% poliéster, espaço 12 – Agricultura. tamanho 0,90x1,20, comando D, tamanho 1,20, com instalação inclusa. Porta 1, espaço 12 - Agricultura.	UN	PRÓPRIA	1	155,80	155,80
Total (R$):							11.800,00

NOTA: Neste Termo de Homologação fica incluído o lote 1, o qual não constava no termo anterior emitido em 21/08/2026.

Bom Jesus do Sul-PR, 26/08/2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:0DA64BC2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL

CHEFE DE GABINETE
DECRETO N° 3.890, 26 DE AGOSTO DE 2026.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal n° 1.758/2025 de 13 de novembro de 2025.

DECRETA

Art. 1o Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, destinado ao suporte das despesas a serem realizadas com recursos oriundos do excesso de arrecadação no valor de R$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais), e por anulação de dotações o valor de R$ 155.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil reais), para suprir as dotações orçamentárias abaixo especificadas:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
04.00	**Departamento de Finanças**		
04.01	**Divisão Finanças, Contábil e Tesouraria**		
04.123.0004.2.008	**Ativid. Op. de Nat. Financ e Orçam**		
4.4.90.93	Indenizações e Restituições	925	500,00
05.00	**Depto de Obras e Serviços Rodoviários**		
05.01	**Divisão de Serviços Rodoviários**		
26.782.0005.2.011	**Atividades Operacionais da Divisão de Serviços Rodoviários**		
3.1.90.16	Outras Desp. variáveis – P. Civil (86)	000	40.000,00
07.00	**Depto de Saúde**		
07.01	**Fundo Municipal de Saúde**		
10.301.0007.2.015	**Atividades Operacionais do Fundo Municipal de Saúde**		
3.1.90.16	Outras Desp. variáveis – P. Civil (143)	303	100.000,00
09.00	**Depto de Educação, Cult e Esp.**		
09.01	**Divisão de Ensino**		
12.361.0010.2.029	**Ativid. Op. do Ensino Fundamen**		
3.1.90.16	Outras Desp. variáveis – P. Civil (354)	103	15.000,00
12.361.0010.2.031	**Manutenção da Merenda Escolar**		
3.3.90.32	Mat, Bem ou Serv. p Dist Grat (396)	1042	10.000,00
TOTAL			**165.500,00**

Art. 2o Para cobertura do crédito a ser aberto em decorrência da autorização constante desse decreto, serão utilizadas as ANULAÇÕES parciais das dotações orçamentárias abaixo relacionadas, e os recursos oriundos do excesso de arrecadação a ser apurado no corrente exercício, conforme o previsto no parágrafo primeiro nos incisos II e III do Art. 43 da Lei 4.320/64, e no Art. 4º incisos III e VI da Lei 1.758/2025 de 13 de novembro de 2025 - LOA – Lei Orçamentária Anual a seguir especificado:

I – Por excesso de arrecadação o valor de R$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais).

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
1321.01.11.01 (217)	Remuneração de Dep. Bancários	925	500,00
1714.52.01.00 (39)	Transf FNDE – PNAE	1042	10.000,00
	TOTAL		**10.500,00**

II – Por anulação de dotações o valor de R$ 155.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil reais).

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
01.00	**Câmara Municipal**		
01.01.	**Câmara dos Vereadores**		

01.031.0001.2.001	**Ativid. Operacionais do Legislativo**		
3.3.90.36	Outros Serv. de Terc. – P. Física (482)	000	29.900,00
06.00	**Depto de Obras e Serviços Urbanos**		
06.01	**Div de Obras e Serv. Urbanos**		
15.452.0006.1.004	**Pavimentação Asfáltica e/ou com pedras irregulares construção de calçadas em ruas e avenida.**		
4.4.90.51	Obras e Instalações (100)	000	10.100,00
07.00	**Depto de Saúde**		
07.01	**Fundo Municipal de Saúde**		
10.301.0007.2.015	**Atividades Operacionais do Fundo Municipal de Saúde**		
3.3.90.39	Outros Serv. de Terc. P. Jurídica (155)	303	100.000,00
09.00	**Depto de Educação, Cult e Esp.**		
09.01	**Divisão de Ensino**		
123610010.1.008	**Construção, Ampliação, Reforma Da Estrutura Física Das Unidades Escolares**		
4.4.90.51	Obras e Instalações (346)	103	15.000,00
TOTAL			**155.000,00**

Art. 3º Através desse ato ficam também atualizados os valores das Leis nº 1.752/2025 de 25 de setembro de 2025 - LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias e 1.749/2025 de 15 de setembro de 2025 do PPA – Plano Plurianual de Investimentos para 2026/2029.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos 26 (vinte e seis) dias do mês de agosto de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:E0FF542C

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 188/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2026

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL - PR - CNPJ: 80.874.100/0001-86
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 188/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2026– REGISTRO DE PREÇO Nº 27/2026
Processo Licitatório Nº 85/2026 **– HOMOLOGADO EM 24/08/2026.**
DETENTORA: MARLI SALETE SFOGGIA - ME – CNPJ: 02.329.391/0001-18.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de tecidos, aviamentos e materiais diversos destinados ao desenvolvimento das oficinas, projetos e atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), executados pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), em atendimento aos usuários do Cadastro Único, beneficiários do Programa Bolsa Família e demais famílias em situação de vulnerabilidade social do Município de Bom Sucesso do Sul – PR. Compreende, ainda, a aquisição de linhas, tecidos, aviamentos e materiais correlatos destinados à confecção de roupas, figurinos, fantasias, adereços e demais itens utilizados em apresentações culturais, eventos e atividades institucionais, especialmente aquelas relacionadas ao evento Natal de Luz, observadas as especificações técnicas, quantidades estimadas e demais condições estabelecidas no Termo de Referência, que é disponibilizado em documento próprio que complemente as informações constantes deste edital e seus anexos, relativos aos Itens descritos abaixo do **Pregão Eletrônico nº 37/2026**, nos termos das condições previstas no respectivo Edital e seus anexos, que fazem parte do presente instrumento, independentemente de transcrição**,** e conforme quadro de itens abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QTDE.	UNID.	MARCA	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL ITEM (R$)
10	Bola de isopor 0,70 mm.	500	unidade	Styroform	9,30	4.650,00
11	Bola de isopor 100 mm.	500	unidade	Styroform	10,65	5.325,00
12	Bola de isopor 125 mm.	500	unidade	Styroform	10,00	5.000,00
13	Bola de isopor 200 mm.	500	unidade	Styroform	10,65	5.325,00
15	Bola de isopor 60 mm.	500	unidade	Styroform	7,00	3.500,00
19	Cantoneira para caixa de MDF pequeno com bolinha – Kit com 4 unidades.	100	pacote	Armarinho São José	27,00	2.700,00
22	Cola branca extra adesivo PVA 500 gr.	100	unidade	Tek Bond	22,65	2.265,00
24	Cuias para chimarrão, de porungo revestidas com capa de material próprio para bordar, espuma expansiva, bocal polido de alumínio e pintura automotivo, com pé de PVC para decorar com pérolas.	150	unidade	Porto das Cuias	42,00	6.300,00
34	Fita natalina 38 mm peça com 10 mt.	50	rolo	Maluli	38,00	1.900,00
35	Fita natalina 63 mm peça com 10 mt.	50	rolo	Maluli	52,00	2.600,00
41	Laca Indiana Frasco de 100 ml.	50	unidade	Acrilex	45,65	2.282,50
48	Meia pérola abs 10 mm pacote com 500gr. Cor Pérola.	50	pacote	Aza Import	50,00	2.500,00
49	Meia pérola abs 12 mm pacote com 500gr. Cor Pérola.	50	pacote	Aza Import	56,00	2.800,00
50	Meia pérola abs 6 mm pacote com 500gr. Cor Branca.	50	pacote	Aza Import	48,00	2.400,00
51	Meia pérola abs 6 mm pacote com 500gr. Cor Pérola.	50	pacote	Aza Import	48,00	2.400,00
52	Meia pérola abs 8 mm pacote com 500gr. Cor branca.	50	pacote	Aza Import	48,00	2.400,00
53	Meia pérola abs 8 mm pacote com 500gr. Cor Pérola.	50	pacote	Aza Import	46,00	2.300,00
54	Meia pérola abs 10 mm pacote com 500gr. Cor branca.	50	pacote	Aza Import	48,00	2.400,00
55	Meia pérola abs 12 mm pacote com 500gr. Cor branca.	50	pacote	Aza Import	53,00	2.650,00
57	Olho de urso grande que mexe.	50	unidade	Nybc	20,65	1.032,50
58	Olho de Urso médio que mexe.	50	unidade	Nybc	20,00	1.000,00
59	Olho de urso pequeno que mexe.	50	unidade	Nybc	21,30	1.065,00
62	Papel manteiga.	50	unidade	Santex	3,30	165,00
64	Pérola abs 10 mm pacote com 500gr. Com furo. Cor Pérola.	50	pacote	Aza Import	51,90	2.595,00
65	Pérola abs 12 mm pacote com 500gr. Com furo. Cor Pérola.	50	pacote	Aza Import	56,00	2.800,00
66	Pérola abs 6 mm pacote com 500gr. Com furo. Cor Pérola.	50	pacote	Aza Import	49,00	2.450,00
67	Pérola abs 8 mm pacote com 500gr. Com furo. Cor Pérola.	50	pacote	Aza Import	49,00	2.450,00
72	Pincel para pintura em tecido nº 10, cabo vermelho.	50	unidade	Tigre	4,40	220,00
73	Pincel para pintura em tecido nº 14, cabo vermelho.	50	unidade	Tigre	5,00	250,00
88	Tecido xadrez, 100% poliéster, largura de 3 metros.			Esquina dos Tecidos	16,50	4.950,00

92	Verniz acrílico 100 ml.	100	unidade	Acrilex	21,80	2.180,00
93	Verniz Vitral 100 ml.	100	unidade	Acrilex	27,00	2.700,00
VALOR TOTAL HOMOLOGADO DO FORNECEDOR	**R$ 85.555,00 (oitenta e cinco mil quinhentos e cinquenta e cinco reais)**					

VALOR TOTAL E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: O valor total da Ata de Registro de Preços é **R$ 85.555,00 (oitenta e cinco mil quinhentos e cinquenta e cinco reais). Os pagamentos decorrentes da contratação prevista na presente licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária nº dotação 09.00 – Departamento de Educação Cultura e Esporte; 09.03 – Divisão de Cultura e Esporte; 13.392.00112.035– Apoio ao Desenvolvimento de Atividades Culturais; 33.90.30 –Material de Consumo; Despesa 573/1424; Fonte Recurso 0/5000 Recurso Livre/ Recurso livre Superavit; 08.00 Departamento de Assistência Social; 08.03 – Fundo municipal de Assistência Social; 0824400082.073 – Serviço de Fortalecimento de Vinculo; 33.90.30 – Material de Consumo; Despesa 557; Fonte de Recursos 934 – Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica.**
VIGÊNCIA: A vigência da Ata de Registro de Preço proveniente deste Pregão **será de 1 (um) ano** contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou até o término das quantidades registradas. Será admitida a prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preço por mais 12 (doze) meses, desde que comprovado que os preços registrados permanecem vantajosos e que possua quantitativo para o mesmo período. **Caso as partes não se interessem pela prorrogação da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar sua vontade, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias antes do término de sua vigência.**
Bom Sucesso do Sul, 26 de agosto de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaela Cléris Alves Cordeiro
Código Identificador:FAF09119

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 189/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2026

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL - PR - CNPJ: 80.874.100/0001-86
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 189/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2026– REGISTRO DE PREÇO Nº 27/2026
Processo Licitatório Nº 85/2026 **– HOMOLOGADO EM 24/08/2026.**
DETENTORA: EDUARDO GUERRA DO CARMO - EPP – CNPJ: 23.647.237/0001-64.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de tecidos, aviamentos e materiais diversos destinados ao desenvolvimento das oficinas, projetos e atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), executados pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), em atendimento aos usuários do Cadastro Único, beneficiários do Programa Bolsa Família e demais famílias em situação de vulnerabilidade social do Município de Bom Sucesso do Sul – PR. Compreende, ainda, a aquisição de linhas, tecidos, aviamentos e materiais correlatos destinados à confecção de roupas, figurinos, fantasias, adereços e demais itens utilizados em apresentações culturais, eventos e atividades institucionais, especialmente aquelas relacionadas ao evento Natal de Luz, observadas as especificações técnicas, quantidades estimadas e demais condições estabelecidas no Termo de Referência, que é disponibilizado em documento próprio que complemente as informações constantes deste edital e seus anexos, relativos aos Itens descritos abaixo do **Pregão Eletrônico nº 37/2026**, nos termos das condições previstas no respectivo Edital e seus anexos, que fazem parte do presente instrumento, independentemente de transcrição**,** e conforme quadro de itens abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QTDE.	UNID.	MARCA	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL ITEM (R$)
61	Palitos Com Ponta De Cera Para Pegar Strass E Pérolas.	250	unidade	Ladeira	14,00	3.500,00
68	Pincel para pintura em tecido nº 0, cabo vermelho.	50	unidade	Jowoart	3,40	170,00
69	Pincel para pintura em tecido nº 02 cabo amarelo, cerdas chatas.	50	unidade	Futuro	1,70	85,00
70	Pincel para pintura em tecido nº 06 cabo amarelo, cerdas chatas.	50	unidade	Futuro	1,90	95,00
71	Pincel para pintura em tecido nº 08 cabo amarelo, cerdas chatas.	50	unidade	Futuro	1,95	97,50
76	Manta de tiras siliconada de chaton de vidro, comprimento 40 cm, comprimento de 12 cm de largura.	50	unidade	Nybc	40,00	2.000,00
90	Tinta para tecido 37 ml. Cores variadas.	150	unidade	Full Color	4,20	630,00
91	Tinta para artesanato coloridas 100 ml.	100	unidade	Full Color	10,00	1.000,00
94	Vidrilhos para bordados pacotes de 100 g.	100	pacote	Nybc	12,00	1.200,00
VALOR TOTAL HOMOLOGADO DO FORNECEDOR	**R$ 8.777,50 (oito mil setecentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos)**					

VALOR TOTAL E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: O valor total da Ata de Registro de Preços é **R$ 8.777,50 (oito mil setecentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos). Os pagamentos decorrentes da contratação prevista na presente licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária nº dotação 09.00 – Departamento de Educação Cultura e Esporte; 09.03 – Divisão de Cultura e Esporte; 13.392.00112.035– Apoio ao Desenvolvimento de Atividades Culturais; 33.90.30 –Material de Consumo; Despesa 573/1424; Fonte Recurso 0/5000 Recurso Livre/ Recurso livre Superavit; 08.00 Departamento de Assistência Social; 08.03 – Fundo municipal de Assistência Social; 0824400082.073 – Serviço de Fortalecimento de Vinculo; 33.90.30 – Material de Consumo; Despesa 557; Fonte de Recursos 934 – Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica.**
VIGÊNCIA: A vigência da Ata de Registro de Preço proveniente deste Pregão **será de 1 (um) ano** contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou até o término das quantidades registradas. Será admitida a prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preço por mais 12 (doze) meses, desde que comprovado que os preços registrados permanecem vantajosos e que possua quantitativo para o mesmo período. **Caso as partes não se interessem pela prorrogação da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar sua vontade, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias antes do término de sua vigência.**
Bom Sucesso do Sul, 26 de agosto de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaela Cléris Alves Cordeiro
Código Identificador:B0A7D85B

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 190/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2026

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL - PR - CNPJ: 80.874.100/0001-86
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 190/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2026– REGISTRO DE PREÇO Nº 27/2026
Processo Licitatório Nº 85/2026 **– HOMOLOGADO EM 24/08/2026.**
DETENTORA: TECELAGEM MADRYTEX LTDA- EPP – CNPJ: 84.816.867/0001-00.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de tecidos, aviamentos e materiais diversos destinados ao desenvolvimento das oficinas, projetos e atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), executados pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), em atendimento aos usuários do Cadastro Único, beneficiários do Programa Bolsa Família e demais famílias em situação de vulnerabilidade social do Município de Bom Sucesso do Sul – PR. Compreende, ainda, a aquisição de linhas, tecidos, aviamentos e materiais correlatos destinados à confecção de roupas, figurinos, fantasias, adereços e demais itens utilizados em apresentações culturais, eventos e atividades institucionais, especialmente aquelas relacionadas ao evento Natal de Luz, observadas as especificações técnicas, quantidades estimadas e demais condições estabelecidas no Termo de Referência, que é disponibilizado em documento próprio que complemente as informações constantes deste edital e seus anexos, relativos aos Itens descritos abaixo do **Pregão Eletrônico nº 37/2026**, nos termos das condições previstas no respectivo Edital e seus anexos, que fazem parte do presente instrumento, independentemente de transcrição**,** e conforme quadro de itens abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QTDE.	UNID.	MARCA	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL ITEM (R$)
1	Aplique termocolante flores/frutos ou natalinos, aprox. 8 cm x 10 cm.	200	unidade	makro	2,00	400,00
2	Bandeja com alça de MDF 32x21x4cm.	100	unidade	bh	9,00	900,00
3	Bandejas em MDF redonda tam. P 24 cm x 05 cm.	100	unidade	bh	14,00	1.400,00
4	Barbante cru nº 4, 100% algodão cone com aprox. 700 m (podendo variar).	200	unidade	fial	16,00	3.200,00
5	Barbante cru nº 6, 100% algodão cone com aprox. 700 m (podendo variar).	200	unidade	fial	15,70	3.140,00
6	Barbante cru nº 8, 100% algodão cone com aprox. 700 m (podendo variar).	200	unidade	fial	16,40	3.280,00
7	Base para guirlanda em isopor tipo boia tamanho 440mm/44cm.	100	unidade	São José	39,70	3.970,00
8	Bastidor para ponto russo.	100	unidade	São José	6,00	600,00
9	Boá de pluma branco 4 fios metros (1,80m).	50	unidade	São José	50,90	2.545,00
14	Bola de isopor 225 mm.	500	unidade	São José	11,20	5.600,00
16	Caixa em MDF extravasada 15cmx13cmx08cm.	100	unidade	bh	8,25	825,00
17	Caixa tampa sapato em MDF 20cmx20cmx5cm.	100	unidade	bh	8,00	800,00
18	Caixas retangular em MDF 17cmx 11cmx05 cm.	100	unidade	bh	8,00	800,00
20	Canutilhos para bordados pac. 100 g.	100	pacote	São José	4,60	460,00
23	Cola permanente 37 g.	100	unidade	São José	7,10	710,00
25	Feltro liso 1,40 largura (metros) Cores Diversas.	100	metro	Santa Fé	12,80	1.280,00
26	Fio (meada) para bordado cores variadas, 100% algodão, acondicionadas em embalagens apropriadas de 8 mts (aprox.).	200	rolo	Circulo	1,00	200,00
27	Fita de cetim 10mm, rolo com 10 metros.	50	rolo	zanotti	1,80	90,00
28	Fita de cetim 15mm, rolo com 10 metros.	50	rolo	zanotti	2,80	140,00
29	Fita de cetim 3mm, rolo com 10 metros.	50	rolo	zanotti	1,40	70,00
30	Fita de cetim 5mm, rolo com 10 metros.	50	rolo	zanotti	6,60	330,00
31	Fita de cetim 7mm, rolo com 10 metros.	50	rolo	zanotti	1,50	75,00
32	Fita de Juta Vermelho com dourado 40 mm nº09 (rolos de 10 Metros).	100	rolo	zanotti	26,00	2.600,00
33	Fita métrica.	50	unidade	makro	2,50	125,00
36	Fita passamanaria cor dourada/prata rolo com 20 metros.	200	rolo	São José	27,60	5.520,00
37	Gliter pvc pacote de 500 gr. Dourado.	50	unidade	São José	37,10	1.855,00
38	Gliter pvc pacote de 500 gr. Vermelho.	50	unidade	São José	37,10	1.855,00
39	Guardanapo de papel para decoupagem 33x33cm Pacotes com 5 unidades.	50	pacote	São José	5,90	295,00
42	Lantejoula em metro com elastano, 8 mm rolo com 50 metros. Customização.	50	rolo	São José	78,00	3.900,00
43	Lantejoula em metro paetês, 6 mm rolo com 50 metros. Customização.	50	rolo	São José	49,00	2.450,00
44	Lantejoula em metro paetês, 8 mm rolo com 50 metros. Customização.	50	rolo	São José	75,00	3.750,00
45	Linha de algodão para crochê fina. Com 500 metros. Cores variadas.	100	rolo	Circulo	16,60	1.660,00
46	Linha de algodão para crochê grossa. Com 500 metros. Cores variadas.	100	rolo	Circulo	17,10	1.710,00
47	Linha de lã de 100 gr., 100% acrílico, cores sortidas.	100	rolo	Circulo	8,60	860,00
56	Missangas sortidas pacotes de 100 g.	50	pacote	São José	12,10	605,00
60	Paetê falso 1,20 de largura (metros).	50	metro	Eurotextil	15,10	755,00
63	Pé para Caixas Em Mdf, com detalhes 2,5cm x 2,8 cm, com encaixe no canto superior com 2 furos para fixação podendo ser com cola ou parafuso, na cor dourada, Jogo Com 4 Pés.	50	jogo	bh	23,00	1.150,00
74	Pincel trincha 1/2 "12.7mm.	50	unidade	São José	7,31	365,50
75	Manta de Strass, primeira linha 60 x 45 cm, nas cores preta e dourado.	20	unidade	São José	52,30	1.046,00
77	Tecido de Algodão cru fino 1,50 largura.	300	metro	São Geraldo	8,20	2.460,00
78	Tecido de Algodão cru grosso 1,50 largura.	300	metro	São Geraldo	10,00	3.000,00
79	Tecido de Algodao para pano de prato (metro).	300	metro	Lommaer	4,30	1.290,00
80	Tecido tule tradicional 1,20 largura (metros).	300	metro	Delfim	3,00	900,00
81	Tecido de Cetim (metros) coloridos, largura 1m e 50cm.	300	metro	Eurotextil	3,70	1.110,00
82	Tecido para patchwork 1,40 largura, 100% algodão. (metros).	50	metro	São Geraldo	11,30	565,00
83	Tecido para patchwork 1,40 largura, 100% algodão estampa natalina. (metros).	50	metro	São Geraldo	12,80	640,00
84	Tecido pele baixa 1,60 largura.	100	metro	Eurotextil	27,40	2.740,00
85	Tecido tipo blackout, 100% poliéster, 2,80 larguras. Nas cores cinza ou palha.	300	metro	Eurotextil	18,80	5.640,00
86	Tecido Velboa 1,60 largura.	100	metro	Eurotextil	11,80	1.180,00
87	Tecido voal liso, largura de 3 metros.	300	metro	Eurotextil	6,00	1.800,00
95	Fio de malha, rolo com 140 metros, composição 85% algodão e 15% outras fibras.	200	metro	fial	19,80	3.960,00
96	Tecido Malha (metro) 100% algodão com 1,20 de largura.	300	metro	Costa Rica	12,50	3.750,00
97	LINHA PARA COSTURA EM CONE - Linha para costura industrial e doméstica, tipo 100% poliéster fiado de alta tenacidade, lubrificada para alta velocidade, garantindo regularidade de pontos e costuras sem franzimento. O produto deve apresentar torção uniforme, espessura regular em toda a sua extensão, resistência à tração e ausência de nós, imperfeições, penugem excessiva ou pontos de fragilidade que causem rupturas frequentes no maquinário. Composição: 100% Poliéster fiado (spun polyester). Espessura/Título: Etiqueta 120 (Tex 26 a 28) – ideal para costuras em tecidos leves e médios. Apresentação/Suporte: Enrolada em suporte cônico rígido de plástico (cone), com base estável para desenrolamento vertical uniforme. Metragem por cone: Cone com no mínimo 5.000 metros lineares Solidez de cor: Alta fixação de cor, resistente à lavagem industrial, alvejamento doméstico e exposição à luz solar, sem sofrer desbotamento ou migração de cor (sangramento) para o tecido. Acondicionamento: Embalada individualmente em película plástica protetora transparente e acondicionada em caixas de papelão resistente apropriadas para transporte, contendo rótulo externo com marca, lote, cor, composição, título e metragem. Cores: Conforme tabela de cores fornecida pelo órgão gerenciador no momento da contratação.	20	cone	Triche	9,00	180,00

98	PASSAMANARIA PARA ACABAMENTO - Aviamento têxtil decorativo tipo passamanaria (fita galão trabalhada), estruturado em processo de tecelagem, entrelaçamento ou trançado de fios de alta qualidade. O produto deve apresentar desenhos ornamentais simétricos, textura firme e uniforme ao longo de toda a sua extensão, bordas laterais com acabamento limpo que impeça o desfilamento, e flexibilidade adequada para aplicação em contornos, curvas e retas. Isento de emendas grosseiras, nós aparentes, falhas no desenho, manchas ou fios puxados. Composição: 100% Poliéster, 100% Poliamida, ou misto (admitindo-se fios metalizados/lurex para acabamentos com brilho, conforme a necessidade do lote). Largura total: 20 mm (admitindo-se tolerância de +/- 5%). Estilo/Desenho: Podem ser liso trançado, com relevo metalizado, ondulado tipo sianinha trabalhada, ou motif floral, Apresentação/Suporte: Enrolado em carretel, carretilha de plástico ou peça de papelão rígido, perfeitamente alinhado, sem torções, vincos ou dobras incorretas. Metragem por peça: Rolo ou peça contendo no mínimo 20 metros lineares (ou conforme padrão de fábrica). Solidez de cor: Alta fixação de cor, resistente à fricção e a lavagens sucessivas, sem sofrer desbotamento ou migração de cor (sangramento) para a peça principal. Cores: Será indicada na ordem de fornecimento.	50	Rolo/peça	makro	13,20	660,00
99	TECIDO MALHA COM APLICAÇÃO DE PAETÊ (LENTIJOULA) - Descrição detalhada: Tecido plano ou de malha fina e maleável, servindo de base para a aplicação de lantejoulas/paetês circulares, achatados e com furação central, distribuídos de forma contínua, homogênea e sobreposta (tipo escama de peixe) por toda a extensão da peça. Os paetês devem ser fixados por meio de costura industrial com linha de alta resistência, garantindo que as lantejoulas não se soltem com o manuseio ou corte do tecido. O material deve ser totalmente isento de falhas de preenchimento, manchas, fios puxados ou áreas sem cobertura de brilho. Composição: Base em 100% Poliéster ou 100% Poliamida; Paetês em 100% PVC ou Poliéster metalizado. Largura mínima total: 1,40 metros (admitindo-se tolerância de +/- 5%). Largura útil bordada: Mínimo de 1,30 metros (área efetivamente coberta por paetês, descartando as margens de ourela). Tamanho do paetê: Diâmetro aproximado de 3 mm. Gramatura aproximada: Entre 180 g/m² e 320 g/m². Características visuais: Brilho uniforme, lantejoulas com bordas lisas e sem rebarbas cortantes que possam danificar o próprio tecido ou machucar o usuário. Cores: Conforme catálogo de cores a ser definido pelo órgão requisitante no momento da ordem de fornecimento.	50	metro	Eurotextil	25,00	1.250,00
100	TECIDO ORGANZA LISO - Tecido plano, de ligamento tafetá, caracterizado por sua transparência, aspecto fosco ou levemente acetinado, textura armada (engomada) e toque seco. O material deve apresentar estrutura firme, fios uniformes e excelente caimento estruturado, sendo isento de defeitos de tecelagem, manchas, furos ou fios puxados. Composição: 100% Poliéster ou 100% Poliamida (Nylon). Largura mínima: 1,40 metros (admitindo-se tolerância de +/- 5%). Gramatura aproximada: Entre 25 g/m² e 45 g/m² (tecido leve). Acabamento: Ourelas firmes e bem acabadas, sem desfiamentos longitudinais ao longo do rolo. Cores: Conforme catálogo de cores a ser definido pelo órgão requisitante no momento da ordem de fornecimento.	150	metro	Delfim	4,40	660,00
101	TECIDO PLANO COM PADRONAGEM XADREZ - Tecido plano de padrão xadrez (fios tintos), estruturado em ligamento tafetá ou sarja. A padronagem xadrez deve ser obtida diretamente pelo entrelaçamento de fios previamente tingidos (fio tinto), garantindo simetria perfeita nos quadros e cores idênticas em ambas as faces do tecido (direito e avesso). O material deve apresentar toque agradável, resistência ao pilling (formação de bolinhas) e encolhimento mínimo após lavagem. Isento de defeitos como nós, falhas de tecelagem, manchas, furos ou fios puxados. Composição: Misto, contendo no mínimo 67% Poliéster e 33% Algodão ou Viscose. Largura mínima: 1,40 metros (admitindo-se tolerância de +/- 5%). Gramatura aproximada: Entre 110 g/m² e 150 g/m² Solidez da cor: Alta resistência ao desbotamento por lavagens sucessivas, fricção e exposição à luz solar, sem migração de pigmentos entre os quadros do xadrez. Padronagem/Cores: Conforme catálogo de cores a ser definido pelo órgão requisitante no momento da ordem de fornecimento.	150	metro	Eurotextil	14,40	2.160,00
102	TECIDO PLANO TIPO VELUDO TRADICIONAL LISO - Tecido plano estruturado com uma base estável de ligamento tafetá ou sarja, apresentando na face direita uma superfície densa de pelos cortados, curtos, verticais e regulares (pêlo alto ou baixo). O material deve apresentar toque extremamente macio, aspecto opaco ou com brilho discreto e uniforme (sem manchas de reflexo), excelente caimento e resistência ao desgaste por fricção. Isento de falhas de tecelagem, áreas desprovidas de pelo (calvície no tecido), nós, furos ou manchas. Composição: 100% Poliéster, 100% Algodão ou misto. Largura mínima: 1,40 metros (admitindo-se tolerância de +/- 5%). Gramatura aproximada: Entre 220 g/m² e 350 g/m² (tecido de peso médio a encorpado). Cores: Conforme catálogo de cores a ser definido pelo órgão requisitante no momento da ordem de fornecimento.	50	metro	Eurotextil	9,60	480,00
103	TECIDO TIPO RENDA BORDADA - Tecido plano rendado de alta qualidade, estruturado sobre base em tela de malha fina ou tule (tipo tule mesh ou tule ilusione), com desenhos e motivos ornamentais (florais, geométricos ou arabescos) executados em bordado em relevo de alta densidade e excelente definição. O acabamento dos desenhos deve ser firme, sem fios soltos, rebarbas ou falhas no preenchimento dos pontos. Composição: Base e bordado em 100% Poliéster, 100% Poliamida ou mistura de ambas as fibras de alta resistência. Largura mínima: 1,30 metros de largura útil utilizável (descontando as margens de ourela não bordadas). Gramatura aproximada: Entre 120 g/m² e 250 g/m² (variável conforme a densidade do bordado exigida). Acabamento de borda (opcional): Barrados em ambas as laterais (tipo bico ou festonê) com desenho espelhado e acabamento limpo. Características de qualidade: O tecido deve apresentar toque agradável ao contato com a pele, maleabilidade adequada para alfaiataria/alta costura, e ser totalmente isento de defeitos como furos na base, manchas de graxa ou óleo, fios puxados ou falhas no maquinário de bordar. Cores Conforme catálogo de cores a ser definido pelo órgão requisitante no momento da ordem de fornecimento.	50	metro	Eurotextil	30,90	1.545,00
104	TECIDO TIPO VELUDO MOLHADO (MALHA DE VELUDO) - Tecido de malha por urdume ou trama (tipo plush/veludo), caracterizado por uma superfície de pelos curtos que passaram por um processo industrial de prensagem e calandragem em diferentes direções. Essa técnica confere ao tecido um aspecto visual cintilante, texturizado e irregular, simulando reflexos de luz de uma superfície molhada. O material deve possuir excelente elasticidade, toque sedoso, caimento fluido e alta resistência ao aparecimento de pilling (bolinhas). Isento de furos, desfiamentos na estrutura da malha ou manchas de tintura. Composição: Mínimo de 90% Poliéster e até 10% Elastano (Lycra). Largura mínima: 1,40 metros (admitindo-se tolerância de +/- 5%). Gramatura aproximada: Entre 180 g/m² e 260 g/m² (tecido maleável de peso leve a médio). Características estruturais: Alta elasticidade nos sentidos bidirecionais (trama e urdume), adaptável a peças ajustadas ao corpo. Cores: Conforme catálogo de cores a ser definido pelo órgão requisitante no momento da ordem de fornecimento.	50	metro	Eurotextil	17,00	850,00
105	TECIDO TULE COM APLICAÇÃO DE GLITTER - Tecido em tela de malha fina, tipo tule, transparente, com aplicação superficial de partículas de brilho (glitter) distribuídas de forma homogênea por toda a extensão da peça. Composição: 100% Poliéster ou 100% Poliamida. Largura mínima: 1,40 metros (admitindo-se tolerância de +/- 5%). Gramatura aproximada: Entre 30 g/m² e 50 g/m². Características visuais e táteis: Acabamento regular, sem falhas na deposição do glitter, com caimento adequado para vestuário e decoração. O tecido não deve apresentar fios puxados, furos ou manchas de fabricação. Cores: Conforme catálogo de cores a ser definido pelo órgão requisitante no momento da ordem de fornecimento.	100	metro	Delfim	7,20	720,00
106	VIÉS DE TECIDO PARA ACABAMENTO - Viés de tecido plano com corte em ângulo diagonal de 45 graus (viesado), com dobras laterais simétricas, paralelas e vincadas termicamente de fábrica. O produto deve apresentar estrutura firme, largura uniforme em toda a sua extensão, faces totalmente isentas de desfiamentos, nós, manchas, furos ou emendas grosseiras que comprometam a aplicação ou o acabamento estético. Composição: 100% Algodão ou misto (Mínimo de 67% Poliéster e 33% Algodão). Largura total (aberto): 35 mm (admitindo-se tolerância de +/- 5%). Largura inicial (com dobras): 24 mm. Apresentação/Suporte: Enrolado em carretel ou peça de papelão rígido/plástico, perfeitamente alinhado, sem torções ou dobras incorretas. Metragem por peça: Rolo/peça contendo no mínimo 20 metros lineares. Solidez de cor: Alta fixação de cor, resistente a lavagens sucessivas e à fricção, sem sofrer desbotamento ou migração de cor (sangramento) para a peça principal. Cores: Conforme catálogo de cores a ser definido pelo órgão requisitante no momento da ordem de fornecimento.	50	Rolo/peça	Makro	9,20	460,00
VALOR TOTAL HOMOLOGADO DO FORNECEDOR	**R$ 99.316,50 (noventa e nove mil trezentos e dezesseis reais e cinquenta centavos)**					

VALOR TOTAL E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: O valor total da Ata de Registro de Preços é **R$ 99.316,50 (noventa e nove mil trezentos e dezesseis reais e cinquenta centavos). Os pagamentos decorrentes da contratação prevista na presente licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária nº dotação 09.00 – Departamento de Educação Cultura e Esporte; 09.03 – Divisão de Cultura e Esporte; 13.392.00112.035– Apoio ao Desenvolvimento de Atividades Culturais; 33.90.30 –Material de Consumo; Despesa 573/1424; Fonte Recurso 0/5000 Recurso Livre/ Recurso livre Superavit; 08.00 Departamento de Assistência Social; 08.03 – Fundo municipal de Assistência Social; 0824400082.073 – Serviço de Fortalecimento de Vinculo; 33.90.30 – Material de Consumo; Despesa 557; Fonte de Recursos 934 – Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica.**

VIGÊNCIA: A vigência da Ata de Registro de Preço proveniente deste Pregão **será de 1 (um) ano** contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou até o término das quantidades registradas. Será admitida a prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preço por mais 12 (doze) meses, desde que comprovado que os preços registrados permanecem vantajosos e que possua quantitativo para o mesmo período. **Caso as partes não se interessem pela prorrogação da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar sua vontade, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias antes do término de sua vigência.**

Bom Sucesso do Sul, 26 de agosto de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaela Cléris Alves Cordeiro
Código Identificador:94C3E7F6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
ATA Nº 055.2026 - PREGÃO Nº 051.2026 - TINTAS

ATA Nº 055/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N° 051/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 111/2026

Aos dezoito dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis, às 09h00min, por meio da plataforma eletrônica www.gov.br/compras, foi aberta a sessão pública do Pregão Eletrônico nº 051/2026, vinculado à Contratação nº 987985-13/2026 e ao Processo Administrativo nº 111/2026, promovido pelo Município de Cafelândia/PR, cujo objeto consiste no Registro de Preços para eventuais e futuras aquisições de materiais de pintura, compreendendo massa acrílica, tinta, solvente, diluente, rolo de lã, pincel e correlatos, destinados à continuidade dos serviços prestados pela Secretaria de Viação e Obras do Município de Cafelândia/PR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. O procedimento foi processado com fundamento na Lei nº 14.133/2021, com valor máximo estimado de R$ 536.380,78, adotando-se o critério de julgamento de menor preço por item, no modo de disputa aberto, sob o Sistema de Registro de Preços, observadas as regras de participação exclusiva para ME/EPP, ampla concorrência e prioridade de contratação para empresas sediadas no Município de Cafelândia/PR, quando aplicáveis. Durante a sessão, o Agente de Contratação acompanhou a fase competitiva de lances, procedeu à análise das propostas classificadas e realizou as diligências necessárias à comprovação do atendimento das exigências do Edital, com solicitação de propostas ajustadas, documentos de habilitação e comprovação de exequibilidade para os itens que apresentaram descontos relevantes. Foram promovidas as desclassificações e convocações subsequentes necessárias, inclusive em razão de pedido de desclassificação e de ausência de apresentação da proposta no prazo concedido. Após análise dos documentos e esclarecimentos apresentados, as propostas remanescentes foram consideradas compatíveis com as exigências mínimas do instrumento convocatório. Após a análise das propostas e dos documentos de habilitação, foram declaradas vencedoras as empresas abaixo relacionadas. Foram oportunizados os períodos para manifestação de intenção de recurso nas fases de julgamento e habilitação, não constando nos relatórios manifestação recursal, operando-se a preclusão do direito recursal e seguindo o processo regularmente para a fase de adjudicação e homologação pela Autoridade Competente. As propostas foram classificadas e os pré-vencedores habilitados em 20/08/2026.

Participante/Vencedor	Valor R$	Valor R$ por extenso	Condições de pagamento	Itens/Lotes
CASA & CORES COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA CNPJ nº 37.364.053/0001-00	R$ 86.457,60	oitenta e seis mil quatrocentos e cinquenta e sete reais e sessenta centavos	Em até 30 dias mediante Nota Fiscal/Fatura	04, 05, 06 e 22
K.S INDUSTRIA E COMERCIO DE TINTAS LTDA CNPJ nº 57.951.680/0001-46	R$ 52.950,00	cinquenta e dois mil novecentos e cinquenta reais	Em até 30 dias mediante Nota Fiscal/Fatura	01, 02, 03, 08 e 09
ZANELLI & BARROS DE SOUZA LTDA CNPJ nº 84.806.264/0001-27	R$ 42.550,00	quarenta e dois mil quinhentos e cinquenta reais	Em até 30 dias mediante Nota Fiscal/Fatura	07, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 21

O valor total a ser adjudicado é de R$ 181.957,60 (cento e oitenta e um mil novecentos e cinquenta e sete reais e sessenta centavos), contemplando com o princípio da economicidade. O Agente de Contratação informou que a adjudicação e homologação do Pregão fica a cargo do Prefeito Municipal, assim como o Contrato será encaminhado ao setor competente. Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão dia 20/08/2026, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Agente de Contratação.

ADRIANO EFFTING
Agente de Contratação

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:ABB7E008

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL

GABINETE
LEI N.º 1.135, DE 25 DE AGOSTO DE 2026

Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder à desafetação e alienação dos bens móveis inservíveis pertencentes ao patrimônio do Município de Campina Grande do Sul, e dá outras providências.

Faço saber que a Câmara Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a desafetação e alienação dos bens móveis inservíveis pertencentes ao patrimônio do Município de Campina Grande do Sul, e dá outras providências.

Parágrafo único. Os bens móveis objeto da desafetação e alienação estão especificados no anexo único desta Lei.

Art. 2º O chefe do Poder Executivo Municipal fica autorizado a promover a alienação dos bens especificados nesta Lei, por meio de leilão público, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 01 de abril de 2021 e demais normas aplicáveis.

Art. 3º Os bens previstos nesta Lei deverão ser submetidos a avaliação promovida por comissão específica, com objetivo de apurar o valor que servirá de base para promoção do leilão público.

Art. 4º Os bens serão alienados na situação e estado de conservação que se encontrarem, pressupondo que tenham previamente sido examinados pelo licitante, não cabendo a respeito deles qualquer reclamação ou pedido de indenização.

Art. 5º A critério do Gestor Público**,** na hipótese de restarem fracassados alguns itens do leilão público realizado pelo Poder Executivo, fica autorizada a doação de tais bens.

Art. 6º Após a alienação ou doação, o Poder Executivo está autorizado a efetuar a baixa nos sistemas administrativos de controle de patrimônio.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campina Grande do Sul, 25 de agosto de 2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

LEI N.º 1.135, DE 25 DE AGOSTO DE 2026

ANEXO ÚNICO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO					
LEILÃO 2026					
BENS E VEÍCULOS					
LOTE 01					
Placa	**Marca**	**Ano**	**Modelo**	**Chassi**	**Renavam**
APN0045	**Volkswagen**	**2007/2008**	**Vw/Gol 1.0 – 04 porta**	**9BWCA05W48P054059**	**936194618**
LOTE 02					
Placa	**Marca**	**Ano**	**Modelo**	**Chassi**	**Renavam**
ARY0640	**Volkswagen**	**2009/2010**	**Vw/Gol 1.0 – 04 porta**	**9BWAA05WXAP059098**	**174416407**
LOTE 03					
Placa	**Marca**	**Ano**	**Modelo**	**Chassi**	**Renavam**
ARY0567	**Volkswagen**	**2009/2010**	**Vw/Gol 1.0 – 04 porta**	**9BWAA05W6AP060040**	**174418035**
LOTE 04					
Placa	**Marca**	**Ano**	**Modelo**	**Chassi**	**Renavam**
ARY0639	**Volkswagen**	**2009/2010**	**Vw/Gol 1.0 – 04 porta**	**9BWAA05W2AP060052**	**174421419**
LOTE 05					
Placa	**Marca**	**Ano**	**Modelo**	**Chassi**	**Renavam**
ANY4545	**Fiat**	**2008/2009**	**Palio 1.0 Economy 08v – 02 porta**	**9BD17164G95335750**	**987192884**
LOTE 06					
Placa	**Marca**	**Ano**	**Modelo**	**Chassi**	**Renavam**
ASS3703	**Honda**	**2010**	**CG125 – Motocicleta**	**9C2JC4140AR001511**	**214245756**
LOTE 07					
Placa	**Marca**	**Ano**	**Modelo**	**Chassi**	**Renavam**
ASS3208	**Honda**	**2010**	**CG125 – Motocicleta**	**9C2JC4140AR001445**	**209765518**
LOTE 08					
Placa	**Marca**	**Ano**	**Modelo**	**Chassi**	**Renavam**
ASP6772	**Honda**	**2010**	**CG125 – Motocicleta**	**9C2JC4140AR001428**	**209762292**
LOTE 09					
Placa	**Marca**	**Ano**	**Modelo**	**Chassi**	**Renavam**
ARM6443	**NXR/150**	**2009**	**Motocicleta NXR/150**	**9C2KD04209R004526**	**146955242**
LOTE 10					
Placa	**Marca**	**Ano**	**Modelo**	**Chassi**	**Renavam**
BAC1782	**Renault**	**2015/2016**	**Renault/Duster**	**93YHSRAF5GJ178584**	**1069205807**
LOTE 11					
Placa	**Marca**	**Ano**	**Modelo**	**Chassi**	**Renavam**
ATO6D65	**Volkswagen**	**2010/2011**	**Onibus Escolar**	**9532882W7BR113553**	**281943001**
LOTE 12					
Placa	**Marca**	**Ano**	**Modelo**	**Chassi**	**Renavam**
AXP2045	**IVECO**	**2013/2014**	**Iveco/Cityclass 70c17**	**93ZL68C01E8454037**	**588329878**
LOTE 13					
Placa	**Marca**	**Ano**	**Modelo**	**Chassi**	**Renavam**
AWG8G15	**Volkswagen**	**2012/2013**	**Vw/15190 EOD E.HD ORE**	**9532E82W2CR262284**	**496099795**
LOTE 14					
Placa	**Marca**	**Ano**	**Modelo**	**Chassi**	**Renavam**
SEM7I84	**Ford**	**2022/2023**	**Ford Transit**	**WFOBTTVD1PU006273**	**1349383004**
LOTE 15					
Placa	**Marca**	**Ano**	**Modelo**	**Chassi**	**Renavam**
AXM1G73	**Ford**	**2013/2014**	**Ford/Fiesta**	**9BFZF55A0E8023409**	**568393619**
LOTE 16					
Placa	**Marca**	**Ano**	**Modelo**	**Chassi**	**Renavam**
APN0046	**Renault**	**2007/2008**	**Kangoo Express16**	**8A1FC1U158L884311**	**958612145**
LOTE 17					
Placa	**Marca**	**Ano**	**Modelo**	**Chassi**	**Renavam**
AGY0D36	**Toyota**	**1984**	**Bandeirante**	**OJ73050**	**514293594**
LOTE 18					
Placa	**Marca**	**Ano**	**Modelo**	**Chassi**	**Renavam**
BBW9E26	**Jeep**	**2017/2018**	**Renegade Custon D**	**988611176JK149375**	**1142149169**
LOTE 19					

Placa	Marca	Ano	Modelo	Chassi	Renavam
AIZ9J08	Renault	2018/2019	Master 2.3 Furgao 16v L3H2	93YMAF4XEKJ753972	1194778981

LOTE 20					
Placa	Marca	Ano	Modelo	Chassi	Renavam
AKH9035	Marcopolo	2002/2002	Volare A8 ON – 28 lugares	93PB05B302C007701	784422273

LOTE 21					
Placa	Marca	Ano	Modelo	Chassi	Renavam
AVX7275	Iveco	2012/2013	Iveco/Cityclass 70C17	93ZL68C01D8443001	00484029657

LOTE 22	
ITEN	DESCRIÇÃO
Contêiner compactador de lixo reciclável	Dimensões: 2,20 x 5,20 x 1,50m

LOTE 23	
ITEN	DESCRIÇÃO
Caçamba com sobre chassi	Dimensões: 2,40 x 3,60 x 0,80m
LOTE 24	
ITEN	DESCRIÇÃO
Carroceria madeira	Dimensões: 2,20 x 4,20m

LOTE 25

MOBILIÁRIO EM GERAL

Chapa	Chapa Ant	QTD	Descrição
18078	18078	1	Arquivo de aço 4 gavetas p pastas suspensas
17999	17999	1	Mesa reta pé metálico 120x100x080
S/PLACA	S/PLACA	2	Armario madeira
3814	3814	1	Armario de aço
S/PLACA	S/PLACA	6	Armario de aço
522	522	1	Armario de aço 02 portas
522	522	1	Armario de aço 02 portas
15025	15025	1	Armario de aço 02 portas 170x090x045
8961	8961	1	Armario de aço 02 portas 170x100x040
10957	10957	1	Armario de aço 02 portas 190x080x040
10957	10957	1	Armario de aço 02 portas 190x100x040
10958	10958	1	Armario de aço 02 portas 190x100x040
3068	3068	1	Armario de aço 02 portas 200x060x040
3814	3814	1	Armario de aço 02 portas 200x060x040
9100	9100	1	Armario de aço 02 portas 200x080
1206	1206	1	Armario de aço 02 portas 200x080
9662	9662	1	Armario de aço 02 portas 200x100x040
10920	10920	1	Armario de aço 02 portas 200x120x080
18190	18190	1	Armario de aço 02 portas 200x120x080
18199	18199	1	Armario de aço 02 portas 200x120x080
18327	18327	1	Armario de aço 02 portas 200x120x080
401	401	1	Armario de aço 02 portas rch moveis de aço 240x100x50
401	401	1	Armario de aço 02 portas rch moveis de aço 240x100x50
9481	9481	1	Armario de aço 02 portas silmax 200x100x040
3458	3458	1	Armario de aço 04 gavetas
3409	3409	1	Armario de aço 04 gavetas
9039	9039	1	Armario de aço 04 gavetas
15233	15233	1	Armario de aço 04 gavetas p pastas
3103	3103	1	Armario em aço com 5 prateleiras
3511	3511	1	Armario em alumínio com 3 gavetas e 1 prateleira
3511	3511	1	Armario em alumínio com 3 gavetas e 1 prateleira 100x150x060
10927	10927	1	Armario em MDF 2 portas 150x100x080
3106	3106	1	Armario em MDF 4 portas 160x110x040
311	311	1	Armario MDF com 4 portas 150x100
4342	4342	1	Armario roupeiro em aço 12 portas 200x120x080
4333	4333	1	Armario roupeiro em aço 16 portas
4361	4361	1	Armario roupeiro em aço 16 portas
4341	4341	1	Armario roupeiro em aço 16 portas
4417	4417	1	Armario roupeiro em aço 16 portas
9046	9046	1	Armario roupeiro em aço com 12 portas 180x100x040
3031	3031	1	Armario roupeiro em aço com 12 portas 180x150x040
3107	3107	1	Armario roupeiro em aço com 12 portas 200x120x040
2189	2189	1	Armario roupeiro em aço com 12 portas 200x140x050
S/PLACA	S/PLACA	5	Arquivo em aço
18079	18079	1	Arquivo de aço 4 gavetas p pastas suspensas
18197	18197	1	Arquivo de aço 4 gavetas p pastas suspensas
9039	9039	1	Arquivo de aço 4 gavetas p pastas suspensas 150x060x080
486	486	1	Arquivo de aço 4 gavetas p pastas suspensas big metal
487	487	1	Arquivo de aço 4 gavetas p pastas suspensas big metal
18196	18196	1	Arquivo de aço 4 gavetas p pastas suspensas
9040	9040	1	Arquivo em aço 4 gavetas p pastas suspensas 150x040x080
8904	8904	1	Arquivo em aço deslizante
10929	10929	1	Arquivo em aço deslizante 150x060x030
S/PLACA	S/PLACA	42	Banco refeitório
3028	3028	1	Berço infantil
9480	9480	1	Cadeira alta de alimentação para bebe
9496	9496	1	Cadeira alta de alimentação para bebe Galzerano
S/PLACA	S/PLACA	1	Cadeira alta giratória

S/PLACA	S/PLACA	2	Cadeira alta para alimentação
S/PLACA	S/PLACA	5	Cadeira de plástico
664	664	1	Cadeira escolar infantil em polipropileno CJA03
3084	3084	1	Cadeira fixa
15297	15297	1	Cadeira fixa em courvin
15297	15297	1	Cadeira fixa em courvin
3760	3760	1	Cadeira fixa em tecido
5911	5911	1	Cadeira fixa em tecido
5909	5909	1	Cadeira fixa em tecido
5910	5910	1	Cadeira fixa em tecido
5823	5823	1	Cadeira fixa em tecido
S/PLACA	S/PLACA	3	Cadeira giratória
20697	20697	1	Cadeira giratória
2191	2191	1	Cadeira giratória
2189	2189	1	Cadeira giratória
1955	1955	1	Cadeira giratória
2855	2855	1	Cadeira giratória
2188	2188	1	Cadeira giratória
21918	21918	1	Cadeira giratória
21934	21934	1	Cadeira giratória
2980	2980	1	Cadeira giratória em tecido
1955	1955	1	Cadeira giratória em tecido
2188	2188	1	Cadeira giratória em tecido
1876	1876	1	Cadeira giratória em tecido
2855	2855	1	Cadeira giratória em tecido
3178	3178	1	Cadeira giratória em tecido quebrado
3178	3178	1	Cadeira giratória em tecido quebrado
15241	15241	1	Cadeira giratória mocho clinico
S/PLACA	S/PLACA	89	Cadeira infantil
S/PLACA	S/PLACA	4	Cadeira de alimentação
S/PLACA	S/PLACA	21	Cadeiras fixas
12602	12602	1	Cama infantil caminha empilhável
12554	12554	1	Cama infantil caminha empilhável
12649	12649	1	Cama infantil caminha empilhável
12573	12573	1	Cama infantil caminha empilhável
S/PLACA	S/PLACA	7	Cama infantil caminha empilhável
12554	12554	1	Cama infantil caminha empilhável Alfabrink 130x050x015
12543	12543	1	Cama infantil caminha empilhável Alfabrink 130x050x015
12649	12649	1	Cama infantil caminha empilhável Alfabrink 130x050x015
12602	12602	1	Cama infantil caminha empilhável Alfabrink 130x050x015
S/PLACA	S/PLACA	28	Carteira escolar
9483	9483	1	Carteira escolar em formica
1063	1063	1	Carteira escolar FNDE CJA04
9371	9371	1	Carteira escolar FNDE CJA04
3037	3037	1	Conjunto escolar arco íris 6 lugares infantil com 6 carteiras
9662	9662	1	Conjunto escolar arco íris 6 lugares infantil com 6 carteiras com 6 cadeiras empilháveis e uma mesa de centro
S/PLACA	S/PLACA	6	Conjunto mesas infantil s/ cadeiras
S/PLACA	S/PLACA	4	Estante em aço
2761	2761	1	Estante de aço com 5 prateleiras
2762	2762	1	Estante de aço com 5 prateleiras
2763	2763	1	Estante de aço com 5 prateleiras
3103	3103	1	Estante em aço com 5 prateleiras 185x080x040
2763	2763	1	Estante em aço com 5 prateleiras 200x100x030
2761	2761	1	Estante em aço com 5 prateleiras 200x100x030
18258	18258	1	Estante em aço com 5 prateleiras 200x120x080
18328	18328	1	Estante em aço com 5 prateleiras 200x120x080
18292	18292	1	Estante em aço com 5 prateleiras 200x120x080
S/PLACA	S/PLACA	1	Jogo mesa c/ cadeira
9960	9960	1	Jogo mesa c/ cadeira
18041	18041	1	Mesa auxiliar aço 090x120x060
S/PLACA	S/PLACA	10	Mesa de escritório
S/PLACA	S/PLACA	8	Mesa de refeitório
3555	3555	1	Mesa em madeira escritório 3 gavetas 120x100x100
S/PLACA	S/PLACA	39	Mesa infantil
S/PLACA	S/PLACA	2	Mesa redonda
S/PLACA	S/PLACA	8	Mesa refeitório
18234	18234	1	Mesa reta pé metálico 090x050x070
9051	9051	1	Mesa reta pé metálico 110x060x080
S/PLACA	S/PLACA	9	Mesas grandes

Publicado por:
Leonardo Sehnem Neto
Código Identificador:E0B158C3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - PORTARIA 008/2026

AUTORIZA A REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS

ROSEMARI PEREIRA RIBAS, Secretária Municipal de Saúde do Município de Campo do Tenente – PR, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Portaria 001/2025, **RESOLVE:**

Art. 1º – Autorizar a prestação de serviços extraordinários (horas extras) em conformidade com o Decreto nº 071/2021.

Ordem	Matrícula	SERVIDOR	Quantidade de Horas	Local
1	991141591	ADEMAR ROGALSKI	60 HORAS	São Luiz - Motorista
2	00367-1	ALCEMIR RODRIGUES DE OLIVEIRA	60 HORAS	SMS - Motorista
3	14031	ANGELA SANTOS DIAS	40 HORAS	Assistência Social – São Luiz
4	01188-1	CAROLINE SCHAFHAUSER SENNA	60 HORAS	ESF Eloy - Tec. Enf.
5	01281-1	CAROLINE STELMACH DORIA	60 HORAS	São Luiz - Enfermeira
6	6981	CHINTIA MARIA ROSA	20 HORAS	ESF Waldomiro – Saúde Bucal
7	00759-1	CLARISSE RENATA DA SILVA	60 HORAS	São Luiz - Serv Gerais
8	10391	CRISTIANE ELIAS PORTELA	60 HORAS	ESF Waldomiro - Tec. Enf.
9	991141571	DÉBORA NATIÉLY CAMARGO	60 HORAS	São Luiz - Tec. Enf.
10	1209-1	DIVANIR APARECIDA DOS SANTOS	60 horas	ESF Eloy – Tec. Enf.
11	01046-1	ELAINE CHRISTIE JUNGLE RAUTH	60 HORAS	ESF Divino - Tec. Enf.
12	6521	ELIZABETE APARECIDA CORREA	20 HORAS	ESF Divino – Saúde Bucal
13	991141565	ELVIS ETELMAR TEIXEIRA	60 HORAS	São Luiz - Motorista
14	991141646	FERNANDA ANTOCEVICZ DOS SANTOS	60 HORAS	São Luiz – Serv Gerais
15	01289-1	FRANCIELI RODRIGUES	60 HORAS	São Luiz - Tec. Enf.
16	991141603	GEOVANE MARTINS CARNEIRO	30 HORAS	São Luiz - Radiologia
17	9991	GILSON ANTONIO ARRUDA	20 HORAS	ESF Divino – Saúde Mental
18	00876-1	HEDINA DO CARMO DE LIMA RODRIGUES NAGEL	60 HORAS	São Luiz - Serv. Gerais
19	00076-1	JANETE AP VENTURA DOS SANTOS	60 HORAS	São Luiz - Aux. Enf.
20	00872-1	JANETE DO ROCIO XAVIER DA SILVA DOMINGUES	60 HORAS	São Luiz - Tec. Enf.
21	991141668	JOSÉ PEDRO KAIS	60 HORAS	São Luiz - Enfermeiro
22	991141593	JOSMAEL ELIAS PORTELA	60 HORAS	SMS - Motorista
23	00360-1	JUCIANE BARBOSA DA SILVA	60 HORAS	São Luiz - Serv. Gerais
24	991141648	LARISSA ANDRIELLY VIEIRA MACHADO	20 HORAS	ESF Divino – Saúde Mental
25	991141664	LARISSA DOMINGUES	60 HORAS	São Luiz - Enfermeira
26	01341-1	LOURIVAL MOREIRA DOS SANTOS	60 HORAS	São Luiz - Motorista
27	6501	MARCIA APARECIDA DA SILVA RIBEIRO	20 HORAS	ESF Eloy - Saúde Bucal
28	00161-1	MARCIO KISHIMOTO	60 HORAS	São Luiz - Motorista
29	13411	MARCIO MOREIRA DOS SANTOS	60 HORAS	São Luiz - Motorista
30	00639-1	MARIA ANGELICA DA SILVA	60 HORAS	ESF Eloy - Serv. Gerais
31	0371-1	MARIA CLAUDIANA FAGUNDES	60 HORAS	São Luiz - Aux. Enf.
32	991141651	MARIAH JOANNA KOCH GOMES	10 HORAS	ESF Divino – Médica
33	01255-1	MARLON SCHMIDMEIER	60 HORAS	São Luiz - Motorista
34	6491	MEIRE LUCINETE SOARES VIEIRA	20 HORAS	ESF Divino - Saúde Bucal
35	991141674	NATALIA FIGUEIRA VIDAL	20 HORAS	ESF Eloy - Saúde Bucal
36	991141585	NATHAN KRAUSE ZANCHI	20 HORAS	ESF Divino - Saúde Bucal
37	991141652	NILDA DA SILVA MEDEIROS	60 HORAS	São Luiz - Tec. Enf.
38	6511	PATRICIA CASSIANE DA SILVA	20 HORAS	ESF Waldomiro - Saúde Bucal
39	9911411673	RENAN MIGUEL DE ANDRADE CARDOSO	60 HORAS	SMS - Motorista
40	01195-1	ROBERTO LEUCH	30 HORAS	São Luiz - Radiologia
41	5721	ROXANE TREVISAN ALVES DE OLIVEIRA	60 HORAS	São Luiz – Aux. Enf.
42	01053-1	SABRINA CORDEIRO	60 HORAS	São Luiz - Enf.
43	00852-1	SANDRO NOENDORF	60 HORAS	SMS - Motorista
44	991141677	SIDMAR VAZ	60 HORAS	SMS - Motorista
45	00704-1	SINIRA DO ROCIO VEIGA	60 HORAS	São Luiz - Serv. Gerais
46	673-1	SIRLENE DA APARECIDA CHEIN	60 HORAS	ESF Waldomiro - Enfermeira
47	991141592	STEFANY MARIA BAUMGARTNER	60 HORAS	ESF Eloy - Enfermeira
48	1197-1	TATIANA EUKO QUEGE	60 HORAS	São Luiz - Enfermeira
49	00459-2	VERENICE APARECIDA DOS SANTOS CARDOSO	60 HORAS	São Luiz - Tec. Enf.

Art. 2º – A realização de serviços extraordinários ocorrerá no período de 15/08/2026 à 14/09/2026;

Art. 3º – A realização de serviços extraordinários pelos servidores da Secretaria Municipal de Saúde se justifica pela necessidade de cumprir a escala de trabalho, compensar faltas e ausências por atestados médicos, bem como pela insuficiência de pessoal no quadro da saúde, visando assegurar a continuidade e a qualidade dos atendimentos à população;

Art. 4º – Esta portaria entra em vigor no período estabelecido.

Campo do Tenente – PR, 03 de agosto de 2026.

ROSEMARI PEREIRA RIBAS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:DD0674A6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 551/2026

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 2.240.821,40 (Dois milhões, duzentos e quarenta mil, oitocentos e vinte e um reais e quarenta centavos) no Orçamento Geral do Município, autorizado pela Lei 1477/2025.

O Prefeito do Município de Campo Magro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e autorizado pela Lei n.º 1477/2025 de 18 de Dezembro de 2025.

RESOLVE

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município para o exercício financeiro de 2026, Crédito Adicional Suplementar na importância de R$ 2.240.821,40 (Dois milhões, duzentos e quarenta mil, oitocentos e vinte e um reais e quarenta centavos), como segue:

ÓRGÃO 02 GABINETE			
UNIDADE 01 GABINETE			
04.122.1002.2.002 – Manutenção da Chefia de Gabinete			
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal	0000	92.933,67
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	0000	10.000,00
TOTAL			102.933,67

ÓRGÃO 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
UNIDADE 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
12.361.1006.2.004 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Educação			
3.3.90.46.00.00	Auxílio Alimentação	0103	233.761,67
TOTAL			233.761,67

ÓRGÃO 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
UNIDADE 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
12.361.1006.2.011 – Mantenção do Fundeb			
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal	0101	1.470.078,38
TOTAL			1.470.078,38

ÓRGÃO 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
UNIDADE 02 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
12.365.1006.2.014 – Manutenção da Folha de Pagamento da Educação Básica			
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal	0103	167.000,25
TOTAL			167.000,25

ÓRGÃO 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
UNIDADE 01 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
12.368.1037.2.211 - Manutenção do Fundo Rotativo Municipal			
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	0103	5.000,00
TOTAL			5.000,00

ÓRGÃO 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
10.301.1005.2.034 – Manutenção da Folha de Pagamento - SESAU			
3.1.90.13.00.00	Obrigações Patronais	0303	191.029,52
3.3.90.49.00.00	Auxílio Transporte	0303	10.000,00
TOTAL			201.029,52

ÓRGÃO 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
10.301.1005.2.037 – Manutenção das Ubs			
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - PJ	0860	17,91
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - PJ	0498	100,00
TOTAL			117,91

ÓRGÃO 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS			
UNIDADE 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS			
15.452.1019.2.051 – Manutenção da Secretaria de Obras			
3.3.90.36.00.00	Outros Serviços de Terceiros - PF	0000	50.000,00
TOTAL			50.000,00

ÓRGÃO 13 SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS			
UNIDADE 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS			
24.131.1028.2.192 - Publicidade			
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - PJ	0000	10.000,00
TOTAL			10.000,00

ÓRGÃO 18 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO			
UNIDADE 01 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO			
02.061.1002.2.056 – Manutenção da Procuradoria Geral do Município			
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - PJ	0000	1.000,00
TOTAL			1.000,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito Adicional Suplementar aberto em conformidade com o artigo anterior serão utilizados recursos oriundos da anulação parcial de dotações do exercício de 2026, no importe de R$ **81.000,00** (Oitenta e um mil reais) e o excesso de arrecadação em diversas fontes no total de R$ **2.159.821,40** (Dois milhões, cento e cinqüenta e nove mil, oitocentos e vinte e um reais e quarenta centavos) :

ÓRGÃO 02 GABINETE			
UNIDADE 01 GABINETE			
04.122.1002.2.002 – Manutenção da Chefia de Gabinete			
3.1.90.13.00.00	Contribuições Patronais	0000	10.000,00
TOTAL			10.000,00

ÓRGÃO 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS			
UNIDADE 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS			
15.452.1019.2.051 – Manutenção da Secretaria de Obras			
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	0000	50.000,00
TOTAL			50.000,00

ÓRGÃO 05 SECRETARIA DE SAÚDE			
UNIDADE 01 SECRETARIA DE SAÚDE			
10.303.1005.2.502 – Manutenção do Programa de Dietas e Leites Especiais			
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	0303	10.000,00
TOTAL			10.000,00

ÓRGÃO 13 SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS			
UNIDADE 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS			
04.122.1022.2.207 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Licitação e Contratos			
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	0000	10.000,00
TOTAL			10.000,00

ÓRGÃO 18 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO			
UNIDADE 01 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO			
02.061.1002.2.056 – Manutenção da Procuradoria Geral do Município			
3.3.90.40.00.00	Serviços de Tecnologia da Informação	0000	1.000,00
TOTAL			1.000,00

Excesso de Arrecadação

0000	92.933,67
0103	405.761,92
0101	1.470.078,38
0303	191.029,52
0860	17,91
TOTAL	2.159.821,40

Art. 3º- Fica autorizado o Poder Executivo a suplementar indicando como recurso o superávit financeiro e o excesso de arrecadação, sem contar para o limite de 25% estipulado no artigo 8.º da Lei 1477/2025 – Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2026.

Art. 4º - Ficam alteradas as Leis de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual, anexo I e II, em valores iguais ao desta Lei, nos programas, órgãos e ações respectivas.

Art. 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Magro, 08 de julho de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:9E509C6E

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DO RESULTADO DE CHAMAMENTO PARA ANTECIPAÇÃO DE AVALIAÇÃO MÉDICA E PSICOLÓGICA N.º 117/2026
PROFESSOR – EDUCAÇÃO BÁSICA - 20 HORAS PSS/SEMEC - EDITAL N.º 012/2025

O Prefeito do Município de Campo Magro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, com base na Lei Municipal n.º 947/2017, regulamentado pelo Decreto Municipal n.º 094/2024, alterado pelo Decreto n.º 433/2025, e na autorização exarada no Parecer Jurídico n.º 179/2025, torna público o presente edital para o seguinte fim:

1 - Tornar público resultado da convocação do Edital n.º 117/2026 destinado para antecipação de avaliação médica e psicológica referentes à habilitação do Edital PSS/SEMEC n.º 012/2025 dos candidatos aprovados para o cargo de **PROFESSOR - EDUCAÇÃO BÁSICA – 20 HORAS.**

2 - Ressaltar que os candidatos que **NÃO COMPARECERAM A CONVOCAÇÃO**, perderam o direito à investidura ao cargo.

Paço Municipal de Campo Magro,
em 26 de agosto de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Cargo: PROFESSOR – EDUCAÇÃO BÁSICA – 20 HORAS

CLASSIFICAÇÃO	NOME	SITUAÇÃO DOCUMENTAÇÃO	EXAME ADMISSIONAL
115	Ana Paula Matoso	Ausente	Ausente
116	Luiza Franchesca Afornalli Araújo	Em análise	Apto para Função
117	Rosa Passarinho Melo dos Santos	Em análise	Apto para Função
118	Letícia Ribeiro Gaspareto	Em análise	Apto para Função
119	Anna Cecília Gremski Hanrique	Em análise	Apto para Função
120	Jhenifer Lesnioski	Ausente	Ausente
1	Marisa Márcia Medeiros Vaz	Ausente	Ausente

Final de Lista			
2 Final de Lista	Ana Paula Zonta	Ausente	Ausente
3 Final de Lista	Magali Bosa Pandolfo	Em análise	Apto para Função
4 Final de Lista	Morgana Francisco Michallovski	Em análise	Apto para Função
5 Final de Lista	Delba do Rocio Travalha	Em análise	Apto para Função
6 Final de Lista	Silvana da Silva Martin	Ausente	Ausente
7 Final de Lista	Bruna Cintia de Souza	Ausente	Ausente
8 Final de Lista	Adriana Alves da Silva	Ausente	Ausente

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:D6C246F8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 07.2026 – CMDCA

Aos 11 (onze) dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, com início às 09:00 horas, reuniu-se o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Campo Magro, em sessão ordinária, realizada de forma presencial com possibilidade de participação online, na Sala dos Conselhos, situado na Rodovia Gumercindo Boza, nº 13.440, Samambaia, Campo Magro. Na ocasião se fizeram presentes os conselheiros/as governamentais: **Tatiane** Cristina Dina Dembicki; **Sonia** Maria Gonçalves kudlawiec; **Edson** Pereira de Paula; **Karina** Alves; **Elisangela** Ramos Martins; os conselheiros/da sociedade civil: **Amanda** Ataele Lovato; **Ana** Heloísa Baratto Milleo; **Joziany** Silva Fernandes; **Daniel** Havro da Silva; **Tábata** Ferreira de Andrade; convidados e observadores: **Priscila** Ribas Machado, **Kauê** Lacerda Nunes; residente técnica **Ariane** Lara Luz Oliveira dos Santos.	7ª Reunião Ordinária do CMDCA 11/08/2026
O presidente, Edson, agradeceu a presença de todos e declarou aberta a plenária.	Abertura da Plenária
• Apreciação da Ata da Reunião Ordinária 06.2026 - CMDCA; • Escolha de Projeto Chancelado para o Edital do Itaú; • Ofício 522/2026 MPPR; • Ofício 466/2026 MPPR; • Ofício 16/2026 Ita Wegman; • Projeto Solidariedade; • Recomposição da suplência - representação CMDCA no Conselho da Educação e das Comissões Temáticas; • Ofício 157/2026 -SESAU; • Ofício 39 CONANDA; • Capacitação Conselho Tutelar - CEDCA; • Resolução 05/2026 CMDCA; • Ofício circular 11/2026 CEDCA; • Fortalecimento SGD/Capacitação Escola dos Conselhos; • Atualização site CMDCA; • Assuntos gerais.	Pautas
Após a abertura da reunião, foi apresentada a Ata da Reunião Ordinária nº 06.2026 – CMDCA, a qual foi submetida à apreciação do plenário e aprovada na íntegra, por unanimidade dos conselheiros presentes.	1. Apreciação Ata da Reunião Ordinária 06.2026 - CMDCA.
Em sequência, passou-se à escolha do projeto chancelado a ser apresentado na Chamada de Projetos Chancelados do Itaú Social. Foram apresentados o Projeto Criança Semente 2027, da Associação Ita Wegman, inscrita no CNPJ nº 10.311.690/0001-53, e o Projeto Educação para a Vida 2026/2027, da Comunidade Cristã Reviver em Campo Magro, inscrita no CNPJ nº 34.276.639/0001-16. Durante as apresentações, foram destacadas as características, metas e abrangência de cada proposta. Na sequência, os conselheiros realizaram ponderações acerca das propostas, destacando, entre outros aspectos, a necessidade de considerar a intersetorialidade, o trabalho em rede, o impacto territorial, a abrangência das ações e a capacidade de demonstrar resultados concretos, tendo em vista o caráter competitivo da seleção. Foi ressaltado que a escolha deveria considerar critérios técnicos e a proposta com maior potencial técnico de captação de recursos em favor do Município e do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Também foi discutida a importância de que, nas próximas edições, a seleção siga pautada na articulação com a rede municipal, bem como indicadores de impacto e alcance das atividades. Ao final das apresentações e ponderações, as propostas foram submetidas à votação do plenário. O **Projeto Criança Semente 2027**, da Associação Ita Wegman, recebeu **05 (cinco) votos**, enquanto o **Projeto Educação para a Vida 2026/2027**, da Comunidade Cristã Reviver em Campo Magro, recebeu **01 (um) voto**, registrando-se ainda as abstenções dos representantes diretamente vinculados às propostas. Dessa forma, foi escolhido o **Projeto Criança Semente 2027**, da Associação Ita Wegman, para prosseguimento da inscrição no Formlário Itaú Social. Ao final, ficou consignada a necessidade de elaboração e preenchimento da proposta em conjunto com o Conselho, observando-se especialmente a demonstração do impacto territorial, da intersetorialidade e do trabalho em rede. Foi ainda sugerido que, para futuras edições, as instituições sigam apresentando previamente propostas que contemplem ações articuladas com as políticas públicas e maior impacto no território municipal. **Deliberação:** aprovado o Projeto Criança Semente, exercício 2027, realizado pela Associação Ita Wegman inscrita no CNPJ 10.311.690/0001-53 para captação de até R$870.000,00 (oitocentos e setenta mil reais). **Encaminhamentos:** elaboração e preenchimento da proposta em conjunto com o Conselho.	2. Escolha de Projeto Chancelado para o Edital do Itaú.
Em continuidade à pauta, foi apreciado o expediente encaminhado pelo Ministério Público referente ao Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes, que comunica as obrigações e os prazos estabelecidos para a regularização das desconformidades identificadas no serviço. Foi esclarecido que o documento foi encaminhado ao CMDCA para ciência, especialmente em razão das atribuições do Conselho quanto ao acompanhamento e fiscalização da inscrições e renovações das entidades e serviços. Deliberou-se pelo encaminhamento da documentação à Comissão de Análise Documental, responsável pelo acompanhamento das inscrições e renovações, para que acompanhe as adequações do Serviço de Acolhimento Institucional, considerando também os prazos estabelecidos pelo Ministério Público. Ressaltou-se que a renovação da inscrição do serviço pelo CMDCA foi realizada de forma condicionada à realização de adequações, algumas das quais coincidem com os apontamentos realizados posteriormente pelo Ministério Público. Durante a discussão, destacou-se a importância de diferenciar as atribuições do CMDCA e do Ministério Público, ressaltando-se que compete ao Conselho exercer a fiscalização no âmbito de suas atribuições, enquanto o Ministério Público dispõe de apoio técnico especializado para análise e orientação das medidas necessárias. As orientações e normativas aplicáveis aos serviços de acolhimento foram consideradas como parâmetros para a qualificação do atendimento, devendo ser observados seus reflexos na efetiva qualidade do serviço prestado às crianças e adolescentes. Foi ressaltada a necessidade de aprimorar o acompanhamento realizado pelo CMDCA, especialmente diante da aprovação de inscrições com ressalvas ou condicionantes. Nesse sentido, foi proposta a elaboração, pela Comissão, de um roteiro próprio de fiscalização, bem como a organização de calendário de visitas periódicas e acompanhamento sistemático dos serviços, de modo a assegurar o registro das providências adotadas e a continuidade do trabalho independentemente da composição do Conselho. Também foi discutida a necessidade de organização e proteção dos documentos e arquivos do CMDCA, destacando-se a importância de estabelecer procedimentos permanentes para preservação dos documentos físicos e digitais, com mecanismos de segurança e acesso institucional que não dependam exclusivamente da gestão municipal ou de pessoas específicas. Quanto aos encaminhamentos, o Plenário tomou ciência do expediente encaminhado pelo Ministério Público referente ao Serviço de Acolhimento Institucional, ficando a documentação encaminhada à Comissão de Análise de Documentos para acompanhamento das adequações e dos prazos estabelecidos. Deliberou-se pelo encaminhamento de ofício à Secretaria Municipal de Assistência Social – SAS, comunicando que o CMDCA, no exercício de suas atribuições, acompanhará e fiscalizará as providências relativas ao serviço, bem como solicitando o encaminhamento ao Conselho de cópias dos documentos, respostas e demais comprovações encaminhadas pela Secretaria ao Ministério Público, referentes às adequações apontadas, para fins de acompanhamento e registro. **Encaminhamentos:** encaminhar a documentação à Comissão de Análise de Documentos, para acompanhamento das adequações e dos prazos estabelecidos. **Deliberação:** Encaminhar ofício à Secretaria Municipal de Assistência Social – SAS, comunicando que o CMDCA está ciente e, no exercício de suas atribuições, realizará o acompanhamento e a fiscalização das providências relativas ao serviço, solicitando que sejam encaminhadas ao Conselho cópias dos documentos, respostas e demais comprovações encaminhadas pela SAS ao Ministério Público, referentes às adequações apontadas, para fins de acompanhamento e registro pelo CMDCA.	3. Ofício 0522 MPPR
Na sequência, passou-se à apreciação do **Ofício nº 466**, do Ministério Público, que requisita, no prazo de 30 (trinta) dias, informações referentes às capacitações continuadas ofertadas aos Conselheiros Tutelares durante o ano de 2026, bem como informações acerca de suposta fila de espera para atendimento psicológico de crianças e adolescentes e da rotatividade de profissionais nos equipamentos da rede socioassistencial. Foi esclarecido que o expediente integra procedimento administrativo de acompanhamento continuado do Conselho Tutelar, instaurado pelo Ministério Público, que também contempla outras solicitações e providências dirigidas ao Conselho Tutelar, à Secretaria Municipal de Assistência Social, à Secretaria Municipal de Saúde e ao Poder Executivo. Durante a discussão, destacou-se que a questão da formação continuada dos Conselheiros Tutelares já havia sido objeto de resposta anterior do CMDCA, sendo ressaltado que a responsabilidade pela manutenção e capacitação continuada do Conselho Tutelar é, nos termos dos artigos 15 e 16 da Resolução 137 e 4º da Resolução 231 do CONANDA, bem como do artigo 134 do ECA, do Município, devendo os respectivos recursos estar previstos no orçamento municipal. Também foi esclarecido que as capacitações promovidas pelo CMDCA e financiadas pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, quando abertas aos Conselheiros Tutelares, constituem ações complementares à obrigação municipal de garantir a formação continuada. Em relação às demais questões apresentadas, foram destacadas como principais preocupações a rotatividade de profissionais e coordenadores nos equipamentos da rede socioassistencial, especialmente CRAS e CREAS, e a existência de fila de espera para atendimento psicológico de crianças e adolescentes, mencionando-se a insuficiência do número de profissionais disponíveis e a existência de demanda acumulada. Ressaltou-se a necessidade de obtenção de informações formais junto às Secretarias competentes para subsidiar a resposta do CMDCA ao Ministério Público. Também foi discutida a recomendação para articulação de medidas conjuntas entre o Conselho Tutelar, CMDCA e Poder Público visando à pactuação de fluxo prioritário para atendimento de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência. Considerando que a demanda extrapola a elaboração de uma resposta pontual ao Ministério Público, foi destacada a necessidade de aproximação permanente entre o CMDCA e o Conselho Tutelar, com acompanhamento contínuo das demandas identificadas e articulação com a rede de proteção. Como encaminhamento, deliberou-se pelo encaminhamento da demanda à Comissão de Políticas Básicas, que deverá atuar em conjunto com o Conselho Tutelar no levantamento das necessidades, discussão das demandas e proposição de medidas para o fortalecimento das políticas públicas voltadas à criança e ao adolescente. A Comissão contará com a participação dos representantes já definidos, tendo sido registrada a recomposição de sua composição, qual seja,representantes do Poder Público: Elisangela Ramos Martins Ribeiro (SESAU) e Tatiane Cristina Dina Dembicki (SAS) e Representantes da Sociedade Civil: Amanda Adele Lovato e Joziany Silva Fernandes. Foi ressaltado que, conforme a necessidade identificada durante os trabalhos, poderão ser convidados representantes do Poder Público e das Secretarias competentes, especialmente da área da Saúde, para contribuir com a discussão e construção dos encaminhamentos necessários. Também foi mencionada a possibilidade de utilizar espaços de articulação da rede de proteção para aprofundamento das discussões e construção de fluxos. Deliberou-se, ainda, que a Mesa Diretora providenciará a coleta das informações necessárias para resposta ao Ministério Público, mediante ofícios às Secretarias competentes, especialmente à Secretaria Municipal de Assistência Social, quanto à rotatividade de profissionais nos equipamentos, e à Secretaria Municipal de Saúde, quanto à demanda e ao atendimento psicológico de crianças e adolescentes. As respostas recebidas serão utilizadas para subsidiar o retorno do CMDCA dentro do prazo estabelecido de 30 (trinta) dias. Por fim, foi ressaltada a necessidade de que o CMDCA não se limite ao atendimento das solicitações do Ministério Público, mas desenvolva acompanhamento contínuo das demandas apresentadas pelo	4. Ofício 466/2026 MPPR

Conselho Tutelar e pela rede de proteção, buscando contribuir para o aprimoramento dos serviços e para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes. **Encaminhamentos:** A demanda foi encaminhada à Comissão de Políticas Básicas, para atuar em conjunto com o Conselho Tutelar, representado por Kauê Lacerda, no acompanhamento e articulação das demandas apresentadas. **Recomposição da Comissão de Políticas Básicas:** representantes do Poder Público: Elisangela Ramos Martins Ribeiro (SESAU) e Tatiane Cristina Dina Dembicki (SAS) e Representantes da Sociedade Civil: Amanda Ataele Lovato e Joziany Silva Fernandes. **Mesa Diretora:** ficará responsável por elaborar a resposta ao Ministério Público, utilizando as informações já disponíveis e, quando necessário, oficiando a Secretaria Municipal de Assistência Social – SAS e a Secretaria Municipal de Saúde – SESAU para complementação das informações solicitadas.	
Na sequência, passou-se à apreciação do Ofício nº 16/2026, encaminhado pela Associação Ita Wegman, inscrita no CNPJ nº 10.311.690/0001-53, referente **à retificação da solicitação do 5º Aditivo ao Termo de Fomento nº 001/2025 – Projeto Criança Semente**, bem como do respectivo Plano de Trabalho e Plano de Aplicação. Foi esclarecido que, durante a conferência dos comprovantes das destinações do Imposto de Renda, foram identificadas divergências nos valores inicialmente informados no formulário de conferência, decorrentes de erro de preenchimento, além da inclusão de nova destinação. Após a conferência e atualização dos valores pela Secretaria Executiva, o montante do 5º Aditivo foi retificado de **R$ 263.357,85 para R$ 264.628,24**, conforme demonstrado no memorial descritivo apresentado pela organização. Foi informado que a atualização corresponde à alteração da soma das destinações cadastradas, que passou de **R$ 291.396,85 para R$ 292.808,40**, com retenção de 10% no valor de **R$ 29.280,84** e repasse de 90% no valor de **R$ 263.527,56**, acrescido de **R$ 1.100,68** referentes aos rendimentos de aplicação financeira de janeiro a junho de 2026. Ressaltou-se que permanecem inalteradas as metas e demais condições do Plano de Trabalho, mantendo-se também a solicitação de alteração da vigência para 26 meses. Diante da retificação, foi solicitada a aprovação do novo valor e dos documentos atualizados, bem como a anulação da aprovação realizada na reunião ordinária 06.2026 e Resolução 11.2026, para que o processo prossiga com os valores devidamente conferidos. Submetida a matéria à apreciação do Plenário, foi **aprovada a retificação do 5º Aditivo ao Termo de Fomento nº 001/2025 – Projeto Criança Semente da Associação Ita Wegman, CNPJ 10.311.690/0001-53**, num montante **R$ 264.628,24 (duzentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e vinte e oito reais e vinte e quatro centavos),** bem como a manutenção da solicitação de vigência pelo período de **26 meses**, ficando anulada a aprovação anterior publicada na Resolução 11.2026, para fins de substituição pelos valores devidamente conferidos.	5.Ofício 16 Ita Wegman correção Aditivo
Em seguida, passou-se à apreciação do Projeto Solidariedade 05, apresentado pela Fundação Solidariedade, referente à solicitação de chancela do CMDCA para captação de recursos para o exercício de 2027. Foi apresentado o valor previsto para o orçamento do projeto para 2027, no montante de **R$ 2.370.000,00 (dois milhões trezentos e setenta mil reais)**, já considerando os 10% incidentes sobre a captação. Foi esclarecido que a solicitação decorre da necessidade de iniciar antecipadamente o planejamento financeiro e as captações para o próximo exercício, especialmente junto à empresa patrocinadora Volvo, que realiza as destinações de forma trimestral. O projeto refere-se ao Serviço de Acolhimento Institucional, com previsão de atendimento de 10 vagas exclusivas para crianças e adolescentes do Município de Campo Magro, podendo a capacidade de atendimento chegar a 36 vagas, conforme a disponibilidade e as condições de atendimento. Foi esclarecido que, em razão das necessidades individuais e da complexidade dos casos atendidos, especialmente relacionados a questões de desenvolvimento, saúde mental e outras demandas específicas, a instituição atualmente trabalha com quantitativo inferior à capacidade máxima, priorizando o atendimento individualizado e a qualidade do serviço. Foi ressaltado que o valor apresentado constitui meta de captação, não representando garantia de arrecadação ou de atendimento integral do valor solicitado. A entidade solicitou a aprovação do projeto e sua inclusão no site do CMDCA para que possa ser divulgado e ficar disponível para captação de recursos destinados ao exercício de 2027, destacando a necessidade de disponibilização até o final do mês, em razão do início das novas captações trimestrais a partir de setembro. **Deliberação:** Submetida a matéria à apreciação do Plenário, o Projeto Serviço de Acolhimento Institucional foi aprovado, autorizando-se a Fundação Solidariedade inscrita no CNPJ sob o nº 81.652.513/0001-89, para fins de de chancela e captação de recursos num montante 2.370.000,00 (dois milhões trezentos e setenta mil reais), para o exercício de 2027.	6. Projeto Solidariedade 05
Em sequência, foi realizada a recomposição da representação do CMDCA no Conselho Municipal da Educação, ficando a Sra. Amanda Ataele Lovato na qualidade de titular e Sonia Maria Gonçalves Kudlawiec, na qualidade de suplente. Deliberou-se, ainda, pelo encaminhamento de ofício à Secretaria Municipal de Educação – SEMEC, para ciência da referida recomposição. Também foram recompostas as comissões temáticas, quais sejam: **Comissão Permanente de Política Básica e Garantias de Direitos -** representação governamental: Tatiane Cristina Dembicki (SAS), Elisangela Ramos Martins Ribeiro (SESAU) e representação da Sociedade Civil: Amanda Ataele Lovato e Joziany Silva Fernandes. **Comissão de Comunicação, Articulação e Mobilização -** representação governamental: Sonia Maria Kudlawiec (SEMEC) e Elisangela Ramos Martins Ribeiro (SESAU) e representação da Sociedade Civil: Amanda Ataele Lovato e Daniel Havro da Silva. **Comissão Permanente do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente -** representação governamental: Tatiane Cristina Dina Dembicki (SAS) e Karina Alves da Silva (SEFAZ) e representação da Sociedade Civil: Amanda Ataele Lovato e Daniel Havro da Silva. **Comissão Setorial Permanente de Orçamento -** representação governamental: Tatiane Cristina Dina Dembicki (SAS) e Karina Alves da Silva e representação da Sociedade Civil: Amanda Ataele Lovato e Daniel Havro da Silva. **Comissão de Análise Documental Legislação e Normas -** representação governamental: Elisangela Ramos (SESAU) e Edson Pereira de Paula e representação da Sociedade Civil: Joziany Silva Fernandes e Ana Heloisa Baratto Milleo. Na sequência, foi deliberada a **delegação das atribuições da Comissão de Acompanhamento do Plano de Medidas Socioeducativas (MSE) à Comissão de Políticas Básicas,** passando esta a ter composição idêntica e a acompanhar também as matérias relacionadas às medidas socioeducativas. Ademais, definiu-se que a composição e a participação nas Comissões do Conselho deverão passar a observar a representatividade da respectiva cadeira governamental ou da sociedade civil, abrangendo o(a) conselheiro(a) titular e seu (sua) respectivo(a) suplente, e não a indicação nominal de seus integrantes.	7. Recomposição da suplência - representação CMDCA no Conselho da Educação e das Comissões Temáticas.
Dando sequência, a Secretaria Executiva apresentou o Ofício 157/2026 encaminhado pela Secretaria Municipal da Saúde que trata da resposta ao Ofício nº 34/2026 – CMDCA encaminhado à respectiva Secretaria, referente ao atendimento de crianças e adolescentes por meio da equoterapia junto à Associação Terapêutica Paradesportiva Equocavalaria. Registrou-se que, conforme informado pela SESAU, o Termo de Fomento encontra-se em fase de tramitação administrativa e que, diante da inexistência de instrumento jurídico vigente, não foram realizados novos encaminhamentos para atendimento, estando o início dos atendimentos condicionado à conclusão dos trâmites para formalização da parceria. Considerou-se que a resposta apresentada pela SESAU não contemplou integralmente as informações solicitadas pelo Conselho. Ficou registrado ainda, a ausência de resposta do Ofício 34/2026 - CMDCA também enviado à Secretaria Municipal de Assistência Social. **Deliberação:** deliberou-se pelo encaminhamento de ofício à Secretaria Municipal de Assistência Social – SAS, reiterando a solicitação de informações constante do Ofício nº 34/2026 – CMDCA, especialmente quanto à continuidade do serviço de equoterapia e às providências adotadas pela Secretaria, estabelecendo-se o prazo de 5 (cinco) dias para resposta. Deliberou-se, ainda, pelo encaminhamento da documentação e das respostas recebidas à Comissão de Políticas Básicas e ao Conselho Tutelar, para análise, acompanhamento e proposição dos encaminhamentos necessários junto à rede de atendimento.	8. Ofício 157/2026 - SESAU.
Em continuidade, foi dada ciência ao Plenário do Ofício nº 39/2026 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, referente à consulta pública para contribuição ao Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Após breve contextualização, foi deliberada a participação do CMDCA na referida consulta, ficando o preenchimento a cargo da Secretaria Executiva, em conjunto com a Mesa Diretora.	9.Ofício 39 CONANDA
Em continuidade, foi dada ciência aos conselheiros acerca da realização do Módulo II da capacitação sobre o SIPIA, com encontro presencial em Curitiba nos dias 13 e 14 de agosto de 2026, das 8h às 17h, contemplando atividades práticas de registro de atendimentos, identificação de violações de direitos, aplicação de medidas de proteção e encaminhamentos.	10. Capacitação Conselho Tutelar - CEDCA/PR.
Em continuidade, foi dada ciência ao Plenário acerca das ações relacionadas à execução das metas previstas na Resolução CMDCA nº 05/2026, especialmente quanto às capacitações previstas no Plano de Ação e Aplicação do Fundo. Registrou-se a contratação do Instituto Ranai para realização de capacitação geral da rede de promoção, proteção e garantia dos direitos da criança e do adolescente, prevista para o dia 1º de setembro de 2026, das 8h às 17h, no Centro da Juventude, destinada a profissionais da rede de atendimento, incluindo educadores sociais, conselheiros tutelares, equipes técnicas e demais profissionais envolvidos no atendimento de crianças e adolescentes. Foi também apresentada a proposta de aquisição de materiais de apoio, incluindo cartilhas para utilização em campanhas e ações de promoção e proteção dos direitos da criança e do adolescente. Registrou-se que a execução das metas e respectivas despesas deverá ser reportada à Comissão do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e de Comunicação Articulação e Mobilização, com posterior ciência ao Plenário, observando-se a vinculação dos gastos às metas previstas no Plano de Ação e Aplicação do Fundo. **Deliberação:** Deliberou-se pelo encaminhamento das informações e propostas às Comissões competentes para acompanhamento e análise, ficando o Plenário ciente da execução das ações.	11. Resolução CMDCA 05/2026
Em continuidade, foi dada ciência ao Plenário do Ofício Circular 11/2026 da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social – SEDEF/PR, contendo orientações para a organização dos Planos Municipais de Atendimento Socioeducativo. Deliberou-se pelo encaminhamento do referido ofício à Comissão de Acompanhamento do Plano de Medidas Socioeducativas – MSE, para análise e acompanhamento. Deliberou-se, ainda, pelo encaminhamento de ofício à Secretaria Municipal de Assistência Social – SAS, solicitando informações acerca da situação atual e do processo de elaboração do novo Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, encaminhando-se posteriormente a resposta da Secretaria à Comissão para conhecimento e providências pertinentes.	12. Ofício circular 11/2026 CEDCA
Em continuidade, foi abordada a perda do prazo para participação na capacitação da Escola de Conselhos. O Plenário deliberou pelo encaminhamento de ofício à SAS, solicitando justificativa quanto à perda do prazo, a fim de subsidiar a avaliação de eventuais ajustes nos fluxos internos de comunicação. Ressaltou-se, ainda, a necessidade de maior atenção aos prazos das comunicações.	13.Fortalecimento Sistema de Garantias de Direitos - SGD/ Capacitação da Escola dos Conselhos.
Em continuidade, foi discutida a necessidade de atualização e adequação do site do CMDCA, especialmente quanto à publicação e disponibilização de atas, resoluções, projetos chancelados e demais documentos, bem como à organização e funcionalidade do layout. Considerando as dificuldades recorrentes de atualização e formatação, deliberou-se pelo encaminhamento das questões levantadas à Comissão de Comunicação, Articulação e Mobilização, para avaliação e articulação com a área responsável pela Comunicação do Município, inclusive quanto à definição de fluxo para atualizações e eventuais alterações no site. Ficou solicitado à Secretaria Executiva que encaminhe com maior agilidade às respectivas Comissões as demandas que sejam de sua competência, evitando a concentração de assuntos que não necessitem de deliberação do Plenário. A Comissão deverá apresentar, na próxima reunião, retorno quanto às providências e tratativas realizadas junto à Comunicação.	14. Atualização site CMDCA.
Em assuntos gerais, foi informado ao Plenário sobre o acompanhamento das atividades do Grupo de Trabalho do Serviço de Acolhimento Familiar, com participação de representante do CMDCA. Registrou-se a realização de reuniões mensais, bem como avanços nas discussões e tratativas, inclusive junto ao Ministério Público. Informou-se que a previsão é de que o Serviço de Acolhimento Familiar esteja em funcionamento no Município até o final de dezembro de 2026. O acompanhamento permanecerá sendo realizado, com os respectivos informes ao Conselho quando houver questões relevantes.	15. Assuntos Gerais.
Nada mais havendo a tratar, a Presidência agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião.	16. Encerramento.
Após o exposto, eu, Selma Cristiane Batista Xavier Queiroz, declaro que a ata foi lavrada por mim e que o registro de presença encontra-se em anexo.	
SELMA QUEIROZ	***EDSON PEREIRA DE PAULA***
Secretária Executiva	Presidente do CMDCA

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:6A5A195C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES

CAMARA MUNICIPAL
TERMO ADITIVO Nº. 03

TERMO ADITIVO Nº. 03 AO CONTRATO N°. 02/2025, CELEBRADO EM 24/04/2025, ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES E A EMPRESA BN CARD SOLUÇÕES EM PAGAMENTOS LTDA.

Pelo presente TERMO ADITIVO A **CÂMARA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 01.513.101/0001-29, com sede na Av. Iguaçu, 290, Capitão Leônidas Marques – Pr., neste ato representado pelo seu Presidente Sr. Sidinei José Giusti, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **BN CARD SOLUÇÕES EM PAGAMENTOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, situada na Avenida Alexandre de Morais nº 1276, Qd. 11, Lt. 09, Sala 10 a 18, Goiânia – Goiás, CEP: 74.840-300, inscrita no CNPJ sob n.º 16.822.072/0001-54, neste ato representada pela Sra. Valquiria Guerra Pacheco, portadora do RG 4.977.*.** Órgão Emissor: SPTC/GO e do CPF sob o n.º 019.681.***-**, a seguir denominada **CONTRATADA**, resolvem, de comum acordo, aditar o contrato celebrado em 24/04/2025, acima identificado, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
Constitui objeto deste Termo Aditivo, a alteração do valor do vale-alimentação e vale-natalino concedido aos servidores da Câmara Municipal de Capitão Leônidas Marques, conforme reajuste de valores aprovado pela Lei Municipal n° 2.861, de 20 de agosto de 2026 e a Cláusula Terceira, item 3.4.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO TERMO ADITIVO
Fica alterado o valor do vale-alimentação e do vale-natalino, conforme segue:

DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	ESTIMATIVA DE BENEFICIÁRIOS	VALOR MENSAL DO BENEFÍCIO	VALOR TOTAL MENSAL DO BENEFÍCIO	VALOR TOTAL ANUAL DO BENEFÍCIO	TAXA MÁXIMA DE ADMINISTRAÇÃO	VALOR TOTAL ANUAL ESTIMADO COM A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO
Vale-alimentação	7	R$ 460,00	R$ 3.220,00	R$ 38.640,00	-10%	R$ 34.776,00
Vale-alimentação	1	R$ 710,00	R$ 710,00	R$ 8.520,00	-10%	R$ 7.668,00
Vale-natalino	8	R$ 400,00	R$ 3.200,00	R$ 3.200,00	-10%	R$ 2.880,00
VALOR TOTAL ESTIMADO COM DESCONTO: R$ 45.324,00 (quarenta e cinco mil, trezentos e vinte e quatro reais)						

CLÁUSULA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes do presente termo aditivo correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal de Capitão Leônidas Marques deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

3.3.90.39.00.00.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA
3.3.90.39.40.00.00.00 – PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR

CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no Contrato inicial, n° 02/2025, que ora se adita.

E, por estarem de comum acordo, assinam o presente Aditivo Contratual em duas vias, de igual teor e forma.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, 26 de agosto de 2026.

Câmara Municipal de Capitão Leônidas Marques - PR
SIDINEI JOSÉ GIUSTI
Contratante

BN CARD Soluções em Pagamentos LTDA
VALQUIRIA GUERRA PACHEGO
Contratada

Publicado por:
Eduarda Bianca de Oliveira Prause da Silva
Código Identificador:0FB97180

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 136/2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 66/2026

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS,** Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 76.208.842/0001-03, com sede a Av. dos Pioneiros, Nº 500, neste ato representado pelo Senhor Prefeito municipal abaixo assinado, doravante designado MUNICÍPIO de um lado, e de outro a empresa **64.137.275 SANDRO COTTA**, estabelecida na Av. Adolfo Chagas, Nº 431, bairro Alto Alegre, na cidade de Catanduvas, no Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas/MF sob n° 64.137.275/0001-54, neste ato representada por seu representante legal o Sr. Sandro Cotta, brasileiro, portador do CPF nº 007.xxx.xxx-01, residente e domiciliado a Av. Adolfo Chagas, Nº 431, bairro Alto Alegre, na cidade de Catanduvas, no Estado do Paraná, ao final assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas da Lei 14.133/21 e suas alterações subsequentes, face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial em epígrafe, tendo sido os referidos

preços ofertados pela empresa cuja proposta foi classificada ajusta a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS decorrente do Edital **Pregão Presencial Nº 26/2026**, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EFETUAR SERVIÇOS DE FUNILARIA, CHAPEAÇÃO E PINTURA DE VEICULOS DA FROTA MUNICIPAL.**
PARÁGRAFO SEGUNDO - O serviço deverá ser de primeira qualidade e atender as quantidades e especificações constantes do Termo de Referência em anexo.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Independente da aceitação o adjudicatário garantirá a qualidade do produto.
PARÁGRAFO QUARTO – É de responsabilidade da empresa manter em dia suas obrigações junto a órgãos ambientais quanto a exigências para o regular funcionamento. O Município fica eximido de qualquer responsabilidade quanto as obrigações de responsabilidade da empresa.
PARÁGRAFO QUINTO - A empresa vencedora deverá efetuar análise minuciosa de todas as informações constantes no termo de referência (ANEXO III), buscando junto ao MUNICÍPIO esclarecer toda e qualquer dúvida sobre detalhes relevantes para a correta execução dos serviços, a fim de que não sejam ofertados serviços que não atendam aos níveis de qualidade almejados.
PARÁGRAFO SEXTO – Observa-se que a empresa vencedora deverá atentar-se também as disposições contidas neste edital, quanto ao prazo de entrega de documentos APÓS O PREGÃO.
PARÁGRAFO SÉTIMO - O registro de preços da quantidade estimada não dá direito a empresa de receber a totalidade dos serviços, lhe cabendo tão somente receber o que for entregue, mediante emissão da Ordem de fornecimento por parte da Municipalidade.
PARÁGRAFO OITAVO - Além de todo disposto no edital, aplicam-se ao edital e ATA as normas e demais descritivos constantes no Termo de Referência e no **edital.**
PARÁGRAFO NONO - Para dirimir quaisquer dúvidas do serviço, fica estabelecido todo o descrito no TERMO DE REFERENCIA, o qual é parte do contrato.
PARÁGRAFO DÉCIMO– São norteadoras do objeto contratado, todas as regras e disposições estabelecidas no TERMO DE REFERENCIA, cominadas com as demais estabelecidas no edital.
PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – As despesas de retirada do veículo, e devolução após o serviço, correm por conta da contratada.
PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - A prestação de serviços consiste em:
- Serviços incluindo funilaria, chapeação e pintura, devendo o prestador fornecer todos os materiais, tais como: lixa, massa, massa para polir, verniz, tinta, e quaisquer outros necessários para a restauração da lataria danificada.
- Deverão ser executados serviços conforme descritos na Ordem de serviço a ser emitida pelo Município.
- As peças a serem substituídas, que não são possíveis de serem consertadas por um dos serviços prestados, serão fornecidas pelo Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA se obriga a executar os serviços, objeto deste Contrato, pelo preço de **R$ 114.980,00 (cento e catorze mil, novecentos e oitenta reais).**

LOTE	QTDE (veículos) e peças possíveis de consertos	UNID	QTD DE CADA CONSERTO	LOCAIS A CONSERTAR	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Gol (1 veículo)	unid	2	porta dianteira	650,00	1.300,00
		unid	2	porta traseira	650,00	1.300,00
		unid	1	Capô	750,00	750,00
		unid	1	Paralama	550,00	550,00
		unid	1	Para-choque	530,00	530,00
		unid	1	teto	600,00	600,00
VALOR TOTAL DO LOTE						**5.030,00**
3	Siena (2 veículos)	unid	4	porta dianteira	650,00	2.600,00
		unid	4	porta traseira	650,00	2.600,00
		unid	2	Capô	750,00	1.500,00
		unid	2	Paralama	550,00	1.100,00
		unid	2	Para-choque	550,00	1.100,00
		unid	2	teto	575,00	1.150,00
VALOR TOTAL DO LOTE						**10.050,00**
6	HB20 (3 veículos)	unid	6	porta dianteira	670,00	4.020,00
		unid	6	porta traseira	690,00	4.140,00
		unid	3	Capô	700,00	2.100,00
		unid	3	Paralama	550,00	1.650,00
		unid	3	Para-choque	550,00	1.650,00
		unid	3	teto	650,00	1.950,00
VALOR TOTAL DO LOTE						**15.510,00**
8	trada/Saveiro (10 veículos)	unid	20	porta dianteira	650,00	13.000,00
		unid	10	Capô	600,00	6.000,00
		unid	10	Paralama	750,00	7.500,00
		unid	10	Para-choque	600,00	6.000,00
		unid	10	teto	547,00	5.470,00
VALOR TOTAL DO LOTE						**37.970,00**
11	Fiat Toro (1 veículo)	unid	2	porta dianteira	750,00	1.500,00
		unid	2	porta traseira	750,00	1.500,00
		unid	1	Capô	750,00	750,00
		unid	1	Paralama	600,00	600,00
		unid	1	Para-choque	600,00	600,00
		unid	1	teto	715,00	715,00
VALOR TOTAL DO LOTE						**5.665,00**
13	Frontier (1 veículo)	unid	2	porta dianteira	750,00	1.500,00
		unid	2	porta traseira	750,00	1.500,00
		unid	1	Capô	600,00	600,00
		unid	1	Paralama	600,00	600,00
		unid	1	Para-choque	650,00	650,00
		unid	1	teto	715,00	715,00
VALOR TOTAL DO LOTE						**5.565,00**

19	Caminhão (12 veículos)	unidade	24	porta dianteira	550,00	13.200,00
		M²	50	assoalho	195,00	9.750,00
		unid	12	Para-choque	450,00	5.400,00
		unid	12	teto	570,00	6.840,00
VALOR TOTAL DO LOTE						**35.190,00**
VALOR TOTAL						**114.980,00**

PARAGRAFO SEGUNDO- Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis e deverão ser expressos em reais, limitando-se a quatro casas decimais após a vírgula, exceto em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Durante a vigência da ATA, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista legalmente, ou de redução dos preços praticados no mercado.

CLÁUSULA TERCEIRA – PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O pagamento será efetuado:
a) O pagamento será realizado após a execução dos serviços, mediante a apresentação da nota fiscal, acompanhada de relatório contendo a identificação do veículo, bem como registros fotográficos do antes e do depois da execução do conserto;
b) em até 30 dias após apresentação da nota fiscal;
c) A nota fiscal deve ser enviada por e-mail para o endereço "compras@catanduvas.pr.gov.br", sempre na data em que a mesma foi emitida e com todas as informações solicitadas no pedido e/ou empenho, para que o departamento competente possa fazer a conferência e, encontrando necessidade de correção possa solicitar a mesma ou a emissão de nova nota dentro de prazo não superior a 05 (cinco) dias. E, a referida nota, deve, ainda, vir acompanhada dos seguintes documentos:
Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços.
- Certidão de Regularidade junto a Fazenda Federal;
Certidão de regularidade de Tributos Municipais;
- Certificado de Regularidade do FGTS da empresa;
d) O não envio da nota fiscal com os documentos solicitados em apenso, nos termos da letra **"c"**, implicará em não pagamento, ao tempo que isentará a fazenda pública municipal de qualquer prejuízo, dano, juros ou multa.
PARÁGRAFO SEGUNDO – O município poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, dívidas ou indenizações devidas pelo fornecedor.
a – No caso de ocorrência de irregularidade ou inexecução parcial ou total do objeto do contrato, o pagamento do saldo remanescente ficará suspenso, até ulterior decisão, para fins do contido no PARÁGRAFO PRIMEIRO.
b – O contido no item PARAGRAFO PRIMEIRO E SEGUNDO será objeto de investigação através do competente processo administrativo;
PARÁGRAFO TERCEIRO - O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.
PARÁGRAFO QUARTO - Caso a empresa não tenha conta no BANCO DO BRASIL, ou ainda, NÃO TENHA EMITIDO BOLETO PARA PAGAMENTO, poderá ser descontado o valor referente à transferência bancária.
PARÁGRAFO QUINTO – A Nota Fiscal deverá conter as seguintes informações:
- Modalidade da licitação,
- Número e ano do contrato;
- Número e nome do banco;
- Número da agência;
- Número da conta corrente ou poupança;
- Valor de IRPJ a ser retido.
1 – Ainda, por força de Lei, deverá vir especificado na Nota Fiscal qual o valor a ser retido de IRPJ, caso a empresa se enquadre nos casos em que há incidência do Imposto.
1.1 – A não incidência da retenção de imposto somente será aceita caso a empresa tenha apresentado, para assinatura do contrato, uma das DECLARAÇÕES PARA FINS DE NÃO INCIDENCIA DE IRPJ (modelos anexos ao processo).
1.2 – O pagamento da Nota Fiscal somente será efetuado se, e quando, esta estiver contemplando todos os dados obrigatórios descritos no edital e contrato.
PARÁGRAFO SEXTO - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, será de 6% ao ano, pagos somente sobre os dias de atraso, calculado o valor devido dividido por 365 multiplicado pelos dias de atraso.
1 – Para que seja paga a compensação financeira sobre os dias de atraso a contratada deverá efetuar requerimento do mesmo.
PARÁGRAFO SÉTIMO - As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Fonte de Recursos	Código Despesa
02.01.04.122.1050.2.002	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERECEIROS – PESSOA JURIDICA	000	2740
02.04.04.122.1050.2.005	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERECEIROS – PESSOA JURIDICA	000	2741
02.07.12.361.1400.2.010	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERECEIROS – PESSOA JURIDICA	103	2742
02.07.12.361.1400.2.011	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERECEIROS – PESSOA JURIDICA	103	2743
02.08.15.452.1500.2.018	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERECEIROS – PESSOA JURIDICA	000	2744
02.08.15.452.1500.2.019	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERECEIROS – PESSOA JURIDICA	000	2745
02.08.26.782.1900.2.021	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERECEIROS – PESSOA JURIDICA	000	2746
02.09.08.122.1200.2.022	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERECEIROS – PESSOA JURIDICA	000	2747
02.10.18.541.1650.2.067	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERECEIROS – PESSOA JURIDICA	000	2748
02.10.20.606.1700.2.029	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERECEIROS – PESSOA JURIDICA	000	2749
02.11.10.301.1300.2.033	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERECEIROS – PESSOA JURIDICA	303	2750
02.14.11.334.1350.2.027	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERECEIROS – PESSOA JURIDICA	000	2751
02.15.13.392.1450.2.016	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERECEIROS – PESSOA JURIDICA	000	2752
02.19.08.244.1200.2.078	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERECEIROS – PESSOA JURIDICA	000	2753
02.20.27.812.1950.2.017	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERECEIROS – PESSOA JURIDICA	000	2754

CLÁUSULA QUARTA - PRAZO DE ENTREGA E VIGÊNCIA DA ATA e LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O prazo de validade da ata de registro de preços é de 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura da ATA, iniciando-se no dia seguinte a assinatura da mesma.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A ATA poderá ser prorrogada, segundo a conveniência e o interesse da Contratante, nos termos da lei.
PARAGRAFO TERCEIRO - O prazo de execução de cada serviço será aquele descrito na Ordem de Serviço, sendo que o mesmo será plausível de acordo com o tempo necessário para cada qual.
O prazo máximo para entrega dos produtos é de 2 (dois) dias após a emissão da ordem de fornecimento, sendo a quantidade, descritivo, e local de entrega, descritos na solicitação.
PARÁGRAFO QUARTO - O prazo de vigência é de 30 dias além do prazo de Registro.
PARÁGRAFO QUINTO - Local de ENTREGA: Cidade de Catanduvas, em local a ser determinado quando do requerimento, e indicado na ordem de fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
III - dar causa à inexecução total do contrato;
IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2015.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:
I - advertência;
II - multa;
III - impedimento de licitar e contratar;
IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:
I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
II - as peculiaridades do caso concreto;
III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
PARÁGRAFO TERCEIRO - A sanção prevista no inciso I será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
§ 3º A sanção prevista no inciso II, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas na Lei.
§ 4º A sanção prevista no inciso III será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
§ 5º A sanção prevista no inciso IV será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:
I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;
II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.
§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput deste artigo.
§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
§ 9º A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
PARÁGRAFO QUARTO – A forma de aplicação das penalidades e demais atos, seguirá o descrito na lei 14.133.

CLÁUSULA SEXTA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - CABE ao GESTOR DO CONTRATO:
1 - Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
2 - Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
3 - Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
4 - Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais de contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

5 - Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
6 - Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
PARÁGRAGO SEGUNDO – CABE ao FISCAL DO CONTRATO:
1 - Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
2 - Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
3 - Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
4 - Informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
5 - No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
6 - Comunicar ao gestor do contrato, por meio formal, no prazo de no mínimo 90 (noventa) dias antecedentes a data de vencimento, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
7 - Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
8 - Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
9 - Fica designada para fiscalização do contrato: **Jair da Rocha.**

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DAS PARTES

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/21 e seus regulamentos e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
PARÁGRAFO SEGUNDO - São obrigações do **CONTRATANTE**:
1 - Realizar os pedidos de materiais/serviços.
2 - Efetuar os pagamentos na forma e no prazo pactuado no contrato/ata de registro de preços, desde que cumpridas todas as exigências deste Edital, do termo de referência e do contrato/ata de registro de preços, em especial o contido na Clausula terceira, parágrafo primeiro, letra **"c"** dessa ata de registro de preços, cuja responsabilidade única de seu cumprimento é do fornecedor.
3 - Disponibilizar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do objeto do presente termo de referência;
4 - Designar servidores como Fiscais do Contrato, para acompanhar e fiscalizar a execução contratual;
5 - Permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências da CONTRATANTE para tratar de assuntos pertinentes à execução do objeto desse Termo de Referência;
6 - Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço objeto desse Termo de Referência, executado em desacordo com o mesmo, bem como do respectivo contrato;
7 - Proporcionar as condições necessárias ao bom andamento da entrega do objeto em questão.
8 - Impedir que terceiros executem o fornecimento objeto desta contratação.
9 - Comunicar oficialmente ao fornecedor quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.
10 - Disponibilizar equipe responsável de servidores públicos com a finalidade de operacionalizar os benefícios para utilização do sistema e ferramentas gerenciais.
11 - Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
PARÁGRAFO TERCEIRO - São obrigações da **CONTRATADA**:
1 - Atender ao contido na Clausula terceira, parágrafo primeiro, letra **"c"** dessa ata de registro de preços, sob total e única responsabilidade.
2 - Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da entrega, tais como salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vale refeição, vale-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pela legislação;
3 - Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
4 - Indicar o responsável por representá-la na execução do contrato, assim como a(s) pessoa(s) que, na ausência do responsável, poderão substituí-lo, informando um contato telefônico direto deste.
5 - Executar os serviços dentro das especificações e/ou condições constantes neste Termo de referência, bem como responsabilizar-se por todos os riscos inerentes a execução dos serviços objeto da licitação.
6 - Executar diretamente o contrato, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pelo Município.
7 - Ser responsável pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo.
8 - Ser responsável por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade do Município, ou bens de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregados.
9 - Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados Município, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade da execução.
10 - Substituir no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação, qualquer componente que não atenda às especificações técnicas exigidas pelo Município.
11 - Comunicar por escrito ao Município qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário.
12 - Prestar os serviços, conforme solicitação da Secretaria competente do Município.
13 - Garantir a qualidade do(s) serviço(s), obrigando-se a repor ou ressarcir aquele que for entregue em desacordo com o apresentado na proposta.
PARÁGRAFO QUARTO - ADICIONALMENTE, A CONTRATADA DEVERÁ:
1 - Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Município.
2 - Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução do objeto licitado ou em conexão com ela, ainda que acontecido em dependência do Município.

3 - Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento do objeto licitado, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.
4 - Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do objeto do Processo Licitatório.
5 - A inadimplência do fornecedor, com referência aos encargos estabelecidos no subitem **1**, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Município, nem poderá onerar o objeto deste Edital, razão pela qual o fornecedor signatário do Contrato renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Município.
6 - É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Município, ou que nela ocupe cargo de confiança, durante a vigência do Contrato.
6.1 - Do mesmo modo, é expressamente proibida, veiculação de publicidade acerca do Contrato, salvo se houver prévia autorização do Município.
7 - O licitante vencedor ficará obrigado a refazer às suas expensas, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas da notificação, o serviço, que vier a ser recusado sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.

CLÁUSULA OITAVA – SUBCONTRATAÇÃO

PARÁGRAFO UNICO - Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

CLAUSULA NONA - RESCISÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 92, e seguintes da Lei n.º 14.133/21.
PARÁGRAFO SEGUNDO - O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
PARÁGRAFO QUARTO - Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
PARÁGRAFO QUINTO - O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 157 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 158 e 159 da mesma Lei.
A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
PARÁGRAFO SEXTO - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
1 - O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
c)Indenizações e multas.
2 - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 151, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLAUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.
PARÁGRAFO TERCEIRO - É facultado aa Pregoeira/Agente de contratação a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
PARÁGRAFO QUARTO - O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Pregoeira/Agente de contratação ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.
PARÁGRAFO QUINTO - Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação, inclusive as manifestações de recurso e contrarrecurso, exclusivamente por meio da plataforma bll.org.br. O Agente de contratação/Pregoeiro, se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.
PARÁGRAFO SEXTO – A Pregoeira/Agente de contratação poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.
PARÁGRAFO SÉTIMO - A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

I - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:
a) **PRÁTICA CORRUPTA**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
b) **PRÁTICA FRAUDULENTA**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
c) **PRÁTICA COLUSIVA**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

d) **PRÁTICA COERCITIVA**: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
e) **PRÁTICA OBSTRUTIVA**:
(I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.
II – Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de um contrato financiado pelo organismo.
III – Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - SUCESSÃO E FORO

PARAGRAFO PRIMEIRO - As partes firmam o presente instrumento, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro da Comarca de CATANDUVAS, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas.

Catanduvas – PR, 26 de agosto de 2026.

Município de Catanduvas
ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal
CPF: 065.xxx.xxx-01

64.137.275 Sandro Cotta
SANDRO COTTA
Representante Legal
CPF: 007.xxx.xxx-01

JAIR DA ROCHA
Fiscal da Ata de Registro de Preços

DIHOANY TOCHINSKI BAZZI MACIEL
Gestora da Ata de Registro de Preços

Publicado por:
Eduardo de Freitas Moreira
Código Identificador:2978484C

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 137/2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 66/2026

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS,** Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 76.208.842/0001-03, com sede a Av. dos Pioneiros, Nº 500, neste ato representado pelo Senhor Prefeito municipal abaixo assinado, doravante designado MUNICÍPIO de um lado, e de outro a empresa **62.786.721 GEAN PAULO ZANCANARO SOARES**, estabelecida na Av. Brasil, Nº 325, barracão 01, bairro Menino Deus, na cidade de Catanduvas, no Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas/MF sob n° 62.786.721/0001-26, neste ato representada por seu representante legal o Sr. Gean Paulo Zancanaro Soares, brasileiro, portador do CPF nº 061.xxx.xxx-90, residente e domiciliado a Av. Brasil, Nº 325, barracão 01, bairro Menino Deus, na cidade de Catanduvas, no Estado do Paraná, ao final assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas da Lei 14.133/21 e suas alterações subsequentes, face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial em epígrafe, tendo sido os referidos preços ofertados pela empresa cuja proposta foi classificada ajusta a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS decorrente do Edital **Pregão Presencial Nº 26/2026**, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EFETUAR SERVIÇOS DE FUNILARIA, CHAPEAÇÃO E PINTURA DE VEICULOS DA FROTA MUNICIPAL.**
PARÁGRAFO SEGUNDO - O serviço deverá ser de primeira qualidade e atender as quantidades e especificações constantes do Termo de Referência em anexo.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Independente da aceitação o adjudicatário garantirá a qualidade do produto.
PARÁGRAFO QUARTO – É de responsabilidade da empresa manter em dia suas obrigações junto a órgãos ambientais quanto a exigências para o regular funcionamento. O Município fica eximido de qualquer responsabilidade quanto as obrigações de responsabilidade da empresa.
PARÁGRAFO QUINTO - A empresa vencedora deverá efetuar análise minuciosa de todas as informações constantes no termo de referência (ANEXO III), buscando junto ao MUNICÍPIO esclarecer toda e qualquer dúvida sobre detalhes relevantes para a correta execução dos serviços, a fim de que não sejam ofertados serviços que não atendam aos níveis de qualidade almejados.
PARÁGRAFO SEXTO – Observa-se que a empresa vencedora deverá atentar-se também as disposições contidas neste edital, quanto ao prazo de entrega de documentos APÓS O PREGÃO.

PARÁGRAFO SÉTIMO - O registro de preços da quantidade estimada não dá direito a empresa de receber a totalidade dos serviços, lhe cabendo tão somente receber o que for entregue, mediante emissão da Ordem de fornecimento por parte da Municipalidade.
PARÁGRAFO OITAVO - Além de todo disposto no edital, aplicam-se ao edital e ATA as normas e demais descritivos constantes no Termo de Referência e no **edital.**
PARÁGRAFO NONO - Para dirimir quaisquer dúvidas do serviço, fica estabelecido todo o descrito no TERMO DE REFERENCIA, o qual é parte do contrato.
PARÁGRAFO DÉCIMO– São norteadoras do objeto contratado, todas as regras e disposições estabelecidas no TERMO DE REFERENCIA, cominadas com as demais estabelecidas no edital.
PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – As despesas de retirada do veículo, e devolução após o serviço, correm por conta da contratada.
PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - A prestação de serviços consiste em:
- Serviços incluindo funilaria, chapeação e pintura, devendo o prestador fornecer todos os materiais, tais como: lixa, massa, massa para polir, verniz, tinta, e quaisquer outros necessários para a restauração da lataria danificada.
- Deverão ser executados serviços conforme descritos na Ordem de serviço a ser emitida pelo Município.
- As peças a serem substituídas, que não são possíveis de serem consertadas por um dos serviços prestados, serão fornecidas pelo Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA se obriga a executar os serviços, objeto deste Contrato, pelo preço de **R$ 114.980,00 (cento e catorze mil, novecentos e oitenta reais).**

LOTE	QTDE (veículos) e peças possíveis de consertos	UNID	QTD DE CADA CONSERTO	LOCAIS A CONSERTAR	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2	Sandero (1 veículo)	unid	2	porta dianteira	650,00	1.300,00
		unid	2	porta traseira	650,00	1.300,00
		unid	1	Capô	750,00	750,00
		unid	1	Paralama	550,00	550,00
		unid	1	Para-choque	550,00	550,00
		unid	1	teto	570,00	570,00
VALOR TOTAL DO LOTE						**5.020,00**
4	Argo (1 veículo)	unid	2	porta dianteira	750,00	1.500,00
		unid	2	porta traseira	750,00	1.500,00
		unid	1	Capô	750,00	750,00
		unid	1	Paralama	550,00	550,00
		unid	1	Para-choque	500,00	500,00
		unid	1	teto	500,00	500,00
VALOR TOTAL DO LOTE						**5.300,00**
5	Spin (7 veículos)	unid	14	porta dianteira	742,86	10.400,00
		unid	14	porta traseira	750,00	10.500,00
		unid	7	Capô	750,00	5.250,00
		unid	7	Paralama	550,00	3.850,00
		unid	7	Para-choque	550,00	3.850,00
		unid	7	teto	700,00	4.900,00
VALOR TOTAL DO LOTE						**38.750,00**
7	Citroen Air Cross (1 veículo)	unid	2	porta dianteira	500,00	1.000,00
		unid	2	porta traseira	500,00	1.000,00
		unid	1	Capô	600,00	600,00
		unid	1	Paralama	550,00	550,00
		unid	1	Para-choque	500,00	500,00
		unid	1	teto	500,00	500,00
VALOR TOTAL DO LOTE						**4.150,00**
9	Corolla Cross (1 veículo)	unid	2	porta dianteira	800,00	1.600,00
		unid	2	porta traseira	800,00	1.600,00
		unid	1	Capô	800,00	800,00
		unid	1	Paralama	600,00	600,00
		unid	1	Para-choque	600,00	600,00
		unid	1	teto	720,00	720,00
VALOR TOTAL DO LOTE						**5.920,00**
10	Santa Fé (1 veículo)	unid	2	porta dianteira	700,00	1.400,00
		unid	2	porta traseira	700,00	1.400,00
		unid	1	Capô	750,00	750,00
		unid	1	Paralama	600,00	600,00
		unid	1	Para-choque	600,00	600,00
		unid	1	teto	700,00	700,00
VALOR TOTAL DO LOTE						**5.410,00**
12	F350 (1 veículo)	unid	2	porta dianteira	600,00	1.200,00
		unid	1	Capô	700,00	700,00
		unid	1	Paralama	550,00	550,00
		unid	1	Para-choque	550,00	550,00
		unid	1	Teto	630,00	630,00
VALOR TOTAL DO LOTE						**3.630,00**
14	Van Sprinter/Master (4 veículos)	unid	8	porta dianteira	650,00	5.200,00
		unid	4	porta lateral	650,00	2.600,00
		unid	4	Capô	500,00	2.000,00
		unid	4	Paralama	500,00	2.000,00
		unid	4	Para-choque	550,00	2.200,00
		unid	4	teto	862,50	3.450,00
VALOR TOTAL DO LOTE						**17.450,00**
15	Ambulância (4 veículos)	unid	8	porta dianteira	650,00	5.200,00
		unid	4	porta lateral	650,00	2.600,00
		unid	4	Capô	500,00	2.000,00
		unid	4	Paralama	500,00	2.000,00
		unid	4	Para-choque	550,00	2.200,00
		unid	4	teto	880,00	3.520,00
VALOR TOTAL DO LOTE						**17.520,00**
16	Ducato Furgão (1 veículo)	unid	2	porta dianteira	650,00	1.300,00

		unid	1	porta lateral	750,00	750,00
		unid	1	Capô	500,00	500,00
		unid	1	Paralama	500,00	500,00
		unid	1	Para-choque	550,00	550,00
		unid	1	teto	850,00	850,00
VALOR TOTAL DO LOTE						**4.450,00**
17	Boxer Furgão (1 veículo)	unid	2	porta dianteira	650,00	1.300,00
		unid	1	porta lateral	650,00	650,00
		unid	1	Capô	500,00	500,00
		unid	1	Paralama	500,00	500,00
		unid	1	Para-choque	550,00	550,00
		unid	1	teto	855,00	855,00
VALOR TOTAL DO LOTE						**4.355,00**
VALOR TOTAL						**111.955,00**

PARAGRAFO SEGUNDO- Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis e deverão ser expressos em reais, limitando-se a quatro casas decimais após a vírgula, exceto em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Durante a vigência da ATA, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista legalmente, ou de redução dos preços praticados no mercado.

CLÁUSULA TERCEIRA – PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O pagamento será efetuado:
a) O pagamento será realizado após a execução dos serviços, mediante a apresentação da nota fiscal, acompanhada de relatório contendo a identificação do veículo, bem como registros fotográficos do antes e do depois da execução do conserto;
b) em até 30 dias após apresentação da nota fiscal;
c) A nota fiscal deve ser enviada por e-mail para o endereço "compras@catanduvas.pr.gov.br", sempre na data em que a mesma foi emitida e com todas as informações solicitadas no pedido e/ou empenho, para que o departamento competente possa fazer a conferência e, encontrando necessidade de correção possa solicitar a mesma ou a emissão de nova nota dentro de prazo não superior a 05 (cinco) dias. E, a referida nota, deve, ainda, vir acompanhada dos seguintes documentos:
Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços.
- Certidão de Regularidade junto a Fazenda Federal;
Certidão de regularidade de Tributos Municipais;
- Certificado de Regularidade do FGTS da empresa;
d) O não envio da nota fiscal com os documentos solicitados em apenso, nos termos da letra **"c"**, implicará em não pagamento, ao tempo que isentará a fazenda pública municipal de qualquer prejuízo, dano, juros ou multa.
PARÁGRAFO SEGUNDO – O município poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, dívidas ou indenizações devidas pelo fornecedor.
a – No caso de ocorrência de irregularidade ou inexecução parcial ou total do objeto do contrato, o pagamento do saldo remanescente ficará suspenso, até ulterior decisão, para fins do contido no PARÁGRAFO PRIMEIRO.
b – O contido no item PARAGRAFO PRIMEIRO E SEGUNDO será objeto de investigação através do competente processo administrativo;
PARÁGRAFO TERCEIRO - O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.
PARÁGRAFO QUARTO - Caso a empresa não tenha conta no BANCO DO BRASIL, ou ainda, NÃO TENHA EMITIDO BOLETO PARA PAGAMENTO, poderá ser descontado o valor referente à transferência bancária.
PARÁGRAFO QUINTO – A Nota Fiscal deverá conter as seguintes informações:
- Modalidade da licitação,
- Número e ano do contrato;
- Número e nome do banco;
- Número da agência;
- Número da conta corrente ou poupança;
- Valor de IRPJ a ser retido.
1 – Ainda, por força de Lei, deverá vir especificado na Nota Fiscal qual o valor a ser retido de IRPJ, caso a empresa se enquadre nos casos em que há incidência do Imposto.
1.1 – A não incidência da retenção de imposto somente será aceita caso a empresa tenha apresentado, para assinatura do contrato, uma das DECLARAÇÕES PARA FINS DE NÃO INCIDENCIA DE IRPJ (modelos anexos ao processo).
1.2 – O pagamento da Nota Fiscal somente será efetuado se, e quando, esta estiver contemplando todos os dados obrigatórios descritos no edital e contrato.
PARÁGRAFO SEXTO - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, será de 6% ao ano, pagos somente sobre os dias de atraso, calculado o valor devido dividido por 365 multiplicado pelos dias de atraso.
1 – Para que seja paga a compensação financeira sobre os dias de atraso a contratada deverá efetuar requerimento do mesmo.
PARÁGRAFO SÉTIMO - As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Fonte de Recursos	Código Despesa
02.01.04.122.1050.2.002	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERECEIROS – PESSOA JURIDICA	000	2740
02.04.04.122.1050.2.005	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERECEIROS – PESSOA JURIDICA	000	2741
02.07.12.361.1400.2.010	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERECEIROS – PESSOA JURIDICA	103	2742
02.07.12.361.1400.2.011	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERECEIROS – PESSOA JURIDICA	103	2743
02.08.15.452.1500.2.018	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERECEIROS – PESSOA JURIDICA	000	2744
02.08.15.452.1500.2.019	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERECEIROS – PESSOA JURIDICA	000	2745
02.08.26.782.1900.2.021	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERECEIROS – PESSOA JURIDICA	000	2746
02.09.08.122.1200.2.022	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERECEIROS – PESSOA JURIDICA	000	2747
02.10.18.541.1650.2.067	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERECEIROS – PESSOA JURIDICA	000	2748
02.10.20.606.1700.2.029	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERECEIROS – PESSOA JURIDICA	000	2749
02.11.10.301.1300.2.033	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERECEIROS – PESSOA JURIDICA	303	2750
02.14.11.334.1350.2.027	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERECEIROS – PESSOA JURIDICA	000	2751
02.15.13.392.1450.2.016	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERECEIROS – PESSOA JURIDICA	000	2752
02.19.08.244.1200.2.078	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERECEIROS – PESSOA JURIDICA	000	2753

02.20.27.812.1950.2.017	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERECEIROS – PESSOA JURIDICA	000	2754

CLÁUSULA QUARTA - PRAZO DE ENTREGA E VIGÊNCIA DA ATA e LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O prazo de validade da ata de registro de preços é de 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura da ATA, iniciando-se no dia seguinte a assinatura da mesma.
PARÁGRAFO SEGUNDO - A ATA poderá ser prorrogada, segundo a conveniência e o interesse da Contratante, nos termos da lei.
PARAGRAFO TERCEIRO - O prazo de execução de cada serviço será aquele descrito na Ordem de Serviço, sendo que o mesmo será plausível de acordo com o tempo necessário para cada qual.
O prazo máximo para entrega dos produtos é de 2 (dois) dias após a emissão da ordem de fornecimento, sendo a quantidade, descritivo, e local de entrega, descritos na solicitação.
PARÁGRAFO QUARTO - O prazo de vigência é de 30 dias além do prazo de Registro.
PARÁGRAFO QUINTO - Local de ENTREGA: Cidade de Catanduvas, em local a ser determinado quando do requerimento, e indicado na ordem de fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
III - dar causa à inexecução total do contrato;
IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2015.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:
I - advertência;
II - multa;
III - impedimento de licitar e contratar;
IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:
I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
II - as peculiaridades do caso concreto;
III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
PARÁGRAFO TERCEIRO - A sanção prevista no inciso I será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
§ 3º A sanção prevista no inciso II, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas na Lei.
§ 4º A sanção prevista no inciso III será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
§ 5º A sanção prevista no inciso IV será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:
I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;
II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.
§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput deste artigo.
§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
§ 9º A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
PARÁGRAFO QUARTO – A forma de aplicação das penalidades e demais atos, seguirá o descrito na lei 14.133.

CLÁUSULA SEXTA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - CABE ao GESTOR DO CONTRATO:
1 - Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

2 - Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
3 - Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
4 - Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais de contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
5 - Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
6 - Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
PARÁGRAGO SEGUNDO – CABE ao FISCAL DO CONTRATO:
1 - Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
2 - Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
3 - Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
4 - Informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
5 - No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
6 - Comunicar ao gestor do contrato, por meio formal, no prazo de no mínimo 90 (noventa) dias antecedentes a data de vencimento, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
7 - Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
8 - Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
9 - Fica designada para fiscalização do contrato: **Jair da Rocha.**

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DAS PARTES

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/21 e seus regulamentos e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
PARÁGRAFO SEGUNDO - São obrigações do **CONTRATANTE**:
1 - Realizar os pedidos de materiais/serviços.
2 - Efetuar os pagamentos na forma e no prazo pactuado no contrato/ata de registro de preços, desde que cumpridas todas as exigências deste Edital, do termo de referência e do contrato/ata de registro de preços, em especial o contido na Clausula terceira, parágrafo primeiro, letra **"c"** dessa ata de registro de preços, cuja responsabilidade única de seu cumprimento é do fornecedor.
3 - Disponibilizar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do objeto do presente termo de referência;
4 - Designar servidores como Fiscais do Contrato, para acompanhar e fiscalizar a execução contratual;
5 - Permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências da CONTRATANTE para tratar de assuntos pertinentes à execução do objeto desse Termo de Referência;
6 - Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço objeto desse Termo de Referência, executado em desacordo com o mesmo, bem como do respectivo contrato;
7 - Proporcionar as condições necessárias ao bom andamento da entrega do objeto em questão.
8 - Impedir que terceiros executem o fornecimento objeto desta contratação.
9 - Comunicar oficialmente ao fornecedor quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.
10 - Disponibilizar equipe responsável de servidores públicos com a finalidade de operacionalizar os benefícios para utilização do sistema e ferramentas gerenciais.
11 - Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
PARÁGRAFO TERCEIRO - São obrigações da **CONTRATADA**:
1 - Atender ao contido na Clausula terceira, parágrafo primeiro, letra **"c"** dessa ata de registro de preços, sob total e única responsabilidade.
2 - Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da entrega, tais como salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vale refeição, vale-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pela legislação;
3 - Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
4 - Indicar o responsável por representá-la na execução do contrato, assim como a(s) pessoa(s) que, na ausência do responsável, poderão substituí-lo, informando um contato telefônico direto deste.
5 - Executar os serviços dentro das especificações e/ou condições constantes neste Termo de referência, bem como responsabilizar-se por todos os riscos inerentes a execução dos serviços objeto da licitação.
6 - Executar diretamente o contrato, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pelo Município.
7 - Ser responsável pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo.
8 - Ser responsável por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade do Município, ou bens de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregados.
9 - Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados Município, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade da execução.
10 - Substituir no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação, qualquer componente que não atenda às especificações técnicas exigidas pelo Município.
11 - Comunicar por escrito ao Município qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário.
12 - Prestar os serviços, conforme solicitação da Secretaria competente do Município.

13 - Garantir a qualidade do(s) serviço(s), obrigando-se a repor ou ressarcir aquele que for entregue em desacordo com o apresentado na proposta.
PARÁGRAFO QUARTO - ADICIONALMENTE, A CONTRATADA DEVERÁ:
1 - Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Município.
2 - Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução do objeto licitado ou em conexão com ela, ainda que acontecido em dependência do Município.
3 - Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento do objeto licitado, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.
4 - Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do objeto do Processo Licitatório.
5 - A inadimplência do fornecedor, com referência aos encargos estabelecidos no subitem **1**, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Município, nem poderá onerar o objeto deste Edital, razão pela qual o fornecedor signatário do Contrato renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Município.
6 - É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Município, ou que nela ocupe cargo de confiança, durante a vigência do Contrato.
6.1 - Do mesmo modo, é expressamente proibida, veiculação de publicidade acerca do Contrato, salvo se houver prévia autorização do Município.
7 - O licitante vencedor ficará obrigado a refazer às suas expensas, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas da notificação, o serviço, que vier a ser recusado sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.

CLÁUSULA OITAVA – SUBCONTRATAÇÃO

PARÁGRAFO UNICO - Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

CLAUSULA NONA - RESCISÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 92, e seguintes da Lei n.º 14.133/21.
PARÁGRAFO SEGUNDO - O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
PARÁGRAFO QUARTO - Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
PARÁGRAFO QUINTO - O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 157 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 158 e 159 *da mesma Lei.*
A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
PARÁGRAFO SEXTO - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
1 - O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
c)Indenizações e multas.
2 - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 151, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLAUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.
PARÁGRAFO TERCEIRO - É facultado aa Pregoeira/Agente de contratação a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
PARÁGRAFO QUARTO - O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Pregoeira/Agente de contratação ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.
PARÁGRAFO QUINTO - Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação, inclusive as manifestações de recurso e contrarrecurso, exclusivamente por meio da plataforma bll.org.br. O Agente de contratação/Pregoeiro, se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.
PARÁGRAFO SEXTO – A Pregoeira/Agente de contratação poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.
PARÁGRAFO SÉTIMO - A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

I - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:
a) **PRÁTICA CORRUPTA**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
b) **PRÁTICA FRAUDULENTA**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
c) **PRÁTICA COLUSIVA**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
d) **PRÁTICA COERCITIVA**: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
e) **PRÁTICA OBSTRUTIVA**:
(I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.
II – Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de um contrato financiado pelo organismo.
III – Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - SUCESSÃO E FORO

PARAGRAFO PRIMEIRO - As partes firmam o presente instrumento, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro da Comarca de CATANDUVAS, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas.

Catanduvas – PR, 26 de agosto de 2026.

Município De Catanduvas
ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal
CPF: 065.xxx.xxx-01

62.786.721Gean Paulo Z. Soares
GEAN PAULO ZANCANARO SOARES
Representante Legal
CPF: 061.xxx.xxx-90

JAIR DA ROCHA DIHOANY
Fiscal Da Ata De Registro De Preços

TOCHINSKI BAZZI MACIEL
Gestora Da Ata De Registro De Preços

Publicado por:
Eduardo de Freitas Moreira
Código Identificador:F5620312

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 138/2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 66/2026

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS,** Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 76.208.842/0001-03, com sede a Av. dos Pioneiros, Nº 500, neste ato representado pelo Senhor Prefeito municipal abaixo assinado, doravante designado MUNICÍPIO de um lado, e de outro a empresa **31.677.950 MARCOS RICARDO BITTENCOURT**, estabelecida na Rua Rio Grande do Sul, sem Nº, bairro Loteamento Dona Bela, na cidade de Catanduvas, no Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas/MF sob n° 31.677.950/0001-89, neste ato representada por seu representante legal o Sr. Marcos Ricardo Bittencourt, brasileiro, portador do CPF nº 064.xxx.xxx-01, residente e domiciliado a Rua Rio Grande do Sul, sem Nº, bairro Loteamento Dona Bela, na cidade de Catanduvas, no Estado do Paraná, ao final assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas da Lei 14.133/21 e suas alterações subsequentes, face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial em epígrafe, tendo sido os referidos preços ofertados pela empresa cuja proposta foi classificada ajusta a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS decorrente do Edital **Pregão Presencial Nº 26/2026**, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EFETUAR SERVIÇOS DE FUNILARIA, CHAPEAÇÃO E PINTURA DE VEICULOS DA FROTA MUNICIPAL.**
PARÁGRAFO SEGUNDO - O serviço deverá ser de primeira qualidade e atender as quantidades e especificações constantes do Termo de Referência em anexo.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Independente da aceitação o adjudicatário garantirá a qualidade do produto.

PARÁGRAFO QUARTO – É de responsabilidade da empresa manter em dia suas obrigações junto a órgãos ambientais quanto a exigências para o regular funcionamento. O Município fica eximido de qualquer responsabilidade quanto as obrigações de responsabilidade da empresa.
PARÁGRAFO QUINTO - A empresa vencedora deverá efetuar análise minuciosa de todas as informações constantes no termo de referência (ANEXO III), buscando junto ao MUNICÍPIO esclarecer toda e qualquer dúvida sobre detalhes relevantes para a correta execução dos serviços, a fim de que não sejam ofertados serviços que não atendam aos níveis de qualidade almejados.
PARÁGRAFO SEXTO – Observa-se que a empresa vencedora deverá atentar-se também as disposições contidas neste edital, quanto ao prazo de entrega de documentos APÓS O PREGÃO.
PARÁGRAFO SÉTIMO - O registro de preços da quantidade estimada não dá direito a empresa de receber a totalidade dos serviços, lhe cabendo tão somente receber o que for entregue, mediante emissão da Ordem de fornecimento por parte da Municipalidade.
PARÁGRAFO OITAVO - Além de todo disposto no edital, aplicam-se ao edital e ATA as normas e demais descritivos constantes no Termo de Referência e no **edital.**
PARÁGRAFO NONO - Para dirimir quaisquer dúvidas do serviço, fica estabelecido todo o descrito no TERMO DE REFERENCIA, o qual é parte do contrato.
PARÁGRAFO DÉCIMO– São norteadoras do objeto contratado, todas as regras e disposições estabelecidas no TERMO DE REFERENCIA, cominadas com as demais estabelecidas no edital.
PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – As despesas de retirada do veículo, e devolução após o serviço, correm por conta da contratada.
PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - A prestação de serviços consiste em:
- Serviços incluindo funilaria, chapeação e pintura, devendo o prestador fornecer todos os materiais, tais como: lixa, massa, massa para polir, verniz, tinta, e quaisquer outros necessários para a restauração da lataria danificada.
- Deverão ser executados serviços conforme descritos na Ordem de serviço a ser emitida pelo Município.
- As peças a serem substituídas, que não são possíveis de serem consertadas por um dos serviços prestados, serão fornecidas pelo Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA se obriga a executar os serviços, objeto deste Contrato, pelo preço de **R$ 114.980,00 (cento e catorze mil, novecentos e oitenta reais).**

LOTE	QTDE (veículos) e peças possíveis de consertos	UNID	QTD DE CADA CONSERTO	LOCAIS A CONSERTAR	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
18	Ônibus (10 veículos)	M²	300	Lataria em geral	200,00	60.000,00
		M²	100	assoalho	195,00	19.500,00
		unid	10	Para-choque	525,00	5.250,00
		M²	300	teto	200,00	60.000,00
VALOR TOTAL DO LOTE						**144.750,00**
VALOR TOTAL						**144.750,00**

PARAGRAFO SEGUNDO- Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis e deverão ser expressos em reais, limitando-se a quatro casas decimais após a vírgula, exceto em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Durante a vigência da ATA, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista legalmente, ou de redução dos preços praticados no mercado.

CLÁUSULA TERCEIRA – PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O pagamento será efetuado:
a) O pagamento será realizado após a execução dos serviços, mediante a apresentação da nota fiscal, acompanhada de relatório contendo a identificação do veículo, bem como registros fotográficos do antes e do depois da execução do conserto;
b) em até 30 dias após apresentação da nota fiscal;
c) A nota fiscal deve ser enviada por e-mail para o endereço "compras@catanduvas.pr.gov.br", sempre na data em que a mesma foi emitida e com todas as informações solicitadas no pedido e/ou empenho, para que o departamento competente possa fazer a conferência e, encontrando necessidade de correção possa solicitar a mesma ou a emissão de nova nota dentro de prazo não superior a 05 (cinco) dias. E, a referida nota, deve, ainda, vir acompanhada dos seguintes documentos:
Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços.
- Certidão de Regularidade junto a Fazenda Federal;
Certidão de regularidade de Tributos Municipais;
- Certificado de Regularidade do FGTS da empresa;
d) O não envio da nota fiscal com os documentos solicitados em apenso, nos termos da letra **"c"**, implicará em não pagamento, ao tempo que isentará a fazenda pública municipal de qualquer prejuízo, dano, juros ou multa.
PARÁGRAFO SEGUNDO – O município poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, dívidas ou indenizações devidas pelo fornecedor.
a – No caso de ocorrência de irregularidade ou inexecução parcial ou total do objeto do contrato, o pagamento do saldo remanescente ficará suspenso, até ulterior decisão, para fins do contido no PARÁGRAFO PRIMEIRO.
b – O contido no item PARAGRAFO PRIMEIRO E SEGUNDO será objeto de investigação através do competente processo administrativo;
PARÁGRAFO TERCEIRO - O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.
PARÁGRAFO QUARTO - Caso a empresa não tenha conta no BANCO DO BRASIL, ou ainda, NÃO TENHA EMITIDO BOLETO PARA PAGAMENTO, poderá ser descontado o valor referente à transferência bancária.
PARÁGRAFO QUINTO – A Nota Fiscal deverá conter as seguintes informações:
- Modalidade da licitação,
- Número e ano do contrato;
- Número e nome do banco;
- Número da agência;
- Número da conta corrente ou poupança;
- Valor de IRPJ a ser retido.
1 – Ainda, por força de Lei, deverá vir especificado na Nota Fiscal qual o valor a ser retido de IRPJ, caso a empresa se enquadre nos casos em que há incidência do Imposto.

1.1 – A não incidência da retenção de imposto somente será aceita caso a empresa tenha apresentado, para assinatura do contrato, uma das DECLARAÇÕES PARA FINS DE NÃO INCIDENCIA DE IRPJ (modelos anexos ao processo).
1.2 – O pagamento da Nota Fiscal somente será efetuado se, e quando, esta estiver contemplando todos os dados obrigatórios descritos no edital e contrato.
PARÁGRAFO SEXTO - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, será de 6% ao ano, pagos somente sobre os dias de atraso, calculado o valor devido dividido por 365 multiplicado pelos dias de atraso.
1 – Para que seja paga a compensação financeira sobre os dias de atraso a contratada deverá efetuar requerimento do mesmo.
PARÁGRAFO SÉTIMO - As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Fonte de Recursos	Código Despesa
02.01.04.122.1050.2.002	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERECEIROS – PESSOA JURIDICA	000	2740
02.04.04.122.1050.2.005	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERECEIROS – PESSOA JURIDICA	000	2741
02.07.12.361.1400.2.010	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERECEIROS – PESSOA JURIDICA	103	2742
02.07.12.361.1400.2.011	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERECEIROS – PESSOA JURIDICA	103	2743
02.08.15.452.1500.2.018	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERECEIROS – PESSOA JURIDICA	000	2744
02.08.15.452.1500.2.019	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERECEIROS – PESSOA JURIDICA	000	2745
02.08.26.782.1900.2.021	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERECEIROS – PESSOA JURIDICA	000	2746
02.09.08.122.1200.2.022	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERECEIROS – PESSOA JURIDICA	000	2747
02.10.18.541.1650.2.067	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERECEIROS – PESSOA JURIDICA	000	2748
02.10.20.606.1700.2.029	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERECEIROS – PESSOA JURIDICA	000	2749
02.11.10.301.1300.2.033	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERECEIROS – PESSOA JURIDICA	303	2750
02.14.11.334.1350.2.027	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERECEIROS – PESSOA JURIDICA	000	2751
02.15.13.392.1450.2.016	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERECEIROS – PESSOA JURIDICA	000	2752
02.19.08.244.1200.2.078	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERECEIROS – PESSOA JURIDICA	000	2753
02.20.27.812.1950.2.017	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERECEIROS – PESSOA JURIDICA	000	2754

CLÁUSULA QUARTA - PRAZO DE ENTREGA E VIGÊNCIA DA ATA e LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O prazo de validade da ata de registro de preços é de 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura da ATA, iniciando-se no dia seguinte a assinatura da mesma.
PARÁGRAFO SEGUNDO - A ATA poderá ser prorrogada, segundo a conveniência e o interesse da Contratante, nos termos da lei.
PARAGRAFO TERCEIRO - O prazo de execução de cada serviço será aquele descrito na Ordem de Serviço, sendo que o mesmo será plausível de acordo com o tempo necessário para cada qual.
O prazo máximo para entrega dos produtos é de 2 (dois) dias após a emissão da ordem de fornecimento, sendo a quantidade, descritivo, e local de entrega, descritos na solicitação.
PARÁGRAFO QUARTO - O prazo de vigência é de 30 dias além do prazo de Registro.
PARÁGRAFO QUINTO - Local de ENTREGA: Cidade de Catanduvas, em local a ser determinado quando do requerimento, e indicado na ordem de fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
III - dar causa à inexecução total do contrato;
IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2015.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:
I - advertência;
II - multa;
III - impedimento de licitar e contratar;
IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:
I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
II - as peculiaridades do caso concreto;
III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
PARÁGRAFO TERCEIRO - A sanção prevista no inciso I será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
§ 3º A sanção prevista no inciso II, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas na Lei.

§ 4º A sanção prevista no inciso III será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
§ 5º A sanção prevista no inciso IV será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:
I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;
II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.
§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput deste artigo.
§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
§ 9º A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
PARÁGRAFO QUARTO – A forma de aplicação das penalidades e demais atos, seguirá o descrito na lei 14.133.

CLÁUSULA SEXTA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - CABE ao GESTOR DO CONTRATO:
1 - Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
2 - Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
3 - Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
4 - Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais de contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
5 - Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
6 - Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
PARÁGRAGO SEGUNDO – CABE ao FISCAL DO CONTRATO:
1 - Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
2 - Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
3 - Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
4 - Informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
5 - No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
6 - Comunicar ao gestor do contrato, por meio formal, no prazo de no mínimo 90 (noventa) dias antecedentes a data de vencimento, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
7 - Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
8 - Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
9 - Fica designada para fiscalização do contrato: **Jair da Rocha.**

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DAS PARTES

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/21 e seus regulamentos e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
PARÁGRAFO SEGUNDO - São obrigações do **CONTRATANTE**:
1 - Realizar os pedidos de materiais/serviços.
2 - Efetuar os pagamentos na forma e no prazo pactuado no contrato/ata de registro de preços, desde que cumpridas todas as exigências deste Edital, do termo de referência e do contrato/ata de registro de preços, em especial o contido na Clausula terceira, parágrafo primeiro, letra **"c"** dessa ata de registro de preços, cuja responsabilidade única de seu cumprimento é do fornecedor.
3 - Disponibilizar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do objeto do presente termo de referência;
4 - Designar servidores como Fiscais do Contrato, para acompanhar e fiscalizar a execução contratual;
5 - Permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências da CONTRATANTE para tratar de assuntos pertinentes à execução do objeto desse Termo de Referência;
6 - Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço objeto desse Termo de Referência, executado em desacordo com o mesmo, bem como do respectivo contrato;
7 - Proporcionar as condições necessárias ao bom andamento da entrega do objeto em questão.
8 - Impedir que terceiros executem o fornecimento objeto desta contratação.
9 - Comunicar oficialmente ao fornecedor quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.

10 - Disponibilizar equipe responsável de servidores públicos com a finalidade de operacionalizar os benefícios para utilização do sistema e ferramentas gerenciais.
11 - Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
PARÁGRAFO TERCEIRO - São obrigações da **CONTRATADA**:
1 - Atender ao contido na Clausula terceira, parágrafo primeiro, letra **"c"** dessa ata de registro de preços, sob total e única responsabilidade.
2 - Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da entrega, tais como salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vale refeição, vale-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pela legislação;
3 - Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
4 - Indicar o responsável por representá-la na execução do contrato, assim como a(s) pessoa(s) que, na ausência do responsável, poderão substituí-lo, informando um contato telefônico direto deste.
5 - Executar os serviços dentro das especificações e/ou condições constantes neste Termo de referência, bem como responsabilizar-se por todos os riscos inerentes a execução dos serviços objeto da licitação.
6 - Executar diretamente o contrato, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pelo Município.
7 - Ser responsável pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo.
8 - Ser responsável por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade do Município, ou bens de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregados.
9 - Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados Município, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade da execução.
10 - Substituir no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação, qualquer componente que não atenda às especificações técnicas exigidas pelo Município.
11 - Comunicar por escrito ao Município qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário.
12 - Prestar os serviços, conforme solicitação da Secretaria competente do Município.
13 - Garantir a qualidade do(s) serviço(s), obrigando-se a repor ou ressarcir aquele que for entregue em desacordo com o apresentado na proposta.
PARÁGRAFO QUARTO - ADICIONALMENTE, A CONTRATADA DEVERÁ:
1 - Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Município.
2 - Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução do objeto licitado ou em conexão com ela, ainda que acontecido em dependência do Município.
3 - Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento do objeto licitado, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.
4 - Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do objeto do Processo Licitatório.
5 - A inadimplência do fornecedor, com referência aos encargos estabelecidos no subitem **1**, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Município, nem poderá onerar o objeto deste Edital, razão pela qual o fornecedor signatário do Contrato renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Município.
6 - É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Município, ou que nela ocupe cargo de confiança, durante a vigência do Contrato.
6.1 - Do mesmo modo, é expressamente proibida, veiculação de publicidade acerca do Contrato, salvo se houver prévia autorização do Município.
7 - O licitante vencedor ficará obrigado a refazer às suas expensas, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas da notificação, o serviço, que vier a ser recusado sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.
CLÁUSULA OITAVA – SUBCONTRATAÇÃO

PARÁGRAFO UNICO - Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

CLAUSULA NONA - RESCISÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 92, e seguintes da Lei n.º 14.133/21.
PARÁGRAFO SEGUNDO - O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
PARÁGRAFO QUARTO - Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
PARÁGRAFO QUINTO - O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 157 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 158 e 159 *da mesma Lei.*
A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
PARÁGRAFO SEXTO - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
1 - O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
c)Indenizações e multas.
2 - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 151, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLAUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.
PARÁGRAFO TERCEIRO - É facultado aa Pregoeira/Agente de contratação a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
PARÁGRAFO QUARTO - O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Pregoeira/Agente de contratação ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.
PARÁGRAFO QUINTO - Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação, inclusive as manifestações de recurso e contrarrecurso, exclusivamente por meio da plataforma bll.org.br. O Agente de contratação/Pregoeiro, se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.
PARÁGRAFO SEXTO – A Pregoeira/Agente de contratação poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.
PARÁGRAFO SÉTIMO - A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

I - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:
a) **PRÁTICA CORRUPTA**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
b) **PRÁTICA FRAUDULENTA**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
c) **PRÁTICA COLUSIVA**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
d) **PRÁTICA COERCITIVA**: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
e) **PRÁTICA OBSTRUTIVA**:
(I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.
II – Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de um contrato financiado pelo organismo.
III – Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - SUCESSÃO E FORO

PARAGRAFO PRIMEIRO - As partes firmam o presente instrumento, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro da Comarca de CATANDUVAS, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas.

Catanduvas – PR, 26 de agosto de 2026.

Município De Catanduvas
ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal
CPF: 065.xxx.xxx-01

31.677.950 Marcos Ricardo Bittencourt
MARCOS RICARDO BITTENCOURT
Representante Legal
CPF: 064.xxx.xxx-01

JAIR DA ROCHA DIHOANY
Fiscal Da Ata De Registro De Preços

TOCHINSKI BAZZI MACIEL
Gestora Da Ata De Registro De Preços

Publicado por:
Eduardo de Freitas Moreira
Código Identificador:964320D8

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
CONTRATO Nº 140/2026.

CONTRATO Nº 140/2026.PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 61/2026.

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS,** Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 76.208.842/0001-03, com sede a Av. dos Pioneiros, Nº 500, neste ato representado pelo Senhor Prefeito municipal abaixo assinado, doravante designado MUNICÍPIO de um lado, e de outro a empresa **FRANCIELI HAIDUK RIGO ME**, estabelecida na Rodovia Via Goio-EN, Nº 365, bairro Centro, na cidade de Erval Grande, no Estado do Rio Grande do Sul, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas/MF sob n° 18.473.803/0001-29, neste ato representada por seu representante legal a Sra. Francieli Haiduk Rigo, brasileira, portadora do CPF nº 076.xxx.xxx-37, residente e domiciliada a Rodovia Via Goio-EN, Nº 365, bairro Centro, na cidade de Erval Grande, no Estado do Rio Grande do Sul, ao final assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas da Lei 14.133/21 e suas alterações subsequentes, ajustam o presente Contrato decorrente do Edital **Pregão Eletrônico Nº 23/2026**, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O presente contrato tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE DUAS (02) DESOPERCULADORAS ELÉTRICAS AUTOMÁTICAS PARA FAVOS DE MEL COM ESTEIRA, E DUAS (02) MESAS DESOPERCULADORAS, A SEREM CONCEDIDAS A ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES, NA FORMA DE INCENTIVO A DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR, e EQUIPAMENTOS PARA OS SETORES DE CONFECÇÃO, EMBUTIDOS E FABRICAÇÃO DE MÓVEIS, A SEREM CONCEDIDAS A TITULO DE CONCESSÃO NÃO ONEROSA, COMO FORMA DE INCENTIVO A INDUSTRIALIZAÇÃO NO MUNICÍPIO.**
PARÁGRAFO SEGUNDO - O produto deverá ser de primeira qualidade e atender as quantidades e especificações constantes do Termo de Referência em anexo.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Independente da aceitação o adjudicatário garantirá a qualidade do produto.
PARÁGRAFO QUARTO – É de responsabilidade da empresa manter em dia suas obrigações junto a órgãos ambientais quanto a exigências para o regular funcionamento. O Município fica eximido de qualquer responsabilidade quanto as obrigações de responsabilidade da empresa.
PARÁGRAFO QUINTO - A empresa vencedora deverá efetuar análise minuciosa de todas as informações constantes no termo de referência (ANEXO III), buscando junto ao MUNICÍPIO esclarecer toda e qualquer dúvida sobre detalhes relevantes para a correta execução dos serviços, a fim de que não sejam ofertados serviços que não atendam aos níveis de qualidade almejados.
PARÁGRAFO SEXTO – Observa-se que a empresa vencedora deverá atentar-se também as disposições contidas neste edital, quanto ao prazo de entrega de documentos APÓS O PREGÃO.
PARÁGRAFO SÉTIMO – Todas as despesas para entrega, deslocamento e quaisquer outras correm exclusivamente a cargo da contratada.
PARAGRAFO OITAVO - Para dirimir quaisquer dúvidas do produto, fica estabelecido todo o descrito no TERMO DE REFERENCIA, o qual é parte do contrato.
PARAGRAFO NONO – São norteadoras do objeto contratado, todas as regras e disposições estabelecidas no TERMO DE REFERENCIA, cominadas com as demais estabelecidas no edital.
1 – O TERMO DE REFERENCIA é parte integrante do EDITAL e do CONTRATO (ainda que não esteja transcrito neste último).
PARÁGRAFO DÉCIMO - TODOS OS EQUIPAMENTOS DEVEM SER ENTREGUES INSTALADOS E TESTADOS, EM FUNCIONAMENTO.
Todos os custos necessários ao fornecimento dos equipamentos correrão exclusivamente por conta da contratada, incluindo transporte, carga e descarga, seguro, montagem, instalação e testes de funcionamento, quando aplicáveis, bem como o fornecimento de todos os acessórios, componentes e materiais indispensáveis ao pleno funcionamento dos equipamentos. Também serão de responsabilidade da contratada todos os tributos, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita execução do objeto, sem qualquer ônus adicional para o Município.
PARAGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A entrega será realizada no local indicado pela Administração Municipal, na Ordem de Fornecimento, conforme cada empresa/associação beneficiada.

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA se obriga a entregar os produtos, objeto deste Contrato, pelo preço de **R$ 52.870,08 (cinquenta e dois mil, oitocentos e setenta reais e oito centavos).**

ITEM	QTD	UNID	DESCRITIVO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
4	1	UNID	Furadeira e parafusadeira de impacto 20v Furadeira e Parafusadeira 20V, comprimento 9,5 cm, peso máximo 4 kg, frequência 50 Hz, 340 W de potência, mandril de 13 mm, com luz de led, torque máximo de 65 Nm, velocidade mínima de rotação de 500 rpm, velocidade máxima de rotação de 1.750 rpm. Deve acompanhar: 2 baterias de li-ion, com amperagem de 2 Ah, 1 carregador. Carga da bateria com duração de 1 hora. Capacidade de perfuração em metal e em betão, 13 mm	STANLEY/ SCD701D2K	800,70	800,70
7	1	UNID	Coletor de pó, com duas saídas Coletor de pó, motor monofásico, 2cv, 2 polos, altura máxima 2.000 mm, capacidade do reservatório de no mínimo 150 litros, vazão mínima de 27 m³/min, diâmetro x bocas de entrada de 100mm x 2	MAKSIWA/ CP2C	3.519,87	3.519,87
8	1	UNID	Máquina de costura Pespontadeira 2 agulhas alternada direct drive Maquina Pespontadeira Alternada Direct Drive, de 2 agulhas ponto fixo, direct-drive, com desligamento de barras, lançadeira grande, com painel e control box fixos na mesa, sistema de lubrificação automática por bomba de óleo, rolamentada velocidade 3.000 RPM, luz de LED, e estante com rodinhas. Com a Função de Alternar as Barras de Agulha para fazer cantos, Controle de Velocidade, Parada de Agulha, completa com Mesa e Porta Fio	LANMAX/ 8750D	6.796,14	6.796,14
9	1	UNID	Máquina de costura reta transporte triplo eletrônica Máquina de Costura Eletrônica | 300 Pontos, 2 Fontes de letras costuradas, Tela LCD, Botão Start/Stop, Corte de Linha | Braço Livre, Iluminação em LED, DROP & SEW, bivolt. Peso máximo 7 kg, fabricada em metal ou ferro fundido	LANMAX/ 0718T-D4-ALL	7.454,37	7.454,37
13	1	UNID	Moedor Elétrico de Carne 98 D em aço INOX trif. 380V capacidade 500kg/hr para mesa * Especificações Técnicas: - Potência do Motor: 2,2kW (3 CV); Fase: 1; Voltagem: 220/380V (trifásico); Frequência Nominal: 60Hz; Consumo: 2,8kW/h; Dimensões (AxLxC): 520mm/410mm/816mm; Dimensões embalagem (AxLxC): 645mm/465mm/915mm; Altura até o centro do Disco: 260mm; Moagem em disco 5mm: 6,670kg/min ou 400kg/hora; Remoagem em disco 5mm: 3,300kg/min ou 198kg/hora; Média de moagem e remoagem: 5kg/min	METVISA/ PCL98220RT	7.600,00	7.600,00

			ou 300kg/hora;			
18	1	UNID	COMPRESSOR DE AR Especificações Técnicas Completas Deslocamento Teórico: 60 PCM / 1699l/min Capacidade do Reservatório: 400 Litros Pressão Máxima de Operação: 175 PSI / 12,07 Bar Potência do Motor: 15 HP (Trifásico) Número de Estágios/Cilindros: 2 Estágios / 5 Cilindros Rotação (RPM): 700 RPM Diâmetro de Saída: 3/4" Ruído máximo: 84 dB(A) Dimensões (LxAxP): Aproximadamente 1960 x 650 x 1420 mm Regime de Trabalho: Intermitente (com pressostato) Voltagens: 220/380V Cabeçote de ferro fundido com 5 pistões em configuração V Inclui pressostato, manômetro e válvulas de segurança	MOTOMIL/ MAWV60/ 425	20.506,00	20.506,00
20	1	UNID	Cortador de frios Especificações técnicas mínimas: - Atendimento a NR 12 do ministério do trabalho e a portaria 371/2009 do INMETRO - motor 0,37 Kw - estrutura alumínio anodizado - carro automático - voltagem 110/220 v Produção possível de 35 fatias por minuto	SRMAN/ CFI250	6.193,00	6.193,00
VALOR TOTAL						**52.870,08**

PARAGRAFO SEGUNDO- Os preços serão fixos e irreajustáveis e deverão ser expressos em reais, limitando-se a duas casas decimais após a vírgula, exceto em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA TERCEIRA – PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O pagamento será efetuado:
a) Após a entrega e instalação, com os equipamentos devidamente testados e funcionando;
b) em até 30 dias após apresentação da nota fiscal;
c) somente com emissão da nota fiscal, cuja qual deverá vir acompanhada dos seguintes documentos:
Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços.
- Certidão de Regularidade junto a Fazenda Federal;
Certidão de regularidade de Tributos Municipais;
- Certificado de Regularidade do FGTS da empresa;
PARÁGRAFO SEGUNDO – O município poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, dívidas ou indenizações devidas pelo fornecedor.
1 – No caso de ocorrência de irregularidade ou inexecução parcial ou total do objeto do contrato, o pagamento do saldo remanescente ficará suspenso, até ulterior decisão, para fins do contido no PARÁGRAFO PRIMEIRO.
1.1 – O contido no item PARAGRAFO PRIMEIRO E SEGUNDO será objeto de investigação através do competente processo administrativo;
PARÁGRAFO TERCEIRO - O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.
PARÁGRAFO QUARTO - Caso a empresa não tenha conta no BANCO DO BRASIL, ou ainda, NÃO TENHA EMITIDO BOLETO PARA PAGAMENTO, poderá ser descontado o valor referente à transferência bancária.
PARÁGRAFO QUINTO – A Nota Fiscal deverá conter as seguintes informações:
- Modalidade da licitação,
- Número e ano do contrato;
- Número e nome do banco;
- Número da agência;
- Número da conta corrente ou poupança;
- Valor de IRPJ a ser retido.
1 – Ainda, por força de Lei, deverá vir especificado na Nota Fiscal qual o valor a ser retido de IRPJ, caso a empresa se enquadre nos casos em que há incidência do Imposto.
1.1 – A não incidência da retenção de imposto somente será aceita caso a empresa tenha apresentado, para assinatura do contrato, uma das DECLARAÇÕES PARA FINS DE NÃO INCIDENCIA DE IRPJ (modelos anexos ao processo).
1.2 – O pagamento da Nota Fiscal somente será efetuado se, e quando, esta estiver contemplando todos os dados obrigatórios descritos no edital e contrato.
PARÁGRAFO SEXTO - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, será de 6% ao ano, pagos somente sobre os dias de atraso, calculado o valor devido dividido por 365 multiplicado pelos dias de atraso.
1 – Para que seja paga a compensação financeira sobre os dias de atraso a contratada deverá efetuar requerimento do mesmo.
PARÁGRAFO SÉTIMO - As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Fonte de Recursos	Valor	Código Despesa
02.14.22.661.1800.2.030	4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	000	215.918,90	2788
02.10.20.606.1700.3.054	4.4.90.52		000	14.044,04	2598
			2000	1.452,40	2597
			1045	499,26	2596
			21045	11.537,64	2595

PARAGRAFO OITAVO – O edital engloba mais de uma secretaria, e, quando da emissão de nota fiscal, deverá para cada secretaria deverá ser emitida Nota Fiscal separadamente, tanto para produtos quanto para dotações.

CLÁUSULA QUARTA - PRAZO DE ENTREGA E VIGÊNCIA DO CONTRATO e LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO

PARAGRAFO PRIMEIRO – Prazo de entrega e instalação será de 90 (noventa) dias, após emissão da ordem de entrega.
PARAGRAFO SEGUNDO - O contrato terá validade de 120 (cento e vinte) dias, após sua assinatura.
PARAGRAFO TERCEIRO – O prazo de vigência é de 30 dias além do prazo contratual.

PARAGRAFO QUARTO - Local de entrega: Empresas beneficiadas, sendo que cada uma será indicada na ordem de fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
III - dar causa à inexecução total do contrato;
IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2015.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:
I - advertência;
II - multa;
III - impedimento de licitar e contratar;
IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:
I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
II - as peculiaridades do caso concreto;
III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
PARÁGRAFO TERCEIRO - A sanção prevista no inciso I será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do **caput** do art. 155 da Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
§ 3º A sanção prevista no inciso II, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas na Lei.
§ 4º A sanção prevista no inciso III será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
§ 5º A sanção prevista no inciso IV será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do **caput** do art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:
I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;
II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.
§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do **caput** deste artigo.
§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
§ 9º A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
PARÁGRAFO QUARTO – A forma de aplicação das penalidades e demais atos, seguirá o descrito na lei 14.133.

CLÁUSULA SEXTA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - CABE ao GESTOR DO CONTRATO:
1 - Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
2 - Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
3 - Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
4 - Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais de contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
5 - Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
6 - Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
PARÁGRAGO SEGUNDO – CABE ao FISCAL DO CONTRATO:
1 - Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

2 - Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
3 - Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
4 - Informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
5 - No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
6 - Comunicar ao gestor do contrato, por meio formal, no prazo de no mínimo 90 (noventa) dias antecedentes a data de vencimento, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
7 - Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
8 - Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
9 - Fica designada para fiscalização do contrato: **Francisco Alves dos Santos** e **Claudia Luzia Maziero**.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DAS PARTES

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/21 e seus regulamentos e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
PARÁGRAFO SEGUNDO - São obrigações do **CONTRATANTE**:
1 - Realizar os pedidos de materiais/serviços.
2 - Efetuar os pagamentos na forma e no prazo pactuado no contrato.
3 - Disponibilizar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do objeto do presente termo de referência;
4 - Designar servidores como Fiscais do Contrato, para acompanhar e fiscalizar a execução contratual;
5 - Permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências da CONTRATANTE para tratar de assuntos pertinentes à execução do objeto desse Termo de Referência;
6 - Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço objeto desse Termo de Referência, executado em desacordo com o mesmo, bem como do respectivo contrato;
7 - Proporcionar as condições necessárias ao bom andamento da entrega do objeto em questão.
8 - Impedir que terceiros executem o fornecimento objeto desta contratação.
9 - Comunicar oficialmente ao fornecedor quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.
10 - Disponibilizar equipe responsável de servidores públicos com a finalidade de operacionalizar os benefícios para utilização do sistema e ferramentas gerenciais.
11 - Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
PARÁGRAFO TERCEIRO - São obrigações da **CONTRATADA**:
1 - Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento, tais como salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vale refeição, EPI´s, transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pela legislação.
2 - Dispor da quantidade suficiente de mercadoria, equipamentos e pessoal, necessários para o fornecimento do serviço objeto deste processo.
3 - Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
4 - Indicar o responsável por representá-la na execução do contrato, assim como a(s) pessoa(s) que, na ausência do responsável, poderão substituí-lo, informando um contato telefônico direto deste.
5 - Executar os serviços dentro das especificações e/ou condições constantes neste Termo de referência, bem como responsabilizar-se por todos os riscos inerentes a execução dos serviços objeto da licitação.
6 - Executar diretamente o contrato, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pelo Município.
7 - Ser responsável pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo.
8 - Ser responsável por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade do Município, ou bens de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregados.
9 - Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados Município, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade da execução.
10 - Substituir no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação, qualquer componente que não atenda às especificações técnicas exigidas pelo Município.
11 - Comunicar por escrito ao Município qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário.
12 - Prestar os serviços, conforme solicitação da Secretaria competente do Município.
13 - Garantir a qualidade do(s) serviço(s), obrigando-se a repor ou ressarcir aquele que for entregue em desacordo com o apresentado na proposta.
PARÁGRAFO QUARTO - ADICIONALMENTE, A CONTRATADA DEVERÁ:
1 - Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Município.
2 - Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução do objeto licitado ou em conexão com ela, ainda que acontecido em dependência do Município.
3 - Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento do objeto licitado, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.
4 - Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do objeto do Processo Licitatório.
5 - A inadimplência do fornecedor, com referência aos encargos estabelecidos no subitem **1**, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Município, nem poderá onerar o objeto deste Edital, razão pela qual o fornecedor signatário do Contrato renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Município.
6 - É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Município, ou que nela ocupe cargo de confiança, durante a vigência do Contrato.

6.1 - Do mesmo modo, é expressamente proibida, veiculação de publicidade acerca do Contrato, salvo se houver prévia autorização do Município.
7 - O licitante vencedor ficará obrigado a refazer às suas expensas, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas da notificação, o serviço, que vier a ser recusado sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.

CLÁUSULA OITAVA – SUBCONTRATAÇÃO

PARÁGRAFO UNICO - Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

CLAUSULA NONA - RESCISÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 92, e seguintes da Lei n.º 14.133/21.
PARÁGRAFO SEGUNDO - O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
PARÁGRAFO QUARTO - Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
PARÁGRAFO QUINTO - O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 157 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 158 e 159 da mesma Lei.
A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
PARÁGRAFO SEXTO - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
1 - O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
c)Indenizações e multas.
2 - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 151, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLAUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.
PARÁGRAFO TERCEIRO - É facultado aa Pregoeira/Agente de contratação a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
PARÁGRAFO QUARTO - O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Pregoeira/Agente de contratação ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.
PARÁGRAFO QUINTO - Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação, inclusive as manifestações de recurso e contrarrecurso, exclusivamente por meio do sistema compras.gov.br. A Pregoeira/Agente de contratação, se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.
PARÁGRAFO SEXTO - A Pregoeira/Agente de contratação poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.
PARÁGRAFO SÉTIMO - A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

I - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:
a) **PRÁTICA CORRUPTA**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
b) **PRÁTICA FRAUDULENTA**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
c) **PRÁTICA COLUSIVA**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
d) **PRÁTICA COERCITIVA**: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
e) **PRÁTICA OBSTRUTIVA**:
(I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.
II – Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa diretamente ou por meio de um agente, em

práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de um contrato financiado pelo organismo.
III – Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - SUCESSÃO E FORO

PARAGRAFO PRIMEIRO - As partes firmam o presente instrumento, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro da Comarca de CATANDUVAS, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas.

Catanduvas – PR, 26 de agosto de 2026.

Município De Catanduvas
ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal
CPF: 065.xxx.xxx-01

Francieli Haiduk Rigo ME
FRANCIELI HAIDUK RIGO
Representante Legal
CPF: 076.xxx.xxx-37

FRANCISCO ALVES DOS SANTOS
Fiscal Do Contrato

DIHOANY TOCHINSKI BAZZI MACIEL
Gestora Do Contrato

Publicado por:
Eduardo de Freitas Moreira
Código Identificador:C3BFF92C

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
CONTRATO Nº 141/2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 61/2026.

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS,** Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 76.208.842/0001-03, com sede a Av. dos Pioneiros, Nº 500, neste ato representado pelo Senhor Prefeito municipal abaixo assinado, doravante designado MUNICÍPIO de um lado, e de outro a empresa **COLUMBIA COMERCIAL DE EQUIPAMENTOS EIRELI**, estabelecida na Rua Governador Jorge Lacerda, Nº 171, bairro Guabirotuba, na cidade de Curitiba, no Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas/MF sob n° 10.378.106/0001-87, neste ato representada por seu representante legal o Sr. Dorival da Silva, brasileiro, portador do CPF nº 514.xxx.xxx-72, residente e domiciliado a Rua Lima Barreto, Nº 560, bairro Jardim das Américas, na cidade de Curitiba, no Estado do Paraná, ao final assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas da Lei 14.133/21 e suas alterações subsequentes, ajustam o presente Contrato decorrente do Edital **Pregão Eletrônico Nº 23/2026**, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O presente contrato tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE DUAS (02) DESOPERCULADORAS ELÉTRICAS AUTOMÁTICAS PARA FAVOS DE MEL COM ESTEIRA, E DUAS (02) MESAS DESOPERCULADORAS, A SEREM CONCEDIDAS A ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES, NA FORMA DE INCENTIVO A DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR, e EQUIPAMENTOS PARA OS SETORES DE CONFECÇÃO, EMBUTIDOS E FABRICAÇÃO DE MÓVEIS, A SEREM CONCEDIDAS A TITULO DE CONCESSÃO NÃO ONEROSA, COMO FORMA DE INCENTIVO A INDUSTRIALIZAÇÃO NO MUNICÍPIO.**
PARÁGRAFO SEGUNDO - O produto deverá ser de primeira qualidade e atender as quantidades e especificações constantes do Termo de Referência em anexo.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Independente da aceitação o adjudicatário garantirá a qualidade do produto.
PARÁGRAFO QUARTO – É de responsabilidade da empresa manter em dia suas obrigações junto a órgãos ambientais quanto a exigências para o regular funcionamento. O Município fica eximido de qualquer responsabilidade quanto as obrigações de responsabilidade da empresa.
PARÁGRAFO QUINTO - A empresa vencedora deverá efetuar análise minuciosa de todas as informações constantes no termo de referência (ANEXO III), buscando junto ao MUNICÍPIO esclarecer toda e qualquer dúvida sobre detalhes relevantes para a correta execução dos serviços, a fim de que não sejam ofertados serviços que não atendam aos níveis de qualidade almejados.
PARÁGRAFO SEXTO – Observa-se que a empresa vencedora deverá atentar-se também as disposições contidas neste edital, quanto ao prazo de entrega de documentos APÓS O PREGÃO.
PARÁGRAFO SÉTIMO – Todas as despesas para entrega, deslocamento e quaisquer outras correm exclusivamente a cargo da contratada.
PARAGRAFO OITAVO - Para dirimir quaisquer dúvidas do produto, fica estabelecido todo o descrito no TERMO DE REFERENCIA, o qual é parte do contrato.
PARAGRAFO NONO – São norteadoras do objeto contratado, todas as regras e disposições estabelecidas no TERMO DE REFERENCIA, cominadas com as demais estabelecidas no edital.
1 – O TERMO DE REFERENCIA é parte integrante do EDITAL e do CONTRATO (ainda que não esteja transcrito neste último).
PARÁGRAFO DÉCIMO - TODOS OS EQUIPAMENTOS DEVEM SER ENTREGUES INSTALADOS E TESTADOS, EM FUNCIONAMENTO.

Todos os custos necessários ao fornecimento dos equipamentos correrão exclusivamente por conta da contratada, incluindo transporte, carga e descarga, seguro, montagem, instalação e testes de funcionamento, quando aplicáveis, bem como o fornecimento de todos os acessórios, componentes e materiais indispensáveis ao pleno funcionamento dos equipamentos. Também serão de responsabilidade da contratada todos os tributos, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita execução do objeto, sem qualquer ônus adicional para o Município.
PARAGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A entrega será realizada no local indicado pela Administração Municipal, na Ordem de Fornecimento, conforme cada empresa/associação beneficiada.

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA se obriga a entregar os produtos, objeto deste Contrato, pelo preço de **R$ 4.099,00 (quatro mil e noventa e nove reais).**

ITEM	QTD	UNID	DESCRITIVO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
15	1	UNID	Multiprocessador de Alimentos 7 discos 220V * Especificações Técnicas: - Motor: 0,5 cv; - Velocidade: 438 RPM; - Produção aprox: 250 kg/h; - Potência: 600 W; - Consumo: 0,6 kW/h; - Voltagem: bivolt com chave seletora; -Dimensões (AxLxP): - Altura:59cm; - Largura:33cm; - Profundidade: 52 cm; - Peso: 28 kg.	COPAMETAL/ MPA-30-B6	4.099,00	4.099,00
VALOR TOTAL						**4.099,00**

PARAGRAFO SEGUNDO- Os preços serão fixos e irreajustáveis e deverão ser expressos em reais, limitando-se a duas casas decimais após a vírgula, exceto em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.
CLÁUSULA TERCEIRA – PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O pagamento será efetuado:
a) Após a entrega e instalação, com os equipamentos devidamente testados e funcionando;
b) em até 30 dias após apresentação da nota fiscal;
c) somente com emissão da nota fiscal, cuja qual deverá vir acompanhada dos seguintes documentos:
Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços.
- Certidão de Regularidade junto a Fazenda Federal;
Certidão de regularidade de Tributos Municipais;
- Certificado de Regularidade do FGTS da empresa;
PARÁGRAFO SEGUNDO – O município poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, dívidas ou indenizações devidas pelo fornecedor.
1 – No caso de ocorrência de irregularidade ou inexecução parcial ou total do objeto do contrato, o pagamento do saldo remanescente ficará suspenso, até ulterior decisão, para fins do contido no PARÁGRAFO PRIMEIRO.
1.1 – O contido no item PARAGRAFO PRIMEIRO E SEGUNDO será objeto de investigação através do competente processo administrativo;
PARÁGRAFO TERCEIRO - O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.
PARÁGRAFO QUARTO - Caso a empresa não tenha conta no BANCO DO BRASIL, ou ainda, NÃO TENHA EMITIDO BOLETO PARA PAGAMENTO, poderá ser descontado o valor referente à transferência bancária.
PARÁGRAFO QUINTO – A Nota Fiscal deverá conter as seguintes informações:
- Modalidade da licitação,
- Número e ano do contrato;
- Número e nome do banco;
- Número da agência;
- Número da conta corrente ou poupança;
- Valor de IRPJ a ser retido.
1 – Ainda, por força de Lei, deverá vir especificado na Nota Fiscal qual o valor a ser retido de IRPJ, caso a empresa se enquadre nos casos em que há incidência do Imposto.
1.1 – A não incidência da retenção de imposto somente será aceita caso a empresa tenha apresentado, para assinatura do contrato, uma das DECLARAÇÕES PARA FINS DE NÃO INCIDENCIA DE IRPJ (modelos anexos ao processo).
1.2 – O pagamento da Nota Fiscal somente será efetuado se, e quando, esta estiver contemplando todos os dados obrigatórios descritos no edital e contrato.
PARÁGRAFO SEXTO - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, será de 6% ao ano, pagos somente sobre os dias de atraso, calculado o valor devido dividido por 365 multiplicado pelos dias de atraso.
1 – Para que seja paga a compensação financeira sobre os dias de atraso a contratada deverá efetuar requerimento do mesmo.
PARÁGRAFO SÉTIMO - As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Fonte de Recursos	Valor	Código Despesa
02.14.22.661.1800.2.030	4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	000	215.918,90	2788
02.10.20.606.1700.3.054	4.4.90.52		000 2000 1045 21045	14.044,04 1.452,40 499,26 11.537,64	2598 2597 2596 2595

PARAGRAFO OITAVO – O edital engloba mais de uma secretaria, e, quando da emissão de nota fiscal, deverá para cada secretaria deverá ser emitida Nota Fiscal separadamente, tanto para produtos quanto para dotações.

CLÁUSULA QUARTA - PRAZO DE ENTREGA E VIGÊNCIA DO CONTRATO e LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO

PARAGRAFO PRIMEIRO – Prazo de entrega e instalação será de 90 (noventa) dias, após emissão da ordem de entrega.
PARAGRAFO SEGUNDO - O contrato terá validade de 120 (cento e vinte) dias, após sua assinatura.
PARAGRAFO TERCEIRO – O prazo de vigência é de 30 dias além do prazo contratual.
PARAGRAFO QUARTO - Local de entrega: Empresas beneficiadas, sendo que cada uma será indicada na ordem de fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
III - dar causa à inexecução total do contrato;
IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2015.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:
I - advertência;
II - multa;
III - impedimento de licitar e contratar;
IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:
I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
II - as peculiaridades do caso concreto;
III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
PARÁGRAFO TERCEIRO - A sanção prevista no inciso I será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do **caput** do art. 155 da Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
§ 3º A sanção prevista no inciso II, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas na Lei.
§ 4º A sanção prevista no inciso III será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
§ 5º A sanção prevista no inciso IV será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do **caput** do art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:
I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;
II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.
§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do **caput** deste artigo.
§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
§ 9º A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
PARÁGRAFO QUARTO – A forma de aplicação das penalidades e demais atos, seguirá o descrito na lei 14.133.

CLÁUSULA SEXTA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - CABE ao GESTOR DO CONTRATO:
1 - Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
2 - Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
3 - Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
4 - Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais de contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

5 - Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
6 - Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
PARÁGRAGO SEGUNDO – CABE ao FISCAL DO CONTRATO:
1 - Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
2 - Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
3 - Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
4 - Informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
5 - No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
6 - Comunicar ao gestor do contrato, por meio formal, no prazo de no mínimo 90 (noventa) dias antecedentes a data de vencimento, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
7 - Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
8 - Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
9 - Fica designada para fiscalização do contrato: **Francisco Alves dos Santos** e **Claudia Luzia Maziero**.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DAS PARTES

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/21 e seus regulamentos e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
PARÁGRAFO SEGUNDO - São obrigações do **CONTRATANTE**:
1 - Realizar os pedidos de materiais/serviços.
2 - Efetuar os pagamentos na forma e no prazo pactuado no contrato.
3 - Disponibilizar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do objeto do presente termo de referência;
4 - Designar servidores como Fiscais do Contrato, para acompanhar e fiscalizar a execução contratual;
5 - Permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências da CONTRATANTE para tratar de assuntos pertinentes à execução do objeto desse Termo de Referência;
6 - Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço objeto desse Termo de Referência, executado em desacordo com o mesmo, bem como do respectivo contrato;
7 - Proporcionar as condições necessárias ao bom andamento da entrega do objeto em questão.
8 - Impedir que terceiros executem o fornecimento objeto desta contratação.
9 - Comunicar oficialmente ao fornecedor quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.
10 - Disponibilizar equipe responsável de servidores públicos com a finalidade de operacionalizar os benefícios para utilização do sistema e ferramentas gerenciais.
11 - Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
PARÁGRAFO TERCEIRO - São obrigações da **CONTRATADA**:
1 - Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento, tais como salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vale refeição, EPI´s, transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pela legislação.
2 - Dispor da quantidade suficiente de mercadoria, equipamentos e pessoal, necessários para o fornecimento do serviço objeto deste processo.
3 - Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
4 - Indicar o responsável por representá-la na execução do contrato, assim como a(s) pessoa(s) que, na ausência do responsável, poderão substituí-lo, informando um contato telefônico direto deste.
5 - Executar os serviços dentro das especificações e/ou condições constantes neste Termo de referência, bem como responsabilizar-se por todos os riscos inerentes a execução dos serviços objeto da licitação.
6 - Executar diretamente o contrato, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pelo Município.
7 - Ser responsável pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo.
8 - Ser responsável por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade do Município, ou bens de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregados.
9 - Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados Município, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade da execução.
10 - Substituir no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação, qualquer componente que não atenda às especificações técnicas exigidas pelo Município.
11 - Comunicar por escrito ao Município qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário.
12 - Prestar os serviços, conforme solicitação da Secretaria competente do Município.
13 - Garantir a qualidade do(s) serviço(s), obrigando-se a repor ou ressarcir aquele que for entregue em desacordo com o apresentado na proposta.
PARÁGRAFO QUARTO - ADICIONALMENTE, A CONTRATADA DEVERÁ:
1 - Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Município.
2 - Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução do objeto licitado ou em conexão com ela, ainda que acontecido em dependência do Município.

3 - Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento do objeto licitado, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.
4 - Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do objeto do Processo Licitatório.
5 - A inadimplência do fornecedor, com referência aos encargos estabelecidos no subitem **1**, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Município, nem poderá onerar o objeto deste Edital, razão pela qual o fornecedor signatário do Contrato renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Município.
6 - É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Município, ou que nela ocupe cargo de confiança, durante a vigência do Contrato.
6.1 - Do mesmo modo, é expressamente proibida, veiculação de publicidade acerca do Contrato, salvo se houver prévia autorização do Município.
7 - O licitante vencedor ficará obrigado a refazer às suas expensas, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas da notificação, o serviço, que vier a ser recusado sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.

CLÁUSULA OITAVA – SUBCONTRATAÇÃO

PARÁGRAFO UNICO - Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

CLAUSULA NONA - RESCISÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 92, e seguintes da Lei n.º 14.133/21.
PARÁGRAFO SEGUNDO - O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
PARÁGRAFO QUARTO - Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
PARÁGRAFO QUINTO - O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 157 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 158 e 159 da mesma Lei.
A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
PARÁGRAFO SEXTO - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
1 - O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
c)Indenizações e multas.
2 - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 151, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLAUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.
PARÁGRAFO TERCEIRO - É facultado aa Pregoeira/Agente de contratação a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
PARÁGRAFO QUARTO - O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Pregoeira/Agente de contratação ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.
PARÁGRAFO QUINTO - Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação, inclusive as manifestações de recurso e contrarrecurso, exclusivamente por meio do sistema compras.gov.br. A Pregoeira/Agente de contratação, se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.
PARÁGRAFO SEXTO - A Pregoeira/Agente de contratação poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.
PARÁGRAFO SÉTIMO - A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

I - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:
a) **PRÁTICA CORRUPTA**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
b) **PRÁTICA FRAUDULENTA**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
c) **PRÁTICA COLUSIVA**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

d) **PRÁTICA COERCITIVA**: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
e) **PRÁTICA OBSTRUTIVA**:
(I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.
II – Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de um contrato financiado pelo organismo.
III – Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - SUCESSÃO E FORO

PARAGRAFO PRIMEIRO - As partes firmam o presente instrumento, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro da Comarca de CATANDUVAS, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas.

Catanduvas – PR, 26 de agosto de 2026.

Município De Catanduvas
ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal
CPF: 065.xxx.xxx-01

Columbia Comercial De Equip. EIRELI
DORIVAL DA SILVA
Representante Legal
CPF: 514.xxx.xxx-72

FRANCISCO ALVES DOS SANTOS
Fiscal Do Contrato

DIHOANY TOCHINSKI BAZZI MACIEL
Gestora Do Contrato

Publicado por:
Eduardo de Freitas Moreira
Código Identificador:265BEC67

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
CONTRATO Nº 142/2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 61/2026.

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS,** Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 76.208.842/0001-03, com sede a Av. dos Pioneiros, Nº 500, neste ato representado pelo Senhor Prefeito municipal abaixo assinado, doravante designado MUNICÍPIO de um lado, e de outro a empresa **MEL TECH EQUIPAMENTOS LTDA**, estabelecida na Rua do Bosques, Nº 35, bairro Jardim, na cidade de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas/MF sob n° 58.916.061/0001-83, neste ato representada por seu representante legal o Sr. Maike Tiago da Rosa Kretzler, brasileiro, portador do CPF nº 090.xxx.xxx-96, residente e domiciliado a Rua Benjamin Constant, Nº 863, apto 203, bairro Centro, na cidade de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, ao final assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas da Lei 14.133/21 e suas alterações subsequentes, ajustam o presente Contrato decorrente do Edital **Pregão Eletrônico Nº 23/2026**, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O presente contrato tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE DUAS (02) DESOPERCULADORAS ELÉTRICAS AUTOMÁTICAS PARA FAVOS DE MEL COM ESTEIRA, E DUAS (02) MESAS DESOPERCULADORAS, A SEREM CONCEDIDAS A ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES, NA FORMA DE INCENTIVO A DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR, e EQUIPAMENTOS PARA OS SETORES DE CONFECÇÃO, EMBUTIDOS E FABRICAÇÃO DE MÓVEIS, A SEREM CONCEDIDAS A TITULO DE CONCESSÃO NÃO ONEROSA, COMO FORMA DE INCENTIVO A INDUSTRIALIZAÇÃO NO MUNICÍPIO.**
PARÁGRAFO SEGUNDO - O produto deverá ser de primeira qualidade e atender as quantidades e especificações constantes do Termo de Referência em anexo.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Independente da aceitação o adjudicatário garantirá a qualidade do produto.
PARÁGRAFO QUARTO – É de responsabilidade da empresa manter em dia suas obrigações junto a órgãos ambientais quanto a exigências para o regular funcionamento. O Município fica eximido de qualquer responsabilidade quanto as obrigações de responsabilidade da empresa.
PARÁGRAFO QUINTO - A empresa vencedora deverá efetuar análise minuciosa de todas as informações constantes no termo de referência (ANEXO III), buscando junto ao MUNICÍPIO esclarecer toda e qualquer dúvida sobre detalhes relevantes para a correta execução dos serviços, a fim de que não sejam ofertados serviços que não atendam aos níveis de qualidade almejados.

PARÁGRAFO SEXTO – Observa-se que a empresa vencedora deverá atentar-se também as disposições contidas neste edital, quanto ao prazo de entrega de documentos APÓS O PREGÃO.
PARÁGRAFO SÉTIMO – Todas as despesas para entrega, deslocamento e quaisquer outras correm exclusivamente a cargo da contratada.
PARAGRAFO OITAVO - Para dirimir quaisquer dúvidas do produto, fica estabelecido todo o descrito no TERMO DE REFERENCIA, o qual é parte do contrato.
PARAGRAFO NONO – São norteadoras do objeto contratado, todas as regras e disposições estabelecidas no TERMO DE REFERENCIA, cominadas com as demais estabelecidas no edital.
1 – O TERMO DE REFERENCIA é parte integrante do EDITAL e do CONTRATO (ainda que não esteja transcrito neste último).
PARÁGRAFO DÉCIMO - TODOS OS EQUIPAMENTOS DEVEM SER ENTREGUES INSTALADOS E TESTADOS, EM FUNCIONAMENTO.
Todos os custos necessários ao fornecimento dos equipamentos correrão exclusivamente por conta da contratada, incluindo transporte, carga e descarga, seguro, montagem, instalação e testes de funcionamento, quando aplicáveis, bem como o fornecimento de todos os acessórios, componentes e materiais indispensáveis ao pleno funcionamento dos equipamentos. Também serão de responsabilidade da contratada todos os tributos, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita execução do objeto, sem qualquer ônus adicional para o Município.
PARAGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A entrega será realizada no local indicado pela Administração Municipal, na Ordem de Fornecimento, conforme cada empresa/associação beneficiada.

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA se obriga a entregar os produtos, objeto deste Contrato, pelo preço de **R$ 26.800,00 (vinte e seis mil e oitocentos reais).**

ITEM	QTD	UNID	DESCRITIVO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
21	2	UNID	DESOPERCULADORA ELÉTRICA AUTOMÁTICA PARA FAVOS DE MEL COM ESTEIRA. CAPACIDADE MÍNIMA DE 400 FAVOS POR HORA DE PRODUÇÃO. FABRICADA COM ELOS DE CORRENTE INOX 316. CONSTRUÍDA EM AÇO INOXIDÁVEL 304 POLIDO, DENTRO DO PADRÃO ALIMENTÍCIO. MANCAIS DE ROLAMENTO COM CARCAÇA EM ALUMÍNIO. MOTOR ELÉTRICO MONOFÁSICO 220 VOLTS. ESTEIRA MOTORIZADA PARA DESLIZAMENTO DOS QUADROS. CARCAÇA E BLINDAGEM EM AÇO INOXIDÁVEL 304. REGULAGEM DE ABERTURA DOS ROLOS. FORNECIDO COM PAINEL ELÉTRICO E ALIMENTAÇÃO E RETIRADA DOS QUADROS MANUALMENTE. O EQUIPAMENTO DEVERÁ SER COMPATÍVEL COM MESAS VARIADAS	R&G/ DES_400	10.600,00	21.200,00
22	2	UNID	MESA DESOPERCULADORA COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 50 QUADROS DE MELGUEIRA. CONSTRUÍDA EM AÇO INOXIDÁVEL 304 POLIDO. ESPESSURA: 1,20 MM. TORNEIRA CORTA-PINGOS: 38 MM. ESTRUTURA COM 4 PÉS EM TUBO DE INOX 30 X 30 MM. CORPO DA MESA COM CAIMENTO PARA COLETA DO MEL. PENEIRA EM INOX COM ESTRUTURA EM TUBO 20 X 20 MM, MALHA 2 MM. BORDAS REFORÇADAS. DIMENSÕES APROXIMADAS: 200 X 53 X 84 CM.	R&G	2.800,00	5.600,00
VALOR TOTAL						**26.800,00**

PARAGRAFO SEGUNDO- Os preços serão fixos e irreajustáveis e deverão ser expressos em reais, limitando-se a duas casas decimais após a vírgula, exceto em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA TERCEIRA – PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O pagamento será efetuado:
a) Após a entrega e instalação, com os equipamentos devidamente testados e funcionando;
b) em até 30 dias após apresentação da nota fiscal;
c) somente com emissão da nota fiscal, cuja qual deverá vir acompanhada dos seguintes documentos:
Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços.
- Certidão de Regularidade junto a Fazenda Federal;
Certidão de regularidade de Tributos Municipais;
- Certificado de Regularidade do FGTS da empresa;
PARÁGRAFO SEGUNDO – O município poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, dívidas ou indenizações devidas pelo fornecedor.
1 – No caso de ocorrência de irregularidade ou inexecução parcial ou total do objeto do contrato, o pagamento do saldo remanescente ficará suspenso, até ulterior decisão, para fins do contido no PARÁGRAFO PRIMEIRO.
1.1 – O contido no item PARAGRAFO PRIMEIRO E SEGUNDO será objeto de investigação através do competente processo administrativo;
PARÁGRAFO TERCEIRO - O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.
PARÁGRAFO QUARTO - Caso a empresa não tenha conta no BANCO DO BRASIL, ou ainda, NÃO TENHA EMITIDO BOLETO PARA PAGAMENTO, poderá ser descontado o valor referente à transferência bancária.
PARÁGRAFO QUINTO – A Nota Fiscal deverá conter as seguintes informações:
- Modalidade da licitação,
- Número e ano do contrato;
- Número e nome do banco;
- Número da agência;
- Número da conta corrente ou poupança;
- Valor de IRPJ a ser retido.
1 – Ainda, por força de Lei, deverá vir especificado na Nota Fiscal qual o valor a ser retido de IRPJ, caso a empresa se enquadre nos casos em que há incidência do Imposto.
1.1 – A não incidência da retenção de imposto somente será aceita caso a empresa tenha apresentado, para assinatura do contrato, uma das DECLARAÇÕES PARA FINS DE NÃO INCIDENCIA DE IRPJ (modelos anexos ao processo).
1.2 – O pagamento da Nota Fiscal somente será efetuado se, e quando, esta estiver contemplando todos os dados obrigatórios descritos no edital e contrato.
PARÁGRAFO SEXTO - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, será de 6% ao ano, pagos somente sobre os dias de atraso, calculado o valor devido dividido por 365 multiplicado pelos dias de atraso.

1 – Para que seja paga a compensação financeira sobre os dias de atraso a contratada deverá efetuar requerimento do mesmo.
PARÁGRAFO SÉTIMO - As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Fonte de Recursos	Valor	Código Despesa
02.14.22.661.1800.2.030	4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	000	215.918,90	2788
02.10.20.606.1700.3.054	4.4.90.52		000 2000 1045 21045	14.044,04 1.452,40 499,26 11.537,64	2598 2597 2596 2595

PARAGRAFO OITAVO – O edital engloba mais de uma secretaria, e, quando da emissão de nota fiscal, deverá para cada secretaria deverá ser emitida Nota Fiscal separadamente, tanto para produtos quanto para dotações.

CLÁUSULA QUARTA - PRAZO DE ENTREGA E VIGÊNCIA DO CONTRATO e LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO

PARAGRAFO PRIMEIRO – Prazo de entrega e instalação será de 90 (noventa) dias, após emissão da ordem de entrega.
PARAGRAFO SEGUNDO - O contrato terá validade de 120 (cento e vinte) dias, após sua assinatura.
PARAGRAFO TERCEIRO – O prazo de vigência é de 30 dias além do prazo contratual.
PARAGRAFO QUARTO - Local de entrega: Empresas beneficiadas, sendo que cada uma será indicada na ordem de fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
III - dar causa à inexecução total do contrato;
IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2015.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:
I - advertência;
II - multa;
III - impedimento de licitar e contratar;
IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:
I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
II - as peculiaridades do caso concreto;
III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
PARÁGRAFO TERCEIRO - A sanção prevista no inciso I será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do **caput** do art. 155 da Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
§ 3º A sanção prevista no inciso II, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas na Lei.
§ 4º A sanção prevista no inciso III será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
§ 5º A sanção prevista no inciso IV será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do **caput** do art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:
I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;
II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.
§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do **caput** deste artigo.
§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
§ 9º A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
PARÁGRAFO QUARTO – A forma de aplicação das penalidades e demais atos, seguirá o descrito na lei 14.133.

CLÁUSULA SEXTA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - CABE ao GESTOR DO CONTRATO:
1 - Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
2 - Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
3 - Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
4 - Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais de contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
5 - Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
6 - Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
PARÁGRAGO SEGUNDO – CABE ao FISCAL DO CONTRATO:
1 - Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
2 - Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
3 - Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
4 - Informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
5 - No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
6 - Comunicar ao gestor do contrato, por meio formal, no prazo de no mínimo 90 (noventa) dias antecedentes a data de vencimento, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
7 - Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
8 - Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
9 - Fica designada para fiscalização do contrato: **Francisco Alves dos Santos** e **Claudia Luzia Maziero**.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DAS PARTES

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/21 e seus regulamentos e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
PARÁGRAFO SEGUNDO - São obrigações do **CONTRATANTE**:
1 - Realizar os pedidos de materiais/serviços.
2 - Efetuar os pagamentos na forma e no prazo pactuado no contrato.
3 - Disponibilizar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do objeto do presente termo de referência;
4 - Designar servidores como Fiscais do Contrato, para acompanhar e fiscalizar a execução contratual;
5 - Permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências da CONTRATANTE para tratar de assuntos pertinentes à execução do objeto desse Termo de Referência;
6 - Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço objeto desse Termo de Referência, executado em desacordo com o mesmo, bem como do respectivo contrato;
7 - Proporcionar as condições necessárias ao bom andamento da entrega do objeto em questão.
8 - Impedir que terceiros executem o fornecimento objeto desta contratação.
9 - Comunicar oficialmente ao fornecedor quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.
10 - Disponibilizar equipe responsável de servidores públicos com a finalidade de operacionalizar os benefícios para utilização do sistema e ferramentas gerenciais.
11 - Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
PARÁGRAFO TERCEIRO - São obrigações da **CONTRATADA**:
1 - Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento, tais como salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vale refeição, EPI´s, transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pela legislação.
2 - Dispor da quantidade suficiente de mercadoria, equipamentos e pessoal, necessários para o fornecimento do serviço objeto deste processo.
3 - Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
4 - Indicar o responsável por representá-la na execução do contrato, assim como a(s) pessoa(s) que, na ausência do responsável, poderão substituí-lo, informando um contato telefônico direto deste.
5 - Executar os serviços dentro das especificações e/ou condições constantes neste Termo de referência, bem como responsabilizar-se por todos os riscos inerentes a execução dos serviços objeto da licitação.
6 - Executar diretamente o contrato, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pelo Município.
7 - Ser responsável pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo.
8 - Ser responsável por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade do Município, ou bens de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregados.
9 - Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados Município, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade da execução.

10 - Substituir no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação, qualquer componente que não atenda às especificações técnicas exigidas pelo Município.
11 - Comunicar por escrito ao Município qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário.
12 - Prestar os serviços, conforme solicitação da Secretaria competente do Município.
13 - Garantir a qualidade do(s) serviço(s), obrigando-se a repor ou ressarcir aquele que for entregue em desacordo com o apresentado na proposta.
PARÁGRAFO QUARTO - ADICIONALMENTE, A CONTRATADA DEVERÁ:
1 - Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Município.
2 - Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução do objeto licitado ou em conexão com ela, ainda que acontecido em dependência do Município.
3 - Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento do objeto licitado, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.
4 - Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do objeto do Processo Licitatório.
5 - A inadimplência do fornecedor, com referência aos encargos estabelecidos no subitem **1**, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Município, nem poderá onerar o objeto deste Edital, razão pela qual o fornecedor signatário do Contrato renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Município.
6 - É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Município, ou que nela ocupe cargo de confiança, durante a vigência do Contrato.
6.1 - Do mesmo modo, é expressamente proibida, veiculação de publicidade acerca do Contrato, salvo se houver prévia autorização do Município.
7 - O licitante vencedor ficará obrigado a refazer às suas expensas, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas da notificação, o serviço, que vier a ser recusado sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.

CLÁUSULA OITAVA – SUBCONTRATAÇÃO

PARÁGRAFO UNICO - Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

CLAUSULA NONA - RESCISÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 92, e seguintes da Lei n.º 14.133/21.
PARÁGRAFO SEGUNDO - O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
PARÁGRAFO QUARTO - Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
PARÁGRAFO QUINTO - O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 157 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 158 e 159 da mesma Lei.
A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
PARÁGRAFO SEXTO - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
1 - O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
c)Indenizações e multas.
2 - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 151, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLAUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.
PARÁGRAFO TERCEIRO - É facultado aa Pregoeira/Agente de contratação a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
PARÁGRAFO QUARTO - O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Pregoeira/Agente de contratação ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.
PARÁGRAFO QUINTO - Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação, inclusive as manifestações de recurso e contrarrecurso, exclusivamente por meio do sistema compras.gov.br. A Pregoeira/Agente de contratação, se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.
PARÁGRAFO SEXTO - A Pregoeira/Agente de contratação poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.
PARÁGRAFO SÉTIMO - A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

I - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:
a) **PRÁTICA CORRUPTA**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
b) **PRÁTICA FRAUDULENTA**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
c) **PRÁTICA COLUSIVA**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
d) **PRÁTICA COERCITIVA**: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
e) **PRÁTICA OBSTRUTIVA**:
(I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.
II – Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de um contrato financiado pelo organismo.
III – Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - SUCESSÃO E FORO

PARAGRAFO PRIMEIRO - As partes firmam o presente instrumento, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro da Comarca de CATANDUVAS, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas.

Catanduvas – PR, 26 de agosto de 2026.

Município De Catanduvas
ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal
CPF: 065.xxx.xxx-01

Mel Tech Equipamentos LTDA
MAIKE TIAGO DA ROSA KRETZLER
Representante Legal
CPF: 090.xxx.xxx-96

CLAUDIA LUZIA MAZIERO
Fiscal Do Contrato

DIHOANY TOCHINSKI BAZZI MACIEL
Gestora Do Contrato

Publicado por:
Eduardo de Freitas Moreira
Código Identificador:5BAF2065

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
DECRETO Nº 240/2026 ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Federal Nº 4.320/64, e a Lei Municipal nº. **431 de 26 de agosto de 2026**.
DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento-Programa do Município de Catanduvas, para o exercício financeiro de 2026, um Crédito Especial, em conformidade com o inciso I do art. 41 da Lei 4.320/64, mediante as seguintes providências:

I – Criação de rubrica de despesa nas seguintes dotações orçamentárias:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Fonte de Recursos	Valor
02.02.04.122.1050.2.003	3.1.90.07.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	0	R$ 1.000,00
02.11.10.301.1300.2.033	3.1.90.07.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	303	R$ 10.000,00

02.20.27.812.1950.2.017	**3.1.90.11.00.00.00**	**VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL**	**0**	**R$ 3.000,00**
02.20.27.812.1950.2.017	**3.1.90.13.00.00.00**	**CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS**	**0**	**R$ 6.000,00**
02.20.27.812.1950.2.017	**3.1.90.16.00.00.00**	**OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL**	**0**	**R$ 1.000,00**
02.20.27.812.1950.2.017	**3.3.90.14.00.00.00**	**DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL**	**0**	**R$ 15.000,00**
02.20.27.812.1950.2.017	**3.3.90.31.00.00.00**	**PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENT., DESPORT. E OUTRAS**	**0**	**R$ 15.000,00**
02.20.27.812.1950.2.017	**3.3.90.40.00.00.00**	**SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ**	**0**	**R$ 1.500,00**

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Especial, aberto no artigo anterior, fica indicado como fonte de recursos o disposto no Artigo 43º, parágrafo 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, produto da anulação da(s) seguinte(s) Dotação(ões) Orçamentária(s):

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Fonte de Recursos	Valor
02.04.04.122.1050.2.005	**3.1.91.13.00.00.00**	**CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS**	**0**	**R$ 1.000,00**
02.11.10.301.1300.2.033	**3.1.90.04.00.00.00**	**CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO**	**303**	**R$ 10.000,00**
02.20.27.812.1950.2.017	**3.3.90.30.00.00.00**	**MATERIAL DE CONSUMO**	**0**	**R$ 16.500,00**
02.20.27.812.1950.2.017	**3.3.90.39.00.00.00**	**OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA**	**0**	**R$ 25.000,00**

Parágrafo único: Ficam alterados os anexos do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, nos termos do art. 4º, § 1º, da Lei nº 391/2025, e Art. 26, parágrafo único, da Lei nº 392/2025, respectivamente, a fim de compatibilizá-los às alterações promovidas pelos artigos 1º e 2º desse Decreto, bem como o seu Cronograma Execução de Mensal de Desembolso.
Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Catanduvas - PR, 26 de Agosto de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito

Publicado por:
Silvio Farias (Depto Contabilidade)
Código Identificador:77AF38F1

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
LEI Nº341/2026 - AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, E DÁ PROVIDÊNCIAS

Súmula**:** Autoriza o Executivo Municipal a efetuar a abertura de Crédito Especial no Orçamento do Município de Catanduvas, e dá providências.

A Câmara Municipal de Catanduvas, Estado do Paraná aprovou, e o Prefeito sanciona a seguinte **LEI:**

Art. 1º - Fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento-Programa do Município de Catanduvas, para o exercício financeiro de 2026, um CRÉDITO ESPECIAL em conformidade com o art. 41 da Lei 4.320/64 e a Lei Municipal nº 408/2025 (Lei Orçamentária Anual) mediante as seguintes providências:

– Inclusão de rubrica de despesa nas seguintes dotações orçamentárias:

02-PODER EXECUTIVO MUNICIPAL	**2026**	**TOTAL**
02.20-Secretaria Municipal de Esportes		
27-Desporto e Lazer		
812-Desporto Comunitário		
1950-Gestão Municipal de Esportes.		
2.017.000-MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESPORTIVAS		
3.1.90.11.00.00.00-VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL (2306)	3.000,00	
3.1.90.13.00.00.00-CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS (2307)	6.000,00	
3.1.90.16.00.00.00-OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS – PESSOAL CIVIL (2308)	1.000,00	
3.3.90.14.00.00.00-DIARIAS – PESSOAL CIVIL (2311)	15.000,00	
3.3.90.31.00.00.00-PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTITICAS, CIENT. (2313)	15.000,00	
3.3.90.40.00.00.00-SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E C (2317)	1.500,00	
FONTE DE RECURSOS: 000 - Recursos Ordinários (Livres)		**41.500,00**

02-PODER EXECUTIVO MUNICIPAL	**2026**	**TOTAL**
02.02-Prouradoria Jurídica		
04-Administração		
122-Administração Geral		
1050-Gestão Administrativa Municipal		
2.003.000-Manutenção da Procuradoria Jurídica		
3.1.90.07.00.00.00-CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADE FECHADA DE PREVIDENCIA	1.000,00	
FONTE DE RECURSOS: 000 - Recursos Ordinários (Livres)		**1.000,00**

02-PODER EXECUTIVO MUNICIPAL	**2026**	**TOTAL**
02.11-Fundo Municipal de Saúde		
10-Saúde		
301-Atenção Básica		
1300-Gestão Municipal de Saúde		
2.033-Ações e Serviços Públicos de Saúde		
3.1.90.07.00.00.00-CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADE FECHADA DE PREVIDENCIA	10.000,00	
FONTE DE RECURSOS: 303 - Saúde / percentual vinc s a rec (EC 29/00 15%)		**10.000,00**

Art. 2º - Para cobertura dos Créditos Especiais abertos no artigo anterior fica indicado como fonte de recursos o disposto no artigo 43º, parágrafo 1º da Lei Federal nº 4.320/64, conforme descrito a seguir:

Parágrafo primeiro: Inciso III, produto da anulação total/parcial das seguintes dotações orçamentárias:

02-PODER EXECUTIVO MUNICIPAL	**2026**	**TOTAL**
02.20-Secretaria Municipal de Esportes		
27-Desporto e Lazer		
812-Desporto Comunitário		
1950-Gestão Municipal de Esportes.		
2.017.000-MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESPORTIVAS		
3.3.90.30.00.00.00-MATERIAL DE CONSUMO (2312)	16.500,00	
3.3.90.39.00.00.00-OUTROS SERVIÇOS DE TERECEIROS PESSOAL JURÍDICA (2316)	25.000,00	
FONTE DE RECURSOS: 000 - Recursos Ordinários (Livres)		**41.500,00**

02-PODER EXECUTIVO MUNICIPAL	**2026**	**TOTAL**
02.04-Secretaria de Administração		
04-Administração		
122-Administração Geral		
1050-Gestão Administrativa Municipal		
2.005.000-Manutenção das Atividades Administrativas		
3.1.91.13.00.00.00-OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.000,00	
FONTE DE RECURSOS: 000 - Recursos Ordinários (Livres)		**1.000,00**

02-PODER EXECUTIVO MUNICIPAL	**2026**	**TOTAL**
02.11-Fundo Municipal de Saúde		
10-Saúde		
301-Atenção Básica		
1300-Gestão Municipal de Saúde		
2.033-Ações e Serviços Públicos de Saúde		
3.1.90.04.00.00.00-CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETEMINADO	10.000,00	
FONTE DE RECURSOS: 303 - Saúde / percentual vinc s a rec (EC 29/00 15%)		**10.000,00**

Parágrafo segundo: Ficam alterados os anexos do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, nos termos do art. 4º, § 1º, da Lei nº 391/2025, e Art. 26, parágrafo único, da Lei nº 392/2025, respectivamente, a fim de compatibilizá-los às alterações promovidas nos artigos 1º e 2º dessa lei, bem como o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Catanduvas em 26 de agosto de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito

Publicado por:
Heitor Nicanor Pontes Cardoso da Silva
Código Identificador:577B8117

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA

LICITAÇÃO
ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026 - PROCESSO Nº 43/2026

ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026 - PROCESSO Nº 43/2026

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de peças de reposição, serviços de manutenção e conservação de maquinas e equipamentos e também aquisição de equipamentos novos..

Considerando as informações constantes do processo licitatório em epigrafe, a Prefeita Municipal de Clevelândia, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO a homologação dos mesmo em nome dos licitantes adiante mencionado como vencedores:

G Z MENEGUSSO LTDA - CNPJ: 47.358.786/0001-87						
ITEM	**QTDE**	**UND**	**COMPLEMENTO**	**MARCA/ MODELO**	**VALOR UNI.**	**VALOR TOTAL**
2	2	UN	MOTOPODA CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: 25,4CM³ CILINDRADAS; COMPRIMENTO DO SABRE DE 30CM; COMPRIMENTO TOTAL COM CONJUNTO DE CORTE NA FAIXA DE 270 A 390 CM; COM A HASTE TELESCÓPICA; PESO MÁXIMO DE 7,5 KG; CORRENTE 3/8 PICCO MICRO MINI COMFORT 3; POTÊNCIA DE 0,95KW (1,3CV); E, ROTAÇÃO LENTA DE 2.800 RPM E ROTAÇÃO MÁXIMA DE 10.500 RPM. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.	STIHL STIHL/	3.124,9000	6.249,8000
3	4	UN	MOTOSSERRA PARA USO AGROPECUÁRIO ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: CAPACIDADE MÍNIMA DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL (L): 0,6852 L; CILINDRADA DE NO MÍNIMO: 59.0CM³; PESO MÁXIMO: 6 KG; POTÊNCIA DE NO MÍNIMO 3.4KW/4.6CV; RELAÇÃO PESO/ POTÊNCIA: 1.6; ROTAÇÃO LENTA: 2.800RPM; ROTAÇÃO MÁXIMA NÃO INFERIOR A: 14.000 RPM; SISTEMA ANTIVIBRATÓRIO; FILTRO HD2 APROPRIADO PARA TRABALHAR EM ÁREAS EMPOEIRADAS; CONTER VÁLVULA DE DESCOMPRESSÃO - COMPENSADOR DE ENTRADA DE AR; TENSOR LATERAL DE CORRENTE; SISTEMA ELASTO START DE ACIONAMENTO DOS MOTORES DE COMBUSTÃO, SABRE DE NO	STIHL STIHL/	3.255,7800	13.023,1200

			MÍNIMO 40CM; E, PASSO DA CORRENTE 3/8. GARANTIA MÍNIMA 12 MESES.			
4	2	UN	MOTOSSERRA PARA USO AGROPECUÁRIO ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: CAPACIDADE MÍNIMA DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL (L): 0,460 L; CILINDRADA DE NO MÍNIMO: 50.2CM³; PESO MÁXIMO: 5KG; POTÊNCIA DE NO MÍNIMO 2.6KW/3.5CV; ROTAÇÃO LENTA: 2.800 RPM; ROTAÇÃO MÁXIMA NÃO INFERIOR A: 14.000RPM; SISTEMA ANTIVIBRATÓRIO; CONTER VÁLVULA DE DESCOMPRESSÃO - COMPENSADOR DE ENTRADA DE AR; TENSOR LATERAL DE CORRENTE; E, SISTEMA ELASTO START DE ACIONAMENTO DOS MOTORES DE COMBUSTÃO, SABRE DE NO MÍNIMO 40 CM. GARANTIA MÍNIMA 12 MESES.	STIHL STIHL/	2.899,9000	5.799,8000
8	12	MT	CORDINHA DE PARTIDA PARA ROÇADEIRAS MODELO STIHL FS 220	STIHL STIHL/	12,3000	147,6000
9	10	UN	EIXO CARDA PARA ROÇADEIRAS MODELO STIHL FS 160.	STIHL STIHL/	88,0000	880,0000

ITEM	QTDE	UND	COMPLEMENTO	MARCA/ MODELO	VALOR UNI.	VALOR TOTAL
11	80	UN	FILTRO COMBUSTÍVEL PARA ROÇADEIRAS MODELO STIHL FS 220.	STIHL STIHL/	10,0000	800,0000
12	50	UN	JOGO DE JUNTAS COMPLETO PARA ROÇADEIRAS MODELO STIHL FS 220.	STIHL STIHL/	15,0000	750,0000
13	40	UN	JOGO DE REPARO CARBURADOR PARA ROÇADEIRAS MODELO STIHL FS 220.	STIHL STIHL/	32,0000	1.280,0000
14	12	UN	MÓDULO PARA ROÇADEIRAS MODELO STIHL FS 220.	STIHL STIHL/	144,9000	1.738,8000
15	15	UN	MOLA DE RECUO PARA ROÇADEIRAS MODELO STIHL FS 160/FS 220.	STIHL STIHL/	32,6500	489,7500
19	25	UN	POLIA DE ARRANQUE PARA ROÇADEIRAS MODELO STIHL FS 220.	STIHL STIHL/	27,9000	697,5000
22	20	UN	RETENTOR PARA ROÇADEIRAS MODELO STIHL FS 220.	STIHL STIHL/	12,5000	250,0000
26	150	UN	ROLO DE FIO DE 3MM, CONTENDO NO MÍNIMO 312 METROS, PARA ROÇADEIRAS MODELO STIHL FS 220.	STIHL STIHL/	199,9000	29.985,0000
28	10	UN	TUBO DE TRANSMISSÃO PARA ROÇADEIRAS MODELO STIHL FS 220.	STIHL STIHL/	224,9000	2.249,0000
31	20	UN	CARCAÇA DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL PARA ROÇADEIRAS MODELO STIHL FS 220.	STIHL STIHL/	311,9000	6.238,0000
32	20	UN	TAMPA PARTIDA COMPLETA PARA ROÇADEIRAS MODELO STIHL FS 220.	STIHL STIHL/	269,8900	5.397,8000
33	12	UN	CARCAÇA DO VIRABREQUIM DAS ROÇADEIRAS MODELO STIHL FS 220.	STIHL STIHL/	497,9000	5.974,8000
38	30	UN	MODULO DE IGNIÇÃO PARA ROÇADEIRAS MODELO STIHL FS 220.	STIHL STIHL/	359,9000	10.797,0000
43	40	UN	CORRENTE CONTENDO 30 DENTES PARA MOTOSSERRAS MODELO STIHL MS 381 CORRENTE CONTENDO 30 DENTES PARA MOTOSSERRAS MODELO STIHL MS 361	STIHL STIHL/	86,9000	3.476,0000
44	40	UN	CORRENTE CONTENDO 30 DENTES PARA MOTOSSERRAS MODELO STIHL MS 361	STIHL STIHL/	84,3200	3.372,8000
50	10	UN	MODULO DE IGNIÇÃO PARA MOTOSSERRAS MODELO STIHL MS 361.	STIHL STIHL/	199,9000	1.999,0000
51	5	UN	CARCAÇA TANQUE DE COMBUSTÍVEL PARA MOTOSSERRAS MODELO STIHL MS 361.	STIHL STIHL/	299,9000	1.499,5000
53	10	UN	CARCAÇA DO VIRABREQUIM PARA MOTOSSERRAS MODELO STIHL MS 381.	STIHL STIHL/	443,9000	4.439,0000
55	10	UN	TUBO DO PUNHO PARA MOTOSSERRAS MODELO STIHL MS 361.	STIHL STIHL/	167,9000	1.679,0000
57	15	UN	LAMINA CORTE PARA TRATOR DE CORTAR GRAMA KHOLLER	OREGON OREGON/	362,4000	5.436,0000
58	4	UN	PNEU TRASEIRO 20X10.00-8 NHS TRATOR GRAMA KHOLLER	OREGON OREGON/	905,6200	3.622,4800
60	800	HR	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ROÇADEIRAS, MOTOPODAS, MOTOSSERRAS E TRATOR DE GRAMA.	PROPRIA PROPRIA/	46,0000	36.800,0000

58.089.415 PATRICIA CAVELAGNA - CNPJ: 58.089.415/0001-63						
ITEM	QTDE	UND	COMPLEMENTO	MARCA/ MODELO	VALOR UNI.	VALOR TOTAL
7	15	UN	CONJUNTO DE EMBREAGEM PARA ROÇADEIRAS MODELO STIHL FS 220.	CONF TERMO DE REF CONF TERMO DE REF/	89,9900	1.349,8500

FJCRP COMERCIAL LTDA - CNPJ: 57.358.556/0001-71						
ITEM	QTDE	UND	COMPLEMENTO	MARCA/ MODELO	VALOR UNI.	VALOR TOTAL
10	50	UN	FILTRO DE AR PARA ROÇADEIRAS MODELO STIHL FS 220.	ITECE FILTRO DE AR PARA ROÇADEIRAS FS 220/	7,1300	356,5000
17	10	UN	CONJUNTO COROA E PINHÃO PARA ROÇADEIRAS MODELO STIHL FS 220.	ITECE CONJUNTO COROA E PINHÃO PARA ROÇADEIRA FS 220/	92,9900	929,9000
18	30	UN	PISTÃO E ANÉIS PARA ROÇADEIRAS MODELO STIHL FS 220.	ITECE PISTÃO E ANÉIS PARA ROÇADEIRAS FS 220/	47,9900	1.439,7000
20	100	UN	CABEÇOTE DE CORTE TRIMCUT 41-2, PARA ROÇADEIRAS MODELO STIHL FS 220.	DURALINE TRIMCUT PARA ROÇADEIRA FS 220/	42,9900	4.299,0000
30	15	UN	VIRABREQUIM PARA ROÇADEIRAS MODELO STIHL FS 220.	ITECE VIRABREQUI PARA ROÇADEIRAS FS 220/	169,9900	2.549,8500
34	20	UN	SILENCIADOR PARA ROÇADEIRAS MODELO STIHL FS 220.	ITECE SILENCIADO PARA ROÇADEIRAS FS 220/	49,9900	999,8000
40	20	UN	CARBURADOR PARA MOTOSSERRAS MODELO STIHL MS 361.	ITECE CARBURADO PARA MOTOSSERR MS 361/	129,9900	2.599,8000
45	15	UN	MOLA DE RECUO PARA MOTOSSERRAS MODELO STIHL MS 361	ITECE MOLA DE RECUO PARA MOTOSSERR MS 361/	23,9900	359,8500
46	15	UN	MOLA DE RECUO PARA MOTOSSERRAS MODELO STIHL MS 381	ITECE MOLA DE RECUO PARA MOTOSSERR MS 381/	24,9900	374,8500
47	15	UN	PISTÃO E ANÉIS PARA MOTOSSERRAS MODELO STIHL MS 361.	ITECE PISTÃO E ANÉIS PARA MOTOSSERR MS 361/	59,9900	899,8500
54	10	UN	CILINDRO COM PISTÃO PARA MOTOSSERRAS MODELO STIHL MS 361.	ITECE CILINDRO COM PISTÃO PARA MOTOSSERR MS 361/	349,9900	3.499,9000

56	5	UN	CONJUNTO DE CILINDRO COMPLETO PARA MOTOSSERRAS MODELO STIHL MS 361.	ITECE CILINDRO COMPLETO PARA MOTOSSERR MS 361/	390,7700	1.953,8500
59	156,35	UN	TRIMCUT C 32-2, C 42-2, C 52-2 PARA ROÇADEIRAS STIHL FS 220	DURALINE TRIMCUT PARA ROÇADEIRA FS 220/	31,9900	5.001,6365

FJCRP COMERCIAL LTDA - CNPJ: 57.358.556/0001-71						
ITEM	**QTDE**	**UND**	**COMPLEMENTO**	**MARCA/ MODELO**	**VALOR UNI.**	**VALOR TOTAL**

ARMAK COMPANY LTDA - CNPJ: 59.955.725/0001-86						
ITEM	**QTDE**	**UND**	**COMPLEMENTO**	**MARCA/ MODELO**	**VALOR UNI.**	**VALOR TOTAL**
37	5	UN	VOLANTE PARA ROÇADEIRAS MODELO STIHL FS 220.	Genérica FS160/220/280	340,0000	1.700,0000

STP COMERCIAL LTDA - CNPJ: 53.710.803/0001-04						
ITEM	**QTDE**	**UND**	**COMPLEMENTO**	**MARCA/ MODELO**	**VALOR UNI.**	**VALOR TOTAL**
61	600	UN	LUBRIFICANTE 2 T (ÓLEO 2 TEMPOS)	VR Motoplus 2T VR Lub/	22,5000	13.500,0000

GWS GLOBAL LIMITADA - CNPJ: 53.080.207/0001-80						
ITEM	**QTDE**	**UND**	**COMPLEMENTO**	**MARCA/ MODELO**	**VALOR UNI.**	**VALOR TOTAL**
5	15	UN	CARBURADOR PARA ROÇADEIRAS MODELO STIHL FS 220.	Mercadopeças	90,5800	1.358,7000
6	15	UN	CONJUNTO DE CILINDRO PARA ROÇADEIRAS MODELO STIHL FS 220.	Mercadopeças	159,9900	2.399,8500
16	30	UN	LAMINA 3 PONTAS PARA ROÇADEIRAS MODELO STIHL FS 220.	Rossel/	35,7700	1.073,1000
21	10	UN	PONTEIRA COMPLETA (TRANSMISSÃO), PARA ROÇADEIRAS MODELO STIHL FS 220.	Mercadopeças	149,9900	1.499,9000
23	25	UN	ROLAMENTO 6201 PARA ROÇADEIRAS MODELO STIHL FS 220.	GBR/	24,9900	624,7500
24	25	UN	ROLAMENTO 6202 PARA ROÇADEIRAS MODELO STIHL FS 220.	generico/	27,9900	699,7500
25	25	UN	ROLAMENTO 6203 PARA ROÇADEIRAS MODELO STIHL FS 220.	scud/	24,9900	624,7500
27	20	UN	TAMBOR DE EMBREAGEM PARA ROÇADEIRAS MODELO STIHL FS 220.	Motor.On/	49,9900	999,8000
29	150	UN	VELA PARA ROÇADEIRAS MODELO STIHL FS 220.	Mercadopeças	12,9300	1.939,5000
35	18	UN	CABO DO PUNHO PARA ROÇADEIRAS MODELO STIHL FS 220.	Mammut/	99,9900	1.799,8200
36	20	UN	CABO DE ACELERADOR PARA ROÇADEIRAS MODELO STIHL FS 160/FS 220.	Weldro/	31,7900	635,8000
39	50	UN	REPARO DO CARBURADOR PARA ROÇADEIRAS MODELO STIHL FS 220.	Smaye/	38,9900	1.949,5000
41	20	UN	SABRE MEDINDO 40CM PARA MOTOSERRAS MODELO STIHL MS 361.	KAWASHIMA/	99,9900	1.999,8000
42	20	UN	SABRE MEDINDO 40CM PARA MOTOSSERRAS MODELO STIHL MS 381	KAWASHIMA/	99,9900	1.999,8000
48	10	UN	TAMPA DE ARRANQUE PARA MOTOSSERRAS MODELO STIHL MS 361	Mammut/	159,9900	1.599,9000
49	10	UN	TAMPA DE ARRANQUE PARA MOTOSSERRAS MODELO STIHL MS 381	vant/	169,9900	1.699,9000
52	10	UN	BOMBA DE ÓLEO PARA MOTOSSERRAS MODELO STIHL MS 361.	Mammut/	129,9900	1.299,9000

Clevelândia, 26 de agosto de 2026.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rodrigo Antonio Mendes da Silva
Código Identificador:AD967F85

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23736/2026

DECRETO Nº 23736/2026

Abre crédito adicional suplementar ao orçamento vigente no valor de R$ 286.206,25 e dá outras providências.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos-Pr, no uso de suas das atribuições legais e com base no artigo 43, parágrafo 3º, da Lei 4.320/64**.**

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao orçamento vigente, o crédito suplementar no valor de R$ 286.206,25 (duzentos e oitenta e seis mil, duzentos e seis reais e vinte e cinco centavos) proveniente do superávit financeiro do exercício de 2025 abaixo relacionados, de acordo com as especificações a seguir:

Suplementar		
Códigos	**Descrição**	**Valor**
07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
07.001	DEPARTAMENTO DE ENSINO	
12.365.0006.2036	EDUCAÇÃO INFANTIL	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2883	00154-FNDE/PROGRAMA ESCOLA TEMPO INTEGRAL-RESOLUÇÃO 18/2023	945,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
3015	00154-FNDE/PROGRAMA ESCOLA TEMPO INTEGRAL-RESOLUÇÃO 18/2023	1.723,00
	SUBTOTAL	2.668,00
08	SECRETARIA DE SAÚDE	

08.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0007.2046	SAÚDE/ATENÇÃO BÁSICA	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3792	01273-EMENDA INDIVIDUAL 20380010 - FLÁVIO ARNS	2.160,00
3801	01275-EMENDA INDIVIDUAL 45420002 NEWTON BONIN	4.189,27
3793	01276-EMENDA INDIVIDUAL 40110001 - GLESI HOFFMANN	697,58
3795	01277-EMENDA INDIVIDUAL WELTER PROP 36000662949/2025-00	46,98
3804	01320-EMENDA 50410001-PROC 25000214345/2025-36 VERMELHOI/RODRIGO	6.000,00
3797	01321-EMENDA 50410001-PROC 2500214345/2025-36 - VERLHO/RODRIGO	200,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3923	01276-EMENDA INDIVIDUAL 40110001 - GLESI HOFFMANN	283,83
3919	01321-EMENDA 50410001-PROC 2500214345/2025-36 - VERLHO/RODRIGO	6.038,46
08.002	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0007.2049	CONSÓRCIOS DE SAÚDE	
3.3.72.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
4373	01320-EMENDA 50410001-PROC 25000214345/2025-36 VERMELHOI/RODRIGO	100.945,29
3.3.72.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	
4393	01320-EMENDA 50410001-PROC 25000214345/2025-36 VERMELHOI/RODRIGO	30.058,50
3.3.72.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4407	01320-EMENDA 50410001-PROC 25000214345/2025-36 VERMELHOI/RODRIGO	25.405,60
	SUBTOTAL	176.025,51
09	SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
09.003	DEPARTAMENTO DE OBRAS	
15.451.0008.1056	PAVIMENTAÇÃO URBANA	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
4777	01269-CONV 959953/2024-EMENDA 50480001-COMISSÃO-GELSI	87.489,85
	SUBTOTAL	87.489,85
10	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	
10.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.245.0010.2064	BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
5322	01319-EMENDA 4074004-PROC 7100109317/2025-15 VERMELHO	12.831,23
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	
5411	01319-EMENDA 4074004-PROC 7100109317/2025-15 VERMELHO	3.311,66
	SUBTOTAL	16.142,89
11	SECRETARIA DA MULHER, IDOSO E JUVENTUDE	
11.001	DEPARTAMENTO DA MULHER, IDOSO E JUVENTUDE	
14.244.0016.2070	DEPARTAMENTO DA MULHER, IDOSO E JUVENTUDE	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
6042	01197-SEMIPI - APOIO POLÍTICA DA MULHER	3.880,00
	SUBTOTAL	3.880,00
	TOTAL	286.206,25

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos à partir de 04 de agosto de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:471D4B1E

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23737/2026

DECRETO Nº 23737/2026

Abre crédito adicional suplementar ao orçamento vigente, no valor de R$ 3.983.991,56 e dá outras providências.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base no artigo 6º, parágrafo III, da Lei 2919/2025 – LOA.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao orçamento vigente, o crédito suplementar no valor de R$ 3.983.991,56 (três milhões, novecentos e oitenta e três mil, novecentos e noventa e um reais e cinquenta e seis centavos) de acordo com as especificações a seguir:

Suplementar		
Códigos	**Descrição**	**Valor**
02	GOVERNO MUNICIPAL	
02.001	GABINETE DO PREFEITO	
04.122.0003.2001	GABINETE E ASSESSORIAS	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	

60	00000-Recursos Ordinários (Livres)	8.000,00
	SUBTOTAL	8.000,00
03	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E AÇÕES ESTRATÉGICAS	
03.001	DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PROJETOS E CAPTAÇÃO DE RECURSOS	
04.122.0003.2004	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E AÇÕES ESTRATÉGICAS	
3.3.90.37.00.00	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	
390	00000-Recursos Ordinários (Livres)	17.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
400	00000-Recursos Ordinários (Livres)	131.000,00
03.004	DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO	
26.782.0003.2005	DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
550	00000-Recursos Ordinários (Livres)	30.000,00
	SUBTOTAL	178.000,00
04	SEC DE DESENV ECONÔMICO, CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	
04.001	DEPTO DE FOMENTO, DESENV CIENTÍFICO, TECNOLÓGICO, EMPREGO E RENDA	
19.126.0004.2007	DEPTO DE FOMENTO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIENTÍFICO TECNOLOGIO, EMPREGO E RENDA	
3.3.90.37.00.00	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	
800	00000-Recursos Ordinários (Livres)	30.000,00
	SUBTOTAL	30.000,00
05	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL	
05.001	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA	
20.606.0005.2018	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA	
3.3.90.37.00.00	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	
1180	00000-Recursos Ordinários (Livres)	36.000,00
20.608.0005.2021	PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1310	00000-Recursos Ordinários (Livres)	50.000,00
05.002	DEPARTAMENTO DE AGRO-INDÚSTRIA E INSPEÇÃO SANITÁRIA	
20.608.0005.2023	DEPARTAMENTO DE AGROINDUSTRIAS E INSPEÇÃO SANITÁRIA	
3.1.71.70.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	
1350	00000-Recursos Ordinários (Livres)	6.242,80
	SUBTOTAL	92.242,80
07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
07.001	DEPARTAMENTO DE ENSINO	
12.306.0006.2033	MERENDA ESCOLAR	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
2150	00000-Recursos Ordinários (Livres)	250.000,00
	SUBTOTAL	250.000,00
08	SECRETARIA DE SAÚDE	
08.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.302.0007.2047	SAÚDE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
3.3.50.41.00.00	CONTRIBUIÇÕES	
4050	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.686.733,90
10.301.0007.2046	SAÚDE/ATENÇÃO BÁSICA	
3.3.90.34.00.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	
3831	01345-PROPOSTA 36000805531/2026-00 - EMENDA COMISSÃO 50410001	6.000,00
10.304.0007.2048	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4300	00494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	78.125,42
	SUBTOTAL	1.770.859,32
09	SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
09.001	DEPARTAMENTO DE INTERIOR	
26.782.0008.1051	ESTRADAS RURAIS	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
4440	00000-Recursos Ordinários (Livres)	100.000,00
09.002	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
15.452.0015.2053	ATIV DA SEC DE VIAÇÃO, OBRAS E SERV URBANOS	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
4540	00000-Recursos Ordinários (Livres)	500.000,00
4550	00504-Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias	100.000,00
3.3.90.37.00.00	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	
4610	00000-Recursos Ordinários (Livres)	200.000,00
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
4640	00000-Recursos Ordinários (Livres)	500.000,00
	SUBTOTAL	1.400.000,00
10	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	
10.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.122.0010.2061	GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
3.3.90.37.00.00	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	
4960	00000-Recursos Ordinários (Livres)	36.000,00
	SUBTOTAL	36.000,00
11	SECRETARIA DA MULHER, IDOSO E JUVENTUDE	
11.001	DEPARTAMENTO DA MULHER, IDOSO E JUVENTUDE	
14.244.0016.2070	DEPARTAMENTO DA MULHER, IDOSO E JUVENTUDE	
3.3.90.37.00.00	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	
6000	00000-Recursos Ordinários (Livres)	17.000,00
	SUBTOTAL	17.000,00
13	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HIDRICOS	
13.001	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	
18.542.0012.2089	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
6550	00000-Recursos Ordinários (Livres)	43.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
6570	00000-Recursos Ordinários (Livres)	65.000,00
	SUBTOTAL	108.000,00
15	SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER	
15.001	DEPARTAMENTO DE ESPORTES	
27.812.0009.2042	DEPTARTAMENTO DE ESPORTES E LAZER	

3.3.50.41.00.00	CONTRIBUIÇÕES	
7050	00000-Recursos Ordinários (Livres)	61.889,44
3.3.90.37.00.00	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	
7110	00000-Recursos Ordinários (Livres)	32.000,00
	SUBTOTAL	93.889,44
	TOTAL	3.983.991,56

Art. 2º Os recursos necessários à cobertura do presente crédito decorrerão do cancelamento parcial das dotações abaixo especificadas, em conformidade com o artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320/64.

Anulação		
Códigos	**Descrição**	**Valor**
02	GOVERNO MUNICIPAL	
02.002	SECRETARIA GERAL DE GOVERNO	
04.122.0003.2003	SECRETARIA GERAL DE GOVERNO	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
290	00000-Recursos Ordinários (Livres)	50.000,00
	SUBTOTAL	50.000,00
03	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E AÇÕES ESTRATÉGICAS	
03.001	DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PROJETOS E CAPTAÇÃO DE RECURSOS	
04.122.0003.2004	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E AÇÕES ESTRATÉGICAS	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
430	00000-Recursos Ordinários (Livres)	19.000,00
	SUBTOTAL	19.000,00
05	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL	
05.001	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA	
20.606.0005.1017	INFRAESTRUTURA UNIDADES PRODUTIVAS	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1040	00000-Recursos Ordinários (Livres)	6.242,80
20.608.0005.1020	PATRULHAS AGRICOLAS	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
1290	00000-Recursos Ordinários (Livres)	174.000,00
	SUBTOTAL	180.242,80
06	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
06.002	DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE	
28.843.0001.2027	DÍVIDA INTERNA E PRECATÓRIOS	
3.3.90.91.00.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	
1900	00000-Recursos Ordinários (Livres)	153.000,00
	SUBTOTAL	153.000,00
08	SECRETARIA DE SAÚDE	
08.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0007.2046	SAÚDE/ATENÇÃO BÁSICA	
3.3.50.41.00.00	CONTRIBUIÇÕES	
3710	00000-Recursos Ordinários (Livres)	974.533,90
3.3.50.43.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	
3740	00000-Recursos Ordinários (Livres)	712.200,00
10.302.0007.2047	SAÚDE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4140	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.000.000,00
4150	00494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	78.125,42
	SUBTOTAL	2.764.859,32
09	SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
09.002	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
26.782.0008.1055	MÁQUINAS/CAMINHÕES E EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
4710	00000-Recursos Ordinários (Livres)	449.889,44
09.003	DEPARTAMENTO DE OBRAS	
15.451.0008.1056	PAVIMENTAÇÃO URBANA	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
4740	00504-Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias	100.000,00
17.512.0015.1058	AGUAS PLUVIAIS E REDE DE ESGOTO	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
4800	00000-Recursos Ordinários (Livres)	267.000,00
	SUBTOTAL	816.889,44
	TOTAL	3.983.991,56

Art. 3º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos à partir de 04 de agosto de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:49611B6C

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23738/2026

DECRETO Nº 23738/2026

Abre crédito adicional suplementar ao orçamento vigente, no valor de R$ 6.343.770,37 e dá outras providências.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos/PR, no uso de suas das atribuições legais e com base no artigo 43, parágrafo 3º, da Lei 4.320/64.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao orçamento vigente, o crédito suplementar no valor de R$ 6.343.770,37 (seis milhões, trezentos e quarenta e três mil, setecentos e setenta reais e trinta e sete centavos) proveniente dos excessos de arrecadação abaixo relacionados, de acordo com as especificações a seguir:

Suplementar		
Códigos	**Descrição**	**Valor**
03	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E AÇÕES ESTRATÉGICAS	
03.004	DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO	
26.782.0003.2005	DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
520	00013-Arrecadação Estacionamento Rotativo	20.000,00
	SUBTOTAL	20.000,00
07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
07.001	DEPARTAMENTO DE ENSINO	
12.361.0006.2031	ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2340	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	200.000,00
12.365.0006.2036	EDUCAÇÃO INFANTIL	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2881	01153-Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	372.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2994	00159-Escola Tempo Integral - 4% Fundeb	3.000,00
	SUBTOTAL	575.000,00
08	SECRETARIA DE SAÚDE	
08.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0007.2046	SAÚDE/ATENÇÃO BÁSICA	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3804	01320-EMENDA 50410001-PROC 25000214345/2025-36 VERMELHOI/RODRIGO	130.000,00
3803	01335-EMENDA 40740003-PROP 36000750560/2026-00 VERMELHO	2.000,00
10.301.0007.2045	FARMÁCIA BÁSICA	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3642	01337-EMENDA BANCADA 7117007 - PROP 36000782290/2026-00	24.965,94
10.301.0007.2046	SAÚDE/ATENÇÃO BÁSICA	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3796	01337-EMENDA BANCADA 7117007 - PROP 36000782290/2026-00	110.777,32
3805	01343-PORPOSTA 63000741971/2026-00 - PAP - GLEISI	19.000,00
10.302.0007.2047	SAÚDE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
4091	01350-PROPOSTA 63000766457/2026-00 - SERGIO SOUZA	23.204,01
10.301.0007.2046	SAÚDE/ATENÇÃO BÁSICA	
3.3.90.34.00.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	
3831	01345-PROPOSTA 36000805531/2026-00 - EMENDA COMISSÃO 50410001	82.000,00
3832	01350-PROPOSTA 63000766457/2026-00 - SERGIO SOUZA	40.100,40
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3900	00510-Taxas - Exercício Poder de Polícia	100.000,00
10.302.0007.2047	SAÚDE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4166	01327-EMENDA 40740001 - DEP VERMELHO PROP 36000678814/2025-00	4.734,02
10.301.0007.2046	SAÚDE/ATENÇÃO BÁSICA	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3918	01335-EMENDA 40740003-PROP 36000750560/2026-00 VERMELHO	28.231,27
10.304.0007.2048	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4302	01335-EMENDA 40740003-PROP 36000750560/2026-00 VERMELHO	42.375,00
10.301.0007.2046	SAÚDE/ATENÇÃO BÁSICA	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3922	01343-PORPOSTA 63000741971/2026-00 - PAP - GLEISI	1.782,80
10.302.0007.2047	SAÚDE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4164	01345-PROPOSTA 36000805531/2026-00 - EMENDA COMISSÃO 50410001	58.197,23
4165	01350-PROPOSTA 63000766457/2026-00 - SERGIO SOUZA	134.934,20
10.301.0007.2046	SAÚDE/ATENÇÃO BÁSICA	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3921	01351-PROPOSTA 63000773125/2026-00 - PAULO LITRO	221.998,58
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	
3931	01335-EMENDA 40740003-PROP 36000750560/2026-00 VERMELHO	18.933,64
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
3991	00496-Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	100.000,00
	SUBTOTAL	1.143.234,41
09	SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
09.001	DEPARTAMENTO DE INTERIOR	
26.782.0008.1051	ESTRADAS RURAIS	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
4458	01348-PROP 09032026-089519 - EMENDA 44450003 - PAULO LITRO	451.405,85
09.002	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	

15.452.0015.2053	ATIV DA SEC DE VIAÇÃO, OBRAS E SERV URBANOS	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
4550	00504-Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias	50.000,00
09.003	DEPARTAMENTO DE OBRAS	
15.451.0008.1056	PAVIMENTAÇÃO URBANA	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
4769	01294-CONVÊNIO 722/2025 - SECID - SIT 74569 PAVIMENTAÇÃO URBANA	3.300.011,12
4774	01297-CONVÊNIO 788/2025 - SECID - SIT 74739 - PAV VIAS URBANAS	200.000,00
	SUBTOTAL	4.001.416,97
13	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HIDRICOS	
13.001	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	
17.542.0012.2014	PROGRAMA MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
6430	01154-Outros Recursos não Vinculados	600.000,00
	SUBTOTAL	600.000,00
15	SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER	
15.001	DEPARTAMENTO DE ESPORTES	
27.812.0009.2042	DEPTARTAMENTO DE ESPORTES E LAZER	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
7061	01341-FMEL - PERCAPTA	1.093,99
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
7121	01341-FMEL - PERCAPTA	3.025,00
	SUBTOTAL	4.118,99
	TOTAL	6.343.770,37

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos à partir de 04 de agosto de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:E8B18FBE

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEPTRAN

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPTRAN-DV até 05/10/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração
ABM5J82	275410T000002153	29/05/2026	76331	R$ 293.47
ABY1G01	275410D000047590	29/05/2026	74550	R$ 130.16
ACZ4567	275410D000047492	29/05/2026	74550	R$ 130.16
AGE6681	275410D000044855	04/05/2026	74550	R$ 130.16
AGE6681	275410D000044864	04/05/2026	74550	R$ 130.16
AGJ7079	275410D000047531	29/05/2026	74550	R$ 130.16
AID4E33	275410D000047467	28/05/2026	74550	R$ 130.16
AIE0874	275410D000047459	28/05/2026	74550	R$ 130.16
AIT6J82	275410D000047470	28/05/2026	74550	R$ 130.16
AJJ4D86	275410D000047504	29/05/2026	74550	R$ 130.16
AJW5035	275410D000047501	29/05/2026	74550	R$ 130.16
AKR1A09	275410L000001011	29/05/2026	55412	R$ 195.23
AKR6B69	275410D000047545	29/05/2026	74550	R$ 130.16
ALC7D38	275410L000001009	29/05/2026	55412	R$ 195.23
ALM5427	275410T000002308	29/05/2026	66020	R$ 293.47
ALR3A29	275410D000047522	29/05/2026	74550	R$ 130.16
ALT0B36	275410D000047537	29/05/2026	74550	R$ 130.16
AMU0355	275410L000001016	28/05/2026	55412	R$ 195.23
ANP5F24	275410D000047478	28/05/2026	74630	R$ 195.23
ANP5F24	275410D000047465	28/05/2026	74550	R$ 130.16
ANQ4B29	275410D000047455	28/05/2026	74630	R$ 195.23
ANX3974	275410D000047550	29/05/2026	74630	R$ 195.23
AOO6036	275410D000047502	29/05/2026	74710	R$ 880.41
AQB5346	275410D000047566	29/05/2026	74550	R$ 130.16
AQG4642	275410D000044880	05/05/2026	74550	R$ 130.16
AQI4D61	275410T000001697	29/05/2026	76331	R$ 293.47
ARF0I13	275410D000044834	05/05/2026	74550	R$ 130.16
ASB9681	275410D000047466	28/05/2026	74630	R$ 195.23
ASB9681	275410D000047543	29/05/2026	74630	R$ 195.23
ASJ2869	275410D000047533	29/05/2026	74550	R$ 130.16
ASJ8130	275410D000047499	29/05/2026	74630	R$ 195.23

ASN1C51	275410L000001021	28/05/2026	55412	R$ 195.23
ASR4262	275410D000047512	29/05/2026	74550	R$ 130.16
ASV3F10	275410D000047505	29/05/2026	74550	R$ 130.16
ASZ0E99	275410L000001010	29/05/2026	55412	R$ 195.23
ATQ0D46	275410D000044904	05/05/2026	74550	R$ 130.16
ATR2365	275410D000047487	29/05/2026	74630	R$ 195.23
ATU6D69	275410D000047585	29/05/2026	74550	R$ 130.16
AUP6C32	275410T000002151	29/05/2026	76331	R$ 293.47
AUV4D73	275410D000047538	28/05/2026	74550	R$ 130.16
AVA8G16	275410L000001014	29/05/2026	55412	R$ 195.23
AVB9109	275410T000002311	29/05/2026	61220	R$ 293.47
AVJ4F85	275410D000047527	29/05/2026	74550	R$ 130.16
AVL2I33	275410T000001699	29/05/2026	76331	R$ 293.47
AVS9I17	275410D000047541	29/05/2026	74630	R$ 195.23
AWG7473	275410D000047497	29/05/2026	74550	R$ 130.16
AWR3077	275410D000047586	29/05/2026	74710	R$ 880.41
AXR9J74	275410L000001004	29/05/2026	55412	R$ 195.23
AXU0106	275410D000044870	04/05/2026	74550	R$ 130.16
AZM2D24	275410D000047592	29/05/2026	74630	R$ 195.23
AZN1508	275410D000047471	28/05/2026	74550	R$ 130.16
BAB8217	275410D000047581	29/05/2026	74630	R$ 195.23
BAB8217	275410D000047589	29/05/2026	74630	R$ 195.23
BAE3045	275410D000047457	28/05/2026	74550	R$ 130.16
BAJ1201	275410T000002313	29/05/2026	76331	R$ 293.47
BAZ0291	275410D000047510	29/05/2026	74550	R$ 130.16
BBP0226	275410D000047557	29/05/2026	74550	R$ 130.16
BBS4392	275410D000047565	29/05/2026	74630	R$ 195.23
BBT7C85	275410L000001020	28/05/2026	55412	R$ 195.23
BBW1F19	275410D000047498	29/05/2026	74550	R$ 130.16
BBX9C86	275410T000002302	29/05/2026	61220	R$ 293.47
BCB8C21	275410D000047474	28/05/2026	74550	R$ 130.16
BCH2B65	275410L000001017	28/05/2026	55412	R$ 195.23
BDW8A86	275410D000047456	28/05/2026	74630	R$ 195.23
BEQ2I49	275410D000047475	28/05/2026	74550	R$ 130.16
BXZ5I76	275410D000047493	29/05/2026	74550	R$ 130.16
CIJ9599	275410T000002314	29/05/2026	76331	R$ 293.47
CPN9F60	275410D000047484	29/05/2026	74550	R$ 130.16
CRR6A76	275410D000047532	29/05/2026	74550	R$ 130.16
DEF9D03	275410D000047511	29/05/2026	74550	R$ 130.16
EAL7E90	275410T000002315	29/05/2026	76331	R$ 293.47
EPI8I06	275410T000002307	29/05/2026	76331	R$ 293.47
ERS9F27	275410D000047546	29/05/2026	74550	R$ 130.16
FAM8A11	275410D000047556	29/05/2026	74550	R$ 130.16
FIM5H77	275410D000047563	29/05/2026	74550	R$ 130.16
FIQ9246	275410D000047544	29/05/2026	74550	R$ 130.16
FIQ9246	275410D000047548	29/05/2026	74710	R$ 880.41
FIQ9246	275410D000047458	28/05/2026	74630	R$ 195.23
FKW3E16	275410D000047530	29/05/2026	74550	R$ 130.16
GAZ6E97	275410L000001003	29/05/2026	55412	R$ 195.23
GBD7D29	275410D000047588	29/05/2026	74630	R$ 195.23
IJK1643	275410D000047515	29/05/2026	74550	R$ 130.16
ILZ8B94	275410D000047485	29/05/2026	74550	R$ 130.16
ILZ8B94	275410D000047524	29/05/2026	74630	R$ 195.23
IPV0676	275410D000047486	29/05/2026	74630	R$ 195.23
IPV0676	275410D000047488	29/05/2026	74710	R$ 880.41
ITQ0H59	275410L000001018	28/05/2026	55412	R$ 195.23
IYI8H02	275410D000047480	28/05/2026	74550	R$ 130.16
IZO7H75	275410D000047549	29/05/2026	74550	R$ 130.16
IZO7H75	275410L000001008	29/05/2026	55412	R$ 195.23
JBC0E81	275410T000002156	29/05/2026	76331	R$ 293.47
JYV6705	275410D000044873	04/05/2026	74550	R$ 130.16
KNT6E93	275410D000047577	29/05/2026	74550	R$ 130.16
KNT6E93	275410D000047593	29/05/2026	74550	R$ 130.16
LNY0638	275410L000001023	28/05/2026	55412	R$ 195.23
MAT5263	275410D000047559	29/05/2026	74550	R$ 130.16
MAT5263	275410D000047584	29/05/2026	74550	R$ 130.16
MAT5263	275410D000047547	29/05/2026	74550	R$ 130.16
MCF2A14	275410D000047483	28/05/2026	74550	R$ 130.16
MCF2A14	275410D000047482	28/05/2026	74630	R$ 195.23
MDJ7826	275410T000001700	29/05/2026	76331	R$ 293.47
MDL0H42	275410D000047568	29/05/2026	74550	R$ 130.16
MEE8636	275410D000047579	29/05/2026	74550	R$ 130.16
MEJ3A52	275410D000047450	28/05/2026	74550	R$ 130.16
MET3A60	275410D000047468	28/05/2026	74550	R$ 130.16
MET3A60	275410D000047469	28/05/2026	74550	R$ 130.16
MFB9B99	275410L000001015	29/05/2026	55412	R$ 195.23
MFQ7G55	275410T000002309	29/05/2026	76331	R$ 293.47
MFT5G90	275410D000047503	29/05/2026	74550	R$ 130.16
MGQ5244	275410L000001005	29/05/2026	55412	R$ 195.23
MHK6C63	275410D000047513	29/05/2026	74550	R$ 130.16
MHM5963	275410T000002306	29/05/2026	76331	R$ 293.47
MIR3G59	275410D000047594	29/05/2026	74630	R$ 195.23
MIR3G59	275410D000047597	30/05/2026	74630	R$ 195.23
MJH2I02	275410D000047472	28/05/2026	74550	R$ 130.16
MJW6420	275410T000002304	29/05/2026	76332	R$ 293.47
MJZ0G76	275410D000047535	29/05/2026	74550	R$ 130.16
MVK1G40	275410D000047495	29/05/2026	74550	R$ 130.16
MWA8E42	275410D000047540	29/05/2026	74550	R$ 130.16
OYB7J65	275410D000047572	29/05/2026	74550	R$ 130.16

PUI8F94	275410L000001007	29/05/2026	55412	R$ 195.23
PZM8I39	275410D000047525	29/05/2026	74630	R$ 195.23
QBY0G53	275410D000047573	29/05/2026	74630	R$ 195.23
QHI1J15	275410D000047526	29/05/2026	74550	R$ 130.16
QXI9F56	275410T000002303	29/05/2026	76331	R$ 293.47
RCF2A33	275410D000047569	29/05/2026	74550	R$ 130.16
RHC5F86	275410D000047464	28/05/2026	74550	R$ 130.16
RHM8E84	275410T000002152	29/05/2026	76331	R$ 293.47
RLA9D16	275410T000002305	29/05/2026	76331	R$ 293.47
RNF6I40	275410T000002310	29/05/2026	61220	R$ 293.47
RYA8C71	275410D000047491	29/05/2026	74630	R$ 195.23
SDE8I47	275410L000001022	28/05/2026	55412	R$ 195.23
SDW3I63	275410L000001006	29/05/2026	55412	R$ 195.23
SED4F66	275410D000047560	29/05/2026	74550	R$ 130.16
SEG7G35	275410D000047558	29/05/2026	74550	R$ 130.16
SEH0E63	275410T000002154	29/05/2026	76331	R$ 293.47
SEW4H86	275410L000001012	29/05/2026	55412	R$ 195.23
SEX3J42	275410D000047534	29/05/2026	74550	R$ 130.16
SFA3I43	275410D000047462	28/05/2026	74630	R$ 195.23
SFB3D26	275410D000047454	28/05/2026	74550	R$ 130.16
SFB7J63	275410D000047583	29/05/2026	74550	R$ 130.16
SFB7J63	275410D000047564	29/05/2026	74550	R$ 130.16
SFL9I44	275410T000002312	29/05/2026	61220	R$ 293.47
SYY7I78	275410D000047507	29/05/2026	74550	R$ 130.16
TAP3F74	275410D000047536	29/05/2026	74630	R$ 195.23
TBC6D01	275410L000001002	29/05/2026	55412	R$ 195.23
TBL3H15	275410D000047561	29/05/2026	74550	R$ 130.16
TBM3E57	275410D000047562	29/05/2026	74550	R$ 130.16
TBO4E30	275410D000047452	28/05/2026	74550	R$ 130.16
TBQ5E01	275410T000001698	29/05/2026	76331	R$ 293.47
TBR0H23	275410D000047473	28/05/2026	74550	R$ 130.16
TBW3G42	275410T000002155	29/05/2026	76331	R$ 293.47
TBZ3J42	275410D000047453	28/05/2026	74550	R$ 130.16
TCA5B82	275410L000001019	28/05/2026	55412	R$ 195.23
TCQ3G58	275410L000001013	29/05/2026	55412	R$ 195.23
TPL8A93	275410D000047519	29/05/2026	74710	R$ 880.41
TXX2H78	275410D000047506	29/05/2026	74550	R$ 130.16
UAZ6D71	275410D000047449	28/05/2026	74550	R$ 130.16
UBB7E18	275410D000047596	30/05/2026	74550	R$ 130.16
UBH7B84	275410D000047595	29/05/2026	74550	R$ 130.16
UBT8B62	275410D000047508	29/05/2026	74630	R$ 195.23
UBV0C57	275410D000047509	29/05/2026	74630	R$ 195.23
UBX4C47	275410D000047477	28/05/2026	74550	R$ 130.16

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPTRAN-DV até 05/10/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
ADY5A08	275410D000047521	29/05/2026	74550
AOD6D68	275410D000047494	29/05/2026	74550
AOI4B11	275410D000047490	29/05/2026	74550
AOO1E46	275410D000047518	29/05/2026	74550
ARO9A69	275410D000047553	29/05/2026	74550
AVZ2A50	275410D000047554	29/05/2026	74550
AWC2C21	275410D000047451	28/05/2026	74550
AWR4G21	275410D000047517	29/05/2026	74550
BAS9F27	275410D000047591	29/05/2026	74550
BAT3E12	275410D000047514	29/05/2026	74550
BBE2D94	275410D000047523	29/05/2026	74550
BBU3269	275410D000047575	29/05/2026	74550
CLP9A99	275410D000047587	29/05/2026	74550
IJZ5653	275410D000047552	29/05/2026	74550
INQ4869	275410D000047582	29/05/2026	74550
IPV0676	275410D000047489	29/05/2026	74550
MCW6H18	275410D000047476	28/05/2026	74550
QNS0G89	275410D000047580	29/05/2026	74550
QQG4C38	275410D000047598	30/05/2026	74550
RNG0F61	275410D000047520	29/05/2026	74550
SIH8C84	275410D000047578	29/05/2026	74550
UBY9I34	275410D000047516	29/05/2026	74550

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à DEPTRAN-DV até 02/10/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AIP6204	275410D000052794	12/08/2026	74630
AIT6J82	275410D000052780	12/08/2026	74550
AKC9J14	275410L000001273	04/08/2026	55412
AKP5615	275410T000002655	10/08/2026	76331
AMP0J16	275410D000052766	11/08/2026	74550
AMP6H91	275410D000052784	12/08/2026	74550
ANO0J57	275410T000002056	10/08/2026	51851
AOQ5G92	275410D000052770	11/08/2026	74550
APK5B85	275410L000001270	05/08/2026	55412

APY1516	275410D000052778	12/08/2026	74550
AQG4642	275410L000001272	04/08/2026	55412
AQG4642	275410L000001293	30/07/2026	55412
ARH1833	275410L000001291	30/07/2026	55412
ARR4649	275410T000003092	13/08/2026	59910
ASA4G42	275410D000052773	11/08/2026	74550
ASB9681	275410D000052772	11/08/2026	74630
ASB9681	275410D000052771	11/08/2026	74550
ASH4B58	275410D000052796	12/08/2026	74550
ASH4B58	275410D000052795	12/08/2026	74630
ASV8259	275410D000052763	11/08/2026	74550
ATO2A43	275410L000001277	03/08/2026	55412
AUM0469	275410L000001285	31/07/2026	55412
AUO4D35	275410L000001282	31/07/2026	55412
AVX9H61	275410T000003089	12/08/2026	76331
AXA3D84	275410D000052785	12/08/2026	74550
AYH8E86	275410D000052792	12/08/2026	74550
AZA8084	275410D000052783	12/08/2026	74630
AZF7680	275410D000052790	12/08/2026	74550
AZO5I50	275410D000052779	12/08/2026	74550
AZQ9952	275410L000001284	31/07/2026	55412
BAK8I82	275410D000052793	12/08/2026	74550
BAO0J60	275410T000002663	12/08/2026	76331
BBY0871	275410T000002664	12/08/2026	76331
BCO5399	275410L000001280	03/08/2026	55412
BDB4J55	275410D000052786	12/08/2026	74550
BDB6D46	275410L000001297	30/07/2026	55412
BDI8H66	275410L000001295	30/07/2026	55412
BEL5H06	275410L000001278	03/08/2026	55412
BWW4F27	275410L000001294	30/07/2026	55412
CMG7588	275410D000052762	11/08/2026	74550
DAY9E90	275410T000003085	11/08/2026	51851
DAY9E90	275410T000003086	11/08/2026	76331
DAY9E90	275410T000003087	11/08/2026	52741
DMJ6465	275410D000052764	11/08/2026	74550
DTC6E47	275410L000001283	31/07/2026	55412
EQV6I83	275410T000002057	10/08/2026	73662
EVI3138	275410T000002657	10/08/2026	76331
FQK2C67	275410D000052788	12/08/2026	74550
FRC2J87	275410T000002658	10/08/2026	76331
GBA2C19	275410T000003090	12/08/2026	61220
GKD9D53	275410D000052775	11/08/2026	74630
GKD9D53	275410D000052774	11/08/2026	74630
HHT0G33	275410D000052791	12/08/2026	74550
IGS1656	275410L000001296	30/07/2026	55412
IGS1656	275410L000001288	31/07/2026	55412
IGS1656	275410L000001276	03/08/2026	55412
IGS1656	275410L000001275	04/08/2026	55412
ISI3I27	275410D000052797	12/08/2026	74550
JCQ1I35	275410D000052781	12/08/2026	74550
KET4I57	275410T000002662	12/08/2026	76331
KRG8F09	275410T000003091	13/08/2026	54521
KXQ5J84	275410L000001286	31/07/2026	55412
MAS7D62	275410T000000455	11/08/2026	76331
MBS1F28	275410L000001269	05/08/2026	55412
MCF2A14	275410D000052776	11/08/2026	74550
MEW9309	275410D000052782	12/08/2026	74550
MGV5E04	275410L000001279	03/08/2026	55412
MHH6A07	275410L000001287	31/07/2026	55412
MJV4J87	275410L000001292	30/07/2026	55412
NBB2137	275410L000001290	30/07/2026	55412
OYW8J02	275410T000002661	12/08/2026	76331
PYR7D89	275410T000000106	10/08/2026	54522
PZC1H61	275410D000052787	12/08/2026	74550
PZW2F24	275410D000052798	12/08/2026	74630
QPL7E01	275410T000002656	10/08/2026	76331
RAV6G58	275410T000002660	11/08/2026	76331
RDS3C44	275410T000000454	11/08/2026	76331
RHY5G45	275410D000052777	12/08/2026	74550
SDX8G95	275410D000052769	11/08/2026	74550
SDZ7G82	275410D000052765	11/08/2026	74550
SFM5E73	275410D000052767	11/08/2026	74550
SIB0G30	275410NIC0015775	25/07/2026	50020
SIB0G30	275410NIC0015774	25/07/2026	50020
SRO4H20	275410L000001289	31/07/2026	55412
TAN4F87	275410L000001271	04/08/2026	55412
TAW9H51	275410D000052761	11/08/2026	74550
TBH5C85	275410D000052768	11/08/2026	74550
TBS4I94	275410D000052789	12/08/2026	74550
UBR7G24	275410L000001274	04/08/2026	55412
UBV8G52	275410L000001281	03/08/2026	55412
UBY3C03	275410T000002659	11/08/2026	76331
UCI6J29	275410T000003088	12/08/2026	76331

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS	
Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPTRAN-DV até 05/10/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.	

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração
ABY2024	275410D000047767	31/05/2026	74550	R$ 130.16
ACZ4J22	275410D000047766	31/05/2026	74550	R$ 130.16
AEN0605	275410D000047640	30/05/2026	74550	R$ 130.16
AKG1J76	275410D000047729	31/05/2026	74550	R$ 130.16
AKP7E21	275410D000047741	31/05/2026	74550	R$ 130.16
AML5210	275410D000047656	30/05/2026	74630	R$ 195.23
ANN5J19	275410D000047651	30/05/2026	74550	R$ 130.16
ANP5F24	275410D000047673	30/05/2026	74550	R$ 130.16
ANP5F24	275410D000047694	30/05/2026	74550	R$ 130.16
ANP5F24	275410D000047686	30/05/2026	74550	R$ 130.16
ANQ1A55	275410D000047606	30/05/2026	74550	R$ 130.16
ANU6H51	275410D000047764	31/05/2026	74550	R$ 130.16
ANU6H51	275410D000047762	31/05/2026	74630	R$ 195.23
ANU6H51	275410D000047649	30/05/2026	74550	R$ 130.16
AOB0267	275410D000042990	04/04/2026	74550	R$ 130.16
AOO2493	275410D000047602	30/05/2026	74550	R$ 130.16
APO7C37	275410D000047733	31/05/2026	74630	R$ 195.23
APO7C37	275410D000047732	31/05/2026	74630	R$ 195.23
APQ8J29	275410T000001768	06/05/2026	76842	R$ 130.16
AQB7A67	275410D000047700	30/05/2026	74550	R$ 130.16
AQX5G43	275410D000047650	30/05/2026	74550	R$ 130.16
ARI6D75	275410D000047603	30/05/2026	74550	R$ 130.16
ARO1J80	275410D000047657	30/05/2026	74550	R$ 130.16
ARO1J80	275410D000047661	30/05/2026	74550	R$ 130.16
ARO1J80	275410D000047658	30/05/2026	74550	R$ 130.16
ASA4G42	275410D000047765	31/05/2026	74550	R$ 130.16
ASG7162	275410D000047753	31/05/2026	74550	R$ 130.16
ASJ8130	275410D000047747	31/05/2026	74710	R$ 880.41
ASL1H11	275410D000047697	30/05/2026	74550	R$ 130.16
ASO9968	275410D000047688	30/05/2026	74550	R$ 130.16
ASZ2C12	275410D000047695	30/05/2026	74630	R$ 195.23
ATC5F99	275410D000047616	30/05/2026	74550	R$ 130.16
ATE1651	275410D000047772	31/05/2026	74630	R$ 195.23
ATE1651	275410D000047628	30/05/2026	74630	R$ 195.23
ATH4134	275410D000047671	30/05/2026	74550	R$ 130.16
ATI3702	275410D000047738	31/05/2026	74630	R$ 195.23
ATR2365	275410D000047703	30/05/2026	74630	R$ 195.23
ATU4C56	275410D000047704	30/05/2026	74630	R$ 195.23
AUM4704	275410D000047734	31/05/2026	74630	R$ 195.23
AUM4704	275410D000047785	31/05/2026	74630	R$ 195.23
AWM9309	275410D000047618	30/05/2026	74550	R$ 130.16
AXD8G88	275410D000043052	05/04/2026	74550	R$ 130.16
AXJ4142	275410D000047749	31/05/2026	74630	R$ 195.23
AYR1E48	275410D000047752	31/05/2026	74550	R$ 130.16
AZF8A93	275410D000047659	30/05/2026	74550	R$ 130.16
AZJ1271	275410D000047730	31/05/2026	74550	R$ 130.16
AZJ1271	275410D000047731	31/05/2026	74550	R$ 130.16
AZM3065	275410D000047727	31/05/2026	74550	R$ 130.16
BAI6C42	275410D000047600	30/05/2026	74550	R$ 130.16
BAS3D08	275410D000047750	31/05/2026	74550	R$ 130.16
BBC6E62	275410D000047693	30/05/2026	74550	R$ 130.16
BBW2297	275410D000047781	31/05/2026	74550	R$ 130.16
BBX8458	275410D000043064	05/04/2026	74550	R$ 130.16
BCG0J01	275410NIC0014738	22/05/2026	50020	R$ 390.46
BCN6G08	275410NIC0014741	22/05/2026	50020	R$ 586.94
BCR1E16	275410NIC0014737	22/05/2026	50020	R$ 390.46
BCY5B63	275410D000047610	30/05/2026	74550	R$ 130.16
BDD6J20	275410NIC0014740	22/05/2026	50020	R$ 586.94
BDX8J45	275410D000047696	30/05/2026	74630	R$ 195.23
BEV3H51	275410D000047763	31/05/2026	74710	R$ 880.41
BEV3H51	275410D000047760	31/05/2026	74710	R$ 880.41
CDK6D46	275410D000047705	30/05/2026	74550	R$ 130.16
DAD2E68	275410D000047631	30/05/2026	74630	R$ 195.23
DAD2E68	275410D000047632	30/05/2026	74550	R$ 130.16
DFH1C70	275410D000047720	31/05/2026	74550	R$ 130.16
DKF7G89	275410D000047739	31/05/2026	74550	R$ 130.16
DQZ4221	275410D000047737	31/05/2026	74630	R$ 195.23
FKP6I66	275410D000047647	30/05/2026	74550	R$ 130.16
FUB6F67	275410D000047613	30/05/2026	74550	R$ 130.16
GBJ2J06	275410D000047615	30/05/2026	74550	R$ 130.16
HLC9G50	275410D000047784	31/05/2026	74550	R$ 130.16
HLC9G50	275410D000047778	31/05/2026	74630	R$ 195.23
HPU3C21	275410D000043001	04/04/2026	74550	R$ 130.16
ILJ8056	275410D000047648	30/05/2026	74550	R$ 130.16
ILZ8B94	275410D000047774	31/05/2026	74630	R$ 195.23
ILZ8B94	275410D000047642	30/05/2026	74630	R$ 195.23
INK4A24	275410D000047622	30/05/2026	74630	R$ 195.23
INK4A24	275410D000047621	30/05/2026	74550	R$ 130.16
IOL6B77	275410D000047768	31/05/2026	74550	R$ 130.16
IOL6B77	275410D000047769	31/05/2026	74550	R$ 130.16
IPJ8E08	275410D000047670	30/05/2026	74550	R$ 130.16
IUH3I88	275410D000047709	30/05/2026	74550	R$ 130.16
IZP4D04	275410D000047664	30/05/2026	74550	R$ 130.16
JCU9E34	275410D000047773	31/05/2026	74630	R$ 195.23
JJG8D52	275410D000047743	31/05/2026	74550	R$ 130.16
JKF5I87	275410D000047713	31/05/2026	74630	R$ 195.23
JKF8A51	275410D000043013	04/04/2026	74550	R$ 130.16

JKK5F02	275410D000047712	31/05/2026	74630	R$ 195.23
JZI2F59	275410D000047675	30/05/2026	74550	R$ 130.16
KGL3J73	275410D000047777	31/05/2026	74550	R$ 130.16
KKR2883	275410D000047758	31/05/2026	74550	R$ 130.16
KKR2883	275410D000047776	31/05/2026	74550	R$ 130.16
KLB3E67	275410D000047783	31/05/2026	74550	R$ 130.16
KNT6E93	275410D000047668	30/05/2026	74550	R$ 130.16
LCU5E56	275410D000047623	30/05/2026	74630	R$ 195.23
MAM4945	275410D000047637	30/05/2026	74630	R$ 195.23
MAT5263	275410D000047779	31/05/2026	74550	R$ 130.16
MBS9B60	275410D000047666	30/05/2026	74630	R$ 195.23
MCF2A14	275410D000047708	30/05/2026	74550	R$ 130.16
MCX5E85	275410D000047724	31/05/2026	74550	R$ 130.16
MFT6363	275410D000047601	30/05/2026	74550	R$ 130.16
MGB5B56	275410D000047636	30/05/2026	74550	R$ 130.16
MHK5E32	275410D000047699	30/05/2026	74630	R$ 195.23
MHS7I79	275410D000047643	30/05/2026	74550	R$ 130.16
MIR3G59	275410D000047711	31/05/2026	74550	R$ 130.16
MJH2I02	275410D000047665	30/05/2026	74550	R$ 130.16
MJJ4E45	275410D000047701	30/05/2026	74630	R$ 195.23
MJJ4E45	275410D000047630	30/05/2026	74630	R$ 195.23
MJZ0G76	275410D000047685	30/05/2026	74550	R$ 130.16
MKT6392	275410D000047654	30/05/2026	74630	R$ 195.23
MLK6G74	275410D000047629	30/05/2026	74550	R$ 130.16
MLK6G74	275410D000047757	31/05/2026	74550	R$ 130.16
MMH9B28	275410D000047714	31/05/2026	74630	R$ 195.23
MRL9A83	275410D000047646	30/05/2026	74630	R$ 195.23
NCG7197	275410D000047725	31/05/2026	74550	R$ 130.16
NRW1A12	275410D000047678	30/05/2026	74550	R$ 130.16
NYA6C84	275410D000047740	31/05/2026	74550	R$ 130.16
PGB4J30	275410D000047770	31/05/2026	74630	R$ 195.23
PVB4177	275410D000047641	30/05/2026	74550	R$ 130.16
PXZ5G33	275410NIC0014739	22/05/2026	50020	R$ 390.46
QAU7G20	275410D000047706	30/05/2026	74550	R$ 130.16
QHE4H92	275410D000047653	30/05/2026	74550	R$ 130.16
QIL4D81	275410D000047744	31/05/2026	74550	R$ 130.16
QIZ1H87	275410D000047672	30/05/2026	74550	R$ 130.16
QJQ2B44	275410D000043062	05/04/2026	74550	R$ 130.16
QJS1984	275410D000047635	30/05/2026	74630	R$ 195.23
QQX5E55	275410D000047715	31/05/2026	74550	R$ 130.16
RMS0D11	275410D000047719	31/05/2026	74550	R$ 130.16
RNO8H40	275410D000047663	30/05/2026	74550	R$ 130.16
RTB1B11	275410D000047759	31/05/2026	74550	R$ 130.16
RXM1F84	275410D000047676	30/05/2026	74550	R$ 130.16
SDY8A35	275410D000047605	30/05/2026	74630	R$ 195.23
SEB3B88	275410D000047687	30/05/2026	74550	R$ 130.16
SER0G95	275410D000047617	30/05/2026	74630	R$ 195.23
SEZ6C86	275410D000047782	31/05/2026	74550	R$ 130.16
SFB7J63	275410D000047639	30/05/2026	74550	R$ 130.16
SFB8C06	275410D000047624	30/05/2026	74550	R$ 130.16
SFE6G82	275410D000047625	30/05/2026	74550	R$ 130.16
TAI5A77	275410D000047771	31/05/2026	74630	R$ 195.23
TAK3I59	275410D000047633	30/05/2026	74550	R$ 130.16
TAM4J69	275410D000047607	30/05/2026	74630	R$ 195.23
TAS5B96	275410D000047652	30/05/2026	74550	R$ 130.16
TBS8A13	275410D000047684	30/05/2026	74630	R$ 195.23
TBS8A13	275410D000047644	30/05/2026	74630	R$ 195.23
TBS8A13	275410D000047683	30/05/2026	74630	R$ 195.23
TBT9I95	275410D000047746	31/05/2026	74550	R$ 130.16
TBU1A36	275410D000047745	31/05/2026	74550	R$ 130.16
TBV3D43	275410D000047722	31/05/2026	74550	R$ 130.16
UBM8C53	275410D000047755	31/05/2026	74550	R$ 130.16

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi

imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPTRAN-DV até 05/10/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AED1961	275410D000047662	30/05/2026	74550
AIU2E62	275410D000047679	30/05/2026	74550
AJR2264	275410D000047604	30/05/2026	74550
AKN8F52	275410D000047614	30/05/2026	74550
AOV7H83	275410D000047612	30/05/2026	74550
APB1242	275410D000047690	30/05/2026	74550
APG0F20	275410D000047682	30/05/2026	74550
AQY1E22	275410D000047627	30/05/2026	74550
ASU3610	275410D000047786	31/05/2026	74550
ATI3702	275410D000047742	31/05/2026	74550
ATM6A21	275410D000047638	30/05/2026	74550
AVB5B78	275410D000047723	31/05/2026	74550
AVS9I17	275410D000047717	31/05/2026	74550
AWD3C74	275410D000047674	30/05/2026	74550
AYK0451	275410D000047728	31/05/2026	74550
AZH9H53	275410D000047780	31/05/2026	74550
BBR5075	275410D000047726	31/05/2026	74550
BCC7H69	275410D000047619	30/05/2026	74550
BDQ9E91	275410D000047698	30/05/2026	74550

DIL9582	275410D000047660	30/05/2026	74550
EGG2G61	275410D000047667	30/05/2026	74550
ERI1C62	275410D000047736	31/05/2026	74550
GAZ6E97	275410D000047721	31/05/2026	74550
LYK7F82	275410D000047634	30/05/2026	74550
MCA6865	275410D000047735	31/05/2026	74550
MHR1H56	275410D000047611	30/05/2026	74550
MLP5106	275410D000047599	30/05/2026	74550
QUG8F69	275410D000047751	31/05/2026	74550
QUO9F45	275410D000047626	30/05/2026	74550
RHH7G15	275410D000047702	30/05/2026	74550
SDV0I55	275410D000047754	31/05/2026	74550
SEH0H23	275410D000047689	30/05/2026	74550
SEL6C81	275410D000047718	31/05/2026	74550
SEZ0E86	275410D000047716	31/05/2026	74550
UBA7A99	275410D000047677	30/05/2026	74550
UBA9E36	275410D000047669	30/05/2026	74550
UBY6D96	275410D000047761	31/05/2026	74550

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPTRAN-DV até 05/10/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração
AFH4A68	275410T000002320	01/06/2026	65800	R$ 293.47
AHD1649	275410D000047853	01/06/2026	74630	R$ 195.23
AIE8I81	275410T000002322	01/06/2026	76331	R$ 293.47
AJH3G78	275410T000002318	01/06/2026	61220	R$ 293.47
AKB2H24	275410L000001032	01/06/2026	55412	R$ 195.23
AKF4465	275410D000047866	01/06/2026	74630	R$ 195.23
AKG1J76	275410D000047874	01/06/2026	74550	R$ 130.16
AKR1762	275410D000043182	07/04/2026	74550	R$ 130.16
ALF8C93	275410NIC0014751	23/05/2026	50020	R$ 260.32
AMF3A31	275410D000047828	01/06/2026	74550	R$ 130.16
AML5210	275410D000047869	01/06/2026	74550	R$ 130.16
ANC1481	275410D000047794	31/05/2026	74550	R$ 130.16
ANL2B34	275410D000047880	01/06/2026	74550	R$ 130.16
ANL2B34	275410D000047883	01/06/2026	74550	R$ 130.16
ANR5E56	275410T000002325	01/06/2026	51851	R$ 195.23
ANX3974	275410D000047829	01/06/2026	74550	R$ 130.16
ANZ8I35	275410D000043123	06/04/2026	74550	R$ 130.16
AOB1769	275410D000047862	01/06/2026	74550	R$ 130.16
AOB1769	275410D000047857	01/06/2026	74550	R$ 130.16
AOF3282	275410D000043114	06/04/2026	74550	R$ 130.16
AOL6B96	275410D000043299	08/04/2026	74550	R$ 130.16
AOL6B96	275410T000000891	08/04/2026	76842	R$ 130.16
APO5C95	275410NIC0014789	23/05/2026	50020	R$ 260.32
AQB5346	275410D000047856	01/06/2026	74550	R$ 130.16
AQG4642	275410D000047865	01/06/2026	74550	R$ 130.16
AQX8D68	275410D000043142	06/04/2026	74550	R$ 130.16
ART0F19	275410D000043265	08/04/2026	74550	R$ 130.16
ASI5E93	275410D000043250	08/04/2026	74550	R$ 130.16
ASJ2869	275410D000043253	08/04/2026	74550	R$ 130.16
ATZ6A56	275410NIC0014765	23/05/2026	50020	R$ 260.32
AVJ4F85	275410D000047815	01/06/2026	74550	R$ 130.16
AVJ4F85	275410D000047841	01/06/2026	74550	R$ 130.16
AVK0I88	275410NIC0014793	23/05/2026	50020	R$ 260.32
AWL5A16	275410NIC0014783	23/05/2026	50020	R$ 260.32
AXB4654	275410D000047823	01/06/2026	74630	R$ 195.23
AYD3F74	275410T000002321	01/06/2026	76331	R$ 293.47
AYD5926	275410NIC0014763	23/05/2026	50020	R$ 260.32
AYH9D11	275410NIC0014747	23/05/2026	50020	R$ 586.94
AZA2265	275410NIC0014774	23/05/2026	50020	R$ 260.32
AZJ1271	275410D000047802	31/05/2026	74550	R$ 130.16
AZJ1271	275410D000047803	31/05/2026	74550	R$ 130.16
AZK8D14	275410D000047881	01/06/2026	74550	R$ 130.16
AZT3C70	275410L000001031	01/06/2026	55412	R$ 195.23
BAB8217	275410D000047868	01/06/2026	74710	R$ 880.41
BAB8217	275410D000047877	01/06/2026	74630	R$ 195.23
BAM9A83	275410NIC0014802	23/05/2026	50020	R$ 260.32
BAX7586	275410D000047824	01/06/2026	74550	R$ 130.16
BBB7E94	275410D000047819	01/06/2026	74550	R$ 130.16
BBI4D53	275410D000043185	07/04/2026	74550	R$ 130.16
BBL3G70	275410NIC0014764	23/05/2026	50020	R$ 260.32
BBN9133	275410D000047884	01/06/2026	74630	R$ 195.23
BBO3C22	275410D000047812	31/05/2026	74550	R$ 130.16
BBO4I94	275410NIC0014775	23/05/2026	50020	R$ 260.32
BBP2A18	275410NIC0014748	23/05/2026	50020	R$ 1760.82
BBR4D19	275410NIC0014790	23/05/2026	50020	R$ 260.32
BBY0E55	275410NIC0014796	23/05/2026	50020	R$ 260.32
BCE6412	275410D000047878	01/06/2026	74550	R$ 130.16
BCN7G65	275410NIC0014754	23/05/2026	50020	R$ 390.46
BDA8B44	275410D000047843	01/06/2026	74630	R$ 195.23
BDD3E31	275410T000002161	01/06/2026	76331	R$ 293.47
BDJ3G41	275410NIC0014798	23/05/2026	50020	R$ 260.32
BDP7E67	275410D000047846	01/06/2026	74550	R$ 130.16
BDW7I68	275410NIC0014801	23/05/2026	50020	R$ 260.32

BDZ6I01	275410NIC0014767	23/05/2026	50020	R$ 260.32
BEK3B49	275410T000002316	01/06/2026	76331	R$ 293.47
BEP7F02	275410D000047831	01/06/2026	74630	R$ 195.23
BEQ9C20	275410D000047804	31/05/2026	74550	R$ 130.16
BER7F77	275410D000047867	01/06/2026	74550	R$ 130.16
BEV3H51	275410D000047787	31/05/2026	74550	R$ 130.16
BLT5F10	275410D000047860	01/06/2026	74550	R$ 130.16
BZR9A44	275410T000002159	01/06/2026	51930	R$ 293.47
CGY9943	275410D000047851	01/06/2026	74630	R$ 195.23
CGY9943	275410D000047850	01/06/2026	74630	R$ 195.23
CMF8133	275410D000047797	31/05/2026	74550	R$ 130.16
CYT9E85	275410NIC0014803	23/05/2026	50020	R$ 260.32
DFU2J81	275410D000043241	08/04/2026	74550	R$ 130.16
DFU2J81	275410D000043303	08/04/2026	74550	R$ 130.16
DMQ3G90	275410D000043242	08/04/2026	74550	R$ 130.16
DMQ3G90	275410D000043187	07/04/2026	74550	R$ 130.16
DNY3B98	275410NIC0014742	23/05/2026	50020	R$ 586.94
DYM0B83	275410D000047849	01/06/2026	74630	R$ 195.23
EST8A85	275410NIC0014771	23/05/2026	50020	R$ 260.32
FDY8D97	275410D000043140	06/04/2026	74550	R$ 130.16
FEP4A55	275410T000002158	01/06/2026	76331	R$ 293.47
FIQ9246	275410D000047839	01/06/2026	74630	R$ 195.23
FIQ9246	275410D000047861	01/06/2026	74550	R$ 130.16
FIQ9246	275410D000047827	01/06/2026	74550	R$ 130.16
FUB6F67	275410D000047816	01/06/2026	74550	R$ 130.16
HOR3J70	275410D000047840	01/06/2026	74550	R$ 130.16
HQY8B21	275410NIC0014788	23/05/2026	50020	R$ 260.32
HXZ7D53	275410D000047817	01/06/2026	74550	R$ 130.16
IMQ4H98	275410D000047798	31/05/2026	74550	R$ 130.16
IPH6J66	275410D000047822	01/06/2026	74550	R$ 130.16
IXU7389	275410D000043306	08/04/2026	74550	R$ 130.16
IYZ2G38	275410NIC0014768	23/05/2026	50020	R$ 260.32
JAP1F10	275410D000043264	08/04/2026	74550	R$ 130.16
MAT5263	275410D000047796	31/05/2026	74630	R$ 195.23
MBC6F60	275410D000047871	01/06/2026	74550	R$ 130.16
MCF2A14	275410D000047885	01/06/2026	74550	R$ 130.16
MDF0F59	275410D000047825	01/06/2026	74630	R$ 195.23
MEH3J12	275410D000047789	31/05/2026	74550	R$ 130.16
MEN3859	275410D000043298	08/04/2026	74550	R$ 130.16
MEQ6I00	275410D000047855	01/06/2026	74550	R$ 130.16
MJW6420	275410NIC0014745	23/05/2026	50020	R$ 586.94
MJX3D13	275410D000047848	01/06/2026	74550	R$ 130.16
MJY4E95	275410D000047814	31/05/2026	74550	R$ 130.16
MOH3725	275410NIC0014769	23/05/2026	50020	R$ 260.32
MZU6H36	275410D000047872	01/06/2026	74550	R$ 130.16
NXZ1C44	275410T000002317	01/06/2026	76331	R$ 293.47
OEN6F13	275410D000047833	01/06/2026	74550	R$ 130.16
OWJ2B05	275410D000043197	07/04/2026	74550	R$ 130.16
QCQ5D35	275410D000047801	31/05/2026	74630	R$ 195.23
QIH1E32	275410NIC0014786	23/05/2026	50020	R$ 260.32
QIK1J32	275410D000047793	31/05/2026	74630	R$ 195.23
QIY3H28	275410D000047820	01/06/2026	74550	R$ 130.16
QJQ2B44	275410D000043285	08/04/2026	74550	R$ 130.16
QJQ2B44	275410D000043240	07/04/2026	74550	R$ 130.16
QJQ2B44	275410D000043310	08/04/2026	74550	R$ 130.16
QOW9I99	275410NIC0014777	23/05/2026	50020	R$ 260.32
RDT2D14	275410NIC0014757	23/05/2026	50020	R$ 260.32
RHC6I57	275410T000002323	01/06/2026	61220	R$ 293.47
RHD4C00	275410T000002324	01/06/2026	76331	R$ 293.47
RHD4F04	275410NIC0014804	23/05/2026	50020	R$ 390.46
RHK4E43	275410NIC0014752	23/05/2026	50020	R$ 260.32
RHX8D11	275410NIC0014805	23/05/2026	50020	R$ 260.32
RLC0D53	275410NIC0014753	23/05/2026	50020	R$ 260.32
RMV8A08	275410NIC0014750	23/05/2026	50020	R$ 260.32
RNU7G59	275410NIC0014755	23/05/2026	50020	R$ 260.32
RUC5B76	275410T000002319	01/06/2026	61220	R$ 293.47
RUV2H85	275410D000047838	01/06/2026	74550	R$ 130.16
RWE3J24	275410NIC0014758	23/05/2026	50020	R$ 260.32
RXT5A42	275410NIC0014744	23/05/2026	50020	R$ 586.94
RYH0C73	275410D000047807	31/05/2026	74630	R$ 195.23
RYJ6D78	275410NIC0014749	23/05/2026	50020	R$ 260.32
RYJ6J71	275410NIC0014794	23/05/2026	50020	R$ 260.32
RYU2D08	275410D000043121	06/04/2026	74550	R$ 130.16
SDV4G76	275410NIC0014759	23/05/2026	50020	R$ 260.32
SDX3C59	275410NIC0014806	23/05/2026	50020	R$ 260.32
SDX5D48	275410NIC0014785	23/05/2026	50020	R$ 260.32
SDY4G23	275410NIC0014743	23/05/2026	50020	R$ 390.46
SDY4G23	275410T000002160	01/06/2026	76331	R$ 293.47
SED4F66	275410NIC0014762	23/05/2026	50020	R$ 260.32
SEG3B13	275410D000047882	01/06/2026	74550	R$ 130.16
SEH9J30	275410D000047875	01/06/2026	74550	R$ 130.16
SEP5J43	275410NIC0014780	23/05/2026	50020	R$ 260.32
SER3H07	275410NIC0014773	23/05/2026	50020	R$ 260.32
SEU2E69	275410NIC0014792	23/05/2026	50020	R$ 260.32
SEU5B19	275410NIC0014782	23/05/2026	50020	R$ 260.32
SFB7J63	275410D000047810	31/05/2026	74550	R$ 130.16
SFB7J63	275410D000047809	31/05/2026	74630	R$ 195.23
SFB7J63	275410D000047790	31/05/2026	74550	R$ 130.16
SFF5F35	275410NIC0014797	23/05/2026	50020	R$ 260.32

SFJ5I93	275410D000047852	01/06/2026	74630	R$ 195.23
SHE1E11	275410NIC0014781	23/05/2026	50020	R$ 390.46
SHE8I57	275410D000047071	27/05/2026	74630	R$ 195.23
SIV2A57	275410D000047806	31/05/2026	74630	R$ 195.23
SIV2A57	275410D000047805	31/05/2026	74630	R$ 195.23
SQC3I25	275410NIC0014766	23/05/2026	50020	R$ 260.32
SQW7G93	275410NIC0014799	23/05/2026	50020	R$ 260.32
SVT7F84	275410D000047847	01/06/2026	74550	R$ 130.16
SYI0E99	275410NIC0014808	23/05/2026	50020	R$ 260.32
SYY7I78	275410NIC0014800	23/05/2026	50020	R$ 260.32
TAK8J28	275410NIC0014795	23/05/2026	50020	R$ 260.32
TAT5E95	275410D000047844	01/06/2026	74630	R$ 195.23
TBD4D15	275410NIC0014770	23/05/2026	50020	R$ 260.32
TBD9H38	275410NIC0014776	23/05/2026	50020	R$ 260.32
TBG0B63	275410D000047837	01/06/2026	74630	R$ 195.23
TBG0B63	275410D000047859	01/06/2026	74550	R$ 130.16
TBG4H21	275410NIC0014756	23/05/2026	50020	R$ 260.32
TBN8C71	275410NIC0014778	23/05/2026	50020	R$ 260.32
TBV8F12	275410NIC0014787	23/05/2026	50020	R$ 260.32
TCU2E52	275410NIC0014746	23/05/2026	50020	R$ 390.46
TDE6B95	275410NIC0014791	23/05/2026	50020	R$ 260.32
TEC3A72	275410NIC0014779	23/05/2026	50020	R$ 260.32
TMG1J49	275410NIC0014760	23/05/2026	50020	R$ 260.32
TPR1D36	275410D000047832	01/06/2026	74550	R$ 130.16
UAX1I25	275410D000047830	01/06/2026	74550	R$ 130.16
UBB7E18	275410NIC0014784	23/05/2026	50020	R$ 260.32
UBQ4J38	275410NIC0014807	23/05/2026	50020	R$ 260.32
UBR6C80	275410D000047788	31/05/2026	74550	R$ 130.16
UBS6C45	275410D000047834	01/06/2026	74550	R$ 130.16

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à DEPTRAN-DV até 05/10/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
ABF2F25	275410D000052909	14/08/2026	74550
ADZ8432	275410D000052876	13/08/2026	74550
AFN1457	275410D000052887	13/08/2026	74630
AFN1457	275410D000052886	13/08/2026	74550
AHC1H65	275410D000052846	13/08/2026	74550
AHC1H65	275410D000052821	12/08/2026	74550
AHC1H65	275410D000052806	12/08/2026	74550
AIC2975	275410D000052908	14/08/2026	74550
AKM4341	275410D000052874	13/08/2026	74550
AMG7639	275410D000052888	13/08/2026	74550
AMP6H91	275410D000052867	13/08/2026	74550
ANF3778	275410D000052880	13/08/2026	74630
ANF4G61	275410D000052824	12/08/2026	74630
AOG6165	275410D000052835	12/08/2026	74630
AOP8344	275410D000052890	13/08/2026	74550
AOY1638	275410D000052860	13/08/2026	74630
APH5J72	275410D000052850	13/08/2026	74550
APK9E93	275410CND0000151	18/06/2026	50292
APY1516	275410D000052845	13/08/2026	74550
AQD4J20	275410D000052800	12/08/2026	74550
AQP3251	275410D000052911	14/08/2026	74630
AQP3251	275410D000052920	14/08/2026	74550
AQS8244	275410D000052856	13/08/2026	74550
ARQ1G48	275410D000052905	14/08/2026	74710
ARQ1G48	275410D000052854	13/08/2026	74630
ARQ1G48	275410D000052889	13/08/2026	74630
ARQ1G48	275410D000052838	12/08/2026	74630
ASA3319	275410D000052858	13/08/2026	74550
ASH4B58	275410D000052814	12/08/2026	74550
ASI5493	275410D000052372	05/08/2026	74550
ASJ2869	275410D000052922	14/08/2026	74550
ASS6348	275410D000052815	12/08/2026	74550
ATH5D86	275410D000052921	14/08/2026	74550
ATQ5H47	275410D000052849	13/08/2026	74550
AVS4F94	275410D000052865	13/08/2026	74550
AVV6967	275410D000052851	13/08/2026	74630
AWH9I93	275410D000052897	13/08/2026	74550
AWR8I02	275410D000052852	13/08/2026	74550
AXA3D84	275410D000052827	12/08/2026	74630
AXJ4053	275410D000052832	12/08/2026	74550
AXJ4053	275410D000052918	14/08/2026	74550
AXT1B12	275410D000052878	13/08/2026	74630
AYB2B50	275410D000052837	12/08/2026	74550
AYB2B50	275410D000052836	12/08/2026	74550
AYL3418	275410D000052873	13/08/2026	74630
AZL8J96	275410D000052896	13/08/2026	74550
AZV5F26	275410D000052916	14/08/2026	74550
AZW5218	275410D000052863	13/08/2026	74630
AZX0342	275410D000052801	12/08/2026	74630
BAQ8E76	275410D000052902	14/08/2026	74550
BBX4B02	275410D000052818	12/08/2026	74550
BCA0F15	275410D000052879	13/08/2026	74710

BCG0J01	275410D000052805	12/08/2026	74550
BCG6H16	275410D000052830	12/08/2026	74550
BCM9387	275410D000052919	14/08/2026	74550
BCQ1I02	275410D000052895	13/08/2026	74550
BCQ9J63	275410D000052862	13/08/2026	74630
BDP4J72	275410D000052826	12/08/2026	74550
BEH8I36	275410D000052834	12/08/2026	74550
CSF2I24	275410D000052915	14/08/2026	74550
CTI8D62	275410D000052907	14/08/2026	74550
DDV0900	275410T000002668	17/08/2026	76331
DTP2H70	275410D000052839	12/08/2026	74550
DTP2H70	275410D000052810	12/08/2026	74550
DYM0B83	275410D000052840	12/08/2026	74630
DYM0B83	275410D000052843	12/08/2026	74550
EGM1G47	275410D000052803	12/08/2026	74550
EHQ6B94	275410D000052799	12/08/2026	74550
FGS3B18	275410D000052842	12/08/2026	74550
FGW4G09	275410T000002666	14/08/2026	76331
FHD4C75	275410D000052901	14/08/2026	74550
FIQ9246	275410D000052883	13/08/2026	74550
FIQ9246	275410D000052904	14/08/2026	74550
FSV3I08	275410D000052816	12/08/2026	74550
GAP0D84	275410D000052813	12/08/2026	74550
GOL5159	275410D000052917	14/08/2026	74550
IPS6G76	275410D000052891	13/08/2026	74550
IQM6G29	275410D000052903	14/08/2026	74550
IQO7I07	275410D000052875	13/08/2026	74550
IRJ9482	275410D000052825	12/08/2026	74550
ISD0F88	275410D000052812	12/08/2026	74550
ITC5J78	275410D000052894	13/08/2026	74550
IXA3A36	275410D000052831	12/08/2026	74550
JAG7B48	275410D000052914	14/08/2026	74550
JAX0J05	275410D000052819	12/08/2026	74550
JID3359	275410D000052844	12/08/2026	74550
LNL1H27	275410D000052899	14/08/2026	74550
MAT5263	275410D000052872	13/08/2026	74630
MAT5263	275410D000052892	13/08/2026	74550
MDH2043	275410D000052853	13/08/2026	74550
MDH2043	275410D000052871	13/08/2026	74550
MEW9309	275410D000052820	12/08/2026	74550
MFB4764	275410D000052857	13/08/2026	74550
MFM9606	275410D000052847	13/08/2026	74630
MGG7G40	275410D000052833	12/08/2026	74550
MGN6C96	275410D000052885	13/08/2026	74630
MJT9A66	275410D000052804	12/08/2026	74550
MKQ0A15	275410D000052802	12/08/2026	74550
MKV0E35	275410D000052898	14/08/2026	74630
OPC3J54	275410D000052900	14/08/2026	74550
PZW6D69	275410D000052823	12/08/2026	74550
QAH8H89	275410D000052829	12/08/2026	74550
QAH8H89	275410D000052811	12/08/2026	74550
QCU2023	275410D000052884	13/08/2026	74550
QIE8392	275410D000052870	13/08/2026	74630
QIY0F48	116100T002818611	10/08/2026	55250
QOH3B28	275410D000052912	14/08/2026	74630
QPZ3A07	275410T000003093	13/08/2026	76331
QUM9D86	275410D000052809	12/08/2026	74550
QXF3H33	275410T000002665	13/08/2026	51930
RHE7D27	275410D000052822	12/08/2026	74550
RLN5G49	275410T000002667	14/08/2026	57380
RXT5A42	275410D000052828	12/08/2026	74550
SEM3A42	275410D000052855	13/08/2026	74550
SFA5A88	275410D000052866	13/08/2026	74550
SFH1E52	275410D000052808	12/08/2026	74550
SYU9I42	275410CND0000152	15/06/2026	50291
TAU5B65	275410D000052859	13/08/2026	74550
TBR0H23	275410D000052869	13/08/2026	74550
TBY3B95	275410D000052807	12/08/2026	74630
TEM7A63	275410D000052913	14/08/2026	74550
TPK6I47	275410D000052864	13/08/2026	74550
TZQ6D27	275410T000002058	13/08/2026	59910
UAY1C54	275410D000052861	13/08/2026	74550
UAZ8F68	275410D000052893	13/08/2026	74550
UBF0J39	275410D000052848	13/08/2026	74550
UBG8C38	275410D000052881	13/08/2026	74550
UBG8C38	275410D000052882	13/08/2026	74630
UBG8C38	275410D000052877	13/08/2026	74630
UBH7B84	275410D000052817	12/08/2026	74550
UCC7B74	275410D000052868	13/08/2026	74550
UCF9G12	275410D000052910	14/08/2026	74550

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS			
Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPTRAN-DV até 05/10/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.			
Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AWS4710	275410D000047835	01/06/2026	74550

AXP3H05	116100T003695562	01/06/2026	56222
AYB1A82	275410D000047876	01/06/2026	74550
BAO0A44	275410D000047799	31/05/2026	74550
BBM8G60	275410D000047864	01/06/2026	74550
BBP4E98	275410D000047858	01/06/2026	74550
IUG8I66	275410D000047836	01/06/2026	74550
MBZ2438	275410D000047813	31/05/2026	74550
MCD8284	275410D000047791	31/05/2026	74550
MKL2075	275410D000047870	01/06/2026	74550
NSS5A87	275410D000047795	31/05/2026	74550
OBO6E46	275410D000047818	01/06/2026	74550
TBJ1J12	275410D000047811	31/05/2026	74550

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPTRAN-DV até 08/10/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
ALP5719	275410D000047891	02/06/2026	74550
AZZ3J72	275410T000002336	03/06/2026	73232
CYI8155	275410T000002409	09/06/2026	73661
MBZ1H54	275410D000047898	02/06/2026	74550
RHZ7G89	275410D000047886	02/06/2026	74550

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à DEPTRAN-DV até 05/10/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AZP3F26	275410NIC0015780	28/07/2026	50020
MFB9B99	275410NIC0015776	28/07/2026	50020
SDE8I47	275410NIC0015779	28/07/2026	50020
SDW3I63	275410NIC0015781	28/07/2026	50020
TCA5B82	275410NIC0015778	28/07/2026	50020
TCQ3G58	275410NIC0015777	28/07/2026	50020

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à DEPTRAN-DV até 05/10/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AZP3F26	275410NIC0015780	28/07/2026	50020
MFB9B99	275410NIC0015776	28/07/2026	50020
SDE8I47	275410NIC0015779	28/07/2026	50020
SDW3I63	275410NIC0015781	28/07/2026	50020
TCA5B82	275410NIC0015778	28/07/2026	50020
TCQ3G58	275410NIC0015777	28/07/2026	50020

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à DEPTRAN-DV até 08/10/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
BCZ5D28	275410D000052841	12/08/2026	74550

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPTRAN-DV até 09/10/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração
AFG7D41	275410D000043419	10/04/2026	74550	R$ 130.16
AIT6J82	275410D000043357	09/04/2026	74550	R$ 130.16
ALH7281	275410D000043576	12/04/2026	74550	R$ 130.16
AML5210	275410D000043441	11/04/2026	74550	R$ 130.16
ANZ8I35	275410D000043379	10/04/2026	74550	R$ 130.16
APO4E83	275410D000043477	11/04/2026	74550	R$ 130.16
AYE5F48	275410D000043412	10/04/2026	74550	R$ 130.16
CRR6A76	275410D000043452	11/04/2026	74550	R$ 130.16
DFU2J81	275410D000043377	10/04/2026	74550	R$ 130.16
DFU2J81	275410D000043317	09/04/2026	74550	R$ 130.16
DFU2J81	275410D000043571	12/04/2026	74550	R$ 130.16
FQL8E40	275410D000043349	09/04/2026	74550	R$ 130.16
FUS9I43	275410D000043337	09/04/2026	74550	R$ 130.16
IAR0D58	275410D000043497	11/04/2026	74550	R$ 130.16
MCA3C87	275410D000043450	11/04/2026	74550	R$ 130.16
MIP2981	275410D000043369	09/04/2026	74550	R$ 130.16
NFY9A82	275410D000043488	11/04/2026	74550	R$ 130.16
PAB4B40	275410D000043584	13/04/2026	74550	R$ 130.16
PUL1B64	275410D000043461	11/04/2026	74550	R$ 130.16
QJQ2B44	275410D000043484	11/04/2026	74550	R$ 130.16
QJQ2B44	275410D000043560	12/04/2026	74550	R$ 130.16

QJQ2B44	275410D000043421	10/04/2026	74550	R$ 130.16
QJQ2B44	275410D000043563	12/04/2026	74550	R$ 130.16
RLA8F81	275410D000043492	11/04/2026	74550	R$ 130.16

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPTRAN-DV até 13/10/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração
ANO3G09	275410D000045493	03/05/2026	74550	R$ 130.16
ASJ2869	275410D000045511	05/05/2026	74550	R$ 130.16
JYV6705	275410D000044967	06/05/2026	74550	R$ 130.16
OWJ2B05	275410D000044981	07/05/2026	74550	R$ 130.16

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à DEPTRAN-DV até 09/10/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AZI9C37	275410NIC0015786	01/08/2026	50020
BBX9C86	275410NIC0015782	01/08/2026	50020
BCT6D30	275410NIC0015784	01/08/2026	50020
SFK8F17	275410NIC0015785	01/08/2026	50020
SYS1B79	275410NIC0015783	01/08/2026	50020

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à DEPTRAN-DV até 13/10/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
ALU4G80	116100T002183393	14/08/2026	54521

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPTRAN-DV até 13/10/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração
AAA3655	275410D000048003	12/06/2026	74550	R$ 130.16
ACV1002	275410D000047955	07/06/2026	74550	R$ 130.16
AGE0505	275410D000047905	04/06/2026	74550	R$ 130.16
AGE6681	275410D000044999	07/05/2026	74550	R$ 130.16
AGW2838	275410D000048011	12/06/2026	74550	R$ 130.16
AJL2B79	275410D000047997	11/06/2026	74630	R$ 195.23
AKB8259	275410D000047953	07/06/2026	74550	R$ 130.16
AKG1J76	275410D000048018	13/06/2026	74550	R$ 130.16
ALH7281	275410D000047945	06/06/2026	74550	R$ 130.16
ALI1I05	275410D000047983	10/06/2026	74550	R$ 130.16
ALT1I84	275410D000047921	05/06/2026	74550	R$ 130.16
AMC7J58	275410D000047913	04/06/2026	74550	R$ 130.16
AND4J91	275410D000047929	05/06/2026	74550	R$ 130.16
ANP5F24	275410D000047903	03/06/2026	74550	R$ 130.16
ANP5F24	275410D000047904	03/06/2026	74550	R$ 130.16
ANP9475	275410D000047993	11/06/2026	74550	R$ 130.16
ANQ1B78	275410D000048023	13/06/2026	74550	R$ 130.16
ANT0D03	275410D000045029	07/05/2026	74550	R$ 130.16
AOJ5C58	275410D000047902	03/06/2026	74550	R$ 130.16
AOK7619	275410D000047956	07/06/2026	74550	R$ 130.16
AOK7619	275410D000047947	06/06/2026	74550	R$ 130.16
APN6A71	275410D000047994	11/06/2026	74550	R$ 130.16
AQC2A33	275410D000047915	04/06/2026	74550	R$ 130.16
AQG4642	275410D000044997	07/05/2026	74550	R$ 130.16
AQS5H91	275410D000045036	08/05/2026	74550	R$ 130.16
AQX5G43	275410D000047968	08/06/2026	74550	R$ 130.16
ASA7I94	275410D000048012	12/06/2026	74550	R$ 130.16
ASJ2484	275410D000047941	06/06/2026	74550	R$ 130.16
ASJ2484	275410D000047942	06/06/2026	74550	R$ 130.16
ASJ2869	275410D000048001	12/06/2026	74550	R$ 130.16
ASJ2869	275410D000047926	05/06/2026	74550	R$ 130.16
ASZ0E99	275410D000048024	13/06/2026	74550	R$ 130.16
ASZ1J33	275410D000047928	05/06/2026	74550	R$ 130.16
ATC9A27	275410D000047972	09/06/2026	74550	R$ 130.16
ATQ0D46	275410D000045014	07/05/2026	74550	R$ 130.16
AUK2A14	275410D000047925	05/06/2026	74550	R$ 130.16
AUK5G99	275410NIC0014868	29/05/2026	50020	R$ 586.94
AVJ4F85	275410D000047971	09/06/2026	74550	R$ 130.16
AVJ4F85	275410D000047975	09/06/2026	74550	R$ 130.16
AVJ4F85	275410D000047957	08/06/2026	74550	R$ 130.16
AVJ4F85	275410D000048017	13/06/2026	74550	R$ 130.16
AXF3081	275410D000045131	10/05/2026	74550	R$ 130.16
AXJ4986	275410V000028257	12/06/2026	55250	R$ 130.16
AXJ4986	275410V000028258	12/06/2026	55500	R$ 130.16
AYW3J22	275410D000048005	12/06/2026	74550	R$ 130.16

BAS6J54	275410D000047964	08/06/2026	74550	R$ 130.16
BAV7B28	275410D000045138	10/05/2026	74550	R$ 130.16
BBX8458	275410D000045144	10/05/2026	74550	R$ 130.16
BCY9B92	275410D000047901	03/06/2026	74550	R$ 130.16
BDO1E76	275410D000047950	07/06/2026	74550	R$ 130.16
BDP3A98	275410NIC0014867	29/05/2026	50020	R$ 586.94
BDT8H51	275410D000048010	12/06/2026	74550	R$ 130.16
BEH6A09	275410D000047938	06/06/2026	74550	R$ 130.16
CDK6D46	275410D000047920	05/06/2026	74630	R$ 195.23
CDK6D46	275410D000047946	06/06/2026	74550	R$ 130.16
CRR6A76	275410D000045099	09/05/2026	74550	R$ 130.16
DPL5D04	275410D000047932	06/06/2026	74550	R$ 130.16
EGJ9F83	275410D000047922	05/06/2026	74630	R$ 195.23
ELK4F41	275410D000047970	09/06/2026	74550	R$ 130.16
FAM8A11	275410D000048000	12/06/2026	74630	R$ 195.23
FHE7914	275410D000047988	10/06/2026	74550	R$ 130.16
FYA4J82	275410D000047931	06/06/2026	74550	R$ 130.16
HCZ1D10	275410D000048022	13/06/2026	74550	R$ 130.16
HCZ1D10	275410D000048014	12/06/2026	74630	R$ 195.23
HDH8J97	275410D000048008	12/06/2026	74550	R$ 130.16
HDH8J97	275410D000048016	12/06/2026	74550	R$ 130.16
HNA3H91	275410D000047944	06/06/2026	74550	R$ 130.16
HNA3H91	275410D000047954	07/06/2026	74550	R$ 130.16
IFP3703	275410D000047969	08/06/2026	74550	R$ 130.16
IHP4695	275410D000047939	06/06/2026	74630	R$ 195.23
IJL2204	275410D000047974	09/06/2026	74550	R$ 130.16
IKI9D47	275410D000048015	12/06/2026	74550	R$ 130.16
IUR9E18	275410D000047959	08/06/2026	74550	R$ 130.16
JGD1956	275410D000048013	12/06/2026	74550	R$ 130.16
JGD1956	275410D000047923	05/06/2026	74550	R$ 130.16
JJG8D52	275410D000047967	08/06/2026	74630	R$ 195.23
KVJ3693	275410D000047916	05/06/2026	74630	R$ 195.23
KVJ3693	275410D000047980	09/06/2026	74550	R$ 130.16
MAE9430	275410D000047998	11/06/2026	74550	R$ 130.16
MBC6F60	275410D000047911	04/06/2026	74550	R$ 130.16
MBI8D36	275410D000047933	06/06/2026	74630	R$ 195.23
MBI9401	275410D000047935	06/06/2026	74630	R$ 195.23
MCA2900	275410D000047899	03/06/2026	74550	R$ 130.16
MDL3889	275410D000047996	11/06/2026	74550	R$ 130.16
MDW9158	275410D000045006	07/05/2026	74550	R$ 130.16
MDX2A63	275410D000047948	07/06/2026	74550	R$ 130.16
MEW9309	275410D000047961	08/06/2026	74550	R$ 130.16
MEW9309	275410D000047985	10/06/2026	74550	R$ 130.16
MFF2A01	275410D000047927	05/06/2026	74550	R$ 130.16
MGG7G40	275410D000047910	04/06/2026	74630	R$ 195.23
MKE1C62	275410D000047962	08/06/2026	74550	R$ 130.16
MLE1B86	275410D000045104	09/05/2026	74550	R$ 130.16
QQT2E82	275410D000047987	10/06/2026	74550	R$ 130.16
QUT2J51	275410D000047943	06/06/2026	74550	R$ 130.16
QXF7G96	275410D000047845	01/06/2026	74550	R$ 130.16
RAC4B73	275410D000047979	09/06/2026	74550	R$ 130.16
RUG1H54	275410NIC0014870	29/05/2026	50020	R$ 260.32
RXT5A42	275410NIC0014869	29/05/2026	50020	R$ 586.94
SDQ2J28	275410D000047995	11/06/2026	74550	R$ 130.16
SEL8J80	275410D000047900	03/06/2026	74550	R$ 130.16
SEL8J80	275410D000047958	08/06/2026	74630	R$ 195.23
SEN7H62	275410D000047924	05/06/2026	74630	R$ 195.23
SER8A79	275410D000048002	12/06/2026	74550	R$ 130.16
SFC7B69	275410D000047977	09/06/2026	74550	R$ 130.16
SFG3E25	275410NIC0014873	29/05/2026	50020	R$ 586.94
SWT6H90	275410D000047934	06/06/2026	74550	R$ 130.16
TAI8J64	275410D000047963	08/06/2026	74550	R$ 130.16
TAT4A65	275410D000047984	10/06/2026	74550	R$ 130.16
TAT4A65	275410D000047917	05/06/2026	74550	R$ 130.16
TEQ8C32	275410NIC0014871	29/05/2026	50020	R$ 586.94
UCA4I15	275410D000047966	08/06/2026	74550	R$ 130.16

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPTRAN-DV até 13/10/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AGJ0A82	275410D000047940	06/06/2026	74550
AKS5H25	275410D000047919	05/06/2026	74550
ALI7I38	275410D000047937	06/06/2026	74550
ALR9H91	275410D000048019	13/06/2026	74550
ANL9F93	275410D000047981	10/06/2026	74550
ANN3B78	275410D000048006	12/06/2026	74550
AOX1C32	275410D000047982	10/06/2026	74550
AQU4990	275410D000047936	06/06/2026	74550
ASR0H67	275410D000047914	04/06/2026	74550
ATH4134	275410D000047908	04/06/2026	74550
AUR8710	275410D000047907	04/06/2026	74550
AVT4029	275410D000047973	09/06/2026	74550
BAC6593	275410D000047949	07/06/2026	74550
FZA3G03	275410D000047986	10/06/2026	74550
HIF9578	275410D000047918	05/06/2026	74550

IHP4695	275410D000048020	13/06/2026	74550
MEB7693	275410D000048007	12/06/2026	74550
MEP8G16	275410D000047976	09/06/2026	74550
OYK6341	275410D000047906	04/06/2026	74550
PVJ0C79	275410D000047978	09/06/2026	74550
QNI4E40	275410D000047951	07/06/2026	74550
RFN8A97	275410D000047930	06/06/2026	74550
RHC7D23	275410D000047991	11/06/2026	74550
STK8A71	275410D000047912	04/06/2026	74550
TAS2J70	275410D000047999	11/06/2026	74550
TAY6I57	275410D000047952	07/06/2026	74550

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:B8CCAE5D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLÓRIDA

SECRETARIA DE FAZENDA-DIVISÃO DE CONTABILIDADE
LEI N.º 822 DE 26 DE AGOSTO DE 2026

Lei n.º 822/2026.

Altera a Lei Municipal 802/2025 de 16 de dezembro de 2025 - Plano Plurianual do Município de Flórida para o período de 2026 a 2029 e a Lei Municipal 792/2025 de 02 de setembro de 2025 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2026, e autoriza a abertura de um Crédito Especial no valor de R$ 612.000,00 no OrçamentoGeral do Município de Flórida para o exercício financeiro de 2026.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Florida aprovou e eu, Antonio Emerson Sette, Prefeito Municipal, sanciono a presente Lei:

LEI

Art. 1º - Fica criada as seguintes ações na Lei Municipal 802/2025 de 16 de dezembro de 2025 - Plano Plurianual do Município de Flórida para o período de 2026 a 2029 do Município de Flórida:

Descrição da Ação	Unid. Orç.	Tipo	Produto	Unid.	Ano	Metas	Valor
Programa 0015: Programa de Promoção e Atividades Industriais, Comerciais e ao Turismo Local							
1.042 – Aquisição de Barracão Industrial	Divisão de Indústria	P	Imóvel Adquirido	M2.	**2026**	250	600.000,00
					2027	0	0,00
					2028	0	0,00
					2029	0	0,00
					Total	**250**	**600.000,00**

Art. 2º - Fica incluída no Anexo das Metas Físicas e Financeiras da Lei Municipal 792 de 02 de setembro de 2025 - Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, a seguinte ação para o exercício financeiro de 2026:

Descrição da Ação	Unid. Orç.	Tipo	Produto	Unid.	Metas	Valor
Programa 0015: Programa de Promoção e Atividades Industriais, Comerciais e ao Turismo Local						
1.042 – Aquisição de Barracão Industrial	Divisão de Indústria	P	Imóvel Adquirido	M2.	250	600.000,00

Art. 3.º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Flórida para o exercício financeiro de 2026, um Crédito Especial no valor de R$ 612.000,00 (seiscentos e dois mil reais) para a criação das seguintes dotações:

08		**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES**	
08.004		**Divisão de Cultura**	
08.004.13.392.0011.2.052		**Desenvolvimento de Ações Culturais**	
3.3.90.48.00.00	11063	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	10.000,00
10		**SECRETARIA DE AGROPECUARIA E MEIO AMBIENTE**	
10.001		**Divisão de Agropecuária**	
10.001.20.608.0014.2.067		**Promoção das Atividades Agropecuárias**	
3.1.90.16.00.00	01000	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	2.000,00
12		**SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO**	
12.001		**Divisão de Indústria**	
12.001.22.661.0015.1.042		**Aquisição de Barracão Industrial**	
4.4.90.61.00.00	31878	Aquisição de Imóveis	24.472,67
4.4.90.61.00.00	33878	Aquisição de Imóveis	575.527,33
		Total das Suplementações	**612.000,00**

Art. 4.º - Os recursos necessários para a abertura do Crédito Especial descrito no Art. 3 .º desta Lei serão provenientes do Superávit Financeiro da Fonte 31878 no valor de R$ 575.527,33, apurada no Balanço Patrimonial do exercício de 2025 , conforme o Art. 43 § 1.º, II da Lei Federal 4.320/64, do Excesso de Arrecadação da Fonte 11063 e 31878 contabilizado na Receitas 1.3.21.01.11.01.00.00.00.00 e 1.7.19.60.01.00.00.00.00.00, apurados no exercício de 2026, no valor de R$ 34.472,67, conforme Art. 43 § 1.º, II da Lei Federal 4.320/64, e da anulação parcial da dotações no valor de R$ 2.000,00, conforme Art. 43 § 1.º, II da Lei Federal 4.320/64.

02			**GABINETE DO PREFEITO**	
02.001			**Gabinete do Prefeito**	
02.001.04.122.0002.2.002			**Manutenção do Gabinete do Prefeito**	
4	3.3.90.30.00.00	01000	Material de Consumo	2.000,00
			Total dos Cancelamentos	**2.000,00**

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Flórida, aos 26 de Agosto de 2026.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Sergio Pereira
Código Identificador:85B38B1F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO ADITIVO 1 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 170/2025.

PROCESSO: Pregão nº 25/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO (CNPJ Nº 01.603.719/0001-80).
CONTRATADO: EXXITUS COMERCIO ATACADISTA, VAREJISTA E PRESTADORA DE SERVICOS LTDA (CNPJ Nº 30.380.856/0001-09)
OBJETO: "Renovaçao do quantitativo e prazo de vigência através da revisão do Ata de registro de preço nº 170/2025 do Pregão -Uso até 30/04/26 nº 25/2025 qual tem por objeto a "CONTRATAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE KIT OVITRAMPA COMPLETO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA VIGILÂNCIA ENTOMOLÓGICA COM ARMADILHAS DE OVIPOSIÇÃO (OVITRAMPAS), PARA O DIRECIONAMENTO E MONITORAMENTO DE AÇÕES DE CONTROLE DE MOSQUITOS DAS ESPÉCIES AEDES AEGYPTI E/OU AEDES ALBOPICTUS"
QUANTITATIVO E VALORES: O presente visa a renocaçao do quantitativo e valores da referida Ata de Registro de preços conforme segue:

ITENS								
Lote	Item	Código do produto/ serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
1	1	27907	ESTOJO PARA PALETAS DE OVITRAMPAS ESTOJO ACRÍLICO PARA RECOLHIMENTO E TRANSPORTE SEGURO DE PALETAS DE OVITRAMPAS CONTENDO OVOS DE AEDES AEGYPTI E AEDES ALBOPICTUS.DEVE SER CONFECCIONADO EM ACRÍLICO TRANSPARENTE, MEDINDO APROXIMADAMENTE 18X15X5 CM (CXLXA), COM CAPACIDADE PARA ACONDICIONAMENTO DE 20 PALETAS OU MAIS PALETAS DE EUCATEX COM DIMENÇÕES DE 13 X 3 CM.DEVEM TER CAPACIDADE DE ACOMODAR VERTICALMENTE E DE FORMA SUSPENSA EM SEU INTERIOR, COM DISTÂNCIA DE APROXIMADAMENTE 0,5 CM UMA DA OUTRA, PARA EVITAR CONTATO ENTRE ELAS E O FUNDO DO ESTOJO, EVITANDO ASSIM, CONTAMINAÇÃO DE PALETA POSITIVA COM UMA NEGATIVA.	PRÓPRIA PRÓPRIO	UN	5,00	160,28	801,40
1	2	27908	KIT COMPLETO ARMADILHA OVITRAMPAS 01 VASO PLÁSTICO DE COR PRETA, COM FUROS AO REDOR DO VASO NA ALTURA DE 300 ML PARA ESCOAMENTO DA ÁGUA, COM CAPACIDADE VOLUMÉTRICA DE APROXIMADAMENTE 750 ML;01 CLIPS DE METAL GALVANIZADO N°801 PALETA DE EUCATEX 13 X 3 CM (CXL) COM UM LADO LISO E OUTRO RUGOSO;O VASO JÁ DEVE VIR COM ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO COM ÀS SEGUINTES CARACTERISTICAS:NÚMERO DA ARMADILHALOGOTIPO DO MUNICÍPIO;FRASE DE ORIENTAÇÃO AO MORADOR EM RELAÇÃO A ARMADILHA;AS PALETAS JÁ DEVEM VIR LAVADAS, SECAS E COM RÓTULO DE FITA CREPE COLADAS EM UMA DAS SUAS EXTREMIDADES PRONTAS PARA USO.	PRÓPRIA PRÓPRIO	UN	250,00	10,11	2.527,50
1	3	27909	NICHO PARA CONTAGEM DE OVOS MATERIAL CONFECCIONADO EM ACRÍLICO TRANSPARENTE NO FORMATO APROXIMADO PARA ENCAIXE DE PALETA, POSSUINDO ESTRUTURA NA PARTE SUPERIOR INTERNA QUE PERMITE O ENCAIXE PERFEITO DE UMA PALETA DE EUCATEX COM MEDIDAS DE 13 X 3 CM.APRESENTAR ESTRUTURA SUPERIOR DO NICHO QUE POSSUA DENARCAÇÃO A LASER REPRESENTADA POR APROXIMADAMENTE 40 QUADRANTES DE 1 CM CADA, SENDO ESTES, NUMERADOS PARA FACILIDADE DA CONTAGEM DOS OVOS. A PALETA DEVE FICAR SUSPENSA DENTRO DO NICHO PARA EVITAR DANOS OU PERDA DOS OVOS QUE FICAM ADERIDOS NA PARTE INFERIOR DA PATELA.	PRÓPRIA PRÓPRIO	UN	5,00	96,72	483,60
1	4	27910	PALETA DE EUCATEX 13X3 CM PARA OVITRAMPA PALETA LAVADA, SECA E COM RÓTULO P/ NUMERAÇÃO (PRONTA P/ SER UTILIZADA EM CAMPO).	PRÓPRIA PRÓPRIO	UN	5.000,00	0,95	4.750,00
1	5	27911	TUBO FALCON 50 ML	PRÓPRIA PRÓPRIO	UN	30,00	1,51	45,30
1	6	27912	PIPETA PASTEUR 3 ML	PRÓPRIA PRÓPRIO	UN	30,00	0,54	16,20
1	7	27913	LEVEDO DE CERVEJA EM PÓ (EMBALAGEM C/ 250 G) - LEVEDO DE CERVEJA PARA USO ESPECÍFICO EM OVITRAMPA PARA AUMENTAR ATRAÇÃO DO MOSQUITO AEDES AEGYPTI.	PRÓPRIA PRÓPRIO	UN	50,00	19,91	995,50
TOTAL								9.619,50

PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente termo visa a dilatação do prazo de vigência do contrato acima descrito, pelo período de 12 (doze) meses, com vigência até a data 14 de agosto de 2027.
DATA DE ASSINATURA: 14/08/2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odycleia Christiane de Oliveira Zenaro
Código Identificador:4F7706F6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE REPUBLICAÇÃO DO ENSALAMENTO DO TURNO DA TARDE

Edital 009/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO – PARANÁ
CONCURSO PÚBLICO DE SELEÇÃO DE PESSOAL – PSP
EDITAL Nº 001/2026

O **Sr. Joel Ricardo Martins Ferreira, Prefeito do Município de General Carneiro – Paraná,** no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no **EDITAL 001/2026, RESOLVE REPUBLICAR PARCIALMENTE** o Edital de Divulgação dos **Locais de Prova e Ensalamento, ESPECIFICAMENTE quanto ao ensalamento para o turno da tarde,** conforme segue:

1. Edital de Republicação do Ensalamento do Turno da Tarde:

Turno da Tarde

Nº	Candidato	Cargo	Local	Sala
39225	Adair Antonio da Silva	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 9
41139	Adilson dos Santos Ribeiro	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 9
41083	Aline Furtado	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 9
39004	Alison Bruno Nicolaico de Jesus	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 9
39767	Alisson Leonidas Dornelis	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 9
40947	Andre Guerios Cordeiro	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 9
39339	Andre Luiz Galvan	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 9
40510	Andre Martins Wasem	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 9
41046	Anthony Riam Rodrigues	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 9
40942	Antonio Augusto Moura Maciel Junior	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 9
40959	Beatriz Aparecida Camargo	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 9
41058	Bruna Arieli Boz de Paula	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 9
40567	Bruno Braghi	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 9
39083	Caina Pacheco	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 9
39087	Carlos Alexandre Alves	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 9
41134	Celso Kukul	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 9
39193	Ceveriano Pereira da Silva	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 9
38940	Cleberson Henrique Regis	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 9
39885	Cleiton dos Santos	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 9
38790	Cleslaine Taiara Muller	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 9
40931	Clever dos Santos	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 9
41104	Daniel Hubert	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 9
38904	Edmar Correa de Mello	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 9
39111	Eliza Mayara Lemos Tomczyk	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 9
39179	Eloize Gabrielly Lemos Tomczyk	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 9
41156	Elua Viana	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 9
41096	Everton Fernando Dobinski	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 9
41212	Eziquiel Atilio Verza Milanez	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 9
38974	Fabiano Teixeira Lascoski	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 9
38896	Felipe Luan Damaceno de Paula	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 9
38806	Fernanda Guralh	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 10
40821	Flavia Aparecida Mattozo	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 10
41198	Francisco Tadeu Caldas	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 10
39009	Gabriel Caldas	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 10
41039	Gabriel Samuel Olivette	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 10
40793	Gabriel Vicentin	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 10
41077	Giovani Dionisio Bugas	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 10
40958	Guilherme Antonio Cordeiro Nathel	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 10
40943	Guilherme Machado	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 10
39958	Gustavo Knol	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 10
40806	Hiann Olinquevicz Muller	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 10
40754	Iuri Adrian Muller	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 10
39211	Jefferson Schiavini	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 10
40271	Joao Erivelto Santos Mourozo	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 10
40814	Joao Leandro Kaspczak	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 10
40983	Joao Vitor Rodrigues	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 10
39074	Julio Robson dos Santos	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 10
41184	Kailan Samuel Muller	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 10
41177	Kainara Salette da Luz	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 10
40589	Klaywer Telles Bueno	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 10
40778	Larissa Aparecida Mateus	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 10
38977	Leonardo de Souza Menegacio	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 10
39177	Lisandro Jose Martins Alves	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 10
40327	Lismariane Smolhak Vieira	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 10
39125	Luis Fernando Teixeira Lascoski	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 10
40506	Maiara Denise da Silva	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 10
40118	Maira Ribeiro da Cruz	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 10
41191	Marcio Ferreira Martins	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 10
39765	Marli Aparecida Kukul	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 10
38927	Matheus Rodrigo Batista	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 10
38925	Mayara Aparecida Sott	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 10
39099	Michelle Aparecida de Souza	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 10
40936	Natan do Rosario	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 11
40665	Nelson Bianchini da Silva Franca	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 11
41069	Neuton Castilho de Matos	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 11
39949	Paulo Cezar da Luz	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 11
38915	Rafael Oliveira da Silva	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 11
40957	Renan Daneliuk	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 11
41153	Renan Samuel Maguelniski	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 11
40971	Ricardo Felipe Martins	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 11
38795	Rodrigo Christo de Lima	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 11
40301	Sandro Luis Schneider	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 11
40565	Sergio Gabriel Correa	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 11

41049	Suelem Puff	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 11
38836	Tadeu Vergilio Rucker Grossl	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 11
38835	Thiago Henrique Melek Rodrigues	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 11
41037	Tiago Felipe Olivette	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 11
38986	Vinnicius Dutsol	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 11
38891	Wesllein Ari Olegario da Silva	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 11
40743	Willian Renan da Cruz de Lima	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 11
41022	Willyan Bruno Dalpra	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 11
40385	Yuri Felipe Marques Ribeiro	02 - Fiscal de Obras e Posturas	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 11
40563	Eliane Aparecida Frigeri	03 - Fiscal de Unidades de Conservação	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 11
39328	Eluiza Nakalski	03 - Fiscal de Unidades de Conservação	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 11
38893	Fernanda Filipaki	03 - Fiscal de Unidades de Conservação	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 11
39158	Igor Otavio de Oliveira	03 - Fiscal de Unidades de Conservação	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 11
39811	Jeferson Cristiano Jaskiu	03 - Fiscal de Unidades de Conservação	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 11
41095	Jeferson Nedilha	03 - Fiscal de Unidades de Conservação	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 11
40498	Joao Salvador Fernandes Chagas	03 - Fiscal de Unidades de Conservação	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 11
40405	Jose Tiago Stechechen	03 - Fiscal de Unidades de Conservação	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 11
41135	Kaue Gabriel Kuchnir	03 - Fiscal de Unidades de Conservação	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 11
38818	Lucas Vick	03 - Fiscal de Unidades de Conservação	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 11
38979	Marcelo Alves da Silva	03 - Fiscal de Unidades de Conservação	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 11
38852	Mateus Silveira Bueno Furquim	03 - Fiscal de Unidades de Conservação	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 11
39332	Micheli Aparecida Charnoski	03 - Fiscal de Unidades de Conservação	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 12
41056	Nilton Antonio Chiot Junior	03 - Fiscal de Unidades de Conservação	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 12
39174	Paulo Marildo Neves Kobryn	03 - Fiscal de Unidades de Conservação	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 12
39063	Pedro Nicolas Teixeira	03 - Fiscal de Unidades de Conservação	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 12
40996	Vinicius Machado Montoski	03 - Fiscal de Unidades de Conservação	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 12
38850	Adilio Soares Santos	05 - Motorista Categoria D	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 12
39604	Adilson de Jesus Campos	05 - Motorista Categoria D	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 12
41183	Alexsander Augusto da Silva Lima	05 - Motorista Categoria D	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 12
40709	Ana Claudia Debus de Souza	05 - Motorista Categoria D	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 12
41175	Anderson Branco Ribeiro	05 - Motorista Categoria D	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 12
40133	Anderson Brasil	05 - Motorista Categoria D	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 12
38878	Andrieli da Silva Bugs	05 - Motorista Categoria D	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 12
41176	Anildo Junior Ferreira	05 - Motorista Categoria D	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 12
40069	Antonio Ferreira	05 - Motorista Categoria D	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 12
39215	Cirlei Aparecida de Moraes Marchesini	05 - Motorista Categoria D	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 12
40539	Claudete Franco da Silva	05 - Motorista Categoria D	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 12
38936	Clederson Luis Furtado	05 - Motorista Categoria D	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 12
40175	Cleverson Fernando Hubert	05 - Motorista Categoria D	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 12
40965	Cleyton Jose de Moura	05 - Motorista Categoria D	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 12
38909	Deoclecio Leonir Melek	05 - Motorista Categoria D	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 12
39269	Donizete Olegario da Silva	05 - Motorista Categoria D	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 12
39218	Edson Camargo	05 - Motorista Categoria D	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 12
40811	Edson Luiz Ferreira	05 - Motorista Categoria D	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 12
38802	Edson Ribeiro dos Santos	05 - Motorista Categoria D	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 12
39292	Erick Adilson Batista	05 - Motorista Categoria D	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 12
40317	Ezequiel Rodrigo Calistro	05 - Motorista Categoria D	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 12
39514	Fabiana Goncalves de Lima	05 - Motorista Categoria D	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 12
41155	Felicio Malek	05 - Motorista Categoria D	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 12
39904	Fernando da Silva	05 - Motorista Categoria D	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 12
39056	Gabriel Caldas	05 - Motorista Categoria D	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 12
40836	Gilberto Paulo Pacheco	05 - Motorista Categoria D	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 12
39435	Guilherme Henrique Dutsol	05 - Motorista Categoria D	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 12
38962	Jacir Miranda de Freitas	05 - Motorista Categoria D	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 13
39184	Joao Leocadio de Oliveira	05 - Motorista Categoria D	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 13
38826	Joel Jorge Ferreira Junior	05 - Motorista Categoria D	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 13
40309	John Wesley da Silva	05 - Motorista Categoria D	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 13
38950	Jose Quirino da Motta	05 - Motorista Categoria D	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 13
39048	Jose Gilmar Kanzler	05 - Motorista Categoria D	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 13
38998	Juliano de Vasconcelos Gerardi	05 - Motorista Categoria D	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 13
40177	Kauan Franco da Silva	05 - Motorista Categoria D	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 13
41041	Kevin Blaka	05 - Motorista Categoria D	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 13
38888	Lilian Eduarda de Mattos Gelinski	05 - Motorista Categoria D	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 13
38863	Lisli Catarine Bernardi	05 - Motorista Categoria D	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 13
39256	Lucas Boss dos Santos	05 - Motorista Categoria D	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 13
39233	Luciano Ferreira Pacheco	05 - Motorista Categoria D	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 13
38939	Luiz Eduardo Zahn da Cruz	05 - Motorista Categoria D	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 13
39104	Luiz Felipe de Morais	05 - Motorista Categoria D	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 13
40029	Marcio Machado	05 - Motorista Categoria D	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 13
38848	Marcos Antonio Ramos Rocha	05 - Motorista Categoria D	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 13
40311	Marines de Andrade Boiarski	05 - Motorista Categoria D	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 13
41034	Matheus Roberto Lopes	05 - Motorista Categoria D	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 13
41217	Matheus Rodrigo Batista	05 - Motorista Categoria D	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 13
39039	Neiva Maria Ferreira	05 - Motorista Categoria D	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 13
40109	Rodrigo de Melo Ferreira	05 - Motorista Categoria D	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 13
39199	Romulo das Neves Carneiro	05 - Motorista Categoria D	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 13
39030	Sergio Lourenco Ferreira	05 - Motorista Categoria D	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 13
41103	Silvano Regis Amarante	05 - Motorista Categoria D	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 13
41059	Valdecir Carlos dos Santos	05 - Motorista Categoria D	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 13
40718	Vilmar Muller	05 - Motorista Categoria D	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 13
38934	Wagner Lourenco de Souza	05 - Motorista Categoria D	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 13
39122	Welington Daniel Passos	05 - Motorista Categoria D	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 13
38933	William Gabriel de Lima	05 - Motorista Categoria D	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 13
39283	Wilson França	05 - Motorista Categoria D	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 13
39020	Wilson Rodrigo de Oliveira	05 - Motorista Categoria D	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 13
39137	Zequiel Alves do Amaral	05 - Motorista Categoria D	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 13
41213	Adriana Aparecida Campos	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 1
40755	Adriana Silveira	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 1
38877	Aline Coguta	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 1

38952	Amanda Beatriz Sott Indalencio	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 1
41094	Amanda Franciele Moreira	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 1
39341	Amanda Vitoria Goncalves de Freitas	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 1
39185	Ana Clara Pohl	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 1
40777	Ana Gabrieli dos Santos	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 1
41148	Ana Julia Olenhicki	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 1
39088	Ana Maria Kanzler	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 1
41026	Andrea Silva de Lima	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 1
38833	Andresa Adriane Robertti	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 1
38961	Andresa da Silva Bugs	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 1
40284	Andressa Kitzberger	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 1
40398	Andressa Ribeiro	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 1
38959	Andriele Antunes de Lima	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 1
39116	Anelize F&#65533;tima de Paula Ribeiro	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 1
38990	Angela Maria da Luz	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 1
40359	Angela Maria da Silva Albuquerque	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 1
41033	Angelica Cristina dos Santos	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 1
39354	Brendon Victhor Grossl	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 1
39212	Bruna Aparecida Lucindo	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 1
38876	Bruna Rodrigues	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 1
40038	Bruna Stheffany Prestes da Cruz	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 1
39287	Bruna Tibes Almeida	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 1
41215	Camila Aparecida Marcondes Levandovski	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 1
39947	Camila Cordeiro	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 1
40360	Camila Puff	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 1
39003	Carlise Morais da Motta	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 1
40775	Caroline Vitoria Damas da Silveira	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 1
38838	Carolini Luzia Teixeira da Silva	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 1
40706	Catia Mendes dos Santos	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 1
40862	Celia Regina da Luz Silva	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 2
39313	Clarivane Elisa Alves Bernardi	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 2
40860	Claudecir Ribeiro da Silva	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 2
40588	Claudete de Fatima Correia Izaias	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 2
40511	Claudiane Valdam de Campos	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 2
41124	Claudineia Aparecida Sales Siega	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 2
40927	Cleuzenir de Fatima Nicolaico	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 2
38898	Clewerson Cardoso Martins da Rosa	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 2
39241	Dayane de Melo Ferreira	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 2
40874	Debora Cristina Holovaty	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 2
39064	Denise Andrieli Bueno da Rocha	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 2
40105	Dirlei Cassiana Pereira dos Santos	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 2
40020	Edina Araujo	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 2
41117	Elen Cristina de Souza	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 2
40984	Elisabete Pacheco Silveira	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 2
39181	Elisiane Maria Castilho Paes	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 2
40546	Elizama Teixeira da Silva	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 2
40692	Ellen Valeria Oliveira Indalencio	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 2
41161	Elua Viana	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 2
38804	Emanoele Santos Garcia	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 2
40796	Erika de Oliveira Petry	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 2
40813	Felipe Nunes	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 2
39071	Franciele Medeiros de Abreu	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 2
38897	Francieli Cardoso da Rosa	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 2
41060	Gilmara Soares da Silva Maguelniski	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 2
38807	Giovane Luiz Moraes da Silva	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 2
38930	Gleici Evelin Rosi da Silva	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 2
41203	Greiciane Quadro	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 2
39252	Heloize Gubert	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 2
41108	Isabelle Helena Santana	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 2
39119	Izabel Muniz Lemos	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 2
39264	Jaqueline Mazzoco Flores	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 2
39245	Jean Pablo Moreira Sedor	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 3
39347	Jessica Andressa de Freitas	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 3
40841	Jessica Jaqueline Franco da Silva	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 3
41196	Jhonatan Carlo de Abreu	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 3
40827	João Camilo Teixeira	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 3
40633	Joice Fernanda Pires de Morais	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 3
41109	Joice Gabriele Lopes Leite	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 3
40354	Jucara Aparecida Kanzler	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 3
41102	Jucelia Doraci Melek Goncalves	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 3
41048	Jucemara Soares da Silva	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 3
40590	Julia Benazzi de Souza	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 3
41150	Julia Leonely Santarem	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 3
39286	Juliana Aparecida Biscaia de Camargo	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 3
38792	Juliana Lais da Silva Ferreira	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 3
39751	Juliana Ribeiro	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 3
40981	Juliana Soares da Silva	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 3
41154	Juliana Stringhi	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 3
40657	Kamilly Gabrieli Rodrigues	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 3
39120	Karen Marques Huff	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 3
39076	Karina Ferreira	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 3
41012	Karine Martins Batista	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 3
40005	Karine Veridiana Ferreira	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 3
41053	Karoliny Hubert	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 3
40509	Kauane Nicolaico Brandino	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 3
39031	Kauani Vitoria Franco da Silva	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 3
38994	Keila Raniely Mellek	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 3
39220	Keli Gaiovez	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 3
40924	Kelly Cristina de Freitas	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 3

40456	Lana Volenkevicz Muller	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 3
41174	Larissa Gabrielli Zavalia	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 3
39227	Leila Bueno de Sousa	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 3
39349	Loisleiny Raphaela Mathias da Luz	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 3
39118	Luana de Fatima dos Santos	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 4
40124	Luana Leandro	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 4
39172	Luciana de Oliveira de Quadros	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 4
39166	Luiza Abete Maciel Brasil	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 4
39622	Luzia Aparecida de Chaves	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 4
40059	Luzianne de Chaves	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 4
40853	Marcela Martins Ferreira	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 4
39080	Marcia da Conceição de Mello	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 4
39239	Maria Beatriz Mateus	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 4
41167	Maria Clara Kukul Friedrich	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 4
40750	Maria Eduarda de Paula	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 4
40172	Maria Eduarda dos Santos	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 4
41130	Maria Gesiele da Silva Lara	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 4
40580	Mariana Santos Petry	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 4
40741	Marli Prestes da Cruz	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 4
40097	Marya Julya Antunes Brito	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 4
39284	Matilde da Aparecida Sampaio Sedor	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 4
39068	Meriane Orlandini de Souza	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 4
39306	Michely Cristina Koroluk	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 4
40831	Milena Medina da Silva	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 4
40058	Millena Clara Chaves Passos	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 4
40671	Nathaly Yasminy Etges	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 4
40010	Neire de Fatima Olinquevicz	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 4
41016	Nilze Balland Palhano	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 4
40833	Noemi dos Santos de Oliveira	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 4
41122	Patricia Natchely Zabandjala	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 4
40998	Patricia Santana Andrade	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 4
41061	Pedro Cardoso	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 4
39231	Rafaela Pereira Kepp	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 4
39018	Raissa Weilcker	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 4
40274	Raqueli Aparecida Theodoro	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 4
38957	Rosemari Pelentier	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 4
41168	Rosenilda Chass	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 5
39204	Sandra Paula Mussio	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 5
40630	Simone de Fatima Morais	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 5
41160	Sirlene Paxesnik	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 5
39066	Solange Adami Fernandes	06 - Profissional de Apoio Escolar	06 - Profissional de Apoio Escolar	Sala 5
39312	Solange Aparecida Lopes de Santana	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 5
38995	Sonia Mara Rodrigues	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 5
39109	Suzani de Lourdes Ribeiro	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 5
39084	Tacila Gabriele Rodrigues	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 5
39160	Taiza Nicolaiko Pereira	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 5
41065	Tamara Hillary de Aguiar dos Santos	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 5
39673	Tatiane dos Passos	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 5
40859	Thabata Carolini Marchesini	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 5
39259	Thais Martins de Oliveira	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 5
39327	Vanessa Castilho	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 5
38920	Vanessa Ester Fogaca	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 5
39330	Vanilza Castilho	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 5
40494	Vitoria Mayane Lypczinski	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 5
38851	Viviane da Luz Alves	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 5
41115	Yasmin Cibelli Morais	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 5
41208	Yasmin Vitoria Moreira Lançana	06 - Profissional de Apoio Escolar	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 5
41040	Adiana da Costa Farias	07 - Professor de Arte	Colegio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 5
39260	Adriane Aparecida Valtrin	07 - Professor de Arte	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 5
39268	Adriane de Fatima Ferreira Krulikoski	07 - Professor de Arte	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 5
40768	Alehandra Talita de Oliveira Mendes	07 - Professor de Arte	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 5
39321	Aline Cristina dos Santos	07 - Professor de Arte	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 5
39253	Ana Claudia de Paula	07 - Professor de Arte	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 5
40127	Ana Paula Cordeiro	07 - Professor de Arte	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 5
39240	Ana Paula Pchenetchuk Taborda	07 - Professor de Arte	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 5
39015	Andressa Caroline Furtado	07 - Professor de Arte	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 5
39025	Andressa Texeira Lascoski	07 - Professor de Arte	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 5
39747	Ariana de Oliveira Mendes	07 - Professor de Arte	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 5
40640	Ariane Margarida Seroiska	07 - Professor de Arte	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 6
38821	Bianca Rotta	07 - Professor de Arte	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 6
39334	Camille Vitoria Nedilha	07 - Professor de Arte	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 6
40870	Carina Cristiane Padilha	07 - Professor de Arte	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 6
40866	Caroline Aparecida Stankievicz	07 - Professor de Arte	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 6
39315	Claudete de Oliveira Melo	07 - Professor de Arte	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 6
39217	Claudia Gaiovez	07 - Professor de Arte	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 6
39024	Claudineia Andrade de Araujo	07 - Professor de Arte	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 6
39290	Cristiane Medeiros Machado Montoski	07 - Professor de Arte	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 6
38942	Daiane da Silva Rocha	07 - Professor de Arte	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 6
39230	Daniela Aparecida Esthesne Kukul	07 - Professor de Arte	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 6
40414	Daniele Ferreira	07 - Professor de Arte	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 6
39010	Danieli dos Santos Garbin	07 - Professor de Arte	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 6
39961	Danuza Aparecida de Lara Ribas	07 - Professor de Arte	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 6
40760	Deiziele de Fatima Silva	07 - Professor de Arte	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 6
38907	Deyse Cristiane Wunderlich	07 - Professor de Arte	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 6
39123	Elaine Cristina dos Santos	07 - Professor de Arte	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 6
39129	Eliane Bernardi Sheid	07 - Professor de Arte	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 6
39106	Eliza Maria Jasko	07 - Professor de Arte	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 6
40272	Eliza Oliveira Indalencio	07 - Professor de Arte	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 6
40304	Eneas Elton Soares	07 - Professor de Arte	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 6

39966	Estela Samara de Lima	07 - Professor de Arte	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 6
39131	Ezelina Cristina Gaiovicz	07 - Professor de Arte	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 6
38814	Fernanda Teixeira dos Santos Herbet	07 - Professor de Arte	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 6
39042	Fernando Mendes	07 - Professor de Arte	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 6
39207	Flavia Aparecida da Cruz	07 - Professor de Arte	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 6
38819	Francieli Ribeiro Branco	07 - Professor de Arte	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 6
39352	Janaira Aparecida Alves de Assuncao Matucheski	07 - Professor de Arte	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 6
39054	Jessica Balbinotti	07 - Professor de Arte	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 6
39201	Joceilene Cristina Maia	07 - Professor de Arte	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 6
41222	Jonas Martinho Ferreira	07 - Professor de Arte	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 6
39092	Joziane Aparecida Correa Mazurechen	07 - Professor de Arte	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 6
39250	Jucelha Aparecida Fernandes	07 - Professor de Arte	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 7
39950	Juliana de Fatima Dutzol	07 - Professor de Arte	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 7
38799	Jussara Siega	07 - Professor de Arte	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 7
40634	Karina Batista Mendes	07 - Professor de Arte	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 7
39351	Keli Cristiane Gelaski	07 - Professor de Arte	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 7
40767	Kevelin Vitalina Nedilha de Souza	07 - Professor de Arte	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 7
39277	Lairiane Cristina Melek Frere	07 - Professor de Arte	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 7
41018	Lilian Fernanda Vaudan Gaiovicz	07 - Professor de Arte	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 7
39191	Loreni Fatima da Rocha	07 - Professor de Arte	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 7
40890	Maiara Cristiane da Silva	07 - Professor de Arte	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 7
40842	Marcelo Ribeiro	07 - Professor de Arte	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 7
40639	Marileia Franciane da Silva	07 - Professor de Arte	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 7
40881	Marta Artigas de Oliveira Carlim	07 - Professor de Arte	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 7
39419	Mayra Amancio	07 - Professor de Arte	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 7
38843	Michelle Portman de Lima	07 - Professor de Arte	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 7
40049	Naiara da Silva	07 - Professor de Arte	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 7
39034	Nereide Pereira Chokailo	07 - Professor de Arte	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 7
39195	Paloma Aparecida Nunes	07 - Professor de Arte	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 7
39324	Priscila Becker Olinquevicz	07 - Professor de Arte	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 7
40794	Roberta Danilau	07 - Professor de Arte	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 7
40802	Roberta Franciele da Silva	07 - Professor de Arte	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 7
39336	Rosande de Moraes	07 - Professor de Arte	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 7
40849	Rosane Aparecida Lopes	07 - Professor de Arte	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 7
40871	Rosangela de Lourdes da Silva	07 - Professor de Arte	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 7
40423	Rosi Cleia Danilau	07 - Professor de Arte	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 7
39082	Saimon Rodrigo da Silva	07 - Professor de Arte	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 7
40969	Salete de Freitas	07 - Professor de Arte	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 7
39300	Samara Pereira da Conceicao	07 - Professor de Arte	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 7
41014	Sandra Dutsol Maguelniski	07 - Professor de Arte	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 7
39248	Simone de Fatima Chagas	07 - Professor de Arte	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 7
38993	Sofia Mayara Serpa Sodre	07 - Professor de Arte	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 7
38816	Taciane Budnhak Siqueira	07 - Professor de Arte	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 7
39188	Taise Aline Menegasso	07 - Professor de Arte	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 8
40099	Tatiane Drabecki Karmazyn	07 - Professor de Arte	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 8
40048	Valeria Angela Martins	07 - Professor de Arte	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 8
39342	Vanderleia Aparecida dos Santos Weilcker	07 - Professor de Arte	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 8
41057	Vanderleia Sampaio dos Santos	07 - Professor de Arte	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 8
40798	Vanessa Aparecida Alves dos Santos	07 - Professor de Arte	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 8
39244	Virlei Teresinha Sampaio Alves	07 - Professor de Arte	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 8
39041	Adalcio Masiero	08 - Professor de Educação Física	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 8
40977	Adenilson Pasckievic de Miranda	08 - Professor de Educação Física	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 8
41121	Aldhome de Souza	08 - Professor de Educação Física	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 8
38894	Alison Ramos Gouvea	08 - Professor de Educação Física	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 8
41171	Alisson Mateus Stange Pikissius	08 - Professor de Educação Física	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 8
39337	Amelia de Paula	08 - Professor de Educação Física	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 8
41038	Cristhian Eugenio Chimenk Fabricio	08 - Professor de Educação Física	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 8
40839	Daniele Ferreira	08 - Professor de Educação Física	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 8
39035	Diego Sembay	08 - Professor de Educação Física	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 8
39164	Douglas Machado Doa Santos	08 - Professor de Educação Física	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 8
38823	Eloinara Leticia Vanin	08 - Professor de Educação Física	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 8
39325	Emanuel Araujo Dalbosco	08 - Professor de Educação Física	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 8
40655	Fernando Jose Boiko	08 - Professor de Educação Física	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 8
38866	Flaviane Fatima Cordeiro Pinheiro	08 - Professor de Educação Física	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 8
39234	Gentil Pereira da Silva	08 - Professor de Educação Física	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 8
39089	Jaqueline Dieli Moraes	08 - Professor de Educação Física	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 8
39279	Juliane Beatriz Scheid	08 - Professor de Educação Física	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 8
39079	Keli Mara Bernardo	08 - Professor de Educação Física	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 8
38984	Lidiane Santos de Moura	08 - Professor de Educação Física	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 8
39026	Luciana Cristina Marques Fidelis	08 - Professor de Educação Física	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 8
39318	Marcos Alexandre Cordeiro Esmocoviski	08 - Professor de Educação Física	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 8
38890	Mariana Aparecida Batista do Nascimento	08 - Professor de Educação Física	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 8
38856	Marta Chagas Palhano	08 - Professor de Educação Física	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 8
39162	Osvanir Aparecido Olegario da Silva	08 - Professor de Educação Física	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 8
38879	Rayane Caroline Mochnacz	08 - Professor de Educação Física	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 8
39860	Rogerio de Oliveira	08 - Professor de Educação Física	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 9
39176	Valter Buennemeyer	08 - Professor de Educação Física	Colégio Estadual Pedro Araújo Netto Tarde	Sala 9

2. **Ratifica** as demais informações contidas no **Edital 008/2026**, e **não afetadas** por este **ATO**

General Carneiro/PR, 26 de agosto de 2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal
General Carneiro – Paraná

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:14033E9B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER

Resolução Nº 04/2026
Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM de General Carneiro – PR, instituído através da lei nº 1881/2023.
Resolve:
Art. 1º - Ficará disposto da seguinte forma os membros do Conselho.

Nome	Representatividade	Função	Entidade/Órgão
Rosimari Marcondes	Titular Órgão não governamental	**Presidente**	Associação do Campo
Vera M. Da Silva Guimarães	Titular Órgão não governamental	**Vice - presidente**	Associação da Melhor Idade
Leandra Ap. L. Dobinski	Suplente Órgão não governamental	**Conselheiro (a)**	Associação do Campo
Luiza Gaiovis dos Anjos	Suplente Órgão não governamental	**Conselheiro (a)**	Associação da Melhor Idade
Eloize E. P. Albino	Titular Órgão Governamental	**Conselheiro (a)**	Secretaria Municipal de Assistência Social
Denise M. K. Zanlorenzi	Suplente Órgão Governamental	**Conselheiro (a)**	Secretaria Municipal de Assistência Social
Rosivane Terezinha Faion	Titular Órgão Governamental	**Conselheiro (a)**	Secretaria Municipal De Saúde
Claudete Garbin	Suplente Órgão Governamental	**Conselheiro (a)**	Secretaria Municipal De Saúde
Rhamayane S. Neubauer	Titular Órgão Governamental	**Conselheiro (a)**	Secretaria Municipal de Educação
Cleide T. Alves	Suplente Órgão Governamental	**Conselheiro (a)**	Secretaria Municipal de Educação
Sueidi Cristiane Budnhak	Titular Órgão Governamental	**Conselheiro (a)**	Secretaria de finanças
Daliane Wunderlich	Suplente Órgão Governamental	**Conselheiro (a)**	Secretaria de finanças
Glenda Aparecida Menegacio	Titular Órgão não governamental	**Conselheiro (a)**	Associação de Esportes Fênix
Sabrina Gabriely Muller	Suplente Órgão não governamental	**Conselheiro (a)**	Associação de Esportes Fênix
Jurema Lesskiu	Titular Órgão não Governamental	**Conselheiro (a)**	PROVOPAR
Juliana Dutzol	Suplente Órgão não Governamental	**Conselheiro (a)**	PROVOPAR
Olinda Rudnicki Holup	Titular Órgão não governamental	**Conselheiro (a)**	ACAGC
Daniele Aparecida Zahn	Suplente Órgão não governamental	**Conselheiro (a)**	ACAGC
Adriane Krulikoski	Membro da Secretaria Executiva do Conselho	**Secretária Executiva**	Secretaria Municipal de Assistência Social

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
General Carneiro, PR, 26 de Agosto de 2026

ROSIMARI MARCONDES
Presidente do CMDM

Publicado por:
Denise Maciel Kukul Zanlorenzi
Código Identificador:5AE6B1FF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 146/2025

Pelo presente Termo, de um lado o MUNICÍPIO DE GOIOERÊ-PR, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ sob nº. 78.198.975/0001-63, com sede na Avenida Amazonas nº 280, Jardim Lindóia, CEP: 87.360-066, no Município de Goioerê, Estado do Paraná, neste ato representado por seu prefeito Municipal, o senhor PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO, nomeado através do Termo Especial de Posse, mandato 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2028, matrícula funcional nº 604009 e a empresa **04.441.502 VALDIR TAVARES DOS SANTOS**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 04.441.502/0001-09, situada na Avenida 19 de Agosto nº 917, Centro, CEP 87.360-174, no Município de Goioerê, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Srº **VALDIR TAVARES DOS SANTOS**, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar a **Ata de Registro de Preços nº 146/2025**, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 31/2025**, para constar a seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1. O presente termo aditivo tem por objeto a seguinte alteração a Ata de Registro de Preços nº 146/2025:
1.1.1. **Prorrogação do prazo de vigência** pelo período de **01 (um) ano** e o **reajuste pelo INPC** dos itens da Ata de Registro de Preços nº 146/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO, DO REAJUSTE, DA QUANTIDADE E DO VALOR
2.1. Com a alteração a Ata de Registro de Preços passará:
2.1.1. a ter a sua vigência prorrogada pelo período de **01 (um) ano,** a contar de **26 de agosto de 2026.**
2.1.2. a ter o seu valor reajustado em **4,10% (quatro virgula dez por cento),** correspondente à variação acumulada do **INPC (julho/2026).**
2.1.3. o quantitativo originalmente registrado, prorrogado e reajustado, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Item	Descrição	Unid. Medida	Qtde.	Marca/ Fabricante	Valor Unit. (R$)	Valor Unit. Reajustado (R$)
2	AVISO DE OCORRÊNCIA IMPRESSÃO PRETA (BL C/50x1) Corpo de bombeiro, feito em papel ofício 75gr, medindo 16x18cm. OBS: Quando solicitado o modelo será enviado junto c/a autorização de fornecimento.	BL	100	GRAFICA MULTICOR	6,50	**6,77**
10	CARIMBO AUTOMÁTICO MÉDIO - Formato 2,5x5cm. OBS: Quando solicitado o modelo será enviado junto c/a autorização de fornecimento.	UN	200	GRAFICA MULTICOR	33,90	**35,29**
11	CARIMBO AUTOMÁTICO PEQUENO - Formato 2x4cm. OBS: Quando solicitado o modelo será enviado junto c/a autorização de fornecimento.	UN	50	GRAFICA MULTICOR	28,90	**30,08**
12	CARTÃO DE VACINAÇÃO ESPELHO (FRENTE E VERSO) Feito em papel cartão 180g, Impressão preta. Medindo 8x22cm. OBS: Quando solicitado o modelo será enviado junto c/a autorização de fornecimento.	UN	1.000	GRAFICA MULTICOR	0,50	**0,52**
27	CÉDULAS VOTAÇÃO DIRETORES ESCOLAS MUNICIPAIS IMPRESSÃO PRETA - Feito em sulfite 75gr, medindo 11,5x9,5cm, c/impressão frente e verso. OBS: Quando	UN	5.000	GRAFICA MULTICOR	0,04	**0,04**

	solicitado o modelo será encaminhado junto c/a autorização de fornecimento.					
35	ENVELOPE TIPO SACO KRAFT - Feito em papel 90gr. Medindo 40x31cm. OBS: Quando solicitado o modelo será encaminhado junto c/a autorização de fornecimento.	UN	400	GRAFICA MULTICOR	1,34	**1,39**
36	ETIQUETA ADESIVA COM IMPRESSÃO (AIH) dimensões 6,5cm (comprimento) x 2,5cm (largura), c/adesivo permanente. Impressão em preto contendo as seguintes informações: Número da AIH; Secretaria Municipal de Saúde; Município de Goioerê/PR.; Auditoria Municipal conforme modelo a ser encaminhado pela Secretaria Municipal de Saúde.	UN	1.000	GRAFICA MULTICOR	0,48	**0,50**
40	FICHA DE CONTROLE DE VISITA DOS ACS (BL C/100x1) IMPRESSÃO PRETA- Feito em papel sulfite 56gr. Medindo 29,5x21cm. Impressão frente e verso. OBS: Quando solicitado o modelo será encaminhado junto c/a autorização de fornecimento.	BL	160	GRAFICA MULTICOR	6,99	**7,28**
42	FICHA DE NOTIFICAÇÃO DE ADVERTÊNCIA (BL C/ 100x3) - 3 vias (segunda amarela, terceira rosa). Feita em sulfite 75gr, medindo 15X21.5cm. Impressão preta. OBS: Quando solicitado o modelo será encaminhado junto c/a autorização de fornecimento.	BL	20	GRAFICA MULTICOR	23,48	**24,44**
43	FICHA DE RELATÓRIO SEMANAL DE ACS (BL C/100x1) Impressão preta; Feito em papel sulfite 56g, Medindo 29,5x21cm. OBS: Quando solicitado o modelo será encaminhado junto c/a autorização de fornecimento.	BL	50	GRAFICA MULTICOR	11,95	**12,44**
44	FICHA DE VISITAS ACE (BL C/100x1) - Feito em papel sulfite 75gr, tamanho A 4. Frente e verso. Impressão preta. OBS: Quando solicitado o modelo será encaminhado junto c/a autorização de fornecimento.	BL	40	GRAFICA MULTICOR	11,30	**11,76**
68	REFIL P/ CARIMBO AUTOMATICO PEQUENO - Tamanho 2x4CM	UN	30	GRAFICA MULTICOR	9,00	**9,37**

2.2. O valor total do presente termo aditivo é de **R$ 14.042,10 (quatorze mil quarenta e dois reais e dez centavos).**

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. As despesas decorrentes do presente termo aditivo correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Município de Goioerê deste exercício, na(s) dotação(ões) abaixo discriminada(s):

Cód.	Un. Orç.	Proj./Ativ.	Elemento de Despesa	Fonte
5	02.001	2.002	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
13	02.002	2.004	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
22	03.001	2.005	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
29	03.002	2.006	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
32	04.001	2.007	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
35	05.001	2.008	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
39	06.001	2.009	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
45	07.001	2.010	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
51	08.001	2.011	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
56	08.002	2.012	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
66	09.001	2.013	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
66	09.001	2.013	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
79	09.004	2.017	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
85	10.001	2.018	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
92	10.002	2.019	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
95	10.003	2.020	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
98	10.004	2.021	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
105	11.001	2.022	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
113	11.002	2.023	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
127	11.003	2.024	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
134	11.004	2.025	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
134	11.004	2.025	3.3.90.30.00.00.00.00	00510
144	12.001	2.026	3.3.90.30.00.00.00.00	00303
167	12.001	2.029	3.3.90.30.00.00.00.00	00303
167	12.001	2.029	3.3.90.30.00.00.00.00	07494
180	12.001	2.030	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
180	12.001	2.030	3.3.90.30.00.00.00.00	00303
194	12.001	2.031	3.3.90.30.00.00.00.00	00494
194	12.001	2.031	3.3.90.30.00.00.00.00	00494
194	12.001	2.031	3.3.90.30.00.00.00.00	07494
205	12.001	2.032	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
205	12.001	2.032	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
205	12.001	2.032	3.3.90.30.00.00.00.00	00303
230	12.001	2.038	3.3.90.30.00.00.00.00	00303
230	12.001	2.038	3.3.90.30.00.00.00.00	00494
239	12.001	2.039	3.3.90.30.00.00.00.00	00303
239	12.001	2.039	3.3.90.30.00.00.00.00	00494
239	12.001	2.039	3.3.90.30.00.00.00.00	00510
239	12.001	2.039	3.3.90.30.00.00.00.00	07494
258	13.001	2.040	3.3.90.30.00.00.00.00	00107
258	13.001	2.040	3.3.90.30.00.00.00.00	00107
274	13.001	2.045	3.3.90.30.00.00.00.00	00107
274	13.001	2.045	3.3.90.30.00.00.00.00	00107
289	13.001	2.046	3.3.90.30.00.00.00.00	00107
289	13.001	2.046	3.3.90.30.00.00.00.00	00107
331	13.004	2.050	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
340	14.001	2.052	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
354	14.001	6.001	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
371	14.002	2.055	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
378	14.002	2.056	3.3.90.30.00.00.00.00	00935
385	14.002	2.057	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
399	14.003	6.002	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
415	14.004	2.063	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
426	14.005	2.064	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
434	14.006	2.062	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
447	15.001	2.066	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
454	15.002	2.067	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
470	15.004	2.070	3.3.90.30.00.00.00.00	00000

470	15.004	2.070	3.3.90.30.00.00.00.00	01045
479	16.001	2.071	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
497	16.003	1.201	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
497	16.003	1.201	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
503	16.003	2.072	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
503	16.003	2.072	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
513	17.001	2.074	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
513	17.001	2.074	3.3.90.30.00.00.00.00	01045
535	18.001	2.077	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
535	18.001	2.077	3.3.90.30.00.00.00.00	00002
557	19.001	2.079	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
576	20.001	2.081	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
588	21.001	2.082	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
596	21.001	2.083	3.3.90.30.00.00.00.00	00000

3.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO
4.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços Originária, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO
5.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento na forma prevista no art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

Goioerê-Pr, 25 de agosto de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Município de Goioerê

VALDIR TAVARES DOS SANTOS
04.441.502 Valdir Tavares dos Santos

Publicado por:
Luciana Scudeler Barradas
Código Identificador:D11453A7

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 148/2025

Pelo presente Termo, de um lado o MUNICÍPIO DE GOIOERÊ-PR, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ sob nº. 78.198.975/0001-63, com sede na Avenida Amazonas nº 280, Jardim Lindóia, CEP: 87.360-066, no Município de Goioerê, Estado do Paraná, neste ato representado por seu prefeito Municipal, o senhor PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO, nomeado através do Termo Especial de Posse, mandato 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2028, matrícula funcional nº 604009 e a empresa **VANESSA OLIVEIRA DO NASCIMENTO - GRAFICA**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 37.432.557/0001-01, situada na Rua Carlos Gomes nº 423, Centro, CEP 87.360-176, no Município de Goioerê, Estado do Paraná, neste ato representado pela Srª **VANESSA OLIVEIRA DO NASCIMENTO**, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar a **Ata de Registro de Preços nº 148/2025**, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 31/2025**, para constar a seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1. O presente termo aditivo tem por objeto a seguinte alteração a Ata de Registro de Preços nº 148/2025:
1.1.1. **Prorrogação do prazo de vigência** pelo período de **01 (um) ano** e o **reajuste pelo INPC** dos itens da Ata de Registro de Preços nº 148/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO, DO REAJUSTE, DA QUANTIDADE E DO VALOR
2.1. Com a alteração a Ata de Registro de Preços passará:
2.1.1. a ter a sua vigência prorrogada pelo período de **01 (um) ano,** a contar de **26 de agosto de 2026.**
2.1.2. a ter o seu valor reajustado em **4,10% (quatro virgula dez por cento),** correspondente à variação acumulada do **INPC (julho/2026).**
2.1.3. o quantitativo originalmente registrado, prorrogado e reajustado, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Item	Descrição	Unid. Medida	Qtde.	Marca/ Fabricante	Valor Unit. (R$)	Valor Unit. Reajustado (R$)
1	AGENDA PEDAGÓGICA PERSONALIZADA CAPA DURA 275x200MM - Montagem artesanal e fotos exclusivas de projetos da educação, c/logo e brasão do Município. Com bolso plástico no início, para armazenamento de papéis. Duas lâminas por jogo de 150gr, 4x0 cores, tinta escala, c/aplicação de verniz UV ou plastificação e revestimento interno s/impressão, em sulfite 75gr, fotolito incluso, miolo 300 páginas no formato 275mm x 200mm, 4x4 cor, as 4 primeiras páginas personalizadas 4x4 cores em papel sulfite 75gr, páginas internas coloridas, acabamento perfurado c/espiral ou aplicação de wire-ô. Criação artesanal exclusiva da matriz em E.V.A., patch work e scrapbook da capa, layout e arte final p/conta do fornecedor. OBS: Quando solicitado a arte será encaminhada junto c/a autorização de fornecimento.	UN	600	G UNIAO	44,90	**46,74**
3	BLOCO DE ESTRATIFICAÇÃO DE RISCO EM SAÚDE MENTAL (CAPS I) - (BL C/100x1) Impressão preta, frente e verso, feito em papel sulfite 75g, medindo 29,5x21cm. OBS: Quando solicitado o modelo será enviado junto com a autorização de fornecimento.	BL	10	G UNIAO	15,17	**15,79**
7	BOLETIM DE CAMPO E LABORATÓRIO (LIRA) BL C/100x1, IMPRESSÃO PRETA - Sulfite 75gr A4. OBS: Quando solicitado o modelo será enviado junto c/a autorização de fornecimento.	BL	10	G UNIAO	15,64	**16,28**
8	CALENDÁRIO PAPEL TRIPLEX 300GR (MEDIDAS 40,5x53CM) Colorido e plastificado. OBS: Quando solicitado a arte será enviada junto c/a autorização de fornecimento.	UN	500	G UNIAO	3,44	**3,58**
13	CARTÃO IDENTIFICAÇÃO USUÁRIO BIBLIOTECA IMPRESSÃO PRETA - Feito em cartolina 180gr azul. Medindo 5x8cm. Impressão frente/verso. OBS: Quando solicitado o modelo será enviado junto c/a autorização de fornecimento.	UN	200	G UNIAO	0,93	**0,97**
14	CARTÃO LEITOR PARA USUÁRIO DA BIBLIOTECA IMPRESSÃO PRETA -	UN	100	G UNIAO	0,99	**1,03**

	Feito em cartolina 180gr amarela, medindo 15,5x9cm. Impressão frente/verso. OBS: Quando solicitado o modelo será enviado junto c/a autorização de fornecimento.					
15	CARTAZES DIVERSOS (PCT C/100 UND) COLORIDO - Feito em papel couchê 170gr, medindo 43x63cm. OBS: Quando solicitado a arte será enviada junto c/a autorização de fornecimento.	PCT	30	G UNIAO	238,00	**247,76**
16	CARTEIRINHA DE AGENDAMENTO (CAPS) IMPRESSÃO COLORIDA - Feito em cartolina 180gr verde. Impressão frente/verso. Medindo 11x7,5cm. OBS: Quando solicitado o modelo será enviado junto c/a autorização de fornecimento.	UN	1.000	G UNIAO	0,35	**0,36**
17	CARTEIRINHA DE CADASTRO ESTUDANTIL IMPRESSÃO COLORIDA - Feito em cartolina 180gr verde. Impressão frente/verso. Medindo 11x7,5cm. OBS: Quando solicitado o modelo será enviado junto c/a autorização de fornecimento.	UN	1.600	G UNIAO	0,30	**0,31**
18	CARTILHA INFORMATIVA (C/06 PÁG.) - PCT C/2000 UND (IMPRESSÃO COLORIDA) Feita em papel couchê 150gr. Páginas c/impressão frente e verso, medindo 21x30cm. OBS: Quando solicitado a arte será encaminhada junto c/a autorização de fornecimento.	PCT	04	G UNIAO	1.696,99	**1.766,57**
19	CARTILHA INFORMATIVA (C/10 PÁG.) - PCT C/1000 UND (IMPRESSÃO COLORIDA) Feita em papel couchê 150gr. Páginas c/impressão frente e verso, medindo 24x33cm. OBS: Quando solicitado a arte será encaminhada junto c/a autorização de fornecimento.	PCT	04	G UNIAO	1.697,98	**1.767,60**
20	CARTILHA INFORMATIVA (C/10 PAG) - PCT C/500 UND (IMPRESSÃO COLORIDA) - Feita em papel couchê 150gr. Páginas c/impressão frente e verso, medindo 24x33cm. OBS: Quando solicitado a arte será encaminhada junto c/a autorização de fornecimento.	PCT	04	G UNIAO	1.349,99	**1.405,34**
21	CARTILHA INFORMATIVA (C/12 PÁG.) - PCT C/2000 UND (IMPRESSÃO COLORIDA) Feita em papel couchê 150gr. Páginas c/impressão frente e verso, medindo 21x30cm. OBS: Quando solicitado a arte será encaminhada junto c/a autorização de fornecimento.	PCT	04	G UNIAO	2.589,00	**2.695,15**
22	CARTILHA INFORMATIVA (C/24 PÁG.) PCT C/2000 UND (IMPRESSÃO COLORIDA) Feita em papel couchê 150gr. Páginas c/impressão frente e verso, medindo 15x21cm. OBS: Quando solicitado a arte será encaminhada junto c/a autorização de fornecimento.	PCT	04	G UNIAO	1.827,00	**1.901,91**
23	CARTILHA INFORMATIVA (C/28 PÁG.) PCT C/2000 UND (IMPRESSÃO COLORIDA) Feita em papel couchê 150gr. Páginas c/impressão frente e verso, medindo 21x30cm. OBS: Quando solicitado, a arte será enviada junto c/a autorização de fornecimento.	PCT	07	G UNIAO	3.988,00	**4.151,51**
24	CARTILHA INFORMATIVA (C/28 PÁG.) PCT C/2000 UND (IMPRESSÃO COLORIDA) Feita em papel couchê 150gr. Páginas c/impressão frente e verso, medindo 21x30cm. OBS: Quando solicitado, a arte será enviada junto c/a autorização de fornecimento. **COTA RESERVADA**	PCT	02	G UNIAO	3.990,00	**4.153,59**
25	CARTILHA INFORMATIVA (C/40 PÁG.) PCT C/1000 UND (IMPRESSÃO COLORIDA) Feita em papel couchê 150gr. Páginas c/impressão frente e verso, medindo 29,5x22cm. OBS: Quando solicitado a arte será encaminhada junto c/a autorização de fornecimento.	PCT	04	G UNIAO	4.793,00	**4.989,51**
26	CARTILHA INFORMATIVA (C/6 PÁG) - PCT C/500 UND (IMPRESSÃO COLORIDA) - Feita em papel couchê 150gr. Páginas c/impressão frente e verso, medindo 21x30cm. OBS: Quando solicitado a arte será encaminhada junto c/a autorização de fornecimento.	PCT	05	G UNIAO	959,00	**998,32**
28	CERTIFICADO DE CURSO IMPRESSÃO COLORIDA - Feito em cartolina 180gr, medindo 29,5x21cm. OBS: Quando solicitado o modelo será encaminhado junto c/a autorização de fornecimento.	UN	400	G UNIAO	2,27	**2,36**
29	CONFECÇÃO, IMPRESSÃO E MONTAGEM DE CARNÊS DE IPTU - Formato dos carnês: 3 por folha A4. - Cada carnê deverá conter 09 (nove) folhas considerando capa e contracapa. - Tamanho: 99 x 210 mm. - A capa e contracapa deverão ser impressas em papel off-set 90g e as demais lâminas em papel branco 75g. - Capa e contracapa com foto impressão frente e verso colorida. - Cor das folhas: branca. - Cor da impressão: preta. - Impressão a laser contendo código de barras aprovado pela Caixa Econômica Federal. OBS: os arquivos referentes aos carnês de IPTU (arte e layout) serão encaminhados a licitante vencedora do certame.	UN	15.000	G UNIAO	1,98	**2,06**
30	CONVITE (EVENTOS DIVERSOS) PCT C/200 UND, IMPRESSÃO COLORIDA PLASTIFICADA - Feito em papel couchê 170gr, medindo 20x14,5cm. OBS: Quando solicitado a arte será encaminhada junto c/a autorização de fornecimento.	PCT	20	G UNIAO	244,99	**255,03**
31	ENVELOPE A4 (PROGRAMA DE HUMANIZAÇÃO AO PARTO E AO PUERPÉRIO) Medindo 33,5x24cm, impressão preta. OBS: Quando solicitado o modelo será encaminhado junto c/a autorização de fornecimento.	UN	500	G UNIAO	0,59	**0,61**
38	FICHA DE CONTROLE DE ENTREGA DE LIVROS - Feito em cartolina 180gr laranjada, medindo 13x8,5cm. Impressão frente/verso preta. OBS: Quando solicitado o modelo será encaminhado junto c/a autorização de fornecimento.	UN	100	G UNIAO	0,68	**0,71**
39	FICHA DE CONTROLE DE PRÉ NATAL (BLOCO C/100x1) Feito em papel sulfite 75g, medindo 29,5x21cm, impressão (Frente e Verso). OBS: Quando solicitado o modelo será encaminhado junto c/a autorização de fornecimento.	BL	15	G UNIAO	13,39	**13,94**
49	FOLDER IMPRESSÃO COLORIDA (PCT C/1000 UND) - Feito em papel couchê 170gr, medindo 22x30cm. OBS: Quando solicitado a arte será encaminhada junto c/a autorização de fornecimento.	PCT	30	G UNIAO	299,00	**311,26**
52	LAUDO DE TESTE RÁPIDO DIAGNÓSTICO HIV (BL C/50x2) papel autocopiativo; modelo A4; 1ª via papel branco e 2ª via papel amarelo. Impressão na cor preta. OBS: Quando solicitado o modelo será encaminhado junto c/a autorização de fornecimento.	BL	50	G UNIAO	15,61	**16,25**
53	LAUDO SOLIC/AUT PROC. AMBULATORIAL (BL C/100x1) IMPRESSÃO PRETA - Feito em papel sulfite 56gr, medindo 30x21cm. OBS: Quando solicitado o modelo será encaminhado junto c/a autorização de fornecimento.	BL	12	G UNIAO	15,22	**15,84**
56	PANFLETO CAMPANHA DA DENGUE IMPRESSÃO COLORIDA (Pct c/3.000 Und) feito em papel couche 90gr; tam. 30x21cm. Impressão frente e verso. OBS: Quando solicitado a arte será encaminhada junto c/a autorização de fornecimento.	PCT	10	G UNIAO	667,84	**695,22**
57	PANFLETO DE COMBATE À VIOLÊNCIA (PCT C/1000 UND) COLORIDO - Feito em papel couchê 115grs. Medindo 10x21cm. OBS: Quando solicitado a arte será encaminhada junto c/a autorização de fornecimento.	PCT	10	G UNIAO	286,99	**298,76**
58	PANFLETO IMPRESSÃO COLORIDA (PCT C/1000 UND) - Feito em papel couchê 115grs, medindo 10x21cm. OBS: Quando solicitado a arte será encaminhada junto c/a autorização de fornecimento.	PCT	20	G UNIAO	189,99	**197,78**
59	PAPEL OFÍCIO A 4 - TIMBRADO COLORIDO (PCT C/1000 FLS) - Feito em papel sulfite 90gr. OBS: Quando solicitado o modelo será encaminhado junto c/a autorização de fornecimento.	PCT	20	G UNIAO	193,99	**201,94**
61	PASTA ARQUIVO ESCOLAR (IMPRESSÃO PRETA) - Feita em cartolina 180gr, medindo 34x30cm. Tipo envelope, para arquivar documentos de aluno, modelo padrão exigido pelo Núcleo Regional de Educação. OBS: Quando solicitado o modelo será encaminhado junto c/a autorização de fornecimento.	UN	3.000	G UNIAO	1,50	**1,56**

62	PASTA C/BOLSA, CAPA PLASTIFICADA, IMPRESSÃO COLORIDA (PCT C/200 UND) Feita em papel triplex 350gr. Medindo 31,5x33,5cm. OBS: Quando solicitado o modelo será encaminhado junto c/a autorização de fornecimento.	PCT	20	G UNIAO	299,99	**312,29**
63	RECEITUÁRIO AZUL TIPO B (BL C/10 FLS) - Feito em papel superbond 56gr, medindo 21x12cm. OBS: Quando solicitado o modelo e a numeração de sequência será encaminhado junto c/a autorização de fornecimento.	BL	500	G UNIAI	2,40	**2,50**
64	RECEITUÁRIO CONTROLE ESPECIAL (PAPEL AUTOCOPIATIVO) BL C/50x2 - 1ª via branco, e 2ª via amarela, medindo 21,5x15cm. OBS: Quando solicitado o modelo será encaminhado junto c/a autorização de fornecimento.	BL	20	G UNIAO	13,00	**13,53**
66	REFIL P/ CARIMBO AUTOMATICO GRANDE - Tamanho 3,5x7cm	UN	20	G UNIAO	13,99	**14,56**
67	REFIL P/ CARIMBO AUTOMATICO MEDIO - Tamanho 2,5x5cm	UN	30	G UNIAO	11,99	**12,48**
69	REGISTRO DIÁRIO DE SERVIÇO ANTIVETORIAL (PNCD) BL C/100x1 - Feito em papel sulfite 75gr, medindo 30x21cm. Impressão preta, frente e verso. OBS: Quando solicitado o modelo será encaminhado junto c/a autorização de fornecimento.	BL	50	G UNIAO	13,89	**14,46**
70	RELATÓRIO DE ATENDIMENTO DO SOCORRISTA (BL C/50x2) - RAS, CEQ e RE, e CORPO DE BOMBEIROS. Feito em papel autocopiativo, medindo 21x31cm. (1ª via branca e 2ª via amarela). OBS.: Quando solicitado o modelo será encaminhado junto c/a autorização de fornecimento.	BL	60	G UNIAO	15,98	**16,64**

2.2. O valor total do presente termo aditivo é de **R$ 219.841,85 (duzentos e dezenove mil oitocentos e quarenta e um reais e oitenta e cinco centavos).**

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. As despesas decorrentes do presente termo aditivo correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Município de Goioerê deste exercício, na(s) dotação(ões) abaixo discriminada(s):

Cód.	Un. Orç.	Proj./Ativ.	Elemento de Despesa	Fonte
5	02.001	2.002	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
13	02.002	2.004	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
22	03.001	2.005	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
29	03.002	2.006	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
32	04.001	2.007	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
35	05.001	2.008	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
39	06.001	2.009	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
45	07.001	2.010	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
51	08.001	2.011	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
56	08.002	2.012	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
66	09.001	2.013	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
66	09.001	2.013	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
79	09.004	2.017	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
85	10.001	2.018	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
92	10.002	2.019	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
95	10.003	2.020	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
98	10.004	2.021	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
105	11.001	2.022	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
113	11.002	2.023	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
127	11.003	2.024	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
134	11.004	2.025	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
134	11.004	2.025	3.3.90.30.00.00.00.00	00510
144	12.001	2.026	3.3.90.30.00.00.00.00	00303
167	12.001	2.029	3.3.90.30.00.00.00.00	00303
167	12.001	2.029	3.3.90.30.00.00.00.00	07494
180	12.001	2.030	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
180	12.001	2.030	3.3.90.30.00.00.00.00	00303
194	12.001	2.031	3.3.90.30.00.00.00.00	00494
194	12.001	2.031	3.3.90.30.00.00.00.00	00494
194	12.001	2.031	3.3.90.30.00.00.00.00	07494
205	12.001	2.032	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
205	12.001	2.032	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
205	12.001	2.032	3.3.90.30.00.00.00.00	00303
230	12.001	2.038	3.3.90.30.00.00.00.00	00303
230	12.001	2.038	3.3.90.30.00.00.00.00	00494
239	12.001	2.039	3.3.90.30.00.00.00.00	00303
239	12.001	2.039	3.3.90.30.00.00.00.00	00494
239	12.001	2.039	3.3.90.30.00.00.00.00	00510
239	12.001	2.039	3.3.90.30.00.00.00.00	07494
258	13.001	2.040	3.3.90.30.00.00.00.00	00107
258	13.001	2.040	3.3.90.30.00.00.00.00	00107
274	13.001	2.045	3.3.90.30.00.00.00.00	00107
274	13.001	2.045	3.3.90.30.00.00.00.00	00107
289	13.001	2.046	3.3.90.30.00.00.00.00	00107
289	13.001	2.046	3.3.90.30.00.00.00.00	00107
331	13.004	2.050	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
340	14.001	2.052	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
354	14.001	6.001	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
371	14.002	2.055	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
378	14.002	2.056	3.3.90.30.00.00.00.00	00935
385	14.002	2.057	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
399	14.003	6.002	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
415	14.004	2.063	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
426	14.005	2.064	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
434	14.006	2.062	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
447	15.001	2.066	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
454	15.002	2.067	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
470	15.004	2.070	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
470	15.004	2.070	3.3.90.30.00.00.00.00	01045
479	16.001	2.071	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
497	16.003	1.201	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
497	16.003	1.201	3.3.90.30.00.00.00.00	00000

503	16.003	2.072	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
503	16.003	2.072	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
513	17.001	2.074	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
513	17.001	2.074	3.3.90.30.00.00.00.00	01045
535	18.001	2.077	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
535	18.001	2.077	3.3.90.30.00.00.00.00	00002
557	19.001	2.079	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
576	20.001	2.081	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
588	21.001	2.082	3.3.90.30.00.00.00.00	00000
596	21.001	2.083	3.3.90.30.00.00.00.00	00000

3.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO
4.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços Originária, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO
5.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento na forma prevista no art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

Goioerê-Pr, 25 de agosto de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Município de Goioerê

VANESSA OLIVEIRA DO NASCIMENTO
Vanessa Oliveira do Nascimento - Gráfica

Publicado por:
Luciana Scudeler Barradas
Código Identificador:63A36CB5

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DECRETO Nº. 9.952/2.026

ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOERÊ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ E AUTORIZAÇÃO CONTIDA NA LEI MUNICIPAL Nº 3173/2025, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 3.523.067,47 (três milhões e quinhentos e vinte e três mil e sessenta e sete reais e quarenta e sete centavos), para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.301.6.2026-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$13.500,00
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	13.500,00
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.301.6.2030-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$150.000,00
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	150.000,00
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.301.6.2030-3.1.90.16.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL CIVIL	R$70.628,70
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	70.628,70
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.302.6.2031-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$1.630,00
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	1.630,00
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.302.6.2031-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$7.986,11
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	7.986,11
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.302.6.2031-3.3.90.46.00.00.00.00 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	R$4.000,00
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	4.000,00
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.302.6.2032-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$13.677,02
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	13.677,02
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.302.6.2032-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$60.000,00
00494.00494.09.02.06.20.1.600.0000 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	60.000,00
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.302.6.2032-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$10.000,00
00494.00494.09.02.06.20.2.600.0000 (SF) - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	10.000,00
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	

12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.302.6.2032-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$15.000,00
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	15.000,00
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.302.6.2032-3.1.90.16.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL CIVIL	R$9.394,29
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	9.394,29
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.303.6.2029-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$295.000,00
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	295.000,00
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.303.6.2029-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$70.000,00
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	70.000,00
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.303.6.2029-3.1.90.16.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL CIVIL	R$57.500,00
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	57.500,00
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.303.6.2029-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA FÍSICA	R$10.000,00
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	10.000,00
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.305.6.2038-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$15.100,28
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	15.100,28
13.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001.12.361.7.2040-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$335.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	335.000,00
13.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001.12.361.7.2040-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$65.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	65.000,00
13.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001.12.361.7.2040-3.3.90.46.00.00.00.00 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	R$32.500,00
00000.00000.01.07.00.00.2.500.0000 (SF) - Recursos Ordinários (Livres)	32.500,00
13.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001.12.361.7.2046-3.3.90.46.00.00.00.00 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	R$809.000,00
00000.00000.01.07.00.00.2.500.0000 (SF) - Recursos Ordinários (Livres)	809.000,00
13.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001.12.361.7.2049-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$606.297,83
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	606.297,83
13.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001.12.361.7.2049-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$105.411,42
00101.00101.02.01.00.00.1.540.1070 FUNDEB 70%	105.411,42
13.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001.12.365.7.2045-3.3.90.46.00.00.00.00 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	R$389.000,00
00000.00000.01.07.00.00.2.500.0000 (SF) - Recursos Ordinários (Livres)	389.000,00
15.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS	
15.004 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
15.004.15.452.3.2070-3.1.90.16.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL CIVIL	R$12.085,56
00511.00511.01.07.00.00.2.753.0000 (SF) - Taxas - Prestação de Serviços	12.085,56
16.000 - SECRETARIA MUNIC.AGRIC.MEIO AMBIENTE/REC. HIDRICOS	
16.003 - FUNDO MUN. DES.RURAL E MEIO AMBIENTE - FMDRMA	
16.003.18.541.4.1201-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R$50.000,00
00511.00511.01.07.00.00.1.753.0000 Taxas - Prestação de Serviços	50.000,00
18.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
18.001 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	
18.001.27.812.5.2077-3.1.90.16.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL CIVIL	R$90.000,00
00002.00002.01.07.00.00.1.501.0000 Desvinculação das Receitas dos Municípios - DRM	90.000,00
19.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	
19.001 - DEPARTAMENTO DE CULTURA	
19.001.13.392.5.2080-3.3.90.31.00.00.00.00 - PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DES	R$225.356,26
01063.01063.09.99.06.18.1.719.0000 Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022	225.356,26

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -	
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)	R$1.230.500,00
00000.00000.01.07.00.00.2.500.0000 (SF) - Recursos Ordinários (Livres)	1.230.500,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -	
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)	R$90.000,00
00002.00002.01.07.00.00.1.501.0000 Desvinculação das Receitas dos Municípios - DRM	90.000,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -	
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)	R$225.356,26
01063.01063.09.99.06.18.1.719.0000 Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022	225.356,26
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.301.6.2030-3.3.90.46.00.00.00.00 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	R$639.015,83
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	639.015,83
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	

12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.302.6.2028-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	R$10.000,00
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	10.000,00
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.302.6.2032-3.3.90.34.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATO	R$60.000,00
00494.00494.09.02.06.20.1.600.0000 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	60.000,00
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.302.6.2032-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	R$10.000,00
00494.00494.09.02.06.20.2.600.0000 (SF) - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	10.000,00
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.302.6.2032-3.3.90.46.00.00.00.00 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	R$40.816,66
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	40.816,66
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.305.6.2038-3.3.90.46.00.00.00.00 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	R$43.583,91
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	43.583,91
13.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001.12.365.7.2045-3.3.90.46.00.00.00.00 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	R$834.566,67
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	834.566,67
13.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001.12.365.7.2048-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$105.411,42
00101.00101.02.01.00.00.1.540.1070 FUNDEB 70%	105.411,42
16.000 - SECRETARIA MUNIC.AGRIC.MEIO AMBIENTE/REC. HIDRICOS	
16.003 - FUNDO MUN. DES.RURAL E MEIO AMBIENTE - FMDRMA	
16.003.18.541.4.1201-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$12.085,56
00511.00511.01.07.00.00.2.753.0000 (SF) - Taxas - Prestação de Serviços	12.085,56
16.000 - SECRETARIA MUNIC.AGRIC.MEIO AMBIENTE/REC. HIDRICOS	
16.003 - FUNDO MUN. DES.RURAL E MEIO AMBIENTE - FMDRMA	
16.003.18.541.4.1201-3.1.90.16.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL CIVIL	R$50.000,00
00511.00511.01.07.00.00.1.753.0000 Taxas - Prestação de Serviços	50.000,00
19.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	
19.001 - DEPARTAMENTO DE CULTURA	
19.001.13.392.5.2079-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$171.731,16
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	171.731,16

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL “14 DE DEZEMBRO”.
Goioerê - Paraná, 26 de agosto de 2026

PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Israel Assunção Cancio
Código Identificador:CCA7C428

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

CONSAMU
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 34/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2026

CONTRATANTE: CONSÓRCIO DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ – CONSAMU.
CONTRATADA: SECO AMBIENTAL SERVIÇOS, PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA
OBJETO: Contratação de serviços continuado de empresa especializada na prestação de serviços de combate a pragas urbanas, englobando desinsetização, dedetização, desratização, descupinização e assemelhados, além de combate as larvas de mosquitos, com fornecimento da mão de obra e todos os insumos, materiais, equipamentos e ferramentas necessárias, a serem executados nas áreas internas e externas, com monitoramento minimamente mensal nos locais a serem contratados e com duas aplicações para o período de 12 (doze) meses, a serem executados SEM regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

LOTE	*ITEM*	*CÓDIGO ELOTECH*	*QTDE*	*UND*	*DESCRIÇÃO*	*VALOR UNITÁRIO (R$)*	*VALOR TOTAL (R$)*
1	*1*	2790	12	Mês	Base Administrativa de Cascavel/PR:	1.338,40	16.060,80
2	*1*	10743	12	Mês	Base Operacional 1 de Cascavel/PR:	1.899,99	22.799,88

VALOR TOTAL: R$ 38.860,68 (trinta e oito mil e oitocentos e sessenta reais e sessenta e oito centavos).
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
DATA: 18 de agosto de 2026.
ASSINATURAS: Thiago Daross Stefanello
João Gabriel Avanci
Bruno Jose Da Silva Inácio

Publicado por:
Danilo Gustavo Nobre Fiuza
Código Identificador:82D4465F

CONSAMU
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 35/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2026

CONTRATANTE: CONSÓRCIO DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ – CONSAMU.
CONTRATADA: DEDETIZADORA BRIO LIMP LTDA
OBJETO: Contratação de serviços continuado de empresa especializada na prestação de serviços de combate a pragas urbanas, englobando desinsetização, dedetização, desratização, descupinização e assemelhados, além de combate as larvas de mosquitos, com fornecimento da mão de obra e todos os insumos, materiais, equipamentos e ferramentas necessárias, a serem executados nas áreas internas e externas, com monitoramento minimamente mensal nos locais a serem contratados e com duas aplicações para o período de 12 (doze) meses, a serem executados SEM regime de dedicação exclusiva de mão de obra

LOTE	*ITEM*	*CÓDIGO ELOTECH*	*QTDE*	*UND*	*DESCRIÇÃO*	*VALOR UNITÁRIO (R$)*	*VALOR TOTAL (R$)*
3	3	10744	12	Mês	Base Operacional 2 de Cascavel/PR:	231,60	2.779,20

VALOR TOTAL: R$ 2.779,20 (dois mil e setecentos e setenta e nove reais e vinte centavos).
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
DATA: 18 de agosto de 2026.
ASSINATURAS: Thiago Daross Stefanello
João Gabriel Avanci
Nelson Pagno Moreira

Publicado por:
Danilo Gustavo Nobre Fiuza
Código Identificador:AD9A99B7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
O Prefeito Municipal, MARCOS ANTONIO DE SOUZA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado por Agente de Contratação e Equipe de Apoio, resolve:
01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Adm. Nº:	054/2026
b) Licitação Nº:	018/2026
c) Modalidade:	Pregão Eletrônico
d) Data Homologação:	26/08/2026
e) Objeto Homologado:	Abertura de processo de itens mal sucedidos de mobiliário, eletrodomésticos e utensílios domésticos de acordo com as especificações, quantidade estimada e condições constantes deste DFD, para atender a alunos e professores da rede de ensino da Secretaria Municipal de Educação do Município de Guaraci-PR

f) Dotação Orçamentária:

PROGRAMÁTICA	FONTE	DESCRICAO
30002123610013206044905200000	3107	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
30002123610013206044905200000	1107	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores:

Fornecedor: KW INFORMÁTICA LTDA - CNPJ: 14.208.959/0001-21 - Valor total homologado: R$ 1.915,82 (mil novecentos e quinze reais e oitenta e dois centavos)

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
3	1	Ferro de Passar Roupas com as seguintes especificações: Reservatório de água, 110 v, Matéria: plástico e ferro, Base de cerâmica, seco e a vapor, Potencia de 1200 a 1500 watts. Cor: variada.	britania	UNIDADES	2	201,83	403,66
9	1	Colher de sopa toda em aço inox.	home	UNIDADES	12	2,77	33,24
10	1	Colher em inox para sobremesa (em uma única peça em aço inox) dimensões mínimas comprimento: 153 mm. Largura: 33 mm. Espessura mínima: 1,5 mm.	home	UNIDADES	200	2,35	470,00
15	1	Faca de mesa em aço inox.	home	UNIDADES	12	3,72	44,64
16	1	Garfo de mesa em aço inox.	home	UNIDADES	12	1,90	22,80
17	1	Jogo com 5 latas para mantimentos em alumínio com tampa, também em alumínio. Medidas aproximadas: n14 (altura: 13cm. Diâmetro: 14cm. Capacidade: 1,9l) n16 (altura: 14,5cm. Diâmetro: 16cm. Capacidade: 2,8l) n18 (altura: 16cm. Diâmetro: 18cm. Capacidade: 3,75l) n20 (altura: 17,5cm. Diâmetro: 20cm. Capacidade: 5,5l) n22 (altura: 19,5cm. Diâmetro: 22cm. Capacidade: 7l)	home	UNIDADES	4	146,59	586,36
29	1	Xícara de café com capacidade de 50ml com pires em cerâmica ou vidro, em cor lisa. Embalagem com 12 un.	home	UNIDADES	2	116,74	233,48
30	1	Escorredor de arroz grande escorredor de arroz grande, fabricado em aço inox com vazamen25+25to lateral, diâmetro de no mínimo 22cm	home	UNIDADE	4	30,41	121,64

Fornecedor: ORTHOVIDA INDUSTRIA E NEGOCIOS DIGITAIS LTDA - CNPJ: 14.323.297/0001-30 - Valor total homologado: R$ 398,20 (trezentos e noventa e oito reais e vinte centavos)

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
4	1	Assadeira toda em alumínio com capacidade para aproximadamente 7 litros em formato retangular com 47cm de comprimento por 34cm de largura e 7cm de altura aproximadamente.	ORTHOVIDA	UNIDADES	4	99,55	398,20

Fornecedor: S.C COMERCIAL LTDA ME - CNPJ: 20.758.465/0001-13 - Valor total homologado: R$ 4.780,00 (quatro mil setecentos e oitenta reais)

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2	1	Balcão termico balcão térmico distribuição alimentos - tipo: aquecido; matéria-prima: chapa de aço inoxidável dotipo aisi 304.18/8; acabamento: fechado nos 04 lados em aço inoxidável; estrutura: aço inoxidável; espessurada parede: aisi 304.18/8,; cubas:6 cubas	IBET	UNIDADES	2	2390,00	4780,00

		gastronorms c/ tampa e alca, 05gns1/1x100mm; dimensão: 2050 x 760 x910 mm;							

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 7.094,02 (sete mil e noventa e quatro reais e dois centavos)
02 – AUTORIZAR A EMISSÃO DA(S) NOTAS DE EMPENHO CORRESPONDENTES.

Prefeitura Municipal de GUARACI, 26 de agosto de 2026

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cilso Pina Junior
Código Identificador:392C5077

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU

CHEFIA DE GABINETE
LEI COMPLEMENTAR Nº 004/2026

LEI COMPLEMENTAR Nº 004/2026

Súmula: Dispõe sobre a ampliação do quantitativo de vagas dos cargos efetivos pertencentes ao Quadro Geral de Servidores e ao Quadro do Magistério do Município de Iguaraçu, e dá outras providências.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE IGUARAÇU, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, CLAUDIO APARECIDO BENIN, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI COMPLEMENTAR:

LEI COMPLEMENTAR

Art. 1º Fica ampliado o quantitativo de vagas do cargo efetivo de Professor – 30 (trinta) horas semanais, integrante do Quadro do Magistério Municipal, vinculado na Lei Municipal nº 86/2013 e criado pela Lei Municipal nº 15/2022, alterando os quantitativos constantes dos Anexos I-A e II-A, na forma do quadro abaixo:

QUADRO DEMONSTRATIVO – MAGISTÉRIO

Cargo	Carga Horária	Vagas Atuais	Ampliação	Total de Vagas	Vencimento Inicial
Professor	30 horas	15	+5	20	R$ 3.090,19

Art. 2º Fica ampliado o quantitativo de vagas do cargo efetivo de Enfermeiro – 40 (quarenta) horas semanais, pertencente ao Grupo Ocupacional Profissional – Parte Permanente (GOP/I), previsto na Lei Municipal nº 02/2014 – Plano de Cargos e Carreiras do Quadro Geral dos Servidores Municipais, conforme quadro abaixo:

QUADRO DEMONSTRATIVO – QUADRO GERAL

Cargo	Grupo/Referência	Carga Horária	Vagas Atuais	Ampliação	Total de Vagas	Vencimento Inicial
Enfermeiro	GOP/I – Grupo Ocupacional Profissional – Parte Permanente	40 horas	5	+1	6	R$ 7.433,46

Art. 3º A presente Lei Complementar tem por finalidade exclusivamente ampliar o quantitativo de vagas existentes nos quadros permanentes do Município, possibilitando o preenchimento mediante convocação oriunda de concurso público vigente ou, quando legalmente cabível e devidamente justificado o interesse público temporário, mediante processo seletivo simplificado.

Parágrafo único. A criação de novas vagas por esta Lei não implica preenchimento imediato, ficando eventual provimento condicionado à necessidade administrativa, disponibilidade orçamentária e financeira e observância dos limites legais aplicáveis.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná, 26 de agosto de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:178AECB7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ

CONTABILIDADE
EXTRATO DE DIÁRIAS CONCEDIDAS

EXTRATO DE DIÁRIAS CONCEDIDAS Nº 63/2026

Em cumprimento do dispositivo no Art. 11 da Lei nº 1532/2015 com alteração através da Lei 1.973/2023, publica-se o extrato de diárias concedidas pelo Poder Executivo Municipal para o custeio das despesas com alimentação, hospedagem e transporte urbanos dos agentes públicos em deslocamento da sede do domicílio de trabalho efetivo, a serviço do município.

NOME	CARGO	DESTINO	PERÍODO	ATIVIDADE	VALOR
Matheus Carvalho	Motorista	Bandeirantes	17 a 21/08/2026	Transporte de universitários	R$ 150,00
Edimar Aparecido Martimiano	Motorista	Assís-SP	17 a 21/08/2026	Transporte de universitários	R$ 300,00
Odair José de Souza	Motorista	Cornélio Procópio	17 a 21/08/2026	Transporte de universitários	R$ 300,00
Andréia Soares Alexandre	Secretária da Educação	Foz do Iguaçu	31/08 a 03/09/2026	Participar do II Seminário de Cooperação Pedagógica com Municípios: Construindo Caminhos para Consolidação da Alfabetização na Idade Certa 2026	R$ 1.640,00
Josiane Cristina Rosim	Professora	Foz do Iguaçu	31/08 a 03/09/2026	Participar do II Seminário de Cooperação Pedagógica com Municípios: Construindo Caminhos para Consolidação da Alfabetização na Idade Certa 2026	R$ 1.160,00
Cláudia Mariel Parralego	Diretor de Educação	Foz do Iguaçu	31/08 a 03/09/2026	Participar do II Seminário de Cooperação Pedagógica com Municípios: Construindo Caminhos para Consolidação da Alfabetização na Idade Certa 2026	R$ 1.160,00
Gislaine Maria Munhoz Neves	Conselheira Tutelar	Cornélio Procópio	27 e 28/08/2026	Participar da Capacitação Geral da Rede de Proteção a Criança e ao Adolescente	R$ 145,00
Fabiana Cristina dos Anjos	Conselheira Tutelar	Cornélio Procópio	27 e 28/08/2026	Participar da Capacitação Geral da Rede de Proteção a Criança e ao Adolescente	R$ 145,00
Patrícia Soares	Conselheira Tutelar	Cornélio Procópio	27 e 28/08/2026	Participar da Capacitação Geral da Rede de Proteção a Criança e ao Adolescente	R$ 145,00
Cristian Guilherme Zamboni	Motorista	Guaratuba	15 a 19/08/2026	Levar atletas da Terceira Idade para participar dos Jogos da Integração do Idoso (JIIDO)	R$ 600,00
Cleberson Pereira	Gari	Cornélio Procópio	15 e 24/08/2026	Levar atletas para jogos da Copa Norte Paranaense de Futsal	R$ 120,00
Rodrigo Aparecido Ramos	Motorista	Maringá	19/08/2026	Transporte de pacientes	R$ 120,00
William Medeiros da Silva	Motorista	Apucarana	20/08/2026	Transporte de pacientes	R$ 120,00
Joel Rodrigues da Silva	Motorista	Maringá	21/08/2026	Transporte de pacientes	R$ 120,00
Tiago Aparecido Borges	Motorista	Jacarezinho	22/08/2026	Transporte de pacientes	R$ 60,00
Rodrigo Aurélio Merli	Motorista	Cornélio Procópio	22/08/2026	Transporte de pacientes	R$ 60,00
Salvador Paulo Dias	Motorista	Londrina	23/08/2026	Transporte de pacientes	R$ 60,00
Cesar Augusto da Silva Carrara	Motorista	Curitiba	24/08/2026	Transporte de pacientes	R$ 200,00
Alvaro Sanches Jorge	Motorista	Londrina	17 a 19/08/2026	Transporte de pacientes	R$ 180,00
Cesar Augusto da Silva Carrara	Motorista	Curitiba	26/08/2026	Transporte de pacientes	R$ 200,00
Cristiane Batistella de Campos	Enfermeira	Cornélio Procópio	26/08/2026	Participar de Capacitação Técnica em Infecção Latente e Manejo Clínico de Tuberculose	R$ 72,50
Rodrigo Kazuo Makiyama	Médico	Cornélio Procópio	26/08/2026	Participar de Capacitação Técnica em Infecção Latente e Manejo Clínico de Tuberculose	R$ 72,50
Maiara Nurielly Gobato	Técnica em Enfermagem	Cornélio Procópio	26/08/2026	Participar de Capacitação Técnica em Infecção Latente e Manejo Clínico de Tuberculose	R$ 72,50
Cesar Augusto da Silva Carrara	Motorista	Londrina	31/08 a 04/09/2026	Transporte de pacientes	R$ 300,00
Francisco Sanches Filho	Motorista	Cornélio Procópio	31/08 a 04/09/2026	Transporte de pacientes	R$ 300,00
Salvador Paulo Dias	Motorista	Londrina	31/08 a 04/09/2026	Transporte de pacientes	R$ 300,00
Tiago Aparecido Borges	Motorista	Londrina	31/08 a 04/09/2026	Transporte de pacientes	R$ 300,00
William Medeiros da Silva	Motorista	Londrina	31/08 a 04/09/2026	Transporte de pacientes	R$ 300,00
Joel Rodrigues da Silva	Motorista	Londrina	31/08 a 04/09/2026	Transporte de pacientes	R$ 300,00
Valdir da Silva	Motorista	Londrina	31/08 a 04/09/2026	Transporte de pacientes	R$ 300,00
Evaldo Aparecido Roberto	Motorista	Londrina	31/08 a 04/09/2026	Transporte de pacientes	R$ 300,00
Rodrigo Aparecido Ramos	Motorista	Londrina	31/08 a 04/09/2026	Transporte de pacientes	R$ 300,00

Edifício do Município de Itambaracá-PR, 26 de agosto de 2026.

CANCELAMENTO DE DIÁRIAS:

Ficam canceladas as diárias publicadas no extrato nº 57/2026, em 11 de agosto de 2026, Edição 3592, onde se lê:

NOME	CARGO	DESTINO	PERÍODO	ATIVIDADE	VALOR
Rodrigo Aparecido Ramos	Motorista	Londrina	19/08/2026	Transporte de pacientes	R$ 60,00
William Medeiros da Silva	Motorista	Londrina	20/08/2026	Transporte de pacientes	R$ 60,00
Joel Rodrigues da Silva	Motorista	Londrina	21/08/2026	Transporte de pacientes	R$ 60,00

Ficam canceladas as diárias publicadas no extrato nº 62/2026, em 21 de agosto de 2026, Edição 3600, onde se lê:

NOME	CARGO	DESTINO	PERÍODO	ATIVIDADE	VALOR
Cesar Augusto da Silva Carrara	Motorista	Londrina	24/08/2026	Transporte de pacientes	R$ 60,00
Cesar Augusto da Silva Carrara	Motorista	Londrina	26/08/2026	Transporte de pacientes	R$ 60,00

Edifício do Município de Itambaracá-PR, 26 de agosto de 2026.

Publicado por:
Elaine ap Munhoz da Silva
Código Identificador:77D948D1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUÇU

GABINETE DO PREFEITO
REPUBLICA POR INCORREÇÃO EDITAL N.º 002-2026 – EMPREGO PÚBLICO. EDITAL COMPLEMENTAR N.º 08-2026.

O Município de Itaperuçu, (PR), através do Prefeito Municipal, torna público o Edital Complementar n.º 08 que DIVULGA AS INSCRIÇÕES DEFERIDAS, INDEFERIDAS E A SOLICITAÇÃO DE CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA REALIZAÇÃO DAS PROVAS.

As Inscrições Deferidas e Indeferidas encontram-se disponíveis no site www.msconcursos.com.br, aba "**INSCRIÇÕES**".

Nenhum candidato solicitou Condições Especiais para Realizar a Prova.

Eventual recurso sobre o indeferimento da Inscrição e/ou a Solicitação de Condições Especiais para Realizar a Prova poderá ser interposto nos dias 15 e 16/08/2026, nos termos do item **VII**, do **EDITAL N.º 002-2026 – EMPREGO PÚBLICO.**

Itaperuçu, (PR), 14 de agosto de 2026.

EDILSON RUIZ DE FREITAS.
Prefeito.

COMISSÃO ESPECIAL PARA ORGANIZAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO MODALIDADE EMPREGO PÚBLICO.

JANETE BAIDO DOS SANTOS PAES.

ROSIELE BUENO DOS SANTOS CORDEIRO.

LARISSA CRETELA TEIXEIRA.

CARLA MAYARA BUENO RIBEIRO DE LIMA.

MARIA EDUARDA DE MIRANDA.

INSCRIÇÕES PRELIMINARES DEFERIDAS – VAGAS PcD

Inscrição	Nome
132	MAYLLA NATASHA NUNES

INSCRIÇÕES Candidatos que se declararam NEGRO

AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE

Inscrição	Nome
302	ADRIANA DE OLIVEIRA DOS SANTOS
298	ADRIELLY FERNANDA DA SILVA SANTOS FERREIRA
201	ALEXANDRE DE BARROS BUTSCHER
291	ANGELA OLIVEIRA DO CARMO
235	CRISLAINE APARECIDA COLODEL
126	DANIELE RIBEIRO DE LARA
169	DEIZIANE APARECIDA TARTAIA
233	JEAN WESLEY DA COSTA
232	JESSICA PRISCILA BONFIM
316	MARIA GABRIELE FRANCA DE BARROS CRISTO
159	MARIA VIVIANE DOS SANTOS
134	MARIZE CASTRO DE LARA
143	MISAEL FERREIRA SUZARTE DOS SANTOS
150	ODAIZA SANER DE JESUS ARTIGAS
246	ROSA CANDIDA DE LARA
104	ROSA MACHADO
148	ROSIANE FARIA IMBRONISIO ARTIGAS
106	ROSILDA APARECIDA COSTA CASTRO
299	VINÍCIUS TAROUQUELA MOURA

INSCRIÇÕES PRELIMINARES DEFERIDAS – GERAL

AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE

Inscrição	Nome
80	ABIQUEILA MORAES COSTA
302	ADRIANA DE OLIVEIRA DOS SANTOS
298	ADRIELLY FERNANDA DA SILVA SANTOS FERREIRA
70	AGATHA CAROLINE ANTUNES DA SILVA
119	ALANA CASTRO LARA
93	ALANES FRANÇA NASCIMENTO
96	ALEX RICARDO NUNES DE OLIVEIRA
201	ALEXANDRE DE BARROS BUTSCHER
33	ALINE DE FATIMA MATIAS LUCIANO
137	ALISSON FELIPE PRUDENCIO SANTOS
88	AMANDA CRISTINA NUNES DE GODOY
56	AMANDA RAFAELA LOURENÇO DE MORAES
290	ANA ELOIZA LOURENCO DE PAULA
136	ANA GABRIELA CARDOSO DE AVELAR
321	ANA GABRIELA PORTES RIBAS
196	ANA LUIZA FRANÇA DE FARIA
213	ANA LUIZA GODOY STOCCHERO
214	ANA PAULA APARECIDA DE LARA
284	ANA PAULA DE JESUS VIEIRA
261	ANA PAULA PEREIRA JARECK
42	ANDERSON FAGUNDES GIMENES

14	ANDREIA MIRANDA PINTO
89	ANDRESSA CIRINO MARINHO
291	ANGELA OLIVEIRA DO CARMO
153	ANTONIA DAIANE DE CRISTO DE LARA
92	ANTONIA SILVA DE PAULA
36	ANTONY GABRIEL COSTA DE FARIA
293	ARIELE DOS SANTOS TEIXEIRA
177	BEATRIZ DOS SANTOS MATOSO
2	BRENDON ALEXANDRE ANTUNES MACHADO
51	BRUNA CRISTINA MAJOR DA LUZ
135	BRUNA RAFAELA CARDOSO DE AVELAR
180	CARMEN LUCIA DO NASCIMENTO
40	CAROLINE MATOSO DOS SANTOS
226	CASSIA CORDEIRO LINS
112	CHAIANE EDUARDA DOS SANTOS
94	CHERLE DE FATIMA BONFIM
85	CINTIA RIBEIRO CASTRO
3	CLEIDIMARA OLIVEIRA DOS SANTOS
241	CLEITON ALVES FERNANDES
235	CRISLAINE APARECIDA COLODEL
138	CRISLAINE FABIULA DE LIMA
140	CRISTIANE BRITO SILVA
184	CRISTIANE LARA DOS SANTOS
146	CRISTIANE VICENTAINER DO AMARAL
25	DAFINY KAIRA COSTA FARIA DE SOUZA
22	DAIANE CRISTINA CÂNDIDO DE MORAES
195	DAIANE DE FRANÇA GOMES
244	DANIELE FRANÇA DOS SANTOS
237	DANIELE FRANCO
151	DANIELE KAROLINA PASKE DE ARAUJO
126	DANIELE RIBEIRO DE LARA
169	DEIZIANE APARECIDA TARTAIA
218	DIENE NAYARA CASTRO MELO
48	EDILIANE DA SILVA SANTOS
207	EDINEI INÁCIO MARQUES
82	EDNA EMILENE DE BRITO COSTA
100	EDUARDA SANTOS STRESSER
98	ELIANE ARTIGAS PEDROSO LEMOS
189	ELIANE DE LARA
220	ELIANE MARIA MARTINS DE FREITAS
225	ELIAS DA SILVA DOARTE
292	ELIDIANE STRAUBE MONTEIRO COSTA
250	ELISANE DE PONTES MEDEIROS
103	ELIZAINE MACHADO CASTILHO
105	ELIZANDRA CAROLINE PEREIRA
253	ELOIZA GRAZIELE RODRIGUES PESCHEL
109	ELZA DO NASCIMENTO DE JESUS
255	EMILENE DE FREITAS DE JESUS
13	EMILI ILIDIA DE LARA
118	EMILY VITÓRIA CAMARGO DA SILVA
91	ERICA AP DOS SANTOS CARVALHO
35	ERICK LEANDRO COSTA DE PAULA
37	EUNICE FARIA
287	EVELIN APARECIDA DA SILVA
248	FABIANE LETÍCIA FARIA
20	FELIPE COSTA ROSA
234	FELIPE DE JESUS BELIZARIO PINTO
113	FERNANDA DIAS DE CASTRO GASPARIN
300	FRANCIELE APARECIDA DE FREITAS
245	FRANCIELE CRISTINA TOSTO
9	FRANCINE LUIZE DOS SANTOS PIMENTEL
72	FRANCO CUSUMANO JUNIOR
78	GEOVANA MACHADO PEREIRA
50	GEOVANA MARIA DO NASCIMENTO STRAUB
99	GISELE APARECIDA DE OLIVEIRA
216	GISELE PRISCILA PARECIDO
73	GISELI DA GUIA SILVA BREINE
228	GISLAINE LOPES PEREIRA
175	GISLAINE MATOSO DE FRANCA BARROS
168	INGRID RAFAELA DE JESUS MATIAS
193	IOLANDA GOMES ALVES
84	IRENE BUENO DOS SANTOS FARIA
267	ISABELA KARINE DE OLIVEIRA
171	ISABELA SANTOS CASTRO PEREIRA
31	IVONETE ANDRADE
209	IVONETE DE JESUS LINS
30	JAMAYANA CAVALI
142	JAMILI AMANDA PEREIRA SALDANHA
172	JAMILY CRISTINA DE MATOS PEREIRA
183	JAQUELINE SILVA MACHADO OLIVEIRA
233	JEAN WESLEY DA COSTA
286	JENIFER CAMILA BUENO DOS SANTOS DE JESUS NOVREGA
232	JESSICA PRISCILA BONFIM
247	JOÃO VICTOR RODRIGUES DE CASTRO
179	JOHN HENRY STRESSER FARIA
156	JOSE RAMON NUNEZ CUTINO
170	JOSELIA DE BARROS MACHADO
115	JOSIELE DOS SANTOS
283	JOSNEI DE LIMA

41	JULIANA MAIARA DE SOUZA
121	JULIANE KEICIELLI CARDOSO
26	JULIENE COSTA COUTINHO
262	JUVELINA TEIXEIRA DE CASTRO STRESSER
63	KAUANE CRISTINA FRANÇA RODRIGUES
133	KAUANE MACHADO CORDEIRO
230	KAUANE VITORIA STRAPASSON DOS SANTOS
231	KAUANY FERNANDES PINHEIRO
49	KEILA APARECIDA FRANÇA
165	KEITY SUELEN BUTSCHER
125	KELLY TAIS DE LIMA
74	KEROLIN FARIAS
11	KETSLEY KARINY PINHEIRO DOS SANTOS
254	KRISLAINE ALEXANDRA TOME
110	LAIRA THAISLAINE RIBEIRO
223	LAIZA MONIQUI MACHADO DONADONI
19	LARISSA ANDRADE DE LIMA
5	LARISSA FERNANDA DE BOMFIM
8	LARISSA RAMOS GARCIA
124	LAYANNY CRISTINA DE SOUZA
57	LEIA ALVES COUTINHO
157	LENIR BONFIM ALVES RIBAS
127	LESLIANE DE OLIVEIRA FRANÇA
259	LETICIA DOS SANTOS BARBOSA BERNARDINO
147	LILIAN TAYSE PASK COSTA
206	LUANA DE FÁTIMA DOS SANTOS
95	LUANA DE MOURA DA SILVA
108	LUANA LEAL RIBEIRO
307	LUANA RIBAS PORTES
161	LUCAS FELIPE PASKE DE FRANÇA
272	LUCAS NATÃ COSTA MACHADO
296	LUCELIA LAPOLA DA SILVA DE CASTRO
18	LUCIMARA ALVES ARTIGAS
65	LUIGI KAUAN LARA DA LUZ
81	LUIGI MARCOS DE LARA FRANÇA
217	LUIS FELIPE BUENO
191	LUIZ FELIPE GEFFER DOS SANTOS
86	LUIZA CAROLINE DOS SANTOS
210	MAIUANE APARECIDA MATOZO
61	MARCIA DE FATIMA SANTANA MORAES
71	MARCIA DE MORAIS
181	MARCOS VINICIUS GONCALVES DE ARAUJO
68	MARGARETE APARECIDA DOS SANTOS CUMIM
123	MARIA CLARA CASTRO PEDROSO DE MORAES
54	MARIA DE FATIMA DE LARA
192	MARIA DE LARA
316	MARIA GABRIELE FRANCA DE BARROS CRISTO
55	MARIA JOSEFA DOS SANTOS
15	MARIA PAULA DE LARA DE PAULA
159	MARIA VIVIANE DOS SANTOS
116	MARIELE CORDEIRO DA SILVA DE OLIVEIRA
10	MARIS JANAINA FRANÇA COSTA
134	MARIZE CASTRO DE LARA
264	MARIZETE DE JESUS MIRANDA GOVEA
87	MARLENE COSTA GOMES DE LARA
294	MAYARA CRISTINE DOS SANTOS
132	MAYLLA NATASHA NUNES
224	MILDRINS PERPÉTUA ALVES CAVALLI
143	MISAEL FERREIRA SUZARTE DOS SANTOS
58	MONIQUE MAYARA DE SOUZA CARDOSO
270	NAIANE DOS SANTOS
164	NAIARA CANDIDO DE LARA
257	NATACHA THAYNNA UNRREIN RIBEIRO
185	NATAN RAMIRO TEIXEIRA DE LARA
77	NAYANE VANESSA LOURENÇO GEFFER
289	NICOLAS GABRIEL WEIDGENANNT LIBERATO
219	NICOLY NATHALIA NASCIMENTO SANTOS
279	NILCÉIA DE FARIA DE JESUS FRANÇA
1	NOELI SANTOS MACHADO LARA
258	NYCOLE RITA DOS SANTOS
150	ODAIZA SANER DE JESUS ARTIGAS
155	ODETE APARECIDA MACHADO DE LARA
167	PATRICIA CRISTINA DE BONFIM DE OLIVEIRA
212	PATRICIA CRISTINA LINS
27	PATRICIA DA LUZ DOS SANTOS
236	PATRICIA DO ROCIO ANDRADE
269	PATRICIA SANTOS DE CASTRO COSTA
97	PEDRO ALEX FERREIRA LIMA
174	PEDRO EDUARDO PORTES DE FRANÇA
128	PEDRO RAONI COSTA DE LARA
69	PRISCILA DA SILVA
7	RAFAELA FERNANDA GOMES DE CASTRO
265	RAYSSA DOS SANTOS
47	RAYSSA GABRIELA GEFFER RIBEIRO
271	REGIAN BELIZARIO P
12	REGIANE FRANCA FREITAS
240	REINALDO MACHADO RODRIGUES
44	RICHARD LARA DOS SANTOS
246	ROSA CANDIDA DE LARA

104	ROSA MACHADO
304	ROSANA DE FÁTIMA PEREIRA AIRES DE ARAUJO
130	ROSANGELA DE ARAUJO
43	ROSANGELA DE OLIVEIRA
197	ROSELI RODRIGUES DA SILVA
148	ROSIANE FARIA IMBRONISIO ARTIGAS
106	ROSILDA APARECIDA COSTA CASTRO
101	ROSIMARA APARECIDA PASK DOS SANTOS
23	RUBIANE DOS SANTOS
111	SABRINA FERNANDA DE ANDRADE STRESSER
188	SARA CRISTINA RODRIGUES DE PONTES
83	SENEIA ALVES DA SILVA SANTOS
256	SIRLENE BENTO DE FRANÇA
131	SOELI FERREIRA DE LARA
62	SUZANE DE MIRANDA BONFIM
203	TACIANE DOLIRIA DOS SANTOS MACHADO
75	TAINARA FERNADA GEFFER
120	TAIS CAROLINA VAZ
79	TAIS CAROLINE LESNIOWSKI ALVES
52	TALITA
268	TALITA NATEL
238	THAIS LAIZA NATEL DOS SANTOS
53	THALITA ALVES DE OLIVEIRA
24	THALITA DE JESUS MAKOSKI
28	THIAGO ODENIR COSTA LAPOLA
243	VALDIRENE DOS SANTOS FONTOURA
215	VALERIA DA SILVA FARIA
288	VALERIA DOS SANTOS PINTO
17	VALTER ALEXANDRE DOS SANTOS
194	VANESSA HALPES
204	VANESSA PEREIRA VANNES
114	VÂNIA MARIA FRANÇA
66	VERIDIANA MACHADO DOS SANTOS
211	VICTOR GABRIEL CAMARGO GUEDES
222	VILIAN MATOS PEREIRA
299	VINÍCIUS TAROUQUELA MOURA
16	VINICIUS VIDAL MARCANTE

INSCRIÇÕES INDEFERIDAS – AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

317	AIDES SOARES BEZERRA
160	ALICE LOPES DE OLIVEIRA
319	AMANDA BITTENCOURT JANUARIO CABARRAO DE GODOI
221	AMANDA PAUL
144	ANA CRISTINA DA SILVA GOOD
275	ANDERSON DESPESELL SENA
59	ANDREIAEVANGELISTA DA COSTA
278	ANE GABRIELE DE LARA
318	ANNY CAROLINE DA SILVA
229	BRUNA THAIS SILVESTRE LEHAR DE JESUS
306	BRUNELI DAMARIS FARIA
163	CARMEN LUCIA DO NASCIMENTO
102	CELMIRA DE OLIVEIRA BARBOSA
280	DAIANE INDIARA MACHADO DE GODOI STOOCHERO
309	DANIELE CAMARGO BARBOZA DA LUZ
273	DANIELE DE CRISTO DAL BOSCO
282	DHAIANE CAROLINE DOS SANTOS
314	DIRLÉIA MACHADO DO NASCIMENTO
301	ERIKA CARDOSO LEONEL DE SOUZA
117	FABIANA INÁCIO VIERA GREIN
266	FATIELE DE FRANÇA LEITE
252	FRANCYELLE FERNANDES DE SA
199	GELIADRIAN ESPANHOL
187	GERSON LARA DA LUZ
274	GILSON PEREIRA DA SILVA
285	GISLAINE DE FRANÇA BORGES
76	GRAZIELA THAMIRES SOARES COGROSSI
29	HELLEN GABRIELE DOS SANTOS
277	HELOISE GABRIELE DA SILVA
303	IDOARDO REINALDO DESPESELL
129	IRAIDE ALVES FERREIRA
139	ISABEL JOANA DA CRUZ
190	IVANILZA DE JESUS LINS
39	JANILCE CARVALHO NEGREIROS
176	JAQUELINE D OLIVEIRA PEREIRA MACHADO
90	JAQUELINE DE PAULA FARIA
312	JÉSSICA COSTA ROSA
297	JESSICA DA SILVA NUNES
21	JHON MARCOS BONFIM GOMES
263	JOAO LUCAS BATISTA BRANDT
311	JOCIANE PACHUD DOS SANTOS
186	JORGELE DYBAX RICARDO
45	JOSIANE APARECIDA F LIMA
276	JULIANE MAJOR DA LUZ
60	KARINA DOS SANTOS ARTIGAS
322	KARLA ELUIZE MEDEIROS PEREIRA
32	KARYN POLIANA BRAINE
320	KELLY THAIS DA SILVA MACHADO

182	KETTI FERNANDA PEDROSO PORFIRIO ROSA
242	LUANA CAROLINA FONTOURA
208	LUCAS DE ALMEIDA AZEVEDO ASSIS
149	LUCIANA MIRANDA DE LARA
295	LUIZ EDUARDO DOS SANTOS
46	MARCIA RODRIGUES DE LARA
122	MARCOS ANTONIO PEREIRA
198	MARIA APARECIDA PEIXOTO
145	MARIA FERNANDA
239	MARIA ISABEL SILVESTRE
141	MARIA SANTINA BARBIERI
260	MATHEUS HENRIQUE MATOS FELIPE
249	MELISSA MORELLI MIRANDA GREIN
313	NADIELE DOS SANTOS
308	NILZA ROZA ANDRETA
202	PABLO CORREA FRANCO
6	PAULA GIOVANA DE JESUS RIBEIRO
34	PAULA SUSIELE DA SILVA
281	PAULO RICARDO DOS SANTOS
107	RAISSA ALELUIA LACERDA
154	REBECCA PEREIRA CARMO SANTOS
38	ROSA EVA RUFINO DOS SANTOS
227	ROSANE DE ANDRADE STOOCHERO
315	ROSANGELA DE JESUS AGOSTINHO
310	SAMUEL KAIK SANCHES CAMPOS
205	SANDRA ROSA DO ESPÍRITO SANTO
251	SUEVELI DOS SANTOS RIBEIRO
152	SUSILAINE JAQUELINE COSTA CRISTO
173	SUZANA FERNANDES DA SILVA
166	TAIS LAPOLA PILAR DESPESELL
64	TATIANE DOS SANTOS PRESTES
67	TATIELE MIRANDA DE LARA
158	TAUANY DA SILVA RIBEIRO
162	WESLEN RICARDO FRANÇA RODRIGUES
178	ZENILDA DE LARA
200	ZENILDA DOS SANTOS

Publicado por:
Janete Baido Dos Santos Paes
Código Identificador:3E6606F0

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 369/2026 DE 08 DE AGOSTO 2026 - SMS

Considerando a Resolução SESA Nº 1711/2023, em que dispõe sobre o repasse financeiro referente à Assistência Financeira Complementar – AFC, de competência da União, em favor do Ministério da Saúde/Fundo Nacional de Saúde e repassado ao Estado/Fundo Estadual de Saúde, por meio de transferência na modalidade fundo a fundo, em conta corrente específica para fins de complementação do pagamento do Piso Salarial dos Profissionais da Enfermagem da Competência **Julho/2026**
A Secretaria Municipal de Saúde de Itaperuçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder o repasse no valor de **R$16.074,17 (Dezesseis mil, setenta e quatro reais e dezessete centavos)**) da modalidade fundo a fundo, para os servidores conforme tabela abaixo:

	CPF PROFISSIONAL	MATRICULA	NOME PROFISSIONAL	CNES	CBO	COMPLEMENTO JULHO/26
	03*******47	62941	ADRIANO GONCALVES DE SOUZA	4064607	322205	152,13
	03*******58	38171	ADRIANO SALES FARIA	6767680	223505	748,96
	12*******26	64341	AMANDA ALVES GOMES	4064607	322205	152,13
	10*******21	64361	AMANDA CAROLINE DE LARA CRUZ	4064607	322205	152,13
	08*******66	63321	ANDRESSA FERNANDA COUTINHO GONCALVES	4064607	322205	152,13
	09*******50	62351	ANDRESSA NUNES DE OLIVEIRA	0017639	322205	152,13
	07*******90	61721	ANGELICA FRANCA CRISTO STRESSER	9007210	322205	152,13
	05*******26	62991	ANDREIA MIRIAM RIBAS TABORDA	9007210	223505	748,96
	03*******28	61771	ARLINDA MARIA BONFIM DOS SANTOS	4064607	322205	152,13
	11*******90	64421	BARBARA THAIS GUSSO RIBEIRO	0017639	322205	152,13
	08*******71	68851	BARBARA THIALI FIORESE DE GODOI	4064607	322205	152,13
	09*******58	61411	BRUNA RAFAELA DE FRANCA BARROS	0017620	322205	152,13
	05*******76	64331	BRUNA REGINA CARDOSO GODOY	0017639	322205	152,13
	06*******15	63231	BRUNA SABRINA CORDEIRO DE FARIA	6767680	322205	152,13
	09*****46**	**69261**	**CAMILA CRISTINE STRESSER**	**3903893**	**322205**	**152,13**
	05*******40	68591	CAROLINE CORDEIRO DA SILVA	4064607	322205	152,13
	05*******69	38161	CHEILA VIVIANA DAS NEVES	0017620	223505	604,76
	04*******98	63291	CLARI APARECIDA MACHADO	4064607	322205	152,13
	08*******75	63211	DAFINY KAIRA COSTA FARIA DE SOUZA	2681471	322205	152,13
	03*******52	63201	DANIELE VIEIRA DE ANDRADE FRANCA	0017639	322205	152,13
	97*******15	64351	DIRLEI DE FATIMA MOREIRA	4064607	322205	152,13
	05*******77	62891	EDIVANIA APARECIDA DE BRITO	4064607	322205	152,13
	06*******60	65651	EDNA EMILENE DE BRITO COSTA	2681471	322205	152,13
	03*******84	62881	ELAINE TAVARES DOS SANTOS FIORESE	4064607	322205	152,13
	00*******40	62551	ELAINE VAZ DOS SANTOS	0017639	322205	152,13
	09*******38	62981	ELIZIANE DOS SANTOS PAULA MACHADO	4064607	322205	152,13
	09*******85	62561	ELLEN CRISTINE DO SACRAMENTO	4064607	322205	152,13
	10*******31	62951	EMANUELLY KUSTER DA COSTA DOS SANTOS	4064607	322205	152,13
	10*******77	61991	ERICA CRISTINY SOARES	2681471	322205	152,13
	06*******04	63331	EVELIN FRANCIELE CAMARGO DOS SANTOS	0017639	322205	152,13
	10*******19	65871	FRANCIELE DOS SANTOS MATOSO	4064607	322205	152,13

35*******21	64371	JACQUELINE PRISCILA DA SILVA	6767680	322205	152,13
09*******67	61071	JANAINA COSTA ROSA	4064607	322205	152,13
10*******33	63241	JENIFER FATIMA DE MELO BECKER	2681471	322205	152,13
07*******35	63221	JHONATAN RODRIGO DE GODOY	4064607	322205	152,13
04*******13	63311	JOSIANE SANTOS ARTIGAS LIMA	4064607	322205	152,13
84*******00	67071	JOSE KAPP	4064607	223505	748,96
09*******20	66021	KAUANA CAMILA PASKE	5520274	322205	152,13
11*******77	65431	KARINE DE ANDRADE	5520274	223505	748,96
08*******01	64381	LAYS CRISTINA FRANCA CRISTO	6767680	322205	152,13
08*******60	65021	LAURA CASTRO CORDEIRO	4064607	322205	152,13
09*******25	61901	LETICIA APARECIDA DE FREITAS DE LARA	4064607	322205	152,13
65*******34	64391	LIAMARA TEREZINHA DE BONFIM	2681471	322205	152,13
06*******28	38431	LOGLESIA MARTA KOBELNIK	4064607	223505	748,96
09*******78	65421	MARIA EDUARDA FIORESE	4064607	223505	748,96
03*******35	63271	MARIA SALETE MAGARI PESCK	0017639	322205	152,13
95*******68	64651	MARINES FATIMA LEMES DA ROSA PAIVA	4064607	322205	152,13
06*******30	62971	MAURIANE CRISTINA DE CRISTO	4064607	322205	152,13
06*******60	38151	MIRILEIDY DE LARA CHRISTO GONCALVES	3903893	223505	677,57
08*******82	62821	NADYA MARLIUCE DE BONFIM DE CRISTO	4064607	223505	748,96
02*******88	63011	ROSILDA APARECIDA COSTA CASTRO	2681471	322205	152,13
85*******72	62751	ROZIANI DE FATIMA STOCHERO	6767680	223505	748,96
02*******30	62771	SANDRA MARA GRAS DE LIMA GEFFER	4064607	223505	748,96
03*******11	63531	SARAH GONSALVES MIGUEL	0017639	223505	748,96
04*******88	62871	SUELEN BUENO DE CASTRO FARIA	4064607	322205	152,13
80*******49	68561	TEREZA MARTINS DE FREITAS DA COSTA	4064607	322205	152,13
08*******94	63181	TATIANE BUENO RODRIGUES	4064607	322205	152,13
05*******00	61941	VANESSA FARIA	4064607	322205	152,13
05*******08	65701	VIVIANE BORGES DOS SANTOS	4064607	322205	152,13
06*******65	67671	VALDIR JOSE DE BOMFIM	4064607	322205	152,13
Total					**16.074,17**

RUBIENE FÁTIMA COSTA PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Elton Joao de Moura
Código Identificador:C2F3D10B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATUBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO DISPENSA Nº. 029/2026-PMI

CONTRATO Nº. 102/2026.
CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE IVATUBA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 76.285.337/0001-54.**
CONTRATADA: **INDUSTRIAS OXFORD LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº.: 52.414.096/0001-38.**
OBJETO: **Contratação de Pessoa Jurídica para Aquisição e Instalação de cortinas.**
FISCAL DESIGNADO: **Rosimar dos Santos Roberto, Lotada na Gerência do Ensino Fundamental.**

Item	Undd	Qtdd	Especificação	R$ Unitário	R$ Total
1	M²	240,93	Cortina Tecido Blackout 100% Poliester, com Varão 28mm revestido em PVC, suporte 28mm em PVC, Argolas PVC 28mm, com Bainha lateral de 20mm, Barra de 10cmm Dupla. Com barra de 10cm dupla. Instalado na parede com Bucha e Parafuso 7mm. Cortina Franzido 250x 100 com escurecimento 80%. - 54 Unid. Instalada	R$ 50,00	R$ 12.046,50
2	M²	35,44	Persiana vertical em poliéster. Lâminas de 90 mm com largura de 9 cm, com sanefa, nas cores da palheta a escolher. Trilhos de alumínio da cor "natural fosco". Carrinho transportador de lâminas, com catraca autorrevogável das lâminas, caixa de comando com redutor de roldana tracionada para corrente de giro (cordão de nylon com bolinha plástica), corrente de base de plástico, corda de comando em nylon trançado na cor branca, pêndulo da corda em plástico com peso interno. 10 Unid. Instalada	R$ 100,00	R$ 3.544,00
TOTAL					R$ 15.590,50

VALOR: **R$ 15.590,50 (quinze mil quinhentos e noventa reais e cinquenta centavos).**
FUNDAMENTO LEGAL: **Lei n°. 14.133/2021.**
INICIO DE VIGÊNCIA: **26 de agosto de 2026.**
TERMINO DA VIGÊNCIA: **26 de agosto de 2027.**
FORO: **Comarca de Paiçandu – Pr.**

Ivatuba/Pr, 26 de agosto de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:75AF7B47

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO DISPENSA Nº. 030/2026-PMI

CONTRATO Nº. 103/2026.
CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE IVATUBA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 76.285.337/0001-54.**

CONTRATADA: **CONSULT COM. DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº.: 48.536.860/0001-70.**
OBJETO: **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva do sistema de monitoramento por câmeras do Município de Ivatuba/PR.**
FISCAL DESIGNADO: **Claudete Ghelere dos Santos, lotada na Secretaria de Assistência Social, Roseli de Fátima Celestino, lotada Secretaria de Meio Ambiente e Turismo, Renato Umbelino da Silva, lotado na Secretaria de Obras e Serviços.**

Item	Especificação	Undd	Qtdd	R$ Unitário	R$ Total	Total no Período de 12 meses
1.1	Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de câmeras de monitoramento da Secretaria de Obras – Garagem Municipal	SV/mês	6	46,43	278,58	R$ 3.342,96
1.2	Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de câmeras de monitoramento da Secretaria de Educação – Ensino Fundamental	SV/mês	28	46,43	1.300,04	R$ 15.600,48
1.3	Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de câmeras de monitoramento da Secretaria de Educação – Ensino Infantil	SV/mês	23	46,43	1.067,89	R$ 12.814,68
1.4	Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de câmeras de monitoramento da Secretaria de Assistência Social	SV/mês	4	46,43	185,72	R$ 2.228,64
1.5	Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de câmeras de monitoramento do CRAS	SV/mês	9	46,43	417,87	R$ 5.014,44
1.6	Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de câmeras de monitoramento de Ruas e Avenidas do município	SV/mês	23	46,43	1.067,89	R$ 12.814,68
1.7	Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de câmeras de monitoramento da Secretaria de Meio Ambiente	SV/mês	12	46,43	557,16	R$ 6.685,92
1.8	Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de câmeras de monitoramento do Cemitério Municipal	SV/mês	8	46,43	371,44	R$ 4.457,28
	TOTAL					R$ 62.959,08

VALOR: **R$ 62.959,08 (sessenta e dois mil novecentos e cinquenta e nove reais e oito centavos).**
FUNDAMENTO LEGAL: **Lei n°. 14.133/2021.**
INICIO DE VIGÊNCIA: **26 de agosto de 2026.**
TERMINO DA VIGÊNCIA: **26 de agosto de 2027.**
FORO: **Comarca de Paiçandu – Pr.**

Ivatuba/Pr, 26 de agosto de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:90DC152E

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DECRETO Nº 107/2026 DE 21/08/2026

MUNICIPIO DE IVATUBA
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 107/2026 de 21/08/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de IVATUBA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 989/2025 de 10/12/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 595.529,40 (quinhentos e noventa e cinco mil quinhentos e vinte e nove reais e quarenta centavos)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
02.000.00.000.0000.0.000.		PODER EXECUTIVO	
02.001.00.000.0000.0.000.		GABINETE DO PREFEITO	
02.001.04.122.0002.2.002.		MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	
714 - 3.3.90.39.00.00	03000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
05.004.00.000.0000.0.000.		GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS	
05.004.04.122.0002.2.023.		MANUTENÇÃO DA GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E OBRAS	
715 - 3.3.90.30.00.00	03000	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
06.001.00.000.0000.0.000.		GERÊNCIA DE ENSINO INFANTIL	
06.001.12.365.0005.2.024.		MANUTENÇÃO DA GERÊNCIA DE ENSINO INFANTIL	
716 - 3.3.90.30.00.00	03000	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
06.002.00.000.0000.0.000.		GERÊNCIA DE ENSINO FUNDAMENTAL	
06.002.12.361.0005.2.029.		MANUTENÇÃO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	
717 - 4.4.90.52.00.00	03107	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	154.000,81
06.003.00.000.0000.0.000.		GERÊNCIA DE MERENDA ESCOLAR	
06.003.12.306.0005.2.030.		MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR	
718 - 3.3.90.32.00.00	03000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	50.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	
07.001.00.000.0000.0.000.		GERÊNCIA DE LAZER, RECREAÇÃO E TÉCNICA ESPORTIVA	
07.001.27.812.0007.2.033.		MANUTENÇÃO DA GERÊNCIA DE LAZER, RECREAÇÃO E TÉCNICA ESPORTIVA	
719 - 3.3.90.39.00.00	03000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	25.000,00
720 - 4.4.90.52.00.00	03000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	750,00
08.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE	

08.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
08.001.10.301.0011.2.035.		MANUTENÇÃO DA GERÊNCIA DE SAÚDE	
721 - 3.3.90.32.00.00	03000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	20.000,00
08.001.10.301.0011.2.054.		MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS PISO DA ATENÇÃO BÁSICA EM SAUDE E INVESTIMENTOS	
662 - 3.3.90.39.00.00	38	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	70.000,00
667 - 4.4.90.52.00.00	3518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	43.840,00
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
09.001.00.000.0000.0.000.		GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
09.001.08.244.0014.2.043.		MANUTENÇÃO DA GERÊNCIA DE SERVIÇO SOCIAL	
722 - 3.3.90.30.00.00	03000	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
723 - 3.3.90.30.00.00	34934	MATERIAL DE CONSUMO	2.750,00
09.002.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE ASSITÊNCIA SOCIAL	
09.002.08.243.0014.2.042.		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE APOIO A CRIANÇA E ADOLESCENTE	
663 - 3.3.90.30.00.00	34934	MATERIAL DE CONSUMO	49.390,00
724 - 3.3.90.39.00.00	34934	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.798,59
09.002.08.244.0014.2.044.		MANUTENÇÃO DO CRAS	
671 - 3.3.90.39.00.00	33934	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	50.000,00
12.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO	
12.001.00.000.0000.0.000.		GERÊNCIA DE MEIO AMBIENTE	
12.001.18.541.0013.2.052.		MANUTENÇÃO DA GERÊNCIA DE MEIO AMBIENTE	
665 - 3.3.90.30.00.00	03000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
725 - 3.3.90.39.00.00	03000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	50.000,00
		Total Suplementação:	**595.529,40**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Superavit Financeiro;
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de IVATUBA , Estado do Paraná, em 21 de agosto de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

AUREA APARECIDA ANDRADE MELO
Contador

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:EC4EE799

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JAGUAPITÃ
ANEXO ÚNICO DO EDITAL N.º 11.01/2026 - CONVOCAÇÃO PARA PROVA DE TÍTULOS

8639 - AGENTE DE OPERAÇÃO DE ÁGUA E ESGOTO - JAGUAPITÃ			
INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE	
42497	ADRIANO APARECIDO DE ALMEIDA	Ampla Concorrência	
42021	ALDO BERNARDO DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
41993	ALLISON JUNIOR FELISMINO DE OLIVEIRA	Afrodescendente	
42305	DANIEL ALVES DA SILVA	PcD - Pessoa com Deficiência	
41968	DANIEL DA SILVA	Ampla Concorrência	
42306	DIEGO GOUVEIA MARQUES	Ampla Concorrência	
42746	EDER DA SILVA DE SOUZA	Ampla Concorrência	
42319	ELTON RICARDO DE SOUZA	Ampla Concorrência	
42633	GUILHERME BANDEIRA PAPKER	Ampla Concorrência	
42605	ISAIAS PAULO RODRIGUES BARBOSA JOSÉ	Ampla Concorrência	
41900	JOEL SANTOS DE SOUZA	Ampla Concorrência	
42353	MATHEUS FELIPE SILVA AKIZUKI PONTES	Ampla Concorrência	
41895	MURILO LUAN DA SILVA	Ampla Concorrência	
42671	OSMAIR FERNANDES DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	
42310	PAULO RICARDO GOMES BARBOSA	Ampla Concorrência	
42010	PAULO SERGIO DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	
42393	RICARDO ROSSETTO FIGUEIREDO SOARES	Ampla Concorrência	
42658	ROBERTO CARLOS DO NASCIMENTO	Ampla Concorrência	
42689	ROSELY DO NASCIMENTO	Ampla Concorrência	
42653	SILVIO JOSÉ SEGA DE ALMEIDA	Ampla Concorrência	
42191	SOLANGE FERNANDA FARIA	Ampla Concorrência	
42676	WASHINGTON DOS REIS FIGUEIREDO	Afrodescendente	
8640 - SERVIÇOS GERAIS - JAGUAPITÃ			
INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE	
42523	ADRIANA VIEIRA DUARTE	Ampla Concorrência	
42542	ADRIANO APARECIDO DE ALMEIDA	Ampla Concorrência	
42613	ALINE SOARES	Ampla Concorrência	
42212	ARIADE ALVES DO NASCIMENTO	Ampla Concorrência	
42132	BRUNA MENDES VIEIRA	Ampla Concorrência	
42345	CAIQUE CESAR DOS SANTOS PEREIRA	Ampla Concorrência	

42552	CLAUDIO GUALBERTO	Ampla Concorrência	
42607	CLÁUDIO RODRIGUES DE SOUZA	Ampla Concorrência	
42131	CLEVERSON RODRIGUES SCHELEGER	Ampla Concorrência	
42304	DANIEL ALVES DA SILVA	PcD - Pessoa com Deficiência	
42715	EMANUEL ELIEZER DE SOUZA	Ampla Concorrência	
42619	KAIQUE DE OLIVEIRA RIBEIRO	Ampla Concorrência	
41986	KERULYN LOPES DOS REIS	Ampla Concorrência	
41926	LEANDRA DANIEL DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
41966	LENON HENRIQUE ALVES DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
42035	LILIAN DE OLIVEIRA RICARDO	Ampla Concorrência	
42462	MÁRCIA CRISTINA TARGA	Ampla Concorrência	
42254	NÚBIA LORENA APARECIDA DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	
42287	ORLANDO APARECIDO VENTURINI	Ampla Concorrência	
42465	PATRÍCIA RODRIGUES BORGES	Ampla Concorrência	
42180	RENATA ZEFERINO MATIAS	Ampla Concorrência	
42023	ROSIMARI FERREIRA	Ampla Concorrência	
41891	VALDIR DIAS	Ampla Concorrência	
42284	VINICIUS DE OLIVEIRA DA SILVA	Ampla Concorrência	
41964	WALDINEIA BARBOSA DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
8641 - OPERADOR DE MÁQUINA PESADA - JAGUAPITÃ			
INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE	
42226	JHONATAN PINHEIRO BARBOSA	Ampla Concorrência	
42245	MURILO LUAN DA SILVA	Ampla Concorrência	
42593	REGIANE DOS SANTOS LIMA	Ampla Concorrência	
42508	VALDECIR JOAQUIM PORTUGUÊZ	Ampla Concorrência	
8642 - AGENTE ADMINISTRATIVO - JAGUAPITÃ			
INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE	
42448	ADRIANA APARECIDA FERNANDES	Ampla Concorrência	
41971	ADRIANA CRISTINA ALVES BARBOSA	Ampla Concorrência	
42081	ADRIANA MAGALHAES CAVALCANTE ZANOTTO	Afrodescendente	
42509	ALCIDES BRUNO MARIOTO SANDOLI	Ampla Concorrência	
42216	ALEX YUDI ALVES OZAWA	Ampla Concorrência	
41958	ALEXANDRA DA SILVA PEREIRA BORTOLASSI	Afrodescendente	
42318	ALINE PEREIRA DE SOUZA	Ampla Concorrência	
42308	ALINE RODRIGUES DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
42014	ALLAN VINICIUS FELISMINO DE OLIVEIRA	Afrodescendente	
41994	ALLISON JUNIOR FELISMINO DE OLIVEIRA	Afrodescendente	
42390	ALTHIER DIONIZIO DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
42431	AMÁBILLE RATKO DA COSTA	Ampla Concorrência	
41912	AMANDA ROSA DE SOUZA BRUNHOLI	Ampla Concorrência	
42320	AMAURI APARECIDO VIEIRA	Ampla Concorrência	
42412	ANDRÉ GONZALEZ DONADON LEAL	Ampla Concorrência	
42651	ANDRÉ LUIZ PINHEIRO	Afrodescendente	
42598	ANDREIA GABRIEL NEVES DE LIMA	Ampla Concorrência	
42270	ANDRESSA APARECIDA TAVARES DIAS	Ampla Concorrência	
42609	ANDREY RENAN MAGRO	Ampla Concorrência	
42227	ANGELITA LENICE ARALI DE ARAUJO	Ampla Concorrência	
42750	ANGELO GABRIEL PEREIRA BARBARINO	Ampla Concorrência	
42491	ANTHONY DE PAULA OLIVEIRA	Ampla Concorrência	
42492	ARIANE ISABELA DA SILVA MEDEIROS	Ampla Concorrência	
42026	CAIQUE HANDA DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	
41930	CARINE SILVA DE ALMEIDA	Afrodescendente	
41883	CARLA ROCHA DELMONICO	PcD - Pessoa com Deficiência	
42600	CARLOS EDUARDO APARECIDO LUIZ	Ampla Concorrência	
42499	CAROLINE KOPIEQUES	Ampla Concorrência	
42043	CASSIA MARIA LUIZ	Ampla Concorrência	
42440	CRISTINA ROZENO DE LIMA	Ampla Concorrência	
42253	DANIEL SILVA MENDES	Ampla Concorrência	
42240	DEISE CRISTINA DE MEDEIROS REIS	Ampla Concorrência	
42536	DIEGO NASCIMENTO DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
42726	DIORGES AMADEU	Ampla Concorrência	
42441	EDER DA SILVA DE SOUZA	Ampla Concorrência	
42718	EDUARDO AKIRA SHIMOMURA	Ampla Concorrência	
42282	EDUARDO VINICIUS SANTANA DOS SANTOS	PcD - Pessoa com Deficiência	
41942	ELISANGELA CRISTINA DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	
42382	ÉLISSON LUCAS PRATES BARBOSA	Ampla Concorrência	
42028	ELOISA APARECIDA GONCALVES DA SILVA	Ampla Concorrência	
42481	ELOIZA LUZIA DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	
42728	EMANUEL CÂNDIDO VIVAN	Ampla Concorrência	
42090	EMANUEL FELIPE DE JESUS VIANA	Ampla Concorrência	
42545	ERICKSON KENDI UETSUBO	Ampla Concorrência	
41976	FABIANA DE SOUZA FREITAS	Ampla Concorrência	
42561	FÁBIO RANGEL MATSUOKA CESTARI	Ampla Concorrência	
42647	FELIPE ALEXANDRE ROCHA PIRES	Ampla Concorrência	
42339	FELIPE FERREIRA DE FARIA ADELHUTTE	Ampla Concorrência	
42059	FERNANDA RAFAELA MENDES BATISTA SINTI	Ampla Concorrência	
42524	FLAVIA CAMILA ALVES	Ampla Concorrência	
42577	GABRIEL EMERENCIANO VENDRAMES	Ampla Concorrência	
41963	GABRIEL HENRIQUE DO NASCIMENTO GOMES	Ampla Concorrência	

42620	GABRIEL PERES CHIQUETTI	Ampla Concorrência	
41946	GHIOVANNA ANTUNES VALLINI	Ampla Concorrência	
42394	GISLAINE CONCEIÇÃO LEITE	Ampla Concorrência	
42498	GIULIANA ANGÉLICA BROGIATO	Ampla Concorrência	
42745	GREGORY MAX CARVALHO SOUZA	Afrodescendente	
42634	GUILHERME BANDEIRA PAPKER	Ampla Concorrência	
42495	GUILHERME HESPANHOL MULLER	Ampla Concorrência	
42644	GUILHERME LOPES TANAKA	Ampla Concorrência	
42364	GUSTAVO CARLOS LOPES	Ampla Concorrência	
42503	GUSTAVO DE MELO MORETTO	Ampla Concorrência	
41999	GUSTAVO HENRIQUE VERGILIO	Ampla Concorrência	
42468	IEZA BABILA GONCALVES	Ampla Concorrência	
42402	IGOR EDUARDO TORRES	Ampla Concorrência	
42510	ISABELY DOS SANTOS MARIOTO SANDOLI	Ampla Concorrência	
42739	ISADORA MARIA RUFFO NOGUEIRA	Ampla Concorrência	
42446	JACKSON YGOR VALÉRIO	Ampla Concorrência	
42525	JEAN MARCOS RODRIGUES DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	
42601	JEFERSON LEONARDO PEREIRA	Ampla Concorrência	
41902	JESSICA TATIANE DE LIMA DA SILVA	Ampla Concorrência	
42454	JOÃO GUILHERME STEPANIUK BASSACO	Ampla Concorrência	
42085	JOÃO HENRIQUE GOMES MACHADO CORDEIRO	Ampla Concorrência	
42099	JOSÉ MARCIO DE OLIVEIRA JUNIOR	Ampla Concorrência	
42643	JOSÉ VICTOR MARINI	Ampla Concorrência	
42527	JOSIELE GONÇALVES DE PAULA	Ampla Concorrência	
42061	JULIA DALILA DOS SANTOS PEQUENO ALVES	Ampla Concorrência	
42003	JULIA FERNANDA DE MELO	Ampla Concorrência	
42660	JULIANA LAIS SILVA DAS VIRGENS	Ampla Concorrência	
41880	KADILA HENRIQUE DA ROCHA DELMONICO	Ampla Concorrência	
42571	KATLEEN DE OLIVEIRA BRITO	Ampla Concorrência	
42708	KENDI FELIPE UETSUBO	Ampla Concorrência	
41931	LEONARDO CAMARGO CONSALTER	Ampla Concorrência	
42616	LEONARDO FRANCISCO BORGES	Ampla Concorrência	
42101	LEONARDO PERRE DOENHA	Ampla Concorrência	
42537	LORRAINE CAMILA DE SOUZA PEREIRA	Ampla Concorrência	
42735	LUANA CARVALHO	Ampla Concorrência	
42656	LUANA DE SOUZA BARBOSA	Ampla Concorrência	
42641	LUARA CAROLINE RIBEIRO	Ampla Concorrência	
42449	LUCAS CASSIANO DA SILVA	Ampla Concorrência	
42747	LUCAS EMANUEL PEREIRA DE SOUZA	Afrodescendente	
42538	LUCIANA DOS SANTOS ZEFERINO	Afrodescendente	
42594	LUIZ CESAR FIORI	Ampla Concorrência	
42236	MAICON ERICS MATHEUS DOMINGOS	Ampla Concorrência	
42686	MANUELA DA SILVA	Ampla Concorrência	
42029	MARCELO DOS SANTOS RODRIGUES PEREIRA	Afrodescendente	
42680	MARCELO FERMINO MOREIRA	Ampla Concorrência	
42426	MARCELO FERNANDES	Ampla Concorrência	
42604	MARIA CLARA FERNANDES MONTEIRO	Ampla Concorrência	
42012	MARIA EDUARDA DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
42470	MARIANA VALENTINA DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
42424	MARIANE SPERANDIN	Ampla Concorrência	
42063	MATEUS AZINARI	Ampla Concorrência	
42505	MATEUS GABRIEL PEREIRA DE SOUZA	Afrodescendente	
42678	MATHEUS CARRARA DE SOUZA	Ampla Concorrência	
42002	MATHEUS DEZOTTI TOLENTINO	Ampla Concorrência	
42575	MAURO CELSO SCOLARI	Ampla Concorrência	
42707	MAYARA CRISTINA DA CRUZ GONÇALVES	Ampla Concorrência	
42297	MILENA THAMIRIS ALMEIDA DA SILVA	Ampla Concorrência	
42385	NÁGILLA ALÉXIA FERREIRA ROCHA VAZ	Ampla Concorrência	
42086	NICOLLAS SANTANA LOPES	Ampla Concorrência	
42414	OTÁVIO HENRIQUE CAMPOS MARCON	Ampla Concorrência	
42024	PATRÍCIA ERHARDT ARTEMAN	Ampla Concorrência	
42352	PAULA MAYARA FERREIRA BERNARDES	Ampla Concorrência	
42312	PEDRO HENRIQUE DE OLIVEIRA GONÇALVES	Ampla Concorrência	
41952	PRISCILA SOUZA CARDOSO	Ampla Concorrência	
42659	QUESIA ROSA DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
42639	RAFAELLA GOMES DIAS	Ampla Concorrência	
42405	RAMON HENRIQUE CARVALHO SCHWINGEL	Ampla Concorrência	
41882	RENATA FERNANDA MADEIRA DE FARIAS	Ampla Concorrência	
42106	RENATA TEODORO DE SOUZA	Ampla Concorrência	
42667	ROBERTO SINTI	Ampla Concorrência	
42371	SAULO RODRIGO CAETANO DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
42654	SILVIO JOSÉ SEGA DE ALMEIDA	Ampla Concorrência	
42356	TELIANA CAMPOS E PRADO PAIXÃO	Ampla Concorrência	
42638	THAILANI GUIMARÃES VASCONCELOS	Ampla Concorrência	
42713	THAISE MARCELE VIANA	Ampla Concorrência	
42554	THIAGO HENRIQUE ARALI BOTTAZZARI	Ampla Concorrência	
42025	TIAGO DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	
42161	TUANI BARROS DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	
42455	VALDIR ANTONIO KULKA GOES	Ampla Concorrência	
42005	VANESSA CAROLINE DE LIMA VENANCIO	Ampla Concorrência	
42627	VICTÓRIA RIBEIRO DE PAULA	Ampla Concorrência	
42749	VINICIUS AMADEU BORASCHI	Ampla Concorrência	
42123	VINÍCIUS DURANTE ROLIM	Ampla Concorrência	
42199	VINICIUS MURILO GONÇALVES SANTANA	Afrodescendente	
41953	VIRGILIO JOSÉ MARCHESINI DE SOUZA	Ampla Concorrência	
42273	VITOR NOGUEIRA VIDAL	Ampla Concorrência	
42387	VIVIAN MARTINS SILVA	Ampla Concorrência	
41872	WILLIAN SANT ANA LOPES	Afrodescendente	
42422	WILSON SANTANA DA SILVA	Ampla Concorrência	

42354	YASMIM RODRIGUES SCHELEGER	Ampla Concorrência	
42562	YASMIN DE SOUZA FERRER	Ampla Concorrência	
8643 - AGENTE DE FISCALIZAÇÃO E LEITURA - JAGUAPITÃ			
INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE	
42611	ALAN JORGE TORRES	Ampla Concorrência	
41929	ALESSANDRE FRANCISCO DA SILVA	Ampla Concorrência	
42032	ALEX RICARDO	Ampla Concorrência	
42684	ALEX SANDER ALVIM CAVECCHIA	Ampla Concorrência	
42355	ANA LUCIA BATISTA ALVES PEDRO	Ampla Concorrência	
41927	ANDERSON LEANDRO FERREIRA	Ampla Concorrência	
42343	ANDRE SINTI	Ampla Concorrência	
41885	CARLA ROCHA DELMONICO	PcD - Pessoa com Deficiência	
42436	CARLSO FELIPE SANTOS BAREZ	Ampla Concorrência	
42629	CELIA PEREIRA DA SILVA BOTTAZZARI	Ampla Concorrência	
42103	CRISTIANO TEIXEIRA DE ALMEIDA	Ampla Concorrência	
42128	DANILO AUGUSTO LOBATO	Ampla Concorrência	
42646	EDUARDO RIBEIRO DA SILVA	Ampla Concorrência	
42283	EDUARDO VINICIUS SANTANA DOS SANTOS	PcD - Pessoa com Deficiência	
42727	ELIZANGELA APARECIDA DE CASTRO	Ampla Concorrência	
42734	EMANUEL FELIPE DE JESUS VIANA	Ampla Concorrência	
42699	EVERTON DA SILVA CANDIDO	Ampla Concorrência	
42531	FERNANDO FRANCISCO MOREIRA	Ampla Concorrência	
41951	GEOVANE DE MELLO ROBERTO	Ampla Concorrência	
42401	GUILHERME DE OLIVEIRA GARCIA	Afrodescendente	
42375	ISAAC DALANORA	Ampla Concorrência	
42724	ISADORA IACONO ACCETI	Ampla Concorrência	
42071	JÉSSICA FERNANDA PEREIRA MORAES	Ampla Concorrência	
42582	JESSICA MARIA LEONEL DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
42066	JOÃO ANTONIO SENA	Ampla Concorrência	
42246	JOÃO PAULO BARBOSA LOPES	Ampla Concorrência	
42471	JOSÉ DOMINGOS ELIAS	Ampla Concorrência	
42702	JOSÉ LUIZ DE ANDRADE	Ampla Concorrência	
42091	JOSE UMBERTO CAVECCHIA JUNIOR	Ampla Concorrência	
42361	KETLIN FERREIRA	Ampla Concorrência	
41928	LEANDRA DANIEL DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
42673	LEONARDO ENRIQUE MACHADO	Ampla Concorrência	
42098	LEONARDO PALOMARES PERES	Ampla Concorrência	
42185	LEONARDO PERRE DOENHA	Ampla Concorrência	
42447	LUCAS RATKO DA COSTA	Ampla Concorrência	
41956	LUIZ GUSTAVO PINTO MADEIRA	Ampla Concorrência	
42031	MARCELO DOS SANTOS RODRIGUES PEREIRA	Afrodescendente	
42417	MARCELO LUIZ DE LIMA	Ampla Concorrência	
41977	MARCOS ANTONIO DA COSTA JUNIOR	Ampla Concorrência	
42124	MARCOS VINICIUS DE SOUZA CORREIA	Ampla Concorrência	
42111	MARIO SERGIO CORRÊA COLHADO	Ampla Concorrência	
42506	MATEUS GABRIEL PEREIRA DE SOUZA	Afrodescendente	
42748	MATHEUS HENRIQUE MARSÃO	Ampla Concorrência	
42074	MAYCON HENRIQUE DO NASCIMENTO	Ampla Concorrência	
42294	NICOLAS PEREIRA DA SILVA	Ampla Concorrência	
42365	OSCAR DA SILVA AGUIAR JUNIOR	Ampla Concorrência	
42657	OSMAR LUIZ GONCALVES	Ampla Concorrência	
42228	RAFAEL AUGUSTO GRIZOSTIMO	Ampla Concorrência	
42062	RAFAELA BATISTA VALERIANO	Ampla Concorrência	
42406	RAMON HENRIQUE CARVALHO SCHWINGEL	Ampla Concorrência	
42384	REGINALDO DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	
42534	RENAN BARTZ PEREIRA	Ampla Concorrência	
42134	ROGÉRIO AFONSO DA SILVA	Ampla Concorrência	
42580	RONALDO DIEGO GAMA DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	
42490	SANDRA MARGARETE BATISTA	Ampla Concorrência	
42174	THIAGO PETRONILIO DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
42302	TIAGO RODRIGUES DOS SANTOS	Afrodescendente	
42413	TOBIAS PEREIRA MENGER	Ampla Concorrência	
42674	VALDIR NUNES MESSIAS	Ampla Concorrência	
42082	VANESSA CAROLINE DE LIMA VENANCIO	Ampla Concorrência	
42383	VICTOR HUGO VIEIRA DA SILVA	Ampla Concorrência	
42200	VINICIUS MURILO GONÇALVES SANTANA	Afrodescendente	
41954	VIRGILIO JOSÉ MARCHESINI DE SOUZA	Ampla Concorrência	
42135	WALDINEIA BARBOSA DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
42403	WILIAN DIAS DA SILVA	Ampla Concorrência	
42632	WILLIS APARECIDO DOS SANTOS	Afrodescendente	
42423	WILSON SANTANA DA SILVA	Ampla Concorrência	
8644 - TÉCNICO EM QUÍMICA - JAGUAPITÃ			
INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE	
42621	ADEVILSON JOSÉ SOARES	Ampla Concorrência	
42599	ALEX FAQUIM	Ampla Concorrência	
42195	ALISSON DE LIMA FIGUEIREDO	Ampla Concorrência	
42558	ANA CAROLINA ROSA	Ampla Concorrência	
42606	ANGELICA RIBEIRO CLAUS	Ampla Concorrência	
42367	CAMILA PASSOS NASCIMENTO VIEIRA DA SILVA	Ampla Concorrência	

42479	CAROLINE SANTANA DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
42281	DAIANE GALVÃO OLIVEIRA	Ampla Concorrência	
42307	DIEGO GOUVEIA MARQUES	Ampla Concorrência	
42187	DIEGO PAULINO	Afrodescendente	
42677	DIRCEU CAMARA JUNIOR	Ampla Concorrência	
42467	GISELA DA SILVA VIEIRA	Ampla Concorrência	
42159	GISELLE FREITAS ALVES	Ampla Concorrência	
42701	GUILHERME SALDANHA DE MELO	Ampla Concorrência	
42080	HEYDELBERG BADARO LIMA JUNIOR	Ampla Concorrência	
42461	IRIS INDYAMARA VELLOZO	Ampla Concorrência	
42511	JOÃO VITOR DE CAMPOS	Ampla Concorrência	
42589	JOÃO VITOR FRANCISCO ZANACOLI	Ampla Concorrência	
42624	JONATHAN ALVES DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
42522	JORGE ALEXANDRE ZATO	Ampla Concorrência	
42625	JUSSARA DA SILVA PRESTES	Ampla Concorrência	
42560	KELLY ROBERTA SPACINO	Ampla Concorrência	
42488	LARISSA SCHMIEDT DA SILVA	Ampla Concorrência	
42688	LÚCIA DE PAULA ALVES	Ampla Concorrência	
41967	LUIS EDUARDO DANIEL DOS SANTOS	PcD - Pessoa com Deficiência	
42669	LUIZ FERNANDO DOMINGOS	Ampla Concorrência	
42115	MARCIO ANDRE GUERRA	Ampla Concorrência	
42602	MARCOS VINÍCIUS SALLES NUNES	Ampla Concorrência	
42572	MARIA EDUARDA RODRIGUES	Ampla Concorrência	
42015	MARIANA GONÇALVES VIANA	Ampla Concorrência	
42194	MARINA DOS REIS OLIVEIRA	Ampla Concorrência	
42055	MATHEUS FERNANDO PIVETA	Ampla Concorrência	
42697	MIGUEL TOLEDO NICOLETTI	Ampla Concorrência	
41888	NAGILA NAYANE SANTANA XAVIER CAMPOS	Ampla Concorrência	
41915	NILTON SANTANA DA SILVA	Ampla Concorrência	
42176	PATRICIA CRISTINA RAYMUNNDO	Ampla Concorrência	
42429	PEDRO HENRIQUE SCHMOELLER BACURAU	Ampla Concorrência	
41995	PEDRO LEONARDO VIEIRA ANDRADE	Ampla Concorrência	
42018	RENILDO RIBEIRO DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
42350	TIAGO JOSE ORTIZ	Ampla Concorrência	
41996	YASMIN RAINERI SILVA	Ampla Concorrência	
8645 - CONTADOR - JAGUAPITÃ			
INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE	
41992	ADILSON DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência	
41991	ALLAN ELIAS DA SILVA	Ampla Concorrência	
42016	ALLAN VINICIUS FELISMINO DE OLIVEIRA	Afrodescendente	
42725	AMANDA MARIA DA SILVA	Ampla Concorrência	
42548	ANA PAULA BISPO GONÇALVES	PcD - Pessoa com Deficiência	
42079	ANDERSON BERTOLLA	Ampla Concorrência	
42628	BRUNO HIDEKI NAKASSUGUI FUKUDA	Ampla Concorrência	
41886	EDUARDO CHIAVELLI PUGA	Ampla Concorrência	
42709	EDUARDO DE CASTRO RIBEIRO	Ampla Concorrência	
42410	ELIANE DE BARROS ZANOLI	Ampla Concorrência	
42223	EMERSON DE ANDRADE JANUSKEVICIUS	Ampla Concorrência	
41876	ERICK DOUGLAS YAMAKAWA	Ampla Concorrência	
42487	FERNANDO BARBARA CORREA	Ampla Concorrência	
42484	GUILHERME NOGUEIRA FUKUCIRO RODRIGUES DA SILVA	Ampla Concorrência	
42670	JAIR IGNACIO DE SOUZA JUNIOR	Ampla Concorrência	
42037	JANAINA CANDIDA PEREIRA	Ampla Concorrência	
41881	KADILA HENRIQUE DA ROCHA DELMONICO	Ampla Concorrência	
41892	LEONARDO RODRIGUES COSTA	Ampla Concorrência	
41870	LUCIMAR ANGELO DE LIMA	Ampla Concorrência	
42154	MAIKON RIBEIRO CELESTINO CAMPONES	Ampla Concorrência	
42155	MARCOS MARQUES MOTA	Ampla Concorrência	
42011	MATEUS AZINARI	Ampla Concorrência	
42521	MATEUS VINICIUS SOBRINHO DE REZENDE	Afrodescendente	
41949	OLAVIO LEANDRO DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
42416	OTÁVIO HENRIQUE CAMPOS MARCON	Ampla Concorrência	
42381	PAULA KAORY OSAWA MATSUSHIMA	Ampla Concorrência	
42517	PEDRO HENRIQUE MORO EUGENIO	Ampla Concorrência	
42556	RAFAEL HIDEKI FUKAE	Ampla Concorrência	
42650	RENAN MANTOVANI PERON	Ampla Concorrência	
42694	RENATA DE SOUZA MELO	Ampla Concorrência	
42576	RONALDO NOGUEIRA DOMINGOS GERVASIO	Ampla Concorrência	
42121	SIDNEI PEREIRA GOULART JUNIOR	Ampla Concorrência	
42464	WELERSON FÁBIO BRAMBILA	Ampla Concorrência	
8646 - ENGENHEIRO SANITARISTA - JAGUAPITÃ			
INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE	
42564	ALEF HENRIQUE BARROS	Ampla Concorrência	
42630	BRUNA CAROLINE ALTOMANI	Ampla Concorrência	
42485	CEZAR AUGUSTO MOREIRA	Ampla Concorrência	
41887	EDGAR BITENCOURT SILVA	Ampla Concorrência	
42179	ÉRICA DA SILVA SANTOS	Ampla Concorrência	
42432	HEYTOR NOGUEIRA VIANA	Ampla Concorrência	
42083	JADSON DE OLIVEIRA ARAUJO	Ampla Concorrência	

41997	JOHVANNY LOURENÇO MENDONÇA	Ampla Concorrência	
42314	JOSÉ DAVI DE SOUZA OLIVEIRA	Ampla Concorrência	
42528	KAROLINE OLIVEIRA MORAIS DE ABREU	Ampla Concorrência	
42555	LUCAS AMARAL ZANINI	Ampla Concorrência	
42549	LUCIANO LACERDA ANTONINI	Ampla Concorrência	
42559	NAYARA DE OLIVEIRA BATISTA PAVAN	Ampla Concorrência	
41908	PATRICK CONSTANTINO SILVA	Ampla Concorrência	
42453	RICARDO ALMEIDA DOS SANTOS	Ampla Concorrência	
42489	STEPHANIE LUANA URATA	Ampla Concorrência	
42435	VITÓRIA ESTELA FACCIO LOPES	Ampla Concorrência	
42687	VITÓRIA NARITA DANTAS	Afrodescendente	
42130	YASMIN SANTOS ALVES	Ampla Concorrência	

Publicado por:
Diogo Alves
Código Identificador:488CC7B7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ DO SUL

DIRETORIA DE CONTABILIDADE
DECRETO N° 65/2026

DECRETO Nº 65/2026

SÚMULA: Abre Crédito Adicional, no orçamento geral do município de Jundiaí do Sul, autorizado pela Lei Municipal n°. 802 de 22 de dezembro de 2025, para o exercício de 2026 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUNDIAI DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:

DECRETA:

Artigo 1°. Fica aberto no orçamento corrente, um Crédito Adicional no valor de R$ 2.111.867,78 (Dois Milhões, Cento e Onze Mil, Oitocentos e Sessenta e Sete Reais e Setenta e Oito Centavos), no exercício de 2026, conforme dotações abaixo:

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
02	Gabinete, Procuradoria, Controladoria	
02.001	GABINETE DO PREFEITO	
04.122.0010.2002	MANUTENÇÃO DO EXECUTIVO MUNICIPAL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
120	00000-Recursos Ordinários (Livres)	139.676,17
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
130	00000-Recursos Ordinários (Livres)	21.688,81
02.002	MANUTENÇÃO DA JUNTA MILITAR	
04.122.0010.2003	MANUTENÇÃO DA JUNTA DE SERVIÇOS MILITAR E IDENTIFICAÇÃO	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
200	00000-Recursos Ordinários (Livres)	38.253,34
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
210	00000-Recursos Ordinários (Livres)	7.811,59
02.003	PROCURADORIA GERAL	
02.062.0010.2004	MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA JURIDICA MUNICIPAL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
270	00000-Recursos Ordinários (Livres)	39.245,71
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
280	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.234,41
02.004	CONTRALODARIA GERAL DO MUNICIPIO	
04.124.0010.2005	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
340	00000-Recursos Ordinários (Livres)	20.660,93
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
350	00000-Recursos Ordinários (Livres)	9.067,75
	SUBTOTAL	286.638,71
05	Departamento de Administração Geral	
05.001	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
04.122.0010.2006	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
410	00000-Recursos Ordinários (Livres)	56.021,12
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
420	00000-Recursos Ordinários (Livres)	20.071,82
05.002	COMPRAS E LICITAÇÕES	
04.122.0010.2008	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE COMPRAS E LICITAÇÃO	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
580	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.571,96
05.003	RECURSOS HUMANOS	
04.128.0010.2009	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
650	00000-Recursos Ordinários (Livres)	88.615,46
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
660	00000-Recursos Ordinários (Livres)	14.951,22
	SUBTOTAL	190.231,58
06	Departamento de Planejamento e Orçamento	
06.001	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	

04.121.0010.2011	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
840	00000-Recursos Ordinários (Livres)	71.499,88
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
850	00000-Recursos Ordinários (Livres)	12.208,02
	SUBTOTAL	83.707,90
07	Departamento de Finanças	
07.001	CONTABILILDADE	
04.123.0010.2012	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTABILIDADE	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
910	00000-Recursos Ordinários (Livres)	66.813,13
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
920	00000-Recursos Ordinários (Livres)	8.001,47
07.002	TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	
04.129.0010.2013	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
980	00000-Recursos Ordinários (Livres)	70.170,11
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
990	00000-Recursos Ordinários (Livres)	12.878,72
07.003	TESOURARIA	
04.123.0010.2014	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TESOURARIA	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1060	00000-Recursos Ordinários (Livres)	53.200,04
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1070	00000-Recursos Ordinários (Livres)	6.480,67
	SUBTOTAL	217.544,14
08	Depto. de Agricultura, Abast. e Meio Ambiente	
08.001	AGRICULTURA	
20.608.0010.2017	MANUTENÇAÕ DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1230	00000-Recursos Ordinários (Livres)	25.194,94
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1240	00000-Recursos Ordinários (Livres)	4.427,25
	SUBTOTAL	29.622,19
10	Departamento de Cultura	
10.001	CULTURA	
13.392.0023.2037	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CULTURA	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2220	00000-Recursos Ordinários (Livres)	15.935,44
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2230	00000-Recursos Ordinários (Livres)	176,67
	SUBTOTAL	16.112,11
11	Departamento de Esporte e Lazer	
11.001	GABINETE DO DIRETOR	
27.813.0023.2038	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2310	00000-Recursos Ordinários (Livres)	39.262,93
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2320	00000-Recursos Ordinários (Livres)	8.446,66
	SUBTOTAL	47.709,59
12	Departamento de Saúde	
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
10.301.0025.2048	MANUTENÇAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2823	00000-Recursos Ordinários (Livres)	16.200,00
10.302.0025.2051	MANUTENÇAÕ DA UNIDADE MISTA DE SAUDE SÃO FRANCISCO DE ASSIS	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
3062	00000-Recursos Ordinários (Livres)	64.800,00
10.301.0025.2048	MANUTENÇAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2824	00494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	89.100,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2831	00000-Recursos Ordinários (Livres)	3.800,00
10.302.0025.2051	MANUTENÇAÕ DA UNIDADE MISTA DE SAUDE SÃO FRANCISCO DE ASSIS	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
3071	00000-Recursos Ordinários (Livres)	15.200,00
10.301.0025.2048	MANUTENÇAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2832	00494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	20.900,00
3.3.71.70.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	
2851	00000-Recursos Ordinários (Livres)	200.000,00
10.301.0025.2044	MANUTENÇÃO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - RECURSOS LIVRES	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
2670	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
10.301.0025.2048	MANUTENÇAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2902	00000-Recursos Ordinários (Livres)	100.000,00
	SUBTOTAL	515.000,00
14	Departamento de Assistência Social	
14.001	ASSISTENCIA SOCIAL	
08.243.0030.2059	MANTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR E CMDCA MUNICIPAL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
3500	00000-Recursos Ordinários (Livres)	60.816,55
08.244.0010.2063	MANUTENÇAO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
3700	00000-Recursos Ordinários (Livres)	147.908,38
08.243.0030.2059	MANTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR E CMDCA MUNICIPAL	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	

3510	00000-Recursos Ordinários (Livres)	17.035,25
08.244.0010.2063	MANUTENÇAO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
3710	00000-Recursos Ordinários (Livres)	58.449,82
	SUBTOTAL	284.210,00
15	Depto. de Habitação, Urbanismo e Obras Públicas	
15.002	URBANISMO	
15.451.0018.2071	PROGRAMA MUNICIPAL DAS ATIVIDADES DE URBANISMO	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
4130	00000-Recursos Ordinários (Livres)	247.835,59
15.452.0018.2077	PROGRAMA MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO DA COLETA DE LIXO URBANO	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
4300	00000-Recursos Ordinários (Livres)	77.967,67
15.451.0018.2071	PROGRAMA MUNICIPAL DAS ATIVIDADES DE URBANISMO	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
4140	00000-Recursos Ordinários (Livres)	75.698,91
15.452.0018.2077	PROGRAMA MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO DA COLETA DE LIXO URBANO	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
4310	00000-Recursos Ordinários (Livres)	8.913,20
	SUBTOTAL	410.415,37
16	Departamento de Transportes Rodoviário	
16.001	SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	
26.782.0031.2082	PROGRAMA DE MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES MUNICIPAIS	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
4780	00000-Recursos Ordinários (Livres)	15.676,19
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
4800	00000-Recursos Ordinários (Livres)	15.000,00
	SUBTOTAL	30.676,19
	TOTAL	2.111.867,78

Artigo 2º- Para dar cobertura ao Crédito aberto no artigo anterior, fica indicado como recurso o seguinte:
I - Na forma do disposto no artigo 43, Parágrafo 1º, Inciso I da Lei Federal nº. 4.320/64, o Superávit Financeiro nas seguintes fontes de recursos:

Fonte		
Fonte	Descrição	Valor
00000	Recursos Ordinários (Livres)	400.000,00
	TOTAL	400.000,00

II - Na forma do disposto no artigo 43, Parágrafo 1º, Inciso III da Lei Federal nº. 4.320/64, a anulação das seguintes dotações:

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
02	Gabinete, Procuradoria, Controladoria	
02.001	GABINETE DO PREFEITO	
04.122.0010.2002	MANUTENÇÃO DO EXECUTIVO MUNICIPAL	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
170	00000-Recursos Ordinários (Livres)	114.575,17
02.002	MANUTENÇÃO DA JUNTA MILITAR	
04.122.0010.2003	MANUTENÇÃO DA JUNTA DE SERVIÇOS MILITAR E IDENTIFICAÇÃO	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
220	00000-Recursos Ordinários (Livres)	3.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
230	00000-Recursos Ordinários (Livres)	2.500,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
240	00000-Recursos Ordinários (Livres)	2.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
250	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
260	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
02.003	PROCURADORIA GERAL	
02.062.0010.2086	SENTENÇA JUDICIAIS - PRECATÓRIOS	
3.1.90.91.00.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	
330	00000-Recursos Ordinários (Livres)	27.857,16
02.062.0010.2004	MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA JURIDICA MUNICIPAL	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
290	00000-Recursos Ordinários (Livres)	8.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
300	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
310	00000-Recursos Ordinários (Livres)	25.000,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
320	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
02.004	CONTRALODARIA GERAL DO MUNICIPIO	
04.124.0010.2005	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
360	00000-Recursos Ordinários (Livres)	8.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
380	00000-Recursos Ordinários (Livres)	3.000,00
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	
390	00000-Recursos Ordinários (Livres)	3.000,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
400	00000-Recursos Ordinários (Livres)	2.000,00
	SUBTOTAL	228.932,33
05	Departamento de Administração Geral	
05.001	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
14.333.0031.2007	APOIO FIANCEIRO AO TRANSPORTE DE UNIVERSITARIOS/ALUNOS E TRABALHADORES	
3.3.50.43.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	
560	00000-Recursos Ordinários (Livres)	300.000,00
05.002	COMPRAS E LICITAÇÕES	

04.122.0010.2008	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE COMPRAS E LICITAÇÃO	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
570	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.571,96
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
610	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
630	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
05.003	RECURSOS HUMANOS	
04.128.0010.2009	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
760	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
	SUBTOTAL	325.571,96
06	Departamento de Planejamento e Orçamento	
06.001	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	
04.121.0010.2011	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
860	00000-Recursos Ordinários (Livres)	4.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
870	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
880	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
04.121.0010.2010	PROGRAMA DE ELABORAÇÃO E ATUALIZAÇAO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
820	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
04.121.0010.2011	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
900	00000-Recursos Ordinários (Livres)	7.000,00
	SUBTOTAL	36.000,00
07	Departamento de Finanças	
07.001	CONTABILILDADE	
04.123.0010.2012	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTABILIDADE	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
940	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
950	00000-Recursos Ordinários (Livres)	35.000,00
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	
960	00000-Recursos Ordinários (Livres)	4.000,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
970	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
07.002	TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	
04.129.0010.2013	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1010	00000-Recursos Ordinários (Livres)	7.000,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
1020	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
1050	00000-Recursos Ordinários (Livres)	6.000,00
07.003	TESOURARIA	
04.123.0010.2014	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TESOURARIA	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
1100	00000-Recursos Ordinários (Livres)	2.000,00
	SUBTOTAL	84.000,00
08	Depto. de Agricultura, Abast. e Meio Ambiente	
08.003	MEIO AMBIENTE	
18.541.0018.2021	PROGRAMA DE MANUTENÇÃO DO VIVEIRO MUNICIPAL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
771	00000-Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
781	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.500,00
18.541.0018.2022	PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO DE NASCENTES DE RIOS E MINAS	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
1430	00000-Recursos Ordinários (Livres)	4.122,19
	SUBTOTAL	29.622,19
10	Departamento de Cultura	
10.001	CULTURA	
13.392.0023.2037	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CULTURA	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
2300	00000-Recursos Ordinários (Livres)	16.112,11
	SUBTOTAL	16.112,11
11	Departamento de Esporte e Lazer	
11.002	ESPORTES	
27.812.0023.2041	PROGRAMA DE APOIO AS EQUIPES ESPORTIVAS MUNICIPAIS	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
2530	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
27.812.0023.2040	PROGRAMA DE MANTENÇÃO E CONSEVAÇÃO DE ACADEMIAS E PARQUE INFANTIS MUNICIPAIS	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2470	00000-Recursos Ordinários (Livres)	15.000,00
27.812.0023.2041	PROGRAMA DE APOIO AS EQUIPES ESPORTIVAS MUNICIPAIS	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2540	00000-Recursos Ordinários (Livres)	12.709,59
27.812.0023.2040	PROGRAMA DE MANTENÇÃO E CONSEVAÇÃO DE ACADEMIAS E PARQUE INFANTIS MUNICIPAIS	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
2480	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
	SUBTOTAL	47.709,59
12	Departamento de Saúde	
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
10.303.0025.2045	PROGRAMA MUNICIPAL DE FARMACIA BASICA - ASSISTENCIA FARMACEUTICA	

3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
3160	00494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	30.000,00
10.301.0025.2046	PROGRAMA MUNICIPAL DE AÇÕES ESTRATÉGICAS - PSF/SB	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2760	00494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	80.000,00
	SUBTOTAL	110.000,00
14	Departamento de Assistência Social	
14.001	ASSISTENCIA SOCIAL	
08.245.0030.2084	EMENDA IMPOSITIVA Nº 01/2024 - REPASSE PARA A.P.A.E.	
3.3.50.43.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	
4040	00000-Recursos Ordinários (Livres)	194.210,00
08.243.0030.2060	PROGRAMA MUNICIPAL DA FAMILIA ACOLHEDORA	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3580	00000-Recursos Ordinários (Livres)	15.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3590	00000-Recursos Ordinários (Livres)	25.000,00
08.244.0010.2063	MANUTENÇAO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3750	00000-Recursos Ordinários (Livres)	30.000,00
08.244.0030.2068	PROGRAMA MUNICIPAL DE BENEFICIOS EVENTUAIS	
3.3.90.48.00.00	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	
3950	00000-Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
	SUBTOTAL	284.210,00
15	Depto. de Habitação, Urbanismo e Obras Públicas	
15.001	HABITAÇÃO	
16.482.0018.2070	PROGRAMA MUNICIPAL DAS ATIVIDADES DE HABITAÇÃO	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
4050	00000-Recursos Ordinários (Livres)	40.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
4060	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.500,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
4070	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
4080	00000-Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
4110	00000-Recursos Ordinários (Livres)	17.000,00
4.4.90.61.00.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	
4120	00000-Recursos Ordinários (Livres)	50.000,00
15.002	URBANISMO	
15.452.0018.2076	PROGRAMA MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO PRAÇAS, PARQUES, JARDINS E PAISAGISMO	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
4230	00000-Recursos Ordinários (Livres)	50.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
4240	00000-Recursos Ordinários (Livres)	7.000,00
15.452.0018.2077	PROGRAMA MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO DA COLETA DE LIXO URBANO	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
4320	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
4330	00000-Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
15.452.0018.2076	PROGRAMA MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO PRAÇAS, PARQUES, JARDINS E PAISAGISMO	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
4270	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
15.452.0018.2077	PROGRAMA MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO DA COLETA DE LIXO URBANO	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
4340	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
15.452.0018.2076	PROGRAMA MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO PRAÇAS, PARQUES, JARDINS E PAISAGISMO	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4280	00000-Recursos Ordinários (Livres)	40.000,00
15.452.0018.2077	PROGRAMA MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO DA COLETA DE LIXO URBANO	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4350	00000-Recursos Ordinários (Livres)	17.415,37
15.003	OBRAS	
15.451.0018.2080	PROGRAMA MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIVISÃO DE OBRAS	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
4620	00000-Recursos Ordinários (Livres)	100.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
4630	00000-Recursos Ordinários (Livres)	13.500,00
	SUBTOTAL	410.415,37
16	Departamento de Transportes Rodoviário	
16.001	SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	
26.782.0031.2082	PROGRAMA DE MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES MUNICIPAIS	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
4770	00000-Recursos Ordinários (Livres)	139.294,23
	SUBTOTAL	139.294,23
	TOTAL	1.711.867,78

Artigo 3º- Ficam incluídas na programação financeira e no cronograma de desembolso os valores declarados no Artigo 2º, inciso II.

Artigo 4º- Este decreto entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Jundiaí do Sul, 24 de agosto de 2026.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juan Emanuel Gaveluk de Souza
Código Identificador:EF98C2C9

DIRETORIA DE CONTABILIDADE
EXTRATO DE DIÁRIAS N°270/2026

EXTRATO DE DIÁRIAS CONCEDIDAS Nº 270/2026 – De 31/07/2026 à 21/08/2026.
Em cumprimento do dispositivo no Art. 07 da Lei nº 738/2024, publica-se o extrato de diárias concedidas pelo Poder Executivo Municipal para o custeio das despesas com alimentação, hospedagem e transporte urbanos dos agentes públicos em deslocamento da sede do domicílio de trabalho efetivo, a serviço do município.

NOME	CARGO	DESTINO	PERÍODO	ATIVIDADE	VALOR
Alexandre Negreiros A Lima	Motorista	Jacarezinho,Joaquim Távora, Santo Antônio,Ribeirão do Pinhal e Carlópolis	13/08/2026 à 15/08/2026,17/08/2026,19/08/2026 e 20/08/2026	Transporte de Pacientes para Hemodiálise, Consultas e Exames.	R$ 320,00
Anderson Gomes Diniz	Motorista	Londrina, Jandaia do Sul, Londrina, Curitiba e Santo Antônio da Platina	13/08/2026,14/08/2026,17/08/2026 à 19/08/2026	Transporte de Pacientes para Consultas e Exames.	R$ 430,00
Andre Luiz Granemann Conde	Motorista	Curitiba, Arapongas. Jacarezinho e Ibaiti	14/08/2026,17/08/2026 à 19/08/2026	Transporte de Pacientes para Consultas e Exames.	R$ 350,00
Diego Brasil de Oliveira	Motorista	Andirá, Londrina, Santo Antônio da Platina e Bandeirantes	13/08/2026 e 14/08/2026	Transporte de Pacientes para Consultas e Exames.	R$ 120,00
Edeval Bueno	Motorista	Carlópolis, Londrina, Arapongas, Jacarezinho e Carlópolis	14/08/2026 à 17/08/2026 e 19/08/2026	Transporte de Pacientes para Consultas e Exames.	R$ 290,00
Elzio dos Santos Leite	Motorista	Santo Antônio da Platina, Arapongas, Jacarezinho, Joaquim Távora e São Jerônimo	13/08/2026,14/08/2026,17/08/2026 à 19/08/2026	Transporte de Pacientes para Hemodiálise, Consultas e Exames.	R$ 420,00
Fabio Fogaça	Motorista	Santo Antônio da Platina, Jacarezinho, Londrina, Curitiba, Cornélio Procópio e Ribeirão do Pinhal	13/08/2026 à 15/08/2026,17/08/2026 à 19/08/2026	Transporte de Pacientes para Consultas e Exames.	R$ 450,00
Irineu Jesus Marsola	Motorista	Arapongas, Jacarezinho, Andirá, Joaquim Távora, Santo Antônio da Platina e Londina	13/08/2026, 14/08/2026,17/08/2026 à 19/08/2026	Transporte de Pacientes para Hemodiálise,Consultas e Exames.	R$ 380,00
Jacqueson Cleiton S. Rebequi	Motorista	Jacarezinho e Cambé	13/08/2026,17/08/2026 à 19/08/2026	Transporte de Pacientes para Consultas e Exames e buscar o novo micro onibus.	R$ 320,00
Luiz Fernando Camargo Granemann	Motorista	Jacarezinho, Jandaia do Sul e Arapongas	13/08/2026,17/08/2026 à 19/08/2026	Transporte de Pacientes para Consultas e Exames.	R$ 360,00
Jacqueline Aparecida Viana	Técnico de Enfermagem	Jandaia do Sul	17/08/2026	Acompanhar Transferência de Pacientes.	R$ 100,00
Gimayma Raiane de Araújo Santos	Técnico de Enfermagem	Ibaiti	08/08/2026	Acompanhar Transferência de Pacientes.	R$ 40,00
André Fragati Siqueira	Técnico de Enfermagem	Bandeirantes, Ibaiti e Jacarezinho	31/07/2026, 01/08/2026 e 12/08/2026	Acompanhar Transferência de Pacientes.	R$ 120,00
Markus Vinícius Ribeiro Schwerz	Médico	Jacarezinho	21/08/2026	Capacitação sobre Infecção do Trato Urinário em Gestantes.	R$ 80,00

Edifício do Município de Jundiaí do Sul-PR, 21 de Agosto de 2026.

Publicado por:
Priscila Fernanda Martins
Código Identificador:AE45C665

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO 52/2026 - CRED. ADICIONAL

DECRETO N.º 52 de 26/08/2026

SÚMULA: Abre de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município para o Exercício Financeiro de 2026 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LARANJAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e, com base na **Lei Municipal n.º 39/2025.** DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto no orçamento financeiro de 2026, um crédito adicional Suplementar, no valor de R$ 1.127.890,11 (Um Milhão, Cento e Vinte e Sete Mil, Oitocentos e Noventa Reais e Onze Centavos)**,** para cobertura de despesas mediante as seguintes providências:
- Inclusão de rubricas de despesa nas dotações orçamentárias:

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
07	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
07.002	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
12.361.1201.2034	Atividades Manutenção do Ensino Fundamental	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1960	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	100.000,00
12.365.1201.2037	Atividades da Educação Infantil	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2401	00148-FUNDEB - ETI Remuneração Profissionais da Educação - CO 1072	290.000,00
12.361.1201.2034	Atividades Manutenção do Ensino Fundamental	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1980	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	4.000,00
12.365.1201.2037	Atividades da Educação Infantil	
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2461	00144-FUNDEB - ETI - Escola Tempo Integral	19.390,11

2462	00148-FUNDEB - ETI Remuneração Profissionais da Educação - CO 1072	70.000,00
12.361.1201.2033	Atividades Manutenção do Transporte Escolar	
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	
1870	00140-Transferência FNDE/PNATE	120.000,00
	SUBTOTAL	603.390,11
10	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.003	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - RECURSOS FUNDO A FUNDO	
10.301.1001.2053	Atenção Básica - Custeio saúde	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3652	00471-Repasse Emenda Individual	200.000,00
	50410002/Saúde -Medicamentos	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3684	00470-Repasse Emenda Individual	300.000,00
	50410002/Saúde - Serviços Med/Enf	
3686	00483-Repasse Emenda Individual	4.000,00
	37050005/Saúde - Serviços Med/Enf	
	SUBTOTAL	504.000,00
11	SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL	
11.002	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.244.0801.2057	Execução Recursos SUAS/FEAS	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3991	00827-Repasse FIA/CEDCA - Liberdade Assistida e Prest.Serviços Comunidade	5.000,00
08.244.0801.2058	Execução Recursos SUAS/FNAS	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
4082	00942-Repasse SUAS/PROCAD - Fortalecimento ao Cadastro Único	7.000,00
08.244.0801.2057	Execução Recursos SUAS/FEAS	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
4041	00827-Repasse FIA/CEDCA - Liberdade Assistida e Prest.Serviços Comunidade	3.500,00
08.244.0801.2058	Execução Recursos SUAS/FNAS	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
4205	00942-Repasse SUAS/PROCAD - Fortalecimento ao Cadastro Único	5.000,00
	SUBTOTAL	20.500,00
	TOTAL	1.127.890,11

Art. 2º - Como recursos para abertura do crédito Suplementar de que trata o art.1º, serão utilizados:

- O Superavit financeiro , de exercícios anteriores nas fontes abaixo conforme previsto no art. 43, § 1º, I da Lei Federal 4.320/64.

Fonte		
Fonte	Descrição	Valor
00827	Repasse FIA/CEDCA - Liberdade Assistida e Prest.Serviços Comunidade	10.000,00
	TOTAL	10.000,00

- O Excesso de arrecadação, nas fontes abaixo conforme previsto no art. 43, § 1º, II da Lei Federal 4.320/64.

Conta de receita		
Receita	Descrição	Valor
1.7.1.4.53.0.1.00.00.00. 00.00	TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE DO ESCOLAR - PNATE - PRINCIPAL	120.000,00
1.7.1.5.53.0.1.00.00.00. 00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB DESTINADOS À CRIAÇÃO DE MATRÍCULAS EM ETI - PRINCIPAL	19.390,11
1.7.1.3.50.1.1.12.00.00. 00.00	REPASSE FNS/EMENDAS INDIVIDUAIS - CUSTEIO 470	300.000,00
1.7.1.3.50.1.1.13.00.00. 00.00	REPASSE FNS/EMENDAS INDIVIDUAIS - CUSTEIO 471	200.000,00
1.3.2.1.02.0.1.14.00.00. 00.00	REM DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS- REPASSE DE EMENDAS INDIVIDUAIS / CUSTEIO 483	4.000,00
1.3.2.1.01.1.1.04.13.00. 00.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - REPASSE FIA/LIBERDADE ASSIST. - FONTE 827	3.500,00
1.7.1.6.50.0.1.07.00.00. 00.00	REPASSE FNAS PROCAD - CADASTRO UNICO - FONTE 942	12.000,00
	TOTAL	658.890,11

- O Cancelamento parcial das Dotações conforme art. 43, § 1º, III da Lei Federal 4.320/64.

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
07	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
07.002	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
12.361.1201.2040	Manutenção do FUNDEB	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2300	00101-Fundeb 60%	160.000,00
12.365.1201.2037	Atividades da Educação Infantil	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2390	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	104.000,00
12.361.1201.2040	Manutenção do FUNDEB	
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2330	00101-Fundeb 60%	200.000,00
	SUBTOTAL	464.000,00
11	SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL	
11.002	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.244.0801.2057	Execução Recursos SUAS/FEAS	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4021	00827-Repasse FIA/CEDCA - Liberdade Assistida e Prest.Serviços Comunidade	5.000,00
	SUBTOTAL	5.000,00
	TOTAL	469.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Laranjal em, 26 de agosto de 2026.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mateus Alves Palhano
Código Identificador:91D5C55A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO 166.2026_LOA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 166/2026 de 21/08/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Loanda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 87/2025 de 04/11/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 1.500.500,00 (um milhão quinhentos mil quinhentos reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
03.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO-SEFA	
03.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS	
03.001.04.122.0002.2.004.		MANUT.E MODERNIZAçãO DAS ATIV. DE ASSESSORAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANçAS	
57 - 3.1.90.11.00.00	01510	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	50.000,00
03.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO-SEFA	
03.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	
03.002.04.129.0003.2.008.		MANUT. DAS ATIV.DE TRIBUT.FISCALIZAçãO E MODERNIZAçãO DA LEGISLAçãO TRIBUTáRIA	
127 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	50.000,00
03.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO-SEFA	
03.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	
03.002.04.129.0003.2.008.		MANUT. DAS ATIV.DE TRIBUT.FISCALIZAçãO E MODERNIZAçãO DA LEGISLAçãO TRIBUTáRIA	
129 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	2.000,00
03.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO-SEFA	
03.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	
03.002.04.129.0003.2.008.		MANUT. DAS ATIV.DE TRIBUT.FISCALIZAçãO E MODERNIZAçãO DA LEGISLAçãO TRIBUTáRIA	
135 - 3.1.91.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	5.000,00
03.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO-SEFA	
03.003.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE CONTABILIDADE	
03.003.04.124.0003.2.009.		MANUTENçãO DAS ATIVIDADES DE CONTABILIDADE E ORçAMENTO	
160 - 3.1.90.94.00.00	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	30.000,00
03.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO-SEFA	
03.003.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE CONTABILIDADE	
03.003.04.124.0003.2.009.		MANUTENçãO DAS ATIVIDADES DE CONTABILIDADE E ORçAMENTO	
162 - 3.1.91.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	8.000,00
03.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO-SEFA	
03.004.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS	
03.004.04.122.0002.2.007.		MANUT. E ADMINISTRAçãO DO DPTO DE PESSOAL	
179 - 3.1.90.94.00.00	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	25.000,00
03.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO-SEFA	
03.005.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE TESOURARIA	
03.005.04.123.0003.2.010.		CONTROLE E ADMINISTRAçãO DOS SERVIçOS DE TESOURARIA	
193 - 3.1.90.94.00.00	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	25.000,00
03.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO-SEFA	
03.005.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE TESOURARIA	
03.005.04.123.0003.2.010.		CONTROLE E ADMINISTRAçãO DOS SERVIçOS DE TESOURARIA	
194 - 3.1.91.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	3.000,00
03.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO-SEFA	
03.006.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS	
03.006.04.122.0002.2.081.		MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS	
207 - 3.1.90.94.00.00	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	12.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.		PROCURADORIA JURÍDICA-PROJUR	
04.001.00.000.0000.0.000.		PROCURADORIA JURÍDICA E DEPENDÊNCIAS	
04.001.02.062.0007.2.011.		MANUT. DE ATIVIDADES DE ASSISTêNCIA JURíDICA EM GERAL	
218 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.		PROCURADORIA JURÍDICA-PROJUR	
04.001.00.000.0000.0.000.		PROCURADORIA JURÍDICA E DEPENDÊNCIAS	
04.001.02.062.0007.2.011.		MANUT. DE ATIVIDADES DE ASSISTêNCIA JURíDICA EM GERAL	
222 - 3.1.91.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	3.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO-SEIC	
05.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS	
05.001.04.122.0008.2.123.		ADM. GERAL DA SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO- SEIC	
235 - 3.1.90.94.00.00	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	5.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA-SEC	
06.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE ENSINO	
06.002.12.361.0009.2.018.		MANUTENçãO DO SISTEMA DO TRANSPORTE ESCOLAR	
366 - 3.1.90.16.00.00	01104	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	8.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA-SEC	

06.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE ENSINO	
06.002.12.365.0010.2.023.		MANUTENçãO DAS ATIVIDADES DE PRé-ESCOLA	
430 - 3.1.90.11.00.00	01104	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	225.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA-SEC	
06.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE ENSINO	
06.002.12.365.0010.2.023.		MANUTENçãO DAS ATIVIDADES DE PRé-ESCOLA	
442 - 3.1.91.13.00.00	01104	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	30.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA-SEC	
06.007.00.000.0000.0.000.		FUNDEB-ENSINO FUNDAMENTAL, INFANTIL, ESPECIAL E EJA	
06.007.12.361.0009.2.072.		ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 40%	
549 - 3.1.90.11.00.00	01102	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	95.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA-SEC	
06.007.00.000.0000.0.000.		FUNDEB-ENSINO FUNDAMENTAL, INFANTIL, ESPECIAL E EJA	
06.007.12.361.0009.2.072.		ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 40%	
557 - 3.1.91.13.00.00	01102	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	8.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA-SEC	
06.007.00.000.0000.0.000.		FUNDEB-ENSINO FUNDAMENTAL, INFANTIL, ESPECIAL E EJA	
06.007.12.361.0009.2.073.		ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 60%	
1944 - 3.1.90.11.00.00	1080	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	40.100,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA-SEC	
06.007.00.000.0000.0.000.		FUNDEB-ENSINO FUNDAMENTAL, INFANTIL, ESPECIAL E EJA	
06.007.12.361.0009.2.073.		ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 60%	
573 - 3.1.90.94.00.00	01101	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	10.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA-SEC	
06.007.00.000.0000.0.000.		FUNDEB-ENSINO FUNDAMENTAL, INFANTIL, ESPECIAL E EJA	
06.007.12.365.0010.2.071.		EDUCAÇÃO INFANTIL-FUNDEB 40% PRÉ-ESCOLA	
590 - 3.1.90.11.00.00	01102	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	70.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA-SEC	
06.007.00.000.0000.0.000.		FUNDEB-ENSINO FUNDAMENTAL, INFANTIL, ESPECIAL E EJA	
06.007.12.365.0010.2.071.		EDUCAÇÃO INFANTIL-FUNDEB 40% PRÉ-ESCOLA	
598 - 3.1.91.13.00.00	01102	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	8.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA-SEC	
06.007.00.000.0000.0.000.		FUNDEB-ENSINO FUNDAMENTAL, INFANTIL, ESPECIAL E EJA	
06.007.12.365.0010.2.116.		EDUCAÇÃO INFANTIL-FUNDEB 60% CRECHE	
1945 - 3.1.90.11.00.00	1080	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	39.400,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA-SEC	
06.007.00.000.0000.0.000.		FUNDEB-ENSINO FUNDAMENTAL, INFANTIL, ESPECIAL E EJA	
06.007.12.365.0010.2.116.		EDUCAÇÃO INFANTIL-FUNDEB 60% CRECHE	
612 - 3.1.90.94.00.00	01101	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	50.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS-SESU	
07.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS	
07.001.04.122.0012.2.027.		ADM. GERAL-SECRETARIA SERVIçOS URBANOS	
645 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	3.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS-SESU	
07.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS	
07.001.04.122.0012.2.027.		ADM. GERAL-SECRETARIA SERVIçOS URBANOS	
647 - 3.1.90.94.00.00	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	6.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS-SESU	
07.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE VIAÇÃO	
07.002.15.452.0012.2.028.		MANUTENçãO E CONSERVAçãO DE VIAS PúBLICAS	
707 - 3.1.90.11.00.00	01511	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS-SESU	
07.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE VIAÇÃO	
07.002.15.452.0012.2.028.		MANUTENçãO E CONSERVAçãO DE VIAS PúBLICAS	
711 - 3.1.90.16.00.00	01511	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	3.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS-SESU	
07.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE VIAÇÃO	
07.002.26.782.0017.2.034.		MANUTENçãO DO TERMINAL RODOVIáRIO	
745 - 3.1.90.94.00.00	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	5.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS-SESU	
07.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE VIAÇÃO	
07.002.26.782.0019.2.037.		MANUTENçãO E CONSERVAçãO DE ESTRADAS VICINAIS	
759 - 3.1.90.11.00.00	01511	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS-SESU	
07.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE VIAÇÃO	
07.002.26.782.0019.2.037.		MANUTENçãO E CONSERVAçãO DE ESTRADAS VICINAIS	
763 - 3.1.90.16.00.00	01511	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	4.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS-SESU	
07.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE VIAÇÃO	
07.002.26.782.0019.2.037.		MANUTENçãO E CONSERVAçãO DE ESTRADAS VICINAIS	
765 - 3.1.90.94.00.00	01511	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	5.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS-SESU	
07.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE VIAÇÃO	
07.002.26.782.0019.2.037.		MANUTENçãO E CONSERVAçãO DE ESTRADAS VICINAIS	
767 - 3.1.91.13.00.00	01511	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	2.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE PLANEJAMENTO-SEPL	
08.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS	
08.001.04.122.0020.2.038.		MANUTENçãO DAS ATIVIDADES GERAIS DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	
786 - 3.1.90.16.00.00	01000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	6.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL-SETAS	
09.005.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
09.005.08.244.0024.2.140.		BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	
859 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	60.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL-SETAS	
09.005.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
09.005.08.244.0024.2.140.		BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	
863 - 3.1.90.16.00.00	01000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	7.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL-SETAS	
09.005.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	

09.005.08.244.0024.2.140.		BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	
867 - 3.1.91.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	10.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL-SETAS	
09.005.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
09.005.08.244.0024.2.141.		BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE (MAC)	
916 - 3.3.90.30.00.00	31948	MATERIAL DE CONSUMO	7.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL-SETAS	
09.006.00.000.0000.0.000.		ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL	
09.006.08.243.0021.6.004.		MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	
974 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.301.0025.2.053.		MANUTENçãO DE ATIVIDADES DE ATENDIMENTO BáSICO	
1057 - 3.1.90.16.00.00	01303	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	50.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.301.0025.2.059.		PROGRAMA SAúDE DA FAMíLIA	
1141 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	90.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.301.0025.2.059.		PROGRAMA SAúDE DA FAMíLIA	
1153 - 3.1.91.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	10.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.301.0025.2.096.		PROGRAMA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE	
1214 - 3.1.90.11.00.00	01303	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	50.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.301.0025.2.096.		PROGRAMA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE	
1226 - 3.1.91.13.00.00	01303	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	5.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.302.0025.2.057.		MANUTENçãO DE ATIVIDADES E CONSERVAçãO DO HOSPITAL MUNICIPAL	
1306 - 3.1.90.11.00.00	01303	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	250.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.302.0025.2.057.		MANUTENçãO DE ATIVIDADES E CONSERVAçãO DO HOSPITAL MUNICIPAL	
1319 - 3.1.91.13.00.00	01303	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	30.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.304.0025.2.056.		MANUTENçãO PROGRAMA VIGILâNCIA SANITáRIA	
1359 - 3.1.90.11.00.00	01303	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10.000,00
11.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E TURISMO-SELT	
11.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIAS E DEPENDÊNCIAS	
11.001.27.812.0011.2.026.		MANUTENçãO DE ATIVIDADES DESPORTIVAS	
1493 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	2.000,00
14.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES - SEMU	
14.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER	
14.001.08.244.0024.2.121.		ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DA MULHER - SEMU	
1555 - 3.1.90.16.00.00	01000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	7.000,00
15.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE AGRICULTURA-SEAGRI	
15.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS	
15.001.04.122.0008.2.124.		ADM. GERAL DA SECRETARIA DE AGRICULTURA - SEAGRI	
1570 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	4.000,00
16.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE-SEMA	
16.002.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	
16.002.15.452.0018.2.133.		MANUTENçãO DOS SERVIçOS DE LIMPEZA PúBLICA E COLETA DE LIXO	
1693 - 3.1.90.11.00.00	01511	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	20.000,00
16.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE-SEMA	
16.002.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	
16.002.15.452.0018.2.133.		MANUTENçãO DOS SERVIçOS DE LIMPEZA PúBLICA E COLETA DE LIXO	
1701 - 3.1.91.13.00.00	01511	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	3.000,00
		Total Suplementação: 1.500.500,00	

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
03.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO-SEFA	
03.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	
03.002.04.129.0003.2.008.		MANUT. DAS ATIV.DE TRIBUT.FISCALIZAçãO E MODERNIZAçãO DA LEGISLAçãO TRIBUTáRIA	
128 - 3.1.90.11.00.00	01510	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	20.000,00
03.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO-SEFA	
03.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	
03.002.04.129.0003.2.008.		MANUT. DAS ATIV.DE TRIBUT.FISCALIZAçãO E MODERNIZAçãO DA LEGISLAçãO TRIBUTáRIA	
142 - 3.3.90.30.00.00	01510	MATERIAL DE CONSUMO	30.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA-SEC	
06.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS	
06.001.12.361.0009.2.016.		MANUTENçãO ENSINO FUNDAMENTAL-RECURSOS ORDINáRIOS	
276 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	95.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA-SEC	
06.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS	
06.001.12.361.0009.2.016.		MANUTENçãO ENSINO FUNDAMENTAL-RECURSOS ORDINáRIOS	
278 - 3.1.90.11.00.00	01104	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	60.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA-SEC	
06.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS	
06.001.12.361.0009.2.016.		MANUTENçãO ENSINO FUNDAMENTAL-RECURSOS ORDINáRIOS	
311 - 3.3.90.36.00.00	01104	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	40.000,00

06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA-SEC	
06.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS	
06.001.12.365.0010.1.032.		CONSTRUÇÃO DE CRECHES	
335 - 4.4.90.51.00.00	01000	OBRAS E INSTALAÇÕES	50.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA-SEC	
06.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS	
06.001.12.365.0010.1.032.		CONSTRUÇÃO DE CRECHES	
337 - 4.4.90.51.00.00	01104	OBRAS E INSTALAÇÕES	45.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA-SEC	
06.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE ENSINO	
06.002.12.361.0009.1.006.		EXPANSãO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E ANEXOS	
341 - 4.4.90.51.00.00	01000	OBRAS E INSTALAÇÕES	50.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA-SEC	
06.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE ENSINO	
06.002.12.361.0009.1.059.		AQUISIçãO DE TERRENO PARA CONSTRUçãO DE ESCOLA	
354 - 4.5.90.61.00.00	01104	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	23.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA-SEC	
06.007.00.000.0000.0.000.		FUNDEB-ENSINO FUNDAMENTAL, INFANTIL, ESPECIAL E EJA	
06.007.12.361.0009.2.073.		ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 60%	
567 - 3.1.90.11.00.00	01101	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	241.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA-SEC	
06.007.00.000.0000.0.000.		FUNDEB-ENSINO FUNDAMENTAL, INFANTIL, ESPECIAL E EJA	
06.007.12.365.0010.2.116.		EDUCAÇÃO INFANTIL-FUNDEB 60% CRECHE	
606 - 3.1.90.11.00.00	01101	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	79.500,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS-SESU	
07.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS	
07.001.04.122.0012.2.027.		ADM. GERAL-SECRETARIA SERVIçOS URBANOS	
652 - 3.3.90.30.00.00	01511	MATERIAL DE CONSUMO	30.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL-SETAS	
09.005.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
09.005.08.244.0024.2.140.		BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	
883 - 3.3.90.39.00.00	31948	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	7.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.301.0025.1.027.		REEQUIPAR POSTOS DE SAúDE	
1028 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	40.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.301.0025.2.053.		MANUTENçãO DE ATIVIDADES DE ATENDIMENTO BáSICO	
1064 - 3.1.91.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	40.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.301.0025.2.053.		MANUTENçãO DE ATIVIDADES DE ATENDIMENTO BáSICO	
1082 - 3.3.90.33.00.00	01000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	25.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.301.0025.2.059.		PROGRAMA SAúDE DA FAMíLIA	
1142 - 3.1.90.11.00.00	01303	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	150.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.301.0025.2.059.		PROGRAMA SAúDE DA FAMíLIA	
1148 - 3.1.90.16.00.00	01303	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	40.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.301.0025.2.059.		PROGRAMA SAúDE DA FAMíLIA	
1154 - 3.1.91.13.00.00	01303	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	60.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.305.0025.2.055.		MANUTENçãO PROGRAMA VIGILâNCIA EPIDEMIOLóGICA	
1396 - 3.1.90.04.00.00	01303	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	40.000,00
16.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE-SEMA	
16.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS	
16.001.04.122.0012.2.129.		ADM. GERAL DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE- SEMA	
1644 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
16.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE-SEMA	
16.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS	
16.001.04.122.0012.2.129.		ADM. GERAL DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE- SEMA	
1645 - 3.3.90.30.00.00	01511	MATERIAL DE CONSUMO	12.000,00
16.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE-SEMA	
16.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS	
16.001.04.122.0012.2.129.		ADM. GERAL DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE- SEMA	
1649 - 3.3.90.39.00.00	01511	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
16.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE-SEMA	
16.002.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	
16.002.15.452.0014.1.105.		CONSTRUçãO DE PRAçAS, PARQUES E CALçADAS	
1666 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	45.000,00
16.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE-SEMA	
16.002.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	
16.002.15.452.0014.2.132.		MANUTENçãO DE PRAçAS, JARDINS E CANTEIROS	
1682 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	100.000,00
16.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE-SEMA	
16.002.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	
16.002.15.452.0018.1.106.		AQUISIçãO EQUIPAMENTO COLETOR DE LIXO	
1686 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	100.000,00
16.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE-SEMA	
16.002.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	
16.002.15.452.0018.2.133.		MANUTENçãO DOS SERVIçOS DE LIMPEZA PúBLICA E COLETA DE LIXO	
1692 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	8.000,00
		Total Redução: 1.500.500,00	

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Loanda , Estado do Paraná, em 21 de agosto de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Manoel Messias Firmino
Código Identificador:C5C396D4

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO 167.2026_LOA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA
Estado do Paraná
Exercício:2026
Decreto nº 167/2026 de 24/08/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Loanda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 87/2025 de 04/11/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 232.000,00 (duzentos e trinta e dois mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA-SEC	
06.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS	
06.001.12.361.0009.2.016.		MANUTENçãO ENSINO FUNDAMENTAL-RECURSOS ORDINáRIOS	
279 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	5.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA-SEC	
06.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS	
06.001.12.361.0009.2.016.		MANUTENçãO ENSINO FUNDAMENTAL-RECURSOS ORDINáRIOS	
309 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	20.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS-SESU	
07.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS	
07.001.04.122.0012.2.027.		ADM. GERAL-SECRETARIA SERVIçOS URBANOS	
645 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	20.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS-SESU	
07.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS	
07.001.04.122.0012.2.027.		ADM. GERAL-SECRETARIA SERVIçOS URBANOS	
654 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	100.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL-SETAS	
09.005.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
09.005.08.244.0024.2.140.		BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	
861 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	2.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL-SETAS	
09.005.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
09.005.08.244.0024.2.140.		BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	
879 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.301.0025.2.053.		MANUTENçãO DE ATIVIDADES DE ATENDIMENTO BáSICO	
1052 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	15.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.305.0025.2.055.		MANUTENçãO PROGRAMA VIGILâNCIA EPIDEMIOLóGICA	
1401 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	5.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.305.0025.2.055.		MANUTENçãO PROGRAMA VIGILâNCIA EPIDEMIOLóGICA	
1426 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	50.000,00
		Total Suplementação:	**232.000,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA-SEC	
06.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS	
06.001.12.361.0009.1.005.		REEQUIP. DA SECRET. MUNICIPAL DE EDUCAçãO E OUTRAS UNIDADES	
270 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	20.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA-SEC	
06.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS	
06.001.12.361.0009.2.016.		MANUTENçãO ENSINO FUNDAMENTAL-RECURSOS ORDINáRIOS	
276 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	80.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA-SEC	
06.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS	
06.001.12.365.0010.1.032.		CONSTRUÇÃO DE CRECHES	
338 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA-SEC	

06.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE ENSINO	
06.002.12.361.0009.2.074.		ENSINO FUNDAMENTAL - RECURSOS ORDINáRIOS	
398 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	20.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA-SEC	
06.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE ENSINO	
06.002.12.364.0029.2.088.		ENSINO SUPERIOR - RECURSOS ORDINÁRIOS - FADENPAR	
415 - 3.3.50.41.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES	30.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.122.0025.2.052.		MANUTENçãO DE ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAúDE	
1025 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	30.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.301.0025.1.026.		CONSTRUçãO E OU AMPLIAçãO DE POSTOS DE SAúDE	
1026 - 4.4.90.51.00.00	01000	OBRAS E INSTALAÇÕES	37.000,00
		Total Redução:	**232.000,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Loanda , Estado do Paraná, em 24 de agosto de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Manoel Messias Firmino
Código Identificador:9097FEE2

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO Nº 001 ARP Nº163/2025-PML

TERMO ADITIVO Nº 001

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 163/2025-PML
PREGÃO ELETRÔNICO Nº064/2025-PML
PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº125/2025-PML
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE LOANDA
EMPRESA CONTRATADA: INOVA TRUCK LTDA

Pelo presente instrumento particular que celebram o **MUNICÍPIO DE LOANDA**, Estado do Paraná, já qualificado na Ata de Registro de Preços ora aditivada, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. José Maria Pereira Fernandes, em pleno exercício de seu mandato e funções, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº.2.045.879-8 SSP/PR e do CPF/MF nº.389.032.969-15, e a Empresa **INOVA TRUCK LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, sito na Rua Perimetral Tancredo Neves, nº16, Jardim Horizonte, Telefone: (44)3250-1986, CEP: 87.180-000, na cidade de Presidente Castelo Branco, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob nº 19.184.214/0001-93, neste por sua representante legal, Senhora Roseli Gomes dos Santos Depieri, brasileira, casada, empresária, portadora do CPF nº 053.225.039-78, RG nº 9.433.376/8 SSP/PR, residente e domiciliado na Rua Paraná, nº515, Jardim Los Angeles, na cidade de Nova Esperança, Estado do Paraná, ajustam e acordam entre si o presente TERMO ADITIVO Nº 001 a Ata de Registro de Preços de nº163/2025-PML, Pregão Eletrônico nº064/2025-PML, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A presente Ata tem como objeto Registro de Preços para contratação de empresa especializada para eventual prestação de serviços de conserto, manutenção e substituição de velocímetros e de tacógrafos e regularização junto ao INMETRO com reposição de peças e utilização de mão de obra, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Serviços Urbanos, Agricultura, Educação e Cultura, Saúde e Habitação do Município de Loanda-Pr.

CLÁUSULA SEGUNDA

O TERMO ADITIVO Nº 001 a Ata de Registro de Preços nº163/2025-PML, possui amparo no Art.84 da Lei 14.133/2021, onde dispõe sobre a prorrogação do prazo de vigência das Atas de Registro de Preços.

CLÁUSULA TERCEIRA
As partes, por conveniência administrativa e com respaldo no Art.84 da Lei 14.133/21, resolvem aditivar o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços nº163/2025-PML, por mais 12 (doze) meses, considerando a vantajosidade de sua prorrogação devidamente comprovada pela Divisão de Compras.

CLÁUSULA QUARTA
Considerando a prorrogação do prazo de vigência a data de vencimento da Ata de Registro de Preços nº163/2025-PML será dia 26/08/2027.

CLAUSULA QUINTA
A presente prorrogação não implicará **atualização periódica dos preços registrados,** permanecendo os valores já pactuados.
O fornecimento dar-se-á mediante **o restabelecimento do saldo inicial da Ata de Registro de Preços,** observado o quantitativo e o limite financeiro conforme tabela abaixo:

LOTE ÚNICO - Valor do Lote: R$ 42.920,75 (quarenta e dois mil, novecentos e vinte reais e setenta e cinco centavos)

Item	Especificação	Marca	Unid	Quant. Estimada	Valor Unit. (R$)	Valor Total. (R$)
1	CERTIFICAÇÃO DE TACOGRAFO INCLUSO:ENSAIO, SELAGEM E TAXA	SERVIÇOS	SRV	36 (restabelecimento de saldo)	630,92	22.713,12
2	PROGRAMAÇÃO	SERVIÇOS	SRV	36 (restabelecimento de saldo)	153,90	5.540,40
3	MICRO CHAVE BVDR	VDO	PEÇA	3 (restabelecimento de saldo)	311,00	933,00
4	SENSOR DE VELOCIDADE	VDO	PEÇA	8 (restabelecimento de saldo)	684,06	5.472,48
5	PLATINA COMPLETA	VDO	PEÇA	3 (restabelecimento de saldo)	385,00	1.155,00
6	MOLDURA DO TACOGRAFO	VDO	PEÇA	4 (restabelecimento de saldo)	201,24	804,96
7	ROLETE DE IMPRESSORA	VDO	PEÇA	1 (restabelecimento de saldo)	298,22	298,22
8	PLACA DO TACOGRAFO	VDO	PEÇA	1 (restabelecimento de saldo)	896,33	896,33
9	EIXO DE TRANSIÇÃO	VDO	PEÇA	3 (restabelecimento de saldo)	196,25	588,75
10	JOGO DE AGULHAS	VDO	PEÇA	1 (restabelecimento de saldo)	251,59	251,59
11	BOBINAS PARA TACOGRAFO	VDO	PEÇA	58 (restabelecimento de saldo)	49,83	2.980,14
12	DISCOS PARA TACOGRAFO	TJR	PEÇA	28 (restabelecimento de saldo)	49,17	1.376,76

Ficam ratificadas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços nº163/2025-PML, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim justos e acordados, firmam o presente Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº163/2025-PML, em 03 (três) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.

Loanda Pr, 25 de agosto de 2.026.

Contratante:
JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal De Loanda

EMPRESA DETENTORA:
ROSELI GOMES DOS SANTOS DEPIERI
Inova Truck LTDA

Testemunhas:
_____
_____

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:68CC84B0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOBATO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO 60/2026

ESTADO DO PARANÁ	INEXIGIBILIDADE DE
PREFEITURA MUNICIPAL LOBATO	**Nr.: 11/2026**
Rua Antonio Coletto, 1260 - Centro - Lobato	
CEP: 86790-000 CNPJ: 76.970.367/0001-08 Telefone: (44) 3249-1414	**Processo Adm.: 60/2026**
E-mail: contato@lobato.pr.gov.br Site: http://www.lobato.pr.gov.br	**Data do Processo: 21/07/2026**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 79, I e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:
01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:
a) Nr. Processo: 60/2026
b) Nr. Licitação: 11/2026 - IL
c) Modalidade: Inexigibilidade de licitação
d) Data de Homologação: 26/08/2026
e) Objeto da Licitação: *CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS COMPLEMENTARES, POR PROFISSIONAIS LEGALMENTE HABILITADOS, PARA ATUAÇÃO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE, COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DE MÉDICO CLÍNICO GERAL NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF), MÉDICO CLÍNICO GERAL PLANTONISTA E MÉDICO ESPECIALISTA EM GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE LOBATO/PR.*

Participante: ABSOLUT GESTAO EM SAUDE LTDA (26.740.375/0001-81)					
Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Prestação de serviços médicos especializados em Ginecologia e Obstetrícia, compreendendo consultas, acompanhamento ginecológico e obstétrico, pré-natal de	1.200,000	UN	177,85	213.420,00

	risco habitual, planejamento reprodutivo, realização de procedimentos ambulatoriais compatíveis com a especialidade (incluindo inserção e retirada de DIU, cauterização e outros), solicitação e interpretação de exames, prescrição medicamentosa, encaminhamentos e demais atividades inerentes à especialidade, conforme protocolos do SUS e da Secret				
2	Plantão médico diurno de 12 horas – segunda-feira a sexta-feira	4.320,000	UN	128,26	554.083,20
3	Plantão medico noturno de 12 horas segunda-feira a sexta-feira	4.320,000	UN	128,26	554.083,20
		Total do Participante:			**1.321.586,40**
Participante: J P VALERIO SERVICO MEDICO LTDA (61.551.434/0001-74)					
Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
5	Plantão médico noturno de 12 horas- sábados e domingos	1.152,000	UN	128,26	147.755,52
7	Plantão médico noturno de 12 horas feriados	264,000	UN	128,26	33.860,64
8	Prestação de serviços médicos para atuação nas Equipes da Estratégia Saúde da Família, compreendendo consultas médicas, acompanhamento longitudinal da população adscrita, promoção e prevenção em saúde, atendimento domiciliar, realização de procedimentos ambulatoriais, acompanhamento de grupos prioritários, ações coletivas, educação em saúde, encaminhamentos e demais atribuições previstas na Política Nacional de Atenção Primária à Saúde (PNAB). Carga horária semanal 40 horas, de segunda a sexta-feira.	2.400,000	UN	120,36	288.864,00
		Total do Participante:			**470.480,16**
Participante: NPG MED LTDA (52.549.351/0001-50)					
Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
4	Plantão médico diurno de 12 horas -sábados e domingos	1.152,000	UN	128,26	147.755,52
6	Plantão médico diurno de 12 horas- feriados	264,000	UN	128,26	33.860,64
8	Prestação de serviços médicos para atuação nas Equipes da Estratégia Saúde da Família, compreendendo consultas médicas, acompanhamento longitudinal da população adscrita, promoção e prevenção em saúde, atendimento domiciliar, realização de procedimentos ambulatoriais, acompanhamento de grupos prioritários, ações coletivas, educação em saúde, encaminhamentos e demais atribuições previstas na Política Nacional de Atenção Primária à Saúde (PNAB). Carga horária semanal 40 horas, de segunda a sexta-feira.	2.400,000	UN	120,36	288.864,00
		Total do Participante:			**470.480,16**
		Total Geral:			**2.262.546,72**

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
MANUTENÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE - ATENÇÃO PRIMÁRIA	06.003.10.301.0014.2047.3.3.90.39.00	R$ 459.004,58

Lobato, 26/08/2026

_____

_____

Assinatura do Responsável

Publicado por:
Marli Dos Santos Silva Bergamo
Código Identificador:80278F6F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUARI

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 416/2026 - ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO PARA 2026, INCLUSÃO NAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA PARA 2026, E INCLUSÃO NO PLANO PLURIANUAL 2026-2029

DECRETO Nº. 416/2026

Ementa: Abre crédito Especial no Orçamento para 2026, inclusão nas Diretrizes Orçamentária para 2026, e inclusão no Plano Plurianual 2026-2029 do Município de Mandaguari-Paraná

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e com base na Lei Municipal nº 4.549/2026 de 26/08/2026

Decreta:

Art. 1º Abre crédito Especial para o exercício de 2026 (Lei Orçamentária 4421/2025) do Município de Mandaguari-PR, inclusão nas diretrizes orçamentárias para o exercício de 2026 (Lei n° 4278/2025) e inclusão no Plano Plurianual de 2026 a 2029 (Lei n° 4.422/2025) do Município de Mandaguari-Pr.

Art. 2º Fica o Executivo Municipal autorizado no Orçamento do Município de Mandaguari-PR para o exercício de 2026, um crédito especial no valor de R$ 278.723,93 (duzentos e setenta e oito mil e setecentos e vinte e três reais e noventa e três centavos), mediante a inclusão de rubricas e fontes de receita e despesa das dotações orçamentárias.

Suplementação			
08		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.001		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.001.08.241.0024.2.249		Incentivo Projeto Viaja Mais 60- Fase III-CIDIPI /PR	
1106 - 3.3.90.39.00.00	1294	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	50.000,00
08.001.08.241.0024.2.250		Incentivo Cuida Mais Paraná- Envelhecimento Ativo- CEDIPI/PR	
1107 - 3.3.90.30.00.00	1295	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
1108 - 3.3.90.39.00.00	1295	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	15.000,00
08.001.08.244.0024.2.240		Estruturação da Rede de Serviços do Suas- Estrutura SUAS-FNAS	
1075 - 3.3.50.43.00.00	1257	SUBVENCOES SOCIAIS	248,58
1075 - 3.3.50.43.00.00	1264	SUBVENCOES SOCIAIS	1.671,93
08.005		FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER	
08.005.08.244.0031.1.248		Qualificação da Atuação do Organismo de políticas para Mulheres- Aquisição de Veículo-CEDM/PR	

1105 - 4.4.90.52.00.00	1290	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	111.803,42
08.006		FUNDO MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	
08.006.08.244.0032.2.251		Fortalecimento de Políticas de Promoção à Igualdade Racial- CONSEPIR/PR	
1109 - 3.3.90.14.00.00	1289	DIARIAS - CIVIL	3.000,00
1110 - 3.3.90.30.00.00	1289	MATERIAL DE CONSUMO	18.000,00
1111 - 3.3.90.36.00.00	1289	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	6.000,00
1112 - 3.3.90.39.00.00	1289	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	23.000,00
Total Suplementação:			278.723,93

Art. 3º Para cobertura do crédito aberto no artigo 2°, é utilizado como recurso o Excesso de arrecadação, no valor de R$ 278.723,93 (duzentos e setenta e oito mil e setecentos e vinte e três reais e noventa e três centavos), de acordo com o Art.43, Parágrafo 1°, Inciso II, da Lei Federal 4320/64.

Receita	
Receita: 1.3.2.1.01.1.1.01 Fonte: 1290	1.803,42
Receita: 1.3.2.1.01.1.1.01 Fonte: 1257	248,58
Receita: 1.3.2.1.01.1.1.01 Fonte: 1264	187,23
Receita: 1.7.2.9.51.0.1 Fonte: 1294	50.000,00
Receita: 1.7.2.9.51.0.1 Fonte: 1295	65.000,00
Receita: 1.7.2.9.51.0.1 Fonte: 1289	50.000,00
Receita: 1.9.2.2.99.0.1.99.10 Fonte: 1264	1.484,70
Receita: 2.4.2.9.99.0.1.01.06 Fonte: 1290	110.000,00
Total da Receita:	278.723,93

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao vigésimo sexto dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis (26/08/2026).

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:9DD3D132

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 419/2026 - DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DOS MEMBROS CONSTITUTIVOS E FACULTATIVOS DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE – CASSAÚDE, E REVOGA O DECRETO Nº 216/2026.

DECRETO Nº. 419/2026

Súmula: Dispõe sobre a nomeação e consolidação dos membros constitutivos e facultativos da Comissão de Avaliação dos Serviços de Saúde – CASSAÚDE, e revoga o Decreto nº 216/2026.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros constitutivos e facultativos da Comissão de Avaliação dos Serviços de Saúde – CASSAÚDE, nos termos do art. 4º, incisos II e III, do Decreto Municipal nº 416/2024, que institui o Regimento Interno da referida Comissão, conforme composição a seguir:

I – MEMBROS CONSTITUTIVOS

SEGMENTO / REPRESENTAÇÃO	TITULAR	SUPLENTE
ASSISTÊNCIA MÉDICA DE URGÊNCIA	Priscila Campanerutto Sarzi Sartori	Andréia de Jesus Florentino Cardoso
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE	Nair Matos Bianchini	Olinda Garcia de Almeida Grohmann
GESTÃO EM SAÚDE	Ademilson Gregório Machado	Jonatas Antonio Terencio
ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL	Geraldo César Alves	Jerrynaldo da Silva Finetto
OUVIDORIA MUNICIPAL	Marlei Rosana Barbosa Pierobon	Marta Silva de Araújo Sepulveda
PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL	Eliete Sousa da Silva Ferreira	Lúcia Nice Orsi
SETOR DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA (CAF)	Thayla Regina Morten Delaporte Martins	Alexandre Batistão
SETOR DE ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	Nayana Leticia Mattia Ballan	Regina Aparecida Trevisam do Amaral
SETOR DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE	Lorena Cardam Ramalho	Margarete Esteves Cordeiro
SETOR DE IMUNOLOGIA	Wellington Spinosa	Lucilena dos Santos Pereira
SETOR DE PLANEJAMENTO, REGULAÇÃO, CONTROLE, AVALIAÇÃO E AUDITORIA (SPRCAA)	Paulo Gomes de Lima	Daniele Cristina Silveira Medeiros
SETOR DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	Adriano Rodrigues Borges	Juliana Suniga de Oliveira

II – MEMBROS FACULTATIVOS

ENTIDADE / PRESTADOR DE SERVIÇO	TITULAR	SUPLENTE
15ª REGIONAL DE SAÚDE	Helen Dutra	Robson dos Santos Souza
ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE	Valdirene Lima dos Santos	Edirene Maria Valério Monteiro
CAMPANA E DIONIZIO LTDA (LABORATÓRIO SANTA TEREZINHA)	Milaine Daniele Dionizio	Ricardo Tomas Campana
CASA DE RECUPERAÇÃO ESPAÇO ESPERANÇA - CREE	Jefferson Marques	Daniela Kubtza Marques
CLINICAL CENTER MEDICINA E ODONTOLOGIA (Especialidade de endodontia)	Denis Mauricio Cordeiro	Paula da Silva Muller de Souza
CLINICAL CENTER MEDICINA E ODONTOLOGIA (Especialidade de Periodontia)	Elieser Vinholi Alvarenga	Paula Daniele Roberto Alvarenga
G & S ESTERILIZAÇÃO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA	Aparecida de Paula Gonçalves Pereira	Douglas Aparecido Luiz Bernardo
LABORATÓRIO DE ANÁLISIS CLÍNICAS CRISTO REI SC LTDA	Camila Tiana Gunn	Larissa da Silva Prisco da Cunha
LUAN BENTO FISIOTERAPIA DESPORTIVA LTDA	Luan Weivisson Bento	Larissa Rufo Suzuki
ODONTO IMAGENS RADIOLOGIA LTDA ME (Especialidade de Bucomaxilo)	Leonardo Gameiro de Souza	Paula da Silva Muller de Souza
OXIGÊNIO MANDAGUARI LTDA (MADOX OXIGÊNIO)	Jorge Aparecido Sossai	Lucas Balan Sossai
SOCIEDADE BENEFICENTE CRISTO REI	Bruno Calixto Olivato	Flávia Rezende
SOI PRÓTESE DENTÁRIA	Ana Maria Limoni de Salles	Beatriz Limoni de Salles
ULTRARAD CENTRO DE RADIOLOGIA E ODONTOLOGIA (Especialidade de Radiologia)	Paulo Henrique Capel Gusmão	Nayara Marcela Polles

Art. 2º Os membros da Comissão exercerão suas funções sem prejuízo das atribuições de seus cargos de origem, observadas as competências definidas em normas internas da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revoga expressamente o Decreto nº 216/2026.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao vigésimo sexto dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis (26/08/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:72938121

GABINETE DO PREFEITO
LEI ORDINÁRIA Nº 4551/2026 - AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO PARA 2026, INCLUSÃO NAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA PARA 2026

Lei Ordinária Nº 4551/2026

Ementa: Autoriza o Executivo Municipal a efetuar a abertura de crédito Especial no Orçamento para 2026, inclusão nas Diretrizes Orçamentária para 2026, e inclusão no Plano Plurianual 2026-2029 do Município

A Câmara Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, aprovou e eu, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Esta Lei autoriza o Executivo municipal a efetuar a abertura de crédito Especial para o exercício de 2026 (Lei Orçamentária 4421/2025) do Município de Mandaguari-PR, inclusão nas diretrizes orçamentárias para o exercício de 2026 (Lei n° 4278/2025) e inclusão no Plano Plurianual de 2026 a 2029 (Lei n° 4.422/2025) do Município de Mandaguari-Pr.

Art. 2º Fica o Executivo Municipal autorizado no Orçamento do município de Mandaguari-PR para o exercício de 2026, um crédito Especial no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), mediante a inclusão de rubricas e fontes de receita e despesa das dotações orçamentárias.

Suplementação			
08		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.005		FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER	
08.005.08.244.0031.1.248		Qualificação da Atuação do Organismo de políticas para Mulheres- Aquisição de Veículo-CEDM/PR	
1105 - 4.4.90.52.00.00	000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15.000,00
Total Suplementação:			15.000,00

Art. 3º Para cobertura do crédito aberto no artigo 2°, é utilizado como recurso o Superávit financeiro, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), de acordo com o Art.43, Parágrafo 1°, Inciso I, da Lei Federal 4320/64.

Superávit Financeiro nas Fontes:				
1002	Recursos Ordinários (Livres) - Exercícios Anteriores	000		15.000,00
Total Superávit Financeiro:				15.000,00

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao vigésimo sexto dia do mês de agosto de dois mil e vinte e seis (26/08/2026).

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:4CE37CE0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 153/2026 - CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº. 153/2026

Súmula: Concede férias a servidora pública municipal, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam concedidas férias, ***pelo período especificado***, a servidora pública municipal ocupante do respectivo cargo, na forma discriminada na lista abaixo, a saber:

Matric.	**Nome Funcionário**	**Data Admissão**	**Cargo**	**Período de Gozo**		**Período Aquisitivo**	
				Início	**Fim Gozo**	**Início**	Fim
97728	KATYA ADRIANA PEREIRA	22/04/2024	Recepcionista Revezamento	31/08/2026	09/09/2026	22/04/2024	21/04/2025

Art. 2º Revogada as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao vigésimo sexto dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis (26/08/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:326A9DF3

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 154/2026 - CONCEDE LICENÇA ESPECIAL (LICENÇA PRÊMIO) A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº. 154/2026

Súmula: Concede Licença Especial (Licença Prêmio) a servidores públicos municipais, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Concede ***Licença Especial (Licença Prêmio)***, aos servidores públicos municipais abaixo elencados, regido pelo Regime Jurídico Estatutário, ocupante dos respectivos cargos, a saber:

SERVIDOR	ADMISSÃO	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO			PERÍODO DE GOZO		
10699 DERNEVAL PEREIRA DE AGUIAR	04/02/2011	VIGIA	01/01/2019	À	31/12/2023	28/09/2026	À	17/10/2026
96832 JOICE PEREIRA COUTINHO SIMÕES	14/04/2020	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	14/04/2020	À	13/04/2025	14/09/2026	À	03/10/2026
95190 TIELLY ZANELLI GOMES	01/12/2015	ASSISTENTE SOCIAL	01/01/2019	À	31/12/2023	21/09/2026	À	10/10/2026
96803 ISRAEL SALVADOR	10/03/2020	PINTOR DE OBRAS	10/04/2020	À	09/04/2025	31/08/2026	À	19/09/2026
10766 ROBSON JOSE RIBEIRO	01/03/2011	VIGIA	26/12/2019	À	24/12/2024	08/09/2026	À	27/09/2026
1129 MARIA LUCIA SCHIAVETTO	29/01/1990	AUXILIAR DE SAUDE BUCAL	01/01/2019	À	31/12/2023	01/09/2026	À	20/09/2026
95994 ROSIMEIRE ROSSATI TOLEDO	01/03/2017	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	01/01/2019	À	31/12/2023	08/09/2026	À	27/09/2026
95026 VILMARA GOUVEIA PEREIRA	01/04/2015	ASSISTENTE SOCIAL	14/01/2020	À	13/01/2025	08/09/2026	À	27/09/2026

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao vigésimo sexto dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis (26/08/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:137F47F7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
47º ADITIVO AO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL DO MUNICÍPIO – PCA-M - 2026

47° ADITIVO AO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL DO MUNICÍPIO – PCA-M - 2026
O Município de Mandirituba, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça Bom Jesus,
n.º 44, Centro, CEP 83.800-058, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.105.550/0001-37, neste ato representado por seu Prefeito FELIPE CLAUDINO MACHADO, no uso de suas atribuições legais e considerando as disposições legais previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, bem como, o Decreto Municipal n.º 1.216/2023 – Regulamenta a Lei 14133/2021, formaliza ao Plano de Contratações Anual para o exercício de 2026.
As demandas não previstas no Plano de Contratações Anual foram solicitadas pelo respectivo Secretário responsável pela pasta e está autorizada pela autoridade competente.
DESCRIÇÃO SUSCINTA DO OBJETO: lnclusao de Registros de Débito na base do Servirço Central de Proterção ao Crédito Justificativa Suscinta: Otimização e Recuperação de Créditos Municipais, junto aos Contribuintes Inadimplentes

Item	(Elemento da despesa)	Especificação	Und.	Quant.	Estimativa de valor unitário	Estimativa valor total	Grau de Priorida de	Data Prevista	Vinculaçã o com outro item
01	4.4.90.39	Realização de Aerolevantamento das áreas consideradas de Perímetro Urbano do Município, com resolução mínima de 7 cm/pixel.	serviço	01	375.000,00	375.000,00	alto	09/2026	sim
02	4.4.90.39	Realização do mapeamento móvel terrestre 360, capturar imagens em 360º das fachadas dos imóveis em toda a área urbana do município.	serviço	01	300.000,00	300.000,00	alto	09/2026	sim
03	4.4.90.39	Recadastramento imobiliário com plataforma integrada.	serviço	01	450.000,00	450.000,00	alto	10/2026	sim
04	4.4.90.39	Suporte jurídico recadastramento / cadastramento imobiliário	serviço	01	85.000,00	85.000,00	alto	10/2026	sim
05	4.4.90.39	Cadastro técnico multifinalitário	serviço	01	170.000,00	170.000,00	alto	10/2026	sim
06	4.4.90.39	Atualização da Planta Genérica de Valores para fins de IPTU	serviço	01	170.000,00	170.000,00	alto	11/2026	sim
07	4.4.90.39	Atualização do Código Tributário Municipal	serviço	01	150.000,00	150.000,00	alto	11/2026	sim
Valor total: R$ 1.700.000,00									

26 de Agosto de 2026
FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mayara Thaine Moro
Código Identificador:222F7881

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
EXTRATO DE ADITIVO DE VIGÊNCIA E QUANTITATIVOS ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 176/2025 – PE 30/2025

EXTRATO DE ADITIVO DE VIGÊNCIA E QUANTITATIVOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 176/2025 – PE 30/2025

1º TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 176/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA
CNPJ: 76.105.550/0001-37
FORNECEDOR: AMORAS FRONTINENSES LTDA
CNPJ: 53.858.774/0001-14
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE HORTIFRUTIGRANJEIROS

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO, QUANTITATIVO E VALOR

2.1 Prorroga-se por este Termo Aditivo o prazo de vigência da respectiva Ata de Registro de Preços, por mais 6 (seis) meses, a partir de 26 de agosto de 2026 até 25 de fevereiro de 2027, respeitando o disposto no artigo 84 da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.2 O quantitativo será renovado, e os valores serão reajustados aplicando-se o índice IPCA referente ao mês julho/2026, que corresponde a 4,44% (quatro virgula quarenta e quatro por cento), conforme item 6.1.2 da Ata originária, conforme tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	**ABACAXI PÉROLA** - Com peso unitário maior que 1,5 kg, polpa com coloração branco perola, formato cônico e casca com espessura fina, não deve apresentar defeitos como podridão, amassado, sem coroa, fasciação grave, ferimento, passado, imaturo, defeito de polpa ou queimado de sol.	UND	310	R$ 5,48	R$ 1.698,80
2	**ABACATE COMUM** - De primeira qualidade, casca lisa, in natura, com ausência de sujidades, parasitas e larvas. Apresentando grau de maturação que permita sua manipulação, transporte e conservação em condições adequadas ao consumo.	KG	325	R$ 5,21	R$ 1.693,25
3	**AMEIXA VERMELHA** - Maturação adequada para consumo, textura e consistência de fruta fresca de primeira qualidade. Com características organolépticas (cor, odor, textura, aparência, sabor) preservadas, sem danos químicos, físicos e biológicos. Apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitos e larvas, sem sinais de podridão, machucado ou amassado.	KG	975	R$ 17,70	R$ 17.257,50
4	**BANANA CATURRA** - De primeira e boa qualidade, sem defeitos mecânicos ou físicos que comprometam qualidade do produto, apresentando tamanho, cor e com formação uniforme, devendo ser bem desenvolvidas. A polpa deve estar intacta e firme. Não devem apresentar defeitos graves como amassado, dano por sol, dano profundo, maturação precoce, passado, traças, empedramento dos frutos e imaturidade do fruto. Fruta deve ser fresca. Atingir o grau máximo ao tamanho. Aroma, cor e sabor próprios da espécie e variedades. Apresentar grau de maturação tal que lhes permita suportar a manipulação, o transporte e conservação em condições adequadas para o consumo mediato e imediato. Não conterem substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos aderentes à superfície da casca. Deve apresentar-se em início de maturação. Banana climatizada, mais amarelada que verde.	KG	10.500	R$ 2,81	R$ 29.505,00
5	**BANANA PRATA** - De primeira e boa qualidade, sem defeitos mecânicos ou físicos que comprometam qualidade do produto, apresentando tamanho, cor e com formação uniforme, devendo ser bem desenvolvidas. A polpa deve estar intacta e firme. Não devem apresentar defeitos graves como amassado, dano por sol, dano profundo, maturação precoce, passado, traças, empedramento dos frutos e imaturidade do fruto. Fruta deve ser fresca. Atingir o grau máximo ao tamanho. Aroma, cor e sabor próprios da espécie e variedades. Apresentar grau de maturação tal que lhes permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo mediato e imediato. Não conterem substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos aderentes à superfície da casca. Deve apresentar-se em início de maturação. Banana climatizada, mais amarelada que verde.	KG	2.580	R$ 4,33	R$ 11.171,40
6	**CAQUI FUYU** - Fruta fresca. Apresentando tamanho, cor, aroma, sabor próprio da espécie e com formação uniforme, devendo ser bem desenvolvida e madura. A polpa deve estar intacta e firme. Apresentar grau de maturação tal que lhes permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo imediato. Não conterem substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos aderentes à superfície da casca. Não deverão apresentar machucaduras e não deverão estar amassadas com sinais de podridão.	KG	1.405	R$ 6,20	R$ 8.711,00
7	**KIWI NACIONAL** - Fruta firme e íntegra, textura e consistência de fruta fresca de primeira qualidade, in natura. Com características organolépticas (cor, odor, textura, aparência, sabor) preservadas, sem danos químicos, físicos e biológicos. Apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação e em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitos e larvas. Não deverão apresentar machucaduras e não deverão estar amassadas com sinais de podridão.	KG	315	R$ 22,96	R$ 7.232,40
8	**LARANJA PÊRA** - Tamanho médio, calibre 140mm a 150mm. De boa qualidade, sem defeitos, apresentando tamanho, cor e conformação uniformes, devendo ser bem desenvolvidas e maduras. A polpa deve estar intacta e firme. Atingir o grau máximo ao tamanho, aroma, cor e sabor próprios da espécie e variedades. Apresentar grau de maturação tal que lhes permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo mediato e imediato. Não conter substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos aderentes à superfície da casca. Estarem isentos de umidade externa anormal, aroma e sabor estranho. Não deverão apresentar sinais de podridão e nem deverão estar machucadas.	KG	11.050	R$ 3,96	R$ 43.758,00
9	**LIMÃO TAHITI** - De primeira, fresco, livre de resíduos de fertilizantes, parasitas e larvas, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvido e maduro, com polpa firme e intacta, fornecendo boa quantidade de caldo.	KG	100	R$ 3,28	R$ 328,00
10	**MAÇÃ GALA/FUJI** - Deverá estar madura, vermelha e firme, apresentar casca brilhante, sem manchas escuras, batidas. Deve ser limpa e fresca, sem a presença de sinais de podridão ou de insetos. Peso de 80g a 100g.	KG	3.225	R$ 5,43	R$ 17.511,75
11	**MAMÃO FORMOSA** - Tipo A, fresco, aroma, cor e sabor próprios, sem partes escuras, sem rachaduras, sem amassados, sem sinais de podridão, e em boas condições de consumo, não devendo apresentar imaturo.	KG	2.920	R$ 4,64	R$ 13.548,80
12	**MANGA TOMY** - Fruta da época. A polpa deve estar intacta e firme. Apresentando	KG	1.260	R$ 6,73	R$ 8.479,80

	tamanho, cor e conformação uniformes, devendo ser bem desenvolvida. Atingir o grau máximo de tamanho, aroma, cor e sabor próprios da espécie e variedades. Apresentar grau de maturação tal que lhes permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação e em condições adequadas para o consumo. Não conterem substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos aderentes à superfície da casca. Não deverão apresentar amassados, machucados e nem apresentarem sinais de podridão. Devem estar isentas de umidade externa anormal, aroma e sabor estranhos.				
13	**MARACUJÁ** - Classe A, comum, sem manchas, machucaduras, bolores, sujidades.	KG	235	R$ 11,48	R$ 2.697,8
14	**MELANCIA** - Comprida/redonda, tipo comum, da época, com coloração do fundo da casca verde e da polpa vermelha, com grau de maturação tal que lhes permita suportar transporte, manipulação e conservação. Sua classificação deve ser do tipo Extra. Não deve apresentar defeitos muito graves como imaturidade, passado, dano profundo e podridão. São considerados defeitos graves ausência de pedúnculo, oco (mais que 1 cm de abertura na polpa), amassado, alteração de polpa e casca espessa. São considerados defeitos leves sujidades e barriga branca (maior que 20% da superfície da casca). Deve pesar entre 8 e 10 kg.	KG	5.610	R$ 2,55	R$ 14.305,50
15	**MELÃO AMARELO COMUM -** Com peso unitário inferior a 1,5 kg, formato ovulado a elíptico, com casca pouco rugosa e de cor amarelada, e polpa branco esverdeada a creme, devendo o lote apresentar homogeneidade visual de tamanho e coloração, não apresentar defeitos podridão, imaturo, ferido.	UND	225	R$ 6,26	R$ 1.408,50
16	**MORANGO FRUTA IN NATURA**- Deverá ser entregue em embalagens devidamente rotuladas, com peso de 1 (um) kg por bandeja, caixa com 04 bandejas. Os produtos deverão ser entregues em caixas limpas e livres de sujidades.	CX	290	R$ 22,92	R$ 6.646,80
17	**PÊRA NACIONAL** - Cor e sabor próprios da espécie e variedade. Deverá apresentar grau de maturação tal que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo mediato e imediato. Não apresentar defeitos podridão, imaturo, ferido ou amassado.	KG	1.160	R$ 7,31	R$ 8.479,60
18	**PÊSSEGO NACIONAL** - Fruta fresca, aroma, cor e sabor próprias da fruta não deverá apresentar partes escuras, rachaduras, ou amassados, apresentar em boas condições de consumo, não deverá ser imaturo, apresentar homogeneidade em todo o lote. Não será aceito tamanhos inferiores do padrão de mercado.	KG	1.100	R$ 11,48	R$ 12.628,00
19	**TANGERINA TIPO POKAN** - "in natura", de primeira qualidade. Fresca, com grau de maturidade de 80%, intacta, livre de rachaduras, cortes e esmagamento. Sem sinais de podridão. Isenta de materiais terrosos e umidade externa anormal, livre de sujidades, parasitas e larvas, sem danos físicos e mecânicos.	KG	1.650	R$ 4,17	R$ 6.880,50
20	**UVA NIÁGARA ROSADA** – Apresentando tamanho, cor e formação uniformes, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte. Deve ser doce e suculenta, firme e estar bem presa ao cacho, nova e de primeira qualidade, não deve estar murcha ou despencando. Com características organolépticas (cor, odor, textura, aparência, sabor) preservadas, sem danos químicos, físicos e biológicos. Apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitos e larvas.	KG	1200	R$ 14,36	R$ 17.232,00
21	**ABOBRINHA VERDE** - De primeira qualidade, extra AA. A casca deve apresentar-se firme, brilhante, lisa e com sua cor característica verde clara, sem manchas escuras. Não deve possuir terra aderida a casca. Devem ser de tamanho médio ou pequeno. Tamanho máximo de 20 cm de comprimento.	KG	985	R$ 4,33	R$ 4.265,05
22	**ACELGA/COUVE-CHINESA** - Limpa, fresca, de primeira, tamanho médio de aproximadamente 500g e coloração uniforme. Sem excesso de folhas devendo ser bem desenvolvida, firme e intacta. Isenta de material terroso e umidade externa anormal. Livre de sujidades, parasitas e larvas. Sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte.	UND	210	R$ 4,54	R$ 953,40
23	**AGRIÃO** – Maço de 500 a 800 gramas, de primeira qualidade, com folhas tenras e coloração verde escuro, não apresentar os defeitos como: amarelado, passado e murcho.	MAÇO	185	R$ 3,60	R$ 666,00
24	**AIPIM DESCASCADO E EMBALADO Á VÁCUO** - Produto de primeira qualidade, fresco, limpo, descascado, cortado e embalado em embalagens de plástico atóxico a vácuo. Não será tolerado produto com alteração de cor como mancha escura ou esverdeadas. O produto não deve apresentar sujidades ou contaminantes aderidos como terra ou insetos. O processamento deve ocorrer sob condições higiênico sanitárias adequadas. Embalagem de 1kg.	KG	230	R$ 5,74	R$ 1.320,20
25	**ALFACE CRESPA -** folhas características da espécie, sem defeitos, intactas, firmes, bem desenvolvidas, estar livres de enfermidades e insetos, não estar danificada por lesão física ou mecânica que afete a aparência. Peso mínimo de 300 gramas.	UND	340	R$ 2,71	R$ 921,40
26	**ALHO** - Qualidade extra. Pode ser branco ou roxo, com poder de condimento baixo, cor, aspecto, cheiro e sabor característico da espécie, tendo dentes grandes e novos, bem formados e de primeira qualidade. Deverá estar inteiro, com casca, sem manchas escuras e firmes. Não deve ser brotado, choco, podre, murcho, ferido, passado ou quebrado grave, livre de sujidades, pragas e fungos.	KG	322	R$ 26,05	R$ 8.388,10
28	**BATATA DOCE ROXA** - Beneficiada, deve estar suficientemente desenvolvida e apresentar casca de coloração roxa. Não poderá apresentar danos, sinais de podridão, rachaduras, cortes na casca e/ou cheiro estranho. Não deve apresentar terra ou outras sujidades aderidas a casca.	KG	125	R$ 2,71	R$ 338,75
29	**BATATA INGLESA** - Lisa, especial de primeira qualidade, compacta e firme, sem lesões de origem física ou mecânica, com tamanho uniforme, sem brotos ou manchas verdes na casca. Deve ser entregue lavada.	KG	1450	R$ 4,17	R$ 6.046,50
30	**BATATA SALSA DE PRIMEIRA** - Deve estar em adequado estado de maturação. Não poderá apresentar sujeira na casca, rachaduras, partes amolecidas, cortes na casca ou sujidades. Devem ser de tamanho médio a grande e de cor amarelo claro.	KG	410	R$ 9,39	R$ 3.849,90
31	**BERINJELA EXTRA A** - Vegetal firme, fresco, aroma, sabor e cor próprios da espécie. Não estarem danificados por quaisquer lesões de origem física ou mecânica que afetam a sua aparência. Estarem isentos de umidade externa anormal, odor e sabor estranhos. Não apresentarem rachaduras ou cortes na casca. A polpa deverá estar intacta e limpa.	KG	125	R$ 4,69	R$ 586,25
32	**BETERRABA EXTRA A** - De primeira qualidade. Deve estar em adequado estado de maturação. A casca deve ser roxa e lisa, sem apresentar sinais de rachaduras, estragado ou terra aderida. Não deve estar murcha.	KG	500	R$ 3,13	R$ 1.565,00
33	**BRÓCOLIS AMERICANO** - De primeira qualidade, com cor verde característica da espécie, livre de insetos e sujidades, não estar danificada por lesão física ou mecânica que afete a aparência, os ramos não poderão estar amarelados ou com manchas escuras. Peso mínimo 300 gramas.	UND	669	R$ 4,69	R$ 3.137,61
34	**CEBOLA PÊRA NACIONAL** - De primeira qualidade, tipo branca. Deve estar limpa, firme, com aspecto fresco, com a película brilhante, sem manchas escuras, sem batidas e sem brotamento, estar isenta de umidade externa anormal, odor e sabor estranhos.	KG	640	R$ 4,16	R$ 2.662,40
35	**CENOURA EXTRA A** - De primeira qualidade. Deve estar limpa, firme, lisa e ser de cor laranja vivo brilhante. Não deve apresentar deformidades, rachaduras, furos, manchas, rugas ou aspecto de envelhecido. Deve apresentar tamanho médio a grande.	KG	540	R$ 2,81	R$ 1.517,40
36	**CEBOLINHA/CHEIRO VERDE MAÇO**- De primeira qualidade, com folhas verdes, intactas, firmes e bem desenvolvidas, estar livre de enfermidades e insetos, não estar danificada por lesão física ou mecânica que afete a aparência. Peso do maço no mínimo 400 gr.	MAÇO	750	R$ 4,17	R$ 3.127,50
37	**CHUCHU EXTRA A** - De primeira qualidade. Deve apresentar a casca verde clara brilhante, sem brotos, bem formado e limpo. Deve apresentar tamanho médio a grande,	KG	350	R$ 2,45	R$ 857,50

	com aparência de fresco. Não deve apresentar sujidades aderidas ou sinais de podridão.				
38	**COUVE MANTEIGA** - De primeira qualidade, folhas intactas, firmes e bem desenvolvidas, livre de insetos e sujidades, não estar danificada por lesão física ou mecânica que afete a aparência, coloração e tamanho uniforme e típico da variedade. Peso no mínimo 400 gramas.	MAÇO	350	R$ 3,13	R$ 1.095,50
39	**COUVE FLOR** - De primeira qualidade, fresca, livre de insetos e sujidades, deverá estar bem formada e limpa e deverá apresentar cor creme e tamanho grande. Não deve apresentar manchas escuras, manchas de fungos e/ou umidade. Peso no mínimo 300 gramas.	UND	260	R$ 4,69	R$ 1.219,40
41	**FEIJÃO BRANCO TIPO 1** - Com as características (cor, odor, textura, aparência e sabor) preservadas, sem danos químicos, físicos e biológicos. Livre de sujidades e objetos estranhos.	KG	285	R$ 7,31	R$ 2.083,35
42	**FEIJÃO PRETO TIPO 1** - Com as características (cor, odor, textura, aparência e sabor) preservadas, sem danos químicos, físicos e biológicos. Livre de sujidades e objetos estranhos.	KG	180	R$ 5,22	R$ 939,60
43	**OVOS GRANDE TIPO 1** - Deverão ser entregues totalmente sãos e limpos. Deverá ser isento de aditivos ou substâncias estranhas ao produto, que sejam impróprias ao consumo e que alterem suas características naturais (físicas, químicas e organolépticas). Não serão recebidos produtos trincados, quebrados, sujos. Os ovos deverão ser embalados em caixas contendo 12 unidades (1 dúzia). A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número de lote, data da embalagem, data de validade, condições de armazenamento, quantidade do produto, número de registro no Ministério de Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF.	DZ	3070	R$ 8,35	R$ 25.634,50
44	**PEPINO AODAI SALADA EXTRA A**- De primeira qualidade. A cor deverá ser verde clara ou escura, firme e de tamanho médio. Não deve apresentar grande espessura. Não deve apresentar sujeiras aderidas a casca, picadas de insetos ou outros danos.	KG	470	R$ 4,38	R$ 2.058,60
45	**PIMENTÃO VERDE** – Qualidade extra A comum, sem manchas, machucaduras, bolores, sujidades.	KG	245	R$ 7,31	R$ 1.790,95
48	**REPOLHO VERDE HÍBRIDO** - Cabeça grande de no mínimo 2,5 kg. De primeira qualidade. Deverão apresentar cor verde claro, folhas uniformes e frescas. Não poderá estar murcho e não deverá apresentar dano por praga, podridão e/ou ferimento.	UND	313	R$ 3,13	R$979,69
49	**RÚCULA** - Ótima qualidade, sem defeitos, com folhas verdes sem traços de descoloração turgescente, intactas, firmes e bem desenvolvidas. Deverão apresentar coloração e tamanho uniformes e típicos da variedade. Não serão permitidos defeitos nas verduras que afetem a sua formação e a sua aparência, estar livre de enfermidades e insetos, não estar danificada por qualquer lesão de origem física ou mecânica. Peso de 300g o maço.	MAÇO	149	R$ 3,65	R$ 543,85
50	**TOMATE** - De primeira qualidade. Deve apresentar cor vermelho brilhante, estar firme, estar limpo, sem resíduos na casca ou sinais de insetos. Deve apresentar grau de maturação médio, ou seja, não estar verde, nem muito maduro. Não deve apresentar danos, amassados ou estar amolecido.	KG	1.230	R$ 6,26	R$ 7.699,80
51	**VAGEM MACARRÃO EXTRA A** - Comprimento maior que 15 cm, casca em coloração verde clara, com perfil semi-arqueado e ausência de fio, lote deverá apresentar homogeneidade visual de tamanho e coloração, não apresentar os defeitos, ferimentos murcho, podridão e passado.	KG	470	R$ 12,53	R$ 5.889,10
52	**MILHO VERDE**- Com no mínimo 400g, milho verde em bandejas com 5 espigas de primeira qualidade, cristal, bem granada, descascada, novinho. Apresentando tamanho, cor e formação uniformes, devendo ser bem desenvolvidas, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte.	BANDEJA	70	R$ 9,39	R$ 657,30

2.3 O Valor total registrado à empresa signatária do presente Termo Aditivo é de R$ 321.969,00 (trezentos e vinte e um mil novecentos e sessenta e nove reais).

Mandirituba, 25 de agosto de 2026

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Michael Josiel da Cruz
Código Identificador:7FBC0EDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO PE 15/2026 - REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO FÓRMULAS INFANTIS, FÓRMULAS ENTERAIS E SUPLEMENTOS

ESTADO DO PARANÁ		
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA	PREGÃO ELETRÔNICO	
Rua Augusto Dissenha, 44 - Centro - Mandirituba	**Nr.: 15/2026**	
CEP: 83800-058 CNPJ: 76.105.550/0001-37 Telefone: (41) 3626-1122		
E-mail: transparencia@mandirituba.pr.gov.br Site: https://www.mandirituba.pr.	**Processo Adm.:**	**50/2026**
	Data do Processo:	**27/04/2026**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 28, I e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:
01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

a) Nr. Processo:	50/2026
b) Nr. Licitação:	15/2026 - PE
c) Modalidade:	Pregão eletrônico
d) Data de Homologação:	24/08/2026
e) Objeto da Licitação:	*REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO FÓRMULAS INFANTIS, FÓRMULAS ENTERAIS E SUPLEMENTOS*
Participante: ALM COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - CNPJ: 28.921.456/0001-03 - *Enquadrado como MPE/EPP*	

Item	Cota	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
14	E	Alimento calórico protéico, preparado a base de leite enriquecida de vitamina e minerais com 100 % de proteína animal, sem adição de açúcares. Apresentação em embalagem a partir de 300 g. Apresentar amostra. Qualidade igual/superior a Nutren Active - Alimento calórico protéico, preparado a base de leite enriquecida de vitamina e minerais	180.000,0	G	0,066	11.880,00

		com 100 % de proteína animal, sem adição de açúcares. Apresentação em embalagem a partir de 300 g. Apresentar amostra. Qualidade igual/superior a Nutren Active Marca: SUSTEVIT / VITAFOR - LATA DE 400 GR				
16	E	Alimento para suplementação oral e enteral para pacientes idosos, com proteína de origem animal,e proteína isoladada de soja, vitamina D e cálcio e fibras. Produto com diluição em água e isento de sabor, sem lactose. Apresentação em embalagem a partir de 300 g. Apresentar amostra. Qualidade igual/superior a Nutren Senior - Alimento para suplementação oral e enteral para pacientes idosos, com proteína de origem animal,e proteína isoladada de soja, vitamina D e cálcio e fibras. Produto com diluição em água e isento de sabor, sem lactose. Apresentação em embalagem a partir de 300 g. Apresentar amostra. Qualidade igual/superior a Nutren Senior Marca: SUSTAP SENIOR + ZERO LACTOSE/PROBENE-LATA DE	200.000,0	G	0,1128	22.560,00
17	E	Módulo/regulador intestinal composto de 4 a 5 cepas para casos de constipação, diarréia ou outros distúrbios intestinais. Isento de lactose e glúten. Apresentar amostra. Qualidade igual/superior a Simfort - Módulo/regulador intestinal composto de 4 a 5 cepas para casos de constipação, diarréia ou outros distúrbios intestinais. Isento de lactose e glúten. Apresentar amostra. Qualidade igual/superior a Simfort Marca: SIMFORT / VITAFOR - SACHÊ DE 2 GR	3.600,000	G	1,115	4.014,00
18	E	Módulo de L-glutamina (100%) em pó, acondicionado em sachê, contendo a descrição das características do produto. Isento de lactose e glúten. Apresentar amostra. Qualidade igual/superior a Glutamax - Módulo de L-glutamina (100%) em pó, acondicionado em sachê, contendo a descrição das características do produto. Isento de lactose e glúten. Apresentar amostra. Qualidade igual/superior a Glutamax Marca: GLUTAMAX/VITAFOR - SACHÊ DE 10 GR	10.800,00	G	0,223	2.408,40
19	E	Módulo de Triglicerídeos de Cadeia Média (TCM) enriquecido com ácidos graxos essenciais (AGE) destinados a nutrição enteral e/ou oral. Apresentação em embalagem a partir de 250 ml. Apresentar amostra. Qualidade igual/superior a TCM com AGE / MCT COM AGE - Módulo de Triglicerídeos de Cadeia Média (TCM) enriquecido com ácidos graxos essenciais (AGE) destinados a nutrição enteral e/ou oral. Apresentação em embalagem a partir de 250 ml. Apresentar amostra. Qualidade igual/superior a TCM com AGE / MCT COM AGE Marca: MCT COM AGE / VITAFOR - FRASCO DE 250 ML	3.000,000	ML	0,1984	595,20
21	E	Módulo concentrado de fibras solúveis e insolúveis ideal para o equilíbrio funcional da microbiota intestinal. Embalagem a partir de 300g. Apresentar amostra Qualidade igual/superior a Mix Fiber - Módulo concentrado de fibras solúveis e insolúveis ideal para o equilíbrio funcional da microbiota intestinal. Embalagem a partir de 300g. Apresentar amostra Qualidade igual/superior a Mix Fiber Marca: SUSTAP FIBRAS/ PROBENE - LATA DE 300 GR	2.000,000	G	0,1305	261,00
					Total do Participante:	**41.718,60**

Participante: INTEGRA SOLUCOES MEDICAS LTDA - CNPJ: 24.658.613/0001-89 - ***Enquadrado como MPE/EPP***

Item	Cota	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
5	E	Alimento nutricionalmente completo para nutrição oral ou enteral normocalórico e normoproteíco desenvolvido para pessoas com diabetes e hiperglicemia. Isenta de sacarose, lactose e glúten. Apresentação em embalagem a partir 1000ml. Apresentar amostra. Qualidade igual / superior a Dianutri 1.0 / Diamax - Alimento nutricionalmente completo para nutrição oral ou enteral normocalórico e normoproteíco desenvolvido para pessoas com diabetes e hiperglicemia. Isenta de sacarose, lactose e glúten. Apresentação em embalagem a partir 1000ml. Apresentar amostra. Qualidade igual / superior a Dianutri 1.0 / Diamax Marca: PRODIET / DIAMAX IG 1L	180.000,0	ML	0,0279	5.022,00
15	L	Alimento para nutrição oral utilizado na recuperação nutricional de pacientes oncológicos com alterações no apetite e paladar. Com L-leucina e com densidade protéica a partir de 6 g/100ml. Isento de sabor. Apresentação em embalagem a partir de 300 g. Apresentar amostra. Qualidade igual/superior a Inmax - Alimento para nutrição oral utilizado na recuperação nutricional de pacientes oncológicos com alterações no apetite e paladar. Com L- leucina e com densidade protéica a partir de 6 g/100ml. Isento de sabor. Apresentação em embalagem a partir de 300 g. Apresentar amostra. Qualidade igual/superior a Inmax Marca: PRODIET / IMMAX 350G	225.000,0	G	0,1999	44.977,50
28	E	Suplemento alimentar para pacientes portadores de diabetes tipo 1 e 2, diabetes gestacional ou hiperglicemia, em pó, para suplementação nutricional oral, com isomaltulose (carboidrato de lenta absorção com baixo índice glicêmico), inulina, proteínas, vitaminas, minerais, fibras e ômega-3.. Com restrição de sacarose, frutose, glicose e lactose. Com oferta mínima de 15g de proteína por porção, normocalórico, normo a hiperlipídico. Sabor baunilha ou sem sabor. Lata com 350 a 400g Apresentar amostra - Suplemento alimentar para pacientes portadores de diabetes tipo 1 e 2, diabetes gestacional ou hiperglicemia, em pó, para suplementação nutricional oral, com isomaltulose (carboidrato de lenta absorção com baixo índice glicêmico), inulina, proteínas, vitaminas, minerais, fibras e ômega-3.. Com restrição de sacarose, frutose, glicose e lactose. Com oferta mínima de 15g de proteína por porção, normocalórico, normo a hiperlipídico. Sabor baunilha ou sem sabor. Lata com 350 a 400g Apresentar amostra Marca: PRODIET / DIAMAX IN 370G	200.000,0	G	0,1011	20.220,00
29	E	Dieta nutricionalmente completa e balanceada, polimérica, normocalórica e normoproteica. A Base de Proteina Isolada de Soja Indicado para crianças a partir de 10 anos, adultos e idosos. Com no mínimo 30% de proteína animal de alta qualidade (caseinato e/ou proteína do soro do leite), para uso oral e enteral, com fácil diluição sem precisar de liquidificador ou mixer para a mesma. Apresentação padrão na forma de pó. Igredientes: Com no mínimo 30% de proteína animal de alta qualidade (caseinato e/ - Dieta	400.000,0	G	0,0665	26.600,00

		nutricionalmente completa e balanceada, polimérica, normocalórica e normoproteica. A Base de Proteina Isolada de Soja Indicado para crianças a partir de 10 anos, adultos e idosos. Com no mínimo 30% de proteína animal de alta qualidade (caseinato e/ou proteína do soro do leite), para uso oral e enteral, com fácil diluição sem precisar de liquidificador ou mixer para a mesma. Apresentação padrão na forma de pó. Igredientes: Com no mínimo 30% de proteína animal de alta qualidade (caseinato e/ou proteína do soro do leite) Acrescida de vitaminas e minerais. Isenta de glúten, sacarose e de lactose adicionada. Embalagem: Apresentação em lata/pote 400 a 900 gramas com colher medida. Apresentar amostras. Qualidade igual ou superior a Nutrisson Soya / Nutrisson Soya Fiber / Nutri Enteral Soy Trophic basic Marca: PRODIET / TROPHIC BASIC ENTERAL 800G				
35	R	Alimento para nutrição oral utilizado na recuperação nutricional de pacientes oncológicos com alterações no apetite e paladar. Com L-leucina e com densidade protéica a partir de 6 g/100ml. Isento de sabor. Apresentação em embalagem a partir de 300 g. Apresentar amostra. Qualidade igual/superior a Inmax - Alimento para nutrição oral utilizado na recuperação nutricional de pacientes oncológicos com alterações no apetite e paladar. Com L- leucina e com densidade protéica a partir de 6 g/100ml. Isento de sabor. Apresentação em embalagem a partir de 300 g. Apresentar amostra. Qualidade igual/superior a Inmax Marca: PRODIET / IMMAX 700G - 740G	75.000,00	G	0,1999	14.992,50
					Total do Participante:	**111.812,00**

Participante: MN NUTRICAO LTDA - CNPJ: 29.496.518/0001-40 - *Enquadrado como MPE/EPP*

Item	Cota	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
3	E	Fórmula infantil destinada a lactantes com restrição a lactose. Adicionada de LC Pufas e nucleotídeos. Isenta de glúten e lactose. Apresentação em embalagem a partir de 300 g. Apresentar amostra. Qualidade igual /superior a Nan SL / Aptamil SL - Fórmula infantil destinada a lactantes com restrição a lactose. Adicionada de LC Pufas e nucleotídeos. Isenta de glúten e lactose. Apresentação em embalagem a partir de 300 g. Apresentar amostra. Qualidade igual /superior a Nan SL / Aptamil SL Marca: APTAMIL SL (DANONE)	117.200,0	G	0,1167	13.677,24
24	E	Fórmula infantil hipoalérgica para nutrição em terapia neonatal pediátrica de paciente com alergia a proteína do leite de vaca e/ou a soja com manifestações clinicas leves e moderadas sem quadros diarréicos. Ingredientes: proteína extensamente hidrolisada do soro do leite, com maltodextrina Isento de glúten, frutose e sacarose. Apresentação em embalagem a partir de 300 g. Apresentar amostra. Qualidade igual/superior a Aptamil Pepti - Fórmula infantil hipoalérgica para nutrição em terapia neonatal pediátrica de paciente com alergia a proteína do leite de vaca e/ou a soja com manifestações clinicas leves e moderadas sem quadros diarréicos. Ingredientes: proteína extensamente hidrolisada do soro do leite, com maltodextrina Isento de glúten, frutose e sacarose. Apresentação em embalagem a partir de 300 g. Apresentar amostra. Qualidade igual/superior a Aptamil Pepti HMO (DANONE)	140.000,0	G	0,20	28.000,00
25	E	Fórmula infantil para lactentes de 0 a 12 meses, a base de proteína isolada de soja, enriquecida com L-metionina como fonte de carboidratos 100% maltodextrina, acrescida de vitaminas e minerais e outros oligoelementos. Apresentação em embalagem a partir de 300 g. Apresentar amostra. Qualidade igual/superior a Aptamil Soja - Fórmula infantil para lactentes de 0 a 12 meses, a base de proteína isolada de soja, enriquecida com L-metionina como fonte de carboidratos 100% maltodextrina, acrescida de vitaminas e minerais e outros oligoelementos. Apresentação em embalagem a partir de 300 g. Apresentar amostra. Qualidade igual/superior a Aptamil Soja Marca: APTAMIL SOJA (DANONE)	160.000,0	G	0,0909	14.544,00
26	E	Fórmula infantil industrializada de partida de 0 a 36 meses, polimérica, nutricionalmente completa para nutrição enteral/oral. Hipercalórica (com densidade calórica 1.0 kcal/ml) e com oferta protéica de alto valor biológico. Isenta de sacarose e glúten. Apresentação em embalagem a partir de 300 g. Apresentar amostra. Qualidade igual/superior a Infantrini - Fórmula infantil industrializada de partida de 0 a 36 meses, polimérica, nutricionalmente completa para nutrição enteral/oral. Hipercalórica (com densidade calórica 1.0 kcal/ml) e com oferta protéica de alto valor biológico. Isenta de sacarose e glúten. Apresentação em embalagem a partir de 300 g. Apresentar amostra. Qualidade igual/superior a Infantrini Marca: INFATRINI (DANONE)	49.000,00	G	0,30	14.700,00
27	E	Fórmula infantil em pó para nutrição oral e enteral, em pó. Indicação para crianças de 03 a 10 anos Alimento em pó para nutrição oral ou enteral para crianças, nutricionalmente completo, podendo ser adicionado diretamente aos alimentos, podendo ser diluído nas seguintes apresentações: 1Kcal/ml; 1,25kcal/ml, 1,5Kcal/ml. Principal fonte de carboidratos a maltodextrina. Isento de lactose. SEM SABOR. Indicado para crianças em risco nutricional, desnutridas ou com desaceleração do crescimento, e/ou d - Fórmula infantil em pó para nutrição oral e enteral, em pó. Indicação para crianças de 03 a 10 anos Alimento em pó para nutrição oral ou enteral para crianças, nutricionalmente completo, podendo ser adicionado diretamente aos alimentos, podendo ser diluído nas seguintes apresentações: 1Kcal/ml; 1,25kcal/ml, 1,5Kcal/ml. Principal fonte de carboidratos a maltodextrina. Isento de lactose. SEM SABOR. Indicado para crianças em risco nutricional, desnutridas ou com desaceleração do crescimento, e/ou doenças crônicas, por exemplo fibrose cística, cardiopatias, doença celíaca etc., em pré ou pós-operatório. Embalagem de 300g . Apresentar amostra. Qualidade igual/superior a Fortini Marca: FORTINI PLUS SEM SABOR (DANONE)	200.000,0	G	0,119	23.800,00
32	E	Fórmula infantil para lactentes e de seguimento para lactentes e/ou crianças de primeira infância destinada a	10.000,00	G	0,33	3.300,00

		necessidades dietoterápicas específicas com restrição de lactose, soja, amido de batata. Fórmula à base de aminoácidos livres. Apresentação em embalagem a partir de 300 g. Apresentar amostras. Qualidade igual ou superior a Alfamino - Fórmula infantil para lactentes e de seguimento para lactentes e/ou crianças de primeira infância destinada a necessidades dietoterápicas específicas com restrição de lactose, soja, amido de batata. Fórmula à base de aminoácidos livres. Apresentação em embalagem a partir de 300 g. Apresentar amostras. Qualidade igual ou superior a Alfamino Marca: NEOCATE LCP (DANONE)				
33	R	Fórmula infantil à base de aminoácidos livres, para crianças de 01 a 10 anos que permanecem alérgicas a proteína do leite , soja e proteínas hidrolizadas . Densidade Calórica de1.0 kcal / ml . Não deve conter glúten e lactose. Apresentar amostra. Qualidade igual/superior a Neoadvance - Fórmula infantil à base de aminoácidos livres, para crianças 10 anos que permanecem alérgicas a proteína do leite , soja e proteínas hidrolizadas . Densidade Calórica de1.0 kcal / ml . Não deve conter glúten e lactose. Apresentar amostra. Qualidade igual/superior a Neoadvance Marca: NEOADVANCE (DANONE)	50.000,00	G	0,40	20.000,00
34	R	Suplemento infantil de nutrição oral e enteral desenvolvido para crianças com alergia à proteína do leite de vaca e que apresentam estagnação ou perda de peso, dificuldade ou seletividade alimentar. É um produto com 1.27kcal/mL e com alto teor de ferro, cálcio e vitamina D, nutrientes essenciais para o crescimento e desenvolvimento adequados. Apresentar amostra. Qualidade igual/superior a Neoforte - Suplemento infantil de nutrição oral e enteral desenvolvido para crianças com alergia à proteína do leite de vaca e que apresentam estagnação ou perda de peso, dificuldade ou seletividade alimentar. É um produto com 1.27kcal/mL e com alto teor de ferro, cálcio e vitamina D, nutrientes essenciais para o crescimento e desenvolvimento adequados. Apresentar amostra. Qualidade igual/superior a Neoforte Marca: NEOFORTE (DANONE)	37.500,00	G	0,42	15.750,00
36	R	Fórmula infantil semi – elementar, hipoalérgica para lactentes de 0 a 36 meses, que apresentem diarréia crônica, ressecação intestinal extensa, desnutrição grave, alergia ao leite de vaca ou soja, composto de fonte protéica 100% soro do leite extensamente hidrolisado. Isento de sacarose e lactose. Apresentação em embalagem a partir de 300 g. Apresentar amostra. Qualidade igual/superior a Pregomin - Fórmula infantil semi – elementar, hipoalérgica para lactentes de 0 a 36 meses, que apresentem diarréia crônica, ressecação intestinal extensa, desnutrição grave, alergia ao leite de vaca ou soja, composto de fonte protéica 100% soro do leite extensamente hidrolisado. Isento de sacarose e lactose. Apresentação em embalagem a partir de 300 g. Apresentar amostra. Qualidade igual/superior a Pregomin Marca: PREGOMIN PEPTI (DANONE)	52.500,00	G	0,24	12.600,00
37	R	Fórmula infantil para lactentes e de seguimento para lactentes e/ou crianças de primeira infância destinada a necessidades dietoterápicas específicas com restrição de lactose, soja, amido de batata. Fórmula à base de aminoácidos livres. Apresentação em embalagem a partir de 300 g. Não deve conter soja e amido de batata em sua formulação, Apresentar amostras. Qualidade igual ou superior a Neocate. - Fórmula infantil para lactentes e de seguimento para lactentes e/ou crianças de primeira infância destinada a necessidades dietoterápicas específicas com restrição de lactose, soja, amido de batata. Fórmula à base de aminoácidos livres. Apresentação em embalagem a partir de 300 g. Não deve conter soja e amido de batata em sua formulação, Apresentar amostras. Qualidade igual ou superior a Neocate. Marca: NEOCATE LCP (DANONE)	85.000,00	G	0,33	28.050,00
					Total do Participante:	**174.421,24**

Participante: NUTRIPORT COMERCIAL LTDA. - CNPJ: 03.612.312/0004-97

Item	Cota	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
9	L	Fórmula infantil à base de aminoácidos livres, para crianças de 01 a 10 anos que permanecem alérgicas a proteína do leite , soja e proteínas hidrolizadas . Densidade Calórica de1.0 kcal / ml . Não deve conter glúten e lactose. Apresentar amostra. Qualidade igual/superior a Neoadvance - Fórmula infantil à base de aminoácidos livres, para crianças de 01 a 10 anos que permanecem alérgicas a proteína do leite , soja e proteínas hidrolizadas . Densidade Calórica de1.0 kcal / ml . Não deve conter glúten e lactose. Apresentar amostra. Qualidade igual/superior a Neoadvance Marca: NEO ADVANCE - DANONE / LATA 400G	150.000,0	G	0,3471	52.065,00
10	L	Suplemento infantil de nutrição oral e enteral desenvolvido para crianças com alergia à proteína do leite de vaca e que apresentam estagnação ou perda de peso, dificuldade ou seletividade alimentar. É um produto com 1.27kcal/mL e com alto teor de ferro, cálcio e vitamina D, nutrientes essenciais para o crescimento e desenvolvimento adequados. Apresentar amostra. Qualidade igual/superior a Neoforte - Suplemento infantil de nutrição oral e enteral desenvolvido para crianças com alergia à proteína do leite de vaca e que apresentam estagnação ou perda de peso, dificuldade ou seletividade alimentar. É um produto com 1.27kcal/mL e com alto teor de ferro, cálcio e vitamina D, nutrientes essenciais para o crescimento e desenvolvimento adequados. Apresentar amostra. Qualidade igual/superior a Neoforte Marca: NEOFORTE - DANONE / LATA 400G	112.500,0	G	0,3657	41.141,25
23	L	Fórmula infantil semi – elementar, hipoalérgica para lactentes de 0 a 36 meses, que apresentem diarréia crônica, ressecação intestinal extensa, desnutrição grave, alergia ao leite de vaca ou soja, composto de fonte protéica 100% soro do leite extensamente hidrolisado. Isento de sacarose e lactose. Apresentação em embalagem a partir de 300 g. Apresentar amostra. Qualidade igual/superior a Pregomin - Fórmula infantil semi – elementar, hipoalérgica para lactentes de 0 a 36 meses, que apresentem diarréia crônica, ressecação intestinal extensa, desnutrição grave, alergia ao leite de vaca ou soja, composto de fonte protéica 100% soro	157.500,0	G	0,2003	31.547,25

		do leite extensamente hidrolisado. Isento de sacarose e lactose. Apresentação em embalagem a partir de 300 g. Apresentar amostra. Qualidade igual/superior a Pregomin Marca: PREGOMIN PEPTI - DANONE / LATA 400G				
31	L	Fórmula infantil para lactentes e de seguimento para lactentes e/ou crianças de primeira infância destinada a necessidades dietoterápicas específicas com restrição de lactose, soja, amido de batata. Fórmula à base de aminoácidos livres. Apresentação em embalagem a partir de 300 g. Não deve conter soja e amido de batata em sua formulação, Apresentar amostras. Qualidade igual ou superior a Neocate. - Fórmula infantil para lactentes e de seguimento para lactentes e/ou crianças de primeira infância destinada a necessidades dietoterápicas específicas com restrição de lactose, soja, amido de batata. Fórmula à base de aminoácidos livres. Apresentação em embalagem a partir de 300 g. Não deve conter soja e amido de batata em sua formulação, Apresentar amostras. Qualidade igual ou superior a Neocate. Marca: NEOCATE LCP - DANONE / LATA 400G	255.000,0	G	0,2873	73.261,50
					Total do Participante:	**198.015,00**

Participante: NUTRI SAUDE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA - CNPJ: 47.426.022/0001-81 - *Enquadrado como MPE/EPP*

Item	Cota	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	E	Fórmula infantil de partida para lactantes até 6 meses com prebióticos. Isenta de glúten e sacarose. Apresentação em embalagem a partir de 300 g. Apresentar amostra. Qualidade igual /superior Nestogeno 1 / Aptamil 1 - Fórmula infantil de partida para lactantes até 6 meses com prebióticos. Isenta de glúten e sacarose. Apresentação em embalagem a partir de 300 g. Apresentar amostra. Qualidade igual /superior Nestogeno 1 / Aptamil 1 Marca: NESTLÉ / NESTOGENO 1 400G	590.000,0	G	0,0582	34.338,00
2	E	Fórmula infantil de seguimento para lactantes de seis a doze meses com prebiótico. Isenta de sacarose e glúten. Apresentação em embalagem a partir de 300 g. Apresentar amostra Qualidade igual /superior Nestogeno 2 / Aptamil 2 - Fórmula infantil de seguimento para lactantes de seis a doze meses com prebiótico. Isenta de sacarose e glúten. Apresentação em embalagem a partir de 300 g. Apresentar amostra Qualidade igual /superior Nestogeno 2 / Aptamil 2 Marca: NESTLÉ / NESTOGENO 2 400G	640.000,0	G	0,0582	37.248,00
4	E	Alimento nutricionalmente completo para dieta enteral, hipercalórico (1.5 kcal /ml). Isento de lactose, sacarose e glúten com presença de fibras. Apresentação em embalagem a partir de 1000 ml. Apresentar amostra. Qualidade igual/superior a Isosource 1.5 - Alimento nutricionalmente completo para dieta enteral, hipercalórico (1.5 kcal /ml). Isento de lactose, sacarose e glúten com presença de fibras. Apresentação em embalagem a partir de 1000 ml. Apresentar amostra. Qualidade igual/superior a Isosource 1.5 Marca: NESTLÉ / ISOSOURCE 1.5 1L	900.000,0	ML	0,0264	23.760,00
6	E	Fórmula modificada para nutrição enteral e oral especializada, destinada para o manejo dietético de pessoas com desconfortos intestinais que necessitem de fibras solúveis e maior aporte calórico. Hipercalórico, sendo que cada 1mL fornece 1,5kcal, com fibras 100% solúveis.Isenta de Glúten e sacarose Apresentação embalagem Tetra 1000 ml. Apresentar Amostra Qualidade igual/superior a GI Control Nestle - Fórmula modificada para nutrição enteral e oral especializada, destinada para o manejo dietético de pessoas com desconfortos intestinais que necessitem de fibras solúveis e maior aporte calórico. Hipercalórico, sendo que cada 1mL fornece 1,5kcal, com fibras 100% solúveis.Isenta de Glúten e sacarose Apresentação embalagem Tetra 1000 ml. Apresentar Amostra Qualidade igual/superior a GI Control Nestle Marca: NESTLÉ / NOVASOURCE GI CONTROL 1L S.A	300.000,0	ML	0,0474	14.220,00
8	E	Alimento nutricionalmente completo para nutrição oral e enteral para crianças de 1 a 10 anos ,deve conter no rótulo ou embalagem a especificação da idade , com diluição instantânea de 1,0. Normocalórica e normoproteica. Isento de glúten. Com colher medidora. Apresentação em embalagem a partir de 300 g. Apresentar amostra. Qualidade igual/superior a Isosource Junior /Pentasure Pedia - Alimento nutricionalmente completo para nutrição oral e enteral para crianças de 1 a 10 anos ,deve conter no rótulo ou embalagem a especificação da idade , com diluição instantânea de 1,0. Normocalórica e normoproteica. Isento de glúten. Com colher medidora. Apresentação em embalagem a partir de 300 g. Apresentar amostra. Qualidade igual/superior a Isosource Junior /Pentasure Pedia Marca: NESTLÉ / ISOSOURCE JUNIOR 400G	300.000,0	G	0,117	35.100,00
11	E	Alimento para suplementação oral, hipercalórico (a partir de 1.5 kcal/ml). Sabores variados. Apresentação em embalagem a partir de 200 ml. Apresentar amostra. Qualidade igual/superior a Fresubin Energy Drink , Nutren 1.5 - Alimento para suplementação oral, hipercalórico (a partir de 1.5 kcal/ml). Sabores variados. Apresentação em embalagem a partir de 200 ml. Apresentar amostra. Qualidade igual/superior a Fresubin Energy Drink , Nutren 1.5 Marca: NESTLÉ / NUTREN 1.5 SABORES 200ML	200.000,0	ML	0,042	8.400,00
12	E	Alimento para nutrição enteral e oral para o tratamento de úlcera de decúbito e situações que exijam estímulos para a cicatrização. Fórmula com densidade protéica a partir de 10 g/100ml, acrescido de arginina e antioxidantes (vitaminas A,C,E, zinco e selênio) Apresentação em embalagem a partir de 200 ml. Apresentar amostra. Qualidade igual/superior Cubitan / Novasource Proline - Alimento para nutrição enteral e oral para o tratamento de úlcera de decúbito e situações que exijam estímulos para a cicatrização. Fórmula com densidade protéica a partir de 10 g/100ml, acrescido de arginina e antioxidantes (vitaminas A,C,E, zinco e selênio) Apresentação em embalagem a partir de 200 ml. Apresentar amostra. Qualidade igual/superior Cubitan / Novasource Proline Marca: NESTLÉ / NOVASOURCE PROLINE 200ML	216.000,0	ML	0,0732	15.811,20
13	E	Suplemento alimentar indicado para pacientes renais agudos	8.000,000	ML	0,06	480,00

		e crônicos, em tratamento dialítico que necessitem de aporte calórico protéico e restrição de volume a partir de 1.5 kcal/ml ,isenta de sacarose e lactose, com baixo teor de sódio e potássio. Embalagem a partir de 200 ml. Apresentar amostra. Qualidade igual/superior Novasource Ren - Suplemento alimentar indicado para pacientes renais agudos e crônicos, em tratamento dialítico que necessitem de aporte calórico protéico e restrição de volume a partir de 1.5 kcal/ml ,isenta de sacarose e lactose, com baixo teor de sódio e potássio. Embalagem a partir de 200 ml. Apresentar amostra. Qualidade igual/superior Novasource Ren Marca: NESTLÉ / NOVASOURCE REN 200ML				
20	E	Módulo de proteína para nutrição enteral e oral, criado especialmente para a recuperação do estado nutricional em pacientes críticos, desnutridos ou em pós operatório. Fórmula hiperproteica ,composta por 100% de proteína do soro do leite ou caseinato de cálcio, isento de carboidratos . Com colher medidora. Apresentação em embalagem a partir de 150 g. Apresentar amostra. Qualidade igual/superior a Proteinpt whey / Fresubin Protein - Módulo de proteína para nutrição enteral e oral, criado especialmente para a recuperação do estado nutricional em pacientes críticos, desnutridos ou em pós operatório. Fórmula hiperproteica ,composta por 100% de proteína do soro do leite ou caseinato de cálcio, isento de carboidratos . Com colher medidora. Apresentação em embalagem a partir de 150 g. Apresentar amostra. Qualidade igual/superior a Proteinpt whey / Fresubin Protein Marca: VITAFOR /WHEY PROTEIN ISOLATE 250G	30.000,00	G	0,2832	8.496,00
					Total do Participante:	**177.853,20**

Participante: SERGIO RICARDO LESSA REPRESENTACOES - CNPJ: 44.051.581/0002-47 - *Enquadrado como MPE/EPP*

Item	Cota	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
22	E	Espessante industrializado para espessar preparações quentes ou frias. Deve conferir ao alimento a consistência desejada: xarope, semi líquida ou semi sólida, mantendo nessa consistência por no mínimo 2 horas e não formar grumos. A base de goma xantana. Apresentação em embalagem a partir de 100 g. Apresentar amostra Qualidade igual/superior a Nutilis - Espessante industrializado para espessar preparações quentes ou frias. Deve conferir ao alimento a consistência desejada: xarope, semi líquida ou semi sólida, mantendo nessa consistência por no mínimo 2 horas e não formar grumos. A base de goma xantana. Apresentação em embalagem a partir de 100 g. Apresentar amostra Qualidade igual/superior a Nutilis Marca: BIOSEN / ACTION 225G(CAIXA COM 8 LATAS)	30.000,00	G	0,104	3.120,00
					Total do Participante:	**3.120,00**

Participante: UNIAO NUTRICIONAL LTDA - CNPJ: 39.835.028/0001-84 - *Enquadrado como MPE/EPP*

Item	Cota	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
7	E	Alimento nutricionalmente completo para nutrição oral ou enteral, normocalórico a base de peptídeos. Indicado na terapia nutricional precoce em pacientes críticos, com necessidades de iniciar a nutrição enteral em menor volume ou pacientes em desmame de nutrição parenteral. Com colher medidora. Apresentação em embalagem a partir de 300 g. Apresentar amostra Qualidade igual/superior a Peptamen - Alimento nutricionalmente completo para nutrição oral ou enteral, normocalórico a base de peptídeos. Indicado na terapia nutricional precoce em pacientes críticos, com necessidades de iniciar a nutrição enteral em menor volume ou pacientes em desmame de nutrição parenteral. Com colher medidora. Apresentação em embalagem a partir de 300 g. Apresentar amostra Qualidade igual/superior a Peptamen Marca: NUTERAL / REABILIT PEPTIFLEX 400g	50.000,00	G	0,246	12.300,00
30	E	Dieta nutricionalmente completo para nutrição enteral e oral com fácil diluição, sem precisar de mixer ou liquidificador, Diluição mínima de 1.0kcal. /ml. Deverá conter no mínimo 80% de proteína de alta qualidade (caseinato ou proteína do soro de leite) Fonte de Carboidrato: maltodextrina e sacarose. Isento de glúten e lactose adicionada. Com colher medidora. Apresentação em embalagem a partir de 300 g a 900g. Apresentar amostras. Qualidade igual ou superior a Nutren 1.0 / Ensure - Dieta nutricionalmente completo para nutrição enteral e oral com fácil diluição, sem precisar de mixer ou liquidificador, Diluição mínima de 1.0kcal. /ml. Deverá conter no mínimo 80% de proteína de alta qualidade (caseinato ou proteína do soro de leite) Fonte de Carboidrato: maltodextrina e sacarose. Isento de glúten e lactose adicionada. Com colher medidora. Apresentação em embalagem a partir de 300 g a 900g. Apresentar amostras. Qualidade igual ou superior a Nutren 1.0 / Ensure Marca: NUTERAL / TOTAL NUTRITION 400g	400.000,0	G	0,0878	35.120,00
					Total do Participante:	**47.420,00**
					Total Geral:	**754.360,04**

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	09.002.12.361.0005.2022.3.3.90.32.00	R$ 0,00
MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	09.002.12.361.0005.2022.3.3.90.32.00	R$ 0,00
ALIMENTACAO E NUTRICAO	08.002.10.306.0007.2065.3.3.90.30.00	R$ 0,00
ALIMENTACAO E NUTRICAO	08.002.10.306.0007.2065.3.3.90.32.00	R$ 0,00

Mandirituba, 24 de Agosto de 2026

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto Inocencio Pereira
Código Identificador:6F356C92

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO IN 21-2026 - MUNIÇÃO GUARDA

ESTADO DO PARANÁ **PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA** Rua Augusto Dissenha, 44 - Centro - Mandirituba CEP: 83800-058 CNPJ: 76.105.550/0001-37 Telefone: (41) 3626-1122 E-mail: transparencia@mandirituba.pr.gov.br Site: https://www.mandirituba.pr.	**INEXIGIBLIDADE DE** **Nr.:** 21/2026 **Processo Adm:** 85/2026 **Data do Processo:** 04/05/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 14.133/2021, Art. 74, I e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR A PRESENTE LICITAÇÃO NESTES TERMOS:

a) Processo: 85/2026
b) Licitação: 21/2026 - IL
c) Modalidade: Inexigibilidade de Licitação
d) Data Homologação: 26/08/2026
e) Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE MUNIÇÕES E CARTUCHOS PARA ARMAS DE FOGO DE USO DA GUARDA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA

Participante: COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS (57.494.031/0001-63)

Item	Cota	Descrição	Qtd	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	L	Munição calibre 9mm LUGER+P EXPO, 124GR BONDED A	2.000,000	UN	12,8375	25.675,00
2	L	Munição calibre 9mm LGR TREINA EOOG 124GR NTA A	3.000,000	UN	5,3125	15.937,50
3	L	Munição calibre .380 AUTO+P EXPO 85GR GOLD HEX A	3.000,000	UN	12,4625	37.387,50
4	L	Munição calibre .380 Treina AUTO TREINA EOOG 95GR NTA A	2.000,000	UN	5,0625	10.125,00
5	L	Munição calibre .40 SW ETPP 180GR A	2.000,000	UN	5,1625	10.325,00
6	L	Munição calibre.40 SW TREINA EOPP 180GR NTA A	2.000,000	UN	5,9625	11.925,00
7	L	Munição calibre 5,56x45 COMUM M193 POLICIA A	2.000,000	UN	10,9000	21.800,00
10	L	Cartucho calibre 12/70 Antidisturbio 20 Bgs Bor MD A	250	UN	24,8261	6.206,52
11	L	Cartucho calibre 12/70 Antidisturbio 3 BGS BORR LD A	250	UN	24,8261	6.206,52
Total do Participante: 145.588,04						

Participante: COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS (57.494.031/0010-54)

Item	Cota	Descrição	Qtd	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
8	L	Cartucho calibre 12/70 CH-SG HI-IMPACT A	250,000	UN	10,0625	2.515,62
9	L	Cartucho calibre 12/70 CH3T TREINA CAIXETA A modelo 3T treina	250,000	UN	8,00	2.000,00
Total do Participante: 4.515,62						

Total Geral: 150.103,66

02 - AUTORIZAR A EMISSÃO DA(S) NOTA(S) DE EMPENHO CORRESPONDENTE(S):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
GESTÃO DA GUARDA MUNICIPAL	13.001.06.181.0006.2045.3.3.90.30.00	R$ 150.000,00

Mandirituba, 26 de Agosto de 2026

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Michael Josiel da Cruz
Código Identificador:26AE11AA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 28-2026

TERMO HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO
Pregão - Eletrônico N° 28/2026
O Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Manfrinópolis designada pela portaria n° 4380/2026 resolve:
ADJUDICAR e HOMOLOGAR a presente licitação na modalidade de Pregão - Eletrônico n° 28/2026 referente à **contratação de empresa especializada em confecção de materiais de comunicação visual como placas, adesivos, banners, perfurados e afins para suprir as necessidades das Secretarias Municipais de Manfrinópolis**, em favor das empresas conforme abaixo;

BELTRAO UNIFORMES LTDA						
Lote	Item	Produto/Serviço	Unid	Qtd	Preço	Preço total
1	1	Adesivos em vinil de alta performance com impressão digital de alta resolução.	M2	150,00	105,00	15.750,00
2	1	Adesivos perfurados em vinil de alta performance com impressão digital de alta resolução, incluso mão de obra de instalação.	M2	150,00	100,00	15.000,00
4	1	Banners em lona de alta performance com impressão digital de alta resolução.	M2	150,00	100,00	15.000,00
TOTAL						45.750,00
LIRA LICITAÇÃO LTDA						
Lote	Item	Produto/Serviço	Unid	Qtd	Preço	Preço total
3	1	APLICAÇÃO DE VINIL FOSCO DE ALTA DURABILIDADE EM VEÍCULOS OFICIAIS - com proteção UV e impressão digital de alta qualidade. Layout conforme identidade visual institucional aprovada. Informações Técnicas: Vinil adesivo fosco de alta performance (mínimo 5 anos de durabilidade); Laminação com filtro UV; Impressão digital, resolução mínima 720 DPI; Recorte eletrônico conforme arte; Aplicação direta na lataria do veículo; Garantia mínima de 12 meses contra desbotamento, descolamento ou bolhas. A aplicação deverá ser feita em local e materiais adequados, na sede da contratada.??	M2	600,00	153,00	91.800,00
5	1	Placa de aço inox escovado com impressão UV de alta qualidade, preta, branca ou colorida. Incluindo furos e espaçadores/fixadores. Inscrição/arte conforme demanda.	M2	8,00	3.032,00	24.256,00
6	1	Toldos em lona alpargatas 440g com armação metálica de sustentação, incluso mão de obra de instalação.	M2	100,00	309,50	30.950,00
7	1	Toldos em policarbonato chapa alveolar espessura 6mm com armação metálica para sustentação, incluso mão de obra de instalação.	M2	100,00	458,00	45.800,00
TOTAL						192.806,00

Estando em conformidade com a ata de seção de Pregão - Eletrônico 28/2026 datada de 20/08/2026. A entrega dos materiais objeto da presente licitação será de 12 Meses conforme solicitação, a partir da homologação e assinatura do contrato e emissão de requisição de compras.

Manfrinópolis, 26/08/2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jozinei Dos Santos
Código Identificador:5ABCF0E4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS

GABINETE
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO DECRETO Nº 5187/2026

Abre o Crédito Suplementar por Anulação de dotação no Orçamento Geral do Município de Matinhos no valor de R$ 2.976.000,00 (dois milhões, novecentos e setenta e seis mil reais) e alterar no PPA 2026/2029 e na LDO 2026 e dá outras providências."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MATINHOS**, no uso de suas atribuições, tendo por base a Lei Federal nº. 4.320/64 e a autorização constante da Lei nº. 2727 de 01 de dezembro de 2025.
Decreta:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento de 2026, em conformidade com a Lei Federal 4.320, no valor de R$ 2.976.000,00 (dois milhões, novecentos e setenta e seis mil reais) na forma abaixo especificada:

Programa de Trabalho	Cat. Eco. Despesa	Descrição Cat. Eco. Despesa	Valor	Fonte
12.001.0010.0301.0112.2026	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	905.000,00	00303
12.001.0010.0302.0112.2028	3339046000000000000	Auxílio-alimentação	110.000,00	00303
12.001.0010.0305.0112.2030	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	205.000,00	00494
07.001.0008.0244.0107.2012	3339046000000000000	Auxílio-alimentação	30.000,00	00000
07.001.0008.0244.0107.2012	3319113000000000000	Contribuições patronais	56.000,00	00000
07.001.0008.0243.0107.2013	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	20.000,00	00000
06.001.0004.0121.0106.2011	3319013000000000000	Contribuições patronais	10.000,00	00000
08.001.0012.0361.0108.2047	3319113000000000000	Contribuições patronais	120.000,00	00104
08.001.0012.0361.0108.2047	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	20.000,00	00104
08.001.0012.0361.0108.2047	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	125.000,00	00104
13.001.0006.0182.0113.2072	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	10.000,00	00000
03.001.0002.0061.0103.2006	3319113000000000000	Contribuições patronais	55.000,00	00000
03.001.0002.0061.0103.2006	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	90.000,00	00000
03.001.0002.0061.0103.2006	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	330.000,00	00000
12.001.0010.0302.0112.2028	3319113000000000000	Contribuições patronais	370.000,00	00303
12.001.0010.0302.0112.2028	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	125.000,00	00303
12.001.0010.0302.0112.2028	3319013000000000000	Contribuições patronais	40.000,00	00303
12.001.0010.0301.0112.2026	3339046000000000000	Auxílio-alimentação	95.000,00	00303
12.001.0010.0301.0112.2026	3339036000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	10.000,00	00303
12.001.0010.0301.0112.2026	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	65.000,00	00303
12.001.0010.0301.0112.2026	3319013000000000000	Contribuições patronais	165.000,00	00303
12.001.0010.0305.0112.2030	3319113000000000000	Contribuições patronais	20.000,00	00494

Art. 2º - Como recurso à abertura do Crédito mencionado no artigo anterior, fica autorizado o Poder Executivo Municipal, conforme prescreve a Lei Federal nº 4.320/64, em seu artigo 43, a Anular dotação no valor de **R$ 2.976.000,00 (dois milhões, novecentos e setenta e seis mil reais)** conforme segue abaixo:

Programa de Trabalho	Cat. Eco. Despesa	Descrição Cat. Eco. Despesa	Valor	Fonte
07.006.0008.0242.0107.2015	3335043000000000000	Subvenções sociais	126.000,00	00000
12.001.0010.0301.0112.2027	3339030000000000000	Material de consumo	225.000,00	00494

Art. 2º - Como recurso à abertura do Crédito mencionado no artigo anterior, fica autorizado o Poder Executivo Municipal, conforme prescreve a Lei Federal nº 4.320/64, em seu artigo 43, a Anular dotação no valor de **R$ 2.976.000,00 (dois milhões, novecentos e setenta e seis mil reais)** conforme segue abaixo:

Programa de Trabalho	Cat. Eco. Despesa	Descrição Cat. Eco. Despesa	Valor	Fonte
19.001.0027.0812.0119.2064	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	150.000,00	00000
19.001.0027.0812.0119.2064	3449051000000000000	Obras e instalações	150.000,00	00000
12.001.0010.0302.0112.1006	3449051000000000000	Obras e instalações	1.885.000,00	00303
19.001.0027.0812.0119.2063	3339032000000000000	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	175.000,00	00000
08.002.0012.0361.0108.1007	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	265.000,00	00104

Art. 3º – Fica alterado o Anexo da Lei Municipal n° 2723, de Dezembro de 2025 – PPA 2026/2029, e suas alterações, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional, instituindo-se para tal junto à matéria orçamentária em execução.
Art. 4º – Fica alterada a Lei nº. 2724 de 01 de Dezembro de 2025 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026, e suas alterações, em conformidade com o disposto neste ato, objetivando ao atendimento de despesas inerentes a execução da Secretaria.
Art. 5º – Fica alterado o Cronograma de Desembolso Mensal.
Art. 6º – Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua Assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Matinhos, 21 de agosto de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:198B64FF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO RICO

MUNICÍPIO DE MATO RICO
PORTARIA 287/2026 - LICENÇA PREMIO - SERAPHIM COELHO JUNIOR

PORTARIA Nº 287/2026

SÚMULA – Concede Licença prêmio por assiduidade, a servidores efetivos.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA, Prefeito Municipal de Mato Rico, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas

CONCEDER:
Artigo 1º. – Aos funcionários abaixo, licença prêmio por assiduidade, de acordo com o artigo 146 da Lei 067/97 e alteração Lei nº 522/2017, pelo período de 90 dias e ou fracionado, relativas ao período aquisitivo constante, conforme tabela demonstrativa:

MAT	Funcionários	Período	Dias	INICÍO	FIM	Pecúnia
200792	**Seraphim Coelho Junior**	2021 2026	10	26082026	04092026	-x-
-x-	**-x-**	-x-	-x-	-x-	-x-	-x-

Artigo 2º. – Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura,revogando as disposições em contrário.

Publique-se

Edifício da Prefeitura Municipal
Mato Rico PR, 26 de AGOSTO de 2026.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Fernando Jaskiu
Código Identificador:E153F7D5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2938 DE 26 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO Nº 2938 DE 26 DE AGOSTO DE 2026

"Altera os Anexos do Decreto nº 2630/2026, que dispõe sobre o Plano de Contratações Anual – PCA para o exercício de 2026, e dá outras providências'".

OPrefeito Municipal de Morretes – Estado do Paraná, Senhor **SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais, especialmente no disposto no inciso IV do art. 69, no artigo 87, inciso I, alíneas "a", ambos da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO que o Decreto Municipal nº 2423/2025 regulamenta a elaboração do Plano Anual de Contratações -PCApara o exercício de 2026;

CONSIDERANDO que o Decreto Municipal nº 2630/2026 dispõe sobre Plano Anual de Contratações -PCApara o exercício de 2026;

CONSIDERANDO o Protocolo nº 9324/2026, da Procuradoria-Geral do Município, que solicita a inclusão de ações ao PCA 2026, justificada nas necessidades supervenientes identificadas no decorrer da execução das atividades da Secretaria;

CONSIDERANDO o Protocolo nº 8892/2026, da Secretaria Municipal de Saúde, que solicita a inclusão de ações ao PCA 2026, justificada nas necessidades supervenientes identificadas no decorrer da execução das atividades da Secretaria;

DECRETA:

Art. 1º. Altera os Anexos do Decreto Municipal nº 2630, de 04 de fevereiro de 2026, que dispõe sobre o Plano de Contratações Anual – PCA para o exercício de 2026.

Art. 2º. Altera o Anexo I do Decreto Municipal nº 2630, de 04 de fevereiro de 2026, que dispõe sobre o Plano de Contratações Anual – PCA para o exercício de 2026, que passa a vigorar na forma do Anexo I deste Decreto.

Art. 3º. As demais disposições do Decreto Municipal nº 2630, de 04 de fevereiro de 2026 permanecem inalteradas.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, 26 de agosto de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

ANEXO I
PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL – PCA 2026 ANALÍTICO

SECRETARIA MUNICIPAL	ITEM	OBJETO (RESUMIDO)	RÚBRICA ORÇAMENTÁRIA	FONTE DE RECURSO	VALOR ESTIMADO PARA O OBJETO
Secretaria Municipal de Comunicação	1	Contratação de Agência de Publicidade e Propaganda	3.3.90.39.00.0	1000	R$ 749.900,00
Secretaria Municipal de Comunicação	2	Aquisição de Equipamentos de Foto e Vídeo	4.4.90.52.00.0	1000	R$ 9.604,53
Secretaria Municipal de Comunicação	3	Aquisição de material de expediente, papelaria e material de informática	3.3.90.30.00.0	1000	R$ 3.000,00
Secretaria Municipal de Comunicação	4	Aquisição de material de limpeza e higiene	3.3.90.30.00.0	1000	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Comunicação	5	Fornecimento de combustíveis	3.3.90.30.00.0	1000	R$ 6.400,00
Secretaria Municipal de Comunicação	6	Capacitação de Servidores da Comunicação	3.3.90.39.00.0	1000	R$ 14.900,00
Secretaria Municipal de Comunicação	7	Aquisição de uniformes	3.3.90.39.00.0	1000	R$ 3.500,00
Secretaria Municipal de Comunicação	8	Gestão de frotas por meio de sistema informatizado, com manutenção preventiva e corretiva dos veículos	3.3.90.30.00.0	1000	R$ 3.500,00
Secretaria Municipal de Comunicação	9	Aquisição de material gráfico	3.3.90.39.00.0	1000	R$ 3.500,00
Secretaria Municipal de Comunicação	10	Locação de impressoras	3.3.90.39.00.0	1000	R$ -
Secretaria Municipal de Comunicação	11	Aquisição de equipamentos de informática	3.3.90.39.00.0	1000	R$ -
Secretaria Municipal de Comunicação	12	Licença de Softwares (Adobe, Canva, Capcut)	3.3.90.39.00.0	1000	R$ 8.105,00
Secretaria Municipal de Comunicação	13	Manutenção de Equipamentos de Imagem	3.3.90.39.00.0	1000	R$ 2.500,00
Secretaria Municipal de Comunicação	14	Manutenção de ar condicionado (03 unidades)	3.3.90.39.00.0	1000	R$ 3.500,00
Secretaria Municipal de Comunicação	15	Câmara de arbitragem	3.3.90.39.00.0	1000	R$ 11.538,46
Secretaria Municipal de Comunicação	16	Contratação do Instituto Paranaense de Direito Eleitoral IBRADE, para prestação de serviço técnico especializado de capacitação e aperfeiçoamento profissional, voltado aos agentes públicos, servidores e funcionários	3.3.90.39.00.0	1000	R$ 1.399,00
				TOTAL SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO	**R$ 820.947,99**
Secretaria Municipal de Governo	1	Contratação de empresa especializada em agenciamento de passagens aéreas e hospedagem.	02.001.04.122.0040.2.004.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 14.531,20
Secretaria Municipal de Governo	2	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de licenças de uso de aplicativo, que possibilite aos gestores públicos o acesso rápido e fácil de informações estratégicas para a gestão, em atendimento à Secretaria Municipal de Governo.	02.001.04.122.0040.2.002.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 12.000,00
Secretaria Municipal de Governo	3	Amlipa (Associação dos Municípios do Litoral do Paraná)	02.001.04.122.0040.2.002.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 16.000,00
Secretaria Municipal de Governo	4	Registro de Preços para eventual aquisição de aparelhos de ar condicionado para atender as Secretarias Municipais	02.001.04.122.0040.2.002.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 30.000,00
Secretaria Municipal de Governo	5	Contratação de Empresa especializada na prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva de ar condicionados,	02.001.04.122.0040.2.002.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 30.000,00

		incluindo aquisição de peças e equipamentos necessários para as manutenções e correções de avarias			
Secretaria Municipal de Governo	6	Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Mão de Obra Terceirizada em Atendimento às Secretarias Municipais	02.001.04.122.0040.2.002.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 60.718,77
Secretaria Municipal de Governo	7	Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Mão de Obra Terceirizada em Atendimento às Secretarias Municipais	02.001.04.122.0040.2.002.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 11.510,46
Secretaria Municipal de Governo	8	Contratação de Empresa para fornecimento de materiais de expediente em atendimento às Secretarias Municipais	02.001.04.122.0040.2.004.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 40.000,00
Secretaria Municipal de Governo	9	Contratação de Empresa especializada na prestação de serviços de gestão de frotas por meio de sistema eletrônico, para a frota de veículos que pertencem ao Município de Morretes	02.001.04.122.0040.2.004.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 22.000,00
Secretaria Municipal de Governo	10	Fornecimento de combustível, para os veículos pertencentes à frota municipal	02.001.04.122.0040.2.004.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 20.000,00
Secretaria Municipal de Governo	11	Fornecimento de combustível, para os veículos pertencentes à frota municipal	02.001.04.122.0040.2.004.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 20.000,00
Secretaria Municipal de Governo	12	Contratação de empresa para fornecimentos de materiais de informática e equipamentos para comunicação em atendimento as secretarias municipais	02.001.04.122.0040.2.004.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 20.000,00
Secretaria Municipal de Governo	13	Contratação de empresa para fornecimento de caixas de papel A4, para atender a demanda das secretarias municipais	02.001.04.122.0040.2.004.3.390.30.00.0	1000	R$ 10.000,00
Secretaria Municipal de Governo	14	Consórcio Multifinalitário	02.001.04.122.0040.2.004.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 700.000,00
Secretaria Municipal de Governo	15	Aquisição de toner	02.001.04.122.0040.2.004.3.390.30.00.0	1000	R$ 10.000,00
Secretaria Municipal de Governo	16	Aquisição de Frigobar	02.001.04.122.0040.2.004.4.4.90.52.00.00	1009	R$ 13.491,00
Secretaria Municipal de Governo	17	Aquisição de Material de Informática	02.001.04.122.0040.2.004.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 30.000,00
Secretaria Municipal de Governo	18	Aquisição de ar condicionado	02.001.04.122.0040.2.004.4.4.90.52.00.0	1000	R$ 24.321,84
Secretaria Municipal de Governo	19	Aquisição de materiais descartáveis	02.001.04.122.0040.2.004.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 184,50
				TOTAL SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	**R$ 1.060.251,43**
Secretaria Municipal de Saúde	1	Recarga de oxigênio hospitalar e locação de cilindro	33.90.30.00.00 33.90.39.00.00	1303 1369 31018 1496	R$ 152.604,00
Secretaria Municipal de Saúde	2	Medicamentos para a Rede de Atenção à Saúde	33.90.30.00.00	1495 1497 31018 1303 1369 1496	R$ 316.425,82
Secretaria Municipal de Saúde	3	Coffee break	33.90.30.00.00	1303 1369 1495 1496 1497	R$ 187.801,60
Secretaria Municipal de Saúde	4	Aquisição de veículos	44.90.52.00.00	1011	R$ 1.764.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	5	Manutenção de Equipamentos com fornecimento das peças para a Rede de Atenção à Saúde	33.90.39.00.00 33.90.30.00.00	1495 31018 1303	R$ 100.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	6	Fraldas descartáveis	33.90.32.00.00	1495 1497 31018 1303	R$ 201.072,00
Secretaria Municipal de Saúde	7	Bolsas para ostomizados e curativos especiais	33.90.32.00.00	1495 31018 1303	R$ 677.530,00
Secretaria Municipal de Saúde	8	Exames Laboratoriais	33.90.39.00.00	1495 1497 31018 1303 1496 1369	R$ 900.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	9	Kit Lanche TFD	33.90.32.00.00	1017 1018 1303 1495	R$ 333.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	10	Fórmulas nutricionais e suplementos alimentares	33.90.32.00.00	1495 1018 1303	R$ 541.198,32
Secretaria Municipal de Saúde	11	Monitoramento por meio de Dosimetria de Radiação Ionizante.	33.90.39.00.00	1303 1369 1496	R$ 2.400,00
Secretaria Municipal de Saúde	12	Ferramenta de pesquisa e comparação de preços praticados pela Administração Pública	33.90.39.00.00	1495 1497 31018 1303	R$ 24.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	13	Coleta, transporte, tratamento térmico de acordo com as normas técnicas da ABNT e normativas ambientais dos resíduos da saúde	33.90.39.00.00	1495 1497 31018 1303	R$ 136.800,00

				1496 1369	
Secretaria Municipal de Saúde	14	Condicionadores de ar (aquisição e manutenção)	33.90.39.00.00 33.90.30.00.00 44.90.52.00.00	1303 1495 31017 31018 1369 1497	R$ 331.517,84
Secretaria Municipal de Saúde	15	Equipamentos e Acessórios de Informática	44.90.52.00.00 33.90.30.00.00	1005 1500 1303 1497 1495 1011	R$ 205.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	16	Dedetização e desratização	33.90.39.00.00	1495 1497 31018 1303 1496	R$ 8.922,75
Secretaria Municipal de Saúde	17	Propaganda Volante	33.90.39.00.00	1495 1303 31017	R$ 10.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	18	Material de expediente	33.90.30.00.00	1495 1497 31018 1303	R$ 54.244,50
Secretaria Municipal de Saúde	19	Serviços de telefonia móvel, com aparelhos celulares (em comodato)	33.90.39.00.00	1495 1497 31018 1303	R$ 28.800,00
Secretaria Municipal de Saúde	20	Equipamentos de Proteção Individual (EPI)	33.90.30.00.00	1495 1497 31018 1303 31017 1369	R$ 27.243,45
Secretaria Municipal de Saúde	21	Gestão e manutenção corretiva e preventiva de veículos automotores	33.90.39.00.00	1495 1497 31018 1303 1499	R$ 200.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	22	Materiais de limpeza e higiene	33.90.30.00.00	1495 1497 31018 1303 1005 1369	R$ 80.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	23	Materiais e insumos para reforma, pintura, manutenção predial e pequenos reparos nas Unidades Básicas de Saúde.	33.90.30.00.00	1495 1497 31018 1303 31017 1369	R$ 100.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	24	Combustível, Arla 32 e produtos correlatos	33.90.30.00.00	1495 1303 1018 1017 1499 1497	R$ 300.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	25	Montagem de bicicletas	33.90.39.00.00	1497 33497	R$ 3.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	26	Projeto Funasa	33.90.39.00.00	1495 1497 31018 1303 33497	R$ 250.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	27	Câmara de Arbitragem	33.90.39.00.00	1303 1000	R$ 30.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	28	Próteses Odontológicas	33.90.39.00.00	1495 31018 1303 31017	R$ 475.950,00
Secretaria Municipal de Saúde	29	Equipamentos de Reabilitação Multiprofissional	44.90.52.00.00	1303 1011 500	R$ 35.526,05
Secretaria Municipal de Saúde	30	Confecção de tapetes e reforma de estofado em cadeiras, macas e diversos	33.90.39.00.00	1303 1495 1369 1496 31018	R$ 30.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	31	Persianas - Instalação / Manutenção	33.90.30.00.00 33.90.39.00.00	1303 1495 1369 1496 31018	R$ 100.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	32	Material gráfico e de comunicação visual	33.90.30.00.00	1495 1497 31018 1303	R$ 50.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	33	Refeições Embaladas	33.90.30.00.00	1303 1495 1369 31018	R$ 7.200,00
Secretaria Municipal de Saúde	34	Materiais médico hospitalares e insumos para a Rede de Atenção à Saúde do Município de Morretes.	33.90.30.00.00	1495 1497 31018 1303	R$ 867.484,28
Secretaria Municipal de Saúde	35	Espaço Físico, Infraestrutura, e Alimentação, Confecção de Brindes e Banner do Evento	3.3.90.39.00.00	1303 1369 1495 1497	R$ 20.500,00
Secretaria Municipal de Saúde	36	Placas de Veículos	33.90.39.00.00	1495 1497 31018 1303	R$ 2.500,00

Secretaria Municipal de Saúde	37	Material para artesanato	33.90.30.00.00	1495 1497 31018 1303	R$ 31.649,59
Secretaria Municipal de Saúde	38	Materiais, insumos e equipamentos odontológicos	44.90.52.00.00 33.90.30.00.00 33.90.32.00.00	1495 1497 31018 1303	R$ 197.679,38
Secretaria Municipal de Saúde	39	Materiais descartáveis	33.90.30.00.00	1369 31018 1303	R$ 52.703,85
Secretaria Municipal de Saúde	40	Gás GLP	33.90.30.00.00	1495 1497 31018 1303	R$ 11.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	41	Solução de botão de pânico (central de alarme monitorada)	33.90.39.00.00	1495 1303	R$ 6.498,00
Secretaria Municipal de Saúde	42	Papel A4	33.90.30.00.00	1495 1497 31018 1303	R$ 2.500,00
Secretaria Municipal de Saúde	43	Solução Integrada para Gestão da Assistência Farmacêutica, Atendimento em Saúde, Infraestrutura em Nuvem e Monitoramento da Atenção Básica	33.90.39.00.00	1495 1497 31018 1303	R$ 100.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	44	Aquisição de pneus	33.90.30.00.00	1495 1497 31018 1303 31017 1369 1499	R$ 100.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	45	Medicamentos Manipulados	33.90.32.00.00	1495 1303 1018 1017	R$ 8.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	46	Extintores de incêndio	33.90.30.00.00	495 303 1018 1017 1499	R$ 10.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	47	Laudos de Raio-X e PACS	33.90.39.00.00	1369 1496 1303	R$ 150.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	48	Reforma Hospital Municipal Dr. Alcídio Bortolin	33.90.39.00.00	1303 100 1009	R$ 950.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	49	Construção UBS Vila das Palmeiras	33.90.39.00.00	1011	R$ 1.000.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	50	Uniformes para os servidores da Secretaria de Saúde	33.90.30.00.00	1495 / 1497 / 31018 / 1303	R$ 56.706,50
Secretaria Municipal de Saúde	51	Tonner	33.90.30.00.00	1495/1497/31018/1303	R$ 57.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	52	Mobiliário, equipamentos e correlatos para a Rede de Atenção à Saúde	33.90.39.00.00	31018 / 1303 / 1369 / 1000 / 1495 / 1499 / 1497 / 1011 / 500	R$ 150.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	53	Divisórias em Drywall e correlatos	33.90.39.00.00	1303 / 1495 / 31005 / 31018 / 1499 / 1369 / 1497	R$ 27.344,82
Secretaria Municipal de Saúde	54	Ferramentas e máquinas	33.90.30.00.00	1495 / 1497 / 1303 / 1011 / 500	R$ 50.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	55	"Materiais e insumos para reforma, pintura, manutenção predial e pequenos reparos nas Unidades Básicas de Saúde	33.90.30.00.00	1495 / 1497 / 31018 / 1303 / 31017 / 1369	R$ 100.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	56	Roçadas e podas de árvores e arbustos, capinação, raspagem, varrição e remoção de resíduos.."	33.90.39.00.00	1495 / 1496 / 1303 / 1369	R$ 30.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	57	Insumos para hotelaria - HMM	33.90.30.00.00	1303 / 1369	R$ 40.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	58	Gêneros Cárneos	33.90.30.00.00	1303 / 1369 / 31018 /1496	R$ 20.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	59	Aquisição e instalação de vidros.	33.90.30.00.00 / 33.90.39.00.00	1495 / 1497 / 31018 / 1303 / 31017 / 1369 / 1499	R$ 10.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	60	Contratação de empresa para fornecimento de mão de obra terceirizada	33.90.39.00.00	1496 / 1497 / 31018 / 1303 / 31017 / 1369	R$ 300.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	61	Aquisição de medicamentos, insumos médico-hospitalares e odontotógicos desertos ou fracassados	44.90.52.00.00 / 33.90.30.00.00 / 33.90.32.00.00	1495 / 1497 / 31018 / 1303 / 31017 / 1369 / 1499 / 7010 / 7011	R$ 350.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	62	Licença de uso de software de orçamentação eletrônica e cotação de preços de peças para a frota de veículos	33.90.39.00.00	1495 / 1497 / 31018 / 1303	R$ 13.146,91
Secretaria Municipal de Saúde	63	Gêneros Alimentícios	33.90.30.00.00	1303 / 1369	R$ 20.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	64	Locação de geradores de energia	33.90.39.00.00	1495 / 1497 / 31018 / 1303 / 31017 / 1369 / 1499 / 7010 / 7011	R$ 250.000,00
				TOTAL SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	**R$ 10.174.751,43**
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	1	Materiais gráficos	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 74.586,60
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	2	Estruturas para eventos	12.001.23.695.2177.2.067.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 1.293.301,03
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	3	Materiais de limpeza	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 2.182,63
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	4	Toners	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 842,72
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	5	Material de expediente	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 2.286,03

Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	6	Serviços de agenciamento de viagem	12.001.23.695.2177.2.236.3.3.90.39.00.0 12.001.23.695.2177.067.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 10.000,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	7	Mão de obra terceirizada.	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 264.166,20
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	8	Gasolina, etanol e diesel	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.30.00.1	1000	R$ 20.000,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	9	Serviços de acesso a internet	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 20.646,96
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	10	Muro de escalada	12.001.23.695.2177.2.067.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 8.000,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	11	Decoração natalina.	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 370.212,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	12	Manutenção em equipamentos e utensílios domésticos	12.001.23.695.2177.2.067.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 116.126,42
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	13	Confecção de Uniformes	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.39.00.2	1000	R$ 4.000,20
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	14	Aquisição de ventiladores	12.001.04.122.0040.2.086.4.4.90.52.00.0	1000	R$ 1.385,04
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	15	Direitos Autorais - ECAD	12.001.23.695.2177.2.067.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 80.233,74
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	16	Instalação de drywall	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 119.196,56
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	17	Materiais de construção	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 3.139,64
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	18	Planejamento turístico e metodologia de destinos inteligentes	12.001.23.695.2177.2.236.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 20.200,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	19	Tintas e materiais de pintura	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 49.161,98
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	20	Aparelho de ar condicionado - (Cine Teatro)	12.001.13.392.2178.1.024.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 91.404,78
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	21	Som e iluminação (Cine Teatro)	12.001.04.122.0040.2.086.4.4.90.52.00.0	1000	R$ 200.000,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	22	Mobiliário de escritório	12.001.04.122.0040.2.086.4.4.90.52.00.0	1000	R$ 30.275,13
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	23	Política Nacional Lei Aldir Blanc (PNAB)	12.001.13.392.2178.2.240.3.3.50.43.00.0 12.001.13.392.2178.2.240.3.3.90.36.00.0 12.001.13.392.2178.2.240.3.3.90.39.00.0	1031	R$ 6.000,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	24	Fogos de artifício (baixo ruído)	12.001.23.695.2177.2.067.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 58.366,81
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	25	*Coffee Break*	12.001.23.695.2177.2.067.3.3.90.39.00.0 12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 11.544,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	26	Equipamento de Proteção Individual - EPI	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.30.00.0 12.001.04.122.0040.2.086.4.4.90.52.00.0	1000	R$ 2.439,33
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	27	Calhas e rufos	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 33.284,70
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	28	Dedetização, desratização e desinsetização	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 982,47
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	29	Lâmpadas e outros materiais elétricos	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 32.322,60
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	30	Artistas, bandas e grupo musicais	12.001.23.695.2177.2.067.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 235.000,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	31	Software - Biblioteca	12.001.13.392.2178.1.024.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 4.200,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	32	Profissionais da engenharia e arquitetura.	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 50.000,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	33	Sinalização turística	12.001.23.695.2177.2.237.4.4.90.51.00.0 12.001.23.695.2177.2.237.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 430.000,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	34	Papel sulfite A4	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 2.982,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	35	Estande em feiras e eventos de promoção turística	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.39.00.0 12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 15.000,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	36	Letreiro instagramável	12.001.23.695.2177.2.067.3.3.90.39.00	1000	R$ 15.367,50
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	37	Computadores e impressoras	12.001.04.122.0040.2.086.4.4.90.52.00.0	1000	R$ 21.600,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	38	Projeção mapeada (video mapping)	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.39.00.0 12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.39.00.	1000	R$ 50.933,33
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	39	Câmara de Arbitragem	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 11.538,46
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	40	Viação Marumbi - LTDA	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 9.500,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	41	Criação de identidade visual	12.001.23.695.2177.2.067.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 27.960,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	42	Aquisição de Aparelhos de Ar-Condicionado	12.001.04.122.0040.2086.4.4.90.52.00.00	1000	R$ 200.000,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	43	Repasse anual à Instância de Governança Regional – Adetur Litoral	12.001.23.695.2177.2236.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 10.000,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	44	Aquisição de Instrumentos e Equipamentos Musicais	12.001.23.695.2177.2067.3.3.90.39.00.00 / 12.001.04.122.0040.2086.4.4.90.52.00.00	1000	R$ 5.000,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	45	Promoção turística de evento de abertura da temporada de inverno.	12.001.23.695.2177.2067.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 30.000,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	46	Aquisição de materiais descartáveis	12.001.04.122.0040.2086.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	47	Locação de mobiliário	12.001.23.695.2177.2067.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 11.805,00
				TOTAL SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO	**R$ 4.045.368,85**
Secretaria Municipal de Educação	1	Transporte Escolar	06.001.12.361.0210.2.019.3.3.90.39.00.0 / 06.001.12.365.0210.2.023.3.3.90.39.00.0 / 06.001.12.367.0210.2.031.3.3.90.39.00.0	1000/1103/1104/ 1110/1043/1107	R$ 3.000.000,00
Secretaria Municipal de Educação	2	Apostilas, formulário e certificados	06.001.12.361.0190.2.016.3.3.90.39.00.0 / 06.001.12.365.0220.2.020.3.3.90.39.00.0	1000/1103/ 1104/1107	R$ 241.000,00
Secretaria Municipal de Educação	3	Projetos Educacionais em Tempo Integral	06.001.12.361.0190.2.016.3.3.90.39.00.0	1000/1103/ 1104/1044	R$ 200.000,00
Secretaria Municipal de Educação	4	Equipamentos Eletrônicos	06.001.12.361.0190.2.016.4.4.90.52.00.0	1000/1103/1104/1107/1044/1041	R$ 1.300,00
Secretaria Municipal de Educação	5	Emenda Impositiva - Aquisição de Uniformes e Kits escolares	06.001.12.361.0190.2.201.3.3.90.32.00.0	1000	R$ 293.292,93

Secretaria Municipal de Educação	6	Emenda Impositiva - Aquisição de armários e estantes	06.001.12.361.0190.2.186.4.4.90.52.00.0	1000/1103/1104	R$ 29.329,30
Secretaria Municipal de Educação	7	Camisetas formando PROERD	06.001.12.361.0190.2.016.3.3.90.32.00.0 06.001.12.365.0220.2.020.3.3.90.32.00.0	1000	R$ 28.000,00
Secretaria Municipal de Educação	8	Decoração de formatura - PROERD	06.001.12.361.0190.2.016.3.3.90.39.00.0 06.001.12.365.0220.2.020.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 11.000,00
Secretaria Municipal de Educação	9	Utensílios Domésticos e Materiais de Copa e Cozinha	06.001.12.361.0331.2.018.3.3.90.32.00.00. 06.001.12.365.0331.2.022.3.3.90.32.00.00. 06.001.12.367.0331.2.030.3.3.90.32.00.00.	1000/1103/1104/1107	R$ 119.025,42
Secretaria Municipal de Educação	10	Merenda Escolar - Gêneros alimentícios perecíveis.	06.001.12.361.0331.2.018.3.3.90.32.00.00. 06.001.12.365.0331.2.022.3.3.90.32.00.00. 06.001.12.367.0331.2.030.3.3.90.32.00.00.	1000/1103/1104/1107/1042/31042	R$ 608.050,00
Secretaria Municipal de Educação	11	Merenda Escolar - Gêneros alimentícios não perecíveis.	06.001.12.361.0331.2.018.3.3.90.32.00.00. 06.001.12.365.0331.2.022.3.3.90.32.00.00. 06.001.12.367.0331.2.030.3.3.90.32.00.00.	1000/1103/1104/1107/1042/31042	R$ 569.696,20
Secretaria Municipal de Educação	12	Merenda Escolar - Hortifrutigrangeiros	06.001.12.361.0331.2.018.3.3.90.32.00.00. 06.001.12.365.0331.2.022.3.3.90.32.00.00. 06.001.12.367.0331.2.030.3.3.90.32.00.00.	1000/1103/1104/1107/1042/31042	R$ 523.012,00
Secretaria Municipal de Educação	13	Merenda Escolar - Panificados	06.001.12.361.0331.2.018.3.3.90.32.00.00. 06.001.12.365.0331.2.022.3.3.90.32.00.00. 06.001.12.367.0331.2.030.3.3.90.32.00.00.	1000/1103/1104/1107/1042/31042	R$ 203.314,00
Secretaria Municipal de Educação	14	Merenda Escolar - Agricultura Familiar	06.001.12.361.0331.2.018.3.3.90.32.00.00. 06.001.12.365.0331.2.022.3.3.90.32.00.00. 06.001.12.367.0331.2.030.3.3.90.32.00.00.	1103/1104/1107/1042/31042	R$ 278.616,00
Secretaria Municipal de Educação	15	Contratação de empresa pra prestação de serviços de limpeza de caixas d'agua, caixas de gorduras e fossas	06.001.12.361.0331.2.018.3.3.90.32.00.00. 06.001.12.365.0331.2.022.3.3.90.32.00.00. 06.001.12.367.0331.2.030.3.3.90.32.00.00.	1000/1103/1104/1107	R$ 9.097,40
Secretaria Municipal de Educação	16	Contratação de aluguel de imóvel para realocação escolar temporária	06.001.12.361.0190.2016. 3.3.90.39.00.00 . 06.001.12.365.0220.2020. 3.3.90.39.00.00	1103/1104	R$ 48.000,00
Secretaria Municipal de Educação	17	Pneus, câmaras de ar, protetores de aros automotivos, ferramentas, equipamentos e materiais de utilização em borracharia	06.001.12.361.0210.2019.3.3.90.30.00.00	1103/1104/1107/1043/110	R$ 125.551,24
Secretaria Municipal de Educação	18	Aparelhos de ar-condicionado tipo split inverter		1103/1104	R$ 68.711,20
Secretaria Municipal de Educação	19	Bandeiras tipo: Nacional, Estadual e Municipal	06.001.12.365.0210.2023.3.3.90.30.00.00	1103/1104/1107/1043/110	R$ 5.500,00
Secretaria Municipal de Educação	20	Aquisição de mobiliário escolar - Escola Mun. Dulce Seroa da Mota Cherobin	6.001.12.361.0190.2.016.4.4.90.52.00.00	1009	R$ 358.665,46
Secretaria Municipal de Educação	21	Materiais descartáveis	06.001.12.361.0331.2.018.3.3.90.32.00.00. 06.001.12.365.0331.2.022.3.3.90.32.00.00. 06.001.12.367.0331.2.030.3.3.90.32.00.00.	1000/1103/1104/1107	R$ 5.000,00
Secretaria Municipal de Educação	22	Ferramentas e equipamentos	06.001.12.361.0190.2.016.4.4.90.52.00.0	1000/1103/1104/1107/1044/1041	R$ 50.000,00
Secretaria Municipal de Educação	23	Instalação elétrica, sistemas de ventilação com entrada de energia elétrica trifásica em atendimento a rede básica de ensino	06.001.12.361.0190.2016. 3.3.90.39.00.00 . 06.001.12.365.0220.2020. 3.3.90.39.00.00	1103/1104	R$ 30.807,80
Secretaria Municipal de Educação	24	Construção e ampliações de escolas municipais - Escola Arlindo	06.002.12.361.0190.1002	11005/1009	R$ 2.387.054,97
Secretaria Municipal de Educação	25	Materiais de Artesanato	06.001.12.122.0041.2015.3.3.90.30.00.00 06.001.12.361.0190.2016.3.3.90.30.00.00 06.001.12.365.0220.2020.3.3.90.30.00.00	1103/1104/1107/1041	R$ 5.000,00
Secretaria Municipal de Educação	26	Mão de Obra com Dedicação Exclusiva	06.001.12.361.0190.2016.3.3.90.39.00.00	1000/1103/1104	R$ 500.000,00
Secretaria Municipal de Educação	27	Combustivel - Gasolina e Diesel S10	06.001.12.361.0190.2016.3.3.90.30.00.00	1000/1103/1104/1107/1110/1043	R$ 300.000,00
Secretaria Municipal de Educação	28	Serviços e peças - Manutenção veicular	06.001.12.365.0210.2023.3.3.90.39.00.00	1000/1103/1104/1107/1110/1044	R$ 30.000,00
Secretaria Municipal de Educação	29	Extintor e material de segurança	.3.3.90.30.00.00	1000/1103/1104/1107	R$ 5.000,00
				TOTAL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	**R$ 6.162.733,25**
Secretaria Municipal de Esporte	1	Aquisição de material esportivo	15.001.27.812.2190.2.258.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.259.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.260.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.261.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.262.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.263.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.265.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 255.000,00
Secretaria Municipal de Esporte	2	Aquisição de material de limpeza	15.001.27.812.2190.2.258.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.259.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.260.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.261.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.262.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.263.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.265.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 5.000,00
Secretaria Municipal de Esporte	3	Aquisição de material de expediente	15.001.27.812.2190.2.258.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.259.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.260.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.261.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.262.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.263.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.265.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 5.000,00
Secretaria Municipal de Esporte	4	Aquisição de material de construção	15.001.27.812.2190.2.258.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.259.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.260.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.261.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.262.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.263.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.265.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 150.000,00
Secretaria Municipal de Esporte	5	Aquisição de lâmpadas e materiais elétricos	15.001.27.812.2190.2.258.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.259.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.260.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.261.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.262.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.263.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.265.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 50.000,00
Secretaria Municipal de Esporte	6	Equipamentos de informática	15.001.27.812.2190.2.258.4.4.90.52.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.259.4.4.90.52.00.0 /	1000	R$ 50.000,00

			15.001.27.812.2190.2.260.4.4.90.52.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.261.4.4.90.52.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.262.4.4.90.52.00.0 /		
Secretaria Municipal de Esporte	7	Aquisição de uniformes	15.001.27.812.2190.2.258.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.259.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.260.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.261.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.262.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.263.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.265.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 50.000,00
Secretaria Municipal de Esporte	8	Aquisição de tintas e material de pintura	15.001.27.812.2190.2.258.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.259.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.260.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.261.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.262.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.263.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.265.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 100.000,00
Secretaria Municipal de Esporte	9	Serviço de chaveiro e aquisição de fechadura	15.001.27.122.2189.2.032.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.258.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.259.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.260.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.261.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.262.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.263.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.264.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.265.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Esporte	10	Serviços gráficos	15.001.27.122.2189.2.032.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.258.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.259.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.260.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.261.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.262.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.263.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.264.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.265.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 15.000,00
Secretaria Municipal de Esporte	11	Material de copa e cozinha	15.001.27.812.2190.2.258.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.259.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.260.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.261.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.262.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.263.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.265.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Esporte	12	Instalação e manutenção de vidros	15.001.27.122.2189.2.032.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.258.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.259.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.260.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.261.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.262.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.263.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.264.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.265.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 2.000,00
Secretaria Municipal de Esporte	13	Aquisição de eletrodomésticos, mobiliário e aparelho de ar condicionado	15.001.27.812.2190.2.258.4.4.90.52.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.259.4.4.90.52.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.260.4.4.90.52.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.261.4.4.90.52.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.262.4.4.90.52.00.0 /	1000	R$ 30.000,00
Secretaria Municipal de Esporte	14	Aquisição de extintores, recargas e acessórios	15.001.27.812.2190.2.258.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.259.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.260.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.261.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.262.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.263.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.265.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Esporte	15	Limpeza de caixa d'água	15.001.27.122.2189.2.032.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.258.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.259.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.260.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.261.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.262.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.263.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.264.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.265.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Esporte	16	Aquisição de água	15.001.27.812.2190.2.258.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.259.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.260.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.261.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.262.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.263.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.265.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 2.000,00
Secretaria Municipal de Esporte	17	Aquisição de coffee break	15.001.27.122.2189.2.032.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.258.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.259.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.260.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.261.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.262.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.263.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.264.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.265.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 5.500,00
Secretaria Municipal de Esporte	18	Placa veicular	15.001.27.812.2190.2.258.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.259.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.260.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.261.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.262.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.263.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.265.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 3.000,00
Secretaria Municipal de Esporte	19	Material permanente	15.001.27.812.2190.2.258.4.4.90.52.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.259.4.4.90.52.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.260.4.4.90.52.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.261.4.4.90.52.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.262.4.4.90.52.00.0	1000	R$ 50.000,00
Secretaria Municipal de Esporte	20	Material de primeiros socorros	15.001.27.122.2189.2.032.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.258.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.259.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.260.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.261.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.262.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.263.3.3.90.39.00.0 /	1000	R$ 5.000,00

			15.001.27.812.2190.2.264.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.265.3.3.90.39.00.0		
Secretaria Municipal de Esporte	21	Instalação do Projeto Meu Campinho	15.001.27.812.1520.1.026.4.4.90.51.00.0 / 15.001.27.812.1520.1.026.4.4.90.51.00.0	1105/1009	R$ 1.254.675,09
Secretaria Municipal de Esporte	22	Transporte esportivo	15.001.27.812.2190.2264.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 44.000,00
Secretaria Municipal de Esporte	23	Reforma da Quadra Poliesportiva Marcy Alves Pinto	15.001.27.812.1520.1025.4.4.51.00.00	1000	R$ 21.100,00
				TOTAL SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE	**R$ 781.500,00**
Secretaria Municipal de Climática	Resiliência 1	Contratação de Empresa Especializada no Fornecimento de Gás GLP	16.001.06.122.0040.2.013.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 500,00
Secretaria Municipal de Climática	Resiliência 2	Contratação de empresa especializadas para aquisição de motor de popa e bote inflável e remos em atendimento à equipe da defesa civil do Município de Morretes/PR	16.001.06.182.2183.2.258.4.4.90.52.00.0	1000	R$ 2.000,00
Secretaria Municipal de Climática	Resiliência 3	Contratação de empresa especializada para aquisição de barracas modular desmontável - dimensões 4,6mx5,5m x2,5m (para atendimento das famílias afetadas por eventos climáticos em quando forem necessário ficar em abrigo)	16.001.06.182.2182.2.256.4.4.90.52.00.0	1000	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Climática	Resiliência 4	Contratação de Empresa especializada na aquisição de aparelhos e equipamento de comunicação (radio DMR)	16.001.06.182.2183.2.257.4.4.90.52.00.0	1000	R$ 1.500,00
Secretaria Municipal de Climática	Resiliência 5	Contratação de Empresa para fornecimento de telhas fibrocimento 2,44x500x4mm 9ajuda humanitária para atendimento as famílias atingidas por eventos climáticos	16..001.06.182.2181.2.255.3.3.90.52.00.0	1000	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Climática	Resiliência 6	Contratação de Empresa para fornecimento de Bobina plástica, preta 4x100m (ajuda humanitária para atendimento as famílias atingidas por eventos climáticos	16.001.06.182.2181.2.255.3.3.90.32.00.0	1000	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Climática	Resiliência 7	Contratação de empresa especializada para aquisição de tenda sanfonada em pvc. - Dimensões 6mx3m (para atendimento das famílias afetadas por eventos climáticos em quando forem necessário ficar em abrigo)	16.001.06.182.2182.2.256.4.4.90.52.00.0	1000	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Climática	Resiliência 8	Contratação de empresa especializada para aquisição de barreiras de contenção em metro.	16.001.06.182.2181.2. 255..4.4.90.52.00.0	1000	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Climática	Resiliência 9	Contratação de empresa especializada para aquisição de gerador.	16.001.06.122.0040.2.013.4.4.90.52.00,0	1000	R$ 2.000,00
Secretaria Municipal de Climática	Resiliência 10	contratação de empresa especializada para fornecimento deaquisição de material de expediente, papelaria e material de informática	16.001.06.122.0040.2.013.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Climática	Resiliência 11	Contratação de Empresa especializada para aquisição e instalação de calhas, rufos e componentes em alumínio, serviços de manutenção	16.001.06.122. 0040..2.013.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Climática	Resiliência 12	Contratação de empresa especializada em instalação, manutenção preventiva, corretiva e conservação de equipamentos e utensílios domésticos com fornecimento de peças e mão de obra, na modalidade Pregão Eletrônico, através do Sistema de Registro de Preços, para atender as Secretarias Municipais.	16.001.606.182.2181.2.255.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Climática	Resiliência 13	Contratação de empresa especializada para aquisição de equipamentos de informática	16.001.06.122.0040.2.013.4.4.90.52.00.0	1000	R$ 1.500,00
Secretaria Municipal de Climática	Resiliência 14	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gestão de frotas por meio de sistema informatizado, com manutenção preventiva e corretiva dos veículos que pertencem à Prefeitura Municipal.	16.001.06.122.0040.2.013.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 3.000,00
Secretaria Municipal de Climática	Resiliência 15	Contratação de empresa especializada para aquisição de cesta básica (para atendimento das famílias afetadas por eventos climáticos).	16.001.06.182.2182.2.255.3.3.90.32.00.0	1000	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Climática	Resiliência 16	Contratação de empresa especializada na dedetização e desratização para o controle de pragas urbanas.	16.001.06.182.2182.2.256.3.3.90.39.00.0	1000a	R$ 500,00
Secretaria Municipal de Climática	Resiliência 17	Contratação de empresa especializada para aquisição de Material de Construção	16.001.06.182.2182.2.256.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Climática	Resiliência 18	Contratação de empresa especializada para aquisição de maquinários e equipamentos em geral (motoserra, soprador- para dar a primeira resposta em virtude de um evento climático)	16.001.06.122.0040.2.013.4.4.90.90.52.00.10	1000	R$ 500,00
Secretaria Municipal de	Resiliência 19	Contratação de empresa especializada para aquisição de	16.001.06.182.2183.2.257.3.3.90.32.00.0	1000	R$ 2.500,00

Climática		colchoes (para atendimento das famílias afetadas por eventos climáticos).			
Secretaria Municipal de Resiliência Climática	20	Contratação de empresa especializada para aquisição de aparelhos de ar condicionado para atender as Secretarias Municipais	16.001.06. 182..2183.2. 257..4.4.90.52.00.0	1000	R$ 1.500,00
Secretaria Municipal de Resiliência Climática	21	Contratação de empresa especializado para aquisição de materiais gráficos diversos, compreendendo banners, faixas e demais peças de comunicação visual	16.001.06.182.2183,2.257.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 500,00
Secretaria Municipal de Resiliência Climática	22	Contratação o de empresa especializada para fornecimento de toners e cartuchos para abastecimento das impressoras.	16.001.122.0040.2.013.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Resiliência Climática	23	Contratação de empresa especializada no fornecimento de Equipamento de Proteção Individual - EPI.	16.001.06.182.2183.2.257.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Resiliência Climática	24	contratação de empresa especializada na prestação de serviços de rastreamento e monitoramento de veículos pertencentes a frota do município.	16.001.06.1822182.2.256.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 500,00
Secretaria Municipal de Resiliência Climática	25	Contratação de empresa para fornecimento de material de Higiene e limpeza.	16.001.122.0040.2.013.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Resiliência Climática	26	Contratação de empresa especializada no fornecimento de combustíveis, em atendimento aos veículos da frota. Municipal.	16.001.06.182.2183.2.257.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 3.295,14
Secretaria Municipal de Resiliência Climática	27	Contratação de empresa especializada no fornecimento de aparelhos celular.	16.001.06.122.0040.2.013.4.4.90.52.00.0	1000	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Resiliência Climática	28	Contratação de empresa para fornecer caixas de papel A4.	16.001.122.0040.2.013.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Resiliência Climática	29	Aquisição de pneus, câmaras de ar, protetores de aros automotivos, ferramentas, equipamentos e materiais de utilização em borracharia	16.001.122.0040.2.013.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 500,00
Secretaria Municipal de Resiliência Climática	30	Aquisição de materiais descartáveis	16.001.06.122.0040.2.013.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 500,00
Secretaria Municipal de Resiliência Climática	31	Aquisição de ferramentas e equipamentos	16.001.06.122.0040.2.013.4.4.90.52.00.00	1000	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Resiliência Climática	32	Aquisição e instalação de extintores e acessórios	16.001.06.122.0040.2.013.3.3.90.30.00.00 16.001.06.122.0040.2.013.4.4.90.52.00.00 16.001.06.122.0040.2.013.3.3.90.36.00.00	1000	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Resiliência Climática	33	Contratação de empresa especializada para a remoção integral da cobertura e estrutura metálica da quadra de esportes do Município de Morretes	16.001.06.182.2183.2.257.4.4.90.51.00.00	1000	R$ 109.449,49
Secretaria Municipal de Resiliência Climática	34	Serviços técnicos automotivos especializados (manutenção preventiva e corretiva) através de serviços mecânicos e elétricos	16.001.06.122.0040.2.013.3.3.90.30.00.00	1000	R$50.000,00
Secretaria Municipal de Resiliência Climática	35	Serviços técnicos automotivos especializados (manutenção preventiva e corretiva) através de serviços mecânicos e elétricos	16.001.06.122.0040.2.013.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 50.000,00
				TOTAL SECRETARIA MUNICIPAL DE RESILIÊNCIA CLIMÁTICA	**R$ 34.795,14**
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	1	Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Mão de Obra Terceirizada em Atendimento ao Município de Morretes para coleta de resíduos sólidos	3.3.90.39.00.00.	1000, 1005, 1510, 1511	R$ 1.573.878,37
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	2	Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Mão de Obra Terceirizada em Atendimento ao Município de Morretes para destinação de resíduos sólidos	3.3.90.39.00.00.	1000, 1005, 1510, 1511	R$ 850.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	3	Contratação de prestação de serviços de coleta, triagem, reciclagem e comercialização de lixo reciclável por parte de associação	3.3.90.39.00.00.	1000, 1510, 1511	R$ 97.529,95
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	4	Contratação de empresa realizar o Transporte Coletivo	3.3.90.39.00.00.	1000	R$ 702.375,06
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	5	Contratação de estabelecimento médico veterinário para a realização de castração de cães e gatos.	3.3.90.39.00.00	1511	R$ 68.200,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	6	Contratação de Empresa para realizar serviços de roçada, capina, varrição e podas.	3.3.90.39.00.00.	1000, 1510, 1511	R$ 210.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	7	Aquisição de Flores, Vegetação, Árvores, Terra e Complementos	3.3.90.30.00.00	1000,1510,1511	R$ 40.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	8	Contratação de Empresa Especializada para a elaboração e implementação do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO),	3.3.90.39.00.00	1000	R$ 4.250.00

		Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho.			
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	9	Aquisição de esteira de separação de resíduos recicláveis e esteira de elevação de resíduos.	4.4.9.0.52.00.00	31015,31072	R$ 49.499,99
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	10	Aquisição de Terra Preta e Adubos	3.3.90.30.00.00	1510	R$ 10.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	11	Contratação de empresa especializada para elaboração de PRAD - Plano de Recuperação de Áreas Degradadas	3.3.90.39.00.00.	1000	R$ 29.800,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	12	Contratação de empresa especializada para elaboração do Plano de Saneamento - Programa Itaipu Mais que Energia	3.3.90.39.00.00.	1000, 31072, 31015	R$ 234.198,27
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	13	Construção de UVR - Programa Itaipu Mais que Energia	4.4.90.51.00.00	1000,31072, 31015	R$ 1.600.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	14	Contratação de Empresa para Realizar a Elaboração do Plano de Mobilidade e Transporte Público	3.3.90.39.00.00.	1000	R$ 297.624,94
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	15	Contratação de Empresa(s) para Estruturação como Planta Saneamento, Genérica de Valores, Voo, Atualização Cadastral, Banco de Dados, Informatização e Relacionados	3.3.90.39.00.00.	1000	R$ 1.000.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	16	Abastecimento de Água Potável - Programa Itaipu Mais que Energia	4.4.90.51.00.00	31015, 31072	R$ 192.999,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	17	Fornecimento de Combustível para Diesel e Arla	3.3.90.30.00.00.	1000,1510,1511	R$ 60.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	18	Fornecimento de Combustível Diesel S10, Diesel 500, Arla e Gasolina.	3.3.90.30.00.00.	1000,1510,1511	R$ 40.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	19	Contratação de empresa para fornecimento de mão de obra especializada	3.3.90.39.00.00.	1000,1510,1511	R$ 90.774,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	20	Contratação de empresa para fornecimento de mão de obra especializada	3.3.90.39.00.00.	1000,1510,1511	R$ 57.327,84
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	21	Contratação de empresa para fornecimento de mão de obra especializada	3.3.90.39.00.00.	1000,1510,1511	R$ 53.985,60
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	22	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gestão de frotas por meio de sistema informatizado	3.3.90.39.00.00. 3.3.90.30.00.00	1510	R$ 50.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	23	Aquisição de Material de Limpeza e Higiene	3.3.90.30.00.00	1000,1510,1511	R$ 40.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	24	Aquisição de Material de Construção	3.3.90.30.00.00	1000,1510,1511	R$ 30.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	25	Aquisição de Material de Expediente	3.3.90.30.00.00	1000,1510,1511	R$ 1.500,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	26	Fornecimento de assinatura de ferramenta de pesquisa (banco de preços)	3.3.90.39.00.00	1510	R$ 15.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	27	Aquisição de Material de Pintura e Tintas	3.3.90.30.00.00	1000,1510,1511	R$ 10.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	28	Contratação de empresa especializada para serviços de dedetização de desratização	3.3.90.39.00.00	1511	R$ 108,60
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	29	Contratação de Serviços de Empresa de Propaganda Volante	3.3.90.39.00.00	1511	R$ 2.500,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	30	Aquisição de Toners e cartuchos de tintas para impressora	3.3.90.30.00.00	1000,1510,1511	R$ 600,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	31	Aquisição de Equipamentos de Informática, notebook e computador	3.3.90.52.00.00.	1000,1510,1511	R$ 22.865,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	32	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de instalação, substituição, manutenção e limpeza de calhas, rufos e condutores,	3.3.90.39.00.00	1000,1510,1511	R$ 10.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	33	Aquisição de Lâmpadas e Materiais Elétrico	3.3.90.30.00.00	1511	R$ 5.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	34	Aquisição de uniformes	3.3.90.30.00.00	1000,1510,1511	R$ 49.741,27
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	35	Aquisição de EPIs	3.3.90.30.00.00	1000,1510,1511	R$ 51.162,50
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	36	Aquisição de coffee-break	3.3.90.30.00.00	1000,1510,1511	R$ 2.305,78
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	37	Aquisição de Tablet	3.3.90.52.00.00.	1000,1510,1511	R$ 5.345,85
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	38	Contratação de empresa especializada em construção civil para reforma e revitalização da Capela Mortuária do Cemitério	3.3.90.39.00.00	1000,1510,1511	R$ 300.458,68

		Municipal Santa Esperança.			
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	39	Contratação de empresa especializada no fornecimento de vacinas antirrábicas, vacina polivalente, medicamento vermífugo, medicamento antipulga, medicamento anticarrapato e fornecimento de ração para atendimento do Programa de Atenção Animal - PATA e emendas impositivas	3.3.90.39.00.00	1000,1510,1511	R$ 122.622,22
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	40	Contratação da Associação para coleta de Recicláveis - ACOMAREM	3.3.90.39.00.00	1000	R$ 30.360,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	41	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza pública no Município de Morretes Pr.	3.3.90.39.00.00	1000	R$ 1.800.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	43	Contratação de Empresa para Aquisição de Gás Doméstico para o Funcionamento dos setores da Secretaria	3.3.90.30.00.00	1000	R$ 1.071,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	44	Aquisição de Material Gráfico	3.3.90.30.00.00	1000	R$ 6.455,04
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	45	Aquisição de papel sulfite tamanho A4	3.3.90.30.00.00	1000	R$ 1.800,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	46	Aquisição de Material e Insumos Hospitalares	3.3.90.30.00.00	1000	R$ 2.783,80
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	47	Contratação de empresa especializada em instalação de biodigestor pequeno porte	3.3.90.30.00.00	1000	R$ 6.370,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	48	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de limpeza, sucção, transporte e destinação final de efluentes e resíduos sépticos, por meio de caminhão tipo limpa fossa, com tanque de sucção a vácuo e bomba de alta pressão	3.3.90.30.00.00	1510	R$ 10.400,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	49	Contratação de empresa especializada em esterilização cirúrgica de cães e gatos com microchipagem.	3.3.90.30.00.00	1510	R$ 200.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	50	Contratação de Câmara de Arbitragem	3.3.90.39.00.00	1000	R$ 5.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	51	Contratação de empresa especializada na confecção de placas veiculares no padrão MERCOSUL,	3.3.90.39.00.00	1000	R$ 426,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	52	Aquisição de Pneus e Itens de Borracharia	3.3.90.30.00.00	1511	R$ 14.123,92
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	53	Aquisição de Gerador de Energia	4.4.90.52.00.00	1000	R$ 6.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	54	Aquisição de Roçadeira	4.4.90.52.00.00	1000	R$ 13.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	55	Aquisição de ferramentas e equipamentos	4.4.90.52.00.00	1009 1511	R$ 20.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	56	Aquisição de flores, plantas e insumos	3.3.90.30.00.00	1510	R$ 130.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	57	Aquisição de espelhos convexos	3.3.90.30.00.00	1009	R$ 7.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	58	Aquisição e instalação de extintores, recargas e manutenção, seus acessórios e placas de identificação e segurança	3.3.90.30.00.00 3.3.90.39.00.00. 4.4.90.52.00.00	1510 1000	R$ 6.424,00
				TOTAL SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO	**R$ 10.075.192,68**
Secretaria Municipal de Infraestrutura	1	Prestação de serviços continuados envolvendo o sistema de iluminação pública	09.001.15.451.0240.2.059.3.3.90.39.00.0	1507	R$ 291.583,70
Secretaria Municipal de Infraestrutura	2	Software de gestão de iluminação pública	09.001.15.451.0240.2.059.3.3.90.39.00.0	1507	R$ 79.224,00
Secretaria Municipal de Infraestrutura	3	Levantamento topográfico	09.001.15.451.0241.2.058.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 22.500,00
Secretaria Municipal de Infraestrutura	4	Pneus, câmaras de ar, protetores de aros automotivos, ferramentas, equipamentos e materiais de utilização em borracharia	09.001.15.451.0241.2.058.3.3.90.30.00.0	1000 1504 e 1510	R$ 205.830,92
Secretaria Municipal de Infraestrutura	5	Pavimentação em Pavimento Rígido da Estrada da América	09.001.26.782.0330.1.009.4.4.90.51.00.0/ 09.001.26.782.0330.1.009.4.4.90.51.00.0	1005 / 1009 -	
Secretaria Municipal de Infraestrutura	6	Aquisição de EPI's e uniformes, destinados ao setor Iluminação Pública	09.001.15.451.0240.2.059.3.3.90.30.00.0	1507	R$ 133.524,50
Secretaria Municipal de Infraestrutura	7	Aquisição de materiais elétricos ao setor Iluminação Pública	09.001.15.451.0240.2.059.3.3.90.30.00.0	1507	R$ 579.645,00
Secretaria Municipal de Infraestrutura	8	Aquisição de Bica Corrida	09.001.15.451.0240.2.058.3.3.90.30.00.0	1000 1504 e 1510	R$ 600.000,00
Secretaria Municipal de Infraestrutura	9	Sondagem ISC e SPT	09.001.15.451.0240.2.058.3.3.90.39.00.0	1000 1504 e 1510	R$ 129.000,00
Secretaria Municipal de Infraestrutura	10	Pavimentação de vias Urbanas em CBUQ	09.001.26.782.0330.1.009.4.4.90.51.00.0/ 09.001.26.782.0330.1.009.4.4.90.51.00.0	1005 / 1009	
Secretaria Municipal de Infraestrutura	11	Aquisição materiais de construção.	09.001.15.4.51.0240.2.0.58.3.3.90.3.0.00.0	1000 1504 e 1510	R$ 226.804,15

Secretaria Municipal de Infraestrutura	12	Locação de Máquinas Pesadas, Equipamentos Rodoviários, para execução de Serviços de manutenção das estradas rurais e vias urbanas, bueiros, serviços agrícolas	09.001.15.451.0240.2.058.3.3.90.39.00.0	1000 1504 e 1510	R$ 200.000,00
Secretaria Municipal de Infraestrutura	13	Aquisição complementar de materiais elétricos, destinados a Iluminação Pública	09.001.15.451.0240.2.059.3.3.90.30.00.0	1507	R$ 216.698,90
Secretaria Municipal de Infraestrutura	14	Fornecimento de combustível para abastecimento	09.001.15.451.0241.2.058.3.3.90.30.00.0	1000 1504 e 1510	R$ 108.000,00
Secretaria Municipal de Infraestrutura	15	Fornecimento de combustível para abastecimento de veículos da frota	09.001.15.451.0241.2.058.3.3.90.30.00.0	1000 1504 e 1510	R$ 324.000,00
Secretaria Municipal de Infraestrutura	16	Contratação de Empresa para fornecimento de mão de obra terceirizada	09.001.15.451.0240.2.058.3.3.90.39.00.0	1000 1504 e 1510	R$ 386.137,30
Secretaria Municipal de Infraestrutura	17	Contratação de Empresa para fornecimento de mão de obra terceirizada	09.001.15.451.0240.2.058.3.3.90.39.00.0	1000 1504 e 1510	R$ 568.090,44
Secretaria Municipal de Infraestrutura	18	Contratação de Empresa para fornecimento de mão de obra terceirizada	09.001.15.451.0240.2.058.3.3.90.39.00.0	1000 1504 e 1510	R$ 53.985,60
Secretaria Municipal de Infraestrutura	19	Serviços de gestão de frotas por meio de sistema informatizado	09.001.15.451.0240.2.058.3.3.90.39.00.0	1000 1504 e 1510	R$ 150.000,00
Secretaria Municipal de Infraestrutura	20	Aquisição de Material de Limpeza para a Prefeitura Municipal de Morretes	09.001.15.451.0241.2.058.3.3.90.30.00.0	1000 1504 e 1510	R$ 20.000,00
Secretaria Municipal de Infraestrutura	21	Aquisição de material de expediente, papelaria e material de informática	09.001.15.451.0241.2.058.3.3.90.30.00.0	1000 1504 e 1510	R$ 5.000,00
Secretaria Municipal de Infraestrutura	22	Aquisição de Tablet	09.001.15.451.0240.2.058.3.90.52.00.00	1507	R$ 22.566,24
Secretaria Municipal de Infraestrutura	23	Câmeras de Monitoramento	09.001.15.451.0240.2.058.3.90.39.00.00	1507	R$ 823.185,12
Secretaria Municipal de Infraestrutura	24	Pavimentação asfáltica em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ)	09.001.26.782.0330.1.009.4.4.90.51.00.0	1005	R$ 7.349.827,73
Secretaria Municipal de Infraestrutura	25	contratação com câmaras de arbitragem	09.001.15.451.0241.2.058.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 11.532,46
Secretaria Municipal de Infraestrutura	26	Material Gráfico	09.001.15.451.0241.2.058.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 13.758,27
Secretaria Municipal de Infraestrutura	27	Aquisição de pré-moldados de concreto (manilhas, blocos e meios-fios)	09.001.15.451.0241.2.058.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 885.785,27
Secretaria Municipal de Infraestrutura	28	Aquisição de aparelhos de ar-condicionado tipo split inverter	09.001.15.451.0241.2.058.4.4.90.52.00.0	1000	R$ 14.421,49
Secretaria Municipal de Infraestrutura	29	Aquisição de rolo compactador	009.001.15.451.0241.2.058.4.4.90.52.00.0	1105/1504	R$ 630.666,67
Secretaria Municipal de Infraestrutura	30	Pavimentação de vias urbanas – Programa Asfalto Novo Vida Nova	009.001.26.782.0330.1.009.4.4.90.52.00.0	1005	R$ 19.612.855,56
Secretaria Municipal de Infraestrutura	31	Parques no Município de Morretes	009.001.15.451.0241.2.058.4.4.90.52.00.0 / 009.001.15.451.1514.1.008.4.4.90.51.00.0	1009	R$ 1.320.050,29
Secretaria Municipal de Infraestrutura	32	Aquisição De Materiais Descartáveis	09.001.15.451.0241.2.058.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 89,20
Secretaria Municipal de Infraestrutura	33	Aquisição de ferramentas e equipamentos	09.001.15.451.0241.2.058.3.3.90.30.00.0/09.0 01.15.451.1514.1008.4.4.90.51.00.00	1000	R$ 73.113,92
Secretaria Municipal de Infraestrutura	34	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de rastreamento e monitoramento eletrônico veicular e de máquinas, por meio de tecnologia GPS, incluindo o fornecimento, instalação, configuração e manutenção de dispositivos rastreadores, bem como a disponibilização de plataforma de gestão de frota via web e/ou aplicativo, com monitoramento em tempo real, geração de relatórios e demais funcionalidades de controle operaciona	09.001.15.451.0240.2.058.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 14.003,88
Secretaria Municipal de Infraestrutura	35	Aquisição através do Sistema de Registro de Preços de CBUQ pronto, em sacos com 25 Kg cada, para ser aplicado a frio, em operações de tapa buracos em vias pavimentadas deste Município	09.001.15.451.0240.2.058.3.3.90.39.00.0	1000/1504 e 1510	R$ 68.610,00
Secretaria Municipal de Infraestrutura	36	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de licença de uso de software de orçamentação eletrônica e cotação de preços de peças para veículos leves, utilitários, caminhões e máquinas pesadas, incluindo implantação, treinamento, suporte técnico, manutenção e atualização do banco de dados	09.001.15.451.0241.2.058.3.3.90.39.00.	1000	R$ 26.100,60
Secretaria Municipal de Infraestrutura	37	Arla 32 Galão 20 litros	09.001.15.451.0241.2.058.3.3.90.30.00.	1000	R$ 960,32
				TOTAL SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	**R$ 13.421.101,32**
Procuradoria	1	prestação de serviço de gerenciamento, divulgação e publicação dos atos legais	03.001.02.062.0040.2.006.3.3.90.36.00.00	1000	R$ 9.783,60
Procuradoria	2	fornecimento de galão de água de 20 L (20 litros)	03.001.02.062.0040.2.006.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 1.091,65
Procuradoria	3	Aquisição e aplicação de insulfilm nas dependências da PGM	03.001.02.062.0040.2.006.3.3.90.30.00.01	1000	R$ 1.580,20
Procuradoria	4	capacitação para servidores municipais, no formato in	03.001.02.062.0040.2.006.3.3.90.36.00.00	1000	R$ 384.761,72

		company			
Procuradoria	5	Aquisição de material de expediente, papelaria e material de informática	03.001.02.062.0040.2.006.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 2.967,42
Procuradoria	6	Câmara de Arbitragem	03.001.02.062.0040.2.006.3.3.90.36.00.00	1000	R$ 11.538,00
Procuradoria	7	Assinatura anual de acesso à ferramenta que contempla conjunto de soluções e trabalhos intelectuais técnico-profissionais especializados	03.001.02.062.0040.2.006.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 7.917,30
Procuradoria	8	Capacitação de alta performance da Faculdade Unypública, destinada a servidores, gestores e líderes que desejam desenvolver equipes de ata performance dentro da gestão pública moderna	03.001.02.062.0040.2.006.3.3.90.36.00.00	1000	R$ 11.400,00
Procuradoria	9	Contratação do Instituto Paranaense de Direito Eleitoral-IBRADE, para prestação de serviço técnico especializado de capacitação	03.001.02.062.0040.2.006.3.3.90.36.00.00	1000	R$ 9.793,00
Procuradoria	10	aquisição de mobiliário corporativo,	03.001.02.062.0040.2.006.4.4.90.52.00.00	1000	R$ 22.960,74
Procuradoria	11	01 (um) forno micro-ondas	03.001.02.062.0040.2.006.4.4.90.52.00.00	1000	R$ 617,00
				PROCURADORIA DO MUNICIPIO DE MORRETES	**R$ 415.522,59**
Secretaria Municipal da Fazenda	1	Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Mão de Obra Terceirizada em Atendimento às Secretarias Municipais	04.001.04.123.0040.2.007.3.3.9039.00.0	1000	R$ 270.000,00
Secretaria Municipal da Fazenda	2	Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Mão de Obra Terceirizada em Atendimento às Secretarias Municipais	04.001.04.123.0040.2.007.3.3.9039.00.0	1000	R$ 100.000,00
Secretaria Municipal da Fazenda	3	Empresa contratada para prestação de serviços de acesso à internet, nos termos das concessões outorgadas pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, em atendimento às Secretarias Municipais.	04.001.04.123.0040.2.007.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 101.454,52
Secretaria Municipal da Fazenda	4	contratação de empresa especializada para fornecimento de AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, PAPELARIA E MATERIAL DE INFORMÁTICA, através do Sistema de Registro de Preços, para atender as Secretarias Municipais do Município de Morretes, pelo período de 01 (um) ano, conforme as especificações técnicas constantes da documentação que constitui o Anexo I do edital de Pregão Eletrônico nº 10,	04.001.04.123.0040.2. 007..3.3.90.30.00.0	1000	
Secretaria Municipal da Fazenda	5	Contratação de Empresa especializada para aquisição e instalação de calhas, rufos e componentes em alumínio, serviços de manutenção	04.001.04.123.0040.2.007.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 394.898,14
Secretaria Municipal da Fazenda	6	Contratação de empresa especializada na dedetização e desratização para o controle de pragas urbanas.	04.001.04.123.0040.2.007.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 10.717,00
Secretaria Municipal da Fazenda	7	Aquisição de toners e cartuchos para abastecimento das impressoras, afim de suprir e garantir as atividades diárias das secretarias municipais	04.001.04.123.0040.2.007.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 60.004,64
Secretaria Municipal da Fazenda	7	Contratação de AQUISIÇÃO DE TINTAS E MATERIAL DE PINTURA, conforme as especificações técnicas constantes da documentação que constitui o Anexo I do edital de Pregão 031/2025	04.001.04.123.0040.2.007.3.3.90.30.000.0	1000	R$ 288.931,11
Secretaria Municipal da Fazenda	8	Aquisição de 01 frigobar destinados aos servidores	04.001.04.123.0040.2.007.4.4.90.52.00.0	1009	R$ 15.794,91
Secretaria Municipal da Fazenda	9	Aquisição de Material de Construção na modalidade Pregão Eletrônico, através do Sistema de Registro de Preços, para atender as Secretarias Municipais	04.001.04.123.0040.2.007.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 1.582.304,26
Secretaria Municipal da Fazenda	10	Aquisição de material de limpeza na modalidade Pregão Eletrônico, através do Sistema de Registro de Preços, para atender as Secretarias Municipais do Município de Morretes,	04.001.04.123.0040.2.007.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 1.043.591,48
Secretaria Municipal da Fazenda	11	Contratação com Câmara de arbitragem, com intuito de implantar este sistema om resolução de conflitos.	04.001.04.123.0040.2.007.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 150.000,00
Secretaria Municipal da Fazenda	12	Aquisição de equipamentos de Informática, na modalidade Pregão eletrônico n°25/2025	02.001.04.122.0040.2.007.3.3.90.30.00.00 02.001.04.122.0040.2.004.4.4.90.52.00.00	1000	R$ 174.000,00
Secretaria Municipal da Fazenda	13	Contratação de empresa para fornecer caixas de papel A4, para atender a demanda da Prefeitura Municipal de Morretes, pelo período de 12 (doze) meses.	04.001.04.123.0040.2.007.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 98.000,00

Secretaria Municipal da Fazenda	14	Aquisição de aparelhos de ar condicionado	04.001.04.123.0040.2.007.4.4.90.52.00.0	1000/1009	R$ 48.687,68
Secretaria Municipal da Fazenda	15	Contratação de empresa especializada em mentoria e orientação aos servidores públicos na execução de atividade de alta complexidade, com foco na alimentação, parametrização e geração dos arquivos destinados à prestação de contas aos órgãos de controle externo, a fim de atender às demandas constantes da agenda de obrigações	04.001.04.123.0040.2.007.3.3.90.39.00.0	1000/3002/3511	R$ 63.000,00
				TOTAL SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA	**R$ 4.289.696,06**
Secretaria Municipal de Agricultura	1	Aquisição de tintas e material de pintura, na modalidade Pregão Eletrônico, através do Sistema de Registro de Preços, para atender as Secretarias Municipais do Município de Morretes, pelo período de 01 (um) ano.	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 40.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura	2	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA na modalidade Pregão Eletrônico, através do Sistema de Registro de Preços, para atender as Secretarias Municipais do Município de Morretes, pelo período de 01 (um) ano	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.30.00.0	1000/1510/1511	R$ 30.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura	3	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de dedetização, desratização e desinsetização na modalidade Pregão Eletrônico, através do Sistema de Registro de Preços, para atender a Secretarias Municipais do Município de Morretes, pelo período de 01 (um) ano. EMPRESA DESINRAT	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 3.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura	4	Aquisição De Material De Construção na modalidade Pregão Eletrônico, através do Sistema de Registro de Preços, para atender as Secretarias Municipais do Município de Morretes, pelo período de 01 (um) ano	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 30.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura	5	Aquisição de Material de Limpeza para a Prefeitura Municipal de Morretes.	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.30.00.0	1000/1510/1511	R$ 20.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura	6	Aquisição de ventiladores em atendimento as Secretarias Municipais de Morretes, pelo período de 1(um) ano	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.30.00.0	1000/1510/1511	R$ 3.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura	7	Aquisição de material de expediente, papelaria e material de informática, através do sistema de registro de preços, para atender as Secretarias Municipais de Morretes, pelo período de 01(um) ano	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.30.00.0	fontes: 1000/1510/1511	R$ 1.600,00
Secretaria Municipal de Agricultura	8	Contratação de serviços de empresa de propaganda volante, para a produção e veiculação de áudio em veículo automotivo para divulgação de comunicados e propagação de trabalhos com a comunidade.	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.39.00.0	1000/1510/1511	R$ 5.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura	9	Contratação de empresa para fornecimento de combustível e demais insumos. Diesel S10	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.30.00.0	1000/1510/1511	R$ 80.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura	10	Contratação de empresa para fornecimento de combustível e demais insumos. Diesel S500 e gasolina	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.30.00.0	1000/1510/1511	R$ 200.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura	11	Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Mão de Obra Terceirizada para agentes - operacional	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.39.00.0	1000/1510/1511	R$ 217.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura	12	Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Mão de Obra Terceirizada para agentes operacionais - técnico e administrativo	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.39.00.0	1000/1510/1511	R$ 70.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura	13	Contratação de Empresa especializada em gerenciamento de frotas para Manutenção, Fornecimento de Peças, Acessórios e Materiais de Reposição Automotivos e outros	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 80.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura	14	Contratação de empresa especializada em limpeza, roçada, varredura	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 4.500,00
Secretaria Municipal de Agricultura	15	Contratação de empresa especializada em instalação, manutenção preventiva, corretiva e conservação de equipamentos e utensílios domésticos, com fornecimento de peças e mão de obra - ar condicionado e geladeira	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 10.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura	16	Aquisição de gêneros alimentícios de panificação: pães, lanches e itens para realização de Coffee Break; em atendimento as Secretarias Municipais do	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.39.00.0	1000/1510/1511	R$ 10.000,00

		Município de Morretes			
Secretaria Municipal de Agricultura	17	Empresa contratada para prestação de serviços de acesso à internet, nos termos das concessões outorgadas pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.39.00.0	1000/1510/1511	R$ 21.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura	18	Aquisição de uniformes	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.30.00.0	1000/1510/1511	R$ 5.800,00
Secretaria Municipal de Agricultura	19	Aquisição de EPI's	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.30.00.0	1000/1510/1511	R$ 5.200,00
Secretaria Municipal de Agricultura	20	contratação de empresa para a realização de eventos como festa feira, palcos, banheiros químicos, tendas, brigadistas, placas indicativas e orientativas, extintores	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.39.00.0	1000/1510/1511	R$ 400.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura	21	contratação de empresa especializada no fornecimento de madeira, sombrite e demais materiais necessários para a estrutura barracas da festa feira	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.39.00.0	1000/1510/1511	R$ 300.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura	22	contratação de empresa especializada em montagem e desmontagem de barracas festa feira e portais do evento	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.39.00.0	1000/1510/1511	R$ 300.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura	23	Aquisição de toners para impressoras	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 3.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura	24	Aquisição de gás GLP de 13 kg	00/01/1900	1000	R$ 1.171,50
Secretaria Municipal de Agricultura	25	Câmara de Arbitragem	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 11.538,46
Secretaria Municipal de Agricultura	26	Aquisição de insumos (calcário, adubo orgânico), à população de produtores rurais - CONVENIO 716/2025/SEAB	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.30.00.00	1000/11005	R$ 629.802,98
Secretaria Municipal de Agricultura	27	Contratação de Empresas para fornecimento de pneus, câmaras de ar, protetores de aros automotivos, ferramentas, equipamentos e materiais de utilização em borracharia, novos e de primeira linha de fabricação, para utilização em manutenções de veículos e máquinas pesadas, pertencentes à frota municipal para fornecimento de Pneus novos e de primeira linha de fabricação.	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.30.00.00	1000/1511	R$ 125.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura	28	Aquisição de ferramentas e equipamentos	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.30.00.00	1000/1511	R$ 15.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura	29	Aquisição e instalação de extintores de incêndio, recargas, manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de acessórios, placas de identificação e sinalização de segurança.	11.001.04.122.0300.2066.3.3.90.30.00.00	1511	R$ 600.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura	30	Aquisição de caminhão prancha novo, zero quilometro e sem uso anterior	11.001.04.122.0300.2.066.4.4.90.52.00.01	1000	R$ 1.080.666,70
				TOTAL SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	**R$ 2.481.612,94**
Secretaria Municipal de Ação Social	1	Água Mineral	8001.08.244.0110.2.078.3.3.90.30.00.0	1050, 941	R$ 490,00
Secretaria Municipal de Ação Social	2	Imóvel Sede do Conselho Tutelar de Morretes	08.002.08.243.0100.2.053.3.3.90.36.00.0	1000	R$ 26.100,00
Secretaria Municipal de Ação Social	3	Imóvel Sede da Secretaria Municipal de Assistência Social	08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 54.240,00
Secretaria Municipal de Ação Social	4	Aviamentos e matérias para artesanatos	08.001.08.244.0110.2.078.3.3.90.30.00.0	1050	R$ 10.000,00
Secretaria Municipal de Ação Social	5	Cestas Básicas	08.001.08.244.0100.2.215.3.3.90.32.00.0/08.001.08.244.0100.2.215.3.3.90.32.00.0	1000/770	R$ 268.749,00
Secretaria Municipal de Ação Social	6	Equipamentos Musicais	08.001.08.244.0110.2.094.4.4.90.52.00.0	1005	R$ 43.244,24
Secretaria Municipal de Ação Social	7	Serviços funerários	08.001.08.244.0100.2.215.3.3.90.39.00.00.0; 08.001.08.244.0100.2.215.3.3.90.39.00. 00..0	1000,77	R$ 170.000,00
Secretaria Municipal de Ação Social	8	Material de Expediente	Red. 92 05.001.04.122.0040.2.217.3.3.90.30.00.00. 1000	1000	R$ 7.508,60
Secretaria Municipal de Ação Social	9	Gás GLP	08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.002.08.243.0100.2.053.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.078.3.3.90.30.00.0;	934,940,941,1000,31050,1005,31005,31105	R$ 4.515,00
Secretaria Municipal de Ação Social	10	Gêneros não perecíveis	08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.055.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.073.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.094.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.078.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0;	Fonte: 934,941,1005,1050,1000	R$ 8.305,26
Secretaria Municipal de Ação Social	11	Gerenciamento de Frotas	08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.215.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.075.3.3.90.30.00.0	934, 940, 941, 1000, 1005,31005,31105	R$ 50.000,00
Secretaria Municipal de Ação Social	12	Higiene e limpeza	05.001.04.122.00.40.2.217.3.3.90.00.00	1000	R$ 26.423,62
Secretaria Municipal de Ação Social	13	Hortifruti	08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0	941	R$ 31.919,30

Secretaria Municipal de Ação Social	14	KIT Lanches	08.001.08.244.0100.2.215.3.3.90.32.00.0; 08.001.08.244.0110.2.094.3.3.90.32.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.32.00.0; 08.001.08.244.0110.2.214.3.3.90.32.00.0; 08.001.08.244.0100.2.215.3.3.90.32.00.0; 08.001.08.244.0110.2.094.3.3.90.32.00.0; 08.001.08.244.0110.2.214.3.3.90.32.00.0; 08.001.08.244.0100.2.215.3.3.90.32.00.0	1005 / 934 / 940 /1000 / 770	R$ 8.680,00
Secretaria Municipal de Ação Social	15	Material de construção	08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.215.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.055.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.075.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.094.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.214.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.216.3.3.90.30.00.0; 08.002.08.122.0100.2.045.3.3.90.30.00.0; 08.002.08.243.0100.2.053.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.075.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.214.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.056.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.073.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.078.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.094.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0;08.001.08.244.0110.2.078.3.3.90.30.00.0	1000 / 940 / 934 / 941 / 1005/ 770 / 1050	R$ 34.121,98
Secretaria Municipal de Ação Social	16	Materiais Elétricos	08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.075.3.3.90.30.00.0; 08.002.08.243.0100.2.053.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.075.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0	1000 / 940 / 934 /941 /770 / 1000 / 1000 / 940 / 31050 / 31050 / 1005	R$ 3.850,57
Secretaria Municipal de Ação Social	17	Instituição de Longa Permanência para Idosos	08.001.08.244.0110.2.073.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.073.3.3.90.39.00.0	941, 1000	R$ 182.400,00
Secretaria Municipal de Ação Social	18	Serviços de Mão de Obra Terceirizada	08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.00.	934	R$ 50.000,00
Secretaria Municipal de Ação Social	19	Roçada e podas de árvores	08.002.08.243.0100.2.053.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.214.3.3.90.32.00.0; 08.001.08.244.0110.2.073.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0	770,940,941,934,1000,1005	R$ 86.403,34
Secretaria Municipal de Ação Social	20	Veículo zero KM	08.001.08.244.0110.2.214.3.3.90.32.00.0	940	R$ 148.000,00
Secretaria Municipal de Ação Social	21	Calhas e Rufos	08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.36.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.075.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.055.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.073.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.076.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.215.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.055.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.073.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.076.3.3.90.39.00.0; 08.002.08.122.0100.2.045.3.3.90.39.00.0; 08.002.08.122.0140.2.052.3.3.90.39.00.0; 08.002.08.243.0100.2.053.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.056.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.078.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.094.3.3.90.39.00.0; 08.002.08.243.0100.2.053.3.3.90.39.00.0	934/ 940/ 941/ 1000/1005/ 31005	R$ 18.871,30
Secretaria Municipal de Ação Social	22	Câmaras de Arbitragem	08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.002.08.243.0100.2.053.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 15.000,00
Secretaria Municipal de Ação Social	23	Cárneos	08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.057.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.002.08.243.0100.2.053.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 6.127,00
Secretaria Municipal de Ação Social	24	Combustível	08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.002.08.122.0100.2.045.3.3.90.39.00.0; 08.002.08.243.0100.2.053.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.075.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.073.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.078.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.056.3.3.90.39.00.0	1000 770 934 940 941 1050 1005	R$ 75.000,00
Secretaria Municipal de Ação Social	25	Dedetização, desratização e desinsetização	08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.002.08.122.0100.2.045.3.3.90.39.00.0; 08.002.08.243.0100.2.053.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0	1000 /770	R$ 1.403,90
Secretaria Municipal de Ação Social	26	Drywall	08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.215.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.073.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.076.3.3.90.39.00.0; 08.002.08.122.0100.2.045.3.3.90.39.00.0; 08.002.08.122.0140.2.052.3.3.90.39.00.0; 08.002.08.243.0100.2.053.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.075.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.214.3.3.90.39.00.0;	1000 / 940 / 941 / 934 /1005	R$ 21.345,46

			08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.073.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.076.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0		
Secretaria Municipal de Ação Social	27	Equipamento de Informática	08.001.08.244.0110.2.055.3.3.90.30.00.00.; 08.001.08.244.0110.2.055.3.3.90.30.00.00.	1005	R$ 38.110,80
Secretaria Municipal de Ação Social	28	Material Gráfico	08.001.08.244.0110.2.057.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.002.08.243.0100.2.053.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.094.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.078.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.055.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0	936 / 770 /1000/e 1005 / 105/ 934/ 940	R$ 20.145,40
Secretaria Municipal de Ação Social	29	Mobiliários em geral	08.001.08.244.0100.2.054.4.4.90.52.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.4.4.90.52.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.4.4.90.52.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.4.4.90.52.00.0	1000 -/ 941/ 934 / 31005	R$ 47.420,85
Secretaria Municipal de Ação Social	30	Panificação: Pães, lances e itens para *Coffeebreak*	08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00; 08.001.08.244.0110.2.055.3.3.90.30.00.0;	941	R$ 53.962,78
Secretaria Municipal de Ação Social	31	Propaganda volantes	08.001.08.244.0110.2.055.3.3.90.30.00.0; 08.002.08.122.0100.2.045.3.3.90.39.00.0; 08.002.08.243.0100.2.053.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.076.3.3.90.39.00.0; 08.002.08.122.0140.2.052.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.215.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.055.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.076.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.075.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.214.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.073.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.076.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.078.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.056.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.079.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.080.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.094.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.094.3.3.90.39.00.0	1000/ 770 / 934/ 940/ 941 / 1050/ 1005	R$ 3.359,62
Secretaria Municipal de Ação Social	32	Rastreamento de Veículos	743 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 7.312,20
Secretaria Municipal de Ação Social	33	Uniformes e vestuários	740 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0	934	R$ 21.366,15
Secretaria Municipal de Ação Social	34	Papel A4	08.001.08.244.0110.2.073.3.3.90.39.00.0	940	R$ 10.350,00
Secretaria Municipal de Ação Social	35	Oficinas Culturais	08.001.08.244.0110.2.094.3.3.90.39.00.00	1005	R$ 129.836,16
Secretaria Municipal de Ação Social	36	Construção de Casas - programa Minha Casa Minha Vida	08.001.08.244.0110.2.076.4.4.90.51.00.00; 08.001.08.244.0110.2.076.4.4.90.51.00.00.	1009	R$ 3.172.669,14
Secretaria Municipal de Ação Social	37	Construção do CREAS	08.002.08.122.0140.1.006.4.4.90.51.00.00; 08.002.08.122.0140.1.006.4.4.90.51.00.00.	1018	R$ 836.828,38
Secretaria Municipal de Ação Social	38	Manutenção de Ar Condicionado	08.001.08.245.2186.2.073.3.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.245.2186.2.073.3.3.3.90.30.00.0, 08.001.08.245.0100.2.0254.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.245.0100.2.0254.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.245.0110.2.075.3.3.90.30.00.0	941 / 934 / 641 /651 / 940	R$ 21.430,71
Secretaria Municipal de Ação Social	39	Aquisição de Pneus	8.001.08.245.0100.2054.3.3.90.30.00.00 8.001.08.245.0100.2054.3.3.90.30.00.00 8.001.08.245.0100.2054.3.3.90.30.00.00 08.001.08.245.2186.2073.3.3.90.30.00.00 08.002.08.243.0100.2053.3.3.90.30.00.00 08.001.08.245.0110.2075.3.3.90.30.00.00	934, 941, 1000, 9406	R$ 8.996,00
Secretaria Municipal de Ação Social	40	Aquisição de Uniformes para Oficinas	8.002.08.243.0100.2094.3.3.90.30.00.00	11005	R$ 13.934,80
Secretaria Municipal de Ação Social	41	Prestação de Serviços para instalação de espelho e barra para Oficina de Ballet	08.002.08.243.0100.2094.3.3.90.39.00.00	11005	R$ 8.116,00
Secretaria Municipal de Ação Social	42	Capacitação para Implementação dos serviços Família Acolhedora	08.002.08.243.0100.2094.3.3.90.39.00.00	11005	R$ 27.700,00
Secretaria Municipal de Ação Social	43	Curso de Defesa Pessoal para Mulheres			R$ 6.312,00
Secretaria Municipal de Ação Social	44	Aquisição de Descartáveis	08.002.08.243.0100.2094.3.3.90.30.00.00	11005	R$ 8.000,00
Secretaria Municipal de Ação Social	45	Aquisição de Ar Condicionado	08.001.08.245.0100.2054.4.4.90.52.00.00 08.001.08.245.2186.2073.4.4.90.52.00.00	1000, 941	R$ 12.000,00
Secretaria Municipal de Ação Social	46	Aquisição e instalação de extintores de incêndio, recargas, manutenção preventiva e corretiva, etc.	08.001.08.245.0100.2054.3.3.90.30.00.00 08.001.08.245.0100.2054.3.3.90.39.00.00 08.001.08.245.0100.2054.4.4.90.52.00.00 08.001.08.245.2186.2073.3.3.90.30.00.00 08.001.08.245.2186.2073.3.3.90.39.00.00 08.001.08.245.2186.2073.4.4.90.52.00.00	1000, 941	R$ 12.000,00
Secretaria Municipal de Ação Social	47	Aquisição de *tonners*	08.001.08.245.0100.2054.3.3.90.30.00.00 08.001.08.245.0100.2054.3.3.90.39.00.00 08.001.08.245.0100.2054.4.4.90.52.00.00 08.001.08.245.2186.2073.3.3.90.30.00.00 08.001.08.245.2186.2073.3.3.90.39.00.00 08.001.08.245.2186.2073.4.4.90.52.00.00	934, 940, 941, 1000	R$ 9.960,99
				TOTAL SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL	**R$ 5.820.549,56**
Secretaria Municipal de Administração	1	Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Mão de Obra Terceirizada em Atendimento às Secretarias Municipais	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 2.233.553,14
Secretaria Municipal de Administração	2	Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Mão de Obra Terceirizada em Atendimento às Secretarias	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.39.00.00	1000, 1510, 1511	R$ 789.688,32

		Municipais			
Secretaria Municipal de Administração	3	Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Mão de Obra Terceirizada em Atendimento às Secretarias Municipais	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.39.00.00	1000, 1510, 1511	R$ 966.719,05
Secretaria Municipal de Administração	4	Empresa contratada para prestação de serviços de acesso à internet, nos termos das concessões outorgadas pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL	05.001.04.122.0040.2.221.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 101.454,52
Secretaria Municipal de Administração	5	Contratação de Empresa Jornalística Especializada Para a Prestação de Serviço de Publicações de avisos de Licitações e Afins, em Jornal de Grande Circulação no Estado do Paraná.	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 57.480,00
Secretaria Municipal de Administração	6	Contratação de Empresa especializada na prestação de serviços de backup, armazenamento, processamento e transmissão de dados em nuvem, com disponibilidade de 02 (terabytes) de espaço virtual em servidor	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 2.105,29
Secretaria Municipal de Administração	7	Contratação de Empresa especializada para desenvolvimento, hospedagem e manutenção do website em conformidade com a Lei Federal de acesso à Informação nº 12.527/11.	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 3.069,60
Secretaria Municipal de Administração	8	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, PAPELARIA E MATERIAL DE INFORMÁTICA	05.001.04.122.0040.2.013.4.4.90.52.00.00	1000	R$ 200.000,00
Secretaria Municipal de Administração	9	Contratação de Empresa especializada para aquisição e instalação de calhas, rufos e componentes em alumínio, serviços de manutenção	05.001.04.122.0040.2.013.4.4.90.52.00.00	1000	R$ 394.898,14
Secretaria Municipal de Administração	10	Contratação de empresa especializada em instalação, manutenção preventiva, corretiva e conservação de equipamentos e utensílios domésticos com fornecimento de peças e mão de obra	05.001.04.122.0040.2.013.4.4.90.52.00.00	1000	R$ 786.000,00
Secretaria Municipal de Administração	11	AQUISIÇÃO DE LAMPADAS E MATERIAIS ELÉTRICOS	05.001.04.122.0040.2.217.4.4.90.52.00.00	1000	R$ 416.904,58
Secretaria Municipal de Administração	12	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	05.001.04.122.0040.2.013.4.4.52.00.00, 05.001.04.122.0040.2.217.3.3.90.00.00	1000	R$ 254.264,79
Secretaria Municipal de Administração	13	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gestão de frotas por meio de sistema informatizado, com manutenção preventiva e corretiva	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 1.004.250,00
Secretaria Municipal de Administração	14	Contratação de empresa especializada, fornecimento de licenciamento de software de sistema integrado de gestão pública municipal web, com acesso ilimitado de usuários, e suporte técnico	05.001.04.122.0040.2.224.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 1.200.000,00
Secretaria Municipal de Administração	15	Contratação de empresa especializada na dedetização e desratização para o controle de pragas urbanas.	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.39.00.00, 05.001.04.122.0040.2.013.3.3.90.39.00.00, 05.001.04.122.0040.2.224.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 10.717,00
Secretaria Municipal de Administração	16	Aquisição de Material de Construção	05.000.04.122.0040.2.217.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 1.582.304,26
Secretaria Municipal de Administração	17	Aquisição de toners e cartuchos para abastecimento das impressoras, afim de suprir e garantir as atividades diárias das secretarias municipais	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 60.004,64
Secretaria Municipal de Administração	18	Cessão do Direito de Uso do Licenciamento do ECONSIG-Sistema Eletrônico, via Internet, de Reserva de Margem e Controle de Consignações	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.30.00.00	1000	R$ -
Secretaria Municipal de Administração	19	Contratação de empresa especializada para prestação de serviço e fornecimento de Seguro de Vida e Acidentes Pessoais para os estagiários da Prefeitura Municipal de Morretes	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 307,20
Secretaria Municipal de Administração	20	Contratação Especializada na Prestação de Serviços com Foco na Inclusão Socioeconômica e Eficiência em compras Públicas no Município de Morretes	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 76.852,80
Secretaria Municipal de Administração	21	Aquisição de material de limpeza	05.000.04.122.0040.2.217.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 1.043.591,48
Secretaria Municipal de Administração	22	AQUISIÇÃO DE TINTAS E MATERIAL DE PINTURA	05.000.04.122.0040.2.217.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 288.931,11
Secretaria Municipal de Administração	23	Contratação de Empresa Especializada no Fornecimento de Assinatura de Ferramenta de Pesquisa e Comparação de Preços Praticados Pela Administração Pública	05.001.04.122.00.40.2.221.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 73.800,00
Secretaria Municipal	24	Contratação de empresa	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 1.429.120,77

de Administração		especializada no fornecimento de combustíveis, em atendimento aos veículos da frota municipal, através de Registro de Preços, pelo período de 12 (doze) meses.			
Secretaria Municipal de Administração	25	Contratação de empresa especializada no fornecimento de combustíveis	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 1.615.708,35
Secretaria Municipal de Administração	26	Câmaras de arbitragem, com o intuito de implantar este sistema de resolução de conflitos, considerando as disposições da lei 14.133/2021, bem como a lei complementar municipal nº 47/2021, decreto municipal nº 149/2021 e lei federal nº 9.307/1996, com redação pela lei nº 13.129/15.	05.001.04.122.0040.2.221.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 150.000,00
Secretaria Municipal de Administração	27	Aquisição de aparelhos telefônicos celulares, desbloqueados, tipo smartphone Android, incluídos todos os acessórios necessários ao seu pleno funcionamento	05.000.04.122.0040.2.217.4.4.90.52.00.00	1000	R$ 15.000,00
Secretaria Municipal de Administração	28	Aquisição de Papel A4	05.000.04.122.0040.2.217.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 98.000,00
Secretaria Municipal de Administração	29	Aquisição de Gás GLP	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 1.400,00
Secretaria Municipal de Administração	30	Reforma da Pavimentação da Sede do Corpo de Bombeiros localizada no município de Morretes	05.000.04.122.0040.2.217.4.4.90.51.00.00	1000	R$ 35.600,00
Secretaria Municipal de Administração	31	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de rastreamento e monitoramento de veículos pertencentes a frota do município de Morretes/PR	05.000.04.122.0040.2.217.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 11.520,00
Secretaria Municipal de Administração	32	Aquisição de Equipamento de Proteção Individual - EPI.	05.000.04.122.0040.2.217.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 78.933,00
Secretaria Municipal de Administração	33	Reforma da Sede da Prefeitura Municipal de Morretes - Rua Praça Rocha Pombo, nº 10, Bairro Centro - Morretes.	05.000.04.122.0040.2.217.4.4.90.51.00.00	1000	R$ 130.000,00
Secretaria Municipal de Administração	34	Capacitação dos servidores da Prefeitura Municipal nos temas de: licitações e contratos administrativos, processos administrativos disciplinares, contabilidade pública, cálculos judiciais, convênios.	05.000.04.122.0040.2.217.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 20.000,00
Secretaria Municipal de Administração	35	Contratação de Instituição especializado no treinamento e capacitação do corpo efetivo no desenvolvimento e aprimoramento na análise de gastos com pessoal, atividade e-Social e Lei Geral de Proteção de Dados.	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 11.000,00
Secretaria Municipal de Administração	36	Aquisição de equipamento obrigatório para manutenção e extensão de rede de energia elétrica, conforme padrão exigido pela fornecedora, Companhia Paranaense de Energia – Copel.	05.000.04.122.0040.2.217.4.4.90.52.00.00	1000	R$ 105.000,00
Secretaria Municipal de Administração	37	Contratação de serviços de chaveiros, aquisição de fechadura	05.000.04.122.0040.2.217.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 35.000,00
Secretaria Municipal de Administração	38	Contratação de serviços gráficos, aquisição de banners, faixas, adesivos, crachás	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 62.725,59
Secretaria Municipal de Administração	39	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO-DE-OBRA	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 500.000,00
Secretaria Municipal de Administração	40	LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS E INSUMOS	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 500.000,00
Secretaria Municipal de Administração	41	AQUISIÇÃO DE RELÓGIO PONTO E BOBINA DE PAPEL	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.30.00 05.001.04.122.0040.2.013.4.4.52.00.00	1000	R$ 109.000,00
Secretaria Municipal de Administração	42	AQUISIÇÃO DE CÂMERAS E ACESSORIOS	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.30.00 05.001.04.122.0040.2.013.4.4.52.00.00	1000	R$ 80.000,00
Secretaria Municipal de Administração	43	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE SAÚDE OCUPACIONAL E SEGURANÇA DO TRABALHO PARA ATENDER AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 255.000,00
Secretaria Municipal de Administração	44	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO PREDIAL	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 700.000,00
Secretaria Municipal de Administração	45	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA INSTALAÇÃO DE DIVISÓRIAS EM DRYWALL	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 200.000,00
Secretaria Municipal de Administração	46	AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.30.00 05.001.04.122.0040.2.013.4.4.52.00.00	1000	R$ 10.000,00
Secretaria Municipal de Administração	47	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE COPA E COZINHA	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 5.000,00
Secretaria Municipal de Administração	48	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE VIDROS	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 20.000,00
Secretaria Municipal de Administração	49	AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO, GABINETE MODULAR,	05.001.04.122.0040.2.013.4.4.52.00.00	1000	R$ 200.000,00

		ELETRODOMESTICOS E APARELHO DE AR CONDICIONADO			
Secretaria Municipal de Administração	50	AQUISIÇÃO DE EXTINTORES, RECARGAS E ACESSORIOS	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 15.000,00
Secretaria Municipal de Administração	51	Dispensa da empresa Correios e Telégrafos	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 15.000,00
				TOTAL SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	**R$ 17.939.903,63**
Controladoria Geral do Município	1	Terceirização de mão-de-obra de Serviços Administrativos	14.001.04.122.0202.2.005 - 3.3.90.39.0000	1000	25.000,00
Controladoria Geral do Município	2	Capacitação e treinamento	14.001.04.122.0202.2.234 - 3.3.90.39.0000	1000	5.000,00
Controladoria Geral do Município	3	Manutenção de aparelhos de ar-condicionado	14.001.04.122.0202.2.005 - 3.3.90.39.0000	1000	1.000,00
Controladoria Geral do Município	4	Manutenção de equipamentos de informática	14.001.04.122.0202.2.005 - 3.3.90.39.0000	1000	1.000,00
Controladoria Geral do Município	5	Locação de impressoras	14.001.04.122.0202.2.005 - 3.3.90.39.0000 - 14.001.04.122.0202.2.233 - 3.3.90.39.0000	1000	5.000,00
Controladoria Geral do Município	6	Material de expediente	14.001.04.122.0202.2.005 - 3.3.90.30.0000 - 14.001.04.122.0202.2.233 - 3.3.90.30.0000	1000	3.000,00
Controladoria Geral do Município	7	Toner e material de informática	14.001.04.122.0202.2.005 - 3.3.90.30.0000 - 14.001.04.122.0202.2.233 - 3.3.90.30.0000	1000	1.500,00
Controladoria Geral do Município	8	Combustível	14.001.04.122.0202.2.005 - 3.3.90.30.0000 - 14.001.04.122.0202.2.233 - 3.3.90.30.0000 - 14.001.04.122.0202.2.234 - 3.3.90.39.0000	1000	1.000,00
Controladoria Geral do Município	9	Material de construção para manutenção	14.001.04.122.0202.2.005 - 3.3.90.30.0000	1000	2.500,00
Controladoria Geral do Município	10	Equipamento de informática	14.001.04.122.0202.2.005 - 4.4.90.52.0000 - 14.001.04.122.0202.2.233 - 4.4.90.52.0000	1000	5.000,00
Controladoria Geral do Município	11	Aparelho celular	14.001.04.122.0202.2.005 - 4.4.90.52.0000	1000	2.500,00
Controladoria Geral do Município	12	Frigobar	14.001.04.122.0202.2.005 - 4.4.90.52.0000	1000	1.000,00
Controladoria Geral do Município	13	Mobiliário de escritório	14.001.04.122.0202.2.005 - 4.4.90.52.0000 - 14.001.04.122.0202.2.233 - 4.4.90.52.0000	1000	5.000,00
Controladoria Geral do Município	14	Contratação de serviços técnicos profissionais de assessoria e consultoria pública, incluindo diagnóstico e levantamento dos problemas atuais em relação a transparência pública	14.001.04.122.0202.2005.3.3.90.39.00.00	1000	38.640,00
				TOTAL CONTROLADORIA DO MUNICÍPIO DE MORRETES	**R$ 58.500,00**

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:C920E4E4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
ATA DE HOMOLOGAÇÃO

MUNICIPIO DE PAICANDU
PAIÇANDU-PR
ATA DE HOMOLOGAÇÃO
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 24/2026
Processo Administrativo Nº 89/2026
Tipo: AQUISIÇÃO
CONDUTOR: VERÔNICA SIMÃO BENATTI
Data de Publicação: 07/08/2026 15:46:34

LOTE 1 - HOMOLOGADO - 25/08/2026 15:30:09						
LOTE 1						
VALORES UNITÁRIOS FINAIS						
Item: 1	Unidade: UNIDADE	Marca: ECHO BEAR CAT		Modelo: CH8720iH		
Descrição: LOCAÇÃO DE TRITURADOR DE GALHOS E - Locação de triturador de galhos e troncos rebocável, sem operador, destinado ao processamento de resíduos vegetais oriundos dos serviços de poda urbana, supressão vegetal autorizada, manutenção de áreas verdes, limpeza pública e demais atividades executadas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Paiçandu/PR.						
Quantidade: 12	**Valor Unit.:** 5.180,00			**Valor Total:** 62.160,00		
CLASSIFICAÇÃO						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 TOPP TERRAPLANAGEM LTDA	970	54.738.917/0001-17	5.333,33	5.180,00		Sim
2 LIPPEL ENGENHARIA E EQUIPAMENTOS	729	23.691.899/0001-31	5.333,33	5.200,00	0,39	Não
3 EMIIRNEDLAI ND SOUL COMERCIO DE PAPELARIA E ARTIGOS EM GERAL LTDA	622	37.152.363/0001-52	5.333,00	5.333,00	2,56	Sim
DESCLASSIFICADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
INABILITADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**

ISMAEL BATISTA
Autoridade

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:22B2C941

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA RENOVAÇÃO DE CONTRATO 57

EXTRATO DA RENOVAÇÃO DO CONTRATO Nº 57/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 08/2025
PROCESSO Nº 44/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
CONTRATADO: CORPUS ACADEMIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 50.167.401/0001-09.
OBJETO: O objeto desta é a contratação de professores para ministrar aula modalidade OFICINA para atender as necessidades da Secretaria de Esportes e Lazer do município de Paiçandu.
Conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	V. UNIT	V. TOTAL
1	**Instrutor de Futebol:** Com registro no conselho Regional de Educação Física (CREF) e Certificação de qualificação e aptidão técnica na modalidade.Capacidade técnica para inclusão de PCD e TEA	HORAS	800	R$ 65,17	R$ 52.136,00
2	**Instrutores de Futebol de Salão- Futsal:** Com registro no conselho Regional de Educação Física (CREF) e Certificação de qualificação e aptidão técnica na modalidade. Capacidade técnica para inclusão de PCD e TEA.	HORAS	800	R$ 64,25	R$ 51.400,00
3	**Instrutores de Ginastica/alongamento**: Com registro no conselho Regional de Educação Física (CREF) e Certificação de qualificação e aptidão técnica na modalidade.Capacidade técnica para inclusão de PCD e TEA .	HORAS	960	R$ 64,85	R$ 62.256,00
4	**Instrutor de Voleibol:** Com registro no conselho Regional de Educação Física (CREF) e Certificação de qualificação e aptidão técnica na modalidade.Capacidade técnica para inclusão de PCD e TEA .	HORAS	528	R$ 63,73	R$ 33.649,44
5	**Instrutor de Vôlei de Areia:** Com Registro no Conselho Regional de Educação Física (CREF) e Certificação de qualificação e aptidão técnica na modalidade.Capacidade técnica para inclusão de PCD e TEA	HORAS	528	R$ 60,75	R$ 32.076,00
9	**Instrutor de Funcional:** Comprovação de experiencia em projetos sociais e apresentações e certificação de qualificação e aptidão técnica da ginastica/Profissional de Educação Física. Capacidade técnica para inclusão de PCD e TEA	HORAS	528	R$ 60,16	R$ 31.764,48
10	**Instrutor de Muaythai:** Com qualificação e titulo reconhecido por Federação com participação em eventos regionais. Capacidade técnica para inclusão de PCD e TEA	HORAS	800	R$ 60,00	R$ 48.000,00
	VALOR TOTAL				**R$ 311.281,92**

VALOR: R$ 311.281,92 (trezentos e onze mil, duzentos e oitenta e um reais e noventa e dois centavos).
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Paiçandu, 18 de agosto de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:9ECA31B1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE CLASSIFICAÇÃO FINAL – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2026

A comissão de PSS nº 02/2026 nomeada pelo Decreto n. 19.385 de 29 de junho de 2026, torna público a CLASSIFICAÇÃO FINAL por cargo

CARGO: ASSISTENTE DE FÁRMÁCIA									
classificação	inscrição	Nome Completo	Nascimento	Declaro possuir a formação mínima exigida para o cargo pretendido	Título 1 (15 pontos)	Título 2 (35 pontos)	Título 3 (25 pontos)	Título 4 (25 pontos)	Total
1	78	Joanita Aparecida Linhares Seixas	15/09/1965	Sim	15	35	25	25	100
2	93	David Tiago Franco Paes	07/05/1988	Sim	15	35	25	25	100
3	87	Fernanda Clarissa Grocheveski Silveira Pinto Ianoski	28/11/1988	Sim	15	35	25	25	100
4	91	Suélen Mara Bordinhão	23/08/1989	Sim	15	35	25	25	100
5	92	Elaine Aparecida Gordia Stelle	24/05/1981	Sim	15	35	25		75
6	79	Adriane Kuiava Venc	31/05/1992	Sim	15	35		25	75
7	94	Maria Aparecida Formanquevski	10/06/1967	Sim	15	35			50
8	95	MIRIANE ZWIEGICOSKI	25/12/1986	Sim	15	35			50
9	84	Daniele paz Camargo	26/05/1989	Sim	15	35			50
10	97	Ingrid De Mello	07/09/1993	Sim	15	35			50
11	76	Janaina de Jesus Antunes	07/02/1995	Sim	15	35			50
12	86	Beatriz Stelle	06/04/2004	Sim	15	35			50
13	83	Fátima Mohamed Ayoub	29/07/1978	Sim	15				15
14	98	Patricia Willan de Santa Clara BREGINSKI	06/12/1988	Sim	15				15
15	73	Tatieli Cristine da Fonseca Gonçalves	30/03/1990	Sim	15				15
16	82	Josiele Seixas Hartmann	02/11/1999	Sim	15				15
17	77	NATASHA SAIDES CAMARGO	02/02/2003	Sim	15				15
18	85	Manuela Fernandes Moletta	15/09/2006	Sim	15				15
19	80	Nilzete da luz Vichineski	17/03/1969	Sim					0
20	71	Marlene da Cruz Mendes	02/12/1974	Sim					0
21	96	Antonina Cruchinski Pietrala	20/11/1976	Sim					0
22	74	FERNANDA CRISTINA SCHNELL	13/07/1992	Sim					0
23	81	GISLAINI CHRISTINA GONCALVES DA SILVA	17/11/1996	Sim					0
24	72	Ketlin Geovana dos Santos sanson de morais	27/03/1997	Sim					0
25	88	Carlina Aparecida da Cruz Colaço	27/07/1999	Sim					0
26	75	GRAZIELE APARECIDA ANTUNES	30/07/2001	Sim					0

		SCHNELL							
27	89	GABRIEL HEVATO DOMINGUES GOMES FERREIRA	04/07/2005	Sim					0
28	90	João Victor Lacerda	31/05/2008	Sim					0
CARGO: ASSISTENTE SOCIAL									
classificação	inscrição	Nome Completo	Nascimento	Declaro possuir a formação mínima exigida para o cargo pretendido	Título 1 (15 pontos)	Título 2 (25 pontos)	Título 3 (25 pontos)	Título 4 (35 pontos)	Total
1	106	Evelyne Pereira Takii	08/08/1999	Sim	15	25	25	35	100
2	150	Marcelo Nascimento de Oliveira	12/12/1983	Sim	15	25		35	75
3	143	THAMIRES APARECIDA BOJKO	23/11/1997	Sim	15	25		35	75
4	113	Sonia Aparecida de Oliveira Cruz	27/06/1960	Sim	15	25	25		65
5	116	Lorizete Szymanski	04/09/1965	Sim	15	25	25		65
6	153	Marina Fatima de Sousa	27/09/1967	Sim	15	25	25		65
7	115	ROSELI MAINARDES	04/06/1970	Sim	15	25	25		65
8	141	Luciane Aparecida Barchaki Gielinski	01/03/1972	Sim	15	25	25		65
9	105	RONISI DE OLIVEIRA LUTZ	16/08/1977	Sim	15	25	25		65
10	147	Rubia Ramos Oliveira	10/02/1982	Sim	15	25	25		65
11	99	ADRIANA APARECIDA DE PAULA CORDEIRO	14/05/1988	Sim	15	25	25		65
12	122	JESSICA DA SILVA	28/06/1991	Sim	15	25	25		65
13	114	Sabrina Américo Poncheki	13/11/1993	Sim	15	25	25		65
14	139	BRUNA CAROLINA PAULAK GONÇALVES	04/12/1995	Sim	15	25	25		65
15	117	ANA REGINA CORODEL	25/05/1965	Sim	15	25			40
16	112	MARLI CANDIDO MORAES	03/12/1970	Sim	15	25			40
17	103	Marcia Czerevaty Hanneck	19/10/1972	Sim	15	25			40
18	111	Maria Aparecida da Costa	17/12/1972	Sim	15	25			40
19	152	Sonia Marilda Baran	12/01/1973	Sim	15	25			40
20	123	JEAN CARLOS BALDO	29/06/1982	Sim	15	25			40
21	144	Luciane Trindade Pinto	14/05/1983	Sim	15	25			40
22	128	LETICIA CAROLINE MARENDA BORGO	14/07/1983	Sim	15	25			40
23	109	Rodrigo Souza Matos	18/05/1985	Sim	15	25			40
24	107	Lais Michele Bigaski	27/04/1988	Sim	15		25		40
25	135	Elaine Pillsky	12/07/1988	Sim	15	25			40
26	100	Vandic Almeida dos Santos	19/08/1988	Sim	15	25			40
26	104	Vanessa Rosa Mano	17/06/1990	Sim	15	25			40
27	130	Luciana Almeida de Jesus	05/03/1989	Sim	15	25			40
28	110	Marilene Silva	16/01/1990	Sim	15	25			40
30	132	Maria Elica dos Santos Silva	21/09/1990	Sim	15	25			40
31	108	Aline de Fátima Alves	17/03/1992	Sim	15	25			40
32	121	ALESSANDRA REGINA TEIXEIRA DE FREITAS	20/08/1996	Sim	15	25			40
33	131	sandy bastos borges	06/01/1999	Sim	15	25			40
34	133	Aline Modesto	07/10/1999	Sim	15	25			40
35	127	MARIA CLEUDIMAR SILVA MARTINS	02/02/1967	Sim		25			25
36	126	Ana Cristina Galdino Pinto	03/10/1967	Sim		25			25
37	151	Cristiane Aparecida Alarcon	22/07/1986	Sim		25			25
38	138	Evellin Nayane Pereira	05/04/1989	Sim		25			25
39	129	Laís Santos dos Anjos	18/07/1991	Sim		25			25
40	149	GABRIELI BARBIERI SOUZA SILVA PAZ	22/02/1995	Sim		25			25
41	136	Marlene da Cruz Mendes	02/12/1974	Sim	15				15
42	124	Elizangela Machado dos sSanto	20/07/1979	Sim	15				15
43	101	Janaina de Jesus Antunes	07/02/1995	Sim	15				15
44	145	Isadora Hipólito Azevedo	22/12/2000	Sim	15				15
45	125	MARCOS LOPES DE CARVALHO	19/01/2002	Sim	15				15
46	118	Maria Fernanda Stelle	21/08/2002	Sim	15				15
47	137	Júlia Cristine do Nascimento do Pilar	29/12/2002	Sim	15				15
48	134	Emanuelly Gonçalves Tobias	05/03/2004	Sim	15				15
49	120	Cesar Alexandre Ribas Oliveira	12/03/2004	Sim	15				15
50	119	Renata de Souza Gluchowiski Nadolny	02/01/1978	Sim					0
51	148	CRISTINA VILLAR SALVATORI	12/12/1979	Sim					0
52	140	Angel Teresinha Soares Godoy	28/11/1991	Sim					0
53	142	Tâmara Oliveira da Silva	02/06/1993	Sim					0
54	146	Elizama Caroline de Paula	20/07/1994	Sim					0
55	102	SANDRIELE CRISTINA DE ASSIS	09/09/1997	Sim					0
CARGO: AUXILIAR ADMINISTRATIVO									
classificação	inscrição	Nome Completo	Nascimento	Declaro possuir a formação mínima exigida para o cargo pretendido	Título 1 (15 pontos)	Título 2 (35 pontos)	Título 3 (25 pontos)	Título 4 (25 pontos)	Total
1	372	Marcos Aurélio stall	16/11/1966	Sim	15	35	25	25	100
2	443	Alessandra Bach	06/01/1974	Sim	15	35	25	25	100
3	335	Elaine Aparecida Gonçalves	31/03/1981	Sim	15	35	25	25	100
4	379	Elaine Aparecida Gordia Stelle	24/05/1981	Sim	15	35	25	25	100
5	360	Antonio Marcos Junior	23/08/1981	Sim	15	35	25	25	100
6	282	MARCOS VIGAND	11/03/1988	Sim	15	35	25	25	100
7	389	David Tiago Franco Paes	07/05/1988	Sim	15	35	25	25	100
8	316	NAIANA KAPP SILVA	02/03/1989	Sim	15	35	25	25	100
9	252	EWERTON KOPSSCH REIN	06/05/1996	Sim	15	35	25	25	100
10	291	Evelin Raine Milone Holtman	05/12/1997	Sim	15	35	25	25	100
11	431	IAGO ORLEAN DE SIQUEIRA PINTO	25/09/1999	Sim	15	35	25	25	100
12	271	Acir Carlos da Silva Gonçalves Junior	12/01/2000	Sim	15	35	25	25	100
13	166	joelma meneguel da anunciaçao	05/09/1976	Sim		35	25	25	85
14	188	Ana Luiza de Oliveira Teixeira	11/06/2000	Sim		35	25	25	85
15	263	Talita Rocha marques	14/02/2006	Sim		35	25	25	85
16	211	LUIZ BERNARDI	14/11/1951	Sim	15	35	25		75

17	290	Altair José Costa	12/07/1958	Sim	15	35	25			75
18	215	Joanita Aparecida Linhares Seixas	15/09/1965	Sim	15	35	25			75

19	380	Osnei Osires Stelle	29/11/1973	Sim	15	35	25			75
20	332	Divonei Vidal	04/03/1975	Sim	15	35	25			75
21	243	ALESSANDRA PAOLA KARAS	14/12/1977	Sim	15	35	25			75
22	354	Viviane de Paula Ferreira	11/01/1980	Sim	15	35	25			75
23	275	RONALDO GIMENEZ MONTEIRO	17/08/1980	Sim	15	35	25			75
24	299	VANESSA SANTOS	31/12/1981	Sim	15	35	25			75
25	237	ELISANGELA DE FATIMA GARCIA FERREIRA	20/02/1983	Sim	15	35	25			75
26	338	Alessandra Aparecida Rodrigues Woinarovicz	01/03/1983	Sim	15	35	25			75
27	417	TATIANE APARECIDA ALVES	25/06/1983	Sim	15	35	25			75
28	295	ANDRESSA CRISTINA VIEIRA RIOS	25/03/1984	Sim	15	35	25			75
29	301	Juliana Aparecida Ferreira	30/11/1984	Sim	15	35	25			75
30	229	Michele leal	20/08/1986	Sim	15	35	25			75
31	364	Vanderleia Tomel Reinauer	03/09/1986	Sim	15	35	25			75
32	154	Michele aparecida Guimarães rain	11/10/1986	Sim	15	35	25			75
33	310	Taciane Viante	21/11/1988	Sim	15	35	25			75
34	352	FERNANDA Clarissa Grocheveski Silveira Pinto Ianoski	28/11/1988	Sim	15	35	25			75
35	174	Joselene das Graças krasucki	22/01/1989	Sim	15	35	25			75
36	440	ARIANA SOLILLA GAMA DE SOUZA	16/05/1989	Sim	15	35	25			75
37	284	ANA P T MOREIRA Do Nascimento	27/07/1989	Sim	15	35	25			75
38	209	Cleide Nara Donini Perek	29/07/1989	Sim	15	35	25			75
39	373	Suélen Mara Bordinhão	23/08/1989	Sim	15	35	25			75
40	187	Marielle Ciemnievsky Tillmann	17/03/1990	Sim	15	35	25			75
41	412	Bruno Ferreira Borges	04/08/1990	Sim	15	35	25			75
42	238	Ângela de Lima dos Santos	09/10/1991	Sim	15	35	25			75
43	413	diego gabriel bueno	03/05/1992	Sim	15	35	25			75
44	224	Adriane Kuiava Venc	31/05/1992	Sim	15	35	25			75
45	169	Taciane Aparecida Chaves	06/07/1992	Sim	15	35	25			75
46	165	Hellen Luise Hass	25/07/1992	Sim	15	35	25			75
47	433	angelino gonsalves	09/09/1992	Sim	15	35	25			75
48	340	Geórgia Martins Ramos	20/01/1993	Sim	15	35	25			75
49	420	Alisson Cassio da Cruz	31/10/1993	Sim	15	35	25			75
50	225	SIMONE FREITAS DA SILVA	04/11/1993	Sim	15	35	25			75
51	436	JUCIANE APARECIDA COSTA	11/10/1996	Sim	15	35	25			75
52	233	EMANUELLY SALAMUCHA	05/12/1996	Sim	15	35	25			75
53	366	Gustavo Dusi Bochenek	13/05/1997	Sim	15	35	25			75
54	210	Erica Heloise Ruppel	11/02/2000	Sim	15	35	25			75
55	273	Érica Ferreira Almeida	11/07/2000	Sim	15	35	25			75
56	442	Isabele Hipólito Azevedo	22/12/2000	Sim	15	35	25			75
57	390	Isabella Fantin Marcos Abreu	24/08/2001	Sim	15	35	25			75
58	289	Rhobhysonn Bojko	30/01/2002	Sim	15	35	25			75
59	254	ANIELI CRISTINA COSTA	29/04/2002	Sim	15	35	25			75
60	203	Luiz Guilherme de Goes	24/07/2002	Sim	15	35	25			75
61	184	Maiara Assunção	27/08/1985	Sim		35	25			60
62	228	Andressa Aparecida Ribeiro dos Santos stadler	06/10/1991	Sim		35	25			60
63	409	Angel Maite Bobato	15/04/1996	Sim		35	25			60
64	404	Euler Erlanger Ribeiro dos Santos	22/12/1996	Sim		35	25			60
65	240	Sariah AHMAD OLIVEIRA CHOUCAIR	23/05/2000	Sim		35	25			60
66	422	Vanda Mereles de Souza	27/05/1972	Sim	15	35				50
67	235	Marli tracz	06/09/1972	Sim	15	35				50
68	287	eliandra legeski monegate	27/06/1977	Sim	15	35				50
69	355	RITA ANREIA VENC	21/01/1981	Sim	15	35				50
70	305	MARCELO DE OLIVEIRA BRIZOLA	14/04/1982	Sim	15	35				50
71	306	ANDRÉ LUIZ SANTOS TRINDADE	04/06/1982	Sim	15	35				50
72	307	Andre Luiz SantosTrindade	04/06/1982	Sim	15	35				50
73	383	José Carlos Rodrigues Júnior	03/04/1983	Sim	15	35				50
74	349	PRISCILA DE SOUZA	02/09/1983	Sim	15	35				50
75	399	ANGELA MARIA GOLON KAPP	19/07/1984	Sim	15	35				50
76	312	SAMUEL BARBOSA MENDES	14/03/1985	Sim	15	35				50
77	438	HELIO JOSE VIDA	19/03/1985	Sim	15	35				50
78	278	Rafael Mozart Mercer	08/01/1986	Sim	15	35				50
79	348	Ana Paula Burdak Tymoczuk Moreira	14/03/1986	Sim	15	35				50
80	408	MIRIANE ZWIEGICOSKI	25/12/1986	Sim	15	35				50
81	446	Edgar de Andrade Pereira	08/03/1987	Sim	15	35				50
82	264	Veridiane Ferreira	18/07/1991	Sim	15	35				50
83	426	Ingrid De Mello	07/09/1993	Sim	15	35				50

84	200	VANDERLÉIA APARECIDA RUSGOSKI ROCHINSKI	05/11/1994	Sim	15	35			50
85	202	Janaina de Jesus Antunes	07/02/1995	Sim	15	35			50
86	236	Carla Ripka	09/08/1995	Sim	15	35			50
87	262	Scheila Da Silva Neto Bernal	02/09/1996	Sim	15	35			50
88	375	JERUSE LEDINE RIFFERT	19/04/1997	Sim	15	35			50
89	342	João Carlos Ribeiro da Silva	15/11/1997	Sim	15	35			50
90	401	Lucas Antonio Bianco Roth	29/11/1997	Sim	15	35			50
91	309	Eloiza Magalhães Coghetto	18/03/1998	Sim	15	35			50
92	318	Letícia Aparecida Blaginski	29/05/1998	Sim	15	35			50
93	359	Tamine de Fatima Ramos Berger	06/12/1999	Sim	15	35			50
94	333	Gabriel Alves Rodrigues	28/01/2000	Sim	15	35			50
95	155	Gabrielle Cristina Ferreira	05/04/2000	Sim	15	35			50
96	171	Tatiane Fonseca Azevedo	25/08/2000	Sim	15	35			50
97	260	ANTONY RAFAEL GARCIA BACH	14/10/2000	Sim	15	35			50
98	351	Isadora Hipólito Azevedo	22/12/2000	Sim	15	35			50
99	334	Bryan Honorio Ferreira	17/01/2001	Sim	15	35			50
100	421	CAMILA MACHADO VIDA	07/09/2001	Sim	15	35			50
101	323	Isabeli Aparecida Wassonski	29/10/2001	Sim	15	35			50
102	231	Juliana Pabis	03/08/2002	Sim	15	35			50

103	419	Monique da luz Batista	26/12/2002	Sim	15	35			50
104	418	Raissa Dups Eurich	05/04/2003	Sim	15	35			50
105	156	Amanda Caroline Orchanheski	15/02/2004	Sim	15	35			50
106	294	Helena Padilha	09/06/2004	Sim	15	35			50
107	406	Matheus Henrique de Marafigo	14/07/2004	Sim	15	35			50
108	324	Livia Padilha Viante	12/09/2004	Sim	15	35			50
109	368	Everson Fernando Nepomoceno Monegate	17/12/2004	Sim	15	35			50
110	285	João Paulo Galvão de Ramos	19/08/2006	Sim	15	35			50
111	445	Luzia burkot iantas	09/01/1982	Sim	15			25	40
112	279	Amalia Do Rocio Bozzi Delfrate	20/02/1971	Sim		35			35
113	329	Daniele Aparecida Marques Primo	15/11/1979	Sim		35			35
114	439	BENIGNO VIEIRA RIOS	01/07/1981	Sim		35			35
115	220	Lucia de Lima Fernandes	05/07/1985	Sim		35			35
116	226	Cristiano Miguel Staichaka	07/10/1986	Sim		35			35
117	326	FRANCINE SCHUHLI	07/11/1990	Sim		35			35
118	325	Kendra luana Cobachuk	25/05/1994	Sim		35			35
119	361	Jessica Karina Burakovski	28/05/1996	Sim		35			35
120	190	WESLEY GABRIEL ALVES ANTUNES	04/10/1996	Sim		35			35
121	222	Cintia dos Santos Valle	09/10/1996	Sim		35			35
122	161	Adrieli Francine Bastos do Nascimento	29/12/1997	Sim		35			35
123	337	Myllena Novaes Taques Santos	25/02/2001	Sim		35			35
124	178	Elluizzi Gabrielle de Oliveira	05/09/2001	Sim		35			35
125	163	Gabrieli Viante	18/12/2001	Sim		35			35
126	432	Kauane Teixeira	28/10/2002	Sim		35			35
127	230	Maria Priscila Rogovski	12/09/2004	Sim		35			35
128	384	Elaise Adames Martins	03/03/1985	Sim			25		25
129	392	Elza do Nascimento dos Santos	20/09/1962	Sim	15				15
130	186	Luciane Aparecida portes	30/06/1969	Sim	15				15
131	177	Noeli Bezerra da Silva	19/10/1969	Sim	15				15
132	193	Lucimara Gonçalves Cox	14/08/1970	Sim	15				15
133	247	LIDIA REGINA DELUCA PESSOA	18/08/1971	Sim	15				15
134	405	Clinei dopkoski	28/03/1972	Sim	15				15
135	256	Luciane Gordia	03/07/1973	Sim	15				15
136	398	Andrea Rigoni Cordeiro	11/09/1974	Sim	15				15
137	402	Juliana de Cassia Ristow stricker	24/06/1978	Sim	15				15
138	248	Josiane de Fátima Santos Gonçalves	06/10/1980	Sim	15				15
139	429	Sandra Ferreira Machado	02/01/1981	Sim	15				15
140	245	FABIANA ROCHA DE SOUZA	27/05/1981	Sim	15				15
141	176	Anderson Pinheiro	05/10/1981	Sim	15				15
142	292	VICTOR HUGO BAGGIO	27/10/1981	Sim	15				15
143	391	Luís Emanuel Damasceno Pereira	19/06/1982	Sim	15				15
144	206	Rosenilda schweigert maia	12/07/1983	Sim	15				15
145	164	Soraya Mohamed Ayoub	07/11/1983	Sim	15				15
146	320	Fabiano cezar lopes	05/02/1985	Sim	15				15
147	382	Juliana de Fátima Leite de França	21/07/1985	Sim	15				15
148	293	Irenice dos Santos Carneiro	13/08/1985	Sim	15				15
149	250	Emanuele Gonçalves da Cruz	11/01/1986	Sim	15				15
150	159	Gabriella Cristina Sotero Gulchinski	27/05/1986	Sim	15				15
151	253	Elisiane Viante	30/05/1986	Sim	15				15

152	377	Eliezer ozias de Paula	06/04/1987	Sim	15				15
153	346	FRANCIANE SVIECH	14/08/1987	Sim	15				15
154	232	CRISTIANE DE FATIMA MARSAL	17/02/1988	Sim	15				15
155	170	Letícia Moscaleski	15/03/1988	Sim	15				15
156	246	Givanildo cavalheiro	09/06/1988	Sim	15				15
157	207	Mariele Oliveira de França Meira	24/07/1988	Sim	15				15
158	199	Gisele Cristiane Ferreira	30/08/1988	Sim	15				15
159	449	Patricia Willan de Santa Clara BREGINSKI	06/12/1988	Sim	15				15
160	296	Daniele paz Camargo	26/05/1989	Sim	15				15
161	376	Willian Filadelfo Rodrigues	13/09/1989	Sim	15				15
162	173	JONAS TIAGO DOS SANTOS SCOLIMOSKI	11/12/1989	Sim	15				15
163	194	Tatieli cristine da Fonseca Gonçalves	30/03/1990	Sim	15				15
164	265	Gleycielly Gianny Ferreira Soares	29/05/1990	Sim	15				15
165	339	Karoliny Albuquerque bach	15/05/1991	Sim	15				15
166	388	Jessé scepanski	20/10/1992	Sim	15				15
167	281	MAYARA DE ALMEIDA	02/12/1992	Sim	15				15
168	241	Meiry Anny dambroshi	03/01/1994	Sim	15				15
169	447	FRANCIELE ZAKRZEVSKI	21/09/1994	Sim	15				15
170	239	Ariebert ahmad pereira Choucair	28/01/1995	Sim	15				15
171	183	Nathalia Martins	21/10/1996	Sim	15				15
172	362	GABRIEL CORREA TEIXEIRA	06/02/1997	Sim	15				15
173	267	Maicon Douglas Gomes	07/10/1997	Sim	15				15
174	363	rafaela camargo da silva	16/01/1998	Sim	15				15
175	160	MARIA ANGELICA SANTANA DA SILVA	19/04/1998	Sim	15				15
176	330	Daiana tais leite	15/07/1998	Sim	15				15
177	303	Jenifer Monteiro	02/12/1998	Sim	15				15
178	288	Jean Ferrando	04/03/1999	Sim	15				15
179	212	Luiza Ribeiro do Rosário	06/03/1999	Sim	15				15
180	444	Weslei Lourenço	12/03/1999	Sim	15				15
181	327	Caroline Batista Alves da Silva	08/04/1999	Sim	15				15
182	336	Marcelo Henrique Sequinelli dos Reis	11/04/1999	Sim	15				15
183	204	Felipe Augusto Martins	13/07/1999	Sim	15				15
184	261	Josiele Seixas Hartmann	02/11/1999	Sim	15				15
185	410	Maila Giovana Hiebert Osorio	27/11/1999	Sim	15				15
186	331	Jenifer dos Santos Tomaz	12/01/2000	Sim	15				15
187	315	Luana Begosso de Almeida Kuhn	03/02/2000	Sim	15				15
188	397	Francisco Augusto Trzaskos	12/04/2000	Sim	15				15
189	175	janieli vieira	13/05/2000	Sim	15				15

190	242	jessica de jesus camargo	15/07/2000	Sim	15				15
191	208	Aline Machado de Melo	06/08/2000	Sim	15				15
192	319	Márcio Vinícius Santos Nascimento	23/10/2000	Sim	15				15
193	414	LUIZ GUSTAVO HAVRECHAKI	29/10/2000	Sim	15				15
194	219	Rafael Titski Carneiro	15/03/2001	Sim	15				15
195	350	NATHALY BUENO DOS SANTOS	02/05/2001	Sim	15				15
196	393	ELOISA VENC CATHARINA	17/07/2001	Sim	15				15
197	441	Tomaz Henrique Monegati da Silva	25/07/2001	Sim	15				15
198	158	Paulo Gabriel dos santos	22/12/2001	Sim	15				15
199	157	Luana de Paula	23/03/2002	Sim	15				15
200	297	Maria Fernanda Stelle	21/08/2002	Sim	15				15
201	217	Laurenn Giordana Kapp Zanetti	29/08/2002	Sim	15				15
202	367	Júlia Cristine do Nascimento do Pilar	29/12/2002	Sim	15				15
203	302	NATASHA SAIDES CAMARGO	02/02/2003	Sim	15				15
204	317	Gustavo Antunes da Silva	23/07/2003	Sim	15				15
205	407	Walehria Beghe Colaço	27/11/2003	Sim	15				15
206	249	Rodolfo Vinicius Minuk de Oliveira	23/02/2004	Sim	15				15
207	403	GLEISSON PACHECO DOS SANTOS JUNIOR	24/02/2004	Sim	15				15
208	280	Jesiel dos Passos Ferreira	01/03/2004	Sim	15				15
209	283	Leonardo Tasso Guites	15/03/2004	Sim	15				15
210	259	Monique Borges Seixas	24/03/2004	Sim	15				15
211	182	Ana Rillary Favoretto	07/06/2004	Sim	15				15
212	313	Débora Cristina dos Santos	20/05/2005	Sim	15				15
213	269	THALISSA BETIM MELEK	26/06/2005	Sim	15				15
214	311	MARIANE APARECIDA LEAL	16/09/2005	Sim	15				15
215	374	Vitória Przybyciem	17/01/2006	Sim	15				15
216	425	Eric Fernando Hartmann Ramos	13/05/2006	Sim	15				15
217	328	Julian Pinto Iurczyszyn	14/06/2006	Sim	15				15
218	201	John Vinicius Albano Rodrigues	01/08/2006	Sim	15				15

219	343	Lucas Sequinel Stempinhaki	05/08/2006	Sim	15				15
220	298	Manuela Fernandes Moletta	15/09/2006	Sim	15				15
221	358	Milena Cristine Alves	05/02/2007	Sim	15				15
222	216	Ananda Caroline dos Santos Fagundes	31/07/2007	Sim	15				15
223	179	Thayrini Kampa Klimiont	21/09/2007	Sim	15				15
224	286	Ulisses Átila Arrais e Moura	27/03/1968	Sim					0
225	322	Serli de Fátima Muller Farias	20/11/1970	Sim					0
226	218	Maricléia Kapp	22/03/1972	Sim					0
227	365	Marlene da Cruz Mendes	02/12/1974	Sim					0
228	415	Claudia Hass	04/11/1977	Sim					0
229	378	Rosi Bento	03/05/1978	Sim					0
230	213	André Luís Maciel	10/10/1985	Sim					0
231	266	Franciele de Lima	15/02/1988	Sim					0
232	221	Venina Lima Santos Gruber	03/11/1988	Sim					0
233	277	Valquir Barreto Junior	13/02/1991	Sim					0
234	270	Amanda Karoline do Nascimento Mazeika	16/04/1991	Sim					0
235	400	Diego Pacheco dos Santos	14/04/1992	Sim					0
236	385	Leonardo Adames Martins	23/06/1992	Sim					0
237	196	Fernanda Christiana Schnell	13/07/1992	Sim					0
238	347	Giselem Monteiro goncalves	16/03/1994	Sim					0
239	448	Daiane Moscaleski	04/12/1995	Sim					0
240	162	Amanda de Lara Ramos	21/12/1995	Sim					0
241	185	Ketlin Geovana dos Santos sanson de morais	27/03/1997	Sim					0
242	223	Lis Ketlin Novaki	15/09/1997	Sim					0
243	276	Cleonice Aparecida Blak	16/06/1998	Sim					0
244	172	FLÁVIA DO ROCIO DA SILVA	11/07/1998	Sim					0
245	189	Sara Louise Cordeiro Teixeira	12/06/1999	Sim					0
246	181	Raíssa Tamine Pacheco	05/01/2000	Sim					0
247	192	Reniandra da Silva paizani	29/02/2000	Sim					0
248	428	Janayna Santos Roscosz	09/07/2000	Sim					0
249	244	Douglas Rafael Mendes	30/07/2000	Sim					0
250	424	Kelli Verne	01/06/2001	Sim					0
251	198	GRAZIELE APARECIDA ANTUNES SCHNELL	30/07/2001	Sim					0
252	387	DANIELE APARECIDA ORNIESKY	03/10/2001	Sim					0
253	191	Rafaela Dias de lima dos santos	27/11/2001	Sim					0
254	386	Daiane Aparecida Ripka de Oliveira	04/05/2002	Sim					0
255	227	Leticia Rodrigues Silveira	08/05/2004	Sim					0
256	381	Kauane Letícia Fritz de Oliveira	28/08/2004	Sim					0
257	341	Rodrigo Eduardo Rodrigues	29/08/2004	Sim					0
258	304	Breno Gabriel Kubis dos santos	13/09/2004	Sim					0
259	167	Kauane Margraf	28/09/2004	Sim					0
260	435	Eduarda Seixas Costa	08/11/2004	Sim					0
261	251	Sheley Catarina Nunes	23/12/2004	Sim					0
262	234	KARYN DE JESUS DE OLIVEIRA	15/03/2005	Sim					0
263	257	FELIPE DOS SANTOS SILVA	26/05/2005	Sim					0
264	356	GABRIEL HEVATO DOMINGUES GOMES FERREIRA	04/07/2005	Sim					0
265	371	Robson Vilmar Da Silva dos Santos	13/09/2005	Sim					0
266	195	Nilton Ferreira Magalhaes	07/01/2006	Sim					0
267	314	Beatriz Caroline ianoski	23/02/2006	Sim					0
268	353	Vitória Baptista Nowakowski	02/06/2006	Sim					0
269	197	Letícia Mayer Kurek	01/08/2006	Sim					0
270	394	Karine Wendler Baldo	18/09/2006	Sim					0
271	214	Polyana Almeida e Silva	11/10/2006	Sim					0
272	321	Natalia Ripka	27/12/2006	Sim					0
273	258	Valesca Rain do Nascimento	20/05/2007	Sim					0
274	255	Gyovana Gosalan Buzzini dos Santos	26/07/2007	Sim					0
275	168	Joyce Sotero Teixeira Prates	19/10/2007	Sim					0
276	274	GABRIEL MIRANDA	29/01/2008	Sim					0

277	205	Evelin Viante Albach	09/05/2008	Sim					0
278	180	Flávia dos Santos de Lima	27/05/2008	Sim					0
279	369	João Victor Lacerda	31/05/2008	Sim					0
280	357	MARIA VYTORIA ZAVORNE SILVEIRA	25/10/2008	Sim					0
281	344	Caroline Honório Ferreira	29/12/2008	Sim					0
282	416	Eduardo Silveira Andrade dos Santos	06/01/2009	Sim					0
283	272	Kaliany Baggio Rocha	09/01/2009	Sim					0
284	370	Maria Eduarda de Sá Ribas	14/01/2009	Sim					0

CARGO: CIRURGIÃO DENTISTA

classificação	inscrição	Nome Completo	Nascimento	Declaro possuir a formação mínima exigida para o cargo pretendido	Título 1 (15 pontos)	Título 2 (25 pontos)	Título 3 (25 pontos)	Título 4 (35 pontos)	Total
1	474	Rodrigo Ap Tocunduva Celin	19/11/1985	Sim	15	25	25	35	100
2	517	Michele Bail	20/04/1976	Sim	15	25		35	75
3	478	Arieth Cristina Sacomani	29/12/1985	Sim	15	25		35	75
4	494	Marcelly Anny Gonçalves de Oliveira Peracini	07/02/1999	Sim	15	25		35	75
5	453	Gabriela Fernanda Schiochet	20/06/2000	Sim	15	25		35	75
6	485	ketlin vieira ramon loyola	28/12/1973	Sim	15	25	25		65
7	522	Maurício Correa Pinho	29/07/1976	Sim	15	25	25		65
8	492	WILBENIA PONTES LEMOS	27/03/1983	Sim	15	25	25		65
9	528	Eliza Mara da Silva	21/06/1983	Sim	15	25	25		65
10	470	JONAS ALAN CARISSIMI	17/01/1986	Sim	15	25	25		65
11	503	Suélen Mara Bordinhão	23/08/1989	Sim	15	25	25		65
12	460	Michele portela da luz	06/02/1990	Sim	15	25	25		65
13	455	Suzane Aparecida dos Santos	03/06/1991	Sim	15	25	25		65
14	471	Joelize Antunes de Lima Soares	22/06/1991	Sim	15	25	25		65
15	491	Jeniffer Karyle Stanczyk	24/01/1993	Sim	15	25	25		65
16	459	Luyssa Carly De Morais	10/11/1994	Sim	15	25	25		65
17	513	gabriela pestana da costa	27/06/1995	Sim	15	25	25		65
18	481	Ana Carolina de Sousa Oliveira Oliveira	15/10/1995	Sim	15	25	25		65
19	505	Monique Nascimento dos Santos Pires	29/05/1996	Sim	15	25	25		65
20	476	Lourdes Zeballos	10/09/1990	Sim		25		35	60
21	451	Andreia da Silva Guedes Furlan	12/05/1976	Sim		25	25		50
22	520	Débora Carla Matos da Silva	22/11/1981	Sim		25	25		50
23	518	Tamiris Christensen Bueno	09/07/1993	Sim	15			35	50
24	479	Gabriel David Cochinski	11/09/1996	Sim	15			35	50
25	463	Sandro Blaser Gouvêa	15/07/1979	Sim	15	25			40
26	508	Cliciane Czelusniak	22/03/1988	Sim	15	25			40
27	506	Mariana Ditzel Stanczyl	08/07/1990	Sim	15	25			40
28	468	João Felipe Motta Moreira	14/08/1990	Sim	15	25			40
29	466	Lauro Henrique Oliveira de Campos	17/03/1992	Sim	15		25		40
30	499	Taciane Laíse Bresolin	16/04/1995	Sim	15	25			40
31	487	Fernanda Butenes	27/11/1996	Sim	15	25			40
32	509	Renata Ritter Wodiani	12/12/1996	Sim	15	25			40
33	527	Isabele Morais Ratin	15/04/1997	Sim	15		25		40
34	454	Pâmela Nunes Porto	03/06/1998	Sim	15	25			40
35	480	Alice Maria Swiech	08/08/1998	Sim	15	25			40
36	501	Vívian Freire Simionato	09/10/1998	Sim	15	25			40
37	497	Lorena Christine dos Santos	29/09/1999	Sim	15	25			40
38	495	JESSICA MATIAS DOS SANTOS	15/12/1999	Sim	15		25		40
39	456	Jessica Cristine Marciniack Kempp	20/12/1999	Sim	15		25		40
40	516	Ana Carolina Lopes Castro	11/01/2000	Sim	15	25			40
41	467	Kauê Gabriel Rangel Bacetto	23/02/2000	Sim	15	25			40
42	464	João Vitor Fabricio Bueno	13/05/2000	Sim	15	25			40
43	457	MILLENA BARRETO RONDEN	03/10/2000	Sim	15	25			40
44	490	Andressa Luciane Vieira Dzuba	13/09/2001	Sim	15	25			40
45	484	deborah raquel ruthes menegolo capraro	14/03/1987	Sim		25			25
46	500	OSMAIDIS MENDOZA ROSABAL	21/06/1993	Sim		25			25
47	482	Caroline Oliveira Caldas	25/11/1993	Sim		25			25
48	477	Ana Beatriz Gonçalves Araújo	31/07/1998	Sim		25			25
49	488	Rodrigo dos Santos Carneiro	13/05/1977	Sim	15				15
50	483	Josefa Cristiane Filipak	31/01/1991	Sim	15				15
51	462	LORENA CZELUSNIAK CALAÇA	04/10/1995	Sim	15				15
52	472	Bruna Aparecida Trigueiro dos Santos	12/02/1996	Sim	15				15
53	524	Heloise Roberta Villela	21/02/1998	Sim	15				15
54	526	Maria Paula Vilas Boas Manso	12/05/1999	Sim	15				15
55	486	Thomas Villwock Fehrmann	13/09/1999	Sim	15				15
56	496	Gabriel Alves Rodrigues	28/01/2000	Sim	15				15
57	461	Ademar Machado tavares	25/05/2000	Sim	15				15
58	502	sabrina vieira talavera	10/07/2000	Sim	15				15
59	519	Leonardo Vinicius Pawlak Galvão	10/04/2001	Sim	15				15
60	489	Víthor Lorenzo Marensi dos Santos	15/10/2001	Sim	15				15
61	521	Milena Cenci Grando	15/05/2002	Sim	15				15
62	511	Bruna de Souza Trova Oliveira	31/10/2002	Sim	15				15
63	512	Gabriel Reis da Silva	03/02/2003	Sim	15				15
64	469	Valentina Castanho Tramontina	18/02/2003	Sim	15				15
65	465	Lucas Kemmerer Gomes	19/04/2003	Sim	15				15
66	452	Maria Caroline Rochinski de Assis	17/06/2003	Sim	15				15
67	498	Emilly Wronsky Reisdorfer	28/06/2003	Sim	15				15
68	473	Erika do Carmo Iaros	16/07/2003	Sim	15				15
69	458	NATHALIA CAROLINE DA LUZ	22/12/2003	Sim	15				15
70	493	Gabrielli Denepotti	12/03/2004	Sim	15				15
71	475	Letícia Falarz	24/04/2004	Sim	15				15
72	507	Camille A Ribas	19/11/2004	Sim	15				15

73	504	Thiago de Souza	14/08/2000	Sim					0
74	515	Lidia Maria Vitória dos Santos	03/08/2001	Sim					0

CARGO: CIRURGIÃO DENTISTA - ESF

classificação	inscrição	Nome Completo	Nascimento	Declaro possuir a formação mínima exigida para o cargo pretendido	Título 1 (15 pontos)	Título 2 (25 pontos)	Título 3 (25 pontos)	Título 4 (35 pontos)	Total
1	539	JEFFERSON JOSÉ DE OLIVEIRA	17/08/1967	Sim	15	25	25	35	100
2	567	Rodrigo Ap Tocunduva Celin	19/11/1985	Sim	15	25	25	35	100
3	568	Monique Nascimento dos Santos Pires	29/05/1996	Sim	15	25	25	35	100
4	545	Maria Anita de Queiroz Arlant	07/05/1998	Sim	15	25	25	35	100
5	590	MICHELE BAIL	20/04/1976	Sim	15	25		35	75
6	573	Arieth Cristina Sacomani	29/12/1985	Sim	15	25		35	75
7	532	Gabriela Fernanda Schiochet	20/06/2000	Sim	15	25		35	75
8	535	Marisol Bechelli	07/06/1963	Sim	15	25	25		65
9	530	Sergio Grijó	14/12/1966	Sim	15	25	25		65
10	604	Vera Midori Shimabukuro	19/09/1969	Sim	15	25	25		65
11	537	ketlin vieira ramon loyola	28/12/1973	Sim	15	25	25		65
12	529	Andreia da Silva Guedes Furlan	12/05/1976	Sim	15	25	25		65
13	582	WILBENIA PONTES LEMOS	27/03/1983	Sim	15	25	25		65
14	559	Eliza Mara da Silva	21/06/1983	Sim	15	25	25		65
15	560	JONAS ALAN CARISSIMI	17/01/1986	Sim	15	25	25		65
16	620	Amanda Ariette de Moraes	02/09/1986	Sim	15	25	25		65
17	592	Alessandra dos Santos Tavares Vieira	10/05/1987	Sim	15	25	25		65
18	566	Carlos Erinaldo Batista Camacho	16/06/1989	Sim	15	25	25		65
19	546	Michele Portela da luz	06/02/1990	Sim	15	25	25		65
20	578	Rafael Ademar Lopes	25/03/1991	Sim	15	25	25		65
21	561	Joelize Antunes de Lima Soares	22/06/1991	Sim	15	25	25		65
22	557	VIVIANE BISPO DE ASSIS	29/05/1992	Sim	15	25	25		65
23	611	Jessyca Melo Barbaresco	20/11/1992	Sim	15	25	25		65
24	587	Jeniffer Karyle Stanczyk	24/01/1993	Sim	15	25	25		65
25	579	Estefani Luz Batista Foss	04/03/1994	Sim	15	25	25		65
26	543	Luyssa Carly De Morais	10/11/1994	Sim	15	25	25		65
27	536	gabriela pestana da costa	27/06/1995	Sim	15	25	25		65
28	576	Ana Carolina de Sousa Oliveira	15/10/1995	Sim	15	25	25		65
29	580	Gabriella Rodrigues Rocha	10/01/1998	Sim	15	25	25		65
30	603	Sthefani Inacio Schoel	11/12/2000	Sim	15	25	25		65
31	615	Maria Eduarda Moreira de Araujo	26/10/2002	Sim	15	25	25		65
32	544	Débora Carla Matos da Silva	22/11/1981	Sim		25	25		50
33	618	Tamiris Christensen Bueno	09/07/1993	Sim	15			35	50
34	554	POLYANNA DE ALMEIDA RIBEIRO	15/08/1996	Sim		25	25		50
35	550	Sandro Blaser Gouvêa	15/07/1979	Sim	15	25			40
36	584	Marisa Mattos Santos	11/07/1982	Sim	15	25			40
37	581	Cliciane Czelusniak	22/03/1988	Sim	15	25			40
38	612	Mabel Martins Lima	18/10/1989	Sim	15	25			40
39	606	Mariana Ditzel Stanczyl	08/07/1990	Sim	15	25			40
40	555	Lauro Henrique Oliveira de Campos	17/03/1992	Sim	15		25		40
41	574	Auili da silva lira	09/11/1992	Sim	15		25		40
42	583	Taciane Laíse Bresolin	16/04/1995	Sim	15	25			40
43	608	Renata Ritter Wodiani	12/12/1996	Sim	15	25			40
44	541	Isabele Morais Ratin	15/04/1997	Sim	15	25			40
45	565	Clara Mesquita Lara Gontijo	26/05/1997	Sim	15		25		40
46	533	Pamela Nunes Porto	03/06/1998	Sim	15	25			40
47	575	Alice Maria Swiech	08/08/1998	Sim	15	25			40
48	600	Vívian Freire Simionato	09/10/1998	Sim	15	25			40
49	602	Leticia Ferreira Rocha	11/08/1999	Sim	15	25			40
50	564	Luana Gabriele Silva Martins	27/09/1999	Sim	15	25			40
51	586	LORENA CHRISTINE DOS SANTOS	29/09/1999	Sim	15	25			40
52	594	JESSICA MATIAS DOS SANTOS	15/12/1999	Sim	15		25		40
53	538	Jessica Cristine Marciniack Kempp	20/12/1999	Sim	15		25		40
54	625	Ana Carolina Lopes Castro	11/01/2000	Sim	15	25			40
55	556	Kaue Gabriel Rangel Bacetto	23/02/2000	Sim	15	25			40
56	552	João Vitor Fabricio Bueno	13/05/2000	Sim	15	25			40
57	570	Rebecca Cardoso Kraemer	25/05/2000	Sim	15		25		40
58	585	Amanda Cristina Toneli	18/07/2000	Sim	15	25			40
59	540	MILLENA BARRETO RONDEN	03/10/2000	Sim	15	25			40
60	571	Andressa Luciane Vieira Dzuba	13/09/2001	Sim	15	25			40
61	551	GUSTAVO MOZART DE SOUZA SILVA	19/03/2002	Sim	15		25		40
62	547	Naluma Guimarães Barros Campos	04/08/1988	Sim		25			25
63	599	OSMAIDIS MENDOZA ROSABAL	21/06/1993	Sim		25			25
64	577	Caroline Oliveira Caldas	25/11/1993	Sim		25			25
65	572	Ana Beatriz Gonçalves Araújo	31/07/1998	Sim		25			25
66	601	Suelen Souza de Oliveira	14/12/2000	Sim			25		25
67	619	Aline Flaviane da Silva	11/07/1988	Sim	15				15
68	616	ARIANA SOLILLA GAMA DE SOUZA	16/05/1989	Sim	15				15
69	549	LORENA CZELUSNIAK CALAÇA	04/10/1995	Sim	15				15
70	562	Bruna Aparecida Trigueiro dos Santos	12/02/1996	Sim	15				15
71	558	LUANA DA SILVA DUARTE	15/01/1997	Sim	15				15
72	624	Heloise Roberta Villela	21/02/1998	Sim	15				15
73	609	Ysa Lorrane dos Santos Eidam	02/05/1998	Sim	15				15
74	610	Mariely gimovski	16/08/1998	Sim	15				15
75	596	Carlos Eduardo Costa Kirch	21/08/1998	Sim	15				15
76	622	Maria Paula Vilas Boas Manso	12/05/1999	Sim	15				15
77	588	Gabriel Alves Rodrigues	28/01/2000	Sim	15				15

78	598	Ramys Chaouiche Leal	17/11/2000	Sim	15				15
79	621	Yuri Dutra Florencio	21/12/2000	Sim	15				15
80	589	Víthor Lorenzo Marensi dos Santos	15/10/2001	Sim	15				15
81	623	Milena Cenci Grando	15/05/2002	Sim	15				15
82	597	Gabriele Koga Plodek	03/10/2002	Sim	15				15
83	613	Bruna de Souza Trova Oliveira	31/10/2002	Sim	15				15
84	614	Gabriel Reis da Silva	03/02/2003	Sim	15				15
85	553	Lucas Kemmerer Gomes	19/04/2003	Sim	15				15
86	595	Emilly Wronsky Reisdorfer	28/06/2003	Sim	15				15
87	563	Erika do Carmo Iaros	16/07/2003	Sim	15				15
88	531	Maria Caroline Rochinski de Assis	17/07/2003	Sim	15				15
89	534	Ana Rebeca dos Santos Lopes Oliveira	09/08/2003	Sim	15				15
90	542	Nathália Caroline da Luz	22/12/2003	Sim	15				15
91	591	Gabrielli Denepotti	12/03/2004	Sim	15				15
92	569	Letícia Falarz	24/04/2004	Sim	15				15
93	548	Jackeline Duda	23/05/2004	Sim	15				15
94	617	Amanda Coelho Novaki	15/09/2004	Sim	15				15
95	607	Camille de Almeida Ribas	19/11/2004	Sim	15				15
96	605	Thiago de Souza	14/08/2000	Sim					0

CARGO: ENFERMEIRO

classificação	inscrição	Nome Completo	Nascimento	Declaro possuir a formação mínima exigida para o cargo pretendido	Título 1 (15 pontos)	Título 2 (25 pontos)	Título 3 (25 pontos)	Título 4 (35 pontos)	Total
1	636	Marcila Martins de Oliveira	10/07/1982	Sim	15	25	25	35	100
2	706	Juliana Silva do Nascimento	04/07/1992	Sim	15	25		35	75
3	668	ALEX ALVES CAMARGO	17/07/1992	Sim	15	25		35	75
4	682	ALEX BEZERRA DA SILVA MACIEL	28/10/1993	Sim	15	25		35	75
5	696	CAMILA BATISTA WOICIZACK PAES	25/11/1994	Sim	15	25		35	75
6	652	EMANUELLE DE ALMEIDA	24/10/1998	Sim	15	25		35	75
7	716	Lucemara Camargo de Oliveira	16/07/1965	Sim	15	25	25		65
8	661	elcio moraes	07/08/1967	Sim	15	25	25		65
9	670	ADENILSON FRANCISCO DA SILVA	16/04/1971	Sim	15	25	25		65
10	649	ALBONI COELHO DA MOTTA	30/12/1971	Sim	15	25	25		65
11	656	Maria Monica costa amaral	11/11/1974	Sim	15	25	25		65
12	709	ELENITA APARECIDA FERREIRA	24/01/1976	Sim	15	25	25		65
13	683	KENIA NEIVA COSTA E SILVA	18/02/1980	Sim	15	25	25		65
14	723	Alessandra Eidelwein Magalhães Siebeneichler	18/04/1980	Sim	15	25	25		65
15	666	Hirleny Bezerra dos santos Fonseca	05/08/1980	Sim	15	25	25		65
16	686	JOSE IDILSON FERREIRA	22/08/1980	Sim	15	25	25		65
17	721	SILVANA DE FATIMA FONTOURA	22/09/1982	Sim	15	25	25		65
18	643	Elvis Marques HENRIQUESSON	28/06/1983	Sim	15	25	25		65
19	628	marcos tiago mendes	23/01/1985	Sim	15	25	25		65

20	648	Josiany Monteiro Faria de Barros	29/06/1986	Sim	15	25	25		65
21	684	ALINE ADRIELY RIZIKI	15/04/1989	Sim	15	25	25		65
22	637	Deuzenir Rodrigues de Moura	26/10/1991	Sim	15	25	25		65
23	729	Margarida Skarlatty Xavier Marcelino	21/02/1996	Sim	15	25	25		65
24	629	Eduarda Carolyna Myszkovski Araujo	27/07/1998	Sim	15	25	25		65
25	676	Luana Flores	17/07/2000	Sim	15	25	25		65
26	635	Matheus Schuhli Teixeira	11/09/2001	Sim	15	25	25		65
27	691	Karla de Lima Stanczyk	27/04/2002	Sim	15	25	25		65
28	657	ANIELI CRISTINA COSTA	29/04/2002	Sim	15	25	25		65
29	730	Amanda Kaylane Mattozo	20/11/2002	Sim	15	25	25		65
30	633	Mariana Iantas	01/03/2001	Sim		25	25		50
31	698	ANTONIO CARLOS DA SILVA	13/02/1966	Sim	15	25			40
32	681	Sonia Maria Borges	01/06/1969	Sim	15	25			40
33	675	MARCIA ROCHA MATOS	10/06/1972	Sim	15	25			40
34	694	LUCIANA CRISTINA CONDESSA CANSO	24/11/1972	Sim	15	25			40
35	671	Angela Cristina Gonçalves	29/04/1976	Sim	15	25			40
36	710	FABIANA DOS SANTOS CORREA	22/09/1976	Sim	15	25			40
37	653	aparecida araujo dos santos	15/11/1976	Sim	15	25			40
38	651	ROSANE PAZ DUARTE	08/01/1977	Sim	15	25			40
39	650	Patricia Kielt	15/09/1978	Sim	15	25			40
40	647	Sandro Blaser Gouvêa	15/07/1979	Sim	15	25			40
41	685	Elaine Cristina Lial da Silva	04/01/1981	Sim	15	25			40
42	640	Sabrina de Paula Santos	09/03/1981	Sim	15	25			40
43	631	Sérgio Motta Chemim	28/11/1981	Sim	15	25			40
44	667	FERNANDA SZLYJAN KREMER	09/02/1982	Sim	15	25			40
45	664	VANDERLEIA GIACOMINI DA SILVA	23/03/1982	Sim	15	25			40
46	725	Francine Haas	27/10/1985	Sim	15	25			40
47	642	DANIELLI DE SOUZA MACHADO	06/01/1987	Sim	15	25			40
48	645	Rubiana Aparecida Kaspchak	07/08/1987	Sim	15	25			40
49	669	JAQUELINE CORREA GUIMARAES MOREIRA	09/01/1988	Sim	15	25			40
50	715	Lilian Ribeiro Martins Vilas Boas	07/05/1988	Sim	15	25			40
51	634	Iohanna Hellen Santos	12/04/1989	Sim	15	25			40
52	662	PEDRO CASTRO DE ASSIS NETO	25/07/1989	Sim	15	25			40
53	705	Patrícia de Fátima Moreira	30/07/1989	Sim	15	25			40
54	704	Ingrid Caroline Cochinski Sanson	04/09/1989	Sim	15	25			40
55	630	Anelise Jaremtchuk Kirian	24/01/1990	Sim	15	25			40
56	663	Adão da Luz	27/06/1990	Sim	15	25			40
57	674	ALINE DE PAULA SANTOS	15/04/1991	Sim	15	25			40
58	627	Ariane Sibelski Neves Sales	31/05/1991	Sim	15	25			40
59	646	Ruy roseghini neto	28/10/1992	Sim	15	25			40
60	641	Juliano Cesar Semkiw	19/11/1992	Sim	15	25			40
61	699	PATRICIA ALMEIDA DE OLIVEIRA ARRAIS	16/12/1992	Sim	15	25			40
62	712	Isabela Fachini Rodrigues	10/03/1993	Sim	15	25			40
63	717	JOYCE APARECIDA SLUZALA HOTZ BUENO	25/10/1993	Sim	15	25			40

64	687	Paulo Sergio Guimaraes	29/09/1995	Sim	15	25			40
65	659	camila sabatoski gonçalves	17/11/1995	Sim	15	25			40
66	693	Rafaela Freitas de Lima	08/11/1996	Sim	15	25			40
67	719	Pamela Renata Oliveira Pontarolo	02/02/1997	Sim	15	25			40
68	673	Vittória Régia Sales Lima	06/02/1997	Sim	15	25			40
69	722	NATALIA DE AVILA STORI	26/02/1998	Sim	15	25			40
70	711	Yasmim Zeela de Lara Baptista	15/08/1998	Sim	15	25			40
71	639	Ana Paula Gauliki Pinheiro	19/09/1998	Sim	15	25			40
72	726	MARIA EDUARDA OLINEK	30/01/1999	Sim	15	25			40
73	632	Bianca Portes Ribeiro	11/10/1999	Sim	15	25			40
74	688	Loiana Sviech	06/11/1999	Sim	15	25			40
75	702	Letícia Pires Padilha	29/06/2000	Sim	15	25			40
76	707	Fernando Titski Ehalt	23/11/2000	Sim	15	25			40
77	690	Graziela Bueno da Silva	10/01/2001	Sim	15	25			40
78	678	Dayane dos Santos Pierin	10/02/2004	Sim	15	25			40
79	677	Myllena Ribeiro Lipski	13/03/2004	Sim	15	25			40
80	724	Andreia Do Rossiu Fogues	05/07/1976	Sim		25			25
81	689	kathia lisiane king	18/08/1978	Sim		25			25
82	692	Amanda da Costa Kosloske	25/10/1999	Sim		25			25
83	713	Jhenifer Lino De Oliveira	06/01/2004	Sim		25			25
84	655	Valdeci Brito	11/05/1973	Sim	15				15
85	638	Geane da Aparecida Costa De Bôrtoli	10/10/1975	Sim	15				15

86	700	Vanessa Teixeira Conrado	09/07/1981	Sim	15				15
87	720	ELIENE FERREIRA VISBISKI	11/12/1985	Sim	15				15
88	701	Ana Lucia de Lara Gomes	12/06/1987	Sim	15				15
89	660	fabiane michelli de oliveira	21/11/1987	Sim	15				15
90	680	PRISCILA BETÂNIA DALZOTTO GIOVANETTI	04/10/1989	Sim	15				15
91	665	Lucas Tiago Muka Netzel	22/06/1994	Sim	15				15
92	695	Helena Christina Schlaak	03/05/1997	Sim	15				15
93	644	letícia mildemberg Pereira	26/12/1997	Sim	15				15
94	626	MARIA ANGELICA SANTANA DA SILVA	19/04/1998	Sim	15				15
95	728	HENRIQUE ZALESKI	08/09/1998	Sim	15				15
96	697	Monike Jardim Santos	07/06/1999	Sim	15				15
97	672	Daniel Farias	23/04/2000	Sim	15				15
98	708	Yuri Dutra Florencio	21/12/2000	Sim	15				15
99	658	Alice Penteado Gomes	29/01/2003	Sim	15				15
100	727	Luiza Chereda	07/05/2004	Sim	15				15
101	654	Chaira Gonçalves de Oliveira	07/05/1990	Sim					0
102	714	GABRIEL SCHIMILOUSKI DUVOISIN	18/02/1998	Sim					0
103	703	MAYDA SILVA DE PAIVA	18/08/1998	Sim					0

CARGO: ENFERMEIRO - ESF

classificação	inscrição	Nome Completo	Nascimento	Declaro possuir a formação mínima exigida para o cargo pretendido	Título 1 (15 pontos)	Título 2 (25 pontos)	Título 3 (25 pontos)	Título 4 (35 pontos)	Total
1	779	Juliana Silva do Nascimento	04/07/1992	Sim	15	25		35	75
2	752	EMANUELLE DE ALMEIDA	24/10/1998	Sim	15	25		35	75
3	785	Lucemara Camargo de Oliveira	16/07/1965	Sim	15	25	25		65
4	794	Maria Monica Costa Amaral	11/11/1974	Sim	15	25	25		65
5	764	Márcia Regina Fagundes prins stelle	02/06/1978	Sim	15	25	25		65
6	790	Alessandra Eidelwein Magalhães Siebeneichler	18/04/1980	Sim	15	25	25		65
7	761	elizandra porto	17/04/1982	Sim	15	25	25		65
8	753	Silvana de Fátima fontoura	22/09/1983	Sim	15	25	25		65
9	733	marcos tiago mendes	23/01/1985	Sim	15	25	25		65
10	751	josiany monteiro faria de barros	29/06/1986	Sim	15	25	25		65
11	771	DAIANE DA SILVA GONCALVES	17/07/1988	Sim	15	25	25		65
12	743	Tiago Raian Fernandes Silva	02/10/1995	Sim	15	25	25		65
13	793	Margarida Skarlatty Xavier Marcelino	21/02/1996	Sim	15	25	25		65
14	734	Eduarda Carolyna Myszkovski Araujo	27/07/1998	Sim	15	25	25		65
15	741	Henrique Gabriel Zaleski	08/09/1998	Sim	15	25	25		65
16	787	Maikon Guilherme Baumgarten	10/07/2001	Sim	15	25	25		65
17	739	MATHEUS SCHUHLI TEIXEIRA	11/09/2001	Sim	15	25	25		65
18	768	Karla de Lima Stanczyk	27/04/2002	Sim	15	25	25		65
19	756	ANIELI CRISTINA COSTA	29/04/2002	Sim	15	25	25		65
20	742	Aline santos da cruz silva	19/04/1975	Sim		25	25		50
21	755	Aluizio dos Santos Teles	27/11/1978	Sim		25	25		50
22	736	Mariana Iantas	01/03/2001	Sim		25	25		50
23	750	Sandro Blaser Gouvêa	15/07/1979	Sim	15	25			40
24	773	DIRLENE FELIX DA SILVA	12/09/1980	Sim	15		25		40
25	745	Sabrina de Paula Santos	09/03/1981	Sim	15	25			40
26	760	VANDERLEIA GIACOMINI DA SILVA	23/03/1982	Sim	15	25			40
27	791	Francine Haas	27/10/1985	Sim	15	25			40
28	748	Rubiana Aparecida Kaspchak	07/08/1987	Sim	15	25			40
29	788	Vanessa Toledo Ribeiro Ferreira	19/04/1988	Sim	15	25			40
30	758	PEDRO CASTRO DE ASSIS NETO	25/07/1989	Sim	15	25			40
31	778	Patrícia de Fátima Moreira	30/07/1989	Sim	15	25			40
32	777	Ingrid Caroline Cochinski Sanson	04/09/1989	Sim	15	25			40
33	740	Carlos Wanderlan Mendes Junior	09/01/1991	Sim	15		25		40
34	749	Ruy roseghini neto	28/10/1992	Sim	15	25			40
35	786	JOYCE APARECIDA SLUZALA HOTZ BUENO	25/10/1993	Sim	15	25			40
36	762	Heloyse Stadler	15/02/1995	Sim	15	25			40
37	770	Rafaela Freitas de Lima	08/11/1996	Sim	15	25			40
38	782	Yasmim Zeela de Lara Baptista	15/08/1998	Sim	15	25			40
39	744	Ana Paula Gauliki Pinheiro	19/09/1998	Sim	15	25			40

40	735	Bianca Portes Ribeiro	11/10/1999	Sim	15	25			40
41	766	Loiana Sviech	06/11/1999	Sim	15	25			40
42	780	Fernando Titski Ehalt	23/11/2000	Sim	15	25			40
43	767	Graziela Bueno da Silva	10/01/2001	Sim	15	25			40

44	746	giovanni gabriel banhara	20/02/2001	Sim	15	25			40
45	738	SIMONE DE FATIMA DA SILVA SANTOS	14/03/1983	Sim		25			25
46	769	Amanda da Costa Kosloske	25/10/1999	Sim		25			25
47	737	Vitória Fernanda Cavalcante de Oliveira	08/06/2000	Sim		25			25
48	783	Jhenifer Lino de oliveira	06/01/2004	Sim		25			25
49	781	Elenice Pontes da Costa Barreto	08/12/1980	Sim	15				15
50	789	ELIENE FERREIRA VISBISKI	11/12/1985	Sim	15				15
51	763	Lucas Tiago Muka Netzel	22/06/1994	Sim	15				15
52	732	Francine Moreira de Lara Guimaraes	05/06/1997	Sim	15				15
53	747	letícia mildemberg pereira	26/12/1997	Sim	15				15
54	731	MARIA ANGELICA SANTANA DA SILVA	19/04/1998	Sim	15				15
55	772	Monike Jardim Santos	07/06/1999	Sim	15				15
56	795	Nataline Marques Rampineli	03/10/2000	Sim	15				15
57	765	Camila Giovanna Infantino Barreto	30/07/2001	Sim	15				15
58	757	Alice Penteado Gomes	29/01/2003	Sim	15				15
59	759	Camille da Silva	22/10/2003	Sim	15				15
60	754	Josiely Martins dos Santos	29/11/2003	Sim	15				15
61	775	Sionara obra pereira	23/06/2004	Sim	15				15
62	792	Julia iantas	23/01/2006	Sim	15				15
63	784	Gabriel Schimilouski Duvoisin	28/02/1998	Sim					0
64	776	MAYDA SILVA DE PAIVA	18/08/1998	Sim					0

CARGO: FARMACÊUTICO

classificação	inscrição	Nome Completo	Nascimento	Declaro possuir a formação mínima exigida para o cargo pretendido	Título 1 (15 pontos)	Título 2 (25 pontos)	Título 3 (25 pontos)	Título 4 (35 pontos)	Total
1	838	Camila Dias Machado	27/11/1988	Sim	15	25		35	75
2	827	ANNA CAROLINE LOPES	19/02/1998	Sim	15	25		35	75
3	823	Marcela Novak Gumy	10/08/2000	Sim	15	25		35	75
4	815	Jessica Bianca de Souza	04/03/1991	Sim	15	25	25		65
5	822	Juliana Cristina Modrow	11/07/1999	Sim	15	25	25		65
6	816	Eliaclicia Bernardo Sobrinho	28/06/1972	Sim		25	25		50
7	807	KELVIN EDSON MARQUES DE JESUS	22/07/1992	Sim	15			35	50
8	808	Cintia Maria de Paula Werner	11/08/1970	Sim	15	25			40
9	834	ANDERSON CATTO	08/01/1974	Sim	15	25			40
10	806	Marinês Minuk	28/12/1974	Sim	15	25			40
11	842	CECILIA MINAKO OSAKO	23/04/1976	Sim	15	25			40
12	809	Nadir Araújo dos Santos	23/08/1976	Sim	15	25			40
13	835	Márcia Aparecida Cordeiro	08/04/1977	Sim	15	25			40
14	833	Thiago Rodrigues Nascimento Rocha	01/05/1983	Sim	15	25			40
15	828	DANIELI FERMINO	15/10/1984	Sim	15	25			40
16	800	Leidy sayuri Ramos shida	13/07/1988	Sim	15	25			40
17	817	Aristelly Sabrina Laurentino Caires	28/07/1994	Sim	15	25			40
18	801	Bruna Cristina de Almeida Spoladori	19/12/1994	Sim	15	25			40
19	831	JOSE LEANDRO RIBEIRO DE SOUZA	13/04/1995	Sim	15	25			40
20	826	Erick Ricardo De Luna Jacob	26/02/2001	Sim	15	25			40
21	837	Larissa Visbiski de Paula	22/07/2002	Sim	15	25			40
22	825	Breno Sokalski	28/02/2003	Sim	15	25			40
23	803	Amanda Moreno Abreu Coelho	03/06/1992	Sim		25			25
24	820	Andressa de Lima	02/02/1995	Sim		25			25
25	829	Anisabelle Freire Rocha Santos	08/01/1997	Sim		25			25
26	832	Ana Clara Faustino Lopes	26/04/2001	Sim		25			25
27	805	Amelia Minuk	26/01/1967	Sim	15				15
28	836	Adones Reis da Silva	28/04/1976	Sim	15				15
29	802	ELIZABETE FERREIRA PEREIRA	02/09/1976	Sim	15				15
30	844	Ester Silveira Cunha	01/12/1986	Sim	15				15
31	839	Lilian Taques de Almeida Signori	17/02/1989	Sim	15				15
32	813	Gleycielly Gianny Ferreira Soares	29/05/1990	Sim	15				15
33	830	Elismari Katialine Olbertz Domanovski	25/05/1991	Sim	15				15
34	798	Thaís Michele dos Santos	22/02/1992	Sim	15				15
35	799	Adriana Aparecida de Quadros	24/05/1993	Sim	15				15
36	797	Daniele Schweigert Costa	09/11/1993	Sim	15				15
37	811	Juliane Neves de Quadros	04/09/1996	Sim	15				15
38	819	Paula Lavínia Lourenço	09/09/1997	Sim	15				15
39	814	Debora Kleisla Gomes da Costa	15/06/1999	Sim	15				15
40	841	Alessandro Costa Calaça	03/07/1999	Sim	15				15
41	810	Amanda Luana Machado Fracaro	16/12/1999	Sim	15				15
42	804	Jordana Ferrando Trindade	31/08/2001	Sim	15				15

43	821	Isabelle Cristine Scolimoski Ribeiro da Luz	31/03/2002	Sim	15				15
44	824	Natália Cardoso da Silva Calaça	05/04/2002	Sim	15				15
45	796	Flávia Gabriele Costa	26/04/2002	Sim	15				15
46	840	Maria Caroline Pereira dos Santos	01/07/2003	Sim	15				15
47	843	Maria Eduarda Baron da Silva	19/10/2004	Sim	15				15
48	818	Ingrid Laís Zanlorensi	27/01/2005	Sim	15				15
49	812	FABIANA LEITE EVANGELISTA	21/02/1981	Sim					0

CARGO: FISIOTERAPEUTA

				Declaro possuir a formação mínima exigida para o cargo					

classificação	inscrição	Nome Completo	Nascimento	pretendido	Título 1 (15 pontos)	Título 2 (25 pontos)	Título 3 (25 pontos)	Título (35 pontos)	Total
1	861	MARILZA ROSALINA DOS SANTOS	12/03/1971	Sim	15	25	25		65
2	848	Suzamara Sene	20/02/1982	Sim	15	25	25		65
3	862	Gabriela Nocêra Carneiro	22/11/1995	Sim	15	25	25		65
4	868	Rafaela Zwiegicoski Ponijaleki	07/12/2000	Sim	15	25	25		65
5	859	Giselle Sato	02/10/1995	Sim	15	25			40
6	855	ANDRESSA CRISTINA VIEIRA RIOS	25/03/1984	Sim	15	25			40
7	865	ISABELA DA SILVA LEONARDO	16/06/1988	Sim	15	25			40
8	851	BRUNA CRISTINA ARAUJO DE OLIVEIRA	08/02/1993	Sim	15	25			40
9	867	ANDRESSA DOS SANTOS GALVAN	12/06/1994	Sim	15	25			40
10	847	Fernanda Pitlovanciv Gabriel	18/11/1999	Sim	15	25			40
11	864	Nanci dos Santos Lopes	18/06/1965	Sim	15	25			40
12	846	Amanda de Paula	15/08/1993	Sim	15	25			40
13	854	Jéssica de Paula Pariz da Rosa	15/08/1993	Sim	15	25			40
14	869	Poliana Mayra Ferreira da Silva	26/09/1995	Sim	15	25			40
15	852	Bruna Oliveira Egidio Barth	02/12/1996	Sim	15	25			40
16	858	Heri Carla Maria Amaral	05/01/1997	Sim	15	25			40
17	866	Marcos Vinicius Bubna	01/08/1997	Sim	15	25			40
18	856	FERNANDA BEATRIZ DOS SANTOS	03/01/2003	Sim	15	25			40
19	850	Raiana da Silva Lopes	04/06/2000	Sim		25			25
20	853	Eva Chicanoski da Luz	17/11/1982	Sim	15				15
21	857	Nathália Luiza da Silva Barreto	28/03/1985	Sim	15				15
22	863	NELCIMARA Fatima MARIANO	01/11/1992	Sim	15				15
23	849	Aline das Graças Capri	10/03/1994	Sim	15				15
24	845	Amanda caroline Orchanheski	15/02/2004	Sim	15				15
25	870	BRUNA DOS SANTOS KREVEI	30/01/1999	Sim	15				15
26	860	Isabella dos Santos Silva	17/09/2002	Sim					0

CARGO: FONOAUDIÓLOGO

classificação	inscrição	Nome Completo	Nascimento	Declaro possuir a formação mínima exigida para o cargo pretendido	Título 1 (15 pontos)	Título 2 (25 pontos)	Título 3 (25 pontos)	Título 4 (35 pontos)	Total
1	872	Carolina Silveira Coelho Bassani	12/03/1987	Sim	15	25			40
2	871	Anna Maria Meller Dombroski	06/01/1997	Sim	15	25			40

CARGO: MÉDICO - ESF

classificação	inscrição	Nome Completo	Nascimento	Declaro possuir a formação mínima exigida para o cargo pretendido	Título 1 (15 pontos)	Título 2 (25 pontos)	Título 3 (25 pontos)	Título 4 (35 pontos)	Total
1	1046	ORLANDO CARLOS FLEITH SOBRINHO	13/11/1962	Sim	15	25	25	35	100
2	1030	roberto misahel do amaral	01/11/1988	Sim	15	25	25	35	100
3	891	Mariane Bermond Torres	10/09/1990	Sim	15	25	25	35	100
4	993	Thaís de Albuquerque	08/07/1993	Sim	15	25	25	35	100
5	876	PAULO EUGENIO UCHOA DE OLIVEIRA	10/01/1971	Sim	15	25	25		65
6	951	gustavo de campos rocha	21/05/1978	Sim	15	25	25		65
7	928	Luciano Monteiro Perdigão Pereira Brito	15/08/1979	Sim	15	25	25		65
8	931	RODRIGO CÉSAR MATRAS	04/01/1980	Sim	15	25	25		65
9	1001	Leandro Brasil Ferro Costa	22/09/1982	Sim	15	25	25		65
10	976	Matheus Bonzanini	24/08/1983	Sim	15	25	25		65
11	877	CLARISSA COELHO DE OLIVEIRA LIMA	27/09/1983	Sim	15	25	25		65
12	927	Yurandy Dominguez Zamora	15/08/1984	Sim	15	25	25		65
13	1028	ALAN BUENO	13/09/1985	Sim	15	25	25		65
14	920	PRISCILA HERBELLE LEITE DE MORAIS	04/10/1985	Sim	15	25	25		65
15	987	Hellen Fernanda Justi de Souza	03/04/1986	Sim	15	25	25		65
16	879	Miguel Castillo Rivas	04/07/1988	Sim	15	25	25		65
17	1062	BRUNO DE DEUS SANTOS	29/10/1988	Sim	15	25	25		65
18	960	Ivan Antonio Claro	28/02/1989	Sim	15	25	25		65
19	999	Pablo Bonan	29/07/1990	Sim	15	25	25		65
20	1002	PEDRO HENRIQUE DELFINO	30/01/1991	Sim	15	25	25		65
21	1027	Nathalia Cavalcante Reffatti	19/06/1991	Sim	15	25	25		65
22	1026	José Ikeda Neto	27/11/1991	Sim	15	25	25		65
23	978	Betânia Formentini de Freitas	09/12/1991	Sim	15	25	25		65
24	1031	Carlos Guilherme Pokes	13/04/1992	Sim	15	25	25		65
25	894	Andre Fellipe Alves de oliveira	10/09/1993	Sim	15	25	25		65
26	1058	Carla Masukawa Lavalle	14/04/1994	Sim	15	25	25		65
27	940	Christian Gonçalves	08/02/1995	Sim	15	25	25		65
28	1052	Caroline Andressa Vazzatta	29/05/1996	Sim	15	25	25		65
29	983	Isabella Basile Rascassi	25/12/1996	Sim	15	25	25		65
30	1064	Felipe da Cruz Bezerra	16/02/1997	Sim	15	25	25		65
31	1006	Victoria Signori	07/07/2000	Sim	15	25	25		65
32	1048	João Frederico Musial	29/06/1990	Sim	15			35	50
33	914	Junior Cesar Bergamaschi	05/04/1991	Sim		25	25		50
34	906	Ingrid Janzen	12/07/1991	Sim		25	25		50
35	1010	Mayara Costa Carneiro Ramos	21/08/1994	Sim	15			35	50
36	1063	Mychelle Silva dos Santos	09/12/1971	Sim	15	25			40
37	1036	MARIO EDUARDO ROCHA SILVA	28/09/1973	Sim	15	25			40
38	1000	DANILO TANAJURA DE MELO	10/11/1973	Sim	15	25			40
39	926	JEAN ALEXANDRE CORREA VIEIRA	18/02/1980	Sim	15	25			40
40	1037	SUSANE GAUTO GONCEBATT	31/01/1982	Sim	15	25			40
41	892	Fabio jose Sousa da silva	11/09/1984	Sim	15		25		40
42	984	Adriane Melo	06/02/1986	Sim	15		25		40
43	881	Andre Luiz Franzmann Prestes	12/12/1986	Sim	15		25		40
44	939	Ricardo Castilho de Souza	03/03/1988	Sim	15	25			40

45	952	Vanessa Cardoso da Costa Silva	16/04/1989	Sim	15		25		40
46	916	Rithiner Ricci Bernal	30/04/1989	Sim	15	25			40
47	974	RUI HENRIQUE DE CESARO	13/05/1989	Sim	15	25			40
48	977	Natana Gomes Mendonça	30/12/1990	Sim	15		25		40
49	1013	IGOR DE LIMA CORTEZ	14/09/1992	Sim	15	25			40
50	1035	Tarcisio Campos Marques	16/01/1993	Sim	15	25			40
51	1015	FELIPE DA ROCHA MATOS	23/03/1993	Sim	15		25		40
52	1041	Guilherme Lavorenti Lima	17/03/1994	Sim	15	25			40
53	946	Maria Gabriela Alves	18/03/1995	Sim	15		25		40
54	878	João da Silva Neto e Neto	30/09/1995	Sim	15	25			40
55	953	Mateus Luiz Gonçalves Caldas	09/06/1996	Sim	15	25			40
56	912	paulo ricardo malala dos santos	16/06/1996	Sim	15		25		40
57	1020	Victoria Mendes Janzen	23/01/1997	Sim	15	25			40
58	1005	Eduarda da Silveira Cereta	02/10/1997	Sim	15	25			40
59	1012	Isabella Fiamoncini	27/06/1998	Sim	15		25		40
60	896	Rowersan Cabral Silva	19/07/1998	Sim	15	25			40
61	890	JOAO FELIPE PERLIN SILVA	09/09/1998	Sim	15	25			40
62	997	Juliana de Souza Possidonio	13/11/1998	Sim	15		25		40
63	1056	HELLEN KAROLINE DE MORAES VARGAS	09/01/1999	Sim	15		25		40
64	1061	Isadora Marcon	20/02/2001	Sim	15	25			40
65	1057	ISABELLE LIMA LEMOS	17/12/2001	Sim	15	25			40
66	971	Ricardo Zeferino Pacheco	04/10/2002	Sim	15	25			40
67	1045	Carlos Daniel Bredow	27/02/1954	Sim	15				15
68	918	Sara de Siqueira Bezerra	13/11/1974	Sim	15				15
69	885	EWERTON DAVIS GUSMÃO DE SOUZA	02/01/1979	Sim	15				15
70	957	Carine de Fátima Jenczmionki	28/06/1982	Sim	15				15
71	1025	Paulo Roberto Tavares Fratin	10/09/1983	Sim	15				15
72	1014	Luciana Dourado Rosa	07/08/1984	Sim	15				15
73	1016	Aldo Valeriano Oliveira	05/12/1985	Sim	15				15
74	1019	Keytty Anne Dantas da Costa	03/07/1986	Sim	15				15
75	897	LEANDRO ALBERT STEINER	22/02/1987	Sim	15				15
76	943	Carla Oliveira Cardoso	04/08/1987	Sim	15				15
77	1008	João Antônio Carvalho Teles	01/02/1988	Sim	15				15
78	947	EMANUEL LOPES BRAGA	30/09/1989	Sim	15				15
79	874	LUIZ FELIPE MENDONÇA CAVALHEIRO	24/11/1989	Sim	15				15
80	1042	ANE CAROLINE SCHONS FINGER	21/12/1989	Sim	15				15
81	1009	Thiago de Melo Bordoni	29/11/1990	Sim	15				15
82	950	MAXIMILIANO JOSE DE QUEIROZ	05/04/1991	Sim	15				15
83	902	karla luiza mayer	23/07/1991	Sim	15				15
84	1022	Antônio Heleno de Brito Neto	15/04/1992	Sim	15				15
85	911	Larissa Tolentino de Freitas Rosa	15/04/1993	Sim	15				15
86	907	Juciandre Capri	26/05/1993	Sim	15				15

87	941	Gustavo Steffen Albanski	18/07/1993	Sim	15				15
88	919	Pedro Henrique Dias Cabral	22/05/1994	Sim	15				15
89	1011	Catarina Ayumi Teixeira	28/05/1994	Sim	15				15
90	944	Victor Eduardo Taques Posselt	23/06/1994	Sim	15				15
91	1018	Luciana Karine dos Santos	05/08/1994	Sim	15				15
92	994	Maria Clara Peserico Dornelles Flores	17/08/1994	Sim	15				15
93	964	maria clara nautran matos	08/11/1994	Sim	15				15
94	1054	DAIANA PEREIRA BELAO	29/11/1994	Sim	15				15
95	948	Heloísa Pedro Germano	06/03/1995	Sim	15				15
96	1038	João Pedro Jung dos Santos	26/04/1995	Sim	15				15
97	921	gabriel furtado santos	11/07/1995	Sim	15				15
98	992	barbara pires santos	17/07/1995	Sim	15				15
99	923	Gustavo Matias Ninelo	15/09/1995	Sim	15				15
100	1047	Nauana Ribeiro Rocha	05/12/1995	Sim	15				15
101	938	Adrian Gustavo Kalçoviski Gomes	17/06/1996	Sim	15				15
102	936	Guilherme Eugênio Gil	20/08/1996	Sim	15				15
103	1050	Inaiê Maiala De Almeida Miranda	26/11/1996	Sim	15				15
104	880	Jackeline Raatz de Oliveira	01/01/1997	Sim	15				15
105	910	Nathalia Kauka Cardoso	21/01/1997	Sim	15				15
106	995	Karlla Caroline Santos	20/02/1997	Sim	15				15
107	1032	Marco Aurélio Greboge Pereira	27/06/1997	Sim	15				15
108	900	TAINÁ TONIOLO	22/09/1997	Sim	15				15
109	913	Mario boschetto junior	27/10/1997	Sim	15				15
110	893	Maria Bárbara Genes Correia	23/01/1998	Sim	15				15
111	966	Caroline Mary Matsumoto	27/01/1998	Sim	15				15
112	925	MARCELO LIMA FEITOSA	10/03/1998	Sim	15				15
113	922	Natália Alves Almeida Mendes	14/03/1998	Sim	15				15
114	1021	Ana Maria Benteu Tomaz	15/03/1998	Sim	15				15
115	1044	Barbara Bredow	09/04/1998	Sim	15				15
116	904	Emelly Vitória de Souza Dantas Barros	27/04/1998	Sim	15				15
117	909	Raquel Teston Furlan	05/05/1998	Sim	15				15
118	986	Stefany Colver Barbosa	20/06/1998	Sim	15				15
119	991	Hyrlem Silva Buna Oliveirs	03/07/1998	Sim	15				15
120	886	João Vitor Manetti Manganotti	26/09/1998	Sim	15				15
121	988	Larissa Anjos Luciano Kirch	22/12/1998	Sim	15				15
122	1017	Letícia de Castro Neves Lima	12/01/1999	Sim	15				15
123	982	DANIELI HILLESHEIM DE ALMEIDA	15/01/1999	Sim	15				15
124	1053	JOÃO VICTOR ALVARES MAGGIO	05/02/1999	Sim	15				15
125	973	VALERIA CEZAR DOS SANTOS	07/04/1999	Sim	15				15
126	972	Douglas Felipe Tavares da Silva	29/04/1999	Sim	15				15
127	875	Juliana Aparecida De Suss	06/05/1999	Sim	15				15
128	888	Yan Cerezuela	13/05/1999	Sim	15				15
129	980	Gabriel Henrique Ellwanger Freire	02/06/1999	Sim	15				15
130	1051	PABLO HERRANZ DE SOUZA	12/06/1999	Sim	15				15

131	935	JOSE RAPHAEL PINTO GONCALVES	16/06/1999	Sim	15					15
132	915	Eloisa Gonçalves da Silva	30/07/1999	Sim	15					15
133	908	Giovanna Hessmann Fernandes	01/09/1999	Sim	15					15
134	1004	Erikah Manasha da Conceição Saleti	10/10/1999	Sim	15					15
135	1060	camila alves murante	29/10/1999	Sim	15					15
136	929	GUSTAVO SILVA SANTOS	02/11/1999	Sim	15					15
137	932	Ana Laura Dorigon Mastellari	15/11/1999	Sim	15					15
138	882	Carlos Fernando Zorzi Filho	27/12/1999	Sim	15					15
139	949	Alvaro Batista Rosado	01/01/2000	Sim	15					15
140	1023	Mayara Valério Alves Felix	01/01/2000	Sim	15					15
141	934	Milena Rogoginski Rodrigues	05/02/2000	Sim	15					15
142	959	Marília Lopes Leal	14/02/2000	Sim	15					15
143	996	Mayane Tayná da Silva	24/02/2000	Sim	15					15
144	933	Adrian Lucas Vanderlinde de Araujo	03/03/2000	Sim	15					15
145	981	Larissa Voss	14/03/2000	Sim	15					15
146	985	Kaliny Oliveira Santiago	19/04/2000	Sim	15					15
147	1059	Letícia Bortolazzi	15/06/2000	Sim	15					15
148	1040	Juliane Pietras	16/06/2000	Sim	15					15
149	1029	Mariana Guardia Paz	20/08/2000	Sim	15					15
150	917	yhanaharah nodari da rosa	23/08/2000	Sim	15					15
151	975	Igor Lazaro da Silva	17/10/2000	Sim	15					15
152	968	CLEISON FERREIRA DA SILVA	15/12/2000	Sim	15					15
153	990	Josué Gabriel	19/01/2001	Sim	15					15
154	1055	Bianca Pesquero Fernandes Mohr Funes	09/02/2001	Sim	15					15

155	1034	Aldrey Reis da Silva	15/02/2001	Sim	15				15
156	945	Thauan Patrick Simião Amaral	17/03/2001	Sim	15				15
157	979	Gustavo Alex Assunção Dos Santos	21/03/2001	Sim	15				15
158	962	Mariana Pereira GObi	24/03/2001	Sim	15				15
159	969	Paulo Victor Moura Rodrigues	27/03/2001	Sim	15				15
160	895	Ana Beatriz Silva Sant Ana	20/04/2001	Sim	15				15
161	954	HENRIQUE SILVA MANABE	15/05/2001	Sim	15				15
162	1033	Leonardo Markowicz	17/05/2001	Sim	15				15
163	1024	Pedro Henrique de Oliveira da Silva	22/05/2001	Sim	15				15
164	887	Isabela Maíra Meier Jardim	08/07/2001	Sim	15				15
165	965	Isadora Letícia Dalbosco da Silva	19/07/2001	Sim	15				15
166	956	MARIA LUIZA GARCIA SANTOS	15/09/2001	Sim	15				15
167	903	Lorrani Lopes Duffeck	06/10/2001	Sim	15				15
168	998	Lucas Kenji Toriy Botelho	21/12/2001	Sim	15				15
169	1003	Fernanda Zollet	11/01/2002	Sim	15				15
170	889	Maria Victória Nesso Guedes	14/01/2002	Sim	15				15
171	989	Isadora Kertscher	27/03/2002	Sim	15				15
172	937	NAYARA SCHUG DA SILVEIRA	19/06/2002	Sim	15				15
173	924	Joao Victor Silva Faccin	27/06/2002	Sim	15				15
174	1065	Mariana Cristina Steff Büttenbender	15/08/2002	Sim	15				15
175	961	Poliana Horn	30/10/2002	Sim	15				15
176	958	Gabriela Barros Generoso	25/12/2002	Sim	15				15
177	970	Gabriel dos Santos	07/06/2003	Sim	15				15
178	963	Gabriel Hito dos Santos	17/07/2003	Sim	15				15
179	898	Amanda Blanski	11/12/2003	Sim	15				15
180	1007	Kamila Diana Dantas da Costa	17/05/1988	Sim					0
181	883	Raissa Leite Schonmann	14/07/1993	Sim					0
182	899	Isabela Carolina Sampaio	04/11/1994	Sim					0
183	1043	Ellen Samay Rocha Silva	11/04/1995	Sim					0
184	901	Carolina Manami Senke	24/10/1997	Sim					0
185	967	Gabriel Duarte Passarelli	15/01/1998	Sim					0
186	1039	Danilo da Silva Ferreira	19/01/1998	Sim					0
187	884	MARCELO CARDOSO	27/10/1998	Sim					0
188	930	Hannah Kamarowski Fontana	20/04/2000	Sim					0

CARGO: MÉDICO CLÍNICO GERAL

classificação	inscrição	Nome Completo	Nascimento	Declaro possuir a formação mínima exigida para o cargo pretendido	Título 1 (15 pontos)	Título 2 (25 pontos)	Título 3 25 pontos)	Título 4 (35 pontos)	Total
1	1180	ORLANDO CARLOS FLEITH SOBRINHO	13/11/1962	Sim	15	25	25	35	100
2	1078	Mariane Bermond Torres	10/09/1990	Sim	15	25	25	35	100
3	1162	IGOR MIGUEL PINKOSKI	08/08/1994	Sim	15	25	25	35	100
4	1125	Luis César Bredt	29/04/1975	Sim	15	25		35	75
5	1077	JONATHAN VINICIUS LOURENÇO DE SOUZA	16/07/1982	Sim	15	25		35	75
6	1068	PAULO EUGENIO UCHOA DE OLIVEIRA	10/01/1971	Sim	15	25	25		65
7	1166	EMERSON DIOGO RIBEIRO IZUMI	13/10/1982	Sim	15	25	25		65
8	1203	Marcia de Lima Toscano Uchoa	24/12/1982	Sim	15	25	25		65
9	1135	Matheus Bonzanini	24/08/1983	Sim	15	25	25		65
10	1095	CLARISSA COELHO DE OLIVEIRA LIMA	27/09/1983	Sim	15	25	25		65
11	1115	WASHINGTON HENAN DE SOUSA SAMPAIO	30/04/1984	Sim	15	25	25		65
12	1142	Jader Filho da Fonseca Carreiro	05/08/1985	Sim	15	25	25		65
13	1170	ALAN BUENO	13/09/1985	Sim	15	25	25		65
14	1161	Keytty Anne Dantas da Costa	03/07/1986	Sim	15	25	25		65
15	1121	Ivan Antonio Claro	28/02/1989	Sim	15	25	25		65
16	1153	Pablo Bonan	29/07/1990	Sim	15	25	25		65
17	1132	PEDRO HENRIQUE DELFINO	30/01/1991	Sim	15	25	25		65
18	1202	Gabriela da Silva Diniz	06/05/1992	Sim	15	25	25		65
19	1111	Christian Gonçalves	08/02/1995	Sim	15	25	25		65
20	1124	Isabella Rascassi	25/12/1996	Sim	15	25	25		65
21	1072	HELLEN KAROLINE DE MORAES VARGAS	09/01/1999	Sim	15	25	25		65

22	1156	Victoria Signori	07/07/2000	Sim	15	25	25		65
23	1109	Juliane Soldi Malgarin	28/01/1989	Sim	15			35	50
24	1088	Ingrid Janzen	12/07/1991	Sim		25	25		50
25	1080	Mayara Costa Carneiro Ramos	21/08/1994	Sim	15			35	50
26	1069	karlson loyola	26/11/1970	Sim	15	25			40
27	1081	Michelle Mantovani Penteado	19/09/1971	Sim	15	25			40

28	1210	Mychelle Silva dos Santos	09/12/1971	Sim	15	25			40
29	1175	MARIO EDUARDO ROCHA SILVA	28/09/1973	Sim	15	25			40
30	1149	Rafael Leal Alves	18/06/1976	Sim	15	25			40
31	1086	sandrely regina regina lombas	14/08/1977	Sim	15	25			40
32	1073	VANESSA ALVES DE LIMA SUKSTORF	19/11/1978	Sim	15	25			40
33	1177	SUSANE GAUTO GONCEBATT	31/01/1982	Sim	15	25			40
34	1117	luciana maciel pantoja mendes	25/02/1982	Sim	15		25		40
35	1108	Ricardo Castilho de Souza	02/03/1988	Sim	15	25			40
36	1131	RUI HENRIQUE DE CESARO	13/05/1989	Sim	15	25			40
37	1206	Lara Caroline Amaral Araujo de Moura	22/04/1990	Sim	15	25			40
38	1110	Daniela D Agostini Spanhol	30/03/1992	Sim	15	25			40
39	1194	lucas olerich cecatto	18/06/1994	Sim	15	25			40
40	1195	Brenda Breda Passon	28/07/1995	Sim	15	25			40
41	1114	Mateus Luiz Gonçalves Caldas	09/06/1996	Sim	15	25			40
42	1200	Kendra Lys Calixto Machado	18/11/1996	Sim	15		25		40
43	1181	Ingrid Hikari Nunes Fangui	04/12/1996	Sim	15		25		40
44	1163	Victoria Mendes Janzen	23/01/1997	Sim	15	25			40
45	1105	Rowersan Cabral Silva	19/07/1998	Sim	15	25			40
46	1120	Juliana de Souza Possidonio	13/11/1998	Sim	15		25		40
47	1209	Isadora Marcon	20/02/2001	Sim	15	25			40
48	1205	Isabelle Lima Lemos	17/12/2001	Sim	15	25			40
49	1208	MARIA ANGÉLICA JUNGLES MALIKOSKI	27/05/2002	Sim	15	25			40
50	1184	Carlos Daniel Bredow	27/02/1954	Sim	15				15
51	1204	Ana Paula Bilobran	22/04/1980	Sim	15				15
52	1165	Ana Claudia Techy	12/04/1981	Sim	15				15
53	1158	Aldo Valeriano Oliveira	05/12/1985	Sim	15				15
54	1066	LUIZ FELIPE MENDONÇA CAVALHEIRO	24/11/1989	Sim	15				15
55	1211	ANE CAROLINE SCHONS FINGER	21/12/1989	Sim	15				15
56	1157	Thiago de Melo Bordoni	29/11/1990	Sim	15				15
57	1189	CARLOS EDUARDO DE FREITAS DUTRA	20/03/1992	Sim	15				15
58	1134	jean carlo adams	21/06/1992	Sim	15				15
59	1091	Larissa Tolentino de Freitas Rosa	15/04/1993	Sim	15				15
60	1112	Gustavo Steffen Albanski	18/07/1993	Sim	15				15
61	1096	Pedro Henrique Dias Cabral	22/05/1994	Sim	15				15
62	1127	Victor Eduardo Taques Posselt	23/06/1994	Sim	15				15
63	1126	Ananda Helouysa Rissato	16/08/1994	Sim	15				15
64	1199	DAIANA PEREIRA BELAO	29/11/1994	Sim	15				15
65	1151	Mylena Norberto Santos	12/02/1995	Sim	15				15
66	1119	Heloísa Pedro Germano	06/03/1995	Sim	15				15
67	1178	João Pedro Jung dos Santos	26/04/1995	Sim	15				15
68	1148	barbara pires santos	17/07/1995	Sim	15				15
69	1106	Guilherme Eugênio Gil	20/08/1996	Sim	15				15
70	1193	Inaiê Maiala De Almeida Miranda	26/11/1996	Sim	15				15
71	1100	Lara dos Santos Arco	24/03/1997	Sim	15				15
72	1190	Gabriel Scalon Esberci	14/04/1997	Sim	15				15
73	1172	Marco Aurélio Greboge Pereira	27/06/1997	Sim	15				15
74	1169	NAYARA ALYNE SAKAMOTO	03/07/1997	Sim	15				15
75	1198	TAINÁ TONIOLO	22/09/1997	Sim	15				15
76	1152	Paulo Vitor Leal Pereira	14/01/1998	Sim	15				15
77	1079	Maria Bárbara Genes Correia	23/01/1998	Sim	15				15
78	1097	Natália Alves Almeida Mendes	14/03/1998	Sim	15				15
79	1164	Ana Maria Benteu Tomaz	15/03/1998	Sim	15				15
80	1185	Barbara Bredow	09/04/1998	Sim	15				15
81	1089	Raquel Teston Furlan	05/05/1998	Sim	15				15
82	1159	Rayssa Cristina Souza	17/05/1998	Sim	15				15
83	1145	Stefany Colver Barbosa	20/06/1998	Sim	15				15
84	1147	HYRLEM SILVA BUNA OLIVEIRA	03/07/1998	Sim	15				15
85	1074	João Vitor Manetti Manganotti	26/09/1998	Sim	15				15
86	1176	Gabriella Micheten Dias	06/10/1998	Sim	15				15
87	1197	JOÃO VICTOR ALVARES MAGGIO	05/02/1999	Sim	15				15
88	1191	Alyne Vons	01/03/1999	Sim	15				15
89	1130	Douglas Felipe Tavares da Silva	29/04/1999	Sim	15				15
90	1067	Juliana Aparecida De Suss	06/05/1999	Sim	15				15
91	1099	Mathias Mesquita Ramos	08/05/1999	Sim	15				15
92	1076	Yan Cerezuela	13/05/1999	Sim	15				15
93	1138	Gabriel Henrique Ellwanger Freire	02/06/1999	Sim	15				15
94	1196	PABLO HERRANZ DE SOUZa	12/06/1999	Sim	15				15
95	1182	Carolina Dusi Mendes Casagrande	17/06/1999	Sim	15				15

96	1093	Eloisa Gonçalves da Silva	30/07/1999	Sim	15				15
97	1155	Erikah Manasha da Conceição Saleti	10/10/1999	Sim	15				15
98	1101	GUSTAVO SILVA SANTOS	02/11/1999	Sim	15				15
99	1102	Ana Laura Dorigon Mastellari	15/11/1999	Sim	15				15
100	1070	Carlos Fernando Zorzi Filho	27/12/1999	Sim	15				15
101	1167	Mayara Valério Alves Felix	01/01/2000	Sim	15				15
102	1104	Adrian Lucas Vanderlinde de Araujo	03/03/2000	Sim	15				15
103	1140	Larissa Voss	14/03/2000	Sim	15				15
104	1192	Victoria Carolina Pereira França	31/05/2000	Sim	15				15
105	1201	Taison Pereira Mendes	01/06/2000	Sim	15				15
106	1186	Aline Cardozo Pizatto	07/06/2000	Sim	15				15
107	1179	Juliane Pietras	16/06/2000	Sim	15				15

108	1103	Vitória Guimarães Silva	19/07/2000	Sim	15				15
109	1083	Luiza Cavalca Grupenmacher	15/08/2000	Sim	15				15
110	1171	Mariana Guardia Paz	20/08/2000	Sim	15				15
111	1122	POLYANA BARBOSA DA SILVA	30/08/2000	Sim	15				15
112	1183	Karen Almeida Camargo	19/09/2000	Sim	15				15
113	1133	Igor Lazaro da Silva	17/10/2000	Sim	15				15
114	1187	Julia Corrêa Méndez	21/12/2000	Sim	15				15
115	1174	Aldrey Reis da Silva	15/02/2001	Sim	15				15
116	1090	Camila Tonet	25/02/2001	Sim	15				15
117	1113	Thauan Patrick Simião Amaral	17/03/2001	Sim	15				15
118	1137	Gustavo Alex Assunção Dos Santos	21/03/2001	Sim	15				15
119	1123	Mariana Pereira Gobi	24/03/2001	Sim	15				15
120	1139	Paulo Victor Moura Rodrigues	27/03/2001	Sim	15				15
121	1082	Ana Beatriz Silva Sant Ana	20/04/2001	Sim	15				15
122	1173	Leonardo Markowicz	17/05/2001	Sim	15				15
123	1168	Pedro Henrique de Oliveira da Silva	22/05/2001	Sim	15				15
124	1144	Isadora Leticia Dalbosco da Silva	19/07/2001	Sim	15				15
125	1136	Arthur Guerra Alves	06/09/2001	Sim	15				15
126	1087	Lorrani Lopes Duffeck	06/10/2001	Sim	15				15
127	1154	Fernanda Zollet	11/01/2002	Sim	15				15
128	1075	Maria Victória Nesso Guedes	14/01/2002	Sim	15				15
129	1141	Gabriel Czlusniak Olenik	21/02/2002	Sim	15				15
130	1146	Isadora Kertscher	27/03/2002	Sim	15				15
131	1094	Julia Triaca Bez	10/05/2002	Sim	15				15
132	1107	NAYARA SCHUG DA SILVEIRA	19/06/2002	Sim	15				15
133	1098	Joao Victor Silva Faccin	27/06/2002	Sim	15				15
134	1207	Mariana Cristina Steff Büttenbender	15/08/2002	Sim	15				15
135	1188	Carolina Maria Aumann Sardá	12/09/2002	Sim	15				15
136	1143	Alice Volpato Rocha	05/03/2003	Sim	15				15
137	1129	Gabriel dos Santos	07/06/2003	Sim	15				15
138	1128	Gabriel Hito dos Santos	17/07/2003	Sim	15				15
139	1084	Eduardo Henrique Lacoski Santos	25/10/2003	Sim	15				15
140	1085	Amanda Blanski	11/12/2003	Sim	15				15
141	1118	KAMILA DIANA DANTAS DA COSTA	17/05/1988	Sim					0
142	1116	Samara Berenice Girón López	24/09/1998	Sim					0
143	1071	MARCELO CARDOSO	27/10/1998	Sim					0

CARGO: MOTORISTA

classificação	inscrição	Nome Completo	Nascimento	Declaro possuir a formação mínima exigida para o cargo pretendido	Título 1 (30 pontos)	Título 2 (30 pontos)	Título 3 (40 pontos)	Total	
1	1233	Marcos Aurélio stall	16/11/1966	Sim	30	30	40	100	
2	1219	Noeli Bezerra da Silva	19/10/1969	Sim	30	30	40	100	
3	1247	Gilson Borcoski	27/05/1971	Sim	30	30	40	100	
4	1235	Divonei Vidal	04/03/1975	Sim	30	30	40	100	
5	1236	Fabio Alves de Gouvea	27/04/1976	Sim	30	30	40	100	
6	1224	Claudio Chelski	15/10/1976	Sim	30	30	40	100	
7	1231	ivonel pancheski gomes	05/12/1978	Sim	30	30	40	100	
8	1241	Tiago Martins do Rosario	15/01/1989	Sim	30	30	40	100	
9	1243	Rafael Covalski	24/08/1999	Sim	30	30	40	100	
10	1249	Gabrielle Cristina Ferreira	05/04/2000	Sim	30	30	40	100	
11	1225	JOSE VILMAR STANSKI	14/06/1970	Sim	30	30		60	
12	1239	Miguel Pereira taques	12/06/1979	Sim	30	30		60	
13	1242	ALDEMIR KAPP	06/09/1980	Sim	30	30		60	
14	1217	Halisson Rodrigo leal	08/12/1980	Sim	30	30		60	
15	1226	LILIAM SCHUHLI	05/08/1981	Sim	30	30		60	
16	1232	Jaqueline Saides	27/02/1983	Sim	30	30		60	
17	1227	Ederson do Nascimento	30/12/1985	Sim	30	30		60	
18	1244	Laudevir José Rocha Junior	12/08/1986	Sim	30	30		60	
19	1240	Almir Rogério dos Santos	06/02/1987	Sim	30	30		60	
20	1234	Valdecir das Dores Rosa	20/08/1989	Sim	30	30		60	
21	1238	Willian Filadelfo Rodrigues	13/09/1989	Sim	30	30		60	
22	1212	Anderson Braz da Silva	30/08/1990	Sim	30	30		60	
23	1248	Alessandro Santos Pereira	18/01/1991	Sim	30	30		60	
24	1218	Eliel Staski Ferreira	20/07/1991	Sim	30	30		60	
25	1220	Aline Hartmann de Paula	22/05/1993	Sim	30	30		60	
26	1230	Sebastião de Souza Ramos Neto	26/06/1995	Sim	30	30		60	
27	1237	Renãn Junior Ritter Perreira	30/12/1995	Sim	30	30		60	
28	1222	EMANUELLY SALAMUCHA	05/12/1996	Sim			40	40	
29	1229	RAUL SA DE OLIVEIRA	02/01/1982	Sim		30		30	
30	1223	Givanildo cavalheiro	09/06/1988	Sim		30		30	
31	1216	Willian Eduardo da Silva	22/09/1993	Sim		30		30	
32	1246	Renan Carvalho Pereira	13/12/1996	Sim		30		30	
33	1213	Antônio Marcos Furlan	31/12/1973	Sim				0	
34	1215	MARCIO PINTO DE ARAUJO	18/08/1979	Sim				0	
35	1245	KLEBER LUIZ SCHOPCHAKI	12/01/1981	Sim				0	
36	1214	Marcelo Machado Coelho	26/11/1988	Sim				0	
37	1228	Luis Fernando Scepanski	09/05/1992	Sim				0	
38	1221	Claudecir de Jesus Teixeira Junior	01/03/2002	Sim				0	

CARGO: NUTRICIONISTA

classificação	inscrição	Nome Completo	Nascimento	Declaro possuir a formação mínima exigida para o cargo pretendido	Título 1 (15 pontos)	Título 2 (25 pontos)	Título 3 (25 pontos)	Título 4 (35 pontos)	Total
1	1283	Simone Salomão Jezzini dos Santos	21/10/1976	Sim	15	25		35	75
2	1263	JOSEANE PEREIRA	24/09/1981	Sim	15	25		35	75
3	1266	ORNELLA MONIQUE PEREIRA	23/07/1988	Sim	15	25		35	75

		FERRI							
4	1285	Thais Oliveira	04/08/1993	Sim	15	25		35	75
5	1262	Carmen Noêmia Gassner	19/09/1956	Sim	15	25	25		65
6	1286	Diego Luiz Teixeira	21/12/1992	Sim	15	25	25		65
7	1253	Carla Janaina Hanneck	22/07/1996	Sim	15	25	25		65
8	1296	MARIA IVONE DOS SANTOS	29/10/1964	Sim	15	25			40
9	1269	Cleide de Aguiar wutke	16/04/1970	Sim	15	25			40
10	1295	Marcia Talasesco Soares	18/01/1974	Sim	15	25			40
11	1258	Ana Paula Becker de Araújo Fernandes	05/05/1975	Sim	15	25			40
12	1251	Sheila Silmara Zampieri	27/12/1976	Sim	15	25			40
13	1292	Alex Alves Ferreira	24/07/1979	Sim	15	25			40
14	1275	Angela Maria Henrique Faustin	08/08/1981	Sim	15	25			40
15	1255	RAFAELA IANIK	29/06/1982	Sim	15	25			40
16	1265	Gabriel Almeida Pfeiffer	03/11/1984	Sim	15	25			40
17	1274	VIVIANA de Paula Gandin	10/07/1987	Sim	15	25			40
19	1261	Sirlene da Aparecida de Souza	01/11/1989	Sim	15	25			40
20	1288	CRISTINA GONÇALVES DA SILVA	21/02/1990	Sim	15	25			40
21	1281	DANIELY NETTO BENITES	25/05/1992	Sim	15	25			40
22	1271	Isabely de Souza	29/12/1994	Sim	15	25			40
23	1276	Walkyria Beghe Colaço	17/08/1995	Sim	15	25			40
24	1277	Mariane Alexsandra Carneiro Paciesny Sumi	20/01/1998	Sim	15	25			40
25	1282	Laíne Casagrande	29/07/1998	Sim	15	25			40
26	1278	Alice de Araújo Torres	16/12/1998	Sim	15	25			40
27	1284	Lais Morais Leli	01/02/1999	Sim	15	25			40
28	1294	Erica Fernanda Grzybowski	09/02/2001	Sim	15	25			40
29	1287	Isabella Fantin Marcos Abreu	24/08/2001	Sim	15	25			40
30	1268	marília amália de macedo	25/10/2001	Sim	15	25			40
31	1267	Matheus Cordeiro Gadowski	10/09/2004	Sim	15	25			40
32	1254	Katia Kichiro de Aquino	18/12/1980	Sim		25			25
33	1259	Francieli amaral lazaretti	24/08/1991	Sim		25			25
34	1291	GENILSE RODRIGUES VELOSO	27/12/1996	Sim		25			25
35	1293	Emmanuelle Schuebel	27/06/1998	Sim		25			25
36	1250	PATRICIA SLUSARZ	26/12/2003	Sim		25			25
37	1289	Cláudia Francine Machado Canova	29/03/1977	Sim	15				15
38	1256	Raquel Alves de Almeida Pedro	01/04/1986	Sim	15				15
39	1264	Matheus Eduardo Portela Soares	09/02/1999	Sim	15				15
40	1270	Vinicius Mauricio Pedrosa Mendes	24/11/1999	Sim	15				15
41	1260	Nicole Pinto Silva	23/04/2001	Sim	15				15
42	1279	Eduarda Corá Becher	07/09/2003	Sim	15				15
44	1272	FRANCINE SCHUHLI	07/11/1990	Sim					0
45	1252	Janaine Cecilia Anhaia Fernandes	11/04/1994	Sim					0
46	1280	Renata Holzmann Parrino	26/10/1994	Sim					0
47	1273	Gabrielle Tauane Bordinhão	05/11/2004	Sim					0

CARGO: PISCÓLOGO

classificação	inscrição	Nome Completo	Nascimento	Declaro possuir a formação mínima exigida para o cargo pretendido	Título 1 (15 pontos)	Título 2 (25 pontos)	Título 3 (25 pontos)	Título 4 (35 pontos)	Total
1	64	RAYSSA CRISTINA MODESTO DA ROCHA	01/10/1997	Sim	15	25		35	75
2	43	Gilmara dos Santos Martins	18/02/1972	Sim	15	25	25		65
3	48	LUCIANA MANUEL DOS SANTOS	24/04/1974	Sim	15	25	25		65
4	56	DIEGO APARECIDO DE GASPERI ALVES	26/06/1986	Sim	15	25	25		65
5	33	Joyce Mossmann Oliveira	27/10/1988	Sim	15	25	25		65
6	42	ESTEFÂNIA CORREA BORELA	29/11/1993	Sim		25	25		50
7	39	Alexandre Reif Junior	26/09/1951	Sim	15	25			40
8	18	Cleunice da rocha	28/02/1970	Sim	15	25			40
9	26	Cleiva Alves Resende	18/12/1972	Sim	15	25			40
10	44	Kirsilane Aguiar Falcão	23/04/1974	Sim	15	25			40
11	59	Monica Schastai de Assis Sampaio	30/09/1974	Sim	15	25			40
12	21	Elisangela bigonha de araujo	03/01/1977	Sim	15	25			40
13	15	Cleidison Pacheco da Silva	19/12/1979	Sim	15	25			40
14	19	Lucelia oliveira	24/07/1980	Sim	15	25			40
15	16	ANA PAULA REGGIANI	24/01/1983	Sim	15	25			40
16	22	Mariana Cavalcante Trauczynski	28/02/1986	Sim	15	25			40
17	51	Jorge Tiago Peixoto Costa	16/04/1987	Sim	15	25			40
18	27	Pamela Thiere Soares de Matos	01/09/1988	Sim	15	25			40
19	14	Samuel Rosa dos Santos	27/09/1988	Sim	15	25			40
20	2	Fernando Luis Rocha	21/05/1989	Sim	15	25			40
21	49	Raíssa Silvestre Plantes	24/12/1989	Sim	15	25			40
22	55	JOSIANE SLOMPO DE LIMA	18/09/1991	Sim	15	25			40
23	36	Aline Cogo Grzebielucka	19/02/1992	Sim	15		25		40
24	20	LIVIA REGINA DA SILVA PEREIRA	08/09/1992	Sim	15	25			40
25	61	JONATHAN FERREIRA PARAIZO	24/05/1993	Sim	15	25			40
26	9	Maykon William Xavier do Prado	08/08/1993	Sim	15	25			40
27	8	SILMARA CORDEIRO KERNISKI	31/08/1993	Sim	15	25			40
28	25	Georgia Carolina da Conceição	19/04/1994	Sim	15	25			40
29	13	BRENO GABRIEL FERREIRA FAGUNDES	07/05/1994	Sim	15	25			40
30	1	Lucas Pinheiro da Silva	26/07/1994	Sim	15	25			40
31	3	Brunna de Souza Nascimento	16/10/1994	Sim	15	25			40
32	37	Gabriela dos Santos de Miranda	23/06/1995	Sim	15	25			40
33	31	Paula Menegusso	21/08/1995	Sim	15	25			40
34	68	Paula Cristina França Menegusso	21/08/1995	Sim	15	25			40
35	45	Raianne Lenise do Nascimento Chagas	11/10/1995	Sim	15	25			40
36	62	Thaisa Gomes Brandt	31/12/1995	Sim	15	25			40

37	60	INGRID STEFANI DE SOUZA FERREIRA	20/09/1996	Sim	15	25			40
38	67	Vanessa de Lara	09/05/1997	Sim	15	25			40
39	17	Eleonara Borges de Goes	06/06/1997	Sim	15	25			40
40	24	Bruno Levis Andrade	15/12/1997	Sim	15	25			40
41	40	Aline Aparecida Gonçalves	20/08/1998	Sim	15	25			40
42	30	Larissa Ascanio	20/09/1998	Sim	15	25			40
43	34	Eliana dos Santos Schefer	13/09/1999	Sim	15	25			40
44	5	Juliana Martins	08/06/2000	Sim	15		25		40
45	32	Sabrina Rocha	24/11/2001	Sim	15	25			40
46	53	Thaís Cabral Ribas	16/04/2003	Sim	15	25			40
47	63	Isabella de Moraes Lopes	30/04/2003	Sim	15	25			40
48	54	Mayara Ferreira Mendes	06/08/1994	Sim				35	35
49	4	ALEX COSTA JARETA	09/07/1983	Sim		25			25
50	10	edson fabricio ribeiro martins	03/07/1988	Sim		25			25
51	35	Flávia Blondine Correia Nunes	13/08/1999	Sim		25			25
52	23	Ana Paula Amaral	21/06/1975	Sim	15				15
53	29	Rodrigo Alexander Anacleto	03/03/1981	Sim	15				15
54	69	Dorothee Elisabeth Warkentin Pauls	27/12/1988	Sim	15				15
55	70	Narjana Cristina Maceno	18/03/1993	Sim	15				15
56	41	João Carlos Ribeiro da Silva	15/11/1997	Sim	15				15
57	38	JESSICA KAROLINA RIBEIRO	11/04/1999	Sim	15				15
58	50	André Luiz Santos Batista	31/01/2000	Sim	15				15

59	7	Augusto Ferreira de Moraes	24/12/2001	Sim	15				15
60	58	Amanda Lazzaroto	27/01/2002	Sim	15				15
61	57	Maria cecília simon	06/04/2002	Sim	15				15
62	66	Ana Clara Bet Flores	25/04/2002	Sim	15				15
63	6	Erica Karoline Seixas da Silva	23/09/2003	Sim	15				15
64	47	VITORIA KORB CANEI	30/10/2003	Sim	15				15
65	52	Luisa Fernanda Postingher	14/11/2003	Sim	15				15
66	46	Henrique Wagner	20/12/2004	Sim	15				15
67	12	Luana Garcia	02/04/2003	Sim					0

CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

classificação	inscrição	Nome Completo	Nascimento	Declaro possuir a formação mínima exigida para o cargo pretendido	Título 1 (15 pontos)	Título 2 (35 pontos)	Título 3 (25 pontos)	Título 4 (25 pontos)	Total
1	1311	Joanita Aparecida Linhares Seixas	15/09/1965	Sim	15	35	25	25	100
2	1328	Márcia Regina Fagundes Prins Stelle	02/06/1978	Sim	15	35	25	25	100
3	1304	ELISANGELA DE FÁTIMA GARCIA FERREIRA	20/02/1983	Sim	15	35	25	25	100
4	1313	Amanda Santana	17/01/1986	Sim	15	35	25	25	100
5	1336	Ingrid Caroline Cochinski Sanson	04/09/1989	Sim	15	35	25		75
6	1323	ANA MARIA DE LIMA ALVES DE GOES	29/10/1968	Sim	15	35			50
7	1348	Janete Novak	31/03/1970	Sim	15	35			50
8	1317	Valdeci Brito	11/05/1973	Sim	15	35			50
9	1340	Amauri Cesario de Souza	05/12/1979	Sim	15	35			50
10	1347	Francine Haas	27/10/1985	Sim	15	35			50
11	1337	Grazielle Beatriz dos Passos Sequinel	05/06/1989	Sim	15	35			50
12	1307	Jaqueline ferreira dos santos	04/12/1989	Sim	15	35			50
13	1341	Rafaela Fachini Rodrigues	10/03/1993	Sim	15	35			50
14	1333	Luiz Henrique Da Paixao	30/07/1994	Sim	15	35			50
15	1322	Edson Falarz Ferreira	17/10/1995	Sim	15	35			50
16	1339	Daiane de goes da silva	15/08/1997	Sim	15		25		40
17	1302	Dariane Raquel Mendes	20/02/2004	Sim		35			35
18	1332	Rosangela Secon da Silva	30/11/1957	Sim	15				15
19	1303	Luciane Aparecida Portes	30/06/1969	Sim	15				15
20	1318	Jane de Fátima Ribeiro do Vale	16/07/1969	Sim	15				15
21	1306	Marco Antonio Joaquim Tencati	09/01/1972	Sim	15				15
22	1319	Luciane Gordia	03/07/1973	Sim	15				15
23	1316	LEIDE DE LARA RAMOS	19/01/1975	Sim	15				15
24	1312	Adriane do Rocio De camargo	24/03/1978	Sim	15				15
25	1342	Juliana de Cassia Ristow stricker	24/06/1978	Sim	15				15
26	1321	LILIAM SCHUHLI	05/08/1981	Sim	15				15
27	1325	SIDENEIA APARECIDA MARQUES DE JESUS	03/05/1982	Sim	15				15
28	1327	Gisele Lara spunar	26/07/1983	Sim	15				15
29	1324	VANESSA APARECIDA MAZEICA	26/04/1985	Sim	15				15
30	1301	GUILHERME KIRIAN	14/08/1985	Sim	15				15
31	1338	Ana Paula Novacki	19/10/1985	Sim	15				15
32	1326	LUCIANA PAULA VIEIRA BARBOSA FERREIRA	29/06/1986	Sim	15				15
33	1300	Camila Katheryne oliveira Scremin	14/07/1986	Sim	15				15
34	1310	Ilisiane rain	09/11/1988	Sim	15				15
35	1343	ADRIANE DA APARECIDA CARDOSO	08/12/1988	Sim	15				15
36	1346	LORION DIAS DE SOUZA	06/11/1989	Sim	15				15
37	1344	roseli olinek	16/04/1992	Sim	15				15
38	1308	Rafael castorino de lima paz	13/06/1992	Sim	15				15
39	1309	Helinton Rodrigues	23/02/1995	Sim	15				15
40	1299	Denisson Paciesny	15/04/1995	Sim	15				15
41	1331	AMANDA SGODE DE LIME	21/05/1997	Sim	15				15
42	1330	Daiana tais leite	15/07/1998	Sim	15				15
43	1350	Lucilaine Hartmann Leal	02/08/1998	Sim	15				15
44	1297	KAUANE HORST BECK VIEIRA	27/02/1999	Sim	15				15
45	1305	MICHELE KAUANA DE SOUZA	09/04/1999	Sim	15				15
46	1345	Isabele Vieira Soares	07/06/2000	Sim	15				15
47	1329	JENIFER CAMILA GOMES LOPES	25/08/2002	Sim	15				15
48	1335	João Victor Lacerda	31/05/2008	Sim	15				15

49	1320	Adenilce do rocio dos santos pinto	15/03/1966	Sim						0
50	1315	Rosa Maria Vichineski	01/12/1974	Sim						0
51	1314	Kelly Cristina Dos Santos Vale	08/01/1989	Sim						0
52	1349	Priscila Aparecida Macedo	05/10/1990	Sim						0

CARGO: TÉCNICO EM HIGIENE DENTAL									
classificação	inscrição	Nome Completo	Nascimento	Declaro possuir a formação mínima exigida para o cargo pretendido	Título 1 (15 pontos)	Título 2 (35 pontos)	Título 3 (25 pontos)	Título 4 (25 pontos)	Total
1	1355	Elaine Aparecida Gordia Stelle	24/05/1981	Sim	15	35	25		75
2	1354	Silvana Delfrate Rodrigues	19/09/1971	Sim	15				15
3	1351	Sandra Aparecida Vichineski	13/02/1973	Sim	15				15
4	1353	MARIA LURDES BETIM MELEK	28/06/1977	Sim	15				15
5	1352	Nilzete Da Luz Vichineski	17/03/1969	Sim					0
6	1356	Antonina Cruchinski Pietrala	20/11/1976	Sim					0
CARGO: TERAPEUTA OCUPACIONAL									
classificação	inscrição	Nome Completo	Nascimento	Declaro possuir a formação mínima exigida para o cargo pretendido	Título 1 (15 pontos)	Título 2 (25 pontos)	Título 3 (25 pontos)	Título 4 (35 pontos)	Total
1	1358	TAMINE NEFERTITE KARDUSH	28/07/1982	Sim	15				15
2	1357	Carla Ripka	09/08/1995	Sim	15				15
3	1359	Mariane Burei Mayer Pacholok	28/03/2000	Sim	15				15

DANIELE BORKOSKI DE PAULI
Presidente da Comissão

KAMILA DUSI BOCHENEK
Membro da Comissão

LILIANE DE FÁTIMA PADIILHA
Membro da Comissão

Publicado por:
Isadora Stadler Rocha Leite
Código Identificador:7CC8AFE2

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS E NÃO HOMOLOGADAS APÓS RECURSO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2026

A comissão de PSS nº 02/2026 nomeada pelo Decreto nº. 19.385 de 29 de junho de 2026, torna público as NOTAS por cargo, após recurso.

CARGO: ASSISTENTE DE FÁRMÁCIA								
inscrição	**Nome Completo**	**Nascimento**	**Declaro possuir a formação mínima exigida para o cargo pretendido**	**Título 1 (15 pontos)**	**Título 2 (35 pontos)**	**Título 3 (25 pontos)**	**Título 4 (25 pontos)**	**Total**
79	Adriane Kuiava Venc	31/05/1992	Sim	15	35		25	75
96	Antonina Cruchinski Pietrala	20/11/1976	Sim					0
86	Beatriz Stelle	06/04/2004	Sim	15	35			50
88	Carlina Aparecida da Cruz Colaço	27/07/1999	Sim					0
84	Daniele paz Camargo	26/05/1989	Sim	15	35			50
93	David Tiago Franco Paes	07/05/1988	Sim	15	35	25	25	100
92	Elaine Aparecida Gordia Stelle	24/05/1981	Sim	15	35	25		75
83	Fátima Mohamed Ayoub	29/07/1978	Sim	15				15
87	Fernanda Clarissa Grocheveski Silveira Pinto Ianoski	28/11/1988	Sim	15	35	25	25	100
74	FERNANDA CRISTINA SCHNELL	13/07/1992	Sim					0
89	GABRIEL HEVATO DOMINGUES GOMES FERREIRA	04/07/2005	Sim					0
81	GISLAINI CHRISTINA GONCALVES DA SILVA	17/11/1996	Sim					0
75	GRAZIELE APARECIDA ANTUNES SCHNELL	30/07/2001	Sim					0
97	Ingrid De Mello	07/09/1993	Sim	15	35			50
76	Janaina de Jesus Antunes	07/02/1995	Sim	15	35			50
78	Joanita Aparecida Linhares Seixas	15/09/1965	Sim	15	35	25	25	100
90	João Victor Lacerda	31/05/2008	Sim					0
82	Josiele Seixas Hartmann	02/11/1999	Sim	15				15
72	Ketlin Geovana dos Santos sanson de morais	27/03/1997	Sim					0
85	Manuela Fernandes Moletta	15/09/2006	Sim	15				15
94	Maria Aparecida Formanquevski	10/06/1967	Sim	15	35			50
71	Marlene da Cruz Mendes	02/12/1974	Sim					0
95	MIRIANE ZWIEGICOSKI	25/12/1986	Sim	15	35			50
77	NATASHA SAIDES CAMARGO	02/02/2003	Sim	15				15
80	Nilzete da luz Vichineski	17/03/1969	Sim					0
98	Patricia Willan de Santa Clara BREGINSKI	06/12/1988	Sim	15				15
91	Suélen Mara Bordinhão	23/08/1989	Sim	15	35	25	25	100
73	Tatieli Cristine da Fonseca Gonçalves	30/03/1990	Sim	15				15

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL

inscrição	Nome Completo	Nascimento	Declaro possuir a formação mínima exigida para o cargo pretendido	Título 1 (15 pontos)	Título 2 (25 pontos)	Título 3 (25 pontos)	Título 4 (35 pontos)	Total
99	ADRIANA APARECIDA DE PAULA CORDEIRO	14/05/1988	Sim	15	25	25		65
121	ALESSANDRA REGINA TEIXEIRA DE FREITAS	20/08/1996	Sim	15	25			40
108	Aline de Fátima Alves	17/03/1992	Sim	15	25			40
133	Aline Modesto	07/10/1999	Sim	15	25			40
126	Ana Cristina Galdino Pinto	03/10/1967	Sim		25			25
117	ANA REGINA CORODEL	25/05/1965	Sim	15	25			40
140	Angel Teresinha Soares Godoy	28/11/1991	Sim					0
139	BRUNA CAROLINA PAULAK GONÇALVES	04/12/1995	Sim	15	25	25		65
120	Cesar Alexandre Ribas Oliveira	12/03/2004	Sim	15				15
151	Cristiane Aparecida Alarcon	22/07/1986	Sim		25			25
148	CRISTINA VILLAR SALVATORI	12/12/1979	Sim					0
135	Elaine Pillsky	12/07/1988	Sim	15	25			40
146	Elizama Caroline de Paula	20/07/1994	Sim					0
124	Elizangela Machado dos sSanto	20/07/1979	Sim	15				15
134	Emanuelly Gonçalves Tobias	05/03/2004	Sim	15				15
138	Evellin Nayane Pereira	05/04/1989	Sim		25			25
106	Evelyne Pereira Takii	08/08/1999	Sim	15	25	25	35	100
149	GABRIELI BARBIERI SOUZA SILVA PAZ	22/02/1995	Sim		25			25
145	Isadora Hipólito Azevedo	22/12/2000	Sim	15				15
101	Janaina de Jesus Antunes	07/02/1995	Sim	15				15
123	JEAN CARLOS BALDO	29/06/1982	Sim	15	25			40
122	JESSICA DA SILVA	28/06/1991	Sim	15	25	25		65
137	Júlia Cristine do Nascimento do Pilar	29/12/2002	Sim	15				15
107	Lais Michele Bigaski	27/04/1988	Sim	15		25		40
129	Laís Santos dos Anjos	18/07/1991	Sim		25			25
128	LETICIA CAROLINE MARENDA BORGO	14/07/1983	Sim	15	25			40
116	Lorizete Szymanski	04/09/1965	Sim	15	25	25		65
130	Luciana Almeida de Jesus	05/03/1989	Sim	15	25			40
141	Luciane Aparecida Barchaki Gielinski	01/03/1972	Sim	15	25	25		65
144	Luciane Trindade Pinto	14/05/1983	Sim	15	25			40
150	Marcelo Nascimento de Oliveira	12/12/1983	Sim	15	25		35	75
103	Marcia Czerevaty Hanneck	19/10/1972	Sim	15	25			40
125	MARCOS LOPES DE CARVALHO	19/01/2002	Sim	15				15
111	Maria Aparecida da Costa	17/12/1972	Sim	15	25			40
127	MARIA CLEUDIMAR SILVA MARTINS	02/02/1967	Sim		25			25
132	Maria Elica dos Santos Silva	21/09/1990	Sim	15	25			40
118	Maria Fernanda Stelle	21/08/2002	Sim	15				15
110	Marilene Silva	16/01/1990	Sim	15	25			40
153	Marina Fatima de Sousa	27/09/1967	Sim	15	25	25		65
136	Marlene da Cruz Mendes	02/12/1974	Sim	15				15
112	MARLI CANDIDO MORAES	03/12/1970	Sim	15	25			40
119	Renata de Souza Gluchowiski Nadolny	02/01/1978	Sim					0
109	Rodrigo Souza Matos	18/05/1985	Sim	15	25			40
105	RONISI DE OLIVEIRA LUTZ	16/08/1977	Sim	15	25	25		65
115	ROSELI MAINARDES	04/06/1970	Sim	15	25	25		65
147	Rubia Ramos Oliveira	10/02/1982	Sim	15	25	25		65
114	Sabrina Américo Poncheki	13/11/1993	Sim	15	25	25		65
102	SANDRIELE CRISTINA DE ASSIS	09/09/1997	Sim					0
131	sandy bastos borges	06/01/1999	Sim	15	25			40
113	Sonia Aparecida de Oliveira Cruz	27/06/1960	Sim	15	25	25		65
152	Sonia Marilda Baran	12/01/1973	Sim	15	25			40
142	Tâmara Oliveira da Silva	02/06/1993	Sim					0
143	THAMIRES APARECIDA BOJKO	23/11/1997	Sim	15	25		35	75
100	Vandic Almeida dos Santos	19/08/1988	Sim	15	25			40
104	Vanessa Rosa Mano	17/06/1990	Sim	15	25			40

CARGO: AUXILIAR ADMINISTRATIVO

inscrição	Nome Completo	Nascimento	Declaro possuir a formação mínima exigida para o cargo pretendido	Título 1 (15 pontos)	Título 2 (35 pontos)	Título 3 (25 pontos)	Título 4 (25 pontos)	Total
271	Acir Carlos da Silva Gonçalves Junior	12/01/2000	Sim	15	35	25	25	100
224	Adriane Kuiava Venc	31/05/1992	Sim	15	35	25		75
161	Adrieli Francine Bastos do Nascimento	29/12/1997	Sim		35			35
338	Alessandra Aparecida Rodrigues Woinarovicz	01/03/1983	Sim	15	35	25		75
443	Alessandra Bach	06/01/1974	Sim	15	35	25	25	100
243	ALESSANDRA PAOLA KARAS	14/12/1977	Sim	15	35	25		75
208	Aline Machado de Melo	06/08/2000	Sim	15				15
420	Alisson Cassio da Cruz	31/10/1993	Sim	15	35	25		75
290	Altair José Costa	12/07/1958	Sim	15	35	25		75
279	Amalia Do Rocio Bozzi Delfrate	20/02/1971	Sim		35			35
156	Amanda Caroline Orchanheski	15/02/2004	Sim	15	35			50
162	Amanda de Lara Ramos	21/12/1995	Sim					0
270	Amanda Karoline do Nascimento Mazeika	16/04/1991	Sim					0
188	Ana Luiza de Oliveira Teixeira	11/06/2000	Sim		35	25	25	85
284	ANA P T MOREIRA Do Nascimento	27/07/1989	Sim	15	35	25		75
348	Ana Paula Burdak Tymoczuk Moreira	14/03/1986	Sim	15	35			50
182	Ana Rillary Favoretto	07/06/2004	Sim	15				15

216	Ananda Caroline dos Santos Fagundes	31/07/2007	Sim	15				15
176	Anderson Pinheiro	05/10/1981	Sim	15				15
213	André Luís Maciel	10/10/1985	Sim					0
306	ANDRÉ LUIZ SANTOS TRINDADE	04/06/1982	Sim	15	35			50
307	Andre Luiz SantosTrindade	04/06/1982	Sim	15	35			50
398	Andrea Rigoni Cordeiro	11/09/1974	Sim	15				15
228	Andressa Aparecida Ribeiro dos Santos stadler	06/10/1991	Sim		35	25		60
295	ANDRESSA CRISTINA VIEIRA RIOS	25/03/1984	Sim	15	35	25		75
409	Angel Maite Bobato	15/04/1996	Sim		35	25		60
238	Ângela de Lima dos Santos	09/10/1991	Sim	15	35	25		75
399	ANGELA MARIA GOLON KAPP	19/07/1984	Sim	15	35			50
433	angelino gonsalves	09/09/1992	Sim	15	35	25		75
254	ANIELI CRISTINA COSTA	29/04/2002	Sim	15	35	25		75
360	Antonio Marcos Junior	23/08/1981	Sim	15	35	25	25	100
260	ANTONY RAFAEL GARCIA BACH	14/10/2000	Sim	15	35			50
440	ARIANA SOLILLA GAMA DE SOUZA	16/05/1989	Sim	15	35	25		75
239	Ariebert ahmad pereira Choucair	28/01/1995	Sim	15				15
314	Beatriz Caroline ianoski	23/02/2006	Sim					0
439	BENIGNO VIEIRA RIOS	01/07/1981	Sim		35			35
304	Breno Gabriel Kubis dos santos	13/09/2004	Sim					0
412	Bruno Ferreira Borges	04/08/1990	Sim	15	35	25		75
334	Bryan Honorio Ferreira	17/01/2001	Sim	15	35			50
421	CAMILA MACHADO VIDA	07/09/2001	Sim	15	35			50
236	Carla Ripka	09/08/1995	Sim	15	35			50
327	Caroline Batista Alves da Silva	08/04/1999	Sim	15				15
344	Caroline Honório Ferreira	29/12/2008	Sim					0
222	Cintia dos Santos Valle	09/10/1996	Sim		35			35
415	Claudia Hass	04/11/1977	Sim					0
209	Cleide Nara Donini Perek	29/07/1989	Sim	15	35	25		75
276	Cleonice Aparecida Blak	16/06/1998	Sim					0
405	Clinei dopkoski	28/03/1972	Sim	15				15
232	CRISTIANE DE FATIMA MARSAL	17/02/1988	Sim	15				15
226	Cristiano Miguel Staichaka	07/10/1986	Sim		35			35
330	Daiana tais leite	15/07/1998	Sim	15				15
386	Daiane Aparecida Ripka de Oliveira	04/05/2002	Sim					0
448	Daiane Moscaleski	04/12/1995	Sim					0
329	Daniele Aparecida Marques Primo	15/11/1979	Sim		35			35
387	DANIELE APARECIDA ORNIESKY	03/10/2001	Sim					0
296	Daniele paz Camargo	26/05/1989	Sim	15				15
389	David Tiago Franco Paes	07/05/1988	Sim	15	35	25	25	100
313	Débora Cristina dos Santos	20/05/2005	Sim	15				15
413	diego gabriel bueno	03/05/1992	Sim	15	35	25		75
400	Diego Pacheco dos Santos	14/04/1992	Sim					0
332	Divonei Vidal	04/03/1975	Sim	15	35	25		75
244	Douglas Rafael Mendes	30/07/2000	Sim					0
446	Edgar de Andrade Pereira	08/03/1987	Sim	15	35			50
435	Eduarda Seixas Costa	08/11/2004	Sim					0
416	Eduardo Silveira Andrade dos Santos	06/01/2009	Sim					0
335	Elaine Aparecida Gonçalves	31/03/1981	Sim	15	35	25	25	100
379	Elaine Aparecida Gordia Stelle	24/05/1981	Sim	15	35	25	25	100
384	Elaise Adames Martins	03/03/1985	Sim			25		25
287	eliandra legeski monegate	27/06/1977	Sim	15	35			50
377	Eliezer ozias de Paula	06/04/1987	Sim	15				15

237	ELISANGELA DE FATIMA GARCIA FERREIRA	20/02/1983	Sim	15	35	25		75
253	Elisiane Viante	30/05/1986	Sim	15				15
178	Elluizzi Gabrielle de Oliveira	05/09/2001	Sim		35			35
393	ELOISA VENC CATHARINA	17/07/2001	Sim	15				15
309	Eloiza Magalhães Coghetto	18/03/1998	Sim	15	35			50
392	Elza do Nascimento dos Santos	20/09/1962	Sim	15				15
250	Emanuele Gonçalves da Cruz	11/01/1986	Sim	15				15
233	EMANUELLY SALAMUCHA	05/12/1996	Sim	15	35	25		75
425	Eric Fernando Hartmann Ramos	13/05/2006	Sim	15				15
273	Érica Ferreira Almeida	11/07/2000	Sim	15	35	25		75
210	Erica Heloise Ruppel	11/02/2000	Sim	15	35	25		75
404	Euler Erlanger Ribeiro dos Santos	22/12/1996	Sim		35	25		60
291	Evelin Raine Milone Holtman	05/12/1997	Sim	15	35	25	25	100
205	Evelin Viante Albach	09/05/2008	Sim					0
368	Everson Fernando Nepomoceno Monegate	17/12/2004	Sim	15	35			50
252	EWERTON KOPSSCH REIN	06/05/1996	Sim	15	35	25	25	100
245	FABIANA ROCHA DE SOUZA	27/05/1981	Sim	15				15
320	Fabiano cezar lopes	05/02/1985	Sim	15				15
204	Felipe Augusto Martins	13/07/1999	Sim	15				15
257	FELIPE DOS SANTOS SILVA	26/05/2005	Sim					0
352	FERNANDA Clarissa Grocheveski Silveira Pinto Ianoski	28/11/1988	Sim	15	35	25		75
196	Fernanda Christiana Schnell	13/07/1992	Sim					0
172	FLÁVIA DO ROCIO DA SILVA	11/07/1998	Sim					0

180	Flávia dos Santos de Lima	27/05/2008	Sim					0
346	FRANCIANE SVIECH	14/08/1987	Sim	15				15
266	Franciele de Lima	15/02/1988	Sim					0
447	FRANCIELE ZAKRZEVSKI	21/09/1994	Sim	15				15
326	FRANCINE SCHUHLI	07/11/1990	Sim		35			35
397	Francisco Augusto Trzaskos	12/04/2000	Sim	15				15
333	Gabriel Alves Rodrigues	28/01/2000	Sim	15	35			50
362	GABRIEL CORREA TEIXEIRA	06/02/1997	Sim	15				15
356	GABRIEL HEVATO DOMINGUES GOMES FERREIRA	04/07/2005	Sim					0
274	GABRIEL MIRANDA	29/01/2008	Sim					0
163	Gabrieli Viante	18/12/2001	Sim		35			35
159	Gabriella Cristina Sotero Gulchinski	27/05/1986	Sim	15				15
155	Gabrielle Cristina Ferreira	05/04/2000	Sim	15	35			50
340	Geórgia Martins Ramos	20/01/1993	Sim	15	35	25		75
199	Gisele Cristiane Ferreira	30/08/1988	Sim	15				15
347	Giselem Monteiro goncalves	16/03/1994	Sim					0
246	Givanildo cavalheiro	09/06/1988	Sim	15				15
403	GLEISSON PACHECO DOS SANTOS JUNIOR	24/02/2004	Sim	15				15
265	Gleycielly Gianny Ferreira Soares	29/05/1990	Sim	15				15
198	GRAZIELE APARECIDA ANTUNES SCHNELL	30/07/2001	Sim					0
317	Gustavo Antunes da Silva	23/07/2003	Sim	15				15
366	Gustavo Dusi Bochenek	13/05/1997	Sim	15	35	25		75
255	Gyovana Gosalan Buzzini dos Santos	26/07/2007	Sim					0
294	Helena Padilha	09/06/2004	Sim	15	35			50
438	HELIO JOSE VIDA	19/03/1985	Sim	15	35			50
165	Hellen Luise Hass	25/07/1992	Sim	15	35	25		75
431	IAGO ORLEAN DE SIQUEIRA PINTO	25/09/1999	Sim	15	35	25	25	100
426	Ingrid De Mello	07/09/1993	Sim	15	35			50
293	Irenice dos Santos Carneiro	13/08/1985	Sim	15				15
442	Isabele Hipólito Azevedo	22/12/2000	Sim	15	35	25		75
323	Isabeli Aparecida Wassonski	29/10/2001	Sim	15	35			50
390	Isabella Fantin Marcos Abreu	24/08/2001	Sim	15	35	25		75
351	Isadora Hipólito Azevedo	22/12/2000	Sim	15	35			50
202	Janaina de Jesus Antunes	07/02/1995	Sim	15	35			50
428	Janayna Santos Roscosz	09/07/2000	Sim					0
175	janieli vieira	13/05/2000	Sim	15				15
288	Jean Ferrando	04/03/1999	Sim	15				15

331	Jenifer dos Santos Tomaz	12/01/2000	Sim	15				15
303	Jenifer Monteiro	02/12/1998	Sim	15				15
375	JERUSE LEDINE RIFFERT	19/04/1997	Sim	15	35			50
280	Jesiel dos Passos Ferreira	01/03/2004	Sim	15				15
388	Jessé scepanski	20/10/1992	Sim	15				15
242	jessica de jesus camargo	15/07/2000	Sim	15				15
361	Jessica Karina Burakovski	28/05/1996	Sim		35			35
215	Joanita Aparecida Linhares Seixas	15/09/1965	Sim	15	35	25		75
342	João Carlos Ribeiro da Silva	15/11/1997	Sim	15	35			50
285	João Paulo Galvão de Ramos	19/08/2006	Sim	15	35			50
369	João Victor Lacerda	31/05/2008	Sim					0
166	joelma meneguel da anunciaçao	05/09/1976	Sim		35	25	25	85
201	John Vinicius Albano Rodrigues	01/08/2006	Sim	15				15
173	JONAS TIAGO DOS SANTOS SCOLIMOSKI	11/12/1989	Sim	15				15
383	José Carlos Rodrigues Júnior	03/04/1983	Sim	15	35			50
174	Joselene das Graças krasucki	22/01/1989	Sim	15	35	25		75
248	Josiane de Fátima Santos Gonçalves	06/10/1980	Sim	15				15
261	Josiele Seixas Hartmann	02/11/1999	Sim	15				15
168	Joyce Sotero Teixeira Prates	19/10/2007	Sim					0
436	JUCIANE APARECIDA COSTA	11/10/1996	Sim	15	35	25		75
367	Júlia Cristine do Nascimento do Pilar	29/12/2002	Sim	15				15
328	Julian Pinto Iurczyszyn	14/06/2006	Sim	15				15
301	Juliana Aparecida Ferreira	30/11/1984	Sim	15	35	25		75
402	Juliana de Cassia Ristow stricker	24/06/1978	Sim	15				15
382	Juliana de Fátima Leite de França	21/07/1985	Sim	15				15
231	Juliana Pabis	03/08/2002	Sim	15	35			50
272	Kaliany Baggio Rocha	09/01/2009	Sim					0
394	Karine Wendler Baldo	18/09/2006	Sim					0
339	Karoliny Albuquerque bach	15/05/1991	Sim	15				15
234	KARYN DE JESUS DE OLIVEIRA	15/03/2005	Sim					0
381	Kauane Letícia Fritz de Oliveira	28/08/2004	Sim					0
167	Kauane Margraf	28/09/2004	Sim					0
432	Kauane Teixeira	28/10/2002	Sim		35			35
424	Kelli Verne	01/06/2001	Sim					0
325	Kendra luana Cobachuk	25/05/1994	Sim		35			35
185	Ketlin Geovana dos Santos sanson de morais	27/03/1997	Sim					0
217	Laurenn Giordana Kapp Zanetti	29/08/2002	Sim	15				15
385	Leonardo Adames Martins	23/06/1992	Sim					0
283	Leonardo Tasso Guites	15/03/2004	Sim	15				15
318	Letícia Aparecida Blaginski	29/05/1998	Sim	15	35			50
197	Letícia Mayer Kurek	01/08/2006	Sim					0
170	Letícia Moscaleski	15/03/1988	Sim	15				15

227	Leticia Rodrigues Silveira	08/05/2004	Sim					0
247	LIDIA REGINA DELUCA PESSOA	18/08/1971	Sim	15				15
223	Lis Ketlin Novaki	15/09/1997	Sim					0
324	Livia Padilha Viante	12/09/2004	Sim	15	35			50
315	Luana Begosso de Almeida Kuhn	03/02/2000	Sim	15				15
157	Luana de Paula	23/03/2002	Sim	15				15
401	Lucas Antonio Bianco Roth	29/11/1997	Sim	15	35			50
343	Lucas Sequinel Stempinhaki	05/08/2006	Sim	15				15
220	Lucia de Lima Fernandes	05/07/1985	Sim		35			35
186	Luciane Aparecida portes	30/06/1969	Sim	15				15
256	Luciane Gordia	03/07/1973	Sim	15				15
193	Lucimara Gonçalves Cox	14/08/1970	Sim	15				15
391	Luís Emanuel Damasceno Pereira	19/06/1982	Sim	15				15
211	LUIZ BERNARDI	14/11/1951	Sim	15	35	25		75
203	Luiz Guilherme de Goes	24/07/2002	Sim	15	35	25		75
414	LUIZ GUSTAVO HAVRECHAKI	29/10/2000	Sim	15				15
212	Luiza Ribeiro do Rosário	06/03/1999	Sim	15				15
445	Luzia burkot iantas	09/01/1982	Sim	15			25	40
184	Maiara Assunção	27/08/1985	Sim		35	25		60
267	Maicon Douglas Gomes	07/10/1997	Sim	15				15

410	Maila Giovana Hiebert Osorio	27/11/1999	Sim	15				15
298	Manuela Fernandes Moletta	15/09/2006	Sim	15				15
305	MARCELO DE OLIVEIRA BRIZOLA	14/04/1982	Sim	15	35			50
336	Marcelo Henrique Sequinelli dos Reis	11/04/1999	Sim	15				15
319	Márcio Vinícius Santos Nascimento	23/10/2000	Sim	15				15
372	Marcos Aurélio stall	16/11/1966	Sim	15	35	25	25	100
282	MARCOS VIGAND	11/03/1988	Sim	15	35	25	25	100
160	MARIA ANGELICA SANTANA DA SILVA	19/04/1998	Sim	15				15
370	Maria Eduarda de Sá Ribas	14/01/2009	Sim					0
297	Maria Fernanda Stelle	21/08/2002	Sim	15				15
230	Maria Priscila Rogovski	12/09/2004	Sim		35			35
357	MARIA VYTORIA ZAVORNE SILVEIRA	25/10/2008	Sim					0
311	MARIANE APARECIDA LEAL	16/09/2005	Sim	15				15
218	Maricléia Kapp	22/03/1972	Sim					0
207	Mariele Oliveira de França Meira	24/07/1988	Sim	15				15
187	Marielle Ciemnievsky Tillmann	17/03/1990	Sim	15	35	25		75
365	Marlene da Cruz Mendes	02/12/1974	Sim					0
235	Marli tracz	06/09/1972	Sim	15	35			50
406	Matheus Henrique de Marafigo	14/07/2004	Sim	15	35			50
281	MAYARA DE ALMEIDA	02/12/1992	Sim	15				15
241	Meiry Anny dambroshi	03/01/1994	Sim	15				15
154	Michele aparecida Guimarães rain	11/10/1986	Sim	15	35	25		75
229	Michele leal	20/08/1986	Sim	15	35	25		75
358	Milena Cristine Alves	05/02/2007	Sim	15				15
408	MIRIANE ZWIEGICOSKI	25/12/1986	Sim	15	35			50
259	Monique Borges Seixas	24/03/2004	Sim	15				15
419	Monique da luz Batista	26/12/2002	Sim	15	35			50
337	Myllena Novaes Taques Santos	25/02/2001	Sim		35			35
316	NAIANA KAPP SILVA	02/03/1989	Sim	15	35	25	25	100
321	Natalia Ripka	27/12/2006	Sim					0
302	NATASHA SAIDES CAMARGO	02/02/2003	Sim	15				15
183	Nathalia Martins	21/10/1996	Sim	15				15
350	NATHALY BUENO DOS SANTOS	02/05/2001	Sim	15				15
195	Nilton Ferreira Magalhaes	07/01/2006	Sim					0
177	Noeli Bezerra da Silva	19/10/1969	Sim	15				15
380	Osnei Osires Stelle	29/11/1973	Sim	15	35	25		75
449	Patricia Willan de Santa Clara BREGINSKI	06/12/1988	Sim	15				15
158	Paulo Gabriel dos santos	22/12/2001	Sim	15				15
214	Polyana Almeida e Silva	11/10/2006	Sim					0
349	PRISCILA DE SOUZA	02/09/1983	Sim	15	35			50
278	Rafael Mozart Mercer	08/01/1986	Sim	15	35			50
219	Rafael Titski Carneiro	15/03/2001	Sim	15				15
363	rafaela camargo da silva	16/01/1998	Sim	15				15
191	Rafaela Dias de lima dos santos	27/11/2001	Sim					0
418	Raissa Dups Eurich	05/04/2003	Sim	15	35			50
181	Raíssa Tamine Pacheco	05/01/2000	Sim					0
192	Reniandra da Silva paizani	29/02/2000	Sim					0
289	Rhobhysonn Bojko	30/01/2002	Sim	15	35	25		75
355	RITA ANREIA VENC	21/01/1981	Sim	15	35			50
371	Robson Vilmar Da Silva dos Santos	13/09/2005	Sim					0
249	Rodolfo Vinicius Minuk de Oliveira	23/02/2004	Sim	15				15
341	Rodrigo Eduardo Rodrigues	29/08/2004	Sim					0
275	RONALDO GIMENEZ MONTEIRO	17/08/1980	Sim	15	35	25		75
206	Rosenilda schweigert maia	12/07/1983	Sim	15				15
378	Rosi Bento	03/05/1978	Sim					0
312	SAMUEL BARBOSA MENDES	14/03/1985	Sim	15	35			50
429	Sandra Ferreira Machado	02/01/1981	Sim	15				15
189	Sara Louise Cordeiro Teixeira	12/06/1999	Sim					0
240	Sariah AHMAD OLIVEIRA CHOUCAIR	23/05/2000	Sim		35	25		60
262	Scheila Da Silva Neto Bernal	02/09/1996	Sim	15	35			50
322	Serli de Fátima Muller Farias	20/11/1970	Sim					0
251	Sheley Catarina Nunes	23/12/2004	Sim					0
225	SIMONE FREITAS DA SILVA	04/11/1993	Sim	15	35	25		75
164	Soraya Mohamed Ayoub	07/11/1983	Sim	15				15

373	Suélen Mara Bordinhão	23/08/1989	Sim	15	35	25		75
169	Taciane Aparecida Chaves	06/07/1992	Sim	15	35	25		75
310	Taciane Viante	21/11/1988	Sim	15	35	25		75
263	Talita Rocha marques	14/02/2006	Sim		35	25	25	85
359	Tamine de Fatima Ramos Berger	06/12/1999	Sim	15	35			50
417	TATIANE APARECIDA ALVES	25/06/1983	Sim	15	35	25		75
171	Tatiane Fonseca Azevedo	25/08/2000	Sim	15	35			50
194	Tatieli cristine da Fonseca Gonçalves	30/03/1990	Sim	15				15
269	THALISSA BETIM MELEK	26/06/2005	Sim	15				15
179	Thayrini Kampa Klimiont	21/09/2007	Sim	15				15
441	Tomaz Henrique Monegati da Silva	25/07/2001	Sim	15				15
286	Ulisses Átila Arrais e Moura	27/03/1968	Sim					0
258	Valesca Rain do Nascimento	20/05/2007	Sim					0
277	Valquir Barreto Junior	13/02/1991	Sim					0
422	Vanda Mereles de Souza	27/05/1972	Sim	15	35			50
200	VANDERLÉIA APARECIDA RUSGOSKI ROCHINSKI	05/11/1994	Sim	15	35			50
364	Vanderleia Tomel Reinauer	03/09/1986	Sim	15	35	25		75
299	VANESSA SANTOS	31/12/1981	Sim	15	35	25		75
221	Venina Lima Santos Gruber	03/11/1988	Sim					0
264	Veridiane Ferreira	18/07/1991	Sim	15	35			50
292	VICTOR HUGO BAGGIO	27/10/1981	Sim	15				15
353	Vitória Baptista Nowakowski	02/06/2006	Sim					0
374	Vitória Przybyciem	17/01/2006	Sim	15				15
354	Viviane de Paula Ferreira	11/01/1980	Sim	15	35	25		75
407	Walehria Beghe Colaço	27/11/2003	Sim	15				15
444	Weslei Lourenço	12/03/1999	Sim	15				15
190	WESLEY GABRIEL ALVES ANTUNES	04/10/1996	Sim		35			35
376	Willian Filadelfo Rodrigues	13/09/1989	Sim	15				15

CARGO: CIRURGIÃO DENTISTA

inscrição	Nome Completo	Nascimento	Declaro possuir a formação mínima exigida para o cargo pretendido	Título 1 (15 pontos)	Título 2 (25 pontos)	Título 3 (25 pontos)	Título 4 (35 pontos)	Total
461	Ademar Machado tavares	25/05/2000	Sim	15				15
480	Alice Maria Swiech	08/08/1998	Sim	15	25			40
477	Ana Beatriz Gonçalves Araújo	31/07/1998	Sim		25			25
481	Ana Carolina de Sousa Oliveira Oliveira	15/10/1995	Sim	15	25	25		65
516	Ana Carolina Lopes Castro	11/01/2000	Sim	15	25			40
451	Andreia da Silva Guedes Furlan	12/05/1976	Sim		25	25		50
490	Andressa Luciane Vieira Dzuba	13/09/2001	Sim	15	25			40
478	Arieth Cristina Sacomani	29/12/1985	Sim	15	25		35	75
472	Bruna Aparecida Trigueiro dos Santos	12/02/1996	Sim	15				15
511	Bruna de Souza Trova Oliveira	31/10/2002	Sim	15				15
507	Camille A Ribas	19/11/2004	Sim	15				15
482	Caroline Oliveira Caldas	25/11/1993	Sim		25			25
508	Cliciane Czelusniak	22/03/1988	Sim	15	25			40
520	Débora Carla Matos da Silva	22/11/1981	Sim		25	25		50
484	deborah raquel ruthes menegolo capraro	14/03/1987	Sim		25			25
528	Eliza Mara da Silva	21/06/1983	Sim	15	25	25		65
498	Emilly Wronsky Reisdorfer	28/06/2003	Sim	15				15
473	Erika do Carmo Iaros	16/07/2003	Sim	15				15
487	Fernanda Butenes	27/11/1996	Sim	15	25			40
496	Gabriel Alves Rodrigues	28/01/2000	Sim	15				15
479	Gabriel David Cochinski	11/09/1996	Sim	15			35	50
512	Gabriel Reis da Silva	03/02/2003	Sim	15				15
453	Gabriela Fernanda Schiochet	20/06/2000	Sim	15	25		35	75
513	gabriela pestana da costa	27/06/1995	Sim	15	25	25		65
493	Gabrielli Denepotti	12/03/2004	Sim	15				15
524	Heloise Roberta Villela	21/02/1998	Sim	15				15
527	Isabele Morais Ratin	15/04/1997	Sim	15		25		40
491	Jeniffer Karyle Stanczyk	24/01/1993	Sim	15	25	25		65
456	Jessica Cristine Marciniack Kempp	20/12/1999	Sim	15		25		40
495	JESSICA MATIAS DOS SANTOS	15/12/1999	Sim	15		25		40

468	João Felipe Motta Moreira	14/08/1990	Sim	15	25			40
464	João Vitor Fabricio Bueno	13/05/2000	Sim	15	25			40
471	Joelize Antunes de Lima Soares	22/06/1991	Sim	15	25	25		65
470	JONAS ALAN CARISSIMI	17/01/1986	Sim	15	25	25		65
483	Josefa Cristiane Filipak	31/01/1991	Sim	15				15
467	Kauê Gabriel Rangel Bacetto	23/02/2000	Sim	15	25			40
485	ketlin vieira ramon loyola	28/12/1973	Sim	15	25	25		65
466	Lauro Henrique Oliveira de Campos	17/03/1992	Sim	15		25		40
519	Leonardo Vinicius Pawlak Galvão	10/04/2001	Sim	15				15
475	Letícia Falarz	24/04/2004	Sim	15				15
515	Lidia Maria Vitória dos Santos	03/08/2001	Sim					0
497	Lorena Christine dos Santos	29/09/1999	Sim	15	25			40
462	LORENA CZELUSNIAK CALAÇA	04/10/1995	Sim	15				15
476	Lourdes Zeballos	10/09/1990	Sim		25		35	60
465	Lucas Kemmerer Gomes	19/04/2003	Sim	15				15
459	Luyssa Carly De Morais	10/11/1994	Sim	15	25	25		65
494	Marcelly Anny Gonçalves de Oliveira Peracini	07/02/1999	Sim	15	25		35	75
452	Maria Caroline Rochinski de Assis	17/06/2003	Sim	15				15
526	Maria Paula Vilas Boas Manso	12/05/1999	Sim	15				15
506	Mariana Ditzel Stanczyl	08/07/1990	Sim	15	25			40
522	Maurício Correa Pinho	29/07/1976	Sim	15	25	25		65
517	Michele Bail	20/04/1976	Sim	15	25		35	75
460	Michele portela da luz	06/02/1990	Sim	15	25	25		65

521	Milena Cenci Grando	15/05/2002	Sim	15				15
457	MILLENA BARRETO RONDEN	03/10/2000	Sim	15	25			40
505	Monique Nascimento dos Santos Pires	29/05/1996	Sim	15	25	25		65
458	NATHALIA CAROLINE DA LUZ	22/12/2003	Sim	15				15
500	OSMAIDIS MENDOZA ROSABAL	21/06/1993	Sim		25			25
454	Pãmela Nunes Porto	03/06/1998	Sim	15	25			40
509	Renata Ritter Wodiani	12/12/1996	Sim	15	25			40
474	Rodrigo Ap Tocunduva Celin	19/11/1985	Sim	15	25	25	35	100
488	Rodrigo dos Santos Carneiro	13/05/1977	Sim	15				15
502	sabrina vieira talavera	10/07/2000	Sim	15				15
463	Sandro Blaser Gouvêa	15/07/1979	Sim	15	25			40
503	Suélen Mara Bordinhão	23/08/1989	Sim	15	25	25		65
455	Suzane Aparecida dos Santos	03/06/1991	Sim	15	25	25		65
499	Taciane Laíse Bresolin	16/04/1995	Sim	15	25			40
518	Tamiris Christensen Bueno	09/07/1993	Sim	15			35	50
504	Thiago de Souza	14/08/2000	Sim					0
486	Thomas Villwock Fehrmann	13/09/1999	Sim	15				15
469	Valentina Castanho Tramontina	18/02/2003	Sim	15				15
489	Víthor Lorenzo Marensi dos Santos	15/10/2001	Sim	15				15
501	Vívian Freire Simionato	09/10/1998	Sim	15	25			40
492	WILBENIA PONTES LEMOS	27/03/1983	Sim	15	25	25		65

CARGO: CIRURGIÃO DENTISTA - ESF

inscrição	Nome Completo	Nascimento	Declaro possuir a formação mínima exigida para o cargo pretendido	Título 1 (15 pontos)	Título 2 (25 pontos)	Título 3 (25 pontos)	Título 4 (35 pontos)	Total
592	Alessandra dos Santos Tavares Vieira	10/05/1987	Sim	15	25	25		65
575	Alice Maria Swiech	08/08/1998	Sim	15	25			40
619	Aline Flaviane da Silva	11/07/1988	Sim	15				15
620	Amanda Ariette de Moraes	02/09/1986	Sim	15	25	25		65
617	Amanda Coelho Novaki	15/09/2004	Sim	15				15
585	Amanda Cristina Toneli	18/07/2000	Sim	15	25			40
572	Ana Beatriz Gonçalves Araújo	31/07/1998	Sim		25			25
576	Ana Carolina de Sousa Oliveira	15/10/1995	Sim	15	25	25		65
625	Ana Carolina Lopes Castro	11/01/2000	Sim	15	25			40
534	Ana Rebeca dos Santos Lopes Oliveira	09/08/2003	Sim	15				15
529	Andreia da Silva Guedes Furlan	12/05/1976	Sim	15	25	25		65
571	Andressa Luciane Vieira Dzuba	13/09/2001	Sim	15	25			40
616	ARIANA SOLILLA GAMA DE SOUZA	16/05/1989	Sim	15				15
573	Arieth Cristina Sacomani	29/12/1985	Sim	15	25		35	75

574	Auili da silva lira	09/11/1992	Sim	15		25		40
562	Bruna Aparecida Trigueiro dos Santos	12/02/1996	Sim	15				15
613	Bruna de Souza Trova Oliveira	31/10/2002	Sim	15				15
607	Camille de Almeida Ribas	19/11/2004	Sim	15				15
596	Carlos Eduardo Costa Kirch	21/08/1998	Sim	15				15
566	Carlos Erinaldo Batista Camacho	16/06/1989	Sim	15	25	25		65
577	Caroline Oliveira Caldas	25/11/1993	Sim		25			25
565	Clara Mesquita Lara Gontijo	26/05/1997	Sim	15		25		40
581	Cliciane Czelusniak	22/03/1988	Sim	15	25			40
544	Débora Carla Matos da Silva	22/11/1981	Sim		25	25		50
559	Eliza Mara da Silva	21/06/1983	Sim	15	25	25		65
595	Emilly Wronsky Reisdorfer	28/06/2003	Sim	15				15
563	Erika do Carmo Iaros	16/07/2003	Sim	15				15
579	Estefani Luz Batista Foss	04/03/1994	Sim	15	25	25		65
588	Gabriel Alves Rodrigues	28/01/2000	Sim	15				15
614	Gabriel Reis da Silva	03/02/2003	Sim	15				15
532	Gabriela Fernanda Schiochet	20/06/2000	Sim	15	25		35	75
536	gabriela pestana da costa	27/06/1995	Sim	15	25	25		65
597	Gabriele Koga Plodek	03/10/2002	Sim	15				15
580	Gabriella Rodrigues Rocha	10/01/1998	Sim	15	25	25		65
591	Gabrielli Denepotti	12/03/2004	Sim	15				15
551	GUSTAVO MOZART DE SOUZA SILVA	19/03/2002	Sim	15		25		40
624	Heloise Roberta Villela	21/02/1998	Sim	15				15
541	Isabele Morais Ratin	15/04/1997	Sim	15	25			40
548	Jackeline Duda	23/05/2004	Sim	15				15
539	JEFFERSON JOSÉ DE OLIVEIRA	17/08/1967	Sim	15	25	25	35	100
587	Jeniffer Karyle Stanczyk	24/01/1993	Sim	15	25	25		65
538	Jessica Cristine Marciniack Kempp	20/12/1999	Sim	15		25		40
594	JESSICA MATIAS DOS SANTOS	15/12/1999	Sim	15		25		40
611	Jessyca Melo Barbaresco	20/11/1992	Sim	15	25	25		65
552	João Vitor Fabricio Bueno	13/05/2000	Sim	15	25			40
561	Joelize Antunes de Lima Soares	22/06/1991	Sim	15	25	25		65
560	JONAS ALAN CARISSIMI	17/01/1986	Sim	15	25	25		65
556	Kaue Gabriel Rangel Bacetto	23/02/2000	Sim	15	25			40
537	ketlin vieira ramon loyola	28/12/1973	Sim	15	25	25		65
555	Lauro Henrique Oliveira de Campos	17/03/1992	Sim	15		25		40
569	Letícia Falarz	24/04/2004	Sim	15				15
602	Leticia Ferreira Rocha	11/08/1999	Sim	15	25			40
586	LORENA CHRISTINE DOS SANTOS	29/09/1999	Sim	15	25			40
549	LORENA CZELUSNIAK CALAÇA	04/10/1995	Sim	15				15
558	LUANA DA SILVA DUARTE	15/01/1997	Sim	15				15
564	Luana Gabriele Silva Martins	27/09/1999	Sim	15	25			40
553	Lucas Kemmerer Gomes	19/04/2003	Sim	15				15
543	Luyssa Carly De Morais	10/11/1994	Sim	15	25	25		65
612	Mabel Martins Lima	18/10/1989	Sim	15	25			40
545	Maria Anita de Queiroz Arlant	07/05/1998	Sim	15	25	25	35	100
531	Maria Caroline Rochinski de Assis	17/07/2003	Sim	15				15

615	Maria Eduarda Moreira de Araujo	26/10/2002	Sim	15	25	25		65
622	Maria Paula Vilas Boas Manso	12/05/1999	Sim	15				15
606	Mariana Ditzel Stanczyl	08/07/1990	Sim	15	25			40
610	Mariely gimovski	16/08/1998	Sim	15				15
584	Marisa Mattos Santos	11/07/1982	Sim	15	25			40
535	Marisol Bechelli	07/06/1963	Sim	15	25	25		65
590	MICHELE BAIL	20/04/1976	Sim	15	25		35	75
546	Michele Portela da luz	06/02/1990	Sim	15	25	25		65
623	Milena Cenci Grando	15/05/2002	Sim	15				15
540	MILLENA BARRETO RONDEN	03/10/2000	Sim	15	25			40
568	Monique Nascimento dos Santos Pires	29/05/1996	Sim	15	25	25	35	100
547	Naluma Guimarães Barros Campos	04/08/1988	Sim		25			25
542	Nathália Caroline da Luz	22/12/2003	Sim	15				15
599	OSMAIDIS MENDOZA ROSABAL	21/06/1993	Sim		25			25
533	Pamela Nunes Porto	03/06/1998	Sim	15	25			40
554	POLYANNA DE ALMEIDA RIBEIRO	15/08/1996	Sim		25	25		50
578	Rafael Ademar Lopes	25/03/1991	Sim	15	25	25		65

598	Ramys Chaouiche Leal	17/11/2000	Sim	15				15
570	Rebecca Cardoso Kraemer	25/05/2000	Sim	15		25		40
608	Renata Ritter Wodiani	12/12/1996	Sim	15	25			40
567	Rodrigo Ap Tocunduva Celin	19/11/1985	Sim	15	25	25	35	100
550	Sandro Blaser Gouvêa	15/07/1979	Sim	15	25			40
530	Sergio Grijó	14/12/1966	Sim	15	25	25		65
603	Sthefani Inacio Schoel	11/12/2000	Sim	15	25	25		65
601	Suelen Souza de Oliveira	14/12/2000	Sim			25		25
583	Taciane Laíse Bresolin	16/04/1995	Sim	15	25			40
618	Tamiris Christensen Bueno	09/07/1993	Sim	15			35	50
605	Thiago de Souza	14/08/2000	Sim					0
604	Vera Midori Shimabukuro	19/09/1969	Sim	15	25	25		65
589	Víthor Lorenzo Marensi dos Santos	15/10/2001	Sim	15				15
600	Vívian Freire Simionato	09/10/1998	Sim	15	25			40
557	VIVIANE BISPO DE ASSIS	29/05/1992	Sim	15	25	25		65
582	WILBENIA PONTES LEMOS	27/03/1983	Sim	15	25	25		65
609	Ysa Lorrane dos Santos Eidam	02/05/1998	Sim	15				15
621	Yuri Dutra Florencio	21/12/2000	Sim	15				15

CARGO: ENFERMEIRO

inscrição	Nome Completo	Nascimento	Declaro possuir a formação mínima exigida para o cargo pretendido	Título 1 (15 pontos)	Título 2 (25 pontos)	Título 3 (25 pontos)	Título 4 (35 pontos)	Total
663	Adão da Luz	27/06/1990	Sim	15	25			40
670	ADENILSON FRANCISCO DA SILVA	16/04/1971	Sim	15	25	25		65
649	ALBONI COELHO DA MOTTA	30/12/1971	Sim	15	25	25		65
723	Alessandra Eidelwein Magalhães Siebeneichler	18/04/1980	Sim	15	25	25		65
668	ALEX ALVES CAMARGO	17/07/1992	Sim	15	25		35	75
682	ALEX BEZERRA DA SILVA MACIEL	28/10/1993	Sim	15	25		35	75
658	Alice Penteado Gomes	29/01/2003	Sim	15				15
684	ALINE ADRIELY RIZIKI	15/04/1989	Sim	15	25	25		65
674	ALINE DE PAULA SANTOS	15/04/1991	Sim	15	25			40
692	Amanda da Costa Kosloske	25/10/1999	Sim		25			25
730	Amanda Kaylane Mattozo	20/11/2002	Sim	15	25	25		65
701	Ana Lucia de Lara Gomes	12/06/1987	Sim	15				15
639	Ana Paula Gauliki Pinheiro	19/09/1998	Sim	15	25			40
724	Andreia Do Rossiu Fogues	05/07/1976	Sim		25			25
630	Anelise Jaremtchuk Kirian	24/01/1990	Sim	15	25			40
671	Angela Cristina Gonçalves	29/04/1976	Sim	15	25			40
657	ANIELI CRISTINA COSTA	29/04/2002	Sim	15	25	25		65
698	ANTONIO CARLOS DA SILVA	13/02/1966	Sim	15	25			40
653	aparecida araujo dos santos	15/11/1976	Sim	15	25			40
627	Ariane Sibelski Neves Sales	31/05/1991	Sim	15	25			40
632	Bianca Portes Ribeiro	11/10/1999	Sim	15	25			40
696	CAMILA BATISTA WOICIZACK PAES	25/11/1994	Sim	15	25		35	75
659	camila sabatoski gonçalves	17/11/1995	Sim	15	25			40
654	Chaira Gonçalves de Oliveira	07/05/1990	Sim					0
672	Daniel Farias	23/04/2000	Sim	15				15
642	DANIELLI DE SOUZA MACHADO	06/01/1987	Sim	15	25			40
678	Dayane dos Santos Pierin	10/02/2004	Sim	15	25			40
637	Deuzenir Rodrigues de Moura	26/10/1991	Sim	15	25	25		65
629	Eduarda Carolyna Myszkovski Araujo	27/07/1998	Sim	15	25	25		65
685	Elaine Cristina Lial da Silva	04/01/1981	Sim	15	25			40
661	elcio moraes	07/08/1967	Sim	15	25	25		65
709	ELENITA APARECIDA FERREIRA	24/01/1976	Sim	15	25	25		65
720	ELIENE FERREIRA VISBISKI	11/12/1985	Sim	15				15
643	Elvis Marques HENRIQUESSON	28/06/1983	Sim	15	25	25		65
652	EMANUELLE DE ALMEIDA	24/10/1998	Sim	15	25		35	75
710	FABIANA DOS SANTOS CORREA	22/09/1976	Sim	15	25			40
660	fabiane michelli de oliveira	21/11/1987	Sim	15				15
667	FERNANDA SZLYJAN KREMER	09/02/1982	Sim	15	25			40
707	Fernando Titski Ehalt	23/11/2000	Sim	15	25			40
725	Francine Haas	27/10/1985	Sim	15	25			40

714	GABRIEL SCHIMILOUSKI DUVOISIN	18/02/1998	Sim					0
638	Geane da Aparecida Costa De Bôrtoli	10/10/1975	Sim	15				15
690	Graziela Bueno da Silva	10/01/2001	Sim	15	25			40
695	Helena Christina Schlaak	03/05/1997	Sim	15				15
728	HENRIQUE ZALESKI	08/09/1998	Sim	15				15

666	Hirleny Bezerra dos santos Fonseca	05/08/1980	Sim	15	25	25		65
704	Ingrid Caroline Cochinski Sanson	04/09/1989	Sim	15	25			40
634	Iohanna Hellen Santos	12/04/1989	Sim	15	25			40
712	Isabela Fachini Rodrigues	10/03/1993	Sim	15	25			40
669	JAQUELINE CORREA GUIMARAES MOREIRA	09/01/1988	Sim	15	25			40
713	Jhenifer Lino De Oliveira	06/01/2004	Sim		25			25
686	JOSE IDILSON FERREIRA	22/08/1980	Sim	15	25	25		65
648	Josiany Monteiro Faria de Barros	29/06/1986	Sim	15	25	25		65
717	JOYCE APARECIDA SLUZALA HOTZ BUENO	25/10/1993	Sim	15	25			40
706	Juliana Silva do Nascimento	04/07/1992	Sim	15	25		35	75
641	Juliano Cesar Semkiw	19/11/1992	Sim	15	25			40
691	Karla de Lima Stanczyk	27/04/2002	Sim	15	25	25		65
689	kathia lisiane king	18/08/1978	Sim		25			25
683	KENIA NEIVA COSTA E SILVA	18/02/1980	Sim	15	25	25		65
644	letícia mildemberg Pereira	26/12/1997	Sim	15				15
702	Letícia Pires Padilha	29/06/2000	Sim	15	25			40
715	Lilian Ribeiro Martins Vilas Boas	07/05/1988	Sim	15	25			40
688	Loiana Sviech	06/11/1999	Sim	15	25			40
676	Luana Flores	17/07/2000	Sim	15	25	25		65
665	Lucas Tiago Muka Netzel	22/06/1994	Sim	15				15
716	Lucemara Camargo de Oliveira	16/07/1965	Sim	15	25	25		65
694	LUCIANA CRISTINA CONDESSA CANSO	24/11/1972	Sim	15	25			40
727	Luiza Chereda	07/05/2004	Sim	15				15
675	MARCIA ROCHA MATOS	10/06/1972	Sim	15	25			40
636	Marcila Martins de Oliveira	10/07/1982	Sim	15	25	25	35	100
628	marcos tiago mendes	23/01/1985	Sim	15	25	25		65
729	Margarida Skarlatty Xavier Marcelino	21/02/1996	Sim	15	25	25		65
626	MARIA ANGELICA SANTANA DA SILVA	19/04/1998	Sim	15				15
726	MARIA EDUARDA OLINEK	30/01/1999	Sim	15	25			40
656	Maria Monica costa amaral	11/11/1974	Sim	15	25	25		65
633	Mariana Iantas	01/03/2001	Sim		25	25		50
635	Matheus Schuhli Teixeira	11/09/2001	Sim	15	25	25		65
703	MAYDA SILVA DE PAIVA	18/08/1998	Sim					0
697	Monike Jardim Santos	07/06/1999	Sim	15				15
677	Myllena Ribeiro Lipski	13/03/2004	Sim	15	25			40
722	NATALIA DE AVILA STORI	26/02/1998	Sim	15	25			40
719	Pamela Renata Oliveira Pontarolo	02/02/1997	Sim	15	25			40
699	PATRICIA ALMEIDA DE OLIVEIRA ARRAIS	16/12/1992	Sim	15	25			40
705	Patrícia de Fátima Moreira	30/07/1989	Sim	15	25			40
650	Patricia Kielt	15/09/1978	Sim	15	25			40
687	Paulo Sergio Guimaraes	29/09/1995	Sim	15	25			40
662	PEDRO CASTRO DE ASSIS NETO	25/07/1989	Sim	15	25			40
680	PRISCILA BETÂNIA DALZOTTO GIOVANETTI	04/10/1989	Sim	15				15
693	Rafaela Freitas de Lima	08/11/1996	Sim	15	25			40
651	ROSANE PAZ DUARTE	08/01/1977	Sim	15	25			40
645	Rubiana Aparecida Kaspchak	07/08/1987	Sim	15	25			40
646	Ruy roseghini neto	28/10/1992	Sim	15	25			40
640	Sabrina de Paula Santos	09/03/1981	Sim	15	25			40
647	Sandro Blaser Gouvêa	15/07/1979	Sim	15	25			40
631	Sérgio Motta Chemim	28/11/1981	Sim	15	25			40
721	SILVANA DE FATIMA FONTOURA	22/09/1982	Sim	15	25	25		65
681	Sonia Maria Borges	01/06/1969	Sim	15	25			40
655	Valdeci Brito	11/05/1973	Sim	15				15
664	VANDERLEIA GIACOMINI DA SILVA	23/03/1982	Sim	15	25			40
700	Vanessa Teixeira Conrado	09/07/1981	Sim	15				15
673	Vittória Régia Sales Lima	06/02/1997	Sim	15	25			40

711	Yasmim Zeela de Lara Baptista	15/08/1998	Sim	15	25			40
708	Yuri Dutra Florencio	21/12/2000	Sim	15				15

CARGO: ENFERMEIRO - ESF

inscrição	**Nome Completo**	**Nascimento**	**Declaro possuir a formação mínima exigida para o cargo pretendido**	**Título 1 (15 pontos)**	**Título 2 (25 pontos)**	**Título 3 (25 pontos)**	**Título 4 (35 pontos)**	**Total**
790	Alessandra Eidelwein Magalhães Siebeneichler	18/04/1980	Sim	15	25	25		65
757	Alice Penteado Gomes	29/01/2003	Sim	15				15
742	Aline santos da cruz silva	19/04/1975	Sim		25	25		50
755	Aluizio dos Santos Teles	27/11/1978	Sim		25	25		50
769	Amanda da Costa Kosloske	25/10/1999	Sim		25			25
744	Ana Paula Gauliki Pinheiro	19/09/1998	Sim	15	25			40
756	ANIELI CRISTINA COSTA	29/04/2002	Sim	15	25	25		65
735	Bianca Portes Ribeiro	11/10/1999	Sim	15	25			40
765	Camila Giovanna Infantino Barreto	30/07/2001	Sim	15				15
759	Camille da Silva	22/10/2003	Sim	15				15
740	Carlos Wanderlan Mendes Junior	09/01/1991	Sim	15		25		40
771	DAIANE DA SILVA GONCALVES	17/07/1988	Sim	15	25	25		65
773	DIRLENE FELIX DA SILVA	12/09/1980	Sim	15		25		40
734	Eduarda Carolyna Myszkovski Araujo	27/07/1998	Sim	15	25	25		65
781	Elenice Pontes da Costa Barreto	08/12/1980	Sim	15				15
789	ELIENE FERREIRA VISBISKI	11/12/1985	Sim	15				15
761	elizandra porto	17/04/1982	Sim	15	25	25		65

752	EMANUELLE DE ALMEIDA	24/10/1998	Sim	15	25		35	75
780	Fernando Titski Ehalt	23/11/2000	Sim	15	25			40
791	Francine Haas	27/10/1985	Sim	15	25			40
732	Francine Moreira de Lara Guimaraes	05/06/1997	Sim	15				15
784	Gabriel Schimilouski Duvoisin	28/02/1998	Sim					0
746	giovanni gabriel banhara	20/02/2001	Sim	15	25			40
767	Graziela Bueno da Silva	10/01/2001	Sim	15	25			40
762	Heloyse Stadler	15/02/1995	Sim	15	25			40
741	Henrique Gabriel Zaleski	08/09/1998	Sim	15	25	25		65
777	Ingrid Caroline Cochinski Sanson	04/09/1989	Sim	15	25			40
783	Jhenifer Lino de oliveira	06/01/2004	Sim		25			25
751	josiany monteiro faria de barros	29/06/1986	Sim	15	25	25		65
754	Josiely Martins dos Santos	29/11/2003	Sim	15				15
786	JOYCE APARECIDA SLUZALA HOTZ BUENO	25/10/1993	Sim	15	25			40
792	Julia iantas	23/01/2006	Sim	15				15
779	Juliana Silva do Nascimento	04/07/1992	Sim	15	25		35	75
768	Karla de Lima Stanczyk	27/04/2002	Sim	15	25	25		65
747	letícia mildemberg pereira	26/12/1997	Sim	15				15
766	Loiana Sviech	06/11/1999	Sim	15	25			40
763	Lucas Tiago Muka Netzel	22/06/1994	Sim	15				15
785	Lucemara Camargo de Oliveira	16/07/1965	Sim	15	25	25		65
787	Maikon Guilherme Baumgarten	10/07/2001	Sim	15	25	25		65
764	Márcia Regina Fagundes prins stelle	02/06/1978	Sim	15	25	25		65
733	marcos tiago mendes	23/01/1985	Sim	15	25	25		65
793	Margarida Skarlatty Xavier Marcelino	21/02/1996	Sim	15	25	25		65
731	MARIA ANGELICA SANTANA DA SILVA	19/04/1998	Sim	15				15
794	Maria Monica Costa Amaral	11/11/1974	Sim	15	25	25		65
736	Mariana Iantas	01/03/2001	Sim		25	25		50
739	MATHEUS SCHUHLI TEIXEIRA	11/09/2001	Sim	15	25	25		65
776	MAYDA SILVA DE PAIVA	18/08/1998	Sim					0
772	Monike Jardim Santos	07/06/1999	Sim	15				15
795	Nataline Marques Rampineli	03/10/2000	Sim	15				
778	Patrícia de Fátima Moreira	30/07/1989	Sim	15	25			40
758	PEDRO CASTRO DE ASSIS NETO	25/07/1989	Sim	15	25			40
770	Rafaela Freitas de Lima	08/11/1996	Sim	15	25			40
748	Rubiana Aparecida Kaspchak	07/08/1987	Sim	15	25			40
749	Ruy roseghini neto	28/10/1992	Sim	15	25			40
745	Sabrina de Paula Santos	09/03/1981	Sim	15	25			40

750	Sandro Blaser Gouvêa	15/07/1979	Sim	15	25			40
753	Silvana de Fátima fontoura	22/09/1983	Sim	15	25	25		65
738	SIMONE DE FATIMA DA SILVA SANTOS	14/03/1983	Sim		25			25
775	Sionara obra pereira	23/06/2004	Sim	15				15
743	Tiago Raian Fernandes Silva	02/10/1995	Sim	15	25	25		65
760	VANDERLEIA GIACOMINI DA SILVA	23/03/1982	Sim	15	25			40
788	Vanessa Toledo Ribeiro Ferreira	19/04/1988	Sim	15	25			40
737	Vitória Fernanda Cavalcante de Oliveira	08/06/2000	Sim		25			25
782	Yasmim Zeela de Lara Baptista	15/08/1998	Sim	15	25			40

CARGO: FARMACÊUTICO

inscrição	Nome Completo	Nascimento	Declaro possuir a formação mínima exigida para o cargo pretendido	Título 1 (15 pontos)	Título 2 (25 pontos)	Título 3 (25 pontos)	Título 4 (35 pontos)	Total
836	Adones Reis da Silva	28/04/1976	Sim	15				15
799	Adriana Aparecida de Quadros	24/05/1993	Sim	15				15
841	Alessandro Costa Calaça	03/07/1999	Sim	15				15
810	Amanda Luana Machado Fracaro	16/12/1999	Sim	15				15
803	Amanda Moreno Abreu Coelho	03/06/1992	Sim		25			25
805	Amelia Minuk	26/01/1967	Sim	15				15
832	Ana Clara Faustino Lopes	26/04/2001	Sim		25			25
834	ANDERSON CATTO	08/01/1974	Sim	15	25			40
820	Andressa de Lima	02/02/1995	Sim		25			25
829	Anisabelle Freire Rocha Santos	08/01/1997	Sim		25			25
827	ANNA CAROLINE LOPES	19/02/1998	Sim	15	25		35	75
817	Aristelly Sabrina Laurentino Caires	28/07/1994	Sim	15	25			40
825	Breno Sokalski	28/02/2003	Sim	15	25			40
801	Bruna Cristina de Almeida Spoladori	19/12/1994	Sim	15	25			40
838	Camila Dias Machado	27/11/1988	Sim	15	25		35	75
842	CECILIA MINAKO OSAKO	23/04/1976	Sim	15	25			40
808	Cintia Maria de Paula Werner	11/08/1970	Sim	15	25			40
797	Daniele Schweigert Costa	09/11/1993	Sim	15				15
828	DANIELI FERMINO	15/10/1984	Sim	15	25			40
814	Debora Kleisla Gomes da Costa	15/06/1999	Sim	15				15
816	Eliaclicia Bernardo Sobrinho	28/06/1972	Sim		25	25		50
830	Elismari Katialine Olbertz Domanovski	25/05/1991	Sim	15				15

802	ELIZABETE FERREIRA PEREIRA	02/09/1976	Sim	15				15
826	Erick Ricardo De Luna Jacob	26/02/2001	Sim	15	25			40
844	Ester Silveira Cunha	01/12/1986	Sim	15				15
812	FABIANA LEITE EVANGELISTA	21/02/1981	Sim					0
796	Flávia Gabriele Costa	26/04/2002	Sim	15				15
813	Gleycielly Gianny Ferreira Soares	29/05/1990	Sim	15				15
818	Ingrid Laís Zanlorensi	27/01/2005	Sim	15				15
821	Isabelle Cristine Scolimoski Ribeiro da Luz	31/03/2002	Sim	15				15
815	Jessica Bianca de Souza	04/03/1991	Sim	15	25	25		65
804	Jordana Ferrando Trindade	31/08/2001	Sim	15				15
831	JOSE LEANDRO RIBEIRO DE SOUZA	13/04/1995	Sim	15	25			40
822	Juliana Cristina Modrow	11/07/1999	Sim	15	25	25		65
811	Juliane Neves de Quadros	04/09/1996	Sim	15				15
807	KELVIN EDSON MARQUES DE JESUS	22/07/1992	Sim	15			35	50
837	Larissa Visbiski de Paula	22/07/2002	Sim	15	25			40
800	Leidy sayuri Ramos shida	13/07/1988	Sim	15	25			40
839	Lilian Taques de Almeida Signori	17/02/1989	Sim	15				15
823	Marcela Novak Gumy	10/08/2000	Sim	15	25		35	75
835	Márcia Aparecida Cordeiro	08/04/1977	Sim	15	25			40
840	Maria Caroline Pereira dos Santos	01/07/2003	Sim	15				15
843	Maria Eduarda Baron da Silva	19/10/2004	Sim	15				15
806	Marinês Minuk	28/12/1974	Sim	15	25			40
809	Nadir Araújo dos Santos	23/08/1976	Sim	15	25			40
824	Natália Cardoso da Silva Calaça	05/04/2002	Sim	15				15
819	Paula Lavínia Lourenço	09/09/1997	Sim	15				15
798	Thaís Michele dos Santos	22/02/1992	Sim	15				15
833	Thiago Rodrigues Nascimento Rocha	01/05/1983	Sim	15	25			40

CARGO: FISIOTERAPEUTA

inscrição	Nome Completo	Nascimento	Declaro possuir a formação mínima exigida para o cargo pretendido	Título 1 (15 pontos)	Título 2 (25 pontos)	Título 3 (25 pontos)	Título (35 pontos)	Total
849	Aline das Graças Capri	10/03/1994	Sim	15				15
845	Amanda caroline Orchanheski	15/02/2004	Sim	15				15
846	Amanda de Paula	15/08/1993	Sim	15	25			40
855	ANDRESSA CRISTINA VIEIRA RIOS	25/03/1984	Sim	15	25			40
867	ANDRESSA DOS SANTOS GALVAN	12/06/1994	Sim	15	25			40
851	BRUNA CRISTINA ARAUJO DE OLIVEIRA	08/02/1993	Sim	15	25			40
870	BRUNA DOS SANTOS KREVEI	30/01/1999	Sim	15				15
852	Bruna Oliveira Egidio Barth	02/12/1996	Sim	15	25			40
853	Eva Chicanoski da Luz	17/11/1982	Sim	15				15
856	FERNANDA BEATRIZ DOS SANTOS	03/01/2003	Sim	15	25			40
847	Fernanda Pitlovanciv Gabriel	18/11/1999	Sim	15	25			40
862	Gabriela Nocêra Carneiro	22/11/1995	Sim	15	25	25		65
859	Giselle Sato	02/10/1995	Sim	15	25			40
858	Heri Carla Maria Amaral	05/01/1997	Sim	15	25			40
865	ISABELA DA SILVA LEONARDO	16/06/1988	Sim	15	25			40
860	Isabella dos Santos Silva	17/09/2002	Sim					0
854	Jéssica de Paula Pariz da Rosa	15/08/1993	Sim	15	25			40
866	Marcos Vinicius Bubna	01/08/1997	Sim	15	25			40
861	MARILZA ROSALINA DOS SANTOS	12/03/1971	Sim	15	25	25		65
864	Nanci dos Santos Lopes	18/06/1965	Sim	15	25			40
857	Nathália Luiza da Silva Barreto	28/03/1985	Sim	15				15
863	NELCIMARA Fatima MARIANO	01/11/1992	Sim	15				15
869	Poliana Mayra Ferreira da Silva	26/09/1995	Sim	15	25			40
868	Rafaela Zwiegicoski Ponijaleki	07/12/2000	Sim	15	25	25		65
850	Raiana da Silva Lopes	04/06/2000	Sim		25			25
848	Suzamara Sene	20/02/1982	Sim	15	25	25		65

CARGO: FONOAUDIÓLOGO

inscrição	Nome Completo	Nascimento	Declaro possuir a formação mínima exigida para o cargo pretendido	Título 1 (15 pontos)	Título 2 (25 pontos)	Título 3 (25 pontos)	Título 4 (35 pontos)	Total
871	Anna Maria Meller Dombroski	06/01/1997	Sim	15	25			40
872	Carolina Silveira Coelho Bassani	12/03/1987	Sim	15	25			40

CARGO: MÉDICO - ESF

inscrição	Nome Completo	Nascimento	Declaro possuir a formação mínima exigida para o cargo pretendido	Título 1 (15 pontos)	Título 2 (25 pontos)	Título 3 (25 pontos)	Título 4 (35 pontos)	Total
938	Adrian Gustavo Kalçoviski Gomes	17/06/1996	Sim	15				15
933	Adrian Lucas Vanderlinde de Araujo	03/03/2000	Sim	15				15

984	Adriane Melo	06/02/1986	Sim	15		25		40
1028	ALAN BUENO	13/09/1985	Sim	15	25	25		65
1016	Aldo Valeriano Oliveira	05/12/1985	Sim	15				15
1034	Aldrey Reis da Silva	15/02/2001	Sim	15				15
949	Alvaro Batista Rosado	01/01/2000	Sim	15				15
898	Amanda Blanski	11/12/2003	Sim	15				15
895	Ana Beatriz Silva Sant Ana	20/04/2001	Sim	15				15
932	Ana Laura Dorigon Mastellari	15/11/1999	Sim	15				15
1021	Ana Maria Benteu Tomaz	15/03/1998	Sim	15				15
894	Andre Fellipe Alves de oliveira	10/09/1993	Sim	15	25	25		65
881	Andre Luiz Franzmann Prestes	12/12/1986	Sim	15		25		40
1042	ANE CAROLINE SCHONS FINGER	21/12/1989	Sim	15				15
1022	Antônio Heleno de Brito Neto	15/04/1992	Sim	15				15
1044	Barbara Bredow	09/04/1998	Sim	15				15
992	barbara pires santos	17/07/1995	Sim	15				15
978	Betânia Formentini de Freitas	09/12/1991	Sim	15	25	25		65
1055	Bianca Pesquero Fernandes Mohr Funes	09/02/2001	Sim	15				15
1062	BRUNO DE DEUS SANTOS	29/10/1988	Sim	15	25	25		65
1060	camila alves murante	29/10/1999	Sim	15				15

957	Carine de Fátima Jenczmionki	28/06/1982	Sim	15				15
1058	Carla Masukawa Lavalle	14/04/1994	Sim	15	25	25		65
943	Carla Oliveira Cardoso	04/08/1987	Sim	15				15
1045	Carlos Daniel Bredow	27/02/1954	Sim	15				15
882	Carlos Fernando Zorzi Filho	27/12/1999	Sim	15				15
1031	Carlos Guilherme Pokes	13/04/1992	Sim	15	25	25		65
901	Carolina Manami Senke	24/10/1997	Sim					0
1052	Caroline Andressa Vazzatta	29/05/1996	Sim	15	25	25		65
966	Caroline Mary Matsumoto	27/01/1998	Sim	15				15
1011	Catarina Ayumi Teixeira	28/05/1994	Sim	15				15
940	Christian Gonçalves	08/02/1995	Sim	15	25	25		65
877	CLARISSA COELHO DE OLIVEIRA LIMA	27/09/1983	Sim	15	25	25		65
968	CLEISON FERREIRA DA SILVA	15/12/2000	Sim	15				15
1054	DAIANA PEREIRA BELAO	29/11/1994	Sim	15				15
982	DANIELI HILLESHEIM DE ALMEIDA	15/01/1999	Sim	15				15
1039	Danilo da Silva Ferreira	19/01/1998	Sim					0
1000	DANILO TANAJURA DE MELO	10/11/1973	Sim	15	25			40
972	Douglas Felipe Tavares da Silva	29/04/1999	Sim	15				15
1005	Eduarda da Silveira Cereta	02/10/1997	Sim	15	25			40
1043	Ellen Samay Rocha Silva	11/04/1995	Sim					0
915	Eloisa Gonçalves da Silva	30/07/1999	Sim	15				15
947	EMANUEL LOPES BRAGA	30/09/1989	Sim	15				15
904	Emelly Vitória de Souza Dantas Barros	27/04/1998	Sim	15				15
1004	Erikah Manasha da Conceição Saleti	10/10/1999	Sim	15				15
885	EWERTON DAVIS GUSMÃO DE SOUZA	02/01/1979	Sim	15				15
892	Fabio jose Sousa da silva	11/09/1984	Sim	15		25		40
1064	Felipe da Cruz Bezerra	16/02/1997	Sim	15	25	25		65
1015	FELIPE DA ROCHA MATOS	23/03/1993	Sim	15		25		40
1003	Fernanda Zollet	11/01/2002	Sim	15				15
970	Gabriel dos Santos	07/06/2003	Sim	15				15
967	Gabriel Duarte Passarelli	15/01/1998	Sim					0
921	gabriel furtado santos	11/07/1995	Sim	15				15
980	Gabriel Henrique Ellwanger Freire	02/06/1999	Sim	15				15
963	Gabriel Hito dos Santos	17/07/2003	Sim	15				15
958	Gabriela Barros Generoso	25/12/2002	Sim	15				15
908	Giovanna Hessmann Fernandes	01/09/1999	Sim	15				15
936	Guilherme Eugênio Gil	20/08/1996	Sim	15				15
1041	Guilherme Lavorenti Lima	17/03/1994	Sim	15	25			40
979	Gustavo Alex Assunção Dos Santos	21/03/2001	Sim	15				15
951	gustavo de campos rocha	21/05/1978	Sim	15	25	25		65
923	Gustavo Matias Ninelo	15/09/1995	Sim	15				15
929	GUSTAVO SILVA SANTOS	02/11/1999	Sim	15				15
941	Gustavo Steffen Albanski	18/07/1993	Sim	15				15
930	Hannah Kamarowski Fontana	20/04/2000	Sim					0
987	Hellen Fernanda Justi de Souza	03/04/1986	Sim	15	25	25		65
1056	HELLEN KAROLINE DE MORAES VARGAS	09/01/1999	Sim	15		25		40
948	Heloísa Pedro Germano	06/03/1995	Sim	15				15
954	HENRIQUE SILVA MANABE	15/05/2001	Sim	15				15
991	Hyrlem Silva Buna Oliveirs	03/07/1998	Sim	15				15
1013	IGOR DE LIMA CORTEZ	14/09/1992	Sim	15	25			40
975	Igor Lazaro da Silva	17/10/2000	Sim	15				15
1050	Inaiê Maiala De Almeida Miranda	26/11/1996	Sim	15				15
906	Ingrid Janzen	12/07/1991	Sim		25	25		50
899	Isabela Carolina Sampaio	04/11/1994	Sim					0
887	Isabela Maíra Meier Jardim	08/07/2001	Sim	15				15
983	Isabella Basile Rascassi	25/12/1996	Sim	15	25	25		65
1012	Isabella Fiamoncini	27/06/1998	Sim	15		25		40
1057	ISABELLE LIMA LEMOS	17/12/2001	Sim	15	25			40
989	Isadora Kertscher	27/03/2002	Sim	15				15
965	Isadora Letícia Dalbosco da Silva	19/07/2001	Sim	15				15
1061	Isadora Marcon	20/02/2001	Sim	15	25			40
960	Ivan Antonio Claro	28/02/1989	Sim	15	25	25		65
880	Jackeline Raatz de Oliveira	01/01/1997	Sim	15				15

926	JEAN ALEXANDRE CORREA VIEIRA	18/02/1980	Sim	15	25			40
1008	João Antônio Carvalho Teles	01/02/1988	Sim	15				15
878	João da Silva Neto e Neto	30/09/1995	Sim	15	25			40
890	JOAO FELIPE PERLIN SILVA	09/09/1998	Sim	15	25			40
1048	João Frederico Musial	29/06/1990	Sim	15			35	50
1038	João Pedro Jung dos Santos	26/04/1995	Sim	15				15
1053	JOÃO VICTOR ALVARES MAGGIO	05/02/1999	Sim	15				15
924	Joao Victor Silva Faccin	27/06/2002	Sim	15				15
886	João Vitor Manetti Manganotti	26/09/1998	Sim	15				15
1026	José Ikeda Neto	27/11/1991	Sim	15	25	25		65
935	JOSE RAPHAEL PINTO GONCALVES	16/06/1999	Sim	15				15
990	Josué Gabriel	19/01/2001	Sim	15				15
907	Juciandre Capri	26/05/1993	Sim	15				15
875	Juliana Aparecida De Suss	06/05/1999	Sim	15				15
997	Juliana de Souza Possidonio	13/11/1998	Sim	15		25		40
1040	Juliane Pietras	16/06/2000	Sim	15				15
914	Junior Cesar Bergamaschi	05/04/1991	Sim		25	25		50
985	Kaliny Oliveira Santiago	19/04/2000	Sim	15				15
1007	Kamila Diana Dantas da Costa	17/05/1988	Sim					0
902	karla luiza mayer	23/07/1991	Sim	15				15
995	Karlla Caroline Santos	20/02/1997	Sim	15				15
1019	Keytty Anne Dantas da Costa	03/07/1986	Sim	15				15
988	Larissa Anjos Luciano Kirch	22/12/1998	Sim	15				15
911	Larissa Tolentino de Freitas Rosa	15/04/1993	Sim	15				15
981	Larissa Voss	14/03/2000	Sim	15				15
897	LEANDRO ALBERT STEINER	22/02/1987	Sim	15				15
1001	Leandro Brasil Ferro Costa	22/09/1982	Sim	15	25	25		65
1033	Leonardo Markowicz	17/05/2001	Sim	15				15
1059	Letícia Bortolazzi	15/06/2000	Sim	15				15
1017	Letícia de Castro Neves Lima	12/01/1999	Sim	15				15
903	Lorrani Lopes Duffeck	06/10/2001	Sim	15				15
998	Lucas Kenji Toriy Botelho	21/12/2001	Sim	15				15
1014	Luciana Dourado Rosa	07/08/1984	Sim	15				15
1018	Luciana Karine dos Santos	05/08/1994	Sim	15				15
928	Luciano Monteiro Perdigão Pereira Brito	15/08/1979	Sim	15	25	25		65
874	LUIZ FELIPE MENDONÇA CAVALHEIRO	24/11/1989	Sim	15				15
884	MARCELO CARDOSO	27/10/1998	Sim					0
925	MARCELO LIMA FEITOSA	10/03/1998	Sim	15				15
1032	Marco Aurélio Greboge Pereira	27/06/1997	Sim	15				15
893	Maria Bárbara Genes Correia	23/01/1998	Sim	15				15
964	maria clara nautran matos	08/11/1994	Sim	15				15
994	Maria Clara Peserico Dornelles Flores	17/08/1994	Sim	15				15
946	Maria Gabriela Alves	18/03/1995	Sim	15		25		40
956	MARIA LUIZA GARCIA SANTOS	15/09/2001	Sim	15				15
889	Maria Victória Nesso Guedes	14/01/2002	Sim	15				15
1065	Mariana Cristina Steff Büttenbender	15/08/2002	Sim	15				15
1029	Mariana Guardia Paz	20/08/2000	Sim	15				15
962	Mariana Pereira GObi	24/03/2001	Sim	15				15
891	Mariane Bermond Torres	10/09/1990	Sim	15	25	25	35	100
959	Marília Lopes Leal	14/02/2000	Sim	15				15
913	Mario boschetto junior	27/10/1997	Sim	15				15
1036	MARIO EDUARDO ROCHA SILVA	28/09/1973	Sim	15	25			40
953	Mateus Luiz Gonçalves Caldas	09/06/1996	Sim	15	25			40
976	Matheus Bonzanini	24/08/1983	Sim	15	25	25		65
950	MAXIMILIANO JOSE DE QUEIROZ	05/04/1991	Sim	15				15
996	Mayane Tayná da Silva	24/02/2000	Sim	15				15
1010	Mayara Costa Carneiro Ramos	21/08/1994	Sim	15			35	50
1023	Mayara Valério Alves Felix	01/01/2000	Sim	15				15
879	Miguel Castillo Rivas	04/07/1988	Sim	15	25	25		65
934	Milena Rogoginski Rodrigues	05/02/2000	Sim	15				15
1063	Mychelle Silva dos Santos	09/12/1971	Sim	15	25			40
922	Natália Alves Almeida Mendes	14/03/1998	Sim	15				15
977	Natana Gomes Mendonça	30/12/1990	Sim	15		25		40
1027	Nathalia Cavalcante Reffatti	19/06/1991	Sim	15	25	25		65

910	Nathalia Kauka Cardoso	21/01/1997	Sim	15				15
1047	Nauana Ribeiro Rocha	05/12/1995	Sim	15				15
937	NAYARA SCHUG DA SILVEIRA	19/06/2002	Sim	15				15
1046	ORLANDO CARLOS FLEITH SOBRINHO	13/11/1962	Sim	15	25	25	35	100
999	Pablo Bonan	29/07/1990	Sim	15	25	25		65
1051	PABLO HERRANZ DE SOUZA	12/06/1999	Sim	15				15
876	PAULO EUGENIO UCHOA DE OLIVEIRA	10/01/1971	Sim	15	25	25		65
912	paulo ricardo malala dos santos	16/06/1996	Sim	15		25		40
1025	Paulo Roberto Tavares Fratin	10/09/1983	Sim	15				15
969	Paulo Victor Moura Rodrigues	27/03/2001	Sim	15				15
1024	Pedro Henrique de Oliveira da Silva	22/05/2001	Sim	15				15
1002	PEDRO HENRIQUE DELFINO	30/01/1991	Sim	15	25	25		65
919	Pedro Henrique Dias Cabral	22/05/1994	Sim	15				15
961	Poliana Horn	30/10/2002	Sim	15				15
920	PRISCILA HERBELLE LEITE DE MORAIS	04/10/1985	Sim	15	25	25		65
883	Raissa Leite Schonmann	14/07/1993	Sim					0

909	Raquel Teston Furlan	05/05/1998	Sim	15				15
939	Ricardo Castilho de Souza	03/03/1988	Sim	15	25			40
971	Ricardo Zeferino Pacheco	04/10/2002	Sim	15	25			40
916	Rithiner Ricci Bernal	30/04/1989	Sim	15	25			40
1030	roberto misahel do amaral	01/11/1988	Sim	15	25	25	35	100
931	RODRIGO CÉSAR MATRAS	04/01/1980	Sim	15	25	25		65
896	Rowersan Cabral Silva	19/07/1998	Sim	15	25			40
974	RUI HENRIQUE DE CESARO	13/05/1989	Sim	15	25			40
918	Sara de Siqueira Bezerra	13/11/1974	Sim	15				15
986	Stefany Colver Barbosa	20/06/1998	Sim	15				15
1037	SUSANE GAUTO GONCEBATT	31/01/1982	Sim	15	25			40
900	TAINÁ TONIOLO	22/09/1997	Sim	15				15
1035	Tarcisio Campos Marques	16/01/1993	Sim	15	25			40
993	Thaís de Albuquerque	08/07/1993	Sim	15	25	25	35	100
945	Thauan Patrick Simião Amaral	17/03/2001	Sim	15				15
1009	Thiago de Melo Bordoni	29/11/1990	Sim	15				15
973	VALERIA CEZAR DOS SANTOS	07/04/1999	Sim	15				15
952	Vanessa Cardoso da Costa Silva	16/04/1989	Sim	15		25		40
944	Victor Eduardo Taques Posselt	23/06/1994	Sim	15				15
1020	Victoria Mendes Janzen	23/01/1997	Sim	15	25			40
1006	Victoria Signori	07/07/2000	Sim	15	25	25		65
888	Yan Cerezuela	13/05/1999	Sim	15				15
917	yhanaharah nodari da rosa	23/08/2000	Sim	15				15
927	Yurandy Dominguez Zamora	15/08/1984	Sim	15	25	25		65

CARGO: MÉDICO CLÍNICO GERAL

inscrição	Nome Completo	Nascimento	Declaro possuir a formação mínima exigida para o cargo pretendido	Título 1 (15 pontos)	Título 2 (25 pontos)	Título 3 25 pontos)	Título 4 (35 pontos)	Total
1104	Adrian Lucas Vanderlinde de Araujo	03/03/2000	Sim	15				15
1170	ALAN BUENO	13/09/1985	Sim	15	25	25		65
1158	Aldo Valeriano Oliveira	05/12/1985	Sim	15				15
1174	Aldrey Reis da Silva	15/02/2001	Sim	15				15
1143	Alice Volpato Rocha	05/03/2003	Sim	15				15
1186	Aline Cardozo Pizatto	07/06/2000	Sim	15				15
1191	Alyne Vons	01/03/1999	Sim	15				15
1085	Amanda Blanski	11/12/2003	Sim	15				15
1082	Ana Beatriz Silva Sant Ana	20/04/2001	Sim	15				15
1165	Ana Claudia Techy	12/04/1981	Sim	15				15
1102	Ana Laura Dorigon Mastellari	15/11/1999	Sim	15				15
1164	Ana Maria Benteu Tomaz	15/03/1998	Sim	15				15
1204	Ana Paula Bilobran	22/04/1980	Sim	15				15
1126	Ananda Helouysa Rissato	16/08/1994	Sim	15				15
1211	ANE CAROLINE SCHONS FINGER	21/12/1989	Sim	15				15
1136	Arthur Guerra Alves	06/09/2001	Sim	15				15
1185	Barbara Bredow	09/04/1998	Sim	15				15
1148	barbara pires santos	17/07/1995	Sim	15				15
1195	Brenda Breda Passon	28/07/1995	Sim	15	25			40

1090	Camila Tonet	25/02/2001	Sim	15				15
1184	Carlos Daniel Bredow	27/02/1954	Sim	15				15
1189	CARLOS EDUARDO DE FREITAS DUTRA	20/03/1992	Sim	15				15
1070	Carlos Fernando Zorzi Filho	27/12/1999	Sim	15				15
1182	Carolina Dusi Mendes Casagrande	17/06/1999	Sim	15				15
1188	Carolina Maria Aumann Sardá	12/09/2002	Sim	15				15
1111	Christian Gonçalves	08/02/1995	Sim	15	25	25		65
1095	CLARISSA COELHO DE OLIVEIRA LIMA	27/09/1983	Sim	15	25	25		65
1199	DAIANA PEREIRA BELAO	29/11/1994	Sim	15				15
1110	Daniela D Agostini Spanhol	30/03/1992	Sim	15	25			40
1130	Douglas Felipe Tavares da Silva	29/04/1999	Sim	15				15
1084	Eduardo Henrique Lacoski Santos	25/10/2003	Sim	15				15
1093	Eloisa Gonçalves da Silva	30/07/1999	Sim	15				15
1166	EMERSON DIOGO RIBEIRO IZUMI	13/10/1982	Sim	15	25	25		65
1155	Erikah Manasha da Conceição Saleti	10/10/1999	Sim	15				15
1154	Fernanda Zollet	11/01/2002	Sim	15				15
1141	Gabriel Czlusniak Olenik	21/02/2002	Sim	15				15
1129	Gabriel dos Santos	07/06/2003	Sim	15				15
1138	Gabriel Henrique Ellwanger Freire	02/06/1999	Sim	15				15
1128	Gabriel Hito dos Santos	17/07/2003	Sim	15				15
1190	Gabriel Scalon Esberci	14/04/1997	Sim	15				15
1202	Gabriela da Silva Diniz	06/05/1992	Sim	15	25	25		65
1176	Gabriella Micheten Dias	06/10/1998	Sim	15				15
1106	Guilherme Eugênio Gil	20/08/1996	Sim	15				15
1137	Gustavo Alex Assunção Dos Santos	21/03/2001	Sim	15				15
1101	GUSTAVO SILVA SANTOS	02/11/1999	Sim	15				15
1112	Gustavo Steffen Albanski	18/07/1993	Sim	15				15
1072	HELLEN KAROLINE DE MORAES VARGAS	09/01/1999	Sim	15	25	25		65
1119	Heloísa Pedro Germano	06/03/1995	Sim	15				15
1147	HYRLEM SILVA BUNA OLIVEIRA	03/07/1998	Sim	15				15
1133	Igor Lazaro da Silva	17/10/2000	Sim	15				15
1162	IGOR MIGUEL PINKOSKI	08/08/1994	Sim	15	25	25	35	100
1193	Inaiê Maiala De Almeida Miranda	26/11/1996	Sim	15				15
1181	Ingrid Hikari Nunes Fangui	04/12/1996	Sim	15		25		40
1088	Ingrid Janzen	12/07/1991	Sim		25	25		50
1124	Isabella Rascassi	25/12/1996	Sim	15	25	25		65

1205	Isabelle Lima Lemos	17/12/2001	Sim	15	25			40
1146	Isadora Kertscher	27/03/2002	Sim	15				15
1144	Isadora Leticia Dalbosco da Silva	19/07/2001	Sim	15				15
1209	Isadora Marcon	20/02/2001	Sim	15	25			40
1121	Ivan Antonio Claro	28/02/1989	Sim	15	25	25		65
1142	Jader Filho da Fonseca Carreiro	05/08/1985	Sim	15	25	25		65
1134	jean carlo adams	21/06/1992	Sim	15				15
1178	João Pedro Jung dos Santos	26/04/1995	Sim	15				15
1197	JOÃO VICTOR ALVARES MAGGIO	05/02/1999	Sim	15				15
1098	Joao Victor Silva Faccin	27/06/2002	Sim	15				15
1074	João Vitor Manetti Manganotti	26/09/1998	Sim	15				15
1077	JONATHAN VINICIUS LOURENÇO DE SOUZA	16/07/1982	Sim	15	25		35	75
1187	Julia Corrêa Méndez	21/12/2000	Sim	15				15
1094	Julia Triaca Bez	10/05/2002	Sim	15				15
1067	Juliana Aparecida De Suss	06/05/1999	Sim	15				15
1120	Juliana de Souza Possidonio	13/11/1998	Sim	15		25		40
1179	Juliane Pietras	16/06/2000	Sim	15				15
1109	Juliane Soldi Malgarin	28/01/1989	Sim	15			35	50
1118	KAMILA DIANA DANTAS DA COSTA	17/05/1988	Sim					0
1183	Karen Almeida Camargo	19/09/2000	Sim	15				15
1069	karlson loyola	26/11/1970	Sim	15	25			40
1200	Kendra Lys Calixto Machado	18/11/1996	Sim	15		25		40
1161	Keytty Anne Dantas da Costa	03/07/1986	Sim	15	25	25		65
1206	Lara Caroline Amaral Araujo de Moura	22/04/1990	Sim	15	25			40
1100	Lara dos Santos Arco	24/03/1997	Sim	15				15
1091	Larissa Tolentino de Freitas Rosa	15/04/1993	Sim	15				15

1140	Larissa Voss	14/03/2000	Sim	15				15
1173	Leonardo Markowicz	17/05/2001	Sim	15				15
1087	Lorrani Lopes Duffeck	06/10/2001	Sim	15				15
1194	lucas olerich cecatto	18/06/1994	Sim	15	25			40
1117	luciana maciel pantoja mendes	25/02/1982	Sim	15		25		40
1125	Luis César Bredt	29/04/1975	Sim	15	25		35	75
1066	LUIZ FELIPE MENDONÇA CAVALHEIRO	24/11/1989	Sim	15				15
1083	Luiza Cavalca Grupenmacher	15/08/2000	Sim	15				15
1071	MARCELO CARDOSO	27/10/1998	Sim					0
1203	Marcia de Lima Toscano Uchoa	24/12/1982	Sim	15	25	25		65
1172	Marco Aurélio Greboge Pereira	27/06/1997	Sim	15				15
1208	MARIA ANGÉLICA JUNGLES MALIKOSKI	27/05/2002	Sim	15	25			40
1079	Maria Bárbara Genes Correia	23/01/1998	Sim	15				15
1075	Maria Victória Nesso Guedes	14/01/2002	Sim	15				15
1207	Mariana Cristina Steff Büttenbender	15/08/2002	Sim	15				15
1171	Mariana Guardia Paz	20/08/2000	Sim	15				15
1123	Mariana Pereira Gobi	24/03/2001	Sim	15				15
1078	Mariane Bermond Torres	10/09/1990	Sim	15	25	25	35	100
1175	MARIO EDUARDO ROCHA SILVA	28/09/1973	Sim	15	25			40
1114	Mateus Luiz Gonçalves Caldas	09/06/1996	Sim	15	25			40
1135	Matheus Bonzanini	24/08/1983	Sim	15	25	25		65
1099	Mathias Mesquita Ramos	08/05/1999	Sim	15				15
1080	Mayara Costa Carneiro Ramos	21/08/1994	Sim	15			35	50
1167	Mayara Valério Alves Felix	01/01/2000	Sim	15				15
1081	Michelle Mantovani Penteado	19/09/1971	Sim	15	25			40
1210	Mychelle Silva dos Santos	09/12/1971	Sim	15	25			40
1151	Mylena Norberto Santos	12/02/1995	Sim	15				15
1097	Natália Alves Almeida Mendes	14/03/1998	Sim	15				15
1169	NAYARA ALYNE SAKAMOTO	03/07/1997	Sim	15				15
1107	NAYARA SCHUG DA SILVEIRA	19/06/2002	Sim	15				15
1180	ORLANDO CARLOS FLEITH SOBRINHO	13/11/1962	Sim	15	25	25	35	100
1153	Pablo Bonan	29/07/1990	Sim	15	25	25		65
1196	PABLO HERRANZ DE SOUZa	12/06/1999	Sim	15				15
1068	PAULO EUGENIO UCHOA DE OLIVEIRA	10/01/1971	Sim	15	25	25		65
1139	Paulo Victor Moura Rodrigues	27/03/2001	Sim	15				15
1152	Paulo Vitor Leal Pereira	14/01/1998	Sim	15				15
1168	Pedro Henrique de Oliveira da Silva	22/05/2001	Sim	15				15
1132	PEDRO HENRIQUE DELFINO	30/01/1991	Sim	15	25	25		65
1096	Pedro Henrique Dias Cabral	22/05/1994	Sim	15				15
1122	POLYANA BARBOSA DA SILVA	30/08/2000	Sim	15				15
1149	Rafael Leal Alves	18/06/1976	Sim	15	25			40
1089	Raquel Teston Furlan	05/05/1998	Sim	15				15
1159	Rayssa Cristina Souza	17/05/1998	Sim	15				15
1108	Ricardo Castilho de Souza	02/03/1988	Sim	15	25			40
1105	Rowersan Cabral Silva	19/07/1998	Sim	15	25			40
1131	RUI HENRIQUE DE CESARO	13/05/1989	Sim	15	25			40
1116	Samara Berenice Girón López	24/09/1998	Sim					0
1086	sandrely regina regina lombas	14/08/1977	Sim	15	25			40
1145	Stefany Colver Barbosa	20/06/1998	Sim	15				15
1177	SUSANE GAUTO GONCEBATT	31/01/1982	Sim	15	25			40
1198	TAINÁ TONIOLO	22/09/1997	Sim	15				15
1201	Taison Pereira Mendes	01/06/2000	Sim	15				15
1113	Thauan Patrick Simião Amaral	17/03/2001	Sim	15				15
1157	Thiago de Melo Bordoni	29/11/1990	Sim	15				15
1073	VANESSA ALVES DE LIMA SUKSTORF	19/11/1978	Sim	15	25			40
1127	Victor Eduardo Taques Posselt	23/06/1994	Sim	15				15
1192	Victoria Carolina Pereira França	31/05/2000	Sim	15				15

1163	Victoria Mendes Janzen	23/01/1997	Sim	15	25			40
1156	Victoria Signori	07/07/2000	Sim	15	25	25		65
1103	Vitória Guimarães Silva	19/07/2000	Sim	15				15
1115	WASHINGTON HENAN DE SOUSA SAMPAIO	30/04/1984	Sim	15	25	25		65
1076	Yan Cerezuela	13/05/1999	Sim	15				15

CARGO: MOTORISTA

inscrição	Nome Completo	Nascimento	Declaro possuir a formação mínima exigida para o cargo pretendido	Título 1 (30 pontos)	Título 2 (30 pontos)	Título 3 (40 pontos)	Total
1242	ALDEMIR KAPP	06/09/1980	Sim	30	30		60
1248	Alessandro Santos Pereira	18/01/1991	Sim	30	30		60
1220	Aline Hartmann de Paula	22/05/1993	Sim	30	30		60
1240	Almir Rogério dos Santos	06/02/1987	Sim	30	30		60
1212	Anderson Braz da Silva	30/08/1990	Sim	30	30		60
1213	Antônio Marcos Furlan	31/12/1973	Sim				0
1221	Claudecir de Jesus Teixeira Junior	01/03/2002	Sim				0
1224	Claudio Chelski	15/10/1976	Sim	30	30	40	100
1235	Divonei Vidal	04/03/1975	Sim	30	30	40	100
1227	Ederson do Nascimento	30/12/1985	Sim	30	30		60
1218	Eliel Staski Ferreira	20/07/1991	Sim	30	30		60
1222	EMANUELLY SALAMUCHA	05/12/1996	Sim			40	40
1236	Fabio Alves de Gouvea	27/04/1976	Sim	30	30	40	100
1249	Gabrielle Cristina Ferreira	05/04/2000	Sim	30	30	40	100
1247	Gilson Borcoski	27/05/1971	Sim	30	30	40	100
1223	Givanildo cavalheiro	09/06/1988	Sim		30		30
1217	Halisson Rodrigo leal	08/12/1980	Sim	30	30		60
1231	ivonel pancheski gomes	05/12/1978	Sim	30	30	40	100
1232	Jaqueline Saides	27/02/1983	Sim	30	30		60
1225	JOSE VILMAR STANSKI	14/06/1970	Sim	30	30		60
1245	KLEBER LUIZ SCHOPCHAKI	12/01/1981	Sim				0
1244	Laudevir José Rocha Junior	12/08/1986	Sim	30	30		60
1226	LILIAM SCHUHLI	05/08/1981	Sim	30	30		60
1228	Luis Fernando Scepanski	09/05/1992	Sim				0
1214	Marcelo Machado Coelho	26/11/1988	Sim				0
1215	MARCIO PINTO DE ARAUJO	18/08/1979	Sim				0
1233	Marcos Aurélio stall	16/11/1966	Sim	30	30	40	100
1239	Miguel Pereira taques	12/06/1979	Sim	30	30		60
1219	Noeli Bezerra da Silva	19/10/1969	Sim	30	30	40	100
1243	Rafael Covalski	24/08/1999	Sim	30	30	40	100
1229	RAUL SA DE OLIVEIRA	02/01/1982	Sim		30		30
1246	Renan Carvalho Pereira	13/12/1996	Sim		30		30
1237	Renãn Junior Ritter Perreira	30/12/1995	Sim	30	30		60
1230	Sebastião de Souza Ramos Neto	26/06/1995	Sim	30	30		60
1241	Tiago Martins do Rosario	15/01/1989	Sim	30	30	40	100
1234	Valdecir das Dores Rosa	20/08/1989	Sim	30	30		60
1216	Willian Eduardo da Silva	22/09/1993	Sim		30		30
1238	Willian Filadelfo Rodrigues	13/09/1989	Sim	30	30		60

CARGO: NUTRICIONISTA

inscrição	Nome Completo	Nascimento	Declaro possuir a formação mínima exigida para o cargo pretendido	Título 1 (15 pontos)	Título 2 (25 pontos)	Título 3 (25 pontos)	Título 4 (35 pontos)	Total
1292	Alex Alves Ferreira	24/07/1979	Sim	15	25			40
1278	Alice de Araújo Torres	16/12/1998	Sim	15	25			40
1258	Ana Paula Becker de Araújo Fernandes	05/05/1975	Sim	15	25			40
1275	Angela Maria Henrique Faustin	08/08/1981	Sim	15	25			40
1253	Carla Janaina Hanneck	22/07/1996	Sim	15	25	25		65
1262	Carmen Noêmia Gassner	19/09/1956	Sim	15	25	25		65
1289	Cláudia Francine Machado Canova	29/03/1977	Sim	15				15
1269	Cleide de Aguiar wutke	16/04/1970	Sim	15	25			40
1288	CRISTINA GONÇALVES DA SILVA	21/02/1990	Sim	15	25			40
1281	DANIELY NETTO BENITES	25/05/1992	Sim	15	25			40
1286	Diego Luiz Teixeira	21/12/1992	Sim	15	25	25		65
1279	Eduarda Corá Becher	07/09/2003	Sim	15				15
1293	Emmanuelle Schuebel	27/06/1998	Sim		25			25
1294	Erica Fernanda Grzybowski	09/02/2001	Sim	15	25			40
1259	Francieli amaral lazaretti	24/08/1991	Sim		25			25
1272	FRANCINE SCHUHLI	07/11/1990	Sim					0

1265	Gabriel Almeida Pfeiffer	03/11/1984	Sim	15	25			40
1273	Gabrielle Tauane Bordinhão	05/11/2004	Sim					0
1291	GENILSE RODRIGUES VELOSO	27/12/1996	Sim		25			25
1287	Isabella Fantin Marcos Abreu	24/08/2001	Sim	15	25			40
1271	Isabely de Souza	29/12/1994	Sim	15	25			40
1252	Janaine Cecilia Anhaia Fernandes	11/04/1994	Sim					0
1263	JOSEANE PEREIRA	24/09/1981	Sim	15	25		35	75
1254	Katia Kichiro de Aquino	18/12/1980	Sim		25			25
1282	Laíne Casagrande	29/07/1998	Sim	15	25			40
1284	Lais Morais Leli	01/02/1999	Sim	15	25			40
1295	Marcia Talasesco Soares	18/01/1974	Sim	15	25			40
1296	MARIA IVONE DOS SANTOS	29/10/1964	Sim	15	25			40
1277	Mariane Alexsandra Carneiro Paciesny Sumi	20/01/1998	Sim	15	25			40
1268	marília amália de macedo	25/10/2001	Sim	15	25			40

1267	Matheus Cordeiro Gadowski	10/09/2004	Sim	15	25			40
1264	Matheus Eduardo Portela Soares	09/02/1999	Sim	15				15
1260	Nicole Pinto Silva	23/04/2001	Sim	15				15
1266	ORNELLA MONIQUE PEREIRA FERRI	23/07/1988	Sim	15	25		35	75
1250	PATRICIA SLUSARZ	26/12/2003	Sim		25			25
1255	RAFAELA IANIK	29/06/1982	Sim	15	25			40
1256	Raquel Alves de Almeida Pedro	01/04/1986	Sim	15				15
1280	Renata Holzmann Parrino	26/10/1994	Sim					0
1251	Sheila Silmara Zampieri	27/12/1976	Sim	15	25			40
1283	Simone Salomão Jezzini dos Santos	21/10/1976	Sim	15	25		35	75
1261	Sirlene da Aparecida de Souza	01/11/1989	Sim	15	25			40
1285	Thais Oliveira	04/08/1993	Sim	15	25		35	75
1270	Vinicius Mauricio Pedrosa Mendes	24/11/1999	Sim	15				15
1274	VIVIANA de Paula Gandin	10/07/1987	Sim	15	25			40
1276	Walkyria Beghe Colaço	17/08/1995	Sim	15	25			40

CARGO: PISCÓLOGO

inscrição	Nome Completo	Nascimento	Declaro possuir a formação mínima exigida para o cargo pretendido	Título 1 (15 pontos)	Título 2 (25 pontos)	Título 3 (25 pontos)	Título 4 (35 pontos)	Total
4	ALEX COSTA JARETA	09/07/1983	Sim		25			25
39	Alexandre Reif Junior	26/09/1951	Sim	15	25			40
40	Aline Aparecida Gonçalves	20/08/1998	Sim	15	25			40
36	Aline Cogo Grzebielucka	19/02/1992	Sim	15		25		40
58	Amanda Lazzaroto	27/01/2002	Sim	15				15
66	Ana Clara Bet Flores	25/04/2002	Sim	15				15
23	Ana Paula Amaral	21/06/1975	Sim	15				15
16	ANA PAULA REGGIANI	24/01/1983	Sim	15	25			40
50	André Luiz Santos Batista	31/01/2000	Sim	15				15
7	Augusto Ferreira de Moraes	24/12/2001	Sim	15				15
13	BRENO GABRIEL FERREIRA FAGUNDES	07/05/1994	Sim	15	25			40
3	Brunna de Souza Nascimento	16/10/1994	Sim	15	25			40
24	Bruno Levis Andrade	15/12/1997	Sim	15	25			40
15	Cleidison Pacheco da Silva	19/12/1979	Sim	15	25			40
26	Cleiva Alves Resende	18/12/1972	Sim	15	25			40
18	Cleunice da rocha	28/02/1970	Sim	15	25			40
56	DIEGO APARECIDO DE GASPERI ALVES	26/06/1986	Sim	15	25	25		65
69	Dorothee Elisabeth Warkentin Pauls	27/12/1988	Sim	15				15
10	edson fabricio ribeiro martins	03/07/1988	Sim		25			25
17	Eleonara Borges de Goes	06/06/1997	Sim	15	25			40
34	Eliana dos Santos Schefer	13/09/1999	Sim	15	25			40
21	Elisangela bigonha de araujo	03/01/1977	Sim	15	25			40
6	Erica Karoline Seixas da Silva	23/09/2003	Sim	15				15
42	ESTEFÂNIA CORREA BORELA	29/11/1993	Sim		25	25		50
2	Fernando Luis Rocha	21/05/1989	Sim	15	25			40
35	Flávia Blondine Correia Nunes	13/08/1999	Sim		25			25
37	Gabriela dos Santos de Miranda	23/06/1995	Sim	15	25			40
25	Georgia Carolina da Conceição	19/04/1994	Sim	15	25			40
43	Gilmara dos Santos Martins	18/02/1972	Sim	15	25	25		65

46	Henrique Wagner	20/12/2004	Sim	15				15
60	INGRID STEFANI DE SOUZA FERREIRA	20/09/1996	Sim	15	25			40
63	Isabella de Moraes Lopes	30/04/2003	Sim	15	25			40
38	JESSICA KAROLINA RIBEIRO	11/04/1999	Sim	15				15
41	João Carlos Ribeiro da Silva	15/11/1997	Sim	15				15
61	JONATHAN FERREIRA PARAIZO	24/05/1993	Sim	15	25			40
51	Jorge Tiago Peixoto Costa	16/04/1987	Sim	15	25			40
55	JOSIANE SLOMPO DE LIMA	18/09/1991	Sim	15	25			40
33	Joyce Mossmann Oliveira	27/10/1988	Sim	15	25	25		65
5	Juliana Martins	08/06/2000	Sim	15		25		40
44	Kirsilane Aguiar Falcão	23/04/1974	Sim	15	25			40
30	Larissa Ascanio	20/09/1998	Sim	15	25			40
20	LIVIA REGINA DA SILVA PEREIRA	08/09/1992	Sim	15	25			40
12	Luana Garcia	02/04/2003	Sim					0
1	Lucas Pinheiro da Silva	26/07/1994	Sim	15	25			40
19	Lucelia oliveira	24/07/1980	Sim	15	25			40
48	LUCIANA MANUEL DOS SANTOS	24/04/1974	Sim	15	25	25		65
52	Luisa Fernanda Postingher	14/11/2003	Sim	15				15
57	Maria cecília simon	06/04/2002	Sim	15				15
22	Mariana Cavalcante Trauczynski	28/02/1986	Sim	15	25			40
54	Mayara Ferreira Mendes	06/08/1994	Sim				35	35
9	Maykon William Xavier do Prado	08/08/1993	Sim	15	25			40
59	Monica Schastai de Assis Sampaio	30/09/1974	Sim	15	25			40
70	Narjana Cristina Maceno	18/03/1993	Sim	15				15
27	Pamela Thiere Soares de Matos	01/09/1988	Sim	15	25			40
68	Paula Cristina França Menegusso	21/08/1995	Sim	15	25			40
31	Paula Menegusso	21/08/1995	Sim	15	25			40
45	Raianne Lenise do Nascimento Chagas	11/10/1995	Sim	15	25			40
49	Raíssa Silvestre Plantes	24/12/1989	Sim	15	25			40
64	RAYSSA CRISTINA MODESTO DA ROCHA	01/10/1997	Sim	15	25		35	75
29	Rodrigo Alexander Anacleto	03/03/1981	Sim	15				15
32	Sabrina Rocha	24/11/2001	Sim	15	25			40
14	Samuel Rosa dos Santos	27/09/1988	Sim	15	25			40

8	SILMARA CORDEIRO KERNISKI	31/08/1993	Sim	15	25			40
53	Thaís Cabral Ribas	16/04/2003	Sim	15	25			40
62	Thaisa Gomes Brandt	31/12/1995	Sim	15	25			40
67	Vanessa de Lara	09/05/1997	Sim	15	25			40
47	VITORIA KORB CANEI	30/10/2003	Sim	15				15

CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

INSCRIÇÃ O	Nome Completo	Nascimento	Declaro possuir a formação mínima exigida para o cargo pretendido	Título 1 (15 pontos)	Título 2 (35 pontos)	Título 3 (25 pontos)	Título 4 (25 pontos)	Total
1320	Adenilce do rocio dos santos pinto	15/03/1966	Sim					0
1343	ADRIANE DA APARECIDA CARDOSO	08/12/1988	Sim	15				15
1312	Adriane do Rocio De camargo	24/03/1978	Sim	15				15
1313	Amanda Santana	17/01/1986	Sim	15	35	25	25	100
1331	AMANDA SGODE DE LIME	21/05/1997	Sim	15				15
1340	Amauri Cesario de Souza	05/12/1979	Sim	15	35			50
1323	ANA MARIA DE LIMA ALVES DE GOES	29/10/1968	Sim	15	35			50
1338	Ana Paula Novacki	19/10/1985	Sim	15				15
1300	Camila Katheryne oliveira Scremin	14/07/1986	Sim	15				15
1330	Daiana tais leite	15/07/1998	Sim	15				15
1339	Daiane de goes da silva	15/08/1997	Sim	15		25		40
1302	Dariane Raquel Mendes	20/02/2004	Sim		35			35
1299	Denisson Paciesny	15/04/1995	Sim	15				15
1322	Edson Falarz Ferreira	17/10/1995	Sim	15	35			50
1304	ELISANGELA DE FÁTIMA GARCIA FERREIRA	20/02/1983	Sim	15	35	25	25	100
1347	Francine Haas	27/10/1985	Sim	15	35			50
1327	Gisele Lara spunar	26/07/1983	Sim	15				15
1337	Grazielle Beatriz dos Passos Sequinel	05/06/1989	Sim	15	35			50
1301	GUILHERME KIRIAN	14/08/1985	Sim	15				15

1309	Helinton Rodrigues	23/02/1995	Sim	15				15
1310	Ilisiane rain	09/11/1988	Sim	15				15
1336	Ingrid Caroline Cochinski Sanson	04/09/1989	Sim	15	35	25		75
1345	Isabele Vieira Soares	07/06/2000	Sim	15				15
1318	Jane de Fátima Ribeiro do Vale	16/07/1969	Sim	15				15
1348	Janete Novak	31/03/1970	Sim	15	35			50
1307	Jaqueline ferreira dos santos	04/12/1989	Sim	15	35			50
1329	JENIFER CAMILA GOMES LOPES	25/08/2002	Sim	15				15
1311	Joanita Aparecida Linhares Seixas	15/09/1965	Sim	15	35	25	25	100
1335	João Victor Lacerda	31/05/2008	Sim	15				15
1342	Juliana de Cassia Ristow stricker	24/06/1978	Sim	15				15
1297	KAUANE HORST BECK VIEIRA	27/02/1999	Sim	15				15
1314	Kelly Cristina Dos Santos Vale	08/01/1989	Sim					0
1316	LEIDE DE LARA RAMOS	19/01/1975	Sim	15				15
1321	LILIAM SCHUHLI	05/08/1981	Sim	15				15
1346	LORION DIAS DE SOUZA	06/11/1989	Sim	15				15
1326	LUCIANA PAULA VIEIRA BARBOSA FERREIRA	29/06/1986	Sim	15				15
1303	Luciane Aparecida Portes	30/06/1969	Sim	15				15
1319	Luciane Gordia	03/07/1973	Sim	15				15
1350	Lucilaine Hartmann Leal	02/08/1998	Sim	15				15
1333	Luiz Henrique Da Paixao	30/07/1994	Sim	15	35			50
1328	Márcia Regina Fagundes Prins Stelle	02/06/1978	Sim	15	35	25	25	100
1306	Marco Antonio Joaquim Tencati	09/01/1972	Sim	15				15
1305	MICHELE KAUANA DE SOUZA	09/04/1999	Sim	15				15
1349	Priscila Aparecida Macedo	05/10/1990	Sim					0
1308	Rafael castorino de lima paz	13/06/1992	Sim	15				15
1341	Rafaela Fachini Rodrigues	10/03/1993	Sim	15	35			50
1315	Rosa Maria Vichineski	01/12/1974	Sim					0
1332	Rosangela Secon da Silva	30/11/1957	Sim	15				15
1344	roseli olinek	16/04/1992	Sim	15				15
1325	SIDENEIA APARECIDA MARQUES DE JESUS	03/05/1982	Sim	15				15
1317	Valdeci Brito	11/05/1973	Sim	15	35			50
1324	VANESSA APARECIDA MAZEICA	26/04/1985	Sim	15				15

CARGO: TÉCNICO EM HIGIENE DENTAL

inscrição	Nome Completo	Nascimento	Declaro possuir a formação mínima exigida para o cargo pretendido	Título 1 (15 pontos)	Título 2 (35 pontos)	Título 3 (25 pontos)	Título 4 (25 pontos)	Total
1356	Antonina Cruchinski Pietrala	20/11/1976	Sim					0
1355	Elaine Aparecida Gordia Stelle	24/05/1981	Sim	15	35	25		75
1353	MARIA LURDES BETIM MELEK	28/06/1977	Sim	15				15
1352	Nilzete Da Luz Vichineski	17/03/1969	Sim					0
1351	Sandra Aparecida Vichineski	13/02/1973	Sim	15				15
1354	Silvana Delfrate Rodrigues	19/09/1971	Sim	15				15

CARGO: TERAPEUTA OCUPACIONAL

inscrição	Nome Completo	Nascimento	Declaro possuir a formação mínima exigida para o cargo pretendido	Título 1 (15 pontos)	Título 2 (25 pontos)	Título 3 (25 pontos)	Título 4 (35 pontos)	Total
1357	Carla Ripka	09/08/1995	Sim	15				15
1359	Mariane Burei Mayer Pacholok	28/03/2000	Sim	15				15

1358	TAMINE NEFERTITE KARDUSH	28/07/1982	Sim	15				15

DANIELE BORKOSKI DE PAULI
Presidente da Comissão

KAMILA DUSI BOCHENEK
Membro da Comissão

LILIANE DE FÁTIMA PADIILHA
Membro da Comissão

Publicado por:
Isadora Stadler Rocha Leite
Código Identificador:2F814951

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ

PROCURADORIA
FUNDAÇÃO CULTURAL DE PARANAVAÍ - PORTARIA Nº 19/2026

Publica a listagem de credenciados no EDITAL DE CREDENCIAMENTO – VIVA CULTURA - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 09/2025, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 30/2025.
A Fundação Cultural de Paranavaí, por meio do seu Diretor Presidente, no uso de suas atribuições legais, considerando o EDITAL DE CREDENCIAMENTO – VIVA CULTURA - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 09/2025, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 30/2025; considerando o item 12.1, alínea "b", do referido edital, que prevê como hipótese de descredenciamento a superveniência de fato ou circunstância que comprometa a capacidade técnica ou administrativa do credenciado; e considerando a Certidão de Baixa de Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, que atesta a baixa definitiva da inscrição da empresa 17.457.399 FELIPE OLIVEIRA DA SILVA (CNPJ nº 17.457.399/0001-37), ocorrida em 16/07/2026, em virtude de extinção por encerramento (liquidação voluntária), o que extingue sua personalidade jurídica e sua capacidade administrativa para contratar e prestar serviços à Administração Pública, RESOLVE:

Art. 1º Tornar público o descredenciamento, de ofício, do proponente 17.457.399 FELIPE OLIVEIRA DA SILVA (CNPJ nº 17.457.399/0001-37), do rol de proponentes credenciados no Edital de Chamamento Público nº 09/2025 – Viva Cultura, conforme previsão contida no item 12.1, alínea "b" do instrumento convocatório, devido à baixa de sua inscrição cadastral empresarial realizada perante a Receita Federal do Brasil.

Parágrafo único: Em decorrência do descredenciamento, a empresa e os artistas por ela representados deixam de compor a listagem de profissionais habilitados para futuras convocações e contratações no âmbito do referido programa, sem prejuízo das obrigações e responsabilidades pactuadas em eventuais contratos administrativos já celebrados e em execução, em conformidade com o item 12.1, alínea "d" do edital.

Art. 2º Publicar a listagem com os proponentes (agentes culturais) até o momento credenciados no referido Edital, na forma do Anexo único desta portaria.

Parágrafo único: A listagem de credenciados e ordem de classificação, considerando a ordem de inscrição e credenciamento, será, sempre que necessário, atualizada e republicada por meio de portarias à medida em que novas inscrições forem recebidas e habilitadas por meio das atas da Comissão Especial de Credenciamento enquanto o referido edital permanecer vigente.

Art. 3º Conforme Edital, a convocação dos credenciados para contração, será feita pela Fundação Cultural, conforme seu interesse e dotação orçamentária, de acordo com a demanda de seus eventos e calendário.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paranavaí, PR, 25 de agosto de 2026.

RAFAEL LUCAS TORRENTE
Diretor-Presidente da Fundação Cultural de Paranavaí

ANEXO ÚNICO

LISTAGEM DE CREDENCIADOS CONSIDERANDO OS PROPONENTES JÁ HABILITADOS NO EDITAL DE CREDENCIAMENTO – VIVA CULTURA - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 09/2025.

1 - Credenciados conforme itens da tabela do anexo I do Edital, e categoria prevista.

Somente estão listados os itens e categorias que tiveram inscrições recebidas e proponentes habilitados.

Segue listagem, conforme descritivos e tabelas abaixo:

Credenciados para o **item 1** da tabela do Anexo I do Edital - Categoria – CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS (solo)

ORDEM DE CREDENCIAMENTO	Nº. DA INSCRIÇÃO	DATA DE ENVIO DA INSCRIÇÃO	PROPONENTE	CNPJ	SITUAÇÃO
1ª	38	22/04/2025	LUCAS VALADARES VASCONCELOS DOMINGUES 90043057500	25.111.072/0001-37	CREDENCIADO

Credenciados para o **item 2** da tabela do Anexo I do Edital - Categoria – APRESENTAÇÃO TEATRAL (2 ou mais integrantes)

ORDEM DE CREDENCIAMENTO	Nº. DA INSCRIÇÃO	DATA DE ENVIO DA INSCRIÇÃO	PROPONENTE	CNPJ	SITUAÇÃO
1ª	138	15/10/2025	LUCAS VALADARES VASCONCELOS DOMINGUES 90043057500	25.111.072/0001-37	CREDENCIADO
2ª	142	05/11/2025	LUCAS VALADARES VASCONCELOS DOMINGUES 90043057500 - "O Tesouro de Cascudo"	25.111.072/0001-37	CREDENCIADO

Credenciados para o **item 3** da tabela do Anexo I do Edital - Categoria – APRESENTAÇÃO DE DANÇA DE SALÃO DUO (2 integrantes)

ORDEM DE CREDENCIAMENTO	Nº. DA INSCRIÇÃO	DATA DE ENVIO DA INSCRIÇÃO	PROPONENTE	CNPJ	SITUAÇÃO
1ª	122	12/08/2025	ASSOCIACAO PARAISENSE DEARTES MARCIAIS - APAM Rep. Bete e Valter	34.696.828/0001-48	CREDENCIADO

Credenciados para o **item 5** da tabela do Anexo I do Edital - Categoria – APRESENTAÇÃO DE DANÇAS URBANAS (3 OU MAIS INTEGRANTES)

ORDEM DE CREDENCIAMENTO	Nº. DA INSCRIÇÃO	DATA DE ENVIO DA INSCRIÇÃO	PROPONENTE	CNPJ	SITUAÇÃO
1ª	75	26/05/2025	ASSOCIACAO PARAISENSE DE ARTES MARCIAIS - APAM Rep. Studio Arte Corporal	34.696.828/0001-48	CREDENCIADO

Credenciados para o **item 7** da tabela do Anexo I do Edital - Categoria – APRESENTAÇÃO DE CULTURA POPULAR, ÉTNICA E / OU REGIONAL (10 integrantes ou mais)

ORDEM DE CREDENCIAMENTO	Nº. DA INSCRIÇÃO	DATA DE ENVIO DA INSCRIÇÃO	PROPONENTE	CNPJ	SITUAÇÃO
1ª	112	18/07/2025	J M DINIZ DA SILVA PRODUÇÕES Rep. Orquestra Maringaense de Viola Caipira	12.202.839/0001-91	CREDENCIADO

Credenciados para o **item 8** da tabela do Anexo I do Edital - Categoria – INTERVENÇÃO DE GRAFFITI – COM MATERIAL (solo)

ORDEM DE CREDENCIAMENTO	Nº. DA INSCRIÇÃO	DATA DE ENVIO DA INSCRIÇÃO	PROPONENTE	CNPJ	SITUAÇÃO
1ª	30	16/04/2025	DAMT ARTE, EDUCAÇÃO E CULTURA LTDA	17.425.148/0001-70	CREDENCIADO
2ª	129	08/09/2025	MELINA BELUSSE RAMOS 36056100804	33.481.778/0001-19	CREDENCIADO
3ª	130	08/09/2025	FRANK PARIS 07748151911	40.676.449/0001-99	CREDENCIADO
4ª	162	09/04/2026	PROJETO IFFA - IDEIAS FIXAS QUE FAZEM ARTE LTDA Rep. Amana	15.267.751/0001-46	CREDENCIADO

Credenciados para o **item 9** da tabela do Anexo I do Edital - Categoria – APRESENTAÇÃO DE MC (solo)

ORDEM DE CREDENCIAMENTO	Nº. DA INSCRIÇÃO	DATA DE ENVIO DA INSCRIÇÃO	PROPONENTE	CNPJ	SITUAÇÃO
1ª	160	03/04/2026	PROJETO IFFA - IDEIAS FIXAS QUE FAZEM ARTE LTDA Rep. Iverson Quinge	15.267.751/0001-46	CREDENCIADO
2ª	161	09/04/2026	PROJETO IFFA - IDEIAS FIXAS QUE FAZEM ARTE LTDA Rep. Amana	15.267.751/0001-46	CREDENCIADO
3ª	170	24/04/2026	PROJETO IFFA – IDEIAS FIXAS QUE FAZEM ARTE LTDA Rep. Felipe New Move MC	15.267.751/0001-46	CREDENCIADO
4ª	180	26/06/2026	PROJETO IFFA - IDEIAS FIXAS QUE FAZEM ARTE LTDA Rep. Drop	15.267.751/0001-46	CREDENCIADO
5ª	181	26/06/2026	PROJETO IFFA - IDEIAS FIXAS QUE FAZEM ARTE LTDA Rep. VINICKS FREESTYLE	15.267.751/0001-46	CREDENCIADO

Credenciados para o **item 10** da tabela do Anexo I do Edital - Categoria – APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA MUSICAL DE DJ - Disc Jockey (solo)

ORDEM DE CREDENCIAMENTO	Nº. DA INSCRIÇÃO	DATA DE ENVIO DA INSCRIÇÃO	PROPONENTE	CNPJ	SITUAÇÃO
1ª	09	04/04/2025	T R AMARAL LTDA – Rep. DJ BOKKA JR	32.001.434/0001-00	CREDENCIADO
2ª	10	04/04/2025	T R AMARAL LTDA – Rep. DJ SONO	32.001.434/0001-00	CREDENCIADO
3ª	11	04/04/2025	T R AMARAL LTDA – Rep. DJ Matarazzo	32.001.434/0001-00	CREDENCIADO
4ª	49	02/05/2025	T R AMARAL LTDA Rep. DJ GHO	32.001.434/0001-00	CREDENCIADO
5ª	84	29/05/2025	T R AMARAL LTDA Rep. DJ Jorginho	32.001.434/0001-00	CREDENCIADO
6ª	85	30/05/2025	T R AMARAL LTDA Rep. DJ Magrão	32.001.434/0001-00	CREDENCIADO
7ª	88	31/05/2025	T R AMARAL LTDA Rep. DJ Nelsinho	32.001.434/0001-00	CREDENCIADO
8ª	159	01/04/2026	57.862.218 NIVALDO APARECIDO DA ROCHA - DJ Nivaldo Rocha	57.862.218/0001-72	CREDENCIADO
9ª	166	24/04/2026	PROJETO IFFA – IDEIAS FIXAS QUE FAZEM ARTE LTDA Rep. DJ Larry	15.267.751/0001-46	CREDENCIADO
10ª	173	08/05/2026	52.573.691 GUSTAVO HENRIQUE RIZZATO ROCHA Rep. Rizzato DJ	52.573.691/0001-16	CREDENCIADO
11ª	179	26/06/2026	PROJETO IFFA - IDEIAS FIXAS QUE FAZEM ARTE LTDA Rep. Nando Njaay	15.267.751/0001-46	CREDENCIADO

Credenciados para o **item 11** da tabela do Anexo I do Edital - Categoria – APRESENTAÇÃO MUSICAL INSTRUMENTAL (solo)

ORDEM DE CREDENCIAMENTO	Nº. DA INSCRIÇÃO	DATA DE ENVIO DA INSCRIÇÃO	PROPONENTE	CNPJ	SITUAÇÃO
1ª	114	18/07/2025	J M DINIZ DA SILVA PRODUÇÕES Rep. Jean Michel	12.202.839/0001-91	CREDENCIADO
2ª	123	19/08/2025	52.442.157 RAFAELA MACHADO Rep. Pedro Enrique Costa Ribeiro	52.442.157/0001-70	CREDENCIADO
3ª	127	02/09/2025	OSP PRODUCOES ARTISTICAS EMUSICAIS LTDA Rep. Glebson Elvis Ribeiro	09.176.671/0001-82	CREDENCIADO
4ª	143	10/11/2025	Tomás Gleiser Oliveira 00886215021	35.147.231/0001-07	CREDENCIADO

Credenciados para o **item 12** da tabela do Anexo I do Edital - Categoria – APRESENTAÇÃO MUSICAL (solo)

ORDEM DE CREDENCIAMENTO	Nº. DA INSCRIÇÃO	DATA DE ENVIO DA INSCRIÇÃO	PROPONENTE	CNPJ	SITUAÇÃO
1ª	20	07/04/2025	46.857.584 THIAGO GUGLIELMI	46.857.584/0001-17	CREDENCIADO
2ª	105	30/06/2025	LK PRODUCOES ARTISTICAS LTDA Rep. Laura Calil	57.396.457/0001-84	CREDENCIADO
3ª	109	14/07/2025	52.442.157 RAFAELA MACHADO	52.442.157/0001-70	CREDENCIADO
4ª	110	14/07/2025	39.806.007 JACQUELINE CARDOSO DOS SANTOS	39.806.007/0001-30	CREDENCIADO
5ª	115	18/07/2025	J M DINIZ DA SILVA PRODUÇÕES Rep. Jean Michel	12.202.839/0001-91	CREDENCIADO
6ª	118	25/07/2025	18.583.091 FERNANDO JOSE SOARES DE CARVALHO Rep. Fernando Jhow Jhow	18.583.091/0001-09	CREDENCIADO
7ª	128	04/09/2025	52.442.157 Rafaela Machado Rep. Pedro Henrique Costa Ribeiro (Pedrão)	52.442.157/0001-70	CREDENCIADO
8ª	171	04/05/2026	PROJETO IFFA – IDEIAS FIXAS QUE FAZEM ARTE LTDA Rep. Marcelo Emidio de Oliveira	15.267.751/0001-46	CREDENCIADO

Credenciados para o **item 13** da tabela do Anexo I do Edital - Categoria - APRESENTAÇÃO MUSICAL (2 ou mais integrantes)

ORDEM DE CREDENCIAMENTO	Nº. DA INSCRIÇÃO	DATA DE ENVIO DA INSCRIÇÃO	PROPONENTE	CNPJ	SITUAÇÃO
1ª	03	02/04/2025	22.479.458 HUGO UBALDO DE SOUZA – Rep.43 Duo	22.479.458/0001-08	CREDENCIADO
2ª	22	07/04/2025	46.857.584 THIAGO GUGLIELMI Rep. Thiago Guglielmi e Núbia Rafaela - Acústico	46.857.584/0001-17	CREDENCIADO
3ª	25	10/04/2025	ARTHUR CAZELA BELLANDA 04184299954. Rep. Duo Irmãos Bellanda	31.055.259/0001-63	CREDENCIADO
4ª	42	24/04/2025	52.442.157 RAFAELA MACHADO Rep. Duo Crisálida	52.442.157/0001-70	CREDENCIADO
5ª	45	25/04/2025	52.442.157 RAFAELA MACHADO Rep. Dona Diva Trio	52.442.157/0001-70	CREDENCIADO
6ª	61	15/05/2025	53268519 SEBASTIÃO ADRIANO JUVINO FURTADO Rep. Banda Forró Mais Menino	53.268.519/0001-11	CREDENCIADO
7ª	63	16/05/2025	M B ROSSI PRODUÇÕES LTDA Rep. Trio Cumadi Zeca	59.543.599/0001-52	CREDENCIADO
8ª	68	18/05/2025	M B ROSSI PRODUÇÕES LTDA Rep. Grupo Wave Lance	59.543.599/0001-52	CREDENCIADO
9ª	141	04/11/2025	MARCOS HENRIQUE GUIMARAES 07811769999 Rep. Banda Causa Própria	46.904.464/0001-23	CREDENCIADO

Credenciados para o **item 14** da tabela do Anexo I do Edital - Categoria – APRESENTAÇÃO DE MUSICAL DE DUPLA SERTANEJA (2 integrantes)

ORDEM DE CREDENCIAMENTO	Nº. DA INSCRIÇÃO	DATA DE ENVIO DA INSCRIÇÃO	PROPONENTE	CNPJ	SITUAÇÃO
1ª	113	18/07/2025	J M DINZ DA SILVA PRODUÇÕES Rep. Duo Jean & Cauê	12.202.839/0001-91	CREDENCIADO
2ª	124	25/08/2025	52.442.157 RAFAELA MACHADO Rep. Klebim e Gustavo	52.442.157/0001-70	CREDENCIADO

Credenciados para o **item 15** da tabela do Anexo I do Edital - Categoria – APRESENTAÇÃO DE MÚSICA SERTANEJA (3 ou mais integrantes)

ORDEM DE CREDENCIAMENTO	Nº. DA INSCRIÇÃO	DATA DE ENVIO DA INSCRIÇÃO	PROPONENTE	CNPJ	SITUAÇÃO
1ª	73	23/05/2025	53268519 SEBASTIÃO ADRIANO JUVINO FURTADO Rep. Banda Forró Mais Menino	53.268.519/0001-11	CREDENCIADO
2ª	101	18/06/2025	39.806.007 JACQUELINE CARDOSO DOS SANTOS Rep. Trio Crisálida	39.806.007/0001-70	CREDENCIADO
3ª	102	18/06/2025	MAKCILAINE DE SOUZA FREIRE Rep. Maks Freire & Alex	31.866.039/0001-10	CREDENCIADO

Credenciados para o **item 17** da tabela do Anexo I do Edital - Categoria - APRESENTAÇÃO DE BANDA DE ROCK (3 ou mais integrantes).

ORDEM DE CREDENCIAMENTO	Nº. DA INSCRIÇÃO	DATA DE ENVIO DA INSCRIÇÃO	PROPONENTE	CNPJ	SITUAÇÃO
1ª	04	03/04/2025	46.857.584 THIAGO GUGLIELMI - Rep. Guglielmi Blues Band	46.857.584/0001-17	CREDENCIADO
2ª	06	03/04/2025	37.073.041 CARLOS HENRIQUE CASTILHO SANCHES - Rep. Banda Um Reino	37.073.041/0001-18	CREDENCIADO
3ª	07	03/04/2025	ARTHUR CAZELA BELLANDA 04184299954 - Rep. Banda Domínio Livre	31.055.259/0001-63	CREDENCIADO
4ª	08	03/04/2025	39.806.007JACQUELINE CARDOSO - Rep. Dona Diva Trio	39.806.007/0001-70	CREDENCIADO
5ª	18	05/04/2025	49.698.130 NATALIA GIMENES VIANNA. Rep. Vênus Disorder	49.698.130/0001-39	CREDENCIADO
6ª	40	23/04/2025	55.714.978 MARIA DE LOURDES PUPPIN	55.714.978/0001-07	CREDENCIADO

			Rep. Empala Rock		
7ª	58	15/05/2025	60.245.975 MARCIO OREJANA Rep. Banda Kichuti 80	60.245.975/0001-01	**CREDENCIADO**
8ª	140	04/11/2025	MARCOS HENRIQUE GUIMARAES 07811769999 Rep. Banda Causa Própria	46.904.464/0001-23	**CREDENCIADO**
9ª	147	22/01/2026	64.503.321 LUANA NOGUEIRA Rep. Banda Panndora	46.904.464/0001-23	**CREDENCIADO**
10ª	158	30/03/2026	49.698.130 NATALIA GIMENES VIANNA Rep. Banda Urupê	49.698.130/0001-39	**CREDENCIADO**

Credenciados para o **item 18** da tabela do Anexo I do Edital - Categoria - APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA MUSICAL NA MODALIDADE SAMBA (4 ou mais integrantes).

ORDEM DE CREDENCIAMENTO	Nº. DA INSCRIÇÃO	DATA DE ENVIO DA INSCRIÇÃO	PROPONENTE	CNPJ	SITUAÇÃO
1ª	89	02/06/2025	58.086.460 CRISTOVAO RODRIGUES DE SOUZA Rep. Cristovão	58.086.460/0001-64	**CREDENCIADO**
2ª	126	28/08/2025	ORLANDO JASPER JUNIOR06619040918 Rep. Grupo Semse	33.061.655/0001-29	**CREDENCIADO**
3ª	149	04/02/2026	52.442.157 RAFAELA MACHADO Rep. Dona Diva Samba	52.442.157/0001-70	**CREDENCIADO**

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:D405CBE4

PROCURADORIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO - SESTRAN - COMUNICADO DE NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infraçãocometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer Defesa da Autuação junto à DITRAN – PARANAVAÍ até 13/10/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data da Infração	Código da Infração
AAK6852	277490F000214601	12/08/2026	60503
ABM5D23	277490NIC0045101	04/08/2026	50020
ABQ6606	277490NIC0045110	04/08/2026	50020
AFR9I61	277490NIC0045178	04/08/2026	50020
AGQ4C00	277490NIC0045124	04/08/2026	50020
AGQ4C00	277490NIC0045123	04/08/2026	50020
AIG7288	277490NIC0045145	04/08/2026	50020
AIL7B09	277490NIC0045122	04/08/2026	50020
AKW0C26	277490NIC0045161	04/08/2026	50020
AMY1759	277490T000000948	24/08/2026	70481
ANI3503	277490T000001101	24/08/2026	70481
ANO6H58	277490NIC0045190	04/08/2026	50020
AOE6G06	277490NIC0045111	04/08/2026	50020
API6489	277490NIC0045169	04/08/2026	50020
AQE6G06	277490NIC0045170	04/08/2026	50020
AQN8927	277490T000000949	24/08/2026	70481
AQR2E00	277490NIC0045128	04/08/2026	50020
ASU8315	277490NIC0045098	04/08/2026	50020
ATM3F96	277490NIC0045121	04/08/2026	50020
ATY9737	277490T000001460	25/08/2026	55680
AUG2B54	277490NIC0045104	04/08/2026	50020
AUG2B54	277490NIC0045103	04/08/2026	50020
AUK9B72	277490W000044858	10/08/2026	55412
AUP8A58	277490NIC0045118	04/08/2026	50020
AUY6854	277490NIC0045156	04/08/2026	50020
AUY6854	277490NIC0045157	04/08/2026	50020
AVZ5E89	277490NIC0045159	04/08/2026	50020
AWB5D69	277490T000008215	24/08/2026	55417
AWG7527	277490NIC0045115	04/08/2026	50020
AWQ8H00	277490NIC0045140	04/08/2026	50020
AWX1I04	277490W000044857	10/08/2026	55412
AXL5F33	277490NIC0045165	04/08/2026	50020
AXL5F33	277490NIC0045108	04/08/2026	50020
AXL5F33	277490NIC0045109	04/08/2026	50020
AXZ0981	277490NIC0045125	04/08/2026	50020
AYB7876	277490NIC0045188	04/08/2026	50020
AZG7H79	277490NIC0045129	04/08/2026	50020
AZI2311	277490NIC0045117	04/08/2026	50020
AZJ6H73	277490T000000946	24/08/2026	70481
AZL9C94	277490T000000316	23/08/2026	76332
AZO0G36	277490NIC0045186	04/08/2026	50020
AZS8500	277490NIC0045163	04/08/2026	50020
BAL6A88	277490NIC0045119	04/08/2026	50020
BAP5A04	277490NIC0045175	04/08/2026	50020
BBJ1E92	277490NIC0045099	04/08/2026	50020
BBW1824	277490T000000947	24/08/2026	70481
BCH7E88	277490NIC0045113	04/08/2026	50020
BCI5303	277490T000008212	24/08/2026	55411
BCO7E65	277490NIC0045148	04/08/2026	50020
BCP5D33	277490NIC0045198	04/08/2026	50020
BDF9G64	277490T000008210	24/08/2026	76331

BDI8A03	277490NIC0045126	04/08/2026	50020
BDN8E44	277490NIC0045105	04/08/2026	50020
CUR4E50	277490NIC0045133	04/08/2026	50020
DFN5634	277490F000214712	14/08/2026	60503
DFW5093	277490NIC0045180	04/08/2026	50020
DGU8452	277490NIC0045135	04/08/2026	50020
EEQ7H44	277490NIC0045182	04/08/2026	50020
EFP7I67	277490T000008209	24/08/2026	76331
EOR5J74	277490NIC0045106	04/08/2026	50020
FFF0H93	277490NIC0045134	04/08/2026	50020
FJW9C46	277490NIC0045141	04/08/2026	50020
FMD4I43	277490NIC0045172	04/08/2026	50020
FXH1E79	277490NIC0045162	04/08/2026	50020
FZM3F56	277490NIC0045167	04/08/2026	50020
FZM3F56	277490NIC0045168	04/08/2026	50020
FZM3F56	277490NIC0045166	04/08/2026	50020
FZM3F56	277490NIC0045193	04/08/2026	50020
GCB2A79	277490NIC0045147	04/08/2026	50020
GEL6J48	277490F000214532	13/08/2026	56732
KAC4607	277490T000008213	24/08/2026	76251
LXV1H27	277490NIC0045173	04/08/2026	50020
MHT4167	277490NIC0045184	04/08/2026	50020
MJI7C59	277490T000008207	24/08/2026	76331
NCN8H91	277490NIC0045149	04/08/2026	50020
ONI9E08	277490NIC0045127	04/08/2026	50020
OZK9I83	277490F000214729	14/08/2026	60503
PPS4217	277490NIC0045187	04/08/2026	50020
QAR9J71	277490NIC0045120	04/08/2026	50020
QBA7A77	277490NIC0045174	04/08/2026	50020
QJS8C78	277490NIC0045150	04/08/2026	50020
QRR3B94	277490NIC0045183	04/08/2026	50020
QTK0I39	277490F000214608	12/08/2026	60503
QXJ5H92	277490NIC0045191	04/08/2026	50020
RDC0C08	277490NIC0045152	04/08/2026	50020
RHN4H13	277490NIC0045112	04/08/2026	50020
RHS3F34	277490NIC0045176	04/08/2026	50020
RHT6C50	277490W000044853	10/08/2026	55412
RHV5A79	277490NIC0045130	04/08/2026	50020
RHW4J44	277490T000000950	24/08/2026	70481
RTD9D52	277490NIC0045185	04/08/2026	50020
SDP8I53	277490NIC0045102	04/08/2026	50020
SEG7A49	277490NIC0045179	04/08/2026	50020
SEI1J99	277490NIC0045139	04/08/2026	50020
SEN6J36	277490NIC0045142	04/08/2026	50020
SEV7B49	277490NIC0045171	04/08/2026	50020
SEW2F09	277490NIC0045146	04/08/2026	50020
SEY7A71	277490NIC0045116	04/08/2026	50020
SFA2A47	277490NIC0045177	04/08/2026	50020
SFF2G14	277490NIC0045195	04/08/2026	50020
TAG0E43	277490NIC0045138	04/08/2026	50020
TAO6F41	277490NIC0045107	04/08/2026	50020
TAX6C88	277490NIC0045164	04/08/2026	50020
TBF4J59	277490NIC0045192	04/08/2026	50020
TBF4J59	277490NIC0045196	04/08/2026	50020
UAY7D12	277490NIC0045189	04/08/2026	50020
UBG7E32	277490NIC0045153	04/08/2026	50020
UBH2E53	277490NIC0045100	04/08/2026	50020
UBM3A00	277490NIC0045114	04/08/2026	50020
UBP0J78	277490NIC0045151	04/08/2026	50020
UBR6B23	277490NIC0045199	04/08/2026	50020
UBZ4I50	277490NIC0045155	04/08/2026	50020
UBZ9I47	277490NIC0045160	04/08/2026	50020

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:6545977A

PROCURADORIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO - SESTRAN - COMUNICADO DE NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infraçãocometida, com o veículo de sua propriedade, podendo V. S. oferecer recurso contra a infração junto à DITRAN – PARANAVAÍaté 15/10/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data da Infração	Código da Infração	Valor da Infração
AAI7453	277490F000209171	04/06/2026	60503	R$ 293,47
AAK5475	277490F000209027	02/06/2026	60503	R$ 293,47
AAX2H52	277490F000209529	08/06/2026	60503	R$ 293,47
ABV0C06	277490F000209341	06/06/2026	60503	R$ 293,47
ACL6G83	277490F000209127	03/06/2026	60503	R$ 293,47
ACS4D52	277490T000006066	17/06/2026	76251	R$ 293,47
ADC2J38	277490F000209255	05/06/2026	60503	R$ 293,47
ADI4B25	277490F000209137	03/06/2026	60503	R$ 293,47
AEH1177	277490F000209523	08/06/2026	60503	R$ 293,47
AEL9A03	277490F000209599	10/06/2026	60503	R$ 293,47
AEU9170	277490F000209572	09/06/2026	60503	R$ 293,47
AFA9466	277490T000006578	16/06/2026	76331	R$ 293,47

AFD7180	277490F000209552	09/06/2026	60503	R$ 293,47
AFR6B09	277490F000209377	07/06/2026	60503	R$ 293,47
AFU6024	277490F000209226	05/06/2026	60503	R$ 293,47
AFU8C68	277490F000209262	05/06/2026	60503	R$ 293,47
AFW0E25	277490F000209261	05/06/2026	60503	R$ 293,47
AFX3527	277490F000209312	06/06/2026	60503	R$ 293,47
AGA7472	277490F000209424	07/06/2026	60503	R$ 293,47
AGC6345	277490F000209374	06/06/2026	60503	R$ 293,47
AGF7F87	277490F000209503	08/06/2026	60503	R$ 293,47
AGQ5595	277490F000209347	06/06/2026	60503	R$ 293,47
AGV5009	277490F000209336	06/06/2026	60503	R$ 293,47
AHK8793	277490F000209468	08/06/2026	60503	R$ 293,47
AHZ0D11	277490F000209050	02/06/2026	60503	R$ 293,47
AIC7995	277490F000209028	02/06/2026	60503	R$ 293,47
AIG7288	277490NIC0044303	02/06/2026	50020	R$ 586,94
AIO3B83	277490F000209149	04/06/2026	60503	R$ 293,47
AJB4D70	277490F000209031	02/06/2026	60503	R$ 293,47
AJD3886	277490F000209019	02/06/2026	60503	R$ 293,47
AJP9J87	277490F000209443	07/06/2026	60503	R$ 293,47
AJV9J33	277490T000006435	17/06/2026	76331	R$ 293,47
AJY7676	277490T000006445	17/06/2026	76331	R$ 293,47
AJZ3848	277490F000209035	02/06/2026	60503	R$ 293,47
AJZ3848	277490F000209042	02/06/2026	60503	R$ 293,47
AJZ3848	277490F000209170	04/06/2026	60503	R$ 293,47
AJZ3848	277490F000209264	05/06/2026	60503	R$ 293,47
AJZ3848	277490F000209016	02/06/2026	60503	R$ 293,47
AJZ3848	277490F000209146	03/06/2026	60503	R$ 293,47
AJZ3848	277490F000209180	04/06/2026	60503	R$ 293,47
AJZ3848	277490F000209353	06/06/2026	60503	R$ 293,47
AJZ3848	277490F000209400	07/06/2026	60503	R$ 293,47
AJZ3848	277490F000209300	05/06/2026	60503	R$ 293,47
AKB8E28	277490F000209246	05/06/2026	56732	R$ 130,16
AKG0G68	277490F000209571	09/06/2026	60503	R$ 293,47
AKG2122	277490F000209153	04/06/2026	60503	R$ 293,47
AKI0114	277490F000209253	05/06/2026	60503	R$ 293,47
AKL9G03	277490F000209560	09/06/2026	60503	R$ 293,47
AKP5314	277490F000209308	05/06/2026	60503	R$ 293,47
AKR3542	277490F000209497	08/06/2026	60503	R$ 293,47
AKR3542	277490F000209274	05/06/2026	60503	R$ 293,47
AKR3570	277490F000209530	08/06/2026	60503	R$ 293,47
ALB9E02	277490F000209186	04/06/2026	60503	R$ 293,47
ALG8B89	277490F000209073	02/06/2026	60503	R$ 293,47
ALP8289	277490F000209512	08/06/2026	60503	R$ 293,47
ALQ2G00	277490F000209438	07/06/2026	60503	R$ 293,47
AMT2551	277490F000209439	07/06/2026	60503	R$ 293,47
AMT2551	277490F000209376	06/06/2026	60503	R$ 293,47
AMT2551	277490F000209117	03/06/2026	60503	R$ 293,47
AMT2551	277490F000209181	04/06/2026	60503	R$ 293,47
AMT2551	277490F000209218	04/06/2026	60503	R$ 293,47
AMT2551	277490F000209182	04/06/2026	60503	R$ 293,47
AMT2551	277490F000209213	04/06/2026	60503	R$ 293,47
AMT2551	277490F000209553	09/06/2026	60503	R$ 293,47
AMT6E83	277490F000209391	07/06/2026	60503	R$ 293,47
AMT6I19	277490F000209549	09/06/2026	60503	R$ 293,47
AMW6J59	277490F000209445	07/06/2026	60503	R$ 293,47
AMX7351	277490T000003426	17/06/2026	70561	R$ 293,47
AMX7351	277490T000003429	17/06/2026	51180	R$ 880,41
AMX7351	277490T000003427	17/06/2026	58350	R$ 195,23
AMX7351	277490T000003428	17/06/2026	50100	R$ 880,41
AMX7351	277490T000003430	17/06/2026	65992	R$ 293,47
ANG9B03	277490F000209435	07/06/2026	60503	R$ 293,47
ANI9553	277490F000209284	05/06/2026	60503	R$ 293,47
ANL9J77	277490F000209538	09/06/2026	60503	R$ 293,47
ANM3673	277490F000209417	07/06/2026	60503	R$ 293,47
ANP0I52	277490F000209369	06/06/2026	60503	R$ 293,47
ANP5469	277490F000209621	10/06/2026	60503	R$ 293,47
ANS7972	277490F000209140	03/06/2026	60503	R$ 293,47
ANW1584	277490F000209303	05/06/2026	60503	R$ 293,47
ANW1584	277490F000209061	02/06/2026	60503	R$ 293,47
AOA0215	277490F000209026	02/06/2026	60503	R$ 293,47
AOM6H41	277490F000209501	08/06/2026	60503	R$ 293,47
AOT4867	277490F000209565	09/06/2026	60503	R$ 293,47
AOT9J81	277490F000209332	06/06/2026	60503	R$ 293,47
AOT9J81	277490F000209404	07/06/2026	60503	R$ 293,47
AOY9E04	277490F000209230	05/06/2026	56732	R$ 130,16
APA6446	277490F000209165	04/06/2026	60503	R$ 293,47
APA6I70	277490F000209325	06/06/2026	60503	R$ 293,47
APE4B20	277490F000209459	08/06/2026	60503	R$ 293,47
APF9D66	277490F000209309	05/06/2026	60503	R$ 293,47
APL2712	277490F000209618	10/06/2026	60503	R$ 293,47
APO3B94	277490F000209578	09/06/2026	60503	R$ 293,47
APQ8307	277490F000209558	09/06/2026	60503	R$ 293,47
APQ8307	277490F000209065	02/06/2026	60503	R$ 293,47
AQB9355	277490F000209408	07/06/2026	60503	R$ 293,47
AQG1480	277490F000209562	09/06/2026	60503	R$ 293,47
AQG1480	277490F000209423	07/06/2026	60503	R$ 293,47
AQG7315	277490F000209518	08/06/2026	60503	R$ 293,47
AQJ4012	277490F000209576	09/06/2026	60503	R$ 293,47
AQM0859	277490F000209039	02/06/2026	60503	R$ 293,47

AQM8432	277490F000209343	06/06/2026	60503	R$ 293,47
AQV5G30	277490F000209038	02/06/2026	60503	R$ 293,47
AQX7203	277490F000209072	02/06/2026	60503	R$ 293,47
AQZ1A83	277490F000209431	07/06/2026	60503	R$ 293,47
ARA7E86	277490NIC0044282	02/06/2026	50020	R$ 390,46
ARB5367	277490F000209511	08/06/2026	60503	R$ 293,47
ARC8A61	277490F000209052	02/06/2026	60503	R$ 293,47
ARD3963	277490F000209509	08/06/2026	60503	R$ 293,47
ARE1092	277490F000209295	05/06/2026	60503	R$ 293,47
ARE1092	277490F000209296	05/06/2026	56732	R$ 130,16
ARE8C01	277490F000209453	07/06/2026	60503	R$ 293,47
ARH5631	277490F000209379	07/06/2026	60503	R$ 293,47
ARJ3552	277490F000209541	09/06/2026	60503	R$ 293,47
ARJ5228	277490T000002056	16/06/2026	55500	R$ 130,16
ARJ9E61	277490T000002052	16/06/2026	54522	R$ 195,23
ARL2181	277490NIC0044300	02/06/2026	50020	R$ 390,46
ARM4340	277490F000209305	05/06/2026	60503	R$ 293,47
ARN4718	277490F000209063	02/06/2026	60503	R$ 293,47
ARQ5342	277490NIC0044279	02/06/2026	50020	R$ 390,46
ARS8210	277490F000209157	04/06/2026	60503	R$ 293,47
ARV0192	277490F000209608	10/06/2026	60503	R$ 293,47
ARZ4H04	277490F000209581	09/06/2026	60503	R$ 293,47
ASA2586	277490F000209205	04/06/2026	60503	R$ 293,47
ASD1I61	277490NIC0044302	02/06/2026	50020	R$ 586,94
ASE2B90	277490F000209260	05/06/2026	60503	R$ 293,47
ASH9714	277490F000209469	08/06/2026	60503	R$ 293,47
ASJ8490	277490F000209327	06/06/2026	60503	R$ 293,47
ASK8E91	277490F000209144	03/06/2026	60503	R$ 293,47
ASN1864	277490F000209579	09/06/2026	60503	R$ 293,47
ASN3C25	116100T003750204	14/06/2026	55411	R$ 195,23
ASR2J84	277490F000209228	05/06/2026	60503	R$ 293,47
ASR7952	277490F000209570	09/06/2026	60503	R$ 293,47
ASW4A52	277490F000209485	08/06/2026	60503	R$ 293,47
ASW6128	277490F000209398	07/06/2026	60503	R$ 293,47
ASZ9425	277490F000209361	06/06/2026	60503	R$ 293,47
ATA1118	277490F000209318	06/06/2026	60503	R$ 293,47
ATA3C62	277490F000209156	04/06/2026	60503	R$ 293,47
ATB8248	277490F000209407	07/06/2026	60503	R$ 293,47
ATC9F02	277490F000209114	03/06/2026	60503	R$ 293,47
ATC9F02	277490F000209215	04/06/2026	60503	R$ 293,47
ATC9F02	277490F000209085	02/06/2026	60503	R$ 293,47
ATC9F02	277490F000209220	04/06/2026	60503	R$ 293,47
ATC9F02	277490F000209030	02/06/2026	60503	R$ 293,47
ATC9F02	277490F000209151	04/06/2026	60503	R$ 293,47
ATC9F02	277490F000209091	03/06/2026	60503	R$ 293,47
ATC9F02	277490F000209216	04/06/2026	60503	R$ 293,47
ATC9F02	277490F000209234	05/06/2026	60503	R$ 293,47
ATC9F02	277490F000209099	03/06/2026	60503	R$ 293,47
ATC9F02	277490F000209154	04/06/2026	60503	R$ 293,47
ATC9F02	277490F000209100	03/06/2026	60503	R$ 293,47
ATE1H75	277490F000209463	08/06/2026	60503	R$ 293,47
ATE3866	277490F000209566	09/06/2026	60503	R$ 293,47
ATF3I15	277490F000209219	04/06/2026	60503	R$ 293,47
ATJ4A60	277490F000209142	03/06/2026	60503	R$ 293,47
ATK8843	277490F000209437	07/06/2026	60503	R$ 293,47
ATO9A02	277490F000209534	09/06/2026	60503	R$ 293,47
ATY3520	277490F000209465	08/06/2026	60503	R$ 293,47
ATY3520	277490F000209302	05/06/2026	60503	R$ 293,47
ATY4C86	277490F000209360	06/06/2026	60503	R$ 293,47
AUA3160	277490F000209603	10/06/2026	60503	R$ 293,47
AUC8490	277490F000209564	09/06/2026	60503	R$ 293,47
AUE4C62	277490F000209283	05/06/2026	60503	R$ 293,47
AUI5I39	277490F000209123	03/06/2026	60503	R$ 293,47
AUJ8B46	277490F000209338	06/06/2026	56732	R$ 130,16
AUM5295	277490F000209118	03/06/2026	60503	R$ 293,47
AUR7901	277490F000209489	08/06/2026	60503	R$ 293,47
AUU3311	277490F000209428	07/06/2026	60503	R$ 293,47
AUV5C00	277490F000209083	02/06/2026	60503	R$ 293,47
AVA1933	277490T000006062	17/06/2026	76251	R$ 293,47
AVB0F31	277490F000209349	06/06/2026	60503	R$ 293,47
AVB7F74	277490F000209488	08/06/2026	60503	R$ 293,47
AVG0D56	277490F000209237	05/06/2026	60503	R$ 293,47
AVI9H75	277490F000209522	08/06/2026	60503	R$ 293,47
AVJ5F64	277490F000209614	10/06/2026	60503	R$ 293,47
AVM9G68	277490F000209403	07/06/2026	60503	R$ 293,47
AVO0657	277490F000209259	05/06/2026	56732	R$ 130,16
AVP2C32	277490F000209607	10/06/2026	60503	R$ 293,47
AVS6G76	277490T000003389	17/06/2026	76252	R$ 293,47
AVU7B37	277490F000209160	04/06/2026	60503	R$ 293,47
AVV3252	277490F000209502	08/06/2026	60503	R$ 293,47
AVZ9185	277490T000006760	17/06/2026	76331	R$ 293,47
AWA1058	277490NIC0044299	02/06/2026	50020	R$ 586,94
AWB5D41	277490F000209095	03/06/2026	60503	R$ 293,47
AWE7E47	277490F000209292	05/06/2026	60503	R$ 293,47
AWF3227	277490F000209275	05/06/2026	60503	R$ 293,47
AWG4835	277490F000209609	10/06/2026	60503	R$ 293,47
AWJ7821	277490F000209192	04/06/2026	60503	R$ 293,47
AWO1B35	277490F000209214	04/06/2026	60503	R$ 293,47
AWS0H59	277490F000209394	07/06/2026	60503	R$ 293,47

AWS0H59	277490F000209392	07/06/2026	60503	R$ 293,47
AWS0H59	277490F000209269	05/06/2026	60503	R$ 293,47
AWS0H59	277490F000209425	07/06/2026	60503	R$ 293,47
AWS2G49	277490F000209130	03/06/2026	56732	R$ 130,16
AWS4C48	277490F000209279	05/06/2026	60503	R$ 293,47
AWT5272	277490F000209232	05/06/2026	60503	R$ 293,47
AWU7682	277490F000209357	06/06/2026	60503	R$ 293,47
AWV3H98	277490T000006067	17/06/2026	76332	R$ 293,47
AWW1B08	277490F000209037	02/06/2026	60503	R$ 293,47
AWW4D65	277490F000209496	08/06/2026	60503	R$ 293,47
AWY7A99	116100T003750203	14/06/2026	55411	R$ 195,23
AWZ3170	277490F000209477	08/06/2026	60503	R$ 293,47
AWZ3B71	277490T000006063	17/06/2026	76251	R$ 293,47
AXA1J20	277490F000209267	05/06/2026	60503	R$ 293,47
AXA4655	277490F000209475	08/06/2026	60503	R$ 293,47
AXC6G53	277490NIC0044275	02/06/2026	50020	R$ 586,94
AXE3E53	116100T003107713	15/06/2026	55680	R$ 195,23
AXF2J96	277490F000209169	04/06/2026	60503	R$ 293,47
AXG1159	277490F000209025	02/06/2026	60503	R$ 293,47
AXH6914	277490F000209344	06/06/2026	60503	R$ 293,47
AXJ8B06	277490F000209236	05/06/2026	60503	R$ 293,47
AXL3G80	116100T003107716	16/06/2026	55250	R$ 130,16
AXL4H89	277490T000006443	17/06/2026	59910	R$ 293,47
AXP8936	277490F000209385	07/06/2026	60503	R$ 293,47
AXQ4H82	277490F000209252	05/06/2026	60503	R$ 293,47
AXQ7B97	277490F000209421	07/06/2026	60503	R$ 293,47
AXR2149	277490F000209233	05/06/2026	60503	R$ 293,47
AXR7J87	277490F000209416	07/06/2026	60503	R$ 293,47
AXS4D77	277490F000209043	02/06/2026	60503	R$ 293,47
AXT7636	277490F000209386	07/06/2026	60503	R$ 293,47
AXU0626	277490F000209071	02/06/2026	60503	R$ 293,47
AXU4359	277490F000209451	07/06/2026	60503	R$ 293,47
AXU4359	277490F000209419	07/06/2026	60503	R$ 293,47
AXV3419	277490F000209268	05/06/2026	60503	R$ 293,47
AYC6234	277490F000209402	07/06/2026	60503	R$ 293,47
AYC8960	277490T000006590	16/06/2026	51930	R$ 293,47
AYD0367	277490F000209583	09/06/2026	60503	R$ 293,47
AYD6624	277490F000209476	08/06/2026	60503	R$ 293,47
AYI7D67	277490F000209067	02/06/2026	60503	R$ 293,47
AYN0J24	277490F000209223	05/06/2026	60503	R$ 293,47
AYN9C84	277490F000209602	10/06/2026	60503	R$ 293,47
AYO6H00	277490F000209096	03/06/2026	60503	R$ 293,47
AYP9764	277490F000209516	08/06/2026	60503	R$ 293,47
AYU9H34	277490F000209588	09/06/2026	60503	R$ 293,47
AYV2J06	277490F000209499	08/06/2026	60503	R$ 293,47
AYV9G60	277490F000209270	05/06/2026	60503	R$ 293,47
AYX0J34	277490F000209293	05/06/2026	60503	R$ 293,47
AYY4G32	277490F000209329	06/06/2026	60503	R$ 293,47
AYY4G32	277490F000209474	08/06/2026	60503	R$ 293,47
AYY4G32	277490F000209122	03/06/2026	60503	R$ 293,47
AYY4G32	277490F000209508	08/06/2026	60503	R$ 293,47
AYY4G32	277490F000209324	06/06/2026	60503	R$ 293,47
AYY4G32	277490F000209145	03/06/2026	60503	R$ 293,47
AYY4G32	277490F000209514	08/06/2026	60503	R$ 293,47
AYY4G32	277490F000209540	09/06/2026	60503	R$ 293,47
AYY4G32	277490F000209467	08/06/2026	60503	R$ 293,47
AYY4G32	277490F000209368	06/06/2026	60503	R$ 293,47
AYY4G32	277490F000209128	03/06/2026	60503	R$ 293,47
AYY4G32	277490F000209248	05/06/2026	60503	R$ 293,47
AYY4G32	277490F000209616	10/06/2026	60503	R$ 293,47
AYY4G32	277490F000209536	09/06/2026	60503	R$ 293,47
AYY4G32	277490F000209330	06/06/2026	60503	R$ 293,47
AYY4H45	277490NIC0044288	02/06/2026	50020	R$ 390,46
AZA0882	277490F000209094	03/06/2026	60503	R$ 293,47
AZA4459	277490F000209593	10/06/2026	60503	R$ 293,47
AZD6G79	277490F000209517	08/06/2026	60503	R$ 293,47
AZF1691	277490F000209316	06/06/2026	60503	R$ 293,47
AZH7303	277490F000209492	08/06/2026	60503	R$ 293,47
AZI6D97	277490T000006759	17/06/2026	51851	R$ 195,23
AZK5629	277490F000209278	05/06/2026	60503	R$ 293,47
AZK5629	277490F000209563	09/06/2026	60503	R$ 293,47
AZK5629	277490F000209177	04/06/2026	60503	R$ 293,47
AZK6050	277490F000209101	03/06/2026	60503	R$ 293,47
AZO2J86	277490F000209087	02/06/2026	60503	R$ 293,47
AZQ3E07	277490T000003393	17/06/2026	51930	R$ 293,47
AZQ9J07	277490F000209131	03/06/2026	60503	R$ 293,47
AZR3906	277490F000209164	04/06/2026	60503	R$ 293,47
AZR3908	277490F000209044	02/06/2026	60503	R$ 293,47
AZR9396	116100T002814091	16/06/2026	55411	R$ 195,23
AZU1251	277490F000209082	02/06/2026	60503	R$ 293,47
AZU7034	277490F000209418	07/06/2026	60503	R$ 293,47
AZU7A10	277490T000006754	17/06/2026	51851	R$ 195,23
AZY8322	277490F000209313	06/06/2026	60503	R$ 293,47
BAC9B44	277490F000209076	02/06/2026	60503	R$ 293,47
BAI8795	277490F000209339	06/06/2026	60503	R$ 293,47
BAJ1C86	277490T000006444	17/06/2026	76331	R$ 293,47
BAK5614	277490F000209472	08/06/2026	60503	R$ 293,47
BAO9J06	277490F000209335	06/06/2026	60503	R$ 293,47
BAR6G56	277490F000209352	06/06/2026	60503	R$ 293,47

BAT0E54	277490T000002054	16/06/2026	54522	R$ 195,23
BAU2B04	277490T000002057	16/06/2026	54522	R$ 195,23
BAW1A32	277490T000006447	17/06/2026	59910	R$ 293,47
BBF6I10	277490T000002053	16/06/2026	55500	R$ 130,16
BBG7H83	277490F000209239	05/06/2026	60503	R$ 293,47
BBG9H58	277490F000209242	05/06/2026	60503	R$ 293,47
BBL9116	277490F000209328	06/06/2026	60503	R$ 293,47
BBQ5572	277490F000209535	09/06/2026	60503	R$ 293,47
BCD3G60	277490F000209525	08/06/2026	60503	R$ 293,47
BCD3G60	277490F000209500	08/06/2026	60503	R$ 293,47
BCF8F92	277490F000209074	02/06/2026	60503	R$ 293,47
BCH4707	277490F000209017	02/06/2026	60503	R$ 293,47
BCJ8C18	277490T000006580	16/06/2026	76331	R$ 293,47
BCK3837	277490F000209539	09/06/2026	60503	R$ 293,47
BCO4832	277490F000209567	09/06/2026	60503	R$ 293,47
BCP4292	277490F000209054	02/06/2026	60503	R$ 293,47
BCR7C37	277490F000209491	08/06/2026	60503	R$ 293,47
BCR9J18	277490F000209600	10/06/2026	60503	R$ 293,47
BCS7F86	277490F000209390	07/06/2026	60503	R$ 293,47
BCT2E08	277490F000209112	03/06/2026	60503	R$ 293,47
BCY9B01	277490F000209521	08/06/2026	60503	R$ 293,47
BDA5C70	277490F000209321	06/06/2026	60503	R$ 293,47
BDB0I42	277490F000209029	02/06/2026	60503	R$ 293,47
BDB9G27	277490F000209365	06/06/2026	60503	R$ 293,47
BDC4H21	277490F000209098	03/06/2026	60503	R$ 293,47
BDD1H61	277490T000006576	16/06/2026	76331	R$ 293,47
BDD8G63	277490NIC0044290	02/06/2026	50020	R$ 390,46
BDE4E69	277490F000209322	06/06/2026	60503	R$ 293,47
BDE4G33	277490F000209022	02/06/2026	60503	R$ 293,47
BDE8I85	277490F000209135	03/06/2026	60503	R$ 293,47
BDR5A84	116100T003107714	15/06/2026	54521	R$ 195,23
BDU8G80	277490NIC0044293	02/06/2026	50020	R$ 390,46
BDX3I77	277490F000209113	03/06/2026	60503	R$ 293,47
BDZ5B81	277490F000209405	07/06/2026	60503	R$ 293,47
BEB1213	277490F000209393	07/06/2026	60503	R$ 293,47
BEC7C77	277490T000006436	17/06/2026	76331	R$ 293,47
BEE5G28	277490F000209346	06/06/2026	60503	R$ 293,47
BEE5G28	277490F000209320	06/06/2026	60503	R$ 293,47
BEG9I60	277490F000209584	09/06/2026	60503	R$ 293,47
BEJ4D83	277490F000209507	08/06/2026	60503	R$ 293,47
BEO2G20	277490F000209129	03/06/2026	60503	R$ 293,47
BEV6I71	277490NIC0044287	02/06/2026	50020	R$ 390,46
BEY2G33	277490F000209119	03/06/2026	60503	R$ 293,47
BGP9782	277490F000209510	08/06/2026	60503	R$ 293,47
BNK5125	277490F000209396	07/06/2026	60503	R$ 293,47
CCP5080	277490F000209212	04/06/2026	60503	R$ 293,47
CCP5080	277490F000209464	08/06/2026	60503	R$ 293,47
CFL9840	277490F000209070	02/06/2026	60503	R$ 293,47
COH0309	277490F000209179	04/06/2026	60503	R$ 293,47
CPM3440	277490F000209620	10/06/2026	60503	R$ 293,47
CPV6E62	277490F000209187	04/06/2026	60503	R$ 293,47
CQW0797	277490F000209585	09/06/2026	60503	R$ 293,47
CTC1F16	277490F000209132	03/06/2026	60503	R$ 293,47
CTU0F87	277490F000209462	08/06/2026	60503	R$ 293,47
CVU1667	277490T000006060	17/06/2026	55250	R$ 130,16
CYA7E64	277490F000209051	02/06/2026	60503	R$ 293,47
CYJ6608	277490F000209358	06/06/2026	60503	R$ 293,47
CYJ6608	277490F000209225	05/06/2026	60503	R$ 293,47
CYX5H05	277490F000209111	03/06/2026	60503	R$ 293,47
CZF6684	277490F000209547	09/06/2026	60503	R$ 293,47
CZU1673	277490T000006439	17/06/2026	59910	R$ 293,47
DBW0G38	277490F000209494	08/06/2026	60503	R$ 293,47
DCK4B96	277490F000209366	06/06/2026	60503	R$ 293,47
DFV2I25	277490T000006434	17/06/2026	59910	R$ 293,47
DLC1I57	277490F000209597	10/06/2026	60503	R$ 293,47
DLC4869	277490F000209136	03/06/2026	60503	R$ 293,47
DLU7447	277490T000006446	17/06/2026	59910	R$ 293,47
DLU7447	277490T000006753	17/06/2026	51851	R$ 195,23
DNP1785	277490F000209210	04/06/2026	60503	R$ 293,47
DNP1785	277490F000209203	04/06/2026	60503	R$ 293,47
DNV7B79	277490F000209543	09/06/2026	60503	R$ 293,47
DOT5B65	277490F000209172	04/06/2026	60503	R$ 293,47
DOT5B65	277490F000209580	09/06/2026	60503	R$ 293,47
DPR4A15	277490F000209251	05/06/2026	60503	R$ 293,47
DPS8B19	277490F000209606	10/06/2026	60503	R$ 293,47
DTY9A10	277490F000209490	08/06/2026	60503	R$ 293,47
DWD4426	277490F000209265	05/06/2026	60503	R$ 293,47
DYM9I94	277490F000209577	09/06/2026	60503	R$ 293,47
ECZ8516	277490F000209294	05/06/2026	60503	R$ 293,47
EGT8B56	277490T000006756	17/06/2026	51851	R$ 195,23
EHJ2955	277490F000209388	07/06/2026	60503	R$ 293,47
EIP8652	277490F000209139	03/06/2026	60503	R$ 293,47
EMV7E55	277490F000209271	05/06/2026	60503	R$ 293,47
EOW0429	277490F000209582	09/06/2026	60503	R$ 293,47
EPU6J43	277490F000209493	08/06/2026	60503	R$ 293,47
ETJ2E27	277490F000209384	07/06/2026	60503	R$ 293,47
EXF9494	277490F000209397	07/06/2026	60503	R$ 293,47
EYE5670	277490F000209125	03/06/2026	60503	R$ 293,47
EZL4F87	277490F000209299	05/06/2026	60503	R$ 293,47

FAU9E36	277490T000006569	16/06/2026	76331	R$ 293,47
FBQ4F85	277490F000209355	06/06/2026	60503	R$ 293,47
FBW2D27	277490F000209342	06/06/2026	60503	R$ 293,47
FES8A64	277490F000209227	05/06/2026	60503	R$ 293,47
FFF0H93	277490NIC0044284	02/06/2026	50020	R$ 390,46
FIG0F61	277490F000209257	05/06/2026	60503	R$ 293,47
FJP0568	277490F000209466	08/06/2026	56732	R$ 130,16
FOD9G38	277490F000209247	05/06/2026	60503	R$ 293,47
FRX1362	277490F000209478	08/06/2026	60503	R$ 293,47
FSD5C19	277490F000209382	07/06/2026	60503	R$ 293,47
GCN1B96	277490F000209380	07/06/2026	60503	R$ 293,47
GDD8D03	277490F000209254	05/06/2026	60503	R$ 293,47
GDI1D58	277490F000209108	03/06/2026	60503	R$ 293,47
GGI6H06	277490F000209604	10/06/2026	60503	R$ 293,47
GHM3D30	277490F000209021	02/06/2026	60503	R$ 293,47
GJM1C73	277490F000209018	02/06/2026	60503	R$ 293,47
GMQ7884	277490F000209032	02/06/2026	60503	R$ 293,47
GOL9G34	277490T000006755	17/06/2026	51851	R$ 195,23
GYP2050	277490F000209354	06/06/2026	60503	R$ 293,47
HAO6388	277490F000209289	05/06/2026	60503	R$ 293,47
HFT4B93	277490NIC0044283	02/06/2026	50020	R$ 390,46
HOL9821	277490F000209120	03/06/2026	60503	R$ 293,47
HOL9821	277490F000209513	08/06/2026	60503	R$ 293,47
HQD4D64	277490F000209351	06/06/2026	60503	R$ 293,47
HRS9000	277490F000209198	04/06/2026	60503	R$ 293,47
HRU3950	277490F000209450	07/06/2026	60503	R$ 293,47
HSB9387	277490F000209486	08/06/2026	60503	R$ 293,47
HTD4C86	277490F000209081	02/06/2026	60503	R$ 293,47
HTE8705	277490F000209183	04/06/2026	60503	R$ 293,47
HTG0C75	277490F000209591	09/06/2026	60503	R$ 293,47
HTH4F45	277490T000006588	16/06/2026	51852	R$ 195,23
HTQ0A61	277490F000209106	03/06/2026	60503	R$ 293,47
IMA1E75	277490F000209420	07/06/2026	60503	R$ 293,47
IOI9584	277490F000209263	05/06/2026	60503	R$ 293,47
IVW7F84	277490F000209546	09/06/2026	60503	R$ 293,47
IYS8A05	277490F000209587	09/06/2026	60503	R$ 293,47
IZQ0H21	277490NIC0044276	02/06/2026	50020	R$ 390,46
JBO2212	277490F000209173	04/06/2026	60503	R$ 293,47
JEH4A99	277490F000209622	10/06/2026	60503	R$ 293,47
JFO5H41	277490F000209596	10/06/2026	60503	R$ 293,47
JHK7E43	277490F000209610	10/06/2026	60503	R$ 293,47
JKE1E87	277490F000209526	08/06/2026	60503	R$ 293,47
KGI1990	277490F000209561	09/06/2026	60503	R$ 293,47
KIO5A63	277490F000209176	04/06/2026	60503	R$ 293,47
KRD9C04	277490F000209446	07/06/2026	60503	R$ 293,47
KRD9C04	277490F000209430	07/06/2026	60503	R$ 293,47
LSP8A82	277490F000209337	06/06/2026	60503	R$ 293,47
LXV1H27	277490F000209103	03/06/2026	60503	R$ 293,47
LYU5I63	277490F000209134	03/06/2026	60503	R$ 293,47
MCS3046	277490F000209480	08/06/2026	60503	R$ 293,47
MDY3C18	277490F000209148	03/06/2026	60503	R$ 293,47
MDY3C18	277490F000209084	02/06/2026	60503	R$ 293,47
MDY3C18	277490F000209590	09/06/2026	60503	R$ 293,47
MDY3C18	277490F000209209	04/06/2026	60503	R$ 293,47
MDY3C18	277490F000209152	04/06/2026	60503	R$ 293,47
MDY3C18	277490F000209217	04/06/2026	60503	R$ 293,47
MDY3C18	277490F000209592	09/06/2026	60503	R$ 293,47
MDY3C18	277490F000209455	07/06/2026	60503	R$ 293,47
MDY3C18	277490F000209454	07/06/2026	60503	R$ 293,47
MGV5B82	277490F000209245	05/06/2026	60503	R$ 293,47
MHC8A72	277490F000209280	05/06/2026	60503	R$ 293,47
MHU9592	277490F000209568	09/06/2026	60503	R$ 293,47
MHU9592	277490F000209287	05/06/2026	60503	R$ 293,47
MOJ0A93	277490F000209460	08/06/2026	60503	R$ 293,47
NGS4B10	277490F000209532	09/06/2026	60503	R$ 293,47
NJN7454	277490F000209276	05/06/2026	60503	R$ 293,47
NOU4F76	277490F000209291	05/06/2026	60503	R$ 293,47
NSC3A26	277490F000209200	04/06/2026	60503	R$ 293,47
NTX3200	277490F000209557	09/06/2026	60503	R$ 293,47
NVS5F69	277490F000209441	07/06/2026	60503	R$ 293,47
NXP1579	277490NIC0044294	02/06/2026	50020	R$ 390,46
OAW0F05	277490F000209282	05/06/2026	60503	R$ 293,47
OFL5D85	277490F000209375	06/06/2026	60503	R$ 293,47
OOJ2I65	277490F000209481	08/06/2026	60503	R$ 293,47
OOT3555	277490F000209068	02/06/2026	60503	R$ 293,47
OYC1656	277490F000209447	07/06/2026	60503	R$ 293,47
PAY6I44	116100T002814090	16/06/2026	55411	R$ 195,23
PBJ4I12	277490F000209573	09/06/2026	60503	R$ 293,47
PXE6J52	277490F000209185	04/06/2026	60503	R$ 293,47
PYS2G09	277490F000209211	04/06/2026	60503	R$ 293,47
QAE9F82	277490NIC0044304	02/06/2026	50020	R$ 260,32
QAK0H82	277490F000209077	02/06/2026	60503	R$ 293,47
QAN0D12	277490T000006450	17/06/2026	76331	R$ 293,47
QHI3J35	277490F000209162	04/06/2026	60503	R$ 293,47
QHP3E80	277490F000209601	10/06/2026	60503	R$ 293,47
QID2F96	277490F000209258	05/06/2026	60503	R$ 293,47
QII5F22	277490F000209555	09/06/2026	60503	R$ 293,47
QJP8I45	277490T000006579	16/06/2026	76331	R$ 293,47
QPO4H83	277490F000209533	09/06/2026	60503	R$ 293,47

QQH8C85	277490F000209484	08/06/2026	60503	R$ 293,47
QRR3B94	277490NIC0044286	02/06/2026	50020	R$ 390,46
QRR3B94	277490F000209586	09/06/2026	60503	R$ 293,47
QUE7H36	277490F000209141	03/06/2026	60503	R$ 293,47
QUZ0G79	277490F000209613	10/06/2026	60503	R$ 293,47
QYR2B03	277490F000209023	02/06/2026	60503	R$ 293,47
QZU2E70	277490F000209090	03/06/2026	60503	R$ 293,47
RAL1920	277490F000209163	04/06/2026	60503	R$ 293,47
RAL1920	277490F000209161	04/06/2026	60503	R$ 293,47
RHA7G15	277490F000209107	03/06/2026	60503	R$ 293,47
RHA7G81	277490F000209167	04/06/2026	60503	R$ 293,47
RHA8B42	277490T000006757	17/06/2026	70561	R$ 293,47
RHH9D28	277490F000209290	05/06/2026	60503	R$ 293,47
RHJ0F53	277490NIC0044305	02/06/2026	50020	R$ 586,94
RHL5A19	277490F000209542	09/06/2026	60503	R$ 293,47
RHV1A85	277490F000209104	03/06/2026	60503	R$ 293,47
RHW1B25	277490F000209427	07/06/2026	60503	R$ 293,47
RHW6C56	277490T000006442	17/06/2026	76332	R$ 293,47
RHX9F06	277490F000209389	07/06/2026	60503	R$ 293,47
RHZ8G52	277490F000209301	05/06/2026	60503	R$ 293,47
RLH9C74	277490F000209201	04/06/2026	60503	R$ 293,47
RQR9B81	277490F000209519	08/06/2026	60503	R$ 293,47
RSH7E36	277490F000209034	02/06/2026	60503	R$ 293,47
RTO1J67	277490NIC0044277	02/06/2026	50020	R$ 586,94
RVG3J18	277490T000003392	17/06/2026	76331	R$ 293,47
RVG7G46	277490F000209569	09/06/2026	60503	R$ 293,47
RVV0F42	277490NIC0044289	02/06/2026	50020	R$ 390,46
RYI4C32	277490NIC0044292	02/06/2026	50020	R$ 390,46
SDR4H30	277490F000209615	10/06/2026	60503	R$ 293,47
SDU9I32	277490F000209371	06/06/2026	60503	R$ 293,47
SDV6I66	277490F000209345	06/06/2026	60503	R$ 293,47
SDV8C59	277490F000209057	02/06/2026	60503	R$ 293,47
SEB1J69	277490F000209250	05/06/2026	60503	R$ 293,47
SEC0C49	277490F000209449	07/06/2026	60503	R$ 293,47
SEE0G21	277490F000209040	02/06/2026	60503	R$ 293,47
SEH7A43	277490F000209340	06/06/2026	60503	R$ 293,47
SEK0C73	277490F000209033	02/06/2026	60503	R$ 293,47
SEL4E95	277490F000209356	06/06/2026	60503	R$ 293,47
SEL9H47	277490NIC0044295	02/06/2026	50020	R$ 390,46
SEM2A24	277490F000209196	04/06/2026	60503	R$ 293,47
SEP6C54	277490NIC0044291	02/06/2026	50020	R$ 390,46
SEP8I53	277490T000006574	16/06/2026	76331	R$ 293,47
SEQ7C17	277490F000209053	02/06/2026	60503	R$ 293,47
SEW7I26	277490F000209306	05/06/2026	60503	R$ 293,47
SEW8E39	277490F000209277	05/06/2026	60503	R$ 293,47
SEZ4H91	277490T000006581	16/06/2026	76331	R$ 293,47
SFA0C49	277490T000006449	17/06/2026	51851	R$ 195,23
SFA3F12	277490F000209194	04/06/2026	60503	R$ 293,47
SFA5E21	277490F000209395	07/06/2026	60503	R$ 293,47
SFD3D07	277490F000209204	04/06/2026	60503	R$ 293,47
SFH5G07	277490F000209333	06/06/2026	60503	R$ 293,47
SFI9B31	277490F000209056	02/06/2026	60503	R$ 293,47
SFI9E21	277490F000209367	06/06/2026	60503	R$ 293,47
SFL4E92	277490NIC0044297	02/06/2026	50020	R$ 586,94
SFL5C09	277490F000209401	07/06/2026	60503	R$ 293,47
SFN3H00	277490NIC0044298	02/06/2026	50020	R$ 586,94
SFN4E42	277490F000209550	09/06/2026	56732	R$ 130,16
SFN4J67	277490F000209036	02/06/2026	60503	R$ 293,47
SFO2F00	277490F000209479	08/06/2026	60503	R$ 293,47
SFO4J11	277490NIC0044278	02/06/2026	50020	R$ 586,94
SUV5D78	277490F000209319	06/06/2026	60503	R$ 293,47
SYD6C77	277490T000003518	17/06/2026	57380	R$ 293,47
TAJ9B72	277490NIC0044296	02/06/2026	50020	R$ 390,46
TAK0C09	277490F000209594	10/06/2026	60503	R$ 293,47
TAK6E87	277490F000209531	08/06/2026	60503	R$ 293,47
TAS4H78	277490F000209350	06/06/2026	60503	R$ 293,47
TAT3I74	277490F000209527	08/06/2026	60503	R$ 293,47
TAW6G37	277490F000209126	03/06/2026	60503	R$ 293,47
TBH4D63	277490T000006589	16/06/2026	51930	R$ 293,47
TBK5J39	277490F000209199	04/06/2026	60503	R$ 293,47
TBN9H48	277490NIC0044306	02/06/2026	50020	R$ 586,94
TBP7J35	277490F000209559	09/06/2026	60503	R$ 293,47
TBP9A18	277490T000002059	16/06/2026	70481	R$ 293,47
TBT8F73	277490F000209159	04/06/2026	60503	R$ 293,47
TBU6F66	277490F000209231	05/06/2026	56732	R$ 130,16
TBU9D78	277490F000209115	03/06/2026	60503	R$ 293,47
TBX4C34	277490NIC0044280	02/06/2026	50020	R$ 390,46
TBY1D96	277490F000209515	08/06/2026	60503	R$ 293,47
TQU6F32	277490F000209075	01/06/2026	60503	R$ 293,47
UAS7D71	277490F000209461	08/06/2026	56732	R$ 130,16
UAU0D05	277490F000209434	07/06/2026	60503	R$ 293,47
UAV2G52	277490NIC0044281	02/06/2026	50020	R$ 390,46
UAY6H74	277490F000209611	10/06/2026	60503	R$ 293,47
UAZ3C45	277490F000209224	05/06/2026	60503	R$ 293,47
UBF9D91	277490NIC0044301	02/06/2026	50020	R$ 586,94
UBG0D54	277490F000209133	03/06/2026	60503	R$ 293,47
UBO1I25	277490F000209147	03/06/2026	60503	R$ 293,47
UBR3D98	277490F000209432	07/06/2026	60503	R$ 293,47
UBR4A61	277490T000006752	17/06/2026	51851	R$ 195,23

UBR8D60	277490F000209206	04/06/2026	60503	R$ 293,47
UBU6C59	277490T000006586	16/06/2026	51851	R$ 195,23
UBZ6F57	277490F000209175	04/06/2026	60503	R$ 293,47
UCD3C58	277490T000006758	17/06/2026	51851	R$ 195,23
UDF5B97	277490F000209158	04/06/2026	60503	R$ 293,47

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:4EF4F135

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
3º ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 001/2025 DE ALTERAÇÃO DO PLANO DE APLICAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ E A CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS CARMELITAS MISSIONÁRIAS DE SANTA TEREZA DO MENINO JESUS – EDUCANDÁRIO SÃO JOSÉ DE PARANAVAÍ

De um lado, o **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 76.977.768/0001-81, com sede e foro nesta cidade, na Rua Getúlio Vargas, 900, Centro, neste ato representado pelo Controlador Geral do Município Carlos Alberto Vieira, por meio dos poderes delegados no Decreto Municipal nº 18.093/2017, residente e domiciliado nesta Cidade de Paranavaí – PR, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 5.337.225-2, e inscrito no CPF sob o nº 756.344.739-34, doravante denominada **ENTIDADE MUNICIPAL PARCEIRA** e de outro lado a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC, denominada **CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS CARMELITAS MISSIONÁRIAS DE SANTA TEREZA DO MENINO JESUS – EDUCANDÁRIO SÃO JOSÉ DE PARANAVAÍ,** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº **23.157.506/0004-57,** com sede na Cidade de Paranavaí, no endereço **Rua: Antônio Eredia Molina Nº 920 – Jardim Ipê**, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) **Ana Balbina de Souza,** conforme documento que fica arquivado no setor competente, doravante denominada simplesmente **OSC PARCEIRA**, resolvem firmar o 3º Aditivo ao Termo de Colaboração nº 001/2025, com fundamento na Lei Federal nº 13.019, de 31 de Julho de 2014 e alterações, no Decreto Municipal nº 18.294, de 20 de setembro de 2017, nos termos do Edital de Chamamento Público **nº 02/2024** e seus anexos e Plano de Trabalho aprovado, todos parte integrante deste 3º Aditivo, como se transcrito fossem, têm entre si justo e avençado o quanto segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente Aditivo tem por objeto o repasse financeiro conforme previsto na Portaria Interministerial MEC MF nº 6 de 29 de abril de 2026, a fim de garantir o atendimento devidamente capacitado denominado Educação Infantil, conforme Edital de Chamamento Público **nº 02/2024** e readequação do Plano de Trabalho com reordenação de contas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO
O Termo de Colaboração nº 001/2025 passa a vigorar com o valor de **R$ 3.199.577,37 (Três milhões, cento e noventa e nove mil, quinhentos e setenta e sete reais e trinta e sete centavos).**

CLÁUSULA TERCEIRA – DO ADITIVO DE ALTERAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO E APLICAÇÃO
Através do presente Termo Aditivo e, em conformidade com o item 3.1 da Cláusula Terceira da Minuta do Termo do Colaboração do Edital 02/2024, a Entidade **CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS CARMELITAS MISSIONÁRIAS DE SANTA TEREZA DO MENINO JESUS – EDUCANDÁRIO SÃO JOSÉ DE PARANAVAÍ**, apresentou por meio de oficio nº 22/2026 datado de 18/05/2026, solicitação de repasse financeiro conforme previsto na Portaria Interministerial MEC MF nº 6, de 29 de abril de 2026, conforme valores abaixo:

Valor concedente em janeiro/2025: **R$1.449.872,00 (um milhão quatrocentos e quarenta e nove mil oitocentos e setenta e dois reais).**
1º Aditivo de acréscimo a partir de julho/2025: **R$ 91.203,00 (noventa e um mil duzentos e três reais).**

2º Aditivo de acréscimo a partir de novembro/2025: **R$ 21.625,60 (vinte e um mil seiscentos e vinte e cinco reais e sessenta centavos).**

Rendimentos do ano de 2025 acrescido no Plano de Aplicação **27.013,09 (vinte e sete mil treze reais e nove centavos).**

Valor atualizado - **R$ 1.589.713,69 (um milhão quinhentos e oitenta e nove mil setecentos e treze reais e sessenta e nove centavos)**, referente ao ano de 2025, sendo o valor da prorrogação para o ano de 2026 de R$ 1.562.700,60 **(um milhão quinhentos e sessenta e dois mil setecentos reais e sessenta centavos)** passando a vigorar com a seguinte redação: **R$ 3.152.414,29 (Três milhões cento e cinquenta e dois mil quatrocentos e quatorze reais e vinte e nove centavos).**

3º Aditivo de acréscimo a partir de junho/2026: **R$ 47.163,08 (quarenta e sete mil, cento e sessenta e três reais e oito centavos).**

PLANO DE APLICAÇÃO
7. VALOR CONCEDENTE: R$ 3.199.577,37 (Três milhões, cento e noventa e nove mil, quinhentos e setenta e sete reais e trinta e sete centavos).

Item	Especificação	Valor Total Elemento
1	**MATERIAL DE CONSUMO**	**R$ 764.315,59**
	GENEROS ALIMENTÍCIOS	R$ 336.733,42
	MATERIAL DE EXPEDIENTE	R$ 40.000,00
	MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA	R$ 50.406,00
	MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	R$ 25.000,00
	COMBUSTÍVEL	R$ 34.000,00
	GÁS	R$ 15.000,00
	MATERIAL ELÉTRICO	R$ 40.000,00
	MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	R$ 128.013,09
	MATERIAL EDUCATIVO, ESPORTIVO E PEDAGÓGICO	R$ 14.000,00
	MATERIAL DE CONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	R$ 44.000,00
	MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	R$ 17.163,08
	UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS	R$ 20.000,00
2	**SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA**	**R$ 199.861,46**
	ÁGUA E ESGOTO	R$ 20.000,00
	DESPESAS DE TELEFONIA FIXA E INTERNET	R$ 1.800,00
	ENERGIA ELÉTRICA	R$ 33.000,00
	HONORÁRIOS	R$ 20.800,00

	MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	R$ 124.261,46
3	**PESSOAL**	**R$ 1.895.417,17**
	SALÁRIOS	R$ 1.562.891,60
	FÉRIAS	R$ 173.654,62
	DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO	R$ 130.240,95
	IDENIZAÇÃO TRABALHISTA	R$ 28.630,00
4	**ENCARGOS SOCIAIS**	**R$ 339.983,15**
	INSS	R$ 175.870,00
	FGTS	R$ 164.113,15
TOTAL DE DESPESAS (1+2+3+4)		**R$ 3.199.577,37**

CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do presente Termo de Colaboração 001/2025, este extrato de aditivo entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Paranavaí, 17 de agosto de 2026

CARLOS ALBERTO VIEIRA
Controlador Geral do Município
Decreto Municipal nº 18.093/2017

WANESSA DURANTE
Secretária Municipal de Educação
Decreto Municipal nº 27.051/2025

ANA BALBINA DE SOUZA
Presidente da OSC Parceira

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:D44EFCD0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
3º ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 004/2025 DE ALTERAÇÃO DO PLANO DE APLICAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ E A GRUPO IRMÃ SHEILLA – CEI PEQUENO SEMELHANTE

De um lado, o **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 76.977.768/0001-81, com sede e foro nesta cidade, na Rua Getúlio Vargas, 900, Centro, neste ato representado pelo Controlador Geral do Município Carlos Alberto Vieira, por meio dos poderes delegados no Decreto Municipal nº 18.093/2017, residente e domiciliado nesta Cidade de Paranavaí – PR, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 5.337.225-2, e inscrito no CPF sob o nº 756.344.739-34, doravante denominada **ENTIDADE MUNICIPAL PARCEIRA** e de outro lado a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC, denominada **GRUPO IRMÃ SHEILLA – CEI PEQUENO SEMELHANTE,** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº **76.727.825/0001-74,** com sede na Cidade de Paranavaí, no endereço **AV. Carlos Gomes nº 740 – Jardim São Jorge**, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) **Rosely Edna Consalter Lima,** conforme documento que fica arquivado no setor competente, doravante denominada simplesmente **OSC PARCEIRA**, resolvem firmar o 3º Aditivo ao Termo de Colaboração nº 004/2025, com fundamento na Lei Federal nº 13.019, de 31 de Julho de 2014 e alterações, no Decreto Municipal nº 18.294, de 20 de setembro de 2017, nos termos do Edital de Chamamento Público **nº 02/2024** e seus anexos e Plano de Trabalho aprovado, todos parte integrante deste 3º Aditivo, como se transcrito fossem, têm entre si justo e avençado o quanto segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente Aditivo tem por objeto o repasse financeiro conforme previsto na Portaria Interministerial MEC MF nº 6 de 29 de abril de 2026, a fim de garantir o atendimento devidamente capacitado denominado Educação Infantil, conforme Edital de Chamamento Público **nº 02/2024.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO
O Termo de Colaboração nº 004/2025 passa a vigorar com o valor de **R$ 3.242.436,08 (Três milhões, duzentos e quarenta e dois mil quatrocentos e trinta e seis reais e oito centavos).**

CLÁUSULA TERCEIRA – DO ADITIVO DE ALTERAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO E APLICAÇÃO
Através do presente Termo Aditivo e, em conformidade com o item 3.1 da Cláusula Terceira da Minuta do Termo do Colaboração do Edital 02/2024, a Entidade **GRUPO IRMÃ SHEILLA – CEI PEQUENO SEMELHANTE,** apresentou por meio de oficio nº 20/2026 datado de 18/05/2026, solicitação de repasse financeiro conforme previsto na Portaria Interministerial MEC MF nº 6, de 29 de abril de 2026, conforme valores abaixo:

Valor concedente em janeiro/2025: **R$ 1.491.385,32 (um milhão, quatrocentos e noventa e um mil, trezentos e oitenta e cinco reais e trinta e dois centavos**

1º Aditivo de acréscimo a partir de Julho/2025: **R$ 59.125,20 (cinquenta e nove mil, cento e vinte e cinco reais e vinte centavos).**
2º Aditivo de acréscimo a partir de Novembro/2025: **R$ 21.757,54 (vinte e um mil, setecentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos).**
Valor atualizado - **R$ 1.572.268,06 (Um milhão, quinhentos e setenta e dois mil, duzentos e sessenta e oito reais e seis centavos)**, referente ao ano de 2025, sendo o valor da prorrogação para o ano de 2026 de **R$ 1.572.268,06 (Um milhão, quinhentos e setenta e dois mil, duzentos e sessenta e oito reais e seis centavos)**, passando a vigorar com a seguinte redação: **R$ 3.144.536,12 (Três milhões, cento e quarenta e quatro mil, quinhentos e trinta e seis reais e doze centavos).**
3º Aditivo de acréscimo a partir de Junho/2026: **R$ 97.899,96 (noventa e sete mil, oitocentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos).**
PLANO DE APLICAÇÃO
7. VALOR CONCEDENTE: R$ 3.242.436,08 (Três milhões, duzentos e quarenta e dois mil quatrocentos e trinta e seis reais e oito centavos).

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR TOTAL (R$)	
01	**MATERIAL DE CONSUMO**	----------	
	Gás	R$	27.000,00
	Material Educativo e Esportivo	R$	28.000,00
	Material de copa e cozinha	R$	14.000,00
	Material de limpeza e Higienização	R$	55.223,16
	Material para manutenção de Bens Imóveis	R$	55.000,00
	Material Elétrico e Eletrônicos	R$	25.000,00
	Material para manutenção de bens móveis	R$	30.000,00
	Material de expediente	R$	32.000,00
	Mterial de processamento de dados	R$	38.000,00
	Material para manutenção de veículos	R$	9.000,00
	Material de Cama, Mesa e Banho	R$	16.220,00
	Gêneros Alimentícios	R$	53.000,00
	Uniforme, Tecidos e Aviamentos	R$	14.000,00
	SUB. TOTAL	**R$**	**396.443,16**
02	**SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA**	----------	
	Serviços de Água e Esgoto	R$	27.000,00
	Serviços de Energia Elétrica	R$	45.000,00
	Serviços de Telecomunicações	R$	5.000,00
	Serviços Gráficos	R$	9.000,00
	Vigilância Monitorada	R$	6.000,00
	Manutenção e conservação de Máquinas e Equipamentos	R$	25.000,00
	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	R$	93.295,08
	Manutenção e Conservação de Bens Móveis	R$	20.000,00
	Manutenção e Conservação de Veículos	R$	12.000,00
	Outros serviços de Terceiros PJ	R$	21.899,96
	Serviços Técnicos Profissionais	R$	32.240,00
	SUB. TOTAL	**R$**	**296.435,04**
03	**PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**	----------	
	Vencimentos e salários	R$	1.734.523,90
	13º Salário	R$	145.050,00
	Férias e Abono Constitucional	R$	193.066,66
	Indenizações e Rescisões trabalhistas	R$	49.968,00
	Encargos Sociais	----------	
	Contribuições Previdenciárias - INSS	R$	188.722,96
	FGTS	R$	157.975,96
	SUB. TOTAL	**R$**	**2.469.307,48**
04	**SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA**	----------	
	Estagiários do CIEE	R$	**80.250,40**
	SUB. TOTAL	**R$**	**80.250,40**
	TOTAL DE DESPESAS (01+02+03+04)	**R$**	**3.242.436,08**

CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do presente Termo de Colaboração 006/2025, este extrato de aditivo entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Paranavaí/PR, 17 de agosto de 2026.

CARLOS ALBERTO VIEIRA
Controlador Geral do Município
Decreto Muncipal nº 18.093/2017

WANESSA DURANTE
Secretária Municipal de Educação
Decreto Municipal nº 27.051/2025

ROSELY EDNA CONSALTER LIMA
Presidente do Grupo Irmã Sheilla
CPF 236.488.569-87

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:205AA338

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
3º ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 03/2025 DE ALTERAÇÃO DO PLANO DE APLICAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ E ASSOCIAÇÃO MANTENEDORA SANTA TEREZINHA

De um lado, o **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 76.977.768/0001-81, com sede e foro nesta cidade, na Rua Getúlio Vargas, 900, Centro, neste ato representado pelo Controlador Geral do Município Carlos Alberto Vieira, por meio dos poderes delegados no Decreto Municipal nº 18.093/2017, residente e domiciliado nesta Cidade de Paranavaí – PR, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 5.337.225-2, e inscrito no CPF sob o nº 756.344.739-34, doravante denominada **ENTIDADE MUNICIPAL PARCEIRA** e de outro lado a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC, denominada **ASSOCIAÇÃO MANTENEDORA SANTA TEREZINHA,** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº **02.374.518/0001-10,** com sede na Cidade de Paranavaí, no endereço **Av. Humberto Brüning**, nº 415, Jardim Santos Dumont neste ato representada por seu representante legal **Carlos Eduardo Morais de Oliveira,** conforme documento que fica arquivado no setor competente, doravante denominada simplesmente **OSC PARCEIRA**, resolvem firmar o 3º Aditivo ao Termo de Colaboração nº 007/2025, com fundamento na Lei Federal nº 13.019, de 31 de Julho de 2014 e alterações, no Decreto Municipal nº

18.294, de 20 de setembro de 2017, nos termos do Edital de Chamamento Público **nº 02/2024** e seus anexos e Plano de Trabalho aprovado, todos parte integrante deste 3º Aditivo, como se transcrito fossem, têm entre si justo e avençado o quanto segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente Aditivo tem por objeto o repasse financeiro conforme previsto na Portaria Interministerial MEC MF nº 6 de 29 de abril de 2026, a fim de garantir o atendimento devidamente capacitado denominado Educação Infantil, conforme Edital de Chamamento Público **nº 02/2024.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO
O Termo de Colaboração nº 003/2025 passa a vigorar com o valor de **3.656.826,49 (três milhões seiscentos e cinquenta e seis mil, oitocentos e vinte e seis reais e quarenta e nove centavos)** e readequação do plano de trabalho.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO ADITIVO DE ALTERAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO E APLICAÇÃO
Através do presente Termo Aditivo e, em conformidade com o item 3.1 da Cláusula terceira da Minuta do Termo do Colaboração do Edital 02/2024, a Entidade **ASSOCIAÇÃO MANTENEDORA SANTA TEREZINHA**, apresentou por meio de oficio nº 08/2026 datado de 18/05/2026, solicitação de repasse financeiro conforme previsto na Portaria Interministerial MEC MF nº 6, de 29 de abril de 2026, conforme valores abaixo:
Valor concedente em janeiro/2025**: R$1.699.572,08 (um milhão, seiscentos e noventa e nove mil e quinhentos e setenta e dois reais e oito centavos).**
1º Aditivo de acréscimo a partir de julho/2025: **R$ 68.576,04 (sessenta e oito mil, quinhentos e setenta e seis reais e quatro centavos).**
2º Aditivo de acréscimo a partir de novembro/2025: **R$ 24.811,62 (vinte e quatro mil, oitocentos e onze reais e sessenta e dois centavos).**

Rendimentos do ano de 2025 acrescido no Plano de Aplicação **R$ 21.307,21 (vinte e um mil, trezentos e sete reais e vinte e um centavos).**

Valor atualizado - **R$ 1.814.266,95 (um milhão, oitocentos e quatorze mil e duzentos e sessenta e seis reais e noventa e cinco centavos)**, referente ao ano de 2025, sendo o valor da prorrogação para o ano de 2026 de **R$ 1.792.959,74 (um milhão, setecentos e noventa e dois mil, novecentos e cinquenta e nove reais e setenta e quatro centavos)**, que passa a vigorar com a seguinte redação: **R$ 3.607.226,69 (três milhões seiscentos e sete mil, duzentos e vinte seis reais e setenta e nove centavos).**

3º Aditivo de acréscimo a partir de junho/2026: **R$ 49.599,80 (quarenta e nove mil, novecentos e noventa e nove e oitenta centavos).**

PLANO DE APLICAÇÃO
7. VALOR CONCEDENTE: R$ 3.656.826,49 (três milhões seiscentos e cinquenta e seis mil, oitocentos e vinte e seis reais e quarenta e nove centavos).

•
– **VALOR CONCEDENTE:**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR TOTAL (R$)
01	**PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**	
	Pessoal – salário	2.027.617,57
	13º salário	190.645,35
	Férias	210.522,86
	IRRF	92.243,01
	FGTS	228.506,14
	INSS	262.509,34
	PIS	27.563,29
	Hora Extra	3.000,00
	Indenizações e Restituições trabalhistas	84.277,49
	Auxílio Alimentação	45.322,31
	TOTAL	**3.172.207,36**
02	**SERVIÇO DE TERCEIRO – PESSOA JURIDICA**	
	Despesas de telefonia fixa e internet	5.722,96
	Serviços técnicos profissionais	59.675,00
	Medicina do trabalho	5.361,74
	Água e Esgoto	57.400,00
	Pagamento de Energia Elétrica	22.600,00
	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	7.243,03
	Serviços gráficos	5.480,00
	Vigilância Ostensiva	3.236,40
	Locação de bens móveis	3.000,00
	Manutenção de software	2.800,00
	Manutenção e conservação de equipamentos	22.000,00
	Seguro veicular	10.000,00
	TOTAL	**204.519,13**
03	**SERVIÇO DE TERCEIRO – PESSOA FÍSICA**	
	Estagiários(as)	72.600,00
	TOTAL	**72.600,00**
04	**MATERIAL DE CONSUMO**	
	Gêneros Alimentícios	130.000,00
	Uniformes, Tecidos e Aviamentos	6.000,00
	Materiais de cama, mesa e banho	100,00
	Materiais de acondicionamento e embalagens	2.000,00
	Materiais de Limpeza e Higiene Pessoal	12.000,00
	Materiais de Expediente	20.000,00
	Pagamento de Gás	12.600,00
	Materiais para manutenção de Bens Imóveis	6.000,00
	Materiais para manutenção de veículos	3.000,00
	Materiais educativos e esportivos	3.000,00
	Materiais elétrico e eletrônico	3.000,00
	Materiais de proteção e segurança	1.800,00
	Processamento de Dados	8.000,00
	TOTAL	**207.500,00**

	TOTAL DE DESPESAS (01+02+03+04)	**3.656.826,49**

RESUMO DO PLANO DE APLICAÇÃO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CONCEDENTE
01	Pessoal e Encargos Sociais	3.172.207,36
02	Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	204.519,13
03	Serviços de Terceiros – Pessoa Física	72.600,00
04	Material de Consumo	207.500,00
	TOTAL DE DESPESAS	**3.656.826,49**

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do presente Termo de Colaboração 003/2025, este extrato de aditivo entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Paranavaí, 17 de agosto de 2026.

CARLOS ALBERTO VIEIRA
Controlador Geral do Município
Decreto Municipal nº 18.093/2017

WANESSA DURANTE
Secretária Municipal de Educação
Decreto Municipal nº 27.051/2025

CARLOS EDUARDO MORAIS DE OLIVEIRA
Presidente da OSC Parceira

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:22732573

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.574/2026

Dispõe sobre a interrupção de substituição de servidor na função de Professor Substituto.

Considerando o Processo digitai nº 45847/2026, encaminhado pela Secretaria Municipal de Educação;

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.891/2012,

RESOLVE:

Art. 1º INTERROMPER as atividades nas funções de **Professor Substituto,** da servidora abaixo relacionada, nos termos do Art. 23, §3º da Lei Municipal nº. 2.796/2006.

SUBSTITUTO		MATR.	SUBSTITUIÇÃO DE:	INTERRUPÇÃO	TURNO	ESCOLA/CMEI
1	MARIA APARECIDA GOMES DOS SANTOS	8479-1	ELIVANY BERNANRDINO DA SILVA	10/07/2026	VESPERTINO	ESCOLA MUNICIPAL NEUSA PEREIRA BRAGA
2	ALUSKA DOS SANTOS COLUCCI	9959-2	ELISABETE MARCELINO GARCIA	10/07/2026	VESPERTINO	ESCOLA MUNICIPAL NOEMIA RIBEIRO DO AMARAL
3	THAIS ALESSANDRA PALOMBO	10580-2	ALESSANDRA AP SANCHES KULEVCZ	10/07/2026	MATUTINO	ESCOLA MUNICIPAL CLEMENTE NIEHUES
4	BIANCA DE ANDRADE ECKERT	8950-2	SUELI MOLINA CASADEI	31/07/2026	MATUTINO	ESCOLA MUNICIPAL GETÚLIO VARGAS
5	APARECIDA GONÇALVES FERNANDES	9960-3	TANIA SANCHES	31/07/2026	MATUTINO	ESCOLA MUNICIPAL CECÍLIA MEIRELES

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 26 DIAS DE AGOSTO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe Do Poder Executivo

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:CF844277

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.575/2026

Dispõe sobre a designação de servidores para prestarem serviços na função de Professor Substituto, junto à Secretaria Municipal de Educação.

Considerando o processo digitai nº 45847/2026, encaminhado pela Secretaria Municipal de Educação;

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores municipais, ocupantes do cargo de provimento efetivo de Professor, abaixo relacionados, para prestar serviços na função de **Professor Substituto**, nos termos do art. 23 da Lei Municipal nº 2.796/2006.

SUBSTITUTO		MATR.	SUBSTITUIÇÃO DE:	INÍCIO	TÉRMINO	TURNO	ESCOLA/CMEI
1	RENATA FERREIRA DA SILVA	11987-1	ALANE MARQUES RIBEIRO DE SOUZA	30/07/2026	18/12/2026	VESPERTINO	ESCOLA MUNICIPAL HERMETO BOTELHO
2	PATRÍCIA BARBOZA DA SILVA	11346-1	ELISABETE MARCELINO GARCIA	30/07/2026	18/12/2026	VESPERTINO	ESCOLA MUNICIPAL NOEMIA RIBEIRO DO AMARAL
3	GLEISI KELLY MORAES AGUILAR SHIGUEMOTO	10930-1	ELOIR ALVES DA SILVA	30/07/2026	11/08/2026	MATUTINO	ESCOLA MUNICIPAL EDITH EBINER
4	ELIDA FERNANDA PEREIRA DE ANDRADE DE CAMARGO	10973-4	RENATA AMARAL VALLIM	30/07/2026	18/12/2026	MATUTINO	ESCOLA MUNICIPAL NOEMIA RIBEIRO DO AMARAL
5	MILENA MOREIRA DE SOUZA	9943-1	MARIA CAROLINA BECKAUSER	01/08/2026	18/12/2026	VESPERTINO	ESCOLA MUNICIPAL EDITH EBINER
6	LUCINEA DOS SANTOS DIAS	10614-3	ANA MARIA GONÇALVES DE SOUZA	01/08/2026	08/09/2026	MATUTINO	ESCOLA MUNICIPAL ELZA GRASSIOTTO CASELLI
7	LUCIANA THOMASSEN CHAVES	1906-2	JACYARA MARTA POMIN GOMES	01/08/2026	18/12/2026	MATUTINO	ESCOLA MUNICIPAL GETÚLIO VARGAS
8	LETÍCIA DE SOUZA SILVA FREITAS	11145-1	VAGA REAL	01/08/2026	18/12/2026	VESPERTINO	ESCOLA MUNICIPAL JAYME CANET
9	JULIANA CARINHENA CARVALHO	9730-2	VAGA REAL	01/08/2026	18/12/2026	VESPERTINO	ESCOLA MUNICIPAL JAYME CANET
10	JAQUELINE RODRIGUES DE SOUZA ALECIO	7245-2	SONIA MARIA SALLES	01/08/2026	18/12/2026	MATUTINO	ESCOLA MUNICIPAL GETULIO VARGAS
11	GENILDA MARIA DE SOUZA DOS SANTOS	10522-3	ELISABETE MARCELINO GARCIA	01/08/2026	18/12/2026	MATUTINO	ESCOLA MUNICIPAL NOEMIA RIBEIRO DO AMARAL
12	DAYANE ANGÉLCA LOPES	11986-1	GISELE CHRISTINE SIMOES JAPERT	01/08/2026	18/12/2026	MATUTINO	ESCOLA MUNICIPAL HERMETO BOTELHO
13	CLEOVANIA DE OLIVEIRA DA SILVA	9953-2	KEISE TEIXEIRA MENDES	01/08/2026	18/12/2026	VESPERTINO	ESCOLA MUNICIPAL ELZA GRASSIOTTO CASELLI
14	CAROLINA SANTOS DE MOURA	10940-1	ELAINE ANDRADE DA CUNHA SILVA	01/08/2026	30/09/2026	MATUTINO	ESCOLA MUNICIPAL ROTARY ARENITO
15	BRUNA PEREIRA DA SILVA	10681-3	ALANE MARQUES RIBEIRO DE SOUZA	01/08/2026	18/12/2026	MATUTINO	ESCOLA MUNICIPAL DEUSDETE FERREIRA CERQUEIRA NETO
16	ÂNGELA PICOLI RODRIGUES	4461-1	RUTH DE LIMA FEITOSA PEREIRA	01/08/2026	18/12/2026	MATUTINO	ESCOLA MUNICIPAL CECÍLIA MEIRES
17	ANA PAULA LEMES RAYMUNDO SILVA TEIXEIRA	11810-1	ISABEL CRISTINA SANTOS MOURA	01/08/2026	30/08/2026	MATUTINO	ESCOLA MUNICIPAL ELZA GRASSIOTTO CASELLI
18	MARIA ANGELICA ROSA SIMAS	11164-3	ANA MARIA TEIXEIRA SILVA GABIALTI	03/08/2026	21/09/2026	VESPERTINO	ESCOLA MUNICIPAL DR JOSE VAZ DE CARVALHO
19	DANIELLE VIRGINIA TEMPORINI	9531-1	ALACY DE SOUZA ANDRADE	03/08/2026	18/12/2026	MATUTINO	ESCOLA MUNICIPAL GETÚLIO VARGAS
20	CONRADO ALENCAR DE OLIVEIRA	10573-2	RENATA ARAMINHO MILITÃO	05/08/2026	18/12/2026	MATUTINO	ESCOLA MUNICIPAL NEUSA PEREIRA BRAGA
21	PATRICIA APARECIDA DA SILVA NASCIMENTO	11297-3	VAGA REAL	05/08/2026	18/12/2026	MATUTINO	CMEI CECÍLIA GIOVINE
22	THAUANE YASMIN DOS SANTOS BAPTISTA TREVIZAN	9343-3	DANIELE LAURO SOUSA	06/08/2026	12/09/2026	VESPERTINO	ESCOLA MUNICIPAL GETÚLIO VARGAS
23	MARLY RODRIGUES CRESPI	5078-6	VERA LUCIA DE SOUSA	06/08/2026	18/12/2026	MATUTINO	ESCOLA MUNICIPAL AYRTON SENNA DA SILVA
24	ROSA MARIA MARTOS DE CARVALHO	3921-1	AMÁLIA C. CELESQUE SANTOS	11/08/2026	18/12/2026	VESPERTINO	ESCOLA MUNICIPAL EDITH EBINER
25	MARINALVA RODRIGUES PRATA	9946-2	VAGA REAL	11/08/2026	18/12/2026	MATUTINO	ESCOLA MUNICIPAL EDITH EBINER
26	DENISE DE SOUZA VERGILIO MARTINS	7862-2	AMANDA INACIO DA SILVA	11/08/2026	13/10/2026	MATUTINO	ESCOLA MUNICIPAL DR JOSE VAZ DE CARVALHO
27	ARIANE CRISTINA DA SILVA VAZ	8712-2	MARIA APARECIDA DA SILVA	11/08/2026	18/12/2026	VESPERTINO	ESCOLA MUNICIPAL SANTOS DUMONT
28	FLÁVIA RAFAELA LÉBIS	8963-2	DAYANE JESUS LAURINDO SILVA	11/08/2026	18/12/2026	VESPERTINO	CMEI ANTONIA AYRES
29	ELIANA MAYARA MENDES MARTELLI SALDANHA	10835-5	VAGA REAL	12/08/2026	18/12/2026	VESPERTINO	CMEI AVELINO DAL-PRA
30	TAMIRES DA SILVA VIANA	11340-1	VERA LUCIA DE SOUSA	13/08/2026	18/12/2026	VESPERTINO	ESCOLA MUNICIPAL AYRTON SENNA DA SILVA
31	GABRIELA ANDREO MARINI	9990-2	VAGA REAL	13/08/2026	18/12/2026	MATUTINO	CMEI NOSSA CARMO PVAI
32	JAMILE BRAGA RIBEIRO	9922-2	VAGA REAL	13/08/2026	18/12/2026	VESPERTINO	CMEI NOSSA CARMO PVAI
33	NAYARA CRISTINA CAVALCANTE DA SILVA	12007-1	DAYANE JESUS LAURINDO SILVA	14/08/2026	18/12/2026	MATUTINO	CMEI ANTONIA AYRES
34	DRIELLE FERNANDES DOS SANTOS	8583-2	THAINA MARQUES CASTELLI	17/08/2026	18/12/2026	VESPERTINO	CMEI LUCILENE DOS SANTOS
35	REGINA APARECIDA MENDES ROCHA	12480-1	CAUANE FERNANDES DA COSTA	17/08/2026	18/12/2026	MATUTINO	CMEI ANTONIA AYRES
36	LILIANE BORGES DA SILVA SANTOS	10517-2	FERNANDA AP. SILVA SANTOS	17/08/2026	10/10/2026	VESPERTINO	CMEI MENINA ISABELA
37	GRACIANA DE OLIVEIRA SILVA	10433-4	MICHELLE DAYANE LIMA ARAUJO	30/08/2026	18/12/2026	VESPERTINO	ESCOLA MUNICIPAL AYRTON SENNA DA SILVA
38	ZILMA RODRIGUES DOS SANTOS	10208-3	MICHELLE DAYANE LIMA ARAUJO	31/08/2026	18/12/2026	MATUTINO	ESCOLA MUNICIPAL AYRTON SENNA DA SILVA

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 26 DIAS DE AGOSTO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe Do Poder Executivo

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:65979083

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA
DECRETO Nº 27.977/2026

MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ

Estado do Paraná

Decreto Nº 27977 de 25 de agosto de 2026

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em superávit financeiro no valor de R$ 335.065,01 (trezentos e trinta e cinco mil, sessenta e cinco reais e um centavo)."

O(A) PREFEITO(A) DE PARANAVAÍ, Estado do Paraná, com base nos Artigos 41, I, 42 e 43, § 1º, I e § 2º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Municipal nº 5542 de 01 de Janeiro de 2026:

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em superávit financeiro, no valor de R$ 335.065,01 (trezentos e trinta e cinco mil, sessenta e cinco reais e um centavo), para reforço no exercício financeiro de 2026 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 04.001 (2061)	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 04.001.0010.0303.0006.2342	**Atividade:** Assistência Farmacêutica	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	03494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde/Estado	R$ 10.565,50
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 04.001 (300)	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 04.001.0010.0301.0006.2250	**Atividade:** Atenção Primária em Saúde	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01051 - Venc. dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias	R$ 141.882,41
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 04.001 (380)	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 04.001.0010.0305.0006.2260	**Atividade:** Vigilância em Saúde	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01051 - Venc. dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias	R$ 3.046,73
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 04.001 (2260)	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 04.001.0010.0302.0006.2241	**Atividade:** TFD - Transporte fora do Domicílio	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	00303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	R$ 124.202,61
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 04.001 (338)	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 04.001.0010.0301.0006.2250	**Atividade:** Atenção Primária em Saúde	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	00494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R$ 25.367,76
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 06.003 (827)	CONVÊNIO E PROGRAMAS DE APLICAÇÃO EM EDUCAÇÃO	
Funcional Programática: 06.003.0012.0361.0005.2520	**Atividade:** Salário Educação	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	00107 - Salário Educação	R$ 30.000,00
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO:		**R$ 335.065,01**

Art. 2º Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) utilizado(s) recurso(s) proveniente(s) do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2025, nos termos do inciso I, do § 1º e § 2º, do artigo 43, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paranavaí, 25 de agosto de 2026.

MAURICIO GEHLEN
Prefeito Municipal de Paranavaí

Publicado por:
Roberta Cardoso Viana Ceron
Código Identificador:FAF2E93F

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA
DECRETO Nº 27.978/2026

MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ
Estado do Paraná

Decreto Nº 27978 de 25 de agosto de 2026

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em anulação parcial de dotação orçamentária no valor de R$ 1.072.098,93 (um milhão, setenta e dois mil, noventa e oito reais e noventa e três centavos)."

O(A) PREFEITO(A) DE PARANAVAÍ, Estado do Paraná, com base nos Artigos 41, I, 42 e 43, § 1º, III da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Municipal nº 5542 de 01 de Janeiro de 2026:

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em anulação parcial, no valor de R$ 1.072.098,93 (um milhão, setenta e dois mil, noventa e oito reais e noventa e três centavos), para reforço no exercício financeiro de 2026 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 04.001 (2261)	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 04.001.0010.0305.0006.2260	**Atividade:** Vigilância em Saúde	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	00303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	R$ 378.681,90
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 04.001 (247)	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 04.001.0010.0302.0006.2243	**Atividade:** UPA - Unidade de Pronto Atendimento	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190160000 - Outras despesas variáveis - pessoal civil	00303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	R$ 39.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 04.001 (2274)	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 04.001.0010.0122.0006.2348	**Atividade:** Apoio Administrativo as Unidades de Saúde	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3191130000 - Contribuições patronais	00303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	R$ 41.325,74
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 04.001 (2273)	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 04.001.0010.0122.0006.2348	**Atividade:** Apoio Administrativo as Unidades de Saúde	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390460000 - Auxílio-alimentação	00303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	R$ 23.998,40
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 04.001 (2272)	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 04.001.0010.0122.0006.2348	**Atividade:** Apoio Administrativo as Unidades de Saúde	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190130000 - Contribuições patronais	00303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	R$ 2.610,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 04.001 (2271)	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 04.001.0010.0122.0006.2348	**Atividade:** Apoio Administrativo as Unidades de Saúde	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190160000 - Outras despesas variáveis - pessoal civil	00303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	R$ 11.293,38
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 04.001 (2270)	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 04.001.0010.0122.0006.2348	**Atividade:** Apoio Administrativo as Unidades de Saúde	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390080000 - Outros benefícios assistenciais do servidor e do militar	00303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	R$ 67,54
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 04.001 (2269)	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 04.001.0010.0122.0006.2348	**Atividade:** Apoio Administrativo as Unidades de Saúde	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em anulação parcial, no valor de R$ 1.072.098,93 (um milhão, setenta e dois mil, noventa e oito reais e noventa e três centavos), para reforço no exercício financeiro de 2026 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	00303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	R$ 333.473,34
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 04.001 (245)	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 04.001.0010.0302.0006.2243	**Atividade:** UPA - Unidade de Pronto Atendimento	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190130000 - Contribuições patronais	00303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	R$ 6.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 04.001 (2267)	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 04.001.0010.0302.0006.2241	**Atividade:** TFD - Transporte fora do Domicílio	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3191130000 - Contribuições patronais	00303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	R$ 17.131,13
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 04.001 (2266)	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 04.001.0010.0302.0006.2241	**Atividade:** TFD - Transporte fora do Domicílio	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390460000 - Auxílio-alimentação	00303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	R$ 12.592,80
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 04.001 (2265)	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 04.001.0010.0302.0006.2241	**Atividade:** TFD - Transporte fora do Domicílio	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190160000 - Outras despesas variáveis - pessoal civil	00303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	R$ 76.158,91
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 04.001 (2264)	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 04.001.0010.0302.0006.2241	**Atividade:** TFD - Transporte fora do Domicílio	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190130000 - Contribuições patronais	00303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	R$ 842,69
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 04.001 (2268)	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 04.001.0010.0305.0006.2260	**Atividade:** Vigilância em Saúde	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190160000 - Outras despesas variáveis - pessoal civil	00303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	R$ 4.141,32
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 04.001 (2263)	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 04.001.0010.0305.0006.2260	**Atividade:** Vigilância em Saúde	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3191130000 - Contribuições patronais	00303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	R$ 55.382,38
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 04.001 (2262)	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 04.001.0010.0305.0006.2260	**Atividade:** Vigilância em Saúde	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390460000 - Auxílio-alimentação	00303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	R$ 37.778,40
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 04.001 (2275)	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	

Funcional Programática: 04.001.0010.0122.0006.2348	**Atividade:** Apoio Administrativo as Unidades de Saúde	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390910000 - Sentenças judiciais	00303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	R$ 1.621,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO		
Unidade Orçamentária: 08.001 (1222)	COORDENAÇÃO DA SEC. DE DESENVOLVIMENTO URBANO	

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em anulação parcial, no valor de R$ 1.072.098,93 (um milhão, setenta e dois mil, noventa e oito reais e noventa e três centavos), para reforço no exercício financeiro de 2026 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
Funcional Programática: 08.001.0004.0121.0011.2091	**Atividade:** Atividades de Planejamento, Orçamentos e Projetos	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390360000 - Outros serviços de terceiros - pessoa física	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 30.000,00
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R$ 1.072.098,93		

Art. 2º Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) anulada(s) parcialmente a(s) seguinte(s) dotação(ões) especificada(s):

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO		
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 04.001 (298)	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 04.001.0010.0301.0006.2250	**Atividade:** Atenção Primária em Saúde	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	00303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	R$ 1.042.098,93
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO		
Unidade Orçamentária: 08.001 (1211)	COORDENAÇÃO DA SEC. DE DESENVOLVIMENTO URBANO	
Funcional Programática: 08.001.0015.0451.0011.1091	**Projeto:** Implantação do Novo Centro Administrativo	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490510000 - Obras e instalações	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 30.000,00
VALOR TOTAL DA ANULAÇÃO: R$ 1.072.098,93		

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paranavaí, 25 de agosto de 2026.

MAURICIO GEHLEN
Prefeito Municipal de Paranavaí

Publicado por:
Roberta Cardoso Viana Ceron
Código Identificador:077B8FE8

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA
DECRETO Nº 27981/2026

MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ
Estado do Paraná
Decreto Nº 27981 de 26 de agosto de 2026

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em anulação parcial de dotação orçamentária no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais)."

O(A) PREFEITO(A) DE PARANAVAí, Estado do Paraná, com base nos Artigos 41, I, 42 e 43, § 1º, III da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Municipal nº 5542 de 01 de Janeiro de 2026:
DECRETA:
Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em anulação parcial, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), para reforço no exercício financeiro de 2026 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA		
Unidade Orçamentária: 07.002 (2062)	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Funcional Programática: 07.002.0008.0245.0007.2647	**Atividade:** Execução de Emendas Parlamentares para a Assistência Social	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	01165 - Estruturação da Rede de Serviços do SUAS - Custeio Extraordinário - SIGTV - 93516-6	R$ 20.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 06.001 (577)	FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Funcional Programática: 06.001.0012.0361.0005.2440	**Atividade:** Educação Básica - FUNDEB 30%	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190130000 - Contribuições patronais	00102 - Transferência do FUNDEB 40%/Fundeb máximo 30%- inciso XI do art. 212-A da CF	R$ 10.000,00
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO:		**R$ 30.000,00**

Art. 2º Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) anulada(s) parcialmente a(s) seguinte(s) dotação(ões) especificada(s):

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO		
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA		
Unidade Orçamentária: 07.002 (2066)	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Funcional Programática: 07.002.0008.0245.0007.2647	**Atividade:** Execução de Emendas Parlamentares para a Assistência Social	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390400000 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	01165 - Estruturação da Rede de Serviços do SUAS - Custeio Extraordinário - SIGTV - 93516-6	R$ 20.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		

Unidade Orçamentária: 06.001 (588)	FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Funcional Programática: 06.001.0012.0361.0005.2440	**Atividade:** Educação Básica - FUNDEB 30%	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00102 - Transferência do FUNDEB 40%/Fundeb máximo 30%- inciso XI do art. 212-A da CF	R$ 10.000,00
	VALOR TOTAL DA ANULAÇÃO:	**R$ 30.000,00**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paranavaí, 26 de agosto de 2026.

MAURICIO GEHLEN
Prefeito Municipal de Paranavaí

Publicado por:
Roberta Cardoso Viana Ceron
Código Identificador:6D051D7C

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ANEXOS PORTARIA 1591/2026

•
ANEXO I

INSTRUMENTO DE TRIAGEM PARA ENCAMINHAMENTO AO PROGRAMA PARANAVAÍ SEM DOR

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE
Nome:
Data de Nascimento:
Idade:
CPF:
Sexo: ☐ Feminino ☐ Masculino ☐ Outro
UBS de Origem:
Profissional Responsável:
Data da Avaliação:
Medicamentos em uso para dor:
Exames já realizados relacionados à dor:
Possui alergias?

☐ Não ☐ Sim. Quais?

ETAPA 1 – CRITÉRIO OBRIGATÓRIO
Dor há 12 semanas ou mais (≥ 3 meses)?
☐ Sim ☐ Não
Se NÃO, não prosseguir com a triagem.

ETAPA 2 – AVALIAÇÃO DE SINAIS DE ALERTA (RED FLAGS)
Antes da aplicação da pontuação, investigar:
☐ Febre ou calafrios associados à dor;
☐ Perda de peso inexplicada;
☐ Sudorese noturna importante;
☐ Histórico pessoal de neoplasia;
☐ Suspeita de doença oncológica ativa;
☐ Déficit neurológico progressivo;
☐ Perda recente de força muscular;
☐ Alteração esfincteriana recente;
☐ Dor intensa predominantemente noturna;
☐ Dor em repouso absoluto sem melhora;
☐ Suspeita de infecção osteoarticular ou sistêmica;
☐ Fratura recente ou suspeita de instabilidade estrutural.
Conduta:
Presença de qualquer sinal de alerta: encaminhar para avaliação médica prioritária e investigação diagnóstica.
Ausência de sinais de alerta: prosseguir para a pontuação da triagem.

BLOCO 1 – HISTÓRICO E CARACTERÍSTICAS DA DOR

•
Tempo de dor

☐ 3 a 6 meses (1) ☐ 6 meses a 1 ano (2)
☐ 1 a 2 anos (3) ☐ Mais de 2 anos (4)
Pontuação: _____

•
Intensidade atual da dor (EVA/NRS)

☐ 0–3 (0)
☐ 4–6 (1)
☐ 7–10 (2)
Pontuação: _____

•
Número de consultas relacionadas à dor crônica nos últimos 12 meses

☐ 1–2 consultas (0)
☐ 3–4 consultas (1)
☐ 5 ou mais consultas (2)
Pontuação: _____

•
Avaliação por especialistas relacionada à dor

☐ Nunca consultou especialista (0)
☐ Avaliado por 1 especialista (1 consulta) (1)
☐ Avaliado por 1 especialista (2 ou mais consultas) (2)
☐ Avaliado por 2 ou mais especialistas (3)
Pontuação: _____

BLOCO 2 – TRATAMENTOS E MEDICAÇÕES

•
Tratamentos já realizados

☐ Nenhum tratamento prévio (0)
☐ Até 2 modalidades terapêuticas (1)
☐ Três ou mais modalidades terapêuticas sem melhora significativa (2)
Modalidades realizadas:
☐ Fisioterapia ☐ Psicologia
☐ Infiltração ☐ Acupuntura/Auriculoterapia
☐ Exercício terapêutico ☐ Outros: _____

•
Resposta aos tratamentos realizados

☐ Melhora significativa (0) ☐ Melhora parcial (1)
☐ Nenhuma melhora (2)
Pontuação: _____

•
Uso contínuo de medicamentos para dor (> 3 meses)

☐ Nenhum uso prolongado (0)
☐ Analgésicos simples e/ou AINEs (1)
☐ Uso contínuo de duas classes medicamentosas (2)
☐ Opioides, neuromoduladores ou antidepressivos para dor (3)
Pontuação: _____

BLOCO 3 – IMPACTO FUNCIONAL E PSICOSSOCIAL

•
Impacto da dor nas atividades de vida diária

☐ Nenhum (0) ☐ Leve (1)
☐ Moderado (2) ☐ Grave (3)
Pontuação: _____

•
Fatores psicossociais associados à dor

Assinalar os fatores presentes:
☐ Dificuldade para dormir ☐ Ansiedade, tristeza ou irritabilidade
☐ Isolamento social ☐ Afastamento laboral relacionado à dor
Pontuação
☐ Nenhum fator (0) ☐ Um fator (1)
☐ Dois fatores (2) ☐ Três ou mais fatores (3)
Pontuação: _____

BLOCO 4 – CONDIÇÕES CLÍNICAS E DISTRIBUIÇÃO DA DOR

•
Comorbidades associadas

☐ Nenhuma (0) ☐ Uma condição associada (1)
☐ Duas ou mais condições associadas (2)
Exemplos:
☐ Obesidade ☐ Diabetes Mellitus
☐ Hipertensão Arterial ☐ Fibromialgia
☐ Osteoartrose ☐ Depressão
☐ Ansiedade ☐ Outras: _____
Pontuação: _____

•
Número de regiões corporais com dor

☐ 1 a 2 regiões (0) ☐ 3 a 4 regiões (1)
☐ 5 ou mais regiões (2)
Assinalar regiões acometidas:
☐ Pescoço ☐ Ombros
☐ Parte superior das costas ☐ Cotovelos
☐ Punhos/Mãos ☐ Parte inferior das costas
☐ Quadril/Coxas ☐ Joelhos
☐ Tornozelos/Pés
Pontuação:
RESULTADO FINAL
Somatório Total: _____ pontos
CLASSIFICAÇÃO E CONDUTA
0 a 4 pontos: Dor leve ou baixa complexidade
Conduta: acompanhamento na UBS, orientações, tratamento inicial e reavaliação conforme necessidade clínica.

5 a 9 pontos: Dor crônica moderada
Conduta: encaminhamento conforme avaliação clínica para Fisioterapia, Ortopedia, Psicologia, PICS ou outros recursos da rede.
Avaliar os Critérios Clínicos Complementares descritos no Anexo II.

≥ 10 pontos: Dor crônica complexa
Conduta: encaminhamento para avaliação pela Clínica Multiprofissional Paranavaí Sem Dor.

Pontuação Total:
Classificação:
Conduta Definida:
Nome do Profissional:
Categoria Profissional:
Data:
Assinatura:

ANEXO II

•
CRITÉRIOS CLÍNICOS COMPLEMENTARES PARA ENCAMINHAMENTO À CLÍNICA PARANAVAÍ SEM DOR

•
Finalidade

Os critérios clínicos complementares têm por finalidade auxiliar a tomada de decisão dos profissionais da Atenção Primária à Saúde nos casos em que a pontuação obtida na triagem não represente adequadamente a complexidade clínica, funcional ou psicossocial apresentada pelo usuário.
Poderão ser encaminhados para avaliação pela Clínica Multiprofissional Paranavaí Sem Dor os pacientes que apresentarem dor crônica há 12 semanas ou mais e que, embora obtenham pontuação entre 5 e 9 pontos no Instrumento de Triagem, apresentem um ou mais dos critérios descritos neste anexo.

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE
Nome:
Data de Nascimento:

•
1. Tempo e Evolução da Dor

Considerar encaminhamento quando houver:
☐ Dor persistente há mais de 2 anos;
☐ Recorrência dos sintomas após múltiplas abordagens terapêuticas;
☐ Progressão da intensidade da dor ao longo do tempo;

☐ Expansão da dor para outras regiões corporais.

•

2. Uso de Medicamentos

Considerar encaminhamento quando houver:
☐ Uso contínuo de analgésicos ou anti-inflamatórios por período superior a 3 meses sem melhora clínica significativa;
☐ Utilização simultânea de duas ou mais classes medicamentosas para controle da dor;
☐ Uso crônico de três ou mais medicamentos relacionados ao manejo da dor;
☐ Presença de efeitos adversos, dependência, tolerância ou dificuldades relacionadas ao tratamento medicamentoso.

•

3. Avaliações e Tratamentos Anteriores

Considerar encaminhamento quando houver:
☐ Avaliação prévia por ortopedista sem melhora clínica relevante;
☐ Avaliação prévia por reumatologista sem melhora clínica relevante;
☐ Avaliação prévia por neurologista sem melhora clínica relevante;
☐ Falha terapêutica após fisioterapia;
☐ Falha terapêutica após múltiplas modalidades de tratamento;
☐ Necessidade de abordagem interdisciplinar.

•

4. Impacto Funcional

Considerar encaminhamento quando houver:
☐ Limitação importante nas atividades de vida diária;
☐ Restrição significativa da mobilidade;
☐ Prejuízo importante nas atividades domésticas;
☐ Prejuízo importante nas atividades sociais;
☐ Incapacidade ou afastamento laboral relacionado à dor;
☐ Dependência parcial ou total para realização de atividades habituais.

•

5. Fatores Psicossociais

Considerar encaminhamento quando houver:
☐ Sofrimento emocional importante associado à dor;
☐ Ansiedade persistente relacionada à condição dolorosa;
☐ Sintomas depressivos relacionados à dor;
☐ Alterações importantes do sono;
☐ Isolamento social;
☐ Prejuízo significativo da qualidade de vida.

•

6. Extensão e Características da Dor

Considerar encaminhamento quando houver:
☐ Dor em cinco ou mais regiões corporais;
☐ Dor disseminada ou generalizada;
☐ Dor que compromete sono, trabalho, lazer ou convívio social;
☐ Suspeita de sensibilização central;
☐ Suspeita de dor nociplástica;
☐ Dor de difícil controle clínico.

•

7. Condições Clínicas Associadas

Considerar encaminhamento quando houver:
☐ Fibromialgia;
☐ Artrose avançada;
☐ Neuropatia diabética;
☐ Lombalgia crônica degenerativa;
☐ Dor neuropática crônica;
☐ Síndromes dolorosas crônicas complexas;
☐ Duas ou mais doenças crônicas associadas com impacto funcional relevante.

•

Critérios Prioritários para Encaminhamento Direto

Recomenda-se encaminhamento prioritário para avaliação pela Clínica Paranavaí Sem Dor quando houver um ou mais dos seguintes critérios:
☐ Dor crônica persistente há mais de 2 anos;
☐ Uso contínuo de três ou mais medicamentos para dor sem resposta clínica satisfatória;
☐ Falha terapêutica após tratamentos especializados prévios;
☐ Dor em cinco ou mais regiões corporais;
☐ Fibromialgia ou outra condição dolorosa complexa;
☐ Sofrimento emocional importante relacionado à dor;
☐ Limitação funcional grave;
☐ Incapacidade ou afastamento laboral relacionado à condição dolorosa.

•
Parecer do Profissional da APS

Justificativa para encaminhamento:
Nome do profissional:
Categoria profissional:
Data:
Assinatura:

ANEXO III
FLUXOGRAMA ASSISTENCIAL

1. CHEGADA DO PACIENTE NA CLÍNICA PARANAVAÍ SEM DOR
Paciente agendado pela regulação;
Recepção e acolhimento;
Conferência da documentação;
Orientações sobre o programa e fluxo de atendimento.
DOCUMENTOS NECESSÁRIOS
• Encaminhamento da APS;
• Instrumento de Triagem (Anexo I);
• Documentos pessoais;
• Exames e laudos disponíveis.
2. AVALIAÇÃO INICIAL
Consulta com Médico Clínico da Dor e Enfermagem.
• Anamnese clínica completa;
• Avaliação da dor (intensidade, características, distribuição);
• Avaliação funcional;
• Avaliação psicossocial;
• Revisão de tratamentos, medicamentos e exames.

CLASSIFICAÇÃO DA COMPLEXIDADE
MODERADA: Manejo possível na Clínica com acompanhamento multiprofissional.
ALTA COMPLEXIDADE: Necessita acompanhamento intensivo e maior frequência de atendimentos.
3. AVALIAÇÃO MULTIPROFISSIONAL
Avaliação integrada por todos os profissionais.

•
Fisioterapia;

•
Psicologia;

•
Nutrição;

•
Farmácia;

•
Educação Física;

•
Serviço Social;

•
Enfermagem.

RESULTADO
• Identificação de fatores físicos, emocionais, sociais e comportamentais relacionados à dor;
• Definição de necessidades e prioridades terapêuticas;
• Subsídio para elaboração do PTS.
4. ELABORAÇÃO DO PROJETO TERAPÊUTICO SINGULAR (PTS)
Reunião da equipe multiprofissional;

• Definição de objetivos e metas terapêuticas;
• Plano de intervenções integradas;
• Estabelecimento de responsabilidades;
• Pactuação com o paciente e/ou família.

PTS REGISTRADO NO PRONTUÁRIO
Compartilhado com o paciente e com a equipe da APS.
5. INTERVENÇÕES TERAPÊUTICAS
Atendimentos em grupo (atividades educativas e terapêuticas):

Fisioterapia (exercícios terapêuticos, analgesia, reabilitação);
Psicologia (manejo emocional, TCC, grupos terapêuticos);
Educação em Dor (conhecimento sobre dor e autocuidado);
Nutrição (educação alimentar e acompanhamento);
Atividade Física (condicionamento, fortalecimento, funcionalidade);
Farmácia (orientações, uso racional de medicamentos);
Serviço Social (apoios, benefícios, rede de proteção);
Enfermagem (educação, adesão, cuidados e monitoramento).

CARACTERÍSTICAS DAS INTERVENÇÕES
• Acolhimento e escuta qualificada;
• Abordagem biopsicossocial;
• Promoção da funcionalidade;
• Educação para o autocuidado;
• Práticas baseadas em evidências;.
6. ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO
Acompanhamento contínuo pela equipe.

• Monitoramento da evolução da dor e funcionalidade;
• Ajustes no PTS conforme necessidade;
• Registro sistemático no prontuário;
• Comunicação com a APS quando necessário.

REAVALIAÇÕES PROGRAMADAS
3 MESES – Reavaliação multiprofissional;
6 MESES – Reavaliação multiprofissional.
7. REAVALIAÇÃO E AJUSTES DO PTS
Reunião multiprofissional e com o paciente.

• Avaliação do alcance das metas;
• Revisão das intervenções;
• Ajuste das condutas e objetivos;
• Reforço do plano de autocuidado.

DESFECHOS POSSÍVEIS
Manutenção do plano e continuidade do acompanhamento.
Intensificação das intervenções.
Encaminhamento para outros serviços da rede (quando necessário).
8. ALTA DO PROGRAMA
Critérios de alta
• Alcance das metas terapêuticas;
• Redução significativa da dor e do impacto funcional;
• Autonomia para autocuidado/
• Estabilidade clínica.
Encaminhamento de retorno à APS com plano de continuidade.

ALTA COMPARTILHADA
Registro da alta no prontuário e comunicação com a equipe da APS.
9. COMUNICAÇÃO E ARTICULAÇÃO COM A REDE
Integração contínua com a Atenção Primária à Saúde.

• Compartilhamento de informações clínicas;
• Apoio matricial quando necessário;
• Encaminhamentos para outros serviços da rede;
• Fortalecimento do cuidado longitudinal.

OBJETIVO
Garantir cuidado integral, contínuo e resolutivo para pessoas com dor crônica.
PRINCÍPIOS DO PROGRAMA PARANAVAÍ SEM DOR

•
Cuidado centrado no paciente;

•

Abordagem biopsicossocial;

- Educação em dor e autocuidado;
- Promoção da funcionalidade;
- Uso racional de medicamentos;
- Práticas baseadas em evidências;
- Trabalho multiprofissional;
- Integração da Rede de Atenção à Saúde.

ANEXO IV

CRITÉRIOS DE COMPLEXIDADE ASSISTENCIAL (MODERADA E ALTA)

Programa Paranavaí Sem Dor

1. Objetivo

Classificar os pacientes conforme o grau de complexidade da dor crônica, definindo o nível de cuidado, intensidade de acompanhamento e necessidade de equipe multiprofissional.

2. Critérios de Complexidade

2.1 Complexidade Moderada

Paciente elegível para acompanhamento ambulatorial na Clínica Paranavaí Sem Dor.
Critérios clínicos:

- Dor persistente ≥ 3 meses;
- Escore de dor moderado (NRS 4–6);
- Impacto funcional leve a moderado (ODI 21–40% ou equivalente);
- Presença de comorbidades controladas (HAS, DM, ansiedade leve/moderada);
- Resposta parcial a analgésicos simples ou AINEs;
- Necessidade de introdução de adjuvantes (ex: antidepressivos ou anticonvulsivantes).

Características assistenciais:

- Atendimento multiprofissional programado;
- Reavaliação a cada 4–12 semanas;
- Encaminhamento interno para fisioterapia e psicologia;
- Início estruturado de PTS.

2.2 Complexidade Alta
Paciente com necessidade de acompanhamento intensivo e abordagem especializada.

Critérios clínicos:

- Dor intensa (NRS 7–10);
- Incapacidade funcional importante (ODI > 41% ou outra escala);
- Dor neuropática confirmada (DN4 ≥ 4 ou LANSS ≥ 12);
- Falha terapêutica prévia com múltiplas classes medicamentosas;
- Uso ou indicação de opioides (codeína, tramadol, morfina, metadona);
- Presença de sofrimento psíquico relevante associado à dor;
- Suspeita de sensibilização central (dor nociplástica/fibromialgia);
- Uso crônico de múltiplos medicamentos (polifarmácia).

Características assistenciais:

- Avaliação médica especializada obrigatória;
- Reuniões multidisciplinares periódicas;
- Monitoramento farmacológico intensivo;
- Reavaliação funcional obrigatória a cada 30–60 dias;
- Possibilidade de rotação ou suspensão de opioides.

3. Critérios de Encaminhamento entre Níveis

- UBS → Clínica: falha terapêutica inicial ou dor persistente ≥ 3 meses;
- Clínica → Alta Complexidade: falha de tratamento + limitação funcional importante;
- Alta Complexidade → UBS: estabilização clínica com melhora funcional sustentada.

4. Integração Multiprofissional Obrigatória

- Medicina
- Enfermagem
- Fisioterapia
- Psicologia
- Nutrição

5. Critérios de Prioridade de Atendimento

-

Dor neuropática intensa

•
Uso de opioides

•
Incapacidade funcional importante

•
Risco psicossocial elevado

•
Refratariedade terapêutica

ANEXO V - ESCALAS
Anexo V-A – DN4 (Questionário para Dor Neuropática)

QUESTIONÁRIO PARA DIAGNÓSTICO DE DOR NEUROPÁTICA DN4
(VERSÃO BRASILEIRA 1.0)

Nome:
Data:

Nas quatro perguntas abaixo, complete o questionário marcando uma resposta para cada número. O resultado é obtido pela soma de 10 itens, sendo que cada resposta "sim" vale 1 ponto e cada "não" vale 0 ponto. A pontuação varia de 0 a 10.

ENTREVISTA COM O PACIENTE

Questão 1: A sua dor tem uma ou mais das seguintes características?
1 — Queimação
( ) SIM
( ) NÃO
2 — Sensação de frio dolorosa
( ) SIM
( ) NÃO
3 — Choque elétrico
( ) SIM
( ) NÃO
Questão 2: Há presença de um ou mais dos seguintes sintomas na mesma área da sua dor?
4 — Formigamento
( )SIM
( )NÃO
5 — Alfinetada e agulhada
( )SIM
( )NÃO
6 — Adormecimento
( )SIM
( )NÃO
7 — Coceira
( )SIM
( )NÃO

EXAME DO PACIENTE
Questão 3: A dor está localizada numa área onde o exame físico pode revelar uma ou mais das seguintes características?
8 — Hipoestesia ao toque
( ) SIM
( ) NÃO
9 — Hipoestesia à picada de agulha
( ) SIM
( ) NAO
Questão 4: Na área dolorosa, a dor pode ser causada ou aumentada por:
10 — Escovação
( ) SIM
( ) NAO

Escore
Dor nociceptiva (<4) ( )
Dor neuropática (>=4) ( )

•
Interpretação do resultado

•
0 a 3 pontos: dor neuropática improvável.

•
4 pontos ou mais: sugere a presença de dor neuropática.

Referências Bibliográficas:

Bouhassira D et al. Comparison of pain syndromes associated with nervous or somatic lesion and development a new neuropathic pain diagnostic questionnaire (DN4). Pain 2005 Mar; 114 (1-2): 29-36.
Autores: Karine A. S. Leźo Ferreira e Manoel J. Teixeira. Centro Multidisciplinar de Dor do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de Sao Paulo.
Wiermann et at. Consenso Brasileiro sobre manejo da dor relacionada ao cãncer. Revista Brasileira de Oncologia Clínica 2014 Outubro/Novembro/Dezembro; Vol. 10 (38): 132 — 143.

Anexo V-B – LANSS (Escala de Dor Neuropática)
ESCALA DE DOR LANNS
(Adaptada ao Português do Brasil por Schestatsky et al., 2011)

Nome:
Data:

Esta escala de dor ajuda a determinar como os nervos que carregam a informação de dor estão funcionando. É importante obter este tipo de informação, pois ela pode ajudá-lo na escolha de um tratamento específico para o seu tipo de dor.

•
QUESTIONÁRIO DE DOR

Pense na dor que você vem sentindo na última semana.
Por favor, diga se qualquer uma das características abaixo se aplica à sua dor. Responda apenas SIM ou NÃO.

•
A sua dor de parece com uma sensação estranha e desagradável na pele? Palavras como “agulhadas”, “choques elétricos” e “formigamento” são as que melhor descrevem estas sensações.

a) NÃO – Minha dor não se parece com isso (0)
b) SIM – Eu tenho este tipo de sensação com frequência (5)

•
A sua dor faz com que a cor da pele dolorida mude de cor? Palavras como “manchada” ou “avermelhada ou rosada” descrevem a aparência da sua pele.

a) NÃO – Minha dor não afeta a cor da minha pele (0)
b) SIM – Eu percebi que a dor faz com que minha pele mude de cor (5)

•
A sua dor faz com a pele afetada fique sensível ao toque? A ocorrência de sensações desagradáveis ou dolorosas ao toque leve ou mesmo ao toque da roupa ao vestir-se descrevem esta sensibilidade anormal.

a) NÃO – Minha dor não faz com que minha pele fique mais sensível (0)
b) SIM – Minha pele é mais sensível ao toque nesta área (3)

4) A sua dor inicia de repente ou em crises, sem nenhuma razão aparente, quando você está parado, sem fazer nenhum movimento? Palavras como “choques elétricos”, “dor em pontada” ou “dor explosiva” descrevem essas sensações.
a) NÃO – Minha dor não se comporta desta forma (0)
b) SIM – Eu tenho estas sensações com muita frequência (2)

5) A sua dor faz com que a temperatura da sua pele na área dolorida mude? Palavras como “calor” e “queimação” descrevem estas sensações.
a) NÃO – Eu não tenho este tipo de sensação (0)
b) SIM – Eu tenho estas sensações com frequência (1)

B. EXAME DA SENSIBILIDADE (preenchido pelo médico)
A sensibilidade da pele pode ser examinada comparando-se a área dolorida com a área contra-lateral ou nas áreas adjacentes não doloridas avaliando a presença de alodinia a alteração do limiar de sensação ao estímulo da agulha (LSA).
6) ALODINIA
Examine a resposta ao toque leve com algodão sobre a área não dolorida e, a seguir, ao toque da área dolorida. Caso sensações normais forem percebidas no lado não doloridо e, ao contrário, se dor ou sensações desagradáveis (sensação tipo “picada” ou “latejante”) forem percebidas na área afetada, então a alodinia está presente.
a) NÃO – Sensação normal em ambas as áreas (0)
b) SIM – Alodinia somente na área dolorida (5)

7) ALTERAÇÃO DO LIMIAR POR ESTÍMULO DE AGULHA
a) Determine o limiar por estímulo de agulha pela comparação da resposta a uma agulha de espessura 23 (cor azul) conectada a uma seringa de 2ml – sem a parte interna – suavemente colocada nas áreas doloridas da pele e depois nas não doloridas.
b) Caso uma sensação de agulhada normal for sentida na área da pele não dolorida, mas uma sensação diferente for sentida na área dolorida como, por exemplo, “nenhuma sensação” ou “somente sensação de toque” (LSA aumentado) ou “dor muito intensa” (LSA diminuído), isso significa que há um LSA alterado.

c) Caso a sensação de agulhada não for percebida em nenhuma área, conecte a parte interna da seringa à agulha para aumentar o peso e repita a manobra.
a) NÃO – Sensação igual em ambas as áreas (0)
b) SIM – Limiar por estímulo de agulha alterado no lado dolorido (3)

ESCORE: Some os valores entre parênteses nos achados descritivos e de exame da sensibilidade para obter um escore global.

ESCORE TOTAL (máximo 24):
Se o escore for inferior a 12, (são improváveis de) estejam contribuindo para a dor do paciente. Se o escore for igual ou superior a 12, provavelmente mecanismos neuropáticos estejam contribuindo para a dor do paciente

Anexo V-C
Questionário Nórdico de Sintomas Osteomusculares

Por favor, responda as questões colocando um "X" no quadrado apropriado, um "X" para cada pergunta. Responda a todas as perguntas, mesmo que você nunca tenha tido problemas em qualquer parte do corpo. A figura abaixo mostra como o corpo foi dividido. Você deve decidir, por si mesmo, qual parte está ou foi afetada, se houver alguma.

Região do Corpo	Considerando os últimos 12 meses, teve algum problema (tal como dor, desconforto ou dormência) nas seguintes regiões:	Durante os últimos 12 meses teve que evitar as suas atividades normais (trabalho, serviço doméstico ou passatempos) por causa de problemas nas seguintes regiões:	Consultou profissional de saúde nos últimos 12 meses	Problemas nos últimos 7 dias
1 -Pescoço	☐SIM ☐NÃO	☐SIM ☐NÃO	☐SIM ☐NÃO	☐SIM ☐NÃO
2 -Ombros	☐SIM ☐NÃO	☐SIM ☐NÃO	☐SIM ☐NÃO	☐SIM ☐NÃO
3 -Parte superior das costas	☐SIM ☐NÃO	☐SIM ☐NÃO	☐SIM ☐NÃO	☐SIM ☐NÃO
4 -Cotovelos	☐SIM ☐NÃO	☐SIM ☐NÃO	☐SIM ☐NÃO	☐SIM ☐NÃO
5 -Punhos/mãos	☐SIM ☐NÃO	☐SIM ☐NÃO	☐SIM ☐NÃO	☐SIM ☐NÃO
6 -Parte inferior das costas	☐SIM ☐NÃO	☐SIM ☐NÃO	☐SIM ☐NÃO	☐SIM ☐NÃO
7 - Quadril/coxa	☐SIM ☐NÃO	☐SIM ☐NÃO	☐SIM ☐NÃO	☐SIM ☐NÃO
8 -Joelhos	☐SIM ☐NÃO	☐SIM ☐NÃO	☐SIM ☐NÃO	☐SIM ☐NÃO
9 -Tornozelos/pés	☐SIM ☐NÃO	☐SIM ☐NÃO	☐SIM ☐NÃO	☐SIM ☐NÃO

Anexo V-D
ROLAND-MORRIS DISABILITY

As perguntas são objetivas e simples, dando-se uma pontuação de “1” para cada questão cuja afirmação o paciente concorde e a pontuação “0” para cada questão cuja afirmação o paciente não concorde. O escore é a somatória dos valores, podendo-se obter uma pontuação mínima de “0” e uma pontuação máxima de “24”.
Peça para o paciente que ao escutar as perguntas, pense nele hoje e que descreva ele hoje. Se a frase não descreve o paciente, então pontue 0, se o paciente concorda pontue 1.

PERGUNTAS	PONTUAÇÃO (0 ou 1)
Fico em casa a maior parte do tempo por causa de minhas costas.	
Mudo de posição freqüentemente tentando deixar minhas costas confortáveis.	
Ando mais devagar que o habitual por causa de minhas costas.	
Por causa de minhas costas eu não estou fazendo nenhum dos meus trabalhos que geralmente faço em casa.	
Por causa de minhas costas, eu uso o corrimão para subir escadas.	
Por causa de minhas costas, eu me deito para descansar mais freqüentemente.	
Por causa de minhas costas, eu tenho que me apoiar em alguma coisa para me levantar de uma cadeira normal.	
Por causa de minhas costas, tento conseguir com que outras pessoas façam as coisas por mim.	
Eu me visto mais lentamente que o habitual por causa de minhas costas.	
Eu somente fico em pé por períodos curtos de tempo por causa de minhas costas.	
Por causa de minhas costas evito me abaixar ou ajoelhar.	
Encontro dificuldades em me levantar de uma cadeira por causa de minhas costas.	
As minhas costas doem quase que todo o tempo.	
Tenho dificuldade em me virar na cama por causa das minhas costas.	
Meu apetite não é muito bom por causa das dores em minhas costas.	
Tenho problemas para colocar minhas meias (ou meia-calça) por causa das dores em minhas costas.	
Caminho apenas curta distância por causa de minhas dores nas costas.	
Não durmo tão bem por causa de minhas costas.	
Por causa de minhas dores nas costas, eu me visto com ajuda de outras pessoas.	
Fico sentado a maior parte do dia por causa de minhas costas.	
Evito trabalhos pesados em casa por causa de minhas costas.	
Por causa das dores em minhas costas, fico mais irritado e mal humorado com as pessoas do que o habitual.	
Por causa de minhas costas, eu subo escadas mais vagarosamente do que o habitual.	
Fico na cama a maior parte do tempo por causa de minhas costas.	

Escore total (soma das respostas assinaladas):

(RMDQ): 0–4 incapacidade mínima; 5–10 incapacidade leve; 11–16 incapacidade moderada; 17–20 incapacidade grave; 21–24 incapacidade muito grave.

Quanto mais próximo à pontuação “24” maior a incapacidade do indivíduo com dor lombar crônica. Este questionário tem como ponto de corte o escore “14”, ou seja, os indivíduos avaliados com um escore maior que 14 apresentam incapacidade.

Anexo V-E
WOMAC

INSTRUÇÕES PARA OS PACIENTES: Nas seções A, B e C as questões serão feitas no seguinte formato, e você deverá responder marcando um “X” nos quadrados abaixo.

NOTA:
1. Se você colocar o “X” no quadrado da esquerda, está indicando que não sente qualquer dor/rigidez/dificuldade.
2. Se você colocar o “X” no último quadrado da direita, está indicando que sua dor/rigidez/dificuldade é muito forte.
3. Quanto mais para a direita você marcar o “X”, maior dor, rigidez ou incapacidade física você está sentindo.

Seção A – DOR

Questão	Nenhuma	Leve	Moderada	Forte	Muito forte
1 – Caminhando numa superfície plana	☐	☐	☐	☐	☐
2 – Subindo ou descendo escadas	☐	☐	☐	☐	☐
3 – À noite, deitado na cama	☐	☐	☐	☐	☐
4 – Sentando ou deitando	☐	☐	☐	☐	☐
5 – Ficando em pé	☐	☐	☐	☐	☐

Seção B – Rigidez

Questão	Nenhuma	Leve	Moderada	Forte	Muito forte
1 - Intensidade da rigidez logo após acordar de manhã	☐	☐	☐	☐	☐
2 - Intensidade da rigidez após sentar-se, deitar-se ou descansar durante o dia	☐	☐	☐	☐	☐

Seção C – Incapacidade física

Questão	Nenhuma	Leve	Moderada	Forte	Muito forte
1–Descendo escadas	☐	☐	☐	☐	☐
2 – Subindo escadas	☐	☐	☐	☐	☐
3 – Levantando-se de uma cadeira	☐	☐	☐	☐	☐
4 –Ficando em pé	☐	☐	☐	☐	☐
5 – Curvando-se para tocar o chão	☐	☐	☐	☐	☐
6 – Caminhando no plano	☐	☐	☐	☐	☐
7 – Entrando ou saindo do carro	☐	☐	☐	☐	☐
8 – Fazendo compras	☐	☐	☐	☐	☐
9 – Colocando as meias /meias-calça	☐	☐	☐	☐	☐
10 –Levantando da cama	☐	☐	☐	☐	☐
11 – Tirando as meias /meias-calça	☐	☐	☐	☐	☐
12 – Deitando na cama	☐	☐	☐	☐	☐
13 – Entrando ou saindo do banho	☐	☐	☐	☐	☐
14 – Sentando-se	☐	☐	☐	☐	☐
15 – Sentando-se ou levantando-se do vaso sanitário	☐	☐	☐	☐	☐
16 – Fazendo tarefas domésticas pesadas	☐	☐	☐	☐	☐
17 – Fazendo tarefas domésticas leves	☐	☐	☐	☐	☐

Os resultados são convertidos para uma escala de 0 a 100, em que:

•
0 = ausência de dor, rigidez e limitação funcional

•
100 = pior condição possível

Uma classificação frequentemente utilizada é:

Escore WOMAC (0–100)	**Interpretação**
0–24	Comprometimento leve
25–49	Comprometimento moderado
50–74	Comprometimento grave
75–100	Comprometimento muito grave

Assim:

•
Pontuações baixas (0–24) indicam pouca dor e boa funcionalidade.

•
Pontuações intermediárias (25–49) indicam comprometimento moderado.

•
Pontuações altas (≥ 50) indicam comprometimento importante da função física e maior intensidade dos sintomas.

Anexo V-F
MRC Sum Score

•
1. OBJETIVOS

•
Avaliar o grau de força muscular periférica de membros inferiores e superiores, podendo obter, através do ponto de corte da soma das pontuações dos 12 movimentos, o diagnóstico de fraqueza adquirida em ambiente hospitalar;

•
Verificar redução de força pontual, indicando ganho ou perda durante a internação hospitalar, guiando desta forma a evolução terapêutica;

•
Identificar precocemente a fraqueza muscular, visando prevenir e minimizar os problemas inerentes a ela.

2. MATERIAIS

•
Equipamentos de EPIs (luvas de procedimento, máscara, óculos de proteção, touca);

•
Caneta esferográfica (azul ou preta);

•
Escala de MRC (Medical Research Council) inserida na ficha padronizada de Avaliação Funcional do Paciente Internado nas Enfermarias Adulto;

•
Carimbo pessoal.

3. DESCRIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS

•
Higienizar as mãos (PRT.CCIRAS.001);

•
Utilizar equipamentos de proteção individual (EPIs): luvas de procedimento, óculos de proteção, touca e avental, de acordo com a precaução adotada;

•
Explicar ao(à) paciente a proposta e os objetivos da avaliação;

•
Posicionar o(a) paciente sentado(a) na posição vertical para permitir o movimento completo da articulação contra a gravidade;

•
Observar que, para cada grupo muscular, o examinador deverá estar posicionado do lado a ser testado;

•
Demonstrar o movimento e, em seguida, solicitar que o(a) paciente repita o mesmo;

•
Solicitar que o(a) paciente execute os movimentos a serem testados bilateralmente: abdução de ombro, flexão de cotovelo, extensão de punho, flexão de quadril, extensão de joelho e dorsiflexão de tornozelo, enquanto o examinador realiza uma força externa opondo-se ao movimento;

•
A medida é realizada através da avaliação bilateral de 6 movimentos de membros superiores (abdução de ombro, flexão de cotovelo e extensão de punho) e inferiores (flexão de quadril, extensão de joelho e dorsiflexão de tornozelo), sendo o escore total de 0 a 60 pontos;

•
Caso o(a) paciente consiga realizar o movimento contra a gravidade, o examinador deverá aplicar uma resistência na posição do teste enquanto afirma: “Não me deixe empurrá-lo” ou “Não me deixe dobrá-lo”.

•
Se o(a) paciente não tolerar nenhuma resistência, vencendo somente a força da gravidade, a pontuação obtida é grau 3;

•
Se o(a) paciente tolerar resistência, a pontuação é grau 4;

•
Se o(a) paciente tolerar resistência total, a pontuação é grau 5.

•
Caso o(a) paciente não consiga realizar o movimento contra a gravidade em sua amplitude total, este deverá ser reposicionado para permitir o movimento eliminando a gravidade.

•
Se o(a) paciente apresentar algum grau de movimentação com a gravidade eliminada, a pontuação obtida é grau 2;

•
Se o(a) paciente não apresentar movimentação, o músculo e/ou tendão responsável pelo movimento testado deverá ser palpado para observar contração. Se houver contração muscular, a pontuação obtida é grau 1;

•
Se não for observada nenhuma contração muscular, a pontuação é grau 0.

•

Ao final, realiza-se a soma das pontuações obtidas nos 12 movimentos e classifica-se o(a) paciente com ou sem fraqueza adquirida em ambiente hospitalar;

•
O escore do MRC, considerando cada movimento, utiliza variáveis ordinais que variam de 0 (ausência de contração) a 5 (força muscular normal);

•
O escore total do MRC varia de 0 a 60, sendo que 60 é indicativo de força muscular normal. Escores menores ou iguais a 48 pontos são indicativos de fraqueza muscular;

•
Retirar as luvas e higienizar as mãos;

•
Registrar os valores obtidos na ficha padronizada de avaliação funcional do paciente internado na enfermaria e/ou na evolução clínica do paciente;

•
Assinar e carimbar a ficha de avaliação funcional e/ou evolução.

OBSERVAÇÕES

•
Esta avaliação deverá ser realizada por fisioterapeutas;

•
O escore do Medical Research Council (MRC) é usado mundialmente para avaliar força muscular de pacientes em terapia intensiva;

•
Sua aplicabilidade consiste na execução de um teste manual bilateral em 12 grupamentos musculares através de 6 movimentos específicos bilaterais;

•
As pontuações variam de 0 (paralisia total) a 5 (força muscular normal), totalizando de 0 a 60 pontos;

•
O imobilismo gera diminuição do tecido contrátil, levando à redução na produção de força;

•
Presume-se que 7 dias de restrição ao leito sejam suficientes para diminuir 30% da força muscular;

•
O declínio da força muscular em pacientes críticos está associado a inflamação sistêmica, uso de corticóides, bloqueadores neuromusculares, sedativos, hiperglicemia, sepse, desnutrição, nutrição parenteral e hiperosmolaridade;

•
A fraqueza muscular adquirida na UTI é frequente e pode acarretar prejuízos funcionais e aumento do tempo de hospitalização;

•
Alterações como rigidez articular, encurtamentos musculares, contraturas e osteoporose podem interferir na avaliação;

•
A avaliação deverá ser realizada preferencialmente na admissão e na alta hospitalar;

•
O paciente deve estar clinicamente estável e apto a atender comandos;

•
Em caso de alterações hemodinâmicas, respiratórias e/ou neurológicas, suspender a avaliação, comunicar as equipes responsáveis e registrar em prontuário.

Anexo V-G
PAIN CATASTROPHIZING SCALE (PCS)
Escala de Catastrofização da Dor
INSTRUÇÕES
Listamos 13 declarações que descrevem diferentes pensamentos e sentimentos que podem lhe aparecer na cabeça quando sente dor.
Indique o GRAU destes pensamentos e sentimentos quando está com dor.

Nº	DECLARAÇÃO	0 MÍNIMO	1 LEVE	2 MODERADO	3 INTENSO	4 MUITO INTENSO
1	A preocupação durante todo o tempo com a duração da dor é	☐	☐	☐	☐	☐
2	O sentimento de não poder prosseguir (continuar) é	☐	☐	☐	☐	☐
3	O sentimento que a dor é terrível e que não vai melhorar é	☐	☐	☐	☐	☐
4	O sentimento que a dor é horrível e que você não vai resistir é	☐	☐	☐	☐	☐
5	O pensamento de não poder mais estar com alguém é	☐	☐	☐	☐	☐
6	O medo que a dor pode se tornar ainda pior é	☐	☐	☐	☐	☐
7	O pensamento sobre outros episódios de dor é	☐	☐	☐	☐	☐
8	O desejo profundo que a dor desapareça é	☐	☐	☐	☐	☐

9	O sentimento de não conseguir tirar a dor do pensamento é	☐	☐	☐	☐	☐
10	O pensamento que ainda poderá doer mais é	☐	☐	☐	☐	☐
11	O pensamento que a dor é grave porque ela não quer parar é	☐	☐	☐	☐	☐
12	O pensamento de que não há nada para fazer para diminuir a intensidade da dor é	☐	☐	☐	☐	☐
13	A preocupação que algo ruim possa realmente acontecer por causa da dor é	☐	☐	☐	☐	☐

Pontuação baixa: menor tendência ao pensamento catastrófico relacionado à dor.
Pontuação alta: maior tendência a pensamentos negativos, exagero da ameaça da dor, sensação de incapacidade para lidar com ela e foco excessivo nos sintomas dolorosos.

ESCORE TOTAL	INTERPRETAÇÃO
0 – 14	Baixo nível de catastrofização
15 – 29	Nível moderado de catastrofização
≥ 30	Alto nível de catastrofização

Pontuação total:

ANEXO V-H

ESCALA NUMÉRICA DA DOR (END)
A Escala Numérica da Dor (NRS) é um instrumento simples e eficaz para avaliar a intensidade da dor.
O paciente deve atribuir uma nota de 0 a 10, de acordo com a sua percepção de dor no momento da avaliação.

ESCALA NUMÉRICA DA DOR (NRS)

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Sem dor	Dor leve			Dor moderada			Dor intensa			

INTERPRETAÇÃO DA ESCALA
A Escala Numérica da Dor (NRS):
Varia de 0 a 10, em que:
• 0 = ausência de dor
• 1 a 3 = dor leve
• 4 a 6 = dor moderada
• 7 a 10 = dor intensa (ou severa)

De 0 a 10, qual intensidade da sua dor?
Sendo 0 nenhuma dor e 10 a pior dor possível.

R:

Anexo V-I
Escala de faces

Escala de Faces: consiste em desenhos de rostos com diferentes expressões de dor, útil para crianças, idosos ou pacientes com déficit cognitivo.

ESCALA DE FACES					
Escala de Faces: Consiste em desenhos de rostos com diferentes expressões de dor, útil para crianças, idosos ou pacientes com déficit cognitivo.					
ESCALA DE DOR					
0 a 1	1 a 3	3 a 5	5 a 7	7 a 9	10
Sem dor	Dor leve	Dor moderada	Dor intensa	Dor muito intensa	Pior dor possível
INTERPRETAÇÃO DA ESCALA •0 = sem dor •1 a 3 = dor leve •4 a 6 = dor moderada •7 a 9 = dor muito intensa •10 = pior dor possível De 0 a 10, qual intensidade da dor? Sendo 0 sem dor e 10 a pior dor possível. R:					

ANEXO V-J
ESCALA DE DESCRITORES VERBAIS (EDV)

Descrição da Escala
Utiliza termos como ‘sem dor’, ‘dor leve’, ‘dor moderada’, ‘dor intensa’ e ‘dor insuportável’ para facilitar a comunicação do paciente sobre a dor.

Escala de descritores verbais

Sem Dor	Dor Leve	Dor Moderada	Dor Intensa	Dor Insuportável

ASSINALE DE ACORDO COM A RESPOSTA DO PACIENTE

Opção	Descrição da Dor
☐	Sem Dor
☐	Dor Leve
☐	Dor Moderada
☐	Dor Intensa
☐	Dor Insuportável

Anexo V-K
WHOQOL-BREF
Questionário de Qualidade de Vida da Organização Mundial da Saúde

Desenvolvido pela OMS, o WHOQOL-bref avalia a qualidade de vida em 4 domínios:
físico, psicológico, relações sociais e meio ambiente.
Possui 26 perguntas e leva cerca de 5 a 10 minutos para ser preenchido.
PERGUNTAS
1. Como você avaliaria sua qualidade de vida?

Muito ruim (1)	Ruim (2)	Nem ruim nem boa (3)	Boa (4)	Muito boa (5)
☐	☐	☐	☐	☐

2. Quão satisfeito(a) você está com a sua saúde?

Muito insatisfeito (1)	Insatisfeito (2)	Nem satisfeito nem insatisfeito (3)	Satisfeito (4)	Muito satisfeito (5)
☐	☐	☐	☐	☐

As questões seguintes são sobre o quanto você tem sentido algumas coisas nas últimas duas semanas.
3. Em que medida você acha que sua dor (física) impede você de fazer o que precisa?

Nada (1)	Muito pouco (2)	Mais ou menos (3)	Bastante (4)	Extremamente (5)
☐	☐	☐	☐	☐

4. O quanto você precisa de algum tratamento médico para levar sua vida diária?

Nada (1)	Muito pouco (2)	Mais ou menos (3)	Bastante (4)	Extremamente (5)
☐	☐	☐	☐	☐

5. O quanto você aproveita a vida?

Nada (1)	Muito pouco (2)	Mais ou menos (3)	Bastante (4)	Extremamente (5)
☐	☐	☐	☐	☐

6. Em que medida você acha que a sua vida tem sentido?

Nada (1)	Muito pouco (2)	Mais ou menos (3)	Bastante (4)	Extremamente (5)
☐	☐	☐	☐	☐

7. O quanto você consegue se concentrar?

Nada (1)	Muito pouco (2)	Mais ou menos (3)	Bastante (4)	Extremamente (5)
☐	☐	☐	☐	☐

8. Quão seguro(a) você se sente em sua vida diária?

Nada (1)	Muito pouco (2)	Mais ou menos (3)	Bastante (4)	Extremamente (5)
☐	☐	☐	☐	☐

9. Quão saudável é o seu ambiente físico (clima, barulho, poluição, atrativos)?

Nada (1)	Muito pouco (2)	Mais ou menos (3)	Bastante (4)	Extremamente (5)
☐	☐	☐	☐	☐

As questões seguintes perguntam sobre quão completamente você tem sentido ou é capaz de fazer certas coisas nestas últimas duas semanas.
10. Você tem energia suficiente para seu dia-a-dia?

Nada (1)	Muito pouco (2)	Médio (3)	Muito (4)	Completamente (5)
☐	☐	☐	☐	☐

11. Você é capaz de aceitar sua aparência física?

Nada (1)	Muito pouco (2)	Médio (3)	Muito (4)	Completamente (5)
☐	☐	☐	☐	☐

12. Você tem dinheiro suficiente para satisfazer suas necessidades?

Nada (1)	Muito pouco (2)	Médio (3)	Muito (4)	Completamente (5)
☐	☐	☐	☐	☐

13. Quão disponíveis para você estão as informações que precisa no seu dia-a-dia?

Nada (1)	Muito pouco (2)	Médio (3)	Muito (4)	Completamente (5)
☐	☐	☐	☐	☐

14. Em que medida você tem oportunidades de atividade de lazer?

Nada (1)	Muito pouco (2)	Médio (3)	Muito (4)	Completamente (5)
☐	☐	☐	☐	☐

As questões seguintes perguntam sobre quão bem ou satisfeito você se sentiu a respeito de vários aspectos de sua vida nas últimas duas semanas.

15. Quão bem você é capaz de se locomover?

Muito ruim (1)	Ruim (2)	Nem ruim nem bom (3)	Bom (4)	Muito bom (5)
☐	☐	☐	☐	☐

16. Quão satisfeito(a) você está com o seu sono?

Muito insatisfeito (1)	Insatisfeito (2)	Nem satisfeito nem insatisfeito (3)	Satisfeito (4)	Muito satisfeito (5)
☐	☐	☐	☐	☐

17. Quão satisfeito(a) você está com sua capacidade de desempenhar as atividades do seu dia-a-dia?

Muito insatisfeito (1)	Insatisfeito (2)	Nem satisfeito nem insatisfeito (3)	Satisfeito (4)	Muito satisfeito (5)
☐	☐	☐	☐	☐

18. Quão satisfeito(a) você está com sua capacidade para o trabalho?

Muito insatisfeito (1)	Insatisfeito (2)	Nem satisfeito nem insatisfeito (3)	Satisfeito (4)	Muito satisfeito (5)
☐	☐	☐	☐	☐

19. Quão satisfeito(a) você está consigo mesmo?

Muito insatisfeito (1)	Insatisfeito (2)	Nem satisfeito nem insatisfeito (3)	Satisfeito (4)	Muito satisfeito (5)
☐	☐	☐	☐	☐

20. Quão satisfeito(a) você está com suas relações pessoais?

Muito insatisfeito (1)	Insatisfeito (2)	Nem satisfeito nem insatisfeito (3)	Satisfeito (4)	Muito satisfeito (5)
☐	☐	☐	☐	☐

21. Quão satisfeito(a) você está com sua vida sexual?

Muito insatisfeito (1)	Insatisfeito (2)	Nem satisfeito nem insatisfeito (3)	Satisfeito (4)	Muito satisfeito (5)
☐	☐	☐	☐	☐

22. Quão satisfeito(a) você está com o apoio que você recebe de seus amigos?

Muito insatisfeito (1)	Insatisfeito (2)	Nem satisfeito nem insatisfeito (3)	Satisfeito (4)	Muito satisfeito (5)
☐	☐	☐	☐	☐

23. Quão satisfeito(a) você está com as condições do local onde mora?

Muito insatisfeito (1)	Insatisfeito (2)	Nem satisfeito nem insatisfeito (3)	Satisfeito (4)	Muito satisfeito (5)
☐	☐	☐	☐	☐

24. Quão satisfeito(a) você está com o seu acesso aos serviços de saúde?

Muito insatisfeito (1)	Insatisfeito (2)	Nem satisfeito nem insatisfeito (3)	Satisfeito (4)	Muito satisfeito (5)
☐	☐	☐	☐	☐

25. Quão satisfeito(a) você está com o seu meio de transporte?

Muito insatisfeito (1)	Insatisfeito (2)	Nem satisfeito nem insatisfeito (3)	Satisfeito (4)	Muito satisfeito (5)
☐	☐	☐	☐	☐

As questões seguintes referem-se a com que frequência você sentiu ou experimentou certas coisas nas últimas duas semanas.

26. Com que frequência você tem sentimentos negativos como mau humor, desespero, ansiedade, depressão?

Nunca (1)	Algumas vezes (2)	Frequentemente (3)	Muito frequentemente (4)	Sempre (5)
☐	☐	☐	☐	☐

RESULTADO

Antes de calcular a pontuação é necessário recodificar os valores das questões invertidas 3, 4 e 26 para (1-5), (2-4), (3-3), (4-2), (5-1). Para o cálculo da pontuação simples (4-20), é necessário somar os valores de cada questão, dividir pela quantidade de questões (Q) e multiplicar por 4.

A pontuação simples pode ser convertida em uma escala de 0 (pior) a 100 (melhor) pontos, sendo quanto maior a pontuação melhor a percepção da qualidade de vida (Pedroso et al. Revista Brasileira de Qualidade de Vida. 2010)

Escore geral:	Pontuação simples (média aritmética simples) * 4 =	Conversão para escala 0-100 (Pontuação simples-4)*(100/16) =
Físico	[(Q3+4+10+15+16+17+18)/7]*4 =	0-100 =
Psicológico	[(Q5+6+7+11+19+26)/6]*4 =	0-100 =
Relações sociais	[(Q20+21+22)/3]*4 =	0-100 =
Meio ambiente	[(Q8+9+12+13+14+23+24+25)/8]*4 =	0-100 =

Observação: Escore mais alto indica melhor percepção de qualidade de vida.

Anexo V-L
SF-36

•

VERSÃO BRASILEIRA DO QUESTIONÁRIO DE QUALIDADE DE VIDA – SF-36

Superintendência de Assistência Farmacêutica, Ciência e Tecnologias em Saúde (SAFTEC)
Diretoria de Assistência Farmacêutica (DASF)
Coordenação de Assistência Farmacêutica na Atenção Especializada (COAFE)

Nome do Paciente:
Idade:
Serviço:
Cidade:
Data:
Médico Responsável:
CRM:
UF:

•

1. Em geral você diria que sua saúde é:

Opção	Pontuação
Excelente	( ) 1
Muito boa	( ) 2
Boa	( ) 3
Ruim	( ) 4
Muito ruim	( ) 5

•

2. Comparada há um ano atrás, como você classificaria sua saúde em geral agora?

Opção	Pontuação
Muito melhor	( ) 1
Um pouco melhor	( ) 2
Quase a mesma	( ) 3
Um pouco pior	( ) 4
Muito pior	( ) 5

•

3. Os seguintes itens são sobre atividades que você poderia fazer atualmente durante um dia comum. Devido à sua saúde, você teria dificuldade para fazer estas atividades? Neste caso, quanto?

Atividades	Sim, dificulta muito	Sim, dificulta um pouco	Não, não dificulta de modo algum
a) Atividades rigorosas, que exigem muito esforço, tais como correr, levantar objetos pesados, participar em esportes árduos	( ) 1	( ) 2	( ) 3
b) Atividades moderadas, tais como mover uma mesa, passar aspirador de pó, jogar bola, varrer a casa	( ) 1	( ) 2	( ) 3
c) Levantar ou carregar mantimentos	( ) 1	( ) 2	( ) 3
d) Subir vários lances de escada	( ) 1	( ) 2	( ) 3
e) Subir um lance de escada	( ) 1	( ) 2	( ) 3
f) Curvar-se, ajoelhar-se ou dobrar-se	( ) 1	( ) 2	( ) 3
g) Andar mais de 1 quilômetro	( ) 1	( ) 2	( ) 3
h) Andar vários quarteirões	( ) 1	( ) 2	( ) 3
i) Andar um quarteirão	( ) 1	( ) 2	( ) 3
j) Tomar banho ou vestir-se	( ) 1	( ) 2	( ) 3

•

4. Durante as últimas 4 semanas, você teve algum dos seguintes problemas com seu trabalho ou com alguma atividade regular, como consequência de sua saúde física?

Pergunta	Sim	Não
a) Você diminuiu a quantidade de tempo que se dedicava ao seu trabalho ou a outras atividades?	( ) 1	( ) 2
b) Realizou menos tarefas do que você gostaria?	( ) 1	( ) 2
c) Esteve limitado no seu tipo de trabalho ou em outras atividades?	( ) 1	( ) 2
d) Teve dificuldade de fazer seu trabalho ou outras atividades (por exemplo, necessitou de um esforço extra)?	( ) 1	( ) 2

5. Durante as últimas 4 semanas, você teve algum dos seguintes problemas com seu trabalho ou outra atividade regular diária, como consequência de algum problema emocional (como se sentir deprimido ou ansioso)?

Pergunta	Sim	Não
a) Você diminuiu a quantidade de tempo que se dedicava ao seu trabalho ou a outras atividades?	( ) 1	( ) 2
b) Realizou menos tarefas do que você gostaria?	( ) 1	( ) 2
c) Não realizou ou fez qualquer das atividades com tanto cuidado como geralmente faz	( ) 1	( ) 2

•

6. Durante as últimas 4 semanas, de que maneira sua saúde física ou problemas emocionais interferiram nas suas atividades sociais normais, em relação à família, amigos ou em grupo?

Opção	Pontuação
De forma nenhuma	( ) 1
Ligeiramente	( ) 2
Moderadamente	( ) 3
Bastante	( ) 4
Extremamente	( ) 5

•

7. Quanta dor no corpo você teve durante as últimas 4 semanas?

Opção	Pontuação
Nenhuma	( ) 1
Muito leve	( ) 2
Leve	( ) 3
Moderada	( ) 4
Grave	( ) 5
Muito grave	( ) 6

•

8. Durante as últimas 4 semanas, quanto a dor interferiu com seu trabalho normal (incluindo o trabalho dentro de casa)?

Opção	Pontuação
De maneira alguma	( ) 1
Um pouco	( ) 2
Moderadamente	( ) 3
Bastante	( ) 4
Extremamente	( ) 5

•

9. Estas questões são sobre como você se sente e como tudo tem acontecido com você durante as últimas 4 semanas.

Questão	Todo tempo	A maior parte do tempo	Uma boa parte do tempo	Alguma parte do tempo	Uma pequena parte do tempo	Nunca
a) Quanto tempo você tem se sentido cheio de vigor, de vontade, de força?	( )1	( )2	( )3	( )4	( )5	( )6
b) Quanto tempo você tem se sentido uma pessoa muito nervosa?	( )1	( )2	( )3	( )4	( )5	( )6
c) Quanto tempo você tem se sentido tão deprimido que nada pode animá-lo?	( )1	( )2	( )3	( )4	( )5	( )6
d) Quanto tempo você tem se sentido calmo ou tranquilo?	( )1	( )2	( )3	( )4	( )5	( )6
e) Quanto tempo você tem se sentido com muita energia?	( )1	( )2	( )3	( )4	( )5	( )6
f) Quanto tempo você tem se sentido desanimado ou abatido?	( )1	( )2	( )3	( )4	( )5	( )6
g) Quanto tempo você tem se sentido esgotado?	( )1	( )2	( )3	( )4	( )5	( )6
h) Quanto tempo você tem se sentido uma pessoa feliz?	( )1	( )2	( )3	( )4	( )5	( )6
i) Quanto tempo você tem se sentido cansado?	( )1	( )2	( )3	( )4	( )5	( )6

10. Durante as últimas 4 semanas, quanto de seu tempo a sua saúde física ou problemas emocionais interferiram com as suas atividades sociais (como visitar amigos, parentes etc.)?

Opção	Pontuação
Todo tempo	( ) 1
A maior parte do tempo	( ) 2
Alguma parte do tempo	( ) 3
Uma pequena parte do tempo	( ) 4
Nenhuma parte do tempo	( ) 5

•

11. O quanto verdadeiro ou falso é cada uma das afirmações para você?

Afirmação	Definitivamente verdadeiro	A maioria das vezes verdadeiro	Não sei	A maioria das vezes falso	Definitivamente falso
a) Eu costumo obedecer um pouco mais facilmente que as outras pessoas	( )1	( )2	( )3	( )4	( )5
b) Eu sou tão saudável quanto qualquer pessoa que eu conheço	( )1	( )2	( )3	( )4	( )5
c) Eu acho que a minha saúde vai piorar	( )1	( )2	( )3	( )4	( )5
d) Minha saúde é excelente	( )1	( )2	( )3	( )4	( )5

•

CÁLCULO DOS ESCORES DO QUESTIONÁRIO DE QUALIDADE DE VIDA

•

Fase 1: Ponderação dos dados

Questão	Pontuação
01	Se a resposta for 1 = 5,0
	2 = 4,4
	3 = 3,4
	4 = 2,0
	5 = 1,0
02	Manter o mesmo valor
03	Soma de todos os valores
04	Soma de todos os valores
05	Soma de todos os valores
06	Se a resposta for 1 = 5
	2 = 4
	3 = 3
	4 = 2
	5 = 1

Questão	Pontuação
07	Se a resposta for 1 = 6,0
	2 = 5,4
	3 = 4,2
	4 = 3,1
	5 = 2,0
	6 = 1,0

Questão 08

A resposta da questão 8 depende da nota da questão 7.

Condição	Valor
Se 7 = 1 e 8 = 1	6
Se 7 = 2 a 6 e 8 = 1	5
Se 7 = 2 a 6 e 8 = 2	4
Se 7 = 2 a 6 e 8 = 3	3
Se 7 = 2 a 6 e 8 = 4	2
Se 7 = 2 a 6 e 8 = 5	1

Se a questão 7 não for respondida:

Resposta da questão 8	Pontuação
1	6
2	4,75
3	3,5
4	2,25
5	1,0

•

Questão 09

Para os itens a, d, e, h, utilizar a seguinte pontuação:

Resposta	Valor
1	6
2	5
3	4
4	3
5	2
6	1

Para os demais itens (b, c, f, g, i), o valor será mantido o mesmo.

Questão 10

Considerar o mesmo valor.

Questão 11

Os itens deverão ser somados, porém os itens b e d deverão seguir a seguinte pontuação:

Resposta	Valor
1	5
2	4
3	3
4	2
5	1

Fase 2: Cálculo do Raw Scale

Nesta fase você irá transformar o valor das questões anteriores em notas de 8 domínios que variam de 0 (zero) a 100 (cem), onde:

•

0 = pior estado de saúde

•

100 = melhor estado de saúde

É chamado de raw scale porque o valor final não apresenta nenhuma unidade de medida.

•

Domínios

•

Capacidade funcional

•

Limitação por aspectos físicos

•

Dor

•

Estado geral de saúde

•

Vitalidade

•

Aspectos sociais

•

Aspectos emocionais

•
Saúde mental

Fórmula para cálculo de cada domínio
Domínio = (Valor obtido nas questões correspondentes – Limite inferior) × 100 ÷ Variação (Score Range)
Tabela de cálculo dos domínios

Domínio	Pontuação das questões correspondentes	Limite inferior	Variação
Capacidade funcional	03	10	20
Limitação por aspectos físicos	04	4	4
Dor	07 + 08	2	10
Estado geral de saúde	01 + 11	5	20
Vitalidade	09 (itens a + e + g + i)	4	20
Aspectos sociais	06 + 10	2	8
Limitação por aspectos emocionais	05	3	3
Saúde mental	09 (itens b + c + d + f + h)	5	25

•
Exemplos de cálculos

•
Capacidade funcional

Fórmula:
(Valor obtido – Limite inferior) × 100 ÷ Variação
Exemplo:
(21 − 10) × 100 ÷ 20 = 55
O valor para o domínio Capacidade Funcional é 55, em uma escala de 0 a 100.
Dor
Verificar a pontuação obtida nas questões 07 e 08.
Exemplo:

•
Questão 07 = 5,4

•
Questão 08 = 4

Soma = 9,4
Aplicando a fórmula:
(9,4 − 2) × 100 ÷ 10 = 74
O valor obtido para o domínio Dor é 74, em uma escala de 0 a 100.
Assim, você deverá fazer o cálculo para os outros domínios, obtendo oito notas ao final, que deverão ser mantidas separadamente, não podendo ser somadas nem utilizadas para cálculo de média.

•
Observações

•
A questão nº 02 não faz parte do cálculo de nenhum domínio, sendo utilizada apenas para avaliar o quanto o indivíduo está melhor ou pior quando comparado a um ano atrás.

•
Se algum item não for respondido, você poderá considerar a questão caso ela tenha sido respondida em pelo menos 50% dos seus itens.

Assinatura e carimbo do Médico Assistente

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

ANEXO VI

•

PLANO TERAPÊUTICO SINGULAR (PTS)

•

Programa Paranavaí Sem Dor

1. IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE
Nome:

Data de nascimento:

Sexo: ( ) F ( ) M

UBS de origem:

Prontuário:

Data de inclusão no programa:

Responsável (se houver):

2. AVALIAÇÃO INICIAL DA DOR

•

2.1 Intensidade da dor (EVA ou END com obrigatoriedade e as outras opcionais)

•

NRS/END (0–10):

•

Escala de Faces:

•

Escala Descritiva Verbal (EDV):

•

EVA:

2.2 Avaliação de dor neuropática (utilizar conforme indicação clínica)

•

DN4: (≥4 sugestivo)

•

LANSS: (≥12 sugestivo)

2.3 Funcionalidade (utilizar conforme indicação clínica)

•

ODI: %

•

WOMAC (se aplicável):

•

MRC Sum Score:

2.4 Qualidade de vida (Utilizar as escalas conforme as características e os objetivos terapêuticos do usuário)

•
SF-36:

•
WHOQOL-BREF:

2.5 Fatores psicossociais

•
PCS (Catastrofização da dor):

•
Observações clínicas:

2.6 Distribuição da dor

•
Mapa corporal / Questionário Nórdico:

3. CLASSIFICAÇÃO DA DOR
( ) Nociceptiva

( ) Neuropática

( ) Nociplástica

( ) Mista

( ) Refratária / Complexa

Diagnóstico principal:
4. OBJETIVOS TERAPÊUTICOS

•
( ) Redução da dor ≥ 30%

•
( ) Redução da dor ≥ 50%

•
( ) Melhora funcional

•
( ) Retorno às atividades diárias

•
( ) Melhora do sono

•
( ) Redução de incapacidade

•
( ) Redução de uso inadequado de analgésicos

•
( ) Autonomia no autocuidado

Outros objetivos:
5. PLANO TERAPÊUTICO FARMACOLÓGICO
Medicações em uso:
Ajustes previstos:
Monitoramento (efeitos adversos, opioides, interações):
6. PLANO TERAPÊUTICO NÃO FARMACOLÓGICO

•
6.1 Fisioterapia

( ) sim ( ) não
Modalidade:

•
( ) analgésica

•
( ) cinesioterapia

•
( ) fortalecimento muscular

•
( ) reeducação funcional

•
( ) terapia manual

Frequência: sessões/semana
Evolução:
6.2 Nutrição (intervenção em dor crônica)
( ) sim ( ) não
Avaliação inicial:

•
IMC:

•
Risco metabólico:

Intervenções:

•
( ) dieta anti-inflamatória

•
( ) controle de peso

•
( ) redução de ultraprocessados

•
( ) orientação alimentar individualizada

Objetivos:

•
redução de inflamação sistêmica

•
melhora da sensibilidade à dor

•
apoio ao ganho funcional

Evolução:
6.3 Psicologia
( ) sim ( ) não
Intervenção:

•
( ) TCC

•
( ) manejo da dor crônica

•
( ) ansiedade/depressão

•
( ) catastrofização da dor

Evolução:
6.4 PICS / Academia da Saúde

•
( ) acupuntura

•
( ) auriculoterapia

•
( ) exercícios supervisionados

•
( ) grupos de dor

•
( ) educação em dor

•
( ) outras práticas integrativas

7. REUNIÕES MULTIDISCIPLINARES

•
REUNIÃO 1 – ADMISSÃO

Data:
Objetivo: definição inicial do PTS
Deliberações:
REUNIÃO 2 – REAVALIAÇÃO INTERMEDIÁRIA
Data: (≈30 dias)
Evolução clínica:
Ajustes terapêuticos:
REUNIÃO 3 – REUNIÃO DE ALTA (DESFECHO CLÍNICO)
Data:

•
7.1 Evolução das escalas

•
EVA inicial: ____ → ____

•
DN4: ____ → ____

•
LANSS: ____ → ____

•
ODI/WOMAC: ____ → ____

•
SF-36: _____

7.2 Resposta terapêutica

•
( ) ≥50% melhora – resposta ótima

•
( ) 30–49% melhora – resposta satisfatória

•
( ) <30% – resposta insuficiente

7.3 Avaliação multiprofissional final
Fisioterapia:
Psicologia:
Nutrição:
Enfermagem:
7.4 Deliberação final

•
( ) Alta do programa

•
( ) Alta com seguimento na APS

•
( ) Manutenção no programa

•
( ) Reingresso futuro

•
( ) Encaminhamento especializado

8. CRONOGRAMA DE REAVALIAÇÃO

•
Admissão: avaliação inicial + PTS

•
30 dias: reavaliação precoce (quando necessário)

•
12 semanas (3 meses): avaliação formal

•
24 semanas (6 meses): desfecho do ciclo

•
Extra: conforme necessidade clínica

9. CRITÉRIOS DE DESFECHO

•
Alta por melhora funcional significativa (≥50%)

•
Alta com manutenção na APS

•
Falha terapêutica com escalonamento

•
Reingresso futuro por piora clínica

10. CRITÉRIOS DE REINGRESSO

•
EVA ≥ 7 persistente

•
Perda funcional progressiva

•
Falha de manejo na APS

•
Reagudização da dor crônica

•
Nova condição musculoesquelética ou neuropática

ASSINATURAS
Médico: CRM:
Fisioterapia:
Psicologia:
Nutrição:
Coordenação:

•
ANEXO VII

•
DIRETRIZES FARMACOLÓGICAS PARA O MANEJO DA DOR CRÔNICA

•
1. FINALIDADE DO ANEXO

•
Este anexo reúne as diretrizes técnicas de prescrição, posologia, titulação e uso seguro dos medicamentos utilizados no manejo da dor crônica no Programa Paranavaí Sem Dor, conforme o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) da Dor Crônica (2024), recomendações da CONITEC, Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUNE) e Programa Paraná Sem Dor.

•
2. MEDICAMENTOS DISPONÍVEIS E POSOLOGIA PADRÃO

•

2.1 Analgésicos Simples

• **Medicamento**	• **Posologia Adulto**	• **Posologia Idoso**	• **Dose Máxima**
• Paracetamol	• 500–1.000 mg 6/6h ou 8/8h	• Iniciar menor dose eficaz	• 4.000 mg/dia
• Dipirona	• 500–1.000 mg 6/6h ou até 4x/dia	• Sem ajuste em curto prazo	• 4.000 mg/dia

•

•

2.2 Anti-inflamatórios Não Esteroidais (AINEs)

• **Medicamento**	• **Posologia Adulto**	• **Observações**	• **Dose Máxima**
• Ibuprofeno	• 200–600 mg 8/8h ou 6/6h	• Usar menor dose pelo menor tempo possível	• 3.200 mg/dia
• Naproxeno *	• 250 mg 12/12h ou 500 mg/dia	• Preferencial em osteoartrite	• 500 mg/dia*

•

*Medicamento não disponibilizado pela Farmácia Municipal nem pelo elenco farmacêutico do Programa Paranavaí Sem Dor. O acesso ao medicamento está sujeito aos critérios do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica – CEAF ou outro fluxo estadual vigente. Quando indicado, o médico prescritor e o paciente deverão verificar os critérios clínicos, a documentação exigida, a disponibilidade do medicamento e os procedimentos de solicitação junto à 14ª Regional de Saúde, observando os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) e demais normas estaduais vigentes.

•

**Uso prolongado apenas com avaliação de risco gastrointestinal e cardiovascular.

•

2.3 Antidepressivos (Dor Neuropática e Nociplástica)

• **Medicamento**	• **Posologia Inicial**	• **Manutenção**	• **Dose Máxima**
• Amitriptilina	• 10–25 mg à noite	• 25–100 mg/dia	• 150 mg/dia
• Nortriptilina	• 10–25 mg/dose noturna	• 30–75 mg/dia	• 150 mg/dia
• Duloxetina	• 30 mg/dia	• 60 mg/dia	• 120 mg/dia

•

Observações:

•

• Os antidepressivos devem ser iniciados com a menor dose eficaz e titulados gradualmente conforme tolerabilidade e resposta clínica;

•

• Recomenda-se avaliação periódica da efetividade terapêutica e dos efeitos adversos;

•

• As indicações específicas da Duloxetina encontram-se descritas no item 3 deste Anexo.

•

2.4 Anticonvulsivantes (Dor Neuropática)

• **Medicamento**	• **Posologia Inicial**	• **Manutenção**	• **Dose Máxima**
• Gabapentina	• 300 mg/dia	• 900–3.600 mg/dia	• 3.600 mg/dia

Carbamazepina	100–200 mg 12/12h	400–1.200 mg/dia	1.200 mg/dia

2.5 Opioides

Medicamento	**Posologia Inicial**	**Manutenção**	**Dose Máxima**
Codeína	30 mg 6/6h ou 8/8h	60 mg 6/6h	360 mg/dia
Tramadol	50 mg 6/6h ou 8/8h	Titulação gradual	400 mg/dia
Morfina	5–10 mg 4/4h	Ajuste individual	Conforme tolerância
Metadona	2,5–10 mg 8/12h	Individualizada	Até 40 mg/dia

3. INDICAÇÕES ESPECÍFICAS E DIRETRIZES DE USO DOS PRINCIPAIS MEDICAMENTOS

3.1 Duloxetina

A Duloxetina é um antidepressivo da classe dos inibidores da recaptação de serotonina e noradrenalina (IRSN), com ação comprovada no tratamento da dor neuropática e nociplástica, sendo considerada uma das principais opções farmacológicas para pacientes com fibromialgia.

A justificativa farmacológica para sua utilização baseia-se na capacidade de aumentar a disponibilidade de serotonina e noradrenalina nas vias inibitórias descendentes da dor, reduzindo a hiperexcitabilidade neuronal característica da fibromialgia e de outras síndromes dolorosas crônicas.

Classe terapêutica

• Antidepressivo utilizado no tratamento da dor neuropática e nociplástica.

Indicações

• Fibromialgia;

• Dor nociplástica;

• Dor neuropática diabética;

• Dor musculoesquelética associada à sensibilização central;

• Dor crônica associada a sintomas ansiosos ou depressivos.

Posologia

Medicamento	**Posologia Inicial**	**Manutenção**	**Dose Máxima**
Duloxetina	30 mg/dia	60 mg/dia	120 mg/dia

Titulação e ajuste de dose

•

• Iniciar com a menor dose eficaz;

•

• Titulação progressiva a cada 3 a 7 dias;

•

• Avaliar resposta entre 2 e 4 semanas;

•

• Ajustar ou suspender em caso de ausência de resposta clínica funcional;

•

• Priorizar melhora funcional ≥ 30%.

•

Benefícios clínicos observados

•

• Redução da intensidade da dor;

•

• Melhora da capacidade funcional;

•

• Redução da fadiga;

•

• Melhora da qualidade do sono;

•

• Benefício adicional em pacientes com sintomas ansiosos ou depressivos associados.

•

Evidências científicas

•

As diretrizes internacionais da European League Against Rheumatism (EULAR) e do American College of Rheumatology (ACR) reconhecem a Duloxetina como uma das terapias farmacológicas com melhor evidência para redução da dor, melhora funcional e qualidade de vida em pacientes com fibromialgia.

•

Estudos clínicos randomizados demonstram:

•

• Redução significativa da intensidade da dor;

•

• Melhora do sono;

•

• Melhora da fadiga;

•

• Ganho funcional nas atividades diárias;

•

• Benefício adicional em pacientes com sintomas depressivos ou ansiosos associados.

•

As evidências científicas demonstram que a Duloxetina proporciona melhora clínica significativa em pacientes com fibromialgia e dores nociplásticas, especialmente quando associada às medidas não farmacológicas, atividade física regular e acompanhamento multiprofissional.

•

Tempo de utilização no Programa: O fornecimento pelo Programa Paranavaí Sem Dor ocorrerá, em regra, por até 6 (seis) meses. Em situações clínicas excepcionais, mediante justificativa formal do médico da Clínica Paranavaí Sem Dor, poderá haver prorrogação por período adicional, limitado ao prazo máximo total de 12 (doze) meses.

•

Fundamentação técnica

•

A utilização da Duloxetina no Programa Paranavaí Sem Dor fundamenta-se no PCDT da Dor Crônica (2024), nas recomendações da CONITEC e nas evidências científicas nacionais e internacionais para o tratamento da fibromialgia, dor neuropática e dor nociplástica.

•

3.2 Tramadol

•

O Tramadol é um analgésico opioide de ação central indicado para pacientes com dor moderada a intensa quando houver resposta insuficiente às medidas terapêuticas de primeira linha.

•

Sua ação ocorre por dois mecanismos complementares:

•

• Agonismo fraco dos receptores opioides μ;

•

• Inibição da recaptação de serotonina e noradrenalina.

•

Classe terapêutica

•

• Opioide de ação central.

•

Indicações

•

• Dor moderada a intensa;

•

• Falha terapêutica de analgésicos simples;

•

• Dor lombar crônica;

•

• Osteoartrite refratária;

•

• Exacerbações dolorosas com importante comprometimento funcional.

•

Posologia

• **Medicamento**	• **Posologia Inicial**	• **Manutenção**	• **Dose Máxima**
• Tramadol	• 50 mg a cada 6 ou 8 horas	• Titulação gradual	• 400 mg/dia

•

Titulação

•

• Utilizar a menor dose eficaz;

•

• Realizar ajustes graduais;

•

• Avaliar resposta clínica entre 2 e 4 semanas;

•

• Priorizar melhora funcional.

•

Benefícios clínicos esperados

•

• Redução da intensidade da dor;

•
• Melhora da funcionalidade;

•
• Facilitação da participação nas atividades de reabilitação;

•
• Melhora da qualidade de vida durante períodos de exacerbação dolorosa.

•
Principais riscos associados

•
• Náuseas e vômitos;

•
• Sonolência;

•
• Tonturas;

•
• Constipação intestinal;

•
• Desenvolvimento de tolerância;

•
• Dependência farmacológica;

•
• Uso inadequado.

•
Limitações na fibromialgia

•
Embora possa proporcionar alívio sintomático temporário da dor, o Tramadol não é considerado tratamento de primeira linha para fibromialgia.

•
Pacientes em uso contínuo de Tramadol devem ser considerados de maior complexidade assistencial e submetidos a acompanhamento periódico.

•
Tempo de utilização no Programa: O fornecimento pelo Programa Paranavaí Sem Dor ocorrerá, em regra, por até 6 (seis) meses. Em situações clínicas excepcionais, mediante justificativa formal do médico da Clínica Paranavaí Sem Dor, poderá haver prorrogação por período adicional, limitado ao prazo máximo total de 12 (doze) meses.

•
Fundamentação técnica

•
A utilização do Tramadol no Programa Paranavaí Sem Dor fundamenta-se no PCDT da Dor Crônica (2024), nas recomendações da CONITEC e nas evidências científicas para dor moderada a intensa refratária às terapias de primeira linha.

•
3.3 Associação Duloxetina + Tramadol

•
Embora a combinação possa ser utilizada em situações específicas de dor intensa e refratária, deve ser empregada com cautela devido ao risco de síndrome serotoninérgica.

•
A síndrome serotoninérgica pode manifestar-se por:

•
• Agitação psicomotora;

•
• Tremores;

•
• Hiperreflexia;

•

• Sudorese intensa;

•
• Taquicardia;

•
• Hipertensão arterial;

•
• Hipertermia;

•
• Alterações do nível de consciência.

•
Quando utilizada a associação, recomenda-se:

•
• Iniciar com doses baixas;

•
• Monitorar rigorosamente os sintomas;

•
• Realizar reavaliações frequentes;

•
• Considerar suspensão diante de sinais de toxicidade serotoninérgica.

•
3.4 Critério de Efetividade Terapêutica

•
A manutenção do tratamento farmacológico deve estar vinculada à demonstração objetiva de benefício clínico, considerando:

•
• Redução da intensidade da dor;

•
• Melhora funcional mínima de 30%;

•
• Melhora da qualidade de vida;

•
• Ausência de efeitos adversos graves;

•
• Adesão adequada ao tratamento.

•
3.5 Anticonvulsivantes

•
Os anticonvulsivantes constituem uma das principais classes farmacológicas utilizadas no tratamento da dor neuropática, atuando na modulação da excitabilidade neuronal e na redução da transmissão dos impulsos dolorosos.

•
Gabapentina

•
Classe terapêutica

•
• Anticonvulsivante utilizado no tratamento da dor neuropática.

•
Indicações

•
• Dor neuropática periférica;

•
• Neuralgia pós-herpética;

•
• Neuropatia diabética;

•
• Radiculopatias com componente neuropático;

•
• Síndromes dolorosas neuropáticas crônicas.

•
Posologia

• **Medicamento**	• **Posologia Inicial**	• **Manutenção**	• **Dose Máxima**
• Gabapentina	• 300 mg/dia	• 900–3.600 mg/dia	• 3.600 mg/dia

•
Considerações

•
• Iniciar com doses baixas;

•
• Realizar titulação gradual;

•
• Monitorar sedação, tontura e risco de quedas;

•
• Avaliar resposta clínica periodicamente.

•
Carbamazepina

•
Classe terapêutica

•
• Anticonvulsivante utilizado no tratamento de dores neuropáticas específicas.

•
Indicações

•
• Neuralgia do trigêmeo;

•
• Dor paroxística neuropática;

•
• Neuralgias cranianas;

•
• Outras síndromes neuropáticas selecionadas.

•
Posologia

• **Medicamento**	• **Posologia Inicial**	• **Manutenção**	• **Dose Máxima**
• Carbamazepina	• 100–200 mg 12/12h	• 400–1.200 mg/dia	• 1.200 mg/dia

•
Considerações

•
• Realizar titulação gradual;

•

• Avaliar possíveis interações medicamentosas;

•

• Reavaliar periodicamente a necessidade de manutenção do tratamento.

•

4. PRINCÍPIOS DE TITULAÇÃO E AJUSTE DE DOSE

•

• Iniciar sempre com menor dose eficaz;

•

• Titulação progressiva a cada 3–7 dias conforme tolerância;

•

• Avaliação de resposta entre 2 e 4 semanas;

•

• Suspender ou ajustar se ausência de resposta clínica funcional;

•

• Priorizar melhora funcional ≥ 30%.

•

5. SEGURANÇA FARMACOLÓGICA

•

5.1 Associações proibidas (risco crítico)

•

• Morfina + Metadona;

•

• Codeína + Morfina;

•

• Codeína + Metadona.

•

5.2 Alertas por classe

•

• AINEs: risco gastrointestinal, renal e cardiovascular;

•

• Antidepressivos: risco de síndrome serotoninérgica (especialmente em associação com tramadol);

•

• Gabapentinoides: sedação e risco de quedas;

•

• Opioides: risco de dependência, depressão respiratória e tolerância.

•

6. MONITORAMENTO FARMACOLÓGICO

•

• Avaliação clínica a cada 2–4 semanas no início do tratamento;

•

• Escalas recomendadas: EVA, DN4, LANSS e SF-36;

•

• Exames laboratoriais anuais:

•

Função renal;

•

Função hepática;

•

• Monitoramento de efeitos adversos e funcionalidade;

•

• Reavaliação obrigatória antes de escalonamento terapêutico.

•

7. CRITÉRIOS DE SUSPENSÃO OU TROCA TERAPÊUTICA

•

• Ausência de melhora funcional ≥ 30%;

•

• Efeitos adversos intoleráveis;

•

• Uso inadequado ou não adesão;

•

• Sinais de dependência ou abuso (opioides);

•

• Interações medicamentosas de risco.

•

8. OBSERVAÇÃO FINAL

•

O uso dos medicamentos descritos neste anexo deve sempre estar associado ao tratamento não farmacológico e à abordagem multiprofissional, com foco na funcionalidade, autonomia, participação social e qualidade de vida do paciente, em consonância com as diretrizes do PCDT da Dor Crônica (2024) e da Rede de Atenção à Saúde para Pessoas com Dor Crônica.

•

•

ANEXO VIII

•

SOLICITAÇÃO DE MEDICAMENTOS (LME / CEAF)

•

Programa Paranavaí Sem Dor

•

1. FINALIDADE

•

Este anexo estabelece o fluxo de solicitação, autorização, dispensação e renovação de medicamentos de componente especializado ou aquisição municipal no manejo da dor crônica, garantindo acesso regulado, seguro e padronizado aos medicamentos do Programa Paranavaí Sem Dor.

•

2. MEDICAMENTOS CONTEMPLADOS NO FLUXO

•

Este fluxo se aplica aos seguintes medicamentos:

•

Gabapentina

•

Carbamazepina (quando vinculada a protocolos especializados)

•

Metadona

•

Codeína

•

Morfina

•

Tramadol (quando sob controle municipal)

•

Duloxetina (recurso municipal)

•

E outros medicamentos do elenco complementar estadual ou municipal vinculados ao programa.

•

Obs:• O Tramadol integra a lista de medicamentos sujeitos ao fluxo específico do Programa Paranavaí Sem Dor, devendo observar critérios de indicação, monitoramento, renovação e segurança farmacológica definidos neste protocolo.

•

3. DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA PARA ABERTURA DO PROCESSO

•

O paciente ou responsável deverá apresentar:

•

Documento de identidade (RG) e CPF;

•

Cartão Nacional de Saúde (CNS) atualizado;

•

Comprovante de residência recente;

•

Receita médica em duas vias, conforme legislação sanitária vigente;

•

LME – Laudo para Solicitação de Medicamentos, devidamente preenchido, assinado e carimbado pelo médico assistente;

•

Relatório clínico detalhado contendo diagnóstico e justificativa terapêutica.

•

Para solicitação de Tramadol, deverá constar prescrição médica vinculada ao Programa Paranavaí Sem Dor e registro clínico em prontuário contendo justificativa terapêutica e acompanhamento da resposta ao tratamento.

•

4. TERMO DE ESCLARECIMENTO E RESPONSABILIDADE (TER)

•

É obrigatória a assinatura do TER pelo médico e pelo paciente, contendo:

•

Informação sobre riscos e benefícios do tratamento;

•

Possíveis efeitos adversos;

•

Alternativas terapêuticas disponíveis;

•

Concordância do paciente com o tratamento proposto.

•

O TER deve ser arquivado no prontuário e anexado ao processo administrativo.

•

5. EXAMES E AVALIAÇÕES CLÍNICAS OBRIGATÓRIAS

•

A solicitação deve ser acompanhada de exames com validade de até 12 meses:

•

5.1 Escalas clínicas:

•

EVA (Escala Visual Analógica da dor);

•

DN4 (triagem de dor neuropática);

•

LANSS (quando aplicável);

- SF-36 ou equivalente funcional.

5.2 Exames laboratoriais:

- Hemograma completo;
- Função renal (ureia e creatinina);
- Função hepática (TGO/TGP).

5.3 Exames complementares (quando indicados):

- Radiografias;
- Ressonância magnética;
- Eletroneuromiografia;
- Outros exames que confirmem etiologia da dor.

6. FLUXO DE SOLICITAÇÃO

6.1 Etapas do processo:

- Avaliação clínica na UBS ou clínica especializada;
- Indicação do medicamento conforme protocolo;
- Preenchimento do LME pelo médico assistente;
- Anexação de exames e TER;
- Protocolo do processo na unidade responsável;
- Análise técnica da solicitação;
- Autorização ou indeferimento justificado;
- Dispensação do medicamento.

7. DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS

- A dispensação de medicamentos controlados será limitada a 30 dias de tratamento por retirada;
- A retirada deve ser realizada pelo paciente ou responsável legal;
- Receitas devem estar dentro do prazo de validade sanitária;
- Controle rigoroso conforme legislação vigente (Portaria 344/98 e correlatas).

•

•

•

•

•

7.1 Medicamentos de gestão exclusiva do Programa

•

A Duloxetina e o Tramadol constituem medicamentos de gestão exclusiva do Programa Paranavaí Sem Dor.

•

Sua dispensação será realizada exclusivamente pela unidade farmacêutica designada pelo programa, mediante prescrição emitida pelos médicos da Clínica Paranavaí Sem Dor.

•

O fornecimento ocorrerá por período máximo inicial de 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado, em situações clínicas excepcionais e devidamente justificadas, até o limite total de 12 (doze) meses.

•

Após esse período, eventual continuidade terapêutica dependerá de nova avaliação clínica, nova triagem e eventual reinclusão no programa, observados os critérios assistenciais vigentes e a disponibilidade operacional do serviço.

•

•

8. RENOVAÇÃO DO PROCESSO

•

8.1 Periodicidade:

•

Renovação obrigatória a cada 6 meses;

•

8.2 Para renovação é necessário:

•

Atualização do LME;

•

Nova prescrição médica;

•

Reavaliação clínica;

•

Atualização de exames laboratoriais quando indicado;

•

Registro de resposta terapêutica (EVA, funcionalidade e adesão).

•

9. CRITÉRIOS DE CONTINUIDADE OU INTERRUPÇÃO

•

A continuidade do tratamento dependerá de:

•

Melhora funcional ≥ 30%;

•

Redução clínica significativa da dor;

•

Ausência de efeitos adversos graves;

•

Adesão ao tratamento e acompanhamento regular.

•

Interrupção obrigatória quando houver:

•
Falha terapêutica documentada;

•
Efeitos adversos intoleráveis;

•
Uso inadequado ou não adesão;

•
Risco de dependência ou abuso (especialmente opioides).

•
Critérios específicos para continuidade do uso de Tramadol

•
A manutenção do tratamento com Tramadol dependerá de:

•
• Melhora funcional ≥ 30%;

•
• Redução clinicamente significativa da intensidade da dor;

•
• Boa adesão ao tratamento;

•
• Ausência de efeitos adversos relevantes.

•
Interrupção do tratamento com Tramadol

•
Deverá ser considerada quando houver:

•
• Falha terapêutica;

•
• Efeitos adversos intoleráveis;

•
• Uso inadequado;

•
• Risco de dependência;

•
• Perda de eficácia terapêutica.

•

•
10. LOCAL DE PROTOCOLO E DISPENSAÇÃO

•
No município de Paranavaí, os processos devem ser protocolados:

•
Na Farmácia da Regional de Saúde; ou

•
Na unidade municipal designada para gestão do Componente Especializado;

•
conforme fluxo administrativo vigente da Secretaria Municipal de Saúde.

•
11. RESPONSABILIDADES ENVOLVIDAS

•

Médico prescritor:

- Avaliação clínica;
- Preenchimento do LME;
- Justificativa terapêutica;
- Acompanhamento e renovação.

Farmácia/gestão:

- Análise técnica;
- Controle de dispensação;
- Monitoramento de conformidade.

Paciente:

- Adesão ao tratamento;
- Comparecimento às revisões;
- Uso correto da medicação;
- Apresentação periódica para renovação.

12. DISPOSIÇÃO FINAL

Este fluxo visa garantir acesso seguro, regulado e racional aos medicamentos de controle especial no tratamento da dor crônica, assegurando integralidade do cuidado e conformidade com as diretrizes do SUS.

ANEXO IX

NORMAS DE SEGURANÇA E MONITORAMENTO FARMACOLÓGICO

Programa Paranavaí Sem Dor

1. FINALIDADE

Este anexo estabelece as normas de segurança, monitoramento clínico, controle farmacológico e critérios de interrupção terapêutica no uso de medicamentos para dor crônica, com foco em segurança do paciente, redução de riscos e uso racional de medicamentos.

2. PRINCÍPIOS GERAIS DE SEGURANÇA FARMACOLÓGICA

O manejo farmacológico da dor crônica deverá priorizar:

- Uso racional de medicamentos;

- Avaliação contínua de risco-benefício;
- Redução de eventos adversos evitáveis;
- Prevenção de dependência e uso inadequado de opioides;
- Monitoramento clínico periódico estruturado;
- Integração com equipe multiprofissional.
- O objetivo central é melhora funcional, segurança terapêutica e qualidade de vida.

3. CRITÉRIOS DE ACOMPANHAMENTO CLÍNICO

- Todos os pacientes em tratamento farmacológico contínuo devem ser acompanhados com:
- Avaliação clínica periódica;
- Reavaliação da dor e funcionalidade;
- Ajuste terapêutico baseado em resposta objetiva.

Escalas obrigatórias:

- EVA (Escala Visual Analógica)
- DN4 (dor neuropática)
- LANSS (avaliação de neuropatia)
- SF-36 ou equivalente funcional
- ODI (quando dor lombar)

4. CRITÉRIOS DE RESPOSTA TERAPÊUTICA

- Considera-se resposta adequada ao tratamento:
- Redução ≥ 30% da intensidade da dor;
- Melhora funcional objetiva (mobilidade, sono, atividades diárias);
- Redução do impacto psicossocial da dor;
- Tolerabilidade aceitável aos efeitos adversos.

Falha terapêutica:

- Ausência de resposta após 2 a 4 semanas em dose otimizada;

- Persistência de incapacidade funcional significativa;
- Efeitos adversos limitantes.

5. CRITÉRIOS DE SUSPENSÃO OU TROCA DE MEDICAÇÃO

- Deverá ser considerada suspensão ou troca terapêutica quando houver:
- Ausência de benefício clínico significativo;
- Eventos adversos moderados a graves;
- Baixa adesão ao tratamento;
- Interações medicamentosas relevantes;
- Sinais de uso inadequado ou risco de dependência.

6. SEGURANÇA NO USO DE OPIOIDES

- O uso de opioides deve seguir critérios rigorosos de segurança:

6.1 Indicações restritas:

- Dor moderada a intensa refratária;
- Falha de terapias não opioides;
- Avaliação clínica individualizada.

6.2 Monitoramento obrigatório:

- Reavaliação clínica a cada 2 a 4 semanas no início;
- Monitoramento contínuo de funcionalidade;
- Avaliação de efeitos adversos (sedação, constipação, quedas);
- Vigilância de uso inadequado.
- Vigilância de sinais de dependência, tolerância e perda de eficácia terapêutica.

6.3 Critérios de interrupção:

- Ausência de melhora funcional;
- Efeitos adversos intoleráveis;
- Suspeita de uso indevido;

•
Perda de eficácia terapêutica.

•
7. ASSOCIAÇÕES MEDICAMENTOSAS DE ALTO RISCO

•
São expressamente contraindicadas as seguintes associações:

•
• Morfina + Metadona;

•

• Codeína + Morfina;

•

• Codeína + Metadona.

•
Outras associações medicamentosas deverão ser avaliadas individualmente pela equipe médica, considerando riscos de sedação excessiva, depressão respiratória, interações medicamentosas e aumento de eventos adversos.

•
7.1 Risco de Síndrome Serotoninérgica

•
Medicamentos com ação serotoninérgica podem aumentar o risco de síndrome serotoninérgica quando utilizados em associação, especialmente com o Tramadol.

•
Deve-se ter atenção especial às seguintes associações:

•
• Tramadol + Duloxetina;

•

• Tramadol + Amitriptilina;

•

• Tramadol + Nortriptilina;

•

• Tramadol + outros antidepressivos com ação serotoninérgica.

•

•
Quando a associação for clinicamente indicada, recomenda-se:

•
• Avaliação criteriosa do risco-benefício;

•

• Utilização da menor dose eficaz;

•

• Monitoramento clínico periódico;

•

• Orientação ao paciente sobre possíveis sinais e sintomas de toxicidade serotoninérgica.

•

•
7.2 Sinais de Alerta para Síndrome Serotoninérgica

•

Os pacientes devem ser monitorados quanto ao aparecimento de:

•

• Agitação psicomotora;

•

• Tremores;

•

• Sudorese excessiva;

•

• Taquicardia;

•

• Hipertensão arterial;

•

• Hiperreflexia;

•

• Rigidez muscular;

•

• Alterações do estado mental.

•

•

Na suspeita de síndrome serotoninérgica, deverá ser realizada avaliação médica imediata, com reavaliação da necessidade de manutenção das medicações envolvidas.

•

7.3 Associações com Potencial de Sedação e Quedas

•

Deve-se utilizar cautela na associação de opioides, gabapentinoides, antidepressivos tricíclicos e outros medicamentos depressores do sistema nervoso central, especialmente em idosos e pacientes com risco aumentado de quedas.

•

Nesses casos, recomenda-se monitoramento mais frequente da tolerabilidade, funcionalidade e segurança do tratamento.

•

8. MONITORAMENTO LABORATORIAL E CLÍNICO

•

Pacientes em uso contínuo de medicamentos devem realizar:

•

Função renal (ureia e creatinina) – anual ou conforme risco;

•

Função hepática – anual ou conforme risco;

•

Avaliação clínica periódica documentada em prontuário.

•

Grupos de maior risco (idosos, polifarmácia, insuficiência renal/hepática) exigem monitoramento mais frequente.

•

9. PREVENÇÃO DE RISCO E EVENTOS ADVERSOS

•

Deverão ser observados:

•
Sedação excessiva e risco de quedas (principalmente em idosos);

•
Constipação intestinal associada a opioides;

•
Síndrome serotoninérgica (associações com antidepressivos e tramadol);

•
Toxicidade por AINEs (renal, gastrointestinal e cardiovascular);

•
Depressão respiratória em uso de opioides.

•
10. EDUCAÇÃO DO PACIENTE E ADESÃO AO TRATAMENTO

•
O paciente deve ser orientado sobre:

•
Objetivo do tratamento (melhora funcional, não apenas analgesia);

•
Riscos e benefícios das medicações;

•
Importância da adesão terapêutica;

•
Proibição de automedicação;

•
Risco de suspensão abrupta de medicamentos;

•
Necessidade de acompanhamento contínuo.

•
11. CONTROLE E SEGURANÇA EM OPIOIDES

•
Deverá ser reforçado:

•
Uso exclusivamente sob prescrição médica;

•
Controle rigoroso de dispensação;

•
Limitação de tempo e quantidade conforme avaliação clínica;

•
Reavaliação obrigatória antes de renovação.

•
Obs: Pacientes em uso contínuo de Tramadol devem ser considerados de maior complexidade assistencial, exigindo reavaliações periódicas da efetividade terapêutica, funcionalidade, segurança e risco de dependência.

•
12. INTEGRAÇÃO COM ANEXOS E PROTOCOLO PRINCIPAL

•
Este anexo deve ser utilizado em conjunto com:

•
Anexo VIII – Diretrizes Farmacológicas (posologia e doses);

•
Anexo IX – Solicitação de Medicamentos (LME/CEAF);

•

Capítulo 9.3 – Tratamento Farmacológico (decisão clínica e escalonamento).

•

•

•
ANEXO X

•
TERMO DE CIÊNCIA SOBRE O USO DE DULOXETINA E TRAMADOL

•
Programa Paranavaí Sem Dor

•
Paciente:

•
CPF:

•
Medicamento(s):
☐ Duloxetina

•

☐ Tramadol

•

☐ Ambos

•

•
Declaro que fui orientado(a) pela equipe do Programa Paranavaí Sem Dor e estou ciente de que:

•
☐ A Duloxetina e o Tramadol são medicamentos de uso exclusivo do Programa Paranavaí Sem Dor;

•
☐ O fornecimento desses medicamentos ocorrerá, em regra, por até 6 (seis) meses;

•
☐ Em situações clínicas excepcionais, mediante avaliação e justificativa do médico da Clínica Paranavaí Sem Dor, o tratamento poderá ser prorrogado até o limite máximo total de 12 (doze) meses;

•
☐ Após esse período não haverá renovação automática do fornecimento pelo Programa;

•
☐ A continuidade do cuidado ocorrerá pela Atenção Primária à Saúde e demais serviços da Rede de Atenção à Saúde, podendo haver nova avaliação e eventual reinclusão no Programa conforme critérios clínicos e disponibilidade do serviço;

•
☐ Recebi orientações sobre o uso correto da medicação, acompanhamento clínico e necessidade de comparecimento às consultas e reavaliações programadas.

•
Declaro que compreendi as informações acima e concordo com as condições de acompanhamento e fornecimento dos medicamentos.

•
Paranavaí, de de .

•
Paciente:

•
Assinatura:

•
Profissional responsável pela orientação:

•
Nome:

•
Categoria profissional:

•
Assinatura:

•

•
ANEXO XI

•
CRITÉRIOS DE ALTA E PLANO DE RECUPERAÇÃO FUNCIONAL

•
Programa Paranavaí Sem Dor

•
1. Finalidade

•
Estabelecer o procedimento operacional de alta, o fluxo de continuidade do cuidado e o plano de recuperação funcional após saída da Clínica Paranavaí Sem Dor, garantindo integração com a Atenção Primária à Saúde (APS).

•
2. Critérios Operacionais para Alta

•
A alta será formalizada quando houver:

•
Registro de evolução clínica e funcional em prontuário/PTS;

•
Discussão multiprofissional documentada;

•
Estabilidade clínica com plano terapêutico definido;

•
Definição de continuidade do cuidado na APS;

•
Concordância da equipe assistencial.

•
3. Reunião Multiprofissional de Alta (Obrigatória)

•
3.1 Composição mínima

•
Médico responsável

•
Fisioterapeuta

•
Psicólogo (quando em acompanhamento)

•
Enfermeiro

•
Nutricionista

•
3.2 Função da reunião

•
Validar evolução clínica e funcional do paciente;

- Confirmar estabilização terapêutica;
- Revisar adesão ao plano terapêutico;
- Definir conduta farmacológica pós-alta;
- Autorizar formalmente o desligamento da clínica;
- Definir encaminhamento para APS.

3.3 Registro obrigatório

- Deverá constar em prontuário:
- Data da reunião;
- Profissionais participantes;
- Síntese objetiva da evolução;
- Decisão final (alta ou manutenção);
- Plano pós-alta definido.

4. Fluxo de Alta

- Reavaliação final com escalas registradas no PTS
- Consolidação da evolução clínica
- Reunião multiprofissional de alta
- Registro formal da decisão
- Comunicação à UBS de referência
- Encaminhamento para seguimento na APS

5. Plano de Recuperação Funcional Pós-Alta

5.1 Atenção Primária à Saúde (UBS)

- Seguimento longitudinal do paciente;
- Monitoramento clínico periódico;
- Renovação de prescrições conforme REMUME;
- Identificação precoce de recaídas.

•

5.2 Academia da Saúde / Fisioterapia

•

Manutenção de exercícios terapêuticos;

•

Fortalecimento muscular progressivo;

•

Treino funcional e prevenção de recidiva;

•

Educação em dor e autocuidado.

•

5.3 Autocuidado Apoiado

•

Atividade física regular orientada;

•

Higiene do sono;

•

Estratégias de controle do estresse;

•

Adesão ao plano domiciliar de exercícios;

•

Uso racional de medicamentos.

•

6. Critérios de Reingresso no Programa

•

O reingresso será indicado quando houver:

•

Recrudescimento da dor com impacto funcional;

•

Redução da funcionalidade previamente adquirida;

•

Falha do manejo na APS;

•

Necessidade de escalonamento terapêutico;

•

Retorno de padrão de dor complexa ou refratária.

•

7. Monitoramento Pós-Alta

•

Seguimento na APS conforme necessidade clínica;

•

Reavaliação funcional periódica com escalas quando indicado;

•

Encaminhamento imediato em caso de piora clínica significativa.

•

8. Princípio Norteador

•

A alta representa: estabilização clínica com manutenção da funcionalidade e autonomia do paciente, e não ausência completa de dor.

•

ANEXO XII

DIRETRIZES FISIOTERAPEUTICAS PRINCIPAIS

ATENDIMENTO FISIOTERAPEUTICO PARA PACIENTES COM OSTEOATRITE

A osteoartrite (AO), também conhecida como osteoartrose ou artrose, é uma doença crônica que afeta as articulações (mãos, coluna vertebral, quadril e joelhos), sendo caracterizada pelo desgaste da cartilagem articular e alterações nos ossos adjacentes.

O protocolo de fisioterapia para osteoartrite foca no alívio da dor, melhora da mobilidade e fortalecimento muscular. O atendimento baseia-se em intervenções ativas (exercícios aeróbicos e neuromusculares) combinadas com terapias passivas (eletroterapia e terapia manual) para garantir a funcionalidade nas atividades diárias.

O tratamento é geralmente dividido em fases, com durações que variam de 8 a 12 semanas, com sessões frequentes (2 a 3 vezes por semana).

A avaliação da OA de quadril e de joelho envolve uma combinação de métodos clínicos e de imagem para diagnosticar e determinar a gravidade da doença. Na investigação das alterações articulares, sugere-se que sejam contempladas algumas informações, como histórico médico, sintomas, histórica clínica, exames físicos com testes e questionários, exames de imagens e laboratoriais.

•
Durante a investigação dos sintomas na articulação do quadril, informações sobre a dor do paciente (localização, intensidade, duração, padrões de alívio e piora), rigidez matinal e redução da mobilidade são importantes. Para a articulação do joelho, informações como edema matinal, crepitação (ranger ou estalos) e limitações no movimento deverão ser registradas. Também deverão ser rastreados o histórico familiar, ou seja, se outros parentes também apresentam essa condição, os fatores de risco, como a idade, obesidade, lesões prévias nas articulações, ocupação, histórico de atividade física de alto impacto articular, procedimentos cirúrgicos prévios e outras comorbidades associadas.

•
Durante a inspeção, deverá ser observada a postura do paciente, a marcha e qualquer deformidade/desvio ou atrofia muscular na região do quadril. Quanto à articulação do joelho, também é registrada a presença de edema e o alinhamento da articulação. A presença de dor a palpação nas articulações acometidas, edema ou sensibilidade também podem ocorrer.

•
No joelho, pela maior exposição da articulação a palpação, pode se observar a temperatura da pele, pontos dolorosos e a presença de derrame articular. A avaliação da amplitude de movimento visa avaliar a função e estimar o comprometimento articular. Para a articulação do quadril deve-se testar todas as direções de movimentos (flexão, extensão, abdução, adução, rotação interna e externa) e no joelho a flexão/extensão.

•
Os testes neurológicos e musculares devem ser realizado para analisar a força muscular, sensibilidade, reflexos e tensão de músculos como isquiotibiais e flexores do quadril.

•
O uso de escalas como o Índice de Lequesne e oWestern Ontario and McMaster Universities Osteoarthritis Index(WOMAC) podem ser úteis na estratificação de sintomas e no impacto na vida do paciente.

•
Ainda, testes funcionais como o teste de sentar-e-levantar-se, teste de caminhada de seis minutos e testes de equilíbrio podem ser aplicados, pois são importantes para o estabelecimento de metas durante o acompanhamento do processo terapêutico. Os achados clínicos irão estratificar o grau de comprometimento e a conduta será voltada a redução de dor e aumento da funcionalidade do paciente com base em uma abordagem multiprofissional.

•
O tratamento com o uso de laser (aprovado pelaFood and Drug Administration) pode ser usado para melhorar a dor e a função em pacientes com osteoartrite do joelho, assim como o uso da acupuntura. Outras alternativas terapêuticas como estimulação elétrica nervosa transcutânea, terapia de campo eletromagnético pulsado e terapia por ondas de choque extracorpóreas podem melhorar a dor e a função em pacientes com osteoartrite do joelho. Essas modalidades devem ser avaliadas em conjunto com métodos tradicionais de exercícios, como os exercícios resistidos.

•

•
1. Fase Aguda (Alívio da Dor e Controle da Inflamação)

•
Objetivo: Reduzir o edema, a dor e proteger a articulação.

•
Recursos Analgésicos: Uso de termoterapia (calor/frio), eletroterapia (TENS) e ultrassom.

•
Terapia Manual: Mobilizações articulares suaves e drenagem (se houver inchaço) para manter a lubrificação da articulação e reduzir a rigidez. Liberação miofascial superficial.

•
Exercícios: Exercícios isométricos (contração sem mover a articulação) para evitar a atrofia muscular sem sobrecarregar a cartilagem.

•

•
2. Fase Subaguda (Ganho de Mobilidade e Força)

•
Objetivo: Restabelecer a amplitude de movimento livre de dor e iniciar o fortalecimento progressivo.

•
Alongamentos: Foco nos músculos adjacentes encurtados para reduzir o estresse na articulação.

•
Fortalecimento Dinâmico: Exercícios com pesos leves ou elásticos em cadeia cinética fechada (com os pés apoiados), focando nos músculos estabilizadores.

•
Treino Aeróbico: Atividades de baixo impacto, como bicicleta ergométrica ou hidroginástica, para melhorar o condicionamento metabólico e auxiliar no controle do peso.

•

•
3. Fase Crônica / Manutenção (Controle Motor e Funcionalidade)

•
Objetivo: Aprimorar a força, a resistência e o equilíbrio, preparando o paciente para as demandas diárias ou esportivas.

•
Terapia Manual Avançada: Mobilizações articulares de maior amplitude (graus III e IV) e manipulações vertebrais.

•
Mobilização Neural: Técnicas específicas para diminuir a tensão ou a sensibilidade do nervo ciático e suas ramificações.

•
Treino Proprioceptivo: Exercícios em superfícies instáveis (como bases de equilíbrio) para melhorar a estabilidade e prevenir quedas.

•
Exercícios Funcionais: Simulação de movimentos do dia a dia (agachar, levantar, subir escadas).

•
Orientação Domiciliar: Prescrição de um programa de exercícios diários que o paciente deve continuar em casa, sendo fundamental para evitar recidivas.

•
Exercícios de Estabilização Segmentar: Ativação dos músculos profundos do tronco (transverso do abdômen e multífidos). Essencial para evitar o retorno das dores (prevenção de recidivas), focado no "Core".

•

•
4. Educação e Prevenção

•
O tratamento orienta o paciente a manter a independência funcional. [1]

•
Orientação Postural: Adaptação da ergonomia no trabalho e nas atividades de vida diária.

•
Autocuidado: Incentivo à manutenção de exercícios domiciliares e práticas como Pilates ou Ioga para fortalecimento em longo prazo.

•
O número de sessões varia de acordo com o quadro, mas a literatura aponta que intervenções precoces com exercícios orientados são a estratégia mais eficaz para a recuperação.

•

•
ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO PARA PACIENTES COM FIBROMIALGIA

•

•
O protocolo de fisioterapia para fibromialgia foca em diminuir a dor, melhorar a funcionalidade, e a qualidade de sono, combater a fadiga e promover o bem-estar e a qualidade de vida. O tratamento é individualizado e geralmente combina exercícios de baixo impacto, terapia manual e educação em saúde, sempre respeitando o limiar de dor e as limitações diárias do paciente.

•

•
1. Avaliação Clínica

•
Antes de iniciar, o fisioterapeuta realiza uma avaliação global considerando o modelo biopsicossocial. As principais ferramentas utilizadas incluem:

•
Escala Visual Analógica (EVA): Para mensurar a intensidade da dor.

•

Questionário de Impacto da Fibromialgia (FIQ): Avalia como a condição afeta a qualidade de vida e as atividades diárias.

•
Algometria: Mede o limiar de dor por pressão nos pontos sensíveis (tender points).

•
Avaliação Postural

•
Amplitude de Movimento

•
Força Muscular

•
Limitações de Vida Diária

•
As sessões são de 2 a 3 por semana.

•

•
2. Principais Intervenções e Protocolos

•
A reabilitação envolve uma abordagem ativa e é dividida entre as técnicas mais utilizadas:

•
Cinesioterapia e Exercícios Aeróbicos: Caminhadas leves, bicicleta e exercícios de alongamento para melhorar a flexibilidade e a capacidade cardiovascular. Aumentam a liberação de endorfinas (analgésicos naturais do corpo). Exercícios como pilates terapêutico, de equilíbrio, treino proprioceptivo e exercícios com consciência corporal, auxiliam no controle corporal, e promovem o bem-estar.

•
Exercícios Resistidos (Musculatura): Fortalecimento muscular de baixa a moderada intensidade, fundamental para prevenir a atrofia e proteger as articulações. Os exercícios podem ser aplicados de 1 a 2 séries de 10 a 15 repetições. Com uso de resistências elásticas ou pesos baixos, e também com exercícios para estabilização do core. A progressão sempre lenta para evitar exarcebação dos sintomas.

•
Terapia Manual: Técnicas como liberação miofascial e massagens terapêuticas ajudam a reduzir contraturas, aliviar pontos-gatilho e melhorar a circulação.

•
Eletroterapia (TENS): O uso de correntes analgésicas atua diretamente no bloqueio do estímulo doloroso e no alívio da fadiga crônica.

•
Relaxamento: exercícios que promovam a respiração diafragmática e o relaxamento muscular progressivo bem como alongamentos suaves, permitem a melhora da ansiedade, da qualidade do sono, beneficiando a qualidade de vida do paciente.

•

•
3. Educação do Paciente e Ajustes

•
A educação em saúde é uma das pedras angulares do tratamento. Envolve ensinar o paciente a compreender sua dor (que envolve o sistema nervoso central) e como gerenciar seus sintomas no dia a dia.

•
Progressão gradual: A carga deve ser aumentada lentamente, reduzindo o ritmo em dias de crise sintomática.

•
Abordagem multidisciplinar: O acompanhamento deve estar integrado à medicina, psicologia e nutrição.

•

•
4. Orientações Domiciliares

•
Caminhada leve de 20 a 30 minutos, de 3 a 5 vezes por semana

•
Alongamentos diários

•
Higiene do sono

•
Controle do estresse

•
Manter a rotina de exercícios

•

•
PROTOCOLO DE ATENDIMENTO FISIOTERAPEUTICO NA LOMBALGIA CRONICA

•

•
A dor lombar é uma condição que pode atingir até 65% das pessoas anualmente e até 84% das pessoas em algum momento da vida, apresentando uma prevalência pontual de aproximadamente 11,9% na população mundial, o que causa grande demanda aos serviços de saúde

•
O protocolo de fisioterapia para lombalgia baseia-se na avaliação clínica individual, focando no alívio da dor, melhora da mobilidade e estabilização segmentar. O tratamento é composto por três etapas principais: analgesia, terapia manual e exercícios terapêuticos específicos. A frequência de tratamento é de 2 A 3 vezes semanais.

•

•
1. Avaliação e Triagem

•
Antes de iniciar qualquer intervenção, o fisioterapeuta realiza uma avaliação postural, palpação para verificar contraturas e testes de mobilidade articular e neural. Durante essa fase, o profissional exclui sinais de alerta ("red flags") que indiquem gravidade ou a necessidade de intervenção médica urgente. Nessa avaliação observamos o início e a duração da dor, a intensidade da dor pela Escala Visual Analógica (EVA). Bem como fatores que pioram ou aliviam os sintomas e históricos de lesões, cirurgias e doenças associadas. Ainda deve-se analisar a mobilidade da coluna lombar, testes de força muscular e avaliação da flexibilidade e avaliação funcional.

•

•
2. Fase de Analgesia e Alívio da Dor (Aguda)

•
O objetivo inicial é diminuir a dor e o processo inflamatório, reduzir os espasmos musculares, melhorar a estabilidade lombopélvica e corrigir as alterações posturais. Os recursos mais comuns incluem:

•
Termoterapia: Uso de calor local para relaxar a musculatura tensa.

•
Eletroterapia: Aplicação de correntes como TENS para bloqueio da dor.

•
Fototerapia e Ultrassom: Terapias que ajudam na reparação tecidual.

•

•
3. Terapia Manual

•
Técnicas realizadas pelas mãos do fisioterapeuta para restaurar a função biomecânica:

•
Liberação Miofascial: Massagem profunda para desfazer pontos de tensão muscular.

•
Mobilização Articular: Pressões graduadas nas vértebras para melhorar a mobilidade.

•
Mobilização Neural: Alongamentos específicos para reduzir a dor irradiada caso haja compressão de nervos.

•

•
4. Exercícios Terapêuticos e Posturais

•
Essenciais para evitar a reincidência e restaurar a funcionalidade:

•
Alongamentos: Relaxamento da cadeia posterior (isquiotibiais) e dos músculos paravertebrais.

•
Estabilização Segmentar e Core: Ativação dos músculos profundos do abdômen e da região lombar para proteger a coluna.

•
Reeducação Postural (RPG ou Pilates): Práticas que corrigem a postura e ensinam o paciente a usar o corpo de forma adequada

•
Respiração Diafragmática

•

•
5.Orientações Domiciliares

•
Realizar alongamentos diariamente

•
Evitar repouso prolongado

•
Manter atividade física regular

•
Corrigir postura durante o trabalho e as atividades domesticas

•
Utilizar técnicas adequadas para manusear objetos pesados

Publicado por:
João Bruno Jabur
Código Identificador:CCFB560A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

DEPARTAMENTO DE TRANSITO
NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

<

277510 PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO				
Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à DEPATRAN - PATO BRANCO até 08/09/2026.				
Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	
AAJ0744	277510Z000031991	26/06/2026	55412	
ABR0J77	277510T000167758	07/07/2026	55411	
ACD6512	277510T000150237	07/07/2026	76331	
AFD4695	277510Z000032028	01/07/2026	55412	
AGH2952	277510T000136221	09/07/2026	76252	
AGH2952	277510T000145381	07/07/2026	55412	
AGZ4B67	277510Z000032035	01/07/2026	55412	
AHC1161	277510Z000032010	30/06/2026	55412	
AJD2B47	277510T000165434	09/07/2026	73662	
ALB6C25	277510T000172221	07/07/2026	76332	
ALD7522	277510Z000031970	25/06/2026	55412	
ALF0B62	277510Z000031942	25/06/2026	55412	
AMJ4432	277510T000168963	07/07/2026	51851	
AMS4G33	277510T000137759	07/07/2026	76332	
AMU7255	277510T000136228	14/07/2026	55412	
ANE7118	277510T000157079	13/07/2026	76331	
ANO5I34	277510T000157083	13/07/2026	51930	
APG7013	277510Z000031998	26/06/2026	55412	
AQK8G75	277510T000139644	13/07/2026	60501	
AQY9E92	277510T000168950	07/07/2026	55412	
AQZ4G73	277510Z000032024	01/07/2026	55412	
ARE5227	277510T000168945	07/07/2026	55412	
ASC4I30	277510T000157065	09/07/2026	60412	
ATC6D08	277510T000164036	07/07/2026	55411	
ATJ4722	277510T000157082	13/07/2026	58194	
ATP3I03	277510Z000031992	26/06/2026	55412	
ATW4J89	277510T000165430	08/07/2026	55412	

AUA1I23	277510T000139639	10/07/2026	76331	
AUA1I23	277510T000139640	10/07/2026	60175	
AUI3E84	277510Z000031952	25/06/2026	55412	
AUI3E84	277510Z000032029	01/07/2026	55412	
AUJ9412	277510T000137773	09/07/2026	76331	
AUO0B24	277510Z000032006	26/06/2026	55412	
AUO6E44	277510T000157080	13/07/2026	58194	
AUS0E82	277510Z000031948	25/06/2026	55412	
AUS5236	277510Z000032030	01/07/2026	55412	
AVC6D69	277510Z000032031	01/07/2026	55412	
AVP9I96	277510T000157087	14/07/2026	58194	
AVX1B49	277510T000157073	09/07/2026	76332	
AWN3937	277510T000145385	09/07/2026	60412	
AWN6J44	277510T000165429	08/07/2026	55417	
AWS4F26	277510Z000031943	25/06/2026	55412	
AWU8D02	277510CND0000334	19/05/2026	50292	
AXE4G07	277510T000137763	07/07/2026	76251	
AYB8E79	277510Z000031961	25/06/2026	55412	
AYK1D92	277510T000168949	07/07/2026	55412	
AYN1B79	277510Z000031976	26/06/2026	55412	
AZD4046	277510Z000031960	25/06/2026	55412	
AZH4B01	277510T000157090	14/07/2026	51930	
AZO5891	277510T000157070	09/07/2026	51930	
AZR8251	277510T000172227	07/07/2026	76331	
AZT7248	277510Z000032002	26/06/2026	55412	
AZZ1A32	277510T000172231	07/07/2026	55412	
BAB5704	277510T000168943	07/07/2026	55412	
BAC8624	277510T000168951	07/07/2026	61220	
BAD1343	277510Z000031966	25/06/2026	55412	
BAE6074	277510Z000032032	01/07/2026	55412	
BAH4A92	277510T000139642	13/07/2026	58780	
BAP3313	277510T000172220	07/07/2026	76331	
BAR4301	277510Z000032009	30/06/2026	55412	
BAR9783	277510T000157078	10/07/2026	76332	
BBA4214	277510T000168961	07/07/2026	51851	
BBD0537	277510T000172230	07/07/2026	76332	
BBF5G48	277510T000157072	09/07/2026	76251	
BBF7E01	277510T000157085	14/07/2026	58194	
BBK6097	277510T000154014	07/07/2026	57030	
BBK6097	277510T000154015	07/07/2026	61220	
BBN9I06	277510T000137761	07/07/2026	76251	
BBO7G01	277510Z000032003	26/06/2026	55412	
BBO7G01	277510Z000031993	26/06/2026	55412	
BCF7G88	277510T000169678	08/07/2026	76332	
BCI4345	277510T000172232	07/07/2026	55412	
BCM7306	277510T000136216	07/07/2026	55412	
BCN4I40	277510Z000032001	26/06/2026	55412	
BCT2C74	277510T000157093	14/07/2026	76331	
BCV6F95	277510Z000032023	30/06/2026	55412	
BCZ3C75	277510Z000031999	26/06/2026	55412	
BEE1002	277510Z000031969	25/06/2026	55412	
BEG7A34	277510T000157086	14/07/2026	58194	
BEG8I90	277510T000137769	09/07/2026	55500	
BEH0C90	277510Z000031946	25/06/2026	55412	
BEJ4E84	277510T000172248	09/07/2026	76331	
BEP0C91	277510NIC0030013	23/06/2026	50020	
BEP1G96	277510T000137770	09/07/2026	76251	
BEX1F51	277510Z000032021	30/06/2026	55412	
BEZ6A17	277510T000157061	07/07/2026	60412	
BZM2D85	277510Z000032038	01/07/2026	55412	
BZM2D85	277510Z000031997	26/06/2026	55412	
BZM2D85	277510Z000031963	25/06/2026	55412	
CAP4J39	277510T000137766	08/07/2026	55411	
CFR4388	277510T000157071	09/07/2026	55417	
CGR3411	277510T000145386	09/07/2026	60412	
CGT1B78	277510Z000031958	25/06/2026	55412	
CYU6H29	277510T000172256	09/07/2026	51851	
DBK9993	277510T000144039	13/07/2026	55411	
DFS8E46	277510T000145379	07/07/2026	55417	
DGI1F14	277510Z000031985	26/06/2026	55412	
DGV5I58	277510Z000032039	01/07/2026	55412	
DHY2368	277510Z000031938	25/06/2026	55412	
DIB2798	277510Z000031979	26/06/2026	55412	
DII5412	277510Z000032025	01/07/2026	55412	
DLM0I76	277510Z000031937	25/06/2026	55412	
DME8B54	277510T000171063	10/07/2026	60412	
DOT3J16	277510Z000031959	25/06/2026	55412	
DPP9256	277510T000136225	14/07/2026	55412	
EBA3409	277510T000169684	08/07/2026	76332	
EQN7J87	277510T000169677	08/07/2026	51930	
ETQ8I17	277510NIC0030011	23/06/2026	50020	
EYH4A41	277510T000137764	07/07/2026	55412	
EZM5I64	277510Z000031977	26/06/2026	55412	
FEW7J22	277510T000169692	09/07/2026	52070	
FGI6E63	277510Z000032046	01/07/2026	55412	
FGI6E63	277510Z000031962	25/06/2026	55412	
FKU7D66	277510Z000032007	26/06/2026	55412	
FSB6C87	277510Z000032026	01/07/2026	55412	
FSY2D26	277510T000172239	08/07/2026	76332	

FYZ9G61	277510T000137771	09/07/2026	76332	
GAY0A15	277510T000172263	10/07/2026	57030	
GJQ5210	277510T000136223	13/07/2026	56222	
HAX3A39	277510T000168956	07/07/2026	51852	
HHJ5D19	277510T000168960	07/07/2026	51851	
HNU0F91	277510Z000032000	26/06/2026	55412	
IIV5F33	277510T000172260	10/07/2026	76332	
IJC1171	277510T000167757	07/07/2026	60501	
IJW1J27	277510T000172255	09/07/2026	55417	
ILV9C84	277510T000144038	13/07/2026	55500	
ILV9I08	277510T000157092	14/07/2026	55411	
IMQ4037	277510T000145389	10/07/2026	57030	
IPR0447	277510T000144034	10/07/2026	55411	
IPW9H59	277510T000169676	07/07/2026	60501	
IQN9E89	277510Z000031940	25/06/2026	55412	
IVA2D18	277510T000165425	07/07/2026	55411	
IXF0B93	277510T000169695	09/07/2026	73400	
IXF0B93	277510T000169697	09/07/2026	66532	
IXF0B93	277510T000169696	09/07/2026	52070	
IYC6D66	277510NIC0030012	23/06/2026	50020	
JBD4C21	277510T000168948	07/07/2026	55412	
JCP4G74	277510Z000031950	25/06/2026	55412	
JPN1009	277510T000171062	10/07/2026	60412	
JYH7195	277510Z000032036	01/07/2026	55412	
KEM4C06	277510Z000032047	01/07/2026	55412	
KMG4H72	277510T000168953	07/07/2026	51851	
KMG4H72	277510T000168954	07/07/2026	69710	
LYQ8403	277510T000167760	08/07/2026	76332	
LYZ4616	277510Z000031964	25/06/2026	55412	
MAS0842	277510Z000031994	26/06/2026	55412	
MBX5D53	277510T000145384	08/07/2026	60412	
MFT9304	277510T000172250	09/07/2026	76332	
MGV2C01	277510Z000031971	26/06/2026	55412	
MHC8405	277510T000164034	07/07/2026	55411	
MHE7954	277510Z000032017	30/06/2026	55412	
MHS3126	277510T000137774	09/07/2026	60412	
MIO1B34	277510T000145388	10/07/2026	57030	
MKI1I49	277510T000139641	13/07/2026	57200	
MKK4B78	277510T000168969	07/07/2026	55412	
MKU2457	277510T000172229	07/07/2026	55412	
MKU4257	277510T000172262	10/07/2026	55411	
MLA4G30	277510Z000031944	25/06/2026	55412	
MML8J90	277510T000136226	14/07/2026	55412	
NRS1B33	277510T000172251	09/07/2026	76332	
OHP7E49	277510T000139647	13/07/2026	58350	
OHP7E49	277510T000139645	13/07/2026	60502	
OHP7E49	277510T000139646	13/07/2026	52151	
OHP7E49	277510T000139648	13/07/2026	60681	
OKG8I63	277510T000169690	09/07/2026	66532	
OOL9I88	277510T000169689	09/07/2026	51851	
OZA0A18	277510T000172265	10/07/2026	55417	
PAB3A27	277510T000144040	13/07/2026	55411	
PKM2F64	277510T000172234	07/07/2026	55412	
PYH2J96	277510Z000032037	01/07/2026	55412	
PYM7J91	277510T000165426	07/07/2026	55411	
QBO2H32	277510T000140166	14/07/2026	55417	
QBT3H05	277510Z000031996	26/06/2026	55412	
QCJ8E53	277510T000157075	09/07/2026	76332	
QHN5I97	277510T000137765	07/07/2026	55412	
QHU7557	277510T000136222	10/07/2026	76252	
QJM7B64	277510T000172237	07/07/2026	76332	
QNC9H53	277510T000136218	09/07/2026	54600	
QND1G23	277510T000168938	07/07/2026	51851	
QNJ3B93	277510T000157063	07/07/2026	60412	
QON0D76	277510T000144036	13/07/2026	52070	
QOZ8J51	277510T000157094	14/07/2026	56060	
RAN9A33	277510Z000032044	01/07/2026	55412	
RHJ2B76	277510T000167761	08/07/2026	76251	
RHZ3A18	277510Z000031956	25/06/2026	55412	
RLC7I86	277510Z000031965	25/06/2026	55412	
RLI2J38	277510T000172224	07/07/2026	76331	
RTG7J56	277510T000169679	08/07/2026	76332	
RVH6H11	277510T000169693	09/07/2026	60175	
RXZ4A00	277510T000169681	08/07/2026	54870	
RYA8B46	277510Z000031981	26/06/2026	55412	
RYJ2J33	277510T000172240	08/07/2026	76842	
RYP9H15	277510T000168955	07/07/2026	56731	
SAL3H84	277510Z000031987	26/06/2026	55412	
SDT1J19	277510Z000032005	26/06/2026	55412	
SEF4C65	277510Z000031936	25/06/2026	55412	
SEM3C13	277510T000168965	07/07/2026	55412	
SEN1D01	277510T000172253	09/07/2026	54526	
SEO4I22	277510Z000032034	01/07/2026	55412	
SEY2D86	277510T000169694	09/07/2026	76332	
SFC0I31	277510T000172243	08/07/2026	60501	
SFC1H14	277510Z000032041	01/07/2026	55412	
SFH1E52	277510Z000032019	30/06/2026	55412	
SFI4B92	277510T000140167	14/07/2026	76251	
SFL4B10	277510T000172264	10/07/2026	55417	

SII1C60	277510T000168947	07/07/2026	55412	
SIP1C04	277510T000169674	07/07/2026	55411	
SXA6I39	277510Z000031945	25/06/2026	55412	
SXF5G21	277510T000157084	14/07/2026	76332	
SXH4G46	277510T000172235	07/07/2026	55412	
SXR0J57	277510T000157068	09/07/2026	60412	
SYU8F18	277510T000172254	09/07/2026	76331	
TAV3C61	277510T000137762	07/07/2026	55417	
TAW9B73	277510T000167759	08/07/2026	76332	
TBO3H71	277510T000168940	07/07/2026	52070	
TBT0J85	277510T000157060	07/07/2026	60412	
TBX3F83	277510T000167762	08/07/2026	54600	
TPM7F43	277510T000171064	10/07/2026	60412	
TPS4F44	277510T000157074	09/07/2026	76332	
UAU5H80	277510T000168939	07/07/2026	76331	
UBA0G74	277510T000136217	07/07/2026	57380	
UBM8G07	277510NIC0030010	23/06/2026	50020	
UBS8I58	277510Z000031955	25/06/2026	55412	
UBT5G41	277510Z000031988	26/06/2026	55412	

Publicado por:
Elisangela Bach Dallazane
Código Identificador:40B85B9E

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO Nº 10.993, DE 24 DE AGOSTO DE 2026.

Abre crédito suplementar no orçamento do exercício de 2026, no valor de R$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais), e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, II e XXIII, na forma do art. 62, I, "c", ambos da Lei Orgânica Municipal, com base na Lei Municipal nº 6.548, de 22 de dezembro de 2025, e considerando o Memorando nº 26.044, de 26 de agosto de 2026, da Secretaria Municipal de Administração e Finanças;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar no orçamento do exercício de 2026, no valor de R$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais), conforme a seguir especificado:

Código	Especificação	Valor (R$)
06	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ENGENHARIA E OBRAS**	
06.02	**DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA, OBRAS E SERVIÇOS**	
15	**Urbanismo**	
15.451	**Infraestrutura urbana**	
15.451.0069	**Desenvolvimento da infraestrutura urbana**	
1.001	Pavimentação e conservação de vias urbanas	
3.3.90.30 - 000 (25144)	Material de consumo	50.000,00

08	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**	
08.01	**ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE**	
10	**Saúde**	
10.301	**Atenção básica**	
10.301.0043	**Manutenção da saúde**	
2.252	Manutenção da atenção primária á saúde	
3.3.90.40 - 5494 (38461)	Serviços de tecnologia da informação	10.000,00

10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**	
10.02	**DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**	
23	**Comércio e serviços**	
23.122	**Administração geral**	
23.122.0025	**Desenvolvimento econômico**	
2.054	Manutenção do departamento de desenvolvimento econômico	
3.3.90.40 - 000 (26492)	Serviços de tecnologia da informação	5.000,00

Total	**65.000,00**

Art. 2º Para a cobertura do crédito suplementar de que trata o presente Decreto, serão utilizados recursos provenientes da anulação total/parcial de dotações orçamentárias e do superávit financeiro no orçamento do exercício de 2025, conforme a seguir especificado:

I - recursos provenientes da anulação total/parcial de dotações orçamentárias:

Código	Especificação	Valor (R$)
06	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ENGENHARIA E OBRAS**	
06.02	**DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA, OBRAS E SERVIÇOS**	
15	**Urbanismo**	
15.451	**Infraestrutura urbana**	
15.451.0069	**Desenvolvimento da infraestrutura urbana**	
1.001	Pavimentação e conservação de vias urbanas	
3.3.90.39 - 000 (25145)	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	50.000,00

10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**	
10.02	**DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**	
23	**Comércio e serviços**	
23.122	**Administração geral**	

23.122.0025	**Desenvolvimento econômico**	
2.054	Manutenção do departamento de desenvolvimento econômico	
3.2.90.33 - 000 (26489)	Passagens e despesas com locomoção	5.000,00

Subtotal	**55.000,00**

II - superávit financeiro no orçamento do exercício de 2025:

Código	Especificação	Valor (R$)
5494	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos em Saúde - Superávit	10.000,00

TOTAL	**65.000,00**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, *assinado digitalmente.*

GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janayna Patricia Bortoli Hammerschmidt
Código Identificador:AD60EFBB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO N°269 DE 26 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO N.º 269 DE 26 DE AGOSTO DE 2026

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional SUPLEMENTAR junto ao orçamento do Município de Piên, para o Exercício de 2026 no total de R$ 89.162,00.

O Prefeito Municipal de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e em conformidade com as disposições da Lei Federal n.º 4.320/64, Lei Orgânica Municipal art. 66, item IX, combinados com as Leis Municipais n.º 1598 de 25 de setembro de 2025 e 1609 de 11 de dezembro de 2025 resolve:

DECRETAR

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a Abertura de Crédito Adicional SUPLEMENTAR junto ao orçamento do Município para o exercício de 2026, na importância de R$ 89.162,00, mediante as seguintes providências:

· **Suplementação de rubricas de despesa nas dotações orçamentárias:**

Suplementar		
Códigos	**Descrição**	**Valor**
09	**SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E LAZER**	
09.002	**ÁREA DE ESPORTE/ÁREA DE LAZER**	
27.812.11.2.25	**MANUTENÇÃO DO ESPORTE E LAZER**	
3.3.90.30.00.00	**MATERIAL DE CONSUMO**	
2842	**0875 Repasse Estadual - Fundo Municipal do Esporte - Custeio**	**67.760,00**
	SUBTOTAL	**67.760,00**
10	**SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DEFESA CIVIL**	
10.003	**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**	
8.122.12.2.38	**GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUMAS**	
3.3.90.14.00.00	**DIÁRIAS - CIVIL**	
3492	**0936 Componente para Qualificação da Gestão - SUAS**	**402,00**
8.245.12.2.44	**BLOCO DE FINANCIAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA**	
3.3.90.39.00.00	**OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA**	
3513	**0934 Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS**	**4.500,00**
	SUBTOTAL	**4.902,00**
11	**SECRETARIA DE SAUDE**	
11.001	**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**	
10.301.14.2.34	**MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE**	
3.3.90.36.00.00	**OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA**	
4202	**0493 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde**	**16.500,00**
	SUBTOTAL	**16.500,00**
	TOTAL	**89.162,00**

TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO.....89.162,00

Artigo 2.º - Como fontes de recurso para cobertura dos créditos abertos no artigo 1.º serão utilizados:

1. O cancelamento parcial das dotações a seguir relacionadas, conforme previsto no inciso III, do § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº. 4.320/64:

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
10	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DEFESA CIVIL	

10.003	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
8.245.12.2.44	BLOCO DE FINANCIAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	
3740	0934 Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS	4.500,00
	SUBTOTAL	4.500,00
	TOTAL	4.500,00

2. O Provável Excesso de Arrecadação por Conta de Receita, de acordo com o inciso II e § 3º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, conforme demonstrativo a seguir:

Conta da receita		
Receita	**Descrição**	**Valor**
1.7.2.9.99.0.1.01.00.00.00.00	**FONTE 875 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO**	**67.760,00**
1.3.2.1.01.1.1.01.00.00.00.00	**FONTE 936 - REMUNERAÇÃO DEPOSITO BANCARIO GERAL - PRINCIPAL**	**402,00**
	TOTAL	**68.162,00**

3. O Superavit do exercício anterior por Fonte de Recurso, de acordo com o inciso I e § 2º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, conforme demonstrativo a seguir:

Fonte de Recurso		
Fonte	**Descrição**	**Valor**
493	**Componente para Qualificação da Gestão - SUAS**	**16.500,00**
	TOTAL	**16.500,00**

TOTAL GERAL DOS RECURSOS.....89.162,00
Artigo 3º - Das alterações constantes deste Decreto ficam também alteradas as ações do PPA instituídas através da Lei Municipal n.º 1587/2025 e o Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n.º 1598/2025 Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, no que couber.

Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Piên, 26 de agosto de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Eliane Pimentel Jubainski Streit
Código Identificador:12AF62C6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
RGF ANEXO VI

CÂMARA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A JUNHO DE 2026		
LRF, art. 48 - Anexo 6	Memória de cálculo TCE: Versão 1 - Publicada em 09/08/2024.	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	**VALOR ATÉ O SEMESTRE**	
Receita Corrente Liquida	33.576.346,99	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	32.451.346,99	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	31.966.418,99	
DESPESA COM PESSOAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Despesa total com pessoal - DTP	644.903,37	2,02
Limite máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.917.985,14	6,00
Limite prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	1.822.085,88	5,70
Limite de alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.726.186,63	5,40
DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Dívida consolidada líquida	-263.621,55	-0,81
Limite definido por resolução do senado federal	38.941.616,39	120,00
GARANTIA DE VALORES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Total das garantias concedidas	0,00	0,00
Limite definido por resolução do senado federal	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Operações de crédito internas e externas	0,00	0,00
Limite definido pelo senado federal para operações de crédito internas e externas	0,00	0,00
Operações de crédito por antecipação da receita	0,00	0,00
Limite definido pelo senado federal para operações de crédito por antecipação da receita	0,00	0,00
Conjunto de informações em tempo real, atualizado até 11/08/2026 06:30		

Publicado por:
Edemilson Dachery Gomes
Código Identificador:22727B38

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO DECRETO N° 159/2026

Município de Pinhal de São Bento - 2026			
RELATÓRIO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR FUNCIONAL PROGRAMÁTICA			
Período: 01/01/2026 até 31/12/2026			
Lei/Ato n° 5884 - Decreto n° 159/2026 25/08/2026de	**Escopo**	**Nº documento**	**Ano**
Lei: 5887 Lei ordinária	Créditos Adicionais	1154	2026
Crédito adicional	**Recurso do crédito adicional**		**Valor**
Especial	Anulação de Dotações		40.000,00
Despesa			
10	Secretaria de Desenvolvimento Ambiental	**Tipo de alteração:** Anulação	29.000,00
10.002	Secretaria de Desenvolvimento Ambiental	**Tipo de operação:** Abertura	
18.541.1801.2073	Manutenção das Atividades do Meio Ambiente		
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
4080 0	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Especial	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações		
10	Secretaria de Desenvolvimento Ambiental	**Tipo de alteração:** Anulação	11.000,00
10.002	Secretaria de Desenvolvimento Ambiental	**Tipo de operação:** Abertura	
18.541.1801.2073	Manutenção das Atividades do Meio Ambiente		
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
4160 0	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Especial	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações		
09	Secretaria de Desenvolvimento Agrícola e Pecuária	**Tipo de alteração:** Acréscimo	10.000,00
09.003	Secretaria de Desenvolvimento Agrícola e Pecuária	**Tipo de operação:** Abertura	
20.608.2001.2134	Apoio ao desenvolvimento da Pecuária		
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO		
13400 0	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Especial	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações		
09	Secretaria de Desenvolvimento Agrícola e Pecuária	**Tipo de alteração:** Acréscimo	15.000,00
09.003	Secretaria de Desenvolvimento Agrícola e Pecuária	**Tipo de operação:** Abertura	
20.608.2001.2134	Apoio ao desenvolvimento da Pecuária		
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		
13401 0	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Especial	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações		
09	Secretaria de Desenvolvimento Agrícola e Pecuária	**Tipo de alteração:** Acréscimo	15.000,00
09.003	Secretaria de Desenvolvimento Agrícola e Pecuária	**Tipo de operação:** Abertura	
20.608.2001.2134	Apoio ao desenvolvimento da Pecuária		
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
13402 0	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Especial	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações		
Resumo acumulado	**Recurso do crédito adicional**	**Tipo de alteração**	**Valor**
Especial	Anulação de Dotações	Acréscimo	40.000,00
Especial	Anulação de Dotações	Anulação	40.000,00

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:54EFB88C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO DECRETO N° 162/2026

Município de Pinhal de São Bento - 2026			
RELATÓRIO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR FUNCIONAL PROGRAMÁTICA			
Período: 01/01/2026 até 31/12/2026			
Lei/Ato n° 5890 - Decreto n° 162/2026 de 25/08/2026	**Escopo**	**Nº documento**	**Ano**
Lei: 5201 Lei ordinária	Lei Orçamentária Anual - LOA	1104	2025
Crédito adicional	**Recurso do crédito adicional**	**Valor**	
Suplementar	Anulação de Dotações	70.000,00	

Despesa			
05	Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Turismo	**Tipo de alteração:** Acréscimo	70.000,00
05.002	Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Turismo	**Tipo de operação:** Abertura	
12.306.1203.2024	Manter o Programa de Alimentação Escolar - Ensino Fundamental		
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO		
1090 103	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB		
Crédito adicional: Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações		
07	Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo	**Tipo de alteração:** Anulação	70.000,00
07.003	Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo	**Tipo de operação:** Abertura	
15.451.1501.2054	Manter as Atividades de Obras e Urbanismo		
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO		
2830 0	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações		
Resumo acumulado	**Recurso do crédito adicional**	**Tipo de alteração**	**Valor**
Suplementar	Anulação de Dotações	Acréscimo	70.000,00
Suplementar	Anulação de Dotações	Anulação	70.000,00

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:7999444D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO DECRETO N° 163/2026

Município de Pinhal de São Bento - 2026
RELATÓRIO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR FUNCIONAL PROGRAMÁTICA

Período: 01/01/2026 até 31/12/2026				
Lei/Ato n° 5891 - Decreto n° 163/2026 de 25/08/2026		**Escopo**	**Nº documento**	**Ano**
Lei: 5201 Lei ordinária		Lei Orçamentária Anual - LOA	1104	2025
Crédito adicional		**Recurso do crédito adicional**		**Valor**
Suplementar		Anulação de Dotações		12.000,00
Despesa				
03		Secretaria de Administração	**Tipo de alteração:** Anulação	12.000,00
03.001		Secretaria de Administração	**Tipo de operação:** Abertura	
04.122.0402.2008		Manutenção da Secretaria de Administração		
4.4.90.51.00.00		OBRAS E INSTALAÇÕES		
550	0	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Anulação de Dotações	
06		Fundo Municipal de Saúde	**Tipo de alteração:** Acréscimo	12.000,00
06.002		Fundo Municipal de Saúde	**Tipo de operação:** Abertura	
10.301.1001.2043		RECURSOS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA - EQUIPE MULTIDISCIPLINAR		
3.3.90.48.00.00		OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS		
2073	303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)		
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações		
Resumo acumulado		**Recurso do crédito adicional**	**Tipo de alteração**	**Valor**
Suplementar		Anulação de Dotações	Acréscimo	12.000,00
Suplementar		Anulação de Dotações	Anulação	12.000,00

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:E814D987

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DISPENSA N° 11/2026 Processo Administrativo nº 83/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Day Use destinado ao grupo de idosos do Programa Viaja Mais 60

O Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto na Lei Federal n° 14.133/2021, ADJUDICA e HOMOLOGA a presente licitação nos seguintes termos:

TERRA IGUASSU HOTEIS E TURISMO LTDA CNPJ: 45.529.581/0001-91						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	13986	Prestação de serviços de Day Use, compreendendo a permanência no empreendimento durante o período estabelecido, com fornecimento de almoço completo, lanche da tarde e bebidas, bem como acesso e utilização da infraestrutura de lazer, recreação e convivência disponibilizada pelo estabelecimento, incluindo piscinas, quiosques, áreas de convivência, espaços para caminhada, quadra esportiva, campo de futebol suíço, jogos recreativos e demais instalações disponíveis. O serviço deverá proporcionar condições adequadas de conforto, segurança, higiene e acessibilidade, possibilitando a realização de atividades de lazer, recreação, integração, convivência social e promoção da qualidade de vida, contribuindo para o fortalecimento dos vínculos comunitários e o bem-estar dos participantes. Todas as bebidas a serem consumidas durante o período de permanência, incluindo aquelas disponibilizadas junto às refeições e demais atividades previstas, serão de responsabilidade da contratada, devendo estar inclusas no valor contratado, sem qualquer custo adicional aos participantes ou à Administração. A contratada deverá disponibilizar estrutura adequada para o atendimento dos usuários durante todo o período de permanência, incluindo o acesso às áreas e serviços previstos na contratação.	45,00	UNIDADE	154,56	6.955,20
TOTAL 6.955,20						

VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R$ 6.955,20 (Seis mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e vinte centavos).

Pinhal de São Bento-PR, 26 de agosto de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tailine Maiara da Silva
Código Identificador:A4A32C75

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGA

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
EDITAL Nº 007/2026 - SEMECE

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO PÚBLICO DE AVALIAÇÃO DE MÉRITO E DESEMPENHO PARA HABILITAÇÃO À NOMEAÇÃO AO CARGO DE DIRETOR DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PITANGA

A Comissão Especial do Processo Público de Avaliação de Mérito e Desempenho para Habilitação à Nomeação ao Cargo de Diretor das Instituições de Ensino da Rede Municipal de Ensino de Pitanga, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, e em conformidade com as disposições estabelecidas no Edital nº 001/2026 e demais atos que regulamentam o Processo Público,

TORNA PÚBLICO

o RESULTADO FINAL E A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO PÚBLICO DE AVALIAÇÃO DE MÉRITO E DESEMPENHO PARA HABILITAÇÃO À NOMEAÇÃO AO CARGO DE DIRETOR DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PITANGA, após a conclusão das etapas previstas no Edital nº 001/2026, inclusive da Consulta Pública à Comunidade Escolar.

1. DO RESULTADO FINAL

1.1. Fica divulgado o resultado final dos candidatos participantes do Processo Público de Avaliação de Mérito e Desempenho, considerando as pontuações obtidas nas etapas classificatórias previstas no Edital nº 001/2026.
1.2. A pontuação final corresponde à soma das seguintes etapas:
I – Prova de Conhecimentos – até 30 (trinta) pontos;
II – Plano de Gestão Escolar – até 30 (trinta) pontos;
III – Entrevista Técnica – até 30 (trinta) pontos;
IV – Consulta Pública à Comunidade Escolar – até 10 (dez) pontos.
TOTAL: até 100 (cem) pontos.
1.3. As notas individualizadas e o resultado final dos candidatos encontram-se relacionados no Anexo Único deste Edital, parte integrante deste instrumento.

2. DA HABILITAÇÃO
2.1. Será considerado HABILITADO o candidato que tenha atendido aos requisitos de participação, não tenha sido eliminado nas etapas previstas no Edital nº 001/2026 e tenha obtido pontuação final igual ou superior a 60 (sessenta) pontos.
2.2. O candidato que não atingir a pontuação mínima estabelecida no Edital nº 001/2026 será considerado NÃO HABILITADO.
2.3. A habilitação no presente Processo Público constitui requisito para a nomeação ao cargo de Diretor Escolar, não gerando, por si só, direito subjetivo à nomeação, que observará as disposições do Edital nº 001/2026 e da legislação aplicável.

3. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL
3.1. A classificação final observará a ordem decrescente da pontuação final obtida pelos candidatos habilitados conforme anexo II do presente edital.
3.2. Em caso de empate na classificação final, serão observados, sucessivamente, os critérios previstos no Edital nº 001/2026:
I – maior nota na Prova de Conhecimentos;
II – maior nota no Plano de Gestão Escolar;
III – maior nota na Entrevista Técnica;
IV – maior idade, conforme previsto no Edital nº 001/2026.

4. DA HOMOLOGAÇÃO
4.1. Fica HOMOLOGADO O RESULTADO FINAL do Processo Público de Avaliação de Mérito e Desempenho para Habilitação à Nomeação ao Cargo de Diretor das Instituições de Ensino da Rede Municipal de Ensino de Pitanga, relativamente aos candidatos constantes do Anexo Único deste Edital.
4.2. Os candidatos considerados habilitados poderão ser nomeados para o cargo de Diretor Escolar, observadas as disposições do Edital nº 001/2026, a existência de vaga, a manutenção dos requisitos legais, a necessidade da Administração Pública, a conveniência administrativa, o interesse público e o respectivo ato de nomeação expedido pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.
4.3. Os candidatos habilitados e não nomeados integrarão o Cadastro de Reserva, que poderá ser utilizado durante o prazo de validade da habilitação, para preenchimento de vagas, substituições temporárias e demais hipóteses previstas no Edital nº 001/2026 e no Decreto Municipal nº 157/2026.
4.4. A habilitação decorrente do presente Processo Público terá validade de 02 (dois) anos, contados da publicação da homologação do resultado final.

5. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
5.1. Com a publicação deste Edital, ficam consolidados os resultados das etapas classificatórias e eliminatórias realizadas no âmbito do Processo Público de Avaliação de Mérito e Desempenho.
5.2. Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais disposições constantes do Edital nº 001/2026 e dos demais atos regularmente publicados no âmbito do Processo Público.
5.3. Os casos omissos serão analisados e resolvidos pela Comissão Especial, observadas as disposições do Edital nº 001/2026, do Decreto Municipal nº 157/2026 e da legislação aplicável.
5.4. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.
Pitanga, 27 de agosto de 2026.

JORGE PAULO PAULINO SANTOS
Presidente Da Comissão Especial

ANEXO I
RESULTADO FINAL DA PROVA DE CONHECIMENTOS, PLANO DE GESTÃO ESCOLAR, ENTREVISTA TÉCNICA E CONSULTA PÚBLICA

Nº	CANDIDATO	PROVA DE CONHECIMENTOS (30)	PLANO DE GESTÃO (30)	ENTREVISTA TÉCNICA (30)	CONSULTA PÚBLICA
01	LUCIANA COSTA ANDREOTE	30	30	29	10
02	SIDINÉIA DOS SANTOS CONRADO	30	30	30	10
03	ROSILDA APARECIDA DA COSTA LOCH	30	25	27	10
04	EDILMA FERREIRA	30	30	29	10
05	CIRLETE EURICH	30	25	27	00
06	ANGELA MARIA TORTATO	30	00	27	10
07	EVERLY MARTINS DE SOUZA	30	30	30	10
08	ERICA FERNANDA CRENSIGLOVA	30	30	22	00
09	SHAUENA HEERDT SOUZA	30	30	30	10
10	RAQUEL DE CAMPOS DA ROSA	30	30	18	10
11	SOLANGE MOTA SARABUM	27	30	30	10
12	ELIZABETE FERREIRA DE LIMA	30	30	30	10
13	ELAINE CRISTINA PENTEADO KOLISKI	30	30	26	10
14	SILÉSIA GRANDE CAMARGO	30	30	30	10
15	SIMONE LOCH	30	30	30	10
16	CLEDSON DA SILVA	30	30	30	10
17	TATIANE DE OLIVEIRA HEUKO	30	25	22	10
18	FRANCIELI PRESTES DA SILVA	30	30	30	10
19	EDINA CRISTINA SOCKOLOSKI	30	30	24	00

20	DEBORA FERNANDA NUNES	30	25	27	00
21	CRISTIANE FELIZ FERNANDES	30	30	30	10
22	ANA ZELIA TKACZUK	30	30	27	10
23	ANDREIA ZUCONELLI BAGESTON	30	30	30	10
24	ESLAINE ESPANHOL MEIRA DA SILVA	30	30	29	10
25	GESSELI REGINA SCHUPCHEK	30	30	29	10
26	LUCIANE GREGZIGOUSKI	30	20	30	10
27	AUREA ANTUNES BINDE	30	30	28	00
28	GEOVANE SZYMONEK	30	30	22	00
29	SOLANGE SNAK	30	30	28	00
30	JULIANA RATKI	30	30	25	00

ANEXO II
RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO

CLASS.	CANDIDATO	PROVA (30)	PLANO (30)	ENTREVISTA (30)	CONSULTA (10)	FINAL (100)
1º	SILÉSIA GRANDE CAMARGO	30	30	30	10	**100**
2º	ELIZABETE FERREIRA DE LIMA	30	30	30	10	**100**
3º	SIDINÉIA DOS SANTOS CONRADO	30	30	30	10	**100**
4º	EVERLY MARTINS DE SOUZA	30	30	30	10	**100**
5º	CLEDSON DA SILVA	30	30	30	10	**100**
6º	FRANCIELI PRESTES DA SILVA	30	30	30	10	**100**
7º	SHAUENA HEERDT SOUZA	30	30	30	10	**100**
8º	SIMONE LOCH	30	30	30	10	**100**
9º	ANDREIA ZUCONELLI BAGESTON	30	30	30	10	**100**
10º	CRISTIANE FELIZ FERNANDES	30	30	30	10	**100**
11º	EDILMA FERREIRA	30	30	29	10	**99**
12º	LUCIANA COSTA ANDREOTE	30	30	29	10	**99**
13º	GESSELI REGINA SCHUPCHEK	30	30	29	10	**99**
14º	ESLAINE ESPANHOL MEIRA DA SILVA	30	30	29	10	**99**
15º	ANA ZELIA TKACZUK	30	30	27	10	**97**
16º	SOLANGE MOTA SARABUM	27	30	30	10	**97**
17º	ELAINE CRISTINA PENTEADO KOLISKI	30	30	26	10	**96**
18º	ROSILDA APARECIDA DA COSTA LOCH	30	25	27	10	**92**
19º	LUCIANE GREGZIGOUSKI	30	20	30	10	**90**
20º	AUREA ANTUNES BINDE	30	30	28	00	**88**
21º	RAQUEL DE CAMPOS DA ROSA	30	30	18	10	**88**
22º	SOLANGE SNAK	30	30	28	00	**88**
23º	TATIANE DE OLIVEIRA HEUKO	30	25	22	10	**87**
24º	JULIANA RATKI	30	30	25	00	**85**
25º	EDINA CRISTINA SOCKOLOSKI	30	30	24	00	**84**
26º	CIRLETE EURICH	30	25	27	00	**82**
27º	ERICA FERNANDA CRENSIGLOVA	30	30	22	00	**82**
28º	GEOVANE SZYMONEK	30	30	22	00	**82**
29º	DEBORA FERNANDA NUNES	30	25	27	00	**82**
30º	ANGELA MARIA TORTATO	30	00	27	10	**67**

JORGE PAULO PAULINO SANTOS
Presidente da Comissão Especial

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:2919BADB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
EDITAL 07/2026 DIVULGAÇÃO DAS PRÁTICAS SELECIONADAS NO PROJETO "SOU PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO DE DESTAQUE" SEMINÁRIO INTERMUNICIPAL DE BOAS PRÁTICAS: ALFABETIZAÇÃO, RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS E GESTÃO EDUCACIONAL

EDITAL 07/2026
DIVULGAÇÃO DAS PRÁTICAS SELECIONADAS NO PROJETO "SOU PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO DE DESTAQUE"
SEMINÁRIO INTERMUNICIPAL DE BOAS PRÁTICAS: ALFABETIZAÇÃO, RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS E GESTÃO EDUCACIONAL

Após análise das práticas apresentadas, o Departamento Municipal de Educação e Cultura – DEMEC,
DIVULGA a lista das práticas selecionadas inscritas no projeto "Sou Profissional da Educação de Destaque", de acordo com o disposto no Edital nº 06/2026:

CATEGORIA: Práticas de Gestão

PRÁTICA	PROFESSOR(A)
"Recomposição de Aprendizagens"	Marina Carlota Spunar
"Ler para compreender: Desenvolvendo a Fluência e a Compreensão Silábica por meio da Prática Diária."	Marciane Pavlak de Lara
"Alinhamentos Pedagógicos"	Simone do Rocio Chaves Gonçalves
"Acompanhamento Pedagógico Junto ao 2º Ano: Ler e Brincar"	Tatiane dos Santos

CATEGORIA: Educação Infantil – Creche III, Infantil IV e V

PRÁTICA	PROFESSOR(A)
"Um Céu de Brigadeiro"	Aline Marceli Santana
"Do Pingo ao Banho"	Amanda Lopes Ruppel
"Importância da Rotina na Educação Infantil"	Danieli Cristina Paes Portela

CATEGORIA: Práticas Pedagógicas – 1º e 2º anos do Ensino Fundamental

PRÁTICA	PROFESSOR(A)
"Ler e Brincar"	Edson Muryllo Rodrigues Paes
"Matemática que Ganha Vida"	Joelma Rodrigues Paes Nóbrega
"Rotina Diária de Alfabetização no 1º Ano"	Solange Ferreira Nery

CATEGORIA: Práticas Pedagógicas – 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental

PRÁTICA	PROFESSOR(A)
"Da Cópia à Criação: Caminhos para a Autonomia e Organização da Escrita."	Ana Paula Rodrigues Paes
"Produção Textual"	Andressa da Silveira Ferrando
"Superando Desafios"	Rita do Carmo Teixeira Hoinatski / Elisângela Carolina Gomes da Costa
"Recomposição de Aprendizagens"	Rosilda Ferreira Severino Marcondes

Porto Amazonas, 26 de agosto de 2026.

MARIA TEREZINHA PAIONK MEZZADRI
Diretora - DEMEC

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:B5EB3FA6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 11911/2026 DE 26/08/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de QUATRO BARRAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1751/2025 de 19/12/2025.

Decreta:
Artigo 1 º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 627.814,46 (seiscentos e vinte e sete mil oitocentos e catorze reais e quarenta e seis centavos),** destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação		
15 .000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, LOGISTICA E FROTAS	
15.001. 00. 000. 0000. O. 000.	Departamento de Infraestrutura	
15.001.15.451.0032.2.175.	Ações para Manutenção e Conservação Viária	
1003 - 3.3.90.39.00.00	01511 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA	50.000,00
15.002.00.000.0000.0.000.	Departamento de Logística e Frotas	
15.002.15.452.0022.2.011.	Ações para a Manutenção da Frota Oficial de Veículos	
373 - 3.3.90.30.00.00	01504 MATERIAL DE CONSUMO	120.000,00
375 - 3.3.90.30.00.00	01511 MATERIAL DE CONSUMO	100.000,00
22.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E BEM ESTAR ANIMAL	
22.001.00.000.0000.0.000.	FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	
22.001.18.542.0010.2.067.	Ações para Manutenção do Serviço Coleta Seletiva de Lixo em Vias Públicas	
467 - 3.3.90.30.00.00	01000 MATERIAL DE CONSUMO	73.044,18
472 - 3.3.90.39.00.00	01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	199.156,74
22.001.18.542.0010.2.180.	Ações para Manutenção e Desenvolvimento do Meio Ambiente Organizado e Sustentável	
480 - 3.3.90.30.00.00	01000 MATERIAL DE CONSUMO	11.100,00
484 - 3.3.90.39.00.00	01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	8.333,33
22.004.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE BEM ESTAR ANIMAL	
22.004.18.304.0033.2.043.	Ações de Defesa e Bem Estar Animal	
514 - 3.3.90.30.00.00	01000 MATERIAL DE CONSUMO	1.526,25
516 - 3.3.90.39.00.00	01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	64.653,96
	Total Suplementação:	**627.814,46**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1 º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1 º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução		
02.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E COMUNICAÇÃO	
02.002.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretário de Governo e Comunicação	
02.002.04.122.0041.2.089.	Ações a Cargo da Secretaria Municipal de Governo	
845 - 3.3.90.30.00.00	01000 MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
847 - 3.3.90.36.00.00	01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	30.923,00
848 - 3.3.90.39.00.00	01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	90.000,00
850 - 4.4.90.52.00.00	01000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	50.000,00
02.003.00.000.0000.0.000.	Departamento de Comunicação	
02.003.04.131.0030.2.218.	Ações para Atender a Publicidade Institucional e Legal	
852 - 3.3.90.39.00.00	01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	30.000,00
03.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO	
03.002.00.000.0000.0.000.	Departamento de Finanças e Planejamento	

03.002.28.843.0023.0.034.	Ações para Amortização da Dívida Municipal	
35 - 3.2.90.21.00.00	01000 JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	146.891,46
15 .000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, LOGISTICA E FROTAS	
15.001. 00. 000. 0000. O. 000.	Departamento de Infraestrutura	
15.001.15.451.0032.2.063.	Ações para Manutenção Conservação de Parques e Praças Municipais	
344 - 3.3.90.30.00.00	01511 MATERIAL DE CONSUMO	150.000,00
15.001.15.451.0032.2.175.	Ações para Manutenção e Conservação Viária	
361 - 3.3.90.39.00.00	01504 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	120.000,00
	Total Redução:	**627.814,46**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de QUATRO BARRAS , Estado do Paraná, em 26 de agosto de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:66131C07

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUITANDINHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONCURSO PÚBLICO N° 001/2026 - ANEXO AO EDITAL 04/2026

ANEXO I – RESULTADO DOS PEDIDOS DE ISENÇÃO

CAD ÚNICO

Inscrição	Candidato	Cargo	Situação	Justificativa
002088	ACIELE PINTO MORO	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
002383	ADRIANA DOMINGAS LEADRO	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	7 | Divergência nos dados consultados | CPF identificado no Cadastro Único, mas os dados fornecidos pelo candidato (nome completo ou data de nascimento) não permitiram confirmar a sua identidade.
001399	ADRIANA MAIA RIBEIRO FAGUNDES	Professor Educação Infantil	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000985	ADRIANA OLIVEIRA SANTOS	Orientador Social	INDEFERIDO(A)	7 | Divergência nos dados consultados | CPF identificado no Cadastro Único, mas os dados fornecidos pelo candidato (nome completo ou data de nascimento) não permitiram confirmar a sua identidade.
001743	ADRIELE ROGOVSKI DA CRUZ	Professor	DEFERIDO(A)	
001165	ALAIS RAFAELI BRITO DOS SANTOS	Assistente Administrativo	DEFERIDO(A)	
000536	ALBERTO RAMON FREITAS SANTIAGO	Advogado	DEFERIDO(A)	
002318	ALCIONE APARECIDA COELHO	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
002319	ALCIONE APARECIDA COELHO	Auxiliar Administrativo	DEFERIDO(A)	
002311	ALDAIR JOSE CAETANO FRANCO	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
002257	ALERSSON JOSÉ NIVIADOMSKI	Engenheiro Agrônomo	DEFERIDO(A)	
000680	ALESSANDRA GAMA DA SILVA	Professor	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000802	ALESSANDRA MINAMI KOSLOSKI	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
002395	ALEX NASCIMENTO MOREIRA DA SILVA	Médico III	DEFERIDO(A)	
000390	ALEXANDRE BUENO	Técnico em Enfermagem A	DEFERIDO(A)	
000796	ALEXANDRE KEHL PEREIRA	Contador I	DEFERIDO(A)	
002303	ALEXSANDRA AMARAL	Professor	DEFERIDO(A)	
000255	ALINE CRISLAINE PEDRON	Professor	INDEFERIDO(A)	13 | Cadastro Desatualizado | Pessoa em família com data da inclusão ou data da última atualização cadastral maior do que 24 meses.
000310	ALINE HARTMANN DE PAULA	Motorista II	DEFERIDO(A)	
000659	ALINE LETICIA PEREIRA CAMPOS	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001859	ALINE SCHAFRUM MACEDO	Médico Veterinário	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
002134	ALMIR JOSÉ KINTOF	Técnico em Enfermagem A	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001666	ALYSSON VIDAL CHAGAS CAMARGO CARDOSO	Auxiliar Administrativo	INDEFERIDO(A)	Inscrição paga.
002139	ALYSSON VIDAL CHAGAS CAMARGO CARDOSO	Auxiliar Administrativo	DEFERIDO(A)	
002235	ALYSSON VIDAL CHAGAS CAMARGO CARDOSO	Nutricionista	DEFERIDO(A)	
000686	AMANDA COLAÇO DOS SANTOS	Odontólogo II	DEFERIDO(A)	
002410	AMANDA CRISTINA DE FRANÇA	Professor Educação Infantil	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001910	AMANDA LICKFELD	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	7 | Divergência nos dados consultados | CPF identificado no Cadastro Único, mas os dados fornecidos pelo candidato (nome completo ou data de nascimento) não permitiram confirmar a sua identidade.
001813	AMANDA MAYER ROCHA	Médico Veterinário	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001753	AMANDA RIBAS KRAJEWSKI DOS SANTOS	Auxiliar Administrativo	DEFERIDO(A)	
002185	ANA BEATRIZ TEIXEIRA GOES	Fisioterapeuta	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no

				Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
002242	ANA CLAUDIA KAMIROSKI TORRES PEREIRA	Técnico em Enfermagem A	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
002244	ANA CLAUDIA KAMIROSKI TORRES PEREIRA	Técnico em Enfermagem A	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000299	ANA ELIZA LONIEN	Psicólogo	DEFERIDO(A)	
002278	ANA ELIZA RIBEIRO PICUSSA	Auxiliar Administrativo	DEFERIDO(A)	
000884	ANA JULIA DIOGO TWORECK	Professor Educação Infantil	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000751	ANA KELLI MARQUES BATISTA	Professor	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000752	ANA KELLI MARQUES BATISTA	Professor Educação Infantil	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001829	ANA KELLY SOUZA DE OLIVEIRA	Técnico em Enfermagem A	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000650	ANA LUIZA LEONARDI RUVINSKI	Psicólogo	DEFERIDO(A)	
002173	ANA LUIZA MACEDO ROSA	Assistente Administrativo	INDEFERIDO(A)	13 | Cadastro Desatualizado | Pessoa em família com data da inclusão ou data da última atualização cadastral maior do que 24 meses.
001264	ANA LUIZA SILVA DOS SANTOS	Auxiliar Administrativo	DEFERIDO(A)	
000605	ANA PATRICIA ALMADA DE ASSIS	Assistente de Alunos	DEFERIDO(A)	
000467	ANA PAULA DE ANDRADE BORGES	Auxiliar Administrativo	DEFERIDO(A)	
001512	ANA PAULA MARQUES	Professor	DEFERIDO(A)	
000202	ANA PAULA TEIXEIRA DOS SANTOS	Assistente Administrativo	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000923	ANA VITÓRIA MACHADO CARDOSO DE OLIVEIRA	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
002398	ANAYSSA CAMILI DE LIMA GERALDINO	Fisioterapeuta	DEFERIDO(A)	
000743	ANDERSON ANTUNES	Engenheiro Agrônomo	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001034	ANDREIA CARDOSO DE LIMA	Técnico em Enfermagem A	DEFERIDO(A)	
000826	ANDRÉIA CRISTINA DE ALMEIDA WORELL DE ANDRADE	Professor Educação Infantil	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000827	ANDRÉIA CRISTINA DE ALMEIDA WORELL DE ANDRADE	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000971	ANDRÉIA CRISTINA DE ALMEIDA WORELL DE ANDRADE	Professor Educação Infantil	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
002248	ANDRESSA DA CRUZ SIQUEIRA	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
002249	ANDRESSA DA CRUZ SIQUEIRA	Assistente de Alunos	DEFERIDO(A)	
002256	ANDRESSA DA SILVA RIBAS	Auxiliar Operacional Geral	DEFERIDO(A)	
000953	ANDRESSA DALILA LEANDRO	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
001228	ANDRESSA DE ALMEIDA WORELL	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001230	ANDRESSA DE ALMEIDA WORELL	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000351	ANDRESSA DOS SANTOS RIBEIRO	Enfermeiro	INDEFERIDO(A)	4 | CPF não encontrado | Pessoa não encontrada no Cadastro Único.
000449	ANDRESSA MARIA UHLIK	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
000453	ANDRESSA MARIA UHLIK	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
000371	ANDRESSA SCHIRMER CABRAL	Enfermeiro	DEFERIDO(A)	
000666	ANDREZA PAULA EDLING DA SILVA	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
001597	ANGELA BARBOSA GONÇALVES	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
000997	ANGELA MARIA VELOSO	Professor Educação Infantil	INDEFERIDO(A)	Inscrição paga.
001435	ANGELA OLIVEIRA DO CARMO	Técnico em Enfermagem A	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000970	ANGÉLICA DOMINGUES PEREIRA	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
000689	ANGELICA DOS SANTOS BORGES	Técnico em Enfermagem A	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000758	ANILSON LOURENÇO	Auxiliar Operacional Geral	DEFERIDO(A)	
000913	ANNA ELISA SANTOS AYRES DA PAIXÃO	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
000448	ANNE KAROLINE GOMES DEMÉTRIO	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
001407	ARCIANO ALTAIR FRANCO	Operador de Máquinas	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000833	ARIANE LISBOA DE LIMA	Psicólogo	INDEFERIDO(A)	13 | Cadastro Desatualizado | Pessoa em família com data da inclusão ou data da última atualização cadastral maior do que 24 meses.
001661	ASHLEY LORRANA SIQUEIRA DE OLIVEIRA	Assistente Administrativo	DEFERIDO(A)	
000468	AUGUSTO DOS SANTOS GOMES	Médico III	DEFERIDO(A)	
000507	AXL MOZART SOARES	Assistente de Alunos	DEFERIDO(A)	
000708	BÁRBARA SORAYA ARAÚJO BELIZARIO	Professor	DEFERIDO(A)	
001394	BÁRBARA SORAYA ARAÚJO BELIZARIO	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
001880	BEATRIZ MAYARA	Assistente de Alunos	INDEFERIDO(A)	7 | Divergência nos dados consultados | CPF identificado no Cadastro Único, mas os dados fornecidos pelo candidato (nome completo ou data de nascimento) não permitiram confirmar a sua identidade.
001332	BRENDA GRABIELI KUBIS RODRIGUES	Auxiliar Administrativo	DEFERIDO(A)	
001334	BRENDA GRABIELI KUBIS RODRIGUES	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
001335	BRENDA GRABIELI KUBIS RODRIGUES	Assistente Administrativo	DEFERIDO(A)	
000180	BRUNA CAMARGO	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
000639	BRUNA CAMARGO	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
002180	BRUNA DA COSTA	Enfermeiro	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no

				Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001112	BRUNA EDUARDA DA SILVA REIS	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
002170	BRUNA GIOVANNA MORITZ MACHADO	Médico Veterinário	INDEFERIDO(A)	4 | CPF não encontrado | Pessoa não encontrada no Cadastro Único.
001624	BRUNA NICOLAU DO CARMO	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
000227	BRUNNO RAXYSON GOMES DA SILVA	Odontólogo II	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001988	BRUNO DOS SANTOS OLIVEIRA	Médico III	DEFERIDO(A)	
001147	CALYANNE GABRIELI COLAÇO PEREIRA	Assistente de Alunos	DEFERIDO(A)	
001148	CALYANNE GABRIELI COLAÇO PEREIRA	Assistente de Alunos	DEFERIDO(A)	
002048	CAMILA CAIA SIQUEIRA	Auxiliar Administrativo	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000386	CAMILA DE OLIVEIRA BRAZ	Auxiliar Administrativo	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000327	CAMILA EMANUELE SILVA BRITO	Enfermeiro	DEFERIDO(A)	
000447	CAMILA ESPÍNDOLA DA SILVA	Auxiliar Administrativo	DEFERIDO(A)	
000257	CAMILA TEIXEIRA RODRIGUES	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
001811	CAMILLE RAMOS DA CRUZ	Auxiliar Administrativo	DEFERIDO(A)	
000928	CAMILLY EDUARDA CARMO DOS SANTOS	Odontólogo II	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000491	CARINA MARIA SIQUEIRA	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
002154	CARINE BROPP CARDOSO	Biólogo	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001578	CARLA PAULA PEREIRA FONSECA	Assistente Administrativo	DEFERIDO(A)	
000663	CARLA REGIANE DE SOUZA	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
000664	CARLA REGIANE DE SOUZA	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
000262	CARLA TAISA SANTOS FERREIRA CORREA	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
000207	CARLOS HUMBERTO RODRIGUES DAMASCENO	Nutricionista	INDEFERIDO(A)	13 | Cadastro Desatualizado | Pessoa em família com data da inclusão ou data da última atualização cadastral maior do que 24 meses.
001153	CARLOS VINICIUS DA SILVA MONEGATTO	Técnico em Enfermagem A	DEFERIDO(A)	
001358	CAROLINE DE OLIVEIRA DE BASTOS ALVES	Farmacêutico	DEFERIDO(A)	
000461	CAROLINE DO NASCIMENTO FERREIRA	Nutricionista	DEFERIDO(A)	
001789	CASSIANO BACHMANN PETTRES	Auxiliar Operacional Geral	INDEFERIDO(A)	7 | Divergência nos dados consultados | CPF identificado no Cadastro Único, mas os dados fornecidos pelo candidato (nome completo ou data de nascimento) não permitiram confirmar a sua identidade.
000661	CÉLIA WOLSKI	Professor	DEFERIDO(A)	
001591	CELSO EDUARDO JORGE	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	4 | CPF não encontrado | Pessoa não encontrada no Cadastro Único.
001016	CÉSAR LUIS NOGA	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
001190	CHAOANE STEFF DE LIMA	Assistente de Alunos	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001168	CÍCERO JOSÉ CORDEIRO DA SILVA	Técnico em Enfermagem A	DEFERIDO(A)	
001170	CÍCERO JOSÉ CORDEIRO DA SILVA	Motorista II	DEFERIDO(A)	
002279	CLAUDEMIR BEALPINO BUENO	Motorista II	DEFERIDO(A)	
001953	CLAUDETE DE SOUZA	Técnico em Enfermagem A	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001647	CLAUDETE PEREIRA DO NASCIMENTO	Professor	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001562	CLAUDIA ROMPAVA DE ANDRADE	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
002111	CLAUDINÉIA APARECIDA DE OLIVEIRA	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
001443	CLEUZA MARIA ROMPAVA RAKSA	Assistente Social	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001174	CLOVIS DE SOUZA SILVA	Auxiliar Administrativo	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000305	CRISLANE SUELY OLIVEIRA SILVA	Assistente Administrativo	DEFERIDO(A)	
000930	CRISTIANE DO ROCIO MACHADO CARDOSO DE OLIVEIRA	Auxiliar Operacional Geral	DEFERIDO(A)	
000906	CRISTIANE PEREIRA PEDRONI	Médico Veterinário	INDEFERIDO(A)	13 | Cadastro Desatualizado | Pessoa em família com data da inclusão ou data da última atualização cadastral maior do que 24 meses.
000359	CRISTIANE RODRIGUES DA HORA	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
000362	CRISTIANE RODRIGUES DA HORA	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
000889	CRISTIANE SANTANA DE ANDRADE	Enfermeiro	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001518	DAIANA ZANELLA CAETANO	Professor Educação Infantil	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001983	DAIANE ALEXANDRINO DE LIMA	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
000675	DAIANE APARECIDA DA CRUZ	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000420	DAIANE APARECIDA ZBONIK	Auxiliar Operacional Geral	INDEFERIDO(A)	13 | Cadastro Desatualizado | Pessoa em família com data da inclusão ou data da última atualização cadastral maior do que 24 meses.
000595	DAIANE CARDOSO DOS SANTOS FERREIRA	Enfermeiro	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000214	DAISE DE FÁTIMA ONESKIW	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	4 | CPF não encontrado | Pessoa não encontrada no Cadastro Único.
001310	DAMARIS COSTA SANCHES	Auxiliar Administrativo	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001620	DANIELE APARECIDA MIRANDA SANTOS DE ABREU	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	

001244	DANIELE BAPTISTA DA CRUS	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
000784	DANIELE BORA MENDES	Auxiliar Operacional Geral	DEFERIDO(A)	
000308	DANIELE CRISTINE COSTA DE BEM	Técnico em Enfermagem A	DEFERIDO(A)	
000196	DANIELE KALYNE DE LIMA	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
001711	DANIELI MIKA	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	13 | Cadastro Desatualizado | Pessoa em família com data da inclusão ou data da última atualização cadastral maior do que 24 meses.
001718	DANIELI MIKA	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	13 | Cadastro Desatualizado | Pessoa em família com data da inclusão ou data da última atualização cadastral maior do que 24 meses.
002417	DARCIEL ESPINDOLA LIMA	Médico III	DEFERIDO(A)	
001820	DARUCHY CARVALHO DIAS	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
001672	DAVID ISFAIR	Auxiliar Administrativo	DEFERIDO(A)	
002251	DAYANA ESTEVÃO MOREIRA	Técnico em Enfermagem A	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000785	DÉBORA ALINE RIBEIRO	Técnico em Enfermagem A	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000252	DEBORA ALVES	Enfermeiro	DEFERIDO(A)	
000417	DEBORA BERTOLINO	Técnico em Enfermagem A	DEFERIDO(A)	
001677	DEBORA TAYNA MASSANEIRO	Auxiliar Operacional Geral	DEFERIDO(A)	
001679	DEBORA TAYNA MASSANEIRO	Auxiliar Operacional Geral	DEFERIDO(A)	
001514	DÉBORAH BIZON DA SILVA	Assistente de Alunos	DEFERIDO(A)	
002165	DEISE KIARA ROCHA DOS SANTOS	Professor	DEFERIDO(A)	
002359	DEIVID SCHULTZ	Motorista II	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000948	DEIVISON SANTOS E SILVA	Técnico em Informática	DEFERIDO(A)	
000148	DENISE MARIA DE OLIVEIRA LEMES	Assistente Social	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000492	DENISE SILVA DA GRACA	Técnico em Enfermagem A	DEFERIDO(A)	
000236	DHIONATA CARVALHO FARIA	Motorista II	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
002409	DIANA HOFFMANN BIANCHINI	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
002411	DIANA HOFFMANN BIANCHINI	Advogado	INDEFERIDO(A)	13 | Cadastro Desatualizado | Pessoa em família com data da inclusão ou data da última atualização cadastral maior do que 24 meses.
001421	DIANA SILVA DO NASCIMENTO	Assistente de Alunos	DEFERIDO(A)	
001425	DIANA SILVA DO NASCIMENTO	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
001109	DILMA LACERDA	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	Inscrição paga.
002095	DIOGO LEONARDO COLOMBARI	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	13 | Cadastro Desatualizado | Pessoa em família com data da inclusão ou data da última atualização cadastral maior do que 24 meses.
001881	DIOMAR MARIA DA COSTA	Auxiliar Operacional Geral	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000576	DOMINIQUI DANDARA FURTADO DE MACEDO	Auxiliar Administrativo	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000944	DORALICE SABINO	Enfermeiro	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001013	DYEGO FERNANDES	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	7 | Divergência nos dados consultados | CPF identificado no Cadastro Único, mas os dados fornecidos pelo candidato (nome completo ou data de nascimento) não permitiram confirmar a sua identidade.
000654	EDDY DA SILVA	Engenheiro Agrônomo	DEFERIDO(A)	
000942	EDEILSON PONTES BRANDÃO	Nutricionista	INDEFERIDO(A)	13 | Cadastro Desatualizado | Pessoa em família com data da inclusão ou data da última atualização cadastral maior do que 24 meses.
000943	EDEILSON PONTES BRANDÃO	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	13 | Cadastro Desatualizado | Pessoa em família com data da inclusão ou data da última atualização cadastral maior do que 24 meses.
000608	EDINA CLAUDIA CLEMENTE	Advogado	DEFERIDO(A)	
001869	EDNA DE MORAIS FIDELIS	Enfermeiro	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
002198	EDNA JOSÉ NASCIMENTO DE PAULA	Professor Educação Infantil	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001040	EDUARDA FERNANDA RODRIGUES	Assistente de Alunos	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
002096	EDUARDO BELLEI	Engenheiro Civil	DEFERIDO(A)	
001075	EDUARDO SIQUEIRA	Enfermeiro	DEFERIDO(A)	
001480	ELAINE CRISTINA DE JESUS DE LIMA	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
000879	ELAINE PEROCELLI	Assistente Social	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001261	ELDER RIOS DE OLIVEIRA	Fiscal de Obras e Posturas	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001028	ELEN CORDEIRO DOS SANTOS	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
002008	ELEN ISLEI FERREIRA DE LIMA	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
001969	ELIANDRA LOPES RANGEL	Advogado	INDEFERIDO(A)	4 | CPF não encontrado | Pessoa não encontrada no Cadastro Único.
001970	ELIANDRA LOPES RANGEL	Auxiliar Administrativo	INDEFERIDO(A)	4 | CPF não encontrado | Pessoa não encontrada no Cadastro Único.
000731	ELIANE APARECIDA PERUSSI	Engenheiro Agrimensor	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000161	ELIANE DOS SANTOS ALVES	Assistente Administrativo	DEFERIDO(A)	
001393	ELIANE ROCHA DOS SANTOS	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
000921	ELIAS AYRES DA PAIXÃO JUNIOR	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
000613	ELIAS AYRES DA PAIXÃO JUNIOR	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	

001701	ELIEDER DE ANDRADE CARNEIRO	Médico Veterinário	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001161	ELINEIDE LÚCIA DA SILVA OLIVEIRA	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
001503	ELISANE DOS SANTOS	Técnico em Enfermagem A	DEFERIDO(A)	
000528	ELISANGELA NEVES DA SILVA	Técnico em Enfermagem A	INDEFERIDO(A)	7 | Divergência nos dados consultados | CPF identificado no Cadastro Único, mas os dados fornecidos pelo candidato (nome completo ou data de nascimento) não permitiram confirmar a sua identidade.
000974	ELIVELTON DA CRUZ DE LIMA	Odontólogo II	DEFERIDO(A)	
001798	ELIVELTON DA CRUZ DE LIMA	Odontólogo II	DEFERIDO(A)	
001641	ELIZABETH SEMEKE	Professor Educação Infantil	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000441	ELIZABETH SEMEKE	Professor Educação Infantil	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000564	ELKY APARECIDA GUIMARÃES DA CRUZ	Fisioterapeuta	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
002174	ELVISON RUVINSKI	Fiscal de Obras e Posturas	DEFERIDO(A)	
002175	ELVISON RUVINSKI	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
000835	EMANUELA CALAZANS DE JESUS COSTA	Assistente de Alunos	DEFERIDO(A)	
002394	EMILY DE SOUZA TORQUATO	Médico III	DEFERIDO(A)	
001509	EMILY MENDES PEREIRA	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
000757	ERICA OLIVEIRA DE SOUZA	Biólogo	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
002117	ERICK CAMARGO DE ALMEIDA	Advogado	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001866	ERICK SILVA COSTA	Professor Educação Infantil	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001638	ERIKA DOS SANTOS RIBEIRO	Auxiliar Administrativo	INDEFERIDO(A)	Inscrição paga.
000270	ERIKA TABORDA	Auxiliar Administrativo	DEFERIDO(A)	
001453	ESTHER VICTORIA DE LIMA MANEIRA	Auxiliar Administrativo	DEFERIDO(A)	
000412	EVA CRISTINA DE SOUZA DEBALDI DE OLIVEIRA	Professor Educação Infantil	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001716	EVA CRISTINA DE SOUZA DEBALDI DE OLIVEIRA	Professor Educação Infantil	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001719	EVA CRISTINA DE SOUZA DEBALDI DE OLIVEIRA	Professor	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001289	EVELYN CAROLINE ALBERTON DE OLIVEIRA	Técnico em Enfermagem A	DEFERIDO(A)	
000360	EVELYN DE FÁTIMA OWEIDA GALVÃO	Professor Educação Infantil	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000205	EVERLI APARECIDA DE ANDRADE BORGES	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	7 | Divergência nos dados consultados | CPF identificado no Cadastro Único, mas os dados fornecidos pelo candidato (nome completo ou data de nascimento) não permitiram confirmar a sua identidade.
001043	EVERLI APARECIDA DE ANDRADE BORGES	Professor	INDEFERIDO(A)	7 | Divergência nos dados consultados | CPF identificado no Cadastro Único, mas os dados fornecidos pelo candidato (nome completo ou data de nascimento) não permitiram confirmar a sua identidade.
001892	EVERLI APARECIDA DE ANDRADE BORGES	Assistente Administrativo	INDEFERIDO(A)	7 | Divergência nos dados consultados | CPF identificado no Cadastro Único, mas os dados fornecidos pelo candidato (nome completo ou data de nascimento) não permitiram confirmar a sua identidade.
001142	EVERTON SILVA MALAQUIAS	Arquiteto	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
002265	EZEQUIEL ALVES DOS SANTOS	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001042	EZEQUIEL PINHEIRO LOPES	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001681	FABIANE MAGDA SANTOS BREGOCHE	Professor Educação Infantil	INDEFERIDO(A)	13 | Cadastro Desatualizado | Pessoa em família com data da inclusão ou data da última atualização cadastral maior do que 24 meses.
001542	FABIELE APARECIDA DOS SANTOS DEDA BUCHNER	Professor	DEFERIDO(A)	
000648	FABIELE FRANCO DE GODOI MARQUES	Professor	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001285	FABIEN CAROLINE GRACZKOWSKI	Professor	DEFERIDO(A)	
001717	FABIO SOUZA DE OLIVEIRA	Motorista II	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001463	FABIOLA ROCHA DOS SANTOS FORTUNATO MORAES	Auxiliar Administrativo	DEFERIDO(A)	
002155	FABIOLLA THAYNISE NEVES DA ROSA	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
001957	FÁTIMA CORREA DE SOUZA	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
001234	FELIPE DOS SANTOS REIS	Auxiliar Administrativo	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000424	FELIPE JOSE DA SILVA	Engenheiro Agrônomo	DEFERIDO(A)	
001846	FERNANDA BATISTA DIAS	Contador I	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
002299	FERNANDA FERREIRA DE JESUS	Assistente Social	DEFERIDO(A)	
000437	FERNANDA PEDROZA SANTOS	Advogado	DEFERIDO(A)	
000629	FERNANDO AUGUSTO DOMINGUES	Auxiliar Operacional Geral	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001762	FERNANDO DE PRETTO	Técnico em Agrimensura	DEFERIDO(A)	

001763	FERNANDO DE PRETTO	Técnico em Agrimensura	DEFERIDO(A)	
000623	FERNANDO DOS SANTOS	Pedreiro	DEFERIDO(A)	
001352	FERNANDO SAMBUGARI RODRIGUES	Assistente Administrativo	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000250	FLAVIO ROBERTO GEREMIAS	Contador I	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000907	FLORILDA MAIA DA SILVA	Assistente Social	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
002358	FRANCIANE FUCKNER WEBER	Professor Educação Infantil	INDEFERIDO(A)	4 | CPF não encontrado | Pessoa não encontrada no Cadastro Único.
001120	FRANCIARA PEREIRA FURTADO	Nutricionista	INDEFERIDO(A)	4 | CPF não encontrado | Pessoa não encontrada no Cadastro Único.
001327	FRANCIELE DA SILVA	Assistente Social	DEFERIDO(A)	
001342	FRANCIELE DA SILVA	Assistente de Alunos	DEFERIDO(A)	
000274	FRANCIELE MACIEL BORBA	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
000183	FRANCIELI FERNANDA DOS SANTOS	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
000132	FRANCIELLE CRISTINA SCHINEMANN GONÇALVES	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
000135	FRANCIELLE CRISTINA SCHINEMANN GONÇALVES	Professor	DEFERIDO(A)	
000589	FRANCINE SILVERIO PEREZ	Auxiliar Operacional Geral	DEFERIDO(A)	
000594	FRANCINE SILVERIO PEREZ	Eletricista de Instalações (edifícios)	DEFERIDO(A)	
000598	FRANCINE SILVERIO PEREZ	Eletricista de Instalações (edifícios)	DEFERIDO(A)	
000591	FRANCINETE PEREIRA FURTADO	Enfermeiro	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000523	FRANCISCA ALENCAR QUEIROZ	Professor Educação Infantil	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000457	FRANCISCO DA SILVA TIBURCIO	Engenheiro Agrimensor	DEFERIDO(A)	
002218	FRANCISLAINE ZARZENHAK CARDOSO DE SOUZA	Técnico em Enfermagem A	DEFERIDO(A)	
001769	GABRIEL CORDOVA	Médico III	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
002337	GABRIELA APARECIDA BECKER	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
001965	GABRIELLA APARECIDA KOKOT	Auxiliar Administrativo	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000880	GABRIELLY CRISTINA CORDEIRO PAVLIK	Assistente de Alunos	DEFERIDO(A)	
001946	GEISI RIBEIRO	Técnico em Enfermagem A	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001580	GENIFER PRESTES MASUTTI	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000840	GENILSON DE SÁ	Motorista II	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000341	GEOVANA THAIS FERREIRA MACHADO	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
000571	GILDA GOMES ALVES	Assistente Social	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
002393	GIORGIA RIBEIRO GRACIANO	Engenheiro Agrônomo	INDEFERIDO(A)	13 | Cadastro Desatualizado | Pessoa em família com data da inclusão ou data da última atualização cadastral maior do que 24 meses.
001598	GIOVANA DE JESUS RODRIGUES FERREIRA	Técnico em Enfermagem A	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001106	GISELE COELHO SIQUEIRA	Assistente Social	DEFERIDO(A)	
000797	GISELE KAMIROSKI	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
000957	GISELE KAMIROSKI	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
001311	GISELE NASCIMENTO BEIRA SOARES	Professor	DEFERIDO(A)	
001104	GISLAINE COSTA BARBOSA DE MOURA	Assistente Administrativo	DEFERIDO(A)	
001872	GISLAINE GRASIELA KUSDRA	Professor	DEFERIDO(A)	
002024	GISLAINE MUNHOZ MARTINS	Assistente Social	INDEFERIDO(A)	4 | CPF não encontrado | Pessoa não encontrada no Cadastro Único.
001917	GISLENE CRISTIANE PEREIRA	Técnico em Enfermagem A	DEFERIDO(A)	
000247	GIZELE APARECIDA DE OLIVEIRA PEDROSO	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
001210	GLAUCIANE APARECIDA FRANÇA PONCIANO	Assistente de Alunos	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001366	GLEISON RODRIGUES BONFIM	Eletricista de Instalações (edifícios)	INDEFERIDO(A)	4 | CPF não encontrado | Pessoa não encontrada no Cadastro Único.
000755	GRACIELE APARECIDA DA SILVA DA CRUZ	Farmacêutico	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
002120	GRAZZIELE BUZATO PEGURSKI	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000165	GUILHERME AUGUSTO DUDA BITTENCOURT	Motorista II	DEFERIDO(A)	
002408	GUILHERME RIBEIRO DA SILVA	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	4 | CPF não encontrado | Pessoa não encontrada no Cadastro Único.
002399	GUSTAVO LUCAS SILVA MÉLO	Engenheiro Civil	DEFERIDO(A)	
002152	HELLEN CAROLINE DE SOUZA DOS SANTOS	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
000881	HELOISE PEROCELLI ROGOVSKI	Auxiliar Administrativo	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000403	HENDILLY CAROLINE FAGUNDES	Assistente de Alunos	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000187	HILLARY SOUSA DE AZEVEDO	Professor Educação Infantil	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001255	IAN THEODORO RUDENCO GOMES PALMA	Médico III	DEFERIDO(A)	
000312	ISABELA CAROLINA SAMPAIO DE SOZUA	Médico III	INDEFERIDO(A)	7 | Divergência nos dados consultados | CPF identificado

				no Cadastro Único, mas os dados fornecidos pelo candidato (nome completo ou data de nascimento) não permitiram confirmar a sua identidade.
002207	ISABELLE ALVES CARDOSO	Professor	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000922	ISABELLE RENATA VENANCIO DE ABREU	Técnico em Enfermagem A	DEFERIDO(A)	
001331	ISABELLE RENATA VENANCIO DE ABREU	Técnico em Enfermagem A	DEFERIDO(A)	
000597	ISABELLE SPIEL GONÇALVES FERREIRA	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000599	ISABELLE SPIEL GONÇALVES FERREIRA	Técnico em Enfermagem A	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000315	ISIS TEIXEIRA BISPO	Assistente Administrativo	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000399	IVANILDO DOS SANTOS	Professor Educação Infantil	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001260	IZANEIDE RIOS DE OLIVEIRA	Auxiliar Administrativo	INDEFERIDO(A)	7 | Divergência nos dados consultados | CPF identificado no Cadastro Único, mas os dados fornecidos pelo candidato (nome completo ou data de nascimento) não permitiram confirmar a sua identidade.
002264	JACKELINE FERREIRA DO AMARAL	Professor Educação Infantil	INDEFERIDO(A)	13 | Cadastro Desatualizado | Pessoa em família com data da inclusão ou data da última atualização cadastral maior do que 24 meses.
001706	JACKSON VELOSO DE LIRA	Assistente de Alunos	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001019	JADISON DE SOUSA REIS	Motorista II	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000818	JADSON DA SILVA ALVES	Farmacêutico	DEFERIDO(A)	
000232	JAÍNE LEMES DO AMARAL DELGADO	Professor	INDEFERIDO(A)	13 | Cadastro Desatualizado | Pessoa em família com data da inclusão ou data da última atualização cadastral maior do que 24 meses.
000233	JAÍNE LEMES DO AMARAL DELGADO	Assistente Administrativo	INDEFERIDO(A)	13 | Cadastro Desatualizado | Pessoa em família com data da inclusão ou data da última atualização cadastral maior do que 24 meses.
000372	JAKELINE DE LIMA AZEVEDO	Técnico em Enfermagem A	DEFERIDO(A)	
000375	JAKELINE DE LIMA AZEVEDO	Auxiliar Administrativo	DEFERIDO(A)	
000377	JAKELINE DE LIMA AZEVEDO	Auxiliar Operacional Geral	DEFERIDO(A)	
000379	JAKELINE DE LIMA AZEVEDO	Assistente de Alunos	DEFERIDO(A)	
000385	JAKELINE DE LIMA AZEVEDO	Orientador Social	DEFERIDO(A)	
001298	JANAINA DE PAULO LEMES	Auxiliar Administrativo	DEFERIDO(A)	
000162	JANAINA SAROT	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
001354	JANDERLENE DA COSTA SANTANA	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
000991	JANDIRA AIRES CAVALCANTE GUEROCA	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
000995	JANDIRA AIRES CAVALCANTE GUEROCA	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
002391	JAQUELINE DA CRUZ FONSECA	Psicólogo	DEFERIDO(A)	
000221	JAQUELINE GOMES DOS SANTOS	Professor Educação Infantil	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000222	JAQUELINE GOMES DOS SANTOS	Professor	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000237	JAQUELINE LEITE	Professor	DEFERIDO(A)	
000245	JAQUELINE MACHADO	Assistente de Alunos	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
002131	JAQUELINE MACHADO	Auxiliar Administrativo	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001700	JARCILENE COSTA SANTANA	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	Inscrição paga.
001235	JAYANE ISABELI COLAÇO BATISTA	Auxiliar Administrativo	DEFERIDO(A)	
002368	JEFFERSON ANDRE VARENHOLT	Advogado	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000609	JEFFERSON VIEIRA LEÃO	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
002107	JEISA DAFINI MASSANEIRO	Assistente Social	DEFERIDO(A)	
000621	JENIFFER THAIS OLIVEIRA DA ROZA	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
000919	JENIFFER THAIS OLIVEIRA DA ROZA	Assistente de Alunos	DEFERIDO(A)	
000746	JENNIFER MICHELE ALVES	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
001732	JESSICA ALVES FOGAÇA	Técnico em Enfermagem A	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
002108	JÉSSICA APARECIDA DOS SANTOS SILVA FRANCO	Auxiliar Administrativo	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001626	JESSICA APARECIDA RIBEIRO DE MEDEIROS	Advogado	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001607	JESSICA FALCAO MARQUES	Técnico em Enfermagem A	DEFERIDO(A)	
002186	JÉSSICA OLIVA	Assistente de Alunos	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001668	JESSICA ROCHA SILVA	Professor	DEFERIDO(A)	
001212	JESSICA THAIS GERBER	Auxiliar Operacional Geral	DEFERIDO(A)	
000122	JHONATHAN MARCELLUS DOS SANTOS OLIVEIRA	Enfermeiro	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001113	JHONNY CHESTTER MACHADO DE MORAES	Professor	INDEFERIDO(A)	7 | Divergência nos dados consultados | CPF identificado no Cadastro Único, mas os dados fornecidos pelo candidato (nome completo ou data de nascimento) não permitiram confirmar a sua identidade.
002211	JOACY DE FARIAS RAMOS	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	13 | Cadastro Desatualizado | Pessoa em família com data

				da inclusão ou data da última atualização cadastral maior do que 24 meses.
002212	JOACY DE FARIAS RAMOS	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	13 | Cadastro Desatualizado | Pessoa em família com data da inclusão ou data da última atualização cadastral maior do que 24 meses.
002044	JOÃO ALEXANDRE DE OLIVEIRA PAZ	Médico III	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000493	JOÃO VICTOR SOUSA DA SILVA	Engenheiro Civil	DEFERIDO(A)	
002400	JOÃO VITOR FUNGACI	Engenheiro Civil	INDEFERIDO(A)	7 | Divergência nos dados consultados | CPF identificado no Cadastro Único, mas os dados fornecidos pelo candidato (nome completo ou data de nascimento) não permitiram confirmar a sua identidade.
000278	JOÃO VITOR IBRAHIM VELHO	Biólogo	DEFERIDO(A)	
000172	JOCIELE PRISCILA MACHADO	Assistente de Alunos	INDEFERIDO(A)	7 | Divergência nos dados consultados | CPF identificado no Cadastro Único, mas os dados fornecidos pelo candidato (nome completo ou data de nascimento) não permitiram confirmar a sua identidade.
001269	JOCIELLE DANDARA RAMOS BATISTA	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
001919	JOCILENE NEVES VEIGA	Auxiliar Administrativo	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
002266	JOCIMARA DA SILVA LAZARO	Assistente Social	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000369	JOELMA APARECIDA DE JESUS FARIA	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001270	JOELMA TEREZINHA DA SILVA	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
001941	JOHNY CAVALHEIRO DA SILVA	Auxiliar Administrativo	DEFERIDO(A)	
000672	JONAS CLAUDINEI ROIK	Auxiliar Operacional Geral	DEFERIDO(A)	
001558	JOSE EDSON MACIEL NETO	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
000804	JOSÉ HENRIQUE PADILHA	Assistente Social	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000825	JOSE VALDEMIR PICKCIUS	Motorista II	DEFERIDO(A)	
000800	JOSENILDA LEAL DE BRITO KEHL PEREIRA	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
001636	JOSENIR SANTOS DA SILVA	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
001273	JOSIANE CLEIDE DE OLIVEIRA	Professor	DEFERIDO(A)	
001274	JOSIANE CLEIDE DE OLIVEIRA	Professor	DEFERIDO(A)	
001275	JOSIANE CLEIDE DE OLIVEIRA	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
000640	JOSIANE DA SILVA XAVIER DO NASCIMENTO	Professor Educação Infantil	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000206	JOSIANE DE LIMA BAYER	Técnico em Enfermagem A	DEFERIDO(A)	
001628	JOSIANE DE OLIVEIRA NUNES DO NASCIMENTO	Assistente Social	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000182	JOSIEL ALVES	Assistente Administrativo	DEFERIDO(A)	
001689	JOSIELE FERREIRA DOS SANTOS	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
000782	JOSIELE FERREIRA DOS SANTOS	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
001022	JOSIELY GABRIELLE FERREIRA SILVA	Auxiliar Administrativo	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000888	JOSILAINE DE FATIMA FERREIRA	Assistente de Alunos	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001410	JOSLAINE DE MELLO RAMOS FRAGOSO	Professor Educação Infantil	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000451	JOZIANE MARIA MEISTER	Professor	DEFERIDO(A)	
000721	JUCELIA RODRIGUES DE LIMA	Auxiliar Operacional Geral	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000722	JUCELIA RODRIGUES DE LIMA	Assistente de Alunos	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000531	JUCILENE GABRIELE EVARISTO DA SILVA	Técnico em Enfermagem A	DEFERIDO(A)	
001078	JUCIMARA MOURA FERREIRA	Assistente de Alunos	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001137	JUCIMARA MOURA FERREIRA	Professor Educação Infantil	INDEFERIDO(A)	Inscrição paga.
001874	JULIA CAROLINA DA CRUZ RIBEIRO	Técnico em Enfermagem A	DEFERIDO(A)	
001426	JULIA JENEWER DOS SANTOS BUCHNER DA SILVA	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
000243	JULIANA APARECIDA BRASILINO	Técnico em Enfermagem A	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000249	JULIANA APARECIDA BRASILINO	Auxiliar Administrativo	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000641	JULIANA PINHEIRO NUNES	Advogado	DEFERIDO(A)	
001348	JULIANE FONSECA	Enfermeiro	DEFERIDO(A)	
001616	JULIANE FONSECA	Enfermeiro	DEFERIDO(A)	
001852	JULIO CESAR DOMINGUES	Fiscal de Obras e Posturas	DEFERIDO(A)	
000845	JULIO CESAR DOMINGUES	Fiscal de Obras e Posturas	DEFERIDO(A)	
000228	JUSSILENE DEDA	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000142	KALYNE VIDAL REZENDE	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	Inscrição paga.
000630	KAMILA FRANÇA COSTA	Auxiliar Operacional Geral	DEFERIDO(A)	
000631	KAMILA FRANÇA COSTA	Auxiliar Operacional Geral	DEFERIDO(A)	
000169	KAREN POLIANA DE ALMEIDA	Professor Educação Infantil	INDEFERIDO(A)	13 | Cadastro Desatualizado | Pessoa em família com data da inclusão ou data da última atualização cadastral maior do que 24 meses.
001167	KARIN KRAINSKI BILL	Técnico em Enfermagem A	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
002006	KARINA PERCYAK	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	13 | Cadastro Desatualizado | Pessoa em família com data

				da inclusão ou data da última atualização cadastral maior do que 24 meses.
002161	KATIA CRISTINA DE ALMEIDA	Técnico em Enfermagem A	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
002192	KATLEEN TAMIRES BASTOS SIEDLECKI	Professor	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001651	KAYLAINE DUTRA	Auxiliar Administrativo	DEFERIDO(A)	
001652	KAYLAINE DUTRA	Auxiliar de Consultório Dentário	DEFERIDO(A)	
001653	KAYLAINE DUTRA	Assistente Administrativo	DEFERIDO(A)	
001654	KAYLAINE DUTRA	Auxiliar de Consultório Dentário	DEFERIDO(A)	
001655	KAYLAINE DUTRA	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
000546	KELLY BEATRIZ DOS SANTOS	Contador I	DEFERIDO(A)	
000644	KELLY JARDIM DOS SANTOS	Psicólogo	DEFERIDO(A)	
001090	KEROLIN SANTOS BARBOSA CORREIA COSTA	Técnico em Enfermagem A	DEFERIDO(A)	
001682	KETLIN DO NASCIMENTO SIMÃO	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
001569	KEVIN SILVA TEODORO	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
000323	KILVIA PEREIRA OLIVEIRA	Técnico em Enfermagem A	DEFERIDO(A)	
001134	LAILA DOS SANTOS E SILVA	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	7 | Divergência nos dados consultados | CPF identificado no Cadastro Único, mas os dados fornecidos pelo candidato (nome completo ou data de nascimento) não permitiram confirmar a sua identidade.
002063	LAISA FERNANDA MOLETA FONTOURA	Professor	DEFERIDO(A)	
000489	LARISSA DE RAMOS MACHADO DA SILVA	Terapeuta Ocupacional	DEFERIDO(A)	
000713	LARISSA FERNANDA BACH ALVES	Assistente Social	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
002352	LARISSA RAFAELLI FERREIRA	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
001545	LAYANE GALVÃO DE OLIVEIRA	Auxiliar Administrativo	DEFERIDO(A)	
002412	LEANDRO BIANCHINI	Advogado	DEFERIDO(A)	
001166	LEIDIANE CASTANHA	Enfermeiro	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000801	LEILA APARECIDA FERREIRA DOS SANTOS	Assistente de Alunos	DEFERIDO(A)	
001735	LEONARDO LUIZ DE MIRANDA	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
000549	LETÍCIA CAROLINE DA LUZ	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
000442	LETICIA FERNANDES RIBEIRO	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
000565	LETÍCIA RAFAELI DE OLIVEIRA DOS REIS	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
002413	LIDIANE APARECIDA RODRIGUES POSS	Técnico em Enfermagem A	DEFERIDO(A)	
001312	LIGIA MARIA STUBERT DA SILVA	Biólogo	DEFERIDO(A)	
000738	LILIAN LEAL DOS SANTOS	Assistente de Alunos	DEFERIDO(A)	
002092	LINDAMIR SIQUEIRA SANTOS	Auxiliar Operacional Geral	DEFERIDO(A)	
000147	LIRIANE APARECIDA SANTANNA	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
001697	LISSANDRO RODRIGUES DE MELLO	Professor	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
002064	LORAINE DE FATIMA MIRANDA SANTANA	Técnico em Enfermagem A	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000511	LORIANE GUEDES	Professor	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000982	LUANA DE FÁTIMA SKORIE	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
002315	LUANA THAMIRIS GRAEBIN DE BRITO GONÇALVES	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
002418	LUANE MENEZES TEIXEIRA	Odontólogo II	DEFERIDO(A)	
001341	LUCAS RAFAEL DE BASTOS	Operador de Máquinas	DEFERIDO(A)	
001343	LUCAS RAFAEL DE BASTOS	Auxiliar Operacional Geral	DEFERIDO(A)	
001784	LUCIA DA CONCEIÇÃO FERREIRA	Médico Veterinário	DEFERIDO(A)	
000931	LUCIA DE LIMA FERNANDES	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
000962	LUCIA DE LIMA FERNANDES	Auxiliar Administrativo	DEFERIDO(A)	
000291	LUCIANA LIMA DE CARVALHO	Professor	DEFERIDO(A)	
001576	LUCIANA SOUSA DE OLIVEIRA	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001325	LUCIANA TRZASKOS	Professor	DEFERIDO(A)	
000979	LUCIANE BOSQUETTE MARIN DA SILVA	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
000224	LUCIANE BOSQUETTE MARIN DA SILVA	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
001824	LUCIANE DE CALAZ	Técnico em Enfermagem A	INDEFERIDO(A)	7 | Divergência nos dados consultados | CPF identificado no Cadastro Único, mas os dados fornecidos pelo candidato (nome completo ou data de nascimento) não permitiram confirmar a sua identidade.
000754	LUCIENE LOURENÇO DA SILVA	Assistente Social	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000759	LUCIENE LOURENÇO DA SILVA	Professor Educação Infantil	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
002363	LUCINEIDE CICERA DA SILVA	Professor Educação Infantil	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
002017	LUDIMYLA PASSOS SILVA	Médico Veterinário	INDEFERIDO(A)	4 | CPF não encontrado | Pessoa não encontrada no Cadastro Único.
001206	LUDYAN SOUZA OLIVEIRA	Auxiliar Administrativo	DEFERIDO(A)	
001827	LUIS FERNANDO CANCI DE MOURA	Médico III	DEFERIDO(A)	
001305	LUIZ ANTONIO DOS SANTOS OLIVEIRA	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
000295	LUIZ BERNARDI	Engenheiro Agrônomo	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000143	LUIZA MARIA URBAN DA SILVA	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
001854	MADARA MOJANA SARCO	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	7 | Divergência nos dados consultados | CPF identificado no Cadastro Único, mas os dados fornecidos pelo candidato (nome completo ou data de nascimento) não permitiram confirmar a sua identidade.
002355	MAIARA DOS SANTOS COLACO MAZUR	Professor	DEFERIDO(A)	

002397	MAIARA JAMILE MOURA	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	7 | Divergência nos dados consultados | CPF identificado no Cadastro Único, mas os dados fornecidos pelo candidato (nome completo ou data de nascimento) não permitiram confirmar a sua identidade.
002350	MAIARA LARISSA MATOS IEGER	Professor	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001416	MAIARA ROCHA COLAÇO FRAGOSO	Técnico em Enfermagem A	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001525	MAIARA ROCHA COLAÇO FRAGOSO	Técnico em Enfermagem A	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001192	MAICON DIONE FIGURA SANTOS CARDOSO	Técnico em Enfermagem A	DEFERIDO(A)	
001121	MAINARA MARIA DA CRUZ	Professor Educação Infantil	INDEFERIDO(A)	13 | Cadastro Desatualizado | Pessoa em família com data da inclusão ou data da última atualização cadastral maior do que 24 meses.
000186	MARCELI PROENCIO COSTA LIMA	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
000643	MARCELO SIQUEIRA DE ABREU	Advogado	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001660	MARCIANA MAURER AGUIAR	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
001390	MARCIELLI REGINA ZACLIKEVIC	Enfermeiro	DEFERIDO(A)	
000852	MARCOS ANTONIO PEREIRA	Professor	INDEFERIDO(A)	13 | Cadastro Desatualizado | Pessoa em família com data da inclusão ou data da última atualização cadastral maior do que 24 meses.
000853	MARCOS ANTONIO PEREIRA	Auxiliar Administrativo	INDEFERIDO(A)	13 | Cadastro Desatualizado | Pessoa em família com data da inclusão ou data da última atualização cadastral maior do que 24 meses.
000260	MARCOS ANTONIO PEREIRA	Professor	INDEFERIDO(A)	13 | Cadastro Desatualizado | Pessoa em família com data da inclusão ou data da última atualização cadastral maior do que 24 meses.
000480	MARCOS DE PAULA E SILVA	Assistente Administrativo	DEFERIDO(A)	
001882	MARCOS DE PAULA E SILVA	Motorista II	DEFERIDO(A)	
000519	MARCOS QUEIROZ DA SILVA	Motorista II	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001002	MARCOS ROBERTO CAVALCANTE GUEROCA	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
002178	MARCOS VENICIO DE SOUSA	Eletricista de Instalações (edifícios)	DEFERIDO(A)	
002404	MARCOS VINICIUS BUBNA	Fisioterapeuta	DEFERIDO(A)	
002133	MARIA APARECIDA BURCKHARDT	Professor Educação Infantil	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001323	MARIA CECÍLIA ROLAND	Professor	INDEFERIDO(A)	13 | Cadastro Desatualizado | Pessoa em família com data da inclusão ou data da última atualização cadastral maior do que 24 meses.
000828	MARIA CIRLEIDE SANTANA PINHEIRO	Professor	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
002077	MARIA EDUARDA DE LIMA	Técnico em Enfermagem A	INDEFERIDO(A)	Inscrição paga.
001330	MARIA EDUARDA DOS SANTOS	Odontólogo II	DEFERIDO(A)	
001110	MARIA EDUARDA SANTOS AYRES DA PAIXÃO	Assistente de Alunos	DEFERIDO(A)	
001497	MARIA EDUARDA SANTOS AYRES DA PAIXÃO	Professor	DEFERIDO(A)	
002002	MARIA EDUARDA SANTOS AYRES DA PAIXÃO	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
000367	MARIA ENAÊ FERNANDES	Motorista II	DEFERIDO(A)	
000791	MARIA FERNANDA DE BASTOS FRAGOSO	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
000795	MARIA FERNANDA DE BASTOS FRAGOSO	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
001724	MARIA FRANCIELLY DA SILVA RIBEIRO	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000540	MARIA LUCIANA PEDROSO DE ALMEIDA	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
000699	MARIA LUISA WEISS	Assistente de Alunos	DEFERIDO(A)	
001300	MARIA LUIZA NASCIMENTO FERREIRA	Professor Educação Infantil	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000483	MARÍA RODRIGUES DA CONCEIÇÃO	Técnico em Enfermagem A	INDEFERIDO(A)	7 | Divergência nos dados consultados | CPF identificado no Cadastro Único, mas os dados fornecidos pelo candidato (nome completo ou data de nascimento) não permitiram confirmar a sua identidade.
000769	MARIA SIMONE XAVIER DA SILVA	Auxiliar Operacional Geral	DEFERIDO(A)	
001985	MARIANA DE SOUZA PEREIRA	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
002321	MARIANA SUREK GONÇALVES DA SILVA	Nutricionista	DEFERIDO(A)	
002075	MARIANA VIEIRA BASTOS	Professor	DEFERIDO(A)	
001658	MARIANE DA MAIA RODRIGUES	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	Inscrição paga.
000505	MARIELE DA SILVA PIRES	Técnico em Enfermagem A	DEFERIDO(A)	
000400	MARILENE APARECIDA SOUZA DE MELO	Auxiliar Operacional Geral	DEFERIDO(A)	
002080	MARILENE BORA DA ROCHA	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	7 | Divergência nos dados consultados | CPF identificado no Cadastro Único, mas os dados fornecidos pelo candidato (nome completo ou data de nascimento) não permitiram confirmar a sua identidade.
002093	MARILENE BORA DA ROCHA	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	7 | Divergência nos dados consultados | CPF identificado no Cadastro Único, mas os dados fornecidos pelo candidato (nome completo ou data de nascimento) não permitiram confirmar a sua identidade.
000198	MARINA LEÃO REIS	Auxiliar Administrativo	DEFERIDO(A)	
000146	MARIZETE DE SOUSA E SOUSA	Nutricionista	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001070	MARLI HELENA BATISTA	Técnico em Enfermagem A	DEFERIDO(A)	
001071	MARLI HELENA BATISTA	Técnico em Enfermagem A	DEFERIDO(A)	
000655	MARTA TERESINHA RIBEIRO DA LUZ	Professor	DEFERIDO(A)	
001563	MATEUS DE OLIVEIRA MARTINS	Advogado	INDEFERIDO(A)	13 | Cadastro Desatualizado | Pessoa em família com data da inclusão ou data da última atualização cadastral maior do que 24 meses.
001103	MATHEUS SILVA CAMPOS	Engenheiro Civil	DEFERIDO(A)	
000956	MATHEUS VINICUS ALCIDES	Assistente Administrativo	INDEFERIDO(A)	Inscrição paga.
000950	MAYARA ADRIANA VIEIRA BRANDAO	Contador I	INDEFERIDO(A)	4 | CPF não encontrado | Pessoa não encontrada no Cadastro Único.

001981	MAYRA DE SOUZA PEREIRA	Professor	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000739	MICHELE APARECIDA DE ANDRADE	Auxiliar Operacional Geral	DEFERIDO(A)	
000177	MICHELE FERREIRA DA SILVA RAMOS	Assistente Administrativo	DEFERIDO(A)	
000380	MICHELI FATIMA DE OLIVEIRA CHEDELISKI	Professor	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000807	MICHELLE LOPES GALIKOSKI	Técnico em Enfermagem A	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001634	MIRIÃ CAMILO DANTAS DA SILVA DEDA	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
000547	MIRIAN PRISCILA DE OLIVEIRA	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
002005	MISLAINE JOSÉ DA SILVA SANTANNA	Técnico em Enfermagem A	DEFERIDO(A)	
000421	NAELY CRISTHINA FRAÇA TABORDA	Assistente de Alunos	INDEFERIDO(A)	Inscrição paga.
000223	NATALI CRISTINA CARDOSO BARTH	Auxiliar Operacional Geral	DEFERIDO(A)	
001412	NATALI DE FATIMA PEREIRA	Assistente Administrativo	DEFERIDO(A)	
001415	NATALI DE FATIMA PEREIRA	Contador I	DEFERIDO(A)	
001433	NATALI DE FATIMA PEREIRA	Auxiliar Administrativo	DEFERIDO(A)	
001205	NATHAN RODRIGUES DOURADO DE OLIVEIRA	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
002356	NAYARA ALYNE SAKAMOTO	Médico III	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001821	NEOVANI MARTINS TAVARES DOS SANTOS	Auxiliar Operacional Geral	DEFERIDO(A)	
001696	NICOLE DOMBROSKI	Assistente Social	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000133	NICOLE FERNANDA ALVES JAVORSKI OLIVEIRA	Técnico em Enfermagem A	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001511	NICOLE VITORIA ZANELLA DOS SANTOS	Professor Educação Infantil	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001674	NICOLLY VITORIA DE OLIVEIRA DEPAULA	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
000615	NILVA CLAUDIANE BERNARDO	Professor	DEFERIDO(A)	
000987	NILVA CORRÊA PINTO	Professor	INDEFERIDO(A)	Inscrição paga.
001847	NYCOLE STEPHANIE FERREIRA DE OLIVEIRA	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
001055	ONILDE BUFFA DE OLIVEIRA	Técnico em Enfermagem A	DEFERIDO(A)	
000311	ORLEI DZIURKOWSKI	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
002195	PAMILY MARTINS DA CUNHA	Auxiliar Operacional Geral	DEFERIDO(A)	
002196	PAMILY MARTINS DA CUNHA	Assistente de Alunos	DEFERIDO(A)	
001688	PATRÍCIA APARECIDA SOARES CARDOSO	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
000717	PATRÍCIA APARECIDA SOARES CARDOSO	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
000718	PATRÍCIA APARECIDA SOARES CARDOSO	Professor	DEFERIDO(A)	
001960	PATRICIA DE JESUS DE CALAZ DA CRUZ	Auxiliar Administrativo	INDEFERIDO(A)	4 | CPF não encontrado | Pessoa não encontrada no Cadastro Único.
001979	PATRÍCIA PIRES PINTO	Professor Educação Infantil	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001008	PATRÍCIA REGINA COLAÇO	Assistente de Alunos	INDEFERIDO(A)	Inscrição paga.
001396	PATRICIA SVIERDOSKI	Auxiliar Administrativo	DEFERIDO(A)	
001226	PATRICK HENRIQUE SIQUEIRA PALOSCHI	Técnico em Enfermagem A	INDEFERIDO(A)	Inscrição paga.
001419	PAULO ROBERTO BARBOSA JUNIOR	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
002379	PAULO ROBERTO DOS SANTOS	Técnico em Enfermagem A	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001629	PEDRO GABRIEL NICOLAU PINHEIRO	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
001630	PEDRO GABRIEL NICOLAU PINHEIRO	Auxiliar Administrativo	DEFERIDO(A)	
000383	PEDRO DE SOUZA GALVÃO JUNIOR	Auxiliar Administrativo	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001657	PEDRO EMANOEL PERES DIANI	Engenheiro Agrimensor	DEFERIDO(A)	
002390	PETERSON LUIS NOGUEIRA ROGACIANO	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
002291	PRISCILA CRUZ LIMA	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
002160	PRISCILA LOPES DA VEIGA ORGANEK	Técnico em Enfermagem A	DEFERIDO(A)	
000905	PRISCILA SOARES COBERTINI RAMALHO	Odontólogo II	DEFERIDO(A)	
001045	RAFAEL AMORIM DE SOUSA	Engenheiro Civil	INDEFERIDO(A)	13 | Cadastro Desatualizado | Pessoa em família com data da inclusão ou data da última atualização cadastral maior do que 24 meses.
000624	RAFAEL FREIRE DA SILVA	Operador de Máquinas	DEFERIDO(A)	
000720	RAFAEL FREIRE DA SILVA	Operador de Máquinas	DEFERIDO(A)	
000259	RAFAEL MERLIN VERNILLO	Professor	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001053	RAFAELA MEIRELES SOARES	Auxiliar Administrativo	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001287	RAIANE DAMARI SOUZA DO NASCIMENTO	Professor	INDEFERIDO(A)	7 | Divergência nos dados consultados | CPF identificado no Cadastro Único, mas os dados fornecidos pelo candidato (nome completo ou data de nascimento) não permitiram confirmar a sua identidade.
001771	RAQUEL SANTOS COSTA	Professor	DEFERIDO(A)	
000226	REGINALDO RICARDO DA SILVA	Auxiliar Operacional Geral	DEFERIDO(A)	
000980	REGINALDO RICARDO DA SILVA	Auxiliar Operacional Geral	DEFERIDO(A)	
000653	RENATA FREITAS COPERTINO	Assistente Social	INDEFERIDO(A)	7 | Divergência nos dados consultados | CPF identificado no Cadastro Único, mas os dados fornecidos pelo candidato (nome completo ou data de nascimento) não permitiram confirmar a sua identidade.
001665	RHAIANE CAROLINE RABITCH	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
000711	RICARDO MANSSUR DE MODESTI	Motorista II	INDEFERIDO(A)	Inscrição paga.
000566	RICKSON ALAN NASSIN	Advogado	INDEFERIDO(A)	4 | CPF não encontrado | Pessoa não encontrada no Cadastro Único.

001180	RICKSON DERIK HOLANDA	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
000151	RITHIANE FAIAL MACIEL	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000756	ROBSON DE AMORIM OLIVEIRA	Eletricista de Instalações (edifícios)	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000454	RODRIGO BATISTA DA SILVA	Motorista II	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
002267	RODRIGO HADDAD DE SOUZA DE CARVALHO	Engenheiro Agrimensor	DEFERIDO(A)	
002320	RONALDO GONCALVES DA SILVA	Auxiliar Administrativo	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001667	ROSA DOMANSKI	Advogado	DEFERIDO(A)	
000149	ROSA MARIA PASSARINHO MELO DOS SANTOS	Professor Educação Infantil	INDEFERIDO(A)	13 | Cadastro Desatualizado | Pessoa em família com data da inclusão ou data da última atualização cadastral maior do que 24 meses.
000254	ROSANA CASSIA DE SOUZA PAES	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
002245	ROSANA DOS SANTOS FERREIRA	Técnico em Enfermagem A	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001776	ROSANGELA CARDOSO ALVES FRIEDRICH	Enfermeiro	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001790	ROSANGELA DOS SANTOS ANTONIACOMI	Professor	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000306	ROSÂNGELA SUTIL DE OLIVEIRA	Professor	DEFERIDO(A)	
000776	ROSANNA ANGELL RENATA N SÊNA	Técnico em Enfermagem A	INDEFERIDO(A)	7 | Divergência nos dados consultados | CPF identificado no Cadastro Único, mas os dados fornecidos pelo candidato (nome completo ou data de nascimento) não permitiram confirmar a sua identidade.
001007	ROSANNA ANGELL RENATA N SÊNA	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	7 | Divergência nos dados consultados | CPF identificado no Cadastro Único, mas os dados fornecidos pelo candidato (nome completo ou data de nascimento) não permitiram confirmar a sua identidade.
000239	ROSEANNE CRISTINA HERBERT FARIA	Auxiliar Administrativo	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001507	ROSEMEIRE SOUZA GOMES RAMOS	Professor	DEFERIDO(A)	
000794	ROSEMERI DE SOUZA QUINCOZES	Assistente de Alunos	DEFERIDO(A)	
000740	ROSENI MORESCO	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
001144	ROSIANE RIBEIRO GONCALVES	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
001145	ROSIANE RIBEIRO GONCALVES	Professor	DEFERIDO(A)	
001427	ROSILDA MACHADO	Assistente de Alunos	DEFERIDO(A)	
002332	ROSILENE SOARES AGUIAR CURUCA	Enfermeiro	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001449	ROSINELI DO CARMO	Assistente Administrativo	DEFERIDO(A)	
001100	ROSINES DE SOUZA	Assistente de Alunos	INDEFERIDO(A)	Inscrição paga.
001025	ROSIVANE DOS SANTOS SILVA NOGA	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
001026	ROSIVANE DOS SANTOS SILVA NOGA	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
001856	RUTHI TABORDA MARTINS	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000336	SAMANTHA DE LIMA DOS SANTOS	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	13 | Cadastro Desatualizado | Pessoa em família com data da inclusão ou data da última atualização cadastral maior do que 24 meses.
000553	SAMARONE DE SOUSA CRISTO DORIA	Arquiteto	INDEFERIDO(A)	4 | CPF não encontrado | Pessoa não encontrada no Cadastro Único.
000495	SAMIA DO VALE GURGEL	Enfermeiro	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000496	SAMIA DO VALE GURGEL	Técnico em Enfermagem A	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
002189	SAMUEL NASCIMENTO DE PAULA	Assistente Administrativo	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000586	SANDRA MARIA ALMEIDA DA SILVA	Professor	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001650	SANTA LUZIA KUKA	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
002199	SARA MOREIRA SANTOS	Biólogo	INDEFERIDO(A)	13 | Cadastro Desatualizado | Pessoa em família com data da inclusão ou data da última atualização cadastral maior do que 24 meses.
002200	SARA MOREIRA SANTOS	Biólogo	INDEFERIDO(A)	13 | Cadastro Desatualizado | Pessoa em família com data da inclusão ou data da última atualização cadastral maior do que 24 meses.
001314	SAYONARA CONCEIÇÃO WOZHIAK	Auxiliar Administrativo	DEFERIDO(A)	
000824	SCHEILA SIQUEIRA MAGALHÃES	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
001009	SHARA EDUARDA BARBOSA DE RAMOS	Assistente de Alunos	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000933	SHEILA BOHRER DE OLIVEIRA	Assistente Administrativo	DEFERIDO(A)	
000418	SHEILA DIAS DOS SANTOS	Engenheiro Agrimensor	DEFERIDO(A)	
000707	SHEILA LUCIA DA SILVA	Assistente Social	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000419	SILMARA DE LOURDES PEDROSO DE OLIVEIRA	Técnico em Enfermagem A	DEFERIDO(A)	
001975	SILMARA MENDES	Auxiliar Operacional Geral	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000517	SILMARA PEREIRA MORAES DE QUEIROZ	Técnico em Enfermagem A	DEFERIDO(A)	
002098	SIMONE CONSTANTINO BELLEI	Fisioterapeuta	DEFERIDO(A)	
000452	SIMONE DA ROCHA	Enfermeiro	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.

000846	SÌNDI HELEN SARMENTO DE SOUZA LIMA	Técnico em Enfermagem A	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000499	SOCIENARAY CRISTINA HARTMANN	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
001306	SONIA DO NASCIMENTO BRAGA WINCK	Técnico em Enfermagem A	DEFERIDO(A)	
001770	SONIA DO ROCIO MARCELO RODRIGUES	Técnico em Enfermagem A	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000831	SOPHIE EMANOELI ALMEIDA ANDRADE	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001258	STEFANI NAARA RAMOS BATISTA	Assistente de Alunos	DEFERIDO(A)	
002240	STEFANIE LEYSER	Psicólogo	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001783	STEPHANE DE OLIVEIRA CARNEIRO	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
000856	STEPHANY CRISTINE SKOCYNSKI GABRIEL	Fiscal de Obras e Posturas	DEFERIDO(A)	
002328	SUELEN ROSA DOS SANTOS	Odontólogo II	DEFERIDO(A)	
000435	SUELEN SOUZA DE OLIVEIRA	Odontólogo II	DEFERIDO(A)	
000450	SUELLEN SCHENOVEBER FERNANDES DOS SANTOS DE MEDEIROS	Professor Educação Infantil	INDEFERIDO(A)	7 | Divergência nos dados consultados | CPF identificado no Cadastro Único, mas os dados fornecidos pelo candidato (nome completo ou data de nascimento) não permitiram confirmar a sua identidade.
001036	SUSAN KEILA PEDREIRA LIMA	Professor Educação Infantil	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000725	SUZAMARA LEMOS DA SILVA	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
000469	TAINARA ABREU FRANÇA	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
002137	TAINARA ABREU FRANÇA	Professor	DEFERIDO(A)	
000434	TAINARA GUEDES DOS REIS DE OLIVEIRA	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
002362	TALITA DE OLIVEIRA VAZ SILVA COSTA	Professor	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001593	TANIA DANIELE DE LIMA DA LUZ	Assistente Administrativo	DEFERIDO(A)	
001256	TASSIA MARIA DANTAS CRUZ	Nutricionista	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000398	TASSIA THAMARA MARTINS	Técnico em Enfermagem A	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000811	TATIANA SANTOS SKOVRONSKI	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
000365	TATIANE APARECIDA SIMOES DE LIMA	Assistente de Alunos	DEFERIDO(A)	
000463	TATIANE KEPPES TABORDA	Auxiliar Operacional Geral	INDEFERIDO(A)	Inscrição paga.
001815	TATIARA TABORDA COLACO	Assistente de Alunos	DEFERIDO(A)	
000817	TAYANNE RAWYLLA SANTOS MONTEIRO	Farmacêutico	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000803	TAYNARA CAROLINA LIMA MARTINS	Professor	DEFERIDO(A)	
000806	TAYNARA CAROLINA LIMA MARTINS	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
002007	TAYNARA EDUARDA BUENO DOS SANTOS	Professor	DEFERIDO(A)	
002213	THAIS CORTES DA SILVA	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
002329	THAIS DE OLIVEIRA ANTUNES	Assistente Social	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000473	THAIS DE OLIVEIRA ANTUNES	Assistente Social	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001050	THALIA MONTEIRO	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
000823	THIAGO ANTUNES SKOVRONSKI	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
000606	THIAGO GOMES DE ALMEIDA	Eletricista de Instalações (edifícios)	DEFERIDO(A)	
000965	ULISSES ATILA ARRAIS E MOURA	Assistente Administrativo	DEFERIDO(A)	
001155	ULISSES ATILA ARRAIS E MOURA	Fiscal de Obras e Posturas	DEFERIDO(A)	
002296	VALDINEI RYBINSKI	Motorista II	DEFERIDO(A)	
000384	VANDA DE ALMEIDA CAMARGO	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
000140	VANDERLEIA REGINA PEREIRA	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
002419	VANESSA JOANA DA ROCHA WOJCIK	Enfermeiro	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001315	VANESSA SARMENTO MARTINS	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000181	VANESSA SARMENTO MARTINS	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000281	VÂNIA APARECIDA DE CARVALHO DELLAQUA	Auxiliar Administrativo	DEFERIDO(A)	
000286	VANUSA MARIA WENGRZYNSKI	Professor	DEFERIDO(A)	
000871	VANUSA MARIA WENGRZYNSKI	Professor	DEFERIDO(A)	
001309	VERIDIANE DE ALMEIDA	Técnico em Enfermagem A	DEFERIDO(A)	
001796	VERIDIANE CAVALHEIRO DA SILVA	Assistente de Alunos	DEFERIDO(A)	
002115	VICTORIA KAIS	Professor Educação Infantil	DEFERIDO(A)	
001574	VITÓRIA CRISTINA DE JESUS GOMES SILVA	Auxiliar Administrativo	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000815	VIVIANE APARECIDA DE OLIVEIRA	Enfermeiro	DEFERIDO(A)	
001565	VIVIANE SANTOS DA SILVA	Assistente Administrativo	DEFERIDO(A)	
001566	VIVIANE SANTOS DA SILVA	Agente Comunitário de Saúde	DEFERIDO(A)	
000256	WALLACE BRASILINO DA SILVA	Auxiliar Administrativo	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000865	WALQUIRIA DO ROSARIO WENGRZYNSKI	Professor	DEFERIDO(A)	
000869	WALQUIRIA DO ROSARIO WENGRZYNSKI	Professor	DEFERIDO(A)	
002405	WEBERT ALEX DOS SANTOS BENETTI	Médico III	DEFERIDO(A)	
000300	WELLINGTON APARECIDO HOY	Motorista II	DEFERIDO(A)	
000316	WELLINGTON APARECIDO HOY	Motorista II	DEFERIDO(A)	
002043	WELLINGTTON FELIPE BASSANI DE OLIVEIRA	Auxiliar Administrativo	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do

				que meio salário mínimo vigente.
000443	WENDER HABECK DE ARAUJO	Agente Comunitário de Saúde	INDEFERIDO(A)	4 | CPF não encontrado | Pessoa não encontrada no Cadastro Único.
000520	WESLEY QUEIROZ ALENCAR	Auxiliar Administrativo	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
000277	WILLIAN ANGELO DELLAQUA	Motorista II	DEFERIDO(A)	
002294	WILLIAN BORTOLOTTO	Motorista II	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
002295	WILLIAN BORTOLOTTO	Técnico em Informática	INDEFERIDO(A)	6 | Pessoa fora do perfil de renda | Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
001198	YASMIN MORATO WOLSKI	Assistente Administrativo	DEFERIDO(A)	

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:BC0E4425

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D' OESTE

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL 006/2026

Edital 006/2026
PREFEITURA MUNICIPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE – PARANÁ

CONCURSO PÚBLICO DE SELEÇÃO DE PESSOAL – PSP EDITAL Nº 001/2026

O **Sr. EVERTON CASSIO ZANUTO**, **Prefeito do Município de Rancho Alegre D'Oeste, Estado do Paraná**, no uso de suas atribuições legais, e considerando as disposições contidas no **Edital nº 001/2026**, **RESOLVE** tornar público o **Edital Definitivo de Deferimento e Indeferimento das Inscrições dos candidatos PcD, dos pedidos de isenção da taxa de inscrição, dos candidatos** Afrodescendente**, dos doadores de medula óssea e das solicitações de outras condições especiais, conforme segue.**

Relação Geral:

1º. Ficam **DEFERIDAS DEFINITIVAMENTE** as **Inscrição** dos candidatos abaixo relacionados, que se declararam **AFRODESCENDENTES,** como segue:

Nº Inscrição	Candidato	Cargo	Condições
41444	Leandro Farias Fagundes	01 - Agente Comunitário de Saúde	Afrodescendente
39826	Bruno Aparecido Pereira Lima	02 - Agente de Endemias	Afrodescendente
40420	Clarice Batista de Oliveira	02 - Agente de Endemias	Afrodescendente
40482	Claudio Henrique Rodrigues Fantinati	02 - Agente de Endemias	Afrodescendente
40017	Cristiano Santana Borges	02 - Agente de Endemias	Afrodescendente
40481	Dineusa Rodrigues do Nascimento	02 - Agente de Endemias	Afrodescendente
40913	Flavia Santos Silva	02 - Agente de Endemias	Afrodescendente
40415	Valmir Ribeiro da Silva	02 - Agente de Endemias	Afrodescendente
40613	Sabrina Thamyres de Souza	04 - Arquiteto	Afrodescendente
39371	Elisa dos Santos Rodrigues	05 - Assistente Social	Afrodescendente
39994	Evens Pierre	05 - Assistente Social	Afrodescendente
39482	Geovani dos Santos da Silva	05 - Assistente Social	Afrodescendente
40573	Gilda Gomes Alves	05 - Assistente Social	Afrodescendente
40382	Luzia Batista dos Santos	05 - Assistente Social	Afrodescendente
39687	Marcos Vieira Brandao	05 - Assistente Social	Afrodescendente
40384	Rosenilda Batista Pereira	08 - Auxiliar de Enfermagem	Afrodescendente
40009	Thais de Souza dos Santos	08 - Auxiliar de Enfermagem	Afrodescendente
40167	Brunna de Oliveira Pereira	09 - Cirurgião Dentista	Afrodescendente
39450	Gabrielle Lopes de Souza	09 - Cirurgião Dentista	Afrodescendente
41411	Pablo Henrique Lima Cavalcante	09 - Cirurgião Dentista	Afrodescendente
39523	Cleitson Rodrigo Ribeiro	10 - Coletor de Lixo	Afrodescendente
39914	Rafael Jose Lima da Silva	11 - Contador	Afrodescendente
40698	Carlos Henrique Cordeiro	12 - Controlador Interno	Afrodescendente
40560	Emerson Emanoel Silva Pereira	12 - Controlador Interno	Afrodescendente
39383	Faena Gabriela Ehlers da Silva	12 - Controlador Interno	Afrodescendente
39865	Filipe Magalhães Marcelino de Oliveira	12 - Controlador Interno	Afrodescendente
40386	Guilherme Jose Goncalves dos Santos	12 - Controlador Interno	Afrodescendente
40704	Diego Paulino	15 - Enfermeiro	Afrodescendente
39803	Edielica Neves de Oliveira	15 - Enfermeiro	Afrodescendente
40080	Franciele Cardoso de Souza	15 - Enfermeiro	Afrodescendente
39434	Rosangela Mendes Batista Alves	15 - Enfermeiro	Afrodescendente
39749	Tamiris Marina Ortega Fagundes	15 - Enfermeiro	Afrodescendente
39411	Bruno da Silva Pasquino	17 - Engenheiro Civil	Afrodescendente
40270	Danilo Morais Mota	18 - Escriturário	Afrodescendente
39856	Douglas Gabriel da Silva	18 - Escriturário	Afrodescendente
40599	Eduarda de Jesus do Nascimento	18 - Escriturário	Afrodescendente
40184	José Claudio Batista de Oliveira	18 - Escriturário	Afrodescendente
40411	Marcelo dos Santos	18 - Escriturário	Afrodescendente
40419	Mario Alceu Teles Medeiros	18 - Escriturário	Afrodescendente
40970	Ponciane Lopes da Silva	18 - Escriturário	Afrodescendente
40324	Allan Vinicius Felismino de Oliveira	20 - Fiscal de Tributos	Afrodescendente
39797	Geilza Garatini	20 - Fiscal de Tributos	Afrodescendente

40381	Nathalia Fernanda dos Santos Silva	20 - Fiscal de Tributos	Afrodescendente
40606	Pedro Pereira de Souza Júnior	20 - Fiscal de Tributos	Afrodescendente
39760	Silmax Correia Borges	20 - Fiscal de Tributos	Afrodescendente
40724	Wendel Junior Rodrigues Souza	20 - Fiscal de Tributos	Afrodescendente
39599	Edneia Maria dos Santos	22 - Fisioterapeuta	Afrodescendente
39633	Maria Alice Veiga Colognese	22 - Fisioterapeuta	Afrodescendente
39705	Amanda Rodrigues de Souza	24 - Médico Clínico Geral	Afrodescendente
40308	Ananda Valquiria Moura dos Santos	26 - Médico para Atua-ção no Programa Saúde da Família	Afrodescendente
40396	Ademilson Pereira de Souza	29 - Motorista II	Afrodescendente
39360	Matheus Gomes dos Santos de Araujo	29 - Motorista II	Afrodescendente
40055	Paulo Roberto dos Santos	29 - Motorista II	Afrodescendente
40193	Cristian Pereira do Nascimento	32 - Procurador Municipal	Afrodescendente
41427	Evanei de Jesus Souza	32 - Procurador Municipal	Afrodescendente
39734	Gabriela da Silva	32 - Procurador Municipal	Afrodescendente
40500	Josiane Flores Munis da Silva	32 - Procurador Municipal	Afrodescendente
39744	Lorrane Ferreira da Cunha	32 - Procurador Municipal	Afrodescendente
40764	Lucas Willian Santos de Souza	32 - Procurador Municipal	Afrodescendente
40437	Marciel Alves Ferreira	32 - Procurador Municipal	Afrodescendente
40702	Alessandra Pereira da Cruz	33 - Professor	Afrodescendente
41360	Marcia Ferreira Nogueira	33 - Professor	Afrodescendente
41486	Patricia Silva Jesus Barros	33 - Professor	Afrodescendente
41027	Aline Aparecida Teodoro	33 - Professor	Afrodescendente
40074	Emanuely Velozo Aragao	33 - Professor	Afrodescendente
39988	Erica Thayrini Pereira dos Anjos	33 - Professor	Afrodescendente
39490	Ester de Araujo Pinheiro	33 - Professor	Afrodescendente
39802	Francielli Maciel Azevedo	33 - Professor	Afrodescendente
40668	Marilene Lais Pereira dos Santos de Oliveira	33 - Professor	Afrodescendente
40812	Monica Vieira Dutra	33 - Professor	Afrodescendente
39594	Suzana Rodrigues da Silva Gomes	33 - Professor	Afrodescendente
39990	Viviane Marques dos Santos Krachinski	33 - Professor	Afrodescendente
40346	Patricia Heidrich Pereira	34 - Professor de Língua Inglesa	Afrodescendente
39628	Dominique Angélica dos Santos Passos	35 - Psicólogo	Afrodescendente
39586	Flavia Gisele dos Santos Carnizal	35 - Psicólogo	Afrodescendente
39617	Janaina Gomes de Souza	35 - Psicólogo	Afrodescendente
39515	Larissa Ascanio	35 - Psicólogo	Afrodescendente
39611	Larissa Felix Araújo	35 - Psicólogo	Afrodescendente
40961	Rozilene Mendes Batista de Almeida	37 - Telefonista	Afrodescendente
40406	Adevair Aparecido de Oliveira	39 - Vigia	Afrodescendente
39489	Daniel Silva Pires	39 - Vigia	Afrodescendente
41401	Elaine Beatriz Araujo Ribeiro	39 - Vigia	Afrodescendente
41423	Eucilene Ramos Pereira da Silva Andrade	39 - Vigia	Afrodescendente
41428	Gabriel Rodrigues dos Santos	39 - Vigia	Afrodescendente
41223	Renata dos Santos Rosa	39 - Vigia	Afrodescendente

2º. Ficam **DEFERIDAS DEFINITIVAMENTE** as solicitações de **Isenção da Taxa de Inscrição** aos candidatos abaixo relacionados, que comprovaram sua inscrição no Cadastro Único, estabelecido no **Edital nº 001/2026,** conforme segue:

Nº Inscrição	Candidato	Cargo	Condições
39826	Bruno Aparecido Pereira Lima	02 - Agente de Endemias	Cadastro Único
40420	Clarice Batista de Oliveira	02 - Agente de Endemias	Cadastro Único
40117	Josenilda Leal de Brito Kehl Pereira	02 - Agente de Endemias	Cadastro Único
39613	Orlei Dziurkowski	02 - Agente de Endemias	Cadastro Único
39733	Juliana Claudia Fantinati	04 - Arquiteto	Cadastro Único
40316	Marcio Rodrigues Dias	04 - Arquiteto	Cadastro Único
39818	Caroline Aparecida Marques de Brito	05 - Assistente Social	Cadastro Único
39473	Claudenice Aparecida da Silva	05 - Assistente Social	Cadastro Único
40522	Dandara Raiane de Paula	05 - Assistente Social	Cadastro Único
39855	Jucelia Aparecida de Ramos	05 - Assistente Social	Cadastro Único
40076	Jéssica Chaiane Pacheco Malonyai	05 - Assistente Social	Cadastro Único
40382	Luzia Batista dos Santos	05 - Assistente Social	Cadastro Único
39554	Marcos Lopes de Carvalho	05 - Assistente Social	Cadastro Único
39820	Queli do Nascimento da Silva	05 - Assistente Social	Cadastro Único
39498	Antonia Uberlandia Queiroz Nascimento	06 - Auxiliar Administrativo	Cadastro Único
40421	Ana Beatriz Barbara de Haro	07 - Auxiliar Cirurgião Dentista	Cadastro Único
41397	Lucinete Maria Rodrigues	08 - Auxiliar de Enfermagem	Cadastro Único
40032	Marcia Aparecida Forcato de Oliveira Pereira	08 - Auxiliar de Enfermagem	Cadastro Único
39630	Clarice Moreira Duarte	09 - Cirurgião Dentista	Cadastro Único
39756	Felipe Souza de Moura Balancieri	09 - Cirurgião Dentista	Cadastro Único
39775	Karyn Rodrigues Viana	09 - Cirurgião Dentista	Cadastro Único
40136	Alexandre Kehl Pereira	11 - Contador	Cadastro Único
40386	Guilherme Jose Goncalves dos Santos	12 - Controlador Interno	Cadastro Único
39671	Keilla Jaiane Batista de Oliveira	12 - Controlador Interno	Cadastro Único
39460	Pedro Augusto Severo Josefi	12 - Controlador Interno	Cadastro Único
40808	Juliana dos Santos Ferreira Sena	14 - Cozinheiro	Cadastro Único
40338	Sirlei Aparecida Bezerra dos Santos	14 - Cozinheiro	Cadastro Único
39700	Ivanildo Cardoso Campos	17 - Engenheiro Civil	Cadastro Único
39478	Jose Marcos Alves de Oliveira	17 - Engenheiro Civil	Cadastro Único
40270	Danilo Morais Mota	18 - Escriturário	Cadastro Único
39856	Douglas Gabriel da Silva	18 - Escriturário	Cadastro Único
40599	Eduarda de Jesus do Nascimento	18 - Escriturário	Cadastro Único
40532	Jessica Cristina de Oliveira Piveta	18 - Escriturário	Cadastro Único
40184	José Claudio Batista de Oliveira	18 - Escriturário	Cadastro Único
40164	Karen de Sousa Gimenes	18 - Escriturário	Cadastro Único
40719	Shelder Malaquias dos Santos Leal	18 - Escriturário	Cadastro Único
39810	Silvia Clarice da Costa	18 - Escriturário	Cadastro Único
39891	Adrian Daniel Piveta	20 - Fiscal de Tributos	Cadastro Único
40507	Andressa Fernanda Valentini	20 - Fiscal de Tributos	Cadastro Único

39797	Geilza Garatini	20 - Fiscal de Tributos	Cadastro Único
40381	Nathalia Fernanda dos Santos Silva	20 - Fiscal de Tributos	Cadastro Único
39439	Lucelia Aparecida Ribeiro	21 - Fiscal Municipal	Cadastro Único
39599	Edneia Maria dos Santos	22 - Fisioterapeuta	Cadastro Único
39738	Lara Eduarda Camargo de Oliveira	23 - Fonoaudiólogo	Cadastro Único
39808	Joao Alexandre de Oliveira Paz	24 - Médico Clínico Geral	Cadastro Único
40740	Eduarda Oliveira Perin	26 - Médico para Atua-ção no Programa Saúde da Família	Cadastro Único
40039	Elvis Cunha Cotrim Ribeiro	26 - Médico para Atua-ção no Programa Saúde da Família	Cadastro Único
39684	Gabriel Cordova	26 - Médico para Atua-ção no Programa Saúde da Família	Cadastro Único
40746	Gabriel Mahl	26 - Médico para Atua-ção no Programa Saúde da Família	Cadastro Único
39360	Matheus Gomes dos Santos de Araujo	29 - Motorista II	Cadastro Único
40081	Monica Cordeiro dos Santos	30 - Nutricionista	Cadastro Único
39762	Patricia da Silva Barros	30 - Nutricionista	Cadastro Único
40193	Cristian Pereira do Nascimento	32 - Procurador Municipal	Cadastro Único
39996	Luciano Hasper	32 - Procurador Municipal	Cadastro Único
40437	Marciel Alves Ferreira	32 - Procurador Municipal	Cadastro Único
40491	Aline Franciele de Oliveira Lima	33 - Professor	Cadastro Único
39793	Amanda Caroline Pontes Guimaraes	33 - Professor	Cadastro Único
40023	Bianca Maria Ramos Lima	33 - Professor	Cadastro Único
39490	Ester de Araujo Pinheiro	33 - Professor	Cadastro Único
39802	Francielli Maciel Azevedo	33 - Professor	Cadastro Único
39850	Geovana de Brito Alves Ferreira	33 - Professor	Cadastro Único
39853	Jessica Martins Freitas	33 - Professor	Cadastro Único
40062	Kethelin Eduarda de Brito	33 - Professor	Cadastro Único
39830	Layla Monic de Mattos Evangelista	33 - Professor	Cadastro Único
39761	Marilza de Araujo Rocha	33 - Professor	Cadastro Único
40627	Merilin Goncalves Miranda	33 - Professor	Cadastro Único
40812	Monica Vieira Dutra	33 - Professor	Cadastro Único
39984	Renata de Almeida	33 - Professor	Cadastro Único
40174	Sarai Jireh Delgado Giraldo	33 - Professor	Cadastro Único
39600	Solange Rosa da Silva	33 - Professor	Cadastro Único
39586	Flavia Gisele dos Santos Carnizal	35 - Psicólogo	Cadastro Único
40335	Larissa Martins Alexandre	35 - Psicólogo	Cadastro Único
40215	Logans Vithor Ferreira Marques	35 - Psicólogo	Cadastro Único
40204	Maria Eduarda do Banho Oliveira	35 - Psicólogo	Cadastro Único
40474	Mariana Honorato da Silva	35 - Psicólogo	Cadastro Único
39780	Nathalia Aline Almeida da Silva	35 - Psicólogo	Cadastro Único
40731	Ruan Schardosim de Oliveira	35 - Psicólogo	Cadastro Único
40525	Samuel Jardim Santos	35 - Psicólogo	Cadastro Único
39798	Ingrid Emanuelle de Souza Rodrigues	36 - Psicopedagogo	Cadastro Único
41410	Valdirene Aparecida Avancini Dias	36 - Psicopedagogo	Cadastro Único
40701	Angelica dos Santos Heidrick	37 - Telefonista	Cadastro Único
40406	Adevair Aparecido de Oliveira	39 - Vigia	Cadastro Único
39564	Celso Jose da Silva	39 - Vigia	Cadastro Único
39489	Daniel Silva Pires	39 - Vigia	Cadastro Único

3º. Ficam **DEFERIDAS DEFINITIVAMENTE** as solicitações de **Isenção da Taxa de Inscrição** aos candidatos abaixo relacionados, que enviaram a **Declaração de Desemprego,** conforme segue:

Nº Inscrição	Candidato	Cargo	Condições
40117	Josenilda Leal de Brito Kehl Pereira	02 - Agente de Endemias	Desemprego
40935	Rosilda Vieira	02 - Agente de Endemias	Desemprego
39733	Juliana Claudia Fantinati	04 - Arquiteto	Desemprego
39818	Caroline Aparecida Marques de Brito	05 - Assistente Social	Desemprego
40522	Dandara Raiane de Paula	05 - Assistente Social	Desemprego
39775	Karyn Rodrigues Viana	09 - Cirurgião Dentista	Desemprego
39671	Keilla Jaiane Batista de Oliveira	12 - Controlador Interno	Desemprego
39442	Zilma Fernandes dos Santos Soares	12 - Controlador Interno	Desemprego
41383	Marina Gomes da Silva Clara	14 - Cozinheiro	Desemprego
39968	Daniele Camargo Mariano	18 - Escriturário	Desemprego
40270	Danilo Morais Mota	18 - Escriturário	Desemprego
39856	Douglas Gabriel da Silva	18 - Escriturário	Desemprego
40599	Eduarda de Jesus do Nascimento	18 - Escriturário	Desemprego
40532	Jessica Cristina de Oliveira Piveta	18 - Escriturário	Desemprego
40184	José Claudio Batista de Oliveira	18 - Escriturário	Desemprego
40164	Karen de Sousa Gimenes	18 - Escriturário	Desemprego
40719	Shelder Malaquias dos Santos Leal	18 - Escriturário	Desemprego
39810	Silvia Clarice da Costa	18 - Escriturário	Desemprego
39979	Tais Aparecida Furtado Parteka	18 - Escriturário	Desemprego
40507	Andressa Fernanda Valentini	20 - Fiscal de Tributos	Desemprego
40381	Nathalia Fernanda dos Santos Silva	20 - Fiscal de Tributos	Desemprego
40039	Elvis Cunha Cotrim Ribeiro	26 - Médico para Atua-ção no Programa Saúde da Família	Desemprego
39684	Gabriel Cordova	26 - Médico para Atua-ção no Programa Saúde da Família	Desemprego
40746	Gabriel Mahl	26 - Médico para Atua-ção no Programa Saúde da Família	Desemprego
40081	Monica Cordeiro dos Santos	30 - Nutricionista	Desemprego
39762	Patricia da Silva Barros	30 - Nutricionista	Desemprego
39996	Luciano Hasper	32 - Procurador Municipal	Desemprego
39837	Cleide Tavares	33 - Professor	Desemprego
39802	Francielli Maciel Azevedo	33 - Professor	Desemprego
39850	Geovana de Brito Alves Ferreira	33 - Professor	Desemprego
40062	Kethelin Eduarda de Brito	33 - Professor	Desemprego
39830	Layla Monic de Mattos Evangelista	33 - Professor	Desemprego
40812	Monica Vieira Dutra	33 - Professor	Desemprego
40174	Sarai Jireh Delgado Giraldo	33 - Professor	Desemprego

39600	Solange Rosa da Silva	33 - Professor	Desemprego
40335	Larissa Martins Alexandre	35 - Psicólogo	Desemprego
39780	Nathalia Aline Almeida da Silva	35 - Psicólogo	Desemprego
40731	Ruan Schardosim de Oliveira	35 - Psicólogo	Desemprego
40406	Adevair Aparecido de Oliveira	39 - Vigia	Desemprego
39489	Daniel Silva Pires	39 - Vigia	Desemprego

4º. Ficam **DEFERIDAS DEFINITIVAMENTE** as solicitações de **Isenção da Taxa de Inscrição** aos candidatos abaixo relacionados, que comprovaram serem **doadores de medula**, conforme segue:

Nº Inscrição	Candidato	Cargo	Condições
39813	Dhionata Carvalho Faria	02 - Agente de Endemias	Doador de Medula
40103	Eliel Paulo Godoy	02 - Agente de Endemias	Doador de Medula
39977	Dierci Jordana Oliveira de Paula	04 - Arquiteto	Doador de Medula
40255	Manoel Hermes Pupim Neto	04 - Arquiteto	Doador de Medula
39953	Adriane Nascimento Silva	05 - Assistente Social	Doador de Medula
39507	Angela Maria Lavezzo Silva	05 - Assistente Social	Doador de Medula
39647	Fabiana de Carvalho Aniceto Ortiz	05 - Assistente Social	Doador de Medula
40319	Franciele Luci Barreiro	05 - Assistente Social	Doador de Medula
39482	Geovani dos Santos da Silva	05 - Assistente Social	Doador de Medula
39567	Karine Eliane Bergamini	05 - Assistente Social	Doador de Medula
39669	Lourisley Siqueira Gil	05 - Assistente Social	Doador de Medula
39592	Jeanine Magalhaes de Lima	05 - Assistente Social	Doador de Medula
40601	Lucineia Raimunda de Souza	05 - Assistente Social	Doador de Medula
39812	Roseanne Cristina Herbert Faria	06 - Auxiliar Administrativo	Doador de Medula
40809	Viviane Leao Rocha	08 - Auxiliar de Enfermagem	Doador de Medula
40714	Alessandra Barbizan Cordeiro	09 - Cirurgião Dentista	Doador de Medula
40111	Andre Luis Dias Carvalho	09 - Cirurgião Dentista	Doador de Medula
39542	Andreia da Silva Guedes Furlan	09 - Cirurgião Dentista	Doador de Medula
40648	Beatriz Patricio de Oliveira	09 - Cirurgião Dentista	Doador de Medula
39785	Bianca Pires Cardozo	09 - Cirurgião Dentista	Doador de Medula
39799	Elizabete Lucas de Jesus Ferreira Graciano	09 - Cirurgião Dentista	Doador de Medula
40125	Fabiola Bento da Silva	09 - Cirurgião Dentista	Doador de Medula
39450	Gabrielle Lopes de Souza	09 - Cirurgião Dentista	Doador de Medula
39925	Gervania Pereira Gigante	09 - Cirurgião Dentista	Doador de Medula
39639	Guilherme Carlos da Silva	09 - Cirurgião Dentista	Doador de Medula
40022	Gustavo Henrique Amador Meloquero	09 - Cirurgião Dentista	Doador de Medula
39709	Ieda Carla Candido	09 - Cirurgião Dentista	Doador de Medula
39801	Isadora Bitencourte Ribeiro Mariano	09 - Cirurgião Dentista	Doador de Medula
39976	Jhulia Fernanda Amann de Oliveira	09 - Cirurgião Dentista	Doador de Medula
40261	Juliete Milani Mathias	09 - Cirurgião Dentista	Doador de Medula
40878	Laura da Silva Martins	09 - Cirurgião Dentista	Doador de Medula
40321	Luana da Silva Duarte	09 - Cirurgião Dentista	Doador de Medula
39410	Marcos Yamamoto Inoue	09 - Cirurgião Dentista	Doador de Medula
40330	Maria Eduarda Basso	09 - Cirurgião Dentista	Doador de Medula
39465	Rafael Dal Santos Marcon	09 - Cirurgião Dentista	Doador de Medula
39694	Renan Velozo Aragao	09 - Cirurgião Dentista	Doador de Medula
39683	Victoria Regina Ferreira Pinto	09 - Cirurgião Dentista	Doador de Medula
39861	Vinícius Siqueira da Silva	09 - Cirurgião Dentista	Doador de Medula
39544	Vitoria Caetano Cervantes	09 - Cirurgião Dentista	Doador de Medula
39402	Anne Karolyna de Freitas da Silva	11 - Contador	Doador de Medula
39392	Elonia Kezia da Silva Souza	11 - Contador	Doador de Medula
39417	Felipe Gustavo Cardozo Gomes	11 - Contador	Doador de Medula
39363	Lucas Rodrigues dos Santos	11 - Contador	Doador de Medula
39794	Nathan Vulczak da Luz	11 - Contador	Doador de Medula
39914	Rafael Jose Lima da Silva	11 - Contador	Doador de Medula
39865	Filipe Magalhães Marcelino de Oliveira	12 - Controlador Interno	Doador de Medula
39941	Jadder Gustavo de Souza Canario	12 - Controlador Interno	Doador de Medula
39468	Oscar Frank Junior	12 - Controlador Interno	Doador de Medula
39851	Renato Spinoza Andreo	12 - Controlador Interno	Doador de Medula
40848	Robson Antonio da Silva	12 - Controlador Interno	Doador de Medula
40187	Telciomar Aparecido de Souza	12 - Controlador Interno	Doador de Medula
41021	Allan Serafim Nunes Biondaro	15 - Enfermeiro	Doador de Medula
40661	Ana Paula Schultz	15 - Enfermeiro	Doador de Medula
39718	Eduarda Gilio	15 - Enfermeiro	Doador de Medula
40694	Fernanda Pires Dolizny	15 - Enfermeiro	Doador de Medula
40430	Gracieli de Oliveira Jose	15 - Enfermeiro	Doador de Medula
40027	Igor Henrique Batista	15 - Enfermeiro	Doador de Medula
40307	Leticia de Souza Matias	15 - Enfermeiro	Doador de Medula
40953	Letycia Lima	15 - Enfermeiro	Doador de Medula
40341	Maria Cristina Oleczuk Michaliszyn	15 - Enfermeiro	Doador de Medula
39832	Nelson Brandt	15 - Enfermeiro	Doador de Medula
41044	Sueli Sobrera Nunes dos Santos	15 - Enfermeiro	Doador de Medula
39749	Tamiris Marina Ortega Fagundes	15 - Enfermeiro	Doador de Medula
40440	Valdomiro Pimentel dos Santos	15 - Enfermeiro	Doador de Medula
39698	Beatriz Caiado Rodrigues	17 - Engenheiro Civil	Doador de Medula
39737	Giovana Thais Malfato	17 - Engenheiro Civil	Doador de Medula
40535	Nemias Junior Bispo de Souza	17 - Engenheiro Civil	Doador de Medula
39986	Valéria Francisca da Silva Manoel	17 - Engenheiro Civil	Doador de Medula
40019	Caroline Gilio Silva	18 - Escriturário	Doador de Medula
39365	Jaime Barboza de Jesus	18 - Escriturário	Doador de Medula
40411	Marcelo dos Santos	18 - Escriturário	Doador de Medula
39727	Bianca Padilha Andrade	19 - Farmacêutico	Doador de Medula
39561	Caroline Calixto Kazama	19 - Farmacêutico	Doador de Medula
39536	Flavia Barbosa	19 - Farmacêutico	Doador de Medula
39432	Lucas Francelino de Araújo	19 - Farmacêutico	Doador de Medula
41269	Maria Gabriela Passafaro	19 - Farmacêutico	Doador de Medula

39875	Marines Minuk	19 - Farmacêutico	Doador de Medula
40195	Denivilson Anderson Frasson	20 - Fiscal de Tributos	Doador de Medula
41114	Felipe Dalarte da Silva	20 - Fiscal de Tributos	Doador de Medula
40689	Karine Alessandra Correa	20 - Fiscal de Tributos	Doador de Medula
40025	Pedro Henrique da Silva	20 - Fiscal de Tributos	Doador de Medula
39760	Silmax Correia Borges	20 - Fiscal de Tributos	Doador de Medula
39422	Tailla Fernanda Guimaraes	20 - Fiscal de Tributos	Doador de Medula
39451	Alex Yuiti Ogura	22 - Fisioterapeuta	Doador de Medula
39720	Aline Gabrielly Alves de Souza	22 - Fisioterapeuta	Doador de Medula
40275	Karina Suellen Nolasco Bento	22 - Fisioterapeuta	Doador de Medula
39500	Naiara Alessandra do Nascimento Schoninger	22 - Fisioterapeuta	Doador de Medula
39705	Amanda Rodrigues de Souza	24 - Médico Clínico Geral	Doador de Medula
41144	Giulia Boito de Oliveira	24 - Médico Clínico Geral	Doador de Medula
40159	Ingra Monique Duarte Lopes	24 - Médico Clínico Geral	Doador de Medula
41413	Laila Kawane Azevedo de Aguiar	24 - Médico Clínico Geral	Doador de Medula
40308	Ananda Valquiria Moura dos Santos	26 - Médico para Atua-ção no Programa Saúde da Família	Doador de Medula
40585	Julia Ines Sitta	26 - Médico para Atua-ção no Programa Saúde da Família	Doador de Medula
39394	Manoela de Moura Gervazoni	26 - Médico para Atua-ção no Programa Saúde da Família	Doador de Medula
40473	Maria Luísa Domingues Jacinto	26 - Médico para Atua-ção no Programa Saúde da Família	Doador de Medula
40529	Marina Boito de Oliveira	26 - Médico para Atua-ção no Programa Saúde da Família	Doador de Medula
40243	Matheus Bonzanini	26 - Médico para Atua-ção no Programa Saúde da Família	Doador de Medula
39479	Edson Martin Vieira	30 - Nutricionista	Doador de Medula
40669	Kauanni Feitosa Prezotti	30 - Nutricionista	Doador de Medula
39512	Leticia Macedo Graci	30 - Nutricionista	Doador de Medula
40206	Djansley Siriaco	32 - Procurador Municipal	Doador de Medula
41427	Evanei de Jesus Souza	32 - Procurador Municipal	Doador de Medula
39382	Felipe Carvalho Romero	32 - Procurador Municipal	Doador de Medula
39734	Gabriela da Silva	32 - Procurador Municipal	Doador de Medula
39823	Guilherme Neris Martins	32 - Procurador Municipal	Doador de Medula
39581	Halan Kiosh Miahira de Lima	32 - Procurador Municipal	Doador de Medula
40617	Jessica Karoline Alves Bento	32 - Procurador Municipal	Doador de Medula
39545	Jhonathan Vieira dos Santos	32 - Procurador Municipal	Doador de Medula
40653	Jonatas Evangelista de Resende	32 - Procurador Municipal	Doador de Medula
40500	Josiane Flores Munis da Silva	32 - Procurador Municipal	Doador de Medula
39787	Julio Cesar Idalgo	32 - Procurador Municipal	Doador de Medula
39588	Leilane Linhares de Sousa Cheles	32 - Procurador Municipal	Doador de Medula
40764	Lucas Willian Santos de Souza	32 - Procurador Municipal	Doador de Medula
39689	Mara Daniele Gambetta	32 - Procurador Municipal	Doador de Medula
40014	Mateus de Oliveira Martins	32 - Procurador Municipal	Doador de Medula
39370	Piettra Paula Lomas de Oliveira	32 - Procurador Municipal	Doador de Medula
39991	Renata Tikako de Jesus Kato	32 - Procurador Municipal	Doador de Medula
39429	Sara Julia Rodrigues de Carvalho Willwock	32 - Procurador Municipal	Doador de Medula
39948	Silvana Cristina Cavichio	32 - Procurador Municipal	Doador de Medula
40241	Tarcis Henrique Sant Anna	32 - Procurador Municipal	Doador de Medula
39879	Tiago Batista	32 - Procurador Municipal	Doador de Medula
40395	Átila da Silveira Strapasson	32 - Procurador Municipal	Doador de Medula
40679	Joilse Diniz	33 - Professor	Doador de Medula
39491	Juliana Lichman Afonso	33 - Professor	Doador de Medula
40668	Marilene Lais Pereira dos Santos de Oliveira	33 - Professor	Doador de Medula
40884	Amanda Machado Dantas Leite	35 - Psicólogo	Doador de Medula
40954	Andressa Fernanda Feliciano Tochio	35 - Psicólogo	Doador de Medula
39867	Aparecida de Fatima de Barros Alves	35 - Psicólogo	Doador de Medula
39388	Ayla Cecile de Amorim Vilas Boas	35 - Psicólogo	Doador de Medula
39563	Carla Roberta Aniceto	35 - Psicólogo	Doador de Medula
39628	Dominique Angélica dos Santos Passos	35 - Psicólogo	Doador de Medula
40013	Driely Cristina Milani	35 - Psicólogo	Doador de Medula
40682	Emylly Camille Santos Modaelli	35 - Psicólogo	Doador de Medula
39585	Gabriela Neves da Silva	35 - Psicólogo	Doador de Medula
40628	Hellen Hayanne Alixandre Silva	35 - Psicólogo	Doador de Medula
39386	Joseval Henrique Soares dos Santos	35 - Psicólogo	Doador de Medula
39854	Kamila Moreira Scaco	35 - Psicólogo	Doador de Medula
39515	Larissa Ascanio	35 - Psicólogo	Doador de Medula
39611	Larissa Felix Araújo	35 - Psicólogo	Doador de Medula
39690	Meirieli Fantin	35 - Psicólogo	Doador de Medula
39550	Nathalia Mazzetto Saraiva	35 - Psicólogo	Doador de Medula
40483	Nathiely Araujo Cabral Cipriano	35 - Psicólogo	Doador de Medula
39418	Thais Luara Teske	35 - Psicólogo	Doador de Medula
39778	Tulio Yudi Ishikawa	35 - Psicólogo	Doador de Medula
40521	Victoria Navarro Miranda	35 - Psicólogo	Doador de Medula
39547	Jessica Volpato Craveiro	38 - Terapeuta Ocupacional	Doador de Medula
40559	Luiz Fernando Borges de Oliveira	38 - Terapeuta Ocupacional	Doador de Medula
39629	Otaviano de Castro Rifa	38 - Terapeuta Ocupacional	Doador de Medula

5º. Ficam **DEFERIDAS DEFINITIVAMENTE** as solicitações de **Isenção da Taxa de Inscrição** aos candidatos abaixo relacionados, que comprovaram serem **doadores de sangue**, conforme segue:

Nº Inscrição	**Candidato**	**Cargo**	**Condições**
41035	Evellin Juliana dos Santos	01 - Agente Comunitário de Saúde	Doador de Sangue
40673	Marcos Andre Schimit Lopes	01 - Agente Comunitário de Saúde	Doador de Sangue
40242	Daniel Andrade Rodrigues de Souza	04 - Arquiteto	Doador de Sangue
40393	Marcos Antonio Dantas	04 - Arquiteto	Doador de Sangue
39702	Yoni de Souza do Valle	04 - Arquiteto	Doador de Sangue
40169	Danielle Bortolini de Oliveira	05 - Assistente Social	Doador de Sangue
39994	Evens Pierre	05 - Assistente Social	Doador de Sangue
39843	Sirlei Aparecida Oliveira	05 - Assistente Social	Doador de Sangue
40181	Zuleide Higute dos Reis Silva	05 - Assistente Social	Doador de Sangue
40526	Luciana Mathias Brunetti	06 - Auxiliar Administrativo	Doador de Sangue

40475	Maiara Aparecida de Souza Ferreira Coqueiro	08 - Auxiliar de Enfermagem	Doador de Sangue
40167	Brunna de Oliveira Pereira	09 - Cirurgião Dentista	Doador de Sangue
39688	Grasiele Tieme Hirata da Silva	09 - Cirurgião Dentista	Doador de Sangue
40079	Guilherme Barbosa Alves de Freitas	09 - Cirurgião Dentista	Doador de Sangue
39764	Brendow Matheus Willian Gemin	11 - Contador	Doador de Sangue
40442	Fernanda Franca Rossi da Silva	11 - Contador	Doador de Sangue
39710	Marcos Jose Novakoski	11 - Contador	Doador de Sangue
40773	Mauro Albrecht	11 - Contador	Doador de Sangue
39488	Oliver Mateus Boreck Rosa	11 - Contador	Doador de Sangue
40698	Carlos Henrique Cordeiro	12 - Controlador Interno	Doador de Sangue
39571	Celso Fernando Bolonha	12 - Controlador Interno	Doador de Sangue
39804	Gean Lucas Silvestre Farias	12 - Controlador Interno	Doador de Sangue
40686	Luciano Junio Dada	12 - Controlador Interno	Doador de Sangue
41272	Camila Cagnam de Oliveira	15 - Enfermeiro	Doador de Sangue
39803	Edielica Neves de Oliveira	15 - Enfermeiro	Doador de Sangue
40320	Odaisa Borges de Oliveira	15 - Enfermeiro	Doador de Sangue
39926	Severino da Rocha Silva Junior	15 - Enfermeiro	Doador de Sangue
40715	Silmara Tamires dos Santos Farias	15 - Enfermeiro	Doador de Sangue
39476	Alceu Mendes do Nascimento	17 - Engenheiro Civil	Doador de Sangue
39698	Beatriz Caiado Rodrigues	17 - Engenheiro Civil	Doador de Sangue
39411	Bruno da Silva Pasquino	17 - Engenheiro Civil	Doador de Sangue
39526	Bruno dos Santos	17 - Engenheiro Civil	Doador de Sangue
39608	Diego Aparecido de Souza	17 - Engenheiro Civil	Doador de Sangue
39376	Lucas Galvão Kuns	17 - Engenheiro Civil	Doador de Sangue
39699	Mirian Okamoto Husch	17 - Engenheiro Civil	Doador de Sangue
40735	Alexia Elis da Silva	18 - Escriturário	Doador de Sangue
40623	Eliana Pinheiro da Trindade	18 - Escriturário	Doador de Sangue
40296	Gustavo Munhoz da Silva Bonache	18 - Escriturário	Doador de Sangue
40087	Igor da Silva Costa	18 - Escriturário	Doador de Sangue
39908	Irineu Marcio Ferreira	18 - Escriturário	Doador de Sangue
39408	Tatiane Paiao Lopes	18 - Escriturário	Doador de Sangue
40446	Hemilly Gabrielly Cordeiro de Souza	19 - Farmacêutico	Doador de Sangue
40550	Jamilly da Silva Moretto	19 - Farmacêutico	Doador de Sangue
40490	Sabrina Amrein Silva	19 - Farmacêutico	Doador de Sangue
40455	Diego Antonio da Silva Faxo	20 - Fiscal de Tributos	Doador de Sangue
40654	Eduardo Masaji Endo	20 - Fiscal de Tributos	Doador de Sangue
41141	Fernando Jose Agostini	20 - Fiscal de Tributos	Doador de Sangue
40672	Jessica Alessandra Silva Goes	20 - Fiscal de Tributos	Doador de Sangue
40635	Virgilio Jose Marchesini de Souza	20 - Fiscal de Tributos	Doador de Sangue
40724	Wendel Junior Rodrigues Souza	20 - Fiscal de Tributos	Doador de Sangue
39437	Bruna Eduarda Hacul	22 - Fisioterapeuta	Doador de Sangue
39795	Enio Henrique Vazata	22 - Fisioterapeuta	Doador de Sangue
40238	Guilherme dos Santos Kozlowski	22 - Fisioterapeuta	Doador de Sangue
39548	Aline de Moraes Milani	23 - Fonoaudiólogo	Doador de Sangue
41327	Cintia Trindade de Siqueira	24 - Médico Clínico Geral	Doador de Sangue
40605	Ewerton Davis Gusmao de Souza	26 - Médico para Atua-ção no Programa Saúde da Família	Doador de Sangue
39397	Jessica Farias Lopes	30 - Nutricionista	Doador de Sangue
39951	Thais Cristina Pelegati de Moraes Perini Polido	30 - Nutricionista	Doador de Sangue
39863	Alexandre Matos Lima	32 - Procurador Municipal	Doador de Sangue
39997	Ademir Lucas Amorim dos Santos	32 - Procurador Municipal	Doador de Sangue
39529	Fernando César Nunes Alves	32 - Procurador Municipal	Doador de Sangue
40240	Guilherme Alexandre Alves	32 - Procurador Municipal	Doador de Sangue
39616	Guilherme Grillo Ferraz	32 - Procurador Municipal	Doador de Sangue
39620	Marcos Paulo Pinto de Arruda Sodre	32 - Procurador Municipal	Doador de Sangue
39373	Natalia Prates Faria	32 - Procurador Municipal	Doador de Sangue
39539	Rafael Soares de Albuquerque	32 - Procurador Municipal	Doador de Sangue
40548	Sheeina Alves Lima das Neves	33 - Professor	Doador de Sangue
39463	Lais Zetolis Barba	35 - Psicólogo	Doador de Sangue
40213	Maeli de Araujo Farias	35 - Psicólogo	Doador de Sangue
39551	Marcia Henrique Medeiros	35 - Psicólogo	Doador de Sangue
39664	Natália Amaral Pereira	35 - Psicólogo	Doador de Sangue
41163	Natália Brischiliari	35 - Psicólogo	Doador de Sangue
39618	Vanessa Smaha de Araujo	35 - Psicólogo	Doador de Sangue
40403	Alisson de Oliveira Lima	39 - Vigia	Doador de Sangue

6º. Ficam **DEFERIDAS DEFINITIVAMENTE** as **condições especiais** aos candidatos abaixo relacionados, que se declararam **PcDs,** como segue:

Nº Inscrição	**Candidato**	**Cargo**	**Condições**
41902	Adelita Sari Araujo de Souza	04 - Arquiteto	PCD
40123	Sidnei Mauro Tureta	05 - Assistente Social	PCD
39842	Pedro Ilo Rebelo de Azevedo	09 - Cirurgião Dentista	PCD
39914	Rafael Jose Lima da Silva	11 - Contador	PCD
41021	Allan Serafim Nunes Biondaro	15 - Enfermeiro	PCD
39718	Eduarda Gilio	15 - Enfermeiro	PCD
40027	Igor Henrique Batista	15 - Enfermeiro	PCD
39365	Jaime Barboza de Jesus	18 - Escriturário	PCD
40279	Heloisa Pedro Germano	26 - Médico para Atua-ção no Programa Saúde da Família	PCD
39545	Jhonathan Vieira dos Santos	32 - Procurador Municipal	PCD
40856	Valdir Medeiros	33 - Professor	PCD
40443	Jaqueline Felix de Sousa	35 - Psicólogo	PCD
40483	Nathiely Araujo Cabral Cipriano	35 - Psicólogo	PCD
39612	Luiz Carlos Simao	39 - Vigia	PCD

7º. Ficam **DEFERIDAS DEFINITIVAMENTE** as solicitações de **Isenção da Taxa de Inscrição** aos candidatos abaixo relacionados, que comprovaram terem **trabalhado nos últimos pleitos eleitorais,** conforme segue:

Nº Inscrição	Candidato	Cargo	Condições
41299	Cicero Erivan de Oliveira Nascimento	02 - Agente de Endemias	Pleito Eleitoral
40571	Francisca Tomaz	02 - Agente de Endemias	Pleito Eleitoral
40825	Jefferson Dionatas dos Santos	02 - Agente de Endemias	Pleito Eleitoral
40323	Natalia Braga Zati	02 - Agente de Endemias	Pleito Eleitoral
39674	Debora Karoline da Silva Jaques	04 - Arquiteto	Pleito Eleitoral
40345	Nicolle Ohara Chignalia	04 - Arquiteto	Pleito Eleitoral
39681	Cledi Bairros Flores dos Passos	05 - Assistente Social	Pleito Eleitoral
40102	Eliane Alves de Souza	05 - Assistente Social	Pleito Eleitoral
40625	Eliane de Paula Sobrinho	05 - Assistente Social	Pleito Eleitoral
39758	Fabio Cristian Kuhn Pazinato	05 - Assistente Social	Pleito Eleitoral
39469	Flavia Silva	05 - Assistente Social	Pleito Eleitoral
39503	Joseane Matias Silva	05 - Assistente Social	Pleito Eleitoral
39687	Marcos Vieira Brandao	05 - Assistente Social	Pleito Eleitoral
39496	Mayara Fernanda de Medeiros	05 - Assistente Social	Pleito Eleitoral
39454	Rosiléia Aparecida Fantin Santos	05 - Assistente Social	Pleito Eleitoral
40528	Thaynan Aparecida Goudinho de Souza	05 - Assistente Social	Pleito Eleitoral
40647	Bruna Lívia de Souza Oliveira	06 - Auxiliar Administrativo	Pleito Eleitoral
39900	Gabriela Aparecida Couto da Silva	08 - Auxiliar de Enfermagem	Pleito Eleitoral
39890	Thais Alonso Matias Oliveira	08 - Auxiliar de Enfermagem	Pleito Eleitoral
40921	Arissa Ayumi Okabayashi	09 - Cirurgião Dentista	Pleito Eleitoral
39364	Carolina Silva Topa	09 - Cirurgião Dentista	Pleito Eleitoral
40748	Graciele Jordan	09 - Cirurgião Dentista	Pleito Eleitoral
40387	Lariane Rodler Sturion	09 - Cirurgião Dentista	Pleito Eleitoral
39510	Larissa Sanches de Sousa Ramos	09 - Cirurgião Dentista	Pleito Eleitoral
39852	Thaila Fernanda de Abreu Landgraf	09 - Cirurgião Dentista	Pleito Eleitoral
40705	Blondy Louise Voida	11 - Contador	Pleito Eleitoral
39784	Brenda Gabrieli de Lima de Oliveira	11 - Contador	Pleito Eleitoral
39495	Driely Fernanda Faria Guilhermino	11 - Contador	Pleito Eleitoral
39448	Gabrielle de Lima Souza Silva	11 - Contador	Pleito Eleitoral
39754	Andre Ricardo Olegario	12 - Controlador Interno	Pleito Eleitoral
39412	Eliete Borges Leandro	12 - Controlador Interno	Pleito Eleitoral
39707	Fabio Luis Carbonera	12 - Controlador Interno	Pleito Eleitoral
39430	Gabriel Julio Alexandre Schuingel	12 - Controlador Interno	Pleito Eleitoral
39484	Luiz Fernando Gomes de Santana	12 - Controlador Interno	Pleito Eleitoral
40211	Mariza Rodler	12 - Controlador Interno	Pleito Eleitoral
39708	Matheus Delain	12 - Controlador Interno	Pleito Eleitoral
40864	Patricia Fernanda da Silva Fagundes	12 - Controlador Interno	Pleito Eleitoral
40763	Thiago Henrique Sales	12 - Controlador Interno	Pleito Eleitoral
39603	Ana Maria Santos da Costa	15 - Enfermeiro	Pleito Eleitoral
40756	Cristina Aparecida dos Santos	15 - Enfermeiro	Pleito Eleitoral
40695	Debora Batista de Oliveira	15 - Enfermeiro	Pleito Eleitoral
40704	Diego Paulino	15 - Enfermeiro	Pleito Eleitoral
39580	Helena Demeterko Cordeiro Romagnoli	15 - Enfermeiro	Pleito Eleitoral
40620	Karoline Brianesi Miloch	15 - Enfermeiro	Pleito Eleitoral
39635	Yara Helena Magella	15 - Enfermeiro	Pleito Eleitoral
39859	Beatriz Vitoria Somariva	17 - Engenheiro Civil	Pleito Eleitoral
39901	Fernanda Machado Batista	18 - Escriturário	Pleito Eleitoral
40247	Jennifer Candido de Rezende	18 - Escriturário	Pleito Eleitoral
40697	Laryssa Aparecida dos Santos	18 - Escriturário	Pleito Eleitoral
40970	Ponciane Lopes da Silva	18 - Escriturário	Pleito Eleitoral
40208	Ana Flavia Cadan dos Santos	19 - Farmacêutico	Pleito Eleitoral
39492	Daiane Kelly de Souza Amaral Moura	19 - Farmacêutico	Pleito Eleitoral
39502	Gislaine Teodoro Ferreira de Almeida	19 - Farmacêutico	Pleito Eleitoral
40366	Josiany Farias Lopes	19 - Farmacêutico	Pleito Eleitoral
40401	Mariani Pizzolio	19 - Farmacêutico	Pleito Eleitoral
40324	Allan Vinicius Felismino de Oliveira	20 - Fiscal de Tributos	Pleito Eleitoral
40077	Domingos Tavela Ribeiro	20 - Fiscal de Tributos	Pleito Eleitoral
40533	Elizeu Ambrosio dos Santos	20 - Fiscal de Tributos	Pleito Eleitoral
39989	Gabriela Fernanda Bloemer dos Santos	20 - Fiscal de Tributos	Pleito Eleitoral
39864	Henrique Pinheiro Urbano	20 - Fiscal de Tributos	Pleito Eleitoral
40379	Julia dos Santos Pimentel de Oliveira	20 - Fiscal de Tributos	Pleito Eleitoral
40445	Julia Rangel Jose	20 - Fiscal de Tributos	Pleito Eleitoral
40212	Maikon Andre Ceolato	20 - Fiscal de Tributos	Pleito Eleitoral
39880	Rebeca Kalita de Oliveira Urbano	20 - Fiscal de Tributos	Pleito Eleitoral
40477	Stenio Cesar da Silva	20 - Fiscal de Tributos	Pleito Eleitoral
40696	Arthur Aylon Gimenes Tameirao	22 - Fisioterapeuta	Pleito Eleitoral
39677	Beatriz Bertoli Ludwig	22 - Fisioterapeuta	Pleito Eleitoral
40699	Cauani Barbara dos Santos Niro	22 - Fisioterapeuta	Pleito Eleitoral
40566	Ana Keli de Almeida Oliveira	23 - Fonoaudiólogo	Pleito Eleitoral
40178	Ronaldo da Silva	23 - Fonoaudiólogo	Pleito Eleitoral
40004	Tatiane de Campos Cavalcante	23 - Fonoaudiólogo	Pleito Eleitoral
40030	Paulino Rodrigues Mendes de Souza	29 - Motorista II	Pleito Eleitoral
41264	Jessika Eloisa Suzano Souza	30 - Nutricionista	Pleito Eleitoral
39985	Kamila de Paula Bento Menegat	30 - Nutricionista	Pleito Eleitoral
39706	Ana Julia Vivan de Carvalho	32 - Procurador Municipal	Pleito Eleitoral
39745	Andrew Picioneri Salme	32 - Procurador Municipal	Pleito Eleitoral
39899	Bonifacio Cionek Neto	32 - Procurador Municipal	Pleito Eleitoral
39475	Bruno Cazatti Freire	32 - Procurador Municipal	Pleito Eleitoral
39841	Elcio João Gonçalves Moreira	32 - Procurador Municipal	Pleito Eleitoral
40711	Igor Barbosa de Carvalho	32 - Procurador Municipal	Pleito Eleitoral
40708	Izabela Silva Santos Almeida	32 - Procurador Municipal	Pleito Eleitoral
39724	Joao Vagner Borges	32 - Procurador Municipal	Pleito Eleitoral
40643	Karine Lopes dos Santos	32 - Procurador Municipal	Pleito Eleitoral
39744	Lorrane Ferreira da Cunha	32 - Procurador Municipal	Pleito Eleitoral
39425	Lucas Henrique Fontana	32 - Procurador Municipal	Pleito Eleitoral
39735	Lucimara Andrade Machado Vieira	32 - Procurador Municipal	Pleito Eleitoral
39668	Rui Cezar Alves Veridiano	32 - Procurador Municipal	Pleito Eleitoral

39472	Thariani Favaro	32 - Procurador Municipal	Pleito Eleitoral
39943	Alexandra Aniceto	33 - Professor	Pleito Eleitoral
40036	Beatriz Gabriela dos Santos Ferreira	33 - Professor	Pleito Eleitoral
39381	Bruna Bueno Cavalcanti	33 - Professor	Pleito Eleitoral
40618	Camilli Vitoria dos Santos Niro	33 - Professor	Pleito Eleitoral
39391	Cassia Natieli Cardoso Lima	33 - Professor	Pleito Eleitoral
39816	Daniela Caroline da Silva	33 - Professor	Pleito Eleitoral
40230	Janaina de Lima Pereira	33 - Professor	Pleito Eleitoral
40329	Jhenifer dos Santos Lopes	33 - Professor	Pleito Eleitoral
40690	Juliana Ferreira da Silva de Jesus	33 - Professor	Pleito Eleitoral
40497	Marcio da Costa Cervantes	33 - Professor	Pleito Eleitoral
39597	Mariana Araujo Ferreira	33 - Professor	Pleito Eleitoral
39892	Rosana Benfica Fernandes	33 - Professor	Pleito Eleitoral
40493	Solange Soares Cardoso	33 - Professor	Pleito Eleitoral
40856	Valdir Medeiros	33 - Professor	Pleito Eleitoral
40222	Hugo Caliari Velasco	34 - Professor de Língua Inglesa	Pleito Eleitoral
40466	Alana Caroline da Silva	35 - Psicólogo	Pleito Eleitoral
40416	Ana Beatriz Cardoso	35 - Psicólogo	Pleito Eleitoral
40196	Eduarda Akemi Otake	35 - Psicólogo	Pleito Eleitoral
39918	Janaina Roseli Simoes Dias	35 - Psicólogo	Pleito Eleitoral
40392	Joice Marcondes Correia	35 - Psicólogo	Pleito Eleitoral
40733	Jose Augusto Geronimo Ferreira	35 - Psicólogo	Pleito Eleitoral
40299	Maria Daniela Barbara de Castro	35 - Psicólogo	Pleito Eleitoral
39485	Maria Rita Zancanaro de Oliveira	35 - Psicólogo	Pleito Eleitoral
39521	Taís Carla Dias Nunes	35 - Psicólogo	Pleito Eleitoral
39643	Brunna Carolina da Silva	36 - Psicopedagogo	Pleito Eleitoral
40660	Ezequias Alves da Silva	38 - Terapeuta Ocupacional	Pleito Eleitoral

8º. Fica **DEFERIDA DEFINITIVAMENTE** ao candidato abaixo relacionado, a solicitação especial para L**actante,** como segue**:**

Nº Inscrição	**Candidato**	**Cargo**	**Motivo**
39409	Tais Larissa Teodoro Ferreira	01 - Agente Comunitário de Saúde	Lactante
40485	Heloisa de Lima Barradas	35 - Psicólogo	Lactante

9º. Ficam **INDEFERIDAS DEFINITIVAMENTE** as **Inscrições** dos candidatos abaixo relacionados, por não apresentarem a documentação comprobatória **da condição solicitada, como segue:**

Nº Inscrição	**Candidato**	**Cargo**	**Condições**
40642	Ana Paula Camargo	06 - Auxiliar Administrativo	INDEFERIDO - FALTA DOCUMENTAÇÃO
40135	Anielly Nogueira Barbosa	09 - Cirurgião Dentista	INDEFERIDO - FALTA DOCUMENTAÇÃO
41052	Grasieli Aparecida Feitosa Pereira	14 - Cozinheiro	INDEFERIDO - FALTA DOCUMENTAÇÃO
39415	Lais Mirian Alves Evangelista Pasquino	15 - Enfermeiro	INDEFERIDO - FALTA DOCUMENTAÇÃO
39701	Samantha Garcia Faria Santos	15 - Enfermeiro	INDEFERIDO - FALTA DOCUMENTAÇÃO
39517	Fabiana Ramos de Aguiar	17 - Engenheiro Civil	INDEFERIDO - FALTA DOCUMENTAÇÃO
39755	Juliana Lopes Enevan Ribeiro	17 - Engenheiro Civil	INDEFERIDO - FALTA DOCUMENTAÇÃO
39535	Douglas Vinicius de Oliveira	20 - Fiscal de Tributos	INDEFERIDO - FALTA DOCUMENTAÇÃO
40918	Emerson Junior Jacomini Lemes	20 - Fiscal de Tributos	INDEFERIDO - FALTA DOCUMENTAÇÃO
39546	Janete da Silva Geraldi	33 - Professor	INDEFERIDO - FALTA DOCUMENTAÇÃO

Rancho Alegre D'Oeste / PR, 26 de agosto de 2026

EVERTON CASSIO ZANUTO,
Prefeito Municipal
Rancho Alegre D'Oeste / PR

Publicado por:
Thiago de Souza Mourão
Código Identificador:2AF0D2B3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE REALEZA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO TERMO ADITIVO INOVAMED

EXTRATO DE TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 183/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: INOVAMED HOSPITALAR LTDA
OBJETO: objeto Registro de Preços, pelo período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período nos termos previstos em Edital, para futura e eventual aquisição de medicamentos para Farmácia Municipal, visando atender as necessidades da Secretaria de Saúde de Realeza - PR.

ADITIVO: Pelo presente termo, as partes inicialmente nomeadas resolvem, por mútuo acordo, reequilibrar economicamente Ata registro de Preços, conforme faculta o disposto o inciso VI do art. 82 da Lei nº 14.133/21 e o art. 9º do Decreto Municipal n.º 4.604/2023.

ITENS								
Lote	Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Valor Reequilibrado
LOTE: 001 - Lote 001	44	81940	CARBONATO DE LITIO 300MG CÓDIGO BR 267621	BIOLAB	CPR	25.000,00	0,22	0,2373
LOTE: 001 - Lote 001	185	71169	PARACETAMOL 500 MG CÓD BR 267778	HIPOLABOR	CPR	40.000,00	0,053	0,0589

REFERENTE: PREGÃO Nº 16/2026
DATA DA ASSINATURA: 25/08/2026

Publicado por:
Aline Maiara Farias
Código Identificador:82FE5DCE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
3º ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO TEMÁTICA DE SELEÇÃO

ETAPA DE HABILITAÇÃO

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2026 – PNAB

Aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, às 7h30min, nas dependências do Departamento Municipal de Cultura do Município de Renascença, Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão Temática de Seleção responsável pelos procedimentos relativos ao Edital de Chamamento Público nº 04/2026 – Fomento à Execução de Ações Culturais, realizado com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB, designada pela Portaria nº 224, de 02 de julho de 2026.

A Comissão foi composta por **Maiara da Silva, Ana Carolina da Rocha Aralde e Amabile Luana Venzon Migliorini**, conforme ato de designação.

Aberta a reunião, a Comissão procedeu à análise dos **protocolos de entrega da documentação de habilitação, apresentadas pelos proponentes dos projetos selecionados na etapa de seleção**, verificando a documentação apresentada em conformidade com as exigências estabelecidas no Edital de Chamamento Público nº 04/2026 – PNAB.

A análise consistiu na conferência dos documentos apresentados pelos proponentes, considerando as exigências documentais previstas no edital e a respectiva condição de habilitação necessária para o prosseguimento dos projetos selecionados às etapas subsequentes do processo.

Após a conferência dos protocolos e da documentação apresentada, a Comissão **deliberou pela habilitação de todos os projetos selecionados**, uma vez que, na análise realizada nesta etapa, foram atendidas as exigências documentais estabelecidas no instrumento convocatório.

Dessa forma, a Comissão **efetivou a relação provisória dos projetos habilitados**, a qual integra o resultado preliminar da Etapa de Habilitação e será encaminhada ao Departamento Municipal de Cultura para os procedimentos de publicação e divulgação.

Fica registrado que o presente resultado possui **caráter preliminar**, estando sujeito ao prazo para apresentação de recursos previsto no cronograma do Edital, compreendido entre os dias **27 e 31 de agosto de 2026.**

Encerrado o período recursal, os eventuais recursos apresentados serão analisados na forma estabelecida pelo edital, sendo posteriormente publicado o **Resultado Definitivo da Etapa de Habilitação**, conforme o cronograma do certame.

A Comissão registra, ainda, que **todos os projetos selecionados na etapa anterior foram considerados HABILITADOS nesta etapa**, não havendo, nesta análise, projeto considerado inabilitado.

Para fins de formalização e registro, a Comissão faz constar na presente Ata o **RESULTADO DEFINITIVO DA ETAPA DE SELEÇÃO**, conforme segue:

Categoria 01 – Apresentações Musicais			
Classificação	**Proponente**	**Projeto**	**Situação**
1º lugar	Alexandro Pacheco	André & Alex	Habilitado
2º lugar	Sander Bruno Robetti	Cantando para Renascença	Habilitado
3º lugar	Roque Ramos	Show, Apresentação ao Vivo	Habilitado
4º lugar	Volmir Soligo	Família Soligo	Habilitado

Categoria 02 – Artesanato – Amostra "Renascença em Formas"			
Classificação	**Proponente**	**Projeto**	**Situação**
1º lugar	Isabelly Knakiewicz Venzon	Nas Margens do Lago Yara	Habilitado
2º lugar	Geferson Xavariz – Picapau Arte em Madeira	Renascença em Madeira: Maquetes que Preservam Nossa História	Habilitado

Categoria 03 – Fortalecimento do Tradicionalismo Local			
Classificação	**Proponente**	**Projeto**	**Situação**
1º lugar	Centro de Tradições Gaúchas João Carlos D'Ávila – CTG João Carlos D'Ávila	Apresentação e Oficinas na Semana Farroupilha	Habilitado

Categoria 04 – Audiovisual			
Classificação	**Proponente**	**Projeto**	**Situação**
1º lugar	Adriane Cristina Cambuy Pereira – Adri Cambuy	Renascença em Histórias – Memórias que Conectam Gerações	Habilitado
2º lugar	Lucas Eduardo Brito de Arruda – Studio Alpha	Além da Pilcha	Habilitado

Categoria 05 – Escritores			
Classificação	**Proponente**	**Projeto**	**Situação**
1º lugar	João Henrique Borges	Ecos de Renascença	Habilitado
2º lugar	Niva Rosa Blachessen	Poesia sobre o Município de Renascença	Habilitado

Categoria 06 – Festival Municipal da Canção			
Classificação	**Proponente**	**Projeto**	**Situação**
1º lugar	Jeias Mangabeira Dantas	Festival Municipal da Canção de Renascença	Habilitado

Categoria 07 – Fotógrafos			
Classificação	Proponente	Projeto	**Situação**
1º lugar	Lucas de Morais	Renascença: Memórias de um Território	Habilitado

Categoria 08 – Pintores e Desenhistas			
Classificação	**Proponente**	**Projeto**	**Situação**
SEM INSCRITOS			

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 09h30 (nove horas e trinta minutos, lavrando-se a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros da Comissão.

Renascença – PR, 26 de agosto de 2026.

MAIARA DA SILVA
Membro da Comissão de Seleção

ANA CAROLINA DA ROCHA ARALDE
Membro da Comissão de Seleção

AMABILE LUANA VENZON MIGLIORINI
Membro da Comissão de Seleção

Publicado por:
Kássia Regina Parizotto
Código Identificador:62F55DA7

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO PRELIMINAR DA ETAPA DE HABILITAÇÃO – QUADRO CONSOLIDADO POR CATEGORIA

Para fins de publicação, o quadro abaixo apresenta o **Resultado Preliminar da Etapa de Habilitação** dos projetos selecionados no **Edital de Chamamento Público nº 04/2026 – Fomento à Execução de Ações Culturais (Apoio Renascença – Paraná)**, realizado com recursos da **Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB**.
O presente resultado está sujeito ao **prazo de recursos previsto no cronograma do Edital**, compreendido entre os dias **27 e 31 de agosto de 2026**.
Após a análise de eventuais recursos, será publicado o **Resultado Definitivo da Etapa de Habilitação**, conforme estabelecido no Edital.

Categoria 01 – Apresentações Musicais			
Classificação	**Proponente**	**Projeto**	**Situação**
1º lugar	Alexandro Pacheco	André & Alex	Habilitado
2º lugar	Sander Bruno Robetti	Cantando para Renascença	Habilitado
3º lugar	Roque Ramos	Show, Apresentação ao Vivo	Habilitado
4º lugar	Volmir Soligo	Família Soligo	Habilitado

Categoria 02 – Artesanato – Amostra "Renascença em Formas"			
Classificação	**Proponente**	**Projeto**	**Situação**
1º lugar	Isabelly Knakiewicz Venzon	Nas Margens do Lago Yara	Habilitado
2º lugar	Geferson Xavariz – Picapau Arte em Madeira	Renascença em Madeira: Maquetes que Preservam Nossa História	Habilitado

Categoria 03 – Fortalecimento do Tradicionalismo Local			
Classificação	**Proponente**	**Projeto**	**Situação**
1º lugar	Centro de Tradições Gaúchas João Carlos D'Ávila – CTG João Carlos D'Ávila	Apresentação e Oficinas na Semana Farroupilha	Habilitado

Categoria 04 – Audiovisual			
Classificação	**Proponente**	**Projeto**	**Situação**
1º lugar	Adriane Cristina Cambuy Pereira – Adri Cambuy	Renascença em Histórias – Memórias que Conectam Gerações	Habilitado
2º lugar	Lucas Eduardo Brito de Arruda – Studio Alpha	Além da Pilcha	Habilitado

Categoria 05 – Escritores			
Classificação	**Proponente**	**Projeto**	**Situação**
1º lugar	João Henrique Borges	Ecos de Renascença	Habilitado
2º lugar	Niva Rosa Blachessen	Poesia sobre o Município de Renascença	Habilitado

Categoria 06 – Festival Municipal da Canção			
Classificação	**Proponente**	**Projeto**	**Situação**
1º lugar	Jeias Mangabeira Dantas	Festival Municipal da Canção de Renascença	Habilitado

Categoria 07 – Fotógrafos			
Classificação	Proponente	Projeto	**Situação**
1º lugar	Lucas de Morais	Renascença: Memórias de um Território	Habilitado

Categoria 08 – Pintores e Desenhistas			
Classificação	**Proponente**	**Projeto**	**Situação**
SEM INSCRITOS	**SEM INSCRITOS**	**SEM INSCRITOS**	Habilitado

RENASCENÇA, 26 DE AGOSTO DE 2026

Publicado por:
Kássia Regina Parizotto
Código Identificador:1C66B66A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 005/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU	
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO	
UASG 980878 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU-PR	
CONCORRÊNCIA 90005/2026	
Às 13:44 horas do dia 25 de agosto do ano de 2026, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, VITORIO ANTUNES DE PAULA, HOMOLOGA e ADJUDICA o objeto referente ao item 1 da Concorrência nº 90005/2026, Processo nº 2153/2026.	
Fundamentação legal: Lei 14.133/2021	Característica: SISPP - Tradicional
Critério de julgamento: Menor Preço / Maior Desconto	Modo de disputa: Aberto
Compra emergencial: Não	UF da UASG: PR
Objeto da compra: Local: Rua Sete De Setembro, 476 - Bairro Dos Tropeiros. Objeto: Construção de Creche contendo: bloco principal com 03 salas, brinquedoteca/sala de múltiplo uso, instalações sanitárias, sala dos professores, diretoria, secretaria, área de espera coberta, pátio coberto, circulação, refeitório, sala de amamentação, lactário, cozinha, DML, lavanderia, vestiários masculino e feminino, jardim sensorial descoberto e demais equipamentos externos. Área Construída: 456,86 m².	
Entrega de propostas: De 15/05/2026 às 08:00 até 29/05/2026 às 09:00	
Abertura da sessão pública: Dia 29/05/2026 às 09:00 (horário de Brasília)	

Mensagens do chat da compra		
Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	29/05/2026 às 09:00:04	A sessão pública está aberta. Até 1 item poderá estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:00 e 12:00 e entre 13:00 e 18:00. Haverá aviso prévio de abertura dos itens de 4 minutos. Mantenham-se conectados.
Sistema	29/05/2026 às 09:00:54	Prezados licitantes, bom dia. Estamos iniciando a Sessão de Abertura do Concorrência Eletrônica nº 90005/2026. Alguns avisos importantes:
Sistema	29/05/2026 às 09:01:00	O agente de contratação responsável pela condução será: Alessandro dos Anjos Recomendamos que cada licitante instale o aplicativo "Compras.gov.br" em seu dispositivo móvel e adicione o número desta licitação aos seus favoritos para receber atualizações sobre o andamento do Concorrência.
Sistema	29/05/2026 às 09:01:06	Também é importante que os licitantes mantenham todos os níveis de cadastramento no SICAF atualizados para garantir a eficiência no julgamento da fase de habilitação.
Sistema	29/05/2026 às 09:01:12	O modo de disputa será “Construção de Creche contendo: bloco principal com 03 salas, brinquedoteca/sala de múltiplo uso, instalações sanitárias, sala dos professores, diretoria, secretaria, área de espera coberta, pátio coberto, circulação, refeitório, sala de amamentação, lactário, cozinha, DML, lavanderia, vestiários masculino e feminino, jardim sensorial descoberto e demais equipamentos externos.”
Sistema	29/05/2026 às 09:01:20	Importante salientar que nos preços cotados na proposta deverão estar inclusos todos os valores incidentes, tais como taxas, impostos, contribuições, fretes, de forma que o objeto do certame não tenha ônus adicional para o orgão.
Sistema	29/05/2026 às 09:01:21	Compete ao licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico, sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer convocação/mensagem enviada, solicitada ou emitida pelo Sistema e Agente de Contratação, assim como de sua desconexão.

Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	29/05/2026 às 09:01:27	Dessa maneira, solicito que tenham seriedade nas informações postadas, a fim de que não tenhamos prejuízos e muito menos problemas jurídicos com este certame. Informo que sempre comunico pelo CHAT, dentro de cada sessão, a data e o horário das sessões seguintes.
Sistema	29/05/2026 às 09:01:34	Durante a fase de lances, o próprio licitante poderá excluir um lance errado, porém UMA ÚNICA VEZ e no intervalo de 15 segundos após o registro no sistema.
Sistema	29/05/2026 às 09:01:40	Já os pedidos de desclassificação/desistência de propostas somente serão aceitos por este Agente de Contratação se a argumentação for coerente e embasada. Peço então que estejam atentos para o lançamento dos valores propostos.
Sistema	29/05/2026 às 09:01:45	Quanto ao registro dos valores dos lances, ressalto que o sistema Compras.gov.br foi parametrizado para considerar 04 (quatro) casas decimais depois da vírgula. Portanto, fiquem atentos ao adequado registro do valor, a fim de evitar o cadastro de lances manifestamente inexequíveis.
Sistema	29/05/2026 às 09:01:50	De acordo com a Lei nº 14.133/2021, a intenção de recurso ocorrerá em 2 momentos, ou seja, após a fase de julgamento de proposta e após a fase de habilitação (10 minutos para cada), porém a interposição das razões de recurso é em momento único e após a fase de habilitação.
Sistema	29/05/2026 às 09:01:55	O envio de originais e/ou de cópias autenticadas da documentação somente deverá ocorrer caso o Agente de Contratação efetue tal solicitação.
Sistema	29/05/2026 às 09:02:00	Em caso de manifestação de intenção de recurso e subsequente apresentação da peça recursal, o Agente de Contratação, com base no § 4º do artigo 165 da Lei 14.133/2021, poderá, se a peça recursal for apresentada antes do término do prazo de 3 dias úteis, antecipar o início das contrarrazões, visando garantir a celeridade e eficiência do processo.
Sistema	29/05/2026 às 09:02:07	Peço que prestem atenção a TODAS as condições previstas no Edital deste Concorrência, especialmente quanto à documentação de habilitação, bem como quanto à proposta ajustada ao lance final que deve ser inserida no sistema Compras.gov.br após solicitação pelo Agente de Contratação.
Sistema	29/05/2026 às 09:02:12	Cabe a este Agente de Contratação apenas a condução deste certame. Portanto, no caso de problemas ocorridos durante este certame com o Compras.gov.br, deve-se entrar em contato na rede Serpro, que gerencia o sistema através do fone 0800-978-9001, ou ainda através do link https://portaldeservicos.economia.gov.br/pt#/
Sistema	29/05/2026 às 09:21:37	conforme item 6.23 do edital, Para contratação de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, a qual só será declarada após diligência que comprove que o custo ultrapassa o valor da proposta e que inexistem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta, garantida manifestação do licitante.
Sistema	29/05/2026 às 09:21:56	6.23.1 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do previsto no art. 59, § 2º, da Lei 14.133/2021, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
Sistema	29/05/2026 às 09:22:04	6.23.2 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
Sistema	29/05/2026 às 09:22:13	6.23.3 É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
Sistema	29/05/2026 às 09:23:02	Fornecedores que não comprovarem a sua exequibilidade de forma clara, serão desclassificados e responsabilizados por tal ato.
Sistema	29/05/2026 às 09:34:43	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	29/05/2026 às 09:36:04	Solicito que permaneçam conectados enquanto realizo uma verificação preliminar da ordem de classificação das empresas mais bem classificadas.
Sistema	29/05/2026 às 09:48:38	Srs. licitantes a situação da empresa G VENITES EMPREENDIMENTOS, está disponivel na diligência aberta para o item 001
Sistema	29/05/2026 às 10:16:33	À licitante G VENITES EMPREENDIMENTOS, classificada provisoriamente em primeiro lugar com o valor global de R$ 1.499.000,00.

Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	29/05/2026 às	Verificamos que o valor ofertado situa-se abaixo do limite de exequibilidade matemática de 75% do valor orçado pela Administração, conforme previsto no item 6.23 do Edital e no art. 59, §

	10:16:43	2º, da Lei Federal nº 14.133/2021. Diante disso, com fulcro nos itens 6.23.1, 6.24 e 6.24.1 do instrumento convocatório, esta Administração ABRE DILIGÊNCIA e convoca a empresa para demonstrar a viabilidade econômica de sua proposta.
Sistema	29/05/2026 às 10:17:01	Fica concedido o prazo de 24 horas, a contar deste aviso, para que a licitante envie, via campo próprio do sistema (Anexar Proposta/Documentos):1. Planilha orçamentária de serviços, detalhamento do BDI e dos Encargos Sociais (ES) integralmente adequados ao valor final da proposta (conforme itens 6.20 e 6.20.1);
Sistema	29/05/2026 às 10:17:09	2. Composição detalhada dos preços unitários que justifique os custos da oferta e comprove a existência de custos de oportunidade capazes de viabilizar a execução do objeto (conforme itens 6.23 e 6.24). Alertamos que a não apresentação da composição detalhada dos preços no prazo fixado será considerada prova de inexequibilidade da proposta de preço, ensejando a sua desclassificação, conforme prevê o item 6.24.1 do Edital.
Sistema	29/05/2026 às 10:20:46	Lembrando que o final de semana será desconsiderado.
Sistema	01/06/2026 às 10:36:17	Bom dia, Srs, licitantes após anexo da diligências, será encaminhada ao setor de engenharia para avaliação dos documentos.
Sistema	01/06/2026 às 10:37:10	Portanto a licitação está suspensa, após retorno do setor técnico, será divulgado pelo chato nova data de abertura.
Sistema	30/07/2026 às 13:56:08	Srs. licitantes, a decisão da engenheira será postada na reabertura da seção marcada para o dia 31/07/2026 as 09h 00 min. Até breve
Sistema	10/08/2026 às 08:52:39	Após a empresa CASA NOVA CONSTRUTORA LTDA não anexar comprovação, a reabertura da seção está marcada para o dia 11/08/2026 as 09h
Sistema	12/08/2026 às 09:27:44	Bom dia! para evitar deixar o processo parado tanto tempo para comprovação de exequibilidade, mandarei uma mensagem ao melhor colocado para aceite de comprovação no prazo de 24 horas, caso não manifeste será desclassificado
Sistema	12/08/2026 às 09:28:11	Caso seja de aceite será concedido prazo para apresentação da documentação comprobatória
Sistema	13/08/2026 às 09:58:15	Bom dia, após mensagem envia a empresa LONDRIOBRAS CONSTRUCOES E REFORMAS LTDA e sem retorno daremos proseeguimento na licitação
Sistema	14/08/2026 às 11:11:19	Bom dia, após mensagem envia a empresa CHP CONSTRUTORA LTDA e sem retorno daremos proseeguimento na licitação
Sistema	14/08/2026 às 11:14:32	O Agente de Contratação precisa se ausentar e portanto a reabertura da seção fica para o dia 17/08/2026 às 09h 00min.
Sistema	17/08/2026 às 09:11:22	Bom dia! srs Licitantes

Eventos da compra	
Data/Hora	**Descrição**
29/05/2026 às 09:00:04	Abertura da sessão pública
29/05/2026 às 09:34:43	Início da etapa de julgamento de propostas

Item 1 - Obras Civis Públicas (Construção)	
Obras Civis Públicas (Construção)	
Quantidade: 1	Valor estimado: R$ 2.353.230,1900 (unitário)
Unidade de fornecimento: UNIDADE	R$ 2.353.230,1900 (total)
Critério de julgamento: Menor Preço	Situação: Adjudicado e Homologado
Adjudicado e Homologado por CPF ***.281.***-*0 - VITORIO ANTUNES DE PAULA para A. A. SANTOS DELLA VECHIA - ENGENHARIA, CNPJ 28.103.153/0001-83, melhor lance: R$ 1.772.100,0000 (unitário) / R$ 1.772.100,0000 (total)	

Propostas do Item 1		
Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006		
Equidade de gênero: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 11.430/2023		
Programa de integridade: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 12.304/2024		
Fornecedor	**Valor ofertado**	**Situação**
61.552.244/0001-71 - 61.552.244 FLAVIO HENRIQUE FERREIRA SILVA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 2.353.230,0000 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 2.353.230,0000 (total)	-
Programa de integridade: Não		
UF endereço: PE		
Valor proposta: R$ 2.353.230,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 1
R$ 2.353.230,0000 (total)		
28.103.153/0001-83 - A. A. SANTOS DELLA VECHIA - ENGENHARIA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 1.772.100,0000 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 1.772.100,0000 (total)	Proposta adjudicada
Programa de integridade: Não		
UF endereço: PR		
Valor proposta: R$ 2.350.000,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 1
R$ 2.350.000,0000 (total)		
43.371.025/0001-04 - AXIONTEK LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 2.000.000,0000 (unitário)	
Equidade de gênero: Ouro	R$ 2.000.000,0000 (total)	-
Programa de integridade: Sim		
UF endereço: SP		
Valor proposta: R$ 2.000.000,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 1
R$ 2.000.000,0000 (total)		
44.956.741/0001-16 - CASA NOVA CONSTRUTORA LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 1.515.000,0000 (unitário)	
Equidade de gênero: Ouro	R$ 1.515.000,0000 (total)	Proposta desclassificada
Programa de integridade: Sim		
UF endereço: PR		
Valor proposta: R$ 2.353.000,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 1
R$ 2.353.000,0000 (total)		

Fornecedor	**Valor ofertado**	**Situação**
30.636.023/0001-58 - CHP CONSTRUTORA LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 1.710.000,0000 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 1.710.000,0000 (total)	Proposta desclassificada
Programa de integridade: Não		
UF endereço: PR		
Valor proposta: R$ 2.353.230,1900 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 1
R$ 2.353.230,1900 (total)		
35.189.493/0001-34 - CKS CONSTRUCOES LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 2.190.000,0000 (unitário)	
Equidade de gênero: Ouro	R$ 2.190.000,0000 (total)	-
Programa de integridade: Sim		
UF endereço: PR		

Valor proposta: R$ 2.190.000,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 1
R$ 2.190.000,0000 (total)		
23.848.834/0001-57 - CONSTRUTORA STORKI LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 2.299.000,0000 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 2.299.000,0000 (total)	-
Programa de integridade: Não		
UF endereço: PR		
Valor proposta: R$ 2.340.000,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 1
R$ 2.340.000,0000 (total)		
09.346.676/0001-06 - CONSTRUTORA VALE OESTE LTDA		
Benefício Me/Epp: Não	R$ 2.075.549,0300 (unitário)	
Equidade de gênero: Bronze	R$ 2.075.549,0300 (total)	-
Programa de integridade: Não		
UF endereço: PR		
Valor proposta: R$ 2.306.165,5900 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 1
R$ 2.306.165,5900 (total)		
10.614.523/0001-81 - CONSTRUTORA ZION CORP LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 2.333.000,0000 (unitário)	
Equidade de gênero: Ouro	R$ 2.333.000,0000 (total)	-
Programa de integridade: Sim		
UF endereço: SC		
Valor proposta: R$ 2.333.000,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 1
R$ 2.333.000,0000 (total)		
10.338.596/0001-98 - CONXAP CONSTRUTORA LTDA		
Benefício Me/Epp: Não	R$ 1.997.892,4300 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 1.997.892,4300 (total)	-
Programa de integridade: Não		
UF endereço: SC		
Valor proposta: R$ 2.353.230,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 1
R$ 2.353.230,0000 (total)		

Fornecedor	**Valor ofertado**	**Situação**
11.717.635/0001-20 - CRUZ MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 1.890.000,0000 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 1.890.000,0000 (total)	-
Programa de integridade: Não		
UF endereço: PR		
Valor proposta: R$ 2.353.230,1900 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 1
R$ 2.353.230,1900 (total)		
53.749.960/0001-15 - EXECUTTA ENGENHARIA DE OBRAS LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 1.999.000,0000 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 1.999.000,0000 (total)	-
Programa de integridade: Não		
UF endereço: PR		
Valor proposta: R$ 2.350.000,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 1
R$ 2.350.000,0000 (total)		
43.885.766/0001-03 - G VENITES EMPREENDIMENTOS		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 1.499.000,0000 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 1.499.000,0000 (total)	Proposta desclassificada
Programa de integridade: Não		
UF endereço: PR		
Valor proposta: R$ 2.353.230,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 1
R$ 2.353.230,0000 (total)		
44.764.476/0001-74 - H. A. SANTOS EMPREENDIMENTOS LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 2.350.230,1900 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 2.350.230,1900 (total)	-
Programa de integridade: Não		
UF endereço: PR		
Valor proposta: R$ 2.350.230,1900 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 1
R$ 2.350.230,1900 (total)		
24.032.719/0001-72 - LONDRIOBRAS CONSTRUCOES E REFORMAS LTDA		
Benefício Me/Epp: Não	R$ 1.709.900,0000 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 1.709.900,0000 (total)	Proposta desclassificada
Programa de integridade: Não		
UF endereço: PR		
Valor proposta: R$ 2.300.000,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 1
R$ 2.300.000,0000 (total)		
53.877.877/0001-21 - OMEGA INCORPORACOES E CONSTRUCAO CIVIL LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 2.074.000,0000 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 2.074.000,0000 (total)	-
Programa de integridade: Não		
UF endereço: GO		
Valor proposta: R$ 2.353.230,1900 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 1
R$ 2.353.230,1900 (total)		

Fornecedor	**Valor ofertado**	**Situação**
18.325.384/0001-88 - PRO ATIVA ENGENHARIA LTDA		
Benefício Me/Epp: Não	R$ 2.350.230,1900 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 2.350.230,1900 (total)	-
Programa de integridade: Não		
UF endereço: PR		
Valor proposta: R$ 2.350.230,1900 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 1
R$ 2.350.230,1900 (total)		
05.379.202/0001-00 - SORRISO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 2.353.230,1900 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 2.353.230,1900 (total)	-
Programa de integridade: Não		
UF endereço: PR		

Valor proposta: R$ 2.353.230,1900 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 1
R$ 2.353.230,1900 (total)		
74.167.396/0001-00 - TERNOUSKI ENGENHARIA LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 2.300.000,0000 (unitário)	-
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 2.300.000,0000 (total)	
Programa de integridade: Não		
UF endereço: PR		
Valor proposta: R$ 2.300.000,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 1
R$ 2.300.000,0000 (total)		

Lances do Item 1

Data/hora	Participante	Lance
29/05/2026 às 09:04:29	28.103.153/0001-83	R$ 2.250.000,0000
29/05/2026 às 09:04:43	28.103.153/0001-83	R$ 2.150.000,0000
29/05/2026 às 09:05:53	44.956.741/0001-16	R$ 1.980.000,0000
29/05/2026 às 09:06:12	28.103.153/0001-83	R$ 1.960.200,0000
29/05/2026 às 09:06:52	30.636.023/0001-58	R$ 2.100,0000 *
29/05/2026 às 09:06:52	09.346.676/0001-06	R$ 2.075.549,0300
29/05/2026 às 09:07:14	43.885.766/0001-03	R$ 1.950.000,0000
29/05/2026 às 09:08:43	44.956.741/0001-16	R$ 1.930.000,0000
29/05/2026 às 09:09:37	28.103.153/0001-83	R$ 1.910.700,0000
29/05/2026 às 09:09:39	53.749.960/0001-15	R$ 2.299.000,0000
29/05/2026 às 09:10:00	23.848.834/0001-57	R$ 2.299.000,0000
29/05/2026 às 09:10:07	11.717.635/0001-20	R$ 1.890.000,0000
29/05/2026 às 09:10:49	28.103.153/0001-83	R$ 1.871.100,0000
29/05/2026 às 09:11:53	44.956.741/0001-16	R$ 1.850.000,0000
29/05/2026 às 09:12:06	24.032.719/0001-72	R$ 1.999.999,0000
29/05/2026 às 09:12:13	43.885.766/0001-03	R$ 1.830.000,0000
(lances com * foram excluídos)		

Data/hora	Participante	Lance
29/05/2026 às 09:12:22	30.636.023/0001-58	R$ 1.880.000,0000
29/05/2026 às 09:12:35	44.956.741/0001-16	R$ 1.810.000,0000
29/05/2026 às 09:12:47	43.885.766/0001-03	R$ 1.790.000,0000
29/05/2026 às 09:13:14	28.103.153/0001-83	R$ 1.772.100,0000
29/05/2026 às 09:13:51	44.956.741/0001-16	R$ 1.750.000,0000
29/05/2026 às 09:14:03	43.885.766/0001-03	R$ 1.730.000,0000
29/05/2026 às 09:14:59	44.956.741/0001-16	R$ 1.710.000,0000
29/05/2026 às 09:15:24	30.636.023/0001-58	R$ 1.730.000,0000
29/05/2026 às 09:16:06	43.885.766/0001-03	R$ 1.690.000,0000
29/05/2026 às 09:17:33	44.956.741/0001-16	R$ 1.650.000,0000
29/05/2026 às 09:18:10	43.885.766/0001-03	R$ 1.630.000,0000
29/05/2026 às 09:19:06	44.956.741/0001-16	R$ 1.610.000,0000
29/05/2026 às 09:19:27	43.885.766/0001-03	R$ 1.590.000,0000
29/05/2026 às 09:19:43	44.956.741/0001-16	R$ 1.550.000,0000
29/05/2026 às 09:20:11	43.885.766/0001-03	R$ 1.534.000,0000
29/05/2026 às 09:20:31	24.032.719/0001-72	R$ 1.889.000,0000
29/05/2026 às 09:20:58	44.956.741/0001-16	R$ 1.515.000,0000
29/05/2026 às 09:21:54	24.032.719/0001-72	R$ 1.729.000,0000
29/05/2026 às 09:23:01	30.636.023/0001-58	R$ 1.710.000,0000
29/05/2026 às 09:23:09	53.749.960/0001-15	R$ 1.999.000,0000
29/05/2026 às 09:23:18	43.885.766/0001-03	R$ 1.499.000,0000
29/05/2026 às 09:24:56	10.338.596/0001-98	R$ 2.320.000,0000
29/05/2026 às 09:26:35	10.338.596/0001-98	R$ 2.290.000,0000
29/05/2026 às 09:28:07	53.877.877/0001-21	R$ 2.074.000,0000
29/05/2026 às 09:28:49	24.032.719/0001-72	R$ 1.709.900,0000
29/05/2026 às 09:30:27	10.338.596/0001-98	R$ 2.250.000,0000
29/05/2026 às 09:32:09	10.338.596/0001-98	R$ 1.997.892,4300

Mensagens do chat do Item 1

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	29/05/2026 às 09:00:05	A abertura do item 1 para lances está agendada para daqui a 4 minutos. Mantenham-se conectados.
Sistema	29/05/2026 às 09:04:05	O item 1 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	29/05/2026 às 09:07:41	O lance no valor de R$ 2.100,0000 do item 1 foi excluído pelo agente de contratação. Caso não concorde com a exclusão, favor reenvie seu lance.
Sistema	29/05/2026 às 09:34:10	O item 1 está encerrado.

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema para o participante 43.885.766/0001-03	29/05/2026 às 09:37:34	Procederei à verificação de possíveis sanções que possam impedir a participação de sua empresa nos itens deste certame ou a contratação por este órgão. Para isso, consultarei os cadastros de impedimentos para licitar ou contratar, assegurando a conformidade com as normas e regulamentos aplicáveis. no edital item
Sistema para o participante 43.885.766/0001-03	29/05/2026 às 09:37:39	6.5.
Sistema para o participante 43.885.766/0001-03	29/05/2026 às 10:22:35	Sr. licitante a diligência para o seu item está aberta
Sistema para o participante 43.885.766/0001-03	20/07/2026 às 14:10:13	Diligência reaberta
Sistema para o participante 44.956.741/0001-16	31/07/2026 às 09:38:40	Bom dia, sr. licitante será aberto diligência para comprovar o valor oferecido, o prazo será o mesmo concedido a empresa anterior
Sistema	12/08/2026 às 09:26:28	O item 1 terá desempate Me/Epp do lance. Mantenham-se conectados.
Sistema para o participante 30.636.023/0001-58	12/08/2026 às 09:26:28	Sr. Fornecedor CHP CONSTRUTORA LTDA, CPF/CNPJ 30.636.023/0001-58, em cumprimento à Lei Complementar 123 de 14/12/2006, você poderá enviar ou desistir de apresentar lance final e único para o item 1 até às 09:31:28 do dia 12/08/2026. Acesse a Sala de Disputa.
Sistema	12/08/2026 às 09:31:29	O item 1 teve o 1º desempate Me/Epp encerrado às 09:31:28 de 12/08/2026. O tempo expirou e o lance não foi enviado pelo fornecedor CHP CONSTRUTORA LTDA, CPF/CNPJ 30.636.023/0001-58.
Sistema para o participante 28.103.153/0001-83	12/08/2026 às 09:31:29	Sr. Fornecedor A. A. SANTOS DELLA VECHIA - ENGENHARIA, CPF/CNPJ 28.103.153/0001- 83, em cumprimento à Lei Complementar 123 de 14/12/2006, você poderá enviar ou desistir de apresentar lance final e único para o item 1 até às 09:36:29 do dia 12/08/2026. Acesse a Sala de Disputa.
Sistema	12/08/2026 às 09:36:30	O item 1 teve o 2º desempate Me/Epp encerrado às 09:36:29 de 12/08/2026. O tempo expirou e o lance não foi enviado pelo fornecedor A. A. SANTOS DELLA VECHIA - ENGENHARIA, CPF/CNPJ 28.103.153/0001-83.
Sistema	12/08/2026 às 09:36:30	O item 1 está encerrado.

Sistema para o participante 24.032.719/0001-72	12/08/2026 às 09:39:03	Sr. licitante, peço que manisfeste interesse em comprovar o valor oferecido no prazo de 24 horas.
Sistema para o participante 30.636.023/0001-58	13/08/2026 às 09:59:14	Sr. licitante, peço que manisfeste interesse em comprovar o valor oferecido no prazo de 24 horas.
Sistema para o participante 28.103.153/0001-83	17/08/2026 às 09:16:33	Sr. Fornecedor A. A. SANTOS DELLA VECHIA - ENGENHARIA, CNPJ 28.103.153/0001-83, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 14:15:00 do dia 17/08/2026. Justificativa: Sr. Licitante, solicito que, no prazo de 4 (quatro) horas, envie a proposta de preços ajustada ao seu último lance. Por favor, utilize a opção de enviar anexo do sistema e siga o modelo especificado no Edital. .
Pelo participante 28.103.153/0001-83	17/08/2026 às 11:05:11	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 11:05:11 de 17/08/2026. 8 anexos foram enviados pelo fornecedor A. A. SANTOS DELLA VECHIA - ENGENHARIA, CNPJ 28.103.153/0001-83.
Sistema	17/08/2026 às 14:01:44	O item 1 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 17/08/2026 14:11:44.
Sistema para o participante 28.103.153/0001-83	17/08/2026 às 14:04:39	Sr. Fornecedor A. A. SANTOS DELLA VECHIA - ENGENHARIA, CNPJ 28.103.153/0001-83, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 09:03:00 do dia 18/08/2026. Justificativa: Sr. Licitante, solicito que, dentro de um prazo de 4 (quatro) horas a partir desta convocação, envie os documentos de habilitação requeridos no edital, utilizando a opção de enviar anexo no sistema. .

Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Pelo participante 28.103.153/0001-83	18/08/2026 às 08:15:37	Sr Agente de Contratação, solicitamos, respeitosamente, a concessão de prazo adicional para o envio da documentação de habilitação.
Sistema para o participante 28.103.153/0001-83	18/08/2026 às 08:33:46	Bom dia! o prazo será concedido após o o encerramento da primeira convocação
Sistema para o participante 28.103.153/0001-83	18/08/2026 às 09:03:00	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 09:03:00 de 18/08/2026. Nenhum anexo foi enviado pelo fornecedor A. A. SANTOS DELLA VECHIA - ENGENHARIA, CNPJ 28.103.153/0001-83.
Sistema para o participante 28.103.153/0001-83	18/08/2026 às 09:27:39	Sr. Fornecedor A. A. SANTOS DELLA VECHIA - ENGENHARIA, CNPJ 28.103.153/0001-83, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 13:27:00 do dia 18/08/2026. Justificativa: Prazo concedido.
Pelo participante 28.103.153/0001-83	18/08/2026 às 12:54:44	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 12:54:44 de 18/08/2026. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor A. A. SANTOS DELLA VECHIA - ENGENHARIA, CNPJ 28.103.153/0001-83.
Sistema para o participante 28.103.153/0001-83	18/08/2026 às 15:10:56	Sr. licitante ficou faltanfo o item 3.6.2.1 a).
Sistema para o participante 28.103.153/0001-83	18/08/2026 às 15:11:25	Sr. Fornecedor A. A. SANTOS DELLA VECHIA - ENGENHARIA, CNPJ 28.103.153/0001-83, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 17:13:00 do dia 18/08/2026. Justificativa: Apresentar Certidão Simplificada original da Junta Comercial da sede do licitante ou documento equivalente.
Sistema para o participante 28.103.153/0001-83	18/08/2026 às 17:13:00	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 17:13:00 de 18/08/2026. Nenhum anexo foi enviado pelo fornecedor A. A. SANTOS DELLA VECHIA - ENGENHARIA, CNPJ 28.103.153/0001-83.
Sistema	19/08/2026 às 08:57:42	O item 1 está na etapa de habilitação de fornecedores no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 19/08/2026 09:07:42.
Sistema	19/08/2026 às 09:22:45	A fase de recurso do item 1 está aberta até 24/08/2026.
Sistema	25/08/2026 às 00:00:06	A fase de recurso do item 1 foi finalizada no prazo previsto. Não houve registro de recursos.

Fase Recursal do Item/Grupo *	
* Maiores detalhes sobre recursos, contrarrazões, decisões e revisões deverão ser consultados no sistema.	
Sessão 1	
Prazos:	
Intenção de recurso no julgamento:	17/08/2026 14:11:44
Intenção de recurso na habilitação:	19/08/2026 09:07:42
Recurso:	24/08/2026 23:59:59
Contrarrazão:	27/08/2026 23:59:59

Publicado por:
Alessandro Dos Anjos
Código Identificador:8AB33615

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE PREGÃO ELETRONICO Nº 55/2026

EXTRATO DE PREGÃO ELETRONICO Nº 55/2026
OBJETO: **LICITAÇÃO PÚBLICA VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA A SECRETARIA DE ESPORTES E RECREAÇÃO**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: ELO TEXTIL LTDA - EPP
CNPJ.: 28.844.636/0001-39
Embasamento Legal: Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal Nº 07/2024
Rio Azul, 26 de agosto de 2026.

(A) LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0288/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: ELO TEXTIL LTDA - EPP
CNPJ.: 28.844.636/0001-39
VALOR: R$ **56.400,00** (Cinqüenta e Seis Mil e Quatrocentos Reais).
PRAZO DA DURAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: De **26/08/2026** à **25/08/2027.**
ASSINATURA: 26/08/2026
FORO: Comarca de Rebouças.

(A)LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

(A)LISSU MONALISA GUIMARAES
Representante

ITENS

ITENS								
Lote	Item	Código	Descrição do produto/serviço	Marca	Uni	Quant	Preço uni	Preço total
LOTE: 001 - Lote 001	1	77262	AGASALHO ESPORTIVO Conjunto de jaqueta e calça. Jaqueta: em tecido malha Bariloche felpado (100% poliéster) gramatura 360m². Zíper: zíper de nylon com fechamento desde a barra ao final da gola, com cor semelhante à da jaqueta. Barra do corpo/ manga: com punho com 5,5 cm de largura em ribana. Bolso: 2 bolsos na lateral junto a costura. Desenhos: sublimação total conforme modelo desenvolvido pelo município (tais como números, logomarcas, cores variadas, etc.). Gola: aproximadamente 7 cm de largura com reforço nas partes de trás (cobertura de gola). Cor do tecido a definir. (Malha Bariloche é um tecido plano com acabamento especial em cera (cirré) que atribui 'brilho' ao tecido e possui resistência à água (WR). É leve, macio e utilizado em jaquetas e agasalho esportivo corta vento, sua estrutura impede a passagem de vento. Tem Fator de proteção Ultravioleta: FPU+50 (Norma AS:NZS 4399:2017)* Calça: em tecido malha Bariloche felpado (100% poliéster) gramatura 360m². Bolso: 2 bolsos na lateral junto a costura. Desenhos: sublimação total conforme modelo desenvolvido pelo município (tais como números, logomarcas, cores variadas, etc.). Cós elástico: com elástico de 40mm com cordão e acabamento na elastiqueira e travete para evitar que desmanche as costuras. Cor do tecido a definir. Tamanho adulto do PP ao 3G. Tamanho do infantil ao adulto. Os uniformes deverão ser confeccionados em uma ampla variedade de tamanhos (PP, P, M, G, GG, XG e XXGG), produzidos sob medida, em cores a serem definidas, a fim de atender à diversidade do público-alvo	PRÓPRIO PRÓPRIO	UN	300,00	120,00	36.000,00
LOTE: 001 - Lote 001	2	77263	Uniforme esportivo para treinamentos Camisa : numeradas, Dry elastano 96% poliéster E 4% ELASTANO com diversos tamanhos (PP ao 3G) em sistema de sublimação de diversas cores, brasão do Município e do Departamento de Esporte e Lazer, número frente e verso, nome do Município em cima do número, modalidade esportiva embaixo do número (masculino e feminino) solicitado no ato do pedido. Bandeiras do Paraná, parte frontal acima do peito. Tamanho do infantil ao adulto. Os uniformes deverão ser confeccionados em uma ampla variedade de tamanhos (PP, P, M, G, GG, XG e XXGG), produzidos sob medida, em cores a serem definidas, a fim de atender à diversidade do público-alvo.	PRÓPRIO PRÓPRIO	UN	300,00	25,50	7.650,00
LOTE: 001 - Lote 001	3	77264	Uniforme esportivo para treinamentos Calção Tecido Dry 100% poliéster com sublimação, várias cores, com numeração na frente e logo do Município e do Departamento de Esportes. (Modelo masculino e feminino, com cordão interno), com elástico. Com diversos tamanhos PP ao 3G. A modalidade e modelo do uniforme serão repassados no ato do pedido. Tamanho do infantil ao adulto. Os uniformes deverão ser confeccionados em uma ampla variedade de tamanhos (PP, P, M, G, GG, XG e XXGG), produzidos sob medida, em cores a serem definidas, a fim de atender à diversidade do público-alvo.	PRÓPRIO PRÓPRIO	UN	300,00	22,50	6.750,00
LOTE: 001 - Lote 001	4	77265	Uniforme esportivo para treinamentos Meia (profissional) cano longo, 99,2% Poliéster / 0,50% Poliamida / 0,3% Elastano, Respirabilidade, Secagem Rápida, Sola atoalhada, Faixa tensora, anatômica, cor a ser definido no pedido. Tamanho do infantil ao adulto. Os uniformes deverão ser confeccionados em uma ampla variedade de tamanhos (PP, P, M, G, GG, XG e XXGG), produzidos sob medida, em cores a serem definidas, a fim de atender à diversidade do público-alvo.	PRÓPRIO PRÓPRIO	PAR	300,00	20,00	6.000,00
TOTAL								56.400,00

Publicado por:
Roberta Dos Santos de Andrade
Código Identificador:35B7C41F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE PREGÃO ELETRONICO Nº 61/2026

EXTRATO DE PREGÃO ELETRONICO Nº 61/2026
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E PARCELADAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: AZ ALIMENTOS SAUDAVEIS LTDA
CNPJ.: 31.845.784/0001-82
CONTRATADA: CAFE DUARTE LTDA
CNPJ.: 01.414.675/0001-40
CONTRATADA: CH COMERCIO VAREJISTA
CNPJ.: 41.465.392/0001-41
CONTRATADA: EDICLEIA APARECIDA ZACHESKY DA SILVA
CNPJ.: 32.656.339/0001-37
CONTRATADA: OSMAIR RODRIGUES LTDA
CNPJ.: 03.517.560/0001-06
CONTRATADA: POLO DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA
CNPJ.: 58.329.006/0001-97
Embasamento Legal: Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal Nº 07/2024

Rio Azul, 24 de agosto de 2026.

(A) LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0269/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: AZ ALIMENTOS SAUDAVEIS LTDA

CNPJ.: 31.845.784/0001-82
VALOR: R$ **17.700,00** (Dezessete Mil e Setecentos Reais).
PRAZO DA DURAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: De **24/08/2026** à **23/08/2027.**
ASSINATURA: 24/08/2026
FORO: Comarca de Rebouças.

(A)LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

(A)ROGERIO NARCISO DA COSTA
Representante

ITENS

ITENS								
Lote	Item	Código	Descrição do produto/serviço	Marca	Uni	Quant	Preço uni	Preço total
LOTE: 002 - Lote 002	1	77324	ADOÇANTE	LOWCUCAR FRASCO 100ML	UN	500,00	4,20	2.100,00
LOTE: 022 - Lote 022	1	77344	PÃO DE FORMA INTEGRAL OU DE GRÃOS E SEMENTES (linhaça, girassol, abóbora e chia), com bom teor de fibras, textura macia e coloração característica. Deve ser isento de gorduras trans e apresentar qualidade adequada para consumo.(UNIDADE) 400g a 500g por pacote	VISCONTI PACOTE 400G	UN	2.000,00	7,80	15.600,00
TOTAL								17.700,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0270/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: CAFE DUARTE LTDA
CNPJ.: 01.414.675/0001-40
VALOR: R$ **10.000,00** (Dez Mil Reais).
PRAZO DA DURAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: De **24/08/2026** à **23/08/2027.**
ASSINATURA: 24/08/2026
FORO: Comarca de Rebouças.

(A)LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

(A)HENRIQUE MACEDO DE VASCONCELOS
Representante

ITENS

ITENS								
Lote	Item	Código	Descrição do produto/serviço	Marca	Uni	Quant	Preço uni	Preço total
LOTE: 009 - Lote 009	1	77331	CAFÉ TORRADO E MOÍDO , PACOTE DE 500G, TORRA MÉDIA 4,5, EMBALADO A VÁCUO, COM SELO DE PUREZA ABIC, EMBALAGEM INTERNA ALUMINIZADA. Rotulagem conforme normas da Anvisa, contendo informações nutricionais, lote, e origem do produto. Prazo de validade de no mínimo de 12 meses a partir da data de entrega. Padrão de qualidade equivalente a marcas similares a Pilão, Damasco, Melitta	PROPRIA 6.1.2.1 DO EDITAL PROPRIA 6.1.2.1 DO EDITAL	UN	500,00	20,00	10.000,00
TOTAL								10.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0271/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: CH COMERCIO VAREJISTA
CNPJ.: 41.465.392/0001-41
VALOR: R$ **28.953,00** (Vinte e Oito Mil, Novecentos e Cinqüenta e Três Reais).
PRAZO DA DURAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: De **24/08/2026** à **23/08/2027.**
ASSINATURA: 24/08/2026
FORO: Comarca de Rebouças.

(A)LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

(A)CASSIANO PEREIRA
Representante

ITENS

ITENS								
Lote	Item	Código	Descrição do produto/serviço	Marca	Uni	Quant	Preço uni	Preço total
LOTE: 023 - Lote 023	1	77345	PÃO FATIADO DEVE ESTAR FRESCO APRESENTAR MACIES NO MOMENTO DA ENTREGA DO PRODUTO, ESTAR EMBALADO EM PACOTE PLASTICO ATOXICO E TRANSPARENTE	PROPRIA PROPRIA	KG	500,00	10,95	5.475,00
LOTE: 025	1	77347	PASTELZINHO COM RECHEIO DE CARNE MOIDA EMBALAGEM	PROPRIA	CN	100,00	119,88	11.988,00

- Lote 025			DEVERA CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDENCIA INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, NUMERO DE LOTE DATA DE VALIDADE	PROPRIA				
LOTE: 028 - Lote 028	1	77350	SALADA DE FRUTAS VARIADA PREPARAÇÃO COMPOSTA POR NO MÍNIMO 3 TIPOS DE FRUTAS FRESCAS (EX: BANANA, MAÇÃ, MAMÃO, ABACAXI, LARANJA OU SIMILARES), DEVIDAMENTE HIGIENIZADAS, DESCASCADAS E PICADAS, SEM ADIÇÃO DE AÇUCAR, PODENDO CONTER SUCO NATURAL DE LARANJA PARA CONSERVAÇÃO. PORÇÃO DE 200G	PROPRIA PROPRIA	UN	1.000,00	11,49	11.490,00
TOTAL								28.953,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0272/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: EDICLEIA APARECIDA ZACHESKY DA SILVA
CNPJ.: 32.656.339/0001-37
VALOR: R$ **4.405,00** (Quatro Mil, Quatrocentos e Cinco Reais).
PRAZO DA DURAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: De **24/08/2026** à **23/08/2027.**
ASSINATURA: 24/08/2026
FORO: Comarca de Rebouças.

(A)LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

(A)EDICLEIA APARECIDA ZACHESKY DA SILVA
Representante

ITENS

ITENS								
Lote	Item	Código	Descrição do produto/serviço	Marca	Uni	Quant	Preço uni	Preço total
LOTE: 001 - Lote 001	1	77323	AÇÚCAR REFINADO EM PACOTES DE 5KG, OBTIDO A PARTIR DO CALDO DA CANA DE AÇÚCAR, COM ASPECTO, COR E ODOR CARACTERÍSTICOS E SABOR DOCE, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, EMBALAGEM PRIMÁRIA PLÁSTICA ATÓXICA DEVIDAMENTE LACRADA, COM VALIDADE MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES.	ALTO ALEGRE ALTO ALEGRE	PCT	150,00	17,00	2.550,00
LOTE: 010 - Lote 010	1	77332	CHÁ MATE NATURAL , CX COM 25 SAQUINHOS CADA. INGREDIENTES: FOLHAS DE MATE TOSTADO (LLEX PARAGUARIENSIS ST. HIL.). PADRÃO DE QUALIDADE SIMILARES AS MARCAS: LEÃO, CHILENO, PRENDA OU EQUIVALENTE OU DE MELHOR QUALIDADE. Prazo de validade de no mínimo de 12 meses a partir da data de entrega.	CAPIMAR CAPIMAR	CX	500,00	3,09	1.545,00
LOTE: 027 - Lote 027	1	77349	PRATINHOS 10 UNIDADES : PRATO BRANCO DESCARTÁVEL DE PLÁSTICO PARA FESTAS DE ANIVERSÁRIO. IDEAL PARA SERVIR DOCES, SALGADOS E SOBREMESAS. PACOTE COM 10 UNIDADES. TAMANHO: 15 A 20 CM.	COPOZAN COPOZAN	PCT	200,00	1,55	310,00
TOTAL								4.405,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0273/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: OSMAIR RODRIGUES LTDA
CNPJ.: 03.517.560/0001-06
VALOR: R$ **18.624,50** (Dezoito Mil, Seiscentos e Vinte e Quatro Reais e Cinqüenta Centavos).
PRAZO DA DURAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: De **24/08/2026** à **23/08/2027.**
ASSINATURA: 24/08/2026
FORO: Comarca de Rebouças.

(A)LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

(A)OSMAIR RODRIGUES
Representante

ITENS

ITENS								
Lote	Item	Código	Descrição do produto/serviço	Marca	Uni	Quant	Preço uni	Preço total
LOTE: 003 - Lote 003	1	77325	BANANA IN NATURA (PORÇÃO INDIVIDUAL) FRUTAS FRESCAS DA ESTAÇÃO, HIGIENIZADAS E PRONTAS PARA CONSUMO	CEASA BANANA	KG	200,00	6,50	1.300,00
LOTE: 008 - Lote 008	1	77330	BOMBOM BOMBOM DE CHOCOLATE 20 GRAMAS - TIPO SONHO DE VALSA OU OURO BRANCO OU DE QUALIDADE SUPERIOR EM PACOTE MINIMO DE 800GR	LACTA BOMBOM	PCT	50,00	56,90	2.845,00
LOTE: 012 - Lote 012	1	77334	GARFO PLÁSTICO PARA ALIMENTAÇÃO TAMANHO MÉDIO. EMBALAGEM COM 50 UNIDADES	ARQPLAST GARFO PLASTICO	PCT	50,00	3,49	174,50
LOTE: 013 - Lote 013	1	77335	LARANJA IN NATURA (PORÇÃO INDIVIDUAL) FRUTAS FRESCAS DA ESTAÇÃO, HIGIENIZADAS E PRONTAS PARA CONSUMO	CEASA LARANJA	KG	200,00	8,40	1.680,00
LOTE: 014 - Lote 014	1	77336	LEITE (SEMIDESNATADO) 50CX C/12 UN LEITE SEMIDESNATADO UHT, 1000ML (1L)"	TERRA VIVA LEITE SEMIDESNATADO	CX	50,00	68,50	3.425,00

LOTE: 015 - Lote 015	1	77337	MAÇÃ IN NATURA MAÇÃ IN NATURA (PORÇÃO INDIVIDUAL) FRUTAS FRESCAS DA ESTAÇÃO, HIGIENIZADAS E PRONTAS PARA CONSUMO	CEASA MAÇÃ	KG	200,00	14,90	2.980,00
LOTE: 016 - Lote 016	1	77338	MAMÃO IN NATURA (PORÇÃO INDIVIDUAL) FRUTAS FRESCAS DA ESTAÇÃO, HIGIENIZADAS E PRONTAS PARA CONSUMO	CEASA MAMÃO	KG	200,00	7,70	1.540,00
LOTE: 017 - Lote 017	1	77339	MELANCIA IN NATURA MELANCIA IN NATURA (PORÇÃO INDIVIDUAL) FRUTAS FRESCAS DA ESTAÇÃO, HIGIENIZADAS E PRONTAS PARA CONSUMO	CEASA MELANCIA	KG	200,00	3,90	780,00
LOTE: 030 - Lote 030	1	77352	"UVA IN NATURA (PORÇÃO INDIVIDUAL) FRUTAS FRESCAS DA ESTAÇÃO, HIGIENIZADAS E PRONTAS PARA CONSUMO	CEASA UVA	KG	200,00	19,50	3.900,00
TOTAL								18.624,50

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0274/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: POLO DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA
CNPJ.: 58.329.006/0001-97
VALOR: R$ **21.500,00** (Vinte e Um Mil e Quinhentos Reais).
PRAZO DA DURAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: De **24/08/2026** à **23/08/2027.**
ASSINATURA: 24/08/2026
FORO: Comarca de Rebouças.

(A)LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

(A)CARLOS HENRIQUE FERREIRA MAQUEA POLO
Representante

ITENS

ITENS								
Lote	Item	Código	Descrição do produto/serviço	Marca	Uni	Quant	Preço uni	Preço total
LOTE: 026 - Lote 026	1	77348	POLPA NATURAL DE FRUTAS CONGELADO BEBIDA À BASE DE ÁGUA SEM CONSERVANTES, DE FRUTAS VARIADAS (MORANGO, ABACAXI, ABACAXI COM HORTELÃ, UVA, AMORA, LARANJA, ACEROLA, ETC), COM OU SEM ADIÇÃO DE AÇUCAR, PCT COM 10 UNID	MAQUEA PACOTE	PCT	1.000,00	21,50	21.500,00
TOTAL								21.500,00

ITENS DESERTOS/ITENS FRACASSADOS

Lote: 4 - Lote 004						
Item	Código	Nome do produto/serviço	Quant	Uni	Preço máximo	Preço máximo total
1	77326	BISCOITO SIMPLES DE AVEIA COM BANANA BISCOITO DE AVEIA E BANANA, BAIXO TEOR DE AÇUCAR E GORDURA, 30G a 40G POR PORÇÃO	500,00	KG	18,36	9.180,00
Lote: 5 - Lote 005						
Item	Código	Nome do produto/serviço	Quant	Uni	Preço máximo	Preço máximo total
1	77327	BOLO CASEIRO SIMPLES PREPARAÇÃO COM INGREDIENTES BÁSICOS, SEM COBERTURA AÇUCARADA	500,00	UN	30,20	15.100,00
Lote: 6 - Lote 006						
Item	Código	Nome do produto/serviço	Quant	Uni	Preço máximo	Preço máximo total
1	77328	BOLO DE CHOCOLATE COM RECHEIO E COBERTURA DE BRIGADEIRO E CHOCOLATE GRANULADO	500,00	KG	51,05	25.525,00
Lote: 7 - Lote 007						
Item	Código	Nome do produto/serviço	Quant	Uni	Preço máximo	Preço máximo total
1	77329	BOLO INTEGRAL PRODUZIDO DE FORMA ARTESANAL, A PARTIR DE FARINHAS E CEREAIS INTEGRAIS E FRUTAS	500,00	KG	35,53	17.765,00
Lote: 11 - Lote 011						
Item	Código	Nome do produto/serviço	Quant	Uni	Preço máximo	Preço máximo total
1	77333	COOKIE DE GRANOLA (PRODUÇÃO PRÓPRIA) BISCOITO TIPO COOKIE PRODUZIDO PELA PRÓPRIA PANIFICADORA, ELABORADO COM BASE DE AVEIA/GRANOLA, PODENDO CONTER CHOCOLATE AMARGO, COM TEOR REDUZIDO DE AÇÚCAR E GORDURA, 30G a 50G	500,00	KG	14,31	7.155,00
Lote: 18 - Lote 018						
Item	Código	Nome do produto/serviço	Quant	Uni	Preço máximo	Preço máximo total
1	77340	MINI SALGADO COXINHA RECHEADA COM FRANGO/PRESUNTO E MUSSARELA/CARNE MOIDA PESO NO MÍNIMO 25 GRAMAS	100,00	CN	128,97	12.897,00
Lote: 19 - Lote 019						
Item	Código	Nome do produto/serviço	Quant	Uni	Preço máximo	Preço máximo total
1	77341	MINI SANDUÍCHE NATURAL (PÃO INTEGRAL) PREPARADO COM PÃO INTEGRAL, RECHEADO COM PROTEÍNA MAGRA (FRANGO DESFIADO, ATUM OU RICOTA) HORTALIÇAS FRESCAS (ALFACE, TOMATE, CENOURA RALADA), SEM MOLHOS INDUSTRIALIZADOS 50G a 70G	5.000,00	UN	8,61	43.050,00
Lote: 20 - Lote 020						
Item	Código	Nome do produto/serviço	Quant	Uni	Preço máximo	Preço máximo total
1	77342	MUFFIN DE AVEIA (PORÇÃO INDIVIDUAL) PREPARAÇÃO ASSADA À BASE DE AVEIA, ELABORADA SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR REFINADO, ADOÇADA COM MEL OU MELADO, PODENDO CONTER SABORES COMO BANANA COM PASSAS, MAÇA COM CANELA OU MIRTILOS, 60G a 80G	5.000,00	UN	5,80	29.000,00
Lote: 21 - Lote 021						

Item	Código	Nome do produto/serviço	Quant	Uni	Preço máximo	Preço máximo total
1	77343	PÃO DE QUEIJO (MINI) PRODUTO ASSADO DE TAMANHO REDUZIDO, COM BAIXO TEOR DE SÓDIO E GORDURA, 25G a 35G	500,00	KG	31,91	15.955,00
Lote: 24 - Lote 024						
Item	Código	Nome do produto/serviço	Quant	Uni	Preço máximo	Preço máximo total
1	77346	DEVE ESTAR FRESCO DEVENDO APRESENTAR-SE CROCANTE NO MOMEN DEVE ESTAR FRESCO DEVENDO APRESENTAR-SE CROCANTE NO MOMEN TO DA ENTREGA DO PRODUTO, ESTAR EMBALADO EM PACOTE PLASTICO ATOXICO E TRANSPARENTE	500,00	KG	15,46	7.730,00
Lote: 29 - Lote 029						
Item	Código	Nome do produto/serviço	Quant	Uni	Preço máximo	Preço máximo total
1	77351	SALGADO ASSADO (CENTO) PREPARAÇÃO ASSADA (EX.: ESFIRRA, EMPADA, MINI TORTA OU PÃO RECHEADO), COM RECHEIOS VARIADOS (FRANGO, CARNE MAGRA, QUEIJO OU LEGUMES), SEM FRITURA, COM TEOS REDUZIDO DE GORDURA	100,00	CN	169,11	16.911,00

Publicado por:
Roberta Dos Santos de Andrade
Código Identificador:65FE2962

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE PREGÃO ELETRONICO Nº 82/2026

EXTRATO DE PREGÃO ELETRONICO Nº 82/2026
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÃO FUTURAS E PARCELADAS DE URNAS MORTUÁRIAS E SERVIÇOS FUNERÁRIOS**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: ALEX JUNIOR GOLEMBA ME
CNPJ.: 21.557.140/0001-35
Embasamento Legal: Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal Nº 07/2024
Rio Azul, 26 de agosto de 2026.
(a) LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0289/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: ALEX JUNIOR GOLEMBA ME
CNPJ.: 21.557.140/0001-35
VALOR: R$ **70.000,00** (Setenta Mil Reais).
PRAZO DA DURAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: De **26/08/2026** à **25/08/2027.**
ASSINATURA: 26/08/2026
FORO: Comarca de Rebouças.

(A)LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

(A)ALEX JUNIOR GOLEMBA
Representante

ITENS

ITENS								
Lote	Item	Código	Descrição do produto/serviço	Marca	Uni	Quant	Preço uni	Preço total
LOTE: 001 - ampla concorrencia	1	77613	Coroa de flores artificiais popular. Coroa de flores artificiais tamanho padrão.	SERVIÇO	UN	39,00	113,00	4.407,00
LOTE: 001 - ampla concorrencia	2	77614	Ornamentação de flores artificiais popular fora do padrão – G ou GG.	SERVIÇO	UN	9,00	134,20	1.207,80
LOTE: 001 - ampla concorrencia	3	77615	Ornamentação de flores artificiais popular. Ornamentação de flores artificiais tamanho padrão.	SERVIÇO	UN	30,00	135,40	4.062,00
LOTE: 001 - ampla concorrencia	4	77616	Preparação do corpo. Higienização e tamponamento do corpo.	SERVIÇO	UN	39,00	266,10	10.377,90
LOTE: 001 - ampla concorrencia	5	77617	Translado (KM rodado). Translado municipal e regional, sendo o valor referente ao km rodado.	SERVIÇO	KM	6.000,00	1,80	10.800,00
LOTE: 001 - ampla concorrencia	6	77618	Urna funerária sextavada popular, cor: mel material: madeira, tipo alca: argola, tipo tampa: entalhado com visor, comprimento: 1,90 m tipo madeira: pinus, características adicionais: envernizada, material revestimento interno: forrado em tnt - babados de tecido urna adulto fora do padrão, tamanho G.	SERVIÇO	UN	3,00	748,20	2.244,60
LOTE: 001 - ampla concorrencia	7	77619	Urna funerária sextavada popular, cor: mel, material: madeira, tipo alca: argola, tipo tampa: entalhado com visor, comprimento: 1,90 m tipo madeira: pinus, características adicionais: envernizada, material revestimento interno: forrado em tnt - babados de tecido urna adulto fora do padrão, tamanho GG.	SERVIÇO	UN	3,00	956,70	2.870,10
LOTE: 001 - ampla concorrencia	8	77620	Urna funerária sextavada popular, cor: mel, material: madeira, tipo alca: argola, tipo tampa: entalhado com visor, tipo madeira: pinus, características adicionais: envernizada, material revestimento interno: forrado em tnt - babados de tecido urna adulto fora do padrão, tamanho comprida 2,10 metros.	SERVIÇO	UN	3,00	877,80	2.633,40
LOTE: 001 - ampla	9	77621	Urna funerária sextavada popular, cor: mel, material: madeira, tipo alca: argola, tipo tampa: entalhado com visor, tipo madeira: pinus, características	SERVIÇO	un	20,00	842,105	16.842,10

concorrencia			adicionais: envernizada, material revestimento interno: forrado em tnt - babados de tecido urna adulto tamanho 1,90 metros.					
LOTE: 001 - ampla concorrencia	10	77622	Urna funerária sextavada popular, cor: mel, material: madeira, tipo alca: argola, tipo tampa: entalhado com visor, tipo madeira: pinus, características adicionais: envernizada, material revestimento interno: forrado em tnt - babados de tecido urna infantil tamanho 1,40 metros.	SERVIÇO	UN	5,00	468,90	2.344,50
LOTE: 001 - ampla concorrencia	11	77623	Urna funerária natimorto sextavada popular, cor: mel, material: madeira, tipo alca: argola, tipo tampa: entalhado com visor, tipo madeira: pinus, características adicionais: envernizada, material revestimento interno: forrado em tnt - babados de tecido urna natimorto tamanho 0,80 metros.	SERVIÇO	UN	5,00	455,10	2.275,50
LOTE: 001 - ampla concorrencia	12	77624	Velas 24 horas.	SERVIÇO	UN	39,00	1,80	70,20
LOTE: 001 - ampla concorrencia	13	77625	Vestuário Fúnebre popular fora do padrão – G ou GG.	SERVIÇO	UN	9,00	135,80	1.222,20
LOTE: 001 - ampla concorrencia	14	77626	Vestuário fúnebre popular tamanho padrão.	SERVIÇO	UN	30,00	133,00	3.990,00
LOTE: 001 - ampla concorrencia	15	77627	Véu popular tamanho padrão.	SERVIÇO	UN	39,00	119,30	4.652,70
TOTAL								70.000,00

Publicado por:
Roberta Dos Santos de Andrade
Código Identificador:4CA0419C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
TERMO ADITIVO N.º 31 AO CONTRATO Nº 055/2021 REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2021

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE RIO NEGRO – ESTADO DO PARANÁ**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 76.002.641/0001-47, com sede na Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070, Rio Negro, Estado do Paraná, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor **ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN**, inscrito no CPF/MF sob n.º 936.249.729-87, e RG sob n.º 2773957, e a CONTRATADA: Empresa **BRASILNETS COMERCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, sita na Rua TORIBIO SOARES PEREIRA, nº 570, IRIRIU, na cidade de Joinville - SC, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 10.517.947/0001-28, neste ato representado por seu(ua) Procurador(a) Sr(a). **AMILTON CESAR DA CONCEICAO**, representante legal, inscrita no CPF/MF sob n.º 683.929.159-68, acordam e ajustam firmar o presente nos termos da Lei 8.666/93, da Lei 8.245/91 e do Código Civil no que couber, e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO EXCEPCIONAL E DA EXTINÇÃO ANTECIPADA** Por solicitação da CONTRATANTE e anuência da CONTRATADA fica prorrogado em mais 3 (três) meses, a partir do dia **1º/09/2026**, o prazo de **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACESSO À INTERNET**, tendo em vista a necessidade de assegurar a continuidade da prestação dos serviços, essenciais ao regular funcionamento das atividades da Administração Pública Municipal, até a conclusão do novo procedimento licitatório destinado à contratação do objeto. **PARÁGRAFO ÚNICO.** A presente prorrogação poderá ser encerrada antecipadamente, sem ônus ou direito a indenização em favor da CONTRATADA, caso seja concluído o novo processo licitatório e formalizada a contratação dele decorrente antes do término do período ora prorrogado, mediante comunicação à CONTRATADA, permanecendo assegurado o pagamento pelos serviços efetivamente prestados até a data do encerramento. **CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR** A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância de **R$ 129.976,95 (cento e vinte e nove mil novecentos e setenta e seis reais e noventa e cinco centavos)**, conforme segue:

Item	Qtde	Un.	Especificação	Valor Unitário	Valor Total
1	3	SRV	LINK DEDICADO DE ACESSO À INTERNET - 200MBPS	R$ 2.318,34	R$ 6.955,02
2	198	SRV	LINK NORMAL (BANDA LARGA) DE ACESSO À INTERNET - 300MBPS	R$ 172,46	R$ 34.147,08
3	18	SRV	LINK NORMAL (BANDA LARGA) DE ACESSO AUTENTICADO À INTERNET (EXTERNO) - 300MBPS	R$ 252,54	R$ 4.545,72
4	198	SRV	LINK NORMAL (BANDA LARGA) DE ACESSO AUTENTICADO À INTERNET (INTERNO) - 100MBPS	R$ 107,91	R$ 21.366,18
5	3	SRV	SISTEMA HOTSPOT EM NUVEM	R$ 1.631,91	R$ 4.895,73
6	114	SRV	PONTO DE REDE PRIVADA - CÂMERAS VIGILÂNCIA - (EXTERNO)	R$ 254,81	R$ 29.048,34
7	198	SRV	PONTO DE REDE PRIVADA - CAMERAS VIGILÂNCIA - (INTERNO)	R$ 146,56	R$ 29.018,88

CLÁUSULA TERCEIRA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA O recurso orçamentário a ser destinado para essa despesa está assegurado nas seguintes dotações orçamentárias: 185 – 05.005.04.126.0002.2.021.3.3.90.40.97 - Fonte 000;
553 – 09.001.22.661.0002.2.031.3.3.90.40.97 – Fonte 000;
1052 – 13.004.26.782.0002.2.057.3.3.90.40.97 – Fonte 000;
976 – 13.001.15.452.0002.2.051.3.3.90.40.97 – Fonte 000;
597 – 10.002.020.608.007.2.094.3.3.90.40.97 – Fonte 000;
850 – 12.001.08.243.0009.6.001.3.3.90.40.97 – Fonte 000;
888 –12.003.08.244.0010.2.048.3.3.90.40.97 – Fonte 000;
466 – 07.002.13.391.0005.2.027.3.3.90.40.97 – Fonte 000;
474 – 07.002.13.392.0005.2.028.3.3.90.40.97 – Fonte 000;
482 – 07.003.13.392.0005.2.029.3.3.90.40.97 – Fonte 000;
638 – 11.001.10.122.0008.2.126.3.3.90.40.97 – Fonte 303;
782 – 11.004.10.301.0008.2.135.3.3.90.40.97 – Fonte303;
739 – 11.004.10.302.0008.2.131.3.3.90.40.97 – Fonte 000;
797 – 11.004.10.302.0008.2.136.3.3.90.40.97 – Fonte 303;
251 - 06.002.12.361.0004.2.017.3.3.90.40.97 - Fonte 104;
303 - 06.002.12.367.0004.2.104.3.3.90.40.97 - Fonte 104;
272 - 06.002.12.364.0004.2.063.3.3.90.40.97 - Fonte 000;
427 - 06.004.12.365.0004.2.110.3.3.90.40.97 - Fonte 103;
389 - 06.004.12.365.0004.2.023.3.3.90.40.97 - Fonte 103;

539 - 08.002.27.813.0011.2.080.3.3.90.40.97 - Fonte 000. **CLÁUSULA QUARTA:** As demais cláusulas não atingidas por este termo permanecem inalteradas. **E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, na presença das testemunhas abaixo.** Rio Negro, 25 de agosto de 2026

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:16C2FD52

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº180/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº180/2026

Ref. Pregão nº 073/2026 – Mesas e Bancos de Cimento – PA – 11.205/2026.

O MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Presidente Bernardes, nº 809, inscrito no CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08, neste ato devidamente representadopelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor AILTON APARECIDO MAISTRO, residente na cidade de Rolândia – PR, resolve registrar o preço da empresa PIETÁ INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ/MF nº81.655.078/0001-46, com sede à Rua Rodovia Celso Garcia Cid, nº8770, Parque Industrial Kiugo Takata, na cidade de Londrina - PR, CEP: 86.046-770, fone (43) 3342-7806, (43)99952-0299, e-mail: pieta@pieta.com.br, representada pelo Senhor LUIZ CARLOS BRAZZALE, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente instrumento tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de Conjunto composto de mesa redonda 80 cm com 72 cm dê altura e 4 banquetas 30cm com 45 cm de altura em cimento natural (desmontada), conforme tabela abaixo, bem como documentação levada a efeito pelo Pregão nº073/2026, devidamente homologado pelo Município em 21/08/2026.

Item	Und.	Qtd	Cod. Item	Descrição do Produto	R$ Unit.	R$ Total	Marca
1	cjt	200,00	72335	Conjunto de mesa redonda 80 cm com 72 cm de altura composta por 4 banquetas 30 cm com 45 cm de altura em cimento natural (desmontada)	821,80	164.360,00	PROPRIA

CLÁUSULA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:
Promover o pagamento de acordo com a ata de registro de preços pré-estabelecida;
Realizar a fiscalização do serviço a ser prestado ou do recebimento do produto a ser entregue;
Fornecer todas as informações necessárias para a empresa ganhadora do certame sobre a localização dos Serviços/entrega dos produtos e demais informações necessárias para a correta execução ou do fornecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO DE PREÇOS
Entregar os produtos em prazo não superior ao máximo estipulado na proposta. Caso a entrega não seja feita dentro do prazo, a adjudicatária ficará sujeita à multa estabelecida neste edital.
Os produtos deverão ser acondicionados em embalagens apropriadas para armazenamento, fazendo constar a descrição do produto e incluindo: marca peso e tamanho da embalagem, data de fabricação e validade de acordo com as características do produto.
Substituir os produtos em desacordo à proposta ou às especificações do objeto desta licitação, ou que porventura sejam entregues com defeitos ou imperfeições.
Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com o Município de Rolândia.
Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município de Rolândia ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, quando da entrega dos produtos.
O transporte dos produtos deverá ser feito dentro do preconizado para cada um e devidamente protegido quanto a danos.
Em caso de dano e extravio do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente reposto, sem qualquer ônus adicional para o município.
A adjudicatária, assim como a contratante, deverão atender a Lei Federal 12.846/2013, a fim de inibir as práticas de fraude e corrupção.
A adjudicatária deverá se comprometer a manter o preço justo de mercado, podendo ser reajustado seu preço em casos de alta no valor mercado ou de baixa, ficando a mesma responsável por solicitar o reajuste tanto para mais quanto para menos do preço, caso o Município perceba o preço acima do valor de mercado a empresa será notificada a reajustá-lo.
Os produtos deverão obedecer às normas e padrão ABNT, INMETRO, ANVISA, Legislação Vigente e demais órgãos reguladores referente ao ramo de atividades.
O produto deverá atender integralmente as especificações do edital.
Antes de apresentar sua proposta, o licitante deverá analisar o termo de referência de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas em função de eventuais pretensões de acréscimos de preços, alteração da data de entrega ou de qualidade dos materiais.
Se os itens apresentarem desconformidades com as exigências normativas, não serão recebidos definitivamente, devendo ser imediatamente substituídos pela contratada, sem ônus para a administração.
Consultar com antecedência o seu fornecedor quanto ao prazo de entrega dos itens especificados, não cabendo, portanto, a justificativa de atraso do fornecimento devido ao não cumprimento da entrega por parte do fornecedor.
Aceitar toda e qualquer fiscalização da administração, no tocante ao objeto do presente termo de referência, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no edital.
A existência e atuação da fiscalização da administração, em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne ao fornecimento dos equipamentos e as suas consequências e implicações.

A Adjudicatária deverá manter, durante toda a execução do Instrumento hábil de formalização da contratação, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, prevendo, como sanções para o inadimplemento dessa cláusula, a rescisão do Instrumento hábil de formalização da contratação e a execução penalidades e/ou da garantia para ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração, além das penalidades já previstas em lei (arts. 155 a 163, da Lei nº 14.133/21). Ocorrendo a irregularidade a Administração Pública fará a abertura de processo administrativo, por meio do fiscal Instrumento hábil de formalização da contratação ou equivalente, realizando a notificação com prazo determinado – e razoável ao processo - ao fornecedor para que regularize suas certidões e o cumprimento contratual, sob pena de execução das penalidades previstas em Lei e porventura a rescisão.

CLÁUSULA QUARTA - DA ENTREGA DOS PRODUTOS

O fornecimento dos produtos deverá ser efetuado mediante requisição emitida pela Secretaria competente do Município.

O fornecimento dos produtos deverá ser efetuado de acordo com o local indicado na requisição, desde que apresentada à requisição devidamente preenchida.

Os produtos entregues em desacordo com o especificado neste instrumento convocatório e na proposta do adjudicatário serão rejeitados parcialmente ou totalmente, conforme o caso, obrigando-se a adjudicatária a substituí-los no prazo de até 48 horas, sob pena de ser considerado em atraso quanto ao prazo de entrega. Em caso de divergência entre o especificado no edital e na proposta, prevalece o especificado neste edital e seus anexos.

Quando a recusa for parcial, será estabelecido um prazo de 1 a 3 dias úteis para a substituição da nota fiscal por outra contendo apenas os itens aprovados.

Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade de cada produto fornecido pelo prazo estabelecido na garantia pelo fabricante, obrigando-se a reparar aquele que apresentar defeito no prazo estabelecido pelo Município de Rolândia.

As aquisições obedecerão à conveniência e às necessidades conforme Instrumento hábil de formalização da contratação ou equivalente. A existência dos preços registrados não obriga o Município de Rolândia a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Instrumento hábil de formalização da contratação à preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Caso a proponente entregue um produto que não se ajusta nos padrões utilizados no município (ESPECIFICAÇÕES TECNICAS, VALIDADE ADEQUADA, etc.), o mesmo deverá ser substituído para que atenda tais padrões, para não acarretar em prejuízos ao patrimônio e erário público.

Todos os itens licitados devem estar de acordo com o descritivo constante em sua respectiva discriminação.

O(s) material(is) será(ão) recebido(s) provisoriamente, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Documento de Referência.

A verificação da conformidade das especificações do(s) material(is) ocorrerá no ato da entrega. Admitida à conformidade quantitativa e qualitativa, o(s) material(is) será(ão) recebido(s) definitivamente, mediante “atesto” na Nota Fiscal, com a consequente aceitação do(s) objeto(s).

Na hipótese de constatação de anomalias que comprometam a utilização adequada do(s) material(is)/serviço(s), este(s) será(ão) rejeitado(s), em todo ou em parte, conforme dispõe a Lei nº 14.133/21, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Rolândia, devendo o fornecedor reapresentá-lo(s) no prazo de até 02 (dois) dias corridos, a partir da data de solicitação da substituição.

Caso atrase na entrega ou se recuse a realizar a substituição, o fornecedor estará sujeito a sanções administrativas, sendo que o material substituído passará pelo mesmo processo de verificação observado na primeira entrega.

Caberá ao fornecedor arcar com os custos diretos e indiretos, inclusive despesas com embalagem, taxas de frete e seguro da entrega do(s) material(is) a ser(em) substituído(s).

O(s) material(is) deverá(ão) ser entregue(s) acondicionado(s) em embalagem própria para cada material.

A Prefeitura Municipal de Rolândia reserva-se o direito de impugnar o material(is) entregue(s), se esse(s) não estiver(em) de acordo com as especificações técnicas deste Documento de Referência.

CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO/RECEBIMENTO

Para acompanhamento e recebimento do produto/serviço, fica designado o solicitante do produto/serviço o acompanhamento, recebimento, conferência e aceite provisório (se for o caso) ou definitivo, assinando à nota fiscal e atestado a confiabilidade do item adquirido/serviço prestado, podendo o mesmo designar um preposto que receberá e assinará por ele em caso de sua ausência no momento da entrega, responsabilizando-se pelo recebimento.

Identificando inconformidades com o item adquirido/serviço prestado, o servidor responsável pelo recebimento NÃO receberá o produto/serviço, ficando a empresa responsável pela readequação do item nos termos do edital para a devida entrega e recebimento.

O servidor que receber o bem/serviço de forma definitiva deve atestar o recebimento que servirá para liberação de pagamento quanto ao objeto licitado, podendo ser o pagamento integral (100% da aquisição/prestação do serviço) ou parcial (compras de pequena monta até o limite máximo estipulado em ata de registro de preços).

O fornecedor deverá entregar todo o material/serviço solicitado e na quantidade solicitada, sendo que registro de preços não há um limite mínimo de pedido, podendo ser solicitada a quantidade integral, ou apenas uma única unidade do produto/serviço.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

O Município de Rolândia obriga-se a efetuar o pagamento ao Detentor do Registro de Preços pelos itens efetivamente fornecidos, até o limite do valor estimado de R$ 164.360,00 (cento e sessenta e quatro mil, trezentos e sessenta reais), conforme as respectivas notas de empenho. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento da fatura, condicionado à confirmação da entrega dos produtos. A quitação dar-se-á por intermédio da Tesouraria Municipal, mediante depósito eletrônico em conta corrente indicada pelo fornecedor, após a emissão da autorização de fornecimento, ficando vedada a utilização de boleto bancário.

A adjudicatária deverá apresentar acompanhando todas as faturas, as provas de regularidade com a Previdência Social (CND-INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e com a Certidão Negativa de Débitos Municipal para as Empresas que estejam situadas neste Município, sendo que a ausência destes documentos ensejará a suspensão dos pagamentos a que a Detentora do Registro de Preços tenha ou venha a ter direito, até que seja normalizada a situação de regularidade havida na fase de habilitação;

Na ocorrência de suspensão de pagamento aqui prevista, a Detentora do Registro de Preços não fará jus a nenhum tipo de atualização monetária e, na ocorrência de bloqueio no fornecimento dos materiais, motivada pela falta dos pagamentos, incorrerá nas sanções previstas na cláusula sexta desta ata de registro de preços.

A adjudicatária deverá entregar todo o material solicitado através da autorização de fornecimento, não havendo pagamento em caso de entrega parcial até que ocorra o adimplemento total da obrigação.

Os valores das notas fiscais deverão ser os mesmos consignados na autorização de fornecimento, sem o que não será liberado o respectivo pagamento. Em caso de divergência, será estabelecido um prazo de 1 a 3 dias úteis para a adjudicatária fazer a substituição.

Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

I = (TX/100) / 365
EM = I x N x VP
Onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

O Município de Rolândia possui um sistema de assinatura digital e tramitação de documentos (1Doc) o qual deverá ter um cadastro por parte do fornecedor para assinatura da ata de registro, bem como das notas de empenho, autorizações de fornecimento e demais documentos pertinentes, a nota fiscal e as certidões regulares necessários para pagamento deverão ser obrigatoriamente mandados de forma digital (em formato .pdf) neste mesmo sistema de informações e no respectivo processo referente ao pedido, o não envio dos documentos e/ou acompanhamento do andamento do processo por parte da vencedora poderá implicar em atraso nos pagamentos, até que seja apresentado o solicitado, ou ainda nas sanções cabíveis estipuladas em edital e embasadas na legislação vigente, como multa, desclassificação e até inidoneidade. O direito de defesa será encaminhado no mesmo contato informado neste documento, não havendo resposta será publicado em diário oficial um comunicado para ciência e, posteriormente, aplicadas as sanções.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS
Os preços registrados se manterão inalterados pelo período de vigência da presente ata de registro de preços, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômica – financeira inicial deste Instrumento, na forma disciplinada no Decreto 11.462/2023.
O preço registrado não sofrerá reajuste antes de decorridos **12 (doze) meses**, contados da data da apresentação da proposta, observadas as disposições do art. 25, §7º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e do índice previsto no instrumento convocatório, o preço deverá ser revisto para que haja o devido reequilíbrio econômico financeiro com base nos índices que recomponham a defasagem da inflação que incidiu o produto/serviço no ano anterior.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município de Rolândia solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-la à definição do parágrafo primeiro.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município de Rolândia convocará as demais empresas com preços registrados para o item, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitadas as condições de prestação de serviços, os preços e os prazos do primeiro classificado, para a redução do preço, hipótese em que poderá ocorrer alteração na ordem de classificação das empresas com preço registrado.
PARÁGRAFO QUARTO – Serão consideráveis compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Rolândia.
PARÁGRAFO QUINTO – É de obrigação da Adjudicatária a solicitação de reajuste de preços no dia da alteração do valor, não sendo aceito majoração ou supressão retroativa, sendo, portanto pago o valor acordado antes do reajuste nesses casos, a não apresentação da solicitação no dia da majoração acarretará no pagamento do valor antigo das notas até que se ocorra à solicitação de forma correta, no caso da supressão de valores, se não realizada no dia em que o valor for diminuído poderá acarretar em multa e demais sanções cabíveis.
PARÁGRAFO SEXTO – É vedado à Contratada interromper a entrega dos bens/serviços já empenhados e de novos pedidos, que porventura venham a surgir, enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste edital.

CLÁUSULA OITAVA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS
São obrigações do Detentor do Registro de Preços:
Os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais, custos e despesas que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da presente ata de registro de preços, serão de exclusiva responsabilidade do Detentor do Registro de Preços, assim definido na Norma Tributária.
O Detentor do Registro de Preços declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a prestação dos serviços, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimento determinados pela autoridade competente.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES
O licitante e o Contratado que cometerem infrações, conforme os Artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021, estarão sujeitos às seguintes penalidades administrativas:
I) Advertência; II) Multa; III) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por no mínimo 3 anos; IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por no mínimo 3 anos e no máximo 6 anos; V) Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos.
V.a) As sanções mencionadas nas alíneas "I", "II", "III" e "IV" do item anterior podem ser aplicadas cumulativamente com a multa ao licitante, ao adjudicatário e ao Contratado. V.b) Advertência será aplicada por condutas que prejudiquem o andamento do procedimento de licitação e contratação. V.c) A multa, de 0,5% a 30% do valor da ata de registro licitado ou celebrado com contratação direta, será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21, como:
• Dar causa à inexecução parcial ou total do registro;
• Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
• Não manter a proposta, salvo em casos de justificativa superveniente;
• Não celebrar o registro ou não entregar a documentação exigida para a contratação dentro do prazo;
• Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
• Apresentar declaração ou documentação falsa;
• Fraudar a licitação ou a execução do registro;
• Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
• Praticar atos ilícitos para frustrar os objetivos da licitação;
• Praticar atos lesivos previstos na legislação correspondente.
A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por até 6 anos, será aplicada a quem:
• Recusar-se injustificadamente a assinar o registro após ser considerado adjudicatário;
• Deixar de entregar documentação exigida para o certame;
• Apresentar documentação falsa;

• Ensejar o retardamento da execução do registro;
• Não manter a proposta;
• Falhar ou fraudar na execução do registro;
• Comportar-se de modo inidôneo, exceto nos casos previstos.
O impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos, será aplicado a quem:

• Prometer, oferecer ou dar vantagem indevida a agente público;
• Financiar, custear ou subvencionar atos ilícitos previstos na Lei;
• Utilizar-se de interposta pessoa para ocultar interesses;
• Frustrar ou fraudar procedimentos licitatórios públicos;
• Dificultar atividades de investigação ou fiscalização.
Cabe ao órgão ou entidade contratante aplicar as penalidades, garantindo a ampla defesa e o contraditório, informando as ocorrências no Cadastro Unificado de Fornecedores.
A autoridade máxima do órgão ou entidade contratante é competente para impor as penalidades.
Os efeitos das penalidades de suspensão do direito de contratar com a Administração ou declaração de inidoneidade se estendem às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, bem como às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com essas pessoas físicas.
Na aplicação das sanções, a Administração observará a proporcionalidade entre a gravidade da infração e o valor do registro, os danos resultantes, a situação econômico-financeira do sancionado, a reincidência e outras circunstâncias relevantes.
Nos casos não previstos, devem ser observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.
Além das sanções mencionadas, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas será conforme a Lei Federal nº 12.846/2013.
As penalidades aplicadas serão registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR) e junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

CLÁUSULA DEZ – DO PRAZO, DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO
1. O prazo de entrega dos itens será de até 10 (dez) dias, contados a partir da emissão da autorização de Fornecimento.
2. O Instrumento hábil de formalização da contratação terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua homologação, podendo ser prorrogado por igual período, até o limite permitido pela legislação vigente, conforme disposto no art. 84 e 111 da Lei nº 14.133/2021, mediante manifestação expressa da Administração e do fornecedor.
3. A prorrogação estará condicionada:
a. à manutenção das condições vantajosas para a Administração;
b. à manifestação expressa do fornecedor quanto ao interesse na prorrogação;
c. à necessidade administrativa devidamente justificada;
d. à avaliação da conveniência e oportunidade pelo órgão gerenciador.
4. Os preços poderão ser reajustados a cada 12 (doze) meses, a contar da data da apresentação da proposta ou da assinatura do Instrumento hábil de formalização da contratação, o que ocorrer primeiro, nos termos do art. 82, §5º, IV, da Lei nº 14.133/2021.
4.1. Antes do transcurso do prazo previsto no item anterior, caso comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro da contratação, poderá ser solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro, mediante justificativa técnica e documental, podendo resultar em revisão contratual, glosa, aditamento ou outras medidas cabíveis.
5. O índice de reajuste adotado será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
6. O pedido de reajuste deverá ser formalizado pelo fornecedor, instruído com a comprovação da variação acumulada do IPCA no período, e só produzirá efeitos financeiros a partir do 13º mês, respeitada a disponibilidade orçamentária e mediante prévia autorização da Administração.
7. A ausência de manifestação do fornecedor na data prevista para reajuste será interpretada como aceitação tácita da manutenção dos preços, sem prejuízo da possibilidade de posterior revisão, nos termos da Lei nº 14.133/2021, mediante demonstração de desequilíbrio econômico-financeiro.
8. A Administração poderá recusar a prorrogação do Instrumento hábil de formalização da contratação ou o reajuste solicitado, mediante justificativa formal, quando verificada a perda da vantajosidade, a inviabilidade orçamentária ou outro motivo de interesse público devidamente motivado.
9. Na hipótese de convocação do licitante remanescente, em razão de desistência, desclassificação ou rescisão do vínculo com o primeiro colocado, não se inaugura novo ciclo procedimental nem se reinicia o prazo máximo legal aplicável à Ata de Registro de Preços. A formalização da ata com o segundo colocado insere-se no mesmo procedimento licitatório já homologado, devendo observar o período remanescente dentro do prazo máximo admitido em lei, sob pena de prorrogação indireta ou artificial da vigência originalmente autorizada.

CLÁUSULA ONZE – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
O preço registrado poderá ser cancelado de pleno direito, nas seguintes situações:
I – Pelo Município de Rolândia:
Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes deste termo;
Quando o fornecedor não assinar a ata de registro no prazo estabelecido;
Quando o fornecedor der causa a rescisão administrativa da Ordem de Fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos 155 a 163 da Lei 14.133/21;
Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Ordem de Fornecimento decorrente deste registro;
Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
Por razão de interesse público devidamente demonstrada e justificada pelo Município de Rolândia.
Para assegurar a continuidade do fornecimento decorrente do Sistema de Registro de Preços, quando a Ata estiver próxima do término de sua vigência ou do esgotamento dos quantitativos nela registrados, poderá ser instaurado novo procedimento licitatório para o mesmo objeto. Concluído o novo certame e formalizada a respectiva Ata de Registro de Preços, a presente Ata poderá ser cancelada mediante decisão motivada da Administração, observados os princípios da continuidade do serviço público, da eficiência e do interesse público.

II – Pelo fornecedor:
Mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências deste termo;
Quando comprovada a ocorrência de quaisquer das hipóteses contidas no art. 155, incisos I a VII da Lei 14.133/21.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, o qual será juntada ao processo administrativo do presente edital.
PARÁGRAFO SEGUNDO – A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município, facultando-se a esta nesse caso, a aplicação das penalidades previstas no presente edital.
PARÁGRAFO TERCEIRO – Havendo cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do Fornecedor, relativas à prestação dos serviços.
PARÁGRAFO QUARTO – Caso o município não se utilize da prerrogativa de cancelar o preço registrado, a seu exclusivo critério, poderá sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição exigida neste termo.

CLÁUSULA DOZE – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Serão utilizadas as seguintes classificações orçamentárias:

Órgão: 07 – Infra Estrutura;

Classificação Orçamentária:
Para Bens patrimoniais: 44.90.52.00.00.00 - PARA EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.

As dotações a serem utilizadas por determinação das secretarias competentes, cumprem o Artigo Décimo Sétimo do Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023, o qual normatiza que na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária.
Ficando determinado o termo de empenho o instrumento hábil a conter a devida dotação a ser efetuado o pagamento referente a este processo.

CLÁUSULA TREZE – DO FORO
As partes elegem o Foro da Comarca de Rolândia - PR para dirimir quaisquer dúvidas ou inadimplência que possa surgir no decorrer da presente ata de registro de preços, renunciando qualquer outro por mais privilegiado que seja.
E por estarem justos e contratados, datam e assinam a presente ata de registro de preços, na presença de duas testemunhas, para que a mesma surta os seus devidos e legais efeitos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, 21 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO	_____
Prefeito Municipal De Rolândia	***PIETÁ INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA***

TESTEMUNHAS:

_____	_____
MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI	LUCINEI APARECIDO MASSON
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio	Secretário Municipal de Infraestrutura

Publicado por:
Silvia Quintino
Código Identificador:EF1B71BE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA

DEPARTAMENTO DE EXPEDIENTE E LEGISLAÇÃO
REPUBLICADO PREPUBLICADO POR INCORREÇÃO DECRETO Nº.1128/2025OR INCORREÇÃO DECRETO Nº.1128/2025

Súmula: Aprova o plano de arruamento e loteamento residencial denominado “LOTEAMENTO FACHINELLO”, e dá outras providências.

FERNANDO ALBERTO CADORE, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 326/2021, que dispõe sobre o parcelamento de solo para fins urbanos, e considerando a aprovação pela área técnica do Departamento de Projetos e Engenharia:

D E C R E T A

Art. 1º - Fica aprovado, nas condições deste ato e da Lei Municipal nº 326/2021, o projeto de parcelamento do solo, na modalidade de loteamento exclusivamente residencial, denominado “LOTEAMENTO FACHINELLO”, localizado na zona de expansão urbana deste município, o imóvel – Lote Urbano nº 94 (noventa e quatro) do núcleo Francisco Beltrão, da Colônia Missões, Município e Comarca de Salto do Lontra, com área total de 56.200,00 m²(cinquenta e seis mil e duzentos metros quadrados), objeto da matrícula nº 21.030, do Cartório de Registro de Imóveis de Salto do Lontra, de propriedade do LOTEAMENTO FACHINELLO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 34.524.717/0001-54, em conformidade com o projeto, plantas, memoriais descritivos e demais elementos apresentados.

Art. 2º - O Projeto de loteamento é composto por 112 (cento e doze) lotes, inseridos em 09 (nove) quadras, correspondente a 68,97%(sessenta e oito virgula noventa e sete por cento) da área loteada, assim distribuídos:

Quadra nº 01	
Lote nº 01	529,80m²
Lote nº 02	365,50m²
Lote nº 03	252,00m²
Lote nº 04	252,00m²
Lote nº 05	252,00m²
Lote nº 06	252,00m²
Lote nº 07	293,38m²
Lote nº 08	280,70m²
Lote nº 09	367,80m²

Lote nº 10	450,50m²
Lote nº 11	337,00m²
Lote nº 12	244,00m²
Lote nº 13	2.089,00m²
Lote nº 14	601,79m²
Área Total	**6.819,47m²**

Quadra nº 02	
Lote nº 01	375,40m²
Lote nº 02	351,00m²
Lote nº 03	315,00m²
Lote nº 04	252,00m²
Lote nº 05	537,00m²
Lote nº 06	507,25m²
Lote nº 07	501.20m²
Área Total	**2.838,85m²**

Quadra nº 03	
Lote nº 01	309,91m²
Lote nº 02	339,50m²
Lote nº 03	190,00m²
Lote nº 04	228,00m²
Lote nº 05	228,00m²
Lote nº 06	228,00m²
Lote nº 07	228,00m²
Lote nº 08	228,00m²
Lote nº 09	228,00m²
Lote nº 10	228,00m²
Lote nº 11	228,00m²
Lote nº 12	228,00m²
Lote nº 13	228,00m²
Lote nº 14	190,00m²
Lote nº 15	190,00m²
Lote nº 16	190,00m²
Lote nº 17	190,00m²
Lote nº 18	190,00m²
Lote nº 19	190,00m²
Lote nº 20	190,00m²
Lote nº 21	190,00m²
Lote nº 22	190,00m²
Lote nº 23	268,07m²
Lote nº 24	215,50m²
Área Total	**5.312,98m²**

Quadra nº 04	
Lote nº 01	278,39m²
Lote nº 02	337,26m²
Lote nº 03	170,00m²
Lote nº 04	204,00m²
Lote nº 05	228,00m²
Lote nº 06	204,00m²
Lote nº 07	228,00m²
Lote nº 08	204,00m²
Lote nº 09	228,00m²
Lote nº 10	204,00m²
Lote nº 11	228,00m²
Lote nº 12	204,00m²
Lote nº 13	228,00m²
Lote nº 14	170,00m²
Lote nº 15	190,00m²
Lote nº 16	170,00m²
Lote nº 17	190,00m²
Lote nº 18	194,54m²
Lote nº 19	180,17m²
Área Total	**4.040,36m²**

Quadra nº 05	
Lote nº 01	243,90m²
Lote nº 02	330,10m²
Lote nº 03	204,00m²
Lote nº 04	204,00m²
Lote nº 05	228,00m²
Lote nº 06	204,00m²
Lote nº 07	228,00m²
Lote nº 08	170,00m²
Lote nº 09 – Área Institucional	190,00m²
Lote nº 10	170,00m²
Lote nº 11 – Área Institucional	190,00m²
Lote nº 12	170,00m²
Lote nº 13 – Área Institucional	190,00m²
Lote nº 14 – Área Institucional	275,22m²
Área Total	**2.997,22m²**

Quadra nº 06	
Lote nº 01	280,11m²
Lote nº 02	331,00m²
Lote nº 03	170,00m²

Lote nº 04	170,00m²
Lote nº 05	190,00m²
Lote nº 06	170,00m²
Lote nº 07	190,00m²
Lote nº 08	170,00m²
Lote nº 09	228,00m²
Lote nº 10	212,85m²
Lote nº 11	300,30m²
Área Total	**2.412,26m²**

Quadra nº 07	
Lote nº 01 – Área Institucional	1.769,04m²
Área Total	**1.769,04m²**

Quadra nº 08	
Lote nº 01	1.849,03m²
Lote nº 02	702,61m²
Lote nº 03	420,00m²
Lote nº 04	252,00m²
Lote nº 05	252,00m²
Lote nº 06	252,00m²
Lote nº 07	252,00m²
Lote nº 08	252,00m²
Lote nº 09	252,00m²
Lote nº 10	252,00m²
Lote nº 11	252,00m²
Lote nº 12	252,00m²
Lote nº 13	252,00m²
Lote nº 14	252,00m²
Lote nº 15	252,00m²
Lote nº 16	252,00m²
Lote nº 17	252,00m²
Lote nº 18	252,00m²
Lote nº 19	252,00m²
Lote nº 20 – Área Institucional	439,86m²
Lote nº 21	1.038,00m²
Área Total	**8.481,50m²**

Quadra nº 09	
Lote nº 01 - APP	5.940,97m²
Área Total	**5.940,97m²**

Área das Ruas	15.587,35m²	27,74%
Área dos Lotes Comercializáveis	30.579,56²	54,41%
Área Verde	1.038,00m²	1,85%
Área Institucional	3.054,12m²	5,43%
Área de Preservação Permanente	5.940,97m²	10,57%
Área Total	**56.200,00m²**	**100,00%**

Art. 3º - Passam a constituir bens de domínio público, sem ônus para o Município as seguintes áreas institucionais, da área loteada:

Rua Severino Fachinello	3.520,45m²
Rua Euzébio Fachinello	2.007,70m²
Rua Dubay	1.611,34m²
Rua Terezinha Wessling Pedroso	1.247,93m²
Rua Maria Bonin Fachinello	955,85m²
Rua Italia	781,68m²
Rua Havana	920,53m²
Rua Três Corações	4.541,87m²
Área Total	**15.587,35m²**

Parágrafo Único – O registro das áreas institucionais em nome deste Município será de inteira responsabilidade do requerente, assim como o fornecimento ao Município de Certidão do Cartório de Registro de Imóveis em que conste o mesmo.

Art. 4º - As obras de abertura de vias de circulação, deverão obedecer ao cronograma e termo de compromisso aprovados pelo Departamento de Projetos e Engenharia.

Art. 5º - Como garantia da execução das obras e serviços de vias públicas é oferecido em caução os seguintes lotes de terreno do Loteamento Fachinello:

I – Quadra nº 01 –Lote nº 13 e Lote nº 14

Parágrafo único – O registro do projeto de loteamento deverá ser efetuado conjuntamente com a caução do lote oferecido como garantia da execução das obras e serviços, devendo o empreendedor apresentar certidão do lote em que conste caução no prazo de 12(doze) meses a contar da publicação deste Decreto.

Art. 6º - A área do Loteamento aprovado pelo presente Decreto fica incorporada ao Zoneamento III, do Perímetro Urbano do Município de Salto do Lontra, de acordo com a Lei Municipal nº 326/2021, Lei nº 327/2021, Lei nº 325/2021 e em especial a Lei 307/2021.

Art. 7º - O Departamento de Projetos e Engenharia acompanhará os demais atos pertinentes, com estrita observância às diretrizes da Lei nº 326/2021

Art. 8º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná aos 01 de agosto de 2025.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Geovana Techio Lopes Belica
Código Identificador:2C43C554

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE Nº 40/2026

Expirado o prazo recursal, dispenso a licitação, com fundamento no Art. 74, Inciso I, da Lei 14.133/2021, ratifico o presente processo nas seguintes condições:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	FORNECEDOR	QTDE	UNIT.	TOTAL
1	1	Locação de licença anual de software para orçamentação web eletrônica de peças automotivas para veículos baixos, vans, ônibus, caminhões, selecionados por marca e modelos contendo descritivos e valores atualizados, para uma licença principal e mais um usuário, incluindo treinamento, com suporte e internet	AUDATEX BRASIL SERVIÇOS LTDA	1,00	11.463,93	11.463,93

Totalizando por fornecedor:

FORNECEDOR	VALOR TOTAL POR FORNECEDOR
AUDATEX BRASIL SERVIÇOS LTDA	11.463,93

Salto do Lontra, 26 de agosto de 2026

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:F0416BDC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA

GABINETE DO PREFEITO
ERRATA DA PORTARIA Nº 549/2026

Onde se lê

Alínea	Nome	Cargo	Destino	Veículo	Objetivo	Valor	Data
A	Maria Eduarda Ferreira Barros	Psicóloga	Curitiba – PR	TBY2I54	Participar de capacitação	R$ 45,00	26 a 28/08/2026
B	Sofia Mello de Moraes	Assistente Social	Curitiba – PR	TBY2I54	Participar de capacitação	R$ 45,00	26 a 28/08/2026
C	Agnaldo Ribeiro	Motorista	Curitiba – PR	TBY2I54	Transportar servidores	R$ 45,00	26 a 28/08/2026

Leia-se

Alínea	Nome	Cargo	Destino	Veículo	Objetivo	Valor	Data
A	Maria Eduarda Ferreira Barros	Psicóloga	Curitiba – PR	TBY2I54	Participar de capacitação	R$ 700,00	26 a 28/08/2026
B	Sofia Mello de Moraes	Assistente Social	Curitiba – PR	TBY2I54	Participar de capacitação	R$ 700,00	26 a 28/08/2026
C	Agnaldo Ribeiro	Motorista	Curitiba – PR	TBY2I54	Transportar servidores	R$ 700,00	26 a 28/08/2026

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 26 de Agosto de 2026

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:FB581FF9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE

LICITAÇÃO
ATA Nº13/2026 DE ANÁLISE DE DOCUMENTAÇÃO E JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2026
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE PARA ATENDER AS DEMANDAS DOS ESTABELECIMENTOS DE ATENDIMENTO.

Às 09:00 horas do dia 26 de agosto de 2026, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste – PR, reuniu-se a Comissão/Agente de Contratação e Equipe de Apoio para proceder ao exame, conferência e julgamento dos envelopes de documentação apresentados por empresas interessadas no **Edital de Credenciamento nº 02/2026**.

1. REGISTRO DE RECEBIMENTO E ORDEM DE PROTOCOLO

Conforme estabelecido no instrumento convocatório, o credenciamento ocorre por fluxo contínuo, respeitando-se a estrita ordem de protocolo de entrada para fins de análise e posterior convocação. Foram registrados os seguintes envelopes:

1º Protocolo: RA FERREIRA JUNIOR ENFERMAGEM ME (CNPJ 59.855.863/0001-93) – Protocolado em 12/08/2026.
2º Protocolo: DK SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA (CNPJ 67.224.673/0001-04) – Protocolado em 12/08/2026.
3º Protocolo: SOUZA RADIOLOGIA LTDA (CNPJ 61.572.885/0001-98) – Protocolado em 12/08/2026.

2. DA ANÁLISE DOCUMENTAL, QUADRO DE PROFISSIONAIS E DELIBERAÇÕES

Passou-se à verificação circunstanciada dos documentos de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica e qualificação econômico-financeira de cada proponente, bem como a conferência integral do quadro de profissionais apresentados em cada requerimento de credenciamento.

2.1. EMPRESA RA FERREIRA JUNIOR ENFERMAGEM ME (1º PROTOCOLO)
Proponente: RA FERREIRA JUNIOR ENFERMAGEM ME (CNPJ nº 59.855.863/0001-93)
Representante Legal: Sr. Rui Alves Ferreira Junior (CPF nº 073.914.449-95)
Relação Completa dos Profissionais Apresentados pela Empresa:

Item	Profissional / Função	Nome do Profissional	Registro Profissional	CPF	Situação Documental
1	Enfermeiro (a) 1	Leticia Romanichen	COREN/PR 761838	087.295.019-03	Vínculo Insuficiente (30 dias)
2	Enfermeiro (a) 2	Simone Braga do Couto	COREN/PR 214885	858.749.736-72	Vínculo Insuficiente (30 dias)
3	Enfermeiro (a) 3	Vitoria de Oliveira de Lara	COREN/PR 656060	064.134.099-08	Vínculo Insuficiente (30 dias)
4	Enfermeiro (a) 4	Isadora Malinowski	COREN/PR 946642	016.845.180-83	Vínculo Insuficiente (30 dias)
5	Enfermeiro (a) para atuar UBS Ouro Verde	Adriely Conrado de Lima	COREN/PR 946477	105.623.819-45	**Irregular (Carteira Vencida) / Vínculo 30d**
6	Enfermeiro (a) para atuar UBS Rio do Tigre	Elciely Lopes	COREN/PR 494.246	061.448.339-51	Vínculo Insuficiente (30 dias)
7	Enfermeiro (a) para atuar UBS São Manoel	Michele Lima da Luz	COREN/PR 840593	123.839.639-92	Vínculo Insuficiente (30 dias)
8	Enfermeiro (a) para atuar UBS São José	Caroline Gomes Hardt	COREN/SC 846800	107.552.899-27	Vínculo Insuficiente (30 dias)
9	Enfermeiro (a) para atuar no CAPS	João Victor Lucks Pietrobom	COREN/PR 968378	097.030.939-22	Vínculo Insuficiente (30 dias)
10	Técnico de Enfermagem para atuar no UAPSF Centro	Arlete Pereira	COREN/PR 637345	056.694.546-97	Vínculo Insuficiente (30 dias)
13	Técnico de Enfermagem para atuar na UBS do Ouro Verde	Camila de Fátima Volski	COREN/PR 1467434	072.818.819-83	Vínculo Insuficiente (30 dias)
14	Técnico de Enfermagem para atuar na UBS de São José	Marcia Halmilcas Pereira	COREN/PR 2276107	092.543.419-16	Vínculo Insuficiente (30 dias)
15	Técnico de Enfermagem 1	Silvane Aparecida Gulanoski	COREN/PR 1408783	035.186.979-43	**Irregular (Carteira Vencida) / Vínculo 30d**
16	Técnico de Enfermagem 2	Rosiane Wouk	COREN/PR 1881768	985.473.569-91	Vínculo Insuficiente (30 dias)
17	Fonoaudiólogo (a)	Isadora Visentim Rodrigues dos Santos	CRFª 13256	116.896.389-31	**Irregular (Certidão Crefono Vencida) / Vínculo 30d**
21	Assistente Social	Sidineia Gulanoski	CRESS/PR 8372	060.085.839-14	Vínculo Insuficiente (30 dias)
22	Fisioterapeuta	Valder Nieduziak	CREFITO 349100-F	070.000.579-78	Vínculo Insuficiente (30 dias)
23	Nutricionista	Suelen Carine Moreira	CRN-8 12903	103.239.419-66	**Irregular (Certidão Vencida) / Vínculo 30d**
24	Psicólogo (a)	Amanda Karine Alves Tomen	CRP 08/27899	083.885.519-90	Vínculo Insuficiente (30 dias)
25	Psicólogo (a)	Sabrina de Meira Hunhoff	CRP 08/39233	094.592.419-48	Vínculo Insuficiente (30 dias)
26	Psicólogo (a)	Aline Alves Ferreira	CRP 08/29841	073.634.539-69	Vínculo Insuficiente (30 dias)

B) Motivos de Inabilitação da Empresa:

Habilitação Jurídica (Comprovação de Endereço e Certidão): Deixou de apresentar comprovante de endereço atualizado da sede da empresa proponente e deixou de apresentar a Certidão Simplificada da Junta Comercial (ou Certidão de Breve Relato), descumprindo o subitem 6.1.2 do Edital.

Qualificação Econômico-Financeira: Deixou de apresentar o Balanço Patrimonial devidamente registrado na Junta Comercial competente, acompanhado dos Termos de Abertura e Encerramento devidamente assinados pelo representante legal e por profissional contador habilitado.

Qualificação Técnica (Prazo de Vínculo da Equipe): Os contratos de prestação de serviços/vínculo apresentados com os profissionais integrantes da equipe técnica possuem prazo estipulado de apenas **30 (trinta) dias**. Essa vigência temporária e reduzida descumpre os termos do Edital e não garante a continuidade da prestação dos serviços pelo período de vigência do credenciamento contratado, devendo a empresa apresentar contratos com prazo compatível à vigência da contratação.

Qualificação Técnica Individual dos Profissionais:

Item 5: **Adriely Conrado de Lima** (Enfermeira) – Carteira profissional do COREN vencida.
Item 15: **Silvane Aparecida Gulanoski** (Técnica de Enfermagem) – Carteira profissional do COREN vencida.
Item 23: **Suelen Carine Moreira** (Nutricionista) – Certidão de Regularidade Fiscal do Conselho de Classe vencida.

Deliberação: Em estrito cumprimento aos subitens 5.2 e 6.2 do Edital nº 02/2026, a empresa **RA FERREIRA JUNIOR ENFERMAGEM ME** foi declarada **INABILITADA / DESCREDENCIADA** nesta fase.

2.2. EMPRESA DK SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA (2º PROTOCOLO)
Proponente: DK SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA (CNPJ nº 67.224.673/0001-04)
Representante Legal: Sra. Keilla Elis Ferreira Cordeiro (CPF nº 059.666.619-52)
A) Relação do Profissional Apresentado pela Empresa:

Item	Especialidade / Função	Nome do Profissional	Registro Profissional	CPF	Situação Documental
16	Dentista	Keilla Elis Ferreira Cordeiro	CRO/PR 39788	059.666.619-52	**Habilitada e Credenciada**

Análise Documental e Deliberação: A proponente apresentou integralmente todos os documentos exigidos para Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e Trabalhista, Qualificação Técnica e Qualificação Econômico-Financeira, estando regular em todos os seus aspectos. A empresa **DK SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA** foi declarada **HABILITADA E CREDENCIADA** para o Item 16.

2.3. EMPRESA SOUZA RADIOLOGIA LTDA (3º PROTOCOLO)
Proponente: SOUZA RADIOLOGIA LTDA (CNPJ nº 61.572.885/0001-98)
Representante Legal: Sra. Geane Cordeiro de Souza (CPF nº 098.309.509-48)
A) Relação Completa dos Profissionais Apresentados pela Empresa:

Item	Profissional / Função	Nome do Profissional	Registro Profissional	CPF	Situação Documental
1	Enfermeiro (a) 1	Angélica Gawski	COREN/PR 744755	110.558.199-76	Sem Vínculo Comprovado

2	Enfermeiro (a) 2	Elcieli Lopes	COREN/PR 494246-ENF	061.448.339-51	Sem Vínculo Comprovado
10	Técnico de Enfermagem para atuar no UAPSF Centro	Carla Eloiza Brandet Mariano Fogaça	COREN/PR 1842018 TE	083.358.109-07	**Irregular (Certidão Vencida) / Sem Vínculo**
11	Técnico de Enfermagem para atuar no UAPSF Centro	Jaqueline Santos Maier	COREN/PR 001.393.950	011.919.259-43	Sem Vínculo Comprovado
12	Técnico de Enfermagem para atuar na UBS do Ouro Verde	Gisele Cordeiro de Souza	COREN/PR 001.252.753	092.520.339-47	**Irregular (Certidão Positiva Vencida) / Sem Vínculo**
18	Técnico em Radiologia 1	Geane Cordeiro de Souza	CRTR 06521T	098.309.509-48	**Irregular (Certidão Vencida) / Sem Vínculo**
19	Técnico em Radiologia 2	Mariele Gilnyk	CRTR 05245-T	005.905.319-48	Sem Vínculo Comprovado
20	Técnico em Radiologia 3	Rogger Vinicius Maier Leal	CRTR 10034T	101.104.189-80	Sem Vínculo Comprovado
22	Fisioterapeuta	Tatiane de Souza Correa	CREFITO 303417-F	091.243.219-58	Sem Vínculo Comprovado

B) Motivos de Inabilitação da Empresa:
Habilitação Jurídica (Comprovação de Endereço): Deixou de apresentar comprovante de endereço atualizado da sede da empresa proponente, descumprindo as exigências do subitem 6.1.2 do Edital.
Qualificação Técnica (Vínculo da Equipe): Deixou de apresentar os comprovantes de vínculo legal (contrato de prestação de serviços, CTPS registrada, contrato social ou ato formal de designação) entre a empresa proponente e os profissionais integrantes do corpo técnico indicado, descumprindo a alínea "c" do subitem 6.1.4.1 do Edital.
Qualificação Econômico-Financeira: Deixou de apresentar o Balanço Patrimonial registrado na Junta Comercial, contendo os Termos de Abertura e Encerramento devidamente assinados pelo representante legal e pelo contador.
Qualificação Técnica Individual dos Profissionais:
Item 10: **Carla Eloiza Brandet Mariano Fogaça** (Técnica de Enfermagem) – Certidão do COREN vencida.
Item 12: **Gisele Cordeiro de Souza** (Técnica de Enfermagem) – Certidão Positiva do COREN vencida.
Item 18: **Geane Cordeiro de Souza** (Técnica em Radiologia) – Certidão do CRTR vencida.
Deliberação: Em estrito cumprimento aos subitens 5.2 e 6.2 do Edital nº 02/2026, a empresa **SOUZA RADIOLOGIA LTDA** foi declarada **INABILITADA / DESCREDENCIADA** nesta fase.
3. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL ACERCA DA COMPROVAÇÃO DE ENDEREÇO DA SEDE
A Comissão Registra e esclarece expressamente na presente Ata os fundamentos jurídicos e operacionais que motivaram a exigência da comprovação de endereço da sede das empresas proponentes (subitem 6.1.2 do Edital):

Atendimento ao Princípio da Vinculação ao Edital: A apresentação do comprovante de endereço da sede constitui exigência explícita contida no subitem 6.1.2 do instrumento convocatório para fins de Habilitação Jurídica. O descumprimento documental impõe a inabilitação em respeito ao Princípio da Isonomia e da Vinculação ao Edital.
Comprovação da Existência Físico-Operacional: Trata-se de diligência essencial da Administração Pública para atestar a efetiva existência física e operacional do estabelecimento comercial da proponente, obstando a contratação de "empresas de fachada" ou irregulares.
Garantia de Domicílio para Notificações e Fiscalização Contratual: A comprovação do endereço da sede é indispensável para fixar a sede legal e o domicílio para o recebimento de notificações formais, autuações, fiscalizações *in loco* e eventuais intimações relativas ao cumprimento das obrigações contratuais pactuadas.

4. DA OBSERVÂNCIA QUANTO À CONCOMITÂNCIA DE CORPO TÉCNICO E CARGA HORÁRIA
Esta Comissão fez o cruzamento dos quadros técnicos apresentados pelas empresas licitantes, identificando a inclusão concomitante da profissional **Elciely Lopes / Elcieli Lopes** (CPF 061.448.339-51, COREN/PR 494246) tanto na proposta da empresa RA FERREIRA JUNIOR ENFERMAGEM ME (Item 6 - Enfermeiro UBS Rio do Tigre) quanto na proposta da empresa SOUZA RADIOLOGIA LTDA (Item 2 - Enfermeiro 2).
Ressalva da Comissão: Registra-se que o Edital nº 02/2026 não possui cláusula que vede a indicação concomitante de um mesmo profissional por proponentes distintas. No entanto, fica registrado que, no eventual caso de regularização e futuro credenciamento de ambas as proponentes, a efetiva contratação e prestação dos serviços ficarão estritamente condicionadas à **compatibilidade de horários** e à impossibilidade de sobreposição de jornadas e escalas fixadas pela Secretaria Municipal de Saúde. O descumprimento de escalas e horários por incompatibilidade física do profissional sujeitará a empresa contratada às penalidades previstas no instrumento convocatório.
5. DAS PROVIDÊNCIAS FINAIS E ENCAMINHAMENTOS
Notificação dos Inabilitados: As empresas *RA FERREIRA JUNIOR ENFERMAGEM ME* e *SOUZA RADIOLOGIA LTDA* serão notificadas formalmente por e-mail acerca de todas as razões de inabilitação apontadas nesta Ata (incluindo a falta de comprovantes de endereço da sede, prazos de contratos de vínculo insuficientes, ausência de balanços patrimoniais e certidões/carteiras vencidas), ficando cientificadas de que poderão sanar as pendências e efetuar um **novo protocolo** de envelope até a data limite de 02/09/2027 (subitens 7.1 e 7.6).
Certificado de Registro Cadastral (CRC): Expedir a comunicação formal e o Certificado de Registro Cadastral (CRC) em favor da empresa *DK SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA*.
Formalização da Contratação: Encaminhar o presente processo à autoridade competente para homologação e posterior formalização do contrato da credenciada, ressaltando-se que o início efetivo da prestação dos serviços e o termo inicial da vigência contratual dar-se-ão em **03 de setembro de 2026**.
Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a sessão, lavrando-se a presente ata que, lida e achada conforme, assinam os membros da Comissão/Agente de Contratação.

Santa Maria do Oeste – PR, 26 de agosto de 2026.

LUCAS TIAGO MINHUK
Presidente da Comissão de Licitação

MATHEUS IASSIUNIK DOS SANTOS
Membro

ELIANE DE FARIA RODRIGUES
Membro

Publicado por:
Eliane
Código Identificador:0017EABD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE REEQUILIBRIO - Nº. 01 AO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 18/2026 REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 63/2025, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA E A EMPRESA 57.480.347 ANDRE GUILHERME TOME MOREIRA

PREFEITURA MUNICIPAL
SÃO JERÔNIMO DA SERRA – PR
Gestão 2025/2028

TERMO DE REEQUILIBRIO - Nº. 01 ao Ata de Registro de Preço nº. 18/2026 referente ao Pregão Eletrônico nº. 63/2025, que entre si celebram o Município de São Jerônimo da Serra e a empresa 57.480.347 ANDRE GUILHERME TOME MOREIRA

A Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente cadastrado no CNPJ sob nº. 76.290.683/0001-20, com sede no Município de São Jerônimo da Serra, situada à Praça Coronel Deolindo, s/nº, Estado do Paraná, neste ato devidamente representada por seu Prefeito em Exercício, Sr. **VENICÍUS DJALMA ROSA**, brasileiro, solteiro, portador do R.G. nº 8.241.196-8, residente e domiciliado nesta cidade, de ora em diante denominado simplesmente de **CONTRATANTE**, e, a empresa **57.480.347 ANDRE GUILHERME TOME MOREIRA,** CNPJ nº 57.480.347/0001-04, sediada AVENIDA CRISPIM FURQUIM DE SIQUEIRA, 365 - SALA 1 - CENTRO, CEP: 83.560-007 na cidade Itaperuçu / Paraná, e-mail: oneempreendimentos1999@gmail.com, telefone: (41) 9998-3177 representante **Sr. ANDRE GUILHERME TOME MOREIRA**, portador do CPF nº 083.433.939-02, de ora em diante denominada simplesmente de CONTRATADA, RESOLVEM firmar o presente TERMO ADITIVO DE REEQUILÍBRIO DE VALOR, visando a **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE ÓLEOS LUBRIFICANTES, FLUÍDOS E GRAXA PARA ATENDER DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA – PR,** e no que couber aos termos das disposições da Lei 14.133/21 e suas alterações, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ADITIVO O presente Termo Aditivo tem por finalidade, o reequilíbrio dos valores equivalente a clausula primeira, da Ata de Registro de Preços nº. 18/2026. do Pregão Eletrônico nº. 63/2025. Os percentuais reajustados representam os valores e percentuais conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	UND	QTD	V. Unit. Atual	V. aditado p/unid.	V. Unit. a ser aditado
34	**ARLA 32**	BALDE	50	R$ 82,00	R$ 32,80 (40%)	R$ 114,80

CLAÚSULA SEGUNDA – DO VALOR

O valor total é de **R$ 1.640,00 (mil seiscentos e quarenta reais)** corresponde ao reajuste dos item acima descrito na tabela multiplicado pela quantidade de saldo pendente dos itens.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL
O presente Termo Aditivo decorre do ofício 867/2026 do Secretário Municipal de Saúde e encontra amparo legal da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES CONTRATUAIS
Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato inicial que não colidirem com as disposições deste Termo.
E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, serão assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATATA, e pelas testemunhas abaixo:

São Jerônimo da Serra, 25 de agosto de 2026.

VENICÍUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal
Contratante

57.480.347 ANDRE GUILHERME TOME MOREIRA
Empresa Contratada

Testemunhas:

Nome: _____Ass: _____
CPF:

Nome: _____Ass: _____
CPF:

Publicado por:
Aliciany Maria de Oliveira Correa
Código Identificador:176B5417

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
DECRETO Nº 331/2026

DECRETO Nº 331/2026

SUMULA: Autoriza abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI E COM BASE NA LEI MUNICIPAL Nº 050 DE 2026 DE 26 DE AGOSTO DE 2026:

Artigo 1º - Fica autorizado a abrir no corrente exercício, um crédito Adicional Suplementar na importância total de R$ 2.840.000,00 (dois milhões oitocentos e quarenta mil reais), destinada a execução do CONVÊNIO Nº 972/2026 SECID – Recapeamento Asfáltico, cuja consignação far-se-á nas codificações da Funcional-Programática a seguir discriminadas:

CODIFICAÇÃO	DETALHAMENTO	VALOR
04.	DIRETORIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO	
04.001.	ADMINISTRAÇÃO GERAL DO D.V.O.U.	
04.001.15.	URBANISMO	
04.001.15.451.	INFRA-ESTRUTURA URBANA	
04.001.15.451.0015.	INFRA-ESTRUTURA E TRANSPORTES	
04.001.15.451.0015.1.031.	RECUPERAÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS	
4.	DESPESAS DE CAPITAL	
4.4.	INVESTIMENTOS	
4.4.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
4.4.90.51.	OBRAS E INSTALAÇÕES	
Fonte TCE 32084 Código Local 32084 Fonte Padrão 1005.03.99.01.01	CONVÊNIO Nº 972/2026 SECID - RECAPEAMENTO ASFÁLTICO	2.700.000,00
Fonte TCE 504 Código Local 1504 Fonte Padrão 504.99.99.00.00	Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias	140.000,00
Total do Credito Autorizado		**2.840.000,00**

Artigo 2º - A cobertura do crédito adicional suplementar autorizado no presente Decreto, far-se-á mediante a utilização do cancelamento total ou parcial de dotações do orçamento, e do excesso de arrecadação de fonte de receita, a saber:

CODIFICAÇÃO	DETALHAMENTO	VALOR
04.	DIRETORIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO	
04.001.	ADMINISTRAÇÃO GERAL DO D.V.O.U.	
04.001.15.	URBANISMO	
04.001.15.452.	URBANISMO	
04.001.15.452.0013.	SERVIÇOS FUNERÁRIOS	
04.001.15.452.0013.1.470.	AMPLIAÇÃO E REFORMA DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	
4.	DESPESAS DE CAPITAL	
4.4.	INVESTIMENTOS	
4.4.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
4.4.90.51.	OBRAS E INSTALAÇÕES	
Fonte TCE 504 Código Local 1504 Fonte Padrão 504.99.99.00.00	Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias	40.000,00
04.001.26.	TRANSPORTE	
04.001.26.782.	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	
04.001.26.782.0015.	INFRA-ESTRUTURA E TRANSPORTES	
04.001.26.782.0015.1.041.	RECUPERAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO DE VIAS VICINAIS	
4.	DESPESAS DE CAPITAL	
4.4.	INVESTIMENTOS	
4.4.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
4.4.90.51.	OBRAS E INSTALAÇÕES	
Fonte TCE 504 Código Local 1504 Fonte Padrão 504.99.99.00.00	Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias	100.000,00
Total dos Cancelamentos		140.000,00

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE ALÍNEA DE RECEITA		
FONTE	**DENOMINAÇÃO**	**VALOR**
Fonte TCE 32084 Código Local 32084 Fonte Padrão 1005.03.99.01.01	RECEITA 2.4.2.2.54.0.1.40.00.00.00.00. CONVÊNIO Nº 972/2026 SECID - RECAPEAMENTO ASFÁLTICO	2.700.000,00
Total do Excesso de Arrecadação		2.700.000,00
TOTAL GERAL DO CREDITO AUTORIZADO		**2.840.000,00**

Artigo 3º - Em decorrência das alterações no PPA, na LDO e do crédito adicional suplementar na LOA de que tratam o presente Decreto, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a rever os instrumentos de programação financeira, efetuando para tanto as necessárias adequações.

Artigo 4º Revogadas as disposições em contrário esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Município de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, aos 26 dias do mês de agosto de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson Luis Cavenaghi
Código Identificador:1AB29F59

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO DISPENSA Nº 41/2026

EXTRATO DE CONTRATO
PARTES: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - ESTADO DO PARANÁ E 46.381.012 ANDREIA SILVERIO DE OLIVEIRA KUILH – ME
CNPJ/MF nº 46.381.012/0001-04

OBJETO: contratação de Empresa Especializada para confecção e fornecimento e instalação de calhas e rufos para atender as demandas da Secretaria Municipal de Viação, Obras e Urbanismo

MODALIDADE: DISPENSA Nº 41/2026, de 18 de agosto de 2026
OBJETO: serviço de confecção e instalação de calhas e rufos
04.001.04.122.0009.2.020. – ADIMINISTRAÇÃO DA DIRETORIA DE OBRAS, VIAÇAO E URBANIZAÇAO.
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

Item	Descrição	Unid	Qtde	Valor Unit	Valor Total
01	CALHA GALVALUME 0,50 CORTE 0.60	Metro Linear	100	70,00	7.000,00
02	CALHA GALVALUME 0,50 CORTE 0.80	Metro Linear	300	82,00	24.600,00
03	CALHA GALVALUME 0,50 CORTE 1.00	Metro Linear	100	94,00	9.400,00
04	RUFO 0,43 CORTE 30	Metro Linear	400	32,00	12.800,00
05	RUFO 0,43 CORTE 40	Metro Linear	100	40,00	4.000,00
06	RUFO 0,43 CORTE 50	Metro Linear	80	48,00	3.840,00
Total					**61.640,00**

Valor global: **R$ 61.640,00 (sessenta e um mil, seiscentos e quarenta reais)** cujo pagamento será efetuado conforme orçamento fornecido pela contratada, de acordo com a entrega do material.

Prazo de Validade: 12 (doze) meses.

São Pedro do Paraná-PR, 26 de agosto de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Roma Ramos Gurson
Código Identificador:31F98D2A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA
RESOLUÇÃO Nº 04 DE 26 DE AGOSTO DE 2026

01/01
CONSELHO MUNICIPALDOS DIREITOS DAMULHER
São Sebastião da Amoreira Estado do Paraná
RESOLUÇÃO Nº 04 DE 26 DE AGOSTO DE 2026

SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação da alteração no superávit financeiro e inclusão dos rendimentos da aplicação no Orçamento Financeiro do exercício de 2026, recurso oriundo do Fundo Estadual dos Direitos da Mulher, conforme Deliberação CEDM/PR nº 008/2023

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – CMDM de São Sebastião da Amoreira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 1820 de 09 de março de 2022 e deliberaçãoocorrida na Reunião Ordinária do CMDM, registrada em Ata nº 29/2026, em 26 de agosto de 2026;
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar a alteração da reprogramação do superávit financeiro, bem como a inclusão dos rendimentos provenientes da aplicação financeira, apurados no período de 01/01/2026 a 27/08/2026, no Orçamento Financeiro do exercício de 2026, referentes ao recurso **"Apoio e Fortalecimento da Política Pública dos Direitos da Mulher" – Deliberação CEDM/PR nº 008/2023,** conforme Planilha anexa, previamente aprovada por este Conselho. **Art. 2º -** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

São Sebastião da Amoreira, 26 de agosto de 2026.

BRUNA SIQUEIRA SILVA
Presidente do CMDM

02/01		
CONSELHO MUNICIPALDOS D IREITOS DA MULHER		
São Sebastião da Amoreira		
Estado do Paraná		
APOIO E FORTAL.POLÍTICA PUBLICA DOS DIREITOS DA MULHER		
DELIBERAÇÃO Nº 008/2023 - CEDM/PR.		
• ALTERAÇÃO NA REPROGRAMAÇÃO SUPERÁVIT FINANCEIRO POR FONTE – FMDM		
Rec. Estadual		**c/c 20.562-1**
Fonte	**Especificação**	**Superávit financeiro de 2025 a ser reprogramado em 2026**
31011 APOIO E FORT. POLÍTICA PUBLICA DOS DIREITOS DA MULHER	Subvenções Sociais	
	Vencimentos e Vantagens	
	Obrigações Patronais	
	Diárias - Pessoal Civil	
	Material de Consumo	1.490,00
	Mat. Distr. Bens / Serv. Gratuitos	
	Passagens e Desp. Locomoção	
	Outros Serviços Pessoa Física	
	Outros Serviços Pessoa Jurídica	6.500,00
	Obras e Instalações	

	Restituições	
	Contribuições	
	Equipamentos e Mat. Permanente	
	TOTAL	**R$: 7.990,00**

APOIO E FORTAL.POLÍTICA PUBLICA DOS DIREITOS DA MULHER		
DELIBERAÇÃO Nº 008/2023 - CEDM/PR.		
INCLUSÃO DOS RENDIMENTOS APLICAÇÃO FINANCEIRA PERÍODO:		
01/01/2026 à 26/08/2026		
Rec. Estadual		**c/c 20.562-1**
Fonte	**Especificação**	**VALOR**
1011 APOIO E FORT. POLÍTICA PUBLICA DOS DIREITOS DA MULHER	Subvenções Sociais	
	Vencimentos e Vantagens	
	Obrigações Patronais	
	Diárias - Pessoal Civil	
	Material de Consumo	2.678,70
	Mat. Distr. Bens / Serv. Gratuitos	
	Passagens e Desp. Locomoção	
	Outros Serviços Pessoa Física	
	Outros Serviços Pessoa Jurídica	
	Obras e Instalações	
	Restituições	
	Contribuições	
	Equipamentos e Mat. Permanente	
	TOTAL	**R$: 2.678,70**

Publicado por:
Maria José Fernandes Viturino
Código Identificador:A6E7C229

DIVISÃO DE CONTABILIDADE
DECRETO Nº 235, DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

DECRETO Nº
235, DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

Súmula: Abre crédito adicional suplementar no valor de R$ 4.076.167,54 (*quatro milhões, setenta e seis mil, cento e sessenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos*), e dá outras providências.

APREFEITA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIAO DA AMOREIRA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEI FEDERAL Nº 4.320/64 E A LEI MUNICIPAL Nº 2.300/2026, DECRETA:

Art. 1º - Abre crédito adicional suplementar no valor de R$ 2.736.500,00 (dois milhões, setecentos e trinta e seis mil e quinhentos reais) para reforço de dotações orçamentárias, constantes no orçamento atual, conforme segue:

Suplementação					
02		GABINETE DO(A) PREFEITO(A)			
02.001		GABINETE DO(A) PREFEITO(A) E VICE-PREFEITO(A)			
02.001.04.122.0002.2.002		MANUTENÇÃO DA CHEFIA DE GABINETE			
10 - 3.3.90.46.00.00	31000	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	6.000,00		
02.002		UNIDADE DE CONTROLE INTERNO			
02.002.04.124.0002.2.004		MANUTENÇÃO DO CONTROLE INTERNO			
13 - 3.3.90.46.00.00	31000	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	2.000,00		
13 - 3.3.90.46.00.00	1000	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	8.000,00		
03		SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL			
03.001		ADMINISTRAÇÃO GERAL, GESTÃO E PLANEJAMENTO			
03.001.04.122.0002.2.005		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS			
25 - 3.3.90.46.00.00	1000	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	10.000,00		
03.001.04.126.0002.2.011		MANUTENÇÃO DO SETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO			
48 - 3.3.90.40.00.00	1000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	20.000,00		
04		SECRETARIA DE URBANISMO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE			
04.001		DIVISÃO DE URBANISMO			
04.001.15.452.0003.2.022		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS			
74 - 3.3.90.46.00.00	1000	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	125.000,00		
05		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA			
05.001		SETOR EDUCACIONAL			
05.001.12.122.0004.2.028		MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
94 - 3.1.90.11.00.00	103	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	30.000,00		
95 - 3.1.90.13.00.00	103	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	20.000,00		
101 - 3.3.90.46.00.00	104	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	10.000,00		
05.001.12.361.0004.2.029		MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL			
104 - 3.1.90.11.00.00	103	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	350.000,00		
105 - 3.1.90.13.00.00	103	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	50.000,00		
111 - 3.3.90.46.00.00	104	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	225.000,00		
05.001.12.365.0004.2.033		MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL			
118 - 3.1.90.11.00.00	103	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	160.000,00		
119 - 3.1.90.13.00.00	103	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	40.000,00		
123 - 3.3.90.46.00.00	104	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	95.000,00		
05.001.12.367.0004.2.036		MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL			
132 - 3.3.90.46.00.00	104	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	3.500,00		
06		SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E TURISMO			
06.001		SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E TURISMO			

06.001.27.812.0005.2.039		MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E TURISMO			
149 - 3.3.90.46.00.00	31000	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	12.000,00		
07		SECRETARIA DE SAÚDE			
07.001		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
07.001.10.301.0006.2.041		MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE			
151 - 3.1.90.11.00.00	303	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.000.000,00		
152 - 3.1.90.13.00.00	303	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	500.000,00		
08		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
08.001		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
08.001.08.244.0007.2.047		MANUTENÇÃO DE AÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
202 - 3.3.90.46.00.00	31000	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	70.000,00		
Total Suplementação:			2.736.500,00		

Art 2º - Como recursos para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior é oferecido as anulações de dotações orçamentárias, contastes no orçamento em vigor, conforme segue:

Anulações de Dotações:					
02		GABINETE DO(A) PREFEITO(A)			
02.001		GABINETE DO(A) PREFEITO(A) E VICE-PREFEITO(A)			
02.001.03.092.0002.2.003		MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA JURÍDICA			
1 - 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	45.000,00		
02.001.04.122.0002.2.002		MANUTENÇÃO DA CHEFIA DE GABINETE			
5 - 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	60.000,00		
7 - 3.3.90.14.00.00	1000	DIÁRIAS - CIVIL	35.000,00		
9 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.000,00		
02.002		UNIDADE DE CONTROLE INTERNO			
02.002.04.124.0002.2.004		MANUTENÇÃO DO CONTROLE INTERNO			
11 - 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10.000,00		
03		SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO E			
03.001		ADMINISTRAÇÃO GERAL, GESTÃO E PLANEJAMENTO			
03.001.04.122.0002.2.005		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS			
20 - 3.3.90.14.00.00	1000	DIÁRIAS - CIVIL	20.000,00		
22 - 3.3.90.33.00.00	1000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	9.000,00		
24 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.000,00		
28 - 4.4.90.52.00.00	31000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	90.000,00		
28 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15.000,00		
03.001.04.122.0002.2.007		MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE COMPRAS, LICITAÇÃO, CONTRATOS E			
31 - 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	100.000,00		
33 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16.000,00		
03.001.04.122.0002.2.010		MANUTENÇÃO DA JUNTA MILITAR, DETRAN E IDENTIFICAÇÃO CÍVIL			
39 - 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	25.000,00		
03.001.04.332.0002.2.018		MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS			
49 - 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10.000,00		
04		SECRETARIA DE URBANISMO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE			
04.001		DIVISÃO DE URBANISMO			
04.001.15.452.0003.2.022		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS			
67 - 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	100.000,00		
69 - 3.3.90.14.00.00	1000	DIÁRIAS - CIVIL	30.000,00		
73 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	750.000,00		
76 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	20.000,00		
04.002		DIVISÃO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE			
04.002.18.542.0003.2.027		MANUTENÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS			
83 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	59.000,00		
84 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	290.000,00		
04.002.20.608.0003.2.024		MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE			
87 - 3.3.90.14.00.00	1000	DIÁRIAS - CIVIL	9.000,00		
05		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA			
05.001		SETOR EDUCACIONAL			
05.001.12.122.0004.2.028		MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
96 - 3.3.90.14.00.00	103	DIÁRIAS - CIVIL	9.000,00		
102 - 4.4.90.52.00.00	103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	19.000,00		
05.001.12.361.0004.2.029		MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL			
108 - 3.3.90.33.00.00	103	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	9.000,00		
109 - 3.3.90.36.00.00	103	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	19.000,00		
112 - 4.4.90.51.00.00	103	OBRAS E INSTALAÇÕES	49.000,00		
113 - 4.4.90.52.00.00	103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	59.000,00		
113 - 4.4.90.52.00.00	104	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	9.000,00		
05.001.12.365.0004.2.033		MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL			
120 - 3.3.90.30.00.00	103	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00		
120 - 3.3.90.30.00.00	104	MATERIAL DE CONSUMO	23.000,00		
124 - 4.4.90.51.00.00	104	OBRAS E INSTALAÇÕES	1.900,00		
125 - 4.4.90.52.00.00	103	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.900,00		
05.001.12.366.0004.2.035		BOLSA DE ESTUDOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA			
126 - 3.3.90.18.00.00	1000	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	15.000,00		
05.001.12.367.0004.2.036		MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL			
129 - 3.3.90.30.00.00	103	MATERIAL DE CONSUMO	900,00		
131 - 3.3.90.39.00.00	103	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	900,00		
05.001.13.392.0004.2.038		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CÍVICAS E CULTURAIS			
136 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	400.000,00		
137 - 3.3.90.36.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	49.000,00		
139 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	49.000,00		

07		SECRETARIA DE SAÚDE			
07.001		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
07.001.10.301.0006.2.041		MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE			
156 - 3.3.90.32.00.00	303	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		50.000,00	
157 - 3.3.90.33.00.00	303	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		19.000,00	
162 - 4.4.90.51.00.00	303	OBRAS E INSTALAÇÕES		900,00	
163 - 4.4.90.52.00.00	303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		130.000,00	
08		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
08.001		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
08.001.08.243.0007.2.055		MANUTENÇÃO DAS POLÍTICAS À CRIANÇA E ADOLESCENTE			
185 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		4.000,00	
08.001.08.244.0007.2.047		MANUTENÇÃO DE AÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
204 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		9.000,00	
08.001.08.244.0007.2.050		MANUTENÇÃO DE PROTEÇÃO ESPECIAL			
218 - 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		59.000,00	
219 - 3.1.90.13.00.00	1000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		2.000,00	
Total Anulações:				2.736.500,00	

Art. 3º - Abre crédito adicional suplementar no valor de R$ 1.339.667,54 (um milhão, trezentos e trinta e nove mil e seiscentos e sessenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos), para reforço de dotações orçamentárias constante no orçamento em vigor, conforme segue:

	Suplementação:			
	03		SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL	
	03.001		ADMINISTRAÇÃO GERAL, GESTÃO E PLANEJAMENTO	
	03.001.04.121.0002.2.012		MANUTENÇÃO DO SETOR DE CONTABILIDADE	
	14 - 3.1.90.11.00.00	31000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	60.000,00
	15 - 3.1.90.13.00.00	31000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	25.000,00
	03.001.04.122.0002.2.005		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	
	17 - 3.1.90.11.00.00	31000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	110.000,00
	25 - 3.3.90.46.00.00	31000	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	218.000,00
	03.001.04.122.0002.2.006		MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE CONVÊNIOS	
	29 - 3.1.90.11.00.00	31000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	5.000,00
	30 - 3.1.90.13.00.00	31000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	2.000,00
	03.001.04.122.0002.2.009		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SETOR RURAL INCRA	
	36 - 3.1.90.11.00.00	31000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	75.000,00
	37 - 3.1.90.13.00.00	31000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	17.000,00
	03.001.04.123.0002.2.013		MANUTENÇÃO DO SETOR DE TESOURARIA	
	41 - 3.1.90.11.00.00	31000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10.000,00
	42 - 3.1.90.13.00.00	31000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	9.000,00
	03.001.04.125.0002.2.014		MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	
	44 - 3.1.90.11.00.00	31000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	25.000,00
	03.001.04.126.0002.2.011		MANUTENÇÃO DO SETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	
	46 - 3.1.90.11.00.00	31000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10.000,00
	47 - 3.1.90.13.00.00	31000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	4.000,00
	48 - 3.3.90.40.00.00	31000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	339.667,54
	03.001.04.333.0002.2.019		MANUTENÇÃO DA AGÊNCIA DO TRABALHADOR	
	52 - 3.1.90.11.00.00	31000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	21.000,00
	53 - 3.1.90.13.00.00	31000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	5.000,00
	04		SECRETARIA DE URBANISMO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
	04.001		DIVISÃO DE URBANISMO	
	04.001.15.452.0003.2.022		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS	
	68 - 3.1.90.13.00.00	31000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	60.000,00
	04.002		DIVISÃO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
	04.002.20.608.0003.2.024		MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
	85 - 3.1.90.11.00.00	31000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	8.000,00
	06		SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E TURISMO	
	06.001		SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E TURISMO	
	06.001.27.812.0005.2.039		MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E TURISMO	
	142 - 3.1.90.11.00.00	31000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	75.000,00
	141 - 3.1.90.13.00.00	31000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	14.000,00
	08		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
	08.001		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
	08.001.08.244.0007.2.047		MANUTENÇÃO DE AÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
	194 - 3.1.90.11.00.00	31000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	170.000,00
	195 - 3.1.90.13.00.00	31000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	28.000,00
	08.001.08.244.0007.2.048		MANUTENÇÃO DO BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	
	206 - 3.1.90.13.00.00	31000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	35.000,00
	08.001.08.244.0007.2.053		MANUTENÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CAD. ÚNICO	
	233 - 3.1.90.11.00.00	31000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	11.000,00
	234 - 3.1.90.13.00.00	31000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	3.000,00
	Total Suplementação:			1.339.667,54

Art 4º - Para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior é oferecido o superávit financeiro apurado em balanço em 31/12/2025, conforme segue:

Fonte 1000: Recursos ordinários (Livre).....R$ 1.339.667,54

Art 5º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira, aos 26 de agosto de 2.026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

ISABELLA LOURENÇO PARAÍZO
Sec. Mun.Adm., Gestão E Plan.

GENITO SEVERINO DOS SANTOS
Sec. Mun. Urbanismo Agricultura E Meio Ambiente

FRANCISCA B. DA SILVA BUENO
Sec. Mun. De Educação E Cultura

RENAN HENRIQUE BRAGA
Sec. Mun. De Esporte, Lazer E Turismo

SUELEN A. JUSTINO DOS SANTOS
Sec. Mun. De Assistência Social

UBIRATAN TONCOVITCH JÚNIOR
Contador

Publicado por:
Debora Kesia de Farias da Cruz
Código Identificador:CDDF038C

DIVISÃO DE PESSOAL
PORTARIA Nº228/2026

Súmula: Dispõe sobre a Progressão por Merecimento prevista na Lei nº 2.158/25, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e:

- CONSIDERANDO a Lei nº 2.158/2025 que institui o plano de desenvolvimento na carreira dos servidores municipais;

- CONSIDERANDO o item ¨DA PROGRESSSÃO POR MERECIMENTO¨, e todos os seus artigos e incisos;

RESOLVE:

Art. 1º - Tornar pública a relação dos servidores contemplados a Progressão por Merecimento, conforme estabelecido pelos critérios da avaliação por desempenho de acordo com a Lei nº 2.158/25, e o Decreto nº 192/2026 que regulamenta a referida Lei, concedendo-lhe o valor equivalente ao percentual definido no artigo 3º, § 2º.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Matrícula	Nome Completo	Cargo
4	ABIGAIL GONCALVES ROSA DA COSTA	Auxiliar De Serviços
1199	ADÃO RODRIGUES DA COSTA	Auxiliar Administrativo
344	ADELMIR DA SILVA	Agente Obras e Construções
1167	ADEVANIL RODRIGUES	Auxiliar Administrativo
12	ALEX VAZ VIEIRA	Oficial Administrativo
1266	AMANDA FRANCIELI DE SOUZA FERREIRA	Auxiliar Administrativo
914	ANA CLAUDIA DA COSTA	Técnico Em Enfermagem
883	ANA CLAUDIA FLORENTINO DE LIMA	Auxiliar De Serviços Gerais
1118	ANA CLAUDIA RODRIGUES DA COSTA	Auxiliar De Serviços
1113	ANA CRISTINA PERCEGUINO	Assistente Social
875	ANA HELENA DE SOUZA	Auxiliar De Serviços
1157	ANDERSON CAETANO CLARO DA SILVA	Agente De Endemias
913	ANDREA DE OLIVEIRA CLARO DA SILVA	Técnico Em Enfermagem
463	ANGELICA CRISTINA PIOLA BARBOSA GASPAR	Enfermeiro
873	ANIELI ANTONINA PIOLA BARBOSA ZUCOLLI	Enfermeiro
836	ARISTIDES REGINATO	Agente Obras e Construções
373	AYLTON RODRIGUES DE MORAES	Auxiliar De Serviços Gerais
1198	CARMEN BEATRIZ DE OLIVEIRA	Auxiliar Administrativo
40	CELSO DE SOUZA SOBRINHO	Oficial Administrativo
374	CHRYSTIANO JANELLI	Auxiliar De Serviços Gerais
1194	CLAUDIA MENDES CREMONE	Merendeira
1153	CLAUDIA SAYURI ARASE	Farmacêutico
541	CRISTIANE APARECIDA DA SILVA SANTOS	Auxiliar De Serviços
1120	CRISTIANE CAMPOS	Fonoaudiólogo
869	CRISTIANE FERREIRA LEOPOLDO	Auxiliar De Serviços Gerais
818	DAIANE APARECIDA SOUZA ARANHA DA SILVA	Auxiliar De Serviços
369	DANIEL BURSOI	Auxiliar De Serviços Gerais
912	DEBORA RITA SERGIO DOS REIS	Técnico Em Enfermagem
882	DEBORA TAMIRIS SANTANA CONRADO FERNANDES	Auxiliar De Serviços Gerais
471	DEVAIR CRISPIM FERREIRA	Motorista
367	DOUGLAS RAMALHO	Auxiliar De Serviços Gerais
1282	EDUARDO HENRIQUE BALTRUSCH DE GOIS	Engenheiro Agrônomo
536	ELAINE CAMPOS LIBERI	Auxiliar De Serviços
887	EMERSON WILLIAM FERNANDES	Motorista

1216	FABIANI APARECIDA DA SILVA CANDIOTO	Enfermeiro
1200	FABRICIO HUMBERTO BORGES	Auxiliar Administrativo
820	GESSICA BERTOLLA	Auxiliar De Serviços
823	GISELE BETOLLA	Auxiliar De Serviços
1272	IVAN SATIHIRO TAGAMI	Engenheiro Civil
1269	IVONE LOPES DE SOUZA DA SILVA	Merendeira
112	JOÃO ALEXANDRE ALVES	Agente De Gestão Publica
113	JOAO BATISTA ALVES DA COSTA	Oficial Administrativo
506	JOSE ALFREDO DE CARVALHO NETO	Cirurgião Dentista
366	JOSE ANTONIO DIONISIO	Auxiliar De Serviços Gerais
1161	JOSE ANTONIO VIDOTTI	Motorista
1215	JOSE ARMANDO CURSINO NETO	Fisioterapeuta
1267	JOSIANE RODRIGUES PINTO	Auxiliar Administrativo
870	JULIANA DOMINGUES GONÇALVES	Auxiliar De Serviços Gerais
382	JUSSARA DOS SANTOS PAULINO DA SILVA	Auxiliar De Serviços
857	KAMILA KAROLINE NICOLETTI DA SILVA	Auxiliar De Serviços
1217	KARINA MENEZES SOUTO	Técnico Em Enfermagem
899	KEILA FERNANDA DA SILVA	Auxiliar De Serviços Gerais
852	KELLY FRANCO DE LIMA	Nutricionista
1205	LAIS APARECIDA DE OLIVEIRA LACERDA DA SILVA	Auxiliar Administrativo
1203	LUANA ORIAS ARAUJO	Auxiliar Administrativo
527	LUCI TOKIE SAKAMOTO MINAMIZAWA	Enfermeiro
1125	LUCIA GOMES CORREA	Auxiliar De Serviços
831	LUCIANA DIAS DA PAZ	Auxiliar De Enfermagem
808	LUCIANA LIMA DA SILVA	Agente De Endemias
1155	LUIZ HENRIQUE BARBARA DE ARAUJO	Auxiliar Administrativo
358	MARCELO LUIZ DUQUE	Auxiliar De Serviços Gerais
895	MARCIO ADALBERTO OIZUMI	Auxiliar Administrativo
361	MARCOS ROGERIO ZAMPIERE	Auxiliar De Serviços Gerais
871	MARIA REGINA SIQUEIRA DA SILVA	Auxiliar De Serviços Gerais
535	MARICIA CIRLENE RAMALHO	Auxiliar De Serviços
911	MAURICIO PEREIRA CANDIDO	Administrador
533	NELCI MONTEIRO DINIZ	Auxiliar De Serviços
203	NILSON MOREIRA DE LIMA	Motorista
351	NIVALDO MATEUS	Auxiliar De Serviços Gerais
893	OSWALDIR ANTAL JUNIOR	Auxiliar Administrativo
1218	PATRICIA DE ARAUJO ROCHA	Técnico Em Enfermagem
348	PATRICIA PROENCA DA SILVA FIORI	Técnico Em Enfermagem
531	PAULO SERGIO MANESCO	Motorista
868	PAULO SERGIO ZAMPIERI	Auxiliar De Serviços Gerais
814	PEDRO ALVES DA COSTA JUNIOR	Agente Tributário
1108	RAFAEL SOARES VIDOTTI	Cirurgião Dentista
1115	RENATA CAROLINA CARVALHO VOLTOLINI	Advogado
346	RENIO FRANCISCO SALES	Mecânico
1117	ROBER MESSIAS DO PRADO	Mecânico
856	ROMULO RICARDO JANONI SOARES	Administrador
806	ROSANE CAMARGO ALMEIDA	Agente De Endemias
822	ROSANGELA VALERIA URIAS BARBARA	Auxiliar De Serviços
555	SALVADOR DE LIMA NETO	Agente Obras e Construções
1154	SILVIA MAYUMI ADANYA	Nutricionista
858	SIMONE APARECIDA PEREIRA	Auxiliar Administrativo
886	STEFANI TATIANI DA CRUZ	Auxiliar De Serviços Gerais
287	UBIRATAN TONCOVITCH JUNIOR	Contador
828	VALERIA PADILHA PINTO	Auxiliar De Serviços
855	VANIA ANTUNES DOMINGUES DA COSTA	Administrador
824	VIVIANE RODRIGUES PERES VENTURA	Auxiliar De Serviços
1132	WAGNER MINORU TAMEHIRO	Auxiliar Administrativo
1271	WALTER ARASE	Engenheiro Agrônomo
825	WALTON HONORIO DA SILVA	Auxiliar De Serviços

Edifício da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira, 26 de agosto de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

CHRISTIANE F. BONARDI
Dir. do Departo de Recursos Humanos
Decreto nº 67/2026

Publicado por:
Esthefany Mayara Teixeira de Lima
Código Identificador:E51732F3

SETOR DE LICITAÇÃO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 21/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA
ESTADO DO PARANÁ
Rua Papa João XXIII, 1086 – Centro – CEP: 86240-000 – Fone/Fax: (43) 3265-8300
e-mail: pmssa@amoreira.pr.gov.br Site: www.amoreira.pr.gov.br
CNPJ: 76.290.659/0001-91

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA N° 21/2026

GABINETE DA PREFEITA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 82/2026

Torna-se pública a **Adjudicação** e a **homologação** da Dispensa de Licitação 01/2026 a que se refere o Processo Administrativo 82/2026, com base no Art. 21 Inciso III do Decreto Municipal 111/2025 cujo objeto é o **Registro de Preços para a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de pesquisa de opinião pública, compreendendo planejamento metodológico, coleta de dados, tabulação, análise estatística e apresentação de relatórios técnicos, visando avaliar a percepção da população acerca dos serviços públicos municipais e subsidiar ações de planejamento da Administração Pública Municipal,** sendo adjudicado a empresa:

PROMPT CONSULTORIA LTDA, estabelecida na Rua do Futuro, nº 564, CEP: 52 050 005, no Município de **Graças Recife,** no Estado de **Pernambuco**, inscrita no CNPJ **sob nº 53.844.960/0001-02**.
Valor total da despesa: R$ 37.158,00 (trinta e sete mil e cento e cinquenta e oito reais).
Pagamento: Conforme previsão.

LOTE	ORDEM	QUANTI-DADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	6,00	UNIDADE DE SERVIÇOS	Realização de Pesquisa de Opinião Pública junto aos munícipes, nos bairros e comunidades rurais de São Sebastião da Amoreira/PR, para avaliar a satisfação dos serviços prestados pela administração municipal, identificar demandas prioritárias da população, visando o aprimoramento do planejamento, solução de problemas e implantação de métodos que levem melhorias especificas nos serviços prestados pelo município.	R$ 6.193,00	R$ 37.158,00
VALOR TOTAL DOS ITENS: R$ 37.158,00						

São Sebastião da Amoreira - PR, 26 de agosto de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Aparecida Leandro Ferreira
Código Identificador:1EB6B417

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPOPEMA

ADMINISTRAÇÃO GERAL
DECRETO Nº 218/2026

DECRETO Nº 218/2026.

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar no total de R$ 326.000,00 (Trezentos e vinte e seis mil reais).

O Prefeito Municipal de Sapopema, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições conferidas pelo Artigo 42, da Lei n.º 4.320/1964 e Art. 8º, Inc. III, IV e V da Lei municipal nº 1641/2025.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município para exercício de 2026, Crédito Adicional Suplementar, conforme especifica a seguir na importância de R$ 326.000,00 (Trezentos e vinte e seis mil reais).

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
06	EDUCAÇÃO	
06.001	EDUCAÇÃO	
12.361.0006.2013	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1081	00101-Fundeb 70%	100.000,00
12.361.0006.2012	MANUTENÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1001	00156-Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT, mínimo de 70% estabelecido no inciso XI do art. 212-A da CF	35.000,00
12.365.0006.2015	MANUT. DO ENSINO INFANTIL CRECHE - FUNDEB	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1471	00156-Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT, mínimo de 70% estabelecido no inciso XI do art. 212-A da CF	53.000,00
12.365.0006.2017	MANUT. DO ENSINO INFANTIL PRÉ ESCOLAR - FUNDEB	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1671	00156-Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT, mínimo de 70% estabelecido no inciso XI do art. 212-A da CF	30.000,00
12.361.0006.2012	MANUTENÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1002	00157-Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT, máximo de 30% estabelecido no inciso XI do art. 212-A da CF	30.000,00
	SUBTOTAL	**248.000,00**
10	ASSISTENCIA SOCIAL	
10.001	FUNDO MUNIC DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.244.0011.2029	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2900	00000-Recursos Ordinários (Livres)	50.000,00
	SUBTOTAL	**50.000,00**
11	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
11.001	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
18.541.0013.2032	INCENTIVAR, RECUPERAR E PRESERVAR O MEIO AMBIENTE	

3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
3290	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
3300	00000-Recursos Ordinários (Livres)	3.000,00
	SUBTOTAL	**13.000,00**
13	TURISMO, INDUSTRIA E COMERCIO	
13.001	TURISMO, INDUSTRIA E COMERCIO	
23.695.0014.2036	IMPLANTAÇÃO, APOIO E INCENTIVO AO TURISMO	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
3680	00000-Recursos Ordinários (Livres)	15.000,00
	SUBTOTAL	**15.000,00**
	TOTAL	**326.000,00**

Art. 2º - Para Cobertura do Crédito Adicional Suplementar referido no artigo anterior, serão utilizados recursos de cancelamento parcial ou total e o excesso de arrecadação financeiro de acordo com o que dispõe o art. 43 § 1º, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de Março de 1964 e Art. 8º, Inc. III e IV da Lei municipal nº 1641/2025.

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
06	EDUCAÇÃO	
06.001	EDUCAÇÃO	
12.364.0006.2014	MANUT. DO TRANSPORTE DE ALUNOS UNIVERSITARIOS	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1440	00000-Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
12.361.0006.2011	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	
900	00136-Programa Estadual de Transporte Escolar - PETE 7903-0	100.000,00
12.361.0006.2013	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1300	00000-Recursos Ordinários (Livres)	11.000,00
	SUBTOTAL	**131.000,00**
09	SECRETARIA DE SAUDE	
09.002	SANEAMENTO	
17.512.0010.2026	MANUTENÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2740	00000-Recursos Ordinários (Livres)	9.000,00
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
2750	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00
	SUBTOTAL	**10.000,00**
10	ASSISTENCIA SOCIAL	
10.001	FUNDO MUNIC DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.244.0011.2028	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2850	00000-Recursos Ordinários (Livres)	4.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2870	00000-Recursos Ordinários (Livres)	12.000,00
	SUBTOTAL	**16.000,00**
11	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
11.001	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
18.541.0013.2032	INCENTIVAR, RECUPERAR E PRESERVAR O MEIO AMBIENTE	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
3350	00000-Recursos Ordinários (Livres)	6.000,00
	SUBTOTAL	**6.000,00**
13	TURISMO, INDUSTRIA E COMERCIO	
13.001	TURISMO, INDUSTRIA E COMERCIO	
23.695.0014.2036	IMPLANTAÇÃO, APOIO E INCENTIVO AO TURISMO	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
3710	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3720	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
	SUBTOTAL	**15.000,00**
	TOTAL	**178.000,00**

Conta de receita		
Receita	Descrição	Valor
1.7.1.5.50.0.1.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT - PRINCIPAL	148.000,00
	TOTAL	**148.000,00**

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Sapopema – Pr, 26 de agosto de 2026.

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:8B5BF92D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº409/2029 ID: 11041 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9-0029/2026

Fornecedor: FORTE SINAL EQUIPAMENTOS - EIRELI
CNPJ: 26.729.755/0001-15

LOTE 5: LOTE 5

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	78961	Bota de PVC - Cano longo	Par	1.166	R$ 35,0000	R$ 40.810,0000	CARTOM 300PF CA 51055
					TOTAL:	R$ 40.810,0000	

LOTE 9: LOTE 9

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	78993	Luva de latex com revestimento	Par	1.170	R$ 4,1000	R$ 4.797,0000	MEDIX CA 48881 SILVERIX
					TOTAL:	R$ 4.797,0000	

Valor total: R$45.607,00 (quarenta e cinco mil, seiscentos e sete reais).
Sarandi, 27 de julho de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Pamela Cristina Castro
Código Identificador:8FE75B69

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº455/2026 ID 11087 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9-0038/2026

Fornecedor: CJL SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA
CNPJ: 13.776.079/0001-99

ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT.	TOTAL
1	46467	Laudo Técnico de Vistoria de Árvores, realizado através de Visita de Engenheiro Florestal, Engenheiro Agrônomo e ou Biólogo, contendo foto e conclusão baseado nas Leis ambientais vigentes.	1950	UNIDADE	R$ 36,0000	R$ 70.200,00

Valor total: R$ 70.200,00 (setenta mil e duzentos reais).
Sarandi, 24 de agosto de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Pamela Cristina Castro
Código Identificador:DCECA215

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS
EXTRATO DE ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 112/2026 ID: 10744 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9-0067/2025 - PMS

ORIGEM	**Pregão Eletrônico N° 9-0067/2025**
CONTRATANTE	**Município De Sarandi – PR**
CONTRATADA	**COMERCIAL ERK LTDA**
CNPJ/CPF	**53.445.793/0001-19**
OBJETO	**Registro de Preço para aquisição de materiais hidráulicos para atendimento da demanda das secretarias municipais de Sarandi – PR**
ASSINATURA	**28 de julho de 2026.**

Desse modo, será alterado o valor dos itens:
LOTE 1: Ampla Concorrência

Item	Código	Descrição	Unidade	Valor Unit. licitado	Valor Unit. reequilibrado
44	39512	Tubo de PVC marrom 25 mm ou 3/4 barra com 06 metros.	unid	R$ 14,99	R$ 21,37
64	46450	Cano de pvc (branco). P/ esgoto - 40mm - nbr 5688 peça de 6 metros.	UNIDAD	R$ 23,92	R$ 28,78
65	46451	Cano de pvc (branco). P/ esgoto - 50mm - nbr 5688 peça de 6 metros.	UNIDAD	R$ 33,00	R$ 39,12
66	46452	Cano de pvc (branco). P/ esgoto - 75mm - nbr 5688 peça de 6 metros.	UNIDAD	R$ 54,87	R$ 70,20

Sarandi, 28 de julho de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR
Prefeito

Publicado por:
Elaine Justino Dos Santos
Código Identificador:F0031839

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS
EXTRATO DE ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 329/2025 ID: 10534 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9-0036/2025 - PMS

ORIGEM	**Pregão Eletrônico N° 9-0036/2025**
CONTRATANTE	**Município De Sarandi – PR**
CONTRATADA	***LCA INDUSTRIA E COMERCIO DE CORDAS E REDES ESPORTIVAS LTDA***
CNPJ/CPF	**46.615.867/0001-52**
OBJETO	Registro de preços para eventual aquisição de materiais e equipamentos esportivos, recreativos e de atividades físicas, destinados ao atendimento das necessidades das diversas Secretarias do Município de Sarandi/PR

ASSINATURA	**24 de julho de 2026.**

Desse modo, será alterado o valor do item:
LOTE 1: Ampla Concorrência

Item	Código	Descrição	Unidade	Valor Unit. licitado	Valor Unit. reequilibrado
60	47548	PAR DE REDE DE FUTEBOL DE CAMPO EM SEDA polipropileno modelo México/Caixote europeu. Maiores informações no memorial descritivo.	Par	R$ 425,00	R$ 588,67
61	47549	PAR DE REDE DE FUTSAL EM SEDA. Maiores informações no memorial descritivo.	Par	R$ 215,00	R$ 287,33
67	47553	Rede de proteção para quadra poliesportiva esporte, material: polietileno. Maiores informações no memorial descritivo.	M²	R$ 4,39	R$ 5,60

CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR
Prefeito

Publicado por:
Elaine Justino Dos Santos
Código Identificador:4650D22A

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS
EXTRATO DE CANCELAMENTO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 349/2025 ID: 10554 PREGÃO ELETRÔNICO 9-0039/2025 - PMS

Ante as razões de fato e direito apresentadas pelo fornecedor e com base no parecer n° 549/26 exarado pela Procuradoria Municipal, decide-se pelo**Cancelamento da Ata de Registro de Preços N°349/2025 (oriunda do Pregão Eletrônico 9-0039/2025),** correspondente a Registro de preços para serviços de comunicação visual, instalação de películas, adesivos de demarcação de solo extintor, totem triedro e itens infláveis promocionais, visando atender às necessidades do Município de Sarandi/PR.
LOTE 1: Ampla Concorrência

Item	Código	Descrição	Unidade	Valor Unit. R$
5	40783	Serviço de Envelopamento (adesivagem) de Veículos Automotores. Conforme memorial descritivo.	M²	R$ 63,77
7	76930	Serviço de Confecção e Instalação de Adesivo Polimérico Super Calandrado para envelopamento da frota da Guarda Civil Municipal e Departamento de Trânsito de Sarandi-PR	M2	R$ 128,69
10	73501	Instalação de película profissional fumê com material incluso, transparência de 75%, rejeição de ultravioleta de 90%, bloqueio de infravermelho de 9% e garantia de 02 anos.	m2	R$ 66,90
11	73502	Instalação de película profissional espelhada com material, com bloqueio contra raio ultra violeta de até 99%, resistência ao calor de até 80%, com transparência de 5% e garantia de 5 anos.	m2	R$ 72,00
19	76938	Adesivo Demarcação de Solo Extintor.	UN	R$ 89,99
21	76940	Suporte (Porta Banner).	UND	R$ 75,00

Sarandi, 02 de julho de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Justino Dos Santos
Código Identificador:43EFD59B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5168/2026

Súmula: Abre Credito Suplementar no valor de R$ 537.950,00 (Quinhentos e Trinta e Sete Mil, Novecentos e Cinqüenta Reais), e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SENGES, ESTADO DO PARANÁ, GERSON NUNES, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI MUNICIPAL N.779 DE 16/10/2025.

Art. 1º. Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R$ 537.950,00 (Quinhentos e Trinta e Sete Mil, Novecentos e Cinqüenta Reais), nas seguintes Dotações Orçamentárias:

Transferência		
Códigos	Descrição	Valor
10	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.002	DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAUDE	
10.301.0015.2060	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAUDE	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
5480	00494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	30.000,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
5610	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	10.000,00
10.005	DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO VEICULAR	
10.301.0015.2058	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO VEICULAR SAUDE	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
6040	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	50.000,00
	SUBTOTAL	90.000,00
13	SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	
13.001	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
15.452.0024.2074	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
7700	00507-COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF	447.950,00
	SUBTOTAL	447.950,00
	TOTAL	537.950,00

Art. 2º. Para acorrer ao crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes do cancelamento das seguintes dotações orçamentárias:

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
10	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.002	DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAUDE	
10.301.0015.2060	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAUDE	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
5530	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	50.000,00
5540	00494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	30.000,00
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	
5560	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	10.000,00
	SUBTOTAL	90.000,00
13	SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	
13.001	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
15.452.0024.2074	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
7730	00507-COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF	441.000,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
7760	00507-COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF	6.950,00
	SUBTOTAL	447.950,00
	TOTAL	537.950,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Município de Sengés, 26/08/2026

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kauã Mateus Nascimento
Código Identificador:6B3C3D80

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS

ASSESSORIA GERAL
DECRETO Nº 195, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

A Prefeita Municipal de Sertanopolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orcamentaria 3388/2025 de 18/12/2025.

Decreta:			
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$11.000,00 (onze mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.			
Suplementação			
09		DEPARTAMENTO DE CULTURA E TURISMO	
09.030		DIVISAO DE BIBLIOTECA PUBLICA	
09.030.13.392.0015.2.070		MANUTENCAO DOS SERVICOS DE BIBLIOTECA PUBLICA	
308 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	5.000,00
10		DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO	
10.080		DIVISAO DE PATRIMONIO	
10.080.04.122.0016.2.085		MANUTENCAO DOS SERVICOS DE CONSERVACAO DE PROPRIOS E PATRIMONIO PUBLICO.	
405 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	6.000,00
Total Suplementação:			11.000,00
Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Anulação de dotações, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:			
Redução			
02		ADMINISTRACAO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR	
02.010		GABINETE DO PREFEITO	
02.010.04.122.0002.2.011		MANUTENCAO DOS SERVICOS DO GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO	
5 - 3.3.90.33.00.00	1000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	5.000,00
09		DEPARTAMENTO DE CULTURA E TURISMO	
09.020		DIVISAO DE CULTURA	
09.020.13.392.0015.2.067		PROMOVER E REALIZAR EVENTOS ARTISTICOS, CULTURAIS, EDUCACIONAIS E RELIGIOSOS	
285 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	5.000,00
13		PROCURADORIA JURIDICA	
13.030		PROCURADORIA MUNICIPAL	
13.030.04.062.0003.2.097		MANUTENCAO DOS SERVICOS DA PROCURADORIA MUNICIPAL	
491 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00
Total Redução:			11.000,00

Art 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Santo Soriani”, 26 de agosto de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Henrique Zanoni
Código Identificador:BC923215

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
HOMOLOGAÇÃO / ADJUDICAÇÃO PREGÃO 35/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

A Prefeita Municipal, **Ana Ruth Secco**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado por Agente de Contratação e Equipe de Apoio, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Adm. Nº:	204/2026
b) Licitação Nº:	35/2026
c) Modalidade:	Pregão
d) Data Homologação:	26/08/2026
e) Objeto Homologado:	Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de informática, para uso dos diversos setores da administração pública municipal

f) Dotação Orçamentária:

REDUZIDO	PROGRAMÁTICA	FONTE	DESCRICAO
24	02040041240004201433900300000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
67	04030041290004202433900300000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
346	10020041220002207633900300000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
393	10070113340018208433900300000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
79	05010123610005202833900300000	1104	MATERIAL DE CONSUMO
61	04020041230004202333900300000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
196	07020267820012205533900300000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
254	08020206080013206333900300000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
79	05010123610005202833900300000	1103	MATERIAL DE CONSUMO
90	05020123610005203533900300000	1102	MATERIAL DE CONSUMO
90	05020123610005203533900300000	11044	MATERIAL DE CONSUMO
102	05020123650005203733900300000	1102	MATERIAL DE CONSUMO
102	05020123650005203733900300000	1104	MATERIAL DE CONSUMO
73	04050041240004202733900300000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
138	06030082440009204933900300000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
172	06040082430010605333900300000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
180	06050082440009218233900300000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
291	09020133920015206833900300000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
402	10080041220016208533900300000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
148	06030082440009205033900300000	1934	MATERIAL DE CONSUMO
90	05020123610005203533900300000	1107	MATERIAL DE CONSUMO
102	05020123650005203733900300000	1103	MATERIAL DE CONSUMO
102	05020123650005203733900300000	11044	MATERIAL DE CONSUMO
167	06040082430010605233900300000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
354	10030041220002207733900300000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
79	05010123610005202833900300000	1102	MATERIAL DE CONSUMO
102	05020123650005203733900300000	1107	MATERIAL DE CONSUMO
446	12010271220019209133900300000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
90	05020123610005203533900300000	1103	MATERIAL DE CONSUMO
90	05020123610005203533900300000	1104	MATERIAL DE CONSUMO

g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores:

Fornecedor: AMILTON GUIMARAES E CIA LTDA
CNPJ: 71.511.349/0001-36 - Valor total homologado: R$ 725,00

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	36	Patch Panel de 24 Portas cat 5e	SECCON WT-2029 A-110	Unidade	5	R$ 145,00	R$ 725,00

Fornecedor: ATENA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ: 47.887.311/0001-88 - Valor total homologado: R$ 6.196,02

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	12	Filtros de Linha com 6 tomadas de 10A, 110 e 220V - Conforme Termo de Referência.	ELETRO DRAP	Unidade	188	R$ 22,44	R$ 4.218,72
1	22	Canaleta em PVC, branca ou cinza, fechada, sem separação interna (divisória), autoadesiva, 20x10x2000.	SOPRANO	Barra	287	R$ 5,40	R$ 1.549,80
1	37	Kits de parafuso e bucha de 6 mm x 5cm - PACOTE COM 200 PEÇAS	VONDER	Pacote	15	R$ 28,50	R$ 427,50

Fornecedor: CBX COMERCIAL IMPORTADORA LTDA
CNPJ: 47.812.320/0001-00 - Valor total homologado: R$ 9.329,36

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	21	Canaleta em PVC, branca ou cinza, fechada, ventilada, 30x30x2000 - Conforme Termo de Referência.	ILUM 19095	Barra	176	R$ 27,34	R$ 4.811,84
1	25	Abraçadeira de nylon 3,6mm x 250mm, cor preta pacote com 100 Peças	DCOL AP2833	Pacote	126	R$ 0,12	R$ 15,12
1	43	Canaleta para piso, PVC reforçada, cinza, 52x14x2000	ILUM 62093DF	Unidade	140	R$ 32,16	R$ 4.502,40

Fornecedor: DAISY SANTOS LIMA
CNPJ: 23.595.914/0001-48 - Valor total homologado: R$ 807,50

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	28	Cabo Vga para Monitor com no mínimo 1,5 m	LEY-215	Unidade	95	R$ 8,50	R$ 807,50

Fornecedor: DANIEL HERINGER CARLOS AIRES
CNPJ: 66.861.132/0001-16 - Valor total homologado: R$ 26.235,40

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	19	Teclado padrão ABNT2, com conexão USB - Conforme Termo de Referência.	BLUECASE BT101B	Unidade	230	R$ 18,58	R$ 4.273,40
1	26	Placa de vídeo Nvidia Pcyes GeForce 200 Series G210 1GB	PCYES G210	Unidade	158	R$ 139,00	R$ 21.962,00

Fornecedor: DLS COMERCIO LTDA
CNPJ: 43.431.371/0001-30 - Valor total homologado: R$ 3.535,00

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	23	Suporte para CPU, material plástico injetado, com 4 rodízios, com capacidade de 20 Kg - Conforme Termo de Referência.	FORCE LINE	Unidade	101	R$ 35,00	R$ 3.535,00

Fornecedor: DTRM COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA
CNPJ: 60.363.177/0001-84 - Valor total homologado: R$ 14.109,30

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	14	Fontes de alimentação, ATX, com no mínimo 200W reais, bivolt (com chave seletora).	BRAZIL	Unidade	257	R$ 54,90	R$ 14.109,30

Fornecedor: EDER BASTOS & CIA LTDA
CNPJ: 31.851.052/0001-03 - Valor total homologado: R$ 5.086,80

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	8	Switch de 8 portas RJ 45, 10/100/1000 (Giga), não gerenciável - Conforme Termo de Referência.	MERCUSYS MS108G	Unidade	54	R$ 94,20	R$ 5.086,80

Fornecedor: HANDOUR COMERCIAL E VAREJO LTDA
CNPJ: 07.594.306/0001-62 - Valor total homologado: R$ 4.510,00

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	15	Conectores RJ45, Cat5e, transparente, com 8 vias de contato em bronze fosforoso com camadas de 2.54 micrôms de níquel e 1,27 micrôms de ouro, referência: PACOTE COM 100 UNIDADES	EXBOM	Pacote	85	R$ 17,90	R$ 1.521,50
1	24	Fita adesiva de dupla face, com 19mm de largura e 5m de comprimento, transparente.	TESA	Unidade	215	R$ 13,90	R$ 2.988,50

Fornecedor: HORUS COMERCIO E SERVICOS LTDA
CNPJ: 18.854.939/0001-89 - Valor total homologado: R$ 84.735,00

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	17	HD SSD de 240 GB, com conexão SATA 3.0 - Conforme Termo de Referência.	CEAMERE	Unidade	175	R$ 210,00	R$ 36.750,00
1	44	Memória RAM DDR4 16 GB 3200mhz	CEAMERE	Unidade	15	R$ 457,00	R$ 6.855,00
2	1	Memória RAM DDR4 16 GB 3200mhz	CEAMERE	Unidade	90	R$ 457,00	R$ 41.130,00

Fornecedor: IRD PRODUTOS DE INFORMATICA LTDA
CNPJ: 10.402.061/0001-39 - Valor total homologado: R$ 13.932,00

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	9	Switch de 16 portas RJ 45, 10/100/1000 (Giga), não gerenciável - Conforme Termo de Referência.	IRD-SW-JH16GN	Unidade	10	R$ 324,00	R$ 3.240,00
1	10	Switch de 24 portas RJ 45, 10/100/1000 (Giga), não gerenciável - Conforme Termo de Referência.	IRD-SW-24GNM	Unidade	22	R$ 486,00	R$ 10.692,00

Fornecedor: ITEC INFORMATICA E TECNOLOGIA LTDA
CNPJ: 13.531.571/0001-02 - Valor total homologado: R$ 45.000,00

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	13	NoBreaks 600VA, 300W - Conforme Termo de Referência.	ATA SISTEMAS	Unidade	125	R$ 360,00	R$ 45.000,00

Fornecedor: JL GESTAO & COMERCIO LTDA
CNPJ: 67.241.864/0001-76 - Valor total homologado: R$ 4.128,00

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	38	Roteador wifi 4 antenas, 300 MBPS	PIX-LINK WR08	Unidade	32	R$ 129,00	R$ 4.128,00

Fornecedor: K. LUMERTZ CARDOSO
CNPJ: 38.311.637/0001-71 - Valor total homologado: R$ 4.192,16

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	42	SSD Sata 3.0 6Gbs/s 960GB INTERNO A400 SA400S37/960G, leitura até 500 Mb/s e gravação até 450Mb/s, cor preto.	CEAMERE CMSSDA 960	Unidade	7	R$ 598,88	R$ 4.192,16

Fornecedor: LICITA SHOP COMERCIO E SERVICOS LTDA
CNPJ: 50.958.011/0001-57 - Valor total homologado: R$ 574,56

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	33	Adaptador HDMI para VGA	EXBOM KNUP LEHMOX KAPBOM	Unidade	38	R$ 15,12	R$ 574,56

Fornecedor: M3. BUSINESS GROUP LTDA
CNPJ: 54.494.740/0001-50 - Valor total homologado: R$ 3.412,52

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	18	Mouse óptico, com 2 botões e roller, com conexão USB - Conforme Termo de Referência.	R8 / HOOPSON / M3 TECH	Unidade	242	R$ 5,74	R$ 1.389,08
1	27	Bateria Cr2032 para placa mãe de computador - CARTELA COM 5 UNIDADES.	LITHIUM	CARTELA	28	R$ 3,60	R$ 100,80
1	30	Cabo HDMI, com no mínimo 1,5 m - Conforme Termo de Referência.	KROSS	Unidade	116	R$ 9,96	R$ 1.155,36
1	31	Cabo HDMI, com no mínimo 5,0 m - Conforme Termo de Referência.	B-MAX	Unidade	46	R$ 16,68	R$ 767,28

Fornecedor: MAX QUALITY COMERCIO LTDA
CNPJ: 42.810.782/0001-74 - Valor total homologado: R$ 2.561,00

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	29	Cabo Vga para Monitor com no mínimo 5,0 m, Blindado	QUALITY	Unidade	19	R$ 23,00	R$ 437,00
1	32	Adaptador D-port para VGA 15 cm	DP/VGA	Unidade	23	R$ 18,00	R$ 414,00
1	39	Adaptador wifi USB 2.4 velocidade de 300 MBPS	WIFI	Unidade	95	R$ 18,00	R$ 1.710,00

Fornecedor: MOURA ELETRONICOS E IMPORTACAO LTDA
CNPJ: 10.636.064/0001-37 - Valor total homologado: R$ 170,94

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	35	Patch Cords, de 1,5m, cat 5e	XCELL CAT5	Unidade	42	R$ 4,07	R$ 170,94

Fornecedor: MULLER DA SILVA LEANDRO
CNPJ: 41.378.295/0001-11 - Valor total homologado: R$ 863,06

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	5	Régua com 12 tomadas, para Rack padrão 19", cabo com comprimento mínimo de 1,20ms	FIOLUX 12 TOMADAS	Unidade	11	R$ 78,46	R$ 863,06

Fornecedor: PADUA COMERCIO DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA
CNPJ: 38.013.510/0001-76 - Valor total homologado: R$ 58.528,40

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	16	Identificador de cabos Rede Lan Anilhas, kit com 100 unidades (0 ao 9 coloridas - composto de 10 unidades cada número) - Conforme Termo de Referência.	ANV	KIT	14	R$ 27,50	R$ 385,00

1	20	Kit teclado e mouse sem fio - Conforme Termo de Referência.	Logitech MK345	KIT	92	R$ 199,00	R$ 18.308,00
1	40	Fita fecho de contato (velcro) organizador de cabos- Rolo 10mx30mm	SIBRATEC	Unidade	137	R$ 34,20	R$ 4.685,40
1	41	HD EXTERNO PORTÁTIL 4 TB SEAGATE Usb 3.0, 4000 gb, 2,5 stgx4000400, disco rígido compatível com Windows, Macos e Linux.	SEAGATE	Unidade	37	R$ 950,00	R$ 35.150,00

Fornecedor: SPOTECH INFORMATICA CORAL LTDA
CNPJ: 11.118.645/0001-40 - Valor total homologado: R$ 8.171,57

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	Racks de parede com as dimensões 19”x8Usx450mm, em chapa de metal e porta com chave e visor acrílico transparente.	RACKER	Unidade	12	R$ 421,00	R$ 5.052,00
1	2	Bandejas em metal para rack com as dimensões 19"x1Ux290mm, com 2 pontos fixos	RACKER	Unidade	23	R$ 44,64	R$ 1.026,72
1	3	Bandejas em metal para rack com as dimensões 19"x1Ux1000mm, com 4 pontos fixos	RACKER	Unidade	6	R$ 170,86	R$ 1.025,16
1	34	Cabo de energia elétrica, tripolar para fonte de computador padrão Br 110v/220v, com pelo menos 1.5m de comprimento	DAVELY	Unidade	191	R$ 5,590	R$ 1.067,69

Fornecedor: TEIXEIRA OTOSERVIOS DE TECNOLOGIA LTDA
CNPJ: 29.287.617/0001-11 - Valor total homologado: R$ 434,40

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	4	Kit fixador de equipamentos em rack, tipo porca-gaiola, para fixação de bandejas e switches em racks de 19" - KIT COM 50 PARAFUSOS E 50 PORCAS GAIOLA	M5	KIT	12	R$ 36,20	R$ 434,40

Fornecedor: TJ COMERCIO DE PRODUTOS LTDA
CNPJ: 27.274.178/0001-87 - Valor total homologado: R$ 23.066,67

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	6	Cabo de rede ethernet, Cat5e, UTP - Conforme Termo de Referência.	MPT U/UTP CAT5E HOM. ANATEL	CAIXA	33	R$ 698,99	R$ 23.066,67

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 320.304,66 (trezentos e vinte mil, trezentos e quatro reais e sessenta e seis centavos).
02 – AUTORIZAR A EMISSÃO DA(S) NOTAS DE EMPENHO CORRESPONDENTES.
Prefeitura Municipal de SERTANÓPOLIS, 26 de agosto de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:B5C00BCF

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
HOMOLOGAÇÃO / ADJUDICAÇÃO PREGÃO 40/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
A Prefeita Municipal, **Ana Ruth Secco**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado por Agente de Contratação e Equipe de Apoio, resolve:
01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Adm. Nº:	233/2026
b) Licitação Nº:	40/2026
c) Modalidade:	Pregão
d) Data Homologação:	26/08/2026
e) Objeto Homologado:	Registro de Preços para futura e eventual aquisição de produtos para copa, cozinha e utensílios, objetivando atender as necessidades dos diversos departamentos da Prefeitura Municipal de Sertanópolis

f) Dotação Orçamentária:

REDUZIDO	PROGRAMÁTICA	FONTE	DESCRICAO
196	07020267820012205533900300000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
291	09020133920015206833900300000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
148	06030082440009205033900300000	1934	MATERIAL DE CONSUMO
254	08020206080013206333900300000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
446	12010271220019209133900300000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
102	05020123650005203733900300000	1102	MATERIAL DE CONSUMO
79	05010123610005202833900300000	1104	MATERIAL DE CONSUMO
264	08040206050013206533900300000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
126	06020082410009204733900300000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
172	06040082430010605333900300000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
180	06050082440009218233900300000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
90	05020123610005203533900300000	1104	MATERIAL DE CONSUMO
393	10070113340018208433900300000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
402	10080041220016208533900300000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
167	06040082430010605233900300000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
138	06030082440009204933900300000	1000	MATERIAL DE CONSUMO

g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores:

Fornecedor: ATLANTICO ARMARINHOS LTDA
CNPJ: 13.674.420/0001-03 - Valor total homologado: R$ 14.828,48

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	4	ASSADEIRA DE VIDRO RETANGULAR COM TAMPA GRANDE. REFRATÁRIO DE VIDRO RESISTENTE A CHOQUES TÉRMICOS DE ATÉ 180°C. ESTE PRODUTO, COM MEDIDAS DE 41,1X25,5CMX8,4CM E CAPACIDADE DE 5,0 LITROS.	DIPORT	Unidade	87	R$ 46,42	R$ 4.038,54
1	22	CAIXA PLÁSTICA ORGANIZADORA COM TAMPA E TRAVA COM CAPACIDADE PARA 10 LITROS - CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	UNINJET	Unidade	113	R$ 19,82	R$ 2.239,66
1	23	CAIXA PLÁSTICA ORGANIZADORA COM TAMPA E TRAVA COM CAPACIDADE PARA 20 LITROS CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	UNINJET	Unidade	115	R$ 29,42	R$ 3.383,30
1	24	CAIXA PLÁSTICA ORGANIZADORA COM TAMPA E TRAVA COM CAPACIDADE PARA 30 LITROS - CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	UNINJET	Unidade	119	R$ 43,42	R$ 5.166,98

Fornecedor: BZX ROLAMENTOS LTDA
CNPJ: 37.044.632/0001-67 - Valor total homologado: R$ 1.294,80

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	16	BORRACHA PARA PANELA DE PRESSÃO DE 7,5 LITROS EM SILICONE.	EIRILAR	Unidade	52	R$ 24,90	R$ 1.294,80

Fornecedor: COMERCIAL BEIRA RIO LTDA
CNPJ: 40.138.949/0001-77 - Valor total homologado: R$ 27.702,48

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	5	BACIA PLÁSTICA CANELADA CAPACIDADE 11 LITROS. TIPO TUPPERWARE, UP OU DE MELHOR QUALIDADE.	ARQPLAST	Unidade	91	R$ 11,50	R$ 1.046,50
1	6	BACIA PLÁSTICA CANELADA CAPACIDADE 30 LITROS. TIPO TUPPERWARE, UP OU DE MELHOR QUALIDADE.	ARQPLAST	Unidade	81	R$ 25,50	R$ 2.065,50
1	8	BACIA PLÁSTICA CANELADA CAPACIDADE 5 LITROS. TIPO TUPPERWARE, UP OU DE MELHOR QUALIDADE.	ARQPLAST	Unidade	90	R$ 9,50	R$ 855,00
1	35	"DISPENSER PAPEL TOALHA INTERFOLHA 2/3 DOBRAS COMPACTO DIMENSÕES: L X A X P: 243MM X 147MM X 120MM"	NOBRE	Unidade	28	R$ 29,50	R$ 826,00
1	50	LUVA LÁTEX MULTIUSO AMARELA TAMANHO G	MEDIX	PARES	793	R$ 2,14	R$ 1.697,02
1	52	LUVA PLÁSTICA DESCARTÁVEL, TRANSPARENTE, CAIXA COM100 UNIDADES	NOBRE	CAIXA	107	R$ 1,69	R$ 180,83
1	61	PAPEL TOALHA INTERFOLHADO, TIPO CREPADO, APRESENTAÇÃO INTERCALADA COM DUAS (2) DOBRAS, GRAMATURA MÍNIMA 20GM MEDINDO NO MÍNIMO 23 X 21 CM PCT COM 1000 FOLHAS.	REMAPEL	Unidade	956	R$ 10,95	R$ 10.468,20
1	69	PRATO DESCARTAVEL EM PLASTICO, COR BRANCA TAMANHO 15CM pacote com 100 unidades;	VITALFORM	Unidade	313	R$ 10,00	R$ 3.130,00
1	70	PRATO DESCARTAVEL EM PLASTICO, COR BRANCA TAMANHO 21 CM pacote com 100 unidades	OI	Unidade	313	R$ 21,06	R$ 6.591,78
1	86	TOCA FABRICADA EM TNT LEVE, MACIO E ATÓXICO, PACOTE COM 100 UNIDADES. - CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	NOBRE	Unidade	93	R$ 9,05	R$ 841,65

Fornecedor: DUQUE DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS LTDA
CNPJ: 58.873.271/0001-31 - Valor total homologado: R$ 11.308,97

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	13	BOBINA DE SACO PLÁSTICO 28X40 5KG PICOTADA FREZZER, COM 500 UNIDADES	DUQUE	Unidade	119	R$ 22,00	R$ 2.618,00
1	14	BOBINA DE SACO PLÁSTICO 40X60 10KG PICOTADA FREZZER, COM 500 UNIDADES	DUQUE	Unidade	131	R$ 51,87	R$ 6.794,97
1	82	SACO PLÁSTICO PARA COLETA DE AMOSTRAS. FEITO DE POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE, MATERIAL ESTERILIZADO, COM TARJA BRANCA PARA DESCRIÇÃO, SACO LACRADO, COM MEDIDA DE 12 X 30 CM, EMBALAGEM COM 1.000 UNIDADES	DUQUE	Unidade	24	R$ 79,00	R$ 1.896,00

Fornecedor: JUDLOG E-COMMERCE LTDA
CNPJ: 46.164.358/0001-50 - Valor total homologado: R$ 736,06

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	17	BORRIFADOR (500 ML) - CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	SPRAY	Unidade	149	R$ 4,94	R$ 736,06

Fornecedor: KING PLAST EMBALAGENS LTDA
CNPJ: 38.007.305/0001-06 - Valor total homologado: R$ 16.392,90

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	79	ROLO BOBINA PLASTICO PVC ESTICAVEL 60CM X 1.000 METROS	LUSAFILM	Unidade	37	R$ 195,00	R$ 7.215,00
1	81	SACO DE PAPEL PARA PIPOCA BRANCO – 14 X 8 CM, EMBALAGEM COM 500 UNIDADES.	MADILON	Unidade	160	R$ 25,00	R$ 4.000,00
1	83	SACO PLÁSTICO, PLÁSTICO REFORÇADO, TIPO CESTA BÁSICA, TRANSPARENTE, ATÓXICO, COM MEDIDA MÍNIMA DE 50 X 80 CM, EMBALAGEM CONTENDO NO MÍNIMO DE 100 UNIDADES.	CIAPLAST	Unidade	91	R$ 56,90	R$ 5.177,90

Fornecedor: LE BUREAU - SOLUCOES EM ENGENHARIA LTDA
CNPJ: 52.622.557/0001-68 - Valor total homologado: R$ 1.520,05

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	51	LUVA LÁTEX MULTIUSO AMARELA TAMANHO M	MEDIX	PARES	707	R$ 2,15	R$ 1.520,05

Fornecedor: LUC SERVICE LTDA
CNPJ: 40.706.088/0001-86 - Valor total homologado: R$ 86.431,84

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	7	BACIA PLÁSTICA CANELADA CAPACIDADE 45 LITROS. TIPO TUPPERWARE, UP OU DE MELHOR QUALIDADE.	PLASVALE	Unidade	76	R$ 51,99	R$ 3.951,24
1	9	BANDEJA EM POLIETILENO DE ALTA COM TAMPA, ALTA DENSIDADE, PARA FRIOS, SALADAS, AÇOUGUES, COR BRANCA, CAPACIDADE 11,5 LITROS - CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	PLASVALE	Unidade	83	R$ 32,99	R$ 2.738,17
1	10	BANDEJA EM POLIETILENO DE ALTA COM TAMPA, ALTA DENSIDADE, PARA FRIOS, SALADAS, AÇOUGUES, COR BRANCA, CAPACIDADE 8 LITROS - CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	PLASVALE	Unidade	100	R$ 24,99	R$ 2.499,00
1	15	BORRACHA PARA PANELA DE PRESSÃO DE 20 LITROS EM SILICONE.	ELITEC	Unidade	50	R$ 40,00	R$ 2.000,00
1	18	"Bandeja Branca Multiuso Plástica Retangular Organizadora 26 Litros Branca, dimensões 43C x 43L x 12A centímetros"	PLASVALE	Unidade	96	R$ 41,99	R$ 4.031,04
1	19	Bandeja Branca Multiuso Plástica Retangular Organizadora 7 Litros Branca.	PLASVALE	Unidade	88	R$ 14,90	R$ 1.311,20
1	20	Bandeja Branca Multiuso Plástica Retangular Organizadora 18 Litros Branca	PLASVALE	Unidade	89	R$ 36,27	R$ 3.228,03
1	21	Bandeja Branca Multiuso Plástica Retangular Organizadora 4,8 Litros Branca.	PLASVALE	Unidade	87	R$ 13,00	R$ 1.131,00
1	25	CAIXA PLÁSTICA ORGANIZADORA COM TAMPA E TRAVA COM CAPACIDADE PARA 50 LITROS - CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	PLASUTIL	Unidade	121	R$ 45,00	R$ 5.445,00
1	34	DESCASCADOR E BOLEADOR DE LEGUMES, LÂMINA EM AÇO INOX.	KEITA	Unidade	49	R$ 7,00	R$ 343,00
1	36	ESCORREDOR PARA PRATO E COPOS EM AÇO CROMADO, ALTURA 18 CM, LARGURA 52 CM E PROFUNDIDADE 38,5 CM. TIPO NIQUELART OU DE MELHOR QUALIDADE	NIQUELART	Unidade	36	R$ 77,00	R$ 2.772,00
1	43	FUNIL EM COM LINHAS LATERAIS RETAS E ALÇA SUPORTE MATERIAL: AÇO INOX. DIÂMETRO 12 CM, ALTURA 10 CM, DIÂMETRO DO TUBO ESPIGA 1,5 CM, COMPRIMENTO DO TUBO ESPIGA 4,3 CM.	KEHOME	Unidade	60	R$ 18,57	R$ 1.114,20
1	45	JARRA EM PLÁSTICO TRANSPARENTE COM TAMPA CAPACIDADE 3 LITROS	PLASVALE	Unidade	93	R$ 19,20	R$ 1.785,60
1	46	JARRA EM PLÁSTICO TRANSPARENTE COM TAMPA CAPACIDADE 5 LITROS	PLASUTIL	Unidade	89	R$ 29,00	R$ 2.581,00
1	47	JOGO COM 5 POTES PARA ARMAZENAR MANTIMENTOS EM PLÁSTICO TRANSPARENTE COM TAMPA. CAPACIDADES: 7,6; 4,5; 3,2; 1,8; 0,72 LITROS. TIPO PLASÚTIL OU DE MELHOR QUALIDADE	PLASUTIL	Jogo	68	R$ 35,30	R$ 2.400,40
1	56	PANELA DE PRESSÃO CAPACIDADE 7,5 LITROS, EM ALUMÍNIO POLIDO, SISTEMA DE SEGURANÇA AVANÇADO, PRESILHA METÁLICA DO CABO, ASA ERGONÔMICA. TIPO CLOCK OU DE MELHOR QUALIDADE	TRIUNFO	Unidade	29	R$ 151,00	R$ 4.379,00
1	57	Panela Caldeirão De Alumínio N°55 - 110 Litros	ELITEC	Unidade	21	R$ 574,95	R$ 12.073,95
1	58	Caçarola Panela Linha Hotel Industrial Nº60- 70 Litros Alumínio	ELITEC	Unidade	27	R$ 400,00	R$ 10.800,00
1	60	PANELA TIPO CAÇAROLA COM TAMPA, EM ALUMÍNIO BATIDO FUNDIDO COM 2 ALÇAS EM MADEIRA, COM CAPACIDADE DE 15,5 LITROS - CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	ELITEC	Unidade	40	R$ 274,00	R$ 10.960,00
1	62	PEGADOR PARA SALADA E MASSA EM AÇO INOX MEDINDO 40 CM	GOURMET MIX	Unidade	73	R$ 19,00	R$ 1.387,00
1	63	PENEIRA PLÁSTICA PARA COAR, COM FIOS DE NYLON, 12 CM DE DIÂMETRO, COM CABO PLÁSTICO, CÔNCAVA	PLASVALE	Unidade	56	R$ 5,00	R$ 280,00
1	64	PENEIRA PLÁSTICA PARA COAR, COM FIOS DE NYLON, 16 CM DE DIÂMETRO, COM CABO PLÁSTICO, CÔNCAVA	PLASVALE	Unidade	51	R$ 11,00	R$ 561,00
1	65	PENEIRA PLÁSTICA PARA COAR, COM FIOS DE NYLON, 19 CM DE DIÂMETRO, COM CABO PLÁSTICO, CÔNCAVA		Unidade	49	R$ 26,99	R$ 1.322,51
1	68	PLACAS EM POLIETILENO PARA CORTE, COR BRANCA, IMPERMEÁVEL, INODORO, COM CANALETA E ALÇA, MEDINDO: C 37 X L 25 X A 1 CM	PLASVALE	Unidade	66	R$ 40,00	R$ 2.640,00
1	74	PROCESSADOR TRITURADOR MANUAL DE ALIMENTOS 3 LÂMINAS - CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	ORIGINAL LINE	Unidade	46	R$ 14,00	R$ 644,00
1	80	ROLO DE ABRIR MASSA EM POLIETILENO. PROFISSIONAL ALTO PADRÃO 6,5X 30 CM - CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	TRES TRIANGULOS	Unidade	28	R$ 140,00	R$ 3.920,00

1	88	CANECÃO LEITEIRA ALUMINIO CABO DE MADEIRA - 3,6 LITROS N°18	ELITEC	Unidade	3	R$ 44,50	R$ 133,50

Fornecedor: MARCOS E BERTA LTDA
CNPJ: 09.035.549/0001-96 - Valor total homologado: R$ 35.140,67

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	12	BATEDOR PROFISSIONAL EM AÇO INOX 41 CM, PRODUZIDO TOTALMENTE EM AÇO INOX, IDEAL PARA FÁCILITAR O PREPARO DAS REFEIÇÕES COM OVOS E MASSAS LEVES ALÉM DE TRAZER MAIS PRATICIDADE E BELEZA PARA SUA COZINHA.	CHEFLINE	Unidade	44	R$ 14,54	R$ 639,76
1	31	COLHER DE SOPA TOTALMENTE EM AÇO INOX E SEM REBARBAS, LINHA HOTEL, MEDIDAS MÍNIMAS: COMPRIMENTO 18 CM E ESPESSURA 1,2 MM	CAERUS	Unidade	2067	R$ 1,13	R$ 2.335,71
1	32	COLHER PLÁSTICA DE 60 CM INDUSTRIAL, MATERIAL DE NYLON ATÓXICO E LIVRE DE BPA. SUPORTA TEMPERATURAS DE ATÉ 160ºC EM CURTO PERÍODO. TAMANHO: 7,5 X 60 CM	KITPLAST	Unidade	53	R$ 25,50	R$ 1.351,50
1	39	FACA DE MESA TOTALMENTE EM AÇO INOX E SEM REBARBAS, LINHA HOTEL, MEDIDAS MÍNIMAS: COMPRIMENTO 18 CM E ESPESSURA 1,2 MM.	CAERUS	Unidade	1233	R$ 1,18	R$ 1.454,94
1	40	FACA PARA CORTE TIPO PEIXEIRA LÂMINA 7" EM INOX, CABO EM POLIPROPILENO COR BRANCO, LÂMINA EM AÇO INOX COM FIO LISO, LÂMINA 19,5 CM E CABO 12 CM. TIPO MUNDIAL OU DE MELHOR QUALIDADE	GPX	Unidade	73	R$ 13,57	R$ 990,61
1	44	GARFO DE MESA INTEIRAMENTE EM AÇO INÓX E SEM REBARBAS, LINHA HOTEL, MEDIDAS MÍNIMAS: COMPRIMENTO 18 CM E ESPESSURA 1,2 MM	CAERUS	Unidade	2023	R$ 1,13	R$ 2.285,99
1	53	PÁ REMO POLIETILENO CABO AÇO INOX COZINHA PROFISSIONAL 80CM, CABO EM AÇO INOXIDÁVEL PARA MAIOR DURABILIDADE E RESISTÊNCIA À CORROSÃO. FABRICADO EM POLIETILENO, MATERIAL NÃO TÓXICO E HIGIÊNICO.	KITPLAST	Unidade	42	R$ 76,50	R$ 3.213,00
1	59	PANELA TIPO CAÇAROLA COM TAMPA, EM ALUMÍNIO BATIDO FUNDIDO COM 2 ALÇAS EM MADEIRA, COM CAPACIDADE DE 50 LITROS - CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	ALUMINIO ANAPOLIS	Unidade	38	R$ 601,82	R$ 22.869,16

Fornecedor: NOVA MESA COMERCIO DE UTILIDADES E ALIMENTOS LTDA
CNPJ: 47.170.510/0001-70 - Valor total homologado: R$ 13.507,45

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	ABRIDOR PARA LATA E GARRAFA EM AÇO, TRADICIONAL, MEDINDO 8 X 4 CM.	ORIGINAL LINE SL0272	Unidade	41	R$ 1,98	R$ 81,18
1	2	ACENDEDOR DE FOGÃO AUTOMÁTICO, CONFECCIONADO EM FERRO E PLÁSTICO. COM COMPRIMENTO MÍNIMO DE 20 CM - CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	CLICK CK4372	Unidade	82	R$ 6,14	R$ 503,48
1	28	COLHER COMPRIDA INOX 30 CM PARA SUCO BEBIDA JARRA LONGA - CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	ORIGINAL LINE SL0503	Unidade	79	R$ 3,88	R$ 306,52
1	41	FACA PARA PÃO; COM LÂMINA EM AÇO INOX E CABO DE POLIPROPILENO COR BRANCA 7 POLEGADAS	ORIGINAL LINE SL0445	Unidade	79	R$ 9,88	R$ 780,52
1	42	FACA DE CHURRASCO EM INOX, CABO PRETO EM POLIETILENO, LAMINA DE 4 POLEGADAS;	ORIGINAL LINE COLOR	Unidade	112	R$ 1,98	R$ 221,76
1	67	PINCEL CULINÁRIO; CERDA DE NYLON DE GRAU ALIMENTAR E CABO DE PLÁSTICO PP; Medidas: 23,0 x 5,0 x 0,7cm	CLICK CK4379	Unidade	47	R$ 7,28	R$ 342,16
1	73	PRATO EM PLÁSTICO DE ÓTIMA QUALIDADE RESISTENTE (NÃO DESCARTÁVEL). IDEAL PARA O DIA A DIA EM SUAS REFEIÇÕES. COR: BRANCO, ALTURA: 4 CM, DIÂMETRO: 22 CM	FENIX LANCHE	Unidade	1507	R$ 6,88	R$ 10.368,16
1	75	RALADOR EM AÇO INOXIDÁVEL, 4 FACES SOLADA, COM ALÇA, MEDINDO 22 CM DE ALTURA, RESISTENTE E REFORÇADO	INGA 15157	Unidade	48	R$ 12,88	R$ 618,24
1	85	TERMÔMETRO CULINÁRIO TIPO ESPETO DIGITAL PARA COZINHA COM HASTE 145 MM TERMÔMETRO DIGITAL PARA ALIMENTOS COM DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO.	CLICK CK4599	Unidade	17	R$ 16,79	R$ 285,43

Fornecedor: PADUA COMERCIO DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA
CNPJ: 38.013.510/0001-76 - Valor total homologado: R$ 16.308,35

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	11	BANQUINHO PLÁSTICO DOBRÁVEL MULTIUSO BANQUETA DE PLÁSTICO COR PRETO; ALTURA MÁXIMA: 32 CM. BANCO DOBRÁVEL COM PESO MÁXIMO SUPORTADO DE 100 KG. MATERIAL DO ASSENTO EM PLÁSTICO PP.	AGUA PLAST	Unidade	88	R$ 37,93	R$ 3.337,84
1	26	COPO MEDIDOR CAPACIDADE 1000 ML - CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	CLINK	Unidade	36	R$ 8,35	R$ 300,60
1	29	COLHER CÔNCAVA NYLON 45CM INDUSTRIAL, MATERIAL DE NYLON ATÓXICO E LIVRE DE BPA. SUPORTA TEMPERATURAS DE ATÉ 160ºC EM CURTO PERÍODO. TAMANHO: 5,5 X 45 CM	SOLRAC	Unidade	66	R$ 24,81	R$ 1.637,46
1	30	COLHER DE PLÁSTICO DESCARTÁVEL PARA REFEIÇÃO PACOTE COM 100 UNIDADES - CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	PRA FESTA	Pacote	292	R$ 3,76	R$ 1.097,92
1	33	CORTADOR PARA LEGUMES DUPLAS FACE, COR BRANCO, EM PLÁSTICO OS E LÂMINAS EM AÇO INOX. TIPO KEITA OU DE MELHOR QUALIDADE.	KEITA	Unidade	49	R$ 15,42	R$ 755,58
1	66	PINCEL CULINÁRIO COM RESERVATÓRIO EM ACRÍLICO, LARG: 7,5CM X COMP: 16CM; RESERVATÓRIO: LARG: 7,5CM X ALT: 7,5CM; MATERIAL: PLÁSTICO E NYLON.	ART HOUSE	Unidade	47	R$ 16,15	R$ 759,05
1	76	REGISTRO REGULADOR DE GÁS COM MANGUEIRA E ABRAÇADEIRA KIT ALTA PRESSÃO; ACOMPANHA: REGISTRO MODELO P13 ROSCA 5/16, 01 METRO DE MANGUEIRA DE ALTA PRESSÃO E 02 ABRAÇADEIRAS	IMARGAS	KIT	32	R$ 41,23	R$ 1.319,36
1	77	REGISTRO REGULADOR PARA BOTIJÃO DE GÁS DE COZINHA 13KG - CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	IMARGAS	KIT	44	R$ 45,50	R$ 2.002,00
1	78	ROLO BOBINA PLASTICO PAPEL FILME PVC ESTICAVEL 38X800	ORLEPLAST	Unidade	39	R$ 79,06	R$ 3.083,34
1	87	CUMBUCA DE ISOPOR 300ML, 100 UNIDADES, SEM TAMPA, PARA CALDOS E SORVETE	ULTRATHERM	Pacote	80	R$ 25,19	R$ 2.015,20

Fornecedor: P & B LTDA
CNPJ: 40.694.066/0001-43 - Valor total homologado: R$ 17.846,50

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	71	PRATO FUNDO TRANSPARENTE. PRATO FUNDO, EM VIDRO TEMPERADO, COR TRANSPARENTE, RESISTENTE, VAI AO MICROONDAS E AO FREEZER, MEDIDAS 22,5X22,5X0,9 CM.	DURALEX 5731	Unidade	2065	R$ 4,10	R$ 8.466,50
1	72	PRATO RASO TRANSPARENTE DE NO MÍNIMO 22,5 CM VIDRO TEMPERADO PARA LAVA LOUÇAS E MICROONDAS	DURALEX 5831	Unidade	1876	R$ 5,00	R$ 9.380,00

Fornecedor: PEDRO HENRIQUE DA SILVA HONORIO
CNPJ: 60.509.786/0001-07 - Valor total homologado: R$ 389,40

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	3	AMOLADOR AFIADOR DE FACAS E TESOURAS 3 EM 1 MANUAL EM AÇO INOX PROFISSIONAL COM CABO ERGONÔMICO E BASE ANTIDERRAPANTE COM RODAS DE CERÂMICA DURABILIDADE E EFICIÊNCIA	SQ/3 EM 1	Unidade	33	R$ 11,80	R$ 389,40

Fornecedor: P & G SUPRIMENTOS CORPORATIVOS LTDA
CNPJ: 51.072.600/0001-04 - Valor total homologado: R$ 10.787,00

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	55	PANELA DE PRESSÃO CAPACIDADE 20 LITROS, EM ALUMÍNIO POLIDO, SISTEMA DE SEGURANÇA AVANÇADO, PRESILHA METÁLICA DO CABO, ASA ERGONÔMICA. TIPO CLOCK OU DE MELHOR QUALIDADE	ASJ 2045	Unidade	23	R$ 469,00	R$ 10.787,00

Fornecedor: PHM COMERCIO E CONFECCOES LTDA
CNPJ: 35.794.003/0001-29 - Valor total homologado: R$ 1.326,00

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	84	TERMÔMETRO ACESSÓRIO DE COZINHA DIGITAL INFRA VERMELHO	BLACKONE	Unidade	17	R$ 78,00	R$ 1.326,00

Fornecedor: SKY CLEAN COM. EQUIPAMENTOS LTDA
CNPJ: 55.442.589/0001-70 - Valor total homologado: R$ 11.040,00

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	54	PALLET DE PLÁSTICO PB PLUS 3 VAZADO; DIMENSÕES (A X L X C)150 X 1000 X 1200 MM CARGA DINÂMICA:1.500 KG; CARGA ESTÁTICA: 5.000 KG; PORTA PALLET: 800 KG; COR: PRETO, POLIPROPILENO; POLIETILENO	PLASOLUTION	Unidade	69	R$ 160,00	R$ 11.040,00

Fornecedor: WL NOGUEIRA DISTRIBUIDORA LTDA
CNPJ: 24.334.764/0001-81 - Valor total homologado: R$ 1.052,89

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	37	ESPÁTULA RASPADEIRA PARA MASSAS: ESPÁTULAS EM AÇO INOX CABO DE POLIETILENO MEDIDA: 23 X 22 CM ESPÁTULA RETA EM AÇO INOX COM LÂMINA 10 CM.	GOLDEN INOX	Unidade	35	R$ 14,32	R$ 501,20
1	38	ESPÁTULA RETA EM AÇO INOX COM LÂMINA 10 CM, CABO POLIETILENO BRANCO, MATERIAL DURÁVEL, RESISTENTE A CORROSÃO E INQUEBRÁVEL	GOLDEN INOX	Unidade	43	R$ 12,83	R$ 551,69

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 267.613,84 (duzentos e sessenta e sete mil, seiscentos e treze reais e oitenta e quatro centavos).
02 – AUTORIZAR A EMISSÃO DA(S) NOTAS DE EMPENHO CORRESPONDENTES.
Prefeitura Municipal de SERTANÓPOLIS, 26 de agosto de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:5E20B176

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
HOMOLOGAÇÃO / ADJUDICAÇÃO PREGÃO 43/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
A Prefeita Municipal, **Ana Ruth Secco**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado por Agente de Contratação e Equipe de Apoio, resolve:
01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Adm. Nº:	264/2026
b) Licitação Nº:	43/2026
c) Modalidade:	Pregão
d) Data Homologação:	26/08/2026
e) Objeto Homologado:	Registro de Preços para futura e eventual aquisição de CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado à Quente) – Faixa D, Massa Asfáltica Usinada a Quente para aplicação a Frio e Emulsão Asfáltica Tipo RR-1C

f) Dotação Orçamentária:

REDUZIDO	PROGRAMÁTICA	FONTE	DESCRICAO
196	07020267820012205533900300000	11065	MATERIAL DE CONSUMO
236	07060154510012206133900300000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
236	07060154510012206133900300000	1711	MATERIAL DE CONSUMO
196	07020267820012205533900300000	1000	MATERIAL DE CONSUMO
196	07020267820012205533900300000	1505	MATERIAL DE CONSUMO
236	07060154510012206133900300000	1512	MATERIAL DE CONSUMO
196	07020267820012205533900300000	11052	MATERIAL DE CONSUMO

g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores:

Fornecedor: PAVSOL TECNOLOGIA EM PAVIMENTACAO E ENERGIA SOLAR LTDA
CNPJ: 59.200.962/0001-37 - Valor total homologado: R$ 21.900,00

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	2	MASSA ASFÁLTICA USINADA A QUENTE PARA APLICAÇÃO A FRIO, SACOS DE 25 KG	PAVSOL	Saco	1000	R$ 21,90	R$ 21.900,00

Fornecedor: RAJ INDUSTRIA E PAVIMENTAÇÕES LTDA
CNPJ: 25.244.319/0001-93 - Valor total homologado: R$ 212.343,00

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	CBUQ - Concreto Betuminoso Usinado à Quente - Faixa 'D'.	KINGPAV	Tonelada	100	R$ 746,66	R$ 74.666,00
1	3	Emulsão Asfáltica RR-1C - Tambor 200 litros	KINGPAV	TAMBOR	10	R$ 2.753,54	R$ 27.535,40
2	2	Emulsão Asfáltica RR-1C - Tambor 200 litros	KINGPAV	TAMBOR	40	R$ 2.753,54	R$ 110.141,60

Fornecedor: USIPAV - USINAGEM DE ASFALTO LTDA
CNPJ: 01.917.119/0001-96 - Valor total homologado: R$ 444.500,00

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2	1	CBUQ - Concreto Betuminoso Usinado à Quente - Faixa 'D'.	USIPAV	Tonelada	700	R$ 635,00	R$ 444.500,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 678.743,00 (seiscentos e setenta e oito mil, setecentos e quarenta e três reais).
02 – AUTORIZAR A EMISSÃO DA(S) NOTAS DE EMPENHO CORRESPONDENTES.
Prefeitura Municipal de SERTANÓPOLIS, 26 de agosto de 2026

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:3E0AF70B

SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE
2º TERMO ADITIVO – REF. CONTRATO Nº. 34/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 05/2025

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ATUAÇÃO DE MÉDICO GINECOLOGISTA E NEUROPEDIATRA PARA ATENDIMENTO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E MÉDICO ULTRASSONOGRAFISTA PARA O SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE.

AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO PARA SERVIÇOS MÉDICOS, PESSOA JURÍDICA REFERENTE O CONTRATO *Nº 34/2025*, OBJETO DA PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 05/2025, FIRMADO ENTRE O SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO, INSCRITA NO CNPJ SOB Nº. 78.318.359/0001-07, COM SEDE NA RUA SENADOR SOUZA NAVES, Nº 487, EM SERTANÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, NESTE ATO REPRESENTADO PELA DIRETORA SUPERINTENDENTE SRA. GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA, BRASILEIRA, CASADA, PORTADORA DA CÉDULA DE IDENTIDADE R.G. Nº 648.871.09-9, INSCRITA NO CPF/MF SOB N.º 031.604.949-26, RESIDENTE E DOMICILIADA NA CIDADE DE SERTANÓPOLIS/PR, E A EMPRESA AVIVE GESTÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS - LTDA, COM SEDE À RUA JOÃO WYCLIF, Nº 111, 11º ANDAR, SALA 1110, GLEBA FAZENDA PALHANO, NA CIDADE DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, INSCRITA NO CNPJ N.º 33.458.003/0001-22, REPRESENTADO NESTE ATO PELO SR. THIAGO DE CASTRO SILVEIRA, BRASILEIRO, EMPRESÁRIO, INSCRITO NO CPF/MF SOB O N.º 022.279.289-21, RG SOB N.º 5.921.030-0 SESP/PR, RESIDENTE E DOMICILIADO À AVENIDA MADRE LEÔNIA MILITO, Nº 615, APTO 603, JARDIM BELA SUÍÇA, CEP 86050-270, NA CIDADE DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, DORAVANTE DENOMINADA CONTRATADA.

CLÁUSULA PRIMEIRA.
ALTERA-SE A CLÁUSULA SEGUNDA – DA DURAÇÃO DO CONTRATO ***N.º 34/2025***, FICANDO ENTÃO PRORROGADA POR 12 (DOZE) MESES, A PARTIR DA DATA DE 27 DE AGOSTO DE 2026, DE ACORDO COM ART. 107, DA LEI 14.123/21.

CLÁUSULA SEGUNDA
ALTERA-SE A PRIMEIRA E QUINTA CLÁUSULA DO CONTRATO N.º 34/2025, R$ 327.255,00 (TREZENTOS E VINTE E SETE MIL, DUZENTOS E CINQUENTA E CINCO REAIS), PELO PERÍODO DE 12 MESES

Item	Descrição	Marca	Quant.	Valor Contrato	Valor repactuado	Valor. Total
1	Serviço Atendimento Médico Ginecologista/horas	SERV.	1.500	R$ 157,90	R$ 178,69	R$ 268.035,00
2	Serviço Atendimento Médico Neuropediatra/horas	SERV.	192	R$ 259,80	R$ 310,00	R$ 59.520,00

CLÁUSULA TERCEIRA.
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS.
E, POR ESTAREM JUSTOS CERTOS E ACORDADOS COM O PRESENTE TERMO ADITIVO, ASSINAM O PRESENTE INSTRUMENTO EM 02 (DUAS) VIAS DE IGUAL TEOR E FORMA QUE SERÃO ANEXADAS AO CONTRATO INICIAL, FEITO NA ÉPOCA E ADITADO NESTA OPORTUNIDADE NA PRESENÇA DAS TESTEMUNHAS CONSTANTES.

SERTANÓPOLIS, 26 DE AGOSTO DE 2026

GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA
Diretora Superintendente do Serviço Municipal de Saúde

THIAGO DE CASTRO SILVEIRA
Avive Gestão de Serviços Médicos - LTDA

Publicado por:
Jamily Karly da Silva Galindo
Código Identificador:938AD4A0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO Nº 051/2026 26/08/2026

DECRETO Nº 051/2026
26/08/2026

SUMULA Dispõe sobre a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município de Sulina para o Exercício Financeiro de 2.026.

O Prefeito do Município de Sulina, Estado do Paraná, Senhor **GILBERTO JOÃO ROSSI,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal 1230/2025, de 17 de outubro de 2025.
DECRETA
Artigo 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento Programa do Município de Sulina, para o exercício financeiro de 2026, de acordo com o art. 43, incisos II e III da Lei 4.320/64, no valor de **R$ 1.285.635,46 (um milhão, duzentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e trinta e cinco reais e quarenta e seis centavos),** destinado a dar cobertura as despesas a serem realizadas conforme classificação funcional programática abaixo:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
0400	**SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA ESPORTES**		
0401	Departamento de Educação		
12.306.0007.2.009000	Merenda Escolar		
3.3.90.32.00.00 (58)	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	884	36.500,00
12.361.0007.2.010000	Manutenção do Ensino Fundamental		
3.3.90.39.00.00 (79)	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	104	100.000,00

3.3.90.39.00.00 (78)	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	103	50.000,00
3.3.90.46.00.00 (82)	Auxílio Alimentação	103	50.000,00
12.361.0007.2.011000	Transporte Escolar		
3.3.90.33.00.00 (99)	Passagens de Despesas com Locomoção	124	40.000,00
0402	Departamento de Cultura		
13.392.0009.2.015000	Manutenção das Atividades Culturais		
3.3.90.30.00.00 (124)	Material de Consumo	000	80.000,00
3.3.90.32.00.00 (2566)	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	1045	21.609,82
0404	FUNDEB		
12.365.0007.2.018000	FUNDEB Manutenção Ensino Infantil		
3.1.90.11.00.00 (155)	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	101	50.000,00
3.1.90.13.00.00 (156)	Contribuições Patronais	101	10.000,00
0500	**SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL**		
0501	Departamento do FMAS		
08.242.0015.2.022000	Atenção a Pessoa Portadora de Deficiência		
3.3.90.30.00.00 (2678)	Material de Consumo	964	3.287,43
3.3.90.39.00.00 (161)	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	000	20.000,00
08.2450016.2.023000	Fundo Municipal de Assistência Social		
3.1.90.11.00.00 (177)	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	000	20.000,00
3.3.90.39.00.00 (192)	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	000	30.000,00
08.245.0028.2.055000	Auxílio aos Estudantes		
3.3.90.18.00.00 (203)	Auxílio Financeiro a Estudantes	000	70.000,00
0502	Departamento do FMDCA		
08.243.0013.6.002000	Fundo Municipal da Criança e Adolescente		
3.3.90.39.00.00 (215)	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	000	50.000,00
08.243.0013.6.003000	Menor Aprendiz		
3.1.90.11.00.00 (220)	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	000	20.000,00
0503	Departamento do FMDPI		
08.241.0014.2.021000	Atenção a Pessoa Idosa		
3.3.90.39.00.00 (232)	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	000	15.000,00
0600	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**		
0602	Departamento de Pronto Atendimento e Saúde Preventiva		
10.301.0018.2.029000	Atenção Primária em Saúde		
3.1.90.16.00.00 (253)	Outras Despesas Variáveis Pessoal Civil	303	50.000,00
3.3.90.14.00.00 (254)	Diárias Pessoal Civil	303	20.000,00
3.3.90.30.00.00 (2623)	Material de Consumo	901	26.000,00
10.302.0018.2.052000	Consórcio Intermunicipal de Saúde – CONIMS		
3.3.71.70.00.00 (2646)	Rateio pela Participação em Consórcio Público	496	50.000,00
0700	**SECRETQARIA MUNICIPAL OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PUBL**		
0702	Departamento de Obras e Serviços Urbanos		
15.452.0022.1.002000	Pavimentação Urbana		
4.4.90.51.00.00 (2682)	Obras e Instalações	501	413.238,21
15.452.0022.2.040000	Manutenção dos Serviços Urbanos		
3.1.90.11.00.00 (316)	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	000	60.000,00
	TOTAL.....		**1.285.635,46**

Artigo 2º - Os recursos para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, correrão a conta dos recursos abaixo especificados:

I - Por Anulação Parcial de Dotações Fixadas na Lei Orçamentária Anual, de acordo com o art. 43, inciso III, da Lei 4.320/64.

0400	**SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA ESPORTES**		
0401	Departamento de Educação		
12.361.0007.2.010000	Manutenção do Ensino Fundamental		
3.3.90.32.00.00 (73)	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	104	100.000,00
3.3.90.32.00.00 (72)	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	103	50.000,00
12.361.0007.2.011000	Transporte Escolar		
3.3.90.30.00.00 (93)	Material de Consumo	103	50.000,00
3.3.90.30.00.00 (96)	Material de Consumo	124	20.000,00
3.3.90.39.00.00 (105)	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	124	20.000,00
13.392.0009.2.015000	Departamento de Cultura		
3.3.90.39.00.00 (128)	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	000	80.000,00
0404	FUNDEB		
12.361.0007.2.017000	FUNDEB		
3.1.90.11.00.00 (149)	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	101	60.000,00
0500	**SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL**		
0501	Departamento do FMAS		
08.244.0016.2.019000	Desenvolvimento das Atividades Assistenciais		
3.3.90.30.00.00 (166)	Material de Consumo	000	10.000,00
3.3.90.36.00.00 (169)	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física	000	10.000,00
3.3.90.40.00.00 (171)	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	000	10.000,00
08.245.0016.2.023000	Fundo Municipal de Assistência Social		
3.3.90.30.00.00 (183)	Material de Consumo	000	20.000,00
3.3.90.32.00.00 (187)	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	000	20.000,00
3.3.90.36.00.00 (191)	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física	000	50.000,00
4.4.90.52.00.00 (198)	Equipamentos e Material Permanente	000	20.000,00
0502	Departamento do FMDCA		
08.243.0013.6.002000	Fundo Municipal da Criança e Adolescente		
3.3.90.48.00.00 (216)	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	000	5.000,00
08.243.0013.6.004000	Programa Primeira Infância		
3.3.90.30.00.00 (223)	Material de Consumo	000	20.000,00
3.3.90.39.00.00 (224)	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	000	20.000,00
0503	Departamento do FMDPI		
08.241.0014.2.021000	Atenção a Pessoa Idosa		
3.3.90.30.00.00 (230)	Material de Consumo	000	20.000,00
3.3.90.32.00.00 (231)	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	000	20.000,00
0600	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**		
0602	Departamento de Pronto Atendimento e Saúde Preventiva		

10.302.0018.2.052000	Consórcio Intermunicipal de Saúde – CONIMS		
3.3.71.70.00.00 (276)	Rateio pela Participação em Consórcio Público	303	70.000,00
0900	**SECRETARIA MUNICIPAL INDUSTRIA COMERCIO E TURISMO**		
0902	Departamento de Industria e Comércio		
23.691.0025.2.044000	Desenvolvimento Comercial		
3.3.90.31.00.00 (373)	Premiações Culturais, Artísticas, Cientificas, Desportivas e Outras	000	30.000,00
3.3.90.39.00.00 (374)	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	000	30.000,00
	TOTAL.....		**735.000,00**

II – Por Estimativa e Excesso de Arrecadação de Receitas, de acordo com o art. 43, inciso II, da Lei 4.320/64

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONT E	VALOR
1.9.9.9.99.0.1.01.00 (256)	Outras Receitas Administradas pela RFB – Principal	1045	21.609,82
1.7.1.3.51.9.1.00.00 (207)	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS Outros Programas Principal	496	50.000,00
1.7.2.3.50.0.1.06.00 (258)	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS Principal	901	26.000,00
1.7.1.4.52.0.1.00.00 (39)	Transferência FNDE PNAE Principal	884	35.000,00
1.3.2.1.01.1.1.01.00 (73)	Remuneração de Depósitos Bancários Geral – Principal	884	1.500,00
1.3.2.1.01.1.1.01.00 (135)	Remuneração de Depósitos Bancários Geral – Principal	964	3.287,43
2.2.1.3.01.0.1.00.00 (218)	Alienação de Bens Móveis e Semoventes – Principal	501	413.238,21
	TOTAL.....		**550.635,46**

Artigo 3º - Determina ainda alterações nas metas físicas e financeiras da Lei nº 1210, de 01 de julho de 2025 – Plano Plurianual (PPA) e Lei nº 1213, de 25 de agosto de 2025 – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2026, nas ações correspondentes deste Decreto, conforme Lei nº 1230/2025, art. 8º.
Artigo 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sulina, Paraná, 26 de agosto de 2026; 40º da Emancipação e 38º de Administração.

GILBERTO JOÃO ROSSI
Prefeito

Registre-se e publique-se
Em 26 de agosto de 2026.

PUBLICADO EM 27/08/2026, EDIÇÃO _____, PÁGINAS _____, DIÁRIO ELETRÔNICO DOS MUNICÍPIOS DO SUDOESTE DO PARANÁ
PUBLICADO EM 27/08/2026, EDIÇÃO _____, PÁGINAS _____, DO JORNAL DE BELTRÃO

Publicado por:
Elenice Minuzzi
Código Identificador:AF6B137F

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
PORTARIA Nº.107/2026

GILBERTO JOÃO ROSSI, Prefeito Municipal de Sulina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei Orgânica do Município, e ainda, os Artigos 149 e 150 da Lei Municipal 1.139/2023, de 27/09/2023, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Sulina,

Resolve:

Artigo 1º - Autorizar o pagamento na folha competência 08/2026, de Sobreavisos e horas extraordinárias laborados nas Secretarias Municipais, no mês julho/agosto de 2026, aos Servidores Municipais abaixo relacionados, baseado em relatório assinado pelos secretários Municipais:

NOME DO SERVIDOR	MATRÍCULA FUNCIONAL	HORA EXTRA 50%	HORA EXTRA 100%	SOBREAVISO	
				NORMAL	FERIADO/FDS
ADEMIR JOSE LORINI	6084/1			04	02
ALEXANDRO BORGES FERNANDES	10111/1			03	01
ALINE F. BACH	3930/1	21,00	11,00		
AMALIA A. P. DE ALMEIDA	6254/1	37,00	16,00		
ANDRE L. SOUZA DOS SANTOS	10197/1			03	03
ANDREIA MOHR	9199/1	6,00			
ANGELA BICHEL	5657/1				01
ANSELMO L. ANTUNES DE ANDRADE	9296/1			01	03
CLOVIS DOS SANTOS	9210/1	20,00		02	04
CRISTIANE N. LAZARETTI	5746/1	30,00			
CRISTIANE P. ALCANTARA	6033/1	6,00			
DEIVID SCHULTZ	10650/1			02	01
DIOGO M. PAULINO MARTINS	9300/1			02	03
DOUGLAS KLOCK RAUBER	9784/1				04
EDIRLEI SARTORI	9237/1				02
ELIANE CRISTINA MACHADO	5363/1	4,00			
ELIEL TIAGO MOREIRA	6807/1			04	08
EMERSON ELEANDRO ZIMMER	5010/1	99,00		05	05
EVANDRO NATAL MACHADO	6823/1	22,00	7,00	03	01
FABIANA LETICIA RUFATTO	9261/1				02
JOACIR ERNZEN	6092/1	70,00	26,00	08	04
JOSE ATAIDE DE CANDIDO	5037/1			04	02
JOSE PAULO MACHADO	4227/1	22,00	8,00		
JUCILENI DA MOTTA ALCANTARA	5002/1	4,00			
MARCELO ANTONIO DA VEIGA	6165/1			01	01
MARCOS FABIO BECKER	10030/1			01	03

MARIO NELSON DUARTE	5061/1			02	02
NADIA NOVOCHADLEY	3883/1			08	11
ORLANDO JOSE ALCANTARA	6157/1				01
ORIOVALDO HOLDEFER	6408			01	01
PATRÍCIA B. FERNANDES	6190/1	42,00	16,00		
PAULO ROBERTO HORDINA	973/1			02	01
PEDRO PANOZZO	3360/1			04	
RAFAEL DE CEZARE	9776/1				01
RAFAEL PIONTKOSKI	6319/1				
REGINA MENDONÇA DA SILVA	10278/1				03
SCHEILA TARTARI	6793/1			10	03
SEBASTIÃO DE JESUS MAIA	10120/1				02
SOLANGE B. DOS SANTOS	10480/1	6,00			
SUZANA DE FATIMA KURPEL	10170/1	6,00			
TAMIRES FERNANDA SCHAEFER	10014/1	15,00			
TATIANA BOFF	9229/1		10,00		
TERESINHA APARECIDA MONTEIRO	5134/1		8,00		
TIAGO JUNIOR KLEIN	10405/1				03
VALDECIR LOPES DE ABREU	6076/1	79,00	32,00	05	01
VALMOR DE ALMEIDA	2593/1			04	
VANICE HOLDEFER SCHEFER	6203/1	36,00			
VICENTE BARRETE	930/1	123,00			

Artigo 2º - Autorizar o desconto na folha competência de agosto/2026, referente dias faltosos dos servidores abaixo descritos

NOME	**MATRÍCULA**	**QUANTIDADE DE FALTAS**
CLEIVA DE OLIVEIRA	5070/1	12:00 horas
DARCI DA SILVA	3751/1	12:00 horas

Artigo 3º Por necessidade da Administração, autorizar o pagamento de 10 dias de abono pecuniário de férias a servidora de matrícula 3832/1 (período aquisitivo 2025/2026).
Artigo 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sulina, Estado do Paraná, em 26 de agosto de 2026.

GILBERTO JOÃO ROSSI
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Em 26/08/2026.

PUBLICADO EM 27/08/2026, EDIÇÃO _____, PÁGINA ------_____ DIÁRIO ELETRÔNICO DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ

PUBLICADO EM 27/08/2026, EDIÇÃO ----------_____, PÁGINA _____ DO JORNAL DE BELTRÃO

Publicado por:
Elenice Minuzzi
Código Identificador:5D632F86

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA

SECRETARIA DE FAZENDA
DECRETO DE SUPLEMENTAÇÃO N.º 4.427/2026

MUNICIPIO DE TERRA BOA
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 4427/2026 de 26/08/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de TerraBoa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1839/2025 de 05/11/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 162.196,61 (cento e sessenta e dois mil cento e noventa e seis reais e sessenta e um centavos)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
03.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Administração Geral	
03.001.00.000.0000.0.000.		Chefia de Gabinete	
03.001.04.122.0002.2.010.		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	
105 - 3.1.91.13.00.00	1000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	2.223,60
04.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Fazenda e Planejamento	
04.002.00.000.0000.0.000.		Departamento de Tributação e Fiscalização	
04.002.04.125.0014.2.021.		MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	
259 - 3.1.90.13.00.00	1000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	823,47
04.003.00.000.0000.0.000.		Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade	
04.003.04.123.0014.2.022.		MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE	
275 - 3.1.90.13.00.00	1000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	325,50
07.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria do Meio Ambiente	
07.001.00.000.0000.0.000.		Gabinete do Secretário	
07.001.18.122.0011.2.031.		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	

381 - 3.1.90.13.00.00	1000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1.288,25
08.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Serviços Públicos e Rodoviários	
08.001.00.000.0000.0.000.		Gabinete do Secretário	
08.001.04.122.0002.2.033.		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	
426 - 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	14.007,35
428 - 3.1.90.13.00.00	1000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1.070,93
443 - 3.3.91.97.00.00	1000	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	302,56
08.002.00.000.0000.0.000.		Departamento de Serviços Públicos	
08.002.15.452.0012.2.035.		MANUTENÇÃO DOS CEMITÉRIOS MUNICIPAIS	
461 - 3.1.90.16.00.00	1000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	594,58
08.002.15.452.0012.2.101.		MANUTENÇÃO DO PÁTIO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS MUNICIPAL	
521 - 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	14.963,99
523 - 3.1.90.16.00.00	1000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	359,94
526 - 3.1.91.13.00.00	1000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1.928,95
09.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Educação e Cultura	
09.001.00.000.0000.0.000.		Manutenção do Fundo Municipal de Educação	
09.001.12.122.0002.2.049.		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	
589 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	7.000,00
09.001.12.361.0006.2.052.		MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS	
1712 - 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	5.889,65
1710 - 3.1.91.13.00.00	1000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	936,11
634 - 3.3.90.08.00.00	103	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	3,02
640 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
09.001.12.361.0006.2.054.		ENCARGOS COM TRANSPORTE DE ESTUDANTES	
1728 - 3.1.90.13.00.00	103	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	355,17
09.001.12.365.0006.2.056.		MANUTENÇÃO DO CMEI TIA MARIA CARMEM FERNANDEZ RODRIGUES	
702 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00
09.001.12.365.0006.2.059.		MANUTENÇÃO DO CMEI PEQUENO POLEGAR	
747 - 3.1.90.11.00.00	104	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	9.531,13
09.001.12.365.0006.2.099.		MANUTENÇÃO DO CMEI MARIA DAS DORES DE ALCÂNTARA	
795 - 3.3.90.30.00.00	104	MATERIAL DE CONSUMO	37.408,00
804 - 3.3.90.39.00.00	104	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	9.146,00
10.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Saúde	
10.001.00.000.0000.0.000.		Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	
10.001.10.301.0007.2.066.		ENCARGOS COM ACS	
903 - 3.1.90.11.00.00	494	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	26.513,96
10.001.10.301.0007.2.068.		ENCARGOS COM ACE	
918 - 3.1.90.11.00.00	494	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	762,78
10.001.10.302.0007.2.064.		MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL	
966 - 3.1.90.13.00.00	303	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	313,38
10.001.10.302.0007.2.065.		MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ESPECIALIDADES KELY CRISTIANA ROCHA	
988 - 3.1.90.13.00.00	303	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	2.018,35
10.001.10.302.0007.2.085.		MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL- CAPS	
1001 - 3.1.90.13.00.00	494	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	478,45
10.001.10.305.0007.2.119.		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	
1075 - 3.1.90.16.00.00	303	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	535,66
1077 - 3.1.91.13.00.00	303	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1.311,60
11.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Assistência Social	
11.001.00.000.0000.0.000.		Departamento de Assistência Social	
11.001.08.243.0003.2.076.		MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	
1124 - 3.1.91.13.00.00	1000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	62,82
11.002.00.000.0000.0.000.		Fundo Municipal de Assistência Social	
11.002.08.241.0003.2.075.		MANUTENÇÃO DO ESPAÇO SAÚDE DO IDOSO	
1150 - 3.1.90.16.00.00	1000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	68,99
11.002.08.245.0003.2.081.		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS	
1215 - 3.1.90.13.00.00	1000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	2.062,71
1539 - 3.1.90.13.00.00	814	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	5.000,00
1216 - 3.1.90.16.00.00	1000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	2.909,71
		Total Suplementação:	**162.196,61**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
03.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Administração Geral	
03.001.00.000.0000.0.000.		Chefia de Gabinete	
03.001.09.272.0002.2.124.		ENCARGOS COM INATIVOS	
151 - 3.3.91.97.00.00	1000	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	49.819,11
09.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Educação e Cultura	
09.001.00.000.0000.0.000.		Manutenção do Fundo Municipal de Educação	
09.001.12.361.0006.1.004.		CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESCOLAS	
605 - 4.4.90.51.00.00	1000	OBRAS E INSTALAÇÕES	19.000,00
09.001.12.361.0006.2.055.		MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS ESCOLARES	
668 - 3.3.90.30.00.00	103	MATERIAL DE CONSUMO	358,19
09.001.12.365.0006.2.058.		MANUTENÇÃO DO CMEI CRIANÇA FELIZ	
733 - 3.3.90.30.00.00	104	MATERIAL DE CONSUMO	46.554,00
743 - 3.3.90.39.00.00	104	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.531,13
09.001.12.365.0006.2.059.		MANUTENÇÃO DO CMEI PEQUENO POLEGAR	
773 - 3.3.90.39.00.00	104	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Saúde	
10.001.00.000.0000.0.000.		Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	
10.001.10.122.0007.2.063.		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	
865 - 3.1.91.13.00.00	303	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	4.178,99
10.001.10.301.0007.2.114.		MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA	
947 - 3.3.90.40.00.00	494	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	27.755,19
11.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Assistência Social	
11.002.00.000.0000.0.000.		Fundo Municipal de Assistência Social	
11.002.08.245.0003.2.081.		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS	

1213 - 3.1.90.11.00.00	814	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	5.000,00
		Total Redução:	**162.196,61**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Terra Boa , Estado do Paraná, em 26 de agosto de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

LUIZ HENRIQUE TAVERAZ DE OLIVEIRA
Contador

Publicado por:
Valdir Batista Gonçalves Junior
Código Identificador:370E2DC2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
DECRETO Nº 378/2026

SÚMULA: HOMOLOGA LICITAÇÃO MODALIDADE Pregão - Eletrônico N° 68/2026 ADJUDICA O OBJETO DA MESMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, Prefeito do Município de Terra Rica, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais...

D E C R E T A:

Art. 1º. – Fica homologado o processo licitatório modalidade Pregão - Eletrônico N° 68/2026 de 21/07/2026(vinte e um dias de julho de 2026) que tem por objeto a **Registro de preço para peças e serviços para reparo de bombas injetoras da frota municipal conforme Tabela TrazValor.**

Art. 2º.– Fica adjudicado o objeto da licitação em epígrafe a seguintes Empresas:

CIRO NISHIYAMA & CIA LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	% de desconto	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS		49,92%	GB	1,00	11.250,00	11.250,00
1	2	SERVIÇO DE MECÂNICA EM GERAL		28,08%	GB	1,00	3.750,00	3.750,00
2	1	FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS		49,92%	GB	1,00	11.250,00	11.250,00
2	2	SERVIÇO DE MECÂNICA EM GERAL		28,08%	GB	1,00	3.750,00	3.750,00
3	1	FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS		49,92%	GB	1,00	11.250,00	11.250,00
3	2	SERVIÇO DE MECÂNICA EM GERAL		28,08%	GB	1,00	3.750,00	3.750,00
4	1	FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS		49,92%	GB	1,00	11.250,00	11.250,00
4	2	SERVIÇO DE MECÂNICA EM GERAL		28,08%	GB	1,00	3.750,00	3.750,00
5	1	FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS		49,92%	GB	1,00	11.250,00	11.250,00
5	2	SERVIÇO DE MECÂNICA EM GERAL		28,08%	GB	1,00	3.750,00	3.750,00
6	1	FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS		49,92%	GB	1,00	11.250,00	11.250,00
6	2	SERVIÇO DE MECÂNICA EM GERAL		28,08%	GB	1,00	3.750,00	3.750,00
7	1	FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS		49,92%	GB	1,00	11.250,00	11.250,00
7	2	SERVIÇO DE MECÂNICA EM GERAL		28,08%	GB	1,00	3.750,00	3.750,00
9	1	FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS		49,92%	GB	1,00	11.250,00	11.250,00
9	2	SERVIÇO DE MECÂNICA EM GERAL		28,08%	GB	1,00	3.750,00	3.750,00
10	1	FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS		49,92%	GB	1,00	11.250,00	11.250,00
10	2	SERVIÇO DE MECÂNICA EM GERAL		28,08%	GB	1,00	3.750,00	3.750,00
11	1	FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS		49,92%	GB	1,00	11.250,00	11.250,00
11	2	SERVIÇO DE MECÂNICA EM GERAL		28,08%	GB	1,00	3.750,00	3.750,00
12	1	FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS		49,92%	GB	1,00	11.250,00	11.250,00
12	2	SERVIÇO DE MECÂNICA EM GERAL		28,08%	GB	1,00	3.750,00	3.750,00
13	1	FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS		49,92%	GB	1,00	11.250,00	11.250,00
13	2	SERVIÇO DE MECÂNICA EM GERAL		28,08%	GB	1,00	3.750,00	3.750,00
14	1	FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS		49,92%	GB	1,00	11.250,00	11.250,00
14	2	SERVIÇO DE MECÂNICA EM GERAL		28,08%	GB	1,00	3.750,00	3.750,00

15	1	FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS		49,92%	GB	1,00	11.250,00	11.250,00
15	2	SERVIÇO DE MECÂNICA EM GERAL		28,08%	GB	1,00	3.750,00	3.750,00
16	1	FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS		49,92%	GB	1,00	11.250,00	11.250,00
16	2	SERVIÇO DE MECÂNICA EM GERAL		28,08%	GB	1,00	3.750,00	3.750,00
18	1	FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS		49,92%	GB	1,00	11.250,00	11.250,00
18	2	SERVIÇO DE MECÂNICA EM GERAL		28,08%	GB	1,00	3.750,00	3.750,00
20	1	FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS		49,92%	GB	1,00	11.250,00	11.250,00
20	2	SERVIÇO DE MECÂNICA EM GERAL		28,08%	GB	1,00	3.750,00	3.750,00
21	1	FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS		49,92%	GB	1,00	11.250,00	11.250,00
21	2	SERVIÇO DE MECÂNICA EM GERAL		28,08%	GB	1,00	3.750,00	3.750,00
25	1	FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS		49,92%	GB	1,00	11.250,00	11.250,00
25	2	SERVIÇO DE MECÂNICA EM GERAL		28,08%	GB	1,00	3.750,00	3.750,00
26	1	FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS		49,92%	GB	1,00	11.250,00	11.250,00
26	2	SERVIÇO DE MECÂNICA EM GERAL		28,08%	GB	1,00	3.750,00	3.750,00
27	1	FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS		49,92%	GB	1,00	11.250,00	11.250,00
27	2	SERVIÇO DE MECÂNICA EM GERAL		28,08%	GB	1,00	3.750,00	3.750,00
28	1	FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS		49,92%	GB	1,00	11.250,00	11.250,00
28	2	SERVIÇO DE MECÂNICA EM GERAL		28,08%	GB	1,00	3.750,00	3.750,00
30	1	FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS		49,92%	GB	1,00	11.250,00	11.250,00
30	2	SERVIÇO DE MECÂNICA EM GERAL		28,08%	GB	1,00	3.750,00	3.750,00
31	1	FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS		49,92%	GB	1,00	11.250,00	11.250,00
31	2	SERVIÇO DE MECÂNICA EM GERAL		28,08%	GB	1,00	3.750,00	3.750,00
34	1	FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS		49,92%	GB	1,00	11.250,00	11.250,00
34	2	SERVIÇO DE MECÂNICA EM GERAL		28,08%	GB	1,00	3.750,00	3.750,00
35	1	FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS		49,92%	GB	1,00	11.250,00	11.250,00
35	2	SERVIÇO DE MECÂNICA EM GERAL		28,08%	GB	1,00	3.750,00	3.750,00
36	1	FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS		49,92%	GB	1,00	11.250,00	11.250,00
36	2	SERVIÇO DE MECÂNICA EM GERAL		28,08%	GB	1,00	3.750,00	3.750,00
37	1	FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS		49,92%	GB	1,00	11.250,00	11.250,00
37	2	SERVIÇO DE MECÂNICA EM GERAL		28,08%	GB	1,00	3.750,00	3.750,00
38	1	FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS		49,92%	GB	1,00	11.250,00	11.250,00
38	2	SERVIÇO DE MECÂNICA EM GERAL		28,08%	GB	1,00	3.750,00	3.750,00
42	1	FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS		49,92%	GB	1,00	11.250,00	11.250,00
42	2	SERVIÇO DE MECÂNICA EM GERAL		28,08%	GB	1,00	3.750,00	3.750,00
43	1	FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS		49,92%	GB	1,00	11.250,00	11.250,00
43	2	SERVIÇO DE MECÂNICA EM GERAL		28,08%	GB	1,00	3.750,00	3.750,00
44	1	FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS		49,92%	GB	1,00	11.250,00	11.250,00
44	2	SERVIÇO DE MECÂNICA EM GERAL		28,08%	GB	1,00	3.750,00	3.750,00
46	1	FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS		49,92%	GB	1,00	11.250,00	11.250,00
46	2	SERVIÇO DE MECÂNICA EM GERAL		28,08%	GB	1,00	3.750,00	3.750,00
48	1	FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS		49,92%	GB	1,00	11.250,00	11.250,00
48	2	SERVIÇO DE MECÂNICA EM GERAL		28,08%	GB	1,00	3.750,00	3.750,00
51	1	FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS		49,92%	GB	1,00	11.250,00	11.250,00
51	2	SERVIÇO DE MECÂNICA EM GERAL		28,08%	GB	1,00	3.750,00	3.750,00
52	1	FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS		49,92%	GB	1,00	11.250,00	11.250,00
52	2	SERVIÇO DE MECÂNICA EM GERAL		28,08%	GB	1,00	3.750,00	3.750,00
53	1	FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS		49,92%	GB	1,00	11.250,00	11.250,00
53	2	SERVIÇO DE MECÂNICA EM GERAL		28,08%	GB	1,00	3.750,00	3.750,00
54	1	FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS		49,92%	GB	1,00	11.250,00	11.250,00
54	2	SERVIÇO DE MECÂNICA EM		28,08%	GB	1,00	3.750,00	3.750,00

		GERAL						
60	1	FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS		49,92%	GB	1,00	11.250,00	11.250,00
60	2	SERVIÇO DE MECÂNICA EM GERAL		28,08%	GB	1,00	3.750,00	3.750,00
62	1	FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS		49,92%	GB	1,00	11.250,00	11.250,00
62	2	SERVIÇO DE MECÂNICA EM GERAL		28,08%	GB	1,00	3.750,00	3.750,00
63	1	FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS		49,92%	GB	1,00	11.250,00	11.250,00
63	2	SERVIÇO DE MECÂNICA EM GERAL		28,08%	GB	1,00	3.750,00	3.750,00
64	1	FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS		49,92%	GB	1,00	11.250,00	11.250,00
64	2	SERVIÇO DE MECÂNICA EM GERAL		28,08%	GB	1,00	3.750,00	3.750,00
66	1	FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS		49,92%	GB	1,00	11.250,00	11.250,00
66	2	SERVIÇO DE MECÂNICA EM GERAL		28,08%	GB	1,00	3.750,00	3.750,00
67	1	FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS		49,92%	GB	1,00	11.250,00	11.250,00
67	2	SERVIÇO DE MECÂNICA EM GERAL		28,08%	GB	1,00	3.750,00	3.750,00
69	1	FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS		49,92%	GB	1,00	11.250,00	11.250,00
69	2	SERVIÇO DE MECÂNICA EM GERAL		28,08%	GB	1,00	3.750,00	3.750,00
TOTAL								675.000,00

GT BRASIL PEÇAS E SERVIÇOS LTDA

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	% de desconto	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
8	1	FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS		49,92%	GB	1,00	11.250,00	11.250,00
8	2	SERVIÇO DE MECÂNICA EM GERAL		28,08%	GB	1,00	3.750,00	3.750,00
17	1	FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS		49,92%	GB	1,00	11.250,00	11.250,00
17	2	SERVIÇO DE MECÂNICA EM GERAL		28,08%	GB	1,00	3.750,00	3.750,00
19	1	FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS		49,92%	GB	1,00	11.250,00	11.250,00
19	2	SERVIÇO DE MECÂNICA EM GERAL		28,08%	GB	1,00	3.750,00	3.750,00
22	1	FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS		49,92%	GB	1,00	11.250,00	11.250,00
22	2	SERVIÇO DE MECÂNICA EM GERAL		28,08%	GB	1,00	3.750,00	3.750,00
23	1	FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS		49,92%	GB	1,00	11.250,00	11.250,00
23	2	SERVIÇO DE MECÂNICA EM GERAL		28,08%	GB	1,00	3.750,00	3.750,00
24	1	FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS		49,92%	GB	1,00	11.250,00	11.250,00
24	2	SERVIÇO DE MECÂNICA EM GERAL		28,08%	GB	1,00	3.750,00	3.750,00
29	1	FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS		49,92%	GB	1,00	11.250,00	11.250,00
29	2	SERVIÇO DE MECÂNICA EM GERAL		28,08%	GB	1,00	3.750,00	3.750,00
32	1	FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS		49,92%	GB	1,00	11.250,00	11.250,00
32	2	SERVIÇO DE MECÂNICA EM GERAL		28,08%	GB	1,00	3.750,00	3.750,00
33	1	FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS		49,92%	GB	1,00	11.250,00	11.250,00
33	2	SERVIÇO DE MECÂNICA EM GERAL		28,08%	GB	1,00	3.750,00	3.750,00
39	1	FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS		49,92%	GB	1,00	11.250,00	11.250,00
39	2	SERVIÇO DE MECÂNICA EM GERAL		28,08%	GB	1,00	3.750,00	3.750,00
40	1	FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS		49,92%	GB	1,00	11.250,00	11.250,00
40	2	SERVIÇO DE MECÂNICA EM GERAL		28,08%	GB	1,00	3.750,00	3.750,00
41	1	FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS		49,92%	GB	1,00	11.250,00	11.250,00
41	2	SERVIÇO DE MECÂNICA EM GERAL		28,08%	GB	1,00	3.750,00	3.750,00
45	1	FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS		49,92%	GB	1,00	11.250,00	11.250,00
45	2	SERVIÇO DE MECÂNICA EM GERAL		28,08%	GB	1,00	3.750,00	3.750,00
47	1	FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS		49,92%	GB	1,00	11.250,00	11.250,00
47	2	SERVIÇO DE MECÂNICA EM GERAL		28,08%	GB	1,00	3.750,00	3.750,00
49	1	FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS		49,92%	GB	1,00	11.250,00	11.250,00
49	2	SERVIÇO DE MECÂNICA EM GERAL		28,08%	GB	1,00	3.750,00	3.750,00
50	1	FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS		49,92%	GB	1,00	11.250,00	11.250,00
50	2	SERVIÇO DE MECÂNICA EM GERAL		28,08%	GB	1,00	3.750,00	3.750,00
55	1	FORNECIMENTO DE PEÇAS		49,92%	GB	1,00	11.250,00	11.250,00

		NOVAS						
55	2	SERVIÇO DE MECÂNICA EM GERAL		28,08%	GB	1,00	3.750,00	3.750,00
56	1	FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS		49,92%	GB	1,00	11.250,00	11.250,00
56	2	SERVIÇO DE MECÂNICA EM GERAL		28,08%	GB	1,00	3.750,00	3.750,00
57	1	FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS		49,92%	GB	1,00	11.250,00	11.250,00
57	2	SERVIÇO DE MECÂNICA EM GERAL		28,08%	GB	1,00	3.750,00	3.750,00
58	1	FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS		49,92%	GB	1,00	11.250,00	11.250,00
58	2	SERVIÇO DE MECÂNICA EM GERAL		28,08%	GB	1,00	3.750,00	3.750,00
59	1	FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS		49,92%	GB	1,00	11.250,00	11.250,00
59	2	SERVIÇO DE MECÂNICA EM GERAL		28,08%	GB	1,00	3.750,00	3.750,00
61	1	FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS		49,92%	GB	1,00	11.250,00	11.250,00
61	2	SERVIÇO DE MECÂNICA EM GERAL		28,08%	GB	1,00	3.750,00	3.750,00
65	1	FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS		49,92%	GB	1,00	11.250,00	11.250,00
65	2	SERVIÇO DE MECÂNICA EM GERAL		28,08%	GB	1,00	3.750,00	3.750,00
68	1	FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS		49,92%	GB	1,00	11.250,00	11.250,00
68	2	SERVIÇO DE MECÂNICA EM GERAL		28,08%	GB	1,00	3.750,00	3.750,00
TOTAL								360.000,00

Art. 3º.– Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, aos vinte e seis dias de agosto de 2026. (26/08/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julio Cesar Germano Junior
Código Identificador:F6C34A29

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
DECRETO Nº 380/2026

SÚMULA: HOMOLOGA LICITAÇÃO MODALIDADE Pregão - Eletrônico N° 61/2026 ADJUDICA O OBJETO DA MESMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, Prefeito do Município de Terra Rica, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais...

D E C R E T A:

Art. 1º. – Fica homologado o processo licitatório modalidade Pregão - Eletrônico N° 61/2026 de 07/07/2026(sete dias de julho de 2026) que tem por objeto a **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de tecidos, materiais têxteis e correlatos para atendimento das demandas.**

Art. 2º.– Fica adjudicado o objeto da licitação em epígrafe a seguintes Empresas:

BEATRIZ SULZBACH CORNELIUS EIRELI								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
4	1	Tecido Percal para Lençóis Características e Especificações Técnicas Mínimas: Tecido tipo percal, destinado à confecção de lençóis e demais peças de cama, adequado para corte, costura e acabamento. Composição: 100% algodão. Quantidade mínima de fios: 200 fios. Apresentação: rolo/peça com 50 metros. Unidade de fornecimento: rolo/peça. Aplicação: confecção de lençóis e peças de cama. Cores/estampas: A definição das cores e/ou estampas ocorrerá conforme a necessidade da Administração, por ocasião da emissão da Ordem de Fornecimento, mediante seleção em catálogo físico ou digital disponibilizado pela contratada. A contratada deverá disponibilizar	GPETERSEN	GPETERSEN	ROLO	10,00	800,00	8.000,00

		catálogo contendo, no mínimo, 10 (dez) opções distintas de cores e/ou estampas, devidamente identificadas por nome, código ou referência do fabricante, permitindo a identificação inequívoca da opção selecionada. A Administração poderá solicitar cores e/ou estampas distintas em uma mesma Ordem de Fornecimento, com distribuição do quantitativo entre as opções selecionadas, conforme sua necessidade, sem exigência de quantitativo mínimo por cor ou estampa, observado o quantitativo total solicitado. A escolha das cores e/ou estampas constantes do catálogo não poderá implicar alteração do valor unitário registrado/contratado, cobrança adicional ou qualquer acréscimo de preço. A indicação das cores e/ou estampas será realizada pela Administração concomitantemente à emissão da Ordem de Fornecimento, devendo a contratada entregar os produtos nas especificações e quantitativos indicados.						
5	1	Edredom Infantil com Fronha Conjunto composto por edredom infantil dupla face acompanhado de fronha na mesma estampa. Características mínimas: Edredom Modelo dupla face; Tecido superior: 100% algodão; Tecido inferior: 100% poliéster; Enchimento: 100% poliéster; Extra macio; Mínimo de 180 fios; Antialérgico; Uma das faces em acabamento matelassê; Estampa a ser definida pela Administração; Dimensões mínimas: 90 cm x 150 cm; Densidade mínima do enchimento: 120 g/m². Fronha Mesma estampa do edredom; Dimensões mínimas: 45 cm x 65 cm.	PRÃ“PRIO	PRÃ“PRIO	UNID	300,00	65,00	19.500,00
6	1	Tecido Tipo Renda para Cortina – Altura 2,50 metros Renda decorativa destinada à confecção de cortinas. Especificações mínimas: Tipo: Renda para cortina; Altura mínima: 2,50 metros; Composição: 100% poliéster ou composição equivalente de qualidade superior; Cor: branca; Desenho e acabamento uniformes; Boa resistência ao desfiamento e às lavagens; Indicada para ambientes escolares, administrativos e institucionais; Fornecimento em rolo/peça de 50 metros.	PITANGUI	PITANGUI	ROLO	10,00	1.000,00	10.000,00
8	1	Tecido Chitão Estampado Colorido Características e Especificações Técnicas Mínimas: Tecido tipo chitão estampado, destinado à confecção de peças decorativas, trabalhos artesanais, figurinos, decoração de eventos e demais aplicações compatíveis com o material.	MASCARENHAS	MASCARENHAS	ROLO	10,00	325,00	3.250,00

		Tipo: Chitão estampado colorido. Composição: 100% algodão. Largura mínima: 1,40 metro. Apresentação: Rolo com 30 metros. Unidade de fornecimento: Rolo. Cores e estampas: A definição das cores e estampas ocorrerá conforme a necessidade da Administração, por ocasião da emissão da Ordem de Fornecimento, mediante seleção em catálogo físico ou digital disponibilizado pela contratada. A contratada deverá disponibilizar catálogo contendo, no mínimo, 10 (dez) opções distintas de estampas, com variedade de cores e padrões, devidamente identificadas por código, nome ou referência do fabricante. A Administração poderá solicitar estampas distintas em uma mesma Ordem de Fornecimento, com distribuição dos quantitativos entre as opções selecionadas, conforme sua necessidade, sem alteração do valor unitário registrado/contratado. A escolha das cores e estampas constantes do catálogo não poderá implicar acréscimo, diferenciação ou alteração do preço contratado. O tecido deverá apresentar estamparia uniforme, cores firmes e acabamento homogêneo, sem falhas visíveis de impressão, manchas ou descontinuidade da estampa. A indicação das estampas será realizada concomitantemente à emissão da Ordem de Fornecimento, devendo a contratada fornecer os produtos conforme as opções e os quantitativos especificados pela Administração.						
9	1	Tecido Morim para Confecção de Faixas Tecido tipo morim, indicado para confecção de faixas, banners artesanais, decoração e trabalhos escolares. Especificações mínimas: Tipo: Morim; Cor: branca ou natural (cru), conforme solicitação da Administração; Largura mínima: 0,80 metro; Composição: 100% algodão ou equivalente; Trama uniforme; Fornecimento em rolo com 50 metros. Unidade de fornecimento: Rolo.	SÃƒO GERALDO	GERALDO	ROLO	10,00	305,00	3.050,00
10	1	Toalha de Mesa Impermeável Características e Especificações Técnicas Mínimas: Material impermeável destinado à confecção e/ou revestimento de mesas utilizadas em cozinhas, refeitórios e demais ambientes de alimentação das unidades escolares e Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs. Características mínimas: Material impermeável; Superfície lisa ou texturizada, lavável e de fácil higienização; Resistente à umidade, gordura e aos produtos de limpeza de uso doméstico; Material flexível, permitindo corte e adaptação às dimensões das mesas; Acabamento uniforme, sem rasgos, perfurações, manchas, falhas de impressão ou outros defeitos que comprometam sua utilização; Apresentação: rolo com 50 metros;	UZZO	UZZO	ROLO	10,00	625,00	6.250,00

		Unidade de fornecimento: rolo. Cores e estampas: A definição das cores e/ou estampas ocorrerá conforme a necessidade da Administração, por ocasião da emissão da Ordem de Fornecimento, mediante seleção em catálogo físico ou digital disponibilizado pela contratada. A contratada deverá disponibilizar catálogo contendo, no mínimo, 10 (dez) opções distintas de cores e/ou estampas, devidamente identificadas por código, nome ou referência, permitindo a identificação inequívoca da opção selecionada. A Administração poderá solicitar cores e/ou estampas distintas em uma mesma Ordem de Fornecimento, distribuindo o quantitativo entre as opções selecionadas conforme sua necessidade, desde que respeitada a unidade de fornecimento do produto. A escolha das cores e/ou estampas constantes do catálogo não poderá implicar alteração do valor unitário registrado/contratado, cobrança adicional ou qualquer acréscimo de preço. A indicação das cores e/ou estampas será realizada concomitantemente à emissão da Ordem de Fornecimento, devendo a contratada entregar os produtos nas opções e quantidades especificadas pela Administração.						
TOTAL								50.050,00
TKY MATERIAIS ELETRICOS & FERRAGENS LTDA ME								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	Linha para Costura Reta Características e Especificações Mínimas Exigidas: Linha para costura reta, acondicionada em cone com 1.500 metros, confeccionada em 100% poliéster fiado, indicada para utilização em máquinas de costura industriais e domésticas. Cor: a ser definida pela Administração no momento de cada requisição de fornecimento, mediante escolha em catálogo de cores disponibilizado pela contratada. A contratada deverá disponibilizar catálogo contendo no mínimo 10 (dez) opções de cores, incluindo cores básicas e variadas, para escolha da Administração. A definição das cores será realizada pela Administração no ato da emissão da requisição/ordem de fornecimento, não podendo a escolha resultar em qualquer alteração, acréscimo ou diferenciação do preço contratado. A Administração poderá solicitar, em uma mesma requisição, quantidades distribuídas entre diferentes cores, de acordo com suas necessidades, respeitado o quantitativo total solicitado. A contratada deverá fornecer os produtos nas cores indicadas na respectiva requisição, observadas integralmente as demais especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência.	KRON	LINHA PARA COSTURA RETA CARACTERÃ-STICAS	ROLO	50,00	7,86	393,00
2	1	Elástico Cru Características e Especificações Mínimas Exigidas: Elástico cru com largura de 10 mm, fornecido em rolo com 100 metros. Composição mínima: 63% poliéster; 37% elastodieno. Indicado para aplicação em lençóis, fronhas e demais artigos têxteis	ZANOTTI	ELÃ¡STICO CRU CARACTERÃ-STICAS E ESPECIF	ROLO	50,00	18,16	908,00
3	1	Tecido Felpudo para Toalha de Banho Características e	JLM TECIDOS	TECIDO FELPUDO PARA TOALHA DE	ROLO	10,00	841,49	8.414,90

		Especificações Técnicas Mínimas: Tecido felpudo destinado à confecção de toalhas de banho, adequado para corte, costura e acabamento. Composição: 100% algodão. Apresentação: rolo/peça com 50 metros. Unidade de fornecimento: rolo/peça. Aplicação: confecção de toalhas de banho. Cores: A definição das cores ocorrerá conforme a necessidade da Administração, por ocasião da emissão da Ordem de Fornecimento, mediante seleção em catálogo físico ou digital disponibilizado pela contratada. A contratada deverá disponibilizar catálogo contendo, no mínimo, 10 (dez) opções distintas de cores, devidamente identificadas por nome, código ou referência do fabricante, possibilitando a identificação inequívoca da tonalidade selecionada. A Administração poderá solicitar cores distintas em uma mesma Ordem de Fornecimento, com distribuição dos quantitativos entre as cores selecionadas, conforme sua necessidade, sem alteração do valor unitário registrado/contratado. A escolha das cores constantes do catálogo não poderá implicar acréscimo, diferenciação ou alteração do preço contratado. A indicação das cores será realizada pela Administração concomitantemente à emissão da Ordem de Fornecimento, devendo a contratada fornecer os produtos nas cores e quantidades especificadas.		BANHO CARA				
7	1	Tecido Oxford Liso Características e Especificações Técnicas Mínimas: Tecido tipo Oxford liso, destinado à confecção de peças diversas, trabalhos de costura, decoração e demais aplicações compatíveis com o material. Tipo: Oxford liso. Composição: 100% poliéster. Largura mínima: 3,00 metros. Gramatura mínima: 140 g/m². Apresentação: rolo com 50 metros. Unidade de fornecimento: rolo. Cores: A definição das cores ocorrerá conforme a necessidade da Administração, por ocasião da emissão da Ordem de Fornecimento, mediante seleção em catálogo físico ou digital disponibilizado pela contratada. A contratada deverá disponibilizar catálogo contendo, no mínimo, 10 (dez) opções distintas de cores, devidamente identificadas por nome, código ou referência do fabricante. A Administração poderá solicitar cores distintas em uma mesma Ordem de Fornecimento, com distribuição dos quantitativos entre as cores selecionadas, conforme sua necessidade, sem alteração do valor unitário registrado/contratado. A escolha das cores constantes do catálogo não poderá implicar acréscimo, diferenciação ou alteração do preço contratado. A indicação das cores será realizada concomitantemente à emissão da Ordem de Fornecimento, devendo a contratada fornecer os produtos nas cores e quantidades especificadas. Os produtos fornecidos deverão apresentar uniformidade de composição, largura, gramatura e padrão de qualidade,	JLM TECIDOS	TECIDO OXFORD LISO CARACTERÃ-STICAS E ES	ROLO	10,00	428,32	4.283,20

		independentemente da cor selecionada.						
TOTAL								13.999,10

Art. 3º.– Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, aos vinte e seis dias de agosto de 2026. (26/08/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julio Cesar Germano Junior
Código Identificador:980E49D4

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
DECRETO Nº 381/2026

Decreto nº 381/2026

SÚMULA: HOMOLOGA LICITAÇÃO MODALIDADE Pregão - Eletrônico N° 62/2026 ADJUDICA O OBJETO DA MESMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, Prefeito do Município de Terra Rica, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais...

D E C R E T A:

Art. 1º. – Fica homologado o processo licitatório modalidade Pregão - Eletrônico N° 62/2026 de 09/07/2026(nove dias de julho de 2026) que tem por objeto a **Registro de preço para compra de pneus.**

Art. 2º.– Fica adjudicado o objeto da licitação em epígrafe a seguintes Empresas:

A.M. MENDES - ACESSORIOS - EPP								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
12	1	PNEU 185/65 R14 86H Pneu novo. Fabricação máxima 6 meses e garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	BLACK ARROW	SP01	UNID	100,00	220,00	22.000,00
19	1	PNEU 205/60 R16 Pneu novo. Fabricação máxima 6 meses e garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	GOLDEN CROWN	RP68	UNID	16,00	245,99	3.935,84
20	1	PNEU 205/75 R16 Classificação mínima 8 lonas. Pneu novo. Fabricação máxima 6 meses e garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	WESTLAKE	H188	UND	8,00	325,00	2.600,00
24	1	PNEU 215/75 R17.5 LISO Com banda de rodagem para eixo direcional (lisa). Pneu novo. Fabricação máxima 6 meses e garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	GOLDEN CROWN	AZ170A	UNID	92,00	515,00	47.380,00
25	1	PNEU 225/65 R16 Pneu novo. Fabricação máxima 6 meses e garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	APTANY	RL106	UNID	84,00	330,00	27.720,00
28	1	PNEU 235/75 R17.5 14 LONAS BORRACHUDO Com banda de rodagem para eixo de tração (borrachudo). Pneu novo. Fabricação máxima 6 meses e garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	XBRI	ROBUSTO P1	UNID	12,00	619,00	7.428,00
30	1	PNEU 265/70 R17 Pneu novo. Fabricação máxima 6 meses e garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	WESTLAKE	SL399	UNID	8,00	650,00	5.200,00
34	1	PNEU 285/70 R19.5 146/144K 16 LONAS LISO Com banda de rodagem para eixo direcional (lisa). Pneu novo. Fabricação máxima 6 meses e garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	WESTLAKE	CR960A	UNID	6,00	1.340,00	8.040,00

37	1	PNEU 7.50-16 12 LONAS LISO Construção convencional (diagonal) com banda de rodagem para eixo direcional (lisa). Pneu novo. Fabricação máxima 6 meses e garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	WESTLAKE	CR832	UNID	8,00	539,00	4.312,00
TOTAL								128.615,84
ARCANJO COMERCIO DE PNEUS LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
11	1	PNEU 18.4-34 16 LONAS R1 Profundidade mínima de 39,5 mm. Pneu novo. Fabricação máxima 6 meses e garantia de 5 anos.	GOODYEAR	NÃ£O INFORMADO	UND	8,00	7.181,52	57.452,16
TOTAL								57.452,16
CPX DISTRIBUIDORA S/A								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
45	1	PNEU 20.5-25 L3 20 LONAS Pneu novo. Fabricação máxima 6 meses e garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	SPEEDMAX	EARTHMAX HGA13	UNID	18,00	3.729,00	67.122,00
TOTAL								67.122,00
RK COMÃ‰RCIO DE PNEUS LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
31	1	PNEU 275/75 R22.5 BORRACHUDO Com banda de rodagem para eixo de tração (borrachudo). Pneu novo. Fabricação máxima 6 meses e garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	HIFLY	HH356	UNID	8,00	1.265,00	10.120,00
32	1	PNEU 275/75 R22.5 LISO Com banda de rodagem para eixo direcional (lisa). Pneu novo. Fabricação máxima 6 meses e garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	HIFLY	HH162+	UNID	4,00	1.295,00	5.180,00
33	1	PNEU 275/80 R22.5 18 LONAS BORRACHUDO Com banda de rodagem para eixo de tração (borrachudo). Pneu novo. Fabricação máxima 6 meses e garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	HIFLY	HH356	UNID	36,00	1.250,00	45.000,00
TOTAL								60.300,00
SILVA & SILVA COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
35	1	PNEU 295/80 R22.5 152/148M 18 LONAS LISO Construção radial com banda de rodagem para eixo direcional (lisa). Pneu novo. Fabricação máxima 6 meses e garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	DURABLE	DR622	UNID	32,00	1.250,00	40.000,00
46	1	PNEU 275/80 R22.5 16 LONAS LISO Com banda de rodagem para eixo direcional (lisa). Pneu novo. Fabricação máxima 6 meses e garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	SUPERCARGO	S202	UNID	21,00	1.152,00	24.192,00
47	1	PNEU 275/80 R22.5 16 LONAS LISO Com banda de rodagem para eixo direcional (lisa). Pneu novo. Fabricação máxima 6 meses e garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	SUPERCARGO	S202	UNID	66,00	1.158,00	76.428,00
48	1	PNEU 295/80 R22.5 18 LONAS BORRACHUDO Com banda de	SUPERCARGO	D275	UNID	16,00	1.350,00	21.600,00

		rodagem para eixo de tração (borrachudo). Pneu novo. Fabricação máxima 6 meses e garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.						
49	1	PNEU 295/80 R22.5 18 LONAS BORRACHUDO Com banda de rodagem para eixo de tração (borrachudo). Pneu novo. Fabricação máxima 6 meses e garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	SUPERCARGO	D275	UNID	49,00	1.350,00	66.150,00
TOTAL								228.370,00
TEREZA PNEUS LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
29	1	PNEU 255/75 R15 Pneu novo. Fabricação máxima 6 meses e garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	GOODYEAR	KELLY EDGE SUV2	UNID	12,00	1.065,00	12.780,00
TOTAL								12.780,00
VICENZO PNEUS E-COMMERCE LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	PNEU 12,5/80-18 16 LONAS Pneu novo. Fabricação máxima 6 meses e garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	SPEEDROAD - O4510	O4510	UNID	26,00	1.375,00	35.750,00
2	1	PNEU 12.4-24 12 LONAS Com banda de rodagem para eixo de tração (borrachudo). Pneu novo. Fabricação máxima 6 meses e garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	SPEEDROAD	O1351	UND	8,00	1.130,00	9.040,00
3	1	PNEU 12-16.5 16 LONAS Pneu novo. Fabricação máxima 6 meses e garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação. MINI CARREGADEIRA	SPEEDROAD	O5410	UNID	28,00	1.260,00	35.280,00
4	1	PNEU 14.00-24 20 LONAS G2 Profundidade de sulco mínima de 24,8mm. Pneu novo. Fabricação máxima 6 meses e garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	SPEEDROAD	O9010	UNID	12,00	2.865,00	34.380,00
5	1	PNEU 14.9-24 12 LONAS Com banda de rodagem para eixo de tração (borrachudo). Pneu novo. Fabricação máxima 6 meses e garantia de 5 anos.	SPEEDROAD	O1351	UNID	6,00	1.380,00	8.280,00
6	1	PNEU 14.9-28 12 LONAS R1 Pneu novo. Fabricação máxima 6 meses e garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	SPEEDROAD	O1351	UNID	8,00	1.676,00	13.408,00
7	1	PNEU 175/65 R14 Pneu novo. Fabricação máxima 6 meses e garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	LANDSPIDER	DURATRAXX VAN	UNID	12,00	190,00	2.280,00
8	1	PNEU 175/70 R13 Pneu novo. Fabricação máxima 6 meses e garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	TORNEL	TURBO	UNID	28,00	199,00	5.572,00
9	1	PNEU 175/70 R14C 88T Pneu novo. Fabricação máxima 6 meses e garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	SUNFULL	SF-05	UNID	16,00	197,00	3.152,00
10	1	PNEU 18.4-30 12 LONAS R1 Profundidade mínima de 39,5 mm.	SPEEDROAD	O1351	UNID	14,00	2.355,00	32.970,00

		Pneu novo. Fabricação máxima 6 meses e garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.						
13	1	PNEU 185/65 R15 Pneu novo. Fabricação máxima 6 meses e garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	SUNFULL	SF-600	UNID	16,00	210,00	3.360,00
14	1	PNEU 185/70 R14 Pneu novo. Fabricação máxima 6 meses e garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	JK	VECTRA	UNID	8,00	240,00	1.920,00
15	1	PNEU 195/60 R15 Pneu novo. Fabricação máxima 6 meses e garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	SUNFULL	SF-600	UNID	80,00	216,00	17.280,00
16	1	PNEU 195/60 R16 Pneu novo. Fabricação máxima 6 meses e garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	SUNFULL	SF-688	UNID	4,00	300,00	1.200,00
17	1	PNEU 195/65 R15 Pneu novo. Fabricação máxima 6 meses e garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	SUNFULL	SF-600	UNID	16,00	219,00	3.504,00
18	1	PNEU 205/60 R15 Pneu novo. Fabricação máxima 6 meses e garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	SUNFULL	SF-600	UNID	20,00	244,00	4.880,00
21	1	PNEU 215/45 R18 93V Pneu novo. Fabricação máxima 6 meses e garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	XBRI	SPORT+ EXTRA LOAD	UNID	12,00	318,00	3.816,00
22	1	PNEU 215/50 R17 Pneu novo. Fabricação máxima 6 meses e garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	SUNFULL	SF-888	UNID	4,00	285,00	1.140,00
23	1	PNEU 215/75 R17.5 BORRACHUDO Com banda de rodagem para eixo de tração (borrachudo). Pneu novo. Fabricação máxima 6 meses e garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	ROYALBLACK	RD801	UNID	24,00	572,00	13.728,00
26	1	PNEU 23.1-30 12 LONAS Pneu novo. Fabricação máxima 6 meses e garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	SPEEDROAD	O1351	UNID	8,00	5.195,00	41.560,00
27	1	PNEU 235/75 R17,5 12 LONAS LISO Com banda de rodagem para eixo direcional (lisa). Pneu novo. Fabricação máxima 6 meses e garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	SUNFULL	HF111	UNID	6,00	612,00	3.672,00
36	1	PNEU 7.50-16 12 LONAS AGRÍCOLA Para uso com câmara de ar, indicado para implementos agrícolas ou eixo dianteiro de tratores, com banda de rodagem de raias longitudinais (tipo F-2 ou equivalente), proporcionando baixa resistência ao rolamento, boa estabilidade direcional e baixa compactação do solo. Pneu novo. Fabricação máxima 6 meses e garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	SPEEDROAD	F9014	UNID	22,00	530,00	11.660,00
38	1	PNEU 9.00-20 14 LONAS BORRACHUDO Com banda de rodagem para eixo de tração (borrachudo). Pneu novo. Fabricação máxima 6 meses e garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	CHENGSHAN	CSP13C	UNID	18,00	977,00	17.586,00

39	1	PNEU 9.00-20 16 LONAS LISO Com banda de rodagem para eixo direcional (lisa). Pneu novo. Fabricação máxima 6 meses e garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	CHENGSHAN	CSP48	UNID	32,00	982,00	31.424,00
40	1	PNEU 17.5-25 20 LONAS L2 Profundidade mínima do desenho 24,5mm. Pneu novo. Fabricação máxima 6 meses e garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	SPEEDROAD	O9010	UNID	6,00	4.085,00	24.510,00
41	1	PNEU 17.5-25 20 LONAS L2 Profundidade mínima do desenho 24,5mm. Pneu novo. Fabricação máxima 6 meses e garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	SPEEDROAD	O9010	UNID	18,00	2.859,00	51.462,00
42	1	PNEU 19.5L-24 16 LONAS R4 Profundidade sulco mínima de 30,5mm. Pneu novo. Fabricação máxima 6 meses e garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	SPEEDROAD	O4510	UNID	5,00	3.150,00	15.750,00
43	1	PNEU 19.5L-24 16 LONAS R4 Profundidade sulco mínima de 30,5mm. Pneu novo. Fabricação máxima 6 meses e garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	SPEEDROAD	O4510	UNID	15,00	2.370,00	35.550,00
44	1	PNEU 20.5-25 L3 20 LONAS Pneu novo. Fabricação máxima 6 meses e garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	SPEEDROAD	O9011	UNID	6,00	4.250,00	25.500,00
TOTAL								489.614,00

Art. 3º.– Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, aos vinte e seis dias de agosto de 2026. (26/08/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julio Cesar Germano Junior
Código Identificador:C22CB801

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
DECRETO Nº 382/2026

SÚMULA: HOMOLOGA LICITAÇÃO MODALIDADE Pregão - Eletrônico N° 75/2026 ADJUDICA O OBJETO DA MESMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, Prefeito do Município de Terra Rica, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais...

D E C R E T A:

Art. 1º. – Fica homologado o processo licitatório modalidade Pregão - Eletrônico N° 75/2026 de 21/07/2026(vinte e um dias de julho de 2026) que tem por objeto a **Registro de preço para serviços de solda e torno em geral tanto em veículos como em equipamentos diversos.**

Art. 2º.– Fica adjudicado o objeto da licitação em epígrafe a seguintes Empresas:

MARCELO SOLETTI & CIA LTDA.								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	SERVIÇO DE SOLDA EM GERAL Execução de serviços de soldagem em aço carbono, aço inox, ferro fundido, alumínio e outros metais, conforme necessidade da Administração, utilizando processos compatíveis com o material (MIG, MAG, TIG, eletrodo revestido ou equivalente).	PROPRIA		HR/SE	400,00	133,19	53.276,00
2	1	SERVIÇO DE TORNO EM	PROPRIA		HR/SE	350,00	149,32	52.262,00

		GERAL Compreendendo a execução de usinagem, recuperação, fabricação, adaptação e acabamento de peças metálicas em torno mecânico convencional ou equipamento equivalente						
TOTAL								105.538,00

Art. 3º.– Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, aos vinte e seis dias de agosto de 2026. (26/08/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julio Cesar Germano Junior
Código Identificador:F4ECEA3C

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
DECRETO 383/2026

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, PARA O EXERCÍCIO DE 2026 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI MUNICIPAL Nº 82 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2025.

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, autorizado a abrir no orçamento-programa para o exercício de 2026 um Crédito Adicional Suplementar no valor de **R$ 247.466,00 (Duzentos e Quarenta e Sete Mil, Quatrocentos e Sessenta e Seis Reais)** nas seguintes dotações:

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
04	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
04.006	DIVISÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR	
26.782.0031.2038	Contribuição e/ou subvenção - Auxílio ao Transporte Escolar - Ensino Superior.	
3.3.50.43.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	
1550	01045-Outros Recursos Não Vinculados	176.989,83
12.361.0031.2002	Manutenção do Transporte Escolar	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1510	01043-Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	375,67
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	
1520	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	20.000,00
	SUBTOTAL	197.365,50
05	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
05.002	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0012.2079	Programa Saúde da Família	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1974	79494-CEF-569574395-4 INCREMENTO DO PAP EMENDA 20380007/2026 FTE 79494	50.000,00
	SUBTOTAL	50.000,00
11	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DISTRITAL	
11.001	GABINETE DO SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO DISTRITAL	
04.122.0017.2122	Manutenção da Secretaria de Administração Distrital	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
4970	01052-Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais	100,50
	SUBTOTAL	100,50
	TOTAL	247.466,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R$ 247.466,00

Art. 2º -Para fazer face ao Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado:

I- Cancelamento no valor **R$ 20.000,00 (Vinte e Mil Reais**) nas seguintes dotações:

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
04	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
04.006	DIVISÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR	
12.361.0031.2002	Manutenção do Transporte Escolar	
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	
1495	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	5.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1535	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	15.000,00
	SUBTOTAL	20.000,00
	TOTAL	20.000,00

TOTAL DO CANCELAMENTO R$ 20.000,00

II- Superávit Financeiro do Exercício de 2025 no valor de **R$ 177.466,00 (Cento e Setenta e Sete Mil, Quatrocentos e Sessenta e Seis Reais**) nas seguintes fontes de recursos:

Fonte		
Fonte	Descrição	Valor
01043	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	375,67
01045	Outros Recursos Não Vinculados	176.989,83
01052	Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais	100,50
	TOTAL	177.466,00

III- Excesso de arrecadação de receita, no valor de **R$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais)** contabilizado na seguinte rubrica:

1.7.1.3.50.1.1.32.00.00.00.00 - CEF-569574395-4 INCREMENTO DO PAP EMENDA 20380007/2026 FTE 79494.....R$ 50.000,00

Art. 3º - Ficam incluídas na programação financeira e/ou cronograma de desembolso os seguintes valores como segue:

Alterações Adicionais das Cotas de Receita

Fonte: 79494 AGOSTO R$ **50.000,00**

Alterações Adicionais do Cronograma de Desembolso

Fonte: 79494 AGOSTO R$ **50.000,00**
Fonte: 1043 AGOSTO **R$ 375,67**
Fonte: 1045 AGOSTO **R$ 176.989,83**
Fonte: 1043 AGOSTO **R$ 100,50**

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, 26 DE AGOSTO DE 2026 (26/08/2026) .

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Morales Périco de Souza
Código Identificador:E55C2B33

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL AGUA E ESGOTO
HOMOLOGA PREGÃO 15

Sumula: Homologação de Processo Licitatório N.º 15/2026, Instrumento Convocatório N.º 84/2026.

ARIANO SERGIO NUNES, Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Terra Rica, no uso de suas atribuições que são conferidas por Lei, resolve:

HOMOLOGAR:

Art. 1º - - A homologação da Ata da Pregoeira, nomeada pela Portaria sob N.º 38 datada de 26 (vinte e seis) de setembro de 2023 (dois mil e vinte e três), referente à Licitação Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 15/2026** Processo Licitatório N.º 84, datado de 17

NAVODAP COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI, **inscrita** no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ sob Nº **33.540.866/0001-44, à** Contratação de empresa para **AQUSIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES HIDRAULICAS para o atendimento das diversas áreas do Samae** perfazendo um valor total de R$ 10.105,00
INFANTARIA COMERCIAL LTDA, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ sob Nº **20.795.155/0001-79,** à Contratação de empresa para **AQUSIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES HIDRAULICAS para o atendimento das diversas áreas do Samae** perfazendo um valor total de R$ 10.911,66
GOUVEA & RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇAO LTDA, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ sob Nº **33.152.385/0001-61,** à Contratação de empresa para **AQUSIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES HIDRAULICAS para o atendimento das diversas áreas do Samae** perfazendo um valor total de R$ 1.000,00

Vencedores						
Fornecedor	Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Quantidade	Preço
NAVODAP COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI	1	1	Tubo PBA JEI Classe 12 DN 100 (110 mm) Tubo em PVC PBA, com junta elástica integrada, Classe 12, DN 100, diâmetro externo de 110 mm.	MULTILIT	37,00	268,00
INFANTARIA COMERCIAL LTDA	2	1	Tubo Eletroduto Flexível 4 Eletroduto flexível, diâmetro nominal de 4", destinado à proteção e passagem de cabos elétricos.	Kanaduto-E	500,00	18,27
GOUVEA & RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇAO LTDA	3	1	Joelho 90° Soldável DN 100 (110 mm) Joelho em PVC, conexão soldável, ângulo de 90°, DN 100, diâmetro de 110 mm.	CORRPLASTIK	10,00	100,00
INFANTARIA COMERCIAL LTDA	4	1	Registro de Ferro Fundido Gaveta JE DN 100 (110 mm) Registro de gaveta em ferro fundido, com junta elástica (JE), DN 100, diâmetro externo de 110 mm.	PAM	2,00	888,33
NAVODAP COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI	5	1	Tubo Soldável 20 mm Tubo em PVC, soldável, diâmetro de 20 mm	MULTILIT M	10,00	18,99

Art. 2º - Esta Homologação entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficando revogadas as disposições em contrário.

Terra Rica – 26/08/2026, Estado do Paraná,

ADRIANO SERGIO NUNES
Diretor

Publicado por:
Leticia Aparecida da Silva
Código Identificador:192DB38B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 219/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE BATERIAS E CARREGADOR DESTINADOS AO EQUIPAMENTO DE RAIO X DO HOSPITAL MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ.

Contratante: MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
Contratada: LUMIX HEALTHCARE LTDA – CNPJ 48.146.804/0002-00

ITEM	QNT	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	02	**BATERIA EVS 3643W – DRTECH**, COMPATÍVEL COM O EQUIPAMENTO DE RAIO X DO HOSPITAL MUNICIPAL **BATERIA RECARREGÁVEL PARA DETECTOR DIGITAL DE RAIO X DRTECH EVS 3643W, MODELO EVS-MBP-Y, ORIGINAL OU EQUIVALENTE TECNICAMENTE COMPATÍVEL**, com tecnologia Lithium Polymer (Li-Po), configuração 2S1P, tensão nominal de saída de 7,4 VDC, capacidade mínima de 4.000 mAh, energia mínima de 29,6 Wh, dimensões aproximadas de 163 x 148 x 7 mm e peso aproximado de 0,24 kg. Produto novo, sem uso, não recondicionado ou remanufaturado, acompanhado de ficha técnica, declaração de compatibilidade e garantia mínima de 12 meses.	DRTECH	R$ 8.500,00	R$ 17.000,00
02	01	**CARREGADOR PARA BATERIA EVS 3643W** – DRTECH, COMPATÍVEL COM O EQUIPAMENTO DE RAIO X DO HOSPITAL MUNICIPAL **CARREGADOR PARA BATERIA DO DETECTOR DIGITAL DE RAIO X DRTECH EVS 3643W, MODELO EVS-BCS, ORIGINAL OU EQUIVALENTE TECNICAMENTE COMPATÍVEL**, destinado ao carregamento das baterias modelo EVS-MBP-Y. Deve possuir capacidade para carregamento simultâneo de até 02 (duas) baterias; alimentação nominal de entrada em corrente contínua de 12 VDC, 6 A máximo; tempo de recarga de até 03 (três) horas; dimensões aproximadas de 180 x 255 x 35 mm; peso aproximado de 0,5 kg; compartimentos e conectores compatíveis com as baterias EVS-MBP; indicadores luminosos de alimentação e de carregamento; acompanhado de fonte/adaptador de energia e cabo de alimentação compatíveis. Produto novo, sem uso, não recondicionado ou remanufaturado, acompanhado de ficha técnica, declaração de compatibilidade e garantia mínima de 12 meses.	DRTECH	R$ 5.000,00	R$ 5.000,00
				VALOR TOTAL	**R$ 22.000,00**

Valor total registrado para o fornecedor: R$ 22.000,00 (Vinte e dois mil reais).
Forma de Pagamento: O pagamento será efetuado conforme especificado no contrato administrativo.
Prazo: O prazo de vigência é de 12 (doze) meses, a contar da sua publicação, podendo ser prorrogada conforme Art.111 da Lei 14.133/2021.
Data da assinatura: 26/08/2026.

Publicado por:
Viviane Rodrigues
Código Identificador:E6987373

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAS DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. º74/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAS DO PARANÁ
ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. º74/2026

PARTES: **MUNICÍPIO DE TUNAS DO PARANÁ**, CNPJ/MF sob nº. 68.703.834/0001-05, e, de outro lado à empresa: **SOMA PR COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** CNPJ: sob nº. 00.656.468/0001-39, **OBJETO**: Registro de Preços para Futuras e Eventuais **Aquisições de Medicamentos em Atendimento a Secretaria de Saúde,** conforme especificações constantes do Anexo I do Edital**.**

LOTE 1 R$ 2.005,00 (Dois mil e cinco reais)						
LOTE 2 R$ 1.300,00 (Um mil e trezentos reais)						
ITEM	**CÓDIGO BR**	**DESCRIÇÃO**	**APRESENTAÇÃO**	**QUANTIDADE**	**MÉDIA**	**Valor Total**
1	BR0269954	BROMOPRIDA **MARCA PRATI**	COMPRIMIDO 10 mg	10000	**R$0,13**	**R$1.300,00**

LOTE 4 R$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais)						
ITEM	**CÓDIGO BR**	**DESCRIÇÃO**	**APRESENTAÇÃO**	**QUANTIDADE**	**MÉDIA**	**Valor Total**
1	BR0272782	CODEÍNA **MARCA EMS**	COMPRIMIDO 30 mg	10000	**R$0,54**	**R$5.400,00**

LOTE 5 R$ 12.000,00 (Doze mil reais)						
ITEM	**CÓDIGO BR**	**DESCRIÇÃO**	**APRESENTAÇÃO**	**QUANTIDADE**	**MÉDIA**	**Valor Total**
1	BR0302442	DULOXETINA **MARCA EMS**	COMPRIMIDO 30 mg	10000	**R$1,20**	**R$12.000,00**

LOTE 9 R$ 4.300,00 (quatro mil e trezentos reais)						
ITEM	**CÓDIGO BR**	**DESCRIÇÃO**	**APRESENTAÇÃO**	**QUANTIDADE**	**MÉDIA**	**Valor Total**
1	BR0272363	SERTRALINA, Cloridrato **MARCA PRATI**	COMPRIMIDO 100 mg	10000	**R$0,43**	**R$4.300,00**

LOTE 10 R$ 1.200,00 (Um mil e duzentos reais)						
ITEM	**CÓDIGO BR**	**DESCRIÇÃO**	**APRESENTAÇÃO**	**QUANTIDADE**	**MÉDIA**	**Valor Total**
1	BR0271581	TOBRAMICINA **MARCA GERMED**	SOLUÇÃO OFTÁLMICA 0,3% FRASCO 5 mL	200	**R$6,00**	**R$1.200,00**

MEDICAMENTOS INJETAVEIS

LOTE 15 R$ 672,00 (seiscentos e setenta e dois reais)						
ITEM	**CÓDIGO BR**	**DESCRIÇÃO**	**APRESENTAÇÃO**	**QUANTIDADE**	**MÉDIA**	**Valor Total**
1	BR0276283	DESLANÓSIDO **MARCA UNIÃO QUIMICA**	SOLUÇÃO INJETÁVEL 0,2 mg/mL AMPOLA 2 mL	200	**R$ 3,36**	**R$672,00**

LOTE 16 R$ 1.886,00 (Um mil, oitocentos e oitenta e seis reais)						
ITEM	**CÓDIGO BR**	**DESCRIÇÃO**	**APRESENTAÇÃO**	**QUANTIDADE**	**MÉDIA**	**Valor Total**
1	BR0268446	DOBUTAMINA **MARCA TEUTO**	SOLUÇÃO INJETÁVEL 12,5 mg/mL AMPOLA 20 mL	200	**R$ 9,43**	**R$1.886,00**

LOTE 17 R$ 435,00 (Quatrocentos e trinta e cinco reais)						
ITEM	**CÓDIGO BR**	**DESCRIÇÃO**	**APRESENTAÇÃO**	**QUANTIDADE**	**MÉDIA**	**Valor Total**
1	BR0268255	EPINEFRINA **MARCA HYPOFARMA**	SOLUÇÃO INJETÁVEL 1 mg/mL AMPOLA 1 mL	500	**R$ 0,87**	**R$435,00**

LOTE 18 R$ 390,00 (Trezentos e noventa reais)						
ITEM	**CÓDIGO BR**	**DESCRIÇÃO**	**APRESENTAÇÃO**	**QUANTIDADE**	**MÉDIA**	**Valor Total**
1	BR0272198	ETILEFRINA **MARCA UNIÃO QUIMICA**	SOLUÇÃO INJETÁVEL 10 mg/mL AMPOLA 1 mL	200	**R$ 1,95**	**R$390,00**

LOTE 20 R$ 324,00 (trezentos e vinte e quatro reais)						
ITEM	**CÓDIGO BR**	**DESCRIÇÃO**	**APRESENTAÇÃO**	**QUANTIDADE**	**MÉDIA**	**Valor Total**
1	BR0268256	GENTAMICINA **MARCA HYPOFARMA**	SOLUÇÃO INJETÁVEL 80 mg/mL AMPOLA 2 mL	200	**R$ 1,62**	**R$324,00**

LOTE 21 R$ 440,00 (Quatrocentos e quarenta reais)						
ITEM	**CÓDIGO BR**	**DESCRIÇÃO**	**APRESENTAÇÃO**	**QUANTIDADE**	**MÉDIA**	**Valor Total**
1	BR0270019	GLICONATO DE CÁLCIO **MARCA HALEX**	SOLUÇÃO INJETÁVEL 10 % AMPOLA 10 mL	200	**R$ 2,20**	**R$440,00**

LOTE 23 R$ 1.186,00 (Um mil, cento e oitenta e seis reais)						
ITEM	**CÓDIGO BR**	**DESCRIÇÃO**	**APRESENTAÇÃO**	**QUANTIDADE**	**MÉDIA**	**Valor Total**
1	BR0268487	MEROPENÉM **MARCA BLAU**	SOLUÇÃO INJETÁVEL 500 mg FRASCO AMPOLA	100	**R$ 11,86**	**R$1.186,00**

LOTE 24 R$ 570,00 (Quinhentos e setenta reais)						
ITEM	**CÓDIGO BR**	**DESCRIÇÃO**	**APRESENTAÇÃO**	**QUANTIDADE**	**MÉDIA**	**Valor Total**
1	BR0268264	METILERGOMETRINA MALEATO **MARCA UNIÃO QUIMICA**	SOLUÇÃO INJETÁVEL 0,2 mg/mL AMPOLA 1 mL	200	**R$ 2,85**	**R$570,00**

LOTE 25 R$ 1.496,00 (Um mil, quatrocentos e noventa e seis reais)						
ITEM	**CÓDIGO BR**	**DESCRIÇÃO**	**APRESENTAÇÃO**	**QUANTIDADE**	**MÉDIA**	**Valor Total**
1	BR0442584	NOREPINEFRINA HEMITARTARATO **MARCA HYPOFARMA**	SOLUÇÃO INJETÁVEL 2 mg/mL AMPOLA 4 mL	800	**R$ 1,87**	**R$1.496,00**

LOTE 26 R$ 422,00 (Quatrocentos e vinte e dois reais)						
ITEM	**CÓDIGO BR**	**DESCRIÇÃO**	**APRESENTAÇÃO**	**QUANTIDADE**	**MÉDIA**	**Valor Total**
1	BR0272362	PROTAMINA, Cloridrato **MARCA CELLERA**	SOLUÇÃO INJETÁVEL 1% AMPOLA 5 mL	100	**R$ 4,22**	**R$422,00**

LOTE 27 R$ 5.292,00 (Cinco mil, duzentos e noventa e dois reais)						
ITEM	**CÓDIGO BR**	**DESCRIÇÃO**	**APRESENTAÇÃO**	**QUANTIDADE**	**MÉDIA**	**Valor Total**
1	BR0268442	SUXAMETÔNIO **MARCA UNIÃO QUIMICA**	PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL 100 mg	300	**R$ 17,64**	**R$5.292,00**

LOTE 28 R$ 2.080,00 (Dois mil e oitenta reais)						
ITEM	**CÓDIGO BR**	**DESCRIÇÃO**	**APRESENTAÇÃO**	**QUANTIDADE**	**MÉDIA**	**Valor Total**
1	BR0274567	VITAMINAS DO COMPLEXO B **MARCA HYPOFARMA**	SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 mL	2000	**R$ 1,04**	**R$2.080,00**

VALIDADE DOS PREÇOS: 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, (art. 84 da Lei n. º14.133/2021.

DAS DOTAÇÕES: As despesas decorrentes do objeto desta contratação correrão às contas de recursos próprios consignados no Orçamento desta Prefeitura, e serão empenhados nas rubricas:

08.002.10.302.0014.2044. – Manutenção de Rede Municipal de Saúde Média Complexidade			
Reduzido	*Elemento de Despesa*		*Fonte*
308	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	1496

08.002.10.301.0024.2049. – Manutenção de Farmácia Municipal			
Reduzido	*Elemento de Despesa*		*Fonte*
296	3.3.72.30.00.00	Material de Consumo	1303
299	3.3.90.32.00.00	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	1303

DATA: Tunas do Paraná, 25 de agosto de 2026.

ASSINAM O TERMO: MARCO ANTONIO BALDÃO - Prefeito Municipal MARCELO LAPINSCKI, Representante Legal Empresa Contratada.

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:605280E6

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. º76/2026

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. º76/2026

PARTES: **MUNICÍPIO DE TUNAS DO PARANÁ**, CNPJ/MF sob nº. 68.703.834/0001-05, e, de outro lado à empresa: **MAXI CLINIC CLÍNICA DE CONSULTAS LTDA** CNPJ: sob nº. 26.626.77/0001-71,
OBJETO: Registro de Preços para Futura e Eventual Prestação de Serviços Registro de Preços para Futura e Eventual Prestação de Serviços de **CONSULTAS ESPECIALIZADAS, EMISSAO DE LAUDOS, EXAMES DE IMAGEM E DIAGNOSTICOS**, conforme especificações contidas no Anexo I do Edital.

	LOTE 1: R$: 224.331,00 (Duzentos e vinte e quatro mil, trezentos e trinta e um reais).				
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE	QTDE	MÉDIA **R$**	VALOR TOTAL **R$**
1	ULTRASSONAGRAFIA ABDOMEN TOTAL	Exame	300	R$ 133,23	R$ 39.969,00
2	ULTRASSONAGRAFIA BOLSA ESCROTAL	Exame	15	R$ 132,27	R$ 1.984,05
3	ULTRASSONOGRAFIA MAMÁRIA BILATERAL	Exame	50	R$ 135,22	R$ 6.761,00
4	ULTRASSONOGRAFIA ORGÃOS E ESTRUTURAS SUPERFICIAIS/TECIDOS MOLES	Exame	30	R$ 130,64	R$ 3.919,20
5	ULTRASSONOGRAFIA APARELHO URINÁRIO	Exame	200	R$ 132,24	R$ 26.448,00
6	ULTRASSONOGRAFIA PÉLVICA	Exame	80	R$ 130,79	R$ 10.463,20
7	ULTRASSONOGRAFIA PRÓSTATA VIA ABDOMINAL	Exame	70	R$ 132,21	R$ 9.254,70
8	ULTRASSONOGRAFIA DE PRÓSTATA RETAL	Exame	15	R$ 134,33	R$ 2.014,95
9	ULTRASSONOGRAFIA OBSTÉTRICA	Exame	200	R$ 133,24	R$ 26.648,00
10	ULTRASSONOGRAFIA OBSTÉTRICA GEMELAR	Exame	5	R$ 219,80	R$ 1.099,00
11	ULTRASSONOGRAFIA OBSTÉTRICA MORFOLÓGICA	Exame	100	R$ 216,71	R$ 21.671,00
12	ULTRASSONOGRAFIA BOLSA ESCROTAL COM DOPPLER	Exame	10	R$ 181,71	R$ 1.817,10
13	ULTRASSONOGRAFIA TRANSVAGINAL	Exame	150	R$ 153,86	R$ 23.079,00
14	ULTRASSONOGRAFIA TIREOIDE	Exame	20	R$ 133,07	R$ 2.661,40
15	ULTRASSONOGRAFIA AXILA	Exame	5	R$ 147,12	R$ 735,60
16	ULTRASSONOGRAFIA PAREDE ABDOMINAL	Exame	10	R$ 137,82	R$ 1.378,20
17	ULTRASSONOGRAFIA ABDOMEM SUPERIOR	Exame	15	R$ 139,58	R$ 2.093,70
18	ULTRASSONOGRAFIA MORFOLÓGICA DOPPLER FETAL	Exame	5	R$ 254,86	R$ 1.274,30
19	ULTRASSONOGRAFIA DOPPLER CARÓTIDA	Exame	5	R$ 214,77	R$ 1.073,85
20	ULTRASSONOGRAFIA DOPPLER TIREÓIDE	Exame	15	R$ 180,22	R$ 2.703,30
21	ULTRASSONOGRAFIA ARTICULAÇÃO C/ DOPPLER	Exame	5	R$ 169,47	R$ 847,35
22	ULTRASSONOGRAFIA TORAX	Exame	5	R$ 135,07	R$ 675,35
23	ULTRASSONOGRAFIA DOPPLER MI (VENOSO OU ARTERIAL)	Exame	15	R$ 217,01	R$ 3.255,15
24	ULTRASSONOGRAFIA INGUINAL	Exame	20	R$ 131,88	R$ 2.637,60
25	ULTRASSONOGRAFIA DOPPLER DE FLUXO OBSTÉTRICO	Exame	10	R$ 217,17	R$ 2.171,70
26	ULTRASSONOGRAFIA OBSTÉTRICA C/DOPPLER COLORIDA PULSADO	Exame	20	R$ 227,94	R$ 4.558,80
27	ULTRASSONOGRAFIA ARTICULAÇÕES	Exame	150	R$ 136,74	R$ 20.511,00
28	ULTRASSONOGRAFIA CERVICAL	Exame	10	R$ 130,12	R$ 1.301,20
29	ULTRASSONOGRAFIA PESCOÇO	Exame	10	R$ 132,43	R$ 1.324,30

	LOTE 2: R$: 10.450,00 (Dez mil, quatrocentos e cinquenta reais).				
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE	QTDE	MÉDIA **R$**	VALOR TOTAL **R$**
1	EXAME DE PROCESSAMENTO AUDITIVO CENTRAL	Exame	25	R$ 418,00	R$ 10.450,00

	LOTE 3: R$: 4.200,00 (Quatro mil e duzentos reais).				
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE	QTDE	MÉDIA **R$**	VALOR TOTAL **R$**
1	LAUDOS DE EXAMES PARA RX	Exame	400	R$ 10,50	R$ 4.200,00

	LOTE 4: R$: 6.700,00 (Seis mil e setecentos reais).				
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE	QTDE	MÉDIA **R$**	VALOR TOTAL **R$**

1	EXAME COLONOSCOPIA COM BIOPSIA	Exame	10	R$ 540,17	R$ 5.401,70
2	EXAME COLPOSCOPIA	Exame	5	R$ 259,66	R$ 1.298,30

	LOTE 5: R$: 27.800,00 **(Vinte e sete mil e oitocentos reais).**				
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE	QTDE	MÉDIA **R$**	VALOR TOTAL **R$**
1	CONSULTA CARDIOLOGISTA GERAL	Consulta	5	R$ 285,53	R$ 1.427,65
2	CONSULTA ENDOCRINOLOGISTA ADULTO	Consulta	5	R$ 255,63	R$ 1.278,15
3	CONSULTA GASTROENTEROLOGISTA	Consulta	10	R$ 249,35	R$ 2.493,50
4	CONSULTA GINECOLOGISTA	Consulta	10	R$ 249,35	R$ 2.493,50
5	CONSULTA NUTRICIONISTA				
		Consulta	10	R$ 238,50	R$ 2.285,00
6	CONSULTA OFTALMOLOGISTA PEDIÁTRICO	Consulta	10	R$ 250,55	R$ 2.505,50
7	CONSULTA ONCOLOGISTA	Consulta	10	R$ 249,35	R$ 2.493,50
8	CONSULTA PNEUMOLOGISTA ADULTO		10	R$ 249,35	R$ 2.493,50
		Consulta			
9	CONSULTA PROCTOLOGISTA		10	R$ 246,49	R$ 2.464,90
		Consulta			
	CONSULTA REUMATOLOGISTA		15		
10		Consulta		R$ 218,00	R$ 3.276,45
11	CONSULTA UROLOGISTA GERAL	Consulta	10	R$ 199,48	R$ 1.994,80
12	CONSULTA PNEUMOLOGISTA PEDIÁTRICO	Consulta	10	R$ 249,35	R$ 2.493,50

	LOTE 6: R$: 35.050,00 **(Trinta e cinco mil e cinquenta reais).**				
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE	QTDE	MÉDIA **R$**	VALOR TOTAL **R$**
1	CONSULTA NEUROPEDIATRA	Consulta	60	R$ 584,16	R$ 35.050,00

VALIDADE DOS PREÇOS: 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, (art. 84 da Lei n. º14.133/2021.

DAS DOTAÇÕES: As despesas decorrentes do objeto desta contratação correrão às contas de recursos próprios consignados no Orçamento desta Prefeitura, e serão empenhados nas rubricas:

06.002.10.301.0013.2.041. - Manutenção da Rede Municipal de Atenção Primária à Saúde			
Cód. Reduzido	Elemento de Despesa		Fonte
187	3.3.90.39.00.00	Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	1682
188	3.3.90.39.00.00	Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	11494
186	3.3.90.39.00.00	Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	1303
06.002.10.302.0014.2.044. - Manutenção da Rede Municipal de Saúde Média Complexidade			
Cód. Reduzido	Elemento de Despesa		Fonte
222	3.3.72.39.00.00	Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	1303
226	3.3.90.39.00.00	Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	1303
227	3.3.90.39.00.00	Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	1496

DATA: Tunas do Paraná, 26 de agosto de 2026.

ASSINAM O TERMO: MARCO ANTONIO BALDÃO -
Prefeito Municipal

FABIANA PADILHA VISGUEIRA,
Representante Legal Empresa Contratada.

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:55D5DE8E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 107/2026 PREGAO ELETRONICO Nº 94/2026

GESTOR DA ATA: **MUNICÍPIO DE TURVO (PR)**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07, com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-000, Turvo (PR), neste ato representado pelo Prefeito Municipal Interino Sr. Antonio Marcos Seguro, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG Nº 50733521, SESP/PR e inscrito junto ao CPF/MF sob o Nº 731.737.469-53, residente e domiciliado na Rua Tiradentes, nº 105, Centro, CEP 85.150-043, Turvo/PR.

DETENTORA DA ATA: SOBRAL-CHAVES E CARIMBOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 01.088.055/0001-68, com sede localizada na Rua Vinte e Seis de Agosto, Nº 216, no Município de Campo Grande/MS, CEP 79.002-081, neste ato representada por Cicero Prado Sobral, portador da cédula de identidade Nº 000.056.371–SSP/MS e inscrito junto ao CPF/MF sob o nº 231.077.401-44.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CARIMBOS AUTOMÁTICOS, SUBSTITUIÇÃO DE BORRACHAS E TINTAS PARA CARIMBOS AUTOMÁTICOS, DESTINADOS ÀS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E ASSISTENCIAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE TURVO/PR, em atendimento ao solicitado pela Secretaria Municipal de Saúde, autuado na forma do Processo Administrativo nº 5.363/2026 (1Doc), conforme quantidades, conforme especificações do Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico Nº 94/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição. Os preços, quantidades e especificações do objeto ora registrado são os contidos da planilha abaixo:

LOTE 01						
Item	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Und	Qtd	Preço unitário	Preço total
1	CARIMBO AUTOMÁTICO EXTRA GRANDE - 40 X 65 MM Carimbo automático completo. Carcaça em polipropileno resistente. Resina/polímero personalizada conforme arte fornecida pela Administração. Almofada entintada na cor preta. Área de impressão aproximada de 40 mm x 65 mm, admitindo-se variação de tamanho compatível com o modelo ofertado, desde que não comprometa a funcionalidade, a legibilidade e a área útil de impressão.	Nykon	UND	15,00	40,00	600,00
2	CARIMBO AUTOMÁTICO GRANDE - 34 X 74 MM Carimbo automático completo. Carcaça em polipropileno resistente. Resina/polímero personalizada conforme arte fornecida pela Administração. Almofada entintada na cor preta. Área de impressão aproximada de 34 mm x 74 mm, admitindo-se variação de tamanho compatível com o modelo ofertado, desde que não comprometa a funcionalidade, a legibilidade e a área útil de impressão.	Nykon	UND	15,00	40,00	600,00
3	CARIMBO AUTOMÁTICO MÉDIO - 22 X 59 MM Carimbo automático completo. Carcaça em polipropileno resistente. Resina/polímero personalizada conforme arte fornecida pela Administração. Almofada entintada na cor preta. Área útil de impressão aproximada de 22 mm x 59 mm, admitindo-se variação de tamanho compatível com o modelo ofertado, desde que não comprometa a funcionalidade, a legibilidade e a área útil de impressão.	Nykon	UND	22,00	30,00	660,00
4	CARIMBO AUTOMÁTICO PEQUENO - 14 X 38 MM Carimbo automático completo. Carcaça em polipropileno resistente. Resina/polímero personalizada conforme arte fornecida pela Administração. Almofada entintada na cor preta. Área útil de impressão aproximada de 14 mm x 38 mm, admitindo-se variação de tamanho compatível com o modelo ofertado, desde que não comprometa a funcionalidade, a legibilidade e a área útil de impressão.	Nykon	UND	80,00	24,00	1.920,00
5	SUBSTITUIÇÃO DE BORRACHA PARA CARIMBO AUTOMÁTICO - 14 X 38 MM Substituição da borracha personalizada para carimbo automático, confeccionada conforme arte fornecida pela Administração, compatível com o modelo do carimbo automático existente, destinada à substituição da gravação, mantendo-se a carcaça e os demais componentes do carimbo. Área útil de impressão aproximada de 14 mm x 38 mm, admitindo-se variação compatível com o modelo ofertado, desde que não comprometa a funcionalidade, a legibilidade e a área útil de impressão.	Nykon	UND	15,00	10,00	150,00
6	SUBSTITUIÇÃO DE BORRACHA PARA CARIMBO AUTOMÁTICO - 22 X 59 MM Substituição da borracha personalizada para carimbo automático, confeccionada conforme arte fornecida pela Administração, compatível com o modelo do carimbo automático existente, destinada à substituição da gravação, mantendo-se a carcaça e os demais componentes do carimbo. Área útil de impressão aproximada de 22 mm x 59 mm, admitindo-se variação compatível com o modelo ofertado, desde que não comprometa a funcionalidade, a legibilidade e a área útil de impressão.	Nykon	UND	15,00	12,00	180,00
7	SUBSTITUIÇÃO DE BORRACHA PARA CARIMBO AUTOMÁTICO - 34 X 74 MM Substituição da borracha personalizada para carimbo automático, confeccionada conforme arte fornecida pela Administração, compatível com o modelo do carimbo automático existente, destinada à substituição da gravação, mantendo-se a carcaça e os demais componentes do carimbo. Área útil de impressão aproximada de 34 mm x 74 mm, admitindo-se variação compatível com o modelo ofertado, desde que não comprometa a funcionalidade, a legibilidade e a área útil de impressão.	Nykon	UND	10,00	12,00	120,00
8	SUBSTITUIÇÃO DE BORRACHA PARA CARIMBO AUTOMÁTICO - 40 X 65 MM Substituição da borracha personalizada para carimbo automático, confeccionada conforme arte fornecida pela Administração, compatível com o modelo do carimbo automático existente, destinada à substituição da gravação, mantendo-se a carcaça e os demais componentes do carimbo. Área útil de impressão aproximada de 40 mm x 65 mm, admitindo-se variação compatível com o modelo ofertado, desde que não comprometa a funcionalidade, a legibilidade e a área útil de impressão.	Nykon	UND	10,00	16,59	165,90
9	TINTA A BASE DE ÓLEO PARA CARIMBO AUTOMÁTICO (AZUL) - FRASCO 40 ML Tinta à base de óleo para carimbo automático, cor azul, acondicionada em frasco com 40 mL, indicada para reabastecimento de almofadas de carimbos automáticos, proporcionando impressão nítida, secagem rápida e alta durabilidade.	Nykon	FR	15,00	13,72	205,80
10	TINTA À BASE DE ÓLEO PARA CARIMBO AUTOMÁTICO (PRETA) - FRASCO 40 ML Tinta à base de óleo para carimbo automático, cor preta, acondicionada em frasco com 40 mL, indicada para reabastecimento de almofadas de carimbos automáticos, proporcionando impressão nítida, secagem rápida e alta durabilidade.	Nykon	FR	15,00	10,24	153,60
Valor total do lote: 4.755,30						

LICITAÇÃO: Pregão Eletronico n° 94/2026
GESTOR: Anselmo Roque Miranda
FISCAL: Maria Eduarda Izidoro de Oliveira
VIGÊNCIA: 25/08/2026 a 24/08/2027
FORO: Guarapuava/PR

Publicado por:
Priscila Martinelli
Código Identificador:81BE7A12

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DECRETO 213/2026

DECRETO Nº 213/2026

Abre Crédito Adicional Suplementar, altera o PPA e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e considerando as disposições da Lei Municipal nº 4.929 de 12 de dezembro de 2025.
D E C R E T A:
Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar ao Orçamento Geral da Fundação Cultural de Umuaraa, aprovado pela Lei Municipal n° 4.929, de 12 de dezembro de 2025, no valor de R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), para atender à programação constante do Anexo I.
Art. 2º Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamentos de dotações, conforme Anexo II deste Decreto.
Art. 3º Este Decreto altera as despesas previstas nos anexos das leis Municipais nº 4.928/25 - PPA, a seguir relacionados:
I – PPA:
a) - Programas e Ações;
b) - Demonstrativo por Função;
c) - Demonstrativo por Programa;
d) - Demonstrativo por Projetos, Atividades e Operações Especiais.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, em 21 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

ANDREIA DE PAULA GUIMARÃES
Secretária Municipal de Fazenda

CLAUDECIR LUIS DE OLIVEIRA
Contador
CRC - PR 058645/0-5

ANEXO I					
ANEXO AO DECRETO N° 213 DE 21/08/2026					
Crédito Adicional Suplementar - Inciso I, do art. 41, da Lei Federal n° 4.320/64					
SUPLEMENTAÇÃO DE DESPESA (APLICAÇÃO)					
ÓRGÃO: 50. - FUNDAÇÃO CULTURAL DE UMUARAMA					
UNIDADE: 50.001. - FUNDAÇÃO CULTURAL DE UMUARAMA					
FUNCIONAL	**ATIVIDADE/PROJETO/OP. ESPECIAL**	**NATUREZA DA DESPESA**		**FONTE**	**VALOR**
13.392.0022.2090	Manutenção da Fundação Cultural de Umuarama	3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1	R$ 20.000,00
28.846.0000.3131	Contribuições para a Formação do PASEP	3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1	R$ 4.000,00
TOTAL GERAL					**R$ 24.000,00**
TOTAL GERAL					**24.000,00**
ANEXO II					
ANEXO AO DECRETO N° 213 DE 21/08/2026					
Crédito Adicional Suplementar - Inciso I, do art. 41, da Lei Federal n° 4.320/64					
CANCELAMENTO DE DESPESA					
ÓRGÃO: 50. - FUNDAÇÃO CULTURAL DE UMUARAMA					
UNIDADE: 50.001. - FUNDAÇÃO CULTURAL DE UMUARAMA					
FUNCIONAL	**ATIVIDADE/PROJETO/OP. ESPECIAL**	**NATUREZA DA DESPESA**		**FONTE**	**VALOR**
99.999.9999.9003	Reserva de Contigência	9.9.99.99.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	999	R$ 24.000,00
TOTAL GERAL					**R$ 24.000,00**
TOTAL GERAL					**24.000,00**

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:5C0CE240

UMUTRANS - DIRETORIA DE TRÂNSITO
NOTIFICAÇÕES DE ADVERTÊNCIA DE MULTAS DE TRÂNSITO.

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à UMUTRANS - UMUARAMA até 21/09/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Documento de Habilitação
AGA1775	279350S000263803	18/05/2026	56732	
APT8C80	279350S000263874	19/05/2026	56732	
AUC5G34	279350S000263474	14/05/2026	56732	06822422099
AWP2B02	279350S000263875	19/05/2026	56732	
AWR0D39	279350S000263540	15/05/2026	56732	
AXS0E57	279350S000263578	15/05/2026	56732	
AYV6186	279350S000263702	16/05/2026	56732	
BCA3G01	279350S000263586	15/05/2026	56732	

BEI6I45	279350S000263542	15/05/2026	56732	
BYO6957	279350S000263430	13/05/2026	56732	
CEU9971	279350S000263759	17/05/2026	56732	
DAM6D14	279350S000263798	18/05/2026	56732	
KMQ4928	279350T000141069	23/05/2026	73580	
SEJ6F80	279350S000263995	20/05/2026	56732	

Publicado por:
Talita Luna Silva
Código Identificador:01C9283C

UMUTRANS - DIRETORIA DE TRÂNSITO
NOTIFICAÇÕES DE AUTUAÇÃO DE MULTAS DE TRÂNSITO.

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à UMUTRANS - UMUARAMA até 21/09/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
ACR0H33	279350E000040274	17/07/2026	55412
ACS7G23	279350E000040515	17/07/2026	55412
ACS7G23	279350E000040592	18/07/2026	55412
ADU5D26	279350E000040493	17/07/2026	55412
AGM1D30	279350E000040511	17/07/2026	55412
AHJ4C22	279350E000040260	17/07/2026	55412
AIA2A05	279350E000040339	17/07/2026	55412
AKV6728	279350E000040423	17/07/2026	55412
AMO7A98	279350E000040576	18/07/2026	55412
AMS9788	279350E000040600	18/07/2026	55412
AOV9I55	279350E000040582	18/07/2026	55412
AQF3F28	279350E000040448	17/07/2026	55412
AQT5258	279350E000040403	17/07/2026	55412
ARJ9C93	279350E000040571	18/07/2026	55412
ARJ9C93	279350E000040385	17/07/2026	55412
ARM0F98	279350E000040601	18/07/2026	55412
ARZ2374	279350E000040354	17/07/2026	55412
ASL9G70	279350E000040426	17/07/2026	55412
ATI9150	279350E000040545	18/07/2026	55412
ATO3E50	279350E000040561	18/07/2026	55412
ATU0617	279350E000040294	17/07/2026	55412
AUC8H62	279350E000040602	18/07/2026	55412
AUE2A33	279350E000040525	17/07/2026	55412
AUH8662	279350CND0001211	26/05/2026	50292
AUN7023	279350E000039977	15/07/2026	55412
AUN9936	279350E000040514	17/07/2026	55412
AUV4B11	279350E000040267	17/07/2026	55412
AVE9J34	279350E000040261	17/07/2026	55412
AVT7D91	279350E000040584	18/07/2026	55412
AWS1B82	279350E000040381	17/07/2026	55412
AWT2962	279350E000040479	17/07/2026	55412
AXW6191	279350E000040331	17/07/2026	55412
AYB6H66	279350E000040451	17/07/2026	55412
AYE1114	279350E000040474	17/07/2026	55412
AYJ9949	279350E000040463	17/07/2026	55412
AYQ9H82	279350E000040502	17/07/2026	55412
AYT4545	279350E000040329	17/07/2026	55412
AZJ7B08	279350E000040340	17/07/2026	55412
AZM8C47	279350E000040404	17/07/2026	55412
AZU5469	279350E000040569	18/07/2026	55412
BAA0D19	279350E000040487	17/07/2026	55412
BAX7G85	279350E000040480	17/07/2026	55412
BBG2378	279350E000040473	17/07/2026	55412
BBN0I99	279350E000040394	17/07/2026	55412
BBR8592	279350E000040283	17/07/2026	55412
BBV9I34	279350E000040297	17/07/2026	55412
BBX2D27	279350E000040352	17/07/2026	55412
BBX9H24	116100T002542745	25/07/2026	54870
BBX9J01	279350E000040460	17/07/2026	55412
BCR3B58	279350E000040379	17/07/2026	55412
BCT9C85	279350E000040504	17/07/2026	55412
BDL6I87	279350E000040375	17/07/2026	55412
BDN8F39	279350E000040409	17/07/2026	55412
BDV9B46	279350E000040462	17/07/2026	55412
BEJ4B02	279350E000040586	18/07/2026	55412
BEJ4B02	279350E000040287	17/07/2026	55412
BEW8A78	279350E000040469	17/07/2026	55412
BGG5C50	279350E000040542	18/07/2026	55412
CKL2431	279350E000040608	18/07/2026	55412
CRK1145	279350E000040406	17/07/2026	55412
CYO5E36	279350E000040300	17/07/2026	55412
DFQ1G30	279350E000040587	18/07/2026	55412
DKF5G40	279350E000040551	18/07/2026	55412
DLG2I13	279350E000040580	18/07/2026	55412
DMB9G54	279350E000040271	17/07/2026	55412
EVO3F35	279350E000040452	17/07/2026	55412
EWR7H66	279350E000040444	17/07/2026	55412
EZJ9B71	279350E000040574	18/07/2026	55412

FTF3J94	279350E000040456	17/07/2026	55412
FVG2H88	279350E000040552	18/07/2026	55412
FVG2H88	279350E000040510	17/07/2026	55412
FXF6E72	279350E000040449	17/07/2026	55412
FZG3B00	279350E000040482	17/07/2026	55412
GCE6J58	279350E000040553	18/07/2026	55412
GEW1050	279350E000040269	17/07/2026	55412
HJK1J22	279350E000040364	17/07/2026	55412
HLY7G17	279350E000040446	17/07/2026	55412
HSC2A85	279350E000040291	17/07/2026	55412
HSF3B82	279350E000040311	17/07/2026	55412
IZE2E13	279350E000040477	17/07/2026	55412
LBI5678	279350E000040609	18/07/2026	55412
MAB1J24	279350E000040309	17/07/2026	55412
MEV9522	279350E000040356	17/07/2026	55412
MEX3B54	279350E000040508	17/07/2026	55412
MFO8A15	279350E000040434	17/07/2026	55412
MIO4E65	279350E000040588	18/07/2026	55412
MKI7900	279350E000040607	18/07/2026	55412
NRL8G55	279350E000040388	17/07/2026	55412
OMX7J11	279350E000040384	17/07/2026	55412
OOJ7G05	279350E000040447	17/07/2026	55412
OTW9E87	279350E000040554	18/07/2026	55412
PBN3F38	279350E000040467	17/07/2026	55412
PCW1J35	279350E000040458	17/07/2026	55412
PPB4D84	279350E000040284	17/07/2026	55412
PZX6F72	279350E000040326	17/07/2026	55412
QAL3693	279350E000040570	18/07/2026	55412
QAR4D38	279350E000040338	17/07/2026	55412
QDJ2G73	279350E000040565	18/07/2026	55412
QPH1F83	279350E000040259	17/07/2026	55412
QPV0I89	279350E000040560	18/07/2026	55412
QQH6J21	279350E000040376	17/07/2026	55412
RHJ3C74	279350E000040348	17/07/2026	55412
RHR6E91	279350E000040522	17/07/2026	55412
RHS2G79	279350E000040527	17/07/2026	55412
RWE7D91	279350E000040389	17/07/2026	55412
SDR2I60	279350E000040596	18/07/2026	55412
SDY6F22	279350E000040535	17/07/2026	55412
SEJ0I54	279350E000040531	17/07/2026	55412
SEN5G60	279350E000040346	17/07/2026	55412
SEX3I75	279350E000040372	17/07/2026	55412
SEZ1F64	279350E000040324	17/07/2026	55412
SFE2A07	279350E000040383	17/07/2026	55412
SFH3A23	279350E000040534	17/07/2026	55412
TAR4E01	279350E000040519	17/07/2026	55412
TAS8A18	279350E000040532	17/07/2026	55412
TBF2B02	279350E000040595	18/07/2026	55412
TBO4E86	279350E000040405	17/07/2026	55412
TBS2E02	279350E000040358	17/07/2026	55412
TPT3H19	279350E000040530	17/07/2026	55412
UAW2E93	279350E000040323	17/07/2026	55412
UAZ0D40	279350E000040359	17/07/2026	55412
UBP5B81	279350E000040264	17/07/2026	55412
UCH9D47	279350E000040524	17/07/2026	55412
UDO8H37	279350E000040516	17/07/2026	55412

Publicado por:
Talita Luna Silva
Código Identificador:B7680B36

UMUTRANS - DIRETORIA DE TRÂNSITO
NOTIFICAÇÕES DE AUTUAÇÃO DE MULTAS DE TRÂNSITO.

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à UMUTRANS - UMUARAMA até 21/09/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
ACQ8882	279350NIC0045840	14/07/2026	50020
AOF4260	279350E000040563	18/07/2026	55412
AUB1F78	279350NIC0045850	14/07/2026	50020
AVT4D86	279350NIC0045825	14/07/2026	50020
AWL2516	279350NIC0045860	14/07/2026	50020
AXK4575	279350NIC0045849	14/07/2026	50020
AYB1I87	279350NIC0045859	14/07/2026	50020
AYC3312	279350NIC0045855	14/07/2026	50020
AYL3512	279350NIC0045853	14/07/2026	50020
AYX0926	279350NIC0045827	14/07/2026	50020
BAL1351	279350NIC0045847	14/07/2026	50020
BBF7292	279350NIC0045848	14/07/2026	50020
BBV3E17	279350NIC0045826	14/07/2026	50020
BCI6780	279350NIC0045844	14/07/2026	50020
BDB5H29	279350NIC0045841	14/07/2026	50020
BEG2B80	279350NIC0045843	14/07/2026	50020
BFZ7D63	279350NIC0045828	14/07/2026	50020
FXP7G42	279350NIC0045861	14/07/2026	50020

FYU0D80	279350NIC0045839	14/07/2026	50020
GBI9F96	279350NIC0045824	14/07/2026	50020
GDA0A17	279350NIC0045856	14/07/2026	50020
OHS6618	279350NIC0045862	14/07/2026	50020
QAH2638	279350NIC0045863	14/07/2026	50020
QXP8C33	279350NIC0045831	14/07/2026	50020
RHA6E05	279350NIC0045830	14/07/2026	50020
RPZ5B70	279350NIC0045846	14/07/2026	50020
SEU4D00	279350NIC0045829	14/07/2026	50020
SEV9H08	279350NIC0045851	14/07/2026	50020
SEY2B62	279350NIC0045866	14/07/2026	50020
SHK7A03	279350NIC0045858	14/07/2026	50020
TAJ4I66	279350NIC0045857	14/07/2026	50020
TAZ7J35	279350NIC0045842	14/07/2026	50020
TBE3C23	279350NIC0045854	14/07/2026	50020
UBH2A65	279350NIC0045845	14/07/2026	50020

Publicado por:
Talita Luna Silva
Código Identificador:F424F528

UMUTRANS - DIRETORIA DE TRÂNSITO
NOTIFICAÇÕES DE AUTUAÇÃO DE MULTAS DE TRÂNSITO.

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à UMUTRANS - UMUARAMA até 24/09/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
AAA3C26	279350E000041347	21/07/2026	55412
AAI0420	279350E000041112	21/07/2026	55412
AAT7B00	279350E000041199	21/07/2026	55412
AAW2A76	279350E000040907	20/07/2026	55412
AAX4D12	279350E000041430	21/07/2026	55412
ABE7415	279350E000040994	20/07/2026	55412
ABJ1604	279350E000040706	20/07/2026	55412
ABM6E00	279350E000040614	18/07/2026	55412
ABV6A42	279350E000040878	20/07/2026	55412
ABX7H44	279350E000041119	21/07/2026	55412
ABY6298	279350E000040888	20/07/2026	55412
ACV7345	279350E000041017	20/07/2026	55412
ADK6D33	279350E000041388	21/07/2026	55412
ADK6D33	279350E000040998	20/07/2026	55412
ADQ7F55	279350E000040665	20/07/2026	55412
ADX6C22	279350E000040637	20/07/2026	55412
AEC4J84	279350E000041116	21/07/2026	55412
AEC8227	279350E000041218	21/07/2026	55412
AEI5051	279350E000041097	21/07/2026	55412
AEK4E92	279350E000041418	21/07/2026	55412
AEQ0300	279350E000040663	20/07/2026	55412
AFR6J51	279350NIC0045880	17/07/2026	50020
AFT1755	279350E000040815	20/07/2026	55412
AFT1755	279350E000040638	20/07/2026	55412
AFT1755	279350E000040825	20/07/2026	55412
AFV8F85	279350E000040995	20/07/2026	55412
AGO6861	279350E000040760	20/07/2026	55412
AGZ9572	279350E000041163	21/07/2026	55412
AHG1A20	279350E000041354	21/07/2026	55412
AHI7432	279350E000040642	20/07/2026	55412
AHN2C07	279350E000041342	21/07/2026	55412
AHO8553	279350E000041279	21/07/2026	55412
AHP8446	279350E000040695	20/07/2026	55412
AID0590	279350E000040774	20/07/2026	55412
AJB9E76	279350E000041401	21/07/2026	55412
AJY8400	279350NIC0045881	17/07/2026	50020
AKS9H42	279350E000041361	21/07/2026	55412
AKV2198	279350E000040999	20/07/2026	55412
AKZ2D26	279350E000041193	21/07/2026	55412
ALB2B41	279350E000041132	21/07/2026	55412
ALC2400	279350E000041217	21/07/2026	55412
ALG4058	279350E000040968	20/07/2026	55412
ALT9G68	279350E000041257	21/07/2026	55412
ALU9I45	279350E000040925	20/07/2026	55412
AME8027	279350E000040688	20/07/2026	55412
AMF0619	279350E000041095	21/07/2026	55412
AMF1I52	279350E000040797	20/07/2026	55412
AMJ9H73	279350E000040841	20/07/2026	55412
AMQ8C79	279350E000040789	20/07/2026	55412
AMR0308	279350E000041030	20/07/2026	55412
AOC2J11	279350E000041120	21/07/2026	55412
AOM7B51	279350E000040819	20/07/2026	55412
APK3G28	279350E000040659	20/07/2026	55412
APM5B27	279350E000040655	20/07/2026	55412
APQ7J51	279350E000041118	21/07/2026	55412
APW1C72	279350E000040613	18/07/2026	55412
APW7F05	279350E000041041	20/07/2026	55412
APZ8309	279350E000041340	21/07/2026	55412

AQA6H71	279350E000040918	20/07/2026	55412
AQC9F53	279350E000040612	18/07/2026	55412
AQI7664	279350E000040661	20/07/2026	55412
AQN8426	279350E000040686	20/07/2026	55412
AQO8J56	279350E000040896	20/07/2026	55412
AQQ3F37	279350E000041423	21/07/2026	55412
ARA7A57	279350E000041098	21/07/2026	55412
ARF5B37	279350E000041011	20/07/2026	55412
ARN9B91	279350E000040955	20/07/2026	55412
ARO7B05	279350E000041378	21/07/2026	55412
ARP5E14	279350E000040890	20/07/2026	55412
ARR3C30	279350E000041319	21/07/2026	55412
ART6562	279350E000041085	21/07/2026	55412
ARY1H41	279350E000041184	21/07/2026	55412
ARZ2374	279350E000040881	20/07/2026	55412
ARZ2374	279350E000041103	21/07/2026	55412
ASL9G70	279350E000041409	21/07/2026	55412
ASN8F09	279350E000041182	21/07/2026	55412
ASV0D29	279350E000040874	20/07/2026	55412
ASW2807	279350E000040739	20/07/2026	55412
ATB6D62	279350E000041077	21/07/2026	55412
ATG0054	279350E000041079	21/07/2026	55412
ATW8I80	279350E000040843	20/07/2026	55412
ATY4I56	279350E000040667	20/07/2026	55412
AUA6B16	279350E000040810	20/07/2026	55412
AUM7177	279350E000041156	21/07/2026	55412
AUX1B26	279350E000040720	20/07/2026	55412
AUX1B26	279350E000041151	21/07/2026	55412
AVA8C17	279350E000040714	20/07/2026	55412
AVJ4120	279350E000040972	20/07/2026	55412
AVK1D51	279350E000040669	20/07/2026	55412
AVL6C50	279350E000041427	21/07/2026	55412
AVQ8224	279350E000041109	21/07/2026	55412
AVR1B28	279350E000040831	20/07/2026	55412
AVV1117	279350E000041311	21/07/2026	55412
AVY0051	279350E000041091	21/07/2026	55412
AWE5J58	279350E000041204	21/07/2026	55412
AWF9295	279350E000040889	20/07/2026	55412
AWJ3I35	279350E000041154	21/07/2026	55412
AWS5021	279350E000040710	20/07/2026	55412
AWX4C21	279350E000041113	21/07/2026	55412
AXC7I90	279350E000040966	20/07/2026	55412
AXD9249	279350E000040645	20/07/2026	55412
AXE8273	279350E000041327	21/07/2026	55412
AXN0472	279350E000041110	21/07/2026	55412
AXN0I54	279350E000041402	21/07/2026	55412
AXU0E20	279350E000041090	21/07/2026	55412
AXY8505	279350E000040868	20/07/2026	55412
AYA3906	279350E000041274	21/07/2026	55412
AYE3H41	279350NIC0045886	17/07/2026	50020
AYE4I39	279350E000040647	20/07/2026	55412
AYF1G62	279350E000040721	20/07/2026	55412
AYG0501	279350E000041315	21/07/2026	55412
AYK0H65	279350E000040657	20/07/2026	55412
AYM6E49	279350E000041385	21/07/2026	55412
AYN5J27	279350E000040633	20/07/2026	55412
AYP4715	279350E000041425	21/07/2026	55412
AYP5J76	279350E000041383	21/07/2026	55412
AYQ9H82	279350E000040962	20/07/2026	55412
AYS2E81	279350E000040790	20/07/2026	55412
AZF8392	279350E000041210	21/07/2026	55412
AZK6B41	279350E000040976	20/07/2026	55412
AZK9C26	279350E000041305	21/07/2026	55412
AZQ3492	279350E000041230	21/07/2026	55412
AZT9D88	279350E000041338	21/07/2026	55412
AZW1734	279350E000041229	21/07/2026	55412
AZW6G87	279350E000041203	21/07/2026	55412
AZY2I44	279350E000040842	20/07/2026	55412
AZY4D26	279350E000041249	21/07/2026	55412
BAA9G63	279350E000041170	21/07/2026	55412
BAM2D14	279350E000041171	21/07/2026	55412
BAP7I42	279350E000040685	20/07/2026	55412
BAV9431	279350NIC0045884	17/07/2026	50020
BAY6270	279350E000040783	20/07/2026	55412
BAY6900	279350E000040660	20/07/2026	55412
BBD1C08	279350E000041424	21/07/2026	55412
BBD1F79	279350E000040884	20/07/2026	55412
BBE2E26	279350E000040616	18/07/2026	55412
BBH8835	279350E000041031	20/07/2026	55412
BBI0D97	279350E000041040	20/07/2026	55412
BBI7I27	279350E000040707	20/07/2026	55412
BBJ3B49	279350E000040653	20/07/2026	55412
BBL8E45	279350E000040689	20/07/2026	55412
BBS0241	279350E000041142	21/07/2026	55412
BBS2C93	279350E000040796	20/07/2026	55412
BBX2D27	279350E000040822	20/07/2026	55412
BBX2D27	279350E000041082	21/07/2026	55412
BCD7547	279350E000041273	21/07/2026	55412
BCG7B37	279350E000040827	20/07/2026	55412

BCJ3473	279350E000041107	21/07/2026	55412
BCM6909	279350E000040681	20/07/2026	55412
BCN5D56	279350E000041045	20/07/2026	55412
BCO7J99	279350E000040728	20/07/2026	55412
BCR8F06	279350E000040658	20/07/2026	55412
BCS5I84	279350E000040718	20/07/2026	55412
BCX8A21	279350E000040632	20/07/2026	55412
BDA9C36	279350E000041280	21/07/2026	55412
BDC5H05	279350E000040964	20/07/2026	55412
BDL6I87	279350E000041336	21/07/2026	55412
BDU0I79	279350E000041202	21/07/2026	55412
BDX6I42	279350E000041419	21/07/2026	55412
BEC7H51	279350E000041358	21/07/2026	55412
BEP5C35	279350E000041055	20/07/2026	55412
BEP5C35	279350E000041070	20/07/2026	55412
BER2G19	279350E000041234	21/07/2026	55412
BER4F83	279350E000041076	21/07/2026	55412
BEZ7I42	279350E000040742	20/07/2026	55412
BNL5584	279350E000040835	20/07/2026	55412
BOS8D39	279350NIC0045885	17/07/2026	50020
BPE2112	279350E000040682	20/07/2026	55412
BUA1200	279350E000040719	20/07/2026	55412
CHM3I91	279350E000041187	21/07/2026	55412
CHN3657	279350E000041242	21/07/2026	55412
CPP5J54	279350E000040799	20/07/2026	55412
CSN9J22	279350E000041007	20/07/2026	55412
CVC6679	279350E000040753	20/07/2026	55412
CZX5I34	279350E000040717	20/07/2026	55412
DDS3D92	279350E000040973	20/07/2026	55412
DJB9582	279350E000041123	21/07/2026	55412
DJB9582	279350E000040816	20/07/2026	55412
DJQ3846	279350E000041136	21/07/2026	55412
DKV8F07	279350E000040864	20/07/2026	55412
DKZ4188	279350E000040981	20/07/2026	55412
DMR4I26	279350E000040974	20/07/2026	55412
DMV8C27	279350E000041322	21/07/2026	55412
DUB6I57	279350E000041018	20/07/2026	55412
DUJ6I43	279350E000040679	20/07/2026	55412
DUN7882	279350E000040635	20/07/2026	55412
DUT3G47	279350E000041081	21/07/2026	55412
DWK6D97	279350E000041087	21/07/2026	55412
DWK8B64	279350E000041056	20/07/2026	55412
DWO6G67	279350E000040865	20/07/2026	55412
DZH8833	279350E000041213	21/07/2026	55412
EAS8I63	279350E000040886	20/07/2026	55412
EBJ0G65	279350E000041290	21/07/2026	55412
EBJ1A70	279350E000041179	21/07/2026	55412
EDE1H05	279350E000041020	20/07/2026	55412
EEH6399	279350E000040610	18/07/2026	55412
EEH6399	279350E000040694	20/07/2026	55412
EIR6G75	279350E000040690	20/07/2026	55412
EIV1D70	279350E000041253	21/07/2026	55412
EKP9D66	279350E000041313	21/07/2026	55412
ELL1C77	279350E000040798	20/07/2026	55412
ELL8536	279350E000040779	20/07/2026	55412
ELS8E99	279350E000040773	20/07/2026	55412
EQK9F25	279350E000041254	21/07/2026	55412
ERU0B07	279350E000041302	21/07/2026	55412
ESK0H65	279350E000041331	21/07/2026	55412
ETA7A77	279350E000040785	20/07/2026	55412
ETB3799	279350E000041158	21/07/2026	55412
ETD3I60	279350E000040910	20/07/2026	55412
EUH6I00	279350E000040957	20/07/2026	55412
FBB2E46	279350E000041214	21/07/2026	55412
FBB7A42	279350NIC0045876	17/07/2026	50020
FCM7G50	279350E000040752	20/07/2026	55412
FCT1E50	279350E000040849	20/07/2026	55412
FCT7H98	279350E000041377	21/07/2026	55412
FEV4A54	279350E000040759	20/07/2026	55412
FFO1J58	279350E000041010	20/07/2026	55412
FHI9J38	279350E000040736	20/07/2026	55412
FOE8216	279350E000040960	20/07/2026	55412
FQW6B47	279350E000040743	20/07/2026	55412
FSL4A22	279350E000040620	18/07/2026	55412
FUI4878	279350E000040741	20/07/2026	55412
FVE3G53	279350E000040919	20/07/2026	55412
FXO2B15	279350E000041215	21/07/2026	55412
GAI9F43	279350E000040758	20/07/2026	55412
GCD9G13	279350E000040885	20/07/2026	55412
GCE6J58	279350E000040733	20/07/2026	55412
GCE6J58	279350E000041339	21/07/2026	55412
GDM5C94	279350E000041286	21/07/2026	55412
GFJ2F99	279350E000041243	21/07/2026	55412
GHC9A46	279350E000041396	21/07/2026	55412
GIO7G79	279350E000041348	21/07/2026	55412
GIT3I02	279350E000040937	20/07/2026	55412
GJE3I91	279350E000041292	21/07/2026	55412
GJE3I91	279350E000040900	20/07/2026	55412
GJJ4E01	279350E000041093	21/07/2026	55412

HIC9550	279350E000040850	20/07/2026	55412
HNW6230	279350E000041237	21/07/2026	55412
HRD6E01	279350E000041125	21/07/2026	55412
HRZ4099	279350E000041042	20/07/2026	55412
HSC2A85	279350E000040671	20/07/2026	55412
HSF3B82	279350E000040852	20/07/2026	55412
HSF3B82	279350E000041282	21/07/2026	55412
HSI0D31	279350E000041200	21/07/2026	55412
HXD7E84	279350E000040873	20/07/2026	55412
IQA8152	279350E000041405	21/07/2026	55412
IQC1G22	279350E000040970	20/07/2026	55412
ISE8F80	279350E000041051	20/07/2026	55412
IXB4249	279350E000041137	21/07/2026	55412
JGM1I16	279350E000040615	18/07/2026	55412
JJS6H40	279350E000040954	20/07/2026	55412
KQH1B80	279350E000041135	21/07/2026	55412
KQK7F94	279350E000040617	18/07/2026	55412
LMJ7J01	279350NIC0045887	17/07/2026	50020
LOB2542	279350E000040696	20/07/2026	55412
LSD1913	279350E000040807	20/07/2026	55412
MEM5H75	279350E000041351	21/07/2026	55412
MEM5H75	279350E000040800	20/07/2026	55412
MHF6F63	279350E000041389	21/07/2026	55412
MHL8J46	279350E000040701	20/07/2026	55412
MIP6I38	279350E000040869	20/07/2026	55412
MIP6I38	279350E000041084	21/07/2026	55412
MMC3690	279350E000041005	20/07/2026	55412
MMF2J26	279350E000041211	21/07/2026	55412
MMV2436	279350E000040951	20/07/2026	55412
MTR1J16	279350E000040640	20/07/2026	55412
MWB0A09	279350E000040684	20/07/2026	55412
NAA7G71	279350E000040746	20/07/2026	55412
NII1D85	279350E000041046	20/07/2026	55412
NJB6I51	279350E000040749	20/07/2026	55412
NJD8I36	279350E000040644	20/07/2026	55412
NLA4547	279350E000040953	20/07/2026	55412
NTG9H84	279350E000040652	20/07/2026	55412
PFB0F83	279350E000041145	21/07/2026	55412
PHR0B24	279350E000040820	20/07/2026	55412
PKK0A77	279350E000040738	20/07/2026	55412
PKZ0B46	279350E000041428	21/07/2026	55412
PTZ1I77	279350E000041367	21/07/2026	55412
PVF3J85	279350E000041064	20/07/2026	55412
PXH7C11	279350E000040870	20/07/2026	55412
PXI8A65	279350E000040948	20/07/2026	55412
PXO7G41	279350E000041408	21/07/2026	55412
PZD8F23	279350E000041337	21/07/2026	55412
QAZ7F66	279350E000041043	20/07/2026	55412
QIF6I18	279350E000040734	20/07/2026	55412
QQH6J21	279350E000040963	20/07/2026	55412
QSG9E90	279350E000040871	20/07/2026	55412
QWB9E68	279350E000041088	21/07/2026	55412
REI2J12	279350E000041178	21/07/2026	55412
RFM5F55	279350E000041251	21/07/2026	55412
RHC9D91	279350E000041232	21/07/2026	55412
RHT1I34	279350E000041421	21/07/2026	55412
RHW6I05	279350E000041038	20/07/2026	55412
RHZ1H12	279350NIC0045879	17/07/2026	50020
RHZ6B58	279350E000041141	21/07/2026	55412
RKZ2C37	279350E000040793	20/07/2026	55412
RLA0B49	279350E000040648	20/07/2026	55412
RSO4H95	279350E000041207	21/07/2026	55412
RVM1H72	279350E000041014	20/07/2026	55412
RVM1H72	279350NIC0045877	17/07/2026	50020
RVR1H37	279350E000041198	21/07/2026	55412
RVX6B89	279350E000041433	21/07/2026	55412
RWH8I96	279350E000040830	20/07/2026	55412
SDR2I60	279350E000040771	20/07/2026	55412
SDR2I60	279350E000041144	21/07/2026	55412
SDV8D98	279350E000041152	21/07/2026	55412
SDY3A25	279350E000040680	20/07/2026	55412
SEB2G31	279350E000041394	21/07/2026	55412
SEH6D26	279350E000040979	20/07/2026	55412
SEK8B59	279350E000041320	21/07/2026	55412
SEK9A98	279350E000041293	21/07/2026	55412
SEN5G60	279350E000040713	20/07/2026	55412
SEO0E62	279350E000040944	20/07/2026	55412
SEP1I98	279350E000041376	21/07/2026	55412
SEQ4A53	279350E000040674	20/07/2026	55412
SEW8E81	279350E000040676	20/07/2026	55412
SFC2B99	279350E000041258	21/07/2026	55412
SFE3H77	279350NIC0045888	17/07/2026	50020
SFE3H77	279350E000041220	21/07/2026	55412
SGZ7E31	279350E000041271	21/07/2026	55412
SHR7J35	279350NIC0045873	17/07/2026	50020
SMC2E25	279350E000040804	20/07/2026	55412
TAK6J27	279350E000041100	21/07/2026	55412
TAO0I51	279350NIC0045882	17/07/2026	50020
TBB9H80	279350E000040625	18/07/2026	55412

TBD7J34	279350E000041227	21/07/2026	55412
TBT4E75	279350E000041049	20/07/2026	55412
TBU9I71	279350E000041432	21/07/2026	55412
TBX2A22	279350E000041259	21/07/2026	55412
TEE1F52	279350E000041003	20/07/2026	55412
TZZ1C78	279350E000041415	21/07/2026	55412
UAS6I75	279350E000040930	20/07/2026	55412
UAU4J40	279350NIC0045875	17/07/2026	50020
UBF7F05	279350NIC0045878	17/07/2026	50020
UBF9F72	279350E000040908	20/07/2026	55412
UBH2A65	279350E000041260	21/07/2026	55412
UBH5C90	279350E000041164	21/07/2026	55412
UBI7I97	279350NIC0045874	17/07/2026	50020
UBL8I76	279350E000041431	21/07/2026	55412
UBS4D31	279350E000040744	20/07/2026	55412
UBX9G18	279350E000041122	21/07/2026	55412
UCA4E30	279350E000041334	21/07/2026	55412
UCH5G28	279350E000041262	21/07/2026	55412
UCH5G28	279350E000040836	20/07/2026	55412

Publicado por:
Talita Luna Silva
Código Identificador:39D390B8

UMUTRANS - DIRETORIA DE TRÂNSITO
NOTIFICAÇÕES DE PENALIDADE DE MULTAS DE TRÂNSITO.

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à UMUTRANS - UMUARAMA até 21/09/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
AAA5E03	279350S000263916	19/05/2026	60503	R$ 293,47
AAD8383	279350S000263991	20/05/2026	60503	R$ 293,47
AAF1F52	279350S000263742	17/05/2026	60503	R$ 293,47
ABE1707	279350T000141129	26/05/2026	51852	R$ 195,23
ABM3I42	279350S000263719	17/05/2026	60503	R$ 293,47
ABM6J36	279350S000263809	18/05/2026	56732	R$ 130,16
ABT1331	279350T000141111	25/05/2026	51851	R$ 195,23
ABX4591	279350S000263444	13/05/2026	60503	R$ 293,47
ACL7064	279350S000263956	20/05/2026	60503	R$ 293,47
ACL7064	279350S000263992	20/05/2026	60503	R$ 293,47
ACL7064	279350S000263489	14/05/2026	60503	R$ 293,47
ACL7064	279350S000263998	20/05/2026	60503	R$ 293,47
ACL7064	279350S000263650	16/05/2026	60503	R$ 293,47
ACS3120	279350S000263826	18/05/2026	60503	R$ 293,47
ACS7797	279350T000141216	27/05/2026	76331	R$ 293,47
ACZ3E86	279350S000263712	17/05/2026	56732	R$ 130,16
ADE1H00	279350S000263701	16/05/2026	60503	R$ 293,47
ADJ1117	279350S000263398	13/05/2026	60503	R$ 293,47
AEC2685	279350S000263653	16/05/2026	60503	R$ 293,47
AEP7H35	279350T000141037	21/05/2026	51851	R$ 195,23
AEV4D49	279350S000263649	16/05/2026	60503	R$ 293,47
AEV4D49	279350S000263662	16/05/2026	60503	R$ 293,47
AEY8634	279350S000263866	19/05/2026	60503	R$ 293,47
AFB3589	279350T000141146	26/05/2026	51851	R$ 195,23
AFI8785	279350S000263730	17/05/2026	60503	R$ 293,47
AFL1B67	279350T000141203	27/05/2026	51851	R$ 195,23
AFY3311	279350S000263439	13/05/2026	60503	R$ 293,47
AFZ3B39	279350T000141063	23/05/2026	51851	R$ 195,23
AFZ3B39	279350T000141064	23/05/2026	76331	R$ 293,47
AHK9660	279350S000263510	14/05/2026	60503	R$ 293,47
AHO8810	279350S000263627	16/05/2026	60503	R$ 293,47
AHX5C02	279350S000263572	15/05/2026	60503	R$ 293,47
AHZ7116	279350S000263384	12/05/2026	60503	R$ 293,47
AIC5151	279350S000263813	18/05/2026	60503	R$ 293,47
AID2834	279350T000141219	27/05/2026	51852	R$ 195,23
AIF3D69	279350S000263498	14/05/2026	60503	R$ 293,47
AIG2125	279350S000263812	18/05/2026	60503	R$ 293,47
AIH5I77	279350S000264032	21/05/2026	60503	R$ 293,47
AIX7365	279350S000263983	20/05/2026	60503	R$ 293,47
AIX9J74	279350T000141036	21/05/2026	51852	R$ 195,23
AJC0A24	279350S000263544	15/05/2026	60503	R$ 293,47
AJC0G82	279350T000141188	27/05/2026	51851	R$ 195,23
AJI5J09	279350T000141097	25/05/2026	51851	R$ 195,23
AJZ4B85	279350S000263363	12/05/2026	60503	R$ 293,47
AKD3C41	279350S000263817	18/05/2026	60503	R$ 293,47
AKF4677	279350S000263718	17/05/2026	60503	R$ 293,47
AKG0768	279350S000263485	14/05/2026	60503	R$ 293,47
AKG1B86	279350S000263484	14/05/2026	60503	R$ 293,47
AKG7767	279350S000263394	13/05/2026	60503	R$ 293,47
AKI1G31	279350S000263944	20/05/2026	60503	R$ 293,47
AKJ4I55	279350S000263690	16/05/2026	60503	R$ 293,47
AKK3C57	279350S000263869	19/05/2026	60503	R$ 293,47
AKL5307	279350T000138218	22/05/2026	66531	R$ 195,23
AKR7333	279350S000263897	19/05/2026	60503	R$ 293,47
AKR8A59	279350T000141194	27/05/2026	51851	R$ 195,23

AKZ2374	279350S000263652	16/05/2026	60503	R$ 293,47
ALA2I86	279350S000263558	15/05/2026	56732	R$ 130,16
ALG2C75	279350S000263320	11/05/2026	60503	R$ 293,47
ALI2J53	279350S000263905	19/05/2026	56732	R$ 130,16
ALI5G78	279350S000263591	15/05/2026	60503	R$ 293,47
ALI5G78	279350S000263367	12/05/2026	60503	R$ 293,47
ALK1E40	279350S000263404	13/05/2026	60503	R$ 293,47
ALK1G29	279350T000141153	26/05/2026	76331	R$ 293,47
ALK1G29	279350T000141152	26/05/2026	51851	R$ 195,23
ALL4C25	279350S000263735	17/05/2026	60503	R$ 293,47
ALO1172	279350S000263831	18/05/2026	60503	R$ 293,47
ALP6481	279350S000263613	15/05/2026	60503	R$ 293,47
ALQ5804	279350S000263386	12/05/2026	60503	R$ 293,47
ALV6489	279350T000137268	27/05/2026	51851	R$ 195,23
ALV6489	279350T000137267	27/05/2026	76332	R$ 293,47
ALY9H63	279350T000141061	23/05/2026	51851	R$ 195,23
AMA7884	279350S000263480	14/05/2026	60503	R$ 293,47
AMA7884	279350S000263635	16/05/2026	60503	R$ 293,47
AMB4B77	279350S000263403	13/05/2026	60503	R$ 293,47
AMG3C87	279350S000263583	15/05/2026	60503	R$ 293,47
AMG3C87	279350S000263504	14/05/2026	60503	R$ 293,47
AMH9D22	279350T000141118	25/05/2026	51852	R$ 195,23
AMI6303	279350S000263994	20/05/2026	60503	R$ 293,47
AMJ4125	279350S000263596	15/05/2026	60503	R$ 293,47
AMJ9201	279350S000263638	16/05/2026	60503	R$ 293,47
AMM3285	279350T000141079	25/05/2026	51851	R$ 195,23
AMP4279	279350S000263331	12/05/2026	60503	R$ 293,47
AMS5419	279350S000264010	21/05/2026	60503	R$ 293,47
AMT0403	279350S000263388	13/05/2026	60503	R$ 293,47
AMT4H66	279350T000141104	25/05/2026	51851	R$ 195,23
AMT7299	279350S000263609	15/05/2026	60503	R$ 293,47
AMU0816	279350S000263979	20/05/2026	60503	R$ 293,47
AMV1468	279350T000141178	27/05/2026	51851	R$ 195,23
AMW4A21	279350S000263757	17/05/2026	60503	R$ 293,47
AMW4A21	279350S000263736	17/05/2026	60503	R$ 293,47
AMW4A21	279350S000263786	17/05/2026	60503	R$ 293,47
AMW4A21	279350S000264009	21/05/2026	60503	R$ 293,47
AMW4A21	279350S000263658	16/05/2026	60503	R$ 293,47
AMW4A21	279350S000264026	21/05/2026	60503	R$ 293,47
AMX9068	279350S000263490	14/05/2026	60503	R$ 293,47
AMY1159	279350S000263397	13/05/2026	60503	R$ 293,47
ANC2855	279350T000141042	22/05/2026	51851	R$ 195,23
ANG1425	279350S000263830	18/05/2026	60503	R$ 293,47
ANG6H30	279350S000263576	15/05/2026	60503	R$ 293,47
ANH4260	279350S000263684	16/05/2026	60503	R$ 293,47
ANI6A36	279350S000263883	19/05/2026	60503	R$ 293,47
ANL4D11	279350S000263925	19/05/2026	60503	R$ 293,47
ANN6951	279350S000263541	15/05/2026	60503	R$ 293,47
ANQ4D67	279350S000264047	21/05/2026	60503	R$ 293,47
ANR6G23	279350S000263634	16/05/2026	60503	R$ 293,47
ANS6B55	279350S000263506	14/05/2026	60503	R$ 293,47
ANT6582	279350T000137270	27/05/2026	59910	R$ 293,47
ANU8517	279350S000263935	19/05/2026	60503	R$ 293,47
ANV5857	279350S000263354	12/05/2026	56732	R$ 130,16
ANW5719	279350S000263353	12/05/2026	60503	R$ 293,47
ANX1161	279350S000263829	18/05/2026	60503	R$ 293,47
AOB5415	279350T000141096	25/05/2026	51851	R$ 195,23
AOE6F05	279350S000264035	21/05/2026	60503	R$ 293,47
AOF9413	279350S000263476	14/05/2026	60503	R$ 293,47
AOG4115	279350T000141191	27/05/2026	51851	R$ 195,23
AOH1885	279350S000263970	20/05/2026	60503	R$ 293,47
AOJ4I92	279350S000263678	16/05/2026	60503	R$ 293,47
AOJ5E33	279350S000263746	17/05/2026	60503	R$ 293,47
AOJ5E33	279350S000263917	19/05/2026	60503	R$ 293,47
AON5C62	279350T000138220	22/05/2026	66531	R$ 195,23
AOS5828	279350S000263340	12/05/2026	60503	R$ 293,47
AOS5828	279350S000264017	21/05/2026	60503	R$ 293,47
AOS5828	279350S000263945	20/05/2026	60503	R$ 293,47
AOS5828	279350S000263550	15/05/2026	60503	R$ 293,47
AOS5828	279350S000263807	18/05/2026	60503	R$ 293,47
AOV2609	279350S000263779	17/05/2026	60503	R$ 293,47
AOV7701	279350S000263900	19/05/2026	60503	R$ 293,47
AOY3F15	279350T000141125	26/05/2026	51851	R$ 195,23
APA1736	279350S000264042	21/05/2026	60503	R$ 293,47
APA7J91	279350S000263411	13/05/2026	60503	R$ 293,47
APC4179	279350S000263857	18/05/2026	60503	R$ 293,47
APD1144	279350S000263655	16/05/2026	60503	R$ 293,47
APD6F35	279350S000263584	15/05/2026	60503	R$ 293,47
APF6945	279350S000263790	17/05/2026	60503	R$ 293,47
API9A80	279350S000264048	21/05/2026	60503	R$ 293,47
APJ0716	279350S000263707	16/05/2026	60503	R$ 293,47
APN7I12	279350S000263784	17/05/2026	60503	R$ 293,47
APO3254	279350S000264016	21/05/2026	60503	R$ 293,47
APO3254	279350S000263881	19/05/2026	60503	R$ 293,47
APW9G08	279350S000263633	16/05/2026	56732	R$ 130,16
APW9G85	279350S000263738	17/05/2026	60503	R$ 293,47
APY6014	279350S000263931	19/05/2026	60503	R$ 293,47
AQA6911	279350T000141085	25/05/2026	51852	R$ 195,23
AQJ1667	279350S000263321	11/05/2026	60503	R$ 293,47

AQL5881	279350S000263420	13/05/2026	60503	R$ 293,47
AQL9600	279350S000263376	12/05/2026	60503	R$ 293,47
AQM4A03	279350S000263947	20/05/2026	60503	R$ 293,47
AQP9G31	279350T000141095	25/05/2026	76332	R$ 293,47
AQQ2273	279350S000263918	19/05/2026	60503	R$ 293,47
AQT0I67	279350S000263537	15/05/2026	60503	R$ 293,47
AQY9539	279350S000264012	21/05/2026	60503	R$ 293,47
AQZ1B13	279350S000263436	13/05/2026	60503	R$ 293,47
ARA9B59	279350S000263808	18/05/2026	60503	R$ 293,47
ARF0638	279350S000263908	19/05/2026	60503	R$ 293,47
ARG9F99	279350T000141082	25/05/2026	51851	R$ 195,23
ARI2G98	279350S000263665	16/05/2026	60503	R$ 293,47
ARJ6B96	279350S000263844	18/05/2026	60503	R$ 293,47
ARR6D50	279350S000263543	15/05/2026	60503	R$ 293,47
ARS9H41	279350S000263519	14/05/2026	60503	R$ 293,47
ART6523	279350S000264022	21/05/2026	56732	R$ 130,16
ARY6169	279350S000263982	20/05/2026	60503	R$ 293,47
ASC3D79	279350S000263726	17/05/2026	60503	R$ 293,47
ASC9250	279350T000141102	25/05/2026	51851	R$ 195,23
ASH0414	279350S000263795	17/05/2026	60503	R$ 293,47
ASH1I45	279350T000118094	26/05/2026	54521	R$ 195,23
ASR8B96	279350S000263348	12/05/2026	60503	R$ 293,47
ASS7071	279350T000141137	26/05/2026	76331	R$ 293,47
ASV3606	279350S000263700	16/05/2026	60503	R$ 293,47
ASV8H84	279350S000263893	19/05/2026	60503	R$ 293,47
ASW6756	279350S000263471	14/05/2026	60503	R$ 293,47
ATB8B21	279350S000263462	13/05/2026	60503	R$ 293,47
ATC3I93	279350T000141151	26/05/2026	51851	R$ 195,23
ATI8716	279350T000120148	25/05/2026	54100	R$ 130,16
ATN0369	279350T000141089	25/05/2026	51851	R$ 195,23
ATN9A82	279350S000263603	15/05/2026	60503	R$ 293,47
ATO3249	279350S000263873	19/05/2026	60503	R$ 293,47
ATP9C87	279350S000263906	19/05/2026	60503	R$ 293,47
ATT7168	279350S000263773	17/05/2026	60503	R$ 293,47
ATT8360	279350S000263835	18/05/2026	60503	R$ 293,47
ATT8360	279350S000264007	20/05/2026	60503	R$ 293,47
ATV8777	279350S000263593	15/05/2026	60503	R$ 293,47
ATX2G61	279350T000141161	26/05/2026	51851	R$ 195,23
ATX2G61	279350T000141160	26/05/2026	76331	R$ 293,47
AUB6974	279350S000263833	18/05/2026	60503	R$ 293,47
AUD1C83	279350S000263674	16/05/2026	60503	R$ 293,47
AUG0306	279350T000141208	27/05/2026	76331	R$ 293,47
AUG0306	279350T000141209	27/05/2026	51851	R$ 195,23
AUG1I63	279350S000263902	19/05/2026	60503	R$ 293,47
AUH3078	279350S000263390	13/05/2026	60503	R$ 293,47
AUH3H27	279350T000141140	26/05/2026	51851	R$ 195,23
AUH6921	279350S000263796	18/05/2026	60503	R$ 293,47
AUH8662	279350T000141175	26/05/2026	51851	R$ 195,23
AUI2B29	279350S000263775	17/05/2026	56732	R$ 130,16
AUO0845	279350S000263497	14/05/2026	60503	R$ 293,47
AUP0G25	279350S000263437	13/05/2026	60503	R$ 293,47
AUP8996	279350S000263350	12/05/2026	60503	R$ 293,47
AUQ4H53	279350S000263888	19/05/2026	60503	R$ 293,47
AUY9A32	279350S000263421	13/05/2026	60503	R$ 293,47
AVA2F63	279350T000141098	25/05/2026	51851	R$ 195,23
AVA5H27	279350T000141081	25/05/2026	76332	R$ 293,47
AVC5G06	279350T000141205	27/05/2026	51851	R$ 195,23
AVD1060	279350S000263901	19/05/2026	60503	R$ 293,47
AVH9H56	279350S000263794	17/05/2026	60503	R$ 293,47
AVJ1E89	279350S000263422	13/05/2026	60503	R$ 293,47
AVK5713	279350S000263745	17/05/2026	60503	R$ 293,47
AVK6043	279350S000263904	19/05/2026	60503	R$ 293,47
AVM1617	279350T000141136	26/05/2026	76332	R$ 293,47
AVQ2990	279350S000263682	16/05/2026	60503	R$ 293,47
AVQ6D50	279350T000141162	26/05/2026	51852	R$ 195,23
AVQ9395	279350S000263804	18/05/2026	60503	R$ 293,47
AVU7I19	279350S000263876	19/05/2026	56732	R$ 130,16
AVW7I29	279350S000263890	19/05/2026	60503	R$ 293,47
AVX1B44	279350S000263863	18/05/2026	60503	R$ 293,47
AVY4H47	279350S000263774	17/05/2026	56732	R$ 130,16
AVZ5C73	279350S000263362	12/05/2026	60503	R$ 293,47
AVZ7370	279350S000263511	14/05/2026	60503	R$ 293,47
AVZ7370	279350S000263493	14/05/2026	60503	R$ 293,47
AWA2290	279350T000141220	27/05/2026	51852	R$ 195,23
AWD1F59	279350S000263545	15/05/2026	60503	R$ 293,47
AWH1D76	279350S000264019	21/05/2026	60503	R$ 293,47
AWN3F13	279350T000141200	27/05/2026	51851	R$ 195,23
AWN6F57	279350S000263754	17/05/2026	60503	R$ 293,47
AWO9A17	279350S000263996	20/05/2026	60503	R$ 293,47
AWR8B53	279350T000141087	25/05/2026	51851	R$ 195,23
AWT0C22	279350S000263651	16/05/2026	60503	R$ 293,47
AWT5C89	279350S000263632	16/05/2026	56732	R$ 130,16
AWU5904	279350S000263337	12/05/2026	60503	R$ 293,47
AWW6E90	279350S000263365	12/05/2026	60503	R$ 293,47
AWZ2I77	279350T000141185	27/05/2026	51851	R$ 195,23
AWZ6A61	279350S000263488	14/05/2026	60503	R$ 293,47
AXE3424	279350S000263562	15/05/2026	60503	R$ 293,47
AXF2D99	279350S000263317	11/05/2026	60503	R$ 293,47
AXF2I81	279350S000263993	20/05/2026	60503	R$ 293,47

AXJ9610	279350S000263695	16/05/2026	56732	R$ 130,16
AXL4B96	279350T000141105	25/05/2026	51851	R$ 195,23
AXW1366	279350S000263884	19/05/2026	60503	R$ 293,47
AXX7A23	279350S000263840	18/05/2026	60503	R$ 293,47
AYD4629	279350S000263442	13/05/2026	60503	R$ 293,47
AYD4629	279350S000263517	14/05/2026	60503	R$ 293,47
AYD4629	279350S000263445	13/05/2026	60503	R$ 293,47
AYF5472	279350S000263654	16/05/2026	60503	R$ 293,47
AYG6714	279350S000263590	15/05/2026	60503	R$ 293,47
AYN4566	279350S000263862	18/05/2026	60503	R$ 293,47
AYO0J99	279350S000263626	16/05/2026	60503	R$ 293,47
AYO2G14	279350S000263565	15/05/2026	60503	R$ 293,47
AYU5674	279350S000263608	15/05/2026	60503	R$ 293,47
AYZ3706	279350S000263832	18/05/2026	60503	R$ 293,47
AYZ4I31	279350S000263580	15/05/2026	56732	R$ 130,16
AZA9362	279350S000264039	21/05/2026	60503	R$ 293,47
AZD0729	279350S000263761	17/05/2026	60503	R$ 293,47
AZD0J85	279350S000263915	19/05/2026	60503	R$ 293,47
AZE7370	279350S000263949	20/05/2026	60503	R$ 293,47
AZG2J41	279350S000263381	12/05/2026	60503	R$ 293,47
AZK9C26	279350S000264021	21/05/2026	60503	R$ 293,47
AZK9I22	279350S000263623	16/05/2026	60503	R$ 293,47
AZL0493	279350T000141054	23/05/2026	51851	R$ 195,23
AZM0J77	279350S000263487	14/05/2026	60503	R$ 293,47
AZQ5865	279350S000263872	19/05/2026	60503	R$ 293,47
AZQ6D88	279350S000263987	20/05/2026	56732	R$ 130,16
AZR0G22	279350T000141166	26/05/2026	76331	R$ 293,47
AZR2830	279350S000263598	15/05/2026	60503	R$ 293,47
AZS6870	279350T000137254	26/05/2026	70561	R$ 293,47
AZT0D38	279350S000263336	12/05/2026	60503	R$ 293,47
AZU8284	279350S000263680	16/05/2026	60503	R$ 293,47
AZZ5D04	279350S000263486	14/05/2026	60503	R$ 293,47
AZZ5D54	279350S000263342	12/05/2026	60503	R$ 293,47
BAA9C96	279350S000263629	16/05/2026	60503	R$ 293,47
BAD8C06	279350T000137263	26/05/2026	54870	R$ 195,23
BAE6773	279350S000263475	14/05/2026	60503	R$ 293,47
BAF3G28	279350S000263711	17/05/2026	56732	R$ 130,16
BAG5I18	279350S000263785	17/05/2026	60503	R$ 293,47
BAL6D76	279350S000263928	19/05/2026	60503	R$ 293,47
BAM4467	279350S000263821	18/05/2026	60503	R$ 293,47
BAM4467	279350S000263952	20/05/2026	60503	R$ 293,47
BAV7822	279350T000118085	23/05/2026	76331	R$ 293,47
BAW7F21	279350S000263592	15/05/2026	60503	R$ 293,47
BAW8F00	279350S000263460	13/05/2026	60503	R$ 293,47
BAX3F57	279350S000263447	13/05/2026	60503	R$ 293,47
BBF4691	279350S000263673	16/05/2026	60503	R$ 293,47
BBF4B22	279350T000141114	25/05/2026	76331	R$ 293,47
BBF7292	279350S000264033	21/05/2026	60503	R$ 293,47
BBG6602	279350S000263724	17/05/2026	60503	R$ 293,47
BBH2267	279350T000141201	27/05/2026	51851	R$ 195,23
BBI4H61	279350T000141116	25/05/2026	76331	R$ 293,47
BBI9757	279350S000263687	16/05/2026	60503	R$ 293,47
BBM5G63	279350S000263605	15/05/2026	60503	R$ 293,47
BBM5J29	279350S000263392	13/05/2026	60503	R$ 293,47
BBM6J98	279350S000263941	20/05/2026	56732	R$ 130,16
BBP2617	279350S000263924	19/05/2026	60503	R$ 293,47
BBQ8D90	279350T000141192	27/05/2026	76331	R$ 293,47
BBS8370	279350S000263561	15/05/2026	60503	R$ 293,47
BBS8370	279350S000263564	15/05/2026	60503	R$ 293,47
BBU4C21	279350S000263345	12/05/2026	60503	R$ 293,47
BBW1I99	279350S000263896	19/05/2026	60503	R$ 293,47
BBX5F98	279350S000263911	19/05/2026	60503	R$ 293,47
BBX7172	279350S000263895	19/05/2026	60503	R$ 293,47
BBZ1C03	279350T000141073	23/05/2026	51851	R$ 195,23
BBZ3C39	279350S000263960	20/05/2026	60503	R$ 293,47
BCA2791	279350S000263389	13/05/2026	60503	R$ 293,47
BCB2J47	279350S000263963	20/05/2026	56732	R$ 130,16
BCB3C81	279350S000263514	14/05/2026	60503	R$ 293,47
BCC6F32	279350S000263530	14/05/2026	60503	R$ 293,47
BCC6H34	279350S000263361	12/05/2026	56732	R$ 130,16
BCD2D42	279350T000141148	26/05/2026	51851	R$ 195,23
BCD2D42	279350T000141149	26/05/2026	76331	R$ 293,47
BCI6E63	279350T000141171	26/05/2026	51852	R$ 195,23
BCL6I72	279350S000263512	14/05/2026	56732	R$ 130,16
BCM4B89	279350T000137265	27/05/2026	76331	R$ 293,47
BCN8I80	279350S000263664	16/05/2026	60503	R$ 293,47
BCO4H56	279350S000264000	20/05/2026	60503	R$ 293,47
BCQ4B34	279350T000141048	22/05/2026	51852	R$ 195,23
BCR1A49	279350S000263663	16/05/2026	60503	R$ 293,47
BCR4J17	279350T000141184	27/05/2026	76332	R$ 293,47
BCS8H94	279350S000263607	15/05/2026	60503	R$ 293,47
BCT4G87	279350S000263703	16/05/2026	60503	R$ 293,47
BCT8J77	279350S000263599	15/05/2026	60503	R$ 293,47
BCU7I70	279350S000263704	16/05/2026	60503	R$ 293,47
BCU7I70	279350S000263792	17/05/2026	60503	R$ 293,47
BCX0I21	279350T000141108	25/05/2026	51851	R$ 195,23
BDA6G34	279350S000263839	18/05/2026	60503	R$ 293,47
BDC2E17	279350S000263432	13/05/2026	60503	R$ 293,47
BDD3B44	279350S000263666	16/05/2026	60503	R$ 293,47

BDD8J57	279350S000263816	18/05/2026	60503	R$ 293,47
BDG7I40	279350S000263660	16/05/2026	60503	R$ 293,47
BDH5F83	279350S000263848	18/05/2026	60503	R$ 293,47
BDH9D68	279350S000263677	16/05/2026	60503	R$ 293,47
BDI7E67	279350T000141077	25/05/2026	76332	R$ 293,47
BDM4G81	279350T000141084	25/05/2026	51851	R$ 195,23
BDM6G12	279350S000263585	15/05/2026	60503	R$ 293,47
BDN9D66	279350T000137262	26/05/2026	54870	R$ 195,23
BDO0F59	279350S000263892	19/05/2026	60503	R$ 293,47
BDO0F59	279350S000263999	20/05/2026	60503	R$ 293,47
BDQ6I21	279350S000263412	13/05/2026	60503	R$ 293,47
BDQ6I21	279350S000263567	15/05/2026	60503	R$ 293,47
BDS4C48	279350S000263630	16/05/2026	60503	R$ 293,47
BDV7I51	279350S000263534	14/05/2026	60503	R$ 293,47
BDX5B18	279350S000263555	15/05/2026	56732	R$ 130,16
BDY3I96	279350T000141165	26/05/2026	76331	R$ 293,47
BDY7D63	279350S000263825	18/05/2026	60503	R$ 293,47
BEB7G67	279350S000263753	17/05/2026	60503	R$ 293,47
BEB9F50	279350S000263852	18/05/2026	60503	R$ 293,47
BEC4D13	279350S000263416	13/05/2026	60503	R$ 293,47
BEH6B82	279350S000263371	12/05/2026	60503	R$ 293,47
BEH9I01	279350S000264041	21/05/2026	60503	R$ 293,47
BEL8D46	279350S000263681	16/05/2026	60503	R$ 293,47
BEP2C34	279350S000260675	07/04/2026	60503	R$ 293,47
BEP6F14	279350S000263357	12/05/2026	60503	R$ 293,47
BER7A80	279350S000264038	21/05/2026	60503	R$ 293,47
BEU9H77	279350S000263686	16/05/2026	60503	R$ 293,47
BEV7I83	279350T000138217	22/05/2026	57380	R$ 293,47
BEX6J33	279350T000141190	27/05/2026	76332	R$ 293,47
BEY5J94	279350T000118095	26/05/2026	54521	R$ 195,23
BEY7H06	279350S000263953	20/05/2026	60503	R$ 293,47
BHA9444	279350T000141038	21/05/2026	51852	R$ 195,23
BNR9499	279350S000264046	21/05/2026	60503	R$ 293,47
BNR9499	279350S000263693	16/05/2026	60503	R$ 293,47
BNR9499	279350S000263456	13/05/2026	60503	R$ 293,47
BPI5127	279350S000263811	18/05/2026	60503	R$ 293,47
BRD9930	279350T000141076	23/05/2026	51851	R$ 195,23
BTJ2814	279350S000263581	15/05/2026	60503	R$ 293,47
BUG8G60	279350S000263539	15/05/2026	60503	R$ 293,47
BXL8D66	279350S000263329	11/05/2026	60503	R$ 293,47
BXT7F44	279350S000263805	18/05/2026	60503	R$ 293,47
CCI8565	279350S000263418	13/05/2026	60503	R$ 293,47
CFR9661	279350S000263661	16/05/2026	60503	R$ 293,47
CGI9J28	279350S000263675	16/05/2026	56732	R$ 130,16
CIK1A60	279350S000263619	15/05/2026	60503	R$ 293,47
COH9H49	279350S000263781	17/05/2026	56732	R$ 130,16
CPW4846	279350S000263907	19/05/2026	60503	R$ 293,47
CRI9154	279350S000263640	16/05/2026	60503	R$ 293,47
CWG0E77	279350S000263965	20/05/2026	60503	R$ 293,47
CXN8E35	279350S000263843	18/05/2026	60503	R$ 293,47
CYI4F37	279350T000141158	26/05/2026	51852	R$ 195,23
CYI4F37	279350T000141159	26/05/2026	76331	R$ 293,47
CYR5I07	279350S000263453	13/05/2026	60503	R$ 293,47
DAN8J04	279350S000263617	15/05/2026	60503	R$ 293,47
DAP3C90	279350S000263656	16/05/2026	60503	R$ 293,47
DAV0378	279350S000263396	13/05/2026	60503	R$ 293,47
DCE4087	279350T000141040	21/05/2026	51851	R$ 195,23
DCE9876	279350S000263344	12/05/2026	56732	R$ 130,16
DDO6H06	279350S000263597	15/05/2026	56732	R$ 130,16
DFQ2H85	279350S000263364	12/05/2026	60503	R$ 293,47
DFT6248	279350T000141156	26/05/2026	51851	R$ 195,23
DGU8D12	279350S000263553	15/05/2026	60503	R$ 293,47
DIB0177	279350T000141172	26/05/2026	51851	R$ 195,23
DID9251	279350S000263636	16/05/2026	60503	R$ 293,47
DIW8E14	279350T000141078	25/05/2026	51852	R$ 195,23
DJG4G79	279350T000141180	27/05/2026	76332	R$ 293,47
DJM0903	279350S000263647	16/05/2026	56732	R$ 130,16
DKV0C23	279350S000263760	17/05/2026	60503	R$ 293,47
DOK2745	279350S000263969	20/05/2026	60503	R$ 293,47
DOL9J00	279350S000263744	17/05/2026	56732	R$ 130,16
DOR5J66	279350T000137273	27/05/2026	54521	R$ 195,23
DQO8E00	279350T000141091	25/05/2026	76332	R$ 293,47
DRM6628	279350S000263810	18/05/2026	60503	R$ 293,47
DTW9293	279350S000263943	20/05/2026	60503	R$ 293,47
DVI1J04	279350S000263727	17/05/2026	56732	R$ 130,16
DVZ4A19	279350S000263425	13/05/2026	60503	R$ 293,47
DXS4F12	279350S000263513	14/05/2026	60503	R$ 293,47
DYQ8932	279350S000263370	12/05/2026	60503	R$ 293,47
DYT4869	279350S000263551	15/05/2026	60503	R$ 293,47
DYT4869	279350S000263648	16/05/2026	60503	R$ 293,47
DZW1F71	279350S000263689	16/05/2026	60503	R$ 293,47
EAR2B03	279350S000263406	13/05/2026	60503	R$ 293,47
EBJ3559	279350S000264003	20/05/2026	60503	R$ 293,47
ECC8I96	279350S000263477	14/05/2026	60503	R$ 293,47
EEB8E71	279350S000263962	20/05/2026	60503	R$ 293,47
EEE9G48	279350S000263940	20/05/2026	60503	R$ 293,47
EEE9G48	279350S000263887	19/05/2026	60503	R$ 293,47
EEE9G48	279350S000263341	12/05/2026	60503	R$ 293,47
EEE9G48	279350S000263505	14/05/2026	60503	R$ 293,47

EEV1730	279350S000263731	17/05/2026	60503	R$ 293,47
EGT5D67	279350T000141035	21/05/2026	51851	R$ 195,23
EGT5D67	279350S000263463	13/05/2026	60503	R$ 293,47
EIJ1871	279350S000263973	20/05/2026	60503	R$ 293,47
EIX1360	279350S000264031	21/05/2026	56732	R$ 130,16
EKS7E87	279350S000263628	16/05/2026	56732	R$ 130,16
EKT7J03	279350T000141196	27/05/2026	51851	R$ 195,23
ENJ8B51	279350S000263914	19/05/2026	60503	R$ 293,47
EPB6791	279350S000263787	17/05/2026	60503	R$ 293,47
EPD6G16	279350S000263672	16/05/2026	56732	R$ 130,16
EPF9A95	279350T000141193	27/05/2026	51851	R$ 195,23
EPH1J21	279350T000141135	26/05/2026	51851	R$ 195,23
ERI5J34	279350T000141113	25/05/2026	76331	R$ 293,47
EST1A93	279350S000263339	12/05/2026	60503	R$ 293,47
ETN1J63	279350S000263768	17/05/2026	60503	R$ 293,47
EUI0H67	279350S000263424	13/05/2026	60503	R$ 293,47
EVD5899	279350S000264028	21/05/2026	56732	R$ 130,16
EWT7470	279350S000263938	20/05/2026	56732	R$ 130,16
FAI4A19	279350T000141057	23/05/2026	76331	R$ 293,47
FAK7G49	279350S000263535	14/05/2026	60503	R$ 293,47
FAN4F58	279350S000263527	14/05/2026	60503	R$ 293,47
FBB2E46	279350T000141164	26/05/2026	76331	R$ 293,47
FCC9F96	279350S000263692	16/05/2026	60503	R$ 293,47
FEP0J72	279350T000141047	22/05/2026	51851	R$ 195,23
FFC2E28	279350S000263368	12/05/2026	60503	R$ 293,47
FFH8I09	279350S000263685	16/05/2026	56732	R$ 130,16
FHT7492	279350T000141214	27/05/2026	76331	R$ 293,47
FIU9D41	279350T000141157	26/05/2026	51851	R$ 195,23
FIY6F29	279350S000263988	20/05/2026	60503	R$ 293,47
FLY8J52	279350S000263782	17/05/2026	60503	R$ 293,47
FML5F89	279350T000141086	25/05/2026	51852	R$ 195,23
FMV0G53	279350S000264024	21/05/2026	60503	R$ 293,47
FMV0G53	279350S000263814	18/05/2026	60503	R$ 293,47
FNJ3H80	279350T000141145	26/05/2026	51851	R$ 195,23
FQR7D45	279350S000263978	20/05/2026	60503	R$ 293,47
FRW5E39	279350S000263470	14/05/2026	60503	R$ 293,47
FUX1C86	279350T000141121	26/05/2026	51852	R$ 195,23
FXA0G29	279350S000263845	18/05/2026	60503	R$ 293,47
FXB9C28	279350S000263610	15/05/2026	60503	R$ 293,47
FXJ2690	279350S000263352	12/05/2026	60503	R$ 293,47
FXT2879	279350S000263927	19/05/2026	60503	R$ 293,47
FZH9E34	279350T000141101	25/05/2026	51851	R$ 195,23
GBL4A88	279350S000263709	17/05/2026	56732	R$ 130,16
GBM2F30	279350S000263637	16/05/2026	60503	R$ 293,47
GCA3B21	279350S000263522	14/05/2026	60503	R$ 293,47
GCD9G13	279350S000263698	16/05/2026	60503	R$ 293,47
GCZ3C11	279350T000137266	27/05/2026	55680	R$ 195,23
GHT7E89	279350S000263793	17/05/2026	60503	R$ 293,47
GIG6I24	279350S000263438	13/05/2026	60503	R$ 293,47
GIZ7G07	279350S000263374	12/05/2026	60503	R$ 293,47
GJI6I55	279350T000118090	25/05/2026	54521	R$ 195,23
GYW5B43	279350S000263699	16/05/2026	60503	R$ 293,47
HOZ6674	279350T000141051	23/05/2026	51851	R$ 195,23
HQV6830	279350T000137264	26/05/2026	51851	R$ 195,23
HRD6E01	279350S000263984	20/05/2026	60503	R$ 293,47
HRI8E15	279350T000141123	26/05/2026	51851	R$ 195,23
HSA8C93	279350T000141173	26/05/2026	51851	R$ 195,23
HSC2A85	279350S000263616	15/05/2026	60503	R$ 293,47
HSX3I00	279350S000263441	13/05/2026	60503	R$ 293,47
HTH4F09	279350S000263946	20/05/2026	60503	R$ 293,47
HTI4431	279350S000263694	16/05/2026	60503	R$ 293,47
HTN1614	279350S000263741	17/05/2026	60503	R$ 293,47
IKY8157	279350S000263985	20/05/2026	60503	R$ 293,47
IKY8157	279350S000263934	19/05/2026	56732	R$ 130,16
IKY8157	279350S000263683	16/05/2026	60503	R$ 293,47
IOO2A42	279350S000263986	20/05/2026	60503	R$ 293,47
IRF7G06	279350T000137256	26/05/2026	76252	R$ 293,47
ISP9I34	279350S000263479	14/05/2026	60503	R$ 293,47
ISV2I06	279350T000141195	27/05/2026	51851	R$ 195,23
ISV2I06	279350S000263601	15/05/2026	60503	R$ 293,47
IUM7F00	279350T000141120	25/05/2026	51852	R$ 195,23
IVI7H07	279350S000264011	21/05/2026	56732	R$ 130,16
IVL9C02	279350T000141186	27/05/2026	76331	R$ 293,47
JWY6H07	279350S000263930	19/05/2026	60503	R$ 293,47
JXR4E26	279350T000141130	26/05/2026	51851	R$ 195,23
JZF2I31	279350S000263518	14/05/2026	60503	R$ 293,47
JZQ9578	279350S000263867	19/05/2026	60503	R$ 293,47
KAV5977	279350T000141107	25/05/2026	51851	R$ 195,23
KDI0C59	279350T000141065	23/05/2026	51851	R$ 195,23
KEV2817	279350T000141206	27/05/2026	51851	R$ 195,23
KEV2817	279350T000141207	27/05/2026	76331	R$ 293,47
KJR2427	279350S000263824	18/05/2026	60503	R$ 293,47
KLC5913	279350T000141154	26/05/2026	51851	R$ 195,23
KLC5913	279350T000141106	25/05/2026	51851	R$ 195,23
KMQ4928	279350T000141070	23/05/2026	51851	R$ 195,23
KMQ4928	279350T000141068	23/05/2026	76331	R$ 293,47
KND9G17	279350S000263533	14/05/2026	60503	R$ 293,47
KUY9964	279350T000141083	25/05/2026	51851	R$ 195,23
LBW7I10	279350S000263860	18/05/2026	60503	R$ 293,47

LLU6586	279350S000263720	17/05/2026	60503	R$ 293,47
LMN8B72	279350T000141133	26/05/2026	51851	R$ 195,23
LPM1375	279350S000263358	12/05/2026	60503	R$ 293,47
LQH9514	279350S000263455	13/05/2026	56732	R$ 130,16
LVD2223	279350T000141052	23/05/2026	51851	R$ 195,23
LXA9690	279350S000263948	20/05/2026	60503	R$ 293,47
LYZ2948	279350S000263923	19/05/2026	60503	R$ 293,47
LZF1131	279350S000263851	18/05/2026	60503	R$ 293,47
MAK5129	279350S000263507	14/05/2026	60503	R$ 293,47
MBA3406	279350S000263423	13/05/2026	60503	R$ 293,47
MBG4962	279350T000141132	26/05/2026	51852	R$ 195,23
MBY1704	279350S000263478	14/05/2026	60503	R$ 293,47
MCO6147	279350S000263767	17/05/2026	60503	R$ 293,47
MDL0F29	279350S000263828	18/05/2026	60503	R$ 293,47
MDL0F29	279350S000263328	11/05/2026	60503	R$ 293,47
MDL0F29	279350S000263563	15/05/2026	60503	R$ 293,47
MDW2E11	279350S000263818	18/05/2026	60503	R$ 293,47
MFO2E82	279350E000029191	08/05/2026	55412	R$ 195,23
MGE9C22	279350S000263502	14/05/2026	60503	R$ 293,47
MGH4833	279350T000141059	23/05/2026	51851	R$ 195,23
MHC8J99	279350S000263834	18/05/2026	60503	R$ 293,47
MHM8G56	279350S000263937	19/05/2026	60503	R$ 293,47
MIB0C04	279350S000263568	15/05/2026	60503	R$ 293,47
MIH8I44	279350S000263802	18/05/2026	60503	R$ 293,47
MJK3014	279350S000264040	21/05/2026	60503	R$ 293,47
MLO1G66	279350S000263620	15/05/2026	60503	R$ 293,47
MLV3474	279350T000141181	27/05/2026	51851	R$ 195,23
MOG0079	279350T000141147	26/05/2026	51851	R$ 195,23
MOR9E38	279350S000263729	17/05/2026	60503	R$ 293,47
MUV4F12	279350S000263391	13/05/2026	60503	R$ 293,47
MWS2E19	279350S000263669	16/05/2026	60503	R$ 293,47
MYX3F41	279350S000263338	12/05/2026	56732	R$ 130,16
NBR2D92	279350S000263349	12/05/2026	60503	R$ 293,47
NCL1265	279350S000263380	12/05/2026	60503	R$ 293,47
NCL1265	279350S000263854	18/05/2026	60503	R$ 293,47
NFK4262	279350S000263737	17/05/2026	56732	R$ 130,16
NQP3202	279350S000263408	13/05/2026	60503	R$ 293,47
NRA7J72	279350T000141197	27/05/2026	76332	R$ 293,47
NRH7D09	279350S000263975	20/05/2026	60503	R$ 293,47
NRN0D73	279350T000141074	23/05/2026	51851	R$ 195,23
NRT7220	279350S000263856	18/05/2026	60503	R$ 293,47
NRU0J83	279350T000118089	25/05/2026	54521	R$ 195,23
NRU1B09	279350S000263688	16/05/2026	56732	R$ 130,16
NSC2657	279350S000263491	14/05/2026	60503	R$ 293,47
NTD7E64	279350S000263395	13/05/2026	56732	R$ 130,16
OBC1245	279350S000263765	17/05/2026	60503	R$ 293,47
OFF0J11	279350S000263529	14/05/2026	60503	R$ 293,47
OKT0I08	279350S000263414	13/05/2026	60503	R$ 293,47
OLL6I50	279350S000263615	15/05/2026	60503	R$ 293,47
OOH2F46	279350T000141062	23/05/2026	51851	R$ 195,23
OOH3F16	279350S000263762	17/05/2026	60503	R$ 293,47
OOS3635	279350S000264044	21/05/2026	60503	R$ 293,47
OOU0E05	279350S000263747	17/05/2026	60503	R$ 293,47
OUF3F40	279350T000118093	26/05/2026	54521	R$ 195,23
PBQ7I79	279350S000263559	15/05/2026	60503	R$ 293,47
PJH8C34	279350S000263645	16/05/2026	60503	R$ 293,47
PMN1000	279350S000263667	16/05/2026	60503	R$ 293,47
PQF3A98	279350S000263503	14/05/2026	60503	R$ 293,47
PQF3A98	279350S000263469	14/05/2026	60503	R$ 293,47
PQN9I38	279350S000263566	15/05/2026	60503	R$ 293,47
PVF3J85	279350T000141049	22/05/2026	51851	R$ 195,23
PVG0G16	279350S000263646	16/05/2026	60503	R$ 293,47
PXI8A65	279350S000263763	17/05/2026	56732	R$ 130,16
PXM2F17	279350S000263898	19/05/2026	60503	R$ 293,47
PYS1D13	279350S000263536	15/05/2026	56732	R$ 130,16
PZC2A00	279350S000263449	13/05/2026	60503	R$ 293,47
QAA5C91	279350S000263373	12/05/2026	60503	R$ 293,47
QAD6G69	279350T000141071	23/05/2026	51851	R$ 195,23
QAF9D64	279350S000263922	19/05/2026	56732	R$ 130,16
QAJ4A60	279350S000263643	16/05/2026	60503	R$ 293,47
QAJ4A60	279350S000263570	15/05/2026	60503	R$ 293,47
QAK0C44	279350S000263516	14/05/2026	56732	R$ 130,16
QAK9I46	279350S000263657	16/05/2026	60503	R$ 293,47
QAL0B04	279350T000137253	26/05/2026	76332	R$ 293,47
QAL0J56	279350T000141221	27/05/2026	51852	R$ 195,23
QAV4H67	279350S000263589	15/05/2026	60503	R$ 293,47
QBI6I16	279350T000141103	25/05/2026	51851	R$ 195,23
QIH0E64	279350T000141179	27/05/2026	51852	R$ 195,23
QPH9J36	279350S000263324	11/05/2026	60503	R$ 293,47
QPR9C67	279350S000263547	15/05/2026	60503	R$ 293,47
QSB1H39	279350S000263820	18/05/2026	60503	R$ 293,47
QSZ2J69	279350T000121135	22/05/2026	76331	R$ 293,47
QUE6A81	279350S000263494	14/05/2026	60503	R$ 293,47
QYP9A18	279350S000263419	13/05/2026	60503	R$ 293,47
QZK0H26	279350T000121136	22/05/2026	65300	R$ 195,23
REM1I51	279350T000137255	26/05/2026	76331	R$ 293,47
RFD4E82	279350S000263870	19/05/2026	60503	R$ 293,47
RFW1J00	279350S000263957	20/05/2026	60503	R$ 293,47
RHA0G12	279350S000263958	20/05/2026	60503	R$ 293,47

RHA0G12	279350S000263748	17/05/2026	60503	R$ 293,47
RHA6B62	279350S000263346	12/05/2026	60503	R$ 293,47
RHB7H03	279350S000263446	13/05/2026	60503	R$ 293,47
RHB8D33	279350S000263676	16/05/2026	56732	R$ 130,16
RHD4C63	279350T000141210	27/05/2026	51851	R$ 195,23
RHD4C63	279350T000141211	27/05/2026	76331	R$ 293,47
RHD8E06	279350S000263954	20/05/2026	60503	R$ 293,47
RHH9F63	279350S000263846	18/05/2026	60503	R$ 293,47
RHI8D95	279350S000263400	13/05/2026	56732	R$ 130,16
RHK2J24	279350S000263974	20/05/2026	60503	R$ 293,47
RHL4C27	279350S000263378	12/05/2026	60503	R$ 293,47
RHL7G94	279350S000263426	13/05/2026	60503	R$ 293,47
RHQ8F38	279350S000264025	21/05/2026	56732	R$ 130,16
RHR2H62	279350S000263921	19/05/2026	60503	R$ 293,47
RHW3F31	279350S000263920	19/05/2026	60503	R$ 293,47
RHX2H76	279350T000137257	26/05/2026	66020	R$ 293,47
RHY1H76	279350S000263574	15/05/2026	60503	R$ 293,47
RHY2J15	279350T000121137	22/05/2026	65300	R$ 195,23
RLA0F84	279350S000263932	19/05/2026	60503	R$ 293,47
RMV2I11	279350S000263575	15/05/2026	60503	R$ 293,47
RNT5F23	279350S000263557	15/05/2026	60503	R$ 293,47
RRL6C12	279350S000264043	21/05/2026	60503	R$ 293,47
RRP6I97	279350S000263641	16/05/2026	60503	R$ 293,47
SDP2E50	279350S000263772	17/05/2026	60503	R$ 293,47
SDV7C09	279350T000118087	25/05/2026	54521	R$ 195,23
SDX1F94	279350S000263936	19/05/2026	56732	R$ 130,16
SDY5J46	279350S000263950	20/05/2026	60503	R$ 293,47
SDY6J07	279350S000263882	19/05/2026	60503	R$ 293,47
SEB5I22	279350S000263750	17/05/2026	60503	R$ 293,47
SED1A57	279350S000263799	18/05/2026	56732	R$ 130,16
SEE2I87	279350S000263526	14/05/2026	60503	R$ 293,47
SEF2H20	279350S000263723	17/05/2026	60503	R$ 293,47
SEF2H20	279350S000263717	17/05/2026	60503	R$ 293,47
SEF3C14	279350S000263318	11/05/2026	60503	R$ 293,47
SEJ6F80	279350S000263989	20/05/2026	60503	R$ 293,47
SEM1F91	279350S000263525	14/05/2026	60503	R$ 293,47
SEN2G33	279350S000263955	20/05/2026	60503	R$ 293,47
SEN4J82	279350S000263706	16/05/2026	60503	R$ 293,47
SEN5G87	279350S000264014	21/05/2026	60503	R$ 293,47
SEQ1J10	279350S000263899	19/05/2026	60503	R$ 293,47
SET0B65	279350T000137261	26/05/2026	59910	R$ 293,47
SET3C77	279350S000263880	19/05/2026	60503	R$ 293,47
SEU4D00	279350S000263850	18/05/2026	60503	R$ 293,47
SEU7E30	279350S000263333	12/05/2026	60503	R$ 293,47
SFD3F07	279350S000263556	15/05/2026	60503	R$ 293,47
SFF9A41	279350S000263435	13/05/2026	60503	R$ 293,47
SFG0C10	279350S000263379	12/05/2026	60503	R$ 293,47
SFI7F07	279350S000263492	14/05/2026	60503	R$ 293,47
SFJ3I87	279350S000264034	21/05/2026	60503	R$ 293,47
SFL7F46	279350T000119089	21/05/2026	54522	R$ 195,23
SFL7H04	279350S000263359	12/05/2026	60503	R$ 293,47
SFM2I11	279350S000263582	15/05/2026	60503	R$ 293,47
SFO3I28	279350S000263725	17/05/2026	60503	R$ 293,47
SGK7D00	279350S000263766	17/05/2026	60503	R$ 293,47
SHX0J90	279350S000263770	17/05/2026	60503	R$ 293,47
SML1G61	279350S000263732	17/05/2026	60503	R$ 293,47
SVX8E59	279350S000263387	13/05/2026	60503	R$ 293,47
SYC0A11	279350S000263708	17/05/2026	60503	R$ 293,47
SYU5B70	279350S000263990	20/05/2026	60503	R$ 293,47
TAI4J68	279350S000263715	17/05/2026	60503	R$ 293,47
TAN7I35	279350S000263515	14/05/2026	60503	R$ 293,47
TAN7I35	279350S000263495	14/05/2026	60503	R$ 293,47
TAO2J01	279350T000141167	26/05/2026	76331	R$ 293,47
TAO8G88	279350S000263721	17/05/2026	60503	R$ 293,47
TAQ4H71	279350T000137274	27/05/2026	54870	R$ 195,23
TAR2A52	279350T000118088	25/05/2026	54521	R$ 195,23
TAT5E70	279350S000264037	21/05/2026	60503	R$ 293,47
TAW0J86	279350S000263472	14/05/2026	60503	R$ 293,47
TAW4E67	279350S000263815	18/05/2026	60503	R$ 293,47
TAW7G22	279350S000263878	19/05/2026	60503	R$ 293,47
TAX5A27	279350S000263366	12/05/2026	60503	R$ 293,47
TAX5A27	279350S000263594	15/05/2026	60503	R$ 293,47
TAX5A27	279350S000263600	15/05/2026	60503	R$ 293,47
TAY5J33	279350S000263501	14/05/2026	60503	R$ 293,47
TAZ9J99	279350S000263466	13/05/2026	60503	R$ 293,47
TBC8H17	279350S000263780	17/05/2026	56732	R$ 130,16
TBD5D06	279350S000263855	18/05/2026	60503	R$ 293,47
TBH4C16	279350S000263961	20/05/2026	60503	R$ 293,47
TBJ1F85	279350S000263625	16/05/2026	60503	R$ 293,47
TBJ1F85	279350S000263624	16/05/2026	60503	R$ 293,47
TBJ1F85	279350S000263868	19/05/2026	60503	R$ 293,47
TBJ1F85	279350S000263546	15/05/2026	60503	R$ 293,47
TBJ2G83	279350S000263481	14/05/2026	60503	R$ 293,47
TBO3J16	279350T000141212	27/05/2026	76331	R$ 293,47
TBS7A66	279350S000263427	13/05/2026	60503	R$ 293,47
TBS7A66	279350S000263894	19/05/2026	60503	R$ 293,47
TBT9A19	279350S000263383	12/05/2026	60503	R$ 293,47
TBV0D26	279350S000263355	12/05/2026	60503	R$ 293,47
TBW7J61	279350S000263393	13/05/2026	60503	R$ 293,47

TBZ4B35	279350S000263841	18/05/2026	60503	R$ 293,47
THM4A36	279350S000263853	18/05/2026	60503	R$ 293,47
UAV4B70	279350S000263903	19/05/2026	60503	R$ 293,47
UAV7B65	279350S000263801	18/05/2026	60503	R$ 293,47
UAW2F84	279350S000263499	14/05/2026	60503	R$ 293,47
UBF1B76	279350S000263532	14/05/2026	56732	R$ 130,16
UBF1J25	279350T000138219	22/05/2026	57380	R$ 293,47
UBG1G85	279350T000137269	27/05/2026	55250	R$ 130,16
UBI6E22	279350S000263588	15/05/2026	60503	R$ 293,47
UBJ1A76	279350S000263458	13/05/2026	60503	R$ 293,47
UBJ1A76	279350S000263891	19/05/2026	60503	R$ 293,47
UBJ3G47	279350S000263405	13/05/2026	60503	R$ 293,47
UBL9I41	279350T000137275	27/05/2026	66020	R$ 293,47
UBS3C41	279350S000263800	18/05/2026	60503	R$ 293,47
UBT2G13	279350T000121138	22/05/2026	65300	R$ 195,23
UBW9C24	279350T000141131	26/05/2026	51851	R$ 195,23
UCC1I11	279350T000118092	26/05/2026	54521	R$ 195,23
UDM8E56	279350S000263885	19/05/2026	60503	R$ 293,47
UGG3J63	279350S000263739	17/05/2026	60503	R$ 293,47
UGG3J63	279350T000141046	22/05/2026	76331	R$ 293,47

Publicado por:
Talita Luna Silva
Código Identificador:93D414FB



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 004/2026

O Município de Paranavaí, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família em ação conjunta, com esteio na Lei nº. 13.019/2014 e Decreto Municipal nº. 22.889/2021, torna público o presente Edital de Chamamento Público para seleção de propostas apresentadas por Organizações da Sociedade Civil que executem o Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas Idosas, integrante da Proteção Social Especial de Alta Complexidade. O presente Chamamento Público tem por finalidade a celebração de Termo de Fomento visando ao fortalecimento e à qualificação da oferta do Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas Idosas, mediante o repasse de recursos financeiros oriundos do Fundo Municipal de Assistência Social para aquisição de materiais permanentes e de consumo destinados à proteção, segurança, prevenção de acidentes, primeiros socorros e demais itens necessários à melhoria das condições de atendimento, da segurança dos usuários e da qualidade dos serviços socioassistenciais prestados, em conformidade com as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social e da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

1. PROPÓSITO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

1.1 O Município de Paranavaí, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família torna público o presente Edital de Chamamento Público, visando a seleção de Organizações da Sociedade Civil que executem o Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas Idosas, integrante da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, voltado as entidades de assistência social, conforme art. 3º, da LOAS, interessadas em celebrar Termo de Fomento e receber recursos públicos, para aquisição de materiais permanentes e de consumo destinados à proteção, segurança, prevenção de acidentes, primeiros socorros e demais itens necessários à melhoria das condições de atendimento, da segurança dos usuários e da qualidade dos serviços socioassistenciais prestados, em conformidade com as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social e da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

1.2 O procedimento de seleção reger-se-á pela Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e posteriores alterações, bem como pelo Decreto Municipal nº 22.889, de 01 de outubro de 2021, e pelos demais normativos aplicáveis, pelas condições previstas neste edital, pelo termo de Fomento a ser celebrado e pelo Plano de Trabalho apresentado.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O procedimento de seleção reger-se-á pelas normas abaixo e pelos demais normativos aplicáveis, além das condições previstas neste Edital:

•Constituição da República Federativa do Brasil;
•Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014;
•Resolução nº 28/2011, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná;
•Instrução Normativa nº 61/2011, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná;
•Decreto Municipal nº 22.889/2021;
•Lei Federal nº 10.741/2003;
•Lei Federal nº 8.842/1994;
•Lei Complementar nº 101/2000;
•Lei nº 4.320/1964;
•Deliberação 016/2022 CEDI/PR ;
•Lei Federal nº 8.742/93
•Lei Federal nº 12.435/2011;
•Lei Municipal nº 5.467/2025;

3. OBJETO DO TERMO DE FOMENTO
3.1. O presente Termo de Fomento tem por objeto o financiamento, por intermédio do Fundo Municipal de Assistência Social, durante toda a vigência da parceria, visando à seleção de Organizações da Sociedade Civil (OSCs), que executem o Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas Idosas, integrante da Proteção Social Especial de Alta Complexidade enquadradas como entidades de assistência social conforme o art. 3º da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), interessadas em celebrar parceria com o Município. Os recursos públicos destinados serão aplicados para aquisição de materiais permanentes e de consumo destinados à proteção, segurança, prevenção de acidentes, primeiros socorros e demais itens necessários à melhoria das condições de atendimento, da segurança dos usuários e da qualidade dos serviços socioassistenciais prestados, em conformidade com as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social e da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.
3.2. Para atender o objeto deste Edital de Chamamento, será disponibilizado o montante de R$ 85.714,28 (oitenta e cinco mil, setecentos e quatorze reais e vinte e oito centavos) provenientes do Fundo Municipal da Assistência Social, para financiamento.

3.3.O prazo de vigência do Termo de Fomento é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitado a 60 (sessenta) meses
3.4. Cada Organização da Sociedade Civil poderá elaborar somente uma proposta no valor de R$ 42.857,14 (quarenta e dois mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e quatorze centavos) cada projeto.
3.5. O Plano de Trabalho deve indicar o projeto de acordo com objetivos e focos previstos no item 4 e 5 deste Edital, com especificação do nome do Projeto acompanhado de justificativa.

4. OBJETIVOS
a) Promover a melhoria das condições de proteção, segurança, prevenção de acidentes e atendimento a situações de emergência no Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas Idosas;
b) Financiar a aquisição de materiais permanentes e de consumo necessários ao adequado funcionamento do serviço, contribuindo para a qualificação da oferta socioassistencial;
c) Proporcionar maior segurança, acessibilidade, conforto e bem-estar às pessoas idosas acolhidas, em conformidade com as normativas aplicáveis aos serviços de acolhimento;
d) Apoiar as Organizações da Sociedade Civil na qualificação da execução do Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas Idosas, fortalecendo a capacidade de atendimento e a continuidade dos serviços ofertados;
e) Contribuir para o aprimoramento da qualidade dos serviços socioassistenciais prestados às pessoas idosas, em consonância com os princípios da Política Nacional de Assistência Social, da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e do Estatuto da Pessoa Idosa;
f) Assegurar que os recursos do Fundo Municipal de Assistência Social sejam aplicados no fortalecimento da rede socioassistencial, promovendo a melhoria contínua dos serviços ofertados à população idosa em situação de acolhimento institucional.

5. OBJETIVOS ESPECÍFICOS
a) Adquirir materiais permanentes destinados ao fortalecimento da infraestrutura do Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas Idosas, visando proporcionar maior segurança, funcionalidade e qualidade no atendimento aos usuários;
b) Adquirir materiais de consumo voltados à prevenção de acidentes, primeiros socorros, proteção individual, higiene, limpeza e demais insumos necessários ao funcionamento adequado do serviço;
c) Disponibilizar equipamentos e materiais que contribuam para a redução de riscos, prevenção de acidentes e atendimento imediato a situações de emergência no ambiente institucional;
d) Melhorar as condições de acessibilidade, conforto, segurança e proteção das pessoas idosas acolhidas, promovendo um ambiente mais adequado às suas necessidades e às normas vigentes;
e) Fortalecer a capacidade operacional das Organizações da Sociedade Civil executoras do Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas Idosas, por meio da modernização e adequação dos equipamentos e materiais utilizados na prestação dos serviços;
f) Contribuir para a qualificação da oferta dos serviços socioassistenciais, assegurando melhores condições de trabalho às equipes e maior eficiência na execução das atividades desenvolvidas;
g) Promover a melhoria contínua da qualidade dos serviços ofertados às pessoas idosas acolhidas, em consonância com a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, o Estatuto da Pessoa Idosa e demais normativas aplicáveis.

6. JUSTIFICATIVA
A Política Municipal de Assistência Social de Paranavaí é coordenada pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família, órgão gestor responsável pelo planejamento, coordenação, execução e monitoramento das ações do Sistema Único de Assistência Social – SUAS no âmbito municipal, assegurando a oferta de programas, projetos, benefícios e serviços socioassistenciais destinados à proteção social da população em situação de vulnerabilidade e risco social.
No âmbito da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, o Município garante a oferta do Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas Idosas, tipificado pela Resolução CNAS nº 109/2009, destinado ao acolhimento de pessoas com 60 anos ou mais em situação de vulnerabilidade, com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, ou submetidas a situações de abandono, negligência, violência ou outras violações de direitos, assegurando-lhes proteção integral.
A execução desse serviço demanda a adoção permanente de medidas que garantam a segurança dos usuários, dos trabalhadores e dos demais envolvidos na prestação do atendimento, observando as normas de saúde, segurança do trabalho, vigilância sanitária e demais legislações aplicáveis às instituições de acolhimento.
A Constituição Federal, a Lei Federal nº 8.742/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS), a Lei Federal nº 8.842/1994 (Política Nacional do Idoso) e a Lei Federal nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa) atribuem ao Poder Público o dever de assegurar proteção integral às pessoas idosas, garantindo-lhes atendimento digno, seguro e de qualidade.
Nesse contexto, a disponibilização de recursos para aquisição de materiais destinados à proteção, segurança, prevenção de acidentes e atendimento de situações de emergência constitui medida indispensável para qualificar a execução do Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas Idosas, contribuindo para a redução de riscos ocupacionais, a proteção da saúde dos trabalhadores, a segurança das pessoas acolhidas e a continuidade da prestação do serviço socioassistencial.
Dessa forma, o presente Chamamento Público tem por finalidade selecionar Organização da Sociedade Civil para celebração de Termo de Fomento destinado ao fortalecimento da oferta do Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas Idosas, mediante o repasse de recursos do Fundo Municipal de Assistência Social para aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e demais materiais de proteção, segurança, prevenção de acidentes e primeiros socorros, necessários ao adequado funcionamento do serviço.
A parceria contribuirá para o aprimoramento das condições de execução do Serviço de Acolhimento Institucional, promovendo maior segurança para usuários e trabalhadores, fortalecendo a qualidade da oferta socioassistencial e assegurando a observância das normas técnicas e legais aplicáveis aos serviços de acolhimento, em conformidade com os princípios da Política Nacional de Assistência Social, da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e das demais normativas que regulamentam o Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

7. PARTICIPAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO
7.1. Poderão participar deste Edital as organizações da sociedade civil (OSCs), assim consideradas aquelas definidas pelo art. 2º, inciso I, alíneas “a”,“b” ou “c”, da Lei nº 13.019/2014 (com redação dada pela Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015):

a) entidade privada sem fins lucrativos (associação ou fundação) que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu Patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;
b) as sociedades cooperativas previstas na Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999; as integradas por pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade pessoal ou social; as alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e de geração de trabalho e renda; as voltadas para colaboração, educação e capacitação de trabalhadores rurais ou capacitação de agentes de assistência técnica e extensão rural; e as capacitadas para execução de atividades ou de projetos de interesse público e de cunho social.
c) As organizações religiosas que se dediquem a atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos

7.2 Não será permitida a atuação em rede.

8. REQUISITOS/CONDIÇÕES PARA A CELEBRAÇÃO DO TERMO DE FOMENTO

8.1. As Organizações da Sociedade Civil – OSC que desejarem participar do presente chamamento público deverão:
I – Estar devidamente inscrita no Conselho Municipal da Assistência Social e no Conselho dos Direitos da Pessoa Idosa de Paranavaí;
II – Declarar, conforme modelo constante no ANEXO III– Declaração de Aceitação dos Termos do Edital, que está ciente e concorda com as disposições previstas neste Edital e seus anexos, bem como que se responsabilizam pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção;
III – Possuir sede no Município de Paranavaí, onde será executado o objeto deste edital;
IV – Objetivos estatutários ou regimentais voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social, bem como compatíveis com o objeto do instrumento a ser pactuado (art. 33, caput, inciso I, e art. 35, caput, inciso III, da Lei nº 13.019, de 2014). Estão dispensadas desta exigência as organizações religiosas e as sociedades cooperativas (art. 33, §§ 2º e 3º, Lei nº 13.019, de 2014);
V – ser regida por normas de organização interna que prevejam expressamente que, em caso de
dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei Federal n° 13.019, de 2014, e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta (art. 33, caput, inciso III, da Lei n° 13.019, de 2014);
VI – ser regida por normas de organização interna que prevejam, expressamente, escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade (art. 33, caput, inciso IV, da Lei Federal n° 13.019, de 2014);
VII – possuir:
a) no mínimo, 1 (um) ano de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;
b) experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante art. 33, inciso V, alínea "b", da Lei federal n° 13.019, de 2014);
c) capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas ou, alternativamente, prever a sua contratação ou aquisição com recursos da parceria, a ser atestado mediante declaração do representante legal da OSC. Não será necessária a demonstração de capacidade prévia instalada, sendo admitida a contratação de profissionais, a aquisição de bens e equipamentos ou a realização de serviços de adequação de espaço físico para o cumprimento do objeto da parceria (art. 33, caput, inciso V, alínea "c" e §5º, da Lei nº 13.019, de 2014);
d) garantir medidas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e idosos, de acordo com as características do objeto da parceria;
e)garantir medidassanitárias de acordo com as normativas de saúde vigentes e aplicáveis a atividade da OSC.

9. DOS IMPEDIMENTOS DE PARTICIPAÇÃO

9.1. Ficam impedidas de participar do presente chamamento público as OSCs que:
I – não estejam regularmente constituídas ou, se estrangeiras, não estejam autorizadas a funcionar no território nacional (inciso I, do art. 39, da Lei Federal nº 13.019/2014);
II – esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada (inciso II, do art. 39, da Lei Federal nº 13.019/2014);
III – Tenha, em seu quadro de dirigentes, membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública federal, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, exceto em relação às entidades que, por sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades referidas. Não são considerados membros de Poder os integrantes de conselhos de direitos e de políticas públicas (inciso III, do art. 39, da Lei Federal nº 13.019/2014 e no inciso I, alínea "b", do artigo 39, do Decreto Municipal nº 22.889/2021);
IV – tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos, exceto se (inciso IV, do art. 39, da Lei Federal nº 13.019/2014):
a) for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados;
b) for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição;
c) a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo.
V – tenha sido punida com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade (inciso V, do art. 39, da Lei Federal nº 13.019/2014):
a) suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;
b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;
c) a prevista no inciso II do art. 73 da Lei Federal n° 13.019/2014;
d) a prevista no inciso III do art. 73 da Lei Federal n° 13.019/2014

VI – tenha tido contas de parcerias julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos (inciso VI, do art. 39, da Lei Federal nº 13.019/2014);
VII – tenha entre seus dirigentes, pessoa (inciso VII, do art. 39, da Lei Federal nº 13.019/2014):
a) cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;
b) julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;
c) considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei Federal n° 8.429, de 2 de junho de 1992.

9.2. Fica vedada, nos termos da Lei 13.019, de 2014, a transferência de novos recursos no âmbito de parcerias em execução (§ 1º, do art. 39, da Lei Federal nº 13.019/2014).
9.3. Em qualquer das hipóteses previstas no item 9, persiste o impedimento para celebrar parceria enquanto não houver o ressarcimento do dano ao erário, pelo qual seja responsável a organização da sociedade civil ou seu dirigente (§ 2º, do art. 39, da Lei Federal nº 13.019/2014).
9.4. Para os fins do disposto na alínea "a" do inciso IV e no item 9.1, não serão considerados débitos que decorram de atrasos na liberação de repasses pela administração pública ou que tenham sido objeto de parcelamento, se a organização da sociedade civil estiver em situação regular no parcelamento.
9.5. A vedação prevista no inciso III, do item 9.1, não se aplica à celebração de parcerias com entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades referidas naquele inciso, sendo vedado que a mesma pessoa figure no Termo de Fomento simultaneamente como dirigente e administrador público (§ 5º, do art. 39, da Lei Federal nº 13.019/2014).
9.6. Não são considerados membros de Poder, os integrantes de Conselhos de Direitos e de Políticas Públicas (§ 6º, do art. 39, da Lei Federal nº 13.019/2014).

10.COMISSÃO DE SELEÇÃO

10.1. A Comissão de Seleção é o órgão colegiado destinado a processar e julgar o presente chamamento público, tendo sido constituída na forma da Portaria Municipal nº 23/2025.
10.2. Deverá se declarar impedido membro da Comissão de Seleção que tenha participado, nos últimos 5 (cinco) anos, contados da publicação do presente Edital, como associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado de qualquer OSC participante do chamamento público, ou cuja atuação no processo de seleção configure conflito de interesse (art. 27, §§ 2º e 3º, da Lei nº 13.019, de 2014, e art. 25, § 7º, do Decreto Municipal nº 22.889/2021).
10.3. A declaração de impedimento de membro da Comissão de Seleção não obsta a continuidade do processo de seleção. Configurado o impedimento, o membro impedido deverá ser imediatamente substituído por membro que possua qualificação equivalente à do substituído, sem necessidade de divulgação de novo Edital (art. 27, §§ 1º a 3º, da Lei nº 13.019, de 2014, e art. 25, § 1, do Decreto Municipal nº 22.889/2021.
10.4. Para subsidiar seus trabalhos, a Comissão de Seleção poderá solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado (art. 25, § 1º, do Decreto Municipal nº 22.889/2021).
10.5. A Comissão de Seleção poderá realizar, a qualquer tempo, diligências para verificar a autenticidade das informações e documentos apresentados pelas entidades concorrentes ou para esclarecer dúvidas e omissões. Em qualquer situação, devem ser observados os princípios da isonomia, da impessoalidade e da transparência.

11. DA FASE DE SELEÇÃO

11.1. A apresentação das propostas relacionadas ao presente edital observará o seguinte cronograma, devendo ser apresentadas de segunda a sexta-feira, das 08:00h às 11:30h e das 13:30h às 17:00h, na Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família situada a Rua Pernambuco,517, Centro, Paranavaí, conforme segue:

TABELA 1

ETAPA	DESCRIÇÃO DA ETAPA	DATAS
1	Publicação do Edital de Chamamento Público	27/08/2026 a 25/09/2026
2	Impugnação ao Edital	28/08/2026 a 03/09/2026
3	Análise e resposta aos pedidos de esclarecimento e impugnação deste Edital	04/09/2026 a 08/09/2026
4	Apresentação das Propostas pelas OSCs (Entrega dos envelopes contendo a proposta da OSC- Envelope 1).	27/08/2026 a 25/09/2026
5	Avaliação das propostas pela Comissão de Seleção*	28/09/2026 a 02/10/2026
6	Divulgação do resultado de seleção (resultado preliminar)	05/10/2026
7	Prazo para interposição de recurso do resultado preliminar	06/10/2026 a 10/10/2026
8	Análise dos recursos pela Comissão de Seleção	13/10/2026 a 17/10/2026
9	Publicação das decisões recursais e resultado final da etapa de seleção das propostas (etapa competitiva), após análise dos recursos pela Comissão de Seleção (art. 31, do Decreto Municipal nº 22.889/2021)	19/10/2026
10	Convocação para entrega dos envelopes contendo Plano de Trabalho os documentos de habilitação pela(s) OSC(s) vencedoras	20/10/2026 a 04/11/2026
11	Verificação do cumprimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos (vedações) legais. Análise do plano de trabalho..	05/11/2026
12	Ajustes no plano de trabalho e regularização de documentação, se necessário as OCS terão 15 (quinze) dias corridos contados a partir da data da convocação.	05/11/2026 a 19/11/2026
13	Publicação do resultado do processo de habilitação	20/11/2026
14	Prazo para interposição de recurso do resultado da etapa de habilitação -	21/11/2026 a 25/11/2026
17	Publicação das decisões recursais e resultado final da etapa de habilitação, após análise dos recursos pela Comissão de Seleção	26/11/2026 a 30/11/2026
18	Homologação e publicação do resultado final (art. 27, § 4º, da Lei nº 13.019/2014 e art. 30, do Decreto Municipal nº 22.889/2021), pela Secretária Municipal de Assistência Social)	01/12/2026

11.2. A verificação do cumprimento dos requisitos para a celebração da parceria (arts. 33 e 34, da Lei nº 13.019/2014) e da não ocorrência de impedimento para a celebração da parceria (art. 39, da Lei nº 13.019/14), nos termos previstos nos itens 8 e 9 deste Edital, será feita posteriormente à etapa de seleção de julgamento dos projetos, sendo exigível apenas da(s) OSC(s) selecionada(s) melhores classificadas, nos termos do artigo 28, da Lei nº 13.019/2014.

11.3. Etapa 1: PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO
11.3.1. O presente Edital de Chamamento Público será divulgado no site oficial da Prefeitura Municipal de Paranavaí, www.paranavai.pr.gov.br e será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos para a apresentação das propostas, contados a partir da data de publicação do Edital, conforme item 1, da Tabela 1.

11.4. Etapa 2: ANÁLISE E RESPOSTA AOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO DESTE EDITAL
11.4.1. O prazo para impugnação deste Edital é de até 5 (cinco) dias úteis contados de sua publicação.
11.4.2. Qualquer pessoa poderá impugnar o presente Edital, por petição dirigida à Comissão de Seleção e protocolada na Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família devendo ser apresentadas de segunda a sexta-feira, das 08:00h às 11:30h e das 13:30h às 17:00h, na Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família situada a Rua Pernambuco, 517, Centro, Paranavaí.
11.4.3. Os pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação serão respondidos pela Comissão de Seleção, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de encerramento do período solicitação de esclarecimentos e ou/ impugnação deste Edital.
11.4.4. Acolhida a petição contra o ato convocatório, a decisão será comunicada a todos os interessados por meio de publicação no site oficial da Prefeitura Municipal de Paranavaí (www.paranavai.pr.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios do Paraná.
11.4.5. Caso haja qualquer necessidade de modificação deste Edital, a Comissão de Seleção fará a devida avaliação e fundamentação e, havendo prejuízo para a elaboração da proposta, empreenderá a reabertura do prazo inicialmente estabelecido.
11.4.6. Qualquer modificação neste Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original. Os atos ordinatórios, comunicados, erratas e quaisquer outros, que não impliquem modificação das regras do presente Edital, serão divulgados no site oficial da Prefeitura Municipal de Paranavaí (www.paranavai.pr.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios do Paraná, por ato da Comissão de Seleção.

11.5. Etapa 3: APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS PELAS OSCS (ENTREGA DO ENVELOPE Nº 01, CONTENDO A PROPOSTA)
11.5.1. As Organizações da Sociedade Civil deverão protocolar as PROPOSTAS em envelope fechado, com identificação da instituição proponente, sendo que fora do envelope, deve apresentar o COMPROVANTE DE ENTREGA DO ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA (ANEXO I), Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família situada a Rua Pernambuco, nº 517, Centro, Paranavaí, no período estabelecido no item 4, da Tabela 1 deste edital, da seguinte forma:

ENVELOPE 01 - PROPOSTA

À
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA DE PARANAVAÍ
COMISSÃO DE SELEÇÃO - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 004/2026

INSTITUIÇÃO
PROPONENTE:_____
CNPJ: _____

•
MAIL: _____ TEL: (___)_____

11.5.2. A PROPOSTA será apresentada em uma única via impressa, em papel timbrado da entidade e deverá ter todas as folhas rubricadas e numeradas sequencialmente e, ao final, ser assinada pelo representante legal da OSC proponente.
11.5.3. Envelopes que forem entregues em local e/ou horários diferentes não serão objeto de análise, não sendo permitida a participação de interessados retardatários e em desacordo com o Edital.
11.5.4. Somente serão admitidas propostas relacionadas aos objetivos especificados neste edital.
11.5.5. Cada OSC poderá apresentar apenas 01 (uma) proposta para cada objeto de parceria. Caso venha a apresentar mais de uma proposta para o mesmo objeto, dentro do prazo, será considerada apenas a última proposta enviada para análise.
11.5.6. No **ENVELOPE Nº 1**, deverá constar:

a) Declaração de Aceitação dos Termos do Edital, assinada pelo representante legal (ANEXO III);
b) Comprovante de Inscrição no CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL e no CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA;
c) Minuta da Proposta (ANEXO II)

d)Currículo do Coordenador Técnico do projeto, com graduação preferencialmente em uma das seguintes áreas, acompanhado do comprovante de graduação: Serviço Social, Pedagogia ou Psicologia (ANEXO IV);
e) Declaração Sobre Instalações e Condições Materiais (ANEXO V);
f) Formulário para Comprovação de Capacidade Técnica(Anexo XIII);

11.5.7. Observado o disposto no item 11.5.2 deste Edital, as propostas deverão conter, no mínimo, as seguintes informações:
a) a descrição da realidade objeto da parceria e o nexo com a atividade ou o projeto proposto, compatíveis com os objetivos apresentados no item 4.
b) as ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferirão o cumprimento das metas;
c) os prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas; e
d) o valor global.

11.6. Etapa 4: ETAPA DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DAS PROPOSTAS PELA COMISSÃO DE SELEÇÃO
11.6.1. Nesta etapa, de caráter eliminatório e classificatório, a Comissão de Seleção analisará as propostas apresentadas pelas OSCs concorrentes. A análise e julgamento de cada proposta serão realizados pela Comissão de Seleção, que terá total independência técnica para exercer seu julgamento.
11.6.2. A Comissão de Seleção terá o prazo estabelecido na Tabela 1 (etapa 6) para a conclusão do julgamento das propostas e divulgação do resultado da etapa de seleção, podendo tal prazo ser prorrogado, de forma devidamente justificada, por até 5 (cinco) dias úteis.
11.6.3. As propostas deverão conter informações que atendam aos critérios de julgamento estabelecidos na Tabela 2 abaixo.
11.6.4. A avaliação individualizada e a pontuação serão feitas com base nos critérios de julgamento apresentados no quadro a seguir:

TABELA 2

Critérios de Julgamento	Metodologia de Pontuação	Pontuação Máxima por Item
Quanto ao Objeto		
(A) Informações sobre: 1- ações a serem executadas; 2- metas a serem atingidas; 3- indicadores que aferirão o cumprimento das metas e prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas	- Grau pleno de atendimento (10 pontos); - Grau satisfatório de atendimento (05 pontos); - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0 ponto). **OBS.**: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta.	10
(B) Adequação da proposta em conformidade com a Política Nacional do Idoso, o Estatuto do Idoso e as condições de aplicação dos Recursos Fundo Municipal de Assistência Social	- Grau pleno de adequação (10 pontos); - Grau satisfatório de adequação (5 pontos); - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de adequação (0 ponto). **OBS.**: A atribuição de nota "zero" neste critério implica a eliminação da proposta	10
(C) Descrição da realidade objeto da parceria e do nexo entre essa realidade e a atividade ou projeto proposto.	- Grau pleno da descrição (10 pontos); - Grau satisfatório da descrição (5 pontos); O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0 ponto). **OBS.**: A atribuição de nota "zero" neste critério implica na eliminação da proposta.	10
Quanto às Diretrizes/Eixos		
(D) Observância das diretrizes/eixos dispostas no edital, com indicação mínima de 01 (uma) Diretriz/eixo	- Grau pleno de atendimento (de 4 a 7 diretrizes) (10 pontos); - Grau satisfatório de atendimento (de 1 a 3 diretrizes) (05 pontos); - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0 ponto).	10
Quanto à Descrição da Proposta		
(E) Qualidade do projeto quanto ao seu caráter inovador, humanitário e contribuidor para a garantia dos direitos da pessoa idosa do município de Paranavaí.	- Grau pleno de atendimento (10 pontos); - Grau satisfatório de atendimento (05 pontos); - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0 ponto). **OBS.**: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta.	10
Quanto à experiência prévia e efetiva da OSC e tempo de existência		
(F) Apresentação de 03 (três) instrumentais comprobatórios.	- Grau pleno de atendimento (10 pontos); - Grau satisfatório de atendimento (05 pontos); - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0 ponto). **OBS.**: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta.	10

Quanto ao currículo do coordenador técnico com graduação preferencialmente nas áreas de Serviço Social, Pedagogia ou Psicologia.		
(G) Experiência, com comprovação (no mínimo 6 meses), na execução de projetos, atividades, programas e/ou trabalhos voltados aos direitos da pessoa idosa.	- Grau pleno de atendimento (10 pontos); - Grau satisfatório de atendimento (05 pontos); - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0 ponto). **OBS.**: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta.	10
(H) Possuir especialização, mestrado e/ou doutorado de acordo com o objeto daproposta.	- Grau pleno de atendimento (10 pontos); - Grau satisfatório de atendimento (05 pontos); - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0 ponto). **OBS.**: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta.	10
Quanto às instalações e capacidades dispostas na Lei nº 13.019/2014		
(I) Capacidade técnico operacional da instituição proponente, por meio de experiência comprovada em realizações na gestão de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante.	- Grau pleno de capacidade técnico-operacional (10 pontos); - Grau satisfatório de capacidade técnico-operacional (05 pontos); - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de capacidade técnico-operacional (0 pontos). **OBS.**: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta, por falta de capacidade técnica e operacional da OSC (art. 33**, caput**, inciso V, alínea "c", da Lei nº 13.019, de 2014).	10
(J) Instalações e condições materiais para o desenvolvimento da atividade ou projeto previsto na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, conforme alínea c, do inciso V do art. 33 e seu parágrafo 5º da lei 13. 019/2014.	- Apresenta o diagnóstico de maneira detalhada e compreensível (10 pontos); - Apresenta levantamento/diagnóstico razoável/mediano (5 pontos); - Não apresenta nenhum levantamento/diagnóstico (0 ponto).	10
Pontuação Máxima Global		**100**

11.6.5. A falsidade de informações nas propostas, sobretudo com relação ao critério de julgamento (M), deverá acarretar a eliminação da proposta, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanção administrativa contra a instituição proponente e comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime.
11.6.6. O proponente deverá descrever minuciosamente as experiências relativas ao critério de julgamento (K), informando as atividades ou projetos desenvolvidos, sua duração, financiador(es), local ou abrangência, beneficiários, resultados alcançados, dentre outras informações que julgar relevantes. A comprovação documental de tais experiências dar-se-á nas Etapas 1 a 3 da fase de celebração, sendo que qualquer falsidade ou fraude na descrição das experiências ensejará as providências indicadas no subitem anterior.
11.6.7. Serão eliminadas aquelas propostas:
a) cuja pontuação total for inferior a 60 (sessenta) pontos;
b) que recebam nota "zero" nos critérios de julgamento (A), (B), (C) ou (E);
c) que não contenham, no mínimo, as seguintes informações: a descrição da realidade objeto da parceria e o nexo com a atividade ou o projeto proposto; as ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferirão o cumprimento das metas; os prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas; e o valor global proposto;
d) Que forem apresentadas fora dos modelos de referência nos anexos neste edital, modelos de uso obrigatório. Quais sejam: modelo de proposta técnica e modelo de plano de trabalho, quando da ocasião de uso de cada um dos anexos.
e) que estejam em desacordo com o Edital;
f) cujo valor esteja acima do teto previsto neste Edital para a execução do objeto.
g) que contenham previsão de execução de suas atividades fora do âmbito do Município de Paranavaí.
h) Que não estiverem assinadas pelo profissional técnico de nível superior integrante do quadro de servidores da OSC responsável pela elaboração/execução do Serviço/Projeto; **11.6.8.** Os projetos aprovados serão classificados em ordem decrescente, de acordo com a pontuação total obtida com base na Tabela 2, assim considerada a média aritmética das notas lançadas por cada um dos membros da Comissão de Seleção, em relação a cada um dos critérios de julgamento.
11.6.9. No caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida no critério de julgamento (E).
Persistindo a situação de igualdade, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida, sucessivamente, nos critérios de julgamento (F), (G), (H) E (J). Caso essas regras não solucionem o empate, será considerada vencedora a Organização da Sociedade Civil (OSC) com mais tempo de constituição e, em último caso, a questão será decidida por sorteio.
11.6.10. Será obrigatoriamente justificada a seleção de proposta que não for a mais adequada ao valor de referência constante do chamamento público, levando-se em conta a pontuação total obtida e a proporção entre as metas e os resultados previstos em relação ao valor proposto (art. 27, §5º, da Lei nº 13.019, de 2014).

11.7. Etapa 4: PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DE SELEÇÃO (RESULTADO PRELIMINAR) – ENVELOPE Nº 01
O resultado da etapa de seleção (ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA) será divulgado no site oficial da Prefeitura Municipal de Paranavaí, www.paranavai.pr.gov.br e será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, iniciando-se o prazo para recurso.

11.8. Etapa 5: INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS CONTRA O RESULTADO DA ETAPA COMPETIVA – ENVELOPE Nº 01
Haverá fase recursal após a divulgação do resultado preliminar do processo de seleção.

11.8.1. Os participantes que desejarem recorrer do resultado da etapa de seleção (ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA) deverão apresentar recurso administrativo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da publicação do resultado da etapa de seleção, à Comissão de Seleção, que a proferiu, sob pena de preclusão. Não será conhecido recurso interposto fora do prazo.
11.8.2. Os recursos deverão ser encaminhados à Comissão de Seleção e devem ser entregues na Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família situada a Rua Pernambuco, 517, Centro, Paranavaí, devendo ser apresentadas de segunda a sexta-feira, das 08:00h às 11:30h e das 13:30h às 17:00h, nos prazos estabelecidos no item 11.8.1. Devendo estar descrito que se trata de "Interposição de recursos contra o resultado preliminar do Edital de Chamamento público nº 004/2026, contendo a identificação da instituição proponente
11.8.3. É assegurado aos participantes obter cópia dos elementos dos autos indispensáveis à defesa de seus interesses, preferencialmente por via eletrônica, arcando somente com os devidos custos.

11.9. Etapa 7: ANÁLISE DOS RECURSOS PELA COMISSÃO DE SELEÇÃO
11.9.1. A Comissão de Seleção terá prazo de 05 (cinco) dias úteis para analisar os recursos, contados a partir do primeiro dia útil imediatamente subsequente ao término do prazo de manifestação das interessadas classificadas, podendo solicitar pareceres a Procuradoria do Município, caso em que este prazo deverá ser estendido, devendo a Comissão publicar a decisão motivada em seu site oficial (www.paranavai.pr.gov.br) e no site do Diário Oficial dos Municípios do Paraná.

11.10. Etapa 8. HOMOLOGAÇÃO E PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DEFINITIVO DA FASE , COM DIVULGAÇÃO DAS DECISÕES RECURSAIS PROFERIDAS (SE HOUVER).
11.10.1. Após o julgamento dos recursos ou o transcurso do prazo sem interposição de recurso, haverá a homologação e divulgação no site oficial da da Prefeitura Municipal de Paranavaí, www.paranavai.pr.gov.br, das decisões recursais proferidas e o resultado definitivo da etapa de seleção.
11.10.2. A homologação não gera direito para a OSC à celebração da parceria (art. 27, § 6º, da Lei nº 13.019, de 2014).
11.10.3. Após o recebimento e julgamento das propostas, havendo ao menos uma única entidade com proposta classificada, e desde que atendidas as exigências deste Edital, a Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família poderá dar prosseguimento ao processo de seleção e convocá-la para iniciar o processo de celebração.

12. DA FASE DE CELEBRAÇÃO

12.1. A fase de celebração observará as seguintes etapas até a assinatura do instrumento de parceria:

TABELA 3

ETAPA	DESCRIÇÃO DA ETAPA
1	Convocação da OSC selecionada para a apresentação do plano de trabalho e dos documentos que devem acompanhá-lo, no **ENVELOPE Nº 2.**
2	Análise do plano de trabalho e Documentos da OSC.
3	Ajustes no plano de trabalho e regularização de documentação, se necessário (art. 36, §§ 2º e 3º, do Decreto Municipal nº 22.889/2021)
4	Parecer de órgão técnico
5	Informação da Controladoria Geral, Secretaria Municipal de Fazenda e Unidade Gestora (Secretaria Municipal) acerca da verificação de ocorrência impeditiva à celebração da parceria (art. 41, do Decreto 22.889/2021)
6	Parecer da assessoria jurídica
7	Assinatura do Termo de Fomento
8	Publicação do extrato do termo de Fomento no *site* oficial da Prefeitura Municipal de Paranavaí, www.paranavai.pr.gov.br e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná

12.2. Etapa 1: CONVOCAÇÃO DA OSC SELECIONADA PARA APRESENTAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO E ENTREGA DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO – ENVELOPE Nº 2.
12.2.1. Encerrada a etapa de seleção, as propostas serão classificadas, sendo a(s) OSC(s) melhor classificada(s) convocada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a partir da convocação, apresentar o seu plano de trabalho e os documentos que o acompanharão, conforme item 12.2.8 (art. 38, do Decreto Municipal nº 22.889/2021).

12.2.2. O Plano de Trabalho e os documentos deverão ser entregues em envelope fechado, de segunda a sexta-feira, das 08:00h às 11:30h e das 13:30h às 17:00h, na Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família situada a Rua Pernambuco,517, Centro, Paranavaí, conforme abaixo:

ENVELOPE 02 -
PLANO DE TRABALHO E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

À
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA DE PARANAVAÍ
COMISSÃO DE SELEÇÃO - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 004/2026

INSTITUIÇÃO PROPONENTE:_____
CNPJ: _____

MAIL: _____ TEL: (___)_____

ENDEREÇO DA INSTITUIÇÃO_____

12.2.3. Por meio do PLANO DE TRABALHO, a OSC selecionada deverá apresentar o detalhamento da proposta submetida e aprovada no processo de seleção, com todos os pormenores exigidos pela legislação (em especial o art. 22 da Lei nº 13.019/2014, observado o ANEXO VI – Modelo do Plano de Trabalho e de Aplicação).
12.2.4. A OSC selecionada deverá apresentar no ENVELOPE Nº 2:
a) Plano de Trabalho e de Aplicação, de acordo com o item 12.2.6 e ANEXO VI deste Edital;
b) Documentos de Habilitação (item 12.2.8).
12.2.5. O PLANO DE TRABALHO deverá especificar e conter a Natureza do Recurso (Custeio e/ou Investimentos).
12.2.6. O PLANO DE TRABALHO E DE APLICAÇÃO deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos (art. 36, do Decreto Municipal nº 22.889/2021 e art. 22 da Lei n°13.019/2014)):
a) A descrição da realidade objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo com a atividade ou o projeto e com as metas a serem atingidas;
b) plano de aplicação dos recursos, contendo a descrição dos bens a serem adquiridos e dos serviços a serem realizados, de acordo com o orçamento de referência ou o projeto básico;
c) a descrição de metas a serem atingidas e de atividades ou projetos a serem executados;
d) a forma de execução das ações e de cumprimento das metas a eles atrelados;
e) a definição dos indicadores, documentos e outros meios a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas;
f) a estimativa de despesas a serem realizadas na execução das ações, incluindo os encargos sociais e trabalhistas e a discriminação dos custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto;
g) previsão de receitas a serem auferidas na execução do objeto, inclusive as provenientes de ingressos, patrocínios e outros recursos públicos ou privados que financiarão o objeto;
h) cronograma financeiro compatível com as despesas do cronograma de execução, contendo os valores a serem repassados pela Administração Pública;
i) descrição dos bens e/ou serviços previstos a título de contrapartida, quando houver, e seus valores estimados;
j) local ou região de execução do objeto e indicação do público alvo;
k) no caso de prever doação de bens, a identificação dos beneficiários previamente selecionados, o procedimento e os critérios de seleção; e
l) a previsão de duração de execução do objeto e sua vigência.
12.2.7. A previsão de despesas e receitas deverá incluir os elementos indicativos da mensuração da compatibilidade dos custos apresentados com os preços praticados no mercado ou com outras parcerias da mesma natureza, para cada item, podendo ser utilizadas cotações, tabelas de preços de associações profissionais, publicações especializadas, atas de registro de preços vigentes ou quaisquer outras fontes de informação disponíveis ao público. No caso de cotações, a OSC deverá apresentar a cotação de preços de, no mínimo, 3 (três) fornecedores, sendo admitidas cotações de sítios eletrônicos, desde que identifique a data da cotação e o fornecedor específico.

12.2.8. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO – ENVELOPE Nº 02
Além da apresentação do plano de trabalho, a OSC selecionada, no mesmo prazo acima de 15 (quinze) dias úteis, deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Cartão de Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica -CNPJ, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, que comprove Cadastro ativo no mínimo de 02 (dois) anos de existência. Acesso em: <http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp>;

b)Certidão Negativa de Débitos relativos aos tributos Federais e à dívida ativa da União. Acesso em:<http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidao/CndConjuntaInter/InformaNICertidao.asp?Tipo=1>;

c)Certidão Negativa de Débitos Tributários Estadual. Acesso em:<http://www.cdw.fazenda.pr.gov.br/cdw/emissao/certidaoAutomatica>;

d) Certidão Negativa de Débitos Tributários Municipal. Acesso em:<https://e-gov.betha.com.br/cdweb/03114-063/contribuinte/rel_cndcontribuinte.faces>

e) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Acesso em:<https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>;

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas. Acesso em:<http://www.tst.jus.br/certidao>;

g) Certidão Liberatória expedida pelo Tribunal de Contas de Estado do Paraná. Acesso em:<http://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/consultar-certidao-liberatoria/235540>;

h) Certidão de Regularidade de Prestação de Contas expedida pelo Município de Paranavaí;

i)Cópia da Ata de Eleição do quadro dirigente atual;

j) Relação nominal atualizada dos dirigentes da Organização da Sociedade Civil, com endereço (com comprovante de residência), telefone, endereço de correio eletrônico, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) da Secretaria da Receita Federal do Brasil de cada um deles, acompanhada das respectivas cópias(ANEXO VII);

k)Comprovante de que a Organização da Sociedade Civil funciona no endereço por ela declarado, como conta de consumo de energia elétrica, água e/ou telefone ou contrato de locação;

l) Cópia do Estatuto Social devidamente atualizado;

m)Registro da Organização da Sociedade Civil no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Paranavaí,;

n) Declaração de que a Organização não deve prestações de contas a quaisquer órgãos ou entidades;

o) Declaração da Organização da Sociedade Civil de que não emprega menor, conforme disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, assinada pelo Presidente da Organização da Sociedade Civil(ANEXO VIII);

p) Declaração do Presidente da Organização da Sociedade Civil informando que a Organização e seus dirigentes não incorrem em quaisquer vedações previstas no artigo 39, da Lei Federal nº 13.019/2014, às quais deverão estar descritas no documento(ANEXO IX);

q)Declaração – Art. 39, do Decreto Municipal nº 22.889/2021 (Anexo X);

r) Declaração de Não Parentesco, assinado pelo Presidente da Organização da Sociedade Civil(ANEXO XI);

s)Declaração de Não Enquadramento na Lei Municipal nº 4.288/2014(Anexo XII);

t) Formulário para Comprovação de Capacidade de Equipamentos(Anexo XIV);

u)Formulário para Comprovação de Capacidade de Estrutura Física(Anexo XV);

v) Dados bancários (número da conta corrente, agência e banco).

w)Comprovantes de experiência prévia e de capacidade técnica e operacional na realização do objeto da parceria ou de objeto de natureza semelhante, podendo ser admitidos, sem prejuízo de outros (art. 38, inciso XIX, § 1º, do Decreto Municipal nº 22.889/2021), pelo menos um dos seguintes itens:

x) Instrumentos de parceria firmados com órgãos e entidades da administração pública, organismos internacionais, empresas ou outras organizações da sociedade civil, acompanhados, quando for o caso, de documento de comprovação da aprovação das respectivas contas;
x.1) Relatórios de atividades com comprovação das ações desenvolvidas;
x.2) Notícias, publicações, pesquisas e outras formas de produção de conhecimento realizadas pela OSC ou a respeito dela;
x.3) Currículos profissionais de integrantes da OSC, sejam dirigentes, conselheiros, associados, cooperados, empregados, entre outros;
x.4) Declarações de experiência prévia e de capacidade técnica no desenvolvimento de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante, emitidas por órgãos públicos, instituições de ensino, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos, comissões ou comitês de políticas públicas; ou
x.5) Prêmios de relevância recebidos no País ou no exterior pela OSC;
x.6) Declaração contendo a relação detalhada dos bens disponíveis para a execução do objeto, tais como equipamentos, veículos e instalações físicas;
12.2.9. Em hipótese alguma os documentos encaminhados, a proposta, seus anexos serão devolvidos, qualquer que seja o resultado do chamamento público.

12.3. Etapa 2: ANÁLISE DO PLANO DE TRABALHO E DOCUMENTOS
Esta etapa consiste na análise do Plano de Trabalho e documentos da Organização da Sociedade Civil, que o acompanham.
12.3.1. Será examinado o plano de trabalho apresentado pela OSC selecionada ou, se for o caso, pela OSC imediatamente melhor classificada que tenha sido convocada.
12.3.2. Somente será aprovado o plano de trabalho que estiver de acordo com as informações já apresentadas na proposta aprovada, observados os termos e as condições constantes neste Edital e em seus anexos.
12.3.3. As OSC´s ficarão dispensadas de reapresentar as certidões que estiverem vencidas no momento da análise, desde que estejam disponíveis eletronicamente.
12.3.4. Nos termos do § 1º, do art. 28, da Lei nº 13.019, de 2014, na hipótese de a OSC selecionada não atender aos requisitos previstos na Etapa 1 da fase de celebração, incluindo os exigidos nos arts. 33 e 34 da referida Lei, aquela imediatamente mais bem classificada poderá ser convidada a aceitar a celebração de parceria nos termos da proposta por ela apresentada.

12.3.5. Em conformidade com o § 2º do art. 28, da Lei nº 13.019/2014, caso a OSC convidada aceite celebrar a parceria, ela será convocada na forma da Etapa 1 da fase de celebração e, em seguida, proceder-se-á à verificação dos documentos na forma desta Etapa 2. Esse procedimento poderá ser repetido, sucessivamente, obedecida a ordem de classificação.

12.4. Etapa 3: AJUSTES NO PLANO DE TRABALHO E REGULARIZAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO, SE NECESSÁRIO (ART. art. 36, §§ 2º e 3º e art. 40, DO DECRETO MUNICIPAL Nº 22.889/2021)
12.4.1. Caso se verifique irregularidade formal nos documentos apresentados ou constatado evento que impeça a celebração, a OSC será comunicada do fato e instada a regularizar sua situação, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, sob pena de não celebração da parceria (arts. 40 do Decreto Municipal nº 22.889/2021).
12.4.2. Caso seja constatada necessidade de adequação no plano de trabalho enviado pela OSC, a Comissão de Seleção solicitará a realização de ajustes e a OSC deverá fazê-lo em até 15 (quinze) dias corridos, contados da data de recebimento da solicitação apresentada, conforme determina o art. 36, §§ 2º e 3º do Decreto Municipal nº 22.889/2021.
12.4.3. Aprovado o Plano de Trabalho e verificada a regularidade da Organização da Sociedade Civil proponente, a Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família de Paranavaí, considerando-a apta à celebração da parceria, publicará o resultado do processo de habilitação no Diário Oficial dos Municípios do Paraná e no site oficial da Prefeitura de Paranavaí, www.paranavai.pr.gov.br.
12.4.4. Publicado o resultado do Processo de Chamamento Público, a Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família procederá às práticas administrativas necessárias à celebração da parceria, por meio do Termo de Fomento.

12.5. Etapa 4: PARECER DO ÓRGÃO TÉCNICO (art. 35, V, da Lei nº 13.019/2014 e art. 42, V, do Decreto Municipal nº 22.889/2021)
12.5.1. A celebração do instrumento de parceria dependerá da análise do plano de trabalho e da emissão do parecer técnico pelo Órgão Técnico, o qual deverá pronunciar-se, de forma expressa, a respeito:
I – Do mérito da proposta, em conformidade com a modalidade de parceria adotada;
II – Da identidade e da reciprocidade de interesse das partes na realização da parceria, em regime de mútua cooperação;
III – Da viabilidade da execução da proposta de trabalho, inclusive quanto à compatibilidade entre os quantitativos de bens e serviços a serem adquiridos e o objeto proposto;
IV – Da compatibilidade dos valores dos bens e serviços com os preços praticados no mercado;
V – Da verificação do cronograma de desembolso e se este é adequado e permite a sua efetiva fiscalização;
VI – Da descrição de quais serão os meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e dos objetivos;
VII – Da designação do gestor da parceria; e
IX – Da designação dos membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação da parceria;
X – Da prévia dotação orçamentária para execução da parceria.
12.5.2. O Órgão Técnico, antes da emissão do parecer previsto no item 12.5.1, poderá solicitar as readequações cabíveis, respeitados os termos e as condições previstos no edital e os elementos avaliados para classificação do projeto.
12.5.3. A aprovação do plano de trabalho pelo Órgão Técnico não gerará direito à celebração da parceria.

12.6. Etapa 5: INFORMAÇÃO DA CONTROLADORIA GERAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E UNIDADE GESTORA (SECRETARIA MUNICIPAL) ACERCA DA VERIFICAÇÃO DE OCORRÊNCIA IMPEDITIVA À CELEBRAÇÃO DA PARCERIA (ART. 43, DA LEI FEDERAL Nº 18.294/2017) (art. 41 do Decreto Municipal 22.889/2021)
12.6.1. A Comissão de Seleção deverá colher tais informações.
12.6.2 Etapa 6: PARECER DA ASSESSORIA JURÍDICA (art. 35, inciso VI, da Lei Federal nº 13.019/2014 e art. 42, inciso VI, do Decreto Municipal nº 22.889/2021)
12.6.3. Assessoria Jurídica da Administração Pública emitirá parecer jurídico acerca da possibilidade de celebração da parceria.
12.6.4. A manifestação não abrangerá a análise de conteúdo técnico dos documentos do processo e conveniência e oportunidade.

12.7. Etapa 7: ASSINATURA DO TERMO DE FOMENTO
12.7.1. Cada instrumento de parceria será celebrado com apenas uma organização da sociedade civil.
12.7.2. No período entre a apresentação da documentação prevista na Etapa 1 da fase de celebração e a assinatura do instrumento de parceria, a OSC fica obrigada a informar qualquer evento superveniente que possa prejudicar a regular celebração da parceria, sobretudo quanto ao cumprimento dos requisitos e exigências previstos para celebração.
12.7.3. Após transcorridos os trâmites e persistindo o interesse da Administração Pública, proceder-se-á a assinatura do Termo de Fomento.
12.7.4. A OSC deverá comunicar alterações em seus atos societários e no quadro de dirigentes, quando houver.
12.7.5. O instrumento da parceria e eventuais aditivos deverão ser firmados pelo(a) Secretário(a) Municipal de Assistência Social, Mulher e Família, pelo Controlador Geral do Município e pela Organização da Sociedade Civil parceira.

12.8. Etapa 9: PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO
O Termo de Fomento somente produzirá efeitos jurídicos após a publicação do respectivo extrato no site oficial da Prefeitura Municipal de Paranavaí, www.paranavai.pr.gov.br e será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (art. 38, da Lei nº 13.019/2014 e art. 24, do Decreto Municipal nº 22.889/2021).

13. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VALOR PREVISTO PARA A REALIZAÇÃO DO OBJETO

13.1. O objeto do presente edital será custeado com recursos previstos na dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.
Rubrica: 07.001.08.244.0007.2581
Nat. da Despesa: 3.3.50.43.15.00 – Demais entidades do terceiro setor para políticas de promoção da assistência social.
Referência: 887.
Fonte de Recurso/Vinculo: 0000 - Recursos Livres
Nat. da Despesa: 4.4.50.42.01.00 – Instituições de Caráter Assistencial.
Referência: 888.
Fonte de Recurso/Vinculo: 0000 - Recursos Livres

13.2. O valor total de recursos disponibilizados por meio do presente Edital será de até R$ 85.714,28 (oitenta e cinco mil, setecentos e quatorze reais e vinte e oito centavos).
13.3. O valor de referência é o valor máximo da parceria.
13.4. O exato valor a ser repassado será definido no Termo de Fomento, observada a proposta apresentada pela Organização da Sociedade Civil (OSC) selecionada.
13.5. Os pagamentos serão realizados de acordo com o cumprimento dos requisitos pela Organização da Sociedade Civil (OSC), independentemente de sua colocação nas fases do presente Edital.
13.6. As liberações de recursos obedecerão ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas da parceria, observado o disposto no art. 48 da Lei nº 13.019/2014.
13.7. Os recursos serão repassados às OSCs em **parcela única.**
13.8. Todos os recursos da parceria deverão ser utilizados para a satisfação de seu objeto, sendo em custeio ou em investimentos, como segue:
13.8.1. Custeio: Também denominadas de despesas correntes, referem-se aos itens necessários ao funcionamento do projeto que, em razão de seu uso corrente perdem normalmente sua identidade física, não contribuindo, diretamente, para a formação de patrimônio, tais como, mas não limitados:
13.8.1.1. Pagamento de serviços pessoa jurídica;
13.8.1.2. Custos indiretos (água, luz, telefone, internet, aluguel, combustível, correio, cartório, entre outros);
13.8.1.3. Material pedagógico e de escritório;
13.8.1.4. Material de higiene e limpeza;
13.8.1.5. Alimentos perecíveis e não perecíveis;
13.8.1.6. Diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija;
13.8.1.7. Produtos médicos de uso único;
13.8.1.8. Material de cama, mesa, banho, copa e cozinha;
13.8.1.9. Brinquedos;
13.8.1.10. Outros itens de custeio.
13.8.2. Investimentos: Também denominadas de despesas de capital, referem-se a itens que contribuem diretamente para formação de patrimônio, tais como, mas não limitados:
13.8.2.1. Veículo;
13.8.2.2. Equipamento Eletrônico;
13.8.2.3. Móveis;
13.8.2.4. 4 Eletrodomésticos;
13.8.2.5. Equipamentos Esportivos;
13.8.2.6. Equipamentos Musicais;
13.8.2.7. Eletroportáteis;
13.8.2.8. Equipamentos de Monitoramento e Vigilância;
13.8.2.9. Outros itens de investimento.
13.9 Fica vedado a utilização dos recursos previstos neste Edital para realização de obras na infraestrutura física existente das Organizações da Sociedade Civil, exceto no caso da necessidade de realização de adequações físicas para a instalação de equipamentos.
13.10. Fica vedado o pagamento com os recursos previstos neste Edital, de despesas vinculadas a outras parcerias.
13.11. Fica vedado a remuneração da equipe da Organização da Sociedade Civil.
13.12. Todos os recursos da parceria deverão ser utilizados para satisfação de seu objeto, sendo admitidas, dentre outras despesas previstas e aprovadas no plano de trabalho (art. 46 da Lei nº

13.019, de 2014)
13.13. Não são admitidos o uso de recursos com gastos que evidenciem desvio da finalidade do objeto pactuado.
13.14. É vedada a remuneração, com recursos vinculados à parceria, a qualquer título, de servidor ou empregado público, inclusive daquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, pertencente a qualquer ente da Federação (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), bem como de servidor ou empregado público do órgão ou da entidade da Administração Pública celebrante.Também é vedada a remuneração do cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, das pessoas mencionadas no parágrafo anterior, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas em lei específica ou na Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município, nos termos do art. 45 da Lei Federal nº 13.019/2014.
13.15. Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do
Termo de Fomento, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para
os recursos transferidos.
13.16. Eventuais saldos financeiros remanescentes dos recursos públicos transferidos, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, nos termos do art. 52, da Lei nº 13.019, de 2014.
13.17. O instrumento de parceria será celebrado de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira, respeitado o interesse público e desde que caracterizadas a oportunidade e conveniência administrativas. A seleção de propostas não obriga a administração pública a firmar instrumento de parceria com quaisquer dos proponentes, os quais não têm direito subjetivo ao repasse financeiro.
13.18. As OSCs selecionadas para celebração dos Termos de Fomento nos termos deste Edital, deverão informar conta corrente em instituição financeira pública (Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal), destinada especificamente para recebimento dos recursos oriundos da parceria.
13.19. Nas contratações e na realização de despesas e pagamentos em geral, efetuados com recursos da parceria, a OSC deverá observar o instrumento de parceria e a legislação regente, em especial o disposto nos incisos XIX e XX do art. 42, nos arts. 45 e 46 da Lei nº 13.019, de 2014, e nos incisos XV e XVI, do art. 32, do Decreto Municipal nº 22.889/2021. É recomendável a leitura desses atos normativos, não podendo a OSC ou seu dirigente alegar, futuramente, que não os conhece, seja para deixar de cumpri-los, seja para evitar as sanções eventualmente cabíveis.
13.20. A parceria deverá ser executada com estrita observância ao plano de trabalho, às cláusulas e finalidades pactuadas, observadas as vedações previstas no art. 45 da Lei n. 13.019/2014.
13.21. A seleção de projetos não obriga a Secretaria municipal de Assistência Social, Mulher e Família a firmar o instrumento de parceria com quaisquer dos proponentes, os quais não tem direito subjetivo ao repasse financeiro.
13.22. Para a liberação do recurso financeiro, a Organização da Sociedade Civil - OSC deverá comprovar a sua situação de regularidade fiscal, com a apresentação das certidões negativas exigidas e as devidas prestações de contas.
13.23. Na aplicação dos recursos públicos serão sempre observados os princípios de moralidade, publicidade, legalidade, impessoalidade e eficiência.

14.CONTRAPARTIDA
Não será exigida contrapartida financeira como requisito para celebração de parceria, nos termos do § 1º do item VI do Art. 35 da Lei nº. 13.019/2014.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA PARCERIA COM RELAÇÃO A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI 13.709/2018
15.1 cumprir a Lei Geral de Proteção de Dados -Lei 13.709/2018, no que for cabível em face do objeto deste Termo, em especial :
a) guardar sigilo quanto aos dados pessoais aos quais eventualmente tenham acesso em razão da execução do objeto desta parceria;
15.1.1. tratar os dados pessoais recebidos de acordo com a finalidade da parceria, de modo legítimo e lícito, entendendo-se por tratamento de dados os atos que se refiram a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência , difusão ou extração de dados;
15.1.2. garantir ao titular de dados a consulta gratuita e facilitada aos seus dados pessoais, bem como a forma, duração e finalidade do tratamento;
15.1.3. não utilizar os dados pessoais recebidos ou tratá-los com fins discriminatórios, ilícitos, abusivos ou para finalidade distinta da parceria;
15.1.4. fazer uso somente dos dados pessoais que forem imprescindíveis à execução dos objeto;
15.1.5. adotar todas as medidas previstas em lei para evitar o vazamento de dados pessoais que receber ou o acesso por pessoal não autorizado
15.1.6. em caso de vazamento de dados pessoais, adotar as providências necessárias para mitigar as consequenciais do dano, informando ao Órgão Gestor, no prazo de 48 horas:
15.1.7. a descrição da natureza dos dados pessoais afetados;
15.1.8. as informaçõs sobre os titulares envolvidos;
15.1.9. a indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados, observados os segredos comercial e industrial;
15.1.10. os riscos relacionados ao incidente;
15.1.11. os motivos da demora, no caso de comunicação não ter sido imediata;
15.1.12. as medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo;
15.9 Demonstrar, sempre que solicitado, a adoção de medidas eficazes para comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção dos dados;
15.10 Utilizar medidas técnicas e organizacionais de modo a proteger os dados pessoais e o tratamento não autorizado;
15.11 Armazenar os dados somente pelo período necessário para o cumprir as obrigações contratuais legais;
15.12 Apagar todos os dados pessoais quando solicitado pelo município ou, não sendo possível , justificar com a base legal a retenção dos dados;
15.13 Anonimizar os dados pessoais quando solicitado pelo município, ou, não sendo possível justificar com base legal;
15.14 Não compartilhar com terceiros, em hipótese alguma, os dados pessoais que receber em decorrência da parceria;

15.15 reparar danos patrimoniais ou morais, individuais ou coletivos, que sua ação ou omissão, no exercício da atividade de tratamento de dados pessoais relativas ao esse termo de fomento, em violação à legislação de proteção de dados pessoais, causarem ao município ou a terceiros, sem prejuízo das demais sanções previstas neste termo.
15.16 Aquele de qualquer forma participar deste chamamento público consentem de forma livre, informada e inequívoca com o tratamento de seus dados pessoais para fins de publicidade e transparência do procedimento(editais, termo de fomento e outros documentos relacionados), estando ciente que seus dados pessoais serão tornados públicos para os fins específicos.

16. DISPOSIÇÕES FINAIS
16.1. O presente Edital será divulgado em página do no **site oficial da Prefeitura Municipal de Paranavaí, www.paranavai.pr.gov.br e será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná**, com prazo mínimo de 30 (trinta) dias corridos para a apresentação dos PROJETOS DESCRITIVOS, contado da data de publicação do Edital.
16.2. Os pedidos de esclarecimentos, decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital e de seus anexos deverão ser encaminhados com antecedência mínima de 10 (dias úteis) dias úteis da data-limite para envio da proposta, exclusivamente de forma eletrônica, pelo e-mail s.assistencialsocial@paranavai.pr.gov.br. Os esclarecimentos serão prestados pela Comissão de Seleção.
16.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no Edital. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados serão juntados nos autos do processo de Chamamento Público e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.
16.4. Eventual modificação no Edital, decorrente das impugnações ou dos pedidos de esclarecimentos, ensejará divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, alterando-se o prazo inicialmente estabelecido somente quando a alteração afetar a formulação das propostas ou o princípio da isonomia .
16.5. A COMISSÃO DE SELEÇÃO do Chamamento Público e a Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família resolverão os casos omissos e as situações não previstas no presente Edital, observadas as disposições legais, à luz da Lei Federal nº 13.019/14 e Decreto Municipal nº 22.889/2021, e e os princípios que regem a administração pública.
16.6. A qualquer tempo, o presente Edital poderá ser revogado por interesse público ou anulado, no todo ou em parte, por vício insanável, sem que isso implique direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza.
16.7. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase do Chamamento Público. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas poderá acarretar a eliminação da proposta apresentada, a aplicação das sanções administrativas cabíveis a comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime. Além disso, caso a descoberta da falsidade ou inverdade ocorra após a celebração da parceria, o fato poderá dar ensejo à rescisão do instrumento, rejeição das contas e/ou aplicação das sanções de que trata o art. 73 e 52 da Lei nº 13.019, de 2014.
16.8. Não será cobrada das entidades concorrentes taxa para participar deste Chamamento Público.
16.9. Todos os custos decorrentes da elaboração das propostas e quaisquer outras despesas correlatas à participação no Chamamento Público serão de inteira responsabilidade das OSCs concorrentes, não cabendo nenhuma remuneração, apoio ou indenização por parte da Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família e nem do Município de Paranavaí.
16.10. Os Termos de Fomento que vierem a ser assinados serão publicados, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios do Paraná e no site oficial da Prefeitura de Paranavaí, www.paranavai.pr.gov.br.
16.11. Será designado um gestor das parcerias que será o agente público responsável pela gestão da parceria celebrada por meio de Termo de Fomento, designado por ato publicado em meio oficial de comunicação, com poderes de controle e fiscalização, cujas obrigações são as seguintes:
a) acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
b) informar ao(a) Secretário(a) Municipal de Assistência Social, Mulher e Família a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
c) emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação;
d) disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.
16.12. A Comissão de Monitoramento e Avaliação, designada pela Portaria Municipal nº 24/2025, será responsável por monitorar e avaliar as parcerias, durante a execução do Plano de Trabalho.
16.13. Constituem motivos para rescisão ou denúncia dos instrumentos jurídicos a serem firmados o não cumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na Lei Federal nº 13.019/2014 e no Decreto Municipal nº 22.889/2021.

16.14. O proponente é responsável por identificar os bens permanentes adquiridos com recursos advindos da Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família de Paranavaí, por meio de placas de identificação e/ou adesivos não rasuráveis.

17. DOS ANEXOS
Integram este Edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

Anexo I - Anexo I – Comprovante de Entrega de Envelopes – elaborar um para cada entrega de envelope: ENVELOPE Nº 01, com o PROJETO DESCRITIVO e ENVELOPE Nº 02, com o Plano de Trabalho e Documentos da OSC;
Anexo II - Minuta da Proposta do Projeto Descritivo
Anexo III - Declaração de Aceitação dos Termos do Edital;
Anexo IV – Modelo de Currículo do Coordenador Técnico do Projeto.
Anexo V- Declaração Sobre Instalações e Condições Materiais
Anexo VI - Plano de Trabalho e Aplicação.
Anexo VII - Relação Nominal dos Dirigentes da OSC.

Anexo VIII - Declaração – Art. 7º, XXXIII, da Constituição da República Federativa do Brasil.
Anexo IX – Declaração – Art. 39 Lei Federal nº 13.019/2014.
Anexo X – Declaração – Art. 39, do Decreto Municipal nº 22.889/2021;
Anexo XI – Declaração de Não Parentesco;
Anexo XII – Declaração de Não Enquadramento na Lei Municipal nº 4.288/14;
Anexo XIII – Formulário de Capacidade Técnica;
Anexo XIV – Formulário de Capacidade de Equipamentos;
Anexo XV – Formulário de Capacidade de Estrutura Física;
Anexo XVI – Minuta do Termo de Fomento.

Paranavaí, 26 de agosto de 2026.

LETÍCIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS
Secretária Municipal da Assistência Social, Mulher e Família de Paranavaí

LOGO DA INSTITUIÇÃO

ANEXO I

COMPROVANTE DE ENTREGA DO ENVELOPE Nº___ – CHAMAMENTO PÚBLICO Nº _____

I – IDENTIFICAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:	
TELEFONE (DDD/Nº):	
E-MAIL:	

II – IDENTIFICAÇÃO DO SOLICITANTE

NOME:	
QUALIFICAÇÃO:	
CPF:	
RG:	
ENDEREÇO:	
TELEFONE (DDD/Nº):	
E-MAIL:	

III – RECEBIMENTO DOS ENVELOPE Nº ____ PARA PARTICIPAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº _____ DE PARANAVAÍ

Declaro haver recebido o ENVELOPE da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.

Paranavaí, _____de _____ de _____.

Entregue por:

Nome Legível: _____

Recebido por:

Nome Legível: _____
CPF: _____
RG: _____

LOGO DA INSTITUIÇÃO

ANEXO II

MINUTA DA PROPOSTA

(Preferencialmente em Papel Timbrado da OSC)

1 . DADOS CADASTRAIS		
Proponente		
Informar a razão social da organização		
CNPJ	Data de abertura do CNPJ	
Informar o número do CNPJ da organização	Informar a data de abertura do CNPJ (formato dd/mm/ aaaa)	
Endereço		
Informar o endereço em que a instituição está sediada		
Bairro:	Cidade	CEP
Informar o Bairro	Informar a cidade	Informar o CEP
Telefone	E-m ail	
Informar um telefone fixo	Informar o e- mail da instituição	
Nome do representante legal:		
Informar o nome completo do representante legal da instituição		
Endereço Residencial do representante legal		
Informar o endereço residencial do representante legal (Rua, nº - bairro – cidade – UF)		
CPF	R.G.	Telefone(s)
Informar o CPF do representante legal	Informar o nº . do RG do representante legal	Informar o telefone do representante legal, com DDD
Período de Mandato da Diretoria		
De ____/ _____/ _____ a _____/ _____/_____.		
Município:		
Prefeitura Municipal de Paranavaí/ Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família		

2 . NOME DO PROJETO/ ATIVIDADE

Informar o título ou nome do projeto/atividade.

3 . APRESENTAÇÃO E HISTÓRICO DE ATUAÇÃO

Descrever o objeto e objetivo da OSC, as principais atividades executadas, um breve histórico de ações realizadas (preferencialmente aquelas que possuem relação com o objeto da proposta apresentada), público atendido, região de atuação, dentre outras informações.
(Limite de 2 laudas).

4 . JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

Justificar a pertinência e necessidade do serviço/projeto, apresentando dados estatísticos e sociais que apontem a necessidade da intervenção proposta e indicar qual prioridade está contemplada na proposta.

5 . DESCRIÇÃO DA REALIDADE

Indicação do local de desenvolvimento das atividades, (incidência do perfil da área de abrangência territorial e indicadores socioeconômicos), identificando qual o impacto social, as ações executadas em prol de seus usuários e/ou comunidade e quais os resultados esperados a curto, médio e longo prazo e quais os benefícios trarão para o público alvo.

6 . OBJETO DA PROPOSTA

Descrever de forma clara o OBJETO da proposta apresentada. Em geral, se apresenta através de verbos no infinitivo (realizar, executar, promover, capacitar, etc).

7 . DESCRIÇÃO DA PROPOSTA

Descrever a proposta demonstrando as ações previstas, o público estimado, a área de abrangência, os resultados esperados e a forma como se pretende alcançar os objetivos.

8 . FORMA DE EXECUÇÃO 1				
Metas Macro ações resultados parciais a serem realizadas. Devem ser quantificáveis, verificáveis e com prazo definido.	Ações Operações concretas a serem realizadas para o atingim ento da meta. Uma mesma meta pode exigir a realização de m ais de um a ação.	Indicadores Unidade de medida do alcance de uma meta. É a forma de aferição do cumprimento ou não da meta. Deve ser passível de verificação.	Documentos para verificação Documentos que contém os elementos para verificação dos indicadores. É o instrumental no qual o indicador pode ser analisado. Ex. fotografias, Lista de presença, planilha, banco de dados, certificados, etc.	Período de verificação Prazo em que a meta deverá ser atingida.

9 . PRAZO DE EXECUÇÃO		
Estabelecer o prazo de execução das ações a serem realizadas no âmbito da proposta (menor ou coincidente com o prazo de vigência da parceria – que também acoberta atos de preparação e de encerramento das ações realizadas) .		
10 . PREVISÃO DE RECEITAS E DESPESAS		
10 .1 Previsão de Receitas		
Origem	**Valor**	
Repasse	Valor repassado pelo Município	
Contrapartida	Valor da mensuração dos bens e serviços postos à disposição pela OSC. Apenas se houver	
Valor Total da Proposta	Valor somatório do repasse e contrapartida	
10.2 Previsão de Despesas		
Natureza da Despesa	Origem do Recurso Repasse ou Contrapartida	Valor estimado

Coluna 1 – Natureza da Despesa
Informar as naturezas de despesas previstas para a execução da proposta (despesas com pessoal e encargos, aquisição de materiais, transporte, mobiliário, serviços de terceiros, contratações, transporte, etc.);

Coluna 2 – Origem do Recurso
Informar se o recurso referente àquela natureza de despesa terá origem no repasse de recursos do Município ou em contrapartida da organização;

Coluna 3 – Valor estimado
Informar o valor estimado da despesa, bem ou serviço necessário à execução do objeto. A organização deve apresentar valores de acordo com aqueles praticados no mercado, sugere-se, se possível, a apresentação de uma referência de preço. Esta referência possibilita à Comissão de Seleção maior facilidade para analisar a exequibilidade financeira da proposta.

11 .CONTRA PARTIDA DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL (SE HOUVER) :

Descrever os bens, serviços e despesas complementares a serem aportados na execução da parceria, com a respectiva forma de mensuração.
12. ASSINATURA DA OSC

Paranavaí, _____ de _____ de 20___

_____
Nome/ Assinatura da Organização da Sociedade Civil
13. APROVAÇÃO PELO MUNICÍPIO

Paranavaí, _____ de de 20__

_____
Nome/ Assinatura do Técnico Responsável

LOGO DA INSTITUIÇÃO

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DOS TERMOS DO EDITAL Nº004/2026

Prezados Senhores (as), Pela presente informamos e declaramos, para todos os fins de direito, que verificamos atentamente e compreendemos todas as condições e disposições contidas no Edital de Chamamento Público nº _____ e seus Anexos, da Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família razão pela qual manifestamos nossa total e irrestrita concordância com as mesmas.

Estamos cientes que a apresentação de nosso projeto implica na aceitação de todos os Termos do Edital de Chamamento Público nº _____ da Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família e seus Anexos.

Por ser verdade, firmamos a presente Declaração.

Paranavaí, ____de _____, de 20____.

_____
Presidente da OSC

Nome Legível: _____
CPF: _____
RG: _____

LOGO DA INSTITUIÇÃO
ANEXO IV

MODELO DE CURRÍCULO DO COORDENADOR TÉCNICO DO PROJETO

Nome Completo: _____
Nascimento: / / RG: CPF:_____
Celular: ( )_____ - e-mail:_____
End. Residencial:_____

Experiência acadêmica:
( ) Nível Médio ou ( ) Graduação em Pós-graduação ( ) não ( ) sim: Outros:_____

Experiência profissional:

•Local: Período: de até
Ações e projetos desenvolvidas na área da pessoa idosa:_____

•Local: Período: de até
Ações e projetos desenvolvidas na área da pessoa idosa:_____

Participação de Projetos:

•Nome do Projeto: _____
Local: Período: de até
Breve discrição do projeto: _____

•Nome do Projeto:____ _____ __
Local: Período: de até
Breve discrição do projeto: _____

Obs: ANEXAR OBRIGATORIAMENTE OS COMPROVANTES DE EXPERIÊNCIA DEVIDAMENTE ASSINADOS PELOS RESPONSÁVEIS. LOGO DA INSTITUIÇÃO

LOGO DA INSTITUIÇÃO

ANEXO V

DECLARAÇÃO SOBRE INSTALAÇÕES E CONDIÇÕES MATERIAIS

Declaro, em conformidade com o art. 33, inc. V, alínea "c", da Lei nº 13.019/2014, que a [NOME DA OSC]:
( ) Dispõe de instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.
OU
( ) Pretende contratar ou adquirir com recursos da parceria as condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.
OU
( ) Dispõe de instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, bem como pretende, ainda, contratar ou adquirir com recursos da parceria outros bens para tanto.

LOGO DA INSTITUIÇÃO

ANEXO VI

PLANO DE TRABALHO E DE APLICAÇÃO

1. DADOS CADASTRAIS DO PROPONENTE

Instituição proponente:		CNPJ:	
Endereço:			
Cidade	Telefone/fax		CEP
Banco (nome e número)	Agência		Conta Corrente
Nome responsável pela Instituição			
RG/Órgão expedidor	CPF		
Endereço completo	CEP		Telefone
Ordenador de despesas (tesoureiro)	RG/Órgão expedidor		CPF
Endereço completo	CEP		Telefone
Responsável para contato com a entidade		Função	
Responsável técnico pelo projeto		Formação	

2. NOME DO PROJETO:

3. APRESENTAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL (apresentar rapidamente a Instituição, descrever as atividades que já são desenvolvidas pela Organização da Sociedade Civil)

4. APRESENTAÇÃO DO PROJETO (Apresentar e detalhar o projeto e as ações que pretende desenvolver com os recursos a serem recebidos; Descrever as situações e indicadores sociais da realidade local que se pretende enfrentar e modificar com o projeto; Descrever como será a dinâmica e funcionamento do projeto; Apresentar a realidade da pessoa idosa a serem atendidos, demonstrando as vulnerabilidades a que este público está exposto e como o projeto contribuirá para mudar essa realidade)

5. JUSTIFICATIVA (Deve expor os argumentos e as considerações sobre as necessidades que justificam a realização das ações/atividades propostas, inclusive com diagnóstico da realidade, indicando como irá contribuir para a mudança da situação problema apresentada, utilizar dados quantitativos e qualitativos do problema que se pretende abordar, informando a fonte. É a justificativa que fundamenta a proposta)

6. DO OBJETO (Breve descrição, clara e objetiva, da situação problema que se deseja melhorar/minimizar)

7. OBJETIVOS:

a) GERAL (a partir da justificativa apresentada, definir com clareza o que pretende alcançar, relacionar com a situação problema que se deseja enfrentar com a execução do objeto)

b) ESPECÍFICOS (Os objetivos específicos são os que contribuirão para o alcance das metas previstas no projeto e possibilitarão um entendimento detalhado acerca do projeto) (preencher o quadro a seguir, acrescentando mais linhas se necessário)

Objetivo Específico	Ações (descrever as ações necessárias para alcançar o objetivo)	Resultados Esperados
1 -		
2 -		
3 -		
4 -		

8. PERFIL DA POPULAÇÃO ATENDIDA PELO PROJETO (informar a área de abrangência do projeto, escolaridade média do público atendido, faixa etária, número de pessoas, meta a ser atingida...)

9. QUANTIDADE DE USUÁRIOS A SEREM ATENDIDOS (Descrever a quantidade de usuários que serão atendidos no período)

10. PERÍODO DE EXECUÇÃO DO OBJETO PROPOSTO: Início: / / Término:/ /

11. METODOLOGIA (quais as atividades que serão desenvolvidas? Incluir as estratégias e os procedimentos detalhados para a sua execução.Onde ocorrerá o projeto? Como serão desenvolvidas as ações?. E a maneira pela qual os objetivos serão alcançados)

IMPORTANTE: Esta etapa é o "como fazer" do projeto, isto é, o passo a passo da execução das
ações previstas, devendo estar vinculado diretamente aos objetivos específicos e ao cumprimento das metas. Todas as ações que serão realizadas no projeto devem estar descritas neste campo, de forma lógica e organizada, incluindo as articulações que serão realizadas com a rede de atendimento.

12. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO:
A Organização da Sociedade Civil (OSC) deverá detalhar as estratégias, instrumentos que serãoadotados para avaliar cada meta estabelecida, em um contexto de monitoramento e avaliação.

13. CONOGRAMA DE AÇÕES (completar o quadro abaixo ampliando ou reduzindo o número de colunas/mês e de ações, conforme o período de execução do projeto)

Ações (necessárias para alcançar o objetivo)	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12

14. EQUIPE TÉCNICA DO PROJETO (complete o quadro abaixo descrevendo os profissionais envolvidos na execução deste projeto)

Função no projeto	Formação profissional	Natureza do vínculo (CLT, contrato, voluntariado)	Número de horas semanais trabalhadas

15. AVALIAÇÃO DE RESULTADOS (preencher o quadro abaixo)

Objetivos	Indicadores quantitativo/qualitativo de resultados:	Meios de verificação
1-		
2-		
3-		

16. ORÇAMENTO DO PROJETO

Total do projeto: R$ _____

Plano de Aplicação Detalhado
(Poderão ser acrescentados ou removidos itens de despesas em cada grupo, de acordo com a necessidade e particularidade de cada OSC, desde que esteja relacionado com o objeto pactuado no TERMO DE REFERÊNCIA e que não esteja em desacordo com as normas legais, principalmente em relação ao Art. 46 da Lei nº. 13.019/2014)

Item	Especificação	Valor Total Elemento
1	**MATERIAL DE CONSUMO**	R$
1.1	Material de Expediente	R$
1.2	Material Educativo e Esportivo	R$
1.3	Material Farmacológico	R$
1.4	Combustível	R$
1.5	Material de Limpeza	R$
1.6	Uniformes tecidos e aviamentos	R$
1.7	Gêneros alimentícios	R$
1.8	Etc (colocar o que eles precisam)	R$
2	**SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA**	R$
2.1	Serviços de telecomunicação	R$
2.2	Monitoramento	R$
2.3	Água	R$
2.4	Luz	R$
2.5	Internet	R$
2.6	Serviços de manutenção e conservação de bens imóveis	R$
2.7	Manutenção de máquinas e equipamentos	R$
2.8	Etc (colocar o que eles precisam)	R$
TOTAL DE DESPESAS (1+2)		**R$**

Plano de Aplicação Resumido

Item	Especificação	Valor Total Elemento
1	Material de Consumo	R$
2	Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	R$
TOTAL DE DESPESAS (1+2)		**R$**

Cronograma de desembolso

Janeiro	Fevereiro	Março	Abril
-	-	-	-
Maio	Junho	Julho	Agosto
-	-	-	-
Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
-	-	-	-

17. DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal da Instituição proponente, declaro, para os devidos fins de prova junto à Prefeitura Municipal de Paranavaí, que as informações que constam neste Plano de Trabalho e Aplicação são verdadeiras, e para os efeitos e sob as penas do art. 299 do Código Penal, que inexiste mora ou débito junto a qualquer órgão ou instituição da Administração Pública direta ou indireta que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas no orçamento do Município, na forma deste plano de trabalho. Se houver algo em contrário ou inverídico, me responsabilizo na forma legal.	
Paranavaí, _____/_____/_____.	_____ Nome do Presidente Nome da Entidade

Local e data,

Assinatura do responsável técnico
Nome do responsável técnico

Assinatura do representante legal da Instituição
Nome do representante legal da instituição

LOGO DA INSTITUIÇÃO

ANEXO VII

RELAÇÃO NOMINAL DE DIRIGENTES DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

(art. 34, VI da Lei n° 13.019/2014)

Nome			N° CPF
N° RG	Órgão Expedidor	Cargo	Função
Logradouro (Avenida, Rua, Rod, Etc.)			
Bairro		Cidade	CEP
Telefone		Telefone	E-mail
Cargo			
Nome			N° CPF
N° RG	Órgão Expedidor	Cargo	Função
Logradouro (Avenida, Rua, Rod, Etc.)			
Bairro		Cidade	CEP
Telefone		Telefone	E-mail
Cargo			
Nome			N° CPF
N° RG	Órgão Expedidor	Cargo	Função
Logradouro (Avenida, Rua, Rod, Etc.)			
Bairro		Cidade	CEP
Telefone		Telefone	E-mail
Cargo			

Paranavaí, _____ de_____de 20____.

_____
Presidente da OSC

Nome Legível: _____
CPF: _____
RG: _____

LOGO DA INSTITUIÇÃO

ANEXO VIII

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO
INCISO XXXIII, DO ARTIGO 7º, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA**

[*identificação da organização da sociedade civil – OSC*], inscrita no CNPJ sob o nº ……., com sede à [*endereço completo*], em cumprimento ao Edital de Chamamento Público nº ……., DECLARA, sob as penas da Lei, que não possui em seu quadro de pessoal, empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do artigo 7º, da Constituição Federal.

Paranavaí, _____ de_____de 20____.

_____
Presidente da OSC

Nome Legível: _____
CPF: _____
RG: _____

LOGO DA INSTITUIÇÃO

ANEXO IX

DECLARAÇÃO – ART. 39 LEI FEDERAL Nº 13.019/2014

Declaramos que nossa Organização da Sociedade Civil _____, CNPJ: _____, bem como nossos dirigentes, não se enquadram nos motivos de impedimento do Art. 39 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Art. 39. Ficará impedida de celebrar qualquer modalidade de parceria prevista nesta Lei a organização da sociedade civil que:
I - não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional;
II - esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;
III - tenha como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de colaboração ou de fomento, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;
IV - tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos, exceto se: (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)
a) for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados;
b) for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição;
c) a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo;
V - tenha sido punida com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:
a) suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;
b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;
c) suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
d) declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.
VI - tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; VII - tenha entre seus dirigentes pessoa:
a) cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;
b) julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;
c) considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992.
§ 1º Nas hipóteses deste artigo, é igualmente vedada a transferência de novos recursos no âmbito de parcerias em execução, excetuando-se os casos de serviços essenciais que não podem ser adiados sob pena de prejuízo ao erário ou à população, desde que precedida de expressa e fundamentada autorização do dirigente máximo do órgão ou entidade da administração pública, sob pena de responsabilidade solidária.
§ 2º Em qualquer das hipóteses previstas no caput, persiste o impedimento para celebrar parceria enquanto não houver o ressarcimento do dano ao erário, pelo qual seja responsável a organização da sociedade civil ou seu dirigente.
§ 3º (Revogado).
§ 4º Para os fins do disposto na alínea a do inciso IV e no § 2o, não serão considerados débitos que decorram de atrasos na liberação de repasses pela administração pública ou que tenham sido objeto de parcelamento, se a organização da sociedade civil estiver em situação regular no parcelamento.
§ 5º A vedação prevista no inciso III não se aplica à celebração de parcerias com entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades referidas naquele inciso, sendo vedado que a mesma pessoa figure no termo de colaboração, no termo de fomento ou no acordo de cooperação simultaneamente como dirigente e administrador público.
§ 6º Não são considerados membros de Poder os integrantes de conselhos de direitos e de políticas públicas.

Paranavaí, _____ de_____de 20____.

_____
Presidente da OSC

Nome Legível: _____
CPF_____
RG _____

LOGO DA INSTITUIÇÃO
ANEXO X

DECLARAÇÃO – ART. 39, DO DECRETO MUNICIPAL Nº 22.889/2021

A Organização da Sociedade Civil _____, CNPJ: _____, DECLARA que:

I - não há, em seu quadro de dirigentes:
a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal; e
b) cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, das pessoas mencionadas na alínea "a" deste inciso.
II- não contratará, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública municipal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;
III - não remunerará, a qualquer título, com os recursos repassados em decorrência da parceria:
a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal;
b) servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública municipal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; e
c) pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a administração pública ou contra o patrimônio público, de crimes eleitorais para os quais a lei comine pena privativa de liberdade, e de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

Observações:
1. Entende-se por membro de Poder o titular de cargo estrutural à organização política do País que exerça atividade típica de governo, de forma remunerada, como Presidente da República, Governadores, Prefeitos, e seus respectivos vices, Ministros de Estado, Secretários Estaduais e Municipais, Senadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais, Vereadores, membros do Poder Judiciário e membros do Ministério Público.

2. Não são considerados membros de Poder os integrantes de conselhos de direitos e de políticas públicas.

Paranavaí, _____ de_____de 20____.

_____
Presidente da OSC

Nome Legível: _____
CPF_____
RG _____

LOGO DA INSTITUIÇÃO

ANEXO XI

DECLARAÇÃO DE NÃO PARENTESCO

A Entidade _____, inscrita no CNPJ nº. _____, com sede na Rua _____, nº. _____, CEP _____, **DECLARA**, para os fins do disposto na Súmula Vinculante nº 13, editada pelo Supremo Tribunal Federal, Acórdão nº 2.745/2010 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Prejulgado nº 09 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná que:

NÃO POSSUI como dirigentes ou controladores:

a) membros do Poder executivo do concedente dos recursos ou do Legislativo Municipal, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o 3º grau;

b) servidor Público vinculado ao Poder Executivo do concedente dos recursos ou do Legislativo Municipal, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros em linha reta, colateral ou por afinidade até o 3º grau. Ainda, está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Para os fins desta declaração, consideram-se parentes:

	Parente em linha reta	**Parente colateral**	**Parente por afinidade (familiares do cônjuge).**
1º grau	Pai, mãe e filho(a).		Padrasto, madrasta, enteado(a), sogro(a), genro e nora.
2º grau	Avô, avó e neto(a).	Irmãos.	Cunhado(a), avô e avó do cônjuge.
3º grau	Bisavô, bisavó e bisneto(a).	Tio(a) e sobrinho(a).	Concunhado(a).

Por ser verdade, assumo inteira responsabilidade pelas informações prestadas, estando ciente de que a declaração falsa está sujeita às penalidades previstas em lei.

Paranavaí, _____ de _____ de 20____.

_____
Presidente da OSC

Nome Legível: _____
CPF_____
RG _____

LOGO DA INSTITUIÇÃO

ANEXO XII

DECLARAÇÃO DE NÃO ENQUADRAMENTO NA LEI MUNICIPAL Nº 4.288/2014

EU,_____, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº _____, inscrito no CPF/MF sob nº _____, ocupante do cargo de Presidente da OSC _____, **DECLARO**, para os devidos fins, e sob as penas do art. 299, do Código Penal, que não me enquadro em nenhuma das vedações previstas no artigo 1º, da Lei Municipal nº 4.288/2014.

Paranavaí, _____ de_____ de 20____.

_____
Presidente da OSC

Nome Legível: _____
CPF: _____
RG: _____

LOGO DA INSTITUIÇÃO

ANEXO XIII

FORMULÁRIO PARA COMPROVAR CAPACIDADE TÉCNICA

RECURSOS HUMANOS COM ATUAÇÃO EXCLUSIVA NA PROPOSTA DO OBJETO

Função	**Escolaridade**	**Cargahorária**	**Quantidade**

Paranavaí, _____ de _____ de 20____.

_____
Presidente da OSC

Nome Legível: _____
CPF: _____
RG: _____

LOGO DA INSTITUIÇÃO

ANEXO XIV

FORMULÁRIO PARA COMPROVAR CAPACIDADE DE EQUIPAMENTOS
(descrever equipamentos permanentes, inclusive veículos)

QUANTIDADE	DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS	SITUAÇÃO
		( ) PRÓPRIO ( ) CEDIDO
		( ) PRÓPRIO ( ) CEDIDO
		( ) PRÓPRIO ( ) CEDIDO
		( ) PRÓPRIO ( ) CEDIDO

Paranavaí, _____ de _____ de 20____.

_____
Presidente da OSC

Nome Legível: _____
CPF: _____
RG: _____

LOGO DA INSTITUIÇÃO

ANEXO XV

FORMULÁRIO - COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE DE ESTRUTURA FÍSICA

QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	METRAGEM

Paranavaí, _____ de _____ de 20____.

_____
Presidente da OSC

Nome Legível: _____
CPF: _____
RG: _____

ANEXO XVI

MINUTA DO TERMO DE FOMENTO

Termo de Fomento que entre si celebram o MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA DE PARANAVAÍ, E A OSC .....

De um lado, o **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 76.977.768/0001-81, com sede e foro nesta cidade, na Rua Getúlio Vargas, 900, Centro, neste ato representado pelo Controlador Geral do Município Carlos Alberto Vieira, por meio dos poderes delegados no Decreto Municipal nº 27.053/2025 residente e domiciliado nesta Cidade de Paranavaí – PR, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 5.337.225-2, e inscrito no CPF sob o nº 756.344.739-34, e **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA**, representada pelo(a) Secretário(a) Municipal de Assistência Social, Mulher e Família Sr.(a) Letícia Leziane Wenceslau Pizzolio Lucas, portadora da Cédula de Identidade RG nº ..... SSP-PR e inscrita no CPF sob nº ....., com sede na Rua Pernambuco, 517, centro, nesta cidade, doravante denominado **MUNICÍPIO,** e de outro lado a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC, denominada ....., inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº ....., com sede na Cidade de ....., no endereço ....., CEP ……., neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is)....., conforme documento que fica arquivado no setor competente, doravante denominada simplesmente **OSC PARCEIRA**, resolvem firmar o presente Termo de Fomento, com fundamento na Lei Federal nº 13.019, de 31 de Julho de 2014 e alterações, no Decreto Municipal nº 22.889, de 29 de setembro de 2021, nos termos do Edital de Chamamento Público nº 004/2026 e seus anexos e Plano de Trabalho aprovado (fls. nº .....), todos parte integrante deste Termo de Fomento , como se transcrito fossem, têm entre si justo e avençado o quanto segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1. O presente Termo de Fomento tem por objeto a formalização de parceria, através de repasse de recursos para Organizações da Sociedade Civil (OSC), com a finalidade de aquisição de materiais permanentes e de consumo destinados à proteção, segurança, prevenção de acidentes, primeiros socorros e demais itens necessários à melhoria das condições de atendimento, da segurança dos usuários e da qualidade dos serviços socioassistenciais prestados, em conformidade com as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social e da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, conforme detalhado no Plano de Trabalho e Aplicação, ANEXO VI, e que envolve a transferência de recursos financeiros do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

1.2. Os participes se obrigam a cumprir fielmente o Plano de Trabalho elaborado pela **OSC PARCEIRA** e aprovado pela **ENTIDADE MUNICIPAL PARCEIRA**, parte indissociável deste instrumento.

1.3. FUNDAMENTO: Esta parceria decorre do Chamamento Público nº 004/2026;

1.4.DOS BENEFICIADOS: Serão beneficiados com esta parceria XXXXX pessoas idosas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência do presente Termo de Fomento será de 12 (doze) meses,a partir do dia xx/xx/xxxx a xx/xx/xxxx podendo ser prorrogado nas seguintes hipóteses:

a) por interesse da **ENTIDADE MUNICIPAL PARCEIRA,** por igual e sucessivos períodos, limitado a 60 (sessenta) meses, desde que em cumprimento de todos os requisitos legais aplicáveis;

b) por solicitação da **OSC PARCEIRA**, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à **ENTIDADE MUNICIPAL PARCEIRA** em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes de seu término, mediante Termo Aditivo;

c) de ofício quando a **ENTIDADE MUNICIPAL PARCEIRA** der causa no atraso da liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso justificado.

2.2. Para a prorrogação do prazo de vigência de que trata a alínea "a" do subitem 2.1 são necessários a apresentação dos documentos de habilitação previstos no Edital nº. 004/2026, item 12.2.8, alíneas "a" a "y.7".

2.3. Para a prorrogação do prazo de vigência de que trata a alínea "a" do subitem 2.1, o valor fixado no subitem 8.1 sofrerá atualização monetária anualmente, com base no INPC, ou outro índice legal que vier a substituí-lo.

2.4. Para a prorrogação do prazo de vigência de que trata a alínea "b" do subitem 2.1, é necessário parecer do Gestor atestando que a parceria foi executada a contento ou, em caso contrário, justificando o motivo do atraso na execução das metas. A prorrogação depende ainda de aprovação do Secretário da pasta responsável pela parceria, autorização do Controlador Geral do Município e, ao final, parecer da Procuradoria Geral do Município.

2.5. A prorrogação de vigência de ofício, de que trata a alínea "c" do subitem 2.1 objetiva o ajuste do prazo de execução das ações, a fim de não causar prejuízo na conclusão do objeto, não resultando, neste caso, novo aporte de recursos financeiros.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES
3.1. Em não havendo modificação do objeto da parceria, o Termo de Fomento e respectivo Plano de Trabalho poderão ser alterados, por solicitação fundamentada e justificada pela **OSC PARCEIRA** ou pela **ENTIDADE MUNICIPAL PARCEIRA**.

3.1.1. Referidas alterações deverão ser precedidas de manifestação por escrito, fundamentada e devidamente justificada, do:

a) Gestor da parceria, autorizando total ou parcialmente o pedido de alteração solicitado pela **OSC PARCEIRA**, com respectiva aprovação pelo Secretário responsável pela parceria, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado do recebimento da solicitação; ou da

b) **OSC PARCEIRA**, anuindo ao pedido de alteração proposto pelo Gestor da parceria, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado do recebimento da solicitação.

3.2. As alterações do Termo de Fomento e/ou do Plano de Trabalho aprovado deverão ser formalizadas mediante **Termo Aditivo.**

3.2.1. Os Termos Aditivos serão precedidos de parecer da Procuradoria Geral do Município, órgão consultivo e autorização do Controlador Geral do Município.

3.2.1.1. Quando as alterações implicarem em ampliação ou redução do valor global da parceria, o parecer jurídico deverá ser precedido de análise e manifestação do Órgão de Controle Interno.

3.2.3. Extratos de Termos Aditivos deverão ser publicados no Diário Oficial dos Municípios do Paraná.

3.2.3.1. Cópia da publicação das referidas alterações deverá ser anexada ao processo administrativo de acompanhamento da execução da parceria e remetido ao representante legal da **OSC PARCEIRA**.

3.4. Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto.

3.5. Toda e qualquer prorrogação, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelas partes antes do término da vigência do Termo de Fomento ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

3.6 Havendo prorrogação do Termo de Fomento, a OSC deverá apresentar plano de trabalho da parceria para execução no ano seguinte, observado o prazo no item 2.1. alinea "b"

CLÁUSULA QUARTA – DOS RESPONSÁVEIS PELA PARCERIA

4.1. da ENTIDADE PÚBLICA MUNICIPAL: GESTOR DA PARCERIA

4.1.1. O (A) servidor(a) público(a) nomeado(a) como Gestor(a) deste Termo de Fomento, Sr(a) _____ representará a Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família de Paranavaí, na interlocução com a **OSC PARCEIRA**, tendo como obrigações nos termos do art. 61 da Lei Federal n° 13.019/2014 e do art. 60 do Decreto Municipal n° 22.889/2021;

a) acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste Termo de Fomento e respectivo Plano de Trabalho aprovado;

b) informar ao Secretário(a) responsável pela parceria:
I) quando houver inexecução da parceria,
II) quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
III) quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das ações e metas pactuadas no Plano de Trabalho, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução da parceria ou o inadimplemento da **OSC PARCEIRA** com relação a obrigações estabelecidas no presente Termo de Fomento;
IV) quando a **OSC PARCEIRA** deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela Administração Pública Municipal ou pelo Órgão de Controle Interno ou Externo, os quais são impeditivos do ateste para a liberação das parcelas dos recursos;

c) comunicar à **OSC PARCEIRA** quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras impropriedades de ordem técnica ou legal;
c.1.) notificar a **OSC PARCEIRA,** no caso de verificadas irregularidades impeditivas de ateste, para sanar ou cumprir obrigação no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, prorrogável, no máximo, por igual período, a contar do recebimento da notificação;

d) sugerir ao Secretário(a) responsável pela parceria a retenção das parcelas dos recursos financeiros, decorrido o prazo previsto na alínea c.1. do subitem 4.1.1 na hipótese de não atendimento à notificação;

e) formalizar ao Secretário(a) responsável pela parceria a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

f) emitir o relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeter à Comissão de Monitoramento e Avaliação para homologação, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela **OSC PARCEIRA** de acordo com o art. 59 da Lei Federal nº 13.019/2014;

g) emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas parcial e final, levando em consideração o conteúdo dos relatórios técnicos emitidos pela Comissão de Monitoramento e Avaliação, submetendo-o à manifestação conclusiva do Secretário da pasta sobre a aprovação ou não das contas;

h) disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de Monitoramento e avaliação, quando couber.

4.1.2. Aplicam-se ao Gestor os impedimentos constantes no § 5º, do art. 42, do Decreto Municipal nº 22.889/2021.

4.2. da OSC PARCEIRA:

4.2.1. O(A) Sr.(Sra.) ....., [incluir qualificação, telefone fixo e celular, cargo ocupado na OSC], é o responsável na interlocução com a **ENTIDADE PÚBLICA MUNICIPAL**.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

5.1. da **ENTIDADE PÚBLICA MUNICIPAL**:

a) publicar o extrato deste Termo de Fomento no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar de sua assinatura;

b) manter no sítio oficial por meio do Portal de Transparência, o nome da **OSC PARCEIRA** na relação das parcerias celebradas com OSC's, por prazo não inferior a 180 (cento e oitenta) dias, contado da data de apresentação da prestação de contas final (art. 10, da Lei Federal nº 13.019/2014);

c) instruir o processo administrativo específico que trata da celebração deste Termo de Fomento, com atos atinentes à alteração, liberação de recursos, monitoramento e avaliação da execução, bem como, prestação de contas;

d) custodiar o processo administrativo que originou o chamamento público;

e) fornecer manuais específicos, informando à **OSC PARCEIRA** eventuais alterações no seu conteúdo;

f) informar à **OSC PARCEIRA** os atos normativos e orientações que interessam à execução e à prestação de contas do presente Termo de Fomento;

g) prestar o apoio necessário e indispensável à **OSC PARCEIRA**, para que seja alcançado o objeto deste Termo de Fomento em toda a sua extensão e no tempo devido;

h) transferir à **OSC PARCEIRA** os recursos financeiros previstos para a execução deste Termo de Fomento, de acordo com a programação orçamentária e financeira do Município e obedecendo ao cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho aprovado, que guardará consonância com as metas e ações de execução do objeto deste
Termo de Fomento;

i) realizar o acompanhamento da execução orçamentária e financeira dos recursos transferidos;

j) viabilizar o acompanhamento pela *internet* dos processos de liberação de recursos referente a esta parceria;

k) monitorar e avaliar o cumprimento do objeto e dos objetivos deste Termo de Fomento, por meio de análises das informações e documentos constantes no processo administrativo, bem como, realizações de diligências e fiscalização, visitas *in loco*, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho, zelando pelo cumprimento do objeto, alcance das metas e dos resultados previstos e correta aplicação dos recursos repassados.

5.2. da OSC PARCEIRA:

a) executar fielmente o objeto da parceria, de acordo com o Plano de Trabalho aprovado, com as cláusulas pactuadas e legislação pertinente, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Termo de Fomento.
a.1.) zelar pela boa qualidade e eficiência das ações, atividades e serviços prestados, buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade e qualidade em suas atividades;
a.2.) executar o Plano de Trabalho aprovado, bem como aplicar os recursos públicos e gerir os bens públicos com observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia;
a.3.) garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades;
a.4.) manter durante a execução da parceria a regularidade das certidões previstas no inciso art. 38 do Decreto Municipal nº 22.889/2021, as previstas na legislação específica e no edital de chamamento público;

b) manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este Termo de Fomento em conta bancária específica, em instituição financeira pública, inclusive os eventuais resultados de aplicação no mercado financeiro, aplicando-os, na conformidade do Plano de Trabalho, e exclusivamente, no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações relativas à execução das despesas (*alínea "a", "b" e "c"*, do inciso III, do art. 39, do Decreto Municipal nº 22.889/2021);

c) não utilizar os recursos recebidos nas finalidades vedadas pelo art. 45 da Lei Federal nº 13.019/2014;

d) apresentar o relatório de execução do objeto e o relatório de execução financeira, acompanhados de relação de quantitativa e comprovação documental do número de beneficiados atendidos, ou seja, documentos comprobatórios das pessoas atendidas pela entidade mensalmente, e prestar contas à **ENTIDADE PÚBLICA MUNICIPAL**;

e) responsabilizar-se pela contratação e pagamento dos salários, verbas de convenção ou dissídio coletivo, verbas rescisórias, do pessoal que vier a ser necessário à execução do objeto da parceria, inclusive pelos encargos sociais e obrigações trabalhistas decorrentes, ônus tributários ou extraordinários e aqueles decorrentes de acidentes de trabalho de seus empregados, no desempenho de seus serviços ou em conexão com eles, que incidam sobre o instrumento (do art. 36 incisos IV, art. 49 e do art. 54, do Decreto Municipal nº 22.889/2021);

f) permitir o livre acesso do Gestor da parceria, da Comissão de Monitoramento e Avaliação, de agentes públicos da secretaria responsável pelo presente Termo de Fomento, dos servidores do Órgão de Controle Interno e do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, a todos os documentos relativos à execução do objeto deste Termo de Fomento, bem como aos locais de execução da atividade, permitindo o acompanhamento *in loco* e prestando todas e quaisquer informações solicitadas (inciso XIII, do art. 32, do Decreto Municipal nº 22.889/2021);

g) utilizar os bens materiais e/ou equipamentos adquiridos com os recursos deste Termo de Fomento em conformidade com o objeto pactuado;

h) por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo de Fomento, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à Administração Pública Municipal, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de constas especial do responsável (art. 52, da Lei Federal nº 13.019/2014);

i) efetuar o seu registro contábil e patrimonial em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade, inclusive na hipótese de aquisição de bens com recursos da parceria;
i.1.) manter registros, arquivos, controles contábeis específicos para os dispêndios relativos a este Termo de Fomento e documentos originais que compõem a prestação de contas, durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas final;
i.2) Prestar à administração pública, quando solicitado, quaisquer esclarecimentos sobre a aplicação dos recursos financeiros recebidos por força desta parceira;
i.3) Apresentar a prestação de contas dos recursos financeiros recebidos e os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, diretamente no Sistema Integrado de Transferências - SIT do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, no prazo previsto em lei, sem prejuízo da prestação de contas à administração pública;

j) observar nas compras e contratações realizadas, os procedimentos estabelecidos nos artigos 49 e 50 do Decreto Municipal nº 22.889/2021;

k) comunicar à **ENTIDADE PÚBLICA MUNICIPAL** suas alterações estatutárias, devidamente registrada em cartório;

l) divulgar na *internet* e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerçam suas ações, informações referentes a esta parceria, art. 94, do Decreto Municipal nº 22.889/2021;

m) submeter previamente à **ENTIDADE PÚBLICA MUNICIPAL** qualquer proposta de alteração do Plano de Trabalho aprovado, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;

n) responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que se refere às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

o) responsabilizar-se exclusivamente pelo pagamento dos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, tributários, civis e comerciais relacionados à execução do objeto previsto neste Termo de Fomento, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da **ENTIDADE PÚBLICA MUNICIPAL**, a inadimplência da **OSC PARCEIRA** em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

p) responsabilizar-se pela integridade dos materiais e/ou equipamentos disponibilizados pela **ENTIDADE PÚBLICA MUNICIPAL** que estiverem sobre os seus cuidados;

q) quando for o caso, providenciar licenças e aprovações de projetos emitidos pelos órgãos competentes, nos termos da legislação aplicável;

r) comunicar à **ENTIDADE PÚBLICA MUNICIPAL**, por escrito, a ocorrência de fatos ou anormalidades que venham a prejudicar a perfeita execução da atividade;

s) manter os recursos aplicados nos termos dos §§ 1º e 2º, do art. 46, do Decreto Municipal nº 22.889/2021, enquanto não utilizados;

t) não realizar qualquer pagamento antecipado com recursos da parceria.
u) cumprir a Lei Geral de Proteção de Dados -Lei 13.709/2018, no que for cabíveis em face do objeto deste Termo, em especial a:
u.1) guardar sigilo quanto aos dados pessoais aos quais eventualmente tenham acesso em razão da execução do objeto desta parceria;
u.2) tratar os dados pessoais recebidos de acordo com a finalidade da parceria, de modo legítimo e lícito, entendendo-se por tratamento de dados os atos que se refiram a coleta, produção, recpção, classificação, ultilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência , difusão ou extração de dados;
u.3) garantir ao titular de dados a consulta gratuita e facilitada aos seus dados pessoais, bem como a forma, duração e finalidade do tratamento;
u.4)não utilizar os dados pessoais recebidos ou tratá-los com fins discriminatórios, ilícitos, abusivos ou para finalidade distinta da parceria;
u.5) fazer uso somente dos dados pessoais que forem imprescindíveis à execução dos objeto;
u.6) adotar todas as medidas previstas em lei para evitar o vazamento de dados pessoais que receber ou o acesso por pessoal não autorizado;
u.7)em caso de vazamento de dados pessoais, adotar as providências necessárias para mitigar as consequências do dano, informando ao Órgão Gestor, no prazo de 48 horas:
u.7.1) a descrição da natureza dos dados pessoais afetados;
u.7.2)as informaçõs sobre os titulares envolvidos;
u.7.3)a indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados, observados os segredos comercial e industrial;
u.7.4)os riscos relacionados ao incidente;
u.7.5)os motivos da demora, no caso de comunicação não ter sido imediata;
u.7.6)as medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo;
u.8) Demonstrar, sempre que solicitado, a adoção de medidas eficazes para comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção dos dados;
u.9) Utilizar medidas técnicas e organizacionais de modo a proteger os dados pessoais e o tratamento não autorizado;
u.10) Armazenar os dados somente pelo período necessário para o cumprir as obrigações contratuais legais;
u.11) Apagar todos os dados pessoais quando solicitado pelo município ou, não sendo possível , justificar com a base legal a retenção dos dados;
u.12) Anonimizar os dados pessoais quando solicitado pelo município, ou, não sendo possível justificar com base legal;
u.13)Não compartilhar com terceiros, em hipótese alguma, os dados pessoais que receber em decorrência da parceria;
u.14)reparar danos patrimoniais ou morais, individuais ou coletivos, que sua ação ou omissão, no exercício da atividade de tratamento de dados pessoais relativas ao esse termo de fomento, em violação à legislação de proteção de dados pessoais, causarem ao município ou a terceiros, sem prejuízo das demais sanções previstas neste termo.

CLÁUSULA SEXTA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

O monitoramento e a avaliação será efetuada pela Comissão de Monitoramento e Avaliação composta pelos(as) servidores(as) nomeados(as) mediante a Portaria nº 24/2025.

6.1. O relatório técnico a que se refere o art. 59, da Lei n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:
I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
IlI - valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo Termo de Fomento;
V - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

6.2. Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I - retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;
II - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

7.1. Transcorrido o prazo de 60 (sessenta) dias contados a partir do recebimento do recurso, a **OSC PARCEIRA** está obrigada a prestar as contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos, no prazo de até 30 (trinta) dias do encerramento do bimestre.

7.2. A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:
I – extrato da conta bancária específica;
II - notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;
III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;
IV - material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;
V - relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e
VI - lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

7.3. Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.
7.4. Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.
7.5. A análise da prestação de contas deverá considerar a verdade real e os resultados alcançados.
7.6. A prestação de contas da parceria observará regras específicas de acordo com o montante de recursos públicos envolvidos, nos termos das disposições e procedimentos estabelecidos conforme previsto no plano de trabalho e no termo de colaboração ou de fomento.
7.7. A **OSC PARCEIRA** deverá registrar na plataforma eletrônica indicada pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná para a prestação de contas, os dados referentes às despesas executadas durante a vigência da parceria, sendo obrigatória a inserção dos orçamentos, notas e comprovantes fiscais, inclusive nas prestações de contas bimestrais.
7.8. A prestação de contas relativa à execução do Termo de Fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

I - relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
II - relatório de execução financeira da parceria, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

7.9. A **ENTIDADE PÚBLICA MUNICPAL** considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:
I - relatório da visita técnica *in loco* realizada durante a execução da parceria;
II - relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento/Colaboração.

7.10. As prestações de contas serão avaliadas:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;
III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

a) omissão no dever de prestar contas;
b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

7.11. Vencido o prazo legal e não sendo prestadas as contas devidas, ou não sendo aprovada, sob pena de responsabilidade solidária a Secretaria responsável pela parceria determinará a suspensão imediata da liberação de novos recursos e notificará a **OSC PARCEIRA** em até 30 (trinta) dias, para que cumpra a obrigação ou recolha ao erário os recursos que lhe foram repassados, corrigidos monetariamente, na forma da legislação vigente, e não havendo saneamento das irregularidades ou omissões, o processo deverá ser encaminhado à Controladoria Geral do Município para as devidas providências.

7.12. A Controladoria Geral do Município, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do recebimento do processo, notificará a entidade para sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

7.13. Rejeitada a prestação de contas e não efetuada a devolução dos recursos públicos, será formalizada ao Chefe do Poder Executivo Municipal a instauração de Tomada de Contas Especial.

7.14. Instaurada a Tomada de Contas Especial, a Controladoria Geral do Município informará o fato ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

7.15. Se no transcurso das providências determinadas no item 7.11 deste artigo, a **OSC PARCEIRA** devolver os recursos ou sanar as contas, a Controladoria Geral do Município certificará e as encaminhará para baixa contábil e arquivamento do processo, comunicando o fato ao órgão concedente.

7.16. Enquanto não for encerrada a Tomada de Contas Especial, a **OSC PARCEIRA** envolvida ficará impedida de receber recurso público municipal, ou ainda, recursos públicos oriundos de fontes do Governo do Estado e do Governo Federal.

7.17. Será permitido o livre acesso dos servidores da Unidade Gestora, da Controladoria Geral do Município e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados por Decreto, bem como aos locais de execução do objeto**.**

7.18. A **OSC PARCEIRA** deverá manter em seu arquivo os documentos que compõem a prestação de contas pelo prazo de 10 (dez) anos.

7.19 Havendo prorrogação do Termo de Fomento, será obrigatória a prestação de contas ao término de cada exercício para fins de monitoramento do cumprimento das metas do objeto, nos termo dos arts.49 e 67,§, da Lei 13019/14.

CLÁUSULA OITAVA – DO VALOR TOTAL DE REPASSE, DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

8.1. Para a execução das ações e atividades previstas neste Termo de Fomento, serão disponibilizados recursos no valor de R$ ....., relativo a R$ ....., conforme cronograma de desembolso, constante do Plano de Trabalho aprovado.

8.2. As despesas com a execução deste Termo de Fomento correrão por conta da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentárias:

Rubrica: 07.001.08.244.0007.2581
Nat. da Despesa: 3.3.50.43.15.00 – Demais entidades do terceiro setor para políticas de
promoção da assistência social.
Referência: 887.
Fonte de Recurso/Vinculo: 0000 - Recursos Livres
Nat. da Despesa: 4.4.50.42.01.00 – Instituições de Caráter Assistencial.
Referência: 888.
Fonte de Recurso/Vinculo: 0000 - Recursos Livres

8.3. Havendo redução no número de vagas/atendimentos, os recursos disponibilizados serão reduzidos proporcionalmente ao valor unitário de vaga/atendimentos.

CLÁUSULA NONA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS E DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS
9.1. O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos participes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.3. A liberação das parcelas dos recursos será efetivada em estrita conformidade com o cronograma de desembolso aprovado, valores e datas, após o ateste do gestor da parceria, exceto nos casos estabelecidos nos incisos I a III, do art. 48, da Lei Federal nº 13.019/2014 e art. 46 do Decreto 22.889/2021.

9.4. O número deste Termo de Fomento deverá constar nos documentos fiscais comprobatórios das despesas.

9.5. As despesas relacionadas à execução da parceria serão executadas em estrita observância ao plano de trabalho aprovado e as cláusulas pactuadas, sendo vedado:

a) utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria, ainda que em caráter de emergência;
b) pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;
c) pagar despesa cujo fato gerador tenha ocorrido antes ou depois da vigência do instrumento da parceria;
d) pagar despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
e) pagar multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da Administração Pública Municipal na liberação de recursos financeiros;
f) realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos; e
g) repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA

10.1. Os recursos financeiros repassados deverão ser mantidos e movimentados em conta bancária específica para execução do referido Termo de Fomento.

10.2. Toda movimentação de recursos deverá ser feita mediante transferência eletrônica. Os pagamentos deverão ser feitos mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.

10.3. É vedada a utilização dos recursos repassados pelo Termo de Fomento para cobrir quaisquer despesas bancárias resultantes da execução do mesmo.

10.4. Mediante expressa autorização da administração pública os rendimentos das aplicações financeiras serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

10.5. As alterações decorrentes do uso dos rendimentos serão formalizadas por Aditivo, desde que não impliquem modificação do plano de trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ASSUNÇÃO OU TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADE

11.1. Nas hipóteses de inexecução por culpa exclusiva da **OSC PARCEIRA**, a Administração Pública Municipal poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas e atividades pactuadas:

a) retomar os bens públicos em poder da **OSC PARCEIRA**, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

b) assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela **OSC PARCEIRA** até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades;

c) no caso de transferência da responsabilidade pela execução do restante do objeto da parceria, a Administração Pública Municipal, deverá convocar a **OSC PARCEIRA** participante do chamamento público realizado, desde que atendida a ordem de classificação e mantidas as mesmas condições do instrumento anterior.

d) Na impossibilidade justificada da convocação de que trata a letra “c” do subitem 11.1. ou na ausência de interesse das OSCs convocadas, a Administração Pública Municipal assumirá diretamente a execução do objeto, podendo realizar novo chamamento público.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS BENS REMANESCENTES

12.1. Para os fins deste Termo de Fomento, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

12.2. Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.

12.3. Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a **OSC PARCEIRA** formalizar promessa de transferência da propriedade à Administração Pública, na hipótese de sua extinção.

12.4. Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização donatário, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado.

12.5. No caso de reversão, os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil (OSC) que se proponha a fim igual ou semelhante.

12.6. Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste Termo de Fomento, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

13.1. Quando a execução da parceria estiver em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019/2014 e do Decreto Municipal nº 22.889/2021, a Administração Pública Municipal, por meio da Secretaria da Pasta, poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Organização da Sociedade Civil parceira as seguintes sanções:

I - advertência;
II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II do art. 72 da Lei 13.019/2014.

13.2.É facultada a defesa do interessado no prazo de dez dias, contados da data de abertura de vista dos autos processuais.

13.3. A sanção de advertência tem caráter preventivo e será aplicada quando verificadas impropriedades praticadas pela **OSC PARCEIRA** no âmbito da parceria que não justifiquem a aplicação de penalidade mais grave.

13.4.A sanção de suspensão temporária será aplicada nos casos em que forem verificadas irregularidades na celebração, execução ou prestação de contas da parceria e não se justificar a imposição da penalidade mais grave, considerando-se a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos que dela provieram para a Administração Pública Municipal.

13.5. sanção de suspensão temporária impede a Organização da Sociedade Civil de participar de chamamento público e celebrar parcerias ou contratos com órgãos e entidades da Administração Pública Municipal por prazo não superior a dois anos.

13.6.A sanção de declaração de inidoneidade impede a Organização da Sociedade Civil de participar de chamamento público e celebrar parcerias ou contratos com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, que ocorrerá quando a Organização da Sociedade Civil ressarcir a Administração Pública Municipal pelos prejuízos resultantes, e depois de decorrido o prazo de dois anos da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade.

13.7.A aplicação das sanções estabelecidas nos incisos I a III, do *caput* do art 86 do Decreto 22.889/2011, é de competência exclusiva do Secretário responsável pela parceria ou Presidente da Fundação Cultural e Controlador Geral do Município, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

13.8. Prescrevem no prazo de cinco anos as ações punitivas da Administração Pública Municipal destinadas a aplicar as sanções previstas neste Decreto, contado da data de apresentação da prestação de contas ou do fim do prazo de noventa dias a partir do término da vigência da parceria, no caso de omissão no dever de prestar contas.

13.9.A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração e com a emissão de Certidão Liberatória Municipal.

13.10. A responsabilidade da **OSC PARCEIRA** será apurada com a observância do devido processo legal, assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a eles inerentes, devendo a aplicação das penalidades cabíveis respeitar os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

14.1. Este Termo de Fomento poderá ser denunciado ou rescindindo a qualquer tempo, nos termos do artigo 42, inciso XVI, da Lei Federal nº 13.019/201, no caso de infração ou descumprimento de quaisquer das cláusulas ou condições aqui estipuladas, bem como para o caso de descumprimento das regras previstas na Lei 13.019/2014, no Decreto Municipal nº 22.889/2021, Resolução nº 28/2011, Instrução Normativa n° 61/2011 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, desde que previamente notificada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.
14.2. Esta parceria poderá ser:
I – Extinta por decurso de prazo;
II – Extinta, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante termo de distrato;
III – Denunciada, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe;
IV – Rescindida, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
a) descumprimento injustificado de Cláusula deste Instrumento;
b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
c) omissão no dever de prestação de contas anual, nas parcerias com vigência superior a 01 (um) ano, sem prejuízo do disposto no §2º do art. 70 da Lei nº 13.019/2014;
d) violação da legislação aplicável;
e) cometimento de falhas reiteradas na execução;
f) malversação de recursos públicos;
g) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
h) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
i) descumprimento das condições que caracterizam a parceira privada como Organização da Sociedade Civil (OSC);
j) paralisação da execução da parceria, sem justa causa e prévia comunicação à administração pública;
k) quando os recursos depositados em conta-corrente específica não forem utilizados no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, salvo se houver execução parcial do objeto e desde que previamente justificado pelo gestor da parceria e autorizado pelo dirigente máximo da entidade da administração pública;
l) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
14.3. A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram da avença.
14.4. Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICIDADE
A eficácia do presente Termo de Fomento e dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato, a qual deverá ser providenciada pela Administração Pública Municipal no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
16.1. Em caso da dissolução da **OSC PARCEIRA**, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei nº 13.019/2014 e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta.

16.2. Caso haja a falta ou redução da prestação de serviços estabelecidos neste Termo de Fomento, o valor fixado na Cláusula Oitava será reduzido proporcionalmente à redução da execução.

16.3. Os recursos percebidos e não utilizados deverão permanecer aplicados em instituição financeira oficial sendo que, concluído o Termo de Fomento, eventuais sobras deverão ser restituídas à Administração Pública Municipal, bem como os respectivos acréscimos decorrentes da aplicação financeira.

16.4. A **OSC PARCEIRA** estará ainda sujeita à restituição dos valores percebidos através de tomada de contas a ser instaurada contra o Presidente e demais diretores da PARCEIRA:

a) Quando não for executado o objeto do ato de transferência voluntária;
b) Quando não apresentada no prazo exigido, a prestação de contas parcial ou final;
c) Quando os recursos forem utilizados para finalidade diversa da estabelecida no ato de transferência voluntária, formalizado mediante Termo de Fomento ou instrumento congênere.

16.5. Configurando qualquer das hipóteses previstas nesta cláusula, não sendo satisfeita a restituição ao erário, o Presidente, Diretores e a pessoa jurídica serão inscritos em dívida ativa e após, executados na forma da legislação vigente

16.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Fomento, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, prorrogando-se este para o primeiro dia útil, se recair em dia sem expediente.

16.7. As omissões do presente Termo de Fomento serão supridas mediante a aplicação das regras da Lei 13.019/2014, Decreto Municipal nº 22.889/2021, Resolução nº. 28/2011, Instrução Normativa n°. 61/2011 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Termo de Fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro da Comarca de Paranavaí – Paraná, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

17.2. E, por assim estarem plenamente de acordo, as partes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelas partes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Paranavaí, _____ de _____ de 2_____.

CARLOS ALBERTO VIEIRA
Controlador Geral do Município

LETÍCIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS
Secretária Municipal da Assistência Social, Mulher e Família de Paranavaí

_____
Presidente da OSC Parceira

Publicado por:
Jessica Mayara Dos Santos Silva
Código Identificador:937A92AE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 005/2026

O Município de Paranavaí, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família em ação conjunta, com esteio na Lei nº. 13.019/2014 e Decreto Municipal nº. 22.889/2021, torna público o presente Edital de Chamamento Público para seleção de propostas apresentadas por Organizações da Sociedade Civil que executem o Serviço e /ou Programas e Projetos na Proteção Social Básica e na Proteção Social Especial de Média Complexidade no Município de Paranavaí. O presente Chamamento Público tem por finalidade a aquisição de itens de custeio e/ou investimento destinados à revitalização, adequação e melhoria das estruturas físicas e dos espaços destinados à execução dos serviços socioassistenciais ofertados pelas OSCs, incluindo o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), o Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade para Pessoas com Deficiência e suas Famílias e demais programas e projetos socioassistenciais complementares, com recursos provenientes do Fundo Municipal de Assistência Social.

1. PROPÓSITO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

1.1 O Município de Paranavaí, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família torna público o presente Edital de Chamamento Público, visando a seleção de Organizações da Sociedade Civil que executem o Serviço e /ou Programas e Projetos na Proteção Social Básica e na Proteção Social Especial de Média Complexidade no Município de Paranavaí, voltado as entidades de assistência social, conforme art. 3º, da LOAS, interessadas em celebrar Termo de Fomento e receber recursos públicos, para aquisição de itens de custeio e/ou investimento destinados à revitalização, adequação e melhoria das estruturas físicas e dos espaços destinados à execução dos serviços socioassistenciais ofertados pelas OSCs, incluindo o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), o Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade para Pessoas com Deficiência e suas Famílias e demais programas e projetos socioassistenciais complementares, com recursos provenientes do Fundo Municipal de Assistência Social

1.2. O procedimento de seleção reger-se-á pela Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e posteriores alterações, bem como pelo Decreto Municipal nº 22.889, de 01 de outubro de 2021, e pelos demais normativos aplicáveis, pelas condições previstas neste edital, pelo termo de Fomento a ser celebrado e pelo Plano de Trabalho apresentado.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O procedimento de seleção reger-se-á pelas normas abaixo e pelos demais normativos aplicáveis, além das condições previstas neste Edital:

•Constituição da República Federativa do Brasil;
•Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014;
•Resolução nº 28/2011, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná;
•Instrução Normativa nº 61/2011, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná;
•Decreto Municipal nº 22.889/2021;
•Lei Federal nº 10.741/2003;
•Lei Federal nº 8.842/1994;
•Lei Complementar nº 101/2000;
•Lei nº 4.320/1964;
•Deliberação 016/2022 CEDI/PR ;
•Lei Federal nº 8.742/93
•Lei Federal nº 12.435/2011;
•Lei Municipal nº 5.467/2025;

3. OBJETO DO TERMO DE FOMENTO

3.1. O presente Termo de Fomento tem por objeto o financiamento, por intermédio do Fundo Municipal de Assistência Social, durante toda a vigência da parceria, visando à seleção de Organizações da Sociedade Civil (OSCs), que executem o Serviço e /ou Programas e Projetos na Proteção Social Básica e na Proteção Social Especial de Média Complexidade no Município de Paranavaí, enquadradas como entidades de assistência social conforme o art. 3º da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), interessadas em celebrar parceria com o Município. Os recursos públicos destinados serão aplicados para a aquisição de itens de custeio e/ou investimento destinados à revitalização, adequação e melhoria das estruturas físicas e dos espaços destinados à execução dos serviços socioassistenciais ofertados pelas OSCs, incluindo o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), o Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade para Pessoas com Deficiência e suas Famílias e demais programas e projetos socioassistenciais complementares, com recursos provenientes do Fundo Municipal de Assistência Social.

3.2. Para atender o objeto deste Edital de Chamamento, será disponibilizado o montante de R$ 514.285,68 (quinhentos e quatorze mil, duzentos e oitenta e cinco reais e sessenta e oito centavos) provenientes do Fundo Municipal da Assistência Social, para financiamento.

3.3.O prazo de vigência do Termo de Fomento é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitado a 60 (sessenta) meses

3.4. Cada Organização da Sociedade Civil poderá elaborar somente uma proposta no valor de R$ 42.857,14 (quarenta e dois mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e quatorze centavos) cada projeto.

3.5. O Plano de Trabalho deve indicar o projeto de acordo com objetivos e focos previstos no item 4 e 5 deste Edital, com especificação do nome do Projeto acompanhado de justificativa.

4. OBJETIVOS

Fomentar o fortalecimento da rede socioassistencial do Município mediante a celebração de Termo de Fomento com Organizações da Sociedade Civil que executam serviços, programas e projetos socioassistenciais no âmbito da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial de Média Complexidade, destinando recursos do Fundo Municipal de Assistência Social para o financiamento da aquisição de itens de custeio e/ou investimento voltados à revitalização, adequação, modernização, ampliação e melhoria das estruturas físicas e dos espaços de atendimento, bem como à aquisição de equipamentos, mobiliários, materiais permanentes e demais itens necessários ao adequado funcionamento dos serviços, com vistas à qualificação da infraestrutura, ao fortalecimento da capacidade institucional das OSCs, à ampliação da qualidade, eficiência e continuidade das ofertas socioassistenciais, à promoção da acessibilidade, da segurança, da inclusão, da dignidade e do acolhimento dos usuários, contribuindo para a efetivação dos direitos socioassistenciais e para o aprimoramento da execução da Política Municipal de Assistência Social, em consonância com a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, a Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS e a Lei Federal nº 13.019/2014.

5. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

•Fortalecer a capacidade institucional das Organizações da Sociedade Civil que executam serviços, programas e projetos socioassistenciais no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

•Proporcionar melhores condições estruturais para a execução dos serviços ofertados pelas OSCs, por meio da revitalização, pequenos reparos, adequação e melhoria dos espaços físicos destinados ao atendimento dos usuários.

•Financiar a aquisição de materiais permanentes, equipamentos, mobiliários, utensílios, materiais de consumo e demais itens de custeio necessários ao adequado funcionamento dos serviços socioassistenciais.

•Promover ambientes acessíveis, seguros, acolhedores, funcionais e compatíveis com as normativas técnicas, sanitárias, de acessibilidade e de segurança vigentes.

•Qualificar a oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, do Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade para Pessoas com Deficiência e suas Famílias, bem como dos demais programas e projetos socioassistenciais complementares desenvolvidos pelas OSCs.

•Contribuir para a melhoria da qualidade dos atendimentos prestados às crianças, adolescentes, pessoas com deficiência, adultos, idosos e demais usuários da Política de Assistência Social.

•Fortalecer a rede socioassistencial do município, ampliando a capacidade de resposta das OSCs às demandas da população em situação de vulnerabilidade e risco social.

•Incentivar a modernização dos espaços de atendimento, promovendo ambientes adequados ao desenvolvimento das atividades socioassistenciais, educativas, coletivas, culturais, recreativas e de fortalecimento de vínculos.

•Assegurar a adequada aplicação dos recursos públicos do Fundo Municipal de Assistência Social, observando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e transparência.

•Contribuir para a melhoria contínua da qualidade dos serviços ofertados, em consonância com a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, a Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS, a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e as demais normativas aplicáveis.

6. JUSTIFICATIVA

A Política de Assistência Social, organizada por meio do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, tem como finalidade assegurar proteção social às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social, garantindo o acesso a direitos e promovendo a inclusão social por meio da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

As Organizações da Sociedade Civil constituem importante parceira do Poder Público na execução da política pública de assistência social, desempenhando papel complementar na oferta de serviços tipificados, especialmente no âmbito da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial de Média Complexidade, contribuindo para o fortalecimento da rede socioassistencial do município.

Entretanto, a manutenção da qualidade dos serviços prestados exige investimentos contínuos na melhoria das condições físicas dos espaços de atendimento, na aquisição de equipamentos, mobiliários, materiais permanentes e materiais de consumo indispensáveis ao desenvolvimento das atividades socioassistenciais. A adequada infraestrutura influencia diretamente a qualidade do atendimento, a segurança dos usuários e trabalhadores, a acessibilidade, o acolhimento e a eficiência da execução dos serviços.

Nesse contexto, o presente Chamamento Público tem por finalidade selecionar propostas aptas à celebração de Termo de Fomento, visando apoiar financeiramente as Organizações da Sociedade Civil para a aquisição de itens de custeio e/ou investimento destinados à revitalização, adequação e melhoria das estruturas físicas e dos ambientes utilizados na execução dos serviços socioassistenciais.

Os recursos provenientes do Fundo Municipal de Assistência Social possibilitarão a qualificação dos espaços destinados ao atendimento da população usuária do SUAS, proporcionando ambientes mais seguros, acessíveis, funcionais e adequados às necessidades dos serviços ofertados, fortalecendo a capacidade institucional das entidades parceiras e ampliando a efetividade das ações desenvolvidas.

A iniciativa está alinhada às diretrizes da Política Nacional de Assistência Social, à Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742/1993), à Lei nº 13.019/2014 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil), à Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, à Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS e às deliberações do Conselho Municipal de Assistência Social, contribuindo para o aprimoramento da rede socioassistencial e para a garantia da proteção social aos usuários do município.

7. PARTICIPAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO

7.1. Poderão participar deste Edital as organizações da sociedade civil (OSCs), assim consideradas aquelas definidas pelo art. 2º, inciso I, alíneas “a”,“b” ou “c”, da Lei nº 13.019/2014 (com redação dada pela Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015):

a)entidade privada sem fins lucrativos (associação ou fundação) que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu Patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;

b)as sociedades cooperativas previstas na Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999; as integradas por pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade pessoal ou social; as alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e de geração de trabalho e renda; as voltadas para colaboração, educação e capacitação de trabalhadores rurais ou capacitação de agentes de assistência técnica e extensão rural; e as capacitadas para execução de atividades ou de projetos de interesse público e de cunho social.

c)As organizações religiosas que se dediquem a atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos

7.2 Não será permitida a atuação em rede.

8.REQUISITOS/CONDIÇÕES PARA A CELEBRAÇÃO DO TERMO DE FOMENTO

8.1. As Organizações da Sociedade Civil – OSC que desejarem participar do presente chamamento público deverão:

I – Estar devidamente inscrita no Conselho Municipal da Assistência Social;

II – Declarar, conforme modelo constante no ANEXO III– Declaração de Aceitação dos Termos do Edital, que está ciente e concorda com as disposições previstas neste Edital e seus anexos, bem como que se responsabilizam pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção;

III – Possuir sede no Município de Paranavaí, onde será executado o objeto deste edital;

IV – Objetivos estatutários ou regimentais voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social, bem como compatíveis com o objeto do instrumento a ser pactuado (art. 33, caput, inciso I, e art. 35, caput, inciso III, da Lei nº 13.019, de 2014). Estão dispensadas desta exigência as organizações religiosas e as sociedades cooperativas (art. 33, §§ 2º e 3º, Lei nº 13.019, de 2014);

V – ser regida por normas de organização interna que prevejam expressamente que, em caso de
dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei Federal n° 13.019, de 2014, e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta (art. 33, caput, inciso III, da Lei n° 13.019, de 2014);

VI – ser regida por normas de organização interna que prevejam, expressamente, escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade (art. 33, caput, inciso IV, da Lei Federal n° 13.019, de 2014);

VII – possuir:

a) no mínimo, 1 (um) ano de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;

b) experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante art. 33, inciso V, alínea "b", da Lei federal n° 13.019, de 2014);

c) capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas ou, alternativamente, prever a sua contratação ou aquisição com recursos da parceria, a ser atestado mediante declaração do representante legal da OSC. Não será necessária a demonstração de capacidade prévia instalada, sendo admitida a contratação de profissionais, a aquisição de bens e equipamentos ou a realização de serviços de adequação de espaço físico para o cumprimento do objeto da parceria (art. 33, caput, inciso V, alínea "c" e §5º, da Lei nº 13.019, de 2014);

d) garantir medidas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e idosos, de acordo com as características do objeto da parceria;

e)garantir medidassanitárias de acordo com as normativas de saúde vigentes e aplicáveis a atividade da OSC.

9. DOS IMPEDIMENTOS DE PARTICIPAÇÃO

9.1. Ficam impedidas de participar do presente chamamento público as OSCs que:

I – não estejam regularmente constituídas ou, se estrangeiras, não estejam autorizadas a funcionar no território nacional (inciso I, do art. 39, da Lei Federal nº 13.019/2014);

II – esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada (inciso II, do art. 39, da Lei Federal nº 13.019/2014);

III – Tenha, em seu quadro de dirigentes, membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública federal, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, exceto em relação às entidades que, por sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades referidas. Não são considerados membros de Poder os integrantes de conselhos de direitos e de políticas públicas (inciso III, do art. 39, da Lei Federal nº 13.019/2014 e no inciso I, alínea "b", do artigo 39, do Decreto Municipal nº 22.889/2021);

IV – tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos, exceto se (inciso IV, do art. 39, da Lei Federal nº 13.019/2014):

a) for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados;

b) for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição;

c) a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo.

V – tenha sido punida com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade (inciso V, do art. 39, da Lei Federal nº 13.019/2014):

a) suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;

b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;

c) a prevista no inciso II do art. 73 da Lei Federal n° 13.019/2014;

d) a prevista no inciso III do art. 73 da Lei Federal n° 13.019/2014

VI – tenha tido contas de parcerias julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos (inciso VI, do art. 39, da Lei Federal nº 13.019/2014);

VII – tenha entre seus dirigentes, pessoa (inciso VII, do art. 39, da Lei Federal nº 13.019/2014):

a) cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;

b) julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;

c) considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei Federal n° 8.429, de 2 de junho de 1992.

9.2. Fica vedada, nos termos da Lei 13.019, de 2014, a transferência de novos recursos no âmbito de parcerias em execução (§ 1º, do art. 39, da Lei Federal nº 13.019/2014).

9.3. Em qualquer das hipóteses previstas no item 9, persiste o impedimento para celebrar parceria enquanto não houver o ressarcimento do dano ao erário, pelo qual seja responsável a organização da sociedade civil ou seu dirigente (§ 2º, do art. 39, da Lei Federal nº 13.019/2014).

9.4. Para os fins do disposto na alínea "a" do inciso IV e no item 9.1, não serão considerados débitos que decorram de atrasos na liberação de repasses pela administração pública ou que tenham sido objeto de parcelamento, se a organização da sociedade civil estiver em situação regular no parcelamento.
9.5. A vedação prevista no inciso III, do item 9.1, não se aplica à celebração de parcerias com entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades referidas naquele inciso, sendo vedado que a mesma pessoa figure no Termo de Fomento simultaneamente como dirigente e administrador público (§ 5º, do art. 39, da Lei Federal nº 13.019/2014).
9.6. Não são considerados membros de Poder, os integrantes de Conselhos de Direitos e de Políticas Públicas (§ 6º, do art. 39, da Lei Federal nº 13.019/2014).

10. COMISSÃO DE SELEÇÃO
10.1. A Comissão de Seleção é o órgão colegiado destinado a processar e julgar o presente chamamento público, tendo sido constituída na forma da Portaria Municipal nº 23/2025.
10.2. Deverá se declarar impedido membro da Comissão de Seleção que tenha participado, nos últimos 5 (cinco) anos, contados da publicação do presente Edital, como associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado de qualquer OSC participante do chamamento público, ou cuja atuação no processo de seleção configure conflito de interesse (art. 27, §§ 2º e 3º, da Lei nº 13.019, de 2014, e art. 25, § 7º, do Decreto Municipal nº 22.889/2021).
10.3. A declaração de impedimento de membro da Comissão de Seleção não obsta a continuidade do processo de seleção. Configurado o impedimento, o membro impedido deverá ser imediatamente substituído por membro que possua qualificação equivalente à do substituído, sem necessidade de divulgação de novo Edital (art. 27, §§ 1º a 3º, da Lei nº 13.019, de 2014, e art. 25, § 1, do Decreto Municipal nº 22.889/2021.
10.4. Para subsidiar seus trabalhos, a Comissão de Seleção poderá solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado (art. 25, § 1º, do Decreto Municipal nº 22.889/2021).
10.5. A Comissão de Seleção poderá realizar, a qualquer tempo, diligências para verificar a autenticidade das informações e documentos apresentados pelas entidades concorrentes ou para esclarecer dúvidas e omissões. Em qualquer situação, devem ser observados os princípios da isonomia, da impessoalidade e da transparência.

11.DA FASE DE SELEÇÃO

11.1. A apresentação das propostas relacionadas ao presente edital observará o seguinte cronograma, devendo ser apresentadas de segunda a sexta-feira, das 08:00h às 11:30h e das 13:30h às 17:00h, na Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família situada a Rua Pernambuco,517, Centro, Paranavaí, conforme segue:

TABELA 1

ETAPA	DESCRIÇÃO DA ETAPA	DATAS
1	Publicação do Edital de Chamamento Público	27/08/2026 a 25/09/2026
2	Impugnação ao Edital	28/08/2026 a 03/09/2026
3	Análise e resposta aos pedidos de esclarecimento e impugnação deste Edital	04/09/2026 a 08/09/2026
4	Apresentação das Propostas pelas OSCs (Entrega dos envelopes contendo a proposta da OSC- Envelope 1).	27/08/2026 a 25/09/2026
5	Avaliação das propostas pela Comissão de Seleção*	28/09/2026 a 02/10/2026
6	Divulgação do resultado de seleção (resultado preliminar)	05/10/2026
7	Prazo para interposição de recurso do resultado preliminar	06/10/2026 a 10/10/2026
8	Análise dos recursos pela Comissão de Seleção	13/10/2026 a 17/10/2026
9	Publicação das decisões recursais e resultado final da etapa de seleção das propostas (etapa competitiva), após análise dos recursos pela Comissão de Seleção (art. 31, do Decreto Municipal nº 22.889/2021)	19/10/2026
10	Convocação para entrega dos envelopes contendo Plano de Trabalho os documentos de habilitação pela(s) OSC(s) vencedoras	20/10/2026 a 04/11/2026
11	Verificação do cumprimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos (vedações) legais. Análise do plano de trabalho..	05/11/2026
12	Ajustes no plano de trabalho e regularização de documentação, se necessário as OCS terão 15 (quinze) dias corridos contados a partir da data da convocação.	05/11/2026 a 19/11/2026
13	Publicação do resultado do processo de habilitação	20/11/2026
14	Prazo para interposição de recurso do resultado da etapa de habilitação -	21/11/2026 a 25/11/2026
17	Publicação das decisões recursais e resultado final da etapa de habilitação, após análise dos recursos pela Comissão de Seleção	26/11/2026 a 30/11/2026
18	Homologação e publicação do resultado final (art. 27, § 4º, da Lei nº 13.019/2014 e art. 30, do Decreto Municipal nº 22.889/2021), pela Secretária Municipal de Assistência Social)	01/12/2026

11.2. A verificação do cumprimento dos requisitos para a celebração da parceria (arts. 33 e 34, da Lei nº 13.019/2014) e da não ocorrência de impedimento para a celebração da parceria (art. 39, da Lei nº 13.019/14), nos termos previstos nos itens 8 e 9 deste Edital, será feita posteriormente à etapa de seleção de julgamento dos projetos, sendo exigível apenas da(s) OSC(s) selecionada(s) melhores classificadas, nos termos do artigo 28, da Lei nº 13.019/2014.

11.3. Etapa 1: PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO
11.3.1. O presente Edital de Chamamento Público será divulgado no site oficial da Prefeitura Municipal de Paranavaí, www.paranavai.pr.gov.br e será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos para a apresentação das propostas, contados a partir da data de publicação do Edital, conforme item 1, da Tabela 1.

11.4. Etapa 2: ANÁLISE E RESPOSTA AOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO DESTE EDITAL
11.4.1. O prazo para impugnação deste Edital é de até 5 (cinco) dias úteis contados de sua publicação.
11.4.2. Qualquer pessoa poderá impugnar o presente Edital, por petição dirigida à Comissão de Seleção e protocolada na Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família devendo ser apresentadas de segunda a sexta-feira, das 08:00h às 11:30h e das 13:30h às 17:00h, na Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família situada a Rua Pernambuco, 517, Centro, Paranavaí.
11.4.3. Os pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação serão respondidos pela Comissão de Seleção, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de encerramento do período solicitação de esclarecimentos e ou/ impugnação deste Edital.
11.4.4. Acolhida a petição contra o ato convocatório, a decisão será comunicada a todos os interessados por meio de publicação no site oficial da Prefeitura Municipal de Paranavaí (www.paranavai.pr.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios do Paraná.
11.4.5. Caso haja qualquer necessidade de modificação deste Edital, a Comissão de Seleção fará a devida avaliação e fundamentação e, havendo prejuízo para a elaboração da proposta, empreenderá a reabertura do prazo inicialmente estabelecido.
11.4.6. Qualquer modificação neste Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original. Os atos ordinatórios, comunicados, erratas e quaisquer outros, que não impliquem modificação das regras do presente Edital, serão divulgados no site oficial da Prefeitura Municipal de Paranavaí (www.paranavai.pr.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios do Paraná, por ato da Comissão de Seleção.

11.5. Etapa 3: APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS PELAS OSCS (ENTREGA DO ENVELOPE Nº 01, CONTENDO A PROPOSTA)
11.5.1. As Organizações da Sociedade Civil deverão protocolar as PROPOSTAS em envelope fechado, com identificação da instituição proponente, sendo que fora do envelope, deve apresentar o COMPROVANTE DE ENTREGA DO ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA (ANEXO I), Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família situada a Rua Pernambuco, nº 517, Centro, Paranavaí, no período estabelecido no item 4, da Tabela 1 deste edital, da seguinte forma:

ENVELOPE 01 - PROPOSTA

À
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA DE PARANAVAÍ
COMISSÃO DE SELEÇÃO - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 005/2026

INSTITUIÇÃO
PROPONENTE:_____
CNPJ: _____
E-MAIL: _____ TEL: (___)_____

11.5.2. A PROPOSTA será apresentada em uma única via impressa, em papel timbrado da entidade e deverá ter todas as folhas rubricadas e numeradas sequencialmente e, ao final, ser assinada pelo representante legal da OSC proponente.
11.5.3. Envelopes que forem entregues em local e/ou horários diferentes não serão objeto de análise, não sendo permitida a participação de interessados retardatários e em desacordo com o Edital.
11.5.4. Somente serão admitidas propostas relacionadas aos objetivos especificados neste edital.
11.5.5. Cada OSC poderá apresentar apenas 01 (uma) proposta para cada objeto de parceria. Caso venha a apresentar mais de uma proposta para o mesmo objeto, dentro do prazo, será considerada apenas a última proposta enviada para análise.
11.5.6. No **ENVELOPE Nº 1**, deverá constar:

a) Declaração de Aceitação dos Termos do Edital, assinada pelo representante legal (ANEXO III);

b)Comprovante de Inscrição no CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL ;

c)Minuta da Proposta (ANEXO II)

d)Currículo do Coordenador Técnico do projeto, com graduação preferencialmente em uma das seguintes áreas, acompanhado do comprovante de graduação: Serviço Social, Pedagogia ou Psicologia (ANEXO IV);

e)Declaração Sobre Instalações e Condições Materiais (ANEXO V);

f)Formulário para Comprovação de Capacidade Técnica(Anexo XIII);

11.5.7. Observado o disposto no item 11.5.2 deste Edital, as propostas deverão conter, no mínimo, as seguintes informações:
a) a descrição da realidade objeto da parceria e o nexo com a atividade ou o projeto proposto, compatíveis com os objetivos apresentados no item 4.
b) as ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferirão o cumprimento das metas;
c) os prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas; e
d) o valor global.

11.6. Etapa 4: ETAPA DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DAS PROPOSTAS PELA COMISSÃO DE SELEÇÃO
11.6.1. Nesta etapa, de caráter eliminatório e classificatório, a Comissão de Seleção analisará as propostas apresentadas pelas OSCs concorrentes. A análise e julgamento de cada proposta serão realizados pela Comissão de Seleção, que terá total independência técnica para exercer seu julgamento.
11.6.2. A Comissão de Seleção terá o prazo estabelecido na Tabela 1 (etapa 6) para a conclusão do julgamento das propostas e divulgação do resultado da etapa de seleção, podendo tal prazo ser prorrogado, de forma devidamente justificada, por até 5 (cinco) dias úteis.
11.6.3. As propostas deverão conter informações que atendam aos critérios de julgamento estabelecidos na Tabela 2 abaixo.
11.6.4. A avaliação individualizada e a pontuação serão feitas com base nos critérios de julgamento apresentados no quadro a seguir:

TABELA 2

Critérios de Julgamento	**Metodologia de Pontuação**	**Pontuação Máxima por Item**
Quanto ao Objeto		
(A) Informações sobre: 1-ações a serem executadas; 2-metas a serem atingidas; 3- indicadores que aferirão o cumprimento das metas e prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas	- Grau pleno de atendimento (10 pontos); - Grau satisfatório de atendimento (05 pontos); - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0 ponto). **OBS.**: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta.	10
(B) Adequação da proposta aos objetivos da política, do plano, do programa ou da ação em que se insere a parceria.	- Grau pleno de adequação (10 pontos); - Grau satisfatório de adequação (5 pontos); - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de adequação (0 ponto). **OBS.**: A atribuição de nota "zero" neste critério implica a eliminação da proposta	10
(C) Descrição da realidade objeto da parceria e do nexo entre essa realidade e a atividade ou projeto proposto.	- Grau pleno da descrição (10 pontos); - Grau satisfatório da descrição (5 pontos); O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0 ponto). **OBS.**: A atribuição de nota "zero" neste critério implica na eliminação da proposta.	10
Quanto às Diretrizes/Eixos		
(D) Observância das diretrizes/eixos dispostas no edital, com indicação mínima de 01 (uma) Diretriz/eixo	- Grau pleno de atendimento (de 4 a 7 diretrizes) (10 pontos); - Grau satisfatório de atendimento (de 1 a 3 diretrizes) (05 pontos); - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0 ponto).	10
Quanto à Descrição da Proposta		
(E) Qualidade do projeto quanto ao seu caráter inovador, humanitário e contribuidor para a garantia dos direitos do usuários do município de Paranavaí.	- Grau pleno de atendimento (10 pontos); - Grau satisfatório de atendimento (05 pontos); - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0 ponto). **OBS.**: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta.	10
Quanto à experiência prévia e efetiva da OSC e tempo de existência		
(F) Apresentação de 03 (três) instrumentais comprobatórios.	- Grau pleno de atendimento (10 pontos); - Grau satisfatório de atendimento (05 pontos); - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0 ponto). **OBS.**: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta.	10
Quanto ao currículo do coordenador técnico com graduação preferencialmente nas áreas de Serviço Social, Pedagogia ou Psicologia.		

(G) Experiência, com comprovação (no mínimo 6 meses), na execução de projetos, atividades, programas e/ou trabalhos voltados aos direitos do publico alvo	- Grau pleno de atendimento (10 pontos); - Grau satisfatório de atendimento (05 pontos); - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0 ponto). **OBS.**: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta.	10
(H) Possuir especialização, mestrado e/ou doutorado de acordo com o objeto da proposta.	- Grau pleno de atendimento (10 pontos); - Grau satisfatório de atendimento (05 pontos); - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0 ponto). **OBS.**: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta.	10
Quanto às instalações e capacidades dispostas na Lei nº 13.019/2014		
(I) Capacidade técnico operacional da instituição proponente, por meio de experiência comprovada em realizações na gestão de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante.	- Grau pleno de capacidade técnico-operacional (10 pontos); - Grau satisfatório de capacidade técnico-operacional (05 pontos); - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de capacidade técnico-operacional (0 pontos). **OBS.**: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta, por falta de capacidade técnica e operacional da OSC (art. 33, **caput**, inciso V, alínea "c", da Lei nº 13.019, de 2014).	10
(J) Instalações e condições materiais para o desenvolvimento da atividade ou projeto previsto na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, conforme alínea c, do inciso V do art. 33 e seu parágrafo 5º da lei 13. 019/2014.	- Apresenta o diagnóstico de maneira detalhada e compreensível (10 pontos); - Apresenta levantamento/diagnóstico razoável/mediano (5 pontos); - Não apresenta nenhum levantamento/diagnóstico (0 ponto).	10
Pontuação Máxima Global		**100**

11.6.5. A falsidade de informações nas propostas, sobretudo com relação ao critério de julgamento (M), deverá acarretar a eliminação da proposta, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanção administrativa contra a instituição proponente e comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime.
11.6.6. O proponente deverá descrever minuciosamente as experiências relativas ao critério de julgamento (K), informando as atividades ou projetos desenvolvidos, sua duração, financiador(es), local ou abrangência, beneficiários, resultados alcançados, dentre outras informações que julgar relevantes. A comprovação documental de tais experiências dar-se-á nas Etapas 1 a 3 da fase de celebração, sendo que qualquer falsidade ou fraude na descrição das experiências ensejará as providências indicadas no subitem anterior.
11.6.7. Serão eliminadas aquelas propostas:
a) cuja pontuação total for inferior a 60 (sessenta) pontos;
b) que recebam nota "zero" nos critérios de julgamento (A), (B), (C) ou (E);
c) que não contenham, no mínimo, as seguintes informações: a descrição da realidade objeto da parceria e o nexo com a atividade ou o projeto proposto; as ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferirão o cumprimento das metas; os prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas; e o valor global proposto;
d) Que forem apresentadas fora dos modelos de referência nos anexos neste edital, modelos de uso obrigatório. Quais sejam: modelo de proposta técnica e modelo de plano de trabalho, quando da ocasião de uso de cada um dos anexos.
e) que estejam em desacordo com o Edital;
f) cujo valor esteja acima do teto previsto neste Edital para a execução do objeto.
g) que contenham previsão de execução de suas atividades fora do âmbito do Município de Paranavaí.
h) Que não estiverem assinadas pelo profissional técnico de nível superior integrante do quadro de servidores da OSC responsável pela elaboração/execução do Serviço/Projeto; **11.6.8.** Os projetos aprovados serão classificados em ordem decrescente, de acordo com a pontuação total obtida com base na Tabela 2, assim considerada a média aritmética das notas lançadas por cada um dos membros da Comissão de Seleção, em relação a cada um dos critérios de julgamento.
11.6.9. No caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida no critério de julgamento (E).
Persistindo a situação de igualdade, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida, sucessivamente, nos critérios de julgamento (F), (G), (H) E (J). Caso essas regras não solucionem o empate, será considerada vencedora a Organização da Sociedade Civil (OSC) com mais tempo de constituição e, em último caso, a questão será decidida por sorteio.
11.6.10. Será obrigatoriamente justificada a seleção de proposta que não for a mais adequada ao valor de referência constante do chamamento público, levando-se em conta a pontuação total obtida e a proporção entre as metas e os resultados previstos em relação ao valor proposto (art. 27, §5º, da Lei nº 13.019, de 2014).

11.7. Etapa 4: PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DE SELEÇÃO (RESULTADO PRELIMINAR) – ENVELOPE Nº 01
O resultado da etapa de seleção (ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA) será divulgado no site oficial da Prefeitura Municipal de Paranavaí, www.paranavai.pr.gov.br e será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, iniciando-se o prazo para recurso.

11.8. Etapa 5: INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS CONTRA O RESULTADO DA ETAPA COMPETIVA – ENVELOPE Nº 01
Haverá fase recursal após a divulgação do resultado preliminar do processo de seleção.
11.8.1. Os participantes que desejarem recorrer do resultado da etapa de seleção (ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA) deverão apresentar recurso administrativo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da publicação do resultado da etapa de seleção, à Comissão de Seleção, que a proferiu, sob pena de preclusão. Não será conhecido recurso interposto fora do prazo.

11.8.2. Os recursos deverão ser encaminhados à Comissão de Seleção e devem ser entregues na Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família situada a Rua Pernambuco, 517, Centro, Paranavaí, devendo ser apresentadas de segunda a sexta-feira, das 08:00h às 11:30h e das 13:30h às 17:00h, nos prazos estabelecidos no item 11.8.1. Devendo estar descrito que se trata de "Interposição de recursos contra o resultado preliminar do Edital de Chamamento público nº 005/2026, contendo a identificação da instituição proponente
11.8.3. É assegurado aos participantes obter cópia dos elementos dos autos indispensáveis à defesa de seus interesses, preferencialmente por via eletrônica, arcando somente com os devidos custos.

11.9. Etapa 7: ANÁLISE DOS RECURSOS PELA COMISSÃO DE SELEÇÃO
11.9.1. A Comissão de Seleção terá prazo de 05 (cinco) dias úteis para analisar os recursos, contados a partir do primeiro dia útil imediatamente subsequente ao término do prazo de manifestação das interessadas classificadas, podendo solicitar pareceres a Procuradoria do Município, caso em que este prazo deverá ser estendido, devendo a Comissão publicar a decisão motivada em seu site oficial (www.paranavai.pr.gov.br) e no site do Diário Oficial dos Municípios do Paraná.

11.10. Etapa 8. HOMOLOGAÇÃO E PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DEFINITIVO DA FASE , COM DIVULGAÇÃO DAS DECISÕES RECURSAIS PROFERIDAS (SE HOUVER).
11.10.1. Após o julgamento dos recursos ou o transcurso do prazo sem interposição de recurso, haverá a homologação e divulgação no site oficial da da Prefeitura Municipal de Paranavaí, www.paranavai.pr.gov.br, das decisões recursais proferidas e o resultado definitivo da etapa de seleção.
11.10.2. A homologação não gera direito para a OSC à celebração da parceria (art. 27, § 6º, da Lei nº 13.019, de 2014).
11.10.3. Após o recebimento e julgamento das propostas, havendo ao menos uma única entidade com proposta classificada, e desde que atendidas as exigências deste Edital, a Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família poderá dar prosseguimento ao processo de seleção e convocá-la para iniciar o processo de celebração.

12. DA FASE DE CELEBRAÇÃO
12.1. A fase de celebração observará as seguintes etapas até a assinatura do instrumento de parceria:

TABELA 3

ETAPA	DESCRIÇÃO DA ETAPA
1	Convocação da OSC selecionada para a apresentação do plano de trabalho e dos documentos que devem acompanhá-lo, no **ENVELOPE Nº 2.**
2	Análise do plano de trabalho e Documentos da OSC.
3	Ajustes no plano de trabalho e regularização de documentação, se necessário (art. 36, §§ 2º e 3º, do Decreto Municipal nº 22.889/2021)
4	Parecer de órgão técnico
5	Informação da Controladoria Geral, Secretaria Municipal de Fazenda e Unidade Gestora (Secretaria Municipal) acerca da verificação de ocorrência impeditiva à celebração da parceria (art. 41, do Decreto 22.889/2021)
6	Parecer da assessoria jurídica
7	Assinatura do Termo de Fomento
8	Publicação do extrato do termo de Fomento no *site* oficial da Prefeitura Municipal de Paranavaí, www.paranavai.pr.gov.br e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná

12.2. Etapa 1: CONVOCAÇÃO DA OSC SELECIONADA PARA APRESENTAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO E ENTREGA DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO – ENVELOPE Nº 2.
12.2.1. Encerrada a etapa de seleção, as propostas serão classificadas, sendo a(s) OSC(s) melhor classificada(s) convocada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a partir da convocação, apresentar o seu plano de trabalho e os documentos que o acompanharão, conforme item 12.2.8 (art. 38, do Decreto Municipal nº 22.889/2021).

12.2.2. O Plano de Trabalho e os documentos deverão ser entregues em envelope fechado, de segunda a sexta-feira, das 08:00h às 11:30h e das 13:30h às 17:00h, na Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família situada a Rua Pernambuco,517, Centro, Paranavaí, conforme abaixo:

ENVELOPE 02 -
PLANO DE TRABALHO E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

À
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA DE PARANAVAÍ
COMISSÃO DE SELEÇÃO - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 005/2026

INSTITUIÇÃO PROPONENTE:_____
CNPJ: _____

•
MAIL: _____ TEL: (___)_____

ENDEREÇO DA INSTITUIÇÃO_____

12.2.3. Por meio do PLANO DE TRABALHO, a OSC selecionada deverá apresentar o detalhamento da proposta submetida e aprovada no processo de seleção, com todos os pormenores exigidos pela legislação (em especial o art. 22 da Lei nº 13.019/2014, observado o ANEXO VI – Modelo do Plano de Trabalho e de Aplicação).
12.2.4. A OSC selecionada deverá apresentar no ENVELOPE Nº 2:
a) Plano de Trabalho e de Aplicação, de acordo com o item 12.2.6 e ANEXO VI deste Edital;
b) Documentos de Habilitação (item 12.2.8).
12.2.5. O PLANO DE TRABALHO deverá especificar e conter a Natureza do Recurso (Custeio e/ou Investimentos).
12.2.6. O PLANO DE TRABALHO E DE APLICAÇÃO deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos (art. 36, do Decreto Municipal nº 22.889/2021 e art. 22 da Lei n°13.019/2014)):
a) A descrição da realidade objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo com a atividade ou o projeto e com as metas a serem atingidas;
b) plano de aplicação dos recursos, contendo a descrição dos bens a serem adquiridos e dos serviços a serem realizados, de acordo com o orçamento de referência ou o projeto básico;
c) a descrição de metas a serem atingidas e de atividades ou projetos a serem executados;
d) a forma de execução das ações e de cumprimento das metas a eles atrelados;
e) a definição dos indicadores, documentos e outros meios a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas;
f) a estimativa de despesas a serem realizadas na execução das ações, incluindo os encargos sociais e trabalhistas e a discriminação dos custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto;
g) previsão de receitas a serem auferidas na execução do objeto, inclusive as provenientes de ingressos, patrocínios e outros recursos públicos ou privados que financiarão o objeto;
h) cronograma financeiro compatível com as despesas do cronograma de execução, contendo os valores a serem repassados pela Administração Pública;
i) descrição dos bens e/ou serviços previstos a título de contrapartida, quando houver, e seus valores estimados;
j) local ou região de execução do objeto e indicação do público alvo;
k) no caso de prever doação de bens, a identificação dos beneficiários previamente selecionados, o procedimento e os critérios de seleção; e
l) a previsão de duração de execução do objeto e sua vigência.
12.2.7. A previsão de despesas e receitas deverá incluir os elementos indicativos da mensuração da compatibilidade dos custos apresentados com os preços praticados no mercado ou com outras parcerias da mesma natureza, para cada item, podendo ser utilizadas cotações, tabelas de preços de associações profissionais, publicações especializadas, atas de registro de preços vigentes ou quaisquer outras fontes de informação disponíveis ao público. No caso de cotações, a OSC deverá apresentar a cotação de preços de, no mínimo, 3 (três) fornecedores, sendo admitidas cotações de sítios eletrônicos, desde que identifique a data da cotação e o fornecedor específico.

12.2.8. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO – ENVELOPE Nº 02
Além da apresentação do plano de trabalho, a OSC selecionada, no mesmo prazo acima de 15 (quinze) dias úteis, deverá apresentar os seguintes documentos:

a)Cartão de Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica -CNPJ, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, que comprove Cadastro ativo no mínimo de 02 (dois) anos de existência. Acesso em: <http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp>;
b)Certidão Negativa de Débitos relativos aos tributos Federais e à dívida ativa da União. Acesso em:<http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidao/CndConjuntaInter/InformaNICertidao.asp?Tipo=1>;
c)Certidão Negativa de Débitos Tributários Estadual. Acesso em:<http://www.cdw.fazenda.pr.gov.br/cdw/emissao/certidaoAutomatica>;
d)Certidão Negativa de Débitos Tributários Municipal. Acesso em:<https://e-gov.betha.com.br/cdweb/03114-063/contribuinte/rel_cndcontribuinte.faces>
e)Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Acesso em:<https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>;
f)Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas. Acesso em:<http://www.tst.jus.br/certidao>;
g)Certidão Liberatória expedida pelo Tribunal de Contas de Estado do Paraná. Acesso em:<http://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/consultar-certidao-liberatoria/235540>;
h)Certidão de Regularidade de Prestação de Contas expedida pelo Município de Paranavaí;
i)Cópia da Ata de Eleição do quadro dirigente atual;
j)Relação nominal atualizada dos dirigentes da Organização da Sociedade Civil, com endereço (com comprovante de residência), telefone, endereço de correio eletrônico, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) da Secretaria da Receita Federal do Brasil de cada um deles, acompanhada das respectivas cópias(ANEXO VII);
k)Comprovante de que a Organização da Sociedade Civil funciona no endereço por ela declarado, como conta de consumo de energia elétrica, água e/ou telefone ou contrato de locação;
l)Cópia do Estatuto Social devidamente atualizado;
m)Registro da Organização da Sociedade Civil no Conselho Municipal da Assistência Social de Paranavaí,;
n)Declaração de que a Organização não deve prestações de contas a quaisquer órgãos ou entidades;
o)Declaração da Organização da Sociedade Civil de que não emprega menor, conforme disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, assinada pelo Presidente da Organização da Sociedade Civil(ANEXO VIII);
p)Declaração do Presidente da Organização da Sociedade Civil informando que a Organização e seus dirigentes não incorrem em quaisquer vedações previstas no artigo 39, da Lei Federal nº 13.019/2014, às quais deverão estar descritas no documento(ANEXO IX);
q)Declaração – Art. 39, do Decreto Municipal nº 22.889/2021 (Anexo X);
r)Declaração de Não Parentesco, assinado pelo Presidente da Organização da Sociedade Civil(ANEXO XI);

s)Declaração de Não Enquadramento na Lei Municipal nº 4.288/2014(Anexo XII);
t)Formulário para Comprovação de Capacidade de Equipamentos(Anexo XIV);
u)Formulário para Comprovação de Capacidade de Estrutura Física(Anexo XV);
v)Dados bancários (número da conta corrente, agência e banco).
w)Comprovantes de experiência prévia e de capacidade técnica e operacional na realização do objeto da parceria ou de objeto de natureza semelhante, podendo ser admitidos, sem prejuízo de outros (art. 38, inciso XIX, § 1º, do Decreto Municipal nº 22.889/2021), pelo menos um dos seguintes itens:

x) Instrumentos de parceria firmados com órgãos e entidades da administração pública, organismos internacionais, empresas ou outras organizações da sociedade civil, acompanhados, quando for o caso, de documento de comprovação da aprovação das respectivas contas;
x.1) Relatórios de atividades com comprovação das ações desenvolvidas;
x.2) Notícias, publicações, pesquisas e outras formas de produção de conhecimento realizadas pela OSC ou a respeito dela;
x.3) Currículos profissionais de integrantes da OSC, sejam dirigentes, conselheiros, associados, cooperados, empregados, entre outros;
x.4) Declarações de experiência prévia e de capacidade técnica no desenvolvimento de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante, emitidas por órgãos públicos, instituições de ensino, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos, comissões ou comitês de políticas públicas; ou
x.5) Prêmios de relevância recebidos no País ou no exterior pela OSC;
x.6) Declaração contendo a relação detalhada dos bens disponíveis para a execução do objeto, tais como equipamentos, veículos e instalações físicas;
12.2.9. Em hipótese alguma os documentos encaminhados, a proposta, seus anexos serão devolvidos, qualquer que seja o resultado do chamamento público.

12.3. Etapa 2: ANÁLISE DO PLANO DE TRABALHO E DOCUMENTOS
Esta etapa consiste na análise do Plano de Trabalho e documentos da Organização da Sociedade Civil, que o acompanham.
12.3.1. Será examinado o plano de trabalho apresentado pela OSC selecionada ou, se for o caso, pela OSC imediatamente melhor classificada que tenha sido convocada.
12.3.2. Somente será aprovado o plano de trabalho que estiver de acordo com as informações já apresentadas na proposta aprovada, observados os termos e as condições constantes neste Edital e em seus anexos.
12.3.3. As OSC´s ficarão dispensadas de reapresentar as certidões que estiverem vencidas no momento da análise, desde que estejam disponíveis eletronicamente.
12.3.4. Nos termos do § 1º, do art. 28, da Lei nº 13.019, de 2014, na hipótese de a OSC selecionada não atender aos requisitos previstos na Etapa 1 da fase de celebração, incluindo os exigidos nos arts. 33 e 34 da referida Lei, aquela imediatamente mais bem classificada poderá ser convidada a aceitar a celebração de parceria nos termos da proposta por ela apresentada.
12.3.5. Em conformidade com o § 2º do art. 28, da Lei nº 13.019/2014, caso a OSC convidada aceite celebrar a parceria, ela será convocada na forma da Etapa 1 da fase de celebração e, em seguida, proceder-se-á à verificação dos documentos na forma desta Etapa 2. Esse procedimento poderá ser repetido, sucessivamente, obedecida a ordem de classificação.

12.4. Etapa 3: AJUSTES NO PLANO DE TRABALHO E REGULARIZAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO, SE NECESSÁRIO (ART. art. 36, §§ 2º e 3º e art. 40, DO DECRETO MUNICIPAL Nº 22.889/2021)
12.4.1. Caso se verifique irregularidade formal nos documentos apresentados ou constatado evento que impeça a celebração, a OSC será comunicada do fato e instada a regularizar sua situação, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, sob pena de não celebração da parceria (arts. 40 do Decreto Municipal nº 22.889/2021).
12.4.2. Caso seja constatada necessidade de adequação no plano de trabalho enviado pela OSC, a Comissão de Seleção solicitará a realização de ajustes e a OSC deverá fazê-lo em até 15 (quinze) dias corridos, contados da data de recebimento da solicitação apresentada, conforme determina o art. 36, §§ 2º e 3º do Decreto Municipal nº 22.889/2021.
12.4.3. Aprovado o Plano de Trabalho e verificada a regularidade da Organização da Sociedade Civil proponente, a Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família de Paranavaí, considerando-a apta à celebração da parceria, publicará o resultado do processo de habilitação no Diário Oficial dos Municípios do Paraná e no site oficial da Prefeitura de Paranavaí, www.paranavai.pr.gov.br.
12.4.4. Publicado o resultado do Processo de Chamamento Público, a Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família procederá às práticas administrativas necessárias à celebração da parceria, por meio do Termo de Fomento.

12.5. Etapa 4: PARECER DO ÓRGÃO TÉCNICO (art. 35, V, da Lei nº 13.019/2014 e art. 42, V, do Decreto Municipal nº 22.889/2021)
12.5.1. A celebração do instrumento de parceria dependerá da análise do plano de trabalho e da emissão do parecer técnico pelo Órgão Técnico, o qual deverá pronunciar-se, de forma expressa, a respeito:
I – Do mérito da proposta, em conformidade com a modalidade de parceria adotada;
II – Da identidade e da reciprocidade de interesse das partes na realização da parceria, em regime de mútua cooperação;
III – Da viabilidade da execução da proposta de trabalho, inclusive quanto à compatibilidade entre os quantitativos de bens e serviços a serem adquiridos e o objeto proposto;
IV – Da compatibilidade dos valores dos bens e serviços com os preços praticados no mercado;
V – Da verificação do cronograma de desembolso e se este é adequado e permite a sua efetiva fiscalização;
VI – Da descrição de quais serão os meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e dos objetivos;
VII – Da designação do gestor da parceria; e
IX – Da designação dos membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação da parceria;
X – Da prévia dotação orçamentária para execução da parceria.

12.5.2. O Órgão Técnico, antes da emissão do parecer previsto no item 12.5.1, poderá solicitar as readequações cabíveis, respeitados os termos e as condições previstos no edital e os elementos avaliados para classificação do projeto.
12.5.3. A aprovação do plano de trabalho pelo Órgão Técnico não gerará direito à celebração da parceria.

12.6. Etapa 5: INFORMAÇÃO DA CONTROLADORIA GERAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E UNIDADE GESTORA (SECRETARIA MUNICIPAL) ACERCA DA VERIFICAÇÃO DE OCORRÊNCIA IMPEDITIVA À CELEBRAÇÃO DA PARCERIA (ART. 43, DA LEI FEDERAL Nº 18.294/2017) (art. 41 do Decreto Municipal 22.889/2021)
12.6.1. A Comissão de Seleção deverá colher tais informações.
12.6.2 Etapa 6: PARECER DA ASSESSORIA JURÍDICA (art. 35, inciso VI, da Lei Federal nº 13.019/2014 e art. 42, inciso VI, do Decreto Municipal nº 22.889/2021)
12.6.3. Assessoria Jurídica da Administração Pública emitirá parecer jurídico acerca da possibilidade de celebração da parceria.
12.6.4. A manifestação não abrangerá a análise de conteúdo técnico dos documentos do processo e conveniência e oportunidade.

12.7. Etapa 7: ASSINATURA DO TERMO DE FOMENTO
12.7.1. Cada instrumento de parceria será celebrado com apenas uma organização da sociedade civil.
12.7.2. No período entre a apresentação da documentação prevista na Etapa 1 da fase de celebração e a assinatura do instrumento de parceria, a OSC fica obrigada a informar qualquer evento superveniente que possa prejudicar a regular celebração da parceria, sobretudo quanto ao cumprimento dos requisitos e exigências previstos para celebração.
12.7.3. Após transcorridos os trâmites e persistindo o interesse da Administração Pública, proceder-se-á a assinatura do Termo de Fomento.
12.7.4. A OSC deverá comunicar alterações em seus atos societários e no quadro de dirigentes, quando houver.
12.7.5. O instrumento da parceria e eventuais aditivos deverão ser firmados pelo(a) Secretário(a) Municipal de Assistência Social, Mulher e Família, pelo Controlador Geral do Município e pela Organização da Sociedade Civil parceira.

12.8. Etapa 9: PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO
O Termo de Fomento somente produzirá efeitos jurídicos após a publicação do respectivo extrato no site oficial da Prefeitura Municipal de Paranavaí, www.paranavai.pr.gov.br e será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (art. 38, da Lei nº 13.019/2014 e art. 24, do Decreto Municipal nº 22.889/2021).

13. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VALOR PREVISTO PARA A REALIZAÇÃO DO OBJETO
13.1. 7.1. O objeto do presente edital será custeado com recursos previstos na dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.
Rubrica: 07.001.08.244.0007.2580
Nat. da Despesa: 3.3.50.43.15.00 – Demais entidades do terceiro setor para políticas de promoção da assistência social.
Referência: 884.
Fonte de Recurso/Vinculo: 0000 - Recursos Livres
Nat. da Despesa: 4.4.50.42.01.00 – Instituições de Caráter Assistencial.
Referência: 885.
Fonte de Recurso/Vinculo: 0000 - Recursos Livres

13.2. R$ 514.285,68 (quinhentos e quatorze mil, duzentos e oitenta e cinco reais e sessenta e oito centavos).
13.3. O valor de referência é o valor máximo da parceria.
13.4. O exato valor a ser repassado será definido no Termo de Fomento, observada a proposta apresentada pela Organização da Sociedade Civil (OSC) selecionada.
13.5. Os pagamentos serão realizados de acordo com o cumprimento dos requisitos pela Organização da Sociedade Civil (OSC), independentemente de sua colocação nas fases do presente Edital.
13.6. As liberações de recursos obedecerão ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas da parceria, observado o disposto no art. 48 da Lei nº 13.019/2014.
13.7. Os recursos serão repassados às OSCs em **parcela única.**
13.8. Todos os recursos da parceria deverão ser utilizados para a satisfação de seu objeto, sendo em custeio ou em investimentos, como segue:
13.8.1. Custeio: Também denominadas de despesas correntes, referem-se aos itens necessários ao funcionamento do projeto que, em razão de seu uso corrente perdem normalmente sua identidade física, não contribuindo, diretamente, para a formação de patrimônio, tais como, mas não limitados:
13.8.1.1. Pagamento de serviços pessoa jurídica;
13.8.1.2. Custos indiretos (água, luz, telefone, internet, aluguel, combustível, correio, cartório, entre outros);

13.8.1.3. Material pedagógico e de escritório;
13.8.1.4. Material de higiene e limpeza;
13.8.1.5. Alimentos perecíveis e não perecíveis;
13.8.1.6. Diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija;
13.8.1.7. Produtos médicos de uso único;
13.8.1.8. Material de cama, mesa, banho, copa e cozinha;
13.8.1.9. Brinquedos;
13.8.1.10. Outros itens de custeio.
13.8.2. Investimentos: Também denominadas de despesas de capital, referem-se a itens que contribuem diretamente para formação de patrimônio, tais como, mas não limitados:
13.8.2.1. Veículo;
13.8.2.2. Equipamento Eletrônico;
13.8.2.3. Móveis;
13.8.2.4. 4 Eletrodomésticos;
13.8.2.5. Equipamentos Esportivos;
13.8.2.6. Equipamentos Musicais;
13.8.2.7. Eletroportáteis;
13.8.2.8. Equipamentos de Monitoramento e Vigilância;
13.8.2.9. Outros itens de investimento.
13.9 Fica vedado a utilização dos recursos previstos neste Edital para realização de obras na infraestrutura física existente das Organizações da Sociedade Civil, exceto no caso da necessidade de realização de adequações físicas para a instalação de equipamentos.
13.10. Fica vedado o pagamento com os recursos previstos neste Edital, de despesas vinculadas a outras parcerias.
13.11. Fica vedado a remuneração da equipe da Organização da Sociedade Civil.
13.12. Todos os recursos da parceria deverão ser utilizados para satisfação de seu objeto, sendo admitidas, dentre outras despesas previstas e aprovadas no plano de trabalho (art. 46 da Lei nº 13.019, de 2014)
13.13. Não são admitidos o uso de recursos com gastos que evidenciem desvio da finalidade do objeto pactuado.
13.14. É vedado remunerar, a qualquer título, com recursos vinculados à parceria, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica ou na Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município (art. 45, da Lei nº 13.019/2014).
13.15. Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do Termo de Fomento, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.
13.16. Eventuais saldos financeiros remanescentes dos recursos públicos transferidos, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, nos termos do art. 52, da Lei nº 13.019, de 2014.
13.17. O instrumento de parceria será celebrado de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira, respeitado o interesse público e desde que caracterizadas a oportunidade e conveniência administrativas. A seleção de propostas não obriga a administração pública a firmar instrumento de parceria com quaisquer dos proponentes, os quais não têm direito subjetivo ao repasse financeiro.
13.18. As OSCs selecionadas para celebração dos Termos de Fomento nos termos deste Edital, deverão informar conta corrente em instituição financeira pública (Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal), destinada especificamente para recebimento dos recursos oriundos da parceria.
13.19. Nas contratações e na realização de despesas e pagamentos em geral, efetuados com recursos da parceria, a OSC deverá observar o instrumento de parceria e a legislação regente, em especial o disposto nos incisos XIX e XX do art. 42, nos arts. 45 e 46 da Lei nº 13.019, de 2014, e nos incisos XV e XVI, do art. 32, do Decreto Municipal nº 22.889/2021. É recomendável a leitura desses atos normativos, não podendo a OSC ou seu dirigente alegar, futuramente, que não os conhece, seja para deixar de cumpri-los, seja para evitar as sanções eventualmente cabíveis.
13.20. A parceria deverá ser executada com estrita observância ao plano de trabalho, às cláusulas e finalidades pactuadas, observadas as vedações previstas no art. 45 da Lei n. 13.019/2014.
13.21. A seleção de projetos não obriga a Secretaria municipal de Assistência Social, Mulher e Família a firmar o instrumento de parceria com quaisquer dos proponentes, os quais não tem direito subjetivo ao repasse financeiro.
13.22. Para a liberação do recurso financeiro, a Organização da Sociedade Civil - OSC deverá comprovar a sua situação de regularidade fiscal, com a apresentação das certidões negativas exigidas e as devidas prestações de contas.
13.23. Na aplicação dos recursos públicos serão sempre observados os princípios de moralidade, publicidade, legalidade, impessoalidade e eficiência.

14.CONTRAPARTIDA
Não será exigida contrapartida financeira como requisito para celebração de parceria, nos termos do § 1º do item VI do Art. 35 da Lei nº. 13.019/2014.

15.DAS OBRIGAÇÕES DA PARCERIA COM RELAÇÃO A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI 13.709/2018

15.1 cumprir a Lei Geral de Proteção de Dados -Lei 13.709/2018, no que for cabível em face do objeto deste Termo, em especial :

a) guardar sigilo quanto aos dados pessoais aos quais eventualmente tenham acesso em razão da execução do objeto desta parceria;

15.1.1. tratar os dados pessoais recebidos de acordo com a finalidade da parceria, de modo legítimo e lícito, entendendo-se por tratamento de dados os atos que se refiram a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência , difusão ou extração de dados;

15.1.2. garantir ao titular de dados a consulta gratuita e facilitada aos seus dados pessoais, bem como a forma, duração e finalidade do tratamento;

15.1.3. não utilizar os dados pessoais recebidos ou tratá-los com fins discriminatórios, ilícitos, abusivos ou para finalidade distinta da parceria;

15.1.4. fazer uso somente dos dados pessoais que forem imprescindíveis à execução dos objeto;

15.1.5. adotar todas as medidas previstas em lei para evitar o vazamento de dados pessoais que receber ou o acesso por pessoal não autorizado

15.1.6. em caso de vazamento de dados pessoais, adotar as providências necessárias para mitigar as consequenciais do dano, informando ao Órgão Gestor, no prazo de 48 horas:

15.1.7. a descrição da natureza dos dados pessoais afetados;

15.1.8. as informaçõs sobre os titulares envolvidos;

15.1.9. a indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados, observados os segredos comercial e industrial;

15.1.10. os riscos relacionados ao incidente;

15.1.11. os motivos da demora, no caso de comunicação não ter sido imediata;

15.1.12. as medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo;

15.9 Demonstrar, sempre que solicitado, a adoção de medidas eficazes para comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção dos dados;

15.10 Utilizar medidas técnicas e organizacionais de modo a proteger os dados pessoais e o tratamento não autorizado;

15.11 Armazenar os dados somente pelo período necessário para o cumprir as obrigações contratuais legais;

15.12 Apagar todos os dados pessoais quando solicitado pelo município ou, não sendo possível , justificar com a base legal a retenção dos dados;

15.13 Anonimizar os dados pessoais quando solicitado pelo município, ou, não sendo possível justificar com base legal;

15.14 Não compartilhar com terceiros, em hipótese alguma, os dados pessoais que receber em decorrência da parceria;

15.15 reparar danos patrimoniais ou morais, individuais ou coletivos, que sua ação ou omissão, no exercício da atividade de tratamento de dados pessoais relativas ao esse termo de fomento, em violação à legislação de proteção de dados pessoais, causarem ao município ou a terceiros, sem prejuízo das demais sanções previstas neste termo.

15.16 Aquele de qualquer forma participar deste chamamento público consentem de forma livre, informada e inequívoca com o tratamento de seus dados pessoais para fins de publicidade e transparência do procedimento(editais, termo de fomento e outros documentos relacionados), estando ciente que seus dados pessoais serão tornados públicos para os fins específicos.

16.DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. O presente Edital será divulgado em página do no **site oficial da Prefeitura Municipal de Paranavaí, www.paranavai.pr.gov.br e será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná**, com prazo mínimo de 30 (trinta) dias corridos para a apresentação dos PROJETOS DESCRITIVOS, contado da data de publicação do Edital.

16.2. Os pedidos de esclarecimentos, decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital e de seus anexos deverão ser encaminhados com antecedência mínima de 10 (dias úteis) dias úteis da data-limite para envio da proposta, exclusivamente de forma eletrônica, pelo e-mail s.assistencialsocial@paranavai.pr.gov.br. Os esclarecimentos serão prestados pela Comissão de Seleção.

16.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no Edital. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados serão juntados nos autos do processo de Chamamento Público e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

16.4. Eventual modificação no Edital, decorrente das impugnações ou dos pedidos de esclarecimentos, ensejará divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, alterando-se o prazo inicialmente estabelecido somente quando a alteração afetar a formulação das propostas ou o princípio da isonomia .

16.5. A COMISSÃO DE SELEÇÃO do Chamamento Público e a Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família resolverão os casos omissos e as situações não previstas no presente Edital, observadas as disposições legais, à luz da Lei Federal nº 13.019/14 e Decreto Municipal nº 22.889/2021, e e os princípios que regem a administração pública.

16.6. A qualquer tempo, o presente Edital poderá ser revogado por interesse público ou anulado, no todo ou em parte, por vício insanável, sem que isso implique direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza.

16.7. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase do Chamamento Público. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas poderá acarretar a eliminação da proposta apresentada, a aplicação das sanções administrativas cabíveis a comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime. Além disso, caso a descoberta da falsidade ou inverdade ocorra após a celebração da parceria, o fato poderá dar ensejo à rescisão do instrumento, rejeição das contas e/ou aplicação das sanções de que trata o art. 73 e 52 da Lei nº 13.019, de 2014.

16.8. Não será cobrada das entidades concorrentes taxa para participar deste Chamamento Público.

16.9. Todos os custos decorrentes da elaboração das propostas e quaisquer outras despesas correlatas à participação no Chamamento Público serão de inteira responsabilidade das OSCs concorrentes, não cabendo nenhuma remuneração, apoio ou indenização por parte da Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família e nem do Município de Paranavaí.

16.10. Os Termos de Fomento que vierem a ser assinados serão publicados, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios do Paraná e no site oficial da Prefeitura de Paranavaí, www.paranavai.pr.gov.br.

16.11. Será designado um gestor das parcerias que será o agente público responsável pela gestão da parceria celebrada por meio de Termo de Fomento, designado por ato publicado em meio oficial de comunicação, com poderes de controle e fiscalização, cujas obrigações são as seguintes:

a) acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

b) informar ao(a) Secretário(a) Municipal de Assistência Social, Mulher e Família a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
c) emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação;
d) disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.
16.12. A Comissão de Monitoramento e Avaliação, designada pela Portaria Municipal nº 24/2025, será responsável por monitorar e avaliar as parcerias, durante a execução do Plano de Trabalho.
16.13. Constituem motivos para rescisão ou denúncia dos instrumentos jurídicos a serem firmados o não cumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na Lei Federal nº 13.019/2014 e no Decreto Municipal nº 22.889/2021.

16.14. O proponente é responsável por identificar os bens permanentes adquiridos com recursos advindos da Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família de Paranavaí, por meio de placas de identificação e/ou adesivos não rasuráveis.

17.DOS ANEXOS
Integram este Edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

Anexo I - Anexo I – Comprovante de Entrega de Envelopes – elaborar um para cada entrega de envelope: ENVELOPE Nº 01, com o PROJETO DESCRITIVO e ENVELOPE Nº 02, com o Plano de Trabalho e Documentos da OSC;
Anexo II - Minuta da Proposta do Projeto Descritivo
Anexo III - Declaração de Aceitação dos Termos do Edital;
Anexo IV – Modelo de Currículo do Coordenador Técnico do Projeto.
Anexo V- Declaração Sobre Instalações e Condições Materiais
Anexo VI - Plano de Trabalho e Aplicação.
Anexo VII - Relação Nominal dos Dirigentes da OSC.
Anexo VIII - Declaração – Art. 7º, XXXIII, da Constituição da República Federativa do Brasil.
Anexo IX – Declaração – Art. 39 Lei Federal nº 13.019/2014.
Anexo X – Declaração – Art. 39, do Decreto Municipal nº 22.889/2021;
Anexo XI – Declaração de Não Parentesco;
Anexo XII – Declaração de Não Enquadramento na Lei Municipal nº 4.288/14;
Anexo XIII – Formulário de Capacidade Técnica;
Anexo XIV – Formulário de Capacidade de Equipamentos;
Anexo XV – Formulário de Capacidade de Estrutura Física;
Anexo XVI – Minuta do Termo de Fomento.

Paranavaí, 26 de agosto de 2026.

LETÍCIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS
Secretária Municipal da Assistência Social, Mulher e Família de Paranavaí

LOGO DA INSTITUIÇÃO

ANEXO I

COMPROVANTE DE ENTREGA DO ENVELOPE Nº___ – CHAMAMENTO PÚBLICO Nº _____

I – IDENTIFICAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:	
TELEFONE (DDD/Nº):	
E-MAIL:	

II – IDENTIFICAÇÃO DO SOLICITANTE

NOME:	
QUALIFICAÇÃO:	
CPF:	
RG:	
ENDEREÇO:	
TELEFONE (DDD/Nº):	
E-MAIL:	

III – RECEBIMENTO DOS ENVELOPE Nº ____ PARA PARTICIPAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº _____ DE PARANAVAÍ

Declaro haver recebido o ENVELOPE da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.

Paranavaí, _____de _____ de _____.

Entregue por:

Nome Legível: _____

Recebido por:

Nome Legível: _____
CPF: _____
RG: _____

LOGO DA INSTITUIÇÃO

ANEXO II

MINUTA DA PROPOSTA

(Preferencialmente em Papel Timbrado da OSC)

1 . DADOS CADASTRAIS		
Proponente		
Informar a razão social da organização		
CNPJ	Data de abertura do CNPJ	
Informar o número do CNPJ da organização	Informar a data de abertura do CNPJ (formato dd/mm/ aaaa)	
Endereço		
Informar o endereço em que a instituição está sediada		
Bairro:	Cidade	CEP
Informar o Bairro	Informar a cidade	Informar o CEP
Telefone	E-m ail	
Informar um telefone fixo	Informar o e- mail da instituição	
Nome do representante legal:		
Informar o nome completo do representante legal da instituição		
Endereço Residencial do representante legal		
Informar o endereço residencial do representante legal (Rua, nº - bairro – cidade – UF)		
CPF	R.G.	Telefone(s)
Informar o CPF do representante legal	Informar o nº . do RG do representante legal	Informar o telefone do representante legal, com DDD
Período de Mandato da Diretoria		
De ____/ _____/ _____ a _____/ _____/_____.		
Município:		

Prefeitura Municipal de Paranavaí/ Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família

2 . NOME DO PROJETO/ ATIVIDADE

Informar o título ou nome do projeto/atividade.

3 . APRESENTAÇÃO E HISTÓRICO DE ATUAÇÃO

Descrever o objeto e objetivo da OSC, as principais atividades executadas, um breve histórico de ações realizadas (preferencialmente aquelas que possuem relação com o objeto da proposta apresentada), público atendido, região de atuação, dentre outras informações.
(Limite de 2 laudas).

4 . JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

Justificar a pertinência e necessidade do serviço/projeto, apresentando dados estatísticos e sociais que apontem a necessidade da intervenção proposta e indicar qual prioridade está contemplada na proposta.

5 . DESCRIÇÃO DA REALIDADE

Indicação do local de desenvolvimento das atividades, (incidência do perfil da área de abrangência territorial e indicadores socioeconômicos), identificando qual o impacto social, as ações executadas em prol de seus usuários e/ou comunidade e quais os resultados esperados a curto, médio e longo prazo e quais os benefícios trarão para o público alvo.

6 . OBJETO DA PROPOSTA

Descrever de forma clara o OBJETO da proposta apresentada. Em geral, se apresenta através de verbos no infinitivo (realizar, executar, promover, capacitar, etc).

7 . DESCRIÇÃO DA PROPOSTA

Descrever a proposta demonstrando as ações previstas, o público estimado, a área de abrangência, os resultados esperados e a forma como se pretende alcançar os objetivos.

8 . FORMA DE EXECUÇÃO 1				
Metas Macro ações resultados parciais a serem realizadas. Devem ser quantificáveis, verificáveis e com prazo definido.	Ações Operações concretas a serem realizadas para o atingim ento da meta. Uma mesma meta pode exigir a realização de m ais de um a ação.	Indicadores Unidade de medida do alcance de uma meta. É a forma de aferição do cumprimento ou não da meta. Deve ser passível de verificação.	Documentos para verificação Documentos que contém os elementos para verificação dos indicadores. É o instrumental no qual o indicador pode ser analisado. Ex. fotografias, Lista de presença, planilha, banco de dados, certificados, etc.	Período de verificação Prazo em que a meta deverá ser atingida.

9 . PRAZO DE EXECUÇÃO		
Estabelecer o prazo de execução das ações a serem realizadas no âmbito da proposta (menor ou coincidente com o prazo de vigência da parceria – que também acoberta atos de preparação e de encerramento das ações realizadas) .		
10 . PREVISÃO DE RECEITAS E DESPESAS		
10 .1 Previsão de Receitas		
Origem	**Valor**	
Repasse	Valor repassado pelo Município	
Contrapartida	Valor da mensuração dos bens e serviços postos à disposição pela OSC. Apenas se houver	
Valor Total da Proposta	Valor somatório do repasse e contrapartida	
10.2 Previsão de Despesas		
Natureza da Despesa	Origem do Recurso Repasse ou Contrapartida	Valor estimado

Coluna 1 – Natureza da Despesa
Informar as naturezas de despesas previstas para a execução da proposta (despesas com pessoal e encargos, aquisição de materiais, transporte, mobiliário, serviços de terceiros, contratações, transporte, etc.);

Coluna 2 – Origem do Recurso
Informar se o recurso referente àquela natureza de despesa terá origem no repasse de recursos do Município ou em contrapartida da organização;

Coluna 3 – Valor estimado
Informar o valor estimado da despesa, bem ou serviço necessário à execução do objeto. A organização deve apresentar valores de acordo com aqueles praticados no mercado, sugere-se, se possível, a apresentação de uma referência de preço. Esta referência possibilita à Comissão de Seleção maior facilidade para analisar a exequibilidade financeira da proposta.

11 .CONTRA PARTIDA DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL (SE HOUVER) :

Descrever os bens, serviços e despesas complementares a serem aportados na execução da parceria, com a respectiva forma de mensuração.

12. ASSINATURA DA OSC

Paranavaí, _____ de _____ de 20___

_____
Nome/ Assinatura da Organização da Sociedade Civil

13. APROVAÇÃO PELO MUNICÍPIO

Paranavaí, _____ de de 20__

_____
Nome/ Assinatura do Técnico Responsável

LOGO DA INSTITUIÇÃO

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DOS TERMOS DO EDITAL Nº005/2026

Prezados Senhores (as), Pela presente informamos e declaramos, para todos os fins de direito, que verificamos atentamente e compreendemos todas as condições e disposições contidas no Edital de Chamamento Público nº _____ e seus Anexos, da Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família razão pela qual manifestamos nossa total e irrestrita concordância com as mesmas.

Estamos cientes que a apresentação de nosso projeto implica na aceitação de todos os Termos do Edital de Chamamento Público nº _____ da Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família e seus Anexos.

Por ser verdade, firmamos a presente Declaração.

Paranavaí, ____de _____, de 20____.

_____
Presidente da OSC

Nome Legível: _____
CPF: _____
RG: _____

LOGO DA INSTITUIÇÃO

ANEXO IV
MODELO DE CURRÍCULO DO COORDENADOR TÉCNICO DO PROJETO

Nome Completo: _____
Nascimento: / / RG: CPF:_____
Celular: ( )_____ - e-mail:_____
End. Residencial:_____

Experiência acadêmica:
( ) Nível Médio ou ( ) Graduação em Pós-graduação ( ) não ( ) sim: Outros:_____

Experiência profissional:

•Local: Período: de até

Ações e projetos desenvolvidas na área da _____:_____

•Local: Período: de até

Ações e projetos desenvolvidas na área da _____:_____

Participação de Projetos:

•Nome do Projeto: _____

Local: Período: de até
Breve discrição do projeto: _____

•Nome do Projeto:_____

Local: Período: de até
Breve discrição do projeto: _____

Obs: ANEXAR OBRIGATORIAMENTE OS COMPROVANTES DE EXPERIÊNCIA DEVIDAMENTE ASSINADOS PELOS RESPONSÁVEIS. LOGO DA INSTITUIÇÃO

LOGO DA INSTITUIÇÃO

ANEXO V

DECLARAÇÃO SOBRE INSTALAÇÕES E CONDIÇÕES MATERIAIS

Declaro, em conformidade com o art. 33, inc. V, alínea "c", da Lei nº 13.019/2014, que a [NOME DA OSC]:
( ) Dispõe de instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.
OU
( ) Pretende contratar ou adquirir com recursos da parceria as condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.
OU
( ) Dispõe de instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, bem como pretende, ainda, contratar ou adquirir com recursos da parceria outros bens para tanto.

LOGO DA INSTITUIÇÃO

ANEXO VI

PLANO DE TRABALHO E DE APLICAÇÃO

1. DADOS CADASTRAIS DO PROPONENTE

Instituição proponente:		CNPJ:	
Endereço:			
Cidade	Telefone/fax		CEP
Banco (nome e número)	Agência		Conta Corrente
Nome responsável pela Instituição			
RG/Órgão expedidor	CPF		
Endereço completo	CEP		Telefone
Ordenador de despesas (tesoureiro)	RG/Órgão expedidor		CPF

Endereço completo	CEP	Telefone
Responsável para contato com a entidade	Função	
Responsável técnico pelo projeto	Formação	

2. NOME DO PROJETO:

3. APRESENTAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL (apresentar rapidamente a Instituição, descrever as atividades que já são desenvolvidas pela Organização da Sociedade Civil)

4. APRESENTAÇÃO DO PROJETO (Apresentar e detalhar o projeto e as ações que pretende desenvolver com os recursos a serem recebidos; Descrever as situações e indicadores sociais da realidade local que se pretende enfrentar e modificar com o projeto; Descrever como será a dinâmica e funcionamento do projeto; Apresentar a realidade da pessoa idosa a serem atendidos, demonstrando as vulnerabilidades a que este público está exposto e como o projeto contribuirá para mudar essa realidade)

5. JUSTIFICATIVA (Deve expor os argumentos e as considerações sobre as necessidades que justificam a realização das ações/atividades propostas, inclusive com diagnóstico da realidade, indicando como irá contribuir para a mudança da situação problema apresentada, utilizar dados quantitativos e qualitativos do problema que se pretende abordar, informando a fonte. É a justificativa que fundamenta a proposta)

6. DO OBJETO (Breve descrição, clara e objetiva, da situação problema que se deseja melhorar/minimizar)

7. OBJETIVOS:

a) GERAL (a partir da justificativa apresentada, definir com clareza o que pretende alcançar, relacionar com a situação problema que se deseja enfrentar com a execução do objeto)

b) ESPECÍFICOS (Os objetivos específicos são os que contribuirão para o alcance das metas previstas no projeto e possibilitarão um entendimento detalhado acerca do projeto) (preencher o quadro a seguir, acrescentando mais linhas se necessário)

Objetivo Específico	**Ações (descrever as ações necessárias para alcançar o objetivo)**	**Resultados Esperados**
1 -		
2 -		
3 -		
4 -		

8. PERFIL DA POPULAÇÃO ATENDIDA PELO PROJETO (informar a área de abrangência do projeto, escolaridade média do público atendido, faixa etária, número de pessoas, meta a ser atingida...)

9. QUANTIDADE DE USUÁRIOS A SEREM ATENDIDOS (Descrever a quantidade de usuários que serão atendidos no período)

10. PERÍODO DE EXECUÇÃO DO OBJETO PROPOSTO: Início: / / Término:/ /

11. METODOLOGIA (quais as atividades que serão desenvolvidas? Incluir as estratégias e os procedimentos detalhados para a sua execução.Onde ocorrerá o projeto? Como serão desenvolvidas as ações?. E a maneira pela qual os objetivos serão alcançados)

IMPORTANTE: Esta etapa é o "como fazer" do projeto, isto é, o passo a passo da execução das
ações previstas, devendo estar vinculado diretamente aos objetivos específicos e ao cumprimento das metas. Todas as ações que serão realizadas no projeto devem estar descritas neste campo, de forma lógica e organizada, incluindo as articulações que serão realizadas com a rede de atendimento.

12. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO:
A Organização da Sociedade Civil (OSC) deverá detalhar as estratégias, instrumentos que serãoadotados para avaliar cada meta estabelecida, em um contexto de monitoramento e avaliação.

13. CONOGRAMA DE AÇÕES (completar o quadro abaixo ampliando ou reduzindo o número de colunas/mês e de ações, conforme o período de execução do projeto)

Ações (necessárias para alcançar o objetivo)	**Mês 1**	**Mês 2**	**Mês 3**	**Mês 4**	**Mês 5**	**Mês 6**	**Mês 7**	**Mês 8**	**Mês 9**	**Mês 10**	**Mês 11**	**Mês 12**

14. EQUIPE TÉCNICA DO PROJETO (complete o quadro abaixo descrevendo os profissionais envolvidos na execução deste projeto)

Função no projeto	Formação profissional	Natureza do vínculo (CLT, contrato, voluntariado)	Número de horas semanais trabalhadas

15. AVALIAÇÃO DE RESULTADOS (preencher o quadro abaixo)

Objetivos	Indicadores quantitativo/qualitativo de resultados:	Meios de verificação
1-		
2-		
3-		

16. ORÇAMENTO DO PROJETO

Total do projeto: R$ _____

Plano de Aplicação Detalhado
(Poderão ser acrescentados ou removidos itens de despesas em cada grupo, de acordo com a necessidade e particularidade de cada OSC, desde que esteja relacionado com o objeto pactuado no TERMO DE REFERÊNCIA e que não esteja em desacordo com as normas legais, principalmente em relação ao Art. 46 da Lei nº. 13.019/2014)

Item	Especificação	Valor Total Elemento
1	**MATERIAL DE CONSUMO**	R$
1.1	Material de Expediente	R$
1.2	Material Educativo e Esportivo	R$
1.3	Material Farmacológico	R$
1.4	Combustível	R$
1.5	Material de Limpeza	R$
1.6	Uniformes tecidos e aviamentos	R$
1.7	Gêneros alimentícios	R$
1.8	Etc (colocar o que eles precisam)	R$
2	**SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA**	R$
2.1	Serviços de telecomunicação	R$
2.2	Monitoramento	R$
2.3	Água	R$
2.4	Luz	R$
2.5	Internet	R$
2.6	Serviços de manutenção e conservação de bens imóveis	R$
2.7	Manutenção de máquinas e equipamentos	R$
2.8	Etc (colocar o que eles precisam)	R$
TOTAL DE DESPESAS (1+2)		**R$**

Plano de Aplicação Resumido

Item	Especificação	Valor Total Elemento
1	Material de Consumo	R$
2	Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	R$
TOTAL DE DESPESAS (1+2)		**R$**

Cronograma de desembolso

Janeiro	Fevereiro	Março	Abril
-	-	-	-
Maio	Junho	Julho	Agosto
-	-	-	-
Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
-	-	-	-

17. DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal da Instituição proponente, declaro, para os devidos fins de prova junto à Prefeitura Municipal de Paranavaí, que as informações que constam neste Plano de Trabalho e Aplicação são verdadeiras, e para os efeitos e sob as penas do art. 299 do Código Penal, que inexiste mora ou débito junto a qualquer órgão ou instituição da Administração Pública direta ou indireta que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas no orçamento do Município, na forma deste plano de trabalho. Se houver algo em contrário ou inverídico, me responsabilizo na forma legal.

Paranavaí, _____/_____/_____.	_____ Nome do Presidente Nome da Entidade

Local e data,

Assinatura do responsável técnico
Nome do responsável técnico

Assinatura do representante legal da Instituição
Nome do representante legal da instituição

LOGO DA INSTITUIÇÃO

ANEXO VII

RELAÇÃO NOMINAL DE DIRIGENTES DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

(art. 34, VI da Lei n° 13.019/2014)

Nome			N° CPF
N° RG	Órgão Expedidor	Cargo	Função
Logradouro (Avenida, Rua, Rod, Etc.)			
Bairro		Cidade	CEP
Telefone		Telefone	E-mail
Cargo			
Nome			N° CPF
N° RG	Órgão Expedidor	Cargo	Função
Logradouro (Avenida, Rua, Rod, Etc.)			
Bairro		Cidade	CEP
Telefone		Telefone	E-mail
Cargo			
Nome			N° CPF
N° RG	Órgão Expedidor	Cargo	Função
Logradouro (Avenida, Rua, Rod, Etc.)			
Bairro		Cidade	CEP
Telefone		Telefone	E-mail
Cargo			

Paranavaí, _____ de_____de 20____.

_____
Presidente da OSC

Nome Legível: _____
CPF: _____
RG: _____

LOGO DA INSTITUIÇÃO

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO INCISO XXXIII, DO ARTIGO 7º, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA

[*identificação da organização da sociedade civil – OSC*], inscrita no CNPJ sob o nº ……., com sede à [*endereço completo*], em cumprimento ao Edital de Chamamento Público nº ……., DECLARA, sob as penas da Lei, que não possui em seu quadro de pessoal, empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do artigo 7º, da Constituição Federal.

Paranavaí, _____ de_____de 20____.

_____
Presidente da OSC

Nome Legível: _____
CPF: _____
RG: _____

LOGO DA INSTITUIÇÃO

ANEXO IX

DECLARAÇÃO – ART. 39 LEI FEDERAL Nº 13.019/2014

Declaramos que nossa Organização da Sociedade Civil _____, CNPJ: _____, bem como nossos dirigentes, não se enquadram nos motivos de impedimento do Art. 39 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Art. 39. Ficará impedida de celebrar qualquer modalidade de parceria prevista nesta Lei a organização da sociedade civil que:
I - não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional;
II - esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;
III - tenha como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de colaboração ou de fomento, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;
IV - tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos, exceto se: (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)
a) for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados;
b) for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição;
c) a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo;
V - tenha sido punida com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:
a) suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;
b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;
c) suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
d) declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.
VI - tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; VII - tenha entre seus dirigentes pessoa:
a) cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;
b) julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;
c) considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992.
§ 1º Nas hipóteses deste artigo, é igualmente vedada a transferência de novos recursos no âmbito de parcerias em execução, excetuando-se os casos de serviços essenciais que não podem ser adiados sob pena de prejuízo ao erário ou à população, desde que precedida de expressa e fundamentada autorização do dirigente máximo do órgão ou entidade da administração pública, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2º Em qualquer das hipóteses previstas no caput, persiste o impedimento para celebrar parceria enquanto não houver o ressarcimento do dano ao erário, pelo qual seja responsável a organização da sociedade civil ou seu dirigente.
§ 3º (Revogado).
§ 4º Para os fins do disposto na alínea a do inciso IV e no § 2o, não serão considerados débitos que decorram de atrasos na liberação de repasses pela administração pública ou que tenham sido objeto de parcelamento, se a organização da sociedade civil estiver em situação regular no parcelamento.
§ 5º A vedação prevista no inciso III não se aplica à celebração de parcerias com entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades referidas naquele inciso, sendo vedado que a mesma pessoa figure no termo de colaboração, no termo de fomento ou no acordo de cooperação simultaneamente como dirigente e administrador público.
§ 6º Não são considerados membros de Poder os integrantes de conselhos de direitos e de políticas públicas.

Paranavaí, _____ de_____de 20____.

_____
Presidente da OSC

Nome Legível: _____
CPF_____
RG _____

LOGO DA INSTITUIÇÃO

ANEXO X

DECLARAÇÃO – ART. 39, DO DECRETO MUNICIPAL Nº 22.889/2021

A Organização da Sociedade Civil _____, CNPJ: _____, DECLARA que:

I - não há, em seu quadro de dirigentes:
a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal; e
b) cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, das pessoas mencionadas na alínea "a" deste inciso.
II- não contratará, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública municipal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;
III - não remunerará, a qualquer título, com os recursos repassados em decorrência da parceria:
a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal;
b) servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública municipal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; e
c) pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a administração pública ou contra o patrimônio público, de crimes eleitorais para os quais a lei comine pena privativa de liberdade, e de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

Observações:
1. Entende-se por membro de Poder o titular de cargo estrutural à organização política do País que exerça atividade típica de governo, de forma remunerada, como Presidente da República, Governadores, Prefeitos, e seus respectivos vices, Ministros de Estado, Secretários Estaduais e Municipais, Senadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais, Vereadores, membros do Poder Judiciário e membros do Ministério Público.

2. Não são considerados membros de Poder os integrantes de conselhos de direitos e de políticas públicas.

Paranavaí, _____ de_____de 20____.

_____
Presidente da OSC

Nome Legível: _____
CPF_____
RG _____

LOGO DA INSTITUIÇÃO

ANEXO XI

DECLARAÇÃO DE NÃO PARENTESCO

A Entidade _____, inscrita no CNPJ nº. _____, com sede na Rua _____, nº. _____, CEP _____, **DECLARA**, para os fins do disposto na Súmula Vinculante nº 13, editada pelo Supremo Tribunal Federal, Acórdão nº 2.745/2010 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Prejulgado nº 09 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná que:

NÃO POSSUI como dirigentes ou controladores:
a) membros do Poder executivo do concedente dos recursos ou do Legislativo Municipal, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o 3º grau;

b) servidor Público vinculado ao Poder Executivo do concedente dos recursos ou do Legislativo Municipal, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros em linha reta, colateral ou por afinidade até o 3º grau. Ainda, está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Para os fins desta declaração, consideram-se parentes:

	Parente em linha reta	**Parente colateral**	**Parente por afinidade (familiares do cônjuge).**
1º grau	Pai, mãe e filho(a).		Padrasto, madrasta, enteado(a), sogro(a), genro e nora.
2º grau	Avô, avó e neto(a).	Irmãos.	Cunhado(a), avô e avó do cônjuge.
3º grau	Bisavô, bisavó e bisneto(a).	Tio(a) e sobrinho(a).	Concunhado(a).

Por ser verdade, assumo inteira responsabilidade pelas informações prestadas, estando ciente de que a declaração falsa está sujeita às penalidades previstas em lei.

Paranavaí, _____ de _____ de 20____.

_____
Presidente da OSC

Nome Legível: _____
CPF_____
RG _____

LOGO DA INSTITUIÇÃO

ANEXO XII

DECLARAÇÃO DE NÃO ENQUADRAMENTO NA LEI MUNICIPAL Nº 4.288/2014

EU,_____, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº _____, inscrito no CPF/MF sob nº _____, ocupante do cargo de Presidente da OSC _____, **DECLARO**, para os devidos fins, e sob as penas do art. 299, do Código Penal, que não me enquadro em nenhuma das vedações previstas no artigo 1º, da Lei Municipal nº 4.288/2014.

Paranavaí, _____ de_____ de 20____.

_____
Presidente da OSC

Nome Legível: _____
CPF: _____
RG: _____

LOGO DA INSTITUIÇÃO

ANEXO XIII

FORMULÁRIO PARA COMPROVAR CAPACIDADE TÉCNICA

RECURSOS HUMANOS COM ATUAÇÃO EXCLUSIVA NA PROPOSTA DO OBJETO

Função	Escolaridade	Cargahorária	Quantidade

Paranavaí, _____ de _____ de 20____.

_____
Presidente da OSC

Nome Legível: _____
CPF: _____
RG: _____

LOGO DA INSTITUIÇÃO

ANEXO XIV

FORMULÁRIO PARA COMPROVAR CAPACIDADE DE EQUIPAMENTOS
(descrever equipamentos permanentes, inclusive veículos)

QUANTIDADE	DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS	SITUAÇÃO
		( ) PRÓPRIO ( ) CEDIDO
		( ) PRÓPRIO ( ) CEDIDO
		( ) PRÓPRIO ( ) CEDIDO
		( ) PRÓPRIO ( ) CEDIDO

Paranavaí, _____ de _____ de 20____.

_____
Presidente da OSC

Nome Legível: _____
CPF: _____
RG: _____

LOGO DA INSTITUIÇÃO

ANEXO XV

FORMULÁRIO - COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE DE ESTRUTURA FÍSICA

QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	METRAGEM

Paranavaí, _____ de _____ de 20____.

_____
Presidente da OSC

Nome Legível: _____
CPF: _____
RG: _____

ANEXO XVI

MINUTA DO TERMO DE FOMENTO

Termo de Fomento que entre si celebram o MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA DE PARANAVAÍ, E A OSC .....

De um lado, o **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 76.977.768/0001-81, com sede e foro nesta cidade, na Rua Getúlio Vargas, 900, Centro, neste ato representado pelo Controlador Geral do Município Carlos Alberto Vieira, por meio dos poderes delegados no Decreto Municipal nº 27.053/2025 residente e domiciliado nesta Cidade de Paranavaí – PR, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 5.337.225-2, e inscrito no CPF sob o nº 756.344.739-34, e **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA**, representada pelo(a) Secretário(a) Municipal de Assistência Social, Mulher e Família Sr.(a) Letícia Leziane Wenceslau Pizzolio Lucas, portadora da Cédula de Identidade RG nº ..... SSP-PR e inscrita no CPF sob nº ....., com sede na Rua Pernambuco, 517, centro, nesta cidade, doravante denominado **MUNICÍPIO,** e de outro lado a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC, denominada ....., inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº ....., com sede na Cidade de ....., no endereço ....., CEP ....., neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is)....., conforme documento que fica arquivado no setor competente, doravante denominada simplesmente **OSC PARCEIRA**, resolvem firmar o presente Termo de Fomento, com fundamento na Lei Federal nº 13.019, de 31 de Julho de 2014 e alterações, no Decreto Municipal nº 22.889, de 29 de setembro de 2021, nos termos do Edital de Chamamento Público nº 005/2026 e seus anexos e Plano de Trabalho aprovado (fls. nº .....), todos parte integrante deste Termo de Fomento , como se transcrito fossem, têm entre si justo e avençado o quanto segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1 O presente Termo de Fomento tem por objeto a formalização de parceria, através de repasse de recursos para Organizações da Sociedade Civil (OSC), com a finalidade de a aquisição de itens de custeio e/ou investimento destinados à revitalização, adequação e melhoria das estruturas físicas e dos espaços destinados à execução dos serviços socioassistenciais ofertados pelas OSCs, incluindo o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), o Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade para Pessoas com Deficiência e suas Famílias e demais programas e projetos socioassistenciais complementares, com recursos provenientes do Fundo Municipal de Assistência Social.

1.2.conforme detalhado no Plano de Trabalho e Aplicação, ANEXO VI, e que envolve a transferência de recursos financeiros do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

1.3. Os participes se obrigam a cumprir fielmente o Plano de Trabalho elaborado pela **OSC PARCEIRA** e aprovado pela **ENTIDADE MUNICIPAL PARCEIRA**, parte indissociável deste instrumento.

1.4.FUNDAMENTO: Esta parceria decorre do Chamamento Público nº 005/2026;

1.5.DOS BENEFICIADOS: Serão beneficiados com esta parceria XXXXX pessoas idosas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência do presente Termo de Fomento será de 12 (doze) meses,a partir do dia xx/xx/xxxx a xx/xx/xxxx podendo ser prorrogado nas seguintes hipóteses:

a) por interesse da **ENTIDADE MUNICIPAL PARCEIRA,** por igual e sucessivos períodos, limitado a 60 (sessenta) meses, desde que em cumprimento de todos os requisitos legais aplicáveis;
b) por solicitação da **OSC PARCEIRA**, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à **ENTIDADE MUNICIPAL PARCEIRA** em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes de seu término, mediante Termo Aditivo;
c) de ofício quando a **ENTIDADE MUNICIPAL PARCEIRA** der causa no atraso da liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso justificado.

2.2. Para a prorrogação do prazo de vigência de que trata a alínea "a" do subitem 2.1 são necessários a apresentação dos documentos de habilitação previstos no Edital nº. 005/2026, item 12.2.8, alíneas "a" a "y.7".
2.3. Para a prorrogação do prazo de vigência de que trata a alínea "a" do subitem 2.1, o valor fixado no subitem 8.1 sofrerá atualização monetária anualmente, com base no INPC, ou outro índice legal que vier a substituí-lo.
2.4. Para a prorrogação do prazo de vigência de que trata a alínea "b" do subitem 2.1, é necessário parecer do Gestor atestando que a parceria foi executada a contento ou, em caso contrário, justificando o motivo do atraso na execução das metas. A prorrogação depende ainda de aprovação do Secretário da pasta responsável pela parceria, autorização do Controlador Geral do Município e, ao final, parecer da Procuradoria Geral do Município.
2.5. A prorrogação de vigência de ofício, de que trata a alínea "c" do subitem 2.1 objetiva o ajuste do prazo de execução das ações, a fim de não causar prejuízo na conclusão do objeto, não resultando, neste caso, novo aporte de recursos financeiros.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

3.1. Em não havendo modificação do objeto da parceria, o Termo de Fomento e respectivo Plano de Trabalho poderão ser alterados, por solicitação fundamentada e justificada pela **OSC PARCEIRA** ou pela **ENTIDADE MUNICIPAL PARCEIRA**.

3.1.1. Referidas alterações deverão ser precedidas de manifestação por escrito, fundamentada e devidamente justificada, do:

a) Gestor da parceria, autorizando total ou parcialmente o pedido de alteração solicitado pela **OSC PARCEIRA**, com respectiva aprovação pelo Secretário responsável pela parceria, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado do recebimento da solicitação; ou da

b) **OSC PARCEIRA**, anuindo ao pedido de alteração proposto pelo Gestor da parceria, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado do recebimento da solicitação.

3.2. As alterações do Termo de Fomento e/ou do Plano de Trabalho aprovado deverão ser formalizadas mediante **Termo Aditivo.**

3.2.1. Os Termos Aditivos serão precedidos de parecer da Procuradoria Geral do Município, órgão consultivo e autorização do Controlador Geral do Município.
3.2.1.1. Quando as alterações implicarem em ampliação ou redução do valor global da parceria, o parecer jurídico deverá ser precedido de análise e manifestação do Órgão de Controle Interno.

3.2.3. Extratos de Termos Aditivos deverão ser publicados no Diário Oficial dos Municípios do Paraná.
3.2.3.1. Cópia da publicação das referidas alterações deverá ser anexada ao processo administrativo de acompanhamento da execução da parceria e remetido ao representante legal da **OSC PARCEIRA**.

3.4. Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto.

3.5. Toda e qualquer prorrogação, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelas partes antes do término da vigência do Termo de Fomento ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

3.6 Havendo prorrogação do Termo de Fomento, a OSC deverá apresentar plano de trabalho da parceria para execução no ano seguinte, observado o prazo no item 2.1. alinea "b"

CLÁUSULA QUARTA – DOS RESPONSÁVEIS PELA PARCERIA

4.1. da ENTIDADE PÚBLICA MUNICIPAL: GESTOR DA PARCERIA

4.1.1. O (A) servidor(a) público(a) nomeado(a) como Gestor(a) deste Termo de Fomento, Sr(a) _____ representará a Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família de Paranavaí, na interlocução com a **OSC PARCEIRA**, tendo como obrigações nos termos do art. 61 da Lei Federal n° 13.019/2014 e do art. 60 do Decreto Municipal n° 22.889/2021;

a) acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste Termo de Fomento e respectivo Plano de Trabalho aprovado;
b) informar ao Secretário(a) responsável pela parceria:
I) quando houver inexecução da parceria,

II) quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
III) quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das ações e metas pactuadas no Plano de Trabalho, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução da parceria ou o inadimplemento da **OSC PARCEIRA** com relação a obrigações estabelecidas no presente Termo de Fomento;
IV) quando a **OSC PARCEIRA** deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela Administração Pública Municipal ou pelo Órgão de Controle Interno ou Externo, os quais são impeditivos do ateste para a liberação das parcelas dos recursos;
c) comunicar à **OSC PARCEIRA** quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras impropriedades de ordem técnica ou legal;
c.1.) notificar a **OSC PARCEIRA,** no caso de verificadas irregularidades impeditivas de ateste, para sanar ou cumprir obrigação no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, prorrogável, no máximo, por igual período, a contar do recebimento da notificação;
d) sugerir ao Secretário(a) responsável pela parceria a retenção das parcelas dos recursos financeiros, decorrido o prazo previsto na alínea c.1. do subitem 4.1.1 na hipótese de não atendimento à notificação;
e) formalizar ao Secretário(a) responsável pela parceria a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
f) emitir o relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeter à Comissão de Monitoramento e Avaliação para homologação, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela **OSC PARCEIRA** de acordo com o art. 59 da Lei Federal nº 13.019/2014;
g) emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas parcial e final, levando em consideração o conteúdo dos relatórios técnicos emitidos pela Comissão de Monitoramento e Avaliação, submetendo-o à manifestação conclusiva do Secretário da pasta sobre a aprovação ou não das contas;
h) disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de Monitoramento e avaliação, quando couber.

4.1.2. Aplicam-se ao Gestor os impedimentos constantes no § 5º, do art. 42, do Decreto Municipal nº 22.889/2021.

4.2. da OSC PARCEIRA:
4.2.1. O(A) Sr.(Sra.) ....., [incluir qualificação, telefone fixo e celular, cargo ocupado na OSC], é o responsável na interlocução com a **ENTIDADE PÚBLICA MUNICIPAL**.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES
5.1. da **ENTIDADE PÚBLICA MUNICIPAL**:

a) publicar o extrato deste Termo de Fomento no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar de sua assinatura;

b) manter no sítio oficial por meio do Portal de Transparência, o nome da **OSC PARCEIRA** na relação das parcerias celebradas com OSC's, por prazo não inferior a 180 (cento e oitenta) dias, contado da data de apresentação da prestação de contas final (art. 10, da Lei Federal nº 13.019/2014);

c) instruir o processo administrativo específico que trata da celebração deste Termo de Fomento, com atos atinentes à alteração, liberação de recursos, monitoramento e avaliação da execução, bem como, prestação de contas;

d) custodiar o processo administrativo que originou o chamamento público;

e) fornecer manuais específicos, informando à **OSC PARCEIRA** eventuais alterações no seu conteúdo;

f) informar à **OSC PARCEIRA** os atos normativos e orientações que interessam à execução e à prestação de contas do presente Termo de Fomento;

g) prestar o apoio necessário e indispensável à **OSC PARCEIRA**, para que seja alcançado o objeto deste Termo de Fomento em toda a sua extensão e no tempo devido;

h) transferir à **OSC PARCEIRA** os recursos financeiros previstos para a execução deste Termo de Fomento, de acordo com a programação orçamentária e financeira do Município e obedecendo ao cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho aprovado, que guardará consonância com as metas e ações de execução do objeto deste
Termo de Fomento;

i) realizar o acompanhamento da execução orçamentária e financeira dos recursos transferidos;

j) viabilizar o acompanhamento pela *internet* dos processos de liberação de recursos referente a esta parceria;

k) monitorar e avaliar o cumprimento do objeto e dos objetivos deste Termo de Fomento, por meio de análises das informações e documentos constantes no processo administrativo, bem como, realizações de diligências e fiscalização, visitas *in loco*, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho, zelando pelo cumprimento do objeto, alcance das metas e dos resultados previstos e correta aplicação dos recursos repassados.

5.2. da OSC PARCEIRA:
a) executar fielmente o objeto da parceria, de acordo com o Plano de Trabalho aprovado, com as cláusulas pactuadas e legislação pertinente, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Termo de Fomento.
a.1.) zelar pela boa qualidade e eficiência das ações, atividades e serviços prestados, buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade e qualidade em suas atividades;
a.2.) executar o Plano de Trabalho aprovado, bem como aplicar os recursos públicos e gerir os bens públicos com observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia;
a.3.) garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades;
a.4.) manter durante a execução da parceria a regularidade das certidões previstas no inciso art. 38 do Decreto Municipal nº 22.889/2021, as previstas na legislação específica e no edital de chamamento público;

b) manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este Termo de Fomento em conta bancária específica, em instituição financeira pública, inclusive os eventuais resultados de aplicação no mercado financeiro, aplicando-os, na conformidade do Plano de Trabalho, e exclusivamente, no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações relativas à execução das despesas (*alínea "a", "b" e "c"*, do inciso III, do art. 39, do Decreto Municipal nº 22.889/2021);

c) não utilizar os recursos recebidos nas finalidades vedadas pelo art. 45 da Lei Federal nº 13.019/2014;

d) apresentar o relatório de execução do objeto e o relatório de execução financeira, acompanhados de relação de quantitativa e comprovação documental do número de beneficiados atendidos, ou seja, documentos comprobatórios das pessoas atendidas pela entidade mensalmente, e prestar contas à **ENTIDADE PÚBLICA MUNICIPAL**;

e) responsabilizar-se pela contratação e pagamento dos salários, verbas de convenção ou dissídio coletivo, verbas rescisórias, do pessoal que vier a ser necessário à execução do objeto da parceria, inclusive pelos encargos sociais e obrigações trabalhistas decorrentes, ônus tributários ou extraordinários e aqueles decorrentes de acidentes de trabalho de seus empregados, no desempenho de seus serviços ou em conexão com eles, que incidam sobre o instrumento (do art. 36 incisos IV, art. 49 e do art. 54, do Decreto Municipal nº 22.889/2021);

f) permitir o livre acesso do Gestor da parceria, da Comissão de Monitoramento e Avaliação, de agentes públicos da secretaria responsável pelo presente Termo de Fomento, dos servidores do Órgão de Controle Interno e do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, a todos os documentos relativos à execução do objeto deste Termo de Fomento, bem como aos locais de execução da atividade, permitindo o acompanhamento *in loco* e prestando todas e quaisquer informações solicitadas (inciso XIII, do art. 32, do Decreto Municipal nº 22.889/2021);

g) utilizar os bens materiais e/ou equipamentos adquiridos com os recursos deste Termo de Fomento em conformidade com o objeto pactuado;

h) por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo de Fomento, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à Administração Pública Municipal, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de constas especial do responsável (art. 52, da Lei Federal nº 13.019/2014);

i) efetuar o seu registro contábil e patrimonial em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade, inclusive na hipótese de aquisição de bens com recursos da parceria;
i.1.) manter registros, arquivos, controles contábeis específicos para os dispêndios relativos a este Termo de Fomento e documentos originais que compõem a prestação de contas, durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas final;
i.2) Prestar à administração pública, quando solicitado, quaisquer esclarecimentos sobre a
aplicação dos recursos financeiros recebidos por força desta parceira;
i.3) Apresentar a prestação de contas dos recursos financeiros recebidos e os provenientes das
receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, diretamente no Sistema Integrado de Transferências - SIT do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, no prazo previsto em lei, sem prejuízo da prestação de contas à administração pública;

j) observar nas compras e contratações realizadas, os procedimentos estabelecidos nos artigos 49 e 50 do Decreto Municipal nº 22.889/2021;

k) comunicar à **ENTIDADE PÚBLICA MUNICIPAL** suas alterações estatutárias, devidamente registrada em cartório;

l) divulgar na *internet* e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerçam suas ações, informações referentes a esta parceria, art. 94, do Decreto Municipal nº 22.889/2021;

m) submeter previamente à **ENTIDADE PÚBLICA MUNICIPAL** qualquer proposta de alteração do Plano de Trabalho aprovado, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;

n) responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que se refere às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

o) responsabilizar-se exclusivamente pelo pagamento dos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, tributários, civis e comerciais relacionados à execução do objeto previsto neste Termo de Fomento, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da **ENTIDADE PÚBLICA MUNICIPAL**, a inadimplência da **OSC PARCEIRA** em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

p) responsabilizar-se pela integridade dos materiais e/ou equipamentos disponibilizados pela **ENTIDADE PÚBLICA MUNICIPAL** que estiverem sobre os seus cuidados;

q) quando for o caso, providenciar licenças e aprovações de projetos emitidos pelos órgãos competentes, nos termos da legislação aplicável;

r) comunicar à **ENTIDADE PÚBLICA MUNICIPAL**, por escrito, a ocorrência de fatos ou anormalidades que venham a prejudicar a perfeita execução da atividade;

s) manter os recursos aplicados nos termos dos §§ 1º e 2º, do art. 46, do Decreto Municipal nº 22.889/2021, enquanto não utilizados;

t) não realizar qualquer pagamento antecipado com recursos da parceria.

u) Obrigação da OSC Parceira a cumprir a Lei Geral de Proteção de Dados -Lei 13.709/2018, em face do objeto deste Termo, em especial a:
u.1) guardar sigilo quanto aos dados pessoais aos quais eventualmente tenham acesso em razão da execução do objeto desta parceria;
u.2) tratar os dados pessoais recebidos de acordo com a finalidade da parceria, de modo legítimo e lícito, entendendo-se por tratamento de dados os atos que se refiram a coleta, produção, recpção, classificação, ultilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência , difusão ou extração de dados;
u.3) garantir ao titular de dados a consulta gratuita e facilitada aos seus dados pessoais, bem como a forma, duração e finalidade do tratamento;
u.4)não utilizar os dados pessoais recebidos ou tratá-los com fins discriminatórios, ilícitos, abusivos ou para finalidade distinta da parceria;
u.5) fazer uso somente dos dados pessoais que forem imprescindíveis à execução dos objeto;
u.6) adotar todas as medidas previstas em lei para evitar o vazamento de dados pessoais que receber ou o acesso por pessoal não autorizado;
u.7)em caso de vazamento de dados pessoais, adotar as providências necessárias para mitigar as consequências do dano, informando ao Órgão Gestor, no prazo de 48 horas:
u.7.1) a descrição da natureza dos dados pessoais afetados;
u.7.2)as informaçõs sobre os titulares envolvidos;
u.7.3)a indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados, observados os segredos comercial e industrial;
u.7.4)os riscos relacionados ao incidente;
u.7.5)os motivos da demora, no caso de comunicação não ter sido imediata;
u.7.6)as medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo;
u.8) Demonstrar, sempre que solicitado, a adoção de medidas eficazes para comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção dos dados;
u.9) Utilizar medidas técnicas e organizacionais de modo a proteger os dados pessoais e o tratamento não autorizado;
u.10) Armazenar os dados somente pelo período necessário para o cumprir as obrigações contratuais legais;
u.11) Apagar todos os dados pessoais quando solicitado pelo município ou, não sendo possível , justificar com a base legal a retenção dos dados;
u.12) Anonimizar os dados pessoais quando solicitado pelo município, ou, não sendo possível justificar com base legal;
u.13)Não compartilhar com terceiros, em hipótese alguma, os dados pessoais que receber em decorrência da parceria;
u.14)reparar danos patrimoniais ou morais, individuais ou coletivos, que sua ação ou omissão, no exercício da atividade de tratamento de dados pessoais relativas ao esse termo de fomento, em violação à legislação de proteção de dados pessoais, causarem ao município ou a terceiros, sem prejuízo das demais sanções previstas neste termo.

CLÁUSULA SEXTA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO
O monitoramento e a avaliação será efetuada pela Comissão de Monitoramento e Avaliação composta pelos(as) servidores(as) nomeados(as) mediante a Portaria nº 24/2025.

6.1. O relatório técnico a que se refere o art. 59, da Lei n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:
I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
IlI - valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo Termo de Fomento;
V - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

6.2. Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I - retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;
II - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

7.1. Transcorrido o prazo de 60 (sessenta) dias contados a partir do recebimento do recurso, a **OSC PARCEIRA** está obrigada a prestar as contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos, no prazo de até 30 (trinta) dias do encerramento do bimestre.

7.2. A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:
I – extrato da conta bancária específica;
II - notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;
III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;
IV - material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;
V - relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e
VI - lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

7.3. Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

7.4. Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

7.5. A análise da prestação de contas deverá considerar a verdade real e os resultados alcançados.

7.6. A prestação de contas da parceria observará regras específicas de acordo com o montante de recursos públicos envolvidos, nos termos das disposições e procedimentos estabelecidos conforme previsto no plano de trabalho e no termo de colaboração ou de fomento.

7.7. A **OSC PARCEIRA** deverá registrar na plataforma eletrônica indicada pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná para a prestação de contas, os dados referentes às despesas executadas durante a vigência da parceria, sendo obrigatória a inserção dos orçamentos, notas e comprovantes fiscais, inclusive nas prestações de contas bimestrais.

7.8. A prestação de contas relativa à execução do Termo de Fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

I - relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
II - relatório de execução financeira da parceria, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

7.9. A **ENTIDADE PÚBLICA MUNICPAL** considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:
I - relatório da visita técnica *in loco* realizada durante a execução da parceria;
II - relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento/Colaboração.

7.10. As prestações de contas serão avaliadas:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;
IlI - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:
a)omissão no dever de prestar contas;
b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

7.11. Vencido o prazo legal e não sendo prestadas as contas devidas, ou não sendo aprovada, sob pena de responsabilidade solidária a Secretaria responsável pela parceria determinará a suspensão imediata da liberação de novos recursos e notificará a **OSC PARCEIRA** em até 30 (trinta) dias, para que cumpra a obrigação ou recolha ao erário os recursos que lhe foram repassados, corrigidos monetariamente, na forma da legislação vigente, e não havendo saneamento das irregularidades ou omissões, o processo deverá ser encaminhado à Controladoria Geral do Município para as devidas providências.

7.12. A Controladoria Geral do Município, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do recebimento do processo, notificará a entidade para sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

7.13. Rejeitada a prestação de contas e não efetuada a devolução dos recursos públicos, será formalizada ao Chefe do Poder Executivo Municipal a instauração de Tomada de Contas Especial.

7.14. Instaurada a Tomada de Contas Especial, a Controladoria Geral do Município informará o fato ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

7.15. Se no transcurso das providências determinadas no item 7.11 deste artigo, a **OSC PARCEIRA** devolver os recursos ou sanar as contas, a Controladoria Geral do Município certificará e as encaminhará para baixa contábil e arquivamento do processo, comunicando o fato ao órgão concedente.

7.16. Enquanto não for encerrada a Tomada de Contas Especial, a **OSC PARCEIRA** envolvida ficará impedida de receber recurso público municipal, ou ainda, recursos públicos oriundos de fontes do Governo do Estado e do Governo Federal.

7.17. Será permitido o livre acesso dos servidores da Unidade Gestora, da Controladoria Geral do Município e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados por Decreto, bem como aos locais de execução do objeto**.**

7.18. A **OSC PARCEIRA** deverá manter em seu arquivo os documentos que compõem a prestação de contas pelo prazo de 10 (dez) anos.
7.19 Havendo prorrogação do Termo de Fomento, será obrigatória a prestação de contas ao término de cada exercício para fins de monitoramento do cumprimento das metas do objeto, nos termo dos arts.49 e 67,§, da Lei 13019/14.

CLÁUSULA OITAVA – DO VALOR TOTAL DE REPASSE, DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA
8.1. Para a execução das ações e atividades previstas neste Termo de Fomento, serão disponibilizados recursos no valor de R$ ....., relativo a R$ ....., conforme cronograma de desembolso, constante do Plano de Trabalho aprovado.

8.2. As despesas com a execução deste Termo de Fomento correrão por conta da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentárias:

Rubrica: 07.001.08.244.0007.2580
Nat. da Despesa: 3.3.50.43.15.00 – Demais entidades do terceiro setor para políticas de
promoção da assistência social.
Referência: 884.
Fonte de Recurso/Vinculo: 0000 - Recursos Livres
Nat. da Despesa: 4.4.50.42.01.00 – Instituições de Caráter Assistencial.
Referência: 885.
Fonte de Recurso/Vinculo: 0000 - Recursos Livres

8.3. Havendo redução no número de vagas/atendimentos, os recursos disponibilizados serão reduzidos proporcionalmente ao valor unitário de vaga/atendimentos.

CLÁUSULA NONA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS E DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS
9.1. O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos participes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.3. A liberação das parcelas dos recursos será efetivada em estrita conformidade com o cronograma de desembolso aprovado, valores e datas, após o ateste do gestor da parceria, exceto nos casos estabelecidos nos incisos I a III, do art. 48, da Lei Federal nº 13.019/2014 e art. 46 do Decreto 22.889/2021.

9.4. O número deste Termo de Fomento deverá constar nos documentos fiscais comprobatórios das despesas.

9.5. As despesas relacionadas à execução da parceria serão executadas em estrita observância ao plano de trabalho aprovado e as cláusulas pactuadas, sendo vedado:

a) utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria, ainda que em caráter de emergência;
b) pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;
c) pagar despesa cujo fato gerador tenha ocorrido antes ou depois da vigência do instrumento da parceria;
d) pagar despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
e) pagar multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da Administração Pública Municipal na liberação de recursos financeiros;
f) realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos; e
g) repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA
10.1. Os recursos financeiros repassados deverão ser mantidos e movimentados em conta bancária específica para execução do referido Termo de Fomento.

10.2. Toda movimentação de recursos deverá ser feita mediante transferência eletrônica. Os pagamentos deverão ser feitos mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.

10.3. É vedada a utilização dos recursos repassados pelo Termo de Fomento para cobrir quaisquer despesas bancárias resultantes da execução do mesmo.

10.4. Mediante expressa autorização da administração pública os rendimentos das aplicações financeiras serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

10.5. As alterações decorrentes do uso dos rendimentos serão formalizadas por Aditivo, desde que não impliquem modificação do plano de trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ASSUNÇÃO OU TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADE
11.1. Nas hipóteses de inexecução por culpa exclusiva da **OSC PARCEIRA**, a Administração Pública Municipal poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas e atividades pactuadas:

a) retomar os bens públicos em poder da **OSC PARCEIRA**, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

b) assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela **OSC PARCEIRA** até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades;

c) no caso de transferência da responsabilidade pela execução do restante do objeto da parceria, a Administração Pública Municipal, deverá convocar a **OSC PARCEIRA** participante do chamamento público realizado, desde que atendida a ordem de classificação e mantidas as mesmas condições do instrumento anterior.

d) Na impossibilidade justificada da convocação de que trata a letra "c" do subitem 11.1. ou na ausência de interesse das OSCs convocadas, a Administração Pública Municipal assumirá diretamente a execução do objeto, podendo realizar novo chamamento público.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS BENS REMANESCENTES

12.1. Para os fins deste Termo de Fomento, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

12.2. Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.

12.3. Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a **OSC PARCEIRA** formalizar promessa de transferência da propriedade à Administração Pública, na hipótese de sua extinção.

12.4. Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização donatário, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado.

12.5. No caso de reversão, os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil (OSC) que se proponha a fim igual ou semelhante.

12.6. Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste Termo de Fomento, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

13.1. Quando a execução da parceria estiver em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019/2014 e do Decreto Municipal nº 22.889/2021, a Administração Pública Municipal, por meio da Secretaria da Pasta, poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Organização da Sociedade Civil parceira as seguintes sanções:
I - advertência;
II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II do art. 72 da Lei 13.019/2014.

13.2.É facultada a defesa do interessado no prazo de dez dias, contados da data de abertura de vista dos autos processuais.

13.3. A sanção de advertência tem caráter preventivo e será aplicada quando verificadas impropriedades praticadas pela **OSC PARCEIRA** no âmbito da parceria que não justifiquem a aplicação de penalidade mais grave.

13.4.A sanção de suspensão temporária será aplicada nos casos em que forem verificadas irregularidades na celebração, execução ou prestação de contas da parceria e não se justificar a imposição da penalidade mais grave, considerando-se a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos que dela provieram para a Administração Pública Municipal.

13.5. sanção de suspensão temporária impede a Organização da Sociedade Civil de participar de chamamento público e celebrar parcerias ou contratos com órgãos e entidades da Administração Pública Municipal por prazo não superior a dois anos.

13.6.A sanção de declaração de inidoneidade impede a Organização da Sociedade Civil de participar de chamamento público e celebrar parcerias ou contratos com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, que ocorrerá quando a Organização da Sociedade Civil ressarcir a Administração Pública Municipal pelos prejuízos resultantes, e depois de decorrido o prazo de dois anos da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade.

13.7.A aplicação das sanções estabelecidas nos incisos I a III, do *caput* do art 86 do Decreto 22.889/2011, é de competência exclusiva do Secretário responsável pela parceria ou Presidente da Fundação Cultural e Controlador Geral do Município, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

13.8. Prescrevem no prazo de cinco anos as ações punitivas da Administração Pública Municipal destinadas a aplicar as sanções previstas neste Decreto, contado da data de apresentação da prestação de contas ou do fim do prazo de noventa dias a partir do término da vigência da parceria, no caso de omissão no dever de prestar contas.

13.9.A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração e com a emissão de Certidão Liberatória Municipal.

13.10. A responsabilidade da **OSC PARCEIRA** será apurada com a observância do devido processo legal, assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a eles inerentes, devendo a aplicação das penalidades cabíveis respeitar os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

14.1. Este Termo de Fomento poderá ser denunciado ou rescindindo a qualquer tempo, nos termos do artigo 42, inciso XVI, da Lei Federal nº 13.019/201, no caso de infração ou descumprimento de quaisquer das cláusulas ou condições aqui estipuladas, bem como para o caso de descumprimento das regras previstas na Lei 13.019/2014, no Decreto Municipal nº 22.889/2021, Resolução nº 28/2011, Instrução Normativa n° 61/2011 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, desde que previamente notificada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

14.2. Esta parceria poderá ser:

I – Extinta por decurso de prazo;

II – Extinta, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante termo de distrato;

III – Denunciada, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe;

IV – Rescindida, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:

a) descumprimento injustificado de Cláusula deste Instrumento;

b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;

c) omissão no dever de prestação de contas anual, nas parcerias com vigência superior a 01 (um) ano, sem prejuízo do disposto no §2º do art. 70 da Lei nº 13.019/2014;

d) violação da legislação aplicável;

e) cometimento de falhas reiteradas na execução;

f) malversação de recursos públicos;

g) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;

h) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;

i) descumprimento das condições que caracterizam a parceira privada como Organização da Sociedade Civil (OSC);

j) paralisação da execução da parceria, sem justa causa e prévia comunicação à administração pública;

k) quando os recursos depositados em conta-corrente específica não forem utilizados no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, salvo se houver execução parcial do objeto e desde que previamente justificado pelo gestor da parceria e autorizado pelo dirigente máximo da entidade da administração pública;

l) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.

14.3. A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram da avença.

14.4. Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICIDADE

A eficácia do presente Termo de Fomento e dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato, a qual deverá ser providenciada pela Administração Pública Municipal no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Em caso da dissolução da **OSC PARCEIRA**, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei nº 13.019/2014 e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta.

16.2. Caso haja a falta ou redução da prestação de serviços estabelecidos neste Termo de Fomento, o valor fixado na Cláusula Oitava será reduzido proporcionalmente à redução da execução.

16.3. Os recursos percebidos e não utilizados deverão permanecer aplicados em instituição financeira oficial sendo que, concluído o Termo de Fomento, eventuais sobras deverão ser restituídas à Administração Pública Municipal, bem como os respectivos acréscimos decorrentes da aplicação financeira.

16.4. A **OSC PARCEIRA** estará ainda sujeita à restituição dos valores percebidos através de tomada de contas a ser instaurada contra o Presidente e demais diretores da PARCEIRA:
a) Quando não for executado o objeto do ato de transferência voluntária;
b) Quando não apresentada no prazo exigido, a prestação de contas parcial ou final;
c) Quando os recursos forem utilizados para finalidade diversa da estabelecida no ato de transferência voluntária, formalizado mediante Termo de Fomento ou instrumento congênere.

16.5. Configurando qualquer das hipóteses previstas nesta cláusula, não sendo satisfeita a restituição ao erário, o Presidente, Diretores e a pessoa jurídica serão inscritos em dívida ativa e após, executados na forma da legislação vigente

16.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Fomento, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, prorrogando-se este para o primeiro dia útil, se recair em dia sem expediente.

16.7. As omissões do presente Termo de Fomento serão supridas mediante a aplicação das regras da Lei 13.019/2014, Decreto Municipal nº 22.889/2021, Resolução nº. 28/2011, Instrução Normativa n°. 61/2011 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO
17.1. Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Termo de Fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro da Comarca de Paranavaí – Paraná, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

17.2. E, por assim estarem plenamente de acordo, as partes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelas partes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Paranavaí, _____ de _____ de 2_____.

CARLOS ALBERTO VIEIRA
Controlador Geral do Município

LETÍCIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS
Secretária Municipal da Assistência Social, Mulher e Família de Paranavaí

_____
Presidente da OSC Parceira

Publicado por:
Jessica Mayara Dos Santos Silva
Código Identificador:15BAFE58

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
RGF ANEXO I

CÂMARA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO														
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO														
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL														
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL														
FEVEREIRO/2025 A JANEIRO/2026														
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")											Memória de cálculo TCE: Versão 1.0 - Publicada em 09/08/2024.			
DESPESA COM PESSOAL	**DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)**													
	LIQUIDADAS													**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)**
	02/2025	**03/2025**	**04/2025**	**05/2025**	**06/2025**	**07/2025**	**08/2025**	**09/2025**	**10/2025**	**11/2025**	**12/2025**	**01/2026**	**TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)**	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	49.641,15	49.641,15	49.641,15	49.641,15	49.641,15	49.641,15	55.355,06	55.355,06	49.641,15	50.298,98	61.849,66	54.017,27	624.364,08	0,00

Pessoal Ativo	49.641,15	49.641,15	49.641,15	49.641,15	49.641,15	49.641,15	55.355,06	55.355,06	49.641,15	50.298,98	61.849,66	54.017,27	624.364,08	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	41.025,75	41.025,75	41.025,75	41.025,75	41.025,75	41.025,75	46.739,66	46.739,66	41.025,75	41.025,75	51.123,50	44.642,39	517.451,21	0,00
Obrigações Patronais	8.615,40	8.615,40	8.615,40	8.615,40	8.615,40	8.615,40	8.615,40	8.615,40	8.615,40	9.273,23	10.726,16	9.374,88	106.912,87	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (exceto elemento 34)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas custeadas com recursos financeiros repassados pela União para pagamento do vencimento ou de qualquer outra vantagem dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11, EC 120/2022)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas custeadas com recursos financeiros repassados pela União para o cumprimento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem e parteira, conforme estabelecido pela CF/88, art. 198, §§12 a 15)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Instrução Normativa TCE/PR 56/2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	49.641,15	49.641,15	49.641,15	49.641,15	49.641,15	49.641,15	55.355,06	55.355,06	49.641,15	50.298,98	61.849,66	54.017,27	624.364,08	0,00

DESPESA COM PESSOAL	**DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)**													
	LIQUIDADAS													**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)**
	02/2025	**03/2025**	**04/2025**	**05/2025**	**06/2025**	**07/2025**	**08/2025**	**09/2025**	**10/2025**	**11/2025**	**12/2025**	**01/2026**	**TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)**	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	31.862.377,11	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	775.000,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	0,00	
(-) Recursos destinadas ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	277.718,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI - VII)	30.809.659,11	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	624.364,08	2,03%
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.848.579,55	6,00%

LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.756.150,57	5,70%
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.663.721,59	5,40%

Publicado por:
Edemilson Dachery Gomes
Código Identificador:606A7EE8

